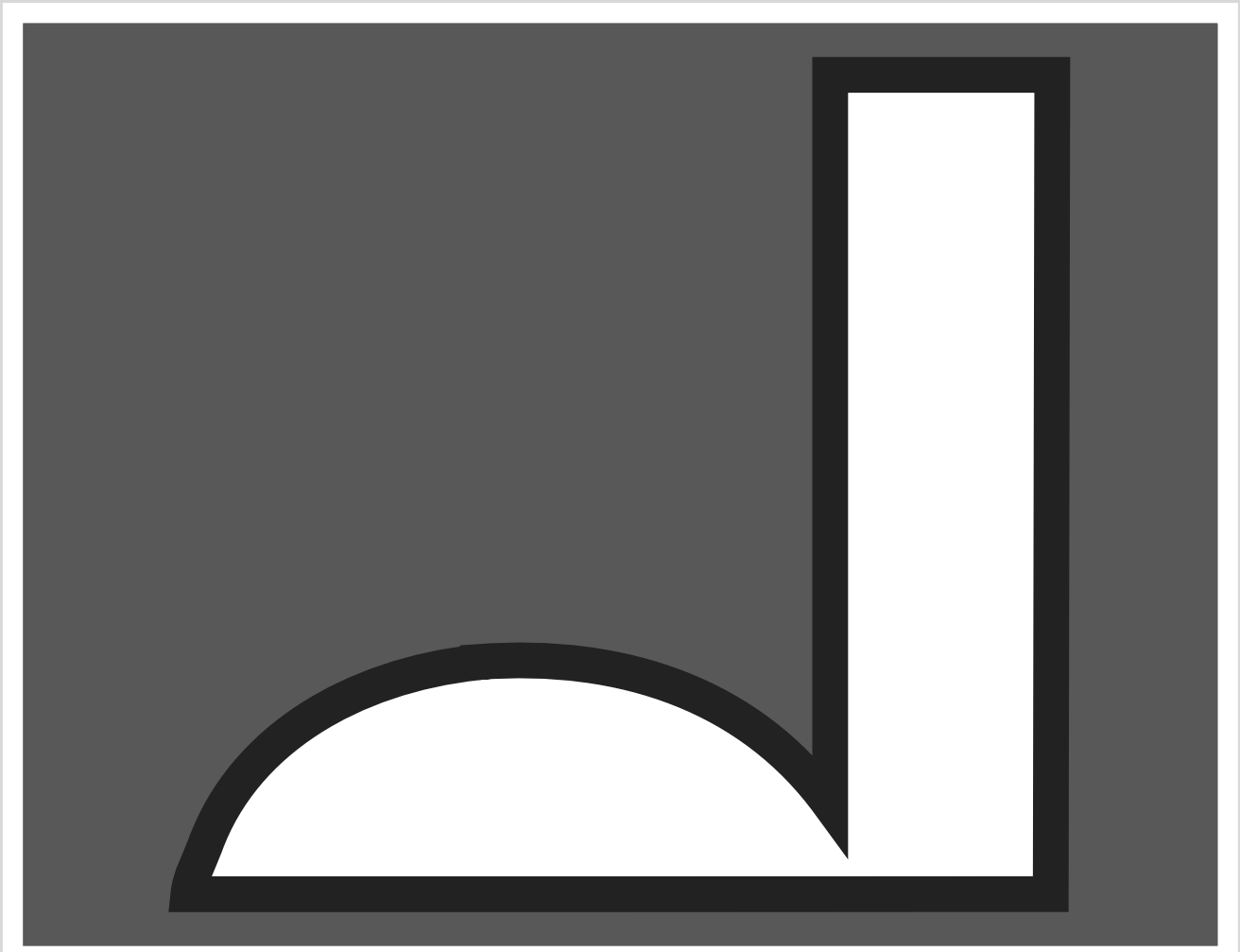
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA

Atas de Comissões Permanentes e suas Subcomissões no Senado Federal

ANO LXVI – SUP. AO Nº 99 – SEXTA-FEIRA, 17 DE JUNHO DE 2011 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1ª VICE-PRESIDENTE
Marta Suplicy - (PT-SP)
2º VICE-PRESIDENTE
Wilson Santiago - (PMDB-PB)
1º SECRETÁRIO
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-TO)[2]

3º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP)[1]
2º - João Durval - (PDT-BA)
3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

Notas:
1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 28

Líder
Humberto Costa - PT

.....

Líder do PT - 14
Humberto Costa

Vice-Líderes do PT
Gleisi Hoffmann (11)
João Pedro
Lindbergh Farias
Walter Pinheiro
Wellington Dias

Líder do PR - 4
Magno Malta

Líder do PDT - 4
Acir Gurgacz

Vice-Líder do PDT
Cristovam Buarque

Líder do PSB - 3
Antonio Carlos Valadares

Vice-Líder do PSB
Lídice da Mata

Líder do PC DO B - 2
Inácio Arruda

Líder do PRB - 1
Marcelo Crivella

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 28

Líder
Renan Calheiros - PMDB

.....

Líder do PMDB - 20
Renan Calheiros

Vice-Líderes do PMDB
Vital do Rêgo
Eduardo Braga
Gilvam Borges (10)
Waldemir Moka
Ricardo Ferraço
Casildo Maldaner

Líder do PP - 5
Francisco Dornelles

Vice-Líder do PP
Ana Amélia

Líder do PSC - 1
Eduardo Amorim

Líder do PMN - 1
Sérgio Petecão

Líder do PV - 1
Paulo Davim

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16

Líder
Mário Couto - PSDB (8)

Vice-Líderes
Jayme Campos (5)
Ataídes Oliveira
Maria do Carmo Alves
Cyro Miranda

.....

Líder do PSDB - 11
Alvaro Dias

Vice-Líderes do PSDB
Aloysio Nunes Ferreira (9)
Paulo Bauer (7)
Flexa Ribeiro (6)

Líder do DEM - 5
Demóstenes Torres (3,4)

Vice-Líder do DEM
Jayme Campos (5)

PTB - 6

Líder
Gim Argello - PTB

Vice-Líderes
João Vicente Claudino
Mozarildo Cavalcanti

PSOL - 2

Líder
Marinor Brito - PSOL

PPS - 1

Líder
Itamar Franco - PPS

Governo

Líder
Romero Jucá - PMDB

Vice-Líderes
Gim Argello
Benedito de Lira
João Pedro
Lídice da Mata
Jorge Viana
Vital do Rêgo

Notas:
1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
11. Senadora Gleisi Hoffmann comunicou, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Ata
Patrícia Freitas Portella Nunes Martins
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES NO SENADO FEDERAL

1.2.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

Ata da 17ª Reunião, Ordinária, realizada em 24 de maio de 2011 5

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de maio de 2011 22

1.2.1.1 – Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional

Ata da 1ª Reunião, realizada em 26 de abril de 2011 41

Ata da 2ª Reunião, realizada em 3 de maio de 2011 45

Ata da 3ª Reunião, realizada em 24 de maio de 2011 60

1.2.1.2 – Subcomissão Temporária de Avaliação da Política Fiscal

Ata da 1ª Reunião, realizada em 18 de maio de 2011 74

1.2.2 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ

Ata da 19ª Reunião, Ordinária, realizada em 25 de maio de 2011 77

Ata da 20ª Reunião, Conjunta, realizada em 31 de maio de 2011 120

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de maio de 2011 135

Ata da 22ª Reunião, Ordinária, realizada em 1º de junho de 2011 174

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de junho de 2011 201

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de junho de 2011 217

Ata da 25ª Reunião, Ordinária, realizada em 8 de junho de 2011 231

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de junho de 2011 269

1.2.3 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de maio de 2011 270

Ata da 19ª Reunião, Ordinária, realizada em 24 de maio de 2011 295

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de maio de 2011 306

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de maio de 2011 317

1.2.4 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA

Ata da 14ª Reunião, Ordinária, realizada em 17 de maio de 2011 346

Ata da 15ª Reunião, Ordinária, realizada em 24 de maio de 2011 369

Ata da 16ª Reunião, Ordinária, realizada em 31 de maio de 2011 391

1.2.4.1 – Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016

Ata da 7ª Reunião, realizada em 17 de maio de 2011 403

Ata da 8ª Reunião, realizada em 18 de maio de 2011 413

Ata da 9ª Reunião, realizada em 24 de maio de 2011 426

Ata da 10ª Reunião, realizada em 25 de maio de 2011 437

1.2.5 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH

Ata da 12ª Reunião, Conjunta, realizada em 13 de abril de 2011 445

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de abril de 2011 459

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de abril de 2011 473

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de abril de 2011 500

Ata da 16ª Reunião, Conjunta, realizada em 19 de abril de 2011 547

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de abril de 2011 554

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de abril de 2011 567

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2011 602

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de maio de 2011 634
Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de maio de 2011 652
1.2.5.1 – Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher
Ata da 1ª Reunião, realizada em 12 de abril de 2011 688
1.2.6 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE
Ata da 12ª Reunião, Ordinária, realizada em 28 de abril de 2011 692
Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de maio de 2011 735
Ata da 14ª Reunião, Ordinária, realizada em 5 de maio de 2011 764
Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de maio de 2011 791
Ata da 16ª Reunião, Ordinária, realizada em 12 de maio de 2011 813
Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de maio de 2011 837
Ata da 18ª Reunião, Conjunta, realizada em 17 de maio de 2011 870
Ata da 19ª Reunião, Ordinária, realizada em 19 de maio de 2011 882
Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de maio de 2011 896
Ata da 21ª Reunião, Ordinária, realizada em 26 de maio de 2011 926
1.2.6.1 – Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira
Ata da 1ª Reunião, realizada em 1º de março de 2011 941
1.2.7 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI
Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de maio de 2011 944
Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de maio de 2011 964
Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de maio de 2011 970
1.2.8 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR
Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de maio de 2011 992
Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de maio de 2011 995
Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de maio de 2011 1002
1.2.8.1 – Subcomissão Permanente de Desenvolvimento do Nordeste
Ata da 1ª Reunião, realizada em 29 de março de 2011 1008
Ata da 2ª Reunião, realizada em 5 de abril de 2011 1011
Ata da 3ª Reunião, realizada em 12 de abril de 2011 1018
Ata da 4ª Reunião realizada em 19 de abril de 2011 1031
Ata da 5ª Reunião realizada em 27 de abril de 2011 1050
Ata da 6ª Reunião realizada em 10 de maio de 2011 1055
Ata da 7ª Reunião realizada em 17 de maio de 2011 1057
1.2.8.2 – Subcomissão Permanente da Amazônia
Ata da 1ª Reunião realizada em 12 de abril de 2011 1076
1.2.9 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA
Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de maio de 2011 1081
Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de maio de 2011 1099
Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de maio de 2011 1107
Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de maio de 2011 1138
Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de maio de 2011 1154
Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de junho de 2011 1178
1.2.10 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT
Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de maio de 2011 1201
Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de maio de 2011 1211
Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de maio de 2011 1239
Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de maio de 2011 1254
Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de junho de 2011 1278

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 2011, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e quatro de maio do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, José Pimentel, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Inácio Arruda, Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Vital do Rêgo, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino, Demóstenes Torres e Armando Monteiro. Deixam de comparecer os Senadores Clésio Andrade, João Ribeiro, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, Roberto Requião, Lobão Filho, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, Aloysio Nunes Ferreira, João Vicente Claudino e Marinor Brito. A Presidência declara aberta a Reunião, dispensando a leitura da Ata da 16ª Reunião, que é dada como aprovada. A Presidência comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento, Aviso nº 48 de 2011, de 4 de maio de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-022.063/2010-2, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 36 de 2010; Aviso nº 50 de 2011, de 4 de maio de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-022.066/2010-1, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 40 de 2010; e Aviso nº 51 de 2011, de 11 de maio de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-025.599/2010-0, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 53 de 2010. Informa, ainda, que a Comissão recebeu algumas correspondências que tratam de assuntos diversos. Todos os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência dá início à apreciação das Matérias, constantes da pauta. Item 1-Aviso nº 3 de 2011, não terminativo, de autoria do Ministro de Estado da Fazenda, que "comunica ao Senado Federal a constatação de irregularidade em operação de crédito realizada pelo Município de Pato Branco – PR", tendo como Relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pelo encaminhamento de cópia do Aviso nº 3 de 2001, de seus anexos e desse relatório, pelo Presidente do Senado Federal, ao Ministério Público Federal, ao Tribunal de Contas da União, ao Ministério Público do Estado do Paraná e ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, para as providências cabíveis; pelo encaminhamento de expediente, pelo Presidente do Senado Federal, ao Ministério da Fazenda, ao Chefe do Poder Executivo do Estado do Paraná e aos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Pato Branco – PR, comunicando a sujeição desse Município às sanções previstas no art. 23, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 2000; e posterior arquivamento do Aviso nº 3 de 2011. Em 17/5/2011, foi concedida vista coletiva. Anunciada a Matéria, usa da palavra a Senadora Gleisi Hoffmann. A apreciação da Matéria é adiada. Item 2– Projeto de Lei do Senado nº 349 de 2009, não terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que "determina a isenção de taxas por uso de sistema eletrônico para participação em licitações, quando cobradas de licitantes interessados em ofertar bens e serviço para a administração pública e dá outras providências", tendo como Relatora a Senadora Gleisi Hoffmann, que oferece relatório Contrário ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. Em 17/5/2011, foi concedida vista ao Senador Luiz Henrique. Anunciada a Matéria, usam da palavra a Senadora Gleisi Hoffmann, Relatora da Matéria, e o Senador Luiz Henrique. Encerrada a discussão, colocado em votação a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto. Item 3– Projeto de Lei do Senado nº 308 de 2006, não terminativo, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que "altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, para coibir a concorrência parasitária", tendo como Relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório favorável do Projeto com a Emenda nº 1-CCT. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com Parecer favorável ao Projeto com a Emen-

da nº 1-CCT. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. Em 17/5/2011, foi concedida vista à Senadora Gleisi Hoffmann. A apreciação da Matéria é adiada. Item 4-Projeto de Lei do Senado nº 259 de 2010-Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que "altera a Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, que dispõe sobre a política de resseguro, retrocessão e sua intermediação, as operações de co-seguro, as contratações de seguro no exterior e as operações em moeda estrangeira do setor securitário; altera o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990; e dá outras providências", tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. Item 5– Projeto de Lei do Senado nº 290 de 2009, não terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que "acresce dispositivos à Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, que 'define os crimes contra o sistema financeiro nacional, e dá outras providências'", tendo como Relator o Senador Alvaro Dias, que oferece relatório contrário ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Francisco Dornelles Relator "Ad Hoc" da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator "Ad Hoc", encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto. Item 6– Projeto de Lei do Senado nº 392 de 2007, terminativo, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que "altera a Lei nº 9.496, de 1997, para autorizar a União e os Estados, no âmbito do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal, a abater do cálculo do resultado primário despesas dos Estados com investimentos em obras de infra-estrutura", tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01-CCJ e contrário à Emenda oferecida pelo Senador Antonio Carlos Valadares. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador José Pimentel Relator "Ad Hoc" da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator "Ad Hoc", usam da palavra os Senadores Cyro Miranda, Glesi Hoffmann, Blairo Maggi, Vanessa Grazziotin, Lindbergh Farias, Eduardo Braga, Casildo Maldaner, Flexa Ribeiro, Waldemir Moka e José Pimentel, Relator "Ad Hoc". É solicitada Vista pelos Senadores Cyro Miranda e Gleisi Hoffamnn. O Presidente da Comissão concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. Item 7– Projeto de Lei do Senado nº 193 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Jorge Yanai, que "altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para aumentar em 30% (trinta por cento) o montante dedutível, na apuração do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, das despesas com seguros e planos de saúde, e dispõe sobre a concessão às pessoas jurídicas de selo e certificado de excelência no cuidado com a saúde do empregado", tendo como Relatora a Senadora Vanessa Grazziotin, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer contrário ao Projeto. A Matéria é retirada de pauta, a pedido da Relatora, para reexame. Item 8– Projeto de Lei do Senado nº 209 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "altera o art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para isentar da contribuição previdenciária a importância recebida a título de aviso prévio indenizado", tendo como Relator o Senador Gim Argello, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A Matéria é retirada de pauta a pedido do Relator. Item 9– Projeto de Lei do Senado nº 435 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Francisco Dornelles, que "altera a Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, e a Lei nº 11.116, de 18 de maio de 2005, para estabelecer a incidência de Taxa Selic na hipótese de ressarcimento do saldo acumulado de créditos do Imposto sobre Produtos Industrializados, da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social", tendo como Relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator, para reexame. Item 10– Projeto de Lei do Senado nº 326 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Alfredo Cotait, que "estabelece nova taxa de juros, outro índice de atualização monetária e novos critérios para readequação e recálculo dos contratos de refinanciamento celebrados entre a União e os Municípios com amparo na Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001", tendo como Relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria é retirada de pauta a pedido do Relator. Item 11-Requerimento nº 23 de 2011, de iniciativa do Senador Demóstenes Torres, que "requer, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública destinada a debater o Projeto de Lei do Senado nº 86 de 2011 – Complementar, que "altera dispositivo da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para tratar das Transferências Voluntárias a Municípios com população de até 50.000 habitantes", com a presença

dos seguintes convidados: Exma. Sra. Raquel Branquinho Pimenta Mamede Nascimento, Procuradora Regional da República – 1ª Região; Sra. Lucieni Pereira, Especialista em Finanças Públicas e Controle Externo, e Segunda Vice-Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do TCU (Sindilegis); e Sr. Marcelo Barros Gomes, Secretário de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União". Em 17/5/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. A Comissão aprova o Requerimento nº 23 de 2011-CAE. Item 12-Requerimento nº 24 de 2011, de iniciativa do Senador Alvaro Dias, que "requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública destinada a discutir as implicações, para a economia brasileira, das interferências políticas e partidárias na gestão de empresas estatais e privadas, com a presença das seguintes autoridades: Sra. Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana, Presidente da Comissão de Valores Mobiliários – CVM; Sr. Armínio Fraga Neto, Presidente do Conselho de Administração da BM&FBOVESPA; Sr. Gilberto Mifano, Presidente do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC; e Sr. Carlos Antonio Rocca, Especialista em Mercado de Capitais". Em 17/5/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. A apreciação da Matéria é adiada. Item 13-Requerimento nº 25 de 2011, de iniciativa do Senador Delcídio do Amaral, que "requer a inclusão do nome do Secretário Estadual de Transportes do Estado de São Paulo, Exmo. Sr. Saulo de Castro, entre os convidados a participar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 13 de 2011-CAE". Em 17/5/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. A Comissão aprova o Requerimento nº 25 de 2011-CAE. Item 14-Requerimento nº 26 de 2011, de iniciativa do Senador Delcídio do Amaral, que "requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com a participação da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, com o objetivo de debater a distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Arno Hugo Augustin Filho, Secretário do Tesouro Nacional; Sr. Eduardo Pereira Nunes, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; e Sr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios – CNM". Em 17/5/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. A Comissão aprova o Requerimento nº 26 de 2011-CAE. São lidos pela Presidência e serão apreciados posteriormente os Requerimentos nºs 27, 28, 29 e 30 de 2011. O Requerimento n° 27 de 2011, de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro, requer a realização de audiência pública destinada a tratar do endividamento dos Estados, face o significante aumento verificado nas despesas estaduais com os juros da dívida, com a presença dos seguintes convidados: Exmo. Sr. José Barroso Tostes Neto, Secretário da Fazenda do Estado do Pará; Exmo. Sr. Simão Sirineu, Secretário da Fazenda do Estado de Goiás; Exmo. Sr. Carlos Martins Marques de Santana, Secretário da Fazenda do Estado da Bahia; Exmo. Sr. Andrea Sandro Calabi, Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo; Exmo. Sr. Ubiratan Rezende, Secretário da Fazenda do Estado de Santa Catarina; e representante da Secretaria do Tesouro Nacional. O Requerimento n° 28 de 2011, de iniciativa do Senador Delcídio do Amaral, requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, a se realizar em 2 (dois) dias, com o objetivo de discutir o tema: "Renovação das Concessões", tendo como convidados no primeiro dia: Exmo. Sr. Márcio Zimmermann, Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia; Sr. Nelson Hubner, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica; Sr. Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento; Exmo. Sr. Nelson Barbosa, Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda; e, no segundo dia: Sr. José da Costa Carvalho Neto, Presidente da Eletrobras; Sr. Mauro Arce, Presidente da Companhia Energética de São Paulo; Sr. Otávio Carneiro de Rezende, Presidente do Conselho da Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia; e Sr. Paulo Pedrosa, Presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres. O Requerimento n° 29 de 2011, de iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin, requer a realização de audiência pública, em conjunto com as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, de Serviços de Infraestrutura – CI, e de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, para debater a situação dos aeroportos do Brasil, com a presença dos convidados: Sr. Antonio Augusto Matos do Vale, Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero; Sr. Carlos Eduardo Magalhães da Silveira Pellegrino, Diretor-Presidente Interino da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac; e Sr. Wagner Bittencourt, Secretário Nacional da Secretaria Nacional de Aviação Civil – Snac. E o Requerimento n° 30 de 2011, de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro, requer a inclusão do nome do Exmo. Sr. Simão Robison Oliveira Jatene, Governador do Estado do Pará, entre os convidados para participar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 19 de 2011– CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se

a reunião às onze horas e cinqüenta minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 16ª Reunião.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para o seu conhecimento:

Avisos do Tribunal de Contas da União

Aviso nº 48, de 2011, de 04 de maio de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº TC022063/2010-2, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 36, de 2010.

Aviso nº 50, de 2011, de 04 de maio de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº TC022066/2010-1, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 40, de 2010.

Aviso nº 51, de 2011, de 11 de maio de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº TC025599/2010-10, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 53, de 2010.

Informo, ainda, que a Comissão recebeu algumas correspondências enviadas por órgãos que tratam de assuntos diversos.

Todos os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Vamos entrar no item 1 da pauta.

Nós vamos aguardar...

Bom, como todos os relatores estão ausentes... Está difícil, hoje, o negócio. Alguma coisa está acontecendo.

Portanto, eu vou começar pelos requerimentos.

ITEM 11
REQUERIMENTO Nº 23 DE 2011

Requer, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública destinada a debater o Projeto de Lei do Senado nº 86 de 2011 – Complementar, que "altera dispositivo da Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para tratar das Transferências Voluntárias a Municípios com população de até 50.000 habitantes", com a presença dos seguintes convidados: Exma. Sra. Raquel Branquinho Pimenta Mamede Nascimento, Procuradora Regional da República – 1ª Região; Sra. Lucieni Pereira, Especialista em Finanças Públicas e Controle Externo, e Segunda Vice-Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do TCU (Sindilegis); e Sr. Marcelo Barros Gomes, Secretário de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União.

Iniciativa: Senador Demóstenes Torres

Em 17 de maio, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão.

Em 18 de maio, o Senador Demóstenes Torres apresentou requerimento em substituição ao anterior, para alterar o nome da Srª Samantha Chantal Dobrowolski pelo da Srª Raquel Branquinho Pimenta Mamede Nascimento, ambas Procuradoras Regionais da República.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 23, de 2011, da CAE.

O Senador Alvaro Dias pede o adiamento do Item nº 12, porque gostaria de estar presente quando da sua votação.

ITEM 13
REQUERIMENTO Nº 25 DE 2011

Requer a inclusão do nome do Secretário Estadual de Transportes do Estado de São Paulo, Exmo. Sr. Saulo de Castro, entre os convidados a participar da audiência pública sobre a qual trata o Requerimento nº 13 de 2011-CAE.

Iniciativa: Presidência da Comissão

Observações: *Em 17/5/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão*

Em votação o requerimento. Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 25, de 2011, da CAE.

Voltamos agora à nossa pauta normal.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, V. Exª fez uma inversão de pauta para tratar dos requerimentos. Encaminhei à Mesa um requerimento. Não sei se V. Exª poderia incluí-lo, fazer a leitura extra-pauta...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim, pois não, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu pediria a V. Exª, se fosse possível, a inclusão extrapauta e a discussão do requerimento que encaminhei à Mesa, solicitando também uma audiência pública, para tratar do endividamento dos Estados.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Vamos seguindo os atos. Vamos fazer a leitura do requerimento, para aprová-lo na próxima semana, ok?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Faltou aqui o Item nº 14 da pauta.

ITEM 14
REQUERIMENTO Nº 26, DE 2011

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com a participação da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, com o objetivo de debater a distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Arno Hugo Augustin Filho, Secretário do Tesouro Nacional; Sr. Eduardo Pereira Nunes, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; e Sr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios – CNM.

Iniciativa da Presidência da Comissão. Em 17/5/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento nº 26, de 2011, da CAE.

Já que falamos a respeito, vou aproveitar para ler os requerimentos logo, para que não haja dúvida.

Outra coisa: estamos propondo para os Senadores e Senadoras que, como são muitas audiências públicas, nós fazemos as reuniões ordinárias e, depois, as audiências públicas. Do contrário, vai ficar absolutamente impossível, com o número de comissões e subcomissões que hoje pululam no Senado Federal. Nós faríamos no mesmo dia: faríamos a reunião ordinária e depois faríamos a audiência pública, mesmo com a pauta reduzida e mesmo se estendendo um pouco mais até às 13horas ou 14horas, para ir limpando a pauta e o número de audiências públicas que estão sendo aprovadas na CAE.

Portanto, vou ler os requerimentos.

O primeiro é um requerimento de autoria do Senador Flexa Ribeiro. *Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja enviado convite às autoridades abaixo relacionadas para, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, seja realizada audiência pública destinada a tratar do endividamento dos Estados, em face do significante aumento verificado nas despesas estaduais com juros da dívida: O Secretário de Fazenda do Estado do Pará, Sr. José Barroso Tostes Neto; o Secretário de Fazenda do Estado de Goiás, Sr. Simão Cirineu; Secretário de Fazenda do Estado da Bahia, Sr. Carlos Martins Marques de Santana; Secretário de Fazenda do Estado de São Paulo, Sr. Andrea Calabi, Secretário de Fazenda do Estado de Santa Catarina; Sr. Ubiratan Rezende e também representante do Tesouro Nacional.*

As justificativas estão aqui apresentadas pelo Senador Flexa. Portanto, esse requerimento será votado na próxima semana.

O outro requerimento:

Nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada por esta Comissão de Assuntos Econômicos, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura [onde este requerimento já foi aprovado] audiência pública a se realizar em dois dias, com o objetivo de discutir o tema Renovação das Concessões, com a presença dos seguintes convidados:

No primeiro dia, Márcio Zimmermann, Secretário Executivo do MME; Nelson Hubner, Diretor-Geral da Aneel; Luciano Coutinho, Presidente do BNDES; Nélson Barbosa, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda;

– No segundo dia, José da Costa Carvalho Neto, Presidente da Eletrobrás; Dr. Mauro Arce, Presidente da Cesp; Dr. Otávio Carneiro Rezende, Presidente do Conselho da Abiape; Dr. Paulo Pedrosa, Presidente da Abrace.

As justificativas estão aqui apresentadas. O tema Renovação de Concessão talvez seja o mais importante do setor de energia elétrica nos próximos meses, porque há várias concessões de hidrelétricas sendo encerradas, não só de hidrelétricas de companhias estaduais, mas também de companhias federais. Portanto, esse é um tema fundamental até porque pode vir a trazer impactos na modicidade tarifária, que é um dos pilares do novo modelo do setor elétrico.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente, só para uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senadora Gleisi.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – V. Exª está lendo vários requerimentos para realização de audiência pública e V. Exª já falou que faremos em conjunto com as pautas ordinárias. Nós temos um calendário estabelecido? Nós poderíamos priorizar os temas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Isso, nós estamos trabalhando nesse calendário, para dar conhecimento aos Senadores e às Senadoras, porque muitos requerimentos podem ser otimizados. Vou dar um exemplo específico. No caso do FPM dos Municípios, como o Senador Suplicy solicitou a presença do Presidente do IBGE, com a vinda dele nós fazemos também esse requerimento. Assim acontece com outros requerimentos correlatos, até porque há coincidência de pessoas que estão sendo convidadas. Então, vamos ter de fazer uma unificação de alguns temas ou otimizar a presença dessas pessoas para aproveitar as audiências públicas e ganhar tempo. São muitas audiências públicas.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Eu queria deixar uma solicitação de prioridade – sei que são muitas – para a audiência sobre contratos de pedágio das concessionárias, porque é um tema que está correndo e haverá definição da NTT sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito bem lembrado, Senadora Gleisi Hoffmann.

Mais um requerimento de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin.

REQUERIMENTO N° 29/2011

*Iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin***,** de *realização de audiência pública, em conjunto com as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, de Serviços de Infraestrutura – CI, e de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, para debater a situação dos aeroportos do Brasil, com a presença dos convidados: Sr. Antonio Augusto Matos do Vale, Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero; Sr. Carlos Eduardo Magalhães da Silveira Pellegrino, Diretor-Presidente Interino da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac; e Sr. Wagner* Bittencourt, Secretário Nacional da Secretaria Nacional de Aviação Civil – Snac.

A justificativa consta do requerimento. É um tema palpitante, um tema importante. Nós votaremos esse requerimento na próxima semana.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não, Sr. Presidente. Não há como votá-lo hoje? Deixe-me explicar, se houver condições regimentais. Requerimento de igual teor foi apresentado na Comissão de Infraestrutura e, salvo engano, na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. Então, o objetivo é fazer uma audiência em conjunto, com todas essas comissões e os responsáveis no País pelo setor aeroportuário. Isso já está acordado, porque ele havia sido convidado para várias audiências e ficou acertado que teríamos uma única audiência em várias comissões. Para que não atrasemos ainda mais o processo, se for possível regimentalmente, solicito a votação agora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin, como essa audiência vai ocorrer no dia 7 de junho, nós podemos tranquilamente votar na terça-feira e fazer a audiência pública com as demais comissões.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, apenas gostaria de fazer um adendo, ouvida a Senadora Vanessa, porque já que estaremos trazendo não só todas as autoridades aeroportuárias, mas também a nova autoridade da aviação civil brasileira, que é o novo ministro que trata da aviação civil, seria importante e sugiro à Senadora Vanessa, autora desse requerimento, que além de debatermos e discutirmos a situação aeroportuária, pudéssemos adicionar um item a esse requerimento, para debatermos a aviação regional com as mesmas autoridades, a fim de que não fiquemos aqui com repetição de audiências públicas com temas correlatos.

Portanto, sugeriria e faria um apelo à nossa Senadora para que aditássemos e esse debate fosse não apenas sobre a infraestrutura aeroportuária, mas também sobre a aviação regional civil neste País.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O problema, Senador, é que o objeto, a justificação... Aliás, a Senadora Vanessa Grazziotin... a única alteração ocorrida foi a inclusão da CMA, nas outras comissões já tinha sido, inclusive, votado e aprovado. E o objeto é especialmente a preocupação com a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Então, se incluirmos a aviação regional vai fugir um pouco do objeto principal...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Não tem problema. Então, vamos fazer mais uma audiência pública sobre a aviação regional e apresentarei o requerimento a V. Exª. Acho apenas que seja Copa do Mundo, seja Olimpíadas, o povo das regiões mais isoladas deste País talvez tivessem o direito de participar desses grandes eventos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeitamente, meu caro Senador Eduar-

do Braga. E não duvido de que nessa audiência pública não... É uma maravilha. Aliás, essa questão da aviação regional é absolutamente fundamental para vários Estados brasileiros e não tenho dúvida de que nessa audiência pública vão perguntar sobre aviação regional também.

Portanto, lido mais este requerimento, começamos pelo item 2.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 349 DE 2009

– Não Terminativo –

Determina a isenção de taxas por uso de sistema eletrônico para participação em licitações, quandocobradas de licitantes interessados em ofertar bens e serviço para a administração pública e dá outrasprovidências.

Autoria: Senador Raimundo Colombo

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Relatório: Contrário ao Projeto.

Observações: – *A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,em decisão terminativa.*

– *Em 17/5/2011, foi concedida Vista ao Senador Luiz Henrique.*

O relatório já foi lido pela Relatora na 16ª reunião, realizada em 17 de maio, ocasião em que foi concedida vista ao Senador Luiz Henrique.

Pergunto à Relatora, Senadora Gleisi Hoffmann, se deseja fazer uso da palavra.

Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Na realidade, Sr. Presidente, tivemos a oportunidade de ler o relatório na reunião passada e havia um pedido de vista do Senador Luiz Henrique a respeito da matéria. Nesse sentido, consulto o Senador sobre as vistas, se permanece com ela ou não, para que possamos encaminhar a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, examinei o projeto e, inclusive, consultei o autor, o Governador Raimundo Colombo. Efetivamente, assiste razão a Relatora, nobre Senadora Gleisi Hoffmann. De modo que votarei com o seu relatório.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Em votação o relatório da Senadora Gleisi Hoffmann.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Vamos agora para o Item 7.

A Senadora Vanessa Grazziotin solicita a retirada do item de pauta, para reexame da matéria.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Vamos ler o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O item não foi retirado de pauta?

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu não pedi. Eu pedi? *(Intervenção fora do microfone.)* Ah! Vocês pediram?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O gabinete informou por *e-mail*.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – O gabinete informou por *e-mail*...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Solicitando a retirada de pauta.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Paciência. Então o gabinete deve ter suas razões, que eu não conheço ainda, mas saberei em breve.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O gabinete é sempre sábio. Ele é sempre competente e eficiente, Senadora Vanessa Grazziotin.

Como alguns relatores não estão presentes, eu vou nomear *ad hoc* os relatores, para darmos sequência aos itens da pauta.

ITEM 1
AVISO Nº 3 DE 2011
– Não Terminativo –

Comunica ao Senado Federal a constatação de irregularidade em operação de crédito realizada pelo Município de Pato Branco – PR.

Autoria: *Ministro de Estado da Fazenda*

Relatoria: *Senador Aloysio Nunes Ferreira*

Relatório: *Pelo encaminhamento de cópia do Aviso nº 3 de 2001, de seus anexos e desse relatório, pelo Presidente do Senado Federal, ao Ministério Público Federal, ao Tribunal de Contas da União, ao Ministério Público do Estado do Paraná e ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, para as providências cabíveis; pelo encaminhamento de expediente, pelo Presidente do Senado Federal, ao Ministério da Fazenda, ao Chefe do Poder Executivo do Estado do Paraná e aos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Pato Branco – PR, comunicando a sujeição desse Município às sanções previstas no*

art. 23, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 2000; e posterior arquivamento

Observações: Em 17/5/2011, foi concedida Vista Coletiva.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Qual é o item?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É o Item 1, Senador Eduardo Braga.

O relatório já foi lido pelo relator na 16ª Reunião, realizada em 17/05/2011. Nessa ocasião foi concedida vista coletiva.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Eu tinha solicitado ao Município de Pato Branco os documentos correspondentes a esse processo, e eles me chegaram às mãos ontem à noite. Eu não tive oportunidade de conversar com o Senador Aloysio Nunes que, na realidade, o Ministério da Fazenda atesta que a documentação encaminhada pelo Município atendeu aos procedimentos legais necessários para anular os efeitos da operação de crédito irregularmente contratada, o que permite a continuidade da análise dos processos mencionados, porque o Município tinha outras solicitações de operação de crédito.

Então, o Município tomou todas as providências. Eu tenho aqui todos os documentos do Banco do Brasil, da Câmara Municipal. O Município quitou a sua situação.

Tenho um pouco de receio porque o relatório do Senador Aloysio Nunes pede que seja encaminhado ao Ministério Público da União, ao Ministério Público do Estado, aos Tribunais de Contas da União e do Estado para providências. No meu entender, não há providências a serem tomadas em relação a essa matéria. Há o arquivamento da matéria, porque assim que o Município foi sugestionado pelo Ministério da Fazenda e foi solicitado a tomar as providências para desfazer a operação de crédito irregular ele o fez. Portanto, não houve má-fé, não houve ilícito.

Então, eu gostaria que o Senador Aloysio pudesse considerar isso e retirar do seu relatório os encaminhamentos aos Ministérios Públicos e aos Tribunais de Contas, e nós simplesmente tomássemos conhecimento e arquivássemos a matéria.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Pois é. Por isso mesmo que estou perguntando ao Presidente qual seria o encaminhamento, porque eu não consegui falar com...

Por isso mesmo é que eu estou pedindo ao Presidente qual seria o encaminhamento, porque eu não consegui falar com ele.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Nós vamos aguardar, então, o Senador Aloysio Nunes, que também é Relator do Item 3, e, aí, com a presença do Senador Aloysio Nunes... Eu pensei que já tinha havido um acordo. Em função dos documentos que foram encaminhados...

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Eu só recebi ontem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – ...pelo Município de Pato Branco, eu pensei que já tinha havido um entendimento nesse sentido.

Portanto, o Item 1 e o Item 3 nós vamos aguardar.

O Item 4, o Senador João Vicente Claudino pede sua retirada de pauta.

Ao Item 5 eu vou nomear um relator *ad hoc*.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 290, DE 2009
– Não Terminativo –

Acresce dispositivos à Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, que "define os crimes contra o sistema financeiro nacional e dá outras providências".

Autoria: Senador Pedro Simon

Relatoria: Senador Alvaro Dias

Relatório: Contrário ao Projeto.

Observações: A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Eu indico, como Relator *ad hoc,* o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, chega a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 290, de 2009, de autoria do Senador Pedro Simon, que *"define os crimes contra o sistema financeiro nacional e dá outras providências."*

O objetivo do projeto é estender os crimes contra o sistema financeiro nacional, a pessoa natural ou a empresa que analise e avalie os riscos que envolvam os agentes econômicos que transacionam com o setor financeiro; a situação econômico-financeira de grupos, empresas; a qualificação, estabilidade, confiabilidade e credibilidade desses grupos

O parecer do Senador Alvaro Dias mostra que a proposta demanda uma análise sob três aspectos.

O primeiro é concordar com o diagnóstico de que existe influência de consultorias e agências de classificação.

Concorda com o primeiro aspecto.

O segundo é concordar com a influência dessas empresas.

E, por fim, é justificado limitar a atuação dessas empresas.

O Senador concorda com essas propostas, com essa análise, mas entende que as situações são diferenciadas e que não há como estender a essas empresas as mesmas regras das empresas do sistema financeiro.

O Senador Alvaro Dias opina pela rejeição do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Dornelles, mais uma vez colaborando com os trabalhos, de forma competente, da Comissão de Assuntos Econômicos.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo nenhum Senador ou Senadora para discutir, em votação o relatório do Senador Alvaro Dias.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Agora, os próximos projetos são projetos em caráter terminativo. Portanto, nós precisamos de quórum.

Eu peço aos gabinetes, aos Senadores e Senadoras titulares ou suplentes da Comissão de Assuntos Econômicos que agora vamos votar nominalmente as próximas matérias.

Pela ordem, Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu queria aproveitar a presença do Senador Pimentel

Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu queria aproveitar a presença do Senador Pimentel. O item 9, que é um projeto de minha autoria, relatado pelo Senador Pimentel, esse projeto já foi incorporado ao Projeto de Lei nº 411, já aprovado pelo Senado. De modo que eu diria ao Senador Pimentel que o caminho seria a retirada. Eu retiraria esse projeto. Ou qual é a posição de V. Exª, porque ele já foi aprovado pelo Senado. Ele foi incorporado ao Projeto de Lei nº 411, já está inclusive na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, em face desse fato novo, estou retirando para refazer o parecer, pela prejudicialidade do projeto. Aliás, se V. Exª concordar, nós já poderíamos refazer o parecer, pela sua prejudicialidade, em face de ter sido contemplado pelo projeto aqui referenciado pelo nosso autor, Senador Dornelles.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeitamente, Senador Pimentel. Portanto, retiramos o item 9 e V. Exª prepara um novo parecer pela prejudicialidade do projeto, até pelas ponderações do Senador Dornelles.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Agora, entramos no item 6.

Projeto de Lei do Senado Federal, de nº 392, terminativo.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 392
– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.496, de 1997, para autorizar a União e os Estados, no âmbito do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal, a abaterem do cálculo do resultado primário despesas dos Estados com investimentos em obras de infraestrutura.

Autoria da Senadora Lúcia Vânia. Quanto à relatoria, terei que nomear um relator *ad hoc*.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) **–** Sr. Presidente, vou pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vamos ler o relatório primeiro. Nomeio o Senador Pimentel relator *ad hoc* do projeto. O projeto é pela rejeição. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto com a Emenda de nº 1 e contrário à emenda oferecida pelo Senador Antonio Carlos Valadares.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Com a palavra o relator *ad hoc*, Senador Pimentel, item 6.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, é submetido à análise desta Comissão Projeto de Lei do Senado nº 392, de 2007, de autoria da Senadora Lúcia Vânia.

O projeto visa autorizar a União e os Estados a definirem conjuntamente investimentos estaduais em infraestrutura, cujas despesas não seriam consideradas para efeito de apuração do resultado primário no âmbito dos contratos de negociações das dívidas estatais.

Análise.

Sem dúvida, os investimentos públicos em infraestrutura são necessários à retomada sustentável do crescimento econômico do Brasil. Nesse sentido, é justificável e meritória a preocupação da Senadora Lúcia Vânia. Entretanto, não consideramos que o caminho escolhido para alcançar tal intento seja o adequado.

O tamanho da carga tributária no Brasil é relativamente elevado, face o padrão internacional ao se considerar os serviços públicos oferecidos. O mesmo se pode dizer a respeito do endividamento público, ainda que a trajetória da dívida seja declinante nos últimos anos. Nesse contexto, a solução mais racional para elevar o investimento público em infraestrutura é acomodar o aumento às disponibilidades da receita. Tal estratégia não parece implicar em custos exagerados diante do excelente desempenho da arrecadação nas três esferas de Governo. No entanto, o projeto opta pela redução do superávit primário dos Estados como forma de viabilizar o aumento do investimento público em infraestrutura, o que necessariamente afetará a trajetória do endividamento público.

Como se sabe, a redução da relação dívida/PIB foi uma das principais responsáveis pela relativa estabilidade macroeconômica observada nos últimos anos. Ademais, a importância dos superávits primários tende a aumentar diante da visível deterioração do cenário internacional, observada no transcorrer do presente ano. Vale lembrar também o aumento da inflação nacional, o que requer uma política fiscal mais rígida para evitar que o esforço antiinflacionário se concentre na taxa de juros.

É certo que a redução do superávit primário dos Estados poderia ser compensada pelo aumento do superávit da União, já que a estabilidade macroeconômica é um dos objetivos perseguidos pela política pública por essa esfera de governo. Entretanto, tal opção provavelmente afetaria o próprio investimento em infraestrutura, pois, como se sabe, esse tipo de agregado é o mais sensível a medidas tendentes a conter despesas.

Outro ponto importante a considerar é que a alteração da Lei que estabelece os fundamentos legais do refinanciamento das dívidas estaduais pela União não teria qualquer implicação imediata nos termos das negociações havidas.

Como bem assinalou o parecer aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, os contratos por meio dos quais se processou a negociação são atos jurídicos perfeitos, independentes das alterações da Lei que os originou.

Nesse contexto, a alteração pretendida pelo Projeto só teria a função de autorizar as partes (Estados e União) a renegociar os contratos, prevendo a redução dos superávits primários no montante equivalente aos investimentos estaduais em infraestrutura acertados. Entretanto, ainda que as partes consentissem, o atual ordenamento legal não permitiria semelhante alteração contratual, justamente por caracterizar renegociação de divida entre entes federados. Tal restrição está estampada no *caput* do art. 35 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal.

Enfim, a proposta possui como único efeito prático conceder autorização para que União e Estados renegociem contratos de dívida, o que não é permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Voto

Diante do exposto, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 392, de 2007.

É esse o Parecer do Sr. Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Pimentel.

A matéria está em discussão.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro. Desculpe, Senador...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pedido de vista, Sr. Presidente, para apresentar voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Mas V. Exª pediu vista ou...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pedi vista.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Ah, vista.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Eu quero pedir vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vista coletiva..

Senador Blairo, gostaria de...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Quero falar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Tem a palavra, meu caro Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PT – MT) – Pois não. Cumprimento o Presidente da nossa Comissão.

Srªs e Srs. Senadores, é uma pena que projetos como este o Governo Federal não queira nem discutir. E quando falo que não quer nem discutir é que não quer discutir aqui na Comissão e não quer discutir com os Executivos, com os Estados, a questão do endividamento ou da relação da dívida dos Estados em relação ao País. Todas as Srªs e os Srs. Senadores sabem que esse endividamento vem da época em que não havia Lei de Responsabilidade Fiscal. O que imperava era a bagunça, o que imperava era a sacanagem política de quem perdia eleição, que passava para quem ganhava, principalmente se fosse oposição, aumentos salariais irreais e dívidas contraídas sem qualquer critério. E o País virou o que virou, com total descontrole financeiro e fiscal.

Então, a Lei de Responsabilidade Fiscal veio, colocou a casa em ordem, e ninguém, acho, em sã consciência, discute a importância dessa Lei para o caminho que o Brasil escolheu e onde estamos chegando. Grande parte do mérito do que temos hoje na economia diz respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Fui Governador, o Senador Braga também foi Governador, Valdir Raupp também, e nós, como governadores...

Valdir Raupp também, e nós, como Governadores...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – *(Intervenção fora do microfone.)* o Senador Luís Henrique...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Desculpe-me. Eu não o havia reconhecido. Ele está de costas aqui. Mas, nós, como Governadores – é que ele tem muito cabelo atrás e pouco na frente *(risos.)* –, entendemos a importância e o quanto foi bom para as nossas gestões a questão dessa Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas, o tempo passou, o tempo mudou, as regras são outras, os juros são outros, a economia é outra. E o Executivo Federal, por meio da nossa Secretaria do Tesouro Nacional e da Fazenda, eles, em nome da Lei de Responsabilidade fiscal e outros temores – que, para mim, não existem –, não querem discutir, de forma alguma, sob hipótese nenhuma, qualquer flexibilização, qualquer alteração nesta Lei.

Ora, qualquer Senador ou qualquer Deputado, ou qualquer Governador que queira mexer nesta Lei – imagino eu – não teria a coragem de propor algo que tirasse do rumo, que tirasse dos trilhos a economia brasileira. Mas é necessário e importante que essa discussão seja feita. Não é possível, agora com o repique de inflação, que os Estados voltem a pagar – e no Mato Grosso será assim – 17, 18% de juros sobre a dívida.

Eu, quando assumi o Estado de Mato Grosso – acho que com os demais Governadores aqui não foi diferente –, o meu Estado devia 5.3 bilhões para a União. Durante oito anos foram pagos 5 bilhões, e estamos devendo outros 5 bilhões para a União. Então, não vai acabar nunca do jeito que está.

Faz-se necessário, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, já que o Governo Federal, o Executivo, tem receio, tem meios, que este Senado puxe para si a discussão para propor mudanças nessa legislação, caso contrário veremos a União relativamente folgada com o seu caixa, dando conta das condições mínimas do que precisa ser feito, e os Estados não tendo a mínima condição de fazer qualquer investimento na infraestrutura, a não ser os parcos 2 ou 3% que sobram para fazer a gestão, fora das verbas vinculadas que temos. Então, passa da hora de fazermos uma discussão sobre o assunto.

Vou acompanhar o voto na hora que vier do Governo, não vou discordar do voto, mas quero deixar aqui registrado que passa da hora de termos a coragem, o Executivo e o Legislativo, principalmente o Senado, de nos sentar e buscar uma fórmula de folgar a vida dos Estados. Não é deixar a bagunça voltar, não é abrir mão da responsabilidade fiscal, pelo contrário, é, sim, ajustá-la para o momento que estamos vivendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Blairo.

Com a palavra o Senador Lindbergh, depois a Senadora Gleisi, depois o Senador Eduardo Braga.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Blco/PCdoB – AM) – Pela ordem.

Posso solicitar vista do processo?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Democraticamente, os Senadores querem falar, se inscreveram porque querem comentar. Esse é um projeto importante, um projeto que mexe com o dia a dia de todos os Estados e Municípios.

A palavra é democrática, Senadora Vanessa. E eu não vou conduzir...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Blco/PCdoB – AM) – Parabéns. Parabéns, Presidente. Parabéns pela conduta, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – ...burocraticamente esta Comissão.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Blco/PCdoB – AM) – Perfeito. Parabéns pela conduta extremamente democrática.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, rapidamente, porque houve pedido de vista, portanto, não vou fazer a discussão nem me aprofundar no tema.

Entendo as palavras do Senador Blairo Maggi. Ontem, os Governadores do PT, Senador Blairo, reuniram-se aqui e discutiram a dívida com a União. Ou seja, há uma reivindicação natural dos governadores. No entanto, creio que a melhor forma de resolvermos esse problema das dívidas dos Estados não é por este projeto. Este projeto retira investimentos estaduais do cálculo do superávit primário. A gente não pode esquecer a conjuntura econômica que estamos enfrentando no País agora, o esforço do Governo Federal inclusive, que conseguiu, em três meses, fazer um superávit de 40 bilhões, superior à meta quadrimestral. Então, não podemos nos esquecer, nesse debate, o aperto fiscal, essa consolidação fiscal que o Governo Federal está fazendo para que a inflação... Aliás, houve melhora na expectativa da inflação agora por todas as instituições

financeiras. Então, acho que esse projeto está na contra mão do momento que estamos vivendo. Então, acho que são discussões, Senador Blairo Maggi, diferentes. Entendo, respeito a posição dos Governadores, mas acho que esse projeto não poderia vir em pior hora, que é a da discussão da inflação, de um ajuste fiscal que temos de fazer neste País.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra, a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Eu também queria aqui dialogar com o Senador Blairo Maggi, uma pessoa por quem tenho profundo respeito. Tenho certeza de que, quando o Senador faz a colocação sobre a necessidade de revermos o que foram os contratos do passado, até porque foram contratos estabelecidos em outra conjuntura econômica – isso é verdade...

Mas, de fato, esse projeto não dá essa sustentação. E não me parece, Senador, que o Governo não queira discutir esse fato, até porque esteve aqui, nesta Casa, nesta Comissão, o Secretário Nelson Barbosa, que nos colocou que o Governo tem a pretensão de enviar ao Senado, para discutir, projetos que dispõem sobre a reforma tributária, até por reconhecer que é desta Casa a responsabilidade constitucional de fazê-lo.

Na época, o Secretário falou que, inclusive, abriria diálogo com os Municípios e, principalmente, com os Estados, para discutir mudanças no sistema tributário e que nós poderíamos, nessas mudanças, fazer negociações em relação às dívidas dos Estados.

Então, isso me parece bastante razoável. Se queremos melhorar o sistema econômico, inclusive as relações tributárias dos Estados, principalmente a tributação sobre combustível e energia, que tem um peso muito grande na economia nacional, parece-me razoável abrir uma negociação também em relação a essas dívidas.

A Fazenda tem recebido os Governadores. O Governador do meu Estado, o Paraná, esteve na Fazenda, discutindo exatamente as dívidas. E tenho certeza de que logo teremos nesta Casa uma discussão mais aprofundada do tema, em conjunto com a reforma tributária.

E, em relação ao projeto, o pedido de vistas partiu do Senador Cícero. Não há a pretensão do Governo, aqui, em nenhum momento, de adiar a discussão. Ele pediu vista coletiva, inclusive para que pudéssemos fazer esse debate na próxima semana.

Agora, o resultado primário dos Estados é importantíssimo para o resultado primário geral da União. E sabemos que a questão orçamentária é um instrumento de política fiscal que dá sustentação à gestão macroeconômica, pela qual a União é responsável.

Portanto, não me parece razoável que os Estados possam fazer exceções ao seu resultado primário, sem isso estar muito bem ajustado com a condução da política macroeconômica.

Nós estamos vendo agora um ajuste de política fiscal muito forte, exatamente para fazer frente a um processo inflacionário que já estamos conseguindo debelar. E isso é de condução da União, que tem, portanto, de ter exatamente os mecanismos, para poder fazer a intervenção na conjuntura econômica.

Era isso, Sr. Presidente. Tenho certeza de que vamos ter a oportunidade de fazer um debate mais aprofundado sobre esse tema, na próxima da reunião da CAE.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Gleisi.

Senador Luiz Henrique.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Depois, o Senador Eduardo Braga. Ele já havia pedido, Senador. Em seguida, a Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, peço que me inscreva.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amara. Bloco/PT – MS) – Senador Casildo Maldaner.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, após... A União tratou de criar impostos não compartilhados e, com isso, aumentou seu quinhão na distribuição do bolo tributário nacional, que hoje ultrapassa 60%. Mas os Estados foram prejudicados apenas pela criação de PIS, da Cofins e de outras contribuições, que são verdadeiramente impostos maquiados.

A União isentou o ICM nas exportações, e o princípio que depois foi estabelecido pela Lei Kandir era o de que os Estados deveriam receber 50% dos recursos não recebidos em função daquela isenção.

Pois bem, os Estados, nos últimos oito anos, não receberam nem 10% daquilo que deveria ser pago a título de compensação pela isenção das exportações do ICMS. Mas vai mais: quando da crise mundial, o Governo resolveu isentar da tributação os automóveis e a linha branca. Fê-lo com o IPI, que é um imposto compartilhado, e, com isso, foram prejudicados, mais uma vez, os Estados e Municípios.

A questão da dívida, o Senador Blairo Maggi tem total razão, é dramática para os Estados. A nossa situação é pior que a do Mato Grosso, porque quando assumi o governo, em 2003, o Estado devia R$4 bilhões; em oito anos, o Estado pagou R$6 bilhões e está devendo R$10 bilhões.

Na primeira reunião, aliás, foram poucas, que o Presidente Lula fez com os Governadores, eu fiz uma proposta que quero renovar aqui à Nação: que os Estados e Municípios devedores à União pagassem apenas 20%, ou melhor, transferissem para o Governo 80% e que 20% da dívida fossem transferidos para um programa de investimento. Ou seja, os Estados investiriam em infraestrutura, educação e saúde 20% do que deveriam pagar à União.

Qual seria a consequência disso, Sr. Presidente? A consequência seria um volume de investimentos extraordinário neste País. O Brasil tem um baixo nível de investimento. Se Estados e Municípios tivessem essa parcela da dívida para transformá-la em um programa de investimentos, nós viveríamos um novo processo de crescimento e de aceleração do desenvolvimento.

É essa a observação que faço. Acho que o Governo Federal tem nas mãos uma fórmula muito simples de resolver o problema da dívida. Não precisa nem mudar o indicador. Simplesmente os Estados se creditam com 20%, passam à União apenas 80% e, em um programa de investimentos combinado, carimbado entre cada Estado e a União, o País assistiria a um festival de investimentos na infraestrutura, na educação, na saúde, em todos os setores necessários à melhoria das condições de vida do nosso povo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, eu compreendo todos os argumentos do Governo com relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, com relação aos ajustes macroeconômicos que a Senadora Gleisi levantou, à questão dos ajustes fiscais. Mas, Srs. Senadores, a União se permite ter a DRU (Desvinculação de Receitas da União) antes da aplicação das verbas vinculadas. Os Estados não conseguiram aprovar neste Congresso o DRE, que seria a Desvinculação das Receitas Estaduais. A União, como já foi dito aqui, ao longo dos anos, criou receitas não compartilhadas que aumentaram a participação da União na receita tributária nacional – de cada R$10, 00, R$6,6 ficam com a União. A União criou o PAC e criou excepcionalidades para o PAC. A União criou o PPI e criou excepcionalidades para a União fazer investimentos especiais e prioritários neste País. E aos Estados tudo foi negado. Se são importantes para a manutenção da política macroeconômica nacional os superávits estaduais, por outro lado, também é importante para o desenvolvimento nacional a manutenção das capacidades de investimento dos Estados e dos Municípios.

Sr. Presidente, o que se estabelece nesta propositura nada mais é do que dar aos Estados o mesmo tratamento que a União lhe dá. A República Federativa Brasileira tem que ter preocupações com a política macroeconômica, tem que ter preocupações com o ajuste fiscal, mas não dá para tudo ser possível para a União, que tudo seja no sentido de fortalecer a União, e os Estados serem usado para o alcance de um ajuste primário brutal, em detrimento da capacidade de investimento dos Estados. Mesmo aqueles que cumpriram seu dever de casa e que conseguiram fazer seu desenvolvimento com o índice de endividamento baixo estão sendo hoje penalizados pela média do endividamento público brasileiro.

Ora, o que ganha um Estado, portanto, ao fazer uma boa gestão financeira, se ele acaba sendo contingenciado pela média nacional do endividamento público? Portanto, Sr. Presidente, apenas para deixar registrado nesta Casa de que é hora de o Congresso Nacional, o Senado da República e, mais precisamente a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, que representa os Estados na Federação, aqui é a representação federativa e a representação federativa precisa discutir com o Senado e com a União uma nova política nessa relação. Essa relação está sufocando a capacidade de investimento público dos Estados e dos Municípios.

Quero dizer e deixar registrado, portanto, da necessidade de a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, discutir essa questão com mais equilíbrio entre a União e o Estado.

E apenas para deixar registrado em Ata, votarei contra o parecer, a favor do projeto, quando do retorno desta medida para esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin. Depois, Senador Casildo Maldaner, Senador Flexa e Senador Moka.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Presidente Delcídio, antes de mais nada, quero cumprimentá-lo pela abertura que faz. V. Exª, entendendo a importância da matéria, abre o debate de forma antecipada. E estou achando muito importante. Quero dizer que não falo aqui com a experiência de governadora ou de ex-governadora. Nunca governei meu Estado. Entretanto, falo com a experiência de quem atua no Parlamento há muitos anos e acompanha tanto os problemas do Governo Federal quanto os de Estados e Municípios.

De fato, Sr. Presidente, fica difícil justificar a não implantação nos Estados de um programa que já existe em âmbito federal, na União, que é excetuar alguns

investimentos do cômputo do superávit para o cômputo do superávit primário. Isso acontece na União. Acho que a Senadora Lúcia Vânia foi extremamente responsável porque não coloca isso a critério dos Estados. Ela diz: "O projeto visa autorizar a União e Estados a definirem conjuntamente". Então, é um projeto de lei responsável.

Eu comentava com a Senadora Gleisi, que me dizia o seguinte: "Mas os Estados não são responsáveis pela condução da política macroeconômica". Nós todos sabemos disso. Está aqui a resposta para isso. É que, em conjunto, Estados e União poderão apontar algumas obras importantes de investimentos para serem desenvolvidas pelos Estados.

É autorizativo. Exatamente. Mais do que isso, Senador, eu acho que cabe, nesse caso, a realização de uma audiência pública para discutir este e todos os problemas de relação entre União e Estados. Por exemplo, recentemente, fui informada de que há um grande movimento dos governadores, Governador Luiz Henrique, para que seja revisto o índice, o percentual de reajuste ou de remuneração dos juros utilizados pelas dívidas estaduais perante a União. Porque a realidade de hoje – pelas dívidas estaduais perante a União – é a seguinte: Estados brasileiros, portanto, o Poder Público, pagam à União juros mais elevados que a iniciativa privada, que toma empréstimos junto ao BNDES. Não pode, Sr. Presidente.

Aí não venham dizer que a Lei de Responsabilidade Fiscal não permite, porque não sei o quê... Para isso serve o Parlamento.

Então, acho que os Estados brasileiros – não estou nem falando nos Municípios, mas nos Estados – estão, sim, extremamente sufocados. Extremamente sufocados! É preciso um debate sobre isso.

Também quero dizer que, a princípio, sou extremamente simpática a esse projeto, porque não o vejo irresponsável, de jeito nenhum. Ele apenas busca um tratamento mais isonômico para as unidades da Federação brasileira, que estão com seu poder de investimento zerado e que ficam de pires na mão, atrás do BNDES e tudo mais.

E volto àquele assunto: em uma audiência pública, precisamos debater esse relacionamento que está ocorrendo, hoje, entre União e Estados brasileiros, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Senadora Vanessa, V. Exª me permite um aparte?

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pois não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Essa proposta que fiz e que acabei de renovar aqui não mexe no ajuste: os Estados continuam pagando 100%, mas 20% se separam, e os Estados pagam, investindo em infra-estrutura, educação e saúde.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Desafoga a União.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Então, essa é a fórmula com a qual se pode, de uma só vez, aumentar o investimento público neste País e a geração de emprego e renda. E aquilo que o Governo Federal perder no primeiro momento, aqueles 20% que deixarem de fluir para o seu caixa, ele vai recuperar logo à frente, porque esses investimentos estaduais, num programa combinado com a União, vão propiciar uma tal aceleração do crescimento, do desenvolvimento, das compras e vendas no mercado, vai dar tal ânimo e dinâmica no mercado, que vão resultar num processo de crescimento muito rápido.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Só gostaria de fazer um registro a V. Exªs, até fazendo coro às preocupações de muitos Senadores e Senadoras: o elenco de audiências públicas que já aprovamos inclui exatamente esse tema que está sendo debatido. Portanto, já foi aprovado um requerimento, inclusive de autoria do Senador Luiz Henrique, em que vamos ter absoluta... Vamos ter tempo suficiente para fazer esse debate.

Só estou fazendo esse registro... E é importante ouvir como os Senadores e as Senadoras avaliam essa questão, até porque vamos ter uma reunião específica só para discutir esse assunto, tal a preocupação de todos os Senadores e Senadoras com ele.

Nós aprovamos, no dia 17 de maio, uma audiência pública nesse sentido e estamos vendo agora, com as pessoas que estão sendo convidadas, como ajustamos a agenda de cada uma, para a realizarmos aqui.

Com a palavra, o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Quero continuar, Sr. Presidente, nobres colegas...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – E as inscrições estão encerradas. Senador Casildo, Senador Flexa e Senador Moka.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Quero continuar aqui onde a Senadora Vanessa parou: no segundo parágrafo do relatório.

O projeto visa a autorizar a União e Estados a definirem conjuntamente investimentos estaduais em infraestrutura, cujas despesas seriam consideradas para efeito de apuração do trabalho primário no âmbito dos contratos de negociação das dívidas estaduais.

Só leio mais um parágrafo.

A providência seria obtida por meio da inclusão de parágrafo no art. 2º da Lei nº 9. 496, de 11 de setembro de 1997 [veja bem, é de 1997], base legal do

Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal, no qual foram firmados contratos de negociação.

O art. 2º da lei prevê, Sr. Presidente, compromissos a serem cumpridos pelos Estados entre os quais obtenção de resultados primários compatíveis com a preservação de sua solvência. Pois bem, a intenção da Senadora Lúcia Vânia foi de encontrarmos um caminho, e aí, quando vem o Senador Luiz Henrique dizer que com a retenção dos 20% transformaríamos o Brasil em um pacto generalizado. Ao invés de termos pactos daqui e dali, específicos, transformaríamos num pacto generalizado com esses investimentos.

De certo modo, não é rompermos uma cláusula contratual. Prezados colegas, não é rompermos uma cláusula contratual. Partiríamos para os investimentos. Os Estados fariam isso. Até recordo que nós, há poucos dias, inclusive em relação à Senadora Gleisi, que participou bem, acabamos votando o negócio de Itaipu. Quer dizer, Itaipu, cláusula contratual etc., acabamos flexibilizando para o bem do Mercosul, para o bem não só do Paraguai, para o bem do Brasil. Acho que flexibilizarmos isso, depois de tantos anos, com a evolução dos custos, da legislação, dos juros, das situações hoje diferentes da época. Estamos flexibilizando no sentido de ajudarmos o Brasil a transformar num pacto generalizado, com essas condições.

Eram as considerações que eu gostaria de fazer em relação a essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Delcídio do Amaral, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, primeiro eu queria logo pedir a V. Exª vista coletiva, para que possamos retornar com o projeto já na próxima reunião.

Estamos aqui discutindo o projeto da Senadora Lúcia Vânia, para o qual preparei um voto em separado – se houvesse a votação hoje eu iria apresentá-lo. Mas, já que optamos, Senador Ciro, e agora vista coletiva, acho que haverá tempo de nós conversarmos com o Relator, Senador Pimentel, como *ad hoc,* e com o Senador Suplicy, acredito que não podemos ter um peso e duas medidas. Ainda há pouco o Senador Maldaner foi preciso quando se referiu à relatoria da Senadora Gleisi na questão de Itaipu, justificando a necessidade de ter uma repactuação daquele acordo feito lá atrás.

Os acordos feitos com os Estados, e tenho números... Estamos falando de dois assuntos. O projeto da Senadora Lúcia Vânia trata apenas de permitir aos Estados usarem aquilo que a União já fez para ela própria, ou seja, excluir do superávit primário aqueles recursos de investimentos em determinadas obras, como é o caso do PPI. Então a União não pode ser contra que isso seja feito também para os Estados, até porque a preocupação da Senadora Lúcia Vânia não deixou apenas aos Estados definirem as obras em conjunto com a União.

Então, acho que aí a Senadora Gleisi fica confortável para poder ver que não haverá quebra. E nós defendemos a Lei de Responsabilidade Fiscal como uma cláusula pétrea. Não há como abrir mão disso. Mas estamos querendo fazer o acordo.

Agora, o outro assunto levantado no bojo da discussão disso, é a questão do endividamento dos Estados e Municípios, não só Estados, mas vamos tratar aqui dos Estados. Eu próprio encaminhei a V. Exª e à Mesa um requerimento para que pudéssemos fazer uma audiência pública sobre isso. V. Exª disse que o Senador Luiz Henrique encaminhou outro. Acho que poderíamos juntar os dois e fazermos uma só.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É a otimização, Senador Flexa, de que falamos no início da reunião.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Exatamente. Não há problema nenhum. Eu queria discutir inicialmente com os Secretários de Fazenda. O Senador Luiz Henrique já passou aos Governadores. Acho que podemos chamar os Governadores. Coloquei um secretário de cada região. Podia ser um Governador de cada região.

Eu tenho um dado aqui, Senadora Gleisi, que foi discutido na reunião dos Governadores da Amazônia Legal no sábado agora, no Estado do Pará, e eu li na imprensa que os governadores do PT se reuniram aqui no Distrito Federal e tiveram a mesma posição. Ou seja, esse é um movimento de todos os governadores do Brasil, inclusive o do seu Estado do Paraná deve estar com a mesma dificuldade.

A dívida consolidada em 98/99 dos Estados brasileiros somava R$93,24 bilhões. Já foram pagos até 2008 – falta incluir 2009, 2010 e 2011 –, já tinham sido pagos pelos Estados R$96,62 bilhões, ou seja, os Estados, ao longo desse tempo, já pagaram mais do que a dívida inicial, o que é lógico, porque tem o cálculo dos juros. Mas aí nós temos de dizer à Nação brasileira, Senadora Gleisi, que o saldo devedor dos Estados nessa mesma época soma R$320,25 bilhões; ou seja, iniciaram com uma dívida de R$93 bilhões, já pagaram R$96 bilhões e devem R$320 bilhões, Senador Dornelles.

Sabe o que me lembra isso? Sistema Nacional da Habitação, BNH, com uma vantagem para o mutuário do BNH: ele pagava o resto da vida e, quando chegava no final dos 15 ou 25, e ele estava devendo mais do que valia o apartamento, quando viesse a óbito, a

dívida era quitada. Como os Estados não têm essa prerrogativa, vão ficar devendo *ad eternum.* Então, não há como, Senador Gleisi, não abrir essa discussão.

E, mais, para encerrar, Senador Delcídio: o contrato feito à época, lá em 98/99, da União com os Estados, previa o reajuste pelo IGP-DI, mas deixava aberto, ou outro índice. Ou seja: já deixa aberta uma repactuação.

Se, lá atrás, esse mesmo índice não fosse o IGP-DI, fosse o IPCA, mais os juros médios de 7,5%, essa dívida, só pela mudança do índice, já cairia praticamente para a metade. Só se mudar o índice, calculado desde o início. Então, é necessário que se abra essa discussão, porque os Estados estão chegando numa situação de não ter como fazer investimento.

Acho que o Senador Luiz Henrique foi muito modesto ao propor à União que, com 20% desse valor, os Estados possam fazer investimento em infraestrutura, em saúde, em educação. Acredito que devamos discutir com a União, primeiro, a mudança da correção e, segundo, um valor muito maior do que os 20%, para que os Estados possam ter oxigênio para fazer investimento – todos os Estados brasileiros.

Quero dizer que o Estado do Pará ainda é um dos Estados, se existe privilégio em dever menos, privilegiados, porque a dívida do Estado do Pará negociada em 99 foi de R$316 milhões. Eu ouvi aqui falarem em bilhões. O Senador Luiz Henrique, se não me falha a memória, falou em R$4 bilhões, Santa Catarina.

O Pará negociou R$316 milhões, já pagou R$ 547 milhões, Senadora Gleisi – quer dizer, pagou quase duas vezes o valor da dívida – e está devendo hoje R$571 milhões. Não tem condição uma situação dessas.

Então, temos de realmente, como representantes das unidades da Federação – os Senadores aqui representam os Estados –, por dever de ofício, defender a situação dos nossos Estados. Então, é necessário que a União possa sentar com os governadores e definir uma repactuação da dívida dos Estados e, em seguida, dos Municípios – da mesma forma como V. Exª defendeu com brilhantismo, na tribuna, a repactuação do pagamento dos *royalties* para o Paraguai.

Com a palavra o Senador Moka e, depois, o último inscrito, Senador Cyro Miranda.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Delcídio...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A bancada do Amazonas é uma bancada ruidosa.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Vou esperar o Senador Eduardo Braga, senão vou atrapalhar o telefonema dele.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Permite, pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Eduardo Braga, se V. Exª... se for melhor para V. Exª, vou suspender a reunião para não atrapalharmos a sua ligação telefônica.

Com a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu não quero atrapalhar o Senador Eduardo Braga.

Eu tenho comigo, Senador Delcídio, que a população de Mato Grosso do Sul, ao ver esta discussão, fica tranquila de uma certa forma, porque Mato Grosso do Sul tem V. Exª como um dos seus representantes, se não o grande representante do nosso Estado. E V. Exª preside hoje esta Comissão que, a meu ver, a meu juízo, pode, exatamente, estabelecer condições para que os Estados possam renegociar.

No nosso Estado, V. Exª conhece bem, pagamos 15% da nossa arrecadação líquida. Foi um dos primeiros Estados a renegociar dívida e eu entendo isso. Na época dessa renegociação, em função da inflação e dos juros, foi um grande negócio. Na época! Só que vivemos hoje um período de estabilidade. Quer dizer, aquilo que corroia essa estabilidade econômica não existe mais, graças a Deus. Assim, não tem mais sentido se pagar juros nesses patamares.

Se Mato Grosso do Sul fosse uma empresa, Ministro Dornelles, e quisesse pegar essa dívida e pagá-la 100%, refinanciando com empréstimo fora do País, iria alongar o perfil da dívida e pagar juros muito menores e, mensalmente, isso iria desafogar os Estados. Não tenho a menor dúvida disso. Mas pagamos essa dívida e ela continua aumentando.

Nos últimos cinco anos, o Governador André Puccinelli, num esforço muito grande, conseguiu um superávit. Aí, então, conseguiu-se pagar o serviço da dívida e um pouco mais do capital. Assim, nos últimos tempos, a dívida está diminuindo. Mas é absolutamente...

Gostei muito dessa proposta do Senador Luiz Henrique. Pareceu-me uma coisa... Não se mexe em índice, não se mexe em nada. Apenas 20% daquilo que os Estados pagariam na forma de dívida ficarão no Estado para investimento em infraestrutura, saúde e educação. Parece-me que essa é uma proposta que podemos discutir.

Mas sei, até em função do adiantado da hora, que o encaminhamento dado aqui é no sentido de uma audiência pública chamando os governadores e seus secretários de fazenda.

No entanto, Senador Delcídio do Amaral, não tenho dúvida de que vamos ter que encaminhar uma solução para essa questão da situação financeira dos Estados. E não é só do Mato Grosso do Sul, mas dos 27 Estados da nossa Federação.

Concluo dizendo que sou apenas suplente nesta Comissão, mas, quando vejo um assunto deste nível, não posso deixar de vir e falar sobre as dificuldades por que passa o meu Estado. E confio no encaminhamento que o nosso Presidente, esse extraordinário homem público, Senador Delcídio do Amaral, dará a essa questão.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado pelas palavras, Senador Moka, meu grande companheiro, amigo e irmão do Mato Grosso do Sul.

Pela ordem, tem a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – É muito rápido, Sr. Presidente. Como fui muito citada aqui pelo Senador Flexa Ribeiro, gostaria de esclarecer que o projeto que estamos tratando aqui não dispõe sobre discussão do contrato das dívidas dos Estados. Eu não sou contra discutir os contratos das dívidas com Estados, até porque informei a esta Comissão que a União já está recebendo governadores, já se está dispondo a fazer isso, inclusive no âmbito da reforma tributária, assim como nós discutimos, também, o acordo de Itaipu, que era um contrato de reajuste de energia que nós compramos.

Então, são coisas absolutamente distintas. O projeto que nós estamos discutindo aqui é para que entre no superávit primário dos Estados uma exceção para investimentos de obras. Isso não tem a ver com renegociação de contrato.

Eu queria esclarecer que a União não ganha com os contratos das dívidas pagas pelos Estados. A União consolidou essas dívidas e ela paga a outros credores. Senão, fica parecendo que a União tem um ganho sobre os Estados. Isso tem de ficar claro.

Depois, nós também temos de fazer, à luz dessa discussão dos investimentos, um levantamento sobre as obras do PAC, que são obras de grande impacto financeiro e que estão sendo feitas em todos os Estados brasileiros, com recursos da União, com financiamentos subsidiados, com juros mais baratos.

Então, é importante deixar isso claro, porque, senão, parece que nós temos uma relação de algoz e não é isso que está acontecendo.

Nós vamos ter a oportunidade de fazer esse debate, eu espero, Senador Flexa Ribeiro e Senadores desta Comissão, e acredito que vai ser um bom debate para a Nação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Gleisi.

Senador Cyro Miranda. Como dizem, *last but not least.*

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente e professor nosso, Sr[a]s e Srs. Senadores, eu acho que o senhor, com seu ato democrático, suscitou uma discussão que nós vimos que é da maior importância.

A autora apenas quis colocar isonomia entre os Estados e a União, e a maioria compreendeu isso.

Eu acho que quando chega uma matéria, tem poucos, muito poucos que aqui olham a questão muito mais partidária do que a praticidade e a necessidade que se tem.

Então, sempre tem um contraponto. Parece-me que não se pode, e isso fica uma coisa meio irritadiça, discutir esse tema e já vamos pela reprovação.

Eu combinei com o Senador Eduardo Braga e nós vamos apresentar um voto em separado, vamos discutir e chamar tantos quantos gostariam, para que a gente faça, dentro dessa matéria, uma apresentação que possa conciliar.

Em relação, também, às audiências, tem um requerimento de minha autoria convocando três governadores. Vamos aproveitar e também explorar esse caso.

Agora, realmente, o que acontece em um Estado acontece em todos os Estados. Pagaram-se 70 a 85% da dívida e devem-se os 100%.

Então, Sr. Presidente, o senhor suscitou e veio à tona essa discussão, que é extremamente importante. Com esse projeto, nós vamos dar uma diretriz para as outras questões que afligem esses Estados.

Acho que todos colocaram de uma maneira muito boa, bem consciente e coerente. A gente deve tratar isso aqui como uma questão de Estado, e não como uma questão partidária.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cyro.

Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, esta Comissão já decidiu fazer uma audiência pública sobre esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeitamente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Eu proporia a V. Ex[a] que todos os projetos de lei que tratem dessa matéria fossem sobrestados para serem discutidos após a audiência pública, porque nós teríamos muito mais subsídios para que pudéssemos conduzir nesse sentido o Item 10, que é o PLS 326, de 2010, que trata da mesma matéria e de que sou Relator.

Com a anuência de V. Exª, eu quero retirá-lo de pauta e, se V. Exª concordar, ele deve voltar após a audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeitamente. Muito justo e muito sensato, Senador Pimentel.

Portanto, nós vamos deixar sobrestados os projetos que estão associados a essas audiências públicas, até para que os Senadores e as Senadoras façam um juízo de valor e, depois, se posicionem de uma maneira compatível com o seu pensamento, com a realidade econômica do País e com, mais do que nunca, o interesse dos Estados e também dos Municípios.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, eu queria propor que, ouvidos os meus Pares e face à importância e, eu diria, da urgência de discutirmos essa questão do endividamento dos Estados, nós pudéssemos dar prioridade a essa audiência pública em relação a todas as outras que são importantes e que já foram aprovadas. Então, eu pediria a V. Exª que pudéssemos marcar o mais rápido possível para que fizéssemos essa audiência pública.

Eu estou encaminhando à Mesa um aditamento ao requerimento do Senador Luiz Henrique, para inclusão do Governador do Pará, Simão Jatene, na relação dos Governadores. E o requerimento que eu encaminhei para tratar da mesma questão com os Secretários da Fazenda pode ser juntado ao do Senador Luiz Henrique, porque os Secretários virão junto com os Governadores, assessorando-os. Podemos fazer uma audiência só, nesse caso.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Flexa.

Com a retirada de pauta do Item 10, pelas razões que foram expostas pelo Senador Pimentel, nós estamos com a pauta da data de hoje concluída. Eu só quero registrar aqui que temos cinco requerimentos, mas, como os relatores não estão presentes, eu vou adiar essa leitura para a próxima semana.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

Eu gostaria de pedir a V. Exª, se for possível, que coloque em discussão a inclusão do Governador do Pará na relação do requerimento do Senador Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Nós já aprovamos isso, Senador Flexa, por solicitação de V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Ah! Está bem, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É um requerimento, Senador Flexa, da lavra de V. Exª. Foi V. Exª quem o sugeriu.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, os demais requerimentos, eu só vou lê-los na próxima semana, porque os Senadores estão ausentes, e isso é o que os atos aqui aprovados determinam.

Portanto, dou por encerrada a presente reunião. Na próxima semana, haverá reunião ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos na terça-feira, às 10 horas. Às 9h30min, tentaremos heroicamente votar a questão do fuso horário do Acre.

Quero também registrar aqui, Senador Flexa, que V. Exª já apresentou um requerimento solicitando a presença do Governador do Pará, Simão Jatene. Nós damos como lido já esse requerimento.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a Reunião às 11horas e 50 minutos)

ATA DA DÉCIMA OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 2011, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e cinco de maio do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, e, em seguida, dos Senadores Armando Monteiro e Ricardo Ferraço, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, José Pimentel, Blairo Maggi, Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Ana Amélia, Waldemir Moka, Ciro Nogueira, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, Acir Gurgacz, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, Francisco Dornelles, José Agripino, Demóstenes Torres, João Vicente Claudino e Marinor Brito. A Presidência declara aberta a Reunião e, nos termos do art. 89, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, designa o Senador Armando Monteiro mem-

bro suplente da Subcomissão Temporária de Avaliação da Política Fiscal, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública com a presença do Sr. Luís Paulo Rosenberg, economista, e, ainda, do Sr. Michal Gartenkraut, professor, a fim de instruir o Projeto de Resolução do Senado nº 72 de 2010, que "estabelece alíquotas do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior", em atendimento ao Requerimento nº 18 de 2011-CAE, de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço. Após a exposição do Sr. Luís Paulo Rosenberg e do Sr. Michal Gartenkraut, usam da palavra os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ricardo Ferraço, Blairo Maggi, Cyro Miranda, Eduardo Suplicy, Ana Amélia, Vanessa Grazziotin, Eduardo Braga, Casildo Maldaner e Armando Monteiro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

De acordo com o art. 89, § 4º, do Regimento Interno do Senado Federal, designo o Senador Armando Monteiro membro suplente da Subcomissão Temporária de Avaliação da Política Fiscal, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB. É um Partido generoso!

Portanto, a Subcomissão Temporária de Avaliação da Política Fiscal passa a ter, como suplentes, a Senadora Angela Portela, o Senador Lindbergh Farias, o Senador Ciro Nogueira, o Senador Waldemir Moka e o Senador Armando Monteiro. E os titulares são mantidos: Senadora Gleisi Hoffmann, Senador Clésio Andrade, Senador Francisco Dornelles, Senador Valdir Raupp e Senador Cyro Miranda.

A pauta de hoje compreende uma audiência pública com a presença, como expositor, do Sr. Luís Paulo Rosenberg, economista, corintiano, a fim de instruir a deliberação do Projeto de Resolução do Senado nº 72, de 2010 – que marca o início da reforma tributária, é o primeiro passo nesse sentido –, que vai ser discutido, especificamente, aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos e que "estabelece alíquotas do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviço de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior", em atendimento ao Requerimento nº 18/2011, da Comissão de Assuntos Econômicos, de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço.

É importante registrar que faremos várias audiências públicas para discutir o Projeto de Resolução nº 72, até para que, da forma mais democrática possível, ouvindo todos os Estados, juntamente com o Ministério da Fazenda, juntamente com o Confaz, os Senadores e as Senadoras apresentem um projeto compatível com o que espera o País e, especialmente, os Estados.

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: o convidado fará suas exposições, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos. A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição. Os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

Eu queria convidar o Dr. Luís Paulo Rosenberg, economista. (*Pausa.*)

É uma satisfação muito grande recebê-los. Vou passar a palavra ao Dr. Luís Paulo Rosenberg e, depois, ao Dr. Michal Gartenkraut. Depois, iniciaremos o debate pelo Senador Ricardo Ferraço, o homem que batalhou muito por esta audiência pública e que tem defendido seu Estado, o Espírito Santo, com muita determinação.

Tem a palavra o Dr. Luís Paulo Rosenberg.

O SR. LUÍS PAULO ROSENBERG – Eu queria agradecer ao Senador o privilégio de estar aqui. Acho que uma das boas razões para a gente estudar Economia a vida inteira é poder, um dia, ter o privilégio de falar para um fórum desse gabarito.

O assunto é muito caro aos economistas. Qualquer um de nós que se tenha debruçado sobre macroeconomia ao longo dos últimos anos da história do Brasil gastou um bom tempo meditando, debatendo, refletindo sobre esse tópico. A importância que tem a estrutura fiscal para definir o padrão e o ritmo de crescimento do País é enorme, e o que a gente sente é que o País carece de um modelo integrado e global de tratamento sistêmico para essa questão.

Então, vou até me aventurar um pouco em assuntos extra-econômicos, para tentar partilhar com os senhores o tipo de preocupação que cerca o debate econômico sobre esse tema.

A primeira coisa que nos causa espécie... Quando a gente fala em reforma fiscal, o que a gente tem em mente? Evidentemente, ao mesmo tempo, os dois

lados da política fiscal – gasto e receita –, os dois lados entendidos como nível e qualidade. Do lado do gasto e da receita, há uma questão de alçada: o que deve ser gasto público federal, estadual e municipal? Uma concepção mais moderna de Estado tenta trazer, tanto quanto possível, para perto do povo o controle de execução. Estradas, quanto mais perto do eleitor, melhor serão construídas e mais adequadas serão às necessidades locais. Formulação de uma política de educação para os próximos dez anos, isso é alçada de governo federal.

Então, se a gente, economista, pudesse ter alguma coisa a dizer, o que a gente diria seria isto: é preciso um governo federal cada vez mais coordenador, cada vez mais pensante, cada vez mais preocupado com questões estratégicas, com qual será a natureza do atendimento de saúde, com a forma com que será resolvido o problema da intermodalidade no transporte, com qual o papel da energia nuclear no desenvolvimento do País. Nesse sentido, a gente radicaliza: não tem cabimento, nessa visão, o governo federal tocar na questão da universidade; a universidade tem de ser da alçada dos governos estaduais e municipais ou tem de ser privatizada.

Então, nesse grande debate, falar em política fiscal sem entrar nessas questões é algo que escapa um pouco ao que a gente gostaria de ver resolvido. É o que a gente chama de sistema de equação simultânea: o que adianta discutir tributo se você não acertou o que vai acontecer do lado do gasto?

Nesse sentido, causa espécie para a gente que, ao se falar de uma reforma fiscal, a primeira coisa que se faz é discutir ICMS. Em que sentido? E isso é proposto pela União. Até provem o contrário, o regime é federativo. No regime federativo, vamos privilegiar a soberania dos Estados, a independência, a autonomia, a dotação deles de instrumentos para traçar seus destinos. A União sai como resultado dessa ação conjunta. Há a ideia de que a União começa uma reforma tributária, interferindo no imposto estadual mais consagrado, mais envelhecido. Vocês conhecem aquela norma: imposto bom é imposto velho, porque resolver todos os problemas que um novo imposto traz é uma coisa complicada. Numa Casa como o Senado, onde, realmente, os Estados são representados perante a União, essa é uma questão central que deveria ser consolidada.

A segunda coisa é a seguinte: realmente, não consigo entender a discussão de uma reforma tributária a partir de um imposto. Não há isso de fazer um por um. É a mesma coisa que querer entender um polvo estudando um animal com um tentáculo só. Você não vai chegar a lugar algum! O que é o ICMS dentro da constelação total do lado tributário?

Então, o Brasil tem o direito de exigir, quando se for resolver esse problema, que se comece com um diagnóstico correto, e esse diagnóstico passa pelo tratamento sistêmico de gastos e de receitas.

A segunda questão que está passando batida nessa discussão é a disparidade regional. Quanto ao que se fez no Brasil para eliminar as disparidades regionais, penso até que houve esforço, mas o resultado foi muito débil. O que a gente nota nesse estudo que a gente está tentando sintetizar – e vamos deixar a versão integral; o Professor Michal vai trabalhar alguns pontos, só para chamar a atenção, mas eu gostaria muito que houvesse acesso a esse estudo, em que a gente tenta desmitificar algumas questões envolvidas com a questão fiscal – é que, realmente, muito pouco foi feito pelo Governo Federal. E os Estados estão em uma trajetória correta.

Vocês devem estar fartos de ouvirem falar em guerra fiscal. Ora, como paulista, eu até gosto do termo. Mas o que é a guerra fiscal senão o legítimo emprego de recursos tributários estaduais para fomentar suas vocações para alavancar seu crescimento numa parceria com o setor privado? Quando o governo de determinado Estado, em vez de construir uma fonte luminosa, analisa um projeto privado que vai alavancar emprego, que vai alavancar atividade e que vai concentrar um núcleo de atividades complementares e abre mão dessa receita para gerar esses impostos, penso que fica criada uma Parceria Público-Privada espetacular, que tem de ser estimulada. Não há a menor razão para se inibir isso. Um dos bons usos da verba estadual é a parceria com o Estado, para gerar emprego e gerar atividade econômica. E digo outra vez: é um instrumento importante para que isso aconteça. Acho que o Michal vai mostrar isso. Isso foi muito bem tratado. Nenhum Estado se meteu em apuros financeiros por tentar entrar em programas dessa natureza. O Estado exerce, primeiro, sua soberania de membro da Federação e, segundo, um papel crucial, consagrado em todos os textos econômicos, em todas as organizações econômicas internacionais e multilaterais, que é o direito de o Estado, principalmente por meio do mercado, interferir na ordem econômica. Ou seja, entre a postura absolutamente beatificante e omissa da mão invisível – o que o que o mercado diz está feito – e a estrutura bolchevique em que se diz "está proibido; está permitido", existe, no meio, um espaço de intervenção do Governo, através da atividade privada, através de soluções do mercado, para dirigir o País para onde a gente quer. E, quando se olha o exemplo da Coreia ou até da China, percebe-se que é esse o modelo que se

usa. É assim que se consegue fazer um planejamento estratégico, dirigir o crescimento e utilizar o mercado como uma alavanca, não como obstáculo a um crescimento mais justo.

Há tanta mistificação nessa questão de ICMS de importação, que é surpreendente! Por exemplo, imaginar que, por meio de estímulos via ICMS na importação, consiga se fazer uma explosão de importação e afetar a balança comercial é de um ridículo atroz! Qualquer estudo mostra que o que vai determinar o nível de importação é taxa de crescimento do País, taxa de câmbio, disponibilidade de recursos naturais – um País como o nosso sempre vai importar muito menos do que a Inglaterra, independentemente do estágio de desenvolvimento –, não um impostozinho colocado acima de uma cadeia de impostos significativa. O que ele vai fazer? Ele vai alocar diferentemente o investimento dentro do País. Então, se um Estado tem alguma vantagem para importar através dele, via ICMS, ele vai tirar alguma importação e atividade que iria para o estádio consagrado, e isso vai ser usado como instrumento de dinamização. Isso é ruim? Vamos dizer o seguinte: se pensar que o emprego que está lá vai para outro lugar, você pode ficar chateado. Por exemplo, quem conhece o porto de Santos e imagina o que seria o porto de Santos se não houvesse um desaguadouro de parte das importações em outros lugares entende que é absolutamente natural esse faseamento do desenvolvimento.

De 1950 a 1960, tínhamos de concentrar todas as potencialidades de desenvolvimento industrial do Brasil na via Anchieta, porque era tão pouco o que tínhamos, que dispersar esse esforço seria um absurdo. Isso foi feito, e nós fizemos um núcleo de industrialização invejável no mundo inteiro. Em 1980, tínhamos uma competência industrial maior do que a da Coreia. Passada essa fase, você vai para a desconcentração: preciso ir mais para o Nordeste, preciso ir mais para o Sul, preciso ir mais para o Centro-Oeste. Então, esse processo é absolutamente natural. Hoje em dia, os grandes centros são muito mais afetados pelo custo de concentração, de congestionamento, do que penalizados por alguma dispersão maior desse impacto.

Como eu disse, e o Michal mostra alguns números, não houve nenhuma deterioração fiscal nesse Estado. Aquela teoria de que, ao permitir um instrumento que dá concessão de impostos ao setor privado, naturalmente o Tesouro estadual perderia o controle é falsa. Na verdade, o que a história nos ensina é o seguinte: a ameaça de ruptura fiscal é muito mais presente sempre no governo federal, que tem o poder de emissão de moeda e de títulos, do que no governo estadual, onde a Lei de Responsabilidade Fiscal pegou, e pegou muito bem, e mudou o padrão de gestão governamental.

O importante é o seguinte: pode servir como instrumento de corrupção? Toda vez que se dá uma interface entre setor público e setor privado, a pessoa tem de estar atenta, porque é muito fácil o dinheiro escorregar. Mas os mecanismos desenvolvidos desde então, envolvendo transparência, envolvendo Tribunal de Contas, envolvendo leilões até, mostram que essa é uma questão de somenos importância.

Então, vou pedir ao Professor Michal que faça um pouco mais de detalhamento, mas considero realmente estes três níveis de preocupação muito importantes: primeiro, temos de saber de que reforma fiscal estamos falando; segundo, temos de saber qual é o respeito que vamos ter pela autonomia do Estado em fomentar um destino mais auspicioso do que o determinado pela natureza; terceiro, temos de começar um trabalho de eliminar preconceitos e tabus, que não têm guarida na teoria econômica.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Tem a palavra o Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Antes de o Dr. Luis Paulo Rosenberg concluir, eu gostaria de fazer uma pergunta apenas, na sequência da sua exposição: e a repercussão desses incentivos nos Estados que são destinatários do consumo produtivo dessas mercadorias que entram a partir de um Estado onde se recebem incentivos e que se destinam a outros, carregando créditos? Qual é a repercussão disso?

O SR. LUÍS PAULO ROSENBERG – O Senador está lembrando disso muito bem. É como dizer o seguinte: "Escuta, você não está criando riqueza do nada; você está fazendo uma repartição nova dessa riqueza".

Vamos ter de travar uma discussão. Não tento botar isso debaixo do pano. Por isso, uma reforma fiscal é uma questão complexa. Por exemplo, São Paulo vai querer saber o seguinte: como é que fica toda a estrutura? Este País, um dia, vai acordar e perceber que o imposto mais importante é o Imposto de Renda, que penaliza consumo e privilegia poupança? Este País vai evoluir, para reconhecer que Estados têm direito à participação no Imposto de Renda? Nova York tem um imposto de renda estadual. Por isso é que digo que não dá para discutir a questão separadamente.

O que pondero é isto: se pegar o ICMS, que é o grande instrumento que o Estado emergente tem de fomento, e tratar isso aqui, aí, pronto, coloca-se São Paulo em conflito com os Estados menores, e não vamos achar um equilíbrio geral. As grandes variáveis de

ajuste estão paradas no armário, porque o Governo Federal diz: "Vou resolver isto primeiro". É exatamente esse o ponto.

Por isso, essa é a questão mais complexa, porque vamos redividir o bolo. Isso tem de ser feito de uma forma razoável. Mostre-me um modelo em que São Paulo – porque há um setor de serviços que vai explodir, porque essa é a nossa vocação daqui para a frente, de uma indústria mais sofisticada – vai se beneficiar do Imposto de Renda. Vão lá, Estados! Cresçam, porque vocês são o mercado consumidor. Não é uma luta entre países. Quanto do nosso crescimento paulista não se deve ao protecionismo que existiu nas décadas de 60 e de 70, o que bloqueou o consumo do nordestino e do sulista só para a produção paulista! Então, esse foi um momento. Estamos em outro momento que podemos privilegiar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Obrigado.

O SR. LUÍS PAULO ROSENBERG – Imagine, eu é que lhe agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Concedo a palavra ao Dr. Michal Gartenkraut.

O SR. MICHAL GARTENKRAUT – Muito obrigado, Senador Delcídio. Bom dia a todos! Obrigado também por esta oportunidade.

Eu gostaria de complementar algumas observações que o Luís Paulo já fez. Todas elas estão baseadas em um estudo que foi contratado, em nossa empresa de consultoria, pela Associação Brasileira de Empresas do Comércio Exterior. Uma cópia completa desse estudo já está disponível nesta Comissão e será oportunamente distribuída. O que estamos analisando e mostrando hoje à Comissão é um extrato das principais conclusões.

Um dos resultados importantes, embora óbvio para quem é especialista no assunto, é um cálculo técnico do que movimenta as importações brasileiras. Fizemos uma regressão, isso está disponível no estudo, não vou entrar em detalhes neste momento, mas a conclusão básica é que as importações crescem essencialmente movidas por dois parâmetros, por dois fatores: o crescimento do PIB do País e o nível da taxa de câmbio real efetiva. Esses dois parâmetros explicam, em mais de 99%, o aumento das importações. Portanto, não há necessidade de outros fatores para explicar o comportamento das importações num período mais recente. Essa conclusão é importante, porque apareceu no debate o argumento de que um movimento relativamente pequeno sobre o ICMS que incide nas importações teria provocado uma explosão das importações e, portanto, roubado centenas de milhares de empregos brasileiros. Isso não se confirma. O que o nosso estudo mostra é que, sim, pode haver até algum impacto da redução da alíquota do ICMS sobre as importações, mas ele é muito pequena. Pelos nossos cálculos, é menor do que 1% do impacto sobre todos os demais.

A importação no Brasil – isso vale para todos os países, mas principalmente para o Brasil, e os números comprovam – é essencialmente complementar à produção brasileira: 86% – são números de 2010 – da pauta de importação brasileira é composta de bens intermediários, ou insumos, para mover a máquina do PIB, e de bens de capital. Portanto, parte substancial de importações entra no País para modernizar a indústria, para modernizar todos os setores da economia e para expandir o parque produtivo. A ideia de que já teria havido uma explosão de importações é totalmente inverídica. Houve, sim, um aumento de importações, mas por razões muito boas, porque o País cresceu, finalmente atingiu uma taxa de crescimento não vista há muito tempo. Em 2010, a taxa de crescimento foi de 7,5%, uma taxa bastante expressiva. Mesmo essa taxa não se sustentando ao longo do tempo, há uma previsão de crescimento ainda bastante razoável, quando comparado com décadas anteriores. Então, nada mais natural que a importação crescer junto com o PIB e com o PIB industrial brasileiro.

Outro fator importante é a taxa de câmbio. É evidente que o nível significativamente diferente de taxa de câmbio vai produzir uma propensão a importar diferente. Hoje, no Brasil e em treze países cujas cestas de moeda compõem a maioria da nossa pauta de exportação, a taxa de câmbio efetiva, isto é, a taxa de câmbio compensada pelas inflações de cada país, está em cerca de 40% valorizada em relação ao que era no passado recente. Portanto, isso torna a importação, aos olhos do produtor brasileiro, 40% mais barata em média.

A superposição desses dois fatores explica suficientemente o aumento significativo de importações. Houve, sim, um aumento significativo de importações nos últimos anos, mas este se deu justamente por essas duas razões.

E há mais: se a preocupação é de proteção da produção nacional, o instrumento correto para isso não é o ICMS, não é outro tributo senão o Imposto de Importação, que incide sobre as importações. Já fomos um país muito mais fechado, com alíquotas muito maiores do que as que existem hoje. Ao longo do tempo, nas últimas décadas, essas alíquotas foram reduzidas em negociações junto à OMC, e, hoje, temos um perfil de proteção considerado pelos especialistas bastante

adequado e ainda relativamente fechado quando comparado com o de outros países.

Nossa alíquota máxima é de 35%; portanto, sobre automóveis – é o caso – incide uma alíquota de Imposto de Importação de 35%. É claro que há exceções no Mercosul, em que há um acordo especial, mas, em geral, na importação de carros vindos de fora do Mercosul, incide uma alíquota de 135%, e, em cima desse novo nível de preço, do preço do carro importado mais 35%, é que incide o ICMS estadual. Então, estamos falando de reduções em cima de 135%, não em cima de 100%. Uma redução de alguns pontos percentuais se reduz bastante quando tomada em relação ao total de 135%.

A proteção é considerada adequada. A maior parte das nossas tarifas – esta é a moda em relação a todos os produtos – é da ordem de 14%. É uma alíquota considerada relativamente alta quando comparada com a de países considerados comparáveis ao Brasil.

Se, de fato, houver uma razão para se protegerem setores ou mesmo toda a economia, o imposto adequado e correto é o Imposto de Importação, não é o ICMS. Essa observação é importante, porque o debate confundiu as coisas: ao demonizar os incentivos que os Estados eventualmente dão no ICMS sobre a importação, ficou parecendo que ele é o culpado pela invasão das importações que substituem a produção brasileira. Isso não é verdade. A nossa conclusão não consegue confirmar esse argumento.

Em seguida, eu gostaria de falar um pouco sobre alguns conceitos importantes que, na nossa opinião, foram atropelados neste debate. Então, quero reconstituir um pouquinho da objetividade.

Comércio exterior é uma via de duas mãos. Esse é um conceito conhecido. O que todos os países almejam num processo de desenvolvimento é aumentar tanto as exportações, quanto as importações. É um objetivo estratégico de praticamente toda a política econômica adequada, até porque, para exportar, é preciso importar. Não é por outro motivo que os grandes importadores com o Brasil são também os grandes exportadores e vice-versa. Exportadores importantes constituem o topo da lista dos nossos importadores.

Ademais, já passamos do tempo em que se considerava interessante ser autossuficiente em tudo. A autossuficiência cobra um preço muito alto, porque, com certeza, não vale a pena produzir tudo, ainda que tudo possa ser produzido, ainda que haja recursos e haja tecnologia e conhecimento para se fazer isso. Não vale a pena alocar todos os recursos do país para se produzir tudo e ser autossuficiente em tudo. A teoria econômica prova que há vantagens com as trocas em que os países se dedicam àquilo que é mais bem aproveitado nas suas especialidades.

Então, a importação vem trazer maior eficiência na produção nacional. Os bens de capital vindos, por exemplo, da Alemanha, tradicionalmente, alimentam praticamente todos os investimentos do mundo inteiro. Se você for ver as importações da China, você vai verificar que há uma enorme participação de importações da Alemanha. E mesmo a Alemanha, o produtor mais eficiente de bens de capital do mundo, também não é autossuficiente. Ela poderia até ser, mas resolve importar certas coisas, porque não vale a pena dedicar o seu esforço, que é mais bem aproveitado em outros setores, em ser autossuficiente. Isso ficou perdido nesse debate em que se tenta demonizar qualquer aumento de importação.

O comércio exterior, sem dúvida, é o caminho para a competitividade. Desde que o País, decididamente, inseriu-se de forma competitiva na economia mundial, esse caminho não tem volta, é irreversível.

Portanto, vemos com preocupação o retorno desse debate que põe a culpa em certos instrumentos, como instrumentos de perda de empregos domésticos à custa de aumento de importação.

Em nosso estudo, expandimos um pouco o escopo da visão, saindo do tema principal, que é o incentivo no ICMS da importação, e colocando isso no contexto do desenvolvimento regional e do sistema tributário como um todo. Assim achamos que deve ser discutida essa questão.

A promoção de desenvolvimento regional é uma boa prática, aceita mundialmente. Todas as grandes federações e uniões, em especial a União Europeia, vêm praticando diversos tipos de políticas de desenvolvimento regional, no sentido da diminuição de disparidades. Não por acaso, todos os nossos planos de desenvolvimento, desde a década de 50 e, provavelmente, ainda antes, têm como um dos seus objetivos estratégicos a redução de disparidades regionais de renda e bem-estar.

A política de incentivos concedidos pelos próprios Estados recebeu uma crítica severa, durante muito tempo, baseada no argumento de que "uma guerra fiscal" dessa natureza levaria à quebra financeira de quem concede os incentivos, porque a tendência seria que as alíquotas fossem baixando, numa competição sem fim, e a uma perda total de arrecadação do tributo em questão.

Essa crítica naturalmente está superada. Primeiro, os números não corroboram essa crítica. Por exemplo, a arrecadação do ICMS não caiu, está entre 7% a 8% do PIB praticamente desde a década de 70. Na realidade, ela aumentou. Alguém poderia dizer: "Mas isso

não é verdade quando se tomam Estados isolados". Então, analisamos os principais Estados, que são citados em estudos como os grandes oferecedores de incentivos, e também não se verifica uma queda de arrecadação. Da mesma forma, não há uma deterioração das finanças públicas associada à concessão de incentivos. Nesse ponto, é importante mencionar que, a partir de 2000, em especial em 2001, com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal, Estados e Municípios nunca mais produziram um déficit primário. Existe, no estudo, um gráfico mostrando que, até 2000, havia um déficit primário nos Estados e nos Municípios e que, em 2001, ele vira e nunca mais deixa de ser positivo, mostrando que não ocorre a deterioração das finanças públicas estaduais em consequência da concessão dos incentivos.

Incentivos regionais, na realidade, são aceitos no mundo todo e são até recomendados no âmbito da OMC. É curioso que a OMC só reconhece dois tipos de incentivos e subsídios: um deles é o fomento da Ciência e da Tecnologia; o outro é justamente o incentivo para as regiões mais pobres, com o objetivo de redução das disparidades regionais. São os dois únicos casos em que a OMC reconhece como legítimos subsídios e incentivos, coisa que, em geral, é coibida no comércio internacional.

Então, sob esse ponto de vista, reconhecendo que as disparidades regionais no País permanecem, houve algum progresso, mas este foi muito modesto. A gente faz a comparação entre regiões e entre Estados, e as disparidades de renda *per capita* e de PIB, de qualquer indicador que se quiser pegar, ainda são muito elevadas.

Então, é importante considerar, no momento em que se inicia o debate que tende a propor um novo esquema tributário, que não se esqueça do fato de que não estamos em um País qualquer, estamos em um País de grandes disparidades regionais.

Por favor, pode passar rapidamente.

Esse é o resultado da equação que foi estimada para explicar a evolução das importações. São duas curvas: uma é a realizada; a outra é a prevista pela equação que foi estimada. Então, vocês podem ver que as curvas são praticamente coincidentes – e até difícil de enxergar em alguns momentos –, o que reflete justamente esse poder de explicação apenas com esses dois fatores, dispensando todas as demais explicações para o movimento das importações.

Isso vale para Estados isolados ou para um conjunto de Estados. Eu trouxe aqui o caso de Santa Catarina. Como o PIB de Santa Catarina não está disponível para 2009 e 2010, fizemos o exercício só até 2008. E o ajuste continua sendo perfeito. Fizemos isso para outros Estados e também para conjuntos de Estados, e permanece esse poder de explicação com apenas essas duas variáveis. Isso nos mostra que não há necessidade de buscar outros culpados. Na realidade, só há dois "culpados" pelo aumento das importações; na verdade, essas são as explicações do movimento registrado.

Aqui, mostra-se o movimento recente, desde 2000, da taxa de câmbio real efetiva. Os senhores podem ver que, em 2010, há uma valorização da taxa de câmbio acima de 40%. Então, de fato, uma valorização desse tipo, sem perspectiva de uma reversão total nesse desenvolvimento, muito provavelmente nos vai levar a um conteúdo importado do PIB maior do que foi no passado. Esse é, provavelmente, por um bom tempo, um movimento estrutural da economia brasileira, por um bom motivo: notem que não há deterioração do balanço de pagamentos nesse movimento. Continuamos fazendo um saldo comercial expressivo, embora menor do que já foi em passado recente, mas garantindo a saúde do balanço de pagamentos, justamente com uma entrada de capital que é, até certo ponto, preocupante, de tão intensa. Imaginem, se as importações não tivessem crescido, o que seria a nossa taxa de câmbio! Aí a entrada de dólares seria ainda maior do que já foi.

Aí está um gráfico da arrecadação do ICMS em relação ao PIB. Vemos, claramente, que houve uma mudança de patamar para cima. Esse gráfico não confirma aquela crítica clássica de que "guerra fiscal" arrasaria a arrecadação dos Estados.

Alguns Estados foram citados pela imprensa. Fizemos o mesmo cálculo e vimos que, para eles, também não houve uma queda de arrecadação. Ao contrário, houve até um pequeno aumento na participação no total do Brasil, e, portanto, não houve queda de arrecadação.

Esse é aquele gráfico a que já me referi. Até 2000, os Estados estavam produzindo um déficit primário. É o gráfico em azul, abaixo. O gráfico do Governo central está aí apenas como referência. E notem que, a partir de 2001, os Estados passaram a produzir superávits primários. Portanto, não se pode falar em deterioração de finanças públicas estaduais para quem está produzindo superávits primários, num esforço bastante razoável e persistente.

O ano de 2009 foi de crise; o ano de 2010 não está configurado aí, mas foi um ano especial, eleitoral. Houve um grande esforço de investimentos. Mesmo assim, os Estados produziram um superávit primário relativamente expressivo.

Trouxemos aqui, a título de exemplo, uma demonstração do comércio exterior de um item impor-

tante, máquinas e equipamentos, em anos e para Estados selecionados. Então, notamos a exportação total evoluindo de R$3 bilhões para mais de R$8 bilhões, em 2010. Entre 1998 e 2010, houve uma evolução da exportação importante, com a participação importantíssima do Estado de São Paulo. Dos R$8,5 bilhões, cerca de R$5 bilhões saem pelo Estado de São Paulo. Todos os demais têm participação, os que estão relacionados aí têm participação importante, mas muito inferior ao que exporta São Paulo.

E do lado da importação? A importação salta de cerca de R$8 bilhões, em 1998, para mais de R$20 bilhões em 2010, pelas razões que já foram expostas aqui, e a importação, via São Paulo, salta de R$4 bilhões para R$8,5 bilhões. De fato, se considerar a participação de São Paulo no total, ela se reduz um pouquinho, mas essa redução é negligenciável. São Paulo continua liderando as importações. De longe, é o maior importador, no caso de máquinas e equipamentos, dando margem para que outros Estados possam também crescer e desconcentrar a infraestrutura necessária, para que se processe a importação.

Finalmente, eu gostaria de fazer algumas considerações acerca do tópico da reforma tributária, da reforma fiscal, melhor dizendo, já que ela deveria considerar ambos os lados, o da receita e o da despesa pública.

Primeiro, consideramos importante que haja certo mapeamento da essência do que vai ser o novo sistema. Não é preciso haver todo o detalhamento, todo o processo de aprovação e toda a implementação feita em conjunto, mas é preciso que haja um plano de voo, uma ideia do que é o eixo essencial, do que são os princípios.

Citei aí apenas alguns para exemplificar. Por exemplo, é consensual que a nossa carga tributária é muito alta. Então, um dos princípios de qualquer reforma, para ser considerada boa, é que ela não pode aumentar e, de preferência, reduzir, num prazo razoável, a carga tributária. Tem de se começar por aí. Então, qualquer proposta que agrida esse princípio não deve ser considerada, não é uma boa solução. Há, evidentemente, inúmeras, múltiplas, quase infinitas soluções. É preciso procurar as melhores nesse universo.

Recomenda a boa prática que se tribute apenas a renda, o consumo e a propriedade. Qual é a nossa tradição, que vem daquele período longo de substituição de importações de uma economia muito fechada, talvez a mais fechada do mundo? Tributamos a produção, tributamos o investimento, o emprego, a massa salarial, a poupança, tudo aquilo que a boa prática não recomenda. Então, um bom sistema seria um sistema que tributasse apenas renda, consumo e propriedade, distribuísse essa tributação ao longo das esferas e propusesse um esquema de encargos condizente com a distribuição das receitas.

Outro princípio importante é a melhora da qualidade. Todos os especialistas são unânimes em dizer que o nosso sistema tributário tem uma qualidade ruim. Em que sentido? Ele é bastante regressivo. O seu grau de progressividade é pequeno. Então, é preciso começar por aí, é preciso fazer propostas no sentido de diminuir a regressividade.

Outro problema do nosso sistema fiscal é o excesso de vinculações. A União se desinteressou pelos tributos compartilhados, aumentou muito a participação das contribuições, que, por definição, são 100% vinculadas. Então, o grau de vinculação, melhor dizendo, o grau de engessamento do Orçamento federal é filhote justamente desse esquema que está embutido no próprio sistema tributário.

Então, esse rol de princípios não pode ser fatiado. Temos de fazer um acordo entre todos os agentes que importam, antes de passar a tratar de pedaços isolados, aí, sim, detalhando parcialmente e implementando partes de um sistema de forma fatiada.

A abordagem tem de ser sistêmica, simplesmente porque estamos falando de um sistema. E o que é um sistema, apenas para lembrar? Sistema é um conjunto de partes que funcionam de forma harmônica. Esse conceito tão simples e tão evidente nos chama a atenção para o fato de que não se pode mexer num pedaço sem afetar os demais. Eles são todos interdependentes e precisam funcionar de forma harmônica, senão deixa de ser um sistema, nem merece esse nome.

Na discussão, é preciso introduzir a questão do pacto federativo. O Supremo Tribunal Federal já fez o primeiro movimento ao questionar o tópico do FPE, dos fundos de participação. Há toda uma discussão de *royalties* que também ilustra a necessidade de haver princípios acordados em relação à distribuição das receitas. E é preciso preservar principalmente o grau de autonomia dos entes federados. Esta deve ser considerada uma cláusula pétrea: a força da Federação é decorrente da força de cada uma das suas partes. Se houver Estados fracos, a Federação será fraca.

Ainda existe um tópico importantíssimo nessa discussão, que é a questão da previdência social. É um País que está envelhecendo rapidamente. Há uma enorme quantidade de estudos disponíveis, o próprio IBGE tem projeções da mudança de perfil rápida na nossa demografia, e a arrecadação da previdência social faz parte da carga tributária; vale dizer, ela faz parte do sistema tributário. Então, não é possível alienar a discussão da previdência social do contexto da discussão do novo sistema tributário.

É preciso, finalmente, definir um período razoável de transição. Não se pode, evidentemente, levar décadas, mas esse período tem de ser suficiente para que os entes possam adaptar-se à nova situação. Então, deve haver um ritmo de mudanças razoável e flexibilidade para os ajustes. Curiosamente, nosso sistema, que, na essência, é o sistema de 1967, foi feito assim: foi dada autorização ao Executivo para promover os ajustes necessários ao longo do tempo, e o sistema foi sendo ajustado justamente para evitar aquilo que todo mundo teme, que são as perdas praticamente impossíveis de estimar com precisão de antemão.

Finalmente, para terminar, trouxe aqui uma curiosidade. Esse é um gráfico de um *software* que foi produzido pelo Professor Carlos Azzoni, da Faculdade de Economia da USP, que faz o seguinte exercício: ele coloca os PIBs estaduais para cada ano no mapa do Brasil, alocados nas capitais dos Estados. E o *software* calcula o centro de gravidade desse PIB. Então, cada ponto, com sua data, corresponde justamente a esse centro de gravidade. O que, em decorrência, existe quando consideramos um período relativamente longo? Há aquilo que se chama de "o caminho do centro de gravidade do PIB".

É preciso um pouco de imaginação para pensar que, por trás desse gráfico, existe um mapa do Brasil. Já fiz esse exercício. É um pouco difícil enxergar isso, mas os pontos estão localizados, não surpreendentemente, entre São Paulo e Belo Horizonte, mais ou menos dentro do triângulo São Paulo/Belo Horizonte/Rio de Janeiro, e caminham, de forma geral, em direção ao Centro-Oeste. Mas notem que, toda vez que desce, ele vai para o Sul ou para o Sudeste, na direção de São Paulo, na direção de concentração; toda vez que sobe, qualquer que seja a direção, mas subindo na latitude, ele está desconcentrando. E o que se nota é justamente uma variedade, uma diversidade muito grande de períodos: entre 1939 e 2006, que é o último ano, houve longos períodos de concentração; depois, houve alguns períodos de desconcentração. Mas, claramente, essa política de desenvolvimento regional não é decisiva, a não ser nos últimos anos, que são os anos do Governo Lula. Talvez, pela decisiva ação de inclusão social, houve uma clara tendência bem no final, entre 2003 e 2006, de se caminhar na direção da desconcentração, indo para o Nordeste.

Essas eram as considerações que gostaríamos de fazer. Estamos à disposição da Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Michal Gartenkraut.

Concedo a palavra ao primeiro orador, o Senador Ricardo Ferraço, autor do Requerimento nº 18, de 2011, da CAE. Depois, vou chamar os demais Senadores já inscritos. Há uma lista de inscrição. Depois do Senador Ricardo Ferraço, falará o Senador Cyro Miranda, o Senador Eduardo Suplicy e a Senadora Ana Amélia.

Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, Senador Delcídio do Amaral, Srs. Senadores, Srª Senadora Ana Amélia, nossos convidados, o economista Luís Paulo Rosenberg e Prof. Michal, esta Comissão realiza a segunda audiência pública. Na primeira audiência pública, contamos aqui com a presença do Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, Dr. Nelson Barbosa, que fundamentou a necessidade de evoluirmos para a redução do ICMS dentro de um período muito curto, até 2014.

Sr. Presidente, a informação que temos nesta data, por um conjunto de elementos e de indicadores que nos apresentam aqui o Dr. Luís Paulo Rosenberg e o Dr. Michal, é absolutamente contraditória em relação a tudo a que pudemos assistir na audiência anterior. E. pela responsabilidade que temos – Senador Delcídio, gostaria que V. Exª me ouvisse –, seria importante que pudéssemos...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ferraço, não vou sair. É que há uma fila aqui, e preciso dar uma liberadinha rápida. Mas eu já volto. Por isso, pedi ao Senador Armando Monteiro que presidisse a reunião.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Está muito bem justificada a ausência temporária de V. Exª.

De fato, o Dr. Luís Paulo e o Professor Michal, com elementos e indicadores, desmistificam um conjunto de afirmações que foram feitas aqui por parte do Governo Federal. A apresentação que fazem é muito pedagógica, é muito didática, e sinaliza, com muita clareza, que não são os benefícios regionais, que não são os incentivos fiscais ou financeiros que foram concedidos pelos governos estaduais, na ausência, inclusive, de uma política nacional que pudesse amarrar e organizar o desenvolvimento regional.

Esse ICMS está representando hoje 2% do ICMS geral do País. Esses incentivos, segundo dados aqui apresentados, representam a expansão de menos de 1% nas importações do Brasil.

Foi sinalizada, com clareza, a necessidade dessas importações, por serem bens intermediários, por serem bens de capital, para manter o nosso parque industrial em expansão.

A proposta que eu queria fazer seria a seguinte: seria muito importante, primeiro, que marcássemos outra audiência num dia de sessão deliberativa, para que aqui estivesse o conjunto de Senadores desta Co-

missão, porque esta Comissão terá a responsabilidade de conduzir esse debate, e esse será um debate com um impacto muito forte nos Estados. Poderíamos fazer aqui um contraditório, com a presença aqui do Dr. Luís Paulo, do Dr. Michal, do Secretário-Executivo Nelson Barbosa e do Dr. Robson Andrade, da CNI, para que pudessem ser apresentadas as várias visões e para que nós, Senadores, firmássemos o nosso juízo de valor em relação a esse tema, que é absolutamente relevante não apenas para o Senado, não apenas porque representamos os Estados, mas porque temos, acima de tudo, julgo eu, a responsabilidade de trabalhar não apenas a união nacional, mas também a solidariedade entre os Estados Federados.

Então, cumprimentando o Dr. Luís Paulo e o Dr. Michal, proponho que possamos, em outra data, com o plenário um pouco mais presente, num dia de reunião deliberativa, de votação, separar um período da nossa reunião para fazermos um debate frontal, para ouvirmos as várias versões, que nos ajudarão a formar um juízo de valor.

Ao cumprimentar V. Exª por esta reunião, Sr. Presidente, cumprimento também nossos convidados e lhe agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu queria fazer só um comentário, Senador Ferraço. Eu estava falando com o Dr. Luís Paulo Rosenberg que me surpreendeu o número de Senadores nesta reunião de hoje, porque, normalmente, quando se sai da reunião de terça-feira... Eu mesmo – com a Senadora Ana Amélia, isso também já aconteceu – já presidi reuniões em que estava o relator do requerimento e eu. É surpreendente, numa reunião de quarta-feira, o número de Senadores que estão aqui. É impressionante! E a CCJ está discutindo a reforma política. Portanto, esta é uma exceção, não é uma coisa simples. Isso se deve ao interesse dos Senadores pela matéria, que vai tramitar na CAE, e ao brilhantismo do Sr. Luís Paulo Rosenberg e do Professor Michal Gartenkraut.

Naturalmente, ouviremos outros convidados; os requerimentos já foram aprovados. Esta é a primeira audiência pública após aquela audiência que fizemos com o Secretário Nelson Barbosa e com alguns Secretários de Estado. E, com certeza, vamos ter a possibilidade, ao longo desse trabalho, de fazer um debate intenso, com contraditório, até porque as informações que foram aqui apresentadas pelo Rosenberg e pelo Prof. Gartenkraut, de certa maneira, contrariam todo um raciocínio, toda uma linha de ação, o que, dentro do estudo aqui apresentado, nos conduz a uma grande contradição.

Então, V. Exª pode ter a certeza de que vamos fazer esses debates. Este foi o primeiro debate. Tínhamos combinado de fazer estas audiências nas quartas-feiras. O Luís Paulo tinha viagens já marcadas, mas as adiou. Mas, agora, tomamos a decisão de fazer estas audiências nas terças-feiras. Faríamos uma reunião ordinária, para votarmos matérias, e, logo após, faríamos as audiências públicas, exatamente pela preocupação externada por V. Exª.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Tem a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Bom dia, Presidente! Bom dia a todos os nossos visitantes e convidados!

Srªs Senadoras e Srs. Senadores, lamento não ter chegado aqui no horário; até conversei com V. Exª ontem. Esse é um tema de extrema importância. Nem sei o que foi tratado aqui, mas o tema é a reforma de ICMS, reforma fiscal. Eu queria dizer que esse é um tema de extrema importância para os Estados. E nós, da Comissão, antes de tudo, somos defensores dos nossos Estados. Antes de ser líder ou de ser presidente da Comissão, nossa responsabilidade é com nossos Estados.

No passado, quando eu era Governador de Mato Grosso, ajudei a não fazer a reforma tributária. Em todos os momentos, pedi isso aos líderes. Interferi para que essa reforma não andasse, porque, da forma como ela estava sendo apresentada, haveria falência ou dificuldade de um Estado que, há mais de trinta anos, brigava para colocar as suas contas em dia. Graças a Deus, o Estado as colocou em dia. Inclusive, diferentemente de outros Estados, conseguiu reduzir seu endividamento, porque a economia cresceu mais do que aqueles famigerados juros da renegociação da dívida, feita em 1996. Na época, o acordo foi ótimo, mas, hoje, é péssimo.

Acho que ninguém é contra a reforma. Todo mundo quer a reforma, mas para pagar menos imposto. E não há como tirar dos Estados qualquer coisa onerosa que existe hoje. Você não consegue diminuir participação em saúde, em educação, em segurança pública; pelo contrário, precisa-se de mais dinheiro.

Então, para fazermos a reforma, vamos ter de dar garantias aos Estados de que, em qualquer mudança – e ela deve ser de longo prazo –, se ocorrer alguma perda de receita, haverá um fundo de compensação que dê essa garantia. Não se pode dizer que é um fundo de R$400 milhões. Esse valor de R$400 milhões não cobre nem o buraco de Mato Grosso, que é a décima

economia do País. Então, imaginem se acontecer algum problema com São Paulo, com o Rio de Janeiro!

Não é de se estranhar que haja vários Senadores nesta Comissão a esta hora, pouco mais de 11 horas. Saí correndo dos meus compromissos, para vir aqui, porque isso diz respeito à vida de cada um de nós e ao futuro de nossos Estados.

Talvez, esse seja o assunto mais importante e prioritário que temos de tratar nesta Comissão. Quero parabenizá-lo por começar esse ciclo. Mas quero dizer: vamos começar, mas vamos concluir. Sei que haverá governadores que tentarão impedir, a exemplo do que fiz, essa reforma. Mas sempre se pede, ao impedir, que se proteja. Se dermos a proteção necessária, não vamos encontrar ninguém que seja contra a reforma tributária.

Temos de ser claros e corajosos e dizer para a população que a reforma tributária, a princípio, não vai trazer alívio para ninguém, mas, sim, vai encaminhar para o futuro um alívio, trazendo mais gente para dentro do processo de tributação. Isso é o que vai acontecer.

Parabéns, Sr. Presidente!

Peço desculpas aos senhores, por não ter estado aqui no início da reunião, para ouvir as explanações de V. Exªs. Esse é um tema que precisamos conhecer, e vamos conhecê-lo por meio das audiências públicas, ouvindo pessoas que o estudam. E, como disse o Senador Ferraço, é preciso haver o contraditório. Temos de ter oportunidade, como Senadores, de mostrar nossas experiências, nossas dificuldades, nossos temores, nossos medos, para que não criemos no futuro algo que seja ruim para o nosso Estado.

Mais uma vez, manifesto-me, antes de tudo, no sentido de que cada um dos três Senadores defenda o seu Estado. Nós defendemos os nossos Estados. E estamos aqui para buscar, senão um consenso, uma negociação que seja boa para todos os Estados da Federação brasileira.

A União, o Executivo – não gosto de falar Governo, porque parece que estamos falando da Presidente –, seja quem for que esteja ali, Senador Delcídio, tem medo de fazer reforma. Eu, como governador, também tinha medo de fazer reforma. Meus burocratas, meus secretários colocavam medo em nós também. Mas nós, Senadores, somos os únicos que podemos avançar e diluir a preocupação do Executivo, dando ao Executivo certa tranquilidade. Se não avançarmos, isso não vai progredir.

Cito como exemplo a legislação trabalhista, a legislação referente a meio ambiente, as relações entre empregado e patrão e muitas outras coisas. Os direitos humanos só mudaram a partir do momento em que a política mudou seu posicionamento, dizendo: "Olha, agora, a regra é esta. Daqui para frente, vocês chegarão, senão serão penalizados". Então, nós, desta Comissão e do Senado, temos essa responsabilidade. E temos de ter a coragem de fazer a mudança, mesmo que o Executivo, às vezes, tenha medo e não queira fazê-la.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi.

Passo a palavra ao primeiro orador inscrito, o Senador Cyro.

Com a autorização do Senador Cyro, quero dizer que preciso atender a uma fila do SUS, ao lado. Então, o Senador Armando Monteiro vai presidir a reunião, e voltarei rapidamente. Sei que o Senador Armando Monteiro tem de ir à CCJ também.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Antes de V. Exª sair, Sr. Presidente, quero fazer uma observação: dada a relevância, o Professor Rosenberg e o Dr. Michal deveriam voltar a uma reunião ordinária nossa. Esses dados são de suma importância.

Vou continuar. Vou deixar V. Exª atender o SUS.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu o farei rapidamente.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Senador Armando Monteiro; Dr. Rosenberg, que conheço de longa data – participei de várias palestras do senhor, como também das do Dr. Michal –; Srªs e Srs. Senadores, senhores colegas, quero parabenizar, em primeiro, lugar o meu amigo particular Senador Ferraço pela iniciativa, que foi da maior importância. Até então, não havia o contraditório.

Venho de um Estado altamente incentivado, que é o Estado de Goiás. E o senhor já foi lá, várias vezes, por meio das nossas entidades, para dar essa palestra.

Primeiro, eu gostaria de fazer uma pergunta: os senhores fizeram alguma palestra sobre esse tema na CNI atualmente? *(Pausa.)*

Vou até sugerir ao Presidente Robson que os convide, porque aquela é uma Casa em que isso é debatido exaustivamente, mas onde não vejo contraditório. Aquela Casa tem uma posição firmada, uma posição muito parecida com a do Governo Federal.

Sinto, em primeiro lugar, que os senhores esgotaram o assunto de maneira brilhante. Os senhores trouxeram aqui dados, argumentos. Não sei como contestá-los. Não vou contestá-los, é lógico. Mas não sei como haveria o contraditório. Por isso, é importante colocá-los juntos.

Venho de um Estado extremamente agropecuário. Em 1982, como o Governo Federal nunca se preocupou em corrigir as desigualdades, essas desigualdades foram corrigidas com as ferramentas que cada governador tinha. E os senhores provaram que

não houve dilapidação nenhuma do ICMS dos outros Estados. Ninguém sofreu com isso. Todos cresceram. Não houve mágoa alguma. Mas não poderia continuar havendo um A, B, C, D – sou paulista, diga-se de passagem – arrecadando mais do que a soma de alguns Estados do Nordeste e do Norte. Há uma logística em que não se consegue mais sair de São Paulo.

Então, o Governo brasileiro está usando, sob o pretexto de fazer a reforma tributária fatiada, uma porta de entrada, que são as exportações. Na verdade, quer levar todas as alíquotas do ICMS da mesma forma, fazendo com que elas sejam paritárias. Ora, no dia em que passar de 2%, os Estados não incentivarão mais nada; isso morreu.

O Presidente Lula deu uma demonstração cabível da necessidade dos incentivos fiscais, pois, de maneira truculenta, implantou a Fiat em Pernambuco, usando uma lei de 1997. A Fiat comprou uma fábrica de chicote de velocímetro, para, por meio dessa lei, embarcar num incentivo fiscal que ele concedeu em Pernambuco. Não sou contra isso. Acho que Pernambuco merece isso e tem necessidade disso, porque é um dos Estados do Nordeste menos desenvolvidos industrialmente, pois parou no tempo e no espaço. Então, isso é válido. Mas isso não é válido só para Pernambuco. A Bahia comprou a Troller, para usar a mesma lei de 1997, para pegar uma carona e ser incentivada no PIS e no Confins. Dizia-se no bojo da lei que isso servia para o Norte, para o Nordeste e para o Centro Oeste, ligados à Sudam e à Sudene, mas não! Era algo específico; embaixo, colocava-se só quem tivesse essa lei.

O meu Estado, o Estado de Goiás, cresceu, gera empregos, desenvolveu o setor de grãos, como o Estado de Mato Grosso. Por quê? À medida que implantou indústrias do agronegócio, fez-se a necessidade de aumentar a plantação de milho, de soja, de algodão, com esses incentivos. Nem por causa disso o Paraná e o Mato Grosso diminuíram sua região plantada. Então, houve, sim, um incremento nessas ações.

Então, é muito perigoso começar reforma tributária dessa maneira. A reforma tributária tem de ser vista como um todo, começando-se pela União. É preciso discutir as coisas da União. Os senhores foram muito claros nessa parte.

O ICMS, o único instrumento que os governadores têm, não pode ser federalizado. O que se faz? O que se quer é jogar isso para a ponta, para os Estados consumidores, fazer um fundo, que nunca vai funcionar, e os governadores vão continuar de pires na mão, muito mais na dependência da União. Foi o que o relator passado, nas duas últimas tentativas – e procuramos obstruir de todas as maneiras –, queria colocar.

A competitividade dos Estados, como os senhores disseram muito bem, ocorre em todos os países. Isso é saudável. Estamos procurando, com isso, fazer uma reforma tributária necessária. É uma maneira de se diminuírem os impostos. O Governo Federal tem uma ganância muito grande. Retirou-se a CPMF, e continuamos arrecadando muito mais. Mas se quer jogar isso e dizer que estamos indo de encontro à lei por que não estamos alinhados com o Confaz. Ora, enquanto houver um Confaz com unanimidade... Como já diziam lá atrás, a unanimidade é burra: basta que haja uma mesquinharia ou que um ache que está sendo prejudicado para isso nunca funcionar. Então, essa questão do Confaz vai ter de ser mudada.

Então, só tenho de elogiá-los. Vou recomendar, se possível, que os senhores vão à CNI, que, infelizmente entrou com uma Adin sobre esse assunto e não sabe o mal que pode causar a um Estado. Se, por acaso, um Ministro julgar isso procedente e disser que, daqui para frente, um determinado Estado não pode mais incentivar, ele simplesmente quebrará o Estado do dia para a noite, e os senhores sabem disso. Basta dizer que, em 2020, haverá a possibilidade de acabarem os incentivos, para que as indústrias já não invistam na mesma velocidade. O que fazem as indústrias automobilísticas? Elas vão, nos próximos modelos, para os grandes centros novamente e, com o tempo, vão desativar. Não adianta. Essa é uma maneira de corrigir as desigualdades. Todos os Estados estão lucrando, e estamos crescendo com isso.

Então, precisamos muito dos senhores aqui. Se necessário for, vou fazer novo requerimento, convidando-os, para que esta Casa fique cheia, como na reunião ordinária da sexta-feira. Assim, vários que pensam o contrário terão a oportunidade de ver suas explanações e de tomar conhecimento dos dados extremamente confiáveis e sérios que os senhores apresentam e dos argumentos que os senhores usam.

Agradeço-lhes bastante. Hoje, saio daqui muito feliz com essas explicações, sabendo que não estamos errados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. PTB – PE) – Antes de passar a palavra ao Senador Suplicy, eu queria me permitir, já que o Senador Cyro fez várias cobranças à Confederação Nacional da Indústria, dizer que ele deveria encaminhar à Confederação essas questões. Mas, na condição de ex-Presidente da Confederação, quero dizer que tenho absoluto alinhamento com as posições que foram assumidas pela Confederação, posições essas que foram adotadas com o apoio de toda a sua base federativa. Ou seja, as decisões se deram de forma colegiada, a propositura

das Adins foi feita com o apoio de todo o conjunto do sistema, inclusive com a representação dos Estados.

Portanto, eu queria fazer essa ponderação e dizer que V. Exª, Senador Cyro, pode, legitimamente, endereçar essa questão à Confederação Nacional da Indústria, dando à Confederação a oportunidade de fazer esse esclarecimento.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu já o fiz, Sr. Presidente, até porque não há um esclarecimento; ali só se diz dos malefícios que (entre aspas) "não são contestados".

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. PTB – PE) – Agora, pela ordem de inscrição, passo a palavra ao Senador Suplicy, próximo orador inscrito.

Peço aos companheiros que, se possível, façam intervenções breves, já que, daqui a pouco, estaremos no plenário.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Presidente Armando Monteiro, quero cumprimentar o Professor Luís Paulo Rosenberg, que conheço há muitos e muitos anos – somos amigos –, e o Sr. Michal Gartenkraut, pela contribuição de ambos.

Achei importantes esses esclarecimentos que eles prestaram aqui sobre o desenvolvimento das importações, com uma perspectiva, eu diria, um pouco mais otimista do que aquelas que, muitas vezes, temos ouvido.

Gostaria de transmitir a ambos que, por exemplo, é muito comum, em minhas viagens de São Paulo para Brasília, encontrar industriais da Fiesp e da Abimaq, dentre outras entidades, que estão vindo a Brasília para encontros com o Ministro da Indústria e Comércio, Fernando Pimentel; se possível, com a Presidenta Dilma Rousseff; com o Ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, para justamente mostrarem preocupação com o volume intenso das importações brasileiras, seja de máquinas e equipamentos, seja de bens industrializados com tecnologia avançada, que têm sido importados em volume muito significativo, e para mostrarem preocupação com a diminuição do grau de capacidade competitiva em razão de diversos fatores, inclusive do câmbio efetivo.

Os senhores mostram que as importações têm se dado em função, sobretudo, do Produto Interno Bruto e do câmbio efetivo. No que diz respeito aos fatores que podem, efetivamente, influenciar o câmbio efetivo, como seria o caso de as autoridades monetárias e as autoridades fazendárias influenciarem um pouco mais a balança comercial e o próprio ingresso de recursos externos, eu lhes agradeceria se os senhores pudessem responder se as autoridades estão atuando de maneira adequada, inclusive, no que diz respeito à criação do IOF ou de outros tributos sobre o ingresso de recursos, especialmente de curto prazo.

Os senhores bem assinalaram aqui que, na hora de pensarmos numa reforma tributária, teremos de pensar no conjunto, não apenas no ICMS ou em qualquer um dos fatores, mas no conjunto deles, para caminharmos na direção de um sistema tributário o mais racional possível, que torne a economia brasileira competitiva e que, ao mesmo tempo, atenda os objetivos maiores de um desenvolvimento mais igualitário, tanto do ponto de vista regional quanto também pessoal, para todos os seres humanos. E que possamos, inclusive, levar em consideração o objetivo maior da Presidenta Dilma, apoiado por todos nós, que é o de erradicar a pobreza absoluta em nosso País.

Não lhes vou pedir, agora, para tratarem deste assunto. Mas quero me colocar à disposição da Rosenberg & Associados, para que possam considerar em suas análises aquilo que já é lei. Refiro-me à Lei nº 10.835, que instituirá, por etapas, uma renda básica como um direito à cidadania para todos os cidadãos. Que, em seus estudos, a Rosenberg & Associados possa considerar como isso, um dia, vai acontecer!

Coloco-me à disposição do amigo Luís Paulo Rosenberg, para, um dia, tratarmos desse assunto – disponho-me até a lhe fazer uma visita –, conversarmos mais a esse respeito.

Vou atender ao pedido da Senadora Ana Amélia e do Presidente para ser breve.

Muito obrigado.

Cumprimentos pelo trabalho!

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. PTB – PE) – Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria agradecer muito, Sr. Presidente Armando Monteiro, ao Dr. Luís Paulo Rosenberg e ao Professor Michal pela aula que deram a respeito de um tema tão importante, até porque, nesta Casa da República, representamos os interesses dos Estados – por isso, somos três em cada Estado; há igualdade nessa representação –, e o que temos aqui é exatamente esse compromisso.

No meu caso, eu queria discordar muito do que disse o nosso colega Cyro Miranda, de que os Estados ganham com a guerra fiscal. Sou de um Estado exportador e me alegra muito, primeiro, o conceito de que falou o Dr. Luís Paulo sobre a questão do pacto federativo. A Federação de hoje é um arremedo, é uma coisa completamente distorcida, o que, a meu ver, cria até uma disfunção institucional. Quando há um desequilíbrio entre os entes federados, 60% da arrecadação ficam nas mãos da União; 20%. nas mãos do Estado; e só 13%, nas mãos do Município. E as demandas dos cidadãos vão diretamente para as prefeituras municipais. Então,

o Município é o primo pobre desta Federação. Esse é um dado. Por isso, temos de rediscutir essa situação, porque, desde 1988 até agora, as responsabilidades de uma prefeitura aumentaram muito, e a receita caiu.

Esse é o nosso pano de fundo. Mas o nosso querido colega Cyro Miranda disse que os Estados ganharam com a guerra fiscal. O meu Estado perdeu muito. Perdeu uma fábrica de automóveis. A Ford saiu do Rio Grande do Sul. É claro que nem vou discutir o aspecto ideológico que impediu que o Governo de então negasse aquilo que o governo anterior tinha concedido em matéria de incentivos. E é claro que a GM ficou no Rio Grande só por causa dos incentivos. Eles têm a sua utilidade exatamente na medida em que o Estado ganha; quando perde, perde. Perdemos a Ford. Na semana passada, a Vulcabras fechou uma fábrica em Parobé e demitiu 800 trabalhadores. A empresa está concentrando sua atividade em Fortaleza, com 44 mil trabalhadores. Do ponto de vista social, está tudo bem; a fábrica simplesmente está indo para onde há mais interesse.

Mais do que isso, agora, não só estamos vivendo esse problema da chamada guerra fiscal, mas o Estado também está correndo o risco de perder suas fábricas. É o maior produtor de máquinas e implementos agrícolas. Segundo esse mapa aqui apresentado pelo Dr. Michal, há um equilíbrio no Estado do Rio Grande do Sul: é um Estado exportador, mas também é um Estado que importa muito. Corremos o risco de perdermos nossas fábricas de máquinas agrícolas para a Argentina, porque 2,5 mil tratores estão aguardando, de fevereiro a abril; não entram lá, por conta das licenças não automáticas para a Argentina. O mesmo acontece em relação a calçados: oitocentos mil pares estão aguardando a entrada lá. E não há sinal de negociação favorável nos encontros que o Ministro Fernando Pimentel e Alessandro Teixeira estão tendo em Buenos Aires com a área econômica da Argentina. Talvez, haja até uma guerra fiscal dentro do Mercosul, imposta pela Argentina, para que as indústrias vão para lá.

Por fim, eu queria fazer só um comentário a respeito disso. O Dr. Michal disse que a importação não provoca grandes problemas ou perturbação na economia brasileira. Segundo informação de alguns economistas, seus colegas, a forte competição da importação está limitando o ritmo da produção industrial brasileira. Esse é um dado dos economistas. Há indústrias no meu Estado, que visitei, que fornecem equipamentos para motocicletas, que é um setor que, no Brasil, vende muito. O custo de produção de uma peça vendida no Brasil é de R$60,00. A mesma peça feita na China custa R$11,00, e o preço de alfândega desses equipamentos, de peças, seja do que for, na Flórida, nos Estados Unidos, é muito menor do que em qualquer área em São Paulo ou no Rio Grande do Sul. O que essas indústrias estão fazendo? Botando CD na Flórida, trazendo-o da China. O empresário diz: "Olha, fiz tudo. Eu queria formar uma fábrica de 500 empregados em Canoas, mas não posso nessas condições. Então, vou para a China, para montar minha fábrica lá. E vou trazer minha peça para colocar no entreposto da Flórida, que é muito mais barato".

Estamos diante de um dilema. Eu queria saber dos senhores que tratam desse assunto qual é a saída para tudo, antes de começarmos a discutir a reforma tributária, que é fundamental.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, já que fui citado pela minha colega, eu queria fazer uma observação, já que acompanhei o caso da Ford. Coincidentemente, a Ford não se instalou lá, bem como a Vulcabras saiu de lá com o mesmo governador. Acho que é mais uma questão política do que uma estratégia do Estado.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É o mesmo partido. Os governadores são do mesmo partido.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – É o mesmo partido. E o que está prejudicando agora é uma atitude do Governo Federal nessa questão da saída das máquinas. Mas acho que é uma questão de agilidade, não é uma questão de guerra. O Estado perdeu por posição.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. PTB – PE) – Agora, passo a palavra aos professores.

Pela ordem, tem a palavra o Dr. Luís Paulo.

É que há uma questão que a nossa companheira Senadora Ana Amélia apresentou agora...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Peço a palavra pela ordem, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. PTB – PE) – V. Exª é a próxima inscrita, Senadora.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – É que acho que nós todos podíamos fazer intervenções em bloco, e, depois, os nossos convidados falariam.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. PTB – PE) – Muito bem! Vamos fazer as perguntas em bloco.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Teremos de participar da sessão. Vou ser muito breve.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. PTB – PE) – Ouvimos, agora, a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Na realidade, perdi a intervenção dos nossos convidados, o Dr. Luís Paulo Rosenberg e o Dr. Gartenkraut. É difícil o nome, não é? Dizem que o meu

nome é difícil, mas difícil é o seu. Mas li a exposição e quero dizer que o contraditório está estabelecido hoje.

Na audiência passada, o centro da questão era que a prioridade da reforma tributária era acabar com a guerra fiscal em relação aos índices de ICMS, e os senhores tentam demonstrar aqui que não. Quero dizer que tenho algumas divergências. Não vou levantá-las aqui, porque temos muito tempo para fazer o debate. Mas são importantes estudos como esses que os senhores apresentam aqui.

Quero partir daquilo com o que concordo em gênero, número e grau. O Governo brasileiro ainda carece de uma política de desenvolvimento regional. E sabemos que um dos grandes alicerces para o desenvolvimento regional é exatamente uma política tributária que leve em consideração as diferenças regionais.

Então, agora, não sei se o caminho seria continuarmos da forma como estamos. Não é que o pequeno esteja lutando com o grande; muitas vezes, há o duelo do pequeno contra o próprio pequeno. E sou daquelas que acreditam que, para que o Brasil avance, é preciso desconcentrar, não só porque venho da região Norte, do Estado do Amazonas. O Amazonas é um Estado até privilegiado, se levarmos em consideração que nosso modelo de desenvolvimento é um modelo baseado em concessão de incentivos fiscais, o que deu certo. Não se trata apenas de uma questão de geração de empregos, mas também de uma questão de geopolítica. Sabemos o quanto, hoje, valem as florestas no mundo e o quanto elas valerão num curto espaço de tempo. E o Amazonas, hoje, tem o maior índice de preservação, por conta da existência da Zona Franca de Manaus. Aqui, agora, chega o nosso ex-Governador, o Senador Eduardo Braga, que sempre foi um grande lutador.

Fiz questão de me inscrever, para dizer isto: não sei se não teríamos condições de estabelecer uma política, até mesmo com os tributos, com limites. Hoje, não há limites.

Há poucos dias, votamos aqui e autorizamos um empréstimo para a construção do trem-bala entre Rio de Janeiro e São Paulo. Diante de nós, está uma medida provisória que garante a inclusão dos *tablets* como bem de informática, o que é óbvio, garantindo incentivos fiscais para Jundiaí, no Estado de São Paulo. Será que isso está correto? Garantimos incentivos fiscais para Jundiaí! Não há mão-de-obra, Sr. Presidente, no Nordeste, no seu Pernambuco, no nosso Amazonas? Hoje, a nossa mão-de-obra é uma das mais qualificadas do País. A empresa Sony traz trabalhadores do Japão para cá, porque o índice de produtividade da fábrica da Sony no Brasil é um dos melhores do mundo. Então, não há carência de mão-de-obra. E, se houver carência, temos de formar mão-de-obra.

Quero cumprimentá-los pela participação. Já ouvi uma opinião adiantada, mas eu queria saber quais são os perigos que os senhores veem de votarmos uma reforma tributária fatiada. Essa decisão já está tomada pelo Governo. Eu queria ouvir uma opinião sobre isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. PTB – PE) – Obrigado, Senadora.

Passo a palavra ao Professor Luís Paulo.

O SR. LUÍS PAULO ROSENBERG – Vou tentar ser, ao mesmo tempo, abrangente e rápido.

Primeiro, quero responder a uma consideração da Senadora e do meu grande amigo Suplicy que tem a ver com a questão de desenvolvimento e natureza e de desenvolvimento e política cambial. Realmente, não tratamos aqui de política cambial. Tentamos ver que impacto tem o ICMS reduzido sobre importação, em relação ao volume de importação, e esse impacto é nulo, praticamente nulo. Mas isso não quer dizer que não possa existir uma política cambial alternativa que dê resultados diferentes. Podemos dizer que importação é uma lufada de ar fresco, de nova tecnologia, como um adubo no crescimento, ou até rejeitar a hipótese de que possa haver exageros.

Infelizmente, no Brasil, há uma grande contradição. Aqui, há uma estrutura de gasto e de carga tributária desarranjada, e isso leva a uma política monetária absolutamente insólita. Em lugar nenhum no mundo, existem juros como os que praticamos. Esses juros, com um equilíbrio fiscal absolutamente férreo – gasta-se muito, mas, mesmo assim, faz-se o equilíbrio fiscal –, fazem do Brasil um paraíso para o capital estrangeiro. A coisa de que ele mais gosta é estrutura fiscal sólida, com taxa de juros de agiota. O dinheiro vem, entra no câmbio, avilta o câmbio, e aí você vê essas consequências. Se é um país normal, vamos dizer assim, ele se corrige, porque eleva um défict comercial muito rapidamente, e o défict comercial traz o câmbio para cima. Um país que tem uma vantagem comparativa em soja, vaca, suco de laranja e minério tolera qualquer insulto?! Deus foi tão generoso, fez-nos tão competitivos, que, a um câmbio de 1,40, a Vale ganha dinheiro. Então, o que acontece? Não vem a punição, não vem o fator corretivo, e o câmbio vai indo, e aí dá esse desastre.

O Senador mencionou as choradeiras que ele ouve no avião. Somos uma consultoria e vemos empresas calçadistas do Sul que se transformaram em grandes varejistas. Como forma de sobreviver, usou o canal privilegiado que tinha com o consumidor e está tentando se sustentar. Essa é uma questão à parte.

Por isso, cada vez mais, insisto: não adianta querer fatiar a economia. Tentar fazer uma reforma fiscal

fatiada é garantia de que vai fazer coisa errada. Não tem como tratar por pedaços uma questão que é sistêmica. Não dá!

Quando vejo que essa discussão em torno da reforma fiscal começa com ICMS, eu me lembro de um velho caso. O turista está andando por Londres, à noite, com aquele *fog* terrível, na escuridão, e, de repente, vê um londrino todo classudo, ajoelhado embaixo de um lampião, tateando. Ele chega perto do cidadão, que está bêbado e que diz: "Eu estava brincando com meu chaveiro, que caiu no chão". "Ah, vou ajudá-lo a procurar." Procurou e não achou chaveiro nenhum. Ele perguntou: "Foi aqui que o chaveiro caiu?". O cidadão disse: "Não, ele caiu no meio do quarteirão". E ele perguntou: "O que estamos fazendo aqui?". E o cidadão respondeu: "Aqui, pelo menos, há luz".

Então, diz-se: "Vamos pegar o ICMS...". O que é isso? Não foi aqui que caiu, e quem propõe uma reforma tributária deve ter a percepção e a grandeza de dizer: "Sou o primeiro a ceder em matéria de espaço". E, nesse espaço, vamos ver como a gente redistribui, o que é o novo papel de Imposto de Renda, esse tipo de coisa.

O importante é a gente começar esse debate. É óbvio que, para mim, que só tenho compromisso com meu diploma, é muito mais fácil falar do que para o Nelson, ou para os senhores. Falo só pela boca; os demais têm de falar pelo lugar em que estão sentados. Então, no que pudermos contribuir de forma absolutamente objetiva e desinteressada, sem compromisso outro que não o de tentar ajudar a Casa, por favor, contem conosco! É um privilégio estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. PTB – PE) – O Professor Michal Gartenkraut, quer complementar? *(Pausa.)*

Então, passo a palavra ao próximo inscrito, o nosso Senador Eduardo Braga, com muita satisfação.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Primeiro, peço escusas ao nosso Presidente e aos nossos palestrantes por não ter participado, desde o início, destes trabalhos e dos debates, porque eu estava presidindo a Comissão de Ciência e Tecnologia, também com audiências públicas. Mas fiz questão de vir a esta audiência não somente pelo tema, mas também pela qualidade dos expositores aqui presentes.

Eu gostaria de dizer que concordo com o tema que o Professor Rosenberg acabou de levantar. A reforma tributária, sem se discutir um plano nacional de desenvolvimento econômico para o País e um plano nacional de política industrial, fica muito difícil, porque aí começamos a discutir os interesses individuais de cada um dos Estados Federados, e isso causa desequilíbrios.

Por outro lado, o grande desequilíbrio que aconteceu na receita tributária deste País se deu ao fato de que, aproximadamente há quase duas décadas, o Governo brasileiro passou a adotar um aumento de receita baseado em contribuições não compartilhadas. A nossa Constituição foi o último pacto federativo estabelecido pela República brasileira em que houve um reequilíbrio da distribuição da receita tributária entre União, Estados e Municípios. E, de 1989 para cá, o que vimos? Vimos o Governo Federal, cada vez mais, aumentar sua arrecadação por contribuições e por outras ações não compartilhadas, o que fez com que a máquina arrecadadora do Governo Federal, inclusive, tornasse segundo plano alguns tributos que são tributos importantes para a partilha com os Estados, mas que perderam por completo a importância para a arrecadação tributária da União.

Presidente Armando Monteiro, V. Exª tem vasta experiência nessa área, foi Presidente da CNI, onde coordenou brilhantemente os trabalhos durante um bom tempo. Eu, na qualidade de ex-governador, tive oportunidade de estar com V. Exª e com companheiros da CNI em inúmeros debates sobre o tema.

Quero dizer que é muito pouco achar que vamos ultrapassar os gargalos da nossa economia e das nossas desigualdades simplesmente olhando para o ICMS, como se ele fosse o responsável por todos os males que acontecem na economia brasileira. Não o é.

É bem verdade também que há algo que todos, quando estão diante de um microfone, dizem que são contra, mas que, quando estão sentados na cadeira com a caneta cheia de tinta, praticam de manhã, de tarde e de noite, que é a guerra fiscal. E não venham dizer que isso é feito só pelo Nordeste ou só pelo Norte ou só pelo Sul, porque o poderoso Estado de São Paulo pratica guerra fiscal, inclusive, contra o Estado do Amazonas.

Portanto, essa guerra fiscal, por outro lado, chegou ao limite da relação federativa com os Estados. E isso se agrava por outro tema levantado pelo nosso Professor Rosenberg. É que, sendo a nossa economia financiada por *commodities*, semi-elaborados e recursos naturais não-renováveis, isso não vai durar para o eterno. Enquanto isso, nossos manufaturados estão sendo impactados por outras razões macroeconômicas que trazem sérios problemas no curto, médio e longo prazo, inclusive o custo Brasil, em função da inexistência de infraestrutura para suportar o crescimento econômico brasileiro de forma sustentada. Aí estão nossas estradas, aí estão nossos aeroportos, aí estão nossos portos, e não temos uma resposta, um planejamento nacional para enfrentar esses dilemas. E aí queremos enfrentar uma reforma tributária de for-

ma fatiada, e o elo mais fraco da corrente vai pagar o preço mais alto.

Sr. Presidente, aí reside a grande preocupação de nós, amazonenses, e da Amazônia brasileira, porque somos ainda uma das regiões mais excluídas nessa alavancagem e nesse modelo de desenvolvimento. É óbvio que os Estados mais próximos aos grandes centros consumidores, até por indução econômica, estão cada vez mais se inserindo nos mercados de serviços, etc. Essas outras regiões estão praticamente excluídas, e aí a infraestrutura é ainda mais carente.

Portanto, Sr. Presidente, esse debate é oportuno para se dizer o seguinte: não podemos achar que todos os problemas poderão ser resolvidos com a subtração do regime tributário de circulação de mercadoria sobre os Estados. Por outro lado, essa política de redução de tributos sobre os importados afeta ainda mais a competitividade do produto brasileiro dentro do mercado nacional, que é crescente e que hoje é cobiçado por países produtores exportadores que estão com problemas em seus mercados domésticos.

Portanto, é preciso ter equilíbrio, bom senso e a compreensão de que não dá para discutir a reforma tributária sem que se discuta o Plano Nacional de Desenvolvimento e o Plano Nacional de Política Industrial. Se não decidirmos o que queremos de desenvolvimento nacional e se não decidirmos o que queremos de política industrial, o que vamos ver será uma luta desigual dos poderosos com os mais fracos, a qual, neste Senado, precisamos evitar. E como é que evitamos isso? Unindo, no Senado, os representantes desses Estados, criando uma força que se equivale àquela que se está tentando implementar.

Portanto, eram essas as minhas ponderações. Nesta Comissão, precisamos dizer da relevância, da importância desse debate. Temos de dizer que, simplesmente, não podemos tomar decisões pontuais, isoladas, achando que, com isso, vamos resolver as questões gerais deste País.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. PTB – PE) – Muito bem!

O próximo inscrito é o Senador Casildo Maldaner, a quem concedo a palavra.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, nobres convidados, meus caros colegas...

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. PTB – PE) – Meu caro Senador, eu queria pedir licença para convidar o companheiro Ricardo Ferraço, que foi o autor do requerimento, a assumir a Presidência desta reunião. Quero me inscrever no debate e ficarei mais à vontade se estiver aí, na bancada.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Caro Presidente, senhores convidados e prezados colegas, primeiro, quero pedir desculpas também, porque, como o Senador Eduardo Braga, estive em outras Comissões. A Casa sempre funciona assim. Por isso, acabo de aqui chegar.

Quero apenas, sintetizando, subscrever o que disse o Senador Eduardo Braga. Acompanhei o depoimento, a exposição que ele fez agora. Não pode residir somente no ICMS a solução em torno da reforma tributária no Brasil. Estamos sentindo isso de perto. Houve uma repactuação entre os Estados e o Governo Federal em 1997. Já faz, então, quatorze anos que houve essa repactuação. E, quanto ao indexador entre os Estados – não falo só do meu Estado, Santa Catarina –, pretende-se, agora, alterar isso. De 1997 para os dias atuais – passaram-se quatorze anos –, as coisas mudaram, como a questão dos juros. As coisas não são estanques. Hoje, o cenário é outro, Senador Armando Monteiro e Senador Ferraço, que foi o autor dessa proposição. Hoje, precisamos rever essa repactuação. Alguns dizem que não podemos revê-la, pois é um contrato firmado, que temos de manter. Mas, hoje, o cenário é completamente outro. Na época, eu estava no Senado e participei desse pacto. Na época, isso estava adequado, mas, com a evolução, precisamos flexibilizar isso. Aliás, não é uma cláusula pétrea esse pacto entre os Estados e o Governo Federal que o Senado fechou em 1997.

Inclusive, flexibilizamos, há dez dias, o contrato da Itaipu binacional com o Paraguai. O Senado entendeu, após longo debate, que esse contrato havido à época relativo à construção de Itaipu, também poderia ser flexibilizado. Primeiramente, dizia-se que não poderíamos mexer nisso, pois era uma questão de soberania, quase uma cláusula pétrea. Mas chegamos à conclusão de que essa não era cláusula pétrea e que seria possível flexibilizar isso, pois isso seria bom não só para o Paraguai, mas também para o Mercosul e para o Brasil, para que os brasileiros pudessem, inclusive, liderar a questão do Mercosul. Votamos isso agora. Entendemos, por maioria – é claro que não houve unanimidade –, que isso seria o melhor.

O mesmo penso agora em relação a flexibilizarmos o entendimento entre os Estados e o Governo Federal. Aí, sim – e alguns pactos existem hoje no Brasil, em função do contingenciamento –, diríamos que, com outro indexador, quanto à parte que os Estados não recolheriam ao Governo Federal, eles assumiriam o compromisso de investir em logística, em infraestrutura, Senador Armando Monteiro. Fazendo investimentos, criaríamos um pacto verdadeiramente do Brasil inteiro, um grande pacto, um pacto generali-

zado no Brasil. Isso viraria uma atividade descentralizada, com a vigilância, inclusive, do próprio Governo Federal. Os Estados querem isso. Essa é uma grande saída, é um reencontro com uma grande reforma, um grande pensamento, para fazermos com que o Brasil busque ativar questões logísticas e de infraestrutura, assim por diante.

Era esse o meu comentário que gostaria de fazer.

Ao Senador Ferraço, que está presidindo neste momento esta Comissão e que é autor da proposição, e aos convidados, quero deixar aqui meus cumprimentos!

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado Senador Casildo.

Aqui, há uma solicitação do Dr. Luís Paulo, que tem um voo marcado às 13 horas para o exterior e que está com muito medo de perder o avião. Então, para as suas despedidas, vou passar a palavra ao Dr. Luís Paulo.

O SR. LUÍS PAULO ROSENBERG – Quero lhe agradecer demais esta oportunidade. A gente está totalmente à disposição. Não existe uma verdade absoluta. Algumas considerações que fizemos são exatamente dirigidas a esta Casa, neste momento de reflexão sobre a oportunidade excepcional de colocarmos o Brasil, outra vez, numa rota de crescimento sustentável, apoiado por uma estrutura fiscal adequada, não por remendos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Ouço, com prazer, o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente, companheiros, primeiro, eu queria me congratular com nosso companheiro Senador Ricardo Ferraço, que se tem caracterizado – ressalto seu desempenho nesta Casa – por uma preocupação com os temas que me parecem mais importantes na agenda do País. Agora, na perspectiva de uma reforma tributária que há muito tempo o país reclama, há, sim, nessa discussão, um eixo fundamental, que é essa questão da reavaliação dos incentivos que vêm sendo oferecidos, sobretudo, na utilização do ICMS.

Então, eu me congratulo com o Senador, por entender que essa discussão é extremamente importante e oportuna. Tenho a compreensão de que esses sistemas de incentivos fiscais do Brasil, sobretudo os que se utilizaram dos instrumentos da chamada guerra fiscal, estão esgotados. Não vejo como imaginar que, na perspectiva da construção de um sistema tributário que convirja minimamente para o que o Brasil pretende, que é ter um sistema de classe mundial, possamos conviver com as contradições desse sistema atual. Quer dizer, não há como imaginar que os mesmos produtos possam estar submetidos a bases de cálculo distintas. Há uma imensa fragmentação na utilização desses instrumentos e de uma legislação que, na prática, é extremamente heterogênea. Acho que esse sistema desequilibra a competição interempresarial e, portanto, cria imensas distorções no ambiente econômico. E, sinceramente, acho que os Estados não suportarão a manutenção desses incentivos, como eles hoje vigoram.

Quero mostrar para o Professor Michal, à luz de tudo aquilo que foi aqui trazido, algumas preocupações. A primeira constatação é a seguinte: os sistemas de incentivos fiscais cumpriram verdadeiramente o papel que deles se pretendia, ou seja, eles produziram verdadeiramente uma desconcentração econômica no Brasil? Ou as disparidades inter-regionais continuam ainda a desafiar até o nosso projeto de Nação? Ou seja, vamos avaliar essa experiência que o Brasil viveu ao longo de décadas. O que é que isso produziu em termos de correção dos desequilíbrios inter-regionais? De outro modo, se é irrelevante a concessão de incentivos para explicar o grande incremento das importações – e, evidentemente, esse movimento está claramente associado ao maior ritmo de crescimento do País e ainda à questão do desequilíbrio da taxa de câmbio –, que relevância, então, tem verdadeiramente a utilização desses instrumentos? Se eles não produzem efetivamente, se eles não impactam a decisão no processo de importação, por que manter esses incentivos se eles provocam desequilíbrios, sobretudo, na perspectiva da tal isonomia competitiva com a produção nacional?

Então, ao final, quero dizer que tenho a compreensão de que os Estados que se utilizaram desses incentivos podem até ter obtido resultados numa perspectiva de curto prazo, mas não me parece que esse sistema seja sustentável. E o que nos cumpre verdadeiramente discutir é o desenho de uma reforma tributária ampla, sistêmica, que possa corrigir as disfunções do sistema tributário vigente.

O Professor Michal sublinhava muito bem a necessidade de que o Brasil construa um sistema que possa desonerar o investimento e que não tribute o emprego, como fazemos – e isso é algo inaceitável; o emprego formal é fortemente tributado no Brasil. Eu adicionaria ainda, Professor, um sistema que tributa o crédito, que é um insumo que deveria ser menos tributado no Brasil, e que ainda tributa a poupança ou desestimula o processo de formação da poupança.

Então, como acho que temos de pensar o Brasil, antes de pensar os Estados, embora reconhecendo que a diversidade regional e as peculiaridades regionais nos colocam a necessidade de, efetivamente, promover adaptações, temos de pensar na competiti-

vidade do País. Não podemos perder a oportunidade, que este momento nos proporciona, de construir um sistema tributário de classe mundial, que é uma condição para que o Brasil, a economia brasileira possa ser verdadeiramente competitiva nos próximos anos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – O Dr. Michal tem a palavra.

O SR. MICHAL GARTENKRAUT – Senador, muito obrigado pelos seus comentários. Eu não poderia concordar mais com o final da sua intervenção. Gostaria apenas de dizer que não tivemos o objetivo, nesse estudo, de defender a qualquer custo o sistema de incentivos como tal. O primeiro objetivo era simplesmente demonstrar que a causa principal do crescimento das importações recentes não residia, principalmente, na redução das alíquotas do ICMS. Isso apareceu claramente. Há um crescimento enorme das importações, mas as causas estão em outro lugar: uma causa é boa, que é o crescimento da nossa produção; e a outra machuca muito a indústria brasileira, que é o câmbio valorizado. A solução desse problema reside em outro lugar: naturalmente, reside num redesenho da política macroeconômica que, eventualmente, inclui também um melhor sistema tributário e uma desoneração que poderia levar a uma competitividade maior.

Quanto à sua pergunta sobre o resultado, tenho a impressão de que a utilização de incentivos foi tão dispersa e diferente pelos Estados, que é muito difícil dar uma resposta única, fazer uma avaliação global. Quando se observam os Estados que têm uma experiência mais longa e responsável, como é o caso do Estado do nosso Presidente aqui, o Espírito Santo, onde os benefícios são orçamentados e totalmente transparentes, em que há todo um histórico de responsabilidade fiscal no trato dessa questão, os resultados não são desprezíveis. E, quanto à participação do Espírito Santo, em qualquer parâmetro, no PIB brasileiro, em termos de IDH, do ponto de vista social e de bem-estar da população, todos os indicadores experimentaram uma melhoria muito grande que seria dificilmente obtida se não houvesse essa iniciativa por parte do Estado. Goiás é outro exemplo que pode ser citado, bem como alguns outros Estados. No global, o que salta à vista – e estou interpretando o objetivo da sua pergunta – é que o País ainda continua muito desigual, as disparidades são enormes, o que, realmente, não só envergonha o País, mas também coloca uma restrição para a perspectiva de desenvolvimento posterior.

Tenho a impressão de que a questão da racionalidade econômica se choca com uma cláusula muito importante da Constituição, que é a autonomia dos entes federados. Então, é preciso encontrar um equilíbrio entre o tudo ou o nada. Quer dizer, reduz para zero a alíquota, e, aí, você retira o sangue da possibilidade de conceder incentivos com recursos próprios dos Estados. Que autonomia tem um Estado em que o seu governador, mediante uma lei aprovada pela Assembleia, portanto, chancelada pela sociedade, não pode dispor, bem regulamentado, de um recurso que é do próprio Estado? Acho que essa é uma agressão ao formato da Federação que fragiliza a própria União, porque coloca nessa união elos muito fracos, com pouca autonomia.

O que se lê hoje na literatura mundial? Principalmente depois do advento da consolidação da União Europeia, há justamente uma recomendação para uma solução equilibrada, em que, de um lado, está a autonomia dos membros, dos Estados federados, e, do outro lado, está a racionalidade dos mercados. É preciso encontrar um equilíbrio. Como o senhor muito bem salientou, hoje, isso está livre. É preciso regulamentar isso de forma adequada, e, na minha opinião, esse é o verdadeiro pacto federativo que precisa ser atingido.

Se a solução a ser atingida é uma redução dos impostos interestaduais, não só o de importação, mas o interestadual, que isso seja feito num prazo suficientemente longo para permitir as adaptações necessárias por parte não só dos Estados, mas do próprio sistema em que isso está inserido. E que haja essa flexibilidade já embutida no sistema! Mais importante do que isso, é que não vai ser só a questão do ICMS, portanto, da chamada guerra fiscal, que, na literatura mundial, é chamada de competição fiscal, que, penso, tem uma conotação menos pejorativa; guerra fiscal virou, como naquela canção do Chico Buarque, a Geni. É muito fácil falar mal da guerra fiscal, o termo já virou uma coisa estigmatizada. Mais importante do que isso, é preciso recuperar um pouco a ideia de que temos de preservar algum grau de autonomia. Um governador que não pode, em virtude de todo esse histórico, conceder um incentivo para atrair investimentos para seu Estado, realmente, tem um grau de autonomia muito limitado. Parece-me que isso não é adequado para uma Federação forte.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Dr. Michal, faço uma última intervenção. Se o Senador Armando e o Senador Casildo desejarem intervir, também poderão fazê-lo.

Há dois tipos de Estado. Os Estados que têm elevado padrão de consumo, que são poucos – são três ou quatro Estados brasileiros –, devem reunir em torno do seu consumo uma concentração muito forte do poder aquisitivo brasileiro. Na outra página, estão os Estados que têm um poder de consumo um pouco mais baixo ou bem mais baixo. Com a proposta de zerarmos ou diminuirmos a alíquota interestadual não apenas do ICMS dos produtos importados, mas dos

outros também, não estaríamos caminhando para um modelo ainda mais concentrador, tendo em vista que a incidência deixa de se dar onde o produto é desembarcado para se dar onde ele é consumido? Ou seja, não estaríamos fomentando e estimulando uma concentração muito mais elevada nesses poucos Estados que, além de infraestrutura portuária, têm um elevado mercado consumidor? É afirmativa essa reflexão?

O SR. MICHAL GARTENKRAUT – Eu acho que sim, Senador. É por isso que, se a solução negociada incluir uma redução – não estou propondo uma redução, mas, diante do debate, acho que é razoável supor que uma redução faz parte do leque de opções em discussão –, acho que ela não pode ir para um nível muito baixo, porque aí é uma questão de operacionalidade. Isso já foi até discutido por ocasião das outras propostas de reforma tributária. O Estado arrecadador se desinteressa, nem paga a conta da máquina arrecadatória se for muito baixo.

Por exemplo, uma alíquota de 2% é inviável, não vai funcionar. A alíquota tem de ser, no mínimo, de 4%, provavelmente um pouco mais. Se a opção for essa, ela tem de estar encadeada com uma solução que compense os defeitos – esta é uma palavra forte – concentradores desse movimento. É um bom exemplo de por que a abordagem sistêmica é tão importante; caso contrário, não chegamos a uma solução.

A solução, certamente, vai envolver uma negociação, em busca de uma solução equilibrada, que não pode ser *status quo*, quer dizer, a centralização total. Se se aplicar a letra da lei hoje, os Estados que concedem incentivos estão na ilegalidade, porque o Confaz não autoriza, e os Estados procuram mudar os seus programas, os nomes dos benefícios, de modo a encontrar brechas na legislação.

Estamos em uma situação paradoxal, o que é muito ruim, porque dá uma insegurança jurídica enorme tanto para os Estados, quanto para os investidores. Imagina o que pode acontecer se uma dessas ações de inconstitucionalidades prosperarem no Supremo! Espero que não prosperem, apesar de ter sido proposta pela instituição que o senhor presidiu. Mas, com todos os méritos e com todo o respeito, acho que isso não contribuiria para a busca de uma solução equilibrada. Isso é mais do que fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – O Senador Armando gostaria de falar? E o Senador Casildo? (*Pausa.*)

Não havendo mais nada a tratar, vou encerrar a presente reunião, reiterando o agradecimento ao Dr. Michal e ao do Dr. Rosenberg, na expectativa e na certeza de que este debate vai se aprofundar. Esperamos continuar contando com a experiência e com a visão dos senhores e com os estudos que os senhores aqui trouxeram.

Muito obrigado.

(Levanta-se a Reunião às 12 horas e 48 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL, CRIADA POR MEIO DO RQS Nº 01/2011-CAE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2011, ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e cinquenta e seis minutos do dia vinte e seis de abril do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senador Luiz Henrique, reúne-se a Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional, com a presença da Senadora Marta Suplicy e dos Senadores José Pimentel, Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro. Deixa de comparecer o Senador Eduardo Braga. A Presidência declara aberta a Reunião, esclarecendo que esta tem como objetivo a instalação dos trabalhos e a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional, criada por meio do Requerimento nº 01/2011-CAE, de iniciativa do Senador Aloysio Nunes Ferreira, e comunica que foi apresentada apenas uma chapa formada pelos Senadores Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e José Pimentel para Vice-Presidente. Encerrada a votação, o Presidente convida a Senadora Marta Suplicy para atuar como escrutinadora. São eleitos, por unanimidade, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e José Pimentel para Vice-Presidente da Subcomissão. Assumindo a Presidência, usa da palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira e, em seguida, a Senadora Marta Suplicy e o Senador José Pimentel. A Presidência convoca a próxima Reunião da Subcomissão para o dia três de maio, terça-feira, às quatorze horas e trinta minutos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e um minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Luiz Henrique,** Presidente

Eventual da Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional .

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Srªs e Srs. Senadores, havendo número regimental, declaro aberta a 1ª reunião da Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional, instituída com base em dispositivo constitucional que assim o exige para instalação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54º Legislatura, instalação da Comissão nesta 1ª Sessão Legislativa Ordinária.

A presente reunião tem por finalidade a eleição do presidente e do vice-presidente da Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional, criada através do Requerimento nº 01, de 2011, de iniciativa do ilustre Senador Aloysio Nunes Ferreira Filho. Foi registrada, até o presente, a seguinte chapa: para Presidente, Aloysio Nunes Ferreira Filho; para Vice-Presidente, Ministro Senador José Pimentel.

Sobre a mesa, encontram-se à disposição das Senadoras e dos Senadores as cédulas de votação, devidamente rubricadas pela Presidência, que deverão ser utilizadas após a chamada nominal para votação, obedecidas as composições partidárias.

Aos Srs. Senadores chamados pela ordem peço que, assim querendo, compareçam para votar.

Senadora Marta Suplicy, do PT do poderoso, admirado e querido Estado de São Paulo.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Depois do discurso de hoje...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Foi o Fidel Castro que falou, não fui eu.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É. Fez aquele discurso e, agora, está tentando se redimir.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Senador, ilustre Ministro e representante do PT do querido Estado do Ceará, José Pimentel. (*Pausa.*)

O Senador Eduardo Braga, do PMDB do grande Estado do Amazonas, encontra-se em viagem à Itália, por isso não poderá estar presente.

Convido, para comparecer à votação, o autor da proposição que resultou nesta Comissão, Senador Aloysio Nunes Ferreira Filho, do PSDB do extraordinário Estado de São Paulo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sempre amigo de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Sempre amigo de Santa Catarina.

Vou exercer o direito ao voto e já antecipo um convite à nobre Senadora Marta Suplicy para funcionar como escrutinadora dos votos.

Declaro, assim, encerrada a votação e convido a Senadora Marta Suplicy para fazer a escrutinação. (*Pausa.*)

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Estão eleitos Presidente da Comissão Aloysio Nunes e, Vice-Presidente, José Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Como já anunciado pela ilustre Senadora Marta Suplicy, ao final da apuração dos votos, foi verificado o seguinte resultado: por unanimidade, para Presidente, Senador Aloysio Nunes Ferreira Filho, com quatro votos; para Vice-Presidente, identicamente com quatro votos, Senador e Ministro José Pimentel.

Convido os eleitos para ocupar os seus lugares à mesa e, em seguida, dar prosseguimento a esta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Srª Senadora, Srs. Senadores, creio que o Senador Pimentel haverá de concordar que sermos eleitos sob a Presidência do Senador Luiz Henrique já é um bom augúrio para os resultados dos nossos trabalhos.

Então, eu quero agradecer ao Senador e à Senadora Marta Suplicy.

Hoje, apenas quero propor aos Senadores que nós programemos o início dos nossos trabalhos. Eu digo programar o início porque nós temos, pela frente, uma tarefa da maior complexidade: complexidade porque o tema é, realmente, complexo, quase tão complexo quanto o nosso sistema tributário., e tarefa difícil, também, porque nós estamos explorando um terreno absolutamente novo.

Essa competência que nós exerceremos em nome do Senado foi instituída por uma reforma constitucional que ocorreu em 2003 e que acrescentou um inciso ao artigo 52 da Constituição, que trata das competências do Senado Federal, que é exatamente essa, que ainda não foi exercida nenhuma vez. De modo que é uma experiência pioneira e tarefa urgente.

Nós vimos, hoje, aliás, na sessão da manhã, da CAE, quão diversificada é a pauta do nosso trabalho. Eu penso que não caberá a nós fazermos uma proposta de reforma tributária, mas fazermos um diagnóstico o mais preciso possível sobre os problemas mais candentes, mais graves que afetam tanto o desempenho quanto a funcionalidade do sistema tributário nacional nos seus diferentes componentes.

Nós não vamos lavrar, apesar do ineditismo da tarefa, um campo que não tenha sido trabalhado anteriormente, pelo contrário. A Casa tem tradição de trabalhar sobre o sistema tributário e, mais recentemente, em 2008 e 2009, foi constituída uma subcomissão temporária, no âmbito da CAE, presidida pelo Senador Dornelles e cujo Relator foi o Senador Tasso Jereissati. Essa subcomissão analisou uma proposta de reforma tributária analisada pelo Governo Federal e apresentou, inclusive, algumas alternativas a ela.

Após a apresentação do relatório, a subcomissão foi extinta porque era temporária.

Eu gostaria de propor aos colegas que nós começássemos por um resgate daquilo que fez essa subcomissão, que fez um trabalho que, até hoje, é lembrado como um trabalho de excelente qualidade.

Se os colegas concordarem, nós faríamos, na próxima reunião da comissão, uma sessão de trabalho dedicada a isso, a recompor o que foi o trabalho dessa subcomissão.

Eu convidaria, para ser o principal expositor, aquele que trabalhou como assessor técnico dessa subcomissão da subcomissão. E eu convidaria para ser o principal expositor aquele que trabalhou como assessor técnico nesta Subcomissão, que é o economista, servidor do BNDES, que, hoje, encontra-se cedido no gabinete do Senador Dornelles, José Roberto Afonso. José Roberto Afonso faria uma exposição, e, a partir da apresentação dele, nós programaríamos nosso trabalho, que, penso, deverá ter um horizonte temporal, porque é uma subcomissão permanente, mas ela é criada para cumprir uma missão constitucional, que é a avaliação periódica do nosso sistema. É o que diz a Constituição: avaliar periodicamente. Penso que a periodicidade é o período de trabalho da nossa Comissão de Assuntos Econômicos, de dois anos. Teremos, portanto, um horizonte de dois anos. Serão agora menos dois anos para concluirmos nosso trabalho. E penso que, para se seguir o ditame constitucional, devemos abordar o sistema tributário sob dois aspectos. Primeiro, a funcionalidade; e, segundo, o desempenho. É o que diz a Constituição.

Funcionalidade. Como é que funciona? Funciona para quem? Sobre quem recai o peso maior da carga tributária? Qual é o impacto dele sobre o sistema econômico ou sobre as relações econômicas, sobre as relações federativas, sobre a competitividade da nossa economia face à economia dos demais países do mundo?

Então, funcionalidade. E desempenho, que é o resultado, digamos assim, da arrecadação, porque uma função primordial do sistema tributário é prover o Erário dos Municípios, dos Estados, da União e do Distrito Federal de recursos necessários e suficientes para o exercício das suas atividades.

Então, duas óticas: funcionalidade e desempenho. Agora, eu sugeriria que a gente meditasse sobre quais são os temas que esta Comissão escolheria, dentro dessa gama muito vasta, e, a partir daí, então, talvez pudesse, cada um de nós, encarregar-se de relatar um tema.

Apenas para concluir, para não tomar demais o tempo dos colegas, eu queria propor que fizéssemos, já na próxima semana, essa reunião inaugural com tempo, para que a gente possa ter uma reunião muito proveitosa e trocar ideias entre nós sobre a sequência do trabalho; e, depois, um ritmo mais espaçado de reuniões a cada três semanas, para que... Enfim, cada um de nós tem também outras atividades e para termos tempo de fazer outras consultas, estudos, a coleta de dados necessária para que o trabalho avance. É isso.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Parabéns pela iniciativa, Senador Aloysio Nunes. Acho que essa pequena comissão poderá dar uma colaboração forte para nossa Comissão de Assuntos Econômicos, para que possamos, realmente, racionalizar os tributos no nosso País e também ver como podemos arrecadar de uma forma que não atrapalhe o desenvolvimento do País. Sabemos que a arrecadação é instrumento importante para que possamos fazer os investimentos que o País necessita.

Então me pareceram muito bons os encaminhamentos. Eu proporia que, se fôssemos manter, na próxima terça-feira, que mantivéssemos 2h30, em virtude da CAE. Geralmente, tenho que abrir às 2 horas a sessão. Então, se fosse às 2h30, eu agradeceria, se não houver impedimento com os colegas.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Eu queria propor uma coisa mais heterodoxa, Senadora.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – É o seguinte: até essa primeira sessão, vamos ter que trabalhar com calma: ouvir a exposição do nosso convidado e, depois, discutir bem entre nós, porque ela é decisiva para que o trabalho possa chegar a bom termo. A minha proposta é verificarmos entre nós... Claro, cada um tem sua agenda. Se não puder ser na semana que vem, faremos na segunda-feira do meio da tarde para o fim, para que dê tempo de as pessoas chegarem, para que possamos fazer um trabalho sem sermos acossados pela...

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Acho ótima ideia. Se o Senador me permite, na segunda-feira próxima, eu já tenho um compromisso e não conseguirei chegar a tempo. Mas, na outra, acho ótima ideia se pudermos fechar a agenda assim; ou na sexta, de manhã, não nesta, porque teremos reunião do Diretório Nacional do PT.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – O que vocês acham? Ou na quinta à tarde, eventualmente?

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Na quinta, à tarde, poderia ser bom também às 16 horas. Acho que as comissões...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – A quinta, à tarde, já está tomada pela Comissão de Reforma política.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas, até quando?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Até dia 20 de maio. Depois do dia 20 de maio seria uma maravilha.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Poderemos nos programar para quinta à tarde.

Mas eu não sei se nesta quinta já tem reforma política.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu falei com o Presidente Dornelles e ele disse-me que na quinta vai marcar a primeira.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Ele vai apresentar os textos, não é isso?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – É.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Na quinta de manhã temos Comissão de Relações Exteriores, e a Senadora tem um compromisso inadiável, não tem jeito.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não tem jeito nesta.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Nesta.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Nas outras, posso.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Então, fazemos na próxima segunda-feira.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – A que horas? Às 17 horas?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Um pouquinho mais cedo. Uma hora mais cedo, porque temos Relações Exteriores às 18 horas.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Antes das 14 horas eu não consigo pegar o avião na segunda-feira. Todas às segundas-feiras vocês têm reunião da Comissão de Relações Exteriores?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Às 16 horas, você pode? *(Pausa.)*

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Deixe-me ver...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Não pode.

Na terça-feira, dia 10, tem sessão plenária. Embora não tenha deliberação, a gente não pode...Deixe-me ver aqui...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Não seria possível fazermos uma combinação com o Presidente Delcídio e tomarmos o próximo horário da Comissão de Relações Exteriores?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Difícil isso, porque ele está com a pauta muito carregada.

Vamos fazer o seguinte:

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Então, na terça-feira, às 14h30min mesmo. É o jeito.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Dia 03, terça-feira, ...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Dia 03, às 14h30min. Presidente, por quê? Se a gente não conseguir avançar bem, a gente desdobra e usa a outra terça-feira, às 14h30min.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Então, na terça-feira. O Ministro Mantega vem de manhã, não é isso? Às 10 horas. Então, a gente marca para terça-feira, dia 03, às 14h30min.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Na terça-feira, dia 03, às 14h30min. Depois, dia 10, terça-feira, às 14h30min; depois podíamos tomar no dia 17, que seria a última reunião...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Temos um problema aqui. O Ministro Mantega virá na CAE, na parte da manhã, e a reunião pode se prorrogar. O nosso trabalho vai ser acompanhado por técnico do Ministério da Fazenda...

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Se atrasar, a gente faz a reunião às 15 horas.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Está bom. A gente a prorrogaria para às 15 horas, para depois do almoço.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – No máximo, vamos ter tempo de comer um sanduíche.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Terça-feira, às 14h30min.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – A gente come um sanduíche aqui, uma barra de cereal e toca para a frente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Está bom. Essa disposição está melhor.

Você quer dizer alguma coisa?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Eu só queria, nosso Senador Aloysio Nunes, parabenizá-lo pela iniciativa e registrar que, ao lado dos dados que V. Exª já levantou, seria importante também que nós resgatássemos o resultado da Comissão Especial de Reforma Tributária da Câmara dos Deputados, porque trabalhamos 2009 e parte de 2010. Ali tem um conjunto de informações, de contribuições das audiências públi-

cas, dos estudos elaborados pelos vários setores da sociedade brasileira, pelo pacto federativo, que é um dos temas em que vamos encontrar um forte debate sobre a questão do ICMS na origem e no destino. Portanto, eu também deixaria como tarefa para a nossa assessoria nos subsidiar com esse material.

O segundo item é que, após essa Emenda Constitucional 42, de 2003, nós avançamos muito com o Simples Nacional, fazendo uma verdadeira reforma tributária para as micro e pequenas empresas. Lembro muito bem de que em 2003 tínhamos 1.337.000 (um milhão, trezentos e trinta e sete mil) micro e pequenas empresas formais no Brasil, e chegamos agora, em março de 2011, a 4.800.000 (quatro milhões e oitocentas mil) micro e pequenas empresas. Ali nós resolvemos uma série de pontos que eram objeto de resistência no que diz respeito à unificação da arrecadação numa única guia, que é o DAS. Esta partilha, que era objeto de muita resistência no pacto federativo, o chamado passeio dos tributos, nós conseguimos resolver e não temos nenhuma dificuldade naquela sistemática de arrecadação e de distribuição e partilha, tudo eletrônico, em tempo real.

Nós avançamos com a questão da cobrança dos tributos sobre a folha, ou seja, os encargos patronais para a indústria e para o comércio são zero sobre a folha. E conseguimos criar um sistema sobre o faturamento que permitiu a formalização dos nossos empregos. Grande parte desses 15.080.000 (quinze milhões e oitenta mil) empregos que formalizamos de 2003 para cá é vinculada às micro e pequenas empresas. Dos 2,5 milhões de empregos de 2010, 52% vêm das empresas com até quatro funcionários, as microempresas brasileiras, e 79% vêm das empresas que têm até 99 empregados. Portanto, temos ali uma experiência muito forte, que permitiu a formalização, permitiu a redução dos custos na arrecadação, porque essa arrecadação é unificada. O aparelho do Estado era antes destinado, em grande parte, a esse processo de arrecadação e fiscalização. Nós conseguimos montar um sistema em que superamos isso totalmente. Junto com isso, temos um debate muito grande agora, que está sendo inclusive objeto de debate tanto na Câmara quanto no Senado, da substituição tributária nesse setor em que ele implica, que é a face real da guerra fiscal entre os vários Estados-membros. Estamos avançando nesse debate.

Portanto, acho que também para esse material do Simples nós poderíamos ter outro grupo de subsídio. Nós já chegamos a quase 5 milhões de empresas, conseguindo dar um tratamento tributário razoável, e temos hoje em torno de 870 mil empresas no lucro real e no lucro presumido. Portanto, o embate no mundo é empreendedor e, basicamente, está centrado em 870 mil empresas que operam no Brasil. E temos essa questão do ICMS, que é um grande problema presente durante toda a década de noventa, que na reforma da Emenda Constitucional 42 nós não tivemos capacidade política de evoluir e que foi o grande entrave em 2009 e 2010.

Portanto, temos ali um conjunto de itens que vai nos subsidiar e nos permitir ter um trabalho bastante produtivo nessa Subcomissão. Vamos estar juntos, Presidente, para nos ajudar nessas tarefas.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – O Simples pode ser um espelho para que possamos trabalhar o nosso complexo sistema tributário.

Muito bem. Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a reunião.

Muito obrigado.

(Levanta-se a Reunião às horas e minutos.)

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL, CRIADA POR MEIO DO RQS Nº 01/2011-CAE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE MAIO DE 2011, ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e sete minutos do dia três de maio do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira e, em seguida, do Senador Luiz Henrique, Presidente Eventual, reúne-se a Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional, com a presença da Senadora Marta Suplicy, dos Senadores Armando Monteiro e Flexa Ribeiro e, ainda, dos Senadores Marcelo Crivella e Ricardo Ferraço. Deixam de comparecer os Senadores José Pimentel e Eduardo Braga. O Presidente declara aberta a Reunião, dispensado a leitura da ata da 1ª Reunião da Subcomissão, que é dada como aprovada. A presente reunião tem como objetivo a organização dos trabalhos da Subcomissão e a exposição do Sr. José Roberto Afonso, economista, acerca dos trabalhos realizados pela Subcomissão Temporária da Reforma Tributária no período de 2007 a 2008. Após a exposição do convidado, usam da palavra os Senadores Luiz Henrique e Armando Monteiro e, ainda, os Senadores Marcelo Crivella e Ricardo Ferraço. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e sete minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no

Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Aloysio Nunes Ferreira,** Presidente da Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Srs. Senadores, temos número regimental. Portanto, declaro aberta a 2ª Reunião da Subcomissão Permanente desta Casa, da Comissão de Assuntos Econômicos, que foi constituída para, nos termos do art. 52, da Constituição, inciso XV, avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional em sua estrutura, seus componentes e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Antes de iniciarmos o nosso trabalho, eu proponho que se dispense a leitura da Ata da reunião anterior.

Os Senadores que estejam de acordo permaneçam como estão. (*Pausa*.)

Aprovada a dispensa da leitura da Ata.

Na sessão de hoje, Srs. Senadores, como nós havíamos combinado, nós vamos ouvir uma exposição do economista José Roberto Afonso.

José Roberto Afonso é economista do BNDES, que está hoje cedido aqui ao Senado, é ligado ao Gabinete do Senador Dornelles, mas ele trabalhou muito de perto assessorando uma subcomissão temporária criada pelo Senado, em 2007, que tinha esta finalidade, avaliar o desempenho e a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Apenas essa comissão, que funcionou aqui sob a Presidência do Senador Tasso Jereissati, tendo como o Relator o Senador Francisco Dornelles, era uma subcomissão temporária e essa tarefa, essa atribuição do Senado a que me referi, é uma atribuição permanente. Então, para corrigir essa deficiência na nossa estrutura de trabalho, a CAE deliberou constituir essa subcomissão. Mas nós não vamos começar a partir do zero, felizmente, porque já há um acúmulo de trabalho, de experiência de estudos que se condensam basicamente nesse trabalho do Senador Dornelles, que eu distribuí a cada um dos senhores membros da Comissão, proposta do Sistema Tributário Nacional.

Eu pediria ao Dr. José Roberto Afonso que fizesse uma exposição para exatamente nos relatar qual é o estado de arte, onde se chegou no Senado em matéria de avaliação do Sistema Tributário Nacional, do desempenho da sua funcionalidade para, a partir daí, nós divisarmos aquilo que vamos fazer nesta Sessão Legislativa.

O SR. JOSÉ ROBERTO AFONSO – Boa-tarde! Agradeço ao Senador Aloysio pelo convite, Senador Luiz Henrique, Senador Flexa.

Eu trouxe uma apresentação só para ajudar na exposição. Passarei rapidamente.

Primeiro, antes de falarmos especificamente do trabalho da Subcomissão, só situar o contexto histórico de uma maneira bem breve sobre o debate reforma tributária no Brasil.

Quer dizer, o nosso Sistema Tributário atual foi criado em meados dos anos 60. A Constituição de 1988 fez uma reforma em que a ênfase maior foi descentralizar, democratizar. Poucos anos depois que a Constituição entrou em vigor já se iniciou um debate sobre reforma tributária, na época até sobre os projetos de impostos únicos, impostos seletivos. A primeira mudança mais relevante foi a criação de um fundo para desvincular a Receita da União em 1994, assim como a criação do que era imposto sobre o cheque na época. Em 95, foi apresentado um primeiro projeto de reforma, em que a ênfase era no ICMS. Em 2003, o Executivo Federal apresentou outro projeto de reforma que vem culminar na Emenda Constitucional de 2003. Mais à frente, a gente pode discutir as mudanças feitas. Em 2007, foi anunciada uma estratégia ampla. O Governo Federal propôs uma estratégia ampla de reforma tributária. Enviou um texto para a Câmara, o texto não chegou aqui no Senado e é nesse contexto de 2007 que se insere a criação da subcomissão temporária aqui.

Eu queria fazer só um parêntese, um registro que acho que é importante, ao qual nem sempre as pessoas estão atentas. É que quando a gente toma o Capítulo do Sistema Tributário na Constituição Brasileira, de 88 para cá, já foram feitas 68 mudanças em dispositivos desse Sistema Tributário, ora incluindo, ora excluindo, ora alterando. São mudanças constitucionais. Quer dizer, não são 68 emendas, mas são 68 dispositivos que foram alterados. Isso é importante para que se tenha uma ideia... Acho que é uma ideia um pouco equivocada de que o Congresso não aprova mudanças no Sistema Tributário. O Congresso tem aprovado mudanças, quase sempre bem pontuais e muitas vezes voltadas para a ampliação da carga tributária.

Então, em 2007 e 2008, por conta dessa competência constitucional, que o Senador Aloysio já se referiu aqui no início, se decidiu, no âmbito da CAE – Comissão de Assuntos Econômicos –, criar uma subcomissão temporária para atender a esse comando constitucional. O Senador já colocou: Presidida pelo Senador Tasso; Relatada pelo Senador Dornelles. E o ponto de partida foi uma exposição inicial do Ministério da Fazenda em que ele apresentou uma proposta bastante abrangente de reforma do Sistema Tributário. Isso foi em março/abril de 2007, antes mesmo, inclusive, de o Executivo formular a PEC, apresentar a PEC.

Dentro desse contexto, quero dizer, a posição que os Senadores da CAE tomaram na época, era que, em vez de esperar o projeto vir, o projeto do Executivo passaria pela Câmara antes de ele chegar aqui no Senado. Decidiu-se, desde já, começar a trabalhar, analisar – foram feitas várias audiências. A estratégia geral – quero enfatizar aqui – não era, em si, apenas fazer uma Reforma Tributária, mas, sim, se construir um novo Sistema Tributário, partindo dessa ideia inicial do Ministério da Fazenda, em 2007, que era fazer uma reforma bastante abrangente. O relatório foi aprovado em dezembro de 2008 e, no ano passado, o relatório foi transformado em um livro – que é esse que os Senadores estão recebendo... Acho que faltou para a Senadora Marta – e esse livro, na verdade, detalha o relatório, exemplifica, tem várias notas de rodapé. E no livro também tem, consta um ponto que eu acho importante destacar em separado, é que, embora o Senado não tenha concluído por um texto de emenda e, sim, por uma estratégia, essa estratégia, que foi defendida aqui, no relatório da Subcomissão, que está neste livro, ela inspirou sete emendas apresentadas à PEC que tramitava na Câmara dos Deputados.

Os textos das emendas, está aqui no livro, o teor dos textos são diferentes (o Senador Azeredo, à época, estava aqui com a gente e acompanhou), tem variações, mas todas elas estão inspiradas em ideias do Senado de que a tendência era buscar mudanças estruturais no Sistema Tributário.

Outro ponto importante (estou correndo e esqueci de registrar) é que, em 2003, quando se examinou a primeira emenda constitucional, enviada pelo Governo Lula ao Senado, esta Casa já tinha aprovado – foi uma mudança no substitutivo do Senado – uma proposta, uma norma programática no sentido de que o Governo enviasse, em um ano, uma projeto de mudança abrangente do Sistema Tributário, mudando as competências tributárias e mudando, também, a forma de repartição de receitas. Esse substitutivo, quando voltou para a Câmara, foi colocado de lado e acabou não tendo sequência. Estou comentando isso, porque tem uma tendência histórica do Senado a se posicionar por mudanças mais abrangentes.

Em se passando ao mérito do relatório, eu resumiria... A ideia do relatório, inclusive expressa claramente pelo Senador Dornelles, é ter uma postura pró-ativa. Em que sentido? Se examinou, rapidamente, o desempenho do Sistema Tributário, que é satisfatório, sobretudo quando a gente fala em termo de arrecadação. Poucos países emergentes no mundo conseguem arrecadar tanto quanto o Brasil arrecada, com recordes históricos sucessivos. Agora, por outro lado, pelo lado que se examinou como funcionalidade do sistema, várias distorções (não quero aqui detalhar) oneram demais as exportações e investimentos; a gente tem um viés pró-importação, não é neutro quanto ao local que se produz e que se consome, as obrigações acessórias são bastante complexas, a distribuição da carga tributária entre as famílias é extremamente injusta, e há uma reclamação por centralização crescente de recursos e poderes.

No final desta apresentação de hoje, coloquei um anexo que coloca alguns dados, atualizados – em relação ao Relatório 2007/2008 – que fundamentam essas críticas. A posição que a subcomissão tomou à época: é insuficiente só criticar, é importante propor, apresentar visões alternativas. Que alternativas que se teria para melhorar a qualidade do sistema e sem prejudicar seu desempenho arrecadador? A estratégica (poderia assim dizer) política, que foi definida à época, era que... E aqui, acho que é bastante importante para situar que é algo diferente do que normalmente é feito e do que tem sido nosso histórico, no Brasil, de Reforma Tributária. Em particular, o Senador Dornelles bateu muito nesse ponto. Ele propunha uma construção que passava por três etapas: primeiro, haver consenso nos princípios; depois, fazer as simulações e, só por último, detalhar o texto.

Normalmente, o debate no Brasil, de Reforma Tributária, tem sido o inverso: se manda o texto constitucional e, a partir daí, se começa a debater.

Nessa linha consensual – os princípios – também foi proposto escolher um objetivo básico para essa proposta de mudança. Quer dizer: olha, tem muitos problemas, não dá para se atacar todos, tem de ter um norte ou, pelo menos, a meta número um. E a proposta foi fazer a simplificação profunda do Sistema Tributário Brasileiro dentre vários outros problemas. Em seguida, vou apresentar como é que se desenhou e se sugeriu essa simplificação.

É importante diferenciar aqui dois aspectos que estavam presentes no debate: um é a questão da qualidade da tributação e a outra é a quantidade. Qualidade passa muito mais pela reforma do Texto Constitucional e, indiretamente, atinge o que é chamado de uma carga tributária indireta, que são as obrigações acessórias que os contribuintes têm de arcar com o nosso Sistema Tributário, ou seja: gasta-se para pagar impostos. A forma como os impostos são cobrados passa pelo Texto Constitucional.

O tamanho da carga tributária – indo direto ao ponto – basicamente depende da legislação infraconstitucional. Não é na Constituição que se toma essa decisão. Depende de como se definem as bases tributárias, as alíquotas, as concessões de renúncias

tributárias. Seriam duas frentes institucionais e diferentes de trabalho.

A proposta da subcomissão, na época, também tinha uma outra noção, que eu diria até mais política do que econômica, que é importante, porque a mudança do Sistema Tributário tinha de ser encarada como um processo. E não era um ato único, quer dizer, não havia um milagre, não se aprovaria uma única emenda constitucional e, com isso, se conseguiria resolver todos os problemas do Sistema Tributário. E a proposta era fazer um processo, gradual e progressivo, de mudanças (pode-se dizer... Eu irei apresentar em seguida), sem mudar a Constituição podem ser feitos muitos aperfeiçoamentos em leis e na administração; a segunda etapa desse processo seria a mudança constitucional propriamente dita e, terceira, um Código Tributário, que parou de se falar e que tem muita importância na proposta desenhada e esse Código determinaria a vigência.

Falando do primeiro bloco... Eu estou passando mais rápido... Acho que o importante aqui, Senador Aloysio, é colocar as grandes ideias, depois a gente pode voltar a debater.

Em uma etapa, que a gente chama de Mudanças Infraconstitucionais, há várias alterações que foram pensadas como passos iniciais para você construir um novo Sistema Tributário. Diferenciamos aqui, para simplificar, a esfera legislativa e administrativa. Na esfera administrativa, transformar os atuais impostos existentes e passarem a ser cobrados como se fossem um imposto sobre valor adicionado. Não é juntá-los em único imposto. Cada um continua, ou seja, cada um por si, mas cobrado como se fosse um imposto sobre valor adicionado. Isso, inclusive... Com crédito, com débito, com regime, chamado Regime Financeiro: tudo que se vende tem débito; tudo o que se compra tem imposto. Essa iniciativa, em particular, da subcomissão, se transformando em um projeto de lei ordinária alterando o IPI, o COFINS e o PIS, que foi aprovado pelo Plenário do Senado e está na Câmara. Aliás, já foi até aprovado na Comissão de Finanças da Câmara. No momento, está na Comissão de Constituição e Justiça. É um projeto de lei ordinária. A etapa seguinte, uma vez aprovado, é aplicar a mesma regra para o ICMS, que já até tinha tido muito disso que a gente está falando.

Uma segunda mudança legislativa envolve a ideia de transparência. Existe inclusive projeto de iniciativa popular tramitando aqui no Congresso neste sentido de que as notas fiscais, os recibos de compra passem a explicitar, ainda que por estimativa, quanto de tributo tem dentro do preço que o consumidor está pagando.

Além da questão da cidadania fiscal, aqui queria adiantar, tem um passo muito importante para se fazer uma reforma tributária. Qual é? Ninguém sabe hoje ao certo qual é a carga tributária que cada serviço está pagando no Brasil, porque são vários impostos, contribuições e taxas que incidem sobre a mesma base. Muitas vezes um incide sobre o outro. Quando você explicita ou o contribuinte calcula, ainda que por estimativa, quanto está pagando de imposto, passa a se ter uma informação do que é a carga tributária hoje, que é simplesmente desconhecida. Ninguém sabe direito quanto é.

É lógico que aqui só estou dando ênfase ao outro lado, mas tem o lado da cidadania e esse lado preparatório para uma reforma tributária.

A terceira mudança, que já está em debate – muito já foi feito e acho que aqui já foi anunciado, hoje mesmo se voltou a colocar –, é a questão do Super Simples.

A criação de um regime especial para microempresas foi uma mudança fundamental na Emenda Constitucional de 2003 e deu origem a uma lei que inclusive na Câmara foi relatada pelo Senador Pimentel – ele pediu até para lembrar aqui. Hoje há uma demanda dos contribuintes para ampliar o sistema, para corrigir as faixas. Qual é a importância disso para a reforma tributária? A maior parte dos contribuintes brasileiros é de micro e pequenas empresas. Na hora em que você conseguir ampliar o Super Simples, incluí-los no Super Simples, na verdade, você os deixa de fora do que seria a discussão e a implantação de um novo sistema tributário.

O sistema tem sido bastante eficiente. Aliás, quando foi regulamentado o Super Simples muitas consultorias, muitos especialistas acharam que as microempresas não iriam aderir, porque no novo sistema paga-se mais importo do que ficar pagando isoladamente, só que tem que lembrar, que é o ponto central aqui do que foi a proposta do Senado, das cargas tributárias indiretas, as obrigações e os acessórios que, com o Super Simples, as empresas não têm. Então, ela pode preferir até pagar um pouco mais de tributo, mas se livrar de toda parafernália burocrática que hoje envolve nosso sistema tributário.

Tem projeto tramitando na Câmara. Confesso que aqui no Senado não sei, mas na Câmara tem. O Governo teria assumido um compromisso, inclusive estava aqui na semana passada e fazia parte da inclusão.

Mas o que queria citar aqui é a ideia de que essas mudanças se inserissem em um todo. Estou mudando aqui, mas olhando lá para frente. Era esta a pretensão que se tinha aqui no Senado: de se construir um todo harmônico que começa com mudanças legislativas e

administrativas e constitucionais, que a gente vai ver em seguida.

No campo administrativo, nota fiscal eletrônica já começou a ser implantada. Na verdade, é fundamental se partir para universalizar. Quando a gente fala em universalizar nota fiscal eletrônica, muita gente acha que é uma loucura no Brasil, mas também se achava que era uma loucura ter voto eletrônico e a gente tem. É muito mais simples se ter a nota fiscal eletrônica. Se todas as ações interestaduais, na hora em que todas elas estiverem dentro do sistema de nota fiscal eletrônica, ficarão mais fáceis vários debates graves, complicados que a gente tem na reforma tributária, como a questão de origem e do destino do ICMS, e a fiscalização.

O cadastro único é o que está avançando, embora hoje avançando no sentido de integrar... Quer dizer, cada Governo continua com o seu cadastro, mas de forma integrada. O que o Senado tinha colocado é que o ideal seria que na verdade se tivesse um único número. Um Estado, um Município ou uma esfera de Governo ser dona de um número, isso, em 2011, não é sinal de autonomia. Por que se quer nota fiscal eletrônica e cadastro único? Aí vem a principal parte: é integrar a fiscalização. Quer dizer, passar a encarar as administrações fazendárias do Brasil como se trabalha um pouco com o Sistema Único de Saúde. Cada fiscal – é lógico – está afeto à sua prefeitura, ao seu governo de estado, à Receita Federal, à Previdência, mas a intenção é que se pudesse ter uma ação integrada como, aliás, já foi feito no âmbito federal entre Previdência e Receita.

Pontos que ainda não foram feitos e com os quais se podem avançar no âmbito até administrativo é a consolidação das leis. Esse é um ponto chave. Hoje, há um enorme emaranhado em torno de cada imposto e mal se sabe qual a lei que está valendo. Quando se está falando aqui em consolidar, não é mudar. É simplesmente conseguir colocar num só documento.

Outro passo que, na época, se levantou era de se ter um conselho tributário nacional como instância para fazer coordenação e harmonização de todas essas peças. É diferente do Confaz, que tem uma função deliberativa. Aqui a ideia era que esse conselho fosse uma instância de coordenação, de harmonização, em que sentassem União, Estados e Municípios.

Não sei se perdi muito tempo. Vou correr agora e falar um pouquinho mais sobre... Todas essas mudanças que nós falamos antes seriam preparatórias – poderiam até tramitar conjuntamente – para a mudança constitucional. Quer dizer, a fatia constitucional do novo sistema tributário, quer dizer, o que estaria na emenda constitucional teria alguns princípios que estavam sendo propostos: primeiro, consolidar toda a matéria tributária num único capitulo da Constituição. Na prática, hoje, nós temos dois sistemas tributários: um, de impostos, que está no Sistema Tributário; e outro, paralelo, que envolve contribuições, por vezes taxas e outras formas compulsórias de arrecadação de recursos. Isso não é pouco. Depois podemos voltar a debater esse assunto. Aliás, há muita taxa que arrecada hoje mais que o imposto propriamente dito.

Outra intenção é enxugar, ao máximo, o Texto Constitucional. Inclusive já houve Ministro do Supremo falando que a Constituição, Capítulo Tributário, precisava passar por uma lipoaspiração. Nosso Sistema Tributário é enorme. Não há país no mundo que tenha tantas regras no Texto Constitucional como o nosso, o que reflete, na verdade, um momento histórico, sobretudo 1988, quando se queria resolver os impasses políticos e federativos e a maneira era colocar tudo em um texto constitucional. O artigo que trata do ICMS, por exemplo, é quase um regulamento que temos na Constituição. O resultado é que tudo passa a ser uma discussão constitucional. Aliás, quase todas as matérias tributárias acabam batendo no Supremo Tribunal Federal.

Aqui, a ideia básica, que se discutiu em 2007, não era no sentido de revogar o que está na Constituição ou tirar a sua vigência, mas era transferi-la para o Código Tributário Nacional – inclusive, por vezes, que muitas regras que hoje estão no texto permanente passassem a ficar no texto transitório até que o Código Tributário dispusesse sobre elas.

Dentro desse desenho, o Código Tributário passa a ter uma função chave – algo que estou destacando aqui, porque o nosso Código Tributário, de 1965, simplesmente foi esquecido. Teoricamente, toda matéria tributária deveria estar nessa única lei e, sempre que se quisesse mexer em um ou noutro imposto, você fosse lá e mexeria naquela seção, naquele capítulo que trata daquele imposto no Código. Haveria um documento único como o Código Penal, e também outros códigos. Na prática, o Código Tributário não é um código hoje porque a legislação está toda dispersa.

O Texto Constitucional... Qual era a proposta para o Texto Constitucional, aspectos gerais? Definição de tributos, quero deixar bem claro que envolve impostos, taxas, contribuições. Tudo passa a ser tributo. Na prática, hoje, do ponto de vista econômico e até jurídico, as contribuições são tributos, mas não tão... A ideia é explicitar isso até para trazer tudo para o Código Tributário. Anterioridade, que está propondo aqui ser consolidada. Na verdade, hoje, há o princípio da anterioridade, da anualidade, que tem várias vertentes.

Alguns impostos, principalmente estaduais e municipais, estão sujeitos a ele.

A ideia é que tudo passe a estar sujeito a essa anterioridade, salvo impostos regulatórios: importação, exportação, IOF, que o Executivo tem de ter liberdade para mexer. A proposta que foi defendia é a de que eles sejam aprovados antes de o Executivo mandar a proposta orçamentária. Então, por exemplo, até julho de 2011 tem de se aprovar a legislação tributária que vai valer a partir de 2012. Isso tanto para nortear a elaboração do Orçamento quanto para nortear os contribuintes que passam a conhecer o que é que se tem de impostos.

Esses outros aspectos eu vou passar mais rápido.

Uma ideia de tratamento especial, mas que são gerais que hoje existem, que constituem casos de sucesso, sejam preservados como o regime simplificado para microempresa, base presumida para tributação de serviços profissionais, agricultura, cesta básica.

A questão da transparência a gente já comentou que se pode começar antes, mas vou explicitar aqui.

Tributos que são figuras tributárias, mas que não sendo usados, como o empréstimo compulsório para investimento, grandes fortunas, enfiteuse – enfiteuse até está sendo usado –, serem extintos ou incorporados a outros impostos.

A principal proposta envolve o IVA nacional. O Senador Dornelles me pediu que dedicasse particular atenção a esse aspecto, que é o coração... A proposta não se resume apenas ao IVA nacional, mas ele é o mais importante. Por quê? Porque o nosso Sistema Tributário cobra muitos impostos indiretos. A sugestão é a de que todos os impostos indiretos sobre a mesma cadeia de serviço fossem fundidos num só imposto, que vai de ICMS estadual ao IPI, Cide, Cofins, PIS e até mesmo salário-educação, taxas, como é o caso do Fust, Funtel; quer dizer, tudo que incide indiretamente aqui fosse reunido e uma hipótese de que, eventualmente, o ISS municipal também aqui pudesse entrar.

Qual é sugestão? É compartilhar esse imposto, O nome nacional não é só no sentido – digamos assim – de publicitário; tem a ver com o desenho da proposta, que é: a União legisla e os Estados cobram, quer dizer, os dois estão amarrados, um amarrado ao outro. Por quê? Porque a parcela da União vai ser tão grande quanto a parcela de Estados e de Municípios.

A União legislar significa ter uma lei única e a mesma regra de tributação em qualquer parte do território nacional. Qualquer bem ou serviço produzido ou consumido em qualquer parte do País estaria sujeito à mesma legislação. A tarefa de arrecadar e fiscalizar passaria para os Estados, inclusive a parcela que é federal. Isso é que é bem diferente de muitas outras propostas que estavam aí.

Destaco muito esse aspecto, que cria o que chamaríamos quase que uma espécie de clube da federação, quer dizer os dois estão integrados, estão amarados. Se eu legislar mal, o outro não consegue arrecadar bem, mas eu perco também e vice-versa. Quer dizer, se eu não arrecadar bem, a quota federal vai mal, mas a quota estadual também vai mal. A ideia é que a arrecadação seja nacional com a divisão federativa automática a partir da rede bancária. A melhor forma de explicar o IVA nacional é fazer um paralelo com o Super Simples hoje vigente. Na verdade, o que está se propondo para os grandes contribuintes na forma do IVA é quase o que vale hoje para microempresas na forma do Super Simples, porque o Super Simples hoje reúne impostos municipais (ISS), impostos estaduais (ICMS) e tributos federais (Imposto de Renda, Cofins, PIS, Contribuição sobre o Lucro). Na guia de recolhimento do contribuinte, o cálculo para ele é um só. Ele recolhe, e a divisão passa a ser feita dentro da rede bancária. Obviamente o banco vai escolher para quem ele dá. Isso tudo está normatizado em leis, no caso, na Constituição.

Voltando ao início, é um sistema que tem por objetivo ser bastante simples. Quer dizer, legislação nacional, arrecadação no âmbito estadual e a receita que entra forma um grande bolo nacional, que é dividido nas quotas que vou comentar em seguida.

A proposta tem alíquotas seletivas; não seria uma alíquota só, mas na proposta o que se colocou foi algo em torno de seis a oito alíquotas conforme a essencialidade dos bens – cesta básica, produtos de consumo popular com alíquotas menores, produtos supérfluos com alíquotas maiores.

A desoneração.

Esse sistema também ajudaria a reforçar o que a proposta já teria começado, desonerar a exportação e investimentos produtivos. Ao ter um imposto mais amplo, a possibilidade do contribuinte, que acumula crédito, conseguir recuperá-lo é maior. Hoje, o contribuinte não consegue cruzar um crédito que ele tem de ICMS com um débito que ele, eventualmente, possa ter na esfera federal; ou um crédito que ele tenha no Estado com o débito que ele tenha num outro Estado. Quer dizer, o sistema nacional aumenta essas possibilidades.

O que nós já comentamos antes de implantação essencial aqui para esse imposto é ter um cadastro único de contribuintes, tudo com emissão eletrônica de notas fiscais. E, por trás disso tudo, um sistema integrado nacional.

Quer dizer, o grande papel da Receita Federal aqui dentro desse imposto ela entrar com esse sistema

nacional de informações, que ela vai estar compartilhando com a máquina fazendária que está no âmbito de cada Estado ou de cada localidade.

Mas, veja hoje em dia: O Estado de Santa Catarina, por exemplo – o Senador Luiz Henrique está aqui –, quer fiscalizar uma saída de uma mercadoria que veio do Estado de São Paulo, Senador Aloysio, tem que vir a ter convênios. O fiscal de um Estado vai para o outro Estado. E nesse sistema não precisaria isso, porque você vai ter acesso *on-line* nacional.

As alíquotas são seletivas e a proposta que sejam fixadas por lei complementar. Ou seja, alíquota, digamos 2, 3, 5, 10, 20 – só estou exemplificando aqui. Na lei complementar e por proposta do Executivo, o Senado enquadraria, diria que mercadorias ou serviços estariam dentro de cada alíquota. Aliás, é um arranjo semelhante ao que já foi proposto pelo Executivo, e muito debatido. O Senador Armando também aqui acompanhou até recentemente.

Agora, um ponto fundamental: com esta nacionalização do imposto há uma radical mudança na forma de sua cobrança. A ideia de que tudo seja cobrado na origem. Ou seja, saiu do estabelecimento não importa se saiu para dentro do Estado, saiu para outro Estado, o imposto é ali cobrado. Isso ajuda, sobretudo, a diminuir o potencial de sonegação do imposto.

É uma mudança até no sentido inverso que a gente estava discutindo aqui, no caso da guerra fiscal sobre importações. Quer dizer, a proposta é cobrar tudo na origem, que, aliás, segue a tendência mundial. Você cobre na origem, recolhe para o banco. E por uma regra que é nacional preestabelecida, ou seja, em qualquer parte do país qualquer arrecadação sempre estará sendo partilhada entre a União e o conjunto dos Estados.

Qual é a parcela da União? Qual é a parcela dos Estados? Seria proporcional ao que cada um contribuiu para a criação do IVA nacional. A gente tem até um exemplo aí, questão simples: é sentar e fazer conta. Quer dizer, eu saí juntando aqueles impostos que estavam lá em cima, quanto cada um daquele imposto arrecadou no último ano, nos últimos três anos, nos últimos cinco anos, decidir, se soma tudo, congela e calcula quanto que parte cada um.

A parcela dos Estados, como que divide a receita entre os Estados. Aliás, eu até queria pular. Num primeiro momento, a proposta é que, por três anos ou por um período de transição, a divisão entre os Estados seja exatamente igual à atual divisão do ICMS. Ou seja, não importa quem está arrecadando, não importa onde foi arrecadado; eu vou receber uma participação no bolo. Quer dizer, se um Estado hoje tem 10% do ICMS nacional, ele teria 10% da cota estadual do IVA.

Mas passada essa fase de transição, a ideia é ir migrando para consumo, que a maior parte da cota estadual fosse dividida entre os Estados conforme o consumo. Como se sabe o quanto foi consumido em cada Estado? Simples. Se foi criada a nota fiscal eletrônica, se todo o sistema está com nota fiscal eletrônica, se sabe tudo o que foi vendido para um contribuinte final, ou seja, que não é contribuinte do IVA. Soma-se isso e você sabe qual é o consumo que houve no país pela localização do contribuinte, lembrando que estamos com cota única.

Mas para estimular, premiar e compensar o trabalho de arrecadação que está sendo feita na origem, a proposta que uma pequena parcela fique na origem, pode ser dois – tem os Estados aí pedindo 4%. Quer dizer, os percentuais aqui a se decidir. A cota principal permanece.

E aí há uma série de outras regras. Estou preocupado aqui com o tempo, depois a gente pode detalhar com mais calma. Mas a ideia que as concessões de incentivos sejam de caráter, mas o desenvolvimento regional possa ser feito com fundos estaduais, até como aqui se discutiu.

Na hora de nacionalizar as alíquotas, há uma preocupação que hoje as alíquotas são diferentes por Estado e, dado um pouco a regra no Brasil, a preocupação é de que se vá nacional pela alíquota maior. Nesse sentido, a proposta que também coloca deixa uma espécie de uma banda para que os Estados possam criar alíquotas maiores, alíquotas vigentes em São Paulo, no Rio de Janeiro que normalmente possuem alíquotas maiores que do Norte e Nordeste. Então, esses Estados poderiam criar uma alíquota adicional, não generalizada, só sobre bens de consumo final.

Outros aspectos da proposta. Vamos passar rápido e voltaremos ao debate se interessar.

No âmbito da tributação direta, a fusão da contribuição sobre o lucro líquido como Imposto de Renda, aliás há uma ideia de que parte de rendas de loteria entrasse aqui, parcela do que hoje é Cofins e PIS, rendas financeiras e instituições financeiras, que hoje são grandes contribuintes de Cofins e PIS, não há porque eles virarem contribuintes do IVA. A ideia é que eles passem a contribuir para o Imposto de Renda. Mais à frente vocês vão entender porque é indiferente e para o que ele contribua.

Impostos patrimoniais.

A União se torna grande tributadora da renda, como é, e a proposta é que, no âmbito dos impostos patrimoniais, passem para os municípios. A sugestão é fundir IPTU e ITR e o que hoje é cobrado na forma de enfiteuse nos Municípios de região litorânea, quer dizer, isso tudo vire num único imposto sobre propriedade

mobiliária e o ITBI, imposto sobre herança e doação, também virem um único imposto sobre transmissão, igualmente municipal. A ideia é termos o mais simples possível esse sistema.

O imposto municipal que não citei aqui, que na proposta se sugeriu e não aprovou a mudança, mas se deixou como uma hipótese, é o INSS. O INSS municipal tem uma arrecadação expressiva, e a ideia que se levantou foi transferir eventualmente a arrecadação do Super Simples deixando com o Município, tanto fiscalizar quanto arrecadar fica com o Município e, em troca, incorporar o ISS ao IVA; que dizer, o IVA fica o imposto dos grandes contribuintes e o Super Simples o imposto dos pequenos contribuintes e nada melhor do que a fiscalização municipal para alcançar o pequeno contribuinte.

As contribuições. A sugestão é que todas as contribuições sociais e de intervenção do domínio econômico sejam extintas e transformadas em impostos, até porque boa parte delas só existe como uma maneira de driblar a questão federativa e se a gente quer simplificar o sistema não há necessidade delas permanecerem, permanecendo somente as contribuições previdenciárias.

As ações públicas setoriais, principalmente da área social, que hoje são financiadas por essas contribuições, passariam a receber uma vinculação da receita tributária como um todo, a exemplo da repartição de impostos.

Esse aqui é o ultimo ponto e muito importante. A ideia é que os fundos de participação como financiamento da seguridade social, financiamento de ensino, quer dizer, o que há hoje de financiamento setoriais, passassem a ter um percentual da arrecadação tributária como um todo, ou seja, a única receita tributária que ficaria fora seria a contribuição previdenciária por toda a sua lógica. Não importa se arrecada contribuição sobre o lucro, Imposto de Renda, qualquer receita tributária que entre no cofre da União estaria sendo partilhada.

Não é difícil fazer isso porque, na verdade, é o que hoje já é feito no Brasil com a DRU. O que estamos propondo é quase que a base da DRU passe a ser a base dos fundos de participação e a proposta inclusive é que não mude nada do FPE, do FPM, dos fundos regionais. O que vai mudar é o percentual sobre o Imposto de Renda e IPI, que é 21%, 22% passaria a ser um percentual menor sobre uma base maior. Dentro dessa base do Fundo de Participação está o Imposto de Renda e o IVA.

Desenvolvimento Regional e todas as ações sociais também passariam a estar contando com um percentual dessa receita maior. Então, quando eu tinha comentado que, na verdade, a proposta era fazer do sistema criar um clube federativo o mesmo vale aqui; quer dizer, está todo mundo junto no mesmo barco.

Não adianta a gente puxar uma contribuição. Vou forçar mais a contribuição sobre faturamento, menos a contribuição sobre lucro, imposto ou taxa. Isso passa a ser indiferente do ponto de vista federativo, do ponto de vista de financiamento social e eu me esqueci também do ponto de vista de infraestrutura, no caso da Cide e da Marinha Mercante, que hoje têm aporte. Quer dizer, tudo continuaria a ter aporte, só que passa a ser como um todo. E, com isso, o sistema pode ser muito simples.

Vou concluir com comentários finais bem rápidos.

Essa era a proposta. É uma proposta que, na minha modesta opinião – estou aqui como assessor –, é consistente, coerente, tem uma lógica, desde as mudanças legislativas, as mudanças administrativas até as mudanças constitucionais. E a pergunta que sempre se coloca, e o Senador Aloysio falou, é: por que não se avança? Vou dar uma opinião pessoal. Quem tivesse a resposta para essa pergunta estaria muito bem.

Eu acho que, nos últimos anos, não faltam projetos e propostas. Aqui no Brasil, tudo quanto é tipo de projeto de reforma tributária nos últimos vinte anos já foi sugerido. Há consenso de que como está é ruim, mas eu acho que não há um consenso claro sobre o que se quer mudar, o que está ruim. Por que esse sistema está tão ruim?

A meu ver, mudou muito a economia, mudou muito a sociedade. Acho que é o momento de se revisar e atualizar o diagnóstico. E a competência que o Senado tem que é objeto desta subcomissão, é um bom ponto de partida. Embora a subcomissão temporária lá atrás estivesse voltada para a mudança, acho que agora seria um momento importante para se voltar ao diagnóstico e entender melhor – lembro que a competência é exclusiva – qual é a funcionalidade do sistema e como as administrações se desempenham.

Funcionalidade do sistema envolve discutir questões que permeiam tudo o que a gente conversou aqui, mas deve-se revisar para entender. Esse sistema é prático? Qual é a utilidade desse sistema?

Nós temos questões como equidade. Quer dizer, por que o nosso sistema é tão regressivo e piorou essa regressividade recentemente? Os pobres pagam proporcionalmente mais impostos do que os ricos.

Questão da transparência.

Por que o contribuinte não sabe o que está pagando de imposto, como na Europa, como nos Estados Unidos? Em muitos outros países subdesenvolvidos hoje tem uma nota fiscal. Aliás, no resto da América

Latina você consegue saber o que está pagando numa mercadoria, num serviço que está comprando.

Por que esse sistema penaliza a exportação e beneficia a importação? Por que somos um dos poucos países do mundo que tributamos bens de capital e, ao mesmo tempo, temos uma multiplicidade enorme de incentivos e regimes especiais e temporários, inclusive a questão da guerra fiscal? Quer dizer, é um sistema confuso: tributa, tira de um lado, dá de outro lado. Você não sabe direito quais são os resultados.

A discussão toda federativa, que não é preciso comentar. O próprio Senador Luiz Henrique voltou hoje. Quer dizer, Estados e Municípios estão reclamando perda de participação no bolo. Tem um debate que é crucial, que, de qualquer forma, o Congresso vai ter que tratar dele: o critério de rateio do FPE, porque o Supremo deu um prazo para a sua extinção.

E, por último, também as discussões sobre como custear gasto social. Quer dizer, a contribuição é a única forma? Há outras alternativas para se manter a receita, mas não criar tanta distorção tributária? O mesmo vale para a seguridade.

No âmbito do desempenho das administrações tributárias, são questões mais qualitativas. O desempenho da administração envolve mais o foco quantitativo. É o inverso do que está escrito ali.

A arrecadação.

Qual é o tamanho da carga tributária? Existem vários números. Quanto se cobra? Poucas pessoas hoje, no Brasil, têm noção de que no âmbito federal se arrecada mais de contribuição do que de impostos. E quando se olha o sistema como um todo, a arrecadação de impostos é tão grande quanto a arrecadação de contribuições.

Quanto custa arrecadar? Tanto custa para o contribuinte pagar imposto quanto custa para o Governo cobrar esses impostos. Como incide por setores e qual é o esforço feito por Estados e Municípios, explorando as suas competências tributárias.

Por último, e, aqui, concluo, começamos lá, na subcomissão temporária, que era chamada de Caert, era a sigla que se usava e que eu queria voltar. Acho que as lições da subcomissão – obviamente estou dando aqui opiniões pessoais minhas – podem ser aproveitadas para o debate futuro desta subcomissão permanente, conseguir conciliar uma avaliação crítica com propostas de mudanças, ainda que estas mudanças tenham diferentes fóruns, etapas e momentos do tempo, mas que sejam consistentes, não focar apenas num único imposto. As nossas discussões, ultimamente, sobre Reforma Tributário no Brasil só tratam de ICMS; não custa lembrar que o ICMS, hoje, arrecada só 20% da receita tributária nacional, então, não é o que foi há 10, 20, 30 anos e acaba sendo um horizonte muito curto, quando se olha só o ICMS.

E, por último, questão particular, o Senador Dornelles sempre enfatizou muito na subcomissão, evitar o que ele considerava um equívoco comum dos últimos projetos de Reforma Tributária, que é começar pelo fim. Você apresenta o texto, examina o texto e, aí, parte-se para uma discussão sem ter a noção do todo. O ideal é primeiro avaliar e construir consensos, especialmente no que envolve as matérias federativas.

Por último, o segundo anexo tem informações mais detalhadas, um pouquinho, sobre funcionalidade e desempenho do sistema. Esse anexo, em seguida, detalha tanto a concepção quanto a proposta que foi feita pela Subcomissão Tributária. Além do livro que está aqui, também temos artigos que foram publicados sobre uma ou outra matéria.

Peço desculpas por estourar o tempo e por correr; é muita coisa em pouco tempo, mas, pelo menos, espero ter dado uma noção do todo do que se pensou em 2007, 2008.

Era isso, fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Agradeço muito, Dr. José Roberto Afonso, pela sua exposição. Realmente, é um ponto de partida que resgata uma experiência ainda muito recente do Senado, no âmbito da nossa Comissão de Assuntos Econômicos.

Quero abrir a palavra para os Senadores que queiram interpelar o nosso expositor para, em seguida, encaminhar uma proposta de organização dos nossos trabalhos. Está inscrito o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Meu caro Presidente, Senador Aloysio Nunes Ferreira, palestrante Dr. José Roberto Afonso, quero abordar, aqui, dois aspectos do que é preciso se pensar a respeito da viabilidade de uma Reforma Tributária. A primeira questão é como tornar essa ideia um anseio do povo, o que o brasileiro pensa dos tributos, dos impostos, das taxas, das contribuições. O brasileiro pensa que quem paga imposto são as empresas, aliás, esse refrão é muito antigo, dos nossos empresários, de que pagamos impostos e geramos emprego. Na verdade, o cidadão não sabe que quem paga impostos é ele próprio, isso porque, como o nobre palestrante assinalou, falta absoluta transparência, no que se refere à cobrança dos tributos. O cidadão não sabe que, ao tomar um copo d'água, está tomando 40% de imposto, ao pegar um ônibus, está pagando numa passagem 40, 50% de imposto, ao abastecer o seu carro, metade é gasolina, metade é imposto, ele não tem noção de que em cada produto que ele adquire está embutido invisivelmente o imposto.

Então isso é preciso ser mostrado à população.

Nós temos aqui, hoje, circulando na sociedade brasileira, vários movimentos no sentido de buscar uma nova realidade econômica, uma nova realidade fiscal para o País. E eu tenho dito aos empresários que estão envolvidos no Movimento Brasil Competente, Movimento Brasil Eficiente na frente em favor da indústria têxtil, na frente contra a desindustrialização do País, eu tenho dito aos empresários que é preciso fazer chegar ao povo que é ele quem, realmente, paga os impostos. Primeira coisa: que é ele quem está pagando imposto daquilo que está adquirindo. Segundo: que, se houver uma redução da carga fiscal, que é a maior dentre os países desenvolvidos – a do Brasil chegando já próximo dos 40% –, se houver uma redução da carga fiscal, haverá uma elevação dos salários e da renda. Então, a primeira coisa a fazer é popularizar. Se o povo brasileiro não tiver consciência de que o que ele está pagando de impostos é uma carga acima daquilo que deveria ser, não vai avançar nenhum projeto de reforma.

A segunda questão, que é preciso ser resolvida é a questão federativa. Nós temos uma federação esfarrapada. Nós não temos Estados autônomos nem temos autonomia na gestão municipal. Por quê? Estados e Municípios são dependentes do poder central. Aliás, todo esse movimento político que se enseja no País, de redução gradual da oposição e aumento do bloco governista, expressa bem isso: a dependência dos prefeitos e governadores em relação ao poder central. Então, essa é a questão vital para a construção da democracia.

Eu quero lhe dizer, Dr. José Afonso, que num regime federativo mesmo, em que Estados e Municípios tenham autonomia de gestão, eu sou favorável ao IVI; não no modelo atual, mas no modelo federativo. Eu sou favorável ao IVI. Primeiro, é preciso estabelecer bem claro, se votarem a proposta no sentido de constituir um imposto nacional de valor agregado, o quanto vai caber aos Estados e Municípios. Qual era a situação antes da Constituição? A situação antes da Constituição era de uma distribuição em que a União ficava com 54% dos tributos nacionais; hoje, a União fica com 63%, 62,5%... Sessenta e dois por cento dos impostos que são cobrados no País. Por que se estabeleceu isso? Por que se distorceu tanto na direção da descentralização? Porque foram criados impostos, mascarados de contribuição, com o objetivo único e absoluto de não partilhar com Estados e Municípios. Qual era a situação em 1987, antes da edição da atual Constituição? Setenta e um por cento dos impostos federais eram partilhados com os Estados e Municípios. Hoje, 45% desses impostos são repartidos com Estados e Municípios. O que aconteceu da promulgação da Constituição para cá? A arrecadação de PIS, Cofins, Cide e outras contribuições, subiu extraordinariamente e a arrecadação do IPI teve um crescimento mais do que moderado. Ou seja, a União cuidou de arrecadar mais naquilo que era só dela e arrecadar menos naquilo que era partilhado. Sem contar que, em momentos de crise, a União não concedeu benefício fiscal, por exemplo, para a indústria automobilística e para a linha branca sobre o PIS/Cofins, concedeu sobre o IPI e, dessa forma, as arrecadações municipais e estaduais sofreram um outro prejuízo.

Gosto do IVA pelo efeito de simplificação, pelo efeito de universalização, pelo poder que tem de combater a elisão e a sonegação, mas tenho as minhas ressalvas em função de um poder ampliado para a União, que já tem um poder super ampliado. Além de ter uma parcela, numa divisão madrasta, dos impostos gerados no país, os Estados vêm sendo penalizados, os Estados e alguns Municípios, pela dívida consolidada.

Em 2001, consolidou-se a dívida fiscal com uma taxa de juros que refletia a realidade daquele momento. Essa dívida... Estou ultrapassando, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Eu estava gostando tanto da sua exposição que nem me dei conta do tempo. Como já estamos na Ordem do Dia, precisamos nos concentrar... É que está muito boa, a gente perde a contagem dos minutos. Infelizmente, está na hora de concluir.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – A dívida dos Estados para a União é uma dívida usurária. Hoje, pela manhã, perante o Ministro Mantega, mostrei a realidade de Santa Catarina. De uma dívida que foi consolidada em 2001, de 4 bilhões, ela hoje está em 10 bilhões, embora o Estado tenha pago 6 bilhões.

É uma equação difícil de se aceitar para um Regime que se diz Federativo.

A outra questão é a isenção do ICMS nas exportações, que foi uma política correta quando implantada, estabelecendo que metade da isenção seria transformada em crédito, que a União pagou pontualmente até 2002 e que, a partir de 2003, os Estados receberam não mais que 10%. Ou seja, ao invés de 50%, não mais que 10%. Então, é preciso que pensemos nessa questão de uma nova realidade tributária, de um novo Sistema Tributário. Precisamos ter um novo Sistema Tributário, que ele seja Federativo, que ele não seja regressivo; que a natureza tributária seja, ao contrário, progressiva para aqueles que têm menos, os que têm menos paguem menos, os que têm mais paguem mais, para se estabelecer efetivamente uma justiça entre União, Estados e Municípios, que possibilitem a esses serem agentes parceiros nos investimentos pelo desenvolvimento do País.

Peço desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Foi muito proveitosa para a Comissão a sua intervenção.

Agora, a minha preocupação é de que já estamos na hora da Ordem do Dia, que pode começar a qualquer momento. Então, vou pedir aos Senadores inscritos que façam as suas intervenções e depois o Dr. José Roberto Afonso fará seus comentários sobre o conjunto delas.

Estão inscritos os Senadores Armando Monteiro, Marcelo Crivella e Ricardo Ferraço.

Senador Armando Monteiro tem a palavra.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Presidente Aloysio, palestrante José Roberto, companheiros Senadores.

Desde 1999, quando cheguei à Câmara Federal, que participo do debate das propostas que foram examinadas pelo Congresso de Reforma Tributária. Devo dizer que, apesar de o tempo decorrido, desde então, eu acho que há algo que corresponde a um avanço na compreensão do que deve ser o desenho da reforma.

Constato, por exemplo, que no final dos anos 90 havia um grande número de propostas, que eu considerava ingenuamente simplificadoras, havia um certo gosto por fórmulas próprias, exóticas, posto único, etc. Percebo que, ao longo desse tempo, o debate foi produzindo de qualquer maneira uma compreensão mais adequada de que o Brasil precisa construir um sistema que se harmonize com a experiência internacional e que, portanto, possa convergir aos modelos que o mundo, de alguma forma, consagrou como modelos mais adequados.

Então, nesse sentido, eu acho que a discussão da reforma se dá hoje num contexto em que já não há tanta, diria, predisposição para adotar modelos exóticos ou ingenuamente simplificadores. É um tema complexo e que, a meu ver, sempre esbarra numa questão essencial. O nosso Senador e Governador Luiz Henrique pode trazer aqui, de forma muita completa, a sua visão que dizem respeito às contradições da nossa Federação. Quer dizer, as assimetrias e as dificuldades que decorrem da constatação de que o Brasil é um País essencialmente desigual, que tem uma base heterogênea, há conflitos de caráter inter-regional, e até mesmo de caráter intrarregional. Evidentemente quando o palestrante lembra que o ICMS responde por apenas 20% do conjunto de arrecadação, mas diria que do ponto de vista da sensibilidade política, a questão do ICMS é fundamentalmente a questão crítica, porque é a que toca ao interesse dos atores políticos, que, de alguma forma, atuam nessa questão e aí, fundamentalmente, os Estados, os governadores etc.

Queria colocar a minha intervenção mais na perspectiva da questão da competitividade da economia, porque acho que essa é a preocupação maior. Ou seja, o tempo político tem que, de alguma maneira, dialogar com o tempo econômico. Ou seja, o mundo, a competição em escala global está instalada e o mundo não vai esperar que o Brasil resolva essas contradições sob pena de o Brasil perder espaço nesse processo de competição intensa que hoje constatamos.

Eu acho que o desenho dessa proposta conceitual está absolutamente convergente com a visão do que deve ser a reforma. Eu acho que os pontos fundamentais ela contempla. A desoneração das exportações, dos investimentos, o Brasil não pode se dar ao luxo de tributar investimentos, como fizemos até agora, porque temos uma situação, em que pese no que diz respeito ao PIS, Cofins e IPI, nós tenhamos evoluído na desoneração do investimento, mas ainda temos essa questão do ICMS que, em alguns casos, o Estado devolve em 60 meses num país que tem custo de capital e custo financeiro muito elevado.

Então, na realidade, nós ainda nos damos ao luxo de onerar investimento. Uma planta, por exemplo, petroquímica ou do setor de papel e celulose, que são setores intensivos de capital, uma mesma planta custa no Chile, ao final, o investimento se reduz em 18 ou 17%, porque lá não se tributa o investimento, os impostos são ou suspensos ou diferidos, o que quer dizer que ao final, na equação do investimento, isso produz uma diferença muito importante. Então, o Brasil se dar ao luxo de tornar os investimentos mais caros, isso é um absurdo!

Mas eu queria aproveitar a presença do nosso José Roberto para indagá-lo sobre a questão desse resíduo de cumulatividade que ainda está presente no nosso sistema. O ISS, que na reforma é tratado e, portanto, o ISS, que ainda é na essência um tributo cumulativo, e aquele aspecto de que as empresas não se creditam inteiramente ao longo do processo do chamado crédito... Quer dizer, aqui não se utiliza o chamado crédito financeiro. Aqueles produtos que não estão efetivamente incorporados ao custo do produto diretamente, o conceito de crédito físico não gera um crédito no Brasil. Então, nós temos um sistema que ainda é cumulativo na medida em que a empresa não se credita amplamente de todos os insumos e custos que são agregados na operação.

Então, eu gostaria de saber se essa proposta, essa questão também é contemplada.

Ao final, eu gostaria de me dirigir mais aos companheiros da subcomissão, ao Presidente Aloysio, no sentido de colocar a minha visão de que tudo estar indicando que o Governo vai adotar uma posição, eu

diria que minimalista, no sentido de fazer uma minirreforma ou uma reforma que consagre apenas alguns pontos que são fatiados, que ataquem algumas disfuncionalidades mais óbvias.

Mas eu pergunto ao Congresso e ao Senado especialmente: Não é justo que tenhamos uma ambição maior? Ou seja, nós vamos nos resignar a essa posição que, a rigor, é uma posição tímida? Não devemos efetivamente discutir um escopo mais amplo, mais sistêmico, ainda que tenhamos a compreensão política de que isso possa se dar através de um sistema, de modelo de transição que consagre uma fórmula gradualista, algo incremental, com etapas ao longo do processo. Mas é fundamental que nós já saibamos para onde vamos exatamente. Uma estratégia, porque essas mudanças têm que guardar entre si uma lógica, sob pena de nós irmos emendando o sistema de forma, perdendo a visão do caráter, vamos dizer, mais ampla.

Então, eu gostaria de deixar aqui a minha posição de que o Senado tem que, a partir desta base extraordinária que representou a contribuição da subcomissão, onde o nosso José Roberto atuou de forma muito competente, nós não podemos desprezar essa base e essa proposta tem evidentemente uma ambição muito maior do que essa que aparentemente está aí para ser encaminhada pelo Governo. Eu acho que nós não devemos nos acomodar e muito menos aceitar essa ideia de que só podemos mexer em alguns pequenos pontos.

Eu acho que o Senado tem que ter mais ambição, porque o Brasil espera que posamos ir além dessas posições que estão anunciadas.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Concordo plenamente com V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Serei breve, Sr. Presidente.

José Roberto, parabéns por esse material que você nos deu para discussão. Os Senadores que me antecederam, brilhantes ambos, tocaram em pontos importantíssimos.

Eu queria, José Roberto, fazer apenas um questionamento a você.

Estou com muita esperança nesta Legislatura do Senado Federal, porque, embora a Oposição fosse mais numerosa na vez passada, acho que a base do Governo desta vez é mais experiente.

Há muitos ex-governadores, ex-prefeitos e pessoas que, tenho certeza, votarão com independência, quando se fala dessa perversa e lógica carga tributária que nós temos no País.

Hoje mesmo estava discutindo com o Alberto sobre um *e-mail* que recebi de um pequeno comerciante em Brasília que vende sorvete e compra o pó em São Paulo. Ele pagava R$7 mil e o frete e a quantidade eram os mesmos durante um ano. Agora, passou para R$12 mil. Por quê? Substituição tributária. Mas já não existia substituição tributária antes? Existia, mas, lá em São Paulo, não era obrigado colocar na nota. Então, a coisa se esvaía. Eles mandavam encomendas para várias fabricantes de sorvete em Brasília e, dentro do caminhão, aquilo se diluía e eles iam passando. De uma hora para outra, uma conta de R$7 mil passou para R$12 mil, R$4.900 de acréscimo.

Essa pessoa diz o seguinte: "Fui aconselhado pelo contador a mudar de limitado para indústria, para fugir da substituição tributária – mas aí vou sair do Simples –, ou fazer o que as outras sorveterias estão fazendo, que é botar o valor na nota fiscal de 20% e pagar o resto por fora."

Pelo amor de Deus, estamos penalizando, estamos quebrando até sorveterias! São rapazes e moças que começam empreendedorismo na vida abrindo um pequeno negócio, e não estão suportando essa carga tributária, a complexidade da legislação do ICMS. E, pior, o Alberto citou uma coisa que é realidade: a Lei Kandir permite que cada Estado legisle sobre o seu ICMS.

Eu queria, então, associar-me aos meus Colegas e também me devotar ao trabalho, para que a gente possa prestar o papel que a sociedade espera de nós e que é exclusividade, pela Constituição Federal, do Senado Federal de debater, de acompanhar, de aperfeiçoar o nosso Sistema Tributário.

Também sou simpático ao IVA. Morei dez anos na África e lá os países todos adotam o IVA. É uma coisa simples, é uma arrecadação justa, ela não é regressiva, ela vai sobre o consumo, portanto, ela taxa quem consome mais. Aqui no Brasil, ela é muito regressiva, porque os pobres sempre pagaram e continuam pagando mais impostos. A esperança deles somos nós.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Obrigado, Senador Crivella.

Passo a palavra, agora, ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Senador Aloysio Mercante... Senador Aloysio Nunes Ferreira... Minhas escusas.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Depois de vinte anos que nos conhecermos, V. Exª ainda se engana com o meu nome!? (*Risos.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Peço minhas escusas. Espero não ter ofendido V. Exª e tampouco o Ministro Aloysio Mercadante.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes. Bloco/PSDB – SP) – A mim V. Exª não ofende. (*Risos*.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Foi um lapso.

Senador Aloysio Nunes Ferreira, caros Colegas, esta subcomissão, em bom tempo, foi constituída para uma avaliação do Sistema Tributário Nacional. Em que pese a minha concordância com a manifestação do Senador Armando Monteiro, lamentavelmente, tudo indica que estamos diante de uma "nanoreforma tributária".

Inclusive chama-me atenção o fato de a iniciativa começar pelo ICMS, que é o imposto dos Estados federados, quebrando a pacto federativo e intervindo de forma em que pese o Ministro Guido Mantega ter nos afirmado aqui hoje, e eu considerei muito relevante a manifestação e a segurança que nos passou o Ministro, que estaríamos fazendo isto: ouvindo o Confaz, dialogando com a Comissão de Assuntos Econômicos, que terá um papel muito relevante nessa questão.

Preocupam-me, e eu queria ouvir do Dr. José Roberto Afonso, questões centrais que precisam ser enfrentadas no sistema tributário brasileiro como alta carga tributária, alto grau de regressividade, a multitributação do mesmo fator gerador, insistência em cascata sobre bases reduzidas. Enfim, essas são questões estruturais. E o Senado precisa, de alguma forma, cumprir com seu papel constitucional. Inclusive, o art. 37 é muito claro quando dá ao Senado exclusividade no enfrentamento dessas questões.

Preocupa-me tudo isso, sobretudo porque acabo de receber um documento do economista Luís Paulo Rosenberg, no qual ele faz o enfrentamento de um conjunto de falsas verdades, de falsos dilemas em relação à importação e ao desenvolvimento. Quer dizer, de repente, criou-se uma celeuma de que, o que tem gerado desequilíbrio na balança comercial, são os incentivos financeiros ou fiscais que este ou aquele Estado fez em razão da ausência de uma política nacional de desenvolvimento regional. Aí os Estados procuraram se adequar para terem competitividade e melhorarem a condição de vida da sua população, do seu povo; ou seja, a questão central da importação não é o aumento do PIB? A questão central não é a política cambial?

Os dados todos que nos traz aqui o colunista Rosenberg dão conta de que 86% da pauta de importação são constituídos de bens intermediários, ou seja, de insumos industriais e combustíveis e de bens de capital necessários à dinamização, expansão e modernização da produção nacional. Assim, está-me parecendo que a importação acaba tendo um efeito importante para a manutenção do crescimento econômico, além de contribuir para o enfrentamento da inflação. Se nós não importássemos essas mercadorias, como supriríamos o parque industrial brasileiro desses equipamentos, tendo em vista que o nosso parque industrial, salvo melhor juízo, está em plena capacidade?

Então eu queria ouvi-lo a respeito dessas questões que estão relacionadas aos incentivos e aos benefícios financeiros que foram gerados por diversos Estados e fizeram com que muitos deles, inclusive o meu, assim como Santa Catarina, pudessem honrar seus compromissos com a União e melhorar a sua capacidade de organizar suas finanças e de ampliar a sua capacidade de investimentos em razão da ausência e da omissão do Governo Federal na implantação da política de desenvolvimento regional.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) –Obrigado, Senador Ricardo Ferraço.

Vejo que o Senador José Sarney já se instalou na cadeira presidencial, o que significa que a Ordem do Dia pode começar a qualquer momento. Então, antes de passar a palavra ao nosso expositor, que vai permanecer conosco durante o trabalho da nossa subcomissão – conversei com o Senador Dornelles e já combinamos isso, tendo em vista a disposição do Dr. José Roberto Afonso de nos ajudar, como ajudou a subcomissão anterior, fico muito feliz e agradeço imensamente a ele –, antes de passar a palavra, eu queria transmitir aos senhores uma proposta de organização dos nossos trabalhos que vou depois mandar ao gabinete de cada um via eletrônica. Faço questão de mandar também ao gabinete do Senador Crivella e do Senador Ferraço que, embora não sejam membros titulados desta Comissão, eu gostaria que dela participassem como sócios-atletas pela qualidade e pela importância da contribuição.

Vou passar ao gabinete de cada um o roteiro sobre temas que eu proponho sejam analisados por esta subcomissão para que nós cheguemos a um diagnóstico, aprofundemos e atualizemos um diagnóstico do sistema tributário com vistas a apresentarmos propostas que sejam efetivamente na linha da sugerida por todos os Srs. Senadores, especialmente pelo Senador Armando Monteiro.

Vou passar para cada um o roteiro e espero receber as contribuições e sugestões de eventuais mudanças, enfim.

Estão entregando o papel, mas vou mandar por e-mail para cada um porque sei com é. Vivo perdendo a papelada que me dão. Então, estará no e-mail de cada um uma proposta de um roteiro.

Pois não, Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE Bloco/PMDB – SC) – Presidente, não seria o caso de ampliarmos o núme-

ro da Comissão, permitido que os Senadores Ricardo Ferraço e Marcelo Crivella...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Já está ampliado, já são membros da Comissão.

O SR. LUIZ HENRIQUE Bloco/PMDB – SC) – ...como membros titulares.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Exatamente. Já são... Fico muito feliz e acho que a Comissão só tem a ganhar com isso, com a qualidade dos nossos colegas.

O roteiro, proposta de temas... Aguardo a resposta dos senhores para já na próxima reunião entrarmos no mérito de cada um deles.

José Roberto Afonso, por favor.

Quando formos chamados, vamos ter que interromper, porque assim é a regra regimental.

O SR. JOSÉ ROBERTO AFONSO – Só queria registrar aqui também de início que, embora eu esteja aqui apresentando esse trabalho, outros consultores da Casa se envolveram no trabalho, em particular os colegas – Alberto Patrocínio – que estão aqui presentes. Esse trabalho todo tinha sido conduzido pelo Senador Dornelles...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – E que vão nos acompanhar, aliás, o trabalho da nossa Comissão. Agradeço também imensamente aos nossos consultores.

O SR. JOSÉ ROBERTO AFONSO – Um ponto importante que permeia aqui as questões que foram levantadas... O que está se trazendo aqui não é a proposta pronta e acabada. Não é algo fechado, hermético, que não se mexe. É uma sugestão ao debate em que o mais importante é se tentar traçar um rumo, uma estratégia de como encarar o sistema tributário e suas mudanças. Acho que, pelas comunicações todas aqui feitas, vai nessa linha.

O Senador Luiz Henrique destacou bem que é um novo Sistema Tributário. Lembro-me até que a ideia que se tinha era: reforma caberia no que a gente aqui apresentou como seria a primeira etapa, a primeira fatia de mudanças constitucionais. Agora, o desenho constitucional proposto é para se fazer outro Sistema Tributário.

O Senador Armando também destacou a questão de que o Senado sempre foi ambicioso. Eu lembraria disso porque, desde a primeira manifestação em 2003, o Senado estava se posicionando como "olha, tem que ter uma visão mais abrangente"...

Pessoalmente, e é só um comentário geral, acho que há uma certa confusão em, desculpem o trocadilho, poucos e aos poucos. A mudança, seja qual for, tem que ser feita aos poucos – disso acho que não há dúvida –, embora eu tema que sempre se tenha dito "já que é aos poucos, então, a gente espera e deixa lá para frente começar". Não, acho que já tem várias coisas que se pode começar, que se pode avançar. Já citei aqui o projeto para transformar o PIS, o Cofins e o IPI em impostos, como se o IVA fosse em regime de crédito financeiro...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Infelizmente, o Presidente nos convoca para o início da Ordem do Dia. Temos que ir... Fui chamado ao plenário pela Liderança do PSDB. Se o senhor pudesse assumir a Presidência, porque eu preciso me dirigir ao plenário. *(Pausa.)*

O SR. JOSÉ ROBERTO AFONSO – Bem, eu estava destacando outra questão, que aqui foi levantada pelo Senador Crivella: a questão da informação dos contribuintes sobre quando de tributos estão pagando. Se essa informação fosse clara, e hoje, na prática, existe só na conta de luz e de energia, e mesmo assim parcial, certamente a posição dos contribuintes em relação ao Poder Público seria outra. Há projetos de lei com essa iniciativa aqui na Casa. É que há... O meu único comentário pessoal é que se diz assim: não dá para fazer o cálculo preciso. De fato, não dá. O sistema é tão complexo que ninguém sabe direito quanto é, mas, se fosse uma conta aproximada, isso já ajudaria muito. Acho que uma estimativa. Acho que esse projeto pode tramitar. Existem várias coisas aqui. Acho que se pode começar a fazer aos poucos, mas que consigamos fazer uma mudança grande lá na frente.

A questão da cumulatividade, que foi puxada aqui, pelo Senador Armando Monteiro, não se sabe ao certo, hoje, quanto nós temos de cumulatividade no Brasil. Aliás, muito da discussão que se teve na subcomissão, há dois anos, poderia voltar agora, com uma união entre os Senadores, como um ponto importante. Essa discussão aqui não deveria ter divisão entre Governo e Oposição e entre regiões. Tem que ser um objetivo comum no sentido de se pedirem informações às administrações fazendárias estaduais, municipais e a federal.

Por exemplo, os Estados, pelo menos até há pouco tempo, entregavam ao Ministério da Fazenda, mensalmente, uma posição sobre quanto de crédito haviam acumulado com os exportadores, com o nome dos exportadores. Obviamente, ninguém aqui quer o nome nem interessa o nome dos exportadores, mas qual o total do crédito acumulado que se tem. Essa informação pode ser levantada.

Uma informação relevante para o debate é explorar mais o Super Simples. Quanto o Super Simples está arrecadando? Quanto está arrecadando

para o Município? Quantos empregos estão sendo gerados com o Super Simples? O Senador Pimentel havia comentado isso na outra reunião. É uma informação relevante e importante para construirmos e identificarmos o que se tem de cumulatividade, como se poderia resolver, atenuar esse problema da cumulatividade no atual sistema. No sistema novo aqui proposto, que começamos a discutir aqui, mas lá na frente... Eu, pessoalmente, acho que, se houver cumulatividade, vai ser mínima, porque, quando se juntam todos os impostos, é outro desenho tanto para efeito do contribuinte – que acho que deveria ser um sistema mais simples, menos sujeito a essa regra –, quanto também em termos até de desenvolvimento regional.

E aqui entra a discussão que o Senador Ferraço colocou. Na falta de um modelo de desenvolvimento regional, muitos Estados partiram para incentivos. Acho que temos que encontrar... É legítimo, até porque você não tinha nada. Agora, com o novo sistema, tem que se encontrar outro formato, porque as importações, até no que está propondo aqui, seriam tributadas normalmente, independente de onde entram e para onde saem e plenamente, inclusive, na origem, que é uma ideia para se evitar o problema de sonegação.

Pessoalmente, queria dar uma opinião: preocupa-me um pouco a proposta de reduzir alíquota de importação, porque, do ponto de vista de fiscalização, é o contrário do que o mundo inteiro está fazendo, que o Senador Armando colocou, de harmonização. Temos que partir para cobrar na origem. Quer dizer, alguns vão cobrar na origem, e essa receita vai para os outros, porque, nos outros casos, vai ser o inverso. Quer dizer, vai estar se cobrando fora para vir para cá.

Essa questão da transação interestadual, por último, é um dos pontos que merecem maior debate e falta conhecimento. É a questão da substituição tributária que o Senador Crivella aqui levantou. Substituição tributária, barreira e cobrança nas fronteiras entre os Estados. Quer dizer, aqui, no Brasil, nós estamos fazendo o caminho inverso do mundo. Quer dizer, o mundo acabou com as barreiras e se cobra de outras formas – volto a insistir –: por meio eletrônico, cobra na origem. Está-se fazendo, de certa forma, cobrança à substituição tributária na origem, mas toda a distorção fica para o contribuinte, que, muitas vezes, acumula. A substituição tributária implica em você arbitrar um preço, e não se sabe se essa arbitragem da margem de lucro está sendo feita corretamente. O contribuinte acaba tendo que antecipar impostos.

Outras questões que já foram levantadas aqui... Questão de comércio eletrônico...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Outra coisa, Dr. José Roberto – desculpe-me interrompê-lo: é um incentivo à sonegação. As pessoas lançam um valor baixo em nota fiscal e pagam o resto por fora. Isso é o que ocorre.

O SR. JOSÉ ROBERTO AFONSO – E, por outro lado, qual é o resultado também, que é uma preocupação?

Os Estados também acabam, até para tentar atenuar a sonegação, recorrendo a taxar pesadamente insumos básicos. Esta é outra discussão que temos hoje: do ICMS, que é o grande imposto, 40% da arrecadação é sobre combustível, energia elétrica e comunicações. Enquanto isso, os Estados não alcançam várias bases.

O tempo é muito curto – eu acho que poderíamos ter outras oportunidades de continuar debatendo –, mas eu queria só dar um número, que é simbólico, na minha opinião, do que aconteceu no Brasil na última década. Todo mundo ficou falando de ICM, ICMS, mas a arrecadação do ICMS em 2010 é inferior à do ICM em 1968, em porcentagem do PIB, quando criou o ICM, que não incidia sobre combustíveis, energia elétrica, nem comunicação, arrecadava mais do que arrecada em 2010. O aumento do ICMS entre 2000 e 2010 foi inferior ao aumento do ISS.

O ISS municipal em dez anos subiu mais, em proporção do PIB, a carga tributária, do que o ICMS. Por quê? Na verdade, o que está por trás do ISS também está por trás do movimento da Cofins, do PIS e da tributação federal. O que nós fizemos foi um aumento brutal de arrecadação em cima de serviços. É a base moderna. Então, nesse sentido, quando se fica discutindo, só olha a mercadoria, se perde a noção do todo.

Minhas últimas palavras – estou tentando juntar um pouquinho de tudo – são no sentido de que é muito importante ter-se uma visão como um todo do Sistema Tributário, tanto do lado da arrecadação quanto do lado federativo, como o Senador Luiz Henrique já disse. Se a gente ficar olhando os poucos, quer dizer: mexe um pouquinho daqui e você tem outra mexida do outro lado, que às vezes até... Faz-se uma mexida com a melhor das boas intenções, de outro lado você tem outra alteração que atenua ou, às vezes, anula aquela.

Distribuição tributária é uma coisa que está acontecendo entre os Estados, que é curiosa. Muitos Estados – todo mundo sabe – deram incentivo fiscal para atrair indústrias automotivas para seus territórios.

O que está acontecendo hoje? Muitas vezes, está sendo criado... A distribuição tributária, que aqui foi citada, está sendo usada para tributar autopeça e de maneira violentíssima. De modo que, ao tributar

autopeça, com distribuição tributária, eu anulo, talvez não chegue a anular, mas acabo retirando o incentivo que dei pelo lado automotivo. Quer dizer, o sistema fica torto, você nem sabe qual é o resultado final dele.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco/PMDB – ES) – Muito bem.

Agradeço ao Dr. José Roberto Afonso.

E declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a Reunião às .....horas e ..... minutos.)

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL, CRIADA POR MEIO DO RQS Nº 01/2011-CAE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 2011, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e quatro de maio do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional, com a presença dos Senadores Luiz Henrique e Armando Monteiro. Deixam de comparecer a Senadora Marta Suplicy e os Senadores José Pimentel e Eduardo Braga. O Presidente declara aberta a reunião, que tem como objetivo a apreciação da Proposta de Trabalho da Subcomissão e a realização de audiência pública, com a presença do Sr. Marcelo Lettieri, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, e do Sr. Fernando Gaiger, Técnico em Pesquisa e Planejamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, com a finalidade de debater o tema Equidade Fiscal no Sistema Tributário Nacional. A Subcomissão aprova a Proposta de Trabalho e os Requerimentos nºs 01 a 16-CAESTN, de realização de audiência pública sobre os temas expostos na Proposta. Após a exposição dos convidados, usa da palavra o Senador Luiz Henrique. Antes de encerrar os trabalhos, a Subcomissão dispensa a leitura da ata da 2ª reunião, que é dada como aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e doze minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Aloysio Nunes Ferreira,** Presidente da Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Havendo número regimental, vamos dar início aos trabalhos da nossa Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional.

O primeiro tema hoje, que programamos para a apresentação de dois convidados, é o tema Equidade Fiscal no Sistema Tributário Nacional. É um tema bastante óbvio que não dependeria de maiores indagações quanto a sua pertinência.

Mas, antes de ouvirmos os nossos convidados, que já estão aqui, eu queria propor aos Colegas que nós deliberássemos sobre o programa de trabalho, que eu distribuí já na semana passada. E peço à nossa secretária que distribua aos Srs. Senadores o temário...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Que foi criado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Exatamente, porque, na verdade, fiz sugestões, eles aqui encaminharam sugestões, e nós precisamos deliberar sobre isso para poder, inclusive, formalizar convites para as próximas audiências. (*Pausa*.)

Este temário está formalizado em 16 requerimentos e nós precisaríamos votar um a um. Mas eu proponho que votemos em globo, apenas para formalizar a pauta de trabalho da nossa Subcomissão.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Estou absolutamente de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Obrigado.

Em votação os requerimentos em globo e o temário.

Os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.)*

Aprovado o temário e os requerimentos que formalizam cada um deles.

Podemos, agora, dar início a nossa audiência pública.

O tema é: Equidade Fiscal.

Os nossos convidados são: Sr. Marcelo Lettieri, que é Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil; e o Sr. Fernando Gaiger, que é Analista (técnico em planejamento e pesquisa) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). (*Pausa*.)

Vamos, então, em ordem alfabética? (*Pausa*.)

Com a palavra o Sr. Fernando Gaiger, que tem o tempo de 20 minutos.

O SR. FERNANDO GAIGER – Sr. Presidente, inicialmente, eu queria agradecer o convite. Muito obrigado aos Srs. Senadores.

Na verdade, o que vou apresentar é um esforço que não é só meu, é um esforço que, no Ipea, a gente já desenvolve há muito tempo. Os meus trabalhos sobre Equidade Fiscal na Área de Alimentação são do início dos anos 2000, 1998, escrevi com outros cole-

gas, sobre o Imposto de Renda... O trabalho que estou apresentando aqui já é uma atualização de trabalhos anteriores do biênio 2002/2003 – então nós atualizamos para 2008/2009.

Então, há tempos que nós estamos tentando lançar luz sobre a questão da equidade e mostrar que o nosso sistema tributário é muito iníquo, é baseado muito em consumo, e que isso impede que sejamos mais eficazes na progressividade do gasto público e, com isso, o Estado não tem um papel redistributivo que outros países mais desenvolvidos têm.

A primeira observação é qual a base de dados que a gente se utiliza. A gente se utiliza de uma pesquisa do IBGE que é muito importante, a Pesquisa de Orçamentos Familiares, que é uma pesquisa que investiga o consumo e a despesa e os rendimentos das famílias. Com isso, permite que eu estime a tributação indireta, porque é a minha única fonte de informações em que eu tenho o consumo das famílias. E, assim, eu posso aplicar ou as alíquotas legais, que estão regulamentadas nos ICMS dos Estados, ou, utilizando dados do IBGE, buscar as alíquotas efetivas, realmente cobradas.

A POF tem outra qualidade: ao pesquisar rendimentos e despesas, faz uma pesquisa dos rendimentos em que as pessoas declaram seus descontos, suas deduções, entre as quais, deduções por contribuições previdenciárias, imposto de renda e outras deduções, como pagamento de impostos por serviços e recolhimento de outras deduções que o funcionário tenha. Ao mesmo tempo, apura todas as transferências monetárias, previdenciárias e assistenciais que o Governo realiza numa lista bem extensa, porque, como é uma pesquisa que investiga o consumo pormenorizadamente, então acompanha as famílias de modo bem detalhado, esse levantamento dessas rendas "outras", que também pagam deduções, e essas outras rendas, que são transferências monetárias, não ficam só no benefício previdenciário, coletam melhor os auxílios, coletam melhor, inclusive, os benefícios assistenciais.

Então a gente se utiliza da pesquisa de orçamentos familiares para observar como que a ação pública, as políticas públicas influenciam a distribuição de renda. Então a gente faz um exercício de rendas virtuais, ou seja, uma renda de mercado, anterior à concessão de benefícios previdenciários, assistenciais e auxílios ao trabalhador, seria uma renda original, como ali está escrito. Depois, se eu aplicar, considerar os benefícios monetários governamentais via previdência ou assistência, eu teria a renda inicial, que, de fato, é a renda publicada pela investigação. Essa renda anterior é uma renda virtual que eu tiro. Ela ainda existe e eu não posso imaginar que vai existir, porque é imaginar que não temos previdência e assistência. Mas é um exercício de rendas virtuais.

Descontando os impostos diretos declarados, como apontei pela pesquisa, consigo chegar numa renda disponível. Com a estimativa que faço sobre o consumo das famílias, chego aos impostos indiretos; e com uma monetização, valoração da saúde e educação pública, eu chego à renda final.

Na próxima transparência, estão resumidamente explicados quais são os procedimentos realizados. Na indireta e a legislação, é uma hipótese de funcionamento perfeita da legislação, eu calculo a carga e não quanto de fato eu arrecado; eu calculo mais o ônus fiscal. Quando eu estou acreditando que o imposto funciona perfeitamente – e não funciona –, mas a hipótese com que eu trabalho de que é um ônus que as famílias pagam, aquelas empresas formais, legais, recolhedoras são justamente as empresas que formam o preço. E, nesse sentido, nessas empresas que elidem, que não pagam, em alguma medida, o custo fiscal está e é justamente ele que permite que elas continuem no mercado.

Então, há uma ideia de que funciona – isso tem problemas de subestimação e superestimação –, mas os resultados para quem usa alíquota legal e para quem usa efetiva são muito semelhantes. Utiliza-se as regras do IPI, o PIS/Cofins cumulativo e não cumulativo, a depender do setor, a Cide Combustíveis. Aqui um colega nos franqueou a base do ISS, do ICMS por Estados, sendo que, do ISS, a gente considerou a alíquota praticada nas capitais e aplicou a toda a base estadual, uma vez que a pesquisa não permite discriminações municipais. A direta e a declarada e, nos gastos sociais, as transferências monetárias declaradas e, nas não monetárias, a gente faz uma alocação do gasto.

No caso da educação pública, é mais fácil a alocação do gasto, porque a própria pesquisa de orçamentos familiares levanta se a pessoa estuda, onde estuda, se público ou privado, nível e série – e o Inep tem o resultado de estudos de investimentos para alunos considerando os orçamentos públicos no global.

Quanto à saúde, nós também temos a possibilidade de associar os gastos públicos com os dados de utilização pesquisados pelo Pnad, que é outra pesquisa, compatibilizamos com a POF e monetizamos. Então a ideia é monetizar essas duas provisões públicas, pegar os resultados das transferências monetárias e das deduções, ou seja, dos impostos diretos, e estimar em cima das alíquotas legais a tributação indireta.

Próximo, por favor.

Isso é só para ter uma ideia para franquear a transparência e também em um comunicado recente que saiu do Ipea consta isso, eu tenho um relatório

extenso de pesquisa que também posso passar aos senhores. Aqui são os tributos que a gente contempla no estudo e como está descrito na POF. Então, temos o INSS, Imposto de Renda, IPVA, IPTU e outros. Esses "outros" é porque a pesquisa investiga outras deduções, no caso do rendimento do trabalho, que eu tenho a considerar, e também no caso de aposentadorias, pensões, rendimentos não provenientes de trabalho. Ele não pesquisa as deduções abertas por Imposto de Renda e por INSS. Então, fica um conjunto. Na verdade, esse campo "outros" significa uma dedução sobre rendimentos que não sejam os de trabalho, que guardam muita semelhança com o perfil de incidência das contribuições mais Imposto de Renda.

Pode passar para o próximo, por favor.

Aqui, são as transferências monetárias que contemplo, que a POF contempla. O importante são aposentadorias e pensões e benefícios de prestação continuada.

Quanto aos auxílios, existe um *mix* público/privado nesses auxílios, porque as pessoas declaram auxílios que ora são previdenciários, *stricto sensu*, ora são auxílios que o empregador e o empregado acordaram em dissídio ou de outra forma e que o trabalhador recebe, e eu não consigo separar. Então, esses são os auxílios ao trabalhador. Existe uma parte pública e uma parte privada. Há ainda a bolsa de estudos, o seguro-desemprego e as transferências de renda.

O próximo *slide* mostra o que aconteceu entre 2003 e 2009, considerando esses estágios de renda e dois indicadores importantes, e um deles é a desigualdade medida pelo Índice de Gini, que está nas linhas e que varia de 0 a 1: quanto mais próximo de 0, mais equânime é a distribuição da renda; quanto mais próximo de 1, mais concentrada é a renda. E as barras são as rendas, todas deflacionadas para janeiro de 2009.

Como podemos notar, assistimos, primeiro, a uma mudança de patamar entre 2003 e 2009 do Índice de Gini. Essa é uma mudança no mercado de trabalho. Como podemos ver, o Índice de Gini caiu de 0,61 para 0,59 na renda original. Mas o que chamam a atenção são os impactos distributivos da previdência e da assistência entre esses anos, porque o patamar muda: enquanto a diferença do primeiro Gini é da ordem de 2%, ela passa para a ordem de 5%, quando existem essas transferências monetárias. Essa queda foi mais expressiva em 2009 do que em 2003. Então, houve uma produtividade maior do gasto público, e isso se deve ao Bolsa Família, à valorização do salário mínimo e, em medida expressiva, também às reformas previdenciárias que afetaram as regras de aposentadoria dos funcionários públicos. Começamos a ter de retardar as aposentadorias. Os benefícios não são mais ligados ao último valor para todos; pode haver uma média. Então, isso fez com que as aposentadorias e pensões do serviço público tivessem um comportamento não tão crescente quanto as rendas do trabalho e da economia como um todo e os outros benefícios monetários. Como é um benefício altamente regressivo, ele, ao diminuir sua participação, tem um efeito de progressividade.

Quando passamos para a tributação, percebemos que a tributação não se alterou em termos de efeito concentrador, no caso da tributação indireta, ou de efeito distributivo, no caso da tributação direta, entre 2003 e 2009. O patamar fica em torno de 5% da diferença do Gini, ou seja, a tributação não veio para auxiliar, nem para atrapalhar, mas, sim, continua com o mesmo perfil, um perfil muito ruim, porque, na verdade, os dois tributos, em 2003, quase repunham a desigualdade inicial. Nesse sentido, em 2003, previdência, assistência e transferências outras monetárias do Governo ou os auxílios ao trabalhador tinham seus impactos distributivos contrabalançados e contra-arrestados pelo sistema tributário como um todo, em particular pela tributação indireta, que é altamente regressiva, e pela pouca efetividade da tributação direta, não pelo seu grau de incidência, mas pelo tamanho que ela tem na carga tributária.

Nosso problema da carga não é se o tributo direto chega aos mais ricos e se o tributo indireto, como em todo o mundo, faz os pobres pagarem mais. Nosso problema é que há uma participação muito maior dos tributos indiretos do que dos tributos diretos nesse sentido; em especial sobre patrimônio e sobre rendas mais elevadas, há uma participação pequena.

Eu, como servidor do Ipea, pago uma alíquota efetiva de 14% a 15%. Minha família é composta por duas crianças e por minha esposa, e minha alíquota efetiva é de 14%. É uma alíquota baixíssima para o local da distribuição de renda em que estou e para a renda que percebo. Evidentemente, eu, como assalariado, se houver mudanças no Imposto de Renda – e não posso ser contra isso, pois sou pela equidade –, posso reclamar que os contas-próprias de altos rendimentos não ganham, que existe a possibilidade de você não existir como pessoa física e de você ser rico juridicamente, mas não ser rico fisicamente. Ou seja, há esses subterfúgios legais ou essas possibilidades legais, e há dificuldade de se chegar ao patrimônio. O que quero mostrar é que temos de buscar uma mudança de composição.

Por fim, a provisão pública em saúde e educação é progressiva, tornou-se mais progressiva, cresceu em volume, uma vez que os gastos em saúde e educação, sejam os gastos diretos do Governo Federal, sejam as transferências do Estado ou os gastos estaduais,

cresceram muito. Consequentemente, as políticas universais de saúde e educação, em especial, mostram um impacto distributivo muito grande, pelo volume de recursos que elas englobam e pelo caráter levemente progressivo da saúde e mais progressivo da educação, ainda que não tão progressivos. Mas tudo o que for neutro na economia brasileira, em termos de distribuição para as famílias, vai ser altamente distributivo, dado o elevado índice de Gini que nós temos.

Próximo.

Aí eu vou mostrar os dados de incidência tributária, que são os dados que me pediram para trazer aqui. Aqui está, em 2002/2003, em 2008/2009, a incidência dos tributos diretos. Como eu disse, a progressividade dele é boa. O problema é a escala aqui: os 10% mais ricos pagarem 13,5% de imposto direto, o que é baixo. Eu quero que não mude o desenho dessa incidência, mas eu quero que essas barras cresçam. E, nas barras elevadas, eu quero que mais pessoas passem a ser contribuintes.

Podemos ver que há um movimento positivo de crescimento nos décimos intermediários inferiores, da participação das contribuições previdenciárias, o que é positivo, porque mostra uma formalização do mercado de trabalho. É bem tênue, mas existe.

Em alguma medida, a progressividade do tributo direto não foi maior nesse período, porque, quando nós formalizamos, essa formalização afeta as camadas baixas em termos de contribuição direta e permite que nós tenhamos maior volume de impostos diretos dos mais ricos, como vemos pela própria coluna: o décimo mais rico subiu muito. Na verdade, quando se tem um processo de formalização de crescimento como temos tido, temos um processo de formalização. Nesse sentido, a tributação direta melhorou sua participação no conjunto da composição da carga e teve algum efeito distributivo, mesmo que tênue, no caso entre 2003 e 2009, principalmente...

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – O senhor está comparando a média do ano 2002/2003 com a média de 2008/2009. Vê-se uma carga...

O SR. FERNANDO GAIGER – Isso, Senador, perfeito. Subiu um pouco a carga direta sobre a renda das famílias; é isso. O que eu estou apontando é que isso, para mim, não é um sinal negativo, porque a indireta teve uma pequena diminuição. Se você for ver, fortaleceu a incidência sobre os mais ricos. O que eu aponto é que isso não foi maior graças ao crescimento da participação dos mais pobres, e esse movimento se deve principalmente ao crescimento de formalização e também a maior eficácia da receita federal. Eu acho que isso acontece.

Próximo.

Na tributação direta, a gente vê uma queda pequena. É importante a gente perceber que eu estou trabalhando sempre sobre a renda, e as despesas das famílias mais pobres superam a renda. Então, se eu for colocar isso em relação à despesa, pode ser que essa regressividade não seja tão grande, mas é um subterfúgio que força um pouco uma mudança do parâmetro de desigualdade. Próximo, por favor.

Mesmo utilizando o desembolso, como está nesse gráfico, nessa tabela, eu mostro uma regressividade. O que essa tabela mostra? A porcentagem da indireta sobre a renda total considera todos os rendimentos, monetários e não monetários, a retirada do negócio, a produção própria do pequeno agricultor, o aluguel daquele que mora em sua própria casa, a renda monetária, o gasto total e o gasto monetário, quanto que a indireta pesa por décimos de renda, qual é o ônus da indireta por décimos de renda, a direta em cima da renda total e da renda monetária, e a porcentagem dos tributos sobre renda total e sobre renda monetária.

Sobre renda monetária é um dado não crível. Os mais pobres não vão pagar 53% da sua renda sobre tributos. Isso se deve principalmente a esse déficit orçamentário entre os mais pobres. Então, eu tenho utilizado sempre a renda total como uma forma de suavizar esse problema. E, mesmo assim, nós mostramos como é regressivo, ou seja, os mais pobres comprometem cerca de um terço de sua renda com a tributação, enquanto os 10% mais ricos contribuem, ou tem o ônus fiscal de um quinto, mais ou menos.

Próximo.

Este é o resumo da situação. As colunas cinza e preta são do indireto, e a pontilhada é do direto. E tem um pormenor aí, mas a indireta é preta e cinza, e a direta é outra. A gente vê que uma não compensa a outra; a gente vê aquele movimento que mostrei como positivo de que as linhas pretas e cinzas caíram, na média, se vocês observarem; diminuiu a participação dos indiretos na renda, e houve um crescimento da barrinha pontilhada dos diretos. É isso que estou falando, que temos um movimento de composição da carga.

É importante isso, mas não foi suficiente. Mas a gente teve um ganho distributivo; acredito que esse ganho distributivo se deva principalmente a esse processo de formalização da economia. Mas existem muitas coisas a se alterar para que a gente possa ter uma carga mais equânime. O positivo é que teve esse pequeno movimento, e esse movimento pode continuar se a nossa taxa de crescimento continuar dessa envergadura e o emprego formal continuar crescendo. E, ao mesmo tempo, a gente teve um grande ganho sobre a progressividade do gasto.

Então a notícia é alvissareira, entre 2003 e 2009, mas acho que agora é o momento de mudar a tributação. O problema é que tem muita gente dando no tributo, mas, na verdade, acho que está com olhos no gasto. Isso me preocupa por demais. Acho que essa discussão de a carga e a injustiça estarem andando juntas, de vez em quando se esquece de que, graças ao nosso arcabouço de políticas sociais, construído ao longo dos últimos vinte, trinta anos, a gente tem uma possibilidade de ter no gasto alguma progressividade. E isso a gente vem conquistando nos últimos tempos.

Acho que isso nós temos que fortalecer; então na hora em que botarmos a discussão da carga, coloquemos a iniquidade, mas, ao mesmo tempo, discutamos que não podemos perder esses ganhos que tivemos, nos últimos quinze anos, em função da Constituição, sobre a progressividade do gasto. Tenho muito medo que esse tiroteio sobre a carga com a equidade como parceira, seja para que lado o nosso Robin Hood, que está ruim, que está bom, seja atacado.

Próximo.

Só para terminar, este aqui é um gráfico que dá a mesma composição, tem os centésimos finais de renda. A gente percebe que conseguimos até uma progressividade entre os muito ricos ali, mas perdemos no 1%.

Próximo.

Aqui é para mostrar que o gasto, a parte da progressividade do gasto, se deve a um crescimento das despesas – aqui estão as da União – de educação e saúde. A linha vermelha é RGPS e Previdência. É o RGPS que subiu de 6,9% para 8,9% do PIB – isso foi importante, foi distributivo –; a linha laranja são as transferências constitucionais legais, essas outras não, mas as transferências em saúde e educação, que é o azul mais claro, foi de 0,9% para 1,4%. Teve um crescimento expressivo. E a Previdência do setor público tendo ficado estabilizado, de 2,1% a 2,0%.

Então isso mostra o porquê desse gasto ter sido progressivo, porque o volume cresceu bastante.

Próximo.

Este é o saldo. Eu monetizei a tributação, transformei tudo em valores monetários de janeiro de 2009. As barrinhas coloridas, empilhadas, é o gasto social; e o tracejado e cheio é o tributo. Então a gente vê que o gasto social supera a tributação, em 2009, até o nono décimo de renda. E superava até o sétimo décimo de renda.

Todo mundo saiu ganhando. Então essa percepção de que pagamos muito e recebemos pouco, daqui a pouco vai ter que mudar um pouco, eu acho. Ainda continua, é lógico, não estou discutindo qualidade da provisão pública. Mas a gente teve uma melhoria: os ricos continuam tendo um saldo negativo.

É importante ver que aquele vermelhinho de 2009, embaixo, é o Bolsa Família e, nesse sentido, ele veio auxiliar, porque, se em 2003, a gente só tinha um saldo positivo entre os mais pobres, devido à provisão pública, que não é um serviço, mas um benefício em espécie e não uma transferência monetária, em 2009 o RGPS já consegue que até o terceiro décimo de renda mais o Bolsa Família quase que equivalha à tributação indireta. Na verdade, a gente pode perceber como foi importante esse crescimento do gasto em saúde e educação, o aumento do RGPS nas camadas intermediárias e inferiores e o certo controle sobre o RPPS, que não mudou nada.

Próximo.

Para terminar, para dar uma ideia do lado da tributação que estou falando que houve, essa é a participação da carga tributária toda. O que está colorido são os tributos que eu consegui contemplar no estudo da POF e o que cresce são as contribuições previdenciárias, o que é muito positivo. O imposto de renda não muda e, lá em cima, a gente vê que a carga mesmo se alterou, a composição da carga brasileira ficou mais direta, o que é um resultado positivo, com um pouco mais de tributos diretos.

Próximo.

Essa transparência é sobre o gasto social, a Previdência Social.

Próximo.

Essa é a parte da Previdência também. Não vou me ater à Previdência.

Próximo.

Esse gráfico demonstra como o Bolsa Família chega aos mais pobres, aos mais ricos, os auxílios.

Próximo.

Essa é a evolução dos gastos públicos em educação entre 2003 e 2007; a gente vê um aumento da progressividade.

Próximo.

Esse é da saúde, também vemos o aumento da progressividade.

Próximo.

Esse é o resultado final de novo.

Próximo.

Na verdade, quero finalizar dizendo que, se a gente está esperando que a ação fiscal do Estado seja por equidade, hoje ela está conseguindo isso graças ao gasto social, mas não está conseguindo pela tributação. Os problemas são as baixas participações na renda dos tributos sobre renda e sobre patrimônio e, nesse sentido, a gente tem que buscar a valorização de plantas de valores nas cidades, o IPTU precisa ser mais e ele se mostra neutro ou até regressivo. O IPVA também precisa ter maior progressividade, ele

não pode ser progressivo, tem que ter uma alíquota única e não pode ser progressivo em termos do valor do carro. Países em que a justiça tributária grassa, como os países escandinavos, até a multa é proporcional ao valor do carro. Então quem tem carrão toma uma multa diferente de quem tem carrinho. Não estou defendendo, mas acho que a gente tem que buscar instrumentos de progressividade.

O nosso imposto sobre herança também é uma alíquota única. O imposto sobre grandes fortunas não está regulamentado. O ITR é um imposto que tem tido um desempenho pífio, o que mostra a pouca preocupação do sistema como um todo pela tributação sobre renda e patrimônio. A gente assiste a muita discussão sobre a necessidade de alteração do sistema tributário pelo lado da competitividade e nunca ouve, a não ser eu, Marcelo e mais um, falar sobre equidade. Hoje, eu fico com medo de defender maior equidade, porque vejo que isso está se colando a um combate à nossa carga, que, de fato, é elevada, mas que tem garantido, em grande medida, um gasto social progressivo – cada vez mais progressivo e cada vez mais volumoso.

Então, a gente tem que buscar a diminuição da carga, mas principalmente uma mudança na composição quando dessa diminuição.

Muito obrigado.

O SR. MARCELO LETTIERI – Boa tarde a todos. Gostaria de agradecer ao Senador Aloysio Nunes, Presidente desta Subcomissão, pelo convite, que muito me honra. É um prazer estar nesta Casa e discutir o que, infelizmente, tem sido pouco discutido sobre o Sistema Tributário Nacional.

A reforma tributária sempre tem um viés de simplificação. Isso, por si só, não é ruim, mas a gente peca um pouco na discussão da melhor distribuição da carga tributária, mantendo o discurso apenas do viés da alta carga tributária.

Na minha exposição, o trabalho do Professor Fernando vai auxiliar bastante, inclusive atualizando algumas das transparências que vou apresentar.

O objetivo é fazer uma apresentação sucinta que tenha a seguinte estrutura. Primeiro, vou falar um pouco sobre a relação tributação e distribuição de renda, uma visão rápida sobre sua tendência histórica e um diagnóstico, começando um pouco com América Latina. A gente não pode tirar o Brasil desse contexto da América Latina, principalmente nas reformas fiscais que foram instituídas nos últimos trinta anos. Depois, falar um pouco sobre essa escolha da política fiscal nesses últimos quarenta anos e se essa escolha, em si, afetou a distribuição de renda. Falar um pouco sobre as opções políticas em curso, quais são as alternativas postas para tratar da questão e algumas considerações finais.

Na América Latina, a base de referência para essa análise é esse trabalho do James Mahon, em que ele faz um apanhado de estudos sobre a relação tributação, regressividade do sistema e desigualdade de renda. Então, muito do que está aí, inclusive as citações, são desse trabalho.

O contexto e a natureza das reformas fiscais realizadas na América Latina.

O que tínhamos até meados da década de 60? Os sistemas tributários da América Latina não eram nem eficientes, nem progressivos. A gente tinha um amontoado, um conjunto de impostos seletivos sobre consumo, os impostos sobre selos e um conjunto relativamente complexo de tarifas e restrições ao comércio internacional. O imposto de renda era pouco progressivo na prática. Embora trouxessem alíquotas progressivas; era concentrado na fonte, sobre trabalhadores do setor formal, e os ricos conseguiam escapar facilmente da tributação.

Do início da década de 70 até o final da década de 80, a gente começa a ter as primeiras reformas tributárias. Então, temos a instituição ou a expansão do IVA – no caso do Brasil, o ICMS e o IPI –, cortes significativos nos tributos sobre comércio exterior, passando a ser um tributo mais regulatório, menos arrecadatório. Temos o fortalecimento da administração tributária federal; a Receita Federal foi criada aí no final da década de 60. E, aí, já começamos com uma distribuição de renda como objetivo secundário. Nesse período, já começamos a tratar a distribuição de renda como uma variável a ser tratada ao lado do gasto e não ao lado da tributação.

A partir do início da década de 90, o movimento neoliberal vem claramente discutindo uma ampliação da base sem se preocupar com a regressividade do sistema via um imposto de renda menos progressivo, com a ideia de facilitar e reduzir o custo da administração tributária, principalmente, e uma maior contribuição dos impostos indiretos. E era claramente contra a utilização da política tributária como instrumento de política social.

O que a gente verifica a partir de 75 – e esses dados vão até 2005 – é que a linha superior representa a evolução dos impostos sobre bens e serviços na América Latina. É o crescimento, saindo em torno de 26% a 27% no início da década de 80, atingindo em torno de 40%, em media, na América Latina, no ano de 2005. E uma relativa estabilidade, embora haja um pequeno acréscimo na tributação sobre a renda, lucros e ganhos de capital, que é o tracejado, logo abaixo. Esses dois pontinhos representam a razão entre os

20% mais ricos e os 20% mais pobres. A gente verifica aí que há um pequeno crescimento na desigualdade.

Aqui nós temos a variação do índice de Gini para alguns países da América Latina entre 72 e 2005. A gente verifica que, na média da região, houve um crescimento – e aí o índice de Gini está multiplicado por 100 – da desigualdade. Somente esses quatro países, nesse período, teriam observado uma redução na desigualdade nesse período.

A grande questão é: as reformas fiscais afetaram essa desigualdade de renda? É possível estabelecer uma correlação entre reformas tributárias e desigualdade de renda? A primeira coisa que devemos identificar ou tentar diagnosticar é se os sistemas tributários na América Latina são regressivos. E, num momento posterior, identificar se o fato de o sistema ser regressivo, em si, provoca uma mudança ou uma piora na distribuição de renda. Então, esse trabalho de Goni, Lopez & Servén demonstra que há um efeito regressivo da tributação indireta no Brasil, Chile, Peru, Argentina, Colômbia e México. Quando ele agrega o estudo na tributação total, ele identifica uma maior regressividade de Colômbia e Argentina, e uma menor regressividade da tributação total de Brasil, Chile, Peru e México.

Estudos recentes do Ipea, como esse do Professor Fernando, demonstram o caráter regressivo do sistema brasileiro como um todo. Então, o diagnóstico é: os sistemas tributários na América Latina, e em particular no Brasil, são regressivos. Agora, por si só, tributos regressivos afetam ou aumentam a desigualdade? Os próprios Goni, Lopez e Servén identificaram uma correlação em todos os países citados acima. Apenas o Peru, uma correlação direta, conseguiu separar o efeito de que as reformas fiscais tornaram o sistema tributário regressivo e aumentando a desigualdade.

Já o próprio Mahon, que é a obra de referência que estou utilizando, identificou que as reformas fiscais como um todo causaram uma certa deterioração da distribuição de renda na média da América Latina.

Ainda continuando, se há relação entre reformas fiscais e desigualdade de renda.

Os defensores do modelo neoliberal argumentam que um sistema tributário regressivo não representa um problema para a distribuição de renda por si só; se as suas receitas são amplas e se os gastos são progressivos. Um pouco do que o Professor Fernando falou aqui vai ser uma certa conclusão da minha apresentação, ou seja, não dá para a gente falar, ainda, em redução, em perda de receita ou redução de carga tributária. Esses dois estudos, mostram, utilizando os dados da OCDE, por exemplo, que a Suécia, a Dinamarca e a Finlândia têm sistemas tributários regressivos, mas quando você incluiu o gasto, o sistema fiscal como um todo ele é altamente redistributivo como os demais do resto da Europa.

Agora, na América Latina, os estudos têm demonstrado que esse receituário parece não ter funcionado, embora a gente tenha começado a observar um aumento na progressividade do gasto que tem reduzido um pouco mais a regressividade da política fiscal como um todo. Também nesse estudo de 2007, eles estimaram para esses países – Bolívia, Colômbia e Peru –, quando eles incluíram tanto a tributação quanto o lado do gasto, em um estudo um pouco semelhante com a metodologia que o Professor Fernando colocou, eles reduzem o Gini, a renda pós-tributação em relação a renda antitributação e gasto, tem uma redução de apenas 003 a 005, o que dá 5% a 8% somente, mostrando que ainda não está funcionando a segunda parte da política fiscal que pregava "arrecadamos de qualquer jeito, mas arrecadamos uma quantidade de receita suficiente para fazer a distribuição num segundo momento".

Vamos ao Brasil agora.

Nós temos a evolução da carga tributária na década de 70, 75 até mais recentemente 2006, e aí tenho dado de 2009, que é o dado oficial, calculado pela Receita Federal. O que a gente observa nesse gráfico? Na década de 70, a gente tinha uma média de carga tributária bruta de 23%. Nos anos 80, uma carga tributária média de 25%; esse pico aí em 1990, durante o governo Collor. Tem dois problemas aí, inclusive um problema relacionado à própria confiabilidade dos dados para calcular essa carga tributária. Mas o que a gente observa, na década de 90 é um grande salto. Em 91, a gente sai de uma carga tributária em torno de 25% e chega ao final da década de 90 a uma carga tributária em torno de 33%.

Há um estudo recente do Ipea, também, que demonstra como foi distribuído esse aumento da carga tributária. O Ipea pega desde 1980 e faz uma análise das forças políticas que conduziram à distribuição do bolo que foi o crescimento da carga tributária.

Na última década, do início dos anos 2000, nós tivemos aí uma relativa estabilidade. Nós temos um sistema tributário cuja estrutura desse sistema responde muito bem quando nós temos crescimento econômico. Há uma variável que a gente calcula, chamada elasticidade PIB da arrecadação, que é superior a 1%. Ela no curto prazo é bem superior a 1%. Então, quando nós temos um crescimento de 4%, 5% na economia, a tendência é que haja um crescimento da arrecadação de 8%, 9% e até 10%. Essa elasticidade varia com o tempo, já chegou a ser 2%, por conta da predominância dos impostos indiretos.

Na realidade, é a predominância dos impostos indiretos e a concentração da tributação indireta em um conjunto de serviços – telecomunicações, energia elétrica, combustíveis. Esses setores – tentando evitar um pouquinho o economês – são os que chamamos que tem uma demanda com elasticidade bastante inelástica, que responde menos à mudança de preço e a tendência é que se consiga passar mais para o preço e essa tributação acaba sendo mais aceitável pelo conjunto, um pouco invisível para quem paga e aceitável para quem recolhe.

Tivemos crescimento, com exceção de dois anos mais ou menos de crise – 2003 e 2008 –; em 2009 nós tivemos uma queda de arrecadação, mas como há uma elasticidade superior a 1%, a tendência é, com essa estrutura tributária, que a gente tenha uma carga tributária bruta crescente. Se a arrecadação está sempre crescendo mais que o PIB, obviamente a carga tributária está se expandindo.

Aqui nós temos uma relação entre carga tributária e nível de desenvolvimento. No eixo horizontal o PIB *per capita* – uma medida bastante utilizada na teoria como medida de desenvolvimento, embora não seja a mais adequada; hoje a gente utiliza mais o IDH – e a carga tributária bruta na vertical. O que a gente verifica é que países com maiores cargas tributárias tendem a ter maior PIB *per capita*, e o Brasil é um ponto fora da curva. Nós temos, sim, uma carga tributária alta para o nosso nível de desenvolvimento, mas acredito que o nosso caminho não seja migrar em direção ao Equador, Índia e Peru, ou seja, reduzir a carga tributária. O ideal seria a gente caminhar reduzindo a carga tributária para a direita. Mas nenhum desses países não há conhecimento de que tenha trabalhando redução de carga tributária com aumento de desenvolvimento.

Então, falar em redução de carga tributária como medida de justiça fiscal, como o Professor Fernando já alertou, temos que tomar um pouco de cuidado com isso. Os países com maior desenvolvimento e com maior justiça tributária e fiscal, normalmente, têm uma carga tributária no nível em que estamos apresentando. Sem falar que a gente está apresentando aqui um conceito de carga tributária bruta e o mais adequado, inclusive, para fazer essa comparação seria a carga tributária líquida e o Brasil, realmente, está com uma carga tributária líquida bastante reduzida em relação aos demais países.

Aqui nós temos uma outra relação entre carga tributária e concentração de renda – dados de 2002, não mudou muito –, o Brasil apenas se deslocou um pouquinho para a direita, sem mudar muito a carga tributária. Estamos mais próximos do 0,52%, 0,53%. Mas o que mostra, embaixo na horizontal, o índice de Gini decrescente. Então, quanto mais à direita, menor o índice de Gini, menos desigual é o país; quanto mais à esquerda, maior a desigualdade, e a carga tributária na vertical. Então, a gente verifica que a tendência do Brasil é maiores cargas tributárias brutas, menor desigualdade pelo índice de Gini. Essa renda é a renda total, desigualdade da renda total e o Brasil, de novo, um ponto fora da curva.

Novamente a gente tenta identificar no gráfico qual é o caminho que nós queremos fazer. Certamente não ir em direção ao México. Até se fosse em direção ao Chile não estaria tão ruim uma redução de carga tributária com aumento. Mas a nossa desigualdade é tão gritante e tão intensa que para gente caminhar mais para a direita, a redução da carga tributária não é uma opção neste momento.

Aqui nós temos a participação da carga tributária bruta por base da incidência, os dados de 2008: bens e serviços, mostrando basicamente o peso da tributação indireta, incluímos transações financeiras como serviços financeiros, mais de 50% da nossa carga tributária bruta sobre bens e serviços, sobre tributos indiretos, a participação do tributo sobre a propriedade é praticamente insignificante (3,18%); tributação sobre folha de salário de 22,5%. Importante levantar esta discussão: está em discussão novamente a questão da desoneração da folha. E a tributação sobre renda, com aproximadamente 20 a 21%.

O que a gente verifica com relação a países da OCDE, por exemplo. A nossa tributação sobre a renda é de 20%; na OCDE, a média é de 37%, com um mínimo de 20,8%, na República Eslovaca, e com um máximo de participação e tributação na renda de 60,6%, no caso da Dinamarca.

Quanto à tributação sobre folha de salários, estamos muito próximos da média da OCDE, 24,1% da carga tributária. Sobre folha de salários, a média da OCDE é de 25,3%, com um mínimo de 2%, no caso da Dinamarca, que concentra muito a tributação sobre a renda, e com um máximo de 43,8%, no caso da República Tcheca.

A tributação sobre a propriedade aqui é bastante significante, é de 3,3%, mas não é muito inferior à média da OCDE, que é de 5,8%. Há o exemplo do Japão, que tem um tributo sobre propriedade muito alto: 15% da carga tributária no Japão incidem sobre a propriedade.

Quanto a bens e serviços, estamos bem acima da média da OCDE, com 48,7%. Se incluirmos transações financeiras – nesses dados da OCDE, transações financeiras estão dentro de serviços financeiros –, quase 51% da carga tributária no Brasil incidem sobre bens e serviços, e a média da OCDE é de 31,5%, sendo que o mínimo se dá nos Estados Unidos, com

17%, e o máximo de 60,7% se dá no México, que tem uma característica econômica muito parecida com a do Brasil.

Aqui, há uma amostra da regressividade do sistema tributário. Esses dados foram produzidos pela Coordenação de Finanças Públicas da Diretoria de Macroeconomia do Ipea em dois trabalhos distintos. Apenas juntei esses trabalhos. E o Professor Fernando trouxe um dado um pouco mais depurado e fez essa observação quanto à primeira faixa até dois salários mínimos, em que há um crescimento muito grande. Pode-se ver que a carga tributária bruta cresceu em torno de 26,2% em 1996, atingindo 35,8% em 2008. Há um grande crescimento na participação dos mais pobres, que percebem até dois salários mínimos. Mas, na verdade, esse valor não é de 48,9% ou de 54%. Na verdade, há esse problema na base de dados na faixa até dois salários mínimos. Quando analisamos tributos sobre consumo, vemos que as despesas da POF são superiores à renda. Então, quando comparamos um tributo sobre a despesa com uma renda mais baixa que a despesa, há essa distorção. Mas, de dois salários mínimos a cinco salários mínimos, não há mais essa distorção. Percebemos que há uma regressividade do sistema como um todo. Em 2008, a carga tributária sobre a renda das pessoas que ganham até cinco salários mínimos ficou em torno de 40% a 45%, e a carga tributária sobre a renda de quem ganha mais de trinta salários mínimos foi de 29%.

A grande pergunta é a seguinte: diante desse diagnóstico, para onde ir? Há três opções em jogo nos países da América Latina como um todo. A primeira delas é ampliar e aprofundar essas reformas da década de 90, do início dos anos 2000, do chamado pacote neoliberal. A segunda opção, também utilizada em alguns países, é ajustar esse modelo, essas reformas dos últimos trinta anos, mas sem efetivamente discutir a questão redistributiva da tributação. A última opção, que é a que o Fernando e eu defendemos, é tentar promover novos movimentos em direção a essa progressividade.

No primeiro caso, na opção referente a ampliações das reformas do pacote neoliberal, o que a gente verifica? Há reformas administrativas que visam a reduzir o custo da administração tributária e do cumprimento das obrigações tributárias, além de incentivar o investimento estrangeiro. É a reforma basicamente como simplificação. É essa discussão da reforma como simplificação. Há também supressão de algumas isenções, redução de benefícios fiscais, aumento da tributação indireta via Imposto sobre Valor Adicionário (IVA), que, na realidade, tem sido a estratégia ou a tática mais comum nos últimos anos. E há exemplos importantes dentro dessa ampliação de reformas, como a Reforma do Panamá, que teve uma primeira rodada em 2002 e uma segunda rodada em 2005; a da Colômbia, em 2006; e a da República Dominicana, também em 2006. E houve tentativas recentes de reformas do ICMS no Brasil. Vamos voltar à discussão sobre as questões de origem e de destino, sobre todas as problemáticas da reforma do ICMS.

A segunda opção é o ajuste no modelo neoliberal, mas sem discutir a redistribuição, tem sido o tipo mais comum de reforma tributária. As principais medidas normalmente incluem impostos sobre operações financeiras – nós tínhamos a CPMF, houve a queda dela, voltamos a discutir impostos sobre operações financeiras –; as simplificações administrativas, de cunho administrativo, somente focadas no uso intensivo da tecnologia de informação; novas isenções ou desonerações – estamos aí voltando à discussão da desoneração da folha de pagamento, que, na realidade, é uma mudança de base mais do que uma desoneração, embora seja uma desoneração, sim, da folha, mas não desoneração do sistema –; os ajustes no IVA, no caso ICMS, e novos tributos cumulativos em cascata, que vêm para reforçar a regressividade do sistema.

Há uma tendência da administração tributária a preferir tributos cumulativos, que são mais fáceis de administrar que os tributos sobre valor agregado. Então, há sempre uma tendência, quando se fala em discussão de mudança de base, em utilizar, voltar à base dos tributos cumulativos da incidência sobre receita bruta, e isso precisa ser muito bem discutido, porque acho que é um retrocesso.

O Brasil e o México têm sido os principais exemplos desta estratégia: de focar a reforma tributária em simplificação e algumas melhorias na questão da competitividade, mas não olhar a questão da regressividade do sistema nem a questão da equidade em si.

E aí novos movimentos em direção à progressividade. Nós temos um exemplo no Equador, de impostos especiais sobre consumo de artigo de luxo. Eu acho que, durante a crise de 2008/2009, nós passamos a perceber o pouco uso desses impostos seletivos no Brasil, então, identificamos, por exemplo, que se pagava mais IPI por fogão, geladeira e máquina de lavar do que por bebida alcoólica. Essas são distorções no sistema. Acho que devemos voltar a estudar a questão da tributação seletiva.

Os impostos sobre propriedade, principalmente o imposto sobre a terra nua, que, no caso do Brasil, é o ITR, um tipo de imposto que não tem pai. Ninguém quer cuidar do ITR porque a visão unicamente arrecadatória do tributo o inviabiliza, quando, na realidade, se

um tributo instituído arrecada pouco, tem-se que identificar por que ele arrecada pouco e não esquecê-lo.

Os impostos sobre grandes fortunas. Essa é uma questão polêmica no Brasil – confesso que não tenho estudado o assunto. Pelo foco, pela visão simplesmente arrecadatória, a expectativa é de que ele não arrecade muito, embora estimativas recentes falem em R$3,5 bilhões. Eu não acho R$3,5 bilhões pouco, mas é uma questão polêmica, sobre a qual tem que ser iniciado o debate. Nós temos, na Constituição, o imposto sobre grandes fortunas, já há 23 anos quase. Temos que debater, ver a origem disso e ver quais são as vantagens e desvantagens.

Uma maior progressividade na tributação sobre a renda e aumento da tributação sobre a renda do capital. A questão da progressividade da tributação sobre a renda tem que ser tratada com bastante cuidado, não pode virar uma panaceia de um número gigantesco de alíquota. Como o Fernando já mostrou aqui, nós já estamos numa faixa de renda do trabalho, principalmente o trabalho assalariado. Então criar mais alíquotas não vai ter um efeito muito grande na distribuição de renda. Eu acho que grande discussão aí é a tributação do capital, tributação da renda, identificar os pesos aí para não se criar desincentivo ao investimento e à poupança, mas eu acho que há espaço para se fazer essa discussão. Não dá para ser sectário nem para um lado nem para outro. Eu acho que esse debate tem que ser feito.

Bons exemplos nesse sentido foram a reforma de 2007 no Uruguai, que reinstituiu o Imposto de Renda que tinha sido abolido em 73, e a proposta do governo equatoriano de aumento da progressividade da tributação sobre a renda, mas olhando a renda como um todo, não somente a renda da pessoa física.

E aí as minhas considerações finais.

As reformas fiscais recentes têm acentuado essa anomalia na América Latina, no Brasil particularmente, aumento da tributação direta sobre consumo em detrimento da tributação da renda. Ao mesmo tempo, dados da distribuição de renda mostram que a América Latina, em média, se tornou mais desigual, do final dos anos 80 até os anos 2000. Os estudos de incidência tributária parecem mostrar que as reformas fiscais agravaram a desigualdade ou impediram maiores reduções em alguns países. Eu acho que o estudo do Fernando mostra, no período de 2003 a 2009, que ela teve um efeito de impedir uma maior redução na desigualdade. E, especialmente a partir de 80, o movimento livre de capitais abriu novas oportunidades para a fuga de capitais e para a evasão fiscal, acentuando essa desigualdade, o que dificulta realmente a tributação mais progressiva da renda e, então, tem que fazer uma discussão um pouco mais aprofundada sobre essa questão da tributação da renda no capital e da renda no trabalho.

E para as próximas reformas ainda não será possível abrir mão de receitas e precisamos reforçar a tributação da renda, o que depende basicamente de uma administração tributária forte. A tributação da renda é mais difícil de administrar.

É isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Agradeço pela sua participação, Sr. Marcelo Lettieri; agradeço também ao Sr. Fernando Gaiger.

Antes de dar a palavra ao Senador Luiz Henrique, eu me lembrei, quando ouvia as exposições dos ilustres convidados, de uma conversa que eu tive, há muitos anos atrás, no início dos anos 80, quando eu era Deputado Estadual na época, e estava se articulando aqui a eleição de Tancredo Neves. E havia um documento que reunia as oposições ao Governo Militar, que era uma espécie de Manifesto da Frente Democrática. O Senador Luiz Henrique se lembra bem disso. E nós recebemos em São Paulo, o Governador Franco Montoro recebeu a visita de um importante político francês, um jurista chamado Robert Badinter, que depois viria a ser Ministro da Justiça no Governo do Presidente François Mitterrand, que foi o grande responsável pela abolição da pena de morte na França. Ele queria entender qual era a plataforma de ação, o que nos unia na luta, aquele assalto final contra o regime ditatorial. E expliquei a ele o que constava da nossa plataforma. Além das reivindicações democráticas, que culminou na Constituinte, havia um conjunto de propostas que tínhamos para políticas sociais, para políticas públicas, infraestrutura, etc. E contei a ele também as resistências, quem estava a favor disso, quem estava a favor daquilo; quem estava contra isso, contra aquilo... E ele me disse o seguinte: Olhe, a verdadeira batalha, depois de passada a redemocratização, vocês vão ter que travar em torno de quem paga a conta. É sobre o caráter de classe da tributação brasileira. Ele conhecia, já havia estudado o problema.

Essa batalha não se deu, é como a Batalha de Itararé. Ela não aconteceu. E, no entanto, nós tivemos de lá para cá três períodos da História Política Brasileira que, com exceção do Período Collor, foram orientados por forças políticas que tinham a equidade como um valor importante da sua presença na vida pública brasileira, desde o MDB – e o Senador Luiz Henrique foi Ministro do Governo do MDB –; Governo Fernando Henrique; e o Governo Lula.

Isso não aconteceu, essa batalha não aconteceu. Quer dizer, ouvindo as exposições, eu constato

que o aumento da progressividade na composição da Receita Tributária se deu via mercado de trabalho, na formalização do mercado de trabalho. Do que dependeu de ação política deliberada, de programa político efetivo, não aconteceu nada. É um grande ausente no debate político. Ser de esquerda era ser ou como os comunistas: contra a propriedade privada nos meios de produção, ou então defender uma participação grande do Estado como produtor regulador, ou gastos substanciais em saúde, educação, políticas universais, e agora, mais novidade, um período mais neoliberal, a transferência de renda; ou então a preferência pelo capitalismo doméstico em relação ao capitalismo global. O capitalismo doméstico é melhor que o capitalismo global.

Agora, as questões que foram expostas aqui estão fora do debate público brasileiro – esta que é a verdade. Discute-se muita coisa quando se fala sobre o Sistema Tributário Brasileiro, mas o tema da sua natureza de classe, para lembrar a expressão de Robert Badinter, ela é apenas um murmúrio, não chega a ser uma discussão.

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Senador Aloysio Nunes Ferreira, que preside esta nossa Subcomissão, senhores palestrantes, Dr. Fernando Gaiger e Dr. Marcelo Lettieri, tempos atrás, na época em que éramos Constituintes e posteriormente, afastei-me do Congresso para exercer a função de prefeito, fiquei 16 afastado. Naquela época, debatia-se muito um projeto que me parecia inatacável, pois era tão limpo, tão claro, tão lúcido. Era um projeto de reforma tributária que tinha como características a difícil possibilidade de sonegação ou de elisão, a simplicidade, a universalidade e a desoneração do setor produtivo. Um projeto apresentado pelo então Deputado Luis Roberto Ponte.

Esse projeto tinha uma simplicidade que parecia à beira da genialidade. Por quê? Porque busca o grosso da receita num imposto seletivo cobrado na fonte sobre energia, telecomunicações, bebidas, cigarros. Eram cinco ou seis mercadorias que eram tributáveis na fonte pelo imposto. Ele previa, ainda, o imposto de renda optativo, opcional, tinha que fazer as mensurações para saber se era necessário ou não, o imposto de importação com uma alíquota bem baixa, apenas para efeito estatístico, e juntava o ITR ao IPTU; quer dizer, estabelecia um único imposto à propriedade, fosse urbana ou rural, cobrável pelas prefeituras.

Eu gostaria de saber a opinião dos ilustres expositores na condição de grandes técnicos em tributação a respeito desse projeto. Se conhecem esse projeto e o que podem dizer dele, porque eu me lembro da luta tenaz que o então Deputado Luis Roberto Ponte travou no Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Quase um apostolado.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Um apostolado. Ele correu este País e era aplaudido nos auditórios aonde ele ia. O projeto era altamente sedutor; seduziu a sociedade, mas não seduziu o Congresso. Eu gostaria de saber a opinião dos senhores a respeito dessa proposta, se a conhecem.

O SR. FERNANDO GAIGER – Na verdade, eu não a conheço, mas vou aproveitar algumas observações do Senador para fazer um comentário.

A questão da reforma tributária é uma coisa que parece que está todo mundo de acordo que tem que ser feita. Várias propostas vêm à mesa, têm um alto grau de consenso, mas não andam. Acho que uma das coisas que emperra muito é o problema federativo, que está ligado a qualquer mudança fiscal mais séria, e acho que é por isso que, de vez em quando, a gente tergiversa e não entra no assunto mesmo. Mas, entre as propostas que estão na mesa, uma que eu considero uma panaceia, não numerando a do antigo Deputado Luis Roberto Ponte como panaceia, mas uma daquelas coisas que parece que vai vir para solucionar um monte de problema, que parece que tem um grau de resolubilidade muito grande é a da desoneração da folha. Ela me preocupa, porque tem uma eficácia discutível e é altamente regressiva. Então, vou aproveitar para colocar alguma coisa que está na ordem do dia.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – (*Início da intervenção fora do microfone.*) – (...) desoneração da folha, porque tem muita coisa misturada nesse tempo.

O SR. FERNANDO GAIGER – A ideia que está surgindo hoje e que a gente tem assistido é uma desoneração de 20 para 10, compensada, como a Emenda Constitucional nº 41 permitiu, por uma contribuição carimbada para a Previdência que não seja cumulativa e que seja sobre receita e faturamento. Essa queda de 10 pontos é da ordem de 1,5 que seria necessário para uma Confins não cumulativa.

Você está trocando uma base de arrecadação da Previdência que é neutra... As contribuições previdenciárias dos empregados são neutras e dos empregadores também, na medida em que o grau de translação desse custo para o consumo é discutível; não sei se é imediato. Possivelmente, grande parte dele, se eu desonerar, vai se reverter também em salário para as pessoas que estão ligadas àquela empresa. Inclusive, os estudos sobre os efeitos de uma desoneração mostram que esses efeitos não são sobre emprego e formalidade, mas principalmente sobre salários.

Então, estou trocando uma base contributiva neutra por uma altamente regressiva, uma que relaciona a pessoa que vai ser o beneficiário ou que é o protegido pela Previdência no caso de doença ou outra coisa por um financiamento para o conjunto da sociedade, em que justamente aqueles que estão longe da formalidade vão arcar com o maior ônus, porque o PIS/Cofins no primeiro décimo de renda é 9% da renda, isso nos meus números que são conservadores. E se os efeitos sobre o mercado de trabalho vão se concentrar sobre salários, se os salários dos formais são maiores do que os dos informais, é mais um efeito regressivo.

Eu acho que a desoneração que ora se põe tem o objetivo de competitividade *vis-à-vis* do mercado internacional. Então, é isso que tem de ser posto à mesa, para que a gente discuta qual é a compensação mais positiva, que a gente consiga diminuir os riscos dessa desoneração no sentido ou de desonerar seletivamente, desonerar o primeiro salário dos empregados também, para distribuir rendimentos, ou desonerar todo o primeiro salário, ou, ao mesmo tempo, buscar outras formas de compensação. Eu enumero sempre a tributação sobre *commodities*; sobre a exportação de *commodities.* É uma saída.

Mas transferir o financiamento da Previdência, que já é regressivo, torná-lo ainda mais regressivo com o alto grau de desproteção social que a gente tem, por uma questão de eficiência e competitividade, eu acho que tem de ser discutido mais profundamente.

A preocupação com a competitividade é uma preocupação importantíssima. A questão da valorização cambial, ou seja, como mitigá-la via custos das empresas e via custos do trabalho é interessante, mas a gente tem que tomar muito cuidado para não só garantir uma receita previdenciária, mas garantir que o financiamento seja mais produtivo. *A priori*, o financiamento da Previdência é garantido constitucionalmente, porque a Previdência é um caixa em aberto. A pessoa ganhou o direito, vai lá, bate no guichê – e dizem que, agora, em menos de um dia, já recebem – e vira um beneficiário da Previdência.

Então, eu acho que, de fato, temos de ter fontes de financiamento, mas essa preocupação excessiva apenas sobre a compensação pode levar a um financiamento mais regressivo. Assim, a minha preocupação é que, de um lado, existem consensos que não se consolidam, que eu acho que a gente não vai ao fulcro da questão, que é a questão federativa, e existem consensos à procura de um problema. E o meu medo é que a desoneração, pelo visto, daqui a pouco está encafifando um problema e vendendo como um abre alas o emprego, quando, na verdade, é competitividade. Porque, para gerar emprego no atual ciclo de formalização que nós temos, não precisamos fazer nada; fiquemos parados.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Nesse ciclo, se você reduzir, a tendência é realmente ir para o salário. Mas se você tiver uma baixa no mercado de trabalho, um desaquecimento, não vai para o salário.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – A realidade é a seguinte: nós temos, simplificando, dois perfis de atividade produtiva – isso nos referindo mais especificamente à indústria, que, sendo micro, média ou grande empregadora, a indústria é que ainda mobiliza o maior número de trabalhadores.

O que nós vemos hoje? Vou dar um exemplo simplificativo de quem vive lá no interior deste País, desses brasis. Em uma oficina mecânica, o lanterneiro, aquele que conserta automóvel que sofreu um choque, ele paga mais para a Previdência que uma montadora, porque ele é intensivo de mão de obra e a montadora é intensiva de automação, de tecnologia. Então, o problema está nisso. E quanto menor a empresa, menor é o ônus da folha de pagamento sobre ela. Qual a realidade que a gente vive nesses brasis imensos? E não vamos tapar o sol com a peneira; empregos com salários fictícios ou empregados não registrados, não como intuito de fugir à responsabilidade fiscal, mas como defesa da capacidade dessas empresas. O ônus da tributação sobre a folha para as empresas intensivas de mão de obra é brutal. Realmente o Governo tem que fazer alguma coisa. A tributação sobre o faturamento líquido ou sobre o lucro bruto é uma alternativa que nós já previmos na Constituição. Nós tivemos a antevisão de que a automação teria um caráter dominador no sistema produtivo, de que a globalização haveria de exigir desses países um grande esforço na importação de bens de capital e na modernização do seu chão de fábrica.

Ora, a automação viria a dominar, então chegaria o momento – como chegou, já passou – em que tributar sobre a folha, na grande via de subpagamento tributário das grandes empresas ou das empresas automatizadas. Esse é um problema. Esse é o grave problema que estamos vivendo. Que nós temos que desonerar a folha; temos que desonerar a folha. Acho que o Governo está certo nisso aí. Temos que meditar sobre se essa alternativa do Governo realmente vai causar essa regressividade ou não. Mas, na verdade, nós precisamos desonerar a folha. Isso é um clamor, isso é um eco retumbante da sociedade brasileira.

Se vocês forem fazer palestra – e eu gostaria que isso acontecesse – pelas entidades microempresariais deste País, iriam sentir a retumbância desse anseio.

Então, desculpem-me, fiz apenas essa intervenção para relatar esse sentimento.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – Sr. Lettieri com a palavra, se o senhor quiser fazer alguma observação, por favor.

O SR. MARCELO LETTIERI – Primeiro, quero dizer que também desconheço o projeto. É um pouco da nossa ignorância histórica, o que é um absurdo, mas desconheço o projeto e não poderei me manifestar...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Vou pesquisar e vou fazer chegar às mãos de vocês depois, se me derem os seus cartões.

O SR. MARCELO LETTIERI – Com certeza.

Com relação ao projeto em si, um dos pontos que foi colocado, a questão da tributação do IPTU e ITR, essa é uma questão que já veio a este Congresso; principalmente a questão do ITR, de jogar a competência para as prefeituras. A União acha que arrecada pouco, não tem muito interesse nesse tributo e parece que está faltando apenas aí...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Arrecada pouco porque é o Poder distante. Nós temos que descentralizar este País.

O SR. MARCELO LETTIERI – Acho que na questão do ITR não tenho dúvida de que o caminho é passar o ITR para os Municípios. Se o problema é a capacidade de alguns Municípios fazerem a administração, eu acho que a gente tem que trabalhar em capacitar os Municípios e não em deixar o tributo morrer à míngua. Então, acho que essa discussão é importantíssima.

Em relação à desoneração, que talvez seja a menina dos olhos desse conjunto de reformas tributárias que o Governo vai enviar ao Congresso Nacional, eu, já fazendo uma pequena defesa da observação do Fernando – na verdade, ele fez uma análise mais na questão macro –, realmente não há evidências de que a desoneração tenha efeito no nível macro de emprego, embora se tenha efeitos setoriais que não são desprezíveis. Acho que a grande discussão que tem que ficar, se a decisão política é a desoneração da folha, é como se faz essa substituição para não fazer uma troca que piora a questão.

É óbvio que neste momento, a desoneração da folha tem um objetivo primordial que é realmente a questão da competitividade do País no mercado internacional. Esse é o ponto principal; os outros fatores são pontuais. Como é que se vai fazer essa substituição é que a gente tem que olhar com um pouco mais de cuidado. Está em discussão, pelo menos com base nas informações públicas que o próprio Secretário Executivo trouxe a esta Comissão de Assuntos Econômicos, há uma discussão em fazer essa redução ou de 20 para 16, ou de 20 para 10 pontos percentuais e há duas possibilidades basicamente de substituição. Ou seria uma contribuição cumulativa sobre a receita bruta, sobre faturamento, ou seria uma não cumulativa, com é hoje a Cofins para alguns setores.

Então, é preciso tomar alguns cuidados se a opção for sobre receita bruta e a opção for por uma alíquota única, há setores, como a indústria, que vai sair prejudicada dessa reforma. Você favorece o setor de serviços, favorece a construção civil, favorece o setor do agronegócio, inclusive, mas se há opção for por uma alíquota única sobre faturamento, a indústria sofre com essa mudança. A tendência é que a carga tributária e a competitividade também. E a cumulativa também minimiza os efeitos de um dos objetivos que é aumentar a competitividade. Se a opção for por um tributo cumulativo, é mais fácil de administrar, mas é mais difícil desonerar a exportação. Essa discussão tem que ser feita.

Não sei se o Fernando falou que, no caso de um tributo não cumulativo, seria uma alíquota de 1,55% para uma redução de 10 pontos percentuais. Eu acho que, se for não cumulativo, é uma alíquota superior. As estimativas são de 1,2%, se for cumulativo. Então, se for não cumulativo, como se tem o sistema de créditos e débitos, tem-se em média duas vezes e meia mais na alíquota.

Mas eu acho que, na discussão da desoneração, hoje o foco é a questão da competitividade e não o foco do emprego. Acho que o foco do emprego vai entrar e deve entrar na discussão do SuperSimples, do Simples Nacional. Acho que ali se tem margem para ter ganhos na questão do emprego, principalmente na questão do micro e pequeno. Na questão no microempreendedor individual também.

Eu acho que essa discussão tem que ser ampliada e não simplesmente só olhar a questão da desoneração da folha com um efeito no nível de emprego. Ela tem efeitos intersetoriais no emprego, mas ela não tem efeitos no nível agregado de emprego. Então, eu acho que essa é a principal questão.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu queria formular mais uma pergunta, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) –O senhor quer intervir agora, Sr. Fernando? (*Pausa.*) Em seguida?

Pois não, Senador.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Em 1976, quando o Partido Comunista Chinês fez a grande reforma, institui um imposto sobre valor agregado e em 1990 a poupança chinesa tinha crescido 60 vezes. Como é que vocês encaram essa proposta de um único imposto de valor agregado cobrado pela

União e rateado automaticamente com os Estados e Municípios?

O SR. FERNANDO GAIGER – Eu acho, primeiro, sobre o peso da folha das intensivas de mão de obra, neste particular, temos tido mudanças positivas; o Simples é nesse sentido, o MEI também, o Plano simplificado. Existem atualmente desonerações tributárias para trazer à formalidade setores mais marginalizados do mercado de trabalho. A efetividade ainda está em discussão. Estudos nossos junto ao Ministério da Previdência mostraram que o Simples no setor industrial teve efeito sobre o trabalho, não no número de empregados médios por indústria, mas no número de indústrias, que aumentou. E o número de indústrias aumentou, em grande medida, porque as indústrias deixaram de fechar em função do Simples. Então, o Simples teve um efeito sobre a mortalidade das indústrias e, em função disso, teve efeito sobre a preservação ou o aumento do emprego.

No caso do programa simplificado, o Ipea apurou – um TD foi recentemente publicado – que aumentam as chances de contribuição dos trabalhadores não contribuintes próximos a um salário mínimo. Há o caso das empregadas domésticas, aquele desconto no Imposto de Renda que os empregadores domésticos têm não tem efeito. Um trabalho foi recentemente publicado por dois professores da USP na RBE, mas não se chega a nenhum resultado.

O MEI é muito recente. Festejaram, recentemente, um milhão de associados. Mas, segundo certo zunzunzum, o número de pessoas que, efetivamente, além de se filiar, passaram a contribuir não é de envergadura. Existe uma inadimplência já no nascedouro. Mas isso é algo a se avaliar.

Mas o caminho da desoneração da folha seriam políticas nesse sentido. Dois terços das pessoas que estão fora do mercado de trabalho formal ou que não são contribuintes recebem menos do que um salário mínimo e, então, não têm capacidade contributiva. Nesse sentido, defendo certa desoneração do primeiro salário, porque as pessoas podem vir a ter mais um incentivo para procurar a formalização, tanto o empregado, quanto o empregador.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – O primeiro emprego ou o primeiro salário?

O SR. FERNANDO GAIGER – O primeiro salário; de oito para quatro. Para ficar 4% para todo mundo. No meu caso, eu, que sou professor também, ganharia R$28,00, que, para mim, não seria uma grande receita. Mas, para quem ganha R$545,00, esse valor de R$28,00 a mais é uma boa grana. Isso é positivo.

Há outras medidas sobre intensividade. Sobre desoneração, eu me enganei mesmo: 1,2 da cumulativa seria maior na não cumulativa. Mas a PEC permite a não cumulativa. Na verdade, está se desonerando pela não cumulativa, para, depois, diminuir o custo na exportação. Isso serve muito mais para os exportadores terem uma competitividade maior, porque o produto interno vai se encarecer. A eficácia dela depende muito de como se vai ajustar esse não cumulativo, porque se pode apostar no setor exportador, diminuindo 10% da folha, e essa é uma mudança de custo. Dependendo do tributo contributivo, pode ser que os preços dos insumos encareçam muito, a despeito de ter diminuído o custo. Esse PIS que vai incidir pode ser retirado na hora de tributar. Então, a ideia é diminuir em 10%, e essa substituição não afeta as exportações. Mas, como os preços relativos internos vão mudar, a eficácia da medida é ainda um mistério. Por isso, acho que temos de calibrar bem isso. Acho que isso é temerário.

Quanto à PEC nº 233 – na verdade, era o que o senhor estava perguntando para mim, Senador –, eu era favorável, ou seja, eu achava a PEC uma boa ideia, no geral. Eu achava que, se ficasse um IVA só, seria bom; o problema era o calibrar. O destino é excelente. Melhora, amplia a base contributiva da previdência. A ideia de haver alíquotas de ICMS ou do IVA para determinados tipos de produtos e para a seletividade é ótima. Eu não via insegurança sobre o financiamento da seguridade social, como os colegas viam. Eu achava que era uma boa proposta, mas, como uma proposta dessas tem custos, os custos entre os entes federativos são muito díspares, e essa discussão emparelha aí, e os defensores do orçamento da seguridade ainda reagiram a essa alteração. Então, na reforma tributária, a despeito de todo mundo dizer que é uma reforma que tem de ser feita com urgência, os óbices que todos os atores colocam são tão grandes, que não se caminha.

Por fim, faço uma última observação. Sobre os Municípios, sobre o ITR, penso que temos de tomar certa precaução. O ITR parou de ser mais efetivo, porque saiu da Federação e foi para os Municípios. A pressão de um prefeito sobre um monte de donos de terra é maior, para que não seja cobrado. Também existe um processo de indolência fiscal de alguns Municípios, principalmente aqueles que ganham muito de Fundo de Participação de Municípios, participam de *royalties* não vão atrás desses tributos. Então, existem discussões dentro do Ipea, em alguns fóruns, de nós começarmos a buscar medidas para combater a indolência fiscal dos Municípios, ou seja, buscar que os Municípios não se acomodem sob uma transferência de *royalties* de Fundo de Participação de Municípios. De haver uma medida de avaliar a transferência des-

ses recursos via esforço fiscal desses Municípios. É interessante, porque alguns Municípios se acomodam. Então, por vezes, o ITR fica pouco importante, pouco atrativo, como também o IPTU.

Temos que tomar um certo cuidado ao descentralizar; esse é o meu modo de ver. Acho que tínhamos que buscar algumas medidas para que essas transferências que às vezes levam para a indolência fossem medidas por um indicador de esforço fiscal dos Municípios. É uma proposta que eu tenho ouvido e que acho bem interessante. Nesse sentido, o ITR ser descentralizado, ligado a esse parâmetro de esforço fiscal, acho que poderia ser positivo. Assim, do jeito que vai, o Município que recebe muito FPM em *royalties* não vai atrás do seu ITR nem do seu IPTU, e eu acho isso muito ruim.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB – SP) – O Presidente Sarney acabou de se instalar no seu lugar, para dar início à Ordem do Dia, e eu tenho que ir para lá também.

Agradeço muito a contribuição dos senhores, agradeço também a literatura que me entregaram.

Antes de encerrar, devo deliberar sobre a Ata da reunião anterior, que me esqueci de fazer.

Aprovada.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a Reunião às 16 horas e 12 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL, CRIADA POR MEIO DO RQS Nº 06/2011-CAE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 2011, ÀS 15 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e seis minutos do dia dezoito de maio do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senador Clésio Andrade, reúne-se a Subcomissão Temporária de Avaliação da Política Fiscal, com a presença dos Senadores Francisco Dornelles, Cyro Miranda, Lindbergh Farias e Ciro Nogueira. Deixam de comparecer a Senadora Gleisi Hoffmann e o Senador Valdir Raupp. A Presidência declara aberta a Reunião, esclarecendo que esta tem como objetivo a instalação dos trabalhos e a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão Temporária de Avaliação da Política Fiscal, criada por meio do Requerimento nº 06/2011-CAE, de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro, e comunica que foi apresentada apenas uma chapa formada pelos Senadores Francisco Dornelles para Presidente e Cyro Miranda para Vice-Presidente. Encerrada a votação, o Presidente convida o Senador Lindbergh Farias para atuar como escrutinador. São eleitos, por cinco votos favoráveis, os Senadores Francisco Dornelles para Presidente e Cyro Miranda para Vice-Presidente da Subcomissão. Assumindo a Presidência, usa da palavra o Senador Francisco Dornelles e, em seguida, o Senador Cyro Miranda, Lindbergh Farias e Clésio Andrade. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e cinco minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Clésio Andrade,** Presidente Eventual da Subcomissão Temporária de Avaliação da Política Fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Clésio Andrade. Bloco/PR – MG) – Boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Temporária de Avaliação da Política Fiscal, da 1ª Sessão Legislativa ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão Temporária de Avaliação da Política Fiscal, criada através do Requerimento nº 06/2011-CAE, de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro.

Foi registrada, até o presente momento, a seguinte chapa: para Presidente, Senador Francisco Dornelles; para Vice-Presidente, Senador Cyro Miranda.

Sobre a mesa encontram-se à disposição dos Srs. Senadores as cédulas de votação, devidamente rubricadas pela Presidência, que deverão ser utilizadas após a chamada nominal para votação, obedecidas as composições partidárias. (*Pausa.*)

Vou proceder à chamada.

Senador Ciro Nogueira. (*Pausa.*)

Senador Cyro Miranda. (*Pausa.*)

Senador Lindbergh Farias. (*Pausa.*)

Senador Francisco Dornelles. (*Pausa.*)

Senador Clésio Andrade. (*Pausa.*)

Convido para ser escrutinador o Senador Lindbergh Farias.

(Procede-se ao escrutínio.)

O SR. PRESIDENTE (Clésio Andrade. Bloco/PR – MG) – Então, feita a apuração, à unanimidade foi eleito Presidente o Senador Francisco Dornelles, com

cinco votos favoráveis, e Vice-Presidente o Senador Cyro Miranda, com cinco votos favoráveis.

Convido os eleitos, Senador Francisco Dornelles, para assumir a Presidência, e o Senador Cyro Miranda para assumir a Vice-Presidência. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – É, para mim, honra muito grande ter sido eleito Presidente da Subcomissão Temporária da Avaliação da Política Fiscal. Essa eleição teve um simbolismo muito grande pelo fato de esta reunião ter sido presidida pelo Senador Clésio Andrade, a quem aprendi a admirar quando Ministro do Trabalho, pela sua competência, pelo seu espírito público, pela sua clarividência, pela vontade que ele tem de realizar e de somar. Ele honra Minas Gerais, e fico muito satisfeito. Para mim, foi quase um presente participar de uma reunião em que sou eleito Presidente desta Subcomissão presidida por V. Exª, por tudo que V. Exª representa. É uma honra, também, ter como Vice o Senador Cyro Miranda, a quem aprendi a admirar e respeitar nesses contatos na Comissão de Assuntos Econômicos, na Comissão de Constituição e Justiça. Temos ainda, como escrutinador, essa figura excepcional da política do Rio, Senador Lindbergh, essa figura que tem capacidade de trabalho e articulação, capacidade política que causa inveja em todos nós. É um homem que domina a política do Rio de Janeiro e vai longe. Daqui a quatro anos, ele será o número um naquele Estado. É, portanto, uma satisfação muito grande.

Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Presidente. Eu, primeiramente, gostaria de agradecer a confiança e o privilégio de ter, ao lado do Senador Dornelles, que é um ícone principalmente na área da economia. Acho que vamos ter aqui um professor. Para nós vai ser de grande valia. Acho que, ao final, temos que ter um diploma, temos que pedir a ele que assine nosso diploma. Quero lhe dizer que estou à inteira a disposição, irrestrita, para colaborar para fazermos um bom trabalho. Com a experiência de V. Exª, tenho certeza de que vamos ter êxito e esta Subcomissão vai ser um exemplo. Muito obrigado por ter me aceito como seu Vice.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, também quero falar, e não é "rasgação" de seda, mas temos aprendido aqui, nesta Casa, que muito do trabalho das subcomissões se deve ao trabalho do Presidente. Assim, a minha vontade de participar desta Subcomissão tem muito a ver com a presença do nosso Ministro Dornelles à frente. Aqui, volto a dizer que não se trata de "rasgação" de seda. O que falo aqui é a verdade absoluta. Para nós, será um grande aprendizado. Para quem quer estudar, para quem quer crescer como homem público, penso que é uma grande oportunidade. Esta Comissão de Assuntos Econômicos é uma comissão muito importante, tenho tido um grande prazer de participar dela. De forma que, como a Senadora Gleisi falou para o Senador Cyro Miranda, trata-se de uma oportunidade participar desta Subcomissão. Esperamos muito dela. Tenho certeza de que, sob a presidência do Senador Francisco Dornelles, ela terá grande papel para esta Casa, para o País e para a nossa formação como homens públicos. Então, minhas homenagens, meu Ministro Francisco Dornelles.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles Bloco/PP – RJ) – Obrigado, Senador Lindbergh. Com a palavra o Senador Clésio.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PR – MG) – Obrigado, Sr. Presidente. Vou pedir para me ausentar um pouco. Estamos ali, na subcomissão, com o pessoal da Copa do Mundo de 2014, de Minas Gerais. Vou estar com eles, mas já retorno.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles Bloco/PP – RJ) – Deixe alguma coisa para que a Copa fique no Rio.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PR – MG) – Quero registrar, Senador Presidente Francisco Dornelles, a alegria de ter presidido esta reunião em que V. Exª foi eleito Presidente, bem como o Senador Cyro como Vice.

O nosso Senador Lindbergh falou em aula, e já comecei ter a primeira hoje. Fiz um comentário com V. Exª relativo à importância dos cálculos que fizemos na CNT – não vou citá-los agora porque quero entender melhor – e V. Exª disse o seguinte: "parece que não dá isso não". Quando V. Exª falou isso, pensei que é como se tivesse dito "manda recalcular porque estão errados." Então, essa foi a primeira aula, teremos outras, principalmente nessa área macroeconômica, na qual passamos a nos interessar mais. Como transportador, como Presidente da CNT, que até então fui, eu me preocupava muito com os setores, com os movimentos, com infraestrutura, com o dia a dia, com a microeconomia praticamente. Agora, é importante que passemos a ter essa visão macroeconômica, e ninguém melhor do que o Senador Presidente, Francisco Dornelles, para nos ajudar a entender melhor o quadro econômico brasileiro. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles Bloco/PP – RJ) – Faço a seguinte proposta: não teria sentido em comissão trazer pessoas. Precisamos ter um trabalho muito técnico. Acho que hoje nenhum país do mundo tem contas públicas tão transparentes quanto o Brasil. Hoje temos condições de saber tudo. Temos mensalmente aqui dois boletins importantes do Ban-

co Central: um relatório do balanço de pagamentos e outro relatório, o de política fiscal. Há um resultado do Tesouro, uma análise da arrecadação da Receita e uma balança comercial. Esses boletins, esses dados referem-se à última semana de cada mês. Proponho que façamos a seguinte metodologia: na segunda semana do mês, faríamos uma reunião com técnicos da Consultoria do Senado, com técnicos convocados em meu gabinete, também alguém do Banco Central, caso quisessem vir, para fazer uma análise desses boletins, para fazer um acompanhamento que eu chamaria de um sentido mais amplo da política fiscal. Mostraríamos nossas apreensões, nossas satisfações, nossas alegrias ou tristezas com os resultados que viessem a aparecer. Pergunto ao Senado Cyro e ao Senador Lindbergh se poderíamos pensar nisso, nessa linha de conduta.

Pergunto qual seria a data. Gosto muito, pela experiência que tive na Comissão da Reforma Política, do dia de terça-feira, às 14horas. Não sei se vocês estarão aqui na terça.

(intervenção fora do microfone)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – O Senador Cyro vem, geralmente, ás segundas-feiras também. Eu também. Poderia ser outra opção. Na verdade, a vantagem da segunda-feira é o fato de que conseguiríamos respirar com calma.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles Bloco/PP – RJ) – Como seria? Acho maravilhoso. Poderíamos fazer um pouco mais para o fim da tarde. Eu geralmente saio do Rio no avião do meio-dia e meia. Há sempre um atraso da ANAC, aquele atraso obrigatório, que geralmente é de uma hora, uma hora e meia. Poderíamos marcar segunda-feira às 6 da tarde.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Para mim, estaria ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles Bloco/PP – RJ) – Marcaríamos segunda às 6 da tarde, porque daria tempo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Na terça, ninguém conseguiria.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles Bloco/PP – RJ) – A minha preferência é segunda-feira. Uma vez por mês, teríamos condições de convocar pessoas. Se a pessoa tivesse que se alongar na análise, não haveria problema.

Penso que, quanto menos formalidade tem a comissão, mais eficiência terá. Podemos até fazer nesta salinha, em torno de uma mesa. Às vezes, analisaríamos até melhor do que em uma sala convencional, com presidente aqui. Aqui não tem Presidente, não tem Vice, todos aqui são iguais. O Vice-Presidente é quem manda, vocês dão as ordens. Vamos fazer algo mais informal. O objetivo é que dê resultado. Será quase uma comissão de estudos, será um estudo. Em vez de avaliação, será um estudo da situação política. Vamos ver. Pode ser aqui mesmo? Aqui, ao lado, há uma salinha.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pode ser no gabinete do senhor também.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles Bloco/PP – RJ) – Não, acho que, aqui ao lado, há uma salinha. Não precisamos pompa. Queremos eficiência e informalidade.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Seríamos nós e mais cinco ou quatro – não sei se, do Banco Central, serão os mesmos dois itens – que se reuniriam conosco também uma vez por mês, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles Bloco/PP – RJ) – A idéia que tenho é que, primeiro, temos que ter o nosso corpo permanente. A Consultoria já nos colocou dois consultores. Eles vão ter tempo de receber, na última semana do mês, esses relatórios. Tenho aqui dois gestores: o José Roberto, que é do BNDES, que está convocado para o nosso gabinete, sabe destrinchar bastante essa área fiscal; temos também o Sílvio Coelho, que é gestor, veio agora do Palácio do Planalto e sabe todas as verdades e mentiras que são contadas da área econômica. Vou pedir uma pessoa do Banco Central e uma da Receita também. Agora, vocês sabem: o Banco Central e a Receita têm uma burocracia. Temos que trabalhar. Se eles vierem, ótimo. Se não vierem vamos trabalhar sem eles. Amanhã vou pedir ao Banco Central para mandar um técnico, vou pedir à Receita para mandar um também. Vou pedir ao Ministério do Desenvolvimento para mandar um também. Se você inclusive quiser ajudar, ótimo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Claro, ajudo no contato com órgãos, inclusive coloco uma pessoa do meu gabinete.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles Bloco/PP – RJ) – Maravilhoso.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – É o Professor João, que era do Ipea e está no meu gabinete. Acho que pode nos ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles Bloco/PP – RJ) – Maravilhoso. O Banco Central poderia mandar um técnico. Amanhã já converso com eles. E o Ministério do Desenvolvimento mandaria também para esse problema da balança comercial, e a Receita mandaria um para discutir a arrecadação.

Então , se vierem, tocamos; se não vierem, tocamos como se pode. Está bem?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senador, a ideia então seria, na primeira semana, mandar para os nossos consultores os relatórios.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles Bloco/PP – RJ) – Na última semana de cada mês, logo que saem os relatórios, eles chegam ao gabinete de vocês. E, na segunda semana, eles já discutiriam conosco. Faríamos um primeiro exame sozinhos lá e, num segundo exame, eles já viriam aqui.

Estamos em maio, dia 18. Marcamos dia 6 de junho. É possível? Está bem? Segunda-feira às 18horas. Faremos, nos outros meses...Faremos dia 6 ou 13?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Dia 13, podemos prestigiar o Senador Lindbergh, o partido dele, número 13.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles Bloco/PP – RJ) – É que sou um pouco supersticioso para começar no dia 13. Nos outros, podemos ver, mas, neste mês, vocês me perdoem, vamos fazer no dia 6 mesmo. *(Risos.)* Dia 13, quarto minguante, sexta-feira, temos que ter cuidado.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Dia 6, então, 18horas, aqui na CAE.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles Bloco/PP – RJ) – Em julho, faremos na segunda semana.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Mas, em julho, haverá o recesso.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles Bloco/PP – RJ) – Mas, em julho, será no dia 11. O recesso começa dia 19.

Pode ser assim? Está ótimo.

É uma satisfação trabalharmos juntos.

Nada mais havendo a tratar, vou declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a Reunião às 15horas e 25minutos.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

DÉCIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às dez horas e quarenta minutos do dia vinte e cinco de maio de dois mil e onze, na Sala de Reuniões da CCJ, número três, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a Presidência do Senador Eunício Oliveira, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Jorge Viana, Antonio Carlos Valadares, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Aníbal Diniz, Clésio Andrade, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Eduardo Braga, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, Ciro Nogueira, Mozarildo Cavalcanti e da Senadora Marta Suplicy. Deixam de comparecer os Senadores Magno Malta, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, Pedro Simon, Romero Jucá, Renan Calheiros, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Gim Argello. O Presidente (Senador Eunício Oliveira) registra a presença dos Senhores Deputados Federais José Priante, Giovanni Queiroz e Lira Maia; dos Senhores Deputados Estaduais Wilton Aguiar, Antônio Rocha e Josefina Carmo e dos Prefeitos Valmir Clímaco, do Município de Itaituba; Danilo Vidal de Miranda, do Município de Trairão; Maria do Carmo, do Município de Santarém e Jardel Vasconcelos, do Município de Monte Alegre. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 1) Não Terminativo SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 19, DE 1999** Convoca plebiscito sobre a criação do Estado do Tapajós. **Autoria do Projeto:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **Autoria do Substitutivo:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável ao Substitutivo. **Resultado: Aprovado o Parecer, favorável ao Substitutivo. Vota vencido o Senador Aloysio Nunes Ferreira. Aprovado o Requerimento nº 24, de 2011-CCJ, de Urgência para a matéria, de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro. ITEM 3) Não Terminativo PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2010** Altera a Lei nº 10.602, de 12 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o Conselho Federal e os Conselhos Regionais dos Despachantes Documentalistas e dá outras providências. **Autoria:** Deputado Arnaldo Faria de Sá. **Relatoria:** Senador Gim Argello. **Relatório:** Favorável ao Projeto. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. Em 18/05/2011, a Presidência concedeu vista aos Senadores Demóstenes Torres e Lindbergh Farias, nos termos regimentais. **Resultado: Retirado de Pauta. ITEM 4) Não Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 127, DE 2011** Altera o artigo 1º do Decreto-Lei nº 1.040/69, que dispõe sobre os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, regula a eleição de seus membros, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Romero Jucá. **Relatoria:** Senador José Pimentel. **Relatório:** Favorável ao Projeto. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa; Em 18/05/2011, a Presidência concedeu vista ao Senador Demóstenes Torres, nos

termos regimentais. **Resultado: Retirado de Pauta, com anuência do Relator. ITEM 6) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 41, DE 2011** Dispõe sobre a eleição dos suplentes de Senador, alterando a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral). **Autoria:** Senador Eunício Oliveira. **Relatoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com quatro Emendas que apresenta. Em 24/05/2011, foi recebido o Relatório reformulado pelo Senador Vital do Rêgo, com voto pela aprovação do Projeto, com quatro Emendas que apresenta. **Resultado: Retirado de Pauta, com anuência do Relator. ITEM 9) Não Terminativo PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 37, DE 2011** Altera os arts. 46 e 56 da Constituição Federal, para reduzir de dois para um o número de suplentes de Senador; vedar a eleição de suplente que seja cônjuge, parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau ou por adoção do titular e dá outras providências. **Autoria:** Senador José Sarney e outros. **Relatoria:** Senador Luiz Henrique. **Relatório:** Favorável à Proposta, com uma Emenda que apresenta. **Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. ITEM 11) Não Terminativo PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 41, DE 2011** Altera o art. 14 da Constituição Federal para dispensar da exigência de filiação partidária os candidatos nas eleições municipais. **Autoria:** Senador José Sarney e outros. **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres. **Relatório:** Contrário à Proposta. **Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. ITEM 12) Não Terminativo PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 43, DE 2011** Altera o artigo 45 da Constituição Federal, para instituir o sistema eleitoral proporcional de listas preordenadas nas eleições para a Câmara dos Deputados. **Autoria:** Senador José Sarney e outros. **Relatoria:** Senador Romero Jucá. **Relatório:** Dependendo de Relatório. **Resultado: Retirado de Pauta. REQUERIMENTO APRECIADO: 1) REQUERIMENTO Nº 24, DE 2011-CCJ** "Nos termos do Artigo 336, inciso II, combinado com o Artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Decreto Legislativo n° 19, de 1999." **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Resultado: Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara encerrada a presente reunião às doze horas e vinte e sete minutos, ficando adiados os demais itens constantes da Pauta, a saber: **ITEM 2)** PLS Nº 162, DE 2010; **ITEM 5)** PLC Nº 18, DE 2011; **ITEM 7)** PLS Nº 141, DE 2011; **ITEM 8)** PEC Nº 3, DE 2011; e **ITEM 10)** PEC Nº 40, DE 2011 e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eunício Oliveira,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª reunião ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os senhores...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Solicitada a dispensa da leitura da ata pelo Senador José Pimentel, tendo em vista que foram distribuídas a todos os Srs. Senadores, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovada a ata da reunião anterior.

Comunicados.

Comunico às Srªs e aos Srs. Senadores o recebimento da correspondência GP nº 693/2011, do Sr. Luiz Flávio Borges D'Urso, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, que cumprimenta esta Comissão pela aprovação do Requerimento nº 11, de 2011-CCJ, de iniciativa desta Presidência, que propõe audiência pública para debater a atualização e o aprimoramento da legislação comercial.

O Presidente da OAB de São Paulo aponta uma série de alegadas lacunas nessa legislação, de modo a ressaltar a importância dessa iniciativa de atualização.

Expediente encaminhado em resposta ao Ofício nº 59, de 2011, da Presidência da CCJ, de 24 de maio de 2011, pelo qual esta Presidência informa que agendaremos oportunamente a referida audiência pública e agradece a contribuição ao debate.

Comunico ainda aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras que as proposições de reforma política decorrentes da conclusão dos trabalhos da Comissão presidida pelo Senador Francisco Dornelles se encontram nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

As referidas matérias foram apresentadas como propostas de emenda à Constituição e projetos de Lei do Senado.

Para dar celeridade à tramitação dessas matérias, faço saber que, previamente, determinei, conforme entendimento naquela manhã, na hora em que

recebíamos as propostas da Comissão pelas mãos do Senador Francisco Dornelles, um cronograma para que sejam apreciadas pelo Plenário desta Comissão e já designei os Senadores que deverão relatá-las.

Informo que, nos termos do art. 122, § 2º, alínea "c", do Regimento Interno do Senado, a fase de recebimento de emendas aos Projetos de Lei do Senado nºs 265, 266, 267 e 268, de 2011, se encerra amanhã, dia 26 de maio.

Repetindo, para informação aos Srs. Senadores: o prazo para emendas às matérias de PLS apresentados pela Comissão presidida pelo Senador Francisco Dornelles – os PLS nºs 265, 266, 267 e 268, de 2011 – encontra-se aberto e, amanhã, dia 26 de maio, encerra-se, às cinco horas da tarde.

Listo, portanto, as proposições de reforma política encaminhadas pela Comissão – repito – presidida pelo Senador Francisco Dornelles: PEC nº 37, de 2011, que trata da suplência de Senador; PEC nº 38, de 2011, que trata da data da posse e do mandato; PEC nº 39, de 2011, trata da reeleição; PEC nº 40, de 2011, trata das coligações; PEC nº 41, de 2011, trata da candidatura avulsa; PEC nº 42, de 2011, trata do referendo; PEC nº 43, de 2011, trata do sistema eleitora, lista fechada e cota para as mulheres. PLS nº 265, de 2011, mudança de domicílio de prefeitos; PLS nº 266, de 2011, trata da fidelidade partidária; PLS nº 267, de 2011, trata da cláusula de desempenho; PSL nº 268, de 2011, trata do financiamento público de campanha.

A presente reunião destina-se à deliberação de onze itens – um dos quais já retirado de pauta a pedido – obviamente, de um a onze.

Ficam, pois, todos os Srs. Senadores avisados do prazo até 17 horas para emendas aos PLS da reforma política.

Comunico ainda que, de acordo com o calendário que tínhamos estabelecido para fazer o procedimento dessa discussão da reforma política, no sentido de que possamos debater esses temas com mais profundidade, Senador Alvaro Dias, Senador Demóstenes, Senador Pedro Taques, a Mesa fez o seguinte calendário: as matérias seriam lidas pelos relatores, nós pediríamos vista coletiva e faríamos, na outra reunião, uma reunião de debates dessas matérias que foram lidas pelos relatores, a fim de que tenhamos uma reunião inteira exclusiva para o debate dessas matérias.

Se os Srs. Senadores concordam com esse cronograma permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Assim, considero aprovada a proposta.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu pediria a V. Exª, pela pertinência temática, primeiro, que os itens referentes ao suplente de Senador – são dois itens –, por eles guardarem similitude, que sejam apensados. Um é de autoria inclusive de V. Exª, o item 6, que dispõe sobre a eleição de suplente a Senador, alterando a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, cujo Relator é o Exmº Sr. Senador Vital do Rêgo. O outro é o item 9, oriundo da Comissão de Reforma Política e que altera os arts. 46 e 56 da Constituição Federal, para reduzir de dois para um o número de suplente de Senador; vedar a eleição de suplente que seja cônjuge, parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau ou por adoção do titular, e dá outras providências.

Qual a motivação? A proposta de V. Exª vai num outro sentido, embora trate de Senador. Então, pediria que V. Exª determinasse o apensamento – posso até fazer um requerimento, se for o caso...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes, permita-me interrompê-lo para dizer o seguinte: quando tomei conhecimento, eu tinha colocado 30 itens na pauta para que déssemos celeridade aos trabalhos da Comissão e a desobstruíssemos dado o grande número de projetos que chegam a esta Comissão. Por esse motivo, esse projeto de minha autoria foi encaminhado à pauta. Mas, por uma questão de critério, eu ia retirá-lo de ofício, porque nós temos aqui mais de 50 projetos de Senadores e Deputados sobre reforma política. V. Exª, que tão bem presidiu esta Comissão, sabe que aqui não podemos apensá-los.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Temos de fazer um requerimento no Plenário do Senado para que o lá se permita que façamos o apensamento desses projetos de Senadores que estão aqui, para que os Relatores, ao apresentarem... Eu apresentei esse projeto na Comissão. Acho que nós cometemos aqui o equívoco de não termos juntado todos esses projetos, encaminhando-os à Comissão que estava especificamente tratando do assunto.

Para não ficarmos aqui debatendo os projetos de cada Deputado, de cada Senador...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sim, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – (...) eu retiro o meu, de ofício, com o devido respeito ao Relator, Senador Vital do Rêgo, para que apresentemos, se for o caso, de comum acordo, um requerimento ao Plenário, fazendo gestão para que ele seja aprovado, para que esses projetos, que

já estão todos separados aqui, possam ser analisados pelos Relatores dos projetos e das PECs que vieram como matéria essencial.

Como nós fizemos um compromisso público, diante da imprensa nacional e do povo brasileiro, de tratar esse assunto como prioridade, quero fazer aqui desta Mesa a busca do entendimento, mas com respeito às decisões e aos encaminhamentos dados e aprovados por nós todos que fazemos parte desta Comissão.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – E quero fazer aqui uma ressalva mais uma vez: ontem vi, até com uma certa tristeza, que nós não conseguimos quebrar o interstício na questão da mudança do trâmite das medidas provisórias.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Quero deixar claro aos membros desta Comissão que todos nós aqui, oposição e governo, independente disso, fizemos um acordo em relação a essa matéria, e os senhores não imaginem que farei diferente. Como Presidente desta Comissão, por ter inclusive anunciado o acordo feito por este Plenário, vou levar ao Plenário do Senado a mesma posição do entendimento que aconteceu nesta Comissão e vou, inclusive, me inscrever para defender aquilo que nós aprovamos aqui não na disputa do voto, mas no entendimento do voto de todos os Srs. Senadores.

Por isso, estou pedindo a compreensão dos Srs. Senadores – em seguida concederei a palavra aos senhores – para essa questão da reforma política. Houve um compromisso público em nome dos senhores, em nome desta Comissão, em nome desta Mesa...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Parabéns a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – E eu espero que Deus me dê força para eu continuar fazendo aquilo que meu pai me ensinou: cumprir a palavra empenhada.

Então, concedo a palavra a V. Exª e depois ao Senador Alvaro Dias.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Só para concluir: então, V. Exª vai dar prioridade, conforme acordado, aos projetos que são oriundos da Comissão de Reforma Política?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Por esse motivo, estou retirando o meu e vou encaminhar aos relatores todas as matérias que forem correlatas aos temas que os Srs. Senadores irão relatar.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Permitiu-me, Sr. Presidente, o Senador Alvaro Dias que eu o antecedesse bem rapidamente, mas, pela relevância do tema, e V. Exª já o traz ao Plenário desta Comissão, esta é uma Casa que preza pela palavra empenhada.

Hoje, nós teremos, na sessão da tarde, já que não foi quebrado o interstício, outra sessão para discussão da matéria referente ao novo trâmite das medidas provisórias. Há muito deixou aquela de ser apenas uma PEC de autoria do Presidente Sarney, que originou essa discussão, mas muito menos deste Relator. O que vai a Plenário é uma proposta construída por toda esta Comissão.

Como existem informações circulando claramente de que alguns Srs. Senadores, ou pelo menos um Sr. Senador, terão posição divergente, rogo que os Líderes partidários e os membros desta Comissão tenham o mesmo posicionamento de V. Exª, até para que, no futuro, outros acordos feitos nesta Comissão, a mais conclusiva e importante das Comissões da Casa, não sejam também renegados em plenário.

Portanto, é um momento emblemático não apenas pela importância da matéria, mas por ter sido ela objeto de uma ampla discussão e um quase que inédito acordo, mais do que acordo, um consenso unânime desta Casa.

Fica, pois, este alerta. O tema voltará ao plenário, e rogo que todos aqueles que participaram desse entendimento, membros desta Comissão e Líderes partidários, façam com que os seus liderados ou pelo menos estimulem os seus liderados a seguirem o entendimento feito por esta Comissão.

E cumprimento mais uma vez, de público, a V. Exª pelo posicionamento democrático, mas, sobretudo, firme que teve desde o início da tramitação desta e de outras matérias nesta Casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Aécio Neves.

Tem a palavra o Senador Alvaro Dias e, depois, o Senador Vital do Rêgo.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, apenas tentando contribuir. Não sei se é possível, mas seria prático e agilizaria os nossos procedimentos. Refiro ao fato de termos projetos que são correlatos àqueles que estão oficialmente colocados na pauta, porque são originários da Comissão de Reforma Política constituída pelo Presidente Sarney.

A sugestão que faço, se for possível regimentalmente, seria V. Exª designar o mesmo relator para os projetos correlatos, independentemente do apensamento, o qual depende de requerimento ao plenário. Isso porque o relator já poderia optar por aproveitar, na

forma de emenda ao projeto em debate, a proposta do Senador que ofereceu um projeto que tem correlação com aquele em discussão.

Por exemplo, vejo aqui na pauta, hoje, um projeto que trata de coligações. Eu próprio tenho um projeto que trata de coligações e que poderia ser discutido conjuntamente. Assim, o próprio relator poderia aproveitá-lo mesmo que o autor desaparecesse de cena. Ou seja, a proposta seria aproveitada no relatório do Senador Relator. É uma sugestão apenas para agilizar os procedimentos: se for possível fazer essa designação dos mesmos relatores, pois ganharíamos tempo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A Mesa vai determinar à Secretaria que o trabalho já feito em matérias correlatas aos temas seja encaminhado ao relator de origem do tema da Comissão especial presidida pelo Senador Francisco Dornelles, atendendo assim V. Exª, que, como sempre, contribui com o Brasil e não com o carimbo e a assinatura do projeto. Isso é muito importante para todos nós.

Com a palavra o Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Só para comungar com a iniciativa do Senador Demóstenes Torres, que, em boa hora, trouxe um caso que se transforma, efetivamente, em um desejo desta Comissão presidida tão bem por V. Exª, ou seja, condensar todos os projetos: aqueles que *a priori* vieram da Comissão de Reforma Política com os estudos que esta Comissão já fez sobre as matérias que são correlatas.

A ideia do Senador Alvaro Dias é profundamente pertinente: o mesmo relator ter consigo tanto a iniciativa da Comissão quanto as iniciativas anteriores dos membros do Senado Federal.

Por isso, na condição de Relator do projeto de lei de autoria de V. Exª, já dei o meu parecer concordando e, inclusive, acrescentando algumas emendas, dando um pouco da minha contribuição ao processo. Mas também espero poder fazê-lo quando, oportunamente, haveremos de deliberar todos os 12 itens que estão em pauta nesta Comissão advindos da reforma política.

Parabenizo V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Vital do Rêgo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pela ordem novamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu pediria a V. Exª, em relação aos itens 3 e 4, que tratam sobre conselhos federais e conselhos regionais – um dos despachantes documentalistas e outro de contabilidade –, que essas duas matérias fossem retiradas de pauta. Já falei com o Senador José Pimentel; com o Senador Romero Jucá, que é autor de uma proposição; com o Senador Gim Argello, que é autor de outra proposição. Isso porque nós não temos divergência quanto ao mérito da matéria, mas há um vício de iniciativa gritante, porque a iniciativa é da Senhora Presidente da República.

Então, eu conversei com os Senadores que eu mencionei e eles tentarão, junto à Casa Civil da Presidência da República, que esses e outros projetos que também tratam de outros conselhos federais e regionais, que têm como autores Parlamentares e que, portanto, são todos viciados constitucionalmente, uma vez que a iniciativa não é nossa e sim do Executivo, que V. Exª os retirasse *sine die* de pauta, para que essas tratativas fossem feitas pelos Parlamentares mencionados, a fim de que esse vício de inconstitucionalidade seja suprido.

Lembrem que o Conselho Federal e Regionais de Contabilidade foram criados por medida provisória pelo então Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva. E a Presidente pode tratar disso por projeto de lei em regime de urgência.

Então, para que a base do Governo possa tentar sensibilizar a Senhora Presidente a resolver o problema, já que não há divergência quanto ao mérito, pediria a V. Exª que desse o tempo para que essas tratativas acontecessem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já que o Relator José Pimentel está presente, consulto S. Exª.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – De acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – De acordo o Senador José Pimentel, que é o Relator. V. Exª sempre coloca as matérias de fundo constitucional com muita profundidade e, por isso, tenho muito respeito ao trabalho de V. Exª.

Retiro de pauta o item 3 para fazermos também...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – E o item 4 também.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O item 4 já foi retirado pelo Relator. O item 3 eu o retiro de pauta de ofício, por solicitação de V. Exª, sem necessidade do requerimento previsto.

Vejo no plenário meu ex-companheiro de Câmara, o brilhante Deputado José Priante, que deve estar aqui hoje motivado por essa matéria que está na pauta – matéria que consta do item 1. Atendendo aos anseios do povo do Pará, ele veio aqui nos prestigiar nesta manhã na Comissão de Constituição e Justiça. Sabe ele que está todo o Brasil nos assistindo pela TV Câmara, pela Rádio Câmara, inclusive o povo do seu querido Pará.

O Senador Mozarildo Cavalcanti, autor do projeto, está aqui presente desde cedo para que o item fosse incluído como o primeiro da pauta.

ITEM 1
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 19, DE 1999
(Não terminativo.)

Convoca plebiscito sobre a criação do Estado do Tapajós.

Autoria do Projeto: Senador Mozarildo Cavalcanti.
Autoria do Substitutivo: Câmara dos Deputados.
Relatoria: Senador Vital do Rêgo.
Relatório favorável ao Substitutivo.

Concedo a palavra ao Senador Vital do Rêgo, grande representante do povo da Paraíba, minha vizinha, meu querido companheiro de partido e brilhante Senador, para proferir seu relatório.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Agradeço, Sr. Presidente.

Realmente é uma sessão histórica para o povo da região Norte, para o povo do Pará. A presença do Deputado Federal José Priante aqui bem representa esses anseios, esses desejos e essas reivindicações que repousam neste Senado há muitos anos.

Estava conversando com o autor da matéria, Senador Mozarildo, e procurávamos ler e reler documentos que datam de 1989, como o da criação de comissão de estudos desta Casa sobre o Estado de Tapajós. Por isso a presença ilustre do Deputado Federal José Priante, dos Deputados estaduais do Pará, a quem nomino na pessoa de Wilton Aguiar, Antonio Rocha, Josefina Carmo, dos prefeitos de Itaituba, de Santarém, de Monte Alegre, enfim, há uma grande legião de paraenses, brasileiros, muitos deles esquecidos pela dimensão e a grandiosidade do Estado do Pará, que agora, em boa hora, parece atender a uma solução de modernidade, de desenvolvimento. Por isso, honra-me muito a designação de V. Exª, Senador Eunício Oliveira, para poder tratar dessa matéria e oferecer o meu relatório, que passo a ler.

Vem ao exame desta Comissão o Substitutivo da Câmara dos Deputados (SDS) ao Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 19, de 1999 (PDC nº 731, de 2000, na Câmara dos Deputados), do Senador Mozarildo Cavalcanti, que convoca plebiscito sobre a criação do Estado do Tapajós.

Essencialmente, a Câmara dos Deputados promoveu duas alterações no texto originalmente aprovado por esta Casa, em 23 de novembro de 2000, e retificado em 23 de outubro de 2001, conforme parecer do ilustre relator, o saudoso Senador Romeu Tuma.

A primeira foi incluir dois Municípios entre aqueles que integrarão o novo Estado, se esse for criado. Trata-se dos Municípios de Mojuí dos Campos, ainda não instalado, cuja criação foi convalidada pela Emenda Constitucional nº 57, de 18 de dezembro de 2008, e de Senador José Porfírio, tendo em vista a sua identidade geográfica com os demais que se pretende passem a constituir a nova unidade da Federação.

A segunda alteração constituiu na inclusão do art. 3º ao PDS, para disciplinar os procedimentos a serem adotados pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará para encaminhar ao Congresso Nacional a sua manifestação sobre o desmembramento do território daquele Estado, caso o plebiscito seja aprovado.

Foram essas duas modificações que consubstanciam o projeto em si.

Não há, na análise, nenhum reparo a fazer sobre as alterações feitas pela Câmara dos Deputados ao PDS nº 19, de 1999, no que diz respeito à sua constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

Igualmente, no mérito, manifestamo-nos favoravelmente às modificações.

No que se refere à inclusão do Município de Mojuí dos Campos, trata-se de ajuste exigido pela criação da nova unidade administrativa. Já no tocante ao caso do Município de Senador José Porfírio, é correta a providência, tendo em vista as características daquela municipalidade, que faz parte da microrregião de Altamira.

Quanto à inclusão do novo artigo, disciplinando a oitiva da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, a previsão supre lacuna do projeto original e esclarece a forma como se cumprirá essa exigência constitucional, prevista no inciso VI do art. 48 da nossa Constituição.

Ante o exposto, Sr. Presidente, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PDS nº 19, de 1999, e, no mérito, somos pela sua aprovação.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Vital do Rêgo, sempre sucinto, eficiente e competente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Passo a palavra ao autor da matéria antes de vir da Câmara, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Só não dou a palavra ao Deputado José Priante porque o Regimento não me permite.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou dar a palavra a V. Exª.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, quero agradecer a V. Exª o fato de, como autor, fazer alguns comentários, já que o relatório do Senador Vital do Rêgo foi perfeito. Ele realmente, como disse V. Exª, de maneira sucinta, mas objetiva e dentro do que prevê a legislação, fez realmente aquilo que deveria ser feito, que é aprovar o substitutivo da Câmara, que nada mais fez do que realmente atualizar um projeto que, é bom que se diga, foi apresentado aqui em 1999.

Vou fazer um breve histórico dessa história do Tapajós.

Fui Constituinte, juntamente com vários Senadores aqui, e discutimos muito na Constituinte a questão da divisão territorial. E a Constituinte houve por bem, Senador Vital, apenas criar um Estado por desmembramento de outro, que foi o Estado do Tocantins; e transformar Roraima e Amapá, que eram territórios federais, em Estado. Portanto, aproveitando já, digamos, a estrutura existente. Mas teve o cuidado, em face das inúmeras propostas de criação de novos Estados, de, no art. 12 das Disposições Transitórias, Senador Pimentel, criar uma comissão de estudos territoriais para apresentar uma conclusão sobre a redivisão territorial.

Essa comissão foi constituída por membros do Senado Federal, por membros da Câmara dos Deputados e por membros do Poder Executivo. E ela concluiu o trabalho em 1989; portanto, um ano após a promulgação da Constituição. E, entre suas recomendações, está justamente o anteprojeto de decreto legislativo, dispondo sobre a realização do plebiscito para a criação do Tapajós – isso em 1989, portanto.

Muito bem! Fui Constituinte, como disse, acabei meu mandato em 1990, fiquei dois períodos fora e, em 1999, quando voltei aqui, o que constatei? Projetos de iniciativa de vários deputados estavam na Câmara sendo discutidos, mas não andavam. E resolvi, com a experiência da discussão do tema na Constituinte, reapresentar esse projeto nos moldes em que estava sendo discutido na época da Constituinte. Muito bem, o projeto foi apresentado em 1999, foi aprovado no Senado, em 2000, e foi para a Câmara. Agora, a Câmara, onze anos depois, aprovou o projeto convocando o plebiscito.

É bom que se deixe bem frisado para o Brasil todo que, aqui, não estamos criando o Estado do Tapajós. Estamos aprovando a realização de um plebiscito, que também é bom que se explique: de acordo com a Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, o plebiscito será feito em todo o Estado do Pará, porque há quem discuta que a população diretamente interessada seja só a daquelas regiões que vão ser desmembradas. No entanto, aqui, essa lei disciplina, claramente, inclusive de maneira irrefutável. Está aqui no art. 7º: "Nas consultas publicitárias previstas nos arts. 4º e 5º entende-se por população diretamente interessada tanto o território que se pretende desmembrar quanto o que sofrerá desmembramento."

Então, não há dúvida. A lei está em vigor, uma lei aprovada pelo Congresso nacional. O que o Senado vai fazer hoje, aqui? Na verdade, apreciar matéria que já foi aprovada pelo Senado, aprovada pela Câmara e, repito, praticamente para corrigir uma questão geográfica, porque, durante esse período, novos Municípios foram criados, foram desmembrados, e também para se explicitar de maneira melhor a consulta que a Constituição e a lei estabelecem quando houver, após o resultado do plebiscito, se favorável, lei complementar, que deve consultar a Assembleia Legislativa do Estado.

Então, quero dizer que, aqui, estamos fazendo apenas um exercício de democracia plena, que é justamente conceder ao povo do Pará o direito de dizer se ele quer ou não quer que seja criado um novo Estado na área territorial que corresponde, hoje, ao Estado do Pará.

Não vou entrar em detalhe, mas vou pedir para constar na Ata da Comissão um histórico sobre a questão do Tapajós, que não começou de hoje, que vem desde 1823. Portanto, desde a época do Império. O Tapajós, inclusive, era cogitado para haver uma espécie de separação entre o Pará e o Amazonas.

Então, é importante que se diga que a criação não é uma coisa, ao contrário do que se comenta, politiqueira.

Sou filho do menor Estado, em termos de população, da Federação e sei o quanto progredimos depois de ser Estado. Temos uma universidade federal, uma universidade estadual, uma universidade virtual estadual, um estudo federal de ensino tecnológico.

Então, é importante darmos oportunidade ao povo do Pará de dizer "queremos" ou "não queremos" que haja a criação do Tapajós". É isso que estamos vendo. Não estamos discutindo o mérito, que eu espero que seja bem discutido depois com a população do Pará e do Brasil todo.

Então, quero pedir aqui a todos os Senadores que possamos dar essa oportunidade democrática ao povo do Pará de dizer sim ou não à criação do Estado do Tapajós.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª será atendido. Constará da Ata o documento que V. Exª encaminha à Mesa.

Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro; mas, antes, pela ordem, ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, apenas para registrar a presença do Deputado Federal Giovanni Queiroz, do PDT do Pará, aqui entre nós.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu já havia registrado, mas ele estava conversando ali com o ilustre representante do Mato Grosso do Sul. Já estavam fazendo o entendimento da divisão do Estado do Tapajós.

Está registrada a presença do Deputado Giovanni Queiroz, que foi meu companheiro como deputado federal e que hoje também está aqui entre nós.

Concedo a palavra, para discutir a matéria, ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente Eunício Oliveira, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, o Senador Mozarildo e o Senador Vital do Rêgo, o autor e o relator do projeto, já teceram os comentários a respeito do Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 1999, que trata da convocação de um plebiscito para a criação do Estado do Tapajós.

Esse projeto, Presidente Eunício Oliveira, foi aprovado aqui no Senado Federal em 2000 e estava há 11 anos na Câmara aguardando aprovação.

Há pouco tempo, nós aprovamos aqui, da mesma forma, o projeto que convoca o plebiscito para o Estado de Carajás. E não poderíamos deixar de dar apoio ao plebiscito para o Estado do Tapajós, porque o processo de ouvir a população é democrático.

A divisão de um Estado não depende das lideranças políticas seja em que nível for, do governador ao senador, ao deputado federal, aos deputados estaduais, prefeitos, vereadores. Esta questão depende da vontade da população. E o Senador Mozarildo foi bastante claro quando fez referência de que o plebiscito será realizado em todo o Estado do Pará.

Eu quero aqui saudar os nossos Deputados Federais Lira Maia e José Priante, os Deputados Estaduais Josefina Carmo, Antônio Rocha, Hilton Aguiar, os nossos Prefeitos Maria do Carmo, de Santarém, Danilo, de Trairão, Valmir, de Itaituba, os Vice-Prefeitos, os Vereadores e as lideranças da região oeste do Estado do Pará que vieram até aqui para acompanhar, na CCJ, a votação do projeto que autoriza a convocação do plebiscito.

Da mesma forma, Senador Eunício, que me coloquei com relação ao plebiscito para o Estado de Carajás, eu vou me colocar com relação ao plebiscito do Tapajós. Quero aqui reafirmar: o que estamos votando aqui é tão somente o processo democrático de ouvir a população do Estado do Pará com relação à sua posição sobre a criação dos novos Estados.

Desta forma, não só me coloco favoravelmente à aprovação do projeto, como peço aos meus pares que acompanhem o voto do Relator, para que nós possamos, então, encaminhar o projeto ao plenário e, após a promulgação pelo Presidente do Congresso, Senador José Sarney, possa então ser atendida a exigência, junto ao Tribunal Regional Eleitoral, da convocação do plebiscito.

Quero, então, dizer que é com satisfação que participo desta reunião. Como disse, há onze anos, esse é o anseio da região oeste do Pará, e não poderia deixar de aprová-lo, porque já aprovamos também da região sul.

Portanto, peço o acompanhamento do voto favorável ao Relator, Senador Vital do Rêgo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tenho por norma, na minha conduta aqui, seguir sempre a orientação do Senador Flexa Ribeiro, não só porque gosto dele, não só porque sou companheiro de partido dele, mas porque ele é um Senador exemplar, pelo seu espírito público, pela dedicação ao mandato que exerce, pela lucidez com que examina as questões nacionais e pelo empenho com que defende seu Estado, o Estado do Pará.

Vou fazer hoje uma pequena exceção, Sr. Presidente. Apesar de todo o esforço que fez o meu querido amigo Flexa Ribeiro, eu não vou poder acompanhá-lo nesta votação. E explico por quê. Considero que a criação, a subdivisão territorial deveria ser objeto de estudos mais aprofundados, inclusive estudos de viabilidade financeira, de viabilidade econômica, estudos aprofundados em matéria de história, e só depois, na etapa final desse processo, é que deveríamos chegar ao plebiscito. Nesse sentido, aliás, foi apresentada proposta, e aprovada pelo Senado, pelo Senador Tasso Jereissati. Essa proposta, na Câmara, acabou tomando outro rumo, mas o caminho da prudência na tomada de decisões dessa gravidade é o que me parecia e me parece o mais correto. Penso que, muitas vezes, o desejo de subdivisão territorial ocorre pela ausência de uma política efetiva de desenvolvimento regional, de políticas de descentralizações nas ações, nas decisões, que acabam gerando, por parte de populações que se sentem marginalizadas, o desejo de seguir seu próprio caminho.

Mas não considero, apesar de essa proposta estar tramitando há tantos anos, como lembrou o ilustre Senador Mozarildo Cavalcanti, não considero que este momento seja o mais adequado paras criarmos mais

um Estado, com mais uma Assembleia Legislativa, mais um Tribunal de Contas, mais um Tribunal de Justiça, mais uma Polícia Civil, mais uma Polícia Militar, mais três Senadores, mais Deputados Federais. Não creio. Não creio que seja o momento de fazer isso. Não penso que este seja um assunto que deva neste momento nos mobilizar e nem convocarmos a população para se manifestar sobre isso.

Quero dizer também que estou longe de ser um entusiasta dos plebiscitos e referendos. Tenho até em relação a essas modalidades que são previstas na Constituição, de exercício da soberania popular, muita reserva, mas muita reserva. Porque, frequentemente, não apenas na história do nosso País, mas na história de outros países, na história universal, plebiscitos e referendos foram desvirtuados na sua realização. Na verdade, questões submetidas à população acabaram por colocar na primeira linha do debate político questões que nada tinham a ver com o objeto do plebiscito ou do referendo. Penso que, nessas condições, ainda, quando se trata de divisão territorial de Estados, um plebiscito ou um referendo pode acirrar contradições políticas, pode colocar uma parte da uma população de um Estado contra a outra, num processo que em nada contribui para a paz política necessária para que um Estado prospere.

Por essas razões, Sr. Presidente, com todo respeito às opiniões do ilustre Relator, do ilustre proponente, daqueles amigos que aqui acompanham esta votação, *data maxima venia* da argumentação sempre convincente do Senador Flexa Ribeiro, eu voto contra a proposição.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, o próximo orador inscrito é o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, sem dúvida, a argumentação do Senador Aloysio Nunes é convincente. Acho que devemos tratar dessa matéria estabelecendo regulamentação para que o Congresso Nacional possa decidir futuramente em relação a pleitos que certamente virão.

Como fez referência, o ex-Senador Tasso Jereissati elaborou uma proposta que dizia respeito a desmembramento e criação de novos Municípios e estabeleceu como requisito preliminar básico e indispensável os estudos de viabilidade econômica para efetivação dessa alteração estrutural. Nesse caso, não há esse requisito.

De qualquer maneira, nós vamos acompanhar o Senador Flexa Ribeiro pelo fato de ter sido esse projeto aprovado há onze anos pelo Senado Federal. Hoje, na verdade, nós estamos tratando de duas alterações propostas pela Câmara dos Deputados. Eu vejo como fato consumado a proposta inicial aprovada há onze anos. Hoje, sobretudo, as duas alterações da Câmara é que estão na ordem do dia da discussão. Uma delas, pelo art. 18, o termo para definir abrangência da consulta está definido como população diretamente interessada. E essa designação é considerada imprecisa por especialistas e pode dar margem a interpretações divergentes como a que apenas as populações das regiões do Tapajós e do Carajás, que buscam ser desmembradas, deveriam ser ouvidas.

Pela emenda, agora aprovada pela Comissão, o impasse acaba e fica regulamentado que todos os cidadãos do Estado mencionado devem ser consultados através do plebiscito.

Nesse caso, Sr. Presidente, nosso voto acompanha a solicitação do Senador Flexa Ribeiro e do Relator. Vamos votar favoravelmente, mas considerando os argumentos do Senador Aloysio Nunes como oportunos e que devem ser efetivamente levados em conta, para estabelecermos regulamentação mais adequada para esses casos.

É evidente que o Estado do Pará tem suas peculiaridades, é um Estado imenso territorialmente, há esta aspiração de melhoria da qualidade de vida das populações que vivem em regiões distantes da capital. Tudo isso soma.

Portanto, vamos respeitar a vontade da população do Pará, aprovando o plebiscito, mas certamente o alerta do Senador Aloysio Nunes fica registrado para que nós possamos debater essa matéria futuramente.

Eu aproveito, Sr. Presidente, para não pedir uma questão de ordem em seguida, para consultar V. Exª sobre requerimento que protocolei no dia de ontem e que convoca o Ministro Palocci para prestar esclarecimentos a esta Casa. Consulto V. Exª se esse requerimento pode ser colocado extrapauta na reunião de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) –Senador Alvaro Dias, a solicitação de V. Exª me faz interromper a discussão da matéria. Pediria um pouquinho de paciência a V. Exª. Responderei a V. Exª tão logo essa matéria seja concluída.

Passo a palavra ao Senador Petecão.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senadora Marta Suplicy.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quando V. Exª assumiu, fez um compromisso com esta Casa de todo requerimento ser distribuído antes. E eu gostaria que fosse cumprido esse compromisso que V. Exª fez no dia em que assumiu.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Está consignado e, no momento oportuno, V. Exª vai saber da minha posição.

Para discutir a matéria, Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, na verdade, a nossa humilde intervenção aqui é no sentido de parabenizar toda a Bancada do Pará.

Acompanhei, lá na Câmara, esse debate de perto. Aqui eu queria registrar o empenho do Deputado Giovanni Queiroz, do Deputado Lira Maia e do Deputado Bala – que, inclusive, está aqui presente na nossa reunião –, também parabenizar o Senador Mozarildo, autor da proposta, e expressar a minha preocupação.

Todos os senhores têm acompanhado aqui, nesta Casa, a minha luta para que possamos fazer valer um referendo feito no meu Estado, no Estado do Acre. A forma que o Estado do Pará está propondo para a sua população é apresentar, primeiramente, um plebiscito. Lá no Acre, foi exatamente o contrário: lá veio a lei sem consultar o povo; mudaram o nosso horário sem consultar o povo. Um projeto do Senador Tião Viana mudou a lei. Quer dizer, os acreanos foram dormir em um horário e tiveram de acordar em outro horário, de uma forma autoritária e arrogante.

E, aí, o povo foi às urnas, manifestou-se e disse que não concordava com aquela lei. O Pará, não, está fazendo diferente: vai fazer um plebiscito, vai consultar o povo se aceita ou não fazer a divisão, ouvir a Assembleia Legislativa e, aí, sim, tomar a decisão.

Eu estou feliz de ver a democracia sendo exercida aqui em sua plenitude, pois o povo está tendo a oportunidade de se manifestar. Infelizmente, no meu Estado, não foi assim, mas hoje o povo do Acre se posicionou dizendo que não concorda com o horário que lhe foi imposto. E, infelizmente, esta Casa aqui ainda não se manifestou.

Eu queria parabenizar, mais uma vez, todos os Deputados Federais. Quando Deputado Federal, tive a oportunidade de acompanhar esse trabalho, essa luta, essa persistência e, hoje, tenho certeza de que todos os que estão aqui presentes, participando desta sessão, estão muito felizes.

Quero parabenizar, mais uma vez, ao Senador Mozarildo, por estar dando essa oportunidade ao povo do Pará de escolher, de fazer a opção pela forma como gostaria de morar, de viver no Estado.

Então, é isso. Parabenizo o senhor pela condução dos trabalhos e espero que o senhor nos ajude – sei que o senhor está fazendo o máximo – para que possamos decidir essa situação do Acre. E o povo acreano está depositando também essa confiança no senhor.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, se ocorrer a autonomia do Estado de Tapajós como do Estado de Tocantins; se ocorrerem outras autonomias, nós vamos, ao final deste mandato de oito anos, verificar que houve um surto de desenvolvimento naquelas regiões.

Eu sou, Sr. Presidente, autonomista. Eu defendo a descentralização do nosso País. Eu defendo uma nova reforma político-administrativa, que, inclusive, propicie a criação de outros Estados.

Muito se fala contra a criação de Municípios, no entanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu não vi um distrito transformado em Município que não tenha sofrido um surto de desenvolvimento. Eu não vi um sequer, Sr. Presidente, que não tenha tido um surto de desenvolvimento.

Na época em que se travava, neste Congresso Nacional, uma luta para criar o Estado de Tocantins, ou melhor, o Estado que surgiu da divisão de Goiás, alegava-se os mesmos argumentos: de que a criação não iria gerar nenhuma vantagem para o povo daquela região. E, no entanto, o que é que se vê? O que é que se vê no Mato Grosso do Sul, o que é se vê no Tocantins, o que é que se vê no Acre, o que é que se vê em Roraima? Um processo vital de crescimento e desenvolvimento.

Nós temos, em nosso País, apenas cinco mil e quinhentos e tantos Municípios. No entanto, quero fazer uma comparação com a Alemanha, que tem mais ou menos o tamanho do Paraná, tem 30 mil Municípios. E por que a Alemanha é a nação mais desenvolvida da Europa? Por seu caráter descentralizador, pela força administrativa e política que tem o Município, pela força administrativa e política que tem os Estados. Ontem, a Câmara dos Deputados aprovou o novo Código Florestal. A Constituição que nós fizemos, nós que fomos constituintes, reza, no art. 24, que, em matéria ambiental, a União limitar-se-á (é a expressão dos Constituintes) a traçar normas gerais e os Estados a estabelecer as normas específicas em relação às suas peculiaridades territoriais, climáticas, geográficas, culturais, etc.

Inspirando-nos no art. 72 da Constituição alemã, nós, Constituintes, demos um passo forte para a descentralização do País, mas, infelizmente, não fora em relação ao serviço de assistência à saúde, o SUS, poucas ações foram feitas neste País para descentralizar as ações. E descentralização é o caminho para o desenvolvimento. Por isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, votarei a favor desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Vital do Rêgo, depois ao Senador Waldemir Moka, ao Senador Pedro Taques e ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, só uma questão de esclarecimento em respeito aos colegas que se pronunciaram agora há pouco, no que faz referência aos estudos feitos de viabilidade deste espaço denominado Tapajós. Quando recebi a missão de V. Exª para relatar e conversava com o autor, o Senador Mozarildo, nos debruçamos sobre um trabalho extraordinário feito, e peço a V. Exª que faça ser anexado ao meu relatório o estudo feito pelo Senado Federal, na Comissão de Estudos Territoriais, prevista no art. 12 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988, destinada a apresentar estudos sobre o Território Nacional e anteprojetos relativos a novas unidades territoriais, notadamente na Amazônia Legal. Esse estudo foi a base do nosso relatório e na sua página nº 6 – e eu faço a transcrição rápida desse parágrafo para todos que estão nos vendo e ouvindo neste momento – esse estudo fala:

"A criação do Estado do Tapajós atende as premissas e critérios adrede colocados. Dada a distância que separa a região do Baixo Amazonas da capital do Pará, o futuro Estado, na prática, já se constitui uma unidade com vida própria, articulada em torno da cidade de Santarém. É também inegável a condição de autossustentação da área destacada. Suas reservas de bauxita (alumínio), calcário e ouro destacam-se não apenas no Estado do Pará, mas até no País, garantindo-lhe uma receita bastante condizente com a nova situação política proposta. Além disso, o conjunto dos Municípios é bastante promissor em termos de produção agropecuária, uma vez que concentram em sua área cerca de 1/3 das terras de várzea, da calha do Amazonas, as mais férteis da região".

Esse é apenas um dos tópicos desse extraordinário estudo feito em 1989, que serve como base para a apreciação do meu Relatório.

Quero cumprimentar a todos os companheiros do Pará, os Deputados, a classe política que veio, mas sintetizar e fazer anexar na totalidade das minhas argumentações esse pronunciamento, esse depoimento, esse voto do Senador Luiz Henrique, um municipalista convicto, a experiência que ele tem em Santa Catarina, lhe dá autoridade cívica de falar a respeito da descentralização. Posso falar também da minha Paraíba, que pós-Constituição pode desmembrar dezenas de territórios chamados distritos e nenhum desses, ao longo dos últimos dez anos, sofreu nenhuma solução de continuidade e todos estão em profusão de desenvolvimento totalmente diferente do quadro anterior.

Efetivamente, este é um lado da moeda – eu conversava há pouco –, mas que esta moeda tem muita valia na discussão de um novo pacto federativo, que razões como esta do Tapajós faz com que todos nós tenhamos uma preocupação cada vez mais forte em ver esta Casa mergulhada na discussão de um pacto federativo, atendendo a descentralização dos Municípios.

Eu gostaria que V. Exª determinasse a inclusão desse estudo de 1989 ao meu Relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª será atendido na forma regimental, e será apensado o Estudo ao seu Relatório.

Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu acompanho há doze anos, na Câmara dos Deputados, essa discussão Carajás/Tapajós.

Sr. Presidente, eu sou do Mato Grosso do Sul, um Estado que foi desmembrado do nosso querido Estado do Mato Grosso. O Mato Grosso do Sul se desenvolveu exatamente depois dessa separação. É uma questão que me parece importante colocar aqui. Eu quero respeitar muito as palavras do Senador Aloysio Nunes; a preocupação que ele tem com o momento, outra assembléia, um tribunal. Mas, a médio prazo veremos que haverá uma compensação muito grande em relação a isso. Mato Grosso do Sul, hoje, é um grande Estado produtor de grãos e de carne, e está se agroindustrializando, gerando emprego, renda. Melhorou, e muito! Nós temos 78 Municípios. É bem verdade que nós fomos meio que passados para trás pelos irmãos lá de Mato Grosso quando da divisão, com aquela história de que eles iam ficar muito pobres, Mato Grosso, na verdade, experimentou também, a divisão foi muito boa para os dois Estados, Senador Pedro Taques. Muito bom.

Agora, algumas coisas precisam ser colocadas. O Pará, segundo me informa o Deputado Federal Giovanni Queiroz – eu quero cumprimentar também aqui o Lira Maia –, o Pará dá 60 Sergipes. Já imaginou isso? A área do Pará é 60 vezes maior que o Estado de Sergipe. Quinze vezes um país como a França. E assim vai.

Na verdade, o que nós estamos votando? Um projeto que vai possibilitar que se faça uma consulta à população para ver se eles permitem, se eles desejam, se eles querem ou não essa divisão.

Então, S. Presidente, eu acho que nós não podemos negar a possibilidade de a população do Pará, do meu caro Senador Flexa Ribeiro, que honra muito com a sua representatividade no Senado, possa decidir se querem ou não ter o seu Estado dividido.

A minha impressão, o nosso exemplo, a nossa experiência do Mato Grosso do Sul é de que essa divisão foi muito boa, para o Mato Grosso e para o Mato Grosso do Sul, até porque nós ficamos com dois terços do Pantanal, Sr. Presidente. *(Risos.)*

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, Mato Grosso do Sul ficou com dois terços do Pantanal, mas o Pantanal é Pantanal mato-grossense e, lá no Mato Grosso, temos mais peixe do que no Mato Grosso do Sul. É importante que se diga. *(Risos.)*

Sr. Presidente, quando se fala em divisão de Estados, se nós acompanharmos a história da nossa Federação, nós chegamos à conclusão de que essa discussão não é nova. Nós não podemos dividir o Brasil "à zóio". O que significa isso? Assim sem levar em conta aspectos culturais para essa divisão.

Nós não podemos, também, por mimetismo, comparar a nossa federação com a federação americana e muito menos com a federação alemã, que são sociologias, histórias, antropologias totalmente diferentes do nascimento da nossa federação. A nossa federação surge de um movimento de desagregação. O que significa isso? Nós tínhamos províncias sem autonomia, a não ser em 1848 com a reforma que houve na Constituição d e 1824, que se desagregaram. Portanto, nós tínhamos uma federação por desagregação. Diferente da federação americana, que é uma federação por agregação de Estados independentes. Por isso os Estados Unidos têm 50 Estados. E apesar de 50 Estados, os Estados Unidos têm dois Senadores por Estado e, apesar de ter 300 milhões de habitantes, têm 100 Deputados a menos do que o Brasil.

Portanto, quando falarmos em divisão de Estados, temos que falar também do número de representantes dos Estados no Congresso e do número de Deputados na Câmara federal. Este tema tem que ser debatido.

Rui Barbosa debateu muito isso na Constituição de 1891 porque nós copiamos a Constituição americana. Mas, infelizmente, ou felizmente, não é possível copiar a história e a sociologia da Alemanha, muito menos dos Estados Unidos.

Nós temos que entender o seguinte: a divisão de Estados não significa necessariamente, companheiro Giovanni, que aquela região a ser dividida vai ser desenvolvida, porque não é o fato de nós darmos autonomia à região que teremos desenvolvimento econômico daquela região – vide o IDH dos menores Estados do Brasil territorialmente, são menores do que o IDH dos grandes Estados.

Esse tema tem que ser considerado. No entanto, eu ouso discordar do Senador Aloysio, no tocante à importância da consulta popular. Eu sou um entusiasta da consulta popular. Nós devemos ouvir aquela população. O legislador constituinte, penso que tenha sido sábio, em 1988, lá no art. 18, ao estabelecer a necessidade dessa consulta popular. Portanto, nós vamos a essa consulta popular. Penso que é interessante ouvir aquela população. A democracia se faz através do titular do poder, que é o povo. E o povo precisa ser ouvido. Ao depois, nós consideraremos essas questões econômicas, históricas, antropológicas e sociológicas para a divisão de um Estado e a repercussão disso no número de deputados federais e senadores.

Criando-se uma nova unidade federada, existem cálculos que o valor será de R$4 bilhões. Existem cálculos de todas as ordens para a implantação de uma nova unidade federada. Isso será discutido num segundo momento.

Sr. Presidente, nós não podemos comparar divisões de Estados que ocorreram em passado recente, como é o caso dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e o caso de Tocantins – outro exemplo que ocorreu em 1988 –, com a atual realidade pela qual passa a República Federativa do Brasil.

Assim, vou votar favoravelmente à realização dessa consulta popular porque penso que o cidadão, o povo, deve ser ouvido.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Último orador inscrito para debater a matéria, Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, Srs. Deputados que nos honram com suas presenças, não tenham dúvida de que é uma matéria difícil de ser votada. Por quê? Porque o exemplo da divisão territorial, às vezes, é muito bom e, às vezes, é muito ruim. Veja o que aconteceu, por exemplo, com o Brasil. Se nós tivéssemos dado vazão às insurreições que aconteceram no Brasil, o nosso País seria hoje um "paisete". Não é verdade? Nós tivemos Balaiadas, Sabinadas, Farroupilhas, e teríamos retalhado este País e, possivelmente, nós estaríamos em dificuldades como se encontram hoje nossos irmãos latino-americanos, reduzidos em muitos lugares a países pequenos, cheio de militares desbravadores e daqueles que fizeram a independência nas praças, e o País em imensa dificuldade.

Mas também não posso negar que, quando eu era promotor de Justiça no Estado de Goiás, num território que hoje faz parte do Tocantins, eu também levantava

todas essas matérias que o Senador Aloysio hoje traz aqui para discussão. Eu dizia: "Isto aqui não tem jeito", até porque era uma das grandes coisas que se diziam naquele momento, e todo mundo dava razão. "Olha, isto aqui, o Estado do Tocantins que vai ser criado, não tem jeito. Enterraram uma cabeça de burro aqui e isto não vai adiante de jeito nenhum." E o Estado de Tocantins foi adiante, é um dos grandes Estados hoje, produtor de energia, agricultura, pecuária, minério. Tocantins deu certo, e Goiás foi mais adiante; transformou-se numa das maiores economias do Brasil, assim como Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Então, são coisas realmente difíceis de mensurar.

Agora mesmo, estive na República Tcheca, onde houve uma separação recente: a antiga Tchecoslováquia se transformou em República Tcheca e Eslováquia. O que acontece? Não há arrependimento, não há nada, mas muitos dizem: "Nós perdemos uma certa projeção geopolítica". Não é verdade? Agora, o fato é que o Estado do Pará vai se dividir, e não vai se dividir no Estado de Tapajós, não; há mais um: o Estado de Carajás também.

Como foi dito aqui, isso pode ser muito bom. Agora, o que quero dizer com isso é o seguinte: este é o primeiro passo, a consulta às populações envolvidas, que, portanto, é consulta a todo o Estado sobre a divisão.

Vou votar favoravelmente. Mas, no momento em que vier a lei complementar, eu quero ouvir o Ministro do Planejamento, eu quero ouvir um especialista como o Dr. Célio Costa, que tem um livro a respeito disso; quero ouvir a Comissão e conhecer os estudos feitos a esse respeito, para, independentemente, da vontade popular daquela região, ver se, a meu critério – vou dar meu voto, que, é claro, pode ser vencido –, a divisão será boa para o Pará e para o Brasil.

Dessa forma, agora, voto favoravelmente à matéria, mas digo que, no futuro, se houver a aprovação popular, vamos discutir aqui a viabilidade da existência desses Estados, para verificar se a população do lugar, realmente, ficará acudida e se o Brasil terá condição de suportar isso.

Senador Pedro Taques, R$4 bilhões é muito dinheiro. Mas acabamos de dar, de graça, R$4,5 bilhões para o Paraguai. Isso não é verdade? Então, talvez, possamos fazer o mesmo com o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pede a palavra a Senadora Marta Suplicy, para discutir a matéria.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Acredito que a criação de um novo Estado na Federação é uma matéria muito mais ampla do que um plebiscito pode responder. Nesse sentido, compartilho da opinião do Senador Aloysio Nunes, reiterada pelo Senador Demóstenes, sobre a importância de haver estudos mais aprofundados, não só um plebiscito, que acaba tomando a dianteira de uma decisão que é nacional. Apesar de ser, principalmente, do interesse dos paraenses, essa decisão não concerne somente ao povo paraense, mas, sim, ao Brasil como um todo.

Aqui, eu queria fazer um adendo, que, talvez, seja um pouco antipático. O que percebemos é que o Norte e o Nordeste acabam tendo uma representação de Senadores que, muitas vezes, impõe ao resto do País suas prioridades por voto. Temos de levar isso em consideração. Estamos criando um novo Estado, com mais três Senadores também, que terão muito peso e votos decisivos em eleições importantes na Casa.

Então, não é algo que fica restrito somente ao Pará. A necessidade disso é muito grande, pela dimensão do Pará, pelas diferenças entre Tapajós, Carajás. Na região que seria a do Pará, concentram-se mais de 60% da população. Mas tudo isso nos remete ao fato de que estudos maiores são necessários.

Vou votar também favoravelmente à matéria, mas acredito que isso não se resolve com plebiscito. Eu trocava, aqui, uma ideia com o Senador Flexa Ribeiro sobre a necessidade de que o próprio plebiscito dê uma ênfase muito grande à explicação para a população do que isso significa. Será cortada toda uma região onde as necessidades são muito grandes. É claro que a região será beneficiada com a BR, com tudo o mais. Mas as grandes riquezas de Carajás ficarão em outro lugar; no Pará, há uma concentração da população. A população tem de entender tudo isso, bem como as consequências disso.

Meu voto vai ser favorável, mas tenho todas essas preocupações, que compartilho com alguns companheiros e colegas Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senadora Marta Suplicy, imagine, se o Norte e o Nordeste brasileiros não tivessem essa força política, como seríamos mais discriminados ainda!

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senador, fui citada e preciso rebater o que V. Exª disse.

Eu conversava sobre isso com o Senador Flexa Ribeiro. Sou absolutamente favorável à matéria, como também serei favorável à questão do pré-sal, não à emenda que foi aprovada lá. Mas que não fique tudo para quem produz, porque acho que temos de fazer esses investimentos.

Como ex-Prefeita de São Paulo, posso dizer que São Paulo sempre acolheu o povo nordestino, ao qual é grato. Vamos ser um País decente somente quando todo o Brasil estiver desenvolvido. Então, tenho essa sensibilidade, e V. Exª pode ter certeza disso. E fico

contente que, no Governo Lula, o Nordeste e Norte possam ter crescido a 9%.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Agradeço o apoio de V. Exª na questão do pré-sal, mas continuo dizendo: o que seria do Nordeste brasileiro se não tivéssemos essa força política que V. Exª levanta?

Tem a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, penso que esta Comissão está dando o tratamento adequado que o tema requer. Ouvi, ainda há pouco, a própria Senadora Marta e o nosso Presidente, Senador Eunício, se posicionando sobre o Norte, sobre as questões que envolvem aqueles que moram, como eu, na região Norte do País, e como o Senador, no Nordeste.

Penso que o nosso País, em um momento ousado e de um crescimento econômico, fez uma movimentação territorial importante, que vale ser registrada neste momento, que foi trazer a capital federal para cá, para o interior do País. No período, deu-se um debate, uma discussão, mas hoje penso que há um consenso de que aquele foi um passo para tirar o País da costa e trazê-lo para o seu interior. Foi um primeiro grande passo. Mas demoraram décadas. E, recentemente, no Governo do Presidente Lula – obviamente, não estou desmerecendo a preparação de caminho que tivemos em outros governos anteriores ao do Presidente Lula –, o certo é que o Brasil vive um apogeu de crescimento econômico e de desenvolvimento. E penso que, nos últimos anos – vale o registro –, o Brasil começou a dar um pouco mais de atenção ou a diminuir a dívida que tem com o Norte e com o Nordeste. É fato isso.

Tivemos, nesse período, nesse intervalo, a criação de dois Estados: bem colocado aqui pelo Senador Demóstenes, o caso do Tocantins; e como ouvi ali o argumento obviamente colocado pelo nobre Senador Moka de que ficou com dois terços do Pantanal na criação do Mato Grosso. O certo é que esses dois Estados tiveram, sim, depois da sua criação, independentemente da polêmica que geraram, um resultado positivo.

Penso que não são situações suficientes para que, cegamente, indiscriminadamente, estabeleçamos plebiscitos para criar e dividir Estados no Brasil. E acho também que, apesar de essa proposição ser antiga, temos um certo risco, tendo em vista de novo o Brasil estar vivendo uma fase de crescimento econômico. E termina que se confrontam o crescimento econômico, os ganhos econômicos, com as dificuldades que algumas regiões do País passam, especialmente o nosso Estado.

Então, particularmente, não sou favorável, de pronto, a fazer isso de uma maneira mecânica, de se estabelecer a criação seja de Municípios, seja de Estados. Acho que tem de ser algo muito criterioso.

E aí, eu queria pôr aqui, sem querer me alongar, algo que, talvez... E eu me proponho, caso algum outro colega queira fazer. Paralelamente a essa manifestação e a outras que estão chegando, acho que estava passando da hora de o nosso País fazer o que eu poderia, simplificando, chamar de uma revisão dos limites territoriais que temos nos Estados. Talvez isso seja importante.

Estou dando um exemplo que nós fizemos no Acre. A criação de Municípios e de Estados aconteceu, em alguns casos, há séculos, há décadas, sem se usarem as ferramentas e os recursos de que dispomos hoje. No caso do Acre, fizemos um entendimento com a Assembleia Legislativa e, durante anos, foi feito um projeto muito interessante de revisão dos limites de Municípios, levando em conta bacias hidrográficas, levando em conta conhecimentos de que hoje dispomos. E isso ajustou situações e evitou, diretamente, que se chegasse à ideia de criar novos Municípios. É óbvio que no Acre temos proposição de criação de Municípios, e são proposições legítimas, mas elas têm de ter o tratamento adequado para que se trabalhem.

Eu queria, então, concluindo, dizer que acho que, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, a Casa da Federação, poderíamos iniciar talvez uma discussão paralela, porque hoje aqui decidiremos se vamos dar prosseguimento ao propósito de fazer um plebiscito para ouvir a população sobre se deve ou não iniciar o processo de criação de mais um Estado do País. Se nós fizermos uma discussão aqui ou iniciarmos esse debate aqui, sobre a divisão territorial do País, sobre o Estado do Amazonas, na divisa com o Acre, com Roraima, com Rondônia, com o Pará, quem sabe podemos dar uma contribuição mais efetiva para o nosso País. Há muitas situações que podem ser melhoradas do ponto de vista das relações entre esses Estados.

Neste momento, sem polemizar, vou votar, seguindo a orientação do meu Partido, o relatório do Senador Vital do Rêgo, mas vou me prender um pouco às últimas observações que o Senador Demóstenes fez, de termos aqui um posicionamento para permitir que a população do Estado do Pará se manifeste, de todo o Estado. Isso não significa uma concordância de pronto com a criação de um Estado. A responsabilidade é enorme, principalmente do Senado Federal, que é a Casa onde este tema deve ser discutido.

Então, sigo o relator neste momento, mas faço um apelo a esta Comissão para que, quem sabe, saiamos dessa armadilha perigosa de ficarmos tratando um caso atrás do outro, de divisão territorial do País, sem fazer uma discussão do conjunto dos problemas que o País vive.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Com o voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira, a matéria está aprovada.

(Palmas.)

Aprovada, a matéria passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao substitutivo.

A matéria vai a plenário.

Item 2 da pauta.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pediria a V. Exª que pudesse tramitar a matéria em regime de urgência, para encaminhamento ao plenário, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª será atendido na forma regimental.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Não sei se já foi feito o registro da presença, na nossa Comissão, da nossa querida companheira Maria do Carmo, Prefeita de Santarém, e seus secretários.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em votação o requerimento de urgência do Senador Flexa Ribeiro.

Peço ao Senador Flexa Ribeiro que formalize depois o requerimento e o dirija à Mesa.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 2 da pauta.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Nós ainda temos mais matérias no dia de hoje, inclusive matérias da reforma política.

Pediria a compreensão dos senhores.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, DE 2010

(Terminativo.)

Acrescenta artigo ao Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 – Lei de Introdução ao Código Civil.

Autoria: Senador Pedro Simon.

Relatoria: Senador Roberto Requião.

O relatório é pela reautuação da matéria como projeto de lei complementar, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta.

Observação: Em 18/05/2011, a Presidência concedeu vista aos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel, nos termos regimentais.

Consulto os Srs. Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel sobre eventual manifestação decorrente dos seus pedidos de vista.

Tem a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Luiz Henrique.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Compreendo a alegria com a aprovação da matéria, mas pediria aos Srs. Senadores e à assessoria um pouco de silêncio porque temos outras matérias tão ou mais importantes do que a matéria que acabou de ser debatida e aprovada.

Com a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de propor ao ilustre Relator, Senador Roberto Requião, uma alteração na forma, guardando o espírito e o objetivo do projeto original e de seu substitutivo. A minha ideia, que pretendo submeter a S. Exª, é alterarmos a Lei Complementar nº 95 e não a Lei de Introdução do Código Civil. Se V. Exª e o Plenário concordarem, eu requeiro a retirada de pauta da matéria, no dia de hoje, para que possamos dialogar com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A Presidência atende a solicitação de V. Exª. Ainda que o Relator da matéria já tenha pedido a reautuação da matéria para projeto de lei complementar, a Mesa atende V. Exª e devolve a matéria na próxima semana.

Está retirado de pauta o Item 2.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, só para lembrá-lo de que estamos aguardando uma resposta de V. Exª, apenas para informar àqueles que nos acompanham sobre o destino do requerimento protocolado ontem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em relação ao requerimento de V. Exª existe também um outro requerimento, que é do Senador Demóstenes Torres. E como a Senadora Marta Suplicy fez um alerta, não vou entender como uma cobrança, partindo da Senadora Marta Suplicy, mas fez um alerta a respeito dos compromissos assumidos por esta Mesa, peço a compreensão de V. Exªs, tanto do Senador Demóstenes quando do Senador Alvaro Dias, para que esse requerimento seja distribuído, como já acertamos na primeira

reunião, para que, na próxima reunião, ele venha à pauta para o cumprimento daquilo que nós já ajustamos anteriormente com o Plenário desta Comissão.

Peço a compreensão de V. Exª, pois sei que V. Exª é um Senador atuante, um Senador da oposição que quer, inclusive, que essa matéria seja aqui discutida na questão do seu requerimento, mas eu peço vênia a V. Exª para colocar essa matéria na próxima semana, conforme acordado nas reuniões anteriores.

Item 8 da pauta.

Há um pedido de retirada de pauta do Senador Lindbergh Farias, Relator da matéria.

Está retirado de pauta o **Item 8**.

Item 9 da pauta, o primeiro item que se refere à Reforma Política.

Conforme havíamos combinado, nós vamos ler os três relatórios da Reforma Política e vamos dar vista coletiva, para voltarmos com esta matéria, para discussão, na próxima semana, em turno único, nesta Comissão. A não ser que tenha uma matéria que seja premente, nós vamos colocar os três itens na próxima quarta-feira.

Então, hoje nós vamos ler os Relatórios, conforme o combinado, e, na próxima quarta-feira, fazemos uma reunião exclusiva de debate dessas três matérias, a fim de que tenhamos um espaço de um dia inteiro para a discussão.

Para a leitura do relatório e não para discussão, concedo a palavra ao ilustre Senador Luiz Henrique.

Antes, porém, vou anunciar o item.

ITEM 9
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 37, DE 2011

Altera os arts. 46 e 56 da Constituição Federal, para reduzir de dois para um o número de suplentes de Senador; vedar a eleição de suplente que seja cônjuge, parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau ou por adoção do titular e dá outras providências.

Eu quero apenas deixar claro para o Plenário que o relatório do Senador Luiz Henrique poderá receber, se ele assim concordar, até o momento de iniciarmos a votação, ainda no processo de discussão, obviamente com a anuência do Relator, emendamentos e sugestões... Não emendamento da forma regimental, mas por sugestões ao Relator Luiz Henrique.

Eu mesmo quero conversar com o Relator depois, porque tenho uma proposta que colide com essa proposta feita pela Comissão. Mas, como há o compromisso da Mesa de votarmos todas as matérias oriundas da Comissão que foi criada para a Reforma Política, respeitando isso, vou apenas conversar com V. Exª depois para ver se V. Exª incorpora algo, não conheço ainda o relatório de V. Exª. Deixando bem claro, essa matéria pode ser incorporada até o início da votação, que poderá se dar na próxima quarta-feira.

Tem a palavra V. Exª para a leitura do relatório.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, este projeto é resultado de uma decisão unânime da Comissão de Reforma Política constituída pelo Presidente desta Casa, Senador José Sarney, e presidida com grande eficiência e tirocínio pelo nosso Senador Ministro Francisco Dornelles. Esta matéria foi, como já disse, das que não obteve praticamente polêmica na Comissão. Por isso, o meu parecer expressa a vontade da Comissão instalada para o fim de apresentar projetos da reforma política.

Relatório.

Vem à análise desta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 37, de 2011, de autoria do ilustre Senador José Sarney e outros Srs. Senadores, cuja ementa é acima transcrita.

Em seu art. 1º, a Proposta de Emenda Constitucional estabelece as seguintes medidas:

I – reduz o número de suplentes de Senador para um;

II – proíbe a eleição de suplente que seja cônjuge ou parente consanguíneo ou afim do titular, até o segundo grau ou por adoção;

III – mantém a convocação do suplente em caso de afastamento temporário ou definitivo do titular, mas, na hipótese de vaga, determina a realização de nova eleição. Explicando a *mens legis* desse dispositivo, os futuros suplentes, se aprovada a matéria, apenas substituiriam, mas não sucederiam os titulares. Isso se dará na seguinte conformidade:

a) se a vaga ocorrer até cento e vinte dias das próximas eleições gerais, sejam municipais ou federais e estaduais, o novo Senador será eleito em pleito simultâneo a essas eleições;

b) se a vaga ocorrer dentro de cento e vinte dias das próximas eleições gerais, sejam municipais ou federais e estaduais, o novo Senador será eleito em pleito simultâneo às eleições gerais subseqüentes;

c) o suplente exercerá o cargo somente até a posse do Senador eleito para a conclusão do mandato do antecessor. Esse dispositivo tem em vista não deixar o mandato sem um exercente, sem um Senador.

d) o Senador eleito assumirá o cargo no dia 1º de fevereiro do ano seguinte ao de sua eleição e concluirá o mandato do antecessor, ou seja, do Senador afastado definitivamente.

Além disso, o art. 2º afasta a aplicação das referidas medidas aos mandatos em curso, quais sejam, os mandatos dos Senadores e suplentes eleitos em 2006 e em 2010.

Significa dizer que os atuais suplentes substituem e sucedem os atuais titulares.

Registram os ilustres autores, entre os quais os membros da Comissão da Reforma Política instituída

pelo Presidente José Sarney, que a proposta pretende aperfeiçoar as normas aplicáveis à suplência de Senador e ampliar a legitimidade do Senado Federal perante o eleitorado e a sociedade brasileira.

Análise.

Cabe a esta Comissão, na forma do art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), proceder à análise da proposição quanto à sua admissibilidade e mérito.

Do ponto de vista da admissibilidade, verifico que a proposição está subscrita por mais de um terço dos membros desta Casa e não viola as limitações circunstanciais à promulgação de emenda à Constituição (art. 60, I e § 1º, da Constituição). Tampouco trata de matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada na atual sessão legislativa ou há pretensão de abolir a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais (art. 60, §§ 4º e 5º, da Constituição).

A proposta também não visa à alteração de dispositivos sem correlação entre si, razão pela qual não incorre na proibição prevista no art. 371 do RISF.

No tocante ao mérito, a iniciativa é louvável. Esta Casa está convicta da necessidade de se alterarem as normas que regem a suplência de Senador. Afinal, embora a eleição para o Senado seja majoritária e preveja a eleição do titular e de dois suplentes, que serão convocados em caso de afastamento temporário ou definitivo do titular, é sabido que há pouca transparência tanto no processo de escolha como na divulgação das candidaturas dos suplentes.

Desta forma, merecem aprovação a proibição do nepotismo na escolha dos suplentes, bem como a realização de nova eleição popular em caso de abertura de vaga de Senador, visto que tais medidas contribuirão para o aumento da legitimidade do exercício do mandato de Senador.

O parecer foi impresso e distribuído e vou para o voto.

Voto.

Do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2011, com a seguinte emenda de redação:

Fizemos uma emenda de redação para aprimorar o texto.

Dê-se à ementa da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2011, a seguinte redação:

"Altera os arts. 46 e 56 da Constituição Federal para reduzir de dois para um o número de suplentes de Senador e vedar a eleição de suplente que seja cônjuge, parente consangüíneo ou afim, até o segundo grau, ou por adoção do titular, e dá outras providências".

Salvo melhor juízo das ilustres Senadoras e dos ilustres Senadores, este é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) –

ITEM 10:
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 40, DE 2011
(Não terminativo.)

Altera o art. 17 da Constituição Federal, para permitir coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias.

Relatoria: Senador Valdir Raupp.

No dia de hoje foi recebida a Emenda de nº 1, do Senador Antonio Carlos Valadares. Por essa razão, o Senador Valdir Raupp pediu que essa matéria... Como ele tivesse que analisar a emenda, obviamente para avaliar se concorda ou discorda, enfim, para dar um parecer, então, nós começaríamos com a leitura desse parecer na próxima semana, sem prejuízo da discussão da matéria, como nós havíamos encaminhado.

Passemos, pois, ao item 11.

ITEM 11:
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 41, DE 2011
(Não terminativo.)

Altera o art. 14 da Constituição Federal para dispensar da exigência de filiação partidária os candidatos nas eleições municipais.

Relatoria: Senador Demóstenes Torres

Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres, para proferir Relatório, lembrando que faremos o mesmo procedimento. Ouviremos o relatório de V. Exª e, concedida a vista coletiva, na próxima quarta feira nós voltaremos ao debate para aprovação ou não da matéria.

V. Exª tem a palavra.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, a proposta é conhecida popularmente como candidato avulso, que foi aprovada na Comissão de Reforma Política apenas para as eleições municipais.

O meu parecer é totalmente contrário. Acho que estamos tratamento aqui do fortalecimento dos partidos políticos, nós estamos discutindo se vamos adotar voto em lista, voto distrital puro, voto distrital misto, tudo visando fortalecer partidos, a vontade do eleitor. Estamos tratando de fidelidade partidária. Como é que

alguém pode ser candidato se não tem partido, se estamos fortalecendo a fidelidade partidária?

Na minha opinião fortalecer aventuras políticas, candidatos cheios de recursos, especialmente em Municípios pequenos, personalidades; não há proposta partidária, é uma proposta extremamente individual que pode favorecer a autoritarismos. Claro que isso pode acontecer no atual sistema, mas, na minha opinião, apesar do propósito ser relevante, dá ao eleitor alternativas novas, eu acho que, na realidade, não admitir a filiação partidária pode acontecer o seguinte: hoje, a pessoa que parte num debate interno, ele vai migrar para uma candidatura isolada. Ele precisa apenas de 0,5% dos eleitores dos Municípios.

Então, vou deixar para o debate da semana que vem, mas, na minha opinião, por enfraquecer os partidos políticos, ser uma alternativa totalmente desarrazoada, eu voto contra essa alternativa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É o relatório de V. Exª.

Nada mais havendo a tratar, tendo em vista que a outra matéria o Senador Valdir Raupp vai fazer a leitura e a discussão na próxima semana, agradeço a presença de todos os Srs. Senadores, das assessorias e da imprensa e declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a Reunião às 12 horas e 27 minutos.)

(Segue anexo.)

DOCUMENTO A QUE SE REFEREM OS SRS. SENADORES VITAL DO RÊGO E MOZARILDO CAVALCANTI EM SEUS PRONUNCIAMENTOS.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Serviço de Comissões Técnicas
DF nº 82 de 13/05/
Fls 050

RELATÓRIO Nº 1, DE 1990 - CA

Da Comissão de Estudos Territoriais, apresentando a REDAÇÃO FINAL do texto aprovado "sobre o território nacional e anteprojetos relativos à novas unidades territoriais, notadamente na Amazônia Legal e em áreas pendentes de solução".

Relator: Deputado GABRIEL GUERREIRO

A Comissão de Estudos Territoriais prevista no art. 12 das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição de 1988, destinada a "apresentar estudos sobre o território nacional e anteprojetos relativos à novas unidades territoriais, notadamente na Amazônia Legal e em áreas pendentes de solução", apresenta, em anexo, a REDAÇÃO FINAL do texto aprovado.

Sala das Comissões, em 12 de dezembro de 1989

, Relator

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Serviço de Comissões Mistas
OF nº 82 de 1989-CN
Fls. 051

RELATORIO DA COMISSAO DE ESTUDOS TERRITORIAIS

INTRODUÇAO

A criação da Comissão de Estudos Territoriais pela Assembléia Nacional Constituinte atesta, em primeiro lugar, uma visão mais clara e moderna no trato com a questão geopolítica e uma preocupação em conciliar a necessidade de interiorizar a ação governamental com a promoção do desenvolvimento.

Por outro lado fica igualmente claro o entendimento de que os problemas de preservação da Amazônia estão relacionados com a ingovernabilidade dos seus imensos Estados. Desta maneira, pretende-se examinar de forma racional, mediante estudos, análises e discussões entre os membros da Comissão e estudiosos do assunto da redivisão territorial, propostas várias e reivindicações novas e antigas.

O conjunto de propostas da Comissão visa, enfim, a inaugurar no Congresso Nacional uma nova fase de discussões que resultem em decisões onde se conjuguem os mais altos interesses públicos e a consolidação de um modelo de política territorial baseado na necessidade de disseminar o desenvolvimento e assegurar a participação crescente das populações nos destinos nacionais.

A Comissão de Estudos Territoriais teve a seguinte composição :

Pelo Senado : Senador Alfredo Campos
Senador Chagas Rodrigues
Senador João Castelo
Senador João Menezes
Senador Nabor Junior

Pela Câmara : Deputado Alcides Lima
Deputado José Carlos Vasconcelos
Deputado José Guedes
Deputado Gabriel Guerreiro
Deputado Renato Bernardi

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Serviço de Comissões Mistas
Of. nº 82 de 1989 - CN
Fls. 052

Pelo Executivo : Dr. Almir Laversveiler de Morais
Dr. Ceser Vieira de Rezende
Dr. Charles Curt Mueller
Dr. Paulo Moreira leal
Dr. Pedro José Xavier Mattoso

Foram realizadas 13 reuniões entre junho e dezembro. As participações especiais podem ser assim sintetizadas:

O Presidente do IBGE, Dr. Charles Curt Mueller, fez palestras sobre o problema de litígio de limites entre os Estados do Acre e de Rondônia, durante a qual esclareceu quais as conclusões do Instituto, demonstradas em relatório detalhado sobre o assunto.

Além da palestra do Presidente do IBGE, a Comissão teve a oportunidade de assistir a Conferência do Dr. Fernando Rodrigues de Carvalho sobre "Litígios de Limites Interestaduais e Divisas Intermunicipais" e do Dr. Aluízio Capdeville Duarte sobre a nova divisão do Brasil em Meso e Microrregiões Homogêneas. Foram contribuições do IBGE que ensejaram profícuas discussões e permitiram propostas mais bem fundamentadas ao final dos trabalhos.

Da mesma forma, a Comissão teve o privilégio de assistir à exposição do Dr. Almir Laversveiler, representante da Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional - SADEN, que apresentou alternativas de divisão territorial da Amazônia sob o ponto de vista deste órgão.

Mereceram ainda registro, os depoimentos do Deputado Júlio Campos, do Senador Jarbas Passarinho e do Dr. Paulo Dante Coelho, Secretário Geral Adjunto do MINTER, os quais acrescentaram à exposição de suas idéias e posições, a força da experiência vivida em outros momentos em que se discutiu - e realizou - a divisão territorial do Brasil.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Serviço de Comissões Mistas
of. nº 82 de 1989
Fls. 053

PROPOSTA DA COMISSÃO DE ESTUDOS TERRITORIAIS

A partir dos depoimentos, estudos apresentados e mesmo do re exame de projetos colocados à Constituinte, chegou-se a um conjun to de propostas de redivisão do espaço brasileiro que engloba to das as contribuições dadas, e que se enquadraram nas premissas es tabelecidas.

1. REDIVISÃO DA AMAZONIA - JUSTIFICATIVAS E CRITÉRIOS

A redivisão da Amazônia tornou-se objetivo precípuo da Comis são na medida em que foi expressamente privilegiada nos termos do Artigo 12 das Disposições Constitucionais Transitórias. Isto pare ce indicar não apenas uma intenção clara do legislador constituin te, mas, também, a visualização dos problemas da Região. A Amazô nia, hoje, incluindo-se os Estados de Mato Grosso e Tocantins, tem 4.752.981 km², 55,8% do território brasileiro. De características geográficas bastante específicas, a região é dominada pelos rios da Bacia Amazônica, de tal forma que necessita tratamento diferen ciado do restante do País, particularmente no que concerne à trans portes e comunicações. O grandioso espaço amazônico, com as natu rais dificuldades de colonização, diferencia-se também das demais regiões brasileiras quanto ao número e extensão de seus Estados componentes. Enquanto as áreas do Nordeste, Sudeste e Sul têm Esta dos de 200.000 km², em média, na região Norte, apenas os Estados do Pará e Amazonas respondem por 1/3 da extensão do Brasil. As enor mes distâncias dentro de uma mesma Unidade Federativa dificultam a ação administrativa, resultando na impossibilidade de se imple mentar programas consistentes de desenvolvimento. Sem investimen tos adequados os municípios ficam sujeitos a um crescimento desor denado, no qual ficam comprometidas a preservação ambiental e, até mesmo, a segurança das fronteiras.

É impossível deter o crescimento da Amazônia. Cumpre orde

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Serviço de Comissões Mistas
OF nº 82 de 10.5.90
Fls. 064

nar esta expansão, orientar seu rumo, sua disseminação e seu ritmo, tendo em vista garantir o bem estar da população. Isto não é possível na atual situação de ingovernabilidade dos Estados Amazônicos. Redividir, neste caso, assoma como primeiro passo de uma estratégia duradoura de desenvolvimento da região.

A par deste aspecto, há de considerar o problema das individualidades de uma região que, historicamente, é tida como um todo homogêneo. Esta visão, sem dúvida, vem dificultando o desenvolvimento de inúmeras áreas e concentrando os efeitos dos programas governamentais naqueles municípios próximos às capitais, onde o acesso fácil permite o melhor conhecimento das carências e prioridades.

Junte-se, ainda, o que a políticas dos "Grandes Projetos", inaugureda nos anos 60/70 provocou, com o surgimento de verdadeiros quistos de exploração de recursos locais, sem estabelecer, a partir de uma atividade principal, tipos diferenciados de produção econômica que agregassem maior valor aos bens produzidos na Amazônia. Sem compromissos com o futuro das populações locais, os "GPIs" caracterizam uma política de desenvolvimento vinculada ao Governo Federal, típica do período autoritário. Na medida em que tiverem diminuídas, suas áreas de jurisdição, as Administrações disporão, de relativamente maior volume de recursos para investimentos e poderão fazer reavaliações e até reversões desses projetos a nível dos Governos Estaduais.

Por fim, vale ainda abordar o importante componente político, implícito à redivisão da Amazônia. A presença de maior número de representantes na Câmara e no Senado, certamente imprimirá maior peso aos interesses da região, frente ao restante do País, cuja densidade populacional, significamente mais alta, vem direcionando para a sua perspectiva a maioria das decisões tomadas. Além da diminuição do desequilíbrio da representação a nível federal, cabe lembrar a relevância da abertura das Câmaras Estaduais que proporcionam à população valiosa educação política. Representantes mais próximos permitem a crítica, a pressão, a participação popular na administração.

Aos aspectos acima focalizados, e que foram por diversas vezes lembrados e discutidos nas reuniões da Comissão, deve-se acres

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Serviço de Comissões Mistas
OF nº 82 de 1989-CN
Fls 065

centar ainda, o exame dos resultados de experiências anteriores. No que diz respeito aos Territórios, o tempo demasiadamente longo que decorreu entre a sua criação e a transformação em Estado, de certa forma, embotou o desenvolvimento local. Já no caso de Mato Grosso, a divisão foi positiva, resultando em maior desenvolvimento das duas Unidades, conforme declarou o Deputado Júlio Campos em seu depoimento à Comissão.

À luz dos argumentos que fundamentam a necessidade da redivisão da Amazônia foram estabelecidos os critérios que presidiram os termos da proposta. São eles :

. Existência de individualização do espaço objeto da divisão, em relação à capital do Estado no qual se acha inserido. Entende-se esta particularidade da área, não apenas quanto às ligações internas, mas, também, nos aspectos culturais e vida econômica.

. Homogeneidade geo-sócio-econômica do espaço considerado para divisão. Neste ponto as propostas contam com o apoio da regionalização do espaço amazônico em microrregiões, constante do estudo recentemente concluído pelo IBGE. Na quase totalidade das propostas os contornos das novas unidades territoriais acompanham as microrregiões definidas para aquelas áreas.

. Preservação de fronteiras atualmente desguarnecidas, dada sua distância e seu acesso para a capital do Estado.

. Condicionamento da proposição de novas unidades à possibilidade de sua autodeterminação. Neste sentido definem-se como Territórios aquelas áreas de fronteira e/ou de conflitos, cuja situação peculiar recomenda a divisão, ainda qúe sem condições econômicas de auto-sustentação.

. Preservação de espaços homogêneos, de adequados tamanhos e configuração, para constituir o território remanescente da atual Unidade. Neste aspecto tem grande importância a manutenção da capacidade de articulação interna, tanto para a antiga como para a nova Unidade. Foram, portanto, privilegiados os contornos das bacias, adotando-se os limites naturais da região.

. Manutenção dos municípios atuais, evitando-se divisões internas que introduzem elementos complicadores no processo.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Serviço de Comissões Mistas
OF. nº 56 de 19/10/
Fls. 056

1.1. CRIAÇÃO DO ESTADO DO TAPAJÓS

Crirar o Estado do Tapajós a partir do desmembramento dos municípios de Alenquer, Almeirim, Aveiro, Faro, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Rurópolis e Santarém, do Estado do Pará.

O Estado do Tapajós terá extensão de 307.532 km², e a população superior a 1.000.000 de habitantes. Em consequência do desmembramento proposto, o Estado do Pará passará a ter uma área de 739.301 km².

A criação do Estado do Tapajós atende às premissas e critérios adrede colocados. Dada a distância que separa a região do Baixo-Amazonas da capital do Pará, o futuro Estado, na prática, já se constitui uma unidade com vida própria, articulada em torno da cidade de Santarém. E também inegável a condição de auto-sustentação da área destacada. Suas reservas de bauxita (alumínio), calcário e ouro destacam-se não apenas no Estado do Pará, mas até no País, garantindo-lhe uma receita bastante condizente com a nova situação política, ora proposta. Além disso o conjunto dos municípios é bastante promissor em termos de produção agropecuária, uma vez que concentram em sua área cerca de 1/3 das terras de várzea, da calha do Amazonas, as mais férteis da região.

O aprofundamento da justificativa de criação deste Estado, consta do Anteprojeto do Decreto Legislativo, que anexo a presente proposta.

1.2. CRIAÇÃO DO TERRITORIO FEDERAL DO RIO NEGRO

Criar o Território Federal do Rio Negro, a partir do desmembramento dos municípios de Barcelos, Japurá, São Gabriel da Cachoeira e Santa Izabel do Rio Negro do Estado do Amazonas.

A criação do Território Federal do Rio Negro atende, prioritariamente, a razões de segurança. A região abrangida pelos municípios representa 346.302 km² diretamente limitados com a Colômbia e a Venezuela e, dada sua significativa distância da capital Manaus, é fronteira desguarnecida.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Serviço de Comissões Mistas
OF. Nº 60 de 1989-CN
Fls. 057

Preocupação neste sentido gerou proposição por parte da SADEN para a criação de Território Federal nesta região, com capital em São Gabriel da Cachoeira.

O Território proposto contará com a população de cerca de 44.598 habitantes e, além dos objetivos da fiscalização da fronteira, a criação da Unidade vincula-se à necessidade de promover o desenvolvimento de áreas que permanecem abandonadas, entregues, inclusive, à depredação de seus recursos naturais.

As dificuldades que enfrenta o Governo do Estado do Amazonas para administrar seu imenso território há muito recomendam uma racional divisão de suas áreas mais distantes. Entende-se, ainda, que dadas as condições atuais da região, não seria aconselhável a criação de um Estado e sim a do Território Federal.

Cabe esclarecer que a SADEN não inclui o município de Barcelos em sua proposta. Sua inclusão aqui, deve-se, no entanto, a duas razões principais:

a) Necessidade de cobrir toda a fronteira. O município de Barcelos tem limite direto com a Venezuela e, se excluído, resultaria em dificuldade de administração do próprio Poder Federal naquela área.

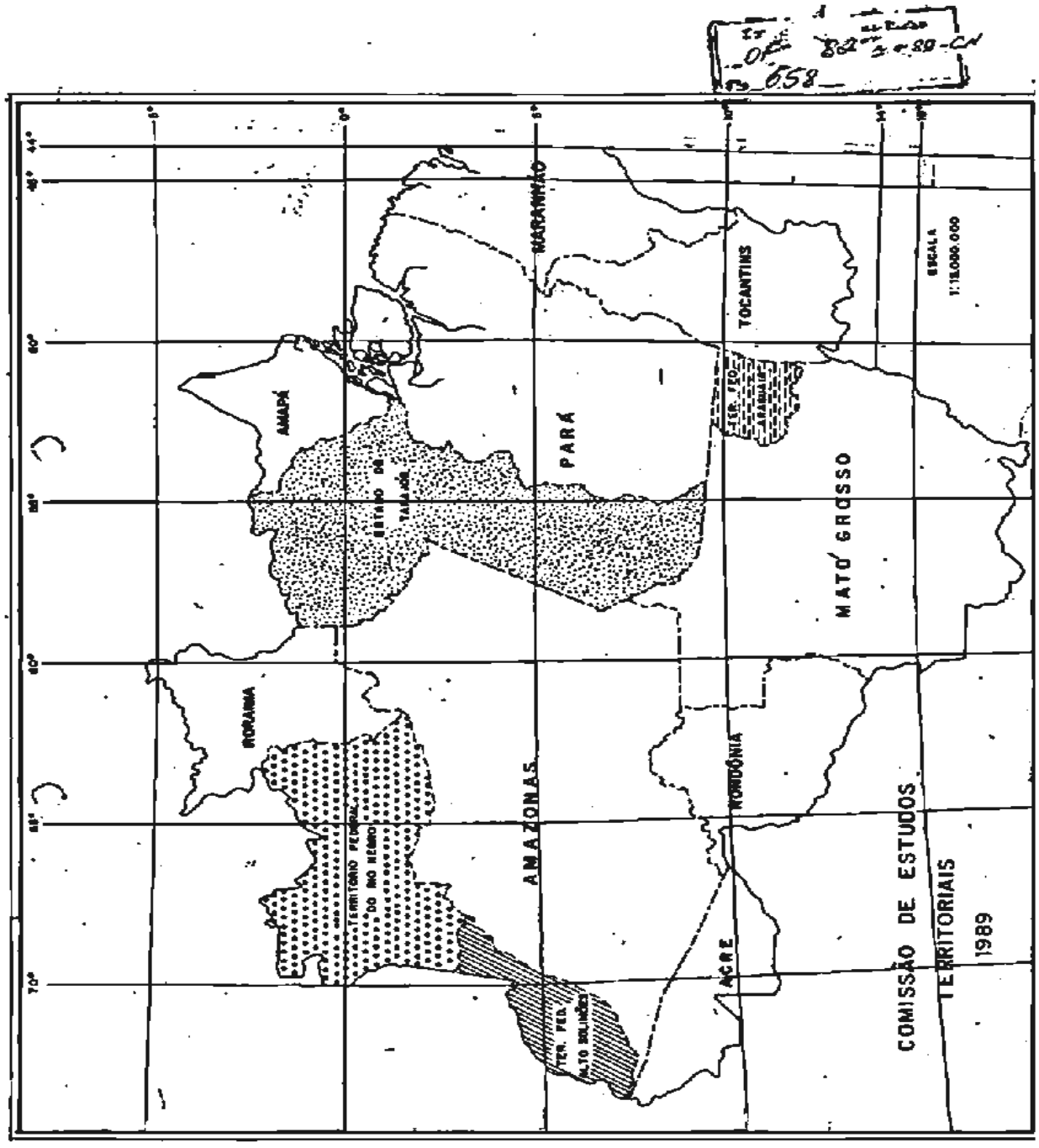
b) A distância de Barcelos para Manaus não é tão grande considerando a situação atual mas, no caso de não incluído no novo Território este município ficaria isolado.

1.3. CRIAÇÃO DO TERRITÓRIO FEDERAL DO ALTO SOLIMÕES

Criar o Território Federal do Alto Solimões, a partir do desmembramento dos municípios de Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, São Paulo do Olivença, Santo Antonio do Içá, Tabatinga e Tocantins.

O futuro território terá uma extensão de 130.544 km² e uma população estimada em 91.000 habitantes, que se beneficiaria sobremaneira com os objetivos de segurança e desenvolvimento, implícitos na criação do novo Território.

Igualmente fronteiriça, a região faz limite com o Peru e a


MARANHÃO
TOCANTINS
PARÁ
AMAPÁ
MATO GROSSO
RORAIMA
AMAZONAS
RONDÔNIA
ACRE
COMISSÃO DE ESTUDOS TERRITORIAIS
1989

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Serviço de Comissões Mistas
OF Nº 82 de 1989
Fls. 055

8

Colômbia, e está articulada internamente pelas bacias do Solimões, Japurá e Jutaí, principalmente. A criação do Território completa a fronteira, facilitando o equacionamento das questões de segurança que o isolamento da região pode permitir, além de estabelecer um posto avançado do Governo Federal em locáis ultimamente sujeitos a problemas de contrabando e narcotráfico.

O Estado do Amazonas resultante do desmembramento dos Territórios do Rio Negro e do Alto Solimões terá extensão de 1.091.108 km². É uma área ainda largamente superior aos demais estados brasileiros, mas permitirá um maior grau de administrabilidade ao Governo Estadual. Ressalte-se, ainda, que a população dos dois Territórios, em conjunto, não chega a 7% do total do Amazonas. São regiões que necessitam de uma administração específica, voltada para suas necessidades, a fim de que se desenvolvam e se integrem no cenário nacional. Sem isto, podem sucumbir ao isolamento e se descaracterizar enquanto região brasileira, enveredando pelo caminho mais fácil da influência do vizinho estrangeiro, mais dinâmico e mais desenvolvido.

1.4. CRIAÇÃO DO TERRITÓRIO FEDERAL DO ARAGUAIA

O conjunto dos municípios de Luciara, Vila Rica, Santa Terezinha, Porto Alegre do Norte e São Félix do Araguaia, constituem uma região de conflitos e por conseguinte, de difícil administração para o Governo do Mato Grosso.

Os problemas são sensivelmente aumentados com a distância e dificuldades de acesso, aliadas aos interesses de contrários que lá se fazem sentir.

Estas considerações, ainda que sobejamente conhecidas, foram detalhadas e realçadas no depoimento do Deputado Júlio Campos à Comissão de Estudos Territoriais. Naquela ocasião o parlamentar sugeriu a criação do Território Federal do Araguaia, pois as condições da região recomendam a presença mais efetiva do Governo Federal.

A área objeto da presente proposta soma, aproximadamente, 59.642 km², 6,6% do Estado do Mato Grosso e a população, segundo o

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Serviço de Comissões Técnicas
OF nº 82 de 1989-CN
Fls. 060

IBGE, pouco ultrapassa os 50.000 habitantes.

1.5. PROPOSTA DE UNIDADE TERRITORIAL NO ABUNA

Foi ainda remetida à Presidência da Comissão, proposta do Deputado Estadual Félix Pereira, do Acre, para a criação de Unidade Territorial na Amazônia legal, "cuja área englobaria a Ponta do Abunã-Acre e os municípios de Lábrea, Pauini e Boca do Acre". A falta de melhores detalhes que pudessem orientar um estudo de viabilidade prejudicou a proposta invalidando-a.

2. REDIVISÃO EM OUTRAS REGIÕES

- CRIAÇÃO DO ESTADO DO TRIÂNGULO

A criação do Estado do Triângulo a partir do desmembramento de 74 municípios de Minas Gerais foi largamente discutida na Assembléia Nacional Constituinte, e encaminhada à Comissão de Estudos Territoriais.

Entendendo que a nova unidade territorial atende aos critérios básicos estabelecidos, a Comissão julga oportuna a criação do Estado do Triângulo.

A justificativa detalhada e a composição do novo Estado constam do anexo Anteprojeto de Decreto Legislativo.

3. QUESTÕES DE LIMITES ESTADUAIS

A Comissão teve oportunidade, das mais valiosas, de assistir a explanação do Dr. Eduardo Durão da Cunha, Historiador e Geógrafo que discorreu em defesa do Espírito Santo sobre seus limites com a Bahia e do Senador Francisco Rollemberg, de Sergipe,

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Serviço de Comissões Mistas
OF nº 82 de 17.03.89
Fls. 061

10

que pronunciou fundamentada exposição sobre as históricas reivindicações do seu Estado a parte do território baiano.

Além disso, a Comissão recebeu documentação referente a litígios outros: entre o Acre e Rondônia, entre Pernambuco e Bahia, entre Mato Grosso e Goiás, entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, entre Mato Grosso do Sul e Goiás.

Estados com questões pendentes teriam prazos de três anos para negociarem solução entre si e só então em caso de persistência do impasse, caberia o arbítrio ao Congresso Nacional, esta Comissão cujas propostas devem ser examinadas pelo Congresso Nacional, não poderia antecipar-se ao prazo constitucional, emitindo parecer sobre aquelas questões.

Neste caso ficarão arquivados nos Anais da Comissão depoimentos e documentação, que poderão ser novamente objeto de exame, caso se configure a necessidade. Da mesma forma, os participantes da Comissão poderão ser chamados a se pronunciar, no momento oportuno, tendo em vista solucionar impasses e buscar melhor solução para cada caso.

4. REDIVISÃO MUNICIPAL

A Comissão de Estudos Territoriais recebeu, também, pleito do Deputado Alcides Lima para a criação de 3 (três) novos municípios em Roraima. Após várias discussões, durante as quais os membros da Comissão interpretaram a legislação vigente para o assunto, concluiu-se pela impossibilidade de recomendação do assunto, como proposta da Comissão, ao Congresso Nacional.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Serviço de Comissões Mistas
OF nº 82 de 1989 - CN
Fls. 062

Submetemos à deliberação do Plenário do Congresso Nacional o Relatório da Comissão de Estudos Territoriais, de acordo com o previsto no artigo 12 e seu parágrafo 1º, das Disposições Constitucionais Transitórias, da Carta Magna de 1988.

Sala das Comissões, em 12 de dezembro de 1989

Chagas Rodrigues, Presidente

, Relator

Nabor Júnior

- José Guedes

- Renato Bernardi

- José Carlos Vasconcelos

(César Vieira de Lezende)

(Almir Laversveiler de Moraes)

A N E X O S

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Serviço de Comissões Mistas
OF nº 52 de 1989
Fls 064

ANTEPROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do Estado do Tapajós.

O Congresso Nacional decreta :

Art. 1º - O Tribunal Regional Eleitoral do Pará realizará, no prazo de 6 (seis) meses, a contar da data de publicação deste Decreto Legislativo, plebiscito nos municípios de Alenquer, Almeirim, Aveiro, Faro, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Rurópolis e Santarém, sobre a criação do Estado do Tapajós, a partir do desmembramento destes municípios do Estado do Pará.

Art. 2º - O Tribunal Superior Eleitoral expedirá instruções ao Tribunal Regional Eleitoral do Pará para organizar, realizar, apurar, fiscalizar e proclamar o resultado do plebiscito.

Art. 3º - No prazo de 2 (dois) meses contados da proclamação do resultado do plebiscito, se favorável à criação do Estado do Tapajós, a Assembléia Legislativa do Estado do Pará procederá a audiência dos seus membros sobre a medida, participando o resultado em 3 (três) dias úteis, ao Congresso Nacional, para os fins do inciso VI, do artigo 48, da Constituição.

Parágrafo Único - Não efetuada a deliberação pela Assembléia Legislativa ou feita a comunicação, nos prazos estabelecidos, o Congresso Nacional considerará atendida a exigência constitucional.

Art. 4º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

CAMARA DOS DEPUTADOS

Fls. 065

JUSTIFICAÇÃO

A idéia da redivisão da Amazônia, ainda que antiga, vem ganhando corpo e mais fortes justificativas nos últimos anos. Os estudos de órgãos especializados apontam, cada vez mais, para as vantagens da adoção de uma política de desenvolvimento da região, que considere como premissa a redivisão política deste espaço. Trata-se de, racionalmente, visualizar a necessidade de aproximar o Governa das áreas era abandonadas, por causa das dificuldades de acesso e distância, a fim de garantir o desenvolvimento do seu potencial e a preservação de seus recursos.

A região composta pelos municípios de Alenquer, Almeirim, Aveiro, Faro, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Obidos, Oriximiná, Prainha, Rurópolis e Santarém, enquadra-se nas situações acima delineadas. Trata-se de uma área cuja distância de Belém, aliada às dificuldades de locomoção, contribui para se tornar um conjunto homogêneo, com vida própria. Esta área de 507.532 km², já abriga, hoje, mais de um milhão de habitantes, segundo dados da SUCAM.

A agropecuária, junto à extração vegetal, responde por parte significativa da atividade econômica, na maioria dos municípios. A área cultivada em 1986 - 33% do total do Pará - voltava-se principalmente para a produção de juta, laranja e cacau, nas quais alcançava 72%, 60% e 42%, respectivamente, do conjunto do Estado. Este, no entanto, é um desempenho modesto que não faz jus ao potencial da região. Há perspectivas bastante promissoras para a produção de grãos em Alenquer e Monte Alegre. Além disso, a produção de alimentos pode ser largamente aumentada, uma vez que, na região do futuro Estado do Tapajós concentram-se 1/3 das terras de várzea da calha do Amazonas, sabiamente as mais férteis da região. Vale ainda ressaltar que o potencial pesqueiro dos rios engatinha em seu aproveitamento.

Faltam ao Tapajós programas específicos de desenvolvimento de seus inegáveis recursos: embora o potencial hidrelétrico da área seja dos maiores da Amazônia, ainda é séria a carência energética. Faltam ao Tapajós pesquisas adequadas para orientar o apro

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Serviço de Comissões Mistas
OF nº 82 de 1989
Fls. 066
2

veitamento de suas pujanças mineral. Falta-lhe infraestrutura para integrá-lo ao Sul e Sudeste do País através do Centro-Oeste e permitir o seu desenvolvimento portuário como canal alternativo para exportação e importação. A importância estratégia da redovia que liga Santarém a Cuiabá para o desenvolvimento regional, é inegável, como é evidente o estado calamitoso da dita rodovia e que hoje sua recuperação não está entre as principais prioridades do Estado do Pará. É inadimissível que numa região dominada pelo transporte fluvial não existam instalações portuárias. Com exceção de Santarém e Obidos, os portos da região são antigos, limitados e inadequados. Tal situação, sem dúvida, tolhe o desenvolvimento, as relações comerciais, a própria vida das pessoas.

Cabe, neste ponto, perguntar: Como se admite que o Pará cuja área representa 14,6% do território nacional, tenha condições de administrar estes municípios distantes, afastados geográfica e culturalmente dos principais eixos do Estado - a Bragantina e o Sudeste? Como se pode exigir da administração estadual que, ao mesmo tempo, com igual disponibilidade e grau de prioridade atenda aos graves problemas do Sul e às necessidades do Baixo-Amazonas? Os problemas que enfrenta o Governo do Pará são exatamente os que deságuam na idéia da redivisão territorial, conforme colocado no início desta justificativa. Sem condições de administrar adequadamente todo o seu imenso território o Governo Estadual, de certa forma, retira da parte oeste do Estado, recursos que poderiam estar concentrados aí, e que pulveriza sem realmente suprir as carências próprias de cada região paraense.

Não fora tudo isto suficiente, cabe lembrar que a população daquela região de há muito reclama sua independência. Melhor dizendo, sua independência formal, pois já vive desvinculada de Belém, constituindo, em si, um todo articulado e homogêneo. Vale citar, a título de exmplo, que todo o combustível consumido pelos municípios do futuro Estado do Tapajós é proveniente do terminal de Santarém, sem qualquer dependência de Belém. Por outro lado, a análise das ligações existentes, por diferentes meios de transporte, a partir de cada um dos municípios, indica a expressiva interrelação mantida entre eles, com predominância da forma direta. Em contrapartida, as ligações com Belém são, em sua esmagadora maioria, re-

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Serviço de Comissões Mistas
OF. Nº 58 de 1988
Fls. 067

3

lizadas de forma indireta, reafirmando a maior força das ligações intermunicipais referidas.

O Governo Estadual não pode deter-se neste nível de particularidade. Assim, não há nenhum município, dos 12 destacados, que possua terminal de passageiros. Em Santarém, a situação de tão crítica, já beira o cáos com sérios problemas de segurança. Esta cidade, centralizando a vida econômica e cultural da região, recebe diariamente grande número de pessoas dos mais diversos setores sociais que aí permanecem durante o dia, retornando à noite aos municípios de origem em um fluxo permanente e da maior importância.

A região do Tapajós tem, portanto, características próprias que recomendam soluções particulares, planejamento individualizado. O Estado do Tapajós tem hoje, capacidade de auto-sustentação, mercê da diversificação de suas atividades econômicas e de seu potencial, em todas elas. Suas reservas de alumínio (bauxita) ultrapassam um bilhão de toneladas de minério, ou seja, 71% do total do Pará e 62% do Brasil. Hoje, a produção de bauxita do Trombetas, no município de Oriximiná, ultrapassa cinco milhões de toneladas/ano e devem chegar nos próximos anos à casa dos oito milhões. O calcário da região responde por 91% do total do Estado, enquanto todas as ocorrências de gipsita do Pará estão aí concentradas. Por força de suas reservas auríferas o Tapajós tem assistido ao crescimento desordenado de cidades como Itaituba, na exploração de reservas em cerca de cinco mil toneladas, 66% do total do Pará. Acrescente-se a estes as recém reveladas reservas de fosfato de Monte Alegre e as ainda não mensuradas reservas de titânio das serras de Maicuru e Maracunai.

Tantos recursos minerais, ao lado das potencialidades agropecuárias, pesqueiras e também turísticas são a garantia não apenas da sobrevivência, mas do desenvolvimento do futuro Estado.

O Tapajós, enfim, já é uma realidade: no direito e na vontade de sua gente, na riqueza de seu potencial, na individualidade de sua cultura e da sua vida interior. Dar à população a oportunidade de decidir seu futuro é, principalmente, inaugurar para a Amazônia uma nova fase de desenvolvimento. É acreditar que nesta concepção avançada de redivisão o País poderá finalmente assumir todo o imenso território amazônico e administrá-lo como merece.

Com uma extensão resultante de 739.301 km², 8,7% do território brasileiro, não se pode dizer que o Pará ficará pequeno, após a criação do Tapajós. Pelo contrário, ele crescerá, ganhando junto com o Brasil, e com a Amazônia em particular, o direito de melhor desenvolver e administrar seu espaço e garantir um futuro melhor para sua população.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Coleção de Comissões Mistas
OF nº 81 de 1989
Fls. 069

ANTEPROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do Estado do Triângulo.

O Congresso Nacional decreta :

Art. 1º - O Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, no prazo de 6 (seis) meses a contar da data de publicação deste Decreto Legislativo, realizará plebiscito nos municípios de Abadia dos Dourados, Água Comprida, Araguari, Arapuá, Araxá, Cachoeira Dourada, Campina Verde, Campo Florido, Campos Altos, Canápolis, Capinópolis, Carmo do Paranaíba, Cascalho Rico, Centralina, Comendador Gomes, Conceição das Alagoas, Conquista, Coromandel, Cruzeiro da Fortaleza, Delfinópolis, Douradoquara, Estrela do Sul, Fronteira, Frutal, Grupiara, Guarda-Mor, Guimarânia, Gurinhatã, Ibiá, Indianópolis, Ipiaçu, Irai de Minas, Itapagipe, Ituiutaba, Iturama, João Pinheiro, Lagamar, Lagoa Formosa, Matutina, Medeiros, Monte Alegre de Minas, Monte Carmelo, Nova Ponte, Paracatu, Patos de Minas, Patrocínio, Pedrinópolis, Perdizes, Pirajuba, Planura, Prata, Pratinha, Presidente Olegário, Rio Parauaíba, Romaria, São Francisco de Sales, São Gonçalo do Abaeté, São Gotardo, São Batista da Glória, São Roque de Minas, Sacramento, Santa Juliana, Santa Rosa da Serra, Santa Vitória, Serra do Salitre, Tapira, Tapiraí, Tiros, Tupaciquara, Uberaba, Uberlândia, Vagem Bonita, Varante, Veríssimo, sobre a criação do Estado do Triângulo, a partir do desmembramento destes municípios do Estado de Minas Gerais.

Art. 2º - O Tribunal Superior Eleitoral expedirá instruções ao Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais para organizar, realizar, apurar, fiscalizar e proclamar o resultado do plebiscito.

Art. 3º - No prazo de 2 (dois) meses contados da proclamação do resultado do plebiscito, se favorável à criação do Estado do Triângulo, a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais procederá à audiência dos seus membros sobre a medida, participando o resultado em 3 (três) dias úteis ao Congresso Nacional,

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Serviço de Comissões Mistas
Of. nº 82 de 1988
Fls. 070

para os fins do inciso VI, do artigo 48, da Constituição.

Parágrafo Único - Não efetuada a deliberação pela Assembléia Legislativa ou feita a comunicação, nos prazos estabelecidos, o Congresso Nacional considerará atendida a exigência constitucional.

Art. 4º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

As razões que embasam a criação do Estado do Triângulo foram amplamente divulgadas e discutidas por ocasião da Assembléia Nacional Constituinte. Justificativas de caráter histórico juntam-se às constatações da diferenciação cultural da região e, principalmente, da sua capacidade de auto-sustentação.

O Estado do Triângulo, conforme proposto, constituirá uma área de 133.000 km², aproximadamente 22% do atual território mineiro.

A região tem sua principal força econômica na agropecuária. A produção de algodão, trigo, soja e milho, tem alta produtividade, a qual merece destaque a nível nacional. Mas o peso da agropecuária triangulina, no Estado de Minas gerais se faz sentir, mais particularmente, no caso do abacaxi (95%); soja (65%); algodão (32%) e rebanho bovino (30%).

Este quadro é complementado com a produção industrial de adubos fosfatados e com as significativas ocorrências de Nióbio, Terras Raras, Vermiculita e Titânio, minerais estes de importância estratégica indiscutível para o futuro do País.

Juntando-se a este potencial econômico a infra-estrutura existente, seja em termos de malha viária, seja em capacidade de geração de energia, o Triângulo tem garantidos seu desenvolvimento e sua auto-sustentação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Serviço de Comissões Técnicas
OF nº 82 de 15/8/80
Fls. 071

3

Cabe tão somente reafirmar que o Estado de Minas Gerais como um todo será beneficiário da divisão proposta. Os contrastes intrarregionais que ainda persistem em Minas, levando à convivência de regiões de franco desenvolvimento com outras de grande miséria, poderão enfim ser eliminados, na medida em que as novas unidades terão uma área menor para administrar, concentrando seus recursos onde eles são mais necessários.

A conveniência de dividir o Estado de Minas Gerais já era discutida no Parlamento brasileiro em meados do século passado. Datam desta época as palavras do Senador Marquês de Paraná, proferidas em sessão que tratava de redivisão de Províncias, e onde fica claro que o discernimento e grandeza políticos devem se sobrepor a interesses menores:

"Eu estimaria, Sr. Presidente, que tivesse passado a Província do Rio Negro em um projeto, depois a de Curitiba em outro, e sucessivamente aquelas que fossem necessárias, a respeito do que não ponho outro limite senão o bem público; porque para mim é indiferente que a Província de Minas, por exemplo, seja grande ou pequena; o que desejo é que a nação brasileira seja grande; e como a redução da província de Minas em duas, três ou mais províncias não torna menor a nação brasileira, não destrói o sentimento de nacionalismo, o único que se deve fomentar, e que deve prevalecer a esse mal-entendido provincialismo, por isso não tenho escrúpulo algum em votar por qualquer divisão da Província de Minas, e que for baseada no bem público, no interesse nacional".

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Serviço de Comissões Mistas
DF nº 82 de 1989-CN
Fls. 032

ANTEPROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do Território Federal do Rio Negro.

O Congresso Nacional decreta :

Art. 1º - O Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas realizará, no prazo de 6 (seis) meses a contar da data de publicação deste Decreto Legislativo, plebiscito nos municípios de Barcelos, Japurá, São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro, sobre a criação do Território Federal do Rio Negro, a partir do desmembramento destes municípios do estado do Amazonas.

Art. 2º - O tribunal Superior Eleitoral expedirá instruções ao Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas para organizar, realizar, apurar, fiscalizar e proclamar o resultado do plebiscito.

Art. 3º - No prazo de 2 (dois) meses contados da proclamação do ção do resultado do plebiscito, se favorável à criação do Território Federal do Rio Negro, a Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas procederá à audiência dos seus membros sobre a medida, participando o resultado em 3 (três) dias úteis ao Congresso Nacional, para os fins do inciso VI, do artigo 48, da Constituição.

Parágrafo Único - Não efetuada a deliberação pela Assembléia legislativa ou feita a comunicação, nos prazos estabelecidos, o Congresso Nacional considerará atendida a exigência constitucional.

Art. 4º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Serviço de Comissões Mistas
PF nº 80 de 19 89
Fls 033

JUSTIFICAÇÃO

A criação do Território Federal do Rio Negro atende, prioritariamente, à razões de segurança. A região abrangida pelos municípios de Barcelos, Japurá, São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro representa 346.302 km², diretamente limitados com a Colômbia e a Venezuela. Dada a sua significativa distância para a capital Manaus é fronteira desguarnecida.

Preocupação neste sentido gerou proposta, por parte da SADEN para criação de Território Federal nessa região, com capital em São Gabriel da Cachoeira. Realmente, a enorme extensão amazônica aliada às dificuldades de locomoção interna, vem relegando ao abandono as regiões mais distantes e favorecendo a disseminação de ações ilícitas além-fronteira, conjugadas à depredação dos recursos naturais.

O Território Federal do Rio Negro, conforme projeto, contará com população de cerca de 44.598 habitantes, voltada primordialmente para a produção extrativa vegetal e algumas culturas frutíferas.

Na criação desse Território Federal o alcance dos objetivos de segurança nacional passa, necessariamente, pela pesquisa da vocação econômica da área a fim de promover o seu desenvolvimento.

As dificuldades que o Governo do Amazonas enfrenta para administrar o seu imenso território há muito recomenda uma racional divisão de suas áreas mais distantes. Desta maneira o Território Federal do Rio Negro segue quase que totalmente os contornos da microrregião do Rio Negro, de acordo com a classificação do IBGE.

Entende-se ainda, que dadas as condições locais, não seria aconselhável a criação de um Estado, e que a figura do Território Federal conciliará a necessidade de interiorizar o Governo Federal com a urgente proteção dos ecossistemas locais e o desenvolvimento da região.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Serviço de Comissões Mistas
OF nº 82 de 1989
Fls 074

ANTEPROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do Território Federal do Alto Solimões.

O Congresso Nacional decreta :

Art. 1º - O Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, realizará, no prazo de 6 (seis) meses, a contar da data de publicação deste Decreto Legislativo, plebiscito nos municípios de Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, São Paulo do Olivença, Santo Antonio do Içá, Tabatinga e Tocantins, sobre a criação do Território Federal do Alto Solimões, a partir do desmembramento destes municípios do Estado do Amazonas.

Art. 2º - O tribunal Superior Eleitoral expedirá instruções ao Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas para organizar, realizar, apurar, fiscalizar e proclamar o resultado do plebiscito.

Art. 3º - No prazo de 2 (dois) meses contados da proclamação do resultado do plebiscito, se favorável à criação do Território Federal do Alto Solimões, a Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas procederá à audiência dos seus membros sobre a medida, participando o resultado em 3 (três) úteis, ao Congresso Nacional, para os fins do inciso VI, do artigo 48, da Constituição.

Parágrafo Único - Não efetuada a deliberação pela Assembléia legislativa ou feita a comunicação, nos prazos estabelecidos, o Congresso Nacional considerará atendida a exigência constitucional.

Art. 4º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Serviço de Comissões Mistas
OF nº 82 de 1989
Fls. 025

JUSTIFICAÇÃO

As razões que ensejaram a proposta de criação do Território Federal do Rio Negro aplicam-se, igualmente, à do Território Federal do Alto Solimões.

A região formada pelo conjunto dos municípios de Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, São paulo do Olivença, Santo Antonio do Içá, Tabatinga e Tonantins - 133.544 km², situa-se no extremo oeste do Amazonas e divide-se entre a influência natural do vizinho Acre e a vinculação formal ao Governo de Manaus. Sua fronteira externa se faz com a Colômbia e o Peru e a articulação interna é feita, principalmente por intermédio das bacias do Solimões, Japurá e Jutaí.

Com a criação do Território Federal do Alto Solimões completa-se o apoio às fronteiras mais distantes, facilitando a solução dos problemas que a região, por seu isolamento, pode ensejar. Além disso, estabelece-se um posto avançado do Governo Federal em área ultimamente sujeita a problemas de contrabando e narcotráfico.

A pequena população da região - cerca de 91.000 habitantes, será bastante beneficiada com a criação do Território Federal, uma vez que se busca, aliás, os objetivos de segurança com o desenvolvimento local.

CAMARA DOS DEPUTADOS

Serviço de Comissões Mistas
OF Nº 82 de 1989
Fls. 076

ANTEPROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do Território Federal do Araguaia.

O Congresso Nacional decreta :

Art. 1º - O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso realizará, no prazo de 6 (seis) meses a contar da data de publicação deste Decreto Legislativo, plebiscito nos municípios de Luciara, Vila Rica, Santa Terezinha, Porto Alegre do Norte e São Félix do Araguaia sobre a criação do território federal do Araguaia, a partir do desmembramento destes municípios do Estado do Mato Grosso.

Art. 2º - O Tribunal Superior Eleitoral expedirá instruções ao Tribunal Regional Eleitoral de Mato grosso para organizar, realizar, apurar, fiscalizar e proclamar o resultado do plebiscito.

Art. 3º - No prazo de 2 (dois) meses contados da proclamação do resultado do plebiscito, se favorável à criaçao do Território Federal do Araguaia, a Assembléia Legislativa do Estado do Mato Grosso procederá à audiência dos seus membros sobre a medida, participando o resultado,em 3 (três) dias úteis, ao Congresso Nacional, para os fins do inciso VI, do artigo 48, da Constituição.

Parágrafo Único - Não efetuada a deliberação pela Assembléia Legislativa ou feita a comunicação, nos prazos estabelecidos, o Congresso Nacional considerará atendida a exigência constitucional.

Art. 4º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Serviço de Comissões Técnicas
Of. nº 82 de 1989
Fls. 033

JUSTIFICAÇÃO

Os problemas da região do Araguaia no Noroeste do Mato Grosso já foram discutidos em foruns que ultrapassam os limites estaduais.

Na realidade, os conflitos de interesses voltados para as indiscutíveis riquezas locais, tem sua administração dificultada pela distância da área para a sede do Governo Estadual, e o acesso sempre problemático na região.

Neste ano, afigura-se adequada e oportuna a criação de um Território Federal constituído do conjunto de municípios onde se constata de maneira mais forte as dificuldades aludidas. Assim, a presença mais próxima do Governo Federal, que inegavelmente possui instrumentos para o equacionamento dos problemas, poderá encaminhar favoravelmente o desenvolvimento local, única forma de recuperação dos impasses criados.

Ao Estado do Mato Grosso a divisão proposta permitirá, ainda, um ganho real na disponibilidade de recursos para aplicação no vasto território que administra.

VIGÉSIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, 19ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E 23ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM CONJUNTO, EM 31 DE MAIO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS E TRINTA MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES DA CAE, Nº 19, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às nove horas e quarenta e um minutos do dia trinta e um de maio de dois mil e onze, na Sala de Reuniões da CAE, número dezenove, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúnem-se as Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Relações Exteriores; em conjunto, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Jorge Viana, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Demóstenes Torrres, Gim Argello, Eduardo Suplicy, Aníbal Diniz, Clésio Andrade, Humberto Costa, Ricardo Ferraço, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, José Agripino, Mozarildo Cavalcanti, Casildo Maldaner, Ivo Casol, Cyro Miranda, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, João Pedro, Paulo Bauer e das Senadoras Gleisi Hoffmann, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin e Ana Amélia. Deixam de comparecer os Senadores Magno Malta, Pedro Simon, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Roberto Requião, Alvaro Dias, Armando Monteiro, Randolfe Rodrigues, Lindbergh Farias, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Lobão Filho, João Vicente Claudino, Cristovam Buarque, Jarbas Vasconcelos e Fernando Collor e as Senadoras Marta Suplicy e Marinor Brito. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Delcídio do Amaral) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM ÚNICO) Terminativo na CCJ PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 91, DE 2011** Altera o art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, para restabelecer o fuso horário do Estado do Acre. **Autoria**: Senador Pedro Taques. **Relatoria na CAE/CRE/CCJ:** Senador Luiz Henrique. **Relatório na CAE/CRE/CCJ:** Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Nos termos do artigo 49, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, o estudo da matéria é feito em reunião conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última decisão terminativa; Em 17/5/2011, o Presidente da Reunião conjunta, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Ricardo Ferraço Relator "Ad Hoc" da Matéria, em substituição ao Senador Luiz Henrique; Em 17/5/2011, iniciada a discussão, foram apresentadas a Emenda nº 01, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, e a Emenda nº 02, de autoria do Senador Flexa Ribeiro; Em 25/5/2011, o Senador Ricardo Ferraço devolveu a Matéria para redistribuição. Os Presidentes das Comissões de Assuntos Econômicos, de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Constituição, Justiça e Cidadania designaram o Senador Luiz Henrique Relator Único da Matéria. **Resultado: As Comissões de Assuntos Econômicos e de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovam o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE e da CRE, favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 01-CAE-CRE (Substitutivo). A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprova o Projeto nos termos da Emenda nº 01-CAE-CRE-CCJ (Substitutivo) por 17 votos favoráveis, nenhum contrário e uma abstenção. Conforme disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, o Substitutivo será submetido a Turno Suplementar na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente (Senador Delcídio do Amaral) declara encerrada a presente reunião às onze horas e cinqüenta e cinco minutos e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eunício Oliveira,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Quero dar um bom dia a todos e a todas e agradecer aqui a presença do nosso querido Ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho; cumprimento os Exmº Srs. Embaixadores e demais membros do corpo diplomático aqui presentes, demais autoridades, Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas.

Gostaria de registrar, porque temos uma pauta extensa hoje, que começa novamente com a novela do fuso horário, em uma reunião conjunta da CCJ, da CAE e da CRE. Depois dessa reunião conjunta, teremos a reunião ordinária da CAE. Mas, antes de iniciarmos os trabalhos da reunião conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos, de Relações Exteriores e Defesa Nacional e da Comissão de Constituição e Justiça, vamos realizar hoje a aposição do retrato do Senador Garibaldi Alves Filho na galeria dos Presidentes desta Comissão, onde esteve à frente no biênio 2009/2010.

Quero aqui registrar que foi uma honra trabalhar com o Senador Garibaldi aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, eu, que fui seu vice-Presidente. O Senador Garibaldi dispensa comentários, é um político experiente, é um político do bem, competente, presidiu também o Senado Federal em um momento difícil que esta Casa enfrentou, há algum tempo, e conquistou todos nós, não só pela simplicidade, pela serenidade, pelo equilíbrio e pela maneira sempre correta de tratar todas as pessoas, educada e gentil. Portanto, fico muito feliz em presidir esta reunião e quero convidar para compor a nossa Mesa, aqui, o nosso homenageado de hoje, querido Senador Garibaldi Alves. (*Palmas.*)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Nós temos um cerimonial, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – É só para perguntar ao Ministro se, com tantos elogios assim, ele não fica preocupado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Nunca fica preocupado, ele é absolutamente tranqüilo. O Senador Garibaldi Alves é um homem fleumático, não há quem mexa com esse homem, não existe.

Passo a palavra ao nosso cerimonial.

A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Senhoras e senhores, bom dia. Damos início à solenidade de aposição do retrato do Senador Garibaldi Alves Filho na galeria de fotos dos Presidentes da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, nosso homenageado foi Deputado Estadual por quatro mandatos consecutivos, Prefeito de Natal, duas vezes Governador do Estado do Rio Grande do Norte, três vezes Senador da República, tendo sido eleito, em 2008, Presidente do Senado Federal e Presidente desta Comissão.

No período de 2009 e 2010, durante sua gestão como Presidente desta Comissão, o Senador Garibaldi Alves Filho conduziu 110 reuniões, com a apreciação de 89 operações de crédito externo, 36 Projetos de Lei da Câmara, 138 Projetos de Lei do Senado Federal e a realização de 13 sabatinas de autoridades do Tribunal de Contas da União, do Banco Central, do Conselho de Administração de Defesa Econômica e da Confederação de Valores Mobiliários. Foram realizadas, ainda, 49 audiências públicas, totalizando 442 matérias apreciadas pela Comissão.

Entre as matérias apreciadas, podemos destacar o PLC nº 6, de 2009, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; o PLS nº 194, de 2009, que autoriza a dedução da base de cálculo do Imposto de Renda da pessoa física, de plano de saúde, em benefício do empregado doméstico; o PLS nº 443, de 2009, que institui o Programa de Bolsas para estudantes de cursos profissionais de nível médio em estabelecimentos públicos e privados; o PLC nº 321, de 2009, que institui o piso salarial nacional para profissionais do magistério público da educação básica; e, ainda, o substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 354, de 1989, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Além da apreciação das matérias elencadas, destacamos que, pela primeira vez, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou o relatório de uma Subcomissão: a Subcomissão de Regulamentação dos Marcos Regulatórios que, em seu relatório final, concluiu pela apresentação de uma PEC e de oito Projetos de Lei do Senado, que estão tramitando na Casa. Essa Subcomissão foi presidida pelo Senador Delcídio do Amaral, atual Presidente desta Comissão, e relatada pelo homenageado, Senador Garibaldi Alves Filho.

Com a palavra, neste momento, o Exmo. Sr. Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Creio que atravessei aqui o samba do cerimonial, porque falei antes, mas o Garibaldi é uma figura querida. Sou suspeito para falar dele, por todos os trabalhos que fizemos juntos aqui.

Como disse inicialmente, o Ministro Garibaldi assumiu a Presidência do Senado, já foi Governador, Deputado, advogado, aqui debateu e aqui encaminhou projetos importantíssimos para o País. Um foco muito intenso, penso que o Ministro Garibaldi já estava prevendo que iria com a Presidenta Dilma para o Ministério, tanto é que boa parte dos projetos voltados para a Previdência Social, Senador Paim, o Senador Garibaldi ou era autor, ou era relator – e votava sempre a favor. Já estava adivinhando que iria assumir a Previdência. Portanto, acho que o Ministro Garibaldi tem méritos extraordinários, não só pela carreira absolutamente inatacável como político, como homem público, como um homem que honra o seu Estado, o Rio Grande do Norte, mas também por tudo o que vem realizando e pela humildade, simplicidade no trato e educação. Estes são valores aparentemente óbvios, mas não são, lamentavelmente, no dia a dia das pessoas.

Garibaldi conquistou todo mundo aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, no Senado, a equipe comandada pela Adriana, que é apaixonada pelo Senador, e, graças à sua austeridade, hoje servimos uma café da manhã para ele, ou seja, ele guardou e hoje estamos curtindo a mordomia que ele nos propor-

cionou aqui na Comissão. Esse é um café da manhã em *petit comitê.*

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Só para a Diretoria.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Infelizmente, não dá para generalizar, Senador Ferraço.

Queria aproveitar para cumprimentar o Senador Garibaldi Alves e, mais uma vez, parabenizá-lo. É uma honra para nós e para mim, especialmente, que fui companheiro do Senador Garibaldi Alves em vários trabalhos. Na área de regulamentação, agências, infraestrutura, e depois, como vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. É uma honra presidir uma sessão.

Estamos aqui homenageando o Senador Garibaldi e colocando aqui o seu retrato na Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão que ele honrou. Quero também cumprimentar a nossa Governadora Rosalba Ciarlini, Senadora, também, que nos honra com sua presença, Governadora do Rio Grande do Norte; e o nosso Líder, Senador Agripino Maia, também ilustre e competente Senador pelo Rio Grande do Norte. O homem tem uma bancada forte aqui presente e, acima de tudo, meu caro Senador Garibaldi e Ministro, desejo todo sucesso do mundo a V. Exª. Sei que, com o seu bem senso e sua serenidade, V. Exª vai se desincumbir bem de mais esse desafio. É uma honra estar aqui, quero cumprimentá-lo, e também toda a sua família, e dizer que a Comissão de Assuntos Econômicos está absolutamente à disposição de V. Exª nesse grande desafio de conduzir a Previdência Social no Brasil.

Quero agradecer e devolvo a palavra ao cerimonial.

A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS – Com a palavra o Exmº Sr. Ministro Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Delcídio do Amaral; Srª Governadora do meu Estado, nosso Rio Grande do Norte, ex-Senadora Rosalba Ciarlini. Aqui temos senhores embaixadores e demais membros do corpo diplomático, estou achando demais, é muito prestígio, mas, se tiver algum, que se sinta cumprimentado, mas aí é querer muito.

Quero cumprimentar os Senadores que estão aqui presentes, a começar pela Senadora Ana Amélia, os Senadores Blairo Maggi, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Cyro Miranda, Paulo Paim, Waldemir Moka, Luiz Henrique, Sérgio Petecão, Agripino Maia – a quem já me referi, hoje Presidente do DEM –, Eduardo Suplicy, Ivo Cassol, Inácio Arruda, Casildo Maldaner e a Senadora Vanessa Grazziotin.

Queria começar, claro, por agradecer aos Senadores, porque, afinal de contas, alguns são membros desta Comissão e, mesmo assim, chegaram mais cedo para esta homenagem, e alguns não são nem membros da Comissão e vieram ao meu encontro hoje, na hora em que recebo esta homenagem, que é uma homenagem que toca muito ao meu coração.

Fiz uma opção pela Comissão de Assuntos Econômicos, já há algum tempo. Já estou no terceiro mandato, ainda não pude exercê-lo na sua plenitude, porque recebi, por força da indicação do meu Partido, a indicação muito honrosa da Presidente Dilma Rousseff para ser Ministro da Previdência Social. Digo que a Comissão de Assuntos Econômicos sempre me fascinou e, quando aqui cheguei, fui ao Líder do PMDB e lhe disse que fazia uma reivindicação, Senador Flexa Ribeiro, que era de compor esta Comissão. Depois, já no segundo mandato, quando se ofereceu ao PMDB a oportunidade de indicar o Presidente desta Comissão, o Presidente José Sarney e o Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros, me consultaram, da seguinte maneira: "Senador, poderá..."

Quero também saudar o Senador Pedro Taques, aqui presente, com muita honra para todos nós. Quero dizer que, diante da colocação do Presidente Sarney e do Senador Renan Calheiros de que o PMDB poderia indicar, naquela oportunidade... Não sei se isso já era consenso, mas o PMDB iria lutar para indicar ou o Presidente da Comissão de Justiça, ou o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, e eu lhes disse: "Por mim, não vamos lutar. Por mim, se for eu o indicado e se me dão essa prerrogativa, vou aceitar a Presidência de Assuntos Econômicos". Não é que eu estivesse fugindo de assumir a Presidência da Comissão de Justiça, é porque sempre me senti mais à vontade na Comissão de Assuntos Econômicos. É de se estranhar o fato de que um advogado pudesse fazer uma opção pela CAE, em vez de ir para a Comissão de Justiça, só que o advogado que aqui está presente, diante dos meus caros colegas Senadores, é um bacharel em Direito. A política nunca me deixou estudar devidamente o Direito, me aprofundar. Não sei se iria aprender tanto, mas a verdade é que nunca pude me dedicar à advocacia – e me fez falta. Quero confessar perante todos, perante a nossa Governadora, que me fez falta a formação jurídica, e aí apelei para esta Comissão. Na Presidência desta Comissão – temos um relatório que foi lido pela nossa simpática chefe do cerimonial –, pudemos apresentar, meu caro Presidente Delcídio do Amaral, esses números, e são números lisonjeiros para quem preside uma comissão, mas, na verdade, a mim não me satisfez e não me satisfaz presidir apenas rotineiramente a comissão. Eu não sou

pretensioso, mas sempre achei – o Senador Delcídio do Amaral sabe muito bem disso – que esta Comissão deveria ultrapassar os umbrais de uma comissão que se limita a apreciar os projetos do Executivo e dos parlamentares, até porque os projetos do Executivo, infelizmente, predominam, e eu agora – casa de ferreiro, espeto de pau – sou Executivo.

Na verdade, não é o fato de predominar o número de comissões, é que predomina pela intensidade da tramitação. Chegou aqui uma matéria do Governo... Eu mesmo quero fazer uma autoconfissão, dizer da minha culpa, mas começamos logo a ser instados para aprovar matérias do Executivo. E o certo é que não temos isso apenas neste plenário. Não sei se vou me precipitar – eu não tenho tanta coragem –, mas isso me obriga a dizer que não apenas aqui na Comissão, onde há uma superposição do Executivo, mas no plenário desta Casa, com medidas provisórias que inundam a tramitação do Legislativo, que atropelam a tramitação do Legislativo. *(Palmas.)*

O SR. GARILBADI ALVES FILHO – Hoje já me disseram que a pauta está trancada. Ao mesmo tempo em que a pauta está trancada, eu queria dizer da minha expectativa favorável de que seja aprovada essa nova regulamentação para as medidas provisórias.

Todos nós aqui, se formos inquiridos, ouvidos, diríamos que não somos contra as medidas provisórias. Somos contra a maneira como é utilizada a medida provisória. A medida provisória – isso é um consenso entre nós – é um recurso do Poder Executivo legítimo, adotado nos países de democracias modernas, mas aqui no Brasil esse recurso realmente sofre de um mal chamado de abuso, como são usadas as medidas provisórias.

Deus queira que no Governo da nossa Presidenta Dilma Rousseff venhamos a ter as medidas provisórias mais contidas, as medidas provisórias sendo efetivamente voltadas para o que emergencial, segundo diz o texto da Constituição.

Meu caro Presidente Delcídio do Amaral, quero dizer que estou recebendo a comunicação de que se encontram aqui o Senador Marcelo Crivella, o Senador João Pedro e o Senador Valdir Raupp, que é o Presidente do nosso Partido PMDB.

Presidente, V. Exª está de parabéns. Eu nunca vi um quorum tão alto. Estou dizendo isso...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É o prestígio do homenageado.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – ... porque em várias oportunidades – que Deus me perdoe; vou dizer isso porque tenho que dizer – eu ia para aquela porta. Quando chegava 10 horas, eu ia para aquela porta atrás de ver um Senador que pudesse trazer para o plenário, porque àquela altura o quorum estava pra lá de comprometido. E na impossibilidade de atraí-los, eu recorria à nossa querida Idiane, – cadê ela? Aqui? – porque ela fazia uma pressão irresistível! Basta olhar pra ela, não é?

E assim, meu caro Delcídio, a nossa comissão caminhou e eu poderia dizer que caminhou bem. Por quê? Caminhou bem porque quando se instalou a crise financeira internacional, o Senador José Sarney, Presidente do Senado, entendeu de criar uma comissão especial integrada por cinco Senadores para apreciar a crise.

Eu, então, dirigi-me ao Senador Sarney, dizendo a ele: Presidente, existe uma Comissão de Assuntos Econômicos que em vez de cinco Senadores tem 27 Senadores que estão à disposição da Casa para debater essa crise. E graças a Deus o Presidente compreendeu e trouxe o tema para dentro desta comissão.

Ele propriamente não extinguiu a comissão. Eu queria que ele extinguisse e fizesse daqueles Senadores, que não eram membros da comissão, membros especiais convidados. Mas todos os Senadores, por coincidência, claro, eram membros já da comissão.

Pois bem, tivemos aqui a comissão, debatemos a crise financeira internacional, trouxemos aqui autoridades para debater a crise com os nossos Senadores, porque afinal de contas temos aqui alguns Senadores que têm muita autoridade para falar sobre economia brasileira. E vou ficar muito à vontade, porque um deles não está nem aqui; hoje é colega Ministro do Governo Dilma: o Senador Aloizio Mercadante. Temos também o Senador Francisco Dornelles.

Eu estou apenas dizendo que esses Senadores são mais voltados para a lide do problema econômico, mas sei que diante de mim, aqui, estão outros Senadores que igualmente têm a mesma qualificação. E não vou citar mais, porque já estou arrependido de ter citado os dois. Na hora em que se cita tem que falar de todo mundo. E. no Brasil, todo mundo entende de economia e de futebol.

Todo mundo é doutor em economia. E é por isso que eu escolhi esta Comissão. Não foi por outra coisa não, foi porque me tornei também um doutor em economia já que por aqui passaram os temas mais momentosos do momento político e econômico da vida nacional.

Pois bem! Eu cheguei à conclusão, hoje de manhã, de que o bom mesmo no caso desta Comissão não é ser Presidente, é ser ex-Presidente, porque, depois que cheguei aqui, se repetiram as homenagens. Tivemos um café aqui, uma mordomia que nunca tinha visto nesta Comissão. E a Senadora Ana Amélia disse: Olhe se essa Comissão tiver isso frequentemente eu

vou ter que ter cuidado com a minha dieta. Mas na verdade isso, meu caro Senador Delcídio, isso eu atribuo ao comando de V. Exª; Eu preciso dizer que V. Exª é um daqueles que eu deveria ter citado como professor de economia e não citei, porque afinal V. Exª foi diretor da Petrobras. E só em ser diretor da Petrobras no Brasil já uma credencial enorme.

Pois Bem! Eu estou muito tranquilo que eu sei que V. Exª vai comandar essa Comissão muito melhor do que eu, até porque aqui está o meu pai, e ele sabe que eu sou uma pessoa humilde. Aprendi isso com ele, aprendi em casa. E devo dizer que Delcídio Amaral está muito mais preparado do que eu para dirigir essa Comissão. Até porque com uma equipe dessa que nós temos aqui, Delcídio, não precisa ser campeão, não. Nós temos aqui Adriana Tavares, que é a Nina, Camila Moraes Bittar, funcionária dedicada, todos são dedicados. Há a Idiane, que é laçadora dos Senadores. Quando precisar, não se faça de rogado. Temos Waldir Bezerra Miranda, Silvio Cesar Cury, Renato Rubens da Silva – esses são mais da retaguarda, eles apareceram hoje aqui porque hoje é um dia especial e estão por aqui, mas eles são mais lá de trás, Aron Rodrigues, Osmar Henriques da Silva...

O SR. *(Fora do microfone)* – Estou aqui, Senador, te amo. *(Palmas.)*

O SR. O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Olhe, V. Exª me desculpe mais eu estava temendo isso mesmo. *(Risos.)*. Eu sabia que havia um sujeito meio louco nessa Comissão, mas louco como esse eu não sabia não.

O SR. O SR. GARIBALDI ALVES FILHO– – Dulce Maria da Silva, e Maria Nilma Ananias. Quero agradecer-lhes pela colaboração, quero agradecer ao Senador Renan Calheiros, Líder do nosso Partido. Já contei a história da minha opção por esta Comissão, quando poderíamos ter indicado a Comissão de Justiça, e fui eu que levei o partido, e V. Exª acatou, a optar pela CAE. Quer dizer, o meu xodó pela CAE é antigo.

Por outro lado, quero cumprimentar esse querido amigo também, como todos, o Senador Benedito de Lira, alagoano como Renan, e que está aqui. Agradeço à imprensa. Vou dizer uma coisa: esta cadeira de Presidente da CAE teve um mérito, pelo menos no meu tempo, consegui escapar, o que não é fácil, porque a imprensa, vocês sabem, ela bota para quebrar, e qualquer deslize, qualquer equívoco, você não tem perdão. E não sei por que cargas d'água, não sei por obra de quem, fui durante esses anos todos – vou bater na madeira – feliz com a imprensa. Há um costume para dar sorte, quando você fala de uma coisa, que é bater na madeira. É um costume muito nosso, mas, realmente, não tive problemas com a imprensa, pelo contrário. Pelo contrário, a imprensa me ajudou – e como me ajudou – a ser Presidente da CAE. Eu até diria, agora, chegou a hora de dizer que, como Presidente do Senado, a imprensa me ajudou. Me ajudou não quer dizer que me poupou de nada não, porque a imprensa não poupa ninguém, me ajudou porque realmente viu no meu trabalho um trabalho que não merecia ser penalizado, fez justiça, deu a César o que é de César, e agradeço muito à imprensa que aqui esteve presente todo o tempo.

Quero, ao terminar as minhas palavras, agradecer a presença aqui, nesta Mesa, da Governadora do Rio Grande do Norte, que é a nossa querida Senadora – vou chamar de Senadora porque, até pouco tempo, ela era Senadora – Rosalba Ciarlini, e era da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Assuntos Sociais, tendo sido a sua Presidente. Não sei se ela está com saudade desta Casa. Senador Francisco Dornelles, já homenageei V. Exª aqui e posso ter até sido causador de ciúmes, mas fiz justiça a V. Exª dizendo que é um profundo conhecedor da nossa economia, e a Senadora Rosalba deve estar com uma certa saudade, porque o que ela está encontrando lá, no Governo do Rio Grande do Norte, não é fácil de enfrentar, mas ela vai enfrentar, vai vencer, vai superar com a colaboração de todos os norte-rio-grandenses. Quero agradecer ao Senador José Agripino. Acho que este Plenário aqui não sabe, talvez tenha alguma notícia, mas se remetermos ao passado, se voltarmos ao passado, veremos que, durante algum tempo, eu e o Senador José Agripino tínhamos uma divergência na política do Rio Grande do Norte que parecia que não cessaria, que não abrandaria. Mas o que é certo é que, hoje, nós temos uma afinidade muito grande, e eu agradeço muito a sua presença, já que V. Exª foi, na verdade, um Senador que sempre honrou aqui esta Casa, hoje Presidente do DEM.

Quero agradecer a Gonzaga, que é o Diretor das comissões, mas que saiu daqui da CAE. Gonzaga deve ter uns 30 anos só de CAE; eu não. Fora agora os anos mais que ele tem. São 18 anos de CAE e mais não sei quantos anos dessas comissões permanentes.

Quero agradecer a todos. Quero dizer que, depois de ter falado assim, é capaz de dizer: Garibaldi deve estar com uma saudade é grande do Senado! Eu estou, eu estou com saudades, mas digo a todos que aqui estão, eu não vou citá-los todos, que vocês são meus colaboradores. Digo isso lá no Ministério da Previdência. E, como todos sabem, o desafio da previdência. O Senador Paulo Paim sentou-se aqui na frente eu acho que para lembrar isso. E o nosso Wesley da Cobap...

O SR. WARLEY MARTINS – Warley!

O SR. GARIBALDO ALVES FILHO – Warley, desculpe, parece que veio com a mesma intenção.

O desafio da previdência é enorme. A previdência é apresentada como deficitária, como mal gerida. Nada disso é uma verdade absoluta. Eu diria até que nada disso é verdade. A previdência, pelo menos de uns anos para cá, tem sido muito bem gerida, já resolveu um problema que se constituía numa humilhação para todos nós brasileiros, que eram aquelas filas de brasileiros, de segurados, de previdenciários para receber o seu benefício, o benefício a que ele tinha direito. Ele chegava, muitas vezes, pela madrugada, nas agências da previdência, e não conseguia receber. E, hoje, hoje, ele consegue, pelo telefone – 135, agendar a sua entrevista na previdência e consegue, às vezes, na maioria das vezes, em 30, 40 minutos, ter a sua aposentadoria homologada. Eu estou dizendo isso aqui, porque eu estou dizendo isso onde eu vou inaugurar agência da previdência. E eu não seria leviano para chegar e dizer isso por aí afora para ser desmentido. Eu estou dizendo, porque é uma verdade. A previdência superou isso, mas ela precisa superar muitos outros problemas para que o segurado possa dizer uma coisa que é fundamental, o segurado, sim, possa dizer que a previdência está fazendo justiça a ele segurado. Portanto, o Senador José Pimentel parece que chegou na hora certa, porque eu estou falando sobre a Previdência e já disse aqui que esse órgão vem acertando nos últimos anos e uma cota disso deve ser atribuída ao Senador José Pimentel, pois foi um Ministro que colocou a Previdência em outro patamar em matéria de atendimento do segurado, de planejamento estratégico da Previdência.

O Senador Aloysio Nunes Ferreira está aqui nos honrando com sua presença. Foi o Senador mais votado do Brasil. Nem vou dizer o número de votos que recebeu; foi voto demais.

O que nós temos de fazer, vamos fazer. Há realmente um desafio: o futuro da Previdência. Ela precisa se preparar ou tomar medidas que poderão parecer ousadas, mas na verdade não o são, pois já estão sendo adotadas em outros países, porque há um envelhecimento da nossa população que beneficia a todos, mas se constitui para a Previdência um grande desafio.

Fiquem certos de que, se tivermos de tomar essas medidas, não vamos ferir o direito adquirido de ninguém, essa é a verdade, que tem hoje seu contrato com a Previdência. O contrato será honrado. Fiquem certos, em nome até, Senador Delcídio, da nossa convivência, da confiança dos Senadores que não apenas me fizeram Presidente de uma Comissão, mas até Presidente do Senado, de que nós vamos tomar as providências para realmente honrar a confiança de todos e cumprir com o dever essencial que é preparar o futuro do Brasil, principalmente para aqueles que estão envelhecendo e merecem o tratamento adequado por parte da nossa sociedade.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral (Bloco/PT – MS) – Eu perguntaria se os integrantes da Mesa querem usar a palavra.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Presidente Delcídio, eu queria falar rapidamente, até porque eu acho que o Garibaldi já falou tudo.

Com o Garibaldi nós temos hoje uma relação, como ele próprio mencionou, muito próxima. Eu acho que a CAE dificilmente reúne o quórum que tem hoje. Isso se deve à imagem que o Garibaldi tem no Congresso Nacional, no Senado, entre os seus Pares.

Ele é uma figura amena, dedicado. Quem vê a mansidão de Garibaldi não imagina que ele seja capaz de fazer o que fez: devolver, o que é um fato inédito, uma medida provisória ao Palácio do Planalto, produzindo um fato político relevante e que significa referência nas posturas de independência do Congresso. Vou repetir: o ato, o gesto de Garibaldi significa hoje, queiram ou não queiram, uma referência nas atitudes de independência do Congresso Nacional, ele que faz parte da base do Governo, é um peemedebista convicto. Entre o PMDB e o interesse nacional, as instituições, o Senado, ele ficou com a instituição. Talvez pelo respeito e pelo carinho que os seus Pares têm por ele é que esse quórum se estabeleça. Talvez, Senador Renan, por conta do carinho, é que tenha ocorrido o gesto que aconteceu do funcionário que aqui chegou e nos fez todos rir ao se ajoelhar e dizer: "te amo, Garibaldi".

Talvez pelo respeito que os pares têm por Garibaldi é que essa sala se encha, se encha de Senadores, se encha de convidados, se encha de admiradores. Garibaldi é uma figura a parte. Ele foi bom Governador do Rio Grande do Norte, ele é uma figura honesta, proba. Ele é como os que eu gosto, ou seja, na política, ele não convive com improbidade e, por isso, é que está aqui a Governadora. Veio a esta solenidade.

Nós fizemos uma bela campanha. Rosalba, eu e Garibalbi. Pela primeira vez, ganhamos os três. É muito difícil ganhar, em uma eleição majoritária, ganharem o Governador e os dois Senadores. Ganhamos os três. Estamos os três aqui para bater palmas para Garibaldi que, neste momento, vai ter o seu retrato, a sua fotografia inaugurada na galeria do ex-Presidentes da Comissão de Assuntos Econômicos.

Ele que é um advogado, bacharel, mas que se houve muitíssimo bem como Presidente da CAE, tratando de assuntos de economia que envolvem conhecimento técnico, mas acima de tudo envolvem habilidade política e bom senso para conduzir o fato econômico no melhor rumo que interessa à sociedade brasileira

e foi o que ele fez e porque fez assim é que recebe a homenagem à qual me associo, aplaudindo Garibaldi Alves Filho. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Delcidio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Governadora Rosalba.

A SRª. ROSALBA CIARLINI – Eu acho que tenho muito pouco a acrescentar depois das palavras do Senador José Agripino, mas mais uma vez dizer que nunca vi, em momentos como esse, um quorum tão qualificado e tão, vamos dizer assim, a presença maciça de Senadores, dos que fazem a Comissão e a Casa.

Isso é uma prova inequívoca do carinho, do quanto Garibaldi com esse seu jeito simples, o Ministro Garibaldi, o Senador simples, mas firme, sabe cativar as amizades, fazer amigos.

Então, hoje, tenho o Senador e Ministro Garibaldi, entre aqueles que a gente tem que guardar num cantinho especial do coração. Amigo é para essas coisas e se guarda bem guardado. Não foi apenas o companheirismo das lutas políticas, não foi apenas o dia a dia neste Senado, mas muito mais que pude ver o quanto tem valor o nosso Ministro e Senador Garibaldi.

Queria dizer ele está, como bem falou, "estou distante do Senado", tive a honra de ser sucedida pelo pai de Garibaldi, nobre Senador suplente e Senador agora, enfrentando uma luta muito difícil, o maior desafio da minha vida porque encontrei um Governo totalmente desorganizado, um verdadeiro caos.

Lei de Responsabilidade Fiscal parece que por lá nem tinha passado, totalmente desrespeitada. Mas estamos fazendo essa reconstrução, enfrentando realmente muitas barreiras, tomando medidas duras, cortando na própria carne, acabando com privilégios, uma série de coisas que trazem um prejuízo para o nosso Estado e agora começando a reorganizar para ter o equilíbrio financeiro necessário e fazer o que o Estado não faz há muito tempo: cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal que foi uma lei que mudou esse Brasil e que temos a responsabilidade de ser o guardião desse avanço que houve em nosso Brasil e que foi fundamental para que nós pudéssemos ter hoje o crescimento que temos, a estabilidade que temos e, com certeza, muitos avanços sociais que temos e que vamos ter no futuro.

Então, sabendo das dificuldades que estou enfrentando, com a mesma determinação, com coragem e mais estimulada do que nunca para vencer esse desafio, que estou aqui ao lado do nosso Senador, trazendo o aplauso do nosso Estado, mas na certeza de que enfrentamos lutas políticas juntos e estamos enfrentando também juntos este desafio – Rosalba, José Agripino e Garibaldi – lá no Estado para que possamos mostrar que o nosso elefantezinho – porque o Rio Grande do Norte tem o modelo de um elefante – tem um potencial imenso. É o Estado onde os bons ventos estão fazendo com que possamos ter um crescimento imenso na energia eólica. Até 2013, nós já temos um investimento assegurado de 8 bilhões em energia eólica. Neste próximo leilão que vai acontecer agora, o Rio Grande do Norte já desponta, mais uma vez, para ser o campeão dos leilões. Nós estamos, agora, com o Aeroporto de São Gonçalo do Amarante finalmente saindo do papel, a primeira concessão pública. Foi um compromisso que a então Ministra e hoje Presidenta assumiu, lançou o edital, um aeroporto de cargas, um aeroporto para fazer a distribuição para todo o Brasil e também para a América do Sul. Abre-se uma porta de possibilidades ainda maiores. Já estamos viabilizando o nosso porto, que praticamente estava paralisado, inclusive com medidas de incentivos para que ele se tornasse viável. É o agronegócio, que tem tudo para crescer por meio da agricultura irrigada. Os viveiros de camarões só crescem. Sem falar do potencial turístico.

Talvez alguns de vocês digam assim – eu estou falando tanto de economia, que nós estamos na Comissão que eu acho que... "Com toda essa dificuldade, a senhora lutou tanto, investiu para que tenha a Copa? É porque encontrei o nosso Estado já praticamente sem a menor condição de sediar a Copa, porque a licitação para a construção do estádio Arena das Dunas havia sido vazia primeiro, havia sido vazia. Nenhuma empresa se interessava. Por quê? Aí se descobriu por quê: qual era a empresa que ia se interessar em participar de uma licitação em um Estado que nem o projeto arquitetônico havia pago? Não havia pago as consultorias, nada que se referia àquele processo da Copa. Foi aí que eu dei as garantias, fiz os pagamentos, apesar das grandes dificuldades. Fizemos uma nova licitação, já dei a ordem de serviço e, ainda este mês, estaremos começando a construção para não perder esta oportunidade, que é fundamental para o turismo, para podermos receber mais investimentos. Na hora em que fiz todo esse sacrifício, eu estava vendo na frente. É um investimento. Vamos ter muito retorno. É a janela pela qual o mundo todo vai ver o potencial que tem o nosso Estado, para crescer ainda mais no turismo. Então, é com essa expectativa do crescimento, das indústrias que já estão chegando. Inclusive já assinamos vários protocolos. Já estamos inaugurando agora, em junho, mais uma indústria na área da mineração. É o ferro. Outra jazida já está sendo medida pelo seu potencial. Então, é um Estado realmente viável e com grande possibilidade de crescimento, desenvolvimento e geração de renda.

Mas eu queria, neste momento, que é de festa, de reconhecimento ao nosso Senador, nesta Comissão

de que fiz parte, onde tivemos muitos debates importantes, que enriqueceram os meus conhecimentos e me fizeram ver o Brasil realmente com um olhar diferente, conhecendo as mais diversas regiões e seus potenciais, suas dificuldades, também dizer que aprendi aqui, ao lado dos senhores, essa certeza de que o Brasil é possível. E nós vamos mostrar que é possível, sim, acontecer o Rio Grande do Norte, contando – é claro – sempre com a força, com a orientação desses três Senadores que estão ao nosso lado. Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigada, Governadora Rosalba.

Vou passar a palavra para os Senadores inscritos: Senador Moka, Senador Renan e Senador José Pimentel. Aí faremos a cerimônia de aposição do retrato do nosso querido Garibaldi Alves. O Senador Flexa também.

Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Delcídio, Senador Agripino, Governadora Rosalba, Senador homenageado Garibaldi Alves, eu trago um abraço. É só para isso. Mas eu me comprometi com a nossa Vice-Governadora Simone Tebet a vir hoje aqui e ela me disse, Senador, que, se Ramez aqui ainda estivesse, e hoje eu estou aqui representando o nosso Partido e o nosso Estado no seu lugar, tenho certeza de que ele estaria aqui batendo palmas e festejando, até porque a Vice-Governadora me disse da amizade e da ligação. E eu próprio sou testemunha de quantas e quantas vezes aqui estive enquanto Ramez ainda representava nosso Estado.

Então, receba do Mato Grosso do Sul, em nome da nossa Vice-Governadora e, por que não, do nosso Governador André Puccinelli.

E hoje Mato Grosso do Sul tem o privilégio também de, na Presidência desta Comissão, ter um extraordinário sul-mato-grossense, que é o Delcídio do Amaral.

Parabéns! Homenagem justa, mais do que justa a toda a sua história aqui na Casa e também no seu Estado.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Moka.

Com a palavra o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Presidente Delcídio, eu quero, cumprimentando V. Exª, cumprimentar a Governadora Rosalba, que, neste momento de congraçamento, de satisfação e de homenagem legítima ao Senador Garibaldi, volta a esta Casa e desejar, em nome do meu Partido, o PMDB, que tenho a satisfação de representar aqui, no Senado Federal, que ela faça um excelente governo, na medida dos compromissos que assumiu com a sua população, e nós temos certeza, por este início promissor, que isso vai acontecer.

Quero cumprimentar esse querido amigo, Senador José Agripino, cumprimentar o Senador Garibaldi e dizer ao Ministro Garibaldi da satisfação que todos nós temos de estar aqui agora.

Não é comum que essas solenidades de aposição de placas se façam dessa forma, com a presença de todos, com emoção, com discursos verdadeiros e apartes sinceros.

O Senador Garibaldi é um exemplo vivo de que o principal produto, a principal convivência, a principal consequência da convivência aqui no Parlamento é essa coisa que o Garibaldi cultiva muito bem, que é a amizade com todos. E para além dessa virtude do Garibaldi, para além do fato de o Garibaldi ser um grande homem público, o Garibaldi é uma daquelas pessoas que faz bem tudo que faz,

O Garibaldi foi um excelente Governador do Rio Grande do Sul...

Perdão, do Rio Grande do Norte. Poderia ser do Rio Grande do Sul também.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO – Já estou tomando providências.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Já está tomando providências. Poderia muito bem, tem qualidades para isso, viu, Garibaldi? Tem sido um excelente Senador, foi um grande Presidente do Senado Federal, foi um grande Presidente desta Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e está fazendo, no Ministério da Previdência, um grande trabalho para dar consequência à amplitude desse trabalho que a Previdência nos últimos anos, no nosso Brasil, vem fazendo, com mais eficácia, com mais competência, com mais planejamento, com mais disposição. Outro exemplo disso aqui é o nosso querido Senador Pimentel.

Então, Garibaldi, eu estou aqui falando em nome de todos os seus companheiros do PMDB, que têm por você uma admiração muito grande e que estão aqui, mais uma vez, à disposição para que o seu trabalho na Previdência Social seja tão profícuo quanto foi o seu trabalho em todos os cargos que antes você exerceu.

Conte com o nosso apoio e é uma emoção muito grande participarmos desta solenidade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Renan.

Com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/P PT – CE) – Nosso Presidente, Senador Delcídio Amaral, nossa Governadora, nossa eterna Senadora Rosalba, nosso

Ministro da Previdência Social e nosso Senador Garibaldi Alves Filho.

Quero começar registrando que a Previdência Social é uma das poucas ações do Estado nacional que cuida de toda a família brasileira. Quando a trabalhadora ganha a sua filha ou o seu filho, ali tem o salário maternidade. Durante a vida laboral, se o trabalhador adoece, tem a licença saúde. Se sofre acidente de trabalho, tem a licença acidentária. Quando chega à terceira idade, em que parte de nós Senadores estamos chegando, tem a aposentadoria. E quando Deus nos leva, a gente tem a proteção da família, com a pensão por morte.

Exatamente por isso pessoas com sensibilidade, como o nosso Senador Garibaldi Alves, são e serão excelentes Ministro da Previdência, porque têm essa capacidade de enxergar, essa forma de fazer. É por isso que o Presidente Lula determinou – e nós iniciamos e V. Exª dá continuidade – que precisamos humanizar o atendimento à Previdência Social.

Aquela Previdência, até 2005, levava em média dois anos para conceder um benefício previdenciário. As pessoas chegavam ali nove, dez da noite e marcavam a porta da Previdência pelos postes de luz. Ali por volta de quatro, cinco horas da manhã, quando a família ia levar um café quente, ele dizia que estava no quinto, no sexto poste de luz de distância da Previdência Social.

Essa mesma Previdência, com os mesmo funcionários, sem nenhuma consultoria externa, hoje concede os benefícios em até meia hora. Isso é gestão, e este Congresso é parte desse processo. Ali, em 2008, quando nós encaminhamos para cá um projeto de lei complementar para aposentar o saco de documentos e implantar o Cadastro Nacional de Informações Sociais, em 90 dias o Congresso Nacional aprovou esse projeto de lei complementar, que é a Lei Complementar nº 128. A partir dali, essa lei nos permitiu fazer essas grandes mudanças que hoje toda a sociedade brasileira comemora.

Esta Previdência hoje encaminha ao aposentando uma carta dizendo que ele preencheu as condições de se aposentar; e, se ele quiser receber o seu benefício, ligue para 135, marque dia e hora, que estaremos prontos para conceder o seu benefício.

E esta Previdência, até 2005, negava os direitos para tentar ver se conseguia ter condições de pagar os benefícios ali concedidos. Esta Previdência, até 2007, desde toda década de 90 até 2007, precisava em média de R$15 bilhões para fechar as contas da previdência contributiva, que é a previdência pública urbana. Hoje esta Previdência é financeiramente equilibrada. Já em 2008, reduziu para R$1,4 bi. Em 2009, sobrou R$ 3,6 bilhões. Em 2010, R$7,1 bilhões. E, neste 2011, deverá ultrapassar R$9 bilhões de saldo positivo. E isso foi feito sem precisar de nenhuma consultoria externa, com as pessoas da casa e com uma orientação política de quem é o gestor maior do Estado nacional.

Evidentemente, que quem está á frente da máquina de gestão faz isso. Esta Previdência hoje sabe a hora em que cada contribuinte chega na agência para ser atendido, a hora em que ele foi atendido, o tempo que levou para ser atendido, quem atendeu, e, no final do dia, vai o relatório para cada gerente de agência saber o aconteceu lá na sua agencia. Seria interessante o nosso Ministro, qualquer dia deste, fazer uma apresentação aqui no Senado Federal sobre a sala de situação e de controle de qualidade dos serviços da Previdência.

E a Previdência pública brasileira foi a primeira previdência que, em 2010, assinou um contrato de gestão com o Estado Nacional, em que o salário dos funcionários é variável: uma parte fixa; e a outra parte depende da produtividade, do desempenho e do bom atendimento.

Portanto, Garibaldi, parabéns pelo trabalho. E, no que depender desta Casa, em especial do nosso partido, do Partido dos Trabalhadores, e deste humilde Senador da República hoje e Deputado até ontem, pode contar conosco.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Pimentel.

Quero só também registrar aqui a presença do Dr. Paulo Varella, Diretor da Agência Nacional de Águas.

Passo ao último orador inscrito, Senador Flexa.

Só registrando também, Senador Garibaldi, o trabalho que V. Exª fez na ubcomissão dos Marcos Regulatórios, uma subcomissão profunda que olhou a questão da infraestrutura com rigor, e a primeira subcomissão da CAE, que teve seu relatório aprovado aqui, pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Com a palavra o último orador inscrito, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador Presidente Delcídio do Amaral, Governadora Rosalba Ciarlini, Senador Garibaldi Alves Filho, Ministro da Previdência, Senador Garibaldi Alves, é uma alegria poder ver pai e filho sentados à Mesa, o filho recebendo essa homenagem, e o pai ocupando a representação honrosa do Estado do Rio Grande do Norte no Senado Federal.

Senador José Agripino, Srªs e Srs. Senadores, meu amigo Senador Garibaldi Alves Filho, não poderia deixar de, de forma breve, fazer o registro dessa homenagem que V. Exª recebe hoje, com aposição da

sua foto na galeria dos ex-Presidentes da Comissão de Assuntos Econômicos. Fiz questão de usar da palavra porque, até então, fora dos integrantes da Mesa, os Senadores que o tinham festejado eram do bloco do Governo. E eu fiz questão de usar a palavra para dizer que V. Exª – e falo também em nome do Senador Aloysio e de todos os Senadores – é uma unanimidade nesta Casa. V. Exª transita com respeito em todos os segmentos políticos que têm representação no Senado Federal.

Como eu disse, falo por conhecer o trabalho de V. Exª não só no Senado Federal. Como Governador do seu Estado do Rio Grande do Norte, como Presidente do Senado, agora como Ministro, em todas as funções que V. Exª ocupou, sempre o fez com competência, determinação e honestidade, fazendo com que o Estado do Rio Grande do Norte pudesse se orgulhar do filho tão importante e tão ilustre que o representa no Senado Federal.

Receba um abraço de todos os seus amigos do Senado Federal, em especial do povo do Pará, que o receberá sexta-feira, na cidade de Redenção, de Conceição do Araguaia, onde V. Exª vai inaugurar uma sede, o espaço do INSS, da Previdência, iniciado na gestão do Senador José Pimentel, que, quando era Ministro, foi à Bancada do Pará pedir apoio para que se pudessem construir 72 unidades para atender aos aposentados e pensionistas no Pará, e teve o apoio da bancada. Hoje, nós estamos inaugurando, na sexta-feira, com V. Exª presente, uma dessas unidades. Lamentavelmente, elas ainda não estão funcionando da forma como queríamos, todas as 72 em funcionamento para facilitar a vida dos aposentados e pensionistas.

Mas quero abraçá-lo, Senador Garibaldi Alves Filho, e dizer que V. Exª honra o Rio Grande do Norte, o Brasil e o Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Flexa. Com o término das inscrições, passo a palavra para o cerimonial novamente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Convidamos agora os excelentíssimos senhores integrantes da Mesa para descerrar a foto, que, a partir desse momento, passa a integrar a galeria de fotos dos Presidentes da Comissão de Assuntos Econômicos. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 19ª reunião da CAE, 23ª reunião da CRE e 20ª reunião da CCJ. Trata-se de reunião conjunta.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião conjunta da CAE de nº 15, da CRE de nª 18 e da CCJ de nº 16.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Vamos à pauta:

ITEM ÚNICO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 91 DE 2011
– Terminativo na CCJ

Altera o art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, para restabelecer o fuso horário do Estado do Acre.

Autoria: Senador Pedro Taques

Relatoria na CAE/CRE/CCJ: Senador Luiz Henrique

Relatório na CAE/CRE/CCJ: Pela aprovação da projeto e rejeição das Emendas nº 1, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, e nº 2, de autoria do Senador Flexa Ribeiro

Foi-me informado pela Mesa e pelo Relator, Senador Luiz Henrique, que está sendo apresentado um substitutivo ao projeto, que nós vamos analisar nesta sessão conjunta.

Nos termos do art. 49, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, o estudo da matéria, como eu disse, vai ser feito numa reunião conjunta da CAE, da CCJ e da CRE, cabendo à CCJ a decisão terminativa.

A votação será realizada separadamente, nos termos do art. 113, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

Em 17 de maio de 2011, eu, como Presidente, designei o Senador Ricardo Ferraço Relator *ad hoc*, em substituição ao Senador Luiz Henrique.

Em 17 de maio, foi iniciada a discussão e foram apresentadas as Emendas nº 1, da Senadora Vanessa Grazziotin, e nº2,do Senador Flexa.

Em 25 de maio de 2011, o Senador Ricardo Ferraço encaminhou a matéria para redistribuição,e os Presidentes das três Comissões reescolheram o Senador Luiz Henrique como Relator único da matéria.

Portanto, passo a palavra ao Relator, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2011, de autoria do Senador Pedro Taques, altera o art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de julho de 1913, para restabelecer o fuso horário do Estado do Acre, alterado pela Lei nº 11.662, de 24 de abril de 2008.

Esse Projeto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, foi elaborado pelo ilustre Senador Pedro Taques em

razão de um grande acordo feito nesta Comissão no sentido de que, rapidamente, se atendesse à vontade do povo acreano, manifestada em plebiscito.

Nesse entido, o art. 1º do Projeto promove alterações no mencionado Decreto para desmembrar o atual terceiro fuso em que se divide o território brasileiro de forma que:

a – esse terceiro fuso, caracterizado pela hora de Greenwich "menos quatro horas"permaneça compreendendo os Estados de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul, do Amazonas, de Rondônia e de Roraima (alínea "c" do art. 2º do Decreto).

b – o quarto fuso, caracterizado pela hora de Greenwich menos cinco horas, passe a compreender o fuso horário do território do Estado do Acre (alínea e do art. 2º do Decreto).

O art. 2º do projeto determina a entrada em vigor da alteração depois de decorridos 30 dias da publicação oficial da norma produzida.

Na justificativa, o autor esclarece que a apresentação do projeto decorreu, como já mencionei, de entendimentos da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e também desta Comissão sobre a matéria, fruto dos debates travados neste colegiado sobre a Consulta nº 1, de 2011, que tratava do referendo ocorrido no Estado do Acre sobre o assunto, realizado em 31 de outubro de 2010.

Nesse referendo, 184.478 eleitores, ou seja, 56,87% dos votos válidos votaram "não" ao fuso implantado pelo Lei nº 11.662, de 2008, enquanto 139.891 eleitores acreanos votaram "sim", o que representa 43,13% dos votos válidos.

O Projeto de Lei do Senado nº 91 ora em exame foi distribuído à Comissão de Assuntos Econômicos, à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e à Comissão de Constituição e Justiça, cabendo à última a decisão terminativa. O despacho determina a aplicação do disposto nos incisos I e II do art. 49 do Regimento Interno à tramitação da matéria, o que fundamenta o seu estudo em reunião conjunta das comissões.

O relatório referente ao projeto de lei do Senado em epígrafe constou da pauta da reunião conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e da Comissão de Constituição, Justiça e cidadania, realizada em 17 de maio passado. Designado como Relator *ad hoc*,, o nobre Senador capixaba Ricardo Ferraço fez a leitura do relatório por mim elaborado, após o que, iniciada a discussão, foram apresentadas duas emendas ao projeto de lei em análise. O Senador Ricardo Ferraço foi designado na referida reunião conjunta relator *ad hoc* para análise das emendas.

A matéria constou da pauta da reunião conjunta da CAE, da CRE e da CCJ marcada para o dia 24 próximo passado, que acabou sendo adiada. Posteriormente, a matéria acabou sendo devolvida para redistribuição. Por fim, os Presidentes da CAE, da CRE e da CCJ, em comum acordo com o Senador Ricardo Ferraço, me designaram relator único deste projeto e da emendas a ele apresentadas.

Passo a relatar essas emendas.

A Emenda nº 1, da Senador Vanessa Grazziotin, objetiva acrescer à parte final da alínea e do art. 2º do Decreto 2.784, de 18 de junho de 1913, nos termos da redação conferida pelo art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 91, a seguinte expressão "e os territórios cedidos recentemente pela Bolívia, assim como a área W da linha precedentemente descrita.

Já a Emenda nº 2, de autoria do ilustre Senador Flexa Ribeiro, acresce ao art. 1º desse projeto proposta de alteração à alínea "b" do art. 2º do Decreto 2.784, já mencionada, com o objetivo de definir, ou melhor, de redefinir a abrangência territorial do segundo fuso horário existente no território brasileiro, caracterizado pela hora de Greenwich 'menos três horas', que passaria a compreender todo o litoral do Brasil, o Distrito Federal e os Estados de Minas Gerais, de Tocantins e de Goiás, bem como parte do Estado do Pará, a parte leste, delimitada por uma linha que, partindo do monte Grevaux, na fronteira da Guiana Francesa, vá seguindo pelo álveo do rio Pecuary até o rio Javari, pelo álveo deste até o Amazonas, e ao sul pelo leito do rio Xingu até entrar no Estado de Mato Grosso.

Propõe ainda a referida emenda a alteração da alínea "c" do art. 2º do Decreto 2.784, nos termos da redação conferida pelo art. 1º do projeto em análise, com o objetivo de redefinir a abrangência territorial do terceiro fuso, caracterizado pela hora média de Greenwich 'menos quatro horas', que passaria a compreender o Estado do Pará a oeste da linha precedente e os Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Amazonas, Rondônia e Roraima.

Por fim, a Emenda nº 2 ao projeto em exame propõe a alteração da alínea "d" do art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, nos termos da redação conferida pelo art. 1º deste projeto. Na verdade, a referência correta deve ser a alínea "e", como fez o projeto de lei, visto que a alínea "d" foi revogada, com o objetivo de definir a abrangência territorial do quarto fuso, caracterizado pela hora de Greenwich 'menos cinco horas', que passaria a compreender o território do Acre.

Informo, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que consolidei neste documento o relatório antes apresentado ao projeto de lei em tela e o relatório pre-

parado para as Emendas nº 1 e nº 2 que lhe foram apresentadas.

II – Análise.

De início, verifica-se que não há reserva de iniciativa para a matéria veiculada pelo projeto, conforme o art. 61 da Constituição Federal.

Além disso, o assunto figura entre as competências da União, a quem compete privativamente legislar sobre sistema de medidas, nos termos do art. 22 da Carta Magna. Não há também qualquer ressalva quanto à juridicidade e regimentalidade da matéria.

Até a edição da Lei nº 11.662, de 2008, o Acre enquadrava-se no quarto fuso horário, caracterizado pela hora de Greenwich 'menos cinco horas'. Com o advento dessa Lei, esse Estado passou a compartilhar com outros do terceiro fuso horário, caracterizado pela hora de Greenwich 'menos quatro horas'.

Ocorre que, posteriormente, o Decreto Legislativo nº 900, de 1º de dezembro de 2009, convocou referendo destinado a consultar o eleitorado sobre a conveniência e a oportunidade da alteração do fuso horário promovida pela supra referida Lei, o que se efetivou por meio da seguinte questão: "Você é a favor da recente alteração do horário legal promovida no seu Estado?". Conforme antes mencionado, a população respondeu majoritariamente "não", rejeitou a alteração promovida pela Lei, em referendo realizado concomitantemente com a primeira eleição subsequente à promulgação daquele Decreto Legislativo.

Em seguida, o Plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), à unanimidade, considerou atendidas as exigências legais e regulamentares relativas ao referendo e homologou o resultado proclamado anteriormente pelo Tribunal Regional Eleitoral do Acre. Tal decisão foi comunicada ao Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal, por meio do Ofício nº 453/2011/SPR, assinado pelo Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Ricardo Lewandowski, que deu origem à Consulta nº 1, de 2011.

Instalou-se, então, controvérsia acerca dos efeitos do referendo realizado. Observe-se que a precitada Lei nº 11.662, de 2008, não previu que sua eficácia dependeria do referendo da população (condição resolutiva). Por sua vez, o referendo convocado, muitos meses depois, pelo Decreto Legislativo já citado não se referiu à Lei, limitando-se a questionar a posição do eleitor sobre a alteração do fuso horário do Estado. Embora seja o Decreto Legislativo instrumento hábil para convocar o referendo, levantou-se a dúvida se essa convocação – desvencilhada da Lei – serviria para estancar a eficácia desta e retomar a aplicação da norma anterior, dentro do princípio de hierarquia das leis. Além disso, foi consultado somente o Estado do Acre, quando a referida Lei – ato normativo de competência da União – abrangia também outras Unidades da Federação.

Embora se possam questionar os efeitos jurídico-legislativos do referendo ocorrido, não se pode olvidar da manifestação colhida junto à população. Ela é inequívoca, no sentido de repudiar a alteração promovida pela Lei nº 11.662, no fuso horário do Acre. Como decorrência, até para prestigiar a democracia direta – contemplada no parágrafo único do art. 1º e no art. 14 da Constituição Federal – é dever do Congresso Nacional dar curso a essa manifestação.

Em relação aos aspectos econômicos, a mudança não trará impacto significativo para a economia do Acre – e eu me refiro à hipótese que considero nula de impacto negativo. Nos últimos anos, o PIB do Acre vem tendo crescimento superior ao da média nacional sem correlação apreciável com a mudança de fuso horário ocorrida em junho de 2008. Por essa razão, sob o prisma econômico, não há óbice para que o retorno ao fuso horário normal seja implantado. Para tanto, foi em boa hora apresentado o presente projeto. Quero enaltecer a iniciativa rápida, prestimosa, do Senador Pedro Taques, cuja aprovação atenderá ao povo acreano e conferirá segurança jurídica necessária à situação na medida em que será a lei que dele advirá que promoverá a modificação no sentido formal e material da Lei 11.662, no que foi repudiada pelo referendo realizado.

No que concerne às emendas, tenho a aduzir o que segue. A matéria objeto das presentes emendas já foi amplamente debatida nas comissões designadas a analisá-la, principalmente no âmbito da CCJ, por ocasião da resposta à consulta nº 1/2011, formulada pelo Exmº Sr. Presidente do Senado, que indagava sobre as providências a serem adotadas pelo Senado Federal a partir da comunicação encaminhada pelo Tribunal Superior Eleitoral do resultado do referendo realizado no Acre sobre alteração do fuso horário que ora se discute.

No mérito, as duas emendas objetivam essencialmente restabelecer os fusos horários previstos na redação original do decreto nº 2.784/1913, antes, portanto, das alterações empreendidas pela Lei 11.662. Assim, a Emenda nº 1 objetiva alterar a área abrangida pelo fuso horário caracterizado pela hora de Greenwich menos cinco horas ou pela hora de Brasília menos duas horas para nela inserir os Municípios ou parte deles do extremo oeste do Estado do Amazonas, cujos territórios estejam na área a oeste da linha imaginária que liga o Município de Tabatinga, no Amazonas, a Porto Acre, no Acre. No mesmo sentido, a Emenda nº 2 almeja resgatar a linha imaginária prevista na redação originária do Decreto de 1913, mais precisamente, a

alínea *b* do seu artigo 2º, que dividia longitudinalmente o Estado do Pará em dois fusos horários distintos. Uma área a leste dessa linha abrangida pelo fuso caracterizado pelo horário de Greenwich menos três horas, o mesmo fuso de Brasília, e outra, a oeste dessa linha, prevista na alinea *c* do artigo 2º do referido Decreto de 1913 abrangida pelo fuso caracterizado pelo horário de Greenwich menos quatro horas.

Não há qualquer óbice de natureza constitucional e regimental às emendas. Pode ser, entretanto, suscitado o seguinte questionamento quanto à juridicidade e à técnica legislativa.

Se as emendas apresentadas, e, de resto, o próprio projeto, almejam resgatar a essência do Decreto, de 1913, revogado pela Lei de 2008, por que não solucionar a questão com a apresentação de um substitutivo ao PLS 91, de 2011, com artigo único que revogasse expressa e totalmente a Lei de 2008, de acordo com o preconizado pelo art. 9º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, e previsse, também expressamente, a repristinação, a restauração da vigência, do Decreto nº 2.784, de 1913, consoante determina o § 3º do art. 2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 de 1943 – Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, anterior Lei de Introdução ao Código Civil?

A solução cogitada no parágrafo anterior, apesar de sedutora, não parece ser a mais adequada tecnicamente. Há vários ajustes a serem feitos em face do decurso de quase um século de vigência do multicitado Decreto, recepcionado como lei ordinária pela Constituição Federal de1988.

Explico. Não há mais sentido fazer menção, como fazia a alínea "d" do art. 2º do Decreto nº 2.784, de 1913, aos territórios cedidos recentemente pela Bolívia. Por que, Sr. Presidente? Porque os referidos territórios integraram à época o então Território do Acre e, desde 1962, por força da Lei nº 4.070, de 15 de junho do mesmo ano, seguem integrando, fazendo parte do atual Estado. De outro lado, o Decreto de 1913 não fazia menção ao Distrito Federal, já que, naquele momento, o Distrito Federal ocupava a área litorânea, posteriormente ocupada pelo Estado da Guanabara e atual Município do Rio de Janeiro.

O decreto estabelecia que o segundo fuso abrangia todo o litoral do Brasil e, por conseguinte, o Distrito Federal. A Lei nº 11.262, de 2008 corrigiu a distorção surgida com a criação de Brasília e fez prever expressamente no texto do decreto o Distrito Federal, ou o novo Distrito Federal. Se for revogada a Lei de 2008 e restaurado o Decreto de 1913, em sua redação originária, o Distrito Federal estará formalmente excluído da norma que determina a hora legal do Brasil.

Outro ajuste necessário a fazer é inserir, expressamente, no texto do decreto, como o fazia a Lei nº 11.662, os novos Estados criados no País, que, evidentemente, não estavam previstos, não poderiam estar previstos na redação de 1913. Falo dos Estados do Tocantins, de Rondônia, de Roraima e de Mato Grosso do Sul.

O Projeto de Lei sob exame e a Emenda nº2 já apresentavam essa preocupação. Sublinhe-se, contudo, que essa sugestão de caráter meramente técnico e redacional não gera qualquer alteração nos fusos horários desses Estados.

Como visto, a parte inicial da Emenda nº 1 que objetiva estender aos territórios cedidos recentemente pela Bolívia, está prejudicada, já que como mencionada os ditos territórios integram o hoje Estado do Acre.

Acolhendo a sugestão formulada pela Emenda nº1 de reinserir os Municípios do oeste do Amazonas no quarto fuso horário, considero prejudicadas as partes da Emenda nº 2 que dão tratamento diverso ao fuso do Estado do Amazonas.

Assim, estou de acordo com as emendas apresentadas, nos termos da análise empreendida, que objetivam resgatar para os Municípios do extremo oeste do Estado do Amazonas e para o Estado do Pará os mesmo critérios quanto à definição dos fusos horários previstos no Decreto nº 2.784, de 1913, que vigeram por 95 anos; desde aquele ano até 2008.

É importante sublinhar que, salvo quanto ao Estado do Acre, que é tratado neste projeto, com o objetivo de ser recuperada a sua ação vigente desde 1913, não há relativamente aos demais Estados qualquer alteração em seu fuso horário.

Pelo exposto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado nº91, de 2011, de autoria do Senador Pedro Taques. E no mérito, pela sua aprovação.

Quanto às Emendas nºs 1 e 2, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. E no mérito, pela aprovação nos termos do seguinte Substitutivo:

"Art. 2º .....

.....

b) o segundo fuso, caracterizado pela hora de Greenwich 'menos três horas', compreende todos os Estados do litoral do Brasil, o Distrito Federal e os Estados de Minas Gerais, de Tocantins e de Goiás, bem como a parte do Estado do Pará que fica a leste de uma linha

que, partindo do monte Grevaux, na fronteira com a Guiana Francesa, vá seguindo pelo álveo do rio Pecuary até o Javari, pelo álveo deste até o Amazonas e ao sul pelo leito do Xingu até entrar no Estado de Mato Grosso;

c) o terceiro fuso, caracterizado pela hora de Greenwich 'menos quatro horas', compreende a parte do Estado do Pará a oeste da linha fixada na alínea anterior, os Estados de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul, de Rondônia, de Roraima, bem como parte do Estado do Amazonas que fica a leste de uma linha que partindo do Município de Tabatinga (AM) vá a Porto Acre (AC);

.....

e) o quarto fuso, caracterizado pela hora de Greenwich 'menos cinco horas', compreende o Estado do Acre, assim como a parte do Estado do Amazonas que fica a oeste da linha fixada na alínea c deste artigo. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos trinta dias de sua publicação oficial.

Art. 3º Revoga-se a Lei nº 11.662, de 24 de abril de 2008.

Salvo melhor juízo das Srªs e Srs. Senadores das Comissões de Assuntos Econômicos, de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, é, Sr. Presidente, o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Luiz Henrique, pelo trabalho que V. Exª fez, buscando uma composição com o Pará, do Senador Flexa; com o Amazonas, da Senadora Vanessa e do Senador Eduardo Braga; e sem deixar de considerar a questão específica do Estado do Acre.

Como esse assunto já foi discutido à exaustão, a matéria não está em discussão.

Portanto, em votação na CAE, em caráter não terminativo.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado pela CAE em caráter não terminativo o relatório do Senador Luiz Henrique.

Em votação na CRE, também não terminativo.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão.

Aprovado pela CRE o relatório, também em caráter não terminativo.

Em votação na CCJ, em caráter terminativo.

Passo a presidência ao Senador Eunício Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Projeto como disse o Senador Delcídio, já foi exaustivamente discutido nas Comissões, CAE, CRE e CCJ. Como ele é terminativo na CCJ e como nós estamos nessa reunião conjunta e uma reunião esperando na CCJ para fazermos a sabatina de sete indicados para o CNJ e para o CNMP, eu pediria aos Srs. Senadores, que na mesma linha do Presidente Delcídio, essa matéria também não fosse discutida na CCJ e eu passaria de imediato à votação, se os Srs. Senadores da CCJ concordarem.

Não havendo quem discorde da proposta feita pelo Presidente da CCJ, eu pergunto como vota o Senador Pimentel. Quem vota com o relator vota sim.

Por mais que alguns queiram dar uma conotação política, temos que respeitar a vontade do povo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Como vota V. Exª?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN - AC) - Se eu pudesse votar dez vezes, eu votaria. Como só posso uma vez, voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Com o relator.

Mas é preciso ficar registrado aqui nas notas taquigráficas o voto de V. Exª.

Como vota o Senador Aloyzio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB - SP) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Como vota o Senador Aécio Neves?

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB - MG) – Voto "sim", Sr. Presidente, cumprimentando o Senador Pedro Taques e agora, em especial, o Senador Luiz Henrique, pelo belo trabalho que fizeram.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Como vota o Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM - GO) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Com o relator.

Como vota o Senador Gim Argello?

O SR. GIM ARGELLO (PTB - DF) – Sr. Presidente, voto com o relator, cumprimentando o Senador Pedro Taques, o Senador Luiz Henrique, o Senador Petecão por essa luta.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT - SP) – Com o relator, Sr. Presidente: "sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Como vota o Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT - AC) – Sr. Presidente, eu quero dizer que ainda que, acima de tudo, tenha que prevalecer a vontade do povo, que votou no referendo pela mudança, e o relatório está coerente com essa vontade do povo, quero dizer que concordo integralmente com a observação feita pelo Senador

Jorge Viana: é uma injustiça que, por força de manipulação política, o Acre fique duas horas atrasado em relação a Brasília.

Tenho certeza de que, a exemplo do que acontece hoje na China, que tem uma extensão leste–oeste muito maior do que a extensão brasileira e aplica um único fuso horário, mais dias, menos dia, teremos no Brasil um único horário para todo o povo brasileiro, seja do norte, do sul, do leste ou do oeste.

Em particular, eu quero adiantar que, neste momento, nós fizemos valer a vontade do povo do Acre, o Senado da República vota com o povo do Acre, e eu também voto com o Senado da República, em favor do povo do Acre. Mas quero anunciar que vou reunir as assinaturas necessárias para que a gente discuta no Brasil a possibilidade de termos um único fuso horário para o povo brasileiro, porque não é admissível que se tenha atraso de duas horas em relação a um Estado. Isso é uma discriminação, isso cria dificuldades reais. Numa época em que tudo acontece on-line, não é justo que as coisas cheguem duas horas depois ao Estado do Acre.

Por isso, vou defender e espero contar com o apoio da maioria dos Senadores, do Senado da República Federativa do Brasil, para que tenhamos, no mais curto espaço de tempo possível, um único fuso horário no Brasil, para todos os Estados brasileiros.

Muito obrigado.

Meu voto é com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Vota com o relator. Vota "sim".

Com vota o Senador Clésio Andrade?

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PR - MG) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Como vota o Senador... O voto do Senador Luiz Henrique é conhecido.

Como vota o Senador Ricardo Ferraço?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB - ES) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Senador Waldemir Moka, como vota V. Exª?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB - MS) – Parabenizando o relator, Senador Luiz Henrique, e o Senador Pedro Taques também, voto com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB - PA) – Com o relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB - RR) - Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Com o relator.

A matéria foi...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB - RJ) – Senador, o voto do Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Senador Marcelo Crivella?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB - RJ) – Marcelo Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Já completou, Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB - RJ) – Mas sou titular, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Já está completo o quórum.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB - RJ) – Ah, muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Independentemente disso, fica registrado o voto favorável de V. Exª.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB - RJ) – E eu queria também registrar o aplauso a esses Senadores do Acre que têm a fibra de um bandeirante e lutaram muito pelos seus Estados. Não posso deixar de parabenizá-los, Sr. Presidente.

E eu votaria com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – A matéria foi aprovada, com 17 votos "sim", e uma abstenção, do Senador Jorge Viana.

Aprovado o projeto nos termos da Emenda nº 1-CAE, CRE e CCJ, pela CCJ em caráter terminativo, ficam prejudicados o projeto e as emendas, nos termos do art. 300, inciso XVI, do Regimento Interno do Senado Federal.

De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria será submetida a turno suplementar nesta CCJ

Aos Srs. Senadores que já votaram, para agilizarmos, já que todos votaram no primeiro item, pediria a V. Exªs que repetissem a votação, com o registro do Senador Jorge Viana pela abstenção.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – É só para registrar que, pelo Regimento, abre-se um prazo de cinco dias para emendas. Portanto, esse turno suplementar tem que acontecer na CCJ na próxima semana.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

Se houver um entendimento entre os líderes, não poderemos quebrar esse interstício?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não. As sessões... Não pode.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Estou perguntando aqui ao Presidente.

Podemos, Sr. Presidente? Se houver entendimento entre os líderes, não podemos quebrar o interstício?

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Só se estivesse em regime de urgência, e ele não está em regime de urgência.

Abre-se o prazo para emenda, de cinco dias, conforme prevê o Regimento. Por ter sido aprovado o substitutivo, antes de finalizarmos os trabalhos, peço a permissão do meu Presidente, Senador Delcídio do Amaral, para aprovar e pedir a V.Exªs a dispensa da leitura e aprovação da Ata da presente reunião conjunta da CAE – 19ª reunião, da CRE – 23ª reunião e da CCJ – 20ª reunião.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião, convidando todos os membros da CCJ para abrirmos agora a reunião da CCJ, para sabatina de sete indicados naquela Comissão.

Muito obrigado a todos.

(Levanta-se a Reunião às 11 horas e 55 minutos.)

VIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS ONZE HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às doze horas e oito minutos do dia trinta e um de maio de dois mil e onze, na Sala de Reuniões da CCJ, número três, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a Presidência do Senador Eunício Oliveira, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Jorge Viana, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, Gim Argello, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Aníbal Diniz, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg, Humberto Costa, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, José Agripino, Mozarildo Cavalcanti e da Senadora Marta Suplicy. O Presidente (Senador Eunício Oliveira) registra a presença dos Senhores Mauro Campbell, Ministro do Superior Tribunal de Justiça; Corregedora do Conselho Nacional de Justiça, Ministra Eliana Calmon; Dr. Felipe Locke, Conselheiro do CNJ; Secretário-Geral do Conselho Nacional do Ministério Público, José Adércio Leite Sampaio; Ex-Procurador-Geral da República, Aristides Junqueira; Desembargador Federal Reynaldo Fonseca; Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, Alceu Torres Marques; Procurador-Geral de Justiça do Acre, Sammy Barbosa Lopes; Procurador-Geral de Justiça do Amazonas, Francisco Cruz; Procuradora-Geral de Justiça de Manaus, Fátima Travassos; Procuradora do Trabalho, Drª. Guiomar Herxia Gomes; Procurador Regional da República, Dr. Wellington Saraiva; Juiz Ivo Anselmo Hohn, Membro da AJUFE; Juiz José Francisco Andreotti Spizzirri, Membro da AJUFE; Juiz Wilson Witzel, Membro da AJUFE; Juiz Fabrício Fernandes de Castro, Membro da AJUFE; Juiz Roberto Veloso, Membro da AJUFE; Juiz José Barroso Filho Membro da AJUFE; Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, CONAMP, César Bechara Nader Mattar Júnior; Presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – AMPERJ, Marfan Martins Vieira; Conselheiro do CNJ, Milton Nobre; Conselheiro do CNJ, José Aboniz; Procurador-Geral de Roraima, Fabio Sticca; Procurador-Geral de Justiça do Espírito Santo, Fernando Zardini; Ex-Procurador-Geral de Justiça do Rio Grande do Sul, Mauro Renner; Presidente da AMMP, José Perdigão; Presidente da AMPRO, Marcelo Oliveira; Presidente da AMPT, Sebastião Caixeta; Presidente da MAPM, Marcelo Weitzel; Membro do Conselho Nacional do Ministério Público, Almino Afonso; Procurador-Geral de Justiça de Rondônia, Héverton Alves de Aguiar; Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, Tito Souza do Amaral. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 1) Não Terminativo OFICIO "S" Nº 21, DE 2011** Encaminha, nos termos do art. 103-B, XIII, da Constituição Federal, a indicação do Senhor MARCELO DA COSTA PINTO NEVES para compor o Conselho Nacional de Justiça. **Autoria:** Lideranças partidárias (SF). **Relatoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatório:** Votação secreta. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor MARCELO DA COSTA PINTO NEVES para compor o Conselho Nacional de Justiça, com quinze (15) votos favoráveis, dois (2) votos contrários e seis (6) abstenções. ITEM 2) Não Terminativo OFICIO "S" Nº 22, DE 2011.** Encaminha, nos termos do inciso XIII do art. 103-B da Constituição Federal, o nome do Senhor BRUNO DANTAS NASCIMENTO, para compor o Conselho Nacional

de Justiça, pelo Senado Federal. **Autoria:** Lideranças partidárias (SF). **Relatoria:** Senador Gim Argello. **Relatório:** Votação secreta. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor BRUNO DANTAS NASCIMENTO, para compor o Conselho Nacional de Justiça, com dezessete (17) votos favoráveis, um (1) voto contrário e cinco (5) abstenções. ITEM 3) Não Terminativo OFICIO "S" Nº 31, DE 2011** Encaminha, nos termos do art. 103-B, inciso VI, da Constituição Federal, o nome do magistrado TOURINHO NETO, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça para integrar o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2011-2013. **Autoria:** Superior Tribunal de Justiça. **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres. **Relatório:** Votação secreta. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do magistrado TOURINHO NETO, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça para integrar o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2011-2013, com vinte e um (21) votos favoráveis, um (1) voto contrário e uma (1) abstenção. ITEM 4) Não Terminativo OFICIO "S" Nº 25, DE 2011** Encaminha, nos termos do art. 130-A, II, da Constituição Federal, a indicação do nome do Subprocurador-Geral do Trabalho, JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. **Autoria:** Procurador-Geral da República. **Relatoria:** Senador Jorge Viana. **Relatório:** Votação secreta. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Subprocurador-Geral do Trabalho, JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, com vinte e dois (22) votos favoráveis e uma (1) abstenção.** O Presidente (Senador Eunício Oliveira) suspende a presente Reunião às quatorze horas e vinte e um minutos. Às quinze horas e quinze minutos, o Presidente (Senador Eunício Oliveira), reabre a Reunião e passa à apreciação do **ITEM 5) Não Terminativo OFICIO "S" Nº 29, DE 2011** Encaminha, nos termos dos incisos III do artigo 130-A, da Constituição Federal, a indicação do Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de Roraima, ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. **Autoria:** Procurador-Geral da República. **Relatoria:** Senador Romero Jucá. **Relatório:** Votação secreta. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de Roraima, ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, com vinte e dois (22) votos favoráveis e uma (1) abstenção. ITEM 6) Não Terminativo OFICIO "S" Nº 28, DE 2011** Encaminha, nos termos do art. 130-A, III, da Constituição Federal, a indicação do nome do Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, JARBAS SOARES JÚNIOR, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. **Autoria:** Procurador-Geral da República. **Relatoria:** Senador Aécio Neves. **Relatório:** Votação secreta. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, JARBAS SOARES JÚNIOR, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, com dezenove (19) votos favoráveis, um (1) voto contrário e três (3) abstenções. ITEM 7) Não Terminativo OFICIO "S" Nº 17, DE 2011** Encaminha, nos termos do art. 103-B, inciso VII, da Constituição Federal, o currículo do magistrado SILVIO ROCHA, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça para compor o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2011-2013. **Autoria:** Superior Tribunal de Justiça. **Relatoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Votação secreta. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do magistrado SILVIO ROCHA, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça para compor o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2011-2013, com vinte e dois (22) votos favoráveis e uma (1) abstenção. REQUERIMENTOS APRECIADOS: 1) REQUERIMENTO Nº 25, DE 2011-CCJ** "Requeiro, nos termos do artigo 281, do Regimento Interno desta Casa, dispensa de interstício previsto pelo art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, para imediata apreciação do Ofício "S" nº 21, de 2011, que submete à consideração do Senado Federal, a indicação do Senhor MARCELO DA COSTA PINTO NEVES para compor o Conselho Nacional de Justiça." **Autoria:** Senador Eunício Oliveira. **Resultado: Aprovado. 2) REQUERIMENTO Nº 26, DE 2011-CCJ** "Requeiro, nos termos do artigo 281, do Regimento Interno desta Casa, dispensa de interstício previsto pelo art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, para imediata apreciação do Ofício "S" nº 22, de 2011, que submete à consideração do Senado Federal, o nome do Senhor BRUNO DANTAS NASCIMENTO, para compor o Conselho Nacional de Justiça, pelo Senado Federal." **Autoria:** Senador Eunício Oliveira. **Resultado: Aprovado. 3) REQUERIMENTO Nº 27, DE 2011-CCJ** "Requeiro, nos termos do artigo 281, do Regimento Interno desta Casa, dispensa de interstício previsto pelo art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, para imediata apreciação do Ofício "S" nº 31, de 2011, que submete à consideração do Senado Federal, o nome do magistrado TOURINHO NETO, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça para integrar o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2011-2013." **Autoria:** Senador Eunício Oliveira. **Resultado: Aprovado. 4) REQUERIMENTO Nº 28, DE 2011-CCJ** "Requeiro, nos termos do artigo 281, do Regimento Inter-

no desta Casa, dispensa de interstício previsto pelo art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, para imediata apreciação do Ofício "S" nº 25, de 2011, que submete à consideração do Senado Federal, a indicação do nome do Subprocurador-Geral do Trabalho, JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público." **Autoria:** Senador Eunício Oliveira. **Resultado: Aprovado. 5) REQUERIMENTO Nº 29, DE 2011-CCJ** "Requeiro, nos termos do artigo 281, do Regimento Interno desta Casa, dispensa de interstício previsto pelo art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, para imediata apreciação do Ofício "S" nº 29, de 2011, que submete à consideração do Senado Federal, a indicação do Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de Roraima, ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público." **Autoria:** Senador Eunício Oliveira. **Resultado: Aprovado. 6) REQUERIMENTO Nº 30, DE 2011-CCJ** "Requeiro, nos termos do artigo 281, do Regimento Interno desta Casa, dispensa de interstício previsto pelo art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, para imediata apreciação do Ofício "S" nº 28, de 2011, que submete à consideração do Senado Federal, a indicação do nome do Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, JARBAS SOARES JÚNIOR, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público." **Autoria:** Senador Eunício Oliveira. **Resultado: Aprovado. 7) REQUERIMENTO Nº 31, DE 2011-CCJ** "Requeiro, nos termos do artigo 281, do Regimento Interno desta Casa, dispensa de interstício previsto pelo art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, para imediata apreciação do Ofício "S" nº 17, de 2011, que submete à consideração do Senado Federal, o currículo do magistrado SILVIO ROCHA, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça para compor o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2011-2013." **Autoria:** Senador Eunício Oliveira. **Resultado: Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara encerrada a presente reunião às dezessete horas e dezenove minutos e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eunício Oliveira,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam a Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata da reunião anterior.

A presente reunião tem por objetivo a sabatina dos indicados para o CNMP e para os CNJ. Peço desculpas aos senhores que serão sabatinados e às nossas autoridades aqui presentes porque estávamos em uma reunião conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e a Comissão de Assuntos Econômicos, com matéria terminativa na CCJ, portanto, não tínhamos como abrir esta reunião extraordinária antes de concluir a reunião conjunta entre as três Comissões, que discutiam o novo horário para o Estado do Acre e outros Estados da Amazônia.

Como temos sete indicados para serem sabatinados e, a fim de agilizar os trabalhos, queria combinar com o Plenário o seguinte: faríamos a leitura dos relatórios, tenho um requerimento de minha autoria propondo a quebra do interstício que vou submeter ao senhores e, aí, faríamos a sabatina do dia de hoje. Eu quero mudar um pouco a regra, desde que haja concordância do Plenário. A gente quebraria o interstício, faríamos a leitura do relatório, depois daríamos a palavra aos sabatinados. Em seguida, faríamos blocos de Senadores que queiram fazer perguntas a cada dois... Ou então ouviríamos todos para, depois, fazermos votação. E o processo de votação... Eu não quero quebrar nenhuma regra do Regimento, a não ser que haja concordância com os senhores.

Para agilizar, se algum dos senhores, após as explanações feitas pelos indicados, dos Srs. Senadores, concordarem que a votação possa ser aberta, se não houver nenhuma objeção do Plenário, eu a abrirei. Se houver qualquer manifestação, só abrirei após o término da sabatina dos Srs. Senadores. O Senador que já estiver satisfeito e achar que já pode votar, havendo anuência de todos, a concordância de todos, eu abrirei a votação. Não havendo a anuência dos senhores, vamos aguardar o final da sabatina para fazermos o início da votação.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Não há, da nossa parte, qualquer obstáculo à pretensão de V. Exª, desde que isso não fique como precedente, como jurisprudência da Comissão. Em razão do perfil dos sabatinados hoje, podemos perfeitamente acei-

tar esse modelo proposto pelo Presidente. Da nossa parte, pelo menos, claro que falo em meu nome, não há questionamentos e, sobretudo, contestação em relação à competência, aos requisitos básicos para a indicação para a função, aos requisitos já conhecidos da competência, do itinerário percorrido, do currículo, da probidade. Enfim, não há, pelos menos de nossa parte, qualquer questionamento a esse respeito. Por isso, aceitamos a proposta de V. Exª, desde que isso não se torne jurisprudência, um precedente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Inclusive, comprometo-me com V. Exª, no sentido de, primeiro, isso não virar jurisprudência, que isso sirva nesta reunião, se os senhores concordarem. Segundo, mesmo com a angústia que existe nessa questão da sabatina, eu me comprometo a jamais colocar sete pessoas para serem sabatinadas em um único dia, para que os Srs. Senadores tenham a oportunidade de se manifestar, para não fazermos uma quebra do Regimento, mesmo que essa quebra não crie precedente.

Senador Pedro Taques, V. Exª pediu a palavra?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, Sr. Presidente. Apenas quero ressaltar que, por ocasião da sabatina daqueles então indicados pela Senhora Presidente para o STJ, fizemos um pedido para que, nesta Comissão, as sabatinas fossem feitas de forma separada entre os sabatinados. Fazer uma sabatina com sete sabatinados, com todo o respeito, não me parece ser vontade da Constituição e muito menos do Regimento Interno. Estamos chegando à conclusão de que essa sabatina, com todo o respeito, não tem o valor devido que o legislador constituinte almejou. Isso não é bom para o Senado da República, não é bom para esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, sobretudo, não é de bom tom para os indicados para determinada categoria, conforme a Emenda Constitucional nº 45.

Desta feita, novamente, reitero a V. Exª e aos Srs. Senadores que compõem esta Comissão que essa sabatina é algo sério. Vamos indicar membros para o Conselho Nacional de Justiça e para o Conselho Nacional do Ministério Público, que têm atribuições constitucionais importantíssimas. Então, mais uma vez, peço a V. Exª que, se possível – já contei com a compreensão de V. Exª em outra oportunidade –, possamos dividir isso, para que exerçamos nossa atribuição constitucional, como todos nós desejamos e como V. Exª sempre vem mantendo como Presidente desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Esta Presidência concorda com V. Exª e se compromete a fazer com que, nas próximas sabatinas – e muitas ainda serão feitas neste semestre –, participem, no máximo, dois sabatinados, para que os Srs. Senadores possam fazer tantos e quantos questionamentos queiram fazer. Está acatada a proposta de V. Exª.

Agradeço aos senhores a compreensão em relação às sabatinas de hoje.

Em função disso, submeto à deliberação dos Srs. Senadores o requerimento de dispensa de interstício, para que, na presente reunião, se proceda à arguição dos indicados, em cumprimento à alínea *b* do art. 2º do Ato nº 1, de 2007, desta CCJ, referente ao processo de apreciação de escolha de autoridades no âmbito da CCJ.

Submeto à votação esse requerimento, que é de nossa autoria. E me comprometo com os senhores a não sabatinarmos mais do que duas pessoas, mesmo que tenhamos de fazer mais de uma reunião extraordinária por semana para fazermos as sabatinas, se estas tiverem tanta urgência.

Portanto, fica esse compromisso da Presidência e o agradecimento aos Srs. Senadores pela compreensão.

Coloco em votação o Requerimento da quebra de interstício.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado o Requerimento de minha autoria, em que solicito a quebra de interstício para fazermos as sabatinas no dia de hoje.

Convido os Srs. Senadores Demóstenes Torres e Pedro Taques a conduzirem à Mesa o Sr. Marcelo da Costa Pinto Neves, o Sr. Bruno Dantas Nascimento, o Dr. Tourinho Neto, o Dr. Sílvio Roque, o Dr. Jeferson Luiz Pereira Coelho, o Dr. Alessandro Tramujas Assad e o Dr. Jarbas Soares Júnior ao recinto desta reunião.

(*Pausa.*)

Agradeço aos Senadores Demóstenes Torres e Pedro Taques.

Antes de dar a palavra aos indicados, eu gostaria de, convidando para tomar assento, já que a mesa hoje está completa, naquela última bancada reservada às autoridades, registrar e agradecer a presença da Corregedora do Conselho nacional de Justiça, Ministra Eliana Calmon. Queria registrar e agradecer a presença aqui do Ministro Mauro Campbell, do Superior Tribunal de Justiça. Gostaria de registrar e agradecer a presença do Dr. Felipe Locke, Conselheiro do CNJ. Registrar e agradecer a presença do Secretário-Geral do Conselho do Ministério Público, Dr. José Adécio Leite Sampaio. Registrar e agradecer a presença do ex-Procurador-Geral da República, Dr. Aristides Junqueira. Registrar e agradecer a presença do Desembargador Federal Dr. Reinaldo Fonseca. Registrar e agradecer a presença do Procurador-Geral de Justiça do Estado

de Minas Gerais, Dr. Alceu Torres Marques. Registrar e agradecer a presença do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Acre, Dr. Sammy Barbosa Lopes. Registrar e agradecer a presença da Procuradora-Geral de Justiça de Manaus, Drª Fátima Travassos. Registrar e agradecer a presença da Procuradora do Trabalho, Drª Guiomar Gomes. Registrar e agradecer a presença do Procurador Regional da República, Dr. Wellington Saraiva. Registrar e agradecer a presença do Juiz Dr. Ivo Anselmo Hohn, membro da Ajufe. Registrar e agradecer a presença do Juiz Dr. José Francisco Andreotti, membro da Ajuje. Registrar e agradecer a presença do Juiz Dr. Wilson Witzel, membro da Ajufe. Registrar e agradecer a presença do Juiz Dr. Fabrício Fernandes de Castro, membro da Ajufe. Registrar e agradecer a presença do Juiz Dr. Roberto Veloso, membro da Ajufe. Registrar e agradecer a presença do Juiz Dr. José Barroso Filho, membro da Ajufe. Registrar e agradecer a presença do Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Dr. César Bechara Nader Mattar Júnior. Registrar e agradecer a presença do Presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (Amperj), Dr. Marfan Martins Vieira. Registrar e agradecer a presença do Conselheiro do CNJ, Dr. Milton Nobre. Registrar e agradecer a presença do Conselheiro do CNJ, Dr. José Adonis; registrar a presença do Procurador-Geral de Roraima, Dr. Fábio Stica; registrar a presença do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Espírito Santo, Dr. Fernando Zardini; registrar e agradecer a presença do ex-Procurador-Geral de Justiça do Rio Grande do Sul Dr. Mauro Renner; registrar a presença do Presidente da AMMP, Dr. José Perdigão; registrar a presença do Presidente da Ampro, Dr. Marcelo Oliveira; registrar a presença da ANPT, Dr. Sebastião Caixeta; registrar a presença do Presidente da ANMPM, Dr. Marcelo Weitzel. Agradeço a presença de todos os senhores – nós temos trinta autoridades presentes aqui – e demais autoridades, para darmos encaminhamento.

Vou pedir também a compreensão dos indicados, para que façamos aqui a fala de cada um dos senhores na sequência. Para que a gente possa ter um tempo determinado, nós faríamos um período máximo de dez minutos para cada indicado fazer a sua explanação.

E, para iniciar os nossos trabalhos, antes de conceder a palavra, obviamente, aos indicados...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já dou a palavra pela ordem. Eu vou passar para o Item 1 da pauta, que é a leitura do relatório do Dr. Marcelo da Costa Pinto Neves.

Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Era exatamente para que pudéssemos fazer a leitura dos relatórios, para depois... Mas V. Exª já antecipou o meu pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, obrigado.

Eu não conheço o teor dos relatórios. Aos Relatores foram distribuídos os relatórios agora, mas eu não tive ainda a oportunidade de fazer-lhes a leitura.

Portanto, convido para o primeiro item da pauta:

ITEM 1
– Não Terminativo –
OFICIO "S" Nº 21, DE 2011

Encaminha, nos termos do art. 103-B, XIII, da Constituição Federal, a indicação do Senhor MARCELO DA COSTA PINTO NEVES para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Autoria: Lideranças partidárias do Senado Federal

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Votação secreta

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro para a leitura do Item 1 da pauta.

Tem V. Exª a palavra, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Eunício Oliveira, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, Srs. indicados ao Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público.

Vem ao exame desta Comissão a indicação para recondução do Sr. Marcelo da Costa Pinto Neves como integrante do CNJ, nos termos do art. 103-B, XIII, da Constituição Federal.

De acordo com o referido dispositivo, o CNJ compõe-se de quinze membros, entre os quais dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal. O Conselho tem por competência constitucional proceder ao controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe outras atribuições relacionadas nos incisos do §4º do art. 103-B da Constituição Federal, além daquelas que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura.

Conforme o §2º do art. 103-B da Constituição, os membros do Conselho serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal. Para tanto, a Resolução do Senado nº 7, de 27 de abril de 2005, estabelece caber a esta Comissão promover a sabatina dos indicados antes da liberação pelo Plenário.

A mencionada resolução estipula quais as informações e documentos que deverão ser fornecidos ao Senado para esclarecimento sobre o candidato, art. 5º. Esses dados devem ser complementados com aquele previsto no Ato nº1, de 2007, da Comissão de Constituição e Justiça, que disciplina o processo de aprovação de autoridades no âmbito da comissão.

Em atenção a essas normas, foi apresentado o *curriculum vitae* do indicado, dr. Marcelo da Costa Pinto Neves, no qual constam sua qualificação, formação acadêmica e experiência profissional.

Nascido em Recife, em 16 de agosto de 1957, o candidato é bacharel, em 1980, e mestre, em 1986, em Direito, pela Faculdade de Direito do Recife, da Universidade Federal de Pernambuco, e doutor, em Direito, pela Universidade de Bremen, na Alemanha, em 1991. Cursou o Pós-Doutorado na Faculdade de Ciências Jurídicas da Universidade de Frankfurt e no Departamento de Direito da *London School of Economics*. É também livre-docente pela Faculdade de Direito da Universidade de Friburgo, na Suíça.

Constam do currículo as seguintes atividades acadêmicas: Professor e Professor Titular da Faculdade de Direito do Recife; *Visiting Fellow* do Instituto de Federalismo da Universidade de Friburgo, na Suíça; Bolsista Pesquisador da Fundação *Alexander Von Humboldt*, no Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Frankfurt, na Alemanha; *Jean Monnet Fellow* no Departamento de Direito do Instituto Universitário Europeu, em Florença, na Itália; Professor Visitante na Faculdade de Direito da Universidade de Friburgo, Suíça; Professor Catedrático Substituto da Universidade de Frankfurt, na Alemanha; Professor Visitante na Universidade de Flensburg, na Alemanha; Professor da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas; Professor de Teoria do Direito no Mestrado do Instituto Brasiliense de Direito Público e no Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito, Mestrado e Doutorado da PUC, São Paulo; Professor Associado e Professor Doutor da Universidade de São Paulo.

É autor de diversas publicações científicas. Entre elas, destacam-se os livros: *Transconstitucionalismo*, *A Constituição Simbólica*, *Entre Têmis e Leviatã: Uma Relação Difícil – O Estado Democrático de Direito a partir e além de Luhmann e Habermas* e *Teoria da Inconstitucionalidade das Leis*, além de outros títulos publicados no exterior.

São também inúmeras as participações do indicado em capítulos de livros e autoria de artigos publicados em periódicos, além de comunicações publicadas em anais de congresso.

O indicado é advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Secção de Pernambuco, desde 1981, e suplementarmente, na Secção de São Paulo, desde 2006.

Foi procurador judicial da Prefeitura da cidade de Recife e sócio do escritório de Marcelo Neves Advogados e Consultores Jurídicos, atualmente Souza Araújo Butzer Zanchim Advogados Associados.

É atualmente conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, escolhido pelo Senado Federal.

Presidente Eunício Oliveira, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, quero fazer aqui, Presidente Eunício Oliveira, e aqui ao meu lado o Senador Eduardo Suplicy, que o conselheiro do CNJ Marcelo da Costa Pinto Neves, indicado à recondução a mais um mandato no CNJ, teve, na sua primeira indicação, como relator o Senador Eduardo Suplicy e, naquela altura, indicação do Senador Mercadante, como Líder da Bancada do PT àquela época.

Faço essa referência porque nós não estamos aqui tratando de questões político-partidárias. Estamos aqui fazendo, como bem disse o Senador Pedro Taques, a indicação no relatório e, posteriormente, a sabatina para a aprovação de membros importantes de conhecimento jurídico, para comporem o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público.

O indicado vem tendo uma atuação destacada no Conselho Nacional de Justiça. É membro da Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento e coordena o Grupo de Trabalho do INFOJURIS – Informação Jurisprudencial, encarregado da sistematização da jurisprudência do CNJ. Foi relator da Resolução CNJ nº 102, que ficou conhecida como a Resolução da "Transparência", da qual resultou o "Portal da Transparência", que fornece informações claras sobre as despesas e receitas dos órgãos judiciais brasileiros.

Com relação à documentação, foram fornecidas as declarações previstas nos incisos III e IV do art. 5º da mencionada Resolução do Senado nº 7, de 2005 (fls. 3 e 4), dando conta de que preenche os requisitos neles dispostos. Quanto aos documentos complementares requeridos no art. 1º do Ato nº 1, de 2007 – CCJ, foram apresentados:

a) declaração de que é sócio do Escritório de Advocacia Souza Araújo Butzer Zanchim Advogados (alínea "b" do inciso II; fl. 70);

b) declaração de situação regular perante o Fisco, acompanhada das certidões comprobatórias (alínea "c" do inciso II; fls. 71/5);

c) declaração de que é parte em reclamação trabalhista, como autor, em tramitação no Tribunal Superior do Trabalho (alínea "d" do inciso II; fl. 76);

d) declaração de atuação, na qualidade de advogado, perante o Supremo Tribunal Federal e os Ju-

ízos e Tribunais Cíveis e Trabalhistas localizados no Estado de São Paulo, até 7 de julho de 2009, estando licenciado da advocacia desde então (alínea "e" do inciso II; fl. 77);

e) argumentação escrita em que demonstra ter experiência profissional, formação técnica, afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade (inciso III; fl. 78);

f) declaração de que inexistem parentes seus que exerçam atividades públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional como Professor da USP e da PUC, como Conselheiro do CNJ e como advogado (licenciado) do Escritório Souza, Araújo, Butzer Zanchim Advogados.

Assim, atendeu o indicado às exigências do art. 5º da Resolução nº 7, de 2007, apresentando as declarações lá previstas, bem como todas as declarações de que trata o Ato nº 1, de 2007, desta Comissão.

Sr. Presidente, eu pediria à Secretaria da Comissão que fizesse chegar às mãos dos Srs. Senadores membros da CCJ documentos que o Relator recebeu, dando apoio à indicação do Conselheiro Marcelo da Costa Pinto Neves, os quais faço chegar às mãos dos Senadores porque não estão apensos aos processado. Esse documento chegou às nossas mãos enquanto fazíamos o relatório.

Então, eu pediria que fosse encaminhado aos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª tem o documento?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Está entregue à Secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Determino à Secretaria da Mesa que providencie cópias e as distribua aos Srs. Senadores.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Concluo, Sr. Presidente!

Concluo, Sr. Presidente, dizendo a todas às Srªs e Srs. Senadores, que o currículo do indicado para recondução a mais um mandato como representante do Senado no Conselho Nacional de Justiça, Dr. Marcelo da Costa Pinto Neves, por si só, já dá sustentação mais do que suficiente ao seu conhecimento jurídico, em âmbito não só de universidades brasileiras, mas também de outros países, como da Alemanha, Suíça e Itália. E, também, o documento que foi aqui distribuído dá demonstração do comportamento excepcional durante o seu primeiro mandato do Conselheiro Marcelo, reconhecido por todos os seus pares no Conselho Nacional de Justiça, que é um dos documentos que aqui está sendo entregue aos senhores membros da Comissão.

Diante do exposto, entendemos que as Srªs e Srs. Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de elementos suficientes para deliberar sobre a presente indicação para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Sr. Presidente, este é o Relatório que a mim, com muita honra, foi encaminhado por V. Exª para a indicação do Conselheiro Marcelo da Costa Pinto Neves.

E, ao encerrar, quero fazer minhas as palavras de V. Exª ao cumprimentar os ilustres membros do CNJ, dos Juízes do STJ, como a Ministra Eliana Calmon, o Ministro Campbell, mas quero aqui fazer – se V. Exª me permitir – em nome de todas as autoridades de saber jurídico que aqui se encontram, destacar dois representantes do meu Estado do Pará, o Conselheiro do CNJ Dr. Milton Nobre, ex-presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, e o Dr. César Mattar Júnior, presidente do Conamp, Associação Nacional dos Membros do Ministério Público.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Flexa.

Antes de passar à leitura do Item 2, eu registro com prazer a presença do Dr. Francisco Cruz, que é Procurador Geral de Justiça do Estado do Amazonas.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu gostaria de um esclarecimento.

A votação, nós não decidimos ainda a respeito, antes do término da sabatina. É isso? V. Exº não colocou isso...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não, vou colocar após a leitura dos relatórios.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ofício "S" nº22, de 2011, também não-terminativo aqui nesta Comissão e terminativo no Plenário do Senado Federal.

ITEM 2
– Não Terminativo –

OFICIO "S" Nº 22, DE 2011

Encaminha, nos termos do inciso XIII do art. 103-B da Constituição Federal, o nome do Senhor BRUNO DANTAS NASCIMENTO, para compor o Conselho Nacional de Justiça, pelo Senado Federal.

Autoria: Lideranças partidárias (SF)

Relatoria: Senador Gim Argello

Relatório: Votação secreta.

Concedo a palavra ao Senador Gim Argello para a leitura do seu Relatório.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Muito obrigado Sr. Presidente da CCJ, Senador Eunício Oliveira, Srªs e Srs. Senadores, Srs. futuros membros do CNJ, futuros membros do CONAMP, Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, autoridades do Judiciário aqui presentes, visitantes, minhas senhoras e meus senhores,o relatório trata da indicação de Bruno Dantas Nascimento pelo Senado Federal para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, nos termos do Inciso 8º do art. 103 b da Constituição Federal.

De acordo com o mencionado dispositivo, compõem o CNJ dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

Ao CNJ, órgão composto por quinze membros, compete precipuamente, de acordo com o Inciso 4º da carta política, o controle da atuação administrativa e financeiro do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.

No Senado Federal a Resolução nº 7, de 27 de abril de 2005, atribuiu a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a competência para sabatinar os indicados e emitir parecer sobre a indicação que, aprovada ou rejeitada, será submetida à decisão do plenário.

A referida resolução estabelece em seu art. 5º que as indicações de nomes deverão ser acompanhadas de amplos esclarecimentos sobre o candidato e instruídas com os seguintes documentos:

I – curriculum vitae do indicado no qual conste, detalhadamente, sua qualificação, formação acadêmica e experiência profissional;

II – informação do indicado de que não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até terceiro grau inclusive, de membro ou servidor do Poder ou instituição responsável por sua indicação, salvo, no caso de servidor, se for ocupante de cargo de provimento efetivo e, observada esta condição, não servir junto à autoridade a que esteja vinculado pelo parentesco antes mencionado;

III – declaração sobre eventual cumprimento de sanções criminais ou administrativo-disciplinares, bem como acerca da existência de procedimentos dessa natureza instaurados contra o indicado;

IV – declaração do indicado de que não é membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes.

Além disso, dispõe o § 1º do art. 6º dessa Resolução que, no caso de vaga cuja indicação seja do Senado Federal, a indicação do candidato será feita pelas Lideranças da Casa à Mesa do Senado.

A indicação do candidato, neste caso, foi promovida pelas Lideranças do PRB, PTB, PMDB, PR, PSB, PP, PDT e PT, mediante o Ofício "S" nº 22, de 2011, dirigido ao Presidente do Senado Federal.

O *curriculum vitae* do indicado, encaminhado em anexo ao mencionado Ofício, é resumido a seguir.

Bruno Dantas Nascimento é brasileiro, natural de Salvador/BA, tendo nascido no dia 6 de março de 1978.

Em 2002, graduou-se Bacharel em Direito pela Universidade Católica de Brasília, onde elaborou a monografia intitulada "O privilégio do foro da residência da mulher nas ações de dissolução do vínculo conjugal (art. 100, inciso I do CPC) à luz da Constituição Federal de 1988".

Em 2004, especializou-se em Direito Civil pela União Pioneira de Integração Social (UPIS), de Brasília, tendo concluído o curso com a monografia "Quantificação da indenização por dano moral: abordagem crítica à luz da teoria da análise econômica do direito".

Em 2007, sob orientação da Professora Doutora Teresa Arruda Alvim Wambier, obteve o título de Mestre junto à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), onde elaborou e defendeu a dissertação intitulada "Da repercussão geral: investigação sobre os aspectos processuais civis do instituto e a mudança de perfil imposta por seu advento ao Recurso Extraordinário brasileiro".

Após o mestrado, iniciou o doutoramento também junto à PUC/SP, novamente sob orientação da Professora Teresa Alvim. Já obteve os créditos de disciplinas e, para a obtenção do alto título, pende apenas de apresentação de tese.

Ao lado da sólida formação acadêmica, complementada por diversos cursos de extensão e de pós-graduação lato sensu, na Alemanha e na Espanha, o indicado destaca-se pela notável atuação profissional.

Apenas um ano após obter o grau de Bacharel em Direito, ingressou no Senado Federal, no cargo de Consultor Legislativo, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos, cabendo o registro de que, entre diversas atividades de elevada importância, foi coordenador da assessoria técnica da Comissão Mista Especial para regulamentação da Emenda Constitucional nº 45 e promoção da reforma processual de 2005, responsável pela elaboração das Leis nº 11.417/2006, relativa à súmula vinculante, e 11.418/2006, referente à repercussão geral para o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Desde 2007 exerce o cargo de Consultor-Geral Legislativo do Senado Federal, com atribuição de planejar, supervisionar, coordenar e controlar a execução das atividades de competência da Consultoria Legislativa. Por designação do Presidente do Senado Federal, integrou a Comissão de Juristas presidida pelo Ministro Luiz Fux, encarregada de elaborar o anteprojeto de Código de Processo Civil. Também por indicação do Presidente desta Casa, representou o Senado Federal no Comitê Interinstitucional de Gestão do II Pacto Republicano de Estado por um Sistema de Justiça mais acessível, ágil e efetivo.

É ainda, desde 2009, por indicação do Senado Federal, membro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), onde exerceu a presidência da Comissão de Jurisprudência e atualmente preside a de Controle Administrativo e Financeiro.

Bruno Dantas exerce também atividades de docência na PUC/SP, no Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) e na Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis). Foi também professor na Escola da Magistratura do Distrito Federal e na UPIS, em Brasília.

Não bastassem a sólida formação e as exitosas atividades profissional e docente, o indicado tem vasta experiência como palestrante e conferencista em mais de uma dezena de eventos e apresenta notável produção acadêmica. Participou de diversas atividades de organização de livros e revistas, passando por artigos publicados em jornais e revistas especializadas, capítulos de livros jurídicos, monografias diversas, e culminou com a autoria do livro *Repercussão geral: perspectivas histórica, dogmática e de direito comparado - questões processuais*, publicado em 2008 pela Editora Revista dos Tribunais (RT).

O indicado apresentou todos os documentos exigidos pelos arts. 5º, incisos I a IV, da Resolução nº 7, de 2005. Além de ter apresentado seu *curriculum vitae*, declarou formalmente que:

a) não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até terceiro grau inclusive, de membro ou servidor do Senado Federal;

b) não cumpre sanções criminais ou administrativo-disciplinares, e que não existem procedimentos dessa natureza instaurados contra sua pessoa;

c) não é membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes.

Por último, o indicado declarou, em cumprimento ao disposto no Ato nº 1, de 2007-CCJ, que:

a) não possui parentes que exerçam ou tenham exercido atividades, públicas ou privadas, vinculadas à sua atividade profissional;

b) não participa, nem participou, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não-governamentais, ressalvada a sociedade de advogados Dantas Nascimento Advocacia e Consultoria Jurídica, baixada em 14 de março de 2008;

c) não possui débitos fiscais nas esferas federal, estadual ou municipal, conforme certidões que anexou;

d) não é autor ou réu em ações judiciais cíveis, criminais ou trabalhistas em tramitação;

e) nos últimos cinco anos, patrocinou, como advogado, quatro ações judiciais que especifica, inclusive os recursos delas decorrentes, todas perante a Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Diante do exposto, entendemos que as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores integrantes desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de elementos suficientes para deliberar sobre a indicação do Dr. Bruno Dantas Nascimento para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Obrigado, Senador Gim Argello.

ITEM 3
– Não Terminativo –

OFICIO "S" Nº 31, DE 2011

Encaminha, nos termos do art. 103-B, inciso VI, da Constituição Federal, o nome do magistrado TOURINHO NETO, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça para integrar o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2011-2013.

Autoria: Superior Tribunal de Justiça.

Relatoria: Senador Demóstenes Torres.

A votação será secreta e, antes de passar a palavra ao Senador Demóstenes Torres, registro, com prazer, a presença do Dr. Tito Souza do Amaral, Conselheiro do CNMP, sabatinado há poucos dias e aprovado por este Plenário e pelo Plenário do Senado Federal.

Concedo a palavra, para a leitura do seu relatório, ao Senador Demóstenes Torres.

Tem a palavra V. Exª, Senado Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM - GO) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. indicados aos conselhos, Srs. Procuradores-Gerais de Justiça, membros do Ministério Público, da magistratura, senhoras e senhores, mediante o Ofício "S" nº 31, de 2011, o Sr. Ministro Ari Pargendler, Presidente do Superior Tribunal de Justiça, encaminha a este Senado

Federal o nome do Juiz do Tribunal da 1ª Região, Fernando da Costa Tourinho Neto, indicado pelo referido Tribunal para compor o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2011-2013, nos termos do disposto no art. 103-B, inciso VI, da Constituição Federal.

O art. 103-B diz o seguinte: o Conselho compõe-se de quinze membros, dentre os quais um juiz do Tribunal Regional Federal (TRF), indicado pelo Superior Tribunal de Justiça (inciso VI).

Determina o § 2º do referido dispositivo que a autoridade indicada – no caso, o Dr. Fernando da Costa Tourinho Neto – deverá ser nomeada pelo Presidente da República, após ter seu nome aprovado pela maioria absoluta do Senado Federal, cujo mandato será de dois anos, admitida uma recondução.

Os membros do Conselho, como todos sabem, têm por atribuição constitucional proceder ao controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes – inclusive funcionando como uma supercorregedoria, muitas vezes –, cabendo a esta Comissão proceder à sabatina dos cidadãos indicados.

O *curriculum vitae* do Dr. Fernando da Costa Tourinho Neto diz que ele se graduou na Universidade Federal da Bahia em 1965.

Foi aprovado em 5º lugar no concurso para Promotor Público – como se chamava naquela época, Promotor de Justiça –, realizado pela Procuradoria Geral da Justiça do Estado da Bahia, e atuou nessa função de 1966 a 1971.

Depois, foi aprovado em 1º lugar no concurso público realizado pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e lá foi Juiz Estadual, de 1971 a 1979.

Também foi aprovado em 1º lugar no concurso público para Juiz Federal, realizado pelo Conselho de Justiça Federal, sendo Juiz Federal de 1979 a 1989, mais tarde, ascendendo ao cargo de Juiz de Segundo Grau do Tribunal Regional Federal.

Foi Juiz do Tribunal Eleitoral do Distrito Federal.

É especializado em questões agrárias.

Foi professor emérito de diversas faculdades, especialmente na Bahia e no Distrito Federal.

Tem diversos livros escritos em parceria, como coordenador.

O *curriculum* está à disposição dos Srs. Senadores.

Tem centenas de palestras proferidas.

Tem centenas de artigos escritos nas mais diversas revistas especializadas do Brasil.

Tem diversas comendas recebidas.

Quanto à nossa resolução, ele não é parente de quem quer que seja aqui dentro. É membro apenas do Poder Judiciário.

Está em dia com suas obrigações tributárias.

Declara que é réu em ação de indenização por danos morais, movida pelo Juiz Federal Eduardo Luiz Rocha Cubas, e que processa esse mesmo Juiz numa ação penal privada; e que também representa, na Corregedoria Regional Federal da 1ª Região, contra o juiz citado.

Em síntese, ele não tem nada que o impeça, nos termos constitucionais e também da resolução editada pelo Senado Federal, de desempenhar essa função, ocupando esse cargo, tem reputação ilibada e notável saber jurídico.

De certo que, com as demais informações que constam da cartilha já distribuída pelo nosso Presidente Eunício Oliveira, creio que V. Exªs estão bem informados acerca de quem é o nosso Desembargador Federal Dr. Fernando da Costa Tourinho Neto.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Demóstenes.

ITEM 4
– Não Terminativo –

OFICIO "S" Nº 25, DE 2011

Encaminha, nos termos do art. 130-A, II, da Constituição Federal, a indicação do nome do Subprocurador-Geral do Trabalho, JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Autoria: Procurador-Geral da República.

Relatoria: Senador Jorge Viana.

Relatório: Votação secreta.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Viana para proferir o seu relatório.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu queria cumprimentar o Senador Eunício pela maneira como V. Exª está construindo a nossa pauta. Nós nunca tivemos uma sessão, desde que eu cheguei aqui, tão prestigiada. E na pessoa do Ministro Mauro Campbell, eu queria saudar a todos aqueles que nos dão a honra de suas presenças. Mas é um esforço concentrado que temos hoje ao apreciar temas tão relevantes, como a indicação de duas...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Meu querido Senador Jorge Viana, eu posso aderir a esse cumprimento? Eu também quero cumprimentar a todos que aqui se encontram na figura expressiva do nosso grande Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Mauro Campbell, que eu tenho a honra de desfrutar da amizade dele. Foi Procurador-Geral do

Amazonas há muito tempo. E hoje, não vou dizer que é o melhor, porque vou humilhar os demais Ministros, mas que é uma grande figura do Superior Tribunal de Justiça, não tenho a menor dúvida.

Então, parabéns a V. Exª pela lembrança. E quero aderir a essa lembrança.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu sei que aqui tem um espírito nobre de corporação dos Ministérios Públicos. E aqui estou olhando para o Senador Pedro Taques, para o meu querido amigo Senador Demóstenes. Mas é nobre, porque estamos ganhando com o envolvimento cada vez maior de uma instituição tão importante, que defende os interesses da sociedade na vida pública brasileira.

Mas, Sr. Presidente, coube-me o privilégio de fazer a apresentação e relatar a indicação do Subprocurador-Geral do Trabalho, Dr. Jeferson Luiz Pereira Coelho. Eu queria dizer que, para mim, é um privilégio aprender neste pouco tempo aqui com o Senador Demóstenes, que consegue dar um pouco de vida aos relatórios carregados de artigos e de termos. Por isso eu queria me prender mais à vida, porque, do ponto de vista da legalidade, do Regimento, da Constituição, o Senhor Jeferson Luiz Pereira Coelho atende plenamente.

Mas estamos falando de uma figura emblemática, de um cidadão brasileiro que venceu – e acho que vale o registro nesta Comissão tão importante desta Casa: ele teve uma tragédia, logo quando se encontrou com a vida: perdeu sua mãe no dia do nascimento; quer dizer, no parto ficou órfão; ganhou a vida, mas perdeu a vida mais preciosa que é da sua mãe. Depois, vivendo num local muito distante de Santarém, não era nem nas barrancas do rio, mas na beira dos lagos, do Lago Grande, com o seu pai, muito pobre, agricultor, resolveu buscar o conhecimento. E saiu, como um caboclo da Amazônia, na busca de um futuro, e veio parar aqui no Distrito Federal. E morando ali no Cruzeiro, no ano de 1975, foi trabalhar na construção civil; depois de trabalhar na construção civil para poder custear sua comida e seus estudos, ele conseguiu entrar numa faculdade, pois tinha que ser à noite, para que pudesse de dia trabalhar para a sua sobrevivência. E, nesse esforço, ele alcançou a formação num curso de Direito no Ceub.

A partir daí, seguiu estudando e trabalhando.

Então, Sr. Presidente, atendendo ao que estabelece a Constituição, está aqui, para uma apreciação por parte desta Comissão, e, obviamente, para uma sabatina. E coube a mim relatar um pouco da carreira do profissional nesta reunião.

Como está estabelecido, compete a esta Comissão, nos termos do art 2º, da Resolução nº 07, de 27 de abril de 2005, do Senado Federal, efetuar sabatina dos indicados, que deve preceder à decisão do Plenário sobre a matéria.

Eu gostaria de falar um pouco sobre o currículo do Sr. Jeferson Luiz Pereira Coelho. Ele formou-se no Ceub (Centro Universitário de Brasília), concluiu, em 2002, Especialização em Direito Tributário pela Universidade Católica, especializou-se em Direito Processual Civil pelo Instituto Brasileiro de Direito Processual Civil. Em 2005, buscou mais conhecimento, aí já fora do Brasil e bem longe da sua terra natal. Foi fazer uma complementação de estudo e alcançou o diploma em Estudos Avançados, pela Universidade de Pablo de Olavide, de Sevilha – Espanha. É mestrando em Direito Constitucional e Doutorando pela mesma instituição de ensino.

O indicado exerceu a advocacia trabalhista de 1979 a 1985, ano em que ingressou no Ministério Público do Trabalho, no cargo de Procurador do Trabalho de 2ª Categoria. Foi promovido por merecimento no ano seguinte. Em 1989, foi promovido, novamente por merecimento, ao cargo de Subprocurador-Geral do trabalho.

O Sr. Jeferson Luiz Pereira Coelho, que é casado e tem três filhos, exerceu a função de Procurador-Geral do Trabalho por dois mandatos, entre 1995 e 1999.

Presidiu, nesse período, o Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho. Ocupa, desde agosto de 2007, o cargo de Vice-Procurador Geral do Trabalho.

Em sua carreira no Ministério Público do Trabalho, o indicado participou de diversas comissões técnicas, nas quais se destacam atuações como representante da instituição e delegado governamental do Brasil em Conferências Internacionais do Trabalho promovidas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O Sr. Jeferson Luiz Pereira Coelho exerce o magistério superior na área jurídica, ministrando as disciplinas Filosofia do Direito, Direito do Trabalho II e Prática Judicial Supervisionada IV na Faculdade de Direito do Centro Universitário de Brasília. Ele consegue reunir em sua biografia a militância de advogado, a pedagogia daqueles que buscam o conhecimento permanente, tanto assim que ainda é aluno do curso de Doutorado em Sevilha; uma brilhante carreira no Ministério Público do Trabalho, além do sacerdócio do magistério.

Então, quero concluir, Sr. Presidente, este breve relatório, dizendo que a ele também foi dada a missão de instalar o Ministério Público do Trabalho na Paraíba e lá ficou dois anos; depois, mais um ano na Amazônia brasileira, em Porto Velho, Rondônia, mais um ano na cidade de Manaus, no Amazonas, e mais outro ano também, com a mesma missão, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

Então, Srªs e Srs. Senadores, concluo o meu relatório, registrando que o Sr. Jeferson Luiz Pereira Coelho apresentou, por fim, argumentação escrita, demonstrando ter experiência profissional, formação técnica adequada, afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade, como demanda o inciso III do art. 1º do Ato nº 1, de 2007 – CCJ.

Não há nenhum processo pendente contra ele, a não ser as ações que impetrou em defesa dos interesses da sociedade brasileira.

Diante de tudo o que foi exposto, julgo que os integrantes desta Comissão dispõem das informações necessárias para deliberarem sobre a indicação do Subprocurador-Geral do Trabalho Jeferson Luiz Pereira, para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público.

Esse é o meu relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Jorge Viana.

Antes de passar ao Item 5 da pauta, registro, com prazer, a presença aqui do membro do Conselho Nacional do Ministério Público Dr. Almino Afonso.

Registro também, com prazer, a presença aqui do Procurador-Geral de Justiça de Rondônia, Dr. Héverton Alves de Aguiar.

O Item 5 é não terminativo nesta Comissão; portanto, é terminativo no plenário do Senado Federal.

ITEM 5
– Não Terminativo –

OFICIO "S" Nº 29, DE 2011

Encaminha, nos termos dos incisos III do artigo 130-A da Constituição Federal, a indicação do Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de Roraima, ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Autoria: Procurador-Geral da República.

Relatoria: Senador Romero Jucá.

Relatório: votação secreta.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero saudar todos os indicados, todos os sabatinados nesta manhã.

Chega para o exame desta Comissão, Sr. Presidente, nos termos regimentais, a indicação do Sr. Alessandro Tramujas Assad, Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de Roraima, efetuado de acordo com o art. 130-A, III, da Constituição Federal.

O designado graduou-se Bacharel em Direito em 1993 pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Em 1994, concluiu o curso de preparação à carreira do Ministério Público. Auferiu, em 2008, o título de mestre em Direito na área de Teoria do Direito e do Estado pela Fundação de Ensino Eurípedes Soares da Rocha (Univem).

O indicado ingressou na carreira do Ministério Público como Promotor de Justiça Substituto em 1994. Exerceu, em 1995, o cargo de Promotor de Justiça em Comarcas do interior do Estado de Roraima. Foi assessor especial da Procuradoria-Geral de Justiça em 1996 e, daquele ano até 1998, atuou como Promotor na Comarca da Capital do Estado. Exerceu a função de Secretário-Geral do Ministério Público do Estado de Roraima em 1999. Foi Corregedor-Geral do Ministério Público Estadual por dois mandatos, entre 2001 e 2004, e Procurador-Geral de Justiça de 2007 a 2009.

O Sr. Alessandro Tramujas foi, em 2002 e em 2003, membro da Diretoria do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União. Integrou, em 2007 e em 2008, a Diretoria do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público.

O designado foi membro das Comissões Examinadoras do V, VI e VII Concursos Públicos para ingresso no Ministério Público do Estado de Roraima, presidindo o Colegiado nas duas últimas ocasiões.

Exerceu o Magistério Superior na área jurídica, ministrando disciplina de Direito Penal na Faculdade Cathedral em Boa Vista.

Cumprindo as exigências da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, o indicado apresentou declaração de que não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até terceiro grau inclusive, de membro ou servidor de Poder ou instituição responsável por sua indicação, bem como de que não possui condenações criminais ou administrativas disciplinares e de que nem existem procedimentos dessa natureza contra a sua pessoa.

Finalmente, de acordo com as exigências expressas no inciso III do art. 1º do Ato nº 1, de 2007, da CCJ, o indicado apresentou argumentação escrita, em que demonstra ter experiência profissional adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade.

Sr. Presidente, com satisfação, relato essa matéria e, aqui, posso atestar todo esse relatório apresentado, pela forma como o Dr. Alessandro trabalha no Estado de Roraima.

Diante do exposto, consideramos que os integrantes desta Comissão dispõem das informações necessárias para deliberarem sobre a indicação do Procurador de Justiça do Ministério Publico do Estado de Roraima, Sr. Alessandro Tramujas Assad, para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público.

Portanto, meu parecer é pela aprovação da indicação do Dr. Alessandro Tramujas Assad para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público.

Portanto, o meu parecer é pela aprovação da indicação do Dr. Alessandro Tramujas para o cargo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Romero Jucá.

ITEM 6
OFÍCIO "S" Nº 28, DE 2011
-Não terminativo-

Encaminha, nos termos do art, 130-A, inciso III, da Constituição Federal, a indicação do nome do Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Dr. Jarbas Soares Júnior, para compor o Conselho Nacional do Ministério Púbico.

Autoria; Procuradoria-Geral da República.

Relatoria: Senador Aécio Neves.

A votação é secreta.

Concedo a palavra ao Senador Aécio Neves para fazer a leitura do relatório.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, indicados e hoje sabatinados, Srªs e Srs. Senadores, quero cumprimentar a tão prestigiosa audiência dessa reunião através de dois ilustres mineiros, o Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, Dr. Alceu Torres Marques, e o ilustre conterrâneo da minha São João Del Rei, Dr. Aristides Junqueira, ex-Procurador-Geral da República, que hoje também comparece e prestigia esta reunião.

Vem ao exame desta Comissão, nos termos regimentais, a indicação do Senhor Jarbas Soares Júnior, Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público como representante de sua categoria profissional, no segmento do Ministério Público dos Estados.

A competente indicação, na forma do art. 130-A, *caput,* inciso III e § 1º, da Constituição da República, é feita pelo Senhor Roberto Monteiro Gurgel Santos, Procurador-Geral da República, nos termos do Ofício "S" nº 28, de 2011, endereçado ao Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal.

Consoante o dispositivo constitucional acima referido, os membros daquele Conselho serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta desta Casa, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Cabe a esta Comissão, de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, e com o Ato nº 1, de 2007, proceder à sabatina dos indicados.

Em observância aos referidos diplomas legais, o Senhor JARBAS SOARES JÚNIOR encaminhou declaração de que não é cônjuge, companheiro ou parente de membro ou servidor do Poder ou instituição responsável por sua indicação; e declaração de que não possui condenações criminais ou administrativo-disciplinares nem existem procedimentos dessa natureza contra sua pessoa.

Sua Senhoria declara, igualmente, nos termos regulamentares, que não é membro do Congresso Nacional, ou do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, nem cônjuge, companheiro ou parente de membro desses Poderes. Afirma, ademais, que não participa nem participou, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não-governamentais. E informa que o seu pai, Sebastião Jarbas Soares, atuou como adjunto de Promotor de Justiça em Minas Gerais na década de 1970.

Constam, ainda, da documentação constante da indicação, as certidões de regularidade fiscal pertinentes, no âmbito federal, estadual e municipal.

Quanto à exigência do art. 1º, inciso III, do mesmo Ato nº 1, de 2007, sobre a argumentação escrita na qual demonstre sua experiência profissional, esta é satisfeita mediante a competente declaração do indicado. Em tal declaração informa desde o seu nascimento na cidade mineira de Montes Claros até sua indicação, em 2006, para o honroso cargo de Procurador-Geral do Estado de Minas Gerais.

O Senhor Jarbas Soares Júnior encaminhou igualmente o seu currículo, que passamos a resumir.

O indicado bacharelou-se em Direito pela Faculdade Mineira de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais em 1989; no ensejo, recebeu Medalha de Mérito por ter sido um dos três melhores alunos do Curso de Direito, em Prática Forense. Entre agosto de 1989 e maio de 1990 foi Chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral da República em Minas Gerais. Ingressou no Ministério Público do Estado de Minas Gerais em maio de 1990, após aprovação em concurso público (o XXV Concurso de Ingresso na Carreira), sendo então designado Promotor de Justiça das Comarcas de Januária, Manga, Ouro Preto, Mariana e Itabirito.

Em maio de 2001 foi promovido a Procurador de Justiça e nomeado para atuar perante a 5ª Câmara do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. No mesmo ano foi designado Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, do Patrimônio Histórico e Cultural e de Habitação e Urbanismo.

Ainda no ano de 2001 foi eleito para o Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, com ampla maioria de votos, e em 2003 para a

Câmara de Procuradores de Justiça de Minas Gerais, órgão máximo da instituição.

Em 2004, quando pude, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ter um contato mais próximo com o indicado, ele passou integrar a lista tríplice para o cargo de Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, para o biênio 2005/2006, e foi escolhido para a função pelo então Governador do Estado, que, agora Senador da República, tem a honrosa incumbência de relatar a presente indicação.

Em 2006 foi reeleito para a mesma lista e, mais uma vez, mereceu a confiança do Governador, agindo sempre com extrema independência e equilíbrio. Portanto, além dessas funções, exerceu o Dr. Jarbas Soares outras funções, como professor de Direito Ambiental e Direito Eleitoral da Escola Superior do Ministério Público de Minas Gerais e da Escola de Advocacia da OAB/MG, e integrou instituições, como a Associação Brasileira do Ministério Público do Meio Ambiente (ABRAMPA), e a Comissão de Direito Ambiental da União Internacional para a Conservação da Natureza, com sede na Suíça, temas aos quais ainda se mantém extremamente ligado.

É um dos autores do Manual de Atuação do Promotor de Justiça, publicado em 2004, e de outras obras jurídicas, tais como "20 Anos da Constituição Federal", publicado em 2009, também em coautoria, assim como do livro "Ficha Limpa", sobre a lei respectiva.

É o atual Coordenador do Grupo de Acompanhamento Legislativo e Defesa de Prerrogativas Institucionais do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPG) e membro do Conselho Político do Ministério Público.

Sua indicação para o cargo de membro do Conselho Nacional do Ministério Público foi precedida de processo eleitoral, realizado em colégio composto por Procuradores e Promotores de Justiça de Minas Gerais – e chamo atenção para esse dado –, quando recebeu 95,74% dos votos válidos, antes de submeter-se à eleição nacional, em que recebeu 19 votos entre os Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados, o que por si só mostra a sua dimensão e o respeito que tem dos seus pares.

Observa-se, nos documentos e informações acima descritas e relatadas, de forma ampla e minudente, que a indicação do Senhor Jarbas Soares Júnior para o cargo de membro do Conselho Nacional do Ministério Público se faz de modo conforme com as normas constitucionais, legais e regimentais pertinentes.

A experiência profissional do indicado é criteriosamente detalhada em seu currículo, assim como a sua qualificação intelectual e moral e, da mesma forma, a representatividade no seio da categoria profissional a que pertence há vinte anos suportam essa candidatura.

Pode-se afirmar, em conclusão, que os dados e as informações pessoais e profissionais pertinentes a uma indicação dessa natureza se encontram todos dispostos no currículo, nas certidões, e nos demais documentos acostados ao Ofício de indicação de que ora se trata.

Podemos concluir, em face do exposto, que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal dispõe de todos os elementos necessários para votar a aprovação do Conselheiro Jarbas. E não tenho dúvida de que todos nós mineiros e que acompanhamos a sua extraordinária trajetória, teremos muitos motivos para continuar nos orgulhando dela.

É o voto, Sr. Presidente, pela aprovação do Dr. Jarbas Soares.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Aécio.

Tenho a certeza de que Minas Gerais está nos assistindo neste momento pela TV Senado e pala Rádio Câmara.

ITEM 7
– Não Terminativo –

OFICIO "S" Nº 17, DE 2011

Encaminha, nos termos do art. 103-B, inciso VI, da Constituição Federal, o currículo do magistrado SILVIO ROCHA, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça para compor o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2011-2013.

Autoria: Superior Tribunal de Justiça
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Votação secreta.

Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, para proferir o último relatório desta manhã.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs Senadores, comparece hoje perante está Comissão o Jurista, Professor e Magistrado Sílvio Rocha, que foi indicado para compor o Conselho Nacional de Justiça pelo egrégio Superior Tribunal de Justiça.

O indicado nasceu em 8 de outubro de 1964, em São Paulo, Estado de São Paulo. Bacharelou-se em Direito, em 1986, pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP), obteve o título de Mestre em Direito em 1992 pela mesma universidade, com dissertação intitulada "Responsabilidade civil do fornecedor pelo fato do produto no direito brasileiro", e também lá se doutorou por duas vezes: a primeira, em 1996, com tese

intitulada "Oferta no Código de Defesa do Consumidor"; a segunda, em 2002, com a tese "Das Organizações Sociais". Por fim, em 2004, ainda pela PUC/SP, obteve a livre-docência defendendo trabalho intitulado "A função social da propriedade pública".

O indicado exerceu a magistratura estadual em São Paulo de 1989 a 1993, e, desde então, a magistratura federal, também naquele Estado. Exerce, ainda, o magistério superior na PUC/SP desde 1987, lecionando as disciplinas de Direito Civil, Direito Administrativo e Teoria Geral do Direito.

Possui, ainda, extensa lista de produção bibliográfica, com cinco artigos completos publicados em periódicos, quatorze livros publicados, capítulos de sua autoria publicados em oito livros, bem como trinta e oito orientações de trabalhos acadêmicos concluídas, entre teses de doutorado, dissertações de mestrado e trabalhos de conclusão de curso de graduação.

No tocante às exigências constantes do Ato nº 1, de 2007 – CCJ, o indicado apresentou as declarações previstas, informando que não há nem houve parentes seus exercendo atividades públicas ou privadas vinculadas à sua atividade profissional.

O indicado declarou, ainda, que não participa, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não-governamentais; que se encontra em dia com as obrigações fiscais, nos âmbitos federal, estadual e municipal; e que jamais foi processado criminal ou administrativamente, tudo conforme a respectiva documentação comprobatória emitida pelos órgãos competentes.

Na argumentação escrita sobre sua experiência profissional, exigida pelo art. 1º, inciso III, do Ato nº 1, de 2007 – CCJ, o indicado afirma ter trabalhado desde os quatorze anos, tendo sido bancário, estagiário e advogado. Posteriormente, aos vinte e cinco anos, ingressou na magistratura estadual, e, aos vinte e nove, na magistratura federal. Hoje é juiz titular da 5ª Vara Criminal Federal de São Paulo. Ademais, foi convocado para auxiliar o Corregedor-Regional do Tribunal Regional Federal da 3ª Região de agosto de 2007 a fevereiro de 2010. Atualmente, auxilia o Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

Por fim, em razão de sua familiaridade com temas afetos ao Direito Civil e, especialmente, ao Direito Administrativo, pela sua experiência atuando nas magistraturas estadual e federal, assim como na Corregedoria-Regional de Justiça, órgão de controle da magistratura federal, o indicado acredita, humildemente, que poderá contribuir no Conselho Nacional de Justiça para o aperfeiçoamento do Poder Judiciário.

Diante do exposto, entendemos que as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a indicação do Senhor Sílvio Rocha para compor o Conselho Nacional de Justiça.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Aloysio Nunes.

Senador Pedro Taques, V. Exª fez um questionamento...vou passar a palavra, agora, aos indicados.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, Excelência, eu fiz o questionamento e volto a fazê-lo. Já são quase 14h e eu gostaria de requerer a V. Exª, se possível, que nós separássemos a sabatina da votação. Aliás, isso determina a Constituição e o Regimento Interno, porque, senão, vamos começar a votação antes do término da sabatina.

Dessa feita, requeiro a V. Exª se os membros da Comissão de Constituição e Justiça poderiam decidir separar a sabatina dos sete: dois hoje, dois na próxima semana e três na outra, para que possamos cumprir efetivamente a Constituição, no sentido de fazermos a sabatina e, depois, fazermos a votação.

Esse é o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Apenas para me associar ao eminente Senador Pedro Taques, até no sentido de nós valorizarmos efetivamente o histórico, o currículo, a luta e a conquista de cada um dos senhores que estão indo para uma missão muito nobre.

Eu quero crer que, desta forma, nós não estaríamos banalizando um tema que é absolutamente relevante, importante, para que nós possamos não apenas valorizar o nosso exercício como Senador, mas valorizarmos as prerrogativas constitucionais da Comissão de Constituição e Justiça.

Desta forma, associo-me às preocupações do eminente Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT - MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Pela ordem, Senador Aloysio Nunes e, depois, V. Exª.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB - SP) – Sr. Presidente, na mesma linha do Senador Pedro Taques e do Senador Ferraço, acredito que a solenidade deste ato requer que saibamos administrar o nosso tempo. Creio que fazermos hoje a sabatina de todos e ao mesmo tempo votação seria um atropelo, em prejuízo do esclarecimento da Comissão a respeito das opiniões, da ideias, dos propósitos dos indicados se forem conduzidos ao Conselho Nacional de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL - AP) – Excelência, no mesmo sentido dos Colegas, e até diria mais: tive a informação de que a discussão sobre o interstício já foi vencida. Eu creio que nesta reunião poderíamos ouvir apenas os relatórios e ter designadas as reuniões seguintes para fazermos a sabatina e o questionamento, a fim de cumprirmos o requisito constitucional que é mister, que é tarefa desta Comissão.

Em relação à separação entre sabatina e a votação posterior, creio eu, Excelência, que não há nem o que discutir sobre isso. É mandamento constitucional, art. 54, inciso III, da Constituição, que fala que, após a arguição pública – repito o termo da Constituição –, após a arguição pública é que ocorrerá a votação dos candidatos ao Supremo Tribunal Federal, ao Superior Tribunal de Justiça e, por conseguinte, ao CNMP e ao Conselho Nacional de Justiça.

Então, a preliminar não creio que seria nem matéria para discussão, por estar consagrado no texto constitucional.

Eu queria arguir, pelo adiantado da hora – já são 13h32min – e pela quantidade, não só separarmos, como também deixarmos a sabatina para ocorrer após o interstício, em uma reunião extraordinária convocada por V. Exª ou nas próximas reuniões ordinárias da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Pela ordem, Senador Demóstenes Torres.

Antes, com a permissão de V. Exª, para que os trabalhos sejam ordenados, quero fazer um esclarecimentos aos Srs. Senadores que não estavam presentes na hora em que houve um requerimento de quebra de interstício. Esse requerimento foi proposto por esta Presidência num questionamento feito pelo Senador Pedro Taques, e houve um compromisso para que, nas próximas sabatinas, façamos a sabatina de no máximo dois sabatinados. Mas, nesta reunião de hoje, com o devido respeito ao ilustre, preparado e competente ex-Ministro da Justiça e jurista Aloysio Nunes Ferreira, com o devido respeito aos demais Senadores – Senador Ricardo Ferraço - que se manifestaram, tomamos uma decisão de Plenário nesta Comissão na manhã de hoje, e vou dar sequência à oitiva de todos os senhores indicados e à votação. Temos aqui até a meia-noite - nosso trabalho é este, nosso local de trabalho é este – para ouvirmos os sabatinados, para fazermos as sabatinas. Vou ouvir V. Exªs pelo tempo... Se todos os Srs. Senadores se inscreverem, vamos até o final da noite de hoje, se for o caso, mas, no dia de hoje...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT - MT) – Excelência,...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) – Pela ordem, vai ter a palavra o Senador...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT - MT) – Não, Excelência. Se V. Exª me permite...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB - CE) - Só para concluir: no dia de hoje, nós vamos fazer aquilo que foi determinado por este Plenário no começo desta reunião à esta Presidência, pedindo a

Houve um requerimento. Esse requerimento foi aprovado por quebra de interstício, para fazermos exatamente hoje. E tive aqui a unanimidade dos Srs. Senadores, sem nenhuma contestação.

Tem a palavra o Senador Demóstenes Torres.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Aquiesço, mas só uma ponderação: nós não temos até meia-noite, porque, segundo o Regimento, às 16 horas tem início a Ordem do Dia em plenário e não pode haver comissão paralela ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Esta é uma reunião extraordinária de sabatina.

Portanto, Senador Demóstenes Torres, V. Exª tem a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem, depois dele.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Demóstenes Torres tem a palavra, Senador Pedro Taques.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não, o que eu queria dizer está precluso. É o que V. Exª disse. Foi aprovado, no início da Comissão, que nós faríamos hoje dessa forma. Também V. Exª tinha decidido que, a partir da semana que vem, nós faríamos até três reuniões por semana – terça, quarta e quinta –, porque há vários outros indicados. E, por sugestão do Senador Pedro Taques, nós faríamos, no máximo, duas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Esta Presidência se tranqüiliza, tendo em vista que V. Exª foi o nosso antecessor aqui, nesta Comissão e, Jurista como é, presidiu tão bem os trabalhos desta Comissão do Constituição e Justiça. Portanto, com o devido respeito ao Senador Pedro Taques, de quem já atendi mais de uma vez a solicitação, regimentalmente; com o devido respeito ao Senador Randolfe, por quem tenho uma grande admiração nesta Casa e que é um jovem de quem temos a certeza do brilhantismo, e o povo do seu Estado tem a convicção de que votou corretamente; com respeito ao Senador Ricardo Ferraço, que é meu companheiro de partido, brilhante companheiro de partido, vou dar prossegui-

mento a sessão. Concedo a palavra ao primeiro indicado, Dr. Bruno Dantas do Nascimento, para a sua exposição, por até dez minutos.

Tem a palavra V. Sª, Dr. Bruno Dantas Nascimento.

O SR. BRUNO DANTAS NASCIMENTO – Exmº Sr. Presidente, Senador Eunício Oliveira; Exmº Senador Gim Argello, Relator de minha indicação; Exmºs Srs. Senadores; Exmªs Srªs Senadoras; ...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu pediria ao operador da cabine de som que aumentasse um pouco mais o volume, uma vez que os Srs. Senadores desejam ouvir, com atenção, o indicado Dr. Bruno Dantas.

O SR. BRUNO DANTAS NASCIMENTO – Exmºs Srs. Senadores, Exmªs Srªs Senadoras, gostaria de saudar todos os presentes, as autoridades que aqui comparecem. E, embora eu seja conhecido de muitos dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras, gostaria de iniciar a minha exposição fazendo uma rápida apresentação.

Sou servidor de carreira do Senado Federal há quase uma década. Fui aprovado em concurso público de provas e títulos, num concurso disputado para consultor legislativo, e aqui, nesta Casa, Senador Eunício, Presidente desta Comissão, aprendi aquilo que tenho como de mais valioso entre os meus conhecimentos. De nada adiantariam os cursos que frequentei, mestrado, doutorado, se não tivesse aprendido aqui que o diálogo e o respeito à opinião do outro são a essência da democracia e um ponto de partida fundamental para os avanços institucionais.

Essas premissas, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, têm orientado o meu agir, ao longo da minha trajetória profissional, nas duas mais elevadas missões que recebi desta Casa. A primeira, dirigi a consultoria legislativa, órgão técnico de excelência, órgão técnico incumbido de assessorar os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras, as comissões, a Mesa Diretora, nas suas atividades fiscalizadora, parlamentar e legislativa; a segunda missão, a de representar esta Casa no Conselho Nacional do Ministério Público. Essas premissas, como mencionei, me trazem até aqui, neste momento, a consciência de que sempre pude manter a firmeza na minha atuação, mas também estar sempre aberto ao diálogo, estar sempre aberto à construção de soluções institucionais.

Posso afirmar que jamais transigi com as minhas convicções éticas, mas isso também não me impediu de considerar a opinião do outro como algo a ser considerado e a construir as minhas decisões.

Gostaria de citar aqui, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, algumas posturas que adotei no Conselho Nacional do Ministério Público, e que ilustram a minha atuação como, por exemplo, Senador Aloysio Nunes, uma representação que formulei, perante a Corregedoria Nacional do Ministério Público, contra o Promotor Eleitoral que insistia em promover uma execração pública contra um deputado eleito, que se valia da imprensa para obter um julgamento sumário, um julgamento social antes mesmo que o Judiciário pudesse analisar a questão.

Eu gostaria, Senador Armando Monteiro, se me permite, de citar uma outra postura que adotei no Conselho Nacional do Ministério Público: de votar pela instauração de processo administrativo disciplinar contra procuradores que, antes mesmo de proporem a competente ação judicial, convocaram uma coletiva de imprensa, tacharam de ímproba a Governadora do Rio Grande do Sul, ação essa que, posteriormente proposta, foi repelida pelo Superior Tribunal de Justiça.

Então, como eu dizia, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, jamais transigi com as minhas convicções, mas nem por isso deixei de considerar todos os argumentos que a mim chegavam.

Entendo que a representação do Senado Federal nos dois Conselhos – Conselho Nacional do Ministério Público, e Conselho Nacional de Justiça – merece uma atenção especial. A representação desta Casa é uma representação da cidadania brasileira; é uma representação que merece levar em conta os canais institucionais da democracia representativa.

Eu não posso deixar de mencionar aqui que foi permanente, durante os dois anos de meu mandato no Conselho Nacional do Ministério Público, a interlocução com os Srs. Parlamentares, até porque considero que é nas bases estaduais que surgem as indicações dos problemas que merecem aperfeiçoamento, tanto no Ministério Público Brasileiro quanto no Poder Judiciário.

De modo que a interlocução permanente foi um marco que procurei imprimir ao meu mandato, não por temor reverencial ou por submissão, mas porque reconheço, na minha formação humanística, que considero o Congresso Nacional como a maior caixa de ressonância da sociedade brasileira.

Eu gostaria de destacar, também, que vejo o Conselho Nacional de Justiça como um órgão com um papel central na definição de políticas de gestão do Poder Judiciário. E essas políticas de gestão se entrelaçam enormemente com muito dos passos que o Congresso Nacional adota, na tentativa de modernizar o sistema de Justiça. Tudo isso para combater males conhecidos como a falta de acesso à Justiça, a morosidade e a impunidade.

De modo que esse aperfeiçoamento institucional promovido pelo Conselho Nacional de Justiça dialoga, de uma maneira bastante estreita, com o papel do

Congresso Nacional. Durante a Comissão de Juristas – isso foi relatado pelo Senador Gim Argello durante os trabalhos da Comissão de Juristas, brilhantemente Presidida pelo Ministro Luiz Fux; Comissão que tive a honra de participar –, pude perceber, ao lado de meus colegas, com muita nitidez, que de nada adiantam iniciativas legislativas se não vierem acompanhadas também de mudanças de paradigmas. E, nesse sentido, considero que poderei contribuir com o meu conhecimento desta Casa, com o meu conhecimento dos caminhos do Congresso Nacional; e também mesclar isso com as políticas de gestão, levadas a cabo pelo Conselho Nacional de Justiça.

É necessário, Srs. Senadores, modernizar, racionalizar e humanizar o Poder Judiciário ainda mais.

Alguns números que o Conselho Nacional de Justiça divulga – e destaco esse papel fundamental do CNJ – nos dão, nos fornecem alguns insumos para reformas legislativas. E esses insumos nos trazem, em alguma medida, alguns exemplos dramáticos, que eu gostaria de trazer aqui para os Srs. Senadores. Um deles é que, a cada ano, no Brasil, 25 milhões de novos processos chegam à Primeira Instância do nosso Poder Judiciário. Esse número, por si só, já traria a necessidade de um país inteiro de juízes, um Uruguai de juízes, apenas para dar cabo, num prazo razoável, de tanta demanda.

Mas, o que torna esse número trágico, Senador Jorge Viana, é a taxa de congestionamento que o Conselho Nacional de Justiça identificou. No caso da primeira instância, em processo de conhecimento, a taxa de congestionamento é quase de 60%, quer dizer, de cada 100 processos que chegam ao Poder Judiciário na primeira instância, um pouco mais de 40 são arquivos no mesmo ano, o que eleva o estoque ao longo dos anos.

Se nós falarmos de processo de execução, que foi uma das preocupações da comissão de juristas presidida pelo Ministro Luiz Fux, que tive a honra de participar, os números são ainda mais alarmantes: 86,6% é a taxa de congestionamento na primeira instância em processo de execução. O que nos mostra, Senador Flexa Ribeiro, que é preciso trazer soluções novas. Não basta mais aplicar o mesmo remédio. É necessário investir em métodos alternativos de soluções de controvérsias, como, por exemplo, conciliação, mediação, arbitragem. São métodos mais baratos, métodos mais rápidos e efetivos, porque permitem que o cidadão, ao construir a solução alcançada, sinta-se vinculado, sinta-se, de alguma maneira, participante da solução que foi dada pelo Estado. Isso evita incidentes processuais, evita recursos, evita execuções sem fim.

Destaco, ainda, Srs. Senadores, que considero a transparência, que é algo tão cobrado do Poder Legislativo, uma ferramenta essencial de controle da sociedade e que precisa ser aprofundada ainda mais no Poder Judiciário. Posso dizer aqui que tive a honra, no Conselho Nacional do Ministério Público, de ser o autor do projeto de resolução que escancara as contas do Ministério Público, que dá à sociedade o direito de fiscalizar cada centavo gasto pelo Ministério Público brasileiro. Essa proposta de resolução minha que assumi aqui, nesta CCJ, quando fui sabatinado, há dois anos, para ser indicado ao Conselho Nacional do Ministério Público, foi aprovada por unanimidade pelo plenário do Conselho Nacional do Ministério Público.

Eu poderia citar outras ações que têm um valor ímpar para as atividades do Conselho Nacional de Justiça em proveito da sociedade, como os mutirões carcerários, os programas de Justiça aos jovens internos, fomento ao registro civil de nascimento, combate à violência doméstica intrafamiliar, mas o tempo de que disponho não me permite aprofundar ainda mais essas questões.

Gostaria, já me encaminhando para o final, Srªs e Srs. Senadores, de reafirmar aqui o meu compromisso de, caso aprovado por esta CCJ e escolhido pelo Plenário do Senado Federal, jamais esquecer essas palavras que profiro aqui e o compromisso que não é de hoje, é um compromisso que é da minha trajetória profissional. É para desempenhar essa nobre missão que peço o apoio e o voto de V. Exªs.

Era o que tinha mencionar. Gostaria de ficar à disposição de todos para os questionamentos e reflexões que pretendam fazer, até porque estou seguro de que a contribuição dos representantes do povo é essencial para que o Conselho Nacional de Justiça jamais perca de vista as elevadas expectativas que o Brasil nutre a seu respeito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Dr. Bruno.

Concedo a palavra ao Dr. Marcelo da Costa Pinto Neves, por até dez minutos.

O SR. MARCELO DA COSTA PINTO NEVES – Exmªs Srªs Senadores, Exmºs Srs. Senadores, Exmºs Magistrados, minhas senhoras e meus senhores, eu gostaria, inicialmente, de agradecer àquelas lideranças que encaminharam o meu nome, o Senador Alvaro Dias e respectiva bancada, o Senador Itamar Franco, a quem desejo melhoras em sua saúde, a Senadora Marinor e o Relator da matéria, Senador Flexa Ribeiro.

Também quero agradecer, mais uma vez, ao Senador Suplicy, que foi o Relator na primeira vez em que me submeti, aqui, à sabatina.

Agradeço ao atual Ministro Mercadante. Tenho a honra de ter sido indicado, na primeira vez, por S. Exª. Então, retorno a S. Exª esse agradecimento.

Agradeço ainda a todos os Senadores que tiveram a confiança de me indicar para ocupar função tão importante para o Estado brasileiro.

Eu gostaria de retomar alguns temas sobre o surgimento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Quando surge o CNJ? Qual o problema que o CNJ veio a enfrentar? Era uma insatisfação da sociedade civil em face da atuação do Judiciário.

Em primeiro lugar, surgiram propostas para que houvesse um controle puramente externo. Inclusive, essa proposta do eminente Deputado Bicudo sofreu reação. Alguns eram totalmente contrários a ela, e, no modelo de conciliação entre governo e oposição, definiu-se o que eu chamaria de controle misto, em que a Magistratura faz parte e em que há um controle externo também por membros do Ministério Público, da Advocacia e da sociedade civil. Esse controle misto possibilita um diálogo construtivo entre aquele que é interno, que pertence à Magistratura, e nós, que viemos de fora, principalmente os que vêm da sociedade civil. Esse diálogo é fundamental, porque há perspectivas diversas. O diálogo possibilita um avanço na atuação do Judiciário.

Qual a importância do CNJ? Essa é uma instituição que vingou neste País e que não se tornou pura burocracia sem funcionamento, tanto na atuação do Ministro Jobim, quanto na atuação da Ministra Ellen Gracie. Depois, foi feito um trabalho de consolidação pelo Ministro Gilmar Mendes. E, atualmente, a atuação do CNJ é mantida, com algumas modificações – é claro – de postura de perfil, pelo Ministro Peluso.

O CNJ não tem apenas o papel que se apresenta sempre na imprensa de controle disciplinar. Evidentemente, o controle disciplinar é fundamental. Como dizia Ulrich Preuss, que foi meu professor na Alemanha, se sicrano e fulano estão em conflito, é natural que eles procurem alguém imparcial para resolver suas contendas; se há justiça imanente na Terra, esta só pode ser atribuída a juízes e a tribunais imparciais.

Então, é fundamental que haja um controle de disciplinar. De certa maneira, pode ter havido falhas em alguns momentos, porque qualquer instituição pode falhar. Porém, o CNJ tem contribuído na matéria disciplinar. E o CNJ atua não apenas na matéria disciplinar. Temos de considerar o zelo pela autonomia do Judiciário. Recebi cartas da Ajufe e da Anamatra, apontando exatamente que eu e o CNJ também nos preocupamos, nesse período, com a manutenção da autonomia do Judiciário.

Outro aspecto muito enfatizado, especialmente a partir da gestão do eminente Ministro Gilmar, foi a questão da eficiência. Estabelecemos modelos de metas. Não só a empresa privada precisa de eficiência. O Poder Público precisa de eficiência. Mas não havia um alto conhecimento das estatísticas pelos Tribunais e pelas Varas. Se perguntassem a um Tribunal ou a uma Vara quantos processos existiam, eles não saberiam dizer. Então, o Ministro Gilmar Mendes, naquele momento, resolveu montar a Comissão de Gestão Estratégica e Estatística, para avançar e contribuir para uma melhora.

Houve um grande apoio da Magistratura. Num encontro em São Paulo no início de 2010, houve um amplo apoio a esse projeto de metas. E contamos com o apoio de cientistas da própria Universidade de Harvard, de cientistas que dão assessoria a governos os mais diversos e a instituições as mais diversas.

Portanto, é fundamental também a questão da eficiência. E, vinculado à eficiência, está o acesso universal à Justiça. O acesso à Justiça é difícil no Brasil para certas camadas da população.

A nossa Comissão de Acesso à Justiça, dirigida pela Conselheira Morgana, junto com o Jorge Hélio e o Paulo Tamburini, atuou com precisão ampliando o trabalho para isso. É claro que não conseguimos chegar a nenhum ideal. Há defeitos. Mas, se compararmos os números de hoje com os números de antes do CNJ, veremos que houve um avanço com todas as deficiências.

Portanto, vinculando controle disciplinar, zelo pela autonomia do Judiciário, eficiência e acesso universal à Justiça, o que faz o CNJ atualmente é contribuir para a modernização do Judiciário apesar de todos os nossos limites nessa atuação. E, ao atuar na modernização, atuar para o aperfeiçoamento do Estado democrático de direito entre nós.

Srs. Senadores, a democracia – dizia um professor meu, Niklas Luhmann, que foi meu co-orientador – o centro da democracia está no Parlamento. O Parlamento é o centro da política democrática. O Judiciário, dizia ele, é o centro do Estado de direito. É nessa complementação, e muitas vezes na tensão, mas na complementaridade entre Estado de direito e democracia que se pode construir uma nação civilizada.

Portanto, ao trabalharmos no Conselho Nacional de Justiça, estamos fortificando a dimensão do Estado de direito. E V. Exªs têm um papel fundamental para fortificar a democracia, mas nós não podemos excluir esse alo. Por isso, uma data como esta, uma sabatina como esta é fundamental para a relação entre o Estado de direito e a democracia.

Quanto à minha atuação, fui indicado àquela época e, quando entrei no CNJ, havia uma certa dificuldade, evidentemente, porque eu vinha de uma tradição muito teórica. Com os meus colegas, o Milton Nobre, o Adônis, todos esses que assinaram o documento que V. Exª tem, dando um apoio forte à minha recondução, fui convivendo com a prática e atuando com concisão. Lembro que o Ministro disse: "pensei que você ia fazer abstração filosófica, e você está tão preciso nos votos". Procurei aprender e conviver no diálogo e me aperfeiçoar. E, nesse sentido, procurei realmente, em diversas comissões, dar o meu recado.

Na gestão estratégica, indicado pelo eminente Ministro Gilmar Mendes, atuei na definição do plano de metas. Esse plano de metas foi fundamental para o aperfeiçoamento do Judiciário e contou com amplo apoio da Magistratura.

Também fui indicado para o grupo Infojuris, que foi o de organização da jurisprudência. Dei uma contribuição, e tenho dado uma contribuição nessa área. De outro lado, atuei com o relator da Resolução da Transparência. Na Resolução da Transparência, havia certa opacidade sobre as informações judiciárias, e contribui elaborando, como relator, a minuta que foi aprovada, o projeto que foi aprovado pelo Conselho.

Quero lembrar V. Exªs que meu antecessor, que tanto me apoiou e também enviou um documento de apoio a Joaquim Falcão, deixou o Gabinete enxuto, com 36 processos, mas eu segui o seu caminho e ampliei ainda mais. Hoje em dia temos – está no relatório – 24 processos apenas. Então, houve um avanço nesse sentido.

Para concluir, Sr. Presidente Senador Eunício Oliveira, eu queria apenas apontar um ponto fundamental: minha formação intelectual implicava uma atuação na abstração, na reflexão do Estado de direito. O CNJ permitiu que eu atuasse na prática, contribuindo republicanamente para o aperfeiçoamento das nossas instituições. Eu atuei e vim prestar relatório aqui – está de prova o Senador Demóstenes. Eu trouxe relatório. Mensalmente, eu vim a esta CCJ conversar com os Senadores. Quando fui convocado pelos Senadores, como o Senador Suplicy, como o Senador Jayme Campos, como o Senador Jucá, o Senador Eduardo Braga, o Senador Virgílio, eu não deixava nem irem ao meu Gabinete. Eu vinha aqui para saber o que eles queriam saber sobre CNJ; se queriam trazer um esclarecimento, uma informação.

Então, estive presente aqui e atuei de acordo com os princípios republicanos. Não vejo como... É a recondução a prática que tem ocorrido, como no caso de Joaquim Falcão e, também na Câmara, de Marcelo Nobre. Como essa é a prática dos órgãos políticos, como atuei de acordo com as exigências constitucionais, não vejo como justificar, neste momento, que eu não complete o meu trabalho. Por isso, venho pedir encarecidamente o voto de V. Exªs para eu poder continuar o meu trabalho, cumprir a minha missão e encerrar o meu trabalho no CNJ.

Agradeço a atenção de V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedo a palavra ao magistrado Dr. Tourinho Neto para sua exposição por até dez minutos.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. TOURINHO NETO – Sr. Presidente desta Comissão, Senador Eunício Oliveira; Srs. Senadores; Relator do meu processo, Senador Demóstenes Torres; Ministro Campbell, do STJ, órgão responsável pela minha indicação; Srs. Juízes, tanto de primeiro como de segundo graus; meus colegas de luta associativa, Ivo, Reinaldo, Spizzirri, Veloso, que se encontram presentes; o Ministério Público eu saúdo na pessoa do Dr. Aristides Junqueira, um dos ícones do Ministério Público, grande procurador-geral que foi, aqui presente; senhores funcionários da Casa, senhores servidores do meu gabinete, nunca pensei chegar ao Senado para ser sabatinado. Nunca!

Vou fazer uma pequena retrospectiva de minha vida para os senhores verem.

Filho de promotor público – meu pai foi promotor durante 40 anos –, Armando Tourinho; minha mãe, professora primária estadual. Quando comecei a entender a vida, nós morávamos em Esplanada, na Bahia. Não havia uma rua calçada; era grama. Grama, não; capim. E aí eu passei o início da minha infância. Estudei com a minha mãe, Ilza Tourinho. Ela era professora primária, e eu ia para a escola dela, matriculado, e estudei com ela. Naquela época, ela ensinava ao terceiro, ao quarto e ao quinto ano primário. Preparou-me para um exame de admissão, e eu fui para Salvador estudar. Uma tristeza terrível, porque eu estava saindo da minha família, daquela vida pacata de Esplanada, para estudar em uma escola pública, o Instituto Normal da Bahia. Concluído o curso de Ginásio, fui para o curso Clássico – naquela época, havia o curso Clássico, eram três anos –, no Colégio Estadual da Bahia, o Central, também público. E aí, fiz vestibular para a Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia. Naquela época, só se exigiam quatro disciplinas: Latim ou Grego; Francês, Inglês ou Espanhol; Filosofia; e Sociologia. Eram as quatro matérias que eram exigidas no vestibular.

Antes de concluir a faculdade, fui trabalhar. Fiz um teste para o Banco Econômico da Bahia, e aí fui trabalhar. Era terrível, por causa do horário. Eu tinha de pegar o serviço ao meio-dia e sair às seis. Muito

bem. Aí pedi ajuda a meu pai e comprei uma lambreta velha. Eu saía da faculdade, de lambreta, e ia para o trabalho. Mesmo assim, sacrificava a última aula.

Aí meu chefe, que era o chefe de toda a região Nordeste – era ele que dirigia, abaixo somente do gerente geral –, que era Renan Baleeiro. Ele chegou e disse assim: "Fernando, eu acho que você está sacrificando alguma aula. Vamos fazer o seguinte: o seu horário passa a ser de uma a sete." Ele só tinha o quinto ano primário, um grande administrador Gilberto Gordiano.

Quando eram 6 horas, meu serviço já estava terminado, porque eu trabalhava como uma espécie de datilógrafo e secretário dele. Terminou tudo. "Você já fez tudo?" "Tudo concluído." "Por que você vai ficar mais aqui? Vá para casa, vá estudar."

Lá, um dia, aparece uma CI, Correspondência Interna, dizendo que eu não estava cumprindo o horário. Ele disse: "Deixe comigo, eu resolvo." E aprendi a tratar o funcionário, os servidores e a administrar com Gilberto Gordiano, um homem que só tinha o quinto ano primário.

Terminado... Eu estava formado, e Gordiano chega e diz: "Vou lhe dar uma subgerência." Aí me deu uma subgerência na Baixa do Sapateiro. Não gostei. Por que não gostei? O gerente, poeta – eu era poeta mesmo, escrevi poesia –, não gostava muito daquele negócio. Então, o que acontecia? Não emprestava, tinha medo de emprestar. Não emprestando, não captava recursos.

A minha missão: sair com uma pastinha debaixo do braço, com paletó e gravata, pela Baixa do Sapateiro, ir visitando os comerciantes. "Por que o senhor deixou de depositar? O que houve?" Era um sol danado; suando, ouvindo desaforo dos comerciantes... Quer dizer, em relação ao banco, eu disse: "Não quero isso."

Voltei ao Gordiano. "Sr. Gordiano, não dá para mim." "Mas o que é isso? Vou lhe dar, no próximo ano, uma agência no interior." Eu disse: "Não quero." "Peça, então, para voltar para aqui e diga que quer ir para o jurídico. O jurídico não tem vaga, você será despedido. Aí você pega seu FGTS e tal e coisa..." E assim fiz.

Advoguei no escritório com Assis Vieira Lima. Mas as questões dele eram dele, e as minhas, minhas; eu não tinha nada. Então, eu não ganhava nada. Eu disse: esse negócio não está dando certo também. Aí fui para a Esplanada, onde meu pai ainda era promotor, e passei a advogar. Não aparecia nada, lugar pobre. Aí passei a estudar e fiz concurso para promotor público, como disse o Senador Demóstenes.

Fui para Santa Inês. Em Santa Inês – aí é que vem, numa teoria, a prática, para que eu possa ajudar, em alguma coisa, o Conselho Nacional. Em Santa Inês, o juiz – não vou dizer o nome dele; era um nome muito bonito – não morava na comarca, só ia lá de quinze em quinze dias. Basta dizer que, em dois anos, ele só fez cinco audiências trabalhistas propostas por mim. Cinco audiências em dois anos. E eu lá.

Aí me dediquei ao Ginásio, à Escola Normal. Fui diretor do Ginásio e da Escola Normal. No mês de julho, férias na escola, cheguei e fui para a Esplanada. Primeiro dia, muito bem; segundo dia... Meu pai perguntou assim: "Você está de férias?" Eu disse: "Não, mas não tenho o que fazer. O juiz não mora lá." "Nada disso. Volte para a comarca." Eu voltei para a comarca.

Com dois anos, eu já estava saturado de não trabalhar como promotor. Aí fui para Jacobina... não, para Euclides da Cunha, lá no Nordeste. Aí substituí o Hauá e tal e coisa. De Euclides da Cunha vim para Jacobina. Em Jacobina, eu estava denunciando – e aí lembro Pedro Taques, Senador, Procurador, membro do Ministério Público atuante, duro. E o que fiz? Atrapalhei a vida de alguns, de algumas pessoas que tinham influência no Governo. O Procurador-Geral chamou-me e disse assim: "Você não vai ficar em Jacobina." Tudo isso é porque fui designado. Ele disse: "Você não vai ficar lá. Vou lhe dar Ilhéus em compensação." Eu disse: "Isso não quero". "Não quer? Então, você volta para Santa Inês."

Aí fui. Lá o juiz também... Eram três juízes. O criminal era uma lástima para trabalhar, uma lástima! Eu disse: "Não dá, tenho de sair disso." Aí fiz concurso para juiz de direito. Fiz concurso para juiz de direito, fui para a saúde e comecei tudo de novo. Quando eu quis ir para Salvador, disseram que eu era muito jovem para ir para Salvador, e colegas do meu concurso já tinham ido. Eu disse: Bem, vou fazer outro concurso. Aí, fiz concurso para a Justiça Federal. Passei 10 anos na Primeira Instância e estou há 22 anos no Tribunal. Vinte e dois anos é uma vida! Nunca pensei em passar tanto tempo.

Agora, o que quero mostrar é que o Conselho Nacional de Justiça tem de verificar isso, mas a função do Conselho não é judicial. É administrativa. E muitas vezes nós vemos o Conselho cassar decisão judicial sob o argumento de que ainda não transitou em julgado. E isso não é possível! Tampouco é possível que o Conselho faça críticas aos juízes de maneira generalizada; que não observe o devido processo legal, muitas vezes; que enxovalhe o juiz...

(O Presidente faz soar a campainha.)

O SR. TOURINHO NETO – Já vou, Presidente.

Não é possível isso! O juiz tem que ser respeitado. O mau juiz, o venal, este sim tem que ser punido, mas obedecido o devido processo legal. Antes disso não se pode enxovalhar um juiz, porque sem juiz não há democracia.

Muito obrigado.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Obrigado, Dr. Tourinho Neto.

Pela ordem, Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Depois de termos sido aqui todos nós brindados por esse belo passeio pela história e pela diversidade da Bahia que nos proporcionou o futuro Conselheiro Dr. Tourinho, tenho comigo que, além de tudo que a Bahia oferece ao Brasil, o mais brasileiro dos Estados, talvez uma das suas marcas que mais unem o Brasil seja a sua belíssima gastronomia. E é exatamente ao acompanhar o relato de V. Exª, Ministro Tourinho, que acho que eu e outros pares aqui não tivemos como não nos render também aos sabores baianos. Inspirado neles, eu solicito ao Presidente Eunício que possa interromper a reunião por 40 minutos, para que possamos voltar aqui alimentados na barriga e no espírito e ouvir os outros sabatinados.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É uma questão de direitos humanos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Eu vou atender à solicitação de V. Exª e à solicitação dos direitos humanos do Dr. Aloysio Nunes Ferreira. Nós vamos ficar com mais quatro. Se V. Exªs concordarem, vamos ouvir só mais um, para ficarmos com quatro. Ficam faltando três. Voltamos com os três, fazemos a sabatina e encerramos. Eu suspenderei a reunião por trinta minutos após a sabatina...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – ... do Dr. Silvio Rocha, que é o próximo inscrito.

Dr. Silvio, V. Exª tem a palavra.

O SR. SILVIO ROCHA – Excelentíssimo Sr. Senador digníssimo Presidente desta Comissão, Senador Eunício Oliveira, Excelentíssimas Srªs Senadoras desta Comissão, Excelentíssimos Srs. Senadores, demais autoridades, serei breve na minha fala. Ela servirá mais como uma compensação e um pedido antecipado de desculpas, porque, em razão dos encargos da minha atividade jurisdicional, não pude visitar pessoalmente todos os membros da Comissão e todos os demais Senadores, como seria, eu entendo, devido.

O Senador Aloysio Nunes, a quem eu agradeço ter aceitado o encargo da relatoria do meu processo de indicação, apresentou, forneceu subsídios necessários à avaliação da minha capacidade para ocupar ou não esse cargo para o qual eu fui indicado.

Eu apenas gostaria de pontuar um pouco a minha experiência profissional...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. PMDB – CE) – Dr. Silvio, permita-me só 30 segundos de interrupção para registrar aqui a presença do Ministro Presidente do Superior Tribunal de Justiça e convidá-lo a sentar-se um pouquinho à mesa enquanto V. Exª faz a explanação. Em seguida, suspenderemos esta solenidade.

Ministro Ari Pargendler, por gentileza, acompanhe-nos à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Desculpe, Dr. Silvio. Tem a palavra V. Exª.

O SR. SILVIO ROCHA – Muito obrigado, Senador Eunício.

Como dizia, apenas uma breve consideração. Ingressei na Pontifícia Universidade Católica de Direito aos 17 anos, com pouca bagagem profissional, embora já trabalhasse desde os 14, com nenhuma bagagem acadêmica, mas, como diz o poeta, tinha em mim todos os sonhos do mundo. Meu primeiro professor de Direito era um grande professor – o Senador Aloysio Nunes vai saber a quem me refiro –, o Professor André Franco Montoro. Na sua primeira lição, O Conceito do Direito, ele citava um jurisconsulto romano, Celso, e dizia que o Direito é a arte do bom e da justiça. Aquelas palavras me impressionaram muito no sentido de como conciliar aquela atividade técnica com a difícil tarefa de promoção da justiça.

Na época, o Centro Acadêmico 22 de Agosto tinha um programa de assistência judiciária gratuita às pessoas necessitadas. E embora eu trabalhasse e fizesse a faculdade à noite, desde o primeiro dia de aula eu me inscrevi nesse programa de assistência judiciária. E aos sábados eu ia para um bairro da periferia de São Paulo, a Vila Paulistana, na Igreja Nossa Senhora do Carmo, Padre Raimundo, e ali eu e mais alguns estagiários e um grupo de advogados – alguns até se tornaram também parlamentares, como o hoje, não sei, Deputado José Mentor –, mas um grupo de advogados prestava assistência judiciária à população pobre. E aí eu já pude perceber a grande diferença, a grande distância que há entre o mundo legal, os tribunais, e a possibilidade de acesso à população pobre e carente a esse Judiciário. Era uma população que precisava de tudo, não apenas de orientação jurídica, mas faltava uma série de serviços públicos. E daí também nós insistimos na organização dessa população em associações de moradores para que pudesse fazer a sua reivindicação frente aos Poderes Constituintes.

Esse período da faculdade foi um período muito nobre. Nós tivemos uma luta pela redemocratização do País, na campanha pelas Diretas Já. E aqui me permita

lembrar, Senador Aécio Neves, a figura inesquecível do seu avô, Tancredo Neves, junto com Ulysses Guimarães e outros políticos. Eu fui ao comício das Diretas Já, na cidade de São Paulo, e nós pedimos, já como estudantes de Direito, uma redemocratização. Não tivemos o êxito necessário, mas o País se redemocratizou. E quando eu me formei, em 1986, para nossa felicidade, pelo menos o Congresso Constituinte, a Assembleia Nacional Constituinte, já se instalara e, finalmente, em 1988, nós tivemos uma Constituição que recolocou o País numa plena democracia e sob o signo dos Direitos Humanos.

Nessa idade, eu, então já formado e com idade mínima para a magistratura, me inscrevi no 157º concurso da magistratura do Estado de São Paulo, Fui aprovado e por lá exerci a magistratura, a judicatura paulista, até o ano de 1993, quando ingressei na Justiça Federal. E depois de passar por diversas cidades, como Piracicaba e Campinas, estou em São Paulo, titular de Vara Criminal e auxiliando já tanto a Corregedoria e agora a Vice-Presidência. Paralelamente, desenvolvi, como foi dito aqui, a minha atividade acadêmica, mestrado e doutorado em Direito Civil, e, depois, doutorado e livre docência em Direito Administrativo. Sempre meus trabalhos acadêmicos – cito dois – tiveram como preocupação aspectos sociais. A dissertação de mestrado foi acerca da responsabilidade civil, em que trato dos danos causados aos consumidores por produtos defeituosos. E agora, a livre docência, como foi relatado e destacado pelo Senador Aloysio Nunes, "Função Social da Propriedade Pública", em que mostro que é possível a utilização de bens públicos para a regularização da questão fundiária no nosso País.

Coube ao Superior Tribunal de Justiça – tive a honra por indicação do Ministro Ari Pargendler – a quem aqui presto minhas sinceras homenagens, o Ministro tem sido mais do que um irmão para mima – a indicação ao CNJ. Cabe aos senhores...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Aí é nepotismo, vamos verificar. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Não se preocupe, Dr. Sílvio, eles fazem isso todos os dias aqui.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Vamos retirar dos Anais a expressão.

O SR. SÍLVIO ROCHA – Nepotismo afetivo não está proibido aqui. Mas eu dizia que cabe, então, aos senhores a decisão sobre se vou integrar ou não esse honroso órgão de controle, fiscalização e também de auxílio à magistratura. Entendo que o CNJ tem um papel fundamental a cumprir, um papel de fiscalização, mas não só de fiscalização porque temos uma federação e temos um Judiciário que reflete uma federação. Então, o CNJ, a meu ver, se apresenta como um grande órgão de articulação – e uma articulação que, a meu ver, se deve muito mais ao diálogo, pelo respeito à autonomia dos Tribunais, inclusive dos tribunais que integram os Estados do que propriamente pela imposição. O que eu queria dizer, nesta fala final, é que já me sinto satisfeito porque a vida me deu oportunidade de estar aqui na presença dos senhores em uma Casa que, quando eu tinha meus 17, 18 anos, sonhei e ajudei a planejar e efetivametne ela se realizou. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Dr. Silvio. Atendendo à solicitação do Senador Aécio Neves, que aqui se faz representar e por uma questão de direitos humanos, como colocou o Senador Aloysio Nunes, e ainda agradecendo a presença do Presidente do STJ, Ministro Ari Pargendler, vamos suspender esta sessão por trinta minutos, para que os senhores possam fazer um lanche. Em seguida, voltaremos para ouvir o Dr. Jeferson, Dr. Alessandro, Dr. Jarbas e fazer a votação final.

Está suspensa a reunião.

(Suspensa às 14 horas e 21 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 16 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Declaro reabertos os nossos trabalhos.

Concedo a palavra ao Subprocurador-Geral do Trabalho, Dr. Jeferson Luiz Pereira Coelho, para sua exposição, cujo tempo inicial é de até dez minutos.

Tem a palavra V. Exª, Dr. Jeferson.

O SR. JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO – Exmº Sr. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Eunício Oliveira; Srs. Senadores aqui presentes; meus colegas do Ministério Público do Trabalho aqui presentes, das associações de classe; Ministro Mauro Campbell; inicialmente, meus agradecimentos especiais ao Senador Jorge Viana, que é o Relator do meu processo nesta Comissão; senhoras e senhores aqui presentes, venho de um Ministério Público especializado, de um Ministério Público do Trabalho. A partir de 1988, recomeçou outro ciclo constitucional no Brasil, na elaboração da Carta de 1988. Foi uma Carta de maior participação popular. O Congresso Nacional foi o grande fórum desse debate.

A retrospectiva constitucional do País, por si só, ostenta, comprovadamente, que a história do Senado Federal se confunde com a própria história do Brasil, numa perfeita simbiose democrática, desempenhando esta Casa papel fundamental e com participação político-institucional ampla, mútua e constante.

Quero aqui usurpar as palavras sábias do Senador José Sarney, naquele discurso de 12 de fevereiro de 1995. Ele já dizia: "O Congresso nunca faltou ao

Brasil. Aqui nasceu o País; aqui construímos nossas instituições. Nenhum Poder sofreu mais no curso da história. Nunca ninguém pensou em fechar o Executivo, mas fomos fechados e dissolvidos em 1823, 1889, 1891, 1930, 1937, 1968 e 1977."

A vulnerabilidade do Parlamento decorre de ser esta a Casa política por excelência, e o conflito é a marca inarredável da política e da liberdade de crítica, transparência, moralidade, eficiência, trabalho. Sem parlamento, não há democracia; sem democracia, não há liberdade e, sem liberdade, o homem é apenas um sobrevivente. Nesse contexto, impulsionado pela sociedade civil, nascem os Conselhos Nacionais do Ministério Público e da Magistratura.

O nosso compromisso é um compromisso de interlocução com esta Casa, de grandes temas, para que não só o Conselho Nacional do Ministério Público exerça o papel de controle, mas o papel de aperfeiçoamento e eficiência do Ministério Público brasileiro.

Não podemos esquecer que o Conselho Nacional tem por si a responsabilidade do aperfeiçoamento e da eficácia de todos os ramos do Ministério Público. Todos os ramos. E não esquecer o princípio federativo, para que os Ministérios Públicos Estaduais possam exercer, com plenitude, suas atividades.

Eu não queria mais me alongar. Meus dados curriculares foram já expostos no voto do Senador Jorge Viana. Eu queria apenas dizer, ao final, que o compromisso do membro do Ministério Público, sua atuação deve-se pautar no princípio da legalidade e no princípio da imparcialidade. Esse é o lema dos membros do Ministério Público. Sr. Presidente, é com essas breves palavras que me coloco à disposição desta Comissão e requeiro, já antecipadamente, que meu nome seja aprovado nesta Comissão como uma homenagem ao Ministério Público do Trabalho, este Ministério Público imbuído de um caráter eminentemente social. Essas são as palavras iniciais, Sr. Presidente, que gostaria de pronunciar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Dr. Jefferson.

Concedo a palavra ao Procurador de Justiça, Dr. Alessandro Tramujas Assad para sua exposição por até 10 minutos. Tem a palavra V. Exª.

O SR. ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD – Sr. Presidente Eunício de Oliveira, é com muita satisfação que ora participo desta reunião. Quero saudá-lo, bem como aos demais integrantes desta Mesa. Peço licença para cumprimentar aqui o Senador pelo meu Estado e Líder do Governo, Romero Jucá, Relator da minha indicação; e também o Senador Mozarildo Cavalcanti, e em nome dos Senadores Pedro Taques, Eduardo Suplicy, saudar todos os demais integrantes desta CCJ.

Quero ainda cumprimentar o Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Mauro Campbell, que tanto orgulha o Ministério Público da Amazônia, como hoje também o Poder Judiciário da Amazônia na Corte do Superior Tribunal de Justiça. Um cumprimento especial também aqui ao Procurador-Geral de Justiça do meu Estado, Dr. Fábio Bastos Estica, que ora representa também todos os membros do *parquet* roraimense e também a todos os procuradores-gerais de Justiça aqui presentes; ao Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça responsáveis pela minha indicação. Quero também cumprimentar o Presidente da Cunampi, Dr. César Mattar, líder nacional do Ministério Público e às demais autoridades que nos honram com suas presenças. Quero, por fim, cumprimentar os servidores da Casa, a imprensa e os telespectadores da TV Senado.

O Senado brasileiro tem exercido um papel fundamental na consolidação da democracia e na estabilidade de nossas instituições. Esta Casa de ...debates têm garantido o equilíbrio de forças e a igualdade entre os entes da Federação. Estar aqui neste momento ao lado de todos os ora sabatinados, submetendo-se à aprovação para ocupar um assento no Conselho Nacional do Ministério Público, é fazer parte da história do nosso País, o que nos honra e causa orgulho.

O Conselho Nacional do Ministério Público, criado pela Emenda nº 45, com atribuição de controlar a atuação administrativa e financeira do Ministério Público, bem como o cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, hoje completa pouco mais de seis anos, como disse o sabatinado anterior, Dr. Marcelo Neves. Os conselhos, assim como CNJ ou CNMP, são instituições hoje que realmente deram certo. Ninguém mais duvida da sua real necessidade e da sua importância para o aprimoramento das instituições, tanto o Poder Judiciário quanto o Ministério Público.

Estou ciente da missão e sou conhecedor das críticas que ainda recaem sobre o órgão. De fato, é preciso ainda maior rigor no controle de abusos por parte de procuradores e promotores de Justiça. A transparência das ações do Ministério Público e seu relacionamento com a imprensa são elementos que fortalecem a nossa democracia, mas os excessos de vedetismo que atingem a honra de pessoas públicas ou não atentam contra a própria instituição e a sociedade brasileira.

O Ministério Público não é governo, nem é oposição. O Ministério Público é instituição independente que tem por dever, dentre outros, a defesa do regime democrático e da ordem jurídica. O promotor de Justiça deve atuar fazendo bom uso de suas prerrogativas, sempre nos limites da lei, com bom senso e respeito ao cidadão. Também é necessário o diálogo franco e

leal com os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O estabelecimento de parcerias com a polícia e demais órgãos de controle, como os tribunais de conta, as controladorias-gerais no combate aos crimes e à corrupção. São exemplos de condutas que devem ser estimuladas pelo Conselho, órgão que possui condições para alinhar ou unir os Ministérios Públicos em torno de uma política nacional de atuação.

Aliás, sob a condução da Conselheira Cláudia Chagas, está sendo finalizado o plano estratégico nacional para o Ministério Público brasileiro. Por outro lado, é preciso reconhecer que o Conselho Nacional ainda é um órgão em fase de lapidação e aparelhamento. Tem para o ano melhor orçamento e poderá contar com um novo quadro de servidores para sua melhor estruturação e funcionamento.

Caminhamos, agora, para a quarta composição. Minha indicação constitui a primeira oportunidade de participação de um Ministério Público da Região Norte no Colegiado. Diga-se, o menor Ministério Público em quantidade de membros, fato que não só revela a escolha democrática na instituição, mas também reforça o caráter heterogêneo do órgão de controle nacional. Penso que muito poderei contribuir para o aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

Integro um Ministério Público localizado numa região distante, com restrição de acesso, com vazios demográficos, com carências de recursos materiais e humanos, dificuldades de estabelecer parcerias e com perspectivas socioeconômicas ainda pouco definidas. A vivência na instituição, por cerca de quase 20 anos, desde o tempo de estagiário, servidor concursado, membro, com passagens pelos órgãos de classe e da administração superior do Ministério Público, forjaram meu conhecimento sobre a instituição.

Acredito que minha participação trará realidades institucionais, às vezes não consideradas pelo órgão nacional de controle, e ampliará sua visão, possibilitando maior alcance e efetividade de sua atuação. Como já dito outrora, pelo ilustre Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas aqui presente, Dr. Francisco Cruz, nossas desigualdades regionais precisam ser conhecidas e compreendidas para serem avaliadas.

Srªs e Srs. Senadores, pedindo o apoio e a confiança de V. Exªs para aprovação de minha indicação no Conselho Nacional do Ministério Público, quero finalizar esta exposição citando o poeta amazonense Thiago de Mello: "não somos melhores, nem piores; somos iguais. Melhor é a nossa causa."

Enfim, o que queremos é um Brasil cada vez melhor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Dr. Alessandro Tramujas.

Para ouvir o próximo e último indicado nesta tarde de hoje, concedo a palavra ao Procurador de Justiça, Dr. Jarbas Soares Júnior, para a exposição, inicialmente, pelo tempo de dez minutos.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. JARBAS SOARES – Boa tarde, Sr. Presidente, Senador Eunício Oliveira, quero agradecê-lo porque me recebeu em seu gabinete e agradecer também a Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Ceará, a minha amiga Socorro Pinto, por ter me permitido estar junto de V. Exª. Quero cumprimentar também o Vice-Presidente, Senador José Pimentel, as Srªs e os Srs. Senadores, cumprimentar os Senadores do meu Estado, o Governador Aécio Neves, o Senador Clésio, ex-Vice-Governador, e lamentar a ausência do Senador Itamar Franco, que, em breve, estará novamente em nosso convívio. Quero cumprimentar a Deputada Federal do meu Estado, minha amiga querida, Deputada Jô Moraes. Quero saudar também os colegas sabatinados nesta reunião: Dr. Jeferson, Alessandro, Bruno Dantas, Marcelo Neves, Tourinho Neto e Sílvio Costa. Quero saudar o Ministro Mauro Campbell, meu colega de Ministério Público, de Conselho Nacional, Procuradores-Gerais, os membros do CNJ e do CNMP aqui presentes, Srs. Procuradores-Gerais de Justiça, meus amigos que nos acompanham, do Acre, do Amazonas, do Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Roraima e Rondônia, e o Procurador-Geral do meu Estado, meu chefe, o Procurador Alceu Torres. E os colegas das entidades classistas, quero saudá-los na figura do César Mattar, Presidente da Conamp, colegas do Ministério Público, da Magistratura, da OAB, do Brasil e de Minas Gerais e, finalmente saudar aqui os órgãos da imprensa e aqueles todos que nos assistem.

Finalmente, quero agradecer ao caríssimo Ministro Sepúlveda Pertence, ao Dr. Aristides Junqueira, minhas referências de vida como juristas e cidadãos, que me acompanharam até o Senado Federal.

Senhoras e senhores, meu nome é Jarbas Soares Júnior. Nasci em Montes Claros, região norte do meu Estado, Minas Gerais; fui criado, até os 14 anos, na cidade de São Francisco, uma pequena cidadela que fica às margens do rio São Francisco, onde ainda mora a minha mãe, local em que aprendi os valores e os conceitos que carrego por toda a minha vida.

Estudei até a 8ª série na minha cidade de São Francisco e, no início dos anos 80, eu e meu irmão Ricardo viemos estudar o 2º Grau aqui em Brasília, por desejo dos nossos pais, já que a nossa cidade fica mais próxima de Brasília do que de Belo Horizonte, a

capital do meu Estado, e onde, obviamente, teríamos melhores recursos do que eles tiveram na vida deles.

Em 1984, a saudade levou-me de volta a Minas Gerais e por lá fiquei até hoje, depois de ser aprovado no vestibular da Faculdade Mineira de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, onde me formei. Logo após a formatura, em 1989, fui nomeado pelo então Procurador-Geral da República, o Dr. Aristides Junqueira Alvarenga, que estava aqui presente, por indicação do meu professor de Direito Constitucional, o Procurador da República José Carlos Pimenta, para o cargo de chefe de gabinete da Procuradoria da República. Enquanto trabalhava no Ministério Público Federal, estudei durante as noites e as madrugadas, já casado e com filhos, para o concurso de ingresso na carreira do Ministério Público de Minas Gerais, e nove meses depois logrei êxito ao ser aprovado.

Estou no Ministério Público de Minas Gerais há 21 anos, passei por todas as fases da carreira; fui Promotor de Justiça no interior, em Januária e Manga, região norte do Estado, depois em Ouro Preto, Mariana e Itabirito, na região central.

Em 1992, quando atuava ainda em Ouro Preto, novamente por indicação do Procurador Regional Eleitoral e meu professor, José Carlos Pimenta, o então Procurador-Geral da República, Dr. Aristides Junqueira, me convocou para atuar junto à Procuradoria Regional Eleitoral e ao TRE, onde fiquei por oito anos. Lá no TRE conheci o contexto das instituições de Minas, estabeleci com naturalidade excelentes relações com a classe política do meu Estado. Nessa época, no Ministério Público de Minas Gerais, fui Promotor de Justiça de Belo Horizonte, nas promotorias de defesa da cidadania, com ênfase para a promotoria de meio ambiente. Fui três vezes coordenador dessa promotoria que aproximava o Ministério Público dos cidadãos, por eleição dos meus colegas.

Em 2001, fui promovido ao cargo de Procurador de Justiça, com atuação no Tribunal de Justiça, e, nesse período, coordenei, no âmbito estadual, a área de meio ambiente do Ministério Público de Minas Gerais. Também nesse período criei a Coordenadoria que uniu os Estados de Minas, Bahia, Goiás, Pernambuco, Sergipe, Alagoas e o Distrito Federal para um trabalho integrado em defesa do rio São Francisco.

Em 2003, fui eleito em São Paulo para exercer a presidência da Associação Brasileira do Ministério Público de Meio Ambiente, entidade que reúne os promotores e procuradores dos Ministérios Públicos dos Estados, Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Militar, que atuam na área ambiental em todo o Brasil. Em 2006, fui reeleito; em 2009, fui reeleito novamente – termino agora meu último ano de mandato.

Também e sempre por eleição, compus os órgãos colegiados do Ministério Público de Minas Gerais, o Conselho Superior do Ministério Público e a Câmara de Procuradores, como ressaltado aqui pelo Senador Aécio Neves no seu relatório.

Em 2004, fui eleito com 49,5% dos votos à lista tríplice e depois escolhido para o cargo de Procurador-Geral de Justiça pelo então Governador Aécio Neves e com apoio do então vice-governador, Senador Clésio Andrade. Em 2006, fui reeleito com 84,5% dos votos e reconduzido ao cargo pelo Governador Aécio Neves novamente.

Ao deixar o cargo de Procurador-Geral, em 2008, fui escolhido pelo Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, do qual era Vice-Presidente, para implantar e coordenar a sua mais importante comissão permanente: a Comissão de Acompanhamento Legislativo e Defesa das Prerrogativas do Ministério Público, com atuação no Congresso Nacional, uma das mais ricas experiências que já tive e quando conheci melhor o Parlamento brasileiro, passei a admirar o trabalho de Deputados e Senadores ainda mais e os sistemas de freios e contrapesos do processo democrático brasileiro.

Nos últimos dois anos, no Ministério Público de Minas Gerais, coordenei a implantação do seu planejamento estratégico, fui examinador de um concurso e sou o atual Diretor da Escola do Ministério Público. Agora, em abril, como foi ressaltado pelo Governador Aécio Neves, por caridade dos meus colegas, fui eleito para a lista tríplice, escolhido pelo Procurador-Geral e, depois, pelos Procuradores-Gerais que estão aqui presentes, muitos deles, e outros colegas do Brasil inteiro.

Confesso, Presidente Eunício, que, para mim, um menino que saiu aos 14 anos de casa para estudar na Capital da República com o meu irmão e, de longe, viu o sacrifício dos pais para nos educar, uma educação que eles não tiveram, é uma enorme emoção estar sentado a esta Mesa, onde, durante 50 anos, passaram figuras notáveis da República, homens e mulheres de expressão, do Ministro Pertence, do Dr. Aristides, por exemplo. Assim, quero me colocar à disposição de V. Exªs, os Senadores do meu País, para qualquer esclarecimento sobre o papel dos Conselhos e sobre as minhas convicções sobre a sua atuação.

Então, quero agradecer a Deus em primeiro lugar, aos meus pais, à minha família, aos amigos e colegas por tudo, ao Governador Aécio Neves pelas generosas palavras, fruto que são da sua bondade, e a V. Exªs pela atenção e fidalguia com que me receberam.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Dr. Jarbas.

Agora, passamos à fase de arguição dos indicados. O primeiro Senador inscrito é o Senador Eduardo Suplicy.

Tem a palavra V. Exª por três minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Terei direito de perguntar a cada um?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sim. V. Exª poderá fazer perguntas a cada um.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – São sete, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou-lhe conceder cinco minutos, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ... de inúmeras entidades, como Terra de Direitos, Ação Educativa, Dignitatis, Geledés, Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, Conectas Direitos Humanos, enfim, recebi uma série de sugestões e colocarei aqui para os nossos... Vou fazer, aqui, uma ordem.

Para Marcelo Neves: a sociedade organizada vem se apropriando da pauta da Justiça e compreendendo a sua importância nos marcos regulatórios da administração da Justiça como mecanismo para efetivação dos direitos humanos. Como compreende a importância e a legitimidade da sociedade para participar da elaboração e implementação da política judiciária e de Justiça que emana do CNJ?

Para o Sr. Bruno Dantas Nascimento: como concebe o seu papel no CNJ ocupando a cadeira de representante da sociedade no órgão máximo de administração da Justiça? Quais as propostas e perspectivas de interlocução e compromisso com as posturas e pautas defendidas pela sociedade?

Para o Sr. Tourinho Neto: qual a proposta, perspectiva e compromisso do mandato para o diálogo e a participação da sociedade no tangente à administração da Justiça e às questões sociais judicializadas? Como vê o mecanismo da consulta pública e as perspectivas para o seu aprimoramento? O candidato se propõe a instituir uma agenda periódica de encontros públicos e abertos à participação social para discutir, junto às organizações da sociedade civil, as pautas do CNJ e do Poder Judiciário?

Para o Sr. Jeferson Luiz Coelho: qual a concepção do candidato em relação ao financiamento de eventos de associações de magistrados por entidades e empresas que figuram como grandes litigantes no Judiciário?

Para o Sr. Alessandro Tamujas Assad: o CNJ representa um marco inicial de um processo de adequação democrática do Poder Judiciário à Constituição Cidadã. A sua composição heterogênea, a publicidade dos seus atos são imprescindíveis para a consolidação e o aprimoramento da cultura democrática na administração da Justiça em todas as suas esferas e instâncias. Nesse sentido, qual a postura do candidato sobre os temas: a competência disciplinar do CNJ e a total publicidade dos seus atos?

Para o Sr. Jarbas Soares Júnior: o CNJ e o Judiciário têm grande responsabilidade nas mortes de quatro camponeses assassinados nessa última semana nos Estados do Pará e Rondônia, quer pelos entraves colocados aos processos de reforma agrária e regularização fundiária, quer pela impunidade dos assassinatos e mandantes desses crimes. Através do Fórum de Assuntos Fundiários do CNJ foram aprovadas cerca de uma centena de recomendações para o Poder Judiciário poder atuar com vistas à superação dos conflitos sociais no sentido de realização de reforma agrária e regularização fundiária. A sociedade compreende que essas recomendações devem ser levadas à apreciação da Corregedoria e Plenário do CNJ para elaboração de resoluções e recomendações. Como representante da sociedade, assume o compromisso de levar ao Plenário as recomendações do Fórum de Assuntos Fundiários para, finalmente, por fim aos conflitos fundiários e assassinatos de defensores dos direitos humanos?

Finalmente, ao Sr. Sílvio Rocha: vou fazer uma indagação a respeito de decisão de grande importância que o Supremo Tribunal Federal tomará, marcado para o dia 8 próximo.

Ainda na semana passada, li aqui, da tribuna do Senado, um contundente artigo do eminente jurista Dalmo de Abreu Dallari, onde ele diz:

"Fingir que o Supremo Tribunal Federal ainda pode decidir sobre o pedido de extradição de Cesare Battisti formulado pelo governo italiano não passa de uma farsa processual, uma simulação jurídica que agride a Ética e o Direito. E manter Battisti na prisão, sem que haja qualquer fundamento legal para isso, é ato de extrema violência, pois além da ofensa ao direito de locomoção, reconhecido e proclamado como um dos direitos fundamentais da pessoa humana e garantido pela Constituição brasileira, em decorrência da prisão ilegal todos os demais direitos fundamentais da vítima da ilegalidade são agredidos.

Na realidade, o Supremo Tribunal já esgotou sua competência para decidir sobre esse pedido quando, em sessão de 18 de novembro de 2009, tomou decisão concedendo autorização para que o Presidente da República pronunciasse a palavra final, com o reconhecimento expresso de que é da competência privativa do Chefe do Executivo a decisão de atender

ou negar o pedido de extradição e com a observação de que deveria ser levado em conta o tratado de extradição assinado por Brasil e Itália. Estava encerrada aí a participação, legalmente prevista e admitida, do Supremo Tribunal Federal no processo gerado pelo pedido de extradição.

Em 31 de dezembro, levando em conta a autorização e a possibilidade de avaliar se Cesare Battisti poderia ou não ser objeto de objeto de perseguição na Itália e conforme decisão do Supremo por maioria de votos de que ficava a critério do Presidente decidir, o Presidente, obedecendo à diretriz da maioria dos Ministros, assim decidiu pela não extradição de Cesare Battisti. E, por isso, ele, com tanta contundência disse."

Eu apreciaria muito se o Dr. Sílvio Rocha puder nos expor o seu ponto de vista a respeito.

E agradeço, Sr. Secretário, se puder enviar às mãos do Dr. Sílvio Rocha a cópia deste artigo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Foi uma para cada indicado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Suplicy, nenhum Senador inscrito aqui. Senador Pedro Taques, V. Exª está inscrito e tem a palavra... Não, V. Exª tem a palavra para fazer a pergunta.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, senhores indicados para os dois Conselhos, vou fazer umas perguntas para cada um deles, nessa ordem

Dr. Bruno, V. Exª já deve conhecer a minha opinião a respeito do que diz a Constituição no tocante aos indicados pelo Senado da República e pela Câmara. A Emenda Constitucional nº 45 afirma que o Senado e a Câmara, cada uma dessas Casas indicará um cidadão para compor os Conselhos.

Muito bem. Eu gostaria de saber a opinião de V. Exª a respeito da não possibilidade de o Senado e de a Câmara indicarem servidores de carreira dessas duas Casas legislativas; isso com o objetivo de evitar o aparelhamento político-partidário dos Conselhos, sem nenhuma ilação em relação a V. Exª, quem conheço e respeito o seu trabalho no Conselho Nacional do MP.

Nós estamos discutindo em tese o que diz o artigo da Constituição, emendado pela Emenda Constitucional nº 45. Eu gostaria de ouvir a opinião de V. Exª sobre essa posição: a Câmara dos Deputados e o Senado deveriam indicar cidadãos e esses cidadãos a serem indicados, até em razão da própria natureza dos Conselhos, não poderiam ser membros dessas Casas legislativas.

Essa é a primeira indagação que eu faço a V. Exª.

Ao Dr. Silvio, com quem eu tive a honra de trabalhar perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, junto a 1ª Turma, eu gostaria que V. Exª, como administrativista que é, professor livre-docente da PUC em Direito Administrativo, informasse-nos a opinião de V. Exª a respeito da manifestação de membros do Ministério Público no decorrer da ação penal, no decorrer da ação civil pública. Se a manifestação dos membros do Ministério Público a respeito das ações ajuizadas viola o princípio da publicidade previsto no art. 37 da Constituição e se a negativa em prestar informações por parte dos membros do MP viola o art. 11 da Lei de Improbidade Administrativa, que diz que todo servidor público deve prestar contas dos seus atos.

Eu gostaria de saber do Professor Marcelo Neves a opinião a respeito da alteração da composição do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do MP.

Eu sou Relator de duas PECs manejadas, em primeiro lugar, por S. Exª, o Senador Demóstenes, em que se modifica a composição desses dois Conselhos, para que nós tenhamos mais membros do MP estadual no Conselho Nacional do MP e mais desembargadores estaduais no Conselho Nacional de Justiça.

Eu gostaria de uma reflexão de V. Exª a respeito da necessidade de membros leigos, se assim nós podemos intitular, perante esses Conselhos; se a razão da criação do Conselho Nacional de Justiça e a razão da criação do Conselho Nacional do MP como um órgão para fazer um controle dessas duas importantes instituições, com o maior número de membros do MP e da magistratura respectivamente nos dois Conselhos, diminuiria a sua importância e nós criaríamos um órgão corporativo, mais um órgão corporativo, para fazer a defesa só de medidas corporativas como eu acabei de fazer referência.

A S. Exª, o Desembargador Tourinho, a quem eu rendo minhas homenagens, já tivemos oportunidade, num passado não muito distante, de trocarmos algumas ideias sobre instituições republicanas. V. Exª deu uma entrevista na Revista Eletrônica da Seção Judiciária do Distrito Federal nº 6, ano 1, de outubro de 2009. V. Exª diz o seguinte: "Os dois Conselhos, o Conselho de Justiça Federal e o CNJ estão desmoralizando a magistratura brasileira. Eu quero saber se V. Exª deu essa entrevista, por que e de que maneira V. Exª poderá auxiliar no Conselho Nacional de Justiça para que esse Conselho não possa desmoralizar a magistratura brasileira.

V. Exª disse nessa entrevista o seguinte: "É uma questão de quebra de hierarquia. Chegaram uns meninos aqui, em meu gabinete, para fazer correição, um Procurador, dois Juízes auxiliares. Eu nem fiquei. Considero isso uma desmoralização, um desrespeito à hierarquia."

Gostaria de saber se V. Exª disse isso e gostaria de uma maior reflexão de V. Exª a respeito da hierarquização do Poder Judiciário; se no entendimento de V. Exª, o Conselho Nacional de Justiça hierarquicamente está acima, não administrativamente, de magistrados, se esta é uma função do Conselho Nacional de Justiça e se existe hierarquia entre magistrados de Primeiro Grau, membros do Tribunal. Essas duas reflexões eu queria ouvir de V. Exª.

Se me permite mais uma: qual é a contribuição que V. Exª, em razão do seu passado belíssimo que nós todos conhecemos, pode dar ao Conselho Nacional de Justiça para que ele não venha desmoralizar a magistratura brasileira?

Ao Procurador de Justiça do Estado de Roraima a quem eu conheço também, de passado não muito distante, Dr. Alessandro, tive oportunidade de oficiar no Estado de Roraima por designação do Procurador-Geral da República, fazendo júris federais, homicídio que vitimou um servidor público federal e V. Exª deu a total assistência por parte do Ministério Público do Estado. Naquele momento histórico, V. Exª ou era Corregedor-Geral, ou era Procurador-Geral de Justiça. Eu gostaria que V. Exª fizesse uma reflexão a respeito do controle externo da atividade policial e a importância do controle externo da atividade policial por parte do Ministério Público, tendo em conta a defesa dos direitos fundamentais do cidadão, a defesa dos direitos humanos, uma vez que existem propostas de emenda à Constituição em tramitação na Câmara dos Deputados que revoga o art. 129, parece-me, inciso VII, que trata do controle externo da atividade policial.

Por parte do Ministério Público, uma reflexão de V. Exª a respeito do controle externo e de que maneira V. Exª, com sua experiência, pode fazer com que o Conselho Nacional possa ser um órgão de democracia, não de perseguições. São essas reflexões.

Ao Dr. Jeferson: eu gostaria que V. Exª fizesse para todos nós aqui uma reflexão a respeito do papel hoje do Ministério Público do Trabalho, porque V. Exª, com muita honra, tenho certeza disso, galgou todos os cargos ali existentes; e a importância do Ministério Público do Trabalho na defesa dos direitos sociais do cidadão. Essa reflexão eu gostaria de V. Exª.

Ao Dr. Jarbas – é uma honra poder sabatiná-lo: eu gostaria de saber, na opinião de V. Exª: o Conselho Nacional a sua competência correcional poderia ser concorrente entre as Corregedorias ou esta competência correcional suplementar é o quanto basta para que tenhamos um Estado que nós todos almejamos e sonhamos; e também, na opinião de V. Exª como um especialista na questão ambiental, se é possível, depois de doze anos, o Código Florestal sendo debatido na Câmara, o Senado da República debater esse Código, que é importante, até o dia 11 de junho – na opinião de V. Exª, como abalizado e especialista na área ambiental.

Por hora, Sr. Presidente, são essas as indagações e eu me reservo o direito de ir à réplica, se isso for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Nenhum Senador mais inscrito...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Inscreve-se o Senador Randolfe, terceiro inscrito, e nós vamos, em seguida, passar a palavra para os senhores indicados, para que eles possam fazer as respostas ao Senador Suplicy, ao Senador Pedro Taques e, agora, ao Senador Randolfe..

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, Srs. Indicados ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público, em relação aos candidatos ao Conselho Nacional do Ministério Público, já me sinto contemplado no questionamento feito pelo meu querido colega Senador Pedro Taques, que dizia respeito basicamente à atuação do CNMP, à avaliação dos candidatos ao CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público, em relação ao controle externo da atividade policial. Como essa pergunta já foi feita pelo Senador Pedro Taques, quero me reportar aos candidatos ao Conselho Nacional de Justiça, Dr. Bruno, Dr. Marcelo, Dr. Fernando da Costa Tourinho.

Inicialmente, quero relembrar o que diz o art. 103, b, da Constituição da República sobre a designação que agora estamos fazendo. O art. 103, b, inciso III, diz que compete a indicação de dois cidadãos, um pela Câmara dos Deputados, o outro pelo Senado da República, para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Veja, Sr. Presidente, ao que o nosso legislador Constituinte se ateve, ele fala em dois cidadãos. A rigor, esse espaço aqui é para que o Senado da República indique cidadãos. Então, qualquer brasileiro denominado cidadão, aquele que está no uso de seus direitos políticos, poderia ser candidato e ser sabatinado aqui. Nesse sentido, parece-me que a intenção do legislador Constituinte foi deixar claro que esse espaço de indicação do Senado e da Câmara é para a sociedade brasileira. Portanto, no meu entender, julgo necessário debatermos a regulamentação da indicação para essa vaga. Creio que essa indicação deve ser aberta o mais possível à sociedade brasileira. Há possibilidade de a sociedade brasileira indicar seus representantes para serem sabatinados aqui e depois serem escolhidos, votados pelos Senadores. Parece-me que foi essa a

intenção do Constituinte ao criar o Conselho Nacional de Justiça e ao aferir essa vaga para ser indicada pelo Senado da República.

Portanto, Sr. Presidente, as perguntas que quero fazer aos candidatos ao CNJ é no sentido de cumprir um pré-requisito que considero fundamental e é uma atribuição do Superior Tribunal de Justiça, que se relaciona à guarda dos direitos humanos que, em última análise, é uma obrigação de todos nós, de todo nosso Sistema Judiciário e de todos nós legisladores republicanos e de toda a República. O sentido das perguntas que faço é para darmos cabo à intenção de que essa vaga seja de fato exercida por um representante da sociedade brasileira.

Por isso, quero inicialmente fazer uma pergunta ao Dr. Bruno: a sociedade organizada vem se apropriando da pauta da Justiça e compreendendo a sua importância nos marcos regulatórios da administração da Justiça como mecanismo para efetivação dos direitos humanos. Como V. Exª compreende a importância e a legitimidade da sociedade para participar da elaboração e implementação da política judiciária e de justiça que emana, que é atribuição precípua do Conselho Nacional de Justiça?

Pergunto ao Dr. Marcelo: como V. Exª, como candidato, concebe o seu papel... E tenho nas mãos um documento que reforça a sua indicação, eu reputo a sua atuação à frente do CNJ para esse provável novo período.

Eu pergunto a V. Exª como o senhor concebe o seu papel no Conselho Nacional de Justiça ocupando a cadeira de representante da sociedade no órgão máximo de administração da Justiça no Brasil? Eu reitero, porque essa é a vaga da sociedade preceituada pelo que prevê a Constituição da República.

Quais as propostas de V. Exª e perspectiva de interlocução e compromisso com as posturas e pautas defendidas pela sociedade brasileira?

Dr. Tourinho, pergunto-lhe, com sua máxima vênia, qual a proposta, perspectiva e compromisso do mandato de V. Exª no diálogo e participação da sociedade no tangente à administração da Justiça e às questões sociais judicializadas? Como vê o mecanismo da consulta pública e as perspectivas para o seu aprimoramento? Como o senhor se propõe a instituir uma agenda periódica de encontros públicos e abertos à participação social, para discutir junto à organização da sociedade civil as pautas do CNJ e do Poder Judiciário?

Por quase fim, Presidente, se me permite, eu queria fazer uma pergunta uníssona aos três candidatos. Nós temos assistido... Essa semana foi particularmente triste para o campo brasileiro. Nós assistimos a uma sequência de casos de assassinatos de trabalhadores no campo, o que levou inclusive a Presidente da República a instalar um gabinete de crise.

Como V. Exªs vêem o mecanismo de combate ao assassinato de trabalhadores no campo criado pela Emenda Constitucional nº45, que é o Incidente de Deslocamento de Competência, IDC? Entretanto, esse instituto só foi reconhecido pelo Superior Tribunal de Justiça uma vez e sua tramitação encontra grande dificuldade. Essa pergunta me parece atual, pela situação das recentes notícias de mortes no campo brasileiro.

Essa é uma pergunta trazida aqui não da minha lavra, mas da lavra de um conjunto de entidades de direitos humanos no Brasil. Como V. Exªs, os três candidatos, percebem, avaliam a possibilidade de cumprimento? E o compromisso de V. Exªs com a utilização do Incidente de Deslocamento de Competência na atuação no CNJ? E como V. Exªs poderiam propor resoluções para tornarmos de fato essa inovação trazida – que é inclusive um mecanismo de democracia participativa – pela Emenda Constitucional nº45 para a sua utilização prática? O CNJ teria uma tarefa central e decisiva nesse sentido.

Agora, de fato, a última pergunta, Presidente, que vai ao Dr. Bruno. Nós temos a Resolução nº7, que trata da condução de V. Exªs ao cargo de Conselheiros do – repito – mais alto posto da Magistratura brasileira, que é esse o papel de fato do Conselho Nacional de Justiça, pela função dele de controle administrativo das funções judiciárias, elevado pela Emenda Constitucional nº45.

E V. Exªs – repito – que serão designados aqui são representantes não do Senado da República; são representantes da sociedade brasileira, porque foi esse o sentido do legislador constituinte. Entretanto a Resolução nº7, de 2005, fala das precondições para ser candidato.

Eu peço de V. Exª, Dr. Bruno, a atenção e o esclarecimento, até para ser convencido do meu voto aqui na Casa em relação ao inciso II do art. 5º, que diz: "Informação do indicado que não é cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral até terceiro grau, inclusive de membro ou servidor do poder ou instituição responsável por sua indicação". É o caso de V. Exª, que é servidor; inclusive, um honrado servidor deste Poder, que reputo de ótimos serviços prestados a essa instituição, de uma ótima condução à frente da Consultoria do Senado. Não há uma vírgula de questionamento à notável conduta de servidor público de V. Exª. Entretanto, eu pergunto se não há, na sua candidatura – eu quero um esclarecimento nesse sentido – uma infração do dispositivo, nem que seja lateral, previsto no inciso II do art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, que prevê a condução de V. Exªs.

Por enquanto, Sr. Presidente, são esses os questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não havendo mais Senadores inscritos...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Pela ordem, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Como nos aproximamos do momento da Ordem do Dia e, em começando a Ordem do Dia, se inviabiliza tudo, sugiro a V. Exª, se for da concordância do Plenário da CCJ, que se inicie a votação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tenho que dar a palavra para respostas por determinação de uma decisão tomada na manhã de hoje. Já disse, e vou ser repetitivo aqui, que as decisões tomadas por esse Plenário serão levadas a cabo por esta Presidência.

Portanto, concedo a palavra... Todos foram questionados pelo Senador Suplicy. Todos foram questionados pelo Senador Pedro Taques. Todos foram questionados pelo Senador Randolfe Rodrigues. Portanto, passo a palavra para o Dr. Marcelo Costa Pinto Neves, porque cometi aqui o equívoco, quando iniciei a sabatina. Pela ordem de inscrição, o primeiro é V. Srª, mas passei a palavra para o Dr. Bruno Dantas, por um equívoco. A página estava virada aqui. V. Srª, pela ordem, será o primeiro a responder aos sete questionamentos do Senador Pedro Taques, os questionamentos do Senador Suplicy e os questionamentos do Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. MARCELO COSTA PINTO NEVES – Agradeço, Presidente Eunício, pela atenção. Vou tentar ser breve porque são perguntas complexas, mas não quero prejudicar o trabalho de V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – São cinco minutos.

O SR. MARCELO COSTA PINTO NEVES – A pergunta do Senador Suplicy é muito relevante. Sociedade civil e participação, por fim, no CNJ. Em primeiro lugar, sociedade civil e Estado, uma distinção que remonta a Hegel, que tem muito significado ainda na teoria social. Evidentemente, se o Estado democrático de direito não está aberto à sociedade civil, carece de legitimidade. Então, essa relação é fundamental, mas precisa de uma intermediação pela esfera pública organizada. É mediante a esfera pública que pode haver organização da sociedade civil para influenciar nos canais estatais. Então, os procedimentos formais tradicionais não são suficientes.

Como poderíamos ter o CNJ atuando nisso? Já há atuação do CNJ nesta área, como, por exemplo, as audiências públicas. Temos audiências públicas em matérias relevantes, como, por exemplo, a questão de conciliação. Outro mecanismo especial é a possibilidade de qualquer cidadão poder representar no CNJ. Não restringimos a legitimidade para pleitear perante o CNJ. Por fim, o fundamental é a ouvidoria, que foi exercida com brilhantismo pelo nosso colega José Adônis.

Então, estamos tentando frequentemente ampliar essas possibilidades de inclusão da sociedade civil e do auscultar permanentemente a sociedade civil. Então, diria que nesse sentido é fundamental essa lubrificação do Estado pela participação da sociedade civil.

Quanto à pergunta do Senador Taques, que é uma pergunta que tem um caráter muito específico no sentido de que há uma emenda. Tenho que ser sincero. ...uma PEC, uma proposta de emenda, um projeto de emenda... Então, responderei muito brevemente. Com todo respeito aos que propuseram e com o respeito que tenho imenso ao Ministro Presidente Peluzo, discordo do encaminhamento. Por que discordo do encaminhamento, senhores? E aqui estou pondo abertamente a minha posição. Porque entendo que a ideia foi de um controle misto. Se temos nove contra seis externos, se colocarmos mais dois, vai ficar onze a seis. Então, se descaracteriza o compromisso que se fez naquele momento histórico de transformação, revolução do judiciário brasileiro. Então, nesse sentido, acho... Se eu tivesse de propor, não estou propondo, algo, eu diria: amplia-se um do Senado a mais e um da Câmara. Então, não teria problema para o nosso colega Bruno aqui. Ficaria muito mais fácil. *(Risos.)*

Mas, por quê? Porque ficaria oito a oito e o voto de Minerva do Ministro Presidente. O Ministro Presidente, com oito externos e oito internos.

O Ministro Presidente, com oito externos e oito internos, então, teríamos uma situação mais adequada. Então, por isso, discordo e respeito evidentemente as posições que divergem da minha. Então, essa seria minha posição.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Dá para fazer essa mudança em breve, Sr. Presidente?

O SR. MARCELO COSTA PINTO NEVES – Então, quanto à posição do... a colocação do Senador Randolfe, que põe qual é o projeto. Ele elogiou, e agradeço, a minha atuação. Diria que a minha pauta de atuação, desde o início, se baseia em três pilares:

1º. Inclusão, acesso amplo à justiça. Isso tenho trabalhado nas comissões permanentemente para que se fortifique. Por exemplo, casa da cidadania, que foi uma proposta épica do Presidente Gilmar Mendes, estive presente em vários Estados da Federação trabalhando junto com o Executivo para possibilitar espaços de acesso à justiça. Então, inclusão.

2º. Segundo pilar, eficiência, que é fundamental para o andamento e para o encaminhamento. Não é só a pobreza, os excluídos que têm problema com o Brasil. A elite também tem dificuldade. O Banco Mundial já apontou para essa dificuldade de desenvolvimento econômico sem que funcione o Lula Filo. Lula Filó implica eficiência e funcionamento com previsibilidade. Então, esse é um caminho que estamos pautando no nosso trabalho.

3º. Por fim, como o último baluarte é a luta pela imparcialidade, a luta para que a imparcialidade prevaleça e que os juízes atuem dentro dos parâmetros do código de ética profissional e dentro do constitucionalismo.

Então, inclusão, eficiência e ética são os pilares da minha atuação. Tenho demonstrado constantemente, com afinco, essa minha orientação.

Agradeço a atenção de V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com a palavra o Dr. Bruno Dantas Nascimento para responder as argüições do Senador Suplicy, Senador Pedro Taques e Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. BRUNO DANTAS NASCIMENTO – Em primeiro lugar, agradecer a pergunta do Senador Eduardo Suplicy e dizer que de alguma maneira mencionei como pretendia equilibrar a agenda que tomamos conhecimento, seja pela democracia representativa, seja pela democracia participativa. O que mencionei aqui na minha exposição, Senador Suplicy, é que prezo muitíssimo pelos canais institucionais, mas também valorizo as formas de controle social. Não foi por outra razão que mencionei que fui autor do projeto de resolução do Portal de Transparência do Ministério Público, que é uma instituição das mais importantes para o Brasil, uma instituição que cobra de todas as demais o cumprimento das suas funções constitucionais. O Ministério Público também precisa prestar contas à sociedade. Então, eu dizia que prezo muito esse equilíbrio e entendo que, o Conselho Nacional de Justiça,isso dialoga de certa maneira com a pergunta que o Senador Randolfe me fez, é um palco para sem dúvida alguma uma ação central no Poder Judiciário, seja por fóruns, seja por programas, seja por audiências públicas, seja por inspeções da corregedoria.

É importante que se diga aqui que as inspeções da corregedoria, e nesta última composição do Conselho Nacional do Ministério Público, Senador Randolfe, tivemos oportunidade de popularizar essas inspeções, visitando os Estados, permitindo que a população falasse ao Conselho Nacional... Esse foi um projeto iniciado brilhantemente pelo Ministro Gilson Dipp, no CNJ, e merece sem dúvida alguma ser continuado.

De modo que vislumbro diversos instrumentos, diversos canais para que a sociedade se expresse perante o Conselho Nacional de Justiça e, como disse também na minha exposição, estarei permanentemente aberto, por ser um representante da cidadania, representante esse indicado pelo Senado Federal, caso seja aprovado por esta comissão e escolhido pelo Plenário, estarei sempre atento a essas demandas sociais.

Com relação às duas perguntas que me foram feitas pelo Senador Pedro Taques e também pelo Senador Randolfe, perguntas que se entrelaçam, pediria permissão para respondê-las conjuntamente.

Em primeiro lugar, conheço a opinião do Senador Pedro Taques de que deveríamos refletir sobre uma limitação do acesso de servidores das duas Casas do Congresso Nacional aos Conselhos Nacionais do Ministério Público e de Justiça.

Penso, Senador Pedro Taques, V. Exª que é um jurista, um grande constitucionalista, um grande professor, reconhecido Brasil a fora que nós temos que considerar aquilo que o Professor Celso Antonio Bandeira de Melo, naquele livro fininho, mas um livro de uma expressão imensa, o conteúdo jurídico do princípio da igualdade.

Por que será que um servidor, veja, e aqui gostaria de abrir um parêntese para fazer uma rápida exposição da minha vida, Senador. Nasci em Salvador-Bahia, cheguei aqui Brasília há treze anos, fui morar em Taguatinga Norte, morava numa sobreloja de um bar; estudei com crédito educativo concedido pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, na Universidade Católica de Brasília, em Taguatinga; quando estava no décimo período da faculdade, concorrendo com professores meus, passei num concurso disputado para Consultor Legislativo desta Casa. Trilhei uma carreira, que muito dos Srs. Conhece, mas eu gostaria de mencionar aqui, fui Assessor da Comissão de Regulamentação da Reforma Judiciária. Lá tive oportunidade de trabalhar, com homens do porte, hoje o Ministro José Eduardo Martins Cardoso, foi Presidente daquela comissão; do porte do hoje Ministro do Tribunal de Contas da União, José Jorge; então Senador, relator da Reforma do Judiciário. Aprendi muito, me tornei por eleição, meus colegas me escolheram, com 70% dos votos, me tornei Consultor Geral Legislativo, o então o Presidente há época aceitou a sugestão dos servidores da Casa.

Pergunto, Senador Pedro Taques, será que o conteúdo jurídico do princípio da igualdade estaria atendido se cerceássemos o acesso a um servidor do Senado e não a um servidor, por exemplo, da Defensoria Pública, e não um servidor da Advocacia Geral da União, e não a um servidor de qualquer órgão. Imagina um servidor de uma Assembléia Legislativa que, possivel-

mente, pode ter muito mais acesso ao Senado do que um servidor que está aqui. Então, é difícil equilibrar isso, e aí menciono o conteúdo jurídico do princípio da igualdade porque sei que não preciso desenvolver o que V. Exª conhece muitíssimo bem.

Eu me aproveito desse início de resposta para responder de maneira mais direta ao questionamento do Senador Randolfe. O art. 5º inciso II, Senador Randolfe, da Resolução nº 7, de fato faz uma restrição aos membros de poder. Os membros de poder aqui são V. Exªs, são os Srs., são os Senadores, são os Deputados, são os mandatários; eu não sou membro de poder, sou um servidor público concursado, não fui eleito para entrar no serviço público, pelo contrário, me esforcei muito, estudei muito para um concurso público dificílimo, de provas e títulos, sou um servidor público, com um regramento jurídico específico, de modo que não há, pelo menos na literatura jurídica, na doutrina, na jurisprudência, qualquer possibilidade de encaixar um servidor público como membro de poder. Esclareço, não tenho parentes políticos, não tenho parentes juízes, não tenho parentes membros do Ministério Público, pelo contrário, Senador Randolfe, na minha família eu fui o primeiro a ter curso superior, o primeiro filho de uma família – meu pai é paraibano, minha mãe nasceu no interior da Bahia –, o primeiro da minha família a ter curso superior. Então posso dizer a V. Exª, com toda tranqüilidade, que aquilo que alcancei, esse lugar que ocupo hoje, e tenho a honra de estar aqui sabatinado por V. Exªs para, espero, merecer uma indicação para ao Conselho Nacional de Justiça, não tem nada a ver com benefício, preferências pessoais, e sim – me permita – o mérito que procurei desenvolver ao longo da minha carreira.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Passo a palavra ao Magistrado, Dr. Tourinho Neto, para as respostas ao Senador Pedro Taques, ao Senador Suplicy e ao Senador Randolfe.

O SR. TOURINHO NETO – A mais conclusiva foi do Senador Pedro taques. Mas vamos lá.

A velhice, é hoje dita a melhor idade. Não vejo nada de melhor idade na velhice. Para mim, as perguntas do Senador Suplicy e do Senador Randolfe acho que foram iguais salvo algum mal entendimento mesmo.

V. Exª pergunta o que eu acho d e a sociedade ter uma participação no Conselho Nacional de Justiça. Foi isso, Senador Suplicy? A pergunta básica foi essa.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim.

O SR. TOURINHO NETO – Eu entendo que o povo tem que participar dos conselhos, trazendo ideias novas, trazendo novas argumentações para a própria Justiça ser eficiente. Nós ficamos geralmente nos gabinetes e não entramos em contato, muitas vezes, com o povo. E o povo sabe de suas necessidades. Então, é necessário que os juízes, que os conselheiros ouçam o povo. E daí até tem aquele direito achado na rua, que é uma coisa interessante, ver o que o povo sente.

Vou contar, rapidamente, algumas coisas da vida. Eu disse que fui promotor em Euclides da Cunha. Lá uma região árida, seca, então o que acontecia? Quem plantava, plantava cercado, porque é pouca água. E quem criava, criava no aberto, como se chama. A cabra vai longe procurando alimentação, contrariamente ao Código Civil, que dizia o contrário. Lá chegou um juiz e disse assim: estão contrariando o código. Quem planta, planta sem cercar e quem cria, cria cercando. Foi uma conturbação na sociedade. Quer dizer, ele precisou de uma lição do povo para mostrar que o Código Civil ali não podia ser aplicado.

Digo mais, eu estava aqui no tribunal e tal dia chega uma senhora. Eu atendo todo mundo. Chega uma senhora: Dr. Tourinho, eu não sou parente, não sou advogada, sou bacharel em..., mas o senhor amanhã vai julgar um caso e que me disseram que o juiz errou, porque eram 11 cheques sem fundo e ele, em vez de dar o concurso formal, somou todas as penas. Deu mais de 15 anos. Eu olhei assim e disse: tudo está examinado, a senhora não se preocupe. Quando ela saiu, eu mandei buscar o processo. E não é que foi assim mesmo. Ia passar por mim, porque o juiz fez assim, o recurso da defesa não disse nada, o Ministério Público deu parecer lá como ...., não disse nada e eu também não disse nada. Eu a ouvindo, mandei buscar e fiz a correção. Então, é necessário que as partes sejam ouvidas, que o povo seja ouvido. E isso o Conselho tem que fazer.

Agora, a outra parte vou responder ao Senador Pedro Taques e aí complemento as duas. Pedro Taques foi longe, 2009, numa entrevista que eu dei. Eu dei mesmo. Tudo que V. Exª leu aí eu disse.

Agora, vejam os senhores: chega um Corregedor do Conselho Nacional fazer inspeção no nosso Tribunal, Tribunal Regional Federal, 1ª Região. Até aí nada de mais – nada de mais. Que façam inspeção nos tribunais não vejo nada de mais. Reúne-se lá com o presidente, alguns juízes da Casa, servidores, tinha uns advogados, e ele disse assim, em alto e bom som: este é o pior tribunal das cinco regiões.

Isso não é humilhar? Isso não é desmoralizar? Como é que aqueles demais juízes que estavam ouvindo, os servidores, os advogados... Que é isso? Isso é desmoralizar. Disse isso aí mesmo... Manda dois meninos, dois jovens juízes fazer inspeção no meu gabinete, num gabinete que eu só tinha dois processos.

Eu ia ficar presente? Ouvia a pergunta: Dr. Tourinho, isso aqui é assim mesmo? Como é isso aqui, assim? Não é possível.

Administrativamente há hierarquia entre os juízes. O juiz de primeiro grau está submetido ao juiz do Tribunal, da Corregedoria. O da Corregedoria está submetido ao Conselho de Justiça Federal, e este, ao Conselho Nacional. Há hierarquia? Não há hierarquia para julgar. Aí, não: eu julgo de acordo com a minha consciência!

É por isso que eu disse: eu não fui ao gabinete. Não fui ao gabinete porque havia lá dois meninos para me fazerem perguntas. Ora, o que é isso? O que é isso? Não é possível!

E, mais: o problema todo não é o acesso à Justiça. Hoje, com a Constituição de 1988, o acesso é grande. O difícil, o difícil é sair da Justiça! Aí é que é o problema! E é isto que o Conselho tem de trabalhar: fiscalizar quem é que trabalha, quem não trabalha, por que não trabalha e dar as condições aos juízes. Não é só exigir; tem de dar condições!

O Conselho, inclusive, devia lutar pelas melhorias salariais dos juízes. Reajustes deviam partir do Conselho. Por quê? Ora, o juiz precisa de um justo salário, de subsídio hoje para trabalhar. A única coisa que a gente pode fazer é ensinar, e ensinar ganha-se miséria. Miséria! Professor hoje...

Então, o Conselho é para organizar toda a Justiça, fiscalizar, olhar a Justiça como um todo, ver o que ela está necessitando, auscultar o povo. É isso que precisa fazer o Conselho e não ficar querendo punir, como órgão "sancionatório". Quer dizer, houve até um conselheiro, depois voltou atrás, que disse: "O juiz, seja de que grau, tem de atender o advogado em qualquer hora e em qualquer momento." Então, eu estou numa sessão, chega o advogado e quer falar comigo. Aí, eu tenho de largar: "Presidente, eu tenho de sair para ir atender o advogado!" Não é assim! Estou em audiência e vou parar? Quer dizer, se há, vamos dizer assim, excessos dos juízes, também há excessos do Conselho Nacional de Justiça, que quer, inclusive – e já o fez –, reformar decisões judiciais. E isso é fato público e notório. Está aí mesmo? Está vendo você? Está vendo, Excelência? É porque o Pedro Taques nós trabalhamos juntos, debatemos juntos e, por isso, escorregou o "você", mas é V. Exª.

Então, é disso que nós precisamos no Conselho. E eu quero ir para o Conselho – aliás, eu fui convidado, na verdade, para ir para o Conselho e aceitei – para que tudo isso seja modificado. Minha contribuição é essa, mas não para destruir o Conselho. Jamais!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como próximo orador inscrito, concedo a palavra ao Magistrado Dr. Silvio Rocha.

O SR. SILVIO ROCHA – Sr. Presidente, eu vou permitir-me – começando por responder à pergunta do Exmº Sr. Senador Pedro Taques – dizer que a publicidade é um dos princípios mais importantes do regime republicano.

Essa é uma opinião não minha, mas uma opinião do Prof. Celso Antônio Bandeira de Mello, a quem, na minha manifestação inicial, eu deixei de referir-me também como o grande responsável, o professor responsável, além de outros grandes professores e juristas que eu tive na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, na PUC, pela minha formação em Direito Administrativo.

O Ministério Público, é preciso que se entenda – embora minha vocação sempre tenha sido para a magistratura – tem uma atribuição institucional muito importante, consagrada na Constituição Federal, e que, na defesa dos interesses da sociedade, assume ativamente a defesa desses interesses e se coloca como parte. Mas os réus também estão defendidos, e bem defendidos – e aqui quero ressaltar também a qualidade do trabalho que a Defensoria Pública da União vem fazendo na defesa dos réus –, e, portanto, estabelece-se um diálogo, estabelece-se um conflito dialético, em que tanto um diálogo e se estabelece um conflito dialético em que tanto o Ministério Publico acusa como a defesa, então, se encarrega da defesa. E, nesse sentido, não me parece que haja qualquer problema quando o Ministério Público relata, informa ou dá publicidade de ações institucionais que ele venha a fazer. O problema às vezes está quando – e aí não se pode atribuir isso ao Ministério Público ou a quem quer que seja – informações que, pela própria lei, deveriam estar acobertadas pelo sigilo vêm a público. Aí, sim, nós teríamos uma violação.

Com relação à pergunta, à indagação que foi feita ao Ministro pelo Senador Suplicy, envolvendo aqui uma posição do jurista Dr. Dalmo Abreu Dallari, a quem eu gostaria também de render as minhas públicas homenagens, o Dr. Dalmo Dallari se destacou ao longo da sua vida pela defesa da democracia e dos direitos humanos, eu diria, Senador, que os magistrados, com o código de ética que são obrigados a seguir, estão proibidos de se manifestar sobre processes pendentes de julgamento. Portanto, eu não vou me manifestar especificamente sobre o caso até porque eu não conheço o caso e não tenho elementos.

Pelo que a minha memória registrou e pelo que V. Exª mostrou aqui do artigo do professor Dalmo Dallari, de fato, naquela decisão do Supremo Tribunal Federal,

uma decisão em que até houve uma reconsideração, e ficou empatado ou ficou decidido que seria no sentido de que o ultimo ato a ser praticado seria o ato de decisão do Presidente da República, que não estaria em tese vinculado eventualmente ao cumprimento de uma determinada decisão.

Ora, esses atos, como eu os classificaria? Houve uma discussão até se seriam atos discricionários ou não. E eu vou até mais longe: eu acho que eles entram naquela categoria de atos políticos, em que realmente se reconhece ao Chefe de Estado uma liberdade maior para deliberar segundo uma pauta que não são pautas estritamente jurídicas. Nesse sentido, o controle por parte do Poder Judiciário é um controle muito tênue e até difícil de ser feito.

Parece-me, então, que essas foram as indagações que me foram feitas especificamente, Senador, com relação ao Senador Randolfe, embora ele tenha mencionado os indicados do CNJ e não tenha mencionado o meu nome, mas eu gostaria de dizer que tenho a maior simpatia...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Desculpe-me o lapso.

O SR. SILVIO ROCHA – Mas tenho a maior simpatia pela causa dos direitos humanos. Acho que o CNJ tem um papel importante. Com relação aos conflitos fundiários, acho que aperfeiçoar e instalar onde houver necessidade varas para julgar esses conflitos fundiários com a celeridade necessária é um bom caminho para proteção dos direitos humanos.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedo a palavra ao Subprocurador-Geral do Trabalho, Dr. Jeferson Luiz.

O SR. JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO – Inicialmente, com referência à indagação, temos dois aspectos, o primeiro quando esses eventos são realizados por entidades de classe. Essas entidades de classe têm a natureza privatística, são entidades privadas, e isso seria como um time de futebol, desde que como associado poderia participar qualquer membro da sociedade brasileira.

Quanto às instituições – aí, sim, o Ministério Público e o Poder Judiciário –, eu tenho uma posição contrária. Essa é a minha posição, muito objetivamente, para eu não me estender sobre o tema. Com referência à pergunta que me foi formulada pelo Senador Pedro Taques, tratando sobre o Ministério Público do Trabalho e sua evolução, eu diria que a nossa evolução foi uma evolução de parecerista até a Constituição de 88. Em 73, pela defesa do interesse público; No regime militar, as instituições ficaram sem qualquer atividade, restritas ao que previa a legislação. Em 81, tivemos a primeira Lei Orgânica do Ministério Publico brasileiro. Em 85, aí, sim, os direitos difusos, coletivos, ação civil pública e essa inserção do Ministério Público do Trabalho nessa conjectura nacional de um Ministério Publico brasileiro. A Constituição de 88, a perspectiva do Estado democrático de direito.

Aí, o Ministério Público do Trabalho recebe do constituinte brasileiro instrumentos de atuação, como o inquérito civil, a ação civil pública, as ações rescisórias, a audiência pública. Aí, sim, o Ministério Publico do Trabalho passa de uma condição de parecerista para um Ministério Público social, na defesa dos interesses sociais e dos direitos fundamentais do trabalhador brasileiro.

Aí, tivemos o nosso árduo trabalho de combate ao trabalho escravo, ao trabalho infantil, de meio ambiente de trabalho, de inclusão social dos deficientes nas relações de trabalho, de acidentes de trabalho. Entre outras atividades, criamos coordenadorias nacionais de trabalho infantil, de trabalho aquático, de igualdade, de trabalho em portos.

Nesse contexto, temos muito presente, Senador, a informatização da instituição. Com muita alegria, há um mês nós lançamos o inquérito civil eletrônico. Isso deu uma agilidade neste Brasil de Norte a Sul, de diferentes condições sociais. São cinco brasis.

Essa, em resumo, Sr. Senador, é a minha análise quanto ao Ministério Publico do Trabalho nesse contexto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedo a palavra ao Procurador de Justiça Alessandro Dr. Tramujas Assad.

O SR. ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD – Sr. Senador Eduardo Suplicy, com relação a questionamento formulado sobre a composição de hierarquia do CNJ, que foi de certo modo semelhante ao questionamento que o Senador Pedro Taques formulou ao Dr. Marcelo, até por ser uma casa de debates, na minha opinião, a composição heterogênea é vital para o funcionamento do Conselho Nacional do Ministério Público e consequentemente também do CNJ. Estou só colocando também o Conselho Nacional do Ministério Publico.

Com relação a essa composição e pegando um gancho no questionamento formulado pelo Senador Pedro Taques ao Dr. Marcelo, da mesma maneira que ele colocou com relação às duas cadeiras, aos dois assentos ao Senado, na verdade, por uma questão, na minha visão, por uma questão até por democracia, no caso do Conselho Nacional do Ministério Público, essas duas vagas fariam jus aos Estados, que detêm o maior número de representantes do Ministério Publico, diferentemente do Senado. Se formos fazer uma

comparação com a Câmara e não com o Senado, que são três Senadores, e na Câmara há essa diversidade, os Ministérios Públicos dos Estados realmente são responsáveis por um grande espaço territorial do Ministério Público. Então, por uma questão de democracia, vejo plenamente favorável, acho importante a discussão se vão ser dois, se vai ser um. Mas acho realmente, por uma questão democrática, realmente esse regramento poderia ser revisto.

Com relação à publicidade – se foi bem o que entendi – dos atos disciplinares, endosso aqui os argumentos constitucionais trazidos pelo Dr. Silvio Rocha. O Conselho Nacional, de certa maneira, já vem avançando bastante nisso, na questão da publicidade dos atos.

Com essas duas colocações, respondo V. Exª, Senador.

Com relação ao questionamento do Senador Pedro Taques, quero dizer que conheci ele como membro do Ministério Publico e posso fidelizar aqui que é um dos membros do Ministério Publico que melhor consegue interrogar uma testemunha, especialmente no plenário do Tribunal do Júri. Ele realmente tem uma facilidade com isso aí.

Mas, com relação ao controle externo da atividade policial, recentemente, na semana passada, há uma comissão do controle externo da atividade policial junto ao CNMP, eles se reuniram na semana passada, e, com certeza, retirar do Ministério Público brasileiro a atribuição do controle externo da atividade policial é realmente um ato atentatório contra os direitos fundamentais.

A Constituição, quando criou, meio que lançou o dispositivo solto na Constituição, sem muita direção, e o Conselho Nacional de Procuradores Gerais, as entidades de classe vêm discutindo e aprimorando. Acho que o CNMP e as demais entidades podem, junto com o Senado, construir um melhor regramento sobre esse tema.

E para finalizar, a questão de um órgão de democracia e não de perseguição, se é que eu pude entender, compreender bem o questionamento, entendo que o conselho nacional realmente não pode ser usado como instrumento de vindita, de questões internas, dentro do Ministério Público. Quer dizer, os problemas internos, muitas vezes, por atos provocados por colegas frente à administração e vice-versa, acabam vindo para o conselho nacional e ganhando dimensão nacional, sendo que deveria ser tratado o assunto, primeiro, internamente.

Acho que é o fortalecimento das corregedorias locais, e o conselho nacional já vem cobrando isso. Então, acho que realmente essa é a tendência.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Dr. Alessandro, V. Sª se refere ao Senador Pedro Taques. Eu, que sou Presidente desta comissão, sou a todo tempo questionado por ele. Imagine como seria o questionamento feito por ele a um réu! (Risos) Brincadeira, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, mas sempre respeitando a dignidade da pessoa humana. (Risos)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É dessa forma que V. Exª me trata. (Risos)

Eu concedo a palavra ao último indicado desta tarde, para fazer uso da palavra, ao Dr. Jarbas, para, depois da palavra dele, iniciarmos o processo de votação.

O SR. JARBAS SOARES – Presidente, atendendo a solicitação de V. Exª, eu serei muito breve.

É uma honra, Senador Suplicy, responder a uma pergunta do senhor. Eu acompanho, pela TV Senado, sua dedicação a esta Casa, ao povo de São Paulo e do Brasil.

O senhor me fez uma pergunta sobre o papel do CNJ, inclusive, em relação aos conflitos agrários. Como eu vou compor, espero, o Conselho Nacional do Ministério Público, vou fazer aqui uma rápida digressão sobre o que vejo que podemos fazer pelo CNMP.

Eu acho que a solução para esses problemas de conflitos agrários passa pelo diálogo, por políticas públicas com resultados e decisões firmes e cumpridas. Falo isso porque fui Procurador-Geral de Justiça do meu Estado, lá há uma promotoria grande de conflitos agrários, há uma vara de conflitos agrários, e durante, quando assumi o mandato em 2004, Minas vivia um estado de vários conflitos agrários, e nós conseguimos, dialogando o Ministério Público, o Judiciário e o Governo, na época o Governador Aécio Neves, com a Polícia Militar, com os movimentos sociais, com todos aqueles envolvidos na questão, construir um grande consenso. O senhor não ouve mais sobre problemas de conflitos agrários graves no meu Estado. E hoje nosso exemplo, de Minas, está sendo levado para o Brasil inteiro – para o Brasil inteiro.

Então, o que quero propor, se for eleito para o Conselho Nacional do Ministério Público?

Quero que esse trabalho seja difundido nos outros Estados, que todos façam essa concepção de harmonia, de sentar à mesa para dialogar e resolver esses conflitos. E acho que o Conselho Nacional de Justiça, se já não o fez, também pode sugerir aos Estados a criação de varas de conflitos agrários, que é um fórum de discussão, onde se pode evitar aqueles

graves problemas que temos verificado, infelizmente, ainda hoje, no Brasil.

Respondendo aqui também rapidamente ao queridíssimo Senador Pedro Taques, eu quero dizer que o Ministério Público perdeu um grande Procurador, mas o Brasil ganhou um grande Senador, o Estado dele especialmente, Mato Grosso.

Mas quero dizer, caro Senador Taques, que o Supremo Tribunal está discutindo se a competência correcional do conselho é concorrente ou supletiva. Particularmente, eu acho que ela pode ser supletiva na práxis, na prática. Mesmo ela sendo concorrente, o Conselho não pode substituir as Corregedorias. Porque a pior coisa para o Ministério Público, para a sociedade, é a Corregedoria não funcionar. Fui Procurador-Geral de Justiça quatro anos e sei o que é um promotor aloprado colocar a instituição em xeque. Então, há necessidade de as corregedorias funcionarem e o Conselho Nacional do Ministério Público pode exercer esse papel. No caso de as corregedorias não funcionarem no prazo, aí eu acho que o Conselho Nacional tem que avocar e fazer valer, porque nós não podemos permitir que alguns pouquíssimos colegas coloquem em xeque o trabalho maravilhoso que o Ministério Público está fazendo no Brasil inteiro.

Por fim, sobre o Código Florestal, quem sou eu para falar se o Senado deve votar até o dia 11 ou não. Sou um pequeno estudioso de Direito Ambiental, embora presida a Associação do Ministério Público de Meio Ambiente no País. O que eu pediria é que a nossa voz fosse ouvida também agora, no Senado, sobretudo. Acho que essa discussão não é político-partidária, é relacionada à vida, às futuras gerações.

Tenho aqui um testemunho. O Senador Eduardo Braga, que foi palestrante no nosso congresso em Belém do Pará, levado pelo hoje Ministro Mauro Campos, então Procurador-Geral, que conhece a seriedade do trabalho que nós fazemos no Ministério Público, discutindo Direito Ambiental, e aberto para advogados, juízes, comunidades, sociedade. No Pará, havia mil pessoas querendo entrar e já não tinha mais vaga no congresso.

Então, queremos trazer aqui nossas sugestões aos Senadores e, sobretudo, entregar... (*falha na gravação*) ...aos Senadores.

Então, Presidente, espero ter cumprido o minuto que o senhor me deu.

Muito obrigado pela atenção e espero...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Presidente Eunício...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Sª não tinha apenas um minuto, eu dei cinco minutos para V. Sª. É que passa rápido.

Meu Líder, Senador Renan Calheiros, V. Exª tem a palavra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Eu estive ausente, e talvez, por isso, faça esta pergunta. Qual é o procedimento que V. Exª está pensando em adotar para a votação, porque talvez tenhamos de chamar os companheiros de bancada.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Certo. Vou começar a votação. Estou aproveitando que estamos ao vivo pela TV Senado ainda para convidar todos os Senadores membros desta Comissão, pois vamos dar início ao processo de votação.

Aqui, do meu lado esquerdo, estará a cédula de votação com os nomes dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público. Do meu lado direito, vou entregar para os senhores os nomes dos membros do CNJ – Conselho Nacional de Justiça. São três membros de um e quatro membros do outro. Então, os senhores votarão votar sete vezes, em duas cédulas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, para um esclarecimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, para um esclarecimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Em que pese, no caso do representante do Senado no CNJ, deverá ser objeto de escolha de um só, enquanto não há nova lei que possa... Mas, aqui, os dois podem ser votados sim, não é isso? Para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O voto é secreto. V. Exª exercerá o voto até em sete nomes.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Certo. Então, nessa...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Até em sete nomes. V. Exª poderá votar em nenhum, votar apenas em um e votar até nos sete nomes aqui indicados, tanto V. Exª quanto qualquer outro Senador.

Não havendo mais quem queira arguir...

Silêncio, por favor, porque já vamos começar a votação.

Não havendo mais quem queira arguir os candidatos, vamos dar início ao processo de votação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, que pede a palavra? (*Pausa.*) Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente Eunício Oliveira, o Senador Suplicy fez uma pergunta da maior importância. Eu pediria a V. Exª que pudesse explicitar em razão da pergunta do Senador

Suplicy. V. Exª disse que os Senadores podem votar em até sete nomes, mas a pergunta do Senador Suplicy é basicamente aos dois indicados pelo Senado para o CNJ. Então, é importante que se esclareça que os dois indicados pelo Senado...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Silêncio, por favor! Há orador na tribuna!

Com o devido respeito aos Srs. Senadores, as minhas desculpas pela altura da voz, senão, eu não me faria ouvir.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Tanto o Dr. Bruno quanto o Dr. Marcelo, aprovados na CCJ, irão ao plenário...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Irão a plenário... Aprovados na CCJ por maioria de votos, irão ao plenário do Senado. Aqui não é terminativo. O processo é terminativo apenas no plenário do Senado. E repeti isso cada vez que eu dava a palavra para um dos sete relatores. Portanto, tanto o Dr. Bruno pode ser votado, simultaneamente...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pode-se votar nos dois...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pode votar simultaneamente no Dr. Bruno e no Dr. Marcelo, ou pode escolher apenas um dos nomes. É livre escolha e o voto é secreto dos Srs. Senadores.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não há dúvida...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Está esclarecido?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Ainda não. Não há dúvida de que pode ser votado...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Qual é a dúvida de V. Exª?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Quero só deixar bem claro que os Srs. Senadores membros da CCJ poderão indicar os dois candidatos ao plenário e, terminativamente, no plenário, pelo voto...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sim. Nós já indicamos aqui, Senador Flexa, nesta Comissão, até quatro...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Três. Eu me lembro de três...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Até quatro nomes ao plenário. Como essa matéria não é terminativa, vai a plenário. Ela só será terminativa no plenário do Senado.

Portanto, não havendo mais quem queira arguir os candidatos, vamos ao processo de votação.

Senador Valadares, V. Exª será chamado.

Vou começar... O Senador Aloysio Nunes já chegou? Eu me comprometi com V. Exª a convidá-lo para vir à Comissão; por isso, estou lembrando o nome de V. Exª.

Senador José Pimentel. (*Pausa.*)

Senadora Marta Suplicy. (*Pausa.*) Ausente a Senadora Marta Suplicy.

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, só uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não. Questão de ordem.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – A Ordem do Dia já se iniciou. Nós podemos continuar com a votação aqui?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Podemos, sim. Podemos, porque não ainda não está em processo de votação nominal, e nós estamos em processo de votação nominal aqui nesta Comissão.

Senador Pedro Taques. (*Pausa.*)

Senador Flexa, V. Exª já teve o tempo necessário para fazer os questionamentos.

Próximo, Senador Jorge Viana. Presente o Senador Jorge Viana, para exercer o direito democrático ao sufrágio.

As cédulas não estão preenchidas; estão apenas rubricadas.

Senador Magno Malta. (*Pausa.*) Ausente.

Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Peço à assessoria para acompanhar aqui a votação.

Senador Inácio Arruda. (*Pausa.*)

Senador Marcelo Crivella. Presente? (*Pausa.*) Não.

Senador Pedro Simon. Presente? (*Pausa.*) Não.

Senador Romero Jucá. (*Pausa.*) Ausente.

Daqui a pouco, vou chamar os suplentes.

Senador Vital do Rêgo. (*Pausa.*)

Senador Renan Calheiros. (*Pausa.*)

Senador Roberto Requião. (*Pausa.*)

Senador Francisco Dornelles. (*Pausa.*)

Senador Sérgio Petecão. (*Pausa.*)

Senador Aécio Neves. (*Pausa.*)

Senador Aloysio Nunes. *(Pausa.)*

Senador Alvaro Dias. *(Pausa.)*

Senador Demóstenes Torres. *(Pausa.)*

Senador Armando Monteiro. Já tem neto e bisneto. *(Pausa.)*

Senador Gim Argello. *(Pausa.)*
Senador Randolfe Rodrigues. *(Pausa.)*
Vou chamar os suplentes do bloco.
Senador Eduardo Suplicy. *(Pausa.)*
Senadora Ana Rita. *(Pausa.)*
Senador Anibal Diniz. *(Pausa.)*
Senador Acir Gurgacz. *(Pausa.)*
Senador Clésio Andrade. *(Pausa.)*
Senador Lindbergh Farias. *(Pausa.)*
Senador Rodrigo Rollemberg. *(Pausa.)*
Senador Humberto Costa. *(Pausa.)*
Senador Luiz Henrique. *(Pausa.)*
Senador Valdir Raupp. *(Pausa.)*
O Senador Valdir Raupp estava aqui.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – *(Intervenção fora do microfone.)* Estou aqui.

Senador Eduardo Braga. *(Pausa.)*
Senador Ricardo Ferraço. Ausente.
Senador Lobão Filho. S. Exª está se recuperando em São Paulo.
Senador Waldemir Moka. *(Pausa.)*
Eu peço um pouquinho de silêncio para controlarmos aqui a votação.
Senador Benedito de Lira. *(Pausa.)*
Senador Waldemir Moka. *(Pausa.)*
Senador Benedito de Lira. *(Pausa.)*
Senadores Moka e Lira. *(Pausa.)*
Fechou aqui. Fechou tudo?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aécio Neves. Presente.
Senadora Lúcia Vânia. Ausente.
Senador Flexa Ribeiro. *(Pausa.)*
Senador Ciro Nogueira.
Senador Ciro Nogueira. *(Pausa.)* Ausente.
Senador Mozarildo Cavalcanti. *(Pausa.)* Ausente.
Senador Eunício Oliveira. Presente.
Faltam duas cédulas. Falta só o Lindbergh.
Tem votação aqui. Vai apurar.
Nós estamos em processo de votação.
Os indicados ainda não foram aprovados.
Senador Flexa...
Ainda não terminamos o processo de votação, Senador Flexa Ribeiro.
(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O último Senador a votar será o Senador Lindbergh Farias, do Rio de Janeiro.
Falta Ministério Público.
Vou voltar aqui para a minha...
Vou encerrar a votação.
Eu vou encerrar a votação com o último Senador que está chegando, o Senador Gim Argello. A nossa bancada já completou.

Todos os titulares e os suplentes dos titulares que aqui não estavam votaram, com votação nominal.
Portanto, vou encerrar a votação após o voto do Senador Gim Argello.
Vou convidar o Senador Vital do Rêgo e o Senador Waldemir Moka para serem os escrutinadores dos votos, após a votação que está sendo feita pelo Senador Gim Argello.
Determino à Secretaria da Mesa que, na próxima, faça de cores diferentes para que não haja confusão dos Srs. Senadores, já avisando aos senhores. escrutinadores que poderemos ter, nas urnas, trocado o voto. O que importa é o conteúdo do voto, porque alguém pode ter colocado trocado na urna do Conselho do Ministério Público e na urna do CNJ.
Então, para que não anulemos os votos, a Mesa determina que V. Exªs apurem dessa natureza.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Vital do Rêgo, Senador Waldemir Moka, nós pegamos os dois extremos: o Mato Grosso do Sul e a ponta do Ceará, a Paraíba que chega pertinho da minha querida Lavras da Mangabeira...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Obrigado, Sr. Presidente.
Vou citando os nomes e a Secretaria vai escrutinando.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A Secretaria está pronta para isto?

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Está pronta?
Tourinho Neto, um voto.
Silvio Rocha, Bruno Dantas

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Espere...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Tourinho Neto, sim. Silvio Costa, sim. O que eu falar é o "sm"

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ok.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Bruno Dantas Nascimento, segundo voto.
Tourinho Neto, Silvio Rocha, Bruno Dantas, Marcelo Pinto Neves, este votou na chapa inteira.
Terceiro voto: Tourinho Neto, Silvio Rocha, Bruno e Marcelo.
Tourinho Neto, Silvio Rocha e Bruno.
Tourinho Neto, Silvio Rocha e Bruno.

Tourinho Neto, Silvio Rocha, Bruno e Marcelo.

Tourinho Neto, Silvio Rocha e Bruno.

Tourinho Neto, Silvio Rocha, Bruno e Marcelo.

Tourinho Neto, Silvio Rocha e Marcelo; este votou só em Marcelo.

Tourinho Neto, Silvio Rocha, Bruno e Marcelo.

Tourinho Neto, Silvio Rocha, Marcelo; só votou em Marcelo.

Tourinho Neto, Silvio Rocha, Bruno e Marcelo.

Tourinho Neto, Silvio Rocha, Bruno e Marcelo.

Tourinho Neto, Silvio Rocha, Bruno e Marcelo.

Tourinho Neto, Silvio Rocha e Bruno.

Tourinho Neto, Silvio Rocha, Bruno e Marcelo.

Tourinho Neto, Silvio Rocha, Bruno.

Tourinho Neto, Silvio Rocha, Marcelo.

Tourinho Neto, Silvio Rocha, Bruno e Marcelo.

Este votou em Silvio Rocha e em Marcelo. Repetindo: Sílvio e Marcelo.

Tourinho Neto, Silvio Rocha e Marcelo.

E o último voto: Tourinho Neto, Silvio Rocha e Bruno.

Tentei ser o mais...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Waldemir Moka...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Enquanto isso, peço à Comissão que cheque os votos, confira os votos enquanto... Conferir os votos, ou seja, quantos têm aqui e quantos têm ali.

Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, são 22 votos, 22 cédulas...

Somente Jarbas Soares Júnior não teve os 22 votos; teve 19 votos. Teve um voto Não e duas abstenções para Jarbas Soares. Os outros todos, ou seja, Jeferson Pereira Coelho e Alessandro Assad tiveram os 22 votos. São 22 votos para Jeferson Pereira; Marcelo, 22; Bruno, 22; Silvio, 22. É isso? (*Pausa*.) Jeferson, 22 votos; Alessandro Assad, 22 votos; Jarbas, 19.

O Jarbas teve um voto Não e dois votos em branco. Fui claro?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Agora, só falta o CNJ. Do Conselho Nacional do Ministério Público, V. Exª já fez o devido resumo. O Senador Vital do Rêgo, como bom nordestino, aproveitou o tempo e ficou mais tempo ao vivo na TV Senado e na Rádio Senado, para que toda a Paraíba pudesse ficar olhando nos olhos dele. V. Exª foi mais objetivo...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB P PB) – Sou mais ingênuo...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Mais objetivo. Fazendo aqui um resumo, perdeu sete minutos de TV Senado. Nós somos hoje o terceiro, entre as cinco televisões de maior audiência do País.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, pato novo mergulha raso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou proclamar o resultado. (*Pausa*.)

Votos "sim": Dr. Marcelo Neves, 15 votos. Dr. Bruno Dantas, 17 votos. Dr. Tourinho Neto, 21 votos. Dr. Silvio Rocha, 22 votos. Dr. Jeferson Pereira, 22 votos. Dr. Alessandro Tramujas, 22 votos. Dr. Jarbas Soares Júnior, 19 votos.

Portanto, todos os sete indicados foram aprovados e a matéria vai, ainda no dia de hoje, ao plenário do Senado Federal. (*Palmas*.)

Agradecendo a presença de todos, de tão ilustres que aqui estiveram aqui hoje, agradecendo aos agora indicados ao plenário do Senado, está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a Reunião às 17 horas e dezenove minutos.)

VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE JUNHO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às dez horas e trinta e três minutos do dia primeiro de maio de dois mil e onze, na Sala de Reuniões da CCJ, número três, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a Presidência do Senador Eunício Oliveira, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Jorge Viana, Magno Malta, Inácio Arruda, Pedro Simon, Vital do Rêgo, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Aníbal Diniz, Clésio Andrade, Lindbergh Farias, Rodrigo Rollemberg, Luiz Henrique, Eduardo Braga, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, e Mozarildo Cavalcanti e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita. Deixam de comparecer os Senadores Antonio Carlos Valadares, Marcelo Crivella, Romero Jucá, Renan Calheiros, Sérgio Petecão e Gim Argello. O Presidente (Senador Eunício Oliveira) registra a presença do Deputado Marcos Montes. Usa da palavra o Senador Ataídes Oliveira. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta

a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 3) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 265, DE 2011** Altera o art. 91 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para vedar a transferência de domicílio eleitoral por Prefeitos e Vice-Prefeitos durante o exercício do mandato. **Autoria:** Senador José Sarney e outros. **Relatoria:** Senador José Pimentel. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. ITEM 5) Não Terminativo PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 41, DE 2011** Altera o art. 14 da Constituição Federal para dispensar da exigência de filiação partidária os candidatos nas eleições municipais. **Autoria:** Senador José Sarney e outros. **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres. **Relatório:** Contrário à Proposta. Em 25/05/2011, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **Resultado: Aprovado o Parecer contrário à Proposta. Vota vencido o Senador Pedro Taques. ITEM 6) Não Terminativo PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 37, DE 2011** Altera os arts. 46 e 56 da Constituição Federal, para reduzir de dois para um o número de suplentes de Senador; vedar a eleição de suplente que seja cônjuge, parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau ou por adoção do titular e dá outras providências. **Autoria:** Senador José Sarney e outros. **Relatoria:** Senador Luiz Henrique. **Relatório:** Favorável à Proposta, com a Emenda de redação que apresenta, e favorável à Emenda nº 1. Em 25/05/2011, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais; Em 1º/06/2011, foi recebida a Emenda nº 1, de iniciativa do Senador Eunício Oliveira, que recebeu parecer favorável, durante a discussão. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ. ITEM 7) Terminativo PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 18, DE 2011** Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que Institui o Código Civil. **Autoria:** Deputado Marcos Montes. **Relatoria:** Senador Francisco Dornelles. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda de redação que apresenta. **Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ, de redação. ITEM 8) Terminativo PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 9, DE 2011** Dispõe sobre a criação das Funções Comissionadas do FNDE – FCFNDE; cria, no âmbito do Poder Executivo Federal, cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, a serem alocados no Ministério da Educação, no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES; altera o Anexo II da Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007; e dá outras providências. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Roberto Requião. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado: Concedida vista aos Senadores Alvaro Dias, Vital do Rêgo e Randolfe Rodrigues, nos termos regimentais.** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara encerrada a presente reunião às treze horas e quatro minutos, ficando adiados os demais itens constantes da Pauta, a saber: **ITEM 1)** PEC Nº 38, de 2011; **ITEM 2)** PEC Nº 39, de 2011; **ITEM 4)** PEC Nº 40, de 2011 e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eunício Oliveira,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª reunião ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54º Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador José Pimentel solicita a dispensa da leitura, tendo em vista que a Ata foi distribuída aos Srs. Senadores.

Coloco em votação a Ata.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada.

Comunico às Srªs e Srs. Senadores o recebimento do Ofício SGP nº 7295, de 2010, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, que encaminha moção com objetivo de sugerir temas referentes à alteração da legislação penal e processual, para que haja mais rigor na aplicação e no cumprimento de penas em caso de crime de homicídio, estupro, tráfico de drogas e outros. A moção traz em seu escopo sete tópicos:

1) A pena de 12 a 30 anos de reclusão para o crime de homicídio simples;

2) Imprescritibilidade dos crimes de homicídio;

Eu pediria à assessoria um pouco de silêncio, porque estamos sem campainha aqui, para que possamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

3) Extinção da progressão do regime dos crimes de homicídio doloso, tráfico de drogas e crimes contra a dignidade sexual;

4) Ampliação do tempo máximo de pena para 40 anos;

5) Fim do indulto em datas festivas para condenados por crimes hediondos;

6) Criação de regras mais rígidas referentes a crimes e contradições;

7) Remição de pena equivalente a 1 (um) dia para cada 5 (cinco) trabalhados.

Expediente encaminhado em resposta ao Ofício nº 58, de 2011, da presidência desta CCJ, de 25 de maio de 2011, pelo qual esta presidência informa que tramitam no Congresso Nacional algumas proposições que abordam temas levantados como: Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2007, que altera a Lei nº 7.210, de 11/7/1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena.

Aprovado em caráter terminativo nesta Comissão, no dia 14/10/2009. A matéria está incluída na Ordem do Dia, aguardando deliberação do Plenário do Senado Federal. Sobre matéria com semelhante teor, o Senado já havia aprovado, no dia 04/7/2007, o Projeto de Lei do Senado nº 75, de 2007, que altera a Lei nº 7.210, de 11/7/1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena quando se tratar de preso condenado por crime praticado com violência ou grave ameaça à pessoa.

Este encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados, ora denominado Projeto de Lei nº 1.294, de 2007, naquela Casa; tramita apensado ao Projeto de Lei 4.500/2001, que, por sua vez, teve origem no Projeto de Lei do Senado Federal nº 104/1995.

O Projeto de Lei do Senado nº 267/2004, que altera o art. 75 do Decreto 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para determinar 40 anos como limite de cumprimento da pena privativa de liberdade.

Atualmente se encontra nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, em breve, será colocado em pauta.

Por fim, o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 265/2006, que altera a Lei nº 7.210, de 11/71984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho. Também em trâmite nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a matéria aguardava um relatório a ser elaborado pelo Exmº Sr. Senador Antonio Carlos Valadares, que veio a ser recentemente informado.

Informei-lhes ainda que, além das matérias supracitadas, existem inúmeras proposições tramitando no Congresso Nacional que abordam os tópicos relacionados e que convergem com os intentos da moção apresentada, todas em busca dos meios mais apropriados para atingir o bem comum.

Ao comunicar a V. Exªs o recebimento dessa correspondência e o expediente a ela dado, coloco à disposição do gabinete de V. Exªs a moção apresentada pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, para que aqueles que se interessarem acompanhem as mencionadas matérias e, a seu critério, apresentem ou peçam proposições de suas autorias.

A presente reunião destina-se à deliberação dos Itens de nº 1 a nº 8.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, o Senador Aloysio e, depois, V. Exª, Senador Francisco Dornelles.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, em relação a esse ofício que V. Exª acaba de ler, eu queria fazer uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não, Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Uma série de proposições, como esta, por exemplo, que restabelece o exame criminológico como condição para concessão de benefício ao cumprimento de pena privativa de liberdade, foram aprovadas já pelo Senado e estão na Câmara.

A minha sugestão, Sr. Presidente, é que V. Exª pudesse marcar uma audiência – com os Senadores que concordassem com isso – com o Ministro da Justiça, para que nós lembrássemos a ele e pedíssemos o empenho do Ministro da Justiça junto à Liderança do Governo, junto à base do Governo, e nós também, os Senadores de oposição, faríamos o mesmo com relação às bancadas de oposição, para que essas matérias fossem finalmente aprovadas – aquelas que já passaram pelo Senado e que estão na Câmara.

Quanto às demais, uma vez encerrada essa pauta da reforma política, que pudéssemos fazer também um mutirão, para deliberarmos sobre essas questões aqui na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, porque o tema da segurança pública é cada vez mais atual, cada vez mais preocupante, e, cada vez mais, a sociedade exige de nós uma resposta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aloysio...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou dar a palavra pela ordem a V. Exª, mas aguarde só um minuto enquanto eu coloco aqui a posição da Mesa em relação à proposta do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Senador Aloysio, V. Exª, que tão bem trabalhou pelo Brasil como Ministro da Justiça e que tem uma atuação firme nessa área, não poderia trazer em melhor momento essa proposta. E eu solicito a V. Exª que, junto com esta CCJ, junto com a Secretaria, compile todos esse projetos importantes. E eu me comprometo a marcar, tão logo estejam prontos, uma audiência com o Ministro da Justiça, para tratarmos de assuntos tão importantes para a segurança pública do Brasil.

Agradeço a V. Exª a lembrança e peço, encarecidamente, que V. Exª coordene essa questão aqui na Comissão, para que levemos ao Ministro da Justiça essa nossa preocupação.

Pela ordem, pediu a palavra o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, o item 7 da pauta trata da empresa individual de responsabilidade limitada.

Eu sou o relator, tive a oportunidade de conversar com todos os membros desta Casa, com a liderança do Governo e da oposição. Existe uma posição muito consolidada, de modo que eu queria pedir a V. Exª a inversão de pauta sobre essa matéria, para que nós pudéssemos votar o item 7 como primeiro da pauta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Randolfe, Senador José Pimentel e Senador Vital do Rêgo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Excelência, Sr. Presidente Eunício, encontra-se nesta Comissão, desde a semana passada, um requerimento de nossa autoria, nos termos do art. 397 do Regimento da Casa, fazendo a convocação do Ministro Antonio Palocci, para prestar esclarecimentos nesta Comissão.

Eu solicitaria da Mesa informações e a possibilidade de nós colocarmos na pauta, para apreciação, este requerimento, que foi protocolado na semana passada.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A Mesa terá toda a atenção com o requerimento de V. Exª, assim como também com os outros requerimentos que estão sobre a mesa. Oportunamente, vamos discutir sobre essa questão, ainda, talvez, na reunião de hoje.

Pela ordem, pediu a palavra o Senador José Pimentel e Senador Vital do Rêgo.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, sobre o ofício que V. Exª leu, na fase primeira desta reunião, em que o nosso Senador Aloysio Nunes Ferreira sugere que nos reunamos com o Ministro da Justiça, está correto. Mas eu acredito que a maior dificuldade nossa é com a nossa Casa de origem, de onde venho e V. Exª também, onde há um conjunto de medidas e um processo legislativo que trazem mais dificuldades na aprovação dessas matérias.

Eu acharia que, ao lado desta reunião, nós deveríamos também fazer uma conversa com o Presidente da Câmara dos Deputados, com os líderes e com a Mesa da Câmara, para ver se é possível montar uma agenda mínima de votação desses temas que o Senado já aprovou e que se encontram na Câmara. Sei que a Comissão de Segurança Pública da Câmara já analisou essas matérias. A CCJ da Câmara também já analisou parte delas, estão na Ordem do Dia, para ver se conseguimos votar. Porque, do contrário, nós ficamos produzindo um conjunto de projetos de lei, aprovamos aqui, vai para a Câmara, fica na prateleira e não se torna realidade. E a sociedade, quando faz a crítica, não é a uma ou a outra Casa, é ao Congresso Nacional.

Como sou originário daquela Casa, e V. Exª também, temos um trânsito relativamente bom junto aos nossos pares ali, acredito que a nossa CCJ, com a Mesa do Senado, procurando a CCJ e a Mesa da Câmara, para tratar desse tema, conseguiríamos ajudar a destravar aqueles projetos que ali se encontram, sem prejuízo da reunião com o Ministro da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Importante, Senador Pimentel. Eu me proponho a fazer isso. Depois de compilados todos esses projetos, acho que poderíamos fazer esse trabalho, fazendo também uma reunião com os líderes e com o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Marco Maia.

Senador Vital do Rêgo, V. Exª tem a palavra.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, eu só queria me acostar ao que bem posicionou o Senador Pimentel há pouco. Porque nós conhecemos a tramitação processual legislativa da Câmara dos Deputados, viemos de lá e sabemos todo o esforço que a CCJ da Câmara, que a Comissão de Mérito da Câmara, que trata da segurança pública, têm. A dificuldade é plenário, a dificuldade é pautar.

E o Senador Aloysio Nunes Ferreira colocou, com muita propriedade, a necessidade de fazermos a nossa parte e, com ela, pressionarmos a Câmara para uma posição política de pautar essas matérias de seguran-

ça pública. Eu acho que tanto Aloysio quanto Pimentel estão pensando da mesma forma, em dar prioridade aos assuntos de segurança. E, em nome do PMDB, eu quero me colocar à disposição de V. Exª para trabalhar com o Senador Aloysio na compilação dos projetos que versam sobre segurança; deliberarmos nesta Comissão e, depois, trabalharmos para deliberarmos em plenário e, aí sim, politicamente, a Casa pressionar a Câmara dos Deputados para pautar essas matérias de suma relevância.

Bem colocou Pimentel há pouco: é o Congresso Nacional que paga o pato; é o Congresso Nacional que paga a conta do marasmo, da inércia, da cumplicidade, muitas vezes, por omissão, e termina sendo cumplicidade dolosa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Vital do Rêgo, pela colaboração. Obrigado, Senador Pimentel.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Em nome do PMDB, eu concordo com a inversão de pauta. Esse projeto que o Senador Dornelles está relatando já está amadurecido nas lideranças, e nos concordamos com a inversão de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu vou submeter, após ouvir o Senador Pedro Taques, que pediu a palavra pela ordem.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, há um tempo atrás, mais ou menos um mês e meio, dois meses, solicitei a V. Exª que nós déssemos andamento à Subcomissão de Segurança Pública, ligada a esta nossa Comissão de Justiça. É óbvio que temos aqui, no Senado, muitas comissões e subcomissões. E dizem que, quando você não quer fazer alguma coisa, cria-se uma comissão; então, é criar uma comissão para não se fazer nada.

Mas esta sugestão do Senador Aloysio, de São Paulo, é muito interessante: o principal problema que atormenta a sociedade brasileira é a segurança pública. E temos vários projetos no Senado e na Câmara que estão parados, e a Comissão de Constituição e Justiça, onde nós deveríamos debater este tema chamado segurança pública, com todas as suas nuanças, com todas as suas especificidades. E nós aqui não fazemos.

Então, mais uma vez, até entendo a quantidade de subcomissões que existem no Senado, mas esta subcomissão é importante, e seria interessante que ela debatesse esses projetos.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, dou a palavra a V. Exª. Deixe-me apenas responder ao Senador Pedro Taques.

Senador Pedro, eu cheguei ao Senado, V. Exª também é novato aqui, e a gente, de repente, se deparou aqui com um Senador participando de até 17 comissões da Casa, simultaneamente. É impossível se fazer um trabalho dedicado, por mais que a gente se esforce, nessa questão de subcomissões.

E aí, a Comissão de Constituição e Justiça, nós todos aqui, temos que zelar e dar exemplo a esta Casa.

Compreendo a solicitação de V. Exª, ela é procedente, mas nós temos uma subcomissão em aberto, que é a Subcomissão da Reforma Administrativa, que deve estar concluindo seus trabalhos ainda este mês. Então, eu me comprometo com todos os membros desta Comissão, especificamente com V. Exª, pois levantou essa questão, para, em seguida, instalarmos essa subcomissão.

Eu não quero que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania fique criando subcomissões para que nós, Senadores, não tenhamos tempo de exercer o nosso mandato na plenitude que todos nós desejamos exercer.

Tão logo seja encerrada a Subcomissão, nós daremos prosseguimento a essa outra subcomissão levantada por V. Exª, que é tão importante, para debater um tema que aflige a todos os brasileiros que é a questão da segurança pública e o combate do tráfico de drogas.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, concordo. V. Exª está com inteira razão. Na minha opinião, nós devemos aguardar o término da Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Há o compromisso desta Presidência, tão logo sejam encerrados os trabalhos da Subcomissão aqui, de darmos prosseguimento à nossa Subcomissão de Segurança Pública.

Tem a palavra a Senadora Marta Suplicy.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, quero dar o meu apoio também à iniciativa do Senador Aloysio Nunes, porque acredito que o que os colegas Senadores colocaram é verdade: acaba ficando um Congresso moroso, um Congresso que não decide. E, aqui, nós temos condições de levar essas questões ao Ministro José Eduardo Cardozo que, acredito, terá todo interesse de agilizar esses projetos de lei, parados no Congresso Nacional.

Então, acho ótima a ideia. Estamos juntos nisso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Uma boa ideia, uma competente ideia sempre tem o aplauso de todos nós. E essa questão de ordem do Senador Aloysio Nunes merece todo o nosso aplauso e o nosso agradecimento.

Coloco em votação a inversão de pauta. Do item 1 para o item 7, por solicitação do Líder Francisco Dornelles.

Os Srs. Senadores e Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, também proponho que o Item 3 em que sou Relator seja o segundo da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Aprovada a inversão de pauta solicitada pelo Senador Dornelles.

Antes de conceder a palavra ao Senador Dornelles, para que ordenemos os trabalhos, coloco em votação a inversão de pauta solicitada para o Item 3, que é o primeiro item da discussão da reforma política encaminhada a esta Comissão pelo brilhante Presidente que trabalhou tanto durante meses, tentando conciliar os pensamentos e ideias dos Parlamentares deste Senado para que tivéssemos as propostas da reforma política.

Submeto aos Srs. Senadores a solicitação de inversão de pauta do item 3.

Os Srs. Senadores e Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se acham.

Aprovada.

Depois da discussão do projeto do Senador Dornelles, abriremos a discussão da reforma política, com o relatório do Senador José Pimentel que será lido hoje. A matéria tinha prazo para emendas porque se trata de um PLS e não de uma PEC.

ITEM 7
– Terminativo –
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 18, DE 2011

Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que Institui o Código Civil.

Autoria: Deputado Marcos Montes

Relatoria: Senador Francisco Dornelles

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda de redação que apresenta.

Observações: *Votação nominal.*

.

Concedo a palavra ao Senador Francisco Dornelles para relatar o projeto. Esta Presidência também recebeu várias solicitações pela importância que tem este projeto de lei.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) –

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 18, de 2011, de autoria do Deputado Marcos Montes, tem por fim instituir no ordenamento jurídico brasileiro o empresário individual de responsabilidade limitada.

Em favor da institucionalização da nova pessoa jurídica, apresento os seguintes argumentos.

O instituto da empresa individual está presente nas legislações mais avançadas de outros países e é perfeitamente adaptável ao sistema do Código Civil Brasileiro. Entre os países, gostaria de mencionar França, Espanha, Portugal, Itália, Bélgica Países Baixos, Alemanha, Reino Unido, Dinamarca e Chile.

A realidade no Brasil e no mundo evidencia que a empresa individual é fato inexorável na atividade econômica, prescinde da figura do sócio e protege a vocação empreendedora, tanto de profissionais liberais, intelectuais, quanto de técnico de nível médio e superior.

Cria as condições legais e mercadológicas necessárias para incentivar o setor de microempresas .

A limitação de responsabilidade civil a pessoa jurídica individual inibe a proliferação de sociedades fictícias.

Eu chamaria esse projeto de projeto antilaranja.

Prever salvaguardas para evitar abusos e desvios de penalidades como limitação de apenas uma empresa individual por pessoa natural titular. Exigência de capital mínimo integralizado não inferior a cem vezes. Se alguma crítica tivesse a ser feita, achei o capital um pouco elevado.

Possibilidade de se considerar personalidade jurídica, nos termos do art. 50 do CC.

A proposição teve apreciação de todas as Comissões na Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, a minha emenda é de redação. Apenas com relação à ementa para chamar o projeto e colocar o nome de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada.

Esse assunto já foi amplamente examinado e esse é o meu parecer pela aprovação

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A matéria está em discussão.

Os Senadores José Pimentel, Alvaro Dias, Vital do Rêgo e Demóstenes Torres se inscrevem para discuti-la.

Com a palavra V. Exª.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, eu quero parabenizar o Senador Francisco Dornelles, pelo seu parecer, pela forma como ele conduz o debate, até porque o Brasil está formalizando um conjunto de empreendedores individuais que, no mês de março, chegamos a um milhão deles formalizado em apenas um ano. Temos um público de aproximadamente onze milhões de empreendedores individuais na informalidade; toda a sociedade brasileira, os Municípios, os Estados, o Governo Federal estão fazendo um grande esforço para formalizá-los.

Uma das preocupações é exatamente o fato de, na empresa individual, o patrimônio empresarial se confundir com o patrimônio da família e, muitas vezes, quando sofre uma cobrança bancária, o banco, além de levar o patrimônio que foi fruto da vida empresarial, termina levando o patrimônio da família. Esse projeto procura fazer essa separação. Conversamos com o Conselho Federal de Contabilidade no momento em que estava se criando o empreendedor individual, em 2008, e essa era uma das preocupações que os contabilistas, os profissionais da contabilidade, traziam para a ordem do dia. Portanto, acredito que esse projeto de lei vem em boa hora, quando toda a sociedade brasileira quer chegar, em fevereiro de 2012, com mais de dois milhões de empreendedores individuais formalizados.

Assim, votamos favorável e parabenizamos o Senador Dornelles pelo seu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Alvaro Dias, V. Exª tem a palavra para discutir a matéria.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, é manifestação de apoio a essa iniciativa inteligente do Deputado com o parecer também competente do Senador Francisco Dornelles. Diz respeito à realidade dos negócios, atualmente no País, que a empresa individual, na atividade econômica, traduza um avanço para as relações de mercado. O empreendedor certamente poderá optar por organizar o seu próprio negócio, sem sócios fictícios, como disse o Senador Dornelles, os chamados laranjas, ou meros figurantes, permitindo inclusive o regime legal de separação patrimonial e personalidade jurídica.

O Projeto prevê salvaguardas para preservar o equilíbrio na relação entre a empresa individual e o Fisco ou terceiros, evitar distorções, abusos ou desvio de finalidade à personalidade jurídica, para se esquivar de obrigações. Portanto, torna mais transparente as relações entre a empresa privada e o setor público, o Estado. Citamos, como exemplo, a limitação de apenas uma empresa individual por pessoa natural da totalidade do capital, a exigência de capital mínimo integralizado não inferior a cem vezes o salário mínimo vigente. O projeto também abre a possibilidade de constituir salvaguardas para direitos autorais conexos, próprios do profissional liberal ou intelectual do empreendedor, de sorte a auferir rendimentos mediante arrendamento do acervo de direitos patrimoniais de autor ou de imagem, bem como a transferência por cessão de direitos *inter vivos* ou em situação de sucessão.

Imagino também, Sr. Presidente, que isso reduza a burocracia, que é, certamente, um dos empecilhos do processo econômico, da prosperidade do setor privado no País. Na comparação entre o tempo que se exige, no nosso País, para a consolidação de uma empresa privada e o tempo que é exigido em outros países há uma diferença enorme, o que implica prejuízo para o desenvolvimento econômico do Brasil.

Parece-me que é também uma forma de desobstruir o caminho de empreendedores, especialmente pequenos empreendedores.

Por isso, o nosso apoio à proposta.

Era o que tinha a dizer, evidentemente com o voto favorável do nosso Partido, o PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, estou muito feliz em poder votar esse projeto. Primeiro, quero parabenizar a iniciativa do autor e depois da arrumação que o Senador Dornelles, com a sua competência de sempre, faz e com a simplicidade que S. Exª consegue simplificar o complicado com a sua profunda competência e experiência dos seus outonos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu descobri que era ele quem ensinava o Presidente Tancredo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Ele soltou uma, agora há pouco, que é impublicável. *(Risos.)*

Não, não vou falar não! É uma tirada dele com o Tancredo. S. Exª bateu no meu braço e falou: "Pelo amor de Deus...". Mas fique S. Exª tranqüilo que não vou falar não. O Aloysio sabe.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Lembro aos Srs. Senadores que estamos ao vivo para todo o Brasil.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Eu não entendi – e estava conversando agora, tanto com o Senador Dornelles como com o Senador Aloysio – quando, em 1990, o Programa Federal de Desburocratização já tratou dessa matéria, de acabar com esse acinte, com essa grande hipocrisia que existe nessas relações atuais de ilimitadas, em que, para constituir empresa, coloca-se 99% de cotas para o titular de fato e 1% para uma outra pessoa.

Esse projeto vem, efetivamente, normalizar e normatizar aquilo que já existe no Brasil de fato e não de direito. Eu me sinto muito à vontade em votar essa matéria e, repetindo, alegre por entender que estamos caminhando, embora atrasados – referi-me a 1990.

Hoje, toda a Europa já trata com absoluta normalidade. Por isso parabenizo o Senador Dornelles e o autor, que, me parece, é membro do PSDB, Deputado Marcos Montes...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Esta Mesa pauta os projetos por serem meritórios, sem a preocupação partidária.

Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, um exemplo hoje da importância desse projeto pode ser dado num caso atual. Um ex-Ministro em muita dificuldade hoje, constituiu uma empresa. Nessa empresa, R$119.960,00 do capital era dele; R$40,00 de um outro sócio. Por que isso foi feito? Porque, se ele montasse uma empresa com R$120.000,00 exclusivamente dele, ele responderia com o seu patrimônio, enquanto que na sociedade por responsabilidade limitada um responderia por R$40,00 e o outro por R$119.960,00. Pronto.

Então, está aí porque disse o nosso querido relator que é uma proposta que, se aprovada, desestimula a criação desse laranjal imenso que se tornou o Brasil. Então, esse exemplo mostra a importância disso. Por quê? Porque, a partir de agora, a pessoa monta a sua empresa individual, de responsabilidade limitada, como se uma sociedade fosse. Um parágrafo aqui define a inibição ao empreendedorismo em razão da legislação que nós temos.

Diz o nosso Ministro Dornelles: "A responsabilidade limitada do empresário pessoa natural dificulta o desempenho eficiente da atividade econômica. Uma pessoa natural que se disponha a se tornar empresário com o objetivo de auferir lucros, encontra um ambiente sujeito a algumas intempéries: alta de juros, carga tributária elevada, grande poder econômico dos fornecedores, taxa de câmbio desfavorável, infraestrutura estatal inadequada, consumidores exigentes, inflexibilidade da legislação trabalhista, privilégio da Fazenda Pública, pequeno mercado de consumo e competição acirrada dos empresários." Isso possibilita que o empreendedorista, aquele que quer montar a sua empresa possa entrar no mercado tranquilamente com maiores possibilidades de êxito. E se o seu negócio der errado, sem entrar no seu patrimônio pessoal.

Parabéns ao nosso Ministro Dorneles. Voto favoravelmente e com entusiasmo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Excelência, este projeto, primeiramente, tem o mérito de ser relatado por uma das principais – se não a principal – autoridades da economia nacional, que é o Ministro Francisco Dornelles. E o projeto é fundamental, em primeiro lugar, para desburocratização da constituição de empresas limitadas no Brasil.

Veja, Sr. Presidente, o nosso Código Civil admite a figura do empresário e o define como "quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para produção ou circulação de bens e serviços".

Além do que já citado, eu diria que este projeto inibe as possibilidades de laranjas nas associações limitadas, nas empresas limitadas. Inibe, porque, como nós bem sabemos, o Senador Pedro Taques que está aqui do meu lado sabe muito bem, lamentavelmente, no Brasil, o crime sempre anda à frente da lei. Por mais normas que criemos para inibir o crime, sempre tem uma forma de o crime burlar a norma. De qualquer forma, é um avanço substancial no sentido de inibir, de criar dificuldades para os inúmeros casos de práticas de laranjas nas associações de firmas limitadas.

E é uma importante contribuição para a economia nacional porque possibilita, a partir do advento dessa lei, que o indivíduo possa organizar a sua empresa sem a burocratização que é exigida hoje no Código Civil.

Por conta disso, ela terá o nosso voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Randolfe.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Me permite a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Só quero fazer um breve registro aqui. Eu não quero aqui agora repetir as belas palavras dos nossos nobres Senadores, que se coadunam uns com ou outros na mesma linha de pensamento.

Quero, primeiramente, parabenizar o nosso ilustre Senador Dornelles e também o nosso Deputado Marcos Montes, autor desse belíssimo projeto. E queria fazer só um breve relato, sem querer repetir as palavras já ditas aqui.

Eu tenho absoluta certeza de que, com essa lei, a informalidade tende a cair, porque muitos empresários, muitos que têm a intenção de entrar, registrar a sua pequena empresa, quando se deparam com essa situação em que é obrigado a registrar uma limitada e botar um laranja, conforme já ouvi aqui de diversos Senadores, isso é lamentável. Ele acaba, então, desistindo da ideia e criando, então, uma empresa paralela na informalidade.

Outra coisa que eu vejo também, meu Presidente, é que a responsabilidade desse empresário, quer seja em empresa individual ou limitada, perante a sociedade e os órgãos públicos, ele tem as mesmas responsabilidades.

Então, só quero parabenizar por esse belíssimo projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Muito obrigado, Senador Ataídes Oli-

veira. V. Exª, mesmo não sendo membro desta Comissão, vem aqui aplaudir esse relatório importante do Senador Francisco Dornelles

Não havendo mais...Quem está pedindo a palavra?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Senador Anibal.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Desculpe, Senador Anibal Diniz. V. Exª tem a palavra para discutir a matéria.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Eu quero dizer de início que, com relação a qualquer matéria relatada pelo Senador Dornelles, a gente já tem uma tendência a aprovar por antecipação. Por toda a experiência que ele traz aqui para o Senado e para a Comissão, é difícil imaginar que uma matéria do Senador Dornelles pudesse ser contestada por nós, Senadores. Mas, em particular, essa relatoria merece um adendo, porque essa empresa individual de responsabilidade limitada cria uma transparência maior no que diz respeito a esse procedimento de abertura e manutenção de uma empresa, na medida em que não se precisa mais formar uma sociedade com mais de um sócio para se ter a responsabilidade limitada. Então, essa separação do bem individual daquilo que é o bem da empresa de responsabilidade limitada é algo que verdadeiramente inova nesse procedimento.

Há que se ter algum cuidado em relação a possíveis utilizações desse tipo de mecanismo para que outras empresas de maior porte não venham a se responsabilizar com os encargos sociais de um vínculo empregatício, mas isso, de maneira alguma, diminui a importância do que nós estamos aprovando hoje.

Então, essa empresa individual de responsabilidade limitada é algo absolutamente digno de elogios, e a gente está comemorando hoje uma grande vitória do Senado ao ter aprovado uma matéria nesse sentido.

Eu espero que possamos ter a tramitação mais rápida possível, e que possamos ter essa modalidade de empresa funcionando para gerarmos muito mais população ativa, muito mais renda e muito mais equilíbrio financeiro das famílias que vão poder se utilizar desse mecanismo para buscar o mercado e tentar ganhar a vida a partir do seu trabalho, a partir das suas iniciativas individuais.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Apenas para registrar a presença do Deputado Marcos Montes, aqui ao meu lado, que é o autor do projeto. Ele tem grande experiência como executivo, foi prefeito de Uberaba, foi Secretário de Estado no Governo Aécio Neves e é um parlamentar competente, que teve esse brilhante ideia. Nossos cumprimentos a ele e o agradecimento pela presença.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu registro a presença do Deputado Marcos Montes e agradeço pela iniciativa da proposta.

Eu vejo ali o relator, Senador Francisco Dornelles. Vejo V. Exª aqui presente para presenciar a aprovação de um projeto dessa magnitude, de sua autoria, e repito: a Mesa colocou esse projeto por achá-lo extremamente importante e moralizador, Senador Pedro Taques, para as relações comerciais no Brasil.

Pediu a palavra, pela ordem, o Senador Alvaro Dias, e pediu a palavra, para discutir a matéria, o Senador Armando Monteiro.

Senador Jorge Viana, V. Exª pediu a palavra antes? (*Pausa*.)

O Senador Armando Monteiro tem a palavra, então.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Eu queria, Presidente, na mesma linha dos pronunciamentos que já foram trazidos, congratular-me com o autor dessa proposição, o Deputado Marcos Montes, e também com o relator, o eminente Senador Francisco Dornelles.

Eu acho que esse projeto representa um marco extraordinariamente importante nessa necessidade que o País tem de poder oferecer ao empreendedor, ao pequeno empreendedor, a possibilidade de realizar o seu projeto.

Eu acho que o Brasil precisa de algo que, a meu ver, esse projeto trata de forma muita adequada, para que essa imensa energia empreendedora que o brasileiro tem possa se traduzir num marco jurídico adequado. Portanto, considero esse projeto de grande importância, de grande alcance.

Congratulo-me com o autor e com o relator, que traz, com a competência de sempre, um relatório que trata, de forma muita adequada, essa questão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Armando Monteiro, V. Exª, que tanto contribuiu para o Brasil como Presidente da CNI, aplaudir esse projeto é a certeza de que, efetivamente, é um projeto importante, repito, para as relações comerciais e de transparência, Senador Demóstenes, no Brasil, que tanto desejamos ver.

Senador Jorge Viana, para discutir a matéria.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Não posso, por uma razão – e agora são duas –, deixar de me pronunciar neste momento. Se não o fizesse em

relação a esse projeto relatado pela figura ilustre, esse nosso professor no Senado, Senador Francisco Dornelles, eu certamente seria cobrado e estaria deixando de lado o privilégio de me manifestar. Mas agora, com a presença do Deputado Marcos Montes, eu queria me associar a todo o Plenário e parabenizar S. Exª pela iniciativa, que talvez só a vivência, a experiência de ocupar cargos, de se preocupar com a atividade produtiva neste País, de se preocupar em potencializar a capacidade do nosso povo podem dar conta de apresentar uma proposta com essa importância.

Estamos aqui diante de uma matéria que muda e aposta no talento do brasileiro. Falo sempre que, quando procuramos identificar uma pessoa para o trabalho, devemos levar em conta duas questões básicas: talento e integridade. E este País tem jogado fora, seguidamente, muitos talentos. Este País que, no governo do Presidente Lula, entrou numa fase de crescimento sustentável – que vem, obviamente, também da ação de outros governos, que é importante registrar –, criando um ambiente econômico sustentável, cresceu 7,5% no ano passado. Muitas pessoas criaram e têm hoje um ambiente, uma condição de abrir seu próprio negócio. E a situação havia na empresa individual, que era obrigada a misturar, a envolver o capital da empresa e o capital individual, estabelecia uma armadilha perigosa, que levava, normalmente, o potencial empreendedor a se pegar em outro sócio de uma maneira basicamente fictícia.

E acho, Deputado, que essa sua iniciativa e a maneira eficiente, pedagógica que o Senador Dornelles estabeleceu em seu relatório nos deixam diante de algo que tem que ser celebrado.

Parece-me que é terminativa essa apreciação hoje...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É terminativa, sim.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Daqui iria para a sanção presidencial. Neste momento em que o Brasil vê o crescimento do seu PIB, neste momento em que muitas pessoas têm o privilégio de mudar de classe social do ponto de vista econômico, esse projeto que, desde 2002, está tramitando no Congresso – se não me engano, a iniciativa é de 2002, Deputado... desde 2007. Então, são três anos de tramitação. Mas acho que está exatamente no momento mais adequado de nós fazermos a apreciação e a deliberação dele.

Estou certo de que é um privilégio, para todos nós, estar aqui criando um ambiente que – também vejo assim – vai dar mais transparência para a abertura de uma empresa; poderá fazer com que as instituições responsáveis pela fiscalização possam atuar melhor, a ter um único responsável, separando o patrimônio pessoal do patrimônio da empresa criada; dar essa segurança que eu diria jurídica, para que a pessoa possa arriscar, possa apostar no talento, possa inovar e buscar uma melhor contribuição para o País.

Então, por conta disso – e acho que também os ajustes feitos, quando estabelece um limite de, pelo menos, cem vezes o valor do salário mínimo, para que se possa ter o capital da empresa, é óbvio que se estabelecem regras para que não se possa ter um mau uso do ponto de vista dos direitos trabalhistas e das conquistas sociais, que já vêm de há muito tempo. E também nós podemos ter aí uma facilitação para que não se faça como normalmente acontece quando se cria ou quando se tem uma boa ideia ou se apresenta uma boa proposta: o mau uso de um projeto tão importante como este.

Acho que as salvaguardas estão postas. É um projeto que ajuda o País neste momento, porque aposta no cidadão brasileiro, aposta no empreendedor, aposta em quem quer arriscar ou fazer algo novo. E essa condição não estava dada; para arriscar, fazer algo novo, você tinha que falsear, tinha que encontrar um sócio de faz-de-conta, tinha que cumprir uma regra que já começa fazendo uma certa "pegadinha", em que a empresa já começa com certa suspeita: é de um, mas tem que aparentar que é de outro também.

Acho que a gente sai de uma situação ruim, que prejudicava e que prejudica, e agora começamos a tratar com seriedade aqueles que, de fato, querem fazer empreendimento, aqueles que querem estabelecer algo que pode ser bom para o País e para o mundo, inclusive gerando empregos, porque é uma empresa individual, mas é algo que vai, com certeza, se somar a esse esforço nosso de conciliar crescimento econômico com desenvolvimento. Porque de nada adianta um país crescer se não tiver distribuição de renda, se não tiver partilha desse crescimento.

O Brasil hoje vive um ambiente que pode, sim, dar sustentabilidade tanto para o crescimento quanto para o desenvolvimento.

Desejo concluir, falando para a minha colega Senadora Marta, aos meus colegas Senadores, que eu estou sugerindo aqui, ao ter oportunidade de me manifestar, e tenho muita esperança de concluirmos bem o PAC 2, que vem do PAC 1, sucessor do PAC 1. Mas, em vez de fazermos o PAC 3, possamos criar o Programa de Aceleração do Desenvolvimento Sustentável do Brasil: o PADS 1. Esse é o propósito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, nobre Senador.

Não havendo mais quem peça a palavra para discutir, encerro a discussão.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda, por tratar-se de matéria terminativa nesta Comissão.

Quem vota com o relator, Senador Francisco Dornelles, vota "Sim".

Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota a Senadora Marta Suplicy?

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Voto sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Pedro Taques? (*Pausa*.)

Como vota o Senador Jorge Viana?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, voto com o Relator e com o proponente da matéria, o Deputado presente: Sim,Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Pedro Simon vota sim.

Como vota o Senador Vital do Rêgo?

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Com o autor e com o Relator da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Pedro Taques que acaba de voltar à Comissão?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Voto sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota com o Relator.

Como vota o Senador Roberto Requião?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Voto com o Relator. Mas eu queria aproveitar, Sr. Presidente, para pedir uma questão de ordem: que se invertesse a pauta, Excelência, para aproveitar o quórum, a fim de votarmos um projeto que é do interesse da Educação do Brasil, que é o item 8 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Requião, assim que nós terminarmos a votação nominal desta matéria, eu colocarei a proposta de inversão de pauta requerida por V. Exª.

O voto do Senador Francisco Dornelles já é conhecido.

Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Como voto o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, voto sim, fazendo uma sugestão à Presidente Dilma: batizar esta lei de Lei Marcos Montes e fazer um evento no Palácio do Planalto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Já que é uma proposta de V. Exª, vou levá-la à Presidente Dilma, pois V. Exª está querendo aderir à nossa base de sustentação levando o Deputado Marcos Montes.

Como vota o Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Randolfe Rodrigues?

O SR RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Voto sim, subscrevendo o requerimento do Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Está melhorando, está aumentando a nossa base.

Como vota o Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Voto sim, com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Luiz Henrique?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Cícero Lucena.?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Waldemir Moka? (*Pausa*.)

O Senador Waldemir estava aqui.

O projeto foi aprovado por unanimidade dos presentes.

Há uma emenda que precisa ser votada.

Consulto os Srs. Senadores se concordam em repetir a votação do projeto da emenda anterior.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam sentados, repetindo a votação nominal da matéria original na emenda de redação do Senador Francisco Dornelles.

Aprovada a Emenda nº 1 desta CCJ, será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no Diário Oficial.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, queria cumprimentar o Deputado Marcos Montes pelo belo projeto que apresentou, que insere o Brasil no rol daqueles países mais avançados no campo do empreendedorismo e agradecer aos Senadores desta Casa pelo apoio que deram ao projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Agradeço a V. Exª pelo agradecimento de ter colocado essa matéria em pauta.

Coloco em votação a inversão de pauta solicitada pelo Senador Roberto Requião do item 7.

O SR RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Com a palavra pela ordem o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Já que estamos falando em moralização da atividade empresarial no Brasil, eu reitero a pergunta sobre o requerimento de convocação do Ministro Palocci.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Já respondi a V. Exª que nós vamos dar prosseguimento a essa matéria no momento oportuno.

Solicitação de inversão do Senador Roberto Requião.

Em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se acham.

Aprovada a inversão de pauta.

Já tínhamos feito uma inversão de pauta para a leitura do PLS do Senador José Pimentel como item 2. O item 3 que era o item 8 da pauta passa a ser a matéria do Senador Roberto Requião.

Já que não vamos fazer hoje a discussão da matéria, apenas a leitura do relatório, em seguida, darei a palavra a V. Exª, Senador Requião, para fazermos a leitura e a votação do seu projeto.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Com a palavra V. Exª

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, pediria a V. Ex. para posicionar esta Comissão com relação aos projetos originários da reforma política. Quais serão lidos com vista coletiva e quais serão deliberados na reunião de hoje. Só a título de informação para conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Hoje temos duas PECs na pauta: PEC nº 38 e PEC nº 39 – para serem lidas pelo Senador Renan Calheiros. Temos o PLS nº 265 do Senador José Pimentel, terminativo nesta Comissão; a PEC nº 40 do Senador Valdir Raupp, que é relator; e a PEC nº 41, que já é discussão da matéria do Senador Demóstenes Torres. Tem também a PEC nº 37, do Senador Luiz Henrique da Silveira, que é nosso relator.

Antes de passar a palavra ao Senador José Pimentel, item 3 da pauta.

ITEM 3
– Terminativo –
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 265, DE 2011

Altera o art. 91 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para vedar a transferência de domicílio eleitoral por Prefeitos e Vice-Prefeitos durante o exercício do mandato.

Autoria: Senador José Sarney e outros
Relatoria: Senador José Pimentel
Relatório: Dependendo de relatório.

Concedo a palavra ao Senador José Pimentel para fazer a leitura do Relatório. Como se trata de matéria terminativa, não vamos discuti-la hoje; a votação ficará para a próxima quarta-feira. Mas a leitura do relatório será feita hoje, como combinamos.

Com a palavra o relator.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem à análise desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2011, de autoria dos ilustres Senadores José Sarney e Francisco Dornelles.

Nos termos do PLS, é vedado transferir o domicílio de Prefeito ou de Vice-Prefeito para circunscrição diversa, durante o curso do mandato.

Os ilustres autores alertam para o fato de que a norma constitucional que permite uma única reeleição dos Chefes do Poder Executivo tem sido desvirtuada por prefeitos e vice-prefeitos, que se aproveitam das brechas da lei para transferir o domicílio eleitoral, com vistas a exercer inúmeros mandatos consecutivos em Municípios diversos.

E sustentam que se somente pode pleitear mandato eletivo quem tenha domicílio eleitoral na respectiva circunscrição, é evidente que o mesmo domicílio deva ser mantido enquanto durar o mandato.

A proposição não recebeu emendas.

II – Análise

Cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de acordo com o art. 101, incisos I e II, *d,* do

Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e mérito do projeto.

Não há óbice de natureza constitucional ou jurídica ao PLS. A Constituição Federal confere competência privativa à União para legislar sobre Direito Eleitoral, bem como competência ao Congresso Nacional para dispor sobre essa matéria, nos termos dos arts. 22, inciso I e 48, *caput.*

A técnica legislativa não merece reparos.

Quanto ao mérito, a iniciativa, que teve origem nos trabalhos da Comissão da Reforma Política, instituída pelo Presidente Sarney, e é louvável.

Conforme consta da justificação da proposição, a faculdade de transferência do domicílio eleitoral não pode ser utilizada para alcançar finalidades incompatíveis com a Constituição, como a perpetuação no poder e o apoderamento de unidades federadas para formação de clãs políticos ou hegemonias familiares.

Cabe lembrar que, pelas razões citadas, o Tribunal Superior Eleitoral vem indeferindo registro de candidaturas de "prefeitos itinerantes" ou "prefeitos profissionais", assim considerados os prefeitos que exercem consecutivamente mais de dois mandatos em Municípios diferentes (RESPE nº 32.507, Relator Min. Eros Gau, e RESPE nº 32.539, Rel. designado Min. Ayres Britto).

A medida consagra, portanto, o princípio constitucional republicano estabelecido no art. 14, § 5º, da Constituição Federal, ao impedir que chefes do Poder Executivo municipal sejam reeleitos para mais de um período consecutivo.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 265, de 2011.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – De acordo com o nosso entendimento, esse PLS está com vista coletiva a todos os Srs. Senadores até a próxima quarta-feira. Portanto, vista coletiva do PLS nº 265, de 2011, que trata da reforma política. O Relator é o Senador José Pimentel. Vamos votá-lo na próxima quarta-feira.

Passamos ao próximo item da pauta, que trata de matéria importante. Houve a inversão de pauta. Será relatado pelo Senador Roberto Requião. Trata-se do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2011, terminativo nesta Comissão.

Solicito aos Srs. Senadores que permaneçam em plenário, porque se trata de projeto terminativo. Portanto, é necessário que haja doze votos. É matéria importante.

ITEM 8
– Terminativo –
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 9, DE 2011

Dispõe sobre a criação das Funções Comissionadas do FNDE – FCFNDE; cria, no âmbito do Poder Executivo Federal, cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, a serem alocados no Ministério da Educação, no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE – e na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES; altera o Anexo II da Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007; e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Roberto Requião.

Convoco os Srs. Senadores a comparecerem ao plenário. Vamos tratar de matéria terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião, para relatar matéria tão importante, que é da competência de V. Exª, que preside muito bem a Comissão de Educação do Senado Federal.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Vamos ao relatório.

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2011 (nº 5.915, de 2009, na origem), do Presidente da República, após tramitação na Câmara dos Deputados, foi lido no Plenário do Senado Federal em 31 de março de 2011 e distribuído a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para apreciação em caráter terminativo.

Em síntese, a proposição almeja:

a) criar funções comissionadas de exercício privativo por servidores ativos em exercício no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), sendo 21 FCFNDE-3, 34 FCFNDE-2 e 16 FCFNDE-1, no total de 71. Vejam que não se cria nenhum cargo; criam-se funções gratificadas. Essas funções destinam-se a atividades de direção, chefia e assessoramento na administração do FNDE e serão acrescidas à remuneração do cargo efetivo do servidor, sem possibilidade de incorporação (art. 1º e Anexo I); e

b) criar cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS), no total de 42, a serem alocados: 29 no Ministério da Educação (MEC); 7 no FNDE; e 6 na Coordenação de Aperfeiçoamen-

to de Pessoal de Nível Superior (CAPES), nos níveis especificados no art. 5º.

Quanto às funções comissionadas do FNDE, o projeto dispõe ainda que: Ato do Poder Executivo disporá sobre sua distribuição na estrutura organizacional do FNDE (art. 2º); elas equivalerão, para todos os efeitos legais e regulamentares, aos cargos em comissão do Grupo-DAS de níveis correspondentes (art. 4º); e o FNDE implantará programa de profissionalização dos servidores designados para ocupá-las (art. 3º). Finalmente, o projeto define os valores dessas funções, mediante inclusão de uma tabela "i" no Anexo II da Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, que fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.

A Exposição de Motivos (EM Interministerial nº 206 MP/MEC) que acompanha o projeto apresenta as razões para criação das funções comissionadas e cargos em comissão na estrutura dos órgãos contemplados. Informa também a estimativa do impacto orçamentário, de 4,9 milhões por exercício, assim como sua previsão no projeto da lei orçamentária de 2010, então em tramitação, conforme exigido pelos arts. 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).

Não foram oferecidas emendas ao projeto no prazo regimental.

II – Análise

De início, verifica-se que o projeto atende ao requisito constitucional de iniciativa privativa do Presidente da República para as leis que disponham sobre criação de cargos e funções na administração direta e autárquica, sendo da competência do Congresso Nacional legislar sobre a matéria, conforme estabelecem, respectivamente, os arts. 61, § 1º, II, "a", e art. ,48, X, da Constituição Federal.

De igual modo, não há óbice em relação à juridicidade do projeto, que é vazado em boa técnica legislativa.

No mérito, a Exposição de Motivos justifica a criação das funções comissionados e cargos em comissão, tendo em vista a necessidade de mudanças no modelo de gestão das políticas educacionais do MEC, as alterações a serem efetuadas na estrutura da Capes, e a reestruturação do FNDE para possibilitar que abrigue todas as suas responsabilidades.

Por fim, cumpre observar que a autorização para a criação das funções e cargos de que trata o projeto consta da Lei Orçamentária Anual de 2011 (Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011, Anexo V, item 5.1.9), com despesa prevista de R$ 5,9 milhões, ficando atendido, assim, ao disposto no art. 169, § 1º, da Constituição Federal.

III – Voto

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2011.

É o relatório e é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria.

Os Senadores Alvaro Dias e Randolfe Rodrigues pedem a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu vou pedir vista e justifico.

A Presidente Dilma Rousseff anunciou cortes de gastos. Nós necessitamos de uma reforma administrativa de profundidade, que modernize a estrutura da Administração Pública do País. O que nós verificamos a cada passo e que essa reforma administrativa vai-se consolidando às avessas. Não é somente o Governo Federal. Os governos estaduais anunciam a criação de cargos comissionados.

Nesse projeto há duas questões: uma delas é a criação de funções gratificadas que podem organizar a administração pública e, portanto, não as condeno. No entanto, há aqui também a criação de cargos comissionados, e isso significa aumento de despesa, e isso condenamos, na esteira do que pretende a Presidente da República quando anuncia cortes superiores a R$50 bilhões. Nós não podemos anunciar cortes que atingem até um programa social como o Minha Casa, Minha Vida e continuar aprovando projetos que aumentam a estrutura pública, que já engordou demais, que transformou o Governo num governo inchado, com inúmeros cabides, com superposição de ações, com paralelismos dispensáveis.

Portanto, eu peço vista, Sr. Presidente, para analisar melhor esta proposta, em que pese o respeito que devoto ao Senador Requião, que relata esta matéria.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço vista coletiva, até para que regimentalmente, essa matéria com a importância que tem, voltar na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Bloco/PMDB – CE) – Vista coletiva concedida, a matéria volta na próxima semana.

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – No mesmo sentido, vista coletiva e fazer um acréscimo: a despeito do reconhecimento da ausência de estrutura organizacional, de estrutura de recursos humanos no Ministério da Educação, no FNDE e na Capes, creio que a medida mais adequada seria a realização de concurso público para a contratação de servidores de Estado e não contratação de servidores de governo.

Então, é no mesmo sentido, vai no caminho oposto, a Presidente está optando por diminuir o Estado no caminho errado, ou seja, amplia cargos aqui na Administração Pública e privativa aeroportos. São medidas que sinalizam de forma errada e que apontam para a redução do Estado da forma errada. Então, é vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Bloco/PMDB – CE) – Vista coletiva concedida.

Vou dar a palavra à Senadora Marta Suplicy, mas a matéria está fora de pauta, não está em discussão. Volta na próxima quarta-feira e aí nós faremos um debate aqui na Comissão.

Nós temos duas matérias terminativas importantes da reforma política e eu tenho um compromisso em nome do meu Partido e, daqui a pouco, tenho que sair. E não queria sair sem que essas matérias da reforma política fossem aqui debatidas e votadas.

Senadora Marta Suplicy.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Brevemente. Primeiro para parabenizar a Presidenta da República pela privatização dos aeroportos, o que vai possibilitar realmente que eles passem a ter condições de funcionamento melhor para a Copa. Segundo, para dizer que, quando o Executivo faz uma proposta como a que está sendo encaminhado agora, muitas vezes, é pela necessidade premente dos cargos. Concurso público eu também sou a favor, Senador Randolfe, mas, quando se está no Executivo, às vezes, um concurso público demora uma média de três, quatro, seis meses, e até mais. E essa questão de Estado mínimo, respondendo a outra ponderação do Senador Alvaro Dias de que tem que enxugar e tal, eu acho que tem que enxugar e acho que a Presidenta está cortando onde tem que cortar. Não está cortando o Minha Casa, Minha Vida – essa é uma informação equivocada. Ali teve uma parada de recursos na medida em que não estavam sendo utilizados no ritmo que se pensou, mas não está nada parado. Ao contrário, o número de casas no Minha Casa, Minha Vida está aumentando.

Então, eu queria fazer essas ponderações e vamos ao próximo ponto de pauta, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Pela ordem, Sr, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu creio que houve uma confusão na convocação da Comissão, porque eu recebi um aviso de que a Comissão ia começar exatamente às 9h, antecipadamente, para se discutir a reforma política. E estou vendo que....

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É o próximo item, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Mas, pelo amor de Deus, estava marcada para às 9h para discutir reforma política e começar a reforma política às 11h47 e V. Exª dizendo que quer Almoçar com a Presidente da República no horário exato...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª também é convidado.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Mas eu vou.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Iremos juntos, Senador Pedro Simon, quero pegar uma carona com V. Exª, adentrando ao Palácio do Planalto.

Próximo item da pauta.

ITEM 5
– Não Terminativo –
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 41, DE 2011

Altera o art. 14 da Constituição Federal para dispensar da exigência de filiação partidária os candidatos nas eleições municipais.

Autoria: Senador José Sarney e outros
Relatoria: Senador Demóstenes Torres
Relatório: Contrário à Proposta.
Observações: *Em 25/05/2011, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.*

Passo a palavra ao Senador Demóstenes Torres para as suas considerações sobre o relatório, se assim o desejar. Senão, vou colocar a matéria direto em discussão.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, eu já dei o meu parecer na semana passada contra, então, eu vou ouvir os argumentos a favor e contra e me resguardo para um pronunciamento ao final, após todos se pronunciarem, se V. Exª assim me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria. Matéria da reforma política, portanto atendendo ao anseio da sociedade brasileira e a solicitação do meu companheiro e ilustre Senador Pedro Simon, por quem tenho grande admiração.

A matéria está em discussão.

O Senador Pedro Simon se inscreve para discutir matéria. Também o Senador Pedro Taques e Senador Alvaro Dias.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Não há como deixar de reconhecer que a matéria tem um aspecto positivo. Eu, que fui presidente partidário lá no Rio Grande do Sul por trinta e tantos anos, sei que muitas e muitas vezes a gente teve que fazer um

esforço enorme para fazer com que um empresário, um bom médico, um bom cidadão aceitasse se filiar ao Partido para ser candidato a prefeito. E até muitos aceitavam, apesar de não gostarem da política nem de vida partidária, mas para trabalhar pelo seu Município.

Então, nesse sentido, a candidatura avulsa é algo interessante de ser analisado. Mas, com toda a sinceridade, eu sou contrário. Acho que a nossa vida partidária já está tão desmoralizada, já está tão ridicularizada, que nós começarmos exatamente na origem, que é no Município, permitindo que o cidadão possa começar a campanha como candidato a prefeito sem se filiar a partido, com toda a sinceridade, vai começar mal. Vai ser algo que vai complicar muito mais ainda a vida política.

Eu posso até achar que é justa, mas é delicada. Para ser candidato a prefeito ou vereador no ano que vem, tem que estar filiado até o dia 15 de outubro deste ano, que é um ano antes. Eu, por exemplo, lá no Rio Grande do Sul, sempre tinha que fazer um trabalho imenso e digo que quem quer tentar ganhar a eleição para prefeito ou para vereador no ano que vem tem de se lembrar que a data é agora. É fazer as filiações até o dia 15 de outubro, porque só quem tem um ano de filiação pode ser candidato.

Eu até aceito a tese de que esse prazo possa ser diminuído. Não para troca de partido. Mas aceito que cidadão que não tenha partido, que não seja filiado a partido nenhum, possa ter um prazo menor de filiação, para ser candidato a prefeito, Agora, candidatura avulsa, com toda a sinceridade, num processo que temos que já é todo complicado, nós vamos anarquizar ainda mais, ainda muito mais. E o que vai acontecer é que o partido A, B, C ou D chega num determinado Município, pega um grande médico, um grande líder, e anarquiza todo o processo eleitoral. Termina sendo eleito, ele é o homem, ele é o dono do Município, desmoraliza todos os partidos e não resolve nada.

E que se filiem! São tantos os partidos que existem, meu Deus do céu, que não acho motivo para a existência de uma candidatura avulsa. Teria um aspecto positivo, eu repito: se o Brasil fosse um país bacana, com partidos organizados, com um sistema político bem organizado, a candidatura avulsa seria algo que somaria. Mas, dentro da anarquia que é hoje o sistema, isso viria a desmoralizar completamente a história dos partidos políticos.

O que vai aparecer de bacana, na maioria das eleições, é aquele que hoje aceita o convite partidário, inscreve-se no partido para ser candidato a prefeito, ele vai ser... O que ele vai fazer? Vai bancar o bacana. Na candidatura avulsa, um belo de um médico, que tenha um bom prestígio, um bom empresário, um bom líder social, que tenha um grande nome, o bacana é ele ser candidato avulso. E aí vai mudar toda a história, vai ser uma anarquia que não sei como é que vai terminar.

Eu, sinceramente, sou contra.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pedro Simon.

O próximo orador inscrito para discutir a matéria é o Senador Alvaro Dias. Alguém pediu a palavra pela ordem. (*Pausa*.)

A Senadora Marta tem a palavra pela ordem.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu apreciei bastante o relatório do Senador Demóstenes e sou favorável à sua posição de contrário a essa proposta. Por quê? Primeiro porque todo o esforço que estamos fazendo na reforma eleitoral é um esforço que visa a que tenhamos partidos mais fortes, partidos mais constituídos, com sua ideologia, com sua proposta, e que as pessoas saibam em quem estão votando e não votem só porque a pessoa é famosa, uma personalidade, mas votem programas de partido.

Na hora em que se cria a possibilidade da candidatura avulsa, ela descaracteriza todo esse esforço partidário que estamos construindo no Brasil. Além disso, cria uma situação, para quem briga com o partido, de infidelidade partidária: "Não gostei do que o meu partido fez, eu saio e lanço a minha candidatura."

E nós todos que já disputamos eleições majoritárias sabemos que esses partidos que não representam muita coisa e que, numa eleição, aparecem não são partidos que acrescentam numa eleição: eles tumultuam uma eleição. E nada garante que um candidato avulso não estará lá para fazer exatamente o papel que alguns pequenos partidos têm feito em eleições.

Então, meu voto é de apoio aos argumentos desenvolvidos pelo Senador Demóstenes, contrário a essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou considerar o pedido pela ordem de V. Exª como inscrição, pedindo desculpas ao Senador Alvaro Dias, que estava inscrito antes de V. Exª pedir a palavra pela ordem. Vou considerar, se V. Exª concordar, o seu posicionamento como inscrição no debate, se V. Exª assim o desejar.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com certeza. Pode fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ok, Senadora.

Agradeço a compreensão de V. Exª. Passo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, eu gostaria de saber se estou inscrito também.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Está inscrito e vou dar a palavra pela ordem só se for para ordenar os trabalhos.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

Não houve maldade da Senadora Marta Suplicy, e eu compreendo isso.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, sem dúvida, o relator tem razão, o projeto caminha na contramão da organização que se pretende na reforma política. Porque, hoje, o que prevalece é a desorganização. Os partidos políticos no Brasil são siglas para registro de candidatura. É uma afirmação que pode ser considerada muito forte, mas é real. De modo geral, os partidos políticos no Brasil são siglas para registro de candidaturas. Há uma artificialidade partidária sem precedentes no momento político vivido no Brasil.

Por essa razão, creio que o objetivo dessa reforma política deve ser a valorização dos partidos, a busca de partidos políticos organizados com identidade programática.

Esta proposta pode ser discutida, quem sabe, daqui a muitos anos, quando nós estivermos num estado mais avançado de conscientização política no País. Hoje, repito, a possibilidade de uma candidatura avulsa numa eleição municipal desorganiza; imaginem os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras a dificuldade que teríamos de regulamentar o uso dos espaços gratuitos no rádio e na televisão se surgissem dezenas de candidaturas avulsas numa eleição municipal.

Enfim, a desorganização é o caminho dessa proposta, sem desmerecer, obviamente, a iniciativa, que deve ter sido de boa-fé; não tenho nenhuma dúvida de que é uma tentativa de democratizar, talvez seja até a desesperança em relação aos partidos existentes no País. Mas nós temos de acreditar na hipótese de consolidarmos a instituição de partidos com identidade programática; deve ser esta a nossa tarefa, inclusive neste trabalho da reforma política.

O nosso voto, portanto, é acompanhando o relator, Senador Demóstenes Torres. Temos o mesmo entendimento dele em relação a esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria. E lembro aos Srs. Senadores que estamos discutindo a PEC nº 41, que trata do compromisso assumido por esta Comissão de votar as matérias que vieram da comissão especial antes do término deste semestre e desta legislatura.

Concedo a palavra ao Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Lá na Paraíba, Sr. Presidente, algo muito fácil nós chamamos de "garapa". V. Exª deu uma "garapa" para o Senador Demóstenes Torres relatar.

Efetivamente, à luz da opinião pública, esta matéria poderia ser simpática dentre a fragilidade dos partidos políticos, a falta de crença da opinião pública nessas instituições, a vontade da juventude de mudar conceitos – e o mundo já está começando a ter movimentos anacrônicos –, prescindindo a existência de partidos políticos.

Nesta semana, assisti a uma matéria: na Espanha, a juventude estava se mobilizando contra os dois partidos. Esse processo de movimento e de dinâmica social não deve ser alimentado, até porque os partidos políticos, a fidelidade partidária e todos os preceitos que nós estamos, constitucionalmente e republicanamente, discutindo caem por terra.

Por isso é que o Senador Demóstenes Torres não precisou mais de uma lauda para dar um parecer extremamente cioso, franco, com absoluta certeza de que nós não poderemos caminhar por uma anarquia generalizada, como é que se poderia imaginar, efetivamente, a candidatura avulsa a partir dos Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu quero pedir desculpas ao Senador Pedro Taques, porque ele era o segundo Senador inscrito. E como aqui escrito Pedro, chamei o outro, porque nós temos dois Pedros: um vai de avião; o outro vai de "taques". (*Risos.*)

Então, eu concedo a palavra ao Senador Pedro Taques, pedindo-lhe desculpas.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, só para dizer que reconheço que sou o Pedro mais antigo, mas ele, pela qualidade e competência, ele é o Pedro I. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Mas V. Exª estava inscrito em primeiro lugar. O equívoco foi da Mesa. V. Exª é o Pedro I, e ele é o Pedro que vai de "taques".

Por favor, Senador Pedro Taques tem a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, esse equívoco é justificado em razão da fome, e nós todos sabemos que V. Exª tem um grande almoço hoje, a 1 hora da tarde, e vamos procurar atrasar esse almoço. (*Risos.*)

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eu vou remar para o lado contrário do de V. Exªs. A candidatura avulsa ela se justifica, realmente, pela verdadeira anarquia do sistema partidário que existe no Brasil. Há partidos políticos que, em alguns momentos, mais se equiparam à quadrilha, nos termos do art. 288 do Código Penal.

Os partidos políticos surgem na Inglaterra antes da gloriosa revolução, em 1688, através de dois partidos: o *Tory* e o *Whig*. Mas, infelizmente, no século XIX, no século 20 e aqui, no Brasil, os partidos políticos descambaram para outra realidade.

Nós temos que valorizar o indivíduo. Com este sistema partidário que temos no Brasil, há muitos cidadãos que têm vontade de entrar na política, mas não o fazem em razão dos partidos políticos, notadamente, com raríssimas exceções, dominados por um caciquismo, dominados por uma cúpula que tem interesses outros que não os interesses republicanos.

Assim, Sr. Presidente, sem querer generalizar em relação a partidos políticos, nós temos que rediscutir esse sistema apolítico, apartidário no Brasil.

A Constituição de 1988 deu valor aos partidos políticos – nós todos sabemos disso –, agora mais importante que partido político é o cidadão, no momento em que ele exerce a sua capacidade política passiva que é votar e ser votado.

Em alguns países existem candidaturas avulsas, candidaturas independentes, e isso de nenhuma maneira prejudicou o sistema partidário. Se no Brasil nós tivéssemos partidos ideológicos, partidos que respeitassem os seus conteúdos programáticos, nós não precisaríamos de candidaturas avulsas ou candidaturas independentes.

Desta feita, encerro a minha fala, porque a fome já está nos abatendo a todos, não é, Sr. Presidente? Mas quero expressar o meu voto pela necessidade de candidaturas avulsas, com respeito ao partido político, mas o cidadão é mais importante do que o partido político.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pedro Taques.

O Senador Francisco Dornelles é o próximo orador. Em seguida, o Senador Randolfe Rodrigues, como último orador inscrito, para agilizarmos o processo de votação.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, hesitei muito para me posicionar sobre a matéria.

Pelos argumentos apresentados pelo Senador Pedro Simon, eu até por esse motivo me balancei favorável à candidatura avulsa. Por quê? Porque, em primeiro lugar, o candidato avulso não pode pertencer a nenhum partido político. Nas cidades do interior, o que a gente vê, Senador Pedro Simon, são pessoas do mais alto gabarito não serem aceitas em nenhum partido político sem eleição, não conseguirem legenda. E, muitas vezes, nós perdemos pessoas de alto nível na vida pública.

Entretanto, acho que dentro do quadro brasileiro, em que existe a situação do programa de televisão, do rádio, acho que iria ser quase que inviabilizado o candidato avulso por ele não ter condições, muitas vezes, de participar ativamente do processo eleitoral.

O parecer do Senador Demóstenes levantou pontos que me sensibilizaram.

De modo que a minha posição, eu vou acompanhar o relator, eu vou votar com o Senador Demóstenes Torres.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Randolfe Rodrigues, V. Exª está com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Excelência, a minha intervenção vai com um misto de consternação, porque vai ser o primeiro momento, desde a minha posse aqui no Senado que vou divergir do meu querido colega Senador Pedro Taques que reputo quase como um colega de bancada pela similaridade de posições que temos tido e pelas lides que temos participado na mesma perspectiva de enxergarmos o Brasil, o Senado e atuarmos aqui.

Quero iniciar concordando com a premissa apresentada pelo meu querido Senador Taques. Realmente, o quadro político brasileiro, o quadro partidário brasileiro tem sido, ao longo do tempo, desmoralizado. É verdade que a candidatura avulsa não é nenhuma novidade no mundo. Ela é adotada em muitos países da Europa, tais como Itália, Portugal e também nos Estados Unidos, embora sem efeito prático, porque na prática quem acaba sendo eleito são os candidatos do Partido Democrata ou do Partido Republicano. No entanto, vou para o princípio de que não sei se resolveremos o problema do carrapato, matando o gado. Sou da máxima de que devemos procurar fortalecer o sistema partidário brasileiro, tendo partidos políticos mais estáveis, mais orgânicos e mais ideológicos. Na verdade, nós tivemos no quadro partidário brasileiro, a partir da redemocratização, uma vulgarização. Mas, ao mesmo tempo, caminhamos em uma linha tênue, não podemos restringir o funcionamento, porque infringiríamos um dispositivo fundamental da República, que é alínea "e" do art. 1º da Constituição que resguarda o pluralismo político como um dos princípios da República . Ao mesmo tempo temos que resguardar e assegurar o funcionamento partidário, principalmente daqueles partidos que, embora pequenos, resguardam identidade política programática e ideológica, nós padecemos da vulgarização do cenário partidário brasileiro.

Não creio que a instituição da candidatura avulsa viesse a ser o remédio para esse mal. Creio que o remédio seria fortalecermos o quadro partidário brasileiro e termos cada vez mais o fortalecimento de partidos políticos programáticos e com definições ideológicas claras.

O que não favorece o quadro partidário brasileiro é, por exemplo, o surgimento de partidos políticos sem definições. Ouvi falar do surgimento de um partido político que dizia que não era de direita, nem de esquerda, nem de centro. Ou seja, é um partido que não tem definição. Isso é algo que não pode existir e que não existe na política.

Surgimento de partidos que se proclamam dessa forma acabam fragilizando o quadro político partidário brasileiro e fortalecendo as ideias de candidatura avulsa. Nesse aspecto, concordo com meu ilustre colega Senador Taques. Mas não creio que a instituição dessas candidaturas avulsas resolveria esse problema. Ao contrário, enfraqueceriam ainda mais o nosso quadro partidário e nós temos que buscar soluções para fortalecer os partidos políticos no Brasil.

Completo, dizendo que é com consternação que apresento esta posição por uma razão: pela primeira vez aqui no Senado, lamentavelmente, estou divergindo do meu quase colega de bancada – quero tratar assim –, Senador Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Uma vez é válido.

Para discutir a matéria, com a palavra o Senador Armando Monteiro.

Senador Aécio está inscrito.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente e companheiros, eu queria manifestar a minha convicção de que a posição expressa no relatório do Senador Demóstenes me parece a mais coerente com os objetivos que devemos perseguir de construir um sistema partidário mais representativo e que, de alguma forma, propicie as condições para que o Brasil construa um modelo de governança política mais adequado.

Nós reconhecemos o quadro político, o quadro partidário no Brasil como caótico. Há um grande número de legendas que nada expressam e que são apenas balcões de interesses muitas vezes de algumas figuras que se utilizam dos partidos para fins espúrios. Na realidade, a proposta da candidatura avulsa nada mais é do que uma forma de responder a essa confusão e às disfunções do quadro partidário reinante no País. No entanto, acho que precisamos ir na linha do fortalecimento dos partidos. Mas devo dizer que tenho sentido, na discussão da reforma política, a ausência de um ponto que, talvez, pudesse corresponder a uma forma de compensar essa impossibilidade de abrirmos a porta para as candidaturas avulsas, que é a necessidade de discutir a lei orgânica dos partidos.

Há oligarquias nos partidos que vedam o acesso, muitas vezes, das pessoas ao sistema e, portanto, é necessário discutir a lei orgânica para que os países se oxigenem, se tornem verdadeiramente instituições mais abertas, verdadeiramente plurais e, assim, possam acolher a possibilidade de que cidadãos, em geral, tenham acesso ao processo político-partidário. Então, sinto falta, na discussão da reforma política, de uma discussão sobre a lei orgânica dos partidos. Sem mudar a lei orgânica dos partidos, nós continuaremos a conviver com esse quadro partidário caótico e disfuncional.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, tem a palavra o Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Bem rapidamente, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, da mesma forma que o Senador Dornelles, relutei também em expressar aqui de público a minha posição, até em respeito ao autor dessa proposição, respeito que merece de todo o Congresso Nacional o Senador Itamar Franco.

Gostaria de fazer um registro que vai além da discussão desse ponto específico daquilo que optamos chamar por reforma política. Acho que o conjunto de matérias que aqui estão sendo discutidas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, deve ter por norte – e obviamente terá – o fortalecimento da democracia, mas, antes disso, o fortalecimento dos partidos políticos. O conjunto de medidas que estamos discutindo e que vamos discutir deve ter, como orientação fundamental, buscarmos ter, no Brasil, partidos políticos que representem segmento de pensamento da sociedade, passando, inclusive, pela redução do atual número de partidos que temos hoje.

Nesse sentido, o relatório do Senador Demóstenes me parece extremamente adequado. Eu acrescentaria apenas que a candidatura avulsa, uma proposta que eventualmente pode trazer simpatia de determinados setores da sociedade, tenderá a ir inexoravelmente na direção oposta àquilo que considero essencial, que é o fortalecimento dos partidos políticos, pois tenderá a ser permanentemente a condenação dos partidos políticos. Ela terá sempre como norte, independente da ênfase que dê um eventual candidato avulso, o menosprezo, a condenação, a tentativa de minimizar-se a importância e a relevância dos partidos políticos na construção do nosso sistema eleitoral.

Portanto, acompanharei o relatório do Senador Demóstenes, não obstante os argumentos extremamente louváveis e respeitáveis daqueles que se opõem ao relatório. Deixo aqui apenas este alerta: é importante que, no conjunto de matérias que ainda venhamos a discutir, o fortalecimento dos partidos políticos, passando pela redução do número atual, parece-me essencial para que tenhamos efetivamente uma democracia representativa no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, quero também fazer coro com o relator da matéria, por uma questão muito simples: a política é a arte da construção coletiva e os partidos políticos são o ambiente por excelência dessa discussão, dessa construção.

Vejam só, se estamos num esforço no sentido de diminuir o número de partidos do Brasil, justamente porque há muitos partidos menores que são utilizados de maneira indevida nos chamados "utilização de aluguel", imagine só se a construção de um partido nanico já exige algum tipo de esforço para registro e nós estamos condenando, imagine só o que seria se cada um individualmente passasse a ser, ele próprio, a instituição, ele próprio o partido, o partido dele mesmo, o partido do pensamento dele, de tal maneira que não se submetesse a nenhum tipo de apreciação.

A fidelidade partidária que queremos ver revigorada, para que haja o fortalecimento da democracia e o reconhecimento cada vez maior dos partidos e dos seus posicionamentos, vai exatamente em absoluto confronto com a ideia de candidaturas avulsas.

Então, nesse sentido, eu quero me associar ao Senador Demóstenes Torres, com seu relatório, e votar contra a possibilidade de que haja candidatura avulsa, porque os partidos políticos são essenciais para que continuemos fazendo nossa ação política coletivamente, e não com um indivíduo querendo fazer a política do eu próprio.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra à Senadora Ana Rita.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu gostaria de valorizar e elogiar o parecer do nosso relator, o Senador Demóstenes, pela brilhante posição que adotou na sua análise. É necessário que essa reforma política, realmente, contribua para o fortalecimento dos partidos, para que os partidos, de fato, apresentem programas claros e transparentes para toda a sociedade. É isso que temos dito, inclusive, nos debates que temos feito no Estado do Espírito Santo. E o parecer do Senador Demóstenes vai nessa direção.

Na verdade, respeitamos muito o autor da proposta, o nosso Senador José Sarney. No entanto, a proposta apresentada segue na contramão – inclusive, foi aprovado na Comissão de Reforma Política – daquilo em que acreditamos, que é o fortalecimento dos partidos. Na verdade, numa sociedade democrática, não podemos prescindir de partidos fortes, bem construídos, consolidados, que apresentem programas claros e transparentes para a sociedade.

Portanto, Sr. Presidente, quero valorizar, elogiar e parabenizar o Senador Demóstenes. Votaremos a favor do seu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Suplicy, V. Exª tem a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente Eunício Oliveira, há muitos aspectos que me parecem saudáveis no que diz respeito à proposição da candidatura avulsa, que, especialmente na Comissão de Reforma Política, foi defendida pelo Senador Itamar Franco. Mas acredito nos elementos apontados pelo Senador Demóstenes Torres, e muitos seguiram suas recomendações e ponderações. Há o empenho do Senado Federal em fortalecer, na reforma política, os partidos políticos, a fidelidade partidária. Espero também que, inclusive, esteja assegurado o princípio da democratização das decisões dos partidos políticos. Se for feita a lista fechada, que esta seja acompanhada, de forma a se assegurar a democratização da escolha por meio da participação de todos os filiados em cada partido. E espero que, na medida do possível, seja assegurado, em todas as agremiações partidárias, o procedimento de prévias tanto para a escolha dos candidatos ao Executivo, quanto para a escolha dos candidatos ao Legislativo. Essas medidas fortalecerão os partidos políticos.

Consoante com essa aspiração, também felicito e recomendo o parecer do Senador Demóstenes Torres.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Jorge Viana.

Lembro que, em seguida, haverá a discussão da PEC nº 37, cujo relator é o Senador Luiz Henrique. Quero fazer essa discussão, antes de encerrar esta reunião. O Senador Luiz Henrique estará conosco no encontro de hoje.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Na mesma direção, se V. Exª me permite, talvez fosse interessante votarmos o requerimento de convocação do Presidente da Caixa e do Ministro Palocci, até porque a Câmara acaba de convocar o Ministro Palocci. Acho que no Senado nós poderíamos ter a mesma oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Bloco/PMDB – CE) – Nós estamos num processo de discussão de outra matéria, Senador Demóstenes. Com o devido respeito a V. Exª.

Senador Jorge Viana...

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, a Senadora Marta Suplicy.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP. *Fora do microfone*.) – A Câmara não votou a convocação do Ministro Palocci...

O SR. PRESIDENTE (Bloco/PMDB – CE) – Essa matéria não está em discussão no momento...

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu sei, Sr. Presidente, eu só estou corrigindo aqui o Senador Demóstenes.

O SR. PRESIDENTE (Bloco/PMDB – CE) – Não quero fazer debate sobre essa matéria agora, estamos fazendo o debate da reforma política.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Exª tem toda razão. Continue no que está fazendo... não tem televisão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Bloco/PMDB – CE) – Nós estamos cumprindo com o compromisso desta Comissão de debater e votar as matérias que foram aprovadas na Comissão de Reforma Política. E quero honrar sempre o voto que recebi dos eleitores do Ceará e a palavra empenhada a V. Exªs.

Tem a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Senador Presidente Eunício, eu só queria também fazer esse registro que essa posição da Câmara foi reformada, como bem disse a nobre Senadora Marta Suplicy. Não tem nenhuma convocação, Senador Demóstenes.

Mas eu me refiro, aqui ao relatório de V. Exª que trata da Emenda à Constituição nº 41.

Eu, primeiro, queria fazer um registro, como já fez o meu Colega Aécio Neves, com todo o respeito, à ausência do Senador Itamar Franco, que apresentou esta proposta e que, lamentavelmente, passa por dificuldades de saúde, mas todos nós estamos na expectativa de que logo ele possa, restabelecido, retomar o seu trabalho aqui no Senado e continuar e seguir colaborando para o aperfeiçoamento do funcionamento desta Casa.

Mas aqui quero fazer um registro, como já fez o Randolfe, que ter que divergir do meu querido amigo, irmão e professor Pedro Taques, para mim já é um incômodo. Mas, de alguma maneira, temos assuntos da política que são assim mesmo. Certamente, são compreensões de como enfrentar o mesmo problema, e essas compreensões são divergentes ou diferentes.

Eu entendo que a Comissão do Senado responsável por apresentar proposta de reforma política cumpriu o seu importante papel, primeiro porque atende ao interesse da sociedade, que espera um posicionamento do Congresso sobre a reforma política. O próprio Governo da Presidente Dilma se manifestou confiante de que essa reforma política sairia. O Judiciário espera por essa reforma política e o cidadão brasileiro seria o grande beneficiário, porque nos custou caro trazer de volta o País para a normalidade democrática.

E aí, entrando no mérito dessa PEC, eu penso que são dois temas dos mais importantes, eu chamaria assim, quando a intenção é fazermos uma reforma política. Primeiro, financiamento de campanha. Como fazer isso? Como lidar com o dinheiro nas campanhas eleitorais do País. Esse é um desafio. É um desrespeito com a sociedade brasileira nós não fazermos nada para criarmos um ambiente de transparência, de pôr fim ao império do dinheiro, que eleição, uma atrás da outra se impõe no nosso País.

As candidaturas se dão muito mais em cima da plataforma da possibilidade de arrecadação financeira do que mesmo das suas plataformas de propósitos e dos seus compromissos.

Um outro aspecto muito importante, que é o tema da PEC, é o fortalecimento ou não dos partidos políticos. Aliás, eles estão na essência da democracia. E eu, mesmo entendendo que poderia ser uma possibilidade da candidatura avulsa, ainda mais se vier acompanhada de 0,5% do posicionamento dos eleitores, e ainda mais vinculadas às eleições municipais, mas entendo que hoje seria uma temeridade trabalharmos dessa maneira, com as candidaturas avulsas, porque fragilizariam ainda mais os frágeis partidos políticos. Hoje, boa parte dos partidos políticos estão se pegando em personagens, personalidades, para suprir parte de sua fragilidade. E, com o advento da candidatura avulsa, certamente nós teríamos uma avalanche de personagens e personalidades candidatos, fragilizando mais ainda os partidos e o individualismo. Eu acho que prevaleceria e romperia com a essência da política que é o compromisso com o coletivo, com plataformas que possam transformar a sociedade e melhorar a vida das pessoas e dar estabilidade ao País.

E dessa forma, então, eu concluo os meus comentários, juntando-me ao ilustre Senador Demóstenes, relator dessa matéria, tendo que, de uma maneira que não é cômoda para mim, me separar de alguns companheiros que sempre me dão boas lições quando da discussão de temas nesta Casa.

Então, Senador Eunício, são esses os meus comentários e estou junto com o relator Demóstenes nesta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Encerrada a discussão.

Em votação a matéria.

Os Srs. Senadores que concordam com o relatório do ilustre Senador Demóstenes Torres permaneçam como se acham.

Aprovado, com o voto contrário do Senador Pedro Taques.

O próximo item da pauta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – No primeiro item da reforma política está aprovado o relatório do Senador Demóstenes Torres, a quem eu aproveito para parabenizar e agradecer pelo firme e brilhante relatório.

Pela ordem, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, sem nenhuma intenção de retificação, mas não posso deixar de trazer a esta Comissão a notícia veiculada neste momento pela Agência Câmara de Notícias, exatamente neste 1º de junho, às 12h04, com a seguinte manchete – repito, a autoria dessa notícia não é minha, não é de Senador aqui, é da Agência Câmara de Notícias –: "Comissão de Agricultura aprova convocação do Ministro Palocci. Comissão de Agricultura, Pecuária e Abastecimento da Câmara acabou de aprovar a convocação do Ministro Chefe da Casa Civil, Antonio Palocci, atendendo a requerimento do Deputado Onyx Lorenzoni, do DEM do Rio Grande do Sul."

Então, só falta a nossa Comissão aprovar aqui no Senado.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quero acrescentar aqui que a discussão...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ilustre Senador Randolfe Rodrigues...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – É só um pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Randolfe Rodrigues, eu vou colocar o próximo item da pauta e, após a discussão dessa matéria, eu vou dar também o informe desta Comissão a V. Exª em relação ao requerimento que tem V. Exª nesta Mesa, ao requerimento que tem o Senador Alvaro Dias na mesma linha de convocação do Ministro Palocci, e ao requerimento que tem o Senador Demóstenes Torres para convocação do Presidente da Caixa Econômica Federal.

Sem requer fazer um debate aqui na Comissão sobre essa matéria neste momento, e já fazendo, quero dizer a V. Exª que nós não vamos debate aqui desta matéria hoje, mas eu quero firmar um compromisso com a Comissão. Na próxima quarta-feira, os três requerimentos – do Senador Alvaro Dias, do Senador Demóstenes Torres, do Senador Randolfe – estará na pauta desta Comissão e aí não compete mais a esta presidência tomar nenhuma iniciativa. A iniciativa está tomada, porque sei que esse será um assunto de debate intenso aqui e eu não quero fugir, Senador Alvaro Dias, da minha responsabilidade de presidente desta Comissão. Poderia eu passar os trabalhos para qualquer um dos Srs. Senadores e sair para o compromisso que não depende da minha vontade – é uma convocação do meu Partido, eu sou da direção nacional do PMDB e, portanto, tenho obrigação de estar presente. Mas deixo já claro aqui o compromisso público desta presidência de que, na próxima quarta-feira, que é a reunião ordinária – nós teremos uma reunião às 10h na terça-feira, extraordinária, com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, que vem aqui fazer uma explanação sobre a PEC nº 15. Nós vamos fazer o debate, como me comprometi, de dois membros indicados, um para o Conselho Nacional do Ministério Público e outro para o CNJ, também na terça-feira, e, na quarta-feira, antes de iniciarmos as votações das matérias da reforma política, estarão os três requerimentos: o do Senador Alvaro Dias, que foi o primeiro requerimento que entrou aqui na Comissão, de convocação do Ministro Palocci; o do Senador Demóstenes Torres, que convida o Presidente da Caixa, Jorge Hereda; e o de V. Exª, Senador Randolfe Rodrigues, que também convoca o Ministro Palocci.

Então, há o compromisso desta presidência para não fazermos esse debate. Vamos iniciar a proposta...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – O Item nº 1 da pauta na quarta-feira, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Na quarta-feira, abrirei a pauta com os requerimentos de V. Exª, do Senador Randolfe Rodrigues e do Senador Demóstenes.

ITEM 6
– Não Terminativo –
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 37, DE 2011

Altera os arts. 46 e 56 da Constituição Federal, para reduzir de dois para um o número de suplentes de Senador; vedar a eleição de suplente que seja cônjuge, parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau, ou por adoção do titular e dá outras providências.

Autoria: Comissão de Reforma Política.

Encaminhamento do processado: autoria do Senador José Sarney e de outros Senadores.

Relator: Senador Luiz Henrique.

A proposta foi lida na semana passada, e nós vamos abri aqui o processo de discussão e votação dessa matéria não terminativa.

Inscrevem-se, para discutir a matéria, o Senador Demóstenes Torres, o Senador Luiz Henrique, a Senadora Marta Suplicy...

Concedo a palavra ao primeiro inscrito, o Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu pediria preferência, já que sou relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu daria a palavra ao Senador Demóstenes e, em seguida, a V. Exª, a não ser que V. Exª queira fazer algum comentário sobre o relatório.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não tenho objeção nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Nenhuma?

Então, o Senador Luiz Henrique tem a palavra como preferência.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu pedi preferência, e peço licença para fazê-lo ao Senador Demóstenes, porque eu estou incorporando uma emenda de autoria de V. Exª, Sr. Presidente, ao meu parecer.

Esse projeto foi o menos polêmico na Comissão de Reforma Política. Ele traz mudanças importantes no que diz respeito à eleição de Senadores, ao reduzir o número de suplentes de dois para um, ao impedir que o suplente seja esposa ou parente até o segundo grau do candidato e ao modificar o sistema de substituição do titular, estabelecendo que o suplente, no caso de impedimentos temporários, substitui o titular, mas não o sucede. Quanto à sucessão, havendo a vacância do cargo, o suplente assume apenas até a convocação de uma nova eleição para que se escolha o sucessor do Senador que der origem à vaga.

Mas há mais uma emenda importante. A emenda de V. Exª que estabelece o seguinte: "Não haverá convocação do suplente durante os períodos de recesso do Poder Legislativo". Eu acolho a emenda no meu parecer e peço aos Srs. Senadores que aprovem este projeto, que é importantíssimo para aprimorar as nossas instituições.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Agradeço a V. Exª pelo acolhimento da emenda da não convocação de suplentes de Senador durante o recesso parlamentar, até porque compreendo que não haverá necessidade de convocação no período em que nós estaremos de recesso.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, pedi a palavra em primeiro lugar porque fui autor de um substitutivo mais ou menos nessa direção; na realidade, ele era um pouco mais drástico. Mas nós fizemos um acordo na Comissão para não se rejeitar totalmente o que eu tinha proposto. A minha ideia original era fazer com que o Senador e o Deputado Federal pudessem ser parlamentares, como é, por exemplo, nos Estados Unidos, onde, convidada para ser ministra, a Senadora Hillary Clinton renunciou ao seu mandato.

Então, qual era a ideia? A ideia era a seguinte: acabavam-se os suplentes; não haveria mais suplentes. O segundo mais votado seria convocado, por um período curto, até que se realizasse uma nova eleição. No caso de haver dois Senadores eleitos – o que aconteceu agora –, seria convocado o terceiro mais votado e até o quarto mais votado.

Prevaleceu o argumento do Senador Marco Maciel de que eles eram derrotados; o povo tinha derrotado aqueles Senadores, eles perderam a eleição. Então, a minha ideia original foi afastada.

Tentei uma alternativa, que era buscar o Deputado Federal mais votado, do partido ou da coligação, e, na sua ausência, do Estado. Então, o Deputado Federal mais votado também assumiria aqui até que se realizasse uma nova eleição. A grande maioria não quis essa alternativa, alegando que ele tinha sido eleito para ser Deputado e não Senador. E eu lembrava, inclusive, que Deputado pode ocupar, eventualmente, a Presidência da República, está na linha de sucessão. Não é verdade? Então, se pode ser Presidente, por que não pode ser Senador?

Mas essas alternativas, naquele momento, foram afastadas. Ela trazia junto a proibição de o Senador ser Secretário de Estado ou ser Ministro. Por quê? Porque um dos grandes problemas que nós temos aqui é ter muitos suplentes – chegamos a ter mais de 20 – tocando aqui como Senador. O Senador Pedro Simon participou dessa discussão. Acho que outros Srs. Senadores aqui presentes também, como o Senador Suplicy.

Outro problema em relação ao grande número de suplentes desempenhando mandato era o fato de que, na metade do mandato, saía o Senador para ser candidato a prefeito ou a vice-governador ou a governador do Estado. Então, proibia-se de, no meio de um mandato, o Senador sair candidato, e o Deputado Federal idem, porque não se pode dar outro tratamento.

Essas ideias foram recusadas. Elas não foram aprovadas naquele momento. Aí nós buscamos uma

alternativa que englobava a vontade da maioria. Em vez de termos dois suplentes, teríamos apenas um suplente, e o suplente jamais seria sucessor. Ele iria, apenas temporariamente, desempenhar aquela função. E, ao final, foi o que acabou prevalecendo, foi para o plenário e tal. E agora, na reforma política, nesta Comissão, também da mesma forma. Ou seja, tem um suplente que não pode ser parente e agora, também, não pode ser convocado; e ele fica, o suplente se convocado, até a próxima eleição, seja ela municipal, seja ela estadual ou federal, qualquer que seja a próxima eleição.

Se a vacância acontecer nos dois últimos anos não se fará eleição. Por quê? Porque não se vai convocar uma eleição para a pessoa ser, no máximo, dois anos Senador e, às vezes até, com cinco meses de mandato, com seis meses de mandato. Não tem lógica fazer dessa forma.

Agora, alguns Srs. Senadores, entre eles o Senador Pedro Taques, o Senador Randolfe Rodrigues, que não sei se continua na mesma posição, mas acho que sim; o Senador Pedro Simon, o Senador Roberto Requião, gostariam que voltasse esse termo anterior: ou seja, que não pudesse ser ministro, que não pudesse se candidatar no meio do mandato, ressalvando o direito adquirido dos atuais ocupantes, porque isso já está na própria PEC relatada pelo Senador Luiz Henrique, e que, de certa forma, contemplaria o que é uma vontade nacional: o fim do suplente de Senador, convocando-se aquele que for o segundo mais votado, ou, dependendo da eleição, o terceiro ou o quarto mais votado, e nessa impossibilidade também, chamando o Deputado Federal mais votado.

Então é só para fazer um relato do que já aconteceu, em termos de discussão, do porquê nós chegamos a esse texto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, a grande questão do suplente, sem "fulanizar" a conversa, porque sabemos da importância de muitos Senadores que foram suplentes, é a falta de legitimidade do voto.

Hoje a legislação eleitoral determina que o nome do suplente e a fotografia estejam na urna eletrônica, mas anteriormente não era assim. O suplente é importante, mas falta a ele a legitimidade do voto. O ideal seria que, na eleição para dois terços do Senado, aquele terceiro mais votado pudesse assumir em caso de sucessão daqueles dois Senadores.

Mas nós temos aí a natureza jurídica diversa da eleição para Deputados Federais, em que é proporcional, que o sistema é um, diferente do Senador, que é majoritário, o sistema é totalmente diferente, porque aí nós chamamos o terceiro de derrotado. Mas ele não é derrotado, ele recebeu voto. E lá, na Subcomissão Especial da Reforma Política, eu defendi a extinção do suplente – é lógico que daqui para frente –, porque o segundo ou o terceiro, dependendo da eleição, assumiria o cargo.

Agora, mais do que isso, esta PEC nós temos que debater. Eu apresentei uma PEC nesse sentido com a proibição – e em sendo aprovado, recebi a assinatura de 32 Senadores – para que Deputados Federais e Senadores exerçam cargos no Executivo. Ora, nós vivemos num Estado que é presidencialista, onde os Parlamentares têm a função de fiscalizar o Executivo. Imagine, Sr. Presidente, a seguinte situação esdrúxula, esquisita: até ontem à noite, nós tínhamos 38, 39 Ministérios no Poder Executivo. Se Sua Excelência a Presidenta da República entender por bem de colocar 40 Senadores para assumirem os Ministérios... Ela, a Presidenta, pode mudar toda a composição política dentro de uma das Casas que tem a obrigação de fiscalizá-la.

Então, em um Estado presidencialista, Deputados Federais e Senadores assumirem cargos no Executivo, com todo o respeito, isso me parece algo no mínimo esquisito, se nós temos a função de fiscalizar.

Agora, dentre muitas coisas que o Senador Dornelles nos ensinou, como Presidente da Subcomissão Especial da Reforma Política, é que o ótimo é inimigo do bom. Não é isso? O ótimo é inimigo do bom.

Esta proposta de que nós tenhamos um suplente e ele apenas substituirá, não sucederá, me parece que, neste instante, é a melhor. Com a proibição prevista no art. 14, § 7º da Constituição de que parentes consanguíneos ou afins possam ser suplentes, porque isto ofende o princípio republicano com todo respeito.

Assim, vou votar favoravelmente à proposta.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Com a palavra o próximo orador inscrito, Senador Aécio Neves, para discutir a matéria.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, gostaria de registrar que, no âmbito da Comissão de Reforma Política, presidida com extrema competência pelo Senador Dornelles, essa foi talvez, como aqui relatou o Senador Luiz Henrique, as matérias, não obstante posições divergentes no início, das mais convergentes. Até porque a sociedade brasileira, ou boa parte dela, não compreende que nós tenhamos uma parcela expressiva, extremamente representativa do Senado Federal, ocupada por aqueles que não foram diretamente eleitos para isso.

Mas o outro extremo me parece ainda mais perigoso. Lembro-me que o Senador Pedro Taques levantou

essa possibilidade e ainda sustentado por alguns outros Senadores de que, na eventualidade do afastamento ou do impedimento de um Senador eleito, o segundo mais votado no caso da eleição para um terço do Senado e o terceiro mais votado na eleição para dois terços do Senado pudesse assumir. Não me pareceu – e também não é comum que eu divirja do Senador Pedro Taques – que isso colaborasse ou contribuísse para que a vontade do eleitor pudesse se atendida. Na verdade, o que nós buscamos e a expressão é boa: o ótimo muitas vezes é inimigo do bom. Nós conseguimos algo de absoluto equilíbrio. Reduz-se, portanto, para um suplente de Senador apenas, e o eleitor, quando optar por esse Senador, está sabendo, do ponto de vista teórico, pelo menos, que na eventualidade da vacância ou da ausência daquele titular, o suplente está sendo votado já não mais para sucedê-lo mas para substituí-lo.

Essa é uma das medidas positivas tomada pela Comissão de Reforma Política que se soma à questão da vedação da eleição de suplente que seja cônjuge, parente consanguíneo ou afim até segundo grau, portanto já é também uma medida moralizadora nesse processo. Poderemos ter, a partir disso, apenas substitutos de Senadores até a próxima eleição, como diz o Senador Demóstenes, seja ela municipal ou nacional.

Fiz questão de me manifestar apenas para dizer que, ao contrário do que alguns que não participaram, ou pelo menos não acompanharam muito de perto as discussões – e não me refiro a Senadores, mas a outros atores do cenário político –, a Comissão presidida pelo Senador Dornelles produziu avanços e importantes e acredito, até porque não sou dos mais otimistas em relação a mudanças muito profundas no nosso processo político do nosso sistema eleitoral, que essa poderá ser uma das matérias a serem aprovadas consensualmente pelo Congresso Nacional.

E aqui manifesto já, desde pronto, o meu apoio ao relatório do ilustre Senador Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, com a palavra a Senadora Marta Suplicy.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quero parabenizar o Senador Luiz Henrique e toda a Comissão que elaborou essa proposta. Pareceu-me que ela responde a uma ansiedade da população, principalmente sobre a questão do nepotismo.

Tenho uma dúvida, Senador Luiz Henrique, e gostaria de, talvez, elucidá-la agora antes da votação. Pareceu-me muito adequado que o suplente seja um substituto, não mais um suplente, e que na próxima eleição vai se eleito outro ou até ele eventualmente.

Quero, primeiro, saber se ele pode concorrer, se está claro. Não entendi se, em relação a um Senador ser convidado para um ministério, se isso está incluso. Ele perde o mandato e já vai ser o outro que vai ser substituído e depois tem eleição. Nesse caso, eu não acho correto, porque tiraria a possibilidade de grandes quadros da nossa política, como mostra a nossa história, serem ministros e depois voltarem ao Senado; ou às vezes serem direto ministros e não retornarem ou retornarem. Sua posição não ficou clara para mim. Gostaria de ter uma resposta sobre as duas questões.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Nobre Deputada Marta Suplicy.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senadora.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Fui doze anos Deputado, desculpe.

Nobre Senadora Marta Suplicy, o inciso III do art. 1º responde a dúvida de V. Exª. Diz o seguinte: "Mantém a convocação do suplente em caso de afastamento temporário ou definitivo do titular(...)". Evidentemente que a nomeação para ministro é o caso de afastamento temporário. Está previsto aqui nessa expressão. Só faz uma ressalva, mas na hipótese de vaga, determina a realização de nova eleição. Ou seja, o suplente que for eleito a partir das próximas eleições, caso entre em vigor esta modificação, vai substituir, mas não vai suceder o titular.

Então, a hipótese de afastamento do Senador para exercer o cargo de ministro está contemplada na redação dessa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Luiz Henrique.

O próximo Senador inscrito é o Randolfe Rodrigues e, por último, o Senador Francisco Dornelles antes de votarmos a matéria.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Excelência, só reiterando que o ideal seria a proposta que apresentamos anteriormente, incluindo... A nossa proposta ideal que aqui apresentamos é que fosse incluso a vedação para que Senadores ocupassem postos no Executivo, visto que não é condizente com o regime presidencialista e a lógica de uma República presidencialista é a separação entre Parlamento e Executivo.

A quase fusão das atividades de Parlamento e Executivo ocorre no sistema parlamentarista. A característica do presidencialismo é a clara demarcação entre atribuições do Executivo e do Legislativo. Portanto, parece-me inadequado com o nosso regime presidencialista a possibilidade de Senadores assumirem cargos no Executivo.

De qualquer forma, a proposta vem ajustar – e aí vem o mérito da proposta – a condição do suplente, a proibição de cônjuge e a possibilidade de eleição. Eu creio que, dentro do possível, foi a alternativa encontrada pela Comissão.

Só quero chamar a atenção aqui para a interpretação do inciso II do parágrafo 4º do art. 56 da proposta, que diz o seguinte: "Se a vaga ocorrer dentro de cento e vinte dias antes da realização de eleições gerais, sejam municipais ou federais e estaduais, o novo titular será eleito em pleito simultâneo às eleições subsequentes, aplicando-se o disposto no art. 46, § 3º".

Há uma dúvida sobre esses 120 dias, porque, pela redação colocada, impõe os 120 dias antes. A primeira pergunta a ser colocada: e se for posterior a 120 dias? O dispositivo não esclarece isso. No mais, há uma preocupação que eu quero aqui trazer levantada pela assessoria técnica do nosso Partido, que me parece ser um problema de ordem técnico-legislativo. Ou seja, não levanto nenhuma questão em relação ao mérito, mas me parece que há necessidade de uma análise de ordem técnico-legislativa. A hipótese de que trata o inciso II do § 4º do art. 56 da proposta pode trazer distorcidas interpretações, e a primeira é esta: estão falando de 120 dias, mas isso ocorre no curso dos 120 dias, não antes dos 120 dias.

Quero trazer um exemplo que nos foi fornecido pela nossa assessoria técnico-legislativa: o caso em que um Senador foi eleito em 2010 e venha a falecer em julho de 2016 e em que seu suplente já tenha falecido anteriormente. Ocorreria, assim, a vaga do cargo. O que aconteceria em 2016? Não haveria eleição para a vaga do Senador, pois o período seria inferior a 120 dias da realização da eleição. Então, parece-me que existe um problema de técnica legislativa na redação do inciso II do § 4º do art. 56 da Constituição. Falta explicitarmos claramente o que queremos dizer nesse dispositivo.

Essa é, salvo melhor juízo, a análise que faço, Sr. Presidente. Então, penso que não há problema em relação ao mérito. Vou utilizar a máxima trazida aqui pelo Senador Taques, citando o ilustre Senador Dornelles: entre o bom e o ótimo, é melhor, muitas vezes, optar pelo bom e possível. Opto por isso, mas quero chamar a atenção para esse problema de técnica legislativa, que deve ser ajustado no inciso II.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou conceder a palavra ao Senador Dornelles, que é o último orador inscrito. Enquanto isso, o Senador relator Luiz Henrique terá tempo para analisar o questionamento de V. Exª, para concluirmos essa votação tão importante em torno da reforma política no dia de hoje.

V. Exª tem a palavra, Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar o Senador Luiz Henrique pelo seu relatório, que reduz o número de suplentes de dois para um, que proíbe o parentesco e que estabelece que o suplente substitui mas não o sucede.

Eu queria dizer ao Senador Pedro Taques e ao Senador Randolfe que, muitas vezes, também me preocupo com a posição de o Senador ou o Deputado poder ocupar cargos do Poder Executivo. Mas esse é um assunto que não está diretamente ligado a essa questão, que trata de suplência de Senador. Isso é geral. Podemos, inclusive, examinar isso num contexto mais amplo.

Em relação ao ponto levantado pelo Senador Randolfe, quero dizer que, se a vaga ocorrer quando praticamente todos os parâmetros de uma eleição já estiverem colocados, não se pode mudar. Então, se a vaga se der 120 dias antes de uma eleição geral, não se pode inscrever aquele Senador para essa eleição; então, ele será lançado candidato em outra eleição. Não há contradição nesse dispositivo desse parágrafo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Mas aí fica a vacância.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Não, não haveria vacância. O suplente ficaria no cargo até a próxima eleição.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Daqui de cima, é mais fácil observamos o que dizem V. Exªs. O que entendi – vamos deixar isto claro – é que, se isso ocorrer nesse período, não haverá tempo para a próxima eleição, mas, na eleição subsequente, esse suplente terá o direito ou a sorte de, por um pouco mais de tempo, exercer o mandato, até que aconteça a eleição após os 120 dias. É isso?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Está claro, Senador Randolfe?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Está claro, mas eu queria solicitar uma melhor análise da redação. Entendi o mérito. Não sei se a interpretação que se pode dar ao disposto é exatamente essa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Luiz Henrique é o relator da matéria. Estamos em processo final de votação. O Senador Suplicy pede trinta segundos, mas, antes, vou dar a palavra a V. Exª para prestar os esclarecimentos necessários.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Data vênia, Sr. Presidente, o projeto de lei é bem cla-

ro. A lei deve obedecer ao princípio da clareza e da objetividade.

Configuram-se nas alíneas a e b duas hipóteses diferentes. Na alínea a é quando a vaga ocorre antes de 120 de uma eleição. A alínea b configura a vacância quando ocorre dentro de 120 dias antes da eleição. Porque aí é impossível se proceder à eleição nesse período e, portanto, fica a escolha do sucessor do Senador que der margem à vacância, por renúncia ou por morte, para ser escolhido na eleição subsequente. Nesse período, o suplente, que não sucede mas substitui, fica substituindo o titular.

Me parece muito claro, Sr. Presidente, como já esclareceu o nobre Senador Francisco Dornelles.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Está muito clara a posição colocada pelo Relator, e o Senador Suplicy pede 30 segundos, e eu jamais negaria esse pedido ao Senador Suplicy.

V. Exª tem a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Logo que cheguei aqui no Senado, apresentei uma proposta para que não houvesse mais Senadores que não fossem diretamente eleitos. A minha proposta original dizia que, para cada Senador titular, a convenção do partido indicaria ainda dois nomes que deveriam ser eleitos diretamente – poderia haver até três ou quatro nomes, dos quais o primeiro e o segundo seriam respectivamente, mas eleito diretamente o primeiro e o segundo suplente.

Mas eu quero cumprimentar o Senador Luiz Henrique, porque o objetivo de minimizar a existência dos suplentes está em grande parte atendida e por isso acho que há um avanço significativo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Como eu fui o relator dessa matéria do Senador Suplicy, eu só esclareço por que dei o voto contra. Porque o suplente, a rigor, não é nada. Então, se faria uma eleição para uma pessoa que não é nada. Ele fica na expectativa de alguém morrer, ocupar algum cargo etc. Então, se faz eleição. Tanto é que já fizemos eleição, inclusive, para vice, com toda a importância que tem um vice. Mas há muito tempo no Brasil se tomou a direção de que só se vota para quem vai ocupar algum posto. Foi por isso, exatamente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas agora, tanto o seu parecer quanto o do Senador Luiz Henrique, em grande parte, minimiza a existência do suplente. Então, eu votarei a favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes, estou desconfiado de que V. Exª vai fazer a alegria do seu suplente. Pela elegância com que V. Exª está se vestindo e se apresentando aqui nesta Comissão, acho que os eleitores de Goiás vão votar já, já no senhor e fazer a alegria do seu suplente.

Eu quero aqui agradecer também...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Quero esclarecer que não se trata de morte, não é, Presidente?! *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não se trata de morte.

O SR. RADOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Eu fiquei preocupado. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu quero agradecer aos Srs. Senadores pela incorporação da emenda que apresentei ao Senador Luiz Henrique e agradecer a S. Exª por ter acatado esta emenda que acredito seja importante nesta questão que estamos debatendo...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Emenda extremamente importante, Sr. Presidente. V. Exª está de parabéns e o Senador Luiz Henrique também.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu agradeço, principalmente partido de V. Exª que foi o Presidente desta Comissão e que teve tantos debates em relação a esta matéria.

Em votação.

Não havendo quem queira discuti-la, encerro a discussão. *(Pausa.)*

Em votação a matéria.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o segundo item da PEC que trata dos suplentes de Senador.

Aprovado o relatório que passa a constituir Parecer da Comissão favorável à proposta com as emendas de nºs 1 e 2 da CCJ.

A matéria vai a plenário.

Agradecendo a presença de todos os senhores, justifico que os itens 1, 2 e 4 não foram apresentados aos Srs. Senadores pela ausência dos Senadores a esta Comissão já que estão participando do Conselho Político e não tiveram condições de aqui estar. Mas, na próxima quarta-feira, estaremos com essa matéria em pauta.

Portanto, para que a opinião pública brasileira acompanhe o nosso compromisso e o nosso calendário,

hoje nós aprovamos duas matérias importantes da reforma política, que está sendo votada nesta Comissão.

No mais, agradeço a todos pela presença e até a próxima terça-feira, quando receberemos aqui o Presidente do Supremo Tribunal Federal, para debater importante matéria.

Um abraço.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a Reunião às 13horas e 04minutos.)

VIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às dez horas e vinte e um minutos do dia sete de junho de dois mil e onze, na Sala de Reuniões da CCJ, número três, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a Presidência do Senador Eunício Oliveira, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Pedro Simon, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Demóstenes Torres, Randolfe Rodrigues, Aníbal Diniz, Clésio Andrade, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, Flexa Ribeiro, José Agripino e Ciro Nogueira e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Magno Malta, Marcelo Crivella, Romero Jucá, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Aécio Neves, Armando Monteiro e Gim Argello. O Presidente (Senador Eunício Oliveira) registra a presença dos Senhores Sidnei Beneti, Ministro do Superior Tribunal de Justiça – STJ; Arystóbulo de Oliveira Freitas, Presidente da Associação dos Advogados de São Paulo – AASP; Bruno Dantas, Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP; Marcelo Neves, Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça – CNJ; Reynaldo Fonseca, Desembargador Federal e Diretor da AJUFE; Carolina Yume; Cristina Petcov e João Batista. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM ÚNICO: AUDIÊNCIA PÚBLICA** DESTINADA A DEBATER A **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 15, DE 2011** Altera os arts. 102 e 105 da Constituição, para transformar os recursos extraordinário e especial em ações rescisórias. **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço e outro(s) Sr(s). Senador(es). **Relatoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. Audiência Pública aprovada conforme Requerimento nº 21, de 2011-CCJ, de iniciativa do Senador Aloysio Nunes Ferreira. **CONVIDADO: MINISTRO CEZAR PELUSO** Presidente do Supremo Tribunal Federal. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara encerrada a presente reunião às doze horas e trinta e seis minutos e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eunício Oliveira,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É com prazer que recebemos aqui o Ministro Cezar Peluso, Presidente do Supremo Tribunal Federal. Convido o Ministro Sidnei Beneti e o Dr. Henrique Nelson Calandra para se sentarem aqui, nesta fileira, onde se sentam os Senadores.

De acordo com o que preceituam os arts. 397 e 398 do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará os seguintes procedimentos: o Sr. Ministro Cezar Peluso terá o tempo de trinta minutos para sua exposição, podendo ser prorrogado, de acordo com a necessidade de V. Exª. Em seguida, passaremos à fase de questionamento pelos Srs. Senadores e Srªs Senadoras inscritos. A palavra aos interpelantes será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido, se for o caso. O interpelante dispõe de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do Ministro Presidente Peluso. O Ministro terá o tempo para réplica, também, de três minutos, podendo se prorrogado por esta Presidência.

Para ouvir a exposição que será feita nesta manhã, de acordo com o Requerimento nº 21, de autoria do nobre Senador Aloysio Nunes Ferreira, convido V. Exª, se assim o desejar, para que faça parte da nossa Mesa.

Passo a palavra, para ouvirmos com atenção a sua exposição, ao Ministro Cezar Peluso.

Tem a palavra V. Exª, Ministro.

O SR. CEZAR PELUSO – Exmº Sr. Senador Eunício Oliveira, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Aloysio Nunes, Relator da PEC nº 15, Srs. Senadores, em particular nossa saudação ao Senador Ricardo Ferraço, do Espírito Santo, senhoras e senhores, eu considero uma grande honra, como não poderia deixar de ser, comparecer a este Senado Federal para ajudar a esclarecer uma ideia que, não obstante por mim originalmente formulada, foi assumi-

da pelo Senador Ricardo Ferraço, que apresentou uma PEC, a cujo respeito eu me manifestarei no decorrer da exposição, e cujo relatório está entregue às mãos competentes do Senador Aloysio Nunes, por todos os títulos, não apenas porque S. Exª é, reconhecidamente, um político de grande capacidade, mas porque é, também, um ex-aluno laureado da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco e, portanto, um jurista.

O ponto de partida para essa proposta está naquilo que nós, há muitos anos – já perdemos até a origem dessa afirmação –, chamamos de "crise do Judiciário", que é uma queixa velha, renitente, mas muito justa, da sociedade brasileira e que vem, ao longo dos anos, recebendo o apoio incondicional da imprensa, porque ela diz respeito à crítica da morosidade intolerável dos processos e hoje, em particular, após a Emenda Constitucional nº 45, porque ela também é ofensiva ao direito, agora positivado, de uma duração razoável do processo e do uso dos meios necessários à celeridade na tramitação das causas, e que se revela sob duas vertentes.

A primeira delas, na área cível, onde essa delonga intolerável não aproveita a quem, na verdade, tem razão e a quem ganha, porque quase nunca a satisfação do direito é realizada em tempo satisfatório.

Eu lembro, aqui, algumas hipóteses, uma delas muito expressiva, que é a das ações expropriatórias. Eu, particularmente, tenho conhecimento, e por isso não faço uma elucubração, mas reconheço o dado da Justiça a que pertenci, durante mais de 30 anos, que é a Justiça paulista, em que as indenizações das ações desapropriatórias, em geral, não são recebidas pelos credores originários. São recebidas pela segunda geração, pelos filhos e, não raro, pelos netos. O mesmo se verifica, em geral, em outras ações: nas ações de indenização, nas ações referentes aos planos econômicos – o Supremo Tribunal Federal vai, durante este mês de junho, pôr em julgamento um conjunto de recursos que diz respeito ao Plano Collor II, ainda, cujas pretensões não foram até hoje decididas –, temos o caso dos consumidores, temos o caso de retomada de imóveis, e assim por diante. Isso é uma coisa mais ou menos óbvia.

A segunda vertente é a sua repercussão na área criminal.

Há, de fato, uma sensação geral de impunidade, que é atribuída ao Judiciário e, além dessa sensação, há, de fato, casos de impunidade efetiva que, de fato, ocorre. Ocorre em virtude da demora nas condenações, que gera essa impressão de impunidade, e há as impunidades efetivas, decorrentes, por exemplo, do reconhecimento de prescrição, seja no plano concreto, seja no plano abstrato, em virtude da delonga dos processos. E nada mais significativo para ilustrar esse fato óbvio do que os casos recentes. O primeiro deles de um jornalista que, na verdade, começou a cumprir a pena após 15 anos da pendência do processo criminal. O segundo, e não por coincidência, é o caso de um promotor do Estado de São Paulo que, em virtude da prática de um ato grave há 22 anos, só veio efetivamente a perder o cargo há poucos dias, recebendo, durante todo esse largo tempo, os subsídios, como se ainda estivesse pertencendo à instituição, e sem que, portanto, tivesse atuado à causa da sua exoneração.

Mas, na verdade – ao Senador Ricardo Ferraço –, devo mencionar que recebi ontem – eu não conhecia, provavelmente V. Exª conheça –, uma comunicação da família de Anastácio Cassaro, um Prefeito. Foi assassinado há 25 anos. Os autores, acusados do crime, serão julgados apenas no dia 07 de junho deste ano. Vinte e cinco anos para o julgamento! E, ainda assim, sujeito a recursos, que retardarão o trânsito em julgado da condenação e, portanto, a execução da pena.

Há, portanto, uma percepção social de uma – como eu a chamo – indústria de recursos protelatórios. E é, portanto, a demanda do povo contra essa situação, absolutamente insustentável, que, suponho, devamos todos ter os olhos voltados na apreciação dessa proposta de emenda constitucional.

A causa óbvia dessa situação está, indiscutivelmente, na prodigalidade do nosso sistema recursal, composto de quatro instâncias. A admissibilidade, a mera admissibilidade dos recursos impede o trânsito em julgado. Em outras palavras, não é preciso que o recurso seja interposto ainda. A mera possibilidade de uso do recurso já impede o trânsito em julgado. E, evidentemente, se o recurso é interposto, essa causa de suspensão da eficácia ou das eficácias da decisão prolongar-se-á. Com isso, não há trânsito em julgado, não há possibilidade de execução definitiva quando a sentença seja de caráter condenatório, nem se produzem nas sentenças de outro tipo as suas eficácias próprias antes do trânsito em julgado da decisão.

E a questão não diz propriamente, do ponto de vista técnico, nenhum respeito ao chamado efeito suspensivo. Não é uma questão de efeito suspensivo ou não, porque com efeito suspensivo ou sem efeito suspensivo o prolongamento do termo do marco do trânsito em julgado é o mesmo. A questão é de definição ou de concepção legal do trânsito em julgado, que hoje, em virtude de uma norma infraconstitucional do Código de Processo Civil que é estendida por analogia a todas as demais causas, está ligada à condição de exaustão de todos os recursos possíveis.

A observação neste ponto que me parece relevante é de que a Constituição Federal não define nem

a coisa julgada nem o marco do trânsito em julgado. Ela faz referência a ambos os institutos, cuja concepção, cuja definição e, portanto, cujo perfil é objeto das normas infraconstitucionais.

A exeguibilidade provisória que hoje existe é absolutamente inútil do ponto de vista prático, porque, pelo tempo que se leva para o trânsito em julgado das decisões condenatórias, ela se torna, na prática, de certo modo, inútil pela demora na satisfação do direito subjetivo reconhecido.

Em segundo lugar, nós temos uma multiplicidade de vias de acesso à terceira e à quarta instância, ou seja, aos Tribunais Superiores e ao Supremo Tribunal Federal.

Num levantamento muito meticuloso, idôneo e muito sério da Fundação Getúlio Vargas, encontraram-se 37 vias de acesso ao Supremo Tribunal Federal – recurso extraordinário, agravos, agravos de instrumento, agravos regimentais, embargos de declaração, embargos de divergência, etc. –, todas essas vias impeditivas do trânsito em julgado da decisão. Todas elas.

Em terceiro lugar, o sistema produz, portanto, uma primeira sobrecarga dos Tribunais Superiores, sobretudo, e do Supremo Tribunal Federal pelo uso dos recursos manifestamente inviáveis, ou seja, de recursos sem nenhuma condição de exame e que impedem o indeferimento liminar.

Por este motivo, o Supremo Tribunal Federal aprovou uma reforma regimental que atribui ao presidente da Corte competência para indeferir liminarmente esses recursos. Para que os senhores tenham uma ideia, eu tomei posse na Presidência da Corte em abril do ano passado; eu deneguei e devolvi para as instâncias inferiores 31.943 recursos absolutamente inviáveis. Trinta e um mil, novecentos e quarenta e três recursos inviáveis! Não fosse a competência atribuída ao Presidente do Supremo, ia sobrecarregar, digo melhor, ia agravar a brutal sobrecarga dos Ministros do Supremo Tribunal Federal o exame desses recursos.

Mas, ao lado dessa sobrecarga que já em si é muito expressiva, há – esta sim – a sobrecarga, que eu chamo de brutal, dos recursos residuais. Isto é, daqueles que, não sendo ostensivamente inviáveis, pedem que sejam examinados pelos órgãos da Corte, ou seja, pelas turmas, seja pelos Ministros, monocraticamente, seja pelo Plenário, e que nos leva a uma média, a uma constante, durante os últimos anos, de cem mil recursos do Supremo Tribunal Federal. Um absurdo absolutamente inqualificável quando, para além da incapacidade humana de responder satisfatoriamente a esses recursos, nós cotejamos a situação de outras Cortes, em particular a Suprema Corte dos Estados Unidos da América do Norte, que, no ano passado, recebeu oito mil recursos e decidiu apreciar, pela sua relevância, apenas 77. Setenta e sete. Consequência inevitável: um atraso mais do que razoável, um atraso absurdo nas decisões das causas e nas decisões do recurso, pela razão não menos óbvia, que só um mágico consideraria examinar todos esses recursos e dar-lhes uma resposta pronta e muito bem fundamentada.

Para esta crise, que me parece acima de qualquer disputa, nós poderíamos pensar: quais as soluções? Nós temos, de um lado, soluções pontuais que já foram tomadas ou que podem ser aventadas. Tivemos várias leis extravagantes de reforma dos Códigos de Processo, e nenhuma delas produziu uma redução significativa desta crise. Outras propostas cerebrinas, custosas e improdutivas são, não raro, aventadas. Como, por exemplo, a ampliação da composição dos tribunais. Eu me recordo que, quando juiz no Estado de São Paulo, como auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça, o então hoje falecido e saudoso Desembargador Humberto de Andrade Junqueira, após a extinção dos Tribunais de Alçada e a ampliação desmesurada dos Tribunais de Justiça, que hoje, aqui para mim, com o devido respeito, constituiu um retrocesso, um erro histórico, mas, enfim, ele, prenunciando o que hoje é quase concretizado, dizia que para o Judiciário continuar funcionando, seria preciso inventar o Maracanã judiciário. E hoje o Tribunal de Justiça de São Paulo tem um desembargador por dia do ano: 360 desembargadores – 360 desembargadores! –, no mesmo tribunal, o que, a despeito de todos os esforços, de certo modo, é ingovernável.

Essas soluções pontuais, na verdade, não descem à raiz da crise. Seus resultados práticos, com a devida vênia, são pífios. Por exemplo, já se disse que o problema não é a multiplicidade de graus de jurisdição e de recursos se há capacitação dos juízes para administrar o Judiciário. Isso não tem sentido.

Ouve-se que, eventualmente, os juízes não cumprem as suas obrigações, o que é uma inverdade histórica. A professora Maria Tereza Sadek, que não pertence ao quadro do Judiciário, a socióloga que, há muitos anos, se dedica ao estudo do Judiciário brasileiro, escreveu, não muitos anos atrás, um livro em que afirma textualmente: “os juízes brasileiros trabalham, e trabalham muito”. Não há, portanto, outra solução a meu ver.

Acho que a proposta inicial, que foi assumida pelo Senador Ricardo Ferraço, é radical – radical no sentido etimológico da palavra –, porque ela vai à raiz do problema, cujo cerne está em antecipar o marco do trânsito em julgado das decisões, sem abolir dos recursos, e, portanto, permitir, quando seja o caso, execuções definitivas ou, dependendo da natureza

das decisões, a produção das mais eficácias, que são típicas e próprias de cada um, logo após o julgamento de recursos em segundo grau de jurisdição, ou seja, no âmbito dos tribunais locais, estaduais – tribunais de justiça – e na área federal – tribunais regionais.

Notem que essa proposta, a admissibilidade dos recursos não impede o trânsito, e os recursos continuam admissíveis nos mesmos termos do seu regime vigente. Em outras palavras, a proposta em nada altera o regime básico dos recursos. Os recursos especiais, os recursos extraordinários e os recursos, eventualmente, na área trabalhista continuarão sendo admissíveis, sob os mesmos requisitos e nos mesmos termos do sistema vigente. O sistema é preservado. Não haverá, portanto, impedimento do uso dos recursos. A diferença é apenas que tais recursos assumem aquilo que tecnicamente – desculpem-me, mas tenho que usar o termo... A função rescindente e a função, eventualmente, rescisória. O que significa isso? Significa que o provimento eventual desses recursos ou pode produzir a mera desconstituição, anulação ou cassação da decisão impugnada, caso em que o processo retorna ao tribunal de origem para que nova decisão seja proferida, ou, então, quando seja o caso, também produz a eficácia rescisória no sentido de que permite aos tribunais superiores e ao Supremo Tribunal Federal rejulgarem, imediatamente, o mérito daquela causa. Essa é a diferença básica. É a função nova que esses recursos assumem no âmbito da proposta. A meu ver – isto é um ponto de vista absolutamente pessoal –, não me pareça que elas devam se transformar em ações rescisórias. Por quê? Porque não se instaura um novo processo com esses recursos, não há necessidade de citação e nem é oportunidade de uma instrução. Os recursos continuam, com o mesmo perfil. Apenas ganham uma eficácia diversa, que é, em resumo, a eficácia rescisória da coisa julgada em caso de provimento. Coisa julgada que já se terá formado por julgamento no pleno dos tribunais de justiça de segundo grau e dos tribunais regionais. Além disso, mantém e, portanto, garante – esta é uma particularidade a qual se deve dar uma atenção – ela mantém e garante os mesmos graus de jurisdição. E, portanto, mantém e garante a função revisora nos limites da configuração atual dos mesmos recursos. Ou seja, o recurso extraordinário, o recurso especial, eventualmente do recurso da área trabalhista, eles continuarão sendo instrumentos de revisão do acerto jurídico das decisões dos tribunais locais e regionais. Não se fecha nenhuma porta. As portas continuam abertas. A mesma função de rever, só que continuarão com os limites vigentes, segundo o sistema atual. Em outras palavras, são recursos que não permitem exame de questões de fato e cuja cognição, cuja possibilidade de conhecimento, está adstrita às chamadas questões jurídicas ou questões de direito. O quadro, portanto, é mantido na sua integralidade.

Com esses resultados práticos o que se pode antever? Primeiro, uma celeridade e uma abreviação que, à falta de outro adjetivo, eu diria que são substanciais das causas. Substancial. Basta, para que a gente faça uma estimativa, examinar o tempo de duração dos processos e dos recursos em terceiro e quarto grau de jurisdição. No Supremo Tribunal Federal, temos hoje não uma, várias causas e vários processos que estão, só no Supremo Tribunal Federal, há mais dez anos. Há mais de dez anos!

Retomo o caso do jornalista que, a meu ver, não esgota as elucubrações a respeito do alcance desses resultados, mas, só para efeito de raciocinar, se a proposta estivesse aprovada e em vigor, o caso estaria com trânsito em julgado com cerca de dois terços a menos do tempo que durou. A pergunta é esta: reduzir a duração dos processos em aproximadamente – vou até mais longe, mas em aproximadamente, uma concessão – dois terços do tempo que eles hoje duram no Judiciário? A mim me parece uma coisa extraordinária. Não é de pouca significação. É uma coisa que eu diria até revolucionária, uma coisa até revolucionária. Por quê? Pelos reflexos que essa antecipação e que esse encurtamento da decisão das causas têm na vida das pessoas e na dinâmica da vida jurídica e na dinâmica da vida social. Quem foi parte ou se ainda, infelizmente, é parte de uma causa que dure há muitos anos pode bem avaliar o que estou dizendo. Os senhores imaginem a incerteza que paira na vida das pessoas que não veem as suas causas julgadas em tempo oportuno.

Como consectário dessa abreviação, eu diria, extraordinária da duração das causas, temos, em primeiro lugar, na área cível, uma satisfação pronta do direito reconhecido. A pessoa que vê sua causa julgada com bom sucesso em segundo grau de jurisdição executa imediatamente a sentença ou se produz no mundo jurídico, quando não se trate de sentença condenatória, todas as eficácias próprias daquela decisão, um efeito declaratório, um efeito desconstitutivo, etc.

Na área criminal, nós temos que as absolvições são definitivas; as absolvições de segundo grau serão definitivas. As condenações também o serão e, portanto, permitirão o cumprimento imediato das penas. Mais do que isso ou além disso, evitarão as prescrições usuais, ou seja, há um risco extremamente menor de ocorrência de prescrição. Provavelmente elas serão raras ou, na prática, inexistirão.

Consequência. Nós temos na área penal, a prevenção da criminalidade, a função preventiva do orde-

namento jurídico, porque acaba a sensação de impunidade, acaba nos casos em que essas condenações não são revistas com a impunidade propriamente dita. O sistema jurídico dá uma resposta à sociedade e, sobretudo, que é fundamental para a sociedade, reafirma a efetividade do ordenamento e a autoridade da lei. É como se hoje o sistema penal, a lei penal não existisse. A percepção social é de que o sistema penal não funciona, que a lei não vale, porque não se veem na prática os seus resultados concretos.

Em terceiro lugar, haverá, sem dúvida nenhuma, uma redução expressiva dos recursos com o alívio que eu chamo de exuberante dos Tribunais Superiores e do Supremo Tribunal Federal. Eles terão, tanto o Supremo quanto os demais Tribunais Superiores, mais tempo para decisões acuradas e terão condições de decisões muito mais rápidas, muito mais rápidas.

Em relação ao Supremo Tribunal Federal, a consequência é ainda mais importante na medida em que vai desobstruir o exercício da função relevantíssima do Supremo Tribunal Federal, que é do controle e objetivo de constitucionalidade que, hoje, sofre os percalços da sobrecarga de serviço. Não preciso me referir a números, porque todos sabem que o julgamento de Adins pendentes se faz aos poucos, porque não há possibilidade material de ser de outro modo.

A explicação intuitiva disso está em quem, em segundo grau, é vencido, mas tem certeza de que tem razão – e as pessoas sabem, as partes sabem quando tem e quando não tem razão –, quem está não obstante vencido no julgamento dos Tribunais locais ou regionais tem certeza, a convicção de que tem razão vai usar dos recursos, seja do recurso extraordinário, seja do recurso especial, seja do recurso trabalhista. Quem, por sua vez, sabe que não tem razão já não vai recorrer, porque o recurso será absolutamente inútil e inútil o dispêndio de energia. Vai gastar dinheiro à toa, vai esperar o que sabe que não vai poder receber, porque propor um recurso cujo resultado é inócuo, ninguém provavelmente, salvo em casos especiais e por algum motivo psicológico, vai usar do recurso inútil.

Mas há um proveito colateral nisso, há um proveito colateral. Ela restaura, no âmbito das causas, o império do dever de lealdade e probidade processual, porque ela vai atuar como um desestímulo aos recursos meramente dilatórios, que, como tais, nos exatos termos em que o Código de Processo Civil prevê os tipos de transgressão, impedem resistência injustificada ao processo e o retardamento injustificado das causas.

Os tribunais locais e regionais cometem erros? É óbvio. Alguém pensaria que, com o sistema, os tribunais locais deixariam de cometer erros como os cometemos todos? Mas esses erros – sejam eles *in procedendo*, isto é, erros de caráter processual, sejam erros *in judicando*, erros de decisão de mérito – eram corrigidos pela interposição e provimento dos mesmos recursos: pelo uso do recurso extraordinário, pelo uso do recurso especial. Foi sua função: reincidente em função rescisória. O provimento anulará a coisa julgada, anulará as eficácias das outras sentenças, *ex tunc*, desde o momento em que foram perpretadas. Restaura-se, portanto, o *status quo* antes, com o provimento desses recursos.

E esse efeito, no entanto, no âmbito da proposta, atuaria em reduzidíssimas hipóteses. Na esfera criminal, em relação ao Supremo Tribunal Federal, essas hipóteses estariam à beira do zero. Eu vou apenas repetir aquilo que nós já publicamos e que eu, particularmente, já repeti em entrevistas, que a mim é um dado irrespondível. Irrespondível!

Nos últimos dois anos – porque não é preciso um exercício de tempo maior –, foram distribuídos 64.185 recursos extraordinários e agravos no Supremo Tribunal Federal, que não é o universo total das causas que chegaram ao Supremo Tribunal Federal, porque os senhores têm de acrescentar os 34 mil que eu devolvi, sem exame dos demais órgãos do Tribunal. Na verdade, o universo por considerar é de aproximadamente de 100 mil recursos que chegaram. Mas, só para efeito de raciocínio, vou lidar com este número, de 64.185 recursos.

Desses, os recursos extraordinários em matéria criminal, foram 5.307 – noutras palavras, 8%, menos de 10% do universo dos recursos chegados ao Supremo. Desses 5.307 recursos, o Supremo Tribunal deu provimento: o recorrente ganhou em 145 causas, que correspondem a 2,7% dos recursos criminais ou a 0,22% dos recursos totais do Supremo Tribunal. Mais não é só: desses 145, 77 foram recursos da acusação, providos, portanto, em dano do réu. Em dano dos réus! Mais da metade do provimento dos recursos extraordinários criminais foram recursos do Ministério Público acolhidos. Portanto, há dano à liberdade individual e há dano à punição dos réus. Não aproveitou aos réus; ao contrário. Dos demais, 59 foram recursos que diziam respeito a atos de execução. Noutras palavras, a sorte do réu já estava definida na sentença de mérito, que não foi objeto do recurso. O recurso só atacou questões executórias; portanto, a culpa ou não do réu já estava predefinida. Esses cinquenta e nove recursos geraram em torno de medidas disciplinares de execução, progressão de regime etc..

Nove recursos da Defesa foram providos antes do trânsito em julgado, o que representa 0,16 do recurso criminal ou 0,014 do total de recursos. Desses nove – vou abreviar para não cansar – recursos, de todo o

total de que estou tratando, só houve uma absolvição. Só houve uma absolvição, que aconteceria se minha proposta estivesse em vigor do mesmo modo, porque o recurso extraordinário seria interposto, seria admitido e seria provido do mesmo modo.

Na esfera cível. Trouxe hoje um levantamento não dos dois anos, mas dos últimos vinte e nove meses no Supremo Tribunal Federal. Um gráfico. Total do recurso atuado no Supremo Tribunal Federal, na área cível, nesses últimos vinte e nove meses, de 2009 a 2011: cento e trinta e três mil, setecentos e cinquenta e quatro; decididos pela Presidência e devolvidos, por inviabilidade manifesta ou devolvidos pela regra da repercussão geral: cinquenta e três mil, cento e oitenta e nove, ou seja 40%; distribuídos: oitenta mil, quinhentos e sessenta e cinco; distribuídos sem provimento, isto é, recursos a que se negou provimento: setenta e cinco mil, trezentos e treze, 56%; provimento dos recursos em área cível: cinco mil, duzentos e cinquenta e dois, 4% do total dos recursos – 4% do total dos recursos!

A última observação nessas vantagens. A tendência ou mais do que a tendência: a grande probabilidade de correções oportunas das decisões dos tribunais locais e dos tribunais regionais. Pela razão óbvia: com a redução drástica do número de recursos e, portanto, com a redução da sobrecarga com que convivem os Ministros dos tribunais superiores, haverá um volume de serviço compatível com a capacidade humana de dar resposta rápida aos recursos que cheguem aos tribunais. Por quê? Pela razão que já adiantei: só recorre quem tem certeza que tem razão. Isso diminuirá brutalmente a sobrecarga de serviço e vai permitir, portanto, que os eventuais equívocos nas decisões dos tribunais locais e regionais sejam corrigidos rapidamente no âmbito dos mesmíssimos recursos, extraordinário ou especial e trabalhista.

Vou, agora, fazer um exercício com os senhores de ponderação do sistema vigente.

Para que se perceba a profundidade e a gravidade da crise, precisamos recuperar a visão e a concepção da função jurisdicional como um serviço público essencial que o Estado presta aos cidadãos. Portanto, o que temos é que avaliar a eficiência desse sérvio prestado. E a pergunta é: tal como está disciplinado hoje o sistema jurídico recursal, ele atende às suas finalidades em benefício do povo? A resposta é desenganadamente não. Ela só aproveita, como os números não deixam desmentir, a um número insignificante de pessoas. O que me permite, no exercício retórico, com o exagero que toda figura retórica compreende, pensar numa metáfora de que estamos diante de um serviço público representado pela construção de uma usina atômica com todos os custos que essa construção, sua manutenção e seu funcionamento implica para atender a milhões de pessoas, e nós chegamos à conclusão de que ela só fornece energia elétrica para dez pessoas. É essa a figura que faz hoje a máquina judiciária diante do sistema recursal, no serviço ao povo, no serviço à sociedade, com uma máquina que consome dinheiro do Estado – e do Estado, do cidadão – e imediatamente do cidadão, com as custas, pagamento de advogados etc. Para quê? Para que um mínimo de pessoas seja atendido pelo serviço. Conclusão evidente: nós temos um sistema custoso porque exige muita energia de tempo, de dinheiro, de desgaste humano etc.

Abro aqui um pequeno parêntese só para os senhores terem uma ideia de como isso pode ser transposto para outros números e em outros... Só para dar um exemplo, uma estatística recente, que vai ser divulgada pelos órgãos competentes, que não são do Judiciário. Examinando só as execuções fiscais, promovidas pelos conselhos profissionais, conselho de contabilidade, de psicologia, de medicina, etc., que são mais de cem no Brasil, em cada Estado, notou-se que cobrar normalmente o pagamento das anuidades ou mensalidades, no valor de R$1.500, implica, para o Judiciário, o gasto de R$4.000. Por aí os senhores veem a proporção do gasto do Estado com a máquina.

Por outro lado, o sistema não é apenas custoso, ele é ineficiente porque acolhe essa inexpressiva... Mas não é apenas custoso e ineficiente, ele é danoso e eu diria perverso. Em primeiro lugar, para quem tem razão. Noventa e cinco por cento das pessoas que procuram o Judiciário, a grande massa do povo que vai ao Judiciário, que tem razão, estes são agravados pelo sistema, porque só ganharão a causa depois de 10, 15, 20 e, não raro, 30 anos. Mas é danoso também em relação à segurança da sociedade. Em quase 100% dos casos criminais, a demora nas respostas definitivas é perversa para a sociedade.

Eu já notei esse dado, mas quero repeti-lo para que V. Exªs percebam como um sistema que não funciona pode ser gravoso a quase todos. Se aquele jornalista tivesse começado a cumprir sua pena em 2006, em se tratando de um homem que seria um criminoso ocasional, passional, que nunca teve um passado criminal, de bom comportamento, jornalista reconhecido, e que, portanto, nada indicaria que tivesse um comportamento carcerário censurável, ele hoje, com a progressão de regime, estaria cumprindo a pena em liberdade, quando menos, em regime semiaberto. Noutras palavras, o sistema não é apenas perverso para a totalidade da sociedade, mas é também perverso para os réus. É também perverso para os réus. Ele só é favorável a quem não tem razão. Porque esse é o único que lucra

com o atraso nos trânsito em julgado das decisões e com a morosidade dos processos.

Portanto, o sistema, sem dúvida nenhuma, ressente-se de pouca utilidade prática. E o problema não é discutir justiça ou injustiça de decisões, pois essa é uma questão metajurídica, o que não rende nada. O problema é de medir o índice baixíssimo de provimento dos recursos especiais e dos recursos extraordinários, como já demonstramos pelos números apresentados. Isso mostra também, desde logo, que os tribunais locais e regionais decidem muito bem as causas. Decidem muito bem as causas. Qual é a razão? A razão também é manifesta. Os recursos especiais e os recursos extraordinários e os recursos na área trabalhista não admitem exame de questões de fato, se o fato aconteceu ou não aconteceu. Os julgadores dos Tribunais Superiores e do Supremo Tribunal Federal admitem os fatos tais como foram reconhecidos nos tribunais locais e regionais. Nem o Supremo nem os Tribunais Superiores reexaminam se o fato aconteceu ou não aconteceu, eles têm que aceitar aquele fato. E, a partir daquele fato, eles decidem aquilo que se chama a questão jurídica aplicável àquele fato, mas o fato em si é indiscutível nessas áreas. Esses recursos não servem para saber se o fato aconteceu ou não aconteceu. Daí porque se explica com grande clareza por que é que os advogados não usam o recurso extraordinário na área criminal. Só 8%.

Outro dia, fiz, a título de jocosidade, mas, enfim, um exercício de perguntar a vários advogados criminalistas: qual foi o último recurso extraordinário no tribunal que o senhor ganhou. Qual foi? Eles não usam recurso extraordinário criminal. Porque... Vou explicar um pouco mais adiante, mas já antecipo. Porque, em matéria criminal, normalmente, gira a definição da causa criminal em torno da existência do fato. As questões jurídicas são tratadas por via de *habeas corpus*. Por via de *habeas corpus*. Por outro lado, também se explica pelo fato de que as questões de direito, sobretudo em matéria cível, são limitadas e apresentam um caráter repetitivo. É isso que justifica o alto grau de improvimento desses recursos. Mas na avaliação que estamos fazendo, nesta ponderação, o sistema atual concorre para a proliferação das prisões preventivas ilegais. Isto é, em dano da liberdade física do cidadão. Por quê? Porque se prende quando é o caso de prisão preventiva, mas a demora do processo é tal que é necessária a concessão de *habeas corpus* porque aquilo representa um constrangimento ilegal. Não é possível deixar o cidadão três, quatro, cinco anos sem julgamento e preso. E o Supremo Tribunal Federal cansa-se de conceder semanalmente *habeas corpus* por excesso de prazo da prisão, ou seja, por duração longa das prisões preventivas sem que o processo esteja concluído, sem que sobrevenha o trânsito em julgado.

A pergunta é: o sistema é bom dos acusados na área criminal? *(Pausa.)*

Não é só. O sistema atual mutila a segurança jurídica. A longo prazo introduz na sociedade a incerteza, porque, em primeiro lugar, questiona a segurança pública na área criminal. O povo vive inquieto e atribui o Judiciário a causa, entre outras expressões menos fundadas, mas rotineiras: a Polícia prende e o Judiciário solta; o Judiciário não condena. Isso cria um clima de insegurança na sociedade. Essa insegurança avilta, em geral, a qualidade de vida.

Recorro aqui ao *jus* filósofo italiano que morreu muito moço e que publicou uma obra prima, *La certezza del Diritto*, que é Lopez de Oñate, em que ele dizia que a incerteza e a insegurança jurídica não permitem que a ação humana seja fiel a si mesma. E é isto que, em uma linguagem até um pouco poética e, mais do que isso, filosófica, ele quis dizer: não é possível viver permanentemente em insegurança, em incerteza. *(Pausa.)*

Não é possível viver com dignidade! Por outro lado, embaraça o desenvolvimento sócio-econômico, atinge a sociedade, porque, em primeiro lugar, desestimula os investimentos e aumenta o preço das incertezas e da remuneração do capital. Isso é coisa com as quais os economistas lidam com muita tranquilidade.

No caso dos empréstimos bancários, qual é a escusa dos bancos para juros altos, exigências tais, tais e quais? É que não se sabe se o tomador de empréstimo vai pagar e, se não pagar, não se sabe quando o Judiciário vai terminar o processo para que os bancos recebam. Portanto, os bancos tomam as providências que vai onerar a sociedade por conta da incerteza da respostas jurisdicional.

Parcerias internacionais. O capitalista pensa duas, três vezes antes de investir. Se não tem sistema de segurança de resposta pronta a eventuais litígios que surjam no curso das aplicações, ou ele não aplica ou aplica a um custo muito alto, que pesa sobre a sociedade.

Mas querem ver mais uma consequência? O sistema acoroçoa, estimula atividades ilícitas. Na verdade, há como um fato indutor um lucro claríssimo no longo usufruto de situações oriundas de atos ilícitos, como ocupação de terras, apossamento de outros bens, retenção, não pagamento, sonegação de impostos, etc, em que a demora na solução do processo enriquece sem causa jurídica o infrator. Vocês imaginem alguém que foi desapossado de sua propriedade imobiliária e tem que aguardar uma sentença, em uma reivindicatória, por 20 anos. Enquanto isso, o ocupante ilegal está usufrindo do desfrute dessa terra. Na reintegração de posse, o Estado, em todas as suas esferas,

nas execuções fiscais... No último levantamento que vi, beirava a cerca de R$10 bilhões o que os Estados, a administração, o fisco, enfim, deixa de receber pela demora das execuções fiscais.

Aqui, quero citar um caso interessante: o Ministro Nelson Jobim, quando foi Presidente do Supremo Tribunal Federal, foi o primeiro a se preocupar com os dados estatísticos do Judiciário, estudando as situações, e chegou à conclusão, que foi publicada, de que grandes empresas, em vez de pagarem seus débitos, preferem discutir no Judiciário, porque, enquanto dura o processo, a aplicação daquilo que eles deveriam pagar aos credores lhes rende o triplo, de modo que pagar daqui a 10, 15 anos, com correção monetária e juros limitados é altamente compensatório perante os grandes lucros que foram obtidos com a aplicação do capital durante a longa vida do processo.

O sistema atual, portanto – perdoem-me V. Exªs –, é perverso. E a superioridade da nossa proposta é evidente.

Vou agora às objeções que têm sido veiculadas, às quais costumo dar o nome de mitos. São verdadeiros mitos as objeções que tenho visto e ouvido.

A primeira delas é que a proposta reduz os direitos e garantias individuais. Falso, absolutamente falso. Está assegurado no sistema o mesmíssimo direito às alegações e provas em primeiro e segundo grau de jurisdição, porque é ali que se definem as alegações e as provas. Em terceiro e quarto graus, as alegações giram apenas em torno de questões jurídicas.

Em nada a proposta altera as regras correspondentes, os princípios constitucionais. A proposta em nada inova nesse tema, nessa matéria. Ao contrário, bem ao contrário: atende a uma garantia constitucional, que é o direito à duração breve e razoável do processo.

Segundo lugar, a proposta ofenderia a chamada presunção de inocência. Falso, tão falso quanto o primeiro, e aqui merece uma explicação melhor. O ordenamento jurídico brasileiro, a Constituição brasileira não conhece nenhuma presunção de inocência. Não conhece nenhuma presunção de inocência. O chamado princípio da presunção da inocência é o nome tradicional que se dá para denominar uma garantia constitucional que nada tem de presunção.

Sua origem histórica – sabemos – está no art. 9º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, da Revolução Francesa, onde, para garantir ao réu julgamento conforme lei anterior que defina como crime etc, ela dizia: *en se présument innocent,* presumindo-se que os homens são inocentes, não podem ser condenados sem que a lei tipifique crime, etc. A partir do uso da palavra nesse texto introdutório da regra da declaração, passou a chamar-se de presunção de inocência.

Ora, quem lida com o Direito sabe e os que não lidam vão ficar sabendo que, em Direito, se usa a palavra presunção em dois sentidos. O primeiro é a chamada *iuris praesumptio* (presunção de direito). O que significa isto? Significa um mecanismo de criação de uma verdade legal que, comparada com a verdade que ocorre fora do mundo jurídico, corresponde ao que ordinariamente acontece.

Um exemplo escolar para permitir que as pessoas que não lidam com o Direito possam entender. Temos uma presunção muito conhecida que é a chamada presunção de paternidade ou *paternitas praesumptio*, que diz o seguinte: o marido da mulher é o pai presumido do filho dela. Por que isso é uma presunção *iuris*, é uma verdade jurídica? Porque isso é o que ordinariamente acontece na vida, apenas excepcionalmente não é.

Então, presume-se juridicamente que o marido é o pai do filho de sua mulher. Isso não tem nada a ver com a garantia constitucional. Por acaso a garantia constitucional presume que todos os réus são inocentes. Existe alguma estatística que revele que a grande maioria dos réus, 95% dos casos, são inocentes? Como se pode presumir que o réu seja inocente, portanto, se não há uma base empírica para uma afirmação desse nível? Todos falavam que não tem nada a ver com presunção *iuris*. Não está fazendo nenhuma afirmação de fato. A Constituição não diz: de acordo com o meu levantamento estatístico todos os réus são presumidamente inocentes. Se fosse, não seriam condenados.

A segunda utilização, o segundo uso de presunção em Direito é a chamada *presumptio omnis* e nem pertence exclusivamente ao mundo do jurídico, mas pertence ao mundo da retórica como tal, que é um tipo de raciocínio baseado no princípio da indução pelo qual o juiz parte de um fato conhecido e, segundo uma regra de experiência, chega ao conhecimento de um fato desconhecido.

Também pedindo licença aos operadores de Direito, aos juristas que estão presentes, mas tentando esclarecer a opinião pública. Se um automobilista abalroa um carro pela traseira, que é um fato conhecido, o juiz pode, por uma regra de experiência, dizer que ele é culpado. Por quê? Porque a regra de experiência normalmente diz que ou ele bateu porque estava desatento (culpa), ou ele bateu porque não observava a distância regulamentar (culpa), ou ele bateu porque o carro estava sem freios (culpa também porque não conservou o carro).

Isso é presunção *omnis*. E o que tem isso a ver com a regra constitucional? Nada. Absolutamente nada. Portanto, a regra constitucional não hospeda presun-

ção de inocência em nenhum sentido. O que ela diz: que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de uma sentença condenatória. O que isso significa? De acordo com o velho princípio do direito romano, *reus sacra res est*, o réu é uma coisa sagrada, porque o fato de ser réu não diminui a dignidade do homem. Não pode ser tratado juridicamente como culpado enquanto não sobrevêm o trânsito em julgado de uma sentença. É uma garantia de tratamento digno ao réu no curso do processo. É isso que a Constituição assegura. Em outras palavras, enquanto for réu e não haja uma sentença transitada em julgado, ele não pode sofrer consequência jurídica gravosa cuja fundamentação esteja no juízo de culpa que ainda não existe. Por isso ele não pode ser preso sem fundamento, não pode ser preso sem razão, só pelo fato de ser réu. Ele não pode perder coisas só porque é réu. É isso que a Constituição garante.

A pergunta é: em que a proposta altera essa garantia? Em quê? Ela é mantida na íntegra. Para isso, o Supremo Tribunal Federal está atento, para, mediante *habeas corpus*, enfim, para o remédio jurídico adequado, fazer prevalecer essa garantia constitucional. A proposta não muda em nada essa garantia, em nada essa garantia. E, como já se observou, normalmente as violações a essa garantia não são remediadas por recurso extraordinário, porque ele é tão longo que seria inútil. Elas são resguardadas por *habeas corpus*, que continuarão sendo usados do mesmo modo.

Terceira objeção.

Os Tribunais Superiores deixarão de uniformizar a interpretação das leis e a jurisprudência. Falso.

O recurso extraordinário e o recurso especial são mantidos como tais e têm as mesmas funções. Os Tribunais Superiores vão usar o mesmo recurso para uniformizar a interpretação da lei e a jurisprudência. A subsistência do recurso prova exatamente o contrário; prova exatamente o contrário! Por isso, chamei atenção ao caso da única absolvição: ela aconteceria do mesmo modo na vigência da proposta. Ele seria absolvido no mesmo recurso extraordinário. Aquele réu seria absolvido no mesmo recurso extraordinário no novo sistema.

Quarto lugar.

A proposta seria uma novidade prejudicial aos direitos constitucionais. Falso.

Nenhum país civilizado tem quatro instâncias. O Brasil, aliás, até 1988, tinha três. A quarta só surgiu com a criação do Superior Tribunal de Justiça. Teve três. Nunca ninguém reclamou porque havia três. Agora é o único País do mundo que têm quatro. Eu perguntei, em uma entrevista: "Então dizer-se que os Estados Unidos, Inglaterra, França, Espanha, Portugal, Itália, Alemanha, enfim, os países que nós conhecemos como países civilizados, que têm o duplo grau de jurisdição, não tratam os seus cidadãos com respeito às garantias constitucionais, aos direitos constitucionais porque tem duplo grau de jurisdição?" Aliás, não é à toa que o princípio chama duplo grau de jurisdição; não chama quádruplo!

Recordo o que o Prof Joaquim Falcão narrou, de um encontro da então Presidente da Suprema Corte brasileira, Ministra Ellen Gracie, com a Justice Sandra O'Connor, que ficou estarrecida quando soube que no Brasil havia quatro estâncias, e repito o gesto, ela, dirigindo-se à Presidente: "Não, não, Presidente, duplo grau de jurisdição é suficiente para o Estado Democrático de Direito." Isto é assim na grande maioria dos países do mundo. E nos documentos internacionais, que pedem o respeito ao duplo grau de jurisdição. Não há um documento internacional que diga que o respeito aos direitos humanos só seja garantido mediante quatro graus de jurisdição. Todos eles se referem a dois; todos eles se referem a dois.

Os senhores sabem que, em 1949, logo após a II Guerra Mundial, e ainda sob o influxo da tragédia que a II Guerra causou ao mundo, criou-se um órgão que subsiste até hoje, chamado Council of Europe, que é representado por todos os países da União Europeia e por outros países e que funciona, normalmente, com a presença dos ministros de cada país e que criou a chamada Comissão de Veneza, que é um órgão encarregado de promover o Estado democrático de direito em todos esses países, mediante a observância dos sistemas jurídicos etc.. Foi ele que criou também a CDH, Corte de Defesa Humana, que conhecemos como Corte de Direitos Humanos, tribunais de direitos humanos, e que firmou a chamada Declaração Europeia de Direitos Humanos, um documento emitido por esse comitê em 7 de fevereiro de 1995. Entre seus considerandos, ele diz assim: "Considerando-se os problemas causados por aumento do número de recursos e pela duração de procedimentos recursais, consciente do inefetivo ou inadequado procedimento (...)" ou "*the abuse by parts of the right to appeal cause and justify delays and may bring the justice into this rupture*." Em outras palavras, considerando-se os abusos nos usos dos sistemas recursais, que causam a ruptura do sistema jurídico.

No Capítulo 4º, em duas recomendações, diz o seguinte: "Considerando as medidas concernentes à eventual criação de um terceiro grau de jurisdição, os Estados devem ter em mente que esses casos já tenham sido bem decididos por duas." Em seguida: "Recursos para uma corte de terceiro grau só devem ser usados em causas que exijam uma particular ra-

zão, e deve ser limitada (...) *where the case concerns a point of the law of general public importance*", em outras palavras, devem até ficar limitadas para causas de grande relevância pública.

Isso é Europa que não cuida dos direitos humanos?

Quinta objeção: seria uma contradição, em termos, ou uma solução contraditória. Falso. Essa objeção, na verdade, se reduz a uma questão meramente terminológica. O que essa objeção traduz? Traduz a repetição de um ensinamento que nós que passamos pelas faculdades de Direito cansamos de ouvir, de que, segundo a definição do Código de Processo Civil, coisa julgada nasce com a exaustão dos recursos. Simplesmente isto: nasce com a questão dos recursos. Só que é a lei infraconstitucional que diz quais os recursos cuja exaustão produz a coisa julgada. A Constituição não diz nada disso. A Constituição não diz nada disso! A definição do Código de Processo Civil, que é transposta para outra área, pode, evidentemente, ser mudada por outra lei ordinária e, sobretudo, por uma emenda constitucional. E mais do que isso: nem chega a ser uma novidade jurídico-normativa. Repito: nem chega a ser uma novidade jurídico-normativa.

Só para identificar dois casos. O Código de Processo Civil português, no art. 676º – são assim os artigos portugueses –, diz o inciso II: "Os recursos são ordinários ou extraordinários. São ordinários: a apelação, a revista e o agravo. São extraordinários: a revisão e a oposição de terceiros." O artigo seguinte, o 677º, diz:

> 1. As decisões judiciais podem ser impugnadas por meio de recursos.
>
> 2. .....
>
> *3. A decisão considera-se transitada em julgado logo que não seja susceptível de recurso ordinário ou de reclamação...*

Noutras palavras, pode haver trânsito em julgado com recurso extraordinário. É isso. E quem frequenta a literatura portuguesa não teria a menor dúvida. Mas, para quem não frequenta – e para eu não trazer livros de Direito aqui, o que seria mais maçante do que tudo o que estou dizendo –, resolvi pegar um recurso extraordinário do Tribunal de Apelação do Porto, de dezembro de 2010, cuja ementa é a seguinte:

A revisão [que é o recurso extraordinário do sistema português] não abre um novo processo, antes, constitui uma forma de desenvolvimento do mesmo processo, da mesma acção, ainda que tramitado seja, o recurso, por apenso.

E, no corpo do acórdão, explica-se exatamente:

> Enquanto que com a interposição de qualquer recurso ordinário se pretende evitar o trânsito em julgado de uma decisão desfavorável, através do recurso extraordinário de revisão visa-se a rescisão duma sentença transitada em julgado, funcionando este como um mecanismo que permite a reabertura do processo a quem, nele, tenha ficado vencido ou prejudicado com decisão transitada em julgado, mediante a invocação de certos fundamentos (...)
>
> *Já o Prof. Alberto dos Reis [Veríssimo, falecido professor de Processo Civil] se perguntava se (...) [a] revisão abre uma instância nova ou simplesmente faz ressurgir a instância primitiva; para concluir, acompanhando Sá Carneiro [não era um poeta, era um jurista,] que a revisão tem carácter híbrido, um misto de recurso e de acção e que, com ela, se abre uma instância, mas não uma instância nova e diferente(...)*

Isso é em português. Sim, mas não é só em Portugal: na Itália é a mesma coisa. Na Itália é a mesma coisa.

> O art. 323, que trata do *mezzi di impugnazione* diz:
>
> *I mezzi per impugnare le sentenze, oltre al regolamento di competenza nei casi previsti (...), sono: l'appello, il ricorso per cassazione, la revocazione e l'opposizione di terzo.*

E, aí, no art. 324: (2m55)

> *Coza judicata formale.*
>
> *Si intende passata in giudicato la sentenza che non è più soggetta né a regolamento di competenza, né ad appello, né a ricorso per cassazione, né a revocazione per i motivi di cui ai numeri 4 e 5 dell'articolo 395.*

Ela está dizendo o seguinte, que precisa exaurir certos recursos para surgir a coisa julgada, e diz: precisa que se exaurem os recursos que estão previstos nos nºs 4 e 5 do art. 395. Só que o art. 395 tem seis hipóteses. Portanto, há coisa julgada e há admissibilidade do recurso em quatro hipóteses. Isso prova, portanto, que não é uma novidade jurídica nem podia ser uma novidade jurídica que a definição de quais recursos exauridos provocam a coisa julgada é uma questão de legislação ordinária. É a lei que vai dizer quais recursos têm de ser esgotados para que apareça a coisa julgada. Portanto, é uma questão de conveniência legal do legislador, é o caso de conveniência do legislador.

Isto é, saber como entender-se o marco do trânsito em julgado é perguntar que classe de recursos deve ser exaurida. Todos ou só alguns? Ora, não fosse isso tão óbvio, que uma emenda constitucional pode

dizer que admissibilidade ou extraordinário do especial não impede o trânsito em julgado, como eu até diria, de remate, se a objeção fosse verdadeira, o que nós teríamos era apenas que a proposta transformaria os dois recursos em meios de impugnação rescisória. De modo que apenas permaneceriam os nomes; isto é, se isso fosse verdade, nós teríamos os nomes de recursos extraordinário e especial, só que eles se transformariam em meios de impugnação rescisória. Em outras palavras, pergunto: que contradição há nisso? Que contradição?

Ademais, precisamos perder um pouco deste nosso complexo de inferioridade. Se não tivéssemos algum precedente, poderíamos dizer, com o devido respeito, que seria uma invenção brasileira, e muito inteligente.

Outra das objeções – estou terminando – é a revelação de desconfiança quanto aos juízes e tribunais regionais. Já ouvi – escrito e falado –: "Os tribunais e juízes não têm credibilidade. Os tribunais e juízes de segundo grau não decidem bem". Falso. Não menos falso. As estatísticas mostram evidentemente o contrário: a subsistência na maioria das decisões. Noventa e seis por cento das decisões são mantidas. Noventa e seis por cento das decisões são mantidas. Como dizer que os tribunais locais e regionais não decidem bem?

Em segundo lugar, os juízos de primeiro grau e os tribunais locais e regionais são os senhores da reconstituição historiográfica dos fatos. Noutras palavras, eles são senhores absolutos dos juízos sobre a existência dos fatos. A terceira e quarta instâncias, o terceiro e quarto graus de jurisdição não podem dizer nada sobre isso. Isso é competência absoluta dos juízes de primeiro grau e dos tribunais locais. São eles que verificam se o fato aconteceu ou o fato não aconteceu.

Portanto, o recurso especial e o recurso extraordinário não permitem que se reexamine o que esses tribunais disseram, o que esses tribunais fixaram em termos de matéria de fato. A proposta, ademais, valorizará esses juízos, por razões manifestas. Vai atrair, em primeiro lugar, a atenção da sociedade. A partir do instante, e eu espero que seja aprovada, e que o seja, a sociedade vai começar a prestar mais atenção às decisões dos juízes de primeiro grau e aos juízes dos tribunais locais. Portanto, vai exigir deles maior cuidado e mais rapidez nas decisões, porque eles serão responsabilizados pela ação prática das causas. Em relação a eles se voltarão os olhos da sociedade. E as exigências da sociedade. E eu não posso supor que os magistrados, cuja grande maioria conheço, homens de bem, não responderão a essa demanda. Não posso dizer isso. Na verdade, eles deixarão de ser como às vezes são hoje, meros guichês de distribuição. Ademais, a objeção é extremamente ofensiva à magistratura brasileira, que não merece essa crítica. Se merecesse, a consequência seria extinguir os tribunais locais e regionais. Se eles não funcionam, deveria ser extintos.

E, finalmente, é uma proposta polêmica. Isso não chega a ser uma objeção. É uma resistência natural a mudanças, sobretudo a mudanças radicais. Todos nós temos algum receio de mudar as coisas como estão. Mas o que cada um de nós pode notar é que, na história deste País, nenhuma proposta benéfica ao povo foi acolhida por unanimidade. Basta recordar que o eminente Senador Relator que foi relator originário da Emenda Constitucional nº 47 pode testemunhar as críticas que recebia e que recebeu contra os institutos da súmula vinculante e da repercussão geral que ia pôr o País a perder. É a esse nível que reduzo não a objeção, mas essa oposição ou essa resistência.

Estou absolutamente convencido que olho o bem da sociedade. Não me preocupa nem de longe nenhum aspecto corporativo ou institucional, e muito menos pessoal. Eu, particularmente, estou absolutamente convencido de que essa proposta que partiu da autoria do Senador Ricardo Ferraço, que está sob exame do Senador Relator Aloysio Nunes e que V. Exªs decidirão se deve ou não deve ser acolhida e em que termos, será uma revolução para o povo brasileiro, e uma revolução como deve ser, pacífica e que ajude a melhorar a condição do cidadão brasileiro.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Ministro Cesar Peluso, pela brilhante e convincente, pelo menos a mim, exposição que fez V. Exª.

Antes de passar a palavra aos Srs. Senadores, registro com prazer aqui a presença do Dr. Bruno Dantas, Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, do Dr. Marcelo Neves, Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, da Drª Carolina Yume, da Drª Cristina Petcov, do Dr. João Batista, do Dr. Arystobulo de Oliveira Freitas, Presidente da Associação dos Advogados de São Paulo, e de outras autoridades aqui presentes. Já registrei a presença orgulhosa de todos nós aqui do Ministro Sidnei Beneti.

Passo a palavra, Ministro Cesar Peluso, para o autor da PEC, Senador Ricardo Ferraço, em seguida, ao Relator, Senador Aloysio Nunes Ferreira, e, pela inscrição, ao Senador Demóstenes Torres e ao Senador Pedro Taques.

Tem a palavra V. Exª, Senador Ricardo Ferraço, por até 5 min.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Eunício Oliveira.

Meu caro Ministro Cesar Peluso, Presidente do Supremo Tribunal Federal, Senador Aloysio Nunes Ferreira, relator dessa proposta, Srªs e Srs. Senadores:

Ouvindo a forma eloquente, a forma erudita e também contemporânea com que o Ministro Cesar Peluso se manifesta, isso confirma em mim a convicção, em bom tempo, que pude ter como inspiração a manifestação de S. Exª na abertura do ano judiciário. Foi a primeira vez que assisti à manifestação do Ministro Cesar Peluso com relação a esta questão. Aquilo me tocou como cidadão e me tocou eventualmente pela circunstância que a vida me proporciona por estar Senador da República, por delegação da população.

Não tenho formação no campo do Direito. Não sou advogado, muito menos bacharel, mas estou na jornada e na militância política há alguns anos. Comecei a minha atividade em 1982, como Vereador, em meu Município de Cachoeira do Itapemirim, ao sul do Estado do Espírito Santo. De lá para cá, se há um fio condutor em toda essa trajetória, foi a reclamação permanente da população e, sobretudo, das pessoas mais simples e mais humildes, aquelas que são geralmente desprotegidas do abrigo do poder econômico, de que a Justiça brasileira é lenta. E sempre lembrando a frase de Rui Barbosa, de que "justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta" – o que foi dito há mais de cem anos.

Ao longo dessa caminhada, em toda a minha militância política, mesmo a partir do instituto da súmula vinculante, da repercussão geral, enfim, as coisas continuam muito graves e muito complexas e, após a manifestação de S. Exª, eu me convenci de que precisava aproveitar a oportunidade desse mandato para dar uma contribuição. Longe de mim a presunção de que a minha proposta estivesse pronta e acabada, porque o que desejava era trazer para o debate, trazer para a pauta do Senado da República esse tema, que venho depois aprofundar o que considero o acerto, quando tomei conhecimento do estudo feito pela Fundação Getúlio Vargas, pelo professor Joaquim Falcão.

E ouvindo hoje S. Exª, acho, sinceramente, Sr. Presidente, Senador Eunício, que deveríamos convidar o professor Joaquim Falcão para que ele pudesse apresentar a esta Comissão o trabalho qualificado feito pela Fundação Getúlio Vargas denominado Supremo em Números. E quem sabe cotejar essa manifestação da Fundação Getúlio Vargas com a presença aqui, quem sabe, do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, para que possamos estabelecer aqui todo o protagonismo, do ponto e do contraponto, com relação a essa questão, porque já recebi manifestação do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, que gostaria de estar presente nesta Comissão para que pudéssemos debater.

Desse modo, quero apenas agradecer a presença aqui do Ministro Peluso, porque não tinha obrigação de vir, mas, em vindo, atesta a convicção e a confiança que tem na fundamentação de uma proposta que, agora, sob exame do relator, pela qualificação técnica profissional de excepcional homem público, poderá, seguramente, aperfeiçoar, aprimorar a nossa proposta, fazendo com que a Justiça brasileira possa também aperfeiçoar, se aproximar da sociedade, para que – já encerrando, Sr. Presidente – nós possamos colocar um ponto final nisso, que é a percepção da impunidade e que, muitas vezes, em muitos casos, não é a percepção apenas, é a certeza da impunidade por um carcomido sistema recursal que tem fragilizado a reputação e a credibilidade da Justiça brasileira.

Dessa forma, saúdo e, de maneira muito afirmativa, congratulo-me com V. Exª, que foi inspirador no dia e na data em que chamou a atenção do Congresso para a necessidade... Chamou a atenção no sentido de sensibilizar – e me tocou o coração – de que podíamos fazer alguma coisa, até porque estávamos diante da possibilidade do terceiro pacto republicano, que, nas duas edições anteriores, gerou avanços importantes para o cidadão e o contribuinte brasileiro. Portanto, esse tipo de matéria poderia estar incluso em uma agenda específica, e poderia receber uma espécie de *fast track* a tramitação dessa proposta aqui em nossa Casa, por sua importância e por sua repercussão no dia a dia do cidadão e do contribuinte brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Ferraço.

Concedo a palavra ao relator inscrito, Senador Aloysio Nunes Ferreira, que terá a palavra por cinco minutos, com a tolerância devida da Mesa, para ouvir a brilhante exposição de V. Exª.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Obrigado.

Sr. Presidente; Sr. Presidente Cezar Peluso, que nos dá a honra de uma visita e dessa belíssima exposição perante a Comissão de Justiça do Senado; Srs. Senadores; senhores convidados – quero agradecer muito a presença aqui entre nós do Ministro Sidnei Beneti, do STJ, do Desembargador Calandra, presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, em nome de quem saúdo todos os nosso convidados –; vejo aqui também meu querido amigo, que trabalhou comigo, fomos colegas na Câmara dos Deputados, na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão de Reforma do Judiciário, Deputado Paes Landin, minhas Senhoras, meus Senhores.

O Ministro Peluso lembrou que, durante um certo período, eu fui o relator, na Câmara dos Deputados, da PEC, na qual resultou a Emenda 45, da reforma do Judiciário.

Realmente, na época, ouvi argumentos contra a súmula vinculante e a repercussão geral muito semelhantes aos argumentos que ouço contra a proposta apresentada pelo ilustre Senador Ricardo Ferraço, em boa hora, inspirada pelas teses desenvolvidas pelo Ministro Peluso. E uma dessas objeções atuais exatamente se vale da existência da repercussão geral, tão criticada na época. Já que existe a repercussão geral, por que, qual a razão de ser dessa nova proposta de emenda à Constituição. Então, essa é uma objeção que não foi respondida pelo Ministro Peluso e eu me permito fazer em nome dos críticos da proposta.

A segunda questão que eu colocaria ao Ministro diz respeito ao duplo grau de jurisdição nos processos que são julgados em primeira instância pelos tribunais superiores. Pergunto a V. Exª se sugere alguma providência de modo a que tenhamos, também nesses casos, duplo grau de jurisdição.

Quero também fazer um registro, além dos argumentos que S. Exª desenvolveu sobre as vantagens desse novo sistema, fazer uma pergunta sobre a repercussão desse sistema em relação ao *habeas corpus*, especialmente dada à amplíssima concepção que, hoje, tem o Supremo do *habeas corpus*.

Quero, finalmente, lembrar que, a par das vantagens que o Ministro apontou sobre, digamos assim, o reforço do prestígio dos Tribunais e da Justiça Local, da Segurança Jurídica, da qualidade melhor das sentenças, da possibilidade dos tribunais superiores se dedicarem à função para a qual eles foram concebidos, ao invés de serem instâncias onde se prolongam indevidamente a lide que deveria se esgotar entre o primeiro e o segundo grau de jurisdição. Eu gostaria de lembrar que existe, também, algo que deve ser levado em conta pelos advogados que nos assistem.

Refiro-me ao advogado lá de São José do Rio Preto, minha terra natal, de Catanduva, de Sorocaba, de Registro, de Campinas, de Jundiaí. Os advogados que militam lá no fórum, na primeira instância, e que também eles seriam beneficiados por um processo mais célere, um sistema que desse maior celeridade aos julgamentos, de tal maneira que eles pudessem, inclusive, receber os seus honorários mais cedo, ao invés de ter que esperar o julgamento em um tribunal superior e dividir os seus honorários com advogados que fazem sustentação nesses tribunais.

Então, para o advogado, digamos, da base, esse sistema também traz, penso eu, muitas vantagens.

Agora, essa é a primeira discussão que estamos tendo. Tenho sido convidado, Senador Ferraço, por várias associações para fazer palestras, para debater e não teríamos mãos a medir, se fôssemos acudir a todos os convites. Então, eu queria aproveitar a oportunidade, Presidente, pelo fato de a reunião estar sendo transmitida pela TV Senado e, seguramente, assistida com muito interesse por todos os operadores do Direito e pelos cidadãos, para me colocar à disposição de quem quisesse mandar por meios eletrônicos, para o meu *site* no Senado sugestões, críticas. Não sou o dono da verdade, não me considero o dono da verdade; eu quero dizer que tenho uma inclinação muito favorável à proposta, mas seria para mim muito útil se pudesse receber por escrito, porque é sempre melhor o texto escrito, sugestões e críticas daqueles que estão nos ouvindo e nos vendo. Vou até dizer aqui qual o meu endereço eletrônico no Senado, e pediria aos técnicos da TV Senado para colocar: aloysionunes@senado.gov.br

Eu tenho a intenção, Sr. Presidente, de relatar rapidamente. Nós estamos falando em celeridade e eu nunca costumo dormir com as minhas relatorias.

Então, eu gostaria que se pudessem concentrar essas manifestações nos próximos dez dias, seria muito útil para mim e creio que para a Comissão. Essa é uma forma de a Comissão se abrir para sugestões e observações daqueles que nos ouvem, daqueles que, afinal de contas, nos mandaram para cá como seus representantes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Aloysio.

Eu queria lembrar a V. Exªs que nós estamos com reunião convocada para as 14 horas, a 24ª Reunião Extraordinária desta Comissão, para hoje apreciarmos, para fazer a sabatina da indicação do Sr. Jorge Hélio Chaves de Oliveira para o Conselho Nacional de Justiça, e da Senhora Maria Ester Henrique Tavares para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. Essa reunião terá início às 14 horas de hoje.

Passo a palavra, por cinco minutos, obviamente com a tolerância da Mesa, ao Senador Demóstenes Torres, pela inscrição.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Cezar Peluso, nosso querido Relator, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Ministro Peluso, primeiro gostaria de parabenizar V. Exª pela iniciativa dessa discussão altamente meritória. Digo, porque há muito tempo procuramos aqui na Casa e no Congresso uma solução definitiva, ou

próxima da definitiva, para que os processos possam tramitar com agilidade.

Como bem disse V. Exª, é insuportável para quem vai ao Judiciário aguardar tantas instâncias, aguardar uma decisão final, aguardar um provimento que, efetivamente, resolva a demanda.

Então, também concordo que no sistema atual só existe uma solução, a ampliação dos tribunais e criar aquele Maracanã jurídico que o desembargador, que V. Exª um dia trabalho junto, mencionou. E não interessa a ninguém, porque o Brasil não tem recursos para isso, e não interessa também criar uma estrutura para que os processos demorem. Nesse aspecto, dou apoio integral à proposta de V. Exª, acho que ela merece toda a acolhida, com a iniciativa do Senador Ricardo Ferraço, a Relatoria do Senador Aloysio Nunes.

Eu só tenho dois questionamentos a fazer. Nós já tentamos muitas vezes aqui, muitas vezes, não antecipar o trânsito em julgado, mas – como disse V. Exª –, antecipar a execução a partir da decisão do Juiz de 2º grau. Por muitas vezes, nós tivemos um questionamento por parte, inclusive, de Ministros do Supremo Tribunal Federal, dizendo que isso fere a Constituição. É óbvio que é uma alteração constitucional, mas o Supremo também tem decidido que mesmo alterações constitucionais podem ser consideradas inconstitucionais.

Eu pergunto só a V. Exª – é óbvio que ocorrerão outras audiências públicas aqui – se V. Exª entende que no Supremo Tribunal Federal – não vou nem cometer a indelicadeza de perguntar a opinião de outros Ministros – há clima para que essa medida, se questionada – e fatalmente ela será questionada parece que pela Ordem dos Advogados do Brasil – para manutenção de decisão dessa envergadura do Congresso Nacional, que eu reputo uma decisão expressiva, porque valoriza o juiz de segundo grau, valoriza a justiça estadual, como V. Exª bem disse. Acabam por decidir muito bem, tanto é que, em raríssimas ocasiões, as instâncias superiores e o Supremo Tribunal Federal reformam ou cassam a decisão.

E uma segunda pergunta – e faço como quem teve oportunidade de relatar, presidir ou discutir várias dessas reformas que fizemos, entre elas a súmula com efeito vinculante, a repercussão geral, que eu vejo aqui nas estatísticas do STF, teve um efeito espetacular, porque em termos de redução de recurso extraordinário, por exemplo, significava 39,7% da pauta do Supremo em 2010 ; hoje, significam 16,4%. Mais ainda assim um número estarrecedor, como demonstra V. Exª...

Eu perguntaria em relação ao recurso de *habeas corpus*, não ao *habeas corpus* originário, nessa reforma que houve no Código de Processo Penal, que V. Exª mencionou, que foi presidido pelo Ministro Hamilton Carvalhido, na comissão de notáveis que elaborou o anteprojeto, o Ministro Joaquim Barbosa fez uma proposta de que se suspendesse o prazo prescricional quando da interposição de recurso especial ou extraordinário para se evitar a prescrição. E a comissão tentou restringir não a abrangência do habeas corpus – que afinal ficou superado –, mas o recurso de *habeas corpus* para o Supremo Tribunal Federal. Repito: não a habeas corpus originária, competência originária do Supremo. Eu ilustro isso porque, uma certa feita, estive com a Ministra Carmen Lúcia pedindo a ela para que pautasse um recurso extraordinário de servidores do Estado de Goiás e ela me disse que há muito tempo tinha pronto o relatório, mas que a pauta do Supremo, quase sempre, não andava pela quantidade de recursos de *habeas corpus* que o Supremo tem julgado.

Então, o Supremo tem quase sempre sido impedido de julgar mais rapidamente os recursos extraordinários porque o *habeas corpus* tem a preferência constitucional. E verificando aqui essas estatísticas, nós notamos o seguinte: da mesma forma que o recurso extraordinário declinou substancialmente de 2002 para cá, especialmente a partir da adoção da repercussão geral, parece que o *habeas corpus* foi o caminho encontrado pelos advogados para buscar proteção para seus clientes junto ao Supremo Tribunal Federal. Ou seja, o que em 2002 representava 1,07% da distribuição de todos os processos do Supremo, hoje acaba significando mais de 10% também dessa distribuição.

Então, indagaria a V. Exª se essa proposta também contemplaria essa redução nos recursos de *habeas corpus* e não no *habeas corpus* originário.

E uma terceira e última pergunta, uma vez que nós não conhecemos a proposta de V. Exª por escrito, é se ela é idêntica à do Senador Ricardo Ferraço. Eu faço esta pergunta porque acho que a proposta de V. Exª diverge um pouco, pela exposição feita por V. Exª.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Demóstenes Torres.

Antes de passar a palavra ao próximo inscrito, o Senador Pedro Taques, e, em seguida, à Senadora Marta Suplicy, eu registro um ofício que foi recebido pelo relator, Senador Aloysio Nunes Ferreira, do Desembargador Dr. Henrique Nelson Calandra, que é o Presidente da AMB. Ele diz textualmente que a Proposta de Emenda à Constituição nº 15, apresentada pelo ilustre Senador Ricardo Ferraço, da qual V. Exª, Senador Aloysio Nunes, é o relator, vem anexada a uma nota técnica apresentando "integral apoio desta entidade à Emenda à Constituição nº 15".

Depois de fazer esse registro, Senador Ricardo Ferraço e Senador Aloysio Nunes, passo a palavra

ao Senador inscrito, o Senador Pedro Taques. Como só há o Senador Pedro Taques e a Senadora Marta Suplicy como inscritos, eu pediria a permissão do Plenário para que o Ministro Peluso, tendo em vista o adiantado da hora – nós temos outra sessão, e ele também tem que almoçar e tem sessão no Supremo –, pudesse fazer as respostas dos Srs. Senadores ao final do questionamento, uma vez que só há V. Exª e a Senadora Marta Suplicy como inscritos.

Senador Pedro Taques, V. Exª tem a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srª Senadora, Srs. Senadores, Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, emendas, propostas como essa nos dão a alegria de estarmos no Senado. Se pudéssemos escolher dois temas a serem debatidos no início desta Legislatura, temas com repercussões e consequências republicanas, no sentido de dever cívico, eu elencaria duas: a PEC que trata da mudança do rito das medidas provisórias, que vai fazer com que o Legislativo deixe de ser um apêndice, um satélite do Poder Executivo, e esta Proposta de Emenda à Constituição, que vem valorizar o juiz de primeiro grau de jurisdição e as decisões dos tribunais, que deixarão de ser rito de passagem para os tribunais superiores. Isso em homenagem à magistratura nacional, e não só à magistratura nacional, mas sobretudo à importância de um Judiciário que julgue e decida num Estado que se diz democrático de direito.

Eu gostaria de parabenizar o Senador Ricardo, o Senador Aloysio por este tema. Este tema, ao meu juízo, é mais importante do que aqueles temas que nós debatemos no plenário, como a energia atômica, temas absurdos que debatemos lá. Não a bomba atômica, mas energia atômica.

Muito bem. Sr. Presidente, eu pensei que eu já tinha visto até disco voador, mas eu, durante 18 anos, três como procurador do Estado de São Paulo e quinze como procurador da República, nunca vi uma ação que eu tenha manejado que tenha transitado em julgado. Com certeza, deve ser em razão da minha incompetência. Até disco voador penso que eu já tenha visto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Todos nós discordamos, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito bem. Esta proposta de Emenda à Constituição valoriza os direitos fundamentais do cidadão, porque não há que se falar em maior respeito ao direito fundamental do cidadão do que dar a ele uma justiça num prazo que seja ao menos razoável. Nós todos conhecemos decisões das cortes europeias de direitos humanos que já trataram disso, como bem relatou o Sr. Ministro. Nós ficamos sabendo – e já conhecíamos de algumas decisões – de legislações do Direito comparado que tratam disso.

Não vou me alongar. Só gostaria de parabenizar o Sr. Ministro pela sua fala. Uma fala republicana, que não está interessada em discutir corporativismo, mas, sim, os instrumentos mais apropriados de um Estado republicano.

E quero, Sr. Ministro, indagar de V. Exª o seguinte. Tenho uma preocupação em relação a esta proposta de emenda à Constituição. Nós vivemos numa sociedade em que a invenção notadamente jurídica parece ser muito rica, aqui no Brasil, e a minha preocupação é a seguinte: esta ação rescisória vai ocasionar o surgimento de ações cautelares inominadas para dar a esta ação rescisória constitucional efeito suspensivo. Esse é o primeiro ponto. Eu gostaria que nós, aqui, nesta Comissão de Constituição e Justiça pudéssemos criar algo que não fosse trocar seis por meia dúzia, senão nós todos vamos nos decepcionar. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto é que, na área criminal, nós vamos supervalorizar o *habeas corpus.* Não seria eu aqui, Sr. Presidente desta CCJ, que defenderia restrição à utilização do *habeas corpus.* Mas nós já tivemos períodos históricos no Brasil, até 1926, em que o *habeas corpus* era utilizado para tudo, a chamada doutrina nacional do HC, que se fundamenta numa decisão do Supremo de 1909, numa grande discussão entre Rui Barbosa e Pedro Lessa. Nós vamos supervalorizar o *habeas corpus* e vamos aqui fazer dele um substitutivo do trânsito em julgado das decisões judiciais.

A minha preocupação é essa, e concordo com V. Exª que a Constituição da República, em nenhum momento, fala que a coisa julgada só pode existir após o quarto grau de jurisdição – que deve ser igual a jabuticaba: só existe no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pedro Taques.

Antes de passar a palavra ao último orador inscrito, faço o registro da Associação Nacional dos Procuradores da República em relação à PEC nº 15, de 2011, que altera os arts. 102 e 105 da Constituição Federal, para transformar os recursos extraordinários e especial em ações rescisórias, de autoria do nobre Senador Ricardo Ferraço, e relatoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

A manifestação é da Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; aqui é feita uma explanação, que eu não vou ler e, no final, diz: "Diante de tais circunstâncias, a Associação Nacional dos Procuradores da República manifesta-se pela aprovação da PEC nº 15, de 2011, de autoria do Senador Ricar-

do Ferraço". E quem assina é o Presidente da ANPR, Procurador Alexandre Camanho de Assis.

Tem a palavra V. Exª, Senadora Marta Suplicy.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigada, Presidente Eunício Oliveira.

Primeiro, gostaria de parabenizar o autor da proposta, Senador Ferraço, pela oportunidade e pela sensibilidade de ter usado dessa experiência de vida que todos temos, mas foi V. Exª que realmente encaminhou esta proposta tão importante, esse projeto de lei.

Também gostaria de parabenizar o Relator, Senador Aloysio Nunes, pela utilização do instrumento Internet. É uma belíssima ideia.

Acho que esse é um projeto de tal importância que, provavelmente, V. Exª vai ter surpresas com as colaborações que vai receber. E não há por que não usarmos mais esse instrumento na medida em que é uma das modernidades que podem enriquecer muito esta Casa. E nós aqui sabemos das demandas, inclusive da nossa presença física em tantos lugares, que é impossível, e com a utilização da Internet, acredito que V. Exª atingirá todos os rincões deste País.

Uma palavra, que deveria ser um discurso, Ministro, primeiro, pela brilhante exposição, pela coragem, porque é algo que provavelmente vai também desagradar. Ao mesmo tempo em que vai agradar a grande maioria, vai também desagradar, e sempre desagrada. Proposições corajosas sempre desagradam uma parcela da população. Mas tenho certeza de que, com o brilhantismo de V. Exª, ousadia e coragem que tem demonstrado em pensar nas pessoas desse Brasil vai conseguir ter um bom encaminhamento disso. Para mim, todas as explicações, principalmente a parte onde se dava todas as acusações foram muito esclarecedoras. Considero-me bastante contemplada. Aqui os colegas Senadores também colocaram pontos que acredito que vamos poder elucidar, principalmente a questão do *habeas corpus*, que foi muito bem colocado pelo Senador Pedro Taques.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Agradeço à Senadora Marta Suplicy.

Passo a palavra ao Ministro Cezar Peluso para suas considerações finais e obviamente responda aos questionamentos dos Srs. Senadores para concluirmos essa reunião.

Com a palavra V. Exª

O SR. CEZAR PELUSO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, com relação ao Senador Ricardo Ferraço gostaria de agradece as suas palavras, mas sobretudo agradecer a sensibilidade com que V. Exª assumiu essa idéia – eventualmente, por contingência, foi minha podia se de outro – isso demonstra a sua sensibilidade política. O fato de V Exª não ser um jurista mostra bem que uma sociedade não precisa apenas de juristas.

Em relação ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, também sou um velho admirador seu, V. Exª sabe. Tivemos um contato na reforma do Judiciário, da Emenda 45. O problema da repercussão, Senador, é um problema muito simples em relação à proposta. A repercussão geral não impede a prolongação do trânsito em julgado. Esse é que é o problema. A raiz da questão da morosidade está exatamente na utilização sucessiva dos recursos que leva ao prolongamento do marco do trânsito em julgado. Na verdade, a repercussão geral tem uma grande função, mas dentro do regime do recurso. Isto é, assim como hoje se exige para conhecimento do recurso extraordinário a repercussão geral também, se a proposta for aprovado, a repercussão geral continuará a ser exigida como um requisito. Ela não altera nada do meu ponto de vista as causas básicas. E mais, há um dado que talvez os Srs. Senadores não saibam, pois não têm obrigação de saberem dessas coisas, na verdade a repercussão geral não diminuiu o estoque de recursos. Diminuiu o lugar onde eles estão estocados. Eles voltam para os tribunais locais e ficam aguardando lá. O número de recursos, basicamente, não diminuiu com a repercussão geral. Eles estão estocados nos tribunais. Em outras palavras, aliviou os armários do Supremo Tribunal Federal, nada mais que isso.

Esse é um ponto fundamental. Como a proposta incorpora uma preocupação com os direitos dos cidadãos é que ela inclui a criação de recursos ordinários contra as decisões originárias dos Tribunais, sejam locais ou superiores, cujas decisões estão hoje sujeitas apenas ao recurso especial, ao recurso extraordinário, sem poder examinar a questão de fato.

Eu estava propondo que se criasse, constitucionalmente, um recurso ordinário que funcionaria como apelação. Daria, portanto, a quem é julgado nos tribunais a possibilidade de recorrer ao Supremo Tribunal Federal ou a outro tribunal superior, com exame total da causa.

Quanto aos honorários advocatícios, não tenho dúvida nenhuma. Tenho recebido inúmeras manifestações de advogados. Recordo-me que, certa época, na cidade de São Paulo, ouvi de vários advogados uma queixa, dizendo: Ministro, os clientes não me pagam mais. Julgo o recurso deles e eles não me pagam mais.

Em relação ao Senador Demóstenes Torres, o problema é que a execução só provisória, de fato, não dá resposta ao problema. Em relação aos ministros do Supremo Tribunal Federal, não posso falar em nome deles, mas tenho recebido manifestações de simpatia pela ideia e uma adesão formal do Ministro Luiz Fux,

que foi o grande coordenador da reforma do Código de Processo Civil. Eles incorporariam isso sem nenhuma dúvida.

Em relação aos recursos ordinários de *habeas corpus*, que é um recurso que os advogados não usam, porque, na verdade, eles substituem o uso do recurso ordinário pelo *habeas corpus* originário, não é nada preocupante, porque – minha assessoria me deu agora os dados – está caindo o seu uso. Em 2008, tivemos 3.600; 2.600 em 2009. Atualmente, caiu para 2.207. Então, há uma queda muito acentuada do uso desses recursos.

Em relação à suspensão do prazo prescricional, ele também não resolve, porque ele resolve uma questão pontual da crise, que é o problema da prescrição. Só. Ele não mexe no fundamento, na causa básica da morosidade. Em outras palavras, ele não vai ao fundo da crise. O uso do *habeas corpus* é muito grande exatamente porque o recurso extraordinário não se presta a discutir questões jurídicas por causa da sua demora. Quando tem que se discutir uma tese jurídica que diz respeito a uma nulidade processual, a uma prisão ilegal, os advogados não usam do recurso ordinário porque levaria o tempo que hoje leva para examinar um outro recurso. Então, preferem atalhar e usar diretamente o *habeas corpus*, que eu acho que é uma boa solução, uma solução inteligente e que não vai, de modo algum, ser restringida, prejudicada ou limitada por essa proposta.

Em relação a minha proposta, por escrito, já está com o Senador Relator. Já dei o texto da minha proposta que realmente apresenta alguns aspectos técnicos um pouco diferentes da proposta do Senador Ricardo Ferraço, mas cuja substância é a mesma.

Senador Pedro Taques, agradeço muito as suas manifestações, valorizo muito a sua condição de um experiente jurista e agora de um provado político, preocupado com o bem público. A sua preocupação é tão grande, que também é minha. E coloquei, na proposta, a impossibilidade de concessão de liminar a qualquer título, senão, vamos cair no mesmo sistema, por via de liminares, cautelares e outras coisas mais.

Na área criminal, a valorização do *habeas corpus* está, como mostrei, diminuindo, acho que não vai zerar muito, porque o uso do recurso ordinário será o mesmo e acho que não haverá grande mudança.

Em relação a nossa Senadora Vice-Presidente, Marta Suplicy, agradeço as suas palavras encorajadoras, como agradeço ao Sr. Eunício de Oliveira, a todos os demais Senadores e Senadoras presentes, ao meu amigo Deputado Paes Landim, que é um grande defensor da melhoria, do aprimoramento do nosso Judiciário. Saio daqui hoje tranquilo, confiando no alto critério de deliberação de V. Exªs, que, com certeza, nesse ou naquele sentido, tomarão a decisão que for melhor para o povo brasileiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Ministro Cezar Peluso, pela brilhante exposição que fez V. Exª aqui hoje, clareando os pontos que normalmente colocam como obstáculo a uma matéria tão importante como esta, que é a de agilizar a Justiça brasileiro.

Agradeço também a presença do Ministro Sidnei Beneti e de todos que aqui vieram.

Antes de encerrar, convoco os Senadores para a 24ª reunião extraordinária, às 14 horas, para sabatinarmos o Dr. Jorge Hélio Chaves de Oliveira e a Srª Maria Ester Henriques Tavares.

Agradecemos a presença a todos.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a Reunião às 12 horas e 36 minutos.)

VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS QUATORZE HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às quinze horas e três minutos do dia sete de junho de dois mil e onze, na Sala de Reuniões da CCJ, número três, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a Presidência do Senador Eunício Oliveira, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, Randolfe Rodrigues, Aníbal Diniz, Clésio Andrade, Lindbergh Farias, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, José Agripino e Ciro Nogueira e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Viana, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Aécio Neves e Gim Argello. O Presidente (Senador Eunício Oliveira) registra a presença dos Senhores Mauro Campbell, Ministro do Superior Tribunal de Justiça; Corregedora do Conselho Nacional de Justiça, Ministra Eliana Calmon; Dr. Felipe Locke, Conselheiro do CNJ; Secretário-Geral do Conselho Nacional do Ministério Público, José Adércio Leite Sampaio; Ex-Procurador-Geral da República, Aristides Junqueira; Desembargador Federal Reynal-

do Fonseca; Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, Alceu Torres Marques; Procurador-Geral de Justiça do Acre, Sammy Barbosa Lopes; Procurador-Geral de Justiça do Amazonas, Francisco Cruz; Procuradora-Geral de Justiça de Manaus, Fátima Travassos; Procuradora do Trabalho, Drª. Guiomar Herxia Gomes; Procurador Regional da República, Dr. Wellington Saraiva; Juiz Ivo Anselmo Hohn, Membro da AJUFE; Juiz José Francisco Andreotti Spizzirri, Membro da AJUFE; Juiz Wilson Witzel, Membro da AJUFE; Juiz Fabrício Fernandes de Castro, Membro da AJUFE; Juiz Roberto Veloso, Membro da AJUFE; Juiz José Barroso Filho Membro da AJUFE; Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, CONAMP, César Bechara Nader Mattar Júnior; Presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – AMPERJ, Marfan Martins Vieira; Conselheiro do CNJ, Milton Nobre; Conselheiro do CNJ, José Adonis; Procurador-Geral de Roraima, Fabio Sticca; Procurador-Geral de Justiça do Espírito Santo, Fernando Zardini; Ex-Procurador-Geral de Justiça do Rio Grande do Sul, Mauro Renner; Presidente da AMMP, José Perdigão; Presidente da AMPRO, Marcelo Oliveira; Presidente da AMPT, Sebastião Caixeta; Presidente da MAPM, Marcelo Weitzel; Membro do Conselho Nacional do Ministério Público, Almino Afonso; Procurador-Geral de Justiça de Rondônia, Héverton Alves de Aguiar; Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, Tito Souza do Amaral. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 1) Não Terminativo OFICIO "S" Nº 16, DE 2011** Encaminha, nos termos do art. 103-B, XII, da Constituição Federal, a indicação do advogado JORGE HÉLIO CHAVES DE OLIVEIRA, inscrito na OAB/Ceará sob o nº 7.563, para composição do Conselho Nacional de Justiça. **Autoria:** Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. **Relatoria:** Senador Inácio Arruda. **Relatório:** Votação secreta. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do advogado JORGE HÉLIO CHAVES DE OLIVEIRA, para composição do Conselho Nacional de Justiça, por unanimidade, com dezenove (19) votos favoráveis. ITEM 2) Não Terminativo OFICIO "S" Nº 26, DE 2011** Encaminha, nos termos do inciso II do artigo 130-A, da Constituição Federal, o nome da Senhora Procuradora da Justiça Militar MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. **Autoria:** Procuradoria-Geral da República. **Relatoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatório:** Votação secreta. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome da Senhora Procuradora da Justiça Militar MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, com dezenove (19) votos favoráveis. REQUERIMENTOS APRECIADOS: 1) REQUERIMENTO Nº 32, DE 2011-CCJ** "Requeiro, nos termos do artigo 281, do Regimento Interno desta Casa, dispensa de interstício previsto pelo art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, para imediata apreciação do Ofício "S" nº 16, de 2011, que submete à consideração do Senado Federal, a indicação do advogado JORGE HÉLIO CHAVES DE OLIVEIRA, inscrito na OAB/Ceará sob o nº 7.563, para composição do Conselho Nacional de Justiça." **Autoria:** Senador Eunício Oliveira. **Resultado: Aprovado. 2) REQUERIMENTO Nº 33, DE 2011-CCJ** "Requeiro, nos termos do artigo 281, do Regimento Interno desta Casa, dispensa de interstício previsto pelo art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, para imediata apreciação do Ofício "S" nº 26, de 2011, que submete à consideração do Senado Federal, o nome da Senhora Procuradora da Justiça Militar MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público." **Autoria:** Senador Eunício Oliveira. **Resultado: Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara encerrada a presente reunião às dezesseis horas e trinta e seis minutos e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eunício Oliveira,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nosso trabalho, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a Ata da reunião anterior.

A presente reunião extraordinária, a segunda de hoje, tem na pauta a destinação de deliberar os itens nºs 1 e 2.

ITEM 1
– Não Terminativo –
OFICIO "S" Nº 16, DE 2011

Encaminha, nos termos do art. 103-B, XII, da Constituição Federal, a indicação do advogado JORGE HÉLIO CHAVES DE OLIVEIRA, inscrito na OAB/Ceará sob o nº 7.563, para composição do Conselho Nacional de Justiça.

Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil – OAB
Relatoria: Senador Inácio Arruda
Relatório: Votação secreta

Convido o Dr. Jorge Hélio Chaves de Oliveira para tomar assento à Mesa.

ITEM 2
Não Terminativo –
OFICIO "S" Nº 26, DE 2011

Encaminha, nos termos do inciso II do artigo 130-A, da Constituição Federal, o nome da Senhora Procuradora da Justiça Militar MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Autoria: Procuradoria-Geral da República
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Votação secreta

Já compondo nossa Mesa, encontra-se o Dr. Jorge Hélio Chaves de Oliveira, honrando, aqui, a Bandeira do nosso querido Ceará. Convido a Srª Maria Ester Henriques Tavares para compor a Mesa.

Requerimento sobre a mesa.

REQUERIMENTO Nº ..., DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 281 do Regimento Interno desta Casa, a dispensa de interstício, prevista pelo art. 2º do Ato nº 1, de 2007, desta CCJ, para imediata apreciação do Ofício "S" Nº 16, de 2011, que submete à consideração do Senado Federal o nome do advogado Jorge Hélio Chaves de Oliveira, indicado pela Ordem dos Advogados do Brasil, para integrar o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Sala das Comissões, 7 de junho de 2011

Senador Eunício Oliveira, autor do requerimento.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.)*

Aprovado o requerimento de quebra de interstício do Dr. Jorge Hélio Chaves de Oliveira, indicado para o Conselho Nacional de Justiça.

Requerimento sobre a mesa.

REQUERIMENTO Nº..., DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 281 do Regimento Interno desta Casa, também dispensa de interstício, prevista pelo art. 2º do Ato nº 1, de 2007, desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para imediata apreciação do Ofício de nº 26, do Senado Federal, de 2011, que submete à consideração do Senado Federal o nome da Procuradora de Justiça Militar Drª Maria Ester Henriques Tavares, indicada pela Procuradoria-Geral da República para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público.

Sala das Sessões, 07 de junho de 2011

Senador Eunício Oliveira, autor do requerimento, Presidente desta Comissão.

Os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o requerimento de quebra de interstício, tanto da Drª Maria Ester Henriques, como do Dr. Jorge Hélio Chaves de Oliveira.

Registro, com prazer, a presença do Dr. César Mattar Júnior, Presidente do Conamp (Conselho Nacional do Ministério Público); da Drª Cláudia Márcia Luz, Procuradora-Geral da Justiça Militar; do Dr. Jefferson Kravchychyn, Advogado Conselheiro do CNJ; do Dr. Jeferson Luiz Pereira Coelho, Vice-Procurador-Geral do Ministério Público do Trabalho; da Drª Taís Ferraz, Conselheira do CNMP; do Dr. Bruno Dantas, Conselheiro do CNJ; e do Dr. Almino Afonso Fernandes, Conselheiro do CNMP, que, em breve, será também, novamente, sabatinado por esta CCJ.

Vamos ao item 1 da pauta, que é da autoria da Ordem dos Advogados do Brasil e relatoria do Senador cearense Inácio Arruda.

A votação será nominal e secreta.

Concedo a palavra ao nobre Senador Inácio Arruda para proferir o seu relatório, já que fiz, de ofício, a quebra de interstício.

Tem a palavra V. Exª, Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, meu caro Jorge Hélio Chaves de Oliveira, Srª Maria Ester Henriques Tavares, Procuradora da Justiça Militar, é submetida a exame desta Comissão a escolha efetuada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Dr. Jorge Hélio Chaves de Oliveira para compor o Conselho Nacional da Justiça, a título de recondução.

O *caput* do art. 103-B da Constituição Federal estabelece que o CNJ compõe-se de 15 membros com mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Outrossim, o inciso XII, também do art. 103-B da Lei Maior consigna que da composição plena do CNJ participarão dois advogados indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Ademais, o §2º do mesmo art. 103-B do Estatuto Magno estatui que os indicados para compor o CNJ serão nomeados pelo Presidente da República, após aprovação dos respectivos nomes pela maioria absoluta do Senado Federal.

Compete a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de acordo com o art. 2º da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, proceder à sabatina dos indicados. A seguir, a indicação será submetida ao Plenário do Senado, também conforme a mesma Resolução nº 3.

Ainda em obediência aos ditames da referida resolução, art. 5º, inciso I, foi encaminhado o correspondente currículo do indicado, que passamos a resumir.

Quanto ao Dr. Jorge Hélio, é bom que se diga, trata-se de uma recondução feita pela Ordem, então há uma análise, já, da Ordem dos Advogados do Brasil, de que o Dr. Jorge Hélio se conduziu com presteza, uma conduta inarredável, com o compromisso sério, ali assumido perante o Conselho. Então, digamos, estamos submetendo à apreciação e examinando o seu currículo, mas diante de uma atuação destacada de V. Sª no Conselho Nacional de Justiça.

Jorge Hélio Chaves de Oliveira é natural do Município de Fortaleza, onde nasceu, em 05 de dezembro de 1961, tendo se bacharelado em Direito pela Universidade Federal do Ceará, no ano de 1981, e se pós-graduado como Especialista em Direito Público, pela Universidade Federal de Fortaleza, no ano de 1996, e tendo também concluído os créditos do mestrado em Direito Constitucional pela mesma instituição,

O ilustre indicado exerceu a função de Procurador Assistente da Procuradoria-Geral do Município de Fortaleza, de 1990 a 1994. Foi Conselheiro Estadual da Seccional OAB no Ceará, no triênio 2001 a 2003, período em que exerceu a Presidência na Comissão de Estudos Constitucionais e Entidades.

Entre 2007 e 2009, foi Conselheiro Federal da OAB, quando foi membro da Comissão Nacional de Estudos Constitucionais e Entidades, tendo ainda exercido o cargo de Secretário da Comissão Especial de Direito de Concorrência e da Regulação e do Estudo das Agências Reguladoras.

É Advogado Consultor do Escritório Oliveira Freitas Advogados, de Fortaleza, encontrando-se licenciado dessa atividade desde junho de 2009, em decorrência do exercício no mandato no Conselho Nacional de Justiça.

Desde 21 de julho de 2009, Dr. Jorge Hélio Chaves de Oliveira compõe o Pleno do Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, exercendo um primeiro mandato, que será concluído no próximo dia 20 de julho, sendo membro da Comissão Permanente de Acesso à Justiça e à Cidadania do Conselho, onde desenvolveu os projetos das Casas de Justiça e Cidadania e da Reforma do Regimento Interno.

Também afeito à vida acadêmica, o Dr. Jorge Hélio Chaves de Oliveira é professor concursado de Direito Constitucional da Universidade Federal de Fortaleza, onde ensina, desde 1987, na graduação e em curso de pós-gradução *latu sensu,* nos quais já administrou as disciplinas de Direito Administrativo e Direito Internacional Público. É ainda professor de Direito Constitucional da Polis Curso – Treinamento e Consultoria Ltda., também em Fortaleza, e professor da Escola Nacional de Advocacia, vinculado ao Conselho Federal da OAB, tendo sido membro do Conselho Federal.

Cabe ainda registrar que o ilustre indicado, tendo sido palestrante em mais de uma centena de eventos jurídicos nacionais, regionais e locais, tendo como público alvo a comunidade jurídica, participou do grupo de comentadores que analisou as diversas Constituições Estadual do Ceará, em projeto desenvolvido pela Assembleia Legislativa do Estado. É coautor do livro *História do Brasil*, publicado pela Editora Lowes, de Fortaleza, em 1992, tendo sido professor desta Disciplina por cerca de 20 anos.

Cumpre ademais consignar que, além do currículo, instrui, a presente indicação, declarações firmadas pelo indicado de que destacamos: 1– De que não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral até o 3º grau, inclusive de membros ou servidor da OAB (atende esta certidão ao art. 5º, inciso II, da Resolução nº 07, de 2005, do Senado Federal); 2– De que não existem sansões criminais ou administrativas disciplinares contra a sua pessoa, não existindo também procedimentos dessa natureza instaurados (art. 5º, inciso II, da Resolução nº 07, de 2005, do Senado Federal); 3– De que não é membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo do Estado, do Distrito Federal, dos Municípios ou cônjuge ou companheiro ou parente, em linha ou colateral até o 3º grau, inclusive de membros desses Poderes (art. 5º, inciso II, da Resolução nº 07, de 2005, do Senado Federal); 4– De parente que exerce atividade pública vinculada à sua atual atividade profissional (art. 1º, inciso II-A, do Ato nº 1, de 2007, do Conselho da Comissão de Constituição e Justiça); 5– De empresas de que participe como sócio (art. 1º, inciso II-A, do Ato nº 1, de 2007, do Conselho da Comissão de Constituição e Justiça); 6– Regularização fiscal nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal (art. 1º, inciso II-A, do Ato nº 1, de 2007, do Conselho da Comissão de Constituição e Justiça), com a respectiva documentação comprobatória; 7– De que não figura como parte em qualquer ação judicial seja como autor ou réu (art. 1º, inciso II, alínea "d", do Ato nº 01, de 2007, da Comissão de Constituição e Justiça) e 8– De que não atuou perante juiz ou tribunais nos últimos cinco anos, tendo se dedicado ao magistério, à consultoria jurídica e, nos últimos dois

anos, à atividade de Conselheiro do CNJ (art. 1º, II, *e,* do Ato nº 1, de 2007 – CCJ);

Por fim, o nobre indicado também apresentou argumentação escrita em que apresenta razões pelas quais entende ter experiência profissional, formação técnica adequada, afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo de que se trata, conforme previsto no art. 1º, inciso III, igualmente do Ato nº 1, de 2007, desta Comissão. E, evidentemente, mais do que comprovado pela sua atuação destacada no Conselho Nacional de Justiça.

Diante do exposto, entendemos que os Srs. Senadores e Senadoras integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional de Justiça.

Sr. Presidente, era o que tinha a informar o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Inácio Arruda. Só corrigindo: Conamp é Associação Nacional dos Membros do Ministério Público.

Para a leitura do relatório em relação à indicada Maria Ester Henriques Tavares, passo a palavra ao Relator, o nobre Senador Marcelo Crivella, o homem da África, do Rio de Janeiro e do Brasil.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Muito obrigado, Presidente. Muito agradecido por essa generosa lembrança.

Sr. Presidente, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania reúne-se hoje sobre o Ofício "S" nº 26, de 2011 (nº 491, de 2011, na origem), do Procurador-Geral da República, que encaminha, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, a indicação da Procuradora da Justiça Militar Maria Ester Henriques Tavares para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. É também uma recondução.

Vem ao exame desta Comissão a indicação do Procurador-Geral da República para recondução da Procuradora da Justiça Militar Maria Ester Henriques Tavares como integrante do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal (CF).

De acordo com o referido dispositivo, o CNMP compõe-se de quatorze integrantes, entre os quais quatro membros do Ministério Público da União, assegurada a representação de cada uma de suas carreiras; a indicada representa o Ministério Público Militar.

O referido Conselho tem por competência constitucional proceder ao controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais dos seus membros, cabendo-lhe outras atribuições relacionadas nos incisos do § 2º do art. 130-A da nossa Constituição Federal.

Conforme o *caput* do art. 130-A da Constituição, os membros do Conselho Nacional do Ministério Público serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, permitida uma recondução, que é o caso da nossa dama ilustre. Para tanto, a Resolução do Senado nº 7, de 27 de abril de 2005, estabelece caber a esta Comissão promover a sabatina dos indicados, antes da deliberação pelo Plenário.

A mencionada Resolução estipula quais são as informações e documentos que deverão ser fornecidos ao Senado para esclarecimento sobre o candidato. Esses dados devem ser complementados com aqueles previstos no Ato nº 1, de 2007-CCJ, que disciplina o processo de aprovação de autoridades no âmbito da Comissão.

Em atenção a essas normas, foi apresentado o *curriculum vitae* da indicada, no qual constam sua qualificação, formação acadêmica e experiência profissional. Nascida em Lisboa, em 24 de janeiro... Esse negócio de colocar aqui a data de aniversário das senhoras indicadas não é... Isso aqui eu vou omitir, porque elas não gostam. Naturalizada desde os dezoito anos de idade, a candidata é Bacharel (1980) em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), orgulho da minha terra. A indicada integra o Ministério Público da União, no ramo do Ministério Público Militar, desde setembro de 1992, tendo sido aprovada em 2º lugar no VI Concurso Público para a carreira de Procurador da Justiça Militar. Em abril de 2004, foi eleita pela classe, com 60% dos votos, para o exercício do cargo de Procuradora-Geral da Justiça Militar, que passou a exercer a partir de 6 de abril daquele ano. Em abril de 2006, foi reeleita, com 84% dos votos da classe – fez um bom mandato –, para recondução ao cargo de Procuradora-Geral da Justiça Militar, cargo que exerceu com brilhantismo até o dia 11 de abril de 2008. Em abril de 2008, retomou a sua lotação na Procuradoria da Justiça Militar do Estado do Rio de Janeiro, de onde foi removida, a pedido, em 2010, para a Procuradoria da Justiça Militar do Estado de São Paulo, onde exerce suas atividades até a presente data. Em abril de 2009, foi eleita com 77% dos votos – a unanimidade – da classe para representar o Ministério Público Militar no Conselho Nacional do Ministério Público, tendo o mandato respectivo sido exercido desde agosto de 2011. Honrou-me, naquela ocasião, ter sido o Relator da indicação, quando da sabatina nesta Comissão. Agora, a recondução foi apoiada por 70% dos integrantes da classe dos Pro-

curadores da Justiça Militar. No Conselho Nacional do Ministério Público, a Drª Maria Ester Henriques Tavares, além da atuação nos diversos procedimentos que lhe foram distribuídos, atua em três comissões permanentes – 1*)* de Aperfeiçoamento da atuação do Ministério Público no Sistema Carcerário e no Controle Externo da Atividade Policial; *2)* de Preservação da Autonomia do Ministério Público; e *3)* de Jurisprudência – e na Comissão Provisória de Infraestrutura da nova Sede do Conselho Nacional do Ministério Público.

Com relação à documentação, foram fornecidas todas as declarações previstas no art. 5º da mencionada Resolução.

Diante do exposto, entendemos que as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal dispõem de elementos suficientes para deliberar sobre a presente indicação para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Sr. Presidente, nossa candidata está sendo reconduzida porque exerceu seu mandato com muita consciência, inteligência, criatividade, assiduidade e amor ao trabalho. Não podemos, de maneira nenhuma, deixar de atender à indicação de 70% dos membros do Ministério Público Militar e, novamente, com os aplausos desta Casa, ver essa dama ilustre de volta ao seu posto por mais dois anos de mandato.

Que Deus a abençoe e ilumine. Que a senhora possa lá realizar sua missão com independência, de maneira constitucional e valente, porque nós precisamos de um Ministério Público autônomo, atuante e presente. Às vezes, infelizmente, temos que aqui mencionar, há excessos. Às vezes há. Então, o Conselho, neste momento, conta com pessoas ilustres como a senhora, representativas e muito respeitadas, são aqueles que os Procuradores mais jovens irão ouvir e com os quais irão aprender.

Parabéns, Maria Ester, que tem o nome de outra grande campeã, Maria Ester Bueno, e que também, de vez em quando, dá umas raquetadas. A senhora, de vez em quando, deve ter que dar umas também, na turma lá. Parabéns. Que Deus a abençoe.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Crivella.

Concedo a palavra ao advogado Dr. Jorge Hélio Chaves de Oliveira, para a sua exposição, por, inicialmente, até dez minutos.

Tem a palavra V. Sª.

O SR. JORGE HÉLIO CHAVES DE OLIVEIRA – Sr. Presidente desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, digníssimo Senador Eunício Oliveira, já aproveito para saudar também o Vice-Presidente, o Senador Pimentel, em nome dos quais eu saúdo os demais Senadores e Senadoras aqui presentes, meu digno Relator – muito obrigado pelas palavras lisonjeiras, pelas recomendações que V. Exª traz em relação ao meu nome –, colegas do CNJ, do CNMP, digna assistência, não sem antes saudar minha colega de sabatina, Drª Maria Ester, a quem desejo boa sorte.

A República Federativa do Brasil foi reproclamada, se me permitem, com a Emenda Constitucional nº 45. Na realidade, eu acho que ela foi reproclamada com a Constituição de 1988. A Emenda Constitucional nº 45 trouxe a República ao Poder Judiciário. Entre a necessidade do pragmatismo de fazer os processos andarem, portanto, combatendo a histórica e cancerígena morosidade da Justiça brasileira, e a não menos necessária observância dos princípios constitucionais, garantidores dos direitos fundamentais da pessoa humana, razão de ser da nossa Constituição, uma Constituição garantista, não por acaso chamada pelo nosso eterno Presidente Ulysses Guimarães de Constituição cidadã, a Emenda Constitucional nº 45 trouxe a necessária complementação à republicanização do Estado brasileiro. Refiro-me à República no plano institucional, com a contemporaneidade conceitual que o termo encerra, porque a democracia funcional se vai encaminhando, e participação dos representantes do povo – aqui, no caso, dos Estados e do Distrito Federal –, a participação do próprio povo nos orçamentos participativos vem andando para frente, mas a República precisava de um empurrão na justiça. Para isso foi criado o Conselho Nacional de Justiça, porque República deve ser compreendida como a transparência no trato da coisa pública. República deve ser compreendida como alternância no poder político e, portanto, pela importância das oposições em todos os sentidos, em todas as searas, porque República quer dizer prestação de contas da administração pública.

Então, nesse mister, o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público foram criados, com mandato certo, bienal e com uma única possível recondução, de maneira que se possa ter o rejuvenescimento constante e a reoxigenação dos órgãos de controle. Faz cinco anos – completar-se-ão seis brevemente –, que estes dois conselhos foram instalados. Precisamos aprofundar o devido processo legal destes conselhos. Precisamos observar que certos percalços têm que ser reavaliados, mas eu não tenho a menor dúvida, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, de que esses órgãos de controle existem para aprofundar a República, porque República não é outra coisa senão o fortalecimento dos órgãos de controle dos poderes públicos, em especial dos poderes esta-

tais, que, em única, não última, instância devem servir à sociedade, devem prestar-se a servir a sociedade, em especial àqueles que mais precisam do Estado, a grande maioria, mais de três quartos da nossa hipossuficiente população. Esse é um desiderato, esse é um desafio que precisamos enfrentar.

O Conselho Nacional de Justiça foi concebido, a meu sentir, com uma moldura pendular, com uma estruturação pendular. De um lado, o Conselho Nacional de Justiça, que, repito, parece-me soar como a republicanização da Justiça, é o grande elo que aproxima os magistrados e a população – não conheço outro. E também não me parece justa a alegação que alguns utilizam de que o Conselho Nacional de Justiça rivaliza com quem quer que seja ou interfere na atuação de quem quer que seja, porque não é esse o seu desiderato. Ele cumpre uma função que, parece-me, restava no vácuo até a aurora da Emenda nº 45.

Quem cuidava da gestão estratégica, estatística, administrativa da Justiça no País? Quem enxergava o Poder Judiciário como um poder estatal, uno, nacional? Não existem Justiças, há uma Justiça, e há segmentos, compartimentos do Judiciário. São coisas absolutamente diferentes, mas complementares. Esta última, compartimentos do Judiciário, que se destinam a cumprir o objetivo final, que é o alcance da justiça social, a efetivação dos princípios constitucionais da isonomia, da legalidade, da dignidade da pessoa humana e, no nosso caso, do acesso à Justiça material.

Quem exercia essa gestão? Quem poderia coordenar um projeto nacional – porque precisa ser nacional – de virtualização dos processos? Quem poderia fazer uma estatística sobre o estoque de processos, sobre o congestionamento da Justiça brasileira? Quem fazia isso? Senhoras, ninguém. Nunca se faziam estatísticas, especulava-se sobre o Judiciário brasileiro.

A Justiça era uma ficção que teimava em ser real. Hoje é uma realidade que nega qualquer sorte de fantasia. E o Conselho Nacional de Justiça faz parte de um pacote, de um *kit*, que este Senado e a Câmara dos Deputados incluíram, por emenda constitucional – a Emenda nº 45, a chamada reforma do Poder Judiciário em sua primeira versão – a segunda ainda está sendo preparada, ainda está sendo gestada –, para o trato transparente daquilo que precisa de publicidade.

Outro dia mesmo – eu me valho do depoimento ainda que silente e da solidariedade dos colegas de Conselho, que sabem que nós temos lutado no Conselho por uma coisa chamada efetivação do art. 5º, inciso LX, combinado com o art. 93, inciso 9º, da Constituição. É dizer, Sr. Presidente, que a lei só – só, repito –restringirá a publicidade dos atos processuais, quando a defesa da intimidade ou o interesse público o exigirem. Portanto, a regra é a publicidade nos atos da Justiça.

E por que é que...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JORGE HÉLIO CHAVES DE OLIVEIRA – É o meu tempo terminando?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não.

O SR. JORGE HÉLIO CHAVES DE OLIVEIRA – Tenho mais um minuto?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tem, sim.

O SR. JORGE HÉLIO CHAVES DE OLIVEIRA – E por que o Conselho Nacional de Justiça foi criado? Porque os órgãos de controle existentes, sejamos claros, não cumpriam a rigor as funções, os papéis que lhes eram cometidos. Refiro-me à boa parte das corregedorias internas – cuja publicidade era quase nenhuma ou nenhuma – de tribunais. Refiro-me a certas cortes de contas, que não avançavam conforme a sociedade exigia que se avançassem, conforme exigem os princípios instados na Constituição, para a publicização das coisas públicas – afinal, as coisas públicas têm de ser públicas.

E o art. 93, inciso IX, para encerrar, Presidente, diz que todos os julgamentos serão públicos e fundamentadas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar, em determinados atos – veja que é exceção –, a participação só das partes ou das partes de advogados, quando o direito do interessado ao sigilo não prejudicar o interesse público à informação.

Portanto, Presidente, o Conselho Nacional de Justiça, entre críticas e alvíssaras, entre congratulações e oposições, veio para ficar. O Conselho Nacional de Justiça – e esta testemunha pode dar este testemunho –, nesses quase dois anos, a se completar no dia 21 de julho vindouro, nós percebemos esta condição pendular: de um lado, controlamos a atuação administrativa e financeira do Judiciário e os deveres funcionais dos juízes – ou seja, o cumprimento da Loman contra exageros autocráticos, tirânicos, às vezes, e a observância dos princípios do art. 37 da Administração Pública aplicados à justiça –; de outro lado, a defesa da autonomia do Poder Judiciário, eis a maior gravidade da nossa responsabilidade, ecoado em controlar a atuação administração administrativa e financeira, sem entrar no mérito jurisdicional, para respeitar a independência e a autonomia, e zelar por ela, do Poder Judiciário, sendo certo que – V. Exªs foram sábios quando elaboraram essa emenda –, nossos atos são sempre controlados pelo Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 102, inciso I, aliena "r".

Eu estou absolutamente à disposição de V. Exªs para tantos questionamentos quantos queiram formular. Eu agradeço, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Dr. Jorge Hélio Chaves de Oliveira.

Concedo a palavra para a sua exposição, por até dez minutos, à Drª Maria Ester Henriques Tavares.

V. Sª tem a palavra.

A SRA. MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES – Exmº Sr. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Eunício Oliveira, Exmº Sr. Vice-Presidente desta Comissão, Senador Pimentel, na pessoa de quem eu cumprimento todas as autoridades presentes nesta Casa, Exmº Sr. Senador Marcelo Crivella, que tenho a honra de ter como Relator e a quem agradeço as palavras generosas proferidas ainda há pouco, colegas do CNMP e do Ministério Público.

Como já foi dito, eu estou me apresentando novamente perante esta Casa para recondução ao cargo de Conselheira do Conselho Nacional do Ministério Público, representando o Ministério Público Militar.

Nesta sabatina, vou expor o trabalho que tem sido feito no CNMP nestes últimos quase dois anos, em que se verifica um avanço nas missões de controle e fiscalização do CNMP, tanto pelo trabalho das comissões quanto pelo trabalho individual de cada um dos seus membros.

Nas comissões de que participo – uma delas é permanente, a Comissão de Jurisprudência –, ainda neste ano, ainda nesta gestão, antes de agosto, deverá ser lançada a nossa primeira revista de jurisprudência, com artigos dedicados a modelos de Ministério Público, um estudo comparado entre Ministérios Públicos de todo o mundo. E já está em fase de confecção, ainda não na gráfica, mas já quase pronta, a nossa segunda revista, que também deverá ser lançada – acredito – só na próxima composição do CNMP, mas já bastante adiantada.

Também a cargo dessa comissão, instituir um sistema de informática para armazenar uma base de dados com todas as decisões do CNMP para que fiquem disponíveis para todos os cidadãos. Parte dessas decisões já está sendo armazenada no nosso site, embora esse sistema ainda esteja sendo desenvolvido e melhorado, mas já se pode consultar no nosso *site* um *link* de jurisprudência sobre as diversas decisões do CNMP.

A segunda comissão de que também participo é a Comissão de Aperfeiçoamento da Atuação do Ministério Público no Sistema Carcerário, no controle externo. No sistema carcerário temos, na comissão, participado de diversos mutirões carcerários realizados pelo CNMP em conjunto com o CNJ e, nesses mutirões, tivemos oportunidade de conhecer e visitar prisões e conhecer *in loco* a situação de prisões e de presos, trazendo para dentro da comissão discussões a respeito de buscar soluções para a questão penitenciária no Brasil. Isso não passa certamente apenas sobre a questão de aumentar o número de vagas, criar mais presídios, mas também de dar condições às pessoas que estão cumprindo pena que usem o seu tempo ocioso nas prisões para aprender um ofício, para ter um aprendizado profissionalizante, de forma que possam sair das prisões mais bem preparados e em condições de enfrentar o mercado de trabalho, após tanto tempo afastado da sociedade.

Creio que, dentro da nossa comissão, discutimos todas essas questões e, agora, na próxima semana, dias 16 e 17 de junho, teremos um seminário patrocinado pelo Conselho Nacional do Ministério Público, de realização da nossa Comissão de Aperfeiçoamento do Sistema Carcerário, que vai reunir membros do Ministério Público, de todas as instituições envolvidas com o sistema carcerário, para discutir as questões referentes ao sistema carcerário e encontrar soluções para a melhoria da nossa situação carcerária. Tudo isso tem sido feito em reuniões e participação nesses mutirões e discussões na nossa comissão.

Participo ainda de uma comissão provisória de infraestrutura da nova sede do CNMP e a presido. Hoje, estamos instalados numa sede alugada, que não atende às nossas necessidades – está muito aquém delas – tanto em espaço como em condições de trabalho, e estamos agora no processo para conseguir a cessão de um terreno para a construção de uma nova sede. Essa comissão se destina a acompanhar todos os trabalhos necessários para a construção da nova sede, desde a cessão do terreno, até os projetos, os contratos de licitação e a própria construção.

Acredito que minha indicação para presidir essa comissão decorre do fato da experiência adquirida quando da construção da sede do Ministério Público Militar aqui em Brasília, que foi iniciada comigo, continuou e foi terminada pela atual Procuradora-Geral, e que foi muito bem sucedida, sem nenhum óbice, sem nenhum embargo. Embora seja uma construção de muita qualidade, nós conseguimos fazer um prédio com o preço por metro quadrado mais barato de Brasília, em torno de R$2.300,00. Em razão disso, eu presido essa comissão e acompanho esse trabalho.

Ainda também participo da Enasp. A Enasp é a Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública, que foi criada, nasceu de uma parceria do Ministério da Justiça, do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público. Essa estratégia

foi criada com o objetivo de promover a interação de todos os órgãos envolvidos com justiça e segurança pública, de forma a coordenar as ações de combate à violência e traçar novas políticas nessa área. O que a Enasp faz, que é bastante inovador e que deve ter resultados positivos, é a busca, nessa estratégia, de uma atuação conjunta de todos os órgãos envolvidos na Justiça e segurança pública, ou seja, não apenas uma atuação individual, de cada instituição dessa, como a Polícia, o Ministério Público, o Judiciário, a Advocacia Pública, a Advocacia Privada. Todas essas instituições participam da Enasp. O que se pretende com a Enasp é que essas instituições se articulem, que haja uma integração entre essas instituições, para que se faça um trabalho conjunto, que possa trazer resultados muito mais positivos do que até então se tem conseguido. Todas essas instituições, trabalhando para combater a violência, para solucionar problemas de inquéritos, principalmente de inquéritos envolvendo homicídios, não chegaram a bons resultados, por mais sério que tenha sido o trabalho de cada uma.

No último levantamento feito, em abril deste ano, nós constatamos que existem mais de 150 mil inquéritos envolvendo homicídios sem nenhuma solução. E o CNMP ficou dentro da Enasp com o grupo de persecução penal, que é o grupo do qual participo, coordenado pela Conselheira Taís Ferraz, que, inclusive, está presente nesta Casa. Esse grupo tem o objetivo de conseguir solucionar todos esses inquéritos que estão em aberto; tanto solucionar os inquéritos, como as denúncias, como os julgamentos de todos os inquéritos envolvendo crimes de homicídio.

E o objetivo da Enasp é justamente agilizar a solução desses inquéritos através dessa atuação integrada de todos os órgãos que envolvem Justiça e segurança pública. Com esse objetivo, temos feito diversas reuniões em diversos Estados do Brasil. Cada um desses órgãos tem gestores dentro da Enasp e participam dessas reuniões. Então, são reuniões que têm a participação do Ministério Público, da Polícia, do Judiciário, nas quais são traçadas metas e políticas para atingir essas metas, onde também esses órgãos interagem para agir em conjunto e chegar a bons resultados.

O Conselho Nacional terminou, no ano passado, o seu planejamento estratégico, estabelecendo os valores e os indicadores e qual é a missão do Conselho Nacional do Ministério Público, planejamento do qual participei juntamente com os demais conselheiros. Estabeleceu-se a missão do Conselho Nacional do Ministério Público: fortalecer e aprimorar o Ministério Público brasileiro, assegurando sua autonomia e unidade para uma atuação responsável e socialmente ativa. É com isso que nós trabalhamos no Conselho Nacional. Buscamos também ser o órgão de integração e de desenvolvimento do Ministério Público brasileiro.

Agora estamos na fase final do planejamento estratégico nacional de todo o Ministério Público brasileiro, um planejamento estratégico que visa não impor aos Ministérios Públicos uma determinada meta, um determinado direcionamento. Não. Estão sendo respeitadas a autonomia financeira, orçamentária e funcional de cada Ministério Público. Nesse planejamento nacional, o que se busca é construir um Ministério Público mais unitário, procurando definir o que é convergente e o que é comum a todos os Ministérios Públicos, de forma a aplicar isso por todo o Ministério Público e ter um Ministério Público mais unitário.

Ainda numa atuação bastante proativa do CNMP, começada também nessa última composição, estão as inspeções que estão sendo feitas em todas as unidades se dá não porque se encontra um problema naquela unidade e aquela unidade precise ser inspecionada, mas uma inspeção com uma visão preventiva e com o sentido de orientar, de recomendar e de verificar como está a atuação administrativa e financeira daquele Ministério Público e também a atuação de seus membros, instaurando os devidos procedimentos quando encontrada alguma ilegalidade ou irregularidade que exija esses procedimentos, fazendo um trabalho preventivo no sentido de se verificar como estão sendo aplicados os recursos públicos no Ministério Público, como está sendo utilizado o orçamento, orientando e auxiliando aqueles Ministérios Públicos que têm menos condições, que têm menos orçamento.

Então, essas inspeções têm tido um resultado tão positivo que algumas unidades do Ministério Público inclusive solicitam que sejam inspecionadas para que possam ter como que uma auditoria em toda sua unidade, uma verificação de como estão atuando e uma verificação de falhas que, muitas vezes, no trabalho do dia a dia, não se consegue detectar e numa inspeção isso é possível.

Entendo que o Conselho Nacional do Ministério Público avançou muito nestes dois anos, tanto na área de controle como na área de fiscalização, bem como na área da esfera disciplinar também, pois comprovadas as faltas de algum membro, as sanções têm sido aplicadas, desde advertência, censura até a devolução de verbas, suspensão e a perda de cargo, quando essa é a sanção adequada de acordo com a lei.

Agradeço pela atenção dos senhores e estou à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Passamos à fase de arguição.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Taques para interpelar os indicados pelo prazo de até cinco minutos.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, senhores indicados, Drª Maria Ester e Dr. Jorge Hélio, começo com a Drª Maria Ester.

Drª Maria Ester, de que maneira o Conselho Nacional do Ministério Público pode contribuir com o controle externo da atividade policial para que o Ministério Público, efetivamente, cumpra o seu dever constitucional e faça o controle externo da atividade policial na defesa dos direitos fundamentais? Essa é a primeira pergunta.

A segunda indagação: se V. Exª já votou no Conselho Nacional do MP a respeito da participação de membros do MP junto ao Poder Executivo. E se isso, na opinião de V. Exª, ofende a imparcialidade que o Ministério Público, como parte instrumental, deve possuir no momento do oferecimento da denúncia.

Também gostaria de saber de V. Exª qual é a sua opinião a respeito da participação político-partidária do membro do MP no exercício da capacidade política passiva sendo votada.

Uma última indagação: todos nós precisamos de controle. Quem controla o Senado é o cidadão-eleitor; os Senadores cometem crime comum e crime de responsabilidade e são controlados pelo próprio Supremo e pelo Senado. Os Ministros do Supremo são controlados pelo Senado e pelo próprio Supremo. O Presidente também é controlado. Se um membro do MP oferece uma denúncia, ele é controlado pelo Poder Judiciário nos requisitos. Se um membro do MP pede o arquivamento de uma investigação, o juiz não é obrigado a concordar com isso, e pode remeter ao art. 28. Quem controla o Procurador-Geral da República se ele pede o arquivamento de alguma investigação, na opinião de V. Exª?

Ao Conselheiro Jorge Hélio, do Conselho Nacional de Justiça. De que maneira V. Exª, como conselheiro e indicado ao novo lapso temporal, pode contribuir para que tenhamos um Judiciário que seja cumpridor da Constituição no tocante ao prazo razoável para o término dos processos? Essa é a primeira indagação.

Uma segunda indagação a V. Exª a respeito da discussão da chamada PEC dos Recursos, proposta numa fala do Ministro Peluso, no início das discussões sobre o Pacto Republicano nº 4, e aqui apresentada a PEC dos Recursos pelo Senador Ricardo Ferraço e relatada por S. Exª o Senador Aloysio Nunes Ferreira. Qual a opinião de V. Exª a respeito da proposta de emenda à Constituição que cria a ação rescisória constitucional ou extraordinária e especial para o Supremo e para o STJ, respectivamente? Qual é a posição de V. Exª a respeito da mudança da composição do Conselho Nacional de Justiça? Se é interessante que nós possamos aumentar o número de membros do Conselho ou, na posição de V. Exª, uma reflexão, se for possível, se o Conselho vem cumprindo seu papel com a composição que se afigura na Emenda à Constituição nº 45. No mais, gostaria de parabenizar os dois indicados e já Conselheiros pelo importante papel que vêm desempenhando nos dois conselhos.

Sr. Presidente, são essas as indagações que eu gostaria de ouvir a resposta.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel.Bloco/PT – CE) – O próximo inscrito é o Senador Demóstenes Torres. Tem a palavra V. Exª.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srª Procuradora da Justiça Militar, Sr. Advogado, ambos Conselheiros, eu tenho uma pergunta apenas para cada um.

Primeiro, parabenizo a Procuradora Maria Ester Henriques Tavares pelo brilhante trabalho que realiza no Conselho Nacional do Ministério Público. V. Exª pleiteia recondução com muita justiça. Creio que a Casa, pelo trabalho que V. Exª vem desempenhando, dar-lhe-á oportunidade de continuar por mais dois anos junto ao Conselho do Ministério Público.

Da mesma forma, o Dr. Jorge Hélio, representando a Ordem dos Advogados do Brasil, tem feito um trabalho exemplar. Se depender de mim, continuará lá como Conselheiro.

Faço uma pergunta apenas a cada um. Em relação à Drª Maria Ester Henriques Tavares, apenas para reforçar a pergunta que fez o Senador Pedro Taques. O Código de Processo Penal é claríssimo no art. 28 ao dizer que qualquer membro do Ministério Público, quando pede um arquivamento de um inquérito policial ou de uma investigação, se o juiz discordar desse pedido, imediatamente o pedido é remetido ao Procurador-Geral de Justiça para que ele concorde com o Promotor, e assim estará definitivamente arquivado, ou, no caso de discordância, indique um outro membro do Ministério Público para apresentar a denúncia.

No caso do Procurador-Geral de Justiça, a correção é feita pelo Colégio de Procuradores. No caso do Procurador-Geral de Justiça há uma omissão. Quando o Procurador-Geral da República pede o arquivamento, na verdade ele não pede, ele determina o arquivamento, e não há recurso para qualquer instância. V. Exª acha que seria o caso de se propor uma medida legislativa para que haja um recurso, no caso do Ministério Público Federal, para o Conselho que poderia rever ou não a decisão do Sr. Procurador-Geral de Justiça? Essa é a indagação que faço a V. Exª. Se V. Exª acha razoá-

vel que isso aconteça, porque, nos demais níveis da instituição, isso acaba acontecendo.

E indagaria ao Dr. Jorge Hélio Chaves de Oliveira sobre um problema que, até muito recentemente, era gravíssimo, o festival de quebra de sigilo telefônico patrocinado pela Justiça no Brasil. V. Exª acha que, depois que o Conselho Nacional da Magistratura resolveu disciplinar o tema e até punir alguns magistrados que agiam abusivamente, hoje temos isso sob controle no País?

São as perguntas que faço a V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Para responder os questionamentos feitos, concedo a palavra ao Sr. Jorge Hélio Chaves de Oliveira.

O SR. JORGE HÉLIO CHAVES DE OLIVEIRA – Senador Pedro Taques, eu agradeço pela oportunidade de poder esclarecer alguns pontos, ao tempo em que quero parabenizar esta Comissão – e faço isso como cidadão e como estudioso do direito constitucional – por estar promovendo sabatina verdadeira. Quem é sabatinado está sendo promovido. Quem é sabatinado não está sendo testado, se bem que todos temos que ser testados quando assumimos algum ônus público. Quem é sabatinado está prestando contas. Eu parabenizo V. Exª, que fez uma sustentação nesse sentido e que foi acompanhado pelos seus Pares.

Agradeço as perguntas. A primeira pergunta, se eu a tiver entendido errado, V. Exª me interrompa, por favor: em que medida o Conselho Nacional de Justiça, pergunta V. Exª, tem contribuído – e eu acrescento o pode contribuir – com o cumprimento da Constituição Federal ou com uma Justiça cumpridora da Constituição Federal, especialmente no que tange a prazos razoáveis. E acredito que V. Exª tenha se referido ao art. 5º, inciso LXXVIII, a razoável duração do processo, que, para além de um princípio processual, é uma garantia fundamental incluída pela mesma Emenda 45, que eu consagrei e com a qual me congratulei agora há pouco, no texto da Carta Outubrina.

O Conselho Nacional de Justiça, em existir, já promove uma alteração funcional, material na estrutura intestina da Justiça brasileira. Quando nós – e é interessante isto – percebemos a existência do Conselho Nacional de Justiça, a primeira coisa que fazemos é estimular o corporativismo no seu lado são e defenestrar os vícios que o corporativismo excessivo pode produzir. Isso me parece uma primeira contribuição, às vezes pouco percebida, que o Conselho Nacional de Justiça, mercê do seu ecletismo conceitual, de sua composição eclética, plural tem trazido.

Quando nós disciplinamos, Senador Pedro Taques e Srs. outros ilustres Senadores, por resolução, certos comportamentos gerais do Judiciário – e é preciso que seja dito isto nesta sabatina –, isso tem trazido sérios, graves problemas relacionados ao mau entendimento, à má interpretação do papel do CNJ. Isso tem trazido um reforço à vontade de trabalhar, mais que isso, à necessidade de produzir da Justiça.

Tenho eu para mim que o Conselho Nacional de Justiça, ao gerar e gerir estatísticas, estabelecendo um manancial chamado Justiça em Números, com todos os problemas que ele tenha, e ele os tem – ali não está a Justiça Eleitoral ainda, ali não está a Justiça Militar ainda, ali ainda há erros a serem corrigidos, mercê de problemas de tecnologia de informação –, mas ali há um retrato primeiro, em 513 anos pós-Cabral – em 511 anos pós-Cabral, perdão. Nós temos um primeiro retrato da Justiça brasileira, que coloca *ranking*. O *ranking* não acomoda; ele incomoda, porque "rankear" incomoda. É claro que não podemos parar na forma; nós temos de buscar a essência, mas os meios importam. Hoje a gente sabe, no Brasil, qual a vara de qual segmento do Judiciário não anda.

E há uma processualística interessante. A Corregedoria Nacional de Justiça no CNJ pressiona as corregedorias estaduais e das outras Justiças para buscarem explicação.

Portanto, a nossa existência faz as corregedorias atuarem mais celeremente, atuarem mais e até atuarem em alguns casos em que não atuavam – em poucos casos, mas em alguns casos não atuavam. É o que a gente tem detectado.

Então, eu imagino que a existência do CNJ contribua "importantemente" – eu não digo decisivamente, porque acho que tudo é um conjunto de coisas, não é uma coisa só – para a celeridade da Justiça. Porque a Justiça que não é célere é injustiça qualificada. Eu não estou aqui querendo ressuscitar Rui Barbosa; é tão batida essa frase!

Mas Justiça não tem de ser nem rápida, nem vagarosa: Justiça tem de ser justa. Por isso, a razoável duração do processo, o devido processo legal. A Justiça não pode ser pautada pela grande imprensa. Não pode ser pautada pela grande imprensa. Não pode ser pautada por quem quer que seja, mas ela pode se pautada por todo um conjunto da obra social. E aí é importante a participação de todos os segmentos, a imprensa livre como protagonista disso. Os órgãos de controle, como este Senado, muito importante sua existência. Creio que tenho respondido a primeira pergunta.

Segunda pergunta, com relação à PEC dos Recursos. Posso deixar essa por último? Só por uma questão didática, não para falar menos. Pelo contrário.

A mudança da composição do CNJ. V. Exª é Relator de PECs que tratam de alteração na composição dos conselhos. O Conselho Nacional de Justiça é uma

experiência que vem dando certo. Se eu partir dessa premissa, eu chego à conclusão de que em time que está ganhando não se mexe. Se eu, ao contrário, chegar à conclusão de que precisa ser mudada a composição, eu tenho que mudar a premissa, qual seja a necessidade de melhorar o CNJ, e esse melhoramento se faria por uma mudança de composição.

Data venia, com todo o respeito, esse argumento carece de fundamento lógico político e lógico jurídico-sistêmico. Se eu tivesse... Como cidadão, eu tenho; como legislador, V. Exª tem. Faço um apelo a V. Exª. Se eu tivesse a possibilidade de deixar o CNJ funcionar, de deixar o CNMP funcionar, eu diria que eles são tão jovens para já serem reformados... Não há vícios em suas composições. Não há necessidade de nós quedarmos a uma alteração conjuntural atendendo a certos desejos que não sei se são republicanos. Acredito que sejam corporativos. Legítimos, mas corporativos.

Portanto, a segunda resposta a V. Exª: eu manteria a composição do CNJ como se encontra hoje. Quem acompanha o CNJ – não digo nem no seu dia a dia, mas em duas sessões seguidas – verifica que lá não há uma igrejinha, no sentido aspado do termo, que lá não há uma confraria, no sentido corporativo perverso do termo. Lá existe um organismo plural, eclético, em que vigora o alto respeito intelectual, político, pessoal, mas, ao mesmo tempo, o direito de opinar representando diversos segmentos e buscando o desencastelamento da Justiça brasileira. É disso que se cuida.

O que não admitimos é que um gestor resolva importar um mármore da Grécia porque ele teve um sonho e aquela cor lhe daria sorte. Então ele faz isso com o dinheiro público. Isso não pode ser feito.

Mas é bom que a gente lembre que o Conselho Nacional de Justiça não é um órgão de controle no sentido apenas sancionador. Quarenta magistrados, se muito, foram punidos pelo CNJ dentre dezessete mil que a magistratura tem. Eu queria apresentar esses números a V. Exª. É muito pouco, o que só promove os bons magistrados, separando-se o joio do trigo. Porém, a contribuição na política das mãos dadas com os órgãos do Judiciário me parece ser a maior contribuição, me parece ser o maior sentido de ser do Conselho Nacional de Justiça.

Portanto, parece-me que essa PEC, com todo o respeito à legitimidade de seus proponentes, que reconheço, e não poderia ser diferente, opino, respondendo a V. Exª objetivamente, no sentido de que se mantenha a composição do CNJ tal qual hoje se encontra.

Com relação à PEC dos Recursos. A chamada PEC dos Recursos, idealizada pelo nosso Ministro Presidente Antonio Cezar Peluso, Presidente do Supremo e Presidente do CNJ, por determinação constitucional, tem as melhores intenções. Não sei se ela produziria os melhores resultados. Eu diria que ela merece estudo, porque nós temos um problema sério: a morosidade – repito o que disse aqui – é cancerígena, benéfica ao grande possuidor de poder, maléfica até não mais poder aos despossuídos, constituindo-se dois estados para duas sociedades onde só existe um Estado e uma sociedade. Nós não podemos contribuir com isso.

Mas será que a PEC dos Recursos, tal como está colocada, criando, como V Exª chama, uma espécie de ação rescisória constitucional, permitindo que se recorra ao Supremo, em sede de recurso extraordinário, ou ao STJ, em sede de recurso especial, mas já tendo transitado em julgado na instância *a quo*, será que isso resolveria?

Eu li o artigo que S. Exª o Presidente, não poderia deixar de fazê-lo, por dever de cidadão, fez publicar no *site* do Supremo Tribunal Federal, que está reproduzido no *site* do consultor jurídico de hoje. S. Exª diz a certa altura que... E pergunta no final: a quem interessa, a quem pode interessar a lentidão do sistema judicial? Eu devolvo a pergunta, como cidadão: será que uma PEC dos Recursos, tal como se coloca hoje, resolve o problema na causa? Ou ataca apenas a consequência? Passa mertiolate na ferida? Ou trata da infecção? Eu penso que se poderia amadurecer um pouco mais, Senador Pedro Taques, antes de se aprovar – isso é uma opinião, estou respondendo a V. Exª – a PEC dos recursos. Eu penso isso.

Eu acho que nem todo advogado – quero deixar claro isso – quando recorre de forma protelatória. Acho muito perigosa essa generalização com os advogados, muito perigosa. Quando fazem isso devem responder segundo o que fizerem. Agora, não coloquemos a morosidade do Judiciário na conta de advogados que recorrem com recursos previstos na Constituição e na Lei. É querer mudar o foco das coisas. Então, eu pensaria melhor para aprovar essa PEC.

Por último, Senador Demóstenes, V. Exª questiona sobre algo que é uma preocupação histórica, acadêmica inclusive, sobre a qual V. Exª tem se dedicado: a quebra do sigilo telefônica. A quebra de qualquer sigilo, Senador – vou responder o que V. Exª precisa ouvir e quer ouvir –, a quebra de sigilo só pode se justificar quando o interesse público primário exigir. Isso é questão essencial, material. O resto é orbital, o resto é periférico, é citoplasmático. Não se quebra sigilo para saber o que há dentro do sigilo. O sigilo é um direito e uma garantia fundamental, que só pode ser quebrado naquelas hipóteses previstas na Constituição, com a Constituição remetendo à lei, mesmo assim quando houver investigação criminal ou instrução processual

penal e pelo juiz competente, por uma decisão escrita e fundamentada.

Acredito, sim, Excelência, que a atuação do CNJ inibiu isso. Inibiu isso, porque, se nós não podemos interferir na ação jurisdicional, atividade fim, nós podemos atingir o gestor, o administrador da Justiça. Acredito que sim.

Sobre controle, não. A gente nunca tem atos autoritários sobre controle. Por isso, todas as autoridades têm que estar controladas 24 horas por dia. Não dê poder e descanse porque esse poder será abusado. Isso já se dizia no século XVIII. Quem tem poder, dele usa. Quem tem poder absoluto, dele abusa.

Então, a V. Exª eu respondo: não, não está sob controle. Mas houve uma diminuição na moda as liminares quebrando sigilo. Aliás, eu me preocupo muito com essa figura, embora não seja o objeto da sua pergunta, mas é perifericamente respondível assim. Liminar, a gente tem que estudar esse instituto com muita cautela. Todo mundo, a sociedade brasileira. O CNJ está dando uma contribuição acadêmica para isso, como órgão administrativo, acho que respondi V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Para responder aos questionamentos aqui feitos, concedo a palavra à Srª Maria Ester Henriques Tavares.

Tem a palavra a senhora.

A SRA. MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES – Senador Pedro Taques, o primeiro questionamento foi sobre o controle externo da atividade policial. O CNMP tem se debruçado sobre essa questão, inclusive, no final do mês passado, nós fizemos um evento, um seminário envolvendo todos os Ministérios Públicos do Brasil, para discutir essa questão e apresentar o que fazer, as metas principais, o que principalmente deve ser examinado na questão do controle externo das polícias. Inclusive, divulgamos um documento chamado Carta de Brasília, onde se destacou a necessidade de controle externo, até para a defesa dos direitos humanos, porque somente com o controle externo efetivo do Ministério Público a gente vai poder, se não acabar, pelo menos reduzir esses problemas de mortes, de assassinatos que realmente acontecem quando há confronto de polícia com pessoas, e nem sempre está-se falando de pessoas envolvidas com crime, muitas vezes são inocentes.

Então, desse evento, foram extraídas diversas discussões, estabelecendo diversas normas de como fazer o controle, e isso está sendo sistematizado para remessa a todos os Ministérios Públicos para que o controle seja mais efetivo e seja mais igualitário também, feito por todos os Ministérios Públicos.

Sua pergunta foi sobre a participação de membro do Ministério Público no Poder Executivo, a votação de uma resolução que havia sobre a participação de membro do Ministério Público no Poder Executivo. Efetivamente essa resolução foi trazida por uma conselheira para votação no sentido de revogar determinados artigos em que o CNMP, na resolução do CNMP, pelo menos no meu entendimento e dos que também assim votaram – e foi a maioria que assim votou – extrapolava as regras estabelecidas na Constituição, ou seja, proibia mais do que a Constituição proibia, ia além da Constituição. Então, decidiu-se que o correto seria o CNMP não regulamentar isso, porque a regulamentação já havia na Constituição, que a resolução ficaria para efeito de controle e fiscalização; e a votação foi no sentido de se revogar esses artigos.

A votação ainda não foi terminada, porque há um conselheiro que pediu vista, mas o número de votos aprovando já indica que essas normas serão revogadas. Eu votei também nesse sentido, pela revogação, porque entendo que havia uma extrapolação no Conselho.

O senhor perguntou também sobre participação político-partidária. Sobre participação político-partidária, eu entendo possível, desde que o membro do Ministério Público... Não que ele necessite se exonerar, mas ele necessita ficar afastado de todas as suas funções, inclusive sem vencimentos pagos pelo Ministério Público, apenas dedicado, enquanto exercendo um cargo eletivo efetivo, ao cargo para o qual foi eleito. Eu acho possível que haja essa representação de membro de Ministério Público no Parlamento, seja no Senado, seja na Câmara dos Deputados, porque acho importante que também o Ministério Público, como as demais instituições, tenha representação nesta Casa, como todas as outras instituições têm representação nesta Casa, porque não há proibição. Acho importante também que o Ministério Público tenha essa representação, mas, evidentemente, com o afastamento total de suas funções dentro do Ministério Público enquanto no exercício de um cargo eletivo.

E sua última pergunta – parece-me que agora é a última – sobre o controle sobre a atividade do Procurador-Geral da República. Efetivamente, no caso de haver um arquivamento, como o senhor perguntou, feito pelo Procurador-Geral da República, eu também não vejo, como também já disse o Senador Demóstenes, nenhuma norma que estabeleça como poderá ser feito esse controle. Se há um procedimento que passa pelo Judiciário, que é submetido ao Judiciário após a manifestação do Procurador-Geral da República, esse controle poderá ser feito pelo Supremo Tribunal Federal, mas se há um procedimento que é administrativo e que há um arquivamento feito pelo Procurador-Geral da República, efetivamente, não há norma que estabeleça esse controle. Não há uma norma nem na Constituição

nem na lei. Esse controle, então, só poderá ser feito se houver uma alteração legislativa.

O Senador Demóstenes me perguntou sobre uma medida legislativa. Eu não entendi bem a pergunta, quando o senhor diz uma medida legislativa para que o controle seja feito pelo conselho. Seria o Conselho Nacional do Ministério Público?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Exatamente.

A SRA. MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES – Conselho Nacional do Ministério Público?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não, o Conselho do Ministério Público Federal.

A SRA. MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES – Ah, o Conselho do Ministério Público Federal

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Exatamente. Como acontece, de forma similar, com a Justiça Estadual. Lá, há o Colégio de Procuradores. Como não tem esse colégio no Ministério Público Federal, então, a aplicação do art. 28, para que o Procurador-Geral não fique sem controle dentro da própria instituição, poderia ser o conselho. Perguntei se V. Exª acha que isso é razoável.

A SRA. MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES – Efetivamente, esse conselho superior para rever as decisões do Procurador-Geral não existe em todo o MPU. Ele só existe no Ministério Público dos Estados. A Lei Complementar nº 75, que é a Lei Orgânica do Ministério Público da União, não tem previsão para esse controle. Então, todos os procuradores...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – É isso que indago a V. Exª. Deveríamos fazer uma alteração legislativa?

A SRA. MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES – Não só a PGR, mas todos os Procuradores-Gerais do MPU dão a última palavra quando se trata de arquivamento.

Essa medida de controle já existe no Ministério Público dos Estados.

Entendo também que, só com uma medida legislativa, isso pode ser alterado, com uma alteração na Lei Complementar nº 75/93, para que se possa rever um caso de...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Ou na Constituição, porque...

A SRA. MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES – Ou na própria Constituição.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Como a iniciativa de lei é do Procurador-Geral da República, ele não vai tomar essa medida. Então, talvez, a própria alteração na Constituição.

A SRA. MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES – É verdade. A iniciativa de alteração da Lei Complementar nº 75 é do Procurador-Geral da República. Só ele poderia submeter essa medida ao Parlamento. No momento em que nos encontramos, efetivamente, esse controle não existe.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Foi atendida a solicitação de V. Exª, Senador Demóstenes? Satisfeito?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Atendido. Muito.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Satisfeito, Senador Pedro Taques? (*Pausa*.)

Senador Magno Malta? V. Exª fez um gesto pedindo a palavra por um minuto? (*Pausa*.)

Tendo em vista que não há mais nenhum Senador inscrito para arguir os candidatos, vamos dar início ao processo de votação.

Eu convido os Srs. Senadores que estão em outras comissões ou que estão em seus gabinetes para que compareçam a esta Comissão. Vamos dar início ao processo de votação nominal. (*Pausa*.)

Só para esclarecer, o azul é do Conselho Nacional de Justiça. Portanto, o azul no azul e o amarelo no amarelo, que é do CNMP.

Senador José Pimentel. (*Pausa*.)

Estamos no processo de votação nominal.

Senadora Marta Suplicy. (*Pausa*.)

Senador Pedro Taques. (*Pausa*.)

Senador Magno Malta. (*Pausa*.)

Senador Antonio Carlos Valadares. (*Pausa.*)

Senador Relator, Inácio Arruda. (*Pausa*.)

Senador Marcelo Crivella. (*Pausa*.)

Senador Pedro Simon. (*Pausa*.)

Senador Romero Jucá, não está. Senador Vital do Rego, não está. Senador Renan Calheiros, não está. Senador Roberto Requião, não está.

Senador Francisco Dornelles, sempre presente. (*Pausa*.)

Senador Aloysio Nunes Ferreira. (*Pausa.*)

Senador Demóstenes Torres. (*Pausa.*)

Senador Armando Monteiro. (*Pausa*.)

Senador Gim Argello. (*Pausa*.)

Senador Randolfe Rodrigues. (*Pausa*.)

Senador Eduardo Suplicy. (*Pausa*.)

Senadora Ana Rita. (*Pausa*.)

Senador Anibal Diniz. (*Pausa.*)

Senador Acir Gurgacz. (*Pausa*.)

Senador Clésio Andrade. (*Pausa*.)

Senador Lindbergh Farias. (*Pausa.*)

Senador Rodrigo Rollemberg. (*Pausa.*)

Senador Humberto Costa. (*Pausa.*)

Senador Valdir Raupp. (*Pausa.*)
Senador Alvaro Dias. (*Pausa.*)
Senador Ricardo Ferraço. (*Pausa.*)
Senador Lobão Filho. (*Pausa.*)
Senador Waldemir Moka. (*Pausa.*)
Senador Benedito de Lira. (*Pausa.*)
Senador Eduardo Amorim. (*Pausa.*)
Senador Antonio Carlos Valadares. (*Pausa.*)
Senadora Lúcia Vânia. (*Pausa.*)
Senador Flexa Ribeiro. (*Pausa.*)
Senador Cícero Lucena. (*Pausa.*)
Senador José Agripino. (*Pausa.*)
Senador Ciro Nogueira. (*Pausa.*)
Senador Mozarildo Cavalcanti. (*Pausa.*)
Senadora Marinor Brito. (*Pausa.*)
Senador Eunício Oliveira vai votar agora.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senadora Ana Rita. *(Pausa.)*

Esperando por V. Exª, Senador Romero.
Senador Romero Jucá. *(Pausa.)*
Senador Renan Calheiros. *(Pausa.)*
Senador Renan Calheiros. *(Pausa.)*
Vou encerrar a votação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Nós estamos em processo de votação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim, apenas quero justificar que fui verificar que sou o primeiro suplente, mas já foram preenchidas. De toda forma, eu quero aqui expressar o meu apoio. Votaria "sim" para o Sr. Hélio Chaves de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pelo cansaço de V. Exª, V. Exª veio correndo para votar. Todos nós compreendemos e eu peço desculpa, porque não esperei V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu queria cumprimentar a Srª Maria Ester Henriques Tavares e dizer que o meu voto, se pudesse ter aqui ocorrido, seria "sim", mas no plenário o será.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Armando Monteiro.

Senador Suplicy, só para registrar. O Senador Armando Monteiro está chegando agora, mas é porque, no bloco, já completou. Senador Armando Monteiro tem vaga aqui porque é titular. *(Pausa.)*

Vou encerrar a votação. *(Pausa.)*

Algum Senador que ainda possa votar que não está aqui?

Vou encerrar a votação.*(Pausa.)*

Senador Flexa Ribeiro. Senador Flexa Ribeiro, largue o microfone e venha fazer o seu dever de ofício, que é votar.

Vou encerrar a votação. *(Pausa.)*

Está encerrada a votação.

Convido o Senador Demóstenes Torres e o Senador Flexa Ribeiro, já que ele não vai ter o microfone, para contar voto, um por um, e ficar com o microfone – Senador Flexa Ribeiro e Senador Demóstenes Torres para serem os escrutinadores dessa votação.

Vou processar e, em seguida, dependendo do resultado...

Maria Ester Henrique Tavares, 19 votos SIM.

Está aprovada pela Comissão.

A matéria vai ao Plenário.

Dr. Jorge Hélio Chaves de Oliveira, 19 votos apurados, 19 votos SIM.

Está aprovado pela Comissão.

A matéria vai a Plenário.

Nada mais havendo a tratar e antes de declarar encerrada a presente reunião, comunico aos Srs. Senadores que amanhã, pontualmente às 10 horas, nós teremos reunião ordinária para discutir a reforma política e alguns outros requerimentos que me comprometi em colocar em votação nesta próxima quarta-feira.

Solicito à Secretaria da Comissão que faça o processado e encaminhe ao Plenário, para o Presidente Sarney, Presidente do Congresso Nacional e do Senado da República.

Está encerrada a presente reunião, agradecendo a presença do Dr. Jorge Hélio Chaves de Oliveira e parabenizando-o pela brilhante exposição, bem como a Drª Maria Ester Henrique Tavares, também pela brilhante exposição e pela unanimidade dos votos recebidos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a Reunião às 16 horas e 40 minutos.)

ATA DA VIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE JUNHO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia sete de junho de dois mil e onze, na Sala de Reuniões da CCJ, número três, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a Presidência do Senador Eunício Oliveira, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Jorge Viana, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, De-

móstenes Torres, Armando Monteiro, Gim Argello, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Aníbal Diniz, Clésio Andrade, Lindbergh Farias, Rodrigo Rollemberg, Humberto Costa, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro, Ciro Nogueira e Mozarildo Cavalcanti e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita. Deixa de comparecer o Senador Magno Malta. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 1) Não Terminativo PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 40, DE 2011** Altera o art. 17 da Constituição Federal, para permitir coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias. **Autoria:** Senador José Sarney e outros. **Relatoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatório:** Favorável à Proposta e contrário à Emenda nº 1. Em 25/05/2011, foi recebida a Emenda nº 1, de iniciativa do Senador Antonio Carlos Valadares, que recebeu Parecer contrário. **Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. ITEM 2) Terminativo PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 265, DE 2011** Altera o art. 91 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para vedar a transferência de domicílio eleitoral por Prefeitos e Vice-Prefeitos durante o exercício do mandato. **Autoria:** Senador José Sarney e outros. **Relatoria:** Senador José Pimentel. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. Em 1º/06/2011, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais. **Resultado: Aprovado o Projeto. ITEM 3) Não Terminativo PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2011** Altera os arts. 28, 29 e 82 da Constituição Federal, para estabelecer mandato de cinco anos para Presidente da República, Governador de Estado e do Distrito Federal e Prefeitos e mudar a data das respectivas posses. **Autoria:** Senador José Sarney e outros. **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Favorável à Proposta nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. ITEM 4) Não Terminativo PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 39, DE 2011** Altera o § 5º do art. 14 da Constituição Federal, para estabelecer a inelegibilidade do Presidente da República, dos Governadores de Estado e do Distrito Federal e dos Prefeitos, para os mesmos cargos, no período subsequente, e dá outras providências. **Autoria:** Senador José Sarney e outros. **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Contrário à Proposta. **Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. ITEM 5) Terminativo TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 91, DE 2011** Altera o art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, para restabelecer o fuso horário do Estado do Acre. **Autoria:** Senador Pedro Taques. **Relatoria:** Senador Luiz Henrique. Em 31/05/2011, foi aprovado o substitutivo oferecido ao PLS n° 91, de 2011, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Ao Substitutivo, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral. **Resultado: O Substitutivo oferecido ao PLS nº 91, de 2011, é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do RISF. ITEM 6) Terminativo PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 9, DE 2011** Dispõe sobre a criação das Funções Comissionadas do FNDE – FCFNDE; cria, no âmbito do Poder Executivo Federal, cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, a serem alocados no Ministério da Educação, no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES; altera o Anexo II da Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007; e dá outras providências. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Roberto Requião. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. Em 1º/06/2011, a Presidência concedeu vista aos Senadores Alvaro Dias, Vital do Rêgo e Randolfe Rodrigues, nos termos regimentais. Em 08/06/2011, foi recebido Voto em Separado do Senador Alvaro Dias, que conclui pela aprovação Projeto com uma emenda que apresenta, tendo sido rejeitado pela Comissão. **Resultado: Aprovado o Projeto. Votam vencidos os Senhores Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Randolfe Rodrigues e Demóstenes Torres. ITEM 7) Terminativo PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 179, DE 2010** Autoriza o Poder Executivo a doar aeronave C-115 Buffalo à Força Terrestre Equatoriana. **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. A matéria foi apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. **Resultado: Aprovado o Projeto. Vota vencido o Senhor Senador Roberto Requião. ITEM 8) Não Terminativo PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 29, DE 2011** Altera a Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios, estabelecida pela Lei nº 11.697, de 13 de junho de 2008. **Autoria:** Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. **Relatoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Aprovado o Requerimento nº 39, de 2011-CCJ, de Urgência para a matéria, de iniciativa do Senador Rodrigo Rollemberg. ITEM 9) Não Termi-**

nativo SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 265, DE 2006 Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho. **Autoria do Substitutivo:** Câmara dos Deputados. **Autoria do Projeto:** Senador Cristovam Buarque. **Relatoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2006, com o acatamento da redação da ementa e dos seguintes dispositivos modificados pela Câmara: § 4º do art. 126, nos termos do art. 1º do SCD nº 265, de 2006; § 1º e § 2º do art. 129, nos termos do art. 1º do SCD nº 265, de 2006; supressão do art. 2º da redação original oferecida pelo Senado, com a conseqüente renumeração da cláusula de vigência, na forma do art. 2º do SCD nº 265, de 2006. Por conseguinte, o voto é pela rejeição do caput do artigo 126, de seus § 1º, incisos I e II, § 2º, e do caput dos arts. 127, 128 e 129, mantendo-se a redação originalmente aprovada pelo Senado para esses dispositivos, na forma do art. 1º do PLS nº 265, de 2006; rejeição dos §§ 3º, 5º, 6º e 7º do art. 126, e do parágrafo único do art. 127, acrescidos na forma do art. 1º do SCD nº 265, de 2006; manutenção dos §§ 4º, 5º, 6º, 7º e 8º do art. 126 originalmente aprovado pelo Senado, na forma do art. 1º do PLS nº 265, de 2006, nos termos de texto consolidado, com os ajustes determinados, conforme faculta o art. 133, § 6º, do RISF. **Resultado: Aprovado o Parecer. Aprovado o Requerimento nº 40, de 2011-CCJ, de Urgência para a matéria, de iniciativa do Senador Antonio Carlos Valadares. EXTRAPAUTA: ITEM 1) Terminativo PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, DE 2011** Dispõe sobre a criação de cargos e de funções no Quadro de pessoal do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. **Autoria:** Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatoria *ad hoc*:** Senador Pedro Taques. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado: Concedida vista** aos Senadores José Pimentel e Francisco Dornelles, nos termos regimentais. **REQUERIMENTOS APRECIADOS: 1) REQUERIMENTO Nº 34, DE 2011-CCJ** "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, e do art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitado o depoimento, nesta Comissão, do Senhor Antonio Palocci Filho, sobre as denúncias de tráfico de influência e enriquecimento ilícito que implicaram na multiplicação de seu patrimônio em vinte vezes nos últimos quatro anos." **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Resultado: Rejeitado**. **2) REQUERIMENTO Nº 35, DE 2011-CCJ** "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitado o depoimento do Senhor Antonio Palocci Filho ao plenário desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a fim de prestar informações sobre as denúncias publicadas na imprensa nacional que dão conta de variação do seu patrimônio pessoal em mais de vinte vezes em apenas quatro anos." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado: Rejeitado**. **3) REQUERIMENTO Nº 36, DE 2011-CCJ** "Requeiro, nos termos do artigo 90, inciso V do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Senhor Presidente da Caixa Econômica Federal, para, perante os membros desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, prestar os devidos esclarecimentos sobre as afirmativas divulgadas na Edição de 25 de maio de 2011 da Folha de S. Paulo, segundo as quais o até então ministro da Fazenda Antônio Palocci Filho foi o responsável pela quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa." **Autoria:** Senador Demóstenes Torres. **Resultado: Rejeitado. 4) REQUERIMENTO Nº 37, DE 2011-CCJ** "Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 14, de 2011– CCJ, aprovado em 20/04/2011, que a audiência pública nesta Comissão, com o objetivo de debater as regras de aquisição de terras no Brasil por estrangeiros, inclua como convidado: Sr. Luciano Garcia Rossi – Advogado e Sócio do Escritório Pinheiro Neto Advogado." **Autoria:** Senador Armando Monteiro. **Resultado: Aprovado. 5) REQUERIMENTO Nº 38, DE 2011-CCJ** "Requeiro, nos termos do art. 93, I e II, do RISF, seja realizada audiência pública, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, com a presença do Exmo. Sr. Ophir Filgueiras Cavalcanti Junior, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, e do Exmo. Dr. Joaquim de Arruda Falcão Neto, Diretor da Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas – FGV, para instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2011, da qual sou primeiro signatário." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Resultado: Aprovado. 6) REQUERIMENTO Nº 39, DE 2011-CCJ** "Nos termos do Artigo 336, inciso II, combinado com o Artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o Projeto de Lei da Câmara, nº 29, de 2011." **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Resultado: Aprovado. 7) REQUERIMENTO Nº 40, DE 2011-CCJ** "Nos termos do Artigo 336, inciso II, combinado com o Artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2006." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Resultado: Aprovado.** Nada mais havendo a tratar, o

Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara encerrada a presente reunião às treze horas e cinqüenta e cinco minutos e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eunício Oliveira,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Gostaria de pedir um pouco de silêncio para ver se a gente começa. Queria pedir às assessorias que, por gentileza... Não quero ser grosseiro com as assessorias, mas, se preciso, vou fechar lá atrás para que no plenário fiquem só os Senadores e os assessores, quando forem convidados, porque senão não conseguiremos fazer uma reunião.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens de 1 a 9.

Pela ordem, pedem a palavra o Senador Petecão e o Senador Roberto Requião. Pela ordem também o Senador Aloysio.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Presidente Eunício, gostaria, se fosse possível, de solicitar a inversão da pauta do item 5, que trata da mudança de horário no meu Estado, no Estado do Acre. Como esse projeto já foi debatido, como existe o acordo...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª solicita a inversão de pauta para o Item 5.

Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, temos no Item 6 da pauta um projeto que é extraordinariamente importante, que é um projeto que reorganiza o Ministério da Educação. Sou Relator, já tivemos uma votação em primeiro turno, estou solicitando a inversão de pauta para que seja votado rapidamente hoje.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Item 6. Pedido de inversão de pauta.

Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Queria pedir preferência para o Item 7, do qual sou Relator, e aproveitar para fazer uma sugestão mais ampla, Sr. Presidente. Temos hoje na pauta várias matéria que são resultado da Comissão de Reforma Política. A minha sugestão é no sentido de votarmos esses itens que não estão incluídos nessa relação para depois nos dedicarmos somente aos temas da reforma política.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sugestão do Senador Aloysio.

Há pedido de inversão de pauta para o Item 5, Item 6 e Item 7, na sequência.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Logo após eu queria sugerir que votássemos os requerimentos que ficaram de ser votados na sessão passada. Após esses três projetos, votaríamos os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Logo em seguida, após a votação, vou colocar a solicitação de inversão de pauta dos Srs. Senadores: Item 5, Item 6 e Item 7.

Vou colocar em votação os requerimentos do Sr. Senador Randolfe Rodrigues, do Senador Alvaro Dias e do Senador Demóstenes Torres, de antemão já avisando aos membros desta Comissão e aos autores dos requerimentos que, tendo em vista que o Ministro Palocci não é mais servidor público, não poderemos fazer convocação. Portanto, os requerimentos poderão ser votados e transformados em convite, em vez de convocação.

Vou submeter ao Plenário as propostas apresentadas pelos Srs. Senadores, pelo Senador Petecão, pelo Senador Roberto Requião, de inversão de pauta, e pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira. Em seguida, deliberaremos a decisão de acatar a sugestão do Senador Romero Jucá.

Em votação as inversões de pauta dos Itens 5, 6 e 7.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada a inversão de pauta.

Vamos ao Item 5, que é o primeiro pedido da preferência.

ITEM 5
– Terminativo –
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 91, DE 2011

Altera o art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, para restabelecer o fuso horário do Estado do Acre.

Autoria: Senador Pedro Taques
Relatoria: Senador Luiz Henrique
Observações: *Em 31/05/2011, foi aprovado o substitutivo oferecido ao PLS n° 91, de 2011, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Ao Substitutivo, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.*

A matéria já foi lida e discutida. Estou colocando em votação a matéria em segundo turno.

Coloco em discussão a matéria, esclarecendo que poderão ser oferecidas emendas até o encerramento desta discussão, vedada, repito, a apresentação do substitutivo integral...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Desculpe, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – ...de acordo com o art. 282, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Não tendo sido oferecidas emendas ao substitutivo, é dado como definitivamente adotado, sem votação, art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente José Sarney, Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no Diário Oficial.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Além de cumprimentar o Senador Petecão, apenas para registrar que essa matéria foi objeto de um acordo no âmbito desta e de outras Comissões, e, obviamente, como deve ocorrer nos acordos firmados nesta Comissão, deverá haver o apelo para que esse acordo seja respaldado, referendado pelo Plenário.

Faço apenas esse alerta, Sr. Presidente, porque, hoje, contaremos, na Ordem do Dia de hoje, a última sessão de discussão de uma outra matéria objeto de acordo nesta Casa, que diz respeito ao novo rito de tramitação das medidas provisórias.

Aos Srs. Senadores que aqui estão e que participaram da construção do novo texto, rogo que possam estar atentos para que não desmoralizemos os acordos aqui firmados, sobretudo, o que diz respeito a matéria de tamanha relevância como essa relativa à PEC 11, que discutiremos, inclusive, a possibilidade, em mantido o acordo, de que seja votada no plenário do Senado Federal ainda na tarde de hoje, Sr. Presidente.

Era o registro que eu gostaria de fazer.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Petecão. ...só para agradecer, aqui, ao...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Dois minutos.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – CE) – Um minuto, só preciso de um.

Só para agradecer aqui ao Senador Aécio Neves em meu nome e em nome do povo do meu Estado, o povo do Acre, que tem um carinho muito grande pela sua pessoa, e agradecer também ao cumprimento do acordo que foi feito nesta Comissão.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Aproveito para mandar um abraço ao povo do Acre, pois tem muito cearense lá.

ITEM 6
– Terminativo –
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 9, DE 2011

Dispõe sobre a criação das Funções Comissionadas do FNDE – FCFNDE; cria, no âmbito do Poder Executivo Federal, cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, a serem alocados no Ministério da Educação, no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES; altera o Anexo II da Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007; e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Roberto Requião
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações: – *Votação nominal;*

– Em 1º/06/2011, a Presidência concedeu vista aos Senadores Alvaro Dias, Vital do Rêgo e Randolfe Rodrigues, nos termos regimentais.

Consulto os Srs. Senadores Alvaro Dias, Vital do Rêgo e Randolfe Rodrigues sobre eventual manifestação decorrente do pedido de vista.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu tenho um voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Alvaro Dias apresentou voto em separado.

Obviamente, nós vamos discutir a matéria, colocar a matéria principal em votação e, derrotada a matéria principal, será votado o substitutivo de V. Exª, conforme determina o Regimento desta Casa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não. É o Item 6 da pauta, pela inversão.

Passo a palavra ao Relator, Senador Roberto Requião, se S. Exª quiser fazer alguma consideração final.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Presidente, eu, pessoalmente, sou a favor sempre da criação de cargos públicos nos Ministérios. O Ministério da Educação, no momento, está assoberbado com novas funções e problemas sérios de organização. Se nós fôssemos estabelecer um concurso público, nós levaríamos, mais ou menos, um ano, um ano e meio, e nós perderíamos a possibilidade da agilização no mandato da Presidente Dilma e durante a chefia do Ministério pelo Ministro Fernando Haddad. Então, acho importantíssimo que, rapidamente, nós viabilizemos esse projeto, que, na verdade, cria algumas funções gratificadas e alguns cargos em comissão, para que se viabilize, definitivamente, o funcionamento do Ministério da Educação, que é o que, afinal, todos nós queremos.

A emenda do Senador Alvaro Dias pede a supressão da criação dos cargos em comissão no grupo de direção e assessoramento. Isso, praticamente, inviabilizaria a continuidade da reforma pretendida no Ministério da Educação.

Então, quero encaminhar, como Relator, a votação no sentido da aprovação do texto original da Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, o voto em separado eu apresento depois ou agora, na discussão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª pode apresentar o voto em separado agora, porque, não havendo mais quem queira discutir, vou colocar votação e, depois que eu colocar em votação, ficará prejudicada qualquer proposta. Então, como o voto em separado de V. Exª foi apresentado, o voto de V. Exª já consta do processo e, em caso de não ser aprovada a matéria principal, relatada pelo Sr. Roberto Requião, será colocado o voto em separado de V. Exª.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu pretendo defender o voto em separado, no momento que V. Exª entender oportuno

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senadora, V. Exª pediu a palavra pela ordem?

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim. Eu quero defender.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para defender a matéria, para discutir a matéria?

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, V. Exª tem a palavra. Depois, o Senador Alvaro Dias, para defender.

Senador Alvaro Dias, vou dar a palavra à Senadora Marta Suplicy, para discussão e defesa da matéria, do projeto principal. Em seguida, darei a palavra a V. Exª, para defesa do seu voto em separado.

A Senadora Marta Suplicy tem a palavra.

Mais uma vez vou pedir, gentilmente, às assessorias que permitam que esta reunião se realize.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado.

Tem a palavra a Senadora Marta Suplicy.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Vou na mesma linha do Senador Requião, quando diz da importância desse projeto para o Ministério da Educação. Muitas vezes é difícil aqui na Comissão ou mesmo para outras pessoas entenderem que a criação de cargos pode fazer a diferença em fazer caminhar ações que não estavam previstas e que vão ter impacto grande no funcionamento de qualquer Ministério, não só da Educação.

Agora, esse projeto que cria, assim, funções comissionadas, cargos e tudo o mais, destina-se a fornecer estrutura organizacional para o cumprimento do plano de desenvolvimento da educação e vai, principalmente, é uma forma bastante inovadora de articulação entre a União, Estados e Municípios, e também vai afetar os Municípios com baixos indicadores de ensino, vai aumentar a oferta, melhoraria de qualidade de ensino, coisas que não seriam possíveis sem essa nova nomeação.

Então, por causa, exatamente, dos méritos desse projeto, eu vou votar a favor, e acredito que o Ministério da Educação precisa do nosso apoio para conseguir ter maior possibilidade de efetivar todo o seu projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigada, Senadora Marta Suplicy.

Com a palavra, o Senador Alvaro Dias para defender o seu voto em separado.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, como se nota, hoje a Comissão está mais agitada. Deve ser algum fato novo que aconteceu na República. O barulho é maior que nos dias convencionais.

Eu creio, Sr. Presidente, que me devo reportar à Constituição de 88. Ela teve uma preocupação inteligente de evitar a indiscriminada criação de cargos comissionados na administração pública do País, porque essa criação indiscriminada de cargos comissionados favorece o aparelhamento político, fato que vem ocorrendo no Brasil, lastimavelmente, a partir do Governo da União, com exemplo prosperando e ganhando governos estaduais, alguns, e municipais.

O que se faz no Brasil, no momento em que se proclama a necessidade de uma reforma administrativa para reduzir estruturas ociosas e limitar gastos correntes, é uma reforma administrativa às avessas, com conta-gotas.

Quantas vezes nós nos reunimos, nesta Comissão, para aprovar cargos comissionados?

O que diz o art. 37 da Constituição? A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e também ao seguinte: as funções de confiança exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargos efetivos e os cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira, nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas a atribuições de direção, chefia e assessoramento.

Portanto, atribuições de direção, chefia e assessoramento. Não é o que ocorre, cotidianamente, na estrutura federal e também, agora, na de Estados e de Municípios, o que favorece, sem dúvida, o aparelhamento político.

Ainda recentemente, lideranças sindicais da Empresa de Correios e Telégrafos procuraram esta Casa para manifestar preocupação em relação à mudança do estatuto, para favorecer a nomeação para cargos comissionados de pessoas estranhas àquele serviço público tão eficiente oferecido aos brasileiros.

Portanto, Sr. Presidente, uma das medidas adotadas para a contenção de... Nós verificamos que, exatamente na esteira dessa prática, a prática do aparelhamento do Estado, nós tivemos desajuste fiscal, e no início da gestão de Dilma Rousseff esse desajuste fiscal ficou visível com o anúncio de que seriam necessários cortes da ordem de R$50 bilhões.

Além desses cortes, a Presidente Dilma Rousseff adotou medidas no sentido de suspender concursos públicos e, até mesmo, suspender a posse daqueles que foram aprovados em concursos públicos recentemente.

Portanto, a criação de cargos comissionados vem na contramão das medidas adotadas pela Presidência da República. Nesse caso, há uma inversão aqui, no Congresso Nacional: a situação está contrariando as medidas propostas pela Presidente da República, e a oposição está propondo o cumprimento dessas medidas, já que nós estamos tentando evitar que novos cargos comissionados sejam criados, que favorecem, sem dúvida, o aparelhamento.

E não há nenhum prejuízo. Nós estamos propondo a eliminação apenas dos 42 cargos que são criados. Alguém poderá dizer: "Não, mas são poucos, 42". Mas quantos cargos nós já criamos e estamos criando a conta-gotas, aqui e acolá, enfim em varias áreas da Administração Federal?

Parece-me ser uma atividade interminável do Governo a criação de cargos, a soma de despesas correntes. O aumento dessas despesas correntes vai limitando, cada vez mais, a capacidade de investir do Estado brasileiro, e quando nós assistimos à propaganda do PAC, que é uma propaganda que se transforma em espetáculo de publicidade, e vamos analisar a execução orçamentária ao final do exercício, nós verificamos que o PAC foi apenas sigla para publicidade oficial, porque a execução orçamentária é pífia, já que há um contingenciamento de recursos que deveriam ser aplicados em investimentos produtivos no País.

Portanto, Sr. Presidente, essa lógica tem que ser alterada. Nós não podemos manter uma estrutura perdulária de governo, um governo que gasta excessivamente em despesas correntes, que são muitas vezes supérfluas e se tornam incapazes de investir produtivamente para atender às demandas nacionais.

Por essa razão, nós estamos propondo, Sr. Presidente, em nome do ajuste fiscal, em nome da necessidade de economia, da redução de despesas correntes, em nome do exemplo que se deve oferecer às outras Unidades da Federação, nós estamos sugerindo a retirada do projeto, do item que diz respeito à criação dos cargos comissionados, sem prejuízo da eficiência de gestão, porque é possível remanejamento, porque existem profissionais extremamente qualificados, não só aqueles que passaram em concurso e não puderam assumir, porque houve uma deliberação do Governo em nome do corte de despesas, não só aqueles que eventualmente poderiam participar de concursos públicos e serem aprovados, mas, no atual quadro administrativo do Governo Federal, temos profissionais técnicos, profissionais extremamente qualificados, que

podem ser remanejados para ocuparem as funções pelo Ministério da Educação.

Portanto, Sr. Presidente, em nome da eficiência, a criação de cargos aqui hoje, amanhã ali, depois de amanhã acolá, desorganiza a Administração Federal e só atende ao interesse político-partidário pontual.

Portanto, o nosso objetivo é melhorar a proposta; o nosso objetivo é ajudar o Governo e, sobretudo, ajudar o País. Por isso estamos propondo a retirada do item que cria 42 cargos comissionados.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Alvaro Dias.

Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para registrar que, neste caso específico, esses cargos são prioridade. O Governo está em contenção de despesa, evitou uma série de despesas efetivamente devido à necessidade de cortar custeio, mas, neste caso específico, o Ministério da Educação precisa estruturar o Plano Nacional de Educação e, portanto, esses cargos são prioritários.

Eu gostaria de pedir a aprovação do projeto da forma como ele está, relatado pelo Senador Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador José Pimientel pede a palavra. Tem a palavra V. Exª.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nós também somos favoráveis ao parecer do nosso Relator Roberto Requião, nos termos em que apresentou, até porque a atividade da educação no Brasil tem crescido muito. A primeira fase, de estruturação, com o Fundef, foi fundamental ali para universalizar o ensino fundamental. Depois foi criado o Fundeb e, com ele, a estruturação do ensino básico desde a pré-escola, o ensino fundamental, o ensino médio, criando toda essa estrutura com o piso nacional dos professores.

Se nós vamos para o ensino técnico, até 2003 nós tínhamos 139 escolas técnicas federais, que mudaram para Cefets e hoje são Institutos Federais de Tecnologia. No governo Lula, foram construídos mais 280 Institutos Federais de Tecnologia, distribuídos em todo o território nacional, priorizando as cidades de médio e pequeno porte nas regiões interioranas de cada Estado da Federação.

Nós também duplicamos a oferta de vagas, com o Reuni e o Prouni, nas nossas universidades. E junto com isso criamos 14 novas universidades, para que a presença da União no ensino superior cobrisse uma demanda e uma necessidade que o Brasil tem de formar mão de obra, de qualificar, para atender e assumir os bons empregos que o Brasil está gerando.

Nós éramos a 12ª potência econômica do Planeta em 2003. Chegamos a 2011 sendo a sétima potência econômica do Planeta e estamos indo para que, em 2015, sejamos a quinta potência econômica do Planeta. Vamos precisar de muito conhecimento, de mão de obra qualificada, de mestrados, de doutorados, para desenvolver a nossa economia. É nesse sentido que esse projeto soma.

É verdade que nós contratamos 47 mil novos servidores para os vários setores da educação federal, entre técnicos, analistas e professores, todos eles por concurso público. Fizemos isso exatamente para poder viabilizar os 280 Institutos Federais de Tecnologia que estão construídos, a ampliação e a melhoria nos 139 existentes, a construção de 83 *campi* avançados das nossas universidades, a estruturação das 14 novas universidades, para que todos possam ter acesso ao conhecimento e participar desse movimento.

O Brasil tem hoje 1,15 milhão de servidores públicos da União em atividade e em torno de 22 mil cargos comissionados. Isso representa 2,15% dos empregos públicos, dos cargos públicos, com as funções comissionadas. E desse montante das 22 mil funções comissionadas, 75% dos DAS 1, 2 e 3 são reservados exclusivamente para servidores públicos concursados e 50% dos DAS 4 são reservados também para servidores de carreira.

Eu me lembro muito bem de que no início desta legislatura, agora, em março e abril de 2011, esta Comissão presenciou um forte debate sobre a estruturação e a reestruturação da Previdência pública brasileira, com o mesmo discurso. E aquela Previdência, que até ontem era o símbolo da ineficiência e do péssimo serviço público, hoje é considerada um dos melhores serviços prestados pelo Estado nacional, com a sua eficiência, com a sua eficácia e com a sua capacidade de resolução. E para o MEC, com o novo PNE, nós precisamos dessa estrutura, para que ele possa também atingir o mesmo grau de eficiência, de eficácia que a sociedade brasileira exige.

Por isso, o nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, votará com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pimentel.

Vou colocar a matéria em votação.

Vamos começar o processo de votação nominal.

Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Voto "sim", Sr. Presidente, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator. Quem vota "Sim" vota com o Relator.

Como vota a Senadora Marta Suplicy?

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Voto "sim", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim. Com o Relator, excelência.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu gostaria só de uma orientação sobre a votação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Nós que acompanhamos voto em separado, votamos "sim" ao...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Vota "não"?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota "não".

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Vota "não". Então, ok.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª votará "não". Porque, se V. Exª votar "sim", vai estar contribuindo para derrotar o seu próprio voto em separado.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Exato. Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Mas se V. Exª quiser votar "sim", a Mesa não tem nenhuma objeção.

Como vota o Senador Jorge Viana? *(Pausa.)*

Ausente.

Como vota o Senador Magno Malta? *(Pausa.)*

Ausente.

Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator, "sim".

Como vota o Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Como vota o Senador Marcelo Crivella? *(Pausa.)*

Ausente.

Como vota o Senador Pedro Simon?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o Relator.

Como vota o Senador Romero Jucá?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o Relator.

Como vota o Senador Vital do Rêgo?

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sim, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Renan Calheiros?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sim, com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o Relator.

Como vota o Senador Roberto Requião? Voto conhecido.

Como vota o Senador Francisco Dornelles?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Como vota o Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Voto "sim", com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Aécio Neves?

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, quero ressaltar o correto trabalho do Senador Roberto Requião, mas acompanharei o Líder do meu Partido, o Senador Alvaro Dias, no seu voto em separado, apenas para retirar do texto a criação de quarenta e poucos cargos comissionados. Mas registro aqui meu respeito pelo trabalho do Senador Requião e voto "Não", para votar positivamente, em favor do restante do texto, apenas com a retirada da criação desses cargos comissionados.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota "não".

Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota "não".

Como vota o Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota "não" o Senador Demóstenes Torres.

Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o Relator.

Como vota o Senador Gim Argello? *(Pausa.)*

Ausente.

Como vota o Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, eu voto para que o Governo faça mais concurso público e tenha menos cargo comissionado. Portanto, voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Não".

Como vota o Senador...

Aqui nós temos um... Três.

Como vota o Senador Eduardo Suplicy? *(Pausa.)*

Ausente.

Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Voto "Sim", Sr. Presidente. Voto "Sim", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o Relator.

Como vota o Senador Anibal Diniz? *(Pausa.)*

Ausente.

Como vota o Senador Acir Gurgacz? *(Pausa.)*

Ausente.

Como vota o Senador Clésio Andrade? *(Pausa.)*

Ausente.

Como vota o Senador Lindbergh Farias?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sim, com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o Relator.

Como vota o Senador Rodrigo Rollemberg? *(Pausa.)*

Ausente.

Como vota o Senador Humberto Costa? *(Pausa.)*

Ausente.

Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti? *(Pausa.)*

Ausente.

Vou contar os votos.

O projeto está aprovado, contra os votos dos Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Demóstenes Torres e Randolfe Rodrigues.

Aprovado o projeto.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Valdir Raupp, pela ordem.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – A Bancada do PMDB está completa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A Bancada do PMDB está completa, presente cem por cento aqui na Comissão.

Aprovado o projeto, será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado para ciência e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Item 7 da pauta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, desculpem-me a ignorância se estiver errado, mas não estou percebendo na pauta duas questões e queria consultar V. Exª: primeiro, sobre os requerimentos de autoria minha e do Senador Alvaro Dias, que nós avaliamos que não está perdido o objeto. Segundo, queria consultar V. Exª se nós apreciaremos, no dia de hoje, as propostas de emendas à Lei de Diretriz Orçamentária que chegaram à CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Primeiro, em relação aos requerimentos, o ex-Ministro Palocci não é mais servidor público e, portanto, não pode ser convocado por esta Comissão, mas a Presidência acatou uma questão de ordem levantada pelo Senador Alvaro Dias, apresentando um novo requerimento de convite ao ex-Ministro Palocci.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Faço a mesma conversão do nosso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª tem que apresentar à Mesa o requerimento.

Houve um compromisso, o qual, Senador Randolfe Rodrigues, será honrado por esta Presidência tão logo... V. Exª ainda não havia chegado. Nós fizemos um acordo de procedimento: que votaríamos os itens nºs 5, 6 e 7, por inversão, pedido de inversão dos próprios Senadores Relatores; em seguida, votaremos requerimentos; após a votação dos requerimentos, nós voltaremos à pauta, com a reforma política; e, ao terminar esta reunião, vou convocar uma reunião extraordinária para avaliação das emendas apresentas ao Orçamento-Geral da União.

Portanto, item nº 7 da pauta:

ITEM 7
– Terminativo –
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 179, DE 2010

Autoriza o Poder Executivo a doar aeronave C-115 Buffalo à Força Terrestre Equatoriana.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

A votação será nominal;

A matéria foi apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira para proferir o seu relatório. Tem a palavra V. Exª, Senador Aloysio Nunes

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o projeto que relato agora tem por objetivo autorizar o Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Defesa, a doar à Força Terrestre Equatoriana uma aeronave tipo C-115 Buffalo, de fabricação canadense.

A matéria já foi apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, que se pronunciou favoravelmente, mediante o relatório apresentado pelo Senador Anibal Diniz.

Do ponto de vista regimental, assim como do ponto de vista da técnica legislativa, não há nenhum reparo a fazer a esta iniciativa, tampouco do ponto de vista da juridicidade. Ela está redigida em conformidade com a Lei Complementar nº 95 e também nada obsta a doação desse bem móvel da União a uma entidade estrangeira. Ela se fará nenhum custo por parte da União. Inclusive o transporte dessa aeronave para o Equador será feita às expensas do próprio governo equatoriano.

Realmente, Senador Aécio Neves, do ponto de vista do Governo brasileiro, essa aeronave não tem mais utilidade. Essa história começa em 2008, com uma reunião entre o Ministro da Defesa do Equador e o Ministro da Defesa do Brasil, em setembro de 2008, oportunidade na qual o Equador demonstrou interesse por essa aeronave. Essa aeronave já está desativada, não tem utilidade para a Força Aérea Brasileira. A Força Aérea Brasileira tem outros aviões mais modernos, que melhor servem aos seus objetivos. Eventualmente, se se pudesse reformar essa aeronave, atualizá-la para poder vendê-la, sairia mais cara a reforma do que o preço que se poderia alcançar.

Pelo contrário, no Equador ela tem utilidade. O Equador utiliza esse tipo de aeronave na sua operação. De modo que, não havendo utilidade para o Brasil, sendo útil para o Equador, sendo do interesse brasileiro manter uma relação de cooperação e de boa amizade com esse país vizinho, não havendo nenhum custo no transporte dessa aeronave...

Não, ela será transportada por terra, provavelmente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Mas ela voa.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Ela está sucateada. Ela está...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Dá para o Estado do Rio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Se já estava em 2008, imaginem agora.

Então, não serve para nós, mas serve para eles. E está de acordo com a Constituição, com a lei, com o Regimento. De modo que sou a favor não apenas sob a ótica do exame pela Comissão de Justiça, mas também pelo mérito.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Aloysio.

Em discussão a matéria.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, Senador Pimentel e Senador Demóstenes.

Tem a palavra o Senador José Pimentel, para discutir a matéria.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o nosso relator foi muito preciso na história e na construção desse processo de doação.

Iniciou-se, há mais de 10 anos, esse processo, um processo lento, de construção; a Força Aérea equatoriana ainda utiliza esse tipo de aparelho, o Búfalo, na sua frota, e, ao receber esse equipamento, tem peça de reposição e também mão de obra especializada para a sua recuperação.

Já no Brasil, em face da boa tecnologia da nossa Embraer, das decisões dos nossos governos, ao longo dos últimos anos, de aparelhar a nossa frota, de aparelhar as nossas Forças Armadas, estamos com uma fase tecnológica muito mais avançada.

Portanto, se, hoje, no Brasil, esse aparelho está em desuso, no Equador, com sua recuperação, perfeitamente ele voltará a funcionar.

Votamos favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, da outra vez em que o Governo quis fazer uma doação de aeronaves, fui contra e acho até que conseguimos derrubar. Isso ocorreu em relação a alguns helicópteros. Nós achamos mais apropriado que o Governo os doasse às Polícias Militares dos Estados.

Agora, em relação a essa aeronave, realmente, ela é de fabricação canadense; com mais de 50 anos de fabricação, já é antieconômica a sua utilização pelas Forças Armadas brasileiras. Então, não é que ela

seja inservível, sucateada. Ela ainda está em condição de uso.

Se o Governo do Equador quer utilizá-la para transporte – é um avião de transporte –, pode utilizá-la normalmente. Embora eu duvide dessa vocação democrática do Governo do Equador, acho que o Governo brasileiro pode fazer a doação, sem qualquer problema nesse caso.

Voto nessas circunstâncias... Da outra vez, votei contra, mas acho que dessa vez podemos fazer a doação. Então, sou favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É favorável o Senador Demóstenes Torres.

Não havendo mais quem queira discutir, vou colocar a matéria em votação.

O SR. SERGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Presidente, trinta segundos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Petecão tem a palavra.

Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O Senador Romero Jucá está sugerindo – não sei se ele vai propor isto como emenda – que seja formada uma comitiva de Senadores da oposição, para voar com esse avião até o Equador.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Romero Jucá tem a tradição nesta Casa de tratar bem a oposição. Ele jamais faria uma proposta como essa. Acho que o emissário chegou desencontrado a V. Exª.

Tem a palavra o Senador Petecão.

O SR. SERGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Presidente, só queria chamar a atenção – com certeza, ainda há assessores da nossa Força Aérea presente a esta Comissão –, para que, na próxima doação de aeronaves, desses aviões Búfalo... Búfalo, não é? Hércules? Hércules.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É Búfalo. Está na pauta.

É o C115 Búfalo.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – É um avião que serviu muito à nossa região amazônica. É bom que se pense lá na possibilidade de deixar um avião desse disponível no Estado do Acre para atender aqueles Municípios vizinhos, como Santa Rosa, que na têm acesso por rodovia.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª viu que a proposta aqui era levar a oposição nesse avião. Se alguém queria exterminar a oposição não conta com o meu apoio.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Só para ficar esse registro, porque esse tipo de aeronave atende muito a nossa região amazônica, onde temos muitos Municípios isolados, que não têm acesso por rodovias; de barco, no verão, não chega. Essa aeronave podia muito bem atender a nossa região.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª podia fazer um requerimento solicitando isso à Presidência da República, que é quem encaminha o projeto.

Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Sr. Presidente, apenas para um registro. Com bom mineiro, tenho cá minhas superstições. Como ouço sempre com muita atenção o que diz o Senador Demóstenes, S. Exª, na explanação do seu voto, registrou que, algum tempo atrás, derrubou os helicópteros. Espero que isso seja um vaticínio em relação ao Búfalo, que deverá chegar em bom estado e voando.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Mas é porque ia a situação nesse helicóptero, por isso que ele derrubou. Agora, indo a oposição, ele não vai querer derrubar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou colocar a matéria em votação.

Senador Requião pede a palavra.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Também quero falar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Requião e Senadora Marta.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Senador Eunício, em algumas ocasiões, tenho votado contra a indicação de embaixadores brasileiros para países minúsculos, porque a indicação me parece mais uma punição do que uma homenagem. Vou fazer essa homenagem ao Equador também. Vou votar contra, em defesa do Equador, para não receber essa sucata.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, Senadora Marta Suplicy tem a palavra.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senador Requião, acredito que esse foi um dos aviões em que viajei enquanto ministra, e sempre me disseram que era um avião muito seguro. Ele era mais lento, mas muito seguro. E estou aqui e viajei algumas vezes nele.

Eu queria dar parabéns ao Senador Aloysio Nunes porque acho que o seu gesto de aprovação é um gesto generoso, de bom senso, sua explicação equilibrada e ajuda a cooperação bilateral. Fora que, para o Brasil, esse avião não vai fazer nenhuma falta, como foi muito bem colocado pelo outros Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Até porque nem a senhora é mais mi-

nistra nem eu, que voamos muito nele, achávamos esse avião muito seguro.

Para discutir a matéria, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, ninguém é tão pobre que não possa dar nem tão rico que não precise receber. A Constituição estabelece que o nosso Estado é um Estado constitucional cooperativo. Não existe amizade entre países. Existem interesses.

O Brasil quer se inserir no contexto internacional. Portanto, vou votar favoravelmente a isso. Se nós desejamos buscar uma vaga no Conselho de Segurança da ONU, temos que nos inserir no contexto internacional. Não podemos nos isolar. Então aqui não há interesse pessoal. Penso que aqui existe interesses entre os dois Estados. Por isso vou votar favorável.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – E parece que o avião é muito seguro no solo, viu, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em votação a matéria.

Não havendo mais quem queira discuti-la, vou colocar em votação nominal.

Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Voto "sim", voto com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o relator.

Senadora Marta Suplicy.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Voto "sim", com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com o relator.

Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Voto "sim', Sr. Presidente, rezando para que esse avião não caia.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Jorge Viana. (*Pausa.*)

Como vota o Senador Magno Malta? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Marcelo Crivella? (*Pausa.*)

Ausente.

Como vota o Senador Pedro Simon?

Com o relator.

Como vota o Senador Romero Jucá?

Com o relator.

Como vota o Senador Vital do Rêgo?

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Renan Calheiros?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o relator.

Como vota o Senador Roberto Requião?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Voto com o Equador, portanto, não.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Não".

Como vota o Senador Francisco Dornelles?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com o relator.

Como vota o Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Com o relator, chamando a atenção para a observação no próximo ar que está na parada.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Aécio Neves?

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira? Voto conhecido.

Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Acreditando na segurança do avião, Sr. Presidente, voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Voto "Sim", com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A matéria foi aprovada, com o voto contrário do Senador Roberto Requião. A decisão da Comissão será comunicada ao Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Sobre a mesa, requerimento...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, gostaria de fazer um apelo aos autores do requerimento, porque, a partir de ontem, vivemos uma nova realidade: o Ministro Palocci pediu demissão; não é mais membro da equipe do Governo. Portanto, na minha visão, perdem o objeto os requerimentos de trazer o Ministro Palocci até esta Comissão para explicar todo esse procedimento.

Então, gostaria de pedir ao Senador Randolfe e ao Senador Alvaro Dias que pudessem retirar os requerimentos tendo em vista que o ex-Ministro Palocci, agora, deve explicações à Receita Federal, que já deu; ao Ministério Público, que já se pronunciou. Portanto, um componente político de acompanhamento no Congresso, na minha visão, perdeu o objeto, e ele inclusive não é mais obrigado a vir por convocação e nem por uma questão de convite... poderia vir. Não faz mais parte do Governo.

Portanto, fica aqui esse apelo para que pudéssemos evitar todo esse debate e a votação de uma matéria que, na verdade, a partir da data de ontem, se reveste como inócua no que diz respeito à relação da questão política com o Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Apenas, sem encaminhamento e sem debate por enquanto, solicito a manifestação, tendo em vista a proposta do Senador Romero Jucá, do Senador Alvaro Dias e do Senador Randolfe, autores de requerimentos com o mesmo teor – portanto, se colocar em votação, vou colocar os dois simultaneamente, porque têm o mesmo objetivo. Consulto o Senador Alvaro Dias. Por gentileza, em um minuto, se V. Exª puder responder ao Senador Romero Jucá e consulto também o Senador Randolfe Rodrigues em seguida.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – A demissão do Ministro não nos exime da responsabilidade de buscar a verdade. Portanto, mantenho o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª mantém o requerimento.

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Excelência, ouvi o nobre Líder, Senador Romero Jucá, e inclusive cumprimento a Presidente pela escolha do sucessor do Ministro Palocci. Entretanto, há pelo menos dez perguntas que não têm respostas, e eu gostaria muito de ouvir do Ministro Palocci, aqui nesta Casa, as respostas a essas perguntas. Portanto, mantenho.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª mantém o requerimento.

Eu pediria um pouco de silêncio para o Plenário entender baseados em quais artigos está sendo feito o requerimento. Não é mais um requerimento de convocação. É um requerimento de convite. Portanto, os artigos do Regimento e da Constituição são diferentes.

Requerimento:

> Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, item V da Constituição Federal e do art. 90, item V, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitado o depoimento nesta Comissão do Sr. Antonio Palocci Filho sobre denúncias de tráfico de influência.
> Justificativa: no último dia 15 do mês de maio, a Folha de S. Paulo publicou reportagem sobre aumento patrimonial do então Ministro-Chefe da Casa Civil Antonio Palocci. Segundo a matéria, entre os anos de 2006 e 2010, seu patrimônio passou de R$375 mil para cerca de R$7,5 milhões.
> (...)
> *Portanto, o presente requerimento pretende oferecer ao Sr. Antonio Palocci a oportunidade para que apresente explicações convincentes sobre sua evolução patrimonial.*
> *Sala das Comissões,*
> *Senador Alvaro Dias e Senador Randolfe Rodrigues.*

Portanto, são dois requerimentos de convite ao Ministro Palocci com o mesmo teor.

Eu me permitiria, com a anuência do Plenário, não ler o outro requerimento porque os dois têm o mesmo teor. Portanto, vou colocar em votação os dois requerimentos.

De acordo com o que preceitua o Regimento, vou dar a palavra ao Senador Alvaro Dias por cinco minutos.

Falo em cinco minutos, e V. Exª há de compreender o Regimento. Tenho sido tolerante nesta Comissão, mas, por se tratar de matéria controversa e polêmica, vou dar a palavra a V. Exª por cinco minutos conforme preceitua o nosso Regimento. Em seguida, darei a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues, esclarecendo aos Srs. Senadores que, de acordo com o art. 310, parágrafo único, do Regimento Interno, o encaminhamento de votação de um requerimento é limitado ao signatário e a um representante de cada partido político ou de cada bloco parlamentar. Ainda nos termos do Regimento Interno, mais precisamente no art. 14, inciso VI, esclareço que, em encaminhamento de votação, o Senador pode fazer uso da palavra por uma única vez e por cinco minutos. Então, vou dar a palavra ao Senador Alvaro Dias como autor do requerimento por cinco minutos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Questão de ordem?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Questão de ordem e baseado também em um dos incisos do art. 14, no art. 275, e no parágrafo único do 310. Essa é uma questão de ordem que eu ia levantar no plenário quando houve aquele tumulto.

Veja bem, diz aí...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes, desculpe-me, mas qual é o artigo?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Artigo 14, em um de seus incisos – se me derem o Regimento posso especificá-lo –, 275 também em um de seus incisos.

Diz o artigo 14 que o Senador poderá usar da palavra na discussão de qualquer proposição uma só vez por dez minutos, e o artigo 275 é claro ao dizer que o requerimento é uma proposição legislativa. Portanto, o que o artigo 310, parágrafo único regulamenta é o encaminhamento da votação. Então, vejam só: não vou fazer uso da palavra aqui, mas quero levantar essa discussão porque o que estamos fazendo é pedindo a discussão do requerimento. Na discussão do requerimento, todos os Senadores, todos nós aqui, temos direito a usar da palavra por dez minutos, todos nós temos direito de usar da palavra por dez minutos. Agora, no encaminhamento, aí sim: o Senador que fez o requerimento e mais um Senador por partido ou bloco.

Então, isso serve para balizar os próximos... Não estou aqui para usar da palavra nem para tumultuar, mas o que gostaria de dizer é o seguinte: isso serve para todos nós, Senadores, nas demais discussões que vamos ter na Casa, porque está sendo entendido que, no caso de requerimento, não há o direito de discutir, apenas de encaminhar, mas o nosso Regimento deixa muito claro que o requerimento é uma proposição. Sendo uma proposição, naturalmente temos de discuti-lo por dez minutos.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou responder ao Senador e, em seguida, dou a palavra a V. Exª pela ordem.

Senador Demóstenes Torres, V. Exª que é um jurista, que tão bem presidiu esta Comissão, sabe que, nesse tipo de requerimento, não cabe discussão a não ser encaminhamento. Mas eu recebo a questão de ordem de V. Exª. Vou fazer uma análise com profundidade e, na próxima reunião, tendo em vista que V. Exª se manifestou dessa natureza, darei o entendimento hoje, apenas hoje, do que preceitua o art. 310 no seu parágrafo único. Vou avaliar com calma, com tempo. Na próxima reunião, eu me comprometo a trazer a resposta da Mesa à questão de ordem de V. Exª.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/PMDB – GO) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, com esse esclarecimento, estou contemplado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Agradeço ao Senador José Pimentel.

Concedo a palavra, por cinco minutos, ao Senador Alvaro Dias, conforme preceitua o art. 310 do parágrafo único.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a demissão do Ministro não pode constituir-se em sentença de absolvição. Como já disse, não nos exime da responsabilidade de buscar a verdade. Há questões que foram amplamente veiculadas na imprensa nacional, com denúncias da maior gravidade, com indícios da maior seriedade e consistência, que não foram cabalmente esclarecidas pelo Ministro ou pelo Governo.

Comparecer ao Senado Federal para responder a essas indagações seria uma manifestação de respeito à sociedade brasileira. Alguém pode alegar que o Procurador da República arquivou a representação protocolada pela oposição. Ora, Sr. Presidente, creio que, na antevéspera dessa decisão do Procurador, a ele se transferiu responsabilidade exagerada. Afirmava-se constantemente: vou aguardar a decisão do Procurador da República para me posicionar. O próprio Governo, até mesmo a Presidência da República, em determinado momento, transferiu essa responsabilida-

de ao Procurador, como se a sua palavra pudesse ser a única, definitiva e, evidentemente, infalível.

Ora, não há infalibilidade numa circunstância como essa, e nós não queremos discutir razões subjetivas que poderiam levar o Procurador da República a decidir pelo arquivamento. Afirmou que enriquecimento sem causa não é crime, mas não há como afirmar que improbidade não seja crime. E há um inquérito instaurado na Procuradoria do Distrito Federal que investiga o Ministro Palocci por improbidade.

Por que não ouvi-lo no Senado Federal? A investigação política é essencial, porque confere transparência aos atos de investigação e convoca a sociedade a acompanhar os procedimentos e, por sua vez, exercer a legítima pressão sobre a autoridade judiciária encarregada da investigação.

O Congresso, especialmente através de CPIs, tem se constituído parceiro das autoridades judiciárias, não só pela transparência que confere, pela interação que estabelece com a imprensa e, por consequência, com a sociedade, mas também por ser detentor de mecanismos especiais, numa comissão parlamentar de inquérito, que dão celeridade aos procedimentos de investigação, com a possibilidade de quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico sem necessidade de autorização judicial. E essas informações sigilosas são compartilhadas com a autoridade judiciária, o que acelera as investigações.

Nesse caso, o Ministro não respondeu o que é essencial e protegeu-se com a afirmação de que existe uma cláusula de confidencialidade que o impede de informar para quais empresas trabalhou e quanto delas recebeu.

Ora, Sr. Presidente, quem contratou o Ministro Palocci sabia quem era Palocci. Sabia que Palocci era ex-Ministro da Fazenda, Deputado Federal, um dos coordenadores da campanha de Dilma Rousseff com grande influência no Governo. Portanto, uma figura que é líder no Congresso, que elabora pareceres em projetos fundamentais para o País, que tem uma estreita ligação com a administração federal não tem o direito a desrespeito de preceito constitucional que define a transparência e a publicidade dos atos como um dever de quem exerce atividade pública.

O Ministro alega ter realizado o trabalho de consultoria, mas não apresentou a produção intelectual realizada que justificasse os ganhos exorbitantes que auferiu. E, evidentemente, se não houve produção intelectual, a alternativa é afirmar que houve o tráfico de influência, que é condenável, que é deplorável, que tem de ser investigado e, se porventura confirmado, condenado, até como exemplo que possa prosperar no País.

Sr. Presidente, o convite ao Ministro Palocci para comparecer a esta Comissão, recebendo a negativa, certamente nos autoriza a pressupor que existe algo ainda mais grave a esconder. Nós não podemos admitir essa estratégia de se colocar debaixo do tapete a sujeira que possa existir. Nós temos de colocar o mal à luz para que ele possa ser combatido, denunciado, julgado e condenado.

O Congresso tem a prerrogativa da fiscalização. À minoria tem que se conferir esse direito de investigar. E nós estamos apelando para que a minoria seja atendida no cumprimento de um dever sagrado, que é o de fiscalizar o Governo. E não há como não estabelecer...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para concluir, Senador, por favor.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Vou concluir, Sr. Presidente!

Mesmo agora, o Ministro sendo um cidadão comum, que terá de enfrentar o Ministério Público e a Justiça, há de enfrentar também a sociedade, porque a demissão do Ministério não sepulta a condição de homem público, a razão das denúncias. E, obviamente, não interrompe as relações – que podem ser promíscuas ou não, mas que existiram e existem – com o poder constituído no País.

Portanto, não há, até agora, a eliminação de nenhum dos indícios e não há razão que justifique a omissão do Congresso Nacional, especialmente do Senado Federal.

Por isso, o nosso pedido para que esse requerimento seja aprovado e, certamente, o nosso apelo para que Senadores possam assinar a CPI a fim de que as investigações possam aprofundar-se.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Randolfe Rodrigues, V. Exª tem, para defender o seu requerimento, cinco minutos.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, primeiramente quero cumprimentar a Presidente Dilma pela escolha do sucessor. A Senadora Gleisi Hoffmann é uma Senadora que tem um passado ético. Não nos consta ter participado de nenhuma consultoria privada. E, pela relação que tem estabelecido conosco aqui no Senado, tenho certeza de que poderia até acumular a função de articuladora política do Governo.

Então, quero cumprimentar a Ministra. E lamentar que essa decisão do Ministro Palocci e da própria Presidente diz, reza a lenda que ele foi induzido a pedir demissão, não tenha sido tomada antes, porque poderia ter poupado a república do conjunto dessa crise, desses constrangimentos.

Agora, Presidente e meus caros colegas Senadores, há perguntas que não foram respondidas, e perguntas que podem incorrer em indícios de imputações penais. Não é a demissão ou a autodemissão que vai responder essas perguntas e que vai resolver a não necessidade de investigação.

Essas perguntas, eu até queria formulá-las agora. Queria apresentar aqui o conjunto das perguntas que têm sido feitas por mim, têm sido feitas pelos Senadores da oposição. Creio que até Senadores da base do Governo têm essas perguntas a serem feitas. Têm sido feitas pela imprensa. E, enfim, a sociedade brasileira quer ouvi-las. E essas perguntas, nenhuma delas foram respondidas. Eu quero fazê-las aqui, mas, se, por acaso – eu quero acreditar que aprovaremos o convite, não é mais uma convocação – não for aprovado, eu quero que, em algum momento na vida, o Ministro nos responda, porque a curiosidade, neste caso, em se tratar de uma função pública, é um direito público, é um direito da sociedade brasileira.

Primeira das perguntas, quais foram os clientes da Projeto, a empresa de consultoria do Ministro Palocci? Na entrevista à *Rede Globo*, o Ministro disse "acho que não tenho o direito de fazer a divulgação de terceiros". Beleza, então, que ele saísse da Câmara dos Deputados, quando era Deputado Federal, e saísse da Esplanada dos Ministérios para tocar os seus negócios privados. Mas, na Câmara dos Deputados, como agente público, agente político, na Esplanada dos Ministérios, ele tinha que responder.

Segunda, que tipo de serviços o Ministro vendia a seus clientes? Soou vago na única entrevista concedida por ele. Ele dizia que era para indústrias, bancos e fundos de investimentos. Fundos de investimentos já imaginávamos, devido à fidelidade do Ministro ao capital financeiro.

Terceira pergunta, como assegurar que não foram vendidas facilidades ao Governo? Em relação a isso, disse o Ministro "um conjunto de empresas que pouco têm a ver com investimentos públicos". Essa resposta mais vaga soou ainda.

Quarta pergunta, quanto faturou como consultor entre 2006 e 2009? Vou ao que disse o Ministro: "os números da empresa são números que eu gostaria de deixar reservados, porque não dizem respeito ao interesse público; respeite o direito de eu não falar em valores." Errada a afirmação, principalmente vinda da pessoa mais próxima da Presidência da República. Se o Ministro queria privacidade, deveria, reitero, fugir da Esplanada dos Ministérios, do Palácio do Planalto e do Congresso Nacional.

Quarta, por que o faturamento do Ministro saltou para R$20 milhões, em 2010? *(Pausa.)*

Perdão, essa é a quinta.

A resposta é a seguinte: "porque ele tinha que se desincompatibilizar". Tudo bem, é o único caso do mundo em que alguém rescinde o contrato, e o que rescindiu o contrato vai receber mais por ter rescindido.

Sexto, como se explicam as volumosas quantias conseguidas, alcançadas pela consultoria do Ministro, solitariamente? No mercado de consultorias, por exemplo, uma conceituada consultoria chamada LCA, que tem mais de 100 clientes, fatura anualmente entre 13 e 15 milhões. A consultoria do Ministro, em 2010, faturou o dobro disso. Como é que se explica essa competência no mercado?

Então, o Ministro vai estar à vontade em voltar agora para as consultorias.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Randolfe, mais um minuto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não precisa mais, já concluo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Mais um minuto para V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Concluindo, sétima, por que não foi informado à Presidente sobre o faturamento das suas empresas? Como está provado – e o ônus da prova de fato cabe ao Ministro – que não houve mistura entre o caixa da arrecadação, o caixa da consultoria e o caixa eleitoral? Por que essas informações não foram não foram divulgadas ao Procurador-Geral? E, por fim, por que o Ministro deixou uma consultoria desse tamanho para receber a mixaria da Casa Civil? Bom, ele poderá dizer que é por altruísmo. Se for altruísmo, ele ficará mais feliz agora, voltando às consultorias privadas do que como estava antes. E, se foi por altruísmo, não precisava ele demorar tanto tempo na Casa Civil, depois que toda sociedade brasileira começou a fazer essas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente. Para encaminhar pelo Bloco da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Aloysio Nunes para encaminhamento da matéria pelo Bloco da Minoria. Pede a palavra por 5 minutos o Senador Aloysio Nunes Ferreira. Tem a palavra, Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Senador Alvaro Dias, quando declinou da proposta do Senador Romero Jucá, no sentido de retirar o seu requerimento, numa frase resumiu tudo. Ele disse à Comissão que a exoneração do Ministro não nos exime do dever de buscar a verdade. Com isso ele quis

dizer que não nos move uma sanha de perseguição pessoal ao Ministro Palocci. Também não é esse o meu sentimento, é um sentimento da minoria. Já disse no plenário certa vez e há 3 dias que reconheço muitos méritos do Ministro Palocci. Quando Ministro da Fazenda, ele teve uma relação extremamente republicana – para usar um termo desgastado – com a prefeitura de São Paulo, dirigida na época pelo PSDB e depois com o governo de São Paulo, dirigido por José Serra. Penso até que ele teve também um papel importante no governo Lula para com a sua presença fazer com que a chamada Carta aos Brasileiros, que significou o alinhamento do PT com a corrente dominante pró-mercado no Brasil e no mundo, fosse levada a sério e transformada realmente em ação governamental. Fora isso, um papel importante na manutenção de alguns pilares da política econômica que haviam sido deixados pelo antecessor do Presidente Lula, o Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Faço esse registro para reafirmar que não temos nenhuma posição pessoal. O que nos move é a obrigação política de deslindar a trama que provavelmente – todos indícios levam a crer existiu – entre interesses privados e negócios públicos. Entre uma consultoria pessoal, particular e o Governo, e a campanha para a Presidência da República, entre o papel do Sr. Antonio Palocci, como Deputado influente da base do Governo, como coordenador da campanha de uma candidata vitoriosa e coordenador da equipe de transição e as suas atividades privadas. É indispensável crer até que para a própria tranquilidade do Ministro daqui para frente, recolhido a uma vida que não será uma vida privada. Quem tem a projeção que o Ministro Palocci alcançou na política brasileira será sempre um personagem público, mas para a tranquilidade dele diante de seus amigos, da sua família e da opinião pública brasileira, é importante que ele nos diga, que ele coloque as cosias em pratos limpos, que ele faça com que todos nós aqui no Senado, em nome do povo brasileiro, possamos ter em relação aos temas levantados por esse episódio que resultou na sua saída do Governo, a mesma tranquilidade que teve o Procurador-Geral da República, ou seja, que nós saibamos quanto a sua consultoria faturou, quantos funcionários ele tinha, para quem prestou serviço, que tipo de serviço prestou. É isso que nós queremos saber.

Na verdade, as nossas interrogações continuam na cabeça de todos aqueles que acompanham a evolução da cena política brasileira. Por isso, insistimos nesse requerimento de convite ao Ministro Palocci em nome da verdade.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Falou o Senador Aloysio Nunes Ferreira pelo bloco da minoria, incluindo PSDB e DEM.

Pede a palavra pela Liderança do Bloco/PMDB/PP/PSC/PMN/PV e pelo bloco da maioria o Senador Renan Calheiros.

Tem a palavra o Senador Renan Calheiros também por cinco minutos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, esse requerimento, já foi dito aqui, perdeu o objeto. O Ministro Palocci não é mais servidor público, portanto, do ponto de vista do PMDB e em função do que, durante esses dias todos, se discutiu, inclusive aqui nesta Comissão de Constituição e Justiça, nós não vemos qualquer necessidade de aprovar esse requerimento, sobretudo, Sr. Presidente, digo isso com muita segurança, depois da decisão do Ministério Público de arquivar uma a uma todas as representações.

Nós podemos contestar, manter o discurso, manter a posição política, continuar travando a luta política, mas isso é uma coisa absolutamente sem sentido, porque, depois que o Ministério Público, Sr. Presidente, arquivou as representações, isso nos remete à necessidade de ter que mudar a legislação para enxergar irregularidades, ou ilícitos, ou mesmo crimes na prática do ex-Ministro Palocci.

De modo que a posição do PMDB é contrária ao requerimento.

O PMDB vai votar "não" ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O PMDB encaminha o voto "não".

Vou colocar a matéria em votação.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para encaminhar a matéria em nome do bloco, o Senador Humberto Costa...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Humberto Costa é o Líder do bloco. V. Exª vai falar? Pela liderança do Bloco, então, por cinco minutos, para encaminhar a matéria.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu tenho aprendido a cada dia respeitar o empenho das oposições, de alguns colegas Senadores que zelam e trabalham pelo cumprimento do que está estabelecido na Constituição aqui neste Senado.

O episódio que envolve o ex-Ministro Palocci e o nosso Governo é, de fato, muito importante. Foi debatido, foi tratado pela imprensa num primeiro momento

e depois trazido a esta Casa, que adotou, a partir das oposições, o que entendia ser o adequado e o correto. E nós que damos sustentação ao Governo fizemos a nossa parte, as nossas manifestações políticas ao longo dessas semanas. Mas acho que a sensatez das oposições foi recorrer ao Ministério Público Federal, buscando, talvez aí, um atalho adequado, correto, como está previsto na Constituição, com as representações que foram apresentadas, pedindo que houvesse uma manifestação do Ministério Público Federal em relação ao noticiário sobre a mudança no padrão de renda e do patrimônio do ex-Ministro Palocci.

Aqui no Congresso, o debate, como seria normal, e foi normal, se intensificou. É claro que duas situações nos impõem um comportamento novo sobre esse tema. Primeiro, a manifestação da PGR, Procuradoria-Geral da República, foi explícita, explícita em seus posicionamentos. O Procurador-Geral, Dr. Roberto Gurgel, diz "que as representações não contêm e que não têm nenhuma descrição de um único fato que constitua causa idônea e hábil a autorizar o requerimento de quebra de sigilo do representado, de sua empresa e de eventuais clientes".

É muito sério isso. Louvo o Congresso brasileiro, que sempre respeitou o Ministério Público Federal, sempre entendeu ter no Ministério Público Federal o representante legítimo dos direitos e dos cidadãos e da nossa sociedade. A ele recorreram e houve uma manifestação inconteste do Procurador, isentando inteiramente o ex-Ministro e cidadão Antonio Palocci de ter cometido qualquer ilícito. Ele não cometeu e não fez nenhum contrato com empresas vinculadas ao serviço público, ao Governo.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria de me posicionar contra a aprovação desses requerimentos, até me pegando aos argumentos que a própria oposição usa. É legítimo seguir com o debate político, mas o que está em jogo neste momento não é apenas abrir uma investigação ou uma apuração, o que se está tentando fazer aqui é a quebra de sigilo de um cidadão, e a Constituição preserva e estabelece claramente a quem cabe quebrar o sigilo fiscal de um cidadão ou de uma empresa.

E me apegando a esses termos, eu acho que nós termos um fato novo hoje. O Ministro saiu do Governo, está pagando uma conta alta do ponto de vista moral e eu acho que não cabe ao Senado da República, agora, fazer com que a gente tenha uma destruição moral do cidadão Antonio Palocci.

O patrimônio que ele adquiriu nos últimos anos é um patrimônio que está registrado na Comissão de Ética Pública do Governo, ele prestou conta antes de assumir o cargo de Ministro da Casa Civil, ele mandou todas as informações ao Ministério Público, certamente o Ministério Público Federal vai seguir, agora lidando com o cidadão Antonio Palocci, e não tem sentido a não ser em prejuízo, a agenda do próprio Congresso, a não ser em prejuízo ao próprio País, o Senado Federal se prender a um tema que já está muito bem posicionado e colocado à disposição do Ministério Público Federal.

Então eu acho que aqui, o debate no Senado é absolutamente normal e salutar que aconteça, mas eu gostaria de pedir aos colegas Senadores e Senadoras que pudéssemos rejeitar esses requerimentos e deixar a cargo do Ministério Público Federal a condução desse tema que já ocupou em demasia a agenda do País por quase três semanas e que, com a decisão do próprio Ministro e da Presidente Dilma, que culminou com a saída do Ministro Palocci e com a entrada da Ministra Gleise, nós temos agora que seguir com a agenda do Congresso, especialmente aqui do Senado, temos uma missão enorme a cumprir, temos que tratar da reforma política e da agenda que se acumula aqui na Comissão de Constituição e Justiça.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

Gostaria, Sr. Presidente, de concluir fazendo um apelo porque estou aqui falando ...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para concluir, vou dar mais um minuto a V. Exª

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Tendo em vista a ausência do nosso Líder Humberto Costa, que me pediu que fizesse essas observações e esse apelo aos colegas Senadores e Senadoras, que nos somemos no sentido de rejeitar esses requerimentos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou colocar a matéria em votação.

Os Srs. Senadores...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Reparo a V. Exª, Sr. Presidente, com todo o respeito.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Dada a complexidade da matéria, eu não posso votar sem dizer por que eu vou votar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Simon...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Então, não voto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Simon...

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Pois não,

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Na hora em que eu abri a reunião, eu disse que ia cumprir rigorosamente o Regimento. V. Exª há de compreender. V. Exª está aqui há bastante tempo, eu sou aqui ainda um neófito em matéria de Regimento do Senado, mas, para presidir esta Comissão, tive de me debruçar sobre ele, e é o que é o mandamento do Regimento e eu, dentro do mandamento do Regimento e com a devida vênia de V. Exª, art. 310, não há como encaminhar.

A matéria foi encaminhada pelo Líder do Bloco, Senador Renan Calheiros, que fala por todos nós, como Líder do Partido. Outros Líderes, como o Senador Aloysio Nunes, também encaminharam. O Senador Dornelles pediu a palavra e eu expliquei para S. Exª que o Senador Renan Calheiros falou também em nome do PP, porque esse Partido faz parte do bloco.

Vou colocar a matéria em votação.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Questão de ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Calma, essa reunião vai ser calma. Ninguém vai tumultuar o processo. Vou seguir religiosamente o Regimento. Vou respeitar todos os Srs. Senadores. No entanto, vou colocar a matéria em votação, porque quem tinha, por direito, fazer o encaminhamento já o fez, nesta reunião.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – No mesmo sentido, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, ...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É questão de ordem?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Baseada em que artigo?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Baseada no art. 403, da questão de ordem, e no artigo citado por V. Exª, para encaminhamento. V. Exª citou quem tem direito a encaminhamento: são os líderes dos blocos partidários. Essa Comissão de Constituição e Justiça tem 4: o bloco de apoio ao governo, o bloco da maioria, o PTB, e o PSOL. Portanto, o PSOL tem o direito de encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O PSOL tem direito a encaminhamento, só que a Líder do PSOL, não está presente, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, eu sou Vice-Líder do PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – V. Exª já encaminhou a matéria?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – V. Exª encaminhou a matéria como autor do requerimento. A Líder de V. Exª não está presente a esta reunião. Se ela estivesse presente, baseado no art. 310, eu daria a palavra a ela como Líder. Como ela está ausente, eu vou conceder a palavra a V. Exª por 5 minutos, sabendo V. Exª que, se a Senadora Marinor chegar aqui, ela não terá direito à palavra como Líder, porque V. Exª já usou da palavra como Líder.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, só para concluir a minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª quer a palavra ou quer discutir a questão de ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Só para concluir a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Se V. Exª vai discutir a questão de ordem, eu vou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não, não estou discutindo, Sr. Presidente, me ouça, por gentileza.

A Líder do meu partido não está aqui e deixou na Mesa desta Casa a autorização para que nós falemos pela Liderança. Em primeiro lugar, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Consulto a Mesa se tem o requerimento aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Requerimento na Mesa do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Deveria ter colocado na Mesa desta Comissão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – E o encaminhamento que quero fazer é o seguinte: cedo o direito que o PSOL tem de usar a palavra ao Senador Pedro Simon, que é uma prerrogativa determinada pelo Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª não tem amparo pelo Regimento e não vou alterar o Regimento no meio de uma reunião de matéria controversa. Então vou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Parágrafo único do art. 65, se V. Exª puder analisar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Qual é a questão de ordem de V. Exª?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O fundamento que eu disse para V. Exª para declinar está no parágrafo único do art. 65: "Ausente ou impe-

dido o líder, as suas atribuições serão exercidas pelo vice-líder." Nós estamos cedendo o direito...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Senador, não quero ser indelicado com V. Exª. Ausente o Líder, tem a palavra o Vice-Líder. Eu dei a palavra a V. Exª, como vice-líder, fazendo a ressalva de que, se a Senadora Marinor aqui chegar, não adianta levantar a voz porque a palavra vai ser usada por V. Exª. Se V. Exª quiser aguardar a vinda da Senadora, eu terei a paciência aqui, se tiver algum líder para falar, de aguardar.

Mas temos outros requerimentos, outras matérias na pauta e, como eu disse no início da minha gestão desta Presidência, vou respeitar todos os Srs. Senadores, vou ouvir todos os Srs. Senadores, mas presido esta reunião, e V. Exªs me deram o privilégio de presidir todas as reuniões durante o período em que eu for o Presidente desta Comissão, e assim o farei, com o respeito devido ao Regimento e a cada Senador no exercício do seu mandato. Hoje eu estou aqui; amanhã, com certeza, vou estar aí. Portanto, se V. Exª quiser fazer o uso da palavra como Vice-Líder, concedo a palavra a V. Exª.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Aqui ou não se sabe onde, não é, Presidente? Pode ser mais adiante.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Tomara que seja de volta para o meu Estado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Excelência, reitero as perguntas que necessitam de ser respondidas pelo Ministro. A nossa intervenção, neste momento, é para garantir a palavra para uma pessoa que refuta do total respeito de todos nós e total admiração nossa.

Nós do PSOL – e reitero a V. Exª, Presidente –, entendemos que, na nossa interpretação do Regimento, teria amparo regimental a cessão do nosso direito de fala ser concedido ao Senador Pedro Simon. Como a interpretação de V. Exª é distinta, respeitarei o encaminhamento proposto por V. Exª, mas reitero que estamos tanto no direito de fazer encaminhamento sustentado pelo Regimento, pelo conjunto de razões que aqui apresentei – por ser Vice-Líder, estar no exercício da Liderança e isso estar totalmente documentado pelo Líder do Partido –, como também porque é possível a concessão do direito a qualquer um dos Senadores para usar da palavra, visto que é possível, inclusive, a concessão do direito para integrar comissões aqui do Senado por algum bloco parlamentar, no caso de partidos que não tenham essa possibilidade.

Em relação ao Ministro Palocci, as perguntas foram feitas e não foram respondidas. Esse requerimento é uma possibilidade das respostas a essas perguntas. Conforme estabelecemos anteriormente, iremos, inclusive, encaminhá-las ao Ministério Público, porque, em algum momento, o Ministro deixou de ser (é fato) servidor público (ontem). Mas há indícios fortíssimos de que ele fez – permita-me a expressão – uma enorme lambança, mistura entre o público e o privado. E essa terrível mistura entre o público e o privado é o terrível mal patrimonialista deste nosso País; mal patrimonialista, mal de origem, que corrói nossas instituições e cada vez mais submete o interesse público ao interesse privado. Por isso que as perguntas, Excelência, não são minhas; elas são da sociedade brasileira. E, em algum momento, nós gostaríamos que elas fossem respondidas.

Mas gostaria de ter ouvido, neste momento, o Senador Pedro Simon. Como não foi possível, Excelência, concluo por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou colocar a matéria em votação.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Repare, Sr. Presidente... V. Exª não está se dando conta, me desculpe, com meus trinta anos de Senado, embora V. Exª seja muito mais brilhante e tenha feito uma carreira muito mais meteórica no Partido, pela sua liderança, pela sua competência...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu tenho que agradecer não ao senhor, mas ao povo do meu Estado.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Não, a liderança que desenvolve aqui no Senado... V. Exª foi eleito Senador, agora...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pelo meu Estado.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Mas o comando daqui foi por nós Senadores, que o colocamos na presidência...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu agradeço a V. Exª.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Mas quero apenas dizer a V. Exª o seguinte: com todo o respeito, sabemos que, no Regimento Interno, a gente opta do lado que a gente quer. Falo com toda a sinceridade. O assessor está aí do seu lado. Se V. Exª disser para ele agora, neste momento: "Me diga um artigo aqui que dê para todo mundo falar", ele vai lhe dar um artigo, aquele que o Demóstenes deu. O Senado se inclina para onde quer.

Agora, o que está acontecendo é o seguinte: uma questão dessa importância, V. Exª tinha que ter a grandeza de compreender que não é o Regimento que, uma hora... Quando é a Senadora Suplicy, ninguém pode falar um segundo a mais, quando era o

Senador Mão Santa a gente falava três horas. Quer dizer, Regimento...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Simon, só para restabelecer a verdade, porque milhares de brasileiros estão nos ouvindo e eu sei o respeito que todos nós brasileiros temos por V. Exª, pelo comportamento de V. Exª, pelo mandato de V. Exª. Agora, V. Exª há de convir que nas reuniões normais, quando não tem matéria controversa, tenho sido mais do que condescendente aqui. Nunca acendi esta campainha, nunca cortei com dois pontos o microfone de qualquer Senador desta Comissão.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Nas sessões normais.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Nessa matéria, V. Exª poderá fazer uso do art. 316 do Regimento Interno do Senado e, no momento oportuno, fazer a sua declaração de voto.

Neste momento, vou colocar a matéria em votação, sem quebrar o Regimento.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Mas há uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não vou atropelar o Regimento. Ainda há um requerimento de V. Exª, Senador Demóstenes.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que votam pela rejeição dos requerimentos do Senador Alvaro Dias e do Senador Randolfe Rodrigues, convidando o ex-Ministro Palocci a comparecer a esta Comissão, por gentileza, levantem um único braço, para que possamos fazer a contagem. Deverão proceder assim os Senadores que votam contra os requerimentos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço verificação de votação nominal.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pedimos verificação de votação nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Foram rejeitados os requerimentos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço verificação de votação, com voto nominal.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pedimos a verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Alvaro Dias, para pedir verificação nominal, V. Exª tem de ter o apoiamento de mais três Senadores.

Vou contar, para deixar registrado: seis Senadores pedem a verificação de votação nominal. Portanto, a matéria será votada nominalmente, porque V. Exª, Senador Alvaro, tem o apoiamento de mais três Senadores.

Vou pedir silêncio por parte de V. Exªs e das assessorias, para procedermos à chamada de votação.

Primeiro, chamo os Senadores titulares, para que não pairem dúvidas.

Em seguida, vou pedir à assessoria, com a devida vênia do Senador Pedro Simon, que verifique se há alguma ausência, para que não façamos qualquer atropelo ao Regimento da Casa, que, obviamente, é seguido por esta Comissão e por esta Presidência.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Concordo com V. Exª. Essa decisão de V. Exª está certa. Essa decisão está certa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Agradeço a V. Exª. V. Exª sabe que sou um profundo admirador de V. Exª, não é de hoje.

Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Voto "não" aos dois requerimentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Estou colocando em votação os dois requerimentos, por se tratar da mesma matéria.

Como vota a Senadora Marta Suplicy?

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Voto "não" aos dois requerimentos também.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Voto "sim", Sr. Presidente. Vou fazer a declaração de voto, nos termos do art. 316, parágrafo único, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Jorge Viana?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Voto "não" aos dois requerimentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Magno Malta? (*Pausa.*)

S. Exª está ausente. Há uma vaga para suplente.

Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota "não" aos requerimentos?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Voto "não" aos dois requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Marcelo Crivella? (*Pausa.*)

S. Exª está ausente.

Como vota o Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, vou ter de votar sem explicar. Então, peço a oportunidade da declaração de voto, para mostrar em que termos eu voto a favor dos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sim, senhor. V. Exª vota "sim" aos requerimentos?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Com declaração de voto, porque faço questão de explicar por quê.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – No momento oportuno.

Como vota o Senador Romero Jucá?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Voto "não" aos dois requerimentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Vital do Rêgo?

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Voto "não" aos dois requerimentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Renan Calheiros?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Voto "não" aos dois requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Roberto Requião? (*Pausa.*)

S. Exª está ausente.

Como vota o Senador Francisco Dornelles?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Voto "não" aos dois requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Sérgio Petecão?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Voto "não", com a orientação do Líder do meu Bloco, Senador Renan Calheiros.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Aécio Neves?

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Voto "sim" aos dois requerimentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Voto "sim" aos dois requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª é o autor.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Mas ele vota em um dos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Não" ao requerimento.

Como vota o Senador Gim Argello? *(Pausa.)*

S. Exª está ausente.

Como vota o Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim" ao requerimento.

Então, nós temos no Bloco de apoio ao Governo PDT, PSB, PT, PCdoB, PR e PRB. Vou chamar dois suplentes, por ausência dos titulares. Pela ordem de nomeação aqui, Senador Eduardo Suplicy como vota?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Voto "não" aos dois requerimentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota "não" aos dois requerimentos.

Senadora Ana Rita, como vota?

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Voto "não" aos dois requerimentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Não" aos dois requerimentos.

Eu peço à assessoria que cheque, confira, para que não haja nenhuma dúvida.

No bloco de titulares do Bloco parlamentar PMDB, PP, PSC, PMN e PV, nós temos uma vaga pela ausência do Senador Roberto Requião.

O primeiro a votar é o Senador Luiz Henrique.

Como vota V. Exª, Senador Luiz Henrique?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Confiando em que o Ministério Público apurará os fatos, voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Não" aos dois requerimentos.

No partido PTB votou o Senador Armando Monteiro, votaria o Senador Gim Argello e o suplente Senador Ciro Nogueira. *(Pausa.)*

Também ausente?

Senador Mozarildo Cavalcanti. *(Pausa.)*

Também ausente?

Então, do PTB fica apenas um voto, ficando uma vaga em aberto pela ausência do titular e pela ausência do suplente.

Vamos à apuração dos votos.

Total de votantes: 22 votos.

SIM, 6 votos.

NÃO, 14 votos.

Então, os dois requerimentos foram rejeitados.

Senador Pedro Simon quer fazer declaração de voto? Senador Pedro Taques...

Nós temos mais dois requerimentos ainda, hein!?

Senador Pedro Simon, para declaração de voto.

(O Sr. Presidente faz soar a campanhia.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Simon, somente para demonstrar deferência por V. Exª, o que diz o art. 316 é que seria por escrito a declaração de voto.

V. Exª quer fazer oral ou por escrito.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, se V. Exª permitir, oral.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, V. Exª tem 3 minutos para fazer a sua declaração de voto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, eu também gostaria de fazer oral.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Mais 3 minutos para V. Exª.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, eu acho que essa questão delicada está, na minha opinião, encerrada. Eu, que achava que nós, provavelmente hoje, deveríamos criar CPI...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) *(Faz soar a campainha.)* – Tem orador na tribuna! Por favor, silêncio!

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Acho que não há mais razão para se criar uma CPI, porque, na verdade, o assunto, com a demissão, está claro. Agora, estamos aqui pedindo para convidar o ex-Ministro. Não entendo por que impedir o convite para ele vir aqui. Ele virá se quiser. Se não quiser, não virá. Acho que é até uma questão de educação, oferecer ao Ministro uma oportunidade de ele se manifestar já como ex-Ministro. Eu não entendo a razão pela qual se impede de se fazer um convite, que pode ser aceito ou pode ser rejeitado, para que o ex-Ministro venha e exponha, já como ex-Ministro, a sua situação. Acho que era uma obrigação nossa fazer esse convite. Com a rejeição, nós estamos agora blindando quem não precisa mais ser blindado. Com toda a sinceridade, acho que nós deveríamos permitir a vinda do Ministro, permitir que ele esteja aqui e exponha, se quiser e, se não quiser, que não venha. Com toda a sinceridade, acho que não se deve mais ir adiante com a CPI, esta, sim, eu acredito que está encerrada. O assunto fica a cargo do Ministério Público.

Agora, considero muito estranho se fechar questão, impedir a vinda do Ministro, aliás, a oportunidade, se ele quiser, de vir fazer o seu esclarecimento. Não entendi. Sinceramente, não entendi. É uma atitude, perdoem-me a sinceridade, grosseira do Senado Federal de votar contra uma perspectiva de o Ministro vir e fazer a sua exposição do que está acontecendo até agora. O Ministro caiu, até foi para a televisão, mas não teve nenhuma chance de fazer a exposição que ele bem entendesse. Se ainda fosse Ministro e votássemos contra a vinda dele, porque ele, sendo Ministro e vindo aqui, podia sofrer uma batalha de perguntas que o enfraquecesse, tudo bem, mas ele não é mais Ministro. Ele não é mais Ministro. Ele teria condições de vir aqui, e diria mais, o direito de vir aqui e fazer a sua exposição, o que até agora ele não teve.

Eu, nessas condições, é que votei favorável. Não foi no sentido de continuar com a vendeta. Acho que terminou. Acho que foi muito bem o ato da renúncia dele. Acho excepcional. Acho que foi muito bem a Presidente da República ao aceitar a renúncia. Acho que ela foi excepcional. Acho que foi muito boa a escolha feita. Foi excepcional. Acho que o assunto estaria encerrado, mas eu apenas achava que oferecer ao Ministro a oportunidade de vir fazer uma exposição seria uma questão de educação da nossa parte, o que nós não fizemos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pedro Simon.

Eu quero lembrar ao Plenário duas coisas. Temos aqui ainda outro requerimento do Senador Demóstenes Torres, de convocação... de convite, desculpem-me, ao Presidente da Caixa Econômica Federal. Terá o mesmo procedimento que tiveram esses dois requerimentos de convocação, e de convite depois, do ex-Ministro Palocci. Teremos, na sequência, matérias importantes a serem lidas e votadas nesta Comissão. Portanto eu quero deixar bem claro aos Srs. Senadores que o almoço hoje está perfeitamente dispensado. Vamos queimar um pouquinho das nossas gorduras, ficando um pouco mais nesta Comissão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Excelência, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Tem a minha declaração aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª pode ter um pouquinho de paciência?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Estou tendo paciência há muito tempo, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu vou dar a palavra a V. Exª. Eu abri um precedente ao Senador Pedro Simon e para não dizer que estou fazendo uma questão partidária, eu vou abrir o mesmo precedente para V. Exª: declaração de voto, nessa matéria, por três minutos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – No próximo, V. Exªs que quiserem fazer declaração de voto, o farão por escrito e a Mesa receberá de V. Exªs.

Tem a palavra para declaração de voto por três minutos.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, eu não vou agradecer porque não se agradece exercício de prerrogativa.

Eu gostaria de dizer que Maquiavel, em 1513, escreveu que a ética política é uma ética diferenciada. Eu nunca fui nem síndico de prédio, Excelência, mas eu não vou mudar a minha ética.

Nós não estamos condenando quem quer que seja, nós não estamos julgando quem quer que seja, mas a sociedade tem direito a esclarecimentos. Isso. Nós temos que entender que a Constituição e um servidor público não podem prejudicar o inimigo nem beneficiar o amigo. Nós temos que cumprir efetivamente o que está na Constituição.

Dessa feita, Excelência, o meu voto é em homenagem à publicidade que um servidor público deve existir. Ele não é mais servidor público. Não é mais servidor público. Todos nós sabemos disto, que ele pediu demissão ou foi demitido. Isso não tem razão às explicações neste momento. Agora, atos podem ter sido praticados enquanto ele estava no exercício da função. Existe súmula do Superior Tribunal de Justiça a respeito disso.

Dessa feita, o meu voto é pelo convite. Ele não está obrigado a comparecer. Até seria o momento para que ele pudesse exercer o contraditório e a ampla defesa. O direito constitucional é dele e é assegurado.

Encerro a minha fala, agora sim, não agradecendo pelo fato de eu falar, mas só pedindo que nós todos temos que ser escravos do Regimento, mas não podemos interpretar a Constituição de acordo com o Regimento. O Regimento tem ser interpretado de acordo com a Constituição da República. Um parlamentar tem o direito de manifestar a sua opinião. Portanto, nós estamos aqui interpretando um Regimento não de acordo com a Constituição, mas a Constituição de acordo com o Regimento.

Parabéns pela condução dos trabalhos nesta reunião, mas, como Presidente da CCJ, ele não presta favor, ele cumpre a Constituição e o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, eu quero dizer a V. Exª que concordo com as suas palavras quando diz que a ética não é privilégio de ninguém. A ética é obrigação de todos nós.

E quero deixar também bem claro que esta presidência inclusive não votou, porque só votaria em questões de desempate. Portanto, esta decisão que a Comissão tomou agora, os membros da Comissão tomaram agora, é uma decisão soberana no exercício do mandato parlamentar de Senador. Alguns concordam, outros discordam. Assim, graças a Deus, é a democracia, especialmente a democracia brasileira.

Nós temos outro requerimento, ao qual darei o mesmo procedimento. E, em seguida, nós vamos votar as matérias que estão na pauta da Ordem do Dia.

Srs. Senadores que se ausentarem o farão sabendo que temos matérias importantes, inclusive da reforma política, a serem votadas no dia de hoje.

Requerimento que passo a ler, de autoria do Senador Demóstenes Torres.

Se as assessorias deixassem a gente trabalhar aqui seria muito bom.

> Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Sr. Presidente da Caixa Econômica Federal para, diante dos membros desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, prestar os devidos esclarecimentos sobre as afirmativas divulgadas na edição de 25 de maio de 2011 na Folha de S. Paulo, segundo as quais o até então Ministro da Fazenda Antonio Palocci foi o responsável pela quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa.
>
> Sala das sessões, 25 de maio de 2011.
>
> Senador Demóstenes Torres, Líder do DEM no Senado Federal.

Tem a palavra V. Exª para defender o requerimento, regimentalmente de acordo com o art. 310, por cinco minutos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o ex-Ministro Antonio Palocci foi denunciado junto ao Supremo Tribunal Federal pelo crime de violação de sigilo. E a denúncia não foi aceita porque os ministros do Supremo Tribunal Federal disseram, aceitaram a tese de que o Sr. Antonio Palocci não tinha conhecimento de que teria havido a quebra do sigilo. Então, ele tomou

conhecimento, segundo a tese de defesa ao fim aceita, como todos nós brasileiros tomamos: a imprensa divulgou, e ele ficou sabendo.

E é bom lembrar que não foi o atual Procurador-Geral da República que o denunciou, como fez crer na peça que escreveu. Ele simplesmente sustentou, no plenário do Supremo Tribunal Federal, porque também não era possível ele sustentar contra um colega de profissão que havia denunciado.

Muito bem. Agora sai uma defesa na área cível da Caixa Econômica Federal, dizendo justamente o contrário: que o superior hierárquico era o Ministro Antonio Palocci e que, portanto, a quebra do sigilo foi feita por determinação dele; que ele tem conhecimento, etc., etc. Como isso configura um fato novo, um fato novo, como ele não foi absolvido, mas a denúncia não foi aceita, ela pode, em sendo um fato novo, ensejar a reabertura desse caso. E também houve o depoimento de uma outra pessoa, que hoje mora na Inglaterra, dizendo que o Sr. Antonio Palocci saiu exibindo para jornalistas a quebra do sigilo do caseiro Francenildo.

Então, nós vamos representar junto ao Ministério Público também, de primeiro grau naturalmente... Nesse caso é segundo, infelizmente. Então, temos que buscar também junto ao Procurador-Geral da República, para ver se há algum provimento em relação a esses fatos novos, que podem reabrir a investigação, e pode haver nova denúncia contra o Sr. Antonio Palocci, pela quebra do sigilo do caseiro Francenildo. Assim, com o fato novo – é isso que o Direito diz -, pode-se reabrir a investigação, pode haver nova denúncia, e, ao fim, ele pode até ser condenado.

O que nós queremos, ao trazer para cá o presidente da Caixa, é que ele diga qual a razão de o departamento jurídico ter tomado essa posição; se realmente hoje se pode afirmar, com toda a ciência, que foi o ex-Ministro Palocci que mandou quebrar o sigilo do caseiro Francenildo.

Vale dizer também que as investigações atuais não foram encerradas, até porque lá há uma ressalva de que as provas obtidas podem também deslanchar o procedimento penal.

O que o procurador-geral da República fez foi dar uma força ao Ministro Antonio Palocci. Nada além disso. Fez uma blindagem do Ministro Palocci, e, modéstia à parte, eu entendo muito mais de Direito Penal e de Direito Processual Penal do que o procurador-geral da República. Eu fui consultado... Ontem eu recebi telefonemas de membros do Ministério Público do Brasil inteiro. E o nosso querido Senador Pedro Taques, que também era membro do Ministério Público Federal até outro dia e com quem conversamos a esse respeito, também vê indícios, eu vejo, todo o Brasil vê. Quem não viu foi só o procurador-geral da República. E infelizmente não temos nem como recorrer, porque, por uma omissão da Lei Complementar do Ministério Público da União, o despacho dele é irrecorrível. No caso do Ministério Público Estadual, eu, que fui procurador-geral de Justiça, da minha decisão, cabia recurso para o colégio de procuradores. Existe o Conselho do Ministério Público da União e do Ministério Público Federal. Então, pode haver esse controle, sim, e vamos tentar, por meio de uma emenda à Constituição, fazer com que o procurador-geral da República preste contas à sua própria instituição, porque o ato dele foi no mínimo estranho.

Muito bem. Então, o nosso objetivo, ao buscar o presidente da Caixa, é confirmar o que foi dito por intermédio de um parecer e, com isso, tentar reabrir aquele caso em que o procedimento foi arquivado.

Agora se vê que os ministros do Supremo não tiveram a oportunidade de debater sobre esse tema, iludidos que estavam de que o ex-Ministro Palocci não tinha ciência da quebra do sigilo. Como ficou dito nesse parecer, mais do que ciência, ele mandou quebrar o sigilo do caseiro Francenildo.

Essa é a razão do requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Demóstenes Torres.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Para encaminhar pelo PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para encaminhar pelo Bloco, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, é oportuno o requerimento do Senador Demóstenes Torres porque vem na esteira dos últimos acontecimentos. Não há como evitar rememorar que o itinerário percorrido pelo Ministro Palocci foi um itinerário tortuoso, desde a sua administração à frente da prefeitura de Ribeirão Preto, quando denúncias ocorreram e chegaram até a CPI dos Bingos, da qual participamos no Senado Federal, CPI esta que acabou revelando e publicizando a quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo.

Naquela CPI, revelaram-se fatos que começaram em Ribeirão Preto e prosseguiram no governo federal. Numa casa localizada em Brasília, denominada "República de Ribeirão Preto", promoviam-se encontros em que, supostamente, tratava-se de negócios cuja relação de promiscuidade se estabelecia e que colocou no cenário o caseiro Francenildo. Ele acabou sendo testemunha de fatos presenciados naquela casa denominada "República de Ribeirão Preto".

A denúncia sobre a quebra do sigilo bancário se confirmou. As investigações levaram à verificação de que houve realmente uma afronta à Constituição,

a quebra do sigilo bancário do caseiro, na expectativa de se encontrar, na sua conta bancária, algo que fosse desonesto. Essa instrumentalização do poder, que é deplorável, afronta a Constituição, humilha o cidadão e, sobretudo, espezinha pessoas humildes como o caseiro.

A diferença de tratamento, portanto, é brutal. As dificuldades para se investigar alguém que está colocado no centro do poder no País e a facilidade, a aleivosia, a ilegitimidade da ação do Poder Executivo ao investigar um assalariado, um caseiro, uma pessoa humilde.

Neste caso, o Senador Demóstenes Torres tem razão quando invoca um fato novo. Houve uma declaração da Caixa Econômica Federal, por intermédio de seu representante legal, de que a ordem para a quebra do sigilo bancário do caseiro foi do Ministro Palocci. Portanto, há elementos para a reabertura do processo.

E neste caso, sobretudo, há também uma questão que diz respeito a dinheiro público. O caseiro ganhou uma ação de indenização moral e tem a receber R$500 mil, se não me falha a memória. Não sei se já não recebeu, mas há uma ação julgada que confere a ele o direito de receber R$500 mil, e o que se divulgou é que a Caixa Econômica Federal será responsável pelo pagamento desse valor. A nosso ver, não caberia à Caixa Econômica Federal usar o dinheiro público para pagar algo que foi consequência de uma ação pessoal do Ministro Palocci. Ou seja, houve um crime; quem deve responder pelo crime é quem o praticou, não a instituição. O crime supostamente praticado pelo Ministro que foi denunciado. Há uma confirmação da Presidência da Caixa Econômica de que foi realmente o responsável pela determinação da quebra de sigilo. A se confirmar judicialmente, é ele o responsável pelo crime. Portanto, cabe a ele arcar com o pagamento da indenização moral requerida pelo caseiro Francenildo, a indenização por danos morais.

Portanto, Sr. Presidente, esta questão tem que ser debatida novamente. O requerimento propõe isso, propõe um convite ao Presidente da Caixa Econômica Federal para dissertar sobre aquilo que foi alvo de depoimento junto à Polícia Federal e que veio ao conhecimento público.

Nosso voto, portanto, é favorável ao requerimento do Senador Demóstenes Torres.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em votação a matéria.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Para encaminhar contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para encaminhar pelo Bloco PDT, PSB, PT, PCdoB, PR e PRB, tem a palavra, por cinco minutos, o Senador Jorge Viana.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente, para fazer um apelo. Temos que votar aqui, acho que seis ou sete emendas da LDO, precisamos votar hoje, tem o projeto da lei eleitoral. Esta aqui é uma matéria praticamente vencida já; não vai levar mais a lugar algum; estamos só perdendo tempo. O Senado precisa produzir algo mais positivo, com todo o respeito àqueles que ainda vão falar, que vão responder, que vão questionar. É uma matéria vencida já.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Jorge Viana pediu a palavra pelo Bloco.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, penso que esse requerimento acompanhava os demais requerimentos apreciados aqui na Casa, apesar de se tratar de um tema também muito delicado, de quebra de sigilo. Mas, nesse caso, o fato é que tivemos o trabalho do Ministério Público Federal concluído, em que ele ofereceu denúncia e houve um posicionamento, por parte do Supremo Tribunal Federal, de não aceitar a denúncia, ou seja, não encontrou no trabalho desenvolvido pelo Ministério Público Federal, elementos que pudessem implicar em uma ação penal contra o Ministro Palocci, o então Ministro.

Quero apenas citar aqui, por exemplo, parte do voto do Ministro Gilmar Mendes, que diz: "A análise dos autos permite concluir que não há elementos mínimos que apontem para uma iniciativa e, menos ainda, para uma ordem dele para que se fizesse uma consulta ou emissão e impressão de dados sobre a conta do Sr. Fancenildo."

Penso que, por se tratar de uma matéria que já contou com o trabalho do Ministério Público Federal e com uma posição do Supremo Tribunal Federal, qualquer reabertura desse caso deveria estar diretamente vinculada a uma ação da PGR. Portanto, eu gostaria de encaminhar contra esse requerimento, e que deixássemos para apreciação da PGR, a possibilidade de requerer uma revisão por parte do Supremo Tribunal Federal desse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vou colocar o requerimento em votação.

Os Srs. Senadores que votam pela rejeição do requerimento do Senador Demóstenes Torres, levantem o braço. *(Pausa.)*

Rejeitado o requerimento por ampla maioria de votos.

Ainda temos dois requerimentos sobre a mesa.

Item 1 da pauta...

Ainda temos dois requerimentos sobre a mesa. Em seguida voltamos à pauta e, depois, vamos fazer uma reunião extraordinária para aprovar as emendas à LDO.

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CCJ

De autoria do Senador Armando Monteiro, que requer a realização de audiência pública nesta Comissão com o objetivo de debater regras de aquisição de terras no Brasil por estrangeiros.

O requerimento já foi feito e S. Exª está pedindo para incluir o Sr. Luciano Garcia Rossi, advogado e sócio do escritório Pinheiro Neto Advogados.

Submeto às Srªs e aos Srs. Senadores o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa*.)

Aprovado o requerimento do Senador Armando Monteiro.

Há mais um requerimento sobre a mesa, de autoria do Senador Ricardo Ferraço.

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CCJ

Requer seja realizada audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença do Sr. Ophir Filgueiras Cavalcanti Júnior, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do Exmº Sr. Dr. Joaquim de Arruda Falcão Neto, Diretor da Escola de Direito do Rio de Janeiro, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), para instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2011, da qual S. Exª é autor.

Submeto o requerimento às Srªs e aos Srs. Senadores.

Aqueles que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa*.)

Aprovado o requerimento do Senador Ricardo Ferraço, autor da PEC nº 15 ,de 2011.

Aprovado o requerimento, passamos ao próximo item da pauta.

ITEM 1 – Não Terminativo –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 40, DE 2011

Altera o art. 17 da Constituição Federal, para permitir coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias.

Autoria: Senador José Sarney e outros
Relatoria: Senador Valdir Raupp

Senador Valdir Raupp, concedo a palavra a V. Exª para a leitura do relatório.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Antes porém, pede a palavra pela ordem o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, queria agradecer a V. Exª e solicitar a inversão da pauta para que apreciemos o item nº 8. Já conversei com diversos Senadores, que concordaram com a ideia, e o submeto à apreciação de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador, como relativamente a essa matéria do Item 1 já foi dada a palavra para a leitura do relatório ao Senador Valdir Raupp, bem como vamos fazer apenas a leitura dessa matéria para fazermos a votação na quarta-feira – e também há duas matérias a serem lidas pelo Sr. Senador Renan Calheiros –, vou dar a palavra ao Senador Valdir Raupp e, em seguida, colocar em votação o requerimento de V. Exª.

Tem a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente. Srªs e Srs. Senadores, vem à análise desta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 40, de 2011, de autoria do ilustre Senador JOSÉ SARNEY e outros Senhores Senadores, que altera o art. 17 da Constituição Federal, para permitir coligações eleitorais apenas nas eleições majoritárias.

Registram os ilustres autores, entre os quais os membros da Comissão da Reforma Política instituída pelo Presidente José Sarney, que as coligações nas eleições proporcionais, em geral, constituem uniões passageiras, estabelecidas durante o período eleitoral por mera conveniência, sem qualquer afinidade entre os partidos coligados no tocante ao programa de governo ou ideologia.

A proposição recebeu emenda, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que propõe a instituição da Federação de Partidos.

Assim, a presente proposta retorna para reexame.

Cabe a esta Comissão, na forma do art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), proceder à análise da proposição quanto a sua admissibilidade e mérito. Do ponto de vista de admissibilidade, verifico que a proposição está subscrita por mais de um terço dos membros desta Casa e não viola as limitações circunstancias à promulgação de emenda à Constituição (art. 60, I e § 1º, da Constituição). Tampouco trata de matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada na atual sessão legislativa ou há pretensão de abolir a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação

dos Poderes e os direitos e garantias individuais (art. 60, §§ 4º e 5º, da Constituição).

O meio utilizado para dispor sobre as coligações, qual seja, proposta de emenda à Constituição, é o adequado, visto que a partir da Emenda Constitucional nº 52, de 2006, o tema passou a ter *status* constitucional e alterações no regramento exigem a edição de emenda constitucional. A proposta também não visa à alteração de dispositivos sem correlação entre si, em conformidade com o disposto no art. 371 do RISF.

No tocante ao mérito, a iniciativa merece aprovação. Como destacado pelos autores na justificação, *a medida permitirá que o eleitor identifique o ideário político de cada candidato e que sejam eleitos representantes comprometidos com os programas dos respectivos partidos.* Além disso, a medida contribuirá para o fortalecimento dos partidos políticos e para a transparência na representação política, já que, com o fim das coligações nas eleições proporcionais, o voto dado no candidato de um determinado partido não poderá contribuir para a eleição de candidato de outra agremiação.

Relembro que o tema já foi objeto de discussão por essa Comissão durante a apreciação da PEC nº 29, de 2007. A proposição foi aprovada no mesmo ano, nos termos do parecer do então Senador Tasso Jereissati e aguarda inclusão em Ordem do Dia do Plenário. Ultrapassados os requisitos de admissibilidade e satisfeita a questão meritória, impende analisar, nesse momento, a emenda apresentada pelo Senador Antônio Carlos Valadares, que cria, a partir do fim das coligações nas eleições proporcionais, a denominada Federação de Partidos.

Com a devida *venia* ao ilustre Senador e compreendendo as suas razões explicitadas na aludida emenda, tenho que a formulação apresentada vai de encontro ao espírito da proposta. Como é cediço, um dos temas mais corriqueiros a respeito da reforma política que o eleitorado brasileiro vindica no Congresso Nacional, atinente ao aperfeiçoamento da democracia representativa assegurada pela Carta da República, diz respeito à instituição de um sistema político que refletisse, com fidelidade, a vontade dos eleitores expressa nas urnas. E com o escopo de alcançar tal desiderato, a proibição definitiva das coligações nas eleições proporcionais representa a medida mais significativa, uma vez que expurgaria do sistema eleitoral as uniões efêmeras de partidos e a ausência de afinidade entre os coligados, que em não raras às vezes se aglomeram somente durante o período pré-eleitoral por momentânea conveniência política e interesse em aumentar o tempo de propaganda eleitoral no rádio e na televisão.

Assim, acredito que a presente medida, da exata forma em que proposta, limitando as coligações eleitorais às eleições majoritárias, possibilitará ao eleitorado identificar, com nitidez, o compromisso programático de cada candidato, bem como do respectivo partido, o que certamente contribuirá para o fortalecimento dos partidos políticos e aperfeiçoará a representatividade política inerente ao sistema de eleição proporcional.

VOTO

Do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 2011, e pela rejeição da emenda nº1.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – De acordo com os entendimentos...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Solicito vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Concedido vista coletiva tendo em vista o procedimento que foi ajustado nessa Comissão e a matéria voltará na próxima quarta-feira.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Com a palavra V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, como essas matérias da reforma política são, de um modo geral polêmicas, divergentes, que vão suscita muitos debates, seria de bom alvitre que V. Exª marcasse... Quando se tratar de reforma política, que os Senadores tivessem mais tempo, principalmente no início das reuniões, porque, veja, a reunião está quase esvaziada e V. Exª não pode nem colocar para votar.

Então, sugiro a V. Exª que, na quarta-feira, essas matérias da reforma política tivessem prioridades na pauta de votação. Do contrário, nós não teremos a participação dos Senadores, o que é importante, já que houve uma comissão especial que tratou desse assunto. Há um requerimento que eu gostaria de perguntar a V. Exª da convocação de, pelo menos, uma audiência pública – esse requerimento já está na comissão há uns 15 dias –, para que alguns especialistas falem sobre reforma política, não especificamente sobre os projetos que estão na Casa, mas sobre reforma política. Entre eles, o Presidente do Superior Tribunal Eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Valadares, só para dar uma resposta a V. Exª. O requerimento me chegou à Mesa aqui agora. Peço desculpas a V. Exª. Quero deixar bem claro que esta reunião de hoje foi atípica. Estávamos com matérias, as primeiras matérias, todas elas, da reforma política para fazermos o debate. Mas como é

legítimo que os Senadores apresentem requerimento, e eu havia me comprometido com os Senadores que apresentaram os requerimentos, Senadores Demóstenes, Randolfe e Alvaro Dias, de colocar os requerimentos na reunião de hoje, não tinha como não honrar a palavra empenhada aqui nesta Comissão.

O item 1 da pauta está com vista coletiva. Concordo com V. Exª que, na próxima semana, nós possamos fazer um debate mais amplo. Vou colocar na próxima semana na pauta somente matéria da reforma política ...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – ... Já dou a palavra pela ordem e, em seguida, ao Senador Renan Calheiros, para leitura, apenas leitura, dos itens 3 e 4.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já dou a palavra a V. Exª. Pela ordem, pediu a palavra o Senador Demóstenes Torres, depois V. Exª.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, como foi decidido por V. Exª, com nossa aquiescência, que todo tema de matéria política haverá concessão de vista coletiva, só uma sugestão aos Srs. Relatores, no caso, Renan Calheiros e José Pimentel...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Renan Calheiros e Valdir Raupp. São os dois únicos que vão ser lidos hoje. O do Senador Pimentel já é matéria para ser votada.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Ah, ok. Muito bem. Então, se o Senador Renan Calheiros puder ou dar por lido ou fazer um resumo, para que possamos aprofundar essa discussão semana que vem, isso se houver a aquiescência de V. Exª, sem nenhum intuito de interferir...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Até porque vai ser dada vista coletiva.

Pediu a palavra pela ordem o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Parece que V. Exª tinha concordado em inverter a pauta para que apreciássemos o item nº 8. De minha parte, não há problema algum, mas quero consultar V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu pediria a V. Exª, já que essa é uma matéria de compromisso mútuo, inclusive, que o Senador Renan Calheiros, na sugestão do Senador Demóstenes, fizesse um resumo da matéria, porque ela vai ser distribuída, vai ser dada vista coletiva e voltará na próxima semana. Se o Senador Renan Calheiros assim concordar, eu darei a palavra ao Senador e, em seguida,...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – De acordo. De minha parte, concordância total, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Renan Calheiros, V. Exª tem a palavra para a leitura dos itens 3 e 4.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente, muito obrigado.

Eu tenho a honra de passar às mãos de V. Exª, de minha autoria, a Proposta de Emenda à Constituição nº 39, de 2011, que altera o § 5º, do art. 14, da Constituição Federal, que estabelece a inelegibilidade do Presidente da República, dos governadores de Estado e do Distrito Federal e Prefeitos para os mesmos cargos no período subsequente e dá outras providências.

Esse é o primeiro relatório.

Sr. Presidente, o segundo relatório, que também passo às mãos de V. Exª, trata da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2011, que tem como primeiro signatário o Senador José Sarney e que altera os arts. 28, 29 e 82 da Constituição Federal, para estabelecer mandato de cinco anos para Presidente da República, Governador de Estado e do Distrito Federal e Prefeitos.

Portanto, Sr. Presidente, são esses os dois pareceres que passo às mãos de V. Exª e que serão publicados e, depois, discutidos na oportunidade que vamos apresentar os argumentos que ensejam este parecer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Agradeço ao Senador Renan Calheiros.

Conforme o combinado, as três matérias lidas aqui hoje pelo Senador Valdir Raupp e as duas matérias lidas pelo Senador Renan Calheiros farão parte dos primeiros itens da pauta da reunião da próxima quarta-feira.

Vamos ao Item 8 da pauta, cujo Relator é o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, o Item 9 trata da remição de parte do tempo de execução da pena por estudo. Esse projeto foi aprovado pelo Senado, foi deliberado pela Câmara e voltou ao Senado. Há um parecer pronto. A matéria não é terminativa, ou seja, não exige votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vamos votar essa matéria ainda hoje, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Após votarmos a matéria que será relatada pelo Senador Rodrigo Rollemberg, vamos votar a matéria constante do Item 9 da pauta, que contempla matéria extremamente importante para a vida brasileira.

Senador Rodrigo Rollemberg, tem a palavra V. Exª.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Primeiro, quero agradecer a V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Perdão! Deixe-me anunciar a matéria, primeiro.

ITEM 8 – Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 29, DE 2011

Altera a Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios, estabelecida pela Lei nº 11.697, de 13 de junho de 2008.

Autoria: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg.

Relatório: favorável ao Projeto.

Concedo a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg, para proferir o parecer.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço a V. Exª a inclusão do Projeto em pauta e a inversão da pauta.

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 29, de 2011 (Projeto de Lei nº 4.567, de 2008, na origem), de autoria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), tem o objetivo de modificar a organização judiciária do Distrito Federal e dos Territórios, introduzindo, para tanto, alterações na Lei nº 11.697, de 13 de junho de 2008.

A proposição aumenta de 35 (trinta e cinco) para 40 (quarenta) o número de desembargadores que integram o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Para atender a estrutura dos novos Gabinetes e da nova Turma a serem instituídos, o Projeto determina a criação de 11 (onze) cargos em comissão e de 39 (trinta e nove) funções comissionadas.

A justificativa do Projeto destaca a necessidade de dotar o TJDFT de condições materiais para atender a demanda jurisdicional da população do Distrito Federal e de seu entorno, que registrou significativo incremento nos últimos anos.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

II – Análise

Compete à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de acordo com o art. 101, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), avaliar a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas. No projeto de lei em questão, que trata de matéria a que se refere o art. 96, II, da Constituição Federal, impõe-se a necessidade de que a Comissão opine também sobre o seu mérito, como determina o art. 101, II, *p*, do RISF.

O referido art. 96, II, da Lei Maior atribui ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça competência privativa para iniciar o processo legislativo dos projetos que alterem sua organização e divisão judiciárias ou disponham sobre a criação de cargos dos juízos que lhes forem vinculados. Tendo em vista que o PLC nº 29, de 2011, é de autoria do TJDFT, verifica-se plena observância dessa norma de restrição da competência legislativa.

A proposição respeita, ademais, o § 1º do art. 169 da Constituição Federal, que condiciona a criação de cargos públicos à existência de autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias e também de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes. A dotação orçamentária para atender as despesas decorrentes do Projeto em exame é indicada, de forma expressa, no item 2.7.3 do Anexo V da Lei Orçamentária para 2011 (Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011). A autorização na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2011 (Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010), por sua vez, encontra-se na disposição do art. 81 desse diploma legal.

Evidencia-se a juridicidade do PLC nº 29, de 2011, em vista da ausência de conflito entre suas disposições e outros preceitos e normas do ordenamento jurídico brasileiro. A regimentalidade da proposição, de forma semelhante, pode ser aferida pela inexistência de obstáculos regimentais ao seguimento de sua tramitação.

No mérito, a proposta é louvável. O rápido crescimento populacional que temos verificado no Distrito Federal e entorno exige uma pronta atuação do Estado para atender às necessidades de prestação de serviços públicos. O Poder Judiciário deve ter, à sua disposição, os recursos materiais indispensáveis para exercer sua atividade jurisdicional com a eficiência necessária. Acreditamos que a ampliação dos quadros do TJDFT deve contribuir para a melhoria da prestação jurisdicional no Distrito Federal, proporcionando ao povo maior acesso à justiça.

III – Voto

Diante do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de

Lei da Câmara nº 29, de 2011, e no mérito, pela sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir, tem a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a reestruturação do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, pela sua estrutura na sua área de abrangência vem tendo uma implementação a partir de 2002. Quando aquele projeto de lei que criava 73 varas nessa área de abrangência e contratava em torno de 4.000 novos servidores e juízes, somente em 2008 foi possível aprová-lo porque até então não tinha previsão orçamentária.

Eu fui o Relator Geral da União para 2008; viabilizamos os recursos naquela peça orçamentária e em seguida aprovamos a Lei 11.697. Não criamos nenhuma vaga para desembargador.

Em 2008, o Tribunal encaminha esse projeto de lei lá na Câmara Federal, criando esses 5 cargos de desembargador. Não havia previsão orçamentária, por isso não foi votado.

No Orçamento de 2011 foi incorporado – como muito bem registra aqui o nosso Relator. Portanto, os óbices que haviam em 2008, 2009 e 2010, no Orçamento de 2011 está resolvido. E, levando-se em consideração que esse Tribunal de Justiça do Distrito Federal tem apenas 35 desembargados, o que dá uma média de 106 mil habitantes por desembargador, e considerando que o Tribunal de Justiça de São Paulo tem 445 desembargadores, representando uma média de 92 mil habitantes por desembargador; o do Rio de Janeiro tem 180 desembargadores, uma média de 88 mil habitantes por desembargador; o de Minas Gerais tem 140 desembargadores, uma média de 135 habitantes; o Rio Grande do Sul tem 140 desembargadores, com uma média de 77 habitantes; o do Paraná tem 120 desembargadores, com uma média de 60 habitantes, nós somos favoráveis à matéria, para dar certo equilíbrio entre as Unidades da Federal.

Portanto, o Partido dos Trabalhadores vota favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em votação a matéria.

Os Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovada a matéria.

Próximo item da pauta...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, requeiro a tramitação em regime de urgência dessa matéria para que seja apreciada brevemente pelo plenário.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em votação o requerimento do Senador Rodrigo Rollemberg.

Os Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai ainda hoje ao plenário do Senado Federal em regime de urgência.

ITEM 2 – Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 265, DE 2011

Altera o art. 91 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para vedar a transferência de domicílio eleitoral por Prefeitos e Vice-Prefeitos durante o exercício do mandato.

Autoria: Senador José Sarney e outros
Relatoria: Senador José Pimentel
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações: – *Votação nominal;*

– Em 1º/06/2011, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

E a matéria está em discussão para aqueles que queiram fazer uso da palavra.

Senador Aloysio Nunes Ferreira, a votação. E a votação é nominal e nós precisamos de 13 votos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, muito rapidamente.

Considero a iniciativa, a proposição meritória, mas eu queria submeter à apreciação do relator a sugestão de emenda, que é incluir nessa vedação de transferência de domicílio eleitoral no exercício do mandato o Senador eleito por um Estado da federação, porque o argumento é o mesmo, o mesmo que se levanta para obstar a transferência do domicílio eleitoral do prefeito ou do vice-prefeito. É eleito para exercer o seu mandato naquela circunscrição. A circunscrição, a territorialidade é essencial para o exercício do mandato.

Por isso, faço essa sugestão ao relator que ele inclua nessa vedação o Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu consulto o Senador José Pimentel...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Respeitando o nosso...

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só um minuto, Senador. Eu consulto o Senador José Pimentel se ele aceita a incorporação

da proposta ao relatório para, em seguida, submeter aos Srs. Senadores.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu sou contra – me antecipando – porque acho que o mandato de Deputado Federal e Senador é federal, uma outra coisa. E é inusual, já aconteceu no passado, hoje não acontece mais. Mas em relação a prefeito, principalmente de cidade pequena, ele vai migrando e conseguindo se eleger. Então, acho que esse é o problema que deve ser estancado na minha opinião, sem nenhum comentário depreciativo sobre o que disse o nosso querido Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Apenas para ordenar os trabalhos, eu consultei o relator, Senador José Pimentel, se ele aceitaria a inclusão da matéria. Como já tem posicionamento de Senadores, como é o caso do Senador Dornelles e do Senador Demóstenes, eu consulto apenas para dizer "sim" ou "não".

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, a proposta é louvável e nós estamos num processo de construção de mudanças de regras. E, nessa questão eleitoral, a gente precisa, na minha leitura, ir aprovando o bom, embora o ótimo fosse o ideal.

Nesse caso concreto, nós vamos ficar com a proposta boa, porque não temos unidade para chegarmos ao ótimo ainda. Por isso, com todo respeito ao nobre Senador Aloysio Nunes Ferreira, me desculpe, mas não vou acolher em face da manifesta posição contrária dos nossos Pares.

Queria aproveitar para adiantar que na Comissão da Câmara Federal, eles estão vindo com a matéria totalmente diferente desta. Estão propondo que o domicílio eleitoral do vereador e do prefeito é o Estado onde ele atua, portanto, ampliando o que já existe hoje. Vai em outro sentido. E estão discutindo também a transformação do mandato de vereador para deputado municipal para poder contemplar essas coisas.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Essa é uma ideia mais do que suficiente para ficarmos com o gradualismo proposto pelo relator. Retiro a minha proposta.

O SR. PRESIDENTE (Eunício de Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu lembro que essa matéria é terminativa e nós ainda temos um item importante na pauta, que é exatamente o substitutivo ao projeto de lei do Senado que altera a Lei nº 7210, Lei de Execução Penal, para dispor sobre a remição de parte da pena, do tempo de execução da pena, por estudo ou por trabalho.

Nós vamos colocar essa matéria após a votação, lembrando aos Srs. Senadores que estão apressados que essa matéria será nominal – matéria apresentada pelo Senador José Pimentel, tendo em vista que já foi dada vista coletiva, não há mais pedido de vista.

Em votação.

Convido os Srs. Senadores para que venham à CCJ, pois estamos em um processo de votação nominal de duas matérias importantes.

Vou dar início à votação.

Lembro aos Srs. Senadores que, além dessa matéria, temos mais as matérias da LDO, que vamos votar em reunião extraordinária. Nosso trabalho aqui é este, o dia inteiro. Quando não entra pela noite, como fiz ontem.

Lista de votação nominal.

Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares?

Estou chamando só os presentes.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Antonio Carlos Valadares, para não ser deselegante, com os ausentes. Vota "sim".

Como vota o Senador Francisco Dornelles?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota "sim".

Como vota o Senador Sérgio Petecão?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Voto "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Voto "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vota "sim".

Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Voto "sim", Sr. Presidente, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Rodrigo Rollemberg?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB - DF) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim".

A matéria foi aprovada pela unanimidade dos presentes.

Aprovado este projeto, será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no Diário Oficial desta Casa.

Próximo item da pauta:

ITEM 9 – Não Terminativo –

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 265, DE 2006

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho.

Autoria do Substitutivo: Câmara dos Deputados.

Autoria do Projeto: Senador Cristovam Buarque.

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares.

Relatório: pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2006, com o acatamento da redação da ementa e dos seguintes dispositivos modificados pela Câmara: § 4º do art. 126, nos termos do art. 1º do SCD nº 265, de 2006; § 1º e § 2º do art. 129, nos termos do art. 1º do SCD nº 265, de 2006; supressão do art. 2º da redação original oferecida pelo Senado, com a consequente renumeração da cláusula de vigência, na forma do art. 2º do SCD nº 265, de 2006. Por conseguinte, o voto é pela rejeição do *caput* do art. 126, de seus § 1º, incisos I e II, § 2º, e do *caput* dos arts. 127, 128 e 129, mantendo-se a redação originalmente aprovada pelo Senado Federal para esses dispositivos, na forma do art. 1º do PLS nº 265, de 2006; rejeição dos §§ 3º, 5º, 6º e 7º do art. 126, e do parágrafo único do art. 127, acrescidos na forma do art. 1º do SCD nº 265, de 2006; manutenção dos §§ 4º, 5º, 6º, 7º e 8º do art. 126 originalmente aprovado pelo Senado, na forma do art. 1º do PLS nº 265, de 2006, nos termos do texto consolidado, com os ajustes determinados, conforme faculta o art. 133, § 6º, do RISF.

Para proferir o relatório, concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, como o relatório foi distribuído a todos os Senadores, sem maiores delongas, farei uma síntese, um resumo dessa matéria, que é de autoria do nobre Senador Cristovam Buarque.

Essa proposição foi aqui aprovada, no Senado Federal, em setembro de 2010. Tramitou na Câmara dos Deputados, que fez algumas alterações, que foram aproveitadas no nosso parecer. A proposição cria a hipótese de remição da pena pelo estudo e está entre os assuntos prioritários do pacto federativo para um Judiciário mais rápido e efetivo, firmado pelos três chefes de Poderes, em maio de 2009.

O projeto conta com o apoio das defensorias púbicas, do Ministério da Educação, do Ministério da Justiça. Também diversas organizações sociais participam desse movimento apoiando a matéria do Senador Cristovam Buarque, como a Pastoral Carcerária, o Instituto Sou da Paz, a Conectas Direitos Humanos, o Instituto de Defesa do Direito de Defesa, entre tantas outras organizações.

A proposição, Sr. Presidente, é a do Senador Cristovam Buarque originariamente, e aproveitamos algumas disposições que foram consubstanciadas no parecer da Câmara dos Deputados. Por exemplo, nós aceitamos a supressão do dispositivo do art. 2º, que conferia bolsa ProUni aos condenados cumprindo pena em regime aberto ou semiaberto e aos que usufruem liberdade condicional. Por quê? A supressão é acatada porque o dispositivo acabava gerando mais dificuldades do que facilidades, e o próprio Ministério da Educação já tem um programa contemplando a pessoa condenada criminalmente. A medida demandaria do Ministério da Educação a criação de uma custosa estrutura para a sua administração, mais despesas para o Erário quando não há necessidade, uma vez que o Ministério tem essa preocupação atualmente.

Também nós incluímos o § 1º do art. 129, que exige do condenado autorizado a estudar fora do estabelecimento penal o comprovante mensal de sua frequência e aproveitamento escolar. Antes não existia esse dispositivo, mas a Câmara criou e nós achamos interessante aprová-lo e trazê-lo para o nosso parecer, no sentido de que a inclusão pode ser feita para o condenado que estude num estabelecimento externo e, naturalmente, o estabelecimento vai dar a certidão de que ele teve a frequência regular.

Demos nova redação ao § 4º do art. 126, que prevê a possibilidade de acumular as duas modalidades de remição, pelo trabalho e pelo estudo.

Para sintetizar, seria bom e oportuno, já que o projeto não é tão grande, que eu fizesse a leitura do texto final consolidado, Sr. Presidente.

TEXTO FINAL CONSOLIDADO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 265, DE 2006

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 126, 127, 128 e 129 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.

§ 1º A contagem de tempo referida no *caput* será feita à razão de:

I – 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar – atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional – divididas, no mínimo, em 3 (três) dias;

II – 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho.

§ 2º As atividades de estudo a que se refere o § 1º deste artigo poderão ser desenvolvidas de forma presencial ou por metodologia de ensino a distância e deverão ser certificadas pelas autoridades educacionais competentes dos cursos frequentados.

§ 3º Para fins de cumulação dos casos de remição, as horas diárias de trabalho e de estudo serão definidas de forma a se compatibilizarem.

§ 4º O preso impossibilitado, por acidente, de prosseguir no trabalho ou nos estudos continuará a beneficiar-se com a remição.

§ 5º O tempo a remir em função das horas de estudo será acrescido de 1/3 (um terço) no caso de conclusão do ensino fundamental, médio ou superior durante o cumprimento da pena, desde que certificada pelo órgão competente do sistema de educação.

§ 6º O condenado que cumpre pena em regime aberto ou semiaberto e o que usufrui liberdade condicional poderão remir, pela frequência a curso de ensino regular ou de educação profissional, parte do tempo de execução da pena ou do período de prova, observado o disposto no inciso I do § 1º deste artigo.

§ 7º O disposto neste artigo aplica-se às hipóteses de prisão cautelar.

§ 8º A remição será declarada pelo juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a defesa." (NR)

"Art. 127**.** Em caso de falta grave, o juiz poderá revogar até 1/3 (um terço) do tempo remido, observado o disposto no art. 57, recomeçando a contagem a partir da data da infração disciplinar." (NR)

"Art. 128. O tempo remido será computado como pena cumprida, para todos os efeitos." (NR).

"Art. 129. A autoridade administrativa encaminhará mensalmente ao juízo da execução cópia do registro de todos os condenados que estejam trabalhando ou estudando, com informação dos dias de trabalho ou das horas de frequência escolar ou de atividades de ensino de cada um deles.

§ 1º O condenado autorizado a estudar fora do estabelecimento penal deverá comprovar mensalmente através de declaração da respectiva unidade de ensino, a frequência e o aproveitamento escolar.

§ 2º Ao condenado dar-se-á a relação de seus dias remidos" (NR)

Sr. Presidente, acho que, com a leitura do texto final consolidado, que é muito claro, dá para entender que esta matéria é da maior importância e tem uma finalidade, que é a de promover a remição da pena para aqueles que estudam, porque antes só havia para aqueles que trabalhavam.

É o parecer, Sr. Presidente, salvo melhor juízo dos Srs. Membros desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, pede a palavra o Senador Demóstenes Torres.

Lembro aos Srs. Senadores que vamos ter uma votação nominal de matéria terminativa, extrapauta a pedido do Senador Pedro Taques e, em seguida, vamos fazer uma extraordinária aqui, rapidinha, só para aprovar as emendas à LDO.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é um texto que já existe hoje na lei, em relação ao trabalho, em cada três dias trabalhados, um será remido e define melhor, também, o que a jurisprudência já consagrou, que o estudo também pode levar à remição. E aqui deixa claro que, a cada 12 horas de estudo, divididas essas horas em três dias, ou seja, 4 horas por dia, pode ter uma variação, também, a remição será a cada 12 horas ou três dias de estudo, também um dia de remição de pena. E traz uma novidade, que é a possibilidade de cumular o trabalho com o estudo; o preso pode trabalhar de dia e estudar de noite, por exemplo, no semiaberto antes de se recolher. E, com isso, ele terá direito a duas remições, o que, na minha

opinião, é bastante louvável. É melhor o preso estar estudando do que estar dormindo ou em outra atividade qualquer, ou fazendo bobagem. Então, acho que é muito bom.

O § 4º do art. 126 traz uma disposição sobre a qual questiono o nosso relator, que diz o seguinte; "O preso, impossibilitado, por acidente, de prosseguir no trabalho ou nos estudos continuará a beneficiar-se com a remissão". Muito bem; no caso de acidente de trabalho, isso é óbvio; porém, mas um acidente de estudo? Eu fico imaginando como seria. Será que caiu um livro daqueles do MEC na cabeça do sujeito? (*Risos*.)

"Os livro do MEC caiu na nossa testa". (*Risos*.)

Então, não é uma restrição ou coisa nenhuma, mas eu fico imaginando como é que seria, porque aqui há a possibilidade de acidente também de estudos. Mas...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Acho que está implícito aí que é no trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para ficar clara a redação, eu queria contribuir aqui. Penso que procede a observação de V. Exª e consulto ali o Relator: já que está implícito, por que não deixar explícito que o acidente tenha sido de trabalho? Senão, amanhã, o preso pode ter uma discussão na rua, cometer um outro crime e vir a ser beneficiado porque pode ser considerado acidente de trabalho esse período em que foi ao trabalho.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, a Lei nº 7.220, a Lei de Execução Penal, já diz, em seu § 2º, que o preso impossibilitado de prosseguir no trabalho, por acidente, continuará a beneficiar-se com a remissão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A pergunta é se está claro que será por acidente de trabalho.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Aqui se diz, na lei atual: "o preso impossibilitado de prosseguir no trabalho." Pode-se colocar de conformidade com a lei atual. Já existe.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – É porque, na realidade, a lei só previa a remissão pelo trabalho. Então, o acidente só poderia ser de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Algum problema em acrescentar a palavra "trabalho", Senador? (*Pausa*.)

Senador Valadares, para aprimorar o projeto, pergunto a V. Exª...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – É o que ele disse... Acho que é o seguinte: o objetivo do nosso parecer...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A palavra está com a Mesa, por favor.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – O objetivo do nosso parecer é melhorar a matéria. Eu acho que a sugestão do Senador Demóstenes Torres melhora, sem dúvida alguma, porque não é qualquer acidente que é considerado acidente de trabalho. Agora, se por acaso ele não puder continuar no trabalho, ele só vai ser remido quando...

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – (...) definitivamente... Acho que...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Só para deixar claro que todo mundo imagina que seja acidente de trabalho mesmo. Então, se colocasse, como uma emenda de redação, que o preso impossibilitado, por acidente de trabalho, de prosseguir no trabalho ou nos estudos continuará a beneficiar-se com a remissão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Valadares, alguma dúvida? É possível?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu só pergunto é se há possibilidade de mudar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Claro que sim.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Pergunto à sua assessoria: há possibilidade de mudar? Se houver a possibilidade de mudar, a gente muda.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sr. Relator, se V. Exª acata...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu acato. Vamos melhorar então.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A matéria não está em votação; está em discussão. Portanto, o relatório pode ser alterado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Como o senhora acha, Senador Demóstenes, que deveria ser?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/PSDB – GO) – (...) mudar o mérito, porque já saiu inclusive do Senado dessa forma...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – No mérito não pode mudar, e as duas Casas já aprovaram.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/PSDB – GO) – Exatamente. Eu sugeriria que, no parágrafo, se deixasse claro: "§ 4º. O preso impossibilitado..." – embora fique feio porque a palavra "trabalho" vai aparecer duas vezes – "por acidente de trabalho, de prosseguir

no trabalho ou nos estudos continuará a beneficiar-se com essa remissão".

Então, seria uma emenda de redação. "O preso impossibilitado, por acidente de trabalho, de prosseguir no trabalho ou nos estudos continuará a beneficiar-se com a remissão".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não se pode é alterar o mérito.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – E se colocássemos o texto da lei atual? "O preso impossibilitado de prosseguir no trabalho, por acidente, continuará a beneficiar-se com a remissão".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Nós estamos aqui trabalhando só com a preciosidade. Se vai prejudicar o projeto...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – A lei atual diz assim...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Se vai prejudicar o projeto... Senador Valadares, se vai prejudicar o projeto, eu pediria ao Senador Demóstenes, que é tão cioso dessa responsabilidade – e concordo com ele –, mas pode haver uma interpretação e essa matéria pode voltar à Câmara dos Deputados novamente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Voltar não pode mais.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Aqui não pode nem mais derrubar o projeto.

Se for considerada uma emenda de redação, acho que não tem problema nenhum fazer uma redação que não venha desqualificar o projeto.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Acho que seria isso. O preso impossibilitado por acidente de trabalho, de prosseguir no trabalho ou nos estudos, continuará beneficiado com a remissão. Porque me parece, também, que o juiz não vai dizer que é outro tipo, porque corre o risco, apesar de estar na lei de execução, há muito tempo, mas só tinha acidente de trabalho. Agora tem a possibilidade de remissão por estudo que é bastante louvável. Então pode dar margem a outra interpretação. Talvez a emenda de redação clareie, mas se quiser deixar que...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Vou colocar a matéria em votação.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Um condenado que deu azar e teve um acidente que o deixou inabilitado o resto da vida para o trabalho, ele será prejudicado se nós modificarmos a redação. É melhor que deixe assim mesmo. Se ele ficar impossibilitado... Ele estava ali cumprindo o dever, de repente...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Acho que vamos deixar para lá.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Exª Senador Demóstenes.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Em votação a matéria.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu havia feito a inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Desculpe-me V. Exª tem a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Tenho uma dúvida. Esse acidente pode ser no deslocamento do preso para uma audiência. Então se colocarmos trabalho, aí, pode complicar mais ainda.

Quero ressaltar a importância desse projeto porque a remissão de pena é um instituto importantíssimo. Tive oportunidade de por uma temporada ficar no presídio de Tremembé por uma temporada como voluntário, lógico que eu não estava preso. No presídio de Tremembé no Vale do Paraíba...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – V. Exª foi voluntário para ser preso?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não, como voluntário estagiário. E soube da importância da remissão de pena.

Este projeto que trata da educação tem um outro valor maior ainda do que o trabalho. Então se colocarmos aí acidente de trabalho, é possível, porque hoje os presos são transportados – não vou citar o presídio no qual tive a oportunidade de estar em Tremembé para audiência em São Paulo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Ou mesmo para estudar.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – É, mais isso é outra coisa. Acidente de deslocamento de penitenciária e outra coisa, isso não pode implicar em punição. Hoje já não implica.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Vou colocar em votação.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Presidente, só para informar, o Senador Demóstenes Torres disse que há decisões judiciais, considerando o estudo como um qualificativo para remissão da pena. Existe a Súmula 341 do STJ que diz: a freqüência a curso de ensino formal é causa de remissão de parte do tempo de execução da pena sob regime fechado ou semi-aberto.

Estamos aqui regulamentando já estável nos nossos tribunais.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Quero deixar expresso que eu não me encontrava preso, era estagiário e voluntário. *(Risos)*

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Tenho certeza disso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Nós não temos dúvidas sobre isso, pode ficar tranqüilo.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Nem estava estagiando para ser preso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Ninguém tem dúvida da conduta de V. Exª.

Agora, complementando o Senador Carlos Valadares dizer o seguinte.

Aqui nós podemos estar regulamentando alguma coisa, mas a Casa das leis é essa e as leis têm que ser feitas aqui nesta Casa. Os outros têm que cumprir e aplicar a lei. Fazer a lei compete à Câmara e ao Senado Federal.

Em votação a matéria. *(Pausa.)*

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Urgência para o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Em votação a urgência.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Com a palavra a Senadora Ana Rita. Temos uma votação nominal, aqui, agora.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu ia pedir urgência para o projeto, mas o Senador Antônio Carlos Valadares. Era isso mesmo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – O requerimento da audiência pública que pedi a V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira Bloco/PMDB – CE) – Vou colocar em votação a matéria extrapauta.

ITEM EXTRAPAUTA. – Terminativo –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA DOS DEPUTADOS DE Nº 08, DE 2011

Dispõe sobre a criação de cargos e funções no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Autoria: Supremo Tribunal Federal

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Não estando presente, designo como Relator *ad hoc* o Senador Pedro Taques, para fazer um breve relatório desta matéria, que é pela aprovação da matéria. A votação é nominal.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, o projeto é muito bom, tudo muito bonito, tudo muito belo, o Relator é o Senador Ricardo Ferraço e eu, com muita honra, passo a ser o Relator para o ato.

Os requisitos formais e materiais do projeto se encontram presentes, a razoabilidade dele se me afigura presente, entendo que não existe nenhuma antijuridicidade, antilegalidade ou inconstitucionalidade no projeto.

Dessa feita, sem maiores delongas, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação desse projeto de suma importância para o Conselho Nacional de Justiça.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pedro Taques.

Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, eu estou tomando conhecimento do relatório agora e, como preciso estudar a matéria, estou pedindo vista. Além disso, é manifesta a falta de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Quórum nós temos. V. Exª está pedindo a retirada de pauta...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Estou pedindo vista, mas estou aproveitando para...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É regimental. V. Exª tem direito à vista. É porque V. Exª alegou, no final, que não tínhamos quórum, e temos quórum. Então V. Exª continua com o pedido de vista?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Claro!

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vista coletiva. A matéria voltará na próxima quarta-feira após a discussão das matérias em relação à reforma política.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, e o requerimento que eu pedi a V. Exª?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Há um entendimento nesta Comissão de que todos os requerimentos seriam distribuídos aos Srs. Senadores e votados na próxima reunião. Então, na próxima reunião, será votado o requerimento de V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Entendi.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/ PMDB – CE) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a Reunião às 13 horas e 55 minutos.)

ATA DA VIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE JUNHO DE 2011, QUARTA-FEIRA, APÓS A 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA

Às treze horas e cinquenta e um minutos, do dia oito de junho de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Jorge Viana, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, Gim Argello, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Aníbal Diniz, Lingbergh Farias, Rodrigo Rollemberg, Humberto Costa, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro e Ciro Nogueira e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita, reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Magno Malta, e Roberto Requião. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação das Emendas desta Comissão ao **PL nº 02, de 2011 – CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012 e dá outras providências"**, nos termos da Resolução nº 1, de 2006-CN a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania tem competência para propor emendas ao projeto, devendo fazê-lo na condição de autor de emenda coletiva. **ITEM ÚNICO: EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 02/2011-CN** (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012). O Senador Valdir Raupp apresenta o Relatório sobre as 8 (oito) Emendas de texto, sugeridas ao referido Projeto. Após a discussão, pautada nos critérios estabelecidos na Resolução nº 1, de 2006-CN e no artigo 101, do Regimento Interno do Senado Federal, que determina a competência da CCJ, **são aprovadas as Emendas nºs 1 a 8 – CCJ ao PLDO-2012. Emenda 1: Tipo de Emenda:** Modificativa; **Referência:** Corpo da lei – Artigo 17 – § 6º; **Ementa:** Audiências públicas obrigatórias para debate do Orçamento.**Texto Proposto:** Art. 17, § 6º Os Poderes e o MPU deverão realizar audiências públicas com a finalidade de estimular a participação popular no debate e aprimoramento do Projeto de Lei Orçamentária, de acordo com o art. 48 da Lei complementar 101/ 2000. **Emenda 2: Tipo de Emenda:** Aditiva; **Referência:** Corpo da lei – Artigo 12 – Inciso XXV; **Ementa:** COMISSÃO – CCJ – Subcomissão de Segurança Pública. **Texto Proposto:** XXVI – Além do que está contemplado no referido artigo, o projeto de lei orçamentária para 2012 contemplará com prioridade as programações na área temática da Segurança Pública, visando a erradicação da violência. **Emenda 3: Tipo de Emenda:** Modificativa; **Referência:** Corpo da lei – Artigo 4º; **Ementa:** Estabelece como prioridades a redução das desigualdades de gênero e étnico-racial e da mortalidade materna. **Texto Proposto:** Art. 4º As prioridades e metas físicas da Administração Pública Federal para o exercício de 2012, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal da União e as de funcionamento dos órgãos e entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, correspondem às ações relativas ao PAC, à superação da extrema pobreza, ao enfrentamento das desigualdades de gênero e étnico-raciais e à redução da mortalidade materna, as quais terão precedência na alocação dos recursos no Projeto e na Lei Orçamentária de 2012, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa. **Emenda 4: Tipo de Emenda:** Aditiva; **Referência:** Corpo da lei – Artigo 4º; **Ementa:** Estabelece metas sociais. **Texto Proposto:** Art. O Poder Executivo publicará demonstrativo de cumprimento de metas sociais, por metas físicas e financeiras, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes, com avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior. Parágrafo único. O desenvolvimento das ações para cumprimento das metas sociais será amplamente divulgado, permitindo seu monitoramento pela sociedade. **Emenda 5: Tipo de Emenda:** Aditiva; **Referência**: Corpo da lei – Artigo 20 – § 1º, inciso I. Alínea c; **Ementa:** JUSTIÇA. **Texto Proposto**: Incluir a alínea "d" no Inciso I do §1º do art. 20: d) residências funcionais para magistrados e servidores da Justiça Federal nos Municípios, priorizando regiões de fronteiras e combate às drogas. **Emenda 6: Tipo de Emenda:** Aditiva; **Referência**: Corpo da lei – Anexo IV – Inciso I – Item 2; **Ementa:** Protege o Programa de Enfretamento à violência do contingenciamento de recursos. **Texto Proposto:** Despesas relativas ao Programa de Prevenção e Enfrentamento da Violência contra a Mulher. **Emenda 7: Tipo de Emenda:** Supressiva; **Referência:** Corpo da Lei – Artigo 2º; **Ementa:** Revoga o art. 2º, de modo a extinguir a meta de superávit primário. **Texto Proposto:** Suprima-se o

texto atual. **Emenda 8: Tipo de Emenda:** Aditiva; **Referência:** Corpo da lei – Artigo 100; **Ementa:** CCJ – Punição para utilização política do orçamento. **Texto Proposto:** Insira-se o seguinte Parágrafo Único ao art. 100 do PLN 02, de 2011 (LDO 2012): Parágrafo Único: a utilização da execução orçamentária para influir na apreciação de proposições legislativas em tramitação no Congresso Nacional imputará ao responsável pelo órgão o previsto no art. 316 do Código Penal Brasileiro. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a Reunião, às treze horas e cinquenta e cinco minutos e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, foi lida e aprovada e será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eunício Oliveira,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam a Ata da reunião anterior, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Só para o entendimento, esta não é a continuação da reunião anterior. É uma reunião extraordinária, portanto, a 26ª reunião extraordinária.

ITEM ÚNICO

EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 02, DE 2011, DO CONGRESSO NACIONAL AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (PLDO 2012)

Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012 e dá outras providências.

Matéria favorável às oito emendas de textos sugeridas ao Projeto.

Relatoria: Senador Valdir Raupp.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, para o seu relatório final.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, encontra-se em análise por esta Comissão oito emendas propostas relacionadas no Anexo I a este parecer, apresentado pelos Exmºs Senadores Ana Rita, Gim Argello, Mozarildo Cavalcanti, Randolfe Rodrigues e Vital do Rêgo.

As emendas propostas são restritas às competências regimentais, além de atender às disposições constitucionais e legais pertinentes, motivo pelo qual, entendemos sejam todas admissíveis. O mérito de cada emenda será devidamente avaliado, em momento oportuno, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

III – VOTO

Em face do exposto, somos pela apresentação por esta Comissão das Emendas nºs 1 a 8. Propomos ainda que a Secretaria da Comissão seja incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das Emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata desta 26ª Reunião Extraordinária, para que, em tempo hábil, possamos encaminhar as Emendas aqui aprovadas à Presidência da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Proponho a dispensa da leitura da Ata desta reunião e a sua aprovação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam a Ata queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovada a Ata.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a 26º Reunião Extraordinária desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Agradeço a presença a todos os Srs. Senadores.

Até a próxima reunião, se Deus quiser!

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 58 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA DÉCIMA OITAVA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e dezenove minutos do dia dezoito de maio de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência da Senhora Senadora Marisa Serrano, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Walter Pinheiro, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Ana Amélia, Cyro Miranda, Marisa Serrano, Paulo Bauer, Marinor Brito, Clésio Andrade, Vicentinho Alves, Flexa Ribeiro e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Magno Malta, Eduardo Amorim, Geovani Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro e João Vicente Claudino. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 9/11–CE, de autoria da Senhora Senadora Ângela Portela, destinado a promover a terceira discussão sobre o Plano Nacional de Educação, com o tema **"O processo de expansão da educação infantil após aprovação de legislação destinada a favorecer sua universalização"**. Logo após, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública do Senhor Deputado Federal Osmar Terra (PMDB/RS), Presidente da Frente Parlamentar da Primeira Infância e do Senhor Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, Presidente da Undime/SC – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado de Santa Catarina. Como expositores, comparecem à Audiência Pública a **Senhora Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva, Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação – SEB/MEC; Senhor Vander de Oliveira Borges, Coordenador-Geral de Operacionalização do FUNDEB e de Acompanhamento e Distribuição da Arrecadação do Salário-Educação – CGFSE/FNDE; Senhor Dioclécio Campos Júnior, Secretário de Estado da Criança do Governo do Distrito Federal – GDF e Senhor Vital Didonet, Especialista em Educação Infantil e Assessor da Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar – OMEP**. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos parlamentares presentes na reunião. Usam da palavra a Senhora Senadora Ângela Portela, autora do Requerimento; os Senhores Senadores Cristovam Buarque e Marinor Brito; e o Senhor Deputado Federal Osmar Terra. Após as considerações finais dos expositores, a Senhora Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano, faz a leitura dos comunicados que se seguem: **Comunicado 01:** "Comunico aos Senhores Senadores o recebimento de correspondência de autoria do Senhor Jose M. Sariego, Vice-Presidente Jurídico da HBO Latin America Group, que solicita participar das discussões referentes ao Projeto de Lei Câmara nº 116, de 2010, que 'Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências'". A Matéria vai ao arquivo. **Comunicado 02:** Comunico aos Senhores Senadores o recebimento de Correspondência dirigida a esta Comissão pelo Ministério da Educação, encaminhando cópia eletrônica (CD-ROM) do documento "PNE 2011-2020: METAS E ESTRATÉGIAS", elaborado com o intuito de fornecer subsídios para a análise e discussão das propostas constantes do Projeto de Lei n° 8.035/2010, que "aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio de 2011-2020 e dá outras providências". A íntegra do CD-ROM será encaminhada aos gabinetes dos Senhores Senadores por e-mail. A Matéria vai ao arquivo. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e um minuto, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora **Marisa Serrano,** Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

A SRA. PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54 ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram.

Aprovada.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 9/11, desta comissão, de autoria da Srª Senadora Angela Portela para realização de audiência pública destinada a discutir o tema "O processo de expansão da educação infantil após a aprovação da legislação destinada a favorecer sua universalização".

Convido o nosso secretário Júlio Linhares para acompanhar os nossos convidados até a Mesa. *(Pausa.)*

Há uma justificativa da Professora Maria do Pilar Lacerda de Almeida e Silva, que vem logo após, pediu até para ficar para o final. Mas o Dr. Romeu Hélio Caputo está aqui representado também a Secretaria de Educação Básica do Ministério de Educação.

Agradecendo a presença dos nossos convidados, quero, sem mais delongas, começar a nossa atividade de hoje, muito bem pensada pela Senadora Angela Portela e apoiada por todos os parlamentares desta comissão.

Antes de passar a palavra ao Dr. Vander, queria dizer que o atendimento à criança pequena pressupõe cuidado e educação. Essa é a grande disputa e discussão de tanto tempo. Nós precisamos de recurso, mas precisamos da formação de bons profissionais na gestão e no trabalho com as crianças. Não podemos nos esquecer da gestão que é fundamental para termos um resultado positivo. Precisamos também do interesse das famílias e toda a sociedade. A responsabilidade é com a vida e com a formação das nossas crianças.

Portanto, quero passar a palavra ao Dr. Vander de Oliveira Borges, que é coordenador-geral de operacionalização do Fundeb e de acompanhamento e distribuição de arrecadação do salário educação. É o nosso homem do dinheiro.

Com a palavra o Dr. Vander.

O SR. VANDER DE OLIVEIRA BORGES – Meus cumprimentos à Senadora Marisa Serrano que preside esta reunião, meus cumprimentos ao Dr. Vidal, meus cumprimentos ao meu colega do Ministério de Educação, Romeu. Para participar desta audiência, nos incumbiram, no FNDE, de trazer informações, esclarecimentos a respeito da questão do financiamento da educação básica, mais especificamente àqueles relacionadas à educação infantil, em face do tema a ser tratado aqui nesta audiência.

Eu trouxe aqui alguns números. Vou dedicar a menor parte do tempo à apresentação. Tenho certeza de que talvez sejam mais interessantes os esclarecimentos posteriores em função das perguntas que forem apresentadas. Então vou trazer aqui alguns números relacionados à dinâmica operacional do Fundeb, que financia a educação básica, como todos sabemos, a começar ali pelo critério que é considerado na inclusão dos alunos beneficiados na distribuição dos recursos do Fundeb, enfatizando ali a questão da educação infantil.

Nós temos o critério geral, que começou em 2007 com a implantação do Fundeb de forma gradual: 1/3 do alunado da educação pública infantil no primeiro ano, 2/3 nos segundo e, a partir do 3º ano, ou seja, a partir de 2009, todos os alunos das escolas públicas da educação infantil já estavam contemplados na dinâmica de distribuição dos recursos do Fundeb.

Um critério diferenciado aconteceu com relação aos alunos da educação das escolas conveniadas, que aí contempla a educação infantil também, que é a creche, a pré-escola e ainda a educação especial.

Esses alunos tiveram um tratamento diferenciado na medida em que passaram a ser considerados na dinâmica do Fundeb apenas em 2008, com 2/3 do alunado considerado, e 3/3 a partir de 2009. Por que foi diferente do aluno da escola pública? Porque a medida provisória que regulamentou toda a dinâmica do Fundeb não contemplava a educação conveniada. Só no decorrer de 2007, já no meio do ano, saiu a lei que regulamenta todo funcionamento do Fundeb, contemplando esse universo de alunos. Aí, a partir de 2008, passaram a ser considerados também esses alunos de instituições conveniadas.

Então é esse o critério de consideração do aluno, sendo que aquele aluno da instituição conveniada que esteja matriculado no segmento da pré-escola tem um critério diferenciado também. Dessa forma, ele será considerado, na dinâmica do Fundeb, apenas no período de 2008, 2009, 2010 e 2011, ou seja, 4 anos. A partir do ano que vem, 2012, esse aluno da pré-escola conveniada não estará mais sendo considerado na dinâmica de distribuição dos recursos do Fundeb.

Essa então é a forma de consideração do aluno da educação infantil no contexto do financiamento da educação básica via Fundeb.

Nesses gráficos, vocês podem visualizar o contingente de alunos considerados no período de três anos, de 2009 a 2011, por esfera de Governo: Estados e Municípios.

Temos ali, em 2011, um total de 43,5 milhões de alunos sendo considerados na dinâmica de distribuição dos recursos do Fundeb.

No gráfico seguinte, nós podemos ver a educação infantil considerada ainda nesse contexto: no universo de 43 milhões de alunos, temos ali, na escola pública, que o percentual de matrícula em educação infantil em relação ao total de matrícula de educação básica é de 11% e de 1% quando me refiro à educação infantil oferecida a instituições conveniadas.

Portanto, se considerarmos os dois segmentos, educação pública infantil e educação infantil conveniada, no total do Fundeb, eu tenho a participação de 12,1% do universo de matrículas consideradas na distribuição dos recursos. Consequentemente o recurso não chega ao Município apontando o segmentado. Ele chega na ponta do Município ou do Estado considerando todo o universo de aluno, ou seja, educação infantil, educação no ensino fundamental, educação especial, educação

em tempo integral, educação parcial. Enfim, todo o contingente de alunos é considerado na distribuição de recurso, sem que haja identificação dessa parcela de recurso por etapa ou por modalidade de ensino.

O Município, por sua vez, é que tem que direcionar esse recurso em função das suas peculiaridades, das sua prioridades, das suas necessidades, desde que, evidentemente, esse recurso seja todo ele, no caso de Município, aplicado na educação infantil e no ensino fundamental. Esse critério maior parte da própria Constituição Federal, que estabelece que a responsabilidade prioritária do Município é exatamente essas duas etapas: educação básica infantil e fundamental. Daí a regra de se distribuir, de se aplicar esse recurso apoiado nesse critério, nesse macrocritério. A partir daí, vem os desdobramentos dessa aplicação, de tal forma que pelo menos 60% dos recursos sejam aplicados para remunerar o magistério que atua na respectiva rede de ensino.

É bom que se diga que esse direcionamento para remuneração é feito de acordo com a realidade do Município ou do Estado, não havendo na norma legal nenhum critério que direcione X por cento ou Y por cento para segmento A ou B. Essa aplicação é de acordo com a necessidade específica de cada realidade local.

Então é esse universo de aluno da educação infantil considerado no Fundeb a partir de 2009.

Aqui nós podemos visualizar a mesma informação agora em outra perspectiva, o percentual de matrícula da creche e da pré-escola pública e conveniada em relação a matrículas apenas da educação infantil para que se posicione dentro desse segmento como se dá essa participação.

Temos ali uma série de quatro anos, a coluna azul, a amarela, verde clara, avermelhada e marrom, que são 7, 8, 9, 10 e 11; a maior participação, evidentemente, está por conta da pré-escola da rede pública. Se pegar os dados de 2011, temos 66%, praticamente dois terços desse alunato está matriculado na pré-escola da rede pública. Depois vem, segundo lugar, 25%, que equivale a um quarto aproximadamente, está na creche também pública, sendo que o segmento conveniado, como é apenas 1% do contingente de alunos da educação básica, está ali representado por 3% no caso da pré-escola conveniada no contexto da educação infantil e 5% da creche conveniada também nesse mesmo contexto.

Esse é o universo. Ora, se eu tenho este contingente de matrícula da ordem de 12% em termos de dados físicos, de matrículas, se eu olhar para o lado financeiro, evidentemente, como disse aqui, o recurso não vai desdobrado, mas deve dar em torno também de 12% do total do recurso do Fundeb, já que essa participação é relativa em termos de matrícula.

Por falar em recursos, nesse gráfico aqui nós podemos ter uma visão histórica desde a criação lá do extinto Fundef, no ano de 1998, até agora, 2011, a evolução do total de recursos provenientes dos Estados e Municípios, como sabemos, os recursos que formam o fundo são provenientes desses entes governamentais, a União entra em caráter apenas complementar, então aqui há a parcela de recursos apenas de Estados e Municípios. Verifique ali a mudança de 2006 a 2007, a passagem de Fundef para Fundeb, o crescimento que se verificou justamente em função da mudança, das bases do modelo de financiamento em que se passou a ter maior número de fontes de recursos para financiar a educação básica, como também maior percentual de recursos a serem canalizados via Fundeb.

No último ano, o ano de 2011, o ano corrente, temos ali algo em torno de 87 bilhões de reais: é uma estimativa para este ano de recursos provenientes dos Estados e Municípios.

Neste gráfico seguinte, podemos visualizar justamente o componente relacionado à complementação da União na composição do Fundeb, vendo ali também a mudança 2006-2007, a mudança abrupta que se verifica no gráfico porque se mudou o critério. Antes, a complementação da União dependia do valor mínimo que era fixado previamente; agora, com o Fundeb se mudou essa sequência, digamos assim, o critério passou a ser invertido, ou seja, primeiro se conhece a complementação da União, só depois é que se calcula o valor mínimo por aluno/ano nacional. Inverteu-se essa lógica; antes se conhecia o valor mínimo e se saberia a complementação. Inverteu-se com o Fundeb de forma a se assegurar um valor, uma participação federal crescente da mesma forma que acontece com os recursos dos Estados e Municípios. A complementação da União hoje, portanto, corresponde a pelo menos 10% daquilo que Estados e Municípios têm obrigação de aportarem por lei ao Fundeb. Por isso haverá um acompanhamento evitando o que houve no Fundef, quando verificamos o crescimento dos recursos de Estados e Municípios dentro do fundo e uma queda da participação federal na composição desse mesmo fundo. Esse critério do Fundeb portanto eliminou esse problema, e a participação federal, no último ano do Fundef, que foi de 400 milhões aproximadamente, a perspectiva para este ano é de quase 9 bilhões de reais o aporte de recursos federais.

Esse último gráfico tem aqui, portanto, a soma das duas partes: a contribuição de Estados e Municípios com a contribuição da União.

Para o Fundeb, portanto, agora em 2011, está ali o valor de 95 bilhões de reais – a estimativa já está até um pouco acima disso. Se olharmos para o início do Fundef, em 1998, temos lá 30 bilhões de reais em valores constantes, então pode-se dizer que o Fundeb, em termos reais, é mais que três vezes o valor do Fundef quando foi iniciado, pelas mudanças introduzidas na dinâmica e na composição dos recursos que entram por meio desse fundo.

Este gráfico aqui nos permite visualizar o Fundeb em 2001, justamente a participação na composição dos recursos, com destaque para a componente vermelha, a fatia vermelha, que identifica a parte proveniente do tributo ICMS, arrecadado pelo governo estadual, mais aquela parte cor de rosa, a parte inferior da pizza. Vocês podem visualizar a fatia cor de rosa que dá mais ou menos 8,3%, que é a participação federal na composição dos recursos do fundo.

Esta planilha, por sua vez, me traz algumas informações interessantes especificamente com relação a educação infantil porque tenho aqui justamente os fatores de ponderação que nos apontam quais as diferenças de valor per capta, por aluno, para quem eu asseguro recursos periodicamente na dinâmica do Fundeb. Por exemplo, o item número 5: pré-escola em tempo integral, aquele segmento ali. Observem os senhores, na linha em cor azul, os números que significam que esses números sofreram mudança no período de 2007, primeiro ano do Fundeb, até agora, em 2011. Todo o período do Fundeb. Nesse segmento aí tivemos quatro mudanças de fatores de ponderação, ou seja, esse segmento da educação infantil vem sendo tratado de forma tal que o valor por aluno ano que antes, no ano de 2007, era de 90% do valor por aluno ano do segmento base, de cor vermelha, agora, em 2011, esse mesmo valor por aluno ano está 30% acima do valor do segmento da educação básica. Vejam a política que vem sendo adotada na questão do tratamento, da diferenciação de recursos no valor por aluno ano para contemplar, para incentivar determinados segmentos da educação básica. Então vale o destaque para educação infantil no item 5, no item 6, pré-escola em tempo integral, pré-escola em tempo parcial; ambas têm sido objeto de elevação do valor mínimo por aluno ano.

Aqui neste gráfico posso visualizar agora outra questão muito importante da dinâmica do Fundeb que é justamente a diferença nas realidades do nosso País. Um País com as desigualdades que o Brasil apresenta se reflete também na educação. Vejam que este gráfico representa justamente os valores por aluno ano das 27 Unidades federadas. A coluna azul me dá essa informação sem considerar o recurso federal no Fundeb. Então vejam que eu coloquei em ordem decrescente, do maior valor para o menor: o maior valor está em Roraima, seguido de São Paulo e Amapá, e os menores são Maranhão, Pará e Ceará – são os menores per capta do Brasil. Se você visualizar para a realidade do Maranhão, eu vou contar ali um per capta de novecentos e poucos reais, sem recursos de complementação da União, a última coluna, em azul; e se eu olho para a primeira coluna eu vou encontrar um per capta de quase 3 mil reais.

De forma geral, a capacidade de financiamento de um Estado como Roraima é praticamente três vezes maior do que a capacidade que teria Maranhão se não fosse o aporte de recurso federal dentro da dinâmica do Fundeb. Então o que acontece no Maranhão? Tenho que assegurar mais um diferencial. A última coluna, aquela parte vermelha, representa o quanto devo colocar de recurso a mais, recurso federal portanto, para fazer com que Maranhão alcance o valor mínimo nacional que está delimitado pela linha verde. O valor mínimo nacional é a coluna vermelha que está no centro do gráfico, 1.729 reais, o valor mínimo nacional. Quem está abaixo da coluna verde, portanto, recebe complementação federal, no caso, 10 estados.

O Rio Grande do Norte, é bom que se diga, entrou ali naquele segmento de estados contemplados, porque até então não recebia recurso de complementação; passou a receber agora uma cifra residual: 2 reais e 40 centavos por aluno. Quer dizer, está batendo na trave o Rio Grande do Norte. A qualquer tempo ele pode voltar ao ponto da situação de não receber complementação federal. Hoje, ele está recebendo, agora, em 2011, como recebeu em 2009, quando fizemos o ajuste do fundo.

Então, essa questão de serem nove ou dez estados, ou mais, pode variar de ano para ano, em função das variáveis que estão sendo consideradas na dinâmica do Fundeb.

Muito bem, agora, olhando o Fundeb do ponto de vista dos seus impactos no financiamento da educação básica, entram esferas de governo. Esse gráfico me mostra justamente essa informação. Eu vou destacar, ali, as últimas colunas do gráfico, para simplificar a apresentação, porque estou me referindo, ali, ao ano de 2011. Aqui tem três anos: 2009, 2010 e 2011.

O último gráfico. O que significa aquela coluna azul? É a contribuição, ou seja, quanto os entes governamentais, porque estou tratando aqui de todo o País... Os entes estaduais aportam recursos ao Fundeb. Eu tenho ali 54,3 bilhões de reais. A terceira coluna azul de trás para frente: 54,3 bilhões de reais. Ao lado dela tem uma coluna vermelha que dá 45,1 bilhões de reais.

Se tivesse um apontador a laser aqui, facilitava. Mas, infelizmente, estou sem esse instrumento.

A SRA. PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Está indo para aí na sua mão.

O SR. VANDER DE OLIVEIRA BORGES – Muito obrigado.

Então, é esse dado aí que estou mostrando, olha.

Os Estados aportarão – é uma perspectiva – 54 bilhões ao Fundeb, receberão de volta 45 e estarão, consequentemente, transferindo aos municípios, em termos nacionais, aproximadamente 9 bilhões de reais.

Os municípios, por sua vez, estarão aportando cerca de 29 – arredondando – e recebendo aproximadamente 51 bilhões de reais, consequentemente obtendo um ganho, um adicional financeiro da ordem de 22 bilhões de reais.

Com isso, há perspectiva de que sejam para o Fundeb – seja aqui arredondando o número – 96 bilhões de reais em 2011, sendo 88 provenientes dos próprios estados e municípios, com mais 8 bilhões provenientes dos recursos federais, a título de complementação. Então, esse é o impacto do Fundeb previsto para 2011, em que estados transferem recursos para os municípios.

É bom que se diga que isso é uma realidade histórica que vem acontecendo em todos os exercícios. Os estados são transferidores de recursos para os governos municipais.

Então, essa é a panorâmica do financiamento via Fundeb que achei pertinente trazer aqui para os senhores. Naturalmente, outras questões operacionais e esclarecimentos nós poderemos oferecer na sequência dos nossos trabalhos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Muito obrigada, Dr. Vander. Nós agradecemos a sua participação. Acho que foram muito ilustrativos os quadros todos, além de questionadores. É bom porque instigam a gente.

Mas eu queria aqui cumprimentar, além da Senadora Ângela, que está aqui, a Senadora Marinor e a Senadora Lídice. Sejam muito bem-vindas. E agradeço também a presença do professor Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, nosso Presidente da Undime de Santa Catarina e Secretário de Educação de Florianópolis. Seja muito bem-vindo à nossa Casa.

O Senador Walter Pinheiro chegou agora. Seja bem-vindo.

Vamos passar a palavra, agora, ao Dr. Dioclécio Campos Júnior, que é Secretário de Estado da Criança do Governo do Distrito Federal – GDF. Seja bem-vindo, Dr. Dioclécio.

O SR. DIOCLÉCIO CAMPOS JÚNIOR – Muito obrigado.

Seria possível fazer uma projeção?

A SRA. PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Claro.

Enquanto, Dr. Dioclécio, nós arrumamos aqui a projeção, podemos passar para você, Vital?

Então, vou passar a palavra ao Vital Didonet e depois ao Dr. Dioclécio.

O SR. VITAL DIDONET – Srª Presidente Senadora Marisa, grande amiga nossa. A felicidade que eu tenho de estar ao lado dela nesta mesa para discutir, conversar, trocar idéia sobre a educação infantil e a garantia do direito das crianças todas do Brasil de terem acesso a essa educação que é tão decisiva para a sua formação, é imensa.

Eu sei que a gente... você sempre se recorda, e eu também, do início das nossas discussões, na nossa organização social, da mobilização...

A SRA. PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Na Constituinte.

O SR. VITAL DIDONET – ... desde a Constituinte, para incluir na Constituição os direitos da criança e do adolescente. Foi, então, estabelecido pela primeira vez na legislação brasileira a criança como cidadã, como sujeito de direitos, e direito à educação a partir de nascimento. Há várias referências na Constituição brasileira sobre esse direito, tanto na área dos direitos sociais quanto especificamente da educação. E, depois, o art. 227 fala dos direitos da criança e do adolescente.

Quero cumprimentar e parabenizar a Senadora pela iniciativa de propor uma audiência pública para discutir a expansão do atendimento que garanta a todas as crianças o acesso à educação infantil, porque isso é relevante. Parto, então, desse argumento. Quer dizer, o tema dessa audiência me motivou a construir um argumento que está na cabeça, que está na consciência social, que está subliminar em todas as argumentações que fazemos, mas nem sempre o trazemos de forma explicita como um fator decisivo nas decisões políticas.

Então, por que ampliar o atendimento? E a premissa é essa: a educação infantil promove educação global nos anos mais sensíveis da vida, quer dizer, naqueles em que qualquer estímulo, qualquer influência, qualquer experiência de vida determina estruturas de conhecimentos, estruturas de relacionamento social, afetivo e linguistico que irão determinar todo o processo de aprendizagem, de conhecimento do mundo e de exercício da cidadania ao longo da vida. Isso já está bastante comprovado pelos estudos, pelas pesquisas, pelos textos teóricos acadêmicos e pela prática dos profissionais que trabalham crianças.

Pois bem! Isso está bastante consciente na nossa literatura, na nossa legislação e na consciência social. Por isso, as famílias querem essa educação. Elas constatam que os seus filhos pequenos que têm essa experiência educativa nos seus primeiros anos de vida, se desenvolvem muito mais do que se estivessem ficado em casa. E, por isso, passou a ser um direito da criança, passou a integrar a estrutura educacional como primeira etapa da educação básica. Ora, e ai vem, então, um argumento um pouco aristotélico e tomista, mas claro e lógico. Se o acesso a esta educação for – e, na verdade, está sendo, logo em seguida eu coloco os dados para mostrar isso – mais facilitada às crianças da classe A e B e se as crianças da classe C e D estiverem dela afastadas, as crianças de melhores condições econômicas estão tendo oportunidades mais ricas, mas diversificada de desenvolvimento e aprendizagem.

Vem os dados que temos do senso 2000, combinados com os estudos da PNAD, em 2007 e 2008. Dezoito por cento das crianças que frequentavam creche estavam na faixa de 1/2 a 1 salário mínimo *per capita*. Já na faixa seguinte, de 1 a 2 salários mínimos, já chegava a 27%. E, das que frequentavam a creche, 32% estavam com mais de 3 salários mínimos – de 32% a 33,5%, uma coisa assim –, e 43% estavam com mais de 3 salários. Isso demonstra, então, o seguinte: se a pré-escola e a creche são oportunidades importantes para se desenvolver socialmente, para estruturar os seus sentimentos, aprender a expressá-los, conviver harmonicamente na relação com outro, pensar e produzir artes, toda expressão da criança, estamos com um sistema de ensino que ainda não está atento a esse viés econômico favorecendo quem já está em melhores condições. Então, tiramos a conclusão: esta educação infantil está acentuando as desigualdades sociais e, por consequência, as desigualdades educacionais e, por consequência, as sociais e econômicas no Brasil.

Nós queremos uma sociedade justa, nós queremos uma sociedade democrática, queremos um país mais equilibrado, queremos um país sem miséria, reduzir as diferenças sociais e econômicas. Então, temos que começar no momento certo: no ponto de partida. Impõe-se que o Poder Público crie meios que garantam o acesso a todas as crianças a melhores condições de desenvolvimento, quer dizer, que garantam um mesmo ponto de partida. A educação infantil é uma parte desse ponto de partida. É claro que muitas outras condições de vida são importantes: condições de vida, habitação, saneamento básico, saúde, ambiente adequado de convivência social. Por isso, digo que a educação infantil não é panacéia. Ela não veio para compensar todos os problemas. Não vão pensar que com ela resolvemos todas as mazelas das injustiças sociais brasileiras. Mas, com certeza, pelos dados da pesquisa, ela traz uma contribuição importante, porque dá na mão desse cidadão de pequena idade, em um período em que está se formando suas estruturas sociais e afetivas, elementos para ele se entender melhor, conhecer melhor o outro relacionar-se mais e aprender ao longo da vida.

Vejam, é uma escola. Não precisamos grandes sofisticações. Não precisamos prédios extraordinariamente caros. Temos isso aqui. Claro, na parte exterior da escola, as crianças colocaram jornais e papel na parede. Saíram para pintar em um pátio e em uma rua. Essa fotografia é de uma criança de um ambiente bastante pobre que está convivendo em um espaço de interação com os coleguinhas, fazendo trabalho de interação com os coleguinhas, fazendo o trabalho de tinta, mas aqui está fazendo uma atividade individual.

Só estou fazendo dois ou três exemplos para mostrar que há possibilidade de produzirmos um ambiente de enriquecimento de experiências, de descoberta, de interação social altamente estruturante do pensamento, do aprendizado da criança, pensamento matemático. Agora, claro, isso é só um exemplo. Não tem nada que desabone o trabalho na zona rural, mas, seguramente, uma criança de 5 ou 6 anos que já têm que fazer trabalhos rotineiros, sem convivência com o outro, sem um adulto profissional capaz de suscitar maior complexidade da sua interpretação do mundo, sem ver situações mais complexas, certamente estará em desvantagens em relações às outras.

Então, estas são as questões importantes que eu trago dentro desse tema do processo de expansão. Primeiro, a inclusão das crianças com deficiência, e inclusão significa não apenas colocar na mesma creche ou na mesma pré-escola das crianças ditas normais, mas com profissionais qualificados para o seu atendimento, com espaços preparados para isso e com materiais também adequados.

Na política nacional brasileira, já deve ter desde a Constituição, mas, na LDB e nas políticas mesmo, há essa orientação de uma escola exclusiva. No entanto, estamos sempre em contato com os professores, ouvimos o desagrado, o descontentamento, a insatisfação, a insegurança deles em relação a estarem com crianças com deficiência sem terem tido a preparação adequada, sem um profissional na escola que os possa orientar como se relacionar com uma criança com deficiência visual, auditiva, sensorial ou até mental.

Outro elemento importante é a diversidade. A gente tende sempre a universalizar as coisas e pensar que temos uma criança e uma infância no Brasil, mas existem muitas infâncias e muitas crianças. Não

podemos falar na criança brasileira. Nós temos que falar nas crianças que vivem em infâncias distintas, as indígenas, as ribeirinhas, as florestas, os quilombolos, os assentamentos agrários, as periferias urbanas, além daquela que é a criancinha padrão, que temos mais ou menos visualizado sempre que falamos criança.

A questão das distâncias geográficas. Já existe solução de transporte escolar, mas nem sempre o transporte escolar resolve o problema. Vou lhe dar um exemplo. Em São Paulo, o Ministério Público determinou, naqueles termos de ajuste de conduta, que tais crianças fossem atendidas dentro de um mês ou dois meses, senão a Secretaria iria sofrer uma penalidade. O Ministério Público estava exigindo. Então, o Secretário atendeu. Só que a mãe morava na Zona Sul e ela conseguiu uma vaga na Zona Norte. Eram duas horas de transporte diário. A que horas ela iria levantar, a que horas ela tomaria um transporte, deixaria a criança na escola e retornaria para o trabalho? Está acontecendo de crianças pequenininhas irem para a creche ou para a pré-escola com uma hora dentro de um ônibus.

Então, esse problema não pode ser resolvido por uma solução única. As crianças da sua terra, Marisa, das grandes fazendas, têm direito á educação, à estimulação, ao desenvolvimento de linguagem, à interação, a pensar mais complexamente, entender o mundo mais diversificado e não podem ser transportadas. Então, não estamos pensando na solução dessas crianças que estão nessas situações, e esse problema se torna mais grave a partir da Emenda Constitucional nº 59, que tornou obrigatória a frequência à pré-escola de todas as crianças de 4 e 5 anos, quer dizer, a partir do ano 2016, todas as crianças de 4 e 5 anos estão obrigadas pela Constituição brasileira a frequentarem uma pré-escola. E não podemos esperar o ano 2016 para começar, é preciso, desde agora, começar a se estruturar, pois, a grande quantidade de Municípios está deixando o assunto para 2016, quando se tornará definitivamente obrigatório para todos. Mas, a partir de agora, pois, a criança de 4 anos hoje, em 2016, vai ter 6 anos ou mais, 7, 8, então, essa já passou. Então, a obrigatoriedade não se refere apenas a cumprimento do sistema de ensino, é o entendimento de que essa criança de 4 e 5 anos, se não tiver essa experiência enriquecedora de desenvolvimento, estará perdendo uma base estruturante da sua inteligência, da sua personalidade.

Então, a decisão da Emenda Constitucional 59 não foi em função de um panorama de sistema de ensino, foi em decorrência do entendimento do significado dessa ação educativa para as crianças. Então, são cidadãos que não podem perder esse bonde, e o sistema de ensino não pode esperar o ano 2016 para tomar a iniciativa de incluir essas crianças de 4 e 5 anos, mas, para incluí-las, temos que pensar nas questões das diversidades a que me referi acima e das distâncias geográficas da dispersão da população.

Outro problema é a questão da pobreza. Não compete à escola resolver os problemas de pobreza, mas está consciente de que essas crianças que vivem nesses ambientes de pobreza precisam ter serviços articulados e complementares de assistência da saúde, de desenvolvimento social, de saneamento, de meio ambiente etc.

Esta é para mostrar que, quando se fala em educação infantil como direito da criança, é de todas as crianças porque todas são cidadãs. E nos recusamos, ainda no tempo da Constituinte, a dar uma imagem de que o Poder Público tem que atender a crianças pobres, porque tínhamos pela experiência passada, já do tempo da educação compensatória, que era anterior à década de 70, que educação para pobres era educação pobre, porque, para ele, já é alguma coisa é melhor do que nada, e isso não é cidadania. Então, não podemos pensar numa criança de segunda classe, pensar no cidadão brasileiro dentro de um processo homogêneo ou harmônico de desenvolvimento global. No entanto, na prioridade da localização dos estabelecimentos, sim, temos que prestar atenção naquele fator econômico a que me referi no início, que ele está meio descuidado e solto, de sorte que a maior parte das crianças que estão tendo acesso a esses estabelecimentos ainda é de classes de renda mais alta.

Bom, feita essa observação, a prioridade, o Estado deve estar voltado para as populações que mais necessitam. Vejam, por exemplo, nos dados de 2008, 44% das pessoas ocupadas são mulheres. Quase estamos no meio a meio. 30% dessas mulheres sustentam as despesas da casa, quer dizer, o sustento da sua casa está dependendo delas, ou pelo menos de um terço dessas empregadas, e 50% das mães, mulheres que sustentam a casa, vivem sem cônjuge e com filhos. Portanto, aqui há um papel fundamental de articulação do setor público da área da educação de assistência, emprego, renda etc., para atender prioritariamente essas populações.

Então, esses são os desafios.

O sinal já deu, mas vou comentar brevemente esse item porque acho que é importante.

Quando a gente pensa em expansão, questões pedagógicas e políticas estão por trás disso. Atender á demanda crescente por direitos é um direito da criança, não tem o que discutir, segundo, é uma necessidade das famílias e da própria criança. Realizar a igualdade é um elemento que estou trazendo como referência importante por causa das desigualdades

sociais e econômicas que temos na sociedade brasileira e que só vamos superar se começarmos na base, que é a infância.

Respeitar e valorizar a diversidade, garantir a qualidade. Esse ponto considero fundamental porque é o seguinte: o Ministério Público tem sido muito ativo e grande colaborador do sistema de ensino, apesar de que, em alguns casos, ele causa assim frisson, dificuldade, exigência, uns olham meio atravessado, o procurador já vem questionar porque tem muitas crianças aguardando vaga e não tem, tal, mas digo que é um grande colaborador porque ele é um aliado da defesa do direito à educação, que é função de um Secretário da Educação, do Município. No entanto, não é o acesso à vaga que resolve o problema, é a educação, o direito não é ao acesso. A Constituição não diz que o direito á educação é o direito de ter uma matrícula, de ter uma vaga, é ter direito à educação, e educação é algo que transforma a pessoa, que forma. Então, educação e qualidade é um pleonasmo, as duas palavras são inseparáveis, educação sem qualidade não é educação, é acesso à matrícula, é frequência a um determinado ambiente. Mesma coisa com a saúde, não basta ser atendido, fazer a ficha no posto de saúde ou no hospital que o seu problema de saúde vai se resolver, tem que ter o atendimento adequado, correto. Então, a educação é a mesma coisa. Não basta colocar a criança na pré-escola ou na creche e, com isso, teremos resolvido o problema, o Fundeb vai dar o recurso. Então, a qualidade é fundamental, reconhecer a criança como sujeito porque isso determina a cidadania. Tem uma frase muito bonita do nosso defensor de direitos humanos que diz que continuamos formando minicidadãos com minidireitos.

Consolidação das políticas sociais públicas para a primeira infância, acho que é importante, e, nesse ponto, eu queria fazer um comentário sobre a nossa sugestão da Rede Nacional Primeira Infância, que é um plano nacional para a primeira infância que articula todas as políticas e os programas. Retomada do interesse maior da União, conceito de corresponsabilidade. Acho, Senadora, que é importante a regulamentação do art. 23 da Constituição Federal, que determina aquele princípio da corresponsabilidade. Os entes federados são autônomos, mas existe o regime de cooperação, e o art. 23 determina a definição das formas de cooperação e, até hoje, não tivemos, há projetos de definição, mas estão tramitando, não se chega a acordos sobre o que compete a quem. Por que há um entendimento, e eu gostaria que o Senado tivesse bastante sensibilidade para essa questão, há um entendimento equivocado, no meu modo de ver, daquele dispositivo da LDB que diz que os Municípios atuarão prioritariamente na educação infantil e no ensino fundamental. Prioritariamente, não quer dizer que a União ou o Estado não precisam fazer nada, quer dizer aquilo que o Município tem que fazer na área da educação tem que se concentrar, sobretudo, na educação infantil e no ensino fundamental. É isso que está dizendo, não está falando nada do Estado, nem do Município em relação a isso, da União e do Estado. Então, quando há o entendimento de que porque isso é responsabilidade do Município, a União não pode fazer nada. No entanto, o Governo Federal está dando um bom exemplo com o Pró-Infância que está promovendo a construção de mais 6 mil novos estabelecimentos e tal. Então, o regime de colaboração é importante avançar para definir o que compete realmente á União e ao Estado no apoio ao Município para que ele cumpra esse seu dever prioritário.

A fonte desses recursos, o Vander fez uma explanação muito clara, bem didática, para entendermos como é que, a partir do momento em que se cria o Fundeb, há um avanço, um progresso. Quer dizer, a avaliação está demonstrando isso. Há um crescimento de matrícula e também uma melhoria considerável de qualidade. Mas há, sobretudo, um crescimento político e social ainda não identificado nas avaliações que é o seguinte: educação infantil, primeira etapa – educação básica –, junto com o ensino fundamental e junto com o ensino médio, é considerado um único bloco de educação básica. Então, ele ganha *status* social e político.

A Lei do Magistério, que estabelece o piso salarial nacional profissional do magistério, colocou o professor da creche, o professor da pré-escola no mesmo nível do professor do ensino médio.

Zuleide, você lembra quando a professora do ensino técnico... Numa reunião, você poderia dizer assim: "Eu sou professora de nível médio da escola técnica. E você?" "Sou professora de creche", com humildade, com inferioridade. Hoje, nós temos o mesmo padrão de salário, a mesma categoria profissional, o mesmo Estatuto do Magistério e o mesmo piso nacional de salários. Então, está melhorando a expectativa do professor de educação infantil, a autoimagem, o reconhecimento social e as condições de desenvolvimento.

Acho que agora estamos concluindo. Há mais um? Então, esses são os bons caminhos.

A legislação brasileira está muito avançada. A organização do sistema de ensino está avançando no sentido de que todo o sistema de ensino tenha a sua organização e constitua-se em sistemas com conselhos de educação, embora mais de 1500 Municípios ainda não tenham esse sistema. Cito, ainda, a fonte estável de recursos que é o Fundeb; o apoio técnico-financeiro do Governo Federal com o Pró-Infância; e o PNE.

Eu gostaria de chamar um pouquinho a atenção para esse item. Está tramitando no Congresso – por enquanto, na Comissão Especial da Câmara – o PNE, que estabelece as metas da educação infantil que repetem as metas do primeiro PNE: 50% das crianças de zero a três anos em creche, e 100% das crianças de quatro e cinco anos na pré-escola. Nesse ponto houve uma mudança, porque antes havia só o direito da criança era um dever do Estado. Agora passou a ser obrigação da criança. Portanto, não podemos estabelecer a meta de 80%, mas de 100% até 2016, como determina a Constituição.

Acho que o Senado, o Congresso tem um poder de acompanhamento das políticas públicas e das ações governamentais no sentido de zelar para que o PNE se desdobre em planos estaduais e municipais. Em relação ao primeiro PNE, há críticas, já que foram obtidos resultados pífios. Havia duzentas metas, mas só se atingiram tantos por cento. Agora, vamos analisar por quê.

Na época, embora a sociedade tenha dito que o que havia sido aprovado era a proposta do Governo e não o plano da sociedade, o Governo Federal não aceitou o Plano, que foi simplesmente para a gaveta. Depois, já no Governo Lula, o Senador Cristovam foi o que tomou o PNE. O Senador Cristovam saiu, e o PNE voltou para a gaveta. Aí surge o PDE, que é o Plano de Desenvolvimento da Educação.

Será que, agora, esse segundo PNE vai ter também receptividade? Foi constituída uma Comissão – da qual participaram Undime, Consed, Unesco, MEC, por meio de um técnico do Inep, e mais outras organizações da sociedade – para mobilizar Estados e Municípios a elaborarem os planos estaduais e municipais, mas não houve o apoio, a força, o empenho do Governo Federal para que Estados e Municípios elaborassem seus planos municipais. Então, nós temos realmente um insucesso nesse ponto. Então, se não forem elaborados planos estaduais e municipais de educação, o PNE novamente vai ficar só como um grande documento do Governo Federal, estabelecendo algumas coisas que se espera conseguir até o ano de 2020.

Concluo falando sobre o Plano Nacional pela Primeira Infância. Nós criamos a Rede Nacional Primeira Infância para pensar em todos os direitos da criança de zero a seis anos, além de defendê-los e promovê-los. Essa Rede conta, hoje, com 96 organizações – Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério da Assistência Social, Unesco, Opas, Unicef, em parte, fundações, institutos do Governo Federal e dos Estados, organizações da sociedade civil, associações comunitárias e movimentos sociais. Todos fazem parte da Rede, que discute todos os direitos da criança. Depois, vou distribuir um folhetinho desses para vocês. E, dentro dessa rede, há o Plano Nacional pela Primeira Infância.

Durante dois anos, houve uma discussão ampla do Plano na sociedade. Há aqui centenas de organizações que participaram da sua elaboração, pessoas e institutos que discutiram o Plano, depois, numa segunda etapa, na Internet. No dia 14 de dezembro, ele foi aprovado pelo Conanda.

O Conanda faz parte da Rede, e nós já vimos, em discussões técnicas com a Comissão de Políticas Públicas, o Conanda trabalhando o aperfeiçoamento do Plano, que foi aprovado no dia 14.

Já realizamos duas reuniões na Secretaria de Direitos Humanos com a Ministra Maria do Rosário, que acolheu o Plano e está trabalhando com os Ministérios para ver como levar à frente essa ação articulada, atendendo a todos os direitos da criança.

E aí há um capítulo da educação infantil que vai mais longe, mais a fundo, agindo mais operacionalmente do que o PNE, do que o projeto que está tramitando, de sorte que as coisas se casam, se articulam. Mas ele vai mais além. A nossa ideia – agora estamos começando a mobilização – é elaborar esse Plano nos Municípios brasileiros.

Mato Grosso do Sul, com a liderança da Cida, da Unepi, reunirá 85 Municípios por esses dias. A Cecília, Vice-Presidente da Undime, está convocando esses Municípios para analisar o tema de um plano articulado a fim de pensar na criança no Município, não apenas na educação, na saúde, na assistência, mas também como um cidadão municipal que tem direito a ser visto e a participar das coisas públicas que existem no Município.

Pronto. Com isso, concluo. Eu teria muito mais coisa a falar, mas, se houver tempo no debate e interesse, a gente poderá voltar a temas específicos.

Muito obrigado, sobretudo pela paciência em deixar-me terminar meu assunto.

A SRA. PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – O que é isso? O prazer é nosso.

É sempre bom ouvirmos o Vital. Como disse, ele é longo lutador pela primeira infância, e estamos nessa luta juntos.

Eu quero lembrar que esta é a terceira audiência pública inserida nas discussões sobre o Plano Nacional de Educação. Foi decidido por esta Comissão que nós realizaríamos, durante todo este ano, audiências públicas para discutir, concomitantemente com a Câmara, o Plano Nacional de Educação. E esta é uma audiência pública inserida na nossa proposta de discutir todos os assuntos referentes à educação, tendo em vista o PNE também.

Agradecendo ao Professor Vital Didonet, quero passar a palavra, então, ao Professor Dioclécio Campos Júnior, que é o nosso Secretário de Estado da Criança do Governo do Distrito Federal.

Seja muito bem-vindo, Dr. Dioclésio.

O SR. DIOCLÉCIO CAMPOS JÚNIOR – Muito obrigado.

Eu saúdo os ilustres integrantes da Mesa na pessoa da Senadora Marisa Serrano, enalteço a iniciativa de trazer para a Casa do povo a discussão de um tema tão relevante quanto o da educação infantil e estendo a saudação aos demais Senadores presentes na pessoa da Senadora Angela Portela e de todos aqui presentes que demonstram compromisso com uma prioridade tão visível quanto a da primeira infância para o nosso País.

Vou procurar desenvolver a minha exposição no sentido de trazer à discussão a realidade atual da infância no Brasil e o quão importante é pensarmos em medidas que permitam projetar à sociedade a dimensão dessa causa, porque ela, até hoje, não se deu conta do peso e da dimensão que representa o investimento na infância para que a sociedade possa evoluir.

Seguinte, por favor.

A reação dos adultos à figura da criança ao longo da história da humanidade é assustadora. Ela teve início até o século IV com procedimento regular e difuso do infanticídio, não atingindo apenas os recém-nascidos, que hoje delimitam o texto da legislação, mas às crianças em geral, com vários exemplos, e com posterior intervenção da Igreja Católica, à época, quando chegou ao poder via Constantino I, no sentido de tentar reverter o impacto do infanticídio na sociedade.

E como consequência disso, surgiu uma alternativa que se contrapôs ao infanticídio que foi o abandono das crianças, que passaram a ser deixadas nas ruas, nos lugares mais ermos e mais insalubres, que, consequentemente, morriam. Era uma forma alternativa de infanticídio. Isso foi tão difundido que até mesmo Jean– Jacques Rousseau, em seu livro *Confissões*, chega a confessar que abandonou dois de seus filhos. Prática, portanto, tida como natural à época.

Evoluiu posteriormente, século XIV a século XVI, para uma redução das duas tendências, tornando-se ambivalente a reação dos adultos, mas mantendo tanto o infanticídio quanto o abandono. Evoluiu a seguir, no século XVIII, para uma tentativa de intrusão um pouco mais controladora das instâncias dirigentes da sociedade, alcançando, nos séculos XIX e XX, uma visão mais social da criança, chegando, inclusive no Brasil, a desenvolvermos o nosso Estatuto da Criança e do Adolescente, que tem apenas 21 anos, enquanto a existência de crianças e adolescentes no País era uma realidade bem antes de os colonizadores chegarem a este local. E, finalmente, uma tentativa de articulação para garantir à criança a ajuda necessária ao seu desenvolvimento.

E, assim, a criança tornou-se, como Vital Didonet insistiu muito, no sujeito de direito. A pergunta primeira é a seguinte: a criança sabe que é sujeito de direito? Não tem como saber. Portanto, ela não tem como lutar pelos seus direitos. Cabe, pois, a todos os membros da sociedade que têm consciência disso se articular, para declarar o direito da criança, lutar por esse direito e garanti-lo a todas elas sem exceção.

E eu lhes trago, em resumo, as bases científicas que nos permitem acrescentar argumentos talvez mais convincentes desta prioridade, porque os argumentos filosóficos, sentimentais, afetivos, religiosos e outros que tais, como se viu ao longo da reação dos adultos, não convenceram praticamente ninguém.

Mas, agora, estamos diante de uma nova realidade. A nossa sociedade precisa sempre de uma demonstração científica do óbvio para que obvio seja aceito.

Assim, a criança tem direito à estruturação dos seus órgãos vitais durante toda a existência, desde o início da concepção, ao longo da gestação, a condições adequadas. A educação infantil se nos fixarmos no conceito de Winnicott sobre a educação, já começa nesta fase, no universo intrauterino. A educação, segundo ele, é o ambiente seguro, saudável para a estimulação favorável ao desenvolvimento da estrutura do ser. Isso não se faz exclusivamente na escola. Isso se faz em todos os ambientes vivenciados pelo novo ser.

Então, a criança sai do útero materno e entra no útero social, onde as exigências precisam continuar sendo atendidas com qualidade, com extensão, equidade e universalidade.

Por quê? Porque as evidências científicas são contundentes. Vejam: a maior velocidade de crescimento do cérebro ocorre no sexto ao nono mês de vida intrauterina. São três gramas por dia.

Na vida extrauterina, nos seis primeiros meses de vida, cai para dois gramas por dia, mas continua muito acelerado. A partir do sétimo mês, cai para 350 miligramas ao dia; do terceiro até o sexto ano, a 150 miligramas por dia. Há um declínio, mas não cessa. O crescimento continua. E a velocidade maior se faz neste período. Ou se faz neste período ou se perde a oportunidade, porque, nas idades posteriores, este fenômeno não terá jamais essa intensidade. I

sso se faz à custa de nutrição adequada, essencialmente do leite materno e da estimulação a que a criança tem direito. Estimulação que representa o conjunto das exposições sensoriais nessa fase, a fase do acesso primeiro da criança com o trauma do nasci-

mento para um mundo absolutamente desconhecido e estranho, mas com referências familiares sólidas, que dão a ela a sensação de equilíbrio, de estabilidade, de pertencimento, de segurança, começando a desenvolver a sua personalidade, porque ela nasce com cem bilhões de neurônios no cérebro, todos desconectados, praticamente todos. E para que sua inteligência se estruture, a sua capacidade de aprendizado se afirme, é necessário que haja conexão entre os neurônios com os quais ela nasce e numa intensidade inimaginável na sua grandeza.

Vejam que cada neurônio nos primeiros meses de vida pode estabelecer cerca de quinze mil ligações com os outros. E até o final dos três primeiros anos de vida, cerca de mil trilhões de ligações, de sinapses são estabelecidas no cérebro para dotar a criança de toda essa estrutura, que é a base da personalidade, é a base do fenômeno da cognição, que é quando começa a criança a aprender a aprender, como jamais poderá acontecer depois desta fase de vida. E tudo isso se desenvolve essencialmente graças à estimulação sensorial, graças ao contato do corpo da mãe, do pai, dos avós, dos circunstantes com a criança, a voz terna, a voz afetiva, o olhar, os odores próprios e originais desta relação. Tudo isto são estímulos intensos durante as 24 horas que levam à formação dessas ligações entre os neurônios, criando a rede fundamental de existência do ser humano, porque é o cérebro o equipamento insubstituível para garantir a vida no sentido pleno, a formação da pessoa com a socialização do indivíduo e a formação do cidadão. Sem um cérebro plenamente desenvolvido, isso se fará aquém do potencial.

Mais um estudo importante, de outra natureza que lhes trago, a sustentar a prioridade absoluta desse investimento decorre dos trabalhos de um prêmio Nobel de Economia, o americano James Heckman. Ele estudou e acompanhou dois grupos de crianças nascidas no mesmo ambiente pobre, precário, cheio de penúrias da periferia norte-americana. Um grupo dessas crianças teve acesso aos cuidados de qualidade durante os seis primeiros anos de vida e também à educação infantil no sentido próprio da palavra, associado aos cuidados de saúde, que são indissociáveis dos cuidados com educação. E acompanhou esses dois grupos ao longo de vários anos, avaliando-os por meio de variáveis escolhidas a cada momento.

Logo no início, estabeleceu o que ele chamou de *score* antissocial, analisando a agressividade da criança que se inicia já visivelmente no quarto ano de vida e vai podendo crescer ao longo da idade – a agressividade, a impulsividade, o descontrole das reações da criança.

O importante é que ele procurou analisar a correlação desse índice, desse *score* antissocial com a renda familiar. Vejam que o índice do *score* antissocial mais alto é o daquelas crianças que pertencem a famílias de baixíssima renda. Um pouco abaixo o *score* antisssocial das crianças de famílias de renda baixa. Bem inferior, o *score* antissocial mais baixo de crianças da classe de renda média e o menor de todos eles das crianças pertencentes à classe alta.

É portanto inegável o efeito da desigualdade social sobre o comportamento da criança, portanto, sua capacidade maior ou menor até mesmo de aproveitar a educação infantil e a estimulação que lhe é propiciada. A desigualdade social precisa desaparecer sob pena de não corrigirmos as graves consequências e os problemas resultantes para o nosso País.

Além disso, James Heckman acompanhou esses dois grupos e avaliou a progressão nos estudos.

Crianças que chegam até a quarta série do ensino: 36% do grupo que teve acesso aos cuidados, 13% apenas do grupo que não teve acesso. Ao ensino médio: 67% do primeiro grupo e 51% do segundo grupo. Repetência: 31% do primeiro grupo contra 55% do segundo grupo. Educação especial: 25% no primeiro grupo e 48% no segundo grupo.

Progressão econômica, dado importante: nunca precisaram de assistência social 41% das crianças do primeiro grupo e apenas 20% das do segundo grupo. Portanto, 80% viveram à custa de assistência social.

Lograram adquirir casa própria: 36% do primeiro grupo e 13% apenas do segundo grupo.

Alcançaram empregos com salários superiores a US$2 mil: 29% do primeiro grupo e apenas 7% do segundo grupo.

E mais. Número de detenções por pessoa aos 27 anos de idade, número total de detenções por crimes, delitos leves ou delinquências juvenis registradas e divididas pelo número de integrantes de cada grupo. Vejam que, no grupo que não teve acesso aos cuidados na primeira infância, 2,1 detenções por pessoa aos 27 anos, 6,7 de delito leve e 0,6 delinquência, praticamente a metade disso no grupo que teve acesso aos cuidados na primeira infância, um impacto significativo. Como disse Vital Didonet, educação infantil não resolve tudo evidentemente, mas tem a capacidade de reduzir de forma significativa os graves desafios da sociedade brasileira.

Finalmente, ele resume neste gráfico para o qual chamo a atenção. Aqui vê-se a taxa de retorno econômico do investimento em educação e saúde na primeira infância e nas outras idades. Essa curva mostra o índice de retorno econômico e aqui embaixo a idade em que o investimento foi feito. Vejam que todo investimento

na idade anterior à escolarização gera um rendimento sempre mais alto na curva. Quando o investimento se inicia no ensino fundamental, há retorno econômico, mas bem mais baixo. E quando ele se restringe à capacitação no trabalho, é o mais baixo de todos, mostrando que, conforme disse James Heckman, não há investimento mais seguro, com garantia de maior retorno para uma sociedade do que o investimento em saúde e educação na primeira infância.

Disso surge um argumento importante que passamos a defender, que tem um poder maior de convencimento infelizmente: a riqueza do terceiro milênio, quando a sociedade passa para a era pós-industrial, será doravante baseada fundamentalmente na produção de conhecimento e não mais na linha de montagem. As prioridades do milênio passam a ser, portanto, além da fonte de energia renovável, a fonte de inteligência renovável. E não há nenhuma outra fonte de inteligência renovável numa sociedade do que a criança.

Há um alerta em que a nossa própria sociedade começa a se inscrever, porque os estudos econômicos combinados com os demográficos demonstram que, quando a taxa de fertilidade da sociedade cai abaixo de 2,1, a sociedade corre o risco de inviabilidade econômica a médio prazo – lembremos que a taxa de fertilidade média do Brasil hoje é de 1,8. Estamos em situação de alerta.

Todos viram recentemente as repercussões no Brasil das nossas deficiências, lembrando ainda que o primeiro projeto de educação infantil foi apresentado ao Parlamento brasileiro em 1882, por Rui Barbosa, há 129 anos. Vejam a oportunidade perdida o quanto se arrasta e o quanto nós já poderíamos estar bem melhor se a tivéssemos aproveitado.

Vejam o desempenho dos alunos brasileiros no Pisa feito este ano, nos itens leitura, matemática e ciência. A China é o primeiro colocado atualmente. O Brasil, num conjunto de 65 países, ficou em 53ª posição, o que é lamentável e mostra que ainda temos um terreno enorme a percorrer à frente.

Pesquisa da Confederação Nacional da Indústria feita este ano mostra que cerca de 70% dos empresários revelam grande dificuldade de encontrar trabalhador qualificado para suas empresas e tentam compensar com a capacitação e o treinamento nas próprias empresas. E 52% deles revelam frustração por não conseguir a capacitação adequada, atribuindo isso à má qualidade da educação básica dessas pessoas.

Educação Infantil é Cidadania, campanha lançada pela Sociedade Brasileira de Pediatria, em 5 de maio de 2009, na casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, como um local simbólico, projeto em cooperação, em parceria com a então Senadora Patrícia Saboya, cria o fundo de educação infantil para desenvolver o Programa Nacional de Educação Infantil, Pronei, juntando recursos do Fundo de Garantia para financiar construção de unidades e mantendo os recursos do Fundeb para o funcionamento.

(Próximo, por favor.)

A campanha teve apoio importante de Chico Buarque de Holanda e da Maria Paula e o projeto terminou, ano passado, aprovado pelo Senado e agora tramita pela Câmara dos Deputados.

(Próximo, por favor.)

Tivemos o apoio importante do Ministro da Saúde, do Ministro da Educação, do Ministro Carlos Lupi inclusive James Heckman, com quem tivemos a honra de conversar e apresentar o projeto, há dois anos, na Suíça.

(Próximo, por favor.)

Com isso, encerramos, para mostrar o caráter prioritário desse investimento que se demonstra de forma sintética, coerente e profunda nesse diálogo de dois personagens conhecidos no Brasil todo: a Emilia e o Pedrinho, do Sítio do Pica-Pau Amarelo .

A Emilia com a sua capacidade de elaborar, a sua irreverência dizendo “nós precisamos endireitar o mundo, Pedrinho” e, Pedrinho coça a cabeça e responde: “nós, quem, Emilia?”. E ela responde: “nós, crianças, nós que temos imaginação”. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Muito obrigada, nós agradecemos ao Dr. Dioclécio Campos Júnior a sua explanação.

Queremos agradecer a presença do Deputado Osmar Terra, do PMDB do Rio Grande do Sul – seja muito bem-vindo a esta Casa – e da Presidente da Frente Parlamentar da Primeira Infância. Sejam muito bem-vindos a nossa reunião.

Com a presença da professora Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva, que é Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação, quero aqui dar as boas-vindas e lhe passar a palavra como nossa última exponente nesta manhã.

A SRA. MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA – Bom-dia a todos, bom-dia, Senadora Marisa Serrano, quero primeiro me desculpar, mas estamos com uma nova polêmica dos livros e eu estava na *Globo News* gravando um programa com o Senador Cristovam Buarque sobre a nossa última polêmica.

Por isso me atrasei e não escutei o que os outros companheiros falaram, mas quero primeiro começar a situar e, acho que pode não ser muita novidade, o que é a educação infantil no Brasil e como ela é nova em termos de conceito.

A Senadora Marisa Serrano acompanha muito de perto e o Vital Didonet também essa luta. Nós sabemos que até o ano 2000, a educação da criança pequena, principalmente zero a três, era da assistência. Essa transição da assistência para a educação não se fez de forma imediata e nem poderia ser feita e ela também não acontece de uma maneira igual por todo o País.

Então, tivemos uma transição que traz ainda as marcas mais do cuidar do que do educar. Ao chegar na educação, nós também temos...

Bom dia, Senador Cristovam, estávamos lá, vamos debater mais aqui.

...criamos uma série de contradições porque, ao dizer que a opção pela educação infantil é escolar, isso reforça o modelo e muitas vezes impede o diálogo com outros, mas por outro lado começamos a ter um modelo de educação infantil no Brasil que é um modelo muito avançado, mas que tem um problema que, para mim, é um problema muito grave que é o problema da quantidade.

Então, desenhamos um modelo bom, mas precisamos parar de pensar na educação infantil como um ato de caridade e de assistencialismo e entender que esse período da vida da criança é determinante para essa criança. Muitos especialistas e o Dr. Dioclécio pode dizer com mais propriedade, mas alguns especialistas chegam a dizer que o que se perde ali é irrecuperável.

Conversei, sexta-feira, no Rio de Janeiro, com o Professor Aloísio Araújo, da Fundação Getúlio Vargas, que também é da linha do James Heckman. Ele está muito preocupado com a questão da creche e da creche para as crianças mais pobres.

Nessa transição, não só nós assumimos a educação infantil como tarefa da educação, como mais especificamente, vejo aqui o Secretário Rodolfo de Florianópolis como uma tarefa do Município. Tarefa essa que ficou muito pesada para os Municípios grandes, para os Municípios pequenos porque, talvez o Vander já tenha colocado aqui a questão do Fundeb, dos custos, o que foi um grande avanço, mas o custo da creche integral é muito alto e o custo da creche integral de qualidade, sobre a qual não podemos negociar, é muito mais alto.

E, aí, mantivemos a relação com as creches conveniadas e a relação com as creches públicas e, a partir de 2005, 2006, o Governo Federal assumiu também como uma tarefa dentro do regime de colaboração, fazer parcerias com os Municípios para a construção de escolas infantis.

Estamos também e, o Ministro Fernando Haddad, muito pessoalmente empenhado, o Deputado Osmar Terra esteve lá e o Dr. Dioclécio também, em uma negociação em um desenho também intersetorial para que as crianças tenham também garantido o atendimento da saúde, o atendimento da assistência, o atendimento para as mães sem que isso configure uma desvirtuação do que seria a creche e a educação infantil. Então, para sintetizar essa introdução, diria que nós, como as crianças pequenas, estamos engatinhando na política da educação infantil.

Sou otimista porque acho que temos um consenso entre Executivo e Legislativo sobre a importância, eu sou otimista porque a aprovação da Emenda Constitucional nº 59, em 2009, aqui nesta Casa, foi para mim, que sou educadora, um dos maiores avanços em termos de conquista, de legislação sobre os direitos.

A Emenda Constitucional nº 59, além de acabar com desvinculação dos recursos da União sobre os recursos da educação também tornou obrigatória a matrícula de todas as crianças e jovens de quatro a dezessete anos a partir de 2016.

O nosso desafio, primeiro, é não deixar que essa obrigatoriedade torne invisível o zero a três. O fato do zero a três não ser obrigatório e não é, em nenhum lugar do mundo, você não pode obrigar uma mãe a matricular o seu bebê de oito meses, de nove meses, de um ano em uma creche. Então, a creche não se tornará obrigatória, mas nem por isso a política da criança de zero a três pode ser relegada ou pode ficar embaçada pela obrigatoriedade do quatro a dezessete anos.

Em segundo lugar, é necessário um trabalho grande de regime de colaboração com os Municípios para desenhar a infraestrutura. O nosso Programa ProInfância é um programa em que arquitetos e engenheiros do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação pesquisaram, bons projetos pelo Brasil e desenharam um projeto que é o projeto ProInfância. Hoje já estão conveniadas e em construção, no Brasil, 2.348 unidades do ProInfância. São convênios de 2007, 2008,.2009 e 2010. Nós temos a meta – e aí é uma meta da Presidenta Dilma e do PAC – de conveniarmos 1.500 – eu fico olhando para o Romeu, que é o diretor da SEB, porque a minha memória falha; mas ele está fazendo assim, então, a minha memória está funcionando – prédios, escolas do ProInfância, por ano, até 2014 – 2011, 2012, 2013 e 2014.

Por outro lado, temos a dificuldade local. O secretário Rodolfo, presente aqui, é muito emblemático, porque ele representa os secretários municipais. Os Municípios têm dificuldades, primeiro, em conseguir o terreno no tamanho que o projeto se adéque e, segundo, em conseguir a dominialidade do terreno, ou seja, provar que o terreno é público, o que em um país como o Brasil é uma grande dificuldade. Então, muitos Municípios conseguiram a garantia, por exemplo, de construção de 20 ProInfância e conseguiram terreno

para dez, doze, oito. Esse é um problema que tem sido tratado com muito afinco pelo Governo, pelos secretários municipais, pela Undime, que os representa, mas é uma dificuldade para que possamos ampliar.

Outro problema é que o perfil do profissional tem sido muito discutido nos Municípios. Eu acho que nós temos que aprofundar, Senadora, a caracterização de qual é o profissional que trabalhará na creche, trabalhará com as crianças de quatro e cinco, porque é o cuidar e o educar, e a formação não pode ser simplesmente a de educar. O cuidar nessa fase é importante. E nós temos muitas políticas de formação dos profissionais da educação infantil. Uma é o Proinfantil, que forma profissionais das creches que não tinham nem o ensino médio. Eles, ao completarem o Proinfantil, saem com a certificação de professores de nível médio, modalidade normal. O outro curso é uma especialização para a educação infantil. Então, profissionais que já têm curso superior estão cursando agora uma especialização em educação infantil.

Nós também estendemos os programas de livros. O Programa Nacional Biblioteca da Escola, que é o programa de livros de literatura, também foi estendido para as escolas de educação infantil. Então, as escolas de educação infantil têm hoje um acervo de literatura infantil dentro do Programa Nacional Biblioteca da Escola.

Outro dia, eu dizia isso em um encontro, e uma pessoa me questionou que as escolas não têm bibliotecas. Nós sabemos que o conceito na escola de educação infantil não é trabalhar com o espaço biblioteca, mas, mais do que isso, formar professores dentro do projeto pedagógico para que eles possam trabalhar o projeto pedagógico, a "contação" de histórias, o acesso a esses livros, neste processo que nós chamamos de letramento das crianças.

A outra questão que é muito complicada e que acho que esta Casa pode nos ajudar muito é em relação à faixa etária. Quando o ensino fundamental foi estendido para nove anos, com a entrada das crianças de seis, a educação infantil passou a ser das crianças de zero a cinco, só que uma criança que completa seis anos em janeiro de 2011 entra para a escola com seis anos completos, mas a criança que vai completar seis anos em dezembro corre o risco de ficar o ano inteiro com cinco anos, o que os especialistas já provaram que é uma diferença muito grande em termos de maturidade.

O Conselho Nacional de Educação emitiu um parecer, que foi homologado pelo Ministro da Educação, definindo que a data de entrada seria seis anos completos ou a completar até 31 de março. Em alguns Estados, a justiça determinou outras datas. Em outros Estados, os próprios governos determinaram outras datas. Isso tem criado um problema grave, inclusive entre eles. Com isso, nós estamos em um debate que acho que poderia ser resolvido com muita simplicidade, porque as mães têm uma ansiedade de colocar as crianças na escola quando não há vaga para sua criança de quatro e cinco.

Se nós vamos universalizar e se hoje 72% das crianças de quatro e cinco já estão na escola e, até 2016, 100% deverão estar, nós precisamos definir essa questão, que não é uma questão menor, porque ela vai organizar também a entrada das crianças de quatro na educação obrigatória. Então, se definimos, nós organizamos o sistema, facilitamos muito a entrada dessas crianças e a previsão do número de crianças, o fluxo dessas crianças. Nós também temos de pensar no projeto pedagógico para essas escolas.

Para terminar, eu quero dizer que nós criamos um grupo de trabalho, na Secretaria de Educação Básica, que reúne Undime, Consed e CNTE, que vai estabelecer o esforço que cada Município deverá fazer para atender a Emenda Constitucional nº 59. Muitos Municípios brasileiros estão muito próximos de universalizar a matrícula das crianças de quatro e cinco. Outros estão muito distantes. Então, o esforço será diferente para cada Município. Nós, nesse grupo de trabalho, vamos organizar a relação que teremos com os Municípios e como nós vamos trabalhar, em regime de colaboração com Estados e Municípios, para atingir essa meta até 2016. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Agradecemos aqui as palavras da professora Maria do Pilar Lacerda.

Antes de passar a palavra para as inscrições dos nossos Senadores e Deputados, queria lembrar que fiz um projeto de lei e fui falar com a Drª Maria Fernanda Cândido, que era então Presidente da Caixa Econômica Federal, para discutir como poderíamos fazer para que esses conjuntos habitacionais que o Governo estava, à época, lançando, obrigatoriamente tivessem a estrutura de uma creche ou de uma pré-escola. E não fui bem sucedida na discussão, porque, mesmo que o ProInfância seja fundamental e auxilie muito e estando com duas mil creches em construção e construídas, não dá uma para cada Município brasileiro. É muito pouco. Então, Municípios que têm três, quatro ProInfância já estão roubando de outros Municípios também. Não tem essa liberdade. Hoje em dia, não há Município brasileiro que não tenha crianças. Isso é óbvio. Então, como vamos ficar sem poder atender também as crianças de qualquer Município brasileiro, onde elas estiverem? Mesmo sendo o menor Município, a criança tem o direito de ter essa atenção. Então, a gente vai precisar correr muito ainda para que a gente realmente tenha

um pacto federativo que dê mais autonomia financeira aos Municípios, para que eles possam suprir as suas necessidades. O nosso grande problema é justamente este: fazer com o Município tenha condições sobejas de abarcar com os custos da educação em geral e, principalmente, no nosso caso, da educação infantil.

Como primeira signatária e autora do requerimento, a Senadora Angela está com a palavra.

Se me permitem os Senadores e o Deputado Osmar, peço a todos que façam suas considerações, para que a Mesa possa responder.

Senadora Angela.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Senadora Marisa Serrano, Vice-Presidente da Comissão de Educação, demais componentes da Mesa, quero cumprimentar a todos em nome da Secretária de Educação Básica, Drª Maria do Pilar.

Senadoras e Senadores, nós percebemos o grande esforço do Governo Federal para ampliar a rede física de creches. O ProInfância tem suas metas claras ano a ano, e também o PAC prevê a construção de creches. Nesse programa estão flexibilizando as regras para facilitar, para fazer com que os Municípios possam superar as extremas dificuldades que foram muito bem colocadas aqui pela Drª Maria do Pilar, principalmente no que diz respeito ao terreno, à dominialidade do terreno. E o Governo até tem a intenção de flexibilizar e de verticalizar a construção das creches.

Como seria nos Municípios pequenos em que não se puder usar a mesma metodologia? Como ficariam os Municípios menores em que não caberia a verticalização, no sentido de facilitar a resolução do problema dos terrenos?

A Medida Provisória nº 533, que a Presidenta Dilma já encaminhou para o Congresso Nacional, também sinaliza o esforço e o interesse do Governo Federal em ampliar o número de vagas em creches no nosso País. Já está aqui no Congresso, na Câmara dos Deputados. Nessa medida provisória, a Presidenta repassa recursos para o custeio das creches no primeiro ano, antes da realização do Censo Escolar. Considero isso também uma medida muito importante que vai, sem dúvida nenhuma, estimular a construção de creches nos Municípios brasileiros.

Então, do ponto de vista da estrutura física, observamos, com muita satisfação, o interesse do Governo Federal em amenizar esse problema grave do acesso a creches. Pelos dados que nós temos, na grande maioria dos Municípios brasileiros, apenas 10% atendem a crianças de zero a dois anos.

Agora, do ponto de vista da qualidade do ensino, preocupa-nos e eu gostaria de saber se o MEC tem planos claros – pelo que a Drª Maria Pilar colocou aqui, já existem discussões nesse sentido – de como pretende ajudar os Municípios na questão da qualidade do ensino da educação infantil que será ofertado para as nossas crianças. A senhora falou aqui do ProInfantil, um projeto muito interessante que capacita os professores da educação infantil de zero a três anos, mas queremos colocar uma questão que é visível e que, inclusive, foi questionada por alguns especialistas em educação: é a questão da fundamentalização do ensino infantil no Brasil, se o MEC tem um modelo diferenciado, uma abordagem diferenciada para a educação infantil, diferente da educação fundamental.

Então, nós queríamos colocar essas duas preocupações: do ponto de vista da estrutura física, o que pode ser feito para facilitar a construção de creches nos Municípios menores; e a questão da qualidade da educação infantil que será ofertada às crianças de zero a três anos e de quatro e cinco anos.

Quero dizer também, dirigindo-me principalmente à Secretária de Educação Básica, que o meu Estado, Roraima, tem apenas quinze Municípios. Eu fiz um trabalho intenso desde 2008 na Câmara dos Deputados para a construção de creches em todos os Municípios. Conseguimos dezoito creches no universo de quinze Municípios. Infelizmente, nem 50% das creches foram construídas diante da extrema dificuldade dos Municípios com terreno, principalmente.

Observamos também, Drª Maria do Pilar, que existe uma dificuldade do FNDE, no seu quadro de pessoal, para análise desses projetos, para análise da documentação que é exigida pelo FNDE e é encaminhada pelos Municípios. Então, são essas questões que eu gostaria de colocar, demonstrando a nossa satisfação com a preocupação do Governo com a expansão de vagas, mas também preocupada e querendo saber da posição do MEC para ajudar os Municípios brasileiros a oferecer educação infantil de qualidade para todas as nossas crianças.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Obrigada, Senadora Angela.

A Senadora Marinor Brito havia saído um pouquinho, mas já retornou.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu queria, inclusive, pedir desculpas aos nossos convidados, porque precisei me ausentar em função da representação que o meu partido, o Partido Socialismo e Liberdade, havia marcado para fazer na Câmara Federal pelas agressões que nós sofremos há alguns dias, partindo do Deputado Bolsonaro. Entendemos que houve quebra de decoro parlamentar e, por isso, juntamos a mais oito representações que há contra ele a que foi enviada hoje pela Procuradoria do Senado

Federal à representação do Partido Socialismo e Liberdade. Por esse motivo, que considero justo, precisei me ausentar. Peço desculpas.

Queria iniciar, Senadora Marisa, agradecendo, obviamente, aos nossos convidados. Nós não estamos realizando audiências apenas a pedido dos Senadores, mas também, valorizando esse pedido da Senadora Angela Portela, incorporamos essa agenda da educação infantil a um grupo de agendas para que o Senado Federal tomasse a iniciativa, antes mesmo de o plano nacional chegar aqui, de debater com a sociedade civil, criando audiências públicas, se necessário e com a possibilidade de visitarmos as diversas regiões do País, para que o Plano Nacional de Educação seja um plano que expresse o sentimento da sociedade como um todo, porque a educação é direito de todo o povo brasileiro. Nós estamos trabalhando para que o conteúdo do projeto que chegou aqui no Congresso Nacional seja discutido com a sociedade, para que a gente possa ouvir a sociedade.

Então, são várias audiências. Já realizamos aqui uma com balanço conceitual do Plano Nacional de Educação. Vamos ter audiência sobre ensino fundamental, ensino integral e EJA, ensino médio, valorização do magistério, educação como objetivo principal, financiamento da educação em regime de colaboração, dentre outras.

Mas eu queria aqui informar a V. Exªs e lamentar, mais uma vez, que o Governo, mesmo atendendo ao pedido e comparecendo às nossas audiências, não nos enviou o reiterado pedido do balanço que tem sobre o Plano Nacional de Educação que terminou seu curso. Infelizmente, até agora não o recebemos, o que dificulta uma análise do que o Governo, de fato, pretende com esse projeto que está no Congresso Nacional.

Nós tivemos acesso a um breve diagnóstico e a uma planilha de cálculo dos custos do plano que foi enviado para a Câmara Federal, para a comissão especial que está debatendo o PNE naquela Casa. Com rápidas pinceladas, podemos verificar que o atendimento de zero a três anos que o documento traz afirma que a tendência principal é a manutenção do Governo de manter o mesmo ritmo de crescimento dos últimos quatro anos, ou seja, 8,5% ao ano. O plano também alerta que será necessário um crescimento médio de 9,7% ao ano, para atingir a meta de 50% de atendimento.

Quando se trata da faixa etária de quatro a cinco ano, o documento trabalha com a premissa de que bastará a manutenção da taxa atual de crescimento de 4,5% ao ano, para universalizar as matrículas em 2006, cumprindo assim a Emenda Constitucional nº 59.

Eu quero me apropriar aqui dos dados que o representante da OMEP, o Prof. Vital Didonet, traz para a gente, e demonstram claramente os percentuais de famílias que são atendidas nessas faixas etárias e o quanto as pessoas mais pobres têm ficado fora desse atendimento - meio salário mínimo, 18,7% apenas; um a dois salários mínimos, 28,7%; três salários mínimos, 32%; de três para a frente, 43,6% -, mostrando claramente que a educação no país tem atendido muito mais às crianças em condições melhores de renda, às famílias que têm melhores condições de renda, do que as crianças pobres. E aí faltam 1.500 vagas para contemplar esse contingente.

Eu não consigo entender – e concordar – que esse ritmo de crescimento igual ao que propõe o governo, no Plano Nacional que está em discussão, vá dar conta de superar essa, que é uma injustiça social, porque são exatamente as crianças mais pobres, das famílias mais carentes, nos lugares mais longínquos deste país, em regiões onde pensar um centro comunitário é pensar uma cabana qualquer. Na Amazônia brasileira, quando se fala em escola conveniada, nós não estamos falando da Vila Mapa, que é a periferia da cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, que parece as grandes escolas do Pará, que são um centro comunitário.

Então, eu queria deixar claro aqui que, quando a gente pensa na inclusão dessas crianças, a gente pensa na inclusão com qualidade. Portanto, esse modelo não vai dar conta de enfrentar essa injustiça social que os filhos dos pobres vêm sofrendo, ao longo dos anos, neste país, e que não alterou este quadro no Plano Nacional de Educação, que acabou de cumprir o seu curso, nem na perspectiva do Plano Nacional que está sendo trazido para debate dos congressistas.

Dados declarados na Exposição de Motivos da Medida Provisória nº 533, que estabelece ajuda aos Municípios que conveniaram unidades pró-infância, mostram que ajuda federal garante espaço físico para apenas 18% das vagas necessárias para as creches. Esses são dados do Governo. Olhem o distanciamento da totalidade que a gente precisa atingir.

Então, eu queria fazer algumas indagações a todos, para que a gente possa acumular nesta Casa, e, em perspectiva, apresentar emendas, fazer debates de convencimento com o Governo Federal, para que a gente dê salto de qualidade nesse novo Plano Nacional de Educação.

Eu digo aqui: se o ritmo de crescimento atual tem sido insuficiente, é correto achar que só o valor atualmente repassado, via Fundeb, será suficiente para viabilizar o cumprimento da meta, com 50% de atendimento em 2020? Com todo o potencial arrecadador da União, o auxílio projetado não está aquém do possível? Estou perguntando para todos.

A estratégia 1,4%, que propõe estimular oferta de matrículas gratuitas em creches, por meio de concessão de certificado de entidade beneficente de assistência social na educação, não pressupõe um direcionamento para o fortalecimento da rede comunitária, indo na contramão das deliberações da Conai sobre o assunto? O que deliberou a Conai sobre isso?

O representante do Ministério da Educação, que esteve na última reunião, quando tratamos do PNE, da questão do balanço e da questão conceitual, ele disse que 80% das questões apresentadas pela Conai foram incluídas. E a gente, vira e mexe, depara com questões que estão absolutamente antagônicas ao debate que tem sido feito pelo movimento nacional de educadores no Brasil.

Eu queria me direcionar à Prof. Maria Rita Pilar, que foi Secretária de Educação, em Belo Horizonte - acho que foi no ano em que fiz a minha pós-graduação, na PUC de Belo Horizonte. A planilha de cálculos enviada pela Comissão Especial da Câmara, o valor por aluno de creche é idêntico ao da pré-escola. Isso é irreal e projeta para baixo o gasto efetivo atualmente feito nessa etapa. E o que será necessário para inserir 2,8 milhões de crianças? O que os convidados acham?

Eu queria também ouvi-la, porque a Senhora foi Secretária e sabe as limitações do municípios. E olha que estamos aqui tratando de um município grande, que tem uma arrecadação diferenciada em relação ao restante dos municípios do Brasil. Era isso.

Saibam que a gente está aqui com o intuito de tentar aperfeiçoar essa proposta, porque nós queremos ver resultados; nós queremos a totalidade das nossas crianças atendidas. Todas as que quiserem devem ter direito a uma vaga com qualidade.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Obrigada, Senadora Marinor.

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Quero inicialmente pedir desculpas pelo atraso. Eu estava com a Srª Maria do Pilar, em um debate na televisão. Ela chegou antes, porque, como ela não é de Brasília nem é política, veio direto para cá. Eu fui visitar uns eleitores que estavam por perto.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Aqui é voto perto. O meu é longe.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – É verdade. Eu quero fazer cinco perguntas, mas divididas em duas. Aqueles que responderem "não" à primeira pergunta, não precisam responder às outras quatro. Aqueles que responderem "sim", aí eu gostaria de ouvir as outras quatro.

A primeira pergunta é se o PNE e o Sistema Educacional Brasileiro precisam de uma simples evolução ou se nós precisamos fazer uma revolução, com metas ambiciosas, para que, em vinte ou trinta anos – ambiciosas, mas não imediatas -, estejamos entre os melhores países do mundo. A revolução é que a educação será igual para todas as crianças, com pequenas diferenças por cidades, e nenhuma por renda. Esta é a minha primeira pergunta. Nós queremos apenas evoluir ou queremos revolucionar, de maneira que a escola será igual para todos, não importa a cidade, não importa a renda? O tempo, eu não defino; mas é revolução.

Aos que responderem "sim", aí faço quatro perguntas. O caminho para isso, essa revolução, não vai passar pela federalização da educação de base, com a descentralização, não apenas regional, não apenas estadual, não apenas municipal, mas uma descentralização que pode chegar até a própria escola. Senadora Marisa, é a Federação com descentralização, mas descentralização que possa ir além das cidades. Pode ser uma descentralização tão radical que cada escola se administre.

Então, a primeira pergunta: devemos ou não federalizar com descentralização? Segunda pergunta: nós devemos ou não fazer com que o MEC seja o ministério da educação de base e o ensino superior fique no Ministério de Ciência e Tecnologia ou que se crie um ministério do ensino superior? Claro que fechando uns 10 dos que já estão aí, porque só para a economia tem oito ministérios para cuidar. A terceira: se nós precisamos ou não de uma secretaria presidencial para a proteção da criança e do adolescente, como o Distrito Federal voltou a criar? Havia no meu tempo, embora junto com a Assistência Social. Mas tinha no nome explicitamente: Secretaria da Criança. E quarto: se seria ou não mais eficiente nós tratarmos a alfabetização de adultos como uma questão de direito humano e, portanto, o programa de erradicação ser administrado pelo ministério ou a Secretaria de Direitos Humanos e não o MEC? Da mesma maneira que a erradicação da tortura não foi uma questão da saúde pública, embora tivesse muito a ver com a saúde. Foi uma questão de direito humano.

Então são quatro perguntas: se devemos ou não federalizar? Se o MEC não deveria se concentrar na educação de base? Se é preciso ou não uma secretaria para a proteção da criança? Se a alfabetização não deveria uma questão de direito humano?

Finalmente, eu quero dizer também, como a professora Maria do Pilar, que eu sou otimista. Mas eu sou otimista – talvez seja resquício da minha formação muito antiga de olhar o social mudando a partir

do real –, porque a necessidade de educação está ficando tão premente que é questão de mais alguns anos, Senadora Marinor, mas educação vai virar uma coisa importante.

Anos atrás, eu comecei a colecionar o que eu chamo manchetes educacionistas. Todos os dias eu recebo, feito por uma pessoa, as manchetes daquele dia sobre educação. Começou com três, quatro, dez anos atrás. Hoje é quase uma página de manchetes educacionistas. Então, eu sou otimista também, não por causa de nós, aqui, Senadores, nem por causa do ministro, nem por causa de um presidente, que podem ajudar a apressar o processo, mas por que a necessidade vai fazer educação ser uma prioridade neste País.

A SRA. PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Obrigada, Senador Cristovam.

Passo a palavra agora ao Deputado Federal Osmar Terra, cumprimentando e agradecendo a presença.

O SR. OSMAR TERRA (PMDB – RS) – Eu queria agradecer a oportunidade de poder fazer essa manifestação, Senadora Marisa Serrano. E cumprimentar o Senado pela iniciativa. Acho que é extremamente oportuno esse debate. E gostaria de dizer que o nosso trabalho legislativo e o trabalho de quem faz política pública têm que acompanhar o conhecimento científico, têm que acompanhar o desenvolvimento da evidência científica, para que nós possamos ter resultados cada vez melhores em termos de qualidade, de atendimento em todos os níveis.

Eu acho que nós vimos aqui, e eu peguei uma parte das exposições, a exposição do Secretário Dioclécio, que é uma pessoa que tem um serviço enorme prestado à área da infância no Brasil, como pediatra, Presidente da Sociedade, e agora como Secretário da Criança. Eu acho que o caráter dessa Secretaria da Criança é um pouco diferente do caráter assistencialista, do caráter de cuidados com adolescentes. Ela é focalizada no início da vida, e eu acho que isso é uma diferença importante. Isso nos ajuda a pensar melhor e trabalhar melhor essa questão da educação infantil e dos cuidados no início da vida.

Eu acho que não existe nada mais importante, pelas evidências científicas, no trabalho da saúde, no trabalho da educação do que os cuidados no início da vida. A partir dali se muda tudo, ou não se muda nada, ou se piora a situação.

Uma criança bem cuidada, como o Secretário Dioclécio colocou, muda a sua historia e muda a história da sua família, inclusive. Vai ter um rendimento escolar melhor, vai ter menos ocorrências policiais. Vai ter uma série de comportamentos que vão ajudar, inclusive, a sua família a vencer a pobreza, quando ela é filha das famílias mais pobres. Eu acho que é um programa de combate à pobreza. É o maior programa social que o País pode ter. Eu acho que esse programa tinha que estar obrigatoriamente vinculado ao Bolsa Família. E o Bolsa Família tinha que trabalhar com essa ideia dos cuidados no início da vida.

E eu acho que a questão que o MEC se propõe, que é uma tarefa gigantesca, de oferecer estrutura para essa educação infantil, ela vai ter um limite financeiro, que vai ser um limite pesado, porque o custo de uma creche, para construir uma escola de educação infantil não é pequeno. Eu acho que sai, Professora Pilar, em torno de R$2 milhões, para atender 200 crianças. E sai quase isso por ano para manter.

Então, nós não estamos falando aí de oito milhões de crianças de zero a três, por exemplo, se 60% fossem atendidas seriam R$30 bilhões só para construir as creches. E para mantê-las um outro tanto. Então, nós estamos falando de valores importantes. Mas eu acho que nós não podemos abrir mão de tentar.

Eu acho que o MEC está com uma política correta. O MEC está tentando oferecer uma estrutura melhor e maior, cada vez, institucional para as crianças. Está pegando de quatro em diante, mas também pode colaborar na questão de zero a três.

Eu acho que o zero a três, pelo o que o professor, se permite assim, Dr. Dioclécio nos mostrou, envolve uma questão que vai além da creche. O cuidado da família, a parte afetiva, o desenvolvimento do apego, o período crítico, que é o desenvolvimento do apego entre o oitavo e o décimo oitavo mês de vida, ele define todas as competências futuras dessa criança.

Uma criança maltratada, negligenciada, abusada nessa idade, ela vai ser um adolescente muito problemático. Uma criança cuidada com esmero nessa idade e afetivamente bem cuidada, isso envolve muito a família. Então, eu acho que as políticas públicas nessa área, principalmente de zero a três, têm que envolver ações que levem para a família os cuidados, de educação da família.

Nós criamos lá no Rio Grande do Sul um programa chamado Primeira Infância Melhor, que acompanha em casa, principalmente as crianças pequenas, as menores. Acompanha em casa. E tem uma visitadora, uma figura nova, que é a visitadora da primeira infância. Está acompanhando 90 mil crianças em casa, filhos das famílias de mais baixa renda. A meta é 150 mil, que são todas as crianças de zero a seis anos, filhas das famílias de baixa renda no Rio Grande do Sul.

Então, eu acho que tem que juntar as duas coisas. Tem que ter a creche de qualidade – e não sai barato fazer uma creche de qualidade – e tem que ter um programa de visitação, de acompanhamento, de

educação da família, para fazer com que essa criança se desenvolva melhor.

Eu acho que essa ênfase no zero a três ainda está faltando na nossa legislação. Por isso que nós criamos a Frente Parlamentar da Primeira Infância. Senadora Marisa, V. Exª participa da Mesa Diretora. É uma frente mista, para dar foco nessa área. O Vital tem um trabalho muito importante aí, e é nosso conselheiro nesse aspecto.

A Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente discute tudo, e principalmente as questões da adolescência: a violência contra o adolescente, a questão da idade penal. E não tem tempo para discutir o início da vida, que é o mais importante, que define os outros períodos. Então, eu acho que a criação da frente tem esse objetivo.

Preocupa-me que nós tenhamos um marco legal que garanta esse atendimento integral envolvendo a saúde. No início da vida, a saúde e educação têm que caminhar de mãos dadas. Cuba tem um programa muito importante, que acompanha 98% das crianças em casa. E há um grupo vinculado à educação e um grupo vinculado à saúde, que faz esse acompanhamento.

Eu quero cumprimentar a Senadora do PSOL, porque o PSOL foi o único partido na campanha presidencial de 2006 que falou, focalizadamente, na questão da primeira infância como políticas públicas. E eu acho que a Senadora Heloisa Helena fez uma manifestação muito forte.

Eu acho que também temos que pensar na avaliação. Tem uma série de questões a serem levantadas. Acho muito difícil ter creche, e principalmente ter escolas ou creches para crianças de zero a três em todo o Brasil, para todas as crianças que precisam. Nenhum país do mundo tem, nenhum país do mundo tem. Cuba, com toda a estrutura, governo socialista e tal, atende 25% das crianças em escolas infantis e creches. O resto o atendimento é em casa, é atendimento domiciliar, mas atende quase 100% em casa. O que é importante é que essas crianças não fiquem sem o atendimento de qualidade; e juntando as duas coisas, o atendimento da primeira infância tem um custo 10 vezes menor do que o atendimento em uma creche; não quer dizer que a idéia da creche não tem de ser perseguida, tem de ser; tem de juntar as duas coisas.

Mas queria fazer essas observações e dizer que estamos agora nos preparando, Secretaria Maria do Pilar, para fazer reuniões, a Frente Parlamentar, com o MEC, com a saúde, com todos os Ministérios, para ver se até o fim deste ano a gente construa uma proposta de marco legal, que ajude no trabalho de vocês, que garanta um orçamento melhor e que a gente possa focalizar isso para, realmente, ter o início da vida no Brasil como uma política prioritária.

A SRA. PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Obrigada, Deputado Osmar Terra.

Vou passar a palavra agora, para responder e comentar as intervenções feitas, encerrando a nossa manhã, começando pelo Vander de Oliveira Borges, que foi o primeiro a falar. Então, você pode começar a responder e a fazer os seus comentários.

O SR. VANDER DE OLIVEIRA BORGES – Vou me ater à questão especificamente relacionada à dinâmica do Fundeb, deixando as questões de natureza de política educacional, naturalmente, para a nossa Secretária de Educação Básica.

Com relação ao Fundeb, mencionou-se, pontualmente, a questão do valor por aluno/ano da educação infantil, de creche e pré-escola. Eu quero apenas destacar duas coisas: a primeira é que o valor por aluno/ano desse segmento tem sido tratado, ao longo do período de vigência do Fundeb, de 2007 a 2011, de forma diferenciada no que diz respeito ao atendimento à educação em tempo integral, que tem sido considerado como o principal mecanismo de incentivo ao atendimento nessa modalidade integral, ficando o atendimento, na educação, em tempo parcial, com valor por aluno/ano, estabilizado no mesmo patamar. Ou seja, o valor *per capta* é 0,8 do valor do ensino fundamental, enquanto que na educação integral de creche para a escola, por exemplo, passou de 0,8, em 2007, fatores de ponderação, a diferenciação, para 1.2. Então, praticamente, evoluiu em 50% o valor *per capta* da creche em tempo integral em relação ao que se está praticando agora em 2011.

De forma similar, lá na pré-escola em tempo integral, essa evolução foi de 0,9 para 1.30. Ou seja, já está hoje com o fator máximo, que é de 30% o valor superior ao do ensino fundamental. Então, essa variável, fator de ponderação, é uma variável que pode ser trabalhada ano a ano por uma comissão, com representação de Estados e Municípios. Então, não vemos com sendo algo de difícil alcance. Vai se evoluir, evidentemente, na medida em que se faz necessário essa evolução, como tem acontecido já nesses anos de financiamento via Fundeb.

São essas as considerações que eu queria apresentar, relacionadas especificamente ao Fundeb.

A SRA. PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Professor Vital Didonet.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Senadora, só para ver se ele me ajuda. A Medida Provisória nº 533, do Governo, que estabelece ajuda aos Municípios que conveniarem unidades no Pró-Infância. Esta Medida Provisória, somos a favor dela, obviamente

porque ela ajuda, ela pressupõe recursos para atender um número de alunos no ano anterior. Qual é o problema se a creche for inaugurada no período de janeiro a agosto, ela vai receber o financiamento? Depois desse período o censo fecha e as creches que forem inauguradas, digamos assim, setembro, outubro, novembro, de 2011, por exemplo, elas só vão receber em 2013. Então, há uma emenda da bancada do PSOL, que eu queria que vocês atentassem para essa questão lá na Câmara e, provavelmente, se for o caso, a gente vai repeti-la aqui, para que essa ajuda seja incorporada a partir do valor do número de alunos/ano, para que a gente não tenha essa diferença.

Então, eu queria que os representantes do Governo pudessem atentar quanto a isso, porque considero que a intenção da medida provisória é boa, mas ainda deixa essa lacuna, e a gente está tentando recuperar para que, de fato, o financiamento atenda ao número de alunos do ano.

A SRA. PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Professor Wander, quer fazer alguma consideração?

O SR. VANDER DE OLIVEIRA BORGES – Claro. Evidentemente, todos nós concordamos com essa forma de ver, porque seria o ideal nós trabalharmos com o dado real, o dado atual, o dado do ano corrente e não do ano anterior.

Do ponto de vista operacional, é um tanto quanto complexo, porque nós temos um País continental, com 200 mil escolas, 45, 50 milhões de alunos a serem, todo ano, levantados no censo, e não dá para você concluir a tempo de inserir essa informação já na dinâmica do financiamento do ano em curso.

Nós vamos caminhar para isso, evidentemente, na medida em que o processo, a tecnologia vai nos permitindo ter o dado cada vez mais atualizado.

Agora, no momento, o que o Ministério, evidentemente...

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Mas o Fundeb está conseguindo fazer essa atualização.

O SR. VANDER DE OLIVEIRA BORGES – Não, no Fundeb não está. O Fundeb está trabalhando com aluno do ano anterior. É assim que tem sido feito.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Sim, sim.

O SR. VANDER DE OLIVEIRA BORGES – Não é do ano em curso. Foi o que a senhora acabou de falar, se eu entendi bem.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Não, do ano em curso. Do ano em curso.

O SR. VANDER DE OLIVEIRA BORGES – Não, não. Não estamos trabalhando ...

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – A emenda é do ano em curso.

O SR. VANDER DE OLIVEIRA BORGES – Ah, sim, é claro. A evolução é nessa direção. Hoje, ainda não estamos trabalhando, por conta de que o mecanismo ainda adota o dado do ano anterior. A evolução é nesse sentido.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Mas com todo esse avanço tecnológico, quanto tempo vai passar para isso ser atualizado?

O SR. VANDER DE OLIVEIRA BORGES – Bom, eu não posso precisar.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Qual é a perspectiva do Governo em relação a isso?

O SR. VANDER DE OLIVEIRA BORGES – Eu não posso precisar, mas o Ministério está preocupado com isso, a professora Pilar também está querendo abordar mais a questão, no sentido de atentar para esse aspecto particular de você ter a escola no Município, construída, em condições de uso, recebendo o aluno e de o aluno entrar na contabilização do repasse do recurso.

O Ministério está preocupado com isso, no sentido de apoiar os Municípios nessa defasagem existente.

A SRA. PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Obrigada, professor Vander.

Professor Vital Didonet.

O SR. VITAL DIDONET – Eu vou fazer um pequeno comentário sobre a questão colocada pela Senadora Angela. Eu sei que o tema é especificamente dirigido à professora Pilar, mas falando de fora do MEC, que, de certa forma, coincide, imagino, com o que a senhora vai dizer sobre qualidade.

Realmente, é um tema fundamental, importantíssimo, tanto assim que eu disse que educação sem qualidade não é educação, como atendimento em saúde em que a pessoa só faz a matrícula na ficha, recebe um leito e o médico não aparece, não traz o remédio ou não faz a cirurgia não é atendimento de saúde. Da mesma forma, não adianta estar na escola se não houver educação de qualidade.

No entanto, eu acredito que está sendo feito um esforço, nos últimos anos, maior no investimento da qualidade que propriamente na expansão.

Vou citar alguns casos.

A senhora mesma fez referência ao Proinfantil, especificamente, mas eu fiz referência ao salário dos professores.

O piso nacional salarial profissional é decisivo e fundamental para que o professor tenha uma autoimagem na educação infantil melhor do que tinha e passe a receber igual aos outros. Então, isso é um investimento em qualidade.

Segundo, concursos públicos. Até o Ministério da Educação está disposto a fazer concursos para aqueles Municípios que não conseguem uma instituição que faça um concurso público, dada a quantidade pequena de candidatos ou de vagas disponíveis.

Terceiro, as diretrizes curriculares nacionais foram debatidas amplamente em toda a sociedade brasileira, durante um ano e meio, aprovadas pelo Conselho e são de uma formulação conceitual e pedagógica excelente, que eu diria estar no mesmo nível de qualquer país do mundo, seja da Europa, seja da América ou da Ásia.

Quarto, existe um documento chamado "Parâmetros de Qualidade e Parâmetros de Infraestrutura", que também é referência para o estabelecimento de ensino se pautar, de como definir a qualidade.

Finalmente, foi produzido um documento, também depois de um grande processo de discussão com Governo e sociedade, chamado "Indicadores de Qualidade dos Estabelecimentos de Educação Infantil".

Esse instrumento está ajudando as escolas que o adotam a se olharem e verificarem em que melhorar.

No entanto, sei que é um problema grave, sério, por causa do viés histórico que a gente tem, sobretudo na creche, que é a tradição assistencialista, pois ainda não há uma pressão da família para querer a educação: "Meu filho estando cuidado, já estou satisfeito." Então, é preciso que a própria família exija um pouco mais.

Agora, eu queria comentar um item que o Vander já em parte respondeu à Senadora Marisa, mas pelo qual eu batalhei muito quando a Deputada Fátima Bezerra era Relatora do projeto de lei que regulamentava a emenda do Fundeb. Conseguiu-se, por sensibilidade dela, da comissão e do Plenário da Câmara e depois do Senado, introduzir um item que determina, nessa lei de regulamentação da emenda constitucional do Fundeb, que o fator de ponderação que estabelece o custo aluno/ano, por etapa e modalidade no Fundeb, seja estabelecido com base em custo real de cada etapa e modalidade, levantado por estudos do Inep publicados.

Então, esse item não está sendo cumprido na lei. E ele está lá exatamente para corrigir esse problema de a gente pensar que creche não precisa de tanta atenção, que um ensino de nível mais alto, de uma etapa posterior, precisa de uma qualidade maior.

Então, vejo que não está sendo cumprido, apesar daquilo que o Vander disse, que o crescimento, que a melhoria do fator de ponderação da creche passou de 0,8 para 1,20, mais alto do que o crescimento do ensino fundamental. No entanto, a creche de tempo integral está com 2.075, ao passo que a pré-escola de tempo integral está com 2.248. E, na creche, são menos crianças por profissional, e o custo de manutenção com fraldas, com alimentos, com toda a atenção é maior.

Então, temos de corrigir isso.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Professor, permita-me. Com base nessa...

A SRA. PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Senadora Marinor, eu queria pedir...

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Porque há um projeto tramitando, Excelência, que trata exatamente disto: nós apresentamos um projeto para regulamentar essa modificação, a fim de que, nesse atendimento, o valor seja de acordo com a modalidade e não do jeito que está, com base nesse estudo do Inep.

O SR. VITAL DIDONET – Para concluir, Senador Cristovam, pena que, quando eu falei, o senhor não estava aqui, porque fiz uma referência muito valiosa à sua atuação no Ministério da Educação, quando o senhor deu apoio ao Plano Nacional de Educação, quando o senhor o tomou a peito e disse: "Vamos implantá-lo!". E, depois, ele foi para a gaveta. E tenho medo que esse segundo também vá para a gaveta se não se fizerem os planos municipais.

Se o Ministério da Educação não se envolver na mobilização dos Municípios para que todos os Municípios brasileiros tenham seus planos municipais, vamos ficar com metas genéricas e o Governo Federal vai cumprir aquilo que lhe comete, mas os Municípios não poderão dizer: "Esta é a nossa proposta até 2020."

Mas o Senador nos fez um desafio e eu respondo "não" à sua primeira pergunta, para ter o direito, não só por ele, mas por convicção de que quero responder à sequência.

Não basta simplesmente a evolução na educação. Daí por que, quando a Senadora Marisa faz referência...

A SRA. PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Marinor.

O SR. VITAL DIDONET – Como?

A SRA. PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Marinor.

O SR. VITAL DIDONET – Quando a Senadora Marinor faz referência à manutenção do ritmo de crescimento na creche e na pré-escola, realmente não é. Nós estamos batalhando por uma coisa diferente, nós estamos batalhando por um Brasil melhor.

Quer dizer, também, se a gente olhar as taxas de concentração de renda no Brasil, o índice de Gini, a gente está melhorando. Mas vamos esperar, como um fenômeno natural, ou é preciso um programa, um PAC, ou uma intervenção?

É preciso, evidentemente, porque o jogo de forças aí é diferente. A senhora recordou um dado que eu contei: se a gente deixa o crescimento da creche e da pré-escola no ritmo vegetativo, sem intervenção,

os que têm mais lucidez e mais poder vão pressionar para as vagas ficarem para os seus filhos. E aqueles que têm menos poder – que é a mãe trabalhadora, que leva seu filho no colo, desce do ônibus com o guarda-chuva, na chuva, no sol, para ir ao trabalho, essa não tem tempo para fazer pressão, não tem com quem se relacionar para pressionar que a creche do seu filho seja construída. Então, é preciso a intervenção. Esta é a função do poder público, a função do Estado: regular essas relações de poder. E as relações de poder não podem ser deixadas assim como estão, porque a tendência é a concentração. É preciso, sim, a intervenção do Estado, uma revolução no processo educacional. Não basta deixar as coisas crescerem no ritmo vegetativo.

Quanto ao desdobramento dessa questão, Senador Cristovam, não sei, acho que se os senhores aqui no Congresso Nacional tiverem a lucidez de perceber como casar federalismo com descentralização, ou federalização da educação com a manutenção da característica da valorização das diferenças culturais, regionais, étnicas, geográficas, aí sim. Agora, eu acho um desafio grande, porque normalmente os países federalistas ou federalizados são unitários, tanto na legislação quanto nas soluções. E aí nós temos o risco de uniformizar, quer dizer, fazer da escola um quartel, com o mesmo uniforme, com o mesmo horário, tanto na Amazônia quanto no sul. Ao passo que a escola, sendo construção de pessoas e de cidadania, ela tem que estar embasada na individualidade e nas relações sociais, mas de indivíduos que são autênticos e diferentes.

Então, acho que é um desafio muito grande juntar esses dois termos: federalização com descentralização. Por isso, ainda acho que um meio-termo seria: o que significa regime de cooperação? Não estamos conseguindo sequer regulamentar o art. 23 da Constituição, que manda uma lei complementar dizer como se dá esse modelo federalista brasileiro de União, Estados e Municípios, entes autônomos, porém dentro de um regime de cooperação. Sequer estamos conseguindo regulamentar o art. 23 da Constituição. Então, está um passo mais além com esse federalismo. Com a descentralização, acho que é um desafio ainda maior.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – A senhora me permitiria?

A SRA. MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA – Claro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – É que vai ser impossível fazer isso com o art. 23. Essa cooperação é mais difícil do que a federalização dando liberdade pedagógica local, e gerencial. Eu não vejo ninguém defender a municipalização do colégio Pedro II, nem as escolas técnicas, nem os colégios de aplicação das universidades, nem os colégios militares, e temos alguns tão bons. As 300 escolas federais – são trezentas! – têm a melhor média do Ideb, melhor do que a média das particulares.

Ninguém defende a municipalização das universidades federais e do Banco do Brasil, mantendo a mesma moeda, é claro, o real. Mas ninguém diz: "cada cidade tem uma característica específica, vamos dar liberdade ao Banco do Brasil, à Caixa Econômica". Então, é nesse sentido que eu imagino que ou temos um padrão federal ou não vamos ter igualdade.

Agora, esse padrão federal tem que dar margem, o mínimo, para todos. E um diferencial livre para cada cidade fazer como quiser. E a gestão tem que ser local.

E sou mais radical, acho que a gestão não precisa nem ser do prefeito, pode ser da escola, como é na Finlândia. Na Finlândia, os professores, os pais e os alunos mais velhos podem demitir ou contratar um professor. Então, quanto à descentralização, sou mais radical que todos. Eu defendo que nem o prefeito é necessariamente – embora possa ser – o administrador. O diretor seria como um reitor de universidade. Ele gerencia livremente.

Eu ainda não cheguei ao ponto de defender que a contratação seja pelo próprio diretor. Ainda não. O Brasil não está preparado para isso. Mas vai chegar um dia em que cada professor será colocado.

Eu defendo uma carreira nacional. Acho que no futuro cada escola vai ter a sua carreira, porque em algum lugar pode haver mais professor de física, em outro lugar, mais de português. O salário tem de se adaptar para atrair. Obviamente, isso é contra os sindicatos, mas a gente tem de chamá-los para conversar.

Na Finlândia, que a gente tanto cita como exemplo, os sindicatos participam tanto que não se chama mais sindicato dos professores, chama-se sindicato da educação, e fizeram uma festa, dois anos atrás, para comemorar 20 anos sem greve, não por acomodamento, mas porque conseguiram um sistema tal de administração que os salários se mantêm como os melhores, quase, do país.

Então, quero dizer que defendo a descentralização gerencial e liberdade pedagógica. Liberdade pedagógica, desde que não permitam ensinar Português diferente do padrão, como a gente conversou hoje. A professora também não defende.

Eu, aliás, quero dizer de público que o livro é bom. Só fui ler o livro depois. Eu me informei das coisas. Agora, tem uma página, lá, que deveria ter uma ementa do Ministério, dizendo: "O Ministério não concorda com isso." Mas, no conjunto, é um livro positivo para o ensino do Português para jovens e adultos.

Então, eu queria fazer esse esclarecimento neste momento. Eu não queria deixar passar.

A SRA. PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Não há problema nenhum. Todos têm direito à réplica, isso é regimental. Só é interessante não interromper o pensamento do expositor enquanto ele está falando, mas todos têm direito à réplica.

Dr. Dioclécio Campos Júnior, que é Secretário de Estado da Criança do Governo do Distrito Federal, com a palavra.

O SR. DIOCLÉCIO CAMPOS JÚNIOR – Muito bem. Eu vou me ater a alguns pontos que emergiram das intervenções dos ilustres Senadores.

Em primeiro lugar, quero dizer que eu concordo em gênero, número e grau com os conceitos e as estratégias levantadas, aqui, pelo Senador Cristovam. Aí, se eu entendi bem, ao responder assim, eu não devo mais comentar os itens, porque eu concordo. Então, endosso totalmente, porque o fundamental para todos nós é que a educação básica seja definida como prioridade no País. Isso não acontece. Uma prioridade que os dados todos demonstram que sem ela não haverá transformação da sociedade brasileira, não haverá o desaparecimento das desigualdades, porque é na primeira infância que começam as desigualdades. Se os cérebros se formam de maneira diferente, não adianta, futuramente, criar bolsas, tentar endinheirar as pessoas, porque os desempenhos serão diferentes, as desigualdades estarão irremediavelmente perpetuadas ao longo da existência. Tanto, que cito um economista da Fundação Getúlio Vargas, o Marcelo Neri, que diz o seguinte: se o País não atentar para o fato de que a educação básica é prioridade absoluta e não investir nessa prioridade, o País vai continuar enxugando gelo, literalmente. São as palavras de Marcelo Neri.

Quero, finalmente, dizer que, de fato, o investimento tem de ser de qualidade. O Estado precisa perder a cultura que traz desde a época da colonização, que é a cultura da caridade. O Estado não pode ser caridoso. O Estado tem de ter compromisso com a qualidade, com a igualdade e com a universalidade de acesso.

Se a educação infantil custa caro, é preciso incluí-la como prioridade, porque ela tem poder de transformação. E se a resistência é de natureza econômica, porque custa caro o investimento, eu retomo os dados do Prêmio Nobel James Heckman. Com todos os impactos posteriores que foram alcançados, o desempenho alcançado pelas crianças que tiveram educação e saúde na primeira infância, ele calcula e define que, para cada dólar investido em educação e saúde na primeira infância, a sociedade tem um retorno de US$12. Não há nenhum investimento com esse grau de retorno. Então, o País precisa deixar o imediatismo das suas observações e projetar os investimentos em nome da evolução da sociedade, não deixando de considerar nunca a equação custo-benefício. O custo é alto? É. Mas o benefício é menor que o custo? É incalculavelmente superior ao custo,. Portanto, essa prioridade precisar ser inadiavelmente definida em nosso País. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Obrigada, Dr. Dioclécio.

Com a palavra, agora, encerrando a nossa manhã, a professora Maria do Pilar.

A SRA. MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA – Eu vou começar pela pergunta da Senadora Angela em relação à questão da qualidade. E você tem toda razão. Se a gente tratar a educação infantil como um depósito de crianças, nós não estaremos fazendo a diferença. Então, nós distribuímos 310 mil exemplares dos indicadores da qualidade da educação infantil, que é um projeto com a sociedade civil em que as creches recebem e são levadas a fazer uma autoavaliação de como elas trabalham e como podem melhorar.

A aprovação da Lei nº 12.101, de novembro de 2009, que trata do Cebas, o Certificado de Assistência, agora grande parte está na educação – e isso remete à fala da Senadora Marinor sobre as creches conveniadas –, quer dizer, cada vez mais uma exigência sobre a qualidade das creches conveniadas.

A portaria da Anvisa que ainda tratava a creche como um equipamento da saúde, que era muito antiga, foi revista e já está em vigor. Há o atendimento ao educando em todas as etapas. Então, todos os programas suplementares do MEC – material didático escolar, transporte, alimentação, assistência à saúde –, todos foram estendidos para a educação infantil.

Em relação às novas diretrizes curriculares nacionais, que o Vital cita que foram amplamente discutidas, agora nós estamos transformando-as em pequenas publicações, que temos chamado de "as diretrizes na prática" para que a escola possa receber e saber como ela faz na prática cada item que está ali.

Há a criação de uma Rede Nacional para a Igualdade Étnico-Racial na Educação Infantil, feita em parceria com a Federal de São Carlos. Há a regulamentação, pelo Conselho Nacional de Educação, do funcionamento das creches das universidades federais. São mais de 17 creches. E é um espaço importante para a gente discutir ali um atendimento em que você possa fazer experiências junto com a Faculdade de Educação, com a Medicina, com a Pedagogia, todo mundo.

Há a inclusão do acervo da educação infantil na biblioteca escolar. Então, 85.179 instituições de educação infantil passaram a receber o acervo de literatura infantil.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar, quer dizer, o reconhecimento de um *per capita* diferente para as crianças de creches, é um dos grandes avanços que tivemos.

E o Programa Dinheiro Direto na Escola, porque todas as políticas do Ministério até 2005, 2006 eram muitas específicas para o ensino fundamental. A gente amplia. E a visão sistêmica da educação nos dá essa segurança de tratar da creche após graduação. Então, as escolas infantis também receberam R$69 milhões, transferidos diretamente para a conta delas.

O Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil, que é o ProInfância, que a gente falou muito aqui.

Agora estamos fechando com o FNDE um programa de compra de brinquedos para a educação infantil, o curso de especialização da educação infantil de que já havia falado, a institucionalização crescente da educação infantil na estrutura do Estado brasileiro e o ProInfantil. Então, temos um trabalho muito consistente com foco na qualidade.

Em relação, Senadora Marinor, à MP nº 533, será regulamentada e acho que teremos tempo para preencher essas lacunas e esses problemas. Como Secretário Municipal de Educação, digo que foram dois grandes avanços para o gestor municipal: a merenda, o aumento da merenda de creche, quer dizer, o reconhecimento de que a alimentação da criança de zero a três é diferenciada; o Fundeb e essa diferenciação da creche e essa MP, porque ela resolve o problema que os prefeitos efetivamente têm que é de inaugurar creche em agosto e a criança só constar do censo do ano seguinte. Então, se inaugura no ano de 2011, consta do censo de 2012 e os Municípios só recebem o repasse em 2013. Então, foi uma grande reivindicação de gestores municipais e que resolve muito o custeio inicial, quer dizer, é um programa de apoio, um programa para dar fôlego a esse início.

Acho que a queda da natalidade, melhoria do fluxo escolar, o crescimento da economia, criam condições reais para que a gente possa aumentar muito o atendimento da educação infantil. Por outro lado, a questão do FNDE – e toda vez que falo do FNDE tenho que olhar para o professor Rodolfo, que é grande batalhador por uma agilidade e uma burocracia mais flexível – nós já aprovamos mil novos projetos do PAC 2 agora em 2011, mais do que a gente conseguiu aprovar em 2010 inteiro. Então, acho que temos aprendido nesse diálogo – muitas vezes mais sofrido, não é professor Rodolfo – mas temos aprendido a dialogar e respeitar essa especificidade de cada lugar, quer dizer, tem cidades que só tem um terreno na beira de uma rodovia.

Inicialmente, o FNDE diz que não pode porque à beira de rodovia não é lugar para se fazer educação infantil. Agora, os técnicos vão lá, conversam, dialogam, é uma construção sem que isso pareça uma enrolação, porque às vezes você diz que está em construção e isso pode levar 10 anos, mas é um processo de construção do técnico ser mais sensível a essa realidade local.

Sobre os planos municipais de educação que o professor Vital diz, nós concordamos integralmente que não adianta ter plano nacional se os planos municipais não acontecerem. A reformulação da estrutura do Ministério criou uma secretaria que vai fazer articulação política com Estados e Municípios e uma das incumbências é o trabalho de estimular, assessorar e orientar os Municípios na elaboração dos seus planos municipais.

Muito obrigada Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Mais algum Senador quer fazer alguma consideração?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Não tenho nada de contestação apenas uma lembrança. A professora Maria do Pilar lembrou que existe um movimento nacional pela igualdade racial na educação, mas ainda não temos o movimento nacional pela igualdade apesar da renda.

Há alguns anos atrás, era aceito que negro tivesse educação inferior a branco, sobretudo nas décadas seguintes à abolição da escravatura. Hoje, felizmente, já nos incomoda saber que a imensa maioria dos analfabetos são negros, mas ainda não incomoda no Brasil a desigualdade educacional por renda. Ainda é visto como coisa natural que os pobres tenham educação inferior aos negros e essa naturalidade é vista inclusive pelos pobres.

As famílias pobres, no Brasil, têm o sentimento de que educação boa é coisa dos nobres. A gente ainda não quebrou esse lado da consciência, do imaginário da população pobre. Me incomodou muito quando o Presidente Lula mudou o nome de Bolsa Escola para Bolsa Família, provocando uma involução neurolinguística na cabeça das mães pobres que antes pensavam: eu recebo esse dinheiro porque meu filho vai à escola. Agora ela pensa: eu recebo esse dinheiro porque a minha família é pobre.

Foi um retrocesso muito grande porque a gente estava começando aqui a gente fez e quando Fernando Henrique levou para o Brasil a fazer uma revoluçãozinha na cabeça da população pobre em que elas começaram a dizer que educação é tão importante que ganho para que meu filho estude. Como nós nos orgulhamos quando um dos nossos filhos recebe uma bolsa para fazer doutorado. Perdemos isso. Foi

um retrocesso muito grande. Acho que a gente não conseguiu medir ainda a gravidade desse retrocesso, porque o ponto de partida, eu disse, é a necessidade e a necessidade só existe quando temos consciência dela. A população pobre não tem consciência ainda da importância da educação.

Talvez essa seja a maior tarefa dos líderes deste País: tentarem convencer os pobres da importância e do direito de educação igual que eles têm e isso falta no PNA. Essa ideia em 20, 30, 50 anos, não haverá diferença de acesso à educação pela renda dos pais, não haverá. Claro que haverá desigualdade pelo talento, pela persistência, pela vocação. Tem gente que não tem vocação para estudar muito, tem gente que tem persistência mas não por causa da renda. Esse é o maior crime do Brasil hoje, como foi antes o maior crime tolerar a escravidão até que um dia se despertou que a escravidão era um absurdo, sobretudo quando Vitor Hugo recebeu Dom Pedro II se negou apertar a mão dele dizendo que não apertava a mão de um país negreiro – ele disse isso – o choque que ele teve e também quando ficou a necessidade da mão de obra livre, que empurrou o restinho que faltava para abolição. Precisamos fazer um gesto deste em educação.

A SRA. PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Um gesto grandioso.

Quero agradecer ao Senador Cristovam e, antes de encerrar, quero comunicar aos Srs. Senadores e Senadoras o recebimento de correspondência de autoria do Sr. José Sariego, Vice-Presidente Jurídico da HBO, que solicita participar das discussões referentes ao Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010, que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-I, de 6 de setembro de 2001 e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006 e 5.070, de 7 de julho de 1966; 8.977, de 6 de janeiro de 1995 e 9.472, de 16 de julho de 1997 e dá outras providências.

A matéria vai ao arquivo.

Outro comunicado.

Comunico aos Srs. Senadores e Senadoras o recebimento de correspondência dirigida a esta Comissão pelo Ministério da Educação, encaminhando cópia eletrônica, CD-ROM, do documento PNE nº 211, 2020, Metas e Estratégias, elaborado com o intuito de fornecer subsídio para análise e discussão das propostas constantes do Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, que aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011 – 2020 e dá outras providências.

A íntegra do CD-ROM será encaminhada aos gabinetes dos Srs. Senadores por e-mail.

A matéria vai ao arquivo.

Agradeço a presença da Professora Maria do Pilar, assim como do Sr. Vander de Oliveira Borges, do Sr. Dioclécio Campos Júnior e do professor Vital Didonet, e a disponibilidade de estarem conosco nesta manhã. A reunião toda será transmitida, através da TV Senado, para todo o País e será bom para que as pessoas possam acompanhar o desenrolar e o pensamento de cada um dos senhores.

Agradecendo a presença de todos, dou por encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a Reunião às 13 horas e 1 minuto.)

ATA DA DÉCIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 2011

Às onze horas e dezesseis minutos do dia vinte e quatro de maio de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência da Senhora Senadora Marisa Serrano, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Walter Pinheiro, Magno Malta, Lídice da Mata, Inácio Arruda, João Alberto Souza, Benedito de Lira, Ana Amélia, Cyro Miranda, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, Marinor Brito, Delcídio do Amaral, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rego, Sérgio Petecão, Flexa Ribeiro e Demóstenes Torres, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Roberto Requião, Eduardo Amorim, Geovani Borges, Garibaldi Alves, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, João Vicente Claudino e Cristovam Buarque, que justifica a ausência. Neste momento, a Senhora Vice-Presidente, Senadora Marina Serrano, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos. Neste momento, o Senhor Senador Paulo Bauer requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado **(ver Extra-Pauta, Item 001)**. Logo após, a Senhora Senadora Marisa Serrano requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado **(ver Extra-Pauta, Item 002)**. **Item 003: Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2010**, de caráter não terminativo, de autoria da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, que "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro

de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional), para facultar a portadores de diploma de curso superior não titulados em nível de pós-graduação o acesso ao magistério na educação superior, nas condições que especifica". O relator designado, ad hoc, é o Senador Paulo Bauer e o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido. É concedida vista à Senadora Ângela Portela pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. **Item 009: Projeto de Lei da Câmara nº 260, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Gonzaga Patriota, que "Denomina a BR-363, localizada em Fernando de Noronha, no Estado de Pernambuco, Estrada Miguel Arraes de Alencar". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Ângela Portela e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 011: Requerimento nº 29/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senhores Senadores Randolfe Rodrigues e Marinor Brito, que requerem "... nos termos do art. 90, inciso II, combinado com o art.93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública destinada a debater, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a criação, desenvolvimento e atuação do ECAD, assim como as recentes denúncias envolvendo o órgão e as perspectivas de fiscalização do mesmo com base no Plano Nacional de Cultura, com a presença dos seguintes convidados: 1. Deputado Estadual (licenciado) Bruno Covas – PSDB/SP, Presidente da CPI do ECAD na ALESP; 2. Deputado Estadual Ed Thomas – PSB/SP, Relator da CPI do ECAD na ALESP; 3. Representante do Ministério da Cultura; 4. Professor Alexandre Negreiros – UFRJ; 5. Representante do ECAD". O Requerimento é aprovado. **Item 012: Requerimento nº 30/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senhora Senadora Marinor Brito, que requer "... em aditamento ao Requerimento nº 22/2011 – CE, seja incluído o seguinte tema: A abordagem, no conteúdo de livros didáticos aprovados pelo MEC, de questões referentes à homofobia, ao gênero e aos aspectos étnico-raciais". O Requerimento é aprovado. Prosseguindo, a Senhora Senadora Lídice da Mata requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado **(ver Extra-Pauta, Item 003)**. **Item 010: Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Gilmar Machado, que "Denomina Viaduto Arnaldo Borges Pereira o viaduto localizado no cruzamento entre as Rodovias BR-050/365/452 e a Rodovia Municipal 030, no anel viário norte da cidade de Uberlândia, no Estado de Minas Gerais". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Ana Rita e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 013: Comunicados da Presidência: Comunicado 1:** "Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento de convite do Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, para a solenidade de posse da Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Ângela Maria Paiva Cruz, a ser realizada no dia 24 de maio do corrente, terça-feira, às 14h30, na Sala de Atos, 9º andar, edifício-sede Ministério da Educação, Brasília. Os Senadores que desejarem uma cópia do Convite poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão". A Matéria vai ao arquivo. **Comunicado 2:** "Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento de correspondência do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular, com as exposições, debates e conclusões realizadas no IV Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular envolvendo mantenedores; pesquisadores e estudantes; entidades civis voltadas à educação, autoridades do Ministério da Educação e parlamentares do Congresso Nacional que evidenciaram a importância da parceria Fórum – MEC na busca da educação superior de excelência, bem como a oportunidade de analisar cenários e fazer proposições e alternativas para se atingir a meta de colocar 10 milhões de estudantes no ensino superior. Informo que o Fórum ocorreu na cidade de Salvador – BA, nos dias 05, 06 e 07 de maio do corrente. Cópia da correspondência será encaminhada via e-mail aos gabinetes dos Senhores Senadores". A Matéria vai ao arquivo. Prosseguindo, a Presidência inicia à deliberação dos itens incluídos extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 001: Requerimento nº 27/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senhor Senador Paulo Bauer, que requer "Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, as informações a seguir, relativamente aos pedidos de revalidação de diplomas de graduação processados nas universidades federais brasileiras, no período de 2001 a 2010: 1) o quantitativo total de pedidos protocolados, classificados por universidade processante, curso e país de origem; 2) o quantitativo de diplomas revalidados, considerando as seguintes situações: a) concessão de equivalência, sem necessidade de complementação de estudos; b) concessão de equivalência, após realização de complementação de estudos; c) concessão de equivalência, após adoção de outras

providências; 3) o quantitativo de diplomas com faltas insanáveis, devolvidos aos portadores sem revalidação, classificados por curso, instituição de origem e instituição processante do pedido; 4) o prazo médio do primeiro pronunciamento das universidades nos pedidos processados em cada uma delas; e 4) o valor das taxas cobradas, em 2009 e 2010, por curso e universidade processante". O Requerimento de Informação é aprovado. **Extra-Pauta, Item 002: Requerimento nº 28/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senhora Senadora Marisa Serrano, que requer "... nos termos dos artigos 90, incisos II, IV e V e 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiências públicas, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, dando continuidade às discussões já iniciadas sobre o Plano Nacional de Educação e que compõem o calendário sobre o tema aprovado neste colegiado. Os convidados serão indicados posteriormente. 4ª Audiência Pública: ENSINO FUNDAMENTAL, EDUCAÇÃO INTEGRAL E EJA; 5ª Audiência Pública: ENSINO MÉDIO; 6ª Audiência Pública: ENSINO E PÓS-GRADUAÇÃO; 7ª Audiência Pública: VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO; 8ª Audiência Pública: FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO E REGIME DE COLABORAÇÃO". O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 003: Requerimento nº 31/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senhora Senadora Lídice da Mata, que requer "... nos termos regimentais, seja apresentado pelo Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador **Abdias do Nascimento**, apresentando condolências à família". O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 001: Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2008; Item 002: Projeto de Lei da Câmara nº 270, de 2009; Item 004: Projeto de Lei da Câmara nº 305, de 2009; Item 005: Projeto de Lei da Câmara nº 248, de 2009; Item 006: Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2010; Item 007: Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 2010 e Item 009: Projeto de Lei da Câmara nº 288, de 2009**. A Senhora Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora **Marisa Serrano,** Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

A SRA. PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a sua aprovação.

Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada.

Como estamos com o quórum baixo, vamos começar com os requerimentos dos que estão aqui presentes...

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Gostaria de pedir a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Pela ordem, Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Pois não, Srª Senadora Marisa Serrano. É um prazer estar aqui, sob seu comando. É uma alegria para todos nós, tenho certeza, e é bom para a nossa Comissão da Educação, já que V. Exª é uma das figuras que se caracteriza pelo trabalho e pela defesa em favor da educação no Senado Federal e no País.

O requerimento que apresento...

A SRA. PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – É um requerimento extrapauta, Senador?

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – É sim, senhora.

A SRA. PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Então, podemos colocá-lo em votação no plenário, para sua admissão, para ser votado hoje ainda.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – O.k.!

A SRA. PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Vou colocá-lo já em votação.

Requerimento extrapauta, de autoria do Senador Paulo Bauer, para ser votado nesta sessão ainda.

Os que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Então, com a palavra, o Senador Paulo Bauer para a leitura do seu requerimento.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Não foi difícil, porque, como diz um texto bíblico, "bendito sois entre as mulheres". E eu vi que, desta vez, elas me beneficiaram com o seu veredicto.

O requerimento que apresento tem os seguintes termos:

REQUERIMENTO Nº 27/2011 – CE

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam prestadas pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, Fernando

Haddad, as informações a seguir, relativamente aos pedidos de revalidação de diplomas de graduação processados nas universidades federais brasileiras, no período de 2001 a 2010: 1) o quantitativo total de pedidos protocolados, classificados por universidade processante, curso e país de origem; 2) o quantitativo de diplomas revalidados, considerando as seguintes situações: a) concessão de equivalência, sem necessidade de complementação de estudos; b) concessão de equivalência, após realização de complementação de estudos; c) concessão de equivalência, após adoção de outras providências; 3) o quantitativo de diplomas com faltas insanáveis, devolvidos aos portadores sem revalidação, classificados por curso, instituição de origem e instituição processante do pedido; 4) o prazo médio do primeiro pronunciamento das universidades nos pedidos processados em cada uma delas; e 4) o valor das taxas cobradas, em 2009 e 2010, por curso e universidade processante.

Justificação:

A despeito da normatização inserida na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e nas resoluções do Conselho Nacional de Educação, as poucas informações disponíveis acerca dos processos de revalidação dão conta de uma diversidade de procedimentos adotados pelas universidades. Assim, muitas vezes, ocorrem sérios prejuízos para os estudantes, a depender da instituição escolhida para a revalidação de seu diploma. Quase sempre, essas informações são veiculadas pela imprensa sem maior contestação das universidades ou do Ministério da Educação.

Não faz muito, divulgou-se a existência de cerca de dez mil processos dependentes de deliberação nas universidades públicas brasileiras. Há relatos que vão desde o tratamento diferenciado, sem justificativas, a diplomas expedidos por uma mesma instituição de origem, até a ocorrência de processos que terminam sem solução, em que nem mesmo os documentos são devolvidos aos interessados, ou o são sem qualquer manifestação quanto ao intento dos estudantes.

Dessa forma, pautado pela função constitucional desta Casa, de fiscalizar o Poder Executivo e suas ações, mas também pelo dever de aprimorar o ordenamento jurídico a envolver questões de relevante interesse público, é que intentamos obter do Ministério da Educação as informações em destaque, com o mínimo de sistematização, de modo a refletir pelo menos a realidade da revalidação nas universidades vinculadas à Pasta.

De posse dessas informações será possível dimensionar o fenômeno e avaliar de maneira judiciosa as posições em andamento no Congresso Nacional a respeito do assunto.

Sala das Sessões. – Senador **Paulo Bauer**

A SRA. PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Em discussão.

Eu gostaria de fazer umas considerações a respeito desse requerimento, Senador Paulo Bauer.

Não só é importante para o nosso País ter conhecimento desses assuntos, mas também porque o Parlamento do Mercosul tem sido bombardeado com essas questões diariamente. E é bom que, se o MEC tiver todas as informações, esse banco de dados, para nos fornecer, vamos tornar isso mais transparente para o País. Se não tiver, é o momento de o MEC poder também fazer esse levantamento para conhecimento próprio e para conhecimento de todos os interessados.

Quem trabalha com educação tem acompanhado o problema da revalidação dos diplomas. Como V. Exª disse, há uma disparidade de procedimentos e uma disparidade também do que se cobra a respeito da necessidade de revalidação. Há Estados brasileiros e há universidades que cobram fortunas para revalidar um diploma e há outros que não cobra. Então, é necessário que haja, sim, uma sintonia entre as universidades brasileiras, principalmente configurados pelo órgão maior que cuida da educação brasileira, que é o MEC.

A partir desse momento, acho que é importantíssimo a gente poder saber como estão as revalidações dos diplomas dos nossos alunos no País todo.

Portanto, eu acredito que é muito bem-vindo o requerimento de V. Exª.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Coloco em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Quero submeter à apreciação dos Srs. Senadores um requerimento extrapauta, de minha autoria, colocando todas as audiências públicas que foram programadas por esta Comissão... Nós precisamos fazer um requerimento para que elas tenham validade, porque foi apenas discutido um calendário por todos os participantes da Comissão, mas só o calendário não basta, é necessário haver um requerimento.

Portanto, quero colocar extrapauta a leitura desse requerimento e submeto à apreciação dos nobres pares.

Aqueles que concordam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento.

"Requeiro, nos termos dos arts. 90, incisos II, IV e V, e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiências públicas, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, dando continuidade às discussões, já iniciadas, sobre o Plano Nacional de Educação, que compõe o calendário sobre o tema aprovado neste colegiado.

Os convidados serão indicados posteriormente.

Quarta audiência pública: ensino fundamental, educação integral e EJA.

Quinta audiência pública: ensino médio.

Sexta audiência pública: ensino de pós-graduação.

Sétima audiência pública: valorização do magistério.

Oitava audiência pública: financiamento da educação e regime de colaboração."

Como nós estamos aqui discutindo o Plano Nacional de Educação, para que, quando ele vier da Câmara, nós estejamos sobejamente informados sobre as questões, sendo mais fácil a tramitação nesta Comissão, nosso colegiado deliberou acerca de um calendário para discutirmos o Plano Nacional de Educação.

Já fizemos três audiências públicas e essas próximas audiências não tinham requerimento ainda solicitando as audiências. Portanto, esse requerimento engloba a quarta, a quinta, a sexta, a sétima e a oitava audiências públicas para discutir o PNE.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nós vamos começar pelo Item nº 3 da pauta.

ITEM 3 – Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 220, DE 2010

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional), para facultar a portadores de diploma de curso superior não titulados em nível de pós-graduação o acesso ao magistério na educação superior, nas condições que especifica.

Autoria: Comissão de Serviços de Infraestrutura (SF)

Relatoria: Senador Alvaro Dias

A Relatoria é do Senador Alvaro Dias, que abre mão dela, e eu determino ao Senador Paulo Bauer...

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Srª Presidente, eu gostaria de pedir vista desse Projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Só depois da leitura. Aí vamos fazer isso.

O Senador Paulo Bauer para fazer a leitura do Projeto, da justificativa, e o relatório é favorável, na forma do substitutivo oferecido.

A matéria é terminativa no Plenário.

Com a palavra o Senador Paulo Bauer, para sua relatoria.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Parecer da Comissão de Educação sobre o Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2010, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para facultar a portadores de diploma de curso superior não titulados em nível de pós-graduação o exercício do magistério na educação superior nas condições que especifica.

I – Relatório

Chega a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2010, de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura desta Casa.

O PLS pretende alterar o art. 66 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a LDB, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, para facultar aos portadores de curso superior não titulados em nível de pós-graduação o acesso ao magistério na educação superior.

O art. 1º do Projeto explicita, ao acrescer ao art. 66 um segundo parágrafo, que serão admitidos como docentes nas áreas tecnológicas e de infraestrutura, na forma de regulamento, os portadores de diploma de graduação, desde que comprovem relevante experiência profissional.

A justificação se concentra em dois argumentos: o da preocupante falta de docentes pós-graduados, particularmente com mestrado e doutorado, nas áreas de tecnologia em engenharias, o que comprometeria seriamente o ritmo de desenvolvimento econômico exigido para o País no momento, e a existência de profissionais de notório saber nessas áreas, que têm seu acesso à docência cerceado pela exigência do atual parágrafo único, a saber: o reconhecimento por universidade que tenha programa de doutorado na área.

O art. 2º do Projeto prevê que a lei proposta entre em vigor na data de sua publicação.

Não foram oferecidas emendas ao Projeto.

II – Análise.

Está de parabéns a Comissão de Serviços de Infraestrutura por se sensibilizar com a necessidade urgente de prover de docentes qualificados os cursos

de graduação onde sua falta compromete o próprio funcionamento da educação superior e o consequente desenvolvimento econômico do País. Mas ainda se louve a preocupação por participar do esforço de dar uma solução a esse problema na esfera legislativa.

Na verdade, as leis, em geral, e a LDB, em particular, não buscam frear a aspiração dos jovens a um trabalho qualificado, nem ignorar a necessidade da sociedade em ser provida de profissionais. Desde a Constituição de 1988, tampouco buscam coibir o direito de todos à educação.

A Constituição estabelece princípios e a LDB fixa diretrizes e bases gerais para que a educação escolar da creche à pós-graduação cumpra seus objetivos. É por isso que existem não somente normas como as que regem as etapas e modalidades de ensino, os critérios de acesso aos diferentes cursos e ao exercício da profissionalidade educativa, mas também instituições e órgãos de controle, como o Ministério da Educação, as secretarias estaduais e municipais e os conselhos de educação de cada sistema de ensino. Entretanto, os atos legislativos e normativos não podem submeter a realidade a seus ordenamentos.

Ora, o saber precede a escola. A ciência e a tecnologia são construídas pelo ser humano antes de fundados um curso profissional ou uma universidade. Ao se implantar um novo curso superior, como se poderia exigir um diploma de um portador do saber e do conhecimento se não existe o curso para formá-lo? É de se perguntar se havia doutores diplomados no alvorecer de Bolonha, de Oxford, de Harvard, de Coimbra. Como a educação superior chegou com atraso de 300 anos ao Brasil, certamente as "lentes" das faculdades de Direito de Olinda e de São Paulo, dos cursos de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, das escolas politécnicas e de outros cursos superiores ou tinham diplomas estrangeiros, do que resultava nosso mimetismo cultural e inferioridade acadêmica, ou, formados pela prática, arranjavam-se como auxiliares de ensino, à sombra dos luminares de papel passado.

A própria Constituição e a LDB expressam a precariedade e dubiedade da política de formação e de exercício da docência na educação superior, do que resultam flexibilidades e excessos de rigor.

Entre as flexibilidades, estão, certamente, o instituto constitucional do acúmulo de cargos para os professores na educação básica e superior, o percentual insuficiente de docentes com mestrado e doutorado para credenciar as universidades e a possibilidade de maioria de professores com certificados de especialização (ou pós-graduação *lato sensu*) para reconhecer cursos superiores.

De outro lado, há um excesso de rigor ao se exigir que o notório saber de um cidadão seja reconhecido por universidade que tenha, naquela área, curso de doutorado. Se assim fosse, nem Anísio Teixeira, reconhecidamente nosso maior cientista da educação, nem Burle Marx e Cândido Portinari, por ele recrutados para lecionar na Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, poderiam ter sido nela brilhantes docentes.

Que nas carreiras públicas de docência universitária se pautem as progressões salariais pela titulação acadêmica apropriada de especialização, mestrado e doutorado, ou mesmo sejam exigidos esses diplomas para ingresso na carreira, está bem. Mas o exercício da docência em instituição pública ou privada por alguém, seja diplomado em curso de graduação superior, seja detentor de notório saber que a própria instituição avalie, não pode ficar impedido ou dificultado, sob pena de a sociedade não estar reconhecendo os talentos que ela própria desenvolve nos seus mais distintos processos educativos.

E aqui cabe uma reflexão que orientará o nosso voto: por que se limitar às áreas tecnológicas e de infraestrutura, se os argumentos aduzidos no PLS e aqui reforçados valem para um espectro muito mais amplo da educação superior? Além de haver uma confusão terminológica em relação à palavra tecnologia e à expressão infraestrutura, o foco nessas áreas acabaria por se constituir não em abertura, mas em privilégio. Na verdade, os cursos de tecnologia normatizados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e publicados em catálogo do MEC se referem aos três setores da economia – primário, secundário e terciário – e se caracterizam por sua natureza predominantemente prática (originada da "técnica") e por duração menor. E a palavra "infraestrutura", embora se relacione mais às realidades físicas da cultura (transportes, habitação, saneamento, comunicação e outras), também se aplica a equipamentos sociais, como os da saúde, da educação e das manifestações culturais.

Assim, valorizando a contribuição da Comissão de Serviços de Infraestrutura, construímos uma emenda substitutiva para que a LDB clareie o itinerário formativo dos docentes da educação superior e de regular o seu exercício profissional nas instituições credenciadas.

III – Voto

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2010, conforme a seguinte emenda (substitutivo).

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 220, DE 2010

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a formação

e o exercício dos docentes nas instituições e cursos da educação superior.

O Congresso Nacional decreta*:*

Art. 1º O art. 66 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 66. A formação dos docentes dos cursos de graduação e de pós-graduação de nível superior será feita em programas de mestrado e doutorado, exigida, além do estudo e aprofundamento em área de conhecimento científico e tecnológico, capacitação e prática pedagógica, a critério do respectivo sistema de ensino.

Parágrafo único. O exercício da docência na educação superior obedece aos seguintes princípios:

I – nas instituições públicas, o acesso à carreira depende de aprovação em concurso de provas e títulos de doutorado ou mestrado, conforme a complexidade da função, a critério do respectivo sistema de ensino ou, em universidades, do colegiado superior;

II – nas instituições públicas e privadas, admite-se acesso a contrato de trabalho docente temporário, mediante processo seletivo, a portadores de diplomas de graduação e de pós-graduação lato sensu, bem como a profissionais de notório saber na área de atuação;

III – os profissionais de notório saber a que se refere o inciso II, quando reconhecidos e diplomados por universidades que tenham programas de mestrado ou doutorado em sua área de conhecimento e atuação, poderão se candidatar ao ingresso nas carreiras de docência em instituições públicas de educação superior".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, Presidente e Relator assinam.

A SRA. PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Obrigada, Senador Paulo Bauer.

Em discussão.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Srª Presidente, eu gostaria de pedir vista desse projeto. Esse projeto exige uma análise mais atenta. A Secretaria de Educação Superior está preparando uma nota técnica para discutir melhor a proposta. Diante da possibilidade de trazer modificações significativas na estrutura do ensino superior brasileiro, a gente gostaria de discutir mais a proposta. Por isso, peço vista do projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Senador Wellington?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Era basicamente para levantar que eu estive analisando o projeto, e ele tem uma alteração, porque ele amplia para toda universidade, e caberia aí uma análise mais acurada. Concordo com o pedido de vista da Senadora Angela, acho que permite a todos nós analisarmos melhor.

A SRA. PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Acredito que temos de ter em mente as necessidades do País, mesmo que seja com um lapso de tempo, aquilo que precisamos. O MEC, como disse o Senador Paulo Bauer hoje, tem que ter um cadastro e um banco de dados muito bom para nós sabermos onde é que está faltando profissionais. Não adianta a gente querer fazer com que o País caminhe, com que o País se desenvolva se não tivermos condições de ter profissionais.

Por exemplo, aqui ele coloca três itens no exercício da docência de educação superior. Um, concurso público de provas e títulos de doutorado e mestrado. Quer dizer, é a regra de hoje.

O trabalho docente temporário. Quanto a esse um item, eu quero colocar algo sobre a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul que já disse ao Ministro a última vez que ele esteve aqui conosco: lá não tem nem temporário, tem voluntário, gente que não ganha nada. É uma coisa absurda o que está acontecendo! Já denunciei isso. Porque não há professores, são voluntários que vão lá dar aula porque têm interesse, porque o filho está estudando ou porque têm algum outro tipo de interesse, para currículo, etc. e tal. Nem temporários são. Quer dizer, olhem a precariedade do regime de trabalho desses profissionais e a precariedade do conteúdo que está sendo dado para nossos alunos.

E o terceiro item: profissionais de notório saber, que seriam esses profissionais que, além de serem formados, mesmo que não sejam da área, tenham reconhecido saber e que possam apoiar. Quer dizer, abre um leque, facilita mais um pouco a procura, talvez, e o encontrar de novas cabeças que possam auxiliar nossas universidades.

Eu acredito que vale o pedido de vistas, que é concedido por cinco dias, até a semana que vem, e vale também uma discussão de como estão as nossas universidades em termos de titulação para os seus professores.

Concedido o pedido de vistas, passamos agora...

Os Itens 9 e 10, embora os relatores não estejam presentes, nós podemos fazer a leitura antecipada para facilitar a aprovação posterior, já que são terminativos. Vamos designar *ad hoc* a Senadora...

ITEM 9 – Terminativo –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 260, DE 2009

Denomina a BR-363, localizada em Fernando de Noronha, no Estado de Pernambuco, Estrada Miguel Arraes de Alencar.

Autoria: Deputado Gonzaga Patriota
Relatoria: Senador Pedro Simon

Relatório: Favorável

Observações: 1– A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 19/04/2011, 26/04/2011, 03/05/2011 e 10/05/2011

Relatoria **ad hoc**: Senadora Angela Portela.

Com a palavra a Senadora Angela Portela para a sua relatoria.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Relatório.

O Projeto de Lei da Câmara, PLC, de nº 260, de 2009, PL nº 3.071, de 2008, na origem, de autoria do Deputado Gonzaga Patriota, tem o propósito de denominar Estrada Miguel Arraes de Alencar a BR-363, localizada em Fernando de Noronha, no Estado de Pernambuco.

O autor da iniciativa justifica a homenagem proposta ao pôr em relevo o legado da seriedade ética deixado pelo Líder Miguel Arraes.

Na Casa de origem, o projeto mereceu a aprovação unânime das Comissões de Aviação e Transporte, de Educação e Cultura e de Constituição, Justiça e Cidadania.

No Senado, foi distribuída exclusivamente à Comissão de Educação, Cultura e Esporte para decisão terminativa.

Não houve oferecimento de emendas.

É o relatório.

II – Análise

A proposição encontra apoio constitucional no âmbito das prerrogativas da União, ente ao qual compete, nos termos do art. 22, XI, legislar privativamente sobre trânsito e transporte.

De outra parte, é lícita a iniciativa parlamentar, uma vez que o projeto atende aos requisitos estabelecidos nos arts. 48 e 61 da Carta Política, não incidindo no campo reservado ao Presidente da República.

Verifica-se igualmente a adequada observância dos critérios fixados na Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que permite, mediante lei específica, a atribuição a vias e terminais integrantes do sistema nacional de transporte de designações de fatos históricos ou nomes de pessoas falecidas com relevantes serviços prestados à nação supletivamente às denominações de caráter oficial.

No mesmo sentido, a proposição observa o disposto na Lei nº 6.454, de 24 de novembro de 1974, que veda a atribuição de nome de pessoa viva e bem público de qualquer natureza, pertencente à União ou a pessoas jurídicas na administração indireta.

No mérito, adoto os argumentos do autor e considero justa e merecida a homenagem proposta ao grande homem público Miguel Arraes, político cujo exemplo honrou o Estado de Pernambuco e o Brasil.

Este projeto de lei visa conceder à BR-363, localizada na ilha de Fernando de Noronha, Estado de Pernambuco, a denominação Rodovia Miguel Arraes de Alencar.

A escolha do nome deve-se à relevância de Miguel Arraes na história política de Pernambuco e do Brasil e ao fato de ter sido preso na ilha de Fernando de Noronha, após se recusar, em 1º de abril de 1964, a obedecer à ordem de renunciar ao cargo de Governador do Estado de Pernambuco.

O nome de Miguel Arraes é dos mais importantes da história política brasileira, em especial da história do Estado de Pernambuco.

Nascido em 1916, de uma família de pequenos agricultores do Estado do Ceará, ainda muito jovem mudou-se para concluir seus estudos e concluir sua vida profissional.

Seu ingresso na vida política deu-se pela mão de Barbosa Lima Sobrinho, que, em 1948, quando Governador do Estado, o nomeou Secretário da Fazenda. Já em 1950 se elegia Deputado Estadual.

Em 1959, foi eleito Prefeito de Recife e, em 1962, Governador do Estado de Pernambuco, quando, pela primeira vez, o salário mínimo foi estendido aos trabalhadores rurais.

Em 1964, recusando-se a renunciar, com o palácio do governo cercado pelo Exército, foi deposto e permaneceu preso durante onze meses em Fernando de Noronha. Exilado na Argélia, só retornou ao Brasil e ao seu querido Pernambuco em 1979, quando foi recebido por uma gigantesca multidão que se supõe tenha sido a maior manifestação popular até então acontecida no Estado.

Em 1986, retorna ao Governo de Pernambuco, em 1990, torna-se o Deputado Federal mais votado do Brasil e, em 1994, é, pela terceira vez, eleito Governador do Estado.

Faleceu em 2005, aos 88 anos, deixando um legado de dignidade e de uma vida de compromisso com o povo brasileiro.

III – Voto

Ante o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, com louvor, pela aprovação do PLC nº 260, de 2009.

É o voto, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Obrigada, Senadora Angela.

Continua em discussão. *(Pausa)*

Não havendo quem queira discutir, fica sobrestado para a próxima reunião, se tivermos quórum para a votação.

ITEM 11 – Não Terminativo –

REQUERIMENTO Nº /2011 – CE

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso II, combinado com o art.93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública destinada a debater, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a criação, desenvolvimento e atuação do ECAD, assim como as recentes denúncias envolvendo o órgão e as perspectivas de fiscalização do mesmo com base no Plano Nacional de Cultura, com a presença dos seguintes convidados: Deputado Estadual (licenciado) Bruno Covas – PSDB/SP, Presidente da CPI do ECAD na ALESP; Deputado Estadual Ed Thomas – PSB/SP, Relator da CPI do ECAD na ALESP; Representante do Ministério da Cultura; Professor Alexandre Negreiros – UFRJ; Representante do ECAD.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Com a palavra Senadora Marinor Brito.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Bom dia a todos.

Subscrevi, junto com o Senador Randolfe Rodrigues, o pedido dessa audiência pública pela importância do tema, já que a nossa Comissão tem obrigação de debater as questões de interesse nacional relativas à cultura do nosso País, à área da cultura.

E as recentes denúncias que foram levantadas a partir da CPI do ECAD, na Assembleia Legislativa de São Paulo, denúncias que vêm percorrendo o Brasil sobre a utilização dos recursos arrecadados, nós achamos que é de suma importância que esta Comissão se aproprie desses dados em primeiro lugar.

Em segundo lugar, nós queremos também ouvir o Governo, o Ministério da Cultura, queremos ouvir os representantes do ECAD, porque é preciso fazer um juízo de valor à luz dos dados denunciados pela instituição a partir da CPI, mas também ouvir as contraposições da representação do ECAD e do próprio Ministério da Cultura. Achamos imprescindível.

Por isso eu e o Senador Randolfe Rodrigues, da Bancada do PSOL no Senado, estamos juntos subscrevendo este requerimento e gostaríamos de merecer de V. Exªs a aprovação, para que possamos realizar em breve essa audiência pública.

A SRA. PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Em discussão o requerimento da Senadora Marinor Brito e do Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Srª Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Veja V. Exª, eu estou aqui atento aos trabalhos da Comissão e observando, também, algumas correspondências que recebi e recebo diariamente e, neste exato momento, deparei-me com uma correspondência recebida da instituição que, em Santa Catarina, congrega todos os hotéis e que participa a Associação Brasileira das Indústrias de Hotéis. Essa instituição, presidida pelo Sr. João Eduardo Amaral Moritz, exatamente vem solicitar o meu apoio e manifestar o seu apoio para a realização dos trabalhos desta CPI. Entre outras coisas, eles dizem aqui:

O setor hoteleiro tem sido um dos mais prejudicados pela atuação sem critérios dessa entidade, onerando os serviços prestados aos hóspedes por cobrança indevida de serviços que nada têm a ver com a execução pública de música, como é o caso do uso de TV no interior dos apartamentos pelos hóspedes.

Quer dizer, efetivamente, este é um país da música que não pode tocar música alguma, porque se tocar paga ou cobra.

Eu acho que é certo que estimulemos todos os colegas Senadores e Senadoras a participar efetivamente dos trabalhos desta CPI, para que a gente ponha fim nesta questão que incomoda empresários, incomoda prestadores de serviços, incomoda até os próprios artistas, que efetivamente querem uma lei correta, querem merecer os seus direitos legitimamente. Aliás, existem artistas, compositores que não recebem o pagamento devido que a lei lhes assegura. Por isso mesmo, nós achamos que o ECAD precisa deixar de ser esse cartório que, infelizmente, não contribui para a disseminação da cultura, através da música principalmente, em nosso País. Tem meu apoio a iniciativa do Senador Randolfe Rodrigues e meu aplauso todo trabalho que esta CPI vier a desenvolver.

A SRA. PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Continua em discussão.

Eu queria fazer algumas considerações porque recebi como Vice-Presidente da Comissão, na semana passada, a Srª Cristina Saraiva, do Rio de janeiro, a Fernanda Abreu e o vice-presidente da Associação Brasileira de Músicos, discutindo esta questão do ECAD.

Quero aqui externar não só o pensamento deles, mas também o meu pensamento próprio, de que nós precisamos ter um órgão arrecadador, ninguém discute isso, é necessário. Os artistas, os músicos precisam receber pela execução das suas músicas. Então, não se pode discutir que precisamos de um órgão arrecadador. Agora, seja o ECAD, seja outro, isso vai ser discutido. O que precisa mesmo é de transparência,

é a garantia da fiscalização. Os músicos querem isso, querem que alguém fiscalize, que alguém diga se aquilo mesmo se está recebendo. Não há fiscalização. É uma entidade particular e não tem critérios definidos.

Que critérios? Como recebem e de onde vão receber? Vão receber de igreja que toca numa quermesse? Vai receber de uma escola que faz uma festinha para o Dia das Mães? Quer dizer, critérios que vão ser colocados aí.

Então, eu acho que o recolhimento dos direitos autorais é sumamente importante, mas tem de ser discutida essa questão.

Coloco aqui, ainda, em discussão o requerimento, se alguém quiser fazer alguma consideração.

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento do Senador Randolfe Rodrigues e da Senadora Marinor Brito.

Aqueles que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 12 – Não Terminativo –

REQUERIMENTO Nº /2011 – CE

Requeiro, em aditamento ao Requerimento nº 22/2011 – CE, seja incluído o seguinte tema: A abordagem, no conteúdo de livros didáticos aprovados pelo MEC, de questões referentes à homofobia, ao gênero e aos aspectos étnico-raciais.

Autoria: Senadora Marinor Brito

Então, já foi aprovado o requerimento e está sendo aditado agora pelo Senador...

A Senadora Marinor Brito está incluindo mais esse tema na audiência pública em que teremos aqui a figura do Ministro Fernando Haddad.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Excelência, nós todos e todas acompanhamos, nessa última semana, o debate atritado e composições antagônicas ouvidas pela imprensa de praticamente envolvendo a sociedade como um todo. Acho que não podemos perder a oportunidade, ao discutir o conteúdo dos livros didáticos aprovados pelo MEC, de ouvir a opinião do Ministério da Educação sobre as questões que também estão na ordem do dia, que precisam estar na ordem do dia, de como a escola, através dos livros didáticos, pode ajudar a enfrentar a violência contra os comportamentos homofóbicos, contra a discriminação étnico-racial e a discriminação contra mulheres. Acho que é inevitável, até no conteúdo do debate, que o Ministério da Educação,d e pois de tanto ser cobrado pela sociedade, pelos movimentos, pelas ONGs que lutam em defesa desses segmentos, da cidadania desses segmentos, do respeito a esses segmentos, não coloque, não se posicione sobre isso.

Mas eu fiz questão de fazer um adendo ao requerimento para que, em caso de tentar, na perspectiva de não se expor, em função da pressão que a imprensa fez nesse último período, sobretudo em relação à questão da homofobia, que o Governo não vá se eximir de fazer essa discussão aqui. Então eu, como educadora, militante da área dos direitos humanos, não abrirei mão, independente de aprovar ou não o requerimento de cobrar do Ministério da Educação uma posição clara no enfrentamento desses tipos de violência.

Obrigada, Excelência.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Senadora Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Senadora Marisa Serrano, Presidente desta sessão, apenas para registrar que trabalharei para que nós possamos ter quorum em breve para aprovar esta matéria de homenagem ao homem público, ex-governador Miguel Arraes, que já vem a nossa pauta há algum tempo e esta matéria ainda não conseguiu ser aprovada por falta de quorum. Eu vou me empenhar para isso porque acho de grande importância que essa proposição de homenagem ao Governador Miguel Arraes possa ser realizada no mais breve espaço de tempo com a aprovação desta matéria na nossa Comissão.

Além disso, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero fazer aqui um voto de solidariedade aos familiares e de registro do nosso pesar pelo falecimento do grande lutador, de combate à discriminação racial no nosso País, Oe x-Senador Abdias Nascimento, que acaba de falecer no Rio de Janeiro. Quero deixar aqui a minha solidariedade e sugerir que façamos um voto de pesar da Comissão de Educação aos familiares e ao Brasil pela perda deste grande brasileiro.

A SRA. PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Acabando a discussão deste requerimento, votaremos o voto de pesar.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Excelência, eu queria o meu acordo do PSOL, acompanhando o voto de pesar sugerido pela Senadora;

A SRA. PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Continua em discussão o aditamento da Senadora Marinor Brito à audiência pública da próxima semana.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam, permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

A Secretaria prepara depois o voto de pesar, mas quero colocar aqui em votação.

Aqueles Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 10 – Terminativo –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2010

Denomina Viaduto Arnaldo Borges Pereira o viaduto localizado no cruzamento entre as Rodovias BR-050/365/452 e a Rodovia Municipal 030, no anel viário norte da cidade de Uberlândia, no Estado de Minas Gerais.

Autoria: Deputado Gilmar Machado
Relatoria: Senador Pedro Simon
Relatório: Favorável

Observações: 1– A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 19/04/2011, 26/04/2011, 03/05/2011 e 10/05/2011

Com a palavra a Relatora *ad hoc*, Senadora Ana Rita.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Srª Presidente, passo a seguir à leitura do Relatório.

Submete-se à apreciação terminativa desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, o Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2010 (PL nº 4.262, de 2008, na origem), de autoria do Deputado Gilmar Machado, que atribui a denominação de "Viaduto Arnaldo Borges Pereira" ao viaduto localizado no cruzamento entre as Rodovias BR-050, BR-365, BR-452 e a Rodovia Municipal 030, no anel viário norte da cidade de Uberlândia, no Estado de Minas Gerais.

Na Casa de origem, o projeto mereceu a aprovação unânime das Comissões de Viação e Transportes; de Educação e Cultura; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No Senado, foi distribuído exclusivamente à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para decisão terminativa. Não houve oferecimento de emendas.

É o Relatório

II – Análise

A proposição encontra apoio constitucional no âmbito das prerrogativas da União, ente ao qual compete, nos termos do art. 22, XI, legislar privativamente sobre "trânsito e transporte". De outra parte, é lícita a iniciativa parlamentar, uma vez que o projeto atende aos requisitos estabelecidos nos arts. 48 e 61 da Carta Política, não incidindo no campo reservado ao Presidente da República.

Verifica-se igualmente a adequada observância dos critérios fixados na Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que permite, mediante lei específica, a atribuição a vias e terminais integrantes do Sistema Nacional de Transportes de "designações de fatos históricos ou nomes de pessoas falecidas com relevantes serviços prestados à nação", supletivamente às denominações de caráter oficial. No mesmo sentido, a proposição observa o disposto na Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que veda a atribuição de "nome de pessoa viva a bem público, de qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da Administração indireta".

O Sr. Arnaldo Borges Pereira é filho de Uberlândia, onde está localizado o viaduto ao qual se deseja dar seu nome. O autor da proposição nos relata a vida de um homem empreendedor e carismático, que "não media esforços na defesa dos interesses da sua cidade". Relata-nos, ainda que de forma breve, a história desse empresário à frente de seu negócio, a Casa de Carnes Cristal, e suas atividades rurais como pecuarista. No mérito, adoto os argumentos do autor, eminente Deputado Gilmar Machado, e a despeito da proposição não ter sido acompanhada de prova clara da concordância da comunidade local com a proposta, como recomenda a Súmula nº 1, de 2001, da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, temos convicção de que o Parlamentar se fez cercar dela ao apresentar o Projeto de Lei em tela.

III – Voto

Ante o exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do PLC nº 118, de 2010.

Sala da Comissão

Relator Senador Pedro Simon.

A SRA. PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Obrigada, Senadora Ana Rita.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queria discutir, fica sobrestado para a próxima semana, já que é terminativo e nós não temos quórum suficiente.

Comunicado.

Comunico aos Srs. Senadores e Senadoras o recebimento de convite do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação Fernando Haddad, para solenidade de posse da Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Ângela Maria Paiva Cruz, a ser realizada no dia 24 de maio do corrente, terça-feira, às 14h30, na Sala de Atos, 9º andar, do edifício-sede do Ministério da Educação, em Brasília.

Os Senadores que desejarem uma cópia do convite poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão.

A matéria vai ao Arquivo.

Comunicado.

Comunico aos Srs. Senadores e Senadoras o recebimento de correspondência do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular, com as exposições, debates e conclusões realizadas no IV Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular envolvendo mantenedores; pesquisadores e estudantes; entidades civis voltadas à educação, autoridades do Ministério da Educação e Parlamentares do Congresso Nacional que evidenciaram a importância da parceria Fórum – MEC na busca da educação superior de excelência, bem como a oportunidade de analisar cenários e fazer proposições e alternativas para se atingir a meta de colocar 10 milhões de estudantes no ensino superior. Informo que o Fórum ocorreu na cidade de Salvador – BA, nos dias 05, 06 e 07 de maio do corrente.

Cópia da correspondência será encaminhada via e-mail aos gabinetes dos Senhores Senadores.

A matéria vai ao Arquivo.

Quero informar ainda aos Srs. Senadores e Senadoras que, amanhã, quarta-feira, teremos uma audiência pública cujo assunto será celebrar o centenário de nascimento do artista Carybé e debater a importância de sua obra.

A autoria do Requerimento nº 12, de 2011, desta Comissão é da Senadora Lídice da Mata.

Convidados: Maria Célia Teixeira, Diretora de Museus da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia; Juan Pablo Lohlé**,** Embaixador da Argentina no Brasil; e Solange Bernabó**,** Diretora do Instituto Carybé (filha do artista Carybé).

Portanto, todos estão convidados para essa audiência pública, amanhã, nesta Comissão, às 10 horas.

Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Srª Presidente, apenas uma consulta.

Houve já alguma informação de parte do Ministério da Educação ou do Ministro quanto à data que comparecerá a esta Comissão para falar do livro didático que escreve de maneira popular e equivocada a gramática portuguesa?

A SRA. PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Todos esses requerimentos que foram lidos hoje em aditamento ao da Senadora Marinor são referentes a essa audiência pública. A princípio, está marcada para o dia 31, terça-feira da semana que vem.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Dia 31, semana que vem.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a reunião.

(Levanta-se a Reunião às 12 horas e 08 minutos.)

ATA DA VIGÉSIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 2011.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e vinte e três minutos do dia vinte e cinco de maio de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência da Senhora Senadora Marisa Serrano, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Lídice da Mata, Cyro Miranda, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, Armando Monteiro, Waldemir Moka, Ciro Nogueira e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Walter Pinheiro, Magno Malta, Inácio Arruda, Roberto Requião, Eduardo Amorim, Geovani Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Ana Amélia, José Agripino, João Vicente Claudino, Marinor Brito e Cristovam Buarque, que justifica a ausência. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 12/11–CE, de autoria da Senadora Lídice da Mata, destinado a **"Celebrar o centenário de nascimento do artista Carybé e debater a importância de sua obra"**. Logo após, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, da Senhora Nancy Argentina Colina Bernabó, viúva do artista Carybé; Senhor Ramiro Bernabó, filho do artista Carybé; Senhor Gonzalo Entenza, Secretário da Embaixada da Argentina; Senhor Juan Navarro, Secretário da Embaixada da Argentina; Senhor André Luiz Oliveira, cineasta, fotógrafo, músico e compositor e Senhora Patrizia Giancotti, antropóloga e fotógrafa (amiga da família). Como expositores, comparecem à Audiência Pública a **Senhora Maria Célia Teixeira, Diretora de Museus da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia; Senhor Juan Pablo Lohlé, Embaixador da Argentina no Brasil e Senhora Solange Bernabó, Diretora do Instituto Carybé (filha do artista Carybé)**. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usa da palavra a Senhora Senadora Lídice da Mata, autora do Requerimento. Neste momento, o Plenário acata sugestão formulada pela

Presidência no sentido de passar a palavra à Senhora Nancy Argentina Colina Bernabó, viúva do artista Carybé, para que faça suas considerações a respeito da homenagem feita na presente Audiência Pública. Após as considerações finais dos expositores, a Senhora Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano, faz a leitura do comunicado que se segue: **Comunicado:** "Comunico aos Senhores Senadores o recebimento do Aviso nº 635-Seses-TCU-Plenário do Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do Processo TC 007.706/2011-1, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação, com a intenção de manter informada a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal acerca dos desdobramentos do Acórdão nº 2.201/2008-TCU-Plenário, que tem como objetivo conhecer e avaliar os motivos que levaram o Poder Executivo a realizar, sob pretexto de fomentar as exportações, transferências de recursos federais aos Estados e Municípios. Os Senadores que desejarem uma cópia do Aviso poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão". A Matéria vai ao arquivo. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às onze horas e trinta e cinco minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora **Marisa Serrano,** Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

A SRA. PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a sua aprovação.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 12, deste ano, desta Comissão, de autoria da Srª Senadora Lídice da Mata, para realização de audiência pública destinada a "celebrar o centenário de nascimento do artista Carybé e debater a importância de sua obra".

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário desta Comissão, Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa. (*Pausa.*)

Senhores presentes, Srª Senadora, quero informar que esta audiência está sendo gravada pela TV Senado e vai ser retransmitida para todo o País. Portanto, nós teremos aí milhões de brasileiros assistindo à nossa manhã, que, tenho certeza, será de culto a uma personagem que nos é muito cara, a todos os brasileiros, e uma manhã falando de cultura, o que é muito importante.

Quero informar que vamos falar sobre Carybé, como era conhecido o pintor, desenhista, escultor, ceramista e muralista Hector Júlio Páride Bernabó. Nasceu em Lanús, na Argentina, em 7 de fevereiro de 1911, e, após passagem por outras cidades brasileiras e da América do Sul, fixou-se em Salvador em 1950 e se naturalizou brasileiro sete anos mais tarde. Foi na capital baiana que o artista se encantou pela cultura e religiosidade do povo da Bahia, que foram inspirações para suas principais obras.

Dando início à nossa manhã sobre a vida, a obra e a história de Carybé, passo a palavra, primeiro, à Diretora do Museu da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, Srª Maria Célia Teixeira, a quem agradecemos a presença em atendimento ao nosso convite.

A SRA. MARIA CÉLIA TEIXEIRA – Bom dia a todos e a todas, senhores componentes da Mesa, Srs. Senadores, prezados senhores e senhoras, por indicação do Secretário de Cultura do Estado da Bahia, estou fazendo parte desta Mesa em homenagem ao nosso baiano de coração e de vida, o grande artista Carybé.

Por militar em dois campos que se complementam, a museologia e a educação, que têm como referencial para operacionalização de suas ações o patrimônio cultura do qual fazem parte a arte, os saberes, os fazeres e a relação com o meio ambiente e por esta homenagem estar acontecendo no âmbito da Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal, optei por fazer a nossa homenagem, neste momento, destacando as contribuições que a obra do artista podem trazer às práticas pedagógicas e museal. Compreendo, portanto, que homenagear Carybé é dar vida e uso à sua obra.

Em relação à preservação do patrimônio cultural, destaco que, por meio de seus desenhos, aquarelas, aguadas, olhos, talhas, painéis e livros, o artista produz uma iconografia importante para compreensão dos usos e costumes do povo baiano, referencial importante para nossas exposições, com amplas possibilidades de contextualização e de produção de conhecimento.

Nesse sentido, a obra do artista permite-nos comparar estilos e formas, realizar conexões entre arte e ciência, velho e novo, entre uma cultura e ou-

tra, abrindo amplas possibilidades para trabalhar com a transversalidade, a partir do acervo preservado. A produção do artista aqui não se resume na obra em si, mas também na possibilidade de estratégias de ação e reflexão.

Considero que poucos artistas retrataram tão bem os saberes e fazeres do povo de santo, ressaltando-se a impressionante atualidade da obra de Carybé. Temos, dentre temas como a superação da dicotomia entre erudito e popular, com os saberes eliminando fronteiras e comunicando entre si, o diálogo intercultural, multicultural e transcultural, questões de gênero, de preconceito, matérias que estão na ordem do dia e que os referenciais de sua obra nos levam a considerar que é nos espaços sociais multiculturais que vão ser geradas as dinâmicas e os processos de mediação.

Nesse contexto, buscamos a referência do antropólogo francês François Laplantine, que nos chama a atenção para o fato de que "o conhecimento (antropológico) da nossa cultura passa inevitavelmente pelo conhecimento de outras culturas, e que devemos reconhecer que somos uma cultura possível dentre tantas outras, mas não a única".

Outro aspecto que quero destacar nesta homenagem é o grande potencial que tem a obra de Carybé no sentido de contribuir para que os espaços sagrados, como museus e galerias, se abram para uma interlocução com a cidade. Refiro-me às amplas possibilidades de realização de projetos em parceria com outras instituições que abrigam os seus trabalhos, fornecendo, inclusive, as informações necessárias para que os usuários dos museus consigam identificar e usufruir de suas obras em diferentes espaços da cidade, a exemplo da exposição sobre a obra do artista, realizada no Museu de Arte Moderna em Salvador, quando se tinha um grande mapa localizando as obras do artista em toda a cidade, indicando que o usuário poderia dar continuidade a esse trabalho de fruição da obra de Carybé para as paredes além do museu.

No momento, algumas instituições museológicas estão homenageando Carybé em nosso País. A diretoria de museus do IPAC apresenta a exposição *O Universo Criativo de Carybé*, na galeria Solar Ferrão, reconstituindo o ateliê do artista e trazendo a público dezessete obras inacabadas, exposição essa feita com a participação da família Carybé, que aqui está presente e que contribuiu para que aquela exposição tivesse, realmente, conteúdo, sentido, e para que o público pudesse usufruir do espaço de trabalho, de como era o espaço de trabalho do artista, porque há uma reconstituição do seu ateliê de trabalho e de obras também inacabadas, mostrando esse processo de construção do artista. Além das pinturas que fazem parte da exposição, fazem parte das peças o mobiliário do ateliê, objetos de arte e livros que o pintor colecionava.

No Museu Afro Brasil, em São Paulo, acontece a exposição Grande Mural dos Orixás – Carybé e Deuses da África. A mostra homenageia o centenário de nascimento de Carybé, incluindo dezenove painéis representando os deuses da África no candomblé da Bahia, nos quais estão apresentados orixás como Iemanjá, Oxossi, Oxum, Xangô e Ogum. As obras pertencem ao Banco do Brasil, encontrando-se em comodato no Museu Afro-Brasileiro da Universidade Federal da Bahia. No Museu Castro Maya, no Rio de Janeiro, o artista está sendo homenageado com uma exposição que traz quatorze obras de Carybé, pertencentes à coleção Castro Maya, além das edições especiais dos Cem Bibliófilos e do Muito Leal, mais cartas e documentos provenientes do acervo. Em destaque, os desenhos que originaram as gravuras para Macunaíma e desenhos que retratam o carnaval, as brincadeiras infantis e atividades econômicas populares, como a pesca com a rede.

Compreendemos que a maior homenagem do nosso campo de atuação e das instituições que atuam com as áreas da cultura e da educação em nosso País ao artista Carybé é, a partir do seu acervo preservado, realizar programas de ação cultural e educativa com públicos diferenciados, em especial com estudantes e professores da rede de ensino.

Enfatizamos que a educação alimenta-se na tradição, sendo essa o suporte essencial que lhe dá sentido, fornecendo a base necessária para a construção e reconstrução do conhecimento para que possamos estimular a liberdade, a independência pessoal, o valor da expressão de cada um e a autonomia.

Paulo Freire, em 2002, lembra-nos que a questão fundamental não está em que o passado passe ou não passe, mas na maneira crítica, desperta, com que entendemos a presença do passado em procedimentos do presente. Destaca o mestre, nesse sentido, que o estudo do passado traz à memória do corpo consciente a razão de ser de muitos dos procedimentos do presente e nos ajuda, a partir da compreensão do passado, a superar as suas marcas.

Com certeza, o legado de Carybé continuará sendo, para muitas gerações, referencial importante no sentido de estimular a criatividade, o senso crítico, a nossa coragem de ousar e de transformar a realidade. O reconhecimento desse potencial é, no nosso entender, a nossa maior homenagem.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SR PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Nós que agradecemos à Senhora Maria Célia Teixeira, Diretora dos Museus da Secretaria de

Cultura da Bahia, a sua presença e o testemunho que dá aqui em nome da cultura baiana. Queremos agradecer e registrar a presença da Srª Nancy Argentina Colina Bernabó – seja muito bem-vinda aqui –, viúva do artista Carybé; do Sr. Ramiro Bernabó, filho do artista Carybé, que está aqui presente também; do Sr. Gonzalo Entenza, Secretário da Embaixada da Argentina; do Sr. Juan Navarro, Secretário da Embaixada da Argentina, aqui também presente; do Sr. André Luiz Oliveira, cineasta, fotógrafo, músico e compositor. Seja bem-vindo. Senhora Patrícia Giancotti, antropóloga e fotógrafa, amiga da família, que aqui está presente também. Muito obrigada.

Passo a palavra agora ao Embaixador da Argentina no Brasil, agradecendo a presença dele na Casa, agradecendo também por ele ter aceito o nosso convite, o Sr. Juan Pablo Lohlé..

O SR. JUAN PABLO LOHLÉ – Muito obrigado. Quero agradecer este convite, especialmente, porque, por coincidência, hoje estamos homenageando o Carybé, mas hoje também é a Data Nacional argentina, que está completando 201 anos. O Carybé está completando 100 anos. Então, quero agradecer à Mesa, particularmente à Senadora, ao Senador Requião, que é o Presidente da Comissão, de quem recebi o convite, ao público presente, à esposa do Sr. Carybé, à Diretora do Museu da Bahia, aos familiares de Carybé, ao público em geral, aos Secretários da Embaixada. Como dizia, em primeiro lugar, gostaria de agradecer também ao Presidente da Comissão, Senador Requião, que me convidou para participar desta homenagem a um artista que, realmente, constitui um símbolo de integração entre a Argentina e o Brasil. Igualmente, desejo agradecer à Senadora da Mata, que é a verdadeira autora dessa homenagem.

Não poderia existir melhor oportunidade, como falei recentemente, do que hoje, 25 de maio, Festa Nacional da República Argentina, que neste dia completa 201 anos de vida independente, para homenagear Carybé, que em 2011 completaria cem anos.

Não é de surpreender que Carybé, tão argentino quanto brasileiro, seja motivo de homenagem e celebração. Justamente ano passado, a Embaixada do Brasil em meu país, em Buenos Aires, ao oferecer um presente para o Bicentenário argentino, organizou uma mostra retrospectiva em seu espaço cultural, como também pronunciou, no momento de sua inauguração, o então Ministro da Cultura Juca Ferreira: "Não pude pensar em ninguém melhor do que Carybé para representar a proximidade entre nossos países", falou.

Muito pensam que Carybé simplesmente nasceu em Lanús, uma localidade da grande Buenos Aires, Argentina, em 1911, e, quando criança, chegou ao Brasil. Mais tarde se apaixonou pela Bahia e se transformou num verdadeiro baiano, adotando a cultura local, até mesmo as crenças do candomblé, a ponto tal de transformar-se em Obá de Xangô e, inclusive, partir para outro plano, durante uma cerimônia no terreiro Ilê Axé Opô Afonjá – não sei se estou pronunciando bem, mas é parecido –, em 1997.

Contudo, é realidade de que Carybé, além de ser meramente brasileiro ou argentino, chegou a ser um verdadeiro exemplo de integração, inclusive latino-americano. Não é casualidade, nesse sentido, de que, hoje, no aeroporto de Miami, a cidade mais latino-americana dos Estados Unidos, encontram-se expostos dois enormes murais, de cinco por dezesseis metros, criados por ele em 1960. Menos casualidade ainda é que um deles se intitule justamente Alegria e Festa das Américas.

Todos sabem que em seu atelier, na Bahia, foram criadas algumas das imagens que hoje constituem parte do imaginário baiano por excelência. Nesse sentido, poderíamos dizer que Carybé foi um dos inventores da Bahia moderna, junto a Dorival Caymmi, Pierre Vergê e Jorge Amado. Mas poucos sabem que, como me contou meu amigo Ricardo de Angeles, sobrinho argentino do artista, ainda aos 85 anos de idade, tendo morado na Bahia mais de 40 anos antes, enquanto Carybé pintava, assobiava ou cantarolava tangos. Carybé nunca deixou de falar com acentuado sotaque portenho e nem deixou de utilizar grande quantidade de palavras próprias do lunfardo, que é nossa gíria, argot próprio da cidade de Buenos Aires e, em certo sentido, a linguagem do tango. Assim como também nunca deixou de incluir o assado, que é o nosso churrasco – é a nossa maneira de chamar o churrasco feito ao estilo do campo argentino –, entre suas comidas preferidas.

Aqui, posso citar outro exemplo de integração. Carybé gostava muito de comer algo depois das refeições. Aqui está a esposa para contar tudo isso, se está certo. O que ele agora, assim como o bom baiano, chamava de quitute. Tanto usava essa palavra que até hoje a família argentina de Carybé usa a palavra quitute para referir-se às sobremesas em geral.

Apesar do conteúdo cultural baiano e a estética tropical das suas obras, a evolução artística de Carybé também tem uma fortíssima relação com a Argentina. Como todos sabem, passou parte de sua infância e adolescência no Rio de Janeiro, onde sua família se instalou, logo após uma breve passagem pela Itália. Foi precisamente na Escola de Belas Artes dessa cidade onde se formou em Artes Plásticas.

O que poucas pessoas sabem é que, depois dessa formação, Carybé regressou à Argentina em 1930, onde trabalhou nos meios jornalísticos, como notícias

gráficas, ali vivendo por vários anos, inclusive depois de sua primeira viagem à Bahia, em 1938, quando foi enviado pelo *Diario Pregón*.

Assim, foi justamente durante os anos 40, na Argentina, que começou a sua carreira artística profissional. De fato, entre 1939 e 1947, enquanto era praticamente desconhecido no Brasil, suas primeiras sete exposições de pintura, tanto individuais como coletivas, realizaram-se na Argentina: quatro em Buenos Aires e três em Salta, uma importante cidade do nordeste do país.

Já por esses anos, Carybé demonstrou e alimentou sua vocação latino-americana. Com os ganhos obtidos ao desenhar o Almanaque da Esso, realizou uma longa viagem, que lhe permitiu conhecer mais profundamente a Argentina, o Brasil e, também, Bolívia e Uruguai. Foi também na Argentina dos anos 40 onde Carybé desenvolveu uma das suas principais características multifacetadas, a união da pintura com a literatura.

Além de seu trabalho como ilustrador de notícias, jornais e revistas, Carybé ingressou no mundo da ficção e da liberdade criativa através da literatura, ilustrando diversos livros de escritores sul-americanos, publicados em Buenos Aires. Por exemplo, em 1942 ilustrou *La Carreta*, do uruguaio Enrique Amorim; ilustrou ainda *Macumba, Relato de la Tierra Verde*, do argentino Bernardo Kordan; em 1943, *Maracatu, Motivos Típicos y Carnavalescos*, do brasileiro Newton Freitas; e Luna Muerta, do poeta argentino Manoel Castilla.

Este ano recebeu pela primeira vez um prêmio por sua obra criativa, o Primeiro Prêmio da Cámara Argentina Del Libro, por suas ilustrações do livro *Juvenília*, de Miguel Cané, um dos grandes clássicos da literatura argentina do século XIX. Entretanto, nesse mesmo ano, Carybé realiza outros importantes e uma contribuição para a literatura, e a integração argentina-brasileira na tradução para o espanhol de *Macunaíma,* de Mário de Andrade. Também nos anos 40 se aproxima da literatura clássica universal e ilustra *Amores de Juventude*, de Giacomo Casanova; *Poesias Completas de Walt Whitman;* e *A Cabana do Pai Tomás*, de Harriet Beecher Stowe. Na mesma linha, em 1945, ilustra uma edição de luxo de Robinson Crusoé, traduzida por nada mais nada menos do que Julio Cortázar, um dos mais famosos escritores argentinos do século XX.

Não queria deixar de mencionar todas essas obras, porque todos sabem que, nos anos 70, Carybé foi um dos principais ilustradores das edições brasileiras de várias obras do colombiano Gabriel Garcia Márquez. Por exemplo, *Ninguém Escreve ao Coronel, Cem Anos de Solidão*, *A Incrível e triste história de Cândida Eréndira e sua avó desalmada,* e também *A Casa Verde*, do último Prêmio Nobel de literatura Mário Vargas Llosa, o qual apóia a nossa visão de Carybé como integrador das culturas latino-americanas. Mas a verdade é que essa faceta das obras de Carybé começou na Argentina dos anos 40. Inclusive, no ano de 1948, chegou a editar seu primeiro livro, *Ajtuss*, uma combinação de textos e ilustrações publicada pela editora Botella al Mar, de Buenos Aires.

Como falar de Carybé na literatura sem falar da sua intensa amizade com Jorge Amado. Depois de tudo, Carybé chegou à Bahia e se apaixonou por ele. Em grande parte, graças a que, antes de conhecer a cidade fisicamente, já havia visitado a Bahia espiritualmente, lendo *Jubiabá*, de Jorge Amado, romance que não deixou de ilustrar, como outros livros do mesmo autor: *O Gato Malhado e a* Andorinha Sinhá*: Uma História de Amor*, *O Sumiço da Santa: Uma História* d*e Feitiçaria* e, muito especialmente, *A Morte e a Morte de Quincas Berro d´Água*. Digo muito especialmente porque, aqui, aproveito para recordar outros dois talentos desse artista multifacetado, posto que, em 1980, desenha o vestuário e a cenografia para o ballet Quincas Berro d´Água, apresentado no Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Experiência essa, de figurinista e cenógrafo, que repete em 1985 com La Bohéme, no Teatro Castro Alves.

Tão estreita foi sua relação com Jorge Amado e com a Bahia, que em 1966 escreve, em coautoria, *Bahia, Boa Terra Bahia*, que foi publicada pela Editora Imagem, do Rio de Janeiro.

Jorge Amado se refere a Carybé como "extraordinário exemplo em sua arte, que recria a realidade do País e da vida popular, que conheceu como poucos, por tê-la vivido como nenhum". E também o define como "alguém que é todo feito de enganos, confusões, histórias absurdas, aparentes contradições e, ao mesmo tempo, é a própria simplicidade". Como todos se lembrarão, o livro de Jorge Amado sobre Carybé se intitula *O Capeta Carybé*. É justamente essa palavra, capeta, essa forma de ser um diabinho pícaro e divertido que me faz lembrar uma anedota, também contada por meu amigo Ricardo de Angelis com a qual gostaria de encerrar minha apresentação. Quando Carybé era muito jovem, nas reuniões familiares na Argentina se contavam contos de terror, que suas primas escutavam extasiadas. Ele ficava bem tranquilo, segurando secretamente pedaços de gelo em suas mãos. Esperava o momento do clímax da narração. Então, quando suas primas estavam concentradas no relato, segurava-lhes as pernas com as mãos geladas, dando-lhes um susto tremendo. Ainda são famosos na família os gritos de terror que as garotas proferiam.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco. PSDB – MS) – Nós que agradecemos aqui o relato do Embaixador da Argentina no Brasil e, como ele disse, hoje comemorando os 201 anos da pátria irmã, mercosulina também. Para nós é importante esse relato, que mostra a necessidade da integração latino-americana, e quão importante é a cultura nessa integração.

Eu tenho dito sempre, Embaixador, eu que faço parte do Parlamento do Mercosul, que a integração não se dará apenas por motivos econômicos e comerciais, mas se dará efetivamente quando a cultura, a gastronomia, a literatura e a educação fluírem entre os nossos países. Aí, sim, nós vamos ter uma integração real dos povos latino-americanos.

Quero aqui, já que o Embaixador mencionou, e também quero informar a todos, que o Senador Roberto Requião, que preside esta Comissão, da qual sou Vice-Presidente, está hoje no Uruguai numa missão oficial. Portanto, não pôde estar aqui conosco nesta reunião. S. Exª também está fazendo integração latino-americana.

Passo a palavra, com carinho especial, à Solange Bernabó, agradecendo a presença da família, da senhora sua mãe e falo da alegria de estarmos hoje, aqui, homenageando Carybé.

Com a palavra.

A SRA. SOLANGE BERNABÓ – Bom, saúdo a todos da Mesa e os presentes. Devo dizer que estou emocionada e com frio, então isso me faz tremer um pouquinho. Deveria ter trazido um xale aqui.

Então, já a Drª Maria Célia e o Embaixador um pouco introduziram a importância de meu pai. No caso dela, para a educação e a cultura baianas; e, no caso do Embaixador, falando um pouco *anédotas*... Quer dizer, já virei aqui... já estou "portunholando". Não é *anédota*, é anedota. Então, anedotas da fase argentina da vida de meu pai. Eu falo fase argentina, um pouco vou pegar esse gancho, porque meu pai... Ah, esqueci de saudar a principal pessoa aqui, que é a Senadora Lídice da Mata, que foi a pessoa que organizou esta homenagem a meu pai, a quem eu agradeço muito, que teve a ideia de fazê-la.

Então, não poderia deixar de falar dela, que, muito inteligentemente, está aí de xale, cachecol e aquela coisa toda. Baiana do frio, pois é.

Então, vamos falar um pouco de mau pai. O que acontece? Quero falar da chegada de meu pai à Bahia e por que o centenário de meu pai tem sido celebrado não só na Bahia, como no Brasil, inclusive de forma espontânea, como a Srª Maria Célia comentou, em vários museus. Além disso, nós tivemos uma medalha feita pela Casa da Moeda. Ainda antes dos 100 anos, o Presidente Lula deu a ele a medalha como Comendador da Ordem do Rio Branco *post-mortem*. Ele já tinha várias comendas, tanto pela Bahia, como pelo Brasil, Rio, outros Estados.

Então, meu pai nasceu de família... O pai dele era italiano e a mãe brasileira, mas meu avô era uma pessoa muito aventureira, esteve em vários países. O irmão mais velho era do Mato Grosso; as duas seguintes, paraguaias; e os dois seguintes nasceram na Argentina. Por aí se vê que já era o Mercosul, que já estava pensado por meu avô.

Meu pai saiu da Argentina, nasceu em Lanús e saiu com 6 meses de idade e foi morar na Itália, a terra do meu avô. Portanto, meu pai, o primeiro idioma de meu pai foi o italiano. Ele já aprendeu a ler e escrever em italiano e viveu os primeiros 9 anos da vida dele lá. E onde ele viveu? Viveu em Gênova e viveu em Roma. Então, ele teve... E em Fivizzano, que era a aldeia de meu avô, que é na Toscana, ele passava grandes períodos também com os avós e tal.

Então, esse foi o primeiro idioma que meu pai aprendeu. Aqui temos até uma amiga italiana, Patricia Giancotti, que sabe como ele falava bem o italiano. Tivemos há poucos dias uma homenagem na Faculdade de Letras da Bahia: O que Carybé tinha de italiano? Então, os alunos da Universidade, da UFBA, falaram sobre isso.

Então, o que ele tinha? Além do idioma, que é imprescindível, ele tinha metade dos genes – que o pai era italiano – e tinha também a cultura que ele aprendeu, desde pequeno morando em Roma, e toda a questão da arte, que é visível na cidade. Quer dizer, mesmo que ele não fosse uma pessoa interessada nisso, você vê sem querer na cidade de Roma e de Gênova.

Então, meu avô, quando meu pai tinha 9 anos, meu pai era o caçula, eles vieram morar no Brasil, precisamente no Rio de Janeiro. Então, o segundo idioma de meu pai foi o português. Ele cursou... Passou a adolescência e aprendeu. Começou a trabalhar com 13 anos de idade. Primeiro, auxiliando numa farmácia; depois, em vários outros trabalhos, e, depois, fazendo... Meu tio Arnaldo, mais velho, tinha um ateliê de cerâmica e ele foi ajudar meu tio. Começou aí o seu trabalho em artes plásticas. Viveu no Rio toda a adolescência. Então, todas as brincadeiras, as músicas, primeiras namoradas e tal, a primeira juventude, ele viveu no Rio de Janeiro. Portanto, seu segundo idioma foi o português, tanto escrito, como falado.

Daí, só aos 20 anos ele conheceu a terra onde nasceu, que ele já... Por questões familiares, como todos já tinham morado na Argentina e tal, ele sabia falar espanhol também. Então, na Argentina, ele teve o início. Ele já trabalhava, ele já tinha feito belas-artes aqui, no Brasil, e ele já chegou trabalhando. Até porque

o que eles achavam que ia ser um grande progresso de vida... Na verdade, foi na época em que teve aquela grande depressão nos anos 30, com muitos se suicidando, aquela coisa toda. Na verdade, eles tiveram de partir para fazer cartazes. Hoje, imprime-se, mas, naquela época, os três irmãos e muitos outros artistas e operários faziam os grandes cartazes na rua a mão. E começaram. No início, foi muito difícil. Depois, todos se empregaram como jornalistas.

E meu pai ficou toda essa época querendo ver o que ia fazer da vida dele, qual seria o seu caminho, seu caminho de expressão. Ele, no jornalismo, naquela época, trabalhava como ilustrador, que é uma coisa que quase não existe mais hoje em jornalismo. Existe, mas hoje é computador, não é o desenho em si. Naquela época, por exemplo, acontecia um crime e o artista ia lá e tinha de desenhar o morto, enfim, todas aquelas coisas. Então, meu pai fazia charge e fazia isso. Ao mesmo tempo, ele desenhava outras coisas e pintava, até porque toda a família era de artistas e os amigos também.

Ele sempre teve uma grande nostalgia do Brasil – não que ele não gostasse da Argentina, ele gostava muito da Argentina, tinha muitos amigos e tudo. Mas ele tinha aquela nostalgia. E vivia sempre cercado de brasileiros. Ele procurava brasileiros lá, na Argentina. Falava sozinho em português para não esquecer o idioma, pois, até por ser parecido, é difícil não perder.

Nessa busca, a época da juventude dele era uma época muito próspera na Argentina, era uma época em que se dizia, na França, *riche comme un argentin* – rico como um argentino. O argentino viajava para a Europa. Por exemplo, a loja Harrods da Argentina era maior que a de Londres. O argentino não ia para a Europa para comprar, o argentino ia para a Europa para ver cultura, para ver museus, essas coisas. O argentino achava os próprios restaurantes melhores do que os europeus. Tinha argentino que viajava com a própria vaca para não perder, digamos, a qualidade do leite e tal, aquela coisa toda. Isso, enfim, mudou muito.

Então, meu pai, tendo morado no Brasil, que, na época, era um país muito mais pobre – eu não sei a palavra politicamente correta para isso –, era um país que tinha mais dificuldades, e ele participava muito de toda a vida intelectual da Argentina. Era uma época em que, na Argentina e talvez no mundo todo, todos se voltavam para o que se fazia na Europa. Com isso, era o Abstracionismo, esse tipo de coisa. Meu pai é mais moço que Picasso e esses outros e toda essa coisa de Cubismo já era anterior. Era mais a coisa entre o abstrato e essa coisa toda. Então, meu pai achava toda aquela discussão de arte daquela época um pouco distanciada das pessoas – isso pela vivência dele no Brasil também, não era uma coisa muito intelectualizada e tal. Ele, então, traçou um caminho que, na época, ele ainda não sabia – ele foi traçando –, que foi, como ele dizia, o da América do Sul. Então, o que ele queria pintar? Ele queria uma pintura sem "ismos", entre aspas. Ele se reuniu com outros amigos pintores, como Luis Preti, na Argentina, Gertrudis Chale, uma austríaca que foi morar na Argentina na época. Os argentinos não pintavam, naquela época, por exemplo, a coisa do suburbano, aquela coisa toda. E Gertrudis Chale foi morar no subúrbio – veio da Áustria e foi morar lá – e ficou amiga de meu pai, de Luis Preti, outro pintor de Buenos Aires, também grande amigo de meu pai, de Raúl Brié, outro, e de Carlos Lugo. Esses cinco amigos, aos quais, depois, se juntou Manoel Castilla, que é um poeta de Salta, terra de minha mãe, que é no norte da Argentina e bem diferente de Buenos Aires, alugaram, numa cabeça de porco, que é um cortiço, um ateliê para tentar fazer essa tal pintura sem "ismos" e que retratasse as coisas da América do Sul. Sempre a América do Sul. Então, meu pai tinha este caminho de América do Sul, índio, negro, de pintar essas coisas.

As primeiras influências dele foram o pintor Figari, uruguaio, que retratava os negros do Uruguai, porque nenhum pintor da Argentina, se é que havia negros na Argentina, os pintava. Figari foi uma importante influência. Entre os europeus, Modigliani, Gros, Van Gogh e tal. Mas, principalmente, a arte pré-colombiana, a cerâmica peruana, os tecidos bolivianos e de todos esses lugares, que, depois de estarem enterrados por quatrocentos anos, tiravam-se e, com aquelas tintas naturais, continuavam ainda com suas cores originais. E a coisa mesmo da pintura rupestre.

Ele, então, seguindo esse caminho, viajou muito pela América do Sul. Ele foi à Bolívia. Ele atravessou a Cordilheira dos Andes a cavalo, inclusive, o que não é fácil. Ele morou com os índios. Isso quando não se falava de nada disto de morar com os índios. Ele já morou, no Chaco Salteño, com os índios. Ele fez essa viagem do Calendário Esso, do Oiapoque ao Chuí. Ele foi de lá de cima, nessa região que é fronteira com a Bolívia – eu me esqueci do nome da cidade –, até todo o sul do Brasil, passando pelo São Francisco, aquela coisa toda.

Então, ele já tinha esse caminho. Já era uma coisa que ele procurava. Ele se embrenhava mesmo na selva para pintar, ia com os amigos, aquela coisa toda. Até que, um dia, ele estava trabalhando num jornal, um jornal maravilhoso que se inaugurou na Argentina – maravilhoso, porque meu pai, que já trabalhara em outros, dizia que os jornais geralmente eram lugares cujas sedes sempre eram endividadas; eram jornais muito ativos, mas com muitas dívidas, com muitos

problemas; mas esse inaugurou com sede própria, de ótimo nível, máquinas de primeira linha e salários maravilhosos. Os três irmãos foram empregados nesse jornal. Quando eles foram empregados, além do salário maravilhoso, meu pai recebeu um emprego dos sonhos, que era viajar de navio por onde ele quisesse, saltar nos portos, fazer uns desenhos, mandar uma nota.

Então, muito contente, ele saiu. Ele já ficou desconfiado, no primeiro dia, porque já vieram com os dois salários, com ele já a bordo do navio. Ele disse: "Isso aqui não vai dar certo". Mas pegou o navio. Era um Ita – tinha aquele negócio: peguei um Ita no norte, ele pegou um Ita no sul. Ele pegou um navio Ita e foi a Montevidéu, a Paranaguá, ao Rio, onde ele parou para ver os amigos e tal. Finalmente, ele chegou à Bahia, onde, no correio, tinha uma carta dos irmãos dizendo: "O jornal faliu, estamos todos desempregados. Então, agora, boa sorte".

Tem um pequeno trecho dele aqui – que, se eu for procurar, vai se delongar –, em que ele diz que teve essa sorte, porque, depois de seis meses de um gostoso miserê, porque ele resolveu ficar lá na Bahia mesmo, voltava para Buenos Aires com a sua primeira exposição individual pronta.

Então, tem outro texto dele que diz que, quando ele chegou, numa clara manhã de agosto, na cidade de Salvador, ele chegou e ela veio vindo, veio vindo, até que ela inteira atracou no Itanagé. Então, ele teve essa coisa, ele tinha essa coisa, ele já chegou noivo da cidade, porque ele já chegou conhecendo a cidade literariamente, através de Jorge Amado, e musicalmente, por Caymmi. Então, ele teve essa experiência. Essa primeira experiência na Bahia foi com o pessoal do cais do porto, com o pessoal de candomblé, o pessoal humilde. Depois disso, ele saiu da Bahia com a certeza de que o lugar dele no mundo como pintor era a Bahia. Isso foi em 1938, ele tinha 27 anos de idade. Depois disso, ele tentou sempre voltar à Bahia, até que, em 1950, ele conseguiu definitivamente ficar na Bahia, onde ficou até falecer.

É isso. Acho que está bom por hoje. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Como é gostoso a gente sentir, Lídice, um pouquinho da vida dele, contada pela filha ainda, pela família, isso aquece o coração da gente.

Fico muito feliz em passar a palavra à subscritora e autora do requerimento para estarmos aqui, nesta manhã, homenageando Carybé, Senadora Lídice da Mata.

Quero dar um testemunho do trabalho da Lídice aqui, no Senado, que não deixa escapar um minuto sequer, uma oportunidade de enaltecer a sua terra natal. Ela sempre está defendendo a Bahia, lutando pela Bahia, falando dos baianos. E eu, que venho de Mato Grosso do Sul, meu Estado faz fronteira com a Bolívia e com o Paraguai, eu nasci na fronteira com o Paraguai, a gente fica imaginando as belezas todas da Bahia pela luta da Lídice nesta Casa.

Portanto, passo a palavra à Lídice para suas considerações.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Obrigada. Senadora Marisa Serrano, já aproveito e lhe convido para visitar a Bahia, na próxima oportunidade.

Quero agradecer a presença de todos que estão hoje aqui dando o seu depoimento em homenagem ao centenário de Carybé. A Maria Célia Teixeira, representante da Secretaria de Cultura e diretamente do Secretário Albino Rubim, que me ligou para justificar compromisso de última hora, sem possibilidade de aqui comparecer; ao embaixador da Argentina no Brasil com o seu depoimento tão carinhoso, destacando toda a contribuição artística de Carybé e essa relação profunda e pioneira entre Argentina e Brasil, através da Bahia, através de sua arte; e, finalmente, à diretora do Instituto Carybé, Solange Bernabó, com toda a sua família, com a sua mãe, Nanci, e com o seu irmão, que estão aqui presentes, representando esse esforço também da família de fazer com que permaneça viva entre nós a lembrança de um Carybé que não é apenas o Carybé de que nos apropriamos, o Carybé artista, a sua arte, que não pertence mais a sua família, mas sim ao povo baiano, brasileiro, argentino, sul-americano, enfim, ao povo do mundo inteiro, onde suas obras estão expostas, mas que nos traz o depoimento emocional, emotivo daqueles que permanentemente continuam mantendo a figura de Carybé presente nas ruas do Pelourinho, nas ruas da Bahia.

Creio que o que foi dito sobre Carybé já justifica a nossa intenção de trazer para esta Casa, para o Senado Federal, as comemorações do centenário de Carybé. Neste momento fizemos um painel que refletiu profundamente sobre o significado da Guerra de Canudos para o Brasil daquele momento. A nossa ideia em trazer Carybé para ser homenageado no Senado é justamente para que possamos, cada vez mais, divulgar o seu trabalho, o seu trabalho pioneiro, como artista inquieto, como Solange destacou aqui, que representava uma nova visão de arte no mundo, ou uma visão de arte do mundo que podia também não ser tão nova, mas que buscava expressar as coisas do povo, as coisas populares, uma corrente que no Brasil também tinha seu vigor, tinha o seu vigor literário, tinha o seu vigor nas artes plásticas, tinha o seu vigor nas artes musicais, no samba, na resistência do povo negro no Brasil.

Aquilo que Carybé retrata, ou aquilo que Jorge Amado escreve, ou que Cayme canta, naquele perío-

do, era uma cultura rejeitada no Brasil. Era uma cultura de negros, de ex-escravos. O candomblé assumido e visitado por Jorge Amado e por Carybé era uma religião perseguida, proibida, onde a polícia identificava o batuque do candomblé e parava suas manifestações. Então, é esse espírito essencialmente inquieto de buscar ligar-se àqueles que mais precisavam, àquela cultura realmente popular, que vinha da raiz de tudo aquilo que era produzido no Brasil ou na Argentina, que fez com que Carybé pudesse se manifestar, não ligando uma cultura formal argentina, sul-americana, brasileira, mas uma cultura profundamente enraizada na vida do seu povo, no cotidiano do povo, na luta diária do povo por sua sobrevivência e, em especial, da cultura do povo negro baiano. Embora sendo branco, de origem italiana, de origem também brasileira, mas também com a sua cultura forte do norte da Argentina, ele é e foi profundamente um artista negro, expressando essa raiz do povo baiano.

Como já foi dito aqui, Carybé se incorpora a um movimento nos anos 50, final dos anos 40, início dos anos 50, na Bahia, onde houve toda essa mobilização, essa manifestação popular de dar à intelectualidade acadêmica o conhecimento daquilo que o povo da Bahia fazia, e se tornou um formador da identidade baiana.

Dos anos 30 aos anos 50, o mundo conhece, Senadora Marisa Serrano, como a senhora, as belezas da Bahia na visão desses artistas baianos. Nós diríamos, como já foi dito aqui, que a Bahia é uma invenção literomusical e artística de Caymmi, de Jorge Amado, de Carybé, de Verger, que passam para o mundo essa ideia daquela Bahia lúdica, resumida praticamente à cidade de Salvador, cantada nos versos de Caymmi, escrita ou descrita nas imagens de Carybé, e o seu entorno. É a Bahia do Recôncavo influenciada profundamente pela cultura da escravidão e a cultura posterior dos negros e da sua influência. A cultura que Carybé descreve vem exatamente dessa área do Recôncavo, da cana-de-açúcar, da minha Cachoeira, de Santo Amaro, e que se reproduz em Salvador, em todos os terreiros de candomblé, na força da negritude baiana.

É essa cultura que formou a idéia, no mundo, da Bahia terra da felicidade, da Bahia a boa terra. A imagem da Bahia, formadora do Brasil, mãe do Brasil, é essa imagem que permanece até hoje, vencendo até as mudanças, muitas vezes negativas, urbanas, ocorridas na nossa cidade, como a destruição da Lagoa do Abaeté, hoje. Mas o que sobrevive no imaginário popular do próprio baiano, dos brasileiros e do mundo sobre a Bahia é a Bahia de Jorge Amado, é a Bahia de Carybé, é a Bahia de Verger, é a Bahia de Caymmi.

Graças a Deus, o que sobrevive é exatamente isso! E sobrevive justamente pelo vigor da arte de todos eles, de cada um individualmente, mas que, juntando-se e fazendo o grupo que fizeram, transformaram isso em uma coisa muito mais poderosa, muito mais forte, que é realmente a grande identificadora da nossa terra, da nossa baianidade, da chamada baianidade. A baianidade está expressa nessa obra de Carybé e em tudo que eles conseguiram produzir sobre nós mesmos.

Nós, baianos, passamos a nos identificar, a nos ver refletidos no espelho a partir dessa obra, a reconhecer que não éramos portugueses apenas, que éramos mais do que isso, que éramos, acima de tudo, negros, baianos e que tínhamos todas essas obrigações de reconhecimento com a africanidade. A própria morte de Carybé, dentro do Ilê Apô Afonjá, graças a Deus, vivo e cada vez mais reconhecido pela sua contribuição à nossa cultura baiana e brasileira, é também uma expressão desse seu fazer. Alguns homens tiveram a felicidade, algumas pessoas, de morrerem de forma muito especial. Carybé morre no candomblé, em uma festa no Ilê, onde era uma figura querida, em uma festa para Oxóssi, que era o seu santo. Portanto, em um momento... Embora não fosse um homem de credos, de crer na morte após a vida, tinha essa referência e essa reverência na religiosidade baiana e teve essa oportunidade. Como Ulysses, grande político brasileiro da época da transição para a democracia, teve a oportunidade de sequer morrer. Desapareceu no mar e ficou no imaginário do povo brasileiro, sem precisar ser acompanhado em um funeral.

Então, essa imagem de Carybé, que morre na festa do seu Oxóssi, também é uma coisa muito singular, porque é um misto daqueles que acreditam, até no cristianismo, de que a morte não é um momento de tristeza, mas um momento de encontro com o outro lado da vida, com o Criador ou com alguma coisa desse tipo.

A SRA. NANCY ARGENTINA COLINA BERNABÓ – (Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Pois é.

A SRA. NANCY ARGENTINA COLINA BERNABÓ – (Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – O candomblé também tem esta visão, como está falando Dona Nancy aqui, de que esta não é a última etapa da existência. Apesar de contestar isso, ele morre nesse momento. Portanto, em um misto de festa, de manifestação religiosa e de profundo pesar de todos aqueles que conviveram com Carybé.

Tive oportunidade de ainda conhecê-lo vivo, andando nas ruas da Bahia, enfeitando e dando com a sua presença a alegria aos baianos. Tive a oportunidade, como Prefeita, de recebê-lo em meu gabinete,

onde ele desenhou rapidamente algumas linhas rápidas para o meu filho, Bruno, que tinha à época oito ou nove anos de idade. Tivemos a oportunidade de tê-los juntos, ele, Caymmi e Jorge Amado, em uma manifestação que fizemos em homenagem a Caymmi; depois, numa festa, no momento em que sediamos a Conferência Ibero-Americana, em Salvador, sempre tendo essa contribuição de Carybé.

Era uma figura sempre alegre, sempre sorridente, sempre simpático, demonstrando com a sua vida essa marca da hospitalidade do povo sul-americano, do povo argentino, do povo brasileiro, do povo baiano.

Então, quero agradecer a oportunidade que o Senado e a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado nos deu de trazer um pouco de Carybé para esse conhecimento.

Quero o apoio – e penso aqui como um desafio, Senadora Marisa Serrado – para tentarmos viabilizar, com a participação de Solange, de sua família, da Secretaria de Cultura da Bahia, do Ministério da Cultura, da Embaixada da Argentina, pelo menos, este ano ainda, uma pequena exposição das obras do Carybé aqui, no Senado Federal, para que o conjunto da representação política do povo brasileiro pudesse ter a oportunidade de conhecer a vida, o fervor e a grandiosidade da sua obra.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Obrigada, Senadora Lídice da Mata. Como todos vocês viram e como o povo brasileiro está nos vendo através da TV Senado, é um pouco da fala dos baianos a fala que ouvimos aqui da Senadora Lídice da Mata. É aquilo que o baiano sente e aquilo também, em última análise, que todos os brasileiros, nós todos, sentimos a respeito de Carybé. Agradecemos muito a fala da Senadora Lídice.

Quero passar a palavra aos nossos componentes da Mesa para suas considerações e para suas despedidas.

Embaixador.

O SR. JUAN PABLO LOHLÉ – Em primeiro lugar, para mim foi uma grande honra estar aqui hoje. Nesse sentido, quero agradecer esta iniciativa do Senado. Quero agradecer particularmente à família de Carybé, à esposa, à filha, aos filhos e amigos, porque eu tinha contatos com eles através de um primo que me contou essas histórias, o Ricardo, que você conhece.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JUAN PABLO LOHLÉ – Sei. Antes, liguei para ele: "Conte-me algumas histórias de família". Foi isso que fiz, porque achei que seria bom saber isso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JUAN PABLO LOHLÉ – Sei. Tenho uma enorme admiração por ele. Então, para mim também foi uma grande honra estar aqui, porque, por acaso, tudo isso acontece na vida. Então, quero agradecer a todos que estão aqui presentes, ao público presente, a todo o pessoal da Comissão e dizer que para mim foi... Estou muito feliz de estar aqui hoje.

Sinto, como falou a Senadora Serrano, que tenho algumas sensações similares às dela. Quando eu era novo, estava estudando na universidade – estava fazendo Relações Internacionais –, fiz minha tese comparando a Argentina ao Brasil em 40 anos. Foi nos anos 50. Não tem nada a ver com o que está acontecendo agora. Eu sempre sonhava que um dia esses países teriam que dar alguma coisa diferente. Depois, por acaso também, porque a vida é assim, chego aqui, como Embaixador, e começo a descobrir essas coisas, porque você descobre. Descobri, por exemplo, Carybé. Carybé, o que é? É uma integração cultural subterrânea, como você falou. Está no povo.

Outro dia, estava aqui, em Brasília, no Teatro Nacional. Estava assistindo a um evento em homenagem a Le Pera. Todos que somos argentinos sabemos quem é Le Pera. É também um poeta, um artista que escrevia todas as poesias de Gardel, mas ninguém aqui, no Brasil, sabia que Le Pera, que fazia todas as letras de canto de Gardel, era paulista.

Então, quando você vê isso. Você vê Carybé, que veio... E as coisas também mudam. Há o inverso. Existem brasileiros que estão lá e ninguém conhece. Tudo isso vem da cultura. É uma expressão mais profunda, a literatura, a cultura. Sou político e nós, políticos, nos expressamos na política, mas às vezes você tem certa sensibilidade e procura as coisas que não estão se vendo. Estão subterrâneas. A minha sensação hoje aqui é que o Carybé faz parte dessa integração subterrânea dos nossos povos, que vai além da política, além dos atritos, além da geografia, além da divisa. Além de tudo isso, temos vínculos muito profundos. Isso tem que ser desenvolvido. A história nos permite desenvolver isso. Hoje, foi uma boa oportunidade para fazer este evento.

Muito obrigado. Eu estou muito feliz de estar aqui. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Obrigada.

Nós que agradecemos ao Embaixador da Argentina no Brasil, cumprimentando a República Argentina pelo dia da sua independência. Que leve a todos os cumprimentos desta Comissão!

Passo a palavra à Srª Maria Célia Teixeira, Diretora de Museus da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia.

A SRA. MARIA CÉLIA TEIXEIRA – Quero dizer da minha satisfação também de estar aqui, representando o Secretário de Cultura no nosso Estado, a Bahia, Estado de vida do artista caribe; parabenizar a Senadora Lídice da Mata por esta iniciativa. Eu acho que iniciativas como esta, de hoje estarmos discutindo e homenageando uma pessoa importante, uma homenagem mesmo multicultural, a gente vê aqui essa transversalidade Itália, Argentina, Bahia e América do Sul como um todo, que faz com que essa obra de Carybé seja tão peculiar, essa riqueza imensa. Eu acho que, quando uma Casa como o Senado tem a iniciativa de homenagear pessoas que contribuíram e contribuem para a educação e para a cultura não só brasileira, mas mundial, como este momento que estamos vivendo agora, traz também para a política uma reflexão importante sobre o papel da cultura em nossas vidas, o papel da educação em nossas vidas, o papel que cada agente cultural desse, que cada ser humano que produz uma obra, como essa de Carybé, deixa um legado de imensas possibilidades para todos nós.

Então, parabenizá-la por esta iniciativa. Eu costumo dizer que esses momentos de celebração, como terminamos agora, por exemplo, a Semana de Museus no Brasil, são muito importantes porque são momentos que nos conduzem para fazer uma reflexão, para repensarmos a nossa ação, para propormos e pensarmos em novas atividades.

Então, eu considero que este é um momento especial. E, em nome do Secretário de Cultura do nosso Estado, gostaria de agradecer e parabenizar o Senado e a Senadora por esta iniciativa. Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Srª Maria Célia, leve um abraço a todos da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, dizendo que esta Comissão aqui está sempre trabalhando pela cultura nacional.

Passo a palavra à Srª Solange Bernabó, Diretora do Instituto Carybé e filha do artista.

A SRA. SOLANGE BERNABÓ – Eu gostaria de complementar aqui um pouco a minha fala com respeito ao que a Senadora Lídice da Mata falou sobre a negritude, por assim dizer, de Carybé. Citando um amigo dele, Mirabeau Sampaio, já falecido, um artista baiano também, que deixou dito: "Antes da chegada de Carybé, na Bahia não havia nenhum negro. Eu, nascido e criado em Salvador, sou testemunha disso. Só com a chegada de Carybé é que passou a ter negros na cidade de Salvador". Então, essa era uma cultura que não era a oficial. As pessoas que pintavam não pintavam negros.

Outra coisa: meu pai era contra a arte engajada. Ele achava, ele era uma pessoa que não gostava de política, a política partidária. A luta, até sim, mas, aquela coisa, ele achava que não tinha nada a ver com ele, mas se fossem perguntar o que ele era, ele diria que era um homem de esquerda, porque de direita não dava para ser. Mas sempre uma pessoa tentando se manter fora.

Outra coisa: um pintor pernambucano amigo dele fala que Carybé fazia pintura sacra e que isso não se vê porque as pessoas não consideram sagrad, a gente normal brasileira. E o candomblé não é considerado uma religião.

Então, esses são alguns adendos que eu queria fazer. É isso. Agradeço a todos, agradeço à Senadora Lídice. E também volto a pedir – no caso aqui, à Secretaria de Cultura –, não volto, não, peço agora, e nós fizemos, como ela mesmo lembrou, na exposição de meu pai, de dois anos atrás, no MAM, uma retrospectiva grande e bonita, nós fizemos um projeto chamado Rota Carybé, que é um passeio pelos murais de meu pai, que são muitos – há muitos murais nos espaços públicos na Bahia não só de meu pai... Isso até suscitou que a Secretaria de Culutra da Bahia fizesse um levantamento dos murais de todos os outros artistas – foi depois que fizemos a Rota Carybé – que fizeram murais. Houve um importante movimento muralista na Bahia. E isso precisa ser divulgado e preservado pela Secretaria de Cultura e pelo governo baiano, em geral.

Então, é isso. Obrigada a todos. Obrigada à Lídice, obrigadas à Senadora Marisa.

A SRA. PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Muito obrigada.

Agradecemos a palavra da Srª Solange Bernabó.

Gostaria de abir aqui, embora o nosso Regimento não permita, como hoje é um dia de homenagem, nós queríamos abrir a palavra para a Srª Nancy Argentina Colina Bernabó, viúva do Carybé, para que também deixasse aqui as suas impressões.

A SRA. NANCY ARGENTINA COLINA BERNABÓ – Eu, pelo menos, quero agradecer esta reunião tão singela, que me comoveu muito e que todo mundo falou livremente sobre a vida de Carybé. E, pelo visto, todo mundo já tem muito conhecimento, especialmente pessoas de destaque, da vida de Caribé, como ele foi tão simples. Ele era uma pessoa sumamente simples e cheia de humor. A verdade é essa. Fica chato eu ficar falando, elogiando meu próprio marido, mas aqui já o elogiaram. Então, tomo essa liberdade. (*Risos.*)

Então, no caso, quero dizer que me comoveu tanto aqui que... Eu não posso falar muito, porque, aliás, eu não sou muito boa no discurso.

Muito obrigada por tudo e por esta homenagem tão gostosa. (*Palmas*.)

A SRA. PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Eu quero voltar a informar que esta reunião foi toda gravada e será transmitida, na íntegra, pela TV Senado para todo o Brasil.

Antes de terminar a reunião, quero fazer uma comunicado a esta Comissão: Comunico aos Srs. Senadores o recebimento do Aviso nº 635-Seses-TCU-Plenário, do Exmº Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamim Zymler, encaminhando cópia do acórdão proferido nos autos do processo TC007706/2011-1, bem como do relatório e do voto que fundamentaram aquela deliberação, com a intenção de manter informada a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal acerca dos desdobramentos do Acórdão nº 2.201/2008-TCU-Plenário, proferido no TC 028729/2006-0, que tem como objetivo conhecer e avaliar os motivos que levaram o Poder Executivo a realizar, sob o pretexto de fomentar as exportações, transferências de recursos federais aos Estados e Municípios no âmbito do Ministério Público da União e do Poder Judiciário.

Os Srs. Senadores que desejarem uma cópia do aviso poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão.

A matéria vai ao Arquivo.

Agradecendo a presença de todos, principalmente da Senadora Lídice da Mata, autora do requerimento, da Srª Maria Célia Teixeira, do Sr. Juan Pablo Lohlé, da Solange Bernabó, da sua família, da Dona Nancy e de todos os que estão aqui e acompanharam esta reunião, dou por encerrada esta reuninão de comemoração de 100 anos de Carybé.

Muito obrigada.

(Levanta-se a Reunião às 11 horas e 35 minutos.)

ATA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 2011.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia trinta e um de maio de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senhor Senador Roberto Requião e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Ana Amélia, Cyro Miranda, Marisa Serrano, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, Delcídio do Amaral, Clésio Andrade, Vicentinho Alves, Antonio Carlos Valadares, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Ciro Nogueira, Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Demóstenes Torres e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Magno Malta, Ângela Portela, Eduardo Amorim, Geovani Borges, Pedro Simon, João Vicente Claudino e Marinor Brito. O Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, em atendimento aos Requerimentos nº 22/11-CE, de autoria dos Senhores Senadores Cyro Miranda e Roberto Requião; nº 26/11-CE, de autoria do Senhor Senador Cristovam Buarque e nº 30/11-CE, de autoria da Senhora Senadora Marinor Brito, destinados a ouvir o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad, sobre os seguintes assuntos: "Críticas ao governo Fernando Henrique Cardoso e elogios ao governo Luiz Inácio Lula da Silva, nos livros didáticos aprovados pelo MEC"; "O ensino da língua portuguesa na educação de base" e "A abordagem, no conteúdo de livros didáticos aprovados pelo MEC, de questões referentes à homofobia, ao gênero e aos aspectos étnicos-raciais". Prosseguindo, a Presidência passa a palavra ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad. Finda a exposição do Ministro, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros desta Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Cyro Miranda e Cristovam Buarque, autores dos Requerimentos, e os Senhores Senadores Alvaro Dias, Marisa Serrano, Kátia Abreu (não-membro da Comissão), Lídice da Mata, José Agripino, Antonio Carlos Valadares, Paulo Bauer, Ana Amélia, Wellington Dias, Walter Pinhiero e João Pedro (não membro da Comissão). Após as considerações finais do Ministro, o Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e quarenta minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Roberto Requião,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Havendo número regimental, declaro

aberta a 21ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a sua aprovação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 22, de 2011, de autoria dos Senadores Cyro Miranda e Roberto Requião, para a realização de audiência pública, a fim de esclarecer as críticas ao governo Fernando Henrique Cardoso e os elogios ao governo Luiz Inácio Lula da Silva nos livros didáticos aprovados pelo MEC; ao Requerimento nº 26, de 2011, de autoria do Senador Cristovam Buarque, para incluir o tema "O ensino da língua portuguesa na educação de base"; e ao Requerimento nº 30, de 2011, de autoria da Senadora Marinor Brito, para incluir o tema "A abordagem, no conteúdo de livros didáticos aprovados pelo MEC, de questões referentes à homofobia, ao gênero e aos aspectos étnico-raciais".

Dando início à audiência pública, passo a palavra ao Ministro Fernando Haddad para fazer a exposição, pelo tempo necessário.

O SR. FERNANDO HADDAD – Muito bom dia aos Senadores e às Senadoras presentes!

Eu gostaria de cumprimentar todos, na figura ilustre do nosso Presidente da Comissão, o Senador Requião, e de lhes agradecer a oportunidade de prestar esclarecimentos em torno das políticas públicas do Ministério da Educação, sobretudo no que diz respeito aos assuntos que foram objeto do convite ao Ministério da Educação para participar desta reunião.

Pretendo começar pela questão do Programa Nacional do Livro Didático. Acompanhei, com muita atenção, o debate em torno dessa questão pela imprensa e, na verdade, saúdo o debate que foi feito, um debate bem-vindo à sociedade brasileira – afinal, estamos discutindo o futuro da educação brasileira –, mas confesso que me assustei um pouco no início da discussão. E me assustei por uma razão muito simples: a maioria das pessoas, senão a totalidade das pessoas que se manifestaram inicialmente sobre o assunto, declarou, posteriormente, que não havia lido o livro objeto da polêmica. Isso me deixou um pouco preocupado, porque, regra geral, um livro precisa ser lido, para ser compreendido e, eventualmente, criticado.

Tive outra incompreensão: pareceu-me muito grave também foi o fato de que as pessoas não conhecem a dinâmica de seleção dos livros didáticos no Brasil, dinâmica essa que é elogiada pelos organismos internacionais e saudada por vários países que adotam metodologias diferentes da nossa. Digo isso, elogiando os governos anteriores. O governo Itamar Franco, no caso, estabeleceu as regras atuais, que são observadas, e o Presidente Lula teve a felicidade de institucionalizar o Programa do Livro por meio de um decreto presidencial que ficou quase dois anos em consulta pública, decreto esse, Senador Requião, também desconhecido pela grande maioria das pessoas. As pessoas não conhecem os procedimentos adotados pelo Ministério, há quase vinte anos, na seleção dos livros didáticos, aquele material que é elaborado pelas editoras e submetido ao Ministério da Educação.

Como funciona o Programa do Livro? A partir da publicação de um edital, todas as editoras e autores são convidados a apresentar suas obras. Essas obras são analisadas por pareceristas. E, aqui, é preciso sublinhar um aspecto dessa seleção. Os livros são encaminhados, atualmente, a dez universidades públicas – cada uma versa sobre um assunto, analisa um assunto – e a 192 comissões de pareceristas.

Há um detalhe: o Ministério da Educação só vem conhecer os pareceristas *a posteriori*, depois de o parecer ter sido emitido e de o livro ter sido aprovado para catalogação no Guia do Livro Didático. Ou seja, não é o Ministério da Educação que monta as comissões de pareceristas, por uma razão muito simples: justamente para garantir a impessoalidade total do processo. Esses pareceristas recebem todos os livros submetidos ao Ministério da Educação descaracterizados. Isso significa dizer que os livros chegam às comissões sem nenhuma indicação de editora e de autor, totalmente descaracterizados.

Então, vejam a dinâmica do processo. Os livros seguem descaracterizados para a universidade, que monta as suas comissões de pareceristas, sem que o MEC tenha qualquer ingerência nesse processo de montagem das comissões técnicas de pareceristas. Esses livros descaracterizados são avaliados. Quando os pareceres são concordantes, favoráveis à inclusão do livro no Guia, o livro é incluído. O Ministério da Educação compõe o Guia, confecciona o Guia, manda-o para as escolas, e, por meio da Internet, as escolas livremente escolhem o seu acervo.

Vejam que os dirigentes do Ministério da Educação só participam do processo depois de o livro ser escolhido, no momento em que se faz a negociação de preço com as editoras. É nesse momento que os dirigentes do Ministério da Educação entram em campo, para garantir o preço adequado para os livros didáticos. E aí há toda a logística de distribuição desses livros, conforme o senso escolar. Todos os livros didáticos do Ministério da Educação passam por esse critério, sem exceção.

Quero adiantar que, há poucos anos, desde 2005, é que universalizamos o acesso ao livro didático. O livro didático, até 2005, estava restrito ao ensino fundamental regular. Não havia programa de livro didático para o ensino médio. Ou seja, 7,5 milhões de estudantes ficavam sem livro didático fornecido pelo Ministério da Educação. Não havia livro didático para a educação de jovens e de adultos. Simplesmente, comprávamos os livros para o ensino fundamental regular.

No que diz respeito ao livro que foi objeto de intenso debate na imprensa, nos últimos dias – aliás, já são semanas de discussão –, recebemos dezenas de manifestações de especialistas, de professores, de ex-reitores e de associações, dizendo que o que se fala sobre esse livro não corresponde à verdade. Isso é dito de forma unânime. A Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação, a Anfope, a Anpae, a Associação Brasileira de Linguística, a Associação Brasileira de Linguística Aplicada, além de inúmeros artigos de jornal, todos se manifestaram a respeito dessa questão, dizendo que o livro não faz aquilo que dizem que ele faz. O livro parte de uma realidade comum aos adultos que voltam à escola e traz o adulto para a norma culta, por meio de exercícios, nesse capítulo, que pedem ao estudante que faça a tradução da linguagem popular para a norma culta. Todos os exercícios do livro têm essa direção, e é por isso que recebemos todas essas manifestações.

Estamos falando de cinco associações ligadas à educação, incluindo a Associação Brasileira de Pós-Graduação em Educação, a Associação Brasileira de Linguística e a Associação Brasileira de Linguística Aplicada. Estamos falando de instituições de altíssima respeitabilidade, que vieram a público, corajosamente, para se manifestar, dizendo que é absurda a hipótese de mandar recolher esse livro em razão de uma frase que foi pinçada e totalmente descontextualizada para denegrir a imagem de uma entidade que tem vinte anos de tradição – são vinte anos de tradição! – na educação de jovens e de adultos e de uma autora que tem vinte anos de tradição na educação de jovens e de adultos. Corajosamente, não se manifestaram a favor do Ministério da Educação; não foi esse o intuito de ninguém. Escreveram manifestos e artigos sobre o debate relevante, sobre a questão relevante e sobre se era correta a afirmação de que a autora induzia ao erro, não o contrário: que ela partia de uma situação de fala corriqueira e trazia o estudante para a norma culta, inclusive por meio de exercícios.

Para minha alegria, depois de uma semana de incompreensão, ninguém menos do que o Diretor Executivo do Instituto Fernando Henrique Cardoso teve a dignidade de publicar no jornal *O Estado de S.Paulo* de domingo, na pág. 2, um artigo lúcido, absolutamente lúcido, colocando os pingos nos is, dizendo que não tinha cabimento o debate ter enveredado por aí, ter sido feito dessa maneira. Isso não ajudava em nada a educação brasileira. Houve a politização, no pior sentido, de um debate que tem de ser técnico, acadêmico e sério. Ninguém menos do que uma pessoa com essa posição, que poderia se omitir e deixar a confusão prevalecer sobre a justiça, vem a público e, dignamente, coloca-se de maneira muito correta e altiva em relação ao tema.

Ontem, recebi outra informação relevante. Eu tinha me preocupado muito com a manifestação da Academia Brasileira de Letras, que foi a primeira a se manifestar. Ontem, recebi cópia dos Anais da última reunião da Academia Brasileira de Letras. A notável escritora Ana Maria Machado, imortal da Academia, que havia se manifestado nos jornais, na primeira semana de debate – esse assunto está registrado nos Anais da ABL –, disse: "Fui usada. Se eu tivesse lido o capítulo inteiro, eu não teria me manifestado dessa forma".

Com pessoas assim é que quero discutir, com pessoas que têm essa compreensão, com pessoas que têm a dignidade de vir a público e rever uma posição, com pessoas que têm altivez, que têm a decência de colocar a educação num patamar acima das disputas menores, acima das disputas partidárias.

Procuramos, ao longo dos últimos anos, construir, nesta Casa e na Câmara dos Deputados, um partido da educação, que colocasse os assuntos educacionais acima de qualquer disputa menor. E, em função disso, conseguimos reescrever a Constituição da República, por meio de duas emendas constitucionais, e aprovar mais de cinquenta projetos de lei, tudo por consenso, do Piso Nacional do Magistério ao Fundeb; do fim da DRU, que tirou mais de R$100 bilhões do orçamento do Ministério da Educação, até a ampliação da obrigatoriedade da matrícula de 7 anos a 14 anos para 4 anos a 17 anos. Aprovamos a criação dos institutos federais, com novas 214 escolas técnicas. Houve a aprovação de 14 novas universidades e a aprovação de vagas para professores e técnicos para 126 campos universitários. Tudo isso foi construído por consenso, como a ampliação de todos os programas de apoio do Ministério da Educação para toda a educação básica, sem restringir os programas de apoio, como merenda, livro e transporte, para o ensino fundamental. Isso foi construído com base no diálogo, com base no entendimento. E quero crer que foi muito bom ter deixado decantar o debate sobre esse assunto, para verificarmos que se estava cometendo uma injustiça não contra o Ministério da Educação, mas contra uma autora respeitada.

Eu soube também que se está levantando uma questão, que ainda não tive tempo de analisar com todo o cuidado, sobre os livros de História. Confesso aos senhores que isso só chegou ao meu conhecimento muito recentemente e não tive ainda o cuidado de ler todas as obras. Não emito juízo sobre livro didático e estou funcionalmente impedido de fazê-lo, a não ser quando há uma injustiça crassa, como foi esse caso. Não posso me manifestar a favor ou contra um livro que está no Guia do Livro Didático do MEC; caso contrário, induzo a escolha por parte das escolas. Nenhum dirigente do MEC está autorizado a se manifestar a favor ou contra um livro que está avaliado e consta do Guia do Livro Didático. Mas cabe, sim, ao Ministério da Educação analisar eventuais objeções, para, no limite, propor aperfeiçoamentos no sistema de seleção, que me parece adequado até o dia de hoje.

Repito: o decreto foi discutido em audiência pública, em consulta pública, por quase dois anos, Senadora Ana Amélia, e fechamos o texto com editores e com autores, com a participação da sociedade civil. É um decreto publicado em janeiro do ano passado que consagra o processo de seleção, que garante a impessoalidade da pessoa no que diz respeito aos dirigentes do Ministério da Educação. Os dirigentes do Ministério da Educação não podem e não devem participar da escolha. A avaliação é feita por pareceristas reunidos em comissões compostas com autonomia pelas universidades selecionadas por edital, e a escolha final do livro cabe à escola.

Há outros dois modelos no mundo. Há o modelo estatal, em que o Estado faz o livro. No modelo mexicano, o Estado faz o livro, e é aquele livro que é distribuído por todas as escolas. Nenhuma editora é convidada a participar; é o Estado que confecciona, que elabora o material. E há outro modelo que autoriza a escola a adotar qualquer livro que esteja no mercado editorial. O Brasil conseguiu encontrar um meio-termo, em que pareceristas fazem o filtro sempre em benefício dos autores e das editoras – não se trata de órgão sensor, é uma comissão de pareceristas que simplesmente diz que o livro está apto a ser adotado pelas escolas, não é um órgão sensor das universidades – e em que as escolas, com base em um catálogo enorme, escolhem seus livros livremente, pela Internet. Hoje, nem as editoras podem fazer propaganda de seus livros nas escolas públicas, para evitar qualquer tipo de viés, para evitar qualquer tipo de influência.

Por que cabe ao MEC analisar as objeções? Porque podemos, eventualmente, aperfeiçoar o processo de seleção. É obvio que todo processo, e esse tem 20 anos, pode ser aperfeiçoado, e qualquer parlamentar, Senador ou Deputado, tem a prerrogativa constitucional de apresentar projeto de lei que altere a metodologia de escolha do livro didático. Se aquele decreto que institucionalizou o livro para toda a educação básica não satisfaz, é lícito, é legítimo, é legal que um parlamentar proponha alteração na metodologia de seleção. Não há vício de iniciativa nenhum em relação a isso. Nós institucionalizamos por decreto presidencial há mais de um ano, porque entendemos que, depois de dois anos de consulta pública, foi feito um bom acordo em torno da metodologia de escolha, mas ninguém é obrigado a concordar com essa metodologia de vinte anos. Alguém poderá propor, eventualmente, outra forma de seleção, e estamos abertos a ouvir.

Eu queria fazer essas considerações preliminares, porque penso que, talvez, o debate seja mais rico do que uma apresentação formal, e, a pedido do meu amigo Presidente Roberto Requião, eu me limitei ao tempo de 20 minutos, justamente para que possamos ter mais tempo para fazer um debate saudável sobre o assunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Tenho de dar preferência para o diálogo com o Ministro aos autores do requerimento. A ordem seria esta: Senador Cyro Miranda, autor do requerimento presente; Senador Alvaro Dias; Senadora Marisa Serrano e Senadora Kátia Abreu.

Tem a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Cumprimento o Sr. Presidente Roberto Requião, o Exmº Sr. Ministro Fernando Haddad, as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores.

Em suas palavras, Ministro, o senhor está tentando desqualificar uma discussão mais pelo lado emocional. Temos de rebater algumas das suas posições em função do grande número, já citado e conhecido do público, de manifestações por parte da imprensa, da Defensoria Pública da União e do Distrito Federal, da Academia Brasileira de Letras, que se manifestou em bloco. Houve declarações também de um *expert* da língua portuguesa, o professor e linguista Bechara. Isso já é conhecido; não me vou deter na leitura disto aqui, para não ocupar o tempo, e acho que todos já se detiveram nisso. Peço também que seja distribuída cópia dos trechos dos livros que foram lidos e examinados, sim.

Esse processo de avaliação dos livros didáticos adquiridos pelo MEC e distribuídos para as escolas foi uma inovação iniciada no governo Fernando Henrique Cardoso, com o objetivo de assegurar a qualidade pedagógica do material utilizado. Mas vimos que, pelo menos agora, nos últimos anos, isso foi deturpado.

Não são trechos soltos. Se o senhor acompanhar a reportagem da *Folha de S.Paulo* de 1º de maio, que trouxe alguns exemplos ilustrativos, verá que foram bem minuciosos esses exames dos livros. Por exemplo, quando lemos trechos dos livros da história de documentos sobre o governo Fernando Henrique Cardoso e os comparamos com trechos sobre o governo do Luiz Inácio Lula da Silva, é fácil verificar uma abordagem que beira ao maniqueísmo: a tentativa simplista de atribuir uma série de qualidades ao governo do PT e uma série de defeitos ao governo do PSDB. Isso não vem nem elogiar, nem tentar denegrir a imagem de um e de outro. Não é o foro desse livro. São jovens que estão com informação. Contar fatos é uma coisa, mas temos elencado aqui inúmeros trechos e estamos certos de que, na Administração Pública, não pode haver uma comparação dessa maneira.

Também há erro de linguística. Essa não é maneira de se informar ao educando, àquele jovem que está começando. É evidente que, hoje, vícios são incorporados. Viemos de uma época em que se falava "a nível de", viemos de uma época em que quiseram incorporar o termo "ques", para se dizer "ques coisas". O senhor imagine a hora em que um jovem for se submeter a um emprego e começar a falar errado. Não é o nosso propósito. Acho, Sr. Ministro, que aí houve uma conotação com o que o ex-Presidente Lula se expressava, para mostrar que aquilo era normal.

O que nos chama mais a atenção é que estamos ferindo o Direito Constitucional. Não é bem como o senhor falou! Na legislação, há obrigações. Por exemplo, é dito que "a avaliação pedagógica das obras didáticas será realizada por instituições públicas de educação superior, de acordo com as orientações e diretrizes estabelecidas pelo MEC, a partir das especificações e critérios fixados no edital correspondente". E esse edital, inclusive, diz, dentro dos nossos princípios:

"O acesso aos bens culturais produzidos pela humanidade é um dos direitos fundamentais do cidadão. A educação escolar, como instrumento de formação integral dos alunos, constitui requisito fundamental para concretização desse direito. Para tanto, a educação deve organizar-se, de acordo com a legislação em vigor, de forma a respeitar o princípio de liberdade e os ideais de solidariedade humana, visando assim ao pleno desenvolvimento do educando, ao seu preparo para o exercício da cidadania e à sua qualificação para o trabalho."

Ainda está aqui determinado: "(...) observância dos princípios éticos e democráticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social". Ainda se diz o seguinte: "Serão excluídas do PNLD 2013 as obras didáticas que: (...) fizerem doutrinação religiosa e/ou política, desrespeitando o caráter laico e autônomo do ensino público".

Também em relação aos princípios gerais da língua portuguesa, é dito:

"Considerando-se as demandas de comunicação linguística inerentes à vida em sociedade, inclusive no que diz respeito ao pleno direito da cidadania, e as recomendações expressas por parâmetros, diretrizes e orientações curriculares oficiais, o ensino de Língua Portuguesa (LP), nos anos iniciais – ou primeiro segmento – do novo Ensino Fundamental (EF), deve organizar-se de forma a garantir ao aluno:

o desenvolvimento da linguagem oral e a apropriação e desenvolvimento da linguagem escrita, especialmente no que diz respeito a demandas básicas oriundas seja de situações e instâncias públicas e formais de uso da língua, seja do próprio processo de ensino-aprendizagem escolar;

o pleno acesso ao mundo da escrita e, portanto, às práticas de letramento associadas a diferentes formas de participação social e ao exercício da cidadania."

Sr. Ministro, sei que, ultimamente, às vezes, o MEC não tem sido muito feliz nas suas apresentações. Pela imprensa, a gente toma conhecimento de que houve alguns deslizes. Mas seria mais fácil se, além de falarmos aqui do *kit* contra a homofobia – e haverá outros que vão destruir –, não cometêssemos essa prática. Acho que cabe uma análise. Além de tudo, além dos princípios constitucionais, existe o bom senso. Acho que isso não está levando a nenhum tipo de vantagem nem do Governo nem do aprendizado.

Portanto, pergunto se V. Exª tem consciência de que isso deve continuar sendo distribuído. No caso da homofobia, o próprio Governo Federal, a Presidente pediu a retirada desse *kit* das escolas. E também ele está analisando os outros dois, principalmente o da linguística portuguesa.

Então, pergunto: o senhor ainda continua achando que isso deve ser distribuído, que esse deve ser um ensinamento dado a milhares e milhares de estudantes? O senhor acha que essa deve ser uma prática? Não seria melhor que alguém que ocupa um cargo de dimensão procurasse dar a determinadas pessoas, por sua origem, às vezes, humilde, uma aula de Português, colocando essas pessoas no contexto da língua, num estágio melhor? Isso não seria melhor do que levar a milhares e milhares de estudantes vícios que não são corretos?

Essas são as minhas indagações. É muito mais uma indignação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Seguindo a tradição da nossa Comissão, o Ministro responderá a blocos de três interlocutores.

O segundo inscrito é o Senador Alvaro Dias, que tem a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Senador Roberto Requião, concordo com o Ministro Fernando Haddad no sentido de que esse debate é oportuno, vem em boa hora. Certamente, poderemos recolher dele lições importantes para que o Ministério da Educação possa fugir às ilações eventuais de que, neste ou naquele momento, se transforma em comitê eleitoral. Creio que isso desfigura a questão, e, certamente, não é essa a vontade política do Ministro Fernando Haddad. Mas a consequência de determinadas ações e fatos recorrentes acaba levando pessoas a fazer esse tipo de avaliação.

Primeiramente, há a questão ideológica. É inegável que há um viés ideológico. E, para sermos justo, não queremos imputar ao atual Governo a responsabilidade inteira pela existência nos livros didáticos do viés ideológico.

Ainda ontem, o ex-Ministro Paulo Renato me dizia: "O Governo tem de enfrentar essa realidade". Há, sim, viés ideológico no conteúdo dos livros didáticos. Obviamente, excluem-se as editoras de qualquer responsabilidade nisso. São editoras. A responsabilidade é de conteúdo. Pelo conteúdo, respondem os autores e aqueles responsáveis pela seleção e aprovação do conteúdo.

Creio que é um enfrentamento que cabe ao Ministério, que cabe ao Ministro. O Ministro, talvez, não tenha condições de responder, porque disse que não leu os livros de História, mas é inevitável constatar que há parcialidade. Não há como não constatar a parcialidade.

Mostro ao Ministro, mesmo de longe, duas páginas de um livro de História. Nestas duas páginas, há capas das revistas *Veja*, *Istoé*, *Carta Capital* e *Época*, todas elas capas triunfalistas em relação ao Presidente Lula. Pergunto: se o livro reservou espaço a essas capas extremamente favoráveis ao Presidente Lula, não deveria, para ser correto, reservar espaço a outras capas e revistas em sentido oposto?

Creio que, aqui, há cerca de quarenta capas de revistas. Uma capa, por exemplo, diz "Mensalão – quando e como Lula foi alertado; a luta de Lula contra o *impeachment*". São capas de revistas. Portanto, deveriam mostrar a chantagem: "Não vou sair do Governo". São capas. Para que a história pudesse ser escrita sem esse viés partidário ou ideológico, essas capas deveriam também constar do livro, ou as outras não deveriam estar nele.

Essa é a questão que suscitamos ao Ministro, de forma muito construtiva, tentando fazer com que esse episódio possa determinar uma nova orientação do Ministério. Não vamos, é claro, discutir o conteúdo desses livros didáticos, porque, agora, não temos tempo para isso. Mas, neste livro de História, há um espaço exagerado para um confronto que se tornou um confronto de campanha eleitoral, fazendo uma comparação de um governo com o outro: a favor do governo Lula, contra o governo Fernando Henrique; a favor do governo Fernando Henrique, contra o governo Lula. Isso está às págs. 274 a 281 nesse livro; no outro livro, por exemplo, isso está colocado nas págs. 286 a 295. Há um espaço exagerado, concentrando os dizeres em torno de dois governantes do País. Considero isso inusitado ou pelos menos estranho.

Também não tive a oportunidade de ler todos os livros; não há como fazê-lo. A história da Primeira Grande Guerra Mundial reserva um grande espaço também aos dois governantes, e todos nós sabemos que nem Lula nem Fernando Henrique participaram da Primeira Grande Guerra Mundial. Não vejo razão para estabelecer essa relação entre a Guerra Mundial e os governos de Fernando Henrique e de Luiz Inácio Lula da Silva.

Portanto, Sr. Ministro, construtivamente, nós, que somos da oposição, queremos dizer que a responsabilidade não pode ser atribuída única e exclusivamente a um governo, mas que há um viés ideológico, sem dúvida; é fácil verificar que há esse viés ideológico.

O Senador Cyro Miranda, autor do requerimento e autor também de uma representação ao Procurador-Geral da República que tem minha assinatura, em nome do Partido também, já elencou aqui alguns dispositivos constitucionais que foram, a nosso ver, violados com a distribuição desses livros.

A outra questão é mais complexa, evidentemente, porque focaliza um debate que não é novo, que diz respeito à ordem pedagógica nas escolas e à discussão teórica da Sociolinguística, que valoriza a linguagem popular e que, a nosso ver, não deveria sair da Academia e chegar à escola de ensino fundamental. A língua culta, que tem muito mais qualidades e valores, que permite traduzir o pensamento da Filosofia, da Ciência, da Literatura e das Artes é que deve ser valorizada. A popular não permite o debate de questões mais complexas e, com isso, não permite a evolução da sociedade.

V. Exª fez referência àqueles que defendem a providência do Ministério da Educação ou o livro do Ministério da Educação. Nós também não conseguimos lê-lo, porque não o encontramos. A Comissão de Educação não o recebeu, o Ministério da Educação

também não o forneceu, e, nas livrarias, também não o encontramos. Mas aqui está pelo menos uma página do livro, onde leio: "'Eu posso falar 'os livro'?' 'É claro que pode. Mas fique atento, porque, dependendo da situação, você corre o risco de ser vítima de preconceito linguístico'". Entendo isso da seguinte forma: a escola está ensinando a falar de maneira errada. "Você pode falar 'os livro'. Você pode falar 'os livro ilustrado' e [o que é mais interessante] 'estão emprestado'". A escola está ensinando a falar de um jeito errado e está denominando de preconceito linguístico quem critica o uso inadequado da linguagem. Isso afronta a Teoria do Gerativismo, de Noam Chomsky.

Estamos preparados para o aprendizado da linguagem. Se a ciência prova que temos condições de aprendermos a linguagem, por que estimular o ensino do erro? Seria um desrespeito, ou seria uma forma de deteriorar a Linguística como ciência?

Enfim, essa é uma questão complexa, mas que encontra paralelo em outros tempos. Faço referência a uma corrente do partido comunista russo que, quando Stalin chegou ao poder, tentou introduzir uma nova língua do partido. E o próprio Stalin não permitiu isso. Essa língua sepultaria a norma culta. Não estou estabelecendo nenhum paralelo, mas a verdade é que há aí uma corrente, de forma direta ou indireta, induzindo para a tentativa de se adotar um nova língua popular, que se trata do ensino da coda regional, o que implica retirar a letra "s" da palavra etc.

Essas são questões que devem merecer a atenção do Governo, da oposição, da sociedade, da Academia e da escola de forma geral, para que, ao final desse episódio, se possam realmente recolher conclusões que contribuam para a melhoria do ensino no País, especialmente do ensino público.

Em relação à última questão que diz respeito ao *kit* anti-homofobia, o Governo já disse ao País que houve um equívoco, recuou da sua pretensão de distribuir o *kit*. Não imagino que tenha sido uma barganha do Governo com bancadas do Congresso em relação ao Código Florestal; não posso admitir também que tenha sido uma barganha do Governo com bancadas do Congresso em relação à CPI para investigar denúncias contra o Ministro Palocci. Imagino que tenha sido realmente a constatação de equívocos. A indagação que faço é se o Governo pretende elaborar novo *kit*, se esse assunto está encerrado e se o Governo determinará a devolução aos cofres públicos dos valores gastos com a confecção desse *kit*. Parece-me que cerca de R$1,8 milhão, segundo uma entrevista do próprio Ministro, foram repassados a uma ONG responsável pela elaboração desse *kit*. Então, indago se haverá devolução aos cofres públicos desses recursos, já que o *kit* foi considerado pela Presidente Dilma Rousseff inadequado.

São essas as questões, Sr. Presidente. Agradeço-lhe a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Tem a palavra a Senadora Marisa Serrano. Em seguida, o Ministro responderá aos três interlocutores.

A SRA. MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar o Ministro e dizer que ele é sempre bem-vindo a esta Casa. Esta é a função da democracia: a gente poder dialogar entre os Poderes. Aqui, estão o Poder Executivo e o Poder Legislativo. A função nossa é justamente a de fazer ressoar o clamor público, aquilo que a população brasileira discute, aquilo que é importante para a população. Esta é a Casa da ressonância. É aqui que ressoa aquilo que a população brasileira sente, e a população brasileira está sentindo uma série de coisas nos últimos tempos.

Quero começar, Ministro, falando um pouquinho sobre as questões por que estamos passando na educação nos últimos tempos: o vazamento de provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) por duas vezes; o vazamento dos dados do ProUni; os problemas com os surdos, se será fechado ou não o Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines); a suspensão da distribuição do *kit* anti-homofobia; claros indícios de que foi feita seleção equivocada do livro didático, especialmente no conteúdo de História Contemporânea; problemas de acesso ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que inscreve mais de 83 mil vagas para instituições públicas com base nas notas do Enem; problemas no cadastro do ProUni.

Além disso, há o fato de que, para cada 100 alunos que entram na 1ª Série, somente 47 terminam o 9º Ano em idade correspondente; 14 concluem o ensino médio sem interrupção; e apenas 11 chegam à universidade. Sessenta e um por cento dos alunos do 5º Ano não conseguem interpretar textos simples; 60% dos alunos no 9º Ano não interpretam textos dissertativos; 65% dos alunos do 5º Ano não dominam cálculo; e 60% dos alunos no 9º Ano não sabem realizar cálculos de porcentagem.

Esse é um breve relato de alguns dos últimos problemas que temos visto. Os últimos grandes debates que tivemos nesta Casa foram feitos em cima desses temas.

Sr. Ministro, talvez, haja uma necessidade de uma mudança de ótica no Ministério da Educação. É claro e evidente que esta não é ingerência do Legislativo no Executivo. Mas, já que V. Exª acabou de dizer que podemos aqui complementar e, de alguma forma,

aperfeiçoar as questões do Ministério da Educação, eu me sinto no direito de dizer a V. Exª que, talvez, haja uma questão de gestão, não digo do Ministro, mas da estrutura do órgão, que precisa ser reavaliada. Talvez, com o tempo, o Ministério da Educação precisa ser mais modernizado, para que não ocorram tantas questões como essas que levantei agora e outras mais.

Quanto à questão de o livro ensinar ou não de forma errada, Sr. Ministro, quero dizer que a Sociolinguística está sendo discutida há muito tempo. Não é de agora que se discute a oralidade, a forma de falar, principalmente as variantes linguísticas populares. Isso se debate há muito tempo, isso não é de agora. Mas há uma questão que quero levantar.

Não estou discutindo a questão de que nascemos e aprendemos a falar de acordo com o nosso entorno. Aprendemos a falar pela fala dos nossos pais, pela fala dos nossos avós, pela fala de quem está perto de nós. É assim que a gente aprende a língua. Mas o que causa um pouco de preocupação, Ministro, é um livro didático ensinar uma forma errada de falar, mesmo que seja a forma oral, mesmo que isso se dê na oralidade. A Sociolinguística briga com isso. É importante que as pessoas tenham sua fala e que a gente a respeite. Não é preconceito linguístico, como foi dito. Não é nada disso. Que se respeite a fala das pessoas! Porém, dentro da escola, no livro didático, temos de propugnar, Ministro, que a língua culta seja prioridade.

É esta a metodologia que discuto: a de se colocar a língua falada de uma forma que a língua culta considera errada dentro do livro didático, mesmo que, no capítulo seguinte, isso seja corrigido, dizendo que não é assim. Essa é uma metodologia que não aceito. Há professores que trazem o errado, para, depois, passar o certo. É uma metodologia com a qual, particularmente, não concordo. Foi isso que me chamou a atenção no livro.

Não é que a gente não tenha uma linguagem oral que deve ser relevada, porque isso faz parte de qualquer língua não só no Brasil, como em qualquer lugar. Mas penso que deve haver um cuidado especial com o livro didático, principalmente porque nossas crianças estão aprendendo muito pouco, falam muito mal ainda o português e têm dificuldade de decodificar um texto simples. Então, devemos ter um cuidado especial. Falo desse cuidado.

Quanto à questão dos conteúdos, Ministro, penso que é aí que está o perigo. Não se trata de, no livro, a língua oral passar para a língua escrita, mas se trata do conteúdo, Ministro. É a esse aspecto que não só o senhor, mas todos nós, o povo brasileiro, os pais de alunos, os professores, que são bem intencionados, temos de estar atentos. Temos de observar o que se passa para o livro didático, porque está em questão a formação das nossas crianças.

Por exemplo, no livro *História e Vida Integrada*, de Nelson e Claudino Piletti, eles começam dizendo sobre democracia: "Sugiro, entretanto, que as eleições de 2002 significaram mais do que a consolidação da democracia no Brasil, indicam que o Brasil está passando da democracia das elites para a democracia da opinião pública". E, depois, na mesma página, dizem: "Pode-se dizer que, hoje, a democracia é de todo o povo brasileiro, não mais das elites". Isso é um absurdo. O povo brasileiro elege seus representantes, Ministro.

Estou de acordo com o que disse o Senador Cristovam – não sei se ele virá aqui. Há alguns dias, discutimos aqui que a história contemporânea, ou a história muito próxima, é difícil de ser tratada em livro didático, pois a visão ainda está distorcida. As pessoas não têm ainda o discernimento suficiente para perceber o que é história e o que não é história.

Aquilo que o Senador Alvaro disse eu poderia dizer deste livro. Há uma parte em que o livro trata dos anos de governo de Fernando Henrique Cardoso e só coloca títulos como "Apagão" e "Privatizações". Coloca fotos de *pizzas*, de filas de desempregados, de apagão, de sindicatos fazendo uma festa sobre o apagão. E, quando passa para o governo Lula, as fotos mostram só coisas boas: o Fome Zero bem grande; crianças com merenda; uma festa linda, com a estrela do PT e com a bandeira do PT; pessoas alegres, felizes, recebendo o Bolsa-Família.

Não é possível falar sobre tudo, Ministro. Não temos condições de fazer isso, porque não temos tempo. Eu só quis demonstrar que a ideologização do livro didático é que me preocupa. E essa não é função exclusiva de V. Exª, é função de todos nós, é função dos professores que não são engajados numa luta ideológica. Precisamos perceber o Brasil de forma diferente. Acho até, Ministro, que deveríamos discutir se a história recente do País poderia estar num livro didático dessa forma.

Ouvi, em uma entrevista, que um dos autores deste livro – os autores são dois irmãos – disse que o outro era realmente do PT e que havia um viés ideológico. Ouvi isso em uma entrevista. Isto, sim, é um perigo para a formação de nossas crianças: ensinar a história de forma errada. À luz do que já passou, temos facilidade de ver, de pesar os prós e os contras, mas é difícil fazer o mesmo com a história recente, com a história que estamos vivendo agora, neste momento.

Para terminar, digo que é bom que o senhor venha aqui, porque o senhor toma conhecimento do que a sociedade está pensando, uma vez que todos trazem para esta Casa os sintomas da sociedade. E

olha, Ministro, essa história desse livro pegou fogo, e não foi a oposição que levantou o problema.

Então, quero dizer que estamos aqui reverberando o que acontece na sociedade. Não é culpa da oposição o que está acontecendo no Ministério da Educação com relação a essas questões. Estamos discutindo o caso. O senhor é sempre bem-vindo aqui, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Tem a palavra o Ministro Fernando Haddad, para responder aos três interlocutores.

O SR. FERNANDO HADDAD – O Senador Alvaro Dias fez uma referência a Stalin que achei muito interessante. Há uma diferença entre Hitler e Stalin que precisa ser devidamente registrada: ambos fuzilavam seus inimigos, mas Stalin lia os seus livros antes de fuzilá-los. Essa é a grande diferença. Estamos, portanto, vivendo uma pequena involução. Estamos saindo de uma situação stalinista e agora adotando uma postura mais de viés fascista: criticar um livro sem ler. O livro está disponível no *site* da Ação Educativa.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Quem disse que não o leu foi o Ministro.

O SR. FERNANDO HADDAD – Esse eu li; não li os de História. Eu estava fazendo referência ao livro... Nós distribuímos quase dois mil títulos, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Em relação ao que foi dito, eu li aqui. Li aqui o preconceito linguístico.

O SR. FERNANDO HADDAD – Deixe que eu lhe responda aqui. Mas não posso fazer avaliação de um livro com base em uma frase pinçada. Esse é um procedimento que nenhum membro da Academia Brasileira respeitará. Não existe avaliação de um livro feita por meio de uma frase pinçada. Isso não existe em nenhum lugar do mundo.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO HADDAD – Senador, eu o ouvi com tanta calma!

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Só quero fazer uma indagação importante. Já que o Ministro fez referência ao fascismo...

O SR. FERNANDO HADDAD – Não, o senhor fez referência ao stalinismo.

SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Exatamente.

O SR. FERNANDO HADDAD – Eu quis fazer...

SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – V. Exª fez referência ao fascismo; eu quero fazer uma indagação.

O SR. FERNANDO HADDAD – Isso não é questão de ordem, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Por que razão negaram fornecer o livro até mesmo a gabinetes de Senadores? O Ministério da Educação negou, a Comissão de Educação não recebeu esse livro, e a própria editora negou-se a fornecer esse livro. Essa é a indagação que faço. V. Exª queria que lêssemos todo o livro sem ter acesso a ele?

O SR. FERNANDO HADDAD – Senador, desculpe-me. Bastava ler o capítulo que está no *site.*

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Esse capítulo, eu o li aqui.

O SR. FERNANDO HADDAD – Não, o senhor não leu o capítulo. O senhor leu uma frase.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu tinha aqui uma página e li o essencial dessa página.

O SR. FERNANDO HADDAD – Desculpe-me, Senador, o senhor não leu o capítulo.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – O que queremos é que V. Exª responda sobre essa questão que encontramos nesta página, sobre o ensino do erro e a acusação de que é preconceito linguístico.

O SR. FERNANDO HADDAD – Eu vou lhe dizer, se o senhor me deixar responder.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Quero fazer uma pergunta a V. Exª: é preconceito linguístico acusar o erro?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Vamos assegurar a palavra ao Ministro.

O SR. FERNANDO HADDAD – Ouvi os senhores por quarenta minutos e acho que posso responder.

O senhor mencionou Stalin, e eu falei que Stalin lia os livros antes de fuzilar os inimigos. E o fascismo não costumava fazer sequer isso.

O que quero dizer é que vou responder com palavras mais sábias do que a minha. Eu vou me valer do artigo que mencionei, Senador Alvaro Dias. Repito: parece que essas coisas não têm relevância, mas elas têm relevância. Um gesto de dignidade feito por uma pessoa que está longe de estar próxima do Governo merece consideração. Fiz referência a um artigo que foi publicado em um jornal que não tem nenhuma simpatia por este Governo e que é de autoria de alguém que não tem nenhuma simpatia por este Governo, que é simplesmente o Diretor Executivo do Instituto Fernando Henrique Cardoso. Não é possível que isso não tenha relevância!

Olhem o que diz o nosso querido Sérgio Fausto. Aliás, tive a honra de ser pupilo do seu tio, Rui Fausto. "Educação para o debate. O procedimento que está sendo adotado contra esse livro consiste na desqualificação de ideias sem o mínimo esforço prévio de compreendê-las", diz o artigo. Na sequência, é dito: "Houve quem aventasse a hipótese de que o livro visasse à justificação oficial dos erros gramaticais do ex-Presidente Lula". Segue o artigo: "Um despropósito!".

Não sou eu que estou dizendo isso. É dito no artigo: "Um despropósito!". É um texto muito curto, é um artigo de jornal: "O livro é de bom nível, trabalho de gente séria, que merece crédito". E, no fim, ele conclui... Atenção! Isso é tocante! Liguei para o Sérgio Fausto, para cumprimentá-lo, porque, há muito tempo, eu não via um gesto de tanta dignidade.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Convide-o para o Governo, para o Ministério.

O SR. FERNANDO HADDAD – É que ele não partidariza a educação, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Por isso mesmo, ele deveria ser convidado.

O SR. FERNANDO HADDAD – Ele diz: "O desempenho dos alunos em Português vem melhorando, em especial no primeiro ciclo do ensino fundamental, conforme indicam avaliações nacionais e internacionais".

O Brasil foi o terceiro país que mais evoluiu em qualidade de ensino no mundo. Superamos doze países no Pisa. Estávamos em último lugar no ano 2000. Superamos doze países. Alguém dirá: mas estamos em 53º! Mas superamos doze países. Ali adiante estão o Chile e Israel, na 40ª e 42ª posição.

Temos todas as condições de cumprir as metas de qualidade estabelecidas no Plano Nacional de Educação, o qual teve por base o Plano de Desenvolvimento da Educação, que teve a adesão de 27 governadores e de 5.563 prefeitos. O Senador Paulo Bauer, ainda Secretário de Educação, aderiu ao PDE, às metas de qualidade, e as cumpriu, como todo o Brasil cumpriu. Essa é a questão.

Não gosto de me referir a livros sem lê-los por inteiro. Defendi uma dissertação de mestrado e uma tese de doutorado na Universidade de São Paulo e nunca critiquei um autor sem cobrir sua obra. Nunca fiz isso. E sou filho de um imigrante que nunca entrou numa escola. Sou filho de um libanês que, com 26 anos, chegou ao Brasil e que nunca entrou numa escola, nem no Líbano, nem no Brasil.

Entendo perfeitamente bem a abordagem pedagógica da autora de educação de jovens e adultos. Quando o adulto volta para a escola, ele volta com os vícios naturais da linguagem popular. Convidá-lo a traduzir essa forma popular de falar em norma culta é papel do pedagogo. Na verdade, está se criando até a palavra Andragogia, porque a Pedagogia serve às crianças. A Andragogia serve a adultos, a idosos que voltam para a sala de aula. Parte-se da situação de fala e se orienta o aluno a se valer da norma culta, a compreender a norma culta. Todos os exercícios do livro, sem exceção, vão na direção de que o aluno saia da sua situação de fala coloquial e consiga traduzir o que ele quer exprimir na norma culta. Não vamos encontrar um único educador neste País que diga que a escola não tem de ensinar norma culta. Não haverá esse educador, não existe esse educador.

Estou distribuindo aos senhores mais de vinte artigos especializados sobre esse livro, dizendo que o livro não ensina o errado, que ele parte de uma situação de fala, que é comum a todos os adultos que deixaram a escola sem concluir seus estudos, e situa esse aluno em relação à sua situação de fala. Em qualquer livro escrito, se você descontextualizar uma frase... Outro dia, eu estava vendo erros do Cervantes no Dom Quixote. Estou falando do maior clássico da literatura espanhola. E se discutiam questões como essa.

Então, não haverá um único educador deste País que não defenda a tese de que cabe à escola defender a norma culta. Contudo, as abordagens pedagógicas, sobretudo quando se refere a adultos, para trazer esse adulto para a norma culta são abordagens as mais diversas.

Recebi esse material agora – e já declarei que o MEC distribuiu mais de dois mil títulos –, mas, lendo-o aqui, não sei se é justo ou não com o autor pinçar uma frase; não gosto desse expediente. Realmente, quem vem da Academia repudia este tipo de expediente, pinçar uma frase. Venho da Universidade de São Paulo, onde aprendi a ler a obra. Mas se diz aqui que o PT teve de fazer diversas concessões, alianças com partidos adversários, viu-se envolvido em escândalos, o que atingiu a direção do partido e ministérios e levou à abertura de CPIs. Isso está aqui, neste material, e acabei de passar o olho, não fiz uma análise mais detida.

Se alguém me apresentasse – aí, sim, eu ficaria muito preocupado – um livro didático que, porventura, aos olhos de cidadãos e de parlamentares, tivesse o viés oposto e fosse rejeitado pelo MEC por essa razão, aí, sim, eu ficaria preocupado. "Olha, está aqui um livro que tem outra compreensão da História do Brasil e que foi vetado por ser considerado ideológico, pró-Fernando Henrique Cardoso, por exemplo." Eu me preocuparia com isso, porque aí, sim, seriam dois pesos e duas medidas.

Mas de quem são esses livros? Três, dos quatro livros, são da Editora Ática Scipione. A Editora Ática Scipione é do Grupo Abril. Realmente, não consigo compreender como alguém, em sã consciência, depois de defender a tese de que uma professora que há 20 anos educa adultos ensina o errado, agora vem dizer que uma editora dessa qualidade está divulgando proselitismo a favor do governo do Presidente Lula. Isso não é razoável!

Como a senhora disse, Senadora Marisa Serrano, a sociedade, o seu entorno pode estar em polvorosa em relação a isso, mas garanto à senhora que

a verdade vai prevalecer. Seria muito cômodo para mim, no mesmo dia em que surgiu a notícia, dizer, como sugeriu um membro do seu Partido: "Recolha o livro". Aos olhos, talvez, da maioria das pessoas, eu pareceria um paladino da norma culta. Mas li o livro. E se eu ficar sozinho defendendo essa professora, eu não me importo. Não estou aqui para praticar injustiças contra quem quer que seja. Felizmente, todas as associações ligadas à educação – todas, sem exceção –, os maiores especialistas de educação e de linguística manifestaram-se nos jornais, e está aí um dossiê com mais de vinte artigos, entre os quais estão os da Associação Brasileira Nacional de Pós-Graduação em Educação, da Associação Brasileira de Linguística e da Associação Brasileira de Linguística Aplicada.

Aqui, vamos decidir o destino desse livro, pinçando uma frase e mandando recolher 500 mil exemplares, com base em notícias publicadas em jornal, sem que os especialistas se manifestem a respeito, sem que os educadores se manifestem?

Ontem, mandou-me uma carta a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), dizendo que o debate estava mal colocado, que a autora estava sofrendo uma injustiça. Quer dizer, os dirigentes municipais de educação, todas as associações ligadas à educação, de pós-graduação, de linguística, os maiores especialistas se manifestam dessa forma. Estou falando de um Faraco, por exemplo, que foi reitor da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Esse reitor não precisava se imiscuir em um assunto desse, manchar sua reputação, mas veio em defesa, dizendo não é o que está dito no livro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Ministro, o senhor respeita o Sr. Evanildo Bechara?

O SR. FERNANDO HADDAD – Respeito muito.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Ele é um especialista em Linguística portuguesa, uma pessoa com dezenas de livros. Ele é totalmente contra a sua opinião. Então, o senhor não pode dizer que todos estão favoráveis. Estamos falando aqui de uma pessoa que é doutora em Letras.

O SR. FERNANDO HADDAD – Estou falando das associações, associações de educação. Estou falando dos órgãos representativos, dos secretários municipais de educação que utilizam esse livro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Então, vamos contrapor.

O SR. FERNANDO HADDAD – Estou falando da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), estou falando da Associação Brasileira de Linguística. Não estou falando de um indivíduo. É óbvio que se encontram na sociedade opiniões discrepantes e divergentes.

Se o senhor me permitir, para quem não prestou atenção, vou repetir o que disse a própria escritora Ana Maria Machado – isto está consignado nos Anais da Academia Brasileira de Letras (ABL): "Fui usada. Se eu tivesse lido o capítulo inteiro, não teria me manifestado dessa forma". Ou seja, as pessoas mudam de opinião também, Senador. Com mais tranquilidade, com menos paixão política, as pessoas compreendem o contexto, entendem melhor o processo.

Por exemplo, durante dez dias, dizia-se que esse livro era para alfabetização de crianças. E dizíamos: esse é um programa novo do Ministério da Educação, que nunca distribuiu livros para Educação de Jovens e Adultos na história do País. Nós nunca havíamos distribuído um livro para Educação de Jovens e Adultos. É o primeiro ano do Plano Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos. A ação educativa tem 20 anos de tradição. Essa autora é consultora da revista *Nova Escola*, que é também do grupo Abril, das mais prestigiadas revistas de educação do País, que é distribuída pelo Governo Federal e pelos governos estaduais, inclusive do PSDB, em todo o País.

Então, realmente, penso que a questão está muito mal colocada. Por isso, distribuí um farto material, para que os senhores pudessem tomar conhecimento do que disse José Miguel Wisnik, professor da Universidade de São Paulo; o Faraco, professor da Universidade Federal do Paraná; o Bagno, professor da UNB. Enfim, são inúmeras as manifestações. O Sérgio Fausto, que não é educador, disse no próprio artigo: "Convivi com educadores a minha vida toda". É um livro que repete, de certa maneira, os termos dos parâmetros nacionais curriculares do governo anterior, do governo Fernando Henrique Cardoso. Quem propõe a substituição de certo e errado por adequado e inadequado são os parâmetros curriculares do governo Fernando Henrique Cardoso.

Então, estou quase clamando não para que não haja o debate – deve haver o debate –, mas para que a clivagem não seja partidária. É isso que não tem cabimento. Saúdo o artigo do Sérgio Fausto, porque ele introduz um elemento de racionalidade no debate que não estava colocado. Então é um contexto que precisa ser analisado com muito cuidado.

Em relação ao viés ideológico, quero dizer que são 192 comissões de pareceristas, e não é o Ministério que escolhe a comissão de pareceristas. Quero crer que isso deve ser preservado, porque, quando o Ministério passar a escolher quem vai opinar sobre o livro, aí vai aparecer realmente a tendenciosidade, aí vai aparecer o viés. Mas os livros estão sendo recebidos descaracterizados e são avaliados por professores

universitários, dos quais o MEC só toma conhecimento depois da avaliação feita.

Eu gostaria de receber desta Comissão, que respeito muito, aquilo que não recebi durante a tramitação do decreto presidencial que institucionalizou o livro. Ficou dois anos em consulta o decreto, exposto na página do Ministério da Educação. Não houve ninguém que sugerisse ao Ministério outro tratamento para a seleção de livro que não o adotado no governo Itamar – nem é do governo Fernando Henrique, mas, sim, do governo Itamar. Então, estamos falando de quase 20 anos de processo seletivo.

Isso não nos impede, Senadora Marisa Serrano, e a senhora me conhece, de rever esses procedimentos. Não é disso que se trata. Se reavaliarmos o acervo, que é composto de dois mil títulos, e verificarmos que alguma coisa pode ser melhorada, que algumas salvaguardas podem ser adotadas... Tudo o que o Ministério quer é que esse programa, que é referência internacional, continue seu bom caminho.

Então, ninguém vai interditar o debate. No Ministério da Educação, ninguém interditará o debate. Mas precisamos fazer uma discussão sobre o decreto e verificar se há falhas no decreto. Repito que esse foi um procedimento adotado há quase 20 anos. Se houver falhas, vamos querer saber quais as sugestões desta Comissão para aperfeiçoá-lo. Não há dificuldades nisso. Inclusive, talvez, este seja o momento de até institucionalizar isso por lei, o que nunca foi feito. Esse decreto é a primeira norma que dá total clareza aos procedimentos que o Ministério deve observar.

Para terminar, quero dizer que ouço educadores e especialistas em educação. O Dr. Jorge Gerdau, por exemplo, é presidente de uma comissão de gestão do Governo e é respeitado, entendo, por todos vocês. A nossa Enap é uma escola de Administração Pública; a nossa FGV tem cursos de Administração Pública; a CGU e o TCU entendem muito de Administração Pública. Eu me disponho a discutir a gestão do Ministério de Educação com quem entende de gestão. Vamos chamar aqui o Dr. Jorge Gerdau, que conhece a gestão do Ministério da Educação, e colher o depoimento dele sobre como as coisas funcionam no MEC.

Não estou querendo dizer com isso que um ministeriozinho que se transformou no que é o MEC hoje, um Ministério com menos de R$20 bilhões de orçamento e que, hoje, está com um orçamento de R$70 bilhões... Nós transformamos o MEC, ao triplicar seu orçamento, de tal forma que ele não pode ter problemas. São centenas de ações, milhares de ações. A senhora citou uma ação que é de um desafio enorme para nós: num fim de semana, reunir cinco milhões de pessoas em salas de aula para fazer um prova. Só a China tem um Enem comparável ao nosso. Não tenho dúvida de que estamos no caminho certo para melhorar a qualidade da educação. Então, assumimos o desafio, com todos os riscos inerentes a um processo dessa escala.

Há cerca de 300 mil vagas, entre ProUni e Sisu, que são preenchidas por esse critério mais democrático de seleção, e não pretendemos recuar, até porque, hoje, os reitores já se apropriaram do Enem, que não era considerado um bom mecanismo de seleção para as federais e que, hoje, é abraçado pelos reitores e pró-reitores como mecanismo adequado de seleção.

Mas, se quiserem conhecer o sistema de gerenciamento das ações do Ministério da Educação, poderemos marcar uma audiência exclusiva para isso. Mostraríamos o sistema de gestão das ações do Ministério, e eu teria enorme prazer em fazê-lo. Se eu pudesse contar com os órgãos e as pessoas que nos assessoram, sobretudo a Fundação Getúlio Vargas, o Dr. Jorge Gerdau e a nossa escola de Administração Pública, eu ficaria honrado em poder estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Eu me permito fazer duas observações. Primeiro, falo do uso da palavra "viés". "Viés" é o popular de "vezo", que é a norma culta. Viés é uma linha inclinada, que vem sido utilizada como tendência, porque é linha inclinada de um gráfico estatístico. Outra observação que me permito fazer diz respeito ao fascismo. O fascismo nunca censurou um livro, nunca censurou a Filosofia. O fascismo se limitava, de forma inteligente, a censurar duramente os panfletos e os textos curtos. Alguma coisa sobre isso pode ser lida no livro *Le Viol des Masses par La Propagande Politique*, escrito em francês pelo russo Serguei Tchakhotine – em português, há uma tradução de Miguel Arraes, se não me engano, em seu exílio em Fernando de Noronha, *A Propaganda Política é a Violação das Massas*.

Os próximos inscritos...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, sei que não há possibilidade da réplica, mas, pelo menos, uma pergunta...

A SRA. MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Uma consideração eu gostaria de fazer, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Uma pergunta foi formulada e não foi respondida. Não preciso ir tão longe, nem ao fascismo nem ao stalinismo, mas aqui mesmo, muito próximo: quero saber se haverá devolução dos recursos gastos. Essa pergunta não foi respondida. E apenas faço uma consideração rápida sobre a questão das normas curriculares. A questão não é saber se elas existem ou não – elas existem, evidentemente –, mas é saber se elas estão sendo respeitadas ou não. Essa é a questão.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – É meio fora do Regimento, mas damos a palavra à Senadora Marisa. A ideia é a de que o diálogo se estabeleça com fluidez.

A SRA. MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Só quero fazer duas considerações.

O Senador Alvaro Dias disse que está no livro que "você pode falar assim, mas tenha cuidado, porque você pode sofrer preconceito linguístico". Quero dizer que o termo não deveria ser "pode", mas você não "deve" falar assim, porque você tem de melhorar, porque você está aqui para aprender, para crescer, para ter oportunidades na vida, para arranjar um bom emprego, e, para isso, você tem de utilizar a língua culta.

Ministro, o que o MEC pode fazer nas questões ideológicas levantadas? "Os especialistas viram os livros, decidiram pelos livros, e o que eles decidiram nós assinamos embaixo." Mesmo que a sociedade se levante contra isso, o MEC vai ficar calado? Essa é uma questão.

O senhor também disse que é para apresentarmos mudança. É brincadeira, Ministro! Esta não é a Casa para analisarmos todo o processo, acompanharmos o processo e apresentarmos mudanças! Aí é brincadeira! Não estamos aqui para isso, Ministro. Deve haver técnicos, pessoas qualificadas no Ministério da Educação que analisem o processo, para saber se o processo está precisando de modernização ou não. Essa não é função do Senado. O senhor me desculpe, mas isso é brincadeira com a gente! Não admito isso. Esta Casa, não, Ministro. Não cheguei aqui, como ninguém chegou aqui com a ideia de que qualquer pessoa pode vir aqui e dizer: "Vocês façam isso aí. Apresentem propostas. Vocês são uns coitadinhos mesmo. Se quiserem, que façam alguma coisa!". Não, senhor! O senhor tem de vir aqui e nos respeitar também, Ministro, como nós o respeitamos. Atendi o senhor, e sempre o atendo, com o máximo de respeito. Posso falar as coisas que penso, que nem sempre são as que o senhor pensa, mas sempre utilizei o máximo do respeito com V. Exª, e o senhor sabe disso.

O SR. FERNANDO HADDAD – Posso responder?

A SRA. MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Pode.

O SR. FERNANDO HADDAD – Senadora, tenho o maior respeito e apreço pela senhora. Talvez, eu não me tenha feito entender. O que eu disse é que, talvez, esteja na hora de nós institucionalizarmos o programa do livro por lei, e esta Casa é a Casa da lei.

Hoje, depois de 20 anos de existência do livro, só existe um decreto institucionalizando o programa, que elaboramos durante dois anos. E o que sugeri – desculpem-me se não me fiz entender – foi que, talvez, estejamos num momento em que, para que compreendamos o que, de fato, a sociedade quer do Ministério da Educação, o povo aqui representado, tanto pelo Senado quanto pela Câmara, deve se manifestar. E o lugar adequado para isso, em minha opinião, é o Congresso Nacional. Por quê? Porque, se tomássemos qualquer providência nessa direção, encaminharíamos o texto do decreto para cá. Nós demos a nossa contribuição, deixando as normas absolutamente claras, de acordo com o que o programa vem fazendo ao longo dos anos. Introduzimos até a figura do recurso, por determinação do Tribunal de Contas da União, que não estava previsto nos editais anteriores. Então, o decreto faz menção à possibilidade do recurso.

Quando digo que eu gostaria de contar com a colaboração do Congresso, na parceria do Executivo com o Legislativo, e, inclusive, quando digo que estamos abertos, é que, talvez, se for uma pequena mudança, esta pode ser feita por um decreto, não é necessário uma nova lei. Mas, se for uma mudança mais estrutural, aí talvez uma nova lei seja necessária, e toda a sociedade aqui representada vai poder se manifestar.

Por que clamo por isso Senadora? Porque isso é muito delicado. A seleção do livro didático envolve uma linha tênue entre a censura e o cuidado com a qualidade, que, qualquer mácula nesse procedimento, vai nos colocar enormes problemas.

Eu disse à senhora que há dois modelos alternativos: o modelo estatal, em que é feito o livro no Ministério da Educação; e o modelo de mercado, em que as escolas adotam os livros que estão à disposição no mercado editorial livremente. O nosso modelo é híbrido. O nosso modelo faz uma seleção prévia, afasta aquilo que é impróprio, mas sem o viés da censura, sem o vezo da censura – como diz o nosso Presidente aqui –, para evitar que as pessoas, com medo de não verem seus livros escolhidos pelas escolas, constranjam-se de escrever aquilo que pensam, com base nas suas pesquisas. Essa é a questão.

Volto à questão relativa ao livro de História. Não há como retirar do livro didático a História Contemporânea, a não ser em acordo com as universidades, para que elas providenciem o fim das questões, nos vestibulares, sobre História Contemporânea. Os vestibulares cobram História Contemporânea, aliás, cobram cada vez mais, não menos. E toda a tendência é no sentido de cobrar mais História Contemporânea, para que os alunos se situem como cidadãos, participem da vida política, possam formar seu juízo. Há um professor ali, fazendo uso do livro, que tem a sua opinião. Muitas vezes, Senadora, o livro chega com uma orientação, e o professor dá outra orientação completamente diferente; você não controla o processo na sala de aula. Mesmo

que eu queira mandar para o professor um livro que diga que A é melhor que B ou que B é melhor que A, a autoridade na sala de aula é o professor. E, daqui a pouco, vamos proibir o professor de emitir juízos e opiniões em sala de aula sobre como ele vê a História Contemporânea.

Então, é muito delicado esse processo. Os vestibulares cobram, cada vez mais, História Contemporânea. Se não ensinarmos História Contemporânea, os professores darão um jeito de ensinar sem o apoio do MEC, porque ninguém proibirá o professor de falar de História Contemporânea em sala de aula.

Então, é uma visão preocupante essa de querer controlar os processos de socialização. Não temos o controle do processo de socialização pelo Estado. Isso é bom; não é ruim. Se a senhora fechar uma porta, a escola vai abrir outra, o professor vai abrir outra, e aí isso se dará sem controle, sem os devidos cuidados. Mas o convite permanece, com todo o respeito.

As pessoas que estão aqui têm muito apreço pela educação, têm dedicado a vida à educação. Daí o pedido do Ministério para que o decreto seja conhecido, para que o processo seletivo seja aprofundado e para que possamos, até numa parceria Legislativo-Executivo, encontrar caminhos.

A minha modesta contribuição eu dei, ao encaminhar para o Presidente Lula um decreto regulamentando e institucionalizando o programa. Mas digo e repito: se novas sugestões, mesmo depois dos dois anos de consulta pública, não chegarem, teremos a humildade de, naquelas que aperfeiçoam o livro, introduzir dispositivos inovadores. Foi isso que quis dizer, e não vai aí nenhum desrespeito.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Ministro, para encerrar minha participação como requerente, insisto na questão ideológica: material didático não pode favorecer nem um nem outro governo.

Em relação à Linguística, o senhor há de convir que, hoje, há muita gente, inclusive professores, usando e insistindo na palavra "presidenta", que não é certo. Esses vícios, depois, vão ficando. E aí "nóis pode continuar falando assim".

Obrigado.

O SR. FERNANDO HADDAD – Respondendo ao Senador Alvaro Dias, quero dizer que vamos concluir o processo do convênio, porque a discussão está toda restrita a três vídeos, que é uma parte menor do convênio que foi feito de pesquisa e formação, que foi realizado.

Eu queria lembrar a V. Exª o início desse processo. Isso teve origem numa emenda da Comissão de Legislação Participativa, se não estou enganado, da Câmara dos Deputados, uma emenda de R$3 milhões. Depois de muita negociação com os Parlamentares que assinaram a emenda, liberamos R$1,9 milhão aproximadamente para confecção não apenas do material. Vamos proceder com esse convênio da mesma forma que procedemos com todo e qualquer convênio do Ministério da Educação. O FNDE tem o mérito de ter suas contas aprovadas ao longo de toda a minha gestão, e tenho certeza de que o FNDE vai zelar por esse convênio, como zela pelos seis mil convênios que assina por ano. São seis mil convênios. E vamos zelar por esse da mesma maneira que zelamos pelos 5.999 convênios.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Deixando bem claro, Ministro: será feito um novo *kit*? O dinheiro vai ser aproveitado para fazer um novo *kit*, ou este não será feito?

O SR. FERNANDO HADDAD – Nós recebemos de vários Parlamentares da Frente da Família, quero deixar claro isto, uma sugestão, que me parece muito respeitosa. Vários Parlamentares da Frente da Família me procuraram, Senadores e Deputados, sugerindo que a campanha contra qualquer forma de preconceito, inclusive homofobia, fosse feita de maneira tal, que toda intolerância fosse combatida igualmente. É uma sugestão da Frente da Família. Vou submeter isso à consideração da Presidenta, antes de encomendar o que quer que seja, para receber a diretriz.

E, aqui, quero dizer – perdoe-me – que o termo "presidenta" é correto, assim como o termo "presidente" também é correto. Veja como essas questões são difíceis! A língua portuguesa aceita as duas formas. Prefiro dizer "presidenta", porque a reafirmação do gênero é uma coisa que me é cara. A Presidenta Dilma deixou claro o que deseja: entendeu que aquele material não estava adequado, pediu para reanalisar o combate à intolerância, mas, de comum acordo com a Frente da Família, compreende que é necessário combater qualquer tipo de preconceito, inclusive a homofobia. Não houve divergência entre os Senadores que ouvi e os Deputados que ouvi e a orientação que me foi dada pela Presidenta.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Vamos prosseguir com mais três interlocutores.

Eu só queria fazer uma breve observação: existe outro processo de elaboração de livros didáticos, que é o do Paraná, onde o livro didático é formulado por professores da rede pública e das universidades estaduais, é apenas impresso pelo Estado e é reformulado de forma dialética e renovado a cada ano. É impresso pelo Governo do Estado. É um livro público, que fica à disposição de todas as escolas, o que não impede que a rede utilize outras obras, outros autores.

Concedo a palavra à Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Obrigada, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar o Ministro Fernando Haddad.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A partir da sua observação feita há pouco tempo, vamos tentar restringir as intervenções aos três minutos regimentais e restringir também o tempo de resposta do Ministro, senão esta reunião não acabará mais hoje.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Ministro Fernando Haddad, na verdade, hoje, estamos assistindo, neste debate, na minha avaliação, a uma ausência de critérios objetivos no que diz respeito à análise do livro didático. Não quero entrar no mérito dos livros que, aqui, foram tão bem explicados, demonstrados. Na realidade, em alguns lugares, em alguns momentos, pesou a mão mesmo. Mas, também em 1997, no Governo Fernando Henrique, um livro de Matemática foi reprovado por que não falava do Plano Real. Se isso aconteceu naquela época e se isso está acontecendo agora, isso significa que não está havendo um critério objetivo para se fazer essa avaliação. Aqui, ninguém está discutindo o benefício do livro didático.

O SR. FERNANDO HADDAD – Esse livro que a senhora citou era de quê?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Era um livro de Matemática que não citava o Plano Real e que, por isso, foi reprovado. Isso ocorreu em 1997, não na sua época, Ministro. Não fecharam as contas, e o livro foi reprovado. E, agora, está pesando a mão do outro lado.

Antes de tudo, quero me congratular com V. Exª devido à distribuição do livro. Isso não está em discussão. Com R$1 bilhão, 37 bilhões de livros são distribuídos no Brasil. Penso que os governos precisam agir assim, avançando, melhorando a cada dia. Não interessa de qual partido seja o governo, o desenvolvimento da sociedade exige que os governos melhorem. Essa universalização foi extraordinária para o País. A própria avaliação do livro didático, o estabelecimento de critérios para a avaliação do livro didático, tudo isso é extraordinário, mas também não acho que isso signifique o fim, como o senhor abriu para a Senadora Marisa Serrano. Penso que a avaliação do livro didático é que está pegando. Minha crítica pessoal se refere a esses critérios. E eu gostaria de levantar alguns desses critérios para V. Exª.

Na verdade, não existe uma isenção tão grande assim com relação à escolha dos livros, mesmo porque, em qualquer circunstância, em qualquer situação, a isenção não existe. Todos somos seres humanos, todos nós escolhemos um lado, todos nós temos uma preferência, começando pelas nossas afinidades dentro de casa.

Eu gostaria de lembrar que a SEB, Sr. Ministro, nomeia, por meio de V. Exª, pelo Ministério, cinco coordenadores das áreas dos livros que serão avaliados. E esses cinco coordenadores nomeados por V. Exª, escolhidos pelo Ministério – e, para mim, nada há de suspeito nisso, mas eles são escolhidos por V. Exª –, posteriormente, nomeiam mais um coordenador das universidades federais. A lei, o Decreto nº 7.084, de 2010, diz claramente, em seu art. 14, que as universidades precisam ser federais:

"Art. 14. (...)

§ 1º Para realizar a avaliação pedagógica, as instituições de educação superior públicas construirão equipes formadas por professores do seu quadro funcional, professores convidados de outras instituições de ensino superior e professores da rede pública de ensino.

§ 2º Os integrantes das equipes avaliadas firmarão termo, declarando não prestarem pessoalmente serviço ou consultoria e ainda não possuírem cônjuge ou parente até o terceiro grau entre os titulares de direito autoral ou de edição inscritos no processo, ou qualquer outra situação que configure impedimento ou conflito de interesse."

Aí começa, para mim, a questão grave, Sr. Ministro. No Brasil, criou-se um conceito interessante – não sei se bom, não sei se ruim – de que a Academia é santa, de que a Universidade é santa, que tudo que acontece dentro de uma universidade ou que vem de dentro de uma universidade está acima de qualquer suspeita. Eu, sinceramente, não acredito nisso. No meu próprio setor, o setor agropecuário, que represento com muito orgulho e muita alegria, também não somos santos. Há aquela pequena minoria que, infelizmente, às vezes, nos traz desgosto, assim como na classe médica, assim como na classe dos professores, assim como dentro do Congresso Nacional, onde há aqueles que decepcionam esta Casa. E por que não na universidade?

É claro que respeito o apreço que V. Exª tem pelas universidades – eu também tenho, bem como todos os brasileiros –, mas não existe essa universidade santa que está acima de qualquer suspeita. O senhor me desculpe a franqueza, mas não acredito em santidade em lugar nenhum deste mundo, apenas aquela vinda de Deus, e, graças a Ele, sou religiosa.

Então, Sr. Presidente, como é que pode um avaliador de livro didático não poder ser conhecido por quem está sendo avaliado? Isso não é justo. Quando vou à Justiça, conheço o juiz, conheço o promotor, e, por maior risco que envolva o julgamento, como na-

queles casos em que os promotores avançam sobre o narcotráfico, avançam sobre a criminalidade, nenhum deles tem a isenção do anonimato. Por que não é conhecido o avaliador do livro didático, que recebe dinheiro público? E não é pouco o recurso, Sr. Ministro. Eu gostaria que V. Exª considerasse esses valores pagos pela avaliação do livro didático. São valores altíssimos: R$10 mil por livro; R$40 mil pelas quatro obras. Ainda assim, o cidadão que coloca o seu livro à prova não tem o direito de defesa.

O que acontece na verdade? Se mando meu livro para avaliação, não tenho o direito de defesa, Sr. Ministro. Não conheço sequer quem é o avaliador; não sei quem o está avaliando, pela isenção do processo. Mas, Ministro, vamos falar sério: estamos morando no Brasil. Este é o Brasil. O senhor acha que esses avaliadores não sabem de quem são esses livros? Ah, faça-me o favor! Não acredito nisso, não. Eu acredito que as pessoas sabem, sim, de quem são os livros que estão sendo avaliados.

E estou dizendo isso, porque é uma coisa que não se cerca. A livre iniciativa é uma coisa extraordinária; não existe segredo na livre iniciativa; não existe hipótese de haver segredo. Esses livros são amplamente divulgados, anonimamente. Quem é que não sabe de quem é o livro? O livro é meu, o livro é seu, o livro é do fulano. Então, essa isenção não existe. Portanto, esse anonimato é prejudicial ao Ministério; ele não pode ocorrer, mesmo porque temos de assegurar o direito da ampla defesa. As pessoas precisam contar, como todos os brasileiros, com os princípios constitucionais da pluralidade, da isonomia, da publicidade, da execução da discricionariedade, da observância do devido processo legal. São direitos que tenho.

Só sei que fui reprovada depois que o livro chega à minha escola. E o que é que eu faço? Agora, em 2007, retiraram-se os livros reprovados do manual. É algo inadmissível. Se meu livro é reprovado, fico caladinha, é claro, porque não sou doida. Fico com o meu livro e o vendo no mercado. E, por incrível que pareça, os livros mais vendidos são os livros reprovados.

Então, só não compreendo uma coisa, com a qual fico muito indignada: por que o MEC avalia os livros da rede pública e não avalia os livros da rede privada? Ou vamos abrir mão das duas, ou vamos avaliar as duas, porque o menino que está na escola privada também é contribuinte do País, o pai dele também contribui. Então, por que o zelo apenas pelos alunos das escolas públicas? Por que deixamos os livros reprovados pelas universidades... A universidade aprovou, água parou! Não é assim? A universidade falou, água parou! Então, se isso é verdade, como é que posso deixar que um livro reprovado pela universidade possa ser vendido na rede privada de ensino? Não consigo compreender.

O direito à ampla defesa é um direito constitucional. E o Tribunal de Contas da União, como há recursos públicos envolvidos, está obrigado a fiscalizar. Ele pode ser um controle externo dessa avaliação, o que vai ser bom para V. Exª, vai ser bom para o Ministério, vai ser bom para o Brasil. Isso não o beneficia em nada.

Mas só Deus sabe como são escolhidos os avaliadores, porque esse é um segredo. Contratam-se as universidades, que podem convidar professores de outras universidades, inclusive privadas, sem licitação. Isso não é licitado, porque é passada a avaliação para a escola federal.

Por último, encerro, Ministro, dizendo que o cidadão não tem direito à defesa. Ele não pode se defender. Ele recebe a condenação, e há o transitado em julgado administrativo, ou seja, ele não tem como recorrer. Isso equivale a algumas circunstâncias no campo. E aí o que ocorre? Se é apontado pelo avaliador o erro dele – eu trouxe aqui um exemplo maravilhoso; é maravilhoso, porque é simples –, o cidadão é reprovado sem direito à defesa e é obrigado a consertar o livro, que ele só vai ter oportunidade de vender daqui a três anos. E vai consertar, errando. Ele tem de consertar, errando, porque, se ele não consertar, mesmo estando o avaliador errado, ele não vende o livro daqui a três anos.

O livro deste cidadão aqui foi recusado. É um movimento de rotação e de translação, lua e terra. O que o avaliador disse? Disse que o autor do livro errou, porque fez o movimento de rotação num círculo perfeito, mas se esqueceu de pegar o compasso para medir se realmente o círculo era perfeito. Na verdade, o círculo medido com compasso não é perfeito, o que demonstra que o autor está certo. Mas esse autor que está certo, se não corrigir pelo lado errado, está fora da avaliação daqui a três anos. Ou estou equivocada? É assim que funciona, a não ser que tenha mudado nesta semana a questão relativa ao direito de defesa e a todas essas questões.

Na época de Fernando Henrique, recusou-se um livro de Matemática em que não se falou do Plano Real. Agora, está sendo dito, também com razão e justiça, que estão sendo propagados louros ao Presidente Lula. Para acabar com isso – daqui a pouco, vem outro Presidente; agora, é a Dilma, mas, daqui a pouco, será outro o Presidente –, seria interessante que pudéssemos clarear essa avaliação, dar transparência a ela.

Peço ao Tribunal de Contas da União que intervenha nessa questão. Temos o direito de saber como esses recursos da avaliação foram gastos. Não são poucos os recursos. Quem são os avaliadores? Eles têm de colocar a cara de fora. Não sei se vou contestá-

-los. Posso ter o direito de contestar um avaliador por que, por exemplo, sei que ele é parente ou amigo de alguém. Tenho de ter esse direito, mas, debaixo dos panos, não há como eu fazer isso.

Repito: a universidade não é santa. Há gente ruim em tudo quanto é lugar, infelizmente, inclusive, aqui dentro do Congresso Nacional.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senadora, quero só fazer a defesa da santidade da Irmã Dulce. V. Exª negou a santidade de todos os brasileiros. Ressalvo a Irmã Dulce, que já foi beatificada e que será nossa futura Santa.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Falei de quem estava nesta Terra. Pelo que sei, a Irmã Dulce não está mais na Terra.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Se morreu, pode ser santificado?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Não, eu disse que, aqui, nesta Terra, Sr. Presidente, não há santo. Ninguém tem mais fé, crença em Deus, no Espírito Santo e em Jesus Cristo do que eu. Fique tranquilo, que isso não vai manchar minhas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – É a diferença do Darcy Ribeiro, do paraíso e do Senado: no Senado, estamos no paraíso sem precisar morrer...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Mas repito, reafirmo: felizmente, as pessoas ruins, más, em todos os lugares no País, é uma pequena minoria.

Sr. Presidente, já que o senhor completou minha fala, quero deixar para o Sr. Ministro meu protesto contra o preconceito, no livro didático, ao setor agropecuário brasileiro. E ao MST foram feitos elogios exorbitantes. Faço questão de mandar para V. Exª alguns livros já riscados, xerocados. É algo inacreditável. O agronegócio sustenta a economia deste País, e estamos sendo lançados na cabeça das crianças deste País como apenas escravocratas, pessoas que não gostam dos pobres, dos pequenos, e se diz que o MST é a solução dos mundos. E é um movimento criminoso, que invade terras e ainda surrupia dinheiro público.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Concedo a palavra à Senadora Lídice da Mata.

Em seguida, falará o Senador José Agripino por três minutos.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, vou falar rapidamente, até porque acho que o Ministro já respondeu a contento todas as questões.

A Senadora Marisa Serrano, quando usou da palavra, disse tratar-se de um debate pedagógico, um debate entre correntes filosóficas da Pedagogia, e, creio, portanto, que devemos restringi-la ao meio acadêmico.

Lembro-me de que, há dez anos, se não me engano, menos talvez, surgiu uma grande polêmica no Brasil a respeito das revistas, dos gibis de Maurício de Souza, que substituíram no ideário da criança brasileira os gibis norte-americanos de Walt Disney e que são um grande sucesso hoje, inclusive, internacional.

Muitos pedagogos reclamavam dos dois principais personagens de Maurício: o Cebolinha, que troca letras, e o Chico Bento...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Eu lhe peço um aparte, até para lhe oferecer um livro do poeta Patativa do Assaré, que organizamos para o Ministro e também um para V. Exª.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Pois não.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É um poeta do povo, que falou a língua do povo e que, agora, seria fulminado. Mas vários textos acadêmicos estão fazendo estudos sobre a linguagem do Patativa. Então, eu gostaria de oferecer os dois materiais...

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Desconte no meu tempo, Senador, por favor.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É claro. É só um aparte.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Esse aparte, praticamente, liquidou a intervenção da Senadora, porque esgotou o tempo de três minutos.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Para finalizar, quero dizer que essa discussão, portanto, é uma discussão pedagógica grande, mas que o que interessa é, primeiro, que, no Brasil, com a grande disseminação do gibi de Maurício de Souza, não houve registro do aumento no número de crianças que falam com a letra trocada ou mesmo utilizam as expressões de Chico Bento como regra fundamental.

E o que está esclarecido – é extremamente indispensável que o Ministro possa repetir todas as vezes – é que se trata de alfabetização de adultos, não alfabetização de crianças. Essa é uma questão fundamental.

Acho que deveríamos, ao citar as recentes notícias sobre o MEC, não apenas registrar aquilo que é negativo do MEC, mas também registrar todas as conquistas feitas pelo MEC, nesses últimos anos, na educação brasileira, inclusive as inúmeras escolas técnicas que foram implantadas, apesar de governos passados terem as condenado ao fim.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

Em seguida, falarão os inscritos: Senador Antonio Carlos Valadares, Paulo Bauer, Ana Amélia, Wellington Dias e João Pedro.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Haddad, eu gostaria, inicialmente, de fazer um registro da conveniência deste debate, do nível em que ele se está processando, com a defesa de pontos de vista, onde, democraticamente, todos podem se manifestar.

V. Exª e nós vamos passar a manhã inteira aqui, para debatermos. Então, deve haver uma consequência prática, temos de tirar proveito desta reunião. O que está aqui em discussão?

Inicialmente, a compra pelo MEC, ao que me consta, de editoras privadas ou de uma editora privada, de alguns milhares de livros que foram editados. Os livros foram comprados pelo MEC. Na medida em que foram comprados, foi autorizado o seu conteúdo pelo Ministério da Educação e Cultura. Um deles é *Educação de Jovens e Adultos na Forma de Comunicação*. Como V. Exª disse, é uma iniciativa nova do Ministério, um fato inédito. A pergunta que faço é a seguinte: será que, dentro do contencioso da educação brasileira, a edição desse livro, por todos os méritos que possa ter, guarda prioridade afetiva? É a coisa mais importante ou era uma das coisas mais importantes que o MEC poderia fazer? Era o dinheiro público melhor gasto?

Esta é uma ponderação que eu gostaria que ficasse centrada neste debate: quando há escassez de dinheiro, é preciso priorizar a aplicação do dinheiro disponível. Estamos discutindo aqui a compra pelo MEC de um livro que está sendo questionado. Estamos discutindo isso. E, se está sendo questionado, isso ocorre, talvez, porque ele não seja a grande prioridade em matéria de educação. Esse é um primeiro ponto que tem de ficar esclarecido. E, para que a prioridade seja definida, acho que uma coisa chamada punição de culpados tem de ser bem focada, porque não há nada que seja consertado.

O livro de 1997 que falava do Plano Real teve sua reedição. E, agora, o livro que fala de História enaltece o governo do Presidente Lula e joga no pelourinho o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Isso é correto? Isso é prioritário? É o melhor gasto do dinheiro do Ministério da Educação? Está correto que os erros do passado se repitam, se é que erros existiram, ou é preciso que se estabeleça um processo de punição aos culpados?

Ao que me consta, a Presidente Dilma, claramente, declarou que era inapropriado o *kit* anti-homofobia. Não quero entrar no mérito, mas sei que esse *kit* foi preparado pela ONG Pathfinder do Brasil. É uma ONG baiana que o preparou e o submeteu ao MEC. Eu não sei se esse trabalho foi comprado e pago pelo Ministério da Educação. O que é fato é que a Presidente, por pressão política e por pressão, é claro, da Bancada Evangélica, sustou a distribuição, a disseminação do seu conteúdo, por dizê-lo inapropriado.

O que quero que a gente tire desse debate, com a compreensão de V. Exª, que se manifesta aberto ao debate e às boas consequências desse debate? Que se identifiquem os culpados. Se há culpados, se coisas inapropriadas foram feitas, quem é responsável pela inapropriação de procedimentos? Quanto custou essa inapropriação de procedimentos? E quem vai pagar pelo dinheiro público sem prioridade? Na hora que a gente conseguir, deste debate, produzir este resultado – até porque não cabe ao Legislativo propor ao Legislativo; cabe fazer a apreciação –, cabe, sim, ao Poder Executivo que, se reconhecer que houve inapropriedade de edição ou distribuição de material, tome iniciativas punitivas. Eu não conheço nenhum caminho que leve à correção de rumos, senão a punição, punição exemplar. Aí, sim, nem os erros de 97 nem a inapropriação de 2011 vai se repetir. Então, com isso, tiraríamos um bom proveito desse debate.

É a sugestão que faço, dizendo a V. Exª que, na reunião da executiva do meu Partido, na semana passada, ficou decidido – e só o faremos depois de ouvir a sua resposta – entrar com uma ação na Justiça para identificar a responsabilidade das pessoas com o mau gasto do dinheiro público, tanto no *kit* da homofobia como na edição desses dois livros. Nós não sabemos quanto custou e quem são os responsáveis. Talvez esta seja a grande oportunidade de V. Exª esclarecer esse assunto e ensejar ou não o meu Partido entrar com essa ação ou não.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Concedo a palavra ao Ministro Fernando Haddad.

O SR. FERNANDO HADDAD – Respondendo à Senadora Kátia Abreu, eu queria dizer que, fruto do debate sobre os procedimentos de seleção do livro didático, antes da institucionalização do programa do livro por decreto, a principal consequência foi a introdução no decreto da instância recursal. A senhora tem razão: não havia instância recursal. E isso era uma das grandes queixas de autores e editores em relação aos quinze anos anteriores de funcionamento do programa. O programa era criticado por autores e editoras a esse respeito. Então, o primeiro edital que vai sair já alinhado com o decreto é o edital deste ano.

Não vou entrar no mérito, porque não li o parecer nem o livro, mas, se for como a senhora disse, esse autor terá, a partir do decreto do Presidente Lula, condições de apresentar um recurso e ter a sua obra aprovada. Quando digo que os pareceristas não são conhecidos do Ministério da Educação, deixei claro que é *ex-ante*; *a posteriori*, os pareceres são encaminhados para instruir os processos de confecção do Guia do Livro Didático.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – (Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO HADDAD – Depois, sabe. E, agora, com a instância recursal, a questão ficou resolvida.

Então, se a senhora se comunicar, por exemplo, com integrantes da Associação dos Livreiros, com os editores ou com os autores, a senhora vai verificar que tivemos o cuidado de alterar esse procedimento. E também o próprio Tribunal de Contas, é bom frisar, incidiu sobre esse assunto. O Tribunal de Contas acompanha o livro didático, porque é um programa que envolve o montante de R$1 bilhão. Então, o Tribunal de Contas está atento a esse programa.

Senador Agripino, não me lembro de uma dotação dos órgãos de controle, do Tribunal ou da Controladoria-Geral da União – posso estar enganado, não vim aqui preparado para responder a essa pergunta –, sobre algum procedimento que não tenha sido observado na seleção dos livros. Não tenho lembrança disso. Quando afirmo que o Ministério da Educação, pelo decreto presidencial, está impedido de tomar qualquer providência no sentido do recolhimento de qualquer livro – não falo desses dois livros, mas de qualquer livro –, isso ocorre por que todos os trâmites formais de seleção foram devidamente observados. E há duas hipóteses para que isso ocorra. A primeira hipótese é a editora mandar imprimir um livro que não seja aquele que foi eventualmente avaliado, se houver discrepância entre o original avaliado e aquele que foi impresso para distribuição. A segunda possibilidade é um procedimento formal não ser observado; pode-se ter pulado uma etapa, pode ter havido conluio.

É evidente que alguns livros são muito conhecidos. A Senadora tem razão. Mesmo mandando os livros descaracterizados para as universidades os julgarem, muitas vezes, o parecerista conhece esses livros, porque ele é especialista em livros didáticos. Então, muitas vezes, ele é capaz de identificar o autor, ele pode tentar identificá-lo. Mas o procedimento do decreto é mandar o livro descaracterizado, sobretudo porque os novos livros já entram no mercado editorial e podem ser avaliados pelo MEC.

Não tenho conhecimento de que livros reprovados sejam bem vendidos. Acho que acontece o contrário: os livros bem vendidos no mercado livreiro são os livros avaliados pelo MEC.

É uma questão que deve ser perguntada para os editores. A informação que os editores me deram é a de que o Guia do Livro Didático do MEC induz à escolha de livros das escolas particulares também. Mas não há lei que permita ao MEC impedir uma escola de adotar um livro que não passou pelo PNLD. O MEC não tem o poder constitucional, muito menos legal, de impedir a adoção de um livro não avaliado pelo PNLD em escolas particulares, nem em escolas públicas. Acaba de citar um exemplo o ex-Governador Requião, que disse que a sua equipe, a equipe da Secretaria, os professores das escolas públicas do Paraná fizeram um livro, ou melhor, uma coleção de livros; esses livros não passaram pelo crivo do Ministério da Educação e foram adotados pela escola. Não temos o poder de impedir que uma escola pública ou uma escola particular adotem um livro. Temos condição de impedir que um livro que não foi avaliado pelo MEC seja comprado com recursos do FNDE. É isso que a legislação me permite.

Havia a possibilidade de fazer melhor uso desse recurso? Quem aprovou a emenda constitucional determinando ao MEC que o Plano Nacional do Livro Didático fosse estendido para toda a educação básica foi o Congresso Nacional. A Emenda Constitucional nº 59 determina – portanto, é um mandamento constitucional – que o Ministério da Educação tem de garantir acesso ao livro didático em todas as etapas e modalidades da educação básica. Então, não nos poderíamos furtar a oferecer para, se não me engano, quatro milhões de estudantes, na educação de jovens e de adultos que estão fazendo o ensino fundamental ou médio fora da idade correta, o livro que o Ministério oferece para os que estão em salas regulares. Então, não temos condições de ferir a Constituição; temos de comprar o livro.

O que disse e repito à Senadora Marisa Serrano é que todo o processo pode ser aperfeiçoado. Esse processo vem de 15 anos. Há três anos, resolvemos institucionalizar isso por decreto; e o decreto saiu no ano passado, justamente introduzindo a instância recursal e dando clareza aos procedimentos do Ministério da Educação na seleção, com a impessoalidade da seleção. Não são os dirigentes do Ministério da Educação que selecionam os livros, mas as universidades, por meio de seus pareceristas, e a escola pública os escolhe livremente. Todos os livros são apresentados na Internet. O catálogo é encaminhado para a escola, que tem 100% de liberdade para escolher no catálo-

go aquilo que entende ser mais apropriado para seus estudantes.

Então, Senador, a questão da impessoalidade está garantida. Agora, se esta Comissão de Educação, o Ministério da Educação, a Abrelivros, a Associação dos Autores, enfim, se entendermos que é possível aperfeiçoar ainda mais as regras, somos os primeiros a desejar isso. Mas as regras que prevaleceram no governo Itamar, no governo Fernando Henrique e no governo Lula foram integralmente observadas pelos gestores do Ministério da Educação, e não tenho dúvida disso.

E, conforme eu disse, não tenho notícia – posso estar enganado – de uma ressalva aos procedimentos formais, sobretudo no quesito impessoalidade. Então, tanto quanto isso é possível... E a senhora tem razão em observar que, mesmo que o princípio esteja estabelecido, é extremamente difícil garantir que isso vá até as últimas consequências. Porém, o nosso esforço é para que a isenção e a impessoalidade prevaleçam.

Não há um programa governamental de escala, que eu conheça, que não tenha falhas. Não há! Os programas governamentais são gigantescos e apresentam, aqui e ali, falhas. E o cuidado do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, sobretudo, é de sempre aperfeiçoar os procedimentos para a melhoria das condições.

Dou um exemplo: havia, em 2002, 1,5 mil Municípios inadimplentes no programa da merenda escolar; hoje, são duas dezenas, talvez não cheguemos a três dezenas. Houve um esforço pedagógico de orientação dos Municípios sobre como observar esse programa. Há problemas? Certamente. Oferecemos nove bilhões de refeições ao ano. São 45 milhões de estudantes, duzentos dias por ano. Então, são nove bilhões de refeições! Alguém aduzirá: "Deve haver, em algum lugar, algum problema". Por isso, existe o Conselho da Merenda, o Ministério Público, a auditoria da Controladoria-Geral da União, a auditoria do FNDE, para tentar aplacar esses casos, que são cada vez mais isolados. Repito: de 1,5 mil Municípios para menos de 30 Municípios inadimplentes, num programa que fez e faz história. É um programa que, inclusive, o Brasil exporta para outros países em desenvolvimento, dada a sua qualidade.

Então, longe de mim afirmar que o trabalho, a gestão pública... Qualquer gestão, pública ou privada, pode e deve sem aperfeiçoadas. Mas não há como atender a uma decisão como essa de inibir uma ação judicial, digamos assim, exigindo que o Ministério desrespeite um decreto presidencial. A seleção foi feita seguindo a legislação vigente. Percebe? Mas a judicialização da questão é possível. Vou dar um exemplo a V. Exª: o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica só se consolidou no Judiciário. Não havia acordo possível. Então, as instituições que eram reprovadas pelo MEC foram para a Justiça; esta deu ganho de causa para o MEC, e consolidamos um sistema de avaliação da educação superior que permite ao Ministério fechar um curso de Medicina, fechar um curso de Direito, o que não era objeto das ações regulatórias do Ministério; hoje é.

Então, não vejo a judicialização como algo necessariamente ruim. Muitas vezes é lá que se resolvem, de uma vez por todas, conflitos dessa natureza. O que afirmo ao senhor é que, até onde vai o meu conhecimento, da seleção de dois mil títulos, num programa que compra mais de 100 milhões de exemplares, as formalidades previstas no decreto de seleção foram observadas. Basta ouvir a Abrelivros, que congrega os editores todos do País, que o senhor vai ouvir a mesma afirmação de que o MEC tem tentado aperfeiçoar o programa, observada a legislação. E, se compararmos o programa hoje com o que ele era há 20 anos, vamos perceber que houve uma evolução do livro didático notável no País, muito notável. Qualquer especialista que pegue um livro hoje e o compare com um livro de 15 anos, 20 anos atrás, vai notar a diferença. E isso não é mérito do Governo, é mérito de uma política de Estado que se vem desenvolvendo ao longo de anos, governo após governo, e que vem melhorando as condições de compra, de seleção e de distribuição do livro didático.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Há mais três Senadores inscritos: Senador Valadares, Senador Paulo Bauer e Senadora Ana Amélia.

Eu gostaria que se restringissem aos três minutos e pediria também ao Ministro que resumisse um pouco as respostas.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Fernando Haddad, ainda bem que as opiniões aqui emitidas convergiram numa só direção: a de que o livro didático é um instrumento de trabalho para os professores e também um mecanismo da maior utilidade para os estudantes, notadamente aqueles estudantes que não dispõem de condições financeiras para uma preparação futura. O livro didático, então, resolve uma situação social para um país tão desigual quanto o nosso. Esse consenso é fundamental, para que a distribuição gratuita continue a acontecer no ensino público.

Sabemos que o livro didático, não é de agora, vem sendo utilizado em todos os períodos da história da humanidade, desde os elementos de Euclides, os elementos da geometria de Euclides, o que passou quase que 20 séculos sendo distribuído como livro didático nas escolas, trazendo os ensinamentos da

Geometria, até os tempos atuais. Sabemos que há uma importância sem igual para o lançamento do livro didático nas escolas.

É lógico, Sr. Ministro, que, diante dessa celeuma que foi criada, eu, como político – já fui Governador do Estado, já fui Secretário de Estado da Educação no Estado de Sergipe –, avaliaria isso de outro modo em situações futuras. Livros polêmicos, que causaram tanta divergência e tanta incompreensão, deveriam ser objeto de um estudo maior, até porque a linguagem adotada não foi aceita pela chamada opinião publicada, ou opinião pública publicada, pela mídia, por aqueles que leram ou até por aqueles que não leram, como V. Exª. Seria de bom alvitre que, no futuro, fizéssemos uma avaliação social e política de situações semelhantes, porque a tradição é a de que a linguagem utilizada nos livros do MEC sempre foi uma linguagem culta, identificada com o português escorreito, com a palavra certa, com as frases bem colocadas, não da forma oral, como procedemos.

Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente, e quero parabenizar o Ministro pelo fato de vir aqui debater conosco. Que, nos futuros lançamentos, o Ministério da Educação, por meio da sua própria comissão e do Programa Nacional do Livro Didático, possa aquilatar de forma menos divergente as obras que forem lançadas para o consumo dos nossos alunos brasileiros!

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Bom dia, Sr. Ministro, Srªs e Srs. Senadores!

Na verdade, não vou fazer perguntas, vou apenas fazer dois comentários. O primeiro é o de que nós, Senadores, falamos pelo Partido, falamos pelo povo, falamos pelo Estado, e isso fazemos com espírito público e com compromisso republicano.

No meu Partido, há oito governadores, quase dois mil prefeitos e mais de trinta mil vereadores. Quero dizer ao Ministro que nenhum deles ficou satisfeito ou comemorou ao constatar que o livro didático em que está inserida a história contemporânea do Brasil, de alguma forma, como disse a Senadora Kátia Abreu, teve mão mais pesada quando mencionou um período de governo. Não posso deixar de registrar isso. Sei que a culpa não é de V. Exª, não questiono as regras do processo que nos leva ao livro didático. O programa não merece nenhuma crítica da minha parte, nenhuma contestação, mas, efetivamente, talvez, a gente precisasse fazer alguma observação, não com o intuito de mudar o livro que está posto nas escolas à disposição dos alunos, mas apenas para que a sociedade, os autores e os integrantes de todo o processo saibam que, daqui para frente, inevitavelmente, haverá uma vigilância maior, aliás coisa que, tenho a impressão, não tem acontecido de forma tão intensa nem na sua gestão, nem nas anteriores. A partir de agora, o livro didático vai merecer uma atenção muito maior de parte da sociedade, de parte dos representantes, de parte dos agentes públicos.

Obviamente, lá na frente, não vamos querer revanche, não. Quando meu Partido for governo outra vez, tenho certeza de que não faremos uso de mão pesada em favor deste ou daquele período governamental. Ao contrário, acho que deve haver total isenção. Quando se fala em História Contemporânea, o risco é muito grande ao se fazer uma análise de fatos muito recentes. Como dizem os grandes historiadores, o tempo é o senhor da razão e da verdade.

V. Exª, naturalmente, comanda o Ministério ouvindo técnicos, ouvindo todas as entidades e instituições. Li um artigo do Presidente da Academia Brasileira de Letras, que, no meu ponto de vista, critica a forma como aquele livro foi elaborado para efeito de distribuição aos alunos, no ensino de jovens e de adultos. Louvo, novamente, a atitude do Ministério por tê-lo feito pela primeira vez. Mas, se bem entendi, V. Exª disse que a Academia Brasileira de Letras fez uma manifestação favorável ao livro, considerando-o adequado. Não sei se entendi bem.

O SR. FERNANDO HADDAD – Citei a escritora Ana Maria Machado, que, nos Anais, disse: "Se eu tivesse lido todo o capítulo, eu não teria emitido esse juízo".

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Tudo bem! É que cheguei aqui na exata hora em que V. Exª se referia ao assunto. Então, não compreendi o contexto todo. De qualquer forma, houve a opinião de uma imortal, outra opinião de outro imortal, e, aí, meus mortais eleitores ficam atônitos quando, efetivamente, veem professores usando da linguagem popular para ensinar seus filhos ou os alunos nas escolas públicas. O assunto causou polêmica, pode e deve ser entendido como polêmico. No meu ponto de vista, não há problema. Fui o autor da ideia de, num primeiro momento, até recolher-se o livro. Eu disse isso aqui, eu disse isso no plenário. V. Exª sabe disso, porque, efetivamente, entendi que o assunto precisava de uma providência imediata e urgente. Entendo, entretanto, assim como a Senadora Marisa Serrano, que devemos partir do certo para o certo, não do errado para o certo. Essa é uma compreensão minha, individual, pessoal. Não sou pedagogo e me curvo a quem sabe melhor e mais do que eu da língua portuguesa e da área pedagógica.

Por último, eu queria só fazer uma sugestão a V. Exª, completamente fora desse contexto, até porque não sei se isso cabe ao Ministério da Educação ou ao

Ministério das Relações Exteriores. Mas, na Comissão de Relações Exteriores, também vou mencionar esse aspecto.

Ouvi falar que fizemos no Brasil um grande esforço para a implantação da nova ortografia na língua portuguesa decorrente daquele acordo internacional firmado pelo Governo brasileiro. E tomei conhecimento de que, em outros países de língua portuguesa, não estão acontecendo as mesmas ações que acontecem no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Inclusive, Portugal não homologou o acordo, Senador.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Pois é, acho que estamos sendo excessivamente zelosos na prática daquilo que foi acordado, enquanto, na verdade, segundo o Senador Requião, outros não firmaram sequer o compromisso de fazê-lo. Isso é um desrespeito com um país como o nosso e é resultado de uma política equivocada no âmbito internacional do Governo Federal na época em que firmou o acordo.

Mas esse é só um comentário que, obviamente, deixo para sua preocupação e também para sua análise.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, caro Ministro Fernando Haddad, que, muitas vezes, eu, como jornalista, entrevistei – agora, estou aqui na condição de Senadora –, de fato, o livro que foi editado e distribuído pelo MEC, *História e Vida Integrada*, faz, sim, uma distinção entre três críticas ao governo passado e um elogio, numa demonstração de equilíbrio. Casualmente, o elogio, abro aqui a página, trata da questão do livro didático. Vou lê-lo e espero que, assim, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso aceite meu convite para vir falar na Comissão de Assuntos Sociais sobre a questão das drogas.

O autor do livro que trata da História Contemporânea fala de um projeto não concluído: "Um aspecto pode ser levantado como positivo: o Governo de Fernando Henrique Cardoso dedicou muitos esforços à educação. O número de crianças entre 7 e 14 anos matriculadas em escolas aumentou, passando de 90% para 97% do total de crianças dessa faixa etária". O importante vem agora, no mesmo texto: "Houve renovação dos currículos e a instituição da avaliação prévia dos livros que participam do Programa Nacional do Livro Didático, com sua distribuição para todos os alunos do ensino fundamental matriculados em escolas públicas". Então, é uma referência que os autores estão reconhecendo que se iniciou no passado.

O senhor falou, Ministro, que existem 192 comissões de pareceristas. Foi esse mesmo o número?

Então, eu queria saber como funciona a constituição dessas comissões. Eu queria que o senhor desse uma explicação sobre as escolhas, se são pelas universidades, pelas entidades especializadas. Cada comissão pega um livro específico ou temático? Eu gostaria de saber como funciona isso. E me apraz essa sua disposição de fazer essas alterações nessas escolhas.

Aqui, há informação de que a Defensoria Pública da União no Distrito Federal entrou com uma ação na Justiça Federal para que fossem recolhidos das escolas públicas os 485 mil exemplares desse livro. O MEC não pretende recolher o livro, conforme declarações apresentadas, pois está de acordo com os parâmetros curriculares nacionais. Normalmente, quando a Justiça entra em ações dessa natureza, os administradores públicos ou qualquer agente dizem que vão cumprir a decisão Justiça.

Com licença, Ministro, não houve – é claro – o julgamento do mérito. Então, penso que a forma mais adequada, assim que a Justiça se manifestar, seja esta: vamos cumprir a decisão judicial! Não houve manifestação do exame do mérito, apenas uma iniciativa preliminar da Defensoria Pública da União. Então, essa é a questão que o senhor abordou, mas eu queria voltar por conta dessa atitude, que me pareceu certa soberba do MEC em relação à questão de uma iniciativa do Poder Judiciário.

Aliás, eu queria também mencionar que a responsável pela edição do livro *Por Uma Vida Melhor*, a Vera Masagão, admitiu, em entrevista ao jornal *O Globo*, que poderá mudar o texto numa eventual nova edição. Eu queria saber se esse livro vai continuar sendo distribuído, com todas as suas explicações, depois da sua defesa, considerando que já está na rua o edital para a seleção do livro didático para 2013. Gostaria de saber se ele vai entrar.

Eu também queria saber de V. Exª sobre outro tema, o do *kit* anti-homofobia. Quais foram as providências tomadas por V. Exª – o senhor também já fez uma menção aqui – assim que a Presidenta Dilma Rousseff falou sobre o *kit* Escola sem Homofobia? O que houve na verdade, Ministro? A Presidenta não foi informada desse programa didático especificamente, já que o senhor disse aqui que ele foi fruto de uma iniciativa do Congresso Nacional, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a Câmara, inclusive liberando emendas do Orçamento para essa finalidade? Isso porque a Presidenta declarou textualmente que não aceitaria propaganda de opções sexuais. Então, o que houve na verdade? Houve uma desinformação nesse aspecto?

Por fim, quanto aos problemas do Enem, o Procurador da República Oscar Costa Filho, do Ceará, está movendo uma ação para alterar o edital do Enem 2011, que já está aberto – começou dia 23 e vai até o dia 10 de junho. Eu queria saber se o MEC e o Inep vão manter o edital sem alterações ou se admitem fazer algum tipo de alteração, já que a invocação do Procurador da República diz respeito ao direito e à defesa do concurso, e que ele não segue as normas de concursos públicos – refere-se, sobretudo, ao direito de ver a nota que o candidato recebe.

São essas as minhas perguntas, Ministro Fernando Haddad.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Concedo a palavra ao Ministro.

O SR. FERNANDO HADDAD – Começando pelo fim aqui, Senadora Ana Amélia, quando eu manifestei que não recolheria o livro, porque havia lido o livro e entendia que as afirmações sobre ele não levavam em conta o conjunto do capítulo, afirmação essa partilhada por dezenas de especialistas e várias associações ligadas à educação – eu citei algumas –, o MEC não está sozinho nessa afirmação. O MEC está com a União Nacional dos Dirigentes Municipais, com a Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação, com a Associação Brasileira de Linguística, com a Associação Brasileira de Linguística Aplicada, e teremos muitas outras manifestações individuais e de entidades sobre o assunto.

Eu respeito...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Poderão ser testemunhas de um processo?

O SR. FERNANDO HADDAD – Serão.

Quando eu fiz essa afirmação, a Defensoria sequer tinha entrado com a ação. Eu disse isso na primeira semana, e isso veio a ocorrer na terceira semana. Quer dizer, estamos, há três semanas, discutindo essa frase, uma frase de um capítulo dos dois mil títulos que o MEC distribui, tentando macular um livro, um programa da importância que o livro didático tem, como se isso maculasse todo um programa. É direito das pessoas tentarem fazer isso, é do jogo político. Eu não faço jogo político com a educação. Então, eu defendo o programa, o programa não é do Governo Lula, não é do Governo Dilma; ele nasceu no Governo Itamar, aperfeiçoou-se no Governo Fernando Henrique e no Governo Lula, e está muito bem administrado, na minha opinião.

Se há um debate sobre uma palavra, uma frase, eu reputo como ótimo o debate. Não tenho nada contra. Eu só fiz uma manifestação, dizendo que defendia que todas as pessoas, para debater, lessem o material que está disponível no portal da Ação Educativa, que é uma ONG seriíssima. E a educadora que elaborou o livro é seriíssima. Estamos falando de uma ONG que presta serviços ao Governo Federal há pelo menos duas décadas. Estamos falando de uma educadora que é consultora de uma das mais prestigiadas revistas de educação, que é a *Nova Escola*.

Então, eu jamais me insurgirei contra uma decisão judicial, mas uma propositura de uma ação não é uma decisão! É uma provocação, que é legítima. Quem vai contestar o Ministério Público e a Defensoria na defesa dos direitos, a partir da sua perspectiva? Mas o MEC tem o direito, como teve em dezenas de ocasiões.

A senhora citou um procurador do Ceará que teve quatro liminares cassadas, no ano passado. Então, veja, a Justiça trabalha como nós trabalhamos aqui. Ela é obrigada a ler todo o material. Então, ela não vai poder ter juízo do livro sem ler os pareceres que o MEC vai encaminhar.

A minha sensação é de que, talvez, seja até bom essa discussão no Judiciário, porque eu penso que a Justiça poderá dar a última palavra.

Num caso como esse, que envolve liberdade de opinião, de expressão, penso que é matéria constitucional, e nós iremos até o Supremo Tribunal Federal na discussão. Então, teremos aí, pelo menos, quatro instâncias – primeira, segunda, terceira, quarta instâncias, para mostrar que o livro não faz aquilo que disseram que ele faz.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Era essa a declaração que eu estava esperando de V. Exª.

O SR. FERNANDO HADDAD – Ele não faz aquilo que dizem que ele faz, que é ensinar errado.

Para um adulto, o que ele diz é o seguinte: "Tudo bem que você fale dessa maneira, mas existe uma norma culta que você deve dominar. Está aqui a lista de exercícios". É assim que eu leio o livro. Percebe?

Não seria nem papel do Ministério defender um ou outro livro, mas defender o processo de seleção. Mas esse caso ganhou um clamor tão grande que não havia como não dizer que ele atende aos PCNs do governo Fernando Henrique Cardoso, que determina que o certo/errado seja substituído pelo adequado/inadequado, que é o que o livro faz. Percebe? Não é uma questão governamental ou partidária; é uma questão de Estado, e precisa ser tomada assim.

Nós demos uma contribuição importante ao institucionalizar por decreto dar transparência para as regras do livro, coisa que nunca havia sido feita. Outra iniciativa foi estender o Programa do Livro para toda a educação básica e não restringi-lo ao ensino fundamental. Então, essas iniciativas precisam ser louvadas.

O mercado editorial, hoje, no Brasil, está muito mais vibrante do que no passado. Hoje os brasileiros

leem mais; leem muito mais que no passado. Isso não sou eu que digo; são os próprios livreiros, os próprios editores. O brasileiro está lendo mais do que no passado, e o programa de livro didático do MEC é uma variável chave desse processo de melhoria das condições culturais do País.

Foi feita uma emenda em 2007, na Comissão de Legislação Participativa, e houve uma provocação formal do Ministério Público Federal, exigindo providência do Ministério de Educação inclusive, não só; outros Ministérios foram envolvidos, no sentido de promover o combate à homofobia. Isso tem três anos. O repasse do recurso foi em 2008; a emenda é de 2007. E é natural que, nesses casos, se demore mesmo para confeccionar o material porque o material é delicado, mexe com questões delicadas. Mas, depois de entregue o material, e antes que passasse pelo Comitê de Publicações do Ministério, a secretaria ouviu a Unesco, que deu o aval; a Sociedade Brasileira de Psicologia deu o aval; o Ministério da Justiça fez a classificação indicativa daquele material, estabelecendo 12 anos. No momento em que ele ia subir para o Comitê de Publicações, esse material, que foi utilizado em seminários Brasil afora justamente pela ONG que o estava produzindo, até para adequá-lo à faixa do ensino médio e tudo mais, estava originalmente previsto para o ensino fundamental dois e para o ensino médio, mas, a pedido do MEC, foi restrito ao fundamental. Nesse momento em que se discutia isso em seminários Brasil afora, isso chegou ao conhecimento do Congresso Nacional, que se insurgiu, com a Frente da Família e tal.

A Presidenta viu uma parte do material, manifestou seu desagrado em relação a um vídeo específico e criou, na Secom, um comitê, como o que existe no MEC. Criou um comitê que avalia materiais voltados para questão de costumes, valores e tudo mais. Nesse meio tempo, a Frente da Família, por meio de vários dos seus parlamentares, Senadores e Deputados, fez chegar ao Ministério da Educação um pedido: o de que qualquer material contra preconceito ou discriminação de qualquer espécie não fosse utilizado por um público específico, mas que o preconceito fosse trabalhado numa campanha geral. Isso eu tenho ouvido de muitos Parlamentares. E muitos deles, até o contrário do que está sendo veiculado, manifestaram de público que são, sim, contra qualquer prática de discriminação, inclusive de homofobia. Ouvi isso praticamente de todos.

Então, o pedido é para reavaliação da abordagem. Eles querem discutir a abordagem. É legitimo que se discuta a abordagem. Na semana retrasada, estive junto à Bancada da Frente da Família e disse: é natural que isso ocorra; isso acontece em vários expedientes do Ministério da Educação. Quantas vezes colocamos em consulta pública decretos, portarias ou seminários para discussão de material novo, sobretudo, sobre um assunto tão delicado! É natural que seja assim.

Então, não se trata de informação ou desinformação. A Presidenta assumiu a constituição de uma comissão, de uma instância na Secom – os Ministérios, sobretudo, dos Direitos Humanos, da Saúde e da Educação, lidam com temas delicados –, quando qualquer material que dialogue com a questão de valores e de costumes for ser confeccionado, para fazer uma discussão mais ampla, justamente para não ferir nenhuma sensibilidade.

É isso que foi decidido pela Presidenta.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Essa foi uma comissão criada a partir do *kit*?

O SR. FERNANDO HADDAD – Foi. Na semana passada. Mas a comissão de publicações do Ministério não tinha sequer analisado isso. A secretaria é que tinha dado um o.k. para o material, que subiria para essa instância que congrega todas as secretarias do MEC, não só aquela específica.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Ministro, vamos fazer um bloco de quatro interlocutores. São Senadores especializados em Andrologia e em Pedagogia, que se dirigirão agora a V. Exª, como o Senador Wellington Dias, Walter Pinheiro, João Pedro e Cristovam Buarque.

Tem a palavra o Senador Wellington, para fazer sua manifestação andrológica.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com prazer.

Eu quero aqui, inclusive, dizer da importância deste debate, porque me incomodava muito a forma como vinha sendo travado normalmente, com uma visão única.

Primeiro, faço um esclarecimento. A Drª Igis, que está aqui, pediu-me que eu esclarecesse que a Editora Ática Scipione, numa sessão do dia 17 de maio – o Ministro justificou a sua ausência –, teria distribuído, nessa audiência, os livros que estavam sendo analisados; eram quatro livros de História que diziam respeito a esta Editora.

Quero, aqui, parabenizá-lo pela forma didática como se manifestou. Eu estava preocupado exatamente por isto: estava me cheirando um sistema de censura, aqui colocado. Vendo os livros, os textos – é preciso dizer isso aqui –, vemos que há um tratamento semelhante em relação aos dois governos. O Brasil não pode abrir mão de mostrar a História Contemporânea. Alguém que foi Presidente entre os anos de 1994 e 2002 não pode querer que a história não seja objeto dos livros de História Contemporânea. Da mesma forma, poderia estar aqui o Partido dos Trabalhadores

incomodado por conta da abordagem que é feita com relação ao governo Lula. Aqui, há fotografias, falas, pontos positivos e pontos críticos da época. Eu, que vivi essa história, sou testemunha dos fatos. E, contra fatos, não há argumentos.

Aqui, por exemplo, está uma imagem, uma caricatura do presidente Lula pulando uma fogueira. Está certo? O livro mostra a CPI dos Correios, a CPI do Mensalão, a CPI do Waldomiro.

Então, quero dizer apenas que é lamentável que a gente...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Faltou a do Palocci.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Vai haver lá na frente se os historiadores acharem conveniente.

Primeiro, quero dizer do orgulho do meu Partido – todos os dias, em livros, em revistas, em todas áreas, vê-se isso –, que chamou a atenção do PSDB e de outros partidos, para que a gente possa aprender a conviver com a democracia.

O pai do atual Governador do Piauí é um caboclo de uma cidade chamada Santa Cruz. Certa vez, presenciei um fato. Estava havendo uma manifestação, uma greve, e eu era governador, e ele, vice. Quando conseguimos negociar com os manifestantes, o pai dele disse: "O que era isso aí? Quem eram esses bagunceiros?". Ele disse: "Esse é o pessoal...". "Mas vocês são os governadores, vocês toleram isso?" "Sim, isso é a democracia." E ele disse: "Essa tal de democracia é um regimezinho danado de chato".

Na democracia, há incômodos? Há incômodos, mas esta é a oportunidade de conhecermos várias opiniões.

Gostei quando V. Exª afirmou aqui que, se houver uma pessoa defendendo essa professora, V. Exª será essa pessoa, e V. Exª não está só. São muitas. Creio que temos de defender a democracia com unhas e dentes, o direito de adições, enfim. A história vai, ao longo do tempo, julgando. V. Exª mesmo reconhece: se existe alguma proposta de aperfeiçoamento, vamos aperfeiçoar. Mas jamais podemos colocar aqui um sistema em que se tenha o receio da liberdade. A liberdade está acima de tudo.

Quero aproveitar este tema para colocar dois outros importantes, muito importantes. Um deles me incomoda como brasileiro. Uma parte da sociedade estuda na rede pública, e a outra, na rede privada. Quero aqui colocar um ponto sobre o qual nós, Parlamentares, somos muito cobrados: a forma como se altera a mudança dos livros nas escolas privadas. Existe hoje, em nome da liberdade de escolha, uma situação que, muitas vezes, não passa nem pelos professores, passa por uma estratégia econômica das escolas. Uma família tem dois, três, quatro filhos. O filho mais velho faz o primeiro ano, o segundo e o terceiro, a família compra os livros. No ano seguinte, aqueles livros já não servem para o filho subsequente que vai fazer a mesma série do filho anterior, porque há mudanças. Confesso que não tenho uma receita própria, mas creio que é de bom tamanho encontrarmos uma alternativa para evitar isso, porque isso significa um custo muito elevado para quem faz a opção por uma escola privada. No caso da escola pública, normalmente, os livros de uma série são aproveitados para o ano seguinte, até que haja necessidade de substituição. Se isso pode ser feito na escola pública, creio que é possível também na escola privada. Não se pode permitir que isso vire uma alternativa muito ruim.

Tenho acompanhado, ainda sou "semianalfanet", por meio dos meus filhos, essas mensagens curtas. É interessante como se está criando um novo vocabulário nessa área do mundo da Internet. Há um novo vocabulário. Acho que o MEC precisa se debruçar sobre isso, porque, da mesma forma, é uma cultura popular à medida que cresce em todos os meios. O mundo digital permite que você trabalhe a ortografia, os textos corretamente. Mas as novas gerações criam uma série de novas formas de comunicação que, muitas vezes, eu mesmo, tenho dificuldade de decifrar.

Então, eu queria parabenizá-lo aqui pela forma correta com que prestou as informações. Acho que foi bom o debate, pois, assim, a gente pode ter esses esclarecimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Walter Pinheiro, V. Exª fala sobre Andrologia ou Pedagogia?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Nem pedagogo, nem tampouco demagogo. Não damos lugar para demagogia e para demagogos. Quero começar exatamente por isso, para não ficarmos na história da demagogia.

Primeiro, Ministro, há uma coisa que eu gostaria de separar. O que efetivamente entra nesse contexto da utilização de fatos contemporâneos como elementos da história? Talvez, esse seja um debate importante de ser feito na elaboração desses livros didáticos.

A segunda questão é exatamente esse contexto no qual o senhor já tocou. Pinçaram uma frase; eu, pelo menos, entendi dessa forma. Até fiz uma brincadeira na reunião passada desta Comissão a respeito do uso de determinadas formas do cotidiano com as quais nos habituamos como se fossem coisas corretas. O que entendo da frase é o que "pode" ser feito, não necessariamente o que "deve" ser feito. Devemos

caminhar para a adoção escrita do português correto. Esse era uma espécie de alerta, não de orientação. Entendi dessa forma.

E também se fala de uma dosagem – era isto que pretendiam alguns – de quantidade de caracteres ou de espaço. Para esse ou para aquele, a crítica ou os elogios devem entrar no contexto de um relato para um material didático utilizado na escola? Em Minas Gerais, por exemplo, houve uma grita enorme por que o governo do Estado utilizou, em uma das questões de formação de seus professores, uma crítica ao Governo Lula. Portanto, há essa polêmica em torno da quantidade de caracteres, de elogios ou de ataques. Penso que isso está totalmente fora de qualquer contexto.

Em terceiro lugar, eu diria do encontro dessa nova linguagem ou da linguagem do cotidiano. O Wellington falava, nesse instante, da linguagem que já tomou conta das pessoas. Vira e mexe, não há só a questão da Internet, mas a própria comunicação. Se compararmos o vocabulário da juventude da minha geração com o da juventude da geração dos meus filhos, vamos ver que existe um novo vocabulário.

Um carioca, por exemplo, escreveu o *Dicionário de Baianês*. Isso foi fruto exatamente do seu deslocamento. O Nivaldo Lariú, que foi meu colega de trabalho, foi transferido para uma empresa de telecomunicações na Bahia. Ele disse: "Quando lá cheguei, eu me deparei com uma realidade completamente diferente da que eu vivia no Rio de Janeiro". E ele é o autor do *Dicionário de Baianês*. Ele conseguiu traduzir para um dicionário a linguagem do cotidiano.

Tive oportunidade de participar de um seminário internacional pelo Sistema Telebrás. Comigo, foi outro nordestino, que brincava: "Pinheiro, passei o seminário inteiro em dificuldade". É que o cara falava muito rapidamente o espanhol. Então, não dava para pegar muito as coisas, mesmo sendo uma linguagem técnica. Numa determinada hora, Requião, ele me disse: "Pinheiro, eu me encontrei. Esses bichos falam como a gente fala no Nordeste: 'entonce', 'despois'. Então, ô meu bichinho, já estou entendendo tudo".

Essas coisas terminam compondo o nosso dia a dia. Eu estava brincando com o João Pedro aqui. Eu lhe disse que, na primeira vez em que cheguei à Câmara dos Deputados, alguém me disse: "Pinheiro, os nordestinos trocam o 'g' pelo 's'". Eu descobri a palavra com que o sujeito estava me provocando quando, na liderança do PT, resgatei o áudio do discurso que eu tinha feito: a palavra era "registro". Se você prestar a atenção, é muito comum, na rapidez, a gente dizer: "Sr. Presidente, quero fazer um 'resistro'". Quando o cara falou isso comigo, quase bati nele! Eu disse que eu não falava "resistro". Ele me disse: "Não, Pinheiro, tudo bem! Só estou chamando a sua atenção. Dê uma olhadinha!". Quando ouvi o áudio, era isto: a palavra "registro" soava exatamente como "resistro".

Por último, Sr. Presidente, para encerrar esse debate sobre a questão das cartilhas sobre homofobia, sobre a questão do verdadeiro combate à discriminação, lembro que a escola já enfrentou isso, Ministro, na questão do uso da palavra "denegrir", que, durante muito tempo, teve a sua utilização combatida nas escolas. A expressão "quadro negro"...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – E o termo "denegrir" foi usado cinquenta vezes durante a nossa audiência.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – É isso.

Então, "denegrir" é tornar negro. E aí? O que é ruim torna-se negro? Isso é uma forma, às vezes sutil, de a gente continuar mantendo um processo de racismo. A mesma coisa ocorre com a expressão "quadro negro", também dentro da própria escola. Durante muito tempo, todos nós aprendemos isso, até porque o quadro era daquela cor. Depois, nós nos habituamos a discutir essas coisas.

Então, nesse debate da cartilha, a minha crítica é a seguinte: se se trata de uma cartilha de combate à discriminação, seja ela de orientação sexual, racial ou de qualquer natureza, essa cartilha teria de ser elaborada pelo MEC? Na minha opinião, tem de ser distribuída nas escolas toda e qualquer cartilha que combata toda e qualquer forma de preconceito. A mesma coisa insisti na Frente Parlamentar da Família. Eu disse que precisamos tratar essas coisas de forma diferente, porque toda orientação dessa natureza é de caráter pessoal. A minha orientação de fé é de caráter pessoal, a orientação sexual é de caráter pessoal.

Então, é diferente. Não cabe em uma cartilha do MEC a orientação de fé, não só porque o Estado é laico, mas porque essa é uma orientação individual. Que orientação dará o MEC sobre a orientação de fé de cada cidadão? Qual é a orientação correta? Então, essa é uma... Nem tampouco a manutenção de uma lógica de intolerância. Portanto, nessa cartilha também tem que entrar aspectos exatamente dessa intolerância religiosa que se estabeleceu.

Portanto, acho que é fundamental que nós tenhamos cartilhas distribuídas nas escolas para combater a homofobia de forma veemente, mas, inclusive, numa orientação de respeitar toda e qualquer orientação sexual de cada um. Contudo, não cabe ao MEC a orientação de qual orientação de fé, sexual ou de qualquer outra natureza o cidadão deva adotar.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – V. Exª propôs o laicismo na cartilha de combate à homofobia.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. *Intervenção fora do microfone.)* – É claro, há de haver uma orientação de combate à homofobia.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Aqui, há ainda dois andragogos.

Tem a palavra o Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, Sr. Ministro de Estado Fernando Haddad, primeiro, quero dizer da importância do debate. Acho que o Brasil todo fez o debate, e faltava que encontrássemos um ponto de equilíbrio para esclarecer isso. O debate da obra da autora Heloísa Ramos não foi feito de forma equivocada na imprensa, na televisão, no rádio, nos jornais ou aqui dentro do Congresso. A única observação que faço é que esse debate poderia ser antecipado, para dirimir...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR. *Intervenção fora do microfone.)* – E ficaria encerrado o assunto.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Ficaria encerrado o assunto. Esse dado do MEC de que há dois mil títulos – eu soube disto agora – é significativo para o Brasil. É o trabalho de um Ministério que cuida de milhares e milhares de jovens brasileiros. Você pinça uma obra e diz que é o MEC... Não é a obra; é o MEC, é o Ministro, é o Governo! Meu Deus, se você não cuidar, isso ganha tal dimensão...

Quero aproveitar esta fala para enaltecer o trabalho da autora, porque a autora observa o que acontece, para não estigmatizar as regiões, o regional. A autora não estimula nem diz no livro que se deve escrever ou falar de forma errada, de forma imprecisa. A autora não diz isso.

A História do Brasil, inclusive do ponto de vista da convivência com o regional, é muito rica. Até hoje, aprecia-se a boa música de Adoniran Barbosa. Então, é preciso observar essas questões regionais, e, aqui, quero dar minha contribuição. Tenho a dimensão, como homem que compõe o Congresso brasileiro, do instrumento da língua como poder, como privilégio, como instrumento poderoso. É nesse sentido que quero fazer, neste último minuto de fala, uma observação: a língua oficial – tenho temor quanto a isso – não pode esmagar setores que fizeram a história, a construção desta Nação.

Sou do Amazonas, onde há dezenas de etnias, de línguas. Há um movimento muito forte do movimento indígena no sentido de fazer com que a nossa língua oficial respeite e possa conviver com línguas que mantêm a história do Brasil, da Amazônia, que, até hoje, com muita dificuldade, garantem a presença de culturas que compõem a nossa Amazônia e o Estado brasileiro. Então, há reivindicações do ensino indígena, da cartilha indígena, do livro didático, respeitando justamente essas diferenças culturais que ainda existem e estão aí.

Então, quero lembrar aqui o pleito do extremo norte do Brasil, da cidade de São Gabriel da Cachoeira, que tem um prefeito que é índio. O MEC vem acompanhando, mas, até hoje, há dificuldade de implementar, na sala de aula, a língua indígena, a língua de setores que estão lá vivendo, produzindo, enfim, compondo a nossa sociedade.

Por último, para finalizar mesmo, quero refletir aqui. Tenho muito medo – esse é o termo – de não trabalharmos a essência e a responsabilidade que nós, Deputados e Senadores do Estado, temos. No dia a dia, é preciso manter o Estado de direito, laico, até porque a sociedade já passou do século das trevas. Temos de fazer, com serenidade, absolutamente comprometidos com o Estado de direito e laico, essa discussão em torno de questões como a homofobia. Então, reuniu-se o grupo religioso, o grupo evangélico. Eu fico com os cabelos em pé, porque não é por aí. Precisamos, no dia a dia, ter esse compromisso com a era dos direitos, do respeito ao Estado, do coletivo, mas tendo a capacidade de respeitar e de conviver com o individual, com direitos individuais. Exercer esse princípio não é matéria simples, mas temos de bater todos os dias nessa tecla de respeitar o individual, de respeitar o outro: homem, mulher, negro, índio, pobre.

Parabéns pela vinda aqui, pela serenidade! V. Exª foi muito firme, mas também muito humilde. Por que não haver erros? No debate e na troca de opiniões, que ganhe não o Ministro Fernando Haddad, não o MEC, mas que ganhe o Estado brasileiro.

Muito obrigado. Parabéns pela participação!

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Concedo a palavra ao último interlocutor inscrito, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Ministro, em primeiro lugar, peço desculpas por eu ter chegado aqui depois de sua fala; eu estava em outras Comissões. Em segundo lugar, quero dizer que a incorporação do Português nesta audiência foi feita por mim. Mas deixei muito claro que eu queria discutir o ensino do Português, não esse livro.

Precisamos discutir como ensinar o Português em um mundo em que, cada dia, entram diversas palavras estrangeiras. Como é que a gente vai se adaptar? Traduzindo o *football* para futebol? Criando novas palavras, como fazem os franceses ou os irlandeses? Na Irlanda, há uma equipe permanente, ligada à Aca-

demia deles, para criar palavras que digam, em irlandês, coisas novas que não existiam quando o irlandês chegou lá, vindo dos países nórdicos.

Há outra coisa: como ensinar Português com a linguagem que os jovens hoje usam? Como ensinar o Português com os sotaques diferentes que existem? A minha ideia era discutir como fazer o ensino do Português em um mundo dinâmico, o que é um problema.

Quanto ao livro, que acabou dominando o debate, quero dizer que o livro é bom. Há uma página que, de fato, me incomoda, porque passa a ideia da tolerância com formas diferentes de falar, o que, no fim, não é a garantia de uma liberdade, é a tolerância com a desigualdade, de que este País está cheio.

Eu já ouvi gente dizendo que criança tem direito de ficar na rua. E o juiz disse uma vez para mim que eu seria preso se tirasse crianças da rua. Eu consegui tirar da rua crianças de 16 anos para baixo, buscando quem as adotasse e pagando para quem adotava. Mas criança de 16 anos para cima ninguém adota. Encontrei um lugar formidável, cuidado, e chamei o juiz para ele fiscalizar, mas ele disse que, se eu as tirasse, eu poderia ser preso, porque é um direito da criança ficar na rua. E perguntei: "O senhor dá esse direito a seus filhos?" "Não, aí é diferente. O senhor não tem o pátrio poder." Creio que é assim que se chama. "Como não tenho? Eu sou o Governador, sou responsável por todas as crianças desta cidade!"

Então, toleramos a desigualdade do povo na rua, das crianças de rua! Não é direito! Isso é condenação! Uma parte da população está sendo condenada a falar um português errado. Não podemos tratá-los com preconceitos, mas temos de trazê-los para o lado de cá. Na hora de fazer um concurso público, eles vão ser reprovados. Na hora de uma entrevista, eles são reprovados. A Rede Globo recusa até – ouvi dizer – sotaques diferentes de seus locutores, mesmo que estes falem um português certinho.

Então, deve existir um padrão, mesmo que esse padrão evolua a cada tantos meses. Mas, em cada momento, deve haver uma ortografia e uma gramática que nos uma, respeitando os idiomas falados aqui, que não são português. Por isso, eu queria o seu apoio para o meu projeto que coloca o ensino de línguas indígenas nas escolas brasileiras, voluntariamente, para quem quiser. Mas são línguas diferentes, não se pode misturar.

Então, há uma frase ali que permite essa ideia da tolerância, a que chamo de condenação do *apartheid* linguístico. Mas isso não é o MEC que deve vetar – estou de acordo com o senhor. O Programa de Livros do Brasil é um dos melhores do mundo e carrega essa liberdade. O México tem um programa quase do tamanho do brasileiro, mas lá o Estado contrata o autor e imprime o livro, e acho que esse não é o caminho certo.

Fica, então, a necessidade de a gente, um dia, discutir – talvez, não precise ser com o Ministro, mas com os técnicos – como é que deve ser o ensino de Português em um mundo onde a língua evolui tanto. Discutir quais são os limites que não podemos tolerar de mudanças, pelo menos ao longo de muitos anos, e quais são aqueles com os quais nos podemos adaptar.

Quanto ao livro de História, quero dizer que, de fato... Aliás, eu não sei qual dos dois falou, esqueceu a palavra... Foi o Walter. A palavra mais grave para mim, além de "denegrir", é "judiar". "Judiar' é que é uma palavra terrível! Mas já se acostumou tanto que já ouvi uma pessoa dizer "os judeus foram judiados", o que é uma contradição em termos. Só se fossem masoquistas.

Então, essas palavras a gente tem de combater, mas não pode prender quem usa essa palavra de vez em quando. Todos nós, de vez em quando, cometemos esse erro, mas temos de cuidar para que, no dicionário, "denegrir" não apareça significando aquilo que a gente usa como se significasse, que é "falar mal de". Denegrir não é "falar mal de"; denegrir é "tratar como negro", no sentido negativo, como livro negro, tudo isso.

Pois bem, eu acho que vale a pena a gente tratar um dia aqui do ensino do Português. Mas nem precisa ser aqui.

Quanto ao livro de História, quero dizer que, ao ler, eu realmente senti uma parcialidade. Por exemplo, vou dar um dado concreto. O livro diz que o Presidente Lula criou a Bolsa Família. Não é mentira. Mas não diz que Fernando Henrique espalhou a Bolsa Escola pelo Brasil. Não diz. Está um ao lado do outro. É uma falha. Nem diz também – desculpe puxar a brasa para a minha sardinha – que Fernando Henrique Cardoso precisou de cinco anos de Presidente para ser convencido, por mim, de criar a Bolsa Escola. Cinco anos! E ele ainda diz que começou em Campinas. Como é que ele não copiou, se era do PSDB de Campinas? Foi aqui que começou. Mas não precisava dizer isso, pois era um detalhe. Há esse lado.

Por que há essa diferença? Primeiro, o que o MEC deve fazer? Acho que o MEC não tem por que censurar. Mas tem que organizar o seguinte: uma coisa é o ensino de História – e estou falando isso para um filósofo; falar isso para filósofo é meio complicado; outra coisa é debater temas da contemporaneidade.

Lula e Fernando Henrique não são personagens históricos ainda, João Paulo. Eles são personagens políticos. Eles vão ser personagens históricos depois que morrer a segunda geração dos biógrafos deles, que aí começa a se consolidar, mesmo assim com

dúvidas, mesmo assim com posições diferentes. Aí o professor faz.

A gente tem que ter um espaço para os temas da contemporaneidade. E o professor tem que ser livre. Agora, a gente tem que distinguir isso da História, porque, mesmo havendo disputas históricas, existe uma tendência a se consolidarem certos conceitos. Creio que essa mistura é ruim.

Agora, eu não vejo como haver conceitos e discussões de temas da contemporaneidade enquanto não tivermos horário integral, porque aí a gente vai tirar a disciplina História para colocar a disciplina Temas da Contemporaneidade. E aí não é bom para a formação da criança, porque o tema da contemporaneidade ela debate pela televisão, pelos jornais, pelo dia a dia, pelos pais; é bom que debata na escola também; agora, a História ela não vê no dia a dia; a História ela vê na escola.

Por isso, creio que a gente deveria criar mais fortemente o tema da contemporaneidade, sem tirar o espaço e o tema da educação.

Essa foi uma sugestão que lhe dei ali quando vim pedir desculpas por não estar aqui.

O MEC não deve censurar livro, nem retirar. Mas, de vez em quando, não há problema algum de colocar uma emenda no livro, dizendo: "Esta não é a posição que o Governo tem; esta é a posição do autor deste livro; o Governo é neutro em relação a este assunto". Talvez seja uma solução. Vai dar um trabalhinho, mas não são tantos livros: 2,2 mil. Há problemas em um ou dois. É perfeitamente dentro da margem de erro do que pode um programa muito bom, que merece o nosso apoio, continuar.

Era isso o que eu tinha para dizer, e espero que tenhamos a oportunidade de fazer outros debates.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador Cristovam, só faço uma observação: estamos discutindo o ensino do Português, e a sua perspectiva é muito interessante. Mas Portugal não homologou o acordo que fez com o Brasil. E a língua brasileira, que língua é essa? O português veio depois. A língua geral do Brasil, 300 anos depois do descobrimento, era uma mistura de tupi-guarani, espanhol predominante e alguma coisa de português. Então, essa é a língua falada no Brasil; o português vem depois. A língua culta, na verdade, é uma invasão do português de Portugal em cima da língua geral do País.

O Ministro tem a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Desculpe-me, Ministro. Posso falar?

O lado da unificação ortográfica, gramatical, nossa com Portugal, não é uma questão, a meu ver, nem de ética nem de cultura. Nós devíamos lutar para separar. É uma questão econômica e política.

Citemos os dois idiomas – chamemos assim. Com mesma ortografia, com mesma gramática, nossos livros vão ficar mais baratos, e a influência do Brasil no mundo vai aumentar, porque nós vamos chegar a países que hoje, às vezes, têm dificuldade; falam português, mas têm dificuldade de ler. Então, é uma questão política de estratégia nacional. Do ponto de vista linguístico, talvez fosse até bom entendermos para nos separarmos cada vez mais.

O SR. FERNANDO HADDAD – Gostaria, antes de mais nada, de agradecer a oportunidade, mais uma vez. Eu sempre tenho muito prazer em vir a esta Comissão, assim como à Comissão de Educação da Câmara. Saio com insumos importantes para refletir sobre os assuntos aqui tratados.

Tenho, evidentemente, questões e opiniões que podem divergir de alguns Senadores. Vejo dificuldades na operacionalização de algumas propostas e dificuldades de abordagem de outras.

Por exemplo, essa questão da história contemporânea é uma dificuldade. O senhor tem razão, por um lado. Por outro lado, eu dizia antes de sua chegada, que todos os vestibulares exigem a compreensão do mundo contemporâneo, cada vez mais. É uma tendência natural dos processos seletivos procurar saber se o aluno, candidato, seja quem for, está situado no mundo em que ele vive, se ele consegue se posicionar em relação aos temas contemporâneos que são debatidos, até porque a escola não ensina só o conhecimento acumulado; a escola também é um lugar onde se aprende a exercer a sua cidadania. Então, os estudantes de ensino médio votam, e é impossível impedir que esses estudantes discutam temas contemporâneos, não fosse pelos processos seletivos, pela própria dinâmica democrática. E se o livro não fizer referência a temas contemporâneos, o professor fará.

O livro didático é escolhido pelo professor, mas não significa que ele vai utilizar aquele livro sem fazer as devidas mediações com os alunos. É evidente que, no caso daquele livro em questão, o que a autora sugere é que as pessoas realmente falam diferente do que escrevem, e que podem continuar falando diferente do que escrevem. Na sequência do texto, ela situa a norma culta e, nos exercícios, exige a conversão da norma popular para a norma culta. Ou seja, ela está introduzindo o universo da cultura, da norma culta, no universo daqueles adultos que perderam o bonde do ciclo educacional e, felizmente, regressaram à escola para completar os seus estudos. É com esse público que ela está dialogando.

Outro dia eu li um texto interessante. Eu tenho lido quase tudo que sai a respeito. O que me chega eu leio, porque é muito apaixonante o debate. Mas, como eu dizia, li um texto de um jornalista, muito inteligente. Ele dizia: "Veja como há problemas nessa questão. Se ela perguntasse, por exemplo, 'posso falar tu vai?' e se se dissesse 'é claro que pode, mas a conjugação correta é tu vais, você vai, ela vai, ele vai. Mas você pode falar "tu vai", porque é assim que se fala no Sul". Mas, se o hipotético aluno do livro perguntasse "posso falar nós vai?", o erro seria o mesmo, pois o verbo estaria conjugado erradamente. Mas "nós vai" não é erro de gente de estrato intelectual superior. E todo mundo reconhece que as pessoas cometem erros ao falar.

Eu, que sou filho de imigrante, vivo tentando me policiar, porque aprendi a falar português com meu pai, que, na verdade, não sabia falar a nossa língua. Era libanês, dizia que nunca havia pisado numa escola, nem no Líbano, nem no Brasil. E chegou aqui com 26 anos. Então, vivo me policiando. Eu me formei com 33 anos, quando defendi a minha tese de doutorado, e, até hoje, lembro do meu pai ao falar, porque cometo alguns erros que ele cometia.

As pessoas cometem erros ao falar. Quero dizer exatamente isto: as pessoas cometem erros ao falar, falam de forma errado. Contudo, existe uma norma que precisa ser observada. Se a lista de exercícios dissesse "Exercício 1: convertam a fala popular em norma culta" e, depois, "Exercício 2: converta a norma culta em norma popular", eu diria: "Essa professora não sabe aonde quer chegar". Mas ela não faz isso, toda a indução dela para os adultos que ela educa é no sentido de situar o aluno quanto à necessidade justamente da norma culta. E aí ela lembra: você vai precisar dessa norma para arrumar um emprego, para passar num exame, etc. É quase um convite à norma culta.

Então, o livro é bem escrito, o texto dele é culto.

E brinco com o Senador Alvaro Dias, que invocou Stalin aqui. Ele disse que Stalin era a favor da norma culta. Mas Stalin lia os livros antes de fuzilar seus inimigos. (*Risos.*) É uma brincadeira que fiz com ele, para dizer que ninguém, nenhum educador brasileiro sugere que a norma culta não seja o papel da escola ensinar. Mas as abordagens pedagógicas para levar, sobretudo, um adulto a essa situação é que podem variar.

Então, o MEC entendeu que os parâmetros curriculares nacionais do MEC são de 1997, da gestão do Paulo Renato. Há um parágrafo que sugere a troca do "certo" e "errado" por "adequado" e "inadequado", justamente para aproximar a escola de uma situação de fala que precisa se transformar pela escola.

Então, são questões que, segundo penso, ficaram mais elucidadas no dia de hoje, e acho que todos comungam da mesma orientação. Eu só acho que o debate, inicialmente, ficou muito partidarizado, até ideologizado. E, agora, com as dezenas de manifestações de especialistas, de linguistas e de educadores, de entidades ligadas à educação e à Linguística, penso que há um equilíbrio maior para um debate mais rico.

Era só isso.

Muito obrigado, Senador. Agradeço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Agradecendo a presença ao Ministro, posso considerar que esta questão discutida pela mídia brasileira se encerrou hoje aqui, com os esclarecimentos do Ministro Fernando Haddad.

Amanhã, faremos uma audiência pública para tratar do PNDE, a partir das 10 horas. Até amanhã!

Esta encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 40 minutos.)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 11h30.

Às onze horas e cinqüenta e oito minutos do dia dezessete de maio de dois mil e onze, na sala de reuniões nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG,** reúnem-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, JOÃO PEDRO, VICENTINHO ALVES, PEDRO TAQUES, RODRIGO ROLLEMBERG, WILSON SANTIAGO, EDUARDO BRAGA, IVO CASSOL, ALOYSIO NUNES FERREIRA, MARISA SERRANO, PAULO DAVIM, ANA RITA, VANESSA GRAZZIOTIN, BLAIRO MAGGI, CRISTOVAM BUARQUE, ANTONIO CARLOS VALADARES, WALDEMIR MOKA, CÍCERO LUCENA** e **FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores **JORGE VIANA, VITAL DO RÊGO, EUNÍCIO OLIVEIRA, ROMERO JUCÁ** e **KÁTIA ABREU**. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa a deliberação da **PAUTA,** destinada à deliberação de matérias. **Item 1) REQUERIMENTO Nº 26, DE 2011-CMA,** que **"**Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública conjunta desta Comissão e da Subcomissão Permanente da Copa do Mundo de 2014 e das

Olimpíadas de 2016 – CMACOPOLIM, com as Comissões de Serviços de Infraestrutura – CI; e Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, para debater a situação dos aeroportos do Brasil, com as presenças do senhor Antonio Augusto Matos do Vale, Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero; o senhor Carlos Eduardo Magalhães da Silveira Pellegrino, Diretor-Presidente Interino da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e o senhor Wagner Bittencourt, Secretário Nacional da Secretaria Nacional de Avião Civil – SNAC". Autoria: Senadores Vanessa Grazziotin e João Pedro. Aditado para incluir a participação da Subcomissão da Copa 2014. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento. **Item 2) REQUERIMENTO Nº 27, DE 2011-CMA,** que "Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, com o objetivo de debater e colher sugestões ao Projeto de Lei do Senado nº 346 de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon, que acrescenta § 3º ao art. 26 da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o serviço de TV a Cabo, e que no mérito veda a cobrança de pontos extras pela empresas prestadoras daqueles serviços. Deverão ser convidadas para a Audiência as seguintes autoridades: Sr. Ara Apkar Minassian, Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; Sr. José Francisco De Araujo Lima, Vice-presidente Executivo da Associação Brasileira de Televisão Por Assinatura – ABTA; Sr. Juliano Castilho Dall'antonia, Diretor de Inclusão e TV Digital do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações – CPqD; Sr. Vidal Serrano Nunes, Presidente do IDEC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor". Autoria: Senador Cícero Lucena. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento. **Item 3) REQUERIMENTO Nº 28, DE 2011-CMA,** que "Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Comissão com a finalidade de apurar a denúncia apresentada na reportagem do Programa Fantástico na Rede Globo no dia 08 do corrente mês que trata sobre a questão da merenda escolar. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidadas as seguintes pessoas para participarem da presente audiência pública:Sr. Fernando Haddad; Ministro da Educação Representante do Ministério Público da União;Sr. Benjamin Zymler, Presidente do TCU; Sr. Roberto Gurgel, Procurador Geral da República; Sr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios; Sr. Daniel Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, FNE". Autoria: Senador Cícero Lucena. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento. **Item 4) REQUERIMENTO Nº 29, DE 2011-CMA,** que "Requer, nos termos do art. 93, inciso II, a realização de audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA), juntamente com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para debater a dinâmica dos preços de combustíveis no Brasil. Para tanto sugiro sejam convidados: Senhor José Sérgio Gabrielli – Presidente da Petrobrás; Senhor Haroldo Borges Rodrigues Lima – Diretor Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); Senhor Paulo Miranda Soares – Presidente da Fecombustíveis (Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes); Senhor Vinícius Marques de Carvalho – Secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça; Senhora Lisa Gunn – Coordenadora Executiva do IDEC (Instituto de Defesa do Consumidor)". Autoria: Senador Ivo Cassol. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento. **Item 5) AVISO Nº 36, DE 2009-TCU, referente ao PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 49, DE 2008 – NÃO TERMINATIVO,** que "Encaminha, para conhecimento, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo n° TC 023.995/2008-0, pelo Plenário do Tribunal de Contas da União na Sessão Ordinária de 20/5/2009. Sumário: Solicitação do Congresso Nacional. Fiscalização da aplicação de recursos oriundos de operação de crédito externo obtido pelo Estado do Amazonas com garantia da União. Avaliação do cumprimento das condições para que a União preste garantia na operação de crédito. Informações ao solicitante". Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Eduardo Braga. Relatório: Pelo conhecimento do teor do Acórdão n° 1.070, de 20 de maio de 2009, do Tribunal de Contas da União, acompanhado do Relatório e Voto que o fundamentam, e pelo arquivamento do Aviso n° 36, de 2009. Colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, pelo conhecimento e arquivamento da matéria. **Item 7) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 15, DE 2009 – NÃO TERMINATIVO,** que "Acrescenta parágrafo ao art. 10 da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, com o objetivo de instituir a semana de educação ambiental nas escolas de ensino fundamental e médio". Autoria: Deputado Maurício Rands. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Favorável à matéria. Retirado de pauta, a pedido da Relatora, para reexame da matéria. **Item 10) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 141, DE 2010 – NÃO TERMINATIVO,** que "Dispõe sobre o encerramento das atividades de uma instalação radiativa e a limitação de sua radiação residual". Autoria: Deputado Silvinho Peccioli. Relatoria: Senador Vicentinho Alves. Relatório: Favorável à matéria. Reti-

rado de pauta, a pedido do Relator, para reexame. **Item 15) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 70, DE 2009 – TERMINATIVO,** que "Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 – Lei Geral de Telecomunicações, obrigando as operadoras de telefonia fixa comutada a divulgar a legislação de defesa do consumidor nas listas telefônicas de distribuição obrigatória". Autoria: Deputado Luiz Bittencourt. Relatoria: Senador Vicentinho Alves. Relatório: Favorável à matéria com as emendas n° 1 e 2-CCT. Retirado de pauta, a pedido do Relator, para reexame. **Item 16) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 328, DE 2009 – TERMINATIVO,** que "Altera o § 3º do art. 18 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. (garante a substituição, restituição ou redução do preço quando o reparo comprometer o produto)". Autoria: Deputado Celso Russomanno. Relatoria: Senador Aníbal Diniz. Relatório: Contrário à matéria. Pela ordem, usam da palavra os Senhores Senadores Antonio Carlos Valadares, Pedro Taques, Cícero Lucena, Eduardo Braga, Blairo Maggi, Flexa Ribeiro, João Pedro e Paulo Davim. Colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, pela rejeição do projeto, por 9 votos contrários, 1 voto favorável e 1 abstenção. **Item 17) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 151, DE 2010 – TERMINATIVO**, que "Acrescenta § 2º ao art. 42 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências". Autoria: Deputado Vinicius Carvalho. Relatoria: Senador Pedro Taques. Relatório: Contrário à matéria. Colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, pela rejeição do projeto, por 10 votos contrários. **Item 18) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 259, DE 2008 – TERMINATIVO**, que "Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para dispor sobre a impressão do número do lote e das datas de fabricação e de validade de medicamentos". Autoria: Senador Papaléo Paes. Relatoria: Senador Ivo Cassol. Relatório: Favorável à matéria com uma emenda que apresenta. Retirado de pauta, a pedido do Relator, para reexame. **Item 19) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 189, DE 2009 – TERMINATIVO**, que "Altera o parágrafo único do art. 42 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para fixar o prazo de cinco dias para devolução ao consumidor dos valores pagos indevidamente". Autoria: Senador Gim Argello. Relatoria: Senador João Pedro. Relatório: Adequação da ementa da proposição, com apresentação do texto final da matéria. Colocado em votação, a comissão aprova o texto final da matéria, por 8 votos favoráveis e 1 abstenção. **Item 21) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, DE 2009 – TERMINATIVO,** que "Altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, e dá outras providências". Autoria: Senador Raimundo Colombo. Relatoria: Senadora Marisa Serrano. Relatório: Favorável à matéria com a emenda n° 1-CI. Usam da palavra os Senhores Senadores João Pedro, Marisa Serrano, Flexa Ribeiro, Blairo Maggi e Paulo Davim. Retirado de pauta, a pedido da Relatora, para reexame. **Item 22) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 201, DE 2009 – TERMINATIVO,** que "Dispõe sobre a venda de espaços para publicidade nos sistemas de transporte rodoviário, ferroviário e metroviário de passageiros". Autoria: Deputado Dr. Rosinha. Relatoria: Senador João Pedro. Relatório: Favorável à matéria. Usam da palavra os Senhores Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cícero Lucena e Marisa Serrano. Pedido de vistas, pelo prazo de 5 dias, concedido ao Senador Aloysio Nunes Ferreira (Art. 132 do RISF). **Item 23) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 258, DE 2009 – TERMINATIVO**, que "Altera a categoria da unidade de conservação Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo para Parque Nacional Nascentes da Serra do Cachimbo e Área de Proteção Ambiental Vale do XV, nos Municípios de Altamira e Novo Progresso, no Estado do Pará". Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatório: Favorável à matéria com as emendas n° 1 e 2-CDR e com três emendas que apresenta. Pedido de vistas, pelo prazo de 5 dias, concedido ao Senador Pedro Taques (Art. 132 do RISF). **Item 26) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 407, DE 2008 – TERMINATIVO,** que "Proíbe a utilização ou exibição de animais da fauna silvestre brasileira ou exótica em circos". Autoria: Senadora Ada Mello. Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatório: Favorável à matéria. Colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, pela aprovação do projeto, por 9 votos favoráveis. Ficam adiados os seguintes itens: **6) PDS Nº 90, DE 2007; 8) PLC Nº 25, DE 2010; 9) PFS Nº 7, DE 2005; 11) PLS Nº 612, DE 2007; 12) PLS Nº 490, DE 2009; 13) PLS Nº 5, DE 2011; 14) PLC Nº 35, DE 2009; 20) PLS Nº 64, DE 2010; 24) PLC Nº 147, DE 2009, que tramita em conjunto com o PLC Nº 180, DE 2009; 25) PLS Nº 259, DE 2007; 27) PLC Nº 139, DE 2010.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e nove minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa ordinária da 54ª Legislatura.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à deliberação de matérias constantes da pauta.

Comunicados da Presidência.

Comunico que, na sequência da reunião da CMA, ocorrerão as reuniões da Subcomissão Permanente da Água e da Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20, em que serão apreciados os programas de trabalho dessas Subcomissões.

Registro também que há um convite aqui da Associação Brasileira de Telecomunicações para todos os Senadores da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para uma apresentação a respeito do setor de telecomunicações no Brasil e sobre o que representam os serviços de telecomunicações colocados à disposição da sociedade brasileira.

Após a exposição, será oferecido um jantar no restaurante Le Plateau, n Hotel Mercure, Brasília.

O evento é hoje, 17 de maio, a partir das 20h 30min. Todas as Srªs e Srs. Senadores estão convidados.

ITEM 1:

REQUERIMENTO Nº 26, DE 2011-CMA

Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública conjunta desta Comissão com as Comissões de Serviços de Infraestrutura (CI) e Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), para debater a situação dos aeroportos do Brasil, com as presenças do Sr. Antonio Augusto Matos do Vele, Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), o Sr. Carlos Eduardo Magalhães da Silva Pellegrino, Diretor-Presidente interino da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), e o Sr. Wagner Bittencourt, Secretario Nacional da Secretaria Nacional de Aviação Civil (SNAC).

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e Senador João Pedro.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 2:

REQUERIMENTO Nº 27, DE 2011-CMA

Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, com o objetivo de debater e colher sugestões ao Projeto de Lei do Senado nº 346 de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon, que acrescenta § 3º ao art. 26 da Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o serviço de TV a Cabo, e que no mérito veda a cobrança de pontos extras pelas empresas prestadoras daqueles serviços. Deverão ser convidadas para a Audiência as seguintes autoridades: Sr. Ara Apkar Minassian, Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); Sr. José Francisco de Araujo Lima, Vice-Presidente Executivo da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA); Sr. Juliano Castilho Dall'antonia, Diretor de Inclusão e TV Digital do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD); Sr. Vidal Serrano Nunes, Presidente do IDEC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor.

Autoria: Senador Cícero Lucena.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador João Pedro, V. Exª tem a palavra.

O SR. JOAO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, só para fazer um adendo ao Item 1, que já foi aprovado, um requerimento subscrito pela Senadora Vanessa e também por mim, para incluir, além das personalidades e das instituições convidadas para a audiência pública, a Subcomissão da Copa de 2014.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB –DF) –Aqueles que concordam com a proposição do Senador João Pedro permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. JOAO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Esclareço que essa inclusão se refere ao Item 1

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Sim; ao Item 1.

Aprovado.

O SR. JOAO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão o Item nº 2. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 3:

REQUERIMENTO Nº 28, DE 2011-CMA

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Comissão com a finalidade de apurar a denúncia apresentada na reportagem do Programa Fantástico na Rede Globo no dia 08 do corrente mês que trata sobre a questão da merenda escolar. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidadas as seguintes pessoas para participarem da presente audiência pública: Sr. Fernando Haddad; Ministro da Educação; Representante do Ministério Público da União; Sr. Benjamin Zymler, Presidente do TCU; Sr. Roberto Gurgel, Procurador Geral da República; Sr. Paulo Ziulkosky, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios; Sr. Daniel Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, FNE.

Autoria: Senador Cícero Lucena

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 4:

REQUERIMENTO Nº 29, DE 2011-CMA

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, a realização de audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), juntamente com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para debater a dinâmica dos preços de combustíveis no Brasil. Para tanto sugiro sejam convidados: Sr. José Sérgio Gabrielli, Presidente da Petrobrás; Sr. Haroldo Borges Rodrigues Lima, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); Sr. Paulo Miranda Soares, Presidente da Fecombustíveis – Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes; Sr. Vinícius Marques de Carvalho, Secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça; Srª Lisa Gunn, Coordenadora Executiva do IDEC – Instituto de Defesa do Consumidor.

Autoria: Senador Ivo Cassol.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 5 – Não Terminativo –

AVISO N° 36, DE 2009-TCU

Encaminha, para conhecimento, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo n° TC 023.995/2008-0, pelo Plenário do Tribunal de Contas da União, na Sessão Ordinária de 20/5/2009.

Sumário: Solicitação do Congresso Nacional. Fiscalização da aplicação de recursos oriundos de operação de crédito externo obtido pelo Estado do Amazonas com garantia da União. Avaliação do cumprimento das condições para que a União preste garantia na operação de crédito. Informações ao solicitante.

Autoria: Tribunal de Contas da União.

Relatoria: Senador Eduardo Braga.

Como o Relator está ausente e é a primeira vez que a matéria vem para deliberação, vou retirá-lo de pauta.

Para o Item 6, a mesma coisa.

O Item 7, a pedido da autora foi retirado de pauta.

ITEM 8:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2010

Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão de prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal e dá outras providências.

Autoria: Deputado Ricardo Barros.

Relatoria: Senador Anibal Diniz.

A pedido do Senador Aníbal Diniz... Como S. Exª está ausente, nós vamos retirá-lo de pauta.

O Item 9, também vai ser retirado pela ausência do relator.

Quanto ao Item 10, o relator solicita a retirada.

O Item 11 também vai ser retirado de pauta por ausência da relatora.

Item 12...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pois não, Senador Valadares.

Com a palavra o Senador Valadares..

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB –SE) – Presidente, eu queria lhe fazer uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – SE) – Pois não.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Se possível, como acontece em outras Comissões, no caso da ausência do relator, a Presidência nomearia um *ad hoc*, faria a leitura e a votação deixaria para uma ocasião posterior, quando o relator estivesse presente.

É uma sugestão que eu estou dando, porque isso adiantaria as matérias e é uma medida de economia processual.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Senador Valadares, pela sua contribuição.

Nós decidimos aqui, numa reunião passada, que, se o projeto entrar duas vezes na pauta e o relator não estiver, nós nomearíamos um relator *ad hoc* já para votar.

Todavia, eu vou sugerir um encaminhamento para esta reunião: identificar os projetos cujos relatores estão presentes e, então, priorizar esses projetos.

Se houver concordância do Plenário, nós vamos já para o Item nº 19, cujo Relator é o Senador João Pedro.

ITEM 19: – Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 189, DE 2009

Altera o parágrafo único do art. 42 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para fixar o prazo de cinco dias para devolução ao consumidor dos valores pagos indevidamente.

Autoria: Senador Gim Argello.

Relatoria: Senador João Pedro.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Wilson Santiago.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB) – É sobre um projeto de que sou Relator, o Item nº 27.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, desculpe, mas o Item nº 14 já estava na pauta há duas sessões.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB) – Em relação ao Item nº 27, Sr. Presidente, existe uma nota técnica do Ministério de Minas e Energia em que as informações não estão batendo com aquelas trazidas aqui pela Consultoria.

Então peço a V. Exª para retirá-lo de pauta até a próxima reunião para esclarecermos essas informações do Ministério de Minas e Energia.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Atendida a solicitação do Senador, fica retirado de pauta o Item nº 27.

Passamos ao Item nº 19, cujo Relator é o Senador João Pedro. Em seguida, vamos examinar o item do Relator Eduardo Braga e, depois, vamos analisar a observação do eminente Senador Valadares.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, sem querer atrapalhar, mas, quanto à sugestão do Senador Valadares, ponderar que qualquer decisão tomada pela Comissão entre em vigor a partir da próxima reunião, a fim de que os Relatores tomem conhecimento dessa decisão da Comissão e não sejam prejudicados nas suas respectivas relatorias.

Era só para esclarecer a minha posição a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg .Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador João Pedro para relatar o item 19.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente,

Altera o parágrafo único do art. 42 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para fixar o prazo de cinco dias para devolução ao consumidor dos valores pagos indevidamente.

Justificação.

O presente projeto de lei relaciona-se ao parágrafo único do art. 42 da Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC), de acordo com o qual "o consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável".

No caso de cobrança indevida, o consumidor deve pedir reembolso dos valores pagos a mais. A carta deve ser enviada pelos Correios, com aviso de recebimento, por meio do cartório de registro de títulos e documentos ou entregue diretamente no estabelecimento do fornecedor. É recomendável guardar uma cópia do comprovante de recebimento da carta pelo fornecedor.

O consumidor deve descrever a cobrança indevida de forma clara e sintética, solicitando a imediata devolução do valor pago. Em regra, insere-se na carta o prazo de cinco dias para a devolução, conforme modelo disponível no endereço eletrônico do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC). Deve-se informar, ainda, que, após esse prazo, o consumidor tomará as medidas administrativas e judiciais cabíveis, buscando a devolução do valor cobrado indevidamente em dobro, nos termos do parágrafo único do art. 42 do CDC.

O objetivo do presente projeto é fixar na legislação o prazo de cinco dias para devolução dos valores pagos indevidamente, contados a partir do recebimento pelo fornecedor da solicitação apresentada pelo consumidor.

Diante de todo o exposto, contamos com o apoio dos dignos Pares para a aprovação deste projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg .Bloco/PSB – DF) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Como vota o Senador João Pedro, Relator?

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg .Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Wilson Santiago?

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg .Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Eduardo Braga?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg .Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg .Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg .Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu vou me abster, porque cheguei agora. Não gostaria de votar sem ter conhecimento da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg .Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Cícero Lucena? (*Pausa.*)

Senador Cícero Lucena, como vota V. Exª?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, muito bem acompanhado aqui, pelo bem do Brasil, nós estávamos discutindo.

Acompanho o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – "Sim".

Como vota o Senador Blairo Maggi?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Eu vou acompanhar o Senador Cícero, porque nós estávamos negociando, para o bem do Brasil, uma modificação em alguns produtos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador, muito obrigado.

Como vota o Senador Ivo Cassol?

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Aprovado.

Eu quero fazer um apelo aos Senadores que são relatores de projetos não terminativos, Senadores Eduardo Braga e Waldemir Moka, para aguardarem só um pouquinho para a gente aproveitar o *quorum* para votar alguns projetos terminativos, que precisam de *quorum* qualificado.

Agradeço a compreensão.

Vamos para o Item 20.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Exª apreciasse o nosso pedido, porque o Item 14 já está, há duas sessões consecutivas em pauta, sem a presença do relator. Isso justifica que ele seja votado com relator *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Nós vamos sugerir...

Eu consulto V. Exª se aceita ser o relator *ad hoc*. E, em seguida, quanto aos terminativos, nós...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Na verdade, eu sou meio suspeito, porque eu tenho umas emendas. V. Exª poderia indicar outro relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vamos indicar no momento oportuno, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Item nº 20.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Quanto a item nº 20, Sr. Presidente, eu solicito a retirada de pauta, uma vez que preciso fazer alguma alteração ainda, a pedido da Anvisa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Projeto retirado de pauta.

ITEM 22: – Terminativo –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 201, DE 2009

Dispõe sobre a venda de espaços para publicidade nos sistemas de transporte rodoviário, ferroviário e metroviário de passageiros.

Autoria: Deputado Dr. Rosinha.

Relatoria: Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, vem a análise desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 201, de 2009 (Projeto de Lei nº 2.718, de 2000, na origem), do Deputado Dr. Rosinha, que *dispõe sobre a venda de espaços para publicidade nos sistemas de transporte rodoviário, ferroviário e metroviário de passageiros*.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 201, de 2009 (Projeto de Lei nº 2.718, de 2000, na origem), de autoria do Deputado Dr. Rosinha, pretende disciplinar o uso comercial de equipamentos e instalações dos sistemas de transporte para veiculação de publicidade. Estão aí incluídos, além do material rodante, o conjunto de estações, terminais e pontos de parada que integrem serviços de transporte de passageiros nas modalidades rodoviária, ferroviária e metroviária.

Com relação à arrecadação gerada pela comercialização de espaços publicitários nos sistemas de transporte, o projeto determina que:

i – no caso de espaços localizados nos veículos (ônibus e trens), a receita auferida deverá ser apropriada pelas empresas operadoras como receita operacional não fixa e levada em conta na determinação do valor das tarifas cobradas dos usuários do transporte; e

ii – no caso de espaços localizados em terminais, estações e pontos de parada, o produto da venda será destinado a "subsidiar a redução das tarifas".

O projeto prevê, ainda, que "as instruções relativas ao controle e à fiscalização dos procedimentos para o cálculo da tarifa (...) serão definidas em lei da entidade política a que o serviço de transporte estiver subordinado".

Por fim, estabelece que, aprovada a matéria, a futura lei entrará em vigor 30 dias após a data de sua publicação oficial.

Na justificação, o autor do PLC nº 201, de 2009, destaca que a intensa movimentação de pessoas no ambiente dos sistemas de transporte público torna os veículos e os pontos de embarque e desembarque de passageiros particularmente atrativos para a veiculação de mensagens publicitárias. Assim, vislumbra na exploração comercial desses espaços uma importante fonte geradora de recursos adicionais para o transporte público, os quais ele pretende assegurar que sejam revertidos em benefício dos usuários dos serviços, sob a forma de tarifas mais baratas.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi aprovado pelas Comissões de Defesa do Consumidor, de Meio Ambiente e Minorias; de Viação e Transportes; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No Senado, a matéria foi distribuída à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), que aprovou parecer favorável ao PLC nº 201, de 2010, e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), que deve manifestar-se em caráter terminativo.

Anteriormente designada relatora da proposição, a Senadora Marisa Serrano chegou a apresentar relatório favorável à aprovação da matéria, o qual, todavia, não foi apreciado. Em virtude de redistribuição no âmbito desta Comissão, assumi a relatoria do PLC nº 201, de 2009. Nessa condição, por concordar com a manifestação do primeiro relator, adoto, na forma e no conteúdo, os termos do relatório então apresentado por S. Exª.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

Considerando que a medida alcança serviços de transporte subordinados a distintas jurisdições – federal, estadual e municipal –, poderiam surgir alegações, em desfavor do projeto, de invasão de competências constitucionalmente reservadas a outros entes da Federação. Quer nos parecer, todavia, que a questão está satisfatoriamente equacionada na forma do texto aprovado pela Câmara dos Deputados. Em primeiro lugar, porque o projeto não obriga a venda de espaço publicitário nos sistemas de transporte, limitando-se a estabelecer diretrizes a serem observadas nos casos em que a prática for adotada. Em segundo, porque mantém a cargo da instância administrativa responsável pelo sistema de transporte a iniciativa de lei destinada a regulamentar, no âmbito de sua circunscrição, a operacionalização da medida.

Finalmente, o projeto está disposto em boa técnica legislativa e obedece às regras estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração das leis.

Voto.

Ante o exposto, opino pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa, e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 201, de 2009.

É o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Para discutir, com a palavra o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu me permito divergir da opinião do ilustre Relator quanto à constitucionalidade e quanto ao mérito do projeto que nós estamos examinando.

Quanto à constitucionalidade, o projeto de lei invade, de maneira absolutamente sem cerimônias, a competência de outros entes federativos, a competência dos Estados e a competência dos Municípios, ao traçar diretrizes que deverão ser implementadas pelas legislações dos outros Estados.

Como é que a União pode traçar diretrizes dessa natureza? Então, de duas uma: ou essas diretrizes são para valer, ou não são. Se são para valer, nós temos uma invasão da competência legislativa dos Estados e dos Municípios. Se não forem para valer, o projeto é injurídico, porque ele é absolutamente inócuo.

Quanto ao mérito, também tenho uma objeção séria, Sr. Presidente. É que, muitas vezes, essa destinação de instalações no sistema de transporte coletivo para fins comerciais se destina a reduzir o valor do investimento.

Nós tivemos inúmeros casos assim no Estado de São Paulo, e, muitas vezes, até por exigência do próprio organismo financiador, com o qual o governo concordou. Organismos financiadores como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, por exemplo, em que os acordos para financiamento desses projetos foram firmados com essa condição de se utilizar receitas provenientes da exploração comercial dos locais de uso coletivo nas estações ou mesmo anexo às estações, ou mesmo dentro dos veículos para investimento, e o projeto obriga que isso seja destinado ao custeio.

Ora, não vejo razão para, no mérito, engessarmos desta forma a administração dos meios de transportes nas regiões metropolitanas ainda mais porque, em muitos Estados e Municípios, essa operação se dá por empresas públicas ou empresa de economia mista, que estão regidas pela lei das S. A. Quem pode, nos termos da legislação em vigor, adotar medidas dessa natureza é o conselho da administração das empresas e não a lei federal.

De modo que considero o projeto bastante equivocado – e peço desculpas ao Relator –, mas a minha opinião é absolutamente contrária ao projeto pelas razões de constitucionalidade e de mérito que acabo de apontar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Continua em discussão.

Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Só para me somar à preocupação do Senador Aloysio Nunes, uma vez que considero que há uma interferência bastante forte nessa linha de financiamento bem como nas soluções muitas vezes dadas pelos investidores quando se faz o chamamento empresarial, quer seja no âmbito municipal, estadual. Então, quero dizer que também acompanho nesse processo de discussão o posicionamento do Senador Aloysio Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Continua em discussão.

Com a palavra o Relator o Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, para discutir, li o relatório, mas não na sua totalidade, até porque essa matéria foi relatada pela nobre Senadora Marisa Serrano.

Quero chamar atenção sobre a questão da constitucionalidade, que está na página 179 do parecer do Relator.

Em relação à constitucionalidade, a matéria em apreço é da competência privativa da União (art. 22, XI, da Constituição Federal), cabendo ao Congresso Nacional sobre ela dispor, com a sanção do Presidente da República (art. 48, CF). A iniciativa parlamentar sobre o tema é legítima, em face da inexistência de reserva de iniciativa em favor de outro Poder.

A lei também resguarda ao Município, ao ente federativo, disciplinar, decidir sobre a questão.

No conteúdo, ela vai no sentido de baratear o transporte coletivo. Chamo a atenção porque essa é uma matéria que estou relatando depois de ter o parecer favorável da cuidadosa Senadora na sua relatoria, que é a Senadora Marisa Serrano. Chamo atenção para isso. O meu voto é favorável por conta inclusive dessa tramitação que perpassou pelas duas Casas.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Permite-me um adendo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra ao Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O Senador João Pedro alega que essa matéria é de competência exclusiva da União, provavelmente porque, na visão do Senador, se trata de uma matéria que rege propaganda comercial.

Ora, não é esse o objetivo primordial do projeto. O projeto não disciplina que tipo de propaganda, que dizeres, o que é possível ou não é possível, portanto, não é o conteúdo da propaganda nem a finalidade dela, mas ele disciplina regras de financiamento de empresas dos Estados e dos Municípios da Federação. O projeto quer dizer onde o ente federativo deve aplicar necessariamente as receitas provenientes da explora-

ção comercial dos locais nas linhas de ônibus, metrô ou trens metropolitanos. Aí reside a minha objeção.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mas quem queira discutir...

A SRA. MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pois não Senadora Marisa Serrano.

A SRA. MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Sr. Presidente, queria apenas fazer uma colocação. No meu entender, a proposta do autor foi justamente colocar as diretrizes a serem observadas nos casos daqueles que porventura assumissem essa forma de propaganda nos veículos, nos ônibus etc.

A minha visão foi justamente disciplinar como isso vai se dar. Acredito que é meritório o projeto, não vejo dessa forma de ser inconstitucional – não acredito que seja, senão a CCJ vai ter que analisar – mas a ideia é disciplinar quando houver, para que não haja a casa da mãe Joana, que não se faça o que quiser com propagandas, principalmente nos transportes públicos. A disciplina é algo que vale para o País, que todos tenham regras claras sem colher as atividades comerciais, acordos e parcerias que as prefeituras dos Estados venham a fazer.

Portanto, sou amplamente favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Como há discordâncias fundadas sobre o assunto, peço vista para que possamos, com mais calma, examinar essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Concedida vista regimentalmente ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Quero informar ao Plenário que estávamos analisando os itens da pauta de acordo com a presença dos Relatores, de vez que, em se tratando de projetos terminativos, poderíamos aproveitar o *quorum.*

Como estamos com o *quorum* elevado, vou sugerir ao Plenário que retomemos, a partir do primeiro item, a ordem da pauta dos projetos terminativos e aqueles cujos relatores não estiverem presentes definitivamente nós os retiraremos da pauta para a próxima reunião.

Vamos retomar a pauta.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, entendo as necessidades que V. Exª como Presidente tem para dar curso à nossa pauta, especialmente no momento que temos *quorum.* No entanto, Sr. Presidente, sabemos também que a Casa está com uma série de compromissos e agendamentos.

Assim, quero fazer um apelo a V. Exª no sentido de que eu possa relatar o item 5 da pauta, tendo em conta que lamentavelmente tenho um compromisso previamente agendado, bem como estamos num horário especial, extraordinário hoje da Comissão e tenho compromisso na Ordem dos Advogados do Brasil onde farei uma palestra. Assim, lamentavelmente, terei que me ausentar se V. Exª não atender a essa questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Consulto o Plenário sobre se abrimos essa exceção para o Senador Eduardo Braga.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, a minha posição é que possamos dar continuidade por conta dos que ficaram. Obviamente, o argumento do Senador Eduardo é por demais aceitável e, como qualquer um, teria o direito de pedir inversão de pauta.

Então, a minha sugestão é que a gente considere esse pedido dele não quebrando o que estava acontecendo mas como uma inversão de pauta, a qual me posiciono favorável, invertendo-se a pauta para votar o processo dele e aí daríamos continuidade, porque, por exemplo, no item seguinte eu seria relator. Concordo com o pedido dele não para retomarmos a pauta, mas como inversão de pauta. Voto favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Uma vez autorizado, vamos ao Item 5.

ITEM 5 – Não Terminativo –

AVISO N° 36, DE 2009-TCU

Encaminha, para conhecimento, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo n° TC 023.995/2008-0, pelo Plenário do Tribunal de Contas da União na Sessão Ordinária de 20/5/2009.

Sumário: Solicitação do Congresso Nacional. Fiscalização da aplicação de recursos oriundos de operação de crédito externo obtido pelo Estado do Amazonas com garantia da União. Avaliação do cumprimento das condições para que a União preste garantia na operação de crédito. Informações ao solicitante.

Autoria: Tribunal de Contas da União.

Relatoria: Senador Eduardo Braga, a quem concedo a palavra.

Com a palavra o Relator.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, agradecendo atenção de V. Exª e do Plenário desta Casa, e de forma especial ao Senador Cícero Lucena, vou ao relatório.

O Tribunal de Contas da União, por intermédio do Aviso nº 36, de 2009, encaminha à Presidência do Senado Federal cópia do seu Acórdão nº 1.070, de 20 de maio de 2009, proferido nos autos do Processo TC nº 023995/2008-0, acompanhado de relatório e voto que o fundamentam.

O referido acórdão trata do posicionamento e das decisões daquela Corte sobre solicitação formulada por esta Casa no sentido de que o Tribunal de Contas da União acompanhe aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito externo de que trata a Resolução nº 32, de 2008, do Senado Federal. Essa resolução autorizou o Estado do Amazonas a contratar, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, financiamento no valor de US$154 milhões (cento e cinquenta e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Por meio do Aviso nº 36, de 2009, o Tribunal de Contas da União informa ao Senado Federal sobre entendimento, as conclusões e as providências adotadas em relação à operação de crédito em tela.

Por despacho da Presidência, esse aviso foi encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos e a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em 29 de setembro de 2009, aprovou relatório do Senador Tião Viana que concluiu pelo conhecimento da matéria e posterior arquivamento do Aviso nº 36, de 2009.

O Aviso do Tribunal de Contas da União, órgão de assessoramento superior ao Poder Legislativo encaminhado ao Congresso Nacional, tem por finalidade dar ciência formal a qualquer de suas Casas ou às suas respectivas Comissões a respeito do cumprimento de suas funções precípuas ou especificamente demandadas, cabendo aos parlamentares, fundamentalmente, tomar conhecimento de seu teor.

O acórdão em tela decidiu:

I.Informar à Presidência do Senado Federal, em complemento às informações prestadas em decorrência do Acórdão nº 2.329, de 22 de outubro de 2008, prolatado nos autos, que em relação à autorização para realização da operação de crédito externo em comento, o exame dos documentos que deram suporte à elaboração dos pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e da Comissão de Financiamentos Externos, todos favoráveis, demonstrou que foram atendidas as exigências e condições legais e regulamentares pertinentes à matéria;

II.Determinar que a STN informe ao Tribunal, no prazo de até dez dias, acerca das medidas adotadas e a adotar, no que se refere à honra de compromissos decorrentes de operações de crédito externo de Estados e Municípios, em face de aval dado pela União;

III.Enviar cópia do inteiro teor do acórdão à Presidência do Senado Federal e ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas; e

IV.Arquivar os autos, tendo em vista que o acompanhamento da operação será realizado de modo global, abrangendo todas as operações desse tipo de Estados e Municípios, pela Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag/TCU).

Ademais, é de ressaltar, assim como faz o parecer da Comissão de Assuntos Econômicos, o entendimento exarado no já mencionado Acórdão nº 2.329, de 2008, segundo o qual *a competência do Tribunal de Contas da União, no tocante às operações de crédito externo celebradas por pessoas jurídicas de direito público interno, com garantia da União, limita-se à fiscalização e controle das garantias prestadas pela última, sem interferência direta nas aplicações dos recursos pelo ente contratante, em homenagem ao Princípio Federalista e, por conseqüência, à autonomia dos entes federados, insculpidas no art. 18, caput, da Constituição Federal.*

Posto isso, conforme os termos regimentais, cabe tão-somente tomar conhecimento das informações prestadas pelo TCU e deliberar pelo seu arquivamento, exceto na hipótese de se julgar necessário deliberar sobre aspectos específicos dos procedimentos adotados ou dos resultados apurados no processo de fiscalização e controle, o que não é o caso.

Por fim, é de se destacar que avisos como o ora analisado constituem procedimento fundamental e indispensável para que seja dado conhecimento aos parlamentares do teor dos relatórios sobre a execução dos programas, funções e processos específicos de fiscalização e controle, exercidos pelo Tribunal de Contas da União sobre as ações, os contratos ou os programas executados pelo setor público, sempre no intuito de tornar a atividade legislativa mais eficaz e socialmente significativa.

Voto.

Diante do exposto, uma vez dada ciência pelos membros desta Comissão do inteiro teor do Acórdão nº 1.070, de 20 de maio de 2009, do Tribunal de Contas da União, acompanhado do Relatório e do Voto que

o fundamentam, o voto é pelo arquivamento do Aviso nº 36, de 2009.

Este é o parecer e o voto deste relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Aqueles que concordam com o Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, se V. Exª me permite, gostaria de voltar ao item anterior, que foi relatado pelo nobre Senador João Pedro.

Eu havia pedido vista, mas, com o objetivo de desatravancar a pauta da nossa comissão, e como as minhas objeções se concentram na constitucionalidade da matéria, eu retiraria o meu pedido de vista para que a comissão pudesse deliberar sobre o mérito, com o requerimento verbal que faço a V. Exª, porque depois eu formalizaria, para que o projeto seja enviado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Casa, porque é lá que se concentrará o essencial do meu debate.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em virtude da retirada do pedido de vista do Senador Aloysio Nunes, passamos ao Item 20 para o processo de votação, cuja discussão já havíamos concluído.

Farei a chamada nominal das Srªs e dos Srs. Senadores.

Senador Anibal Diniz.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, uma questão de ordem. E quanto ao pedido dele para ir à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Ele vai apresentar o requerimento.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP – Não é terminativo nesta comissão?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Esse projeto é terminativo aqui.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Ah, é terminativo aqui.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Ou faz o encaminhamento antes, ou não pode depois de votar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço, prezado Senador Cícero Lucena a sua observação.

Então, ou V. Exª mantém o pedido de vista ou vamos votá-lo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Quer dizer, eu não posso requerer.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Não, porque ele é terminativo nesta Comissão.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – V. Exª no pedido de vista pode fazer a consulta da constitucionalidade e apresentar após dirimir essa dúvida.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Consulta a quem?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Consulta à assessoria jurídica da Casa.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Você concorda, Senador João Pedro, para termos mais um tempo? Porque o Senador Flexa fez algumas observações que colocam ainda mais problemas do ponto de vista da constitucionalidade, de modo que, se o Relator...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – A vista já está concedida a V. Exª.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Mantenho o pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vamos para o Item 16.

Mantida a vista do Item 22.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Item 23, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – E o item 14, Sr. Presidente?

A SRA. MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Item 12, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vejam bem. Eu adotei o procedimento de que estaríamos votando com a presença dos relatores. A partir do momento que o quórum ficou bastante expressivo, sugeri ao Plenário – e entendi que o Plenário havia acatado – que nós retomaríamos desde o primeiro terminativo e seguiríamos a ordem. A partir de agora, se o relator não estiver presente, nós tiraremos definitivamente desta reunião para colocá-lo na próxima.

Portanto, passamos ao Item 16.

ITEM 16: – Terminativo –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 328, DE 2009

Altera o § 3º do art. 18 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. (garante a substituição,

restituição ou redução do preço quando o reparo comprometer o produto).

Autoria: Deputado Celso Russomanno.

Relatoria: Senador Anibal Diniz, a quem concedo a palavra.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, o Projeto de Lei da Câmara nº 328, de 2009, de autoria do Deputado Celso Russomanno, tem por fim aperfeiçoar as regras de garantia contra vícios do produto fixadas na Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, o Código de Defesa do Consumidor.

O art. 1º da proposição altera o §3º do art. 18 do referido Código para autorizar o consumidor a pedir, desde logo e a sua escolha, a substituição do produto viciado por outro ou o abatimento do preço do produto ou a restituição do dinheiro pago, sempre que a substituição das partes viciadas puder comprometer a sua segurança.

O art. 2º do projeto estabelece que a lei resultante da aprovação do projeto entre em vigor na data da sua publicação.

Ao justificar o projeto, o autor argumenta que a inovação aperfeiçoa o regime dos vícios por inadequação, harmonizando-o com o teor do art. 6º, §1º, do Código de Defesa do Consumidor, que preceitua constituir direito essencial do consumidor a proteção à vida, à saúde e à segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços.

Aprovado na Câmara dos Deputados, o projeto foi encaminhado ao Senado Federal para revisão e distribuído a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em regime de decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

O projeto cuida de matéria inserida na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal. Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, sendo legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Lei Maior, tampouco a norma constitucional que no aspecto material esteja em conflito com o teor da proposição em exame. Assim, não se vislumbra óbice algum quanto à constitucionalidade da medida.

Quanto à regimentalidade, cabe destacar que seu trâmite observou o disposto no art. 102, "a", §3º do Regimento Interno desta Casa, de acordo com o qual compete à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle opinar sobre assuntos atinentes à defesa do consumidor.

Acerca da técnica legislativa, o projeto observa as regras definidas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001. Não há inclusão de matéria diversa ao tema tratado na proposição e a sua redação, a nosso ver, mostra-se adequada.

Quanto à juridicidade da matéria, a hipótese prevista no projeto de lei já está contida no ordenamento jurídico, apresentando vício de injuridicidade.

No que tange ao aspecto da inovação, a proposta é aparentemente inócua e pode resultar em dificuldades para a interpretação do atual art. 18 do Código de Defesa do Consumidor. O Código fixa o prazo de 30 dias para substituição das partes viciadas, mas possibilita a negociação do prazo entre as partes, não podendo ser inferior a sete nem superior a 180 dias, §2º do art. 18. O §3º do art. 18 permite o uso imediato das alternativas previstas sempre que a substituição das partes viciadas puder comprometer a qualidade ou as características do produto entre outras hipóteses.

A regra atual já contempla, de forma mais ampla, a proposta legislativa. Pela redação atual, o comprometimento da qualidade ou característica do produto já é suficiente para dar ensejo à substituição dele, não sendo necessário comprovar riscos à segurança, à saúde ou à vida do consumidor.

Desta feita, Sr. Presidente, passou ao voto.

Diante do exposto, manifestamo-nos pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 328, de 2009.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Quero esclarecer que quem vota com o Relator vota "não".

Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela rejeição da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Peço vistas.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Posso? (Pausa.)

O Supremo Tribunal Federal faz isso, todos os ministros fazem. Na Comissão de Justiça já há decisão de que durante a votação, claro que não votei ainda, posso pedir vista, a não ser que não precisem do meu voto.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – (Intervenção fora do microfone.) É sempre necessário o voto de V. Exª. O voto de V. Exª não só aprimora como contribui...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com todo respeito ao Relator, Senador Anibal Diniz, é um projeto que vem da Câmara dos Deputados. Quantos anos esse projeto não passou lá? É melhor a gente estudar, até em atenção ao autor da matéria. Eu não conheço o Deputado Russomanno, mas, em atenção à Câmara dos Deputados, eu peço vista para estudar, e também em atenção ao Relator. Afinal de contas ele trabalhou em cima da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Prezado Senador, vou ler o art. 132 do Regimento Interno:

> Lido o relatório, desde que a maioria se manifeste de acordo com o relator, passará ela a constituir parecer.
>
> §1º. O pedido de vista do processo somente poderá ser aceito por uma única vez e pelo prazo máximo e improrrogável de cinco dias, devendo ser formulado na oportunidade em que for conhecido o voto proferido pelo relator, obedecido o disposto no §4º.

Diz o §4º.

> §4º Os prazos a que se referem os §§1º a 3º correrão em conjunto se a vista for requerida por mais de um senador.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Uma questão de ordem, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra, o Senador Pedro Taques.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – O Senador Pedro Taques participou desta discussão lá na Comissão de Justiça e pode dar o testemunho.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Esse tema já foi agitado na Comissão de Constituição e Justiça, inclusive o entendimento da Comissão é de que é possível o pedido de vista até que o projeto esteja sendo debatido e também no momento do voto, porque, muitas vezes, eu quero expressar o meu voto e trago alguma dúvida, suscito alguma dúvida para aquele que votará após a prolação do meu voto.

Eu argumentei isso lá em uma questão de ordem, na Comissão de Constituição e Justiça, ao Presidente da CCJ, S. Exª o Senador Eunício. E nós votamos isso lá, porque temos que entender que estamos num Parlamento. Qualquer subtração do debate, do pedido de vista de um Senador da República, se me afigura como um violador não do Regimento Interno, mas da Constituição da República.

O argumento é o seguinte: o Supremo Tribunal Federal, os órgãos colegiados do Brasil como um todo, no instante em que um ministro vota, ele pode convencer o outro, e o seguinte que votará pode pedir vista diante do argumento desse que o antecedeu. Então, eu não vejo, com todo respeito, constitucionalidade nesse tipo de interpretação restritiva do Regimento Interno.

Assim, eu suscitei essa questão de ordem na CCJ e, com todo respeito àqueles que entendem de forma contrária, acompanho o ilustre Senador que levantou essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vou passar a palavra ao Senador Cícero Lucena.

Antes porém, só uma pergunta. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania decidiu já a questão de ordem formulada? E decidiu a favor desse entendimento?

Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Senador, eu particularmente entendia que o prazo seria exatamente após a leitura do relatório, porque o senhor imagina se a gente tivesse uma votação de 25, 30 senadores e o último senador, que não é o caso deste momento, mas que chegue atrasado e de repente não participou dos debates e só vai pedir vista. Isso é diferente do que se passa na Suprema Corte, que começa com todos eles presentes e efetivamente participando de todos os debates. Aqui, devido às nossas atribuições, muitas vezes a gente pode estar chegando no último momento. Acho que é um tema para discutirmos. Mas o argumento de preservar o direito do debate é por demais válido. Assim, acompanho o argumento aqui apresentado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, eu queria me manifestar a respeito do assunto. Entendo, tal qual o Senador Pedro Taques, que é verdade que, se os argumentos postos pelo que

antecede o voto possam fazer com que haja uma nova reflexão, seja lícito o pedido de vistas.

No entanto, é preciso destacar, nesta Comissão, que esta Casa já abre muitos precedentes, que, via de regra, acabam trazendo fatos que nem sempre contribuem para o bom trabalho desta Casa. Há um Regimento em vigor nesta Casa, que ainda não foi revisado. E estou fazendo esta questão de ordem para pontuar, porque todas as vezes que vamos atuando, fazendo exceção ao Regimento, estamos criando precedentes nesta Casa. Já houve precedentes pela decisão da CCJ, portanto, este Plenário estaria apenas acompanhando a deliberação de que a Comissão de Constituição e Justiça já pacificou.

Mas chamo atenção da Presidência desta Comissão para o fato de que seria importante, já que há um trabalho, neste momento, de reforma do Regimento nesta Casa, para que pudéssemos estar atentos.

Para encerrar, Presidente, eu gostaria de registrar aqui a presença, pela primeira vez na Casa Legislativa do Senado da República e nesta Comissão, do meu Suplente, Dr. Lírio Parisotto, que prestigia esta reunião da Comissão de Fiscalização, Controle e Meio Ambiente desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.

Todos nos congratulamos com a presença do suplente de Senador, Dr. Lírio.

Com a palavra o Senador Blairo Maggi, em seguida, Senador João Pedro, depois, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Presidente, diante da polêmica, fico na dúvida sobre uma questão: a votação já iniciou, vários Senadores já proferiram o seu voto e, aí, vem o pedido de vista. Quando retomarmos essa votação, como é que ficamos: valem os votos já proferidos ou anulam-se todos os votos e estes são revistos?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Essa pergunta eu iria fazer aos nobres Senadores que participaram da decisão na Comissão de Constituição e Justiça. Essa questão foi levantada? Como é a questão do voto de quem já votou?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Essa questão não foi levantada lá, por honestidade aos senhores, de fato não foi levantada, mas penso, Sr. Presidente, que não há ato jurídico perfeito neste voto enquanto a votação não tenha terminado. Não tenho o dom da verdade, penso que ninguém aqui o tem, então, posso mudar minha posição tendo em conta os argumentos melhores do que este que eu aqui trouxe, podendo mudar minha opinião. E lembrando aquele baiano, "só não muda de opinião quem não tem opinião ou quem é psicopata".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Mas a questão é outra: suponhamos que, na votação seguinte, aqueles que já votaram não se encontrem na reunião, valerá o voto já registrado anteriormente? Ou não valerá?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Claro, acho que vale! Se ele já proferiu voto...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – As exceções às regras criam esse tipo de impasse, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – A Presidência da Comissão...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Valadares.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – V. Exª está se aprofundando muito.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – SE) – Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, sem querer, fui polêmico. Não tive essa intenção. O meu objetivo foi democratizar, ao máximo possível, as decisões desta Comissão, assim como da Comissão de Justiça da qual eu, o Senador Pedro Taques e vários outros participamos.

Quando o Regimento se refere ao momento em que o Relator proferiu o voto, que momento é este? É naquele instante que ele profere o voto ou durante o tempo em que se realiza a sessão? A interpretação dada pela Comissão de Justiça foi ampla, pois entendeu, a Comissão de Justiça, que, durante a sessão em que o projeto estiver sendo debatido e votado, pode haver um pedido de vista. E a lição veio dos Tribunais porque cada Ministro vota de *per se*, individualmente. Quando chega na vez de um determinado Ministro, ele pode votar naquele instante, se ele já estiver consciente do seu voto ou, então, poderá, para aprofundar um estudo maior, pedir vista. É o que estou fazendo.

Não sou Ministro, sou um Senador, a diferença é que o Ministro é nomeado, e somos eleitos pelo povo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Valadares. Sabe que dizem que V. Exª não é Ministro porque não quer.

Com a palavra o Senador...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, quero contraditar esse procedimento. Quero chamar atenção, Presidente Rollemberg, porque, por analogia, se vale esse procedimento de um pedido de vista no curso da solicitação dos votos, se vale aqui, vale no plenário. É claro que o Senado tem como princípio flexibilizar, é uma Casa que flexibiliza. Quero chamar atenção porque o Regimento é claro nesse procedimento: o pedido de vista é em seguida à leitura do relatório, é aí o pedido de vista.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Na fase do debate e discussão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É até o encerramento.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Esse é o procedimento: tem discussão, você pede vista. Isso é sagrado aqui, no Senado. Na hora em que estamos discutindo, você pede vista, individual ou coletiva. E o Regimento também é claro sobre...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Mas na hora do voto, V. Exª não pode encaminhar o voto?

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Não tem; não temos isso.

O SR. ANTONIO CARLOS VALARES (Bloco/PSB – SE) – Não tem como encaminhar?

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Não tem. Aqui, no âmbito da Comissão, não. Então, na discussão, você encaminha. Então, quero chamar atenção...

O SR. ANTONIO CARLOS VALARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, tem discussão e tem encaminhamento.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Não, não tem; aqui, não.

Sr. Presidente, quero chamar atenção para as regras no âmbito da Comissão. Tenho o maior respeito pelo Senador e pelas ponderações do Senador Pedro Taques...

O SR. ANTONIO CARLOS VALARES (Bloco/PSB – SE) – O que é válido para o plenário é também para as Comissões.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – (...) mas é um precedente, seria uma inovação naquilo que está claro no Regimento. Há o pedido de vista coletivo, há o pedido de vista individual, há o pedido de vista por vinte minutos, por cinco dias, por 48 horas, é muito claro o pedido de vista no nosso Regimento. Foi feita a leitura e a coleta de votos. Então, isso seria novo e precisaríamos analisar isso do ponto de vista do precedente e da analogia que pode acontecer a partir desse procedimento.

Minha opinião é que o Presidente deveria coletar todos os votos, e sou contrário... Tenho uma relação de muito companheirismo com o Senador Antonio Carlos Valadares, mas é por conta do procedimento e de uma abertura inovadora no âmbito desta Comissão...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Permite-me, Sr. Presidente, bem rápido?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – SE) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Seria possível indagarmos à CCJ os termos em que restou decidida a questão de ordem, porque, lá, tivemos debates e houve uma redação de uma questão de ordem. Redigi a questão de ordem, que foi decidida, e nós, se isso for o entendimento desta Comissão, se for o caso, acompanharíamos o que restou decidido pela CCJ, os termos lá decididos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – SE) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Quero me posicionar, aqui, na linha de raciocínio do Senador João Pedro. Longe de mim questionar a competência jurídica do Senador Pedro Taques, mas o Regimento, para que seja alterado, não basta a resposta a uma questão de ordem na CCJ, ele tem que ir para discussão em plenário, para que seja alterado o Regimento.

O que se tem aqui, ao longo do processo legislativo no Senado, é que o Regimento define que o pedido de vista deve ser utilizado após a leitura do parecer do Relator e, aberta a discussão, até o encerramento da discussão. Aí, sim, cabe o pedido de vista. Encerrada a discussão e o Presidente da Comissão anunciando o encerramento da discussão e o início da votação, é outro procedimento. Quando a votação é nominal, acredito eu que, a partir desse instante, já não cabe mais o pedido de vista. Penso assim, se eu estiver equivocado, acredito que teremos que alterar o Regimento que está, hoje, vigendo no Senado Federal.

Então, se houve uma questão de ordem na Comissão, parece-me que essa questão de ordem foi discutida e definida ao longo de um debate na própria reunião, ou seja, não houve um aprofundamento do questionamento, acho que deveríamos...

Esse projeto, Senador Valadares...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Pois não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – ...V. Exª sabe da estima, da admiração que tenho por V. Exª, admiração que extrapola os limites do Senado Federal. Então, esse projeto não é um projeto que leve a uma questão tão polêmica que possa trazer um conflito regimental desse tipo.

Proponho, Presidente Rollemberg, que concluamos a votação e que possamos aprofundar esse questionamento para frente e não deixar essa matéria vir a ferir o Regimento do Senado Federal.

É a minha posição.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Acho que encontramos aqui um caminho regimental para fazer o adiamento dessa votação.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Presidente, só uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pois não. Tem a palavra o Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Não se precisa dizer do reconhecimento dos valorosos companheiros, mas acho que os últimos Senadores fizeram o levantamento de uma questão muito clara. Uma decisão da Comissão de Constituição e Justiça tem efeito sobre a Comissão de Constituição e Justiça; ela não tem o poder de alterar o Regimento Interno, que é votado em plenário, ainda porque nem todos os Senadores compõem a Comissão de Constituição e Justiça. Então, ela não pode alterar o Regimento Interno, terá que ser provocada essa alteração, se for o caso, por meio de um projeto de resolução debatido pelo Plenário como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. (*Pausa.*)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, é o seguinte: o meu propósito não foi, como eu disse, de gerar essa polêmica, de impedir a votação de tantas matérias importantes que têm ainda de ser colocadas em pauta. Meu objetivo foi o seguinte: como é que um Deputado Federal, que apresenta uma proposta que é aprovada pela Câmara dos Deputados, enviada pelo Presidente Michel Temer, que, hoje, é Vice-Presidente da República... Naturalmente, essa matéria passou em todas as Comissões competentes e não foi julgada a sua inconstitucionalidade. Muito bem. Então, tenho uma saída. Ela não passou ainda pela Comissão de Justiça, passou?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB DF) – Ela é terminativa nesta Comissão.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Muito bem, sugiro o seguinte: como há dúvidas sobre a sua inconstitucionalidade...

O Relator o que é que diz? "Quanto à juridicidade da matéria, a hipótese prevista no projeto de lei já está contida no ordenamento jurídico, apresentando vício de injuridicidade, no que tange a aspecto da inovação".

Então, se há uma dúvida sobre a juridicidade dessa matéria, seria de bom alvitre que ouvíssemos a Comissão competente, a Comissão de Justiça. Suspenderíamos a votação e eu faria o requerimento nesse sentido, se V. Exas. autorizarem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O problema, Senador Valadares, é que a interpretação que a Presidência está dando, salvo se for convencida do contrário pela assessoria ou pelo nobre Senador...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) (?) – Pela ordem, Sr Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bloco/Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – O art. 303 do Regimento Interno, diz que a votação não se interrompe senão por falta de quórum, observado o disposto nos arts. 178 e 179, pelo término da sessão". Ou seja, parece-me que, iniciada a votação, não podemos. Se quisermos buscar uma solução consensual aqui, somente será possível se houver uma retirada de quórum, o que não permitiria a continuidade da votação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Mas V. Exª não vai propor isso, não é?

O SR. PRESIDENTE (Bloco/Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Não.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Então, eu faço uma outra proposta. Como há recurso...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Queria propor...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/ PSB – SE) – Queria saber se os nove Senadores que estão presentes poderiam assinar este recurso para o plenário.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu queria propor ao Senador Valadares que concluíssemos a votação, o projeto iria ao plenário e lá o Senador Valadares faria um recurso para passar pela CCJ o projeto.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Vou procurar saber a razão, o porquê de as operadoras de telecomunicações serem contra esse projeto. Vou procurar saber a verdadeira razão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador Valadares, V. Exª pode fazer um recurso no plenário. Eu assinarei o recurso com V. Exª para que o projeto tramite na CCJ. Nós concluiremos a votação

aqui, ele vai ao plenário e, de lá, a gente retorna o projeto para a CCJ. Resolvido o problema. V. Exª tem de conseguir mais oito Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – A Mesa...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, permita-me. Acho que o Senador Valadares fez um alerta que me interessa. Ele diz que vai querer saber qual é o interesse das empresas de telecomunicação. Eu agora quero saber. Queria saber se o relator tem algum esclarecimento ou se o Senador Valadares tem. Ficou algo no ar, e eu gostaria de saber qual é o interesse das telecomunicações. Eu não estava compreendendo que havia interesse da A ou de B, mas já que foi levantada a suspeição sobre os interesses de algum segmento, gostaria de saber do Senador Valadares ou do Relator que suspeição é essa e se tem alguma coisa.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – É o que eu disse a V. Exª, vou procurar saber.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Quem levantou a suspeição foi o Senador Valadares.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – O Relator tem algo a dizer a respeito?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Não; pelo contrário.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Então, eu espero que o Senador Valadares apresente isso em plenário e eu subscrevo com ele o recurso ao plenário.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Nós nos ativemos unicamente...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – O projeto defende o consumidor, fala em telecomunicações e estamos derrubando um parecer da Câmara dos Deputados. Vou procurar saber o porquê.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Exatamente. E temos o Código de Defesa do Consumidor, que já prevê tudo que está na proposição.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Vamos aguardar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Paulo Davim.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Vamos todos subscreveram o recurso de V. Exª.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, por mais que o Senador Valadares tenha despertado interesse em todos nós com a sua afirmação e por mais respeito que eu tenha pelo Senador Valadares, entendo que precisamos respeitar o Regimento. Por mais que se lance mão do exemplo do Supremo, lá a normatização, seguramente, permite isso, mas aqui não. Em sendo uma Casa Legislativa, a gente precisa respeitar o que está escrito. Então, se o Regimento diz isso a gente precisa obedecer ao que está escrito.

Por mais que eu tenha interesse em me somar, inclusive, a esse espírito investigativo legítimo do Senador Valadares e de todos aqui, acredito que a gente precisa respeitar o que está escrito. Se quisermos mudar, que se vá ao plenário. A saída, concordo com o Senador Flexa, é, chegando ao plenário, eu até me proponho a assinar com o Senador Valadares uma solicitação para que volte à Comissão de Constituição e Justiça, se for o caso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB– DF) – A Presidência vai dar continuidade à apuração dos votos, entendendo que o pedido de vista tem de ser feito no momento do voto do relator.

Como vota o Senador Ivo Cassol?

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Peço licença para votar em seguida, pois preciso verificar o texto do projeto, Sr. Presidente, eu estava fora, acabo de chegar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com o relator é "não".

Como vota a Senadora Marisa Serrano?

A SRA. MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Blairo Maggi?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, nenhuma suspeição sobre o nobre Relator; é um homem da maior lisura, da maior honestidade. Quando proferi aquelas palavras, não o fiz para atingir o Relator. Agora, não concordo com essa decisão, voto contra o relatório e vou usar do direito de recorrer ao plenário. Peço aos Senadores que também assinem, que me ajudem para que esta matéria chegue ao plenário.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – V. Exª vota "sim", então? Vota contra o voto do Relator?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu voto contra o parecer, mas sempre ao lado do Relator, que é uma pessoa de bem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Como vota o Senador Cícero Lucena?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Acompanho o Relator e acompanharei o Senador Valadares no recurso que vai fazer ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu consulto o Senador Aloysio Nunes Ferreira se vai votar, senão vou passar a palavra ao Senador Flexa para que ele vote.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu me abstenho.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Abstenção.

O Projeto foi rejeitado.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu não votei, Sr. Presidente.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Eu também não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Peço desculpas e chamo a atenção da assessoria. Eu devia ter chamado visualmente. Perdão.

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Apesar de o meu voto ser insignificante, voto com o Relator, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – É muito significativo.

Senador. Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, eu voto com o Relator, mas eu assinarei o recurso do Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Consulto se algum Senador aqui presente não foi chamado. (*Pausa.*)

O projeto foi rejeitado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB– PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Só para confirmar ao Senador Valadares que assinarei com V Exª o recurso ao plenário para que o projeto retorne à CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSD – DF) – Passemos ao Item 17.

ITEM 17 – Terminativo –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 151, DE 2010

Acrescenta § 2º ao art. 42 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

Autoria: Deputado Vinicius Carvalho.

Relatoria: Senador Pedro Taques.

Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 151, de 2010, de iniciativa parlamentar, que *dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências*, é composto de dois artigos.

O art. 1º acresce parágrafo ao art. 42 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC), para estabelecer o prazo de dez dias para que o consumidor cobrado em quantia indevida receba em dobro o valor pago em excesso, que será contado a partir de reclamação comprovadamente efetuada perante o fornecedor.

O art. 2º é a cláusula de vigência, que se iniciará trinta dias após a data de publicação da lei, caso aprovada a presente proposição.

O projeto vem à análise desta Comissão em caráter terminativo e não lhe foram apresentadas emendas.

II – Análise

Nos termos do art. 102-A, III, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), cabe à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, opinar sobre assuntos atinentes à defesa do consumidor, como é o caso, dispensada a competência de Plenário (art. 91, § 1º, IV, do RISF).

No que se refere à constitucionalidade da proposição, observa-se que a União é competente para legislar sobre direito do consumidor, a teor dos arts. 24, V e VII, da Constituição Federal (CF).

Quanto à espécie normativa a ser utilizada, verifica-se que a escolha por um projeto de lei ordinária revela-se correta, pois a matéria não está reservada pela CF à lei complementar.

No que concerne à juridicidade, a proposição se afigura irretocável, porquanto: *i*) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; *ii*) a matéria nela vertida *inova* o ordenamento jurídico; *iii*) apresenta o atributo da *generalidade; iv*) afigura-se dotada de potencial *coercitividade;* e *v*) revela-se compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

A matéria veiculada não é de iniciativa privativa do Presidente da República (art. 61, § 1º, da CF) nem

está no rol das competências exclusivas do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, expresso nos arts. 49, 51 e 52 da CF.

Não há ressalvas à técnica legislativa empregada.

No mérito, não estamos de acordo com a proposição, por considerá-la prejudicial ao consumidor.

De acordo com o atual parágrafo único do art. 42 do CDC, o consumidor que for cobrado por quantia indevida tem direito ao recebimento em dobro do valor pago em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável. Trata-se, por sinal, de regra também prevista no Direito Civil, a teor do art. 940 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

A legislação, realmente, não prevê prazo para que o fornecedor efetue o ressarcimento devido. E é assim exatamente porque o consumidor pode pleitear seu direito sem aguardar qualquer lapso temporal ou adotar qualquer procedimento administrativo.

Em que pese as boas intenções que nortearam o projeto em análise, verifica-se que ele, na verdade, apenas impõe dois requisitos, hoje inexistentes, para que o consumidor possa pleitear seu direito: i) a reclamação comprovadamente efetuada pelo consumidor perante o fornecedor; e ii) o lapso temporal de dez dias.

Dificulta-se, assim, que o consumidor que pagou valor indevido possa pleitear a indenização atualmente prevista.

Na prática, o consumidor lesado pode receber o valor em dobro amigavelmente ou judicialmente. Assim, com base na legislação em vigor, o fornecedor pode reconhecer que a indenização é devida e efetuar a devolução com os acréscimos amigavelmente, com ou sem reclamação formal do consumidor perante o fornecedor ou órgãos administrativos. Nesse caso, a pretendida alteração legislativa é inócua.

Caso não ocorra, porém, o ressarcimento amigável, o consumidor será obrigado a propor ação judicial. Nesse caso, além de obrigar o consumidor a efetuar reclamação formal perante o fornecedor – o que hoje é desnecessário –, o consumidor terá que, em juízo, produzir a prova de que efetuou validamente a aludida reclamação perante o fornecedor. Abre-se, assim, uma gama de questões que poderão ser suscitadas no processo judicial, como inexistência, ou mesmo nulidade ou ineficácia da reclamação efetuada.

Assim, na prática, o PLC nº 151, de 2010, apenas dificulta o ressarcimento do consumidor lesado.

III – Voto

Ante o exposto, somos pela rejeição do PLC nº 151, de 2009.

Ademais, Sr. Presidente, também beira à inconstitucionalidade, porque estamos criando aqui mais uma exceção ao princípio da inafastabilidade da jurisdição, obrigando-se a essa reclamação administrativa, o que, a meu juízo, afigura-se como inconstitucional.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Quem vota com o Relator vota "não".

Como vota o Senador Aníbal Diniz?

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Pedro Taques? (*Pausa*.)

Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senadora Marisa Serrano.

A SRA. MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senadora Ana Rita? (*Pausa*.)

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PP – PI) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB– DF) – Todos os que estão presentes votaram? (*Pausa*.)

O Projeto foi rejeitado.

O Item 18 foi retirado; o Item 19 já foi aprovado.

ITEM 21 – Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, DE 2009

Altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, e dá outras providências.

Autoria: Senador Raimundo Colombo.

Relatoria: Senadora Marisa Serrano.

A SRA. MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Se me permitem, vou diretamente à análise.

No mérito, concordamos integralmente com a manifestação da Comissão de Serviços de Infraestrutura e somos favoráveis à alteração proposta.

O projeto reduz a assimetria de informações entre empresa de revenda de combustíveis – detentora de informações sobre o mercado de combustíveis – e o consumidor, que, muitas vezes, não possui informações sobre a composição do preço dos combustíveis.

Portanto, este é um projeto que garante ao consumidor conhecer, detalhadamente, a composição do preço dos combustíveis.

A publicidade dessas informações servirá para tornar mais transparente ao consumidor os custos envolvidos no mercado de combustíveis, de modo que as empresas do setor, as autoridades de defesa de concorrência e a ANP possam ser mais facilmente questionadas quanto a eventuais práticas consideradas abusivas ou anticoncorrenciais.

Assim, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 195, de 2009, com a emenda aprovada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Esse é o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) Em discussão. (*Pausa.*)

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Quero fazer uma observação, Sr. Presidente.

Foi aprovada uma audiência pública para discutir esta matéria, no dia 16 de março de 2010, mas essa audiência não foi realizada.

Pergunto a V. Exª se nós não teríamos que realizar essa audiência antes desta votação, na medida em que foi aprovada a audiência pública na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O que a Assessoria está me comunicando aqui, prezado Senador, é que não há necessidade. A Relatora optou por não fazer a audiência pública e sente-se à vontade para dar o parecer.

Portanto, se não houver quem queira discutir, podemos iniciar a votação.

A SRA. MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Sr. Presidente, eu tenho convicção do relatório que estou fazendo, mas, é claro, se algum companheiro, algum Senador achar interessante uma audiência pública, eu também concordo. Não teria por que discordar.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Estou fazendo esse questionamento, porque já foi aprovada uma audiência pública. Não estou sugerindo uma audiência pública, porque ela já foi aprovada para tratar do mérito dessa questão.

Se V. Exª está dizendo que não há nenhum prejuízo...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigatoriedade.

A SRA. MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Não há nenhuma obrigatoriedade de fazermos uma audiência pública, porque isso foi decidido em outra Legislatura e com outro Relator. Não haveria necessidade de fazê-la.

Agora, se o Senador João Pedro vai solicitar uma audiência pública e se todos os pares acatarem, eu também não tenho por que não acatar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, o projeto de autoria do hoje Governador – à época, Senador – Raimundo Colombo é da maior importância. Ele traz transparência na formação dos preços dos combustíveis. Isso é algo que os consumidores pretendem há muito tempo.

Nós sabemos que, quando aumentam o preço dos combustíveis, depois não conseguem abaixá-lo. Agora, houve uma redução do preço da gasolina, mas é necessário que a sociedade possa ter acesso à formação desses preços para que possa controlá-los: saber de que maneira esses preços são formados; saber quando há realmente necessidade de serem aumentados ou reduzidos. Hoje, a Petrobras detém praticamente o monopólio do refino dos combustíveis no nosso País.

Eu acho que é importante. Se formos paralisar o projeto para fazer uma audiência pública a fim de sabermos se deve ou não haver transparência na formação dos preços... Não vejo necessidade para isso.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, só um instantinho.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Na verdade, eu gostaria de um esclarecimento. O projeto propõe – eu estava olhando aqui a justificativa – infor-

mar a diferença entre o preço da distribuidora e o preço que está sendo colocado à disposição do consumidor.

Pergunto se nós vamos ter a possibilidade de abrir essa diferença sobre os impostos também, no caso do ICMS, ISS e outros tributos, que fazem essa diferença, porque não é só margem de lucro; há custos de impostos na composição de preço. O projeto prevê isso ou só vai mostrar a diferença?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra a Senadora Marisa Serrano.

A SRA. MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – (Início da intervenção fora do microfone.) (...) sobre a composição do preço de venda de cada tipo de combustível.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É isso.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Então, tem imposto também.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Tem tudo.

A SRA. MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Tem tudo.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Eu gostaria de deixar isso de forma bem clara, porque podem ter certeza de que, lá na ponta, vai-se tentar colocar só a diferença de um para outro e não vai haver a explicação detalhada daquilo que deve estar constando.

Há, de fato, uma reclamação sempre grande do consumidor de que o Estado cobra muito ICMS, isso e aquilo, e nós precisamos entender que muitos locais, a exemplo de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul, dos Estados do Centro-Oeste, estão bastante distantes dos portos. Portanto, o preço do frete pesa muito nisso, e deve estar constando essa diferença na composição de preço.

Mas sou favorável, plenamente favorável.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, esta matéria veio, na minha avaliação, em bom momento. Ela veio resolver ou preencher uma lacuna que existe no mercado de combustível, que é a credibilidade.

Agora mesmo nós passamos por um momento de dificuldades lá no Rio Grande do Norte, um verdadeiro cabo de guerra entre usuários, proprietários de postos de combustíveis, distribuidora e, no meio disso tudo, o Ministério Público. Em um determinado posto, justificava-se o valor de preço de bomba em razão de alguns encargos. Em outros, já havia mudança. Na verdade, faltava credibilidade nas informações. A opinião pública não acreditava – ninguém acredita – nas informações.

Na hora em que isso aqui for aprovado e passar a ser uma prática corriqueira dos postos, acho que vai minimizar esses traumas, vai minimizar os conflitos. Houve, inclusive, movimentação popular e boicote a vários postos de gasolina, porque não se acreditava na informação dos donos de postos, do sindicato, do Sindiposto.

Então, da forma como isso foi explicitado no art. 1º – "as informações detalhadas e atualizadas sobre a composição dos preços de venda" –, acredito que o projeto vai dirimir dúvidas e vai ser um instrumento, inclusive, facilitador para o próprio Ministério Público. Havia dúvidas sobre o que era realmente: se realmente estava sendo praticada uma margem excessiva, um lucro excessivo, uma margem abusiva ou não em razão das informações que o Sindiposto apresentou ao Ministério Público.

Acredito que esta matéria vai ser um instrumento muito importante até para pacificar as duas pontas: o consumidor e o vendedor de combustível.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem, para discutir ainda.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Flexa Ribeiro.

Quero alertar que o nosso quórum está ficando pequeno.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – O art. 1º é claro, Senadora Marisa: ele está indo ao encontro apenas dos postos revendedores de combustíveis.

Acho que o projeto mereceria uma emenda, porque nós precisamos ir à raiz do problema para saber como a composição do preço do combustível é feita na refinaria, no produtor, porque, quando passar do revendedor para o consumidor, ele vai partir do preço da distribuidora. Quer dizer, a sociedade tem que tomar conhecimento da composição anterior, senão vai ficar só pela metade.

Compra-se a gasolina por "x" o litro. Mas como se compôs esse valor? Como foi formado esse preço "x"? Só vai sair daí para frente.

Eu acho que aqui mereceria, Senadora Relatora, fazer uma emenda para que incluíssemos não só a questão dos revendedores, mas também dos produtores, ou seja, das refinarias aos revendedores. Isso atingiria a cadeia toda: desde a produção até a revenda, até o consumidor final.

Eu perguntaria à Relatora se ela poderia acatar essa sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra a Senadora Marisa Serrano.

A SRA. MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Sr. Presidente, eu acredito que a disponibilização dessa informação pelos postos revendedores de combustíveis é algo que pode ser feito de imediato.

É evidente que cabe ao consumidor obter todas as informações possíveis e é claro que eu também quero saber o preço do combustível, desde a hora em que ele sai da refinaria até o seu consumo final. Quer dizer, para nós, quanto mais claro ficar isso melhor.

Portanto, eu posso, sim, acatar a emenda do Senador Flexa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Nesse caso, Senadora Marisa Serrano, peço a V. Exª que solicite a retirada de pauta da matéria, para, ao examiná-la, poder apresentar um novo texto para ser apreciado pela Comissão.

A SRA. MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Então, retirado de pauta.

Vamos ao Item 23:

ITEM 23 – Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 258, DE 2009

Altera a categoria da unidade de conservação Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo para Parque Nacional Nascentes da Serra do Cachimbo e Área de Proteção Ambiental Vale do XV, nos Municípios de Altamira e Novo Progresso, no Estado do Pará.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro.

Relatoria: Senador Cícero Lucena.

Com a palavra o Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esta matéria, para se ter uma ideia, constou da pauta dos dias 12/04/2011, 19/04/2011 e 03/05/2011. Com certeza, já foram distribuídos vários relatórios, e a matéria consta do conhecimento de V. Exªs.

Como Relator, nós tivemos apenas algumas preocupações, já que a proposição apresenta equívocos de técnica legislativa nos arts. 3º e 7º. A Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, determina que o artigo desdobra-se em parágrafos ou em incisos. Os memorais descritivos das áreas do Parque Nacional Nascentes da Serra do Cachimbo e da Área de Proteção Ambiental Vale do XV foram integrados aos respectivos artigos sem definição da espécie de dispositivo – parágrafo ou inciso – a que eles pertencem. Ademais, a parte final de ambos os memoriais contêm períodos separados por "pontos finais", inadmissíveis na redação de um dispositivo legal, segundo os preceitos de técnica legislativa vigentes.

A correção desses equívocos exige a apresentação de emendas que integram os memoriais ao *caput* dos respectivos artigos. Ressalte-se que as emendas não alteram as coordenadas das respectivas cartas topográficas.

Sr. Presidente, o art. 4º do projeto também necessita de alteração, visto que ele se refere a uma "área de quinhentos metros" ao redor dos limites do Parque, para determinar a zona de amortecimento. Em vez de "área", o mais adequado é utilizar "faixa".

Vou direto ao voto, Sr. Presidente.

III – Voto

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2009, com as emendas aprovadas na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e com as emendas a que me referi anteriormente.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, peço vista desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vista concedida.

O Relator do Item 24 não se encontra.

ITEM 26 – Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 407, DE 2008

Proíbe a utilização ou exibição de animais da fauna silvestre brasileira ou exótica em circos.

Autoria: Senadora Ada Mello.

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Com a palavra o Relator.

Antes porém, solicito aos nobres Senadores que não se retirem. Este é o último item da pauta, terminativo, para que a gente consiga quórum para apreciação.

Com a palavra, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O projeto de lei que vamos examinar proíbe a utilização de animais da fauna silvestre brasileira ou exótica por circos. Determina ainda que os circos em operação, na data do início da vigência da lei que resultar do projeto ora em exame, terão prazo de sessenta dias para comunicar ao órgão ambiental competente a posse desses animais e estipula que esse órgão designará o local ao qual serão encaminhados os animais apreendidos por força desta lei, bem como a forma pela qual será feito esse encaminhamento.

Finalmente, acrescenta o § 3º ao art. 32 da lei que define os crimes ambientais, determinando que o dono ou administrador do circo que utilize ou exiba animais da fauna silvestre brasileira ou exótica incorre nas mesmas penas previstas no *caput* do artigo: detenção de três meses a um ano e pagamento de multa a quem praticar ato de abuso ou maus tratos, ferir ou mutilar os animais em questão.

Na justificativa que acompanha o projeto, a autora argumenta que, no circo, os animais sofrem maus tratos por diferentes modos e ela enumera quais são esses modos. Enfatiza, ainda, que a presença dos animais nos circos expõe os expectadores a diversos riscos, fato confirmado por acidentes de que se têm notícia.

Finalmente, essa prática, segundo a autora, estimula o tráfico de animais silvestres em escala mundial, prática que considera cruel e criminosa e que ameaça a sobrevivência de várias espécies.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

O projeto é de natureza legislativa, de competência da União.

Quanto ao mérito, recomendo a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Vamos fazer a chamada nominal.

Com o voto favorável do Relator, como vota o Senador João Pedro?

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senadora Marisa Serrano.

A SR.ª MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Consulto se algum Senador ainda não votou. (Pausa.)

Aprovada a matéria, por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

Antes, porém, convoco reunião da Subcomissão da Água, que acontecerá aqui e agora.

Declaro encerrada a reunião.

ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 11h30, NA ALA SENADOR NILO COELHO, SALA N° 2.

Às onze horas e cinqüenta e nove minutos do dia vinte e quatro de maio de dois mil e onze, na sala de reuniões nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG,** reúnem-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, JOÃO PEDRO, JORGE VIANA, VICENTINHO ALVES, PEDRO TAQUES, RODRIGO ROLLEMBERG, VITAL DO RÊGO, WILSON SANTIAGO, ROMERO JUCÁ, EDUARDO BRAGA, IVO CASSOL, ALOYSIO NUNES FERREIRA, MARISA SERRANO, KÁTIA ABREU, PAULO DAVIM, ANA RITA, DELCÍDIO DO AMARAL, VANESSA GRAZZIOTIN, BLAIRO MAGGI, ANTONIO CARLOS VALADARES, VALDI RAUPP, JOÃO ALBERTO SOUZA, FLEXA RIBEIRO** e **JAYME CAMPOS.** Deixa de comparecer o Senhor Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa a deliberação da **PAUTA,** destinada à deliberação de matérias. **Item 2) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2010 – NÃO TERMINATIVO,** que "Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão de prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal e dá outras providências". Autoria: Deputado Ricardo Barros. Relatoria: Senador Aníbal Diniz. Relatório: Contrário à matéria. Colocado em votação, a comissão

aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, contrário à matéria. **Item 3) PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 7, DE 2005 – NÃO TERMINATIVO,** que "Propõe, nos termos do art. 49 da Constituição Federal, combinados com o disposto no art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja instaurado procedimento investigativo para fiscalizar e averiguar os procedimentos referentes à privatização do Banco do Estado do Ceará (BEC), Banco do Estado do Piauí (BEP) e Banco do Estado de Santa Catarina (BESC)". Autoria: Senadora Heloísa Helena e outros. Relatoria: Senador Aníbal Diniz. Relatório prévio: Pelo arquivamento da matéria. Colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, pelo arquivamento da matéria. **Item 5) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 490, DE 2009 – NÃO TERMINATIVO**, que "Institui o Centro de Prevenção de Desastres Climáticos". Autoria: Senador Raimundo Colombo. Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatório: Contrário à matéria. Colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, contrário à matéria. **Item 7) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 489, DE 2008 – NÃO TERMINATIVO,** que "Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para determinar que os rótulos das embalagens dos alimentos tragam identificação de cores, de acordo com a composição nutricional.". Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Senador Paulo Davim. Relatório: Favorável à matéria, com duas emendas que apresenta. Projeto retirado de pauta, a pedido do relator. **Item 16) REQUERIMENTO N° 30, DE 2011-CMA**, que "Requer, na forma do art. 58, § 2º, inciso III, da Constituição Federal, seja o Ministro da Casa Civil, Senhor Antonio Palocci, convocado a prestar informações no Plenário desta Comissão do Senado Federal, sobre as denúncias publicadas na imprensa nacional que dão conta de variação patrimonial de mais de vinte vezes em apenas quatro anos". Autoria: Senadora Marinor Brito. Usam da palavra os Senhores Senadores Randolfe Rodrigues, Romero Jucá, Flexa Ribeiro, Marinor Brito, Álvaro Dias, Demóstenes Torres, Humberto Costa, Agripino Maia e Renan Calheiros. Em discussão, é apresentado requerimento de retirada da proposição, de autoria da Senadora Marinor Brito. A Presidência aprova o Requerimento de retirada da proposição, nos termos 256, §2º, do RISF. **Item 17) REQUERIMENTO N° 31, DE 2011-CMA**, que "Requer, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 29, de 2011 – CMA, para a realização de audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA), juntamente com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para debater a dinâmica dos preços de combustíveis no Brasil, acrescentar o convite para o Sr. Charles dos Santos Dias, Coordenador do Movimento contra a Cartelização dos Combustíveis no DF". Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Usa da palavra o Senhor Senador Flexa Ribeiro. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento, com adendo do Senador Flexa Ribeiro. **Item 18) REQUERIMENTO N° 32, DE 2011-CMA,** que "Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, seja promovida, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, Audiência Pública conjunta com a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável – CMARIO20, objetivando discutir a Economia Verde: MDL e REDD+, tendo como convidados o Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, do Ministério do Meio Ambiente, Senhor Eduardo Assad; a Senhora Thelma Krug, especialista em Economia Verde; um representante do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e representantes da Comunidade Científica". Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento. **Item 19) REQUERIMENTO N° 33, DE 2011-CMA,** que "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, incisos II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e 102-A, inciso II, alíneas a e b, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública tendo como convidado o Ministro do Colendo Tribunal de Contas da União (TCU) Aroldo Cedraz, para apresentação das conclusões do Relatório de análise das Contas de Governo referentes ao ano de 2010". Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento. É aprovada a inclusão **EXTRAPAUTA** das seguintes matérias: **1) REQUERIMENTO Nº 34, DE 2011-CMA,** que "Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, seja promovida, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, Audiência Pública conjunta com a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável – CMARIO20, objetivando discutir o tema Economia Verde: Serviços Ambientais, para debater a legislação sobre incentivos e/ou pagamentos por serviços ambientais, com a participação de representantes do Ministério da Agricultura, Ministério do Meio Ambiente, EMBRAPA, Instituições Científicas e Instituições da Sociedade Civil, em data a ser oportunamente agendada. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento. **2) REQUERIMENTO N°**

35, DE 2011-CMA, que "Nos termos do Art. 101, I, do Regimento Interno do Senado Federal, requer que o PLC 201 de 2009 seja apreciado, também, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania". Autoria: Aloysio Nunes Ferreira. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento. **3) REQUERIMENTO Nº 36, DE 2011-CMA,** que "Requer, nos termos Regimentais e Constitucionais, que sejam convidados o Senhor Roger Agnelli, ex-presidente da Vale do Rio Doce; o Senhor Darci José Lermen, prefeito de Parauapebas/PA; o Presidente da Associação dos Municípios Mineradores do Brasil (AMIB, Sr. Anderson Cabido; o advogado Jader Alberto Pazinato, e o Promotor de Justiça Danyllo Pompeu Colares, para, em audiência pública nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, prestar esclarecimentos sobre as denúncias de desvio de recursos públicos referentes a impostos e *royalties* da Vale destinados ao município de Parauapebas/PA; e outros". Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Usa da palavra o Senhor Senador Flexa Ribeiro. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento. Ficam adiados os seguintes itens: **1) PDS Nº 90, DE 2007; 4) PLS Nº 612, DE 2007; 5) PLS Nº 5, DE 2011; 8) PLC Nº 35, DE 2009; 9) PLS Nº 64, DE 2010; 10) PLC Nº 201, DE 2009; 11) PLS Nº 258, DE 2009; 12) PLC Nº 147, DE 2009, que tramita em conjunto com o PLC Nº 180, DE 2009; 13) PLS Nº 259, DE 2007; 14) PLS Nº 536, DE 2009; 15) PLC Nº 76, DE 2009.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinqüenta e seis minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg**.** Bloco/PSB – DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª reunião ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A presente reunião destina-se à deliberação de matérias constantes da pauta.

Comunicados da Presidência:

Comunico que às 14h30 ocorrerá reunião da Subcomissão da Copa do Mundo de 2014, nesta mesma sala, com participação de representantes do Estado de Pernambuco e da prefeitura de Recife.

Item 1.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg**.** Bloco/PSB – DF) – Pela ordem Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Com sua permissão, nós temos na pauta da nossa Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle do dia de hoje o item 16 que se refere ao requerimento nº 30 de autoria conjunta minha e da Senadora Marinor Brito. Como corresponde a uma matéria de fundamental importância para em especial o momento político atual em que a sociedade brasileira exige esclarecimentos do Ministro Palocci sobre as suas atividades de consultoria, eu queria solicitar a V. Exª, com a aquiescência da Comissão, a inversão da ordem do dia da reunião de hoje da Comissão para que pudéssemos apreciar primeiramente o requerimento de item 16 da pauta prevista.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg**.** Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Solicitaria a V. Exª a retirada de pauta do item 7.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg**.** Bloco/PSB – DF) – V. Exª será atendido.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, só para registrar que a liderança do Governo concorda com o requerimento do Senador Randolfe de inverter a ordem e votar primeiro o requerimento que diz respeito à convocação do Ministro Palocci. Portanto, estamos de acordo com a inversão de pauta e essa matéria seria, então, o primeiro item a ser votado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg**.** Bloco/PSB – DF) – Vou, então, submeter ao plenário à inversão de pauta.

Aqueles que concordam com a inversão de pauta para que analisemos primeiro o item 16 permaneçam como se encontram.

Aprovado.

ITEM 16
- Não Terminativo –
REQUERIMENTO Nº 30, DE 2011-CMA

Requeiro, na forma do art. 58, § 2º, inciso III, da Constituição Federal, seja o Ministro da Casa Civil, Senhor Antonio Palocci, convocado a prestar informações no Plenário desta Comissão do Senado Federal, sobre as denúncias publicadas na imprensa nacional que dão conta de variação patrimonial de mais de vinte vezes em apenas quatro anos.

Autoria: Senadora Marinor Brito.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

Apenas para indagar à Mesa se há outro requerimento de convocação ou de convite do Ministro Palocci. Porque, se houver, nós poderíamos votar em conjunto, já que é a mesma matéria.

Então, eu gostaria de saber da Mesa se há outro requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg**.** Bloco/PSB – DF) – Não há, Senador. Apenas há este requerimento.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg**.** Bloco/PSB – DF) – Passo a palavra à autora do requerimento, Senadora Marinor Brito, para encaminhamento.

Vou consultar o Plenário se os nobres Senadores e Senadoras concordam que a gente ceda um tempo de cinco minutos para cada Parlamentar fazer a suas observações. É importante ressaltar que, pelo art. 310, os requerimentos não têm discussão, apenas encaminhamento e que seria apenas por um representante de partido ou bloco parlamentar.

Mas eu consulto se o plenário aceita que todos os parlamentares que queriam encaminhar sua votação possam fazê-lo. (*Pausa.)*

Então, vamos dar o encaminhamento regimental.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Parece que faltou a manifestação do Plenário.

Houve rejeição do Plenário?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg**.** Bloco/PSB – DF) – Houve discordância.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – O PSOL concorda. Eu não fui consultada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Nós poderíamos, Excelência, se me permite, consultar cada um dos Partidos e eu peço, faço um apelo e creio que é importante debatermos esse tema.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, seria importante informar o que diz o Regimento, para que os Senadores e as Senadoras possam avaliar isso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – O art. 310 do Regimento diz que "o encaminhamento de votação de requerimento é limitado ao signatário e a um representante de cada partido ou bloco parlamentar, salvo nas homenagens de pesar".

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Vamos seguir o Regimento, Sr. Presidente.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu queria lembrar que outros Senadores assinaram, junto comigo, o requerimento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – O Senador Romero Jucá, o Senador Eduardo Braga, os Senadores do bloco do Governo têm toda a razão de defenderem a questão regimental, para que a discussão do requerimento seja feita por Senadores do bloco parlamentar ou do partido. Mas essa não é a prática nas Comissões. A prática nas Comissões é a de que todos os Senadores possam discutir os requerimentos.

Então, eu queria pedir ao Senador Jucá que, de forma democrática, como sempre tem se portado na liderança do Governo, permitisse que a discussão do requerimento fosse feita por todos os Senadores, e não utilizando agora o Regimento do Senado para impedir a plena discussão do requerimento que, agora, está em pauta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Com a palavra o Líder do Governo, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, a Liderança do Governo insiste em cumprir o Regimento. Portanto, cada bloco indicará a sua questão, até pelo adiantado da hora. Sabemos que várias pessoas de cada bloco gostariam de falar. Mas é importante que cada posição do Regimento seja cumprida. Portanto, vamos defender o cumprimento do Regimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Pela ordem, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, o Regimento proclama que poderão manifestar-se sobre o requerimento os autores do requerimento e, da mesma forma, os líderes de blocos partidários. Dessa forma, solicito a V. Exª que decline o nome dos autores do requerimento. Há mais de um autor desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Os signatários do requerimento são a Senadora Marinor Brito e o Senador Randolfe Rodrigues. Infelizmente, V. Exª, Senador Randolfe, não faz parte desta Comissão.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Mas não há proibição a que o autor do requerimento se manifeste.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, o art. 8º do Regimento Interno proclama, claramente, que qualquer Senador pode ter assento

e se manifestar em qualquer uma das Comissões. É o que dizem os arts. 8º e 9º do Regimento da Casa.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para ajudar, quero dizer que, no caso do Senador Randolfe, mesmo que S. Exª não seja membro da Comissão, concordamos que, como S. Exª assinou o requerimento, seja de praxe que S. Exª também fale. Não queremos obstaculizar a posição do Senador Randolfe.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Sr. Presidente, não se trata de concordar. Isso é regimental. Isso é direito. Não é uma concessão, não!

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – É regimental. Concordamos com isso. Não é preciso discutir isso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – A Presidência vai dar esse entendimento.

Passo a palavra à Senadora Marinor Brito, como autora do requerimento, por cinco minutos.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Apesar de toda a operação-abafa – inclusive, neste momento de debate, houve um único requerimento por parte das lideranças da base do Governo –, ainda continua na ordem do dia a exigência de explicações acerca do fantástico enriquecimento do Ministro Antonio Palocci. Os fatos que, até agora, são conhecidos apresentam fortes indícios de que o repentino enriquecimento nada mais foi do que o velho e conhecido tráfico de influência, com negociação de informações privilegiadas e com venda de facilidades de acesso ao Governo.

Estamos tratando aqui de lucros que foram auferidos pelo então coordenador da campanha eleitoral, nada mais, nada menos, da atual Presidenta da República. São claros os sinais de que a linha que separa o ético e o antiético e o lícito e o ilícito foi quebrada. Informações inerentes ao cargo de Ministro da Fazenda e a notória reaproximação de Palocci do núcleo de poder, tornaram seus serviços profundamente rentáveis. Sua recusa em divulgar o nome dos tomadores de seus serviços, devido a compromissos de confidencialidade beira, na minha opinião, a hipocrisia. Especialmente para uma pessoa que esteve envolvida diretamente na quebra de sigilo bancário de um simples caseiro. O PSOL apoiará e patrocinará todas as ações legais e legislativas que possam contribuir para apuração exemplar dos fatos obscuros que cercam o episódio.

A movimentação que a base do Governo fez na semana passada na Câmara Federal já nos deixa uma antena de alerta de que alguma coisa está errada. O velho ditado popular de "quem não deve, não teme", está na ordem do dia. Qual é o grande motivo da recusa da base governista de que o Ministro Palocci ao ser inicialmente convidado e/ou convocado por Comissões da Câmara Federal, e mesmo do Plenário da Câmara Federal tenha suscitado um grande alvoroço e tomado conta do debate político do País nos últimos dias.

Nós não vamos aceitar que essa recusa continue sendo a voz corrente na base do Governo. Nós conhecemos outros tipos de pressões que estão sendo feitas na base do Governo, inclusive, negociando Palocci *versus* florestas quando se trata do Código Florestal. Nós do PSOL vamos nos diferenciar nesse debate, porque nós queremos que o Ministro Palocci considere a importância do Congresso Nacional também nas questões de transparência, também nas questões de prestação de conta das suas funções.

O Senador Randolfe e eu assinamos um novo projeto que começou a tramitar nesta Casa, na perspectiva de criar mecanismos para que essas questões não voltem a ocorrer. Isso faz parte, inclusive, de uma crítica histórica, e eu queria chamar a atenção aqui da bancada do PT, que ainda no início do Governo Lula, através da direção política do governo, entrou com um projeto no Senado para criar mecanismos, inclusive, de punir funcionários públicos diante de situações assemelhadas como essas. E nesse momento se recusam veementemente a ouvir a oposição nesta Casa, num debate tão simples, sem a presença do Palocci ainda, sem a presença do governo. Nós queremos a presença do Palocci, queremos oportunidade de debater diretamente com ele e tirar as dúvidas que têm não só a oposição mas a sociedade brasileira como um todo hoje, diante de tudo que foi publicado na imprensa nacional diante de todas as evidências de que houve uma situação de apropriação indevida do Ministro Palocci, utilizando-se das prerrogativas do cargo e de poder que ele exerceu recentemente e que ainda exerce diante da Nação.

É isso. Eu queria pedir a sensibilidade da base governista para que acabe com o debate. Vamos encerrar o debate, vamos trazer o Ministro Palocci, vamos ouvir o Ministro Palocci e vamos dar oportunidade, não só a ele, mas ao Governo, de dizer que não existe nenhum comprometimento ilícito vinculado às empresas do Ministro Palocci.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço a V. Exª Senadora Marinor Brito.

Passo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Excelência, o que nós, na preliminar, estávamos argumentando aqui é um direito elementar que a parte, nos tribunais, exige quando sabe que vai ser derrotada: o direito ao *jus sperniandi*. Pelo visto, até esse direito precisou de muita cobrança para ser, de fato, concretizado, executado e exercido agora por nós.

Excelência, hoje está sendo inaugurada a coleta de assinaturas de uma comissão parlamentar mista de inquérito. A aprovação desse requerimento tornaria a comissão parlamentar de inquérito inócua: basta um esclarecimento público do Ministro Palocci. E se antes o esclarecimento era para umas três perguntas, neste momento, o esclarecimento é para uma pergunta apenas: para quem o Ministro prestou consultorias? Ou seja, para quem a consultoria do Ministro trabalhou? É essa a pergunta.

É uma pergunta simples que merece uma resposta simples. Basta declinar isso. Se achar que isso fere as regras de mercado – e o Ministro tem sido muito leal às regras de mercado na sua atuação, tanto como Ministro da Fazenda como, agora, como Ministro da Casa Civil –, que o Ministro venha à Comissão, aceite uma reunião secreta desta Comissão e diga aqui, decline o nome das empresas para quem trabalhou.

E responda uma segunda pergunta, que considero fundamental, Sr. Presidente, que é a seguinte: por que as empresas de consultoria do Ministro tiveram um acréscimo tão formidável, coincidentemente, entre os meses de outubro, de novembro e de dezembro do ano passado?

Sr. Presidente, veja a dicotomia colocada, veja os inversos aqui colocados. Se esclarecido, nem CPI será necessário nesta Casa. Está esclarecido, o Ministro cumpriu uma função republicana, que é a de qualquer gestor público prestar contas dos seus atos, inclusive se esses atos tiverem sido auferidos no exercício de função privada. Não nos esqueçamos de que ele tinha, no exercício da função privada, duas funções públicas fundamentais, uma de parlamentar e outra de coordenador da campanha daquela que veio a ser Presidente da República.

Se esclarecido, está resolvido. Se não esclarecido, permita-me, Presidente, permitam-me os colegas, os parlamentares da base de apoio ao Governo, o Ministro não terá condições de continuar. O Ministro não terá condições republicanas.

Nós estamos com este requerimento, ao contrário do que se pensa, ajudando a Presidente Dilma. A Presidente Dilma não pode ficar com um Ministro enfraquecido na chefia da sua Casa Civil. A Presidente Dilma não pode ficar com um Ministro que tem pesando sobre ele a suspeita do Parlamento, da República e do conjunto da sociedade brasileira.

São dois os caminhos a serem optados nesta votação agora: o primeiro, o esclarecimento, que resolve tudo sem haver razões para uma CPI; o segundo, o não esclarecimento, a obstrução, a tentativa de garantir sequer o *jus sperniandi* da oposição. Se a opção for pelo segundo caminho, ele poderá triunfar no Parlamento, mas não sei se triunfará na sociedade brasileira. E não sei também se dará ao Ministro condições de continuar dirigindo e coordenando politicamente o Governo. Como também não sei se não comprometerá o Governo da Presidente Dilma.

Ao contrário do que se pensa, nós estamos com esse requerimento tentando ajudar e apoiar a Presidente Dilma e, por isso, esperamos que ele seja aprovado para que os esclarecimentos aqui sejam prestados.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Randolfe Rodrigues.

Passo a palavra ao Senador Alvaro Dias, como terceiro signatário do requerimento e, em seguida, passo a palavra para um representante de cada partido, para encaminhamento da votação.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias, por cinco minutos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, deveria ser irrecusável essa convocação. A própria Presidente Dilma Rousseff deveria recomendar à sua base de apoio no Congresso Nacional a aprovação de requerimentos que tenham por objetivo esclarecer denúncias que são da maior gravidade.

Sr. Presidente, o silêncio da Presidente Dilma consagra a cumplicidade. É usual em governos rigorosos em relação à ética, o afastamento do denunciado até que os esclarecimentos cabais sejam oferecidos, em respeito à sociedade. Não haveria outra providência para evitar omissão e cumplicidade a não ser o afastamento do Ministro Palocci.

Não há como o Congresso Nacional se omitir diante de fatos tão palpáveis como esses, revelados pela imprensa, que configuram improbidade administrativa.

A Lei nº 8.429, de 1992, no seu art. 9º, prescreve:

Art. 9º. Constitui ato de improbidade administrativa, importando em enriquecimento ilícito, auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida, em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade, nas entidades mencionadas no art. 1º da lei.

§ 7º. Adquirir para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza, cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, há jurisprudência firmada. Leio o trecho que importa neste caso, da relatora Laurita Vaz:

Mandado de Segurança nº 12.536.

A conduta do servidor tida por improba não precisa estar necessária e diretamente vinculada com o exercício do cargo público. Com efeito, mesmo quando a conduta é perpetrada fora das atividades funcionais,

se ela evidenciar incompatibilidade com o exercício das funções do cargo, por malferir princípios basilares da Administração Pública, é, sim, possível de punição na esfera administrativa, inclusive com a pena máxima de demissão, mormente como no caso em apreço em que o servidor apresenta enriquecimento ilícito.

Portanto, Sr. Presidente, a legislação vigente no País está a sinalizar os caminhos que devemos percorrer. Os esforços da oposição começaram com um voto de confiança, aguardando numa segunda-feira as explicações do Ministro Palocci. As suas explicações não convenceram, até porque, mesmo que considerássemos a explicação lógica, ela teria que vir acompanhada da comprovação. Mas a comprovação não houve. Diante da insuficiência da resposta aos questionamentos públicos, a oposição protocolou, na terça-feira da semana passada, representação junto ao Procurador-Geral da República.

No dia de hoje, juntamente com o DEM, do Líder Demóstenes Torres; o PPS; o PSOL; e o Senador Jarbas Vasconcelos, assinamos mais duas representações, aditando fatos novos que envolvem a figura do Ministro Palocci.

Requerimentos como este estão sendo apresentados também na Câmara dos Deputados. Mais quatro requerimentos em quatro comissões da Câmara dos Deputados. E como disse o Senador Randolfe, a CPI Mista que anunciamos hoje, com coletas de assinaturas, perderia o sentido se o Ministro Palocci comparecesse a esta Casa e prestasse esclarecimentos que pudessem elucidar, de forma cabal, as denúncias contra ele assacadas.na imprensa do País. Blindar o Ministro Palocci nesta hora é prevaricação. A omissão é cumplicidade; cumplicidade da Presidência da República e omissão do Parlamento brasileiro ao não adotar os mecanismos de que dispõe para a necessária investigação.

Portanto, Sr. Presidente, o apelo que formulamos à base aliada do Governo, já que temos noção exata do nosso tamanho nesta Casa, do tamanho da oposição, já que sabemos que há aqui uma monumental máquina de blindagem operacionalizada a partir da Presidência da República, só nos resta a esperança do apelo para que a base aliada, com a inteligência de quem quer encerrar o assunto da melhor forma possível, aprove esse requerimento, para evitar desdobramentos que podem ser ainda mais desgastantes para o Governo da Presidente Dilma.

O SR. PRESIDENTEN (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço a V. Exª, Senador Alvaro Dias. Peço desculpas pelo lapso, mas também o Senador Demóstenes Torres é autor, tinha assinado o requerimento, o último signatário. Em seguida, passarei a um representante de cada partido.

Com a palavra o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, no penúltimo fim de semana, o jornal *Folha de S.Paulo*, na edição de domingo, trazia, e trouxe, uma revelação a respeito do Ministro Antonio Palocci. De que ele tinha multiplicado o seu patrimônio por vinte vezes nos últimos quatro anos. Por si só, isso não causaria nenhuma estranheza se as atividades que ele exerceu no período em que era Deputado Federal pudessem levar a esse enriquecimento lícito. Em seguida, veio a constatação de que o Ministro Antonio Palocci, então Deputado Federal, tinha agido na condição de consultor, o que a legislação, *a priori*, não veda. O que a legislação veda, inclusive com perda de mandato, processo penal e processo civil, é quando essa consultoria é feita para agentes que interajam com o Poder Público e recebam recursos do Poder Público em decorrência dessa atividade.

Então, a oposição foi muito cautelosa num primeiro momento. A reação foi cobrar do Sr. Ministro Antonio Palocci que ele viesse a público e esclarecesse aquela dúvida aparente que ocorria em torno de sua atividade como consultor. Em seguida, a própria empresa, e ele confirma, de que ele é sócio majoritário, tem 99,9% do capital social, veio a público confirmar a informação de que, na realidade, ele tinha recebido R$60 milhões. Portanto, a sua riqueza não tinha se multiplicado por vinte vezes, mas por sessenta vezes.

E mais: veio a constatação de que ele teria faturado tanto quanto as duas maiores empresas de consultoria do Brasil, a Tendências e a LC Consultoria. Só que essas empresas tem, primeiro, um portfólio enorme de clientes e, segundo, uma estrutura operacional de funcionários muito grande. Embora não haja esclarecimento acerca desse fato, parece que a consultoria do hoje Ministro Palocci teria apenas um servidor. Então, além de tudo, o Ministro teria que ser um trabalhador intenso, um homem que praticamente não dormiria, porque ele era uma espécie de líder informal do Governo, foi o homem que tocou o projeto do pré-sal na Câmara, foi aquele que tocou o projeto, afinal de contas, empacado, da reforma tributária, coordenou a campanha da atual Presidente Dilma Rousseff e, além disso, prestava consultoria com um só servidor, arrecadando tanto quanto as maiores empresas de consultoria do Brasil.

Apesar das dúvidas fundadas acerca da lisura dessa atividade, o que nós estamos querendo com o pedido, aqui, é fazer com que o Ministro venha e responda, como disse o Senador José Agripino de outra

feita, não por intermédio de outras pessoas, mas que ele apareça e venha dar os esclarecimentos, que ele apresente os documentos da sua atividade.

É sabido que cláusula de confidencialidade não prevalece em relação ao Poder Púbico, principalmente quando há suspeita de lesão ao Erário, quando há suspeita de enriquecimento ilícito. E cláusula de sucesso, convenhamos, todo mundo sabe aqui, é para atividade típica de advogados. Quando um cliente tem uma causa muito boa, mas não tem como custear aquela causa, o advogado banca aquela causa e, ao final, em vez de receber 5%, 10% ou até 20% a título de honorários, recebe 50% se a causa tiver êxito.

E, agora, só para concluir, Sr. Presidente, aparece uma outra situação em que o Ministro Palocci se envolveu como Deputado Federal. A Lei de Diretrizes orçamentárias de 2008 proíbe que sejam repassados recursos do Governo a entidades que sejam dirigidas ou que tenham como dirigente um parente do parlamentar. Ocorre que uma cunhada – hoje tranquilamente reconhecida pela lei e pelos tribunais como parente –, do Ministro Palocci era Vice-Presidente de uma fundação em Ribeirão Preto que recebeu R$250 mil em recursos.

Nós estamos representado ao Sr. Procurador-Geral da República mais duas representações, na data de hoje, e estamos tentando coletar as assinaturas. Mas o que queremos aqui, de uma forma muito serena – e acho que muitos até da base do Governo –, é que o Ministro venha a público e traga os esclarecimentos. Quem sabe não estamos errados e o Ministro tenha explicações convincentes? Mas ele precisa dar essas explicações; ele precisa vir a público e dizer como é que desempenhou essa atividade.

Então, vamos votar favoravelmente ao requerimento de convocação e vamos tentar tocar outros expedientes para que o Ministro seja desentocado e venha a público explicar todos esses questionamentos, que, pode crer, Sr. Presidente...

(Falha no registro de áudio.)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – (...) o Brasil inteiro quer saber como o Ministro Palocci ganhou tanto dinheiro em tão curto período, com tão pouco tempo para a atividade e com poucos servidores, e, ainda assim... Claro que com *expertise*, pois todos sabem do talento que o Ministro tem, não é verdade? Mas nós gostaríamos mesmo é que ele viesse, falasse e trouxesse os documentos que provassem a sua inocência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Demóstenes Torres.

Quero registrar, com muita alegria, a presença entre nós da Deputada Rebecca Garcia e também do Ministro Alysson Paulinelli, que muito nos honram com as suas presenças aqui nesta Comissão.

Vamos passar agora a palavra para um representante de cada partido a fim de fazer o encaminhamento por cinco minutos.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Partido ou bloco, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Partido ou bloco.

Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, entendo que estamos vivendo, neste momento, uma situação extremamente peculiar e importante. Entendemos e, inclusive, respeitamos o papel que a oposição tem, que é a sua missão, mas entendemos também que o nosso principal compromisso deve ser o compromisso com a verdade, o compromisso com o respeito àqueles que são acusados e que, antes mesmo que possam fazer a sua defesa, são já aqui julgados.

Na verdade, várias das coisas que foram ditas e colocadas por intermédio da imprensa são questões levantadas como suposições, como ilações, como dúvidas. Acusações textuais, formais, prova daquilo que está sendo levantado, até o presente momento, não surgiram. Portanto, até que haja uma prova em contrário, o Ministro Palocci é inocente. As explicações que foram dadas até agora, os próprios órgãos de imprensa – quem leu as revistas no final de semana, comentários de jornais etc – sustentam uma tese de que não há, em princípio, ilegalidade visível nos fatos que estão sendo relatados até o presente momento.

Portanto, eu entendo que nós não temos o direito, por mais que o Parlamento tenha o papel da fiscalização, o papel de procurar identificar aquilo que de errado há, não somente no Executivo, mas em outros poderes e nele próprio, não nos cabe fazer um prejulgamento. É o que está sendo feito aqui. Aliás, alguns dos parlamentares que aqui se pronunciam são promotores, fazem uma acusação com uma peremptoriedade, uma certeza invejável como se conhecessem sobejamente todos os fatos, e não como se conhecessem somente por intermédio da imprensa, e mais à frente já se julgam os próprios juízes. Aqui já se fala em enriquecimento ilícito, já se fala em improbidade administrativa, já se fala de tantas coisas que só quem já foi na vida acusado de forma injusta sabe o quanto pesam essas questões sem comprovação.

A oposição tomou uma iniciativa na semana passada; por intermédio de uma representação à Procuradoria Geral da República, demandou explicações do

Ministro Palocci. Fez uma representação à Procuradoria Geral da República para que apurasse os fatos em tela. E o Procurador Geral da República cumpriu com a sua responsabilidade e com o seu papel: encaminhou ao Ministro Palocci um questionário por meio do qual ele deveria explicar as questões que constam da representação apresentada pela oposição.

Antes mesmo que se esgote o prazo para que o Ministro Palocci responda, a oposição já toma várias iniciativas que demonstram que o que está por trás desses atos não é a busca da verdade e do esclarecimento, mas é a busca da disputa política; é a busca de trazer para cá o contraditório de governo e oposição. E muitas vezes isso vem eivado de coisas que não são verdadeiras, até porque todos nós temos memória. Aqui foi dito por um Senador da oposição que o habitual, em governos que têm integrantes em algum momento sob suspeita, é afastá-los. Não foi isso o que aconteceu no governo do Senador que falou aqui. Em vários momentos, em várias situações, ministros do governo Fernando Henrique Cardoso ficaram sob suspeição, foram acusados, e em nenhum momento o Presidente Fernando Henrique Cardoso fez um afastamento preventivo, até porque o afastamento preventivo muitas vezes é também uma forma de prejulgar. E, pelo sentido de justiça que tinha o Presidente, ele não agiu.

Então, eu faço aqui o pedido, porque não estamos deixando as coisas sem resposta. Mas faço o pedido no seguinte sentido: não há essa representação. O Ministro Palocci já não foi instado a responder por essas questões? Por que nós não podemos esperar pelas respostas dele e, só a partir daí, se essas respostas não forem capazes de promover o convencimento do Congresso Nacional, se pensar em outras alternativas, em outras possibilidades? Mas neste momento é politizar, partidarizar um tema cuja gravidade para o nosso País todos nós sabemos e fazer um prejulgamento.

Então, eu queria, na condição de líder do Bloco – não sei se os integrantes do Bloco me conferem a possibilidade de fazer esse encaminhamento –, quero encaminhar pela rejeição do requerimento apresentado pelos nobres Colegas, nobres companheiros, cuja intenção nós respeitamos, mas entendemos que, neste momento, essa colocação é extemporânea. Vamos dar o tempo necessário para que o Ministro Palocci responda; temos informações de que ele o fará antes mesmo do prazo definido pela Procuradoria Geral da República; e todos nós temos convicção, certeza, uma grande expectativa de que ele responderá a contento a todas as indagações que lhe forem formuladas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço ao Senador Humberto Costa, que falou pelo Bloco PT/PR/PDT/PSB/PCdoB/PRB.

Pela ordem, Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, eu vejo que há o mesmo propósito entre oposição e situação: obter esclarecimentos do Ministro Palocci. Então, eu proporia que nós adiássemos por dois dias a votação e o Ministro viesse a público dar as explicações. Aí, quem sabe, não haveria necessidade de se votar esse requerimento.

Já que todos querem os esclarecimentos do Ministro, quem sabe a gente não suspende a votação por dois dias e o Ministro vem a público apresentar esses esclarecimentos.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Para contraditar, com a palavra o Líder do Governo, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente o Ministro Palocci responderá no prazo dado pelo Ministério Público; já respondeu a primeira vez, já deu informações ao Conselho de Ética e, portanto, nós vamos continuar discutindo e votando o requerimento. Uma coisa não elide a outra e nós vamos votando o requerimento e o Ministro Palocci, no tempo necessário, dará as informações solicitadas pelo Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Esse é o entendimento da presidência e passo a palavra, agora, ao Senador Agripino Maia, que encaminhará pelo Bloco PSDB/DEM. V. Exª tem cinco minutos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria de, inicialmente, de repor essa discussão e começo por onde terminou o Senador Costa, Líder do PT, que falou claramente que se deseja politizar ou partidarizar uma questão que neste momento estamos tratando.

Eu gostaria de deixar claro o seguinte: a denúncia sobre o enriquecimento ilícito do Ministro Palocci – e o termo "enriquecimento ilícito" não é nem ao menos nosso – surgiu inicialmente de um grande jornal no País, a *Folha de S. Paulo*. E, em seguida, a matéria foi desdobrada e hoje é manchete, há mais de três dias, em todos os jornais de circulação nacional do Brasil.

É matéria nas redes de televisão; é matéria nos editoriais de rádio; e é matéria – pasme, Sr. Presidente! – até em joguinhos na Internet. Eu estava lendo agora num portal da Internet que até joguinhos da Internet já tratam de forma jocosa a questão Palocci. Impõe-se, portanto, à oposição o esclarecimento desses fatos.

A nossa obrigação, em função de uma denúncia que nem ao menos foi feita por qualquer partido de oposição, mas pela imprensa do Brasil, cabe a nós cobrar explicações de quem precisa explicar. E, nesse fato, nesse sentido, eu desejo muito claramente que tenho a consciência do que são as responsabilidades de alguém que exerce vida pública. Quem está na vida pública tem o direito de enriquecer, como qualquer cidadão brasileiro; agora, tem a obrigação, pelo fato de exercer vida pública, de fazer da sua vida um instrumento de transparência.

Quem está na vida pública tem a obrigação de prestar contas à sociedade sobre denúncias que são feitas. E o que aqui está se colocando é a necessidade imperiosa de o Ministro explicar fatos

O Ministro é dono 99,9% de uma empresa de consultoria chamada Projeto. Eu sou engenheiro, tenho registro no Crea para exercer minha profissão. Qualquer advogado, para exercer a profissão, tem de ter registro na OAB. Quem faz consultoria tem a obrigação de fazer o registro no órgão próprio. Existe um órgão próprio que concede ou não autorização para que pessoas sejam consultores. Qual é o número do registro do Ministro Palocci, para que ele possa exercer a atividade? Essa é a primeira pergunta que tem de ser feita, mas que nunca ninguém fez.

O segundo ponto é que o Ministro Palocci, pelos dados divulgados – e ele terá a grande oportunidade de explicar e de rebater ou não os fatos que foram anunciados –, somente nos meses de novembro e de dezembro, teria faturado R$10 milhões, depois de a Ministra Dilma ter ganhado a eleição. Ele, tendo sido coordenador da campanha da Ministra Dilma, foi visto, evidentemente, como homem de grande influência no Governo. E ele teria ganhado R$10 milhões em dois meses. É de se supor que alguém possa imaginar, maliciosamente ou não, que tenha havido tráfico de influência. A oportunidade de o Ministro desfazer essa suspeita é a vinda dele ao Congresso Nacional, que é a Casa do povo.

Ninguém deseja crucificar o Ministro Palocci. Eu, pessoalmente, tenho grande simpatia por ele. Mas o dever da oposição é esclarecer os fatos que estão chocando a sociedade, levando a que joguinhos na Internet brinquem com uma figura pública muito importante do atual Governo do Brasil. O que se deseja, portanto, como aqui muito bem disse o Senador Demóstenes, é a oportunidade que a sociedade exige – e a oposição faz desse desejo da sociedade uma manifestação sua – é que o Ministro venha aqui, pessoalmente, não por interpostas pessoas, para oferecer esclarecimentos que se impõem a uma figura pública. Qualquer pessoa tem o direito de constituir patrimônio. Mas quem exerce a vida pública, repito, tem o dever de ter sua vida transparente. O que se deseja é isso, sem radicalismos, sem excessos, com o compromisso de fazer com que a sociedade tenha sua curiosidade e seu interesse atendidos, é a presença do Ministro nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Agripino.

Para encaminhar a votação do requerimento pelo bloco PMDB/PV/PP/PMN/PSC, passo a palavra ao Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, essa controvérsia – lamentavelmente, esta reunião demonstra isso – está sendo alimentada obsessivamente. É uma constatação que, infelizmente, temos de fazer. E evidentemente também pelos discursos aqui feitos.

Não vou generalizar, não podemos generalizar, até porque, Sr. Presidente, algumas vozes da oposição foram sensatas, cobraram serenidade e disseram, como a grande maioria dos partidos aqui presentes, que não há nada, absolutamente nada há a explicar. Ora, se não há irregularidade, se não há crime – só pode haver irregularidade e crime no Brasil quando uma lei anterior os define –, se o Ministro Palocci deu as explicações que foram cobradas, se a própria Procuradoria-Geral da República pediu explicações e deu um prazo para que essas explicações fossem dadas – e elas serão dadas –, não há outra coisa a fazer aqui senão recomendar – e é o que peço aos Senadores do PMDB e aos membros do nosso bloco – que se rejeite o requerimento.

Do ponto de vista do papel fiscalizador do Congresso Nacional, se há aprimoramento institucional a se fazer, que façamos o aprimoramento institucional! O que não podemos fazer, Sr. Presidente, é transformar esta Comissão em palco político, para que daqui saia uma disputa política, que, entre outras coisas, objetiva desgastar um governo que está no começo e que está muito bem administrando o Brasil. E esse é o entendimento da maioria do povo brasileiro.

De modo que a recomendação que faço aos companheiros do PMDB e do Bloco é que votem contrariamente ao requerimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Só queria chamar atenção, se me permite, e alertar a Mesa que a retirada de requerimento é uma faculdade que cabe aos líderes – perdão –, é uma faculdade que

cabe aos autores da proposição conforme preceitua o art. 257, do Regimento Interno.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, nós já estamos em processo de votação e subscrevo o requerimento também para que o requerimento não possa mais ser retirado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, esse instituto vai ser inédito à luz do Regimento.

Nós ficamos felizes em saber que o Senador Romero está subscrevendo o requerimento também.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Randolfe, esta Presidência procurou ser extremamente democrática, dando oportunidade para que todos os autores do requerimento falassem, houve encaminhamento e, portanto...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu não aceito subscrição no meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senadora Marinor, nós agora vamos fazer a votação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não Presidente, tem Regimento, faltam lideranças falarem. Tem procedimento.

E até agora o que a presidência fez foi cumprir o Regimento. Eu acho que a presidência pode continuar cumprindo o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vai cumprir e todos os blocos aqui representados nesta Comissão já se pronunciaram, salvo o PTB, que abriu mão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O PSOL não falou.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O PSOL falou. V. Exª encaminhou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – A liderança não falou. A Líder do PSOL não falou.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu falei como autora. Nós falamos como autores.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – A Presidência vai conceder a palavra ao representante do PSOL. Senadora Marinor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, tem uma questão de ordem.

Ainda reitero o Regimento Interno agora, suscitando uma questão de ordem que deve ser resolvida por V. Exª. E questão de ordem está previsto no art....

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Passo a palavra a Senadora Marinor Brito e, em seguida vou responder a sua questão de ordem.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – A questão de ordem precede, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – A questão de ordem precede Exª. É procedimento regimental.

Antes de V. Exª responder a questão de ordem, só para eu poder colocar as questões.

Primeiro, o art. 256 do Regimento diz: "Qualquer um dos autores do requerimento pode pedir a retirada da pauta".

Nós aqui apresentamos uma questão de ordem, o Senador Romero, com agilidade, não é á toa que ele é Líder do Governo, pediu para subscrever o requerimento. Eu acho que não há problema, só que terá um constrangimento para o Senador Líder Romero. Ele vai votar contra o requerimento que ele vai acabar de assinar?

Eu queria impedir esse constrangimento.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Já fez isso várias vezes. Eu já tenho experiência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Senador Demóstenes, na minha estada aqui no Senador, não. Então eu não quero ver essa cena por parte do nosso querido Líder do Governo.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu também não queria.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Perdi as esperanças.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu vou ler para os Srs. e Srªs Senadores o art. 243:

Art. 243. Considera-se autor da proposição o seu primeiro signatário, quando a Constituição ou este Regimento não exija para sua apresentação número determinado de subscritores. Não se considerando neste último caso assinaturas de apoiamento."

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Ótimo.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Então está desconsiderada...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – É uma pena não poder contar com a assinatura do Senador Romero.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Portanto, de acordo com o Regimento...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu estou frustrada também, como autora do requerimento...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Nós lamentamos.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para dizer que a Mesa considerou todos os subscritores, autores porque concedeu a palavra a todos o subscritores. Então, apoiamento é uma coisa...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – É uma prerrogativa da Mesa.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Apoiamento é uma coisa, a Mesa decidiu que quem assinou o requerimento era co-autor e, portanto, deu palavra como autor. Então eu peço a V. Exª que reveja essa questão, tendo em vista que uma definição já foi dada pela Mesa em ato efetivamente tomado, que foi a palavra dos Senadores e Senadoras.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, uma questão de ordem aqui.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Estou aguardando a minha vez.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – É pela ordem?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, tenho uma pergunta a V. Exª. O Senador Jucá, de forma bastante rápida, se prontificou a assinar o requerimento como autor. Mas ele o fez após o Senador Randolfe e a Senadora Marinor solicitarem a retirada do requerimento de pauta.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Quer dizer que V. Exª foi mais rápido do que o pensamento do Senador Randolfe. V. Exª, cada vez, surpreende mais os seus Pares. *(Risos.)*

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Excelência, acho que está claro que é intempestiva a entrada da assinatura do Senador Romero, por mais que nós queiramos. Por mais que eu, Senadora Marinor, Senador Demóstenes, autores do requerimento quiséssemos. Eu até lamento não termos recolhido essa assinatura antes. Mas está claro que é intempestivo, conforme o dispositivo que V. Exª mesmo leu.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O primeiro signatário do requerimento é a Senadora Marinor Brito.

Passo a palavra à Senadora Marinor Brito.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, eu queria deixar muito claro o posicionamento do Partido Socialismo e Liberdade.

Nós apresentamos, na Câmara e no Senado, uma proposta de emenda à Constituição para coibir o uso dos conhecimentos conseguidos pela ocupação de cargos estratégicos na área econômica do Governo Federal para enriquecimento. Isso serve para todos. Nós estamos aqui resguardando as informações privilegiadas que as pessoas que ocupam cargos estratégicos no Governo têm, para que essas informações não venham servir depois de ganhos extraordinários a políticos que historicamente aqui, como foi mencionado...E, lamentavelmente, a própria carta enviada pelo Ministro Palocci também trata dessa questão. Ele arrola em sua defesa inúmeros exemplos de ex-Ministros da Fazenda ou de ex-Presidentes do Banco Central que, ao saírem dos cargos ocupados, tornaram-se importantes nomes no setor privado, sendo contratados de forma generosa por instituições privadas. A *expertise* oferecida por esses senhores diz respeito ao conjunto de informações da política econômica, as quais tornam-se lucrativas se socializadas com esses setores.

Nós estamos aqui tratando de uma questão, Senadores, que tem um estreito relacionamento da dívida pública com a questão do capital financeiro. Nós não estamos tratando de informações quaisquer; estamos tratando de informações privilegiadas sobre as decisões acerca da política econômica do nosso País.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, com todo o respeito que tenho pelo Líder do PT, Senador Humberto Costa, que acusa a oposição de fazer juízo de valor antes de ter as provas, de estarmos nos pautando pela imprensa para tomar decisões e acusar o Ministro Palocci, quero deixar claro que nós não estamos fazendo acusação; ao contrário, nós estamos querendo deixar de nos pautar pelas informações da imprensa. Queremos ter o direito de saber e de informar à opinião pública, através do próprio Ministro Palocci, se assim ele o desejar e o Governo permitir, que ele próprio venha aqui dizer que o que a imprensa está dizendo é mentira; trazer as provas de que o que está sendo dito pela imprensa é mentira.

Mas, até agora, não o fez; ao contrário, as declarações feitas, o material enviado aqui para o Senado Federal, pelo menos o que eu recebi no meu gabinete, mostram exatamente o contrário.

Fui há pouco, eu levantei, vocês viram uma movimentação aqui, para conversar com o Senador Humberto Costa; depois, tentei conversar com o Líder do Governo, Senador Jucá, exatamente tentando encontrar um caminho para que esse assunto seja fartamente esclarecido, com transparência. E fizemos duas representações na Procuradoria-Geral da República, eu assinei, subscrevi pelo PSOL. Então, retiramos o requerimento de votação e queríamos apenas o acordo do Líder do Governo de que, se forem suficientes as informações prestadas pelo Palocci, na Procuradoria-Geral da República, nós ficaríamos tranquilos. Se não forem, a gente reapresenta o requerimento já com o relatório elaborado pela Procuradoria-Geral da República.

Não é justo que a Liderança do Governo nos acuse de estarmos acusando; muito pelo contrário, estamos dando a oportunidade ao Governo, ao Mi-

nistro Palocci, a toda a equipe do Governo, inclusive à própria Presidenta Dilma, de prestarem os esclarecimentos devidos à Nação.

E aqui e agora, já que não tem acordo, porque ele diz que não pode responder pelo Palocci, mesmo sendo Líder do Governo – ele disse isso para mim –, eu quero, baseada no art. 256, retirar o requerimento da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Prezada Senadora, o art. 256, no seu § 1º...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Gostaria que V. Exª lesse o artigo.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vou ler.

O art. 256, no seu § 1º, diz:

§ 1º O requerimento de retirada de proposição que constar da Ordem do Dia só poderá ser recebido antes de iniciada a votação e, quando se tratar de emenda, antes de iniciada a votação da proposição principal.

§ 2º Lido, o requerimento será:

I – despachado pelo Presidente, quando se tratar de proposição sem parecer de comissão ou que não conste da Ordem do Dia;

II – submetido à deliberação do Plenário: Imediatamente, se a matéria constar da Ordem do Dia.

Então, a retirada de pauta será submetida ao Plenário.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Exatamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Aqueles que concordam com o requerimento da Senadora Marinor Brito, de retirada de pauta, permaneçam como se encontram.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Excelência... Excelência... V. Exª não me deu tempo para argumentar sobre a retirada do requerimento...

SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O requerimento foi mantido.

Pela ordem, tem a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Depois eu quero falar também, pela ordem, Sr. Presidente.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – A Mesa está tão célere quanto foi o Senador Jucá, que não espera nem a autora do requerimento pedir esclarecimentos sobre a leitura.

Eu queria que V. Exª tivesse a mesma tranquilidade que teve, na semana passada, o Senador Paim, a pedido da bancada do Governo, quando a Senadora Marta retirou o Projeto da Comissão de Direitos Humanos relacionado com a criminalização da homofobia. Quando é de interesse do Governo, pode retirar, mesmo estando em votação. Quando não é de interesse do Governo, o processo é célere e V. Exª acabou atropelando a discussão e que, antidemocraticamente, não me permitiu.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, eu queria apelar a V. Exª... Eu quero não considerar essa votação, porque é uma afronta regimental, Excelência. Veja que claramente o art. 243, do Regimento Interno, fala quem é o autor do requerimento. A autora do requerimento pediu a retirada.

O art. 256, logo no seu início, diz que a retirada de proposição de autoria de um ou mais Senadores será feita mediante requerimento do autor ou do primeiro signatário. O Regimento é claro: antes de entrar no inciso correspondente à Ordem do Dia, a Ordem do Dia que nós vamos deliberar. O Regimento, antes, não teria sentido. Não teria sentido o legislador que preparou o Regimento Interno da Casa ter colocado logo no *caput* a possibilidade de o autor retirar se essa possibilidade, essa faculdade não compreendesse o autor.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Quero apelar para V. Exª nesse sentido.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente, pela ordem. O requerimento não já foi votado e rejeitado? Não estou entendendo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Não, não, o requerimento não foi nem votado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – A retirada do requerimento foi votada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – O requerimento de retirada já foi submetido à votação e rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – É verdade. Vamos submeter...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente. Só para um esclarecimento da Mesa.

Parece-me que foi feito um requerimento e V. Exª decidiu como se fosse outro requerimento. Não está se pedindo a retirada de pauta; V. Exª decidiu como havendo requerimento para retirada de pauta, não é isso. O que se está pedindo é a retirada definitiva do requerimento. Aí é um ato unilateral, qualquer um pode fazê-lo, a qualquer tempo.

Então, não há um pedido para retirada de pauta, há um pedido de retirada do requerimento, para extinguir, acabar com o requerimento. Se não me engano, é a proposta da Senadora, que é a primeira subscritora.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – E o efeito é imediato.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Então, não há dúvida. Se o propositor não quer, não há o que discutir. Não é verdade?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Demóstenes, com todo o respeito a V. Exª, que é um eminente conhecedor do Regimento, o entendimento da Mesa é diferente. O art. 256 é claro quando regulamenta a retirada de proposições em curso no Senado.

Vou ler novamente o §2º:

"§ 2º Lido, o requerimento será:

II – submetido à deliberação do Plenário, imediatamente, se a matéria constar da Ordem do Dia;

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Mas não foi deliberado nem submetido à deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Não, eu submeti à deliberação e o Plenário decidiu não retirar de pauta.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Mas não é retirada de pauta.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Alvaro Dias, pela ordem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu apresento um projeto, que é até maior do que um requerimento, e posso retirar o meu projeto, independente da vontade de quem quer que seja. Isso aí...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Permita-me. Não sou eu o primeiro signatário, mas não está sendo retirado de pauta. A primeira subscritora pede a retirada do requerimento. É um direito dela.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O requerimento não existe mais, é um ato unilateral.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, V. Exª está legitimamente decidindo, mas me parece que de forma inusitada. Tem sido prática nesta Casa em todas as reuniões o exercício dessa prerrogativa da retirada do requerimento de pauta, ou mesmo da sua retirada por algumas reuniões, ou ainda a suspensão para melhor avaliação da proposta apresentada.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu não considero isso fundamental. Votar ou retirar tem a mesma consequência. Significa que o Ministro não virá. Apenas, Sr. Presidente, acho que essa intransigência acaba gerando um precedente que pode ser utilizado posteriormente. Imagino que a retirada do requerimento é uma prerrogativa que tem o autor. O autor apresenta e retira se mudar de opinião ou em função das circunstâncias. Já que, neste momento, é visível a impossibilidade de aprovação do requerimento, a autora opta por retirá-lo da pauta.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É uma espécie de renúncia. Ela renunciou ao requerimento.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não é retirada de pauta, não. É retirada de proposição.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Excelência.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, o Senador Romero Jucá.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Excelência, pela ordem. Estou pedindo. Vai ser preciso gritar para ser ouvida? Eu não quero fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Já passei a palavra ao Senador Romero Jucá. V. Exª vai falar, Senadora.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Estou desde quando pedindo pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para registrar que há uma diferença entre tirar de pauta e extinguir o requerimento. A Senadora Marinor é dona do requerimento. Se ela não quer tirar de pauta e se extinguir o requerimento, retirando o requerimento da Comissão, na minha visão e com a

minha concordância, é possível extinguir o requerimento, retirando-o, e ela torna o requerimento sem efeito.

Retirar de pauta é não votar hoje e ele ficar pendente para amanhã, porque já estava na ordem do dia. Ela está extinguindo o requerimento; ela o está retirando do processado definitivamente. Portanto, nós concordamos, Sr. Presidente, que é diferente e concordamos com a extinção do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra a Senadora Marinor Brito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Até uma posterior representação.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – O apelo que fiz a V. Exª, que podia ter me ouvido, era exatamente esse, porque cada um interpretou do jeito que quis aqui. Quando V. Exª acabou de ler o Regimento, eu pedi a palavra pela ordem, V. Exª não me ouviu e colocou em votação, gerando toda essa celeuma aqui.

O direito é meu, o requerimento é meu. Eu retiro. Se a expressão que o Governo quer usar é extinguir, fique à vontade! Como disse o Senador Alvaro Dias, o efeito é o mesmo. Estou retirando porque sei que, neste momento, o Governo continua batendo o pé para não permitir a vinda do Ministro Palocci aqui. Estou retirando por uma questão estratégica, sim. Há mais onze Comissões nesta Casa. Há uma coleta de assinaturas para a realização de uma CPI; há muitas outras lá na Câmara Federal. Então, retirar neste momento o requerimento não significa desistir de ouvir o Ministro Palocci. Ele deve ao Congresso Nacional, à Nação brasileira uma prestação de contas sobre isso, e nós vamos exigir isso em outro momento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – A Mesa decide...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Eu acho que agora essa questão foi colocada com todas as letras pela Senadora Marinor. O que interessa a setores da oposição – felizmente a setores da oposição – é a manutenção desta Comissão como palco político de um episódio que está, como eu disse, obsessivamente sendo mantido no noticiário.

Se nós votarmos o requerimento, isso vai acabar. Essa disputa política pode ser levada para outra Comissão, mas não mais para esta, uma vez que o Regimento, durante um ano, não o permite. Eu acho que é aí onde está o problema. Se a Senadora retira, significa que amanhã – e ela está dizendo que pode fazê-lo – ela pode reapresentar o requerimento. É aí, Sr. Presidente, é onde está a fundamental diferença: é que mantém esta Comissão como um palco de disputa política, o que, infelizmente, é o objetivo desse requerimento.

Porque as informações já foram dadas, esse fato, por si só, já deveria estar esgotado. A oposição, setores da oposição – porque outros setores recomendaram serenidade, disseram que o Ministro já havia se explicado –, não.

Esse fato, Sr. Presidente, vai ser levado para... Eu ouvi discursos aqui no sentido de que o Governo está sendo blindado, e não é nada disso. Essa é uma reunião aberta, transparente, transmitida para todo o povo brasileiro. As razões foram aqui colocadas e serão colocadas. O que há, Sr. Presidente, é uma correlação política diferente. A oposição fala em fazer CPI, mas como fazer CPI se dificilmente o requerimento receberá mais de vinte assinaturas no Senado federal.

Não se quer submeter o requerimento à votação porque vai expor um quadro político que não pode ser exposto. De 54 cadeiras em disputa para o Senado, os aliados do Governo elegeram 47, e todos estão aqui trazendo os seus argumentos, as suas razões e falando para o povo brasileiro.

Então, o que a Senadora quer, na verdade, infelizmente, é manter esse palco político, é preservar esta Comissão como palco de disputa política. Eu até compreendo, pois em alguns momentos até já fiz isso. Todavia, é importante que o requerimento seja votado.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

Só esclarecendo, também à luz do Regimento, à luz de toda a tradição da Casa, a retirada do requerimento por parte da autora implica – e assim que compreendemos juntos, Líder Romero – a extinção. Não implica que o requerimento não possa vir a ser reapresentado por qualquer outro Senador. Essa é uma prerrogativa dos Senadores da Casa, apresentar a esta Comissão ou a qualquer uma delas.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Com certeza.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Eu creio, pelo entendimento, inclusive, do Senador Romero, dito aqui claramente, e assim me permita, Senador Renan, contraditando, o que nós pretendemos aqui é o esclarecimento. Reitero, é a resposta àquela pergunta básica que fiz no começo, que respondida torna desnecessária qualquer CPI: para quem a consultoria do Ministro Palocci trabalhou? Basta a resposta a essa pergunta.

Este caso parece-me que está encerrado. O autor se utilizou da prerrogativa regimental prevista nos

arts. 243 e 253. Retirou, e está encerrado este caso, este debate, neste momento, agora, nesta Comissão.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Sr. Presidente, apenas para que V. Exª possa me responder...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu vou responder à Senadora Marinor Brito.

Vou despachar, mas vou reler para mostrar o entendimento anterior da Mesa, que está calcado no Regimento, no Inciso II, de que lido o requerimento será submetido à deliberação do plenário imediatamente se a matéria constar da Ordem do Dia. A matéria constava da Ordem do Dia. Mas a Presidência, em função dos diversos pronunciamentos, vai aceitar a retirada do requerimento por parte da autora.

Está retirado.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Muito bem, Exª.

E o julgamento fica por conta de cada um.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Peço aos Srs. Senadores que permaneçam...

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – O que é isso, Sr. Presidente? Pela ordem. Não vai ter a Comissão, a pauta da Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vamos.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – E aonde os Senadores vão? Tem assunto importante..

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Peço aos Srs. Senadores que permaneçam, pois temos outros itens na pauta.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Sr. Presidente, tem assunto importantíssimo na pauta. O que é isso?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) –

ITEM 1

Projeto de Decreto Legislativo Nº 90, de 2007

O Relator não se encontra.

Passo ao Item 2:

ITEM 2

- Não Terminativo -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2010

Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão de prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal e dá outras providências.

Relator: Senador Aníbal Diniz

Com a palavra o Relator.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB– PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, indago à Mesa se ainda temos quórum regimental para prosseguir.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Temos sim.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Então, ao relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Relator, Senador Aníbal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº25, de 2010, que *altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão de prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal e dá outras providências.*

O texto aprovado pela Câmara dos Deputados modifica quatro artigos da Lei nº 8.987, de 1995 (Lei Geral de Concessões), a saber:

I.art. 3º, ao qual é acrescido parágrafo único, dispondo que a cooperação dos usuários na fiscalização dos contratos de concessão e permissão de serviços públicos se dará por meio do Conselho de Defesa do Usuário, composto por usuários de pequeno, médio e grande portes;

II.art. 7º, ao qual são adicionados três incisos, para incluir entre os direitos dos usuários: (a) o de constituir o Conselho de Defesa do Usuário, com faculdade idêntica à do poder concedente para fiscalizar os atos da concessionária; (b) o de participar do Conselho de Administração da concessionária, através de um representante com direito a voto; e (c) o de exigir da concessionária a realização, por entidades de notória especialização técnico-científica, de testes e análises, relativamente às especificações técnicas e operacionais dos serviços prestados e produtos a eles vinculados;

III.art. 23, para: (a) mediante modificação do inciso VII do *caput*, determinar que, entre as cláusulas essenciais do contrato de concessão, figure a de obrigatoriedade de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e práticas de execução do serviço pelo Conselho de Defesa do Usuário; e (b) por adição de inciso ao seu parágrafo único, dispor que conste dos contratos de concessão de serviço público precedido de obra pública a especificação dos mecanismos de revisão das tarifas;

IV.art. 31, cujo inciso V tem a sua redação alterada, para conferir aos membros do Conselho de Defe-

sa do Usuário o livre acesso, em qualquer época, às obras, aos equipamentos e às instalações integrantes do serviço concedido, bem como aos registros contábeis da concessionária.

Tal como aprovado pela Câmara Baixa, o PLC é fruto da fusão dos Projetos de Lei (PL) nº 2.050, de 1996, nº 2.184, de 1996, e nº 2.185, de 1996.

O PL nº 2.050, de 1996, previa tão-somente a alteração indicada no item III.b *supra*. Na justificação, o autor do projeto, Deputado Ricardo Barros, atentou para a necessidade de se preservar a relação entre encargos e receita, para tornar atrativa a aplicação de capital nos investimentos de longo prazo que caracterizam os contratos de concessão de serviço público precedida de obra pública.

De seu turno, o PL nº 2.184, de 1996, promovia a modificação aludida no item II.c *supra*. Na justificação, o autor do projeto, Deputado Airton Dipp, sustentou que o direito do usuário de receber do poder concedente e da concessionária informações para a defesa de seus interesses, previsto no art. 7º da Lei nº 8.987, de 1995, é insuficiente para assegurar que tal defesa seja eficaz, mesmo porque, quando houver oposição entre o usuário e a concessionária, não é razoável pensar que esta agirá em detrimento de seus próprios interesses. Em razão disso, o autor propôs a inclusão, na Lei, do direito à realização, por entidades independentes e especializadas, de testes e análises dos serviços prestados.

Por fim, o PL nº 2.185, de 1996, também do Deputado Airton Dipp, promovia as mudanças referidas nos itens I, II.a, II.b, III.a e IV *supra*. Na justificação, é assinalado que a Lei nº 8.987, de 1995, trata de forma superficial a participação do usuário na fiscalização da concessionária ou permissionária. Ademais, segundo o autor, além de o Estado, nos últimos tempos, ter demonstrado incompetência para fiscalizar e controlar empresas privadas, os usuários são os maiores interessados em exercer tal fiscalização, o que justificaria a instituição de um conselho de defesa do usuário, para realizar tais funções, sem prejuízo das responsabilidades do poder concedente nessa matéria.

Após a análise do projeto por esta Comissão, ele será objeto de decisão terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Não lhe foram apresentadas emendas.

Da análise, Sr. Presidente, peço autorização para ir diretamente ao voto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Autorização concedida.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Ante o exposto, nos termos do art. 133, II, do Regimento Interno do Senado Federal, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2010.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão. (*Pausa*.)

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o parecer do Relator queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

O Projeto foi rejeitado.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente Rodrigo Rollemberg, quero lamentar, pois tem um projeto de minha autoria que faz parte da pauta de hoje – o Item 11 – que é terminativo. V. Exª, ao acatar a retirada do requerimento, fez com que toda a base do Governo, por inteiro, se ausentasse da reunião da Comissão, com exceção do Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Aqui, estou solidário a V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – S. Exª é meio base, meio oposição, ainda está indefinido. Por isso, S. Exª fica aqui, conosco.

Eu queria dizer a V. Exª que deveria haver um requerimento desse tipo em todas as reuniões, e V. Exª não permitiria a inversão de pauta, deixando-o para ser tratado no último item, para que a base do Governo aqui permanecesse. Assim, haveria quórum para discutir e votar a importante pauta desta Comissão, tão bem presidida por V. Exª. Apenas lamento o fato de que, novamente, não possamos entrar hoje na votação dos itens terminativos.

Sr. Presidente, encaminhei à Mesa um requerimento, solicitando a realização de uma audiência pública. V. Exª vai colocá-lo extrapauta, para discussão? Qual será a tramitação do requerimento?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Valadares.

Senador Flexa, vou responder-lhe, em seguida.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Fico no aguardo. O Senador Valadares pode fazer o aparte.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Então, V. Exª pode continuar. Vou falar sobre outra questão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Senador Flexa, existem alguns requerimentos extrapauta, um de minha autoria, outro de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira e outro de autoria de

V. Exª. Vamos seguir a pauta e, logo depois, vamos colocá-los em apreciação e em votação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Minha dúvida era se V. Exª os colocaria em votação hoje.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Vamos colocá-los em votação. Quero dizer que a Presidência ficará aqui até o final desta reunião. Enquanto houver projetos não terminativos para serem votados não terminativos, em função do nosso quórum, iremos adiante.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Tenha a certeza de que os Senadores de oposição estarão aqui, junto com V. Exª, prestigiando-o.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Vadalares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, na reunião anterior, foi votado um projeto de lei com parecer favorável do Senador Anibal Diniz.

E como houve uma distribuição equivocada do parecer, inclusive faltando duas laudas, e nele foi incluído um projeto de autoria do Senador Flexa Ribeiro, uma emenda que veio da Comissão de Ciência e Tecnologia, de forma inapropriada. Também participou do processo.

Ai, por equívoco eu pensei então, que estavam rejeitando a emenda que eu considero importante, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que introduz na Lei Geral de Telecomunicações a obrigação da inclusão no Código de Defesa do Consumidor da lista telefônica. Achei importante essa ideia do Senador.

Então eu pensei que estavam rejeitando essa matéria que, de forma equivocada foi incluída na pauta do item 16. Então por causa disso é que eu disse que iria fazer um recurso. Como não há necessidade de fazer o recurso, eu renuncio a apresentação desse recurso, elogiando o Senador Anibal Diniz pelo parecer que deu sobre a matéria real que estava sendo discutida naquela sessão. E quero elogiar também a emenda do Senador Flexa Ribeiro que deveria ser pautado para votar no item 15 da semana passada, que corresponde a outro item desta reunião. E é importante que esse projeto seja votado. É por isso que eu vim aqui, para votar favorável a pretensão de V. Exª, para ver que a base do governo nem sempre é contra V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – É muito importante esse esclarecimento Senador Valadares, V. Exª é tão cioso das suas responsabilidades e tão cioso na defesa dos interesses da população brasileira. Eu sou testemunha disso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu quero agradecer ao Senador Valadares, mas é o lado oposição do Senador que o faz tomar essas atitudes, e muito mais também pela relação de amizade que nos une. Eu quero agradecer a V. Exª Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco. PSB – SE) – Amizade e carinho muito grandes. E tenho orgulho de ser amigo de V. Exª, o Senador mais votado do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) –

Item 3
PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 7, DE 2005

Propõe, nos termos do art. 49 da Constituição Federal, combinados com o disposto no art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja instaurado procedimento investigativo para fiscalizar e averiguar os procedimentos referentes à privatização do Banco do Estado do Ceará (BEC), Banco do Estado do Piauí (BEP) e Banco do Estado de Santa Catarina (BESC).

Autoria: Senadora Heloísa Helena e outros
Relatoria: Senador Anibal Diniz

Com a palavra o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente**.**

I – Relatório

Submete-se à análise desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) a Proposta de Fiscalização e Controle (PFS) nº 7, de 2005, da Senadora Heloísa Helena e do Senador José Jorge, que propõe, nos termos regimentais, a abertura de procedimento investigativo para averiguar os processos de privatização de bancos estaduais. Com fundamento no art. 49, X, da Constituição Federal (CF), c/c os arts. 90, IX, e 102-B do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), os proponentes requerem instauração de atividade investigativa para fiscalizar e averiguar os procedimentos referentes às privatizações do Banco do Estado do Ceará (BEC), Banco do Estado do Piauí (BEP) e Banco do Estado de Santa Catarina (BESC).

Justificam a demanda, prévia à privatização dessas instituições, estaduais em sua origem e que foram federalizadas, no fato de que, especificamente quanto ao BEC, foi destinada expressiva quantia de dinheiro público federal para sanear o banco, que no ano de 2004 já apresentava lucro de R$ 65,8 milhões.

Segundo os ilustres Senadores, o método de avaliação empregado ignorou o patrimônio líquido da instituição, de R$ 356,3 milhões, bem como os seus ativos ditos saudáveis, de R$ 1,6 bilhão, tendo feito uso exclusivamente das perspectivas de lucro no período de cinco anos da vigência do contrato de prestação de serviços do BEC privatizado ao governo do Estado do Ceará.

Os proponentes questionam a venda do BEC por R$300 ou 400 milhões "se, apenas no período de federalização (99-2004), (...) deu lucro líquido, corrigido pela TR, de R$ 360,2 milhões".

Questionam-se medidas adotadas pelos administradores do BEC e pelo governo federal ao longo do período em que a instituição esteve federalizada.

Por fim, a PFS requer que a Comissão "realize as investigações necessárias ao cumprimento de suas funções e possa fazer um levantamento dos prejuízos obtidos pelos bancos estaduais, com créditos concedidos e não pagos, antes de iniciado o processo de desestatização".

II – Análise

Nos termos do art. 102-B do RISF, qualquer membro ou Senador pode apresentar a esta Comissão proposta de fiscalização e controle sobre atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, indicando-os especificamente e fundamentando a providência objetivada.

Compete a esta Comissão, neste primeiro momento, nos termos do art. 102-B, II do mesmo Regimento, relatar a proposta quanto à oportunidade e conveniência da medida e ao alcance jurídico, administrativo, político, econômico, social ou orçamentário do ato impugnado, definindo-se o plano de execução e a metodologia de avaliação.

Nos termos do art. 49, IX, da Constituição Federal, compete exclusivamente ao Congresso Nacional fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

Naturalmente, tais fiscalização e controle devem ocorrer dentro dos limites impostos pela própria Carta Política.

Estão ao alcance desta CMA somente atos praticados pela administração federal, por absoluto impedimento de se violar o pacto federativo e as correlatas competências das Assembleias Legislativas. Portanto, sob o aspecto material, é imperioso delimitar o objeto possível da presente PFS: atos do Poder Executivo federal posteriores à federalização das instituições bancárias nele referidas.

Feito o necessário recorte, voltamo-nos para o Regimento Interno, que exige específica indicação do ato e fundamentação da providência objetivada (art. 102-B, I). Em que pese o louvável objetivo da medida proposta, parece-nos que não foi cumprida essa formalidade.

III – Voto

Ante o exposto, votamos pelo arquivamento da Proposta de Fiscalização e Controle nº 7, de 2005, por não ter atendido esse preceito regimental.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o parecer do Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, a matéria vai ao arquivo.

Item 4. A Senadora Marisa Serrano, relatora da matéria não se encontra presente.

Passamos ao item 5.

ITEM 5
- Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 490, DE 2009

Institui o Centro de Prevenção de Desastres Climáticos.

Autoria: Senador Raimundo Colombo.

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Com a palavra o Relator.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, o parecer se encontra no nosso avulso, à página 51 e seguintes.

O Senador Raimundo Colombo, hoje Governador de Santa Catarina, propõe, mediante este projeto de lei, a criação de um órgão federal, que seria o Centro de Prevenção de Desastres Climáticos, e S. Exª argumenta, com muita razão, que o Brasil não dispõe hoje de uma estrutura centralizada capaz de receber, analisar, processar, divulgar informações geoclimáticas que possam funcionar como alertas para populações em risco.

Tem toda razão S. Exª quanto ao mérito. Tanto é assim que nesta nossa Comissão de Meio Ambiente – e todos sabemos disso –, V. Exª colocou em votação e foi criada uma comissão especial, uma subcomissão desta nossa Comissão de Meio Ambiente, exatamente para rever a legislação relativa a desastres naturais. E é com vistas a atualizá-las e propor ao Executivo medidas que sejam da alçada do Executivo.

A criação deste órgão esbarra com óbice constitucional intransponível, uma vez que projetos dessa natureza devem ser iniciados necessariamente pelo Poder Executivo. Trata-se da criação de um órgão fede-

ral, com atribuições definidas; uma série de atividades que deverá obrigatoriamente desenvolver.

Portanto, o projeto apresentado, embora meritório, esbarra com óbice, que considero intransponível, que é o óbice da constitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o parecer do relator, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O relatório foi aprovado contrário à matéria.

Item 17
REQUERIMENTO Nº 31, DE 2011

Requeiro, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 29, de 2011, para a realização de audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, juntamente com a Comissão de Assuntos Econômicos, para debater a dinâmica dos preços dos combustíveis no Brasil; acrescentar o convite ao Sr. Charles dos Santos Dias, coordenador do Movimento contra a Cartelização dos Combustíveis no DF.

De autoria do Senador Antonio Carlos Valadares.

Em discussão.

Com a palavra o Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, apenas para dizer que já estamos aditando um requerimento de autoria de V. Exª a respeito do mesmo assunto, colocando mais autoridades para serem ouvidas.

De modo que acho que esta questão da alta dos combustíveis deve ser debatida nesta Comissão, já que esta é também uma Comissão de Fiscalização e Controle, Meio Ambiente e do Consumidor, que diz respeito às atividades desta Comissão e aos interesses do consumidor, de um modo geral. E que nós possamos obter informações a serem divulgadas pela Rádio Senado, pela TV Senado, pelo Jornal do Senado sobre a alta dos preços e as perspectivas do rebaixamento desses preços ao longo deste ano.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Valadares.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Rollemberg, eu quero parabenizar o Senador Valadares pela autoria do aditamento ao Requerimento nº 29.

Mas eu desejo consultar V. Exª sobre esse requerimento: o Requerimento nº 29, no qual o Senador Valadares faz um aditamento no Requerimento nº 31, foi discutido na reunião passada. Eu fiz uma proposição para que fosse incluída também a questão da Petrobras, para que nós pudéssemos trazer a discussão do preço do combustível desde a origem, desde o refino. Então eu gostaria de saber se foi incluído; senão eu gostaria de fazer agora.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Flexa Ribeiro, a Secretaria da Comissão está averiguando, mas eu tenho a impressão, a quase certeza de que foi aprovado na semana passada, aditando a outros para uma audiência conjunta que faremos com a Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Porque o importante, da forma como estava feito o requerimento, é discutirmos a questão da composição do preço a partir da entrega do produto ao consumidor final, ao revendedor, aos postos. Eu pedi que viéssemos desde a origem, ou seja, desde o refino, para ver essa composição do preço. Gostaria de saber se foi feito o acréscimo ao requerimento da reunião passada. Enquanto se verifica, poderíamos postergar a votação, se V. Exª assim entender, para que, se não o foi, pudéssemos incluí-lo agora.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu vou sugerir que a gente já aprove com a sugestão de V. Exª. Se já tiver, estaremos apenas reiterando.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Então a minha sugestão, Presidente, para ficar bem claro, é que, na discussão da composição do preço do combustível, a audiência pública venha desde o refino, ou seja, incluindo a composição do preço de venda da refinaria, ou seja, da Petrobras, para os distribuidores. Essa é a proposta e gostaria que V. Exª também já a aprovasse.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Não havendo mais quem queira discutir, submeto à apreciação do Plenário, com o adendo do Senador Flexa Ribeiro.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 18
- Não Terminativo –
REQUERIMENTO Nº 32, DE 2011-CMA

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, seja promovida, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, Audiência Pública conjunta com a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável – CMARIO20, objetivando discutir a Economia Verde: MDL e REDD+, tendo como convidados o Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, do Ministério do Meio Ambiente, Senhor Eduardo Assad; a Senhora Thelma Krug, especialista em Economia Verde; um representante do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e representantes da Comunidade Científica.

Autoria: *Senador Rodrigo Rollemberg.*

Em votação. (*Pausa.*)

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 19
- Não Terminativo –
REQUERIMENTO Nº 33, DE 2011-CMA

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, incisos II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e 102-A, inciso II, alíneas a e b, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública tendo como convidado o Ministro do Colendo Tribunal de Contas da União (TCU) Aroldo Cedraz, para apresentação das conclusões do Relatório de análise das Contas de Governo referentes ao ano de 2010.

Autoria*: Senador Rodrigo Rollemberg.*

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.)*

Aprovado.

Nós temos três requerimentos extrapauta. Quero colocar à deliberação do Plenário a inclusão, em bloco, dos três requerimentos extrapauta, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, do Senador Aloysio Nunes Ferreira e do Senador Rodrigo Rollemberg.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam a inclusão dos requerimentos permaneçam como se encontram. (*Pausa.)*

Aprovado.

REQUERIMENTO Nº 35, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que o PLC 201, de 2009, seja apreciado também pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Autoria*: Senador Aloysio Nunes Ferreira.*

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

REQUERIMENTO Nº 34, DE 2011

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, seja promovida pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle audiência pública conjunta com a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre o Desenvolvimento Sustentável Rio+20, objetivando discutir o tema Economia Verde, Serviços Ambientais, para debater a legislação sobre incentivos e/ou pagamentos por serviços ambientais, com a participação de representantes do Ministério da Agricultura, do Ministério do Meio Ambiente, Embrapa, instituições científicas, instituições da sociedade civil, em data a ser oportunamente agendada.

Autoria: *Senador Rodrigo Rollemberg.*

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – É possível, por motivo de compromisso inadiável, a gente retirar de pauta o item 14, para a próxima reunião?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O item 14 já está fora de pauta porque, como é um item terminativo, não temos quórum para deliberação terminativa.

Este é o último item da pauta.

ITEM
REQUERIMENTO Nº 36, DE 2011-CMA

Requer, nos termos regimentais e constitucionais, sejam convidados o Sr. Roger Agnelli, ex-Presidente da Vale do Rio Doce, o Sr. Darci José Lermen, Prefeito de Parauapebas, o Presidente da Associação dos Municípios Mineradores do Brasil (Amib), o Sr. Anderson Cabido; o Advogado Jader Alberto Pazinato, e o Promotor de Justiça Danyllo Pompeu Colares, para, em audiência nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, prestarem esclarecimentos sobre as denúncias de desvios de recursos públicos referentes a impostos e *royalties* da Vale destinado ao Município de Parauapebas, Pará.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro.

Em discussão.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, o requerimento por mim apresentado à Mesa tem respaldo na matéria divulgada pela imprensa nacional de que o então Presidente da Vale encaminhou uma carta à Presidente Dilma alegando que haveria desvio ou mau uso desses recursos da compensação financeira pela exploração mineral. Ele fez referência a Parauapebas, no estado do Pará.

Entretanto, Sr. Presidente, estou ampliando aqui, inclusive, convidando o Presidente da Associação dos Municípios Mineradores do Brasil, porque também foi cogitado que outros Municípios que têm essa mesma contribuição estariam incorrendo também nessa falta.

Eu pediria a V. Exª que fizesse um adendo para dizer: "destinados aos Municípios de Parauapebas e outros". Não só Parauapebas. Parauapebas foi o motivo da carta que o Presidente da Vale encaminhou à Presidente Dilma. Mas "e outros", porque quero dar abrangência nacional à questão da utilização das contribuições financeiras por exploração de minérios, como deveríamos fazer, Senador Delcídio, também com os *royalties* de petróleo, a fim de saber como é que esses recursos estão sendo utilizados pelos Municípios que o estão recebendo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Coloco em discussão o requerimento do Senador Flexa Ribeiro, com o adendo "e outros Municípios".

Em discussão (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e o Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Eu quero, antes de encerrar, registrar a presença entre nós, com muita honra para esta Comissão, do Vereador Reginaldo Campos, do PSB de Santarém; do Sr. José Maria Tapajós, Presidente da Câmara de Santarém; do Sr. Francisco Lopes, Coordenador de Integração Regional de Santarém; do Sr. Danilo Miranda, Prefeito de Trairão e demais lideranças do Oeste do Pará, que estão aqui lutando pelo plebiscito que ouvirá a população do Pará sobre a criação do novo Estado do Tapajós. E eu quero já aqui afirmar, de antemão, nobre Senador Flexa Ribeiro, que tive a honra de conhecer a cidade de Santarém, de conhecer Alter do Chão e conhecer a realidade daquelas comunidades e daquele povo e sou amplamente favorável à criação do Estado de Tapajós.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Como V. Exª, quero aqui também saudar a comitiva de prefeitos, vereadores e lideranças que vieram do Oeste do meu Estado para acompanhar a votação amanhã, na CCJ, do projeto que prevê a autorização do plebiscito sobre a criação do Estado do Tapajós. Nós estamos votando a questão de ouvir a população. É isso que nós vamos votar amanhã na CCJ e, em seguida, no Plenário.

Em conversa com eles há pouco, disse que vamos encaminhar favoravelmente à votação pelo plebiscito, como fizemos para Carajás, que será antecedido evidentemente de uma campanha que levará esclarecimento a toda a população do Estado do Pará, que será ouvida na questão dos dois projetos para a criação dos dois novos estados.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, eu gostaria também de enaltecer a presença dos dois vereadores do Estado do Pará, que aqui se encontram, e dizer que, assim como V. Exª fez uma grande defesa na Câmara pela redivisão territorial do Estado do Pará, criando mais dois Estados, Tapajós e Carajás, eu aqui no Senado acompanharei o pensamento do PSB da Câmara dos Deputados, que foi ali representado por V. Exª.

Temos certeza absoluta que essa redivisão vai ser muito importante do ponto de vista econômico e social, aí está Tocantins para provar, assim como outros Estados, como o Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que mostraram por a mais b que diminuir um território não significa reduzir as possibilidades econômicas de um Estado mais antigo. Ao contrário, o Governador do Estado mais antigo terá mais possibilidades financeiras, vai ter a possibilidade de uma maior presença nos Municípios com essa redivisão.

O Pará é um Estado grande, que tem uma população altíssima e, mesmo com a redivisão territorial o Estado do Pará continuará com uma população de mais de cinco milhões de habitantes. Uma prova mais do que evidente de que esse processo vai ajudar muito ao Brasil e aos Municípios.

Meus parabéns aos novos vereadores que aqui se encontram, inclusive o nosso companheiro Reginaldo, que é primeiro-suplente de Deputado Estadual, teve 23 mil votos. Aí está a força do PSB no Estado do Pará e em Tapajós.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Valadares.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu quero dizer ao Senador Valadares que vou encaminhar um projeto de redivisão do Estado de Sergipe, criando o Sergipe do Valadares e o Sergipe do Albano. Farei o encaminhamento, Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – V. Exª me concede um aparte, Senador? O Estado de Sergipe já é o menor da Federação brasileira. Uma parte do nosso território foi retirada para o Estado da Bahia. E há hoje uma reclamação de Municípios do Estado da Bahia, que queriam pertencer ao Estado de Sergipe, porque Sergipe presta assistência no setor de saúde a vários Municípios ali fronteiriços com o Sergipe.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Sabe, Senador Valadares, que quando se referem a Sergipe como um Estado muito pequeno, eu sempre digo que é nos menores frascos que estão os melhores perfumes.

Quero registrar que esta Comissão retomará os debates sobre o Código Florestal já na próxima semana. Há uma expectativa de que o Código seja votado ainda nesta semana na Câmara dos Deputados e, portanto, nós vamos retomar na semana que vem o debate sobre o Código Florestal.

Lembro que no próximo dia 2 temos uma reunião conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle com a Comissão de Agricultura do Senado Federal para ouvir a Ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira. Teremos uma série de outras atividades e audiências públicas, já aprovadas por esta Comissão, numa perspectiva de que o Senado será capaz de construir um Código Florestal equilibrado, um Código Florestal com os olhos não apenas no presente e no passado, mas com os olhos voltados para o futuro, que permita que o Brasil seja, continue sendo cada vez mais uma grande potência na produção de alimentos, na produção de agroenergia, mas, também, uma grande potência ambiental, utilizando e sabendo preservar de forma sustentável a sua imenso biodiversidade que é um grande diferencial.

Tenho dito que teremos uma grande oportunidade no ano que vem, com a realização da Rio+20, em que o Brasil deve assumir um papel de liderança, de protagonismo na transição de uma economia tradicional para uma economia verde. Nós temos todos os elementos, todas as condições para mostrar ao mundo que nós temos a agricultura mais sustentável do Planeta, e que para se consolidar cada vez mais como a agricultura mais sustentável do Planeta, precisamos investir permanente em inovação tecnológica, em sustentabilidade ambiental e em inclusão social, eliminando a pobreza no nosso País.

Nada mais havendo a tratar e agradecendo a presença das Srªs e Srs. Senadores e de todos que nos visitaram, a imprensa que cobriu esta reunião, todos os assessores, declaro encerrada a presente reunião.

ATA DA DÉCIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 11h30, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SALA N° 9.

Às doze horas e sete minutos do dia trinta e um de maio de dois mil e onze, na sala de reuniões nº 9, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG,** reúnem-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, JOÃO PEDRO, JORGE VIANA, VICENTINHO ALVES, PEDRO TAQUES, RODRIGO ROLLEMBERG, WILSON SANTIAGO, EUNÍCIO OLIVEIRA, IVO CASSOL, MARISA SERRANO, KÁTIA ABREU, BLAIRO MAGGI, CRISTOVAM BUARQUE, VALDI RAUPP, WALDEMIR MOKA, JOÃO ALBERTO SOUZA, CÍCERO LUCENA** e **FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores **VITAL DO RÊGO, ROMERO JUCÁ, EDUARDO BRAGA, ALOYSIO NUNES FERREIRA, PAULO DAVIM**. A Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa a deliberação da **PAUTA,** destinada à deliberação de matérias. **Item 2) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 612, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO,** que "Dispõe sobre a utilização de papel reciclado nos livros dos programas de distribuição de material didático do Ministério da Educação". Autoria: Senador Renato Casagrande. Relatoria: Senadora Marisa Serrano. Relatório: Contrário à matéria. Concedida vista, nos termos do Art. 132 do RISF, ao Senhor Senador Ivo Cassol. **Item 3) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, DE 2011 – NÃO TERMINATIVO,** que "Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para incluir exigências quanto a critérios de sustentabilidade ambiental nas normas gerais sobre licitações e contratos administrativos". Autoria: Senador Magno Malta. Relatoria: Senador Waldemir Moka. Relatório: Favorável à matéria na forma da emenda substitutiva que apresenta. Colocado em votação, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA, favorável à matéria com a emenda n° 1-CMA. **Item 4) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 489, DE 2008 – NÃO TERMINATIVO,** que "Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que ins-

titui normas básicas sobre alimentos, para determinar que os rótulos das embalagens dos alimentos tragam identificação de cores, de acordo com a composição nutricional.". Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Senador Paulo Davim. Relatório: Favorável à matéria, com duas emendas que apresenta. Matéria retirada de pauta, a pedido do relator. É aprovada a inclusão **EXTRAPAUTA** das seguintes matérias: **1) REQUERIMENTO N° 37, DE 2011-CMA**, que "Requeiro o aditamento do Requerimento nº 27 votado dia 17 de maio do corrente ano pela comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), que aprovou a realização de audiência pública com o objetivo de debater e colher sugestões ao Projeto de Lei do Senado nº 346 de 2005, que dispõe sobre o serviço de TV a Cabo, e que no mérito veda a cobrança de pontos extras pela empresas prestadoras daqueles serviços. Requeiro a inclusão do Sr. Walter Vieira Ceneviva, representante da Associação Brasileira da Radiodifusores, ABRA como convidado na audiência pública". Autoria: Senadores Cícero Lucena e Ivo Cassol. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento. 2**) REQUERIMENTO N° 38, DE 2011-CMA**, que "Nos termos do art. 90, incisos IX e XIII do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando a larga envergadura internacional diante da realização da Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável, a RIO+20, evento de dimensão global, requeiro a realização de Diligências para acompanhar os preparativos e ações dos diversos organismos públicos e privados envolvidos nas tratativas para constituir a referida Conferência, com o acompanhamento de membros da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle". Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Colocado em votação, a comissão aprova o Requerimento. Usam da palavra os Senhores Senadores Blairo Maggi, Wilson Santiago, Ivo Cassol, Waldemir Moka, Kátia Abreu, Anibal Diniz e Rodrigo Rollemberg. Ficam adiados os seguintes itens: **1) PDS Nº 90, DE 2007; 5) PLC Nº 35, DE 2009; 6) PLS Nº 64, DE 2010; 7) PLC Nº 147, DE 2009, que tramita em conjunto com o PLC Nº 180, DE 2009; 8) PLS Nº 259, DE 2007; 9) PLS Nº 536, DE 2009; 10) PLC Nº 76, DE 2009.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e nove minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Rodrigo Rollemberg,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à deliberação de matérias constantes da pauta.

O relator do Item 1 está ausente.

ITEM 3
– Não Terminativo –
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, DE 2011

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para incluir exigências quanto a critérios de sustentabilidade ambiental nas normas gerais sobre licitações e contratos administrativos.

Autoria: Senador Magno Malta.

Relatoria: Senador Waldemir Moka.

Com a palavra, o nobre relator.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB - MS) – Sr. Presidente, trata-se do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 5, de 2011, de autoria do Senador Magno Malta, que altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para incluir exigências quanto a critérios de sustentabilidade ambiental nas normas gerais sobre licitações e contratos administrativos.

Sr. Presidente, passo a ler o relatório.

I – Relatório

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 5, de 2011, de autoria do Senador Magno Malta, que altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para incluir exigências quanto a critérios de sustentabilidade ambiental nas normas gerais sobre licitações e contratos administrativos.

Após a análise desta CMA, a proposição será enviada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para decisão terminativa.

O art. 1º do projeto acrescenta § 1º ao art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, renumerando os demais, para determinar que se leve em conta os critérios de sustentabilidade ambiental na seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

O mesmo art. 1º altera o inciso III do § 2º (renumerado para § 3º) do art. 3º da Lei nº 8.666, de

1993, para estabelecer que o critério de desempate assegure preferência aos bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País e em projetos e programas voltados para a preservação do meio ambiente.

O art. 2º do PLS nº 5, de 2011, adiciona inciso IV ao § 7º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993, para determinar que, nas compras, serão observadas, ainda, a compatibilidade do bem a ser adquirido com as exigências relativas à proteção do meio ambiente.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

II – Análise

Compete à CMA, nos termos do art. 102-A, II, "a" e "c", do Regimento Interno do Senado Federal, apreciar o mérito das matérias relativas à proteção do meio ambiente, conservação da natureza e preservação, conservação, exploração e manejo de florestas.

Relativamente ao mérito, o PLS nº 5, de 2011, procura estabelecer uma forma de atuação do Poder Público que modificará, nos médio e longo prazos, o comportamento de importante parcela do setor produtivo e da sociedade brasileira, no que se refere à conservação dos recursos naturais. Tais medidas orientam o poder de compra do Estado para estabelecer um mercado seguro de produtos e serviços que atentem para os critérios de sustentabilidade ambiental, o que, ao promover uma economia de escala, levará a uma redução nos custos de produção.

Deve ser observado que ações que aprimorem a Lei nº 8.666, de 1993, com o intuito de incentivar o desenvolvimento sustentável e orientar os padrões de consumo mediante o poder de compra do Estado, são salutares, pois atendem aos preceitos do art. 225 da Constituição Federal.

Entretanto, a alteração do inciso III do § 2º (renumerado para § 3º) do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, suprime o mecanismo de proteção aos produtos e serviços produzidos ou prestados por empresas brasileiras. Convém, nessa situação, alterar a redação do inciso IV do § 2º (renumerado para § 3º) do art. 3º, incluindo ali a exigência de investimentos em projetos e programas voltados para a proteção do meio ambiente.

Todavia, para alcançar esse objetivo, cumpre a elaboração de um substitutivo ao projeto de lei, pois a alteração necessária exige que seja acrescentado um artigo para dar maior clareza ao texto legal. Tal substitutivo também permite adequar a proposição ao estabelecido pelo art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, pelo acréscimo de um art. 1º que indique o objeto da lei.

III – Voto

Do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2011, na forma da seguinte emenda...

Sr. Presidente, na verdade, a emenda é uma emenda de redação. Quando o Senador Magno Malta fez o projeto, junto com a sua assessoria... Acho importante que a gente, em caso de empate, dê preferência a empresas que têm projetos que versem sobre sustentabilidade ambiental, e é esse o objetivo do projeto do Senador, mas ele, na renumeração, acabou excluindo empresas brasileiras. O que eu faço é exatamente, nesta emenda, colocar o mérito do projeto do Senador Magno Malta, mas colocando de volta que há preferência por indústrias brasileiras. Assim, a emenda tem esse caráter substitutivo meramente por uma questão de técnica legislativa, Sr. Presidente. Não sei se fui claro.

EMENDA Nº – CMA (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, DE 2011

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para incluir exigências quanto a critérios de sustentabilidade ambiental nas normas gerais sobre licitações e contratos administrativos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera as normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com o objetivo de incluir exigências quanto a critérios de sustentabilidade ambiental.

Art. 2º O art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar acrescido do seguinte § 1º, renumerando-se os demais:

"Art. 3º .....

§ 1º Na seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, levar-se-á também em conta aquela que demonstre melhores critérios de sustentabilidade ambiental.

....." (NR)

Art. 3º O inciso IV do § 2º, renumerado como § 3º, do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º .....

§ 3º .....

IV – produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País e em projetos e

programas voltados para a proteção do meio ambiente.

....." (NR)

Art. 4º O § 7º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV:

"Art. 15. .....

§ 7º .....

IV – a compatibilidade do bem a ser adquirido com as exigências relativas à proteção do meio ambiente.

....." (NR)

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Está lido o nosso relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam com o relatório do nobre Senador Waldemir Moka permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

O Item 4 da pauta, de autoria do Senador Cristovam Buarque, tem como relator o Senador Paulo Davim, que solicitou retirada de pauta. Nós não temos mais nenhum item terminativo. Eu gostaria de submeter ao Plenário desta Comissão dois requerimentos extrapauta: um de minha autoria, que prevê a realização de diligências para acompanhar os preparativos e ações dos organismos públicos e privados envolvidos nas tratativas para a Conferência Rio+20. É para que tenha o acompanhamento de membros da Comissão de Meio Ambiente

Submeto às Srªs e aos Srs. Senadores se posso incluir como item extrapauta.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Agora, vou colocar o mérito do requerimento.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente... Só para conhecer... Sou favorável. Para conhecer o teor do requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Item extrapauta.

– Não Terminativo –

REQUERIMENTO Nº 38, DE 2011-CMA

Requeiro, nos termos do art. 90, incisos IX e XIII do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando a larga envergadura internacional diante da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio + 20, evento de dimensão global, requeiro a realização de diligências para acompanhar os preparativos e ações dos diversos organismos públicos e privados envolvidos nas tratativas para constituir a referida Conferência, com o acompanhamento de membros da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Muito obrigado, Presidente

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Aqueles que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Também vou submeter a inclusão extrapauta de um requerimento de autoria do Senador Cícero Lucena, subscrito pelo Senador Ivo Cassol.

- Não Terminativo –

REQUERIMENTO Nº 37, DE 2011-CMA

Requeiro o aditamento do Requerimento nº 27 votado dia 17 de maio do corrente ano pela comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), que aprovou a realização de audiência pública com o objetivo de debater e colher sugestões ao Projeto de Lei do Senado nº 346 de 2005, que dispõe sobre o serviço de TV a Cabo, e que no mérito veda a cobrança de pontos extras pela empresas prestadoras daqueles serviços. Requeiro a inclusão do Sr. Walter Vieira Ceneviva, representante da Associação Brasileira da Radiodifusores, ABRA como convidado na audiência pública.

Submeto a esta Comissão se posso incluí-lo como item extrapauta.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Submeto agora o mérito do requerimento.

Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Quero registrar também... Quero ouvir, na verdade, a Comissão. Semana passada, a Câmara dos Deputados aprovou as alterações, as modificações no Código Florestal Brasileiro. Esse projeto deve estar chegando ao Senado esta semana e, certamente, será distribuído a esta Comissão. A Comissão de Meio Ambiente vem procurando, desde o início desta Legislatura, antecipar-se a esse debate, procurando fazê-lo, Senador Waldemir Moka, num ambiente de distencionamento, procurando aprofundar o debate sobre o novo Código Florestal, sobre as alterações no Código

Florestal. E é exatamente com este objetivo, de não contrapor o desenvolvimento da agricultura à questão ambiental, ou seja, buscar esse desafio de construir um Código equilibrado, que garanta que o Brasil continue sendo um grande produtor de alimentos, de água e energia, mas que seja também uma grande potência ambiental, que nós temos feito audiências conjuntas com a Comissão de Agricultura, para a qual, certamente, também será distribuída a análise do Código, das propostas de alteração do Código Florestal.

A consulta que faço aos nobres Senadores: nós já temos uma série de pessoas aprovadas para serem ouvidas em audiências públicas, representantes de organizações não-governamentais, representantes de federações de produtores rurais, de entidades representativas de produtores rurais, como a Confederação Nacional da Agricultura – Contag, enfim, membros do Ministério Público, um Ministro do Superior Tribunal de Justiça especialista em Direito Ambiental. E, a partir da semana que vem, nós gostaríamos de iniciar essas audiências públicas.

Eu gostaria de sugerir, mas antes quero ouvir o Plenário, que, em vez de fazermos audiências públicas que levassem ao confronto de posições e que pudessem levar até a uma guerra de torcidas, o que não seria bom para a busca de um entendimento sobre o Código, eu gostaria de consultar este Plenário. A minha idéia era trazer alguns representantes de ONGs, para ouvirmos a opinião das ONGs; depois, trazermos, não necessariamente nesta ordem, representantes de entidades do setor produtivo agrícola; num outro momento, trazer representantes das instituições, do Ministério Público, da Justiça.

Eu gostaria de ouvir os nobres Senadores como a Presidência deve conduzir os trabalhos de debate sobre o Código Florestal, que se inicia a partir da próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Cumprimento o Presidente da Comissão, Senador Rodrigo Rollemberg, demais colegas, Senadores e Senadoras, e quero dizer, quanto a essa questão do Código Florestal que finalmente vai chegar à Casa – deve estar chegando hoje -, que, para que iniciemos a discussão, nesta Comissão e na Agricultura – podemos fazer em conjunto –, em primeiro lugar, acho que precisamos conhecer, entender um pouco do que está escrito lá nesse projeto já aprovado na Câmara agora.

Na minha avaliação, as diferenças entre o que o Governo deseja e o que foi aprovado na Câmara dos Deputados não é muito grande; é muito pequena. E lamento que, depois que terminou a votação, alguns passaram a se dizer perdedores, e, sinceramente, não vejo nem ganhadores nem perdedores nesse processo que aconteceu na Câmara dos Deputados. O resultado da votação havida lá é porque os Deputados ouviram as suas bases, ouviram o setor produtivo, ouviram todos, e acabaram levando, dentro da negociação para o Governo, uma pequena parcela que se restringe mais nas APPs para os pequenos produtores do que qualquer outra coisa. Isso acabou gerando tensões em determinado momento, e, do resultado que veio aí, alguma coisa tem que ser corrigida.

Confesso a V. Exª que ainda estou buscando o entendimento correto dessa parte, principalmente da Emenda 164 que foi feita, e a própria imprensa tem feito uma confusão muito grande, tem nos levado a uma confusão. E, com a falta de conhecimento de uma imprensa mais especializada para discutir o assunto, estou sentindo isso na pele: estou sendo entrevistado, tento colocar minha posição, tento justificar, mas não tenho conseguido, a não ser na televisão e no rádio, mas, na escrita, a gente não tem conseguido. Você diz uma coisa, e a tendência é ir para o outro lado. Então, a tendência é se gerar mais confusão nesse meio, até que a gente tenha um entendimento claro do que está escrito lá e por que foi escrito nesse Código Florestal.

Mas eu gostaria de deixar a sugestão de que, ao chegar aqui – e sei que será distribuído na Comissão –, que pudéssemos fazer uma reunião com bastante tempo, com bastante calma, talvez até fora da Comissão, para não haver pressão, para que tenhamos um entendimento. Hoje mesmo estávamos três Senadores conversando – eu, o Senador Moka e a Senadora Ana Amélia –, e nós três tínhamos opiniões diferentes sobre o mesmo assunto, mas porque a informação me parece que não está ainda depurada do que se pretendeu fazer lá.

Então, acho importante a discussão, e V. Exª tem razão: vamos discutir isso internamente, para depois começarmos a fazer um trabalho. Não é bom para ninguém, nesta Comissão ou em qualquer uma outra, criar debates profundos. Ou melhor, o debate é interessante, mas não é bom aprofundar as divergências nesse projeto, porque não há necessidade. Nesse projeto, volto a insistir: não há perdedores e não há ganhadores; o que há é um ajuste, que deve ser feito para dar tranquilidade ao campo e para dar transparência na conservação que temos que fazer. E esta Casa, os Senadores e as Senadoras, têm total conhecimento, têm tranquilidade de fazer os ajustes necessários. Ninguém quer confronto.

Até me perguntaram um dia se eu queria ser relator, e eu disse que eu não seria o relator, porque eu penso de um jeito, mas as pessoas pensam de forma

diferente de mim. Eu teria completa isenção, completo conhecimento de fazer uma relatoria sem nenhum problema, mas, se me derem a relatoria, já vão me olhar como ruralista, e aí começam a pressionar. Então, não é isso que queremos.

Eu quero aqui é o entendimento. Eu quero aqui é buscar a conservação, a preservação – porque há uma diferença entre preservar e conservar – e considerar também o setor produtivo.

No Brasil, o agronegócio responde por quase 40% do PIB e produz o saldo da balança comercial – e aí envolve a agricultura familiar, todo mundo junto. Assim, deixar esse agronegócio à margem, deixá-lo marginalizado não é bom para ninguém. Então, a responsabilidade aqui é grande, de buscarmos um entendimento.

Então, eu quero deixar a minha sugestão de que, ao chegar na Comissão, primeiramente, que nós nos sentemos e façamos uma discussão para chegarmos a um mínimo de entendimento, ou de compreensão, melhor dizendo, desta Comissão em relação a matéria que está chegando, porque, sinceramente, mais uma vez, não vi nem ganhadores, nem perdedores. Não há nem o que comemorar, nem o que sofrer. O que foi feito foi um ajuste necessário pelas mudanças que ocorreram durante muitos anos e cujas correções não foram feitas. Por exemplo, outro dia ouvi aqui 12 ou 13 ex-Ministros do Meio Ambiente pedindo para não votar, ou para prorrogar. Ora, eles não têm, sinceramente, condição de virem pedir isso, ou não tinham condição de pedir isso ao Presidente da República, porque foram Ministros; eles tanto deixaram acontecer a confusão, quanto não revolveram a confusão. E esse enfrentamento de resolver a situação cabe a nós que estamos aqui agora, e vamos prosseguir com toda a tranquilidade, sem açodamento de nenhum dos lados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Wilson Santiago.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a ponderação do Senador Blairo e acredito que até da maioria da Comissão é muito importante, por várias razões. A intenção da própria Comissão é de não polemizar o caso, atendendo a interesse de A ou B, até porque não se leva a lugar algum; pelo contrário, dificulta-se até a votação em relação ao assunto, por entender que, neste semestre, acredito que até neste ano, seja esse o projeto mais polêmico para alguns nesta Casa. E esta Casa, com certeza, tem a intenção e o dever de encontrar uma solução.

Então, se V. Exª, ao receber o projeto aprovado pela Câmara, distribuir o relatório com os membros da Comissão para que cada um tome ciência da realidade daquilo que foi aprovado na Câmara, a partir de então, teremos condições de sentar com todos os membros da Comissão, sob o comando de V. Exª, para identificarmos quais as pessoas, quais as autoridades deverão ser convidadas a participar dessa reunião, ou dessas audiências públicas que V. Exª citou, sempre com o intuito de não polemizar o assunto, porque, a partir do instante em que se polemiza, estabelece-se a dificuldade de aprovação final, porque ambos os lados ficarão acirrados por essa polêmica. Essa que é a grande verdade.

Então, é só essa ponderação que solicito a V. Exª, e, com certeza, teremos as condições, depois de um debate longo, analisando-se todos os assuntos e, além de tudo, analisando-se todos os pontos que alguém julgar polêmico, de chegar a um consenso, na disputa que entendemos até democrática de votarmos e, com isso, chegarmos ao plenário com um relatório enxuto, que atenda ambos os lados. Com isso, teremos condições de dar mais um passo no que se refere à legalização ou aprovação de um projeto que interessa a toda a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Wilson Santiago.

Com a palavra, o Senador Ivo Cassol; depois, o Senador Waldemir Moka; depois, Anibal Diniz.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, quero dizer que, nessas audiências públicas, temos que observar e, ao mesmo tempo, avaliar cada um que vamos chamar. Isso porque o que existe de ambientalista de sala de ar condicionado aqui em Brasília e pelo Brasil afora, que nunca sequer plantou um pé de feijão, que nunca sequer plantou uma árvore e que vem dar uma de ambientalista, não dá para aceitar.

O Blairo Maggi falava agora há pouco, e nós temos uma experiência... E aqui quero deixar bem claro que faço parte da base da Presidente Dilma, mas, da maneira como foi conduzido na Câmara dos Deputados, não pactuo, de maneira alguma, aqui no Senado. E vou dizer, de maneira muito simples, o porquê.

Quando o próprio Ministério do Meio Ambiente quer continuar tendo – Senador Blairo, V. Exª que foi governador – o mando na questão ambiental no Brasil inteiro, não deu conta até agora! Se formos prender quem cometeu irregularidades neste País, os primeiros que vamos ter que botar na cadeia são os ex-Ministros do Meio Ambiente. Eles não cumpriram a legislação!

No meu Estado, por oito anos, a preservação ambiental foi feita por nós, por rondonienses, e não pelo Ministério do Meio ambiente, e não pelo Ibama.

Portanto, precisamos chamar para as audiências públicas nesta Casa pessoas que venham aqui debater e que conheçam.

Agora há pouco, meus Colegas falavam quanto à questão de alguns Ministros terem se reunido com a Presidente; não sei por que a Presidente deu atenção a eles! A Ministra Marina Silva, por exemplo, em cinco ou seis anos em que foi Ministra, não levou uma cibalena para o Estado de Rondônia! Ela não me levou um carrinho de mão, ela não me deu uma caneta para ajudar cuidar da Amazônia, para ajudar a preservar. Só fez discursos demagógicos. O mesmo com os demais Ministros. Com uma simples canetada aqui em Brasília, eles acham que são os bichos da goiaba.

Eu quero lembrar que o erro cometido por gerações e gerações foi cometido pelo próprio governo. E, quando falo pelo próprio governo, refiro-me a todos os governos federais.

Eu fiz uma pergunta aqui numa audiência pública na Comissão de Agricultura, semana passada, ao Ministro do MDA: já que eles estão querendo mudar e penalizar as pessoas que estão às margens dos rios, como é que vão fazer com as pessoas de Petrolina e com o Ministro que é da Bahia, que são os plantadores de frutas? Não, lá é uma situação à parte. Como é que, ao mesmo tempo, nós não vamos dividir a responsabilidade com os Estados e com os Municípios na questão ambiental, se são eles que estão na ponta, que estão no dia a dia lá?

E eu até vou propor uma emenda ao Código Florestal, no sentido de que Municípios e Estados só tenham direito a recursos federais se cumprirem o Código Florestal, para que, com isso, eles estejam comprometidos.

Na administração do Blairo Maggi, a diminuição que houve no desmatamento no Estado do Mato Grosso, com certeza, foi trabalho dele. Por mais que falam, falam do Mato Grosso... E agora, Blairo, com os números que eles dão, eles não dão com os números que diminuímos, a quantidade que foi, e o que foi feito, e o quanto nós investimos.

Então, infelizmente, o Ministério do Meio Ambiente, esses anos todos que passaram, não foi nada mais do que falar para a mídia nacional e internacional. E, quando os próprios Senadores falaram que a gente expõe as posições e o pessoal pensa que a gente quer levar vantagem, é o contrário. O que nós queremos é que o setor produtivo continue crescendo e desenvolvendo este País. Nós não podemos matar a galinha dos ovos de ouro.

Eu aqui faço um desfio para todos os políticos: eu gostaria que o setor produtivo do Brasil parasse um ano. Que todo mundo parasse! Todo mundo vai parar de plantar um ano! O Brasil quebra. É o setor produtivo que aguenta.

Ao mesmo tempo, nós temos que ter esta responsabilidade nesta Comissão, Sr. Presidente: não podemos chamar qualquer um. "Ah, o cara faz parte de uma ONG." Tudo bem: o que essa ONG fez pela preservação ambiental? Com quantos reais ajudou? Quanto arrecadou? O que fizeram na verdade?

É muito fácil fazer discurso aqui. "Vamos chamar alguém do setor produtivo." O que ele conhece do setor produtivo? Ele tem conhecimento? Ele plantou alguma coisa? O que ele fez para ajudar?

O que não faltam agora são pessoas para virem aqui bater fotografia e mostrar serviço.

Essas são as minhas colocações.

Portanto, quando eu falo aqui na questão dos ex-Ministros, infelizmente, a culpa pelo que o País está passando é deles, por não terem cumprido a lei. Então, os primeiros que tinham de ser punidos seriam eles.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra, o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, eu quero cumprimentar V. Exª por já querer conduzir o debate sem criar maiores tensões, o que é louvável. E o que eu acho que V. Exª está querendo que a gente diga é que as audiências vão ter que existir, as pessoas vão querer vir aqui falar, e é natural que isso aconteça, que a gente organize isso de forma... Por exemplo, eu também acho que não é produtivo você trazer no mesmo dia pessoas que têm posições diferentes ou antagônicas. O certo é ouvir, de forma equilibrada, os dois segmentos, tanto o segmento que acha que deve haver modificações no Código Florestal, quanto o que acha que o trabalho feito na Câmara dos Deputados, ou que o relatório do Deputado Aldo é um relatório que talvez não precise de grandes modificações. Fundamentalmente, acho que é isso. E ouvir o próprio governo.

Eu, com a preocupação de V. Exª, gostaria de, humildemente, sugerir que num dia a gente possa trazer a Ministra do Meio Ambiente, e que ela explicitasse aqui a posição de governo, o que ela acha que foi aprovado na Câmara e que ela gostaria de ver corrigido no Senado, se isso é possível.

Ao mesmo tempo, seria importante trazer aqui o Deputado Federal Aldo Rebelo, que, em última instância, é a pessoa que hoje acumula o maior número de informações e, sem dúvida alguma, é capaz de, uma vez que a Ministra explicite o que...

Existem algumas coisas, Sr. Presidente... Por exemplo, estou ouvindo o tempo todo falarem em anistia geral. Eu quero que alguém me diga onde está a

palavra anistia no projeto que foi aprovado na Câmara. Não existe, Sr. Presidente. Então, essas coisas é que às vezes acirram os ânimos, porque, quando você afirma uma coisa que as pessoas dizem... Onde está a anistia? O que chamam de anistia é o seguinte: vamos dizer que o produtor rural tenha desmatado uma mata ciliar e que será multado por isso, se já não foi; uma vez aprovado o texto, o que diz o texto? Que ele vai ter de entrar num programa de regularização e terá que recompor aquilo que ele desmatou. Se ele não recompuser, vai continuar sendo multado. Se ele fizer a recuperação, só então ele terá a multa perdoada.

Então, eu pergunto: o que é mais importante: arrecadar essa multa ou recuperar aquilo que foi degradado?

É basicamente essa a questão, Sr. Presidente!

Então, essas coisas precisam ser discutidas sem essa paixão, num ambiente menos tenso. Por isso é que estou sugerindo, não sei se no início ou no final, mas, em algum momento, acho que seria importante que a gente ouvisse a Ministra ou alguém por delegação dela. E estou sugerindo, não conversei com o Aldo, mas acho que seria, sem dúvida alguma, uma pessoa... O que se coloca hoje, a crítica que se faz ao projeto eu acho que ele teria condições mais do que suficientes de esclarecer.

Agora, eu quero parabenizar V. Exª, no sentido de que é importante que o Presidente tenha consciência de que esse debate tem que ser o mais tranquilo, o mais equilibrado, mas, acima de tudo, o mais justo para todo mundo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Waldemir Moka.

Só quero lembrar que, quando decidimos iniciar os debates sobre o Código Florestal mesmo antes de o projeto chegar ao Senado, o primeiro convidado foi o Deputado Aldo Rebelo – e, aliás, foi um debate riquíssimo nesta Comissão. Nós tínhamos uma audiência conjunta com a Comissão de Agricultura e com a Comissão de Meio Ambiente nesta semana, com a Ministra Izabella, que seria realizada na quinta-feira. Infelizmente, ela vai ter que representar a Presidenta Dilma no Congo, e estamos vendo outra data na próxima semana para que possamos fazer essa audiência pública conjunta.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pois não.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB - MS) – Eu entendo e participei da audiência em que esteve presente o Deputado Aldo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu me lembro.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu só quero lembrar a V. Exª que aquele texto que foi discutido foi modificado. E as modificações ou a modificação recebeu algumas críticas. Por isso é que acho oportuno que o Deputado Federal Aldo Rebelo possa vir aqui depois de a Ministra ou alguém por ela indicado colocar aqui as principais críticas que se fazem ao texto. É preciso dar oportunidade ao Deputado Aldo para que ele também possa dizer o que há de diferente e possa responder eventualmente às críticas.

Ao meu juízo, neste momento, há muitas críticas infundadas, Sr. Presidente.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu só quero registrar que, de parte desta Presidência, não há objeção alguma à vinda novamente do Deputado Aldo Rebelo ou de qualquer outro que os nobres Senadores e Senadoras apresentarem como requerimento.

Acho que nós temos que estimular o debate, repito, num ambiente equilibrado de serenidade para que possamos construir a melhor proposta para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra pela ordem a Senadora Kátia Abreu e, em seguida, o Senador Anibal Diniz.

A SRª. KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Sr. Presidente, gostaria apenas de fazer coro ao Senador Waldemir Moka. Nesses últimos dias, estou muito preocupada com o que estou vendo na imprensa. Eu leio a crítica na imprensa, vou ao texto e não encontro conexão, similaridade, com o que está escrito nas manchetes de alguns jornais – não todos – com o que está escrito no texto do Aldo. Ou estou ficando maluca, ou eu desaprendi a ler.

Então eu acho da maior importância, apesar de que Aldo Rebelo já veio uma vez, mas ele não veio discutir o texto. E não está adiantando porque como diz em Tocantins, desculpe-me a expressão, a rádio peão, que é algo que prolifera com muita rapidez, é uma expressão que usamos no meu Estado, acabou disseminando inverdades que estão se materializando como verdadeiras.

Portanto acho muito essa opinião do Moka porque se o Aldo Rebelo vier aqui, são três ou quatro pontos polêmicos, ele fala; o que pensa de forma divergente fala. Nós precisamos esclarecer no texto da lei porque, às vezes, estamos lendo alguma coisa que não está lá. Ou, então, está e nós não estamos vendo. Dou a mão à palmatória se estiver escrito o que estão dizendo. Falam que todos os problemas estão sendo

passados para os Estados. Quem dera! Era tudo o que eu queria na vida: que passassem todas, como diz a Constituição Federal, todas as peculiaridades para os Estados, art. 24. Mas, infelizmente, não está não consigo encontrar isso. Anistia. Não consigo encontrar anistia no texto. Anistia é quando você tem uma multa de 200 mil reais e eu chego para você e digo: acabou a sua multa. E eu tenho que fazer o quê para acabar com a multa? Nada, acabou a sua multa. Isso é anistia. Mas, quando eu chamo você e digo: espere um pouco que a sua multa vai ficar aqui. E você tem que retornar e corrigir todos os erros que você cometeu, que anistia é essa, se eu me reabilitei? Eu posso ser presa por 30 anos e não continuo condenada depois que cumprir a minha pena.

Então, se eu cumprir e habilitar a minha reserva legal, habilitar a minha APP, consertar alguma área degradada, eu estou devendo, ainda, o quê? Então é castigo? Porque aqui no Brasil tem duas salas: a sala da verdade, a sala da importância, a sala da necessidade para o setor rural e, depois, a sala do castigo, na hora de fazer as leis e os decretos. Então nós estamos querendo tirar o expurgo da maldade. Caso contrário, Presidente, sabe o que vai acontecer? O que vai te motivar a recuperar o que você degradou? Sua multa vai continuar. Você pagou o crime que cometeu e o dinheiro sumiu. Então se ninguém vai tirar a minha multa não vou recuperar nada. Então você vai ser multada novamente. Pode multar.

Não tem sentido, Presidente. Não existe anistia.

O relatório do Aldo Rebelo não é ato secreto. Ato secreto foi anistiado aqui nesta Casa. Não existe nenhum produtor rural neste mundo que tenha sido criminalizado, como está sendo o brasileiro, porque plantou comida.

Não consigo enxergar essas coisas no texto. É o art. 8º e o art. 33. Já li esses artigos por mais de duzentas vezes e não consigo entender. Já chamei todos os juristas e não consigo enxergar o que a imprensa está dizendo, porque não está no texto. Acho que os Senadores, com todo respeito que temos por esta Casa, merecem ouvir as duas pessoas no mesmo dia, para que possamos colocar um artigo, colocar outro e a pessoa dizer o que está errado. Blasfemar na imprensa e fazer teatro; estamos cansados disso, Presidente. Queremos preto no branco, linha por linha, artigo por artigo, parágrafo por parágrafo, inciso por inciso. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado Senadora Kátia Abreu.

Com a palavra o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Srs. e Srªs Senadoras, reputo da mais alta relevância a preocupação do Presidente desta Comissão em já trazer o assunto de uma maneira muito solidária, muito cautelosa e sábia para que comecemos a refletir por antecipação, antes mesmo do texto do PL chegar a esta Comissão. Acho que o Senador Blairo é de uma sabedoria fantástica quando diz que numa conversa com a Senadora Ana Amélia e o Senador Moka, os três tinham dúvidas a respeito do mesmo assunto, cada qual com uma posição diferente, e os três sentindo a necessidade de um melhor entendimento da matéria, para que cada um firme o seu ponto de vista com maior segurança.

Creio que não podemos ter pressa com relação à apreciação dessa matéria. Temos que ser solidários conosco mesmos, porque não podemos nos expor a votar algo que não seja absolutamente compreendido por todos nós. Temos que ser solidários com o Brasil no sentido de procurar o texto, a formulação mais coerente com a representação do Brasil em toda a sua diversidade, seja no setor produtivo, agroexportador, seja a necessidade da proteção ambiental porque vamos ter que encontrar o ponto de equilíbrio. O ponto de equilíbrio, não sei se todos aqui acompanharam, quando houve a audiência dos ex-Ministros com a Presidenta Dilma houve uma declaração muito sóbria do ex-Ministro Rubens Ricupero e ele disse que temos que tomar cuidado inclusive com aquilo que parece que é o principal beneficiário do PL relatado pelo Deputado Aldo Rabelo. Por quê? Porque se diz que a nossa produção passa a ser fortalecida no sentido da exportação. Mas o ex-Ministro Rubens Ricupero faz um alerta: se nós levarmos pecha de produtores em alta escala, mas com degradação do meio ambiente, automaticamente, nossos mercados de *commodities* vão se fechar também. Ou seja, o que poderia ser uma vantagem comparativa passa a ser desvantagem e isso tem que ser refletido por nós. Creio que o Senador Blairo Maggi, que para mim é uma referência de ambientalista converso, porque no seu Estado ele fez uma transição fantástica ao ponto de ele próprio ter relatado que já recebeu o prêmio motosserra do ano e, quatro anos após, conseguiu inverter essa situação e consegui dialogar com o mundo ambiental com muita propriedade, e sabe dos compromissos que o Brasil assumiu na COP15 no sentido de reduzir emissões por uma responsabilidade planetária. Então vamos ter que colocar todos esses aspectos na balança para refletirmos qual o melhor caminho. Primeiro, a Presidenta Dilma, ontem mesmo, nos informativo já estava anunciando o aumento de investimento para o setor produtivo. O Brasil não vai parar um milímetro em investir em aumento da sua produção, em reforço de tecnologia, em aumento de nossas exportações,

porque a nossa balança comercial depende disso e o Governo tem plena consciência disso. Não podemos nos levar pelo barulho da imprensa nem quando ele carrega demais no sentido pró-ambientalista, mas também não devemos nos levar pelo barulho de imprensa quando ele carrega demais no sentido pró-produtores. Por exemplo, diz-se que se não aprovarmos o código nos termos em que está posto, a produção vai diminuir. Não há nenhuma chance, neste Brasil, de a produção diminuir, porque há uma determinação de Governo e uma disposição total do setor produtivo de crescer cada vez mais. Isso vai acontecer.

Temos que construir o equilíbrio no sentido de manter essa marca de que o Brasil vai continuar aumentando suas exportações, vai continuar elevando a sua balança comercial a partir das *commodities*, mas é um País responsável ambientalmente, que cuida das suas florestas, dos seus mananciais hídricos e que, principalmente, se preocupa com as futuras gerações. Na aprovação desse Código Florestal, nós estaremos assinando uma lei que vai ser determinante para a qualidade de vida das futuras gerações do Brasil e do planeta. Temos que ter esse cuidado. Portanto, considero da maior importância que façamos quantos debates forem necessários, quantos esclarecimentos forem necessários, para que tenhamos o texto que melhor contemple a necessidade de o Brasil continuar produzindo e aumentando as suas exportações, mas fundamentalmente que isso seja compatibilizado com a proteção do meio ambiente, que é algo fundamental para a garantia de mercados para a nossa produção de grãos, caso contrário seremos taxados como quem produz grãos degradando o meio ambiente e, automaticamente, os mercados consumidores desses produtos vão se fechar para o Brasil e aí o prejuízo será tanto para ambientalistas, quanto para produtores do setor agro-exportador.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Para esclarecer que no início da minha fala quando me referi a três posições diferentes, foi exatamente pela posição diferente que temos ouvido pela imprensa. A Senadora Kátia fez a sua colocação no mesmo sentido da nossa que foi colocada no início. E reforçando a posição com relação à anistia que foi levantada pelo Senadores Moka e Kátia. Na realidade, o que vem sendo trazido nesse Código Florestal, nós temos uma experiência em Mato Grosso que é exatamente a mesma que estamos propondo, agora, para o Brasil. Vínhamos com ações judiciais, prisões de sercretário, prisões de produtores, multas abusivas. Já não aguentávamos mais, no Mato Grosso, porque não sabíamos mais a quem procurar para resolver nossos problemas.

O Ministério Público Federal entende de um jeito, o Ministério Público Estadual de outro, e por aí vai. Resolvemos chamar todos desde os Ministérios, ONGs, produtores, federações, sindicatos, colocamos todos à mesma Mesa e propusemos um programa chamado MT Legal que é a réplica que está sendo feita agora no relatório do Aldo, com uma única diferença. Nós não poderíamos, Senadora Kátia, porque a lei não nos permitia, de fazer uma remissão de 100% da multa, desde que o produtor que entrasse para o CAR e no final do seu processo de revegetação, de recolocação da APP ou da reserva legal, nós não poderíamos fazer isso. Então, ficou combinado em Mato Grosso que da multa originária 10% seria recolhida para um fundo para questões ambientais. Agora a lei federal é maior e ela pode fazer isso. Ninguém está dando anistia. O que está dizendo é que você tem um passivo e para recuperar esse passivo eu não tenho dinheiro para lhe dar porque o correto era a União financiar. Mas como nós não temos vamos transformar a multa que estava prevista a ser paga em benefício do meio ambiente. E aí o Senador Ivo Cassol e Moka e todos aqui, acho que estamos falando a mesma língua, Senadora Kátia e Diniz também. Não vejo, nessa questão do código, vencidos, nem vencedores. O que nós queremos é o entendimento, mais uma vez, de paz no campo e deixar as pessoas trabalharem com tranquilidade e buscarmos um meio de fazer a conservação e preservação necessárias. Por mais que eu explique, por mais entrevistas que dou, quando vou ler não é a mesma coisa. Não sei como falar mais. Talvez a gente tenha que falar só na TV, no Rádio e ao vivo, porque é complicado e não tem nada diferente daquilo que foi discutido o tempo todo. A única coisa que talvez tenha que se discutir é quando se falou que nas APPs se consolidou tudo até 2008. Sinceramente, eu como cidadão, como produtor não concordo com isso, porque eu fiquei na minha fazenda há 30 anos cuidando de tudo. O meu vizinho, talvez relaxado, não quis fazer isso e ficou dizendo que não se deveria obedecer, que estava sendo passado para trás. Eu fiz o procedimento correto e ele que não procedeu de forma correta vai ficar livre das coisas. Não concordo com isso, temos que nos preocupar com os pequenos produtores, porque o próprio Estado não tem condições de legalização 100% das pequenas propriedades. Não temos condições financeiras, estrutura para fazer isso nos Estados. Então, para mim, é a única coisa que merece discussão. No resto estamos no bom caminho, estamos muito próximo do

entendimento e o Senado vai fazer esse entendimento com toda certeza.

Mas não podemos ser conduzidos, aqui, por pessoas que muitas vezes não conhecem, não sabem a realidade do campo. Mais uma vez quero insistir: o que a Câmara votou, com exceção de algumas coisas, e ela se rebelou contra o Governo foi porque ela deu ouvidos à população, ao setor produtivo brasileiro. Disse se o Governo não nos entende, vamos colocar nossa posição. E quem colocou essa posição foram os Deputados Federais.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Blairo Maggi quero dar uma explicação à Senadora Marisa Serrano. Nós vínhamos examinando a pauta e como ela não havia chegado nós não votamos o item do qual ela é relatora.

Em seguida vou passar à apreciação do item, mas não posso deixar de fazer uma consideração sobre o tema que é apaixonante.

Tive o cuidado, Srªs e Srs. Senadores, de estudar, nos últimos dias, profundamente o texto aprovado pela Câmara dos Deputados e dialogar muito sobre o assunto. Conversei longamente com o Deputado Aldo Rebelo, no sábado, conversei ontem com a Ministra do Meio Ambiente, com técnicos do Meio Ambiente, conversei com consultores do Senado, li várias vezes o relatório aprovado na Comissão do Senado, procurei entender o que havia acontecido naquela semana de três semanas atrás em que se anunciou que havia um acordo e que, na última hora, a sessão foi derrubada pelo Líder do Governo. Acredito, Blairo, que efetivamente é possível construir uma proposta de equilíbrio a partir do texto construído pelo Deputado Aldo Rebelo. Acompanhei o esforço do Deputado Aldo Rebelo e posso falar muito a vontade porque eu era o Líder o PSB, Líder do bloco, naquele momento, e votei contra o primeiro relatório do Aldo na Comissão Especial, mas reconheço que o trabalho é muito sério. Ele visitou praticamente todos os Estados, se reuniu, ele construiu um apoio político em torno da proposta dele e que foi expressa numa votação de 410 votos que, sem nenhum demérito aos ruralistas – nós não temos 410 Deputados ruralistas – ele construiu uma maioria política na Câmara dos Deputados a partir do seu relatório.

É claro que num tema extremamente complexo como o texto sempre cabe melhoramento, aperfeiçoamento. Eu conversava com a Senadora Kátia Abreu, não vou entrar no mérito desse debate, agora, teremos oportunidade para isso, mas eu discordo da Emenda 164. Tive oportunidade de dizer isso ao Deputado Aldo Rebelo, o seguinte: Aldo, seria muito melhor para o seu relatório que tivesse sido aprovado o seu texto e não o texto dessa emenda, porque ela produz efeitos práticos que os acho muito ruins e, consequentemente, efeitos políticos ruins ao clima de exacerbação das diferenças.

Entendo que, aqui, devemos buscar o ponto de equilíbrio. Tenho a convicção de que um dos grandes instrumentos de diferenciação da competitividade da agricultura brasileira no cenário internacional é poder ostentar o título de que temos a agricultura mais sustentável do mundo. E até a esse momento nós temos: com tecnologia de plantio direto, de integração lavoura/pecuária que vão sendo desenvolvidas o País vem avançando na produção de alimentos com base em novas tecnologias e não podemos perder, Senador Ivo Cassol, esse diferencial. Vamos sediar uma conferência internacional, o ano que vem, a Rio+20, o Brasil tem tudo para liderar a posição de uma economia tradicional para uma economia verde, a agricultura vai ter um papel fundamental nesse processo de transição. Então, temos que contribuir com esse debate. Entendo que o papel dessa Comissão será muito importante no sentido de produzir um equilíbrio, de construir com calma, com tranquilidade, ouvindo todos os pontos de vista para que possamos construir um relatório que seja bom para o Brasil. O Senador Blairo se referiu que não há ganhadores, nem perdedores, eu gostaria de alimentar a expectativa de que possamos aprovar o relatório em que todos possam sair ganhando, porque quem vai sair ganhando, efetivamente, é o Brasil. E tenho convicção de que o Senado estará na altura da sua responsabilidade e saberá construir esse texto. Quero dar o melhor da minha energia, do meu tempo, da minha disposição para buscar construir esse texto de equilíbrio.

Quero sugerir retomarmos a pauta.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Só queria fazer uma observação, Sr. Presidente, ...

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Só queria fazer uma observação, Sr. Presidente. Quando V.Exª diz que discorda da Emenda 164 é bom lembrar que ela foi votada democraticamente. O resultado da Câmara dos Deputados, conforme disse o Senador Blairo, demonstrou que a Câmara interpretou, imagino eu, a posição dos seus Estados. V. Exª pode divergir, mas não podemos é achar que a Emenda 164 é ruim. Pode haver divergência, mas temos que evitar os rótulos, aqui.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – É por isso que existe uma Casa revisora, o Senado, mais do que nunca, poderá desempenhar o seu papel de Casa revisora.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Para começar, se o senhor for solicitar a relatoria já voto contra V. Exª porque o senhor já começa querendo ganhar

de 1X0, aí não dá certo. Aqui nós temos que começar com empate. Portanto já não tem meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Não se preocupe que eu não serei o relator. Vou anunciar, ainda hoje, o relator dessa matéria, Senador Ivo.

ITEM 2

- Não Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 612, DE 2007

Dispõe sobre a utilização de papel reciclado nos livros dos programas de distribuição de material didático do Ministério da Educação.

Autoria: Senador Renato Casagrande

Relatoria: Marisa Serrano

Relatório: Contrário à matéria

Observações: *1) A matéria será analisada, em decisão terminativa, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte. 2) A matéria constou nas pautas dos dias 19/04/2011, 03/05/2011,17/05/2011 e 24/05/2011.*

Com a palavra a nobre relatora.

A SRA. MARISA SERRANO (Bloco/PSDB – MS) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Hoje é a manhã da educação. Viemos, agora, da Comissão de Educação, onde se encontra o Ministro Haddad num debate caloroso sobre o livro didático. Chego aqui e vamos falar de livro didático.

Leio o meu relatório.

I – Relatório

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 612, de 2007, que *dispõe sobre a utilização de papel reciclado nos livros dos programas de distribuição de material didático do Ministério da Educação.* De autoria do Senador Renato Casagrande, a proposição será também apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), em decisão terminativa. O art. 1º da proposição estabelece que *o papel utilizado nos livros didáticos distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), pelo Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM), pelo Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA) e pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola(PNBE), do Ministério da Educação, deverá conter fibras originárias de material reciclado proveniente de matéria-prima produzida no Brasil*. Os incisos I a III do *caput* do art. 1º determinam as porcentagens de fibras oriundas de material reciclado que devem ser utilizadas, no período de 2009 até 2011. De acordo com o art. 2º, a lei proposta entrará em vigor na data de sua publicação.

Em maio de 2009, o Senador Cícero Lucena, então relator da matéria nesta Comissão, ofereceu manifestação favorável com emenda ao PLS nº 612, de 2007. O objetivo da emenda era adaptar os marcos temporais previstos na proposição, tendo em vista já estarem defasados. O relatório, contudo, não chegou a ser apreciado pelo colegiado.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

II – Análise

Compete à CMA, nos termos do art. 102-A, II, *a* e *c*, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre assuntos atinentes à defesa do meio ambiente, especialmente a defesa dos recursos naturais e a preservação, conservação, exploração e manejo das florestas.

Em que pesem as justas preocupações do autor referentes à necessidade de estímulo à prática da reciclagem e apesar de concordarmos com a importância das compras governamentais para ganhos de escala comercial e formação da consciência ecológica da população, discordamos do mérito da proposição.

Diversos são os motivos que nos levam a essa conclusão. Em primeiro lugar, deve-se salientar que o papel reciclado não apresenta qualidade semelhante à do papel novo. De fato, como o próprio autor da proposição reconhece na justificação do projeto, *o destino do papel reciclado é preponderantemente voltado à fabricação de embalagens (por exemplo,miolo de papelão ondulado e miolo de cartões duplex e triplex) e para a fabricação de papel para fins sanitários (papel higiênico folha simples,toalha de papel, etc).* Contudo, tendo em vista a utilização e a necessidade de reutilização do livro didático, ele precisa ser manufaturado com papel de alta qualidade. Além disso, o processo produtivo do papel reciclado gera maiores custos, o que levaria a um aumento significativo do preço dos livros. Isso acarretaria maior gasto de verbas públicas, em prol de benefícios ambientais duvidosos.

Segundo estudos elaborados pela Universidade de São Paulo, a produção de papel totalmente reciclado, que seja utilizável para imprimir e escrever, pode gerar um volume de efluentes até seis vezes maior que a do papel branco. As substâncias químicas utilizadas no processo de branqueamento e remoção da tinta impregnada no papel usado são tóxicas e podem gerar resíduos altamente poluentes. Ademais, para obter matéria-prima para uma tonelada de papel reciclado são gastos 64 metros cúbicos de água, ao passo que, para a mesma quantidade de papel normal, apenas 10 metros cúbicos são necessários.

Cabe salientar, também, que a indústria brasileira não dispõe de capacidade instalada para fazer frente à demanda por papel reciclado gerada pela lei proposta. Essa constatação indica a eventual necessidade de importação de papel reciclado. No entanto, nada garantiria que o papel importado fosse, de fato, reciclado. Como é mais barato produzir papel novo, o exportador poderia optar por simplesmente colorir o papel branco, para que ele parecesse reciclado. Essa estratégia anularia os ganhos ambientais com a preservação de florestas e a redução das emissões de gases de efeito estufa.

Obrigar que os livros didáticos sejam manufaturados com papel reciclado implicaria, assim, maiores custos para a indústria e maiores danos para o meio ambiente.

Desse modo, consideramos o PLS nº 612, de 2007, prejudicial para a indústria nacional de papel, para as editoras brasileiras, para o poder público e, principalmente, para o meio ambiente.

III – Voto

Em face do exposto, votamos pela **rejeição** do Projeto de Lei do Senado nº 612, de 2011.

Era o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, quero pedir vista desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg Bloco/PSB – DF) – Vista concedida.

Não havendo mais nenhum relator presente, vamos ...

Pela ordem com a palavra o Senador Aníbal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, se possível, não sei se há quórum regimental, tenho um relatório referente ao item nº 9 e gostaria de proceder à leitura, se houver quórum.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg Bloco/PSB – DF) – Senador Anibal, o projeto é de caráter terminativo e não temos quórum para deliberar.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, CRIADA POR MEIO DO RMA nº 48, de 2009, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 14h30, NA SALA DE REUNIÕES Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às quinze horas do dia dezessete de maio de dois mil e onze, na Sala nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **BLAIRO MAGGI**, reúne-se a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **BLAIRO MAGGI, PAULO DAVIM** e **FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores **PEDRO TAQUES**, **ANIBAL DINIZ, VITAL DO RÊGO, EUNÍCIO OLIVEIRA, EDUARDO BRAGA, CÍCERO LUCENA** e **PAULO DAVIM.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, encaminha a deliberação da pauta, que é destinada à realização de audiência pública com a finalidade de coletar informações sobre a preparação das cidades-sede para a Copa do Mundo de 2014, em especial as condições atuais de infra-estrutura e o andamento das obras. Comparecem os seguintes convidados: Demétrio Paulo Torres, Secretário Estadual da Secretaria Extraordinária para Assuntos relativos à Copa do Mundo do Estado do Rio Grande do Norte; e Rodrigo Martins Cintra, Secretário Municipal da Secretaria da Juventude, do Esporte e Lazer e da Copa do Mundo FIFA da Prefeitura de Natal/RN. Após a explanação dos convidados, usam da palavra os Senhores Senadores **PAULO DAVIM** e **BLAIRO MAGGI.** Os convidados respondem aos questionamentos feitos e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e nove minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Blairo Maggi,** Presidente da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento das Obras da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovada.

Esta reunião destina-se à realização de uma audiência pública para coletar informações sobre a preparação das cidades-sedes da Copa do Mundo de 2014, em especial as condições atuais de infraestrutura e o andamento das obras, conforme o plano de trabalho aprovado pela Casa em 5 de abril do ano corrente.

A audiência de hoje conta com a participação do Estado do Rio Grande do Norte.

Convido para fazer parte da nossa Mesa o Dr. Demétrio Paulo Torres, Secretário Estadual da Secretaria Extraordinária para Assuntos Relativos à Copa do Mundo no Estado do Rio Grande do Norte, e também o Rodrigo Martins Cintra, Secretário Municipal da Secretaria de Esporte e Lazer, que também tem como incumbência os trabalhos relacionados à Prefeitura para a Copa do Mundo.

Antes de passar a palavra ao Dr. Demétrio, agradeço a presença do Senador Paulo Davim. Também convidei os demais Senadores do Estado. Esta Subcomissão está ouvindo todas as cidades que se propuseram – consequentemente, os Estados também – a sediar a Copa do Mundo de 2014.

Entendemos que já há muitas pessoas fiscalizando vocês, todos os tribunais, Ministérios Públicos estaduais, federal, tribunais de conta e tudo mais. Embora nossa Comissão seja Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, não pretendemos fazer uma fiscalização. Neste momento, o que esta Subcomissão está buscando é entender em que passo todas as cidades se encontram; o que elas têm realizado até este momento; e o cronograma dessas obras até 2014.

A Subcomissão também se colocará à disposição, tão logo terminemos de ouvir a cidade de Natal, para ser um facilitador, um elo de ligação com os demais órgãos da Federação, o próprio Executivo, enfim, onde encontrarmos problemas pela frente. Sabemos que os problemas não são poucos, sabemos que é uma tarefa bastante grande que temos pela frente.

Infelizmente, tudo isso começou atrasado. E nós estamos há 3,5 anos da Copa do Mundo. Não temos mais quatro anos. Temos que ser muito eficientes agora, temos que passar pelas burocracias que vêm pela frente, temos que ser muito ágeis para que possamos chegar a 2014 com todas as doze cidades-sedes em condições de recebe, para fazermos uma boa Copa do Mundo.

Infelizmente, o nosso País sempre deixa para as últimas horas. Somos bastante ruins de planejamento, ou, quando planejamos, não executamos e, em cima da hora, saímos correndo.

Pelo que tenho ouvido das cidades, dos Estados, até este momento ninguém reclamou de falta de recursos. Os recursos para as obras que foram programadas na matriz, de responsabilidade, de uma forma ou de outra, estão bem equacionados. Mas não sabemos, no momento em que efetivamente as obras começarem, o que vai acontecer. Aí vem o TCU, os outros tribunais e, apesar de não querermos ter surpresas, poderemos ter algumas pela frente.

Então, quero dizer, mais uma vez, que esta Comissão tem por objetivo acompanhar, saber dos senhores como é que estão os preparativos, e novamente nos colocamos à disposição para auxiliá-los e ajudá-los no que for necessário, no que for preciso para que vocês consigam ter um bom trabalho daqui para frente.

Quero agradecer a presença de vocês nesta Subcomissão e passar, então, a palavra ao Secretário Demétrio Paulo Torres, que falará pelo Estado do Rio Grande do Norte.

Com a palavra, V. Sª.

O SR. DEMÉTRIO PAULO TORRES – Obrigado.

Sr. Presidente, Senador Blairo Maggi; Rodrigo Cintra, Secretário da Copa no Município de Natal; Srªs Senadoras, Srs. Senadores, se me permitem, eu gostaria de começar fazendo um breve relato histórico de como Natal foi escolhida sede da Copa, ou seja, por que foi escolhida sede da Copa, sendo que se trata de uma cidade relativamente pequena, enquanto outras cidades com maiores condições, vamos dizer, estruturais podiam estar dentro dessa Copa.

Essa coisa começou com um projeto bastante arrojado, que foi encaminhado à Fifa, e, além desse projeto bastante arrojado, as condições de Natal e a própria localização foram, vamos dizer assim, naturalmente aceitas dentro do Caderno de Encargos da Fifa.

O local da Arena das Dunas, a localização, está exatamente no centro geométrico de Natal e, por coincidência, por estar nesse centro geométrico de Natal, está confinado pelos dois principais corredores de transporte da cidade, o que é uma das exigências da Fifa essa questão da mobilidade. Então, nesse quesito, Natal estava quase pronta, que era o caso da mobilidade urbana.

Além disso, dentro desse Caderno de Encargos da Fifa, há uma exigência de que esse local da Arena tenha fácil acesso ao maior número possível de leitos de hotéis, e a nossa Arena está em um raio de cinco quilômetros onde estão localizados quase 90% dos hotéis de Natal, que representam mais de vinte mil leitos. Isso também foi um ponto positivo.

Outro ponto positivo era o fácil acesso da entrada da cidade com relação à Arena das Dunas. Ela está ao lado do principal acesso, que é a BR-101, e, pelo outro lado, há a Prudente de Morais, que é uma das

principais avenidas de Natal – quem conhece Natal sabe disso.

Outra coisa que também está no Caderno da Fifa é a facilidade de se chegar aos principais hospitais da cidade, principalmente àqueles de grande complexidade. Por coincidência, estão em um raio de um quilômetro a três dos maiores hospitais de Natal.

Então, imagino que essas condições da cidade, juntamente com aquele projeto ousado, fizeram Natal ser classificada como sede para os jogos da Copa de 2014. Ocorre que aquele projeto foi feito em um momento de expansão do mercado imobiliário internacional, e Natal era um desses focos. Aquele projeto foi montado em cima de uma engenharia econômica imobiliária em que, em parte daquelas propriedades, seriam construídos edifícios e hotéis e, com aquela receita, se faria a Arena.

Mas, logo após Natal ser aprovada como sede da Copa, veio a quebra, a grande crise mundial, que começou exatamente pelo setor imobiliário. Então, aquele projeto morreu. Ali, nós sofremos o primeiro grande descrédito perante a população como um todo. Se já éramos uma cidade pequena, que já tinha de explicar por que estava na Copa, isso se agravou após aquele momento.

Mas aí veio logo uma segunda saída para se construir a Arena em Natal, que foi uma parceria público-privada. Lamentavelmente, por uma falta de experiência nossa – até porque essa Arena, essa obra agora é a primeira parceria público-privada realizada no Rio Grande do Norte, então é evidente que faltava a experiência para desenvolver aquele projeto –, veio então o segundo insucesso. Nesse insucesso, chegamos, inclusive, àquele momento em que nenhuma empresa interessou-se por aquele negócio, a Arena das Dunas, e efetivamente ficamos fora da Copa. Foi quando a classe política do Rio Grande do Norte, reunida, foi toda ao Rio de Janeiro, ao comitê local, e pediu, solicitou um novo prazo, e esse novo prazo foi concedido para Natal.

Naquele momento, a Governadora eleita se fez presente, a Governadora Rosalba Ciarlini, e me convidou, já naquela hora, para participar dessa reunião. Imediatamente, ficou acertado que se faria uma reunião técnica e se faria um cronograma para, a partir dali, começar o próprio comitê local – quando digo comitê local, refiro-me ao comitê da Fifa aqui, no Brasil – a monitorizar mais de perto.

O primeiro prazo que foi dado foi que o edital de licitação teria de ser realizado ainda em 2010. Isso foi feito no dia 30 de dezembro de 2010. O segundo prazo seria que nós teríamos de iniciar as ordens de serviço ainda no primeiro semestre de 2011. E o terceiro e último prazo é a conclusão da Arena até 30 de dezembro de 2013. O edital foi lançado, nós já temos a ordem de serviço e já começamos todos os processos burocráticos para iniciar a construção da Arena. Imaginamos nós que, até o início do segundo semestre, estaremos efetivamente executando obras.

Isso com relação à Arena, porque, no caso específico, apesar de Natal ter essas condições bastante favoráveis, naquele momento o nosso ponto mais crucial, mais difícil era exatamente viabilizar a construção da Arena. Isso nós viabilizamos por meio dessa PPP, e agora estamos nessa fase. É interessante dizer que estamos adiantados naquele cronograma que nós firmamos com o comitê da Copa.

Com relação às outras coisas, principalmente à parte de mobilidade, além das condições naturais de Natal, das condições de onde está sendo feita a Arena das Dunas, temos mais algumas outras vantagens sobre alguns Estados. Primeiro, as nossas obras de mobilidade todas são obras pontuais, porque esse Estado está feito em uma região já ocupada, onde existem as ruas, os transportes, tudo, mas é claro que temos como melhorar. Por isso, a situação nossa com relação à mobilidade é bastante razoável, comparando com outras cidades.

Além disso, hoje, em Natal, já existem obras que estão dentro daquela matriz de responsabilidade que já estão prontas. Quem conhece Natal sabe que a Via Costeira é uma das obras que nós assumimos o compromisso de que estaria pronta para a mobilidade da Copa. Essa obra está pronta. O prolongamento da Prudente de Morais é também outra ação pontual. Essa avenida está em obra e deverá ficar concluída até maio do próximo ano.

Assim, a Prefeitura de Natal já iniciou o processo de licitação de alguns trechos pontuais. E, aqui, quero fazer um parêntese também para explicar. Com relação à Copa em Natal, é de responsabilidade do Governo do Estado a execução da Arena e das obras de mobilidade que estão naquelas rodovias estaduais, que são, no caso, três intervenções. Das três, duas estão em obras e a terceira, em fase final do projeto.

Quando falamos sobre as obras da Copa, é preciso dizer que, no início desse processo, tínhamos muito pouco conhecimento do que efetivamente representava a Copa do Mundo para uma cidade pequena como Natal.

Eu gostaria que você passasse para a parte em que está o mapa do Rio Grande do Norte. Essa aí, em que está o mapa com essa roda.

Naquele momento – e ali também eu estava presente, porque eu era Secretário Municipal de Infraestrutura da Prefeitura de Natal –, imaginava-se que o

reflexo da Copa do Mundo em Natal atingiria um raio de cem quilômetros.

Estou mostrando isso para demonstrar o quanto a gente tinha pouco conhecimento do que representava o evento Copa do Mundo em Natal.

Depois, fomos vendo que ele estava tomando uma conotação maior, que envolvia mais coisas. Se voltarmos àquele mapa do Brasil, vamos verificar que, dessa vez, para esse evento Copa do Mundo, o Nordeste foi tratado até com um certo privilégio – podemos dizer isso -, porque temos quatro sedes no Nordeste.

Então, os investidores internacionais, aqueles que já conhecem Copa do Mundo, começaram a nos procurar e mostrar que isso tinha de ser tratado como algo diferente. Quando pensávamos que a Copa do Mundo teria uma influência num raio de cem quilômetros de Natal, começamos a observar que Fortaleza, Natal, Recife e até Salvador passariam a ser estudados como um todo. Começamos a observar que podíamos, embora tendo a matriz de responsabilidade de todos esses Estados, começar a sonhar com algo maior.

Posso dizer que esta semana já tivemos uma notícia interessante com relação a esta questão: essa coisa sendo tratada regionalmente. Existe uma ligação entre Natal, Mossoró e Fortaleza. Mossoró fica no meio, entre Natal e Fortaleza. Usando esses padrões, essas possibilidades de investimento, já viabilizamos a duplicação desta estrada, a chamada BR-304. Uma obra que nunca imaginamos que pudesse ocorrer.

Então, o evento Copa do Mundo é muito importante para o Rio Grande do Norte, muito mais para Natal, exatamente porque os efeitos são tão grandes que podemos vislumbrar coisas, negócios, investimentos que não faziam parte daquilo que poderíamos imaginar acontecer em tempo tão curto.

A Governadora, começando a observar isso, tomou como prioridade maior de seu Governo exatamente realizar a Copa em Natal. E sua primeira ação prática foi justamente, no momento em que assumiu o Governo do Estado do Rio do Norte, com muita dificuldade, baixar um decreto restringindo vários aspectos da área econômica, e excepcionalizou exatamente a saúde, a segurança e a Copa do Mundo.

Então, a Copa do Mundo, para o Rio Grande do Norte, é algo sério. Temos procurado vencer todas as dificuldades para que, primeiro, recuperemos e façamos com que a Nação, todo o Brasil, acredite que Natal não vai perder a Copa. E digo, com toda a franqueza, aos senhores que hoje estamos, relativamente, bem melhor do que várias cidades do Brasil. Nós não temos problemas de drenagem que não sejam sanados com soluções pontuais; não temos problemas de mobilidade que a matriz de responsabilidade não resolva; não temos problemas de segurança que a matriz de responsabilidade nossa não resolva; e não temos problemas maiores com relação à própria construção de estádios, porque o nosso estádio também é um dos menores, e o tempo é bastante suficiente.

Estou falando como engenheiro. O nosso cronograma é real e podemos assegurar, garantir que, em 30 de dezembro de 2013, estaremos com essa Arena pronta, como também todas as obras de mobilidade.

Dizendo isso, quero agradecer aos senhores pela oportunidade de estar aqui e tentar esclarecer todas as perguntas que nos forem feitas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Dr. Demétrio.

Passo a palavra ao Rodrigo Martins Cintra, representante do Município nessa tarefa da Copa do Mundo na cidade de Natal. Tive oportunidade de conhecê-lo, agora ele é árbitro de futebol. Ele me garantiu que não apitou nenhum Grenal. Portanto, não tenho nada contra ele. (*Risos.*)

Portanto, o senhor pode ficar à vontade e pode fazer sua palestra. Muito obrigado.

O SR. RODRIGO MARTINS CINTRA – Boa tarde a todos. Boa tarde, Dr. Blairo Maggi, Dr. Demétrio Paulo Torres, obrigado pelo convite. Boa tarde a todos os presentes. Fico à vontade, mas fico triste por, infelizmente, não ter apitado esse clássico, um dos poucos que não apitei no Campeonato Brasileiro. Quem sabe um dia, no Master, eu volte a apitar.

É um prazer estar aqui, na presença do Dr. Paulo Davim, também.

A Prefeitura do Município de Natal, como Secretário da Pasta de Juventude, Esporte e Lazer e responsável pelas ações, principalmente, de gerenciamento das informações e das ações relacionadas à Copa do Mundo na cidade de Natal, gostaria de passar aos senhores, aproveitando até a explanação do nosso colega, o Dr. Demétrio, com a introdução relacionada à Copa em Natal, para atualizá-los com relação às ações do Município e mostrar aos senhores que temos hoje a noção do que é a Copa do Mundo, da dimensão desse evento. Não só por estarmos envolvidos com um equipe muito coesa no ambiente da organização, mas também por vivenciarmos esse ambiente de Copa do Mundo praticamente desde que nascemos.

Gostaria de iniciar mostrando aos senhores que temos a noção plena, hoje, do que temos de fazer para organizar a Copa do Mundo.

Para começar a explanação, gostaria de relembrar que a Copa do Mundo é um evento privado e que devemos pensar nele de trás para frente, porque existe uma data fechada para o seu começo e seu término.

Então, não podemos pensar que temos a possibilidade de adiar. Qualquer adiamento no cumprimento de prazos tira a cidade-sede ou até mesmo o país de um pleito como esse.

Portanto, o primeiro passo foi mapear todos os documentos que mostravam prazos, para que tivéssemos a certeza que estávamos fazendo tudo sem deixar nenhum *gap*, nenhuma lacuna no processo. Sendo assim, mapeamos todos os documentos, que são aqueles da Fifa que assinamos, a Prefeitura, o Estado, o Governo Federal, com a entidade privada chamada Fifa – Federação Internacional de Futebol Associado. Também há um documento, o Projeto de Lei nº 6.270 da Câmara do Deputados. Todos esses documentos nos proporcionaram fazer exatamente o mapeamento de todas as ações, e ainda listar o que fazer e quando fazer.

Mais importante do que sabermos de uma forma documental, foi sabermos transferir isso para uma planilha com cronograma. Esse cronograma visa tanto o planejamento, quanto as ações, até mesmo pós-Copa do Mundo, que seria a prestação de contas, que é o que interessa muito para todos nós envolvidos, porque não basta fazermos a Copa, mas temos que fazer uma Copa de maneira consciente, com uma política de transparência e levando em consideração todos os aspectos, até porque, apesar de ser um evento privado, nós estamos trabalhando com recursos públicos para a melhoria das cidades e das regiões, não somente para a Copa, mas se utilizando desse grande artifício, desse grande instrumento de transformação, que é a Copa do Mundo, para melhorias na nossa cidade, desde melhorias básicas até em melhorias de infraestrutura, como o colega Dr. Demétrio já citou.

Sendo assim, nós temos aí um plano de trabalho já sugerido. Esse plano de trabalho é oriundo de um plano macro da Copa do Mundo, que é um plano diretor que está em período de validação. E, com esse plano de trabalho validado, a cidade de Natal, não é que ela fique em direito de igualdade de competição com as demais, competição no bom sentido, mas ela ultrapassa muitas das cidades-sedes no que tange ao planejamento e ao sistema organizacional da Copa do Mundo. Por quê? Porque o *master plan*, o plano diretor da Copa, e o seu consequente *roadmap*, o mapa de rolamento, é que nos passa todas as diretrizes do que nós temos que fazer, quando temos que fazer, se somos obrigados a fazer, ou se é recomendado apenas; ou se nem isso, se é apenas uma situação específica da cidade que, nós falamos aí – é uma palavra muito na moda –, se é legado para a cidade.

Então, quando nós falamos de legado, nós falamos de todas as ações que, através desse determinado evento, gerarão uma herança positiva para a cidade, que é o que nós, cidadãos, esperamos, e também todos os envolvidos com a organização da Copa do Mundo – que não estão preocupados apenas em gerenciar três, quatro ou cinco jogos de futebol.

Esse daí já é o cronograma da Copa, com o plano de trabalho. Eu não vou detalhá-lo aqui, mas esse documento é um documento público, os senhores sabem, então tem todo o nosso cronograma de atividades com relação às ações da Fifa. O primeiro foi de ações do Município em si; e esse daí com relação a todas as ações do campeonato mundial.

Para nós, enquanto cidade sede, enquanto sede, absorvermos as melhores possibilidades de desenvolvimento através da Copa do Mundo, nós fizemos uma matriz onde detectamos todos os envolvidos, ou melhor, todas as partes da sociedade que nós poderíamos envolver para que nós tivéssemos ganho máximo com a realização da Copa do Mundo na nossa cidade. Portanto, envolvendo inicialmente a Prefeitura, o Governo do Estado, o comitê organizador local, também chamado de LOC, a Fifa, o Ministério dos Esportes e as demais esferas da União, nós sabíamos que a Copa do Mundo sairia do papel. Se esses três entes se organizassem, a Copa sairia. Porém, nós sabemos que a cidade que mais terá oportunidades, que gerará oportunidades e que ganhará com os proventos da Copa do Mundo é a cidade que envolver a iniciativa privada, as entidades representativas, todas as entidades de classe, o terceiro setor, a sociedade civil como um todo e também os demais Municípios. Até porque existem documentos que comprovam, desde 2006, na Alemanha, que a Copa do Mundo atinge diretamente 100 quilômetros de raio, como o Dr. Demétrio citou, e, indiretamente, o que pode ocasionar em ganhos diretos também, apesar de uma ação indireta, até um raio de 400 km. Ou seja, abraça quase todo o Estado do Rio Grande do Norte, e por que não avançarmos aí mais 50 ou 100 quilômetros, uma vez que já sabemos essa estatística?

Por fim, o que nós chamamos do coração da Copa do Mundo é a Arena das Dunas, porque é o maior desafio em se transformar num legado, em algo que não seja utilizado somente para três, quatro ou cinco jogos, mas, sim, para que tenha uma gestão sustentável após a realização da Copa do Mundo. O Dr. Demétrio pode até incrementar algumas questões relacionadas a esse tema, mas o mais importante de enfatizarmos é que é uma arena multiuso, é uma arena que tem 42 mil lugares e que, após a Copa, reduzirá 10 mil lugares. Portanto, uma arena com 32 mil lugares é uma arena que dá para se fazer bastante evento, e não só evento futebolístico, eventos esportivos. E nós temos

a intenção de fazer isso. E existem estudos também que comprovam que uma arena desse porte, com aproximadamente 30 mil lugares pós-Copa, atinge a sua sustentabilidade com apenas 40 a 50 eventos anuais.

Para que os senhores tenham uma noção do *status* dos projetos consolidados, por que nós vamos falar neste momento principalmente da parte de infraestrutura? Porque, apesar de termos nove áreas, nove câmaras temáticas, nove grupos de trabalho, desde saúde, meio ambiente, sustentabilidade, até a parte de promoção comercial tecnológica e desenvolvimento turístico, no momento, o que já saiu do papel, o que já está em execução são as obras de infraestrutura, de mobilidade. Portanto, estaremos passando aqui o que nós já fizemos e o *status* do que já foi feito, o que estamos fazendo e o que ainda iremos fazer.

Portanto, o Corredor Estrutural Oeste, o Complexo Viário em frente à Urbana e reestruturação geométrica da Avenida Capitão-Mor Gouveia fazem parte do lote 1, já dentro da matriz de responsabilidades, que é um lote que já está aprovado e já está com a contrapartida garantida pelo Município.

As obras de infraestrutura do lote 2 são os entroncamentos, são as obras pontuais, como o Dr. Demétrio citou. Então, nós temos todos esses que são de extrema importância, não somente para a realização da Copa do Mundo, mas para o fluxo viário mesmo da cidade de Natal.

E como é que está o *status* desse projeto nas questões de trâmites e de licenciamento? Nós temos aí um acompanhamento junto à Caixa, o envio da carta-consulta foi feito e tudo, todas as providências feitas junto ao STN, a elaboração de cronograma de desembolso, iniciando 30/06 no início das obras.

Licenciamento ambiental. Também todos os passos foram bem encaminhados, com a definição dos estudos e projetos ambientais necessários e a licença de instalação também, condicionantes para a execução dos determinados projetos.

Um ponto principal e crucial em todas essas questões é o ponto das desapropriações. Nós temos aí uma estimativa de desapropriações de aproximadamente 400 imóveis. Essas desapropriações, com a definição agora, neste momento, do projeto executivo, a nossa expectativa é que se diminua o número de desapropriações. E por que se pode diminuir? Porque, com a confecção do projeto executivo, há essa análise humana também, uma vez que se analisa o custo benefício, há a análise humana de todo esse processo. A Prefeitura neste momento está com muita preocupação, mas uma preocupação sadia, moderada, de tal maneira que influencie o mínimo negativamente sobre a sociedade e que influencie positivamente ao máximo por um investimento desse porte.

Com relação à licitação dos projetos, existe uma consolidação dos projetos básicos e elaboração dos projetos executivos. Então, os básicos já estão consolidados e os executivos estão em andamento, a finalizar ainda neste primeiro semestre, com uma homologação feita no mês de fevereiro deste ano e a previsão de conclusão de todos os projetos do lote 2 – o 1 já foi feito – ainda em julho deste ano.

Temos a questão do licenciamento de gerenciamento e acompanhamento das obras também em ordem; licitação das obras do lote 1 finalizada no final do último ano; e as obras do lote 2 a finalizar no início do segundo semestre.

Já o cronograma de ações a serem realizadas, nós já fizemos a entrega da documentação ao Tesouro Nacional; a contratação do financiamento também, com vencimento de todos os riscos. E, neste momento, as ações a serem realizadas dentro dos próximos dias, menos de 60 dias. No dia 30 ainda deste mês, o projeto estrutural – no caso, os projetos estruturais, se me permitem –, o licenciamento e o início das desapropriações. E, ainda no primeiro semestre, fechando esse ciclo de planejamento, o primeiro desembolso, que vem junto da ordem de serviço do início das atividades da obra em si, a licitação do segundo lote, como falamos, a vencer em agosto, e início da execução do primeiro lote.

Entre tantas ações que temos que fazer nos próximos meses, diríamos, de maneira resumida, que os próximos passos mais importantes com relação à organização da Copa do Mundo na cidade de Natal são exatamente: no dia 30/05, ainda este mês, estamos definindo, através das nossas Secretarias, um termo de cooperação. Mesmo que já o tenhamos feito – estamos fazendo ainda, neste momento, de maneira natural, porque existe essa necessidade, Governo do Estado e Município –, estamos preparando um documento para que seja assinado entre os dois entes, que é exatamente um documento de cooperação para o comitê unificado. Isso porque, a Copa do Mundo, mesmo que seja na cidade de Natal, temos a compreensão de que o Governo do Estado é fundamental nesse processo, tanto um quanto outro, para que tenhamos aquela matriz composta, e as responsabilidades não divididas, mas somadas, porque sabemos que sem a Arena não tem Copa, sem plano de mobilidade também não tem, sem organização de acessibilidade entre portos, aeroportos, terminais rodoviários, arena e rede hoteleira, também não temos a Copa do Mundo. Portanto, há necessidade desse termo de cooperação

para que possamos estar mais juntos do que já estamos neste momento.

Em 30/06, a implementação de dois sistemas: um sistema para gerir os projetos relacionados à Copa e dar seus informes pertinentes e periodicamente. E o melhor disso: em *real time*, *on-line*. A todo o momento, as pessoas vão poder ter acesso. Não só cumprindo uma obrigação, que seria a obrigação da política de transparência, mas de maneira que as pessoas possam acompanhar, até mesmo para que criemos uma mobilização de toda a população em relação à Copa do Mundo, e que elas vejam a evolução de todo o processo também.

O segundo sistema seria para gerir as possibilidades de captação de recursos para projetos relacionados à Copa do Mundo que, porventura, não tenhamos possibilidade de realizar por não termos enquadramento das condições de captação de recursos naturais, seja através de emendas, seja através do próprio recurso municipal ou estadual, seja através de programas federais.

Então, existe aí também a necessidade percebida de divulgar alguns projetos que porventura não teriam como sair do papel se não fosse esse momento de envolvermos, através do maior produto que temos hoje no mundo capitalista, que seria a Copa do Mundo – não digo somente esportivo –, um produto em que qualquer marca agregada provavelmente se torne viável... Portanto, existem inúmeros projetos que a cidade tem vontade de fazer e que, com a utilização desse agregar valor da Copa do Mundo, provavelmente possamos tirá-los do papel, que são projetos exatamente para melhoria da cidade, projetos que, quem sabe, mesmo sem terem nenhuma possibilidade de captação de recursos ou de utilização de recursos, como já citei, quem sabe a iniciativa privada, as entidades internacionais, organismos internacionais se interessem em nos apoiar em determinadas iniciativas.

Ainda em 30/06, no primeiro semestre, a criação já foi feita. Estamos trabalhando na adequação para que não se fique apenas na criação do comitê gestor da Copa do Mundo, mas que esse comitê gestor se faça presente no dia a dia da organização da Copa, porque, presenciando, na África do Sul, onde participamos do Observer Programme, da Fifa, durante quinze dias – dez dias de evento e mais dias de assistência da Copa –, percebemos que as cidades que mais tiveram proveito, no lado positivo da palavra, foram as cidades que conseguiram mobilizar todas as partes das suas organizações públicas; e, nesse intuito, principalmente, municipal; e lá, no caso, na África do Sul, distrital; e, aqui, estadual.

Finalizando esta parte do resumo dos próximos passos, cumprindo com uma obrigação contratual, com uma obrigação de política de transparência e, mais do que isso, repito, mobilizando toda a sociedade para que todos acreditem que estamos fazendo tudo o que tem que ser feito e na hora que se tem que fazer, pretendemos fazer um reporte trimestral, além daquele que será possível ver todos os dias através desse portal, mas um reporte trimestral consolidado, com a assinatura dos dois entes que organizam a Copa de uma maneira macro: o Município de Natal e o Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Um informe de gestão sobre todo o andamento dos projetos que já saíram, dos projetos que pretendemos fazer e do que nós queremos fazer também se, porventura, tenhamos outros parceiros que até então não tínhamos.

Neste primeiro momento, agradeço, coloco-me à disposição também. E, a partir de agora, os senhores têm também nossos contatos, digo contatos virtuais, mas são reais, nossos *e-mails* e redes sociais também, para que, além de trocarmos informações através de *e-mail*, os senhores acompanhem todas as ações, mesmo que ainda não seja no portal oficial, mas *full time*, em *real time*, como nós estamos trabalhando.

Muito obrigado.

Fico aguardando as questões.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Agradeço ao Sr. Rodrigo Martins Cintra, que é o Secretário Municipal da Secretaria de Esportes e Lazer da cidade de Natal.

Passo a palavra ao nobre Senador Paulo Davim, para suas considerações, se quiser faze-las, obviamente.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, senhores presentes, Secretário Demétrio, Secretário Rodrigo, na verdade, foi colocado aqui, bem colocado, pelo Secretário Demétrio, a respeito da escolha de Natal.

Presidente, pouca gente sabe, mas Natal é uma cidade que, do ponto de vista de desenvolvimento sustentável, dá bom exemplo. Isso, para o mundo, tem um valor enorme. Nós temos, por exemplo... Quem conhece Natal, eu acredito que aqui todos ou quase todos conhecem Natal. Natal deu um exemplo de desenvolvimento sustentável ainda – Secretário Demétrio, se eu escorregar na memória, por favor, me ajude – tenho impressão de que foi ainda na década de 90, quando construímos a Via Costeira, no Governo de Lavoisier Maia?

O SR. DEMÉTRIO PAULO TORRES – *(Fora do microfone.)*

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Não, foi 80.

O SR. DEMÉTRIO PAULO TORRES – *(Fora do microfone.)*

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Setenta para começo dos anos 80, exatamente. Pois bem. Nós temos uma via serpenteando dunas e mar, em absoluto respeito à natureza. De um lado, temos dunas com a mata Atlântica, que é um dos seis biomas do Brasil, sendo absolutamente respeitado esse bioma; e, do outro lado, temos o mar com os hotéis. Os hotéis ficam na praia, não invadiram o bioma, não invadiram as dunas. Um exemplo de desenvolvimento sustentável inconteste.

Natal tem – isto comprovado por um instituto internacional – o ar mais puro das Américas. Natal tem um lençol freático talvez dos maiores do Brasil. Temos, dos 365 dias do ano, 300 de sol, com céu azul, convidativo, para que se faça passeios, ao lazer. E tem uma característica interessante: Natal faz parte das seis cidades planejadas no Brasil. Nós temos Brasília, que foi cem por cento planejada, e continua sendo até hoje, Belo Horizonte, Goiânia, Palmas, Aracaju e Natal.

Parte de Natal, grande parte de Natal foi planejada. A primeira parte foi planejada por dois arquitetos e urbanistas italianos, Antonio Polidrelli e Palumbo, que estiveram, ainda no século passado, em 1901, em Natal e fizeram o planejamento urbano de Natal, na primeira fase.

Daí para frente, vieram os conjuntos habitacionais. Natal também foi a primeira cidade da América do Sul a experimentar os conjuntos habitacionais, ainda na década de 60. Natal tem o primeiro conjunto habitacional da América do Sul, num programa arrojado do então Governador Aluísio Alves, já falecido. Daí para frente, todos os conjuntos habitacionais foram planejados, de uma forma muito esmerada. Toda a zona norte de Natal, não diria toda, mas pelo menos 90% da zona norte são conjuntos habitacionais; portanto, foram planejados. Isso facilita a mobilidade urbana num evento deste. Natal passou a ter atrativos no apelo turístico, por isso que Natal é um dos destinos mais requisitados e procurados do Nordeste.

Portanto, não foi difícil Natal conseguir ser escolhida como uma das sedes, até do ponto de vista histórico, porque todos nós sabemos da importância de Natal na Segunda Guerra Mundial, quando, na época, Natal tinha 50 mil habitantes e dobrou a sua população com a chegada das tropas aliadas, já que Natal é o ponto mais próximo da Europa, e foi transformada ali em uma base aliada de envios de tropas, de equipamentos, mas também de recebimentos para todo o continente americano. Portanto, tem também esse apelo histórico.

É interessante como lá, na Europa, esse conhecimento que aqui, muitas vezes, para nós passa despercebido, consegue-se enxergar essa importância de Natal.

Portanto, apesar das diferenças, dos propositores diferentes, da pujança econômica de outras cidades que pleiteavam também ser sede do evento, Natal teve esse *handicap*, por isso mesmo foi escolhida.

Acho que, no momento, está havendo uma parceria bastante proativa e uma parceria inteligente entre os dois governos: estadual e municipal. Eu confesso que, em algum momento, eu hesitei, eu cheguei até a duvidar de que nós conseguíssemos chegar ao ponto em que chegamos hoje. Mas o fato é que já foi, inclusive, liberada a ordem de construção e a construtora deverá, parece-me... Até o início do próximo semestre, não é, Secretário?

Agora, uma das minhas preocupações é que sabemos que a construção civil, toda ela, costuma estourar prazo e eu acho que a gente precisava antecipar aquelas medidas que antecedem o início da obra propriamente dita. Aí vai uma pergunta para o Secretário Rodrigo: tomei conhecimento que, até agora, ainda não foi liberado o Machadão – não sei se a informação corresponde, corrija-me se necessário for –, porque a Prefeitura pediu para tirar do Machadão equipamentos que poderão ser utilizados em campos de periferia, quadras de esporte e outras praças, como iluminação, como grades, enfim, o que puder ser aproveitado, antes da demolição. O que percebo é que esse processo está realmente lento, ainda não se deu início a esse processo, até permitindo que a ação de vândalos venha a depredar não só o Machadão como também o Machadinho, que é o ginásio de esporte. Então, a pergunta que eu faço: quando isso vai ser iniciado?

Outra pergunta que eu faço para o Secretário Demétrio é quanto à segurança do financiamento da obra; se já poderemos respirar absolutamente aliviados, com garantia do BNDES ou de qualquer outro agente financeiro, do ponto de vista de garantir os recursos necessários para que a obra seja levada a cabo.

Então, quero parabenizar o Presidente, Senador Blairo, por esta iniciativa, e os Secretários Rodrigo Cintra e Demétrio Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Paulo Davim, que é da cidade de Natal, do Estado do Rio Grande do Norte, portanto conhece bem e deve ter suas preocupações também com respeito a essas obras.

Eu vou acrescentar aqui, antes de vocês responderem à pergunta do Senador, alguns questionamentos, e, vindo as respostas, a gente já encerra.

Para mim não ficou bem claro aqui quem é o financiador da obra e quem é o responsável pela obra, quer dizer, quem é que vai tomar o financiamento: o Estado ou o Município? Falou-se aqui em parceria público-privada, mas parece que há financiamento da obra da Arena das Dunas. E também, para as outras obras de mobilidade que estão previstas aqui no cronograma, de R$441 milhões, está previsto um financiamento de R$361, se esse financiamento também, por parte do Governo Federal, da Caixa Econômica, já está em andamento, está em fase de contratação. Enfim, como se encontra esse financiamento, que me parece que é o maior financiamento que nós temos aqui desse projeto. E, também, qual é o tamanho da Arena, qual é o tamanho que se pretende fazer, e qual valor está se prevendo gastar nessa Arena, em função do tamanho que ela tem.

Eu vou deixar aberto para que os senhores possam responder, um ou outro, para mim não há problema nenhum. Não entendi muito bem de quem é a responsabilidade de cada parte aqui no projeto.

O SR. DEMÉTRIO PAULO TORRES – Rodrigo, estou mais velho que você, como são muitas perguntas, eu tenho mais possibilidade de esquecer, não é?

Mas, veja só, primeiro, eu gostaria de responder ao Senador Paulo Davim.

Garantia de financiamento – já respondo para ele. O processo nosso de contratação junto à empresa é uma parceria público-privada clássica, em que a empresa é a tomadora do recurso, o Estado do Rio Grande do Norte é o avalista. E como foi feito esse aval? Foi feito um fundo garantidor, composto de imóveis do governo estadual e, para que isso pudesse dar liquidez, conforto, tanto para o banco quanto para a empresa, foi criado um fundo em dinheiro, no valor de R$70 milhões, com recursos do *royalty* de petróleo. Foi a exigência que o próprio BNDES fez. Os juros desse empréstimo são iguais para todos os Estados. O BNDES vai... Inclusive, esse valor é um valor excepcional, garantido por uma medida provisória do então Presidente Lula, certo? Então é uma parceria público-privada clássica.

A parceria público-privada clássica, para o caso de construção de obra, não permite duas coisas: não permite aditar nem prazo nem preço. Então, a obra foi contratada por R$400 milhões, vai custar R$400 milhões e será entregue no dia 30 de dezembro de 2011. Se isso não ocorrer, a empresa será penalizada, e essa penalização é muito alta. Ela vai resolver, até porque... *(Intervenção fora do microfone.)* Desculpe, 2013. Está certo? Então, essa é uma das responsabilidades do Estado.

A outra responsabilidade que o Estado tem com relação à obra são as obras de mobilidade das rodovias estaduais, que são três intervenções: na Prudente de Morais, para quem conhece Natal, você conhece, que já está em obra. Parte desse recurso está naquela matriz de responsabilidade, o restante é com recursos do Governo do Estado. Essa semana mesmo, nós aportamos para essa obra R$19 milhões com recursos do Governo do Estado e vão ficar faltando R$18 milhões. Mas, como eu tenho prazo até maio do próximo ano, então há o compromisso de a gente aportar o restante dessa obra com o Governo do Estado.

Eu quero aqui dar um dado só para os senhores entenderem o quanto não se planeja neste País – o senhor começou exatamente dizendo isso. Essa obra foi licitada no governo passado por R$27 milhões. E, na verdade, ela vai custar R$63 milhões. Como num contrato que se faz conveniado, temos que cumprir dois objetivos: aplicar o recurso e cumprir a meta. Então, só aplicar os R$27 milhões não resolve nada. Se não cumprirmos a meta de ligar o ponto A ao ponto B, estamos inadimplentes com isso.

Então, o Governo do Rio Grande do Norte está consciente, já levantamos essas sobras, principalmente aqueles compromissos da matriz de responsabilidade, os valores reais, e já estamos hoje com os orçamentos reais, com projetos executivos já concluídos.

No caso do Estado do Rio Grande do Norte, isso não só ocorreu com essa obra da Prudente de Morais, não. O acesso ao aeroporto São Gonçalo do Amarante é uma obra que foi licitada por R$76 milhões. Mas, quando assumiu a matriz de responsabilidade, o Governo disse, naquele momento, que ela tinha um valor bem inferior, se não me engano da ordem de R$27 ou R$30 milhões, que também terá que ser complementado com recursos próprios do Estado.

Esse cuidado o Estado do Rio Grande do Norte teve, com as suas responsabilidades, nessa tal matriz de responsabilidade. Aquela que está em projeto, que é a outra intervenção, que estamos em fase final de projeto, essa obra está na matriz de responsabilidade por R$78 milhões, se não me engano. Não tenho o número decorado, mas a verdade é que ela vai passar de R$110 milhões.

Então, eu acho pertinente, e é muito pertinente, o cuidado que os senhores têm em relação a todas as

obras, porque isso é uma cultura do Brasil, isso virou cultura. Nenhum Estado, nenhum prefeitura chega para pedir recursos com o projeto executivo, com o projeto confiável. Por isso, o Brasil está cheio de projetos parados, independente de ser Copa ou não.

Nós, no Rio Grande do Norte, tomamos esse cuidado. Não vamos ser surpreendidos com as nossas três obras. Por quê? Porque, da primeira, já verificamos que havia esse furo. Então, esta Comissão tem um papel importante com relação a isso, principalmente. É necessário que se cobre efetivamente, que se levante o mais rápido possível para que ninguém seja surpreendido no futuro.

Não sei se respondi as perguntas.

O SR. RODRIGO MARTINS CINTRA – Só aproveitando para cumprir também as respostas aos questionamentos do Dr. Davim, com relação ao Machadinho e ao Machadão, para quem não os conhece, para ambientá-los, é o ginásio e o estádio que serão demolidos para a construção da nova Arena das Dunas.

Hoje, esse complexo é gerido pela própria Prefeitura, porque é um espaço do Município que foi doado para o Estado, no final do último ano, a fim de que se pudesse concretizar essa PPP, essa parceria público-privada clássica. Como tínhamos, e ainda temos, algumas atividades e aguardávamos a finalização do campeonato estadual e também da ordem de serviço por parte do Governo do Estado, mantivemos as atividades lá até o atual momento. Porém, sempre conversando com o Governo do Estado para que isso não atrapalhasse, em hipótese alguma, o andamento, o início das obras.

Portanto, a preocupação que nós tínhamos, e ainda temos, em aproveitar o máximo do que vai ser demolido vem ao encontro das retiradas de todos os bens removíveis que temos tanto no ginásio quanto no estádio. Isso para que utilizemos em vários campos da cidade, em várias quadras, em várias praças. E é o que estamos fazendo neste momento.

Por que não aceleramos essa retirada? Porque, em contato direto como estamos, semanalmente, estávamos sabendo o cronograma e sabendo que eles não iniciariam essas obras antes do dia 29 deste mês de maio. Portanto, o dia 29 de maio é o último dia em que o governo do Município terá a posse das estruturas físicas que estão sobre o terreno doado para o Governo do Estado. E, para que se comprove toda a destinação desse equipamento retirado, esses bens removíveis, entramos com uma preparação – por enquanto, é uma portaria interna – de que faremos a escolha de quatro grandes campos de futebol para utilizarmos a iluminação do Machadão e também para que se faça parte da iluminação externa de um ginásio que temos, hoje, com três anos de uso, que é o Nélio Dias, a fim de que se dê mais segurança e vire uma iluminação cênica para grandes eventos que pretendemos levar para lá. E outras partes que possamos aproveitar dentro do próprio Município, por intermédio das suas secretarias, ou mesmo, ao final desse processo, quem sabe, algumas doações para entidades sem fins lucrativos; ou, ainda, se houver bens que tenham valor significativo, fazermos algum tipo de leilão. Mas já com tudo retirado, de tal maneira que não atrapalhe em nada o início das obras do Machadão e da demolição do Machadinho.

Com relação ao vandalismo sofrido, tomamos atitude, prendemos alguns vândalos. Às vezes, no entanto, não aparece esse tipo de informação; o que aparece mais são as pessoas invadindo. Mas tomamos atitude, trancamos todos os portões, pois temos noção de que ali há muitos bens valiosos, inclusive a questão da iluminação. Portanto, estamos conseguindo retirar tudo isso e armazenar para aproveitar em um segundo momento.

Finalizando, dia 29, será oficialmente entregue ao Governo do Estado não só o terreno, mas também as estruturas físicas para demolição e reaproveitamento até mesmo do concreto, com a formação de uma usina de reaproveitamento. E estaremos fazendo um evento no qual a Prefeita Micarla de Sousa passará o estádio para a Governadora Rosalba Ciarlini. E todos ficam mais do que convidados para participar dessa solenidade de entrega.

Já com relação ao tamanho da Arena, que foi o item que passou pelo colega na resposta, ela tem 42 mil lugares para a Copa do Mundo; e, pós-Copa do Mundo, terá sua capacidade reduzida para 32 mil lugares.

Na verdade, só estou complementando, Dr. Demétrio, a sua resposta, porque a Arena está sob gestão e todo o processo com o Governo do Estado. Mas, como estamos bem inteirados, é para não ficar nenhuma lacuna nas respostas.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Só preciso de mais um esclarecimento com respeito ao aeroporto. Como está o andamento? Tem reforma, tem ampliação, tem que fazer um novo? Enfim, em que pé se encontra a estrutura de aeroporto, que é um problema em todas as cidades-sedes que temos conversado aqui.

O SR. DEMÉTRIO PAULO TORRES – Veja só, primeiro, eu gostaria de dizer que a responsabilidade dos aeroportos em todo o Brasil é do Governo Federal, portos e aeroportos. Mas, como temos o conhecimento do dia a dia, posso dizer que o aeroporto de Natal que é utilizado hoje, o Augusto Severo, está sofrendo uma

ampliação, que, claro, não é suficiente para a demanda de um evento desses.

Foi lançado, esta semana, o edital para a construção do grande aeroporto de Natal, que é o aeroporto de São Gonçalo do Amarante.

Por sua vez, a responsabilidade do Estado se refere à infraestrutura viária, à questão energética, porque vai ser um aeroporto de carga, com um consumo muito alto de energia, e à parte de água também. Terá um consumo... É um aeroporto-cidade.

Amanhã, estaremos no Mininstério tratando desse assunto, eu e a Secretária de Infraestrutura, com relação a esta parte do que é cabido ao Estado.

Agora, vale salientar também que nós, do Estado do Rio Grande do Norte, já estamos iniciando a obra de acesso ao aeroporto. Está sendo colocado no PAC do Dnit mais um acesso a esse aeroporto, o que também vai melhorar a questão de mobilidade de Natal, porque é mais uma ponte no rio Potengi. Temos, no rio Potengi, duas pontes rodoviárias, uma ferroviária, e terá uma terceira ponte, essa, sim, feita pelo Dnit.

Digo para os senhores que Natal, em relação ao aeroporto, está numa situação favorável com relação a algumas outras cidades, porque vamos ter a opção de pista já garantida. A pista do aeroporto de São Gonçalo do Amarante já está pronta. Então, pelo menos a opção de pista e qualquer outro trabalho e movimento podem ser feitos, ou seja, podem ser feitos remanejamentos para esse aeroporto, ficando exclusivamente para passageiros o aeroporto Augusto Severo, se porventura não vier a ocorrer a sua conclusão. Mas imagino, porque é um compromisso do próprio Governo, através da Presidenta, que o aeroporto de São Gonçalo deverá ficar pronto até a Copa de 2014.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Obrigado.

Consulto o Senador Paulo Davim se ainda tem alguma colocação. (*Pausa.*)

Agradeço a sua presença e agradeço também a presença do Dr. Demétrio Paulo Torres, que é Secretário Estadual da Secretaria Extraordinária para Assuntos Relativos à Copa do Mundo, e também do Dr. Rodrigo Martins Cintra, que é Secretário Municipal de Esporte e Lazer da Copa do Mundo, na cidade de Natal.

Gostaria de informá-los também que, no dia 31 de maio, vamos receber aqui, para uma audiência pública, a Secretária Nacional de Segurança Pública, da Senasp, quando vamos discutir e tentar entender o papel do Governo Federal na questão da segurança pública, pois até agora ainda não tivemos nenhuma interlocução, não houve nenhum comentário a respeito da segurança pública na Copa do Mundo.

Então, no dia 31, às 14 horas e 30 minutos, a Drª Regina Miki estará aqui. Portanto, gostaria de convidá-los, vou convidar um dos representantes das cidades, e faremos isso em relação às demais cidades, pois o momento pode ser interessante para que tomemos conhecimento do que vai acontecer em termos de segurança pública.

Eu era Governador do Estado de Mato Grosso quando Cuiabá foi escolhida como sede também e sei que, lá na matriz, tem alguma coisa de segurança pública. Mas tenho certeza de que todos os Estados e todas as cidades estão esperando que o Governo Federal, principalmente nesta área da segurança pública, seja o grande coordenador desse processo. Portanto, vamos iniciar essas conversas no dia 31 de maio.

Antes de finalizar, quero convocar amanhã para a nossa audiência pública, quando ouviremos o Sr. Sérgio Alair Barroso, que é Secretário Estadual da Secretaria Extraordinária da Copa no Estado de Minas Gerais; e também Stella de Moura, Gerente de Turismo e Atração de Investimentos do Comitê Executivo da Copa da Cidade de Belo Horizonte.

Mais uma vez quero agradecer a presença de cada um. Foi muito positivo e construtivo para termos uma ideia do que está acontecendo no Brasil. No final das exposições das cidades, a nossa Comissão fará um relatório, que será encaminhado a cada um dos senhores. Também gostaria de dizer que o Dr. José Francisco, que é o nosso Secretário da Comissão, está em tempo integral para ajudá-los. Além disso, tenho no meu gabinete o Rodrigo Figueiredo, que foi Secretário Executivo do Ministério das Cidades, portanto conhece muito bem o trâmite de governo. E, como disse antes, no início da minha colocação, o objetivo desta Comissão não é de, em hipótese alguma, arrumar alguma coisa para atrapalhar; ao contrário, o nosso objetivo é ajudar, azeitar, fazer com que as coisas andem. Não queremos, nem vocês de Natal nem ninguém, chegar à Copa do Mundo, em 2014, ainda correndo, ajeitando, porque o tribunal A, o tribunal B ou qualquer outro não cumpriu com o seu papel.

O nosso papel aqui é de tentar ajudar, e vamos, com certeza, ajudar, desde que, obviamente, conheçamos os problemas, se eles existirem. Se não existirem, ótimo, melhor para todo mundo.

Quero agradecer mais uma vez a presença de todos os nossos convidados e também do Senador Paulo Davim.

Muito obrigado e até amanhã.

ATA DA OITAVA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA

DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, CRIADA POR MEIO DO RMA nº 48, de 2009, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 14h30, NA SALA DE REUNIÕES Nº 9, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às quatorze horas e quarenta e três minutos do dia dezoito de maio de dois mil e onze, na Sala nº 9, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **BLAIRO MAGGI**, reúne-se a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **BLAIRO MAGGI, PEDRO TAQUES, EDUARDO BRAGA e FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, VITAL DO RÊGO, EUNÍCIO OLIVEIRA, CÍCERO LUCENA, ALOYSIO NUNES FERREIRA** e **PAULO DAVIM.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, encaminha a deliberação da pauta, que é destinada à realização de audiência pública com a finalidade de coletar informações sobre a preparação das cidades-sede para a Copa do Mundo de 2014, em especial as condições atuais de infra-estrutura e o andamento das obras. Comparecem os seguintes convidados: Sérgio Alair Barroso, Secretário Estadual da Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo do Estado de Minas Gerais; e Stella de Moura Kleinrath, Gerente de Turismo e Atração de Investimentos do Comitê Executivo Municipal da Copa 2014 da Prefeitura de Belo Horizonte/MG. Após a explanação dos convidados, usam da palavra os Senhores Senadores **AÉCIO NEVES, CLÉSIO ANDRADE e BLAIRO MAGGI.** Os convidados respondem aos questionamentos feitos e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinqüenta e cinco minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Blairo Maggi,** Presidente da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Bem-vindos! Esta é uma das 14 Comissões que estão funcionando neste momento.

Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento das Obras da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Esta reunião destina-se à realização de audiência pública para coletar informações sobre a preparação das cidades-sedes para a Copa do Mundo de 2014, em especial sobre as condições atuais em infraestrutura e sobre o andamento das obras, conforme o plano de trabalho aprovado em 5 de abril do corrente, aqui, na nossa Casa.

A audiência pública de hoje conta com a participação dos seguintes convidados, que já convido para fazer parte da nossa Mesa: Dr. Sérgio Alair Barroso, que é Secretário Estadual da Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo do Estado de Minas Gerais; e também a Srª Stella de Moura Kleinrath, Gerente de Turismo e Atração de Investimentos do Comitê Executivo Municipal da Copa de 2014, na cidade de Belo Horizonte.

Agradeço a presença tanto do Dr. Sérgio quanto da Drª Stella, também do Senador.

Bem, dando sequência à nossa reunião, passo a palavra, então, ao Dr. Sérgio Barroso, para que faça a explanação sobre o andamento das obras e sobre o que vem ocorrendo na cidade de Belo Horizonte, no Estado de Minas.

Esta, Dr. Sérgio, é uma Subcomissão que é ligada à Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Acompanhamento. Mas tenho dito a todos que têm frequentado as nossas reuniões que não estamos aqui, neste momento, para fiscalizar nada. Nós queremos acompanhar, entender como as coisas estão acontecendo neste momento e saber se todas as cidades, as 12 cidades-sedes da Copa 2014, estão em condições de chegar a 2014 com tudo preparado, com tudo pronto, enfim, para fazermos uma bela Copa do Mundo.

Já ouvi a maioria das cidades e, para minha surpresa e para nossa alegria, até agora não encontrei ninguém desanimado ainda, achando que estamos atrasados ou que não chegaremos a tempo em 2014. Pelo contrário, todos aqueles que ouvi – já foi a grande maioria – estão animados com a questão da Copa do Mundo. Hoje, então, vamos ouvir Minas Gerais, Belo Horizonte, para que possamos dar sequência a esse trabalho.

Como disse, não queremos absolutamente fiscalizar nada neste momento. Queremos ser um elo de ligação entre o Estado de Minas Gerais, a Federação e os órgãos envolvidos na questão da Copa do Mundo. Queremos ser, repito, o elo de ligação, aquele azeite

que está faltando, muitas vezes, para resolvermos alguns assuntos.

Então, agradeço a presença do Senador Clésio, que está aqui conosco, do Senador Pedro Taques e do Senador Flexa Ribeiro. Convidei também o Senador Aécio Neves, que me disse que chegará um pouco mais tarde, e está aqui presente o representante do Senador Itamar Franco, que está adoentado na tarde de hoje.

Então, passo a palavra, com muita satisfação, ao Sr. Sérgio Barroso. E devo dizer aos colegas que já conheço o Dr. Sérgio há uns 30 anos, mais ou menos. Ele foi executivo da multinacional Cargill aqui, no Brasil. Tem um grande papel no desenvolvimento econômico do País. Na empresa em que participou, acompanhou todo esse crescimento da agricultura, ajudou a implantar essa agricultura que hoje temos – em especial, lá no Estado de Mato Grosso.

E, quanto à nossa relação – eu e ele, empresários –, tivemos uma frequência bastante grande de encontros, de reuniões. Viajamos para alguns lugares, mundo afora, para defender a agricultura brasileira.

Para mim, é um prazer, Sérgio, poder estar aqui, hoje, como Senador – você, como Secretário –, e recebê-lo para esta audiência pública aqui, no Senado.

Portanto, com a palavra, o Dr. Sérgio Barroso.

O SR. SÉRGIO ALAIR BARROSO – Muito obrigado, Sr. Senador Blairo Maggi, Presidente da Subcomissão Permanente da Copa do Mundo e das Olimpíadas de 2016.

Queria aproveitar para cumprimentar os Srs. Senadores aqui presentes, o Clésio, o Dr. Taques, que também é nosso conhecido de Mato Grosso, e Flexa Ribeiro, e agradecer o convite. Muito nos honra estar aqui hoje. Cumprimento também as senhoras e os senhores aqui presentes.

A nossa missão aqui hoje é uma missão importante, porque consideramos que a Copa do Mundo, apesar de um evento futebolístico, é muito mais que isso: é um evento social, é um evento econômico. Inclusive, tenho defendido muito que a Copa do Mundo é um grande gancho para o nosso desenvolvimento econômico e social.

Sabemos que, até por uma característica nossa, como brasileiros, não teríamos tudo isso feito até o ano de 2014 se não fosse o evento da Copa do Mundo.

Nós – eu, representando o Estado; a Stella, a Prefeitura de Belo Horizonte –, estamos aqui hoje para trazer as informações necessárias, que precisam ser feitas, em virtude da Copa do Mundo, um evento tão importante para todos nós, brasileiros, e, obviamente, para todos aqueles, em volta do mundo, que gostam de futebol ou de negócios.

Eu queria já começar, então, Sr. Presidente, se o senhor permitir, a minha apresentação.

A Copa do Mundo em Minas Gerais começou exatamente no seu pontapé inicial: naquele planejamento integrado do Governo do Estado e da Prefeitura. O Governo do Estado de Minas Gerais e a Prefeitura de Belo Horizonte decidiram, no ano de 2009, que seriam um só corpo e um só objetivo nessa Copa do Mundo: fazer com que Belo Horizonte e Minas Gerais fossem devidamente bem representados nesse evento. Para isso, tanto a Prefeitura como o Estado fizeram um planejamento econômico muito forte, um planejamento social, um planejamento daquilo que tínhamos de fazer para representar bem o Estado na Copa do Mundo.

Em 31 de maio agora, daqui a 11 dias, daqui a duas semanas, completam-se exatamente dois anos que Belo Horizonte foi escolhida como uma das cidades-sedes para a Copa do Mundo. E vamos apresentar esse modelo de sede entre a Prefeitura e o Estado para a Copa de 2014.

Próximo, por favor.

Isto vai ser repetitivo, mas considero esses números tão meganúmeros – e é por isso que todos nós temos de trabalhar muito bem para essa Copa do Mundo.

Tudo isto todos já sabem, nós já sabemos: as 12 sedes; as 32 seleções; os 64 jogos; mais de 700 jogadores; mais de três milhões de espectadores; mais de 18 milhões de espectadores nos festivais, nos Fan Fests, que tanto a Fifa quanto os Estados e as Prefeituras vão fazer pelo Brasil afora; mais de 18 mil profissionais da mídia trabalhando diretamente na Copa do Mundo; mais de 600 mil turistas no Brasil; 18 mil voluntários; e, o mais importante dentro desse sistema todo, a abertura da Copa do Mundo, foi-nos dito nesta semana pelo Presidente Ricardo Teixeira, em conversa com a Fifa, que vai ser um movimento de quatro bilhões de telespectadores.

Então, aquele que fizer a abertura da Copa do Mundo vai ter 4 bilhões olhando para aquele estádio e aquela cidade. E nos foi dito também que, em termos rotativos, vai haver mais de 30 bilhões de espectadores durante a Copa do Mundo.

A Copa do Mundo é o maior evento que existe. A Copa do Mundo vai trazer, de acordo com o que nos disse a Fifa, mais de 100 mandatários para a sua abertura, mandatários de país.

Sabemos que a Fifa tem mais afiliados – 208 – que a própria ONU. Então, é uma coisa grandiosa.

Rapidamente, a Secretaria da Copa em Minas Gerais é enxuta. Nós achamos. Somos 30 pessoas e temos um orçamento de R$4 milhões. Vou repetir: R$4 milhões em termos de pessoas e de todo o cus-

to administrativo para tocar essa Copa do Mundo em Minas Gerais.

Próximo, por favor.

Temos 117... Por que a Copa do Mundo? Por que a Secretaria da Copa do Mundo? É porque, num Estado realmente grande, como Minas Gerais, em que nós queremos interiorizar a Copa do Mundo, temos ações em 19 órgãos do Estado. Por isso, o Governador do Estado resolveu formar a Secretaria da Copa, para fazer com que tenhamos um só direcionamento em termos de Copa do Mundo, em termos da modernização de estádio. Trabalhar junto com a Infraero – estamos trabalhando muito – na ampliação e na modernização dos aeroportos, na capacitação dos profissionais, na atração de hotéis, nos planos de urgência, na criação do Centro de Comando e Controle, que é fundamental para melhorarmos, inclusive, a segurança; pretendemos deixar a cidade totalmente conectada com hi-fi e banda larga; vamos fazer a revitalização da Lagoa da Pampulha – aqueles que moram em Belo Horizonte, aqueles que são mineiros sabem muito bem da importância dessa revitalização da Lagoa da Pampulha – e uma completa revitalização dos pontos turísticos mais importantes do Estado.

Próximo, por favor.

Diretamente, indo ao Mineirão. É uma obra de R$665,7 milhões, dos quais o Governo de Minas vai colocar R$11,7 milhões, e a iniciativa privada, através de uma PPP, de uma concessão, vai colocar os outros R$654 milhões. São dois anos de obra e 25 anos de operação, e está confirmado que o estádio do Mineirão vai estar pronto e entregue para a prática esportiva em dezembro de 2012.

O novo Mineirão vai ter 64 mil assentos, isto é, cadeiras para os torcedores, 90 camarotes, restaurante panorâmico, espaço adequado para três mil jornalistas, 2,6 mil vagas de estacionamento, e, do lado de fora, vai haver uma esplanada, uma outra área de eventos em aberto para 65 mil pessoas.

Os grandes eventos, na verdade, em Belo Horizonte, agora deverão acontecer no Mineirão, mas na esplanada, do lado de fora do estádio de futebol, que é um espaço, como falamos, democrático e sustentável, para todos. A esplanada é grande, lá está o Mineirão, ao lado está o Mineirinho, e toda aquela parte ao lado do Mineirão é chamada esplanada. Vai estar aberta 24 horas, sete dias por semana, a parte externa, para qualquer tipo de evento.

Temos vários eventos; inclusive, hoje, já temos solicitada uma série de eventos em Belo Horizonte, tanto eventos futebolísticos quanto eventos na área de *shows*, ecumênicos, religiosos. Então, para nós o Mineirão vai ser uma nova grande praça especialmente para os eventos em Belo Horizonte.

E entramos diretamente no chamado Mineirão Verde, que é um empreendimento ambientalmente sustentável, com a certificação Leed. Então, não há nada no Mineirão, na reforma do Mineirão, que não vai ser utilizado em algum outro ponto, em alguma outra obra no Estado. Tanto as cadeiras foram doadas ao interior, como os gramados, e as próprias áreas que já estão sendo destruídas estão sendo moídas e revertidas para os Municípios que querem fazer o chamado semiasfalto. Não é asfalto, mas a massa que vai para eles é uma massa que quase se torna asfalto, e todos estão recebendo um pedaço daquele movimento do Mineirão.

Próximo, por favor.

O Mineirão está 100% em dia. Queria informar aos Srs. Senadores que não há nenhum atraso na obra do Mineirão, está absolutamente em dia sob todos os seus aspectos. Temos, hoje, 330 funcionários trabalhando, e, num pico para março de 2012, deverão estar entre 2 mil e 2,5 mil. Hoje não há mais porque estamos fazendo todo um trabalho bruto. E é um trabalho em que não se deve ter muita gente, apenas pessoas especializadas. Cem por cento de todos os operários que trabalham e que vão trabalhar vão estar 100% capacitados e treinados; 95% de todas as demolições já foram feitas na área interna; e, na área externa, que é muito grande, 80% da demolição, até a semana passada, já tinha sido feita. E, com o início da terraplanagem – que vou mostrar, depois, no filme de um minuto para os senhores –, todas as fundações já estão em andamento.

Aí vai o filme. Se der para entrarmos com o filme, de um minuto, por favor.

(Procede-se à apresentação do filme.)

O SR. SÉRGIO ALAIR BARROSO – Então, voltando à nossa apresentação normal, trinta segundos sobre a mobilidade urbana, já que a minha colega Stella vai aprofundar um pouquinho mais.

Estamos apostando muito, a Prefeitura e, é claro, o Estado, no sistema BRT, que são os ônibus articulados. É um sistema que tem dado certo no mundo todo – no Brasil, inclusive. Então, vamos ter o BRT, em Belo Horizonte, em quatro grandes centros de distribuição, e esse BRT vai ter a capacidade de transportar 900 mil passageiros por dia. Depois, a nossa colega Stella vai elaborar um pouquinho mais esse... E vai estar totalmente pronto para a Copa, sem nenhuma dúvida, sem nenhum problema.

Esses são os quatro corredores de que falei. Vou deixar para que ela elabore um pouco mais.

Próximo, por favor.

Um minuto sobre o Aeroporto Internacional Tancredo Neves. Nós estamos falando em algumas obras distintas, inclusive ontem foi a licitação. Foram abertos os envelopes; daqui a cinco dias... Oito empresas concorreram para terminar de fazer o Terminal 1. Além do Terminal 1, que está previsto para ser concluído, a um custo de R$295 milhões, em outubro de 2013, aumentando a capacidade de 5 milhões para 8,5 milhões de passageiros, muito importante também é a ampliação do parque de aeronaves. Por quê? Na África do Sul, um dos problemas mais graves foi o estacionamento das aeronaves em áreas não permitidas, onde as empresas de aviação, inclusive as aeronaves privadas, tiveram o seguro não triplicado, mas quadruplicado, em termos de custo, porque tiveram de estacionar as aeronaves na grama.

Então, as empresas de seguro internacional foram lá e fotografaram aquilo e passaram a cobrar o seguro dessas aeronaves entre quatro a cinco vezes mais do que... Inclusive, correndo o próprio risco. Então, evitando isso, vai ser ampliado o pátio de aeronaves e também estendida a pista em 600 metros, com mais 12 balcões de *check-in* e um espaço para 100 lojas.

Essa é a expansão daquele Terminal 1 já existente.

Próximo, por favor.

O Terminal 2, que já é um outro terminal, separado do 1 – é extensão, mas separado –, é a ampliação da capacidade de 8,5 para 18,5 milhões de passageiros/ano. E a conclusão parcial é até maio de 2014 – vou explicar em um segundo – para 13 milhões de passageiros.

Queria referenciar que, hoje, o Terminal 1 vai para 8,5 milhões de passageiros e, no ano 2014, para 13 milhões. Estamos estimando o número de passageiros no Aeroporto Internacional Tancredo Neves em 13 milhões de passageiros também.

Então, se a metade do Terminal 2 estiver pronta, que é a nossa análise, o nosso cálculo... Por que "nós"? Estamos trabalhando junto à Infraero. A Infraero aceitou que o Governo do Estado faça os projetos executivos – porque temos *expertise* para fazer projetos executivos – e doe para a Infraero, para que ela possa tocar a obra adiante. Foi um acordo que fizemos. Nós o assinamos no ano passado e estamos trabalhando com a Infraero, dando-lhe a nossa assistência, como Governo do Estado, para que o aeroporto saia um pouco mais rápido.

Mas, quando chegarmos lá, com a metade do Terminal 2 pronta, já é tempo de expandir novamente. Por isso, esperamos que o Terminal 2 – e aí, obviamente, os Srs. Senadores aqui presentes têm uma importância muito significativa na questão do orçamento, porque sabemos que a questão aeroportuária no Brasil é grave, que o Governo Federal, vamos dizer, o Executivo federal precisa de ajuda, inclusive, na aprovação das emendas, na aprovação do orçamento. A questão aeroportuária no Brasil é extremamente crítica. Então, é dada uma importância a mais, além da normal, por parte dos Senadores, à questão da expansão dos aeroportos no Brasil.

A questão do turismo e da rede hoteleira. Estamos tentando fazer uma Copa do Mundo não só para Belo Horizonte, mas também para o interior de Minas. Minas Gerais é um Estado muito grande. Há cidades que ficam a 600 quilômetros, a 800 quilômetros de distância de Belo Horizonte. Há o Triângulo Mineiro, o norte de Minas, o sul de Minas, os extremos de Minas Gerais. Então, precisamos pensar em interiorizar a Copa do Mundo, como efeito não somente da bola, não somente do futebol, mas principalmente efeitos econômicos e sociais.

Estamos tentando o máximo possível, dentro da nossa capacidade, fazer centros de treinamento e de seleção no interior; Public Viewing Areas, que são os Fan Fests; a promoção de produtos mineiros. Não queremos promover marcas, mas promover produtos, como o café de Minas, o queijo de Minas, o pão de queijo, a cachaça. O Senador se lembra também do angu, do angu do olho do fubá.

Queremos também promover roteiros turísticos muito importantes, a capacitação de profissionais. A capacitação de profissionais é um grande legado que podemos deixar para o nosso povo. É preciso educar e treinar o nosso povo, para que ele seja revertido para o mercado após a Copa do Mundo. Poderá haver a geração de muitos negócios, de negócios perenes. E, é claro, o *marketing* de cidades e de produtos.

Temos várias áreas. A Stella vai falar mais de Belo Horizonte. Eu estou falando mais do interior do Estado, da Estrada Real, das cidades históricas, de Inhotim, de todas as igrejas, do passado e do presente de Minas Gerais.

Falamos da capacitação por meio da segmentação, do contato com o turista. Sabemos que, se tratamos bem o turista, este volta para o Estado, trazendo mais pessoas. Aí é que se faz a roda do turismo no Brasil, que tem condições para melhorar muito – e vai melhorar – a área do turismo. Vamos dar nossa contribuição em Minas Gerais.

Hoje, em Belo Horizonte, há dezoito mil leitos, 106 estabelecimentos, e, acreditem ou não, o percentual de 85% na ocupação média dos hotéis, com picos de até 100%. Esse é um grande entrave, um grande problema. Por isso, estamos trabalhando fortemente com a iniciativa privada, para expandirmos a área hoteleira de Minas Gerais. Essa não é uma demanda para a

Copa do Mundo, mas é uma demanda perene, uma demanda complexa. Hoje, você não encontra onde ficar em Belo Horizonte, pelo excesso de demanda.

Há 32 novos projetos de hotéis, dos quais 14 já saíram do papel e estão em construção ou em início de construção. São 14 novos hotéis, sendo que três são de categoria Cinco Estrelas, e onze, de categoria Quatro Estrelas. Há dezessete hotéis de categoria Três Estrelas.

Há duas referências de hotéis. Uma delas é o grupo Fasano, que vai construir em Belo Horizonte, na Praça da Liberdade, que é um símbolo mineiro, um hotel-butique com 136 apartamentos, com diárias bastante altas, para um público extremamente seleto. Simultaneamente, o grupo Wyndham, que é o maior grupo hoteleiro do mundo – inclusive, é maior do que o grupo Accor –, vai investir, só em Belo Horizonte, em seis hotéis. Tudo isso já está praticamente concluído. Vão investir em três hotéis na região metropolitana, como Lagoa Santa e Betim, que ficam na chamada Grande Belo Horizonte.

A transparência é fundamental. Sempre trabalhei assim, esse sempre foi meu estilo. Quando fui convidado para ser Secretário da Copa, a primeira coisa que fiz foi pedir ao Governador um auditor para trabalhar comigo. E esse auditor é um auditor de carreira, que, permanentemente, nos trabalhos da Copa, está fiscalizando nosso trabalho, nossos recursos, aonde vamos. Esse auditor atualiza completamente os dados do Portal da Transparência da CGU e, em contrapartida, repassa as informações para o TCE, que supre todo o Portal do Senado. Então, todas as nossas informações, através do nosso auditor, chegam diretamente ao Senado.

O contrato da PPP do Mineirão foi publicado no Portal de Compras do Governo de Minas. Então, todos aqueles que quiserem saber detalhes da nossa PPP – é uma informação pública – podem acessar essa informação pública, que está disponível a todos no Portal de Compras do Governo.

Resolvemos fazer uma coisa mais enxuta. Desculpem-me, mas venho do meio privado e sempre valorizo muito essa discussão em torno das viagens: como será feita a viagem? Qual a forma com que será feita a viagem? Então, quando recebi esse pacote vindo do Governo, reduzi em dois terços o nosso número de viagens e limitei a nossa viagem a duas pessoas. É uma maneira simples, simbólica, mas que mostra, dentro do nosso próprio Estado, como fazer as coisas de uma forma que reputo ser de extrema importância. Fiquei durante 41 anos na iniciativa privada. Já faz dois anos que estou no Governo, depois que me aposentei. Mas penso que a imagem de um governo está na transparência, e é exatamente isso que estou fazendo na Secretaria da Copa.

Era o que tinha a dizer. Desculpem-me pela extensão da minha apresentação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Agradeço ao Dr. Sérgio.

Sérgio, o senhor poderia falar mais, sem problemas. Mas, depois, haverá discussões, e serão feitas perguntas.

Passo a palavra à Srª Stella de Moura Kleinrath.

A SRª STELLA DE MOURA KLEINRATH – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Estou aprendendo. A Srª Stella é gerente de Turismo e Atração de Investimentos do Comitê Executivo Municipal para a Copa do Mundo de 2014 da Prefeitura de Belo Horizonte.

A SRª STELLA DE MOURA KLEINRATH – Obrigada.

Boa tarde, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, demais presentes!

É um prazer estar aqui para contar para os senhores um pouco o que está acontecendo em Belo Horizonte, podendo atuar ao lado do nosso Secretário de Estado, que admiro muito. Com isso, podemos aportar os conhecimentos que ele trouxe do mercado, para a agilização do processo em Minas, que é o nosso Estado. Sempre trabalhamos muito em conjunto.

Minha apresentação será sucinta. Vou aportar um pouquinho mais de detalhamento, principalmente na questão de mobilidade urbana.

Eu queria somente dizer que nosso Presidente do Comitê Municipal está regressando de uma viagem internacional, e o nosso Secretário de Obras, que faria esta apresentação, tem uma agenda com o Ministro das Cidades.

Eu queria somente situar um pouquinho a estrutura do nosso Comitê, que é bastante enxuta, que nem se compara com a da Secretaria da Copa, porque somos exatamente as pessoas que estão naquelas células, nas unidades administrativas. O nosso Presidente é o Tiago Lacerda. Há uma Gerência-Geral, a Assessoria de Imprensa e a Assessoria Jurídica. E há a linha de Operação, de Comunicação e *Marketing*, de Eventos e Ações, de *Marketing* Esportivo, de Turismo e Atração de Investimentos, onde me localizo, e de Administração e Finanças. Porém, trabalhamos com os órgãos da Prefeitura. A minha área, por exemplo, é a de Turismo. Eu era diretora de Turismo da Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A, a Belotur, e utilizamos essa empresa como braço operacional. Da mesma forma, a Gerência de *Marketing* e Comunica-

ção usa a Assessoria de Comunicação da Prefeitura. Assim, tocamos os projetos, a parte de planejamento e de monitoramento dos projetos.

Vou complementar o que nosso Secretário falou: Minas Gerais e Belo Horizonte estão integrados na gestão da Copa de 2014, como alavanca para o desenvolvimento econômico, social e cívico. Ou seja, todo o nosso projeto, além de ser completamente integrado, é gerido, é gerenciado e vai levar a um desenvolvimento econômico e social do nosso Estado e da nossa cidade.

Esse planejamento foi feito em seis eixos temáticos, na base da nossa pirâmide do planejamento estratégico: a infraestrutura esportiva está a cargo do Estado; a mobilidade urbana está a cargo da cidade; o turismo e a rede hoteleira são feitos em conjunto; as áreas de comunicação e *marketing* e de utilidade pública envolvem todas as questões de meio ambiente, de segurança, de comunicação, em que há muitos investimentos – isto não será detalhado aqui –; e a questão dos requisitos da Fifa, distribuídos numa linha de tempo da base estrutural, objeto do questionamento dos senhores, em que há a fase de pré-operação, culminando com uma fase de operação, que seria o sucesso do evento.

Os projetos que resultaram desse planejamento estratégico são 54 projetos, espelhados entre Estado e Município. Nessa matriz de alcance, temos de entender o seguinte: o núcleo onde há uma extensão pequena são aquelas exigências da Fifa, ou seja, o próprio escritório da Fifa e a sala de imprensa, que serão feitos especificamente para a Copa, onde vamos colocar menos esforços e, obviamente, também menos investimentos.

Tudo isso culmina com o meio, com o que o turista ou o visitante pode encontrar na cidade. Isso, sem dúvida alguma, vai contribuir muito para a visibilidade que esperamos do evento. E, na borda, há o legado, onde está a maioria dos projetos e a maioria do investimento também.

Esclarecido isso, vou dizer para os senhores agora como está a situação de mobilidade urbana da cidade. Lembro que Belo Horizonte foi a primeira cidade a assinar o contrato com a Caixa. Estamos muito desenvolvidos em termos de prazo.

Os senhores me desculpem, mas tenho de cumprimentar o nosso Senador. *(Pausa.)*

Esse mapa traz um resumo de todas as operações urbanas, das operações de mobilidade urbana que estão planejadas para a cidade. Hoje, em Belo Horizonte, há dois vetores de expansão, o vetor sul e o vetor norte: o vetor sul é um bairro altamente populoso, é o nosso bairro mais populoso, que é o Barreiro; o vetor norte é o que sai para os aeroportos, região onde há a concentração para a Copa, onde está o Estádio e o Aeroporto da Pampulha, e o Aeroporto Internacional também vem por esse vetor. Temos um interesse importante de desenvolver a mobilidade que vem da região centro-sul, onde há uma concentração de hotelaria, de bares, de restaurantes e de serviços para a Copa, levando para a região que chamamos de Pampulha um desenvolvimento acelerado, inclusive, de unidades hoteleiras.

Vou mostrar um pouco os números, que já devem ser de conhecimento dos senhores. O projeto mais caro seria o Bus Rapid Transport (BRT) no trecho Antônio Carlos – Pedro I, onde há obras no valor de R$382 milhões, sendo que a Prefeitura entra com uma contrapartida referente à desapropriação de R$200 milhões.

Há algumas metas em termos de prazo. Vemos que alguma coisa já vai ficar pronta ainda em 2011. Em agosto de 2013, será feito o alargamento até a Avenida Pedro I, já extrapolando um pouco a área da Pampulha. Porém, o que nos interessa mais seria o BRT no trecho Antônio Carlos – Pedro I ainda dentro da área da Copa, o que, sim, está garantido para março de 2013.

Nessa tabela, os senhores vão ver que o BRT Pedro II tem um ramal que não leva diretamente à Pampulha. Esse ramal ficaria pronto em dezembro de 2013, mas o ramal que conduz à Pampulha ficaria pronto antes de março de 2013, porque temos também muito interesse na Copa das Confederações. Sabemos que Belo Horizonte é uma das sedes que tem mais condição de receber a Copa das Confederações.

Há uma área central, onde os BRTs vão fazer o seu retorno. Vou ilustrar isso tudo com figuras, em seguida, para que os senhores vejam como estão disponibilizadas no espaço essas informações.

Finalizando a parte chata dos números, há a ampliação da Central de Controle de Tráfego, com a Via 210 e com a Via 710, que são vias não diretamente ligadas à área da Copa, mas que desafogam aqueles eixos de expansão em que, hoje, existe um fluxo muito grande. Hoje, Belo Horizonte é uma cidade pequena em termos territoriais, e as pessoas estão morando em seu entorno. Então, há um vaivém diário muito grande. Essas vias servem para desafogar a área que leva ao Mineirão.

O BRT Cristiano Machado, muitos dos senhores já devem conhecê-lo. Há só R$150 milhões aqui, porque já existe uma via no meio da avenida, que é aquela que vem do aeroporto, passando pelo Ouro Minas Hotel. Então, não precisa ser aberta a via. Temos de fazer os investimentos, em seguida, com os equipamentos para tráfego e com as estações.

O Boulevard Tereza Cristina não é uma obra de BRT, mas é uma área importante que fica no centro da cidade – os senhores vão ver isto em seguida –, onde temos interesse de fazer a Fan Fest. A Praça da Estação é uma área que, hoje, utilizamos muito para fazer eventos no centro da cidade.

O total é de R$1,434 bilhão, sendo que a Prefeitura aporta quase um terço do valor com desapropriação e com projetos e outros serviços que integram o valor total. Lembro que há uma renegociação de prazos com a Caixa, devido exatamente a essa desapropriação. Mas os prazos estão mantidos. O prazo final de entrega das obras está garantido e mantido.

Nesse *slide*, mostra-se um pouco a imagem de tudo o que falei.

Essa região que compreende o BRT Antônio Carlos, com as obras finalizadas, ficaria assim. As obras já iniciaram. Essas são fotos de obras já em andamento, na Meta 1. A Meta 2, que compreende o alargamento da Avenida Pedro I, também já foi iniciada. Essa é a obra mais cara. Aqui, há a inserção da Avenida Pedro I com a Avenida Antônio Carlos; essa obra vai ser iniciada até o final do ano. Enfim, há o alargamento com a criação da pista exclusiva para ônibus ao final, como Meta 4.

Desse valor de R$1,5 bilhão, R$582 milhões serão destinados somente para esse BRT, ou seja, é a obra mais cara, que passa dentro da área da Pampulha. Essa obra já foi iniciada.

Esse é o BRT Pedro II. Como eu disse, esse é o centro da cidade. O BRT tem dois ramais. O prazo de conclusão é final de 2013, porque esse ramal que leva à Pampulha ficará pronto antes da realização da Copa das Confederações. Esse ramal será finalizado até dezembro de 2013. É o segundo valor em termos de investimento: R$230 milhões.

Aí se mostra a área central, onde os quatro ramais vão fazer o retorno. Há uma programação de obras, com uma numeração 1, 2, 3 e 4: as obras especificadas com o número 1 ficariam prontas antes, de forma sequenciada, porque se trata de intervenções no centro da cidade.

Mostramos algumas imagens das estações de embarque. Cuidamos muito para que essas estações não interfiram na paisagem urbana, tenham bastante iluminação natural e ventilação natural e gerem segurança para os usuários.

O Boulevard Arrudas é uma avenida que liga a região central, passando para o aeroporto ou para a Pampulha. Já existe uma parte pronta. Faremos a continuidade dessas obras, que chamamos de Boulevard Arrudas e Avenida Tereza Cristina. Na próxima lâmina, os senhores verão as obras já iniciadas também.

Então, hoje, Belo Horizonte é um canteiro de obras. Nós, moradores, temos alguma dificuldade no dia a dia. Principalmente quando vamos para o aeroporto, precisamos de um pouco mais de tempo, não é, Secretário? Mas, em breve, vamos estar muito rápidos nos nossos objetivos.

A Via 210 e a Via 710, como eu disse, são vias que vão desafogar o trânsito, principalmente, do Anel Rodoviário, no que tange ao trecho Via do Minério – Tereza Cristina. Com isso, faremos um acesso mais rápido da região centro-sul para a avenida que leva ao aeroporto.

Essas são as grandes intervenções já em andamento, assinadas com recurso federal.

Em termos de investimentos, o tema turismo vai gerar...

O SR. SÉRGIO ALAIR BARROSO – Stella, não são somente recursos federais. O Estado de Minas, o Governo de Minas está investindo R$300 milhões nessa obra.

A SRª STELLA DE MOURA KLEINRATH – Com certeza, Secretário. Inclusive, é importante que o senhor me aporte algumas informações, porque estou só complementando as suas, nada mais do que isso.

Vou falar de investimentos em turismo. Os senhores já devem estar familiarizados com a distribuição geográfica de Belo Horizonte: região sul, região norte, região central, região turística da Pampulha, que, no planejamento da cidade, foi considerada uma área de lazer. Então, nada mais, nada menos, estamos revitalizando os atrativos – há uma linha lógica de raciocínio – que levam o visitante a ter uma permanência maior na cidade. E nos referimos não só ao visitante da Copa, pois, em geral, isso é o que acontece na cidade de Belo Horizonte.

Então, precisamos dessas dez áreas de intervenção. O turismo precisa ser visto como uma atividade ampla, pois nele há uma série de atividades econômicas envolvidas. Há dez objetivos geográficos, começando com o tratamento ambiental da Pampulha, o que nos é muito caro em dois sentidos: no sentido de que é o que queremos fazer e no sentido dos recursos. É nosso objetivo também o tratamento urbanístico da Pampulha e do espelho d'água. Em seguida, vem a Praça da Estação e o Parque Municipal, que já está no programa de parques da Copa. E, por ordem de prioridade, há outras dez áreas, sendo que a Pampulha sempre é nossa área prioritária. Como área prioritária do turismo, está a Lagoa da Pampulha, com seus 18,7 quilômetros de entorno, com todos os atrativos, muitos deles ligados ao acervo de Niemeyer. Há ainda o Jardim Zoológico, a Fundação Zoobotânica, o maior aquário de água doce da América Latina, e por aí vai. E lembro

que o Mineirão e o Mineirinho estão bem aqui, assim como o Aeroporto da Pampulha.

Tudo isso tem um custo. Os senhores não vão conseguir ler essa tabela, mas esse é exatamente o documento que entregamos à Câmara de Desenvolvimento do Turismo, uma câmara temática para a Copa. Seguindo essa linha lógica da Pampulha, da Praça da Estação, do Parque Municipal, da Savassi, do Parque da Serra do Curral, que é um dos parques da Copa, há um total de R$427 milhões, que foram informados como sendo a nossa necessidade. Ou seja, não é que esperemos esse recurso federal. Porém, já sabemos que, para muitas dessas obras, já existem projetos executivos. Contamos com uma parte do financiamento federal e com o apoio do Estado para a outra parte. E o Estado já nos ajuda muito na questão da Pampulha, por meio da sua Companhia de Saneamento.

Aqui, então, está o valor total do turismo, que é o que estamos visualizando. Em termos de infraestrutura da tabela anterior, R$355 milhões se referem a obras de infraestrutura diretamente ligadas aos atrativos. Só tirei dali a parte de embelezamento urbano e alguns projetos periféricos. À capacitação e à qualificação, são destinados R$1,550 milhão, porque, hoje, já há vários programas em andamento pelo Bem Receber Copa. Então, nas áreas que não são cobertas pelo Bem Receber Copa, trabalharíamos com recursos próprios.

A questão de informação e de tecnologia de informação também demandará muito recurso, para que haja um salto qualitativo muito grande, o que gira em torno de R$12 milhões, no planejamento atual. E já começamos tratativas até mesmo com a iniciativa privada, mesmo porque muitos atrativos são privados. Podemos trabalhar com PPP, com patrocínio e com outras formas que nos levem ao nosso objetivo, que é o de que a nossa cidade seja, realmente, uma boa cidade-sede, podendo levar essa imagem, aumentando a visibilidade de Belo Horizonte, para que lá continue um fluxo turístico após a Copa.

Finalizando, ainda dentro do tema do turismo, quero falar da capacidade hoteleira. Como o Secretário disse, o turismo de negócios em Belo Horizonte sofre hoje, porque nossa capacidade hoteleira não condiz com a demanda atual e não nos possibilita a captação de eventos de nível internacional, porque se buscam cadeias hoteleiras conhecidas para dar suporte aos projetos de evento. Em Belo Horizonte, muitos promotores de evento tem esses projetos, mas estes não são captados hoje por conta de problemas na capacidade hoteleira. Atualmente, o número de quartos é de 8.567, que correspondem aos 18 mil leitos, como mostrou o Secretário. A taxa de ocupação é de 85% de terças-feiras a quintas-feiras, com 100% de ocupação em vários momentos. A última lâmina mostra esses 8.567 quartos, com um investimento de R$1,6 bilhão. Já estão em construção mais 1.590 quartos. Outros 5.229 quartos estão em fase de licenciamento. Esse investimento foi possível não só pelo trabalho ativo de captação e de negociação que o Estado vem fazendo, mas também pela Lei nº 9.952, de julho do ano passado, a Lei de Operação Urbana, que estimula o desenvolvimento de equipamentos de infraestrutura para a saúde, para hospitais, para o turismo, para centros de convenções, para a cultura, para os negócios, para teatros. Então, alguns equipamentos novos estão sendo construídos em Belo Horizonte. Esse benefício veio com a Lei de Operação Urbana, que aumenta o coeficiente de construção das áreas em 5%.

É um prazer ter o Senador ao meu lado.

Com isso, finalizo minha apresentação.

Agradeço a todos, em nome do Comitê. E me coloco à disposição para responder a perguntas, caso nossa apresentação não tenha respondido ao que os senhores gostariam de saber.

Boa tarde!

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Agradeço à Srª Stella a apresentação.

Registro a presença do ex-Prefeito de Cuiabá e ex-Deputado Wilson Santos e do Prefeito Chico Galindo. Somos uma das doze sedes da Copa do Mundo. Temos muito trabalho pela frente, não é, Prefeito? Há muita coisa a ser feita ainda.

Concedo a palavra ao eminente Senador Aécio Neves. Em seguida, concederei a palavra ao Senador Clésio Andrade.

Estamos numa maratona aqui, não é, Senadores? O Senador Clésio já esteve aqui e daqui saiu, para abrir a reunião de outra Comissão, e voltou para cá. Fui à Comissão de Infraestrutura e já estou aqui. Certamente, o Senador Aécio sairá daqui, para ir a outras Comissões.

Passo a palavra ao Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Obrigado, Senador Blairo. Colega Blairo, como governadores, compartilhamos de muitas angústias, mas, felizmente, colhemos também frutos muito positivos de gestões muito bem avaliadas pela nossa população.

Cumprimento o companheiro e Senador Clésio, também parceiro nesse esforço de dotar Minas Gerais das condições adequadas para ter um papel importante na próxima Copa do Mundo.

Saúdo meu caríssimo companheiro Sérgio Barroso, que, durante boa parte do meu mandato, foi Secretário de Estado e de Desenvolvimento Econômico e que, hoje, é Secretário Estadual da Secretaria Extraor-

dinária da Copa do Mundo. Eu o cumprimento pelo extraordinário trabalho de coordenação que vem fazendo.

Cumprimento a Drª Stella, que, aqui, representa a Prefeitura Municipal e que nos vem permitindo ter uma confiança muito grande naquilo que vem sendo feito em Belo Horizonte.

Minha palavra será bastante breve, companheiro Blairo, senhoras e senhores.

Saúdo também a figura sempre amiga e companheira do ex-Prefeito Wilson Santos e do Prefeito Chico Galindo, companheiros de muitas caminhadas.

Minas Gerais tem uma posição privilegiada nesse processo, Presidente Blairo, porque não aguardamos a definição do Estado como uma das sedes ou subsedes da Copa do Mundo para iniciarmos nossos investimentos e nosso planejamento. Há muito tempo – volto aos tempos anteriores à chegada do Prefeito Márcio Lacerda –, ainda com o Prefeito Fernando Pimentel, iniciamos um processo de investimentos em infraestrutura em Belo Horizonte que possibilitou o início de uma nova fase, que, hoje, talvez, continue com um vigor ainda maior.

Numa belíssima parceria com a Prefeitura Municipal, iniciamos o processo de construção da Linha Verde, que ligou o centro da cidade ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins. Também em parceria, fizemos investimentos extremamente importantes na duplicação da Avenida Antônio Carlos. Enfrentamos, talvez, os dois mais rigorosos gargalos que havia em termos de acessibilidade do centro a regiões muito populosas. Para a Copa do Mundo, em especial, essas são regiões decisivas, porque são as que ligam as regiões mais populosas ao estádio e ao aeroporto. E a grande vantagem de Belo Horizonte é a sinergia, a parceria que existe hoje – que já existia no passado, mas que existe hoje – entre a Prefeitura Municipal e o Governo do Estado. Trabalhamos de forma absolutamente articulada, planejada e complementar. As prioridades apresentadas pela Prefeitura, do ponto de vista de mobilidade, são prioridades adotadas pelo Estado. Da mesma forma que fizemos investimentos expressivos no passado, muitos dos que estão em curso hoje, talvez a totalidade daqueles mais importantes, tenham sempre a participação do Estado – em alguns casos, inclusive, do Governo Federal. Acho que a expectativa do sucesso que temos da nossa participação decorrerá exatamente da capacidade de diálogo do Prefeito Márcio Lacerda com o Governador Anastasia e também com o Governo Federal.

Do ponto de vista da responsabilidade do Estado, eu não tive a oportunidade de chegar aqui antes porque estava em uma outra Comissão, mas o Secretário Sérgio Barroso, deve ter colocado, com a qualidade e objetividade que lhes são características natas, o que nós temos feito. O estádio do Mineirão, num processo de parceria público-privada, talvez seja, dentre todos os estádios brasileiros, o que está mais adiantado, cumprindo integralmente o cronograma da Fifa, isso reconhecido pela Fifa e pelo Comitê Organizador da Copa, pelo seu presidente, Ricardo Teixeira. Vamos cumprir integralmente aquilo que foi estabelecido e vamos nos preparar para ter uma posição de destaque. E vamos lutar, sim, para termos – quem sabe – a abertura da Copa do Mundo em Belo Horizonte, já que as condições colocadas para isso serão cumpridas integralmente por nós.

Temos, obviamente, alguns grandes desafios pela frente, e eu gostaria, Presidente Blairo e Senador Clésio, de delimitar a minha participação externando aqui uma grande preocupação. Temos questões que dependem do setor privado, como a questão do setor hoteleiro, em que temos ainda um déficit grave. Tenho conversado com o Prefeito Márcio – e, aqui, sobre isso a Drª Stella falou –, há uma expectativa grande de que iremos ter investimentos importantes também na nossa rede hoteleiro. Isso é extremamente vital para suprirmos o déficit que existe hoje em Minas Gerais. Do ponto de vista dos espaços de eventos, acho que Minas já está razoavelmente bem dotada. Temos lá também o Expo-Minas, concluído na nossa gestão, que é um espaço extraordinário para grande eventos, mas outros estão sendo planejados para serem construídos.

Mas a minha grande preocupação, Senador Blairo, pelo que tenho conversado com outros governadores, com parlamentares que aqui representam outros Estados, diz respeito à participação do Governo Federal nesse processo. Não fala aqui um Senador da oposição, mas alguém que tem a compreensão clara de que cabe ao Governo Federal, como em qualquer outro processo de eventos com essa dimensão, coube a governos federais de outros países uma participação mais ativa na infraestrutura e, sobretudo, nos investimentos em mobilidade no entorno desses grandes eventos. Nós temos gargalos em Minas Gerais, hoje, sérios, e a grande maioria deles de responsabilidade exclusiva do Governo Federal.

Em relação ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins. Ainda quando governador – e o atual Governador era meu Secretário de Planejamento – estivemos várias vezes propondo ao Governo Federal uma parceria, Senador Blairro, para que fizéssemos investimentos no Aeroporto Tancredo Neves, que antecipassem o crescimento de uma demanda. Pelo menos, o atendimento ao crescimento dessa demanda, que já se anunciava de forma muito clara no momento em que transferíamos os vôos regionais do Aeroporto

da Pampulha para o Aeroporto Tancredo Neves. Infelizmente, encontramos uma objeção muito firme do governo em relação a esse conceito.

Para alegria nossa, contrariando aquela posição de cinco, seis anos atrás, o Governo admite – talvez na pressão agora existente em relação aos investimentos que não aconteceram – fazer essas parcerias e anuncia algumas delas. Mas, logo em seguida, recua em relação ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves em Confins, no que diz respeito a sua concessão. Isso nos preocupa, porque o terminal que lá existe está absolutamente saturado. Nós precisaríamos de mais um terminal, com capacidade de sete milhões de passageiros até 2014, e não vemos no nosso horizonte nenhuma ação objetiva que nos leve a ter uma expectativa de que isso será atendido.

Da mesma forma em relação ao metrô de Belo Horizonte. Acompanhado, na época, ainda do Prefeito Fernando Pimental, estivemos com a atual Presidente, então Ministra da Casa Civil, apresentando um modelo também de parceria público-privada, que agregasse investimentos privados aos investimentos federais, do Estado e dos Municípios que seriam beneficiados pelo metrô. Mais uma vez, houve objeção do Governo em relação a esse conceito. Mas isso, infelizmente, não veio acompanhado de uma alternativa, que seriam os investimentos federais.

Portanto, ao longo dos últimos anos não houve qualquer investimento na extensão da linha do metrô de Belo Horizonte e ainda não temos de forma clara perspectivas de que isso vai acontecer a tempo de atender, pelo menos em parte, a demanda que surgirá com a Copa do Mundo. Aliás, a necessidade desses investimentos independeria de qualquer evento.

Enfim, já externei em plenário uma certa perplexidade quando vejo que essa situação é a situação de inúmeras outras capitais do Brasil. Capitais como Cuiabá, Salvador, Recife, Fortaleza – para não falar em Rio e São Paulo, onde alguma coisa tem acontecido – têm uma necessidade enorme desses investimentos em transporte de massa, mas, lamentavelmente, o Governo prioriza o trem entre São Paulo e Rio de Janeiro, entre Campinas e o Rio de Janeiro, o que não me parece, de forma alguma, racional que seja uma prioridade acima da prioridade do transporte de massa das grandes capitais.

Portanto, fica aqui este alerta. Eu gostaria de fazer este registro. Não se pode pensar em conceber, realizar e organizar um evento dessa magnitude sem que o Governo Federal tenha uma posição clara de corresponsabilidade. Hoje, o Governo anuncia o financiamento de parcela dos investimentos nos estádios, mesmo assim com uma burocracia enorme, com uma dificuldade enorme que alguns Estados estão tendo – não é nem o nosso caso, mas serve como exemplo o que está acontecendo em outros Estados. Mas é preciso que o Governo Federal apresente seus investimentos, por exemplo – e sei que esta é uma preocupação do Presidente Blairo –, no sistema de segurança nas capitais para a Copa do Mundo.

Enfim, não vejo hoje uma ação objetiva, solidária e planejada do Governo Federal para esse grande evento. Copa do Mundo exitosa não pode ser responsabilidade exclusiva dos Estados e dos Municípios envolvidos. O que vejo de positivo, que nos deixa uma esperança de que faremos um belo evento, é exatamente a participação dos Estados e Municípios.

Esta Comissão tem sido o cenário correto e adequado para que os projetos aqui sejam apresentados e debatidos, mas existe hoje uma grande omissão ainda do Governo Federal, que deve ser o condutor de inúmeras ações que ainda não ocorreram.

Portanto, quero cumprimentar o Secretário Sérgio,a Drª Stella e peço que levem ao Prefeito Márcio, mais uma vez, renovadas, as minhas manifestações de apreço, de cumprimentos pelo que vem fazendo em Belo Horizonte. O Prefeito Márcio Lacerda, Presidente Blairo, foi exatamente o antecessor do Secretário Sérgio Barroso na Secretaria de Desenvolvimento, foi um grande aliado...

O SR. SÉRGIO ALAIR BARROSO – (*Fora do microfone.)*

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – É uma bela idéia! Belo Horizonte ganharia muito.

O Sérgio, hoje, cumpre esse papel, também sugerido por nós, e cumpre com enorme competência. Agora, é importante deixarmos isTo muito claro: não atingiremos os objetivos estabelecidos por todos nós se o Governo Federal achar que, transferindo a responsabilidade desse evento para os Estados e Municípios, terá cumprido a sua parte. Isso não é verdade.

Portanto, tenho a convicção de que temos espaço, ainda, obviamente, na legítima e necessária pressão política, com o apoio sempre do Senador Clésio, que tem hoje um trânsito muito grande junto ao Governo, principalmente na área de investimentos e infraestrutura, para que possamos efetivamente somar esforços. Esse é um evento de todo o Brasil, de todos os níveis da Federação, enfim, de todos os partidos que estão envolvidos na sua articulação. Mas fica aqui um alerta, um registro: tenho uma enorme preocupação em que a participação do Governo Federal, ainda tímida, não alcance os objetivos que deveria alcançar, os limites que deveria alcançar.

No mais, vamos cumprir a nossa parte, a parceria Estado e Município, Belo Horizonte e Governo do Esta-

do de Minas Gerais, vai continuar acontecendo. Como disse corretamente a Drª Stella, Belo Horizonte é hoje um canteiro de obras. Os principais gargalos internos que dependiam do Estado e do Município estão sendo enfrentados. O que nós esperamos é que o Governo Federal possa ser efetivamente solidário a nós não apenas no discurso, mas, sobretudo, nos investimentos, em especial no que diz respeito ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves – e incluiria até o Aeroporto da Pampulha, que não recebe nenhum investimento há algumas décadas – e, especificamente, ao metrô de Belo Horizonte, que é responsabilidade exclusiva da CBTU, órgão vinculado ao Governo Federal.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Agradeço ao Senador Aécio Neves e, de imediato, passo a palavra ao Senador Clésio Andrade, que tem nos acompanhado nessa jornada da questão da Copa e nas demais lutas aqui, no Senado.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Peço apenas ao Senador Clésio, estou com um relatório para relatar aqui ao lado.

Cumprimentando mais uma vez V. Exª, quero reiterar que a sua parceria é fundamental para que nós possamos ter esses investimentos que ainda não chegaram à nossa Minas Gerais.

Parabéns, Presidente Blairo!

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PR – MG) – Obrigado.

Senador Blairo Maggi, Presidente da Subcomissão Permanente para a Copa 2014 e Olimpíadas 2016, primeiro quero cumprimentá-lo, porque acho que ninguém melhor que V. Exª para conduzir esta Subcomissão, até porque ficou muito clara para mim, na primeira movimentação de hoje, a sua preocupação e até a notícia de que a coisa não está tão feia quanto nós achávamos. Acho que isso é muito bom, vindo de V. Exª, que é um gestor público eficiente. Acho que nesta hora é preciso ter esses homens que possam acompanhar, não somente para verificar como está, mas também poder participar, exigindo que as coisas funcionem. Esse é o seu perfil e tenho a certeza de em muito ajudará o Brasil esse seu trabalho. Quero cumprimentar também a Drª Stella, para que ela leve o meu abraço ao Prefeito Márcio; cumprimentar o Dr. Sérgio Barroso, para que leve o meu abraço ao Governador Anastasia.

Eu queria começar confirmando exatamente o que o nosso Senador Aécio Neves falou. Como governador do Estado, ele já tinha essa preocupação. Em muitos momentos, tive a oportunidade de estar com ele e ele demonstrava essa preocupação. A gente dava sugestões, e acabou que Minas saiu na frente, essa é que é a verdade.

Acho que vocês estão de parabéns, Dr. Sérgio; acho que a Drª Stella, o Governador e o Prefeito estão de parabéns. Eu tenho quase a certeza de que Minas não vai perder o trem, nós vamos conseguir chegar lá. Claro que existem alguns gargalos, mas tudo isso é um processo que tem que ser analisado.

Com relação ao aeroporto, é uma posição da nossa Presidente Dilma, dentro da nova forma de gerir o País, ela, como gestora pública, como gerente eficiente, tomou a frente desse processo. Por isso, hoje, fica difícil fazer esse convênio com o Estado. O Governo Federal está assumindo, e está assumindo realmente para conseguir resolver a questão do aeroporto de Confins. E, pelo acompanhamento, pela última informação que nós temos, o aeroporto vai estar pronto para a Copa de 2014 também. Isso é bom.

Nós temos um problema crônico do metrô, que não é um problema só de Belo Horizonte; são sete capitais no País, essa coisa já é crônica, já vem com uma série de dificuldades. É claro que o ideal seria que já estivesse pronto, mas pelo menos nós sabemos que essa preocupação com o transporte urbano o Prefeito Márcio Lacerda tem demonstrado muito, acho que o VLT e todas as outras medidas que estão sendo tomadas deverão conseguir bons resultados.

Mas o que é importante também, Senador Blairo, eu iria até comunicar, informar para V. Exª que está comandando esta Subcomissão, é que o Sistema Sesi/Senat acaba de finalizar os cursos de agente turístico para taxistas, trabalhadores de transportes, operadores, todos os operadores, e esses cursos passam não somente para preparação como agente turístico, mas também noções e conhecimentos de inglês e espanhol. Vai disponibilizar agora. Agora é que as cidades serão procuradas, porque queríamos primeiro estar com todo o projeto pronto, com os recursos assegurados. Já estamos com tudo assegurado. Então, a Drª Stella poderá levar ao Prefeito Márcio essa posição.

E pela Comissão, também, todas as cidades que vierem aqui na Subcomissão, a partir de agora também fica o Sistema Sesi/Senat à disposição dessas cidades que precisarem ser preparadas. Nós temos um número bem volumoso de taxistas nas doze cidades, e todas as operadoras de ônibus e operadores turísticos de hotéis, e o Sistema Sesi/Senat vai participar, e participar sem custo para as prefeituras dessas cidades, o que é importante.

Finalizando, eu gostaria de parabenizar mais uma vez o nosso Presidente, o Senador Blairo Maggi, parabenizar o Dr. Sérgio, a Drª Stella. Que transmitam a todos, ao nosso Governador Anastasia, ao nosso Pre-

feito Márcio Lacerda não somente esse anúncio que faço em nome da CNT, como me coloco à disposição, como Senador de Minas Gerais, para poder somar com essas obras necessárias, que tenham parte, que façam parte, e em que seja necessário o Governo Federal entrar com mais presença.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Agradeço ao Senador Clésio Andrade. Quero registrar a presença do Deputado Diego Andrade, e também a chegada do Senador Eduardo Braga.

Consulto o Deputado se quer fazer alguma colocação. Embora tenha chegado agora, quem comanda a Copa de Minas está aqui. Se tiver alguma dúvida, já pode tentar esclarecê-la.

O SR. DIEGO ANDRADE (PR – MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o que a gente quer ver são as obras acontecendo. A gente tem visto a dificuldade que o Governo está encontrando para realizar as obras. Acho que temos que tentar simplificar um pouco os licenciamentos, porque precisamos fazer essa Copa acontecer, o Brasil tem que fazer bonito. E Minas, realmente, precisa de melhorias no aeroporto. A gente acompanhou as dificuldades junto ao TCU; está certo o TCU em fazer os seus questionamentos, mas acho que cabe a nós, parlamentares, participarmos e acharmos uma forma de ajudar o Governo a ter mais agilidade na execução das obras para a gente poder chegar na Copa do Mundo com o Estado de Minas Gerais preparado para receber esse evento.

Eram essas as considerações. Parabéns pela iniciativa! E a gente estará na Câmara dos Deputados pronto para somar com os senhores e ajudar nessa iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Deputado.

Consulto o Senador Eduardo Braga se quer fazer alguma colocação. (*Pausa.*)

Muito bem, quero agradecer a presença do Dr. Sérgio e da Drª Stella, dizer aos dois que a apresentação foi tão bem feita que não tenho muitas perguntas a fazer.

Eu só fiquei com uma dúvida. Não entendi direito de quem é a responsabilidade pela tomada dos financiamentos. Então, essa é a primeira pergunta.

A segunda, dentro dessa mesma pergunta, é se o cronograma dos financiamentos propostos pelo Governo Federal, e também aquilo que é do Orçamento Geral da União, se esses recursos estão fluindo, se eles estão disponíveis, se vocês têm alguma dificuldade de fazer isso chegar ao caixa do Estado, para que essas obras que já estão em andamento não tenham nenhum tipo de sobressalto.

O SR. SÉRGIO ALAIR BARROSO – Se me permitir, vou falar pela Drª Stella, porque nós já combinamos como nós temos que representar tanto o governo de Minas quanto a prefeitura de Belo Horizonte.

No caso específico do Mineirão, os R$400 milhões que serão levantados junto ao BNDES é de ordem, conta e responsabilidade exclusiva da empresa concessionária do Mineirão. Então, é um empréstimo que uma empresa privada vai contrair junto ao BNDES. Claro que dentro da linha de financiamento do BNDES para os estádios, mas quem vai levantar os recursos e vai ter a responsabilidade é exclusivamente a concessionária, dentro do projeto da PPP que foi feito, em que essa concessionária, chamada Minas Arena, ganhou a licitação.

Não sei se a Stella quer responder sobre o financiamento do BRT. Fique à vontade!

A SRA. STELLA DE MOURA KLEINRATH – No caso do BRT, então, que seria de responsabilidade exclusiva da Prefeitura, inclusive a capacidade de endividamento é uma coisa que também nos preocupa, mas, também nesse caso está solucionado.

Com relação ao OGU, como nós trabalhamos com a Caixa Econômica no caso do BRT, nós ainda, por medição, como as obras se iniciaram, a princípio não tenho conhecimento de atraso. Mas nós sabemos que também é um tema a questão de repasse. Uma coisa é você assinar o contrato com Caixa e a outra é, nas medições e no processo todo, para que ele flua.

Como nós estamos no princípio das obras, as medições começam agora, o sistema de prestação de contas está se iniciando, a gente não tem um alarme, mas é outro ponto que a gente tem que manter sempre... Talvez até um processo de agilização, como bem falou o Deputado, porque com certeza vamos ter algum tipo de dificuldade se for mantido o sistema atual de prestação de contas.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Drª Stella, a senhora tem informação se a Caixa Econômica lá de Minas acabou criando um departamento para atender essa questão específica de Copa, ou se está tudo misturado.

A SRA. STELLA DE MOURA KLEINRATH – Eu não tenho conhecimento. Então, não deve ter sido criado...

O SR. SÉRGIO ALAIR BARROSO – Não, não foi criado em Minas Gerais. Está centralizado ainda em Brasília. É claro que o superintendente regional tem a responsabilidade dos empréstimos. Mas não foi criado. Estou falando porque temos outras conversas com a Caixa Econômica Federal sobre a Copa, sobre outros investimentos. Não tem. Está tudo centralizado em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – O.k.! Bom, eu gostaria, para encerrar, de convidar Minas Gerais – no caso, aqui, o Secretário –, no dia 31 de maio agora, teremos a primeira audiência pública com o Governo Federal. No caso, nós convidamos para estar aqui a Secretária Nacional de Segurança Pública, Srª Regina Mike. Nós queremos dar o primeiro pontapé nessa questão da segurança, porque é um assunto sério, um assunto delicado e, até agora, os Estados não têm se manifestado a respeito disso, e tampouco o Governo se manifestou a respeito desse assunto.

Então, eu gostaria de convidar o Secretário para, no dia 31, se for possível, acompanhar essa audiência pública, para que a gente possa provocar o Governo, na esteira do que disse aqui o Senador Aécio. O Governo Federal tem participado; ele tem colocado recursos no OGU, ele tem colocado recursos de financiamento através do BNDES e da Caixa, mas há coisas que são próprias do Governo Federal, do Executivo federal. Eu acho, eu imputo que essa questão da segurança pública será feita pelos homens de Minas Gerais, pelos homens de Mato Grosso e pelas demais doze cidades que sediarão a Copa. Mas há a estrutura para isso, um programa, a organização de tudo isso. Então, no dia 31, estaremos nos reunindo aqui para ouvir o plano do Governo e procurar fazer um debate com tempo para que a gente saia com alguma coisa mais concreta sobre o assunto.

Também, Dr. Sérgio, Drª Stella, eu gostaria de reafirmar, mais uma vez, que o intuito desta Comissão é apenas de ajudar, usar o azeite Liza, que você fazia lá na Cargill, para alisar as engrenagens e fazer esse negócio andar, porque sei que tem muita gente fiscalizando. Tem TCU, CGU, Ministério Público Estadual, Federal, Controladoria...

O SR. SÉRGIO ALAIR BARROSO – (*Fora do microfone*.) E as concorrentes internacionais. A Alemanha ainda quer levar para lá.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – É, a Alemanha ainda quer levar para lá a Copa.

Então, nós temos muita gente para cobrar e pouca gente para ajudar. A Comissão aqui se propõe a ajudar. Além do nosso Secretário José Francisco, que está aqui, lá no meu gabinete eu tenho o Rodrigo Figueiredo, que foi Vice-Ministro do Ministério das Cidades, nesse mandato que acabou, e portanto tem um conhecimento dentro do Governo e está nos ajudando nesta Subcomissão para a gente tentar resolver os problemas quando eles aparecem.

Então, Sérgio, foi um prazer recebê-lo aqui, de revê-lo; Drª Stella, nós iremos fazer uma visita a Belo Horizonte, mais à frente, para acompanhar e ver como estão as obras, e, por favor, se precisarem de alguma coisa, estaremos à disposição aqui, no Senado Federal.

Muito obrigado pelas suas presenças e encerro a presente reunião.

ATA DA NONA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, CRIADA POR MEIO DO RMA nº 48, de 2009, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 14h30, NA SALA DE REUNIÕES Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e quatro de maio de dois mil e onze, na Sala nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **BLAIRO MAGGI**, reúne-se a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **BLAIRO MAGGI, PEDRO TAQUES, EDUARDO BRAGA, RODRIGO ROLLEMBERG e FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, VITAL DO RÊGO, EUNÍCIO OLIVEIRA, CÍCERO LUCENA, ALOYSIO NUNES FERREIRA** e **PAULO DAVIM.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, encaminha a deliberação da pauta, que é destinada à realização de audiência pública com a finalidade de coletar informações sobre a preparação das cidades-sede para a Copa do Mundo de 2014, em especial as condições atuais de infra-estrutura e o andamento das obras. Comparecem os seguintes convidados: Sílvio Bompastor, Secretário da Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo do Estado de Pernambuco; e Amir Schvartz, Secretário de Controle e Desenvolvimento de Obras do Recife/PE. Após a explanação dos convidados, usa da palavra o Senhor Senador **BLAIRO MAGGI.** Os convidados respondem aos questionamentos feitos e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Blairo Maggi,** Presidente da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento das Obras da Copa do Mundo de 2014 e também das Olimpíadas de 2016, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Esta reunião destina-se à realização de audiência pública para coletar informações sobre a preparação das cidades-sedes da Copa do Mundo de 2014, em especial s0obre as condições atuais de infraestrutura e sobre o andamento das obras.

A audiência de hoje conta com representante do Estado de Pernambuco, da cidade de Recife. E convido para fazer parte da Mesa o Sr. Sílvio Bompastor, que é Secretário da Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo no Estado de Pernambuco, e também o Sr. Amir Schvartz. É isso? Tenho parentes Schwantes. É Secretário de Controle e Desenvolvimento das Obras em Recife.

Dou as boas-vindas aos senhores. Quero dizer que estamos ouvindo as doze cidades que serão sedes da Copa. Convidei os três Senadores do seu Estado para estarem presentes, mas, nesta Casa, neste horário, já estão funcionando o plenário e também várias comissões, ao mesmo tempo.

Então, não se sintam desprestigiados pela ausência dos Senadores. O importante é que nós, desta Comissão, possamos ter, neste momento, uma radiografia, uma ideia do que está acontecendo no Recife, em Pernambuco, e das dificuldades que vocês por acaso tenham. E esta Comissão, a partir desse trabalho de coletar informações, vai estar acompanhando as obras, e nos colocamos à disposição para ser um elo de ligação, alguém que ajude a resolver os problemas.

Sei que há muitos órgãos que estão na fiscalização: TCU, CGU, TCE, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e assim por diante. Então, há muita gente para fiscalizar e, obviamente, o Executivo também tem suas preocupações de fiscalizar as obras. Esta Comissão não tem, neste momento, qualquer vontade ou determinação de ficar fiscalizando obras. O que queremos é apresentar-nos como alguém que possa ajudar o processo no meio do caminho.

Sei que, ali na frente, quando as coisas começarem a andar um pouco mais rápido, vamos ver as obras de fato acontecendo. Existe na Casa – está na Câmara neste momento e virá para o Senado, daqui a alguns dias – uma medida provisória que flexibiliza a questão das obras da Copa do Mundo.

Sei das dificuldades que todo mundo tem com questões ambientais, de análise dos projetos dentro da própria Caixa Econômica; ouvimos aqui as outras cidades e Estados, e a grande maioria coloca isso como empecilho, como uma grande dificuldade. Então, vamos propor ao Governo também criar um canal específico, para que essa discussão da Copa do Mundo aconteça de forma mais clara, mais célere, porque não temos mais muito tempo. Então, vou dar início à apresentação dos senhores.

Gostaria de consultar se o Secretário quer falar primeiro. O senhor começa, então? A palavra está com o senhor, por favor.

O SR. SÍLVIO BOMPASTOR – Boa tarde a todos. Queria inicialmente agradecer o convite do Senador Blairo Maggi para estar aqui presente, mostrando o que estamos fazendo em Pernambuco com relação à Copa do Mundo.

Preparei uma apresentação que está bastante extensa, por isso vou fazê-la bem rapidamente, porque o interesse é muito mais demonstrar onde estão os problemas, para que o Senado possa nos ajudar.

Então, pode colocar aí a apresentação, por favor. Pode passar.

Lá, Senador, fizemos uma licitação na modelagem de PVP, e o vencedor da licitação para construir a arena da Copa ganhou também o direito de construir a Cidade da Copa, que é uma nova centralidade urbana, uma verdadeira cidade, como vou mostrar adiante.

Pode passar, por favor.

O local onde está nossa arena é a região oeste da cidade. Isso, por conta de um planejamento já bastante antigo, que demonstra que a cidade do Recife só tem possibilidade de crescimento na sua região oeste, já que norte e sul estão altamente conurbados com outros Municípios – Recife é um Município muito pequeno, e as ocupações norte e sul nem permitiriam mais que tivéssemos um empreendimento desse tamanho. Então, com a indicação de todos os planejadores urbanos da nossa cidade e região nos últimos 40 anos de que a cidade deve crescer para oeste, nós levamos para o oeste da cidade.

Pode passar.

Aí, uma visão geral da cidade do Recife com as principais artérias e a localização da Cidade da Copa. Aqui está o centro da cidade, a área de Boa Viagem, mais conhecida, que tem uma grande quantidade de hotéis, e o centro histórico de Olinda.

Aqui temos as principais artérias. Aqui a BR-232, que já foi duplicada; aqui a BR-408, que está sendo duplicada com dinheiro do PAC 1; de vermelho, é a linha de metrô existente, que vem desde o aeroporto, vai ao centro e, do centro, vai até depois da Cidade da

Copa – aqui está a Cidade da Copa, ela é ladeada pela BR-408 e, do outro lado, o rio Capibaribe faz uma volta em torno dela –; e também uma grande área de preservação ambiental conhecida aqui, é uma área particular de uma família conhecida em Recife, os Brennand.

As outras artérias principais de acesso à Copa ou que têm a ver com a Copa são a Avenida Norte, uma importante ligação entre o bairro mais populoso da cidade e os corredores de transporte norte e sul, que é esse corredor aqui, que vem do norte, passa pelo centro da cidade e vai até o sul. O corredor leste-oeste, que sai do centro do Recife antigo, cruza com o norte-sul, pega uma avenida já existente, a Caxangá, e vai até a Cidade da Copa, chegando a ela por uma nova intervenção –essa é a única obra nova, digamos, uma avenida nova a ser construída de acesso à Cidade da Copa; no caso de todas as outras é aproveitamento de vias existentes.

Um outro corredor superimportante é a BR-101, que foi construída como um contorno externo da cidade do Recife, mas o urbanismo da cidade avançou por sobre a avenida – hoje ela é uma avenida cheia de sinais, de viadutos, engarrafamento diário –, importante via de acesso para o empreendimento da Copa. É uma BR que também estamos tentando incluir no Plano de Mobilidade, como vamos ver mais à frente.

Pode passar.

Aí, uma localização mais próxima da Cidade da Copa, que se limita com o Município de Camaragibe.

Pode passar.

São Lourenço da Mata.

Pode ir em frente.

Aqui, Jaboatão.

Pode ir em frente.

Aqui, Recife.

Mais um por favor.

Aqui está a Cidade da Copa. Neste ponto, gostaria de dizer o seguinte. Aqui está a BR-408, que está em obra cuja previsão de conclusão é dezembro deste ano. Aqui está um empreendimento chamado Alphaville 1. Aqui está a linha de metrô. Bem neste ponto aqui, o Metrorec, através do CBTU, está terminando de construir uma estação de metrô chamada Cosme e Damião, que fica a um quilômetro e meio da arena, que está exatamente neste ponto aqui – aqui está a Cidade da Copa, o rio Capibaribe envolve a Cidade da Copa, vem por este caminho aqui e vai embora.

Além disso, passa por este terreno a maior adutora de água bruta da cidade do Recife, que é a adutora de Tapacurá. Ela passa exatamente por este ponto, cruza aqui, vem margeando a BR-408 e vai até a estação de tratamento de água Tapacurá, a maior estação de tratamento de água, que está a três quilômetros deste ponto.

Aqui também está o terminal rodoviário de Recife, a rodovia intermunicipal e interestadual está a dois quilômetros da Cidade da Copa. Aqui está o metrô, com a estação Cosme e Damião sendo construída, e a linha final, a estação terminal do metrô fica neste ponto aqui e se chama estação Timbi, dentro do Município de Camaragibe.

Além disso, o gasoduto Nordestão vem margeando a BR-408 neste ponto aqui – ele entra, margeia o terreno até chegar a este ponto aqui, onde há uma estação de rebaixamento de pressão, já construída e funcionando. E, daqui, o gasoduto Nordestão segue o seu caminho para João Pessoa e Natal.

Fora isso, passam, dentro dessas cidades da Copa, quatro linhas de alta tensão de energia: duas de 13,8kVA, que se aproxima vindo da BR-408, e aqui, por esse canto, passa uma de 69kVA e um linhão da Chesf, de 232kVa.

Portanto, os serviços de água, energia, gás e energia elétrica para a Cidade e Arena da Copa estarão garantidos com pequenas intervenções dentro da própria Cidade da Copa.

Pode passar.

Aí são as principais distâncias do empreendimento: para o porto do Recife, pelas vias existentes, 19km; para o aeroporto, também pelas vias existentes, 19km coincidentemente. Mas a distância média, entre os bairros mais populosos e a Cidade da Copa, é de 10km. A estação, como eu disse, o terminal integrado de passageiros, a estação rodoviária está a 3km.

Pode passar.

Agora, nós vamos ver as principais intervenções acertadas e assinadas com o Governo Federal no documento denominado Matriz de Responsabilidade, que, até agora, entre todas as ações da Copa – e isso é um dado importante –, só temos assinados e acertados com o Governo Federal, as intervenções relativas à infraestrutura viária para mobilidade urbana, porto e aeroporto, e mais nenhuma outra espécie de nenhuma outra área. Nem de saúde, nem de educação, nem de TI, nem de telecom, nem de nenhuma outra área que o senhor puder imaginar, não está fechado o compromisso de quais são as intervenções, quanto custa e quem paga. E isso, sim, é um grande gargalo, porque não é a cidade do Recife; são as doze cidades.

O Governo Federal, por meio do Ministério do Esporte, criou nove câmaras temáticas, que estão se instalando agora, durante os meses de maio e junho. O andamento do trabalho dessas câmaras temáticas é que vai levar um documento assinado, dizendo quais são as intervenções. Então, nós estamos dependendo

desse andamento para, por exemplo, fechar as intervenções na área de segurança. É a próxima, a que está mais próxima de ser fechada. Nós já estamos com o planejamento pronto, com o orçamento pronto, aguardando que seja marcada a reunião final de negociação da câmara de segurança, para que a gente assine um documento, assim como foi na parte de infraestrutura viária, onde se defina o que vai ser feito, quanto custa e quem paga. Todas as outras áreas carecem dessa mesma definição, que ainda não foi tomada.

Mas as principais obras de mobilidade urbana e infraestrutura viária que estão no documento já assinado são estas aqui, Senador: o corredor leste/oeste, que vai desde a intercessão com o norte e sul pela avenida Caxangá, a avenida existente, aqui ele segue pela PE-15 e vai até o terminal Timbi, o terminal de metrô. Daqui em diante, é um acesso novo, chamado Radial da Copa ou acesso à Cidade da Copa, uma avenida nova que vai desse ponto até aqui e passa por uma ponte sobre o rio Capibaribe, entra na Cidade da Copa e encontra a BR-408, num ponto aqui de intercessão, que tem uma obra grande também, que é um viaduto que está incluído no nosso orçamento.

Então, leste/oeste e Radial da Copa. Fora isso, o corredor norte/sul, que vem desde uma cidadezinha próxima aqui, do Recife, entra na cidade, margeia um canal e termina numa estação de metrô chamada também de Joana Bezerra.

A outra intervenção é no porto do Recife, uma obra que está sendo custeada com o dinheiro do Estado, mas é uma melhoria no porto: urbanização total e recuperação dos principais galpões do porto para uso pela iniciativa privada.

O aeroporto, por incrível que pareça, de Pernambuco e de Recife é considerado operacionalmente, pela Infraero, o melhor aeroporto do Brasil e talvez da América do Sul. E, do jeito que está hoje, como está hoje, ele atende à demanda da Copa em 2014, porque, há cinco anos, sofreu uma grande intervenção – a pista foi aumentada, o terminal foi construído –, mas, mesmo assim, está incluído na Matriz de responsabilidade a construção da nova torre de controle do aeroporto. Ele tem uma torre na base área, uma torre militar, e será construída uma torre civil do lado da estação de passageiros.

Além disso, nós estamos querendo incluir uma passarela que una a estação metrô-aeroporto com o próprio terminal do aeroporto. Essa é uma passarela que precisa ser construída para dar mobilidade. Essa passarela de que estou falando não está incluída na Matriz de Responsabilidades. O que está incluída é só essa nova torre, de R$19 milhões. É por isso que, se o senhor olhar o quadro de investimentos nos aeroportos para a Copa, estão lá: São Paulo: R$2 bilhões; Minas Gerais: R$700 milhões; Pernambuco, R$19 milhões. Por quê? Porque foi incluída só a torre de controle, mas a Infraero, a superintendência local também já vem fazendo o recapeamento da pista, está feito; sinalização, está em obra; e o aumento do pátio de estacionamento dos aviões. Então, juntando tudo, não são R$19 milhões, são R$60 milhões. Mesmo assim, essa passarela está fora. Quando o Ministro dos Esportes esteve lá, nós sobrevoamos as obras para a Copa e eu mostrei essa questão da passarela. Ele ficou bastante interessado e pediu que a gente apresentasse o orçamento e o projeto que ele iria tentar incluir na Matriz de Responsabilidades. Ainda não foi feito isso, mas estamos em negociação.

A outra grande obra que também está prevista é a Via Mangue, um contrato específico da Prefeitura do Recife, sobre a qual o Amir vai falar com mais detalhe, mas é uma importantíssima via de complemento ao corredor norte-sul, que desafoga toda a questão de tráfego, de trânsito na zona sul da nossa cidade. Está aqui a Via Mangue, que tem esse nome porque margeia uma grande área de mangue. O Amir vai falar bem sobre isso. Não é preciso eu estar falando.

Estas são as intervenções: dois corredores de transporte, uma avenida nova e mais a Via Mangue.

Agora, nós estamos negociando com o Governo Federal, para inclusão no PAC Mobilidade, duas outras grandes obras importantes que não estão na Matriz de Responsabilidades: transformar a BR-101, no seu trecho urbano, em um corredor BRT; estadualizar a BR só nesse ponto e implantar um BRT nessa BR. Ela tem uma calha bastante larga e cabe aí um BRT. A outra é a triplicação da BR-232, nesses cinco quilômetros aqui, entre o viaduto da Ceasa e o viaduto de intersecção com a 408, porque esses cinco quilômetros aqui já são de rodovia implantada, com a calha larga – não precisa de desapropriação –, onde há tremendo engarrafamento. E é a saída natural de todo mundo que vem do sul, do centro e do norte e vai pegar a 232. Todos convergem para este ponto aqui. Então, a triplicação dessa rodovia neste trecho aqui é superimportante e também não está na Matriz de Responsabilidades.

Pode passar. Aí, em detalhe, o corredor norte-sul, com suas paradas, e, um detalhe mais aproximado, o valor estimado. Aqui, Senador, uma coisa importante: todas essas obras de mobilidade urbana, o edital de lançamento da licitação está sendo feito em conjunto entre o Executivo, o Governo do Estado e o Tribunal de Contas do Estado, numa parceria formada há menos de um mês, em que o tribunal destacou lá quatro técnicos específicos para esse trabalho, a pedido do

nosso Governador, que falou com o Presidente do Tribunal e com o Corregedor e conseguiu ter essa equipe, que está realmente trabalhando a quatro mãos. Isso vai evitar uma perda de tempo muito grande, como, depois de lançar o edital, ser tirado por conta deste ou daquele defeito. Realmente, o Tribunal de Contas está trabalhando proativamente com a gente. A gente espera, em breve, lançar todos os editais das obras de infraestrutura urbana.

O de concreto é o seguinte: até dezembro deste ano, todas as obras de infraestrutura urbana deverão estar contratadas. Se não estiverem contratadas, não ficarão prontas a tempo para a Copa de 2014. Será impossível se não forem contratadas até dezembro deste ano. Então, nós estamos correndo contra o tempo. Essa é uma dificuldade grande, porque, como o senhor sabe também, nós estamos submetidos a várias instâncias de fiscalização, que são exatamente 14. Nós não temos nenhum problema em ser fiscalizados. Queremos ser totalmente transparentes, mas está demonstrado que 14 instâncias de fiscalização parece ser um exagero. O pior de tudo é que nós temos que prestar conta da mesma coisa de 14 formas diferentes. Isso, sim, tem atrapalhado bastante o trabalho de quem quer fazer as obras. Não somos contra. Precisamos ter fiscalização, mas está demais, está passando dos limites. Nós temos trabalhado...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SÍLVIO BOMPASTOR – Tudo, tudo junto. Desde a prefeitura com a câmara de vereadores até o TCU, a AGU, o STM, realmente a fiscalização está exagerada, exagerada a quantidade de órgãos que está fiscalizando e pedindo de forma diferente. Vem um e diz que quer os dados do corredor norte-sul, mas que quer de determinada forma. Aí quando coloco em execução, e, quando está no meio, vem outro e pede de outra forma. Aí há mudança, são planilhas diferentes. Agora, por último, mais um órgão está fiscalizando a gente: a Federação Nacional dos Engenheiros. Tem Crea, Confea, Federação Nacional dos Engenheiros. Sei que o objetivo da Comissão não é fiscalização, mas pode nos ajudar, na medida em que a fiscalização está demais, por demais exagerada, facilitando o andamento mais rápido das coisas.

Pode passar, por favor. Aí está a outra linha do corredor norte-sul que entra no centro da cidade.

Aí está o corredor leste-oeste, mostrando que a maior parte dele é em vias já existentes. É só transformar a via existente num BRT.

Pode passar. Aí é a Via Mangue. Como o Amir vai falar sobre ela em detalhe, basta informar aos senhores que é uma obra muito importante que está a cargo da prefeitura que foi iniciada agora em maio.

Aí é o final do corredor leste-oeste, onde a partir da estação Timbi tem a nova avenida, que será construída, de acesso à cidade da Copa, cruzando o rio Capibaribe numa ponte aqui, chegando até a BR-408, numa intercessão com viaduto duplo aqui.

Aí a duplicação da 408, uma obra do PAC 1, que está em obra e deve ser concluída em dezembro deste ano.

Aí apresento um quadro resumo dos valores. Os que estão com asterisco são os da Matriz de responsabilidade; os que estão sem asterisco são aqueles para os quais estamos tentando recurso de qualquer forma, por qualquer meio, em qualquer fundo de qualquer lugar, nem que seja com recurso próprio do Estado. A determinação do Governador é essa: "Vamos executar essas obras para a Copa mesmo que seja com dinheiro azul e branco".

Aí uma vista geral do que nós estamos chamando, Senador, de Cidade da Copa. Vou falar bem rápido, porque realmente é uma nova centralidade. Só para que os senhores saibam que é um terreno de 270 hectares, dos quais foram separados 50 hectares somente para arena e suas áreas complementares, áreas exigidas pela Fifa, que são áreas de uso provisório. Depois da Copa, serão usadas para outras finalidades.

Na Cidade da Copa, estão previstos, de acordo com as pesquisas realizadas por uma empresa norte-americana de demanda e de falta de serviço na região metropolitana do Recife, complementos na área de hotéis e convenções, na área de indústria e de tecnologia, ou seja, trabalho; uma área mista, duas áreas mistas de trabalho e residência; áreas exclusivas de residência, aqui uma área de educação – nós estamos negociando para levar para lá a Universidade de Pernambuco (UPE), que tem um *campus* todo espalhado – ; ao centro, uma grande área de diversão.

Esse projeto baseou-se principalmente na proteção ao verde e às áreas de preservação ambiental. Tem duas nascentes dentro do terreno, e elas serão integralmente respeitadas e até ampliadas em dois grandes lagos que se unem e formam um pequeno riacho de contribuição ao rio Capibaribe. Mas há vários outros riachos que estão respeitados no planejamento urbano desse empreendimento, de forma que um terço da área é de área verde e área de preservação. São 240 hectares, dos quais 80 hectares são de áreas de preservação. Um grande parque ecológico na margem do rio. Legalmente é obrigatório ter essa distância de 100m da margem do rio, que será transformado em um parque ecológico com recuperação da mata Atlântica. Então esse é o empreendimento chamado Cidade da Copa.

A radial da Copa, nova avenida de acesso chega por esse ponto aqui, e aqui está a BR-408, que já está em obra.

Pode passar.

Pode ir em frente, por favor.

Aí uma vista mais próxima do campo.

Pode passar.

Estacionamento.

Pode ir.

Algumas vistas conceituais da arena.

Pode passar.

Uma vista noturna.

Alguma vistas internas do campo.

Pode ir.

Com dados sobre quantidades exigidas pela Fifa, de pessoal, tribuna de honra, camarotes, *business city*, *premium city*...

É interessante notar que é uma arena multiuso com possibilidade de doze áreas de assento, não só como hoje são os campos de futebol, que têm arquibancada, cadeira e camarote, e olhe lá se tem tudo isso. É preparado para a Copa, sem alambrado e sem fosso. Depois da Copa ela terá alambrado.

Pode passar.

Aí um pouco da modelagem. Por que fizemos isso através de parceria público-privada? Por recomendação da Fifa de termos o setor privado envolvido, por precisar de muito dinheiro em pouco tempo, porque os procedimentos licitatórios através de PPPs são bem mais ágeis, mais rápidos, e, principalmente, pela preocupação com a sustentabilidade do projeto no pós-Copa.

Nós não licitamos a construção de uma arena; nós licitamos a contratação de trinta anos de serviço depois de a arena estar pronta.

Mas também por conta dos custos elevados de manutenção, necessidade de gestão profissional, aumentar o atrativo para o setor privado através da contraprestação pública e aproveitar a experiência do Estado de Pernambuco com PPP.

O Estado de Pernambuco é um dos mais avançados do País em PPP. Temos três PPPs. A primeira PPP viária do País foi feita lá e está em operação. As outras duas estão em obras. E há uma legislação consolidada, há uma equipe forte, um programa vencedor e que dá muita segurança jurídica ao negócio. Por conta disso também optamos por fazer um empreendimento através de PPP.

Pode passar.

Aí informações gerais sobre o consórcio vencedor.

Pode ir em frente.

Foi a Odebrecht, três empresas da Odebrecht se juntaram, fundaram uma SPE, que se chama Arena Pernambuco Negócios e Participações, contrataram operadores internacionais de gestão de arena, comercialização de arena e desenvolvimento urbano. Essas empresas são conhecidíssimas no mundo todo. Essa daqui faz gestão de 115 arenas no mundo, inclusive o estádio de Wembley e o estádio do Lakers, em Los Angeles, que eu visitei há 15 dias. E realmente pude perceber que gestão de arena no mundo é outro negócio completamente diferente do que se faz no Brasil, onde o esporte é só um pequeno detalhe do negócio em si. Empresas como essa aqui são donas da agenda mundial de artistas como Paul McCartney, U2, Lady Gaga – Michael Jackson era deles também – e elas têm uma experiência muito grande, realizando 6.500 eventos por ano, e estão trazendo essa experiência para a gestão de várias arenas, não só para a do Recife.

Prazo da concessão: três anos, no total, para a construção e trinta de operação.

Os clubes envolvidos no projeto são os três maiores clubes de Pernambuco, mas cabem outros, podem entrar o quarto e o quinto.

As licenças da obra todas expedidas em tempo recorde, com uma equipe específica para o licenciamento ambiental da obra da arena.

Os financiamentos. Estão aqui BNDES Pró-Copa Arenas e BNB Proatur. Aqui nós temos um problema grave, muito grave. O BNB criou uma linha, aprovada pelo Condel, a cidade de Salvador deu entrada antes da de Recife, foi aprovada pela diretoria, foi assinado o contrato, e agora tem uma contraordem de não poder se utilizar dinheiro do BNB para construção de nenhuma arena no Brasil.

Os quatro Estados do Nordeste estão contando com essa possibilidade e nós estamos precisando de intervenção nessa área para a solução desse problema aí.

O último item aqui é a desoneração tributária. Aqui tem um outro problema grave também, Senador. O Município fez a desoneração tributária para os serviços imateriais para a construção da arena, exclusivamente da arena. A rua que passa na frente da arena não tem essa isenção, mas a arena fez. Então, o Município fez, o Estado fez, e a União demorou muito para fazer. Depois, foi feito através de uma medida provisória; essa medida provisória virou um decreto em 28 de setembro de 2010; e esse decreto não está regulamentado pela Receita Federal, e nós não estamos podendo auferir os benefícios dessa medida. E, como já estamos em obra há seis meses – porque, lá em Pernambuco, a arena começou em agosto de 2010 –, esse é um entrave grande, porque a redução é significativa e nós precisamos dessa regulamentação.

Pode passar.

Esse é um gráfico geral explicativo sobre a modelagem de PPP, comum a todas as PPPs que se fazem no País, em que o poder concedente, que é o Estado, licitou e contratou uma SPE e colocou o terreno como contrapartida. Por força de lei, tem que criar uma conta-garantia e pagar contraprestação pelo serviço de exploração, administração e conservação da arena, mas essa contraprestação é paga de acordo com a medição de 50 itens de serviço, que vão desde a altura da grama até a iluminação e a limpeza dos banheiros.

Então, será paga uma contraprestação, mas de acordo com o nível do serviço prestado pela SPE Arena, que está buscando seus investimentos por meio de seu próprio *equity*, os próprios investidores privados; buscando os agentes financeiros oficiais, BNB e BNDES – no caso de Pernambuco, o contrato está assinado –; e ela vai contratar seus fornecedores para fazer a obra, manter e operar a arena; vai negociar, está negociando com os clubes suas participações. E aqui há uma única diferença dessa PPP, que é a seguinte: a exploração imobiliária da cidade da Copa gera uma receita imobiliária grande. Parte dessa receita serviu para diminuir a contraprestação pública que o Estado teria de pagar. Isso viabilizou o empreendimento como um todo, porque reduziu bastante essa contraprestação aqui. Basta os senhores saberem que, anualmente, está prevista no contrato uma contraprestação de R$3,9 milhões por ano. O ano todo, R$3,9 milhões. Não é por mês, não; é por ano. Por que isso? Porque contamos com receita acessória, por meio da exploração imobiliária.

Pode passar.

Esse é outro dado também muito importante. Como é uma PPP, no momento inicial da construção, demos entrada no financiamento, e o Estado de Pernambuco conseguiu no BNDES um financiamento, mas não captou. Ele está no BNDES, é um empréstimo em *stand by*, não foi retirado. E, nesse mesmo momento, a SPE também está tirando empréstimo. Originalmente, ela pretendia fazer esta alavancagem aqui: 75% financiado e 25% de capital próprio. Mas eles já conseguiram mais do que isso – está quase em torno de 90% a parte financiada –, vão entrar com menos capital próprio e vão construir a arena toda.

Quando ela estiver pronta, no final do terceiro ano – quer dizer, para a gente, essa data aqui é dezembro de 2012 –, eles vão nos entregar a arena pronta. Todos os riscos de construção, demanda, engenharia, projeto; todos os riscos estarão ou zerados ou bastante minimizados, porque a arena vai estar pronta e será recebida por uma comissão mista para entrar em operação.

Nessa época, o Estado de Pernambuco vai sacar o empréstimo e pagar a SPE, assumindo os 12 anos para amortizar o empréstimo. Segue-se o período de concessão e, ao final do 33º ano, pode ser novamente licitada a concessão ou qualquer outro arranjo contratual que, nesses próximos 30 anos, venha a ser inventado por nossa legislação.

Pode passar.

Esse é um cronograma que foi feito em 2009, e ele vem sendo mantido. O início da obra da arena foi dia 1º de agosto de 2010; a conclusão das obras da arena serão em dezembro de 2012, porque isso totaliza 30 meses – é um prazo técnico feito por quem entende de obra. E, mesmo que a gente não consiga terminar em dezembro de 2012 e tenha um mês, dois ou três meses de atraso – digamos, março de 2013 –, ainda assim o Estado apto a concorrer, a ser candidato a sediar jogos da Copa das Confederações. Embora a Rede Globo já tenha dito que estamos fora, a Fifa diz que não, que aquilo foi uma informação errada. Então, acreditamos ainda e somos candidatos a sediar a Copa das Confederações.

Bem, o início da operação da arena se dará em janeiro, e nós pretendemos que seja com uma partida entre os dois maiores clubes de Pernambuco: Náutico e Sport deverão enfrentar-se lá em janeiro de 2013.

Bem, aqui encerro minha apresentação, e acho que agora Amir entra aí com a parte dele relativa à Via Mangue.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Passo a palavra ao Secretário de Controle de Desenvolvimento e Obras de Recife, Sr. Amir, por gentileza.

O SR. AMIR SCHVARTZ – Agradeço pelo convite e pela oportunidade de mostrar... Quero dizer que, depois do que foi colocado aqui pelo Secretário Sílvio, vamos nos restringir um pouco à questão da Via Mangue que, dentro da Matriz orçamentária da Copa, é responsabilidade do Município de Recife.

Vou mostrar um pouco o conceito de mobilidade na cidade de Recife, para as pessoas que não são de lá. Foi mostrada aí boa parte das ações que vão ser feitas e devem ficar prontas até a Copa, mas é preciso entender um pouco o porquê dessas ações. Aí, em função disso, entendendo como se situam essas vias na cidade do Recife, é importante priorizar-se a questão do transporte coletivo, como foi colocado aqui pelo secretário – são vias existentes, mas passa por uma requalificação, fazendo com que você melhore a condição de segurança e conforto, minimizando o tempo de percurso do transporte de passageiros.

Pode passar.

Aí, para ilustrar: BR-101, como o Sílvio colocou, quarta perimetral do Recife; nós temos o norte-sul,

aqui Agamenon Magalhães, onde funciona a primeira perimetral do Recife; e temos a segunda e a terceira perimetral – são obras que não estão na Matriz orçamentária da Copa, a segunda e terceira, mas que estão dentro do pacto de mobilidade, onde o Município pleiteou, juntamente com o Estado, para que seja também executado um corredor de transporte coletivo exclusivo na segunda e na terceira perimetral.

Pode passar.

A intenção é... As radiais existem. O corredor leste-oeste, como foi colocado, vai até a arena da Copa; a avenida Norte, que liga o bairro mais adensado da cidade do Recife ao centro.

Então, o conceito de radiais e perimetrais e a criação de um sistema de alimentação, para que possa prover esses grandes troncais de fato do serviço que ele pode oferecer para a cidade.

Pode passar.

Aí, um pouco da demanda. Nós temos aqui o bairro de Boa Viagem, a zona sul da cidade, onde se concentra grande parte do setor hoteleiro que vai ser utilizado na Copa do Mundo de 2014, mas que já é utilizado hoje, por Recife ser considerada uma das grandes cidades de turismo de negócios.

Essas bolinhas, essas esferas amarelas aqui são grandes investimentos que estão previstos para serem executados nessa área, nesse novo centro da cidade, que é a zona sul e o centro histórico da cidade do Recife, onde naturalmente já existiam essas radiais convergindo, onde vocês têm hoje grande demanda de linhas de ônibus e, consequentemente, grande adensamento populacional, que utiliza esse tipo de transporte coletivo. Então, essas bolinhas menores aqui são os hotéis que estão sendo ampliados agora; são novos hotéis que estão sendo construídos na cidade do Recife, ampliando em 7 mil leitos a capacidade hoteleira do Recife.

Pode passar.

Aí é o sistema todo de mobilidade, o sistema estrutural integrado da cidade do Recife. Nós temos a linha do metrô, como foi colocado – aqui está a arena da Copa –, e ela chega até após a arena da Copa.

Então, a Cidade da Copa vai estar servida não só pelo transporte rodoviário e pelo transporte de metrô, e a nossa intenção é de que, com a norte-sul, que está na Matriz orçamentária; com a questão da BR-101, o corredor do transporte coletivo na quarta perimetral, com a implantação da segunda e da terceira, você tenha essa alimentação necessária para que o sistema de transporte coletivo na cidade do Recife – óbvio, pensando na cidade como um todo, não especificamente na Copa, mas que ele possa funcionar de uma maneira adequada, já que hoje o ônibus disputa o espaço com o carro.

Então, quanto ao tempo de percurso em função do congestionamento, a grande quantidade de veículos na cidade e a competição do ônibus com esse tipo de transporte individual trazem um grande transtorno do ponto de vista de tempo de viagem, de percurso para o transporte público de passageiro.

Pode passar.

Essas são ações que estão previstas no dia a dia das cidades. Elas foram planejadas e estruturadas para que sejam executadas. Algumas delas vão estar prontas até a Copa do Mundo.

Dessas aqui, podemos ver, a Via Mangue é a que faz parte da Matriz orçamentária, que é a via que passa por aqui, há mais de ano, nesse Parque dos Manguezais, uma área de praticamente 300 hectares de mangue, dentro da área urbana da cidade.

Essas outras são ações, e algumas já estão em execução. São interações propostas, mas que já foram licitadas. Essa passarela de pedestres, a questão da ponte da Terceira Perimetral, que está dentro do PAC mobilidade. A ponte da Terceira Perimetral é um projeto Capibaribe maior, que vou mostrar mais à frente. Vou apontar cada uma mais à frente, para vocês perceberem, dentro do espaço territorial, onde se situa cada uma delas, fazendo com que o sistema de mobilidade da cidade ganhe bastante na velocidade, minimizando-se com isso o tempo de percurso, o tempo de deslocamento das pessoas no Município do Recife.

Pode passar.

Essa é uma ação que está sendo concluída agora em julho. É o alargamento do viaduto Capitão Temudo. Ele liga a zona do centro do Recife à zona sul da cidade; é essencial para a questão da complementação com a execução da Via Mangue. Podemos observar hoje todo o fluxo da zona oeste, centro, zona norte do Recife, que se direciona ao sul da cidade – inclusive, a região sul metropolitana passa por esse local e hoje desemboca em uma única avenida que existe, que é a avenida Domingos Ferreira – vocês vão ver no mapa, mais à frente –, a única alternativa de mobilidade para a zona sul do Recife. Então, a Via Mangue vem exatamente criar essa nova alternativa de mobilidade da zona sul metropolitana do Recife.

Pode passar.

Aí, a Via Mangue. Aquele viaduto termina aqui, está certo? Então, ele pega a ponte Paulo Guerra. A obra da Via Mangue inicia nessa alça da ponte Paulo Guerra e vai margeando o mangue, com o complexo de Elevados, até chegar à rua Antônio Falcão, podendo, com isso, tanto jogar o fluxo de veículos na marginal do canal de Setúbal como na marginal do canal do

Jordão – as pessoas que utilizam essas vias, provavelmente, são aquelas que usam hoje o bairro de Boa Viagem como passagem para a zona sul metropolitana –, fazendo com que a avenida Domingos Ferreira possa ser mais bem utilizada pelas pessoas que se dirigem de fato ao bairro de Boa Viagem.

Hoje, Boa Viagem virou um grande centro dinâmico da nossa cidade; concorre, na realidade, com o centro antigo do Recife, mas hoje já detém 70% de negócios e serviços da região do Recife. Então, existe um fluxo de pessoas muito grande, além daquelas que moram no bairro de Boa Viagem, que já é um bairro bastante adensado, razão pela qual há necessidade dessa ação da Via Mangue.

A Via Mangue já tinha sido pensada, na realidade, há 30 anos, não com esse formato do ponto de vista de minimizar impactos ambientais e de melhorar a eficiência da mobilidade.

Existiam outras vias previstas na década de 70, que se chamavam Via Costeira. Ela atravessava, na realidade, o manguezal, rasgava-o em linha reta. Depois houve um avanço com a Linha Verde, que minimizou um pouco essa questão de supressão do manguezal. E, finalmente, foi concebido esse outro formato, em que se tem uma supressão ainda muito menor desse manguezal, que é na realidade uma grande jóia, uma grande necessidade do ponto de vista não só biológico, mas também da questão de um grande pulmão de retenção de águas. Temos acompanhado a mudança climática e as consequências da urbanização e da impermeabilização das cidades, o que vem ocorrendo.

Então, a forma de preservar essa área verde no centro da zona sul da cidade faz com que também esse propósito tenha a função dessa grande retenção, já que aí se encontram três rios praticamente.

Um grande diferencial da questão da Via Mangue é que, além desse contexto de mobilidade urbana, ela tem outros dois aspectos muito importantes. Um é que vai tratar... Hoje existem 1,2 mil famílias que habitam em áreas de palafita ao longo do traçado da via. Essas 1,2 mil famílias estão sendo relocadas, 976 famílias, aproximadamente, estão indo para conjuntos habitacionais; três conjuntos estão sendo construídos, um deles já foi concluído, inclusive já foram reassentadas 352 famílias. Os outros dois conjuntos – vou mostrar a localização deles – estão sendo construídos e serão concluídos, agora, em setembro, totalizando essas 976 famílias reassentadas, e o restante das famílias, complementando as 1200, são casos de desapropriações porque os imóveis têm uma dimensão, não são palafitas, são imóveis em alvenaria, que têm uma dimensão maior do que as áreas de apartamentos, para onde essas famílias estão sendo reassentadas.

O Capibaribe Melhor é uma ação na zona norte de Recife, que trata da questão mobilidade, saneamento e reassentamento. Então, é uma preocupação na cidade de Recife as intervenções urbanas poderem ter sempre tratados esses três componentes, já que, em Recife, há dez anos, existiam apenas 30% de saneamento. A intenção nossa é que, com todos esses programas, com o PAC Cordeiro, com o PAC Beberibe e as obras do Capibaribe Melhor e da Via Mangue, possamos ampliar a condição de saneamento na cidade de Recife para 60%. Ainda não é uma universalização, mas é uma coisa muito melhor se for considerar que o saneamento lá foi executado na década de 1930. É um avanço.

Então, na maioria das ações do Município, é sempre levada em consideração essa necessidade de promover, além da questão da mobilidade e da requalificação urbana e viária, disponibilizar a questão do saneamento, apesar de ser competência da operação do Estado, por intermédio da Companhia Estadual de Saneamento, mas ele poder entregar – existe um contrato de concessão junto ao Município, e o Município tem investido para que não ocorra de se estar executando uma obra viária e, mais na frente, venha a implantação de um saneamento, fazendo com que aquele investimento da obra viária seja comprometido.

Então, o Capibaribe Melhor tem o valor de R$418 milhões, é um financiamento junto ao Banco Mundial e que tem estes três componentes: viário, saneamento e habitação.

Ali, citada também a conclusão da Maurício de Nassau. Essa rua é paralela ao corredor leste-oeste, que é uma requalificação que vai ser feita e está prevista na Matriz orçamentária da Copa, que é a implantação do BRT nessa via. A avenida paralela da Caxangá é isso aqui e ela precisa ser complementada em dois trechos pequenos, onde ela tem hoje, em sua grande maioria, uma faixa de rolamento com 14 metros e, nesses dois trechos, existe um estrangulamento para sete metros. Então, vai ser ampliado para que ela tenha a mesma faixa de rolamento ao longo de toda sua extensão. É uma obra relativamente barata, que vai ser feita com recursos do Município.

Aí um pouco do que será a ponte. O que acontece? Ponte semiperimetral, a ponte da terceira perimetral, são duas pontes sobre o Capibaribe e uma passarela de pedestre. Por que isso? Hoje, apesar da situação bastante, digamos assim, salutar de existir o rio Capibaribe – Recife é cortada por dois grandes rios e mais 66 canais –, apesar disso, o rio Capibaribe se torna, na zona oeste e norte da cidade, uma grande barreira, porque a última transposição que se tem nele fica próxima à região central do Recife ainda. Em fun-

ção disso, estão sendo construídas mais duas pontes, o que vai fazer com que se tenha uma irrigação maior da zona norte e zona oeste da cidade, sem ter necessidade de vir até essa ponte existente hoje – viaduto ponte existente na Torre Parnamirim, fazendo com que, em vias hoje carregadas, radiais, seja minimizada a quantidade de veículos que vão acessá-las, em função de se conseguir transpor o rio por mais duas situações. Duas alternativas são essas duas pontes que vão ser construídas.

Aí um pouco do viaduto San Martin, que cruza Abdias de Carvalho. É uma via que também vai ligar o centro de Recife à Cidade da Copa. Ela não tem previsto um corredor de transporte coletivo exclusivo, mas, sim, para o transporte individual. Essa via se une ao corredor de transporte coletivo do corredor leste-oeste, já no centro de Recife. Então, é mais uma alternativa de ligação, e o fluxo neste cruzamento onde tem o semáforo de três tempos, causa grande retenção na Abdias de Carvalho. Então, a solução aí é viária, também a cargo da Prefeitura de Recife, para poder melhorar a condição de acesso à Cidade da Copa, na região oeste de Recife.

Aí é um prolongamento do arquiteto Luiz Nunes. Isso não tem recurso garantido ainda. Executamos esse trecho – para quem não conhece essa é a paralela à Mascarenhas de Morais; na frente do aeroporto – seria uma paralela à avenida que dá acesso ao aeroporto e também liga com a terceira perimetral, através da qual se tem acesso à Cidade da Copa. Então, todas as ações estão pensadas na cidade, obviamente, mas têm um *link* muito importante com a questão da Copa de 2014. O setor hoteleiro situa-se na zona sul da cidade e isso faz haver mais opções para que possa pegar a terceira perimetral e se direcionar diretamente à Cidade da Copa, de maneira mais confortável, sem ter que ir até o centro do Recife e pegar a Abdias de Carvalho, que foi aquela avenida que estava na imagem anterior.

Pode passar.

Aí mais uma ponte, essa sobre o rio Tigipió; o bairro de Boa Viagem, onde se tem o adensamento do setor hoteleiro. Estamos promovendo um projeto onde se cria mais uma alternativa, já que hoje a única ligação com essa terceira perimetral é no viaduto próximo ao aeroporto embaixo. Estamos criando uma nova ponte para garantir mais uma ligação da zona sul à zona oeste da cidade, com isso facilitando. Além de se poder acessar os corredores de transportes exclusivos que vão existir nessa via, mas também a Cidade da Copa, que está mais a oeste.

Pode passar.

Basicamente, as ações do Município visam à priorização do transporte coletivo. O que não está na Matriz orçamentária da Copa, que é exclusivamente a via Mangue, ela está proposta dentro do pacto mobilidade, que foi apresentado nesse mês agora no Ministério das Cidades, está sob avaliação daquele Ministério. Como os senhores têm conhecimento, R$2,4 bilhões foram destinados às grandes cidades para obras de mobilidade urbana. Recife e Pernambuco apresentaram um contexto que são complementares a essas questões da Matriz orçamentária da Copa e que visam, dentro do patamar estabelecido de R$2,4 bilhões, a garantir não só a melhoria da qualidade do transporte coletivo, estabelecendo corredores exclusivos, alguns deles BRT, outros simplesmente corredores exclusivos, como também foi apresentado um modal que é a navegabilidade. Novo modal na cidade, já que hoje tem o rio Capibaribe e esse modal de navegabilidade não é explorado na cidade do Recife. Então, está dentro dessas propostas apresentadas ao Ministério das Cidades essa questão do BRT e da navegabilidade.

É isso, Senador, que eu queria colocar.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Agradeço a participação do Dr. Silvio e do Dr. Amir. Quero parabenizá-los pela apresentação. Fiquei impressionado – eu estava falando aqui para o Silvio – com as muitas obras que os senhores têm para a Copa. Das cidades que aqui compareceram, acho que o Recife, Pernambuco, é que mais tem obras envolvidas com a questão da Copa do Mundo.

Não temos a presença de nenhum Senador para fazer questionamentos. Gostaria de pedir à nossa Secretaria para ficar com a apresentação do que foi feito, para que a gente possa depois, no nosso relatório, colocar com bastante tranquilidade e transparência o que foi dito aqui.

Uma única pergunta, dirigida aos dois Secretários, que eu faria neste momento – sei que ela engloba tudo: se vocês acham que, dentre todas essas obras que estão aí colocadas, nós, no caso o Recife, o Estado de Pernambuco, chegaremos a 2014 com tudo isso pronto, obedecendo ao cronograma montado?

Bom, você vai me responder assim: "Se tiver dinheiro, não tem problema." Então quero desdobrar a minha pergunta: dos financiamentos previstos – foi dito também que tem outras coisas que são preocupação desta Comissão, como segurança, a questão da telecomunicação, de saúde, que até agora o Governo ainda não falou nada; convidamos para o dia 31 a Secretária Nacional de Segurança Pública, que virá à Comissão para dizer o que o Governo tem para o pacote de segurança pública; depois vamos fazer isso na área da saúde, de telecomunicações, porque, de fato, o tempo vai passando, passando e a gente não vê as coisas acontecerem – mas, dentro do que vo-

cês já têm definido, nós chegaremos a 2014 com tudo pronto? Onde estão os maiores problemas? Como está com a Caixa Econômica Federal? Já vamos assinar esses contratos? É disso que a Comissão, ou a Subcomissão, quer participar, daqui para frente, com vocês. No momento em que as coisas não andarem ou que ficarem um pouco emperradas, nós gostaríamos de, por meio da Comissão do Senado, ajudar a resolver, a interferir, para que possamos fazer...

Então, a pergunta básica é esta: chegaremos lá ou não? E quais são as dificuldades?

O SR. AMIR SCHVARTZ – Senador, gostaria de iniciar, respondendo ao senhor o seguinte: nós estamos trabalhando duro para chegar a 2014, até 2013, com as principais obras de infraestrutura viária concluídas. A arena, com certeza absoluta.

As obras de infraestrutura viária estão hoje na dependência da rapidez com que a gente consiga licitar e contratá-las. Se isso ocorrer, ainda durante o segundo semestre deste ano, com certeza essas obras estarão prontas para a Copa de 2104. Para a Copa das Confederações, é certeza de que nem todas estarão prontas. Também não seria necessário todas estarem prontas.

Agora, se eu tivesse de dizer-lhe o principal gargalo ou dificuldade que estamos tendo, e aí pedir ajuda do Senado, dos Senadores, da Comissão como um todo, mencionaria dois aspectos. O primeiro é esta questão do financiamento por meio do Banco do Nordeste do Brasil, que tinha uma linha pronta, preparada, à disposição, à qual, agora, não temos mais acesso. E nós estávamos contando com esses recursos.

Por que não temos acesso? Por uma contraordem da Presidente da República. Essa é a informação que temos. Agora, não tenho o detalhe a fundo, ainda não participei de nenhuma reunião com o Governo Federal, para saber por que, depois de aprovado pelo Condel, o Conselho de Desenvolvimento que rege o fundo constitucional FNE; de estar dentro da linha aprovada pelo FNE Proatur; de estar aprovado pela diretoria do Banco; de estar assinado o contrato com a cidade de Salvador, na hora do desembolso, houve essa contraordem. Isso carece de mais explicações.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – E, na falta dessa contratação, ter-se-ia de buscar um outro agente financeiro.

O SR. AMIR SCHVARTZ – Um outro agente financeiro.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Qual é o valor desse, Secretário?

O SR. AMIR SCHVARTZ – No caso de Pernambuco, são R$230 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Da parte do Banco do Nordeste?

O SR. AMIR SCHVARTZ – Seria da parte do Banco do Nordeste.

E outra coisa delicada de falar – não se entenda aqui que estou criticando a Fifa – é o seguinte: de alguma forma, algum dia a Fifa vai entender que aqui não é a Suíça. Este País tem lei, norma, um arcabouço jurídico diferente do arcabouço suíço.

Estamos recebendo, semanalmente, indicações por escrito da Fifa, para contratação e fornecimento de diversos artigos, equipamentos, etc. para o campo de futebol, para a arena. Então, a Fifa nos manda um ofício, dizendo o seguinte: se você não contratou a iluminação, não contrate, porque estamos definindo o parceiro e vamos indicá-lo. E assim com a grama, com o placar, com a tinta que vai pintar a barra do campo e com os assentos e com a iluminação e com a cobertura e com dezenas e dezenas de itens.

Veja bem, nós fizemos um fórum das 12 cidades – temos reuniões permanentes; a próxima vai ser em Cuiabá, ao final do mês de junho, agora –, e estamos, em conjunto, querendo marcar uma reunião a que esteja presente o comitê local da Fifa, o Senado, os órgãos de fiscalização federal – TCU e STN – e os TCEs estaduais, para que se defina uma forma de a gente ter obrigatoriamente de comprar determinado equipamento indicado pela Fifa, porque, no meu Estado – não estou falando no caso de Pernambuco –, nós contratamos uma PVP, e a obra é privada. E o contrato privado pode fazer isso sem nenhuma dificuldade. Não estou com essa dificuldade em Pernambuco. Mas três praças são PVP: Pernambuco, Salvador, Rio de Janeiro. Não, são quatro, Natal. As outras oito são obras públicas ou privadas

Tem três privadas ainda. Então, sobram cinco. São cinco locais onde a obra é pública e nós não temos como, juridicamente, fazer essa aquisição.

Então, precisamos, sim, de uma reunião com as partes, o Fórum das Cidades esta solicitando isso oficialmente ao Comitê da Fifa e nós esperamos ter uma solução, porque é um entrave muito grande para aqueles locais onde tem obra contratada pela Lei nº 8.666 e não tem saída. Nós precisamos de uma saída e isso está atrasando a contratação de vários equipamentos e fornecimento para várias arenas no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi – Bloco/PR – MT) – Agradeço ao Dr. Sílvio.

Realmente esse é um grande problema, não é só porque é o público, o privado também tem a dificuldade. Ele, mais ou menos, já sabe o preço e as coisas podem mudar no meio do caminho. É uma dificuldade.

Não sei se é a Fifa ou quem é. Nós falamos Fifa porque está vindo do lado deles. Eles têm vindo com muitas sugestões novas, inovações, sugestões, con-

troladoria, e outras coisas que só encarecem as nossas obras e nós não temos como justificar, às vezes, perante os nossos tribunais.

Pergunto ao Dr. Amir se quer fazer mais alguma colocação.

O SR. AMIR SCHVARTZ -– Sim, Senador.

Só colocando que do ponto de vista da execução da Via Mangue, ela tem uma duração de 30 meses, então estamos numa situação, vamos dizer assim, de conforto com relação à conclusão dela no prazo estabelecido. A obra recém iniciou, agora no mês de maio.

Nós temos um assunto pra tratar na Via Mangue, que é a questão da parte que ela pega entorno do manguezal, isso é um terreno da Marinha. Está certo. Outras áreas são áreas da União e já existe a cessão ao Município de Recife, mas nessa área que era propriedade da Marinha, onde funcionou a antiga estação Rádio Pina.

Nós estamos negociando com a Marinha, do ponto de vista não de desapropriar, mas de indenizar porque esta área que ela guardou por alguns anos e esse processo hoje é o único que impede, na totalidade, de estar executando ou abrindo novas frentes da Via Mangue, já que hoje estamos atacando em duas frentes a obra.

Então, do ponto de vista de execução e prazo, acredito que não venha a haver nenhum problema com o prazo de conclusão.

Com relação as outras ações aqui mostradas, são ações de mobilidade para a cidade. É obvio que existe um ganho muito grande para a cidade, do ponto de vista da utilização do transporte coletivo, mas que não são imprescindíveis ao exercício de um plano operacional em relação a um evento Copa do Mundo.

Obvio que, se todas essas ações estiverem concluídas, a condição e a qualidade de mobilidade na cidade será muito melhor. Vem melhorar e fazer com que todos aqueles, não só os cidadãos recifenses, mas aqueles que visitam a nossa cidade, tenham esse conforto. Mas elas não são imprescindíveis na sua totalidade para garantir o sucesso ou a possibilidade do evento.

Então, se tem um apelo, o apelo dessas ações do PAC Mobilidade, que ele possa se desdobrar no prazo menor possível, para que, principalmente, essas 12 cidades sedes possam ter prioridade nessas análises de processos, seja no Ministério das Cidades, depois STN, porque parte dele é financiamento, já que são R$18 bilhões, sendo R$12 bilhões financiados e R$6 bilhões, OGU. Mas, neste processo, nós sabemos que ele nem sempre é tão rápido, está certo? Principalmente, quando exige essa necessidade. O Ministério do Planejamento e o STN tem tido. A Via Mangue passou por um processo longo de aprovação.

Na sexta-feira passada foi que nós assinamos o contrato de financiamento com a Caixa Econômica, independente da obra já ter iniciado.

Então, o apelo aqui é exatamente nesses níveis burocráticos, na aceleração da análise desses processos, seja necessário para garantir a fluidez e um tempo menor, para ter o mais rápido possível a execução de fato dessas ações necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Agradeço, mais uma vez, a presença do Sr. Sílvio Bompastor, Secretário Extraordinário da Copa do Mundo de Pernambuco, do Sr. Amir Schvartz, Secretário de Controle e Desenvolvimento de Obras do Recife para a Copa do Mundo.

Vocês já o conheceram, mas queria apresentar o Sr. José Francisco, que é o nosso secretário da Subcomissão e o Dr. Rodrigo Figueiredo, que foi Secretário Executivo do Ministério das Cidades, que fica no meu gabinete.

Portanto, os senhores têm dois contatos aqui. Se for preciso nos acionar, por favor, não hesitem em fazer isso porque, como disse desde o início, o nosso intuito aqui é colaborar e ajudar a resolver os problemas, que sei não são poucos, não são pequenos, mas precisam ser vencidos.

Muito obrigado a V. Exª pela presença.

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, CRIADA POR MEIO DO RMA nº 48, de 2009, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 14h30, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às quatorze horas e quarenta e um minutos do dia vinte e cinco de maio de dois mil e onze, na Sala nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **BLAIRO MAGGI**, reúne-se a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **BLAIRO MAGGI, PEDRO TAQUES e RODRIGO ROLLEMBERG.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, VITAL DO RÊGO, EUNÍCIO OLIVEIRA, EDUARDO BRAGA, CÍCERO LUCENA, ALOYSIO NUNES FERREIRA** e **PAULO DAVIM.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente decla-

ra abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, encaminha a deliberação da pauta, que é destinada à realização de audiência pública com a finalidade de coletar informações sobre a preparação das cidades-sede para a Copa do Mundo de 2014, em especial as condições atuais de infra-estrutura e o andamento das obras. Comparece o seguinte convidado: Sérgio Graça, Coordenador da Copa de 2014 do Distrito Federal. Após a explanação do convidado, usam da palavra os Senhores Senadores **RODRIGO ROLLEMBERG, PEDRO TAQUES** e **BLAIRO MAGGI.** O convidado responde aos questionamentos feitos e apresenta suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **Blairo Maggi,** Presidente da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Havendo número regimental declaro aberta a 10ª reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento das Obras da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 da 1ª Legislatura Ordinária da 54ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como estão. (*Pausa*.)

Aprovado.

Esta reunião destina-se a realização de audiência pública para coletar informações sobre a preparação das cidades-sede da Copa do Mundo de 2014.

Audiência conta, hoje, com a participação do Sr. Sérgio Graça, que é coordenador da Copa 2014 no Distrito Federal.

Também comunico aos Senadores membros da Comissão o recebimento dos seguintes avisos do Tribunal de Contas da União:

– Ofício nº 439/2011, que trata do relatório de acompanhamento, regularidade dos procedimentos de concessão de empréstimos, ou financiamentos aos Governos Estaduais e Municipais para as obras de mobilidade urbana para Copa de 2014;

– Ofício nº 463/2011, que trata de acompanhamento de operação de crédito realizado ao projeto da arena do Pantanal, em Mato Grosso.

Informo que a íntegra dos avisos estão à disposição dos Senadores na Secretária da Comissão.

Convido o Sr. Sérgio Graça para fazer a sua explanação.

Primeiramente, Sérgio, quero pedir desculpas pela ausência dos demais colegas da nossa Subcomissão, pois, como eu dizia aqui no particular, o dia hoje é um dia bem agitado, já temos funcionando o plenário, uma sessão do Congresso Nacional, que foi convocada hoje pela manhã, além das comissões que estão funcionando também.

Eu, com Presidente, tenho a incumbência de ouvir a todos para preparar um relatório para a gente saber o que é que cada cidade está pensando a respeito da Copa de 2014. Então, o que o senhor for relatar aqui entrará no nosso relatório que será, depois, distribuído a todos os membros e também comunicado ao Governo Federal, sobre os procedimentos a serem adotados.

O objetivo desta Subcomissão, embora seja de fiscalização, muito pelo contrário, não estamos aqui hoje para fiscalizar ninguém, o que nós queremos são informações de como estão os andamentos das obras, se temos alguns problemas que se mostram preocupantes, neste momento, se são intransponíveis ou não. Já que a imprensa, Dr. Sérgio, às vezes, tem divulgado coisas que não são muito reais, e dependendo de como se fala e como se apresenta o número, o objetivo fica diferente. A exemplo do que foi dito esta semana pela revista Veja, quando faz um comparativo entre o que foi gasto até agora e o que foi orçado para as obras, mostrando que praticamente nenhum dos estádios estariam prontos em 2014.

A gente sabe que não é bem isso que acontece, uma vez que os desembolsos que ocorrem no início das obras são sempre menores: tem os canteiros para serem montados, as fundações que demoram muito e que não são muito dispendiosas. Afinal de contas, de todas as cidades que nós ouvimos – o senhor representa a décima cidade que estamos ouvindo – nenhuma das demais, dos demais Estados se preocuparam ou se mostraram preocupados com respeito à questão das arenas. A não ser São Paulo, que tem algum problema ainda, os demais tem algumas dificuldades de mobilidade, outras coisas. Mas me parece que Brasília, pelo pouco que conheço da cidade, não tem essas grandes preocupações, uma vez que tem uma infraestrutura bem melhor do que as outras cidades e tem um trânsito que flui melhor, embora apresente alguns problemas, mas para a Copa do Mundo tenho certeza de que esses problemas serão solucionados.

Então, mais uma vez peço desculpas pela ausência dos colegas, mas quero dizer que tudo que for aqui colocado será registrado nos nossos relatórios e servirão de embasamento para que a gente tome algumas providências para facilitar a vida de cada um que está nesse processo. Nós queremos ser o azei-

te das engrenagens e não ser uma espécie de areia que venha atrapalhar qualquer andamento das obras.

Então, muito obrigada pela sua presença.

Concedo-lhe a palavra por vinte minutos para o senhor fazer a sua explanação.

Seja bem vindo!

Obrigado.

O SR. SÉRGIO GRAÇA – Boa tarde a todos.

Ao Senador Blairo Maggi quero agradecer em nome do Governo do Distrito Federal, especialmente em nome do Governador Agnelo Queiroz.

Eu é que peço desculpas, porque, na verdade, eu poderia ter trazido uma apresentação da cidade, enfim, algumas coisas, mas há pouco tempo atrás tivemos outra audiência. Mas vou tentar aqui ser curto e muito breve, o mais transparente possível. Espero que cause, inclusive, dúvidas, porque isto que é importante para nós, Senador: que a gente tente esclarecer – e é isso que vou tentar aqui –, todos os pontos que, inclusive, são colocados pela imprensa, às vezes de uma forma clara e bem verídica, na maioria das vezes e, às vezes, são colocadas por outras pessoas algumas informações que passam para a sociedade algumas coisas um pouco distorcidas.

Na verdade, o Brasil, quando se candidatou a sediar a Copa do Mundo de 2014, era um candidato único, obedecendo a um sistema de rodízio que era estabelecido pela Fifa e que se esgota depois dessa Copa do Mundo. E como candidato único, claro, nós não tínhamos dúvidas de que o Brasil seria escolhido.

Como nós também não tínhamos dúvidas de que o Brasil sendo escolhido como país anfitrião da Copa do Mundo, Brasília, por ser a capital do País – e como o Senador Blairo Maggi colocou muito bem –, por ser uma cidade preparada e pronta, uma cidade com 50 anos, com uma infraestrutura muito interessante, seria escolhida como uma das cidades-sede. Naquela ocasião, nós não tínhamos ideia ainda de quantas sedes o Brasil teria e, depois, quando ficamos sabendo que seriam doze cidades, nós tivemos certeza de que Brasília seria uma delas.

Então, ficaria muito fácil para nós, em vez de assumirmos uma posição de tranquilidade, nós propusemos um desafio, na época, ao Governo, de ser mais do que uma sede. Nós almejamos ser uma das grandes sedes da Copa do Mundo. Então, para isso, nós tínhamos que concorrer com algumas cidades grandes, como Rio e São Paulo, nós precisaríamos ter um estádio a contento, porque – como sou a décima cidade aqui a falar – todos sabem que a Copa do Mundo é dividida em duas categorias de estádios: um estádio de 45 mil pessoas, que vai até as quartas de final, oitava de final e um estádio com mais de 60 mil pessoas pagantes. Por isso dá esse cálculo de, aproximadamente, 70 mil porque tem os convidados, Fifa e a imprensa. Então, só esses estádios maiores podem ser sede de abertura de encerramento e de semifinal.

Como nós acreditamos – e depois isso foi muito bem explicitado, está explicitado no *site* do Ministério do Esporte e todo mundo já deve ter visto –, o Ministério do Esporte fez um estudo de que a Copa do Mundo no Brasil causará um impacto de R$ 183 bilhões na economia do País. Portanto, nós, acreditando nisso, sabedores disso, fizemos com que a cidade de Brasília também – isso foi claro desde a nossa primeira conversa com os membros do Comitê Organizador Local (COL) e depois com os próprios membros da Fifa – naquela ocasião, se credenciasse a ter o jogo de abertura da Copa do Mundo. Essa condição nós temos, por termos uma cidade com uma infraestrutura hoteleira bem interessante, por termos uma condição de infraestrutura de mobilidade urbana também muito melhor do que a da maioria das cidades. E precisávamos fazer o quê? Precisávamos ter um estádio e resgatar – eu quero deixar isso muito claro, Senador – a proposta original do Estádio Mané Garrincha.

Naquela época ele não tinha esse nome, era Estádio de Brasília, projetado por Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, e a capacidade desse estádio era de 110 mil pessoas. Então, na verdade, o que houve com a história foi que a construção desse estádio – eu não morava na cidade; já era nascido, mas não morava aqui na década de 70 –, por uma questão financeira, teve sua construção interrompida.

Então, na verdade, o que nós tínhamos era um estádio inacabado. O estádio Mané Garrincha, na verdade, nunca foi terminado. Nunca foi completado o seu anel. Ele era um estádio que tinha um quarto da sua capacidade feita. E o estádio feito na década de 70, é claro, sem a televisão do jeito que é hoje, sem a globalização do mundo, sem satélite, era um estádio feito para aquela época e é claro que não podia atender, como nenhum estádio do Brasil, isso está claro hoje, atenderia às condições exigidas pela Fifa.

Então, o nosso maior desafio foi e está sendo a construção desse estádio. Optamos por uma obra pública, através de uma licitação pública de menor preço, a Lei nº 8.666, e com recursos próprios, porque nós também, sabedores das dificuldades que nós teríamos para financiamento do BNDES, e, na ocasião, o Governo do Distrito Federal, já comprometido com vários empréstimos do BNDES, nós bateríamos no teto de endividamento da nossa cidade. Então, nós resolvemos, na época, ter um estádio financiado com recursos próprios, através da Terracap – uma companhia que cuida de todos os terrenos da cidade, e através

desses terrenos, que são terrenos com valor agregado muito alto, nós teríamos o financiamento para construir o nosso estádio.

Assim está sendo feito. E, felizmente, depois, o Governo Federal colocou em pauta a flexibilização dessas cidades todas para aumentar o seu poder de endividamento. O que não quer dizer que agora possamos ou não voltar a ter a ideia de pegar dinheiro do BNDES.

Mas, por enquanto, o Governo do Distrito Federal, a posição do nosso Governador é que esse estádio será feito com recursos públicos, através da venda de terrenos.

Então, por isso tudo é que nós concluímos, e pelo que nós estamos percebendo e sendo informados pela imprensa, Brasília, cada vez mais, sonha com a idéia de poder abrir a Copa do Mundo, sim, e de ter um impacto econômico interessante na nossa sociedade, na nossa cidade.

Nós temos a certeza de que, se nós conseguirmos trazer a Copa do Mundo para cá, assim como nós brigamos para trazer a Copa das Confederações, já começamos a negociar a Copa América em 2015, e já fomos escolhidos pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB), para ser a sede do futebol dos Jogos Olímpicos de 2016, nós com certeza teremos que ter um estádio compatível com isso tudo.

Agora, é claro que isso tudo depende ainda de uma melhora na nossa infraestrutura hoteleira. E acho que ninguém melhor aqui do que o Senador Rodrigo Rollemberg, uma pessoa que vive em Brasília talvez há mais tempo do que eu, e que tem uma percepção muito maior do que a minha, um conhecimento muito maior do que o meu do que o turismo pode trazer e pode gerar para nós.

Mas, enfim, nós temos trabalhado incessantemente na melhoria da nossa capacidade de receber as pessoas e nós temos trabalhado fielmente na conclusão desse estádio para dezembro de 2012. Eu não diria que nós estamos adiantados, eu diria que nós estamos um pouco mais adiantados do que algumas outras sedes, que estão passando por problemas muito maiores do que os nossos. Mas, hoje, já conseguimos ter em torno de 15% da nossa obra executada, paga em dia, e isso corresponde a mais ou menos 30%, quase 35% do volume de concreto da obra já feita. Quem passa pelo eixo monumental já pode ver os pilares sendo erguidos.

E o que na verdade estamos fazendo ali é um estádio que será uma arena multiuso. Brasília, hoje, já faz parte do roteiro internacional de grandes *shows* internacionais, primeiro, por ser a capital do País, pelo seu poder aquisitivo, por ser talvez a cidade com maior renda *per capita* do País. Então, isso vai fazer que esse estádio, que até terá jogo de futebol, sirva para que consigamos trazer isso e que isso impacte de uma forma benéfica e positiva a nossa economia.

É claro que temos problemas que outras cidades não têm, e as outras cidades têm problemas muito maiores que nós não temos. Nós temos a facilidade de ter o único estádio no País no marco zero da cidade. Isso facilita. Tenho dito, e disse isto à Fifa na época e a Fifa não acreditou muito: talvez nós sejamos a única cidade do mundo – conheço alguns países fora, e quase todos os que fizeram Copa do Mundo – em que conseguimos fazer uma Copa do Mundo a pé.

Com exceção do aeroporto, que está a 15 quilômetros de distância, por vias largas, e com certeza com projetos que terão andamento, o VLT ou o VLP, mas, enfim, projetos que melhorem essa condição de inda e vinda do nosso aeroporto, o nosso estádio está a um raio de 2,5 quilômetros de tudo o que a Copa do Mundo precisa.

Ou seja, nesse raio de 2,5 quilômetros está toda a nossa rede hoteleira, com poucos hotéis fora dela; nesse raio de 2,5 quilômetros, nós temos a nossa rede hospitalar; nesse raio de 2,5 quilômetros, nós temos o Parque da Cidade.

Somos também candidatos a sede do IBC, o centro de mídia da Copa do Mundo no Brasil. Três cidades foram pré-selecionadas, Brasília, Rio e São Paulo, para sediar o IBC. É um evento também extremamente importante, é um evento que agrega, para a cidade, em torno de quase 20 mil pessoas – foi o número na última Copa do Mundo, na África –, pessoas que moram, que vão residir nesta cidade durante três meses, praticamente dois meses antes e um mês depois, tendo que fazer toda a desmontagem. Em torno de cinco mil jornalistas. Isso é importante para a cidade.

E, na verdade, nos credenciando ao IBC, é claro que o prédio que já foi pré-selecionado pela Fifa está também nesse raio de 2,5 quilômetros, é o nosso centro de feiras, dentro do Parque da Cidade. E o Centro de Convenções, que também me parece ser único, com a capacidade de 54 mil metros quadrados de área construída, a menos de 500 metros do estádio.

Então, essa gama de facilidades, essa infraestrutura que a cidade de Brasília tem é que nos faz acreditar, Senador, que nós teremos uma condição muito melhor do que a de algumas cidades que sabemos que têm problemas maiores do que o nosso.

Como eu vinha dizendo, sobre o aeroporto, que é a única área que está mais afastada da cidade, já tivemos o anúncio, dado pelo Governo Federal, de que será reformado. Hoje é o terceiro maior aeroporto do País em movimento, é um *hub* aeroportuário do País,

por onde passam todos os voos que fazem conexão no eixo Sul do País, Norte e Nordeste, Centro-Oeste.

Então, nós temos uma condição que nos favorece, mas, ao mesmo tempo, nos preocupa, quando temos essa responsabilidade toda, em cima dessa facilidade. Mas nós teremos que fazer e mostrar que Brasília tem condição de sediar esse evento.

Como eu disse anteriormente, na verdade, não é só o evento da Copa do Mundo. Teremos a Copa das Confederações em 2013; em 2014, a Copa do Mundo; em 2015, a Copa América; e, em 2016, os Jogos Olímpicos.

Enfim, eu não vou me alongar muito, porque acho que estou estourando o meu horário pré-estabelecido. Estou à disposição para tentar responder da maneira mais clara a qualquer dúvida que venha a surgir.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Agradeço o Sr. Sérgio Graça pela sua explanação e passo a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg, nosso Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Acompanhamento e Fiscalização, da onde esta subcomissão é originária.

O Senador Rodrigo é Senador do Distrito Federal e, portanto, conhece bem esse assunto.

Passo a palavra ao Senador Rodrigo e, logo em seguida, ao Senador Pedro Taques, Senador de Mato Grosso, que tem sido meu mais assíduo companheiro nesta Subcomissão.

Com a palavra o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi, Presidente desta Subcomissão encarregada de acompanhar as obras para a Copa do Mundo; prezado Senador Pedro Taques, sempre muito presente, não apenas nesta, mas em todas as Comissões – eu acho que há mais de um Pedro Taques nesta Casa –; Sérgio Graça, a quem cumprimento e parabenizo pela exposição.

Sr. Presidente, como Senador do Distrito Federal, que tenho a honra de representar no Senado Federal, quero dizer os motivos pelos quais entendo que Brasília deve ser a sede da abertura da Copa do Mundo.

Primeiro, o Sr. Sérgio Graça teve a oportunidade de demonstrar que, do ponto de vista da execução das obras físicas, Brasília está em um estágio mais avançado do que as demais cidades. E nós temos investimentos muito menores e muito mais fáceis de serem realizados para adaptar a cidade, para fazer o que a cidade precisa. O fato de Brasília ser uma cidade nova e de ser uma cidade planejada, temos condições comparativas melhor do que qualquer outra cidade.

Como disse o representante do Distrito Federal, de qualquer hotel do setor hoteleiro para o estádio é menos de um quilômetro, pode-se ir a pé; 70% dos voos nacionais fazem escala no Distrito Federal; embora nosso trânsito já não seja o mesmo de 15 ou 20 anos atrás, já convivemos com engarrafamentos em Brasília, mas nem se compara com os engarrafamentos de outras grandes cidades brasileiras que estão disputando a possibilidade de ser a sede da Copa; além do que é um prestígio para o País realizar a abertura de um jogo desses na capital do País.

Eu diria e até sugiro à Presidenta Dilma, se ela tiver como influenciar nisso, que, como Presidente do País, que defenda que a abertura da Copa seja realizada na capital de todos os brasileiros, que é a cidade de Brasília onde o deslocamento, o acesso é facilitado.

Eu tenho convicção de que a Copa do Mundo, como as Olimpíadas, como a Rio+20, como a Copa das Confederações, como a Copa América são grandes oportunidades de, definitivamente, o Brasil se transformar num destino turístico mundial.

O nosso País tem uma imensa diversidade biológica; uma imensa diversidade cultural; temos aqui uma cidade planejada, que, muito nova, foi declarada patrimônio cultural da humanidade; V. Exªs representam um Estado que tem um dos biomas mais maravilhosos do mundo, que é o Pantanal; temos a floresta amazônica, que exerce um fascínio em todo o mundo neste momento; temos as praias brasileiras; e, portanto, temos uma infinidade de oportunidades de desenvolver economicamente o Brasil pelo turismo.

Eu sempre digo, Senador Pedro Taques, que o turismo é a forma mais rápida, mais inteligente e mais sustentável de gerar empregos e de gerar oportunidades. Para isso, é claro, que precisamos fazer alguns deveres de casa. Preocupa-me muito a infraestrutura aeroportuária do nosso País. Recentemente, tive a oportunidade de viajar a Londres e fiquei impressionado com a diferença dos aeroportos de Guarulhos e o aeroporto de Londres.

Para que a gente tenha um dividendo positivo desses grandes eventos internacionais, que é a continuidade do turismo após a realização desses eventos, é muito importante que todas as pessoas que cheguem ao Brasil cheguem de forma confortável, segura e saiam daqui bastante satisfeitos.

Essa é uma preocupação que nós temos e tenho convicção que será tema de debate nesta Comissão e também na Comissão de Fiscalização e Controle, que tenho a honra de presidir, de como está a situação efetiva de ampliação dos aeroportos.

Mas eu gostaria de colocar outra questão também, que é outro ponto que Brasília também está disputando, que é de ser a sede do Centro Internacional de Mídia. Essa é uma outra questão muito importante, muito re-

levante, porque vamos receber milhares de jornalistas do mundo todo, que vêm para a cidade com alguns meses de antecedência e que começam a preparar o mundo todo do ponto de vista de informações sobre esse grande evento.

O espaço que foi oferecido pelo Governo do Distrito Federal é, nada mais, nada menos, que o Pavilhão de Feiras e Exposições no Parque da Cidade, local fantástico, no centro da cidade, dentro de um parque. Portanto, entendo que, se a avaliação for eminentemente técnica, Brasília é a cidade que reúne as melhores condições para sediar o Centro Internacional de Mídia.

Agora, o que é muito importante, até para a divulgação da imagem do Brasil, também para a divulgação da imagem do Brasil, é que todos os gastos relativos à Copa do Mundo sejam feitos com absoluta transparência e que possamos fazer os investimentos da forma mais eficiente possível, ou seja, utilizando o menor recurso para o melhor resultado.

Tenho certeza de que, tanto a Comissão de Fiscalização e Controle, como a Subcomissão Permanente de Acompanhamento das Obras da Copa, estarão vigilantes no sentido de acompanhar a fiscalização da boa utilização dos recursos públicos.

Quero cumprimentar o Sr. Sergio Graça e toda a equipe do Distrito Federal que está se envolvendo nessa questão da Copa e coloco-me à disposição como um defensor entusiasmado de que tenhamos aqui a Copa das Confederações em 2013. Brasília já foi definida para uma das etapas da Copa das Confederações e possamos também ter a abertura da Copa do Mundo em 2014, possamos sediar a Copa América em 2015 e a etapa de futebol da Olimpíada de 2016 no Distrito Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Agradeço ao nosso Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, e digo-lhe que, se depender de um voto para Brasília ser a sede de abertura, o senhor já pode contar que será.

Acho que Brasília tem todas as condições e, além disso, como o senhor disse, é a capital de todos os brasileiros. Nada mais justo do que sediar a abertura desse grande evento, uma vez que acho que a outra cidade que naturalmente se apresentaria seria a cidade de São Paulo, mas com enormes dificuldades e a gente nem sabe se eles ainda sediarão uma etapa, porque eles estão bastante atrasados principalmente na questão do estádio.

Acho que a reivindicação é justa a que faz o Distrito Federal e não depende absolutamente de nós, politicamente, mas podemos ajudar, trabalhar com argumentos e tudo o mais para que isso venha a acontecer.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, peço desculpas porque terei que me retirar para outra reunião da Subcomissão de Acompanhamento da Rio+20. Mas vou pedir licença para ficar mais um pouco para, quem sabe, ter também a felicidade de ouvir o mesmo apoio por parte do Senador Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Eu agradeço. Com a palavra o Senador Pedro Taques, do Estado de Mato Grosso.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr. Senador, Sr. Sérgio, a primeira coisa que comecei a aprender no Senado foi marcar três encontros no mesmo horário e ter de cumprir os três ao mesmo tempo. É uma coisa incrível. Eu também tenho de sair para essa reunião. A minha é no gabinete do Senador João Pedro sobre Rio+20, com o Itamaraty. Tenho essa reunião agora. Aí tenho uma outra reunião de outra subcomissão. É algo impressionante.

Mas eu apoio também esse pleito de Brasília. Agora, Senador Rodrigo, Brasília está querendo muito: quer a abertura, quer a Copa das Confederações, quer o Centro de Imprensa. Mas eu apoio também. Em Brasília, já está quase tudo pronto. É impressionante a estrutura daqui. Se depender do meu voto, desde que Cuiabá não pleiteie isso, V. Exª tem o meu voto.

Eu saio dessas reuniões aqui, Senador Maggi, muito alegre, porque tudo está quase pronto, está tudo dentro do tempo. É incrível isso. E aí saímos daqui, às sextas-feiras, para cada um voltar para a sua base, aqueles que voltam – o Rodrigo não volta, porque a sua base é aqui mesmo – e você vai ao aeroporto. E nada funciona; absolutamente, nada funciona. O cidadão é desrespeitado a todo instante, porque não tem lugar para sentar. Ele vai ao banheiro, o banheiro não funciona. É um lixo o banheiro.

Então, fico pensando: será que nós não estamos discutindo aqui só projetos e aí fora a realidade é outra? Eu acredito na fala do senhor. Peguei parte dela aqui; e, no gabinete em que ocupo, estava assistindo a uma parte, conversando com duas pessoas ao mesmo tempo, mais ou menos fritando o peixe e cuidando do gato, porque aqui você tem de fazer isso.

A minha preocupação é: nós todos queremos a Copa; nós todos queremos nos orgulhar da Copa do Mundo. A minha preocupação é o tempo. O tempo é tudo o que nós não podemos comprar. E o tempo não para. O tempo é um espaço compreendido entre dois instantes. E esse instante já começou lá atrás, quando o Brasil foi escolhido. Parece que tem dois anos isso? Três anos! E agora é que nós estamos querendo

aprovar medida provisória na Câmara, que vem para o Senado, para flexibilizar regras sobre licitações, parece-me que o tempo está passando diferente aí fora do que ocorre nesta Subcomissão, presidida pelo Senador Maggi.

A minha preocupação é com o tempo. Todos dizem que está tudo a contento, mas a minha preocupação também é com um ditado que existe em Mato Grosso: "Por fora, bela viola; por dentro, pão bolorento." Há a preocupação de passarmos vergonha com a Copa do Mundo. Queira Deus que isso não ocorra! Eu só gostaria de saber isso. Tenho mais essas duas reuniões, mas vou ficar para ouvir a resposta do senhor.

Parabéns pela sua fala, nessa parte que peguei aqui e lá no gabinete que eu ocupo.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Pedro Taques.

Só tenho duas questões antes de você responder, Sérgio, aproveitando para responder tudo junto. Eu gostaria de saber qual o valor previsto do estádio; se a decisão do VLT, ou outro tipo de transporte, para ligar do aeroporto até o metrô, já está definida; e um pouquinho sobre mobilidade urbana, além do VLT, para desafogar um pouco a cidade, o que está se pensando em fazer neste momento.

O SR. SÉRGIO GRAÇA – Senador, acho que o senhor foi extremamente feliz quando coloca a questão do tempo. De fato, eu posso falar, e só devo falar, apesar de achar algumas coisas, mas só posso falar do Distrito Federal, sobre Brasília. De fato, temos uma condição um pouco diferente. Quando nós tomamos a decisão de financiar essa obra com recursos próprios, nós, talvez por um pouco de experiência, e aí vai um pouco de estrada que a vida nos ensina, de entender – e não precisava ter bola de cristal – que as cidades que, na época, optaram por financiamento público através do BNDES, teriam um pouco mais de dificuldade. Nós tivemos uma facilidade. Nós contratamos o autor executivo, o autor do projeto original. Então, pela Lei de Autoria, isso nos facilitou.

Isso tudo nos fez sair um pouco na frente e apanhar um pouco mais do que os outros. Os senhores devem lembrar, há três anos, quando Brasília falou que o estádio seria em torno de R$700 milhões, nós fomos crucificados quase em praça pública, porque nós éramos o estádio mais caro da Copa. E aí, por mais que eu falasse: isso não será verdade; as pessoas diziam: "Então, prove!" E eu: "Só o tempo." E hoje em dia, aqueles estádios que, na época, custariam R$300 milhões, hoje passam de R$1 bilhão. E no nosso Estádio que, na época, era estimado serem gastos R$ 740 milhões, foi licitado por R$696 milhões. Desses R$696 milhões, nós teríamos mantido aquela famosa arquibancada, que não foi conseguida a derrubada há quinze dias – como não sou engenheiro nem faço parte da empresa que ganhou essa licitação –, enfim, aquela arquibancada seria mantida e, então, nós faríamos o restante dela.

Há aproximadamente um ano, saiu uma exigência da Fifa, e alguém deve ter falado disso aqui: a Fifa tomou a medida de aumentar as placas de publicidade estáticas em dez centímetros. Elas passaram de 90 cm para 1 metro e recuaram de 5 metros para 4 metros. Isso mudou a curva de visibilidade da maioria dos estádios. Nas arquibancadas que já estavam prontas não poderiam ser derrubadas. Não era o caso da nossa. E assim têm estádios que vão manter isso. Alguns estádios tiveram de optar em afundar o seu gramado, para aumentar a sua curva de visibilidade; outros estádios já fizeram isso recentemente e não conseguem chegar mais baixo, porque têm problemas hídricos. E nós tivemos a facilidade de, através dessa medida da Fifa, optar em fazer a retirada dessa arquibancada.

Acho que a gente também fez uma coisa que poucas pessoas tiveram informação. Esse custo de R$696 milhões, com a retirada da arquibancada, reduziu o curso em R$25 milhões. Então, o primeiro aditamento da obra foi negativo, em benefício do governo. Então, com a retirada da arquibancada – e aí, em vez de recuperá-la com problemas que a gente ia ter de gastar muito tempo e muito mais recursos – esse custo de R$696 milhões passou para R$691 milhões. Então, hoje, o custo do estádio é de R$691 milhões.

Com relação ao VLT, voltando ainda à sua preocupação, que é a nossa preocupação, a minha, pessoalmente, nós temos uma preocupação muito grande com o nosso aeroporto, mas nós não temos a responsabilidade de reformar esse aeroporto. Então, temos ouvido também, nos últimos três anos, que o nosso aeroporto será reformado, que o nosso aeroporto será reformado, que o nosso aeroporto será reformado...Mas acho que agora ele vai ser reformado. Com o anúncio oficial que o Governo Federal fez, eu não posso crer que essa reforma não saia. Pelo que me foi informado, inclusive pela Infraero, há tempo de atender à Copa das Confederações, que é em julho de 2013, o que, para nós, é de suma importância, primeiro pelo evento teste que é. A Fifa leva isso muito em conta, ou seja, as cidades precisam provar que têm competência, que têm infra-estrutura para fazer uma Copa do Mundo, que é seu maior evento. Ao mesmo tempo, esse evento da Copa das Confederações passou a ser também um evento grande, ele é um evento teste, mas é um evento que reúne as oito maiores seleções do mundo. Portanto, dá mais visibilidade a nossa cidade.

Então, com isso tudo, penso que temos a oportunidade de mostrar para o mundo inteiro que Brasília é a capital do País, que não é mais uma cidade, ou pensam que é uma outra. Eu acho que é a grande oportunidade de mostrar que Brasília, como patrimônio cultural da humanidade, tem competência para fazer isso.

Senador, com relação VLT, também é público que esse é um projeto que estava sendo implementado, inclusive com recursos da União, da ordem de R$362 milhões, recursos que foram colocados à nossa disposição para implementar o trecho do VLT, que sairia do aeroporto e iria até o terminal rodoviário sul – para quem não conhece, fica mais ou menos próximo ao Jardim Zoológico, o que chamam de rodoviária nova da cidade, em frente ao Parkshopping, mais ou menos ali naquela área.

Então, esses recursos e mais a duplicação da DF 047, que é a via que sai do aeroporto e vai até o balão do aeroporto, porque, para frente do balão do aeroporto, em direção à asa sul, ela já foi duplicada. Quem vem do Núcleo Bandeirante, Park Way e Gama, já tem aquela trincheira que afunda e passa por baixo, mas quem sai do aeroporto tem uma grande dificuldade. O aeroporto, hoje, movimenta dez milhões de passageiros/ano. A previsão, com essa ampliação do aeroporto, segundo a Infraero, é que esse número passará a 25 milhões de passageiros/ano.

Outro dia eu tive uma informação de que, no aeroporto, trabalham em torno de quatro mil pessoas.

Então, além desse movimento todo, quatro mil pessoas vão para o aeroporto e, se a gente não tiver um transporte coletivo adequado e decente, que atenda a essa população, a gente vai ter sempre um engarrafamento ali.

Então a ideia da duplicação da DF 047, assim como o VLT... Quem sai do aeroporto e passa pela antiga Infraero, não sei se ainda é ali, enfim onde tem a Honda, onde tem a BMW, aquilo afundaria, é uma obra barata porque isso é feito a céu aberto, se cava a trincheira, tira o jardim, faz o afundamento e depois bota o jardim de volta. Isso é muito barato, na ordem de R$98 milhões. Isso está sendo feito. A duplicação da DF 047 deve sair a licitação até a próxima sexta-feira, conforme informação que me foi dada hoje pelo DER, empresa do Governo do Distrito Federal que tem a responsabilidade de fazer isso.

Quanto ao VLT, todos sabem que, através de uma ação do Ministério Público, foi suspensa a licitação. Então, o Governo está tomando providências para fazer uma nova licitação do projeto básico, o que foi questionado pelo Ministério Público, ainda sem esgotar a possibilidade de fazer o VLP, que é o veículo leve sobre pneus, que seria muito mais rápido, muito mais fácil e muito mais barato para fazer.

Então, o Governo também estuda essa possibilidade. Se der algum problema de uma nova licitação para o VLT, que é sobre trilhos, o Governo tem a possibilidade de optar pelo VLP. Quanto à questão da mobilidade urbana, nós temos essa facilidade que eu falei um pouco aqui e o Senador Rodrigo Rollemberg falou com mais propriedade até do que eu, a gente não tem um problema que a maioria das grandes cidades têm, que é o problema de trânsito. Nós temos engarrafamentos, sim – não podemos esconder isso. Nós temos uma deficiência do nosso transporte de massa, do nosso transporte coletivo? Temos. Precisamos resolver isso. Mas a Copa do Mundo, pelo fato de o estádio estar localizado no marco zero da cidade, numa via de seis rolamentos de cada lado, que é o eixo monumental, exatamente esse que passa aqui na frente, e o centro de mídia estar colocado exatamente ao lado, porque, na verdade, se formos agraciados com a sede do IBC, o International Broadcast, nós teremos o centro de mídia no Parque da Cidade, como o Senador já mencionou, o nosso centro de feiras, que tem 54 mil metros quadrados. A Fifa exige 30 mil metros quadrados e nós propusemos uma modificação nele, uma ampliação nele, para que ele chegue a até 70 mil metros quadrados.

Na verdade, isso é um legado que ficará para a cidade, assim como novos hotéis ficarão para a cidade. Nós temos certeza de que essa coisa toda do legado, que a gente fala, que as pessoas todas falam, nós precisamos. Brasília hoje tem uma condição interessante de hotel. A informação que nós temos hoje é que nós temos quase 30 mil leitos. A gente tem hoje aproximadamente 15 mil quartos. Já é uma condição melhor do que algumas cidades, mas os senhores que vivem aqui e a maioria que vem de fora, que recebe gente de fora, já sabe da dificuldade que há em Brasília, porque está sempre lotado, com exceção de sexta, sábado e domingo. Por quê? Porque, lógico, com os Poderes funcionando aqui, a gente tem essa dificuldade. Então o mercado está aquecido e por isso precisamos melhorar a rede de hotéis. Isso depois não vai virar hotel ocioso. Eu costumo dizer que só dono de hotel diz que Brasília não precisa de mais hotéis, claro.

Enfim, isso será melhorado e, com a melhora da nossa rede hoteleira, a gente já tem essa mobilidade urbana melhor. Para os senhores terem uma ideia, a Fifa exige que a cidade que fará a abertura ou o encerramento da Copa disponibilize uma área de aproximadamente 120 mil metros quadrados ao lado do estádio.

Essa área é para colocar a TV Compound, que é a TV da Fifa, que ocupa mais ou menos 20 mil metros, e para colocar a área de hospitalidade da Fifa, em que a Fifa disponibiliza para os seus patrocinadores fazerem o seu marketing de relacionamento e uma área comercial para outros patrocinadores, ou esses patrocinadores. Eu costumo dizer que é onde a Adidas vai vender a *jabulani*. Claro que vai ser uma outra bola. Isso tudo tem que existir e foi cobrado para cada cidade. Brasília é uma das poucas cidades que disponibiliza essa área.

Nós temos hoje um estádio construído num local onde ele já era previsto, volto a dizer, com a capacidade de 110 mil pessoas, no maior centro esportivo da América Latina, dentro da cidade, com o autódromo do lado, com uma capacidade de estacionamento fantástica, com mais de 30 mil vagas. Podemos disponibilizar essa área para a Fifa enquanto outras cidades terão dificuldade de fazer isso.

Então, a gente tem certeza de que, com relação à Copa do Mundo, a questão de mobilidade urbana de Brasília não é o nosso maior problema.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Agradeço, então, o nosso convidado de hoje, Sr. Sérgio Graça, pelas informações aqui prestadas para que a gente possa fazer o nosso relatório e os comparativos que serão feitos entre as cidades-sede da Copa do Mundo.

Quero agradecê-lo mais uma vez, Sérgio, e pedir que leve o nosso abraço e o nosso reconhecimento ao Governador Agnelo. Diga a ele que, se depender de mim, a cidade terá a abertura. Eu sei que não depende da gente, o processo é complicado, mas, como eu vinha dizendo antes, a cidade de Brasília, com a desistência da cidade de São Paulo, eu acho que só tem um concorrente, que é Minas Gerais.

De resto, vocês estão navegando com tranquilidade.

Então, quero desejar a você sucesso nessa empreitada e mais uma vez colocar esta Comissão à disposição do Governo de Brasília.

O José Francisco, nosso Secretário da Comissão, não está aqui hoje, e o Rodrigo, que está no meu gabinete e que já foi Secretário-adjunto do Ministério das Cidades e conhece bem o processo dentro do governo, e vocês estão dentro da Capital e não têm muita dificuldade de movimentação e de conhecimento das coisas, mas queremos mais uma vez nos colocar à disposição no que for necessário para ajudá-los.

E quero, mais uma vez, agradecer a sua presença e desejar uma boa-tarde a todos.

Obrigado.

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, CONJUNTA COM A 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 13 DE ABRIL DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e um minutos do dia treze de abril de dois mil e onze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor (**Senador Eduardo Braga)**, presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, reúnem-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa conjuntamente com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Assinam o livro de presença os seguintes Senhores Senadores: **Ângela Portela, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Cyro Miranda, Randolfe Rodrigues, Marcelo Crivella, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol, Aloysio Nunes Ferreira, Ana Rita e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Anibal Diniz, Valdir Raupp, Lobão Filho, Ciro Nogueira, José Agripino, Gim Argello, Marta Suplicy, Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta, Cristovam Buarque, Pedro Simon, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Paulo Davim, Demóstenes Torres, Mozarildo Cavalcanti e Marinor Brito**. Justificam as ausências os Senadores Cristovam Buarque e Cícero Lucena. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Braga, submete à Comissão a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores da CCT e CDH, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública Conjunta, atendendo ao **Requerimento nº 14, de 2011-CCT**, de autoria dos Senhores Senadores Paulo Paim, Demóstenes Torres e Walter Pinheiro, que requerem "..., nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH e no sentido de que sejam ouvidos o Ministro Chefe da Controladoria Geral da União, Jorge Hage Sobrinho; o Diretor Executivo da ONG – Transparência Brasil, Cláudio Weber Abramo; o Embaixador Chefe do Departamento de Comunicações e Documentação do MRE, Hélio Vitor Ramos Filho; e o Coordenador do Setor de Comunicação e Informação da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Educação – UNESCO, Guilherme Canela

Godoi, com o objetivo de discutir o PLC nº 41, de 2010, que versa sobre a Lei Geral de Acesso à Informação" e **Requerimento nº 45, de 2011 – CDH,** de autoria do Senhor Senador Paulo Paim. Comparecem à reunião o Ministro Chefe da Controladoria-Geral da União – CGU, Jorge Hage Sobrinho, o Conselheiro – Chefe da Coordenação-Geral de Documentação Diplomática do Ministério das Relações Exteriores – MRE, Pedro Frederico de Figueiredo Garcia, e o Coordenador do Setor de Comunicação e Informação da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, Guilherme Canela Godoi. Justificou sua ausência o Diretor Executivo da ONG – Transparência Brasil, Cláudio Weber Abramo. O Senhor Presidente Senador Eduardo Braga registra a presença, para acompanhar a Audiência Pública, do Deputado Federal Eduardo Azeredo. Finda a exposição e uso da palavra pelos convidados, o Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Walter Pinheiro e Randolfe Rodrigues. Prosseguindo, o Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as notas taquigráficas sejam anexadas a esta ata para devida publicação. Nada havendo mais a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e trinta e três minutos, determinando que nós, **Irlene Martins Pinheiro**, Secretária Adjunta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrássemos a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada, no diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, conjunta com a 12ª reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da primeira sessão legislativa ordinária da 54ª legislatura, que se realiza nesta data, 13 de abril de 2011, para realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o PLC nº 41, de 2010, que versa sobre a Lei Geral de Acesso à Informação, atendendo ao Requerimento nº 14, de 2011, da Comissão de Ciência e Tecnologia, de autoria dos Exmºs Srs. Senadores Paulo Paim, Demóstenes Torres e Walter Pinheiro, e ao Requerimento nº 45, de 2011, da Comissão de Direitos Humanos, de autoria do Exmº Sr. Senador Paulo Paim.

Iniciando os trabalhos desta reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A ata está aprovada e será publicada no Diário Oficial do Senado Federal da República.

Informo que, encerrada esta reunião conjunta, daremos início à 8ª reunião extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para leitura do relatório preliminar do PLC nº 41, de 2010, de autoria do Exmº Sr. Senador Walter Pinheiro.

Solicito ao Senador Cyro Miranda, aqui presente, e à Senadora Angela Portela, que acompanhem os Srs. Convidados para tomarem assento à mesa.

Convido para sentar à mesa o Sr. Jorge Hage Sobrinho, Ministro Chefe da Controladoria Geral da União – CGU; o Sr. Pedro Frederico de Figueiredo Garcia, Conselheiro Chefe da Coordenação Geral de Documentação Diplomática do Ministério das Relações Exteriores; o Sr. Guilherme Canela Godoi, Coordenador do Setor de Comunicação e Informação da Organização das Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco. Justifica a ausência do Sr. Cláudio Weber Abrámo, Diretor Executivo da ONG Transparência Brasil, em razão de compromissos agendados anteriormente fora do País.

Passo a palavra a V. Sªs, que dispõem de dez minutos prorrogáveis por mais cinco minutos, para que façam suas explanações e suas apresentações, agradecendo, desde já, a presença de todos os senhores convidados a esta reunião conjunta.

Passo a palavra ao Exmº Sr. Ministro da Controladoria Geral da União, o nosso querido Dr. Jorge Hage Sobrinho.

O SR. JORGE HAGE SOBRINHO – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Eduardo Braga, demais membros da Mesa, demais membros das comissões aqui reunidas, Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados, Srs. Jornalistas, Srs. Representantes da sociedade civil, Srs. Servidores e Srªs Servidoras do Senado Federal, minhas senhoras e meus senhores, a importância desta audiência vai muito além das aparências.

O País precisa resgatar, em primeiro lugar, uma promessa constitucional de cerca de 23 anos, que é a regulamentação de um inciso do art. 5º, posto, portanto, entre as garantias e direitos fundamentais, que é o acesso à informação. Esta é uma dívida do País com o seu povo, com a sociedade brasileira.

Em segundo lugar, o Brasil precisa resgatar compromissos que assumiu em convenções internacionais:

Convenção da ONU contra a Corrupção, Convenção Interamericana da OEA contra a Corrupção; outros foros internacionais, como a OCDE, e tantos outros onde o País vem sendo cobrado pela ausência de uma lei como esta.

Para nós da Controladoria Geral da União, Sr. Presidente, essa caminhada começou no Conselho da Transparência Pública, que é um conselho paritário com a sociedade civil, por proposta da ONG Transparência Brasil, nos idos de 2005. No ano seguinte, o projeto foi apresentado à Casa Civil da Presidência da República, onde foi ampliado e acrescido de contribuições outras de diversos outros setores do Governo. E, em 2009, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva, resgatando um compromisso de campanha com o fórum das entidades que lutam pelo direito à informação – e vejo aqui um de seus representantes, o jornalista Fernando Rodrigues –, encaminhou ao Congresso, à Câmara, o projeto de lei que hoje se encontra aqui no Senado Federal, no qual a nossa esperança se deposita neste instante.

Vou tomar apenas alguns minutos para, pedindo a nossa assessoria que me ajude com as transparências, resumir por que entendemos que é tão necessário uma lei de acesso à informação.

Em primeiro lugar, isso hoje é entendido como requisito inerente à consolidação democrática de qualquer país. A nossa Constituição prevê, não apenas no inciso que ali se encontra, mas também no inciso XXXIII mais especificamente, essa promessa. A Declaração dos Direitos Humanos da ONU também prevê essa obrigação, digamos assim, dos governos em todos os estados democráticos. Isso também é previsão da resolução da Assembleia Geral da OEA desde 2006.

Na próxima transparência, resumimos os compromissos formais internacionais do País na Convenção da ONU contra Corrupção, a que me referi há pouco, onde está estabelecida a garantia do acesso a informações públicas, mecanismo imprescindível para a participação ativa da sociedade civil e de ONGs na prevenção e na luta contra a corrupção. Isso porque, como costumamos dizer, a transparência e a visibilidade dos governos é o melhor antídoto, a melhor vacina contra a corrupção.

A próxima transparência reflete o nosso compromisso na Convenção Interamericana no âmbito do mecanismo de acompanhamento do cumprimento desta Convenção. O Brasil já foi cobrado, já recebeu recomendação expressa no sentido de consolidar e sistematizar em um único normativo dispositivos que garantam esse amplo acesso. E já explicarei por que a nossa legislação atual não satisfaz a isso.

Na próxima, vemos que na OCDE, embora isso não conste da sua Convenção, porque é uma convenção mais limitada ao combate ao suborno transnacional, em outros setores da OCDE que promovem a integridade e os sistemas de prevenção da corrupção já foi feita uma avaliação do sistema brasileiro de integridade, transparência e prevenção da corrupção e foi constatado aquilo que nós todos já constatamos, ou seja, embora muito evidente a posição de liderança do Brasil em termos de transparência ativa do ponto de vista da transparência orçamentária e financeira, nós dispomos hoje de um portal de transparência atualizado diariamente e que é referência mundial, mas, de outro lado, naquilo que nós chamamos "transparência passiva", que é aquela que depende do pedido do cidadão que quer acesso a um determinado documento, falta-nos a norma completa estabelecendo esses procedimentos, os prazos e as sanções.

É isso que nós procuramos com esse projeto.

Prosseguindo.

Mais recentemente, o Brasil foi convidado a liderar, ao lado dos Estados Unidos, por iniciativa do governo do Presidente Obama, uma iniciativa que pretende levar à Assembleia Geral da ONU uma conclamação para que todos os países do mundo avancem em matéria de governo aberto, ou seja, em matéria de transparência pública, abertura governamental em todos os setores. Nessa condição, o Brasil foi escolhido para copresidir o grupo, juntamente com os Estados Unidos, e com mais sete países – México, Reino Unido, Noruega, Índia e mais uns dois países, África do Sul e outros – estabelecemos critérios para convidar outros países a se integrarem a esse esforço. Pois bem, na pontuação final desses critérios, ficou faltando um ponto para o Brasil. O nível máximo de pontuação seria de dezesseis pontos. O Brasil ficou com quinze, exatamente por falta da lei de acesso à informação. A cada momento, o País passa por esse constrangimento. É considerado referência, por um lado, na transparência ativa, mas é devedor na transparência mediante solicitação, que é essa tratada nesse projeto.

Podemos passar.

Por que a legislação brasileira atual não satisfaz? Ela cuida essencialmente de disciplinar o arquivamento e as restrições ao acesso; isto é, do que se encontra previsto no inciso XXXIII, a dizer:

"Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, [até aí, a norma positiva; em seguida, vem a ressalva] ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado."

Nossa legislação até hoje se preocupou mais em regular a ressalva. Apesar dos avanços, está dito,

conclusão, a necessidade premente de um marco legal que regule e operacionalize a primeira parte do dispositivo, que é o direito de acesso.

As leis que nós temos, as principais, são a Lei nº 8.159, de 1991, que é a Lei dos Arquivos Públicos, seria revogada em parte por esse projeto; a Lei nº 9.507, a Lei do *Habeas Data*, será mantida, porque cuida do acesso pela via judicial, não há por que alterá-la; o decreto que classifica o manuseio de informações sigilosas seria revogado, obviamente; e a Lei nº 11.111, de 2005, que é exatamente a que regulamenta a parte final do dispositivo, seria revogada se aprovado for esse projeto.

É fundamental a aprovação pelo Senado desse projeto, que cuida principalmente do seguinte: limita as hipóteses e prazos de sigilo; estrutura o procedimento de requisição de informações pelos cidadãos, o que nós não temos hoje, o cidadão não tem uma norma dizendo exatamente como deve proceder se quer ter acesso a um documento; estabelece regras e prazos para o atendimento do seu pedido e sanções para a hipótese de descumprimento; estabelece procedimento de recursos para os casos de restrição ao aceso; estabelece as instâncias recursais; enfim, dá todo o arcabouço normativo necessário para orientação do cidadão.

As principais alterações sofridas pelo projeto tal como encaminhado pelo Governo ao Congresso, alterações feitas na Câmara, muitas delas, na sua grande maioria, aprimoraram, sem dúvida nenhuma, o projeto inicial, mas algumas merecem um destaque maior. Em primeiro lugar, foi posto um limite nas possibilidades de prorrogação do sigilo. Os documentos classificados no grau mais elevado, ultrassecreto, que tem o prazo de 25 anos renovável por mais 25, em casos absolutamente excepcionais, essa possibilidade de prorrogação foi limitada a uma prorrogação, o que significa que o prazo máximo, nos termos do projeto que veio da Câmara, hoje é de 50 anos.

Outra alteração significativa introduzida pela Câmara foi a que tornou mais explícita a abrangência de todos os Poderes. O projeto inicial não dizia o contrário, mas era focado somente no Poder Executivo federal. O projeto novo é mais explícito quanto ao alcance dos três Poderes, do Ministério Público e também das três esferas de governo, o que coloca alguns problemas. O principal deles – essa é a questão que nos preocupa sobremaneira – é a alteração que foi feita em decorrência disso na composição e nas competência de uma comissão prevista inicialmente no projeto como comissão de ministros, que funcionaria sob a coordenação da Casa Civil, para analisar os casos mais relevantes de classificação ou desclassificação de informações mais sensíveis. A alteração da composição dessa comissão, que agora prevê, além da presença de ministros de Estado, representantes dos demais Poderes, nos preocupa sob o ângulo da sua constitucionalidade, inclusive, não apenas pelo ângulo da dificuldade do seu funcionamento, mas, sobretudo, pela sua constitucionalidade sobre a qual temos seriíssimas dúvidas.

Há, inclusive, precedente do Supremo Tribunal Federal considerando, em situações semelhantes a essa, como ofensiva à separação de poderes, além do possível vício de inconstitucionalidade formal do ponto de vista da iniciativa também, porque foi uma alteração feita na Câmara e que envolve a Administração Pública Federal, competência privativa do Presidente da República. Mas o principal, a meu sentir, é o risco de inconstitucionalidade material substantiva, uma vez que isso se choca, a nosso ver, com a independência e a harmonia dos Poderes. No nosso entendimento, o projeto previa uma comissão ministerial obviamente para tratar somente desses casos extremos no âmbito do Poder Executivo Federal. Caberia ao Senado, à Câmara, ao Judiciário, ao Ministério Público, até por resolução *interna corporis suo*, estruturar algo semelhante para os casos equivalentes de documento no seu âmbito sem esse risco de inconstitucionalidade, que realmente é muito grave e pode prejudicar todos os objetivos que perseguimos com essa lei.

Então, eu pediria extrema atenção, Sr. Presidente, desta Comissão, dessas comissões e dos Srs. Senadores para esse ponto especial. Por último, alguns outros pontos que também foram – ainda, por favor, aquele *slide*

Por último, alguns outros pontos – ainda, por favor, naquele *slide* anterior, por favor – que também nos preocuparam, mas que são questões menores e que podem ser solucionadas mais facilmente.

Um deles, houve uma restrição na lista de autoridades com competência para classificar ou desclassificar documentos, autoridades de um determinado nível, até DAS 5. Isso pode criar dificuldades, na prática, para alguns órgãos em que o volume e a descentralização dessas autoridades na estrutura do Ministério requeira, para maior agilidade, que um número maior de autoridades estivesse capacitada para classificar documentos de determinados níveis de sigilo, evidentemente, não de todos.

Um segundo ponto também é que foi introduzida na Câmara a previsão do encaminhamento obrigatório de decisões denegatórias ao Tribunal de Contas. Pareceu-nos um pouco fora do espírito da norma, embora esteja lá dito que somente nos casos de documentos que tenham que ver com matéria financeira, patrimonial e orçamentária. E, também, ao Ministério Público, no caso de ofensa a direitos fundamentais.

Quanto à designação do órgão responsável por atividades inerentes à transparência, também foi previsto que o Poder Executivo designará esse órgão. No nosso entendimento, a Lei nº 10.683, de 2003, já designa a Controladoria-Geral da União como órgão responsável pela política de transparência pública do Poder Executivo Federal.

Então, fosse talvez desnecessária a previsão de que o Executivo vai designar o órgão. O órgão já existe na estrutura do Poder Executivo Federal, que é a Controladoria-Geral da União.

Também há alguns casos de prazos que foram fixados, que nos parecem apenas de difícil cumprimento. Não temos nada contra a fixação de prazos para o atendimento dos pedidos, para o julgamento de recursos, mas alguns prazos nos preocupam, como, por exemplo, o prazo, salvo engano, de cinco dias para que a Controladoria decida todos os recursos que lhe forem submetidos.

Nós imaginamos, tendo em vista a experiência atual com outros tipos de recursos que a Controladoria recebe, que o volume será de tal ordem, que dificilmente daremos conta de atender a esse prazo.

Então, é apenas com vistas ao respeito à norma que deverá sair do Poder Legislativo que cogitamos, quem sabe, ampliar um pouco esses prazos, para que possamos realmente cumpri-los.

Sou dos que defendem que a norma deve ser ampla na sua formulação, para que possamos ser extremamente rígidos no seu cumprimento, e não o contrário, sermos muito exigentes na fixação da norma e frouxos no seu cumprimento.

Então, é apenas nesse sentido que faço essa ponderação, pedindo a atenção dos senhores quanto a alguns desses prazos. No mais, entendemos que a Câmara dos Deputados aperfeiçoou o projeto – e o fez nos mais diversos aspectos –, e estamos na expectativa de que a tramitação no Senado Federal possa ser a mais rápida e ágil possível, para que o nosso País saia desta posição de um certo constrangimento no contexto internacional, em que avançamos tanto em matéria de transparência, e ficamos devedores de uma lei de acesso à informação.

Muito obrigado. Estarei à disposição para quaisquer novos esclarecimentos. Muito obrigado, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Nós que agradecemos a S. Exª, o nosso Ministro Jorge Hage.

E gostaria de consultar o Plenário, porque entendo que deveríamos ouvir os nossos convidados para, ao cabo, abrirmos para as indagações, participações no debate. (*Pausa.*)

Se assim concorda o Plenário, passo a palavra ao Sr. Pedro Frederico de Figueiredo Garcia, Conselheiro-Chefe da Coordenação-Geral de Documentação Diplomática do Ministério das Relações Exteriores.

Com a palavra, o Sr. Pedro Frederico de Figueiredo Garcia.

O SR. PEDRO FREDERICO DE FIGUEIREDO GARCIA – Muito obrigado, Sr. Presidente. Ministro Hage, bom-dia. Bom-dia, Dr. Godoy. Bom-dia a todos, a todas as autoridades presentes.

Foi com grande prazer que o Ministério das Relações Exteriores tomou conhecimento, já há alguns anos, da movimentação legislativa para a criação desse projeto de lei, ou seja, é do nosso vivo interesse, já acalentado há algum tempo, uma lei específica que pudesse servir para que o Itamaraty, nos foros apropriados no exterior, pudesse já apresentar à comunidade internacional aquilo que entendemos como uma legislação avançada sobre acesso do cidadão à documentação por nós motivo de guarda e conservação.

Eu sou chefe da CDO – Coordenação-Geral de Documentação Diplomática -, que trata do arquivo histórico do Itamaraty. O Itamaraty e o Ministério da Defesa, peculiarmente, são os órgãos do Poder Executivo que dispõem de autorização para conservação de seus arquivos.

Esse arquivos são divididos, internamente em Brasília, em dois setores. Primeiro, a Divisão de Comunicações e Arquivo, que trata dos documentos midiáticos, que são produzidos pelo Itamaraty e recebidos pelo Itamaraty; e a CDO - Coordenação-Geral de Documentação Diplomática -, a minha divisão, que trata propriamente do arquivo histórico.

O arquivo histórico recebe toda a documentação posterior a cinco anos de sua produção. Então, a CDO - Coordenação-Geral de Documentação Diplomática -, da qual sou chefe, tem a responsabilidade pela guarda, gestão, supervisão e conservação desses arquivos.

Esse arquivos estão distribuídos entre Brasília e o Rio de Janeiro. O Ministério das Relações Exteriores transferiu-se do Rio de Janeiro para Brasília em 1970, e a alta cúpula da Casa àquele tempo achou por bem transferir os arquivos de 1960 até aquela data, para servirem de subsídios às chefias que estavam sendo então designadas como titulares das divisões e departamentos do Ministério.

O Rio de Janeiro, que é a interface histórica da CDO, acomoda mais ou menos 50 milhões de faces de documentos no Ererio – Escritório de Representação do Itamaraty no Rio de Janeiro. É um arquivo permanente e cíclico, ou seja, é um arquivo fechado, que acomoda toda a documentação histórica do Brasil, em matéria de relações exteriores, de 1808 até 1960.

Esse documentos estão acomodados nos arquivos da Marechal Floriano, no antigo palácio do Itamaraty.

Uma das questões primordiais que abordamos no Itamaraty é que não tratamos somente a questão de Arquivo como aquele órgão detentor de papéis, ou seja, já há algum tempo, estamos tentando modificar o pensamento, a mentalidade do funcionário, dando conta de que o Itamaraty não acomoda somente arquivo, ou seja, acomoda memória. Isto é o que é mais importante: a mudança da cultura administrativa do Itamaraty, ao atribuir a nós mesmos a responsabilidade pela memória da qual somos depositários.

Então, o Itamaraty, no Rio de Janeiro, acomoda, como eu disse, 50 milhões de faces de documentos.

Há também uma divisão afeta a nós que é a do Museu Histórico Diplomático, que acomoda 5.633 itens, que é um museu que engloba toda a atividade diplomática do Brasil, antes inclusive de 1808, e nós somos fiéis depositários dessa riqueza museológica.

Dispomos também de uma biblioteca em pleno funcionamento no Rio de Janeiro, como também da mapoteca, que, algum tempo atrás, foi motivo de susto por parte da sociedade, quando houve o desaparecimentos de alguns mapas – ao todo, 42 mapas desapareceram, foi aberto inquérito da Polícia Federal, e, pelo que me consta até agora, ficam faltando só seis mapas para serem restituídos.

Polícia Federal e, pelo que me consta até agora, ficam faltando só seis mapas para serem restituídos. Ou seja, esse é o complexo do Itamaraty no Rio de Janeiro, o acervo memorial, por assim dizer, Sr. Presidente, porque para nós é muito mais importante tratar, mais do que acervo bibliográfico, cartográfico e documental, é tratar como memória. Então, a nossa memória no Rio de Janeiro é esse quadro, ou seja, uma biblioteca e o arquivo histórico propriamente dito.

Aqui no Itamaraty de Brasília, ele tem três sessões. A sessão de Antecedentes, que trata dos que são produzidos pelas unidades administrativas do Ministério; o arquivo de correspondência especial, que se trata dos arquivos sigilosos; e do arquivo de correspondência histórica, que tratam dos documentos históricos já em idade avançada.

O Itamaraty acomoda aqui 9,8 km de prateleiras de documentos não necessariamente secretos, são todos os documentos que o Itamaraty engloba; são 9,8 km de documentos distantes de (?) ostensivos, e 4,5 km distantes com (?) de antecedentes.

O Ministério produz, anualmente, entre despachos telegráficos, comunicações que o Itamaraty manda para os seus postos e recebe, são mais ou menos 500 mil documentos. Desses 500 mil documentos, 3.000, ou seja, 0,6% são documentos considerados classificados. De 500 mil documentos tramitados pelo Ministério de Relações Exteriores, 3.000 são classificados, ou seja, no livro de reservado, secreto e ultrassecreto.

O Itamaraty dispõe de uma página na Internet, www.itamaraty.com.br , que dá acesso ao público. Nós recebemos aproximadamente cinco pedidos de consultas aos nossos arquivos aqui em Brasília, e outros cinco e, às vezes, mais: oito, dez pedidos de consulta no arquivo histórico do Rio de Janeiro. Chegamos ao ponto de o próprio arquivo do Rio de Janeiro receber mais consultas de estudiosos, do cidadão, de pessoas interessadas em fazer consulta, do que propriamente o arquivo em Brasília.

Fizemos há pouco tempo, foi em dezembro, um convênio com a Fundação Getúlio Vargas com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro para tratar de duas questões. Primeiro, a conservação desse acervo de que dispõe o Itamaraty no Rio de Janeiro e, também, a questão da proposição de uma página em que possam esses documentos, mediante o CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, esses documentos estarem devidamente digitalizados. Esse é um trabalho que já está sendo encaminhado e dividido em oito programas.

O Programa nº 1 trata da reavaliação do papel propositivo do Museu Histórico Diplomático, aquele que acomoda 5.633 itens.

O Programa nº 4 vai tratar especificamente da reavaliação de toda a documentação sob guarda do Itamaraty no Rio de Janeiro.

Esse Projeto de Lei ora em tramitação vem ao encontro daquilo que o Itamaraty acha como proposição, ou seja, deixaremos de ser uma unidade meramente passiva na questão da consulta de documentos e passaremos a uma fase de proposição daquilo que chamamos de disseminar perante a sociedade todo aquele acervo que o Itamaraty tem sob sua guarda e gestão.

O Projeto de Lei suscitou algumas preocupações do Itamaraty na questão – inclusive já foi adiantada, conversamos antes com o Ministro Hage – das atribuições dos funcionários em elaborar documentos ditos como classificados. O Itamaraty acomoda 71 divisões e departamentos, e 9 subsecretarias. Pelo espírito daquilo que absorvemos da lei, os secretários, os diplomatas juniores, terceiro secretário e segundo secretário, primeiro secretário, até do próprio nome *secretariu*, ou seja, da possibilidade de redigir documentos de forma confidencial, eles perderiam, pelo menos na nossa interpretação, a atribuição de elaborar esses documentos. Essa elaboração seria a partir de subsecretarias. E sentimos que esse dispositivo poderia, pelo menos de forma muito perfunctória, tirar essa atribuição das 71 divisões de departamento e passar para as novas

subsecretarias. Esse é o primeiro ponto em que expressamos a nossa preocupação.

O segundo ponto trata da constituição da comissão mista de reavaliação das informações. Nós, Ministro Hage, tínhamos posições muito coincidentes a respeito, ou seja, ficaria prevista, de 4 em 4 anos, a reunião da comissão mista para reavaliação de informações. E, como eu disse, dos 500 mil documentos tramitados e produzidos no Itamaraty, 3 mil são classificados.

A nossa preocupação é se, de 4 em 4 anos, a comissão terá força, concentração e tempo suficiente para analisar 3 mil, não digo, mas 1 mil, 4 mil documentos ao longo de 4 anos. É uma tarefa hercúlea; é muito grande essa tarefa e objeto da nossa preocupação, de como viabilizar ao público, na nossa face e interface propositiva, a questão de acesso a essas informações, já que a comissão demandará um tempo enorme para analisar entre 2 mil, 3 mil, 4 mil documentos ao longo de 4 anos. E também de prever um dispositivo no final, Ministro Hage – e estivemos falando nisso –, sobre, se por acaso, a comissão mista de reavaliação de informações não deliberar a respeito, os documentos serão automaticamente desclassificados.

A nossa visão, inclusive, é de que isso, de alguma forma, reviva um mecanismo que existiu alguns anos atrás, que era o decurso de prazo. Ou seja, a aprovação de um projeto por decurso de prazo. Nós entendemos, enquanto Itamaraty, que não seja talvez o caminho ideal de colocar à disposição do público uma fonte documental de uma importância muito grande e uma quantidade muito grande através do mecanismo.

O terceiro aspecto, o artigo 35 que trata da prorrogação. Ou seja, os documentos classificados por 5 anos como sigilo entendemos como de todo insuficiente. Ou seja, estaríamos ab rogando a nós uma faculdade de prorrogar por mais tempo, e somente teríamos uma vez a oportunidade de prorrogar: a fórmula 25 mais 25, enquanto algumas legislações de países com peso econômico, peso político e peso de produção de tecnologia equivalente não dispõem de uma restrição desse tamanho. Ou seja, seriam 25 anos prorrogáveis por mais 25 ou talvez uma outra fração de 25. Manifestaríamos a nossa preocupação de que, por nós, estaríamos de certa forma engessados em uma única prorrogação nesse aspecto.

Recebemos, como eu disse, mais ou menos cinco consultas por dia de estudiosos interessados nos arquivos do Itamaraty aqui, e oito ou dez até, nos arquivos do Itamaraty no Rio de Janeiro.

Sou oriundo da área consular. Fiquei 20 anos trabalhando na área consular do Ministério, prestando assistência a cidadãos brasileiros residentes e domiciliados em trânsito no exterior. Cheguei à CDO há coisa de um ano e dois meses, e uma das primeiras motivações minhas foi justamente isto: tratar de reformar os arquivos e já indexá-los. Ou seja, desenvolver um trabalho de inserção desses arquivos em página disponível na Internet. É um trabalho lento para o qual o Itamaraty, certamente, precisará de um auxílio externo para poder dispor dessa massa documental em um argumento informático para disposição pública, para facilitar o trabalho ao público.

Sou historiador naval armador. Escrevo artigos para algumas revistas navais e freqüento algumas páginas de arquivos, principalmente o arquivo inglês e o arquivo norte-americano, que oferecem uma modernidade extraordinária ao consulente, mesmo no exterior. Esperamos que o Itamaraty possa, com o auxílio da sociedade, com o auxílio inclusive de outras instituições, como, no caso, a Fundação Getúlio Vargas e a Prefeitura do Rio de Janeiro, já começar a implementar esse trabalho de digitalização desses documentos para que aquilo que o Itamaraty já propõe há alguns anos não fique só defensivamente à espera do cidadão, mas que, frequentemente, na página que será publicada, possa dedicar o mês à ciência e tecnologia, às fronteiras. Ou seja, lançar uma série de programas que possam atrair, de certa forma, o consulente, o público, a se interessarem pelos artigos do Itamaraty. Esperamos que a lei frutifique, e o Ministério está pronto para acatar sugestões para inclusive receber V. Exª. Qualquer pessoa do público está convidada a fazer uma visita aos nossos arquivos para ver e desmistificar alguns pontos, por exemplo, de que o Itamaraty mantém alguma coisa ultrassecreta. Via de regra, me perguntam se o Itamaraty dispõe de documentos secretos sobre a guerra do Paraguai. É uma pergunta que toda hora as pessoas fazem: existe alguma coisa ultrassecreta sobre a guerra do Paraguai? Falo que não existe essa coisa ultrassecreta ou secreta e até lanço um desafio a: dirija-se à página do Itamaraty, faça a consulta e remeta a consulta tanto para o Itamaraty do Rio de Janeiro quanto ao Itamaraty de Brasília. À medida que essas consultas estão sendo encaminhadas ao Itamaraty, acho que muitos monstros estão sendo desmistificados. Bem, esperemos que o processo siga seu curso normal, e a nossa esperança, a do Itamaraty, é que seja aprovado, com as três ressalvas que pudessem ser motivos de observação nossa, que foram feitas ao longo desses estudos nos dois últimos anos. Muito obrigado, desculpem, mais uma vez direciono a vocês a página do Itamaraty. É www.itamaraty.gov.br

. No final da página, há um tópico chamado "documentação diplomática" e há um formulário *on-line*, para que as pessoas possam disponibilizar para consultas.

Recebemos ao longo desses um ano e dois meses que estou à frente aproximadamente 150 pedidos de consulta, e nenhum foi recusado. Todos, ao contrário do que diz inclusive a previsão, que é a preocupação de alguns legisladores, fizeram questão de inserir no pedido a razão, dizendo: "olha, a minha motivação é acadêmica", "a motivação é de produzir um artigo," "a minha motivação é de produzir uma tese universitária de mestrado, ou doutorado, ou pós-doutorado." Houve 150 pedidos, ao longo desse um ano e dois meses e, por incrível que pareça. Sr. Presidente, Ministro Hage, houve a inserção do próprio consulente manifestando que o interesse dele residia naquele propósito. Muito obrigado, desculpe qualquer coisa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Descendo ao Conselheiro Pedro Frederico de Figueiredo Garcia, passo a palavra ao Sr. Guilherme Canela Godoy, coordenador do setor de comunicação e informação da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, UNESCO

O SR. GUILHERME CANELA GODOY– Muito obrigado, Senador Eduardo Braga, Ministro Jorge Hage, Conselheiro Pedro, Senadores e Senadoras presentes, bom dia a todos e a todas. Não cabe a um organismo internacional comentar especificamente as decisões soberanas dos diferentes poderes brasileiros, tanto do Executivo, ao enviar o projeto, quanto do Parlamento em decidir por elementos específicos no equacionamento dessa questão. O meu papel aqui hoje é expor brevemente aos senhores e senhoras como o sistema internacional entende esse tema. A primeira questão para a qual eu gostaria de chamar a atenção é que nós, do ponto de vista da Unesco, como organização do sistema da nações unidas que está responsável por essa questão, entendemos a relevância da política de acesso à informação muito além do combate à corrupção. Entendemos isso como elemento central para o desenvolvimento humano e social do País. Entendo que a entrevista do senhor ontem no *Valor Econômico* deixou também isso claro.

A nossa perspectiva dentro desse amplo entendimento é coincidente com a defesa que a então Ministra Chefe da Casa Civil e hoje Presidente da República, Presidenta Dilma Roussef, fez do projeto de lei em seminário produzido pela Abrage em 2009. A então Ministra Dilma dizia que o problema central aqui é a enorme assimetria informacional que existe no Brasil por vários motivos, inclusive pela ausência de uma legislação com essas características. Ou seja: para nnós, o ponto fundamental aqui é promover maior igualdade informacional. E, sendo o Estado o maior produtor de informação em qualquer democracia, ter uma legislação com essa característica é fundamental.

Então a Unesco está envolvida nisso, porque na divisão de trabalho interno de sistemas das Nações Unidas a Unesco ficou encarregada de ser uma espécie de guardiã do art. 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que já foi mencionada aqui, hoje, pelo Ministro Hage. Esse artigo é exatamente o que requer dos países membros dos Sistema das Nações Unidas que tenham uma normativa específica sobre o acesso às informações e o direito do cidadão à liberdade de expressão, mas que é um direito do qual tem o ofertante das informações, no caso o Estado Nacional, obrigado por um conjunto de regras, parte fundamental da execução dos direitos previstos no art. 19.

Adiante, por favor.

Os nossos motes são esses: a informação é o oxigênio da democracia, quer dizer, nos não conseguimos consolidar a democracia se não for por esse atalho de ter regras claras da oferta de informação pelos governos nacionais. Esse tema como os Srs. e as Srªs devem imaginar não está na Ordem do Dia de hoje, a legislação sueca, por exemplo, sobre esse tema é de 1766. Ainda que a legislação norte-americana seja da década de 60, um dos pais fundadores da democracia norte-americana que está ali já falava sobre esse assunto, àquela época. No entanto, o tema vai muito além como o economista laureado com o prêmio Nobel, Amartya Sen, costuma dizer "*não há constatação de grandes fomes em países onde a imprensa é livre*". E, evidentemente, que para um trabalho de uma imprensa livre ter regras de acesso às informações produzidas pelo Estado é fundamental de novo, porque o Estado é um grande produtor de informações.

Adiante, por favor.

Vou passar rapidamente por isso porque o Ministro Hage já adiantou o meu trabalho, aqui, relembrando os parâmetros internacionais que regulam a matéria, mas eles estão ali todos aqueles, exceto a Carta Africana e a Convenção Europeia e o Brasil é signatário. Portanto é fundamental que o estabelecido nesses diferentes tratados internacionais tenha uma reverberação na legislação infraconstitucional. É preciso dizer que desde um ponto de vista das Nações Unidas nós vemos com muito bons olhos que o Brasil tenha inserido esse tema na Constituição Federal. Isso não é prática comum em outros países, isso é um avanço concreto da democracia brasileira. Muitos países que têm legislação de acesso à informação não disponhem desse tema inserido em suas constituições. Logo, do ponto de vista dos Direitos Humanos isso é uma vitória

importante, mas como já foi colocado pelo Ministro é preciso ir além e regulamentar a matéria.

Adiante, por favor.

O Ministro também fez referência a vários desses pontos apresentados: porque a Unesco defende o sistema das Nações Unidas, uma legislação ampla de acesso à informação. Os principais itens estão aí, precisamos entender a informação como um bem público. É um direito do cidadão ter acesso às informações, por isso é preciso que esse direito esteja regulamentado. Ela é uma peça-chave de um debate político informado; a cultura do segredo leva à cultura do rumor; a cultura do acesso tira essa cultura do rumor da ordem do dia e isso é importante para o avanço da democracia.

De novo, o segredo leva à corrupção e, por fim, há um elemento fundamental de entendimento do passado que precisa, também, ser considerado.

Adiante, por favor.

Os senhores têm à disposição essa apresentação, não vou entrar em detalhes, mas um documento muito importante produzido por vários atores governamentais, sociedade civil, jornalistas e organismos das Nações Unidas é essa Declaração de Atlanta, que foi capitaneada pelo Centro Carter. Essa declaração detalha com elementos muito felizes quais são as lógicas principais do acesso à informação. Elas estão aí, o sigilo deve ser uma exceção deve ser aplicado a todos os órgãos de governo, inclusive os diversos poderes e as empresas estatais. O direito de acesso à informação deve se estender a outros atores além do Estado, sobretudo se eles recebem recursos públicos. O direito de receber e solicitar informações deve estar, portanto, regulamentado.

Adiante, por favor.

É fundamental que não haja requerimento de que a pessoa identifique o porquê do pedido de informação; ela deve receber a informação independente da motivação pessoal para aquilo.

Evidentemente, a ideia é a de que o sistema seja de fácil implementação, não complexo, porque estamos falando de todos os cidadãos e cidadãs. As exceções devem estar estritamente definidas.

Pode passar adiante, por favor.

A ideia é a de que não cabe ao cidadão explicar por que ele quer a informação e defender recursos uma vez que a informação foi negada, ou seja, o ônus da prova tem de estar com o detentor da informação, não do lado do cidadão.

A Declaração de Atlanta também fala de uma revelação integral, após um prazo razoável, de quaisquer documentos. Portanto, esses atores que estiveram envolvidos na redação da Declaração de Atlanta entendem que não há espaço no cenário internacional para o chamado sigilo eterno. Isso não quer dizer que exista uma receita de bolo de quantos anos deve durar o sigilo.

É preciso incluir penalidades e sanções claras para aqueles que descumprirem e haver um sistema de apelação caso o pedido do cidadão ou da cidadã seja negado, preferencialmente por uma autoridade reguladora independente.

Pode passar adiante, por favor.

Esse gráfico está explicado no próximo *slide*. Trata-se de recomendação da própria Unesco, mas está em linha com o que a Declaração de Atlanta, que acabei de mencionar, determina.

Então, estamos falando da existência de uma legislação nacional e da existência de garantias procedimentais, para que o cidadão possa pedir acesso à informação. Haver ferramentas claras e, portanto, uma política de governo eletrônico, de interoperabilidade entre os diferentes atores da administração pública, é fundamental. O sistema de exceções tem de ser claro, como também mecanismos para recorrer das decisões, procedimentos de sanção e ferramentas e mecanismos de promoção.

Eu queria me ater a esse último ponto, porque foi menos tratado pelos meus antecessores. Evidentemente, é essencial que a legislação preveja que o cidadão precisa ser informado que tem esse direito. De outro modo, o cidadão não fará o uso que poderia fazer desse direito, e isso não é trivial. Em vários países, não somente no Brasil, o cidadão e a cidadã entendem que o acesso a informações produzidas pelo Estado é um favor oferecido pelo funcionário público, não um direito intrínseco do cidadão. E essa lógica só será mudada se for propagandeado o que o cidadão tem direito. Imagino, Ministro, que a conferência terá lugar de transparência nos próximos meses e, nos Municípios e nos Estados, será um bom mecanismo para promover esse tipo de direito.

Pode ir adiante, por favor.

Repito: do nosso lado, a questão central é que o acesso à informação é um direito humano e precisa ser garantido. Então, é fundamental pensar o acesso à informação como combate à corrupção. Mesmo se nos encontrássemos em um país incorruptível, ainda assim, seria fundamental que esse direito estivesse presente na legislação.

Pode prosseguir, por favor.

Estamos falando que a garantia do acesso à informação gera um empoderamento da população, uma participação qualificada na vida da pólis, da cidade, do Estado, do País, e isso levará a direitos humanos protegidos e promovidos. Mas é claro que o lado pragmático de gestão pública também está presente. Estamos

falando da mesma lógica de que mais transparência leva a menos custos de transação na execução da vida pública, à eficiência na gestão e a um maior desenvolvimento humano.

Adiante, por favor!

Essa é uma ilustração dos países que dispõem de leis de acesso à informação. Como o Ministro comentou, de setenta a oitenta nações já têm suas leis de acesso à informação. Os países que estão mais escuros no gráfico são os que têm legislações mais próximas do que o sistema internacional recomenda. Os mais países mais claros têm legislações menos próximas – ou são inexistentes – do que o sistema internacional recomenda.

Adiante, por favor!

Os senhores e as senhoras podem ter uma ideia do que aconteceu após a aprovação de legislações desse tipo em vários países do mundo. No caso do Reino Unido, em três anos, foram considerados duzentos mil pedidos de acesso à informação. Num primeiro momento, no próprio Reino Unido, cuja legislação é da década passada, do ano de 2000, havia uma resistência dos funcionários públicos, mas, após determinado período, 80% dos dirigentes veem a legislação com bons olhos.

Na Tailândia, 500 mil tailandeses utilizaram a legislação nos primeiros três anos. Nos Estados Unidos, dois milhões de norte-americanos, em 2000, que é a última conta mais precisa que existe, fizeram uso da legislação. E é importante considerar que isso não é uma política pública que pode ser executada a custo zero. Nos Estados Unidos, o custo, no ano 2000, foi de US$250 milhões para a execução da política de aceso à informação. E, no México, que tem um caso muito interessante, por exemplo, é de salientar que 87% das requisições tinham uma característica de relação com a atividade econômica e, portanto, de novo, por isso uma lógica de relação com o desenvolvimento.

Eu queria fazer comentários muito gerais com relação ao caso brasileiro. Mas é importante salientar que o Sistema das Nações Unidas olha com muita satisfação o fato de que a legislação brasileira coloca que documentos que trazem violações de direitos humanos não podem estar sujeitos a nenhum tipo de sigilo, inclusive se adiantando, do ponto de vista de proposta governamental, à própria Corte Interamericana de Direitos Humanos em decisão recente. Além disso, a expansão da legislação para todos os Entes federados e para os outros Poderes também é algo que o sistema internacional está tentando alcançar em outros países, e o Brasil se adianta e coloca isso de maneira muito clara na sua legislação.

Por fim, no ano passado, o Ministro se lembra, nós celebramos o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, e, na Declaração de Brisbane, pedia-se aos países membros da Unesco a aprovação de legislação, celebrando a aprovação na Câmara do projeto de lei, o avanço da discussão na Câmara. Nós esperamos que, no próximo dia 3 de maio, quando de novo celebraremos do Dia Mundial da Liberdade de Expressão, nós possamos comemorar a aprovação no Senado Federal.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Mas uma vez agradecendo a participação dos Srs. Convidados, passo a palavra ao Senador Walter Pinheiro como autor do requerimento.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, creio que a gente está diante, a partir principalmente do que aqui foi apresentado – e até invocaria muito essa última imagem aqui trazida pelo representante da Unesco –, com o que nós poderíamos chamar de a pressão fatal para a gente discutir essa matéria. Não se trata apenas do aspecto da urgência ou de se atender. Eu diária até mais – e ai um pouco até dirigido às preocupações levantadas pelo Sr. Pedro Figueiredo, do Ministério de Relações Exteriores –, que concordo que há um volume expressivo a partir da documentação expedida, mas acho que a preocupação e todo o esforço feito até agora são justamente para a gente ir criando o ambiente capaz de publicizar essas coisas e, portanto, abrir de uma vez por todas mais do que a história do que está fechado ou do que não está, e permitir que essas condições sejam construídas pelo Poder Público para a gente tornar publicizáveis as informações.

Eu não acredito que haja – pelo menos essa é a minha impressão a partir das conversas que tenho tido com o Executivo, particularmente com a nossa CGU e outras esferas de governo – de parte do governo nenhuma predisposição em retardar essa matéria. Sinto uma preocupação – e aí quero chamar de natural – por parte do Executivo quanto às dificuldades estruturais que ele precisa superar para atender essa demanda.

E aí eu queria tocar em alguns pontos – e diria até tocar nos pontos mais problemáticos dessa questão. Primeiro, acho que já está mais que consagrada essa história de que, tanto no Executivo quanto na sociedade, o debate que foi feito na Câmara...

E a única vantagem que eu tenho, caro Senador Presidente, é que como esse debate eu o acompanhei na Câmara, então é óbvio que tenho uma diferença, meu caro Flexa – e tento colocar isso na velocidade da flecha, pra gente tentar aprovar (*Risos.*) –, e isso cria talvez um ambiente de dificuldade.

Ontem, conversei com alguns Senadores da Comissão de Relações Exteriores, Aloysio, dizendo a eles exatamente isto: não tomem isso como uma dis-

posição de alguém que conheceu o projeto lá, e chega aqui querendo passar o rodo. Não é isso. É muito mais, Flexa, do ponto de vista do que a gente pode ofertar nesse exato momento, e por que a pressão se localiza nessa questão do direito ao acesso. Não só por esses dados apresentados aqui, tanto pela CGU, quanto pela Unesco, a cobrança efetiva, como também por outras coisas: nós nos notabilizamos por uma nova inserção do Brasil no cenário mundial. Neste exato momento, a Presidenta está na China e, portanto, poderia estar debatendo esse assunto com os chineses até com uma certa autoridade maior, se esse projeto já estivesse sido aprovado, no que diz respeito a essa questão do acesso à informação.

Mas, faz o debate com a China sobre a questão de aberturas, ainda que disputamos a abertura de mercado, não há abertura de mercado sem a abertura de informações.

Portanto, esse ambiente é um ambiente que nos obriga a entregar ao Governo brasileiro, enquanto Parlamento, uma ferramenta que, de uma vez por todas, determine essa forma e fecha esse contexto. Esse é o aspecto que é a pressão desse momento. É isso, pois responde a essa questão.

Eu diria que aí nós vamos para uma outra linha, ou seja, essa coisa da requisição de acesso, a forma como isso trabalha sob o ponto de vista dos órgãos públicos, é óbvio que o Ministério das Relações Exteriores e outros ministérios terão que adequar-se. Nós sabemos disso. E até concordo contigo de que ninguém pega... E o Lázaro falou aí quase 10 km, mas um outro complementa, e se a gente for somar isso aí dá quase uma viagem, uns 15 km, é mais do que uma maratona de pilhas e pilhas de documento e tal.

E vocês podem até perguntar: bom, de que forma nós vamos fazer isso? Acho importante que a gente comece, porque senão essa forma não chega e a gente fica esperando a digitalização desses processos e nós vamos, em nome da digitalização – e, portanto, não é de forma intencional e nem direta –, perpetuando o processo de não acesso às informações.

Então, temos que criar condições para isso. E até eu diria que enquanto digitaliza é possível ir atendendo a essa requisição, usando como resposta não mais os mesmos 15km de prateleira, mas usando as ferramentas que a gente disponibiliza. Quer dizer, o próprio representante do ministério aqui foi enfático e categórico em afirmar que o ministério, na sua página, inclusive a Guerra do Paraguai tão reclamada – já que o senhor é historiador... Amador, me parece, que só da indústria naval, provavelmente (*Risos*.)

Um outro dia até brinquei, pois uma pessoa me fez esta cobrança: Pedro, cobre do Ministério das Relações Exteriores por que a gente não acessa essa página. Eu disse: Rapaz, dê uma lida em José Júlio Chiavenatto, pois se você ler José Júlio Chiavenatto, que tem um livro interessante sobre isso, que se chama "*Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai*", aí você poderá até, antes de o ministério lhe responder, terminar conhecendo no relato histórico de José Júlio Chiavenatto, a Guerra do Paraguai.

Então, acho que esse não é o objeto central, não é a pressão. E acho que o Governo não pode ter isso como um elemento que o pressiona. O objeto do projeto, eu diria, é a linha da frente, como é que a tente trata isso. E, óbvio, permitindo que você frequente as estruturas e as informações do passado, para poder, inclusive, consubstanciar qual é o central. E aí há dois pontos que foram muito bem apresentados pelo representante da UNESCO. Estamos tentando coibir as práticas de corrupção. É óbvio que o nosso companheiro Jorge Hage vai ter um alívio enorme, porque ao invés de correr atrás de tanta coisa ele já vai pegar alguém, de certa forma, precavido. Ninguém de sã consciência, que tem de botar a informação no ar, que é obrigado a disponibilizar as informações, vai querer continuar andando em caminhos tortuosos, porque aí é denunciar a si próprio.

Portanto, o mecanismo não é de pega ladrão nem tampouco vai atrás de informação. É um mecanismo que eu diria de condução, cada vez mais transparente, condução correta, condição proba, condição de você, inclusive, permitir ao cidadão que fique sabendo antes o que o seu governante faz antes da CGU chegar, antes de a polícia prender. Nós até economizaríamos muito as nossas estruturas policiais, porque deslocaríamos todo esse aparato para outra atividade. Então, essa questão que acho importante nós trabalharmos.

Há outro aspecto que se refere aos instrumentos que vamos utilizar para emitir esse acesso. Ou seja, para saber o que é e o que não é solicitado.

Mas vamos na linha do raciocínio do gargalo que é o aspecto do que é sigilo. No meu entendimento, o projeto preserva isso; dá ao Poder Público as condições de dizer, inclusive, essa informação é sigilosa.E dá ao Poder Público a possibilidade de informar e dizer: o que você está requerendo é uma informação de caráter sigiloso, científico, tecnológico, instrumento de defesa. Então, você não deixa de prestar a informação a quem está requisitando e, ao mesmo tempo, informa a ele qual é a natureza daquela informação que, no seu todo, não pode ser publicizada. Então, de certa forma, estamos publicizando aquele conteúdo sem entregar o código fonte. Portanto, esse é que o debate. O projeto prevê isso. Então, não vejo por que esse temor enorme. As coisas que efetivamente des-

se código fonte não podem sair, porque prejudicam os nossos interesses científicos, os nossos aspectos de defesa. Agora, as informações que, porventura, prejudiquem ou escondam atos de quem quer que seja não são de caráter sigilosos de uma nação, elas não vão interferir no processo de desenvolvimento científico e tecnológico. Elas não vão nos fragilizar do ponto de vista da defesa.

Portanto, acho que nesse aspecto o projeto está claro. Como acontece dos dois milhões de solicitações aqui nos Estados Unidos. Na semana passada, tive oportunidade de tentar pesquisar quais as informações que o Estado americano tinha negado por natureza sigilosa. Encontramos várias de caráter de defesa, de informações, inclusive, de competitividade, questão de desenvolvimento científico. E todas elas foram respondidas exatamente com toda a clareza.

Agora, não vi nenhuma negativa a informações que envolviam gestores, homens públicos. Portanto, isso vai na linha de uma completa possibilidade de trabalharmos com essa questão. Portanto, esse sistema de exceções, na minha opinião, a lei, da forma como está, garante ao Estado, garante ao Poder Público tratar essas exceções, inclusive, com publicização, informando a quem está solicitando a informação. E afirmar: esse é um segredo de justiça; esse é um segredo de Estado e você pode, tranquilamente, dialogar em relação a isso, tendo, efetivamente, depois até o grau de recurso para questionamento sobre essa questão. E aí eu queria, para concluir, tocar em dois gargalos, que acho que sejam talvez os pontos cruciais que teríamos que nos debruçar, meu caro Presidente, para resolver o que vamos fazer com o projeto.

O primeiro deles, eu queria dizer, Sr. Pedro Garcia, que eu não veria com bons olhos a gente mexer no prazo e, portanto, era uma das coisas que eu acho seria importante a gente manter. Acho que poderíamos adotar uma postura de experimentar com essa feição que está no projeto e, até em conjunto, a gente trabalhar. Se não fica aquela história do velho debate se é o prazo eterno. Acho que não. Acho que a gente poderia aquiescer e tentar trabalhar com essa divisão que foi feita, para a gente experimentar e buscar uma resolução.

O outro problema se localiza na comissão mista. Acho que esse é o nó para a gente conseguir resolver a questão.

Primeiro, acho que a comissão é importante para ela inclusive dar esse caráter dos quatro mil processos a que o senhor se referiu, que ela pode analisar, de que forma trataríamos isso. Na minha opinião, ela não deveria ser uma comissão, nesse raciocínio que foi feito, de a comissão ser convocada para ir lá e analisar. Pelo volume e pela necessidade, e até admitindo que se nós tomarmos como referência o que se processou no mundo inteiro, quando um projeto dessa natureza passou a vigorar, é sinal de que precisamos de uma comissão permanente. Isso tem que ser um trabalho contínuo e não esporádico: "Vai lá, chama ali, reúne ligeiro, menino, bota uns quatro ou cinco para a gente analisar". Isso não funciona. A magnitude desse projeto não é para isso. A magnitude desse projeto é para ter algo funcionando permanentemente. Então, essa comissão tem que ser exatamente nessa linha.

E aí ela enfrenta um problema que precisamos resolver aqui. Estou falando nós porque somos nós que vamos resolver. Afinal de contas, como diz o outro, "o abacaxi está em minha mão para resolver" mas eu preciso compartilhar. Trata-se da emenda que foi feita na Câmara que, nessa comissão, ajusta-se a essa comissão o Judiciário e o Legislativo. Já estudei e conversei com diversas figuras para a gente tentar ver uma forma de desmembrar isso, sem necessariamente ser caracterizado como uma emenda, um acréscimo, uma modificação. Tentei ver a possibilidade da chamada aglutinativa usada de forma transversa, aglutinando dentro do próprio texto, fazer uma redistribuição, sem enfrentar essa dificuldade do processo de emenda do projeto, o que permitiria a sua volta à Câmara dos Deputados. Não está fácil. Por que isso? Porque, na realidade, todos os nossos consultores, com quem vamos conversando, o pessoal insiste em dizer que pela forma como está a Comissão Mista, ela tornar-se-ia inconstitucional, pelo fato da participação do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Poder Executivo. Estaríamos criando algo incompatível com o que é previsto na nossa Constituição; na legislação, não encontraríamos amparo para isso.

O maior problema que enfrentamos agora é exatamente essa modelagem para a constituição e funcionamento da Comissão Mista.

De resto, eu queria dizer que não temos problema nenhum, nenhum e poderíamos tocar o projeto.

A proposta que estamos fazendo é tentar tocar essa matéria desse jeito. O problema do funcionamento da comissão – deixa eu até socializar com os membros da mesa – seria a ideia de separarmos a comissão do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, para que essas comissões no âmbito de seus próprios poderes pudessem fazer a análise. Portanto, você não tem como obrigar que esses três poderes se reúnam numa única comissão e façam uma avaliação. É como se cada poder pudesse agora fazer um processo em conjunto para analisar a si próprio. Quanto aos requerimentos, às informações, a idéia seria tentar ver se a gente teria possibilidade de desmembrar essas comissões, a

do Executivo tratava lá no âmbito do Executivo, assim como a do Legislativo e a do Judiciário.

Do ponto de vista da redação do projeto, estamos encontrando dificuldade, porque a redação que saiu da Câmara sai um pouco amarrada.

Fala das comissões mistas – fala da comissão mista, perdão, e a emenda, na Câmara dos Deputados, acresce a essa comissão a presença do Legislativo e do Judiciário.

Então, encontrando a solução para isso, a proposta nossa é votar esta matéria aqui. E, se não for possível esse tipo de entendimento e essa costura, aí nós teríamos de negociar com a Câmara dos Deputados a volta do projeto para corrigir essa questão, até para a gente não correr o risco. Aí também há outro detalhe crucial: essa matéria, se porventura tiver de ser vetada por conta da inconstitucionalidade da comissão, nós matamos o projeto. Então, por exemplo, não dá para ser a gente que crie um caminho para permitir que o projeto possa ser esquartejado a partir de uma interpretação constitucional.

Volto a insistir: a comissão é um dos pontos centrais, é a espinha dorsal, faz parte da espinha dorsal desse projeto. Então, nós queremos essa comissão permanente efetivamente como ponto central para que essa comissão tenha oportunidade de estabelecer esse trabalho importante de abertura das informações.

É isso que eu tinha a colocar, Sr. Presidente, e na realidade até agradecer a presença a todos os três representantes, tanto da CGU, do Ministério e da Unesco, e dizer que o esforço que nós vamos fazer, ainda no dia de hoje, ao final desta Comissão, é tentar ler o relatório do projeto. Nós negociamos ontem com o Líder do Governo e o Líder da Minoria, Flexa, a possibilidade de a gente levar o projeto a plenário, de preferência até o dia 3 de maio – o dia 3 de maio não é o dia do meu aniversário; eu até sou de maio, mas não do dia 3, sou do dia 25. Mas o dia 3 de maio é um dia importante para a gente por ser uma data, uma referência mundial, exatamente de liberdade de expressão, que combina exatamente com todo esse aspecto. A ideia nossa é tentar aprovar essa matéria em plenário até o dia 3 de maio, portanto, entregando essa legislação.

O esforço agora é o esforço em conjunto, para a gente buscar corrigir essa distorção. E é este o apelo que faço aqui ao Governo, na figura das duas representações aqui, tanto do Ministério de Relações Exteriores, quanto do nosso Ministro Jorge Hage, da CGU: no sentido de que nós nos debrucemos exatamente para exclusivamente a superação dos problemas que envolvem a inconstitucionalidade ou não de um conserto no projeto de lei.

No restante, acho que valeria a pena a gente experimentar essa lei da forma como ela está, experimentá-la, ter a oportunidade de praticar aí esse bom exercício da informação. Mais do que dar satisfação para o mundo é dar satisfação para o povo brasileiro. Acho que essa é uma questão importante, e mais do que responder a organismos internacionais é a gente ter a oportunidade de dizer "olha, fizemos o nosso dever de casa, buscando de forma muito eficiente colocar as estruturas públicas funcionando a serviço do povo e, consequentemente, com um grau cada vez mais de utilização daquilo que as ferramentas do momento nos possibilitam, que é a completa e total transparência dos nossos atos como homens públicos.

Era isso, Sr. Presidente o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo ao Senador, eu gostaria de dizer aos senhores convidados que, tendo em vista que temos mais um Senador inscrito, nós vamos dar oportunidade para que o Senador Randolfe possa fazer a sua exposição e as suas colocações. Aí, então, ouviremos todos os convidados. Reafirmamos que entendemos também, na condição de Presidente, que o acesso a informação é fundamental para que nós possamos garantir os direitos da democracia, para que possamos ter mais controle contra a corrupção, mas controle sobre a efetividade dos direitos humanos. Portanto, esta Comissão, ao encerrar daqui a pouco esta audiência pública, vai imediatamente convocar uma sessão extraordinária para leitura do relatório do PLC 41, ouvidos, obviamente, os Srs. Senadores, para que nós possamos, na próxima reunião deliberativa, já colocar em votação o parecer do PLC 41 e, assim, tentar cumprir o nosso objetivo de levar à votação, no dia 03 de maio, esse PLC no plenário do Senado da República.

Dito isso, eu passo a palavra ao eminente Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Presidente.

Eu me considero satisfeito com a exposição do Ministro Jorge Hage, do representante do Itamaraty e do representante da Unesco. Eu não teria maiores considerações a fazer, nem indagações sobre as suas exposições.

Quero, na verdade, fazer uma consideração, Presidente, sobre o teor do projeto, ao mesmo tempo pedindo desculpas ao senhor e aos nossos convidados, porque, tal e qual o Senador Pedro Taques, eu também sou da Comissão de Constituição e Justiça. Faço questão de fazer essa consideração e terei, lamentavelmente, de me retirar para ir para a reunião da outra comissão.

Presidente, a *Folha de S.Paulo* de hoje mostra para a gente a necessidade de, o quanto antes, aprovarmos essa legislação.

A coluna Poder da Folha vem com a seguinte manchete: "Aeronáutica monitorou políticos após a ditadura", revelando que, durante os Governos do Presidente José Sarney, do Presidente Fernando Collor e do Presidente Itamar – coincidentemente, nossos três Presidentes da República que estão aqui, no Senado –, a Aeronáutica acompanhou e monitorou o movimento de um conjunto de organizações políticas de esquerda, entre elas, o Partido Comunista, a corrente, Walter, Convergência Socialista, do Partido dos Trabalhadores, o Partido Popular Socialista e o Movimento dos Sem Terra, segundo dá conta a notícia, que é baseada na abertura dos documentos da Aeronáutica, expostos a partir de ontem no Arquivo Nacional.

Ora, Presidente, isso prova que essa legislação que o Senador Walter Pinheiro relata é a conclusão do nosso processo de transição democrática, do nosso longo e penoso processo de transição democrática.

Lembro que, tal e qual o Ministro Pedro Figueiredo – não sei se o Walter também –, eu também sou historiador. Aí, lembro que, na ditadura, a partir da segunda parte do período de exceção, havia a célebre expressão de abertura lenta, gradual e segura.

Nós tivemos um processo de transição que me parece tão lento quanto o processo da pretensa abertura, que em nada abriu, do período de exceção que vivemos, porque o processo de transição democrática – e foi assim nos nossos países vizinhos, foi assim na Argentina, foi assim no Uruguai e, pasmem, com a mais cruel ditadura que teve no Cone Sul, que foi a ditadura chilena, foi assim também – para o estado de Direito, em especial nesses países que citei, da América Latina, teve como pressupostos a vigência de uma lei de acesso à informação e a constituição de uma comissão nacional de conciliação.

Nós ainda não aprovamos a nossa Comissão da Verdade, que está na Câmara dos Deputados, e, vejam, nós estamos, 25 anos após o fim do período de exceção, sob o advento de uma Constituição democrática. Nós ainda não aprovamos a nossa Comissão Nacional de Conciliação e a nossa Comissão Nacional da Verdade, mesmo 22 anos após o nosso texto constitucional de 1988.

Vejam que o texto constitucional de 1988 fala por três vezes no acesso à informação, e a primeira vez que cito o acesso à informação é na coluna vertebral da nossa Constituição, que é a declaração de direitos nossos, a declaração de Direitos e Garantias Individuais, então, fala três vezes nisso, e nós não conseguimos ainda aprovar uma legislação, no nosso País, de acesso à informação, mesmo 22 anos após o advento da nossa Constituição redemocratizadora.

E, por fim, esse documento de hoje, noticiado pela *Folha de S.Paulo,* mostra claro, reafirma a urgência que temos. Ou seja, Walter, a investigação, por parte das Forças Armadas brasileira, da vida civil, após o advento da democratização, isso era uma informação que deveria ter sido de acesso público há muito menos tempo do que 15 anos depois. Esta matéria, hoje, da *Folha,* demonstra o quanto urgente e necessária é a legislação.

Por fim, o prazo estabelecido aqui no art. 23, §2º – documentos ultrasecretos, 25 anos; documentos secretos 15 anos – acho mais do razoável. Vinte e cinco anos, vejamos: 25 anos é um tempo geracional; é um tempo de uma geração o prazo de 25 anos. Então, 25 anos é o prazo mais do que suficiente para darmos cabo ao conjunto das informações de acesso restrito ao Estado, que está preceituada no art. 23 da Lei. Vinte e cinco anos é o prazo de uma geração. Mais tempo que isso é desnecessário. Talvez nem precisamos – reitero – Walter não é historiador, mas fez uma ótima referência histórica à obra do professor José Júlio Chiavenato, sobre a Guerra do Paraguai. Parece-me que já temos bastante informações sobre a Guerra do Paraguai. Eu quero ter maiores informações sobre o período de 1964 e 1985. Sobre estes períodos que quero ter maiores informações. Quero saber, por exemplo, qual foi o comportamento nosso em relação associada ou não com as outras ditaduras que havia no cone sul, notadamente na Argentina, no Uruguai, na Bolívia, no Chile. Quero saber o que é verdade, o que é fato, o que é ficção das informações que falam por exemplo, da Operação Condor. Essas informações são mais recentes, e a elas eu quero ter acesso. Essas, parecem-me fundamentais ser de acesso de todos nós. Eu acredito que precisamos ter acesso a essas, visto que, hoje, soubemos de algo de uma investigação ocorrida sobre a vida civil brasileira, há menos de 15 anos e depois da redemocratização. Hoje que soubemos, em 2011, através da abertura dos documentos do Arquivo Nacional.

Então, o quanto antes, Presidente, temos de aprovar essa legislação.

Belíssima a sugestão de Walter da data que nos foi indicada, para o dia 3 de maio, para a aprovação dessa legislação.

Era importante, hoje, a Presidente da República falar, na China, com autoridade sobre direitos humanos. E nós não podemos falar com plena autoridade em direitos humanos, porque ainda não temos uma legislação que consagre os princípios estabelecidos na nossa Constituição há 21 anos.

Então, quero, nesta Comissão, Presidente – para concluir –, expressar o meu total apoio ao Relatório do nobre Senador Walter Pinheiro, e pela aprovação do projeto, na íntegra, como está e o quanto antes ele possa ir ao Plenário, para termos orgulho de ser um dos países deste mundo que tem uma lei geral de acesso do cidadão às informações do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Consultados há pouco, tanto o nosso querido Dr. Canela, Coordenador da Unesco nesse debate, bem como o professor Pedro Garcia, Conselheiro do nosso Ministério de Relações Exteriores, disseram que não precisariam das suas considerações finais. Assim sendo, passo a palavra para o Ministro Jorge Hage para as suas considerações finais, agradecendo desde já a participação e a presença dos senhores convidados a esta audiência pública.

Com a palavra o Ministro Jorge Hage.

O SR. MINISTRO JORGE HAGE – Sr. Presidente, resta-me apenas, muito brevemente, fazer duas considerações até para ajudar a Comissão, para que ela possa se dedicar à próxima etapa, que é a leitura do relatório, e, como V. Exª acabou de dizer, para a convocação imediata, em seguida, nos próximos dias, das sessões para votação do projeto, que é o que todos queremos.

Duas considerações muito rápidas. Primeiro, quero parabenizar o Senador Randolfe Rodrigues pela sua excelente imagem ao dizer que a aprovação dessa lei seria a conclusão do processo de transição democrática do Brasil. Acho extremamente feliz essa colocação. De fato, o Brasil tem dado passos da maior importância no rumo da completude dessa transição; tornou-se, em poucos anos, referência mundial em matéria de transparência ativa, por iniciativa própria, em matéria orçamentária e financeira, com o seu Portal da Transparência, que hoje é modelo para o mundo. Mas ainda somos devedores, cobrados insistentemente pela falta de uma lei de acesso à informação ampla, para que atenda às demandas do cidadão no que nós chamamos transparência passiva, ou mediante provocação. Seria, sem dúvida, o coroamento da nossa transição democrática.

Quero também dizer ao Senador Walter Pinheiro que endossamos integralmente a estratégia de S. Exª com vistas a buscar a aprovação, no dia 3 de maio, se possível, no Dia Internacional pela Liberdade de Informação, desse projeto.

Costumo dizer que nós precisamos ter essa lei. O ótimo é inimigo do bom. Não podemos mais ficar esperando a lei dos sonhos de cada um sem nenhum reparo, sem nenhum ponto que poderia estar melhor nisso ou naquilo. Eu próprio fiz alguns comentários sobre prazos. O prazo de cinco dias para a CGU decidir todos os recursos vai ser extremamente difícil, mas é evidente que quero essa lei no dia 3 de maio, ainda que seja com o prazo de cinco dias.

Sem dúvida nenhuma, há senões, é claro. Buscar um consenso numa matéria dessa com 81 Senadores, 513 Deputados e 30 ministérios é, evidentemente, a busca do consenso possível. A mim me parece que nós atingimos o consenso possível com uma única ressalva, que é a comissão, por um problema constitucional. Este, a meu ver, é o único problema real. Todos os demais nós todos juntos conseguiremos superar.

Muito obrigado. Minhas congratulações ao relator, ao Presidente e aos membros desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo mais uma vez a presença de todos os nossos convidados, agradecendo a presença do nosso Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União, Ministro Jorge Hage Sobrinho, antes de encerrar, submeto a Ata desta reunião conjunta à deliberação do colegiado, às Srªs e aos Srs. Senadores.

Aqueles que concordam com a aprovação da Ata permaneçam sentados. (*Pausa*.)

Aprovada.

Declaro encerrada esta reunião conjunta. Ao mesmo tempo, declaro que, havendo número regimental, vamos abrir, logo a seguir, a 8ª Reunião Extraordinária da nossa Comissão, para que possamos fazer a leitura do relatório do PLC nº 41.

Agradeço, mais uma vez, a presença de todos e encerro a 7ª Reunião Extraordinária da Sessão Conjunta da Comissão de Ciência e Tecnologia e da Comissão de Direitos Humanos.

(Levanta-se a Reunião às 11h33min.)

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE ABRIL DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas do dia quatorze de abril de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senadora **(Ana Rita),** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os Seguintes Senhores Senadores **Paulo Paim, Wellington Dias, Gleisi Hoffmann, Vicentinho Alves, Pedro Simon, Eduardo Amorim e Cyro Miranda.** A Senadora Ana Rita justifica sua ausência. O Senhor Senador Cícero Lucena Justifica ausência dos trabalhos do Senado Federal, no período de 10 a 18 de abril de 2011, por

motivo de estar em representação do Senado Federal no 10º encontro Internacional de Investimento Empresarial Economia e Comércio, na China. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA**: **Item 1**. Não Terminativo. **Sugestão Nº 4, de 2006**, que sugere permitir a compensação fiscal das emissoras de rádio e televisão pela cessão do horário gratuito em todas as modalidades de propaganda gratuita. Autoria: ABRA – Associação Brasileira de Radiodifusores. Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti. Relatoria *ad hoc* do Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão nº 4/2006. Resultado: **lido e aberta a discussão é adiada a votação da matéria por falta de quorum. Item 2**. Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 107, de 2010** – Complementar que modifica a redação do inciso II do art. 14 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, para assegurar a imunidade de impostos às instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, quando realizarem doações no exterior, nos limites e condições que especifica, e dá outras providências. Autoria: Senador Demóstenes Torres. Relatoria: Senador José Agripino. Relatoria *ad hoc* do Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: **lido e aberta a discussão é adiada a votação da matéria por falta de quorum. Item 3**. Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2004**, tramita **em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 229, de 2008**, que dispõe sobre a criação do Sistema Nacional de Cadastro de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, e dá outras providências. Autoria: Senadora Roseana Sarney. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Peja rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº 211/2004 e nº 229/2008 (apensado). Projeto de Lei do Senado nº 229, de 2008. Obriga os órgãos e entidades públicos a inserir, nas páginas que mantêm na rede mundial de computadores (internet), atalhos para bases de dados contendo fotos de pessoas desaparecidas. Autoria: Senador Raimundo Colombo. Resultado: **Adiado**. **Item 4**. Terminativo. **Projeto de Lei da Câmara nº 298, de 2009**, que altera o art. 19 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. (obriga o estabelecimento de saúde a fazer a notificação compulsória em casos de violência contra idosos). Autoria: Deputado Sebastião Bala Rocha. Relatoria: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação da matéria, com a emenda já aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Resultado: **Adiado**. **Item 5**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 111, de 2008**, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para incluir mecanismos de acesso dos deficientes visuais a livros adquiridos por programas governamentais. Autoria: Senador Flávio Arns. Relatoria: Senador Humberto Costa. Relatório: Pela aprovação da matéria, com a rejeição da Emenda nº 1/2008-CE, aprovação da Emenda nº 2/2008 – CE, e com a Emenda nº 1-CDH, que apresenta. Resultado: **Adiado**. **Item 6**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2010**, que altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social, para tratar do direito à moradia e introduzir o uso da expressão "pessoa com deficiência". Autoria: Senadora Marisa Serrano. Relatoria: Senador João Alberto Souza. Relatório: Pela aprovação da matéria com emenda nº 01 que apresenta. Resultado: **Adiado**. **Item 7**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2004**, que altera o art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dando prioridade de tramitação às causas judiciais em que seja parte pessoa portadora de deficiência. Autoria: Senador Álvaro Dias. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma da Emenda nº 1 (Substitutivo CCJ), com a Subemenda que apresenta. Resultado: **lido e aberta a discussão é adiada a votação da matéria por falta de quorum. Item 8**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2008**, que altera a Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, para incluir os jovens de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, em situação de morador de rua, entre os beneficiários do Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo. Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Pela aprovação da matéria, com a Emenda que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 9**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2008**, que dispõe sobre a instalação de carteiras escolares para alunos canhotos. Autoria: Senador Marconi Perillo. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: **Adiado**. **Item 10**. Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 478, de 2009**, que altera a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para implementar uma política centralizada e integrada de informações sobre crianças e adolescentes desaparecidos. Autoria: Senador Renan Calheiros. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação da matéria, com as Emendas nº 1, 2 e 3 – CCJ. Resultado: **Adiado**. **EXTRAPAUTA**. **Item 1**. **Requerimento nº 48-CDH, de 2011**, que requer a realização de diligências em conjunto com a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde aos hospitais públicos no país, com finalidade de apurar: A situação de calamidade em que se encontra a saúde no Brasil. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. **Item 2. Requerimento nº 49-CDH, de 2011**, que re-

quer a realização de audiência pública para **debater o Mapa da Diversidade do Setor Bancário, elaborado para promover a igualdade de oportunidades para todos os brasileiros independente de sua cor, sexo, idade, tendo ou não qualquer tipo de deficiência**. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. **Item 3**. **Requerimento nº 50-CDH, de 2011**, que requer a realização de audiência pública para debater as Políticas para população indígena: uma questão de Direitos Humanos. Em comemoração ao Dia do Índio. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. Fazem uso da palavra os seguintes Senhores Senadores: Paulo Paim e Eduardo Amorim e Vicentinho Alves. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às dez horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, Altair Gonçalves Soares, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Vamos à pauta do dia de hoje.

ITEM 1
- Não Terminativo -
SUGESTÃO Nº 4, DE 2006

Sugestão com a finalidade de permitir a compensação fiscal das emissoras de rádio e televisão pela cessão do horário gratuito em todas as modalidades de propaganda gratuita.

Autoria: Abra - Associação Brasileira de Radiodifusores.

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Temos também na pauta um outro projeto não terminativo de autoria do Senador Demóstenes Torres, relatoria do Senador José Agripino, que nos adiantou que poderíamos encaminhar ao relator *ad hoc*. Faremos isso no momento adequado. O projeto trata da imunidade de impostos à instituição de educação e de assistência social sem fins lucrativos.

Temos também, ainda não terminativo, o projeto da Senadora Roseana Sarney, relatoria do Senador Magno Malta, que dispõe sobre a criação do Sistema Nacional de Cadastro de Crianças e Adolescentes Desaparecidos e dá outras providências.

Os outros projetos em pauta são terminativos.

Incumbiu-me a Senadora Ana Rita de informar a S. Exª que está impossibilitada de comparecer a reunião desta comissão no dia de hoje, conforme requerimento de ausência, apresentado à Secretaria-Geral da Mesa, em anexo.

A nossa vice-presidente, a Senadora Ana Rita, me mandou o seguinte documento:

Requeiro, nos termos do art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal, com redação dada pela Resolução 37, de 1995, seja justificada a minha ausência na atividade de plenário e também na Comissão de Direitos Humanos nesse dia, em razão de participar de atividade de interesse parlamentar no Município de Aracruz, Estado do Espírito Santo.

Senadoras e Senadores, nossos convidados e aqueles que estão chegando, eu queria iniciar esta nossa reunião me reportando novamente a um fato que aconteceu no Rio de Janeiro. Faz hoje exatamente uma semana que, quinta-feira passada, neste horário, estávamos recebendo aqui a informação de que um cidadão, alucinado, estaria invadindo uma escola no Rio de Janeiro. A partir daquele momento, passamos a dar as informações à Comissão sobre o que estava acontecendo lá.

Tomamos uma série de providências. Uma delas que quero destacar é que, nesta segunda-feira, nós teremos aqui, às 9 horas, uma audiência pública com uma série de especialistas, inclusive psiquiatras e psicanalistas, para mudar o foco. É claro que o foco também é o debate também do desarmamento, do combate à violência, mas também construir aqui um debate para sabermos onde estamos errando. Que sociedade é essa que estamos construindo, que permite a existência de atos bárbaros como esse cometido por jovens ou por cidadãos como idade mais avançada?

Por isso, meus amigos, minhas amigas, minhas convidadas, aqui a Raquel, e tantos outros, o Roberto, todos os que estão aqui, o Canindé e todos os amigos, eu quero abrir esta reunião falando um pouco do motivo dessa audiência pública, na próxima segunda-feira, às 9 horas. Aqui vou ler o nome dos convidados.

Com certeza, nós todos não podemos pensar em fechar os olhos e ficarmos omissos diante de um quadro que só vem à tona quando acontecem tragédias como essa da Escola Tasso da Silveira, na cidade do Rio de Janeiro.

Podia lembrar também o que aconteceu aqui em Brasília, nesta semana, no centro comercial Conic, em que, após uma discussão na fila de um elevador,

um homem acabou sendo baleado por uma simples discussão.

Em Santos, São Paulo, ainda nesta semana, os noticiários todos comentaram, eu vi a repetição hoje pela manhã, um carro preto passou e atirou em dois jovens num bairro e em seis jovens no outro bairro, sendo que um desses jovens morreu na hora e outro recebeu seis tiros. Quer dizer, nós temos que aprofundar o debate sobre tudo que está acontecendo.

Lembro também que em Porto Alegre, nesta semana, um jovem de 14 anos estava armado na escola. Foi visto que ele estava armado, então, ele foi levado ao Departamento Estadual da Criança e do Adolescente, onde foi desarmado. Segundo informações que recebemos sobre esse jovens e outros dois, eles disseram que estavam sendo ameaçados, por isso, eles estavam de posse da arma dentro do colégio.

Podemos citar também, para exemplificar, outras tentativas de crimes com arma de fogo que ocorrem diariamente em todo o País, tanto no interior como nas capitais. Há um dado aqui do Ministério da Justiça. Conforme levantamento do Ministério da Justiça, existem hoje cerca de 16 milhões de armas em circulação no Brasil. Dessas, 7,6 milhões estão na ilegalidade.

Recebi ontem um representante do setor das armas, e, segundo os dados que ele me passou, os números são maiores que esses. Diante desse quadro, entendo que deveríamos no Executivo formatar o que chamo de câmara de conciliação, na busca do combate à violência e na linha do desarmamento, com a participação das empresas do setor, que têm um cadastro mais atualizado que o Governo porque eles vendem e tudo tem que ser cadastrado, do Governo, mais precisamente do Ministério da Justiça. Acho que a Secretaria do Direitos Humanos também deveria participar e a sociedade civil, para que possamos discutir o que eu chamaria de uma grande conciliação, um pacto contra a violência, um pacto pela paz, um pacto para salvar vidas.

Temos que, de fato, rever políticas muito mais contundentes no combate ao contrabando e, consequentemente, à entrada ilegal de armas no País, bem como a realização de campanhas permanentes que mostrem à população que o uso de armas de fogo só contribui para aumentar a violência, até porque o marginal, o ladrão, alguém que toma uma posição de anormalidade absoluta, como essa que aconteceu em São Paulo, no Rio de Janeiro, se prepara para matar, e o cidadão comum, com certeza, não tem o preparo que tem o marginal.

Por isso, é fundamental que a gente discuta essa campanha permanente contra o uso de armas, sejam de armas de fogo, sejam armas das chamadas "armas brancas". Enfim, quero dizer que as sugestões que fiz aqui são para o debate que faremos na segunda-feira, com os convidados cujo nome vou citar em seguida. Acredito eu que outros fatores naturalmente estão ligados a essa questão.

Neste fim de semana, um psiquiatra que tem se dedicado ao estudo dessa questão me disse:

Senador, se, para um cidadão comum, conseguir uma consulta com um clínico geral já é difícil, calcule a dificuldade por parte dessa juventude, parte da população, que está praticamente surtando e precisa de uma consulta com um psiquiatra, um psicólogo ou um terapeuta do campo da psicanálise. Não vai ter, não vai ter nunca, principalmente se for pobre.

Aí estamos contribuindo para que fatos como esse venham a acontecer.

Podia falar, ainda, de uma série de falta de medidas eficazes que enfrentem as gritantes disparidades também no campo social, como, entre outras coisas, a concentração de renda e a miséria em grande parte do nosso País. Isso não justifica os crimes cometidos, mas nós temos que discutir.

Outro ponto que vamos discutir aqui na segunda-feira é a questão da educação. Tenho certeza de que avançamos nos últimos anos no campo da educação, mas temos de avançar muito mais. Precisamos de qualificar o ensino, valorizar os professores, viabilizar ambientes adequados para as aulas, incentivar a pesquisa, a leitura.

Eu disse ontem, na tribuna do Senado, que na Univale – Universidade do Vale dos Sinos –, eu tive, na semana passada, um encontro com professores, pesquisadores e uma ONG chamada Leme, que discute essa questão dos acidentes de trânsito e aqueles que ficam com seqüelas e muitos morrem devido ao enfrentamento ou assassinatos covardes como esse ocorrido no Rio de Janeiro. Eles me apresentaram um projeto que achei interessante, que vai na linha de aprofundarmos o debate sobre o que eles chamam de *games*, ou seja, Internet, essa nova tecnologia brilhante que está aí, para que os jogos não sejam mais instrumentos para impulsionar a violência. Eles estão desenvolvendo lá um belo programa chamado Os Anjos da Paz. Eles têm condição de contribuir para o País com jogos que incentivam o amor, os jogos que incentivam a fraternidade, jogos que incentivam a solidariedade, jogos que vão incentivar a salvar vidas. Achei o projeto interessantíssimo. Acho que não poderão estar aqui na segunda-feira, mas virão aqui. Naquela Universidade, quando falei para os alunos, eu disse: que bom a gente ver que a própria juventude começa a apontar caminhos, como a gente diz, uma luz no fundo do túnel para iluminar o caminho do nosso povo e da nossa

gente. Eu senti como uma luz aquele belíssimo projeto, um projeto que pode ser ampliado não só para o Rio Grande, mas também para todo o País.

Vocês podem ter certeza de que nesse debate sobre o número de crianças e jovens que sentem falta do pai e da mãe, há desestrutura dessas crianças. Nós sabemos que os números são relevantes. É importante trabalharmos com números. O número de mães que desempenham o papel de mãe e de pai e o número de pais que são pai e mãe. Essa desestrutura da célula que vai dar formação às crianças também é fundamental, não por causa do vídeo que esse assassino deixou. Isso é algo que a gente vem discutindo há muito tempo. Aprovamos aqui um projeto, que tive a felicidade de relatar, que dá um tratamento especial às crianças filhas de pais separados. Nesse projeto, que foi elaborado por uma ONG e que eu relatei e já virou lei, foi considerado que muitas vezes o pai e a mãe separados, os dois, jogam conforme seus interesses de adultos e quem paga a conta é acriança que acaba, enfim, percorrendo um caminho tortuoso ao longo de sua vida. Nós temos que olhar tudo isto: olhar para a criança, para o jovem, para o adulto, para a responsabilidade dos pais.

Por isso, nessa audiência, eu fiz questão – vou ler em seguida – que tivéssemos não só pessoas vinculadas à educação, mas também psiquiatras e psicólogos. Eles vão estar aqui conosco nessa audiência. Eu digo aqui qual o apoio que estamos dando, de fato, à nossa juventude. Quero também dizer que, além desse debate que estou propondo aqui, que vai na linha do estudo do ser humano, da mente, como a gente faz com que o nosso lado bom seja valorizado, cada vez mais. Como dizem alguns – alguém disse ontem no plenário –, há uma frase muito bonita de Santo Agostinho nesse sentido,.

Enfim, quero confirmar aqui – são os principais argumentos – que na próxima segunda-feira, dia 18, a Comissão de Direitos Humanos, por requerimento já aprovado antes do fato acontecido no Rio de Janeiro – há duas semanas já tínhamos aprovado requerimento nesse sentido – vai realizar aqui essa audiência para discutir a violência não somente nas escolas, como também nas ruas.

Aqui eu digo, afinal: que sociedade nós todos estamos construindo?

A violência atual não tem limites. Queremos refletir, buscar soluções, porque é inadmissível que a gente veja isso tudo acontecer – inocentes sendo assassinados por armas de fogo e até por carros. Por que não se lembrar aqui de fatos acontecidos – já fizemos audiência pública nesse sentido – e que mais morre gente no mundo fruto dos acidentes de trânsito do que nas guerras. Esse debate de o cidadão se apossar do carro e fazer dele uma arma para agredir, para matar, é uma questão que merece a análise de um psiquiatra.

Por isso, nós vamos trazer aqui psiquiatra e psicólogo na próxima segunda-feira.

Lembro o caso de Porto Alegre: o cidadão atropelou pelas costas dezesseis ciclistas.

Vimos os dados que uma ONG de Brasília, Rodas da Paz, deixou nesta comissão quando discutimos acidentes no trânsito. São dados alarmantes, de que já falei da tribuna.

Entendo que a violência hoje no Brasil – repito – não tem limite. Abrange um quadro bem maior do que simplesmente discutir a questão do desarmamento ou não.

Agora vou dar os nomes dos convidados.

Para a segunda-feira, já foram convidados, há mais de duas semanas, e confirmou a presença: Vincent Defourny, representante da Unesco no Brasil; Yann Evanovick, presidente da Ubes – União Brasileira de Estudantes; Roberto Franklin Leão, Presidente da CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; Dr. Antônio Geraldo, Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria.

Eu lhe diria, meu querido Senado Eduardo Amorim, que eu fiquei muito feliz quando o Dr. Antônio Geraldo, presidente – repito – da Associação Brasileira de Psiquiatria, confirmou a presença. Ele tem estudos. Ele também entende que essa questão é muito mais profunda, que não é somente fazer um combate ao desarmamento – não é que não tenha de ser feito. Devemos aprofundar mais para saber o que está acontecendo.

Estarão aqui também a Srª Rosilene Correa, diretora do Sindicato dos Professores, que coordena a campanha: "Quem bate na escola maltrata muita gente"; a Srª Gícia de Cássia Martinichen Falcão, que é Secretária de Educação Integral, Cidadania e Direitos Humanos; o Dr. Antônio Geraldo, Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria; e Luciano Wagner Guimarães Lírio, Presidente da Sociedade de Psicanálise.

Em seguida, vai falar aqui o Dr. Eduardo Amorim. Se V. Exª concordar, nessa audiência de segunda-feira, que eu entendo importante, é nossa intenção levar também o debate dos assassinatos covardes que vêm acontecendo. Eu relatei aqui o caso recente de São Paulo, onde um carro com uma pessoa dentro atirou em oito pessoas. Um morreu na hora, o outro está muito mal e cinco estão ainda se recuperando. Que nós discutíssemos um pouco a razão disso tudo pegando inclusive psicanalistas, psiquiatras, psicólogos, além de professores e outros especialistas em segurança.

Então, eu li aqui a presença de todos os nossos convidados… Repito aqui, rapidamente. Vem um re-

presentante da Ubes, o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, alguém da Secretaria de Direitos Humanos, o Dr. Antônio Geraldo – repito –, presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria – podem ver que eu estou valorizando essa questão – e Luciano Wagner Guimarães Lírio, presidente da Sociedade de Psicanálise. Aí vem o representante da Unesco e, naturalmente, uma diretora do Sinpro-DF, que coordena a campanha "Quem bate na escola maltrata muita gente".

Enfim, é esta a introdução. Se o Senador Eduardo Amorim quiser fazer um comentário… Eu disse aqui que, na quinta-feira passada, nós estávamos aqui, eu e o senhor, com certeza absoluta, e outros Senadores quando recebemos a notícia do que estava acontecendo no Rio de Janeiro. Tomamos algumas providências na hora, e nós já tínhamos aprovado, há duas semanas, um requerimento contra a violência, simplesmente nas escolas. Aproveitamos aquele requerimento, já passamos a fazer a convocação para a audiência de segunda-feira de como a Comissão de Direitos Humanos do Senado e da Câmara – a Câmara também está tomando procedimento semelhante – aprofundam o debate sobre a sociedade que está aí, de que somos parte, e como, de uma forma ou de outra, podemos contribuir para que isso não se repita, e, claro, que a gente condena com veemência o que aconteceu.

Por favor, Dr. Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Bom dia, Sr. Presidente.

É muito salutar, Sr. Presidente, tal iniciativa face ao que estamos vivendo: momento de insegurança, momento de desvalor em várias questões, desvalor até com a própria vida e com a vida alheia, vida de jovens, vida de adolescentes, de crianças. Então, é muito benéfico, é muito salutar discutirmos tudo isso para que a gente tenha um pouco da compreensão do porquê de toda essa agressividade, do porquê de todo esse desvalor realmente com a vida, a vida alheia, num momento como este, para que a gente possa, aí, tomar algumas medidas, dar esse grito de alerta, de que basta, que não suportamos, não queremos tais atitudes, e deve ser condenada e repreendida com veemência por parte daqueles que não dão o valor adequado sobretudo à vida do próximo, à vida do outro.

Então, é mais do que salutar ocorrer no tempo adequado a discussão de uma questão como esta, lógico, por especialistas em diversas áreas, com certeza, nos traduzirão, diagnosticarão, colocarão aqui para toda a sociedade brasileira, através do Parlamento, do Senado, a opinião deles do porquê de tanta violência, do porquê de tanta desgraça, do porquê de tanto desvalor, sobretudo com a vida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Eduardo Amorim.

Apresentado o motivo desta reunião, principalmente de segunda-feira, eu convidaria V. Exª se V. Exª faria uma gentileza para o Senador José Agripino. O Senador José Agripino tem aqui um projeto de autoria do Senador Demóstenes Torres e não pôde estar hoje aqui. Ele me pediu que eu indicasse um relator *ad hoc*.

É o Item nº 2. Se V. Exª pudesse fazer a leitura do relatório... É não terminativo ainda. O projeto continua.

ITEM 2
- Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 107, DE 2010 - Complementar

Modifica a redação do inciso II do art. 14 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, para assegurar a imunidade de impostos a instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos quando realizarem doações no exterior nos limites e condições que especifica, e dá outras providências.

Autoria: Senador Demóstenes Torres.

Relatoria: Senador José Agripino.

Se V. Exª concordar em fazer a leitura...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Claro, Presidente.

Irei direto aos fundamentos, Sr. Presidente.

O projeto atende a todos os requisitos de constitucionalidade, particularmente quanto à competência legiferante para o caso da União e do Congresso Nacional, assim como de iniciativa.

Está vazado em técnica legislativa adequada.

O legislador constituinte outorgou imunidade relativa a impostos, deixando de fora, portanto, as contribuições e as taxas, sobre o patrimônio, a renda e os serviços das instituições de educação e de assistência social sem finalidade lucrativa. É o que se vê no art. 150, inciso VI, "c", da Carta Política. No entanto, essa imunidade dá-se sobre determinadas condições cuja especificação o mesmo dispositivo remeteu à Lei.

A imunidade de que se trata inclui-se entre as limitações ao poder de tributar (Título VI, Capítulo I, Seção II, da Constituição Federal) e por força do disposto no art. 146, inciso II, deve ser tratada em lei complementar. Em consequência, reconhece o fenômeno da recepção como *status* de lei complementar do respectivo dispositivo regulamentador da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, nosso Código Tributário Nacional. Assim, está correta a proposição de norma no mesmo nível para promover sua alteração.

O art. 14 do Código Tributário Nacional estabeleceu as seguintes condições, que devem ser aten-

didas por elas, entidades, para assegurar o gozo da imunidade:

> Art. 14. .....
>
> I – não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a qualquer título;
>
> II – aplicar integralmente no país os seus recursos de manutenção dos seus objetivos institucionais;
>
> III – manter escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

O projeto visa à alteração da segunda condição, abrindo margem a que as instituições destinem ao exterior até 5% de sua receita anual ou todas as doações que conseguirem captar para ajuda humanitária em caso de catástrofe.

A linguagem empregada fala de doação em espécie para o primeiro caso e *in natura* para o segundo.

Provavelmente, o autor estaria se referindo a doações em dinheiro e em bens e serviços, respectivamente.

Está em foco no Projeto o aspecto humanitário envolvido na solidariedade que, saudável e necessariamente, se forma quando da ocorrência de catástrofes, tais como inundações, desabamentos, terremotos, maremotos, tsunamis e outros de gravidade similar.

Muitas instituições acabam por servir de canal para efetivação dessa solidariedade arrecadando doações e providenciando sua remessa para os necessitados, substituindo-se com mais agilidade ao próprio Estado ou muitas vezes agindo em consonância com ele.

Quando a calamidade ocorre em território nacional, tudo funciona bem e a mobilização da solidariedade social se traduz em volumosa e ágil ajuda aos necessitados. Contudo, quando a desgraça ocorre em solo estrangeiro, dá-se a frustração de quantos desejariam participar efetivamente do socorro aos atingidos.

Tendo em vista a restrição legal, a ação benemérita fica dependendo dos governos ou de embaixadas, os quais nem sempre conseguem equacioná-la a contento.

Na origem da norma restritiva, está presente o aspecto de política tributária no sentido de que a renúncia ao poder de tributar somente se justificaria se ela reverter integralmente para os necessitados nacionais, ou, a *contrario sensu*, no sentido de que não se deveria exigir dos cidadãos brasileiros que contribuam um pouco a mais para que as instituições em gozo de imunidade possam aplicar seus recursos em benefício de necessidade ou de outros países.

Entretanto, em diretriz que poderia ser considerada saudável na época de sua instituição, quase cinquenta anos atrás, está ultrapassado. O Brasil de hoje evolui e enriqueceu o suficiente para poder oferecer... Auxílios estrangeiros em suas próprias... Não dá para entender aqui... Também como prestador de solidariedade principalmente aos povos mais pobres. O País ostenta o galardão da décima economia mundial, com mostras de que, em poucos anos, poderá alcançar pelo menos mais cinco posições no *ranking* de riqueza das nações. A prosperidade aumenta a responsabilidade do País em diversos aspectos, sendo um deles a de ser solidário com os mais necessitados, até porque essa solidariedade é fator importantíssimo como instrumento de promoção da imagem externa, principalmente no contexto em que se almeja o papel de liderança.

A alteração preconizada pelo projeto é prudente e modesta. As instituições imunes poderão aplicar no exterior em projetos e atividades de ajuda humanitária num caso de catástrofe nada mais do que 5% das suas receitas anuais. E poderão também livremente encaminhar ao exterior as doações que receberam que receberam para o mesmo fim, ou seja, funcionando apenas como canal de solidariedade.

Sr. Presidente, em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2010, Complementar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador Eduardo Amorim, que fez a leitura do relatório apresentado pelo Senador José Agripino.

A matéria continua em discussão, e nós a votaremos no momento em que o quórum for atingido.

Eu vou pedir uma outra gentileza ao nosso querido Senador Eduardo Amorim. O Item nº 1 é um projeto de autoria da Associação Brasileira de Radiodifusores; a relatoria é do Senador Mozarildo Cavalcanti. Trata de sugestão com a finalidade de permitir a compensação fiscal das emissoras de televisão pela cessão do horário gratuito em todas as modalidades de propaganda gratuita.

Parece-me que já foi construído um entendimento. Não há nenhuma polêmica, mas nós faríamos a leitura do relatório hoje. A discussão continua, e nós votaremos no momento em que o quórum for atingido.

Com a palavra, V. Exª, se assim aceitar.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Pois não, Presidente.,

Irei direto, mais uma vez, ao fundamento, Sr. Presidente.

A Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1977, Lei Eleitoral, em seu art. 99, e a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, Lei dos Partidos Políticos, no parágrafo

único, art. 52, estabelece que as emissoras de rádio e TV têm direito à compensação fiscal do espaço cedido para veiculação de propaganda partidária ou eleitoral gratuita. As emissoras podem, portanto, nos termos do art. 1º do Decreto nº 5.331, de 4 de janeiro de 2005, na apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, excluir do lucro líquido para efeito de determinação do lucro real, valor correspondente a oito décimos do resultado da multiplicação do preço do espaço comercializável pelo tempo que seria efetivamente utilizado pela emissora em programação destinada à publicidade comercial, no período de duração de propaganda eleitoral ou partidária gratuita.

No entanto, a lei pertinente não previa, época da apresentação da Sugestão nº 4, de 2006, compensação semelhante para referendos e plebiscitos, o que, conforme a argumentação da Abra, é essencial para amortização dos custos operacionais das emissoras – pessoal, energia elétrica, despesa administrativa, etc. – com a transmissão da propaganda obrigatória.

Ao tempo em que reconhecemos a justeza da reivindicação, consideramos superada a iniciativa, tendo em vista a edição da Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009, que altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995; a Lei dos Partidos Políticos, Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições; e a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, o Código Eleitoral

A nova redação dada ao art. 99 da Lei nº 9.504, de 1997, pela Lei nº 12.034, de 1994, assim estabelece:

§ 1º O direito à compensação fiscal das emissoras de rádio e televisão previsto no parágrafo único do art. 52 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, e, neste artigo, pela cedência do horário gratuito destinado à divulgação das propagandas partidárias e eleitoral, estendendo-se à veiculação de propaganda gratuita de plebiscitos e referendos de que dispõe o art. 8º da Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998.

Verifica-se, portanto, que a Sugestão nº 4, de 2006, perdeu seu objeto, em razão da edição da norma regulamentadora sobre a matéria.

VOTO

Ante o exposto, o parecer é pelo arquivamento da Sugestão nº 4, de 2006.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Eduardo Amorim. A matéria também vai continuar em discussão e será votada no momento em que tivermos o quórum adequado.

Eu estava hoje dando preferência aqui aos não terminativos...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Mas eu tenho um projeto, o sétimo. Se o senhor permitir que o leiamos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Qual?

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – O sétimo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, vamos fazer a leitura do sétimo, por sugestão...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Eu sou o relator, é terminativo, mas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fazemos a leitura, sem prejuízo de a discussão continuar.

Então, V. Exª está com a palavra.

Por sugestão... Vou colocar em votação – V. Exª vai concordar – para que antecipemos a votação.

ITEM 7
- Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 216, DE 2004

Altera o art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dando prioridade de tramitação às causas judiciais em que seja parte pessoa portadora de deficiência.

Autoria: Senador Alvaro Dias.

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Projeto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em caráter terminativo, sobre Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2004, de autoria do Senador Alvaro Dias, que altera o art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dando prioridade de tramitação às causas judiciais em que seja parte pessoa portadora de deficiência.

Vou direto, mais uma vez, Sr. Presidente, aos fundamentos.

O mérito da proposição é nítido. A morosidade dos processos judiciais tem pelo mais do que dobrado para as pessoas com deficiência, que já precisam lutar pelo simples direito de inclusão na sociedade. Nas situações em que ocorram distorções em desfavor dessas pessoas ou naquelas em que os problemas que a todos afetam representem injustiça maior, é justa e necessária a discriminação positiva. Não raro, a luta pela acessibilidade deságua no Poder Judiciário, sendo extremamente importante dar vazão, rapidamente, a essas demandas, que têm relação com a justiça e a igualdade na nossa sociedade como um todo.

As pessoas com deficiência estão sujeitas aos mesmos transtornos que pontuam a vida de todos cidadãos e mais alguns, como todos sabemos. As pessoas idosas ou com determinadas doenças graves contam com o direito à tramitação prioritária dos processos judiciais. Assim, por afinidade substantiva,

é justo que estendamos o mesmo direito às pessoas com deficiência.

O substitutivo adotado na CCJ é igualmente meritório, inclusive por estender também aos processos administrativos o tratamento diferenciado. Contudo, identificamos a necessidade de um pequeno reparo na técnica legislativa, desde a redação original da proposição. O inciso que se pretende incluir no art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, será incluído, na verdade, no parágrafo único do mesmo dispositivo. Propomos, assim, somente essa alteração àquilo que já foi aprovado na CCJ.

O voto, Sr. Presidente, por essas razões, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2004, na forma da emenda (substitutivo) aprovada na CCJ com a seguinte subemenda:

Subemenda:

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º da Emenda nº 1, da CCJ, ao Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2004:

Art. 1º O parágrafo único do art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, passa a vigorar, acrescido do seguinte inciso VI:

VI. Dos processos judiciais e administrativos, em qualquer instância, prioridade na realização de todos os atos e diligências em que figure como parte ou como interveniente pessoa portadora de deficiência definida em lei, desde que a causa tenha um vínculo com a própria deficiência.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O Senador Eduardo Amorim apresentou o seu parecer, que melhorou, inclusive, a redação com as emendas aqui apresentadas.

Cumprimento V. Exª. Quando tivermos o quórum suficiente, aprofundaremos, naturalmente, a discussão do relatório e também a votação da matéria. Esse é um projeto terminativo; então, a votação teria de ser nominal.

Eu ainda gostaria de encaminhar dois requerimentos extrapautas que me chegam neste momento:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento, solicitamos audiência pública para debater as políticas para a população indígena, uma questão de direitos humanos, em comemoração ao Dia do Índio.

O Dia do Índio é 19 de abril. Vamos ter um grande movimento aqui em Brasília nesse dia. Então, nesse dia nós vamos receber aqui delegações dos povos indígenas, para que apresentem as suas propostas, as suas reivindicações aqui, na Comissão de Direitos Humanos.

Isso nós temos feito praticamente todos os anos, em algumas datas simbólicas. E, se V. Exªs concordarem, nós colocaríamos esse requerimento extrapauta, para que fizéssemos aqui uma homenagem e, ao mesmo tempo, ouvíssemos as justas reivindicações dos povos indígenas. Eu sou daqueles, Senador Eduardo Amorim, que dizem sempre: se há alguém que, neste País, foi discriminado foram principalmente os índios. Inclusive, mais do que os negros! Os índios foram praticamente exterminados no nosso País e os negros – sou negro e digo isso com muita tranquilidade: nós hoje somos 50% da população deste País, enquanto os povos indígenas devem ser em torno de 1% a 2%.

Então, é mais do que justo que a gente pare para refletir sobre a situação dos povos indígenas. E, por isso, estamos propondo essa sessão de homenagem aos povos indígenas no próximo dia 19 de abril.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – CE) – Mais do que justo, Presidente! Mais do que justo. São os habitantes naturais, os detentores, aqueles que criaram, que estiveram aqui, nesta terra, desde o descobrimento. Nós temos uma dívida enorme com essa população.

Então, temos consciência disso. E o mínimo que podemos fazer é não só externar os nossos agradecimentos nesse dia, mas também ouvi-los, lutar realmente pelos seus direitos e fazer a justiça por que clamam e que é necessária a esse povo, que é o nosso povo, que é a nossa gente, que já estive aqui e nos acolheu, naquele momento em que os portugueses adentraram este País, este continente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado pela concordância, Senador Eduardo Amorim. Nós convidaríamos, inclusive, os órgãos de Governo responsáveis pelas políticas públicas em relação aos povos indígenas, além de, naturalmente, as principais lideranças.

Eu só peço à Secretaria-Geral da Comissão que apresente, já na próxima reunião, o que é possível ainda, o nome de todos os nossos convidados, dentro dos órgãos de Governo, responsáveis pelas políticas públicas em relação aos povos indígenas.

Todos nós sabemos o que acontece nas aldeias, infelizmente, pelas denúncias que já chegaram aqui: o número de crianças que morrem, o número de suicídios, a falta de atendimento na saúde, enfim. O Estado brasileiro, nesse dia, vai poder responder sobre o que está fazendo a favor dos povos indígenas.

Então, em votação o requerimento, já que houve concordância do Senador.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Temos um outro requerimento, que vai na seguinte linha:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente, com fundamento no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, para debater o Mapa da Diversidade do Setor Bancário, elaborado para promover a igualdade de oportunidades para todos os brasileiros, independente de sua cor, sexo e idade, tendo ou não qualquer tipo de deficiência.

Nós já fizemos aqui, uns anos atrás – se não me engano, foi a Febraban, Federação Brasileira de Bancos –, e foi um belo debate. Eles expuseram aqui como os bancos estão tratando essa questão das diferenças: quantos empregados deficientes nós temos no setor bancário, quantos negros nós temos, quantas mulheres nós temos, enfim, principalmente nessas áreas que sofrem mais discriminação.

Eles apresentaram um relatório naquela oportunidade, inclusive muito positivo. E ficou o compromisso de eles voltarem para apresentar o desdobramento. Então, foi mediante esse entendimento que nós faremos essa nova audiência pública, em que apresentarão o seu trabalho. Eu, particularmente, acho que poderíamos até ampliar, chamar também um setor da indústria e do comércio, para que também apresentem. Por exemplo, nós já tivemos um debate, que foi até aqui eu não digo questionado, mas a representante da CNI deixou um ponto de interrogação, porque ela gostaria de apresentar mais o que o setor está fazendo na política de cotas, por exemplo, às pessoas com deficiência – está assegurado na lei que tem de haver um percentual de deficientes nas empresas –, e o que eles estão fazendo para a formação.

O grande debate que se dá, nesse corte das diferenças, é que o setor empregador – independentemente de ser bancário, de ser banqueiro, de ser da indústria, de ser do comércio, de ser do setor dos hospitais, das universidades ou mesmo da área rural – fala muito da falta de preparo que as pessoas com deficiência no caso, segundo eles, não têm um preparo mínimo para essa ou aquela função. Não todos. Mas, digamos, há vagas e não há pessoas que estejam preparadas para aquela atividade.

Então, nós abriremos esse dia para que esses setores coloquem a sua posição e traremos também representantes da sociedade civil que colocarão também o seu ponto de vista.

Por exemplo, o que eu percebo? Eu, que vim – sempre digo isso porque todo mundo pensa que quem veio de metalúrgica é torneiro, porque pegou a marca do Lula; eu, pelo contrário, era marceneiro, eu trabalhava com madeira. Tirei o curso no Senai e, claro, depois fiz outros cursos de ajuste, mas, dentro da metalurgia, eu era um marceneiro. Eu trabalhava com madeira e fazia os moldes para fundição e para forjadura.

E o que a gente percebe? Nesse setor, por exemplo, da metalurgia, as próprias empresas estão formando os seus profissionais, mediante incentivos do Governo – ou não, em muitos casos – dentro da própria indústria, o que é muito positivo. Eu, por exemplo, estive na Marcopolo, em Caxias do Sul, visitando um setor onde estavam cerca de setenta ou oitenta jovens que estavam ali, aprendendo a profissão, tendo um curso técnico dentro da própria empresa, o que é muito positivo.

Então, eu acho que nesse dia daremos oportunidade para o debate da colocação, no corte, que a gente chama, das diferenças – estou falando aqui das pessoas com deficiência e de outros discriminados – dentro das empresas, e o que a gente pode fazer para avançar mais, para que aqueles que são discriminados tenham oportunidade de trabalho.

Dr. Eduardo Amorim, Senador, eu uso, às vezes, uma frase, em que digo que trabalho é lazer. Quem não tem o direito ao trabalho não tem o direito ao lazer. Porque o que é uma pessoa ficar no ócio dia e noite, ou caminhando nas ruas ou vendo televisão. Então, para mim o trabalho é um complemento do lazer. Chego a dizer que para mim é lazer. Eu não consigo ficar sem trabalhar. Calcule eu ficar o dia inteiro em casa olhando para a florzinha ou para o cachorrinho que passou. Enfim, para mim, trabalho é lazer. Acho que se as pessoas entendessem a importância do trabalho e do estudo, nós não teríamos ninguém andando pelas ruas, claro, dando oportunidade a eles. Não sei se V. Exª gostaria de fazer alguma consideração.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Eu concordo, Sr. Presidente. É o que aquela nobre frase popular afirma, realmente o trabalho engrandece, faz enriquecer todos nós, com dignidade, com valores, com conhecimento, e também, claro, com lazer, na medida em que mantemos ativos todos os sistemas, todos os órgãos, enfim. Aliás, como o senhor bem disse, é um complemento, tudo isso, e é uma necessidade, sem falar que é por meio do trabalho que você leva dignidade para as famílias, o sustento, enfim. Mas também tem esse outro lado que muitos não enxergam, que é o lado prazeroso. Então, quando você não cumpre um trabalho com prazer, é um trabalho pela metade ou, digamos, incompleto.

O senhor tem toda razão, essa história de humildade que o senhor conta, sua história particular com certeza é um exemplo para muitos jovens.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Eduardo Amorim. Eu sempre digo: esteja onde estiver, faça com amor, faça com carinho, faça com vontade, que você será compensado pela lei da vida, com a energia da vida. Se você passa uma energia positiva, para mim você recebe energia positiva. Quem passa energia negativa, acaba recebendo energia negativa.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Eu também acredito nisso, Presidente. Defendo muito isso e procuro expressar isso. Acho que temos que passar o positivo. Lógico que muitas vezes o não é uma correção de rumo, o que é necessário também. Muitos "nãos" são necessários, mas é positivo, temos que trabalhar e só agradecer ao bom Deus porque acredito n'Ele. Há quem não acredite, eu respeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu acredito. Estamos de acordo aqui.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Também acredito, pelo milagre da vida. Presidente, é que não fazemos as contas, mas como médico digo que são mais de 100 mil batidas cardíacas por dia. Cem mil. De onde saem, de onde são originadas? De um grupinho de células, que têm um diferencial para todas as outras, que permite a entrada de sódio e a saída de cálcio com maior facilidade, e aí se cria uma polarização na célula e se cria o estímulo elétrico para todas essas batidas. Então, não é à toa. É o perfeito equilíbrio, e é o milagre. Para mim é um milagre, e temos que ser gratos a esse milagre, fazendo, cumprindo nossa missão, lutando pelo social, pelo que é justo, lutando por aquele que não tem a força e a energia necessária para lutar, lutando por aqueles que não têm os instrumentos necessários para as diversas lutas.

Acho que só assim poderemos agradecer ao bom Deus por esse milagre, a que muitas vezes não damos valor, como vemos aí, toda essa violência despropositada, sem justificativas.

Eu acredito nisso, e vale a pena continuar lutando porque no mínimo estaremos sendo gratos a Deus.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador. Se talvez as pessoas tratassem um pouco mais da alma, do coração, do sentimento, da vida, nós conseguiríamos fazer com que nas escolas também a aprofundássemos esse debate da alma, da mente, do coração. No meu entendimento, estaríamos combatendo com muita força a violência que existe em nosso País. E se, em cada casa, em cada local de trabalho, também as pessoas olhassem um pouco para essa questão da energia, da construção coletiva, da solidariedade, da paz, nós avançaríamos mais e não estaríamos... Como será a audiência de segunda-feira, que aponta o que fazer mediante a violência sem nenhum tipo de limite....

Eu ouvi hoje, por exemplo – e concluo essa minha fala e passo a palavra a V. Exª – que, num condomínio em São Paulo que tem a maior segurança que já vi em um condomínio, simplesmente entraram, bateram, arrombaram e levaram tudo. Então, chegou-se a um ponto em que mesmo os poderosos têm que entender... Na minha casa eu tenho cerca elétrica, mas não adianta cerca elétrica, não adianta muro – eu tenho muro, naturalmente – não adianta nem o sistema integrado de segurança, porque claro que sempre ajuda, mas não adianta. Esse condomínio de São Paulo tinha todo o esquema de TV, de segurança, de vigilância, de cerca elétrica. Eles abriram um espaço no muro, entraram pela área verde, que era muito bonita, diga-se de passagem, e levaram tudo.

Então, é chegado o momento em que os poderosos têm que entender também que temos que aprofundar esse debate e mostrar que vai chegar o momento em que nem que eles fiquem cercados com muros de aço e de ferro, nada vai resolver porque a violência vai atropelar.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Pois é, Presidente, haverá uma inversão de valores, é o preço. Estarão aí, como o senhor está descrevendo, presos nas suas casas, nas suas próprias residências.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Presos nas próprias residências. Seu exemplo é perfeito.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Acho que o melhor caminho é lutar pela justiça social, levar a igualdade, dar o direito a quem realmente tem todo o direito. E se vivêssemos todos esses princípios que o senhor descreveu, Presidente, com certeza não precisaríamos normatizar tudo, absolutamente tudo. Porque é impressionante como, a cada dia que passa, a gente tem que normatizar e criar leis para isso e para aquilo. Daqui a alguns dias teremos que criar leis para dobrar a esquina, se será permitido ou não, seguir em frente, enfim, mas isso é a ausência da vivência dos princípios. Se tivermos os princípios como norteadores, como leis, de fato vividos integralmente, não precisaremos positivar tanto em tanta coisa.

Então, a gente ouve: "Não, mas isso não precisa, isso já é óbvio". Mas estão ganhando uma juridicidade, todos os passos, todos os caminhos. É natural.

Quando um convênio recebe um reajuste em consequência de uma inflação, em consequência de perda, seria natural que esse percentual passasse para os profissionais, porque a ideia que passa – discutimos

aqui semana passada – é que os profissionais estão sendo remunerados com aquele percentual a mais, que eles estão recebendo aquela correção, e isso nem sempre acontece. Ou seja, vamos ter que entrar com um projeto, uma propositura para que isso aconteça, o que não precisaria. Isso é um exemplo, entre tantos outros. A cada dia começamos a buscar os detalhes para termos que normatizar os detalhes, em detrimento dos princípios, por consequência do esquecimento e da falta de vivência, realmente, dos princípios.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Eduardo Amorim. Vamos colocar em votação, então, o requerimento que trata da diversidade no emprego. Convidaremos aqui o setor bancário e outros para que apresentem qual o seu compromisso, que, no fundo, é qual a sua política de direitos humanos dentro do local da sua atividade.

Em votação. Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Chegou-me mais um requerimento aqui, que tem tudo a ver com V. Exª. Acho que, se V. Exª concordar, poderia assinar esse requerimento, pelo que já li aqui. Se me permitirem V. Exªs:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, nos termos do art. 90, inciso XIII, combinado com o art. 142, ambos do Regimento deste Senado Federal, requeiro a realização de diligência em conjunto com a Subcomissão Permanente de Promoção de Acompanhamento e Defesa da Saúde aos Hospitais, com a finalidade de apurar a situação de calamidade que se encontra a saúde no Brasil.

Se V. Exª puder assinar... Eu gostaria que ficasse: de autoria do Senador Eduardo Amorim e eu assino junto, mas ele seria o primeiro signatário, ok?

Está com a palavra V. Exª.

Enfim, é uma audiência e diligências, inclusive, para discutir a saúde.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Isso é muito salutar, Presidente. Com toda certeza, saúde pública é uma das questões mais relevantes. Neste momento, uma das mais preocupantes para o nosso povo e para a nossa gente.

Temos um sistema quase que perfeito, por meio de sua construção, de seus princípios de sustentação, das colunas que sustentam o SUS, mas que ainda clamam por afetividade em muitos em muitos cantos.

Então, a gente vê, por exemplo, no meu Estado, Sergipe, que não há um hospital oncológico. Não há um hospital propriamente dito para tratar de paciente com câncer. A oncologia do nosso Estado está inserida, está dentro de um hospital de urgência, ou seja, muitas e muitas vezes – digo isso porque eu já vivi e já presenciei, não falo teoricamente, falo de uma vivência –, já presenciei paciente oncológico, por exemplo, que, próximo a entrar na sala cirúrgica, de repente, chega um paciente acidentado, tem que ser retirado e colocar o outro, porque o outro é mais emergente, ficando ali o paciente que tem um tumor no seu corpo crescendo e deixando para um segundo momento . Mas era o que se poderia fazer naquele segundo momento.

Essa é uma situação extremamente angustiante não só para quem vive, mas também para familiares, porque a gente sabe que o sucesso do tratamento do câncer, muitas vezes, está relacionado a dois fatores: à precocidade do diagnóstico – falo isso de uma maneira geral, não falo para todos os casos, porque, lógico, existem as exceções – e à efetividade e continuidade do tratamento.

Então, se o tratamento não é contínuo, se ele é interrompido por diversos fatores, com certeza, isso faz com que essa batalha seja perdida, não seja vencida em muitos e muitos momento. Então, isso é mais do que salutar.

Outra coisa, Presidente, no dia em que a oncologia sair de dentro desse hospital de urgência, ou seja, ir para um espaço próprio, um espaço de diagnóstico, de pesquisa, de ensino, de treinamento, de recuperação, porque não é só remover o tumor, mas, sim, reabilitar esse paciente, nos diversos aspectos, físicos, psicológicos, enfim social. Cerca de 20% dos leitos daquele hospital de urgência serão disponibilizados para tratar pacientes de urgência.

Essa luta, digo aqui, nós estamos travando junto com diversos profissionais; o povo de Sergipe junto, lógico, com o Governo do Estado que também clama aí para que o Governo Federal auxilie-nos e libere a emenda de bancada para a construção desse hospital.

Apenas dois Estados do Nordeste, segundo informações que temos, não têm um hospital do câncer: Sergipe e Piauí. Espero que esteja muito próximo em Sergipe, que não atende só a Sergipe, atende ao norte da Bahia, ao sul de Alagoas e a outros Estados circunvizinhos.

Então, dou aí um testemunho da necessidade de uma audiência como essa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Eduardo Amorim, que é médico e mais do que ninguém fez a defesa do requerimento para analisarmos essa questão da saúde.

Senador Vicentinho, com a palavra.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Presidente, bom dia, bom dia a todos, Senador Eduardo, eu quero aproveitar a oportunidade, Presidente,

nesta Comissão para convidar todos, Senadores, Senadoras, servidores, os demais presentes, a imprensa: segunda-feira, às 11 horas, nós teremos uma sessão solene para comemorar o Dia Nacional do Índio. Portanto, estão todos convidados, aproveitem essa oportunidade, e a presença de V. Exª vai engrandecer muito o ato, porque V. Exª, sensível como é...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Segunda-feira a que horas?

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Às 11 horas. E estarão os nossos índios do Brasil para que a gente possa, além de discutir os assuntos dos povos indígenas, também prestigiá-los, pelo menos uma vez no ano.

Inclusive, já registramos na Casa um projeto de indicação sobre a Secretaria Nacional dos Povos Indígenas. Nós temos que resolver esse problema, Sr. Presidente, porque os nossos índios, efetivamente, estão desassistidos no Brasil e não é por falta de interesse do Governo central, da Presidente Dilma. É exclusivamente por questão de gestão. Precisamos unificar as ações da Secretaria de Saúde Indígena, da Funasa, da Funai em um ponto convergente, que imagino eu a Secretaria Nacional dos Povos Indígenas, nos moldes da Secretaria Nacional da Mulher, nos moldes da Secretaria de Igualdade Racial, todos ligados à Presidência da República. Aí nós não vamos ter os nossos índios divididos ao meio nas ações, vamos tê-los sendo atendidos no todo.

Portanto, nós queremos, na segunda-feira, fazer essa homenagem, discutir esses assuntos. A Funai está precisando urgentemente de uma reformulação, quase trinta anos no mesmo modelo, acho que tudo avançou, o País avançou, o mundo avançou, e precisamos urgentemente ter uma atenção especial.

Para o senhor ter uma ideia, Presidente Paim, se o senhor for aqui no aeroporto, Terminal 2, as aeronaves da Funai estão morrendo – como os aviadores falam – no pátio. Mais de dez anos, dinheiro público, abandonado, sol, sereno, está lá, nada se faz. Há aviões Xingu, há aviões Sêneca abandonados, em plena capital federal. Por aí você imagina o restante. Quer dizer, se ali não está servindo, faça um leilão, aproveite o recurso, invista nas aldeias. E os índios têm transporte na Amazônia, de modo que a Funai está gastando dinheiro com fretamento de aeronaves, se tem aqui, no pátio de Brasília, as aeronaves da Funai sendo abandonadas há muitos e muitos anos.

Ali demonstra a falta de atenção com o recurso público por parte da Funai. Isso um item apenas. Está aqui, qualquer brasileiro pode ir ao Terminal 2 que verá o abandono das aeronaves da Funai.

Portanto, nós vamos discutir tudo isso, um novo modelo, e procurar sempre valorizar os nossos índios do Brasil.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Vicentinho, pode contar com a nossa presença nessa segunda-feira. Nós teremos aqui uma reunião da Comissão, terminando, nós vamos para o plenário, com V. Exª, com certeza absoluta, e a previsão de terminar a Comissão está com V. Exª.

Eu queria também dizer que, e faço questão que V. Exª assine, nós lembramos que o dia 19 é o Dia do Índio e nós faremos, no dia 19, uma reunião aqui na Comissão para debater esse tema e V. Exª tem que ser o primeiro signatário também deste requerimento.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Com o maior prazer, Presidente.

Presidente, vou pedir licença para me ausentar, porque faço parte da Comissão de Infraestrutura Nacional e lá está havendo uma sabatina e uma indicação para um diretor da Anac.

Com hoje, quinta, o quórum é baixo, eu devo estar lá presente.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fique à vontade, até porque a nossa reunião hoje é não deliberativa, pois, para ser deliberativa, teríamos que ter a presença e o quórum de, no mínimo, onze Senadores.

Mas eu aproveito este momento para informar as próximas audiências que nós vamos ter; lembrar que, nesse sábado, nós vamos ter uma diligência da Comissão em Belo Monte. O pessoal sai daqui às 9 horas da manhã. Na segunda, às 9 horas da manhã, vamos ter aqui o debate em relação à violência. Eu já li o nome de todos que vão participar, desde psiquiatra, psicanalista, psicólogos, professores, que discutirão a questão.

Senador Pedro Simon! O Senador Pedro Simon sempre chega na hora certa.

Eu aqui falava da importância desta audiência de segunda feira. Ainda na segunda, a partir de 11h30 estaremos no plenário na sessão de homenagem aos povos indígenas. Isso no dia 19, quando teremos dois momentos: iniciaremos aqui às 9 horas do dia 19 discutindo Políticas Indígenas, Uma Questão de Direitos Humanos; na segunda feira, teremos o debate sobre a violência e depois a audiência pública no Senado. Na quinta não trabalharemos aqui porque será feriado, se não eu estaria aqui na quinta também. Já na próxima segunda feira, dia 25, estaremos aqui às 9 horas, no debate O Tribunal de Contas e os Direitos Humanos; nesse mesmo dia 25, a partir das 11 horas, por inicia-

tiva nossa também, estaremos no plenário do Senado debatendo a situação dos aposentados e pensionistas. Ainda no dia 25, à tarde, após as 14 horas, discutiremos aqui o estatuto do motorista. No dia 27, estaremos debatendo a situação de empregados domésticos. No dia 28, aí, sim, uma sessão deliberativa, em esforço concentrado, para votarmos projetos terminativos.

Na outra segunda, dia 2, audiência pública aqui pela manhã para discutirmos proposta da Anvisa para retirada de circulação dos medicamentos inibidores de apetite. À tarde, faremos o debate lembrando o 1º de maio, Dia Internacional dos Trabalhadores. Dia 3, Dia Nacional da Imprensa, quando estaremos aqui em audiência pública já acertada para discutir a violência contra o jornalista e em prol da liberdade de imprensa. No dia 9, por iniciativa do Senador Vicentinho debate sobre a situação carcerária no Brasil. No dia 25, por iniciativa da Senadora Marta Suplicy, debateremos Cidadania e GLBT, teremos o debate na comissão, inclusive com convidados estrangeiros.

Por fim, destaco e informo aos membros da Comissão de Direitos Humanos que ontem estivemos no Supremo Tribunal Federal, com a Ministra Carmem Lúcia discutindo a situação de trabalhadores, aposentados e pensionistas do Aerus que, com a falência da Varig, da Vasp e da Transbrasil, ficaram sem receber o que tinham de direitos. Por exemplo, citei aqui a historia do comandante que recebia em torno de 12 a 13 mil reais e recebe hoje 150 reais. Foi muito boa a audiência com a Ministra Carmem Lúcia, que disse que dará prioridade para que a matéria seja analisada pelo Pleno do Supremo Tribunal Federal. Nós perguntamos sobre prazos porque sabemos que muitos companheiros do Aerus estava na expectativa desse resultado. A ministra não pode fixar prazo que depende, naturalmente, da pauta do tribunal, mas, assim mesmo, quero dizer que estou dialogando tanto com a AGU quanto com o Ministério da Previdência.

Estivemos reunidos ainda ontem no Ministério da Previdência, e a Graziela, representando o Sindicato dos Aeronautas, esteve lá com a delegação, com os técnicos. Avançamos na discussão do tema. Isso não significa que tenhamos construído o acordo, mas – eu sou aquele teimoso e otimista – nós vamos perseguir o acordo até o final. Se não der, o Supremo que decida. A vida é assim. Mas nós faremos tudo...

Está acertada uma reunião com a presença – aí, sim, eu estarei em nome da presidência da Comissão de Direitos Humanos – do Ministro Garibaldi, para ver o que é possível construir. Vamos também, naturalmente, convidar para essa reunião Luís Adams, que é o líder maior da AGU, o advogado-geral da União, para estar lá conosco nessa perspectiva.

A questão do Aerus é uma questão que vem de governo para governo e até hoje não foi resolvida. A situação é desesperadora. Eles mostraram vídeos. fotos, de inúmeros aposentados que morreram sem receber aquilo a que tinham direito. São depoimentos da maior gravidade. Entendo que a responsabilidade é do Estado brasileiro, porque não fiscalizou como devia. No debate que fiz lá na Comissão de Assuntos Sociais, o próprio órgão do Governo encarregado da fiscalização reconheceu que teria de ter fiscalizado e não fiscalizou e houve a apropriação indevida do dinheiro e quem pagou a conta, outra vez, foram os trabalhadores. No nosso cálculo, comparando o que o governo deve às companhias e o que elas devem ao governo, vimos que há um saldo positivo para os trabalhadores. Estamos – há três ações nesse sentido – esperançosos, porque se o acordo não for construído – o montante pode chegar a dezesseis bilhões de reais e o acordo pode ficar em torno de quatro a cinco bi –, se não for feito o acordo, que o Supremo decida. É claro que vou rezar, vou me ajoelhar, vou implorar, para que se decida a favor dos aposentados e dos pensionistas do Aerus.

Quero também informar a todos, porque alguns pensam que a gente desistiu da batalha pelo fim do fator previdenciário; estão enganados. Nós temos nos reunido no Ministério da Previdência com técnicos do meu gabinete, técnicos do Senado, com técnicos do Ministério da Previdência. Nós estamos dialogando e já recebemos uma contraproposta por parte do Executivo. Vamos agora, em outra reunião, com a presença do Ministro Garibaldi, aprofundar o debate. O eixo do entendimento é a PEC nº 10, de nossa autoria, que parte da idade mínima na mesma lógica que foi feita na política de entendimento aprovada na questão dos servidores públicos. Tem uma regra de transição, depois tem, a partir da regulamentação da lei, uma vez aprovada, que dali para a frente, como é para o servidor, é 55 e 60 anos. Antes disso, na regra de transição, o princípio é aquele: o colega que inicia como servidor aos 18 anos, com mais 35 anos de serviço soma 53 anos; o trabalhador do Regime Geral começa com 16 anos com mais 35, igual a 51. Aí se faz a regra de transição, de modo que para aqueles que entrarem no sistema daqui para frente ou após a aprovação lei seja 55 e 60.

Está em debate também – não vou esconder, sei que grande parte das pessoas que estão nos assistindo nesse momento sabem da importância disso – a fórmula 85/95. Mas deixo claro que não é aquilo que passaram para a população, pois a fórmula 85/95 não significa que você terá de ter 85 anos de idade ou 95. É o seguinte: mulher, 30 anos; homem, 35. Soma com a idade e aí vai dar... Por exemplo, uma mulher tem 32

anos de contribuição e tem 50 anos de idade, o que dá 82 e ela precisaria chegar a 85. Se ela tivesse 53 anos – não precisaria ter 55 anos – e os 32 de contribuição estaria apta a se aposentar. Eu estou falando o que é a fórmula 85/95. Para o homem, é a mesma coisa, sempre com cinco anos a mais. Lembro ainda que, hoje, com a aplicação do fator previdenciário, a mulher, para se aposentar com salário integral, tem de ter, no mínimo, 60 anos de idade, o que é uma discriminação, quando sabemos que a regra geral é 55 anos. Com 55, aposenta-se com salário integral.

Então, isso é mais uma prestação de contas que nós, em nome desta Comissão e da Subcomissão que presido... Sempre alguém pode dizer: "este assunto não é tratado aqui". Como não é tratado aqui? Eu trato aqui tudo aquilo que é relacionado ao ser humano. E a aposentadoria tem tudo a ver com o ser humano; o salário tem a ver com o ser humano; a questão da educação tem a ver com o ser humano. Mas, ainda por segurança, eu presido a Subcomissão de Trabalho e Previdência, e nós estamos fazendo um trabalho conjunto. Quando vou para esses fóruns de debate, eu vou representando a Subcomissão do Trabalho e da Previdência e também a Comissão de Direitos Humanos.

Enfim, essas são as informações que eu tinha para dar àqueles que acompanham o nosso trabalho aqui, na Comissão de Direitos Humanos, e também lá, na Subcomissão de Trabalho e Previdência, convidando todos a assistirem e participarem conosco aqui do debate de segunda-feira – com a presença dos convidados cujos nomes vou ler em seguida –, pela importância desse debate sobre a violência nas escolas e nas ruas, a partir dos últimos casos ocorridos no Brasil: Yan Evanovick, Presidente da UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas); Roberto Franklin de Leão, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Gícia de Cássia Martinichen Falcão, Subsecretária de Educação Integral, Cidadania e Direitos Humanos; Dr. Antônio Geraldo, Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria; Luciano Wagner Guimarães Lírio, Presidente da Sociedade de Psicanálise; Vincent Defourny, representante da Unesco no Brasil, e ainda Rosilene Correa, Diretora do Sinpro-DF, coordenadora da campanha Quem Bate na Escola Maltrata Muita Gente.

Contamos com a presença de todos vocês.

Apenas, repito aqui, a pedido da secretaria-geral: se todos concordam com que os requerimentos que aqui eu li sejam considerados como aprovados, peço que permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Então, todos os requerimentos que aqui eu li, propondo audiências públicas, estão aprovados. Inclusive um que propõe uma diligência em sintonia com a Subcomissão de Saúde, da Comissão de Assuntos Sociais.

Está encerrada a presente reunião.

ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 18 DE ABRIL DE 2011, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dois minutos do dia dezoito de abril de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim),** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assina o livro de presença os Seguintes Senhores Senadores **Paulo Paim e Vicentinho Alves.** O Senhor Senador Cícero Lucena Justifica ausência dos trabalhos do Senado Federal, no período de 10 a 18 de abril de 2011, por motivo de estar em representação do Senado Federal no 10º encontro Internacional de Investimento Empresarial Economia e Comércio, na China. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte Pauta, em duas partes: Primeira Parte. **Item único –** Audiência Pública, **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento nº 7, de 2011 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 17/03/11, **a fim de debatermos a violência nas escolas, notadamente contra os professores**. Convidados que comparecem e fazem uso da palavra: Paolo Fontane, Coordenador da Área de Educação da UNESCO no Brasil, em Representação ao Sr. Vicent Defourny, UNESCO no Brasil; Luciano Wagner Guimarães Lírio, Presidente da Sociedade de Psicanálise de Brasília; Antônio de Lisboa Amâncio Vale, Professor representante do Senhor Roberto Franklin de Leão, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE; Rosilene Correa, Diretora do SINPRO/DF; Yann Evanovick, Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES; Antônio Geraldo, Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria – ABP; Gícia de Cássia Martinichem Falcão, Subsecretária para Educação Integral, Cidadania e Direitos Humanos do Distrito Federal. Segunda Parte. Deliberativa. **Item 1**. **Requerimento nº 51, de 2011**, que requer a realização de reunião deliberativa conjunta das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, e da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com o objetivo de discutir e votar o PLC nº 41, de 2010, que versa sobre a Lei Geral de Acesso à Informação. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. O Senhor Presidente abre os trabalhos e nomeia os

convidados que comparecem e solicita que tomem lugar à mesa. Em seguida, o Senhor Presidente faz suas considerações iniciais e dá a palavra aos convidados. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. É apresentado o vídeo do *Segundo Encontro de Capoeira e Grafite da Regional do Guará com Educadores Populares*, *que demonstra a iniciativa para fomentar a diversidade e a cultura de paz nas escolas*, o final da apresentação e acompanhado de aplausos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas e doze minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 14ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação. *(Pausa.)*

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovada.

Nesta manhã de segunda-feira, vamos desdobrar nosso trabalho em dois momentos. A primeira parte é esta audiência pública, nos termos do Requerimento nº 7, de 2011, da CDH, de autoria deste Senador e de outros, a fim de debater a violência nas escolas e nas ruas. Já apresentei, em 2009, dois projetos que tratam desse tema: um deles o Senado aprovou e está na Câmara, e o outro ainda está nesta Comissão de Direitos Humanos.

Vou rapidamente anunciar os nomes, para, depois, chamar para compor a Mesa os nossos convidados.

Foi convidado para esta audiência pública o Sr. Paolo Fontani, que é coordenador da área de educação da Unesco no Brasil, em representação ao Sr. Vincent Defourny, representante da Unesco no Brasil. Foi convidado também o Sr. Antonio de Lisboa Amâncio Vale, professor representante do Sr. Roberto Franklin de Leão, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); o Sr. Antônio Geraldo da Silva, Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP); o Sr. Yann Evanovick, Presidente da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubes); a Srª Rosilene Corrêa, Diretora do Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro-DF); a Srª Gícia de Cássia Martinichen Falcão, Subsecretária para Educação Integral, Cidadania de Direitos Humanos do DF; e ainda o Sr. Luciano Wagner Guimarães Lírio, Presidente da Sociedade de Psicanálise de Brasília (SPB).

Esses são os nossos convidados. A maioria já está aqui presente.

Passo, então, neste momento, a formar a primeira Mesa, convidando a dirigir-se à Mesa o Sr. Paolo Fontani, coordenador da área de educação da Unesco no Brasil; o Presidente da Ubes, o Sr. Yann; a Diretora do Sinpro, a Srª Rosilene Corrêa; o Sr. Luciano Wagner Guimarães Lírio, Presidente da Sociedade de Psicanálise de Brasília; a Srª Gícia de Cássia Martinichen Falcão, Secretária para Educação Integral, Cidadania e Direitos Humanos do DF.

Há mais dois convidados que ainda estão se dirigindo a esta audiência pública e que, em seguida, estarão aqui conosco.

Esta audiência pública tinha sido aprovada – é bom que se destaque isto – antes mesmo do fato que aconteceu no Rio de Janeiro. Todos nós que atuamos nessa área temos visto, e o povo brasileiro tem acompanhado, fatos não da mesma envergadura – que bom que não o são! –, mas, infelizmente, fatos semelhantes que vinham acontecendo em todo o Brasil: no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro, em São Paulo, na Bahia, no Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais. Eu diria aqui, sem medo de errar, que não existe Estado do Brasil em que não esteja acontecendo aquilo que chamamos de *bullying*. É uma agressão mesmo praticada dentro das escolas, na porta das escolas, na periferia das escolas, envolvendo familiares, alunos e professores. E foi com essa preocupação que já tínhamos marcado essa audiência pública há muito tempo. Entendemos que, a partir do momento em que acontece esse fato que todos condenam, que a sociedade toda condena, é importante analisarmos também a que ponto chegamos, onde estamos errando, onde nós, sociedade brasileira, estamos errando, para que essa violência não continue.

Quem pegou as revistas do fim de semana – acho que todos aqui leram – viram que isso foi manchete em todas as revistas, em todos os jornais. Eu mesmo tenho aqui um dos jornais que me passaram recentemente que mostra a gravidade dos fatos, inclusive a pesquisa anunciada nesse fim de semana. Se não me engano, mais de 80% das crianças, enfim da juventude – vocês poderão falar muito mais do que eu no momento em que se aprofundarem – sabem do fato, viram o fato, e praticamente a metade desses foram agredidos pelo chamado *bullying.* Independente disso, depois do fato do Rio de Janeiro, a gente viu e todos assistiram pela tevê aquele fato de Santos, onde um carro saiu simplesmente atirando e atirou em oito jovens: seis ou sete foram baleados, e um faleceu na hora. Quem não viu ontem...? As cenas são de sexta-feira, mas foram mostradas no dia de hoje: três jovens

– querendo ou não eram assassinos, mas eram três jovens – que desceram de um carro, espancaram e depois esfaquearam um outro jovem em São Paulo, com 31 facadas.

É isso que nos leva a este momento. Quando pedi essa audiência pública, antes do caso do Rio de Janeiro, eu não queria ficar no debate sobre desarmar ou não. Qual é a saída? Armar ou desarmar a população? Claro que todos nós vamos dizer que é desarmar, mas só a palavra "desarma, desarma, desarma" não resolve, até porque sabemos da gravidade a que os fatos levaram e com o que nós todos estamos convivendo: o contrabando das armas. Mas não é esse o debate que estou propondo hoje.

Estou deixando bem claro que não estou aqui para debater questão de arma ou não. Estamos sendo transmitidos, ao vivo, para todo o Brasil. Tenho certeza de que a TV Senado está sendo acompanhada por uma grande audiência em todo o Brasil. Foi anunciado que teríamos o debate hoje, com um enfoque diferente: falarão professores, alunos, psiquiatras, psicanalistas sobre o que está acontecendo, para onde vamos, sobre essa violência sem limites.

É claro que nós condenamos todo tipo de violência, seja oral, seja física, mas a preocupação é enorme, e nada melhor do que a Comissão de Direitos Humanos para fazer esse debate.

Com essa rápida introdução, vou, de imediato, iniciar as nossas conversas aqui com nossos convidados. Já que está presente, vamos convidar também para esta Mesa, apertando um pouquinho aqui, o Sr. Antonio Geraldo, Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria, para que use da palavra.

Vou começar, seguindo a ordem que recebi aqui. Há algum problema?

Então, o primeiro convidado a usar da palavra é o Sr. Paolo Fontani, coordenador da área de educação da Unesco no Brasil. Se eu errar a pronúncia, naturalmente, ainda assim, o senhor vai entender. Eu não passo de um marceneiro, que virou metalúrgico e que, hoje, é Senador. Todo mundo diz que é metalúrgico e torneiro. Sempre falo isso nesta abertura. Eu era marceneiro, produzia moldes dentro da fábrica e, por isso, virei metalúrgico.

Então, por favor, tem a palavra o Dr. Paolo Fontani, representando a Unesco.

O SR. PAOLO FONTANI – Muito obrigado pelo convite. Muito obrigado, Senador, por nos convidar para estar aqui nesta Mesa.

Como representante da Unesco, vou fazer uma abordagem bastante simples, na verdade, sobre o que é a nossa percepção da violência. Vai ser uma coisa provavelmente menos emocional, mas um pouco mais baseada na nossa percepção da violência como elemento que impede o direito à educação. Estamos numa Comissão de Direitos Humanos, e a nossa abordagem verdadeiramente tem uma visão de direitos. Como Unesco, sobretudo, estamos tentando fazer com que todas as crianças e adolescentes estejam nas escolas. Sabemos que a violência é um elemento que impede o acesso ao direito à educação de crianças e adolescentes. É desse ponto de vista que vou falar da violência.

Nós sabemos que a educação tem algum tipo de retorno para a sociedade. Normalmente, consideramos o retorno econômico: a pessoa vai à escola e depois faz um trabalho mais qualificado. Então, a sociedade e o indivíduo têm um retorno pessoal, mas, na verdade, a educação tem uma série de outras vantagens que vão da melhoria da saúde e da melhoria do tipo de coesão social e de capital social a um impacto bastante importante sobre a violência. Vou me debruçar sobre esse aspecto principalmente.

Claramente, sabemos que a violência tem uma série de consequências que afetam o indivíduo e a sociedade através da violência nas escolas. Os efeitos são sobre a saúde, o desempenho, a interrupção do processo de aprendizagem, até um impacto negativo na comunidade. Alguns desses impactos eu vou analisar, mas a violência ou ameaça da violência é uma das principais causas de perda da concentração, do aumento de sensação de medo, da perda de interesse pela escola e, finalmente, da evasão escolar do aluno. Nós sabemos que o Brasil tem bastante problema de evasão e de abandono. Nós sabemos, por estudos bastantes coerentes, que a violência é um dos elementos que levam à evasão e ao abandono. A violência tem também um impacto sobre a qualidade do ensino, porque apresenta um problema de gestão e de ensino para a maioria dos professores.

Vejo que o tema de hoje é também a violência e os professores. O ponto é que muitas vezes os professores, como gestores, não são habituados, não têm preparação para lidar com violência. A violência é um elemento que poucos de nós, na verdade, afortunadamente nascidos em circunstâncias melhores do que os nossos pais ou nossos avós, não temos com que lidar muito, necessariamente. Não temos guerras mundiais de grande porte nos nossos países, mas é verdade que a violência é um elemento bastante assustador para cada um de nós. Professores não têm necessariamente uma formação para lidar com isso. Isso provoca grandes problemas nas aulas.

Agora, quais são os elementos de violência? Bom, primeiramente, é claro que a violência tem um impacto físico. No caso de violência escolar, isso pode incluir ferimentos leves e graves, contusões e fraturas.

Tomando, por exemplo, o caso dos Estados Unidos, um país da América, os assaltos apresentam aproximadamente 10% de todas as lesões que ocorrem nas escolas americanas. No Brasil, por exemplo, quase 37% dos homicídios são cometidos por jovens. O custo da violência juvenil é estimado aproximadamente em R$32 bilhões por ano. Então, violência física.

Mas a violência tem também uma repercussão muito forte no desenvolvimento emocional e na saúde mental das pessoas. Depois, teremos especialistas que vão falar muito melhor disso, mas as vítimas de violência podem sofrer comprometimento imediato do desenvolvimento emocional, sofrimento mental e perda de saúde a longo prazo, o que pode contribuir para problemas físicos de saúde, bem como para estresse pós-traumático, aumento de comportamento agressivo e aumento do risco de abuso de substâncias.

Na verdade, há um problema importante que vamos abordar: muitas vezes, as crianças que são vítimas de violência e abuso fora da escola correm o risco de trazer essa mesma violência e agressividade para dentro da escola. Isso se transforma em agressividade física e psicológica ou em problemas de saúde, reforçando também aquele ciclo negativo entre violência na escola e violência na comunidade.

A situação do Rio de Janeiro: os motivos que levaram aquela pessoa a fazer o que fez são muito complexos para serem analisados neste momento, mas um dos elementos de que estamos falando é claramente o *bullying* que ela sofreu, que detonou uma série de comportamentos que não necessariamente cada um de nós vai ter, mas uma situação de patologia importante pode levar a algum tipo de reação. Algumas análises de outros eventos desse tipo, particularmente nos Estados Unidos, dão sempre testemunho de uma relação entre, particularmente, vivência na escola que depois se transformou no alvo da violência do estudante e também de uma relação entre *bullying* sofrido e violência que se manifestou.

Um outro elemento que consideramos como negativo e de forte impacto sobre o desempenho escolar é o discurso do castigo corporal. O Comitê dos Direitos das Crianças tem recomendado muito fortemente a todos os países a proibição de castigos corporais em crianças, que tem um forte impacto para o bem-estar físico, psicológico e social de crianças e adolescentes. Então, a violência tem uma série de impactos negativos, quer sejam físicos, psicológicos ou relacionados aos desenvolvimento da personalidade da criança.

Bastante interessante – acho que é um elemento fundamental do nosso debate sobre a escola – é o fato de que a escola tem de representar, na verdade, um lócus privilegiado do desenvolvimento psicossocial e humano de cada um de nós, das crianças, dos adolescentes e dos adultos. De repente estamos aqui falando na escola, na verdade, como um momento de violência. Isso acontece não somente no sentido de que a violência, mais e mais, está presente nas paredes das escolas.

O relatório mundial da Unesco de 2011, por exemplo, estava apontando muito claramente que a escola – não estou falando do Brasil, mas de outros países – está se tornando também alvo de ataques diretos em situação de conflito. No passado, a escola era mais ou menos preservada de ataques físicos – mesmo em caso de guerra ou de conflitos civis –, mas hoje vemos que a escola, em situação de conflito ou de guerra, torna-se alvo específico de ataques armados. Isso se reflete também no fato de que hoje o Brasil, como muitos outros países, estão, desafortunadamente, discutindo por que a violência é tão forte, por que a violência é tão comum nas nossas escolas. Acho que isso está mais ou menos testemunhando uma mudança de paradigma: pode ser que a educação não seja considerada mais tão sagrada como era, pode ser que as crianças não sejam consideradas tão sagradas como eram, pode ser que a nossa visão de que a violência esteja se tornando muito mais ampla ou muito mais restrita, pode ser que não se considere mais espancar alguém na cara uma violência. Não sei, mas se deve analisar essa série de elementos conjuntamente, para descobrir o que está acontecendo. É a nossa percepção da violência que está mudando? Passou-se a aceitar que a criança pode ser objeto de violência? Aceitamos que a escola não tem mais um papel tão importante e, então, pode ser alvo de violência indiscriminada?

Vou passar agora a alguns dos elementos que, através de uma análise de literatura e também de particulares tipos de pesquisa, demonstram ter efeito positivo no combate à violência escolar – algumas medidas, algum tipo de ação, algum tipo de princípios de fundo.

Em primeiro lugar, as escolas que estão fortemente relacionadas com a comunidade são aquelas escolas onde é menos provável que a violência ocorra. A existência de confiança entre os membros da comunidade, a interação dos pais com a escola, um sentimento de pertencimento dos alunos que estão envolvidos na gestão da escola, professores que estabelecem um verdadeiro diálogo com os alunos: todos esses são fatores que têm uma correlação muito positiva com a redução dos níveis de violência.

Um segundo elemento importante para nós é que a violência – isso é bastante evidente também na realidade brasileira – acontece predominantemente nos bairros vulneráveis, com altos níveis de pobreza e exclusão social. Quem corre mais risco são os jo-

vens do sexo masculino, que tendem a abandonar a escola e cair num padrão de criminalidade e violência perpetuando o ciclo de exclusão. Então, esses jovens teriam de ser os principais beneficiários de qualquer política ou programa para combater a violência através da educação.

Em terceiro lugar: toda política ou programa de combate à violência nas escolas deve relacionar a educação com oportunidades de emprego para evitar a geração de mais frustração nos beneficiários de tais programas. Isso é ainda mais importante à luz dos resultados de pesquisas que mostram que um ano adicional que leva a um diploma tem um maior retorno em termos de redução de oportunidades e motivação para o crime. Então, é a oportunidade de ter um avanço verdadeiro, uma oportunidade verdadeira de melhoria da própria vida, da própria possibilidade de crescimento social, é essa oportunidade que também funciona no sentido de programas de redução da violência nas escolas.

Finalmente: as intervenções na fase inicial são as mais bem sucedidas e rentáveis. Os primeiros anos são fundamentais para o desenvolvimento social e intelectual da criança, e a violência nessa fase tem um impacto enorme e duradouro sobre as atitudes e comportamentos. Muitos estudos recentes apontam a importância da educação de zero a três anos. O Brasil decidiu estender e ampliar a educação obrigatória também aos quatro e cinco anos. Há uma série de pesquisas nas últimas décadas que mostram muito claramente que os primeiros anos de desenvolvimento da criança têm impacto fortíssimo no desenvolvimento futuro da criança.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O senhor tem mais cinco minutos, com a tolerância de mais cinco minutos, se necessário.

O SR. PAOLO FONTANI – Está bem, mas vou terminar antes disso.

Então, quando vamos pensar em fórmulas políticas, temos de pensar que a educação infantil e a educação pré-escolar têm de ser também momentos estratégicos para o combate à violência.

Eu queria terminar só dizendo que há dois problemas ou, na verdade, dois ângulos sob os quais se deve olhar esse aspecto. O primeiro é como combater a violência nas escolas. É claro, temos um problema de violência, temos o problema de *bullying* – depois, se vocês quiserem, podemos discutir diferenças sutis ou nem tão sutis entre *bullying* e violência –, mas o ponto é: temos um problema a enfrentar – violência e escola, violência nas escolas. Eu acredito também que temos de utilizar o outro ângulo, que é o ângulo positivo do processo educativo. A escola é também um lugar importante, o processo educativo tem de ser um lugar importante para combater a violência. Então, por favor, tentemos ver o problema das escolas e da violência não como um problema de paredes ou de muros ou de portões ou de detectores de metais para dividir a escola da sociedade. Vamos tentar ver também a escola como aquele lócus privilegiado em que podemos começar a combater verdadeiramente a violência, seja a violência nas escolas ou fora delas, na sociedade, porque as duas não são claramente separadas, mas são aspectos de um mesmo problema.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vou manter a intercalação: fala um especialista na educação, fala um representante dos professores, fala um estudante e falam também aqueles que, nesta audiência, falarão pela Associação Brasileira de Psiquiatria e também pela Sociedade de Psicanálise. Nesse sentido, peço que use a palavra neste momento o Sr. Luciano Wagner Guimarães Lírio, Presidente da Sociedade de Psicanálise de Brasília (SPB).

O SR. LUCIANO WAGNER GUIMARÃES LÍRIO – Agradeço o convite para participar da audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, feito pelo Senador Paim. Estou aqui representando a Sociedade de Psicanálise de Brasília enquanto seu Presidente. Agradeço também a oportunidade de debater com os colegas da Mesa e com os presentes.

A violência nas escolas, entre os jovens e desses para com os adultos tem se intensificado. Essa violência se dirige especialmente contra aqueles que ocupam um lugar de autoridade, como os professores, e também contra os que estão em situação de fragilidade, o *bullying*. Esse sintoma é hoje epidemia e indica que algo de muito grave vem acontecendo, não só no Brasil mas em quase todos os países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Discutir o fenômeno da violência nas escolas envolvendo adolescentes nos remete a pensar sobre o que acontece nessa etapa da vida. Na adolescência, os hormônios sexuais provocam uma mudança rápida no organismo. Em cinco ou seis anos, o corpo da menina e do menino se transformam em corpo de mulher e de homem, principalmente no que se refere à força física e à capacidade reprodutiva, o que nem sempre a mente consegue acompanhar. Isso, por si só, já é problemático.

Além das mudanças biológicas, existe todo um percurso psíquico de identificação e diferenciação mobilizando intensa turbulência emocional. A construção

de um psiquismo para conter a violência pulsional se dá a partir do vínculo com o outro. Inicialmente é o seio a mãe; depois é a mãe, que a criança deseja toda para si. Ao mesmo tempo, a criança terá de lidar com um terceiro, o pai, que interdita esse tudo que é a mãe. Para que esse desenvolvimento transcorra em bons termos, a função materna de acolhimento e a função paterna de colocação de limites, contenção, são fundamentais – aqui estamos nos referindo às funções e não às figuras concretas de mãe e pai.

Vamos, então, desenvolver os conceitos de contenção e acolhimento. A contenção é o "não" que vem de uma autoridade que respeita a criança e que se faz respeitar. É um "não" que frustra, põe limites e, ao mesmo tempo, protege a criança do seu querer imediato, absoluto. Este "não" se estabelece muito cedo na personalidade e é a matriz do que chamamos de superego ou consciência no seu sentido ético e moral. É a castração simbólica que significa a impossibilidade da realização plena do desejo pela interdição instaurada pela função paterna, que vai possibilitar à criança condições de lidar com os impulsos violentos que emergem do *id*. Essa é a primeira lei a ser interiorizada na primeira sociedade que conhecemos, isto é, o núcleo familiar. Essa estrutura cria condições para que, mais tarde, o adolescente e o adulto respeitem o outro e a natureza, respeitem a lei vigente numa sociedade, desde que esta seja justa.

No sentido sexual, a interdição é que o filho não pode manter relações com a mãe e, por extensão, com suas irmãs e parentes. O seu complemento: não matar o pai. Trata-se de uma interdição básica que é o sustentáculo da convivência humana. Sem essa lei, o ser humano não teria meios de realizar a passagem do estado de natureza para o estado de cultura.

O acolhimento propicia sintonia com as necessidades materiais e emocionais da criança, é o afeto, o cuidado. Esse atendimento é fundamental para o desenvolvimento psíquico da criança, ou seja, a capacidade de lidar com os seus impulsos, buscando a realização do desejo, mas podendo substituir e adiar a satisfação levando em consideração a realidade.

Esse é o processo de construção da simbolização e da criatividade. Mas não é possível se ter garantia de que uma criança que recebeu cuidados adequados na primeira infância não venha a desenvolver condutas sociopáticas ou violentas na adolescência, mas é menos provável que isso venha a acontecer, comparativamente a outra criança que foi submetida a maus tratos e abandono. Há que se salientar que, na contemporaneidade, a família, por motivos diversos, vem perdendo espaço na formação da personalidade dos filhos para outros elementos da cultura, tais como: a influência de grupos, gangues, Internet, TV. Cada vez mais se verifica a ausência da figura paterna na família. As crianças passam menos tempo com a família e, quando estão em casa, frequentemente, estão no computador, em redes sociais ou em jogos. Falta diálogo entre os familiares. Cada um no seu mundo sem que haja troca afetiva ou conversas sobre assuntos pessoais.

Essas crianças e jovens que não desenvolvem capacidade psíquica, para lidar com seus impulsos, tendem a levar para o ambiente escolar suas dificuldades emocionais, podendo chegar a desrespeitar e agredir professores e colegas. Com essas condutas, esses jovens expressam um estado de mente que não suporta a frustração, a interdição, manifestando um ódio à lei e à autoridade.

Em Psicanálise, chamamos isso de transferência. Sentimentos, impulsos, experiências emocionais vividas com figuras parentais são transferidas para outras figuras que as representam. Os profissionais do ensino vêm sendo agredidos duramente no seu trabalho e têm motivos reais e imediatos para se sentirem ameaçados. Eles precisam desenvolver e aprofundar seus recursos psíquicos para enfrentarem essas situações de violência. Exercer as funções de contenção e acolhimento nesse contexto de tamanha violência é um grande desafio. Precisam também de reconhecimento social e de valorização do seu trabalho por parte do poder público e da sociedade.

Finalmente, gostaria de citar uma experiência relatada pela psicanalista Alice Becker Lewkowicz, em seu artigo "Entre a Psicanálise e a Educação – Diálogos e Experiências", apresentado no último Congresso Latino-Americano de Psicanálise, em Bogotá.

A experiência teve início em 2006, envolvendo a Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre, a Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre e os conselhos comunitários. Os esforços foram concentrados nas escolas das comunidades carentes de Porto Alegre. A equipe era constituída por psicanalistas, educadora, assistente social e pedagoga. A condição para que uma escola participasse era que todos, do diretor à funcionária da limpeza, estivessem inscritos no programa. E a pergunta era: quem são nossas crianças?

Os encontros aconteciam na sede da Sociedade de Psicanálise de Porto Alegre. Os trabalhos eram abertos em plenária, sendo que um psicanalista ou um profissional da área de educação faziam uma exposição sobre o tema durante 20 minutos. Depois, as pessoas se reuniam em pequenos grupos compostos por funcionários de diferentes escolas. Eram discutidos temas graves, como abuso sexual e moral, medo das educadoras, as dificuldades em ultrapassar políticas

de silêncio e as ameaças contra a vida dos professores e de seus familiares. Temas como o tráfico de drogas, adultos abusadores, abandono, negligência e todo o tipo de miséria humana eram recorrentes.

Dessa experiência emocional compartilhada ampliou-se a possibilidade de pensar e surgiram saídas criativas para muitas situações do cotidiano. Entendeu-se, entretanto, que certos problemas implicavam a implantação de políticas públicas e que, por conseguinte, extrapolavam o escopo da intervenção no âmbito psíquico. Esse trabalho continua e vem dando frutos.

Esse é apenas um exemplo que é possível fazer alguma coisa. Com certeza, essa problemática precisa ser tratada de forma interdisciplinar, como está acontecendo nesta audiência pública. Nós, da Sociedade Psicanalítica de Brasília, estamos dispostos a participar e contribuir com nosso conhecimento e prática para um enfrentamento da violência nas escolas. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Antonio Geraldo da Silva, Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria, que está aqui conosco na Mesa; também está aqui conosco Antonio de Lisboa Amâncio Vale, professor que representa o Sr. Roberto Franklin de Leão, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Gostaria de dizer que todos os convidados, 100% deles, estão aqui; isso quer dizer que o tema está mexendo, com certeza, com todo o povo brasileiro.

Sendo assim, da forma como eu havia acertado, convido, neste momento, para usar da palavra o Sr. Antonio de Lisboa Amâncio Vale, professor que representa aqui a CNTE.

Meus cumprimentos ao nosso convidado que, além de tudo, deixou um texto "Violência nas escolas", que pretendemos que fique registrado nos Anais da Casa. Gostaria que todos soubessem que é nossa intenção fazer um ciclo de debates sobre este tema. Inclusive, a sugestão foi da Senadora Gleisi Hoffmann e do Paulo Amorim. Assim, uma vez por mês teremos, em um trabalho conjunto da Comissão de Direitos Humanos e da Subcomissão de Educação, que vai tratar desse assunto, um debate sobre este tema: a violência nas escolas, nas ruas, *bullying*, enfim, na busca de encontrar caminhos para que fatos como aquele não voltem a acontecer.

Com a palavra o Sr. Antonio de Lisboa Amâncio Vale. O senhor tem dez minutos, mais cinco e mais cinco, se necessário.

O SR. ANTONIO DE LISBOA AMÂNCIO VALE – Inicialmente, quero agradecer o convite do Senador Paulo Paim, cumprimentar as pessoas aqui na Mesa e todos os presentes.

Acho que esta audiência pública vem em um momento muito oportuno, pois, com certeza, o que aconteceu no Rio de Janeiro, na semana retrasada, ainda não saiu do coração e da mente de todos nós, brasileiros e brasileiras. No entanto, não podemos, a meu ver, a partir da tragédia que aconteceu no Rio de Janeiro, entender ou limitar os programas da violência na escola. Costumo dizer que não é fácil, Senador, diminuir – não diria acabar – a violência no ambiente escolar pelo simples fato de que a escola recebe efetivamente a violência social.

A escola, de todos os equipamentos públicos, talvez seja o mais público. As pessoas não vão diariamente às delegacias, não vão diariamente ao hospital, não vão diariamente à empresa de telefonia, mas vão diariamente às escolas, seja porque trabalham lá, seja porque estudam lá, seja porque seus filhos estudam lá ou sua família trabalha lá.

Portanto, é a escola que mais recebe a influência da violência social. Por isso, não é fácil combatê-la, já que combater a violência no ambiente escolar é, antes de tudo, combater a violência na sociedade, construir uma cultura de paz na sociedade e, depois, construir uma cultura de paz na escola.

A escola, antigamente, assim como as igrejas, era um ambiente quase sagrado, onde todas as pessoas compareciam para trabalhar, estudar, como também para adquirir conhecimento, adquirir essa cultura que sai da escola e que deveria emanar da escola para a sociedade. Mas a escola, hoje, sofre um movimento contrário: recebe o resultado da violência da sociedade. E aí é preciso que se desmistifique algumas coisas que a imprensa, as autoridades, enfim, a sociedade como um todo começa a entender como, talvez, corretas ou verdadeiras.

Nessa semana, depois da tragédia, a imprensa divulgou diuturnamente, fez repercutir diuturnamente, exageradamente, a tragédia do Rio de Janeiro. E uma das coisas que mais me chamou a atenção foi uma reportagem que saiu na televisão – não sei exatamente qual, mas não é o caso de citá-la –, em que a repórter abordava de forma crítica, condenava de certa forma, o fato de que as portas daquela escola se abriram para que o rapaz fizesse o que fez, tentando demonstrar que a solução seria trancar a escola e exigir, talvez, uma segurança ainda maior ou uma rigidez ainda maior no acesso à escola.

Eu, particularmente, Senador, não consigo enxergar que se combata a violência na escola, trancando-a, exigindo que somente as pessoas que ali estudam, que ali trabalham possam entrar. Dessa forma, mais do que afastar a escola da sociedade, é transformá-la efetivamente, tentar transformar a escola em um

casulo, o que em nada vai resolver a violência na sua comunidade e nem diminuir a violência dentro da própria escola.

Comecei a dizer que não é fácil combater ou diminuir a violência escolar porque é fruto da violência social, mas talvez o melhor caminho, pelo menos com a experiência que temos, para diminuir a violência na escola é o contrário, ou seja, é abrir a escola para a comunidade escolar, fazer com que a sociedade se sinta dona, partícipe da sua administração.

Em Brasília, houve uma experiência, se não me engano, no ano de 1998, numa escola na expansão do Setor O, em Ceilândia, cidade satélite do Distrito Federal. Na época, eu era do Sindicato dos Professores de Brasília e fui convidado pela escola, pelos professores, que estavam alarmados. E a primeira coisa que nos chamou a atenção foi o muro da escola, o portão do muro da escola de três metros de altura mais arame farpado, etc. E esse portão estava cheio de marcas de balas. Os professores, é claro, estavam desesperados por terem que trabalhar naquele ambiente. Mas a diretora da escola, depois de uma série de discussões, resolveu fazer o contrário: abriu a escola, que tinha uma quadra de esporte, uma quadra de futebol de salão, uma das poucas da comunidade, nos fins de semana, para que a juventude pudesse usar a quadra, participar efetivamente, ter lazer, para que, enfim, houvesse um ambiente onde a juventude pudesse se divertir. E por incrível que pareça para alguns, a violência diminuiu na escola, porque a juventude passou a tomar conta da escola, passou a se sentir dona da escola.

Portanto, acho que a gente deve entender este processo de violência no ambiente da escola como fruto do ambiente social. Para combater a violência na escola, em primeiro lugar, temos de reconhecer que não é um problema fácil, não há um milagre, não há uma receita que possa ser aplicada e, a partir do dia seguinte, a violência deixe de existir e a escola passe a ser da paz. É um processo que deve, de forma cumulativa, levar a sociedade para dentro da escola e fazer com que a escola passe a ser, de fato, um ambiente da comunidade escolar, passe a ser resultado da convivência comunitária, passe a ser resultado da vida da juventude naquela comunidade escolar, porque, aí sim, ela passará a ter, como alguém disse, o sentimento de pertencimento, levará a juventude, a sociedade a tomar conta daquela escola.

De imediato, acho que algumas questões devem ser implementadas. Acho que um dos grandes problemas da violência escolar é a falta de lazer para a juventude. E uma das questões que, com certeza, pode ser implementada tanto pelo Estado quanto pela própria sociedade é propiciar cultura e lazer para a juventude para que ela possa, a partir do ambiente escolar, ter isso, porque muitas vezes não tem.

Há necessidade urgente de se combater o *bullying,* que não é uma coisa nova, acho que todos nós aqui, de alguma forma, já sofremos *bullying* uma vez ou outra na vida, mas que cresce muito em função da violência social e da forma com que a sociedade se enxerga hoje.

Muitas vezes, não conseguimos entender que uma sociedade que se valoriza pelo que tem e não pelo que faz, onde as pessoas são valorizadas pelo que têm e não pelo que fazem, leva à violência escolar. É claro que leva à violência escolar.

De imediato, Senador, algumas coisas deveriam ser feitas pelos governos federal, estaduais e municipais. E uma delas é entender que a juventude precisa de lazer, precisa de cultura.

A segunda questão é oferecer para quem trabalha dentro da escola segurança – não é segurança armada –, no sentido de se entender e saber tratar a violência dentro daquele ambiente.

Por fim, quero concluir dizendo que uma coisa, sem dúvida nenhuma, muito importante neste momento – e não é fácil de ser feita – é começar a discutir, inclusive com os meios de comunicação, se, de fato, esses meios de comunicação, que tanto usam as tragédias para vender jornal e anúncios na TV e no rádio, não estão, a partir de sua própria programação, diariamente, alimentando a violência social que, consequentemente, vai alimentar a violência escolar.

Se começarmos a discutir a violência social e o papel que as autoridades, que os meios de comunicação, que as associações de moradores, que os sindicatos, que as universidades, enfim, têm, talvez a gente comece a construir uma cultura de paz que, consequentemente, diminuirá a violência na escola. O que assusta, muitas vezes, é a gente ter que esperar uma tragédia acontecer para fazermos esse debate e não entender que é preciso que discutamos essa questão no dia a dia.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos também ao professor Antonio de Lisboa Amâncio Vale, que reforça o enfoque – e corrija-me, se necessário, professor – de que tem de haver investimento no social e a integração e não simplesmente querer colocar cerca elétrica, como o exemplo dado pelo senhor, e muro nas escolas. O debate avança com posições em todas as áreas.

Quero cumprimentar, de forma muito carinhosa, os estudantes do Centro de Educação 4, do Guará. Diversas escolas quiseram vir a este debate, vocês foram os sorteados e estão aqui acompanhando o debate.

Meus cumprimentos à escola, à direção, à moçada que está aqui conosco. *(Palmas.)*

Quero, de forma especial, dizer ao professor Paolo Fontani, que representa a Unesco, que, como a mesa estava super ocupada, eu falei para ele que ele poderia ficar aqui, mas ele disse que ficava no meio da moçada. Então, uma salva de palmas para o senhor também, que entendeu o momento em que eu estava numa saia justa, como a gente fala, de não poder colocar todos à mesa.

Passamos a palavra à professora Rosilene Corrêa, Diretora do Sinpro/DF.

A SRª ROSILENE CORRÊA – Bom dia a todas e a todos!

Quero cumprimentar a Mesa, na pessoa do Senador Paulo Paim, e agradecer o convite em nome dos professores da rede pública do Distrito Federal.

Fiquei muito feliz em saber que esta audiência estava pautada antes do ocorrido no Rio, porque o que a gente vem assistindo, infelizmente, é que quando ocorre um fato como aquele, chama a atenção de todo mundo, vira manchete de todos os jornais e revistas, mas depois vai passando. Não é um problema novo. A violência no ambiente escolar vem nos preocupando há muito tempo e agravando-se bastante. Isso é que hoje nos aflige mais.

Nós entendemos que, na escola, é preciso separar um pouco as coisas. Muitas vezes, a gente tende a fazer um debate da violência dentro da escola, como se ela nascesse no ambiente escolar. E nós sabemos que a violência é resultado, não temos como deixar de falar que é um problema social, sim, num país com desigualdade social, como a que temos no Brasil, infelizmente resulta nisso.

A violência social torna-se real, muitas vezes, dentro da escola. Como disse o Lisboa, a escola é um espaço de maior convivência que nós temos, diariamente estamos ali. Então, aquilo que se inicia lá fora vem, infelizmente, concretizar-se dentro da escola. E aí nós, profissionais de educação, os educadores, em especial, não somos preparados para lidar com essa situação. Nosso preparo é pedagógico, não é para lidar com situações de conflito. Penso que, a continuar como está, teremos que rever a nossa formação. Será que teremos que incluir na nossa grade curricular disciplina sobre como lidar com a violência na escola?

A saída não é essa. Este momento aqui prova isso. É responsabilidade de todos, e é claro que o Estado tem um papel fundamental nisso. Nós, professores, somos atores principais nesse processo, não tenho dúvida disso, a nossa responsabilidade é muito grande. Mas não podemos esquecer que nós fazemos parte desse processo também como vítimas. Então, não se pode transferir para a escola a responsabilidade que é de todos e, em especial, do Estado, principalmente porque o Estado infelizmente desempenha um papel de desvalorização do professor não só na escola mas para toda a sociedade.

Estávamos aqui agora comentado quem é que vai cuidar do professor, da saúde do professor. Aqui em Brasília, nós temos um quadro preocupante do quanto os professores estão adoecendo. É claro que um clima de desconforto e de medo dentro das escolas vai levar ao adoecimento do professor. E ele se sente também muito responsável pelas relações dos alunos na escola. É inevitável que um professor se envolva com a situação dentro da escola.

Quero pedir licença, porque aqui está o Professor Alisson, que é a prova de como a escola pode contribuir de uma forma fundamental nesse processo. Ele tem um trabalho social em Santa Maria, no Guará. *(Palmas.)*

Tem escola em São Sebastião que, há dois anos, desenvolve um projeto para lidar com situações de conflito, que tem tido um resultado muito positivo.

Então, é claro que a escola tem de ser vista não como um local que tem muita violência, mas sim como um espaço onde podemos combatê-la, transformá-la. Nós temos essa responsabilidade. A violência, é claro, é um fenômeno social mas que o Estado precisa entender como investimento, agir no social, porque aí terá um Estado que vai economizar naquilo que é punitivo.

Infelizmente, ontem à noite, eu estava vendo na televisão um programa onde havia uma roda de debate, uma mesa de debate, mas não havia um educador, não havia ninguém da área de saúde ou da área social. Tinha o Judiciário e a segurança, e o debate era como aumentar a punição, como reprimir mais.

Se levarmos o debate para esse caminho, vamos fazer uma campanha de armamento: todo mundo tem de andar armado. Eles estão indo na contramão da discussão, pensando em como mudar as leis para punir mais. Um projeto de lei está tramitando com o objetivo de estabelecer uma pena mais dura para quem cometer crime a um quilômetro da escola ou de um hospital. Essa é a solução? É isso que nós buscamos? É isso que nós queremos para os nossos jovens?

Temos de entender que a educação é um espaço fundamental nesse processo, mas que, para isso, é preciso que haja investimento. Nossos alunos devem sentir prazer em frequentar as nossas escolas. Nós, professores, temos de sentir que somos valorizados e que a educação é prioridade para um país, para seu desenvolvimento.

Enquanto isso não ocorrer, nós ficaremos assim mesmo, nós, professores, vocês, alunos, olhando para aquele prédio que não é bonito. E a gente passa, muitas

vezes, na frente de uma escola particular e fica com vontade de frequentar aquela escola. Às vezes, nos iludimos achando que ali não tem violência. Tem, só que a diferença é que o que acontece ali é resolvido ali mesmo no ambiente da escola ou no ambiente da família, que tem condições de procurar tratamentos. Dá-se outro recurso ao que acontece. Enquanto que, infelizmente, nossos alunos da rede pública muitas vezes são jogados à própria sorte. E aí entra o Estado punitivo para cuidar desse aluno, quando ele já está tomando um outro rumo, um outro caminho.

Nós não temos como tratar desse assunto sem tratarmos das nossas desigualdades. E isso que nos leva infelizmente a essa situação.

E nós hoje, adultos, temos de pedir desculpas a vocês, jovens e crianças, pelo mundo que nós preparamos para vocês. Cada um de vocês tem a responsabilidade de preparar um mundo melhor para seus filhos. Nós não soubemos fazer isso. (Palmas.)

Nós estamos aqui tentando reparar o mal, mas vocês podem, de fato, mudar essa realidade. Que daqui a pouco a gente possa ter uma escola onde possamos deixar os filhos – eu deixarei meus netos, porque meus filhos já estão concluindo a faculdade – para estudar com tranquilidade, que possamos trabalhar com tranqüilidade, sem ter que ficar olhando para a janela, olhando para o movimento dos meus alunos dentro da sala, preocupados com a reação que vão ter.

Esperamos que o Estado também assuma e entenda que os trabalhadores em educação também precisam ser cuidados. Estamos com toda a disposição, entendemos, como eu já disse, que somos atores fundamentais nesse processo, não nos negamos a esse papel, muito pelo contrário, somos parte dele. Mas o que queremos, aí vale para as autoridades de nosso Estado, é que entendam que educação é investimento. Enquanto a educação for vista como despesa, infelizmente, viveremos essa realidade, e aí é preciso que façamos uma inversão nesse papel. Temos de investir para que não tenhamos, inclusive, de aumentar os presídios do nosso País. Entendo que o lugar dos nossos jovens e das nossas crianças é na escola. E aí precisamos também que essas famílias sejam cuidadas, que os pais dessas crianças tenham emprego, tenham dignidade para poder cuidar dos seus filhos, para que eles não assistam, em casa, a situações de violência, porque aí, sim, eles vão repetir esse gesto dentro da escola.

Então, nós não temos outro caminho a não ser isto: as nossas escolas também precisam pautar a paz no seu dia a dia. Não adianta eu promover uma atividade em um mês que eu tirei para ser o mês da paz na escola; tem de ser no cotidiano da nossa escola. Os nossos projetos, a programação do ano da escola, todas as disciplinas, a paz tem de permear todas as atividades das nossas escolas. Se nós deixarmos para tratar disso só quando um aluno é agredido, o que vai acontecer é que estaremos nas manchetes, nas nossas tevês, nos nossos jornais só nessas situações.

Nós temos uma crítica também muito grande com relação à mídia, ao papel que a mídia desempenha nisso. Eu sou da secretaria de imprensa do meu sindicato e temos uma dificuldade enorme em convencer que uma emissora vá fazer uma cobertura quando a escola está promovendo algo positivo. Se uma criança se machuca – como sexta-feira, em Ceilândia – ou se um aluno agride ou um professor, algo, qualquer coisa negativa, aí eles vão todos, com toda a disposição, com todas as suas equipes para fazerem a cobertura e as especulações, mas, quando é positivo, infelizmente, não temos esse espaço. E aí, com certeza, repercute aquilo que é negativo na cabecinha de quem tem 15 anos, 14 anos, 17 anos, e isso tem um efeito muito ruim.

Eu não poderia encerrar sem dizer que nós somos vítimas também de um mundo capitalista, e os nossos jovens, infelizmente, se levam muito para o que está colocado, principalmente os garotos. Temos estudos de que os meninos se afastam da escola na fase da adolescência, que é exatamente o momento em que o garoto precisa ter dinheiro no bolso, tem de ter o tênis legal para conquistar a menina, enfim, aí ele vai tomar outro rumo, porque precisa ganhar dinheiro. Aí, a droga está bem na porta da escola, e ele vai, então, não só consumir, mas também vai traficar, vai vender para poder ter esse recurso com mais facilidade.

Enfim, os alunos, os nossos adolescentes acabam se tornando reféns dessa situação. É o consumismo que hoje também está tomando conta de nós. Esse mundo em que o corpo tem de estar de acordo com aquilo que se espera, com aquilo que é vendido, e também as minhas roupas, o meu celular tem de ser de última geração, porque, senão, serei criticado pelos meus colegas. Enfim, poderíamos passar aqui horas elencando todos os problemas e todas as causas que levam a uma situação como a que vimos vivenciando infelizmente.

Então, temos aí um grande desafio, que é mudar esse quadro, mudar essa realidade. Espero que possamos ter audiências para debater aqui as propostas pedagógicas para as nossas escolas, os projetos de lazer, de cultura para os nossos alunos, e não tendo que ficar, infelizmente, lamentando e buscando e com esse olhar de socorro com que todos nós ficamos na situação em que vivemos hoje.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Meus cumprimentos à professora Rosilene Corrêa, Diretora do Sinpro, que destaca... Ouvi a sua frase – acho que o Brasil todo ouviu e sentiu – em que, indiretamente, a senhora pediu desculpas à nossa juventude pela falta de investimento no social e de mais investimento na educação.

Meus cumprimentos pela fala.

Antes de passar a palavra, permitam-me destacar aqui, com muito carinho, a presença da professora Neide Rafael, da professora Joana Pereira, da professora Sabrina Tatiane Barreto, do professor Paulo César Rocha, do educador social Lucas Rafael, da professora Adriane Falcão, chefe do Núcleo Pedagógico, e aqui, é claro, de todos os alunos do terceiro ano do Ensino Médio do Centro Educacional 4 do Guará. Os alunos saíram de uma prova e vieram para a audiência, aceitando nosso convite.

Peço uma salva de palmas aos professores, a todos os alunos que estão aqui e àqueles outros que já foram citados. *(Palmas.)*

Neste momento, passo a palavra ao Yann Evanovick, que é Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes).

V. Sª está com a palavra, por dez minutos, com mais cinco minutos, se necessário.

O SR. YANN EVANOVICK – Bom dia!

Quero pedir licença aqui aos homens que compõem a mesa, com exceção do Senador Paulo Paim – a quem saúdo –, para saudar as mulheres, já que, inclusive, elas são maioria no nosso plenário. Saúdo a Rosilene Corrêa, Diretora do Sinpro do Distrito Federal, e a Secretária para a Educação Integral, Cidadania e Direitos Humanos do Distrito Federal, professora Gícia de Cássia Falcão. Saúdo o Senador Vicentinho Alves, que passou por aqui, e também os meus colegas do Centro Educacional 4, do Guará, que vieram participar desta audiência.

Temos de parabenizar muito a iniciativa do Congresso Nacional, do Senado Federal e da Comissão de Direitos Humanos de fazer o debate. Mesmo que a iniciativa do Senador Paulo Paim de chamar esta audiência tenha ocorrido antes do atentado de Realengo, mas é uma audiência que acontece no momento certo, já que se pauta hoje com muita força pela sociedade, mas em especial pelos meios de comunicação, a violência na escola.

Faço referência ao Senador Paulo Paim. Não é de hoje que ele trata dessas pautas com muita prioridade. Para aqueles que não sabem, o Senador Paulo Paim jogou, no último período, um papel decisivo na aprovação da PEC da Juventude, que incluiu o termo "juventude" na Constituição brasileira.

Acho que esse caso de Realengo faz com que a sociedade possa entender a situação em que hoje se encontra a escola pública brasileira, mas a escola como um todo, porque a violência... Acho que, apesar de haver diferença – falou aqui o representante da Unesco – entre a violência e o *bullying*, acho que a população brasileira, a forma mais fácil de ela entender é que, quando se ofende, seja fisicamente, seja verbalmente, isso também é uma violência. Isso acontece diariamente na escola. O que aconteceu em Realengo foi algo extraordinário; um cidadão que invadiu uma escola e matou 12 crianças. Doze crianças que estavam lá para estudar, para se formar, como cidadãs, e depois ter uma profissão na sociedade, poder ajudar a construir o nosso País.

Mas o que temos de fazer, o debate que precisamos fazer é o da violência que acontece diariamente na escola; dessa violência ordinária, que está todo dia na escola; que acontece do estudante para o professor e do professor para o estudante. E isso acontece porque, muitas das vezes, seja de ordem familiar... E aí quero ressaltar aqui o papel decisivo da família também na formação do jovem, no caráter do jovem como cidadão, mas também da escola. Mas isso acontece, muitas das vezes, porque a materialização dos problemas que a escola tem, sejam de ordem pedagógica, sejam de ordem estrutural, às vezes, se dá na figura do professor. A materialização de todo aquele problema para o estudante, às vezes, está ali naquele professor, e vice-versa: às vezes, a materialização dos problemas da escola para o professor está no estudante.

Vamos pensar em uma escola desestruturada, sem quadra poliesportiva, com um professor mal remunerado, e uma sala de aula com quarenta estudantes. De fato, o que está se passando naquela sala de aula? O que o estudante está aprendendo a ler? De fato, quais são as condições de trabalho que um profissional da educação tem para poder passar uma boa aula para aquele estudante?

Então, acho que precisamos partir daí. Nós não concordamos com essa lógica de transformar a escola em presídio. Não concordamos. Acho que a nossa escola não pode virar um presídio. Não vai ser isso que vai resolver e responder os problemas sociais. A escola pública brasileira tem de passar por um processo de afirmação de valores também, de valores importantes, valores coletivos, valores não de tolerância, mas de respeito à menina ou ao menino que é negro, ao menino ou à menina que optou por ser homossexual, à menina ou ao menino que optou por usar uma roupa diferente, colorida.

Temos de afirmar alguns valores, valores coletivos na escola, valores mais humanos na escola. É assim que vamos combater, de forma prática, a violência, mas também fazendo com que o Estado brasileiro, de forma prática, Secretária e Senador, encare a educação como prioridade. E não venham me dizer que educação no nosso País é a principal prioridade, porque não é. Basta vermos o quanto se investe do Produto Interno Bruto (PIB) em educação: investem-se menos de 5% do PIB em educação. O Brasil paga milhares e milhares de reais na dívida pública, mas investe menos de 5% do seu PIB em educação. Portanto, não é prioridade.

É óbvio. No último período, o movimento educacional brasileiro, o movimento estudantil, o movimento sindical, aqueles que têm compromisso com a pauta da educação, com a pauta do País – porque a pauta da educação é uma pauta do Brasil – conquistaram muito. Está aí o Governo Lula: mais de setecentos mil jovens por meio do ProUni; dobraram-se as vagas da universidade pública; construíram-se mais escolas técnicas em oito anos do que em cem anos desde a fundação do ensino técnico brasileiro.

Tivemos muitos avanços, mas hoje, da nossa população, somente 14% têm universidade, e 80% das vagas que são ofertadas hoje para nós estudantes são de universidades privadas. Mais de 50% dos estudantes de ensino médio – não são dados meus, são dados do próprio Ministério da Educação – se evadem. Ou seja, a média dos estudantes de 17 a 18 anos, anualmente, Senador, mais de 50% dos estudantes que adentram o ensino médio não concluem o ensino médio. Esses estudantes vão para onde? Vão para a rua!

Então, o Estado brasileiro tem de acordar, porque nós não aceitamos mais esse papo mole – desculpem-me a expressão – de que nós somos o futuro. Nós somos o futuro, mas queremos investimento no presente. Nós queremos ser prioridade do Governo e do País no presente, porque nós só vamos poder ter um futuro, podendo desempenhar um papel mais decisivo na sociedade, seja no mercado de trabalho, seja na política, seja em qualquer âmbito da Nação, se nós recebermos investimentos no presente. Para que não venhamos a repetir o gesto da professora – que foi um bonito gesto – de pedir desculpa a nós, para que não venhamos a pedir desculpas no futuro aos nossos filhos, o Estado brasileiro precisa investir agora. Estamos cansados de esperar.

Falei para a Presidenta Dilma, no dia 24 de março, quando estivemos com ela: Presidenta, nós estamos muito felizes pela sua eleição, já que tem um simbolismo muito grande para o nosso País, já que a senhora se tornou a primeira mulher eleita presidente deste País, mas nós não estamos satisfeitos com a educação como ela se encontra; reconhecemos os avanços, mas não estamos satisfeitos com o Estado, com a situação em que a educação no nosso País se encontra.

Acredito, Senador Paulo Paim, que estamos em um momento muito importante. Este ano, para aqueles não sabem, é o ano em que vai tramitar no Congresso Nacional o Plano Nacional de Educação (PNE). Esse plano tem por objetivo construir o que vai ser aplicado na educação durante os próximos dez anos. Portanto, tem vigência até 2020. Então, estamos no ano da educação, o ano que pode ser decisivo durante os próximos dez anos, porque é o ano em que o Estado brasileiro pode dizer o seguinte: vamos pagar um pouco mais a dívida que temos com a educação, investindo mais recursos em educação, investindo em uma boa remuneração profissional.

Eu sou daqueles que acham que educação não é despesa, é investimento. Sou daqueles que defendem que se invista mais em educação, mas para se aplicar bem. Recurso não é para sobrar em Ministério, recurso não é para ser aplicado onde não é estratégico, mas para ser aplicado bem.

Sou daqueles que acham que os problemas da escola não estão só vinculados seja à estrutura, ou seja à remuneração do profissional, mas também à capacitação do profissional. É muito importante que os nossos profissionais de educação sejam bem-remunerados, mas que nós tenhamos, também, professores qualificados, professores preparados para a sala de aula.

Então, esse debate vai chegar aqui ao Senado – Senador Paulo Paim, nós queremos contar com o seu apoio. Inclusive, aproveitando que nós estamos na TV Senado, eu quero-lhe passar, aqui, adesivos da nossa campanha de 50% do fundo social do pré-sal para a educação.

Aqui, todos sabem que o Brasil descobriu uma grande quantidade de petróleo na camada pré-sal e nós achamos que 50% desse fundo social têm de ser destinados para a educação, porque nós estamos cansados. O nosso País... Eu, que sou do Amazonas – lá, nós tínhamos muita borracha –, sei que em outros Estados, seja com minério, seja no período do açúcar, do café, enfim, em vários períodos que geraram muita riqueza, fruto de bens naturais do nosso País, essa riqueza foi mal distribuída.

Então, nós achamos que não dá para acontecer isso com o pré-sal e é por isso que nós defendemos que 50% do fundo social do pré-sal devem ir para a educação.

Aqui, também, o cartaz da nossa campanha, que defende que 10% do PIB, do Produto Interno Bruto, devem ir para a educação.

Já começou a tramitação na Câmara Federal, vai chegar ao Senado e nós esperamos ter êxito nessa luta.

Agora, a imprensa brasileira – e, aqui, é importante valorizar a imprensa brasileira, já que, através dela, nós conseguimos falar para mais pessoas – tem de entender, também... Eu participei, outro dia, da formatura da primeira turma de estudantes de Medicina do ProUni. No outro dia, eu abri os jornais para olhar e tinha, assim, cinco palavras: "Uns estudantes se formaram em Medicina."

Um cidadão, motivado sei lá pelo que, invade uma sala de aula, mata 12 estudantes e ele é manchete de todos os jornais. Ele é vinculado a todos os principais canais de TV.

Você faz uma passeata com dez mil, a imprensa diz que tem dois. Se um professor faz um projeto e tem bom desempenho, ele nem sai no jornal. Se uma passeata não sai num jornal, quanto mais um professor! E, no Brasil, professor é mal remunerado, não é? Em outros períodos, o professor era uma das figuras mais importantes, mas, hoje, não é mais, infelizmente. Para nós, é. O professor é muito importante, mas, hoje, você vê que o professor não é tratado como uma figura importante, sendo que ele é quem forma os políticos, ele é quem forma os médicos, enfim, quem nos forma.

O cidadão invade e sai em tudo que é canto. Eu começo a ficar preocupado, porque outras pessoas na situação desse rapaz podem querer fazer a mesma coisa para poder ser bem divulgado.

Eu acho que a imprensa tem de tomar cuidado com a forma como trata isso, porque qualquer cidadão, hoje – se dá para chamar de cidadão –, seja por que motivo for, se quiser sair em todas as capas de jornais ou em todos os canais de TV, vai poder invadir uma escola.

Fico muito preocupado, também, quando uma parcela da elite brasileira – é importante que se diga isso, porque não é uma parcela de pessoas carentes, ou seja, de estudantes de escola pública, ou de professores – faz esse tipo de debate, claramente, nessa linha do armamento.

Outro dia, eu estava assistindo à TV e o cidadão falou: "Olha, mas se o bombeiro que estava lá na escola estivesse armado, esse cidadão não tinha feito isso". Ou seja, se o bombeiro estivesse armado, se os estudantes estivessem armados, se os professores estivessem armados, aquele cidadão não teria feito isso.

Eu reafirmo: nós não queremos que as nossas escolas virem presídios.

Vá ao Estado de São Paulo, vá a algumas escolas da zona sul, como eu já fui: são abertas por pavilhão. Quem já foi em presídio sabe que ele é aberto por pavilhão. Você vai abrindo por área. Algumas escolas de São Paulo são desse jeito. Se, hoje, fossem desativadas, poderiam virar, amanhã, um presídio com tranquilidade, sem problema. Isso vai se repetir em nosso País.

Eu acho que a solução para os problemas que tem a escola pública – e a escola privada também –, seja *bullying*, sejam outras formas de violência, não se vão resolver com detectores de metal, não se vão resolver com policiais armados, não se vão resolver com estudantes armados ou com professores armados.

Eu acho que a gente os resolve reafirmando valores, eu acho que a gente os resolve melhorando a estrutura da escola, eu acho que a gente os resolve capacitando melhor os nossos profissionais de educação, mas eu acho que a gente os resolve quando o Estado passa a entender o papel estratégico que a juventude exerce em nosso País, um País jovem como é o nosso.

Amanhã, eu queria anunciar de primeira mão, nós vamos ter, tanto eu quanto o presidente da UNE, uma reunião com o Ministro da Educação, Fernando Haddad, para tratar de vários pontos. Eu vou apresentar para o Ministro a ideia de nós fazermos uma caravana pela paz nas escolas no Brasil – estudantes, professores e o governo –, para que a gente possa fazer esse debate na escola.

Eu não poderia deixar de falar, aqui, que eu acho que o Congresso Nacional é espelho para nós e é espelho para o País. A gente não pode permitir que deputado e senador andem por aí falando o que querem.

Nós temos liberdade de expressão, mas ninguém sai por aí sem roupa, não é verdade? A gente pode falar o que pensa, a gente tem liberdade de expressão, mas ninguém sai por aí andando sem roupa.

Eu queria deixar, aqui, o meu repúdio ao Deputado Federal Bolsonaro, pelas suas colocações, porque esse deputado presta um desserviço à democracia brasileira. Presta um desserviço. Um cidadão que defende a ditadura que matou e torturou, um cidadão que ataca os homossexuais como se fossem uma doença... E está aí, ele faz panfleto. Ele desafia a sociedade brasileira. Ele faz panfleto dizendo que, hoje, se tem uma política de proliferação de homossexuais, como se fossem uma doença. É um cidadão que trata a mulher com preconceito, como se fosse um objeto.

Outro dia, o CQC, que é um programa muito despolitizado do nosso País – é legal porque é engraçado, mas é muito despolitizado –, fez uma pergunta a ele. Aqui, há várias mulheres, e, por isso, quero falar dessa questão, faço questão de mostrá-la. Perguntou: "Quem manda na sua casa? O senhor ou sua mulher?". Ele disse: "É a minha mulher". "Mas ela é muito dura com o senhor?" "Não, se duvidar, ela pega uns tapinhas."

Olhem só! E ele fala, com naturalidade, que o filho dele não namoraria com negro; que se o filho dele fosse homossexual, ele daria uma surra, e que se surra, para alguns, é tortura, ele torturaria. Entenderam? Então, nós não podemos encarar isso com naturalidade, porque a gente constrói uma escola, uma escola livre, a gente constrói uma escola sem violência, com a reafirmação de valores, com estrutura, mas a gente não pode construir uma sociedade que tenha parlamentares, figuras públicas falando esse tipo de coisa.

O pior é que esse cidadão foi eleito com mais de cem mil votos, elegeu o filho vereador – que tem a mesma opinião do pai – e elegeu o filho deputado estadual. Portanto, isso demonstra que não é só um deputado que tem problemas, mas também a sociedade tem uma doença social e nós precisamos curá-la, e curá-la com educação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Sr. Yann Evanovick, Presidente da Ubes, que aqui anunciou que vai estar com o Ministro da Educação, juntamente com o Presidente da UNE, para uma caravana nacional pela paz nas escolas e no Brasil. Na sua fala, com muita força, condenou todo o tipo de preconceito. O preconceito não deixa de ser uma violência. E ele fala: "Quando os próprios parlamentares cometem uma violência como essa, que exemplos estão dando para o nosso País?". Meus cumprimentos!

Passamos a palavra, de imediato, na ordem que havíamos combinado ao Dr. Antônio Geraldo, Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP).

Deixe-me fazer um carinho num mano meu que é psiquiatria e que disse que o senhor é a melhor pessoa para tratar desse tema. A primeira indicação foi dele. Ele é que deu os contatos e disse: "Convide o Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria, o Dr. Antônio Geraldo. Sei que ele dará uma bela contribuição para esse tema". O nome do meu mano é Inácio Paim Filho, que tem o nome do meu pai. Há uma história bonita. Permita-me contá-la num segundo. Somos dez irmãos. Éramos pobres. Meu pai e minha mãe ganhavam salário mínimo. Ele, que nos está ouvindo, sabe disto: nós, os dez irmãos, nos cotizamos. Ele, que é o caçula, queria ser médico e optou pela Psiquiatria. É o Inácio Paim Filho. Um abraço para ele!

Concedo a palavra ao Dr. Antônio Geraldo.

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA – Primeiro, agradeço muito ao Inácio Paim Filho, nosso colega médico psiquiatra no Rio Grande do Sul. E quero agradecer, de pronto, ao Senador Paulo Paim.

Dentro do contexto do preconceito, nós, psiquiatras, sofremos com ele. Nós, psiquiatras, sofremos tanto preconceito, que alguns acham que somos loucos ou tratamos de loucos. E algumas pessoas ainda me dizem: "Mas o senhor usa terno e gravata? Psiquiatra não é meio doido?". Isso é preconceito.

Nessa linha desse grande preconceito que sofremos como psiquiatras, os nossos pacientes também sofrem. Imaginem os senhores que, depois de uma pessoa ter falecido, algumas pessoas ainda resolveram fazer o diagnóstico de quem estava morto! E aí começam a citar na mídia, a cada segundo, o nome de uma doença – que não vou dizer aqui – ou de quem tem aquela doença. E, pelo Twitter, pela *webcam*, acessei o jornal *O Globo* e recebi mil perguntas sobre se quem tem doença mental é perigoso, se quem tem doença mental pode, a qualquer momento, cometer crimes.

Então, obrigado. Eu estou nessa luta contra o estigma.

Eu vou aproveitar, ao vivo, para convidar o Senador Paulo Paim para participar da campanha nacional que a Associação Brasileira de Psiquiatria vai fazer contra toda e qualquer forma de discriminação e de estigma com qualquer cidadão brasileiro.

Nós temos um programa contra o preconceito, Senador Paim, que, entre os vários itens, é contra o preconceito com quem tem depressão; contra o preconceito com quem tem anorexia nervosa, que é a magrela, na escola, com quem todo mundo fica brigando ao invés de procurar ajudar; contra o preconceito com quem tem mau desempenho escolar e que, na verdade, precisa de ajuda, e nós vamos falar sobre isso; e contra o preconceito como um todo.

A Psiquiatria está-se tornando a UTI das doenças mentais, enquanto a Psiquiatria tinha de ser a porta de entrada.

A Professora Rosilene falava, ao meu lado, que assistiu a um programa em que todo mundo discutia o assunto, mas em que não havia um psiquiatra. Pergunto: estão discutindo transtornos mentais sem a presença de um psiquiatra? Isso é crime! Isso é desfazer da necessidade que o outro tem de receber cuidado, da necessidade que o outro tem de se tratar. O estigma é tão grande, que não querem mais chamar de pacientes aqueles que padecem de uma doença. Querem chamar de usuários. Não querem dizer que têm um transtorno mental, querem dizer que têm um sofrimento psíquico. "Sofrimento psíquico eu não tenho há muito tempo, porque o meu time tem ganhado." Sofrimento psíquico é isto: é quando meu time perde, é quando eu fico chateado com algo. Aí tenho um sofrimento psíquico. Quem padece de doença precisa de tratamento e de cuidado. Isso existe tanto entre os professores, quanto entre os alunos. Como não são identificadas essas doenças, ficamos sem cuidado.

Vou mostrar para vocês alguns dados. Vou começar, primeiro, com a minha declaração de conflito de interesse, porque nós, médicos, temos uma norma da Anvisa, uma Resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM), que nos obriga a fazer nossa declaração de conflito de interesse, para vocês entenderem o que eu estou defendendo aqui.

Sou Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria, uma Associação que tem cerca de 45 anos, vamos fazer 46 este ano, e trabalhamos em defesa dos doentes mentais da psiquiatria, do psiquiatra. Sou professor – portanto, tenho de declarar o meu conflito de interesse de que sou professor – da residência médica da Universidade Federal de Montes Claros, do Hospital Universitário Clemente Farias, em Montes Claros, Minas Gerais, onde fiz a minha formação médica. Não tenho vínculo empregatício ou qualquer outro vínculo com ONGs, laboratórios, federações, com o Estado. Só faço a minha clínica diária.

Mas, para começar, eu queria mostrar o seguinte – a minha visão aqui vai ser do ponto de vista psiquiátrico –: o primeiro ponto que eu quero mostrar é que os atos de violência extrema causadas por alunos ou ex-alunos, como o ocorrido na tragédia de Realengo, no Rio de Janeiro, poderiam ser evitados se o corpo docente das escolas fosse treinado para identificar doenças psiquiátricas e, as identificando, ter para onde encaminhar. O professor está sobrecarregado, eu não tenho dúvida. Os professores não têm mais como trabalhar tanto, porque eles terminam o horário de trabalho e continuam trabalhando em casa, sabemos disso. Mas há uma necessidade mínima de que possa identificar, para que possamos dar um resultado melhor e dar uma demanda melhor; só que tem de identificar e ter para onde mandar. Infelizmente, temos um problema de desassistência psiquiátrica no País. Isto não é de um governo, nem dois governos, isto é um problema antigo, muito antigo, e que precisamos resolver, pois já data de 20 anos ou mais do que isso.

Vários projetos internacionais, como o Berlin Leaking Project, da Alemanha, e o interessante projeto feito na Vírginia, Student Threat Assessment Guidelines, demonstram como identificar e encaminhar para alguma intervenção, alunos de risco para cometer atos extremos de violência. Então, os projetos existem, nós não temos de inventar a roda, nós temos simplesmente que implantá-los.

As principais características desses alunos que cometem atos violentos é que eles já tinham atos prévios de violência, ou então forte interesse por situações de violência. E isso, quando falado, é preciso ser denunciado no sentido de que essa pessoa seja ajudada, de que essa pessoa seja atendida.

Evidência de planejamento de atos violentos.

Olha, as pessoas contam isso para outros colegas. Vocês alunos que estão aqui, os professores precisam receber informação sobre isso, para que isso seja levado ao professor, ao supervisor, ao diretor, para que essa pessoa seja atendida; discutir com o outro colega o que pretende. Às vezes as pessoas fazem isso, mas as pessoas não acreditam. Precisamos dar crédito no que ele está falando, para que ele possa ser ajudado. O grande problema que encontramos é que, às vezes, queremos ajudar, Senador, o professor identifica, o professor quer tratar um aluno que ele viu que tem uma suspeita de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), só que para onde que ele vai mandar, Senador? Onde que estão os ambulatórios de TDAH no País? Nós não os temos. TDAH é extremamente comum. Os alunos e os professores conhecem bem o termo, mas nós não temos um sistema ambulatorial de atendimento no País. E aí, nós temos outras doenças, que citaremos em seguida.

Um segundo aspecto a ser discutido é a relação direta do *bullying* com atos de violência mais grave. Muitos indivíduos que cometem atos de violência também foram vítimas de violência de *bullying*. Mas não podemos fazer uma correlação direta com isso. Isso não quer dizer nada. Eu sofri violência de *bullying*. Eu era chamado de cabeção, porque eu tinha a cabeça muito grande. Mas aquilo não me tornou uma pessoa que comete crimes. Isso não pode ser justificativa para que se cometa o crime. É justificativa, sim, para que façamos uma campanha nacional contra o *bullying*. Para que não toleremos, de maneira alguma, de ninguém, nenhum tipo de violência: no trânsito, nas escolas, com crianças, quer seja verbal ou qualquer tipo de violência. Ninguém tem o direito, ninguém pode fazer isso com o outro. E a criança que ouve, a criança que vê o pai chegar em casa, por exemplo, alcoolizado, e que a agride e que a destrata, e destrata a mãe e os outros irmãos, isto é muito grave. Por isso, temos também de entrar com uma campanha nacional contra o alcoolismo. Temos de deixar de fazer campanha a favor do alcoolismo na televisão, divulgando o álcool intensamente na televisão. Temos de deixar de ter cerimônias oficiais onde é servida bebida alcoólica. É preciso acabar com isso. *(Palmas.)* A Associação Brasileira de Psiquiatria não terá mais, em nenhuma abertura de evento, nada que seja regado à bebida alcoólica. O uso da bebida alcoólica não pode ser incentivado.

É conhecida a associação de ser vítima de *bullying* com sérios problemas emocionais e baixo desempenho acadêmico. Uma forma importante de prevenção é a participação de todos os alunos que não são vítimas e nem agressores, mas observadores, na denúncia do

bullying e na prática de atos de paz dentro do contexto escolar. Não é possível mais que os alunos continuem como observadores e não denunciem isso. Não é possível mais tolerar esse tipo de atitude dos colegas. Eles precisam ser ajudados para que sejam tratados, tanto os agressores quanto os agredidos.

É preciso haver comitês de prevenção ao *bullying* e uma maior participação dos pais nessa questão. São formas muito boas de prevenção. Para tanto, é necessário que a escola reconheça que o *bullying* vem ocorrendo dentro do contexto acadêmico, assim como a não identificação de outras alterações do comportamento, que precisam ser identificados, e essas pessoas precisam ser cuidadas. Lembrar que a porta de entrada desse cuidado é a psiquiatria. É o psiquiatra que faz inclusão de sintomas, mas que faz também exclusão de sintomas. O que eu quero dizer com isso? Não é simplesmente falar que a pessoa "tem isso, isso, isso"; "está triste, sem ânimo, sem vontade, sem alegria". "Tem depressão". Não. Ela pode ter hipotireoidismo. "Ah, está agitada, inquieta, com muita ansiedade". "Ela tem hiperatividade". Não. Ela pode ter um transtorno de humor bipolar em fase maníaca. Então, não podemos vulgarizar a psiquiatria. Não podemos tirar esse contexto da realidade nossa do dia a dia. Nós só precisamos identificar e ter acesso ao que manda a Lei nº 10.216, de 2001, que é ter acesso ao melhor tratamento. Nós só precisamos que a Lei seja cumprida.

Um terceiro aspecto relevante é a importância do reconhecimento de patologias que afetam diretamente o desempenho acadêmico. Nós temos várias doenças que afetam diretamente o desempenho acadêmico, como o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), aliás, temos um excelente *site*, quem quiser pode anotar para poder entrar e aprender sobre isso: www.abda.org.br, além disso, temos o *site* da Associação Brasileira de Psiquiatria, que tem o www.abpcomunidade, que é para ensinar à comunidade, que é para levar às escolar, levar a todos os Estados brasileiros o conhecimento, sem custo para quem nos convida, sobre essas doenças mentais. Estas doenças, quando não tratadas, podem levar com morbidade sucessiva com transtorno de conduta.

Gente, o que é transtorno de conduta? É um transtorno mental, associado à quebra constante de regras e atos antissociais na adolescência. É preciso identificar isso para cuidar cedo. O transtorno de conduta é o principal fator preditivo para o uso de drogas e comportamento antissocial na vida adulta.

O quarto fator é a questão do desempenho escolar. Sabe-se que o mal desempenho escolar associa-se à baixa autoestima, a problemas de condutas a partir da adolescência. Essas dificuldades comportamentais são decorrentes do mal desempenho e podem se associar a atos antissociais e ao próprio *bullying*. E, daí, o menino tem mal desempenho, é chamado de burro, "cala a boca", "não fala isso". Aí ele passa a ter fobia social, que é o transtorno de ansiedade social, que é o medo de ser avaliado pelo outro. Por isso não tem condição nenhuma de fazer uma apresentação na frente da sala de aula; por isso não tem condição nenhuma de participar das aulas. Às vezes, entra e sai das aulas sem dar uma palavra sequer. Isso é grave, gente! É muita gente sofrendo. É muita gente padecendo de doenças sem tratamento. Nós não podemos aceitar mais isso.

A psiquiatria brasileira, hoje, tem a honra de fazer atendimento de Primeiro Mundo na atividade privada, mas, infelizmente, não conseguimos ainda fazer o mesmo na atividade pública. E isso nós precisamos fazer.

O último fator envolvido com violência na escola – e esse eu quero estender a denúncia – é o consumo e o comércio de droga dentro das escolas.

Estratégias de prevenção e tratamento ao uso de drogas podem ajudar a reduzir a violência. Nós não podemos, não podemos tolerar o uso de drogas em qualquer lugar da comunidade. Nós não podemos trabalhar com a história de redução de danos. "Eu quero que não usem cocaína, quero usem maconha". Eu não quero que usem nada! Nada! *(Palmas.)* A tolerância para o uso de drogas tem de ser zero. Quem usa droga financia a violência no País. Quem usa droga financia a mesma pessoa que vai te assaltar, que vai te roubar, que te gera insegurança em casa e financia a indústria da violência, que é a indústria da segurança. Imagine que, na minha casa, na sua casa, para quem pode, tem de câmera, tem de ter alarme, tem de ter segurança. Não podemos viver mais assim! Então, é "não" à redução de danos. Nós não podemos permitir que criança use bebida de forma alguma. Nós não podemos tolerar o uso de bebida para menores de 18 anos, porque eles não têm condições de decidir sobre esse uso. E nós temos de fazer campanhas para que não usem bebidas, que não aprendam a usar bebidas; que não usem drogas de maneira alguma.

Prestem atenção nessas matérias que eu cliquei, eu peguei como exemplo apenas um Estado brasileiro. Eu peguei apenas um jornal, que é um jornal de Goiânia, para não virar alarde, mas para despertar: "Filho mata pai por causa de *crack"*. Histórias são noticiadas nesse jornal e vêm numa sequência.

"*Crack*- A droga é responsável por 60% dos júris em Goiânia". Isto é um absurdo! É um absurdo! Domínio do *crack* já chegou ao júri popular, mostrando o seguinte – prestem atenção –: a população masculina no Estado de Goiás, aqui embaixo, está mostrando

que são 9.470 pessoas; a população feminina, 543; que estão presos por tráfico de entorpecentes, 2.092. Mais da metade da população feminina carcerária de Goiânia, 375, estão presas por causa de tráfico de entorpecente. Olha isso aqui! A população carcerária no Brasil é de 494 mil e 237 presos, sendo que por entorpecentes, 102 mil 121 pessoas. Lembrar que a população carcerária brasileira, se estendermos estudos feito no Estado de São Paulo, 12% têm doença mental grave. Significa que temos cerca de 60 mil doentes mentais nas cadeias, fazendo das cadeias os novos manicômios, as prisões tornando-se os novos manicômios. Isso é grave. Eu estou falando de doença mental grave.

"Homem mata o irmão a facadas em Itapuranga." Por causa de quê? "Droga. Casais são presos com seis quilos de maconha." "*Crack*. Uma mulher de aproximadamente 20 anos foi assassinada a tiros em Senador Canedo. O corpo dela foi encontrado por volta de 3 horas de ontem, em uma calçada da rua Tambaqui, uso de drogas." "Viciada em *crack* acusada de matar educadora a faca." Nas escolas. "Homem acusado de matar o pai em Goiânia."

Então, é um sem-número de denúncias. E eu peguei apenas uma droga. Lembrem-se de que para produzir essas drogas nós precisamos de insumos químicos. E aí, Senador, eu proponho ao senhor, caso o queira fazer, com a assessoria da Associação Brasileira de Psiquiatria, um controle na produção, na venda, na distribuição, na exportação de produtos que são usados para transformar a folha da coca, Senador, na cocaína, no pó, no *crack*, no oxi. Por que não temos o controle? Nós temos que ter. Não se pode mais permitir que os produtos que são usados para fazer o refino, a transformação, sejam vendidos livremente. Não se pode. É um absurdo que se faça isso.

Concluindo, os atos de violência na escola podem ser evitados por meio das seguintes estratégias: identificação dos indivíduos que demonstram transtornos mentais – e estou concluindo, dando proposições, que a Associação Brasileira de Psiquiatria sempre faz proposições –; criação de comitês antibullying nas escolas; apoio ao estudante que venha apresentando mau desempenho, além de tratamento para as patologias psiquiátricas, doenças psiquiátricas, que favorecem o mau desempenho. Isso é importantíssimo. A escola tem que ter uma porta aberta direto com algum sistema ambulatorial em que essas pessoas possam ser avaliadas com brevidade, em que você não tenha que ficar na fila oito meses, um ano, para conseguir uma consulta. Nós temos que cuidar do cuidador. O professor precisa ser bem cuidado. O professor precisa ter tempo para trazer todo o seu trabalho da escola na escola. O professor tira a sua noite, o seu final de semana, para corrigir provas, fazer provas. O professor tem que fazer isso nas escolas. O professor, quando começa a mostrar alterações de comportamento e começa a fazer depressão, transtorno de ansiedade, ele precisa ter atendimento de imediato. O professor tem que ter um sistema de saúde que cuide dele, quer seja na saúde pública, quer seja na saúde privada, quer seja com a medicina suplementar. É importante que o professor tenha essa possibilidade de ser cuidado.

E o estigma? Gente, é intolerável o preconceito, o estigma. Nós médicos não podemos chamar os nossos pacientes, aqueles que padecem de doenças, de clientes. Cliente é de loja. Quem padece de doença precisa de cuidado, de atenção, de ação técnica. Usuário é de drogas, é de Internet, é de serviços. Sofrimento psíquico nós temos quando há perdas. Doença mental, transtorno mental é o que tem qualquer um de nós, eu ou qualquer um de nós que venha a ter um quadro psiquiátrico e precise de ajuda. Nós temos que parar com esse preconceito. Nós temos que acabar com toda e qualquer forma de discriminação neste País. Não é tolerável mais isso.

Eu quero agradecer ao César de Moraes, que é do Departamento de Psiquiatria da Infância e da Adolescência da ABP, um professor de Campinas que nos deu assessoria técnica na construção desse material; ao Salomão Rodrigues Filho, psiquiatra Presidente do Conselho Regional de Medicina de Goiás, que nos forneceu esse material do Estado de Goiás, nós o acionamos para que o fizesse e ele fez isso; à Lúcia Fernandes, nossa jornalista; e ao Senador Paim, que já tinha agendado essa discussão anterior ao fato ocorrido. É preciso fazer jus a quem faz atividade social séria. O Senador Paim faz isso, é importante que seja falado.

E gostaríamos, Senador, de dizer que há uma campanha contra o estigma, contra o preconceito, que – prestem atenção! – diz assim: "Craque que é craque não usa *crack*".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! (*Palmas*.)

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA – Como o Senador Paim é um craque no que faz, como o Senador Paim foi um craque que driblou as circunstâncias negativas da vida e mostrou como se deve fazer, nós gostaríamos que ele fosse um dos nossos padrinhos nessa campanha e que pudesse falar em alguns lugares no Brasil, inclusive no Congresso Brasileiro de Psiquiatria, que vai acontecer no Rio de Janeiro, de 2 a 5 de novembro. Gostaríamos que o Senador Paim fosse lá falar da sua história de "craque e que é craque não usa *crack*". Que o Senador Paim possa ser

o nosso primeiro convidado para essa campanha! O senhor aceita?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Aceito. (*Palmas*.)

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA – Obrigado, Senador Paim. O senhor, então, é nosso primeiro convidado. Vamos também convidar a nossa secretária que atua na área para nos ajudar contra o preconceito e para fazer uma cruzada no Brasil contra o preconceito, contra o estigma, e, consequentemente, atuar contra a violência e lembrar a todos vocês só uma frase. Vocês estudantes falem para mais quatro e peçam a esses quatro que falem para mais quatro. A frase é assim: craque que é craque não usa *crack*. E uma outra coisinha: quem usa drogas financia a violência; quem usa drogas é o causador da violência. Divulguem. Vamos replicar isso. Isso pode virar uma corrente na Internet. Entre no *site* da ABP, entre no nosso Facebook, entre no nosso Twitter. Anotem, estudantes, por favor, o nosso endereço: www.abp.org.br. Vocês podem mudar o País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! (*Palmas*.)

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA – Obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus parabéns ao Dr. Antônio Geraldo, Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria. Ele vai deixar, naturalmente, o material conosco, que é uma série de propostas concretas que vamos distribuir a todos os interessados. Vamos apresentar tudo que foi aqui colocado aos Senadores e ao próprio Presidente do Congresso Nacional.

Eu quero dizer ao Inácio – sei que ele está assistindo à reunião lá no meu Rio Grande – que o homem é craque mesmo. Você foi um craque porque indicou um craque. Aí, todos nós somos craques porque estamos aqui nesta audiência lutando por um país melhor. Palmas para todos nós. (*Palmas*.) Eu sei que cada um de vocês tem esse compromisso aqui.

Passo a palavra, de imediato, à professora Gícia de Cássia Martinichen Falcão. Melhor seria dizer Gícia de Cássia Falcão. Eu me lembro agora do atual treinador do Inter, no meu Estado, que é o Falcão.

A SRª GÍCIA DE CÁSSIA MARTINICHEN FALCÃO – Exato.

SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A professora Gícia de Cássia Martinichen Falcão é Subsecretária para Educação Integral, Cidadania e Direitos Humanos do Distrito Federal.

A senhora tem a palavra por 15 minutos, com mais 5 minutos se necessário.

A SRª GÍCIA DE CÁSSIA MARTINICHEN FALCÃO – Obrigada. Bom dia a todas e a todos!

Senador Paulo Paim, obrigada pela oportunidade de estar aqui hoje com alguns colegas, a Professora Rosilene, o Professor Lisboa, colegas que aqui também trouxeram os estudantes de uma das nossas cidades, de uma região administrativa do Distrito Federal. Eu quero agradecer ao professor José Messias, que é o diretor da Regional de Ensino do Guará, aos coordenadores, aos professores, à equipe gestora da escola e aos estudantes.

Antes de iniciar a minha fala, preciso fazer duas citações. Primeiro, que eu estava conversando aqui com o meu colega Lisboa e pedindo que ele olhasse – nós estamos aqui olhando para a frente –, observasse a diversidade que temos aqui. Eu disse a ele que se pegássemos cada um de vocês nós poderíamos levar para um país e dizer que vocês nasceram nesse país. (*Palmas*.)

E por que eu começo a falar justamente da diversidade? Porque, além de ser um tema que a Secretaria de Educação do Distrito Federal colocou em pauta para o ano de 2011, creio que esse é um dos grandes problemas, é o grande causador da violência, não da violência escolar, mas da violência na sociedade. Quando falamos do desrespeito a todo e qualquer tipo de diversidade, sabemos que a violência está posta. Isso foi o que me chamou bastante a atenção.

Então, obrigada por vocês estarem aqui. Eu estava angustiada porque os estudantes do Centro Educacional 4 do Guará não chegavam e a audiência já tinha começado. Eu sei que vocês estavam em prova, eu sei que o trânsito é dificultoso pela manhã, mas eu queria muito conversar com a presença de vocês.

Olhem só, pelo consenso das nossas falas, das falas de todos os colegas e companheiros que estão aqui, ficou bem marcado que a escola não gera violência, mas que essa violência é gerada pela sociedade. Então, todos nós vamos sair daqui com essa clareza. Porém, nós precisamos, dentro da escola, eu como professora da rede de ensino público do DF e vocês estudantes, desenvolver algumas ações para prevenir essa violência.

Nós sabemos, se fazemos parte de uma sociedade que está embrutecida e que a cada dia mais gera violência, nós precisamos, dentro do trabalho pedagógico da escola, realizar ações que contemplem a prevenção à violência e a promoção dos direitos humanos dentro da escola, dentro da rede de ensino público, que levará isso à sociedade. Se falamos que a violência na sociedade reflete dentro da escola, então também temos que ter a clareza de que as ações realizadas dentro da escola prevenindo a violência

também terão reflexo na sociedade. E aí precisamos pensar a desagregação familiar, o uso de drogas, o alcoolismo. Todas essas ações levam a crimes, levam a atos violentos. Portanto, o grande desafio da escola hoje é, ao trabalhar com a construção da promoção de uma cultura de paz, da promoção dos direitos humanos, trazer para dentro da escola essa recomposição de valores. Aí nós vamos pensar em todos os valores que estão perdidos na sociedade. É justamente por isso que comecei falando do respeito a todo e qualquer tipo de diversidade.

Quando nós pensamos em estudantes agredidos, quando nós pensamos em estudantes assediadas, quando nós pensamos na relação de violência entre professores e estudantes, e estudantes e professores, nós precisamos ter a clareza de que toda ação dentro da escola é pedagógica. Toda ação dentro da escola, se não é, deve ser pedagógica. E nós temos uma grande possibilidade: toda escola tem autonomia para construir o seu projeto político-pedagógico, então nós devemos construir esse projeto pautado na questão da prevenção à violência, do respeito ao outro e da promoção dos direitos humanos e de uma cidadania preocupada com o outro.

Nesse sentido, o que o Distrito Federal está colocando em discussão dentro da rede de ensino público? Nós sabemos que fechar as escolas... E também ouvimos aqui de vários colegas da Mesa a importância de, em vez de fechar a escola, derrubar o muro, abrir essa escola, mas com a responsabilidade e a participação de toda a comunidade escolar.

Então, uma das primeiras ações do Governo do Distrito Federal neste ano é justamente chamar a comunidade escolar para um amplo debate sobre a gestão democrática da educação. Mas uma gestão democrática da educação que tenha verdadeiramente a participação de todos os segmentos da comunidade escolar. Quais são os segmentos da comunidade escolar? São os estudantes, a família desses estudantes, os professores, os nossos funcionários e a equipe gestora. Todos nós somos responsáveis pela construção dessa democracia na rede de ensino público. Falo não só de uma democratização da escola, mas de uma democratização de todas as ações da rede de ensino do DF. Então, esta é uma das possibilidades: abrir a escola. Mas não simplesmente abrir a escola, para que a família venha para a escola nos momentos de festa ou de receber a nota ao final do bimestre. Não, a família tem de construir, de pensar nas ações realizadas pela escola.

Outro ponto importante: nós sabemos da participação do estudante, mas é a do estudante como protagonista. O tempo todo vocês devem escutar "Nós precisamos desenvolver o protagonismo juvenil". Mas que protagonismo juvenil é esse? Se estamos falando de abrir a escola para participação de toda essa comunidade, temos de pensar também em ferramentas que oportunizem essa democratização. E uma das ferramentas é o fortalecimento dos conselhos tutelares, mas um conselho escolar deliberativo, em que o gestor da escola faça parte dele e, junto com ele, pense, execute, avalie as ações.

Outra ferramenta importantíssima é o grêmio estudantil. No Centro Educacional nº 4 do Guará, há grêmio estudantil? Não? Não há? Então, temos a obrigação de construir esse grêmio. Por quê? É uma ferramenta também. Não adianta falar de protagonismo juvenil, se o estudante, o jovem, o adolescente é chamado apenas na hora de sanar algum tipo de conflito ou de dificuldade. Não, o grêmio tem de vir muito antes, porque também vai pensar todas essas ações. *(Palmas.)*

Vamos organizar. Tenho certeza de que os professores vão ajudar nessa organização.

Outro ponto importante: comecei falando do respeito a todo e qualquer tipo de diversidade. O nosso colega Ian colocou aqui: o respeito. O que são os nossos direitos humanos. Nós falamos tanto e ouvimos tanto. E ainda bem que ouvimos. Nós últimos anos, estamos discutindo muito o direito humano de toda e qualquer pessoa humana. Os direitos humanos são os direitos fundamentais para que cada um de nós viva – e viva bem.

Então, temos de pensar: independentemente da nossa cor, do gênero, da condição sexual, da condição social, da nossa idade, da questão geracional, temos de ser respeitados. E os nossos direitos humanos têm de ser construídos e respeitados da mesma forma.

Quando se fala em diversidade... Vamos pensar lá dentro da escola: já falamos no conselho escolar, que é uma grande ferramenta para a democratização, e no grêmio estudantil. Vamos pensar um pouquinho na construção de um centro cultural que realmente abarque todas essas diversidades. Há, pelo nosso Brasil, escolas que opinam, que nos indicam a diferença de um ano para o outro, depois que começaram a desenvolver, dentro delas, o trabalho por meio do centro cultural. Quem pensa o que esse centro cultural vai realizar, o que vai pensar? São os estudantes. Eles são os verdadeiros protagonistas da educação, os protagonistas da situação.

Aqui no Distrito Federal, estamos com parcerias com diversas instituições. Então, temos parcerias com o Tribunal de Justiça, com o Ministério Público, com outras secretarias, como a Secretaria de Proteção à Infância e à Adolescência e a Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, justamente para reali-

zar projetos, para desenvolver ações, dentro das escolas, que previnam o uso de drogas, o uso de qualquer tipo de droga.

Aí temos de pensar em alguns projetos que podemos, sim, desenvolver com parceria, mas que a escola também tenha autonomia para colocar no seu projeto político-pedagógico.

Um exemplo que vou citar é o de um projeto do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, que é o Justiça Comunitária. Esse é um projeto que tem como base três ações: educar para os direitos – e aí, se estamos falando no respeito aos direitos humanos, temos de salientar a importância de educar nos direitos humanos e para os direitos humanos. Então, dentro das nossas escolas, temos de pensar, sim, num projeto político-pedagógico que tenha a educação integral como um direito humano.

O outro fundamento do projeto Justiça e Cidadania é a animação de redes sociais. O que vem a ser isso? É, na nossa comunidade, fazer o levantamento de quem pode fazer parte dessa rede social. E aqui, quando o Senador Paulo Paim apresentou o Centro Educacional nº 4, falou o nome, se não me engano – lembro só o sobrenome –, de um educador popular que está presente aqui. O sobrenome é Rafael. Muito prazer! É o Rafael e o Diego.

Então, olhem só, se estão aqui dois educadores... Vocês já estão fazendo esse levantamento e já estão chamando a rede social para compor as atividades da escola. É por aí mesmo, é o que temos de fazer. Nós temos de fazer o levantamento de quem compõe essa rede social e de como ela deve trabalhar para a construção de uma cultura de paz.

O terceiro fundamento desse projeto é a mediação de conflitos. Então, o que decidimos, há 15 dias, juntamente com uma das juízas do Tribunal? Nós vamos fazer uma parceria, porque esse projeto é realizado na comunidade escolar, mas nunca foi realizado dentro da escola, com a participação da comunidade escolar. Então, o que definimos? Vamos fazer a formação de mediador de conflito, mas com os nossos profissionais de educação. Os professores e funcionários participarão de uma formação, de um curso, para mediar conflitos, não só dentro da escola, mas na comunidade escolar, porque a nossa proposta é justamente diminuir o conflito na comunidade. Não queremos deixar apenas para dentro da escola, mas sim para toda a comunidade escolar.

E aí me reporto à fala da Professora – e colega – Rosilene, sobre a nossa formação. Isso é verdade. Vamos pensar nos nossos cursos de magistério, de graduação. Nós, professores não somos formados para determinadas situações. Então, a formação desse profissional de educação, que justamente inclui professores e funcionários, é uma grande preocupação da Secretaria de Educação. É formar sim; formar sim, para que possamos atuar, de maneira que esses conflitos sejam mediados, resolvidos e solucionados dentro da escola, dentro da própria comunidade escolar.

Nesse sentido, convoco todos vocês. Está aqui uma regional de ensino, mas convoco a Regional de Ensino do Guará, por ser a cidade não em que nasci, mas em que me criei, estudei e me formei. E, como vocês, numa escola pública. Sou fruto de escola pública do Guará, e hoje assumi a Subsecretaria para Educação Integral, Cidadania e Direitos Humanos do Governo do Distrito Federal. Então, todos nós podemos sim, mas só com o apoio da nossa família e do Estado.

Bom dia! Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos à Professora Gícia de Cássia Martinichen Falcão!

Fico com o encerramento, que achei muito importante, em que a senhora fala para todos nós que podemos sim. Temos de acreditar que é possível chegar lá. Acho que muitos desta mesa e dos professores que estão aqui são exemplos pessoas que insistiram, que combateram qualquer tipo de preconceito, de indução para a linha do mal e que ficaram na linha do bem. Chegamos lá.

E por que não repetir aqui? Eu repito, sem nenhum problema, Professora, a própria frase que foi símbolo da campanha do Obama, um negro que chegou à presidência da maior potência do mundo. Qual foi a palavra-chave da campanha dele? "Nós podemos." "Nós podemos" tem uma abrangência, uma força muito grande.

Todos os nossos convidados que estão à mesa usaram da palavra. Depois vou dar-lhes cinco minutos para as considerações finais, mas registro a presença das Professoras Renata Pereira e Ednéa Sanches, da Coordenação de Cidadania e Direitos Humanos, Diretoria Regional do Plano Piloto e Cruzeiro e Núcleo de Monitoramento Pedagógico.

Quero também dizer que, no encerramento dos nossos trabalhos, depois que cada um dos convidados usar da palavra por cinco minutos, teremos, para encerrar, a apresentação do vídeo do II Encontro Educadores da Cultura da Capoeira e do Grafite da Regional do Guará, com educadores populares, para demonstrar, conforme a professora nos recomendou, a iniciativa que fomenta a diversidade e a cultura de paz nas escolas. Cito a Professora Neide Rafael, a Professora Joana Pereira, a Professora Sabrina Tatiane Barreto, o Professor Paulo César Rocha, a Professora Adriane Falcão e ainda outro educador social, Lucas Rafael.

Então, neste momento, gostaria de passar a palavra ao Professor Paolo Fontani, Coordenador do Setor de Educação da Unesco no Brasil. Ele, que começou a nossa reunião, terá o direito de falar neste momento de horário nobre da nossa Comissão.

O SR. PAOLO FONTANI – Na verdade, acho que já falamos muito. Eu esperava que houvesse alguma possibilidade de termos uma interação com as outras pessoas na sala.

Esta mensagem foi tratada por muitas pessoas aqui: por favor, não vamos ver a escola como um problema; a escola é uma solução. A escola pode ser a solução mais importante que existe. A violência acontece nas escolas. Esse é um problema da sociedade. Então, vamos entender o processo educativo como um processo que pode dar soluções para os problemas de violência na sociedade.

Há a ideia de que a escola não é presídio. A escola não tem de ser presídio. A escola, na verdade, tem de se abrir para a sociedade ainda mais, e essa pode ser uma solução. Todos nós temos de aproveitar a escola como espaço de educação.

Há outro ponto fundamental: estamos falando de escola, mas a educação não se faz só nas escolas. A educação se faz em qualquer momento da vida de uma pessoa. Então, tentemos, por favor, ver a escola como um momento do processo educativo que acontece a cada momento da nossa vida, não apenas como um espaço físico em que nos concentramos para aprender. Como a rua, como a família, como qualquer tipo de associação, como qualquer tipo de atividade que façamos, como a mídia ou como a Internet, a escola é um elemento da nossa formação como pessoa. Então, ela tem de ser um espaço em continuidade com o resto da nossa experiência, não alguma coisa completamente diferente, que não tenha relação com a nossa vida.

Acho que, só por meio dessa ideia, vamos conseguir fazer isso. E faço minhas, com certeza, algumas das apreciações dos outros palestrantes: a ideia de que a escola é também um momento de formação de valores. O cidadão não é só trabalhador. O cidadão trabalha, mas é também uma pessoa que participa da construção da sociedade. E esse é o momento em que a escola tem de ajudar a formar.

E pensamos uma coisa: nem todos nós temos uma família que nos permite compreender exatamente aonde temos de ir. A escola às vezes tem de suprir essa necessidade. Isso é fundamental.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Professor Paolo!

Professor Paolo, quero dizer que era minha intenção, sim, interagir com os estudantes. O problema é que eles têm de sair. Às 11h30min, eles vão ter de sair. Isso não quer dizer que, entre nós, não possamos continuar interagindo.

Sempre abro para que o plenário possa falar, tanto que um coordenador nacional de projetos, o Professor José Augusto, vai poder também dar sua mensagem.

Eu gostaria muito de interagir com os alunos. O problema é que fui informado de que eles têm de sair às 11h30. Agora, se eles puderem ficar, eu fico aqui até às 14 horas, que é a hora de ir para o plenário.

Embora esteja acontecendo no plenário, neste momento, uma sessão de homenagem à nação indígena e sou um dos oradores, mas tenho certeza de que vai dar tempo de chegar até lá e fazer uma homenagem. Não vamos esquecer que amanhã é dia 19 de abril, dia nacional dos povos indígenas e sempre digo e repito aqui: se alguém tem que ser homenageado neste País são os povos indígenas, que foram massacrados e são discriminados, eu diria, de forma contundente ainda no nosso País e no mundo. Poderíamos dar uma salva de palmas aos povos indígenas, pela sua história que orgulha a todos nós, que somos descendentes, com certeza, dos povos indígenas em grande parte.

O Yann, que é o Presidente da União Brasileira de Estudantes, vai ter de sair, e, por isso, passo a palavra para ele neste momento para as considerações finais, as quais peço que fiquem em torno de cinco minutos.

O SR. YANN EVANOVICK – Pessoal, só para justificar, quero dizer que, hoje, o Presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, vai receber o Fórum Nacional de Educação, para que possamos apresentar as reivindicações em torno do Plano Nacional de Educação. Por isso, preciso ir para lá apresentar a nossa opinião, dos estudantes, dentro do Plano Nacional de Educação.

Reafirmo aqui que o Brasil tem que colocar a educação na ordem do dia, com mais investimentos nos profissionais e na estrutura da escola, mas a escola tem que se abrir mais a cada dia para a comunidade. Acho que é um gesto simbólico diminuir os muros, é um gesto simbólico fazer com que a gente consiga com que professores e estudantes possam interagir na plena paz, porque é fundamental. Olha, em tudo que é canto a gente grita: "O professor é meu amigo. Mexeu com ele, mexeu comigo". Os nossos professores são fundamentais na nossa relação, tanto que a relação da Ubes com a CNTE é de muita amizade, muito companheirismo. Não tem uma atividade da UBES que a CNTE ao esteja, assim como não tem uma atividade da CNTE que eu não esteja ou que um outro diretor da UBES não esteja.

É muito importante que a gente possa fortalecer esses laços da relação, de respeito, de carinho, de companheirismo, entre estudantes e professores.

Algumas coisas são fundamentais para isso, são medidas cuja concepção podemos debater. Enfim, é o caminho que a educação brasileira tem de seguir, para combater o crime organizado, as armas ilegais. É preciso melhorar, equipar mais e melhor a nossa Polícia, fazer com que nossas fronteiras sejam invioláveis, para que não entrem armas contrabandeadas. Também temos de cumprir algumas coisas para as quais não precisa haver leis. A gente fala em criar a cada dia mais e mais leis, mas há a LDB, que está aí e que fala de quantos alunos deve haver por sala de aula, que deve haver assistência psicológica em sala de aula. Às vezes, não há sequer o profissional para a limpeza da escola, quanto mais o psicólogo, que deveria atender o estudante ou o profissional de educação. E aí se cria esse fenômeno do professor: um monte de gente se intitula de psicólogo e de psiquiatra e começa a detectar o problema de cada um. Um estudante que se levanta por três ou quatro vezes já é hiperativo.

Acho muito importante fazer com que se cumpram algumas coisas que já foram aprovadas, leis que já foram aprovadas que já tratam nesse sentido.

Eu sou cristão – quero deixar claro. Vou fazer um comentário aqui sobre o papel da igreja. Sou cristão fervoroso. Não tenho nenhum problema com qualquer religião, seja evangélica, católica, seja de origem de matriz africana. Agora, acho que a igreja tem também que se avaliar, porque a igreja, no Brasil e no mundo, também é propagadora de alguns conceitos preconceituosos. Acho que a igreja tem que se avaliar e tem que avaliar o momento que vive. Temos de encarar de frente esse debate.

Infelizmente, hoje, a igreja prega muito preconceito. Prega paz, prega liberdade, o amor às pessoas, mas também prega muito preconceito. Acho que a igreja brasileira, seja evangélica, de matriz africana, seja católica, também tem que se avaliar. Prega muito preconceito, sejam machistas, sejam homofóbicos, da ordem da homofobia. Para concluir, penso que a igreja tem de também pensar qual o papel que joga e que deve jogar na sociedade, já que estamos falando do País da Copa e, portanto, temos muito a contribuir nesse sentido.

E o fortalecimento da democracia. Aqui já se falou que precisamos democratizar a nossa escola, precisamos acabar com essa história de não ter grêmio estudantil, de não ter conselho escolar. E quero deixar aqui o nosso *site,* para os estudantes, enfim, que queiram montar grêmio, que é o www.estudantenet.org.br Se tiver dificuldade, pode entrar no Google e colocar UBES, que vai chegar até o *site.* E também quero deixar o meu Twitter, que é @yannubes. Sou eu mesmo que "twitto"; então, se alguém quiser falar alguma coisa, acessa o meu Twitter: @yannubes.

Parabenizar a iniciativa do Congresso Nacional; parabenizar o Senador; enfim, parabenizar cada um dos membros da Mesa e dizer ao senhor, Prof. Antônio, que queremos lhe convidar para participar também dessa ideia que vamos apresentar amanhã para o Ministro, para que a gente possa, juntos, enfim, fazer um debate, do ponto de vista social, do ponto de vista educacional, mas também do ponto de vista científico que aqui o senhor apresentou.

Muito obrigado e parabéns pela iniciativa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Yann, a UBES, que falou em nome dos estudantes. Ele terá que sair agora.

Passo a palavra, pois terá que pegar o voo, ao Professor Antonio de Lisboa Amâncio Vale, que falou pela CNTE.

O SR. ANTONIO DE LISBOA AMÂNCIO VALE – Quero agradecer ao Senador Paulo Paim pelo convite e pela oportunidade de fazermos no Senado, no Congresso Nacional, um debate tão importante.

Acho que dessa audiência pública, Senador, uma coisa ficou muito evidente nas falas de todos nós, inclusive na do senhor, é de que, em primeiro lugar, para encararmos o problema da violência no ambiente escolar temos que reconhecê-lo, reconhecer que esse é um problema grave e que ocorre diariamente, ocorre ao longo do ano. Não é, e claro que não estou aqui afirmando isso, não pode ser um debate que aconteça apenas quando acontece uma tragédia. Tem que ser uma discussão ao longo do ano e ao longo da construção pedagógica das redes de ensino, sejam elas públicas ou particulares, privadas.

A segunda questão que me pareceu evidente e que é importante que o Senado absorva isso, não somente o Senador Paulo Paim, é de que não é isolando a escola da sociedade ou da sua comunidade que nós vamos combater ou diminuir a violência. Muito pelo contrário. A escola tem que ser literalmente aberta para a sociedade. Mas não significa apenas abrir as portas, o portão da escola, tem que abrir a escola para que a sociedade participe da vida escolar, que ela possa definir, discutir, a partir dos conselhos, como disse a professora Gícia de Cássia, inclusive o seu projeto político pedagógico. As experiências de que a gente tem conhecimento, de êxito no combate à violência, sempre foram no sentido de que a escola se aproximou cada vez mais da sua comunidade escolar.

Portanto, quero encerrar, pedir desculpas por ter que me ausentar agora, cumprimentar o Senador, que, como disse o Yann, é uma trincheira da sociedade dos grandes debates sociais do Senado. Portanto, essa audiência pública é apenas mais uma das grandes iniciativas que o Senador Paulo Paim tem, um Senador que nos orgulha a todos nós.

Cumprimentar, de resto, os demais membros da Mesa e dizer ao Prof. Antônio, meu xará, que ele deve ser cruzeirense, porque o time que mais ganha no Brasil hoje é o Cruzeiro. Acertei, não é?

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA – Acertou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Prof. Antonio de Lisboa Amâncio Vale, que conheço há muito tempo, sua militância pelas causas sociais. O Prof. Antonio é daqueles que a gente sabe, como todos nessa Mesa, que tem lado, sempre está do lado daqueles que mais precisam. Meus cumprimentos ao Prof. Antonio!

De imediato, passo a palavra à Professora Rosilene Corrêa, Diretora do Sinpro-DF.

A SRª ROSILENE CORRÊA – Quero dizer também que fico muito tranqüila ao sair daqui com a diferença do debate, dos componentes da Mesa, bem diferente daquilo que assisti ontem pela televisão, porque nós entendemos que o caminho realmente é esse aqui.

A primeira reação que vemos hoje, vendo os jornais de ontem e de hoje, as medidas que direções de escolas estão tomando, a primeira coisa que vem a mente depois do ocorrido: vamos reforçar a segurança, levantar muros, reforçar a segurança do portão, câmeras nas escolas, detectores de metal. Só que como vai ser isso? Vou garantir a segurança só quando os alunos estão lá dentro, quando o corpo da escola está dentro da escola? Lá fora não é problema meu, de gestora da escola?

Claro que são medidas imediatas, que passam mesmo o sentimento da segurança, mas é um sentimento falso. Isso não vai me assegurar absolutamente.

Quero colocar uma frase que ouvi ontem nesse debate e que me incomodou muito: "Temos que decretar a falência do sistema e buscar alguém que possa pensar o novo modelo".

Como se decreta a falência de um sistema? Como é isso? Como pensar isso? A gente passa a borracha, passa o rodo? Elimina? É extermínio? Não consegui entender muito, e usaram até termo para "lidar com os tiranozinhos que temos aí pelas escolas". Ouvir isso, é de doer, nós que somos educadores, ouvir isso numa rede de televisão, assistida por milhares e milhares de pessoas.

Quero registrar isso porque lamentei muito ter ouvido isso ontem. E, coincidentemente, hoje de manhã, estaria aqui, então não poderia deixar de fazer esse relato. Colocar também que não adianta, e aí vai muito dos alunos, conseguir leis. Como o que temos aqui, o Projeto de Lei nº 256, de 2011, da nossa Deputada Rejane Pitanga, colega nossa de profissão, primeiro mandato, e tem um projeto que é da cultura da paz nas nossas escolas. Mas não adiante termos leis se cada um de nós não entender que a minha postura é que vai fazer essa diferença. E aí, quando quero falar com os alunos, nenhum de nós aqui, tenho certeza, pode dizer que nunca praticou uma ação, teve uma atitude que pudesse de repente provocar uma reação como foi a daquele indivíduo no Rio, daquela pessoa.

Quando criança mesmo, a gente sempre tende a brincar com um primo gordinho, ou com a prima que perdeu o jogo, ou não sei mais o quê, com o cabelo que está assim e tal. A gente precisa também começar a praticar, exercitar isso entre nós, nas nossas famílias. Mesmo na escola, no nosso ambiente familiar, a gente tem que ter mais cuidado, como a gente trata o outro, com as diferenças que convivemos, com o colega que tem algum tipo de deficiência às vezes auditiva, no meio da sala, e a gente acaba fazendo uma brincadeira que acaba por resultar em uma forma muito violente.

Então é isso, uma atenção que a gente deve ter, um cuidado maior em como a gente deve tratar os nossos colegas, os nossos pares. É responsabilidade de cada um. Quando digo que é um papel do Estado, ele é com certeza o maior, mas nós, cada indivíduo, temos que nos sentir parte, temos que nos sentir responsáveis por essa transformação, senão isso não acontecerá, se eu esperar que o Estado resolva o problema. Nós somos esse Estado, nós fazemos parte disso. Então, só vamos conseguir mudar se colocarmos a defesa e a valorização da escola pública no centro das nossas prioridades. A escola é o primeiro espaço de resistência. Então nós educadores, nós alunos, todo corpo da escola tem de resistir, tem a obrigação de resistir a essa realidade. Nós podemos mudar isso, e não tenho dúvida disso, porque a ação do povo é que possibilita a mudança. Com certeza, conseguiremos sair dessa situação, sim. E haverá um mundo melhor, não só um Brasil melhor, uma escola melhor, mas um mundo melhor, onde as pessoas, de fato, possam viver e conviver em paz e harmonia, respeitando uns aos outros.

Quero parabenizar a participação dos alunos e professores e agradecer mais uma vez a oportunidade e o nível do debate.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos à Professora Rosilene, Diretora do Sinpro-DF. Fico feliz com a sua fala. Foi esse mesmo o nosso objetivo. Quando nós aprovamos essa audiência, há mais ou menos um mês, pensávamos em não

fazer um debate apenas acerca da segurança e das armas, mas discutindo sobre a nossa juventude, aonde estamos indo, qual é o papel efetivo do educador, do professor, onde estamos errando. Por isso destaquei a sua frase, quando a senhora pediu desculpas em nosso nome, dos mais velhos – eu já estou com 61 anos, contemplado no Estatuto do Idoso, que é de minha autoria, dizem até que essa lei eu fiz para mim mesmo, em benefício próprio. Parabéns, professora.

Passo a palavra, neste momento, ao Dr. Luciano Wagner Guimarães Lírio, Presidente da Sociedade de Psicanálise de Brasília.

O SR. LUCIANO WAGNER GUIMARÃES LÍRIO – Eu me sinto enriquecido com as contribuições que ouvi dos colegas da Mesa. Tenho que colocar aqui o viés específico da psicanálise. Eu ouvi muito a palavra "combater". Em psicanálise nós lidamos muito mais com as palavras "elaborar, transformar".

Há algo que transcende a consciência. É muito bom a gente falar como as coisas devem ser ou como deveriam ser, mas existem forças destrutivas dentro de nós. E a psicanálise se propõe a lidar com essas forças destrutivas.

Eu me lembro de uma frase de Virgílio, na Eneida. Ele diz: "Como eu não posso conviver com os anjos celestes, tenho que remover as entranhas do inferno". Então nós temos que lidar com a destrutividade, com a violência.

Existe uma violência que está mais evidente na adolescência, que é uma violência saudável, que é uma violência de algo que subverte, que propõe outra visão, outro modo de ver. Aí temos de enfatizar os meios de transformação dessas forças ruptoras, desagregadoras, de morte, que existem dentro do ser humano, que não temos como abolir, mas temos que lidar com elas e transformá-las em arte, em criatividade, em poesia, literatura, criar meios para lidar com essa violência que eu acho inevitável.

Existe uma violência realmente destrutiva e para essa tem que haver a questão da contenção, que é inevitável, a questão do limite que tem que ser colocado. Mas nós não podemos achar que o ser humano é somente constituído de consciência. Existem forças que são inconscientes.

Esse limite entre a realidade e a fantasia exige um trabalho constante de transformação, de integração entre as forças integradoras e as forças desagregadoras que existem dentro de todos nós. A plena paz é impossível, é incompatível com o ser humano, porque essa passagem do ser humano do estado de natureza para o estado de cultura deixa suas marcas e há sempre uma força no sentido de retornar a esse estado primitivo, a esse estado de não pensar, a esse estado do impulso puro. Então, elas vão estar sempre presentes. Nós não podemos idealizar, achar que nós vamos conseguir a paz plenamente. Isso é impossível. A Psicanálise é isso aí: remover, mexer nas entranhas do inferno, das funções mais primitivas, destrutivas. Nossa contribuição é nesse sentido. Há uma certa diferença e uma especificidade da psicanálise quando ela lida com isso, em como essas forças estão constantemente alterando, tentando invadir a nossa consciência e como é necessário desenvolver uma capacidade de ego que permita lidar com essas forças. A contribuição da psicanálise é essencialmente nesse sentido.

Quero dizer algo que eu não disse na minha palestra: que há uma perversão. O sintoma mais marcante da sociedade atual é a perversão. O que é a perversão? É diferente da neurose, é diferente da psicose. A perversão é: eu sei aquilo que é proibido, mas mesmo assim eu quero transgredir. A perversão está aí. Isso está presente dentro da família, está presente na escola, está presente em todos nós.

Então há uma atração no sentido de negar todo um contingente emocional, todo um contingente impulsional. As drogas são um convite para isto: para o não pensar, para não se haver com o conflito, com as dificuldades humanas, para o "tudo bem". A pessoa fuma uma maconha e parece que ela está legal, que está tudo resolvido. Isso atrai. Isso não existe no ser humano à-toa, mas como uma atração mesmo para esse estado de natureza, para fugir ao estado de cultura, que é o estado da convivência com o outro, do respeito ao outro, da consideração para com o outro.

As drogas vão estar aí sempre. Não basta a gente proibir seu uso. É preciso entender que essas drogas existem porque têm a ver com algo muito difícil de o ser humano lidar que nós não vamos resolver com proibições. Nós vamos lidar com isso tentando transformar essas forças destrutivas em algo construtivo, criativo, de arte, de poesia, de literatura, de teatro – é isso que nós temos que incrementar –, de esporte, o lidar com o corpo. Não devemos negar, não é uma questão de combater. O conflito é inerente à condição humana e a psicanálise tem a sua proposta de lidar e encarar esses conflitos. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Luciano Wagner Guimarães Lírio, Presidente da Sociedade Brasileira de Psicanálise de Brasília!

Passo a palavra, neste momento, à Prof. Gícia de Cássia Martinichen Falcão. Ela disse: "Diga só Falcão". E eu disse: "Martinichen". A senhora tem a palavra, por favor.

A SRª GÍCIA DE CÁSSIA MARTINICHEN FALCÃO – Nosso saudoso Paulo Freire afirmou várias ve-

zes que a escola é o local privilegiado para a solução de problemas, para a resolução de conflitos. Então, vamos lembrar de Paulo Freire e pensar: nós temos toda essa diversidade dentro da escola, nós temos grandes dificuldades dentro da escola, mas nós temos também a facilidade de realizar essa solução de conflitos por meio do diálogo, por meio da conversa.

A minha mensagem final para vocês é: exijam na escola que professores, funcionários, estudantes e comunidade escolar tenham voz ativa dentro desse espaço. Exijam a participação ativa de todos na construção de todos os projetos dentro da escola. Exijam da Secretaria de Educação a participação de todos vocês em todas as discussões que permeiam o processo político-pedagógico da escola de vocês. Se nós queremos realmente incentivar o protagonismo de todos os estudantes da rede de ensino, precisamos dar voz para todos. E isso passa pela exigência de vocês. Não sou eu, não é a Secretaria de Educação, não somos nós que sozinhos vamos abrir esse espaço, somos nós todos juntos. Então, essa parceria é importantíssima pra que realmente vocês se tornem esses protagonistas da situação.

Quando nós pensamos em violência, nós também não podemos esquecer que existe aquela violência praticada pela própria escola. E um dos tipos de violência praticada pela própria escola é o calar, é o não dar voz à comunidade escolar que compõe essa escola. Então, não vamos admitir isso, não. Nós queremos participar. Nós queremos participar ativamente. Vocês, estudantes, devem se comprometer com essa construção de uma cultura de pais, mas precisam exigir da escola, da rede de ensino público do DF essa participação, para que realmente essa solução, essa resolução de conflitos aconteça, mas aconteça de forma coletiva.

Um outro ponto importantíssimo. Nós vamos abrir uma grande discussão a respeito do currículo educacional da nossa rede de ensino. E eu não tenho dúvida de que pra que a gente construa um currículo que realmente tenha dentro de si... dentro desse currículo haja todas essas ações que nós discutimos hoje, precisamos colocar a educação integral como um direito humano de todos.

Nós precisamos que esse nosso currículo seja permeado pela educação em direitos humanos. E nós vamos chamar a comunidade escolar, a sociedade brasiliense para a construção desse currículo juntos. Então, da mesma forma que hoje, junto com o Sindicato dos Professores, estamos discutindo a gestão democrática da rede de ensino, também faremos esse convite; um convite com teor de convocação mesmo, mas uma convocação positiva, pra que juntos possamos pensar o currículo educacional que tenha a educação em direitos humanos perpassando todas as disciplinas e questões discutidas dentro da escola.

Bom dia! Obrigada pela presença de todos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Agradeço à Professora Gícia de Cássia Falcão pela sua bela exposição e agora passamos a palavra, para suas considerações finais, ao Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria, Dr. Antônio Geraldo.

O SR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA – Volto a agradecer aos dois manos, ao Inácio Paim e ao Senador Paulo Paim, por essa oportunidade e pelo respeito à Associação Brasileira de Psiquiatria por nos convidar aqui. Agradeço à Rosilene por frisar sempre que esse tipo de mesa com esse tipo de presença discute realmente de forma séria o que precisa ser discutido.

Mas há duas palavras que queremos deixar como mensagem final pela Associação Brasileira de Psiquiatria: uma delas é "solidariedade"; a outra, "responsabilidade".

Eu milito em movimentos sociais, em movimentos associativistas na cidade em que nasci, Grão Mogol, norte de Minas, uma pequena cidade, mas uma cidade maravilhosa, histórica, linda. Quem não conhece, vá conhecer Grão Mogol, uma cidade histórica do norte de Minas que compensa ser conhecida.

Lá eu participava de um grêmio, que era o Grêmio Lítero-Esportivo Castro Alves (Gleca). E desde aquela época já começamos... Tem sessões importantes na época, com o professor Jadir Pereira. E depois, na faculdade, do Diretório Acadêmico Mário Ribeiro, que foi extremamente importante para a minha formação, bem como aquela Faculdade de Medicina da Unimontes.

Eu estou falando isso porque estou falando de escolas. E escolas em que eu passei muito bem, porque me ajudaram na minha formação. E nós precisamos agradecer aos professores e a essas escolas.

Depois, eu fui da UEE, União Estadual dos Estudantes. Então, não consigo parar com esses movimentos sociais, com movimentos associativistas. Hoje, sou Diretor do Sindicato dos Médicos do Distrito Federal e Diretor da Associação Médica de Brasília. E nós acreditamos muito que precisamos trabalhar com prevenção de doenças; precisamos trabalhar com promoção da saúde. E nós podemos trabalhar nas escolas tanto com os alunos quanto com os professores.

Os professores, normalmente, convivem muito mais tempo com os nossos filhos do que às vezes nós mesmos. Tem escolas em que o menino fica oito horas na escola, ou até mais, quando é integral. E mesmo os outros, que ficam de uma às cinco, cinco e meia, seis horas, diariamente, constantemente, e podem observar as mudanças de comportamento nas pessoas.

Mas essas pessoas, esses professores, volto a insistir, têm que ter para onde mandar, para algum laboratório de avaliação, para o psiquiatra ver, para o psiquiatra opinar, para que tenha uma observação.

Quando eu estou insistindo no psiquiatra é porque quando o professor chega a ver, as pessoas percebem e é tão descaradamente possível de ver, é porque a alteração existe e precisa ser feito um diagnóstico médico, que é a inclusão dos sintomas, a exclusão de sintomas, para chegar em um ponto final. E fazer diagnóstico diferenciado ou exclusão só é factível pelo médico.

Então, só pra lembrar isso e dizer que a Associação Brasileira de Psiquiatria vem trabalhando, há muitos anos, com a ABP Comunidade. Eu nem era da diretoria da Associação quando começaram a trabalhar isso; um trabalho nobre, de colegas que me antecederam. E ela vai continuar a trabalhar em cima disso com os professores, os alunos.

E quero frisar, de forma clara, que a ABP é contra liberar drogas, é contra programa de redução de danos, de "não use tal droga, use a outra". Nós somos contra, completamente contra. O ideal é não às drogas, não às drogas. Eu insisto nisso.

Quem precisar de ajuda, nós teremos o maior prazer de poder ajudar. Entrem no nosso site, no nosso portal que se chama Portal da Psiquiatria. Se jogar no Google, você vai achar o Portal da Psiquiatria, ou no www.abp – que é Associação Brasileira de Psiquiatria. www.abp.org.br. E lembrar que craque que é craque combate preconceito. Que craque que é craque não tolera violência. E nós temos que ser intolerantes com todo e qualquer tipo de violência.

Muito obrigado. A ABP está de portas abertas para atender a todos. Antes, eu esqueci de falar uma palavra: solidariedade. O que mais me assustou no crime lá em Realengo foi uma criança ficar por mais de dez minutos no chão, agoniando, e ninguém prestar socorro de imediato. Se tivesse medo que houvesse alguém lá dentro, que arrastasse correndo, puxando. Tinha que tirar dali. Tinha que dar socorro. Não poderia deixar daquele jeito.

Imediatamente, a DP tomou conhecimento. Às duas da tarde, enviou carta colocando a Associação Brasileira de Psiquiatria para assessorar o Governador e o Prefeito no sentido de dar a melhor assistência, porque o nosso trabalho tem que ser esse. O nosso trabalho não tem que ser alardear a desgraça, o nosso trabalho é ajudar aqueles que ficaram, porque aquelas crianças, aqueles professores, aqueles funcionários da escola vão precisar de atendimento médico psiquiátrico, porque há o estresse agudo e o estresse pós-traumático. Eles vão precisar de atendimento. Não vamos negar isso, porque será muito mal.

A ABP já iniciou um trabalho voluntário com a Secretaria de Educação, a Secretária Cláudia Costin. Esse trabalho é voluntário, gratuito. Nós não temos nenhum outro interesse a não ser a solidariedade. Por quê? Porque nós temos responsabilidade social e não podemos abrir mão disso. Todos nós devemos sempre ser solidários, todos nós devemos sempre ter responsabilidade social. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento o Dr. Antônio Geraldo, Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria.

Deu-se destaque aqui que todo o trabalho na entidade é voluntário. Isso mostra o compromisso com a causa – tenho certeza – de toda esta Mesa, do plenário e de todos os que estão nos assistindo neste momento.

Teríamos agora um vídeo, mas antes quero registrar a presença da professora Adriane Leão, responsável pelo núcleo pedagógico do Guará, e do Sr. Francisco Neri, que representa aqui a Deputada Erika Kokay.

Também quero registrar que encaminhou um convite à Mesa o Sr. José Augusto, coordenador nacional de projetos sobre o *bullying*, sobre uma reunião que vocês terão aqui, em Brasília. Está convidando todos para discutir o *bullying*, não é isso?

O SR. JOSÉ AUGUSTO PEDRA – É exatamente isso. E, se fosse possível dizer algumas palavras, seria muito importante a contribuição que temos a dar a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu só pediria a V. Sª que pudesse, porque nós teremos outras audiências, ser, no máximo, três minutos, porque nós temos um vídeo para apresentar e tenho que falar no plenário. A sessão já começou. Estão lá em torno de 600 companheiros indígenas aguardando a minha fala. V. Sª poderia fazer uma mensagem de três minutos, sabendo que, uma vez por mês, nós teremos um debate sobre esse tema.

O SR. JOSÉ AUGUSTO PEDRA – Meu nome é José Augusto Pedra. Eu represento o Cemeobes (Centro Multidisciplinar de Estudos e Orientação sobre o *Bullying* Escolar) e também sou psicólogo.

Gostaria de dizer, Sr. Presidente, que essa temática de *bullying* escolar é uma prerrogativa da psicologia e seria importante termos a participação.

Eu gostaria de dizer algo sobre o *bullying* que está sendo banalizado: é uma violência velada, é uma síndrome psicossocial e é expansiva. Eu quero denunciar que o *bullying* é epidêmico.

Desde a criação da Associação e do Centro de Estudos de *Bullying*, que hoje é uma Oscip, nós temos trabalhado. Em 2006, desenvolvemos o primeiro fórum brasileiro sobre o escolar. Em 2009, fizemos uma aproximação com um congresso, tentando conscientizar.

Lançamos, no ano passado, a campanha de combate ao *bullying*, em que conseguimos sensibilizar parlamentares, e foi instaurada a Frente Parlamentar Mista de Combate ao *Bullying* e outras Violências.

Nós somos do terceiro setor e queremos dizer também outra coisa importante: nós temos pleiteado políticas públicas no sentido de enfrentarmos essa violência. Eu quero dizer que o *bullying* está no âmago de outras formas de violência explicita como também no âmago da formação de gangues, um grave problema na nossa Capital. Preciso denunciar esse aspecto epidêmico. Nós estamos lidando com uma epidemia, pois o *bullying* tem uma capacidade de propagação, Senador, muitas vezes maior que a tentativa de contê-lo por meio de atos isolados.

Recentemente, em março, na TV Câmara, nós fizemos uma entrevista em que, infelizmente, nós afirmamos a possibilidade de acontecerem tragédias em escolas. Ela foi levada ao ar novamente, na terça-feira passada. Há três anos, quando percebíamos a possibilidade de acontecerem mortes em escolas, elas já começaram a acontecer. Eu temo que outra tragédia poderá acontecer se nós não fizermos alguma coisa.

Eu gostaria só de dizer que há solução, sim. Nós trabalhamos com engenharia de mudança e é possível conseguir resultados rápidos. Para o senhor ter uma ideia, é possível, em uma escola com incidência de 66% de envolvidos, em quatro semestres, em dois anos, a incidência de *bullying* cair para 4%. Então, há esse expertise sim. Agora, ao contrário do que foi mencionado, não é algo como isto: vamos resolver a violência social para resolver a violência na escola. A violência na escola é urgente.

Por último, quero enfocar um aspecto muito importante para nós entendermos: por ser velada a vítima do *bullying*, 80% dos agressores disseram que foram vítimas e estão reproduzindo a violência sofrida. E não existe esta coisa de "eu sofri isso e não desenvolvi transtorno, não cometi nenhum crime". Nem todos dispõem da mesma estrutura psíquica. Aqueles que não chegam à atitude de massacre, Senador, são capazes de desenvolver tratamentos agressivos, levam para o ambiente de trabalho, levam para a constituição familiar e reproduzem nas suas famílias e na criação dos filhos. Os protagonistas desses fenômenos são formados em casa. Por isso, nós trabalhamos não só com capacitação de profissionais, mas também com a família. Precisamos olhar para as nossas famílias. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero dizer ao coordenador nacional desse projeto que faremos, no mínimo – é proposta não só minha, mas de outros dois Senadores –, uma reunião por mês. Já recebi aqui diversos nomes de pessoas que gostariam de falar. Infelizmente, nosso tempo está terminando, mas os nomes ficam aqui, assim como o seu, e, no próximo debate que teremos sobre o tema, vocês terão oportunidade de usar a palavra.

O SR. JOSÉ AUGUSTO PEDRA – Eu gostaria de encaminhar, de presente à Comissão, um livro de minha autoria: "*Bullying escolar – perguntas e respostas*". Aqui, estão dois livros: uma historinha infantil que facilita a compreensão desse fenômeno difícil e um manual com perguntas e respostas. Gostaria de encaminhá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência o recebe com satisfação.

Vamos continuar o debate. Neste momento, vamos assistir ao vídeo do II Encontro de Capoeira e Grafite Regional do Guará, com educadores populares.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos aos educadores populares por esse belo vídeo!

Sei que muitos gostariam de falar, mas 600 índios estão no plenário, e eles vão bater os tambores e os tacapes e soltarão suas flechas se eu não for lá falar. Estão me aguardando lá. Então, vou ter de encerrar esta reunião, para ir lá.

A SRª NEIDE RAFAEL – O senhor muito trabalhou, e nós, negros, o reconhecemos. Isso serviu de material base para nosso projeto. Eu, o Professor Alisson e o Professor Adriano nos debruçamos sobre o Estatuto e percebemos a sua felicidade no que tange a capoeira como identidade, como resgate. É um material da mais alta relevância. Eu queria dizer isso ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa fala, além de prestar esse agradecimento, fecha, como a gente fala, com toque nobre, esta audiência, não por eu ter feito o Estatuto, juntamente com outros Senadores e Deputados, mas porque a sociedade está, como eu digo, assumindo a responsabilidade pela implementação do Estatuto do Idoso, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, do Estatuto da Criança e Adolescente, do Estatuto do Combate ao Preconceito Racial, que é o caso.

Parabéns a V. Exª pelo trabalho!

Assim, encerro a primeira parte desta nossa audiência pública.

De imediato, abro já uma segunda audiência, para votar o seguinte requerimento: "Com fundamento no art. 113, solicito uma audiência pública conjunta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) com a Comissão de Ciência, Tecnologia,

Inovação, Comunicação e Informática (CCT), com o objetivo de discutir e votar o PLC nº 41, 210, que versa sobre a Lei Geral de Acesso à Informação". A autoria é deste Senador.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Muito obrigado a todos, a vocês do plenário, a vocês que assistiram pela *TV Senado* mais esta audiência pública que tem como eixo o combate a todo tipo de violência e a todo tipo de preconceito, seja dentro da sala de aula, seja na rua, em qualquer lugar. Eu abri falando daquele fato de ontem, visto hoje pela manhã e ontem à noite. Foi na Paraíba, onde três jovens descem e matam a facadas um outro jovem. Absurdo, absurdo, absurdo! Nada, nada, nada pode justificar atos nem semelhante a esse, muito pior como esse.

Então esta audiência pública tem este objetivo: combater a violência e combater todo tipo de preconceito. Aquele assassinato covarde de ontem foi contra um menino que tinha a sua opção sexual diferente daqueles que o mataram. Essa é a justificativa. Onde é que nós estamos?

Por isso, parabéns a todos vocês!

Está encerrada esta audiência pública.

Um abraço a todos! *(Palmas.)*

(Levanta-se a Reunião às 12 horas e 12 minutos.)

ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE ABRIL DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e oito minutos do dia dezenove de abril de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim),** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os Seguintes Senhores Senadores **Ana Rita, Paulo Paim, Wellington Dias, Ângela Portela, João Pedro, Vicentinho Alves, Paulo Davim, Cyro Miranda, Marinor Brito** e o não membro **Senador Eduardo Braga.** O Senador João Alberto Souza justifica sua ausência. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte Pauta. **Item único – Audiência Pública**, nos termos do **Requerimento nº 50, de 2011 – CDH**, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 14/04/11, que tem a pretensão de *debater as Políticas para população indígena: uma questão de Direitos Humanos*, e*m comemoração ao Dia do Índio.* Convidados que comparecem e fazem uso da palavra, nesta ordem: Vereador Jeremias Xavante, do município de Campinápolis – MT (DEM/MT); Marilena Macuxi, autodenomina-se líder indígena das comunidades amazônidas – RR; Cacique Álvaro Tucano, autodenomina-se líder indígena amazônida, da Região Cabeça de Cachorro, área situada no extremo noroeste do Brasil , Municípios de São Gabriel da Cachoeira e Japurá, ambos no Estado do Amazonas, em região de fronteira com a Colômbia, no Alto do Rio Negro; Cid Furtado Filho, Diretor de Conteúdo da Revista Brasileiros de Raiz da RRCK Comunicação e Marketing; autodenomina-se Cacique Claudecir da Silva Braz, em representação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil; autodenomina-se Cacique Sererê Xavante, Presidente da ONG Indigenista, do Município de Parabubu – MT; Cacique Celestino autodenomina-se da etnia Xavante, da reserva Parabubure, no Estado do Mato Grosso, que faz pronunciamento em idioma xavante que é traduzido pelo Cacique Sererê Xavante; Advogado Arão da Providencia Araújo Filho, OAB/RJ nº 64204, da etnia Guajajara e Paulo Celso de Oliveira, Ouvidor da FUNAI, em substituição ao Senhor Márcio Augusto Freitas de Meira, Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI. O Senhor Presidente abre os trabalhos e nomeia os convidados que comparecem e solicita que tomem lugar à mesa. Em seguida, o Senhor Presidente faz suas considerações iniciais e dá a palavra aos convidados. O Senhor Presidente dá a palavra a diversas lideranças indígenas presentes no plenário. A Senhora Cacique Claudecir da Silva Braz encaminha documento à mesa e o Senhor Presidente o recebe. O Senhor Presidente interrompe a sessão às onze horas e quarenta e cinco minutos e reabre os trabalhos às doze horas e trinta e dois minutos. Fazem o uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Vicentinho Alves, Cyro Miranda, Pedro Taques, Wellington Dias, Ana Rita, Marinor Brito, Ângela Portela e João Pedro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às quinze horas e três minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta, com sete minutos de atraso, lamentavelmente, porque eu estava despachando – o erro é meu –, a 15ª reunião extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovada.

Bom dia, Senadora Ana Rita, Senador Vicentinho Alves, que é quem provocou o movimento para que houvesse ontem a sessão de homenagem aos povos indígenas no plenário e também aqui, neste momento, na Comissão de Direitos Humanos. Bom dia, Senador Cyro Miranda, sempre presente conosco aqui.

Informo a todos que esta audiência pública foi requerida nos termos do Ofício nº 50, de 2011/CDH, de autoria de diversos Senadores, entre eles principalmente o Senador Vicentinho Alves, a fim de debater as políticas para a população indígena, uma questão de direitos humanos, em comemoração ao Dia do Índio, que é hoje. Para esta audiência pública, foram convidados Fabiana Vaz de Melo, coordenadora-geral de promoção dos direitos sociais da Diretoria da Promoção ao Desenvolvimento Sustentável da Funai; também o Sr. Paulo Celso de Oliveira, ouvidor da Funai, em substituição ao Sr. Márcio Augusto Freitas de Meira, Presidente da Fundação Nacional do Índio; e naturalmente lideranças indígenas que estão aqui e que vão poder fazer uso da palavra.

Eu dizia ontem naquela belíssima sessão promovida pelo Senador Vicentinho Alves que aqui na Comissão, além dos convidados, vamos permitir também que o Plenário se manifeste. Vamos dar a palavra, no momento adequado, naturalmente além dos Senadores.

Recebi também aqui uma cópia da revista *Brasileiros de Raiz*. Está aqui o diretor, que é o Sr. Cid Furtado. Traz uma série de matérias bem elaboradas sobre as lutas dos povos indígenas. Não vou comentá-la; do contrário, ninguém vai querer ler a revista. Leiam a revista. Olhem a capa da revista. Dia 19 de abril – estou lendo aqui –, dia de índio, é dia de raízes do Brasil. Bela chamada!

Mas, enfim, Senadora Ana Rita, Senador Vicentinho Alves, Senador Cyro Miranda, lideranças dos povos indígenas que já se encontram aqui no plenário, hoje, dia 19 de abril, é o dia dos povos indígenas. E é mais do que acertado, mais do que correto, mais do que justo que a Comissão de Direitos Humanos tenha dedicado, por provocação feita pelo Senador Vicentinho Alves – quando digo provocação é sugestão –, essa audiência hoje pela manhã, para que a gente possa ouvir tanto a Funai... Pelo menos anunciaram que estariam presentes, mas não sei se já chegou alguém da Funai aqui. Pelo menos a Funai confirmou que estaria aqui nesta conversa conosco.

Eu sempre digo que podemos errar na nossa vida, na nossa caminhada, mas não podemos nunca, no meu entendimento, nos omitir do debate, do diálogo, da discussão, de ouvir as críticas. Não pensem os senhores que normalmente aqui recebo palmas e que quando vou para os Estados eu não ouço críticas. É claro que ouço! Sobre o fator previdenciário, só como exemplo. Sobre o reajuste dos aposentados.

Eu ouço as críticas e explico, vou dialogando, mostro da nossa caminhada. Por isso, gostaria muito que a Funai, se não se fez presente ainda, e havia confirmado, porque essa audiência... Ontem no plenário inclusive, o Senador Vicentinho Alves ponderou se a Funai viria, e eu disse que viria, porque foi essa a informação que eu recebi. Que, pelo menos, se a Funai não viesse, que a Funai então justificasse, explicasse, mandasse uma carta dizendo que não viria. Eu ainda estou acreditando que houve um atraso, e que virá aqui um representante da Funai para participar desse debate. Reunião da Comissão de Direitos Humanos do Senado da República, no Dia Nacional do Índio, com lideranças indígenas aqui e Senadores, a Funai tem que estar presente. Espero eu que tenha havido algum atraso, talvez no táxi, no ônibus, às vezes fura o pneu do carro, o trânsito às vezes está muito congestionado. Eu até entendo, mas vou aguardar aqui a presença.

Gostaria de passar a palavra, em primeiro lugar, ao Senador Vicentinho Alves, para que ele, que foi o autor da nossa sessão de homenagem no dia de ontem, tão bonita, faça já suas considerações. Depois, se os outros Senadores quiserem, também poderão fazer algumas ponderações. Em seguida, passarei a palavra aos líderes dos povos indígenas.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Sr. Presidente Paim, agradeço a presença de V. Exª ontem à sessão solene; Senadora Ana Rita, Vice-Presidente; Senador Cyro, nosso amigo de Goiás; demais participantes, servidores, imprensa, vou neste início ser breve e voltarei a falar depois que as nossas lideranças indígenas se pronunciarem.

Mas quero dizer que, para nossa alegria, o nosso grande líder indígena que considero, Marcos Terena, não está aqui hoje porque está recebendo uma homenagem em São Paulo e também cuidando do encontro dos povos indígenas na cidade de Bertioga. Acabamos de fazer contato, mas seria muito bom se ele aqui estivesse, conhecedor da causa. E ele pôde detectar nos Anais da Casa e no seu pronunciamento que ontem ocorreu a primeira sessão solene em homenagem ao Dia do Índio, para alegria de todos nós. Inclusive a sua presença, a sua emoção, a sua fala, que é natural e verdadeira, contagiou a todos nós, Colegas Senadores e a todos os índios do Brasil.

E, por incrível que pareça, ontem na nossa fala, fiz questão de frisar que esperávamos preencher apenas as duas primeiras fileiras do plenário, Senadora Ana

Rita, mas, para alegria nossa, todo o plenário lotado por índias e índios, as tribunas de honras e muitos estudantes universitários nas galerias. Inclusive está aqui a foto no jornal de hoje. Bacana, muito bom!

Eu disse e fiz questão de registrar que, com certeza, os 81 Senadores e Senadoras são solidários à causa dos índios. Agora, é como disse o Presidente Paim: o debate é sempre bom. Eu, pelo menos, sou uma pessoa que gosto do diálogo. Não sou um radical, extremista em relação a minha posição e contra a outra. Nada disso! Porém, não foi estranheza a ausência do Presidente da Funai, porque ele é muito desatento, nesse aspecto.

Eu só senti porque, como Senador amigo da Presidente Dilma – votei nela, apoiei-a e a apoio aqui no Senado, sou companheiro dela, acredito nela e no Governo dela –, notei que ela ficou sem ser representada na Mesa. Diretamente, quem deveria estar presente? O Presidente da Funai. Uma solenidade! É bom que o ouvidor Paulo Celso ouça isso. Gostaria de falar para ele caso estivesse aqui. Não estando, vai o ouvidor levar essa posição. De modo que uma sessão solene do Exército sem a presença do General Enzo, que é o Comandante do Exército, não teria nenhum sentido – representante da Presidência e da corporação; como da Aeronáutica é o Brigadeiro Saito. Como também um encontro belíssimo, de alto nível, como foi ontem – o Presidente Paim estava presente –, e o Presidente da Funai não vai.

Aliás, na CPI em que fui Relator, sobre morte de crianças indígenas por subnutrição, lá na Câmara, foi uma dificuldade! Convidamos, e ele não foi. Terminou a gente convocando e ameaçando mandar a Polícia Federal buscá-lo, para ouvi-lo. Não sei por que esse isolamento. Já chega informação para a gente de que ele se enclausurou dentro da Funai, inclusive cercado da Força Nacional. Isso foi dito por alguns índios. Não sou eu que estou dizendo. Chegou a mim. Deveríamos verificar isso. Para que esse isolamento?

Se eu represento os povos indígenas na Funai como Presidente, tenho que estar aberto ao diálogo: dizer "sim" quando pode e dizer "não" quando não pode atender. Não pode perder o diálogo, nem com os próprios índios, nem com o Parlamento. Acho até que ele foi desrespeitoso com o Parlamento também, porque, em uma sessão solene para prestigiar a entidade, para prestigiar os nossos índios do Brasil, a Presidência da Funai tinha de se fazer presente, até em respeito aos Srs. Senadores e Srªs Senadoras.

Portanto, fica aqui esse registro nosso, da nossa insatisfação com essa posição do Presidente da Funai.

Nós apresentamos ontem, caríssimo ouvidor, Senadora Ana Rita, Senador Cyro – o Senador Paim estava presente – uma proposta para revermos o modelo da Funai. É um modelo que tem mais de 20 anos, e há sobreposições entre Funai, que pertence ao Ministério da Justiça, Funasa e Secretaria Nacional de Saúde, que pertencem ao Ministério da Saúde. A sugestão nossa... E o índio fica dividido ao meio. Eles chegam a Palmas, na capital, e lhes dizem que o seu assunto é na Funai; na Funai, lhe dizem que é na Funasa. "Não é mais na Funasa, foi criada a Secretaria de Saúde. Então, é lá na Secretaria de Saúde". Eles não sabem onde resolver os problemas deles. Isso vai desde esse atendimento até a questão do carro, do transporte.

Vemos que – eu já disse isso, faço questão de registrar, e o ouvidor é bom que saiba; ele já sabe, mas que ouça – aqui no aeroporto de Brasília tem uma aeronave Xingu II, Seneca, há mais de dez anos se acabando ali. E a Funai pagando aluguel de táxi aéreo, sobrepondo questão de gastos. Poderia, já que não dá recuperação, por em leilão, adquirir novas aeronaves, ou investir nas aldeias, ou em transportes, porque agora muitos vão de carro. Está ali no terminal 2 em Brasília há mais de 10, 15 anos, no sol, no sereno, na chuva, lá se acabando, um desmando total, Presidente. Acho que não é isso o que se deve fazer com o dinheiro público, principalmente em relação aos nossos índios que estão muito desassistidos. Veio ontem a grande maioria – não vou dizer a totalidade –, cada um gastando do seu bolso.

Não tivemos para a sessão solene o apoio de nada. Eu acho que a Funai poderia fazer uma certa mobilização uma vez no ano, valorizando os índios do Brasil, trazendo para o debate nacional aquilo que muitos brasileiros não conhecem. Às vezes, nós que ali vivemos, que ali moramos, que ali convivemos, que temos relacionamento fantástico, sabemos do sofrimento deles.

É o que disse ontem, Senadora Ana Rita, quanto à criança da aldeia, à saúde da criança, à saúde da mulher, à saúde do idoso: eles têm os mesmos direitos que os habitantes das cidades.

Coisa mais bonita ontem: uma jovem mãe de lá, de mais ou menos 18 anos, amamentando o filhinho em pleno plenário! A televisão filmou uma imagem bonita: pela primeira vez eles pisando no plenário do Senado Federal. Isso é bonito, é grande! Não para mim, que sou um modesto instrumento, mas para eles, os nossos índios do Brasil. É importante eles serem vistos, serem lembrados, serem respeitados. Nós já temos muitos Vereadores índios – olha aqui o Jeremias, que é vereador em Mato Grosso; a senhora não imagina como ele fala bem; daqui a pouco ele vai se pronunciar. Como ele, há muitos outros. Há também o Álvaro, do Amazonas, um líder indígena de lá.

De modo que nos preocupa muito o alcoolismo nas aldeias, assunto que temos de trazer para o debate. Também o tráfico de drogas nas aldeias tem de ser trazido para o debate nacional. É muito grande o tráfico de drogas. Os traficantes estão usando muito as aldeias lá da nossa região Norte para o tráfico. O alcoolismo, crianças fazerem programas... Claro, respeitando a cultura e a tradição de todos eles, é preciso zelar para que as crianças das aldeias não fiquem perambulando nas ruas. Tocantins tem balsas que atravessam carros, e as crianças ficam em cima dessas balsas pedindo dinheiro, uma coisa mais deplorável. Eu não vejo uma ação direta da Funai quanto a isso.

Para vocês terem uma ideia: a cidade de Tocantínia, que tem várias aldeias – o ouvidor Paulo deve conhecê-la –, há mais de três meses – aí já não é a Funai, a história de dividir ao meio – não repassa o dinheiro da saúde: os médicos não recebem, os enfermeiros não recebem. E não é por falta de recursos federais, é uma questão de gestão. E isso atrapalha lá na ponta.

Qual é a sugestão que insistimos em apresentar? A criação da Secretaria Nacional dos Povos Indígenas. Porque aí, você unifica todas essas ações num modelo só. Nós temos hoje a da igualdade racial, da mulher. Por que não a dos povos indígenas, ligada à Presidência da República? Para o índio não ser mais partido ao meio, mas ser visto como um todo no tratamento, desde a saúde até a questão da segurança, que também passa pelo processo. Estamos sugerindo isso.

Sugeri isso, inclusive, em nosso relatório lá na Câmara, como Deputado Federal. Preocupa-nos muito, Presidente Paim, o número de organizações não governamentais nas aldeias, que está fora dos limites, viraram franquias. Elas atendem lá no Mato Grosso do Sul, no Tocantins, no Maranhão, viraram franquias – digo isso, porque entendo uma ONG como algo local. E estão recebendo dinheiro público! Isso está no nosso apontamento, no nosso relatório, e a Funai tem conhecimento disso. Apontamos ONGs que têm problemas com o Ministério Público e continuam atuando. É seriíssimo o problema. Quando tudo isso estiver ligado à Presidenta Dilma, pelo que conheço de seu temperamento – ela é determinada, firme, séria, exigente no cumprimento das metas –, vai mudar muito o tratamento para os índios brasileiros.

Precisamos olhar isso com muita atenção. E aqui não estou falando nada mais do que a realidade do País. Aliás, devem estar faltando outros itens que, ao longo do debate que temos à frente, irão surgindo. De modo que só vejo um caminho, Presidente Paim, para resolver os problemas dos índios brasileiros: mudarmos o modelo, unirmos as ações para não haver sobreposição e nem gasto de dinheiro público com efeito menor.

À medida que você une todas as ações numa pasta só, as coisas ficam mais fáceis. Vai ser uma beleza, principalmente estando ligada à Presidência da República. Vai aliviar, inclusive, o Ministério da Saúde e o Ministério da Justiça, que têm tantas tarefas a fazer, muito mais complexas. E fica ali um caso específico junto à Presidenta Dilma.

De modo que, com essas observações, só me resta agradecer ao Presidente Sarney, que prontamente nos atendeu, e num prazo curto, com a sessão solene – mais uma vez faço esse registro. Agradeço também à Drª Cláudia Lyra e a todos os servidores que nos ajudaram a organizar a sessão solene de ontem; agradeço a nossa assessoria, a imprensa, o Senador Paim, que, naturalmente, representou todos os Senadores e Senadoras no evento e nos emocionou a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Junto com o Senador que presidiu a sessão, Wilson Santiago, que fez um belo pronunciamento também.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Wilson Santiago também esteve presente.

Eu até questionei: por que esse relacionamento com os povos indígenas? Como surgiu? Hoje é um dia especial para mim, Presidente Paim, porque, se meu pai estivesse vivo – ele foi um dos pioneiros da aviação do Norte, voava pelas aldeias –, estaria completando 91 anos. Quando eu era moleque, no dia do aniversário dele, quando eu ia dar os parabéns, ouvia: "É o meu dia, mas é o Dia do Índio". Então, começou ali. Ele voava pelas aldeias, depois eu voava. Voei muito pelas aldeias Caiapó, convivi três anos com eles diretamente. Foram três anos no Xingu, no rio Fresco, com os A´ukre, Kuben-Kran-Ken, Gorotire. Enfim, estive em toda aquela região durante três anos, na época do saudoso caiapó Tutu Pombo, Nitiba, Boeti, todos meus amigos.

Aliás, de vez em quando – se observarem o Orçamento da União, verão –, eu coloco lá uma emendinha. Podem perguntar: "Mas como, um Deputado do Tocantins colocando emenda lá para o Xingu, para índio?" Por causa da história, não é? Este ano nós colocamos, está lá na Funai: recursos de emenda para combate à malária etc.

De modo que tenho muito apreço por eles e quero ser um instrumento deles. Estou aqui para somar, estou aqui para não fazer outra coisa. As cobranças que fazemos para a Funai... Aliás, não sei como é mais... Agora é a Secretaria de Saúde Indígena, que está com poucos meses de atividade – três, quatro meses, por aí. A Funasa já saiu um pouco do foco. Mas é em nome deles que atuo, é para a gente ter pelo menos uma

voz para juntar a tantas outras vozes importantes do Senado Federal para melhorar as condições de vida dos nossos índios do Brasil. Precisamos disso.

Aliás, Presidente, para concluir mesmo esta primeira fala: os nossos índios são os que preservam as maiores riquezas deste País. Se eles não preservarem as fontes de água, nós não teremos vida. As nossas florestas para o sequestro de carbono, assunto tão falado, são eles que preservam, eles é que nos dão a vida. Então, para mim, esta riqueza é muito maior: a de viver. A riqueza dos bens materiais é boa? É, mas a de viver é mais importante. Então, nós devemos muito a eles.

Quando você anda ali pelo sul do Pará, sobrevoando matas, vê as aldeias; em Mato Grosso também e assim por diante. Eles é que preservam a vida no planeta. Eles é que nos dão a maior riqueza e, muitas vezes, passam despercebidos. Vieram numa condição deprimente para Brasília. Para o evento de ontem, só a gente sabe as dificuldades que eles enfrentaram para vir – mas vieram! Aliás, em plena segunda-feira, lotaram o plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fui testemunha disso, eu estava lá e vi. O Brasil viu pela TV.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Não tive o cuidado de anotar todas as etnias. Havia mais de sessenta etnias, de todos os Estados brasileiros. Vieram de livre e espontânea vontade, só fizemos o convite, nada mais. Que beleza! É sinal de que estão vivos e conscientes de suas reivindicações.

Quero aqui registrar, mais uma vez, a competência de Marcos Terena, a liderança de Marcos Terena. Não sei por que razão ele não está sendo aproveitado nos quadros da Funai. Ele é aproveitado como professor de cátedra da ONU, é conhecedor da matéria, relaciona-se com todos os índios do Brasil de forma magnífica. Então, não compreendo que uma capacidade como é o professor Marcos Terena – é também aviador, Presidente Paim – não seja aproveitado nos quadros do Governo Federal. Não estou aqui fazendo nenhuma indicação não, estou aqui registrando a minha incompreensão por ele não estar podendo contribuir com o nosso Governo, o Governo Federal. Ele tem credibilidade, tem competência e é dedicado a essa causa.

Portanto, Presidente, ficam aqui os meus agradecimentos, inclusive por esta audiência pública. Era para ter um número maior, mas as condições deles são tão precárias que eles não têm condições de ficar mais tempo, ontem todos, ou a a grande maioria deles, foram embora. E ainda exigiram que viessem todos de roupa, bem vestidos. Eles vieram do jeito deles...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muitos estão chegando, fizeram um esforço enorme e estão aqui.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Sejam bem-vindos!

De modo que nós esperamos que, daqui a um ano, em 2012, no dia 19 de abril, possamos nos reunir aqui novamente, Presidente, e registrar que alguma coisa o Senado Federal pôde fazer pelos índios brasileiros. Confio em Deus e espero que, a cada ano, somemos nas ações, porque eles merecem. São brasileiros, muito mais do que todos os outros. Até disse em nossa fala que o Brasil não foi descoberto, mas foi redescoberto, porque aqui já moravam mais de cinco milhões de índios. Esses são os verdadeiros brasileiros.

Como V. Exª ontem frisou, e o Senador Paulo Paim também, nós devemos muito a eles – fez isso até emocionado e nos emocionou a todos a sua fala.

Portanto, muito obrigado. Quero sempre contribuir para o êxito da soma da Funai com a Secretaria de Saúde Indígena, com a Funasa. E vou insistir sempre, vou fazer, inclusive, chegar à Presidenta Dilma esse nosso pensamento da criação da Secretaria Nacional dos Povos Indígenas.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Vicentinho Alves, que foi quem organizou a sessão de hoje e provocou também esta reunião da Comissão de Direitos Humanos. V. Exª está sendo coerente com sua história. V. Exª, quando veio para esta comissão, disse: "Olha, Paim, vou tratar de todos os temas, mas há um tema ao qual quero que todos aqui deem atenção: a situação dos povos indígenas". V. Exª está sendo coerente. Meus cumprimentos.

Vou passar a palavra ao Senador Cyro Miranda, mas antes, se permitirem, quero dizer que já está conosco o Sr. Paulo Celso de Oliveira, Ouvidor da Funai. Quero cumprimentá-lo. Ele veio aqui para ouvir e, naturalmente, vai também expressar o seu ponto de vista. Eu dizia antes que respeito muito os homens e as mulheres que, mesmo em situação às vezes considerada adversa, vêm e participam do debate. Por isso, peço uma salva de palmas para o Vicentinho e para V. Exª, por estar aqui, porque outros não vêm. Parabéns a V. Exª.

Com a palavra, o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Meu muito bom dia, Senador e Presidente desta sessão Paulo Paim, valoroso Presidente pelo qual, mesmo antes de conhecê-lo, já tinha uma grande admiração. Essa admiração é maior ainda agora que estreitamos nossos laços.

À Senadora Ana Rita, Vice-Presidente desta Comissão, meu muito bom dia. É também um prazer estar convivendo com V. Exª nesta legislatura. Ao Sr. Paulo Celso, o meu bom dia e as boas-vindas E parabenizo o Exmº Senador Vicentinho Alves, amigo e vizinho, pela iniciativa. Sinto-me muito contente, hoje, dia 19, pela oportunidade de estar aqui para parabenizar a comunidade indígena por meio de seus representantes. Essa comunidade que é a nossa raiz, que tem dado muitos subsídios às nossas vidas, muitas lições, e que, muitas e muitas vezes, está desassistida.

Acho que com este debate vamos enriquecer e vamos ter muitos ganhos através do conhecimento mútuo. Esta Casa tem, por obrigação, que se irmanar a todos os problemas da comunidade indígena. Assim, quero deixar aqui o meu apoio e, tenho certeza, que também de todos os nossos colegas.

Quero mais uma vez parabenizá-los e começar este trabalho que acho que vai ser frutífero, pois é do diálogo que começa o entendimento.

Também fico triste, mesmo não podendo estar aqui ontem, em saber que não tivemos um representante da Funai. Talvez haja uma explicação. Temos que ouvir primeiro o outro lado antes de... Mas realmente era o momento que tinha que estar presente.

Portanto, a toda a comunidade indígena, a todos os senhores representantes, o meu carinho, o meu respeito e a gratidão de estarem sempre dialogando conosco.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Cyro Miranda, mais uma vez dando a sua contribuição. V. Exª que é um militante, eu diria, de todas as causas do povo brasileiro. Como é bom quando percebemos que Senadores e Deputados debatem todos os temas.

Hoje, a nossa reunião é para discutir a situação dos povos indígenas, como no outro dia foi para discutir a questão do povo negro, quando discutimos o Estatuto da Igualdade Racial. E por que não podemos, hoje, aprofundar o debate entre nós a respeito do motivo pelo qual o Estatuto dos Povos Indígenas não avança, e não avança uma linha, está há 20 anos na Casa. Acho que é a lei mais antiga que está sendo jogada de uma Legislatura para outra. "É arquivado? Não. Não é arquivado. Joga e vem, joga e vem, e não avança"

Além disso – eu, pelo menos, sou simpático à ideia – gostaríamos que ele fosse escrito por aqueles que são sujeitos dessa história. Como diz muito bem o diretor da revista *Brasileiros de Raiz*, repito, os povos indígenas são os nossos companheiros, os nossos irmãos, parceiros de luta permanente pela sobrevivência.

Mas antes de passar a palavra ao Senador ou Senadora que ainda queira fazer uso da palavra, quero compor a nossa Mesa. Como eu havia me comprometido, vou dar a palavra ao Sr. Cid Furtado Filho, que é o diretor da revista *Brasileiros de Raiz*. Mas, naturalmente, se vou dar a palavra a dez pessoas, todos não podem ficar aqui à Mesa, pois não tem espaço. No entanto, os senhores ficarão onde ficam os Senadores, onde sentam os Senadores.

Sendo assim, faria da seguinte forma: vocês indicariam um representante para estar à Mesa. E a Senadora Ana Rita já me cutucou lembrando-me que se vierem dois, que venha um homem e uma mulher. Então, veria com quem vocês pensam que, simbolicamente, fica à Mesa. Quero que o Plenário decida. De qualquer maneira, vou conceder a palavra a todos vocês.

Convidaria, portanto, de imediato, pois entendo que é unanimidade, a Marilene da Silva para compor a Mesa. E faria assim: vamos colocar um vereador e uma pessoa que não seja vereador. Portanto, vem o vereador, que é o Jeremias, e para não ficar uma agenda só parlamentar; e depois tem... Vamos pegar quem está na primeira fila... Tem o Álvaro e o Arão. Então, vem para a Mesa o Sr. Álvaro Tucano, por favor, do Amazonas; Jeremias, do Mato Grosso. E informo aos demais companheiros que estão no plenário que também usarão a palavra, os amigos que estão aqui também usarão a palavra no momento adequado.

Está montada a nossa Mesa, mas, repito, sem prejuízo de que os senhores que estão aqui, junto com os Senadores, poderão usar a palavra no momento em que abrirmos a palavra para o plenário. Vamos começar pelo Vereador de Campinápolis, Mato Grosso, Jeremias Xavante.

Só vou pedir a todos que usem o tempo limite, que vamos acordar agora, para a sua exposição, sem prejuízo de poder participar novamente. Os Senadores não têm tempo limitado, mas cada um dos senhores terão dez minutos. Portanto, vamos ver se cada um fica em dez minutos.

Com a palavra o Vereador Jeremias Xavante, por dez minutos.

O SR. JEREMIAS XAVANTE – Bom dia a todos. Quero cumprimentar, primeiramente, o Presidente da Mesa, Senador Paulo Paim, e também a Senadora Ana Rita, o Senador Vicentinho Alves, que possibilitou a nossa participação neste Dia do Índio. Também quero cumprimentar as lideranças indígenas que se fazem presentes: o Sr. Álvaro Tucano, nosso grande companheiro de luta de muitos anos. O nosso advogado também está aqui, Sr. Arão da Providência Guajajara, que nos honra com a sua participação. Cumprimento

ainda os demais presentes e também os Senadores e Senadores os quais não citei os nomes.

Senhores, como parlamentar municipal, tenho uma atuação muito limitada devido o pouquíssimo poder que temos em nossas mãos. Porém, quando se trata da questão indígena, ela se torna uma questão em nível nacional e, assim, também nós nos tornamos figuras nacionais.

Mas neste dia, que é o Dia do Índio, da minha parte, não se tem o que comemorar. Por quê? Porque as nossas comunidades, neste momento, encontram-se à mercê da própria sorte. O descaso, o abandono por parte do órgão indigenista não é brincadeira. O clamor de nossas comunidades diante da situação de penúria precisa ser ouvido pelo Governo.

Infelizmente, vou ter que criticar, nesta Comissão, o Partido dos Trabalhadores, da Presidente da República – e sei que o nosso Presidente aqui presente, a quem prezo muito, é do mesmo partido – mas, Sr. Presidente, o Governo Lula que é continuado pelo Governo Dilma até agora não abriu, não possibilitou o diálogo, a conversa diretamente com ele, com ela agora, assim como acontece com as camadas da sociedade, que, através das suas representações, estão conversando diretamente com o Governo. Ou seja, estão dizendo a ela diretamente toda a sua situação. Mas o índio não tem vez.

Quando procuramos a assessoria da Presidência da República, como representante político indígena, encontramos todo o tipo de dificuldades. O Presidente da República é blindado de todas as formas para que o índio não chegue e não demonstre ao Governo a sua situação.

Sr. Presidente, acho que V. Exª lembra muito bem que, no final do ano passado, em dezembro – a ocasião não me recordo bem, mas acho que era a Consciência Negra –, este Vereador apresentou a V. Exª um requerimento oficial para que se viabilizasse uma audiência em nome das principais lideranças indígenas no País e elas pudessem se dirigir à Presidente Dilma. Até agora, no entanto, não obtive resposta. Mas quero insistir, pois diante de todas as possibilidades de diálogo com a Fundação Nacional do Índio, isso até agora não aconteceu.

Mas antes que termine o meu prazo de fala, quero aproveitar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, para fazer duas denúncias. A primeira denúncia diz respeito ao conflito entre os índios das etnias Caiapó e Xavante, que aconteceu na porta da Funai quando da publicação do decreto. Naquela ocasião, um dos nossos caciques foi alvejado na cabeça, quase morrendo. Isso aconteceu em pleno movimento, em plena reação das populações indígenas contra o decreto. Alguém tem que responder por isso. E quem está por trás é o Presidente da Funai, que manipulou a situação na ocasião, fazendo reuniões particulares entre os índios, mas dispersando-os depois.

Sr. Presidente, ninguém investigou isso até agora. Portanto, gostaria que V. Exª levasse em consideração esta minha denúncia, que até agora está impune.

A segunda denúncia que quero fazer é com relação à criação da Comissão Deliberativa Xavante clandestina, que está acontecendo neste momento, mas que jamais foi discutida, jamais foi informada para as nove terras indígenas xavantes. Esta Comissão está decidindo aleatoriamente em nome do povo xavante e criando conflito entre as clãs. Estamos correndo o risco de criarmos facções entre nós, de nos agredirmos entre nós mesmos. Isso não pode acontecer. Alguém tem de tomar providências para preservar a integridade física e moral do nosso povo. Srs. Senadores, para mim, esse é o fato grave que está acontecendo.

E a última é a solicitação que quero fazer aos Srs. Senadores: que se crie uma CPI das ONGs. Aqui já aconteceu, mas não deu em nada. Mas agora os índios estão preocupados com as ONGs que se apoderaram de nosso organismo indígena, a Funai. Ela está comendo na mão das ONGs. Lá, no nosso meio, CTI, por exemplo, pega o dinheiro em nome do nosso povo e distribui o dinheiro lá. Quem está chupando dedo somos nós, os povos indígenas. O xavante está dessa forma.

É isso que eu queria demonstrar, neste dia, Sr. Presidente, Srs. Senadores. Muito obrigado a todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Vereador Jeremias.

Vou passar a palavra, em seguida, para a Srª Marilena.

Mas, para ajudar no encaminhamento, Vereador, eu sei da sua posição firme, questionando algumas posições que o movimento indígena acabou participando. Você relatou que pode levar até à agressão entre posições diferentes. Mas quero lembrar que eu, pelo menos, tive uma oportunidade, Senador Vicentinho. Nós reunimos, aqui no Petrônio, mais de mil lideranças dos povos indígenas. De lá saiu uma comissão indicada por eles. Acho que o Raoni estava junto. E o Presidente Lula recebeu uma delegação de uns trinta líderes dos povos indígenas. Eu fui junto. A meu pedido, o Presidente Lula os recebeu. Nós saímos dali e fomos, em torno de trinta, ao Presidente. Não estou dizendo que, com isso, algo está resolvido. Por uma questão de justiça, estou dizendo que eu acompanhei uma reunião com o Presidente. E o seu pedido eu encaminhei para a Presidenta Dilma. A Presidenta assumiu em janeiro,

e tenho certeza de que o nosso querido Vicentinho, a Ana Rita, o Pedro Taques e eu vamos levar o seu pedido para essa audiência. E aí, é claro, vamos tentar construir o entendimento. Eu compreendi suas preocupações de que façamos com que, de fato, o conjunto da nação indígena esteja representado. Fica esse compromisso. Recebi seu requerimento em dezembro. E vamos trabalhar para que a Presidenta receba os povos indígenas, uma comissão dos povos indígenas, como recebeu o Presidente Lula naquela época. Vamos lá, porque é importante ouvi-los. Estamos aqui para ouvi-los. Poderemos até dar alguma explicação, mas tenho consciência de que isso não resolve. Vocês não querem explicação, querem solução. Estou consciente disso. Vamos continuar com o nosso debate. Como falou o Vereador, vamos passar agora para a líder Marilena da Silva. Por favor, Marilena diga a pronúncia do seu nome, porque sou ruim na pronúncia.

A SRª MARILENA MACUXI – Marilena Macuxi.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Macuxi.

A SRª MARILENA MACUXI – De Roraima, na fronteira entre a Venezuela e o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está com a palavra por dez minutos.

E cumprimento o Vereador, porque ele falou por dez minutos e trinta segundos. Foi preciso.

A SRª MARILENA MACUXI – Bom dia a todos e a todas. Eu me chamo Marilena Macuxi, também sou liderança de Roraima, também conselheira da União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira. Fui eleita no Maranhão, em 2009.

Estamos aqui para acompanhar a Casa, junto com o Senador. É a primeira vez que estou nesta Casa com vocês. Agradeço a todos os Senadores aqui presentes, que estão acompanhando a nossa realidade. Nós, que somos da base, não temos essa oportunidade. Hoje, estamos aqui. Não encontro a minha Senadora eleita por Roraima, a Angela Portela. Muitos Senadores que vejo na televisão não estão aqui.

Eu coloco aqui que temos de abrir um espaço, um canal, para que vocês, como nossos representantes, olhem para nossa questão de base. Quem sofre com isso somos nós.

Nós temos problema de educação nas escolas nas terras indígenas. O acesso é difícil, são dois ou três dias de barco e de voo. Não temos dinheiro para chegar lá.

Temos outra questão, a invasão de garimpeiros nas terras indígenas ianomâmis

Faleceram tantas crianças por motivo de doença. Nós sabemos. Nós temos o guardião de nossa floresta, que nos avisa. Nós temos pajés, que acompanham. Mas nós estamos de luto. Nós temos muitos problemas.

Muito obrigada.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos à Marilena Macuxi, que dá um depoimento emocionado e que mostra a realidade de nossos povos indígenas. Esperamos que, a partir desta reunião e da comissão que o Vicentinho propôs que a gente crie, seja possível levar o resultado desta audiência pública junto com as lideranças indígenas à Presidenta Dilma.

Não sei se a Senadora Angela Portela está aqui. Seria importante que ela viesse à Comissão.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não, só queria registrar aqui o que ela falou. Estão conosco aqui o Senador Vicentinho Alves, o Senador Cyro Miranda, a Senadora Ana Rita, o Senador Pedro Taques, que é um lutador de todas as causas no campo popular, no dia a dia, e no campo jurídico. Tem nos dado aulas no campo jurídico.

Tem a palavra o Senador Vicentinho, pela ordem.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Só para complementar o que falei anteriormente. Temos problema seriíssimo de diabetes com os índios xavantes, problema muito sério. Temos problema de colesterol alto nos nossos índios, totalmente descompensados na questão de triglicerídeos etc. As mulheres, como eu disse, as crianças, os idosos precisam de uma atenção especial. O problema é seriíssimo. Eu falei de alcoolismo e da questão das drogas nas aldeias, mas há problema de saúde em si. Nessa gestão, eles desativaram os postos nas aldeias. Olha aqui o ouvidor Paulo nos ouvindo de forma respeitosa e compreendendo. Tem de ter um representante dos índios lá nos postos. O problema é que o choque era muito grande entre o representante da Funai com as ONGs. Preferiu ficar com as ONGs. Esse é o problema. Tem que ser mudado esse conceito.

Aliás, Presidente, só para concluir. Sai de aviador para prefeito da minha cidade, Porto Nacional. E a primeira obra que fiz foi uma praça, e não ouvi a comunidade. Era aviador, não conhecia bem a política, tinha vinte e poucos anos. Fiz a praça. Achando que a melhor ideia era a minha, naquele entusiasmo da juventude. Logo que fizemos a praça, plantamos a grama e fizemos os passeios. Aí o povo começou a passar só em cima da grama. Colocamos aquela plaquinha: não pise na grama.

Queria forçar o pessoal a ir pelo meu caminho. Um dia, numa reunião com a comunidade, uma senho-

ra de idade do bairro falou: Vicentinho, por que em vez de você colocar essa placa "não pise na grama", você não faz o caminho por onde a gente pisa? Porque é ali que nós queremos passar. Mudei, tirou-se a placa, a grama ficou bonita, viçosa.

É o que eu quero dizer ao Presidente da Funai. Às vezes, ele põe na cabeça uma coisa e acha que aquilo tem de ser daquele jeito. Discuta com a comunidade, ouça, para que não precise mais colocar a plaquinha dizendo "não pise na grama". Ele vai fazer de acordo com quem efetivamente faz com que a Funai exista. Ela só existe, porque existem os índios. Então, é preciso que o Presidente não haja no ímpeto. Olha o isolamento em que ele está. Ele está completamente isolado, inclusive usando estratégia que não é boa. Ele está desagregando os índios das próprias etnias, para obter poder. "Aqui eu tenho um documento que esse grupo tem de assinar favorável". Mas, se analisar 100% dos povos indígenas do Brasil, ele não tem 80% de aprovação da sua gestão. Essa é a realidade.

Nada contra, no campo pessoal, o Presidente. Nada. Não é isso. Estou a favor dos nossos índios e querendo buscar aqui uma solução que seja a melhor para eles. É uma preocupação grande essa questão da saúde. Precisamos urgentemente de fazer uma ação muito forte, porque, principalmente os xavantes, estão com muitos casos de diabetes e assim por diante, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Vicentinho.

Os Senadores usem da palavra no momento em que entenderem adequado.

Eu passo a palavra para o líder cacique Álvaro Tukano, que tem sempre manifestado uma posição muito firme e muito clara sobre os interesses da sua comunidade.

Então, com satisfação, tem a palavra V. Sª.

O SR. ÁLVARO TUKANO – Bom dia, em primeiro lugar, quero agradecer a este querido Senado, cumprimentar o companheiro Paulo Paim, que tem dado muitas lições de patriotismo nesta Casa. Fiquei emocionado ao ver as lágrimas dele ontem, nesta Casa, falando de Sepé Tiaraju. Quero agradecer também ao nobre Senador Vicentinho, que me orgulha por ser um homem preparado para defender os direitos humanos. Cumprimento a Vice-Presidente Ana Rita, o companheiro Wilson Santiago, pelo pronunciamento de ontem, Cyro Miranda e o Senador Pedro, que se encontra aqui.

Sou de uma região muito distante daqui. Sou Álvaro Tukano, sou do povo tukano. Minha região é mais conhecida como Cabeça de Cachorro ou Alto Rio Negro, por onde vivem 22 povos indígenas, falando suas línguas. Somos 10% da população indígena do País, espalhados em mais de 750 comunidades indígenas. Nós, índios, somos guardiões daquelas fronteiras onde existem grandes jazidas de minério. Por exemplo, eu venho da Região dos Seis Lagos, onde existe a maior mina de nióbio do mundo.

Por falta de informação, certos parlamentares acham que o índio está atrapalhando o progresso. Não é assim que nós vemos. Não é assim que eu vejo, porque as terras indígenas são patrimônio da União. Basta conversar com os brasileiros índios que é possível defender alguma coisa que seja de útil para a sociedade brasileira. Isso temos que deixar muito claro.

Quero agradecer também aos nobres Presidentes da minha Nação, que passaram por lá, como, por exemplo, o JK, que pousou, de avião, para ver os índios, naquela época, por volta de 1957, se não me engano. Esteve o Presidente Sarney, por três vezes, quando implantamos o Projeto Calha Norte, para solucionar os problemas de fronteira, os problemas do narcotráfico, contrabando de minérios, invasão de garimpeiros, que, desde as décadas de 1970 ou 1980, têm sido um campo para minar a ecologia, porque a maioria dos garimpeiros, índios e não índios, não sendo instruída, achou que a Amazônia era um local onde se poderia pegar muito ouro e tornar-se rico. Mais de um milhão e quinhentos mil garimpeiros invadiram, agrediram a Amazônia. E os índios estiveram ao lado da Funai para defender a demarcação das suas terras.

Quero dizer aqui que tudo o que acontece hoje, na terra brasileira, as demarcações de terras indígenas, devemos à nação Xavante, que conseguiu demarcar as terras, com força, ao lado da Funai, trocando o presidente da Funai quando não fosse mais possível a ele continuar naquela cadeira. Foi um processo democrático.

Tivemos aqui, nesta Casa, o saudoso Mario Juruna, o único índio parlamentar nesses quinhentos anos. Isso é bom.

Tenho aqui, nesta Casa, três Senadores: a Vanessa, o João Pedro e o Senador Eduardo Braga, que levaram o Presidente da República em São Gabriel da Cachoeira no dia 21 de setembro de 2007. E entregamos ao Sr. Presidente nosso projeto de pedido de transporte fluvial e transportes terrestres. Até hoje, Sr. Presidente, o Sr. Presidente da Funai não nos atendeu. Não temos nenhum apoio deste Presidente da Funai, e nem um centavo dos nossos projetos foi aprovado.

Também, entre os dias 28 de junho e 9 de julho, teremos um encontro esportivo de lideranças indígenas e seus filhos, num distrito de São Gabriel da Cachoeira que se chama Pari Cachoeira. Vamos reunir mil jovens para combater o narcotráfico (*Palmas.*); combater con-

trabando de minérios, discutir como estamos sendo tratados por nossas autoridades constituídas neste País, que é a Funai.

Quando o Estado omite, quando o Estado não consulta as lideranças indígenas, o que se deve fazer para colocar empreendimentos? Isso é violar nossos direitos constitucionais. É isso o que o Sr. Presidente tem feito. Ele não conversa com as lideranças indígenas para fazer hidrelétricas, para fazer hidrovias.

Daí essa violação, e esta Comissão, dirigida pelas mãos do Senador Paulo Paim, está nas mãos corretas, assim como nas dos demais Senadores. (*Palmas*.)

Outra coisa que quero destacar aqui é a importância das Forças Armadas na faixa de fronteira. Estivemos aqui, no Palácio do Planalto, discutindo com o General Bayma Denys. Hoje está o General Jaborandy lá, em São Gabriel da Cachoeira, para defender nossas fronteiras, onde encontramos índios e índias nas Forças Armadas, com sua farda, com seu jeito de ser, falando sua língua, defendendo nossas fronteiras.

Quero destacar aqui também o descaso que temos com a Polícia Federal. Lá, na última cidade de Cucuí, Sr. Senador Paim, o posto da Polícia Federal foi abandonado. Faz mais de dois anos que não temos Polícia Federal lá, o que é necessário.

Não temos. Só tinha dois agentes da Polícia Federal para tomar conta de toda aquela faixa de fronteira sem estrutura mínima. Índios. Polícia Federal, fomos descartados. Isso não pode acontecer.

Quero colocar também outro assunto que é muito importante. Nós, lideranças indígenas, estamos, sim, envolvidos com nossos partidos, que nos identificam. Nesse caso, Sr. Presidente, sou do PT. Sou setorial dos movimentos populares indígenas do PT, para que seja tratada com dignidade a questão indígena, mas estamos sendo barrados dentro do nosso Partido, porque só o Presidente da Funai que quer falar por nós. Isso é inaceitável.

Levei, Sr. Presidente, essa bandeira lá para a minha região, São Gabriel da Cachoeira. Esteve, em Manaus, essa bandeira nas minhas costas; esteve aqui, em Brasília; esteve em Curitiba, fazendo passeata. Corremos com essa bandeira de Norte a Sul, escolhendo nossos Senadores, nossos Governadores, que temos nesta Casa, juntamente com seus aliados do PMDB.

Então, a questão indígena não pode ser descartada pelo PT, pelo PMDB, e tem que haver a participação de índios na gestão do Governo Federal, o que não está acontecendo. (*Palmas*.)

Venho de uma cidade que foi invadida pela droga, São Gabriel da Cachoeira, onde os alunos, não tendo nenhuma perspectiva de vida, suicidam-se. Mesma coisa em Tabatinga. As cadeias se enchem às sextas-feiras, aos sábados. Onde está a Funai? Essa é uma grande realidade.

Enfim, o Dia do Índio é para reivindicar e dizer que temos que estar de braços dados com este Senado, para que não sejamos utilizados, manipulados por terceiros, que não querem nem saber da questão indígena.

Quero encaminhar aqui uma carta que escrevi à Presidenta Dilma, mas nossas cartas, que mandamos para a Presidenta Dilma, para o Presidente Lula, não chegam, porque o Sr. Paulo Maldos e outros indigenistas ficam boicotando e escondendo nossas cartas, que falam a verdade.

Então, Sr. Presidente, era esta a mensagem que eu queria dizer, que precisamos também do apoio desta Casa para garantir bolsa de estudo para nossos universitários indígenas brasileiros. (*Palmas*.)

Precisamos de juristas, de economistas e de outros técnicos, para que venham conduzir o futuro do nosso destino. É disso que precisamos. Não precisamos mais de padres, de ONGs que venham falar por nós, pedir dinheiro em nosso nome e deixar a gente morrer na porta da Funai, colocando na frente Polícia Federal, força nacional de maneira inconstitucional. Foi isso o que disse alguém especialista nesta Casa.

Muito obrigado, Srs. Senadores.

Entrego esta carta nas mãos de V. Exªs para que a discutam com a Presidente Dilma, porque não posso entrar. Se não, eu seria um dos cidadãos também que subiriam naquele mastro da Bandeira Nacional para fazer besteira. Mas não faço, porque tenho um Parlamento que responde por mim.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Na verdade, é simbólico. Ele está mostrando a bandeira que ele carregou, atravessando o Brasil de ponta a ponta, pedindo voto. Isso aqui não é uma propaganda partidária. Pelo contrário, ele está cobrando para que nosso Partido abra espaço para os indígenas.

Uma salva de palmas para ele. (*Palmas*.)

Eu queria dizer ao Álvaro que, se minhas palavras, ontem, no plenário, foram emocionadas, as suas aqui foram com muito mais força, com muito mais conhecimento, porque ninguém conhece a realidade dos povos indígenas, em hipótese nenhuma, eu diria, mais do que os próprios povos indígenas.

Então, V. Exª está de parabéns. A gente recolhe suas ponderações. Um pronunciamento firme, claro, objetivo e que exige solução para os povos indígenas. Meus cumprimentos. Sua fala aqui, eu diria, como às vezes digo, Senador Pedro Taques, que vai usar a palavra agora, momentos como este me dão orgulho de ser Senador, porque é nosso povo falando, é nos-

sa gente falando. Muitas vezes, estamos aqui dentro falando para nós mesmos, e sei que a televisão tem uma abrangência enorme. Mas ouvir nosso povo aqui, dizendo o que quer e fazendo cobranças me dá enorme satisfação de estar aqui neste momento.

Senador Pedro Taques com a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim; Srª Vice-Presidente, Senadora Ana Rita; Álvaro Tukano; Marilena Macuxi; Sr. Ouvidor da Funai, Paulo; o amigo Jeremias, de Campinópolis, Vereador em Mato Grosso, quero cumprimentar os Senadores aqui presentes, membros componentes das várias etnias que aqui se encontram...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador, permita-me, só por uma questão de justiça.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Para que eu possa registrar já, que está conosco aqui também, além de Vicentinho Alves, Cyro Miranda, Ana Rita, Pedro Taques, que está com a palavra neste momento, o Senador Wilson Santiago, que nos ajudou, inclusive ontem, no plenário; a Senadora Angela Portela está aqui conosco, preside a Subcomissão da mulher nesta Comissão, e o Senador Paulo Davim, que é um dos articuladores do debate em relação à violência nas escolas, que vamos ter uma vez por mês, por iniciativa de V. Exª e da Senadora Gleisi.

Vamos dar uma salva de palmas a todos os Senadores que estão aqui conosco e aos outros que não puderam estar, porque sei que têm compromisso. (*Palmas*.)

Senador Pedro Taques com a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, é vergonhoso aquele país que precisa comemorar o Dia do Índio. Hoje, temos o Dia do Índio, que não pode ser motivo de comemoração, a não ser para reivindicar e para lamentar.

Se, neste instante, descesse aqui um marciano e olhasse para trás, ele pensaria que não foi um trabalhador o Presidente do Brasil nos últimos oito anos. Infelizmente, nos últimos dezesseis anos – e aqui não interessa a coloração partidária –, ou vinte e dois anos, desde a Constituição de 1988, a Constituição não passou de uma folha de papel no tocante aos índios. Não descemos à realidade no tocante aos índios. (*Palmas*.)

Então, este momento é de lamentar e reivindicar. Isso não significa que o lamento possa ser objeto de desânimo. Temos que nos animar, porque precisamos fazer muito. A Funai, com todo respeito ao Sr. Ouvidor, e a Funasa não passam de algo de papel. Não funcionam.

Fui Procurador da República durante quinze anos e, nesses quinze anos, atuei em doze Estados da federação. Em Roraima, conheço a comunidade Macuxi, a Maloca do Pium, a Maloca do Moscou, a Maloca do Bismarck; estive em Mato Grosso, no Pará, no Amazonas, e, infelizmente, encontramos descaso: Rondônia, comunidade Sararé, Uruê-au-au, Zoró; a divisa de Mato Grosso com Rondônia, na Reserva Roosevelt, ali, os Cinta Larga.

É a mesma história – não é história – de sempre: descaso da Funai e da Funasa, que tratam da questão indígena no Brasil.

Precisamos, no Brasil, repensar a relação com a comunidade indígena; precisamos repensar o Estatuto do índio. O índio não pode mais ser tratado de acordo com a Lei nº 6.001, de 1976. Temos um outro momento, um outro contexto histórico. Dessa feita, temos que tratar os índios dessa forma, de acordo com o contexto histórico em que vivemos, preservando sua cultura material e espiritual, conforme determina a Constituição da República.

Eu vou falar pouco e dizer que, num Estado que se diz democrático de direito, a principal expressão desse Estado, o principal símbolo desse Estado é a tolerância: tolerância com aquele que é diferente. É ver o índio com os olhos dos índios.

Infelizmente, nós não fazemos isso no Brasil. Nós entendemos que o índio é um louco de todo gênero, e o índio não é um louco de todo gênero. O índio tem a sua individualidade, que deve ser respeitada. O índio deve ser respeitado na sua natureza, por isso, a Constituição da República, no capítulo que trata, especificamente, da comunidade indígena, assim expressa.

Nós precisamos repensar, Senador Paim, e revisitar a questão econômica nas reservas indígenas. Nisso nós precisamos pensar e repensar.

Vou dar o exemplo, aqui, da comunidade Cinta Larga, na divisa de Mato Grosso com Rondônia, ali na Reserva Roosevelt.

Ali, nós temos a maior mina de diamantes do Brasil e nós temos uma comunidade pobre, com crianças prostituídas e voltadas para o crime.

Isso não é bom para um Estado que se diz democrático de direito.

Desta feita, eu só cumprimento V. Exª e quero, a pedido do Serere Xavante, que se encontra aqui do meu lado, ler uma carta que ele e a comunidade assim assinaram. Eu gostaria de pedir autorização a V. Exª para lê-la.

Encaminhamos a Vossa Excelência, Presidente Dilma Rousseff.

Brasília, 19 de abril de 2011

O pedido de substituição do Presidente da Funai.

Solicitamos que V. Exª tome providência cabível para efetivar a substituição do Presidente da Funda-

ção Nacional do Índio, Márcio Augusto Freitas de Meira, pois o povo indígena deste País está prejudicado, devido à extinção dos postos indígenas que atuavam diretamente na área territorial desse povo.

Também nos sentimos constrangidos pelas mazelas sociais que o povo indígena enfrenta, como prostituição, alcoolismo, etc.

Como mostrou a matéria veiculada em rede nacional pela emissora de televisão Globo, no programa Fantástico, isso demonstra a falta de interesse de formulação e aplicação de uma política pública da Funai com o Governo Federal para melhoria das condições de vida dos nossos povos.

Os caciques dos povos indígenas têm dificuldades para agendar um encontro oficial com o Presidente da Funai, pois a instituição não está dialogando com essas lideranças, que buscam apresentar as demandas das diversas etnias que se encontram no território brasileiro.

Assim, os povos indígenas se sentem excluídos e discriminados pelas instituições que deveriam representá-los.

Um dos grandes problemas que nós, indígenas, enfrentamos é o conflito entre etnias criado pela própria Funai, como ocorreu na sede da própria instituição, no final de dezembro de 2009, quando houve derramamento de sangue entre xavantes e kayapós.

Por isso, exigimos a substituição, com urgência, da presidência da Funai. Se formos atendidos, esse ato será considerado uma homenagem para o Dia do Índio.

Assina:

Serere Xavante, Presidente da ONG indígena, Cacique da Terra Indígena Parabubure..

Eu encerro, Sr. Presidente, dizendo que há necessidade de que as comunidades indígenas, as etnias sejam ouvidas nos grandes empreendimentos.

Isso é algo que a Constituição da República determina e não vem sendo atendido no momento do licenciamento dos grandes empreendimentos.

Falar em grandes empreendimentos é lembrar do Pará, é lembrar de Belo Monte.

Aqui se encontra a Senadora Marinor, que chega neste instante.

Há necessidade de que a comunidade seja ouvida – encerro, Sr. Presidente, cumprimentando o Cacique Álvaro Tucano –, pela necessidade de participação política da comunidade indígena, dos membros da comunidade.

Nós temos, no Estado de Mato Grosso, exemplos disso e o partido de que faço parte, o PDT, teve um candidato da comunidade. O filho do ex-Deputado Juruna foi candidato a Deputado Federal pelo PDT, no Estado de Mato Grosso. Infelizmente, não conseguiu cociente eleitoral, mas é representante da comunidade indígena.

Eu cumprimento V. Exª e não cumprimento a Nação brasileira pela data do Dia do Índio. Nós não temos nada por que parabenizar, nem cumprimentar, só a lamentar, pela existência de um Estado que não preserva a sua história e a sua cultura.

Parabéns pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Senador Pedro Taques, que mostrou, com a sua fala, que conhece, de fato, que já visitou inúmeras, inúmeras comunidades, aldeias dos povos indígenas.

Está conosco, também, além daqueles que citei... Mas repito, porque acho importante: Vicentinho Alves, Senador; Cyro Miranda, Senador; Ana Rita, Senadora; Pedro Taques, Senador que usou a palavra nesse momento; Wilson Santiago, que esteve conosco, também Senador; Angela Portela, Senadora; Paulo Davim, Senador; Marinor Brito, Senadora, que também está aqui conosco.

Eu queria, neste momento, como eu já havia combinado, e ele viria, inclusive, para a mesa, passar a palavra, para rápidas considerações, ao Sr. Cid Furtado Filho, diretor da revista *Brasileiros de Raiz*, que traz na capa, Senadora Marinor, Belo Monte. Traz o Raoni guerreiro de volta à luta.

Então, com a palavra, por favor, o Sr. Cid Furtado Filho. Depois, vai falar o representante da Funai.

Como havíamos combinado, eu encerrarei a Mesa. V. Exª será o último da Mesa, como havíamos combinado, e, em seguida, falará o representante da Funai.

Depois, nós vamos abrir para os Senadores.

O SR. CID FURTADO FILHO – Nós gostaríamos de agradecer, Senador Paim, pela oportunidade de trazer, aqui, a opinião de algumas pessoas que trabalham, já há uma década, com a questão indígena.

Nós queríamos trazer algumas informações que, talvez, as pessoas não conheçam em casa.

As comunidades indígenas, no Brasil, apesar de parecerem invisíveis aos olhos da sociedade, e tendo enfrentado todos os problemas desde o descobrimento, com o massacre de milhões de indígenas, hoje, conseguem chegar próximo à casa de um milhão de habitantes indígenas neste País, entre os índios que vivem em aldeias e os índios que vivem nas áreas urbanas.

Essas comunidades estão localizadas, basicamente, nas Regiões Norte e Centro-Oeste, mas a presença indígena é frequente e permanente em praticamente todos os Estados da Federação, resistindo e sobrevivendo, lutando por essa sobrevivência, como todas as lideranças, aqui, colocaram.

É muito triste a gente ver isso.

São mais de 200 etnias reconhecidas pelo Governo brasileiro, falando cerca de 180 línguas diferentes do Português, e nós, às vezes, consideramos o indígena uma pessoa de pouco conhecimento.

Na verdade, o indígena, se fosse no nosso meio, seria um poliglota, seria um especialista em Medicina, em agricultura, em uma série de coisas, principalmente, doutores em Ecologia.

É uma riqueza, um patrimônio cultural como esse, tanto o patrimônio material, quanto o imaterial. Não tem valor, é incalculável a preservação da cultura indígena para a história do povo brasileiro.

Nós há algum tempo, percebemos que toda essa riqueza cultural está ameaçada por várias decisões, sejam judiciais, pressões sociais, decisões do Governo Federal, decisões do órgão indigenista que não atende os índios e não os respeita, decisões, enfim, que pressionam e podem promover, nos próximos anos, um retrocesso até daquele pouco que se conseguiu na Constituição Cidadã de 1988.

Eu acredito que algumas coisas foram conquistadas para as comunidades indígenas, mas elas estão sendo postas em risco, porque aqui, no Congresso Nacional, existem mais de cem projetos para rever direitos indígenas.

De outro lado, Senador, o Estatuto dos Povos Indígenas, engavetado, aqui, há mais de 18 anos – como o senhor citou, há 20 anos –, precisa ser discutido, sim, precisa sair do papel.

Não é mais possível que o Estado brasileiro não tome consciência da importância das comunidades indígenas para a vida, para a identidade do nosso País.

É lógico que as culturas afro e que a cultura européia foram importantes na formação do cidadão e da cultura brasileira, mas nós não podemos esquecer a nossa raiz original. Essa raiz, a raiz indígena, está posta à prova há 500 anos.

Está, aqui, o Jeremias, o Senador citou o Vicentinho, a questão dos problemas de saúde... A gente sabe por que esses problemas existem. Não é só a falta de atendimento. A nossa cultura branca, que levou à alimentação errada, acabou com as roças tradicionais, acabou com o espaço para a caça e está acabando com a pesca, é que está levando as comunidades indígenas a essa situação também difícil.

A nossa proposta, da revista *Brasileiros de Raiz*, é ajudar, contribuir com as comunidades indígenas com uma coisa prática, concreta. Nós queremos criar um canal de voz para que as lideranças indígenas possam expor os seus pensamentos.

Nós não vamos aqui, Senador, atacar, denunciar ninguém. Nós vamos analisar as questões, nós vamos mostrar que o índio brasileiro pensa, é inteligente, é ativo na sociedade e tem de ser ouvido.

As pessoas simplesmente não conhecem essa realidade, porque quem conhece as lideranças e as comunidades indígenas passa a ser um aliado imediatamente. Assim como eu acredito que o senhor, Senador Paim, vai ser, e é, e foi desde sempre – a sua história mostra isso, a sua brilhante atuação na defesa dos direitos das populações mais necessitadas do País – um aliado das comunidades indígenas brasileiras.

A gente precisa, dentro dessa revista – e nos propomos a fazer isso –, mostrar uma face mais real das comunidades indígenas. O que nós queremos é mostrar a opinião do Jeremias, do Álvaro, da Marilena Macuxi, do Arão, de todas as lideranças indígenas.

Nós vamos buscar dar voz a eles, porque a sociedade, às vezes, não compreende o indígena porque está acostumada a uma comunicação massificada. E nós vamos tentar levar para a sociedade brasileira uma comunicação dentro do formato que ela está acostumada, para que passe a entender e passe a discutir a questão indígena dentro da escola, dentro da universidade, no Congresso Nacional, em todos os segmentos.

Nós acreditamos, Senador, e esse é um foco que nós, da *Brasileiros de Raiz*, temos, que temos de levar informações reais e concretas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deixe-me só registrar a chegada do Senador Wellington Dias, ex-Governador do Piauí.

Ele diz, sempre: "Aqui, tem sangue de índio".

O SR. CID FURTADO FILHO – Senador, Senadores, lideranças indígenas, a nossa proposta é mostrar essa face humana. Não é abordar a questão indígena como a mídia, pelos seus problemas e pelas suas características, aborda normalmente. Nós não vamos, aqui, abordar a questão indígena factualmente e, principalmente, não vamos tentar vender uma imagem do índio.

O índio brasileiro, dentro da revista *Brasileiros de Raiz*, vai mostrar a sua face. Nós não vamos interferir nessa proposta.

A ideia é que os indígenas brasileiros possam ter um canal de voz com a sociedade, para que a sociedade conheça os índios.

Como eu ia dizendo, nosso foco muito forte vão ser, além de buscar o Congresso Nacional para levantar essa discussão, as escolas, porque é preciso que as crianças que, no futuro, vão comandar o nosso País tenham uma visão diferente, formem uma relação de respeito para com as comunidades indígenas.

É preciso que o cidadão do futuro do Brasil respeite as comunidades indígenas, tenha compreensão de por que ele sobreviveu esse tempo todo. Contar a

história verdadeira e não a história que se conta nas escolas ainda, aquela história folclórica de que o índio é Peri e Ceci. Nós não temos mais de trabalhar com essa imagem, temos de trabalhar com a imagem real, estão aí o Álvaro e o Jeremias, estão aqui todas essas lideranças. Então, queremos mostrar isso.

Senador queríamos fazer-lhe uma proposição: a revista Brasileiro de Raiz e a Sociedade Nheengatu de Documentação, Preservação e Divulgação de Cultura e Esporte Indígena, que atuam há mais de 10 anos junto às comunidades indígenas, querem fazer uma proposta ao senhor. Pelo seu histórico como Parlamentar, gostaríamos de propor-lhe, Senador, uma ação concreta desta Comissão de Direitos Humanos, para que se formasse uma comissão para resgatar o Estatuto dos Povos Indígenas, e formar uma caravana pela cidadania indígena *(Palmas.)*, para percorrer as cinco Regiões do País e ouvir as lideranças indígenas, e não ouvir as ONGs e não ouvir outras organizações que querem interferir na questão indígena. Os índios têm capacidade e competência para se determinarem. Queríamos propor, Senador, que o senhor fosse o grande comandante dessa campanha pela dignidade, pela preservação dos direitos das comunidades indígenas, indo, junto com os demais Senadores desta Comissão, às comunidades indígenas, ouvindo diretamente das lideranças, sem interferências, sem telefone sem fio; que o senhor possa ouvir diretamente deles o que eles querem, o que eles pensam sobre a questão do Estatuto do Índio, que é muito importante.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento, mais uma vez, pela sua fala, o Sr. Cid Furtado Filho, que fez uma síntese do objetivo da revista. Mas, muito mais do que a revista é a causa; que a revista seja um instrumento da causa.

Quero convidar para compor a Mesa, a mesa está pequena, mas que bom, não é Vicentinho, que a mesa esteja pequena, é sinal que a mobilização, que muitos duvidavam, do plenário de ontem e daqui da Comissão, mostrou que esse povo tem história, tem luta, sabe o que quer e tem coragem. A sala está lotada, não tem mais espaço. Então, vou convidar para compor a Mesa, a Cacique Claudeci da Silva Braz, para que ela possa usar da palavra também, ela que é representante da Articulação dos Povos Indígenas da Paraíba. Depois vou passar a palavra para o Cacique Serere Xavante, dos povos indígenas do Mato Grosso.

Tem a palavra a Cacique Claudeci da Silva Braz.

A SRª CLAUDECI DA SILVA BRAZ – Bom dia, Sr. Presidente, por intermédio de quem saúdo todos os Senadores aqui presentes; bom dia a todos os meus parentes.

Estou aqui em nome da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), uma organização que trabalha com todas as organizações regionais que temos no País, que são a APOINME, ARPINSUDESTE, ARPINSUL, ARPINPAN, ARTI-GUAÇU e COIAB, e contempla todos os povos indígenas do País, não diferenciando se são do Norte ou do Sul, do Leste ou do Oeste.

Tenho uma carta feita pela nossa comissão e algumas lideranças que estão reunidas desde o dia 16, à qual gostaria de passar às mãos do Sr. Presidente, e pedir permissão para lê-la aqui na mesa,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A senhora pode lê-la.

A SRª CLAUDECI DA SILVA BRAZ – ... e ver que aqui estamos colocando as nossas angústias, os nossos anseios e as necessidades dos povos indígenas no contexto geral.

Passo a ler a carta.

"Articulação dos povos indígenas do Brasil.

APOINMI, ARPINSUDESTE, ARPINSUL, ARPINPAN, ARTI-GUAÇU E COIAB...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me fazer um pedido ao plenário? Estou olhando daqui e não são os povos indígenas que estão conversando não. O máximo de silêncio pela importância da carta, porque isso é gravado nos Anais da Casa. Nós, Senadores, somos os anfitriões, nós que estamos convidando.

Pode recomeçar.

A SRª CLAUDECI DA SILVA BRAZ – *"Articulação do povos indígenas do Brasil.*

APOINMI, ARPINSUDESTE, ARPINSUL, ARPINPAN, ARTI-GUAÇU E COIAB."

Trata de carta pública, que estamos encaminhando à Exmª Srª Dilma Rousseff, ao Senado e à Câmara dos Deputados, que reivindica:

A APIB reivindica celeridade nas ações do Governo Dilma voltados a garantir os direitos indígenas.

Nós, dirigentes e lideranças indígenas da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), reunidos na 5ª Reunião Ordinária do Fórum Nacional de Lideranças Indígenas, instâncias deliberativas de nossas organizações, preocupados com a manutenção do quadro de desrespeito e violação dos direitos dos nossos povos, e cientes da nossa responsabilidade de zelar por esses direitos, viemos, por meio desta, apresentar a V. Exªs as seguintes manifestações:

O Estado brasileiro, durante o mandato do Governo Lula, não atendeu a contento às demandas e perspectivas do movimento indígena, permitindo que as políticas voltadas aos nossos povos continuassem precárias ou nulas, ameaçando a nossa continuidade física e cultural.

Diante deste quadro, reivindicamos do seu Governo o atendimento das seguintes reivindicações:

1- Que o Presidente da Câmara dos Deputados inclua na Ordem do Dia o PL nº 2.057/91, e crie uma comissão especial para analisar o PL nº 2.057/91, para permitir a discussão e apresentação de emendas consideradas as propostas dos nossos povos e organizações, visando à aprovação do novo Estatuto dos Povos Indígenas.

Dessa forma, todas as questões de interesse dos nossos povos serão tratadas dentro dessa proposta, evitando ser retalhadas por meio de distintas iniciativas legislativas que busquem reverter os avanços assegurados pela Constituição Federal de 1988.

2- Que o Governo redobre esforços na tramitação e aprovação do Projeto de Lei nº 3.571/2008, que cria o Conselho Nacional de Política Indigenista(CNPI), instância deliberativa, normativa e articulada de todas as políticas e ações atualmente dispersas nos distintos órgãos de governo.

3- Que o Governo da Presidente Dilma agilize a assinatura do decreto de criação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PNGATI), e a sua devida implementação para assegurar as condições de sustentabilidade dos nossos povos e proteção dos nossos territórios.

4- Que o Executivo, por meio do órgão responsável, a Funai, cumpra, com máxima celeridade, a sua obrigação de regularizar, proteger e desintrusar todas as terras indígenas, priorizando, com urgência, os casos críticos dos povos indígenas do Mato Grosso do Sul, principalmente os Guarani Kaiowá, e dos povos indígenas do sul e extremo sul da Bahia, dos povos do Sul do Brasil, especialmente o povo Xetá e o povo Tembé, na terra indígena Kwatá, no Estado do Pará.

Que o Governo garanta ainda a permanência dos povos indígenas em áreas instituídas como área de proteção permanente, uma vez que a forma de ocupação tradicional dos nossos povos não conflitam com essa figura jurídica. Ao contrário. A sobreposição é que, a maioria das vezes, violentam o direito originário dos povos e das terras que ocupam.

Agilidade na conclusão das distintas fases de procedimentos e regularização é necessário para diminuir a crescente judicialização, que vem retardando a efetividade das demarcações concluídas pelo Executivo, vulnerabilizando as comunidades frente à violência e grupos contrários ao reconhecimento das terras indígenas e a sua proteção pela União.

5- Que as lutas dos nossos povos pelos seus direitos territoriais não sejam criminalizados. Não sejam eles perseguidos e criminalizados, na maioria das vezes por agentes do Poder Público, que deveriam exercer a função de proteger e zelar pelos direitos indígenas.

Reivindicamos ainda que sejam punidos os mandantes e executores de crimes cometidos contra os povos e comunidades.

6- Reivindicamos ao Governo uma reunião de trabalho entre os distintos Ministérios envolvidos com a questão indígena, com os dirigentes das organizações regionais, que fazem parte da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, para tratar das diversas pendências que afetam os nossos povos.

7- Que o Governo assegure a participação dos nossos povos na organização do processo de elaboração do Plano Plurianual 2011/2014.

8- Que o Governo garanta os recursos financeiros suficientes para implementação da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e a efetivação da autonomia política e financeira dos Distritos Sanitários Especiais (DSE), com a participação plena, e o controle social efetivo dos nossos povos e organizações nos distintos âmbitos local e nacional, evitando a reprodução de prática de corrupção, apadrinhamento político e agravamento da situação de abandono e desassistência em muitos povos de comunidades indígenas.

Garantir ainda concurso público diferenciado, e a capacitação de quadros indígenas para assumirem responsabilidade no atendimento à saúde indígena.

A demora na tramitação das responsabilidades da Funasa para a Sesai, em razão de interesses políticos-partidários e coorporativo está gerando o caos ao atendimento básico e insegurança sobre a garantia do saneamento básico nas comunidades indígenas.

O Governo da Presidente Dilma deve tomar providência para que os órgãos competentes cumpram suas responsabilidades institucionais, bem como da saúde dos nossos povos.

9- Que a Funai garanta a participação das organizações e lideranças indígenas no processo de discussão dos ajustes ao decreto da reestruturação na formulação do Regimento Interno da Funai, na composição e localização das coordenações regionais e coordenações técnicas local em todo processo de implementação e controle social desse processo.

Que o seminário sobre a reestruturação não seja simples repasse de informações e esclarecimento, muito menos de anuência dos nossos povos as propostas da Funai, mas que possibilite o levantamento das reais demandas para ajustar reestruturação às realidades de cada povo, devolvendo inclusive as coordenações que foram extintas.

10- Que o Governo da Presidente Dilma garanta a aplicabilidade da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho e da Constituição Federal,

respeitando o direito dos nossos povos à consulta livre prévia, informada sobre os distintos assuntos que afetam, tal fomo a implantação de grandes empreendimentos em suas terras. Exemplo: hidrelétrica de Belo Monte, hidrelétrica de Santo Antonio e Girau, transposição do rio São Francisco, pequenas centrais hidrelétricas (PCHS), possíveis usinas nucleares, portos e estradas.

Que o Governo relute em enfiar goela abaixo ameaçando a continuidade e a segurança física, psíquica e cultural dos nossos povos e comunidades.

11- Que o Ministro da Educação assegure a participação dos povos e organizações indígenas na implementação dos territórios étnicos educacionais e que cumpra a resolução aprovada pela 1ª Conferência Nacional de Educação Indígena de 2009.

12- Que o Ministro da Cultura assegure as condições para que as nossas organizações e lideranças participem da formulação e implementação de políticas que promovam diversidade étnica e cultural dos nossos povos no contexto do Fundo e Plano Nacional de Cultura.

13- Que o Governo construa uma participação dos nossos povos e organizações um programa de proteção e segurança para povos indígenas na faixa de fronteiras, ameaçados por práticas ilícitas que prejudica principalmente jovens e crianças das comunidades.

14- Que o Governo garanta o acesso dos nossos povos e comunidades às políticas de segurança alimentar e nutricional, assegurando o tratamento diferenciado, isto é, considerando a nossa especificidade étnico-cultural.

Brasília, 19 de abril de 2001.

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – Apib

Esta carta vem assinada, Sr. Presidente, pelos participantes desta reunião que tivemos.

Queríamos hoje, todos nós aqui, todos os parentes, estar comemorando a vitória dos povos indígenas durante essas longas décadas em que vimos enfrentando barreiras que o próprio Estado promove: criminalização; intrusão; ocupação de territórios indígenas, levando nosso povo à extinção, matando cada dia mais um pouquinho de nós; a falta de respeito do Estado brasileiro para com as comunidades indígenas. Seria muito bom que hoje estivéssemos juntos, reunidos, a comemorar. Temos muito o que comemorar. Estamos vivos. Deus Tupã nos dá força para ter a resistência e a garra de permanecer e defender os nossos filhos e futuros netos e proteger os nossos anciões. E contamos com este Parlamento, com o Senado Federal, para que essa nossa luta não seja em vão.

Eu também sou parlamentar mirim no meu Município. Sou a única indígena parlamentar no meu Município, em um Município anti-indígena, onde a gente vem lutando e mostrando que a nossa cultura é diferenciada. Cada povo tem a sua cultura e deve ser respeitado como tal, mas, infelizmente, matamos um leão por dia para conseguir esse direito.

Então, vou passar às mãos do Sr. Presidente do Senado essa carta e quero que o senhor protocole uma das nossas cópias.

Tenho certeza de que, com a força e a Articulação unidas, nós conseguiremos alcançar nosso objetivo, dando visibilidade, com respeito e dignidade, a toda a população indígena do nosso País, sem excluir, sem desrespeitar nenhum tipo de cultura ou tradição. Que este Senado tenha, na sua plenitude, o esforço e o bom senso de acompanhar o nosso processo. Que vá às nossas bases e escute, porque não precisamos que a Funai fale por nós. Nós temos as nossas próprias organizações, legítimas, porque são formadas por lideranças de base. Aqui na ponta da mesa tem um cacique; aqui tem uma cacique mulher, que sabe que o enfrentamento é dobrado, porque vem o preconceito tanto da cultura quanto por ser mulher. A gente sabe que tem que enfrentar uma bandeira muito maior.

Então, a gente tem que se unir, tem que cobrar, e tem que cobrar do Estado brasileiro, porque estamos aqui constituídos pelos nossos povos. Na hora de votar, a população indígena também conta, então é bom que a população indígena tenha o conhecimento e veja os parceiros que estamos conseguindo para enfrentar essa luta. É um alerta de que precisamos estar atentos para que nossas organizações e nossas comunidades de base não sofram como estão sofrendo hoje.

Não vou me alongar porque fui contemplada na fala do cacique. Sei que há muitas pessoas aqui inscritas ainda. Mas desde já parabenizo o Senador por ter aberto essa discussão e ter recebido de portas abertas a população indígena em geral. A APIB agradece. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Parabéns à cacique Claudecir da Silva Braz pela sua exposição. A carta que ora recebo e que já pedi seja registrada nos Anais nós vamos encaminhar também, naturalmente, à Presidenta Dilma, como o outro documento que antes recebemos. Este é o terceiro documento, que vai para os Presidentes da Câmara e do Senado. Vou encaminhá-lo à Presidenta da República e também ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, também por uma questão de conhecimento dessa luta de todos nós.

Eu vou passar a palavra, que foi pedida agora... Vou fazer da seguinte forma, se os senhores concordarem: vamos colocar um Senador e um líder.

Falou agora uma liderança indígena, fala o Senador Wellington e fala, em seguida, o cacique Serere Xavante.

Vai falar agora o Senador Wellington e, em seguida, passo a palavra a você.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Quero agradecer ao cacique Xavante e a todos os demais caciques: Álvaro Tucano; Marilena; Claudecir, vereadora; Jeremias. Quero saudar aqui o Paulo Oliveira e, na pessoa dele, a direção da Funai.

Meus queridos Senadores Paulo Paim, Ana Rita, Vicentinho e Marinor, vejam, eu vou presidir ali a Comissão de Desenvolvimento Regional, por isso queria agradecer. Mas eu não poderia deixar de dar aqui uma palavra e sei que o que vou dizer aqui é algo realmente... Quem não me conhece bem pode estranhar, mas quero aqui deixar claro algumas coisas.

Sou índio descendente de um lugar onde só agora estamos reconhecendo o que existe – temos aqui a presença de índios de lá –, que é o Estado do Piauí. (*Palmas.*) Ou seja, a história brasileira conta uma mentira, ao longo dos anos, de que não há índios no Piauí. Nós tivemos as maiores nações e, apesar de todas as chacinas que tivemos lá, refugiados em quilombos, como os negros se refugiavam, muitos como os da minha família persistiram.

É verdade que, para poder fugir da chacina, muitos tiveram que se misturar. Diferentemente dos negros, como já havia os mestiços, era mais fácil, em muitas culturas. Mas sou da nação jê da tribo dos jaicós. Por esta razão, a partir do instante em que tomei consciência dessa história e dessa luta, visitei algumas tribos que tinham descendentes da mesma região minha no Tocantins e que estiveram há pouco tempo devolvendo uma machadinha de guerra de longas datas, em um ato na região de São Raimundo Nonato. Estive no Maranhão, no Pará, no Amazonas, em Mato Grosso e em Mato Grosso do Sul.

O que quero dizer, Sr. Presidente, primeiro, de tudo que ouço, de tudo que aprendi e de tudo que sinto é que índio não é peça de museu. Índio não é peça de museu!

Hoje, no Brasil, fico imaginando se alguma outra liderança de outro país tivesse que falar em nome da comunidade sírio-libanesa – para falar de uma coisa estrangeira. Fico imaginando, se tivéssemos no Ministério da Igualdade Racial um branco, a reação que não seria na luta dos negros. Então não se trata de nenhum preconceito. É que eu acho que o Brasil tem que reconhecer que temos hoje índios e índios espalhados por este Brasil em condições de serem os líderes do seu destino, seja na Funai, seja no Ministério, seja qual for a área. (*Palmas.*) O que os índios querem não é ser visitados por escolas como bichos estranhos, o que os índios querem é o que todas as outras raças querem: qualidade de vida, condições de respeito à sua cultura. Eles querem poder ser parte da construção deste Brasil.

Ao dizer isso, quero me colocar à disposição de todas as nações, de todas as tribos, de todas as raças. Estou aqui me somando aos Senadores que lidam com essa área.

Quero dizer aqui o quanto considero importante essa luta em relação ao Estatuto. Acho, Sr. Presidente, da maior importância o que foi dito aqui tanto na proposta apresentada pela Claudecir quanto na apresentada – não gravei o nome – propondo que se tenha essa visita pelo menos escolhendo algumas nações, algumas tribos de cada uma das regiões, para que possamos, com as lideranças, ter esse diálogo com a Presidente Dilma.

Estamos em 2011, não pode o Brasil tratar os seus índios do jeito que tratamos. Sou do Partido dos Trabalhadores, sou base do Governo, mas quero dizer que, antes de tudo, sou brasileiro. E, como brasileiro, sou índio, e é por isso que quero aqui trabalhar para que tenhamos uma participação a partir de uma comissão como esta, com o conjunto de outras comissões, para colocar o Brasil no rumo certo. Estamos no rumo errado.

Debates, não apenas esse da hidrelétrica, são debates que mexem com a vida. Acho que é isso que a gente precisa tratar. Tem muita gente falando em nome dos índios. São ONGs com outros interesses que falam em nome dos índios. São representantes de governo que muitas vezes nem conhecem, nunca tiveram uma vivência, enfim, e que falam em nome dos índios. (*Palmas.*)

Eu, apesar de ter origem na raça indígena, quero aqui dizer que reconheço que tampouco sou a pessoa mais adequada para representar os índios, mas quero ser um instrumento. O povo do meu Estado e, com certeza, muitos índios votaram para que eu pudesse ser vereador, deputado estadual, deputado federal, governador e, hoje, senador. Quero colocar a minha voz, o meu mandato a serviço dessa causa. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Wellington Dias. V. Exª sempre faz uma fala direta, tranquila, que todo mundo entende. Mostrou o seu conhecimento, a sua vida, a sua história e a tradição dos povos indígenas. Meus cumprimentos a V. Exª. Temos muito orgulho de ter aqui V. Exª.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Peço desculpas pela minha ausência aqui, inclusive aos irmãos indígenas. Eu tenho que presidir uma ou-

tra comissão e os convidados já chegaram. Mas eu não poderia deixar de vir aqui. Agradeço a atenção. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador Wellington Dias é um dos líderes da nossa bancada.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra à Senadora Ângela Portela.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Presidente, gostaria apenas de encaminhar uma sugestão. Tenho que participar também de duas comissões. Após ouvirmos a nossa Senadora Ângela e o nosso Xavante, que também deverá falar, eu gostaria de ouvir o ouvidor,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com certeza.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – ...para que eu pudesse me ausentar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está bem.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vou passar a palavra agora, como já havia anunciado, ao cacique Serere Xavante.

O SR. SERERE XAVANTE – Cumprimento todos os presentes: o nosso companheiro cacique Álvaro Tucano; a Marilena; a Senadora Ana Rita; o Senador Paulo Paim – obrigado a V. Exª, Presidente desta Comissão –; o nosso companheiro da ouvidoria da Funai, Paulo Celso; o nosso grande líder cacique, vereador, político, Jeremias; a nossa companheira também da Organização Indígena, Claudecir. Cumprimento também o nosso grande líder, o ancião cacique Celestino, que está aqui presente. (*Palmas.*) Ele também lutou durante a vida toda até agora pela demarcação das terras indígenas, para que os povos indígenas daquela região do Estado de Mato Grosso vivam tranquilamente, para que haja terra para todos nós. Graças ao nosso grande cacique.

Meu nome é Serere Xavante, cacique. Eu quero, senhores presentes, principalmente o Senador Paulo Paim, protestar hoje contra o Presidente da Fundação Nacional do Índio. Houve, na sua atuação, nesta gestão, o derramamento de sangue dentro da Funai, no final de 2009. Esse conflito foi gerado pelo próprio Presidente da Funai. Os indígenas caciques caiapós e xavantes quase se mataram. Isso mostra a irresponsabilidade, uma incompetência dentro dessa instituição. Não pode continuar falando, criticando. Mas quero que os senhores tomem uma providência cabível, a exoneração ou a substituição. Nós precisamos que o Governo brasileiro conheça que o índio também é ser humano, tem a sua própria inteligência e capacidade para dirigir e presidir a Fundação Nacional do Índio. Têm todos os cidadãos brasileiros o seu direito a ser conquistado e respeitado, e o Presidente da Funai não dialoga com os caciques, com as lideranças que vêm a Brasília, à administração central, para apresentar os seus planos, projetos, para serem aplicados nas áreas indígenas.

É uma vergonha que a Funai esteja tratando a própria instituição – não a instituição, melhor dizendo, o Presidente da Funai, um elemento, um cidadão que ocupa aí, e não há como a gente reclamar disso na ouvidoria, porque ela faz parte da equipe do Presidente da FUNAI. Isso existe em qualquer instituição em nosso País. A equipe, principalmente, vem escondendo os problemas que a emissora Rede Globo – a mídia – mostrou, denunciando as indiazinhas, os nossos jovens na prostituição, nas drogas. É uma vergonha para o nosso País.

Srªs autoridades desta Casa, ouçam, escutem, atendam o nosso pedido, a nossa voz, e abram a porta do nosso direito. Nós precisamos urgentemente a substituição do Presidente da Funai. Isso será uma homenagem. Se os senhores atenderem à nossa manifestação, ao nosso pedido de substituição, será uma homenagem pelo Dia do Índio.

É uma grande oportunidade que hoje está havendo: uma plenária aberta para os povos indígenas, para as autoridades, os Senadores aqui presentes contribuírem para a democracia, para o povo excluído, que são os indígenas. E hoje podemos apresentar e criticar também o defeito do Governo que trabalha em relação aos povos indígenas. As políticas públicas têm de ser votadas também nas áreas indígenas, os benefícios nas áreas indígenas. É uma vergonha, quando eu ando na universidade ou quando faço palestra, qualquer pessoa, cidadão brasileiro, pergunta-me quando o índio nasce já recebe seu salário. Qual decreto, qual lei, qual medida que o Governo fala para o seu povo aqui. É uma vergonha! O índio não recebe nenhum benefício–salário, quando nasce. Isso os senhores podem perceber que todos, qualquer pessoa, perguntam ao índio. É uma vergonha para mim.

Seria que o programa do Governo a ser votado para as áreas indígenas, quando capacitar os jovens e respeitar o projeto apresentado pelos próprios indígenas e os próprios indígenas ocuparem dentro da instituição, na diretoria, na presidência da FUNAI, porque somos também humanos, cidadãos deste País, a conta da instituição está em nome dos povos indígenas deste País, da Fundação Nacional do Índio.

É uma vergonha, na gestão atual do Presidente da FUNAI, não haver uma programação para o Dia do Índio, não haver nenhuma programação. E a organização indígena vem sempre apresentando, contribuindo com a FUNAI, mas a FUNAI, quando ele ameaça a organização indígena, ele manda recurso simplesmente para fazer uma propaganda enganosa, principalmente alguns, a organização indígena, os próprios indígenas, Coiab, quando recebe o dinheiros, os demais ficam de boca fechado e não criticam o defeito do trabalho da FUNAI. Isso é uma vergonha. Isso é como se fosse tampar a nossa boca.

Sr. Senador, V. Exª é um grande instrumento legal, um grande exemplo na democracia. Os senhores tiveram apoio de alguns indígenas petistas, como nosso cacique se manifestou em público, Álvaro Tucano, carregando bandeira do PT. O PT ganhou com essa bandeira o poder público para governar o nosso País. E o próprio PT está sendo criticado pelo seus participantes membros do cacique Alvaro Tucano, por não terem atendimento, por falta de diálogo com os povos indígenas. O próprio petista ignora. Isso também é uma imagem ruim para o PT.

E os senhores, nossos representantes parlamentares, Senadores legislativos, que tomem também essa consciência e uma providência, para que os senhores melhorem a posição para atender aos nossos povos.

Sou também... não do PT. Sou PPS, e apoio o meu Senador, que já saiu daqui, Pedro Taques, Senador do Estado de Mato Grosso, nosso grande cacique, nosso companheiro, que também se manifestou para defender a causa dos direitos indígenas.

Mas no momento o Senador tem outro compromisso, para cumprir a sua agenda. Ressalto que não há nenhum parlamentar que realmente vá defender o direito e as ações, o projeto a ser votado na área indígena, não há nenhum Senador aqui.

Nós precisamos ter um Senador, nosso representante, indígena. O nosso companheiro que se manifestou aqui se identificou como um Senador indígena, o que estava aqui, não sei o nome.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Wellington Dias.

O SR. SERERE XAVANTE – Senador Wellington Dias.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Que foi Governador do Piauí.

O SR. SERERE XAVANTE – Que ele realmente abrace a causa e que realize todas as conquistas em favor do nosso povo que se encontra neste País; que tome a ação para favorecer que o índio seja Presidente da Fundação Nacional do Índio.

Isso quero reivindicar ao nosso companheiro, à Organização Indígena, e vamos tomar essa luta, essa batalha. Que o Governo brasileiro, os Senadores conheçam a nossa posição. Nós também queremos contribuir com o crescimento econômico para a melhoria das condições de vida do nosso povo. Nós queremos também essa iniciativa, que os senhores dêem essa oportunidade e o direito.

Quero agradecer muito. Obrigado ao nosso cacique Celestino e aos demais, aqui presentes. E, Presidente da Funai, pare de perseguir os servidores que se encontram dentro da Funai. Eles estão perseguidos. Isso também é uma vergonha dentro da Funai. A Funai não pode servir como uma empresa particular, como uma empresa privada; ela é uma fundação pública, do povo, em nome do índio.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns ao cacique Serere Xavante, que aqui faz um pedido a todos os Senadores, independentemente da visão partidária, para que tomem providências quanto a esta questão específica da presidência da Funai.

Tenho inscritas aqui a Senadora Angela Portela, a Senadora Ana Rita e a Senadora Marinor Brito. A Senadora Ana Rita – só para ver este encaminhamento – disse que tem uma audiência fora, daqui a alguns minutos, na Funasa. A Senadora Marinor pode esperar um pouco? A Senadora Angela pode esperar?

A SRª ANGELA PORTELA – Tenho uma comunicação também, mas posso esperar.

O SR. SERERE XAVANTE – Excelência, está aqui um documento, uma manifestação dos caciques da ONG indígena. Vou entregar para V. Exª e para a imprensa nacional, para que registre o nosso pedido de exoneração e de substituição do Presidente da Funai, também encaminhado para a nossa Presidente da República, Dilma Rousseff, para que nos atenda.

Com todo o respeito, gostaria que o senhor pedisse uma audiência pública – uma agenda pública – com a nossa Presidente da República, para estar com todas as lideranças indígenas do nosso País. Que ela marque, porque é muito importante o encontro da nossa Presidente com as lideranças indígenas aqui presentes. Não para este mês, mas para outro mês podemos programar.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Como já havia sido anunciado, a pedido de todos que falaram, nós vamos encaminhar o pedido de audiência com a Presidenta Dilma.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Presidente, como todos os colegas Senadores e as colegas Senadoras irão fazer uso da palavra, acredito que vamos ter mais uma hora para ouvir o nosso Ouvidor, Dr. Paulo Celso, que, de forma respeitosa, veio para esta audiência pública.

Eu o parabenizo pelo gesto de grandeza e pela atenção de estar aqui conosco. Eu vou retirar-me, mas por volta de 1h volto, para o final da reunião, para poder ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu peço a todos que, por favor, sentem-se, que em seguida a gente vai...

O senhor pegue o microfone para falar.

O SR. CELESTINO XAVANTE – *(Fala em linguagem indígena.)*

O SR. ARÃO GUAJAJARA – O grande cacique pede publicamente para falar na tribuna, para pedir também a substituição em emergência do Presidente da Fundação Nacional do Índio. Os índios que estão aqui, os seus companheiros, chegaram hoje, os xavantes da terra indígena São Marcos.

Eles vieram por conta própria, a Funai não providenciou as passagens, o atendimento. Então, ele veio protestar contra isso, para falar, pelo menos por um segundo, com V. Exª.

Muito obrigado. E tome esta providência de exoneração do Presidente da Funai, da substituição dele. Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. CELESTINO XAVANTE – *(Fala em linguagem indígena.)*

O SR. ARÃO GUAJAJARA – Ele está pedindo que o Presidente seja o Arão, indígena. Ele está falando que o candidato indígena é o Arão, para substituir o atual.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ah. Ele vai, inclusive falar em seguida, agora.

Ele vai falar, expor seu ponto de vista, e o seu pedido está encaminhado.

Claro que nós... Tudo que aconteceu nesta audiência pública vamos encaminhar à Presidência da República, inclusive os documentos.

O SR. ARÃO GUAJAJARA – *(Fala em linguagem indígena.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dando continuidade à audiência, passamos a palavra à Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Quero dar aqui um bom-dia a todas e a todos. Quero cumprimentar todos os caciques e todas as caciques que estão presentes.

Infelizmente, não posso ficar até o final, mas quero dizer que estou sentindo-me extremamente orgulhosa de poder estar aqui, junto com vocês. E me sinto representada, porque vocês é que, de fato, são a origem do nosso País.

Quero dizer que estamos completamente solidários a todos vocês. Eu preferi ouvir primeiro, para depois me manifestar. E confesso que estou emocionada e extremamente solidária à luta de vocês. Sabemos que não é uma luta fácil, mas vocês têm uma organização bastante forte, e juntos, com certeza, poderemos dar mais passos para conquistar de fato uma cidadania que é de direito de todos nós e, particularmente, dos povos indígenas.

Registrei aqui várias das reivindicações que vocês fizeram. Com certeza, esta Comissão, a Comissão de Direitos Humanos, juntamente com todos os nossos Senadores e Senadoras que compõem esta Comissão e com as demais Comissões desta Casa, iremos encaminhá-las.

Mas quero aqui, Senador Paim... Assim como nós nos emocionamos, e vocês, no dia de ontem não pude estar presente porque estava em um outra tarefa no Estado de São Paulo, com audiência pública promovida pelo Senador Vicentinho. Vocês puderam se emocionar e ouvir, de viva voz, dos nossos índios e das nossas índias, quais são as suas necessidades, as suas reivindicações. Acho que seria muito bom, e quero fazer coro com o cacique que me antecedeu, buscarmos construir uma agenda com a nossa Presidenta Dilma, porque sabemos também do seu compromisso, sabemos da sua sensibilidade com as causas do nosso povo, particularmente dos povos que são alijados de tudo, que ainda têm muito por conquistar, com certeza ela não medirá esforços em atender a todos os caciques e as caciques que puderem estar presentes.

Quero ratificar e reforçar a solicitação feita pelo cacique que me antecedeu.

Por último, gostaria de aproveitar esta oportunidade apenas para dizer uma coisa. Neste final de semana, tive oportunidade de conversar com uma das comunidades quilombolas do Estado do Espírito Santo, que também relatou a realidade dura em que vivem e como são discriminados pelos poderes públicos com relação às políticas públicas.

Quero, em um outro momento, detalhar melhor esta realidade das comunidades quilombolas, mas quero também dizer que temos uma preocupação muito grande com as comunidades indígenas do nosso Estado, o Espírito Santo, que lá tem povos tupiniquins e guaranis que hoje, em função da demarcação das terras indígenas, e diga-se de passagem que não foi fácil, porque enfrentar os tubarões que lá se apropriaram de suas terras, mas que em função de um acordo, em função de um diálogo entre os índios, o Governo e

a grande empresa Aracruz Celulose, que se apropriou das terras indígenas e também das terras quilombolas, conseguiram firmar um acordo e hoje as terras foram homologadas ainda no período do Governo do nosso Presidente Lula. Em função disso, podemos dizer que é uma grande conquista, mas uma conquista dos povos indígenas, porque deram as suas vidas e por conta própria iniciaram uma autodemarcação, com apoio, com certeza, de muitas pessoas, de entidades de direitos humanos, de parlamentares e de outras entidades da sociedade civil, os povos de lá conseguiram fazer a sua autodemarcação.

A gente sabe que essa luta não é fácil, que exige por parte de todos, particularmente de vocês, um esforço muito grande.

Quero finalizar apenas dizendo isso; queremos continuar ouvindo vocês. Eu agora vou ter que sair, porque temos uma audiência com a Funasa para cuidar das questões específicas lá do Estado. E vou aproveitar a oportunidade para levar também as preocupações que vocês aqui trouxeram, mas quero dizer que uma audiência com a Presidenta Dilma será de fundamental importância.

Quero dizer que estou completamente solidária – viu, cacique? Também sou do Partido dos Trabalhadores, do Estado do Espírito Santo. Sinto-me completamente contemplada pela fala de vocês. E quero me colocar à disposição. Podem contar com esta Senadora e com esta Comissão, por meio do nosso Presidente, Senador Paulo Paim, como parceiros nesta luta. Acredito que não é suficiente apenas a nossa fala. Ela é importante, é necessária, mas a fala de vocês, de viva voz, ela sensibiliza e motiva a nos manter firmes nesta caminhada. Vocês podem ter certeza de que esta audiência terá repercussão, porque é uma audiência que está sendo transmitida pela TV Senado. Com certeza o nosso Governo está ouvindo vocês neste momento, e esta audiência terá repercussão, terá retorno. Assim a gente espera.

De qualquer modo, vamos reforçar aqui a necessidade de termos uma audiência com a Presidenta e rediscutirmos com certeza a questão da Funai.

Recebermos críticas da Funai não é só de agora, é de longos anos, e não é admissível que numa gestão democrática e popular, como foi a do Presidente Lula, e agora a da Presidenta Dilma, tenhamos um órgão que ainda é tão questionado pelos seus usuários, vamos dizer assim, que são os índios, um órgão que foi criado exclusivamente para atender à população indígena e não tem a capacidade de ouvir e se indignar e de encaminhar aquilo que é de direito dos povos indígenas. É inadmissível isso. *(Palmas.)*

É preciso que o nosso Governo realmente tenha esse olhar, esses ouvidos, para que possamos ouvir atentamente quais são as suas reivindicações. Não quero aqui fazer nenhum discurso demagógico, mas estou me sentindo indignada com a fala de vocês. E é necessário que o nosso Governo realmente esteja atento a isso. E é muito bom que vocês estejam aqui e é muito bom que vocês falem, porque é a fala de vocês que com certeza tem eco; não é a fala apenas de um Senador ou de uma Senadora que vai ter eco suficiente. É a fala de vocês que tem o eco necessário diante dos órgãos públicos, principalmente do nosso Governo, porque tenho certeza de que a nossa Presidenta Dilma está sensibilizada com esta situação e, com certeza, tomará uma atitude diante disso. Mas é necessário, de fato, que vocês digam para ela, de corpo presente, o que vocês sentem, qual é de fato a situação. Inclusive o índio Celestino, cacique também, colocou aqui na sua língua. Isso é muito importante e muito nos sensibiliza.

Parabéns para vocês. Quero dizer que estamos, de fato, sensíveis à luta e podem contar conosco.

Parabéns e obrigada por vocês terem vindo aqui. Nós é que agradecemos a presença de vocês. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero registrar a presença do nobre Senador Eduardo Braga. Uma salva de palmas para ele. *(Palmas.)*

Havíamos combinado uma audiência conjunta também, logo após o término desta. Vamos dar os encaminhamentos finais e daí vamos para a audiência conjunta.

A Senadora Ana Rita tem uma audiência às 11h30min. – são 11h28min. – e por isso ela vai ter que se retirar.

Eu convidaria neste momento, então, o cacique Arão da Providência, que vai fazer uso da palavra, para que viesse à Mesa.

Passamos a palavra ao Líder Arão da Providência.

O SR. ARÃO DA PROVIDÊNCIA – Sr. Senador Presidente, Senadores presentes, é um prazer estar aqui presente, é uma honra estar prestando este depoimento neste dia que deveríamos estar comemorando mas que, infelizmente, estamos aqui incomodando V. Exªs trazendo as nossas reivindicações.

Infelizmente, tivemos que ir a um organismo internacional para reclamar do Governo brasileiro sobre a violação de direitos indígenas. É uma pena que um organismo internacional tenha que decidir sobre essas questões, porque nós temos uma Constituição que, em seu artigo primeiro, fala da democracia direta.

O parágrafo único, do artigo primeiro, da nossa Constituição diz que somos uma sociedade demo-

crática, com dois tipos de democracia, a democracia direta e a indireta.

V. Exªs são os nossos representantes na democracia indireta, e a democracia direta são os fóruns, as audiências públicas, as comissões, os conselhos. Logo nesse ponto, no primeiro artigo, no primeiro princípio republicano, Srs. Senadores, o órgão indigenista nacional, a Funai, viola. O primeiro princípio, exatamente na questão da democracia direta, em que os povos indígenas deveriam expressar a sua vontade, o seu pensamente, a Funai viola.

O segundo princípio que expressamos aqui, que as lideranças trouxeram para V. Exªs, foi o princípio da solidariedade humana, que está no artigo 2º da nossa Constituição. Somos uma sociedade solidária e humanista, e esse princípio também é violado pela atual gestão da Funai.

O terceiro princípio, o da prevalência dos direitos humanos, exposto no artigo 3º da Constituição, também é desrespeitado, também é violado.

Fico pensando aqui como deve estar o nosso falecido Senador Darcy Ribeiro hoje no seu túmulo. Grandes lideranças que elaboraram a Constituição de 1988, que a legislaram, hoje, em 2011, como muitos aqui colocaram, ainda temos que incomodar V. Exªs para dizer, para reclamar que a violação é contumaz e flagrante.

Este Parlamento construiu princípios indigenistas, princípios dos direitos indígenas.

E aqui falo como advogado membro de uma comissão de direitos humanos da OAB do Estado do Rio de Janeiro, monitorando a situação indígena nacional. Pegamos aqui um exemplo concreto que não precisa de prova. No último concurso da FUNAI, Presidente Paulo Paim, não passou um indígena sequer. Meu Deus do céu! E os princípios que nós construímos, da diferenciação cultural, do bilinguismo, dos saberes e dos conhecimentos locais, que não são respeitados, como foi dito aqui, sequer os dos quilombolas, seus saberes, seus conhecimentos, e nós indígenas também não temos esse respeito.

Infelizmente, a atual gestão da FUNAI, com todo respeito ao ouvidor aqui presente, Dr. Paulo, lamentavelmente, temos que dizer aqui, na presença de V. Sª, que a gestão atual da FUNAI viola esses princípios, viola o bilinguismo, viola a diferenciação cultural, viola o princípio dos saberes e conhecimentos regionais tradicionais das populações indígenas.

É muito triste para nós indígenas, hoje, no dia do índio, ter que dizer isso. Não é bom para nós. O cacique Celestino falou aqui muito bem. É triste para nós estar aqui hoje reclamando. Já tivemos várias audiências públicas. Tivemos uma audiência pública no final da legislatura passada, tem um relatório na SUG-02 (Sugestão de Iniciativa Legislativa) que aponta todos esses problemas. E pedimos aqui para que V. Exªs, Senadores, observem o que está pedido no procedimento legislativo da SUG-02, porque lá nós fizemos o relatório da situação indígena nacional, o que está acontecendo hoje na Funai.

É um órgão público, uma fundação pública que deveria estar observando, na sua gestão, esses princípios humanitários. É uma gestão pública de direitos humanos, de manejo de direitos humanos, de populações originárias, assim como os quilombolas. Não é política de governo, isso eu tenho certeza, o que foi feito na Funai. Não é política de governo. Não é política do governo anterior, porque o Brasil é signatário da Resolução nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Por isso, penso que o que está acontecendo na Funai não é política de Governo. Assim como na construção da Secretaria de Saúde, em que o Governo resgatou lá na ponta, nos DSEIs, a autonomia de gestão indígena. Pode não estar funcionando ainda a contento, e infelizmente a nossa reivindicação ainda é escola de primeira a quarta série, ensino básico, porque hoje não existe o ensino básico na língua diferenciada, os professores não são reconhecidos, não existe concurso diferenciado para os professores, assim como para os agentes de saúde indígenas.

Então, esses princípios são violados.

Eu penso que não é política de governo, não era política do governo Lula, não é política do Governo Dilma essa discriminação, essa violação de direitos e princípios construídos por este Parlamento. Este Parlamento construiu a legislação, Senador Presidente, Senador Paim, uma legislação mais avançada, mais avançada em alguns pontos – e eu ouso dizer – do que a Bolívia, que é um país indígena. É mais avançada em alguns pontos – e aqui não vou enumerar, porque já fiz trabalho de comparação dos dois direitos – e é mais avançada do que o Estado boliviano em alguns pontos. Isso sem sombra de dúvida. No entanto, é claro que os dois IDHs estão mais ou menos equiparados, mas o nosso ainda é um dos piores IDHs do mundo, assim como os quilombolas somos nós os indígenas, por falha, por um equívoco de gestão na administração do nosso patrimônio, patrimônio cultural, patrimônio ambiental, patrimônio imaterial e o patrimônio material, por meio das nossas jazidas de diamante, de ouro, de manganês, enfim, das nossas terras produtivas, principalmente das reservas florestais das terras indígenas que têm uma devastação de apenas 3% enquanto os parques nacionais têm uma devastação de quase 70%.

Nós somos, Sr. Presidente, e o Presidente Lula assinou a Política Nacional de Proteção a Defensores de Direitos Humanos, e nós indígenas somos defensores *(Palmas.)* de direitos humanos sem cobrar um centavo sequer. Nós somos defensores de direitos humanos de meio ambiente, de religião, de cultura, e, para isso, nós não recebemos um centavo sequer. Não recebemos um centavo sequer.

Então, é triste para nós hoje estar aqui reclamando do governo, que desrespeita esses princípios construídos por V. Exªs e por este Parlamento nativo, nacional e que construiu essa legislação.

Aqui nós temos até que pedir a V. Exªs para que os projetos de lei de mineração, de intervenção em terras indígenas, os projetos de lei passem antes por uma comissão de direitos humanos, para serem avaliados os objetivos, e nós temos vários projetos tramitando aqui, porque a Funai sequer tem uma assessoria parlamentar. Olha, não existe assessoria parlamentar na Funai. Não existe sequer um procedimento administrativo para apurar a violação dos direitos antropológicos que eu acabei de falar aqui, um dos mais importantes no mundo, não existe sequer um processo administrativo para apurar essas violações todas que foram faladas aqui. Não existe! Existe PAD para processar xavante, o cacique, existe PAD para Jeremias Xavante, nosso Parlamentar aqui presente, nosso cacique aqui presente, vários PADs para quem se rebela contra a essa reformulação da Funai, essa reestruturação da Funai, que acabou com a autonomia na ponta. Não existe autonomia na ponta. A Funai se transforma numa agência reguladora, assim como as demais agências reguladoras, que vai definir quem é índio, quem não é, que vai definir qual é a etnia, se A, B, C ou D vai ter determinados direitos, violando o princípio da impessoalidade do *caput* do art. 37 da Constituição.

O que mais existe, o que mais se verificou aqui foi a violação do princípio da impessoalidade, dos atos da Administração Pública na questão da gestão do patrimônio indígena.

Então, patrimônio indígena é um patrimônio digno, digno pelos direitos imateriais e pelo direito material. Então, nós temos a nossa dignidade. É isso que nos faz vivos e que nós estamos lutando há quinhentos anos e, hoje, parece que nós estamos em 1500, mas estamos vivos, estamos resistindo assim como os quilombolas irmãos, que também foram escravizados. Estamos aqui presentes para pedir, e vamos pedir, e vamos incomodar V. Exªs para que protejam o nosso patrimônio, nós vamos pedir para que o Governo proteja o nosso patrimônio! Só isso.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao líder Arão da Providência, que é advogado, é estudioso da causa, fez aqui um belo pronunciamento emocionado. Estou aqui ao lado dele, não tem como não ver as lágrimas correndo nos olhos enquanto ele falava do seu povo, da sua história e da sua vida.

Meus cumprimentos pela sua fala, foi toda coração, toda emoção, toda verdadeira.

Eu quero consultar agora o Plenário, principalmente os Senadores presentes: a nossa reunião tem que continuar, no meu entendimento, para que a gente possa ouvir outros líderes que vão usar a palavra ainda, mas estava acertado que às 11h30 haveria uma reunião da Comissão de Direitos Humanos com a Comissão de Ciências e Tecnologia, para votar um projeto sobre as comunicações e esse projeto, só para que todos tomem conhecimento, é o Projeto de Lei da Câmara nº 41, que regula o acesso à informação prevista no inciso XXXIII do art. 5º, inciso II, § 3º do art. 37 e do § 2º do art. 216 da nossa Constituição e revoga alguns artigos e dispositivos. Autoria, Deputado Reginaldo Lopes, relatoria, Senador Walter Pinheiro.

Eu só quero explicar – vou passar a palavra em seguida, Senadora –, permitam-me aqui explicar o que está acontecendo. Teria que acontecer essas duas reuniões conjuntas para que o projeto fosse votado lá e dirigido ao Plenário o mais rápido possível.

O que me pediu o Senador Walter Pinheiro e também o Senador Eduardo Braga, consultando a assessoria da Casa, se nós poderíamos interromper a reunião, não encerraríamos, por cinco minutos....

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deixe-me só explicar, Senadora, depois eu passo a palavra e, se a senhora discordar, eu não vou encerrar naturalmente. Eles pediram que eu interrompesse por cinco minutos, eles abririam a reunião lá e votariam, porque há acordo lá, há entendimento, não há nenhuma discordância, eu nem saio daqui, fico aqui com vocês, nós continuaríamos dialogando, mas, oficialmente, nos Anais da Casa fica: a reunião foi interrompida por cinco minutos. Dali cinco minutos, eu abro de novo, e nós continuamos com o nosso debate, porque há ainda três líderes e duas Senadoras que não falaram.

Esse é o pedido que me fizeram os dois Senadores. Se vocês concordarem, Senadores e Senadoras, e os nossos convidados, nós faremos essa interrupção por cinco minutos, continuamos dialogando e retomamos o trabalho de imediato, porque eu não quero acelerar aqui, eu não quero acelerar. Nós podemos ficar aqui até as duas da tarde se quisermos, e, por mim,

eu fico, porque eu quero ainda que os convidados da Mesa façam as suas considerações finais.

Tem aqui o líder ainda, Arnaldo, que não usou a palavra; tem aqui o Abodi Xavante que pediu a palavra e não a usou ainda; tem a Senadora Marinor; tem a Senadora Angela Portela, então, se os senhores concordarem, eu faço essa interrupção por cinco minutos, a Mesa não é desfeita, e nós retomaremos o trabalho em seguida.

Podemos interromper por cinco minutos? É uma simbologia.

Então, está interrompida por cinco minutos e retomamos o trabalho em seguida.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos organizar o trabalho aqui, vou pedir para que todos sentem, porque ajuda o encaminhamento que eu vou fazer.

Chamo os membros que estavam aqui na mesa e os nossos convidados, para que a gente possa fazer o encerramento, então, da nossa reunião.

Retomando os trabalhos da nossa reunião. A Senadora... Estão faltando alguns? Vamos esperá-los chegar? Vamos esperar os dois, três... É que tem três Líderes que estão dando entrevista aqui fora para TV e rádio sobre o Dia Nacional dos Povos Indígenas. Vamos aguardar mais uns dois minutinhos e a gente retoma.

Continua interrompida a reunião.

(A reunião continua suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O nome de cada um que está aqui presente. Aperta o... Vai acender uma luzinha verde e é só dar o nome e a nação para registro, para ficar na nossa ata.

A SRª DINÁRIA BENTO GUAJAJARA – Dinária Bento Guajajara, do Estado do Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O senhor?

O SR. HUMBERTO AMROD – Técnico indigenista Humberto Amrod. Funai. Trabalho na sede da Funai.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Funai.

A senhora?

A SRª MARINASTA – Marinasta do Maranhão...

(*Intervenção fora do microfone*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Próximo ali, pra gente registrar nos anais aqui da nossa reunião.

O SR. FRANCISCO FILHO GUAJAJARAS – É Francisco Filho Guajajaras, do Estado do Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O SR. FRANCISCO FILHO GUAJAJARAS – Eu sou da liderança da minha aldeia, né? Estou representando aqui o meu povo Guajajara.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Hum, hum. Muito bem.

O SR. HUDSON MACUXI – Sou Hudson, do povo Macuxi, da terra indígena Raposa Serra do Sol.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim**.** Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O SR. MÁRIO CARAÍ – Sou Mário Caraí, Guarani, do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meu querido Rio Grande! Rio Grande presente.

A SRª ÂNGELA PURINÃ – Sou Ângela Purinã, do sul do Amazonas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Amazonas.

A SRª ROSANE KAINGANG – Eu sou Rosane Kaingang, do Rio Grande do Sul, representante da Arpinsul, dentro da Arpib.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O senhor? O senhor atrás, ali? Alguém o auxilia, por favor? Aí. O seu nome?

O SR. – Sou Cacique da Aldeia Cruz Alta, de Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mato Grosso. Muito bem.

O SR. – Reserva Semaco

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Aqui na frente?

O SR. ADRIANO DE SOUZA GUAJAJARA – Meu nome é Adriano de Souza Guajajara e eu moro na Aldeia Tumarina, sul do Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Você?

O SR. DEILTOS GUAJAJARAS – É... Meu nome é Deíltos, cadeia de Guajajaras. Eu moro em Tamarinos e venho representar o meu Dr. Zarão que está aí. Estou acompanhando eles, mas sendo que tava... Isso. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

A SRª ROSANE KAINGANG – Senador? Senador Paim? Senador? Eu quero avisar às nossas lideranças que estão aqui, do Fórum Nacional de Lideranças da Arpib, que nós estaríamos também pedindo essa audiência, Serere, de 2 a 5 de maio para todos. Entendeu? Pra todos os povos indígenas.

Eu acho que de 2 a 5 de maio é o período que vai estar o Acampamento Terra Livre...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Aqui? Aqui em Brasília?

A SRª ROSANE KAINGANG – Onde todas as bases das organizações de todas as lideranças estarão aqui. Inclusive, o povo Xavante também vai estar. Os Kayapó vão estar. Então, eu acho que o período propício para essa aí é de 2 a 5, onde estarão todos, né? Inclusive vocês estarão aqui, né? E esse é o momento propício nesse sentido, para que possa receber a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Porque se sair daqui já, inclusive, um período indicativo que seja de data é melhor pra nós, porque a gente já tem um foco pra depois responder pra vocês. E de 2 a 5 de maio vão estar todas as lideranças aqui em Brasília?

A SRª MARINOR BRITO (Bloco/PSOL – PA) – Então, a minha audiência sobre...

O SR. SERERE XAVANTE – Senador, eu vou falar.

A SRª MARINOR BRITO (Bloco/PSOL – PA) – ... os povos tradicionais da região de Belo Monte, da região do Xingu eu estou propondo que seja na primeira quinzena de maio. Então, a gente pode conciliar essa data...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Porque eles estão aqui.

A SRª MARINOR BRITO (Bloco/PSOL – PA) –E aproveitar para...

A SRª ROSANE KAINGANG – Já está conciliando a Senadora. Vai vir o pessoal do Xingu, o pessoal do Pará; de Altamira nesse período.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim**.** Bloco/PT – RS) – Senadora, explica pra eles. É essa linha mesmo. Pega o microfone. Isso aqui está sendo gravado, tudo registrado, mas não é oficialmente, ainda.

A SRª MARINOR BRITO (Bloco/PSOL – PA) – É que em função da diligência que eu fiz esse final de semana, no sábado, a Altamira, representando a Comissão de Direitos Humanos aqui do Senado, houve um monte de problemas que vão desde as dificuldades do deslocamento dos Senadores até boicote do Senado pra não acontecer essa diligência. Então, mesmo contrariando essas dificuldades, nós conseguimos fazer a diligência.

Então, eu trouxe de lá, a pedido das lideranças das populações tradicionais, não só indígenas, do painel de especialistas, que tem mais de quarenta pesquisadores de várias áreas e do Movimento Xingu Vivo a reivindicação de realizar aqui. Já que os Senadores não foram a Belo Monte, que a gente realize aqui uma audiência pra que as populações tradicionais, pra que o Movimento Xingu Vivo e o painel de especialistas possam ser ouvidos aqui pelos Senadores.

E eu fiz um acordo político com alguns Senadores, entre os quais o Senador Paim, o Senador Suplicy, o Senador Pedro Taques...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador João Pedro.

A SRª MARINOR BRITO (Bloco/PSOL – PA) – O Senador João Pedro, a Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Angela Portela, que está aqui.

A SRª MARINOR BRITO (Bloco/PSOL – PA) – A Senadora Angela Portela e outros com que nós dialogamos no sentido de garantir que as populações tradicionais de lá sejam ouvidas, para que fizéssemos a reunião aqui no Senado Federal. Inclusive, o meu pedido é que seja no plenário grande, pra ser transmitida ao vivo pra todo Brasil.

Então, o período solicitado foi na primeira quinzena de maio. Nós podemos conciliar com essa vinda de vocês e já sair hoje daqui com a data acertada. Enfim, é isso.

O SR. SERERE XAVANTE – Senador, eu...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode falar. Sobre o tema. Sobre o tema, né? Vamos discutir sobre o tema

O SR. SERERE XAVANTE – É sobre o tema mesmo, Senador.

Eu queria me manifestar, porque eu sou o primeiro a reivindicar a audiência com a Presidente. O senhor não me deixa mentir. Então, eu queria propor aos meus colegas indígenas que nós fizéssemos uma comissão após essa audiência pra gente viabilizar a vinda das principais lideranças indígenas do País, como eu propus. Eu tenho contatos com os grandes líderes. Nós poderíamos organizar melhor isso para que, realmente, mesclemos os verdadeiros líderes do País. Era isso que eu queria propor aqui diante das lideranças que se fazem presentes aqui. A minha sugestão era essa, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu proponho... Pois não.

O SR. SERERE XAVANTE – Excelência, eu apenas quero também lembrar um ponto importante que V. Exª citou : de que forma nós vamos conseguir a vinda dos povos indígenas para cá, as principais lideranças, por exemplo – alguns estão aqui presentes. Inclusive o senhor também complementou neste pronunciamento aqui que há interferência, desentendimento na Fundação Nacional do Índio: se as ONGs indígenas vão trazer os povos indígenas para cá, se a Funai vai trazer para cá. Como vai ser o custeio sobre o transporte dos povos indígenas, o deslocamento dos po-

vos indígenas das suas terras, das suas origens para esse grande evento, grande encontro que nós vamos ter. Essa é a minha preocupação, porque alguns da região, da cidade não têm o procedimento legal, por exemplo, para efetuar o pagamento, o contrato para transporte terrestre ou aéreo. Podemos tratar sobre essa questão para podermos deixar bem claro e preparado para esse encontro.

Inclusive a companheira Cacique Rosane Kaingang estava falando um pouco para podermos definir a data. Ela apresentou o dia 05, é assim, senhora? Foi no dia 05 de maio. Então, ainda sobre essa questão nós vamos sentar.

A questão que nós vamos ter também um desentendimento, um atrito da Coiab, a coordenação indígena da Amazônia brasileira, do Estado do Amazonas, por exemplo, e outras. Nós precisamos sentar, nós precisamos conversar com eles. Infelizmente, há alguns índios vagabundos, falsos. Também há organizações indígenas que vivem como um ser humano parasita do dinheiro público da Funai. A Funai manda dinheiro para elas e vivem enchendo o saco em favor da Funai. E os demais – os jovens, as comunidades, os caciques – passam dificuldade. Então, nós temos que tomar também uma providência, Sr. Jeremias. Essa questão é muito importante a ser tratada. E nós vamos solucionar essa questão. A Coiab e se quiser aceitar os outros demais, a nossa posição, justamente com os Senadores para podermos resolver a questão de maneira... A questão para ser resolvida é de todos. Nós temos uma questão geral. Então, era isso.

Nós vamos nos unir depois, nós vamos fazer uma reunião sobre a Terra Indígena Sangradouro, Terra indígena São Marcos. São oito terras indígenas do povo Xavante. Então, nós vamos discutir sobre essa organização. Acho que o que sugiro é muito importante. A Srª Rosane Kaingang também vai organizar, vai se preparar. A questão é o custo para a vinda dos índios, Excelencia. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Eu vou propor o seguinte: não tem como nós, nesta Comissão – seria até atropelar o movimento –, querermos decidir quem serão as lideranças. Nós não vamos fazer isso. Vamos apenas sugerir que vocês organizem uma comissão e entre vocês escolham quais os líderes que vão a essa audiência. Nós vamos pedir audiência para a Presidente Dilma, em nome da comunidade indígena do País. Ela vai perguntar – é natural – quem são, qual é a comissão. E daí vocês vão decidir quem é a comissão. Eu acho que um fórum adequado para esse encontro que vocês vão ter em Brasília é do dia 03 ao dia 05. Eu acho que o dia 05 é bom para fazermos aqui a audiência para discutir toda essa questão, conforme propôs a Senadora Marinor. Então, no dia 05 eu já vou reservar o espaço da Comissão dos Direitos Humanos para esse debate, para o qual todos estarão convidados. Se nós conseguirmos, Senadora Marinor, fazer no plenário, é melhor naturalmente, ou mesmo no Nereu Ramos, mas o plenário da Comissão vai estar reservado mediante requerimento que vai ser apresentado pela Senadora Marinor...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Já apresentei. Vai ser votado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vai ser votado o requerimento de V. Exª, que provavelmente o Senador Vicentinho vai querer assinar junto. Não vejo problema algum que ele assine junto o mesmo requerimento.

O SR. HUMBERTO AMROD – Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não. Pode falar.

O SR. HUMBERTO AMROD – Esse problema da Hidrelétrica de Belo Monte, por que está exigindo isso, com o intuito de continuar com essa ideia de poder estragar todo o meio ambiente, de todos os répteis? Eu acho que o Governo precisa mudar de ideia. O Brasil é tão rico, tão rico. Por que não pode colocar hélice ou raio solar para mover aquele rio, sem estragar os répteis, os peixes, os outros animais, as árvores e meios ambientes? Por que não pode partir para uma idéia, para evitar esses problemas de retardamento, de fazer uma hidrelétrica movida a raio solar ou a vento, como em outros países. Não seria melhor? Talvez os índios acatariam essa ideia saudável, evitando todas essas poluições que estão ocorrendo. Em vez de olhar o dinheiro, olhar a saúde do povo, olhar a respiração do povo, do ser humano, dos animais, a natureza. Eu acho que os índios, nesse ponto, cairiam na fragilidade de compreensão. Por que essa ideia de teimosia, com perversidade? Quero alimentar a usina como peixe, como caça, como árvore que faz sombra, como árvore que faz construção da casa, etc. Por que não podemos partir para uma ideia sadia? Talvez os índios aceitariam. Essa é a minha sugestão.

Agora, para os índios virem de lá é um problema. E quanto ao CNPI estar reinando, ocupando espaço de administração da Funai, como todo mundo fala que é mal da Funai... Eu sou da Funai, entrei no começo da Funai. Eu nunca vi esse comportamento desumano, sem educação, sem respeito ao ser humano. E ainda falam demagogias para poder enganar o indígena. V. Exª precisa tomar conhecimento disso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus amigos, a partir deste momento, oficialmente, nós retomamos os nossos trabalhos aqui, nesta audiência pública em homenagem ao povo indígena. Eu

queria, mais uma vez, agradecer a vocês, porque há momentos como esse, em que tive que interromper para que uma decisão importante fosse tomada em duas Comissões. E, se não fosse a boa vontade de vocês, não teria acontecido. Então, neste momento, retomamos. Permitam-me, mais uma vez – para mim isto é simbólico –, que eu diga muito obrigado ao povo indígena, que eu peça desculpas ao povo indígena, e vocês me entenderam, porque eu pedi para vocês ficarem aqui, sem almoço, sem nada, devido um trabalho importante em uma outra comissão, e que a Comissão de Direitos Humanos tinha que estar lá. Fui lá, assinei, naturalmente, disseram que eu assinei e não me fiz lá presente, fiquei com vocês. Mas se não fosse a boa vontade de vocês não tinha acontecido essa decisão importante e nós não estaríamos agora retomando nossos trabalhos.

Parabéns a vocês. Vocês são guerreiros, lutadores, estão escrevendo essa história bonita e quem sabe esse 19 de abril, dia do índio, entre para a história com propostas concretas, que a gente consiga, inclusive, marcar a audiência com a Presidenta Dilma, a partir desse momento que construímos junto aqui e que lá a gente tire decisões que atendam a comunidade.

Senador João Pedro está aqui, mas me permitam, todos, que eu diga: Parabéns ao povo indígena. Vocês são uns verdadeiros heróis.

De imediato passamos a palavra, conforme oradora inscrita, a Senadora Marinor Brito, para o seu pronunciamento.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL–PA) – Bom dia, a todos e a todas, queria, em nome da Claudeci da Silva Brás Potiguar, que é representante da Pib e do cacique Celestino, cumprimentar todas as comunidades indígenas, todos os povos indígenas que estão aqui e os povos indígenas em todo o mundo que estiverem nos ouvindo, dizer que o que estamos celebrando hoje aqui é a resistência indígena e popular, o que estamos celebrando aqui hoje é a disposição dos povos indígenas de continuar resistindo e lutando pela sua soberania.

Queria, antes de concretizar o conteúdo do meu pronunciamento de repudiar, veementemente a ausência do Presidente da FUNAI nesta audiência. Repudiar, embora respeito a presença do Paulo Celso de Oliveira, que é da ouvidoria da FUNAI, mas não acredito que alguma outra agenda fosse mais importante para a FUNAI do que ter a oportunidade de ouvir as lideranças indígenas, que com muita dificuldade, e nós sabemos disso, dos diversos cantos deste País se dirigiram para a audiência aqui do Senado Federal, além de ser uma descortesia, uma desconsideração com uma das principais comissões dessa Casa, que luta pelos direitos humanos, no qual as comunidades indígenas têm a sua oportunidade de serem ouvidas e a partir desta comissão muitas providências, muitas solicitações, muitas denúncias são feitas a favor das comunidades indígenas.

Quero dizer que sou militante dos direitos humanos, sou professora, sou do Estado do Pará, sou dirigente do Partido Socialismo e Liberdade, com muito orgulho o meu partido está ao lado das causas indígenas, das causas dos direitos humanos neste País.

Estive, no sábado, dentre os vários municípios que eu visitei no final de semana no meu Estado, estive em Eldorado dos Carajás, pelos 15 anos do massacre de Eldorado, dos companheiros trabalhadores sem-terra; estive em Marabá, discutindo a implantação da universidade do sul e sudeste do Pará, mas estive em diligência, representando a Comissão de Direitos Humanos em Altamira. Como aqui eu tive a oportunidade de conversar informalmente com as lideranças indígenas que estão participando desta audiência, dizendo da dificuldade que foi o deslocamento da nossa diligência até a cidade de Altamira, por conta de um boicote anunciado depois da decisão da OEA, depois do anúncio da OEA de paralisação da Hidrelétrica de Belo Monte. Da paralisação e da decisão importante, porque se aqui no Brasil, a questão de Belo Monte que afeta as populações tradicionais, nas quais os indígenas estão incluídos, esse assunto não passa da ante sala da Presidenta da República Dilma Rousseff, as organizações internacionais ouviram os clamores, os sofrimentos e as lágrimas dos povos indígenas daquela região. São 25 mil indígenas no Rio Xingu, são 24 etnias diferentes, são duas tribos indígenas, Araras e Jurunas, que vão ser afetadas diretamente, que fazem parta da volta grande do Xingu, que não foram ouvidos.

Aliás, Senador Paim, eu denuncio, nesta audiência que, diferente do que propõe a Constituição Federal, a obrigação de ouvir as tribos indígenas, de um rio que passa por dois Estados brasileiros, de ouvir os povos tradicionais os quilombolas, os agricultores, os ribeirinhos, os pescadores daquela região. Diferente disso, o relatório de impacto sócio ambiental, encomendado pelo Governo Federal, às empresas que vão explorar o potencial energético através dos nossos rios, do Rio Xingu, estão omitindo a existência de comunidades indígenas nesta Região. Estão omitindo e tem poucos dados científicos para ter a certeza e anunciar o início dessa obra, como tem dito os representantes do Governo Federal, goela a baixo, de qualquer jeito, custe o que custar, custe o choro, o sofrimento, a lágrima, custe a morte – como a gente já viu anunciada naquela região -, custe a pressão e as ameaças que a Norte Engenharia – uma das empresas – já começou a exercer

em cima das populações tradicionais naquela região, o projeto, segundo o Governo Federal, vai ser iniciado.

Quero dizer aqui,em nome daquela população, em nome dos povos da Amazônia, que vai ter muita resistência. E como foi dito por várias lideranças, em prantos, durante a diligencia, nas áreas que nós visitamos da cidade em cima das palafitas, das áreas que vão ser inundadas – quase 40% do município de Altamira vai ser engolido pelo monstro de Belo Monte – ouvi, e V. Exªs, aqui no Senado Federal vão ter oportunidade de ver as imagens porque, apesar do boicote, nós conseguimos levar uma equipe de técnicos – que quero agradecer aqui do fundo do coração a dedicação dos técnicos aqui da Comissão de Direitos Humanos e da equipe do Senados que nos acompanhou -, V. Exªs vão ver as imagens, vão poder constatar o que diz o painel de especialista de quarenta pesquisadores brasileiros, entre especialistas na questão energética, na questão indígena, na questão ambiental, na questão da antropologia, da biologia e diversas outras áreas. Que tem tentado abrir as portas do Governo Federal, da Funai, inclusive, para que as análises técnicas que eles estão fazendo, à luz dos relatórios oficiais, possam chegar e mobilizar o coração e a mente da Presidenta da República.

Não é possível que uma população inteira, só na cidade de Altamira 100 mil habitantes, que não tem – e a nossa diligência vai provar isso, o relatório da nossa diligência vai provar – 30% de saneamento básico. As obras do PAC que pretendiam ampliar em 60% do saneamento. que não vai conseguir atingir toda a população. Estão paralisadas. O gerente da Cosanpa, da Companhia de Saneamento do Pará, em Altamira declarou isso junto com os engenheiros, e tão tem perspectiva, não tem anúncio de retomada desse projeto de ampliação. Nós estivemos no hospital municipal, o único hospital da cidade, um hospital municipal que já começou a sentir os impactos sociais, porque a população de migrantes já começou a chegar e o aumento da violência já se faz presente naquela região. É um hospital que não tem lençol para trocar todos os dias nos leitos existentes lá.É uma situação de calamidade pública, dita por médicos, por enfermeiros, por pessoas das lavanderias. Como é que Altamira, como é que aquela região vai receber mais de 150 mil pessoas, 200 mil pessoas de outras cidades brasileiras, de outros lugares do mundo em busca de um emprego, em busca de melhores condições de vida? Como é que vai acontecer isso sem ter uma retaguarda infraestrutural. Isso é desumanidade, isso é um crime lesa-pátria. E a Presidente Dilma não tem o direito, com todo esse apoio popular, de causar um crime sócioambiental numa região tão importante para o País. Não tem, Senador Paim, e nós vamos fazer a resistência.

Eu faço minhas as palavras do guerreiro Raoni, que volta à luta em defesa dos irmãos, que volta à luta em defesa das populações tradicionais. O meu partido, o PSOL, vai estar lá junto, porque nós já estamos lá, nós já estamos lá, estivemos lá de novo, temos militância tentando informar ao povo que não foi informado, que não sabe o que vai acontecer com a vida deles, como nós encontramos numa comunidade uma companheira, a Raimunda, que já foi expulsa de Tucuruí, que teve um câncer e não tem dinheiro para se deslocar para fazer o controle desse câncer e que agora está sendo ameaçada de ser expulsa mais uma vez, pelo grande projeto de desenvolvimento pensado para o País, pelo grande projeto de desenvolvimento pensado para a Amazônia, um projeto que exclui os indígenas, um projeto que exclui os quilombolas, um projeto que exclui os pescadores, que exclui as comunidades tradicionais, que não respeita a cidadania do povo.

Quero dizer, Senador Paim, que custe o que custar, e nós já demos exemplo de resistência no Pará, quando a poderosa Vale do Rio Doce tentou implantar em Barcarena um projeto da termoelétrica. Nós conseguimos provar, com a ajuda dos especialistas, o quanto de poluição a mais com carvão mineral, que é um dos maiores poluentes do mundo, ia causar de problemas para aquela região. Nós vencemos, pelo menos até agora a poderosa Vale não implantou esse projeto lá. E esse mesmo movimento está sendo feito para defender as populações tradicionais no Estado do Pará, na região do Xingu, nos vários Municípios que ali estão.

Eu queria então nesse sentido dizer que aquelas lágrimas, que aquele sofrimento daquele povo, foram cerca de trezentas pessoas participando da diligência, fora as pessoas que nós ouvimos durante as caminhadas nos bairros, a visita na Casa do Índio.

Quero aqui alertar à PIB e às lideranças indígenas aqui. O prefeito de lá, em conluio com os interesses dos grandes empreendedores está distribuindo cesta básica, está distribuindo brinquedos para os índios, para que os índios não se manifestem contra a Belo Monte. Nós já vimos isso na história do nosso País. Nós já vimos o quanto de morte, quantos índios foram dizimados na história do nosso País, da história recente do nosso País, nos 511 anos de descobrimento dos europeus por conta desse tipo de tentativa de corrompimento, de tentativa de convencimento, pela fome, pela miséria, pela falta de alternativas e de oportunidades que têm essas populações.

Então eu quero deixar aqui, Senador Paim, o meu mais profundo sentimento de solidariedade a todos os povos indígenas, o meu mais profundo amor à causa indígena, o meu mais respeitoso sentimento pela luta e pela resistência de vocês e a minha total, integral

dedicação com este mandato socialista, com este mandato que está enfrentando os fichas sujas deste País, como Jader Barbalho no Pará. Este mandato vai estar à inteira disposição da luta pelos povos indígenas.

E para concretizar essa luta eu proponho aqui que no dia de hoje nós iniciemos a abertura de uma coleta de assinaturas para formar a Frente Parlamentar do Senado Federal pela Cidadania dos Povos Indígenas (Palmas.), o que nunca foi feito, lembrado aqui pelo índio Terena, do Mato Grosso do Sul. Aliás, eu homenageei os povos indígenas quando coloquei uma filha no mundo. A minha filha tem 25 anos e se chama Terena, para homenagear a luta e a resistência dos povos.

Meu muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, ,muito bem, Senadora Marinor Brito.

Pela inscrição aqui, quem está esperando há tempo, a Senadora Ângela Portela; em seguida, o Senador João Pedro.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Boa tarde a todos e a todas. Quero cumprimentar meu amigo, Senador Paulo Paim, parabenizar pela iniciativa de realizar esta audiência pública para discutir as políticas públicas voltadas para as populações indígenas do Brasil. Quero cumprimentar todos da Mesa, na pessoa da Marilena Macuxi, de Roraima, e do Hudson, da comunidade Raposa Serra do Sol.

Eu queria dizer ao Senador Paim, a todas as lideranças indígenas, à Senadora Marinor, ao Senador João Pedro, do Amazonas, que o nosso Estado de Roraima tem 46 mil índios. Isso representa mais de 12% da população. E nós observarmos a extrema necessidade de se desenvolver projetos, projetos de desenvolvimento sustentável para essas comunidades indígenas. Só na Capital, em Boa Vista, nós temos mais de 20 mil indígenas morando em área urbana. E nas comunidades indígenas nós observamos dificuldades de todos os aspectos: do ponto de vista da alimentação, do ponto de vista da saúde indígena, do ponto de vista do combate ao alcoolismo, que é identificado nessas comunidades.

Eu queria destacar aqui, Marilena e demais companheiros, que a nossa disposição é imensa, para ajudar os povos indígenas de Roraima, os povos indígenas de todo o Brasil neste mandato como Senadora da República. Eu quero dizer da minha imensa vontade de contribuir com os povos indígenas do Brasil e de Roraima e dizer que como Presidente da Subcomissão em Defesa da Mulher, nós queremos, Senador Paim, iniciar uma ação concreta para beneficiar a mulher indígena *(Palmas)*, principalmente no que diz respeito à sua saúde.

Aqui, Senadora, nós podemos debater questões relacionadas à saúde da mulher indígena do Brasil e de Roraima; ampliar o debate buscando parceria com o Poder Executivo... A Presidenta Dilma lançou recentemente um projeto para diagnosticar o câncer de colo de útero e de mama nas mulheres da Região Norte e foi detectado, em estudo realizado pelo Ministério da Saúde, que duas vezes e meia a mulher do Norte tem possibilidade maior, em relação às outras mulheres do Brasil de ter câncer de colo de útero. Então, quero trazer, Marilena, esse debate aqui para nossa subcomissão, para que gente possa, em parceria com o Governo, com as entidades indígenas, com as organizações indígenas do Brasil e de Roraima, buscar ações concretas, efetivas para ajudarmos na saúde da mulher indígena, na saúde da mulher brasileira.

Uma outra proposta que me proponho também a trabalhar, como membro da Comissão de Educação, como professora que sou, atuante no que diz respeito à educação escolar indígena, Marilena, tive oportunidade de trabalhar, de participar, como membro da Comissão, ainda na Câmara dos Deputados, de uma assembleia indígena em Roraima e conheci a extrema necessidade dos professores indígenas, das escolas indígenas. O Governo do Estado realiza concurso público sem fazer a diferenciação, realiza processo seletivo para contratação de professores para dar aula nas comunidades indígenas e não prioriza os professores indígenas.

Temos realizado um trabalho de parceria com a OPIR – Organização de Professores Indígenas de Roraima, com a Professora Pierlângela e nós sentimos a necessidade de, como membro da Comissão de Educação no Senado, fortalecer essa parceria e trazer para discussão a questão da educação escolar indígena do Brasil e do nosso Estado de Roraima.

Infelizmente, são detectadas inúmeras distorções, a merenda escolar é de péssima qualidade para os indígenas, não condiz com a alimentação deles, professores brancos que vão para as comunidades indígenas têm dificuldade de adaptação, de morar nas comunidades. Então, queremos trazer esse debate para Comissão, para Subcomissão de Defesa da Mulher e para Comissão de Educação do Senado Federal.

Quero destacar para todos que, em audiência semana passada com a Ministra da Cultura, nós nos preocupamos em trazer uma sugestão para a Ministra no sentido de realizar algum projeto do Ministério da Cultura para preservação do patrimônio cultural indígena. Sugeri à Ministra da Cultura a possibilidade de universalizar os pontos de cultura nas comunidades indígenas de Roraima e da possibilidade de ampliar um projeto voltado para os indígenas, existente no

Ministério da Cultura, porque há necessidade de ter esses projetos para preservação desse patrimônio cultural belíssimo das diversas etnias indígenas do nosso País e do nosso Estado de Roraima.

Então, queria, nessa audiência pública importante Senador Paim, dizer da nossa disposição como Senadora de Roraima de ajudar nossos indígenas. São quase 12% da população e é preciso ter compromisso do poder público, dos governantes, do Poder Executivo, dos parlamentares do País inteiro para melhorar a qualidade de vida dessas populações.

Vimos que o Governo Federal, após a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, criou o projeto chamado territórios da cidadania, não é Marilena, são dois territórios da cidadania para as comunidades indígenas de Roraima, 62 milhões disponíveis para execução dos projeto.

Como não escutam, como não ouvem as lideranças indígenas, os projetos até agora não beneficiaram essas populações. Então, não se trata apenas de recursos para desenvolver esses projetos e beneficiar essas populações. Trata-se também da necessidade de respeitar os indígenas, de chegar até eles e ouvir o que querem para o seu desenvolvimento, para melhoria da sua qualidade de vida, para o seu plantio na agricultura. Enfim, temos na Universidade Federal de Roraima o projeto Insikiran de formação superior voltado exclusivamente para os indígenas. E tive a oportunidade de participar ativamente da criação do Insikiran porque participei do governo na época que fez a parceria com o governo do Estado para criação desse projeto pioneiro no Brasil.

Tenho acompanhado os esforços da Universidade Federal, as dificuldades que ele tem para dar continuidade a esse projeto de formação superior para as comunidades indígenas, até porque, Senador Paim, se temos formação qualificada dos indígenas não vamos precisar suprir a necessidade de professores brancos nas comunidades indígenas, uma vez que eles têm dificuldades de adaptação nessas comunidades.

Então, queria, para encerrar as minhas palavras, dizer da nossa disposição de estarmos juntos com os povos indígenas, lembrar que o Partido dos Trabalhadores em Roraima teve uma luta intensa em defesa da demarcação de terras indígenas e na ocasião – vou ser muito sincera – não participava ainda, não era filiada ao Partido dos Trabalhadores mas presenciei, com muita clareza, vi a dedicação do PT de Roraima em defesa da demarcação Raposa Serra do Sol isso é indiscutível, inclusive o Partido dos Trabalhadores em Roraima, por muito tempo, foi vítima de preconceito como se fosse um partido que não apoiava o desenvolvimento de Roraima, não é isso Marilena, porque defendeu e aprovou a demarcação Raposa Serra do Sol.

Estamos vivendo um novo momento e agora o Partido dos Trabalhadores de Roraima e esta Senadora do PT de Roraima quer trabalhar para fazer o possível com projetos, com articulação, para que as comunidades indígenas que vivem nas terras indígenas, 46% das terras de Roraima são terras indígenas, tem muita terra e é preciso que os projetos dêem saúde de qualidade para os povos indígenas, educação de qualidade, segurança, enfim, tudo aquilo que eles têm direito e temos a obrigação e o dever de trabalhar para contribuir com essa gente que precisa tanto, com esse povo que sofre tanto preconceito e que luta tanto historicamente para ter uma vida digna, para ter uma vida melhor.

Então, queria parabenizar as lideranças indígenas de todo o Brasil, as lideranças indígenas, os tuxauas do meu Estado de Roraima, porque lá não chamamos cacique chamamos tuxauas, quero parabenizar a todos pelo dia 19 de abril Dia do Índio.

Muito obrigada.*(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos à Senadora Angela Portela pelo seu pronunciamento, demonstrando que conhece a área também e para gente é uma alegria. Ficamos no Sul achando que a maioria dos parlamentares não conhece e de fato não conhece mas tem um bom número que conhece e isso é bom para gente que tem compromisso com essa causa.

Vou passar a palavra para um outro Senador, que conhece o tema também, porque tem falado na tribuna seguidamente, que é o Senador João Pedro.

Depois, vamos seguir, como havíamos combinado, dar a palavra para as lideranças no plenário e, no final, a Mesa encerra.

Senador João Pedro por favor.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente Paulo Paim, Srªs e Srs. Senadores, as lideranças das várias etnias que estão nesta sessão da Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo nosso companheiro Senador Paulo Paim, talvez o único negro em todo o Senado, Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul, quero saudar na pessoa do Alvaro "tucano" que está ali, com uma plumagem belíssima. O Alvaro é uma liderança importante do povo tucano do alto rio Negro, do meu Estado Amazonas. Sou do Amazonas, sou do Partido dos Trabalhadores.

Quero começar fazendo essa reflexão, rendendo as minhas homenagens e falando da importância de apoiarmos a luta dos povos indígenas, principalmente aqui dentro do Congresso, falar da importância dos povos indígenas e nada melhor do que o próprio mo-

vimento indígena tocar o seu movimento. É importante que não toque sozinho mas que toque com aliados, com amigos, com pessoas que compreendam a importância dessa resistência, da luta.

O movimento indígena continua atual. Ele precisa, a cada dia, ser fortalecido. É muito importante continuar organizando o movimento indígena. Não é fácil, não é uma tarefa fácil manter as nossas organizações por conta de tudo, de compreender a organização, de manter a organização no dia a dia, de manter a sede, de manter a internet, de manter os funcionários, de manter os compromissos sociais, não é fácil manter uma organização indígena. Eu sei porque vivo na militância popular, democrática, desde os anos 80, no meu Estado no Amazonas, onde acompanhei muitas lutas dos povos indígenas. Eu sou filho da cidade de Parintins, que é uma homenagem aos Parintintins. Na Amazônia, a grande maioria dos nomes das cidades são portugueses. Ali, o Marquês de Pombal inaugurou os nomes das cidades com nomes portugueses, mas muitas cidades na Amazônia têm nomes com derivação de povos indígenas. A minha cidade vem do povo indígena Parintintin, vizinho de um povo que deu uma grande contribuição ao País e ao mundo, que é o povo Sateré-Mawé. O guaraná que nós tomamos, o guaraná que a Antártica faz muita propaganda é deste povo. E é para ilustrar e para lembrar desta contribuição dos povos indígenas em todo o Brasil, na formação da nação brasileira. E quando falo da formação da nação brasileira eu quero lembrar de um grande homem, de um grande intelectual, de um grande Senador, que fez muito pela causa indígena, pelos povos indígenas, que foi Darci Ribeiro. Ele fala da formação da nação e da contribuição dos povos indígenas. Quem não é índio, verdadeiramente índio, não pode deixar de dizer que tem algo da cultura indígena. Todos os brasileiros, no andar, no relaxar de uma rede, nas comidas, na dança, na crença. Os povos indígenas deram contribuições importantíssimas para formar esta grande nação que é o Brasil. Nesta sessão aqui quero fazer esta reflexão. Desde a origem, desde o início desse processo, quando os europeus chegaram aqui, já encontraram um povo que falava, que tinha acúmulo cultural, que tinha um acúmulo na questão territorial, chegaram porque a gente começa a contar a história a partir dessa formação ocidental nossa. E começa com algumas figuras, Pedro Álvares Cabral, Vasco da Gama, enfim, mas não, nós temos que render o nosso reconhecimento às etnias que aqui viviam, não só no Brasil, mas em toda a América. Quando eles chegaram aqui já existia um tratado, o Tratado de Tordesilhas, já havia uma divisão européia, cristã, e começam aí já os litígios, os confrontos. Mas esse povo deu uma grande contribuição, inclusive na definição territorial do Brasil. O Brasil tem este tamanho por conta da contribuição importante dos povos indígenas.

É importante lembrar disso tudo nessa data. Uma cantora popular do Brasil já dizia: *todo dia era dia de índio*. E tem uma marca cultural forte na nação brasileira: é a presença dos povos indígenas. E evidente que foi uma luta duríssima. Nas Américas todas foi uma luta dura. Da América do Norte até a Patagônia é duro, é triste, é dolorido esse ultraje aos povos indígenas. Quando eu vejo a OEA se manifestar internamente aqui no Brasil, e eu fui um dos que condenou essa manifestação, até porque, com todas as contradições, os povos indígenas aqui têm um grau de organização, e nós temos um grau de democracia para o diálogo mais duro do Estado brasileiro com os povos indígenas. Mas os povos indígenas têm condições e fazem isso não só de reconhecimento, mas de argumento, de contestação, de proposituras. O movimento indígena tem essa capacitação, tem organização política, social para contestar, para falar. E os povos indígenas organizados ajudaram a termos a democracia que temos. Quantas e quantas lideranças tombaram na luta política mais recente, dos anos 80, para defender a democracia, para defender liberdade, para defender seus direitos, para defender demarcação das terras indígenas, para defender seus territórios. Essa é a história mais recente.

O Álvaro, que está aqui, liderança indígena politizada, foi candidato lá em 82 pelo Partido dos Trabalhadores a deputado federal. Ou seja, num bom português, deu a cara para bater. E são gestos ousados dos povos indígenas que foram rompendo as barreiras. A barreira do preconceito, este muro invisível mais perceptível, sentido por todos, do preconceito com os povos indígenas, com os negros, com os ribeirinhos que existem no Brasil. E nós conquistamos muito, mas existe o preconceito.

Então, quero me colocar, e o meu mandato e a minha história no Amazonas, temos a responsabilidade porque temos a maior população indígena no Brasil, mas quero me render e me colocar ao lado das lutas dos povos indígenas, de lutas pioneiras no Brasil. Na semana que passou, nós comemoramos 50 anos do Parque Nacional do Xingu. Ali tem a luta dos irmãos Vilas Boas. Mas tem a própria organização dos povos indígenas em criar esta referência que é o Parque Nacional do Xingu, como neste dia, nesta sessão aqui, quero lembrar da resistência dos povos Waimiri Atroari que estão ali entre Roraima e Amazonas, uma parte do seu território, de suas terras está no Amazonas, mas a grande maioria no Estado de Roraima. E até hoje tem a resistência, até hoje eles controlam ali o

acesso da BR-174, a partir das 18 horas eles puxam uma corrente na extremidade do lado amazonense e ao mesmo tempo na extremidade do lado de Roraima. Se eles não fizerem isso, Presidente, quando amanhecer, o dia amanhece já com um barraco, e começa um processo de tomada das terras dos Waimiri Atroari. Se não controlarem, amanhece a cachaça, a bebida alcoólica, e vem a prostituição, e vêm as doenças.

Então, nesta data, quero dizer do meu apoio à luta dos povos indígenas para controlar o seu território. É uma forma de defender a sua cultura.

Quero aqui também prestar minha homenagem ao povo Tucano, lá em cima, no rio Negro, na Tríplice Fronteira. Eles conviveram com a guerra, que ainda não terminou lá na Colômbia, mas eles vivem entre a Venezuela, a Colômbia e o Brasil, na fronteira do extremo norte do nosso País. Ali, os Tucanos, os Barés, os Ianomâmis fazem a defesa da fronteira do nosso País. Só eles para viverem numa distância, num interior tão profundo da nossa Amazônia e do nosso Brasil. Eles carregam ali, de forma milenar, a cultura deles e carregam a bandeira verde-amarela do Brasil, como o povo Ticuna, num outro ponto da fronteira brasileira, também vivendo o dia a dia de uma vida dura, para manter a cultura, os saberes, o território. Ali, na Tríplice Fronteira, é um outro corredor, um verdadeiro vulcão, a mobilidade, a dinâmica social, econômica, na fronteira com Colômbia, Peru e Brasil. Ali, tem uma presença forte de um povo que resiste, que é o povo Ticuna.

Então, Sr. Presidente, eu quero dizer da minha alegria com esta reunião, com V. Exª presidindo e abrindo para as lideranças de todo o Brasil e com todos refletindo sobre o papel e a importância dos povos indígenas para a formação da Nação brasileira. Essa importância continua nos dias de hoje. O Congresso precisa travar, por exemplo, o estatuto do índio, na Câmara, há anos e anos. Nós precisamos aprovar esse estatuto.

Finalizo, dizendo da minha alegria, porque conquistas foram reconhecidas. Houve avanços, mas muito precisa ser feito em defesa das dezenas e dezenas de etnias, de culturas diferenciadas, que continuam resistindo no Brasil e na América Latina. Então, meus parabéns e meu reconhecimento, com o meu mandato em apoio à luta dos povos indígenas do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador João Pedro. Parabéns. (Palmas.)

Senador João Pedro, permita que eu diga a todas as lideranças que estão aqui – e estamos, neste momento, sendo assistidos por todo o Brasil – que é bom que todos saibam que V. Exª não está falando só aqui. V. Exª é um dos Senadores que vão, no mínimo, no mínimo uma vez por semana, à tribuna para discutir temas relacionados ao Amazonas, ao meio ambiente, à comunidade indígena, à valorização daquilo que chamo da política das nossas raízes, como está na capa da revista. Então, meus cumprimentos a V. Exª. Temos muito orgulho por V. Exª ser Senador do nosso partido.

Neste momento, a Rosane, que tinha pedido a palavra há muito tempo já, pode usar a palavra no microfone à sua frente. É Caingangue, não é? Então, muito bem. Lideranças Caingangues.

A SRª ROSANE KAINGANG – Então, bom dia a todos e a todas. O Senador é do meu Estado, Paulo Paim. Eu sou Kaingang, do Posto Indígena Cacique Doble. Hoje, aqui, em Brasília, eu represento a Arpinsul – Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul, dentro da Abip, que é a articulação maior.

Eu queria parabenizar o Senador Paim. Somos do mesmo partido, não é, Senador? E o João Pedro e as Senadoras que estão por aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Senadora Ana Rita.

A SRª ROSANE KAINGANG – A Senadora Portela que saiu. A Marinor. Eu pedi para a Ana Rita ficar, para ela me ouvir enquanto mulher indígena. Eu também faço parte do segmento do Movimento das Mulheres Indígenas. Hoje, temos uma companheira na Presidência da República, a companheira Dilma Rousseff. Mulher!

Eu queria dizer que hoje, Senador, nós somos mais de 220 povos. Temos 69 pontos geográficos dos índios isolados. Como estão isolados, eles não podem estar aqui se defendendo, não é? Mas são 69 pontos geográficos de índios isolados, que faço questão, nas minhas falas, de defender, porque a soja já está chegando a eles e a madeira já chegou.

Essa diversidade, Senadores e Senadoras, não há no mundo; é só neste País, é só no Brasil que tem essa diversidade. Então, são povos com uma megadiversidade, com seus problemas diversos em suas regiões. São 220 povos que pensam diferentemente uns dos outros e que têm sua organização social diferente umas das outras.

Senador, em nenhum momento, o País se orgulha de nós. Este País não está se orgulhando de uma diversidade que aqui há e que não há no mundo. Somos parte dessa sociedade que os senhores e as senhoras defendem, mas é inaceitável, Senador, como mulher indígena, a vulnerabilidade em que estão os povos indígenas hoje, sem a presença do Estado brasileiro dentro de suas terras. Isso significa que estão entrando nas nossas terras, Senador, traficante e assaltante para se esconder, porque hoje não temos chefe de posto, o representante do Estado brasileiro, lá para dizer: "Onde o senhor vai? Quem é o senhor?

E o que o senhor veio tratar aqui, dentro do povo?" Essa proteção, Senador, ficou vulnerável. Imagino do Centro-Oeste para cima, onde é mais floresta.

Eu venho de um Estado, Senador, em que ainda continuam índios vivendo em barraco de plástico, na luta pela terra. São dezesseis acampamentos. Não é que nem a gente vir aqui, neste Acampamento Terra Livre, e passar uma semana; eles estão há anos em barracos de plásticos. Quando é quente, você não aguenta ficar lá; quando é muito frio, Senador, todos vão parar no hospital e morrem de... Morre-se ainda neste País de pneumonia.

E essa vulnerabilidade, Senador, como disse Davi Ianomâmi... As terras deles, de novo, estão sendo invadidas por garimpeiros. Você vê uma fragilidade muito grande. No papel, parece que o Estado brasileiro recebe essa reestruturação bonita, mas, na realidade, como disse o encaminhamento que foi feito aí, Senador, se a Comissão de Direitos Humanos ir até nossas terras hoje, a vulnerabilidade está grande.

Nós continuamos aqui tentando dialogar com o Estado brasileiro. A criminalização, Senador, é muito grande na luta pela terra. Não falo o extremo sul da Bahia, o sul da Bahia, o Mato Grosso do Sul. Em Santa Catarina, já foram presas nossas lideranças que estavam na luta pela terra, pelo Toldo Imbu.

Os povos indígenas estão sendo criminalizados. E isso com a Polícia Federal, Força Nacional, tudo quanto é polícia e, às vezes, para mascarar, Senadores e Senadoras, se usa o fato de o índio ter questionado, o fato de ele estar à frente daquela luta ou o fato de ele estar numa passeata. São coisas pequenas que estão pegando para criminalizar as nossas lideranças.

Outra questão é que, Senador, vocês que são Senadores e Senadoras têm que combater esse tipo de atitude que vem acontecendo no Estado brasileiro. Porque hoje nosso órgão indigenista pertence ao Ministério da Justiça, que tem a Polícia Federal. Como é que nosso órgão indigenista não está dialogando com a Polícia Federal, do Ministério da Justiça, para que não haja esse tipo de atrocidade contra nós?

Não é ausência de políticas públicas, Senadores, que está ocorrendo na questão indígena, também – e as nossas Senadoras acabaram de falar em segurança alimentar -, é que ela não está sendo tratada. Está espalhado, pulverizado, nos Ministérios, o dinheiro para a questão indígena. Mas o que está ocorrendo? É preciso que os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras, nesse encaminhamento que darei agora, lembrem que nós povos indígenas necessitamos que os senhores deste Parlamento cobrem do Estado brasileiro que as políticas para nós, para o povo indígena, sejam específicas. Elas não podem estar misturadas a outras que servem aos não indígenas. Por quê? Porque há índio plantando semente tradicional, mas há outros que podem estar criando boi ou na agricultura . Esse é o diferencial, que o Estado brasileiro não está respeitando, seja na política para a educação, na política pública de segurança alimentar, na saúde ou em qualquer referência de direitos.

Por que os quilombolas, nossos aliados, pediram um programa específico para eles, no etnodesenvolvimento e no setor de habitação? Porque eles estavam cansados de serem tratados da forma que nós estamos sendo tratados.

É importante que esta Comissão encaminhe a esses Ministérios ou à Presidenta Dilma que precisamos ser tratados com uma política diferenciada, no sentido do etnodesenvolvimento, no sentido da proteção de nosso território, no sentido de políticas públicas.

Enquanto isso não acontecer...Até o momento, pelo que conhecemos, O Pronaf não é específico para nós. Qualquer programa que exista dentro do Governo não é específico. Aí podemos jogar um caminhão de dinheiro que não flui.

O que tem acontecido com essas terras indígenas? Não houve a solução para os problemas como proteção da terra nem dos programas de políticas públicas específicas para o povo indígenas.

São esses os dois encaminhamentos. Também devo dizer que esta Casa, o Senado, quando vier par cá o estatuto, o trate com muito carinho. A carta da PIB entregue diz quais são os PLs e que o estatuto foi discutido com as lideranças indígenas, esse é o que queremos. Que se forme uma comissão especial, conforme nosso pedido, dentro da Câmara e, quando vier para o Senado, que se forme uma comissão para ser tratado dessa forma. Que os PLs que rolam aqui nesta Casa, seja no Senado ou na Câmara, contrários aos nossos direitos, que eles possam ser apensados a essa proposta de estatuto que vai tramitar no Congresso Nacional. Ela será a nova norma que irá regular a vida dos povos indígenas com o Estado brasileiro, mas será a que discutimos, não a proposta do Governo que vem por aí.

Diga-se de passagem, Senadores e Senadoras, que essa proposta foi discutida também no âmbito da Comissão Nacional de Política Indigenista, com todas as lideranças, mas com a presença do Estado brasileiro. O Estado brasileiro não pode dizer que não discutiu o estatuto com os índios, porque havia todos os Ministérios, representantes de todos os Ministérios, do Palácio do Planalto, do GSI e os membros que nos representam dentro dessa comissão. Então, ele não pode dizer que ele, o Estado brasileiro, não participou.

Outro encaminhamento, Senador. As nossas Senadores... por ser mulher, temos um grande problema em nossas terras: as crianças, os adolescentes e as mulheres, que estão na vulnerabilidade, sem nenhum programa de saúde em relação ao alcoolismo e ao tratamento, porque as drogas estão chegando a nossas terras. Como mulher indígena peço que o setor educativo da Funai, que escutou 250 mil jovens, que a ação no PPA de situação de risco social volte ao setor de educação que tratava disso dentro da Funai. Foram escutados 250 mil jovens, ou seja, a pirâmide da faixa etária indígena é inversa, é mais jovem do que velha, diferente da sociedade não indígena. Mas essa ação está sendo colocada para escanteio no PPA, quando precisamos de tratamento e programas específico, tanto quanto ao gênero como quanto a crianças e adolescentes.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Faço um pedido a V. Exª que possa concluir. Às 14 horas sou obrigado a encerrar, porque começa o plenário. E estamos aqui desde as 9 horas, com muito orgulho e satisfação, mas há muitos que ainda querem usar a palavra.

Parabéns a V. Exª.

O Apodi Xavante, técnico indigenista, tinha pedido a palavra também.

O SR. APODI XAVANTE – Sr. Presidente, Senadores e todos os presentes, queremos ação. Venho para ver ação e não discussão. Discussão é outro assunto. Podemos discutir o estatuto do índio ou a questão da hidrelétrica. Mas a ação deve ser imediata. Este senhor, Cacique Celestino, ancião, saiu daqui por causa do frio. A palavra dele é curta e pediu: quer ação de V. Exª e de outros Senadores para que haja modificação imediata do Presidente da Funai, que ele seja substituído pelo Sr. Arão Araújo Filho, para que haja uma retomada, a volta à ação da Fundação Nacional do Índio.

Ninguém está compreendendo, ninguém está entendendo que a administração atual não é da Funai, não é do servidor da Funai. É simplesmente organização não governamental recentemente recriada. O senhor vai me desculpar, recentemente recriada na terra livre é uma ganância do Cimi, do socioambiental, do ISA, do representante do recém-criado CNPI-CTI e da Coiab Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira. Nós respeitamos eles e com muito respeito eu digo a eles que não é uma discussão séria, não é uma associação séria que está começando a atrelar.... Em primeiro lugar, V. Exª vai conhecer, os Senadores e Deputados também vão conhecer essa política que foi implantada sem consultar as lideranças. E dizem as bases que são as lideranças tradicionais, milenares, que foram repassadas pelos anciões até os caciques. Hoje em dia, os caciques representam as comunidades indígenas. A realidade é essa. V. Exª vai tomar conhecimento, referentemente à criação de CNPI, Conselho Nacional de Política Indigenista, rejeitado pelas lideranças tradicionais. Aqui estão presentes pessoas das regionais. Chegaram poucos devido à administração atual, que é do CNPI, três dos elementos do CNPI, presidente da Funai, que se diz camuflado, que é presidente, mas não é, está usando o nome da Funai para sujar mais ainda o nome da Funai. Não é atitude da Funai, é uma atitude estranha para nós, para mim e para os outros. Digo corajosamente aqui, porque conheço todos os tipos de ramos de instituições, como os missionários salesianos, como os pastores, como o CIMI, como os índios tradicionais, lideranças tradicionais, repassados dos anciões para os caciques, que estão representando agora. Gostaria de pedir uma prorrogação para que eu explique esses assuntos que V. Exª vai tomar conhecimento. A realidade dói.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não tenha dúvida, meu amigo, que vamos permitir que todos falem, como combinei no início. Só tenho um limite, pois às 14 horas começa o plenário e temos toda a mesa para falar e mais quatro companheiros que pediram a palavra. Então, peço a V. Exª que conclua o seu pensamento.

O SR. APODI XAVANTE – A realidade, só vamos tomar conhecimento disso, de que esse assunto que já estamos realizando, eu vi pela Internet, alguns dos Senadores foram enganados pela orientação do CIMI. Até está na Presidência da República, está no Ministério da Justiça para impedir todas as edificações dos verdadeiros representantes. Esses índios que foram recolhidos perambulam nas cidades. Então, não são representantes verdadeiros. Eles falam como titular, como está na Constituição, atrelaram na Constituição esse artigo, o capítulo 8, artigo dos índios, art. 231, que é desrespeitado. Estou esclarecimento isso porque não cumpriram a carta, em primeiro lugar. Peço, em nome de todos os índios brasileiros, que seja respeitada, o que eles não fizeram. A Lei 6.001 não foi respeitada, deveria ser respeitada. A Lei 169 também não foi respeitada. Por isso, eu trabalho, todos nós trabalhamos para o Governo, para o bem-estar dos índios. A Fundação Nacional foi criada para poder atender às necessidades dos índios e para assistir ao povo indígena. Foi para isso que foi fundada a Fundação Nacional do Índio. Duas CPIs foram passadas para a Fundação Nacional do Índio. Então, isso, V. Exª com os outros colegas, com outros Senadores, com outros políticos, veja que precisamos de apoio para não ir para frente, para ser revogada, porque esse Decreto

7.056 tem de ser revogado. Têm de ouvir os prantos, os gritos do povo tradicional, nas pontas, e não aquele que foi beneficiado pelo avião a jato, do sul e do norte e do ocidente e do oriente. Só eles e meia dúzia de pessoas são beneficiadas. Há poucos dias o Decreto do Presidente da República saiu para reduzir os gastos. Quem está gastando? São reuniões e reuniões em troca de nada. Eles estão gastando. E, os outros vieram a pé, sem sustento nenhum. Essa é a realidade. A mentira tem de ser pisado pela justiça, a justiça tem de ser combatida pela justiça, o bom combate. Por isso que eles estão me hostilizando, em troca de nada. Só mostrando a Lei 7.112/90, que trata da disciplina dos servidores. Ao invés de me disciplinarem eles me penalizaram porque falo a verdade. Obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A liderança dos Xavantes queria só fazer uma pergunta ainda.

O SR. – Boa tarde, Senador Paulo Paim, Presidente desta Comissão. Mais uma vez, boa tarde a todos. Está na pauta a audiência pública. Foi também convidado o presidente da Fundação Nacional do Índio, o Márcio Augusto Meira de Freitas. Quero perguntar a V. Exª se o Poder Público, como V. Exª dirige, está sendo desrespeitado pelo presidente da Instituição. Esse é o meu ponto de vista por não estar presente nesse dia tão especial para podermos apenas apresentar o nosso plano, na verdade, para podermos contribuir com o crescimento e a democracia do nosso país. Bom, o nosso companheiro aqui, o nosso patrício, o nosso parente, Paulo Pankararu, da etnia Pankararu...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Paulo Celso de Oliveira.

O SR. – Isso, Paulo Celso de Oliveira, mas Paulo Pankararu. Eu queria perguntar se ele veio, o nosso companheiro. V. Exª veio no Dia do Índio, na homenagem ao Dia do Índio, ou como servidor, representando o Presidente da Fundação Nacional do Índio, já que ele faz parte da equipe atual? Então, isso tem de estar bem claro. Também queria que as lideranças caciques aqui dissessem se o Presidente da Funai continua ou não. Os demais, várias etnias, também estão aqui presentes para que também possam se manifestar em público nesta reunião. É muito importante lembrar que o parlamentar indígena foi criado pelo saudoso, nosso grande líder que já se foi, ex-Deputado Federal Mário Juruna, o qual esteve aqui com uma frente parlamentar defendendo os direitos indígenas, que ajudaram a construir a democracia do nosso país dentro desta Casa de Leis. Então, esse parlamentar indígena tem de existir para que tenhamos a quem nos direcionar, no caminho certo para podermos reivindicar a melhoria das nossas condições de vida. Ressalto isso a Excelência, que haja a continuidade de parlamentar nesta Casa de Leis. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. O representante da Funai, Paulo Celso de Oliveira, responderá no momento em que usar da palavra. Queria, ainda, passar a palavra para o nosso amigo da...

O SR. GREGÓRIO AMAM – Eu gostaria de dar uma colaboração, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não. O apelo que faço a todos é de que nós estamos com problema de horário e a Funai não falou ainda. Para o Paulo poder falar, seria importante que todos falassem com a maior brevidade possível. Qual é o seu nome?

O SR. GREGÓRIO AMAM – Vou ser rápido e curto também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Diga seu nome primeiro.

O SR. GREGÓRIO AMAM – Meu nome, liderança Gregório Amam da Reserva Indígena de São Marcos, Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O SR. GREGÓRIO AMAM – A nossa única vinda aqui é a questão do Presidente da Fundação Nacional do Índio, não Funai. É a pessoa dele que nos atrapalha. A pessoa dele que está nos atrasando aí. Eu não gosto de conversar fraco não, eu não gosto de reunião fraca não, eu não gosto da sua presença também não, Paulo. Você é fofoqueiro demais, eu não gosto de pessoa falsa dentro da Fundação não. A nossa instituição está sendo esmagada por pessoas que realmente usam e usufruem do que lá tem, enquanto nós lá na base ficamos sofrendo. A dificuldade de nós termos vindo aqui, nem mandaram a van buscar a gente na rodoviária para participarmos dessa reunião pequena que está tendo em homenagem ao nosso dia. Pena que é só nesse dia que nós somos lembrados. E no resto dos dias?

Em relação aos governos anteriores, quando na época do Fernando Henrique nós pedíamos para ele: "Tira essa pessoa, que não está dando", ele tirava para ver o que ia dar certo. O único que deu certo faleceu num acidente de avião em Goiânia, Sulivan Silvestre, que Deus o tenha em mão, porque era uma pessoa honesta, digna e que queria mudar e ver os índios irem para frente. Com esse, o atual Presidente da Funai que está aí presente até agora aí nos enrolando, nos enganando comprando nossa liderança dentro da aldeia. "Fique, fique aí, que não tem nada interessante em Brasília não." O que não é interessante em Brasília,

se nossos Parlamentares se encontram lá? Nós, educadamente, já fizemos abaixo-assinado há dois anos para tirar essa pessoa e até agora o novo Ministro convidou para ele ficar mais. O que ele quer mais? É por que ele está assinando a favor de Belo Monte? É por que reestruturou a Funai? Reestruturou por que a Funai? Não temos mais postos indígenas dentro das áreas indígenas, não temos mais proteção, não temos mais nada. Ficamos pobres. Se a sociedade do branco, se o Congresso Nacional quer ver os índios no meio dos brancos, dêem-nos condição, dêem-nos meio. Se capacitar melhor para ficar junto com V. Exª, junto com qualquer por aqui dentro dos brancos aí.

Nós viemos aqui para ver mudança, nós queremos o Presidente Márcio Meira Augusto, sei lá qual é o nome dele, fora da instituição e que coloquem uma pessoa que realmente tem respeito por nós. (*Palmas.*)

É muito feio criar um Ministério de raças, não sei o que, desculpa dizer... Parabenizo pelos negros terem conquistado mais espaço para terem um Ministério racial por aí, terem um Ministro e por que nossa instituição não tem um indígena? Nós não somos totalmente incapazes não. Há pessoas capazes indígenas que podem dirigir e nos unir de novo. Nós somos eleitores, nós votamos, se precisarem do nosso apoio, Dilma foi muito mal votada dentro do nosso Estado. Por quê? Porque Lula não nos ouviu. O PT já pediu ajuda do Xavante anos anteriores à época do Governo Fernando Henrique. O PT já nos alimentou, já nos ajudou bastante, fomos para Bahia encarar os policiais baianos lá, junto com o PT. Agora, o PT nos deixou na mão, nos deixou sem saída, não nos ouve mais, por quê? Não pode só usar nós não, tem que nos usar para ajudar também. Nosso voto vale, somos cidadãos perante vocês, mas nós nunca esqueceremos nossa cultura, nosso jeito de ser e de cobrar também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O SR. GREGÓRIO AMAM – É só isso que eu termino minha palavra. E eu quero resposta imediata no Dia do Índio, já que é só nesse dia que nós somos ouvidos. Fala com a Drª Dilma Rousseff: Os índios não querem mais o Márcio Meira, eles querem uma pessoa que já foi indicada e assinada pela maioria. Com certeza V. Exª já sabe.

Muito obrigado. É só isso. Eu estou com fome.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu entendo a indignação da liderança xavante e mais uma vez reafirma o que aqui praticamente todos oradores falaram desde as 9h da manhã. Estão pedindo que mude o Presidente da Funai. Isso, todos que falaram aqui falaram na mesma linha. Esse é o mesmo pedido. Eu recebi já no mínimo quatro documentos que vamos encaminhar à Presidenta Dilma e só para dizer a vocês com toda clareza o carinho que eu tenho pela causa.

Eu não tenho a caneta na mão, não sou eu que vou decidir. Eu estou fazendo aqui o meu papel como Senador da República e não é a primeira vez que eu me lembro da comunidade indígena. Todas as vezes em que a comunidade indígena pediu o meu apoio particular, eu sempre estive do lado da comunidade indígena. Em nenhum momento pedi nada, mas trabalhei junto e vou continuar trabalhando junto. Só digo isso para esclarecimento de todos. Nunca pedi nada, sempre dei o apoio e vou continuar dando. Acho que vocês, na sua fala, não pense que a crítica não é crítica, é uma indignação justa de um povo indignado, de um povo que foi massacrado e, quando tem oportunidade, tem mais que falar mesmo. Então, fica aqui meus cumprimentos pelo seu pronunciamento com a maior tranquilidade.

O SR. GREGÓRIO AMAM – Muito agradecido de coração, Senador. Espero que o senhor leve adiante, porque temos só essa semana aí. A Semana Santa está vindo, já vamos embora sem dinheiro de novo, não temos nada para levar para a aldeia aí.

A Funai está em crise, porque Dilma não quer soltar aí. Não é nossa culpa não. Nós não gastamos dinheiro da Funai não, quem gasta é quem está lá trabalhando. Para onde eu não sei. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode ter certeza de que eu entendi a sua mensagem.

O SR. GREGÓRIO AMAM – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E o pedido você reafirma mais uma vez, que é a mudança na Funai. Nós vamos encaminhar. Todos, todos aqui colocaram na mesma linha o pedido, eu não tenho a menor dúvida quanto a isso.

Agora, eu acho, pessoal, nós todos falamos o dia todo aqui e o representante da Funai que está aqui não pôde usar a palavra ainda. Eu gostaria de, neste momento, passar a palavra... Eu tenho aqui mais dez inscritos. Para todos eu vou dar a palavra, não se preocupem. Embora o limite seja às duas, eu quero que todos possam falar. Eu só peço no limite, para que a gente possa terminar no horário combinado. Eu tenho mais dez inscrições – dez não, quatro – para todos que estão aqui eu vou dar a palavra, que estão aqui desde as 9 horas da manhã conosco. Mas eu acho que é importante, até para os encaminhamentos dessa audiência pública, que a gente ouça agora o Paulo Celso de Oliveira, que veio representando a Funai. Todos aqui falaram, eu não tenho nenhuma dúvida de que as falas que virão agora vão na mesma linha, vai numa crítica, vai de cobrança e vai na exigência de que saia

o Presidente da Funai. Então, todos nós aqui sabemos já que essa é a vontade desse Plenário, essa é a vontade da nação indígena. Vamos deixar falar agora o representante da Funai, Paulo Celso de Oliveira e vamos ouvi-lo da mesma forma que nós ouvimos todos vocês, de forma respeitosa.

Hoje, nesse debate aqui ele pede que eu traduza o questionamento que foi feito. Quem fez o último questionamento foi o nosso líder Xavante aqui na minha frente. Ele não fez nenhum discurso, ele apenas fez uma pergunta objetiva. Se você estava aqui representando o Presidente da Funai estava como cidadão ou estava representando ou simplesmente ouvindo em relação à Funai. Isso foi o que perguntou o líder xavante.

O SR. SERERE XAVANTE – Ou como liderança indígena, como indígena, hoje é Dia do Índio. É isso. Então, essa é uma pergunta direta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pessoal, vamos ouvir agora. O líder xavante reafirmou a pergunta. Se quiser reafirmar, pode reafirmar. Vamos ouvir agora o Paulo Celso de Oliveira, ouvidor da Funai.

O SR. SERERE XAVANTE – Para corrigir também e complementar V. Exª é o seguinte, que não só a etnia xavante está reivindicando a substituição do presidente da Funai, os outros demais também, terena, nossos amigos também fulni-ô e bororo, os outros demais eu vi que estão aqui presentes para apenas informar e justificar todas essas apresentações.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Mesa não tem nenhuma dúvida. Todas etnias aqui presentes pediram a mesma coisa das 9 horas da manhã até agora. Como ontem também, porque nós tivemos lá no plenário naquela sessão de homenagem, onde eu fiz o meu pronunciamento lá, por isso que aqui não estou fazendo pronunciamento, só estou encaminhando a reunião. Todos pedem a saída do Presidente da Funai. Paulo Celso de Oliveira.

O SR. PAULO CELSO DE OLIVEIRA – Boa tarde, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, boa tarde lideranças, representantes de organizações, comunidades e povos indígenas, quero dizer que é uma honra participar desta sessão.

De início, já quero parabenizar também V. Exª pela condução dos trabalhos desta mesa, na presidência desta reunião.

Diversas questões foram apresentadas. São questões que envolvem vários povos. Primeiro, para responder a pergunta do Sererê, eu vim por designação da presidência da Funai, representado a instituição. Faço essa fala, essa representação, este comparecimento a esta importante Comissão do Senado com bastante honra. Ao mesmo tempo em que compareço como servidor da Funai, como Ouvidor da Funai, pela minha origem indígena, sendo do povo Pankararu, é um orgulho estar presente.

Sou formado em Direito, sou advogado, e, desde 1995, inscrito na OAB-DF. Tenho atuado aqui em Brasília em diversos tribunais e em várias partes do Brasil, em vários Estados. Então, sei da dificuldades, dos problemas vividos pelos povos indígenas. São compreensíveis também muitas questões colocadas pelas lideranças, não só neste momento, como em outros momentos também, por conta das dificuldades em que os povos indígenas vivem. Já foram mencionadas questões de terras, questões da educação, questão da saúde, enfim,várias questões.

Às vezes, não se tem conhecimento de todas circunstâncias, mas a agenda da Funai é uma agenda bastante intensa e neste período da Semana do Índio também não é diferente. Inclusive, há pouco, recebi a notícia de que o presidente da Funai e lideranças que fazem parte da Comissão Nacional de Política Indigenista estavam reunidas com o Ministro da Justiça tratando de agenda de trabalho. Inclusive, o Ministro assinou a declaração de três terras indígenas.

Então, quero passar para o conhecimento dos senhores e, como estamos sendo vistos, para outros povos indígenas também, para que possam comemorar. Então, tem uma portaria do Ministro da Justiça reconhecendo, fazendo a declaração da terra Piaçaguera, em São Paulo, da terra Jatawari, no Mato Grosso do Sul, e Passo Grande do Rio Forquilha, no Rio Grande do Sul. O presidente da Funai também assinou uma portaria delimitando duas terras indígenas. Uma é a terra Cocama, no Amazonas, e também a terra Apiacá do Pontal, que é de índios isolados no Mato Grosso. Essa é a agenda que o presidente está tratando com o Ministro da Justiça e, ao longo do dia, outras atividades serão desenvolvidas também.

Quanto à questão da audiência, Senador, acredito que foram colocados aqui diversas questões, diversas críticas e também algumas falas de Senadores. Por exemplo, o Senador João Pedro fez importantíssimas declarações. Eu gostaria de considerar que seria importante que, a partir desses fóruns, fossem criadas agendas propositivas, agendas ativas que possam vir a melhorar a qualidade de vida dos povos indígenas.

Foi mencionada a questão da possível criação de uma secretaria que reunisse a Funai, a Funasa ou a Secretaria de Saúde Indígena. Essa é uma questão que já foi mencionada em outros tempos e, num primeiro momento, foi dado prioridade ao fortalecimento da Funai como instituição. A Funai, em outros tempos, na década de 80, já chegou a ter cinco mil funcioná-

rios, quando a população indígena era de cerca de 300 mil índios.

Hoje, no Brasil, temos uma população de cerca 500 mil indígenas vivendo nas aldeias. São dados da Funasa, que são compatíveis com dados do IBGE. Inclusive, dados do IBGE de 10 anos atrás falavam que existiriam, provavelmente, mas de 200 mil indígenas vivendo na cidades. Provavelmente, esse número seja bem maior. É possível que chegue a 500 mil indígenas. Então, a Funai, tempos atrás, tinha um número muito maior de servidores e uma população indígena menor. Hoje, são dois mil servidores. Recentemente, chegaram mais 400, que foram aprovados em concurso público. Inclusive, como é uma questão que passa pelo Congresso Nacional, foi uma atitude bastante positiva por parte do Congresso Nacional aprovar esse concurso público.

Nessa linha de fortalecimento da Funai, também foi aumentado o salário dos servidores, porque é uma responsabilidade muito grande trabalhar na Funai. As pessoas têm dedicado suas vidas em uma situação diferente, em uma situação bem específica, que é o trato com a questão indígena. Muitos deles têm uma dedicação de bastante carinho mesmo, mas os salários não eram compatíveis. Foi aprovado o aumento e repassado pelo Governo Federal, como forma de incentivar o trabalho do servidor indígena.

Então, nessa linha de fortalecimento, também havia uma reivindicação antiga para que se fizesse a reestruturação, que foi feita pelo Presidente Lula. Está em andamento a implantação dos comitês regionais, para que se tenha a participação indígena desde a base, junto com as coordenações regionais, para fazer o planejamento e acompanhar as ações da Funai.

Sou bastante favorável à política da Funai e acredito que ela é nessa linha de que venha realmente fortalecer a autonomia dos povos indígenas sobre seus territórios e a proteção dos recursos ambientais necessários à sobrevivência dos povos indígenas, sua reprodução física e cultural. Aliás, esse foi o tema de debate de diversos seminários realizados pela Funai e pelo Ministério do Meio Ambiente e que, inclusive, faz parte de um dos pontos mencionados no documento apresentado pela PIB, que é a edição do decreto que trata da PNGATI, que é Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas.

Então, temos bastantes questões, vários problemas que são históricos e que precisam ser revertidos. Se o Senador Wellington Dias ainda estivesse aqui, nós poderíamos até mencionar a questão de que antes não tinha a representação da Funai no Estado dele. Aliás, ele fez referência a esse fato, porque antes se dizia que não havia a presença da Funai e que não havia índios nem no Piauí nem no Rio Grande do Norte. Hoje, há esse reconhecimento, e a Funai vem trabalhando para que os povos indígenas de diferentes regiões do País possam melhorar.

Há diversas dificuldades, mas, se considerarmos o período desde quando a Constituição Federal foi aprovada, em 1988, ou melhor, desde quando se deu a promulgação da Constituição até os dias de hoje, estamos vendo que os povos indígenas avançaram em questões de terra. Hoje, a população indígena é bem maior e tem muitos pontos para avançar.

Dado o avançado da hora, há muitas questões que precisam ser melhoradas. O Governo Federal deve reconhecer, e reconhece, que há limitações nas suas ações, mas precisamos trabalhar para conseguir atingir melhores condições de vida para os povos indígenas. Portanto, a Constituição não é um simples papel, as políticas públicas não representam um simples papel. Inclusive, por conta da atuação do movimento indígena, dos povos indígenas, o Governo Federal vem atuando e atendendo às reivindicações, muitas vezes não como as comunidades gostariam, mas algum trabalho vem sendo feito.

Parabéns pelo Dia do Índio a todos nós. Muito obrigado, Senador, lideranças.

Como o meu papel de ouvidor é mais de ouvir, acredito que nesta reunião, Senadores, exerci bastante essa atividade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só um pouquinho, pessoal. Calma, vocês vão falar. Há três pessoas inscritas, você é o primeiro. Deixa ele só concluir a fala dele, pois é, eu iria dar pra ti agora.

Mas, daí tu vais falar. Você é o primeiro inscrito, mas, vamos mudar para mais três pessoas: você, a senhora que pediu e o senhor de camisa vermelha. Não sei o nome de cada um e minha pronúncia é ruim ainda. Aqueles que já falaram, vou fazer um pedido agora pessoal. Temos além do tempo, mas, estou aqui, porque tinha que estar lá no plenário do Senado, não vou para lá. Vou cumprir o que me comprometi com vocês. Então, aqueles que não falaram, têm três companheiros que não falaram ainda. Então, os que já falaram, darei oportunidade para esses três e depois a Mesa vai ter suas considerações finais para que eles possam ponderar. Você terminou?

O SR. PAULO CELSO DE OLIVEIRA – Posso concluir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deixa ele concluir e vai ser você. Vou ficar aqui. São duas horas, mas não vou sair. Continuaremos na nossa reunião.

O SR. PAULO CELSO DE OLIVEIRA – Só mencionando também essa questão da criação de uma

secretaria, obviamente que isso é analisado num outro nível. Mas, foi criada recentemente a Secretaria da Saúde, que é uma reivindicação do movimento indígena.

Então, é necessário ter um tempo para que o órgão venha a exercer a atividade. E também, Senador, antes a questão indígena era concentrada só na Funai, mas, escutamos aqui dos senadores pronunciamentos dizendo que tinham feito gestões junto ao Ministério da Cultura para que apoiassem os povos indígenas, questões relacionadas à segurança alimentar. Enfim, são tantas pastas que elas não podem excluir os povos indígenas.

Os povos indígenas fazem parte do Estado brasileiro e como cidadãos merecem ter a atenção de todos os órgãos públicos. E aí, considerando suas especificidades, é claro que precisamos avançar mais, consolidar as políticas públicas. Mas, a questão da relação do Estado, como se organiza o Estado, ela segue um ritmo que é uma norma que não é feita dentro da cultura indígena. Ela é feita de acordo com uma norma que se trata da organização do Estado. Por isso, passa pelas discussões dentro do Parlamento, passa por discussões sobre a sua viabilidade técnica, financeira, e que, muitas vezes, o poder público chega à conclusão de que é melhor fortalecer as instituições que já existem, que elas tenham uma atuação, do que criar uma instituição nova.

Obviamente que essa questão mencionada deve ser respondida também por outras instâncias, mas, hoje, a nossa realidade é essa. A Funai tem o desejo que os povos indígenas tenham uma maior participação nas instâncias que tratam dos seus direitos e interesses. Isso é uma coisa que é feita com o tempo, progressivamente.

A Secretaria de Saúde foi criada recentemente, atendendo a reivindicação dos povos indígenas. Eles podem falar melhor também, a Secretaria, o Ministério da Saúde, sobre as suas ações.

Eu participei da Constituinte, Senador, na época, eu tinha 17 anos, e vim a Brasília também, colhi assinaturas para aprovar o capítulo dos direitos indígenas. E hoje, acredito que, daquele período para cá, o Brasil mudou e os povos indígenas têm uma situação melhor, mesmo ainda tendo muitas coisas para se avançar. E aí está nas mãos dos povos indígenas, do poder público e da sociedade.

Então, vou parando por aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado por ter vindo aqui.

Quero cumprimentar o Paulo, pessoal, vou dar a palavra para vocês. Vamos ficar aqui até 14:30h no mínimo, se necessário for.

Quero dizer que, independente das posições de cada um, o Paulo está aqui, ele veio aqui. Quando talvez alguns se intimidaram a vir aqui, a conversar conosco e com vocês, o Paulo veio. Ele veio aqui, está desde às 9 horas da manhã. Agora são 2 horas da tarde, ele só levantou daqui para ir ao banheiro – tem que ser dito isso. E está ouvindo vocês e participando desse debate.

Por isso, Paulo, quero te cumprimentar. Tem muita gente malandra que a gente convoca e não vem, e você veio. Você veio, ficou aqui, ouviu, que é o teu papel, os companheiros vão ainda questionar, tenho certeza. Tem mais três inscritos que vão falar agora. E, depois dos últimos companheiros falarem, repito, fala a Mesa e tudo que foi debatido nesta reunião, inclusive vou encaminhar para a Presidente Dilma, como já foi combinado, o Presidente do Congresso, da Câmara e do Senado.

Concedo a palavra ao Sr. Carlos. Carlos pode se identificar para ficar nos Anais e na TV que está gravando.

O SR. CARLOS "PANKARARU" DA SILVA – Então, já podemos dizer que é tarde. Boa tarde para todos que aqui se encontram, nobre Senador Paulo Paim.

Sou do Movimento Indígena Revolucionário, sou índio da tribo Pankararu, da Aldeia Brejos Padres, que é a mesma aldeia de Paulo. E sou, pode-se dizer, o início daquele acampamento indígena que, no ano passado, ficou na frente do Congresso Nacional, do Ministério da Justiça, gritando, ou digamos, pedindo socorro todos os dias, para os parlamentares, para o Ministro da Justiça, para o Presidente da Funai, para todos, e nossas vozes não eram ouvidas.

E dali que se estendeu uma grande quantidade, onde, depois de uns três meses em diante que a gente estava ali em pouca quantidade, gerou-se uma quantidade que chegou a uns 600, 700 índios – teve ocasião de ter mais ou menos isso.

Mas, o que queria perguntar para Paulo ainda agora, e depois que eu terminar, se ele quiser, ele pode responder, ele falou que o Presidente da Funai não pode vir hoje porque tinha uma audiência com a CNPI.

Quero saber porque tiveram umas quatro audiências públicas na Câmara dos Deputados, mais umas quatro aqui no Senado Federal, inclusive aqui onde estamos, com o Senador Cristovam, e em nenhuma dessas vezes o Presidente da Funai teve coragem de comparecer. Por que, no mês passado, tivemos audiência pública, tivemos audiência na Universidade da UNB, debatendo sobre a questão do Belo Monte, onde estavam os ribeirinhos, onde estavam os caiapós, e porque ele não compareceu lá também? Se ele não vem a nenhuma dessas, duvido que tenha uma audi-

ência da CPNI para ele não estar, porque ele é CNPI, ele é o presidente da CNPI.

Agora, quando se trata dos índios do Brasil, a coisa é diferente. Aí não tem presidente da Funai, porque é isso que o Paulo falou. Estão discutindo questão de mineração, de não sei o quê e o escambau todo. Desde o início do Brasil a ambição dos portugueses quando chegaram aqui foi nas riquezas minerais, foi na madeira, foi no ouro, foi no diamante, foi nas esmeraldas, foi em tudo isso. E hoje não deixa de estar dando continuidade do mesmo jeito que era.

Perdemos um Brasil, temos um pouquinho de terra. Esse pouquinho de terra ainda está na vista do homem branco para ser tomado pelas riquezas que lá dentro tem.

Você fez bem em lembrar, Paulo. Tive viajando para Rondônia, nesses tempos, tive no Gavião, tive no Arara, tive no Cinta-Larga, e numas duas reuniões dessas encontrei o Aluísio, estava o Aluísio, estava a Presidente da Funai, a Salete, e outros lá. Mas, será que eles falaram para os Cinta-Larga, onde está a maior reserva de diamante do mundo, quantos projetos de mineração estão tramitando aqui dentro do Senado, dentro da Câmara dos Deputados? Isso eles não falaram, tenho certeza, porque conheço o pessoal de lá, não é de hoje, isso eles não falaram. Mas, tem muitos.

Será que falaram que tem projeto do Senador Augusto Botelho e do Senador, que já foi presidente da Funai, Romero Jucá, para aprovar base militar dentro das aldeias? Por que antigamente era nas fronteiras dos países. Hoje, estão com projetos aqui para se fazer base militar dentro das aldeias. Será que estão comunicando aos índios isso? Será que estão comunicando aos índios mineração em terra indígena? Será que estão comunicando aos índios hidrelétricas em terra indígena? Será que estão comunicando aos índios do Brasil os decretos e mais decretos como o Decreto nº 7.056, que é a maior traição, a maior prova da covardia, da falsidade, da safadeza que querem fazer contra os povos indígenas? É a data que foi votado, 28 de dezembro, véspera de Ano Novo, recesso parlamentar, nas caladas da noite, para que a gente não recorresse.

Por isso que tivemos quase mil índios na frente da Funai, índio inclusive Potiguara, de outras tribos, e nada conseguimos fazer, porque não tinha deputado na Casa, não tinha Senador, não tinha para quem recorrer. E isso até hoje está gerando polêmica. Não estamos aqui, Sr. Presidente, brigando contra a Funai. Aquele acampamento que estava ali era para defender o único órgão governamental que nós temos, que estão tomando e entregando para as organizações não governamentais sem se discutir nada com a gente. A Funai hoje não é uma Fundação Nacional do Índio, a Funai hoje ela é uma agencia de organizações não governamentais, que muitas vem trabalhando a tempos com índio, não tem mostrado muitas coisas mas se puxar a ficha de uns 5 anos para cá vai ver muita sujeira, muitos desvios de verba, muitas coisas erradas. Faça isso, abra uma auditoria em cima de muitas organizações que hoje estão aí.

Então é isso que é o Presidente da Funai; o Presidente da Funai é do ISA – todo mundo sabe quem foi quem bancou os estudos dele, foi quem conviveu muito tempo sobre isso. Todo mundo sabe que a CNPI é organização não governamental junto, formando uma organização só onde o Presidente da Funai é presidente dela.

Então o que é a CNPI, o que é que nós queremos? Nós queremos dividir com a organização dele? Não. Nós só queremos que as organizações façam o papel delas e deixe os índios fazerem o papel deles, trabalhe em parceria com o índio e não falar pelo índio. Não, elas terem autoridade de chegar e dizer – é como se fosse o quê? Tomaram as vozes dos caciques e eles que mandam nas comunidades. Porque o Ministério da Justiça e outras organizações. Inclusive, a Srª Terezinha disse que os índios do Brasil foram ouvidos através da CNPI. O que a CNPI pode decidir pelos índios do Brasil? Então está indo contra a Constituição brasileira? A Constituição brasileira como o líder Humberto falou, diz que os índios do Brasil tem que ser ouvidos, não fala nem em liderança indígena fala os índios do Brasil. A Convenção nº 169 fala: tudo que for tratar as questões indígenas os índios do Brasil tem que serem ouvidos, não fala nem as lideranças. Muitas vezes eu ouvi dizerem: É, mas vocês são minoria; vocês.... Dá governo, da sempre. Então a CNPI pague, o Ministério da Justiça pague passagem, ônibus para ver quantos índios do Brasil vem para cá. Nós não temos dinheiro para vir de avião chegar aqui e pousar em hotel, ter as melhores dormidas. Mas enquanto isso, muitos estão ai falando em nosso nome com toda essa regalia.

Então o que nós queremos é a saída urgente do Presidente da Funai. Eu acho que ele já botou a Presidenta da República em maus lençóis com a incompetência dele, porque o que ele deveria ter feito era conversado, negociado e ouvido as populações indígenas, talvez Belo Monte não tivesse barrado se tivesse havido negociação;

Então o que acontece... Mas a Senadora que estava aqui falou sobre a ficha suja, falou sobre Jader Barbalho, mas esqueceu de falar sobre Paulo Rocha. Paulo Rocha é o padrinho do atual presidente da Funai que está lá e que também é um ficha suja, igual ao Jader Barbalho. Esqueceram de falar que o presidente da Funai já foi expulso do Ministério da Cultura

pelo ex-Ministro da Cultura, o cantor que estava lá. Esse homem está cheio de processo – puxem os processos que tem dele – porque botou Força Nacional contra os índios dentro da Funai, violou os direitos indígenas, perseguiu os funcionários antigo da Funai. Inclusive, o parente aqui Xavante, é um dos que está sendo processado por ele, simplesmente por defender os índios. Além dele ser um índio é o papel dele defender os índios; nosso parente também, Jeremias, também perseguido e um monte deles. Então tudo isso ele está processando.

Essa Presidenta da República, precisa ver nós fazermos mais outro protesto forte e mostrar para o mundo que ela está segurando um bandido dentro da Funai – não acredito que é isso que o PT quer – porque se houvesse realmente diálogo, ele presidente da Funai e índio, talvez não tivesse essa questão de estar hoje travada a obra que é o menino dos olhos da Presidente da República.

Ele não teve a competência de conversar, dialogar com os índios. Ai diz: Não, a CNPI que negocia, não sei o quê... Que CNPI? O presidente da Funai é ele não é a CNPI. A CNPI ainda não passou pelo Congresso Nacional, ainda não passou pela Câmara dos Deputados para virar realmente lei, para dizer: aqui é um Conselho de Lei. É simplesmente um decreto feito entre o presidente da Funai, Ministério e Presidência da República. Mas não passou por vocês aqui, não passou pela Câmara. Agora aqui, aqui nesta sala, nasceu aqui um conselho chamado CNDI (Conselho Nacional de Direitos Indígenas), não de política. Está criado por índio e não pelos políticos. Ela está tramitando no Congresso, ela está tramitando na Câmara, no Senado... Não quer dizer com isso que nós temos que barrar a CNPI não, existe também a CNPI, tem que passar por modificações. Primeiro, não decidir quem é presidente de Funai como eles estão fazendo, e o presidente da Funai é o próprio presidente dela. Esse camarada tem que sair da Funai e ir direto para a cadeia pelas coisas erradas que ele está fazendo. Já teve índios que foram mortos por causa dele, outros muitos dormindo debaixo da Funai e chegaram também a adoecer. Srs. cidadãos, Liderança Xavante, família de Serere, pai de Serere já velhinho dormindo embaixo da Funai escorregou em poças d'água caiu, já velhinho com diabete, quebrou a bacia, foi para o hospital mas não escapou. E tem outros fatos, tinha índio que estava dormindo lá debaixo na Funai que esse presidente não levou – eu digo assim: não mandou embora para a aldeia ou fez algo por ele, mas simplesmente botou um decreto que tirasse todo mundo debaixo da Funai, decreto não, liminar – alguns sem terem para onde ir, foi o caso do índio Carativeu, foi para Ceilandia, mataram lá. Eu estive no julgamento dele umas duas vezes, tem pessoas aqui que é quem cuida desse caso. Quer dizer, e isso vai ficar desse jeito, vai ficar dessa forma?

Então, Sr. Presidente, não há mais necessidade... Aliás, nós não precisamos, não tem condição de um presidente desse continuar. Assim como muitos tem... Eu acredito que a CNPI deve ter o seu presidente para querer por como presidente da Funai em vista. Acredito que algumas outras organizações tipo ISA, sei lá quem, também tenha alguém para colocar ou até algum partido político. O nosso, que somos o Movimento Indígena Revolucionário, que somos Índio do Brasil nós estamos apoiando o Arão Guajajara. E queremos providências em cima disso aí por o caso está sério. E queremos que tudo que se passe nesta Casa seja realmente como fala a Constituição, nós precisamos ser ouvidos. E para que isso aconteça, essa audiência que nós tivemos aqui nós queremos que daqui seja marcada uma outra audiência, digamos com a maioria dos Senadores presentes, se não for nessa plenária porque é pequena, mas em uma plenária grande, mas que tenha todos os Senadores e que dali a gente decida a situação em uma audiência pública e que não demore muitos dias.

São essas as minhas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem Carlos.

Cumprimento o Carlos que fez a defesa de seu ponto de vista com muita convicção e dando dados, números.... Esse é o debate mesmo, é um debate transparente, ninguém tem que ter medo desse debate. E eu espero que tudo que aqui está sendo dito contribua para o objetivo que vocês tanto solicitaram aqui.

Eu vou passar a palavra para a Srª, diga seu nome, Edinara, e pode usar o microfone.

A SRª EDINARA GUAJAJARA – Meu nome é Edinara, do povo Guajajara lá do Maranhão.

Então eu queria agradecer ao Senador por estar aqui homenageando os povos indígenas hoje, sendo que nós indígenas não temos nada o que comemorar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Me permita só que eu lembre que estou dando 5 minutos para cada um com mais um, por isso a campainha toca automaticamente.

A SRª EDINARA GUAJAJARA – Serei breve. Já faço as palavras do Carlos como as minhas.

Então o Paulo, ouvidor da Funai, me conhece bem, me ouviu várias vezes, que é só o que a Funai em feito, a única porta que está aberta lá para a gente é a ouvidoria, encaminhamos várias reivindicações para lá e até agora não tivemos respostas de nada. Aqui está a ata da última reunião que nós tivemos na Funai. Depois dela, eu e minha prima ali, Mariná, a

gente foi expulsa de lá da Funai pela Força Nacional, só porque eu desci um andar e não tinha autorização de um outro funcionário da Funai, porque era ordem do presidente da Funai fazer isso. Eu não julgo a Funai, porque eu sei... Eu não posso falar mal da Funai, do nome Funai, do nome Fundação Nacional do Índio. Eu cresci ouvindo lá na minha base, lá na minha aldeia que a Funai era o pai do índio aqui em Brasília. E hoje eu ver a Funai de refém. Meu pai está de refém na mão da CNPI hoje, que é onde Márcio Meira está, comemorando com a CNPI projetos que vão beneficiar somente o bolso deles, enquanto eu vejo a minha comunidade sem saúde, sem saneamento básico, vendo meus parentes sendo enterrados dentro de redes, porque não têm condição.

E eu, Paulo – vou-me direcionar diretamente a você mesmo – teria vergonha de estar no lugar onde você está, respondendo pela Funai. E você está aqui representando uma instituição que não representa a comunidade indígena, e você está aqui falando pela Funai. Eu ficaria feliz se você tivesse chegado aqui e dito *(Palmas.)*: "Eu não estou aqui como representante da Funai não, estou aqui como indígena, porque eu sou indígena". E você sabe a nossa reivindicação, você sabe há quanto tempo a gente está ali. E nós vamos resistir sim, porque nós vamos tirar aquele bandido de lá, porque sou jovem, graças a Deus tenho saúde, e vamos resistir, vamos conseguir. Porque o povo que está com Deus está com tudo, e estamos dentro da lei, não estamos violando nada e estamos sendo perseguidos pela Funai até hoje.

E quero resposta disso aqui, breve, lá na Funai. Não quero ser expulsa pela Força Nacional não. E se for lá, vou sair de lá morta, porque vou fazer a mesma coisa que fiz, me pendurar no pescoço do guarda para ele me tirar de lá de novo. É isso que eu vou fazer.

E queremos também o espaço no auditório hoje para discutir a comissão que vai resolver, queremos ir lá na plenária da Funai hoje, nós vamos discutir lá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Que horas é a plenária lá?

A SRª EDINARA GUAJAJARA – Deixando bem claro aqui para todo mundo que vamos usar o auditório da Funai hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Que horas é a plenária da Funai hoje, só para aqueles que estão...

A SRª EDINARA GUAJAJARA – A gente vai discutir depois aqui, a gente vai falar com ele, e nós queremos autorização. Nós vamos usar o auditório da Funai, porque é lá que temos que discutir questões de base, é dentro da Funai, não era nem aqui não. Antes de estar aqui, tínhamos que ter passado por lá, comemorado, coisa que não estamos fazendo há muito tempo. *(Palmas.)*

E é só isso.

Muito obrigada.

Desculpem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Edinara. Fica aqui a reivindicação da Edinara para que o auditório da Funai seja assegurado para que eles façam a plenária.

O SR CACIQUE RAIMUNDO. – V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode dizer o nome.

O SR. CACIQUE RAIMUNDO – V. Exª, Sr. Senador Paim, eu vim a primeira vez, sou cacique da aldeia Nossa Senhora Auxiliadora da Reserva São Marcos. A gente está participando do Dia do Índio fora da família. Sinto muito também. A maioria dos índios não são respeitados, mesmo no Dia do Índio. Sr. Presidente da Funai que está aí, nós viemos através de mudança do Presidente! Não discutimos mais que ficasse na mesa. Só isso que estou dando essa palavra da nossa comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O SR. CACIQUE RAIMUNDO – Eu não quero que a gente volte *(Palmas.)* sem proposta, sem comunicação de coisa, de tanta conversa. Nós queremos que mudasse esse Presidente. Está se matando não somente etnia, é a maioria da comunidade do Brasil inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, uma salva de palmas para ele, que mostrou sua indignação, longe dos familiares, e fez um único pedido: que saia o Presidente da Funai. *(Palmas.)*

Passo a palavra para suas considerações finais ao Jeremias. E faço um pedido, Jeremias. Vocês, que foram painelistas, ouviram, participaram. Que cada um use o tempo para que as pessoas possam, inclusive, depois, sair para almoçar, que cada um use o tempo conforme o combinado, que o plenário respeitou aqui muito. Faço um apelo agora aos meus convidados aqui da mesa, que cada um fale cinco minutos, dando fechamento, dando sua opinião sobre a audiência pública. Acho que o mais concreto, Jeremias – permita-me, estou-me referindo a todos – é que, nessa fala de encerramento, possamos ir na linha do encaminhamento. Que a gente saia daqui, além do protesto, que é legítimo, que nós fizemos, durante o dia, e fizemos ontem, no plenário, que a gente saia daqui com encaminhamento, com propostas concretas.

Com a palavra o Jeremias, por favor.

O SR. JEREMIAS TSIBODOWAPRÊ – Quero agradecer a presença maciça das lideranças indígenas nesta ocasião para, ao invés de comemorar o Dia do

Índio, lamentarmos e, ao mesmo tempo, reivindicarmos os nossos direitos, que, como muitos falaram aqui, foram violados. Isso realmente aconteceu. Porém, esta Casa de lei, ao mesmo tempo, está nos possibilitando que o Governo Federal realmente nos ouça, escute o que nós estamos passando atualmente. Eu dizia no início que a minha etnia, onde atuo como vereador, encontra-se à mercê da própria sorte. O descaso, o abandono é total, e foi demonstrado aqui que outras etnias também sentem a mesma coisa. E também quero cobrar, ao mesmo tempo, ao Presidentes desta Comissão, o nobre Senador Paulo Paim, que fiz uma reivindicação aqui para que se faça uma CPI das Ongs, diante dessas Ongs que se apoderaram da Funai. Lá eles têm mais direito de pegar o dinheiro, verba pública, em nome do índio brasileiro.

Então, nós queremos saber, queremos que esta Casa investigue essa presença muito perigosa dessas Ongs que estão lá. Fora isso, Senador, agradeço pela sua dedicação; agradeço também a fala de outros Senadores, que foram unânimes em apoiar a questão do índio. Também agradeço pela seu esforço de marcar uma audiência com a Presidente da República, diretamente, quando vamos discutir entre nós, indígenas, para não desagradarmos outra etnias.

Muito obrigado a todos e até a próxima. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem ao Jeremias, que ficou no tempo, nem usou os cinco minutos e, pelo que entendi da solicitação que fez, são dois encaminhamentos. Ele quer que seja retomada, mais uma vez, a CPI das Ongs, porque aquela que aconteceu não deu resultado. Ele tinha já na sua primeira exposição falado isso, e é correto que, desta reunião, a gente remeta para os líderes o pedido de vocês e, aí, naturalmente, dependerá dos líderes para montar novamente uma nova CPI. São os dois encaminhamentos concretos. Além disso, ele referenda, foi exatamente isso... O Jeremias me procurou em dezembro e me encaminhou um pedido para que eu marcasse uma audiência com a Presidenta Dilma. Então, já havia o pedido, nós encaminhamos a solicitação dele. Agora, referendada por esta audiência pública, nós vamos reforçar o pedido para audiência pública com a Presidenta e vocês é que vão discutir quais serão os líderes que deverão estar na audiência com a Presidenta, porque tenho certeza, acredito que ela vai receber.

Paulo Celso de Oliveira, para suas considerações finais.

O SR. PAULO CELSO DE OLIVEIRA – Senador, quero agradecer a V. Exª, mais uma vez, pela participação nesse trabalho e por suas palavras de incentivo para que nós possamos dar continuidade a esse nosso trabalho, a função da Ouvidoria é realmente receber os povos indígenas, ajudar para que eles tenham voz no País, independentemente de qualquer juízo de valor, Senador. Então, nós queremos que os povos indígenas tenham cada vez mais espaço na sociedade, tenham seus direitos reconhecidos, a terra, boa saúde e boa educação, que tenha a preservação do meio ambiente e que tenha o protagonismo indígena. Só quero mencionar rapidamente que tenho formação na área de gestão territorial, formei-me em mestrado na PUC do Paraná, e também em direitos humanos, povos indígenas e cooperação internacional. Então, direitos humanos foi o tema da convocação e um dos meus professores foi Gregorio Peces Barba, que foi o Presidente do Congresso Nacional da Espanha na Constituinte, em 1977.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu fui constituinte, estava lá.

O SR. PAULO CELSO DE OLIVEIRA – E o senhor foi constituinte também. Recordo-me porque eu participei aqui ainda bastante moço, acompanhando essas questões, e a questão dos direitos indígenas, estamos num tempo em que precisamos implementar os direitos e que a pessoa, que é o chamado sujeito de direito, que ele possa ter uma participação ampla e que isso seja um processo construtivo. Aqui teve questões relacionadas ao Estatuto das Sociedades Indígenas, que se encontra na Câmara, mas precisa ser destravado e, aqui, no Senado Federal, ter um andamento com agilidade. É uma questão que realmente precisa avançar por parte do Governo, do Executivo, do Legislativo. Houve discussões que foram mencionadas aqui, há uma proposta apresentada pelas lideranças indígenas. Realmente, Rosana, o Governo participou dessas discussões e aquele ali é um ponto de partida para avançar. Se tiver de fazer alterações, que sejam para melhorar, mas que não se dê nenhum passo atrás e que não se mude nenhuma vírgula que venha a afetar os povos indígenas.

Então, na qualidade de ouvidor da Funai e indígena pankararu também, lá do sertão de Pernambuco, não é, Carlos, do "sertãozão" que nós adoramos muito também – desculpe-me por utilizar o espaço da TV Senado, mas temos o nosso coração, que está lá também, e as pessoas que estão nos assistindo que saibam muito disso.

Muito obrigado e até uma próxima, Senador. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Paulo.

Mais uma vez, cumprimento o Paulo, que veio aqui, e ele sabia que era um cenário adverso à Funai, mas veio, cumpriu o papel de ouvidor, deu sua posição

e ouviu respeitosamente todos, e todos, no meu entendimento, respeitosamente, fizeram o contraditório. Isso é um debate. Isso é democracia, e isso é bom.

Parabéns, Paulo, pela suas convicções e o seu ponto de vista.

Passo a palavra à Claudeci, para que faça suas considerações finais, e deixei, de propósito, para que o Arão da Providência encerre esta audiência pública, porque, pelo que percebi, além do questionamento que vocês fazem ao Presidente da Senai – não estou fazendo juízo, o que não é o meu papel, tenho de presidir a reunião –, é o nome que vocês gostariam que estivesse à frente daquela entidade. Então, ele vai encerrar a nossa audiência pública.

Passo a palavra agora à Líder Claudeci.

A SRª CLAUDECI DA SILVA – Mais uma vez, boa tarde a todos os parentes aqui. Nas considerações finais, serei breve, até por questão do tempo, estou vendo idosos aqui que já estão bastante cansados. E o nosso respeito para com os idosos vem acima de tudo, porque fomos ensinados assim e assim queremos continuar.

Uma das questões sobre as quais o Paulo falou, a respeito do avanço de terras, que foi bastante – vou confirmar –, foi, mas não foi através de Funai, não. Foi através das retomadas que fizemos dentro de nossas áreas. Porque, se estivéssemos esperando pela Funai...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Claudeci, permita-me que eu possa... Depois, desconto do seu tempo. O Fabiano é o Secretário de Direitos Humanos e Justiça do Rio Grande do Sul, é um homem, pode ter certeza, comprometido com todos, índios, negros. Está do lado de todos que são discriminados. Eu o convido, se ele quiser, a usar cinco minutos. Uma salva de palmas para o nosso companheiro aqui. (Palmas.)

Por favor, Claudeci, vou retomar seus cinco minutos.

A SRª CLAUDECI DA SILVA – Então, pessoal, fiquei feliz hoje, aqui, por uma única questão: estamos falando uma língua só, estamos lutando por um interesse só.

Então, tenho certeza, e o compromisso da Apib é a obrigação de apoiar os movimentos indígenas de base. Se alguma organização não está correspondendo em suas áreas, que façamos esse juízo de valores, que possamos sentar e discutir quem realmente nos representa, porque somos capazes disso.

A Apib tem obrigação de apoiar a decisão da maioria, que foi unânime neste plenário. Quando a gente diz que esse presidente não nos representa mais – e digo isso com propriedade própria, porque tenho uma terra e, há 35 anos, estamos tentando chegar ao final desse processo demarcatório, foi feita a portaria declaratória, foi feita uma demarcação, mas nunca foi feita a homologação e desintrusão, hoje o nosso pior problema dentro das áreas indígenas. É o branco tentando nos matar a todo custo; é latifundiário; é plantador de cana-de-açúcar; empresários fazendo empreendimentos dentro das áreas indígenas, sufocando a nossa população. É isso que não podemos aceitar, e não só cobrar do Presidente da Funai, não; cobrar de alguns indígenas que estão em coordenações técnicas que não estão correspondendo aos nossos interesses coletivos. Que a gente tenha a responsabilidade de fixar o nosso pensamento nessas questões. Vi a CNPI aqui ser bastante criticada. E concordo com vocês, porque, muitas vezes, ser "empoderado" de um poder que não tem, porque, quando colocamos os representantes da CNPI, foi para que representassem os movimentos de base, foi para que trouxessem a Brasília a reivindicação das pessoas que estão lá, sofrendo. E não é isso que está acontecendo.

Então, está justo, sim, reclamar e questionar. Não que a CNPI seja uma coisa ruim, não. A CNPI é boa, é um espaço bom que temos de ocupar, agora temos de fazer avaliação entre nós e ver quem vai ocupar esses espaços para nos representar a contento.

Fico feliz pelo espaço cedido pelo Presidente Paulo Paim, da Comissão de Direitos Humanos. No meu Estado, temos uma abertura muito boa com a Comissão de Direitos Humanos do Estado, na qual a gente já tinha aqui um Deputado, que presidia na nossa região, que era o Deputado Luiz Couto.

Vou cobrar de dois Senadores que temos em nossa área – Wilson Santiago e Vital. Foram votados em nossa região e estão dando respaldo à população da Paraíba, como aqui teve do Mato Grosso, de Santa Catarina e de outras regiões, para que se unifique numa luta só e o movimento indígena passe a ter o fortalecimento e o reconhecimento...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para dizer que eles estiveram no plenário ontem. E hoje talvez estivessem em outras comissões.

A SRª CLAUDECI DA SILVA – Não, mas essa é uma cobrança. Sou do PMDB, sou base aliada do Governo, sou a única vereadora indígena no meu Município. É uma luta que a gente tem de enfrentar porque a gente não pode se deixar corromper. Os espaços são bons para serem ocupados, sim, mas que levem e transmitam que é a necessidade da nossa população, que nunca se esqueçam de onde viemos, quem somos e a quem representamos.

Essa é a mensagem que deixo para todos.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns à Claudeci, pela sua fala muito firme, mais uma vez, sobre a importância da organização que vocês naturalmente têm e que ocuparam muito bem esse espaço. Quero dizer que isso também é competência. Vocês não saíram daqui. Estou aqui, mas vocês estão aqui, das 9 horas da manhã, não sei se você estava aqui, fizemos um intervalo de cinco minutos, eles ficaram aqui. Muito bem, vamos esperar, vamos retomar. Já são duas e meia e eles estão aqui, ocupando todos os espaços. Estão de parabéns e mostram que são um povo que luta e de uma resistência elogiável, que há de mudar o curso da história, que, até o momento, não está favorável a esses lutadores.

Se vocês permitirem, quero dar os mesmos cinco minutos para o Fabiano Pereira, que é Deputado Estadual do Rio Grande do Sul. Hoje é Secretário de Justiça e Direitos Humanos e tem feito um belo trabalho em defesa de todos os seres humanos. Por favor.

O SR. ARAJU SEPETI GUARANI – Senador, eu gostaria, depois, de ter uma palavra. Depois que ele falar, gostaria de falar também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O nosso problema é o horário, mas vou dar cinco minutos para ele...

O SR. ARAJU SEPETI GUARANI – Antes de o nosso presidente falar, preciso falar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso. Antes de o seu candidato falar, vou te dar um minuto. Dois está bom? Olha, não podemos fazer campanha aqui porque não é oficial.

Fabiano, por favor.

O SR. FABIANO PEREIRA – Boa tarde a todos vocês. Na realidade, vim aqui dar um grande abraço no amigo, esse grande batalhador de todo o País, especialmente daqueles que mais precisam, que é o nosso querido Senador Paulo Paim. Se, por um acaso, esta reunião começou às nove e foi até às duas e quarenta, é porque também teve a disposição de um Senador em escutar, encaminhar, abrir as portas e, com certeza, caminhar junto com os povos indígenas.

Então, eu queria fazer minha referência muito especial ao Senador Paulo Paim, pelo qual tenho um grande carinho e uma grande amizade, e todos que estão aqui sabem muito bem do compromisso que tem o Senador Paulo Paim, o compromisso de lutar por aqueles que mais precisam e justamente para que o Parlamento seja um espaço da voz dos movimentos sociais e dos povos organizados. Portanto, eu queria dizer que deixamos aqui um abraço, Senador Paim, pelo seu trabalho que, como a gente enxerga, é nacional e que nós, do Rio Grande do Sul, a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos está absolutamente à disposição, nós lá temos o Conselho Estadual dos Povos Indígenas, juntamente com os caingangues, os charruas e os guaranis e com a participação intensa, desta vez para valer, do Governo do Estado, do Governador Tarso Genro, colocando isso como prioridade, para que possamos ter política sérias, eficientes e conjuntas com os povos indígenas, para que se tenham políticas públicas que possam ser emancipatórias e de respeito àqueles que construíram a história deste País.

Quero dizer, Senador Paim, que fico muito lisonjeado e feliz de usar este espaço aqui do Senado da República e cumprimentar V. Exª pelo trabalho e por essa disposição. Quando a gente tiver um Senador, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, que entrou numa terça-feira, véspera de um feriadão, em seu primeiro ano depois de ser reconduzido ao mandato, e ficar até esta hora, ouvindo as reivindicações de diferentes setores, significa que valeu a pena o nosso esforço, o nosso voto e a recondução do Senador Paulo Paim aqui ao Senado da República Federativa do Brasil. Parabéns, Senador Paim. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Uma salva de palmas para ele. (Palmas.)

Dentro da tolerância que estamos tendo, acho mais do que justo que eu ouça o Líder Guarani, e vou conceder-lhe os mesmos cinco minutos que dei para todo mundo. Depois, fala aqui o nosso companheiro.

O SR. ARAJU SEPETI GUARANI – Boa tarde ao Senador, a todos aqui presentes, aos nossos irmãos, parentes indígenas que aqui se encontram. O meu nome é Araju Sepeti Guarani. Estou aqui para defender a causa indígena, não aceitar discriminação. Tanto se tem falado em direitos humanos, há o Sr. Paulo PanKararu, que é indígena, formado, que nem todos aqui presentes teve o mesmo prazer que ele de estudar. Ele deve muito bem conhecer a Constituição e a legislação. Espero que ele leve ao Presidente da Funai e o mande respeitar os indígenas que estão lá na base na aldeia, que discrimina tanto, e não coloca uma forma de protegê-los, deixando invadir suas terras, querendo plantar soja, tirar madeira, ouro e outros mais. E não respeita também os indígenas que estão na cidade que lutam em defesa dos outros que estão lá na base. A gente está aqui na luta.

Sou do movimento indígena revolucionário e estamos mobilizando tanto em Brasília, quanto em São Paulo, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais, para que todos ouçam nossa voz, porque não estamos aqui para ficar mais 500 anos para todo mundo ficar brincando de índio. Nós estamos aqui para falar sério e estamos aqui também para exigir os nossos direitos. Não estamos querendo aqui tomar direitos de brancos nem de negros, mas sim sermos tratados como

iguais, e esse direito igual sai do papel. É o que está na Constituição, não é o que está na política dos funcionários da Funai. Não temos nada contra a Funai, que é um órgão criado para proteger o índio. Infelizmente, foi corrompida por muitas pessoas, e acho que o nome de Fundação Nacional do Índio, mas qual é o índio que está representado lá? Estamos aqui, colocamos o Arão da Providência como presidente da Funai, não porque queremos, mas por uma necessidade, porque precisamos de um indígena e ele também é formado. Ele é advogado, tem conhecimento na causa indígena e em outras causas. Se vocês acharem necessário, coloquem-no ou, se não, coloquem outro índio. Nós não precisamos de babá nem de ninguém para andar segurando nossa mão. Todos sabemos andar com as próprias pernas. E o que queremos que aconteça é o mesmo que aconteceu na Bolívia, o índio ter direito a sua voz, o índio representar o próprio índio. Aconteceu no México, aconteceu nos próprios Estados Unidos. O pessoal fala muito mal dos Estados Unidos, mas lá, pelo menos, o índio tem autonomia, ele manda no seu próprio território. E aqui, no Brasil, não, em território de índio quem manda é o Governo, e o Governo, além de mandar, não protege. E exigimos que ele proteja. Já que ele diz que manda no território indígena, ele vai proteger e não deixar que ninguém invada as terras, para não acontecer igual aconteceu em Minas Gerais, no Ceará e em outros locais que já estão urbanizados.

O nosso irmão Senador conhece muito bem a luta dos guaranis lá no Rio Grande do Sul, do Tiaraju Sepé, meu nome trocado, mas é em homenagem a ele, que foi tombado com mais de dois mil guerreiros, defendendo contra os espanhóis, que estavam querendo tomar o Rio Grande do Sul e uma parte do Sul para o Uruguai. E muita gente não lembra dessa história. Mas nunca devemos nos esquecer daqueles que lutaram antes, na época do Império, e agora também. Nós estamos aqui juntos, unidos. Espero que hoje, 19 de abril, não seja o único dia em que podemos ter uma voz para todos nos ouvirem, mas que todo dia seja dia de índio.

Fizemos uma marcha no dia 9 de agosto, porque é o Dia Internacional do Índio, foi o dia em que o primeiro índio discursou na ONU. Nós fizemos na Funai. O Sr. Paulo lembra muito bem. Não invadimos a Funai porque ela virou quartel-general das formas nacionais. O que acontece? Não estamos aqui para brigar com o Governo, mas para cobrar que o Governo crie vergonha na cara. Eu sou oposição ao Governo, mas sempre apoiei a política certa, independentemente de ser oposição ou posição. Não quero estar aqui para defender bandeira de partido nenhum, mas a bandeira da igualdade racial, raça indígena, raça negra e raça branca, os três têm de ser tratados por igual, e o Sr. Paulo, como indígena, tem de ter mais orgulho de ser indígena, não querer vir expulsar a gente do acampamento, igual fez antes, porque lutamos não só por causa de uma etnia, não. Aqui não é só xavante, caiapó e os pankararus que estão querendo o Arão como presidente, não. São os guaranis, os charruas, todas as etnias assinaram no acampamento e pediram para que o Arão seja o nosso Presidente. E quero que o nosso Senador, que admiro muito, ele sempre lutou pela igualdade e pelos direitos, tenha o poder de ir até a Presidente e pedir para que a gente consiga colocar um índio na Funai.

Agradeço e que Tupã abençoe a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus parabéns pela fala, objetiva, ficou no tempo dos cinco minutos – é que a campainha toca automaticamente –, mas parabéns pela fala.

Vamos dar a palavra agora, para encerrar nossa audiência pública, a Arão da Providência.

O SR. ARÃO DA PROVIDÊNCIA – Muito obrigado, Senador, Presidente da CDH, participantes. Foi um prazer participar desta audiência pública, onde foram expressados as opiniões e os depoimentos, através dos quais, comprovamos algumas violações de direitos humanos.

O direito indígena, Sr. Presidente, é de ordem pública, ou seja, ele é indisponível, é inalienável. O Ministério Público intervém em todos os processos que dizem respeito a interesse indígena.

E, com todo o respeito ao ouvidor da Funai, nós temos algumas questões que são flagrantes, como, por exemplo, os presos. Nós temos um contingente muito grande de presos indígenas. A Funai sequer sabe o quantitativo de presos indígenas, presos indígenas políticos. São presos políticos. Não é porque foram presos na militância, no exercício do seu múnus público de defensor de direitos humanos, de meio ambiente, de cultura e de religião. Então, no exercício do seu múnus público de defensor público de direitos humanos, os indígenas foram presos. E nós temos hoje diversos indígenas presos nessas condições.

O STJ afirmou o entendimento de que, no processo criminal indígena, seja adotada a diferenciação: a diferenciação na prisão e a diferenciação no processar. No entanto, sequer a Funai sabe o número, o quantitativo de indígenas como não adota a diferenciação cultural. Não adota a diferenciação cultural na prisão, no processo dos indígenas. Não adota a diferenciação cultural no concurso público. Não adota a diferenciação cultural nos seus procedimentos, porque o direito é de ordem pública.

Outra grave situação, Senador, é com relação à mineração em terras indígenas. O Decreto nº 7.056,

uma das reivindicações do movimento indígena, que esperamos que seja adequado aos princípios jurídicos republicanos, teve um objetivo direto de burlar a legislação internacional de proibição de mineração em terras indígenas, de burlar o decreto legislativo em que o Brasil aceitou a norma internacional. O Brasil é signatário da proibição de mineração em terras indígenas, e o decreto permite que a mineração seja feita por baixo dos panos, por meio das ONGs. Então, esse é um dos principais objetivos do Decreto nº 7.056, de autorizar a mineração por ONGs, ainda por cima, em terras indígenas. Isso é muito grave. Isso é grave e tem que ser registrado. Eu acho que o Congresso, esta Casa tem o dever, porque é um decreto legislativo... Tanto o Decreto nº 143, que regulamentou a Resolução nº 169, da OIT, como o Decreto que proíbe mineração em terras indígenas, ou seja, o indígena é proibido de minerar, mas as ONGs podem minerar. Isso é grave. No relatório da SUG-02, nós já apontamos essa questão e entregamos ao Presidente do Senado, Senador José Sarney, para que tomasse as medidas cabíveis.

Então, há as questões das prisões, há as questões das minerações. E são situações que dizem respeito à gestão. Não é política de governo. O Governo não tem essa política. Tenho certeza de que não é política do governo anterior e nem deste Governo, como falei anteriormente. É um problema de gestão específica da Funai. Era só isso.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus amigos, com a fala do líder Arão da Providência, nós estamos concluindo os nossos trabalhos. Ela atingiu o objetivo, que era, meu sempre Deputado e Secretário de Direitos Humanos Fabiano, dar espaço, exatamente isso – o que vocês fizeram e muito bem –, para que a comunidade indígena falasse das suas angústias, apresentasse as suas propostas, as suas reivindicações.

Hoje, dia 19 de abril, é o Dia Nacional do Índio. Eu lembro que 7 de fevereiro – você que também é gaúcho –, por um projeto meu, foi aprovado aqui – e o amigo Sepé Tiaraju lembrou – que 7 de fevereiro é o Dia Nacional dos Povos Indígenas, uma homenagem ao Líder Sepé Tiaraju. É um projeto que nós aprovamos aqui, e fica quase em sua homenagem também, porque você leva o mesmo o nome de Sepé, de forma invertida, como você falou muito bem.

Só me permitam porque, por uma questão protocolar, eu tenho que encaminhar uma série de requerimentos, que farei de forma muito rápida.

Eu estou encaminhando os Requerimentos nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7.

Aqueles que concordam com o encaminhamento dos Requerimentos nºs 1 a 7 para que sejam colocados extrapauta permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados.

Então, vamos aos requerimentos.

Requerimento nº 1:

Requeiro realização de audiência pública para debatermos as ameaças que vêm sofrendo os juízes federais, bem como as suas famílias, por parte de organizações criminosas. São denúncias que chegaram aqui.

Requerimento nº 2:

Com fundamento também no art. 93, a realização de audiência pública para combatermos o piso salarial dos aposentados e pensionistas mediante LDO.

Requerimento nº 3:

Com disposto no art. 93, a realização de uma audiência pública para debater o mapa da violência em todo o Território nacional. É claro que aqui vai pegar também a questão indígena.

Com fundamento no art. 93, requeiro realização de audiência pública para debatermos os 120 anos de inspeção do trabalho no Brasil, principalmente o trabalho escravo, em defesa do trabalho e dos direitos humanos.

Requerimento nº 5:

Fundamenta no mesmo artigo, para debater a integração e o desenvolvimento do País e os direitos humanos e sociais**.**

Requerimento nº 6:

Requeiro, baseado no mesmo artigo do Regimento Interno, uma audiência pública para debatermos o atual estado de calamidade pública dos hospitais.

Agora, da Senadora Marinor:

Requeiro, nos termos do inciso I, 93, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDHLP), com a participação de representantes de povos indígenas, quilombolas, agricultores, familiares, ribeirinhos, moradores da periferia de Altamira, entidades de direitos humanos, Movimento Xingu Vivo para Sempre, demais movimentos sociais e Ministério Público Federal do Pará para um painel de especialistas sobre Belo Monte, além dos representantes da sociedade civil, objetivando a leitura e discussão do relatório da Diligência de Belo Monte pela Comissão, até o dia 16 de abril, na cidade de Altamira, Estado do Pará, para onde se dirigiu.

Em resumo, é aquilo que ela falou: está pedindo uma audiência para discutir a questão de Belo Monte, chamando todos os envolvidos, principalmente – o destaque que ela dá – os povos indígenas, quilombolas e agricultores.

Todos os que concordam com esses requerimentos extrapauta permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Todos os que concordam com o teor do requerimento lido permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Foram aprovados todos os requerimentos: alguns de minha autoria e outros, da Senadora Marinor Brito.

Está encerrada a audiência pública.

Muito obrigado a todos. (Palmas.)

(Levanta-se a Reunião às 15 horas e 03 minutos.)

ATA DA DÉCIMA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA CONJUNTA COM A 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE ABRIL DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 11 HORAS, NA SALA Nº 03, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e quarenta e oito minutos do dia dezenove de abril de dois mil e onze, na sala três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador (**Eduardo Braga)**, presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, reúnem-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, conjuntamente com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os seguintes Senhores Senadores e Senadoras: **Ana Rita, Paulo Paim, Wellington Dias, Cristovam Buarque, Ângela Portela, Cleisi Hoffmann, Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, Pedro Simon, Paulo Davim, Eunício Oliveira, Cyro Miranda,** e **Marinor Brito**. O Senador João Alberto Souza justifica sua ausência. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Braga, submete à Comissão a dispensa das leituras das Atas das Reuniões anteriores na CCT e na CDH, que são dadas como aprovadas. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de reunião deliberativa conjunta atendendo ao **Requerimento nº 16, de 2011-CCT**, de autoria do Senhor Senador Eduardo Braga, e Requerimento nº 51, de 2011-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, que requerem "nos termos do Art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada reunião deliberativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, com o objetivo de discutir e votar o PLC n.º 41, de 2010, que versa sobre a Lei Geral de Acesso à Informação." O Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Walter Pinheiro, Pedro Taques, Humberto Costa e Pedro Simon. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 01**: **Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Reginaldo Lopes, que "Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências." O relator designado é o Senador Wellington Pinheiro e o parecer favorável com as emendas nº 01, 02, 03 e 04- CCT é aprovado. Prosseguindo, o Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as notas taquigráficas sejam anexadas a esta ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às onze horas e trinta e sete minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, conjunta com a 16ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza hoje, 19 de abril de 2011.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Dando prosseguimento a esta reunião, passamos ao item 1 da pauta.

Item 1:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 2010
(Não terminativo.)

Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112,

de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, e dá outras providências.

Tendo em vista ser esta uma reunião deliberativa conjunta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, comunico que serão realizadas duas votações, uma para o relatório do Senador Walter Pinheiro, Relator na CCT, e outra para o relatório do Senador Humberto Costa, Relator na CDH.

Pergunto ao Senador Walter Pinheiro se deseja fazer uso da palavra, uma vez que o relatório da CCT já foi lido na última reunião. *(Pausa.)*

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, com relação ao relatório lido na última reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia, nós já havíamos expressado a opinião acerca de correções, buscando ajustar o texto para evitar prováveis vícios de inconstitucionalidade.

Portanto, quero apresentar a esta Comissão emendas ao relatório que apresentei na última reunião. Volto a insistir: emendas de redação, portanto, sem alterar o conteúdo, sem alterar o texto apresentado, mas promovendo essas sugestões redacionais, com vistas a atender principalmente as exigências de constitucionalidade da referida matéria. E aí passo a apresentar a V. Exª quais seriam essas emendas.

Especificamente, ao art. 35, que no próprio relatório fiz questão, durante a minha fala, de insistir sobre a questão da comissão mista, uma vez que o art. 35, que institui a comissão mista...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – São três emendas?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – São três emendas.

O texto, modificado na Câmara, inseriu a própria questão da comissão mista com a participação de representantes do Legislativo e do Judiciário. Nesse sentido, Sr. Presidente, optamos por promover uma separação, no art. 35, no art. 27 – que também é de caráter redacional. E, especificamente no que diz respeito ao art. 27, ele se referencia no fato da inclusão, ou seja, da subdelegação no que diz respeito a autoridades, para em grau reservado. Portanto, isso estaria só – e somente só –permitido aos ocupantes do nível DAS101.5, o que inviabilizaria a análise de processos de consulta ou de requerimento de informações que fossem processados em Estados, Municípios ou até no exterior, tendo a necessidade de remeter essa informação exclusivamente, para Brasília, onde só – e somente só – há a ocupação nesse nível de cargo DAS-5, nível de cargo de direção. Portanto, essa é uma outra emenda.

E a terceira emenda se relaciona com o...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) (*Intervenção fora do microfone.*) – No caso, a quarta?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Não, a terceira. A Emenda nº 20 ao art. 35, o art. 27 e a terceira emenda, que é ao inciso III do art. 35. Portanto, são três emendas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Art. 3º...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Não, art. 35, inciso III, na sua parte final, onde também há a tentativa de separar do texto a parte que explicita principalmente a prorrogação do prazo do sigilo.

Esse inciso – o inciso III do art. 35 – fixa, fala da prorrogação ("Prorrogo o prazo do sigilo de informação..."), classifica como ultrassecreta, portanto, estabelecendo que sempre por prazo determinado, portanto há necessidade de fixar o prazo do acesso à informação. E o objeto da emenda é no sentido de que a parte final, no que diz respeito à limitação a uma única renovação, estamos apresentando uma emenda que passaria a ser o § 2º, com a seguinte redação: "O prazo previsto no inciso III fica limitado a uma única renovação". E dessa maneira os outros parágrafos seriam renumerados, portanto, o § 2º passaria a ser § 3º, e assim sucessivamente, no que diz respeito a essas emendas.

Passo a ler aqui, Sr. Presidente, as emendas em ordem de numeração dos artigos, porque facilita para as notas taquigráficas e a consequente redação final da matéria.

Apresento uma emenda, Sr. Presidente, de redação ao art. 27, no seu inciso III. Esse inciso traz consigo a determinação sobre a questão de quem tem a prerrogativa, quem exercerá a função para atender às demandas de informações.

Diz assim o inciso III do art. 27:

No grau de reservado das autoridades referidas no inciso I e II e das que exercem funções de direção, comando ou chefia de hierarquia equivalente ou superior ao nível DAS-101.5 do Grupo Direção e Assessoramento Superiores de acordo com a regulamentação específica de cada órgão ou entidade, observado o disposto nessa lei.[...]

Com a emenda, o inciso III do art. 27 do Projeto de Lei nº 41 passaria a ter a seguinte redação:

No grau de reservado das autoridades referidas no inciso I e II e das que exercem funções de direção, comando ou chefia, nível DAS 101/5 ou superior, do

Grupo de Direção, Assessoramento ou de hierarquia equivalente, de acordo com a regulamentação específica de cada órgão ou entidade, observado o disposto nessa lei. [...]

Ao art. 35, cujo *caput* trata da constituição da comissão, a ideia é que promovamos a separação do *caput* e, portanto, dessa forma, daríamos uma redação ao §1º do art. 35, ficando este com essa nova redação. Como o artigo abre dizendo "Fica instituída", o § 1º, passando a ser o *caput* do artigo, diz:

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, instituída no âmbito da presente lei, decidirá, no âmbito da Administração Pública Federal, sobre tratamento e classificação de informações sigilosas e terá competência para: [...]

Portanto, o que determina os itens seguintes.

Qual a ideia, Sr. Presidente, nessa questão da emenda ao art. 35? É exatamente permitir a separação do texto que foi acrescido na Câmara dos Deputados, que segue na seguinte ordem: "Fica instituída, em contato com a Casa Civil da Presidência da República, inserida na competência da União, a Comissão Mista de Reavaliação de Informações, composta por Ministros de Estado e por representantes do Poder Legislativo e Judiciário, indicados pelos respectivos Presidentes, com mandato de dois anos".

Portanto, a ideia é separar essa parte da inserção, principalmente do tipo da comissão, permitindo, dessa forma, com a nova numeração, que essa comissão, inclusive como prevê já adiante o §4º... Isso é previsto no próprio parágrafo; não estamos alterando: "O regulamento disporá sobre composição, organização e funcionamento da Comissão Mista de Reavaliação de Informações, observado o disposto nesta lei".

Por último, ainda no art. 35, corrige-se a redação, separando do texto a última frase, que, dessa maneira, insere-se ao art. 35, portanto, modificando a numeração do §2º. Portanto, assim, a parte final do inciso III, que é onde nós vamos acrescer, passa a ser o §2º, que incorpora o seguinte texto: "O prazo previsto no inciso III, fica limitado a uma única renovação". E, portanto renumeram-se os parágrafos a partir do §2º promovendo essa alteração.

Sr. Presidente, essas três alterações de redação buscam exatamente permitir que o Executivo, principalmente no que diz respeito ao art. 35, possa, sem a necessidade de emenda de modificação aqui na Casa, promover o ajuste para que não incorramos na inconstitucionalidade dessa matéria no que diz respeito à comissão.

Na situação específica do art. 35, no inciso III, só uma separação para deixar muito claro que há necessidade de determinar o prazo para a prorrogação e separando o item que trata da questão de uma única renovação, lembrando que o prazo para os casos de ultrassecreto, por exemplo, nós estamos falando de 25 anos, Sr. Presidente. Uma única renovação significa 50 anos. Portanto não vemos motivo nenhum para termos essa preocupação por parte de alguns em relação à questão da renovação.

Estamos mantendo o item da renovação que foi inserido na Câmara dos Deputados.

E, no que se refere ao art. 27, a intenção é permitir efetivamente que nós tenhamos, não só em Brasília, mas portanto, numa equivalência que um ocupante de cargo, não necessariamente DAS-5, nos Estados ou no exterior, tenham a possibilidade de atuar, de responder, de atender ao pedido de informações, ampliando, assim, a capacidade na estrutura do Estado de atender às solicitações e, portanto, colocando em funcionamento esse nosso desejo.

Creio, Sr. Presidente, e encerrando, que a matéria, em todos os seus aspectos está pronta para ser votada no Senado Federal, permitindo assim que o Plenário ou a própria Comissão de Relações Exteriores tenham tempo para avaliar. O esforço é no sentido de que nós aprovemos essa matéria sem alterações de mérito, de conteúdo, possibilitando dessa forma a sua sanção. Sabemos que há ainda desejos, imperfeições ou outras questões que podem, no processo de experimentarmos o funcionamento dessa lei para um aperfeiçoamento futuro.

Há pouco eu conversava com o Senador Pedro Taques, e todos nós somos defensores, meu caro Rodrigo, de que uma matéria dessa natureza possa ter inclusive uma comissão que se dedique exclusivamente a esse trabalho. Como se processam, hoje, as ações no Chile, no México, e mais recentemente nos Estados Unidos. No entanto, essa posição não logrou êxito quando da apreciação da matéria na Câmara dos Deputados. Então, acreditamos que esse é um passo seguinte para que possamos, não só o Senado, mas também a Câmara, já no exercício dessa lei, ter oportunidade de aprimorar as condições de funcionamento. Até como muito bem descreveu, aqui na Comissão, na audiência pública que realizamos um membro do Ministério de Relações Exteriores,sobre a necessidade de uma infraestrutura, de um corpo treinado, capacitado e deslocado para essa função.

Portanto, eu diria que esse é um objeto de desejo de todos nós. Mas acredito que é importante que experimentemos a apreciação dessas informações, que experimentemos o funcionamento para, ao longo do curso dessa atividade, irmos aprimorando e até bebendo nas experiências já em curso pelo mundo afora.

Então, são essas questões que eu gostaria de apresentar à Comissão aqui e, ao mesmo tempo, solicitar aos nossos Pares, meu caro Presidente, que aprovemos essa matéria e a entreguemos ao passo adiante: à Comissão de Relações Exteriores e ao próprio Plenário do Senado.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Resumo do relatório do Senador Walter Pinheiro, relatório pela aprovação do Projeto de Lei nº 41, com três emendas de redação – Emenda ao art. 27 e duas Emendas ao art. 35.

Passo a palavra ao Senador Humberto Costa, Relator na Comissão de Direitos Humanos.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não sei se, em termos metodológicos, seja mais interessante, e isso eu indago de V. Exª: eu poderia fazer só uma indagação ao Sr. Relator agora ou a deixo para depois?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu creio que poderíamos deixar para depois porque, quando entrarmos na discussão, V. Exª pode fazer a indagação e, aí, colocamos em votação.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, com razão V. Exª.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) –Agradecemos a V. Exª.

Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vou resumir, apresentando o meu voto, na medida em que concordo integralmente com o parecer apresentado pelo Senador Walter Pinheiro, pela Comissão de Ciência e Tecnologia.

O nosso parecer, ante o exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010, na forma originária daquela Casa Legislativa, com a incorporação das emendas aqui apresentadas pelo Senador Walter Pinheiro: a Emenda ao art. 35, a Emenda ao art. 27 e a Emenda apresentada oralmente aqui também ao art. 35, apresentada.

Esse é o nosso parecer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço ao Senador Humberto Costa, que apresenta parecer favorável à aprovação do PLC nº 41, também na Comissão de Direitos Humanos.

A matéria está em discussão.

Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Obrigado, eu gostaria, inicialmente, de cumprimentar o Relator pelo esforço, pelo belíssimo relatório que elaborou.

Eu só tenho, na realidade, Sr. Presidente, uma dúvida aqui, na emenda de redação. É bom que se ressalte que é uma emenda de redação ao art. 35. Nós vamos eliminar o *caput* do art. 35 e o §1º vai passar a ser o *caput*, é isso? Se é que eu entendi.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Não. O caput passará a ser: "Fica instituída:" – aí teríamos uma pontuação – "§1º". E o §1º seria modificado. Onde está "A Comissão Mista de Reavaliação de Informações decidirá...", passará a ser: "A Comissão Mista de Reavaliação de Informação, instituída no âmbito da presente lei, decidirá, no âmbito da administração pública federal, sobre o tratamento e a classificação de informações sigilosas e terá competência para:" – aí vêm os incisos I ao III.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Certo. A minha preocupação aqui, Sr. Relator – e eu gostaria, se possível, de um esclarecimento – é que essas comissões têm duas funções: como órgão revisional e como órgão de reclassificação da natureza da informação.

O ideal seria – e concordo que isso não foi possível na Câmara, eu conheço a discussão da Câmara – que nós tivéssemos uma agência independente para resolver isso, como ocorre na legislação mexicana. O ideal seria isso. Mas o ótimo é inimigo do bom, como alguns dizem aí.

A ideia aqui é: se nós, de forma redacional, retirarmos o *caput* e essa redação ficar como se encontra na emenda, esta Comissão não terá o mandato. O tempo, o lapso temporal, o interregno permanecerá?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Tentando fazer só um esclarecimento: no §4ª do inciso III, estará "no regulamento disporá sobre a composição, organização, funcionamento da Comissão Mista de Reavaliação e Informação, observadas as disposições desta lei".

Portanto, no regulamento se estabeleceria o prazo.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Nós vamos deixar isso para o regulamento?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Para o regulamento. Agora, o que me parece que V. Exª tem razão é que, como a nossa emenda é uma emenda apenas de redação e não pode ser de supressão, talvez fosse interessante colocar: "Fica instituída. Parágrafo único. Em contato permanente com a Casa Civil..."

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Isso tem que ser repetido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Tem que ser repetido como parágrafo único.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Então, fica para a colocação. Aqui na emenda não está...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, é porque, na realidade, nós repetimos, a emenda repete o parágrafo e isso passa a ser o artigo. Não tem nenhum problema. É só porque V. Exª está lendo... (*Pausa.*)

Porque, na emenda aqui, a gente é obrigado a repetir o art. 35...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Perfeito.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Desculpe a minha ignorância, mas eu não entendi ainda.

Então vou terminar meu argumento, se me permite, Sr. Presidente.

Concordo inteiramente com o projeto que está aqui. Temos que aprovar o projeto, mas eu só gostaria deste esclarecimento: essa Comissão, o ideal seria que ela fosse independente, como nós todos sabemos. O ideal seria isso. Porque quem nomeia uma comissão... Se essa comissão não tiver prazo, quem nomeia pode afastar os membros dessa comissão. E é da natureza da Administração Pública, se uma comissão for interna, que aquele que nomeia pode, a qualquer momento, *ad nutum*, conforme determina a Constituição e lei, demitir ou afastar a qualquer momento. O ideal seria que, mesmo essa comissão, não sendo uma agência, independente, tivesse a sua autonomia temporal. Eu só pergunto ao Relator se na emenda isso ficará expresso. Este é o primeiro ponto.

O segundo ponto é o art. 28, parágrafo único. É só também uma indagação... Não foi feita emenda de redação nisso aqui. "A classificação de informação, em qualquer grau de sigilo, deverá ser formalizada em decisão que conterá, no mínimo, os seguintes elementos..." Aí nós temos o parágrafo único: "A decisão referida no *caput* será mantida no mesmo grau de sigilo da informação classificada" – é o parágrafo único do 28.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Está no final dos incisos. Depois dos incisos, temos: "Parágrafo único. A decisão referida no *caput* será mantida no mesmo grau de sigilo da informação classificada".

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – É, parece-me que aqui o cidadão não vai ter acesso a nenhum... A informação é ultrassecreta, secreta, sigilosa, mas ele não pode ter acesso a essa informação. Mas ele precisa ter acesso ao resultado do seu pedido. Então, aqui me parece... Uma época eu li um livro, Sr. Presidente, chamado *Como a Picaretagem Tomou Conta do Mundo*. É um livro maravilhoso que diz que, em 1929, existiam algumas vendas assim: "ah, eu estou vendendo alguma coisa, mas é tão importante que eu não posso dizer o que é". Então, aqui fica o sigilo dentro do sigilo. Parece algo... Só tenho dúvida aqui.

No mais, quero elogiar o relatório, dizer que concordo... Esses dois pontos eu só gostaria de um esclarecimento.

Só isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com a palavra o Senador Walter Pinheiro para responder os esclarecimentos.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Bom, a primeira parte levantada pelo Senador Taques, eu concordo em gênero, número e grau. Agora, nós temos um problema: acrescentar, em nível interno, essa possibilidade de uma comissão ter quase que um papel independente dentro da estrutura, do ponto de vista da redação, eu não teria como fazer isso. Seria interferir diretamente no mérito da matéria. Seria impossível.

Segundo, é que a outra parte, no que diz respeito à composição, determinação, inclusive de prazo para que esta comissão possa ser renovada, será objeto de composição do que está previsto no próprio §4º dessa lei.

Fica realmente o prejuízo, e é por isso que eu insisti, naquela primeira intervenção minha, que o correto é experimentarmos a lei e, quem sabe, o próprio Senado ou a Câmara tentar o processo de criação de um organismo que se dedique exclusivamente, meu caro Senador Taques, a essa tarefa. Acho que a primeira tarefa nossa hoje é conseguir pelo menos que a esfera pública adote essa medida.

A segunda, eu quero aqui, como está previsto no texto, mesmo no que diz respeito ao parágrafo único, chamar a atenção de V. Exª, quando o parágrafo único se refere à informação, ele o faz, mas o art. 28 – e se o senhor pegar a sequência anterior, nós veremos o seguinte: "A classificação de informações em qualquer sigilo deverá ser formalizada em decisão que conterá, no mínimo, os seguintes elementos: o assunto sobre o qual versa a informação" – portanto se nega, é necessário, inclusive... – "o fundamento da classificação, observado o disposto no art. 24". E, mais na sequência adiante, a indicação do prazo de sigilo e até a identificação da autoridade que a classificou.

Portanto, no que se refere à negativa, a autoridade, quando fizer isso, obrigatoriamente, na medida em que determina esse grau de sigilo, vai ter de informar ao requerente todos estes aspectos: o que consta a matéria, portanto, se é de caráter, se foi o julgamento

de defesa nacional, se foi o julgamento de sigilo por conta de aspectos tecnológicos, científicos. E, além da classificação a que se refere esse texto, ele vai mais adiante e pede... O inciso II fala exatamente do fundamento da classificação, observando critérios que também já haviam sido descritos pelo art. 24 da própria lei. Então, buscando, ao máximo, amarrar a negativa sem que fique essa ponderação feita por V. Exª. Se sigilo não pode ser dado, por que não pode?

Então, se V. Exª ler aí o art. 24, vai ver que ele fala dos prazos, trabalha essa questão do período e completa essa informação com o art. 28. E, levando em consideração que, nesse caso específico, ainda há grau de recurso por parte do requerente. É como se fosse uma etapa de insistência para que a informação que for sigilosa ainda seja reavaliada no que diz respeito à informação.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Permite-me, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com a palavra, Senador.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu entendi. Com razão o Sr. Relator, mas o que eu estou a dizer, Sr. Presidente, é que o parágrafo único contradiz o *caput*. Só isso. Por quê? Aqui está dizendo que a decisão, a que o parágrafo único faz referência, está no *caput* do artigo. Aí o parágrafo único vem e diz: "A decisão referida no *caput* será mantida no mesmo grau de sigilo".

Se for ultrassecreta a informação que ele deseja, a decisão que revela que é ultrassecreta é também ultrassecreta. Então, aqui existe, parece-me, uma petição de princípio, um erro lógico, uma tautologia, um raciocínio em círculo, do tipo "aquela bolacha vende mais porque está sempre fresquinha e está sempre fresquinha porque vende mais". Isso é uma tautologia.

Então, aqui me parece que está havendo isso. Só isso, mais nada!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) (*Intervenção fora do microfone.*) – E por que tem de ficar desse jeito? Não tem jeito. Porque a única solução é...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Eu diria até que, nesse caso específico aqui, a manutenção também se refere, de certa forma, a uma impossibilidade de o servidor público responsável pela informação mudar a classificação daquela informação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Não é isso não. O que está sendo dito aqui, Senador Walter, Senador...

O SR WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – O parágrafo reafirma isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Não, é que a decisão ficará secreta.

O SR WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Não, a decisão ficará secreta, mas ele tem que informar o que é antes. Aqui o que ele diz é o seguinte: você tem ultrassecreta, secreta e reservada; o que consequentemente interferirá no prazo para a abertura disso.

Então, se uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Só que a decisão sobre isso continuará sigilosa...

O SR WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – O parágrafo diz isso: se a informação continua ultrassecreta, essa informação só será requerida após 25 anos. Então, ele também proíbe, no parágrafo, que a autoridade pública faça a mudança de classificação de cada informação dessas. Se lermos direitinho o parágrafo, ele remete a isso.

"A decisão referida será mantida no mesmo grau de sigilo da informação classificada".

Então, portanto, ele lhe informa e não há nenhuma possibilidade de essa autoridade mudar o prazo dessa classificação. E o grau de informação de sigilo, as chamadas informações sobre o sigilo, esse parágrafo não pode eliminar o que está descrito, tanto no art. 24, quanto no 28.

Ele é obrigado a dizer, por exemplo, vamos numa situação bem atípica aqui: a informação é sigilosa sobre a vida ou parte de algo que interfira nas relações políticas etc. e tal, acerca de fulano, beltrano ou sicrano. Essa informação ele tem que dar, mesmo ele não dizendo qual é a informação, mas a quem se refere; a lei obriga.

A velha e polêmica informação da Guerra do Paraguai, por exemplo, que assistimos na última reunião, na qual parece que foi desvendado o mistério que não tem nenhum segredo, segundo o Itamaraty disse aqui. Se essa informação fosse secreta, alguém teria que informar dizendo que se refere à Guerra do Paraguai e o sigilo está sendo mantido porque se refere a fulano e a beltrano. É obrigado a dar essa informação; não dizer o que é, que beltrano ou sicrano praticaram, se considerada em sigilo essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Indago ao Senador Pedro Taques... Apenas para um comentário: o parágrafo único, quando diz: "A decisão referida no *caput:* será mantida no mesmo grau de sigilo de informação da informação classificada", remete a que a decisão sobre a informação requerida também ficará em sigilo no mesmo padrão de secreto ou ultrassecreto etc. do que a informação.

Portanto, quero dizer que V. Exª, a meu juízo, tem razão quando faz a colocação. No entanto, essa

é uma questão que não teremos como mexer porque envolve conteúdo. Essa só poderá ser alterada por uma outra instância se quisermos manter o parecer como veio da Câmara, apenas com alterações de emendas de redação.

Mas concordo com V. Exª, porque a decisão a respeito da informação é mantida secreta ou ultrassecreta ou reservada.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Presidente, acho que talvez pudéssemos aqui tentar chegar a um consenso, a um entendimento de que... A mim me parece ser, aparentemente, de conteúdo, inclusive porque há possibilidade de recurso a outras instâncias. Então, veja: como alguém vai poder ter o direito de recorrer se a decisão for secreta.

Então acho que isso pode ser tratado como uma emenda de redação, porque, na verdade, não faz sentido, não tem nenhuma lógica.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Mas aí teríamos que suprimir o parágrafo único.

O SR WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Pois é, e essa supressão pode ser feita lá no veto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – É mais seguro lá. Compreendido então? (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Concordo inteiramente. O que o Senador Humberto Costa se referiu é o fato, de forma simples explicou o fato. Se ele vai recorrer, ele não vai ter acesso? Esse é primeiro ponto. Ainda persiste a minha dúvida, desculpe, Sr. Presidente, a respeito do art. 35 *caput.* Nós vamos passar para o art. 35 *caput* o seu § 1º, certo?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Isso.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Mas o tempo, o lapso temporal está no *caput*. Seria interessante, Relator, se, nessa emenda de redação, ficasse mantido um mandato para essa comissão. Estabelecer direitos fundamentais as Constituições do século XX são ricas nisso, mas esta comissão vai concretizar esses direitos. Estabelecer é fácil, a Constituição é maravilhosa de direitos, mas essa comissão vai concretizar. Então só esse mandato pára dar segurança á concretização.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senador Walter Pinheiro, Senador Pedro Taques, se V. Exªs me permitem, eu faria uma sugestão na emenda que o Senador Pedro Taques sugere a V. Exª. Se ficasse assim, o *caput* do art. 35: "Fica instituída, com mandato de dois anos. Parágrafo único, em contrato permanente, Casa Civil, etc,...". Assim, ficaria mantido o *caput*, onde fica instituída, com mandato de dois anos, e criaríamos um parágrafo único, antes do §1º, criaríamos um parágrafo único, onde ficaria: "em contato permanente com a Casa Civil da Presidência da República inserida a competência da União, comissão mista, etc,", Ou seja, todo esse miolo ficaria em um parágrafo único para poder haver o segundo passo da ação. Aí fica mantido o mandato da comissão com dois anos.

Se o Relator estiver de acordo...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Não há nenhum problema, não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Permita-se esclarecer a razão disso, Excelência. Essa comissão é de suma importância. Se ela não tiver mandato, vai percorrer o mandato de um Presidente da República, por exemplo, e a informação a respeito dos atos de um Presidente, de um Governador, de um Prefeito fazem parte do direito fundamental do cidadão, porque, no momento de votar, o chamado sufrágio, que é um direito público subjetivo dele, ele precisa ter acesso a essas informações para ele mudar ou manter o seu voto. Esta comissão, com mandato de dois anos, vai dar ao cidadão direito de saber o outro lado. Isso faz parte do direito fundamental.

No mais, parabenizo o Relator, afirmando que este projeto de lei representa um avanço na consolidação da democracia. Só isso. O projeto tem avanços, como na legislação mexicana, na qual fomos nos abeberar. Tem avanços significativos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu apenas complementaria, Senador Pedro Taques, que esse mandato também garante a independência da comissão, porque daria à comissão um mandato de dois anos.

Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – V. Exª antecipou o que eu ia dizer. Acho que o importante é que essa comissão tenha autonomia. Ela tem um mandato de dois anos garantido, que não pode ser mudado, não pode ser tirado de alguém a certeza de que funciona. Se ficar na hipótese de que a comissão está lá, quem nomeia demite; lá pelas tantas, não é o caso, nós não estamos pensando na Presidente, pelo contrário. Eu trago aqui, com muita admiração, o esforço que a Presidenta está fazendo, insistindo para que esse assunto seja votado. Vejo, com muita emoção, o quanto um velhinho de 78 anos, condenado a prisão perpétua – ele que já tinha mais 15 anos – nós aqui estamos fazendo isso com uma tranqüilidade, com uma serenidade, com uma objetividade que merece respeito.

Agora, é claro, e o ilustre Senador tem toda razão, que, se ficasse como estava, a comissão está de-

signada, mas, amanhã, se um membro da comissão resolve tomar uma decisão e ele é demitido *ad nutum* pelo Presidente, perdeu a razão de ser da comissão. A comissão, no fundo, no fundo não tem peso nenhum. Agora, com a proposta feita por S. Exª e aceita por nós, a comissão é por dois anos. Ela está lá por dois anos e, durante esses dois anos, os seus membros tinham a mais absoluta autonomia.

Eu quero apenas dizer que, na singeleza dessa reunião, eu felicito os membros e acho que esse é um dos momentos mais importantes que nós estamos vivendo. Ao longo da nossa caminhada rumo à democracia, esse é um passo muito importante. Vejo, com felicidade, que ele é feito com essa serenidade, sem paixão, sem amor, sem radicalismo de "a", de "b" ou de "c", apenas como um ato de rotina de um país que encontrou seu destino e quer aparar as mínimas arestas que já existem da melhor maneira.

Felicito V. Exª, felicito os dois Relatores e felicito o nosso bravo companheiro; não sei como Procurador ou como Senador, mas eu acho que ele tem uma vantagem sobre nós dois, porque ele tem as duas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com a palavra, o Relator, Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, só para atender a boa ponderação feita pelo Senador Taques, nós propusemos a ele uma redação em que mantivéssemos o *caput* intacto e retiraríamos a expressão "com mandato de dois anos". Como é o mesmo artigo, portanto não teria nenhum problema, nós não estamos mexendo, nós estamos fazendo só a arrumação redacional, digamos assim, e o §4º ficaria então: "O regulamento disporá sobre composição, organização e funcionamento da comissão mista de reavaliação e informações, com mandato de dois anos, observadas as disposições desta Lei".

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – *Ok*.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT–- BA) – Acho que aí ajustaria bem, ficando tudo no lugar apropriado.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Nenhuma objeção, Excelência. Concordo inteiramente.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT–- BA) – Pode ser então?

O SR. SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – *Ok*.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT–- BA) – Fica valendo essa leitura nossa. Na realidade, é uma quarta emenda ao artigo, neste caso, 35.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu pergunto se a assessoria compreendeu como ficará a emenda? Na realidade, a quarta emenda.

Em votação, o relatório dos Senadores Walter Pinheiro, na CCT, e Humberto Costa, na CDH.

Vamos colocar uma de cada vez, pelo que estabelece o Regimento.

Então, em votação o relatório do Senador Walter Pinheiro na Comissão de Ciência e Tecnologia, com as quatro emendas, com parecer favorável à aprovação.

Os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação, o relatório do Senador Humberto Costa...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Incorporo também a quarta emenda.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Na CDH, Comissão de Direitos Humanos, relatório também favorável à aprovação, com a incorporação da quarta emenda, portanto com quatro emendas de redação, para o PLC nº 41.

Os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

ATA DA DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2011, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dois minutos do dia vinte e cinco de abril de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim),** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assina o livro de presença o Senador **Paulo Paim**. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **Pauta. Item único**. **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento nº 31, de 2011 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 31/03/11 para **"apresentação de programas de Fiscalização do Tribunal de Contas da União – TCU, nos Programas Sociais do Governo".** Convidados que comparecem e fazem uso da palavra nesta ordem: Carlos Alberto Sampaio de Freitas, Secretário de Avaliação de Programas de Governo; Márcia Lima de Aquino, Diretora da 3ª D.T., da 8ª SECEX; e Paulo Gomes, Auditor Federal de Controle Externo do TCU.

Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às dez horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

A presente audiência pública foi requerida por mim, nos termos do Requerimento nº 31, de 2011, aprovado em 31/03/2011, com o objetivo de garantir apresentação de programas de fiscalização do Tribunal de Contas da União – TCU, nos programas sociais do Governo.

São convidados: Márcia Lima de Aquino, Diretora da 3ª Diretoria Técnica, Carlos Alberto Sampaio de Freitas, Secretário de Avaliação e Fiscalização de Programa de Governo e Paulo Gomes, Diretor do TCU. São esses os três convidados.

Essa reunião surgiu mediante uma visita que colegas de atividades, porque trabalhamos juntos, TCU – com o papel de acompanhar aqui e no Executivo – e Congresso, quando me falaram dos programas sociais e da fiscalização que exercem junto aos programas do Governo e também aqui acompanhando o Congresso Nacional. Achei interessante até por que, lembro-me que ainda Deputado Federal, entrei com um pedido de auditoria das contas da Previdência, e o TCU, na época, fez um belo trabalho que me ajudou muito. Baseado naquela auditoria que me foi apresentada, até hoje continuo dizendo – talvez a voz mais insistente – que a Previdência não é deficitária, principalmente seu regime geral.

Com os anos, isso foi comprovado, tanto que o próprio Ministério da Previdência, recentemente, anunciou em boletim que o Regime Geral de Previdência Social, onde estão lotados os trabalhadores da área privada, teve um superávit de R$14,9 bilhões.

Baseada na visão que tenho da Previdência – estou citando um dos casos -, o Supremo Tribunal Federal deve decidir, pelo que estou percebendo, de forma positiva, pelo direito à "desaposentadoria" do trabalhadores do Regime Geral de Previdência Social, que eu defendo e quanto ao qual até tenho projeto nesta Casa. Não é justo que o trabalhador que se aposente pague o fator previdenciário, que é um redutor, como, por exemplo, no caso da mulher, que tem confiscado até metade de seu salário, o que a obriga a voltar a trabalhar e continuar contribuindo para a Previdência. Assim, ela não tem retorno nenhum. Com garantia de sua "desaposentadoria", como pede o meu projeto, que será decidido pelo Supremo, ela terá direito a garantir um novo cálculo no seu benefício. Nesse sentido, o Tribunal de Contas também cumpre um papel fundamental.

Mas não quero falar só da Previdência, quero que vocês falem amplamente sobre o que estão fazendo em matéria de defesa, porque quem fiscaliza defende e este é o papel do Tribunal: defender os direitos sociais e humanos.

Permitam-me, ainda nesta abertura, fazer, com muita tristeza, um registro.

Gaúchos unidos pelas vítimas da enxurrada.

Enterro de família soterrada pelo desabamento em Igrejinha foi marcado por comoção e solidariedade. Em resumo: doze pessoas morreram no feriadão de Páscoa devido às enchentes no Rio Grande do Sul que atingiram as cidades de Igrejinha, Novo Hamburgo, Sapiranga, Montenegro, São Sebastião do Caí, onde houve as maiores perdas. Os relatórios estão sendo encaminhados à Defesa Civil, buscando o apoio para a reconstrução de casas, pontes e estradas. A estimativa é de que mais de 350 famílias estejam desabrigadas ou desalojadas. Doações de alimentos, móveis e vestuários podem ser feitas no Armazém A7 do cais do porto da capital, Porto Alegre.

E se vocês me permitirem e tenho certeza de que vão permitir, eu gostaria de fazer um minuto de silêncio pela perda desses doze homens e mulheres gaúchos que perderam a vida durante a enchente.

Convido todos a ficarem de pé, solidariedade de um minuto aos gaúchos que perderam a vida.

(Um minuto de silêncio.)

Começamos, de imediato, a nossa audiência pública. São 9 horas e 8 minutos. Temos até as 10 horas e 30 minutos, porque às 11 horas terá inicio uma sessão no plenário do Senado, de minha autoria, que vai tratar da situação dos idosos, dos aposentados e pensionistas no Brasil.

Está confirmada a presença de umas quatrocentas pessoas. Eu terei que estar lá para abrir a sessão.

Então, passo a palavra para o Dr. Carlos Alberto Sampaio de Freitas.

O SR. CARLOS ALBERTO SAMPAIO DE FREITAS – Bom-dia, Senador! Bom-dia a todos que nos que nos assistem, membros da Comissão, é um privilégio estar aqui, é um privilégio falar sobre o TCU e sobre

as atividades do TCU. O TCU é um órgão fiscalizador centenário e conta com o apoio, deseja servir ao Congresso Nacional, titular máximo do controle externo, representando a sociedade.

Eu começaria fazendo uma apresentação do TCU e para isso eu vou pedir que seja exibido o vídeo institucional elaborado pela nossa assessoria parlamentar.

*(**Procede-se à apresentação de vídeo.**)*

Este ano o Tribunal de Contas da União completa 120 anos de sua criação. Durante esse período, o TCU se dedicou a controlar os gastos públicos, sempre em benefício da sociedade. Foram muitas as auditorias e recomendações que possibilitaram a economia de bilhões de reais.

Conheça agora um pouco da história do Tribunal e como ele atua nos dias de hoje.

Quem vê hoje a atuação independente do Tribunal de Contas da União nem imagina a dificuldade para a sua criação. No Brasil monárquico e mesmo nos tempos de colônia, alguns já defendia a ideia. Mas só a proclamação da República o Tribunal começou a virar realidade. Foi em 7 de novembro de 1890 que se deu a criação do Tribunal de Contas, que, quando surgiu, nem se chamava TCU, era apenas Tribunal de Contas. A criação só foi possível pela atuação de Rui Barbosa, que era o Ministro da Fazenda do 1º Governo da República.

Apesar de ter sido criado em 1890, se passaram dois anos até que o Tribunal de Contas fosse efetivamente instalado e, graças ao empenho de outro Ministro da Fazenda, Serzedelo Corrêa.

O Tribunal de Contas, inicialmente, não era um órgão independente, nem sequer podia julgar as contas dos gestores públicos, apenas emitia pareceres. O poder de julgar só seria conquistado pelo Tribunal de Contas após a ditadura Vargas, em 1946, quando o País respirava os ares de democracia.

***O SR.** – Como foi criado nessa época quase como um departamento do Ministério da Fazenda, ele sempre esteve muito ligado ao Poder Executivo. Só com a Constituição de 1946 que houve um processo de redemocratização no País é que o Tribunal ganhou essa qualidade de Tribunal de Justiça de Contas e passou a ter a competência e a atribuição de julgar as contas dos responsáveis.*

Então, ele examinava a execução orçamentária, ele fiscalizava a execução orçamentária e, ao encontrar alguma impropriedade, ele tinha a atribuição de julgar o responsável por aquele erro.

***A SRª** – As constituições democráticas deram mais poderes ao Tribunal de Contas. Por outro lado, as constituições de períodos ditatoriais costumavam diminuir seus poderes, como fez a Carta de 1967, que limitou a atuação do Tribunal para fiscalizar somente verbas federais. O ponto positivo foi o surgimento da nomenclatura atual: Tribunal de Contas da União. Mas o TCU, como hoje conhecemos, surge, de fato, no início dos anos 80. A novidade foi que o Tribunal começou a fazer auditorias operacionais, ou seja, além de verificar aspectos formais como a legalidade dos gastos, o TCU passa a analisar se os programas governamentais estão, de fato, melhorando a vida das pessoas.*

A atuação do então Presidente do TCU, Ministro Luciano Brandão, foi importante para consolidar esse novo papel.

***O SR. LUCIANO BRANDÃO** – Um grupo de diretores da Casa com quem eu trabalhava na Presidência propôs que se organizassem as auditorias chamadas programáticas ou de resultados. Fizemos, inclusive, com ajuda de todos os todos os diretores, um manual de execução dessas auditorias, chamadas, no início, de programáticas.*

Elas foram tão bem sucedidas e não tiveram qualquer resistência na sua ação que, depois, na Constituição de 88, elas foram incluídas na sessão de fiscalização contábil, financeira e orçamentária.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos acertar, porque nós estamos ao vivo. O Brasil todo está assistindo ao vídeo.

O SR. CARLOS ALBERTO SAMPAIO DE FREITAS – Deu para, então, conhecer um pouquinho da história. Como eu falei, no início, o TCU é uma instituição centenária. E, ao longo desses 120 anos, ele vem evoluindo. Então, ele possui diversos trabalhos.

Qual será o nosso roteiro? Nós faremos uma breve apresentação do TCU, do que nós vamos falar aqui, vamos falar de basicamente quatro programas em seguida. Vamos falar do Pronasci, da avaliação que foi feita no Pronasci, vamos falar no Programa de Assistência Jurídica Gratuita e dois programas muito inter-relacionados, que é o Programa de Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas e a Proteção ao Depoente, encerrando.

De início, eu chamo atenção para a competência do Tribunal de controle, que é exercido; controle externo a cargo do Congresso, com auxílio do Tribunal, ao qual compete: realizar, por iniciativa própria da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, de comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e demais entidades referidas num outro inciso.

Então, como o Senador falou, o Tribunal atua em auxílio ao Congresso Nacional para exercício do

controle externo, e o Congresso pode demandar trabalhos. Alguns desses trabalhos foram demandas do Congresso ou do Ministério Público e o Tribunal atua no exercício da fiscalização. Além de julgar contas ele fiscaliza.

O que vamos falar aqui é justamente dessa fiscalização que são trabalhos de fiscalização. O Tribunal fiscaliza várias áreas: licitações, contratos, convênios, obras públicas, pessoal, regulação de serviços públicos que são concedidos à iniciativa privada, Lei de Responsabilidade Fiscal, tecnologia da informação, transferências constitucionais e legais, é muito amplo o leque de atividades que o tribunal executa. Em uma audiência de uma hora e meia seria impossível descrever todos os trabalhos. Particularmente, nós iremos tratar de trabalhos, de avaliação de programa de governo que tenham relação com a defesa dos direitos humanos.

Para exercer todas essas atribuições, o TCU tem uma estrutura relativamente complexa, embora seja horizontalizada, com áreas especializadas para cada uma dessas atividades. Por exemplo, para obras temos uma secretaria de obras, para TI temos uma secretaria que fiscaliza compras de TI, aquisição de softwares, funcionamento desses sistemas; para a área de concessão temos duas secretarias especializadas que fiscalizam a concessão de serviços públicos e, em especial, temos outras secretarias que fazem esse trabalho, que são as secretarias de controle externo que tem áreas definidas a serem fiscalizadas. Uma das secretarias está aqui presente que fiscaliza justamente essa área de segurança e defesa dos direitos humanos. Tem uma secretaria especializada também na realização de autorias operacionais voltadas para programas de governo, que é o nosso objeto aqui.

Essa é uma tendência internacional. Desde os anos 60, as entidades fiscalizadoras superiores, porque em todos os países do mundo tem órgãos equivalentes do TCU em diferentes formatos, de acordo com a sua história, com a sua conformação legislativa, ambiente político, sócio-econômico. Então, todos os países tem suas entidades fiscalizadoras. A partir dos anos 60, o que se verifica é que além de buscar fiscalizar como o dinheiro está sendo gasto em termos de legalidade, desvios ou ilegalidades, as entidades vem buscando avaliar o desempenho dos programas, dos projetos, das atividades, dos órgãos. Isso internacionalmente tem o nome de auditoria de desempenho e que no nosso País se chama de auditoria operacional, mas é uma atuação complementar, complementa essa atuação em cima da legalidade dos programas.

Se fôssemos colocar num gráfico veríamos essa complementaridade. Enquanto auditoria que chamamos de conformidade trata da legalidade, desvio de recurso, fraude, a auditoria operacional trata dos resultados, da efetividade, da qualidade, da eficiência dos serviços públicos. Nós seriamos uma área meio comum às duas que seria economicidade, combate ao desperdício dos recursos públicos.

No nosso País a auditoria de desempenho recebeu o nome de autoria operacional, derivada até da Constituição. Se vocês lembrarem do primeiro slide tem uma auditoria de natureza operacional e exatamente essa auditoria operacional que vamos tratar mais especificamente hoje.

A auditoria operacional trata justamente disso, dos resultados da ação pública, nas suas diferentes dimensões. Essa é uma tendência reconhecida e regulamentada pela Intosai, que é justamente a organização que congrega todas as atividades fiscalizadoras superioras. Há um subcomitê na Intosai que normatiza essa atividade do qual o Brasil é representado pelo TCU, que é o presidente desse subcomitê que define as normas internacionais de auditoria operacional no setor público. No TCU, a auditoria operacional é o exame da economicidade, eficiência, eficácia e efetividade de organizações, programas, atividades governamentais para promover o aperfeiçoamento da gestão. Vai ser meio lugar comum que o governo, o estado precisa ter um desempenho, o dinheiro que é investido precisa retornar e retornar com uma relação muito melhor em todos os países do que ele é hoje executado.

Então, a auditoria operacional se preocupa justamente com isso. Ela vai na cadeia de valor em todas as dimensões, toda política, toda atividade de projeto parte dos seus insumos até os seus resultados, passando pelos seus produtos. Então, em cada um desses elos dessa cadeia de valor você vai ter uma dimensão que pode ser analisada. Por exemplo, você pode analisar num programa se os beneficiários que deveriam estar recebendo aquele programa estão realmente recebendo este programa. O TCU já fez vários trabalhos no ProUni, no benefício de prestação continuada, que são dois que se inter-relacionam com a área social. Pode ser verificada a qualidade da prestação desse serviço público. O Tribunal, por exemplo, já avaliou qualidade de prestação de serviço público em postos de saúde, hospitais, por exemplo. Sempre com a preocupação de...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só de curiosidade, o bolsa família também vocês fizeram estudo?

O SR. CARLOS ALBERTO SAMPAIO DE FREITAS – Sim, o Tribunal fez várias avaliações no bolsa família e participou ativamente, eu diria, na construção e consolidação do cadastro único dos programas

sociais. Desde o início, desde os primórdios do bolsa família foram feitos vários trabalhos.

O TCU analisa, por exemplo, a transparência de como esses recursos são aplicados. A sustentabilidade de determinadas ações. Um exemplo, a União repassa recursos para aterros sanitários, então o Tribunal vai ver, vai examinar a sustentabilidade daquele recurso, se aquilo vai continuar funcionando ou se vai virar um lixão. E articulação institucional que é um problema não só no Brasil, mas em diversos países. Como os órgãos se articulam para prestar esses serviços, para evitar que os órgãos tenham superposições, ou seja, estejam fazendo a mesma coisa ou atividades, iniciativas contrárias, para que haja uma maior sinergia.

O papel da auditoria operacional é justamente esse. Verificar a economicidade, eficiência, efetividade dos recursos, esses arranjos nós sugerimos melhorias organizacionais nos ministérios onde vamos, fazemos auditoria, incentivamos a que esses ministérios, esses programas tenham sistemas de medição, de mensuração de desempenho porque o que você não mede você não executa. Então só quando você passa a medir, a avaliar que as coisas começam a melhorar. Fazemos análise de problemas sempre visando a economia. Identificamos, às vezes, causas do problema. Por exemplo, o tribunal fez uma auditoria para verificar, porque os gastos do programa de inserção, aquele do auxílio doença estavam crescendo vertiginosamente. Então fizemos um diagnóstico disso e apontamos recomendações. O TCU também avalia o impacto de programas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero perguntar, já que eu presido esta Comissão e coordeno também a Subcomissão de Trabalho e Previdência, que pertence à Comissão de Assuntos Sociais, esses estudos que vocês realizaram nas áreas que você listou, além do ProUni e também a questão da saúde, porque aumentou tanto o auxílio-saúde, desde que vá um documento oficial do Senado, vocês têm como remeter para nós?

O SR. CARLOS ALBERTO SAMPAIO DE FREITAS – Sim, todos esses relatórios são encaminhados para as respectivas comissões e para a presidência.

E o TCU tenta medir também, o que é um pouco mais difícil, a questão do impacto. Recentemente nós fizemos uma auditoria no impacto do ProUni, que foi um caso que já citei aqui. Nós fizemos duas auditorias e uma delas foi justamente para ver o impacto. Ou seja, se não existisse o programa, o que aconteceria? Então é basicamente isso.

Agora eu passaria para os casos práticos, depois dessa breve explanação sobre o trabalho do Tribunal focado na avaliação de resultados, nessa diferenciação de conformidade e resultado, são duas dimensões importantes e complementares. Eu passaria a palavra para a Márcia, que vai explanar sobre um desses trabalhos que foi realizado no Pronasci.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Por favor, a Drª Márcia Lima de Aquino pode usar a palavra a partir deste momento.

A SRª MÁRCIA LIMA DE AQUINO – Exmº Sr. Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, Senador Paulo Paim, Exmºs Srªs e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores, bom-dia.

Em primeiro lugar, quero agradecer a oportunidade que esta comissão concede ao Tribunal de que o Tribunal apresente os trabalhos de fiscalização realizado no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. Um programa tido como inovador, que inova em aspectos como a junção de políticas sociais com políticas tradicionais de segurança pública, que tem como objetivo combater a violência em nosso país.

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania foi selecionado no exercício de 2010 para ser fiscalizado pelo Tribunal. E a fiscalização começou em 2010 e continua agora em 2011. Essa escolha, o primeiro passo do nosso trabalho foi realizar um levantamento de auditoria. O levantamento de auditoria é um instrumento de fiscalização utilizado pelo Tribunal que objetiva conhecer um programa, um órgão, uma ação, um projeto, um sistema. No caso ele foi utilizado para conhecer um programa, que é o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. Nesse trabalho de levantamento, a partir dele, além do conhecimento a gente procura vislumbrar algumas áreas que devem ser focalizadas nas fiscalizações do Tribunal. E nesse trabalho não se objetiva assim, num primeiro momento, identificar irregularidades, apontar ocorrências, achados de auditoria e sim conhecer o órgão e, a partir daí, propor fiscalizações, como foram as fiscalizações que estão em desenvolvimento agora em 2010 e estão em 2011.

Vou traçar, em linhas gerais, o programa Pronasci para depois me ater mais especificamente nos trabalhos de auditoria que realizamos. Então, começando ali pela concepção do Pronasci.

O Pronasci surgiu a partir de uma necessidade geral da sociedade, de governantes, políticos, imprensa, do cidadão em geral de implementar políticas voltadas para redução de índices de violências, fazendo um enlace entre ações de segurança pública tradicionais, a maioria delas já em implementação com políticas sociais, procurando combater, extirpar a violência nas suas raízes sociais. Então, ele foi instituído pela Medida Provisória nº 384, de 20 de agosto de 2007, e convertido na Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007.

Aqui trago uma ilustração que representa bem a filosofia do Pronasci, que é aliar, fazer a junção de políticas de segurança pública com políticas sociais, com foco em determinados aspectos que nós veremos a seguir. E sempre com aquele trabalho de cooperação de órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Federal, tendo a participação também de entidades privadas sem fins lucrativos; a implementação com políticas sociais, procurando combater, extirpar a violência nas suas raízes sociais. Então, ele foi instituído pela Medida Provisória nº 384, de 20 de agosto de 2007, convertido na Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007.

Aqui, trago uma ilustração que representa bem a filosofia do Pronasci, que é aliar, fazer a junção de políticas de segurança pública com políticas sociais, com foco em determinados aspectos que veremos a seguir, e sempre com aquele trabalho de cooperação de órgãos e entidades da administração pública estadual, federal, tendo a participação também de entidades privadas sem fins lucrativos, como as Organizações Sociais de Interesse Público, as chamadas Oscip. Esta é a filosofia básica do Pronasci: juntar e produzir uma série de ações com esse objetivo de reduzir a violência que assola o nosso País.

Em termos orçamentários, o Pronasci passou a compor a Lei Orçamentária Anual do exercício de 2008, no Programa de Código 1453, que é o Nacional de Segurança Pública com Cidadania.

Aqui, temos a dotação autorizada de 2007 e 2008 para o Pronasci. Então, ali, 2007, não tinha ainda o Pronasci, mas, em 2008, a dotação orçamentária inicial equivaleu a R$1.132.388.087,00. Aqui, o quadro apresenta a execução orçamentária de 2008 a 2010. Vemos, aqui, que, em 2008, a despesa executada equivaleu a R$1.026.000.000,00, em 2009; R$1.237.000.000,00, em 2010, até março – colocamos março porque foi a data de corte dos nossos trabalhos de auditoria, foi de R$156.961,872,00, e o total executado, desde a criação do Pronasci, até março de 2010, foi o valor ali de R$2.420.995.000,00.

Neste quadro, apresentamos as despesas executadas por ação do Pronasci. Então, ali tem concessão de bolsa formação, construção de academia de polícia civil, campanha de desarmamento, porque, assim, o escopo do Pronasci é muito amplo, tem ações transversais realizados por secretarias de desenvolvimento econômico, secretaria de diversos Ministérios. Então, já nesse quadro, a gente percebe que tem um item, que é o primeiro ali registrado, concessão de bolsa formação, ele é o item de maior materialidade dentro do Pronasci. Em 2008, foi executada uma despesa de R$154.197.000,00; em 2009, R$688.212,00; e, em 2010, até março, R$138.000,00.

Então, no período que abrangeu nossa fiscalização, atingiu o equivalente a R$981.255.000,00, o que corresponde a 40% de toda despesa executada do Pronasci no período. Essa concessão de bolsa formação é uma ação, dentro do Pronasci, que tem por objetivo conceder auxílio financeiro aos policiais militares, civis, agentes penitenciários, peritos criminais, desde que participem de cursos oferecidos ou até reconhecidos pelo Ministério da Justiça. Eles recebem uma bolsa, que, hoje, está em torno de R$440,00, e, para participar desse programa, dessa ação, o profissional de segurança pública tem que apresentar certas condicionalidades – depois eu vou explicar melhor –, mas só em termos gerais, ele tem que ter, primeiro, uma renda bruta de, no máximo, R$1.700,00; não ter sido condenado criminalmente, administrativamente e outros aspectos que vou, depois, detalhar mais.

Dada a sua materialidade e a sua expressividade dentro da ação Pronasci, é uma auditoria que começou, agora, recentemente, estamos ainda na fase de planejamento, não há ainda como apresentar os resultados, primeiro, porque não foi julgado, o único processo que foi julgado e que, assim, podemos detalhar mais é o levantamento de auditoria, que foi esse que é o instrumento de fiscalização do Tribunal, para conhecer o programa, conhecer as vulnerabilidades e para o Tribunal verificar as frentes que devem ser atacadas na fiscalização.

Pode passar, por favor.

Em relação ao Plano Plurianual, o Programa consta no Plano Plurianual 2008/2011, com uma previsão anual orçamentária de alocação de R$1,4 bilhão e desdobra-se em, pelo menos, 94 tipos de ações, mas estas não são todas inovadoras, apenas dez foram efetivamente novas, restando as demais como ações já desenvolvidas por Ministérios, mas focalizadas e dentro da filosofia do Pronasci, que é atingir certos focos, que vou dizer mais adiante quais são, e também essa junção. Como a segurança pública é um problema que não é do cidadão, do Governo Federal, do Governo Municipal, é um problema geral que afeta todos, ricos, pobres, qualquer que seja o nível, então, surgiu assim como uma integração, todos trabalhando com um fim comum. Qual é? Reduzir o índice de violência em nosso País.

Pode passar.

Neste quadro, temos a ação Pronasci do PPA 2008/2011. Também aqui, neste quadro, em termos já do quadriênio do PPA, verificamos ali o destaque da ação bolsa formação, que é a que está mais chamando a atenção da gente, devido principalmente a essa alta

materialidade. Então, vamos ter que fazer um estudo, uma fiscalização, um exame, para ver se a ação está realmente surtindo os efeitos, se ela está obedecendo as condicionalidades exigidas pela lei e ali, então, temos R$2,4 bilhões. Se observarmos as outras despesas ali, veremos que ela, realmente, sobressai.

Então, como eu disse antes, o Pronasci atua em quatro focos prioritários de atuação, que seriam: o foco territorial, o social, o etário e o repressivo; o foco territorial procura atingir as regiões metropolitanas e aglomerados urbanos que apresentem altos índices de homicídios e de crimes violentos. Então, nesses espaços, o Governo implementa uma série de ações; temos, também, o foco social, que procura atingir os jovens e adolescentes egressos do sistema prisional ou em situação de moradores de rua, famílias expostas à violência urbana, vítimas de criminalidade e mulheres em situação de violência; o foco etário, que, dentro dos prioritários, é um dos mais importantes do Pronasci, que é a população juvenil de 15 a 24 anos, dado o alto índice de criminalidade existente na população dessa faixa etária, que é a gênese do processo de violência. E o foco repressivo combate o crime organizado.

Bom, o programa é executado, basicamente, através de celebração de convênios, acordos, ajustes, outros instrumentos congêneres com órgãos e entidades da Administração Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e também com entidades de direito público e organizações da sociedade civil de interesse público, as chamadas Oscip.

A execução também ocorre diretamente pelo Ministério da Justiça e também através de destaques para outros Ministérios. Então, o Pronasci, basicamente, é executado pelo Ministério da Justiça e por diversos outros órgãos e entidades, mas com destaque para as unidades do Ministério da Justiça que, juntas, representam 94% de toda despesa do Pronasci. E, dentro do Ministério da Justiça, o destaque é para a Secretaria Nacional de Segurança Pública, Senasp, que é a unidade gestora que tem a maior execução orçamentária no período. O trabalho que estamos sempre considerando, de 2008 a março de 2010, atingiu um bilhão e 750 milhões de reais.

Então, nesse quadro aqui apresentamos as despesas executadas por órgão, então tem ali o Ministério da Justiça com 82%, o Fundo Nacional Penitenciário com 10%, a Polícia Rodoviária Federal e dentro do Ministério da Justiça incluímos o Depem, a Senasp e outras unidades.

Em 2010 então o Tribunal selecionou o Pronasci como um tema que o tribunal chama de "temas de maior significância", são temas que o tribunal escolhe nos planos de fiscalizações anuais, a partir daquele tema são desenvolvidas auditorias e levantamento de auditorias e diversos instrumentos de fiscalização.

Em 2010 começamos um trabalho de levantamento, que era justamente para conhecer o programa, e a partir dali identificar as possíveis áreas de atuação do Tribunal. A primeira etapa foi o levantamento de autoria, que tem como objetivo conhecer a organização e o funcionamento do programa, identificar objetos e instrumentos de fiscalização e avaliar a viabilidade da realização de fiscalização. Esse processo já foi julgado, é o TC 015-963, de 2010, Acórdão 3.372, de 2010, julgado no final de 2010, na sessão plenária de 8 de dezembro de 2010.

A partir dessa primeira etapa é que as outras surgiram.

A segunda etapa que é auditoria nas ações Pronasci, gabinete de gestões integradas municipal, Mulheres da Paz e Protejo. Os trabalhos de auditoria pela equipe e fiscalização já foram concluídos, mas eles estão atualmente no gabinete do relator, para pronunciamento, e posterior julgamento. Em relação a esse trabalho, nós nos abstemos de apresentar os resultados, porque ainda tem a fase de o gestor se manifestar. Então a gente não pode fazer uma exposição sem o processo estar julgado, que é quando ele pode se tornar público.

A terceira etapa é auditoria no programa Bolsa-formação, a que eu sempre me referi, que a gente está focando com bastante interesse na fiscalização, devido a materialidade. Precisamos ver se esses profissionais de segurança realmente estão fazendo esse curso, porque existem reportagens que eu li em jornais mostrando algumas deficiências. Então tudo isso nós vamos colocar no nosso planejamento para verificar, tão logo ele seja julgado, a gente pode repassar a esta Comissão os resultados do trabalho de fiscalização.

Temos ainda a quarta etapa. Auditoria nas obras de construção de penitenciárias, são penitenciárias especiais para jovens, essa auditoria está prevista para o Exercício 2011. Ainda não foi iniciada.

A quinta etapa é auditoria nos procedimentos de aquisição de equipamentos, a auditoria já está em curso, estamos na fase de planejamento, mas essa parte de aquisição de equipamentos vamos focar no procedimento de aquisição de helicópteros, porque a Secretaria Nacional de Segurança Pública com cidadania, firmou desde 2008, 2009, diversos convênios com as Secretarias de Segurança Pública Estaduais, para a aquisição de helicópteros. Os valores são bem materiais e o Tribunal resolveu, dentro do item equipamentos, focar na aquisição de helicópteros.

Em relação às conclusões, esse levantamento de auditoria o que aconteceu: examinamos os dados,

as informações e atestamos que pelo menos 66% de toda a despesa executada no período foi executada justamente nessas ações que pretendemos fiscalizar. Umas já iniciadas, outras a iniciar, que foi o pagamento de bolsa-formação, com 981 milhões; aquisição de equipamentos, equivalente a 304 milhões. Isso tudo de 2008 a março de 2010; construção de penitenciárias penais especiais, com 209 milhões e implantação do GGIM, que é o Gabinete de Gestão Integrada Municipal, a que vou me referir mais adiante, o Projeto Protejo e Mulheres da Paz, nos chamados territórios da paz, com 102,2 milhões.

O relatório de levantamento de auditoria cumpriu o papel que é conhecer o programa, identificar objetos de fiscalização, mas ele também apontou algumas fragilidades em relação ao controle de execução do Pronasci. Relacionei aqui algumas das que considerei principais. Por exemplo, não estão registrados no Sistema de Informações Gerenciais e Planejamento do Governo Federal – Segplan –, informações relativas à execução física das ações orçamentárias, o que dificulta a mensuração dos resultados alcançados.

Outro aspecto é que não foram divulgados relatórios avaliativos com informações sobre execuções dos convênios e seus indicadores, como: índice de sensação de segurança nos territórios de coesão social, taxa de homicídios, vítimas de crimes violentos contra o patrimônio.

Quando se tem um programa em operação, a primeira coisa que a gente quer saber e conhecer é a efetividade, então, a gente sentiu deficiência nesses procedimentos de apresentação de indicadores.

Verificamos também a necessidade de aprimoramento da própria estrutura do Ministério da Justiça, de forma a compatibilizá-la com o volume de recursos destinado a ações do programa. O volume é significativo e o Ministério da justiça não tem estrutura adequada, tem carência de recursos humanos, nas secretarias finalísticas do MJ, envolvidos com a execução do Pronasci, que aliás é um problema que permeie diversos órgãos. Não é específico do Ministério da Justiça.

Em relação ao período de 2008 a 2010, nós constatamos uma concentração de repasse do recurso Pronasci, então, cinco unidades da Federação concentraram 54% dos recursos transferidos para o Pronasci, para os Estados e Municípios, totalizando 539 milhões. Em primeiro lugar ficou o Rio de Janeiro, com 140,2 milhões, representando 14% do valor transferido aos estados; o Rio Grande do Sul com 128 milhões e 900 mil, 13%; São Paulo conta com 114 milhões; Goiás com 79 milhões; e Bahia com 76 milhões.

Aqui temos as transferências a Estados e Municípios, mostrando o que falamos no *slide* anterior. O Rio de Janeiro com 14%, e aí vai Rio Grande do Sul, São Paulo, Goiás, Bahia.

Equipamentos é a fiscalização que já está iniciada e que estamos focando na compra de helicópteros. A ação orçamentária em termos gerais destina-se ao fortalecimento das instituições de segurança pública e tem por finalidade a apoiar a modernização das instituições de segurança pública, para garantir a atuação do Estado.

No Exercício de 2009, foram celebrados com governos estaduais equivalente a 52,9 milhões, para aquisição de equipamentos de proteção individual, helicópteros e veículos, armamento letal e não letal.

No próximo slide, temos aqui os valores, a realização de aquisição de equipamentos no âmbito do Pronasci, por unidade da federação, quando se verifica que a maioria dos recursos foram transferidos às Secretarias de Segurança Pública Estaduais. A maioria ali ou é para equipar os gabinetes de gestão, integrado à municipal, que constituem as estruturas locais de gestão do Pronasci. O Pronasci é gerenciado nacionalmente, pelo Ministério da Justiça, através da Secretaria Nacional de Segurança Pública e a Secretaria Adjunta, do Pronasci. Em nível local temos esse Gabinete de Gestão Integrada Municipal, que é responsável por fazer uma articulação entre a sociedade, os agentes de segurança, propor ações do Governo federal propor convênios. Ele é o centro administrativo do Pronasci local.

Sobre o Bolsa-formação já falamos bastante, só queria acrescentar aquela segunda parte, que são as condicionalidades para o policial, para o agente de segurança participar desse programa, o Bolsa-formação. Ele tem que freqüentar a cada doze meses pelo menos um dos cursos oferecidos pelo Ministério da Justiça ou pelo menos reconhecidos pelo Ministério da Justiça, não tenham cometido infração administrativa grave ou não possuam condenação criminal nos últimos cinco anos e, ainda, cuja remuneração mensal não ultrapasse R$ 1.700,00.

Então, os policiais civis e militares do DF não estão dentro dessa ação devido ao fato de a renda deles superar esse valor de R$ 1.700,00, que é o condicionante. Acho que já falei antes dessa porcentagem, pode passar, que é de 40%. Aqui, temos a despesa liquidada por exercício do Bolsa-formação, que dá um total de R$ 981 milhões. Podemos fazer uma comparação das despesas apresentadas na ação Pronasci. Então, de todos, vamos caminhando e chegamos no Bolsa-formação, sempre mostrando essa expressividade dos valores. É uma ação que se destina à construção de estabelecimentos penais especiais e o objetivo dela é proporcionar a distribuição dos apenados de acordo

com a periculosidade, a idade e o gênero para permitir a efetividade do serviço.

De 2008 a 2009, a ação financiou, por meio de contratos firmados com a Caixa Econômica Federal, cerca de 5.894 novas vagas no sistema penitenciário nacional. Essa fiscalização está prevista para ser iniciada em 2011, portanto, este ano. Aqui é um quadro rápido de quanto foi o volume de contratos, de repasses firmados em 2008 para a construção de penitenciárias, o que dá um total de R$ 133 milhões e 200 mil, apenas um exemplo.

Território da paz é um conceito do Pronasci, das regiões que recebem um escopo de ações que, juntas, atuam na coesão e na diminuição dos índices de criminalidade violenta. Então, dentro dessas ações, aquelas pintadas em vermelho são as ações que o tribunal fiscalizou, mas não foram julgadas ainda. Portanto, não temos ainda os resultados, não podemos ainda apresentar os resultados, que foi a aquisição de equipamentos e de infraestrutura e sistema de gestão, que são os Gabinetes de Gestão Integrada Municipal, Mulheres da Paz e Protejo. O GGIM, como já falei, constitui a estrutura gerenciada local do Pronasci e é composta por um observatório de segurança que agrega dados e contribui para definir o perfil da violência, da criminalidade e da estrutura de segurança local.

A outra ação é Mulheres da Paz. O Projeto Mulheres da Paz destina-se a capacitar mulheres socialmente atuantes, que procuram identificar os jovens em situação de risco, expostos ao crime, à violência, e encaminhá-los para programas, a exemplo do Projeto Protejo, que vamos abordar a seguir. O Protejo é uma ação que presta assistência, por meio de programas de formação e inclusão social, a jovens e adolescentes expostos à violência doméstica ou que vivam nas ruas. Eles recebem R$ 100,00 para participar, desde que se comprometam com as atividades e comprovem o comparecimento, além de outras condições previstas no regulamento. Então, essa vistoria nas ações GGIM, Mulher da Paz e Protejo foram consolidadas num só processo, com esse objetivo de avaliar o gerenciamento de recursos federais repassados pelo MJ e ela foi realizada em oito Unidades da Federação, com a participação da Secretaria do Tribunal de Contas da União nos Estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Ceará, Pará e Distrito Federal.

Finalizando, aqui temos as próximas auditorias previstas para 2011, algumas até iniciadas, como falei, como o Bolsa-formação, já em fase de planejamento, obras de construção de penitenciárias, com previsão de início ainda este ano, e os equipamentos, os helicópteros, que já estão com a fase de planejamento concluída.

Essas eram as minhas considerações. Obrigada. (*Palmas*.)

O SR. CARLOS ALBERTO SAMPAIO DE FREITAS – Eu pediria ao Paulo Gomes, Diretor-Técnico da Seprog, do TCU, falasse um pouco sobre o Programa de Assistência Jurídica Integral Gratuita.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não. Paulo Gomes com a palavra.

O SR. PAULO GOMES – Bom-dia a todos!

Exmº Senador Paulo Paim, é uma satisfação estar aqui nesta audiência.

Antes de entrar no Programa de Assistência Jurídica, eu gostaria de fazer um breve comentário, que acho muito relevante, até para expor a grandeza desta Comissão frente ao tema direitos humanos. O tema direitos humanos é um tema transversal, se a gente entender que ele envolve diversos outros direitos agregados a ele, como direito à alimentação, direito à educação, direito à proteção social. Por ter esse tema uma grande transversalidade, ele acabou sendo contemplado em diversos trabalhos do Tribunal ao longo desses dez anos, trabalhos de avaliação de programas que fizemos. Por que isso? Porque boa parte do foco da nossa avaliação foram programas sociais, onde o direito humano está muito enraizado, seja pela vulnerabilidade da população que é atendida, por se tratar de minorias étnicas, raciais, etc.

Um exemplo dessa transversalidade e um exemplo de como o Tribunal vem abordando esse tema está em diversos programas que foram auditados. Na Assistência Social, temos o Bolsa Família, que tem como essência a função de garantir o direito à alimentação a essa população de baixa renda, abaixo da linha da pobreza, em alguns casos até pessoas indigentes. Então, o Tribunal fez um trabalho de auditoria operacional onde a questão do direito humano foi contemplada.

Na área da saúde, temos o saneamento básico, temos a hanseníase e temos um tema que o senhor já teve oportunidade de debater várias vezes nesta Casa, que é a atenção aos portadores de hemofilia. Fizemos dois trabalhos de auditoria operacional nesse programa e foi uma oportunidade muito valiosa recomendar ao Ministério diversos ajustes no programa. São 11 mil pessoas que sofrem com essa enfermidade, mas, como o Senhor sabe, de uma gravidade enorme se não tiverem acesso ao medicamento.

Na área de educação, temos também um trabalho no programa Brasil Alfabetizado, que trata do analfabetismo em pessoas maiores de 15 anos. Hoje, o Brasil tem uma das piores taxas de analfabetismo do mundo, inclusive se compararmos com os nossos

parceiros da América Latina. Mais de 11% dessa população sofre com o analfabetismo.

A segurança, conforme a Márcia já colocou no Pronasci, e na cidadania, que é o tema da nossa apresentação na Assistência Jurídica que, em complemento a duas outras ações, que são a modernização e o aparelhamento do Poder Judiciário, e a reforma da própria legislação judiciária. Ele visa levar pessoas hipossuficientes, ou seja, pessoas com renda preferencialmente abaixo de três salários mínimos, pessoas que não têm como garantir o acesso à defesa jurídica porque não têm condição de pagar advogado, de pagar as custas processuais. Portanto, é um programa de grande relevância devido ao público-alvo que ele aborda. Esse programa é executado pela Defensoria Pública da União, é um órgão com caráter de essencialidade à prestação jurisdicional do estado, ele se compara ao Ministério Público e à Advocacia-Geral da União. E qual foi o objetivo desse trabalho? Esse trabalho foi realizado em 2004 e, ao longo desses anos, ele teve três monitoramentos para acompanhar as medidas adotadas pelo gestor em cumprir o que o acórdão recomendou de melhoria no programa. Então, ele procurou principalmente avaliar como está estruturada a Defensoria Pública, por meio dos seus núcleos regionais, para prestar esse serviço à população.

Bom, a gente agrupou as conclusões do trabalho em quatro grandes grupos de melhorias. A primeira, você garantir melhores condições de organização e capacitação do quadro funcional da Defensoria Pública da União.

Nós temos alguns exemplos de recomendações. A Defensoria Pública por um tempo não tinha um marco legal, apesar de ela ser prevista na Constituição de 88, somente em 94 esse marco legal foi criado e de lá para cá também algumas questões poderiam ser aperfeiçoadas, a questão das corregedorias, a questão de capacitar o defensor, normalmente são profissionais que saem com a graduação e a gente observou que têm pouco contato com a temática de direitos humanos. Então, uma das recomendações explícitas do acórdão foi que capacitasse esse profissional em direitos humanos. Aí, quais foram as conclusões do monitoramento? Houve uma melhoria na lotação da Defensoria Pública. Em 2004, o órgão tinha 73 defensores, esse número saltou para 281, em 2008, e, no último monitoramento, constatou-se que a lotação ampliou para 474. Ainda é longe do ideal, mas mostra que o que o Tribunal recomendou de alguma forma o gestor vem se comprometendo a tentar melhorar a lotação do órgão. Apesar disso, a gente ainda tem uma situação distante do ideal, a gente tem um déficit estimado de 807 defensores no País e também uma questão que deve ser objeto de cuidado também é a questão da área administrativa, onde nós temos um déficit de quase 4 mil pessoas. Ou sejam, preocupam-se muito com os defensores, com a carreira de advogado, mas esqueceram todo o aparato de apoio aos núcleos.

Um segundo achado seria a indisponibilidade de outros serviços ao cidadão. Normalmente, esse cidadão que procura o serviço da Defensoria também acaba demandando outros serviços de assistência social e o que a gente observou é que esse órgão não estava aparelhado para poder prover orientação, prover apoio a ao cidadão que procurasse esses outros serviços. O Tribunal recomendou algumas medidas e o monitoramento observou que o órgão buscou realizar, quando possível, algumas parcerias estaduais para tentar, por meio de universidades, serviços, órgãos estaduais, oferecer a esses cidadãos esses benefícios. Um exemplo seria aquela pessoa de baixa renda que muitas vezes nem sabe que tem direito ao Bolsa Família e o próprio contato com o defensor poderia encaminhá-lo, pelo menos orientá-lo nesse sentido.

Um terceiro achado que merece ser destacado é a questão da acessibilidade. A gente acredita que os direitos humanos também envolvem você garantir ao cidadão que tem a deficiência física, a deficiência de locomoção, acesso aos órgãos, acesso ao lazer. Isso foi uma questão tratada na auditoria, a gente observou que eram raros em 2004 os núcleos que tinham essa condição de acessibilidade. A recomendação foi bem objetiva para que os núcleos de alguma forma pudessem se adaptar a isso e a gente avaliou que dos 34 núcleos existentes em 2010, 8 ainda não se adequaram a essa acessibilidade. Mas esses 8 comparados aos, se eu não me engano, 24 da época da auditoria, já foi um grande avanço. Desses 8, em 5 não havia nenhuma previsão de adequação e em 3 encontrava-se algum tipo de mudança sendo feita para garantir um melhor atendimento a essas pessoas.

E a última questão que merece destaque, que a auditoria abordou e que é uma questão importante com que o Tribunal sempre se preocupa é a questão dos controles, do gerenciamento dos programas. São recursos muitas vezes de grande materialidade investidos e como o Poder Público acompanha a aplicação desses recursos.

Então, a gente avaliou também que havia oportunidade de a Defensoria Pública aperfeiçoar os seus indicadores de desempenho, aperfeiçoar o monitoramento do programa e o monitoramento, passados 6 anos da fiscalização, ele observou que indicadores foram criados, os núcleos estavam sendo melhor acompanhados, as demandas estavam sendo melhor

visualizadas. Então, houve também uma melhoria de gestão do programa.

Em resumo, das recomendações que o Tribunal exarou em 2004, 79% foram consideradas implementadas em 2010. Só em duas não havia sido tomada nenhuma medida no sentido de dar complemento, o que a gente não considerou tão grave assim, porque na verdade não era plenamente gerenciável pelo órgão, dependia de atuação de outros agentes e a gente também considerava que elas não eram tão relevantes ou tão prioritárias, vamos dizer assim, em relação às demais. Então, o exemplo dessa fiscalização mostra a importância de um trabalho de avaliação de programa feito pelo Tribunal.

Como conclusão da minha apresentação, mais uma vez, quero ressaltar a extrema relevância desta Comissão por tratar de um assunto transversal, há questões sociais que ainda precisam avançar muito no Brasil. É uma comissão que com certeza vai se deter numa riqueza grande de temas, porque vários programas de governo trabalham com esse assunto e a questão da equidade. O direito humano não pode ser pensado desvinculado da equidade, até porque o Brasil hoje tem uma desigualdade regional muito grande. Então, a gente tem que saber se o cidadão que mora no Norte, no Nordeste tem o mesmo atendimento, a mesma qualidade de prestação de serviço do que aquele cidadão que está numa região mais avançada por exemplo.

Então, são essas as minhas considerações.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Paulo. (*Palmas.*)

A Presidência agradece ao Paulo Gomes, que fez uma exposição... Ambos aqui, à Márcia também, naturalmente ao Carlos, que vai usar a palavra de novo, dando a grandeza e a importância não somente desta Comissão, mas da política de direitos humanos.

O Senador Cristovam tem uma frase em que ele insiste e a qual repete e que eu tenho também quase que repetido, dizendo que a Comissão de Direitos Humanos, na visão dele, é a Comissão mais importante da Casa. Ela não poderia, em hipótese alguma, deixar de existir. Que, no fim, foi aquilo que você, Paulo, falou e a Márcia também falou. No fundo, aqui nós queremos saber, na linha dos direitos humanos, como está a educação no nosso País. Nós queremos saber como é que está a saúde, nós queremos saber como está a distribuição de renda, nós queremos saber do saneamento básico, nós queremos saber da habitação, nós queremos saber da segurança, enfim, da acessibilidade das pessoas com deficiência, dos idosos. Não há um tema que a Comissão de Direitos Humanos, de uma forma ou de outra, não olhe. Ela quer olhar todos os temas que estão voltados, na verdade, para o ser humano e essa é a nossa obrigação.

O TCU, na minha avaliação, com a sua fiscalização, faz um trabalho fundamental, porque não adianta só falar no Bolsa Família, mas como está sendo executado. Atingiu os objetivos? Só falar no ProUni... Eu sou um dos apaixonados pelo ProUni. Como é que está o ProUni? Como é que está a questão das pessoas com deficiência? Quais os investimentos que foram feitos? O que realmente chegou lá na ponta? Por isso que eu me sinto contemplado aqui com a visão de vocês. Com certeza voltaremos outras vezes para esse debate, principalmente nessa ótica dos direitos humanos, que é um tema que interessa, eu diria, não somente ao povo brasileiro, a toda humanidade. Eu vi numa revista neste fim de semana e concordo, direitos humanos não têm fronteira, não importa se o governo seja mais de direita, ou de esquerda, ou de centro. Nós, que somos militantes da causa, estamos lá para defender os direitos humanos.

Vamos em frente.

Dr. Carlos com a palavra novamente.

O SR. CARLOS ALBERTO SAMPAIO DE FREITAS – Nós vamos encerrar com dois programas que estão intimamente relacionados, sendo o primeiro deles o Programa de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas.

Esse é um programa federal, regulamentado por um Decreto de 2000, o de nº 3.518, e gerenciado pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos da Presidência da República à época da auditoria. Não sei se isso alterou desde então.

Ele é estruturado com base em alianças com programas ou incentivos a programas estaduais de proteção. Esses programas são executados por meio de organizações não-governamentais. Dezessete estados à época integravam o sistema e alguns ainda não tinham desenvolvido seus programas. Então, eles estavam desenvolvendo seu programa. E as secretarias de justiça dos estados firmam convênios. À época, para se ter uma ideia, a capacidade era de 830 beneficiários simultâneos, entre testemunhas, vítimas e seus familiares ou dependentes.

Mas, em essência, o que é esse programa? É proteger pessoas que sejam coagidas ou expostas à grave ameaça, em razão de colaborarem com investigação ou processo criminal, desde que em eminente situação de risco e com personalidade e condutas compatíveis com os requisitos do programa.

O que é isso? A pessoa testemunhou um crime e ela precisa testemunhar. Para que a sua integridade física não seja ameaçada, para que ela não seja morta,

essas pessoas entram nesse programa de proteção e são deslocadas para lugares não conhecidos, até que a sua participação no processo se encerre.

Já falamos que, na época da Presidência da República, havia uma Coordenação-Geral de Proteção a Testemunhas. As atividades são descentralizadas, por intermédio de convênios, com as secretarias estaduais, que, por sua vez, firmam parcerias com as ONGs, que são as responsáveis pelo acolhimento dos beneficiários do programa.

O objetivo dessa auditoria: diferentemente de outros países, aqui a atuação do Estado é fortemente calcada em organizações não-governamentais da sociedade civil, e nós queríamos verificar se essa execução não prejudicaria de alguma forma o programa.

Vou falar rapidamente dos principais achados. A primeira constatação é a de que os programas estaduais não dispõem de uma equipe própria de segurança com policiais escolhidos para isso. Então, qual a implicação disso? O sujeito vai para uma audiência, tem um policial que não é designado e que fica ameaçando a pessoa por corporativismo. Então, há a necessidade de que os estados tenham um efetivo específico e treinado para isso, porque essa ausência do serviço de proteção, a ausência desse corpo especializado prejudica a proteção dos direitos humanos das pessoas que estão em busca de segurança.

Outra coisa interessante é que não há serviço de proteção ao depoente nos estados. Vamos falar disso quando tratarmos do serviço específico de proteção ao depoente. Qual é a diferença entre os dois? O depoente tem situação provisória. Há um rito pelo qual ele tem de entrar em um conselho e ser avaliado, quando ele ficaria sob a proteção desse outro programa, o do depoente. Como os estados não têm esse programa, pressiona-se o programa federal de depoentes e pressiona o próprio Programa de Vítimas e Testemunhas.

O Tribunal fez recomendações no sentido de corrigir isso, para que se incentivassem e criassem esses grupos de policiais especialmente selecionados para operar com a segurança dessas pessoas. Há iniciativas, embora a totalidade delas tenha sido considerada inexequível pelo gestor. Estamos acompanhando a questão.

Outra coisa bastante relevante é a questão do repasse de recursos, da regularidade dos repasses financeiros. À época – e parece que a situação não mudou, porque no final de semana saiu uma reportagem nesse sentido no jornal *O Globo* –, os estados às vezes recebiam o dinheiro e não o repassavam. O que acontece? A ONG, a entidade executora, fica sem o dinheiro e, com isso, esses imóveis são alugados. Então, atrasa-se o aluguel, não se tem dinheiro para comprar comida. Enfim, é uma questão que também nós estamos acompanhando.

Uma outra coisa em que o Congresso pode dar uma grande contribuição é justamente na questão da priorização dos processos judiciais. Há uma grande êxodo. Setenta por cento das pessoas evadem do Programa de Vítimas e Testemunhas, porque os processos demoram demais. Em geral, demoram nove meses para a pessoa ter o primeiro depoimento e, às vezes, a pessoa fica oito anos no programa, precisando se esconder. A pressão psicológica é grande. Então, há uma necessidade, e há um projeto neste sentido, sobre o qual vou falar adiante, tramitando nesta Casa.

Havia uma dificuldade, à época, de atuar de forma corretiva, quando havia problemas nos estados. Então, foi recomendado um esforço da estrutura, e essa estrutura foi reforçada. Enquanto a pessoa está nesse programa, ela precisa ir ao médico, ela precisa ir ao dentista, ela precisa ter um tipo de vida. Então, à época, havia dificuldades em atender o acesso a serviços básicos de educação, saúde. As crianças precisam estudar. Diversas iniciativas foram adotadas para facilitar esse acesso. De maneira geral, a gente observa alguns resultados. O gestor conseguiu melhorar esse atendimento às necessidades básicas.

Outra coisa que prejudicava o programa era a questão do uso da identidade real dos beneficiários no acesso a esses programas de políticas públicas. Por exemplo, no caso de matricular uma criança, se alguém está procurando alguém para matar, vai encontrar um registro na escola, no posto de saúde, porque tem-se de identificar. Então, o Tribunal recomendou medidas para minimizar essa questão, como identidade provisória para os acessos.

Há outras recomendações nesse programas, como a instituição de uma ouvidoria. Essa é uma questão não pacificada ainda, porque o gestor considera que haveria quebra de segurança, mas é necessário que, por exemplo, se pessoa estiver sendo mal atendida nesse programa, ela possa denunciar. Senão, ela não poderia fazer isso. Para quem ela poderia denunciar? Para o próprio carcereiro? Então, ela tem de ter um canal em que ela confie e que colha essas reclamações.

Quanto à questão da prestação de contas, foi recomendado que fossem prestadas contas, porque são verbas sigilosas ou para aluguel. Já há outros órgãos que têm procedimentos semelhantes, como a Abin, os quais poderiam ser adotados.

Muito relacionada a esse programa está a questão da proteção ao depoente especial. Esse serviço é executado, em nível federal, pela Polícia Federal e, como falei, não existe nos estados, embora devessem existir, na prestação de medidas de proteção assecuratórias à

integridade física e psicológica do depoente especial. É a mesma coisa: segurança do depoente especial.

Antigamente, por deficiência do Provita, que é o programa de vítimas, a pessoa ficava muito tempo. Hoje em dia, não. Esse programa está conseguindo cumprir o objetivo de ser temporário. A pessoa fica lá uns quatro meses até que se decida a proteção dela no Provita.

Então, nosso objetivo foi o de avaliar o funcionamento da proteção ao réu colaborador, como já falei, em virtude da ausência de serviços formais no longo período de permanência nesses programas de proteção e do próprio desconhecimento – questão que também foi abordada – desses programas de proteção. Em geral, as pessoas de mais baixa renda, que são as que realmente precisam, não têm conhecimento desses programas. Às vezes, os próprios juízes não têm conhecimento. Então, o Tribunal também recomendou ações, para que os programas sejam melhor conhecidos e, assim, vamos dizer, melhor executados.

Há algumas questões em relação ao depoente especial. Havia a questão, quando essa auditoria foi solicitada, de que as pessoas que estavam protegidas era maltratadas pelos seus protetores. Era a questão mais grave do programa. E, com satisfação, a gente observou que o gestor adotou medidas e que esse problema foi resolvido. Pelo menos, melhorou bastante.

Mas uma questão que ainda é uma lacuna, e uma lacuna muito grave, é que o réu colaborador preso, hoje, no Brasil, não tem proteção. A Polícia Federal não tem instalações físicas. O sujeito está preso e tem de estar em um local de pena restritiva de liberdade. Isso é da maior relevância, porque todos os grandes programas de combate à violência passam pela questão do réu colaborador, da delação premiada. Sem isso, ações, por exemplo, como as da Itália, Mãos Limpas; dos Estados Unidos, não seriam possíveis.

Há algumas iniciativas já da Polícia Federal em articular isso com o Depen, utilizando uma das alas nesses presídios de segurança federal, mas, é uma questão que a gente acompanha porque é da maior relevância.

A questão de indicadores de desempenho, que inexistem. A questão de serviços nos estados, porque a pessoa depende do conhecimento. Às vezes, é um delegado, alguém, um comandante que faz isso, mas é informal. Se a pessoa não está lá, a pessoa não fica protegida.

A questão dos longos períodos aos cuidados dos programas de proteção. Há um projeto de lei tramitando aqui que objetiva justamente minimizar essa questão, dando prioridade a esses processos. A questão dos desconhecimentos, há um desconhecimento desse programa – já falamos. E o tribunal adotou algumas medidas, recomendou os incentivos dos estados, que criassem o serviço de proteção provisória.

E destaco aí, houve uma recomendação à época, que a Secretaria Especial de Direitos Humanos solicitasse audiência à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o objetivo de tentar sensibilizar para a importância de um projeto de lei expor sua importância para esses programas de proteção. E a questão de possibilidade de prova da produção, de prova testemunhal antecipada, para estimular o seu uso, para também combater a questão da morosidade.

Para fechar, tem uma principal recomendação, já falamos da disseminação de conhecimento, já falei que juízes, delegados e promotores, por vezes, até desconhecem esses programas, e a questão da continuidade, desse treinamento em capacitação, porque todas essas melhorias só foram possíveis devido ao empenho do gestor, no caso, que constatamos, de capacitar os policiais federais encarregados dessa atividade em direitos humanos, no tratamento que se deva dar em especial a essas pessoas. Treinamentos realizados inclusive com seminários, trazendo aqui pessoas do *U.S.Marshals*, que é uma entidade dos Estados Unidos que executa esses programas.

Um fato, por último, que destaco, é que, apesar de todos esses problemas, não se verificou, até hoje, nesses programas, nenhuma morte de pessoas protegidas. Foi uma de causas naturais, a pessoa faleceu de causas naturais, e um ou dois suicídios. Mas, apesar de todas essas deficiências, as programas conseguem cumprir o objetivo que lhes foi atribuído.

Agradeço, mais uma vez, em nome do Presidente do Tribunal a oportunidade que o Senador Paulo Paim nos deu de apresentar alguns trabalhos dos múltiplos que o tribunal executa.

É sempre um prazer e uma satisfação estar aqui nesta Casa, a casa do povo, falando da fiscalização.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Queria cumprimentar o Dr. Carlos, também naturalmente a Márcia e o Paulo pelas exposições. Queria dizer que o Warley, que chegou neste momento, é o Diretor da Cobap. Warley já falamos aqui inclusive da sua preocupação sobre a questão das contas da Previdência. O Tribunal de Contas, há muito tempo, me fez uma auditoria. Sei que eles estão fazendo estudo também nessa área. Sei que eles não podem falar nesse momento, mas sei que há estudos que estão fazendo que vão nos ajudar muito.

Vamos ter nossa audiência agora no plenário do Senado onde o eixo vai ser principalmente a valorização dos benefícios dos aposentados e pensionistas, que vem sendo arrochado todos os anos. É comum – só vou dizer essa frase para sintetizar – o cidadão pagou sobre cinco, está ganhando dois salários, quando

não está ganhando um, e assim sucessivamente. O reajuste do valor do benefício não acompanha o que realmente ele pagou lá atrás quando estava ainda na atividade. Aqui falamos de diversos temas.

Bom, eu queria agradecer muito a todos os painelistas por esta oportunidade.

As recomendações que foram aqui destacadas principalmente em relação à proteção da testemunha vamos levar em frente. Vamos convidá-los, num outro dia da semana também, para voltar aqui e para aprofundarmos esse debate em todas as áreas que foram aqui levantadas.

Reafirmo essa minha visão. Não adianta só falar que tem bons programas. Não importa quem é o governo. Quero saber se os programas estão sendo executados, se estão chegando lá na ponta, que a gente chama, lá onde está o cidadão, o benefício. Seja, repito, na área da educação, da saúde, da habitação, da previdência, do saneamento básico, da segurança, que foi tão enfatizado aqui.

Por isso, entendo que o Tribunal de Contas cumpre um papel fundamental e tem tudo a ver, sim, com o trabalho aqui da Comissão de Direitos Humanos.

Vamos ter que encerrar, nesse momento, devido ao compromisso que assumimos com a Cobap, que deve estar com a delegação chegando. E se você está aqui, o pessoal está com dificuldade de entrar. E naturalmente vamos lá para auxiliar no encaminhamento. E vamos lá no plenário do Senado também anunciar o trabalho que fizemos aqui com o Tribunal de Contas e seus representantes, e a importância desse trabalho. Grande parte do Brasil, claro – claro não, digo infelizmente – não conhece com profundidade o trabalho do Tribunal de Contas da União.

Então, meus cumprimentos pela iniciativa de procurarem a Comissão de Direitos Humanos. Vamos fazer um trabalho em parceria, para que efetivamente tudo que for anunciado seja executado, pensando sempre no cidadão, pensando na pessoa.

Muito obrigado.

Está encerrada esta audiência pública.

ATA DA DÉCIMA OITAVA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 27 DE ABRIL DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas do dia vinte e sete de abril de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim),** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os seguintes Senadores: **Ana Rita, Paulo Paim, Wellington Dias, Ângela Portela, Humberto Costa e Marinor Brito**. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **Pauta. Item único**. **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento nº 37, de 2011 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 31/03/11, "em comemoração ao Dia Nacional da Empregada Doméstica, que ocorrerá dia 27 de abril". Convidados que comparecem e fazem uso da palavra nesta ordem: Creuza Maria Oliveira, Presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas – FENATRAD; João Baptista Neto, Secretário Nacional de Combate ao Racismo; Ana Carolina Quirino, Coordenadora de Direito Econômico da ONU Mulheres e Brasil CONESUL, em substituição a Senhora Rebeca Reichmann Tavares; Laís Abramo, Diretora Regional Internacional do Trabalho – OIT; Ailma Maria de Oliveira, Dirigente da Confederação dos Trabalhadores do Brasil – CTB, em substituição a Senhora Raimunda Gomes, Secretária Geral dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB; Luiza Bairros, Ministra de Estado da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR); Rosana Ramos, Secretária adjunta em representação da Excelentíssima Senhora Ministra Iriny Lopes, Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM; Patrícia Lino Costa, Assessora da Direção Técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), em representação a Senhora Lilian Arruda Marques, Assessora da Direção Técnica do DIEESE; Cleonice Caetano Souza, Presidente do Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial – INSPIR; Leci Brandão, Deputada Estadual de São Paulo; Mario Avelino, Presidente do Instituto Doméstica Legal; Francisco Luiz Saraiva, Diretor Executivo da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços, em representação a Senhora Mara Luzia Feltes, Secretária da CONTRACS; Maria Auxiliadora, Secretária da Força Sindical; Adriane Oliveira Moscardin, Representante Nacional do Coletivo de Gênero da União Geral dos Trabalhadores – UGT, em substituição a Senhora Cássia Bufelli, Secretária Nacional da Mulher da UGT; e Dra. Josefina Serra, Conselheira da OAB/DF. Fazem uso da palavra os seguintes Senhores Senadores: Senador Paulo Paim, Ângela Portela, Marinor Brito, Wellington Dias e Ana Rita. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas e cinquenta minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 18ª Reunião Extraordinária da

Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta reunião de hoje, esta audiência pública tem como objetivo, baseado no requerimento de nossa autoria, aprovado em 31/3/2011, discutir a situação da empregada doméstica no Brasil, neste dia, que é 27 de abril, Dia Nacional da Empregada Doméstica.

Enquanto os convidados estão chegando, vou aproveitar para apresentar o Prefeito de Pelotas que está aqui, cidade pela qual tenho enorme carinho e sou muito bem recebido. Só para citar um exemplo a vocês, e me permitam que diga isso, recentemente, na campanha ao Senado – o Prefeito não é do meu partido –, houve uma festa com cerca de cinco mil idosos, e o Prefeito era um dos organizadores e me recebeu com enorme carinho. Isso mostra que a questão não é partidária e, sim, os interesses do Rio Grande e, aqui, os interesses de Pelotas. Por isso, na abertura, queria que o Prefeito Fetter Júnior fizesse um convite a todos para irem ao nosso Rio Grande e à sua cidade.

Prefeito, por favor.

O SR. FETTER JÚNIOR – Prezado Senador Paim, queria agradecer muito a oportunidade que me dá, especialmente a Pelotas, de estarmos aqui na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal. Além de saudar V. Exª e demais participantes da audiência, também quero cumprimentar as empregadas domésticas, suas dirigentes, por esta data importante não apenas de conquistas, sobretudo de lutas, que tenho certeza ainda há muito que se fazer em relação a essa categoria.

Pelotas é uma cidade diferenciada no contexto brasileiro. Encaminhamo-nos para fazer 199 anos. E a partir de julho deste ano até julho do ano que vem, quando completaremos duzentos anos, vamos ter uma grande programação de eventos.

Prezado Senador, queria aproveitar e convidá-lo publicamente para prestigiar essa programa de duzentos anos, que se iniciará este ano em julho e irá até julho do ano que vem.

Para o Brasil é uma cidade antiga, País jovem. Vamos ter uma programação intensa que será oportunamente divulgada.

Há um fato que diferencia muito Pelotas. Pelotas foi uma cidade que nasceu a partir da indústria do charque, produzia carne seca para vender para todo o Brasil. Em função disso, atraiu imigrantes de todo o mundo. Hoje é uma da cidade que tem 28, 30 etnias diferentes. Em alguns lugares, só há descendentes de alemão, só de italiano. Lá, você encontra um pouco de tudo. É a cidade que tem o maior contingente de afro-descendentes no Rio Grande do Sul, na sua composição étnica, quase 40% da população de Pelotas tem origem afro-descendente, mas você encontra português, italiano, francês, inglês. Tudo isso contribuiu para fazer não só a tradição do charque, do sal, mas também a tradição doceira de Pelotas.

Agora em junho, vamos ter a Fenadoce, a 19ª Festa Nacional do Doce. É um evento com quinhentos expositores, em um parque de dezessete hectares. Durante três semanas, de 15 de junho a 03 de julho, haverá mais duzentos shows artísticos, eventos diversos. E Pelotas deve receber mais de trezentas mil pessoas nesse parque de eventos, na Fenadoce. É o que tem ocorrido todos os anos.

Então, a minha razão, Senador, de estar aqui, e agradeço muito a sua gentileza por nos receber no Senado da República, abrindo um espaço para Pelotas na Comissão de Direitos Humanos, é para convidar a população do Brasil a conhecer Pelotas, que foi escolhida pelo Ministério do Turismo, a partir de um estudo da Fundação Getúlio Vargas e do Instituto Marca Brasil, como sendo um dos 115 destinos prioritários do turismo no Brasil, dos quais cinco são no Rio Grande do Sul, e Pelotas é um deles. Os cinco destinos são a capital, Gramado, que muita gente conhece, região da Serra Bento, as missões jesuíticas e Pelotas, na zona sul, é um dos destinos turísticos prioritários do Brasil.

Queremos que vão lá para conhecer por que somos um destino turístico. Pelotas tem praia, tem um centro histórico bastante bonito, bem conservado, estamos conservando. É um dos maiores Programas Monumenta junto com o Iphan do Brasil de recuperação de prédios históricos. Tem uma área rural diversificada, uma área colonial. Então, há todos os tipos de possibilidade: turismo rural, turismo histórico, turismo de praia. Pelotas tem cinco instituições de nível superior, trinta mil universitários, mais de cem mil estudantes. É uma cidade polo de educação, de saúde. E a nossa marca hoje, que nos distingue, é por essa herança açoriana aprimorada ao longo do tempo por imigrações de franceses, alemães, africanos, enfim, desenvolvemos uma doçaria que nos torna conhecidos. Brincamos dizendo que é a cidade mais doce do Brasil.

Para ter a oportunidade de confirmar isso, por favor, de junho a julho, vão a Pelotas, nos prestigiem.

Encerro, agradecendo enormemente o Senador pela gentileza de nos abrir esse espaço para convidar o Brasil para a Fenadoce.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse é o convite que faz o Prefeito aos nossos convidados e ao Brasil, pela TV Senado.

Só me permita, Prefeito, ao abrir o folheto, vi, e achei muito bonito, que você colocou aqui a figura do Bernardo de Souza. Bernardo de Souza foi um grande político do Rio Grande e foi quem implementou o primeiro orçamento participativo.

O SR. FETTER JÚNIOR – O Projeto chamado: Todo o Poder Emana do Povo, que é aquele art. da Constituição.

Começou o primeiro orçamento participativo em Pelotas. E o Bernardo era Prefeito pela primeira vez, e eu Vereador. Depois concorremos juntos, fui seu vice-Prefeito, até que ele adoeceu e foi obrigado a renunciar e acabou falecendo. E eu virei Prefeito e agora fui reeleito. O Bernardo é o um ícone de política pelotense, da política gaucha. Fico feliz que o senhor tenha apreciado esse registro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado, Prefeito. Agradecemos a sua presença aqui.

Fique à vontade. Se quiser assistir ao nosso debate, será muito bem- vindo como sempre fui, como você me trata com muito carinho toda vez que vou lá, na nossa querida Pelotas. Estarei lá comendo o meu docinho com cuidado porque estou de regime.

Vamos à nossa audiência pública. Depois eu acompanharei em companhia da Senadora Ana Amelia e o Senador Rigotto a comitiva na visita ao Presidente Sarney, na parte da tarde, junto com as rainhas da festa.

Vamos à nossa audiência pública.

Temos aqui entre convidados e os participarão diretamente do debate:

Iriny Lopes, Ministra de Estado da Secretaria de Políticas para as Mulheres;

Luiza Bairros, Ministra de Estado da Secretaria de Política e de Promoção da Igualdade Racial;

Carlos Roberto Luppi, Ministro do Trabalho;

Leci Brandão, que justificou, queria muito estar aqui, mas não poderá;

Maria Auxiliadora, Secretária da Força Sindical;

Rosane Silva, Secretária da Central Única dos Trabalhadores;

Patrícia Lino Costa, Assessora da Direção Técnica do Departamento Inter-sindical, Dieese;

Cleusa Maria Oliveira, Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Domésticos;

Cleonice Caetano Souza, Presidente do Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial;

Francisco Luiz Saraiva, Diretor Executivo da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços, em representação da Srª Maria Luiza Feltes, Secretária da Contracs;

Mário Avelino, Presidente do Instituto Doméstica Legal;

João Baptista Neto, Secretário Nacional de Combate ao Racismo; e já queria convidá-lo para a mesa se possível;

Ana Carolina Quirino, Coordenadora de Direitos Econômicos da ONU, Mulheres e Brasil Cone Sul, em substituição à Srª Rebeca Tavares. Peço também que venha à mesa.

Laís Abramo, Diretora do Escritório da OIT no Brasil. Convido também para vir à mesa.

Sejam bem-vindos.

Quero aproveitar para registrar a presença também de Ledja Australino Silva, Diretora de Educação, Cultura, Turismo, Desporto da Nova Central Sindical, em substituição a Srª Sonia Maria;

Convido também a Srª Ailma Maria de Oliveira, Dirigente da Confederação dos Trabalhadores do Brasil – CTB, que está aqui substituindo Raimunda Gomes. Convido-a para formar a primeira mesa. Vamos formando diversas mesas.

Estar presente conosco, registro, depois virá em outra mesa, Adriane Oliveira Moscardin, Representante Nacional da UGT.

Então, formada a primeira mesa, depois formaremos outra mesa, vamos abrir a audiência pública sobre as empregadas domésticas.

Queria, primeiramente, informar a todos que tive a alegria de receber aqui uma delegação de juízes de todo o Brasil, juízes federais que estão em greve a partir de hoje. Estão exigindo a melhoria das condições de trabalho, o seu plano de política salarial naturalmente, e também mais segurança, já que diversos juízes estão ameaçados de morte. Eles estarão aqui, em uma audiência pública, quando vou recebê-los para que façam as denúncias devidas da ameaça de morte e exponham o seu ponto de vista do por que do protesto no dia de hoje.

Ao iniciar esta audiência pública, farei uma rápida introdução.

Dia 27 de abril é comemorado o Dia da Empregada Doméstica, data dedicada à padroeira das domésticas, Santa Rita. Moça humilde, generosa, costumava dividir sua comida e sua roupa com os pobres.

Convido a minha vice-Presidente, Senadora Ana Rita para que venha aqui para a mesa, para dividirmos a presidência dos trabalhos.

Esperamos que venha a Senadora Ângela Portela, que está chegando.

A Senadora Ana Rita vai dividir a coordenação dos trabalhos, pois, como são muitas comissões, há

momentos em que terei de sair para votar em duas comissões, e ela também. Então, com certeza estarão aqui com vocês ou a Senadora Ana Rita, ou a Senadora Ângela Portela ou o Senador Paim.

Senadora Ana Rita, somente para situá-la, estou fazendo uma introdução sobre a empregada doméstica, lembrando aqui da Santa Rita.

Embora ao falar-se de empregada doméstica, logo vem à mente aquela que nos auxilia na tarefa do lar, ajuda na estrutura de todos nós e de nossos familiares.

Empregada ou empregado doméstico é todo aquele que, vocês mais do que ninguém vão explicar aqui quais as funções, não precisa eu leu. Prefiro ficar nesse resumo: são os guardiões, eu diria, são os que dão parte de sua vida para defender as nossas vidas, inclusive o nosso próprio patrimônio, que zelam, cuidam. E o que vocês querem, permito-me a dizer isso, apenas que sejam tratados como são tratados os outros trabalhadores, que não haja nenhuma discriminação e que todos os direitos assegurados aos trabalhadores sejam estendidos às empregadas domésticas.

Com isso fiz a introdução adequada, porque estamos aqui para ouvi-los. Vocês, mais do que ninguém, é que falarão das suas angústias, das suas demandas.

Hoje, sabemos, não é um dia como a gente lembra sempre, no dia 1º de maio, não é um dia de festa, é um dia de reivindicação, um dia de contestação, é um dia de exigência de direitos. E que esta Casa, o Congresso Nacional, avance na legislação, assegurando a vocês, repito, nada mais, nada menos do que os mesmos direitos que possuem os outros trabalhadores.

Senadora Ana Rita, que dividirá a presidência conosco, montei uma primeira mesa. Há uma lista assinalando as que estão na mesa.

Vou seguir aqui a ordem de como montei a mesa. E vou passar a palavra imediatamente à primeira oradora. E a Senadora Ana Rita assim como os demais Senadores, vocês verão, usam a palavra a qualquer momento.

Senadora pode usar agora ou depois de algum orador.

Senadora, como sempre gentilmente, diz que abre mão de falar agora, e vai falando de acordo com os companheiros e companheiras que forem se posicionando.

Aqui é bem informal. Estamos em casa. Só não estão trabalhando, são os heróis da história.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Somente para dar um bom dia aos companheiros que aqui estão, dizer da nossa alegria, da nossa satisfação em recebê-las aqui, nesta audiência pública. Com certeza será uma audiência bastante proveitosa.

Queremos que este espaço seja o espaço de vocês na manhã de hoje. Queremos ouvi-las e depois faremos os encaminhamentos necessários, de acordo com as demandas que vocês nos trazem.

Vi também todos os que estão aqui na mesa, é um prazer recebê-los e recebê-las nesta manhã de hoje.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Ana Rita, que vai dividir a presidência dos trabalhos conosco e com a Senadora, que é Presidente da Subcomissão da Mulher, Ângela Portela.

Passamos a palavra à Presidenta da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, Fenatrad, Srª Cleuza Maria Oliveira.

Venha para a mesa, Cleuza, para que abra os trabalhos.

A Senadora Ângela não me deixa mentir só. Eu havia anunciado, por duas ou três vezes, que íamos dividir os trabalhos com V. Exª.

Então, seja bem-vinda. Vamos sentando aqui.

Queria, neste momento, com muita alegria, com uma grande salva de palmas, a Ministra Iriny Lopes, Ministra de Estado da Secretaria de Política para as Mulheres.

Já chegou neste momento a Luiza Bairros, Ministra de Estado da Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial. Palmas mais uma vez.

A Senadora Ana Rita vai ao plenário.

Logo em seguida, terei que ir a uma outra comissão. Então, elas assumem aqui a Presidência.

Disse aqui a Ministra. "Finalmente". Porque havíamos convidado Ministra em outros momento para falar dos oitos anos da Cepir. E a Ministra: "Bom, só se eu suspender a viagem para o Rio Grande. Vou para lá inclusive representá-lo. Vou explicar porque você não está lá". E eu digo: "Não, não, Ministra, vá, porque aqui eu explico os oito anos da Cepir". A Ministra esteve no Rio Grande, fez uma bela palestra lá, inclusive recebeu um menino que estava sendo discriminado lá, um menino da Bahia. Ele mesmo me ligou depois agradecendo a sua mediação.

Se me permitir, Ministra, a não ser que queira abrir os trabalhos, para nós é indiferente. A senhora prefere falar mais. Vamos tocando, e a Ministra falará à vontade. Ministra aqui fala quando quiser. Se ela quiser, ela fala em primeiro, segundo ou terceiro ou encerra. Aqui a Ministra é quem manda. Então, fique à vontade, Ministra. Você é a nossa convidada especial de hoje. A gente agradece em nome da Comissão de Direitos Humanos.

E vocês sabem que não é sempre que os ministros que a gente convida vêm mesmo, e a Ministra

não veio outro dia, foi me defender no Rio Grande e disse: não, na minha primeira oportunidade, eu estou aí. E está aqui hoje, neste evento, e eu fico muito gratificado, prestigiando a Comissão de Direitos Humanos e, ao mesmo tempo, prestigiando esse dia, que é um dia tão nobre, que é o Dia Nacional da Empregadas Domésticas.

Então, como eu havia anunciado, a nossa líder aqui, a Creuza Maria Oliveira está com a palavra, dez minutos, mais cinco, se necessário.

A SRª CREUZA MARIA OLIVEIRA – Ok. Bom dia para todos e todas. Quero saudar esta Mesa, as mulheres na pessoa da Ministra Luiza Bairros, grande parceira há mais de 20 anos e hoje nessa Secretaria, que é a Seppir, Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial.

Quero saudar também aqui o nosso Senador Paulo Paim, que tem sido muito importante para nós aqui. Não é a primeira audiência pública, já é a segunda ou terceira audiência sobre esta questão do trabalho doméstico. Hoje é o dia 27 de abril, que é o dia Nacional das Trabalhadoras Domésticas.

Quero saudar também a Senador Angela Portela e Ana Rita, e dizer também que quero agradecer e parabenizar por esta audiência pública e dizer que, para nós, é um momento mais uma vez histórico.

A organização das trabalhadoras domésticas, como a gente tem sempre falado, tem mais de 70 anos. São cerca de 73 anos de organização sindical. A primeira organização foi na década de 30, por D. Laudelina de Campos Melo. É importante a gente referendar essa mulher guerreira, que estava à frente do seu tempo, porque organizar as trabalhadoras domésticas hoje, em pleno século XXI, não é fácil. Imaginem na década de 30, quando a situação ainda era bem pior do que hoje. Nos estamos há 120 anos da assinatura da Lei Áurea. Imaginem há 73 anos como era difícil organizar essa categoria.

Hoje a gente teve avanços importantes tanto que estamos aqui nesta audiência pública às vésperas da ratificação de uma convenção da OIT ocorrida em Genebra. Ano passado, em 2010, na 99ª Conferência da OIT, pela primeira vez, um dos temas da conferência foi o trabalho doméstico, de onde saiu uma convenção acompanhada de uma recomendação. E estamos esperando que agora, em 2011, essa convenção acompanhada de uma recomendação seja ratificada, porque não é justo que o mundo, que tem um número significativo de trabalhadores domésticos, não é só o Brasil. O Brasil tem cerca de oito milhões. Os dados oficiais, hoje, já admitem mais de sete milhões, e a gente há muito tempo vem falando que há cerca de oito milhões de trabalhadoras. É a maior mão de obra feminina no País e ainda é o mercado que mais emprega no caso das mulheres e mulheres negras.

Então, essa questão de uma convenção, acompanhada de uma convenção, a questão do Brasil, caso essa convenção seja ratificada, que o Brasil faça reparação no seu art. 7º não é nada mais que fazer justiça a essa categoria. Ou seja, reparação. E nós estamos lutando pela reparação para a população negra, para as mulheres e, com certeza, essa categoria não pode ficar de fora dessa reparação no art. 7º da Constituição e, também, tem de estar incluída na CLT, que é a Consolidação das Leis do Trabalho, de que nós, infelizmente, não fazemos parte.

E hoje não estamos aqui, os vários sindicatos que existem pelo Brasil, tivemos dificuldade de trazer algumas companheiras, algumas ainda não chegaram aqui porque provavelmente o voo atrasou, mas devem estar chegando. Mas nós, hoje, temos sindicatos em várias partes do Brasil, temos também uma confederação latino-americana e caribenha e temos a federação nacional, que ainda luta por direitos que são os direitos trabalhistas, mas também o direito de se organizar, porque nós não temos o direito, como os outros trabalhadores, de se organizar, a gente não tem liberação sindical, a gente não tem imposto sindical, a gente não tem estabilidade sindical.

Então, para nós, organizarmo-nos em sindicato é como se fosse ousadia – como se fosse não, é ousadia a gente estar se organizando. Enquanto Isabel, que está aqui no plenário, negocia com a patroa no Maranhão para estar aqui hoje nesta audiência pública, a companheira Ângela também, do Rio, negocia com a patroa, tem que trabalhar um domingo para poder estar aqui hoje, e a companheira Shirley, da Paraíba, também. Então não é fácil para nós chegar, em plena quarta-feira, numa audiência pública, e essa categoria estar aqui, enquanto outras categorias têm muito mais facilidade de se organizar, de se mobilizar, inclusive com representação aqui em Brasília para estar dentro do Parlamento, negociando. Há categorias que não têm representação parlamentar, ou seja, não têm Deputados nem Senadores, mas têm condições de estar tendo uma base em Brasília para estar dentro do Parlamento, no Senado, na Câmara, nas comissões, negociando, apresentando proposta, vendo seus projetos que estão tramitando ou que estão parados.

Então, nós temos essa dificuldade de nos organizar, de vir até Brasília. Temos vários projetos neste Parlamento, projetos de anos, desde a época da Constituição de 88, que ainda não saíram da gaveta. A gente sempre fala assim: a gente vai conseguindo de 10 em 10 anos, vai pingando alguma coisa. De 10 em 10 anos, vamos conseguindo alguma coisa. A pri-

meira lei foi em 72, depois em 88; agora, em 2006, foi aprovada a Lei 11.324, que trouxe avanço na questão da estabilidade da gestante; a folga nos feriados, porque antes era só domingo, e a questão dos descontos de utilidades, pois foi, no caso, proibido fazer esses descontos de utilidades do nosso salário.

O decreto que proíbe o trabalho infanto-juvenil até os 18 anos também foi aprovado em 2008, mas ainda falta a divulgação. Ainda tem gente colocando crianças e adolescentes no trabalho doméstico, e o trabalho doméstico foi considerado, em 2008, como sendo o de pior forma, porque as crianças estão expostas a todo tipo de violência: a violência de estar fora da escola; a violência de estar fazendo um trabalho que é coisa de adulto, pegando peso, inclusive tomando conta de pessoas doentes, adolescente tomando conta de pessoas doentes, cuidando de animais como pitbulls e outros animais ferozes. Os meninos que estão nessas casas cuidam de piscinas e cuidam de animais também domésticos, que são os cachorros e semelhantes. E as meninas são molestadas, são abusadas sexualmente. Então, o trabalho doméstico infanto-juvenil passou a ser considerado o de pior forma.

Porém, é preciso que haja divulgação, que haja campanhas maciças para que a sociedade tenha essa consciência e não ache que tirar uma criança negra, pobre, do seio de sua família e botar dentro de suas casas está ajudando porque não é verdade. Está explorando. Lugar de criança é na escola, é no seio de sua família, é vivendo sua infância. Então, nós lutamos para que haja creche para as mães que precisam trabalhar, que deixem seus filhos na creche; e, para os filhos maiores que não estão mais na idade de creche, escola em tempo integral. Porque o que acontece hoje é que as mães saem para trabalhar muitas vezes às cinco horas da manhã, seis horas da manhã, retornam às 18, outras até às 19 horas, e seus filhos, que estão em tempo de escola, vão para a escola pública, que, muitas vezes, tem a primeira aula e a segunda aula não tem. E o que acontece? Essa criança sai da escola e fica na rua, enquanto aquela mãe está dentro de uma casa ou de um apartamento, cuidando de outras crianças que não são os filhos dela. Aí, o dela está solto pela rua. E são essas crianças e esses adolescentes que vão para o tráfico, que são abusadas sexualmente e que são mortas, que acabam sendo jovens que, a partir dos 13, 14, 15 anos, estão sendo mortos pelo tráfico, pelas drogas, pelo *crack*, por várias situações que a gente sabe que acontece.

Então, era isso que eu queria colocar, não sei como está meu tempo.

Uma outra coisa sobre a qual eu queria falar é a questão da Convenção da OIT. É importante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode continuar, vai tranquila. Depois, tem mais cinco ainda.

A Srª CREUZA MARIA OLIVEIRA – Então, para essa Convenção da OIT, precisamos levar uma delegação. Em 2010, fomos seis trabalhadoras domésticas. Dizem que foi a maior delegação com a presença de trabalhadoras de todo o mundo. O Brasil levou seis trabalhadoras, bem divididas, em termos de região. Foi muito legal a nossa presença lá, apesar da questão do idioma, da nossa dificuldade com o idioma, mas o espanhol dá para a gente entender legal. E, assim, a nossa presença foi importante porque estávamos lá, vimos companheiras domésticas das Filipinas, da África, de outros países da América Latina e também do mundo. A gente pôde ver como é importante que essa convenção seja realmente ratificada.

Sabemos que os países de Primeiro Mundo, ou seja, a Europa, são contra a convenção acompanhada de uma recomendação, são a favor de uma só recomendação, mas queremos a convenção acompanhada de recomendação, porque a gente sabe que, se for só a recomendação, vai ficar igual ao FGTS no Brasil, recolhe quem quer. Se não quiser, não é obrigado. Começou, não pode parar, mas, se não começou, nada obriga.

Então, a gente vê que tem pessoas trabalhando em uma casa há quinze, vinte, trinta anos, quando sai, não tem direito ao FGTS. Por isso, é importante que essa convenção seja aprovada – porque é uma questão mesmo de direitos humanos –, e esta é a Comissão de Direito Humanos do Senado Federal. É importante esta discussão, é importante que a sociedade toda esteja consciente de que esta luta não é só da categoria de trabalhadora doméstica, mas de toda a sociedade. Eu me lembro de que, em 1988, quando a gente estava naquela luta da Constituição, a gente dizia: "*Se não vêm nossos direitos, o Brasil perde também. Nossos direitos vêm, nossos direitos vêm. Se não vêm nossos direitos, o Brasil perde também*". Então, é importante que essa convenção seja realmente aprovada para que a gente não seja, mais uma vez, esquecida, deixada para trás.

Era isso, Senador. Quero agradecer a todos e todas que vieram para esta audiência e estão aqui e dizer que é assim que a gente faz história.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Parabéns. (*Palmas.*)

Cumprimento a Srª Creuza pela sua fala, e já sei, se perder o emprego de doméstica, vai ser cantora. Vai cantar para nós, para todo o Brasil.

Deixem-me só fazer uma correção aqui, e a culpada é a Senadora Ana Rita, porque, quando li aqui, disse que a padroeira era Santa Rita. Na verdade, é

Santa Zita. A culpada é a senhora – foi a desculpa que achei –, porque li rapidamente e a senhora estava chegando, é a nossa Vice-Presidente da Comissão, disse que a padroeira era Rita e a padroeira é Santa Zita. Que fique bem claro.

Meus amigos, terei de ir à Comissão de Assuntos Sociais, onde serão apreciados dois projetos de minha autoria. Um deles amplia o seguro desemprego para 12 meses e vai ser votado agora. Então, vou lá, voto e retorno para cá, e ficarei aqui no plenário junto com as duas Senadoras que ajudaram a organizar o evento, Senadora Ana Rita e Senadora Angela Portela, que é Presidente da Subcomissão da Mulher, desta Comissão, e a Senadora Ana Rita é a Vice-Presidente desta Comissão.

Com muita satisfação, convido a Senadora Angela Portela a assumir a Presidência neste momento. Depois assumirá a Ana Rita e então eu assumirei também, pois vou querer dividir com vocês este espaço. São duas mulheres, eu sou minoria, mas há um companheiro ali na ponta que me ajuda.

Senadora Angela Portela, por favor. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Bom-dia a todos e a todas. Quero cumprimentar carinhosamente todos os membros desta Mesa. Cumprimento a Ministra Luiza Bairros, nossa companheira que está sempre aqui nos prestigiando.

Quero dizer que, como Presidente da Subcomissão dos Direitos da Mulher, sinto-me muito honrada de estar presidindo esta audiência pública em homenagem ao Dia Nacional da Trabalhadora Doméstica.

Passo a palavra agora, dando continuidade a esta audiência, ao Sr. João Baptista Neto, Secretário Nacional de Combate ao Racismo.

O SR. JOÃO BAPTISTA NETO – Bom-dia a todos e a todas. Eu agradeço o convite para participar desta audiência. Gostaria de cumprimentar a Ministra Luiza Bairros e, em nome dela, toda a Mesa.

No movimento sindical, nós temos lutado muito e debatido muito esse tema. Analisando todo esse tempo em que nós estamos debatendo, desde outros sindicalistas e outras pessoas da sociedade, chegamos à conclusão, eu especificamente dentro da minha central, que a trabalhadora doméstica só vai conseguir efetivamente conquistar seus direitos de uma forma plena a partir do momento em que a nossa sociedade tiver uma outra visão sobre trabalho doméstico.

Falando especialmente do Brasil, nós temos que reconhecer como profissão o trabalho doméstico, mas nós estamos sempre vinculando esse trabalho ao tempo da escravidão, ou seja, a trabalhadora doméstica não é uma trabalhadora normal. Nós da sociedade temos que ter essa consciência de que trabalho doméstico também é uma profissão e deve ser reconhecido.

Se nós pensarmos a respeito daquilo que foi conquistado, poderemos falar que tivemos vários avanços, mas entendo ser ainda muito pouco, porque nós estamos tratando da cultura de um povo. Nós sociedade e Governo precisamos assumir uma postura. Vai adiantar a luta, é importante que a gente continue lutando: a OIT, o Ministério do Trabalho, a Cepir, mas essas figuras estão sendo colocadas dentro de um contexto e nós precisamos ampliar um pouco esse debate. Ou nós vamos fazer a sociedade entender que nós temos que deixar de ser machistas e discriminadores, ou a empregada doméstica não terá seu espaço.

É muito fácil para nós do movimento sindical, quando vamos fazer os nossos debates, termos o capital e o trabalho. Nós sabemos que nós vamos atacar. Agora, quando vamos falar em trabalhador doméstico, tem-se o capital, mas também o trabalhador, também tem a empregada doméstica.

Mas você também tem o trabalhador que tem a empregada doméstica. E, quando você fala em direitos, o trabalhador, muitas vezes, é o primeiro quem fala: "Não, eu não vou pagar aquele salário, eu não vou registrar".

Então, isso é uma coisa de cultura. A gente está lutando há muitos anos, tentando mudar algumas coisas na CLT, mudar o art. 7º da Constituição, mas isso o Governo como um todo tem que assumir, e a gente tem batalhado isso desde o outro governo, do governo Lula, para que essas coisas possam efetivamente ser alteradas.

Acreditamos que, agora, com o Governo Dilma e junto com os Ministros Luiza Bairros, Carlos Lupi, nós tenhamos condições de tentar fazer alguma coisa mais profunda.

Eu acho que nós não podemos ficar simplesmente preocupados se vamos ter Fundo de Garantia e INSS. Não é para isso que nós temos que lutar, não é isso que temos que ver. Nós temos que ver a cultura deste povo, como eu falei para vocês. Nós devemos adotar algumas regras e algumas fórmulas para que esse conceito seja modificado. Entendam também que não deve ser uma ação isolada do Governo. Nós temos que estar dando as mãos para que esse trabalho possa ser realizado. Nós temos que sacudir esta Nação, nós temos que ser o exemplo para que outros povos possam efetivamente, também, se espelhar na gente, como também se espelharam no Bolsa Família e em outras medidas que foram tomadas.

Nós temos que ter orgulho de ter uma empregada doméstica. Nós devemos tratá-la como sendo um ser

humano e não como sendo uma pessoa sem nenhum direito, sem nenhum espaço dentro da nossa casa.

Podemos estar pensando nos grandes centros, mas nós somos os patrões, nós poderíamos mudar essa situação, só que, com o passar do tempo, isso não ocorre. É falta de consciência nossa também.

Se realmente, a partir de 2012, não for permitido mais, por exemplo, abater do Imposto de Renda o valor que foi pago do INSS, será que vão ser demitidas novamente todas as empregadas? Ou seja, o trabalhador, aquele que está contratando sempre está procurando algum incentivo para poder fazer os seus direitos, enquanto outras categorias lutam e são reconhecidas por esses direitos.

O que a nossa Central tem discutido, junto com o movimento, junto com todo o contexto de trabalho decente é: antes de mais nada, é preciso que nós tenhamos coragem, como falava Mandela. Coragem não é ausência de medo, é aprender a superá-lo. Nós temos que ter coragem, porque, se não tivermos coragem, a trabalhadora doméstica realmente não vai ter o espaço que almejamos no futuro bem próximo.

Obrigado. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Muito obrigada ao Secretário Nacional de Combate ao Racismo, João Baptista Neto, eu tenho dados da PNAD aqui que mostram, em 2010, 7 milhões de trabalhadores domésticos, em sua expressiva maioria mulheres; mostra também que o número de trabalhadores domésticos cresceu 11%; o seguimento de carteira assinada subiu 20% no mesmo período. Mas a proporção de trabalhadores com carteira assinada entre homens é de 40%, entre mulheres, apenas 26,1%. Então, a discriminação realmente continua.

Gostaria de passar a palavra agora para Ana Carolina Quirino, Coordenador de Direito Econômico da ONU, Mulheres e Brasil, Cone Sul, em substituição à Srª Rebecca Reichmann Tavares.

A SRª ANA CAROLINA QUIRINO – Muito obrigada, Senadora. Bom-dia, Srª Ministra Luiza Bairros, Drª Laís, Creusa e demais colegas que se encontram à mesa e no plenário.

Começarei falando sobre o que é ONU Mulheres, porque acredito que, sem contar as nossas parceiras tradicionais, poucas pessoas sabem o que é essa instituição.

A ONU Mulher acabou de ser criada, no contexto da reforma do sistema ONU, e reúne as 4 instituições que lidavam com o tema de gênero no âmbito do sistema ONU, uma delas era a a Unifem, nosso antigo nome aqui no Brasil e Conesul.

Gostaria de iniciar falando da importância do trabalho doméstico no âmbito do nosso trabalho cotidiano das ações da ONU Mulheres.

Desde 2006, implementamos um programa que relaciona as dimensões de gênero, raça, etnia e pobreza direcionado especificamente para mulheres negras e indígenas. Acreditamos e defendemos a ideia de que pobreza dessas mulheres tem causas estruturantes e, para combatê-la, teremos de combater essas causas.

O trabalho doméstico, no âmbito desse programa, é fundamental, porque reúne as principais características das discriminações contra as mulheres e contra a população negra e indígena.

Já foi mencionado aqui que o trabalho doméstico é uma das principais heranças do período da escravidão, aqui no Brasil, representada pela população negra e, nos outros países da América Latina, pela população indígena. Por suas características de servidão, de não equalização com os demais direitos trabalhistas, vemos que essa herança ainda é muito forte em nosso cotidiano.

O trabalho doméstico, seja remunerado ou não, é fundamental para o funcionamento geral da economia e para a geração de riquezas. Todos sabem que se não tivermos um apoio em nossas casas na realização de atividades cotidianas como limpeza, cozimento e cuidados de nossos filhos, não será possível sairmos para o mercado de trabalho, produzir e gerar riquezas.

Enquanto as mulheres não haviam saído para o mercado de trabalho formal, tínhamos essencialmente donas de casa que, muitas vezes, contavam com o apoio de trabalhadoras domésticas realizando essas tarefas de cuidado e de reprodução. Agora, esse fato se amplia com a saída das mulheres para o mercado de trabalho. Temos esse aporte dentro de nossas casas. Como imaginar o que seria a nossa capacidade de produção de riqueza econômica se não tivéssemos esse aporte em casa?

Então, neste dia, Dia Internacional das Trabalhadoras Doméstica, temos, como já colocou o Senador Paulo Paim, chance de tornar visível e chamar a atenção da sociedade para esse fato, para valorizar e promover uma mobilização dos diversos atores da sociedade para que possamos alterar esse quadro.

O trabalho doméstico é caracterizado por uma alta taxa de informalidade, por longas jornadas de trabalho, por um rendimento abaixo do rendimento recebido pelas demais categorias de trabalhadores e, ainda assim, é exposto a uma alta taxa de violência no âmbito doméstico, por parte de patrões e patroas, e assédio moral e sexual.

E por que a gente tem essa desvalorização? Eu havia comentado que havia essa discriminação por

gênero, pois é uma atividade doméstica que não está dentro dos padrões capitalistas tradicionais e que não gera riqueza econômica, nos padrões internacionais, e por raça e etnia porque ainda tem essa coisa da servidão, tem esse ranço do racismo ainda, que considera a população negra como menos qualificada, menos capaz. Então, o trabalho que essa população desenvolve não tem o mesmo *status,* não tem o mesmo valor do trabalho desenvolvido pela população branca em nossa sociedade. Além disso, ele tem um componente forte de discriminação por classe porque, pela forma de inserção dessas mulheres negras na sociedade. São mulheres pobres e que muitas vezes migram da zona rural, de Estados mais pobres para as zonas urbanas, e a forma que elas conseguem de inserção no mercado de trabalho é justamente através do trabalho doméstico.

Já foi colocado pela Senadora que nós temos, no Brasil, aproximadamente sete milhões de trabalhadoras domésticas no Brasil. Isso equivale a mais ou menos 7,5% da ocupação geral e a 16% da ocupação feminina. Então, nós temos que 16% das mulheres ocupadas no mercado de trabalho estão no trabalho doméstico, que é o maior percentual. E a gente também tem uma grande desigualdade social, porque entre as mulheres brancas ocupadas, 12% estão no trabalho doméstico e, entre as negras, cerca de 20%. E se nós formos considerar só entre as trabalhadoras domésticas, mais de 60% delas são pretas ou pardas. As trabalhadoras negras são as que têm o menor índice de formalização, os menores rendimentos – mesmo em comparação com as trabalhadoras brancas –, os menores salários, as maiores jornadas de trabalho.

Eu não vou ficar aqui me atendo a cada um dos indicadores, a cada uma dos números. Se a gente for olhar cada um desses números, verifica que as mulheres negras estão sempre em desvantagem nos índices de formalização, de carteira assinada, de contribuição para a Previdência.

Temos também uma grande desigualdade mesmo entre os homens que se ocupam do trabalho doméstico e as mulheres que se ocupam do trabalho doméstico. Os homens no trabalho doméstico se ocupam como jardineiros, como motoristas, alguns como trabalhadores mesmo de limpeza etc. Mas, quando a gente compara com as mulheres os seus o índices e as taxas de remuneração, nós temos que as mulheres recebem em média 70% do que recebem esses homens que estão ocupados no trabalho doméstico e que eles ainda têm o maior índice de formalização. Ainda assim, a gente encontra diferenças de gênero também entre os trabalhadores domésticos.

Pensando em toda essa realidade, desde 2008, quando o tema do trabalho doméstico entrou de maneira decisiva na nossa agenda, em 2007, quando fomos procuradas pelo Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Campinas e Região e, quando o tema entrou na pauta da OIT para essa discussão do processo da Conferência e de possível adoção de uma convenção e de uma recomendação, nós somamos esforços aqui no Brasil com o escritório da OIT no Brasil, com a Seppir, com a SPM e com a Fenatrad e desenvolvemos um trabalho conjunto de maneira concreta e que já tem frutos, resultados concretos desde 2009.

Em 2009, apoiamos, a pedido da Fenatrad, a realização de uma oficina, para que elas pudessem responder o questionário que foi enviado pela OIT para falar das características do trabalho doméstico e qual o instrumento internacional o País recomendaria, que foi desenvolvido em parceria com essas instituições que acabei de mencionar. Depois, um seminário, em dezembro, com operadores de lei, advogados, etc., também para discutir os direitos trabalhistas das trabalhadoras domésticas.

No ano passado, tivemos o que chamamos de grande agenda positiva, em que somamos esforços, porque, cada uma dessas instituições tem o trabalho doméstico como sendo central em sua agenda. E somamos esforços para apoiar mutuamente as ações que eram desenvolvidas por cada uma dessas instituições, formando essa agenda positiva. Em função disso, como resultado dessa ação conjunta, que também contou com o apoio do Ministério do Trabalho, com o apoio da Casa Civil, enfim, pudemos ter essa delegação de seis mulheres, seis trabalhadoras domésticas na Conferência Internacional do Trabalho, no ano passado, e estamos repetindo esse processo de mobilização, esperando que este ano também seja possível garantir a presença das trabalhadoras lá.

Nós lançamos, no ano passado também, em função dessa parceria, uma campanha de rádio chamada Respeito e Dignidade para as Trabalhadoras Domésticas – Uma Profissão como Todas as Outras, que foi também desenvolvida no âmbito dessa parceria, pela OIT, por nós como Unifem, pela Fenatrad, com apoio da SPM e Seppir, e nós estamos relançando nesse momento, relançamos no dia 18, e já têm – hoje dei uma olhadinha na Internet – vários *sites* replicando a campanha, o que é superbacana. Tivemos apoio, uma acolhida da Abert tanto no ano passado quanto neste ano, e também um vídeo, um documentário que elaboramos a partir de uma parceria com a TV Brasil Internacional e a OIT, chamado Trabalho Doméstico Trabalho Decente, que mostra as condições de vida, os desafios e que visibiliza esse cotidiano, esse dia a

dia das trabalhadoras, tanto no Brasil quanto no Paraguai, Bolívia e Guatemala.

Então, neste dia, a gente está aqui, agradece muito o espaço que nos foi oferecido aqui pela Comissão dos Direitos Humanos, para poder somar e aumentar a visibilidade desses desafios e dessa situação da importância de equalizar os direitos das trabalhadoras domésticas e de valorizar o seu trabalho como profissão como todas as outras. (Palmas)

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Quero agradecer à Ana Carolina por sua explanação, registrar a presença da nossa Senadora Marinor Brito, que tem sido uma ativista nos direitos das mulheres.

Hoje, Senadora Marinor, nós estamos aqui nesta audiência pública em comemoração ao Dia Nacional das Trabalhadoras Domésticas.

Então, é um prazer tê-la aqui conosco e esperamos que, no momento oportuno, possa se manifestar... Só um minutinho...

(Interrupção do som)

Valorizar o seu trabalho com profissão como todas as outras.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Antes de passar a palavra à Senadora Marinor, informar que a Secretaria de Políticas para Mulheres está lançado às 16 horas, na Esplanada dos Ministérios, o relatório final de atividade do grupo de trabalho sobre trabalho doméstico. É um evento de que vale a pena participar, porque, certamente, teremos indicadores novos, novas informações a respeito das trabalhadoras domésticas em nosso País.

Passo a palavra à Senadora Marinor Brito.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Bom-dia a todos. É uma honra recebê-los aqui na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal. Como disse a Senadora Angela Portela, eu amo estar participando da luta pelos direitos humanos, da luta em defesa das mulheres, das crianças e adolescentes. Hoje, à tarde, deverei estar instalando aqui, Ministra, a CPI de Combate ao Tráfico de Pessoas, cujo foco principal é o turismo sexual. Desse percentual de pessoas que estão sendo levadas para fora do País, quase 90% são mulheres – mulheres sem alternativas, mulheres vulneráveis, sem emprego; mulheres que estão na informalidade, sem carteira assinada. Nós estamos interessadas em ajudar o Governo a encontrar um caminho para enfrentar esse problema.

Fico muita honrada de estar hoje aqui "festejando" o dia, porque a gente não tem muito o que festejar, visto que os avanços são poucos. Mas o fato de haver resistência, Creuza, o fato de haver organização e tentativa de mobilização não apenas naquele espaço regional, mas a gente hoje já poder falar nacionalmente que existe um dia e que diversos setores da sociedade começam a se mobilizar no sentido de buscar alternativas para enfrentar as dificuldades por que passam as trabalhadoras domésticas, é um sintoma. Como nós somos corajosas, como somos ousadas, não vamos desistir nunca de encontrar saídas para que as mulheres trabalhadoras domésticas e todas as mulheres brasileiras em todos os níveis de trabalho possam viver com dignidade e serem respeitadas na sua tarefa, na sua função, na sua profissão.

Queria saudá-las por essa resistência e dizer que os dados do meu Estado são absolutamente alarmantes. No Pará, segundo o Dieese, 87% das pessoas que trabalham com afazeres domésticos não possuem carteira assinada, portanto, não recebem os benefícios a que todo trabalhador tem direito.

De acordo com uma pesquisa feita recentemente pela Universidade Federal do Pará, o Pará está entre os Estados com maior população no mercado informal da região Norte. São 222 mil 468 trabalhadores em todo o Estado. Desse montante, apenas 12,40%, que corresponde a 27 mil 592 pessoas, possuem carteira assinada. O restante, 194 mil 876 pessoas, trabalham sem nenhum direito trabalhista. Além disso, 208 mil 894 desses trabalhadores são mulheres, o que equivale a 93,89% do total de ocupados.

Acho esses dados muito sérios. São dados estatísticos, e a gente precisa encontrar mecanismos para enfrentar essa situação. Assim como no Pará, todos os Estados brasileiros possuem índices absolutamente graves do ponto de vista do direito que cada trabalhador, que cada ser humano, como prega nossa Constituição, teria, tem de viver com dignidade, ser respeitado e ter seus direitos assegurados.

Nós sabemos que essa luta não é fácil. Fiz uma crítica recentemente na audiência em que debatemos a questão racial, no pré-lançamento da Igualdade Cartilha Racial. Apresentei alguns dados que considero relevantes. São dados oficiais porque são fruto de uma pesquisa do Ministério da Justiça, segundo os quais 103% a mais de pessoas foram vítimas, no ano de 2009/2010, de homicídios. Mais de 90% dessas pessoas são negras e muitas são mulheres. Uma boa parcela dessas pessoas vivem na informalidade, vivem sem o direito de ter um trabalho reconhecido, sem ter direito, no futuro, de ter aposentadoria, sem ter o direito, portanto, de viver em condições de segurança; vivem em vulnerabilidade social.

Eu dizia que isso é o reflexo de uma sociedade, é o reflexo de uma sequência de projetos políticos de governo que não têm priorizado o ser humano, que

não têm priorizado a qualidade de vida das pessoas, que não têm respeitado a necessidade que o nosso País, um país rico, tem de distribuir renda, de distribuir renda não na perspectiva apenas do suporte imediato de uma bolsa família, mas de garantir a dignidade da classe trabalhadora na perspectiva de ela poder se sustentar com seu próprio trabalho, de ela poder viver com dignidade.

Sou filha de uma região onde historicamente as meninas migraram para as cidades para morar em casas de família, para viver como empregadas domésticas, como amas, como babás, e muitas delas, às vezes, viveram nessa condição por um prato de comida, sem ter o direito de estudar. Sou filha de uma mulher vinda do baixo e médio Amazonas e Tapajós, da cidade de Alenquer, que viveu essa realidade e que lutou muito, mesmo não conseguindo estudar, para colocar os filhos na escola e para tirar os filhos dessa situação de subserviência. Minha mãe dizia que o marido da gente era o estudo e o trabalho. Essa valor eu trago.

Por isso, eu acho que nós temos de lutar pela possibilidade de ter um trabalho digno. Em qualquer função, em qualquer tarefa que a gente desenvolva a gente precisa ser respeitada. Eu queria dizer a vocês que aqui vocês têm um mandato parceiro, aqui vocês têm um mandato que não abre mão de dialogar com dados da realidade, seja tendo em vista as estatísticas negativas, seja tendo em vista as possibilidades que nós temos e as que precisamos criar para avançar e alterar esse quadro de injustiça social, esse quadro de indignidade humana.

Eu tenho o privilégio de ter um histórico de relação de respeito com minhas empregadas e, no geral, até de carinho e de amizade que a gente acaba conquistando. Eu sempre digo a ela: lute, busque mais. Todas as que passaram pela minha casa se tornaram minhas amigas. Eu acabei tendo relação com a família e sempre exigi que elas estudassem, que elas encontrassem, naquele espaço entre o trabalho e a criação da família, a perspectiva também de conhecer seus direitos e de lutar para ter melhores condições de vida.

Queria dizer aqui para vocês que é muito fácil fazer discurso e, na prática, não conseguir ter uma relação de respeito com o nosso funcionário, com a nossa empregada, com o nosso vizinho, com os nossos amigos, utilizando essa que é uma regra, infelizmente, que é a do tratamento desrespeitoso, que é a do tratamento de sempre ter as pessoas colocadas à disposição de nos servir, sem que consideremos a importância de respeitar e de buscar melhores condições de vida para aquelas pessoas.

Ministra, tenho muito respeito pela história de V. Exª e acho que vocês podem ajudar muito, mas é preciso enfrentar uma questão que, na minha opinião, é muito séria, que faz parte de uma visão de governo que eu, permita-me dizer, discordo, que é a de centralização de recursos para o pagamento da dívida pública, como historicamente vem acontecendo no projeto neoliberal, ao qual, infelizmente, o Governo Lula e o Governo Dilma ainda dão prosseguimento. Com quase 50% do orçamento da União, como aconteceu em 2010, voltados para o pagamento da dívida pública, vai faltar dinheiro para a distribuição de renda, vai faltar dinheiro para o investimento nos Ministérios e nos órgãos que atuam no enfrentamento das violências e das desigualdades. Não tenho dúvida de que esse modelo precisa ser invertido. Se ele não for invertido, não vamos conseguir e vamos continuar, no próximo ano no Dia das Empregadas Domésticas, no próximo ano no Dia do Índio, no próximo ano no Dia das Pessoas Portadoras de Deficiência, no Dia do Enfrentamento da Violência Sexual contra a Criança e o Adolescente – que será agora, no dia 18 de maio –, vamos continuar reclamando, dizendo que temos pouco a festejar. Espero que, em curto e médio espaço de tempo, consigamos dar uma virada nessa página triste da história política do nosso País, em que seres humanos são tratados da forma que são, sem direitos e ficando cada vez mais vulneráveis às diversas formas de violência existentes no País.

Quero deixar meu abraço carinhoso a todas as trabalhadoras domésticas do Brasil inteiro e do mundo e dizer que este mandato, enquanto eu estiver no Senado Federal, está de portas abertas para ajudar no enfrentamento de todas as desigualdades, de todos os preconceitos, buscando a consolidação do mundo que acredito ser melhor para todos nós, um mundo de justiça e de liberdade.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Senadora Marinor, por sua participação. Queria destacar que, na nossa região, a região Norte – sou de Roraima, a Senadora Marinor é do Pará –, apenas 11% dos trabalhadores domésticos têm registro na carteira. É a região do País que tem o menor índice. Temos, na região Nordeste, 14%; no Sudeste, 32%; na região Sul, 30%; e, no Centro-Oeste, 23%. Portanto, temos muito que avançar na região Norte. Na nossa região, Senadora, apenas 11% dos trabalhadores domésticos têm registro em suas carteiras.

Gostaria de registrar a presença do nosso Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senador Paulo Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Estou aqui sob as suas orientações – digo, de todas.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Senador.

Queria também registrar a presença da representante da nossa Ministra da Mulher, Iriny Lopes, e de Rosana Ramos, que é Secretária-Adjunta.

Muito obrigada por sua presença. Devemos, em breve, chamá-la aqui para a mesa.

Gostaria de passar a palavra, agora, para a próxima oradora, a Srª Laís Abramo, Diretora do Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil.

A SRª LAÍS ABRAMO – Muito bom dia a todos e todas. Muito obrigada, Senadora Angela Portela, Senador Paim, Senadora Marinor, Senadora Ana Rita. Queria cumprimentar todos os presentes, em nome da Ministra Luiza Bairros e da nossa querida Creuza.

Falar depois de todas as pessoas que me antecederam é, ao mesmo tempo, bom e ruim, fácil e difícil, porque acho que muitas coisas fundamentais já foram ditas. Eu queria, uma vez mais, ressaltar a alegria que sempre sinto ouvindo a fala da Creusa, que é realmente uma grande guerreira. Eu queria homenagear todas as trabalhadoras e trabalhadores domésticos do Brasil e da América Latina na pessoa dela. Sempre que ela fala, ela fala quase tudo que teríamos a dizer sobre o assunto, de uma maneira muito clara e muito objetiva, que nos traz essa realidade de maneira muito sentida.

Eu também queria felicitar e agradecer o Senado Federal por ter organizado esta audiência pública neste dia. Como foi dito por vários que me antecederam, é um dia de luta. Eu acho que nada melhor que homenagear as trabalhadoras domésticas do Brasil discutindo justamente as suas condições de trabalho, a sua situação e os seus direitos.

Eu tinha preparado uma série de coisas para falar, que não vou falar, porque elas já foram ditas. Eu queria me centrar em dois ou três pontos no tempo que tenho.

Primeiro, falando aqui em nome da Organização Internacional do Trabalho, ressalto, uma vez mais, a importância dos trabalhadores e das trabalhadoras domésticas. É interessante constatar que a demanda pelos trabalhadores domésticos, pelo trabalho doméstico tem crescido no mundo. Nesse período de globalização, no começo do século XXI, muitas vezes, pensou-se que isso era um resquício de épocas anteriores, mas ela tem crescido no mundo. Por quê? Isso está muito associado ao aumento da participação da mulher no mercado de trabalho e à crise de um modelo tradicional de organização social que colocava nos homens a função de provedor econômico e nas mulheres a função de cuidadora, de cuidar de tudo, de cuidar da família, do lar, dos afetos. No momento em que a mulher intensifica sua presença no mercado de trabalho, esse modelo entra em crise e a necessidade de ter um trabalho doméstico, alguém, equipamentos que resolvam a questão da reprodução cotidiana aumenta. Nós vemos que, em países considerados de primeiro mundo, existe ainda uma porcentagem muito menor de pessoas nesse tipo de ocupação, mas isso vem aumentando. A outra coisa importante são as mudanças na organização do trabalho, a intensificação da jornada de trabalho para as pessoas que estão no mercado de trabalho formal, novas necessidades de cuidados devido ao envelhecimento da população – não são apenas as crianças que precisam de cuidados permanentes, mas também, cada vez mais, os idosos e, como as famílias se reduzem, isso tem de ser, cada vez mais, contratado – e a falta ou a insuficiência de políticas de conciliação entre o trabalho e a família, como foi dito aqui, creches e outros tipos de conciliação. Nesse contexto, cresce a importância do trabalho doméstico e poderíamos considerar o trabalho doméstico como um elemento central dessa cadeia de cuidado, cuidado que é fundamental para a reprodução da sociedade.

Além disso, como também já foi assinalado aqui, o trabalho doméstico tem uma importância econômica. Eu só queria trazer um dado de um estudo feito pela Professora Eudete Pereira, alguns anos atrás, que calculou todos os serviços, se fôssemos colocar em termos monetários o trabalho doméstico, corresponderiam a 12% do PIB brasileiro. Então, essa é uma questão importante.

(Interferências fora do microfone.)

No Brasil. Contando tudo que tem uma equivalência econômica ao serviço que é gerado, seriam 12% do PIB. É um estudo feito pela Professora Eudete Pereira, alguns anos atrás.

Ao mesmo tempo, como já foi dito aqui, o trabalho doméstico é um trabalho subvalorizado. Há toda a questão de que as trabalhadoras domésticas não são reconhecidas como profissionais, como deveriam ser. Isso está associado fortemente a uma questão de discriminação de gênero, que é a associação das tarefas de cuidado ao que seriam habilidades naturais das mulheres, um talento natural das mulheres, uma vocação das mulheres, e não uma profissão como qualquer outra que deve ser reconhecida como tal, que tem direitos e uma dignidade como profissão.

Eu acho que essa é uma questão central, como foi dito, a questão cultural. Acho que temos de estar sempre trabalhando nisso.

A outra questão que eu queria dizer – nós estamos na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal – é a importância que esse tema seja discutido aqui. Muitas vezes, podem perguntar o que tem a ver o trabalho doméstico com os direitos humanos. Tem a

ver tudo. Em primeiro lugar, porque estamos falando aqui de uma população, como já foi dito, que é 16% da ocupação feminina e 20% das mulheres negras no Brasil, ou seja, uma em cada cinco mulheres que estão ocupadas no Brasil é uma trabalhadora doméstica. Então, já falamos aqui da inter-relação entre a discriminação de gênero, raça e classe social e a questão da discriminação é uma questão central dos direitos humanos. Então, essa é a primeira coisa que eu acho que é muito importante. A segunda coisa que eu queria ressaltar é a questão do trabalho infantil. Foi dita aqui por várias pessoas a alta incidência do trabalho infantil doméstico que ainda existe. A última cifra de que tenho notícia era de mais de 300 mil crianças e adolescentes nessa situação, com tudo o que isso significa em termos de violação de direitos básicos das crianças e adolescentes. A Creusa ressaltou a importância do decreto presidencial de 2008 que coloca o trabalho doméstico na lista das piores formas de trabalho infantil. Acho que isso realmente é um avanço enorme. Isso foi muito discutido, porque sabemos que também o trabalho doméstico era e continua sendo uma forma de entrada das mulheres jovens pobres no mercado de trabalho, mas, evidentemente, tem de se encontrar uma alternativa. Por último, há as situações de trabalho forçado. Ter uma criança ou adolescente no trabalho doméstico por um prato de comida, às vezes com retenção de saída, às vezes com proibição de saída, é uma forma de trabalho forçado. Evidentemente, isso entra totalmente nas convenções da OIT em relação ao tema. Então, eu queria parabenizar, uma vez mais, o Senador Paim e o Senado Federal por trazer esse tema e associá-lo à discussão dos direitos humanos e dos direitos fundamentais no trabalho.

Agradeço muito as referências ao processo de discussão de uma norma internacional do trabalho no contexto da Organização Internacional do Trabalho. Foi relatado aqui. Ressalto a importância da presença das trabalhadoras domésticas brasileiras durante a reunião do ano passado da conferência. Eu queria dizer que a proposta de convenção e a proposta de recomendação que foram aprovadas pela plenária da reunião da Conferência Internacional do Trabalho no ano passado e que vão ser submetidas à segunda discussão e votação agora, em junho, daqui a dois meses, em Genebra, têm justamente o objetivo de promover o trabalho decente para as trabalhadoras e os trabalhadores domésticos. Esse é o seu objetivo, ou seja, é, no âmbito dos direitos da classe trabalhadora do mundo inteiro, chamar atenção para essa categoria que é tão importante. A convenção é ampla. O texto da convenção está disponível. A Ana Carolina ressaltou o trabalho, que foi feito em conjunto entre a OIT, na época, o Unifem, ONU Mulheres, de discussão desse tema com os constituintes da OIT no Brasil, que são Governo, empregadores e trabalhadores. Eu só queria ressaltar que a convenção é ampla e trata, de alguma maneira, de todos esses temas que foram falados aqui. Ela trata da questão da remuneração mínima, da saúde e segurança no trabalho, do direito a uma moradia digna e à privacidade; faz uma relação muito importante com os direitos humanos e os direitos fundamentais no trabalho; dá uma atenção à questão do trabalho infantil e uma atenção também à questão das trabalhadoras migrantes. Falou-se muito aqui na migração interna.

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

Com isso, termino.

(Interferências fora do microfone.)

Tenho mais tempo? Não, mas estou terminando.

Em muitos países do mundo e no Brasil também, sabemos que existe uma forte migração internacional para o trabalho doméstico. Em muitos países do mundo, essas situações

A SRª LAÍS ARAUJO ABRAMO – do trabalho doméstico. Em muitos países do mundo essas situações estão também associadas às gravíssimas violações dos direitos humanos, como é o caso do trabalho forçado. Existem países no mundo em que isso é bastante mais grave do que no Brasil. Por isso também a ideia de que a OIT discuta uma convenção, a convenção sempre é um patamar mínimo de direitos, tendo em vista os trabalhadores de todo o mundo, os padrões de relações de trabalho de todo o mundo. Então, a questão da migração é fortemente associada a esse tema. Esse seria um outro elemento que poderia se somar a essa constelação de formas de discriminação a que muitas vezes os trabalhadores e as trabalhadoras domésticas estão associados. Queria finalizar, agradecendo uma vez mais, colocando a OIT, como sempre, à disposição para esse debate, dizer que, caso a convenção seja aprovada em Genebra, agora em junho, evidentemente, num processo posterior, numa convenção, a diferença de recomendação é submetida à ratificação pelos países. A ratificação ou não de uma Convenção aprovada pela Conferência Internacional do Trabalho, que é composta pelas delegações tripartites de empregadores, trabalhadores e Governo, é um ato soberano de cada país. No caso de ser aprovada, no caso de haver um movimento pela ratificação, no caso do Brasil, o Congresso Nacional é a instância em que isso vai ser discutido e vai ser decidido. Nada mais próprio do que essa discussão aqui neste momento. Muito obrigada. (Palmas)

A SRª PRESIDENTE – Muito obrigada, Srª Laís, por suas informações, por sua palestra. Gostaria aqui de registrar a presença do Senador Wellington Dias, ex-governador do Piauí, que tem feito aqui no Senado Federal um brilhante trabalho voltado para os direitos humanos, para os portadores de necessidades especiais. Queria aqui neste momento parabenizá-lo, Senador Wellington, e lhe dizer que, no Congresso em Foco, o Senhor foi colocado como alguém que realiza um belíssimo trabalho, como um dos Senadores que tem presença marcante no que diz respeito aos direitos das trabalhadoras brasileiras, aos direitos das mulheres que precisam lutar muito mais para se destacar em todas as atividades em que estão envolvidas. No meio político, companheiras, a coisa não é tão fácil, é muito complicado. Sabemos disso, não é, Senadora Marinor, Senadora Ana Rita, que a participação da mulher na política também é sofrível. Enfrentamos preconceitos, as leis, os Partidos não nos garantem um espaço maior, mas estamos aqui lutando, mesmo com a pequena representação política. Entendo que se tivéssemos uma participação maior no Poder Legislativo, no Poder Judiciário e no Poder Executivo, certamente poderíamos contribuir muito mais para a diminuição dessa discriminação contra a mulher brasileira.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Por isso que V. Exª nessa Mesa é maioria, maioria, maioria.

A SRª PRESIDENTE – Quero agradecer, Senador Paulo Paim, por estar nos ajudando a dar visibilidade aos pleitos, à luta das mulheres e à Subcomissão dos Direitos das Mulheres.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Só corrigindo, na Mesa e no Plenário. Mas, parabenizar V. Exª pelo seu trabalho e dizer de todo o carinho e todo o apoio que temos a oferecer no nosso mandato para trabalhar, para lutar. Reconheço que temos de avançar muito ainda em muitas áreas em relação à mulher e, de forma muito especial, em relação ao trabalho doméstico.

A SRª PRESIDENTE – Muito obrigada, Senador Wellington. Gostaria agora de dar continuidade à nossa audiência e convidar para fazer uso da palavra a Srª Ilma Maria de Oliveira, dirigente da Confederação dos Trabalhadores do Brasil, CTB.

A SRª ILMA MARIA DE OLIVEIRA – Bom dia a todas e a todos. Quero aqui fazer uma saudação a esta Mesa, que, de fato, é altamente representativa do conjunto de mulheres, dizer da importância de termos aqui a presença da nossa Ministra, Luiza Barros, e aqui saudar todo o plenário, em nome do Senador Paulo Paim, a quem parabenizo pela realização desta audiência, desta brilhante audiência, que acontece no dia de hoje, o Dia Nacional das Empregadas Domésticas, mas também a véspera do 1º de maio, a véspera de uma data de fundamental importância para nós, trabalhadores e trabalhadoras, que sonhamos e acreditamos numa sociedade melhor, mais justa e mais fraterna. Sabemos que muitas mulheres morreram, muitos homens tiveram as suas vidas também sacrificadas para que pudéssemos ter hoje um país melhor. Nós, da CTB, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, estamos organizados em praticamente todos os Estados do Brasil, com mais de 700 sindicatos filiados, e queremos, nesta discussão de hoje, dizer que ainda temos que vencer muito para apoiar e consolidar a luta das mulheres trabalhadoras domésticas neste país. Tem mais de 5 séculos que vivenciamos um país muito bonito, mas profundamente desigual. É preciso que tenhamos reformas neste país que vençam não só a pobreza, a miséria, mas que vençam também a desigualdade. Quero destacar aqui a importância de um PL que tramita nesta Casa, o PL da Igualdade. Queremos o apoio de todos os Senadores, de todas as Senadoras, de todas as organizações para que de fato tenhamos o reconhecimento da luta de homens e mulheres que sonham e acreditam com este país. Para que possamos ter hoje essa discussão, a Creuza já fez um brilhante destaque aqui, a quem quero saudar pela sua luta. Presidente dessa Federação, combativa, que, com certeza, sofre muito porque, lamentavelmente, ainda vivemos num país de grandes preconceitos. As empregadas domésticas, o trabalho doméstico acontece desde os primórdios da nossa Nação e há apenas 70 anos é que começa essa organização, fruto dessas mulheres que têm coragem, que têm ousadia e que hoje fazem parte desta Mesa. Agora, para vencermos de fato toda essa questão que vivenciamos, desse enfrentamento de termos mais de 6 milhões de empregadas domésticas e apenas 26% desse total ter carteira assinada, de termos aí a exploração de meninas, de adolescentes, de mulheres negras, a maior parte ganhando menos de um salário mínimo. Temos aqui realidades de municípios, de localidades, de residências, de patroas que pagam menos de R$ 280,00 por mês para um trabalho que podemos chamar de semi-escravo, porque há uma exploração e uma falta, inclusive, de cuidados, para que essas pessoas, esses seres humanos, tenham, inclusive, incentivo para viver, porque são tão exploradas, não só no campo da sexualidade, do trabalho, mas também sofrem muito assédio moral e preconceito por parte de outras categorias de trabalhadores, porque nós – e aí eu me coloco enquanto trabalhadora em educação – , quando saímos das nossas casas, quando saímos dos nossos lares e vamos para as escolas dar aula, estamos muitas vezes dando aula para os filhos de algumas emprega-

das domésticas, enquanto as empregadas domésticas estão dentro das nossas casas educando os nossos filhos. É preciso que a gente tenha a compreensão da importância da igualdade nas relações de trabalho e que precisamos valorizar muito quem está cuidando do nosso lar enquanto nós estamos no exercício da nossa outra profissão, seja na educação, seja na saúde, seja em qualquer outra área em que estivermos trabalhando. E aí chamo a atenção de todas as centrais sindicais para que possamos fazer essa discussão porque, além de termos uma legislação – precisamos avançar no campo legislacional – é preciso que tenhamos a compreensão de toda a sociedade pela valorização dessa grande maioria de mulheres que é explorada muitas vezes também pela classe trabalhadora. É preciso que tenhamos avanços para que possam ter direito à saúde as empregadas domésticas, porque muitas vezes não permitimos, inclusive, que elas saiam para ir ao médico. Tem trabalho insalubre por demais e correm sérios riscos, inclusive não só de adoecimento e morte pelo trabalho que fazem. É preciso que a gente tenha avanços, que tenhamos, de fato, essa compreensão da importância da concepção e identidade de classe que ainda precisamos ter por parte dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Eu gostaria de destacar que, de fato, o Brasil vem avançando, nós tivemos aí dois mandatos de um Presidente da República que veio do movimento sindical, isso para nós é um registro histórico de fundamental importância. Nós sabemos que o Brasil vem avançando com destaque internacional e agora nós temos, pela primeira vez, na história do Brasil, uma mulher Presidenta da República e com certeza compete a todos nós exigir que os projetos das mudanças continuem avançando neste País.

Nós temos várias Ministras, várias Senadoras e quero destaca o papel de uma Ministra, indicada pelo Presidente Lula, para assumir o TST. Drª Adelaide Arantes, advogada, goiana, que foi empregada doméstica, foi empregada doméstica e teve o apoio das Centrais Sindicais para hoje ser a Ministra do Superior Tribunal do Trabalho. Nós sabemos que precisamos, muitas vezes, recorrer a esses instrumentos para ter a garantia dos nossos direitos, enquanto trabalhadores e trabalhadoras. E aí não é pouco a carreira de alguém que teve incentivo para estudar e se formar. É claro que é necessário e é evidente que queremos, na verdade, que haja uma compreensão que tanto o trabalho doméstico como qualquer outro trabalho é de grande relevância a esta Nação.

É claro que precisamos aqui ainda vencer o preconceito que tem. Muitas vezes a trabalhadora no emprego doméstico passa esse preconceito, quando ela faz a opção por ser diarista, e aí a gente aqui contribui, é mais cômodo, mais tranquilo, para que não tenhamos o trabalho de assinar a carteira dessa trabalhadora. É preciso que respeitemos e orientemos essas companheiras e esses companheiros para que possam ter o registro nas suas carteiras de trabalho, para que saiam da informalidade, para que tenham direito inclusive à aposentadoria.

É necessário que tenhamos de fato isso que foi dito por outros companheiros que me antecederam: precisamos de mais mulheres no poder, precisamos de fato ter a organização dessas mulheres, mas precisamos de mulheres com concepção de classe, mulheres que tenham de fato um projeto nacional de desenvolvimento que valorize a classe trabalhadora. E aí aqui quero saudar mais uma vez Paulo Paim.

Paulo Paim é autor, junto com Inácio Arruda, de um dos projetos mais importantes para esta Nação, a redução da jornada de trabalho. Precisamos da redução da jornada de trabalho, para que a classe trabalhadora tenha tempo para a formação, tenha tempo para o lazer, tenha tempo para a saúde, e mais, tenha tempo para cuidar de seus filhos, para acompanhar seus filhos nas escolas. Vencemos a violência que cotidianamente sofrem não só os estudantes nas escolas, mas a sociedade como um todo. Teremos uma sociedade mais justa na medida em que tivermos aí melhores condições de trabalho a toda a classe trabalhadora.

Quero dizer da importância dessa Comissão de Direitos Humanos. É bem verdade que todos os Senadores e as Senadoras, que estão aqui comprometidas com esta Comissão, tem a concepção que sabemos da valorização da importância da classe trabalhadora. É preciso que ganhemos a mente e os corações dos outros Senadores e das outras Senadoras para fazer avançar os direitos dos trabalhadores deste País.

Eu quero aqui, meu tempo já está quase finalizando, dizer que é preciso mais uma vez termos aqui o resgate do trabalho que está sendo feito de fiscalização e acompanhamento dos trabalhos. É preciso valorizar que tenhamos a organização dos trabalhadores no local de trabalho. Esse é um grande desafio, é um grande trabalho, porque, na medida em que não temos aqui para um emprego doméstico sequer o registro, uma carteira assinada, e existe toda uma dificuldade de fiscalização do trabalho nas empresas, fiscalizar o trabalho doméstico, com certeza, é um grande desafio.

Mas temos que incentivar, incentivar a organização desses e dessas trabalhadoras, para que possamos avançar não só nos direitos, mas nessa concepção de sociedade que queremos ter. E aí dizer da importância da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, que precisam do apoio da CTB, da UGT, da Nova

Central Sindical, da CUT, da Força e da CGT, porque só com a unidade de ação da classe trabalhadora que vamos avançar na conquista de todos que querem, lutam e sonham por um País melhor.

Muito obrigada.

(Palmas)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Muito obrigada. Aí uma Maria com sua exposição, realmente de cada quatro trabalhadores domésticos apenas um tem registro na carteira. Eu faço questão sempre de destacar isso.

Quero registrar a presença do nosso Líder, Senador Humberto Costa, muito obrigada, Senador, por sua presença entre nós, nessa audiência pública, que comemora o Dia Nacional das Trabalhadoras e dos Trabalhadores Domésticos.

Gostaria agora de passar a palavra à nossa Ministra Luiza Bairros, Ministra de Estado da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

A SRª LUIZA BAIRROS – Bom dia a todas.

Queria começar agradecendo ao Senado, a esta Comissão pelo convite de estar aqui. Registrar a importância, eu acho que particularmente este ano de a gente ter tido esse espaço, essa possibilidade de discutir o tema do trabalho doméstico no Congresso Nacional, que é um momento importante da nossa preparação para esse processo da Conferência Internacional do Trabalho, onde vamos, efetivamente, precisar ter toda a convergência do ponto de vista das ideais e daquilo que queremos fazer, avançar em termos da dignidade dos trabalhadores e trabalhadoras domésticas em todo o mundo.

Queria também saudar todas as pessoas presentes, nas pessoas da nossa Senadora Ângela Portela e Creuza Oliveira, da Fenatrad.

Talvez um pouco diferente das pessoas que me antecederam, eu sou do tipo que comemora o 27 de abril, porque já venho acompanhando e no apoio, no suporte a essa luta das trabalhadoras domésticas no Brasil há muito tempo.

Em 1981, fundamentalmente, começamos com isso. Creuza deve se lembrar da época em que a gente se reunia na Bahia, numa escola particular, numa escola privada, que mantinha à noite um curso noturno para trabalhadoras domésticas. Em função dessa presença de trabalhadoras domésticas nesses cursos noturnos, surgiu uma Associação, na Bahia, Associação de Empregadas Domésticas, ainda naquele tempo, com todo o apoio da Igreja Católica, etc.

Nesse processo, os movimentos sociais se aproximaram dessa Associação e passamos, aos domingos à tarde, no início era de 15 em 15 dias, a nos reunir nesse espaço da Igreja para fazer, avançar as discussões todas. Quando os padres descobriram que aquilo estava virando uma outra coisa, eles nos proibiram de fazer reuniões naquele espaço. Então, num processo extremamente contraditório, vamos dizer assim, durante algum tempo a Associação de Empregadas Domésticas da Bahia era uma organização clandestina. A gente tinha que se reunir nos quartos de pensões, onde as pessoas moravam. Nós, do Movimento Negro Unificado não tínhamos sede, não tínhamos nada. A gente se sentava no meio da praça, num campo grande e por aí ai. Por isso que eu festejo o 27 de abril. Porque desse processo lá, que são exatamente 30 anos, até a gente chegar aqui com todas essas possibilidades de direitos que a legislação hoje assegura para as trabalhadoras domésticas, eu acho que se tem que festejar isso. Por quê? Porque na verdade todos esses indicadores sociais e econômicos, desvantajosos, todos eles que foram apresentados aqui, essas desvantagens sociais nas quais as trabalhadoras domésticas vivem são desvantagens que não estão, em absoluto, associadas às capacidades das pessoas que fazem parte dessa categoria. Não existe uma desvantagem de inteligência, uma desvantagem de perspectiva política nessas mulheres. Até por isso, foi possível para elas dar continuidade a um processo de organização do trabalho doméstico no Brasil que nos trouxesse até aqui neste momento.

Acho que é uma história que nesse sentido é coerente com o papel que essas trabalhadoras domésticas sempre tiveram dentro da comunidade negra no Brasil e é por isso que festejo mais uma vez, porque, apesar de todas essas condições, não há dúvida nenhuma de que a comunidade negra brasileira deve a sua reprodução muito principalmente às mulheres negras, que desde o período pós-abolição foram aquelas que tiveram a possibilidade de, mesmo na desvantagem, participar de um mercado de trabalho que deu condições para que nós famílias negras nos reproduzíssemos ao longo do tempo.

Eu acho que esse é o aspecto, digamos assim, no qual nós devemos nos plantar, assentarmo-nos para podermos lutar as novas lutas que nos esperam pela frente do ponto de vista da conquista de direitos plenos para essas trabalhadoras.

Nesse processo de organização que vem até a constituição de sindicatos, de trabalhadoras domésticas em todo o País, eu acho que nós percorremos um caminho que é um caminho extremamente importante e que foi capaz, ao longo desse tempo, de produzir mudanças que começaram a ser apontadas aqui na fala da Laís Abramo, e que eu acredito, inclusive, que essas mudanças que se processaram têm que ser incorporadas ao nosso repertório agora como uma

forma de, em avaliando em que terreno nós nos encontramos, a gente poder avaliar uma força um pouco maior para novas e melhores conquistas. Ao longo do tempo de existência das associações, dos sindicatos, a sociedade brasileira não ficou totalmente indiferente a esse processo. É óbvio que se nós pensarmos hoje que ainda existem 300 mil meninas nas idades de 10 a 17 na condição de trabalhadoras domésticas, isso ainda é um número muito grande, mas ele já foi o dobro disso, ele já foi o dobro disso. Então, existe um efeito da nossa luta, existe um efeito do investimento que a OIT fez no combate ao trabalho infantil doméstico que nós estamos avaliando como algo importante que aconteceu ao longo desse tempo. Se a gente pensa que já foi mais do que o dobro disso e a gente conseguiu chegar em 300 mil, a gente se enfraquece para poder fazer com que esses 300 mil tendam a zero. Então, vamos incorporar isso no nosso repertório, nas nossas possibilidades.

A categoria de trabalhadoras domésticas de acordo com o estudo que foi feito pelo Dieese no ano passado pegando as regiões metropolitanas do Brasil apontou aspectos que são extremamente importantes também para serem pensados nessa nova conjuntura de luta. Nós temos uma realidade em que... Porque as mudanças são lentas. O fato de elas serem lentas não significa que elas não estejam acontecendo e que elas não possam ir se acumulando para uma possibilidade de mudança qualitativa num determinado momento. Então, nós temos que pensar o seguinte. Nós temos no Brasil um processo lento, eu repito, mas que está aí colocado, de diminuição do número de trabalhadoras domésticas que moram no local do emprego. Esse é um aspecto extremamente importante, porque você passa a lidar hoje com uma categoria que tem um grau de dependência em relação aos empregadores que é muito menor e, portanto, um grau de autonomia, uma possibilidade de autonomia política, de ação política, de incidência política na sociedade que é muito maior.

Nós temos um processo de aumento de escolaridade das trabalhadoras domésticas, ainda em números tímidos mas, como eu digo, um processo que está efetivamente acontecendo. Nós já temos nas regiões metropolitanas brasileiras cerca de 25% das trabalhadoras domésticas já com o Ensino Fundamental concluído, uma possibilidade inimaginável há algum tempo. Nós temos, por outro lado – como já tinha apontado aqui – uma diminuição lenta, mas uma diminuição dessa incidência do trabalho doméstico infantil e temos também um outro fenômeno, que é o crescimento das trabalhadoras domésticas na condição de diaristas.

Então, eu acho que são essas as condições novas – digamos assim – dentro das quais nós operamos e são condições novas que se formaram como o resultado de um processo de luta das próprias trabalhadoras e como resultado do apoio sistemático de várias organizações governamentais ou não governamentais. E, então, nesse sentido, o apelo que eu faço é que nesse 27 de abril a gente pense naquilo que nos falta atingir, mas pense também naquilo que nós já fomos capazes de produzir. Eu acho que dessa forma nós nos reforçamos mais do ponto de vista da nossa autoestima política, do ponto de vista das nossas possibilidades concretas de intervenção na sociedade, não só para enfrentar esse processo, que é o da votação da PEC que pega a questão do art. 7º da Constituição, como também para uma participação robusta, uma participação profunda na Conferência Internacional do Trabalho, porque eu também acredito que a existência de uma convenção vai nos ajudar a reforçar a luta das trabalhadoras domésticas internamente no Brasil.

Muito obrigada pela oportunidade. (*Palmas*.)

Aproveito para pedir licença para me retirar, mas o Governo continuará aqui muito bem representado pela SPM.

Muito obrigada. (*Palmas*.)

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Ministra Luiza Bairros, por demonstrar aqui em nossa Comissão seu conhecimento, a sua luta em prol da igualdade racial.

Eu gostaria de agradecer a todos os membros desta Mesa.

Vamos chamar neste momento uma nova Mesa para compor os trabalhos desta nossa audiência pública. (*Palmas*.)

Muito obrigada a todos pela participação.

Antes de chamar a nova Mesa, gostaria de registrar a presença da Deputada Luci Choinacki, do PT de Santa Catarina, autoria da proposta de emenda à Constituição da aposentadoria da dona de casa.

Minha amiga e companheira Luci, quero lhe dizer que já apresentei esta PEC aqui no Senado Federal. Estamos fazendo um trabalho de articulação com a CCJC, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e com os líderes dos partidos da base aliada, para que a gente possa aprovar a PEC da aposentadoria da dona de casa na CCJ. Companheira Luci, vamos juntas incrementar, intensificar a nossa luta, para assegurar à mulher trabalhadora uma vida mais digna.

Quero informar também que sou autora da PEC da licença-maternidade para seis meses. Esta PEC esteve no Plenário da Câmara dos Deputados para ser aprovada. Felizmente, aqui no Senado Federal, já foi aprovada a PEC da Senadora Rosalba, mas temos uma luta intensa pela frente para assegurarmos às mu-

lheres trabalhadoras do nosso País o direito à licença-maternidade de seis meses, Senador Paulo Paim.

Gostaria de chamar para compor a nova mesa a Srª Rosana Lopes, Secretária-Adjunta, representando aqui a Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Iriny Lopes. Rosana, sente-se entre nós.

Gostaria também de chamar, para compor a mesa, a Secretária da Força Sindical, Maria Auxiliadora.

Chamo também, para compor a mesa, Patrícia Lino Costa, Assessora da Direção Técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, Dieese.

Chamo também, para compor esta mesa, Cleonice Caetano Souza, Presidente do Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial.

Chamo também Francisco Luiz Saraiva, Diretor Executivo da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços.

Presidente do Instituto Doméstica Legal, Mário Avelino.

Chamo também, para compor esta mesa, Adriane Oliveira Moscardin, representante nacional do Coletivo de Gênero da União Geral dos Trabalhadores, UGT.

Para presidir a mesa neste momento, a Senadora Ana Rita, Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos.

Muito obrigada a todos e a todas e especialmente ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senador Paulo Paim, que tem feito um excelente trabalho aqui no Senado há muito tempo, lutando pelos direitos previdenciários dos nossos aposentados, das mulheres trabalhadoras. Parabéns, Senador. Parabéns pelo seu trabalho belíssimo. O senhor é uma inspiração para muitos Senadores e Senadoras novatos que estão chegando aqui e que também querem se inserir neste contexto e ajudar os trabalhadores e trabalhadoras do nosso País a ter uma vida digna, com seus direitos assegurados.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Quero cumprimentar V. Exª. V. Exª, na sua bondade e generosidade, de forma muito sábia, conquista todos. Tenho certeza de que V. Exª aqui no plenário vai acompanhar os debates, vai voltar, no momento adequado, a presidir de novo. Eu ficarei aqui, já que V. Exª está vindo ao plenário, uma salva de palmas a V. Exª. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Dando continuidade à nossa audiência pública, quero, antes de mais nada, agradecer a nossa querida Senadora Angela Portela, que tão bem conduziu este primeiro momento da nossa audiência pública, que trata hoje, para quem está nos acompanhando a partir de agora, do Dia Nacional da Trabalhadora Doméstica. Por isso, esta audiência pública, realizada pela Comissão de Direitos Humanos do Senado, presidida pelo Senador Paulo Paim, com a nossa participação como Vice-Presidente, e da Senadora Angela Portela como membro da Comissão e Presidente da Subcomissão da Mulher. Parabéns, Senadora, pela condução desta primeira etapa da audiência.

Para que a gente possa ganhar tempo e ter oportunidade de ouvir todos e todas que estão aqui, vou passar a palavra para a Secretária-Adjunta da Ministra de Estado da Secretaria de Políticas para Mulheres, Iriny Lopes. Chamo a Rosana Ramos, que está aqui hoje substituindo a nossa Ministra Iriny Lopes como Secretária-Adjunta.

A SRª ROSANA RAMOS – Bom dia a todas. Quero parabenizar os Senadores e as Senadoras por esta iniciativa. Trago um abraço da Ministra Iriny Lopes, que, infelizmente, não pôde estar com vocês por uma agenda que ela já tinha. Ela está chegando a Brasília na hora do almoço.

Quero aproveitar a oportunidade para convidar todas que estão presentes e todos que queiram participar para o lançamento, hoje à tarde, de um livreto que é resultado de um grupo de trabalho que foi instituído com a participação da Federação Nacional das Trabalhadoras, da Seppir e da SPM. Será às 16 horas, no Bloco A da Esplanada. Então, estão todas convidadas.

Eu quero até mostrar para todo mundo o cartaz que foi produzido e a cartilha, que é o resultado do grupo de trabalho que vai ser apresentado. É importante que todas possam participar do evento.

Serei breve, porque já me sinto bastante contemplada com todas as falas anteriores.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Permita-me solicitar à assessoria que pegue o cartaz e coloque-o à frente da mesa.

A SRª ROSANA RAMOS – Obrigada.

Nós também trouxemos os cartazes para distribuir aos presentes.

Serei breve.

O grupo de trabalho apresenta vários dados que são referentes à Pnad de 2008, que são do conhecimento da maioria no que diz respeito à composição da força de trabalho das mulheres no País.

Na Secretaria, há o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Em seu primeiro capítulo, trata exatamente da promoção da autonomia econômica e financeira das mulheres, considerando todas as suas dimensões étnico-raciais, geracionais e regionais.

Este ano, sendo o primeiro ano de uma Presidenta no Brasil e com a enfoque do próprio Governo, que é o desafio da erradicação da pobreza, debruçamo-nos na Secretaria de Mulheres para fazer a discussão e

definir quais são objetivos frente a este desafio que a Presidente nos coloca de erradicação da pobreza.

Sabemos que a pobreza tem gênero, a maioria dos pobres são mulheres, e ela tem cor, porque a maioria é negra. Se a gente fizer o cruzamento com os dados de onde estão essas mulheres, como elas trabalham, veremos que a informalidade ainda é muito grande no trabalho das mulheres.

O desafio que nós temos é propor políticas públicas que consigam, nestes quatro anos, garantir uma formalização do trabalho das mulheres no mercado. Sabemos que não basta garantir a formalização. É preciso mais, pois a maior parte delas, principalmente as empregadas domésticas, estão nos trabalhos mais precários. Então temos que reverter esse quadro que existe no País. Não é fácil, mas é um desafio que assumimos e estamos trabalhando para definir algumas políticas nessa área.

Como consequência, do ponto de vista da legislação, afirmo que vamos atuar com todas vocês, com a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas para garantir um avanço na legislação que sabemos ser extremamente atrasada e desigual entre as profissionais.

Desde já queremos convidá-las para participar da Conferência Nacional das Mulheres, que será realizada no mês de dezembro. O eixo central dessa reunião, que acontecerá aqui em Brasília de 12 a 15 de dezembro, é a autonomia das mulheres.

Durante os oito anos do Governo Lula, houve um grande avanço na Secretaria no que diz respeito ao enfrentamento da violência contra a mulher. Tivemos a aprovação da Lei Maria da Penha e hoje mantemos o desafio de garantir sua consolidação, pois, apesar de aprovada, ainda temos um caminho árduo para consolidá-la, para garantir que tenhamos conquistas. Agora temos o entendimento de que um eixo fundamental é a questão da autonomia das mulheres. Durante todo o ano, essa é a pauta, o debate que será posto pela Secretaria de Mulheres.

Deixo aqui um abraço e reitero o convite a todas para o lançamento do resultado do grupo de trabalho às 16 horas, no Bloco A da Esplanada.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Parabenizamos a Secretária-Adjunta da Secretaria Especial de Política para as Mulheres por sua fala.

Quero dizer como é importante a realização das conferências. São espaços importantes de debates e também de definição de políticas públicas dos quais a sociedade pode participar ativamente. Este ano, com certeza, a nossa conferência nacional dará mais um passo nessa luta importante das mulheres do nosso País.

Parabenizo a Secretaria Especial de Política para as Mulheres, que tem status de Ministério, cuja Ministra é Iriny Lopes, nossa companheira do Estado do Espírito Santo.

Antes de passar a palavra à próxima expositora, quero fazer o registro da presença entre nós da Drª Josefina Serra, Advogada, Conselheira da OAB do Distrito Federal e também Coordenadora do Copir – Coordenação da Promoção da Igualdade Racial aqui do Distrito Federal. Destaco que ela é uma ex-doméstica. É isso, Drª Josefina?

Acho importante ressaltar a luta das mulheres. Como é importante mostrar mulheres que lutam, que trabalham, se esforçam e conseguem alcançar espaços essenciais, como é o caso da Drª Josefina, hoje reconhecida, que ocupa um lugar meritório aqui no Distrito Federal! Parabéns, Drª Josefina! Exemplos assim ajudam a mostrar que as mulheres podem.

Lembro da fala da nossa Presidenta Dilma, que disse que as mulheres podem: podem ser presidente, podem ser advogadas, podem ocupar espaços importantes no poder e não apenas por ocupar, mas para que possamos, através deles, garantir os direitos da maioria da população e, diga-se de passagem, de mulheres: negras, trabalhadoras que lutaram e lutam muito para conquistar esses espaços.

Parabéns, Drª Josefina. Que bom que está conosco! A senhora é um estímulo, uma força muito grande para nós mulheres. Muito obrigada pela sua presença.

Quero registrar a presença da nossa querida Luci, Deputada Federal do PT de Santa Catarina, que está nos prestigiando.

Passo a palavra à Patrícia Lino Costa, Assessora da Direção Técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos do Dieese, que representa a Srª Lilian Arruda Marques, Assessora da Direção Técnica do Dieese. A Drª Patrícia fará uma apresentação aqui. Desde já agradecemos sua participação conosco nesta manhã.

A SRª PATRÍCIA LINO COSTA – Bom-dia. Gostaria de saudar a todas e todos os presentes na pessoa da Senadora Ana Rita, do Senador Paulo Paim, da Senadora Angela Portela.

Agradeço o convite da Comissão de Direitos Humanos para que pudéssemos estar aqui nesse dia de comemoração do emprego doméstico.

Muito ainda temos que avançar. Muito já foi feito, muitas ações sindicais importantes que vêm fortalecendo o trabalho doméstico, muitas políticas que vêm tratando da necessidade de igualar os direitos das trabalhadoras domésticas aos demais trabalhadores.

O Dieese vem acompanhando a situação das mulheres que estão no emprego doméstico há algum tempo. Temos vários estudos que trazem o diagnóstico, o perfil dessas trabalhadoras domésticas. E hoje, em homenagem a esse dia, estamos lançando e atualizando o estudo mencionado aqui pela Ministra Luíza que traz, com os dados de 2010, a situação do emprego doméstico nas regiões metropolitanas do Brasil.

Muito já foi falado, mas gostaria de citar rapidamente alguns dados.

Como podemos ver na tabela, em 2009, segundo os dados da Pnad, o emprego doméstico era responsável por 7% dos empregos, 6,719 mil mulheres empregadas, ou seja, 93% da força de trabalho alocada nos serviços domésticos era composta de mulheres. A gente tem 7 milhões de trabalhadores domésticos, sendo que 93% deles são mulheres. Esse dado já foi falado aqui.

Algo que chama a atenção é o rendimento dos serviços domésticos também pesquisado pela Pnad. Em média, o salário era de R$386,00 em 2009. Vale ressaltar que o salário mínimo, na época, era de R$465,00. Então o rendimento médio recebido pelas trabalhadoras domésticas era inferior ao salário mínimo em 2009 e ligeiramente superior àquele recebido pelas mulheres não negras, que era de R$421,00 – as negras recebiam R$364,00. Como também já foi dito aqui, 61% das trabalhadoras domésticas são negras e 38% não negras.

Quando olhamos as regiões metropolitanas onde realizamos a pesquisa de emprego e desemprego, podemos perceber que o comércio vem aparecendo em muitas regiões como o segundo setor que mais emprega mulheres. Então percebemos uma diminuição relativa dos serviços domésticos e o aumento do comércio quando olhamos a ocupação das mulheres. Em primeiro lugar, grande parte das mulheres ocupadas estão no serviço e, em seguida, quando olhamos Belo Horizonte, Porto alegre, São Paulo. A gente vê que o comércio, então, começa a aparecer como um segundo setor que ocupa mulheres. No Distrito Federal, ainda a proporção de mulheres ocupadas em serviços domésticos é maior. Mas a gente vem observando uma diminuição, então, do número de mulheres que trabalham no emprego doméstico.

Uma das questões que se coloca daqui para a frente é que jovens de 18 ou 24 anos têm a sua participação reduzida nos serviços domésticos. Então, é um setor que emprega majoritariamente mulheres de 25 a 59 anos. É a maior frequência de faixa etária. Elas têm um perfil definido. Grande parte delas é negra, de baixa escolaridade, como a gente vai ver para a frente. Mas as jovens estão migrando para outros setores. Isso é um primeiro sinal que indica mudança no trabalho doméstico, quando a gente vai olhar o trabalho doméstico remunerado. Esse dado é de 2010. A gente percebe que, por exemplo, no caso de São Paulo, 4,7% das trabalhadores domésticas têm de 18 a 24 anos. É um percentual que vem se reduzindo quando a gente olha em relação a 2000. Ele se reduz em todas as regiões.

Aí gente se pergunta por quê? O que será que está acontecendo?

O aumento da escolaridade, o crescimento econômico vem abrindo novas oportunidades para essas jovens e oportunidades muitas vezes acompanhadas com carteira de trabalho assinada, jornada de trabalho definida, coisas que a gente sabe que no serviço doméstico são mais difíceis de acontecer. Então, a desvalorização que existe, o sentimento de desvalorização que existe na sociedade em relação ao serviço doméstico coloca para essas jovens muitas vezes a oportunidade em outros setores. Elas enxergam como melhor oportunidade trabalhar até no setor de serviços, na área de limpeza, mas podendo realizar esse serviço dentro de um escritório.

É um desafio que a gente precisa pensar é como valorizar essa ocupação para que as pessoas se sintam de verdade valorizadas e reconhecidas enquanto profissionais que realizam os serviços domésticos.

Olhando a escolaridade das trabalhadoras domésticas negras e não negras... E esse gráfico traz exatamente a proporção de trabalhadoras com ensino fundamental incompleto. É muito alto o número de mulheres empregadas no serviço doméstico com ensino fundamental incompleto. Mais da metade delas têm essa escolaridade.

No caso de Salvador, não conseguimos desagregar emprego doméstico para mulheres não negras. Um parcela expressiva da população é negra. Você só encontra, então, mulheres negras no serviço doméstico em Salvador.

Então, é outra questão que se coloca, um desafio de mulheres que tenham uma baixa escolaridade e que estão empregadas nos serviços domésticos.

Isso também já foi falado.

Agora, de 2000 para 2010 o que se observa é uma mudança no perfil da trabalhadora. No perfil da trabalhadora, não, no perfil da contratação. Há uma diminuição de trabalhadoras mensalistas. A gente pode ver pelos dados quando se compara 2000 com 2010. O número de mensalistas vem diminuindo. Elas ainda são a maioria. As mensalistas são a maioria. Mas, como a gente pode observar, o número de diaristas vem crescendo muito. O trabalho da diarista é um trabalho de extrema vulnerabilidade, porque a diarista, se não vai ao trabalho, não recebe; se fica doente, não tem nenhum amparo do empregador. Ela não recebe

o dia. Ela não trabalhou, não recebeu. Se quer férias, também não recebe. Então, é um trabalho de extrema vulnerabilidade e de uma intensidade muito grande em termos de ritmo de trabalho.

Quando a gente olha o dado de jornada, as mensalistas têm jornadas maiores. No Nordeste, em regiões como Recife e Fortaleza, a jornada de uma trabalhadora doméstica mensalista é superior a 50h semanais. Existe uma dificuldade muito grande, como já foi mencionado na mesa anterior, de fiscalização deste trabalho. Como você fiscaliza, então, o término de uma jornada de uma pessoa dentro do domicílio?

Por outro lado, a jornada das diaristas, o que a gente verificou, está, em média, em torno de 25h semanais, mas a intensidade de trabalho da diarista é muito grande, é muito maior. Ela tem que fazer em um dia o que uma mensalista vai fazer em dois, três dias de trabalho ou em uma semana. Então, é um desgaste muito grande para essa profissional, que, em um dia, tem que dar conta de todo serviço da casa.

Outra questão já foi colocada aqui: as mulheres domésticas que contribuem para a Previdência Social. A gente vê que uma parcela pequena, em Fortaleza, de trabalhadoras domésticas contribui: 16,5%. Do total de trabalhadoras domésticas de Fortaleza, só 16,5% contribuem para Previdência; no Recife, 35,9%; em Salvador, 34,9%. Em Salvador, São Paulo, Belo Horizonte, Distrito Federal e Porto Alegre, essa situação se repete. Como incluir essas pessoas? Como garantir a elas uma aposentadoria decente? Como pensar em um sistema de aposentadoria que dê conta do trabalho da diarista?

Finalmente, falando do rendimento médio hora das trabalhadoras domésticas, a gente percebe que a diarista tem um rendimento maior hora. Então, ela recebe mais... O rendimento hora da diarista é maior em comparação à mensalista com certeira e muito maior quando a gene olha para a mensalista sem carteira. Mas, ela também acaba não tendo esse... No momento em que não trabalha, não recebe.

Com esse estudo, a gente percebe que a mudança na estrutura do trabalho doméstico, na forma de contratação, nos coloca ainda muitos desafios para a gente pensar proteção social, menor vulnerabilidade para todas essas trabalhadoras. O estudo vai estar disponível hoje à tarde no site do Dieese.

Também gostaria muito de colocar o Dieese à disposição e mais uma vez agradecer o convite.

Obrigada. *(Palmas)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Agradecemos muitíssimo à Patrícia Lino Costa, que nos trouxe muitas informações.

Com certeza, Senadora Angela, todas essas informações que estamos colhendo aqui hoje – não é, Senador Paim? – vai subsidiar, e muito, a Subcomissão da Mulher, que é presidida pela Senadora Angela, para que, a partir dessas informações, também possamos fazer novos debates e aprofundar isso aqui na nossa Comissão.

Quero agora...

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Pela ordem, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Sim.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT SC)– Só para... Tenho que ir a outra comissão da Casa inferior. Vocês estão na Casa superior. Alguém veio dizer para mim: "Estou na Casa Alta." Eu disse: "Estou na Casa baixa." *(Risos)*

Mas fiz questão de passar aqui e cumprimentar a Comissão, você, Ana Rita, a nossa querida Senadora Angela Portela, aqui, o Paulo Paim, que são lideranças com quem a gente sempre está em contato, trabalhando, e os movimentos aqui. Na outra Legislatura, a gente se encontrava e agora vem se encontrando e avançando, mas os temas continuam os mesmos. A pauta não muda. Avança, mas não muda. Então, a gente... Lutar pelos direitos sociais, humanos, a gente vai melhorando, mas não que mude, porque são eternos, não é? A gente ainda vê quantas coisas precisamos avançar, até porque o trabalho que o mercado não vê, que não dá lucro para o mercado é muito difícil de colocar na pauta política e social. Só quem tem valor humano pode colocar. É essa a compreensão.

Hoje é dia da empregada doméstica, não é? Fico muitas vezes pensando como as pessoas não conseguem ter pelo menos uma relação profissional de trazer alguém, assinar carteira, pagar direitos, pelo menos uma relação profissional, se não for humana, porque a profissional também... Nem isso muitas vezes é feito porque contribui para também estar com alguém mais seguro, mais tranquilo, deixar a pessoa... Então, muitas vezes, ficamos pensando: o que falta para termos a consciência de que saímos da senzala? Nós estamos num Brasil que já está caminhando para outras tecnologias, outros mundos e ainda temos tantas coisas para serem resolvidas.

Deixo um grande abraço e parabéns para as trabalhadoras domésticas, que fazem esse trabalho tão grande e, muitas vezes, sentem-se desvalorizadas. Cada vez mais, tudo o que a gente faz como trabalho precisa ser valorizado, com dignidade, melhorado e exigidas as condições para que esse trabalho que a gente faz seja melhor tratado e mais valorizado, tanto o trabalho como quem faz. Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Queremos agradecer muitíssimo, Deputada Luci Choinacki, porque nós conhecemos o seu trabalho, a sua luta, militante da área da mulher, particularmente das donas de casa. V. Exª tem uma história neste País. V. Exª tem uma marca muito grande em defesa das mulheres trabalhadoras, particularmente das mulheres donas de casa.

Eu quero dizer que – é importante, Senador Paim –, embora sejam duas Casas, sempre estamos nos somando nas lutas. É importante as Senadoras e as Deputadas estarem juntas naquilo que pudermos. Mais do que nunca, é importante que as comissões, tanto da Câmara quanto do Senado, possam discutir temas que são comuns, porque, dessa forma, estamos nos fortalecendo, fortalecendo a luta das mulheres.

Eu gostaria, inclusive, de fazer um destaque, Senador Paim: eu sei que V. Exª é uma pessoa que valoriza muito esta Comissão, mas todas as comissões, tanto da Câmara quanto do Senado, têm um poder de visibilidade, de mobilização muito grande – particularmente aqui, no Senado.

Estou chegando aqui este ano e percebo isto: uma das grandes contribuições que podemos oferecer às companheiras e aos companheiros, particularmente às mulheres, porque somos a maioria, é este espaço aqui, porque este espaço de debate tem muita visibilidade na sociedade. É um espaço, inclusive, educativo, porque as informações aqui colocadas pelas diversas companheiras que participaram da primeira mesa e estão participando, agora, desta segunda mesa, as informações que vocês trazem a e a própria Ministra da Igualdade Racial trouxe para nós aqui hoje, é importante que isso acabe sendo de conhecimento de todas as pessoas que estão nos acompanhando, inclusive pela TV Senado. Isso tem uma repercussão muito grande para as nossas mulheres trabalhadoras, porque é um espaço de conhecimento. Então, torna-se um espaço também educativo, onde mostra a importância de as nossas mulheres cada vez mais se organizarem nas suas categorias profissionais, nos seus sindicatos, nas suas centrais sindicais. Enfim, é quando nós nos organizamos, quando nós lutamos. Quando estamos mais juntos, também vamos avançando nas nossas conquistas.

Eu espero, Senador Paim, que este espaço possa oferecer esta boa contribuição: dar visibilidade não só para as mulheres trabalhadoras, mas também para as mulheres empregadoras, que, muitas vezes, por desconhecerem a real importância do trabalho doméstico, não tratam as suas trabalhadoras domésticas com a real dignidade com que precisam ser tratadas.

Então, para mim, este espaço é de debate, mas também de educação social, de toda uma categoria de empregadoras e categoria de trabalhadoras, que juntas, no dia a dia, estão aí, dividindo o seu tempo, mas precisam ser tratadas como trabalhadoras de fato.

Aproveito aqui para agradecer a todas que já falaram e também às que irão falar daqui para frente por essa grande contribuição que vocês estão oferecendo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senadora Ana Rita, permita-me só fazer..

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É rápido.. É só para dizer para a Deputada Luci que eu lembro, quando era Deputado Federal constituinte, que vi uma jovem trabalhadora rural ir ao plenário da Assembléia Nacional Constituinte defender os direitos das trabalhadoras rurais e de todos os trabalhadores.

Fez um discurso belíssimo, emocionou todo o Congresso, que era Congresso Constituinte, e, em seguida, foi eleita Deputada Federal.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – A nossa querida Deputada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu sei que ela teve uma bela disputa, em outra oportunidade, ao Senado. Ela mostrou agora que lutar, insistir e querer é poder e está aqui como Deputada Federal de novo. É uma lutadora.

Deixe-me dizer que, na minha campanha para o Senado, eu usei o seu nome e a sua proposta da aposentadoria das donas de casa. Citava o seu nome e deu certo. É sinal que você é uma vencedora. Parabéns a todas as mulheres na sua figura. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Parabéns, Deputada. Muito obrigada, Deputada.

Vamos ouvir, agora, a Cleonice Caetano Souza, Presidente do Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial (Inspir). É isso, Cleonice?

A SRª CLEONICE CAETANO SOUZA – Isso mesmo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Seja bem-vinda, Cleonice.

A SRª CLEONICE CAETANO SOUZA – Obrigada. Bom-dia a todos e todas. Eu quero agradecer o convite de estar aqui participando deste momento tão importante na nossa vida, principalmente como mulheres, mulheres trabalhadoras, mas quero agradecer e cumprimentar todos os homens aqui presentes, que, infelizmente, aqui são poucos, porém de grande qualidade, na pessoa do nosso Senador Paulo Paim *(palmas)*. Em todos os momentos em que é convidado, em todos os trabalhos que estamos realizando como movimento sindical, o nosso Senador está sempre pre-

sente e sempre com uma responsabilidade, um comprometimento muito grande. Nós sabemos que não é somente a questão das empregadas domésticas que ele está abraçando. Ele também tem abraçado muito conosco a questão da aposentadoria, da regulamentação da categoria comerciária, assim como a questão das pessoas com deficiência e muitas outras. Ele, com sua humildade, que o torna cada vez mais brilhante, com sua humanização de nos receber sempre quando nós solicitamos. Parabéns, Senador. Obrigada por essa oportunidade.

Quero agradecer e cumprimentar todas as mulheres aqui presentes, na pessoa da nossa Senadora Ana Rita, que está coordenando esta mesa e tem mostrado que tem muito comprometimento e muito interesse em estar avançando cada vez mais na nossa luta. É uma das lutas maiores que nós estamos hoje aqui comemorando. Como bem colocou a nossa Senadora na outra mesa, temos muito o que comemorar, porque, até há pouco tempo, realmente, estávamos numa condição de que nem vozes nós tínhamos. Não éramos recebidas em nenhum lugar. Ninguém nos olhava. Ninguém nos dava este espaço que estamos tendo hoje para falarmos da trabalhadora domestica e do trabalhador doméstico. Porém, sempre tratamos... Inclusive eu tenho prestado atenção em que, quando procuramos um recibo para fazer pagamento da trabalhadora doméstica, você não encontra trabalhador doméstico, porque, realmente, ainda hoje é muito maior a participação das mulheres nesse trabalho.

Hoje faço parte do Instituto pela Igualdade Racial, que foi criado em 1995, pelas três centrais na época: a Força Sindical, a CUT e a CGT, que hoje é o GT. Como todos conhecem, houve uma junção das centrais. Então, hoje represento o GT Instituto Interamericano pela Igualdade Racial, que já tem feito um trabalho muito grande, muito árduo na questão da valorização da trabalhadora doméstica por ser uma questão de raça e gênero, pela qual esse instituto trabalha mais fortemente, porque, infelizmente, como foi bem colocado em todas as falas e os dados do Dieese não deixam nenhuma dúvida, a maioria das trabalhadoras domésticas são mulheres e negras. Então, como foi bem colocado também, a pobreza tem cor e sexo. Então, infelizmente, ainda hoje nós temos que trabalhar a questão da mulher negra no mercado de trabalho, e muito mais ainda como trabalhadora doméstica, que não tem a sua valorização, porque, quando falamos de dona de casa, quando ainda hoje você pergunta a uma mulher se ela trabalha, e ela diz "não, não trabalho; eu sou do lar",

Como não trabalha? Na verdade, ela atua em todas as profissões da sua casa. Ela lava, ela passa, ela cozinha, ela é médica, ela é educadora, ela é pedagoga. Ela tem todas as funções como dona de casa. Ela apenas não é remunerada para isso, porque se, realmente, formos colocar uma remuneração para a dona de casa ela vai ter um salário altíssimo. Realmente, com todo direito que deveria ter esse salário, porque ela faz todo esse trabalho.

Quando tem que sair de casa para exercer uma outra função, ela tem que ter uma outra mulher que possa também estar cuidando da sua casa e de seus filhos, para que ela possa ter uma tranquilidade em exercer o seu trabalho, sabendo que a sua família está muito bem cuidada. E esse estar sendo bem cuidada, por que não muito bem remunerada também, com respeito e sendo valorizada?

No Inspir nós tivemos um projeto junto com o Ministério do Trabalho, que foi o Plano Setorial de Qualificação, que foi o Trabalho Doméstico Cidadão. Nós tivemos esse trabalho em 2006, que foi solicitado pelo Ministério do Trabalho e executado pelo Inspir e a Escola do Nordeste e da CUT, que foi formado um grande número de domésticas na qualificação social e profissionalização, com elevação da escolaridade.

Então, o Inspir hoje tem todo esse potencial. Temos profissionais que podemos, a partir de hoje, como colocou a nossa Senadora, que a intenção é de continuar esse debate, continuar esse trabalho, valorizando e qualificando, cada vez mais, as nossas trabalhadoras domésticas, o instituto, como ele trabalha com todas as centrais – apenas as três, porém estamos trabalhando também para que as três centrais venham a participar. E também temos duas centrais americanas, que são a FLC e a CSA, que são centrais sindicais que também têm um grande interesse, um grande debate nessa questão contra toda e qualquer discriminação, principalmente a de gênero e raça.

A OIT sempre presente em todo o debate, sempre nos convidando e puxando, muitas vezes, a orelha do movimento sindical. Não convidando, mas, sim, nos chamando de uma forma para a realidade hoje, e que a Organização Internacional do Trabalho tem toda uma bagagem muito grande para fazer esse debate e esse trabalho. E tem que vem aí nos orientando muito também na questão do cuidar do compartilhado. Porque hoje foi colocado, na primeira mesa, que todo o cuidado fica para as mulheres: cuidar dos filhos, cuidar dos idosos. Então, hoje a OIT vem aí com uma recomendação do cuidar compartilhado, que é algo que sempre foi colocado que nós mulheres somos as cuidadoras, os homens os provedores.

E nós queremos mudar essa realidade. E nós já estamos mudando essa realidade quando temos homens, como nosso Senador, como muitos outros

parlamentares presentes, que nos chamam para esse debate. Existem homens que estão interessados realmente em mudar essa nossa realidade. Mudar, quando nós falamos de cuidar de nossos filhos são nossos filhos. Já falamos desta forma. Os filhos não são somente da mãe. Mas ainda hoje esse trabalho fica para nós mulheres. E mesmo mudar a nossa cultura, porque como nós fomos criadas para que cuidássemos da nossa casa, da nossa família, então, hoje cabe a nós mudarmos essa cultura nas escolas, em casa, em que homens e mulheres têm os mesmos direitos.

Para isso nós temos aí o PL da Igualdade, ao qual nós estamos debatendo e queremos, realmente, que haja essa mudança, que haja, realmente, essa igualdade, igualdade de oportunidade. Porque quantas mulheres, além de nós aqui presentes, tiveram a oportunidade que nós tivemos? Muitas de nós, com certeza, viemos de um trabalho doméstico, de um trabalho no campo; mas tivemos a oportunidade, abraçamos essa oportunidade e estamos aqui hoje podendo fazer esse debate, mostrando para o Brasil e para o mundo que é possível humanizar, que é possível fazer valer, realmente, a nossa Constituição. Que todos somos iguais perante a lei, porque perante a Deus nós sabemos que somos. Isso nós temos certeza. Mas perante a lei nós ainda temos que brigar e discutir muito ainda sobre isso.

Mas a importância de estarmos aqui com todo esse espaço, com nosso Senador aqui prestando atenção a cada palavra que nós estamos dizendo aqui, com mulheres competentes, mulheres que brigaram, lutaram e que estão aqui. Mulheres negras, mulheres brancas, mulheres não negras, e que cada uma tem a sua história, como a história da nossa companheira que veio ali do trabalho doméstico. Então, eu acho que todas nós merecemos uma salva de palmas, porque todas nós lutamos e vencemos. Lutamos muito para chegarmos até aqui.

E o movimento sindical eu quero parabenizar, porque cada vez mais nós estamos aí nos integrando, cada vez mais estamos comprometendo, mostrando para os nossos dirigentes que até pouco tempo era maioria homens, mas hoje entenderam, também sempre uma recomendação, especialmente com a participação da mulher nós vamos mudar o nosso País, nós vamos mudar o mundo e vamos fazer um mundo melhor para uma sociedade que nós estamos aí criando para o nosso futuro.

Sempre dizemos qual o mundo que nós queremos para os nossos filhos, mas também temos que pensar: quais são os filhos que nós queremos para o mundo que nós estamos procurando fazer dele melhor? Mesmo por que o mundo nós podemos fazer melhor. Mas e as pessoas? Vamos humanizar, vamos trabalhar com as pessoas e com os institutos, com as instituições que, realmente, tenham esse interesse de fazer essa mudança. E, com certeza, nós mulheres somos capazes, temos comprometimento, podemos realmente avançar nisso.

E eu espero que na próxima oportunidade que possamos ter mais homens, Senador, porque sempre que se fala na questão de gênero, na questão de cuidar sempre nós mulheres estamos à frente. Mas nós queremos também os companheiros que mostrem esse compromisso, que realmente eles participem. E é importante que venham, mas que permaneçam e que participem do debate. Isso realmente vai fortalecer.

E quando nós passamos para o nosso dirigente maior sempre fortalece quando há participação dos homens, porque cuidar, questão racial, questão da saúde não é só coisa de mulheres. São homens e mulheres, nós seres humanos que vamos, realmente, mudar a nossa cultura e o nosso mundo.

Muito obrigada.

(Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Parabenizar e agradecer a Cleonice. Muito bonita sua fala, Cleonice. Acho que essa questão do cuidado compartilhado são conceitos que nós precisamos aprofundar na sociedade, para que a gente possa ter uma nova convivência entre os seres humanos. E assim construirmos uma sociedade mais justa, igualitária, fraterna. Então, são conceitos que nós precisamos disseminar de fato.

Então, o cuidado compartilhado, particularmente, gostei muito. Acho que dividir as responsabilidades aí entre homens e mulheres.

Vamos passar a palavra, então, agora para o Francisco Luiz Saraiva.

O Francisco é Diretor-Executivo da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços. Ele está em representação à Srª Mara Luzia Feltes, que é Secretária da Contax.

Ah, desculpa, é o Francisco. Depois, eu passo a palavra para o Mário Avelino.

O SR. FRANCISCO LUIZ SARAIVA – Bom dia a todas e a todos. Eu queria cumprimentar aqui a todos os presentes, em nome das Senadoras que estão aqui Ana Rita, Ângela Portella, e queríamos parabenizar as trabalhadoras e trabalhadores domésticos por este dia por ter essa visibilidade que é de suma importância e aqui também ressaltar a importância dessa audiência pública aqui promovida pelo Senador Paulo Paim. Já foram feitos vários relatos das lutas que o Senador abraçou e essa é uma luta importantíssima principalmente pela precária condição de vida dessas trabalhadoras e trabalhadores domésticos que sabemos a luta diária,

além da responsabilidade de assumir um trabalho em uma residência temo os números de tantas trabalhadoras que chegam a quase sete milhões, e somente um milhão e setecentas tem carteira assinada.

Então, é uma jornada de trabalho totalmente excessiva e que mesmo com carteira assinada não conseguimos ter carteira assinada. Tem história e relato de trabalhadores domésticos que vão em casa de quinze em quinze dias, ou seja, um domingo de quinze em quinze dias, uma vez praticamente no mês, sendo que tem filhos, casas, esposos, esposas para cuidar e como está essa relação profissional na nossa sociedade? Como podemos aceitar essa condição de trabalho que é totalmente desumana? É uma questão de direitos humanos principalmente no que trata do dia a dia de cada trabalhador.

Então, temos que conseguir alcançar mais a mídia com relação a conscientizar os nossos... quem contrata o trabalhador tem que assumir a responsabilidade de ver a condição de vida exagerada e exorbitante que é o trabalho doméstico. É uma responsabilidade muito grande e, como foi relatado por vários participantes da Mesa, educador, pai, mãe, porque com o desenvolvimento econômico os pais e mães de família estão fora de casa e quem cuida da casa, de tudo, de saber quanto gastou, de cuidar da economia do lar dos outros e ainda dar conta do seu é uma luta muito grande que tem ser abraçada por várias entidades sindicais, por nossos representantes políticos que têm a voz para defender esses trabalhadores. Nós da confederação dos Trabalhadores no Comércio e Serviços – Contracs, há mais de 20 anos abraçamos essa luta com muita responsabilidade e por saber da importância que tem essas pessoas para a sociedade.

O desenvolvimento do nosso País é graças à exploração de muitos e muitos trabalhadores. Então, temos que ter essa responsabilidade seguida ao pé da letra. Cada um de nós tem trabalhador doméstico em casa e nós mesmos muitas vezes não temos esse olhar de responsabilidade, de assinar a carteira... a lei não cobra então não vou fazer isso.

Então, temos que conscientizar toda a sociedade dessa responsabilidade, porque a pessoa está desamparada principalmente quando tem um problema de saúde é um caos. Como essa família vai sobreviver sendo que geralmente as trabalhadoras domésticas são o viés daquela família. Muitas delas começaram muito cedo e são mães e pais de família.

Então, é uma responsabilidade social que temos que abraçar ao colocar nos nossos lares e se comprometer a trazer para a sociedade o que podemos fazer por essas pessoas que tem essa responsabilidade imensa e que estão sendo deixadas de lado. Estamos vendo que o trabalho infantil está sendo explorado sexualmente, nos lares, nos próprios contratadores de trabalho dessas pessoas abusam sexualmente, na religião passam quantos dias numa residência e não podem nem se manifestar religiosamente porque tem que observar que o patrão segue outra religião não pode nem se manifestar religiosamente, assédio moral, assédio sexual, cor, raça, tudo isso traz uma degradação para a pessoa humana. Direitos humanos é uma questão de fundamental importância e esse local é totalmente adequado para isso e agradeço ao Senador e a CUT tem essa responsabilidade e pede que todos nós acampemos essa luta para que a gente tenha uma condição melhor, porque estamos muito longe de chegarmos a ser um País rico com essa pobreza de tratar as pessoas dessa forma.

Quero agradecer a todos e deixar um carinho enorme da CUT e da Confederação da Contracs às trabalhadoras e trabalhadores domésticos do nosso País. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Agradeço ao Sr. Francisco Luiz Saraiva. Francisco, você não utilizou o tempo todo e se tiver alguma coisa a dizer pode ficar à vontade.

Gostaria de dizer ao Francisco que há quinze dias atrás participamos de um encontro regional da Contracs, envolvendo os Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas e São Paulo e foi muito legal ver o nível de reflexão das companheiras e companheiros que lá estavam debatendo a realidade desses trabalhadores.

Então, parabéns para vocês, força nessa luta...

O SR. FRANCISCO LUIZ SARAIVA – Queria também ressaltar Senadora a dificuldade até das trabalhadoras e trabalhadores participarem dessas conferências e congressos porque deixar o lar onde se trabalha, onde algumas passam quinze dias para ter uma folga, para ir a uma conferência, uma manifestação e a Fenatrad se encontra nacional, em São Paulo, a dificuldade é muito grande dessa organização sindical no meio dos trabalhadores domésticos.

Às vezes temos encontros de 3 a 4 dias onde vários representantes só podem passar um dia, dois ou três. Então, em função desse descontrole de ter uma carteira assinada, de ter segurança no seu trabalho, na sua profissão, se torna muito difícil até a organização para que a gente possa alcançar mais os direitos e garantir que essas pessoas sejam respeitadas. É uma luta muito difícil. Por isso, torna-se às vezes até fragilizada mas estamos sempre promovendo esses eventos para divulgar e chegar mais à frente dando dignidade a quem trabalha no serviço doméstico.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Muito obrigada Francisco, vamos ouvir o Sr. Mário Avelino, Presidente do Instituto Doméstica Legal.

O SR. MÁRIO AVELINO – Bom dia. Quero agradecer o convite do Senador Paulo Paim, da Comissão de Direitos Humanos, parabenizando a realização da audiência, parabenizando a Senadora Ana Rita e Senadores que aqui estiveram, a Senadora Angela que deu uma pequena saída.

Primeiro, já se falou bastante de emprego doméstico e da luta mas continuamos – e vou ser um pouquinho redundante – continuamos com a cultura escravagista e os números agora apresentados pelo Dieese e outras instituições ratificam essa cultura.

Vou fazer uma pequena apresentação e começo até com o slogan do nosso novo Governo: País rico é país sem pobreza.

E na minha avaliação, pelo que foi exposto aqui, o segmento doméstico não só tem pobreza, como tem miséria, discriminação e por aí afora. Então, acreditamos que neste Governo vamos conseguir avançar ainda mais o que já se avançou em governos anteriores.

Na minha avaliação, formalidade é igual à justiça, inclusão social e trabalhista. Isso é igual à sustentabilidade da Previdência Social. Por que pus Previdência Social? Porque Previdência é a segurança do trabalhador quando se aposentar, quando tiver um infortúnio, uma doença, se falecer, saber que os filhos estarão seguros com a pensão.

Já falamos de lei. A regulamentação do emprego doméstico é desde 1972, que é uma lei ainda muito tímida. E de 1972 para cá já são 39 anos, quase 40 anos. Os números do emprego doméstico já foram colocados, formalidade.

Depois tivemos a Lei 5.859.

Em 1988, há um detalhe importante, a lei que criou o emprego doméstico, a contribuição para o INSS do empregador era 12%. Em 1988, aumentou para 12% pela Lei 7.787. Então, houve um acréscimo de 50% no custo da formalidade. E a doméstica, que tinha uma alíquota única de desconto de 8%, passou a ser progressiva, de 8% a 11%. Depois tivemos o Decreto 3.361, em 2000, que deu a opção ao empregador doméstico depositar o fundo. Como foi citado pela Ministra Adelaide, o Brasil é o único país que cria uma lei que é opcional seguir ou não. Somos um País inédito em vários aspectos.

Depois veio a Lei 11.324, em 2006, que criou alguns benefícios à doméstica, como férias de trinta dias, proibição de desconto de refeição, alimentação e moradia. E para o empregador, objetivando estimulá-lo a assinar a carteira, dedução do INSS na declaração anual do Imposto de Renda.

Essa lei teve boa intenção, mas, infelizmente, foi totalmente inócua. Eu a chamo de Robin Hood dos ricos. Por quê? Porque só permite a dedução para o empregador que usa o modelo completo de declaração anual de Imposto de Renda. Há dois modelos, o simplificado e o completo. Quem usa o completo é quem tem uma renda alta. Esse empregador já assina a carteira. Então, hoje, anualmente, o cofre público devolve uma média de seiscentos milhões a quem já tem dinheiro, quem já assina. Tanto que o resultado dessa lei, pegando o PNAD de 2006 para 2008, houve o aumento da informalidade no emprego doméstico brasileiro. Então, é uma lei totalmente inócua. Este é o último ano que ela vai prevalecer. Temos que ter leis que de fato estimulem o empregador e estimulem também a empregada.

Emprego doméstico, para mim, é pobreza, é exclusão, é discriminação, é trabalho infantil escravo, semi-escravo. Não há fiscalização. Entrar em uma casa tem que ter mandado de segurança. Falta de investimento, de fato, das autoridades municipais, federais, estaduais; campanha de esclarecimento, investimento de qualificação de mão de obra. Temos o Fundo de Amparo ao Trabalhador. Se até hoje na história foi investido 0,01, na questão doméstica é muito, porque o trabalhador doméstico não é reconhecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Não existe, para o Ministério do Trabalho, emprego.

Sempre digo, na minha avaliação, que o cúmulo da exclusão do emprego doméstico brasileiro é que a Previdência não conhece o empregador. A GPS, a Guia de Recolhimento do INSS não identifica o empregador. Ele entra com 12%, a empregada doméstica com 8%, e quando a doméstica vai se aposentar no futuro, de repente, quem é o empregador? Não sei, está na carteira, mas não tem empregador. Vamos falar mais adiante sobre isso.

Este é um cartaz de uma campanha que pergunta: É justo tanto trabalho infantil, trabalho escravo, tanta informalidade e tão pouca formalidade? Acreditamos que não". E o Senado também acreditou, e vamos ver por quê.

E é possível mudar essa situação? Sim. Enquanto tempo?

Em apenas 120 dias no máximo. E vamos entender por quê. Não sou nenhum sonhador, não.

No ano passado, 27 de abril de 2010, foi lançado aqui, no Senado Federal, a campanha Cinco milhões de domésticas legais em 2010, infelizmente estamos em 2011. Por que isso? Porque os Senadores aprovaram, só faltam Deputados Federais e a Presidente Dilma. O ano passado o cartaz era o Presidente Lula.

O Senado Federal, entre 2009 e 2010, aprovou seis projetos de lei. Vamos ver quais.

O que pretende esse projeto que vamos apresentar? Dentro de 120 dias, e é factível a formalização. Nesse universo de cinco milhões de domésticas, pelo menos três milhões com carteira assinada. Não estamos falando em aumentar emprego, estamos falando em formalizar. Elas já estão trabalhando. Erradicar o trabalho infantil e adolescentes, como já foi citado. Trabalho escravo, são 37 mil mulheres, de acordo com o IBGE, que hoje trabalham pela troca ainda de alimentação e vestuário. Trabalho semi-escravo, dois milhões de domésticas ganhando até meio salário mínimo. E dentro da meta da nossa Presidente, erradicar miséria e a pobreza no País e no emprego doméstico.

Quais são os projetos? Todos estão na Câmara, porque saíram do Senado e estão aprovados.

PLS 161, autora ex-Senadora Serys Slhessarenko. O projeto propõe a redução do INSS do empregador doméstico, que hoje é 12%, para 6%. Se vocês lembrarem, quando foi criada a lei, era de 8%. E o da empregada para uma alíquota única de 6%. Hoje varia de 8% a 11%. É viável economicamente? Sim. Temos hoje o contribuinte funcional que contribui com 11%, tem todos os direitos com exceção da aposentadoria por tempo de contribuição. Mas com 11% é totalmente sustentável uma política previdenciária. Estamos falando em 12%, 1% a mais.

Esse projeto é a base da pirâmide. Qual a premissa? Menos custo, mais formalidade.

O segundo projeto, o autor é o atual Ministro da Previdência Social, Senador Garibaldi Alves Filho, que propõe a anistia da dívida do INSS do empregador doméstico informal no período informalidade. Portanto, ele regulariza os últimos doze meses que, automaticamente, dá todo o direito previdenciário à doméstica, porque ele vai assinar um contrato com a Previdência se comprometendo a regularizar o último ano parcelado em doze meses. E tem uma exceção neste projeto: não podemos criar um projeto que tire o direito da doméstica. Então, se uma doméstica, por exemplo, tem hoje cinqüenta anos de idade e trabalha vinte para o empregador, ela pode se aposentar por idade aos sessenta, daqui para frente ela tem dez anos de contribuição, faltam cinco. Neste caso, o empregador complementa os cinco restantes. Então, parcelado em 48 meses. E estamos falando em anistia, e quantas anistias o Governo Federal, na história, já deu para as empresas, para as pessoas jurídicas? Por que não dá para o empregador doméstico assinar a carteira?

PLS 160 define o que é diarista. Hoje temos um problema grave neste País. Quem define o que é diarista é a Justiça do Trabalho, que pode julgar um dia, dois dias, quatro dias. Então, esse projeto, também da Senadora Serys Slhessarenko, define que diarista é quem trabalha até dois dias na semana, recebe no dia, por isso é diarista, sem vínculo empregatício. Mais que dois dias, tem que assinar carteira.

PLS 159, também da Senadora Serys Slhessarenko, moraliza a questão do emprego doméstico, porque não adianta diminuir custo, dar anistia, e quem não cumpre continua não tendo punição. Então, esse projeto propõe uma multa, quando houver uma ação trabalhista. O juiz, dependendo do grau de falta do empregador, tem que atribuir uma multa de R$ 1 mil a R$ 15 mil a favor da empregada doméstica, não do Governo, porque, hoje, pela lei trabalhista, quando se assina carteira, há uma muita de 365 UFIR a favor do Estado, quer dizer, o trabalhador é prejudicado, quem leva é o Estado. Um absurdo. Então, esse projeto corrige. Mas qual o seu objetivo?. É ter uma forma de inibir a informalidade porque, quando o empregador souber que pode pagar até R$15 mil de multas a favor da doméstica, fora os direitos trabalhistas e a regularização do INSS, provavelmente vai pensar dez vezes. E ele tem o benefício da anistia e o benefício da redução.

O quinto projeto...

Todos eles já estão na Câmara. Todos são PL.

É o PLS nº 175, do ex-Senador Rodolfo Tourinho. Ele foi em 2006. Ele propõe, e participo dessa luta das domésticas há muito tempo, desde 2000... A doméstica tem que ter todos os direitos. Não tenho dúvida disso. Só que temos, na minha avaliação, que avançar de forma gradativa. Foi criada uma lei em 2000 que dá direito ao empregador de optar por depositar ou não o fundo de garantia. É a famosa lei... quer dizer, é opcional. Mas há um problema nessa lei. Além de ser opcional, é desestimulante, porque o empregador opta em depositar o fundo para sua doméstica porque reconhece nela uma boa profissional, mas, se amanhã ele demite a doméstica, ele tem que pagar uma multa de 40%. Então, há uma lei, primeiro uma falha, opcional e, segundo, quem opta vai ser punido, se amanhã demitir a empregada. Então, o empregador doméstico, historicamente acompanho isso pela Caixa, cada vez mais diminui o número de domésticas com fundo de garantia, por quê? Aquele empregador, na boa-fé, foi depositar o fundo, mas de repente perdeu o emprego e, para reduzir custos, demitiu a empregada, só que leva um susto. "Opa, tem uma multa de 40%!" Ele já está ruim das pernas e fica pior ainda. Sente-se aviltado porque ele fala "que país é esse que cria uma lei que eu beneficio e sou multado?". Qual é o resultado? Para a próxima doméstica, ele não vai depositar o fundo.

Fizemos uma pesquisa com 2.100 empregadores por todo o Brasil que assinam carteira. A pergunta é

"se reduzir o INSS e retirar o fundo de garantia, você deposita o fundo?" Oitenta e sete por cento disseram que depositariam no dia seguinte. Estamos falando que, se pegar o número de domésticas que hoje tem carteira, que chega arredondando a 2 milhões, 1,6 milhão domésticas provavelmente no mês seguinte já passariam a ter o fundo, uma poupança para poder dar entrada em um imóvel e vai por aí afora. É um dado importante. Por que isso? Porque a economia na redução do INSS é justamente 8%. Muitos empregadores que assinam carteira bancam a parte do empregado. Ele vai economizar seis mais dois da empregada, o que dá oito. Isso foi trabalhado. Não é uma coisa criada ao léu.

O quinto projeto, de que existem discordâncias, também discordo dele, mas a gente propõe no sentido de valorização do trabalhador doméstico. O empregador que queira fazer um plano de saúde para sua doméstica poderá abater na declaração de imposto de renda, como abate de um dependente. Então, é estimular, é fidelizar.

Agora, concordo com ele e discordo, porque não tinha que haver plano de saúde. O Estado tem que garantir a saúde pública decente, o que é vergonhoso nesse país. O dia a dia da imprensa é só falando de mulheres em emergência, de falta de pediatras, etc. Mas, é uma realidade nossa? Então, vamos, pelo menos, melhorar essa relação.

Hoje, temos...

Sugerimos, há duas semanas atrás, à Senadora Lídice da Mata um projeto de lei para dar o direito à doméstica ao salário família. Esse projeto foi dado entrada ontem no Senado. Hoje, em plenário, ela vai falar sobre o dia das doméstica – está inscrita – e vai falar desse projeto. Ele tem uma coisa muito importante: combater uma situação que foi criada para ser um bem para o País e está virando um mal. Chama-se bolsa-família. Por que estou falando isso? Porque, em alguns segmentos de trabalho, as pessoas não querem mais ter carteira assinada para não perder o bolsa-familia. Então, ficam na informalidade. No emprego doméstico isso está muito característico. Se pegarmos Região Norte e Nordeste, principalmente, as domésticas não querem mais ter carteira. Se quiser assinar, elas não trabalham, porque não querem perder o bolsa-família.

O bolsa-família varia de R$32 a R$70, com um limite máximo – vou terminar – de R$242 para uma família. O salário família tem duas cotas: R$27 e vinte e poucos reais, até setecentos e poucos reais. Então, o salário família é uma forma de compensar a perda do bolsa-família, mas dando legalidade. Mostra à doméstica que não é vantagem a informalidade.

A Patrícia deu um número de diarista, a relação de diferença na hora de uma empregada com carteira e de uma diarista. Sabe qual a diferença em São Paulo? Ponto dezenove por cento. Uma empregada com carteira assinada, com férias, 13º e vale transporte onera o empregador, em um ano, já com INSS, em 31%. Então, vem outro dado: é muito barato ter uma doméstica na legalidade. Sabe qual é a consequência de uma doméstica na ilegalidade? É que as domésticas não sabem. Entra...

Vou dar um exemplo rapidinho. Uma doméstica, 25 anos, mãe solteira, tem filhos, foi atropelada e ficou inválida. Aí, resolveu entrar com uma ação contra o empregador. A Previdência não vai querer assumir o ônus, porque ela não é contribuinte. Qual poderá ser a sentença do juiz? Vamos ver a expectativa de vida dela? A mulher tem 72 anos de expectativa. Vinte e cinco para setenta e dois, quarenta e sete. Está dando treze salários mais 1/3 de férias. Resumo da história: R$320 mil de indenização. Se o juiz for justo, põe isso para empregador. Aí o empregador fala que não tem dinheiro. "Tudo bem, você tem bens?" "Tenho." "Então, vamos penhorá-lo."

Então, a categoria tem que ter consciência. A lei existe e funciona, só que infelizmente elas não estão acionando. Temos que começar a exigir os direitos e punir quem não cumpre.

Agora, vamos partir também da premissa que empregador doméstico não é empresa. É uma pessoa física. A maioria dos empregadores neste País é classe média. Trabalha a mulher, trabalha o marido e tem que ter alguém em casa para eles poderem trabalhar, cuidando da sua casa, dos seus filhos, de uma pessoas idoso. Então, um trabalho digno. Agora, temos uma realidade econômica. Então, vamos criar condições em lei que reconheçam a capacidade econômica desse empregador, mas que dê todos os direitos à doméstica.

Então, temos aqui um grupo de seis projetos. Todos já aprovados no Senado. Estão na Câmara, tramitando. Dependemos agora dos Deputados Federais. Dependemos de que eles tenham consciência. No ano passado, fomos bloqueados pelo poder Executivo. A Deputada Sueli Vidigal fez o relatório favorável na Comissão de Seguridade Social à aprovação do projeto de anistia. Foi pedido vista do projeto e até hoje está empacado lá. Então, quando... Temos que sensibilizar, e esse Governo, e digo também o anterior, tem sensibilidade, mas às vezes o que pesa é o seguinte: "Sou a Fazenda. Olha, para tirar um centavo, lei de responsabilidade social."

Esses projetos, estamos falando em formalizar 3 milhões de domésticas. Vai diminuir a contribuição? Vai, mas pelo volume vamos aumentar arrecadação da Previdência em R$1,5 bilhão por ano no segmento doméstico.

O segundo projeto do 447 vai gerar uma receita em um ano de R$2 bilhões adicionais à Previdência, que é uma receita que nunca vai ver na vida, porque só se descobre a informalidade quando entra com uma ação. Normalmente, o juiz não manda nem regularizar. O cara paga um ou dois meses de INSS e vai embora.

Então, temos, sim, condições de mudar isso. O Senado já deu um passo importantíssimo. Digo que o Senado decretou a Lei Áurea no emprego doméstico. Falta o Congresso Nacional, a Câmara. Falta o Poder Executivo. Tenho informações com o Ministro Garibaldi que hoje uma das prioridades da Previdência é que as domésticas sejam contribuintes. Então, vai haver inclusive – dia 18 está programado e será ratificado hoje – um seminário na Câmara chamado "O Futuro do Emprego Doméstico no Brasil". Está confirmada a presença do Ministro da Previdência, do Ministro do Trabalho, de um representante do TST, da mesma forma que aqui temos dignos representantes para discutir, porque essa discussão vai para frente. Então, temos que continuar nessa luta. São seis anos de batalha para a gente chegar a esse ponto. Esperamos que 2011 seja o ano de decretação da Lei Áurea no emprego doméstico brasileiro.

Quero parabenizar a Creuza, que é uma lutadora tenaz, como todas aqui. Temos que continuar essa luta.

Só mais um detalhe. Sempre disse que as sindicalistas domésticas são heroínas porque tocar um segmento que não tem recurso, como uma contribuição sindical, é difícil. Aí sugiro, Senador Paulo Paim, Senadora Ângela, Senadora Ana, e vou finalizar, três projetos bem simples: (1) que tenhamos uma lei que exija material de segurança, equipamento de segurança no emprego doméstico. Vão às emergências dos hospitais. Os maiores índices de acidentes, osso quebrado, braço, perna, são domésticas na cozinha, lavando um terraço. Então, usa-se uma bota. Pode por uma luva. Evitar. Então, temos que ter lei que exija que o empregador cumpra.

Temos também que propor uma lei que... Isso não é lei porque a CLT tem. O sindicalismo doméstico tem que ter a contribuição, sim, para ter uma sustentabilidade, para poder brigar em condições melhores. Para isso, tem que ter o laboral... o patronal, desculpem. Tem que ter a relação. Temos que começar a estimular a criação do patronal. Outro dia a Creuza me falou: "Quer ajudar? Cria o patronal para haver discussão e convenção."

Finalmente, queria citar só mais um projeto.

Senador Paulo Paim, tem um PLS, o 535/2009, para desburocratizar a questão do recolhimento do fundo de garantia e o INSS. O fundo de garantia hoje, muito empregador não deposita porque ele tem que ir à Caixa, uma empresa, assinar um documento, a conectividade social, e isso tem sido também um fator de impedimento ao depósito do fundo de garantia. Esse projeto, Senador, e falei até na semana passada no gabinete da Senadora Marisa Serrano – ela é relatora novamente, ela recebeu – para ver se esse ano a gente dá andamento... É um projeto simples. É criar desburocratização.

Então, parabenizo mais uma vez. Desculpem se me estendi.

Muito obrigado! *(Palmas)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Agradecer muito ao Mário Avelino, que nos trouxe aqui uma grande contribuição.

Inclusive, Mário, quero sugerir para a nossa Comissão, particularmente para a Subcomissão da Mulher, presidida pela Senadora Ângela... Não sei, Ângela, o que você pensa, mas acho que essa seria uma boa pauta para poder nossa Comissão iniciar um trabalho de articulação junto à Câmara dos Deputados, através da Deputada Janete Pietá, para que abrace esses projetos e tentem dar agilidade a isso dentro da Câmara Federal. Talvez seja essa uma pauta importante para o planejamento da Subcomissão no sentido de fazer um trabalho articulado com a Câmara Federal.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Bem, Senadora Ana Rita, na próxima reunião deliberativa da Comissão de Direitos Humanos deveremos aprovar o nosso plano de trabalho, o plano de trabalho da Subcomissão dos Direitos da Mulher. Certamente, podermos acrescentar na nossa pauta essa demanda aqui. Tenho absoluta certeza que a Deputada Janete Pietá, que é coordenadora da bancada feminina na Câmara, terá todo interesse em estar incorporando essa luta na bancada feminina da Câmara. Certamente, nós, aqui, no Senado, daremos a nossa contribuição para que esses projetos possam avançar na Câmara de Deputados.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Muito bem, Creuza. *(Pausa)*

Sim.

O SR. MÁRIO AVELINO – No Senado, na Câmara hoje estamos com boas matérias. A Deputada Elcione Barbalho é uma relatora. Fátima Pelazi é uma segunda relatora. Sandra Rosado. Cada projeto está com uma relatora.

O projeto da multa, que é importantíssimo, a gente escolheu a dedo o Deputado Vicentinho, que é do PT, da CUT, que tem uma história de justiça trabalhista. Então, estamos até bem ancorados. Agora, sabemos que temos que enfrentar barreiras que, digo, não são tanto no Legislativo. É no Executivo, porque, infeliz-

mente... Bom, não vou entrar muito no mérito. A gente sabe que existem objeções. Mas estamos falando de projetos que aumentam a arrecadação, mas fundamentalmente justiça social, inclusão social, direitos a um trabalhador digno.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – A Creuza pediu para acrescentar.

A SRª CREUZA MARIA – Vou colocar aqui que é importante que a discussão desses projetos tenham a participação das trabalhadoras domésticas, porque temos divergências nesses projetos todos que estão aí. Mas infelizmente quando é discutido, não estamos presentes, como já coloquei na mesa primeira. Como bem o Dr. Avelino falou, não temos condições de ter esse mesmo potencial financeiro de fazer essa peregrinação que ele faz aqui, conversando com os Senadores, com os Deputados de todos os Partidos. Muitos até de partidos nossos, que são parceiros, acabam aceitando as propostas sem discutir quem vai ser atingido, que é a categoria de trabalhadoras domésticas. O Dr. Avelino tem propostas boas, mas a gente também quer sentar junto para dizer "isso aqui não concordamos", "isso aqui vai prejudicar a nossa categoria a longo e a curto prazo por isso e por aquilo". Mas, infelizmente, a gente não tem... Quando a gente sabe, já foi votado no Senado, e a gente fica angustiada sem poder... Não temos poder de mobilização. Então, é preciso discutir com a gente sobre isso também.

Outra coisa que gostaria de falar aqui. Como o Avelino está falando da questão da organização sindical patronal, ele deveria estar puxando isso. Enquanto empregador, estar puxando isso para os empregadores se organizarem nos Estados, porque o Doméstica Legal já se tornou nacional e às vezes as pessoas pensam que é a representação da categoria. Não é a representação da categoria. Apesar de ele ter propostas e tal, é uma representação dos empregadores. Seria muito bom que ele puxasse essa discussão com os empregadores para eles se organizarem e criarem os sindicatos para a gente poder negociar, fazer acordo coletivo e tudo isso.

O SR. MÁRIO AVELINO – Senadora, só um pequeno complemento, uma correção.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pela ordem, Senadora Ana Rita, por favor.

O SR. MÁRIO AVELINO – Desculpe, Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não.

O SR. MÁRIO AVELINO – A Doméstica Legal, Creuza, nunca foi para defender o empregador. Ela é uma organização não governamental, cujo foco é o emprego doméstico dentro da legalidade, tanto é que, se analisarmos os projetos... Esses projetos não nasceram da minha cabeça. Pela própria ONG, ela recebe demandas, sugestões. Inclusive nos encontramos várias vezes aqui no Senado. Discutimos algumas coisas. Sei que o fundo de garantia é uma bandeira, e concordo que tem que ser obrigatório. Mas sempre a ótica da ONG foi o seguinte: para um segmento que tem tanta informalidade, digo, como simbólico... Se pego o mingau quente e meto a colher no meio, queimo a língua. Então, acho que temos que avançar de forma gradativa, aumentando a formalidade, que vamos ter mais peso agora. Não represento empregador doméstico. Eu, que sou... uma ONG... olha o equilíbrio... Então, quando falo em diminuir custo para o empregador, para a empregada, quando falo em dar anistia para aquele empregador informal para ele assinar a carteira, estamos falando em estimular as duas partes, porque o outro lado, que é o empregador... Uma coisa é o empregador classe "a" e classe"b", que tem muito dinheiro, mas o grande empregador, e você sabe muito disso, é a classe média. Então, temos que ter leis que de fato viabilizem essa legalidade e não criar leis que de repente possam até afugentar. Então, essa discussão... Sempre me coloquei à disposição, e me coloco... Não se...

A SRª CREUZA MARIA – Tudo bem.

O SR. MARIO AVELINO – Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Acho que está sendo legal essa conversa, mas o Senador Paim está pedindo pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É só para ajudar, Senadora Ana Rita. Sei que existem divergências. É natural que existam. E as divergências são explícitas aqui. Proporia, falava aqui com a Senadora Ângela Portela, na linha da orientação de V. Exª, que primeiro se faça uma reunião, antes de encaminhar o trabalho para a Câmara, com as representantes do movimento para analisar todos os projetos. Elas dirão "esse sim", "esse não", "esse só com essa ou aquela alteração". Aí se busca aquilo que é possível.

Só para... Estou um pouco preocupado também com o horário, porque sabemos que no máximo 13h30m temos que terminar, porque às 14h já estamos no

plenário. Mas parabéns à condução de V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Então, Senador, ainda temos duas pessoas para serem ouvidas, e é com muita alegria que vamos ouvi-las. A Maria Auxiliadora, secretária da Força Sindical, vai falar agora e depois, para finalizar esta Mesa da manhã, ouviremos Adriane Oliveira Moscardim.

A SRª MARIA AUXILIADORA – Boa tarde, não é? Já é boa tarde. A todos e a todas. Em nome da nossa Senadora Ana Rita e a Ângela, saudamos a todas as mulheres aqui. Em nome do companheiro, podemos

chamar assim, Paulo Paim, saudamos os homens que estão aqui presentes.

Vou ser rápida porque tudo o que a gente tinha para falar já foi falado aqui pela maioria, mas começo dizendo o seguinte. Sou secretária de política para as mulheres da Força Sindical Nacional. Estou no movimento sindical há muito, desde 1984 – participei da constituição –, na luta em defesa das mulheres.

É o seguinte: começamos a discriminação... Assim, na questão da discriminação, começamos pela nossa lei, por quê? A nossa Constituição diz o seguinte: são todos iguais perante a lei. Quando ela vem regulamentar – não sou advogada mas tenho uma participação muito grande na regulamentação das leis –, aí vem a discriminação da expressão "doméstica". Será que é por causa do nome "empregada doméstica"? A empregada metalúrgica tem todos os seus direitos garantidos, a empregada do setor privado tem todos os direitos, por que a trabalhadora e o trabalhador domésticos não têm direitos iguais aos garantidos para os demais trabalhadores? Então, a gente fica revoltada com essa questão.

Companheiras e companheiros, Senador Paulo Paim, a Creuza tem razão quando diz que quando vai discutir alguns direitos dos trabalhadores – isso a gente sente também como central sindical –, eles não são chamados para discutir. Não nos chama. Tivemos o exemplo do PL da Igualdade, para o qual fomos convidados só para que a gente estivesse lá para a apresentação da pauta. As centrais sindicais se recusaram, depois formamos um grupo e discutimos a questão do PL. Estamos com muita dificuldade de ser passado, porque tudo que vem do trabalhador, principalmente as reivindicações da questão da mulher, fica difícil.

Acho que tem de ter o reconhecimento do sindicato para que tenha a contribuição, como os demais sindicatos, na questão do sindicato das empregadas das federações e confederações das empregadas domésticas, porque sem dinheiro não tem condições de organizar a categoria. Se nós, da indústria, que temos no setor privado – eu vou falar porque, o nosso setor, a maioria é trabalhador do setor privado – tem dificuldade de, no local de trabalho, onde tem 200, 300, 400 trabalhadores, fica difícil de os trabalhadores e as trabalhadores participarem, imaginem na questão da doméstica, que é um lugar privado, onde as trabalhadores estão ali, registradas ou sem registro, entre quatro paredes, que não denunciam o que elas passam na questão do assédio moral e de todo o tipo de massacre, porque, às vezes, são mulheres separadas que cuidam da família e não têm curso de qualificação, aí, se denunciar, ela vai perder o emprego, e fica nessa situação, entendeu? Se nós, no setor privado temos essa dificuldade, porque as mulheres também não denunciam, porque estão nos piores lugares no local de trabalho, a gente tem de ir lá, não temos essa liberdade, no movimento sindical, de estar lá acompanhando, só os ficais de trabalho, temos muita dificuldade nisso, porque você pede uma fiscalização e, quando o fiscal vai, já passou o problema, já está resolvido, às vezes, até pelo sindicato com pressão, com paralisação, imaginem as empregadas domésticas!

Nós, como central sindical, estamos aí para tentar ajudar essas mulheres, mas temos dificuldade também, porque não temos fiscalização, e não adianta pedir fiscalização para a questão da empregada doméstica. Como é que você vai entrar? Você só pode entrar em um lugar privado se tiver um mandato.

Então, a nossa lei começa discriminando e, por isso, Senadoras e Senadores que estão aqui, a questão da lei tem sempre que procurar não discriminar, porque se a própria lei discrimina, depois ficamos apelando, pedindo: "Olha, votou essa lei! Mas por que votou?" A questão de todos os projetos que estão aí, acho que temos de verificar muito bem, porque, às vezes, são votados, mas dizem que "depois a gente faz emenda, depois a gente regulamenta", mas não é regulamentada e quando o é, vem discriminando ou vem prejudicando a sociedade.

Aqui, em nome da Força, agradeço esse convite.

E você, companheiro, é um companheiro que batalha, veio do berço dos trabalhadores e sabe muito bem qual é o apelo dessas trabalhadoras e dos trabalhadores e das centrais sindicais sobre a questão da redução da jornada, que você tem nos ajudado bastante, Paulinho. Conte conosco e com a nossa central para ajudar no que vier de beneficio à sociedade e as trabalhadoras e trabalhadores do nosso País.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Nós é que agradecemos a Maria Auxiliadora, Secretaria da Força Sindical, pela sua fala, pela sua contribuição, pela experiência que você tem e acumula e compartilha conosco hoje.

Finalizando a fala da Mesa para depois abrirmos para o plenário, convido Adriane Oliveira Moscardin, representante nacional do coletivo de gênero da União Geral dos Trabalhadores (UGT) em substituição à senhora Cássia Bufelli, Secretária Nacional da mulher da UGT.

A SRª ADRIANE OLIVEIRA MOSCARDIN – Boa-tarde a todas e todos!

Em nome da companheira Cássia Bufelli, quero cumprimentar e saudar a Mesa por intermédio da Senadora Ana Rita, parabenizar o Senador Paulo Paim

por este evento, por haver requerido essa audiência pública tão importante para nós.

Vou falar um pouquinho e rápido – porque já fui contemplada com várias falas importantes – sobre a importância das trabalhadoras domésticas para a sociedade. Elas são importantes dentro do nosso lar, cuidando do nosso lar e das nossas crianças, porque, assim, podemos sair para trabalhar. E, muitas vezes, elas deixam suas casas, suas crianças, para cuidar das nossas. Então, é importante a gente fazer essa conscientização da sociedade, junto com os sindicatos, as centrais sindicais e o Governo e a OIT. Levamos essa discussão de conscientização da sociedade para um trabalho descente para as trabalhadores domésticas: seguridade social, creche para suas crianças, para que suas crianças não fiquem na rua. Temos de ter respeito e valorização dessas trabalhadoras e trabalhadores domésticos.

Então, é isso.

Parabenizo a todos pelo Dia Nacional das Trabalhadoras Domésticas, em nome da UGT e agradecer o convite.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Agradecemos à nossa companheira.

Solicito à Assessoria que verifique se tem alguém no plenário que gostaria de se utilizar da palavra. *(Pausa.)*

Drª Josefina Serra, nós a apresentamos no início dessa audiência. Ela é advogada, Conselheira da OAB, e uma ex-doméstica.

A SRª JOSEFINA SERRA – Costumo dizer que sou discriminada cinco vezes: por ser negra, quilombola, nordestina, mulher e pobre.

Comecei a trabalhar em casa de família com seis anos de idade – porque é até difícil dizer que você começa trabalhar em casa de família com seis anos de idade. Na realidade, com seis anos de idade, hoje, as crianças não são pagas, imaginem há 42 anos! Então, trabalho em casa de família desde os seis anos de idade. Na verdade, eu não trabalhava, porque ela não me pagava. Eu trabalhava pela comida e pela dormida.

Então, gostaria até de dar uma sugestão para a Creuza – eu a conheço há muito tempo pelo trabalho que ela faz – de dizer que uma das maneiras de a gente tentar organizar a questão das empregadas domésticas, que tem uma grande maioria, que sempre falo, por que já passei por vários colégios, das empregadas domésticas que tem acesso à educação, estudam à noite. É uma maneira talvez de a gente conseguir conscientizar as empregadas domésticas, por meio da Secretária de Educação, de a gente dar palestras sobre a conscientização de que você é mulher, negra, batalhadora e empregada doméstica. Sempre disse que a agente não deve ter vergonha dizer que trabalha como empregada doméstica, porque você está trabalhando honestamente. Vergonha é roubar. Eu sempre disse isso para a minha sobrinha. Eu já trouxe 55 pessoas lá do Maranhão, lá da roça, de casinha de palha, que hoje tem uma grande maioria que trabalha, que conseguiu trabalhar, que estuda e que fizeram concursos igual a mim.

Pena que... Eu já falei o seguinte: não sei se foi porque Deus teve pena de mim ou não sei se não teve paciência porque eu já cuidei muito de crianças dos outros que eu acho que ele falou assim: *Coitada! Essa não tem mais paciência para cuidar dos dela*. Entendeu?

Então, eu não tive e hoje reclamo essa chance de ter filhos, porque acredito que não tenha tido mais paciência porque muitas crianças eu já criei.

Então, estudei não foi porque a minha patroa queria que eu estudasse, porque a exigência que ela fazia e hoje ainda faz para muitas pessoas, para muitas meninas vem lá do Nordeste é que ela não estude.

Então, a exigência que a minha patroa fazia era a seguinte: eu poderia até estudar, mas ela não me pagaria. Então, o que eu fiz? Eu preferi trabalhar por prato de comida e pela dormida para poder estudar.

Então, é o seguinte: para as minhas sobrinhas que eu trouxe, para várias amigas que eu trouxe eu sempre falei o seguinte: tudo bem, aqui você pode trabalhar pelo salário mínimo, porque é hoje aqui em Brasília e nos grandes centros ainda se paga o salário mínimo. Mas nas grandes cidades do Nordeste, ninguém paga salário mínimo, mesmo tendo carteira assinada. Está lá escrito que a pessoa ganha salário mínimo, mas na prática, na hora de receber, ela não ganha o salário mínimo. Só está na Carteira que ela ganha, mas na hora de receber ela não ganha o salário mínimo, porque a maioria não tem o contra-cheque. Às vezes, a patroa a obriga a assinar o contra-cheque do salário mínimo, porque se depois essa pessoa for reclamar que não ganha o salário mínimo, a pessoa apresenta o contra-cheque. Assim, ela não tem como provar que não recebia o salário mínimo.

Principalmente aqui em Brasília, já tive várias pessoas que já foram me procurar para eu entrar com a ação, dizendo que não ganha o salário mínimo. Mas ela assinou bendito do recibo lá para a patroa, que o guardou, dizendo que recebia o salário mínimo.

Aí, infelizmente, não tem como. Infelizmente, é muito difícil você provar isso na Justiça do Trabalho, porque, infelizmente, a maioria dos juízes também discriminam as empregas domésticas, porque eles também são patrões, não é não?

Isso é muito complicado. Só de você já chegar reivindicando os seus direitos na Justiça do Trabalho você já é discriminada. Digamos assim, como a maioria que eu defendo são empregadas domésticas, eu sou discriminada por ser advogada de empregada doméstica. Ainda tem isso! Tudo isso você sofre.

Todo esse tipo de preconceito, todo esse tipo de discriminação nós mulheres negras sofremos. Então, eu sempre falei o seguinte: a única saída de nós mulheres negras, eu digo, nós mulheres negras temos de estudar. A saída nossa é fazer a política de estudar. Eu sempre falo para as meninas, quando vou dizer da minha história, que quando você está estudando... tudo bem que quando você diz que vai estudar, a grande maioria das patroas te mandam embora, porque não querem que empregada doméstica estude. Mas quando você decide estudar, até o tratamento do próprio patrão muda com você. Quando você estuda, você vai ter acesso às pessoas, vai ter acesso a conversar, vai ter acesso a outras coisas e, com isso, já tem um certo respeito. Então, a maioria, um incentivo...

Eu falo assim, para rico, digamos assim uma maioria, estudo. Infelizmente, perdoem-me dizer isso, a grande maioria compra tudo, não é não? Digamos assim, compra estudo – e hoje há rico dizendo que compra até Deus – Mas para nós, a saída é estudar.

Sempre falo isso, é estudar. E a nossa Bíblia aqui na terra é a Constituição, com todas as coisas que ela tem. Com a outra Bíblica, a gente se entendo com Deus. A Constituição é a nossa saída.

Então, eu falo o seguinte: quando passou a minha história. A minha história saiu em uma rede de TV. Basta entrar no Google e colocar lá "Josefina Serra dos Santos". Eu sempre tive essa idéia, que se leve essa história para as escolas, que nós comecemos a trabalhar essa história, para termos referência.

Uma coisa que eu sempre falo... A Presidente Dilma falou: nós mulheres negras podemos e temos de batalhar para podermos mais. E a única saída é estarmos nos organizando. Nós não temos acesso, como a Tereza falou, a nos organizar. Então, se quiserem contar comigo, e a Creuza já deu essa sugestão de nós organizarmos o sindicato das empregadas domésticas em Brasília, que não tem. Quem toma conta é uma pessoa que achou uma maneira de continuar ganhando dinheiro em cima das empregadas. A grande maioria vai lá atrás de um suporte e não tem.

Era isso o que eu queria falar.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Quero agradecer muitíssimo a contribuição da Drª Josefina, o seu depoimento, a sua história de vida. Isso nos fortalece na luta.

Eu quero aqui, antes de passar a palavra para o nosso Presidente, que vai ocupar a mesa para a finalização da audiência de hoje, eu queria rebater uma frase que foi dita aqui hoje que acho que é importante.

Na verdade, muitas vezes a gente fala certas coisas de forma inconsciente. E isso não é muito legal. Mas é tipo assim: *Eu trato tão bem a doméstica na minha casa que é como se fosse uma pessoa da minha família*.

Pode até ser nós a considerarmos uma pessoa da família. Isso é muito bom, mas, mais do que isso é considerarmos aquela pessoa uma trabalhadora, de fato, que tem direitos e que esses direitos precisam ser considerados.

Acho que ouvindo a fala de vocês, ouvindo a fala de todos que participaram aqui da mesa, fica muito claro que a empregada doméstica não é apenas... Na minha opinião, essa palavra *empregada* precisaria ser até abolida. Ela é a *trabalhadora doméstica*, o caráter de trabalhadora, que tem direitos, deve ser fortalecida.

Eu acho que a fala de muitas de vocês, o que vocês nos disseram nos coloca com muita clareza isso. Então, de fato, a sociedade precisa se apropriar, de fato, do conceito de trabalhadora doméstica, que tem direitos e que esses direitos precisam ser assegurados e garantidos para todos e todas que trabalham no lar.

Eu quero aqui agradecer muitíssimo a todas as pessoas que participaram dessa mesa - peço que permaneçam na mesa para que o Senador Paim, que é o nosso Presidente, faça os encaminhamentos finais.

Quero agradecer a Adriane Oliveira, que foi a última a falar e que está aqui representando a União Geral dos Trabalhadores, quero agradecer ao Dr. Mário Avelino, do Instituto Doméstica Legal, quero agradecer ao Francisco Luis Saraiva, agradeço ao Diretor Executivo da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços; agradeço a Cleonice Caetano Souza, que é Presidente do Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial; agradeço a Patrícia Lino Costa, que está aqui substituindo a Srª Lilian Arruda Marques, da Direção Técnica do Departamento Intersindical de Estatística no Dieese; agradeço a Maria Auxiliadora, da Força Sindical e agradeço a nossa companheira Rosana Ramos, que está aqui representando a Ministra de Estado da Secretaria de Política para as Mulheres.

Muito obrigada pela presença de vocês.

Quero convidar aqui o Senador Paulo Paim, para que faça os encaminhamentos finais. Antes, porém, eu

gostaria... ao nos preparar para a audiência de hoje, eu busquei alguns dados do Espírito Santo, Estado que eu estou aqui representando. A companheira Valceni, presidente do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas, uma companheira lutadora, viu Josefina. Assim como você, é uma mulher que luta muito. Ela preside o sindicato e, com muita dignidade, conduz a luta das mulheres trabalhadoras.

Confesso que muitas das dificuldades colocadas por vocês e também muitas conquistas ela tem nos colocado no dia a dia, inclusive a dificuldade de organizar as próprias mulheres, assim como...

(intervenção fora do microfone)

Você está indo para lá amanhã, não é?

Pois sim, nós gostaríamos muito de contar com a presença da Valceni aqui - e Creuza está indo para o Espírito Santo amanhã. Quero dizer que a Valceni é uma companheira muito bacana, muito lutadora e que representa com muita dignidade a categoria das trabalhadoras domésticas.

Então, há alguns dados que considero extremamente importantes. De acordo com o IBGE de 2008, no Estado do Espírito Santo temos 26 mil trabalhadoras que possuem carteira assinada. Acho que precisamos avançar, mas esse é um dado extremamente importante.

Nós somos no Estado 111 mil mulheres, de um percentual de 114 mil trabalhadoras domésticas, 111 mil são mulheres. Ou seja, uma grande parcela, uma parcela bastante significativa de mulheres trabalhadoras domésticas.

Então, acho que temos muito o que fazer, nós que estamos aqui no Senado temos um papel importante, mas o nosso papel só será, de fato, eficiente na medida em que possamos ouvir quem, de fato, necessita de garantias políticas públicas, e aí a Creuza nos deu uma grande lição aqui. Para discutir os projetos de lei, primeiro precisamos discutir com os interessados, que são as pessoas beneficiadas, neste caso, as trabalhadoras domésticas.

Então, parabéns a vocês, parabéns Creuza, parabéns pelo nosso dia, pelo dia de vocês. E quando eu digo nosso dia é porque, como mulher, me sinto também homenageada neste dia. Mas parabéns, particularmente, para todas vocês, que lutam e trabalham para garantir que os nossos lares sejam melhor organizados e que as mulheres também possam trabalhar fora. Se vocês não estiverem lá, então, as outras mulheres não têm condições de trabalhar fora.

Parabéns para vocês, que Deus abençoe a luta de cada uma e de cada um.

O Senador Paim está com a palavra.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A esta altura do campeonato, vocês devem estar todos pensando: *Senador, não vai baixar um discurso aí de meia hora ou de uma hora. Já são 13h e está todo mundo pensando no almoço*.

Eu só quero cumprimentar a todos vocês. É uma alegria enorme aqui no Parlamento receber o movimento social e aqui, de forma muito competente, com muita sabedoria, colocaram a sua visão da importância, eu diria, de até revogarmos o art. 7º da Constituição. O art. 7º da Constituição, no fundo, permite uma discriminação. Que sejam dados às trabalhadoras e aos trabalhadores domésticos os mesmos direitos dos outros trabalhadores.

É só isso o que vocês querem. Vocês não estão pedindo nenhum privilégio e isso ficou muito claro na mesa para mim.

Eu diria também para vocês que, como aqui foi dito, estamos na véspera do dia 1º de maio. Como seria bom... eu estou contemplado. As centrais assumiram neste 1º de maio três projetos e eu faço parte de todos eles: é o fim do fator – e já aprovamos a que está na Câmara -, a redução da jornada e a valorização dos benefícios de aposentados e pensionistas. Dos três projetos, de um eu sou co-autor com o Inácio Arruda; os outros dois eu aprovei aqui no Senado e está na Câmara.

Nós poderíamos também falar com as centrais. Que nós colocássemos como bandeira junto à igualdade. Ou seja, acabar com essa discriminação que existe com as empregadas domésticas, para que elas tenham somente os mesmos direitos. Eu sei que tem que discutir com vocês,. Mas é que quando vi os projetos correrem na tela, os que o Mário mostrava, eu lembrava comigo: foi baixada uma medida provisória recentemente, e eu defendo muito a Previdência. Sou favorável à medida provisória que reduz a contribuição do pequeno empresário - o empresário paga 20% - até para 5% ou 6%.

Por que a gente não reduz a contribuição para a Previdência. Pode ter certeza de que a Previdência é superavitária. Sei bem do que estou falando. Inclusive, terei uma audiência com o Ministro Garibaldi e vou levar essa questão de vocês, lembrando que hoje é o dia 27. Por que não se reduz a contribuição para a Previdência e o empregador paga as duas partes, do empregado e do empregador. Não tem que descontar do trabalhador a outra parte. É algo tranqüilo. Eu digo, reduzindo a contribuição. O empregador vai pagar menos do que paga hoje e está garantida a previdência de toda empregada ou empregado doméstico para garantir a sua aposentadoria.

Porque eu falo isso? Olha pessoal, não pagar a Previdência, não garantir a sua aposentadoria no futuro e quase como um crime contra a gente mesmo e contra os nossos filhos, porque, em nossa falta, quem vai segurar a barra? Então, é fundamental que todos estejam formalizados e que tenham direito a sua previdência integral, de acordo com o seu salário, como tem hoje o serviço público, e sem fator previdenciário.

Eu me proponho, se vocês concordarem, não apresentar o projeto, mas levantar – aqui estamos na subcomissão, Senadora Ângela Portela – esse debate, porque, inclusive, diminui a burocracia. O empregador já encaminha, em um único documento, o pagamento da Previdência do empregado e do empregador. E não desconta do empregado. É uma pequena forma de melhorar a vida do nosso empregado, que ganha tão pouco, e nós sabemos que isso não vai trazer nenhum prejuízo para a nossa Previdência, que, repito, é superavitária.

Se nós podemos fazer isso com o pequeno empresário, e é positivo isso, porque não fazer também com o empregador, que é aquele que emprega – e ele é um pequeno empregador – as nossas empregadas domésticas?

Ambos ganham, tanto o empregador quanto a empregada doméstica ou o empregado doméstico, que terá direito a sua aposentadoria integral.

Por fim, e eu insisto muito nisso, e eu disse em outros momentos e agora vou repetir: o empregador que não paga os direitos, que nem sequer assina a Carteira de Trabalho da Emprega doméstica, que não paga sequer o salário mínimo, a Drª Josefina, que usou da palavra, tem toda razão. Tem mesmo que levar à Justiça amanhã ou depois. Eles têm de entender que vão pagar muito mais do que se fizessem aquela poupança, pagando em dia, os poucos direitos que a empregada doméstica tem hoje.

Claro que nós queremos garantir os direitos iguais, e não pagamento vai resultar nisso. Amanhã ou depois vai pagar, sim, na Justiça o que está devendo ao trabalhador doméstico. E vamos torcer muito para que façamos uma grande campanha.

Apelo, às vezes, nesse sentido para que o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, a grande mídia, que se faça uma campanha para que todas as trabalhadoras e os trabalhadores domésticos tenham a sua Carteira de Trabalho assinada. Veja bem, nós estamos brigando ainda para a aprovação da Carteira de Trabalho, para que ela seja assinada, que o empregador entenda que isso é um direito do seu semelhante.

Nós estamos vindo da semana da Páscoa, e eu tenho insistindo com isso: como é que você, que quer ter a sua carteira assinada, não quer assinar a do seu empregado? Como é que você quer ter direito a uma aposentadoria, mas não quer que o seu empregado tenha? Essas coisas não dá para entender!

Por isso, vocês estão corretos. Eu tenho aqui, são quase cem projetos, e recebi cópias da Câmara e do Senado. É claro que elas têm razão. São mais de cem empregados e mais de cem projetos tramitando que vão mexer na vida dos empregados e das empregadas domésticas e vocês não conhecem a maioria. E não conhecem porque não tiveram a oportunidade de discutir, e aqui a Subcomissão poderá fazer isso.

Então, parabéns, Senadora Ângela Portela, pelo seu trabalho aqui na Presidência; parabéns a Senadora Ana Rita aqui a todos os candidatos e convidadas, por tudo que falaram.

Alguma divergência, e eu quero insistir nisso, pessoal, é natural e é até bom com existam. Se não existisse divergência, não haveria aqui uma provocação positiva que eu vi. Criem, por favor, os sindicatos das patroas e dos patrões, para que a gente possa discutir, quem sabe, uma convenção coletiva nacional, mediante um grande entendimento. E ali pode-se, inclusive, avançar além do que está na CLT e na própria Constituição.

Eu queria convidar a todos, se puderem – e sei que não estão todos aqui em Brasília – para segunda-feira, quando faremos uma sessão em homenagem ao Dia do Trabalhador e da Trabalhadora, 1º de maio.

Eu queria que vocês aqui, de preferência, voltassem atrás, voltassem às confederações, mas que alguém – e vocês devem decidir quem – use da palavra, no Plenário do Senado, para falar da situação das empregadas domésticas.

Posso contar que vocês vão indicar alguém? (Pausa.)

(Aplausos)

Vamos indicar alguém, não importa quem, vocês decidam, para falar no Plenário do Senado às 11h. Estão todos convidados, todos terão acesso ao Plenário do Senado no dia 02, segunda-feira. Mas também estejam nos atos no dia 1º de maio. Eu estarei nos palanques e vou falar da regulamentação, que se ampliem os direitos das empregadas domésticas.

E não seria sequer ampliar, repito, e sim só assegurar os mesmos direitos que têm os outros trabalhadores.

Está encerrada a audiência pública.

Viva os trabalhadores e as trabalhadoras domésticas do nosso País.

Um abraço a todos.

(Aplausos)

(Levanta-se a Reunião às 12h50min.)

ATA DA DÉCIMA NONA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 28 DE ABRIL DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e seis minutos do dia vinte e oito de abril de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador (Paulo Paim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os seguintes Senadores: **Ana Rita, Paulo Paim, Vicentinho Alves e Eduardo Amorim** e os não membros **Aníbal Diniz e Pedro Taques**. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **Pauta. Item único**. **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento nº 57, de 2011 – CDH, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Aníbal Diniz, aprovado em 19/04/11 "para debater as ameaças que vêm sofrendo os juízes federais, bem como suas famílias, por parte de organizações criminosas". Convidados que comparecem e fazem uso da palavra nesta ordem: Lisa Taubemblatt, Juíza Federal no Estado do Mato Grosso do Sul; Alexandre Camanho de Assis, Presidente eleito da Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Raquel Domingues do Amaral Corniglion, Juíza Federal no Estado do Mato Grosso do Sul; Ana Paula Vieira de Carvalho, Juíza Federal no Estado do Rio de Janeiro; Gabriel de Jesus Tedesco Wedy, Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE; Juiz Doutor Benito Roboso Del Amo, representante da Associação Judicial – Foro Judicial Independente de Espanha, Juiz Federal Wilson José Witzel, Titular da 2ª Vara de execução fiscal de São João do Meriti Diretor da AJUFE, Desembargador Antônio Latas, representante da Associação Sindical dos Juízes Portugueses; e Rosângela Silva Rassy, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT. O Senhor Senador Pedro Taques faz o encaminhamento para que a CDH solicite informações ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, sobre a interrupção do sinal da TV Justiça durante evento da AJUFE, ocorrido no dia 27/04/2011. O Senhor Presidente acata o encaminhamento para que a Secretaria da Comissão tome providências. Fazem uso da palavra os seguintes Senhores Senadores: Senador Paulo Paim, Aníbal Diniz, Eduardo Amorim, Pedro Taques e Ana Rita. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 19ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Audiência pública, nos termos do Requerimento nº 57, de 2011, de autoria deste Senador e do Senador Aníbal Diniz, aprovado em 19 de abril de 2011, com o objetivo de debater as ameaças que vêm sofrendo os juízes federais, bem como seus familiares, por parte de organizações criminosas.

Depois eu vou elencar outros pontos da pauta de hoje.

Foram convidados... Alguns estão chegando, parece que o voo de outros atrasou, mas registro aqui... Foi convidado o Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil, Sr. Gabriel de Jesus Tedesco Wedy; também foi convidado o Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, Sr. Antônio Carlos Alpino Bigonha; foi convidado também o Juiz Federal do Estado do Acre, Pedro Francisco da Silva; também convidado o Juiz Federal do Estado do Mato Grosso do Sul, Sr. Odilon de Oliveira; convidado também o Juiz Federal do Estado do Mato Grosso, Raphael Cazelli de Almeida Carvalho; convidada a Juíza Federal do Estado no Mato Grosso do Sul Lisa Taubemblatt; convidada também a Juíza Federal do Estado do Rio de Janeiro Ana Paula Vieira de Carvalho; convidada também a Srª Raquel Domingues de Amaral Corniglion, Juíza Federal do Estado do Mato Grosso do Sul.

O objetivo desta reunião – eu falava na abertura – é debater a violência que acontece em todo o Brasil, no caso aqui, contra os magistrados.

Lembro que ontem, dia 27 de abril, ocorreu a paralisação das atividades, por 24 horas, dos juízes federais, com o objetivo de mobilizar e sensibilizar a sociedade e o Congresso Nacional, a Presidenta Dilma e o Supremo Tribunal Federal para que sejam concedidas melhores condições de segurança para a categoria, além da revisão da questão de cargos e salários, equiparação de direitos com o Ministério Público.

Antes da paralisação – eu registro –, estiveram comigo o Senador Aníbal Diniz e um grupo de juízes, mais precisamente da Associação dos Juízes Federais do Brasil. Foram nos relatadas – lembro aqui – as ameaças que vem sofrendo os juízes federais e suas famílias por parte de organizações criminosas. Tam-

bém me foi relatada a questão da prerrogativa única e exclusiva da Justiça Federal para análise e julgamento das lides envolvendo transgressões aos direitos humanos, impasse remuneratório vivido pela magistratura federal – questão salarial – e ampliação da participação dos membros da magistratura federal nos tribunais regionais federais.

Eu convidaria para a Mesa a Exmª Srª Juíza Federal do Estado do Mato Grosso do Sul Lisa Taubemblatt. Convido também a Exmª Srª Juíza Federal do Estado do Rio de Janeiro Ana Paula Vieira de Carvalho.

Antes de iniciar a nossa audiência pública, eu quero lamentar, mas tenho que fazer aqui o registro.

Nós fizemos um movimento muito grande aqui no Senado em parceria com as entidades vinculadas às pessoas com deficiência, especialmente a Adefa, Associação em Defesa dos Autistas. E, esta semana, agora pela manhã, ainda falei com a líder do movimento. Eles estão muito preocupados com o vídeo que foi transmitido para todo o Brasil pela MTV intitulado "Casa dos Autistas". O vídeo está no Youtube e está criando uma grande revolta e indignação e de todos os pais e familiares dos autistas no Brasil.

A Presidente da Adefa, Srª Berenice, e demais entidades estiveram ontem reunidos com a direção da MTV. A MTV assume que, de fato, a produção foi de muito mal gosto. Segundo eles, o objetivo não seria de atingir ou ofender os autistas, mas foi o que aconteceu. Disse-me ela que eles estão dispostos a se retratar e produzir outros programas de uma forma, aí sim, produtiva, combatendo todos os tipos de preconceitos, principalmente o caso que aconteceu com os autistas.

Quero aqui ressaltar que somos totalmente favoráveis à liberdade de imprensa. Inclusive, faremos, no dia 3, uma audiência pública em que discutiremos a violência contra os profissionais que atuam na imprensa, pegando desde o caso de um jornalista brasileiro que foi preso na Líbia e que a Comissão intercedeu, e ajudamos que ele fosse posto em liberdade, a outras agressões que vêm acontecendo no Brasil e no mundo.

Então, eu quero deixar muito claro que nós defendemos, sim, a liberdade de imprensa, mas eu sempre digo, embora não seja advogado, não seja jurista nem bacharel, não seja da área – os senhores aqui, mais do que ninguém, podem dar aula nesse sentido; e vamos aproveitar esta audiência no sentido de combater todo tipo de violência –, mas é preciso sempre saber que a liberdade de um tem limite quando ela passa a atacar a liberdade do outro. Todos têm que ter direito à plena liberdade. E esse vídeo atacou, conforme as informações que recebi, e vi o vídeo hoje pela manhã, toda a comunidade autista. Enfim, foi de um enorme mau gosto por parte de quem o produziu.

Mas quero dizer também, pelas informações que recebi, que a própria direção do vídeo produzido pela MTV já se botou à disposição para se retratar.

Devido a isso, falando hoje pela manhã com a Srª Berenice, nós vamos convidar os meios de comunicação para que façamos um debate sobre preconceito, e aí no caso todos os preconceitos, para que os meios de comunicação possam também nos ajudar no sentido de que a gente combata todo tipo de violência. O preconceito é uma violência e, por isso, é considerado crime hediondo.

Falei hoje pela manhã com as entidades e passarei, no dia de hoje, a conversar com as emissoras, principalmente, no caso, a MTV, para que a gente estabeleça aqui uma conversa sobre o tema.

Lembramos que o *bullying*, por exemplo, hoje, sem sombra de dúvida, está no centro do debate da violência, e fatos como esse só vêm colaborar para que situações de desrespeito àqueles que pensam diferente se multipliquem e descambem, inclusive, para violência além de moral, intelectual, inclusive, física.

Por isso tudo, a Comissão de Direitos Humanos encaminhará documento à MTV e também às outras emissoras para que a gente estabeleça aqui uma rodada de discussão e negociação sobre esse tipo de procedimento. Mas vamos, de imediato, já estão conosco também convidados para fazer parte da Mesa, e já convido agora o Sr. Alexandre Camanho de Assis, presidente eleito da Associação Nacional dos Procuradores da República; convidamos também a Juíza Federal do Estado de Mato Grosso do Sul, já está aqui conosco, Drª Raquel Domingues do Amaral Corniglion.

Vamos iniciar a nossa audiência pública, passando a palavra de imediato à Drª Lisa Taubemblatt, que disporá do tempo de dez minutos – aqui ninguém será rígido, são dez com mais cinco e, se necessário, mais cinco.

V. Exª está com a palavra, Drª Lisa.

A SRª LISA TAUBEMBLATT – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para avisar que o verde significa que o correspondente microfone está ligado.

A SRª LISA TAUBEMBLATT – Bom dia a todos. Bom dia, Sr. Senador Paulo Paim; bom dia, Gabriel Wedy. Raquel, fez boa viagem?

Meu nome é Lisa Taubemblatt, trabalho no Estado de Mato Grosso do Sul, especificamente no Município de Ponta Porã, há mais de cinco anos. Eu me titularizei na fronteira no começo de 2006 e, desde então, a gente tem aprendido muita coisa lá, mas estamos também vivendo grandes vicissitudes, grandes problemas, em função, especialmente, do tráfico transnacional de entorpecentes e de armas, além também de problemas

de pistolagem, de assassinatos de pessoas. Enfim, é uma fronteira seca com centenas de quilômetros de estradas pavimentadas; é também uma fronteira seca com milhares de quilômetros de estradas vicinais, o que torna a fiscalização algo extremamente complexo, difícil de ser realizado. E, nos últimos meses, especificamente do meio do ano passado para cá, nós temos notado, infelizmente, uma diminuição bastante forte da fiscalização que sempre foi feita na fronteira. Lá, dispomos do DOF – Departamento de Operações de Fronteira, que é do Estado de Mato Grosso do Sul; a Polícia Rodoviária Federal também exerce um papel bastante importante e, em especial, a Polícia Federal, que são os nossos parceiros mais habituais na Justiça Federal, é por intermédio desses profissionais que temos a deflagração das principais operações de tráficos de drogas, envolvendo toneladas de maconha, centenas de quilos de cocaína, *crack*, haxixe e outros materiais entorpecentes. Também há bastante forte a incidência de tráfico de remédios, anabolizantes, drogas de academia de ginástica e outras que, enfim, as pessoas ingerem aqui dentro do País, eventualmente ainda podem causar intoxicação, lesões e até mortes.

Temos notado, conforme eu estava dizendo, desde meados do ano passado até agora, 2011, mas mais fortemente em 2011, uma diminuição flagrante das atividades da Polícia Federal na fronteira. O que é lamentável. Eu tinha em torno de cinco a sete flagrantes, às vezes mais; chegávamos a ter dez a cada quinze, dez dias, um por dia, envolvendo dezenas de quilos, às vezes de coisas que são feitas em operações da Polícia Federal. Eu tinha, às vezes, a materialidade de um crime de drogas ali, 30, 40 quilos, e um simples flagrante da Polícia Federal ou da Rodoviária Federal.

Mas a Polícia Federal está sem recursos. Eu fui avisada, recebi visitas na minha sala: olha, doutora, nós, lamentavelmente, vamos ter que diminuir as nossas atividades. Nós não temos recursos nem sequer para fazer diligências até as cidades próximas. E, em Mato Grosso do Sul, cidades próximas não são tão próximas como no Estado de São Paulo. Cidades próximas lá distam em torno de 90, 80 quilômetros umas das outras. Então foram conversar comigo: olha, lamentavelmente nós estamos sem dinheiro inclusive para fazer diligências em cidades próximas.

A incidência de flagrantes diminuiu drasticamente. Eu tinha algo em torno de cinco a sete por semana; passei a ter um, dois, e foram rareando. E, a partir disso, a gente vai percebendo, embora haja certa fiscalização nas estradas, mas o serviço de inteligência fundamental que é feito na fronteira é realizado principalmente pela Polícia Federal, e não basta também fazer flagrantes de "mulas". Enfim, você pega uma "mula" aqui, outra ali, mas não vai ao âmago da organização criminosa. É necessário fazer um trabalho de inteligência sério, aprofundado, e isso demanda tempo, para eventualmente desmantelar uma quadrilha, uma organização criminosa como nós já temos lá.

Eu tenho processos com 20 réus presos, envolvendo toneladas de entorpecentes, eu tenho processos que foram desmembrados, processos com 18, com 15 pessoas presas e é lamentável – gostaria de compartilhar com os senhores, infelizmente, a minha decepção – que às vésperas, praticamente próximo de eventos importantes, internacionais, para o País a gente esteja vendo um depauperamento muito grande do policiamento, da fiscalização das fronteiras.

A gente sabe, eu sou munícipe, convivo na cidade, participo das atividades da cidade, eu me envolvo na comunidade, então eu tenho noção, através de conversas com uma série de pessoas ali, do que passa na fronteira: para cada dez carregamentos sérios que passam lá de entorpecentes é pego um ou nenhum. Então é muito forte. Eu tenho notado, nos cinco anos em que trabalho lá, um incremento brutal no transporte do tóxico cocaína, em detrimento da própria maconha. Mudou muito o perfil. Foi inserido também nas atividades o haxixe, que tinha uma participação bem menor.

Quando cheguei em Ponta Porã, em 2006, realizamos, com o auxílio da Polícia Federal e de pessoas de Campo Grande – inclusive, porque Ponta Porã dista de Campo Grande em torno de 340 quilômetros – uma operação muito forte envolvendo a repressão de tráfico transnacional de armas e munições. Foi a chamada "Operação Gládio". Em São Paulo isso tinha um braço... Foi naquela época que os senhores devem se lembrar, das rebeliões dos presídios e dos assassinatos das pessoas, aquela grande rebelião que houve no Dia das Mães do ano de 2006. E, enfim, nós conseguimos apreender, junto com a polícia do Paraguai, um poço de quase 80 metros de profundidade com artilharia antiaérea, granadas e outras coisas do gênero.

A "Operação Gládio" no Estado de São Paulo se prestava para abastecer o PCC com armas e lá na nossa fronteira era justamente o ponto da comercialização e disseminação para todos os Estados do Brasil, envolvendo as armas e as munições.

Houve a cooperação do Paraguai, que é outro ponto que eu gostaria...

Além da questão do depauperamento, da lamentável falta de recursos da Polícia Federal, de que estou chamando a atenção dos senhores, acho muito interessante que se fortaleçam os laços com o país vizinho, de forma a podermos agir mais em parceria, porque dependemos estritamente deles.

Para que os senhores tenham uma ideia, Ponta Porã é uma cidade em que eu, estando aqui, estou no Brasil, os senhores, nessa mesa, estão no Paraguai. É uma cidade aberta, não há limite claro, há uma conurbação, é uma cidade só. Ponta Porã e Pedro Juan Caballero formam um único Município, geograficamente falando. Não há muros e cercas, enfim, não há nada. Portanto, é muito fácil a invasão de pessoas que vão para o país vizinho.

Posso aqui dar o depoimento do período em que estou lá. Com o incremento da quantidade de drogas, de armas e de outros produtos ilícitos, vamos vendo uma maior organização dos interessados nesse comércio ilegal, que vão se tornando mais ousados. No ano passado, tive noticia de que um traficante – que, preso em flagrante, prendemos em preventivo –, envolvido com tráfico, principalmente de cocaína e também em uma operação maior da Polícia Federal de associação de cometimento de tráfico de drogas, já com um poder econômico bem mais pronunciado, algo bem mais pesado, que, bem mais ousado, ameaçou a mim, a colega de trabalho.

Aquela região, conforme expliquei para os senhores, é mais aberta, não há um limite. Na verdade, em termos humanos nem é para haver, mas em tudo há dois lados. O que é bonito e bom é que há um intercâmbio cultural e humano, de uma cultura muito rica, inclusive em termos de alimentação, de música; mas há o outro lado da moeda, o ônus.

Portanto, a fiscalização é muito difícil. Já tive notícia de pessoas algemados dentro do estabelecimento da Polícia Federal que, mesmo algemada, conseguiu correr 50, 100 metros e estava no Paraguai. Aí, acabou, ninguém pega mais.

Então, percebemos uma ousadia cada vez maior das pessoas e também um poder econômico envolvendo essas atividades de uma maneira cada vez mais – diria até – descarada. Essas pessoas ameaçam, na boa, as autoridades. "Não são do meu interesse, vamos eliminar essa pessoa, tirar essa pessoa do nosso caminho". Como já disse, é um lugar muito aberto, complicado para se trabalhar.

Pertenço a terceira região, que congrega os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Posso dizer aos senhores que, na época em que fui promovida, quatorze colegas não quiseram assumir o local. Antes o local era gerido, jurisdicionado pelo meu colega Odilon de Oliveira. Houve uma série de notícias de jornal à época informando que o colega morava dentro do fórum, dormia dentro do fórum, enfim, ficava confinado lá dentro, e ninguém quis ir para lá.

Em geral, não tenho hábito de conversar, de falar nada do que fazemos. Houve uma melhora e os colegas começaram a se interessar em ir para lá. Já tive notícias de pessoas com esse interesse.

Agora, estamos percebendo, depois das ameaças veiculadas pelo Ministério Público Federal – nosso parceiro também – quanto ao problema envolvendo esse traficante, que novamente esse interesse diminuiu, o que é muito justo que aconteça, porque as pessoas têm família, têm filhos.

No dia em que soube que eu tinha sido ameaçada, estava com amigos. Foi numa sexta-feira à noite, tinha ido jantar com os meus pais, que são septuagenários. Estávamos todos tomando sorvete, na casa de amigos, numa avenida muito movimentada de Ponta Porã. Na ocasião, fiquei absolutamente sem ação, mas o que fazer? Disse: vamos tirar todo mundo daqui e vamos para casa.

Agora, é muito desagradável, muito triste. O que queremos é sensibilizar Brasília, inclusive convidando para uma visita aqueles que têm interesse. A região é muito rica. Nós temos questões indígenas, questões agrárias, questões envolvendo grandes desapropriações. Há problemas sociais seriíssimos ali, exploração de menores, num âmbito lamentavelmente pronunciado também. Enfim, deixar aí o recado. Terminou o meu tempo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ela pergunta se o tempo já tinha terminado. Não terminou. Pode usar todo o tempo que for necessário. Acho que é da maior gravidade o que está sendo colocado aqui, não só como denúncia, mas como um alerta, porque assim não dá para continuar. V. Exª tem todo o tempo que for necessário.

A SRª LISA TAUBEMBLATT – Então, nós percebemos que fazemos um trabalho mais ou menos de formiga ali. É até uma analogia, talvez infeliz, com o trabalho das mulas, são as formiguinhas que levam os entorpecentes.

Mas, vejam, não adianta que nós façamos esse trabalho de coibir ações de mulas. Por isso volto a dizer que é muito importante, para o brilho de qualquer evento internacional no Brasil, que se faça um trabalho profundo, sério, continuado, de inteligência, para primeiro reprimir esse tipo de ação e, depois, que o País tenha uma segurança, de forma a deixar isso na base da preventiva. Vamos fazer então agora. Fazemos a repressão e, oportunamente, passemos a fazer a prevenção, porque é a principal porta de entrada de produtos que não fazem bem à saúde, que não fazem bem ao ser humano, enfim, que causam destruição de famílias.

Volto a dizer que o poder econômico dessas organizações está cada vez maior. A região é bastante sensível porque é aberta. Aquilo lá é um queijo suíço,

é imenso, é aberto. Entra-se por qualquer canto, por qualquer lado, a qualquer hora do dia ou da noite. Não há fiscalização, não há nada. Fizemos a Operação Gládio lá há cerca de cinco anos. Houve uma pacificação muito grande ali. Lojas no Paraguai que eram especializadas na venda de armas deixaram de vender armas. Um dos principais conglomerados, parece-me, ganhou um prêmio de melhor Shopping da América do Sul, que é o Shopping China, e o proprietário me chamou e disse: olha, Drª Lisa, pode ver as minha instalações. Aqui no Paraguai eu não vendo mais munição nem armas. Falei para ele e ainda brinquei: o senhor está no seu país, o senhor tem direito de fazer o que achar melhor, dentro da lei do seu país. Eu sou juíza no Brasil. Ele falou: não, nós estamos acompanhando o trabalho da senhora e nós vamos colaborar.

Agora, eu digo aos senhores, isso é sazonal. Nós reprimimos, passa algum tempo e, evidentemente, a atividade floresce novamente. Tivemos uma operação forte de armas acerca de cinco anos, em 2006. Tive notícias, através de integrantes da Polícia Federal, que é necessário, é premente, é muito importante que seja feita uma nova operação de repressão ao tráfico de armas internacional e de munição. Não sei se a Polícia Federal está trabalhando nisso em termos de inteligência ou não. Não tenho noção se eles estão com dinheiro para fazer as investigações que precisam fazer, ou não. Tenho acompanhado os trabalhos e ninguém me passou absolutamente nada.

Volto a dizer aos senhores que a atividade está florescendo, isso também é de conhecimento público e notório. Cada vez que assisto ao Fantástico, ao Jornal Nacional, mesmo que o criminoso esteja lá no Rio Grande do Sul, a gente vê e diz: ah! mas que bacana. Eu vou lá em Pedro Juan Caballero e compro tudo. De fato, Pedro Juan Caballero, que é nossa cidade irmã, oferece na rua desde menores até moeda falsa.

Isso é o país vizinho. Por isso eu volto a dizer que é muito importante que os senhores fortaleçam os laços com o Paraguai, de forma a não empanar o nosso brilho em coisas que são para o País, em nível internacional, importantíssimos.

E já que estou aqui tratando de direitos humanos, gostaria de sensibilizar os senhores também e dizer que nós temos o maior assentamento de sem-terra no País, que foi feito na Fazenda Itamaraty, são os assentamentos Itamaraty I e II, são pessoas bastante carentes, há uma falta muito grande especialmente da seguridade social para atender essas pessoas lá. Acho importantíssimo. Já pedi, já mandei ofício, já falei com todas as pessoas possíveis e imagináveis. Tragam o INSS para assentamento. Aquelas senhoras têm filhos, elas precisam do salário maternidade. Não é necessário que elas andem 40, 50 quilômetros para ir atrás do Poder Judiciário para conseguir e deixar 30% do benefício na mão do advogado. Veja, eu não tenho nada contra advogado, mas, se a pessoa pode conseguir perto da sua casa o seu benefício sem perder um dia de trabalho no campo, é muito mais simples. Aposentadorias por idade, enfim.

E o problema indígena, que é algo também que nos chama bastante atenção, uma coisa de uma sensibilidade ímpar, algo que tem que se tomar muito cuidado ao tratar. São pessoas também que, antes de qualquer coisa, são hipossuficientes econômicos, são alijados de qualquer questão social, de qualquer sistema de saúde, de qualquer outra coisa ali que nós temos. Acho muito importante nos sensibilizarmos para essa questão do índio no Estado do Mato Grosso do Sul, que tantas vezes é espoliado, é maltratado, enfim, não conhece seus direitos. É expulso da sua terra, é morto – temos casos de homicídios de índio lá, envolvendo questões agrárias. Enfim, é algo que chama bastante atenção.

E finalmente a questão do brasiguaio, a questão dessas pessoas que são brasileiros, mas são paraguaios; são paraguaios, mas são brasileiros. Enfim, trabalham ali na nossa fronteira, eventualmente para grandes traficantes de entorpecentes, não ganham sequer um salário mínimo; procuram o sistema de saúde do Brasil e, na hora que vêm para o sistema de saúde do Brasil, são considerados paraguaios; na hora em que estão no Paraguai são considerados brasileiros. São pessoas de toda sorte, alijadas mesmo dos direitos sociais que nós tanto almejamos conseguir para todos.

A história é mais ou menos essa, bastante resumido, porque são cinco anos de trabalho. Torço para que os senhores se sensibilizem e nos dê uma forcinha lá, olhem para a nossa fronteira, que é tão importante.

Obrigada. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero informar a todos que já se encontra conosco o Sr. Aníbal Diniz, que foi quem nos solicitou, quem provocou essa audiência pública.

Senador Aníbal Diniz, a Drª Lisa, Juíza Federal do Estado de Mato Grosso, fez aqui uma série de denúncias, eu diria até um grito de socorro – se me permite que eu diga assim –, dando um alerta à Nação. Falou aqui da situação dos povos indígenas, dos sem-terra, do tráfico de drogas e de armas, das ameaças que ela vem recebendo, como outros casos de juízes, da própria falta de um posto do INSS, que seria uma coisa mais simples, só como exemplo da situação de desespero. E pede um carinho especial com a situação de nossas fronteiras.

Passo a palavra, neste momento, ao Dr. Alexandre Camanho de Assis, presidente eleito da Associação Nacional dos Procuradores da República. V. Exª tem dez, mais cinco, mais cinco, mais cinco e mais cinco minutos, se necessário.

O SR. ALEXANDRE CAMANHO DE ASSIS – Obrigado, Presidente.

Bom-dia a todos. Quero cumprimentar o Congresso, na figura do Presidente, Senador Paulo Paim, senhores e senhoras presentes e também os juízes federais, na figura do Presidente Gabriel Wedy, os juízes de Portugal e da Espanha que estão aqui acompanhando o evento.

Sr. Presidente, senhoras e senhores, tudo quanto disse a Drª Lisa poderia ser secundado com proveito pela Associação Nacional dos Procuradores da República. Se ao juiz federal ordinariamente cabe o ônus de condenar o narcotráfico, a lavagem de dinheiro, toda forma de crime perigoso de índole internacional ou significativa, ao Ministério Público, por maioria de razão, sombreia também a ameaça do crime, pela circunstância óbvia de que, se opacamente o criminoso divisa no juiz aquele que, ao fim e ao cabo, dadas as provas, precisa condená-lo por maioria de razão, o tempo todo esse mesmo criminoso, perigoso e ameaçador, vê no integrante do Ministério Público o permanente acusador e aquele que está constantemente levando ao Judiciário as provas que, afinal, o incriminarão.

Então é, antes de tudo, evidente que tudo quanto se pode dizer de perigo e de problemas em que vivem os juízes federais, em igual ou até maior medida, pode-se dizer em relação aos procuradores da República. Nós temos lamentavelmente na nossa história, inclusive, um procurador da República assassinado justamente por força de investigações suas, que é o nosso mártir Pedro Jorge.

Desde logo, o Ministério Público se vê na contingência de se solidarizar com os juízes federais nessa demanda e nessa denúncia, na exata medida em que estão vivendo igual circunstância.

O problema que a Drª Lisa abordou muito bem, que é a escassez de recursos da Polícia Federal, leva também a uma reflexão que precisa ser pensada com a maior profundidade possível. O Ministério Público e o Judiciário são duas magistraturas deste País que receberam da Constituição a mesma índole de franquias, absolutamente iguais. São magistraturas combatentes do crime. E não se vê, a despeito das suas franquias e a despeito, ainda mais, das suas pesadas responsabilidades na prevenção e na repressão ao crime, uma nota de atenção do Estado brasileiro em relação a um aparato permanente de sua proteção, o que significará evidentemente maior segurança por parte dos membros do Ministério Público e do Judiciário, que acarretará proveito para a sociedade.

Então, Presidente, nós temos a situação singular de juízes e procuradores que vivem há anos, e às vezes há décadas, acossadas pelo crime, vivendo numa situação de permanente intranqüilidade, enquanto determinadas prerrogativas que são lidas de forma muito generosa em relação ao crime fazem com que essas prerrogativas se invertam em favor do criminoso em inteiro detrimento do juiz e do procurador.

Questionou-se, por exemplo, no Brasil, o que me parece ser assim uma atitude vinculada a um culto prioritário do passado, a possibilidade de vídeoconferência nos interrogatórios. Então, veja V. Exª que houve vozes aqui e ali, com aparência exótica de vanguarda, mas absolutamente obscurantistas, que diziam é inteiro direito do criminoso avistar-se pessoalmente com o juiz, olhá-lo nos olhos para saber quem o está julgando e condenando-o afinal. E isso fazia com pessoas encarceradas em penitenciárias de segurança máxima, por força da perspectiva da nulidade de um ato processual, seguissem com um séquito de seguranças públicos, com carros e mais carros e viaturas, escoltados de um Município para outro, muitas vezes, como se fossem sombrios embaixadores do crime, apenas para terem o direito de olharem nos olhos daquele que, ao final, certamente proferirá uma centena condenatória contra eles.

Eu me indago se isso não será levar longe demais franquias em favor do criminoso e que são em inteiro detrimento daquelas pessoas que detêm o poder do Estado para retirar do convívio pessoas que não importam à sociedade. Nós chegamos a esse ponto em que o prisioneiro tem um séquito de policiais federais para escoltá-lo para fazer uso de um direito absolutamente questionável, enquanto que o juiz que está ali, também olhando nos olhos e sendo fixado pelo criminoso, está inteiramente à mercê das ruas, do despropósito e do destino, do acaso.

É preciso que esse tipo de evidência – que hoje é cotidiana entre juízes e procuradores – se transforme em uma regra qualquer permanente e protetiva da atuação desses magistrados, sob pena de o acaso se fazer valer mais dia menos dia e nós termos entre juízes lamentavelmente aquilo que nossa carreira já sofreu. E teremos um mártir por força do descaso do Estado.

Aquilo que os juízes federais trazem hoje ao Senado, ao Congresso Nacional e que é visto como acaso e desproteção é na verdade uma dinâmica que vem se perpetuando já ao longo de décadas porque o crime recrudesce. Não há ilusão, e fazer uma leitura do quanto doutrinas generosas das últimas décadas possibilitaram em relação ao criminoso é algo que se

pode fazer em caráter avulso. Mas o que é certo é que o crime recrudesce a cada dia; o crime recrudesce, e nós não podemos pensar o País, principalmente numa casa legislativa, não podemos pensar o País em termos apenas de presente e de circunstâncias pontuais do passado. Em se tratando de uma casa legislativa, é preciso pensar o futuro.

E o que se divisa em relação ao futuro, Presidente, é o fato inequívoco da chegada do Brasil ao olimpo dos países economicamente progressistas; e o olimpo, enfim, da civilização atrai o exato lado contrário que é a cobiça, a ganância, e uma série de outras circunstâncias que são contrárias à civilização.

Para os próximos anos temos pelo menos quatro eventos esportivos de envergadura, de índole nacional, mas também planetária. É certo que a policia federal se prepara hoje para essa contingência, é certo; mas é exótico pensar, por outro lado, que a polícia pensa em se preparar para essa contingência enquanto sofre sucessivos cortes de verbas e sucessivos contingenciamentos que, certamente, como bem expôs a Drª Lisa, enfraquecem e fragilizam sua atuação. A polícia federal precisa ser evidentemente contemplada com maior recurso e maior estrutura de forma que possa fazer frente permanente a esse tipo de contingência.

O futuro que temos é certamente o recrudescimento do crime, do narcotráfico internacional, da lavagem de dinheiro. E, considerando esses eventos em escala planetária que vão trazer delegações internacionais ao Brasil, é preciso considerar, inclusive, considerar seriamente a iminência da ascensão do terrorismo no Brasil. Para o que nós já temos todas as raízes plantadas aqui, inclusive organizações criminosas dispostas a levar isso adiante.

Passado o evento, passado o clamor, por ventura bem-sucedido do aparato policial no sentido de reprimir ato dessa índole, a quem caberá exemplar o terrorista, o criminoso de índole internacional? O Ministério Público e o Judiciário federais. E, nessa hora, passado o clamor, diminuída inteiramente a possibilidade de algo, de multidão, de pânico de grande evento, no silêncio dos gabinetes tramita um processo, e o alvo passa a ser o procurador da República e o juiz federal. Isso não pode ser mais nos gabinetes. Tramita um processo, e o alvo passa a ser o procurador da República e o juiz federal. Isso não pode mais ser visto como um acaso nem como uma ameaça. É preciso que haja um aparato legal normativo e executivo no sentido de fazer com que juízes federais e procuradores da República se desincumbam inteiramente das suas atribuições com a mínima segurança, sem o que somos duas carreiras, as duas magistraturas federais deste País, fadadas ao permanente desestímulo ao ingresso nos seus quadros. Há mil procuradores da República neste País de 200 milhões de habitantes.

Aproveito para fazer coro com a Associação dos Juízes Federais e dizer aquilo que parece evidente: eis uma carreira que já a essa hora ronda um desprestígio remuneratório de 20%. É evidente que isso tem toda sorte de repercussão no quotidiano do desempenho dos juízes e dos procuradores da República, assim como também na própria forma como nós recebemos aqueles que deveriam ser – vamos falar desenganadamente – as elites jurídicas deste país. Nós estamos condenando essas duas magistraturas a uma piora nos seus quadros e, certamente, se não houver uma série – não vou dizer regalias – de seguranças estruturais que deem um mínimo de possibilidade de desempenhar suas funções, nós não estamos fazendo... Isto precisa, a meu juízo, Presidente, ficar absolutamente claro: quando se desencoraja o juiz federal, quando se desencoraja o procurador da República por força de fragilidades estruturais, por força desse ponto vital, que é quando se assombra a própria segurança física, nós não estamos com indiferença, ou com o arcaísmo, ou com alegações como pequenezes orçamentárias, nós não estamos desprestigiando moralmente duas carreiras que se empenham pelo aprimoramento do País; nós estamos pondo em risco todo o País, toda a sociedade, porque passada a investigação, é nas mãos do juiz federal, é nas mãos do procurador da República que está aquilo que a sociedade quer, que é retirar essas pessoas de circulação.

O que me parece, portanto, Presidente, para encerrar, absolutamente necessário dizer é que tudo quanto disser um juiz federal acerca de seu perigo ou de contingências contrárias à sua atuação podem secundá-las os procuradores da República. Nós gostaríamos também de ser voz única nesse clamor, para que tenhamos vida, tempos e dias melhores não em prol de nossa segurança física, mas, acima de tudo, em prol de um país melhor, cuja responsabilidade está majoritariamente nas mãos desta Casa. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência cumprimenta o Dr. Alexandre e os demais que estão conosco aqui.

Já poderão usar da palavra a qualquer momento, além do Senado Aníbal Diniz, a Senadora Ana Rita, que é vice-Presidente desta Comissão, e o Senador Eduardo Amorim, um dos membros mais atuantes desta Comissão de Direitos Humanos.

Quero lembrar ao Plenário que teremos outra mesa em seguida, onde poderão usar da palavra, se assim entenderem e se não estiver presente seu representante, o Sr. Pedro Francisco da Silva, juiz federal do Estado do Acre; Sr. Gabriel de Jesus Tedesco

Wedy, Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil; Sr. Odilon de Oliveira, juiz federal do Estado do Mato Grosso do Sul; Sr. Raphael Cazelli de Almeida Carvalho, juiz federal do Estado do Mato Grosso; e dois convidados internacionais que a organização do movimento encaminhou à mesa, que também poderão usar da palavra. Trata-se do Desembargador António Latas, representante da Associação Sindical de Juízes Portugueses, e o Sr. Benito Raboso del Amo, Representante da Associación Judicial, Foro Judicial Independiente da Espanha. E também está conosco o juiz federal Rafael Martins Costa Moreira.

Então, passo a palavra neste momento, seguindo aqui a minha orientação da Secretaria Geral da Mesa, à doutora...

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Exª, como Senador, em qualquer momento tem direito à palavra.

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Eu preciso me desculpar por alguns minutos, porque tenho que participar de uma relatoria agora, às dez horas em ponto, na Comissão de Relações Exteriores, mas imediatamente, terminando lá, volto para cá, porque quero acompanhar até o final esta reunião, porque tenho opinião a respeito e tenho uma proposição a apresentar. Eu só pediria desculpa pela rápida saída, mas, tão logo eu me desincumba da atividade lá, volto aqui para acompanhar até o final. Perfeito?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Todos entendem, Senador Aníbal Diniz.

Quero também cumprimentar pelo que aqui expôs o Dr. Alexandre, que reforçou tudo que foi dito pela Drª Lisa, com muita precisão, quanto a investimento, falta de segurança, falta de condições de trabalho, morosidade inclusive do Congresso em avançar na legislação. E ele traz outro foco que nos preocupa muito também, de que, se nada for feito, estaremos contribuindo indiretamente, por não agirmos – e me permita, Dr. Alexandre, foi isso que entendi –, até mesmo, colocarei dessa forma, para o avanço do terrorismo no Brasil. Foi uma frase que ele usou há minutos. E tudo isso é claro que preocupa a todos nós.

Passo a palavra, de imediato, à Drª Raquel Domingues do Amaral, juíza federal do Estado do Mato Grosso do Sul.

A SRª RAQUEL DOMINGUES DO AMARAL CORNIGLION – Cumprimento a todos na pessoa do Senador Paulo Paim, cumprimento os colegas que estão aqui.

Já dei meu depoimento em outra audiência pública e apenas vou reiterar o que já disse. Mas, antes de começar a compartilhar com os senhores e com as senhoras a experiência que eu vivi, em um período da minha atividade jurisdicional, na execução penal do presídio federal, eu gostaria que fizéssemos a seguinte reflexão: o juiz – a Drª Lisa, a Drª Ana Paula, eu, o Dr. Odilon, o Dr. Wilson, o Dr. Gabriel, qualquer juiz –, na comarca mais distante, ele, ali, é o Estado. Ele é o Estado. Ele é visto pela sociedade como o Estado, porque o poder jurisdicional é o poder de pacificação social. Foi esse poder que retirou da sociedade o direito de fazer justiça com as próprias mãos, retirou a sociedade da barbárie. Então, o Poder Judiciário se arvorou, junto com os demais Poderes, na prerrogativa de dizer o Direito e de pacificar a sociedade.

Então, o cidadão comum, no Município de Coxim, lá onde estou, ou no Município de Ponta Porã, onde está a Drª Lisa, ou nas periferias das grandes cidades, como o Rio de Janeiro, ele vê na pessoa do juiz o Estado, aquele que vai resolver os problemas. E, assim, esse cidadão não tem necessidade de resolver, por si só, os seus problemas; não tem necessidade de fazer a vingança privada. Então, nós somos homens e mulheres investidos por essa função do Estado. E, quando esse juiz está em uma situação de vulnerabilidade, quando esse juiz está acossado com seus familiares, é o Estado que está vulnerável, é o Estado que está acossado.

Vou narrar para os senhores aqui o quão acossada fiquei, eu e meus familiares, meus filhos, meus pais, meus amigos. E era o Estado que estava, naquele momento, recuando e cedendo espaço e terreno para o crime organizado.

Não sei se os senhores se recordam, em 2006, daquela série de manifestações, desordens, baderna que houve em São Paulo por parte do PCC. Foram queimados ônibus, alvejados prédios públicos. Se os senhores forem pesquisar na história recente, aquela manifestação do PCC foi para evitar a transferência do Herbas Camacho, vulgo Marcola, para o presídio federal de Catanduvas, que foi o primeiro presídio federal instalado no Brasil. Diga-se de passagem, sem uma legislação adequada, apenas com um decreto e com nossa Lei de Execução Penal, que é anacrônica, que foi feita na época em que bandido fazia assalto com 38 e era mais educado do que hoje; quando assaltavam, não assassinavam as pessoas como se assassinam hoje. Então, a nossa Lei de Execução Penal é uma lei anacrônica, que precisa ser revista urgentemente.

Naquela ocasião, quando se criou o presídio de Catanduvas, o Marcola liderou aquela mobilização nefasta no Estado de São Paulo e continuou nos presídios do Estado de São Paulo. Algumas investigações jornalísticas apontam que o Estado teria cedido, e

que ele teria continuado no Estado de São Paulo. Na mesma ocasião, o Luiz Fernando da Costa, o Beira-Mar, foi transferido da Polícia Federal aqui de Brasília, para Catanduvas. E, encontrou-se, lá em Catanduvas, com membros do Primeiro Comando da Capital, que foram transferidos para lá, porque o Marcola não foi, mas outros membros foram.

Então, nos presídios federais, o lado negativo é esse convívio de grandes organizações criminosas. No presídio federal de Catanduvas houve um encontro, um estreitamento do PCC com o Comando Vermelho, tanto que nas investigações a gente verifica que o pessoal do PCC se refere aos seus membros como "os manos", e aos membros do Comando Vermelho como "os primos". Naquele período houve um estreitamente dessas duas organizações criminosas. Passado algum tempo, inaugurou-se o presídio federal de Campo Grande. E o Dr. Odilon, que é o Juiz Titular da 3ª Vara de lavagem, aliás, que não está presente aqui hoje por dificuldade de logística, porque tem escolta continua da Polícia Federal e tem dificuldade de locomoção por conta de questões práticas, já que o deslocamento dele para cá implicaria no deslocamento de três policiais federais, despesas de estada de três policiais federais, e ele entendeu por bem não comparecer por esse motivo. Então, naquela época, o Dr. Odilon era o Juiz Titular da Execução Penal do presídio federal, e eu Juíza Substituta, lotada na 5ª Vara Residual, na 5ª Vara Criminal e Substituta do Dr. Odilon na Execução Penal do presídio.

O Dr. Odilon, na época, tinha muitas férias acumuladas, porque há muitos anos ele não tirava férias, só que houve uma resolução do Conselho Federal ou do CNJ – eu não me recordo –, no sentido de os juízes federais que estavam sem tirar férias teriam de gozar as suas férias normalmente. E o Dr. Odilon teve de tirar várias férias, e eu substituí o Dr. Odilon no presídio federal.

Recordo-me de que, quando o Luiz Fernando da Costa, o Beira-Mar, foi transferido para lá – eu já estava no exercício da titularidade da Execução Penal do presídio federal –, para os presídios federais, ele ficou inconformado, porque ele começou a perder dinheiro nas suas negociações, porque a comunicação do preso, no presídio federal, com os seus comparsas, que estão fora do presídio, ela não é impossível, ela acontece, mas acontece de uma maneira mais difícil – depois eu gostaria até de abordar esses pontos de vulnerabilidade dos presídios federais –. Então, o Luiz Fernando da Costa estava inconformado e já havia trocado ideias com o pessoal do Primeiro Comando da Capital no sentido de que o Marcola havia liderado aquela movimentação em 2006, que, no meu sentir, foi um ato de terrorismo, porque não tinha motivação política, mas foram atos de terrorismo, com ataques generalizados por toda a cidade de São Paulo, aquilo lá já deve ser considerado como terrorismo. Aliás, é urgente que a nossa legislação defina o que é terrorismo, até por causa desses grandes eventos que o Brasil vai sediar. E eu não temo o terrorismo externo, não, temo o terrorismo interno; não temo o terrorismo de motivação política, temo o terrorismo interno de organizações criminosas, essas das quais estou falando aqui agora, que podem-nos colocar em situação de vexame e de descrédito perante a comunidade internacional nos próximos anos, se não tomarmos medidas adequadas.

Voltando à história do Beira-Mar. Lá no presídio federal, na época, estavam o Beira-Mar, o Abadia, que os senhores têm conhecimento que é um dos maiores traficantes do mundo, traficante que fazia tráfico da Colômbia para os Estados Unidos de submarino. E só para os senhores saberem: o crime organizado, o tráfico de drogas, o tráfico de armas e todo tipo de tráfico de órgãos, de seres humanos, de mulheres, de crianças hoje movimentam mais dinheiro no mundo do que a indústria petrolífera, e o Abadia, que estava num presídio federal, em Campo Grande, faz parte dessa macroorganização criminosa. Estavam também, no presídio federal de Campo Grande, o Girote, que é um assaltante de banco, do Paraná, e o Jussivan, que é um assaltante de banco, um daqueles assaltantes de banco do Banco Central, de Fortaleza.

Lá no presídio federal, há a possibilidade do banho de sol coletivo. Nesse período, no banho de sol, essas pessoas se reuniram e começaram a tramar planos de fuga do presídio federal.

Se os senhores colocarem grandes empresários num *resort*, eles vão fazer negócio, e, se colocarem grandes criminosos num presídio e deixarem tomar banho de sol juntos, eles vão começar a fazer negócio, trocar experiências. E ali começaram as tratativas para que eles fugissem em grupo, de dentro do presídio federal.

Na época, os Procuradores da República, de Campo Grande, Dr. Bleu, Dr. Marcelo Oliveira, Dr. Adanilson, Vanessa, Dr. Pedro Paulo e os Juízes Federais que estavam atuando na área criminal – eu, o Dr. Odilon estava de férias, mas ocasionalmente participou de algumas reuniões, em outros períodos ele não estava de férias, ele estava na jurisdição –, recebemos a visita de um Delegado do setor de inteligência, aqui da diretoria da Polícia Federal de Brasília, Dr. Élzio Vicente da Silva, junto com a Drª Paula Fontanelli, para nos alertar que o Comando Vermelho juntamente com o PCC estavam tramando um distúrbio na cidade de Campo Grande semelhante àquele que ocorreu em São

Paulo, em 2006; que haveria alvejamento de prédios públicos, que haveria incêndios de veículos de transporte urbano. Agora, imaginem os senhores: Campo Grande é uma cidade com 800 mil habitantes. Então, uma ação dessa em Campo Grande seria arrasadora para a cidade.

Houve essa reunião, nós fomos advertidos de que isso estaria acontecendo, a Polícia Federal já estava com uma investigação. Concomitantemente a essa reunião, o Luiz Fernando da Costa ingressou, no presídio federal, com um pedido para o juiz de execução penal do Rio de Janeiro. Então, concomitantemente a essa situação, um juízo de execução penal da Justiça Estadual do Rio de Janeiro mandou um ofício pedindo o Beira-Mar de volta, e nós sabíamos que o Beira-Mar queria fugir.

Na mesma época, o colega de Curitiba, da Vara de lavagem, Sérgio Moro, Juiz Federal também, havia condenado Beira-Mar e a esposa dele, Jacqueline, num processo de tráfico e de lavagem e havia, inclusive, ameaças do Beira-Mar também contra a pessoa do Sérgio Moro, porque o Sérgio Moro havia condenado a esposa do Beira-Mar, a Jaqueline.

Então, o Beira-Mar foi prestar depoimento na Vara de lavagem de Curitiba e, durante o transporte dele, a investigação apurou que ele estava tramando, realmente, a fuga. Se essa fuga não acontecesse em Campo Grande, essa fuga aconteceria no Rio, lá em Bangu.

Na mesma época, esse juízo da execução penal estadual pediu o Beira-Mar de volta. O Beira-Mar já estava nos presídios federais há mais... Ele já tinha ficado um ano em Catanduvas e estava há quase um ano em Campo Grande. A rigor, se não tivesse o pedido de um outro juiz para ele continuar em Campo Grande, ele teria de voltar para Bangu, porque não época nós não tínhamos a legislação, a Lei de Execução Penal Federal. Nós tínhamos apenas um decreto.

Daí, eu recebi aquele ofício e, juridicamente, o caminho seria a devolução do Beira-Mar para Bangu, mas, concomitantemente com esse ofício, no mesmo dia, eu recebi uma ligação do Dr. Cristiano, que é do Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro. Estava ele à frente de uma força-tarefa para que o Beira-Mar continuasse no presídio federal de Mato Grosso do Sul, porque o Beira-Mar ameaça, constantemente, assassinar uma promotora de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, e as investigações do Ministério Público no Rio de Janeiro, paralelas, as investigações da Polícia Federal, já apontavam que o Beira-Mar tinha um plano de fuga no Rio.

Esse Dr. Cristiano me ligou, me mandou o ofício, eu tinha o ofício do juízo da execução penal, aí eu disse para ele, expliquei: "Juridicamente, o juízo da execução penal que o incluiu está pedindo ele de volta. Juridicamente, o correto é o juízo do presídio federal devolvê-lo para Bangu."

Aí, o Ministério Público do Rio de Janeiro diligenciou junto ao juízo de execução penal do Rio de Janeiro, juízo estadual, diligenciou junto à Corregedoria do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Na mesma época, uma colega da Vara de lavagem federal do Rio de Janeiro, a Margareth, havia condenado o Beira-Mar também por lavagem. Aí, a Margareth pediu a inclusão do Beira-Mar na execução provisória daquela condenação no presídio federal.

Eu fiquei com esse processo para decidir sozinha. Esse processo tinha de ir para o Ministério Público para dar parecer. Os dias foram demorando. Recordo-me de que recebi um apoio muito grande do colega Sérgio Moro. Eu conversava sempre com ele por *e-mail* e ele ainda me aconselhou na época. Ele falou assim: "Olha, Raquel, aqui no Paraná, em Catanduvas, a execução penal é feita por um colegiado. Aí, no Mato Grosso do Sul, deveria ser da mesma forma. Você não deveria decidir esse processo sozinha. Deveria ter outros juízes, porque essa medida despersonaliza. O que aparece é o Estado, é o Poder Judiciário, não é a pessoa da Drª Raquel."

Aí, eu disse: "Mas, Sérgio, aqui não tem. É um anexo de execução penal. O titular é o Odilon, que está de férias, e eu sou a substituta."

Ele até me aconselhou e falou assim: "Chame seus colegas e peça para que eles assinem junto com você, porque a juíza competente é você, a sua assinatura vai estar lá, e o Beira-Mar não vai ter esse conhecimento técnico de saber se é um colegiado ou não é um colegiado."

Recordo-me de que até procurei alguns colegas, mas os colegas entenderam que não era uma boa ideia e eu fiquei com aquele processo.

Recordo-me de que era uma quinta-feira. Aquele delegado, Élzio Vicente da Silva, e a Drª Paula Fontenelle ligaram para Campo Grande e pediram uma outra reunião com os juízes federais e com os procuradores da República. Nós os recebemos e ele falou: "Olha, o PCC está na cidade, o Comando Vermelho está na cidade e eles estão, realmente, urdindo uma ação." Eu fui aconselhada, inclusive, a tirar os meus filhos de circulação, porque havia risco concreto de extorsão por parte do Comando Vermelho, de o PCC sequestrar o meu filho para que eu pudesse dar a decisão que eles queriam. Se eles tivessem feito isso, que decisão eu poderia dar se não fosse aquela que eles queriam? E que garantia eu teria de que se desse a decisão o meu filho iria continuar vivo? Naquele momento, eu não tive dúvidas, procurei um jeito de colocar o meu

filho fora de casa. Tirei-o da escola, procurei um casal de amigos, liguei para o meu pai. Inclusive a Polícia Federal me advertiu: há assaltantes de bancos no grupo e esse pessoal tem um sistema de inteligência tão apurado quanto o da Polícia Federal. Porque comprar no Paraguai uma maleta israelense que faz monitoramento de telefone é a coisa mais fácil.

No ano retrasado, criou-se uma campanha contra os monitoramentos. Depois, investigaram e viram que a montanha pariu um rato, que a Justiça não estava fazendo monitoramento da forma que foi noticiada. Mas ninguém noticia que o crime organizado também faz monitoramento. Faz monitoramento de juiz. E não duvido de que faça também dos senhores parlamentares e até da Presidente da República, se não houver um sistema de inteligência eficiente.

Naquele momento, fui advertida de que não poderia usar nem o meu telefone. Não poderia usar o celular, porque poderia ser monitorado por uma maleta dessas. Não poderia usar o convencional porque é muito mais fácil ainda fazer nele um grampo.

Eu me recordo de que pedi a uma pessoa que procurasse o meu pai, a minha mãe. Meu pai e minha mãe foram a minha casa. Eu morava em um apartamento simples, vulnerável, próximo a uma avenida. Fui aconselhada também a sair desse apartamento. Meu pai e minha mãe foram até minha casa e pedi ajuda a eles pessoalmente. Eu não recebi ajuda do Estado não; eu recebi ajuda dos meus pais, de Deus e dos meus amigos.

Aí, meu pai procurou um casal de amigos idosos, amigos dos meus pais, cuja casa eu não frequentava, não visitava, porque eu tinha que achar um lugar que não gerasse suspeita. Mas eram pessoas de inteira confiança da nossa família. Aí, meu pai pegou meu filho, levou a um *shopping* e encontrou esse senhor. Levou meu filho para tomar um sorvete sem contar o que estava acontecendo. No estacionamento, ele passou o meu filho para esse senhor. O meu filho, sem saber o que estava acontecendo, ficou na casa desse casal durante 20 dias, sem ir à escola, porque havia risco de extorsão. Até que aquela decisão fosse dada no processo.

Meu filho foi para a casa desse casal numa quinta-feira. O meu outro filho, que na época tinha dois anos, ia para a Justiça comigo. Eu levava a babá e o meu filho para a Justiça. Meu marido, na época, era agente da Polícia Federal, trabalhava na parte burocrática da Polícia Federal, na parte de delegacia marítima, de estrangeiros. Ele acautelou, pediu na Polícia Federal uma submetralhadora, e ficou em casa com aquela arma. Isso foi na sexta-feira e no sábado. No domingo, eram 21 horas quando o telefone do meu marido foi acionado. Era a Polícia Federal chamando porque estava acontecendo um ataque no Presídio Federal de Campo Grande. Naquele momento, ao que tudo indicava, já era o início daquelas ações.

Posteriormente, após investigações, que duraram uns três meses, a Polícia veio esclarecer que aquele problema que houve no presídio era outra coisa. Mas, naquele momento, naquele dia, naquele domingo, tudo indicava que era o Comando Vermelho e o PCC que estavam começando um distúrbio semelhante àquele de 2006, em Campo Grande.

Eu me recordo de que naquela noite o Dr. Odilon de Oliveira foi dormir no quartel da Polícia do Exército com os familiares dele. A casa do Dr. Odilon foi evacuada porque seria um dos alvos. Estávamos eu, meu marido e meu filho. Aí, quando a Polícia Federal, a Superintendência de Mato Grosso do Sul acionou o meu marido, eu liguei para o delegado Élzio, porque as investigações são compartimentadas. Essa investigação era acompanhada pela Diretoria de Inteligência da Polícia Federal. Não era acompanhada pela Superintendência. Aí, o Delegado Élcio acionou o Superintendente e explicou que meu marido não poderia ir para o presídio, que ele tinha que ficar em casa fazendo a minha segurança. E, aí, a Superintendência encaminhou alguns agentes da Polícia Federal para a minha casa. Fiquei... Eu não sabia o que poderia acontecer na cidade naquele momento. Eu me recordo que dei telefonemas para a Justiça Federal, para os guardinhas, para que eles se resguardassem, dei telefonemas para o Ministério Público e fiz contato com todos os Procuradores da República. E durante algum momento eu me recordo que fiquei no corredor. No meu apartamento tinha um corredor, onde havia mais paredes. Aconselharam-me a ficar no corredor porque, se houvesse algum alvejamento, eu ficaria menos vulnerável. Eu saí... Naquela madrugada, liguei para uma amiga minha que é Procuradora da República, a Drª Danilce Vanessa, que mora em um apartamento em um lugar menos vulnerável, e perguntei se eu poderia terminar a noite na casa dela. Coloquei minha roupa do trabalho do outro dia... Fiz uma malinha e saí, em um camburão da Polícia Federal, para a casa da Drª Vanessa, minha amiga, para lá terminar de passar a noite.

Fui. Naquele momento, era o Estado, não era a Raquel, é isso que as pessoas têm que ter consciência. Era o Poder Judiciário recuando, saindo do seu... Um membro do Poder Judiciário saindo da sua casa porque poderia ser alvejado por uma organização criminosa. Isso demonstra fraqueza, a fraqueza do nosso País no combate ao crime organizado. Eu me recordo que fui para a casa da Drª Vanessa. Amanheci e fui muito bem acolhida. E, no outro dia, fui para a Justiça

Federal, porque a investigação estava andando, a coisa estava uma loucura. Havia um inquérito. Fui para a Justiça Federal e sem... Com o meu filho. Almocei ali. Meu outro filho lá na casa daquele... Já estava na casa daquele casal, eu não tinha como me comunicar. E eu não tinha como voltar para casa no final do dia porque fui aconselhada pela própria Polícia Federal a não voltar para o meu apartamento, porque não era seguro.

Os senhores não queiram saber o que é trabalhar o dia todo e, quando chega seis horas da tarde, você olha no relógio e não tem para onde ir. E meu filho de dois anos lá comigo. Se eu fosse para a casa dos meus pais, eu estaria colocando meus pais em uma situação de vulnerabilidade. Se eu fosse para um hotel, eu não estaria segura também. Se eu fosse para a minha casa, eu também não estaria segura. Eu ia fazer o quê? Eu ia dormir na Justiça? Talvez seja por isso que o Dr. Odilon passou uns tempos dormindo na Justiça. Aí,de uma servidora da Justiça Federal, minha auxiliar datilógrafa, eu recebi apoio. Nessa hora, o Estado não dispunha de um lugar para colocar um juiz em situação de risco, não dispunha de um aposento, não dispunha de um... Não se pensou nisto até hoje: um juiz que está em situação de risco, em situação... Eu estava envolvida, eu estava na frente de uma investigação, autorizando, dando as decisões para uma investigação que envolvia Juan Abadía, Luiz Fernando da Costa, o PCC, que estava apoiando o Luiz Fernando da Costa, e assaltantes de banco. E não tinha para onde ir. Aí, essa servidora me franqueou a casa dela. Eu dormi três noites seguidas na casa dessa servidora, a quem sou eternamente grata. Porque nessas horas você também sente abandono. Ninguém quer levar uma bomba para dentro de casa, ninguém quer levar uma pessoa que está em situação de risco para dentro de casa. Eu não tinha coragem de pedir para os meus amigos: "Eu posso fica na sua casa?". "Ah, por que você quer ficar na minha casa? O que aconteceu?" "Ah, eu estou sofrendo o risco de ser alvejada pelo Comando Vermelho e pelo PCC."

Seguiram-se alguns dias. Nessa época, logo em seguida, dei a decisão. O Beira-Mar continuou em Mato Grosso do Sul, no presídio federal. Verificou-se que aquele distúrbio que aconteceu no presídio, na verdade, foi um outro problema. Não era aquela ação que estavam tramando. As investigações continuaram, e aí o Comando Vermelho, unido com o PCC, com um assaltante de banco, foi além: teve ousadia de tramar sequestro de filhos de altas autoridades deste País.

Não posso falar aqui, porque está em segredo de Justiça, mas peço ao senhor, Senador, que mande um ofício para a 5ª Vara Criminal de Campo Grande, Dr. Dalton Igor Kita Conrado, e peça cópia do inquérito e da ação penal da chamada operação X. As pessoas acham que é uma lenda urbana, e é a mais pura verdade: o Comando Vermelho e o PCC estiveram na iminência de colocar o Brasil como uma república de bananas perante a opinião pública internacional. O Brasil, que vai sediar as Olimpíadas, que vai sediar a Copa do Mundo, poderia ter passado o vexame de ter que negociar sequestro de filho de autoridade, da cúpula, com bandidos que queriam sair de dentro do presídio federal pela porta da frente.

Aí, vem outra coisa da que eu gostaria de falar, porque a opressão não tem sido só do bandido não; a opressão aos juízes e aos procuradores também tem sido de setores de instituições que defendem direitos humanos, inclusive da Ordem dos Advogados do Brasil e do próprio Estado. Por conta dessa situação toda, eu fiz monitoramento de advogado no parlatório do presídio de Campo Grande. Fiz e volto a fazer se for necessário, de advogado que estava traindo o art. 133 da Constituição, que eleva a advocacia a função essencial à administração da Justiça, e estava praticando crime; estava gerindo interesse do crime organizado. Eu fiz monitoramento e farei de novo.

Por conta disso, estou na iminência de responder processo administrativo no Tribunal Regional Federal da 3ª Região. O juiz, depois de se ver acossado por bandidos dentro da sua própria casa... E o meu filho não foi morto, não foi sequestrado, e eu não dei a decisão que o Beira-Mar queria porque houve serviços de inteligência que eu havia autorizado anteriormente. Eu fiquei sabendo que o Comando Vermelho queria sequestrar meu filho porque eu havia autorizado monitoramento. Se eu não tivesse autorizado, o sequestro teria ocorrido, eu teria dado a decisão, porque eu sou mãe. O Estado é ocupado por pessoas, por seres humanos. Nós exercemos as funções dentro do Estado e, antes de sermos membros do Estado, nós somos pais, nós somos mães, nós somos seres humanos de carne e osso. E, se o Beira-Mar tivesse pegado meu filho, eu teria mandado ele para o Rio de Janeiro, sim. Duvido que algum dos senhores aqui tivesse dado uma decisão diferente, porque seria aberração. Antes de eu ser juíza, eu sou mãe; antes de eu defender os interesses da sociedade, eu tenho que defender o interesse da minha família, dos meus filhos. Os senhores me desculpem a exaltação. Mas, e, se eu tivesse dado essa decisão, com certeza, eu não teria garantido que meu filho permanecesse vivo. Só foi possível saber isso por causa de serviço de inteligência, dentro do presídio federal, que eu autorizei.

Por conta disso, eu e o Dr. Odilon fomos denunciados no CNJ, na Corregedoria do Tribunal Regional da 3ª Região. E tinha ameaça da OAB, num equívoco

profundo, na época, de nos denunciar na Organização dos Estados Americanos. Um dia, abri o *site* do Conjur, e falavam vários advogados renomados neste País na área criminal contra mim e o Dr. Odilon, como se nós tivéssemos cometido uma barbárie e sem conhecer a fundo a história.

O SR. ALEXANDRE CAMANHO DE ASSIS (*Fora do microfone)* – E também os Procuradores da República.

A SRª LISA TAUBEMBLATT – Sim, e também os procuradores, sim. Todos foram denunciados no Conselho do Ministério Público Federal.

A SRª RAQUEL DOMINGUES DO AMARAL – Sim, também os Procuradores da República. Todos foram denunciados no Conselho do Ministério Público Federal, todos. Além disso, ainda sofremos uma campanha difamatória por parte de uma pessoa que tem um *blog* e que diz praticar jornalismo lá na cidade de Campo Grande.

Senhores, a violência, como disse o nosso Presidente da Mesa, Senador Paulo Paim, tem várias facetas. Para o juiz, ela acontece assim: primeiro tentam acossá-lo, não conseguem; depois, tentam desmoralizá-lo, e muitas vezes com o beneplácito do próprio Poder Judiciário, que demora, que tarda em dar uma resposta.

Neste caso, não tive resposta até hoje, ainda pairam dúvidas sobre o acerto ou não-acerto da minha decisão, até porque o acerto ou o não-acerto dessa decisão é matéria estritamente jurisdicional, não é matéria correcional, e estou sofrendo um processo correcional.

Estou falando aqui como cidadã e como juíza nesta Casa, que é uma Casa de Leis, uma Casa da sociedade brasileira, porque este assunto é de interesse de toda a sociedade brasileira. Temos de rever os nossos conceitos urgentemente, porque a violência é gradativa. Primeiro, há a violência física; depois, a violência moral.

Eu jamais havia sofrido sindicância, eu jamais havia sofrido processo administrativo, e entrei na Justiça em 1997. Fui servidora pública no Estado do Rio de Janeiro, na Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro, fui juíza, fiz concurso e entrei em 2002 na Justiça Federal do Rio de Janeiro. Na minha vida nunca havia sido tratada como se fosse uma pessoa... Nunca havia passado por uma sindicância, por um processo administrativo. É como se eu tivesse feito alguma coisa brutal. Abro hoje o Google – é só colocar meu nome no Google – e aparecem várias ocorrências, como se eu e o Dr. Odilon tivéssemos feito alguma coisa errada, quando, na verdade, estávamos defendendo o interesse da sociedade.

Nesse contexto, eu gostaria ainda de ressaltar que temos de dar uma interpretação correta, lúcida e racional para o princípio da segurança, que está esculpido lá no artigo 5º da Constituição da República. Segundo esse artigo, todo brasileiro tem direito à vida, à liberdade, à igualdade e à segurança. Aquela segurança ali não quer dizer apenas a segurança formal, a segurança jurídica não: é a segurança pública, é a segurança do cidadão brasileiro nas ruas e em suas casas. E essa segurança é corolário do princípio da dignidade da pessoa humana, princípio que é uma conquista da humanidade e que é invocado hoje para proteger organizações criminosas, é invocado com ardor para evitar investigações nos parlatórios dos presídios e monitoramentos.

Digo aos senhores: nós temos de ponderar esses princípios, ponderar esses interesses, porque uma sociedade que vive em insegurança está com a sua dignidade ferida. A falta de segurança pública fere a dignidade da pessoa humana tanto quanto a invasão da privacidade. E quem está no presídio federal tramando crime deve ter sua privacidade mitigada, sua privacidade não pode ser absoluta.

Então, temos de modificar urgentemente a nossa Lei de Execução Penal. Não adianta criar presídios federais, orçamentos imensos, gastar rios de dinheiro com escolta para o Sr. Luiz Fernando da Costa, que vai prestar seus depoimentos de jatinho, isso tudo nada significa se não houver uma mudança na Lei de Execução Penal, se não houver uma maior proteção para os juízes federais que estão à frente desses presídios federais, isso vai se tornar um elefante branco, coisa para inglês ver.

Não temos que ter visitas íntimas em presídios federais. Se o presídio é de segurança máxima e se a intimidade do casal é o núcleo essencial do princípio da privacidade e, portanto, o juiz não pode monitorá-la, então que se acabe com a visita íntima, porque é lá na visita íntima que circulam os bilhetinhos que os senhores devem ter visto no Fantástico há um mês. Naquela operação no Rio de Janeiro, foram descobertos vários bilhetinhos do Beira-Mar dando ordens inclusive de execução e de sequestro de autoridades.

...que, naquela operação no Rio de Janeiro, foram descobertos vários bilhetinhos do Beira-Mar dando ordens, inclusive de execução e de seqüestro de autoridades. Da onde saiu aquilo? Das visitas íntimas, das visitas normais e do parlatório também.

Eu sinto muito informar para os senhores, mas existe uma minoria – não é a maioria – de pessoas neste País que se dizem advogados, que têm carteira da OAB e que trabalham para o crime organizado. Volto a frisar, para não ser mal interpretada: é uma minoria,

mas é uma minoria perniciosa que suja, que respinga em toda a categoria dos advogados.

Acho que a OAB, como uma instituição de vanguarda, na defesa da ordem democrática, dos direitos humanos, deve expungir dos seus quadros, com rigor, essas pessoas que se estão passando por advogados para trabalhar para o crime organizado.

Sugiro a esta Casa que tipifique urgentemente o crime do pombo correio, aquele advogado que comparece no parlatório, valendo-se das prerrogativas que a advocacia lhe confere por ser uma atividade nobre e essencial ao Estado democrático de direito. Esse sujeito está traindo a Constituição, está traindo a sociedade brasileira, a confiança que o poder constituinte originário depositou na advocacia. E ele tem de ser punido. Tem de ter o crime que puna o advogado que trabalhe como pombo correio.

Temos também que tipificar a conspiração contra a vida de autoridades. No Brasil, conspira-se contra a vida de juiz, de pessoas pertencentes ao Ministério Público, de procuradores da República, de promotores, de policiais, de delegados. E como a cogitação por si só não é crime, fica o dito pelo não dito, mas a simples cogitação já abala a segurança do Estado, já abala a prestação jurisdicional. Então, temos de tipificar essa conspiração contra a vida de autoridades em razão do exercício do cargo. Temos que tratar com maior respeito, reconhecer a dignidade da magistratura.

Nós hoje estamos lutando pela equiparação com os nossos colegas da magistratura, do Ministério Público Federal, que trabalham ombro a ombro conosco, e que reconhecemos. Nós temos direito à equiparação, os mesmos salários, os mesmos benefícios que os nossos colegas da magistratura, do Ministério Público Federal. Nós também temos o direito, não por sermos melhores, não é isso. Somos todos iguais. O nosso trabalho, a nossa função perante a sociedade é tão importante quanto a deles. Mas nós precisamos de ter um tratamento condigno. É uma vergonha que, nas fronteiras onde atuam juízes heroicamente, como a Drª Liza, não se tenha uma residência adequada, com segurança, para o juiz federal. Os senhores vejam que as Forças Armadas estão nos rincões deste País. Há as vilas dos oficiais, casas bem montadas, adequadas, feitas pela União. E nós não temos. E também não temos auxílio moradia.

Vou dizer uma coisa para os senhores, se o juiz quiser manter a segurança da família dele hoje, ele tem de tirar do próprio bolso, com o subsídio defasado. Ele tem de pagar empresa para fazer monitoramento, blindar veículo, arrumar motorista para fazer direção defensiva para levar os filhos à escola, colocar cerca elétrica. Tudo com os próprios recursos. Nós fazemos isso, mas estamos privando a nossa família de qualidade de vida, estamos deixando de fazer uma viagem, de fazer um passeio, de colocar nossos filhos em melhores escolas, para gastarmos com segurança.

Os senhores me desculpem a extensão da minha fala, mas eu aguardava há muito tempo a oportunidade de vir a esta tribuna falar para o País, porque imagino que, falando para os senhores, estou falando para minha Nação sobre a gravidade desses problemas.

Muito obrigada. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento a Drª Raquel pelo seu discurso emocionado, que não tenho como resumir, nem que eu quisesse. Acho que a sua fala deixou clara toda a situação que eu poderia resumir, com o Estado acossado.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas já estão conosco aqui a Senadora Ana Rita, o Senador Eduardo Amorim, o Senador Pedro Taques, que já pediu a palavra, e o Senador Aníbal Diniz.

Eu queria também registrar que já estão conosco também o Juiz Federal Wilson José Witzel, titular da 2ª Vara de Execução Fiscal de São João de Meriti, e também o Juiz Federal José Francisco Andreotti, Presidente da Associação dos Juízes Federais do Rio Grande do Sul.

Com os outros, que eu já havia citado, teremos depois uma segunda mesa, mas o primeiro Senador que pediu a palavra – depois falará a Drª Ana Paula – é o Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sr. Presidente, depoimentos como esse, carregado de emoção, de muito racionalismo e de muito sofrimento, infelizmente, como a gente tem de estar presente em várias comissões – tenho também de estar presente em outra comissão, em que já estão me aguardando –, faço uma sugestão antes de deixar este plenário: que a gente venha, uma comissão, Senadora Ana Rita, a colher todas essas sugestões. Estamos prestes a fazer grandes eventos mundiais e acho que, não só por conta desses eventos, mas também há esses eventos – e ainda bem que existem, porque só assim vamos ter de dar celeridade a muita coisa, pois parece que estamos nos esquecendo de nós mesmos, que o Brasil somos nós muitas vezes –, e que a gente leve a sério, que a gente pegue todas essas sugestões, Presidente, e faça um mutirão, não um ou outro somente. Mas acho que dentro da própria Comissão se defenda, nesta Casa ou na outra Casa, que a gente possa dar celeridade a todas essas sugestões aqui trazidas, carregadas realmente de sofrimento.

Como a Drª Raquel disse, é o Estado que está sendo desmoralizado, mas é ela que está pagando esse preço altíssimo – ela e os familiares dela, o filho dela, enfim. Isso não é justo, isso não é correto, isso mostra uma fraqueza muito grande e também uma omissão. Pecar por omissão não! Eu acho que não podemos jamais concordar com tudo isso.

Então, a sugestão que eu deixo, de imediato – desculpem-me a pressa –, é que vamos fazer, sim, a nossa parte, como esses heróis e essas heroínas já fazem a parte deles e pagam um preço altíssimo por tudo isso.

Então, que isso não pare aqui. Que isso não pare nesta audiência. Que a gente possa ter outras reuniões com membros desta Comissão e que se leve ao Presidente da Casa a urgência urgentíssima na aprovação e na condução de algumas medidas extremamente necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Senador Eduardo Amorim. Sua sugestão já está aceita.

Drª Raquel, V. Exª, de fato, fala para todo o Brasil, porque esta audiência, além de ser transmitida pela TV Senado, é repetida pela TV Senado, naturalmente, à noite e nos horários dos fins de semana para todo o Brasil. A senhora fique tranquila.

Eu quero passar agora, de imediato, a palavra, depois da fala do Senador Eduardo Amorim, ao Senador que pediu a palavra, o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – A Senadora Ana Rita não vai falar? Eu posso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador, eu vi aqui pela ordem de solicitação.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – É que ela chegou primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas é que ela não solicitou.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Ah, desculpe!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador pediu e V. Exª solicitou.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srª Senadora, Srs. Senadores, convidados desta importante reunião, amigo Alexandre, Presidente da ANPR, Drª Raquel, Drª Ana, Paula, Drª Lisa e demais juízes federais e procuradores da República que aqui se encontram.

Sr. Presidente, nós, na semana passada, na Comissão de Constituição e Justiça, a pedido do Senador Anibal, também ouvimos alguns juízes federais – a Drª Raquel ali esteve – sobre este tema. Este tema é muito importante.

Eu vou iniciar a minha fala relatando um pouco o que eu vivi como procurador da República durante 15 anos. Como Procurador da República durante quinze anos, eu passei quase oito anos com escolta policial da Polícia Federal, da Polícia Militar, da Polícia Civil – eu e a minha família. Muito bem.

Num belo dia, a Polícia Federal, numa interceptação, descobriu que queriam sequestrar a minha filha, à época com seis anos. Ouviram uma pessoa dizendo que a minha filha estava sendo seguida até a igreja que ela frequentava com a mãe. Fizeram interceptações telefônicas, eu peguei essas interceptações, eu trouxe a Brasília para uma alta autoridade da República, mostrei a ela e a alta autoridade da República disse o seguinte: "Isso não existe no Brasil, isso é filme". O que quero dizer com essa expressão? Algumas pessoas aqui, em Brasília, só viram o crime organizado em filme americano de péssima categoria; elas não conhecem a realidade em que vivemos. Por que isso, Sr. Presidente? Os crimes ocorrem em dois espaços: um espaço de consenso em que são praticados crimes de menor potencial ofensivo e a Constituição faz referência a isso; e crimes graves que ocorrem num espaço de confronto, em que precisamos de repressão.

Eu não tenho medo das palavras, as palavras são signos, são símbolos, têm um sentido próprio. Até a Constituição de 88, repressão tinha um conteúdo político-ideológico. Hoje, repressão não tem um conteúdo político-ideológico. Repressão significa a força do Estado com respeito aos direitos fundamentais, aos direitos da pessoa humana, mas a Constituição fala em repressão no art. 144. O que eu quero dizer? A Constituição, no art. 5º, inciso XLIII, faz referência à necessidade de que o Estado tenha leis – e esta Casa, o Congresso Nacional, tem a obrigação de cumprir a Constituição e não vem cumprindo a Constituição nesse particular – que possam dar ao cidadão segurança, porque o Estado tem o dever fundamental de proteger o cidadão. Esse dever fundamental de proteger o cidadão não pode ser uma proteção em excesso, mas também não pode ser uma proteção insuficiente do cidadão.

Muito bem. Não é filme americano. O que juízes federais e estaduais, procuradores da República e membros do Ministério Público passam pelo Brasil não é filme americano e nós, no Congresso Nacional, temos uma obrigação muito grande com isso.

Citei o filme americano, o meu caso, o dever fundamental.

Dentre os crimes que precisamos tipificar no Brasil, está a conspiração para a prática de outros crimes, como existe na Itália, com a conspiração mafiosa, como existe nos Estados Unidos. Temos que tipificar o que se denomina hoje de, além do terrorismo religioso, além

do terrorismo político, o terrorismo associal. Temos de pensar um pouco sobre isso. O que ocorreu em 15 de maio de 2006 em São Paulo, com o PCC, já chega ao terrorismo. Nós estamos aqui com uma legislação romana. O Ulpiano dizia que o pensamento não paga tributo. Lá, em Roma! Hoje, a cogitação é crime. Explico da seguinte forma: imaginem se, numa interceptação telefônica, a Polícia Federal consegue ouvir – e espero que não ouça isto em uma interceptação – que vão matar a Presidente da República e o cidadão que vai matar a Presidente da República comprou uma arma de forma legal. Que crime esse cidadão cometeu? No Brasil, ele não cometeu nenhum crime. Em tese, ele não cometeu nenhum crime, porque a arma é legal e ele não ameaçou a Presidente. Ele está cogitando. Não praticou nenhum ato preparatório. Nós precisamos tratar da conspiração para a prática de crime.

Um outro tema que a Drª Raquel trouxe aqui com muita propriedade: a participação de agentes do Estado e advogados no crime. O advogado é imprescindível para a administração da justiça – está no 133. Nós todos temos de louvar a importância do advogado. Agora, advogado que comete crime não é advogado, é um criminoso. Ele se ocupa da função para cometer crimes. Nós sabemos que a Constituição estabelece o direito fundamental à defesa, mas será que ele tinha o direito constitucional de escolher a sua defesa, o seu advogado? Na Itália, existem legislações próprias para isso, em que o Estado dá a ele um defensor público. Temos de tratar disso.

Visita íntima: isso é uma aberração que existe no Brasil. Aberração. Só existe no Brasil, como a jabuticaba.

Advogados. Aqui, existem diretivas da Comunidade Europeia que tratam de lavagem de dinheiro, da necessidade de o advogado especificar, em determinado momento, a origem do recurso. Temos de ter a coragem de debater isso aqui.

Projetos. Ontem, Sr. Presidente, debatemos em plenário. E eu junto com o Senador Romero Jucá, Líder do Governo, conseguimos uma modificação no tocante à segurança dos magistrados e o chamado colegiado de juízes de primeiro grau. É algo importante que esta Casa aprovou ontem, mas não é o ideal. É lógico que o ótimo é inimigo do bom. Nós ainda não chegamos ao ótimo. Penso que o ideal seria criarmos uma agência, como existe em outros países, para a segurança de magistrados e de membros do Ministério Público. Sim, eu disse isso na outra sessão e fui criticado por alguns órgãos de imprensa, dizendo que o cidadão precisa de segurança. O cidadão precisa de segurança, sim, mas dizer que o juiz e os membros do MP, no exercício da sua função constitucional, não precisam de segurança é hipocrisia. E eu não estou aqui para fazer hipocrisia. Precisa. No momento em que o juiz decide, quem está decidindo é o próprio Estado, porque ele exerce parcela da soberania do Estado. E o juiz não decide sem que alguém peça. Geralmente, quem pede é o membro do MP. Não podemos fazer uma campanha: "mate um MP, não mate o juiz; mate o procurador, não mate o juiz". Não podemos fazer uma campanha sobre isso. Então, temos de tratar dos dois no mesmo projeto. Temos de trabalhar essa possibilidade de alteração da lei aqui. E, falando hoje em direitos fundamentais, não podemos nos esquecer de que a Constituição também fala em deveres fundamentais. E não há razoabilidade sem que a proteção seja suficiente. Ela tem de ser suficiente; senão, ela não é razoável.

Eu quero externar à Ajufe e à ANPR a satisfação de aqui estar e dizer que não sou representante do Ministério Público Federal neste Senado, eu não sou representante da Ajufe. Eu sou representante do povo do Estado de Mato Grosso, eu sou representante aqui de uma sociedade que quer um país melhor e quer que a Constituição seja cumprida. Para que a Constituição seja cumprida, nós precisamos fazer com que os órgãos do Estado encarregados da persecução penal possam exercer as suas atribuições.

Quando mataram aquela infeliz criança no Rio de Janeiro, que foi arrastada com o carro, uma alta autoridade da República disse o seguinte: "abrir uma escola é fechar um presídio". Muito bem. Eu concordo com isso naquele espaço, naquele espaço de consenso, em que as causas dos crimes são sociais, a falta de oportunidade, a falta de trabalho, a falta de uma escola digna, a falta de lazer. Agora, nesses crimes que ocorrem nesse espaço de confronto, não é abrir uma escola para fechar uma penitenciária. Nós temos de ter repressão - o mundo todo faz isso, com respeito aos direitos fundamentais -, mas uma repressão sem conteúdo político-ideológico. Infelizmente, existe muita discussão político-ideológica e partidarizada aqui, dentro dessas discussões. Dou um exemplo: nós não tipificamos o crime de terrorismo, nós não estamos obedecendo à Constituição, no seu art.5º, inciso XLIII, que nos dá uma ordem de criminalização, e não fizemos isso até hoje, porque alguns segmentos do PT, alguns segmentos dos partidos de esquerda entendem que, ao tipificar o terrorismo, vamos chegar ao MST, a movimentos sociais. Isso é um absurdo. Temos eventos agora, no Brasil, a Olimpíada Militar, que é internacional, mundial, a Copa do Mundo, as Olimpíadas. Quem vai julgar crimes que aqui possam ocorrer, em regra, são os juízes federais e os Procuradores da República vão denunciar. E nós não temos aparelho, aparato legal, para crimes que possam ocorrer nesses instantes.

Quero cumprimentar os juízes e cumprimentar V. Exª e aqueles que solicitaram a presença dos juízes aqui, porque esse tema é sério. Mexer naquele que representa o Estado. Eu fiz trinta júris federais, por designação do Procurador-Geral da República, de servidores públicos federais mortos no exercício da função: juiz, delegado de polícia, auditor da Receita Federal, agentes de Polícia Federal mortos no exercício da função. Matar, ameaçar um servidor público federal ou estadual é ameaçar a própria existência do Estado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência cumprimenta o Senador Pedro Taques, que, brilhante como sempre, é um conhecedor do tema como poucos aqui no Senado da República.

Passamos a palavra, de imediato, à Drª Juíza Federal Ana Paula Vieira de Carvalho, do Estado do Rio de Janeiro.

A SRª ANA PAULA VIEIRA DE CARVALHO – Bom-dia a todos.

Cumprimento, inicialmente, o Senador Paulo Paim e todos os membros da Mesa, senhoras e senhores.

A minha vivência na Justiça Federal é um pouco diferente da vivência da Dr ª Raquel. Então, a minha intenção é passar essa vivência de juíza federal criminal no Estado do Rio de Janeiro há trezes anos. Há treze anos, eu estou na Justiça Federal e, há treze anos, eu trabalho em uma vara criminal.

Só um momentinho. Os senhores me desculpem.

Pois bem. Então, nessa vivência de treze anos de Justiça Criminal Federal, o que eu percebi foi uma mudança muito grande no perfil das investigações. Os senhores sabem que os juízes não escolhem o que julgam. Quem faz essa seleção é a Polícia e o Ministério Público.

E a Polícia Federal, no Rio de Janeiro, há quinze anos, há treze anos, era extremamente ineficaz. Como era o trabalho da Polícia? Era um trabalho feito nas pontas. Havia as grandes e tradicionais organizações criminosas que atuavam no ramo das drogas, por exemplo, na falsificação de passaportes ou – outro exemplo que ocorreu lá – nas fraudes no INSS, já que também havia uma atuação muito intensa de organizações criminosas fraudando o INSS. O que a Polícia Federal fazia? A Polícia Federal atuava nas pontas mais fracas dessas organizações há quinze anos. Então, havia, na atuação de drogas, processos contra mulas; na atuação de passaportes, os brasileiros mineiros deportados que vinham de lá e respondiam por um 304 nas nossas varas; e, no INSS, o beneficiário miserável que estava lá respondendo por um estelionato do §3º. Era essa a nossa vivência em vara criminal, há quinze anos.

É claro que, se você tem uma clientela dessa, não vai sofrer ameaça. Portanto, esse era o retrato da Justiça Federal Criminal no Rio de Janeiro há quinze anos. Há quinze anos, essa situação era muito diferente da que vivemos hoje. Por quê? Porque a Polícia Federal mudou radicalmente a sua forma de atuação. Começamos a enxergar a existência de forças-tarefa entre o Ministério Público e a Polícia, o que aumentou muito a eficácia da atuação da Polícia Federal.

Na área de crimes previdenciários, por exemplo, nós chegamos às cúpulas dessas organizações, que, infelizmente, envolviam pessoas diretamente ligadas ao Estado. Então, houve realmente uma mudança no perfil das investigações que repercutiu na eficácia delas, e essas organizações criminosas passaram a ter as suas cúpulas investigadas, tanto na área de drogas, como na área de falsificação de passaportes, na área de jogos ilegais, na área de corrupção policial e também na área de corrupção, de forma geral.

Com essa mudança do perfil das investigações, o que aconteceu? Mudou o perfil da clientela penal das varas criminais também e passou-se a incomodar, então, o criminoso que tem poder: poder financeiro e poder político.

Sendo assim, o que enfrentamos hoje nas varas criminais federais do Rio de Janeiro? A nossa situação lá é bastante diferente da do Mato Grosso. Lá, eu não tenho notícia de um ataque concreto a um juiz federal, mas o juiz federal criminal é constantemente acossado no Rio de Janeiro por meio de dois fantasmas: o primeiro fantasma é o do linchamento moral, que a Drª Raquel já comentou aqui. Eu mesma já recebi o primeiro fantasma é o do linchamento moral, que a Drª Raquel já comentou aqui. Eu mesma já recebi ameaças de que seriam inseridas matérias pagas contra mim em revistas de grande circulação. Eu já tive um vídeo contra mim veiculado no YouTube com várias acusações falsas de atuação ímproba da minha parte. Esse vídeo no YouTube deu muito trabalho. Nós conseguimos, judicialmente, retirá-lo, mas eles colocaram-no de novo. Depois, havia um procurador envolvido que também conseguiu retirar esse vídeo. Enfim, tudo isso abala a nossa atuação.

Não fosse isso... Essa é uma questão que temos que enfrentar, mas não fosse isso, existe outro método que é o de ameaçar. Nós temos sido realmente ameaçados. Os processos mais difíceis são aqueles que envolvem corrupção policial, porque os policiais federais bandidos são muito ousados.

Na minha experiência em vara criminal, eu tenho muitos processos grandes envolvendo organizações criminosas com vários policiais federais, agentes e delegados. Com a minha experiência, esses processos

são os mais difíceis, porque eles são muito ousados, eles têm conhecimento do funcionamento do aparelho estatal e das nossas fragilidades. Infelizmente, todas as grandes organizações criminosas têm essa infiltração na polícia. Isso é fato. Então, o que temos percebido é que essas ameaças para retirar a nossa tranquilidade têm aumentado bastante.

Eu vivi isso. De 2008 para cá, recebi algumas ameaças, que, primeiro, chegavam por meio de supostos conhecidos ou amigos: uma pessoa com quem você estudou na escola, uma pessoa com quem você fez faculdade. O criminoso procura essa pessoa e diz: "Eu soube que contrataram um pistoleiro para matá-la, por dez milhões, etc". Aí vem essa pessoa e dá essas notícias, o que nos desestabiliza. Finalmente, recebi um vídeo de umas pessoas que estariam recebendo dinheiro para assassinar-me, policiais civis da cidade onde eu moro etc.

Da minha experiência, o que eu posso dizer é o seguinte: ninguém pode exercer a jurisdição, como disse a Drª Raquel, acossado. É imprescindível que, se a população quer uma magistratura independente, o Estado dê essa estrutura para que possamos decidir de forma independente.

Por sorte minha, nesse período em que vivi essa situação de insegurança, eu contei, à época, com a Polícia Federal do Rio de Janeiro, que me deu um apoio, deu essa segurança, e contei com o apoio do meu Tribunal, mas nós não podemos viver de favor. O juiz federal não pode ter que contar com o favor da Polícia.

Vamos imaginar – já houve um caso na minha vara – que o próprio superintendente fosse o investigado. Eu já tive um caso assim na minha vara. Ele teria me dado esse apoio? Não. E como eu teria ficado? Não é verdade? Certamente eu teria deixado a jurisdição criminal, como alguns colegas fizeram. Alguns colegas receberam ameaça e deixaram a jurisdição criminal. Então, o juiz federal não pode precisar de favor da Polícia Federal, não pode precisar de favor do Executivo. Ele tem que ter uma estrutura própria que assegura a sua independência, porque, se, amanhã, o réu na vara do juiz federal é o próprio superintendente, ele não vai precisar do apoio institucional desse mesmo superintendente para garantir a sua segurança.

Por isso, acho que é importante que os senhores fiquem sensibilizados. Não existe magistratura independente com medo. É necessário, para garantir essa independência, que tenhamos essas prerrogativas. Essas não são benesses para a pessoa do magistrado; são prerrogativas para o exercício da função estatal. Não existe jurisdição com medo, não existe jurisdição independente amedrontada.

Da minha vivência, o que percebo é que eu só pude continuar à frente da 6ª Vara Federal Criminal, especializada no julgamento de organizações criminosas, à frente desses feitos, porque eu tive o apoio institucional necessário. Mas eu poderia não ter tido. Por quê? Porque esse apoio foi um favor que me fez o Executivo e me fez a Presidência do Tribunal no momento em que precisei.

Então, é necessário que esta estrutura não seja mais um favor, mas que faça parte das nossas prerrogativas, para que juízes continuem atuando em matéria criminal de forma independente.

Era isso que gostaria de trazer aos senhores.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência cumprimenta a Drª Ana Paula pelo seu pronunciamento muito preciso, claro, na mesma linha dos que a antecederam.

Convido os que estão aqui na mesa para retornarem ao plenário, e montaremos uma segunda mesa.

Daremos a palavra à Senadora Ana Rita.

Convido para mesa o Juiz Federal Wilson José Widzel, Titular da 2ª Vara de Execução Fiscal de São João do Meriti; o Desembargador Antônio Latas, representante da Associação Sindical dos Juízes Portugueses; o representante do Fórum Judicial Independente da Espanha, Dr. Benito Del Amo.

Peço que a nossa querida Senadora Ana Rita use a palavra, conforme inscrição feita junto a esta Presidência.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Senador Paim, nosso Presidente, quero saudá-lo, assim como os juízes e as juízas que aqui estão. É uma satisfação recebê-los, hoje, nesta audiência.

Gostaria rapidamente de expor as minhas preocupações, de manifestar a minha solidariedade a todos vocês. Vocês todos cumprem um papel extremamente importante, certamente.

A Drª Raquel foi muito feliz, assim como a Drª Ana Paula, que acabou de falar. Cumprem um papel importante na defesa dos direitos das pessoas e representam de fato o Estado brasileiro.

Na verdade, estou feliz por ver aqui também o Juiz Federal Wilson, que, creio, foi do Estado do Espírito Santo. E tenho a informação de que, em função das ameaças... Só para me certificar: o senhor é o Juiz que foi do Espírito Santo? É o senhor? Então, tive a satisfação de saber que o senhor já foi juiz do Estado do Espírito Santo e que, por motivos também de ameaças, deixou o Estado e passou a residir no Estado do Rio de Janeiro, ocupando outra Vara, não mais a Vara Criminal, em função das ameaças. É isso?

Sou do Estado do Espírito Santo, tive a oportunidade de acompanhar um pouco de perto a situação do nosso Estado. Lamentavelmente, o crime organizado está presente nos poderes constituídos, inclusive no poder do Estado, seja municipal, estadual, federal, seja Executivo, Legislativo e Judiciário. Infelizmente, temos a presença, ora de maneira mais forte, ora de maneira mais branda, de representantes dessas organizações criminosas nesses espaços de poder, que são espaços que representam a nossa população, mas que trazem, infelizmente, tantos prejuízos para nossa sociedade.

Quero, primeiramente, manifestar a nossa solidariedade. Em segundo lugar, dizer que, ontem, foi aprovado o projeto de lei, que, se não resolve o problema, muito contribui. Inclusive essa contribuição vem do senhor e que foi aperfeiçoada, qualificada aqui nesta Casa por meio de emenda e que foi aprovada, agora, pelo Senado. Esperamos que possa de fato oferecer as condições necessárias para que vocês tenham a possibilidade de exercer com maior tranqüilidade a prática profissional em defesa da população brasileira.

Quero agradecer e parabenizá-lo por isso.

Neste momento quero trazer a memória de um juiz muito amigo, que foi nosso companheiro no Estado do Espírito Santo, Juiz Alexandre Martins, que morreu assassinado na minha cidade. Tive a oportunidade de acompanhar todo aquele momento.

A sociedade capixaba soube, naquele momento e muito antes daquele momento, se organizar. Acho que o Espírito Santo deu um exemplo para o Estado brasileiro de organização da sociedade civil por meio dos fóruns, com a participação não só de representantes do Poder Legislativo, Judiciário, Ministério Público, mas também da sociedade, com o Centro de Defesa dos Direitos Humanos e da OAB. Inclusive a OAB, naquele período, cumpriu um papel extremamente importante. Quando a gente se junta, se organiza e tem espaços adequados de reflexão e de debate dessas questões, consegue buscar algumas soluções importantes.

Posso dizer hoje que o Estado do Espírito Santo não é mais aquele Estado que tínhamos há alguns anos. Não quero dizer com isso que ele está livre, está isento de facções criminosas, mas aquele momento de angústia e de muitas dificuldades por que passamos, hoje, não é tão visível mais. Não sei se até que ponto essa organização criminosa existe ainda. Sabemos que ela está presente de uma forma ou de outra, mas não de uma maneira tão forte como naquele período, que culminou, inclusive, com a morte do Juiz Alexandre Martins.

Tivemos no Estado do Espírito Santo alguns parlamentares, inclusive companheiros nossos, Senador, do Partido dos Trabalhadores, que foram escoltados por muito tempo. E aqui quero lembrar a nossa atual Ministra Irene Lopes, que à época era Deputada Federal e que foi escoltada por muito tempo pela Polícia Federal. Ela foi uma grande defensora dos direitos humanos e uma das pessoas que contribuiu e muito para combater o crime organizado no nosso Estado.

Quero aqui lembrar também o nosso Deputado Estadual Cláudio Vereza, que também foi escoltado pela Polícia Federal durante muito tempo, e sua família, inclusive trazendo constrangimento para os seus filhos, porque você está escoltado pela Polícia Federal 24 horas por dia, a Polícia Federal dentro da sua própria casa, traz um constrangimento também para a família. Isso não é agradável para ninguém. Infelizmente é necessário em alguns momentos para proteger a vida.

E diversas outras pessoas da área dos direitos humanos foram ameaçadas e também tiveram, por parte da Polícia Federal, todo o apoio.

Concordo com Drª Raquel, acho que, a partir do momento em que a Polícia Federal intensificou o seu trabalho e, que por meio de várias operações, está desvendando diversas formas de organizações criminosas, quem está à frente, como é o caso dos senhores aqui, do Poder Judiciário, realmente sofre isso.

E é preciso que de fato o Estado brasileiro se organize de tal modo que dê a proteção necessária para todos, para os juízes, para os promotores, para quem de fato está a serviço do combate ao crime organizado. Não é possível viver num País como o nosso, tão bonito e tão rico, com organizações criminosas como nós temos.

Acho que temos exemplos internacionais de modelos que podem nos ajudar, como o Dr. Wilson nos ofereceu aqui, uma proposta de projeto de lei, acolhida pelo Senado, votada e aprovada, que assegura melhor condição de trabalho.

Então, o Estado brasileiro realmente se organizar e oferecer as condições necessárias.

Finalizo dizendo que, de fato, o Brasil precisa aperfeiçoar o seu sistema de Justiça para tornar mais eficaz o combate ao crime organizado, que ainda está presente em vários Estados brasileiros, em várias instituições públicas. É preciso de fato combater. E os senhores cumprem um papel importante, mas que isolados também não darão conta do recado. É preciso do apoio de diversos outros setores do Governo e da própria sociedade civil organizada.

Obrigada pela presença de vocês. E têm todo o nosso apoio e nossa solidariedade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os cumprimentos à Senadora Ana Rita, vice-Presidente desta Comissão.

Iniciando a nossa segunda mesa, de imediato, passamos a palavra ao Dr. Gabriel de Jesus Tedesco

Meus cumprimentos, Senadora Ana Rita, Vice-Presidente desta Comissão. *(Palmas.)*

Iniciando esta segunda Mesa, de imediato, passamos a palavra ao Dr. Gabriel de Jesus Tedesco, Presidente da Associação de Juízes Federais do Brasil.

O SR. GABRIEL DE JESUS TEDESCO – Senador Paulo Paim, meu conterrâneo, é uma alegria muito grande para os juízes federais poderem participar deste debate nesta Comissão, embora o tema não seja tão alegre, seja um tema, muito pelo contrário, em alguns casos, triste, noutros, preocupante. Agora, V. Exª, acompanho o seu trabalho no Rio Grande do Sul, sempre foi um indignado quanto às injustiças que ocorrem no nosso País.

Também faço referência ao Senador Pedro Taques, um defensor do estado democrático de direito, das carreiras públicas do Judiciário, do Ministério Público; Senador Eduardo Amorim, também aqui presente; a Senadora Ana Rita; o Presidente eleito da Associação Nacional dos Procuradores da República, que esteve ontem em um movimento nacional realizado pela Magistratura Federal; Dr. Camanho, estamos juntos, Dr. Camanho, cada vez mais, 100% dos nossos pleitos, ajuste ANPR, talvez nunca antes na história do associativismo estejam tão juntos como nesse momento.

Presidentes de associações regionais do Rio Grande do Sul, José Espezirre, da Associação dos Juízes da 1ª Região, Roberto Veloso, que representa 14 Estados da Federação brasileira, representantes do Ministério da Justiça da Espanha, Dr. Felix, que está aqui conosco, colegas presentes. *(Palmas.)*

Dos representantes de Portugal, Presidente do Sindicato dos Juízes de Portugal, António Latas, Presidente do Sindicato dos Juízes da Espanha, Benito del Amo, participaram também do movimento defendendo a liberdade de expressão dos magistrados e o direito de mobilização, ontem, num movimento que tomou conta do País, realizado pela Magistratura Federal brasileira.

Os depoimentos aqui desses colegas, desses guerreiros, contra o crime organizado, Dr. Vilson, que vai depor agora, Drª Raquel, da Drª Lisa, da Drª Ana Paula, do Dr. Odilon, que não esteve aqui, mas vive há 13 anos com escolta policial, oito atentados contra a sua vida, sua cabeça esta a prêmio por US$300,000.00, é tarifada, Dr. Pedro Francisco, que não pode comparecer, que não foi morto por 15 minutos, saía de casa sempre ás oito da manhã, saiu um dia às 7:45, ele tinha condenado o narcotraficante e ex-parlamentar Hildebrando Pascoal, aquele da serra elétrica. Pois é, a casa dele foi invadida porque ele ao invés de sair às oito da manhã, saiu às 7:45, invadida, destruída e metralhada e por isso ele não foi morto.

Tivemos dois juízes de execução, como referiu a Senadora, de execução penal mortos, nos últimos oito anos, procurador da república morto, assassinado, mártir do Ministério Público Federal brasileiro.

E nós estamos lutando. Ontem tivemos um avanço importante no Senado da República, com a aprovação do PL 03, de 2006, que melhorou, através do trabalho do Senador Pedro Taques, que agora, o juiz pode requisitar o porte de arma, não é mais solicitar. Então requisitar o porte de arma tem que sair, já é um avanço. E aqui está presente também o Presidente do Sindicado dos Agentes do Poder Judiciário de Segurança, o Dr. Edmilson está presente lá atrás. Tivemos um avanço ontem. Foi criado o órgão colegiado para apreciar os crimes de organizações criminosas.

E ontem tivemos aqui, na paralisação nacional dos juízes federais, presente o Presidente do Sindicato dos Juízes da Itália, que estava presente aqui, o Dr. Luca Palamara, que colocou inclusive o êxito desse órgão colegiado para aquele país, que culminou no combate à máfia, no processo da justiça pública contra a *cosa nostra*, na Itália, que culminou no célebre julgamento de Parlamento que condenou 800 mafiosos.

Fizemos ontem uma paralisação exitosa dos juízes federais brasileiros por causa disso, por causa disso que foi relatado aqui, por mais segurança. Quase 100% dos juízes federais do Brasil aderiram ao movimento. Lutamos também por estrutura nos juizados especiais federais, nós pagamos para a população brasileira, nos últimos sete anos, R$22 bilhões, beneficiando dez milhões de brasileiros. Acho que nem o Bolsa Família, são números semelhantes ao do Bolsa Família. Justamente aquelas pessoas, Senador, o senhor que é um defensor dos aposentados e segurados que ficam na fila do SUS, do INSS esperando, recorrem aos juizados especiais, aquelas ações de até 60 salários mínimos para um auxílio doença, um auxílio saúde, uma aposentadoria por invalidez, por um remédio, por um direito á cirurgia.

E esses juizados não têm estrutura porque o juiz trabalha na sua vara de origem e também na turma recursal, ele assume dois postos, ou, em algumas regiões do País, ele é retirado da sua vara de origem que fica com apenas um juiz, e as varas têm de ter dois juízes, todas, por lei, e acabam atrasando esses processos, que beneficiam a população brasileira que mais precisa, nosso segurado, o nosso aposentado, aquela pessoa que precisa de uma medicação, de uma cirurgia. E, nós, lutando por isso. Fizemos um movimento de paralisação nacional lutando por isso.

E não sejamos aqui hipócritas de dizer que nessas reivindicações também não estão outras que fortalecem o Judiciário enquanto Poder independente como a igualdade do Ministério Público. Os representantes de Portugal, da Espanha, da Itália ficaram apavorados, assustados quando souberam que o Poder Judiciário no Brasil está abaixo do Ministério Público em matéria de direitos e prerrogativas porque nós não temos uma lei orgânica, uma lei complementar compatível. Só que a Constituição é clara. Nós temos uma decisão do CNJ que manda que exista essa equiparação.

Nesses países, inclusive, e quando o Camanho falou em magistraturas, falou muito bem, porque a lei, Camanho, nesses países, é conjunta. Nossos direitos e prerrogativas são comuns. Estamos juntos. Mas aqui não, o Poder Judiciário está abaixo do Ministério Público.

O CNJ decidiu por dez a quatro e foi vencido o Ministro Peluso, que se manifestou contra essa simetria. Simetria e igualdade que ele deveria defender porque ele preside o Poder Judiciário. E essa decisão foi de agosto do ano passado e até agora não foi cumprida.

E mais, Sr. Presidente. Fizemos esse movimento para garantir a vida dos juízes, para levar uma justiça para a população, mais barata, mais acessível, para que a gente tenha segurança de botar bandidos do tráfico internacional e do crime organizado na cadeia. Fizemos um movimento para isso. E o senhor sabe que o Conselho da Justiça Federal falou em descontar o nosso dia paralisado. Descontar, não aceitar o movimento democrático, tentando coibir um movimento que é garantido nos países. Na Itália, os juízes realizam paralisações e greves, na Espanha, realizam paralisações e greves, em Portugal, realizam paralisações e greves.

É claro que ninguém quer realizar paralisações e greves. E ontem não foi uma greve. As portas da Justiça ficaram abertas em todo o Brasil, todos os casos de urgência foram apreciados, todas as audiências de urgências foram realizadas, todos os casos de audiências com réu preso foram feitas, e se diz que a Justiça fechou as portas. Está errado, não é correto.

De forma que ontem também aconteceu uma incidente muito desagradável, estávamos transmitindo nosso evento para todo o País, com a presença dos presidentes dos sindicatos da Itália, Espanha e Portugal, com o auditório da Justiça Federal lotado, Senador, após a minha fala, quando denunciei, falamos o que nós estivemos falando aqui na Casa do povo, aqui nós podemos falar, nos foi anunciado de público pela diretora do Foro do Distrito Federal que após a minha fala e durante a fala do representante do sindicato dos juízes de Portugal foi cortado o sinal de televisão e de Internet pelo Conselho da Justiça Federal.

Isso é um fato, isso foi comunicado pela diretora do foro, embora nenhum documento expresso tenha chegado a ela. Eu atribuo isso a um equívoco, a um acidente técnico, eu não acredito que isso seja verdade. Eu não acredito. Eu não acredito. Eu subi à tribuna depois e continuamos transmitindo, pela TV Justiça e pelo Twitter, a nossa manifestação e o sinal foi religado. Eu atribuo isso, só posso atribuir a um acidente técnico.

Depois desse acontecimento, se 83% dos juízes do Brasil diziam que iriam parar, depois do corte havido no dia da paralisação, do salário do juiz, do dia da paralisação, chegamos a 90%. Depois do corte do sinal de transmissão, a nossa adesão chegou a 100%.

Quero dizer que não vai haver corte de transmissão ou de sinal que vá calar a voz do juiz federal brasileiro, que quer uma justiça mais rápida e mais acessível à população. Por isso nós lutamos para ampliar e criar tribunais como na Amazônia, que é onde entra o narcotráfico, onde existe a cobiça internacional por nossas riquezas, onde o meio ambiente tem sido saqueado. E lá nós não temos tribunal. Minas Gerais, segundo Estado de maior distribuição de processos no País, não tem um tribunal. Paraná, Estado da maior importância, não tem um tribunal, nem a Bahia. Por isso nós temos a PEC nº 544 para ser votada lá na Câmara dos Deputados.

Cortam nosso sinal, descontam nosso ponto e querem coibir o que eles estão chamando de greve? A Justiça está aberta agora se tiver greve, se tivermos que fazer greve, se a maioria da carreira decidir fazer greve? Nós vamos fazer greve!

Nós vamos fazer greve, mas nós apostamos no diálogo com o Governo e o Executivo. E esta Casa, Senador Paim, tem conversado conosco. Nós temos debatido dentro do possível, buscado uma construção. Agora é preciso também que o Supremo se envolva nesse debate, que talvez se coloque isso no pacto republicano. Já sugeri isso ao Presidente Peluso.

Eu me lembro de quando nós construímos com o Presidente Lula, eu era Delegado da Ajufe pelo Rio Grande do Sul àquela época e o Presidente do Supremo era Nelson Jobim, construímos o teto remuneratório do serviço público com o Governo Lula e o Supremo Tribunal Federal. Havia salários absurdos no serviço público até o ano de 2005, que chegavam a R$100 mil reais por mês. Era um absurdo.

Talvez apenas duas entidades nacionais tenham lutado por esse teto constitucional moralizador, Dr. Camanho. A associação que o senhor vai passar a presidir agora é a nossa: a Ajufe. Lutamos de público para criar esse teto constitucional moralizador. Nos últimos seis anos, a economia para os cofres da União foi imensa, só que esse valor não foi atualizado. Nós

abrimos mão de adicionais, gratificações e todo tipo de coisa. Nós não temos qualquer verba extra. E nos últimos seis anos, mesmo a Constituição determinando que a revisão tem que ser geral e anual, não aconteceu nem uma vez.

Vi a colega Adriana Cruz, do Rio de Janeiro, comprando um carro blindado de quarta mão, porque com o nosso subsídio de R$12 mil por mês é impossível comprar um carro blindado. Ela comprou um carro de quarta mão, na verdade, para poder trabalhar lá na Baixada Fluminense, porque ela é juíza de lá, para levar justiça para aquela população mais pobre. Ela comprou um carro blindado, tirou dinheiro do próprio bolso.

Há também o caso dos agentes de segurança da Justiça Federal que tiram dinheiro do próprio bolso para pagar porte de armas para defender juiz. E ainda o caso da Drª Lisa, que estava ameaçada. Eu fui falar com o Ministro Cardozo, que teve a melhor das intenções, Sr. Presidente. Fomos até lá e pedimos proteção para ela. Ele determinou, na minha frente, à Polícia Federal que fizesse a segurança. Não tinha efetivo. Demorou dezessete dias para que chegasse Polícia Federal para fazer segurança para a Drª Lisa, que está aqui. E essa foi prestada por agentes de segurança do próprio Poder Judiciário, cinco agentes que precisam da nossa compreensão e também de um treinamento efetivo. A colega ficou assim, o Ministro Cardozo preocupado, mas não tinha efetivo – a Polícia Federal não tem efetivo para dar segurança para os juízes.

Nós estamos combatendo o crime organizado, o narcotráfico, que possui um serviço de inteligência, como disse a Drª Raquel. Ele tem armas tão ou mais pesadas do que o próprio Exército.

AÍ chega o Conselho da Justiça Federal e diz que o juiz, aqui no Brasil, não pode paralisar suas atividades, não pode protestar, não pode fazer greve! É difícil. É uma luta.

Quero dizer que nós não temos nem direito de igualdade com o Ministério Público. Quando digo isso a juízes de Portugal, Itália, Espanha, o pessoal não acredita que o Poder Judiciário está abaixo do Ministério Público, magistraturas que as leis orgânicas dos países europeus colocam na mesma lei. Aqui no Brasil a Constituição equiparou, estão equiparados. E há uma decisão do CNJ numa causa em que o Ministro Peluso foi derrotado, perdeu por dez a três, que precisa ser cumprida. Não é possível.

Sinto sensibilidade em relação a essa questão por parte do nosso Governo da Presidente Dilma, que é uma técnica, do Ministro Cardozo e aqui do Senado da República. Ontem estive falando também com o Presidente Marco Maia, que nos recebeu. Conversamos. Os Poderes têm que conversar, como o senhor está conversando conosco. Já falei com o Presidente Sarney e ele nos recebeu. Conversamos. Agora o Presidente do Supremo precisa enfrentar esse debate, construir e inserir essas reivindicações no pacto republicano.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Foi uma satisfação muito grande ter a Associação dos Juízes Federais esta oportunidade de colocar, como cidadãos brasileiros, para a sociedade as nossas reivindicações, as nossas preocupações, que são no sentido de levar uma justiça mais rápida, acessível, barata e que não permita a impunidade em nosso País. *(Palmas.)*

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente. O senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador sabe que V. Exª fala a qualquer momento e não é privilégio, está no Regimento.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, muito obrigado.

Quero só anunciar a presença aqui do Sandro Neis, Corregedor-Geral do Conselho Nacional do Ministério Público e perguntar ao Sr. Presidente da Ajufe: esse corte nas comunicações foi via Internet? Quem controla esse meio de comunicação?

O SR. GABRIEL DE JESUS TEDESCO WEDY – Ontem nós estávamos realizando a solenidade e a Diretora do foro, Drª Daniele Maranhão, inclusive deu um depoimento para o *Correio Braziliense*, não sei se foi publicado, dizendo que havia uma ordem do Conselho da Justiça Federal para cortar o sinal. Mas essa ordem, ao que sei, não veio de forma expressa. Teria sido passada informalmente para um funcionário da informática. No mesmo momento, nós temos um programa na TV Justiça que entra nesta Casa sempre, eu disse: nos nossos programas, vamos continuar transmitindo. Não será uma transmissão ao vivo. Conseguimos continuar a transmissão pelo Twitter e, cerca de quarenta minutos depois, foi restabelecida a comunicação. Prefiro acreditar que tenha havido um erro técnico.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não consigo acreditar em nada que não tenha algo técnico que comprove. Peço a V. Exª, Sr. Presidente, que solicite informações, porque não se trata de meio de transmissão que seja concessão, mas de um órgão público. Mesmo que fosse concessão, a atividade não é particular, mas pública e a censura é proibida no Brasil. O direito à informação é hoje um direito humano fundamental de terceira ou quarta geração. Solicite informações para que nós, representantes dos Estados, possamos saber. Gostaria de saber se isso é possível regimentalmente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Seu pedido será encaminhado em nome da Comissão de Direitos Humanos. *(Palmas.)*

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Obrigado.

O SR. GABRIEL DE JESUS TEDESCO WEDY – Senador, estou emocionado pela sensibilidade, defesa da liberdade de expressão e democracia no nosso País. Pediria que esse ofício fosse levado à Diretora do foro do Distrito Federal, ao Presidente do TRF 1, ao Presidente do Conselho da Justiça Federal e ao Presidente do Conselho Nacional de Justiça, porque, segundo informações que me chegaram, talvez possa essa ordem ter partido do próprio Conselho Nacional de Justiça, porque foi algo informal. É justamente aquilo que eu disse: se não foi um erro técnico, é um ato que fica difícil de se defender porque não é um ato normal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Taques, V. Exª está com a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT –MT) – Só acrescentando que o Mandado de Injunção nº 713, julgado pelo Supremo, o Relator foi o Ministro Joaquim Barbosa, afirma que para o servidor público não foi criada a lei sobre o direito de greve, e aplica-se a lei da iniciativa privada. Muito bem, e até nós regulamentarmos as greves nos serviços essenciais e fundamentais para a República, como a magistratura, a Constituição tem que ser cumprida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Quero só cumprimentar o Dr. Gabriel e vou passar a palavra, em seguida, ao Dr. Benito, da Associação Judicial da Espanha, porque ele tem um problema de voo, me informaram aqui.

Quero só dizer, Dr. Gabriel, primeiro que há uma concordância com toda a sua fala e ontem não tive nenhum problema. Fui à tribuna, como outros Senadores fizeram, e demos todo apoio ao movimento e anunciei da tribuna que esta reunião de hoje teria também esta visão de apoio ao movimento dos senhores e que fosse aberto um espaço aqui para que o Brasil ouvisse o que vocês estão passando, desde a falta de estrutura, às ameaças que foram aqui colocadas, de uns que já foram assassinados e, de outros, que estão na mira dos assassinos.

E, dizer, eu que venho do movimento sindical, sempre dizia isso e repito até hoje no Parlamento, ninguém faz greve porque gosta. Não pensem os senhores que estão assistindo a TV Senado e vão assistir a reprise, de que os juízes estão fazendo greve porque eles gostam de fazer greve.

A mesma coisa é um operário da construção civil, um metalúrgico, um professor ou um servidor. É quase que um gesto extremo. A greve é um gesto extremo, eu chamaria sempre de um grito de alerta, para uma solução.

Quando a outra parte não ouve, a gente só tem uma alternativa: parar para ver se aquela reflexão permite o avanço do entendimento, na negociação e a fala de todos os senhores aqui, do Sr. Gabriel, gaúcho, para mim, é na linha da defesa da vida não somente dos juízes. Vocês aqui estão defendendo a vida de todo o povo brasileiro e, atualmente, dos juízes e seus familiares.

Por isso, aceite o nosso carinho, o nosso cumprimento e, se for preciso, faremos outras audiências públicas na busca de solução.

Parabéns a V. Exª.

Passo a palavra de imediato ao doutor e juiz Dr. Benito Raboso Del Amo, representante do Foro Judicial Independente da Espanha.

O SR. BENITO RABOSO DEL AMO *(Intervenção em língua espanhola. Tradução livre.)* – Agradeço sinceramente ao Presidente, Senador Paulo Paim, a oportunidade de falar diante de um fórum de representação democrático.

A primeira coisa que quero dizer é o grande respeito que me enseja esta instituição e, é claro, que as minhas palavras não sejam entendidas como nenhum tipo de intromissão no trabalho do Senado senão, simplesmente, uma opinião, e, ainda, que se tenha em conta que vou improvisar o que penso porque não trouxe nada preparado para expor diante desta Comissão.

Ouvi com especial atenção a intervenção das minhas duas companheiros do Miato Grosso e lastimo que não esteja aqui nosso companheiro italiano, porque Itália e Espanha, como vocês sabem, sofrem o problema do terrorismo e das organizações criminosas. Sobretudo agora, com a abertura das fronteiras da União Européia, verifica-se que, de forma relativamente fácil, os criminosos se movimentem com total impunidade.

Na Espanha eles encontraram um bom convívio, porque, quanto mais a sociedade avança democraticamente, há que ser mais forte precisamente ante esse tipo de problema para que se possa defender deles.

Na Espanha, o problema da violência contra juízes e fiscais é conhecido em todo o mundo. Padecemos a morte de companheiros; portanto, para nós, é um tema muito importante este que aqui se está tratando e, por isso, considero que se deve ouvir os juízes que estão na situação que aqui se comentou, sobretudo, os juízes que se encontram nessas fronteiras tão problemáticas.

E por que se deve ouvi-los? Por que o Estado não tem só que escuta-los, mas também tem a obrigação de lhes atender os seus pedidos? Porque está em jogo, nada mais, nada menos, que o Estado de direito. Isto é, se não pusermos freio a essa situação, só há duas saídas: a corrupção ou o medo.

A corrupção supõe a perda de todas as liberdades, o que nos conduz à tirania. Quando o Estado é corrupto, a sociedade se converte em uma espécie de tirano, e nos esquecemos dos direitos humanos.

A outra parte, que não é propriamente controlar a corrupção, mas não controlar a violência, supõe o medo. E o medo é a pior condição em que se pode encontrar um juiz para atuar. O medo é o seu maior inimigo. O juiz que tem medo não pode aplicar a lei ou, ao menos, não pode aplicar a justiça. O medo nos paralisa, nos impede de ter razão suficiente para solucionar os problemas com justiça.

Portanto, não é que o Estado tenha de solucionar esse problemas; o Estado tem a obrigação de solucionar esse problema, pois, no momento que em Mato Grosso ou em qualquer outro Estado um juiz se veja ameaçado, pessoalmente ou aos seus familiares, para atuar, desde desse mesmo momento nesse Estado não existem os direitos humanos, não existe a liberdade. Não existem! Sem liberdade, os Estado se convertem em nada. E o Estado é a nossa única garantia de convivência e de paz entre as pessoas.

Depois de ouvir o que aqui nós ouvimos, vieram-me à memória os momentos em que fui juiz. Agora estou em Madrid, mas estive compartilhando muitos anos com companheiros de trabalho no País Basco, que, como vocês sabem, é uma zona na Espanha ameaçada pelo terrorismo. Lá, os juízes vivíamos no anonimato; ninguém podia dizer que era juiz, nem sequer quando se saía à rua como cidadão para tomar um aperitivo em um bar. Se alguém te perguntava o que eras, tinhas de dizer que eras professor, educador... Era o que podias dizer, porque dizer que era juiz era algo assim como por em perigo a tua própria segurança, tal a aversão que havia contra a Judicatura precisamente porque se estava atuando contra um tema tão importante como o terrorismo. O medo nos atazanava; não éramos pessoas. Isso foi até um ponto, como vocês sabem, que, dali a pouco, todos os juízes no País Basco andavam com a sua escolta, com dois policiais como guarda-costas pessoais que tinham que velar dia e noite por sua segurança.

Eu espero que vocês não tenham que viver essa experiência e tenham a coragem suficiente para enfrentar esse problema antes que ele os tenha vencido.

Eu posso lhes assegurar que é uma situação bastante problemática para qualquer profissional ter que viver, não somente no nível pessoal, mas também ter todas as suas relações familiares, humanas, pessoais e de amizade comprometidas como conseqüência da sua profissão. Profissão esta que, ademais, a exercemos com o completo convencimento de que é necessária.

Imaginem vocês que nossas companheiras do Mato Grosso, por um momento, decidiram que não poderiam continuar mais, porque a situação se encontrava insustentável; que todos os demais juízes que iam ao Mato Grosso não poderiam atuar ali por conta desse medo e por conta dessa situação, e Mato Grosso ficará sem nenhuma pessoa a velar por seus direitos e por suas garantias sociais. Imaginam vocês o que seria isso?

Eu penso que os juízes fazemos um trabalho fundamental: dentro do Estado, somos a garantia dos direitos dos cidadãos, e qualquer coisa que impeça que façamos ou que possamos exercer nosso trabalho com total independência, com total segurança, sem sofrer nenhuma forma de pressão ou de medo, o que é fundamental para aplicar a justiça, não somente deve ser ouvida pelos representantes legislativos como pelos executivos. Além do que, creio que é uma exigência da população, porque, sem eles, na verdade, não nos resta mais que o caminho do descontrole, da anarquia. E, é claro, não quero nem pensar naqueles tempos passados em que sabemos como os sistemas autoritários tratavam a nós, juízes, ou o que queriam que fossem os juízes.

O que nos agrada em nossa profissão é que defendemos o Estado social e democrático de direito acima de tudo. Bom, podemos enfrentar esses riscos, nós o temos como próprio. Quando decidimos, sabemos que sempre uma decisão leva a esse tipo de riscos. Mas o risco pessoal, as ameaças, essa sensação de não poder decidir, sabendo que nossa decisão está sendo controlada por pessoas que, inclusive, podem chegar a ter mais poder que o próprio Estado, isso não podemos tolerar.

Em minha modesta opinião, nossos companheiros estão expondo um tempo muito importante para este Senado. Creio que não se lhes deve deixar à margem daquilo que aqui se está pleiteando. E, como juiz de Espanha, transmito-lhes a minha mais completa solidariedade, meu completo convencimento de que devem prosseguir na sua luta para que se lhes respeitem e para que tenham essas garantias por parte dos poderes, e o conseguirão. E, é claro, não abdiquem de seu interesse e de seu emprenho em serem juízes.

Se alguma vez os juízes decidirmos não cumprir com os nossos compromissos constitucionais simplesmente porque a situação não é favorável, provavelmente em muitos países do mundo não haveria juízes. Os juízes temos que, desgraçadamente, suportar muitas vezes esses tipos de situação pessoais, mas creio que, no fundo, isso nos faz fortes e nos ajuda a cumprir com os nossos objetivos.

A única coisa que posso dizer é que tenham vocês a garantia de que, na Espanha, esse problema vai ser conhecido e apoiado. Espero profundamente que eles levem em conta as suas reivindicações e que consigam que, verdadeiramente, o que aqui se está tratando tenha algum fim. E que, simplesmente, tudo seja como vocês desejam.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência cumprimenta o Dr. Benito pela sua exposição. Eu peguei aqui algumas frases e me permita repetir: é um absurdo nós estarmos sob a pressão do medo. Isso representa muito o significado deste encontro. O Estado tem que buscar a solução. Direitos humanos, liberdade, justiça e igualdade caminham juntos. Bandido com mais poder que o Estado é inadmissível. Meus cumprimentos a V. Exª. Sei que teremos todo o apoio do seu país. Sei que V. Exª está retornando agora para a Espanha, mas leve também a mensagem de que nós vamos trabalhar muito para passar por esses momentos. Queremos fazer uma grande Copa do Mundo e Olimpíadas. Oxalá consigamos, unindo as nossas forças, viver um momento muito positivo, vendo as reivindicações justas, que você colocou aqui com muita precisão, assim como todos os que falaram, efetivamente serem atendidas. A Comissão de Direitos Humanos, com certeza, estará do lado dos senhores.

Passo a palavra, de imediato, ao juiz federal Wilson José Witzel, titular da 2ª Vara Federal de Execução Fiscal de São João de Meriti.

O SR. WILSON JOSÉ WITZEL – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, na pessoa de quem cumprimento todos os demais aqui presentes, é uma grande honra para nós estarmos aqui hoje, depois de um movimento tão marcante na história da nossa magistratura. O movimento de ontem é um marco divisório entre aquilo que muitos colegas pensavam e o que, a partir de ontem, começaram a pensar sobre o nosso papel como magistrado perante a sociedade.

Antes de trazer a minha experiência como juiz criminal, gostaria de fazer uma pequena digressão sobre o meu antes de juiz federal, rapidamente: eu fui Oficial da Marinha do Corpo de Fuzileiros Navais, durante seis anos, e decidi ir para a carreira jurídica para poder ajudar mais o meu País. Achei que, como Oficial da Marinha de Guerra, eu estava fazendo pouco, embora ali eu pudesse, a qualquer momento, dar a minha própria vida para qualquer um de nós aqui. Resolvi estudar Direito e fiz concurso para a defensoria pública do Rio de Janeiro, onde, durante três anos, fui defensor público – uma conta de mais de 300 tribunais de júri – e convivi com o lado da miséria, da pobreza, do bandido de galinha. Vou dizer uma coisa: eu nunca defendi bandidão na defensoria pública. Por que eu nunca defendi bandidão? Porque o bandidão paga bons advogados. E, como defensor público, eu via miséria. O Senador Pedro Taques foi preciso cirurgicamente em dizer que existe uma criminalidade que é originária da miséria social. E essa criminalidade é aquele bandido que chegava para mim e eu perguntava para ele: Mas, meu filho, por que você foi assaltar o ônibus? Para roubar do trabalhador o vale-refeição, aquele vale-transporte? Ah, Doutor, porque eu troco o vale-transporte por leite.

Então, esse bandido é fruto da miséria. É esse bandido que o direito penal e a criminologia vai ter de trabalhar sempre para melhorar a condição social. Isso, nós estamos fazendo. O Brasil está fazendo isso. Os governos, nos últimos anos, têm feito "n" ações sociais que estão melhorando e reduzindo a criminalidade, aumentando o nível do trabalhador, aumentando a renda. Isso é maravilhoso! Como defensor público, eu pude ver que, se esse jovem que falou isso para mim tivesse um emprego de pedreiro, ele não iria roubar um ônibus com revólver na mão, um 38, para trocar por leite, como ele falou e vários falavam. Eu fiz mais de trezentos júris. Mas de quem eram esses júris? Eram júris de marido que matava a amante e coisas do gênero. Um ou outro policial envolvido com o crime passional etc.

Minha experiência na defensoria pública foi salutar e eu decidi ser juiz federal porque, desde a faculdade, eu estudei o direito penal. A minha monografia de faculdade foi sobre penas Alternativas, porque acredito que o direito penal tem um importante papel, na sociedade, de recuperação. E nós precisamos incansavelmente trabalhar para a recuperação daqueles que são recuperáveis.

Minha paixão pelo direito penal, para ajudar a melhorar a sociedade, culminou com a minha decisão de ser juiz. Na época, decidi ser juiz federal, em 2000; quando ingressei na magistratura federal, em 2001, decidi ser juiz federal criminal, porque a competência da Justiça Federal é uma competência que me permitiria prestar um serviço ao país julgando crimes de sonegação fiscal, desvio de dinheiro público, de tráfico de pessoas, tráfico de armas, tráfico de drogas, que aniquila famílias, crianças, com o uso de drogas pesadíssimas. Eu decidi ser juiz criminal pela minha vocação de servir ao meu país.

Fui ser juiz no Rio de Janeiro, na vara da Drª Valéria Cláudio Magalhães, brilhante magistrada, e nós ali dividíamos os nossos sofrimentos, porque julgávamos crimes de tráfico de drogas, e fomos ameaçados, fomos

ameaçados. Fui ameaçado, na faculdade onde eu dava aula. O sujeito me ligou, ligou para a faculdade, pediu para falar comigo e disse que eu ia sair da faculdade para o inferno. Aí eu chamei a Polícia Militar para me levar para casa, porque eu não tinha nem condições de dirigir meu carro. Nunca vivi isso como militar, porque, como militar, eu saberia me defender, com a minha pistola, o meu fuzil etc; mas, como juiz faço o que agora? A quem eu recorro? Chamei o guardinha lá, o PM da praça e falei: "Me ajuda, o cara falou que vai me matar." Na época, nós tínhamos um apoio de um major da Polícia Militar. Liguei para ele, que mandou uma viatura me levar com dois PMs para casa. E eu fui lá. A minha casa é no Grajaú, perto do Morro do Macaco. Fomos eu e os PMs lá; e os PMs perguntaram: Doutor, quer que a gente fique aqui a noite toda? Não sei o que a gente vai fazer. Só sei que estou com a minha família aqui, a minha esposa e o meu filho. Não sei o que vou fazer.

Os caras são do tráfico de drogas internacional. Era um caso em que estávamos trabalhando, de tráfico da Holanda para o Brasil. Foi uma situação assim. Eu e Valéria ficamos completamente desassistidos.

Esse foi o primeiro ponto que me abalou profundamente. Depois disso, acharam que era uma bobagem e tal, que não era uma coisa séria. E é assim que se trata: É uma bobagem o que está havendo. Isso é filme americano. O juiz quer pousar bonito na foto cheio de segurança. Pelo amor de Deus! Quem quer andar cheio de gente atrás? Isso não é vida!

Então, a partir dali, continuei, assim como a Drª Ana Paula Vieira de Carvalho acabou de mencionar, e que continua sendo juíza criminal, a gente vai tentando. E eu fui ser juiz titular da Vara Criminal de Execução Penal no Espírito Santo. Era a minha titularidade. Eu estaria chegando a minha titularidade. Fui promovido a juiz titular, por merecimento, e fui para o Espírito Santo, para poder exercer a jurisdição criminal.

Lá chegando, por duas vezes, fui ameaçado de morte. A mais séria delas foi o Odilon que comunicou, inclusive, porque estavam tramando a minha morte no presídio de Campo Grande. Foi o Odilon que me passou. A minha, a do Pablo, a do Rodrigo Borba e a da Virgínia. Os quatro juizes do Espírito Santo estariam em risco de serem assassinados porque estavam julgando processos envolvendo o crime organizado. E eu havia sentenciado alguns processos de um sujeito que assaltava banco e esse sujeito era um dos que estava envolvido nessa situação de ameaça.

E eu ainda continuei como juiz criminal. Tive segurança lá, uma segurança precária. Nossos seguranças, como o Presidente mencionou, compram armas e compram munição. Agora, fui oficial da marinha e sei que munição velha não funciona. Agora, sei lá se a munição dele estava boa! Quer dizer, é um negócio todo precário. Na época dessa ameaça, o meu irmão era o segurança do Prefeito Kassab, em São Paulo, é um dos homens da segurança do Prefeito Kassab, é um policial militar. Eu pedi ao meu irmão: vem cá, me dá uma força. O meu irmão chegou lá e falou: Brincadeira! O que esses caras estão fazendo é brincadeira! Embora sejam abnegados, fazem treinamento, mas o meu irmão é um grande especialista. Ele é segurança do Prefeito de São Paulo, tem treinamento da polícia francesa, antiterrorismo etc e tal. São homens bem preparados. Ele falou: É uma brincadeira o que vocês estão fazendo aqui! Nessa época, a minha família foi fotografada na praia; eu com meus filhos. A minha esposa estava grávida e nós fomos fotografados. Eu acho que o homem é mais chorão que a mulher. Não sei, mas mulheres são muito fortes. Desculpem-me. *(Palmas.)* Acho que as mulheres são mais fortes do que nós. E como é que vou contar isso para uma mulher grávida? Tenho quatro filhos. Naquela época, três; nasceu o quarto. Como vou contar isso para a minha esposa? Aí eu resolvi conversar com um colega, que agora está na criminal. Falei: "Marcos, vamos permutar, não agüento mais. Não dá mais." Agora, fotografar a minha família na praia?! Para que alguém fotografa a família na praia? Ué, vai fotografar para dar para o assassino liquidar de uma vez. Então, vendo depoimentos da Raquel, da Ana Paula, são depoimentos de mulheres muito fortes, muito fortes, muito fortes. Acho que o homem não é tão forte como a mulher, porque, ouvindo o depoimento delas, até me senti um pouco envergonhado, porque não tive coragem de continuar. A partir do momento em que a minha esposa falou: Não dá! A nossa família, não dá para agüentar. São três crianças pequenas. Por favor, saia. O meu colega atendeu o meu pedido, o Marcos Vinícius. Ele permutou comigo. Eu fui para a Vara de Execuções Fiscais. E aí eu desisti de ficar no Espírito Santo. Ah! Vamos embora para o Rio de Janeiro. Vamos mudar de ares. Fui para o Rio de Janeiro e estou lá na Vara de Execução Fiscal do Rio de Janeiro. Por ora, abandonei um pouco a minha vocação para o Direito Penal. E é isso que está acontecendo. Essa minha experiência pessoal eu gostaria de passar e colaborar, pra mostrar que precisamos tomar medidas enérgicas.

À Senadora Ana Rita agradeço profundamente, que auxiliou na aprovação do projeto de que fui um dos coautores, que entrou pela Comissão de Legislação Participativa da Câmara e hoje está aqui no Senado, quase em vias de ser encaminhado para a sessão, ou devolvido para a Câmara, a fim de serem votadas as modificações.

É um projeto que à época o Presidente da Comissão era o Juiz Sérgio Moro. Participaram também da Comissão o Juiz Odilon, o Juiz Marcello Granado, que é um magistrado também de vara criminal, no Rio de Janeiro. E nós fomos até um pouco tímidos, Senador Pedro Taques, porque tínhamos receio de criar o juiz sem rosto. Mas acho que podemos já, com as suas contribuições, Senador Pedro Taques, até começar a repensar mesmo e viabilizar um projeto mais audacioso para lidar com esse tipo de criminalidade, que é muito organizada e utiliza advogados renomados.

Aí, o Senador tocou num ponto que eu gostaria de abordar. Mas como V. Exª falou, acho que robustece ainda mais. De onde vem o dinheiro que esses advogados recebem para defender esses bandidos? São honorários caríssimos. Quando juiz criminal, as mulas eram presas no aeroporto e defendidas por advogados particulares. Quem paga os advogados particulares? Se a pessoa não tem Imposto de Renda, não tem renda, como paga um advogado? Então, parece-me que devemos amadurecer, realmente, para que toda defesa dessas pessoas seja feita pela Defensoria Pública. Um defensor, outro defensor.

Eu fui defensor. O nível dos defensores, em qualquer estado, especialmente no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, é de altíssimo gabarito. Não estarão desassistidos. Em São Paulo é de altíssimo nível. Não estarão desassistidos! Acho que não podemos permitir mais que... Não precisa nem criar crime de pombo-correio, permitam-me a crítica. Acho que devemos fazer exatamente com que o sujeito que está envolvido com crime organizado não possa usar advogado para ser pombo-correio. O sujeito vai ser defendido por advogado público e se acaba com esse negócio de pombo-correio, de ficar mandando mensagem por intermédio de advogado. Isso é algo...

Se nós tiramos a liberdade do sujeito, que é o bem mais caro depois da vida – o bem mais caro é a liberdade – para poder preservar a sociedade, precisamos ter outras medidas para preservar a sociedade. Uma delas é não permitir esse tipo de atividade criminosa por parte de alguns advogados. Ele tem que ser defendido por advogado público.

A questão da visita íntima, também, bem falada. Quer dizer, se a gente tira a liberdade da pessoa, está no regime diferenciado, não pode ter visita íntima. É preciso, como o Senador Pedro Taques falou, tipificar o crime de conspiração. Realmente!

Quando a gente dá aula de Direito Penal, explicamos para o aluno assim: olha, quando é o momento que se inicia o crime de homicídio? Aí o aluno fica pensando: quando a arma é comprada? Não. Para alguns, é quando o sujeito aperta a tecla do gatilho, da arma. Aí, ele começou o crime de homicídio. E antes disso? É a teoria da... Aí, a gente vai para o campo teórico e acharemos "n" teorias para explicar o início do crime. Agora, se você está sendo ameaçado e tem uma conspiração, uma cogitação para praticar o crime, a polícia nada pode fazer, tem que esperar o fato acontecer. Isso é inaceitável, realmente. Nós precisamos amadurecer. Esse crime deve ser tipificado e precisamos estar conscientes de que somente por meio desses instrumentos, a gente consegue inibir essas condutas.

Eu acho que a questão do desaforamento da competência também deve ser analisada. Nós desaforamos um processo de tribunal do júri quando os jurados não se sentem à vontade para julgar um crime, em razão da influência daquele acusado no processo criminal. Então, desafora-se. Faz-se o desaforamento.

Por que não se pode fazer o desaforamento de um processo envolvendo crime organizado? Por que aquele juiz lá de São João de Meriti, onde a Adriana Cruz... Hoje, por exemplo, ela é Juíza em São João de Meriti. Ela julga processo criminal. Aí, sai pela Linha Vermelha. Ela decreta a prisão de alguém e vai pela Linha Vermelha, sozinha, sei lá, às 7 horas da noite.

Então, nós precisamos também pensar na questão do desaforamento. E não dá pra ficar tendo vara criminal em qualquer lugar. Não podemos permitir isso. É preciso repensar essa questão do desaforamento da competência, que é mais uma contribuição.

Acho que aqui estamos ventilando algumas ideias, para mostrar que muito ainda há que se fazer e é preciso realmente se montar um novo projeto de lei para complementar esse que estaria sendo aprovado, porque já amadurecemos. A demora da aprovação do projeto foi importante porque a gente amadureceu. E outros fatos aconteceram que nos permitem que hoje a gente possa fazer mais ainda, para melhorar a nossa legislação em relação a isso.

Só para finalizar, para mostrar como a questão da segurança é muito nebulosa, eu, quando fui ameaçado de morte no Espírito Santo, pedi para comprar uma arma ao Diretor do Foro, Dr. Alexandre Miguel. Ele me falou: "Mas Witzel, eu não tenho como autorizá-lo a comprar uma arma". Falei: "Eu que tenho de comprar, do meu bolso? E a munição tenho que comprar também do meu bolso?" Quem compra uma arma não pode não pode deixar guardada – eu fui instrutor de tiro. Uma arma deve ser diariamente manutenida e o atirador precisa ter uma proficiência no tiro e na preparação, ele precisa estar fazendo exercício. Aí, você vai gastar dinheiro para comprar munição? Isso é inaceitável! E o processo está comigo. Vou encaminhá-lo a V. Exª.

Nada contra o Dr. Alexandre Miguel. É só para mostrar a nebulosidade da questão. Ele ficou sem sa-

ber o que fazer, porque não tem uma regra clara. O juiz tem porte de arma, mas precisa comprar sua própria arma. Eu também acho que não é a melhor solução, mas é só para mostrar como a questão é nebulosa.

Eu, como sou um especialista – posso estar meio fora de forma – naquele momento achei que seria adequada a arma. Mas eu teria de comprar com o meu próprio dinheiro. Custando mais de dois mil reais uma arma dessa mais a munição, eu desisti.

Hoje, moro no Rio de Janeiro, numa casa, e gastei um terço das minhas férias e meu décimo terceiro para montar um esquema de segurança na minha casa, com câmeras, filmagem que acesso do meu celular, para deixar uma proteção para minha esposa e meus filhos. E desembolsei 16 mil reais para fazer esse sistema de segurança. Dinheiro do meu bolso.

Então, senhores, é de fato extremamente importante que nós comecemos a trabalhar já, a fim de dar dotação orçamentária – esse projeto aprovado aqui tem essa previsão – para que os agentes de segurança que hoje já existem e que não seria um aumento imediato de despesa com pessoal, mas eles já teriam condições de ter um treinamento ainda purado, porque eles já fazem um treinamento, mas acho que precisa melhorar; dotar esses seguranças, que na sua grande maioria são pessoas muito imbuídas dessa missão. Eles conversam muito comigo e a gente vê que eles têm vontade de prestar esse serviço, são valorosos, dotá-las de colete à prova de bala etc, munição, armamento e todo o treinamento necessário, porque nós não podemos mais brincar com isso e é preciso que esse projeto seja findado, sancionado e entre imediatamente em vigor para que esses agentes possam trabalhar e a gente possa dar um pouco mais de tranqüilidade para o magistrado que serve ao país. Todos aqui não fazem concurso para a Justiça Federal, nem para ser procurador da República porque gostam do dinheiro. Fazem concurso por ideal, pelo amor a este País. Estão aí valorosamente trabalhando nas varas criminais, nas varas criminais, nos juizados especiais para poder dar dignidade ao povo brasileiro.

Então, eu faço aqui uma monção honrosa a todos os Procuradores da República, destemidos, que trabalham ou trabalharam nas varas criminais, a todos os juízes federais que estão servindo ao seu País, que esta Casa seja um marco, a partir de ontem, para que nós possamos aprovar esta lei e, imediatamente nos debruçarmos – da qual sou voluntário, embora já tenha desistido de trabalhar com Direito Criminal, mas vou voluntário para participar da Comissão de elaboração de novas legislações para essas questões que abordamos aqui e que V. Exª, Senador Pedro Taques, abordou de forma precisa.

Muito obrigado ao Senador Paulo Paim, muito obrigado aos demais senadores que estão apoiando os Procuradores da República para que possamos prestar esse serviço relevantíssimo ao País.

Muito obrigado, Senhores Senadores.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Os meus cumprimentos ao Dr. Wilson que faz uma narrativa muito interessante. Ele era oficial da Marinha e lá tinha segurança, virou Juiz não tem nenhuma segurança e tem que fazer um enfrentamento praticamente do crime organizado. E aqui relatou inclusive a ameaça que sofreu não só ele como também à família.

(O Sr Presidente faz soar a campainha.)

Para mim também a campainha toca, como que dizendo, passa para outro convidado, os Senadores querem falar ainda.

Vou seguir a orientação da campainha. Mas vou seguir a orientação da sua fala e para nós é importante ouvir isso. Eu que não sou especialista inclusive nesta área, Senador Pedro Taques e o Senador Aníbal conhecem com profundidade, mas eu achei interessante, os versos falaram que temos que ver a conspiração. A conspiração não é crime nenhum, trama, vai lá, só depois que mata é que daí ... É isso que eu estou entendendo para quem é leigo no assunto.

Bom passamos a palavra ao nosso convidado, Desembargador António Latas, representante da Associação Sindical dos Juízes Portugueses. E está apoiando os brasileiros.

O SR. ANTÓNIO LATAS – Muito bom dia, Sr. Senador, Presidente desta Comissão de Direitos Humanos e na sua pessoa todos os Presidentes. E de fato estou aqui em representação da Associação dos Juízes Portugueses, que é praticamente a única associação dos juízes em Portugal, que representa mais de 90% dos juízes, e que, inclusive, ao longo destes últimos anos, liderou, digamos, os movimentos de reivindicação dos juízes, incluindo uma greve que fizemos em 1988, depois em 1993, e na última uma vez mais em 2005, e ainda o ano passado se discutiu a possibilidade de ter que acertar outro movimento do gênero. E a verdade é que estamos aqui com todo o interesse para acompanhar e apoiar esse movimento liderado pela Ajufe. A maior parte das questões que aqui estão em causa poderíamos dizer que realmente são transversais, são questões que vamos encontrando um pouco por todo o lado e também as tivemos entre nós, as paridades remuneratórias com os órgãos do poder político; uma melhor organização das leis e processos, a própria organização judiciária etc.

Embora, realmente, aqui possa ter encontrado sobretudo dois pontos de diferença. Um, o fato, a questão do Ministério Público, que entre nós seria im-

pensável. Aliás, eu lembro que há um pouco mais de quinze anos, quando iniciei a carreira, o que eu ainda encontrava eram muitos juízes com uma outra tradição, um pouco mais antigos, que protestavam em conversas entre nós, porque os Ministérios Públicos – era assim que se dizia nas conversas – ganhavam tanto e passaram, de fato, a um regime de paridade estatutária, depois de 25 de abril, ganhavam tanto quanto os juízes. E uma vida inteira, penso eu, alguns juízes dessa geração, ou pelo menos dessa vida, acabaram aceitando mal. Nunca pensei em encontrar, também, certamente, para essa solução, uma situação inversa em que fossem os juízes federais tentarem efetivar uma paridade com o Ministério Público. Mas tirando esta nota, ou digamos, este aspecto do movimento, não há dúvida de que é o problema da segurança o que mais me impressionou, obviamente. Não porque não exista também como item de combustão, enfim, em alguns países da Europa, como todos nós sabemos, afinal nem na Itália, na Espanha, como falava o colega Benito. Em Portugal também nos anos 80 com a chamada FP 25. Mas, em boa verdade – eu penso que estivemos a falar sobre terrorismo ideológico ou apolítico –, eu nunca tinha sido, permitam-me a franqueza, confrontado com testemunhos vivos tão poderosos, tão vívidos e, portanto, tão impossíveis para mim, do que é efetivamente viver na pele um problema de insegurança com a sua própria pessoa e, sobretudo, com os seus familiares, da forma como vi aqui os brasileiros narrarem as suas experiências pessoas.

Enfim, queria ser breve, mas, ao mesmo tempo, este lado racional que todos temos enquanto seres humanos, mesmo quando as questões invocam, sobretudo, o nosso lado emocional, não podia deixar esquecer um aspecto que me parece aqui fundamental. Além da pungência, digamos, do testemunho humano, do problema individual, é de fato preciso pensar um pouco também. Esse processo que se ia passando na minha cabeça é que o problema de insegurança com a dimensão e a intensidade que aqui relataram dos juízes, em qualquer em país, em qualquer Estado de direito, é também uma questão de Estado.

E de fato, quase que perde sentido falarmos das voltas das garantias da imparcialidade, da independência do poder judicial dos tribunais, quando, da forma desassombrada, mas claramente com uma sinceridade a toda a prova, e eu diria mesmo com uma verdade de igual quilate.

Ouvi o colega dizer aquilo que penso que passará para a maior parte das nossas cabeças. Perante a ameaça a um filho, será que aquele juiz não faria o mesmo que a colega admitiu. Teria que ser a solução a seguir no seu caso, como a qualquer um de nós?

E eu acho que isto, do ponto de vista do Poder Judicial, diz muito. E, francamente, se os testemunhos humanos – permitam-me uma expressão portuguesa – me arrepiam um pouco, para não dizer muito, o lado racional do problema deixa uma preocupação mais um pouco e, eventualmente, um problema sério para resolver.

Tenho de dizê-lo, nada se passa de semelhante, repito. Há problemas de segurança em tribunais, há algumas ameaças, enfim, abordagens de juízes na rua, mas nada que se assemelhe à gravidade que, hoje, eu ouvi, aqui, relatar.

Portanto, o que eu posso dizer para além do aspecto da solidariedade humana, pessoal, de colega de trabalho, como diríamos em Portugal, e sobretudo como, digamos, agente das mesmas funções, solidariedade completa e total... Terei, certamente, oportunidade de discutir isso com os meus colegas da secção, com os juízes, até para, enfim, encontrar as melhores coisas mesmo, propostas, algumas reivindicações que fazemos, também, no capítulo da segurança dos tribunais em Portugal. Mas é esse lado que levo e eu queria deixar, sobretudo, além dessa nota de solidariedade, essa compreensão que, certamente, tenho de todos os juízes do Brasil e de todos os juízes do mundo, no caso, até onde posso falar dos juízes portugueses.

Portanto, vou daqui com essa sensação de que, realmente, se há problemas sérios, que tocam tanto a área institucional como o lado pessoal daqueles que exercem as funções, este me parece ser um deles.

Portanto, eu queria terminar cumprimentando todos, agradecendo, enfim, por perderem algum tempo para me ouvir e louvando essa ideia de que este Brasil, que para nós, e cada vez mais, na sociedade portuguesa, surge como um verdadeiro irmão, digamos, que sobe, que ganha força, ao mesmo tempo até que, provavelmente com muita verdade, um clima essencialmente depressivo vai tomando conta daquele nosso cantinho na Europa.

Façam acompanhar, e faço votos para que assim seja, esse crescimento, essa força que demonstram com as tais medidas estruturais, com as tais opções de fundo, que são as únicas que, realmente, podem dar efetividade e permanência a um estatuto de verdadeira liberdade no momento de julgar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência agradece, em nome do Senado, ao Desembargador António Latas, representante da Associação Sindical dos Juízes Portugueses.

Eu conversava com meu amigo gaúcho, aqui do lado, Gabriel, a respeito de uma expressão que ele usou. Eu perguntei para ele: "Não, é isso mesmo." Ele

resume, em uma frase que disse, que é de arrepiar o que ele ouviu aqui nesta Mesa, no dia de hoje. "Arrepiar" foi o termo que ele usou, não é? A nossa, lá no Sul, é "de arrepiar o pelo". Ele usou essa expressão, que demonstra a preocupação com a falta de segurança dos juízes, o que é inadmissível, e registrou toda a sua solidariedade.

Um abraço e parabéns pela sua fala.

Eu vou dar os cinco minutos que me pediu, do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, a Presidenta Rosangela Silva Rassy, porque ela quer fazer um rápido comentário sobre aqueles quatro auditores que foram assassinados em Unaí.

Por favor, Rosangela.

A SRª ROSANGELA SILVA RASSY – Boa-tarde. Eu agradeço a gentileza e a consideração do Senador Paim.

Nós estamos aqui, desde o início, acompanhando este debate e sentimos a necessidade de trazer, primeiramente, a nossa solidariedade pela luta, pelo combate que vocês estão levantando e enfrentando. Também, acima de tudo, para dar o depoimento rápido e lembrar, porque eu sei que todos vocês acompanharam e ainda acompanham, o desenrolar da chacina de Unaí, onde quatro agentes públicos – três auditores fiscais do trabalho e um motorista do Ministério do Trabalho – foram assassinados no exercício de suas atividades, durante uma ação fiscal na região de Unaí, Município de Minas Gerais.

Esse crime ou esses crimes já completaram sete anos, sem que houvesse, ainda, o julgamento.

As condições precárias de trabalho e a falta de segurança, que muitos de vocês, aqui, relataram, acontecem também na esfera do Executivo, em relação aos auditores fiscais do trabalho.

Nós, até hoje, não temos o porte de arma necessário para nos resguardar em ações de risco. Nós trabalhamos em operações, especialmente operações de combate ao trabalho escravo, sem o uso de coletes à prova de balas. Aquele bonito colete, aquele lustroso colete preto que vocês veem, que tanto nos orgulha usar, porque aquilo nos distingue, não é à prova de balas.

Então, não obstante um crime pavoroso, em que quatro agentes públicos foram assassinados, nós não sentimos, não presenciamos mudança nenhuma no nosso trabalho, em termos de segurança, transcorridos esses sete anos.

Então, Senador, quando nós tivemos conhecimento desta audiência, nós pensamos, e aqui fazemos uma proposta: por que não ampliarmos essa discussão da falta de segurança, dessas ameaças? Não pensem vocês que, de Unaí para cá, não aconteceram outras ameaças – sim, muitas outras ameaças –, que o auditor fiscal não tem medo – tem muito medo, mas enfrenta, continua enfrentando. Na própria região de Unaí, nós ficamos sem fiscalizar, eu acho, durante seis meses após o ocorrido, porque, aí, era demais. Ninguém tinha, realmente, condições emocionais para voltar àquele local, mas retornamos às nossas atividades e continuamos enfrentando, não obstante a total falta de segurança.

Então, Senador, eu queria trazer uma proposta. A proposta é: ampliarmos essa discussão para uma outra audiência pública, em que outras categorias, outros agentes públicos que também sofrem ameaças possam dar o seu depoimento. Oxalá nós possamos sair daqui com algumas propostas, em termos até de legislação, para combatermos essa situação.

Muito obrigada pela sua deferência. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para contribuir, Rosangela, quero dizer que nós já aprovamos uma audiência pública para discutir exatamente a situação dos fiscais do trabalho, tendo como eixo a questão do combate ao trabalho escravo.

Só vamos combinar a data, especificamente para os auditores fiscais do trabalho, mas nós poderemos, nessa data, ampliar para outras categorias que estão com o mesmo problema. Já estava aprovada essa audiência pública, que você reforça, neste momento. Vamos só ajustar o dia, ok?

Eu queria, neste momento, antes de encerrar, passar a palavra para dois Senadores: para o Senador Pedro Taques, para que faça, em nome do Senado, os agradecimentos e alguma consideração, e, depois, para o Senador Anibal Diniz, que foi quem propôs para mim que eu apresentasse o requerimento desta audiência pública.

O Senador Pedro Taques e o Senador Anibal Diniz encerram em nome dos Senadores.

Senador Pedro Taques, por favor.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Obrigado, Sr. Presidente. Eu quero agradecer a presença dos nossos convidados estrangeiros. Espero que tenham vindo ao Brasil e visto não somente as coisas maravilhosas que nós temos aqui, mas que saibam da realidade que vivemos aqui. Mais vale ver uma vez que ouvir falar mil vezes – um ditado russo diz exatamente isso. É importante que nós possamos mostrar para o mundo as nossas maravilhas, mas é, também, importante que possamos mostrar para o mundo as nossas realidades.

Eu quero cumprimentar os servidores públicos que aqui se encontram, juízes federais, procuradores e auditores do trabalho, uma das categorias mais antigas do Brasil. Parece-me que tem mais de ...

A SRª ROSANGELA SILVA RASSY – Cento e vinte anos.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Cento e vinte anos.

Eu fiz, como fiz referência, 30 júris federais. Eu tinha designação do procurador geral da República para fazer os júris federais de servidores públicos federais mortos em serviço.

Fiz júris de auditores, policiais federais, policiais rodoviários, juízes, testemunhas junto ao Ministério da Justiça, que foi o caso do Hildebrando Pascoal, e eu sempre dizia, ao final: atingir um servidor público é atingir o próprio Estado, porque não há Estado sem uma carreira digna de servidores públicos.

Eu só fui servidor público na minha vida. Tive a honra de ter sido Procurador do Estado de São Paulo, fazendo assistência judiciária para réus acusados pobres, na acepção jurídica do termo, e sempre defendi pobres nesse sentido.

Infelizmente, no Brasil, o Direito Penal, tal qual a Teologia da Libertação, fez a sua opção pelos pobres. O Direito Penal, no Brasil, precisa sair da senzala e entrar na casa grande. O Direito Penal não pode ser um Direito Penal seletivo, de categoria, mas nós temos de buscar a criminalização de algumas condutas que desassossegam a sociedade e fazer com que a Constituição possa ser vivida. De que maneira a Constituição pode ser vivida? Alguns bens jurídicos precisam ser protegidos de maior forma. O serviço público é imprescindível para que nós tenhamos um Estado Democrático de Direito.

Dou um exemplo: para o crime de corrupção a pena é baixíssima, tendo em conta o bem jurídico que ela ofende, porque quando nós temos um corrupto – e nós temos muitos, no Brasil –, Sr. Presidente, a sua conduta não ofende um bem individual, ofende bens que são metas individuais, são bens difusos, que pertencem a toda a sociedade. Por exemplo: é uma criança que fica sem uma escola que possa educar; é um pai que fica chorando porque o seu filho não tem um hospital que lhe dê uma saúde que possa curar e uma saúde preventiva. O ofendido não é um, são ofendidos desse tipo de crime.

Por isso, Sr. Presidente, na data de hoje, eu apresento um projeto de lei para que nós possamos mudar o tipo penal, fazendo com que a pena da corrupção possa ser majorada, para que nós tenhamos a verdadeira constitucionalidade desse preceito secundário. Além disso, esse projeto também, sendo aprovado, equipara a corrupção a crime hediondo, nojento, porque as vítimas, aqui, são difusas.

Por que estou falando da corrupção? Não há crime organizado, de acordo com o Tratado de Palermo, sem a participação de agente do Estado. E eu não vou falar da polícia. Eu quero, aqui, louvar a participação da Polícia Federal. Eu devo a minha vida à Polícia Federal, à Polícia Militar do meu Estado – a minha vida e a vida da minha filha.

Muito bem. Não há que se falar somente da participação de agentes policiais, juízes, políticos – eu sou político, hoje, e tenho orgulho de ser político. Portanto, a corrupção está ligada ao que nós estamos falando.

Daí, cumprimento V. Exª como Presidente desta Comissão e, mais uma vez, o Senador Anibal, que viveu, junto com seu povo, no Estado do Acre, momentos importantes de transformação. Eu o cumprimento e digo que não podemos ficar somente nas intenções. Nós temos de concretizá-las, senão, daqui a um tempo, nós vamos voltar aqui e discutir. Nós vamos ter de discutir e, também, rezar pelos mortos em razão da nossa omissão. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Pedro Taques, pela sua belíssima fala, mais uma vez.

É com satisfação que eu passo a palavra, neste momento, ao Senador Anibal Diniz, que falará em nome, eu diria, de todos nós, já que ele foi o autor do requerimento.

O Senador Pedro Taques falou em nome dos Senadores que estiveram aqui, mas V. Exª, neste momento, como autor do requerimento que eu assinei... A minha intenção, inclusive, era de que V. Exª falasse daqui, mas por uma questão regimental, disseram que o senhor teria de falar daí.

Então, está com a palavra, para satisfação de todos nós.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Já me sinto suficientemente honrado, Senador Paim, por falar daqui, deste assento.

Eu queria muito, na presença dos juízes, dos procuradores, dos profissionais do Direito aqui presentes, fazer uma agradecimento especial ao Senador Paim, porque sei que as audiências públicas realizadas pela Comissão de Direitos Humanos são reuniões muito visibilizadas. Então, se há uma estratégia que a gente utilizou para fazer esse apelo, esse grito desses profissionais chegar aos lares mais distantes e aos meios de comunicação de maneira mais contundente, foi justamente recorrer a esse apoio do Senador Paim. De tal forma, Paim, que a gente apresenta aqui um agradecimento especial pelo seu envolvimento e pela sua adesão a essa causa que, com certeza, ganha muito mais força a partir de sua solidariedade.

Faço, aqui, rapidamente, uma menção ao princípio bíblico no sentido de que não se acende uma lamparina para colocá-la debaixo da mesa, mas, sim, procura-se

colocá-la em um ponto mais alto do ambiente para que a sua luz se propague e possa proporcionar claridade por todo o ambiente. E, desde o primeiro momento em que a gente teve uma audiência com o Presidente da Ajufe, Gabriel Wedy, a gente se sensibilizou por esse apelo todo posto, apelo que se estende também aos profissionais do Ministério Público e a outros profissionais que têm de trabalhar com a fiscalização, que têm de trabalhar com a correição do Direito e com a aplicação da lei, sejam fiscais ambientais ou outros profissionais que, às vezes, têm de enfrentar situações em que os exploradores ou os causadores da afronta à lei não gostam de ser investigados, não gostam de ser expostos, não gostam de ter seus nomes a frente das investigações e, por isso, recorrem a esse subterfúgio absolutamente abominável que é o da ameaça, da afronta e do terrorismo, mesmo psicológico, que é deixar uma pessoa, uma família, um profissional em estado de absoluta insegurança.

Segurança, como disse o nosso desembargador, representante do judiciário português, segurança dos profissionais de Direito, principalmente de juízes federais e procuradores é questão de Estado, sim. É questão de garantia do estado democrático de Direito, porque senão a gente vai ter o Estado todo fragilizado, se a gente não tiver a garantia plena de esses profissionais poderem exercer os seus papéis constitucionais. Então, o que nós, Senadores, podemos dizer, o Senador Pedro Taques, que tem sido, para nós, uma instrução permanente, porque é um profundo conhecedor da Constituição, é um constitucionalista, pela sua prática, pela sua lida de muitos anos como Procurador da República, atuante na área do Direito, ele tem nos mostrado caminhos, aqui, muito importantes. Então, esse papel nosso aqui como Senadores da República no nosso Parlamento é tentar fazer essa ausculta, fazer essa compreensão e tentar ver, na medida do possível, em que a gente pode ajudar. Dos diversos projetos que estão em tramitação aqui no Senado, ontem, um teve aprovação, que foi o de número 03, que veio da Câmara, que vai permitir a formação do juízo colegiado. É um passo, um pequeno passo, mas é algo que já faz parte dessa reivindicação, e a gente imagina que esse movimento que a gente fará vai fazer com que os outros projetos em tramitação também possam entrar em pauta, e a agente vai tentar constituir uma força-tarefa no sentido de que os projetos que a gente tiver conhecimento, que e a gente possa colocá-los em pauta o mais depressa possível para ajudar no fortalecimento dessa causa.

No mais, a gente tem de se colocar à disposição de vocês, porque o nosso papel aqui é tentar produzir esse arcabouço que dê a garantia da plena funcionalidade do estado de Direito. E, no que a gente puder ser útil, a gente quer colocar os nossos mandatos plenamente à disposição e a nossa solidariedade também no sentido de ser ter as garantias dessa segurança, a gente vai ter de criar mecanismos, não sei se uma segurança específica, criada nesse sentido, parece-me que ela se mostra inviável, mas talvez o reforço dos contingentes da Força Federal para garantir maior segurança a esse profissionais, e às demais reivindicações também.

Quanto à questão salarial, a gente vai refletir a respeito; quanto às questões relacionadas aos crimes de direitos humanos, que o juízes federais também têm reivindicado, que sejam exclusividade da Justiça Federal. E, por último, um estudo que a gente está fazendo de um projeto de emenda constitucional que preveja a ampliação da participação da Justiça Federal nos Tribunais Regionais Eleitorais, porque as questões de eleições são relacionadas ao Estado brasileiro, e a Justiça Federal tem de ter maior participação, sim, e a gente está estudando o caminho e vai apresentar uma proposta de emenda constitucional que, tenho certeza, a gente vai reunir as 27 assinaturas necessárias para esse debate acontecer no Senado Federal.

No mais, muito obrigado, e peço desculpas pelo tempo em que eu estive ausente nesse debate, porque está acontecendo nesse momento também, simultaneamente, há uma sobreposição de horários aqui, estávamos na Comissão de Relações Exteriores, onde se trava um debate ferrenho em torno da renovação do acordo Brasil/Paraguai no tocante à utilização da energia de Itaipu, e é um assunto bastante polêmico, daí por que eu ter de voltar para lá, porque está havendo verificação de quórum para votação dessa matéria também.

Muito obrigado pela atenção de todos.

Espero que a gente tenha podido fazer esse apelo ganhar eco aqui nesta reunião especial promovida pelo Senador Paim na manhã de hoje. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Senador Aníbal Diniz que, embora não membro desta Comissão, é atuante aqui, e teve a feliz ideia de apresentar o requerimento, que eu assinei juntamente com V. Exª.

Agradeço à Senadora Ana Rita, ao Senador Eduardo Amorim, ao Senador Pedro Taques, que deu uma bela contribuição – eu falo em nome dos Senadores –, e o Senador Aníbal Diniz que é o principal articulador desta reunião, e quem me apresentou o requerimento. Por fim, acertamos aqui, rapidamente, tendo em vista o horário, porque vai haver votação. Assim sendo, convido o Presidente Gabriel para fazer o encerramento em nome da Mesa.

O SR. GABRIEL DE JESUS TEDESCO WEDY – Agradeço a deferência, Senador Paim. Como já disse, o senhor é um defensor das causas justas; sempre se opôs às injustiças. Digo isso por que lhe acompanho ao longo dos seus mandatos no Rio Grande do Sul. O senhor não honra apenas o nosso Estado, mas honra a República brasileira pelo trabalho que tem feito neste Senado da República.

Agradeço também ao Senador Aníbal Diniz, um verdadeiro amigo da magistratura federal do estado de Direito, que teve muita sensibilidade nessa causa, que é importante para a sociedade brasileira; também ao Senador brilhante, do Estado do Acre, que está dando sua contribuição para combater a impunidade no nosso País, para que possamos levar uma Justiça mais rápida, barata e efetiva para a população brasileira, o senhor está de parabéns; também aos Senadores Eduardo Amorim, à Senadora Ana Rita, ao representante do sindicato de Portugal, António Latas; aos colegas presentes; ao Senador Pedro Taques, grande defensor do estado de Direito, Procurador da República, de carreira, também tem essa sensibilidade para esses assuntos afeitos às carreiras nos Estados, manifesto, em nome dos juízes federais, a minha solidariedade integral em nome dos juízes federais, a Sinait, aos auditores, que fazem um trabalho tão importante para o nosso País e, claro, que esse nosso trabalho aqui é uma questão mais especifica do juiz sem rosto, da polícia judiciária; mas esse debate, sim, na estrutura de segurança do Estado brasileiro é um debate que pode ser ampliado. Inclusive a Ajufe, em solidariedade mesmo ao Sinait, apóia o pleito dos senhores, e também vai ser uma honra em apoiar o pleito dessa tragédia que aconteceu em Unaí, que é algo inadmissível.

Agradeço a presença de todos e, sem dúvida alguma, por esta audiência, que é um marco na defesa do aperfeiçoamento da Justiça brasileiro.

Parabenizo, mais uma vez, o Senado da República com o qual os juízes federais brasileiros têm mantido uma interlocução permanente e, quero dizer, cada vez mais próxima. Isso é muito importante para a sociedade brasileira.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

Desculpem-me, quero agradecer à Polícia do Senado, esta Polícia competente do Senado que fez a segurança dos nossos juízes, ameaçados, que aqui estiveram depondo, fizeram a segurança com muita competência. Saúdo o Sr. Alex Anderson Costa Nobre em nome de toda a segurança do Senado, que faz um trabalho brilhante.

Quero também registrar o depoimento do colega, Vice-Presidente da Subseção Minas Gerais, Carlos Geraldo Teixeira, que disse que nas novas Varas de Minas Gerais não têm segurança, nas Varas do interior de Minas Gerais. Existe apenas um agente de segurança, inclusive, ao invés de se aumentar essa segurança, por determinação do Tribunal, os carros que os seguranças da Justiça usavam como transporte foram retirados dessas Subseções do interior de Minas Gerais. Ou seja, essas novas Varas da 1ª Região, essas novas Varas interiorizadas, criadas no ano passado, estão completamente sem segurança.

Agradeço, mais uma vez, ao Senador Paim pela compreensão e pela grande liderança que é V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência é que agradece por V. Sª haver falado em nome da Mesa.

Apenas para uma questão protocolar, quero lembrar a todos que segunda-feira, dia 02 de maio, às 9 horas, vamos debater aqui, a pedido da Anvisa, a cerca de medicamentos que podem trazer prejuízos à população, principalmente os inibidores de apetite.

Ainda na segunda-feira, teremos, aí no plenário, porque nossa reunião se encerra por volta das 11h30min, uma sessão especial, que esta Comissão organizou, em homenagem ao Dia do Trabalhador, 1º de maio. E, na terça-feira, dia 03 de maio, teremos, aqui, uma audiência pública para debater o Dia Internacional da Liberdade de Imprensa, às 9 horas, que contará com a presença de inúmeros jornalistas, que foram agredidos de forma violenta, daqui e de fora do País.

Com essas informações – aqui está a Senadora Ana Rita, que veio acompanhar o encerramento –, agradeço a todos. Quero dizer que a Comissão de Direitos Humanos está à disposição assim como todo o Senado, tenho certeza, não é Senador Pedro Taques e Senadora Ana Rita, está apoiando esse justo movimento dos juízes. Digo que a luta de vocês é em defesa da vida de todos. Isso foi o que eu senti aqui. O que vocês estão pleiteando é mais do que justo naturalmente: a vida dos juízes e das juízas e dos seus familiares.

Vida longa às juízas, aos juízes do nosso País e a seus familiares!

Está encerrada a audiência pública. *(Palmas.)*

ATA DA VIGÉSIMA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 02 DE MAIO DE 2011, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dois minutos do dia dois de maio de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador (Paulo Paim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação

Participativa. Assinam o livro de presença os seguintes Senadores: **Paulo Paim**. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **Pauta. Item único**. **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento nº 24, de 2011 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 24/03/11, que tem por escopo debater a proposta da ANVISA para a retirada de circulação dos medicamentos inibidores de apetite. Convidados que comparecem e fazem uso da palavra nesta ordem: Geniberto Paiva Campos, Sociedade Brasileira de Cardiologia; Dirceu Brás Aparecido Barbano, Diretor Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; Rosana Bento Radominsk, Endocrinologista, em representação ao Senhor Airton Golbert, Presidente da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia; José Ruben de Alcântara Bonfim, Coordenador Executivo da Sociedade Brasileira de Vigilância de Medicamentos – SOBRAVIME em Substituição a Senhora Teresa D. Liporace – Assessora de Projetos do Instituto de Defesa do Consumidor – IDEC. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às onze horas e um minuto, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 20ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da Ata da reunião anterior e coloco em votação. Aqueles que aprovam, queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovada.

Audiência Pública

Nos termos do Requerimento nº 24/2011, da CDH, de autoria deste Senador e de outros, foi aprovada esta audiência para debater a proposta da Anvisa para retirada de circulação dos medicamentos inibidores de apetite.

Foram convidados para esta audiência pública – alguns estão presentes, outros mandaram representantes ou avisaram que não poderiam – o senhor Jorge Ilha Guimarães, Presidente da Sociedade Brasileira de Cardiologia; Rosana Bento Radominski, endocrinologista, em representação ao Sr. Alberto Molinari, Presidente da Associação Brasileira de Endocrinologia e Metabologia; a senhora Maria Cecília Martins Brito, Diretora da Anvisa; Dirceu Brás Aparecido Barbano, já presente, Diretor Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa.

Aqueles que citei e que estão presentes podem se dirirgir à Mesa, por favor. Estão presentes o senhor Dirceu e a senhora Rosana, peço que ambos tomem lugar à Mesa. Convidamos também Luciana Shimizu Takara, Diretora-Adjunta da Anvisa; e ainda José Rubem de Alcântara Bonfim, Coordenador Executivo da Sociedade Brasileira de Vigilância e de Medicamentos – Sobravime –, em substituição à senhora Teresa Liporace, assessora do Projeto de Estudo e Defesa do Consumidor. Convidamos também Sueli Rosenfeld, professora da Escola Nacional de Saúde Pública; e Sherly Hans (?), diretora do Estudo Scout Abouting do Brasil.

Agradecemos aos convidados já aqui presentes e, antes de iniciar, permitam-me destacar a todos nossa satisfação – e, tenho certeza, de milhões de brasileiros, porque tanto senadores como deputados, independente se de oposição ou de situação, foram à tribuna durante todos os meses de atividade no Congresso esse ano, pedindo que a Presidente Dilma prorrogasse um chamado " restos a pagar", de 2007, 2008 e 2009. Na sexta-feira, marquei uma audiência pública aqui, convocando o Ministério da Fazenda, do Planejamento e Casa Civil para que, junto com os prefeitos – e tinha convidado também os presidentes de ao menos duas das associações nacionais de prefeitos – viessem aqui debater, porque entendia e entendo que contrato firmado tem que ser cumprido, principalmente nesse caso, que eram verbas e as prefeituras tinham direito a receber obras já iniciadas.

Felizmente a Presidente Dilma teve sensibilidade – o prazo vencia no dia 30 de abril – e prorrogou os prazos. Aqui especificam alguns até junho e outras situações, como, por exemplo, os "restos a pagar" inscritos na condição de não processados e não liquidados posteriormente terão validade até 31 de dezembro do ano subsequente a sua inscrição. Mas ela aqui justifica os casos.

Agradeço o atendimento feito por parte do Governo Federal de uma reivindicação em que insisti muito, inclusive acho que fui um dos primeiros senadores a ir à tribuna. Depois, com o apoio da bancada do PT, aprovei uma audiência pública para debater esse tema, onde estávamos exigindo somente isso: que não encerrasse em 30 de abril. Repito: não apenas nós, mas acho que todos os partidos, senadores e deputados, de uma forma ou de outra, se manifestaram, fazendo esse apelo à Presidenta. Então, agradecemos de forma carinhosa a nossa Presidenta Dilma, que teve a sensibilidade de ampliar o prazo para que todos tenham o direito a receber os chamados "restos a pagar".

Estamos falando aqui principalmente das prefeituras. Quase todas no Brasil estavam na expectativa criando uma situação desesperadora, tanto em relação

aos empreiteiros e empresários que...no meu Estado, por exemplo, foram comprados tratores, com emendas deste Parlamentar e a empresa que vendeu estava recolhendo os tratores porque disseram que não podiam pagar mais devido a essa situação. Com essa decisão, a questão está resolvida. Então, parabéns mais uma vez à Presidenta Dilma e toda a sua equipe de Ministros que tiveram a sensibilidade. Isso, acho, vai ser muito positivo, inclusive porque teremos agora em maio a marcha dos prefeitos aqui em Brasília, que iriam ter como eixo esse debate e, com certeza, a partir dessa notícia, vai ficar muito mais sereno o debate das propostas que os prefeitos trarão para o debate aqui em Brasília, ao Congresso Nacional e ao Executivo.

Antes mesmo de iniciar, só queria pedir à assessoria que conduza à Mesa algum dos convidados já tenha chegado ao plenário e queira usar da palavra. Por favor, se dirija à mesa. Quero também, neste momento, e não poderia deixar de fazê-lo, até pela minha história, minha vida e minhas ligações, de lembrar a todos que ontem nós tivemos o nosso 1º de maio, Dia Internacional dos Trabalhadores. Eu sou daqueles que entendem que o dia 1º do maio não é um dia de festa. O dia 1º de maio, para mim, é um dia de protesto, é um dia em os trabalhadores do campo e da cidade apresentam a sua pauta, as suas reivindicações, exigindo ampliação dos seus direitos. E, com esse objetivo, nós teremos hoje, por iniciativa também nossa, minha e de outros Senadores, uma sessão no plenário do Senado, quando vamos dar a palavra aos trabalhadores para que apresentem ao seu ponto de vista.

Por exemplo, em relação à jornada de trabalho, todo mundo sabe que as centrais e confederações aprovam e querem ver aprovada também pelo Congresso a redução de jornada de 44 para 40 horas semanais – uma emenda à Constituição de minha autoria e do Senador Inácio Arruda, ou Inácio Arruda e Paulo Paim, não importa a ordem porque apresentamos juntos quando éramos ainda Deputados. Ela se encontra pronta para votação.

A outra questão é o fator previdenciário. Eu considero um ato criminoso contra os trabalhadores, que a gente não conseguiu revogar ainda. Estamos dialogando com o Executivo, com o Ministro Garibaldi, já tivemos algumas reuniões este ano, na busca de construir uma alternativa. Aqui no Senado, eu já aprovei o fim do fator; está Câmara, mas, se for colocado em pauta, eu tenho certeza de que ele poderá ser derrubado. Lembro àqueles que têm dúvidas o fato de que o que Presidente vetou não foi o projeto aprovado pelo Senado; têm o apoio de todo movimento sindical. Ele vetou uma emenda a uma medida provisória que, segundo o Executivo, não estava no contexto daquela MP. O projeto de nossa autoria foi aprovado aqui e se encontra no plenário da Câmara para ser aprovado, como também um outro projeto que visa garantir uma política de reajuste para os aposentados e pensionistas. Se nada for feito, os aposentados e pensionistas, com o tempo, todos passarão a ganhar somente um salário mínimo, se não tiver garantida a inflação e o acompanhamento do crescimento real dado no mínimo ao salário mínimo, já que eles não têm nenhum tipo de paridade.

Então, abro esta sessão falando do dia 1º de maio, que nós faremos em seguida, ao término desta, no plenário do Senador Federal.

Já está conosco também o Dr. Geniberto Paiva Campos, membro da Sociedade Brasileira de Cardiologia, como eu havia lido antes.

Quero dizer que esta nossa audiência, que está sendo transmitida ao vivo pela TV Senado para todo o Brasil e com certeza muitos estão em cadeia acompanhando, é de suma importância, porque ela vai aqui debater – eu não sou médico, mas vou coordenar o debate e vai ser apresentado com o devido espaço para todos, a questão dos remédios que podem ou não podem ser usados para o combate à obesidade. É isso? Em resumo, num linguajar bem de peão, eu sou peão marceneiro. Embora tenha trabalhado como metalúrgico, eu era marceneiro, depois que fui para matrizaria.

E ao mesmo, eu também tive uma história muito triste, que eu resumo em 30 segundos. Um filho meu estava com 140 kg, tomou remédio, tomou remédio, mas isso não resolveu. Foi para aquela operação... Como é que chama? Cirurgia bariátrica, que chamo de cirurgia de combate à obesidade, para simplificar o linguajar – é isso mesmo –, ou de redução de estômago. E me disseram que um médico no Espírito Santo era o papa na matéria, o grande entendido. Lá fui eu, por orientação de alguns Senadores. Na maior boa intenção, fui para o Espírito Santo. Depois da operação, o médico me disse: "Você quer que ele morra aqui ou no Rio Grande do Sul?". Eu disse: "Se é para morrer, ele vai morrer no meu Estado". Aí nós o colocamos numa UTI aérea e o levamos para o Rio Grande do Sul. E, aqui, rendo minhas homenagens ao Dr. Crespo, que o operou doze vezes no Rio Grande do Sul e conseguiu recuperá-lo. É claro que ficaram algumas sequelas. Mas, cada vez em que ele entrava na sala de cirurgia, o médico avisava: "Não sei se ele vem vivo, mas vou fazer minha parte". E fez a parte dele. Conseguimos salvar o menino, que se forma em Direito, se Deus quiser, no final deste ano.

Estou citando esse exemplo como referência, porque é uma preocupação de todos a questão de obesidade. Eu mesmo estou fazendo um regime mui-

to forte. Perdi dez quilos. Não estou usando remédio, mas nada tenho contra quem usa remédio e até acho que, para muitos, essa é a solução. Cada um encontra o seu caminho. Não vou entrar no mérito da questão, porque esse não é meu papel. Mas estou caminhando durante uma hora pela manhã e durante uma hora à tarde e estou comendo como passarinho, como diz o outro. Isso tem me ajudado a emagrecer um pouco.

Vamos ao nosso debate! Na verdade, essa é uma questão que nos preocupa a todos, com certeza absoluta.

Então, vou começar da direita para a esquerda, passando a palavra, de imediato, ao Dr. Geniberto Paiva Campos. O normal é concedermos a palavra por 10 minutos, com mais 5 minutos de tolerância. Mas tenho usado a tolerância, concedendo 10 minutos com mais 5 minutos e mais 5 minutos, se necessário, e, se se insistir muito, concedo mais 5 minutos.

Tem a palavra o Dr. Geniberto.

O SR. GENIBERTO PAIVA CAMPOS – Bom dia a todos!

Sr. Presidente desta Comissão, Senador Paulo Paim, tenho conhecimento das suas lutas. A história do seu filho, realmente, é importante para orientar essas terapeutas.

Saúdo o Sr. Presidente da Anvisa, os demais membros da Mesa e os senhores componentes do debate.

Não pretendo usar um tempo muito longo para falar, porque estamos em tratativas. Nós, das entidades científicas do País, principalmente das áreas de Endocrinologia, de Metabologia e de Cardiologia, ou seja, aquelas interessadas no aspecto do uso dos anorexígenos, toda hora, ficamos surpresos, porque saem os remédios novos, que, de repente, têm efeitos colaterais que preocupam. Se colocarmos em perspectiva, primeiro, o bem-estar do paciente, vamos entender que não só a classe médica, como as autoridades legislativas e, principalmente, a Anvisa têm, por dever de ofício, alertar e orientar sobre essa questão e, eventualmente, proibir o uso de medicamentos. As proibições, embora não pareçam muito simpáticas, são necessárias, às vezes.

Sabemos que alguns remédios têm certo conteúdo mágico, o que deixa a população num nível de expectativa muito grande. Como o Senador acabou de falar, ele tira algum tempo do seu dia útil para fazer seus exercícios e adota um tipo de dieta que é fundamental. Quer dizer, há uma mudança de hábitos de vida, e essa mudança não é fácil. Principalmente, é bom alertar todo mundo que se manter ativo e se manter dentro de um novo esquema dietético não é fácil. Então, os remédios, naturalmente, surgem como solução para essas situações. Na realidade, na Medicina, vive-se disso. De repente, um remédio é proibido, como, por exemplo, um anti-inflamatório ou outro tipo de remédio. Todos se lembram de um remédio derivado da *Cannabis* que reduzia a cintura aumentada, o famigerado pneu, que as mulheres e também os homens detestam. Aquilo, realmente, é um problema gravíssimo de saúde, porque aquele pneu, na sua inocência, não envolve somente uma questão estética, mas, principalmente, uma questão muito séria de saúde. As pessoas que têm a cintura aumentada têm problemas de saúde. E esse remédio fez um sucesso muito grande, mas mostrou que tinha efeitos colaterais inaceitáveis e, assim, ele foi retirado de mercado. Não sei se os senhores se lembram do nome comercial. Eu não devia falar, mas, só para trazer à lembrança, era o Acomplia. Esse remédio, derivado da *Cannabis*, teve de ser retirado do mercado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Como é o nome do remédio?

O SR. GENIBERTO PAIVA CAMPOS – É o Acomplia, que está fora de mercado.

Tenho a impressão de que ele não tem risco mais. Eu tive a sorte, como sou médico de clínica, de consultório, de nunca ter receitado. E os remédios que são muito novos a gente sabe que isso cria problema.

Então, eu queria dizer que as entidades científicas, juntamente com a Anvisa, com a área legislativa, quer dizer, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa se preocupa com esse fato. Acho isso auspicioso, porque temos de entender que direitos humanos e a legislação inerente a eles tanto deve funcionar para proibir, como para permitir, isto é, na perspectiva dos direitos humanos. E temos um cuidado muito grande. Para nós, médicos que cuidamos da saúde dos pacientes, isso é muito importante.

Alguns remédios da área de inibidores de apetite, os anorexígenos, são extremamente polêmicos na sua ação. Eles não têm apenas aquela ação desejada de reduzir peso, de melhorar a silhueta das pessoas - e hoje sabemos que existe, dentro da sociedade, uma preocupação muito grande em ser belo, em ser elegante, em ser magro -, mas há um preço para a saúde. E sabemos que a obesidade realmente é um problema gravíssimo e que, principalmente, afeta não só as classes mais abastadas, que podem comprar alimentos de melhor qualidade, mas principalmente as pessoas que têm problemas de aquisição de alimentos, as pessoas mais desfavorecidas. E essas doenças, que antes eram apanágio do pessoal de classe média, hoje são doenças que afetam principalmente essas classes que têm problemas socioeconômicos mais intensos.

Esses remédios passam a ter uma importância muito grande. E queria dizer que nós estamos, em nome da sociedade brasileira, preocupados com isso, e desejaríamos muito ouvir o pessoal da área da Endocrinologia, porque há alguns trabalhos que, por conta da sua metodologia – e não vou entrar em detalhes aqui, pois este não é o fórum -, fazem com que aquilo que o remédio produziu no seu uso monitorizado, com grupos de pesquisa, seja objeto de muita polêmica ainda. Na realidade, houve um audiência pública em relação aos anorexígenos e, depois dela, houve uma reunião na Anvisa, de que tive a satisfação de participar, e vi o grau de abertura em que isso se coloca dento da instituição que eu diria que tem, como dever de ofício, cuidar para que os pacientes, para que as pessoas que precisam desse remédio não sofram consequências que podem ser desastrosas. E às vezes a gente sabe que há procedimentos invasivos, como esse, por exemplo, da redução do estômago, a cirurgia bariátrica, e outros que podem, na realidade, trazer consequências extremamente graves.

Então, eu abro o debate, agradecendo, mais uma vez, por estar presente, e cumprimentando o presidente da Comissão, o Senador Paulo Paim, pela iniciativa, pois trata-se de um assunto que deve, essencialmente, ser discutido. Eu acho que, sempre que um remédio causar dúvidas, temos que ter muita, muita cautela. Por exemplo, para os senhores terem uma ideia em relação aos anti-inflamatórios, toda hora - neste fim de semana foi assim -, praticamente toda semana há pacientes que, ao usar o anti-inflamatório, passam a ter pressão alta, e esse dado é importante para pessoas que já têm uma tendência.

Então, digo: é um terreno que precisa realmente ser explicitado, é preciso haver normas, é preciso haver regras. Além disso, eu diria que a contribuição que as entidades podem dar é grande, e, com muita humildade, estaríamos aqui para dizer: é preciso ter muita cautela com todos os remédios, porque eles apresentam não somente o efeito benéfico que procuramos, mas às vezes têm defeitos, têm efeitos colaterais indesejáveis.

No caso dos anorexígenos, eu acho que se abre, realmente, uma grande polêmica, é um terreno no qual nós temos que caminhar com bastante cautela. E as entidades podem dar uma ajuda extremamente significativa às autoridades de saúde, que não podem ser omissas e também não podem exagerar no seu papel; elas têm que andar dentro daquela linha. E sempre que elas colaboram com as sociedades e mantêm essa colaboração, isso faz com que demos passos muito largos.

Tenho experiência no Ministério da Saúde. Durante alguns anos, fui da Divisão Nacional de Doenças Crônicas e, depois, Secretário Nacional de Programas de Saúde, e devo dizer que a minha experiência com as entidades científicas, com as sociedades científicas foi extremamente significativa e importante. E, se hoje nós temos diabetes na agenda de saúde pública brasileira, foi graças a uma pesquisa epidemiológica feita, que até hoje gera resultados e serve como norte para dizermos que diabetes é problema de saúde pública, é um problema de todas as classes sociais e com que precisamos ter um cuidado muito grande. Não menos importante é lembrar que as pessoas diabéticas que têm tendência a obesidade – esse é o diabetes clássico tipo 2 – precisam, eventualmente, do uso desse remédio.

Eu quero agradecer. E estamos no debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento o Sr. José Ruben de Alcântara Bonfim, Coordenador Executivo da Sociedade Brasileira de Vigilância de Medicamentos, que está aqui presente em substituição à Srª Teresa Liporace, assessora de projetos do Instituto de Defesa do Consumidor. Convido V. Sª a compor a Mesa. Por favor, à minha direita.

Cumprimento o Sr. Geniberto pela sua fala, muito precisa e objetiva.

Nós vamos agora, de imediato, passar a palavra ao Dr. Dirceu Brás Aparecido Barbano, Diretor Presidente – agora definitivo – da Anvisa. No dia 28/04, a Presidenta Dilma nomeou o Dr. Dirceu como Diretor Presidente da Anvisa. Meus cumprimentos pela Presidência permanente.

O SR. DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO – V. Exª foi Relator da minha indicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com muito orgulho, fui Relator da indicação dele para a Anvisa, na Comissão de Assuntos Sociais. E não foi pelo relatório que fiz, mas pela competência dele que ganhou o voto de todos os Senadores. Por isso, vai ter direito agora a 10 minutos – 5 mais 5.

O SR. DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO – Bom dia. Eu queria cumprimentar a todas as pessoas, brasileiros e brasileiras que estão assistindo, neste momento, a esta audiência pública; o Senador Paulo Paim por propor à Comissão a realização desta audiência; a Vice-Presidente da Comissão, Senadora Ana Rita, e os meus companheiros de Mesa, Drª Rosana, da Abeso; Dr. Geniberto, da Sociedade Brasileira de Cardiologia; Dr. José Ruben, que são certamente três profissionais médicos que têm contribuído decisivamente nas discussões de medicamentos com a Anvisa, no cumprimento do seu papel como órgão do Estado brasileiro que tem deveres de proteger a saúde das pessoas.

Não poderia também de deixar de registrar a alegria de estar ao lado de V. Exª, Senador Paulo Paim, no dia seguinte ao que se comemora o Dia Internacional do Trabalhador. Todos nós conhecemos a sua história, pautada na defesa dos direitos dos trabalhadores. Tê-lo aqui e poder compartilhar este momento com V. Exª é sempre importante. E não poderia deixar de lembrar que foi V. Exª quem fez a relatoria da minha indicação, dando parecer favorável à Comissão, quando o Presidente Lula me indicou à Diretoria da Anvisa.

E, diante da Comissão e das pessoas, quero dizer o quanto me sinto honrado por ter sido nomeado pela Presidenta Dilma Rousseff para uma função importante e estratégica para o País e para a saúde dos brasileiros, que é a Presidência da Anvisa.

Eu lembraria ainda duas questões importantes: primeiro é um assunto do que o senhor participou, também. É que, na semana passada, a Presidenta Dilma sancionou a Lei nº 12401, que trata da assistência terapêutica, incorporação e tecnologias no SUS – o senhor apresentou um substitutivo, participou ativamente da discussão. E nós entendemos que a regulamentação da Lei nº 8080 em relação ao tema da incorporação e tecnologias, sob a responsabilidade do Ministério da Saúde na elaboração das diretrizes terapêuticas, e a garantia pautada na melhor ciência e na melhor evidência de tecnologias para uso no sistema de saúde brasileiro, certamente apresentará um avanço importante, orientará a sociedade e os profissionais de saúde em relação a isso.

Uma outra lembrança é que esta semana o Senado tem como prioridade a análise de projetos na área da saúde. Li no *Jornal do Senado* que está se chamando a semana da saúde no Senado. Nós temos 43 projetos de lei que tratam de assuntos relacionados à saúde e que tramitam nas Comissões e no plenário do Senado; mais diretamente no caso da Anvisa são 12 projetos que estão muitos deles na Comissão de Assuntos Sociais e também na CMA e na CDH, e a Anvisa estará aqui no Senado acompanhando.

Eu poderia dizer que esta minha primeira atividade pública, depois de ter sido nomeado Presidente da Anvisa, coincide e quase podemos tratar a audiência de hoje como uma abertura da semana da saúde. E isso me causa bastante alegria e felicidade.

Bem, eu gostaria de passar aqui algumas informações, que nós vamos acompanhar aqui na tela:

Primeiro, ressaltar que a Anvisa integra os órgãos do Ministério da Saúde, que hoje têm, por meio de vários secretários nacionais e o próprio Ministro Alexandre Padilha, chamado a atenção para a necessidade de que o Brasil, de fato, se preocupe com o problema da obesidade e seus impactos na saúde pública e individualmente, que são acometidas por essa doença. Mas, também, nós temos muita preocupação para que não se confunda a discussão sobre a eficácia e a segurança desses medicamentos, que são utilizados como inibidor de apetite, como uma medida que venha na contramão ao que possa comprometer ou ao que possa, de alguma maneira, transparecer que a Anvisa não tem a preocupação ou a percepção, enquanto autoridade de saúde pública, do grave problema que a obesidade, hoje, representa para a saúde dos brasileiros, para o sistema público de saúde, e como um grande elemento de morbidade e de mortalidade que, infelizmente, acomete muitos brasileiros.

A pesquisa que o Ministério da Saúde divulgou há poucos dias mostra que quase a metade da população brasileira sofre de sobrepeso, e uma parcela grande com a obesidade num grau grave. E isso, é claro, demanda esforços de toda a sociedade, dos profissionais de saúde, das autoridades de saúde pública, primeiro, no sentido de reconhecer os determinantes desse problema de saúde, onde se localizam os problemas que podem ser enfrentados no campo da prevenção e disponibilizar, de maneira muito objetiva, com responsabilidade as tecnologias para o tratamento, quando necessário. E, nesse contexto, é que se insere essa discussão, Senador. A obesidade é um grande problema, precisa ser tratada, e o dever da Anvisa, estabelecido em lei, é o de assegurar que os tratamentos não sejam mais perigosos que a própria doença. E a discussão aqui, no caso dos produtos para o tratamento da obesidade, que têm ação de inibição de apetite, é justamente este: nós temos algumas indicações que levam a Anvisa a analisar essa questão. Esse tipo de tratamento é realmente seguro e é realmente eficaz? E a responsabilidade de assegurar isso à sociedade é da Anvisa, que foi criada para essa finalidade. Ela não pode negligenciar, em nenhum momento, essa responsabilidade que tem de assegurar que, quando as tecnologias estão disponíveis para o tratamento, sejam, de fato, eficazes e seguras, e não representem um risco maior do que a própria doença. Nesse sentido é que essa discussão vem sendo conduzida. E, como disse o Dr. Geniberto, com a maior serenidade e tranqüilidade possível, mas sem abrir mão da responsabilidade que temos diante da sociedade.

O que estamos discutindo, então, é uma nota técnica interna da Anvisa, um parecer da Câmara Técnica de Medicamentos, que recomenda à Diretoria colegiada da Anvisa o cancelamento de registro de medicamentos inibidores do apetite fundamentalmente por problemas relacionados à segurança da utilização desses produtos. E o que é importante e é um problema antigo, Senador Presidente da Comissão e demais pessoas

que nos assistem pela televisão e aqui, no plenário, é que a Anvisa está hoje, mais uma vez, instada a se manifestar sobre um assunto que perpassa as discussões da vigilância sanitária já há quase 20 anos. Em 1993, já havia parecer e recomendação de grupos de estudos da antiga Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde de cancelamento do registro de medicamentos anorexígenos associados à benzodiazepínicos. Desde aquela época já se falava da proibição da manipulação de medicamentos controlados, incluindo inibidores de apetite, da questão de facilitar registros de anorexígenos como monodrogas, o desenvolvimento de programas de educação e prevenção do uso inadequado desses produtos. Já naquela época estabeleceu-se a decisão de se impedir a entrada de outros medicamentos anfetamínicos no mercado brasileiro.

Em 1994, a Portaria nº 87, da então Secretaria de Vigilância Sanitária, já estabeleceu a proibição da produção de medicamentos associando anorexígenos a ansiolíticos. Todos sabemos – tenho certeza de que o Dr. José Rubens, a Drª Rosana depois vão falar um pouco mais sobre isso – que a ação inibidora de apetite desses produtos é uma ação, no sistema nervoso central, que gera um estado tal de excitação que permite que a sensação da fome seja diminuída, via de regra, demandando a associação de produtos para tratar a ansiedade. E até aquele momento se produzia no mesmo comprimido o anorexígeno com produtos ansiolíticos.

Ainda em 1994, o Conselho Federal de Medicina proibiu a prescrição dessas associações em receitas associadas ou independentes. O Conselho Federal de Farmácia ainda proibiu a manipulação associada desses produtos. Na verdade, o que se observou, na década de 90, foi um aumento estrondoso no consumo desses produtos. Em 1989, o Brasil consumia nove toneladas de produtos anorexígenos e passou, depois de 92, 96, a 23 toneladas anuais.

Isso levou, de novo, a um outro esforço: em 1997, o Ministério da Saúde, mais uma vez, por meio da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária, propôs um maior controle do receituário e do aviamento desses receituários. Essa portaria do Ministério da Saúde, de 1997, foi suspensa, seis meses depois, pela Portaria nº 166, de 1997, e nós não localizamos na Anvisa nenhuma justificativa para esse cancelamento.

A situação no mundo.

Na década de 90, em Portugal, proibiram-se a prescrição e preparação de medicamentos manipulados contendo, isoladamente ou em associações, os anfetamínicos anfepramona e femproporex. Na Inglaterra, o uso de metilpropeno e mazindol foi incluído no formulário nacional deles com a informação de que não se justifica como uma alternativa para perda de peso dados os riscos envolvidos, isso já em 1991. No Chile, Espanha, Inglaterra, Estados Unidos e Itália, foram lançados alertas sobre o perigo do uso não adequado desses produtos, ainda na década de 90. A França e o Canadá instituíram medidas bastante restritivas para a prescrição desses produtos. O uso de drogas de tipo anfetamínicos para fins estéticos e perda de peso foi fortemente criticado naqueles países: em 92, no Chile; nos Estados Unidos, em 1994; na Espanha; em 1993; na Inglaterra, em 1996. E o Comitê Europeu de Medicamentos proibiu, então, a presença desses produtos naquele mercado.

Em 2000, a Anvisa, criada em 1999, novamente por conta da decisão do Comitê Europeu de tirar esses anorexígenos anfetamínicos do mercado, a Anvisa criou um grupo assessor de estudos sobre medicamentos. E nos relatórios do trabalho desse grupo é colocado que, apesar dos estudos não contemplarem o uso a longo prazo, a prática clínica tem demonstrado relação risco/benefício favorável, desde que prescritos criteriosamente.

Há necessidade de coibir abusos de prescrição e manipulação. Aí se propõe estudar a proibição de manipulação de medicamentos à base de anorexígenos. Isso nós estamos falando de quase onze anos atrás, ou seja, quando já se tratava desse problema, dentro da Anvisa, como um problema grave.

Em 2003 – e isso é espantoso, porque, apesar de todo o esforço, se pensarmos que, em 1993, foi o primeiro trabalho, e esse dado é de 2003, dez anos depois –, o Brasil, pela Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes, da ONU, foi indicado como responsável pelo consumo de 76,3% da anfepramona produzida no mundo. Ou seja, de cada 100 quilos de anfepramona produzida, o Brasil consumia 76,3 quilos. No caso do femproporex, mais ainda: de cada 100 quilos produzidos no mundo, o Brasil consumia, em 20003, 78 quilos.

A Anvisa, então, realizou, naquela época, portanto há oito anos atrás, um painel sobre medicamentos com indicação terapêutica para obesidade. Esse painel decidiu, naquela época, pela manutenção dos medicamentos anfetamínicos no mercado e ainda registrou, apesar da proposição de manutenção, a inexistência de dados científicos que justificassem a sua retirada do mercado, sendo considerados eficazes pela prática clínica. Entretanto, no nosso entendimento, a inexistência de dados científicos tinha que ser usada para o contrário: há necessidade de dados científicos que justificassem a existência dos produtos e não que pudessem justificar a sua retirada do mercado.

Mas, de qualquer maneira, naquele momento, a Anvisa decidiu colocar advertências e alertas em bulas e rotulagens e também um alerta em bula de que, até aquele momento, não havia dados científicos que comprovassem a eficácia das drogas após doze semanas de uso.

E, aí, decidiu-se, em 2003, que a obesidade é uma patologia crônica e que caberia então ao profissional médico a manutenção ou não da terapia.

O painel proibiu ainda as formulações magistrais contendo anorexígenos e tratava da identificação da existência de um processo irresponsável de prescrição, e colocou em seu relatório, contudo, um amparo legal coibindo os abusos cometidos, cabendo aos conselhos de classe a fiscalização e punição dos profissionais.

Aqui caberia também uma pergunta que a ANVISA outro dia fez e não encontramos resposta. Vamos requisitar ao Conselho Federal de Medicina e ao Conselho Federal de Farmácia que informem quantos processos foram abertos, ao longo desse tempo, por mau uso, má prescrição ou prescrição indevida desses produtos, porque essa recomendação e essa decisão que transferiu para os conselhos profissionais essa responsabilidade, ao que parece, não trouxe nenhum resultado efetivo, seja do ponto de vista da diminuição da prescrição indevida, seja do ponto de vista concreto de existência de processos abertos por decorrência desse tipo de prática na área da medicina e da farmácia.

Em 2005, mais uma vez o relatório da Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes coloca os riscos no aumento do consumo de medicamentos anorexígenos no Brasil para fins de emagrecimento. E aí começam, então, a existir os primeiros dados do controle da utilização desses produtos.

Em 2003, 85,9% das prescrições foram atendidas por medicamentos manipulados – no caso da anfepramona – e praticamente 80% – no caso do fenpreporex.

Em 2004, esse número praticamente se manteve, ou seja, o mercado desses produtos era 80% com produtos manipulados em farmácia, e apenas 20% com produtos industrializados. E o interessante é que, desde aquela época, esses produtos têm registro na Anvisa, foram registrados em uma época em que o arcabouço normativo era menos exigente em relação à apresentação de dados de eficácia clínica e segurança para uso dos produtos, e as indústrias que mantêm registros – até hoje – estão agora em uma etapa de renovação de registro onde esses dados terão que ser apresentados, não apresentam os dados que podem basear o seu uso em evidências científicas calcadas em estudos clínicos feitos de maneira abrangente e com metodologias apropriadas a isso. Naquela época, ainda se tratava da regulamentação do controle dos anorexígenos, foram estabelecidos critérios para quantidades diárias a serem prescritas, e a sibutramina, que aparecia no mercado, então é colocada como medicamento sujeito a controle especial.

Em 2006, a Anvisa fez outra consulta pública visando ampliar o controle, haja vista que os relatórios da Junta Internacional apontavam ainda o aumento no consumo – e aí se sugeriu que esses produtos fossem passados para um receituário que é bastante controlado pelo sistema de Vigilância Sanitária. A Sobravime – aqui representada pelo José Rubens –, àquela época se manifestou pelo cancelamento do registro e a retirada dos anfetamínicos do mercado, e o que aconteceu é que, na verdade, mais uma vez essa consulta pública não gerou uma decisão da Anvisa, e o que observamos nos dados do sistema nacional de gerenciamento de produtos controlados da ANVISA, em 2009, é que tivemos quase cinco milhões de prescrições desses medicamentos ao longo desse período e, ainda, que a grande parcela, principalmente dos anfetamínicos, continua sendo produzida e manipulada em farmácias de manipulação – no caso da sibutramina, é praticamente 45% deles.

Em 2010, essa realidade não se alterou muito. Houve ainda um número de quase quatro milhões e meio de prescrições, com a predominância bastante significativa de produtos manipulados em farmácias.

Não que a manipulação em farmácia por si só represente risco, mas o que é importante aqui é a migração que existe desse tipo de prescrição ao longo da década passada para o produto manipulado em farmácia.

Bom, aqui há um dado, Senador, que chama muito a atenção: entre os dez maiores prescritores de cada um desses tipos de produtos, em 2009, no caso femproporex, aparecia o médico nutrologista, que tem a responsabilidade de orientar sobre a utilização da alimentação correta e o pediatra, como sendo profissionais que mais prescrevem o produto.

Em 2010, essa situação não se alterou muito, mas, no caso da sibutramina, a gente verifica a medicina do tráfico, no caso do femproporex ainda a pediatria e, no caso do mazindol, médicos obstetras prescrevendo esse tipo de produto.

Bom, agora, nós passamos, de 2010 para cá, um novo momento de cobrança por parte da sociedade e das autoridades sanitárias mundiais, mais uma vez, uma posição à manifestação da Anvisa. Esse estudo que foi realizado na Europa, foi solicitado pela Agência Europeia de Medicamentos, agência que funciona regulando o mercado de medicamentos em todos os países da comunidade europeia, e solicitou, então, ao laboratório Abbott – laboratório que registrou a sibutra-

mina no mercado europeu e no mercado americano, portanto, o laboratório que conduziu os estudos clínicos que levaram aos dados para registro – que ele realizasse esse estudo para avaliar o risco da sibutramina quando realizados por pacientes obesos com antecedente cardiovascular.

O estudo demorou seis anos, foi multicêntrico, duplo-cego e controlado por placebo, ou seja é um tipo de estudo, pela abrangência com 10 mil pacientes e pelo tipo de desenho metodológico, que dá um resultado muito preciso em relação ao perfil de segurança desse produto naquele universo de pacientes estudados. Os pacientes eleitos eram os que tinha obesidade associada a doenças cardiovasculares...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para explicar a quem está assistindo que quando se fala "duplo-cego", o que significa?

O SR. DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO – Significa que nem o paciente que usou a sibutramina nem o paciente que usou o placebo sabia o que ele estava usando nem o profissional de saúde qual era o produto que....

O SR. JOSÉ RUBEN DE ALCÂNTARA BONFIM – Nem o prescritor sabe o que está administrando. Isso se chama "duplo-cego".

O SR. DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO – Exato.

Bom, esse estudo, então, chegou à conclusão de que apenas 30% dos pacientes tratados com sibutramina perderam pelo menos 5% do peso em três meses e o estudo, pela metodologia, nesse grupo de pacientes, demonstra um aumento de 16% no risco de eventos cardiovasculares relacionados à utilização do produto.

Com base nos resultados ainda parciais desse estudo, a agência europeia, em 21 de janeiro do ano passado, suspendeu a comercialização da sibutramina no mercado europeu. E apesar de o estudo ter sido realizado em um grupo de pacientes que não fazem parte do público-alvo indicado em bula – porque essa é uma das questões que estão sendo colocadas hoje –, o estudo foi conduzido justamente com pacientes cuja bula diz "não use neste caso". Essa é uma controvérsia importante, porque, nos contatos que tivemos com as pessoas que realizaram o estudo, surge uma questão importante: quais são os pacientes, então, para os quais esse produto seria indicado. Há pacientes com obesidade grave que não tenham comorbidades associadas, principalmente comorbidades cardíacas. Então, na percepção dos realizadores do estudo, quando idealizaram o desenho, eles entendiam que fazer esse estudo com pacientes obesos porém sãos do ponto de vista das outras patologia poderia se criar um viés importante, haja vista que via de regra o paciente que se enquadraria como paciente eleito, inclusive conforme as próprias diretrizes terapêuticas da AMB, que são pacientes com, obesidade grave, estariam excluídos naturalmente do estudo.

Vou pedir os últimos 5 minutos, Senador. Certamente, aí termino.

Dessa forma, então, já em janeiro do ano passado, a agência europeia suspendeu a comercialização da Sibutramina na Europa. Naquele momento, o FDA, a agência americana, no caso, resolveu não retirar a Sibutramina do mercado, notificou os profissionais de saúde sobre o aumento do risco de parada cardíaca e de derrame cerebral em pacientes com histórico de problema cardiovascular que usavam a Sibutramina e pediu, então, a inclusão em bula de novas contraindicações.

Em 28 de janeiro, a Anvisa tomou as mesmas medidas que o FDA havia tomado e ainda incluiu no alerta a questão dos pacientes com *Diabetes mellitus* tipo 2. Em março de 2010, mais um relatório da Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes chama a atenção para o fato de que o Brasil continuava sendo um dos maiores consumidores desse tipo de produto no mundo. E, em março, então, a Anvisa resolve ampliar o controle sobre o uso da Sibutramina e estabelece um novo tipo de receituário e uma dose diária máxima de – está faltando um "g" ali – 15 mg ao dia.

Não vou fazer como o Mantega, que, outro dia, xingou os assessores dele numa audiência no Senado, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os culpados são sempre os assessores, não é? Aqui, no Senado, isso não é diferente, viu?

O SR. DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO – Naquele momento, ainda em março do ano passado, a Anvisa... Isso é mostrado, porque toda a mídia começa a discutir. A Europa retira o produto. Discute-se o que se vai fazer no Brasil. Os endocrinologistas, naquele momento, chamaram a atenção, em várias manifestações, de membros da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e de Metabologia, condenando a Anvisa por ter ampliado o controle da Sibutramina. Chamaram a atenção para o fato de que, dessa forma, poderíamos restringir o acesso das pessoas aos produtos.

E o que complica mais, Senador? Em outubro, o estudo é concluído. E, na conclusão do estudo, a agência americana, que ainda matinha a sibutramina no mercado, recomenda a suspensão da prescrição e do consumo de sibutramina. O que acontece nos Estados Unidos? Isso é importante. Chamo a atenção para o fato de que o problema que temos nas mãos, Dr. Geniberto e Drª Rosana, não é tão simples, porque, quando o FDA recomendou a retirada do produto do

mercado, o laboratório que registrou o produto e realizou os estudos clínicos que levaram ao registro do produto retirou do mercado o produto nos Estados Unidos.

Com isso, vem uma pergunta importante: se o laboratório que detinha a marca desse produto – que, inclusive, é um produto de referência, no Brasil –, que fez os estudos clínicos e que, depois, realizou os estudos para avaliação da segurança resolve retirar o produto do mercado, como ficará a imagem das agências regulatórias que não fizerem a mesma coisa? Seremos menos rigorosos que o próprio laboratório? Essa é uma pergunta importante que precisa ser feita a toda a sociedade.

Não se trata de uma queda de braço entre Anvisa e entidades médicas. Não se trata de uma vontade da Anvisa de suprimir a possibilidade de os profissionais médicos utilizarem em seus pacientes o melhor tratamento. Trata-se de uma posição do órgão do Estado brasileiro que existe para respaldar tanto os médicos, quanto os cidadãos, para verificar, no caso dos médicos, se a tecnologia que está à sua disposição é segura e eficaz e, no caso dos pacientes, se o médico, ao prescrever, está seguro e se a tecnologia é a mais eficaz e a mais segura ou se a tecnologia é segura o suficiente para ser utilizada. Essa é a dúvida que está posta para todos nós. É essa a resposta que precisa ser dada.

Se o estudo é frágil, por que será que o laboratório que o detém o retirou do mercado? Nós temos muita clareza de que o estudo não é frágil. E, quando digo "nós", refiro-me à equipe técnica da Anvisa, à Câmara Técnica de Medicamentos da Anvisa.

O estudo é consistente quando indica que não temos um perfil da sibutramina de segurança suficiente para que a Autoridade Sanitária Brasileira assegure aos brasileiros e aos médicos que eles podem usar o produto de maneira tranquila. Por isso, a Área Técnica da Anvisa e depois a própria Câmara Técnica de Medicamentos recomendam o cancelamento do registro de produtos contendo a sibutramina e dos produtos contendo medicamentos anfetamínicos.

A Anvisa poderia ter tomado essa decisão naquele momento, Senador.

Estamos sensíveis aos argumentos das entidades médicas, que têm alertado sobre a questão de quais seriam, então, os mecanismos para o tratamento da obesidade e argumentam que, em alguns casos, para alguns grupos de pacientes, o uso desses produtos traz ganhos terapêuticos que conseguem ser mais relevantes do que a sujeição desses pacientes ao risco.

Mas nós decidimos, em dezembro, realizar uma audiência pública que teve como base um trabalho elaborado pela Área Técnica da Anvisa, que é uma equipe multiprofissional cujos componentes – médicos, farmacêuticos e outros profissionais de saúde – analisaram 170 trabalhos científicos publicados em revistas indexadas em nível mundial. A Área Técnica tem como metodologia da análise desses trabalhos os parâmetros de melhores evidências científicas disponíveis para avaliação de eficácia e segurança para inibição do apetite, princípios da Medicina baseados em evidências, e ainda, claro - porque nos cabe -, a questão das exigências regulatórias. E essa é uma questão que é de dever da Anvisa levar em consideração.

Aqui apresento alguns dados sobre o histórico de notificação de reações adversas relacionados a esses produtos. Várias delas são graves. Dependendo do produto, o percentual chega a quase 40% de notificação de reações adversas graves. Então, esse é mais um dado com o qual a Anvisa convive no momento.

Realizamos a audiência pública, em que contamos com quase 300 pessoas. Várias delas se manifestaram, justamente colocando essa preocupação do impacto da retirada desses produtos do mercado e alertando para o fato de que precisaríamos ter muito cuidado nessa decisão. Várias manifestações foram protocoladas, mais uma vez colocando que teríamos que reconhecer que a possibilidade de uso de medicamentos para tratamento da obesidade é uma possibilidade que precisa ser disponibilizada.

E o que observamos é que, até o momento, infelizmente não contamos com dados que, de maneira objetiva e concreta, evidenciem fragilidades nos estudos que foram observados e analisados pela Área Técnica da Anvisa e pela Câmara Técnica de Medicamentos, composta por profissionais externos à Anvisa.

A área técnica, depois desse período, manteve a sua gestão.

Mas nós temos uma situação atual que é incômoda para o Brasil: a sibutramina teve o registro cancelado em praticamente o mundo todo. Os dados científicos demonstram uma eficácia modesta e uma relação risco-benefício desfavorável. E nós não conseguimos identificar, até agora, em que grupos de pacientes essa equação poderia ser diferente.

Os anfetamínicos são produtos com registro há mais de trinta anos, inexistem dados suficientes que sustentem a manutenção desses produtos no mercado, o uso é sustentado basicamente na prática clínica, e nós temos um histórico de mais de vinte anos de ampliação do controle sobre a pressão, sobre a manipulação, com baixo impacto no perfil de consumo desse produtos, como nós vimos, com médicos ginecologistas, pediatras, nutrólogos prescrevendo, e ainda com uma história grande de utilização desses produtos no tratamento do sobrepeso, que muitas vezes podemos

até chamar de sobrepeso virtual, porque é muito mais ligado à uma questão estética do que a uma questão de problema de saúde.

Agora, é claro, a obesidade, o sobrepeso é um problema sério de saúde que precisa ser enfrentado e tratado.

Nós temos os pareceres mantidos da Câmara Técnica. Há, no caso, entidades médicas que pedem a manutenção, mas propõem, mais uma vez, a ampliação do controle. Há associações de farmacêuticos que propõem a mesma coisa. E as áreas técnicas, no caso da Anvisa, tanto a área de vigilância pós-comercialização, a farmacovigilância, como a área de registro de medicamentos, colocam que, em relação à sibutramina, as consequências e os resultados do estudo para efeito do uso seguro da sibutramina propõem o cancelamento do registro, indicando que os resultados dos estudos apontam para o aumento do risco, aparecimento de problemas cardiovasculares e que a relação risco/benefício é desfavorável.

No caso dos produtos derivados ou anfetamínicos, esses medicamentos não configuram a primeira escolha no tratamento da obesidade. Não existe, na literatura, dados suficientes para manutenção ou que possam dar segurança à Anvisa para assegurar aos brasileiros que são eficazes e seguros. E as recomendações de usos estão baseadas em estudos e relatos de casos não controlados e de opinião desprovida de avaliação crítica baseada em consenso e estudos fisiológicos ou modelos animais.

Senador, nós achamos importante ampliar esta discussão com o Senado. Temos marcado, no dia 9 de junho, um painel que visa justamente colocar sobre a mesa essas avaliações divergentes acerca desse estudo que tem a Câmara Técnica de assessoramento da Anvisa e as áreas técnicas, em relação a algumas entidades médicas. De um lado, essa posição retratada nesses últimos dois *slides* e, de um outro lado, um posicionamento de que há grupos de pacientes que poderiam se beneficiar, sem amplificação dos riscos do uso desses produtos para o tratamento.

Nós vamos convidar para esse painel a Agência Americana de Regulação de Medicamentos, diferentemente do que saiu na imprensa, de que a Anvisa iria convocar a agência americana. Isso foi um termo utilizado pela imprensa. Nós estamos convidando os nossos colegas, porque nós temos uma parceria muito grande. Assim como vamos convidar a agência europeia e também – já tratamos com esta pessoa – quem dirigiu esse estudo, em nível mundial, para que ele possa vir ao Brasil debater com a Anvisa e com as entidades médicas, a fim de que nós tenhamos clareza de onde estão os posicionamentos científicos que indicam essa divergência de posições. Nós vamos tomar a decisão seguramente baseada no critério da responsabilidade sanitária que a Anvisa tem, no cuidado com a saúde das pessoas, de maneira serena e tranquila, ouvindo o que os médicos brasileiros têm a dizer no confronto científico entre as suas manifestações e os dados contidos nesse estudo.

Então, essa é uma posição da Anvisa, que ainda está em discussão. Temos chamado, inclusive para apoiar a organização desse painel, as entidades, as sociedades médicas, o Instituto de Defesa do Consumidor e também a própria Escola Nacional de Saúde Pública.

Obrigado, Senador. Desculpe-me abusar da sua boa vontade com relação ao tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Dirceu Brás, Diretor Presidente da Agência de Vigilância Sanitária.

Vamos passar a palavra à Drª Rosana Bento Radominsk, endocrinologista, que representa aqui o Dr. Airton, Presidente da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia.

Com a palavra a Drª Rosana.

A SRª ROSANA BENTO RADOMINSK – Bom dia a todos. Eu gostaria de agradecer ao Senador Paim a oportunidade de poder debater este assunto, que achamos extremamente importante, e a todos que estão assistindo a esta audiência aqui ou via transmissão.

Eu gostaria de – e a todos que estão assistindo aqui e pela transmissão – me apresentar, primeiramente, porque, na realidade, os dois palestrantes que me antecederam são extremamente bem conhecidos, e hoje estou aqui representando a Sociedade Brasileira de Endocrinologia.

Bem, sou doutora em endocrinologia, sou professora de endocrinologia e nutrição da Universidade Federal do Paraná, onde dou aulas e sou pesquisadora; e Presidente do Departamento de Obesidade e Síndrome Metabólica, da Sociedade Brasileira de Endocrinologia. E há dois anos, Presidente da Abeso, aliás dois anos extremamente tumultuados que foram, desde o ano passado, com o debate da síndrome, até agora.

Então, dentro da Universidade, sou pesquisadora e professora há 25 anos e lotada no Departamento de Nutrição; também sou especialista em medicina esportiva.

Então, estou muito à vontade para falar em medicamentos, porque não sou uma prescritora contumaz. Mas nós vamos tentar discutir o assunto dessa forma.

Como já foi comentado, nós temos que considerar a obesidade como uma doença e uma doença crônica. Obeso saudável é uma exceção e não uma regra. Por quê? Porque as complicações relacionadas com a do-

ença ocorrem com o tempo, não são imediatas. E estão acontecendo cada vez mais cedo. Aproximadamente, 50% dos brasileiros hoje têm sobrepeso, e 15% com obesidade. Nós fizemos as contas com os valores, os números que saíram ontem do censo de 2010, e verificamos que temos quase 90 milhões de indivíduos com sobrepeso e quase 30 milhões com obesidade.

Isso aqui é um dado recente do Vigitel, uma avaliação de 2006 a 2010. Os senhores vejam que, praticamente, 52% dos homens têm sobrepeso, e 44% das mulheres têm sobrepeso; e praticamente 15% deles têm obesidade. E essa obesidade é extremamente importante, porque em algum momento ela vai levar a uma série de complicações – aquelas complicações que todo mundo conhece, como as lipidemias, as diabetes, a hipertensão, a aterosclerose, as coronariopatias. Mas nós temos a gota, a apneia do sono, vários tipos de câncer, os ovários policísticos, disfunção sexual, doenças osseoarticulares, complicações gestacionais, obstétricas, de fertilidade, complicações cirúrgicas, anestésicas e psicológicas. Portanto, a obesidade é doença e precisa ser tratada.

É óbvio que os pilares do tratamento da obesidade sempre são a modificação do estilo de vida. Somos totalmente a favor disto: educação alimentar, aumento da atividade física e mudança de atitude. E sabemos que não há necessidade de uma grande perda de peso para nós termos bons benefícios. Perda de 5 a 10% do peso já faz cair os triglicerídeos sanguíneos, melhora a glicemia de jejum, a insulinemia, melhoras os níveis de pressão arterial... Casa quilo que se perde, se diminui em 4 kg a pressão nos joelhos e nos quadris. Para cada quilo que se perde há diminuição de 16% do risco de desenvolver *diabetis mellitus.*

Então é uma coisa interessante, porque se isso não resolver, alguma coisa tem que ser feita. É lógico que vamos precisar de um outro tipo de abordagem, seja essa abordagem a utilização de medicamentos, seja a abordagem da cirurgia bariátrica.

O que temos certeza é de que o tratamento integrado é que vai levar ao sucesso terapêutico. Agora, é uma coisa interessante, porque quando se fala em conduta de doenças crônicas não se discute: hipertensão arterial, primeiro, se inicia com mudanças de estilo de vida, depois com medicação. O mesmo ocorre com o diabetes – hoje um pouco menos, porque a metformina quase entra como medicação *gold standard;* a mesma coisa com relação à gota.

Agora, quando se fala em obesidade é uma discussão muito grande. Quer dizer, existe a intenção de mudar o estilo de vida. Mas, e quando isso não resolve, não é o suficiente? Porque não podemos usar as medicações. E é exatamente no sentido de normatizar e conciliar as informações na área médica, que nós, através do Projeto Diretrizes, tentamos padronizar as condutas que auxiliam no tratamento da obesidade. Então, essas diretrizes têm o aval do Ministério da Saúde e da ANS. Não existe só aval da associação médica e do Conselho Federal de Medicina; existe aval do Governo também. Essas diretrizes são baseadas com graus de recomendação e força de evidência. E evidência A, que são os melhores estudos, os mais robustos; os de evidência B, C e D, que seriam evidências menores. Mas são evidências; quando nos não as temos, o tratamento não tem evidências clinicas e, portanto, não pode ser utilizado. E, quando se avaliam as diretrizes em relação ao tratamento medicamentoso para a obesidade, vemos que esse item "sem evidências científicas" não existe. Dentro dessas diretrizes, como já comentamos, o tratamento fundamenta-se em intervenções para modificações de estilo de vida: na orientação dietética, no aumento da atividade física e mudanças comportamentais.

O que se quer e o que se considera como boa resposta terapêutica é a perda de 1% de peso por mês, atingindo, pelo menos, 5% de 3 a 6 meses. E a literatura respalda que a diminuição de 5% a 10% reduz, de forma significativa, os fatores de risco para diabetes, reduz até os valores de glicemia e diminui significativamente os fatores de risco para doenças cardiovasculares.

E quando é que vamos utilizar a medicação? A medicação não é para todos. Indica-se o uso de medicação quando houve falha do tratamento farmacológico em pacientes que tenham obesidade, ou seja, índice de Massa Corporal acima de 30 ou tenham sobrepeso associado a fatores de risco, como hipertensão arterial, diabetes, hiperlipidemia, apnéia do sono, osteoartrose, gota e outros – fator de risco não é doença cardiovascular clinicamente estabelecida – ou ainda circunferência abdominal maior ou igual a 102cm nos homens e 88cm nas mulheres.

Qual é o tratamento disponível no Brasil? No Brasil, nós temos dois tipos de medicamento. O medicamento de ação central, dietilpropiona, femproporex, mazindol e sibutramina, e o único medicamento de ação intestinal, que é o orlistat, e que não é escopo de nossa discussão de hoje.

Então, vamos iniciar de trás para frente. Já foi comentado sobre a sibutramina, não é? O primeiro país a aprovar a sibutramina foi o México, seguido dos Estados Unidos e Brasil. O último grupo foi o europeu, em 2002, quando foi aprovada através da agência européia, com as condições de o laboratório apresentar estudos de segurança em longo prazo para que essa aprovação fosse mantida.

Este *slide* está ruim, mas mostra que a eficácia naquela época e um pouco depois em relação à sibutramina não foi discutida. A eficácia, vejam aqui, a menor foi de 3 quilos. Aqui, a média de eficácia nos trabalhos mostram uma redução de peso em relação ao placebo extremamente interessante. A própria nota técnica elaborada pela Anvisa mostra isso. Eles dizem: há estudos na literatura que corroboram a eficácia da utilização da sibutramina para o tratamento da obesidade em longo prazo. Eles analisaram onze estudos, mas hoje existem mais de 100 na literatura. E foi exatamente o estudo *scout* que levantou todo o problema, como já foi discutido. O que não foi discutido é o fato de que esse estudo *scout* foi deito em uma população específica, em pacientes com idade acima de 55 anos, então, com a media de 66 aos e com sobrepeso ou obesidade – mais de 10 mil pacientes – e com doença cardiovascular clinicamente estabelecida (não era só fator de risco, infarto, AVC, Doença Arterial Periférica) diabetes e mais um fator de risco ou também diabetes com doença cardovascular. Qual foi o erro desse estudo que foi importante, além de uma população que não deveria ter sido utilizada?

A manutenção da medicação em pacientes que não perderam peso com o remédio, coisa que absolutamente na clínica não se faz. E o que se observou é que houve um aumento de 1,4% dos eventos cardiovasculares não fatais em relação ao grupo que usou placebo. Então, eventos cardiovasculares não fatais ocorreram em 1,4% a mais no grupo que usou sibutramina do que no grupo que não usou sibutramina. E, no grupo que tinha diabetes, mesmo com aquela idade e com aquele IMC, os eventos cardiovasculares foram os mesmos, tanto no grupo que usou sibutramina como no grupo que usou placebo. E, em todos aqueles pacientes que perderam peso, houve redução da pressão arterial, ou seja, houve redução do fator de risco.

Mesmo assim, com esses resultados, as agências europeias recomendaram a suspensão da utilização da medicação com as justificativas que já foram mostradas. Primeiro, eles reconhecem que a maioria dos pacientes com estudo SCOUT não usaria habitualmente a medicação já que ela era contraindicada. Eles admitem isso, mas extrapolam. Entretanto, o Comitê considerou que o aumento do risco também pode ser aplicado em pacientes aos quais a sibutramina poderia ser prescrita, porque pacientes obesos ou com sobrepeso provavelmente têm maior risco de doença cardiovascular se eles permanecerem por muito tempo com obesidade ou sobrepeso, se eles permanecerem muito tempo com fatores de risco. Fator de risco não é doença cardiovascular clinicamente estabelecida, como nós mostramos aqui.

E, finalmente, avaliando todos os estudos no tratamento da obesidade, a Comissão notou que a redução de peso adquirida com o uso da sibutramina foi muito modesta, em torno de 2 a 4 quilos a mais que o placebo. O Comitê observou que não está claro se esse efeito na perda de peso pode ser mantido quando o tratamento é interrompido. Ora, se vocês interromperem o tratamento para hipertensão arterial, a pressão vai subir; se retirar o medicamento para diabetes, a glicemia vai subir; se houver a retirada da medicação, o efeito não vai se manter se o paciente não adquirir bons hábitos de vida.

Então, aqui, apenas reforçando que a perda de peso é maior que a conclusão que eles tiveram. E nós temos toda aquela cascata de acontecimentos que já foi tão bem relatada pelo Dr. Dirceu Barbano.

Então, em nossa opinião, a sibutramina é eficaz no tratamento da obesidade e do sobrepeso com evidência "A" e também dos componentes da síndrome metabólica com evidência "A" – extremamente robustas. Ela é segura e bem tolerada, desprovida de potencial de abuso e dependência desde que respeitadas as contraindicações. E, a nosso ver, não há evidências da sua contraindicação em pacientes com diabetes sem quadro clínico de doenças cardiovasculares estabelecida.

Muito bem; e com relação aos outros medicamentos mais antigos?

Eu vou tomar a liberdade de utilizar uma cópia do que foi comentado pelo Dr. Dirceu Barbano sobre um relatório publicado, se não me engano, sexta-feira, em relação à conclusão das últimas discussões sobre os medicamentos. É dito, nesse relatório, que não existe, nem nos processos de registro, nem na literatura com grau de recomendação, força de evidência científica suficiente para a aprovação e não existem argumentos em relação às normas regulatórias vigentes.

Na época dos registros desses medicamentos, estudos em locais próprios não eram exigidos. Esses estudos no Brasil só passaram a ser exigidos para medicamentos novos a partir de 2003. Portanto, a eficácia desses medicamentos não pode ser analisada sob a luz dos critérios novos de aprovação. Concordo com o Dr. Dirceu que há a necessidade de apresentação de dados novos, mas para isso há necessidade de tempo enquanto se realizam novos estudos.

E todos os trabalhos, mesmo os apresentados na Nota Técnica, mostram eficácia e segurança dos medicamentos.

Então, novamente, pelo que já foi demonstrado pelo Dr. Dirceu, as recomendações desses medicamentos, segundo as diretrizes clínicas, estão baseadas em estudos de relatos de caso ou de estudos fisiológicos

ou modelos animais, todos considerados de menor grau de evidência. Evidência *d*. Não é real. Vejam a anfepramona: evidência *a*, em relação à eficácia da medicação. Em relação ao femproporex, o que dizem as diretrizes: evidência *b*. Vejam o que dizem em relação ao mazindol: evidências *b* e *a*. E ainda controvérsias um pouco maiores, *b* e *c*, porque os trabalhos eram pequenos e antigos, quando não se dava muito importância aos fatores de risco.

Também tem evidência *d*, mas, nesse caso, favorável ao medicamento. Vejam aqui que existem as contraindicações – não vale a pena ficarmos lendo – em relação à sibutramina, mas vejam que é contraindicada em pacientes com distúrbios psiquiátricos e antecedentes de adição, podendo, nesses casos, levar à dependência química. Evidência *d*, ou seja, os casos de evidência de relatos de dependência química foram baseados em evidência *d*. Foram relatos de dependência, não existem estudos de longo caso ou robustos que comprovem a dependência química desses medicamentos, e assim ocorre com todos os outros efeitos adversos em relação a esses medicamentos. Evidência *d*, favorável ao medicamento.

Temos também estudos que comprovam a falta de evidência clínica para determinados medicamentos. Vamos olhar – apenas para ilustrar – um dado da nota técnica em que se diz que há um evento adverso da sibutramina. Diz essa nota técnica, na página 72:

Esses autores descrevem efeitos cardiovasculares da sibutramina e diversos outros, tais como efeitos psiquiátricos e hepatotoxicidade.

Quando vai se ler o artigo, que é intitulado Efeitos Adversos Associados à Sibutramina: um guia prático para o seu uso seguro, o que diz nesse trabalho, na página 382: a sibutramina não é associada à hepatotoxicidade nos estudos clínicos, ou seja, não há evidência clínica de que a sibutramina cause hepatotoxicidade, então depende muito do entendimento.

Em relação aos eventos adversos, como já foi comentado, os medicamentos estão no mercado há mais de trinta anos, portanto, os eventos são até poucos em relação ao tempo de uso. Não há medicamento sem efeitos adversos. Podemos ver a aspirina, com vários efeitos; a metformina, com vários efeitos adversos; a cortisona, com alterações psiquiátricas, obesidade, *diabetis mellitus*... E quem vai tirar a cortisona do mercado? Ela é extremamente útil para situações agudas, para choque, para alterações de pacientes em UTI, e mesmo em situações crônicas, como artrite reumatóide, onde já temos medicamentos melhores, mas, em agudizações, precisamos utilizar essa medicação. Que falar então dos antidepressivos, onde os efeitos adversos são *n*, inclusive suicídio, e ninguém retira esses medicamentos.

Essa preocupação não é só nossa. Isso é uma publicação recente, de 2011, do grupo internacional da ONU que relata os efeitos adversos, onde o Brasil também faz parte. Há uma preocupação do acesso adequado das medicações, narcóticos que são controlados internacionalmente. Nesse trabalho, eles estudam fundamentalmente os analgésicos, opióides, antiepilépticos, estimulantes do sistema nervoso central, entre eles os anorexígenos e os benzodiazepínicos. O que mostram? Nos Estados Unidos, existe a dietilpropiona e a fentermina, medicamento exatamente igual a dietilpropiona, e o que mostram nesses estudos? Que 75% países e territórios relatam o uso regular de medicamentos de ação central: fentermina, femproporex, anfepramona e mazindol. E fazem um elogio ao Brasil: mostram que o Brasil entra em terceiro lugar. Os Estados Unidos são os maiores consumidores desses medicamentos, principalmente da fentermina.

O Brasil entra aqui. Apesar desse aumento, eles fazem um elogio e nós temos que reconhecer que, nesse ponto, a Anvisa teve seu papel extremamente importante no setor regulatório. Vocês vejam que em relação ao femproporex houve uma redução importante em 2009, a mesma coisa em relação à anfepramona. Nós devemos isso ao controle, sem dúvida nenhuma.

Agora, esse próprio *border* reconhece que as substâncias controladas são indispensáveis para os propósitos médicos e científicos. A falta de disponibilidade desses medicamentos pode privar os pacientes em seus direitos fundamentais e da oportunidade de tratar a sua enfermidade. E dizem mais, que cabe aos governos estimular o treinamento e o monitoramento dos profissionais, regular, monitorar e combater o uso inadequado das informações – não retirar – e encorajar o desenvolvimento e uso de novos agentes eficazes e mais seguros para substituir aqueles com perfil de segurança e eficácia mais limitados, Substituir! Na hora em que nós tivermos esses medicamentos, nós podemos substituir o que nós temos.

E volto a mostrar um *slide* que já foi mostrado aqui também pelo Dr. Dirceu – lamento ser uma cópia do documento –, mostrando, então, que ainda existe o consumo. Mas vejam o perfil como modificou de 2009 em relação a 2010, com uma diminuição da sibutramina em 2010 em relação a 2009, com aumento das outras medicações, exatamente pela discussão toda em relação à dúvida da segurança do uso corriqueiro da sibutramina. Isso fez uma migração novamente para os medicamentos que nós consideramos de segunda linha, mas que podem ser utilizados.

Ao nosso ver, a sibutramina e o orlistat são medicamentos de primeira linha no tratamento crônico do sobrepeso. Quando houver contraindicação para o uso ou ausência dos mesmos, os medicamentos catecolaminérgicos podem, sim, ser utilizados para o tratamento do sobrepeso e da obesidade.

E outra vez eu vou me utilizar do mesmo *slide* que já foi mostrado pelo Dr. Dirceu. Que bom que a endocrinologia é uma das especialidades que mais prescrevem medicamentos para obesidade, porque 50% dos pacientes dos nossos consultórios e nos nossos atendimentos dentro do hospital são pacientes obesos. Ora, 50% da população têm sobrepeso ou obesidade. O que as outras especialidades estão fazendo aqui isso tem que ser discutido sim, com as entidades médicas e com o próprio Governo para que seja coibido.

Então, recomenda-se e a Sociedade de Endocrinologia e Associação Médica Brasileira recomendam fortemente que o tratamento farmacológico contra a obesidade e sobrepeso, em qualquer faixa etária, deva ser feito por médicos com experiência no manejo da doença e com conhecimento de mecanismos e efeitos adversos desses medicamentos. E para o sucesso desse tratamento, independente do medicamento escolhido, é obrigatória a manutenção de medidas não farmacológicas. Isso é extremamente claro.

Então, a obesidade é uma doença crônica com prevalência crescente e consequências desastrosas. Não é razoável se extrapolar resultados obtidos em uma população de cardiopatas para pacientes sem doença cardiovascular manifesta. Não é razoável se retirar medicações há mais de 30 anos no mercado que se mostram eficazes. Em lugar de retirar do mercado, é preciso fiscalizar a prescrição incorreta, abusiva e antiética. A retirada desse mercado estimulará o mercado negro de medicamentos, a prescrição fora de indicação de bula, cirurgias bariátricas desnecessárias.

Muitos pacientes que estão conseguindo manter o peso vão voltar a engordar e, na hipótese de novo medicamento, chegará ao mercado a preço proibitivo para a maioria dos pacientes. A endocrinologia brasileira está apreensiva com as graves concorrências da retirada desses medicamentos para os pacientes que os vêm utilizando com sucesso.

Então, esse é um *slide* antigo, de fevereiro, quando nós discordávamos da forma unilateral e arbitrária como foram conduzidas as discussões prévias do tema, uma vez que a comunidade científica mais diretamente relacionada com o tratamento na teoria e na prática foi excluída.

Nós reconhecemos, hoje, que o panorama mudou, desde o fevereiro quando começamos a participar mais ativamente da discussões.

As reuniões estão sendo agendadas. E esperamos, sinceramente, que as decisões futuras deixem de ser unilaterais.

Obrigada.

Aqui, estão o projeto, os componentes das diretrizes, de que fui coordenadora, e todas as sociedades participantes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradeço à Drª Rosana, pela sua exposição.

Como estamos correndo contra o tempo, passo, de imediato, a palavra ao Dr. José Ruben de Alcântara Bonfim, Coordenador Executivo da Sociedade Brasileira de Vigilância de Medicamentos (Sobravime).

O SR. JOSÉ RUBEN DE ALCÂNTARA BONFIM – Muito obrigado, Senador Paulo Paim, pela oportunidade, por ter convidado o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), que me fez, então, o convite para que eu o representasse.

Aqui, muitos sabem que sou o Coordenador Executivo da Sociedade Brasileira de Vigilância de Medicamentos, que é uma entidade parceira do Idec, desde a fundação de ambos, coincidentemente no mesmo ano, o de 1991. Desde então, temos nos preocupado com essa questão. Na época, não existia a Sibutramina, que entrou no mercado em 1997, como foi mostrado pelo Dr. Dirceu e pela Drª Rosana, mas, já naquela época, em 1991, setores expressivos da saúde pública apresentaram argumentos, que, até hoje, não foram contestados, que, ao contrário, têm sido progressivamente reforçados.

Sinto-me apreensivo. Espero que, com a opinião de especialistas das agências de regulação dos Estados Unidos e da Europa – agora, fui informado pelo Diretor-Presidente da Anvisa que isso acontecerá em junho –, pelo menos, não sejamos o último país a retirar do mercado fármacos que tenham certa parecença. Como já foi aqui estipulado, vamos dividir em dois grupos, os anorexígenos anfetamínicos e a Sibutramina, embora os especialistas saibam que existe uma interrelação entre eles.

Evidentemente, aqui, os assistentes não são todos versados nos fundamentos da Farmacologia Clínica. Por isso, resolvi apresentar esse acróstico, que tem todo o sentido em inglês, cuja tradução é fiel em português, mas que significa "passos". Quando se examina um fármaco, a preocupação, primeiro, deve ser relativa à segurança; em segundo lugar, à sua tolerabilidade; em terceiro lugar, à efetividade, que inclui a eficácia e aspectos de segurança; em quarto lugar, ao preço; e, em quinto lugar, à simplicidade de uso. Então, qualquer fármaco só pode existir se houver a melhor relação benefício/risco, considerados todos esses aspectos sempre.

E os anorexígenos anfetamínicos e a sibutramina estão com um impedimento já julgado por todas as agência de regulação dos países desenvolvidos do mundo que têm um sistema de regulação eficiente. Já não há dúvida.

Com relação aos anfetamínicos, tudo começou há mais de trinta anos nos países nórdicos, Senador Paim. Progressivamente, nos anos 80, vários países europeus começaram a retirar do mercado, e as agências reguladoras cancelaram o registro de produtos e sustâncias. Nos anos 90, isso se alastrou pela Europa.

Menciono agora dados que já foram apresentados pelo Dr. Dirceu. Este foi um estudo feito pela Sobravime (Sociedade Brasileira de Vigilância de Medicamentos) há mais de quatro anos, cuja íntegra está nesse boletim distribuído aos senhores, segundo o qual, já no começo dos anos 2000, o Brasil era o maior produtor, o maior consumidor e o maior importador dessas substâncias no mundo. Quer dizer, não tínhamos uma satisfação completa com a nossa produção. Além de ser o maior consumidor, éramos também o maior importador, segundo estes dados sobre a produção.

Estes dados são sobre a exportação, e os senhores podem examiná-los depois; estes, sobre a importação.

Estes são dados de 2006 sobre o comércio brasileiro de substâncias anorexígenas especificadas, ou seja, estas três substâncias anfetamínicas e a sibutramina, que estamos tratando. São dados relativos a 2006, às vésperas da entrega do estudo para consulta pública. Houve ampliação notável nos anos subsequentes.

Hoje, temos 24 produtos à base de sibutramina, com provável comércio de todos eles; destes, 13 são genéricos. Há mais um produto, o Silhouette, da Eurofarma, com registro vencido. A fonte é a própria Anvisa.

Em um *site* de consulta a remédios, encontram-se discriminados produtos que têm 10 mg e 15 mg de sibutramina, num total, Senador Paim, de 63 produtos farmacêuticos! Entre esses, 33 são similares, 26 são genéricos, e 4 são referência, ou seja, os produtos da Abbott, de acordo com as suas concentrações. Ademais, há aviamento, em grande quantidade, de receitas magistrais contendo sibutramina, cujos dados já foram minudentemente apresentados pelo Dr. Dirceu Barbano.

Em relação aos anfetamínicos, o uso dessas substâncias se faz preponderantemente por formulações magistrais, como já vimos, em quantidades elevadíssimas, magnitude já avaliada pelo Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados. Há registro também de produtos acabados, prescritos em quantidade reduzida – vocês viram - em relação ao uso fórmulas de produtos magistrais, de anfepramona (dietilpropiona)... De qualquer forma, há 12 medicamentos, dos quais 5 similares, 6 genéricos e 1 referência. Femproporex, que não tem produto de referência.

É curioso, Senador Paim, que essa substância jamais tenha sido registrada em nenhum país desenvolvido. Não é fantástico? Como é que esses produtos e formulações magistrais dessa substância medraram, de uma forma escandalosa, no Brasil? Esses produtos, como essa substância, foram apresentados nos países desenvolvidos, e nenhum deles registrou, porque isso é anfetamina pura. Toma-se um femproporex, e 30% do femproporex absorvido é anfetamina, transforma-se em anfetamina. É por isso que a ONU, anos e anos a fio, interpelou o Governo brasileiro pelo seu descaso, problema que começou a ser corrigido – o Dr. Barbano já informou – muito recentemente. Nós fomos infratores da legislação internacional anos a fio.

Eu gostaria de chamar a atenção de vocês e dos espectadores para o fato de que existe uma revista conceituadíssima há 31 anos. O original dela é francês: *la revue Prescrire.* Há mais ou menos 20 anos, ela passou a ter uma tradução – é uma revista de cultura, cultura médica e farmacológica. Toda ela é traduzida, o seu conteúdo terapêutico farmacológico é vertido para o inglês. E há um trabalho maravilhoso, de 2002/2003, no original francês, traduzido, chamado "A saga dos inibidores de apetite – anfetamínicos". Ora, esse estudo, a Anvisa conhece porque nós o encaminhamos há muito tempo; não foi recentemente, isso já é uma história antiga. Os efeitos neuropsiquiátricos e cardiovasculares são de tal monta que levaram, no final dos anos 90, à proibição, à retirada do mercado dessas substâncias. Nós precisamos entender que, apesar dos esforços, nós ainda não temos um sistema de farmacovigilância eficiente, porque ele é baseado na notificação espontânea. Por mais denodado que seja o esforço da Anvisa, o nosso sistema tende a ser falho, porque ele depende da consciência do médico em notificar. E nós sabemos que essa consciência não existe. É preciso um trabalho educativo extraordinário do governo e das sociedades médicas e científicas para que isso acontece. Há 175 faculdades de Medicina no País, Senador Paim, quando, na realidade, talvez metade delas não tem um currículo adequado para formar um profissional minimamente adequado. Nós vivemos uma tragédia em matéria de formação dos médicos neste País. De qualquer forma, esse estudo mostra os problemas existentes com os anfetamínicos desde os primeiros comunicados *the first reports dated back to 1960*. Quer dizer,na Europa, isso é conhecido há muito tempo.

As conclusões desse estudo foram que, em 2000, a agência de medicina francesa, lentamente, reagiu à razão benefício/risco negativa, que alguns chamam de

desfavorável, mas é negativa mesmo, Senador Paim, dos inibidores do apetite de natureza anfetamínica. Mas, finalmente, tomou as providências que conduziram a retirada do mercado de todos os inibidores anfetamínicos, em 1999.

Quer dizer, estamos há 11 anos em atraso, Senador Paim. Será que vamos ficar mais algumas semanas, mais alguns meses?

Bom, eis aí a consideração seguinte: já nessa época, porque já na introdução, a sibutramina tinha entrado no mercado há menos de cinco anos. E l*a revue Prescrire* já dizia: dependente de provas em contrário, a sibutramina deve ser acompanhada, considerada como um anfetamínico, porque tem uma estrutura química similar, o mesmo mecanismo de ação, os mesmos efeitos cardiovasculares e neuropsicológicos adversos, notadamente a frequência cardíaca e a pressão sanguínea aumentadas; nenhum caso de hipertensão pulmonar ou dano valvar cardíaco foi atribuído à sibutramina. Mas a vigilância ativa permanece decisiva.

Bem, em 2000, os poucos países como Espanha, Áustria, Alemanha – a Inglaterra não tinha mais, também os países nórdicos –, enfim uma parte da Europa que ainda usava anfetamínicos, anorexismos de ação central, nomeadamente anfepramona, clobenzorex, dexfenfluramina, fenilbutirato, fenproporex, mazindol, enfim. Então a União Europeia retirou do mercado em 2000. Ou seja, faz 11 anos que não existe nenhum país europeu que utilize. E não me consta, não tenho notícia de nenhum endocrinologista europeu que tenha protestado pela retirada desses produtos do mercado. Não conheço. Aliás, eu gostaria que a Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabolismo me apresentasse esses protestos dos endocrinologistas europeus, bem como dos australianos, canadenses, que vou mostrar agora também.

Aí está isso detalhado, o Parecer da União Europeia, que aqui estou apresentando em espanhol; mas ele está – e, na época, não tinham 24 países ainda, eram 16. Mas hoje tem 24 países.

Bom, isso aí em 2006, praticamente dez anos depois da entrada da sibutramina no mercado, o British National Formulary, que é o maior formulário terapêutico do mundo, que inspira, inclusive, o formulário terapêutico da OMS, também o nosso formulário terapêutico. Aliás, quero registrar que, com muita honra, faço parte da comissão que elabora o formulário terapêutico, a Comari, do Ministério da Saúde. Já naquela época, em 2006, a sibutramina não tinha aprovação para uso maior do que um ano. Muita gente acha que os fármacos do tratamento da obesidade... Quem tem sobrepeso não deve tomar. Em nenhum lugar do mundo, nenhum médico consciente prescreve remédio para obesidade em situação em que os pacientes têm sobrepeso. Só no Brasil isso acontece. Acredito que, em alguns países da América do Sul, também. Aliás, aqui também se prescreve para quem nem sequer tem sobrepeso, pessoas que têm peso normal. Vivemos uma situação realmente escandalosa.

Próximo.

Então, as restrições de uso para a sibutramina já existiam em meados dos anos 90 porque o estudo SCOUT tinha começado. Os cientistas, os farmacologistas clínicos não podiam tomar uma decisão a respeito de um estudo que não estava disponível, mas já alertavam. E a Sobravime e mais treze instituições do País alertaram a Anvisa em relação a isso. Aqui está o guia, as diretrizes. O National Institute for Health and Clinical Excellent orienta em relação às diretrizes terapêuticas. É muito curioso. Sinceramente, não posso dar crédito às diretrizes terapêuticas da AMB – conheço-as naturalmente – porque há muitos e muitos anos, as diretrizes terapêuticas do NICE, consideradas no mundo inteiro, já fazem restrições severas ao uso de anfetamínicos e já faziam naquela época restrições muito importantes ao uso da sibutramina. No entanto, não encontro isso. Existiria uma ciência farmacológica brasileira diferente da ciência farmacológica mundial? Não creio que exista. É preciso, Senador Paim, que isso seja explicado. Não tem base científica isso.

Próximo.

Isso são considerações adicionais que vocês vão examinar depois.

Próximo.

Aqui está a retirada do mercado da sibutramina, primeiramente na Europa, o que já foi apresentado aqui.

Próximo.

Continuação da retirada da sibutramina da Europa. A minha fonte é a mesma.

Próximo.

A minha fonte é o WHO Pharmaceutical Newsletteres, que é um boletim informativo da OMS

Próximo.

Aqui está a mesma coisa na Austrália. O mesmo comunicado científico relacionado à Austrália.

Próximo.

Aqui está o Canadá; aqui estão os Estados Unidos. Bom, aqui, só para lembrar para vocês, mal o rimonabanto tinha sido aprovado na Anvisa, foi retirado do mercado no mundo inteiro. Foi notificado. A EMEA, agência central de regulação da Europa, notificou a empresa, e isso foi retirado do mundo inteiro.

Não chegou sequer a ser usado no Brasil, embora já tivesse aprovação. A empresa estava fazendo a sua mercadologia.

Próximo.

Senador Paim, gostaria de chamar a atenção da Comissão em relação a um sério problema que vejo: por que é que nós temos essa aguerrida disposição de usar anfetamínicos e sibutramina? Simplesmente porque nós temos as indústrias produtoras da matéria prima no Brasil. Nós não dependemos de ninguém; não precisamos importar nada, absolutamente nada. Está aí a relação, com o endereço das empresas.

Próximo.

Isso já foi referido: a posição da Sobravime e de outras instituições brasileiras, de centenas de especialistas, em março de 2007.

Próximo.

Bom; eu queria, por fim, chamar a atenção... Estou citando aqui um grande pesquisador americano, George Bray, em um trabalho de sua autoria intitulado *Medications for Weight Reduction*, de 2008.

"A obesidade é, frequentemente, descrita com o uma epidemia. Neste contexto, é indispensável desenvolver meios para prevenir que mais pessoas tornem-se obesas. Quando a prevenção falha, o tratamento pode ser necessário. Muitas diferentes estratégias são usadas para tratar a obesidade, incluindo dietas, exercícios, terapia de comportamento, tratamento farmacológico e cirurgia. Critérios para fazer a seleção entre esses tratamentos envolvem avaliação de riscos para o indivíduo obeso e a ponderação do risco em relação a possíveis problemas no tratamento. Uma vez que todos os tratamentos farmacológicos têm mais riscos que a dieta e o exercício, a decisão de usá-los deve ser feito para as pessoas quando o benefício justifica o risco".

Este autor, Senador Paim, é talvez o tratadista mais importante da terapêutica da obesidade no mundo. Ele tem um livro, inclusive padrão, que naturalmente todo especialista conhece. Eu conheço por curiosidade, uma vez que sou sanitarista, não endocrinologista.

Próximo.

Esses aqui já são outros dois eminentes pesquisadores americanos da revista *Future Medicinal Chemistry*, uma excelente revista, que tem disponibilidade gratuita, que acabou de publicar esse artigo em março deste ano. "A sedução de uma pílula, farmacêutica ou nutracêutica, que permita que alguém tenha perda de peso sem requerer mudanças de comportamento na mesa de refeições ou na ginástica é irresistível". Existe um mercado germinante para pílulas de emagrecimento, tanto de prescrição quanto de venda livre. Desafortunadamente, até o momento, o sonho de uma pílula para emagrecer tem falhado em grande parte em realizá-lo em razão de eficácia, segurança, ou ambas, não concretizadas. O cenário farmacêutico de história recente está repleto de cadáveres de tratamentos farmacológicos contra a obesidade que falharam: fenfluramina, dexfenfluramina, femtermina, rimonabanto e sibutramina. Há mais de uma década, os anorexígenos – isso é um acréscimo meu – anfepramona ou dietilpropiona, femproporex e mazindol não são usados nos países desenvolvidos com sistema de regulação eficiente ou até mesmo nunca registrados.

E, despedindo-me de vocês, agradecendo a oportunidade de apresentar argumentos compartilhados pelo IDEC e pela Sobravime, gostaria de dizer que o Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e Senado Federal, não pode deixar de levar em conta que o deus Hermes, do comércio, jamais pode sobrepujar o deus Esculápio, da Medicina – jamais!

Porque o princípio basilar da prática médica, da prática de saúde é: *primum non nocere,* antes de tudo não causar dano. É essa a missão de todos os que realmente querem o benefício das pessoas. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Se eu explicar a vocês que nós tínhamos um compromisso com o plenário que às 11h teremos uma sessão no plenário. Então, estamos no tempo previsto.

Eu estava combinando aqui na mesa de nós fazermos ...é um assunto de suma importância, todas as informações que recebi de todos os convidados são muito ricas e, naturalmente, a Comissão de Direitos Humanos se preocupa porque nós estamos discutindo aqui com profundidade medicamentos que envolve a saúde das pessoas. Estou sendo direto para não fazer juízo de valor, porque estou dirigindo os trabalhos. E naturalmente a vida das pessoas.

Então, estou já marcando, neste momento, para o dia 31 deste mês, uma terça-feira, uma outra audiência pública, com a Subcomissão de Saúde do Senado, a Subcomissão de Trabalho e Previdência, que eu coordeno, e a Comissão de Direitos Humanos. Às 9h da manhã, teremos três comissões para discutir esse tema.

E por que não teremos um debate mais aprofundado no dia de hoje? Porque os Senadores, grande parte daqueles com quem eu tinha conversado, estão já no plenário porque sabem que vai haver uma sessão às 11h. E nós faríamos, então, se todos concordarem, uma sessão de debate com a presença de Senadores e convidados no próximo dia 31 deste mês de maio na Comissão correspondente,

Se todos concordam, está encerrada a audiência pública.

Muito obrigado a todos.

ATA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 03 DE MAIO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA Nº 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e sete minutos do dia três de maio de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador (Paulo Paim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os seguintes Senadores: **Ana Rita, Paulo Paim, Wellington Dias, Vicentinho Alves, Pedro Simon, João Alberto Souza, Paulo Davim, Eunício Oliveira, Wilson Santiago, Eduardo Amorim, Mozarildo Cavalcanti, Marinor Brito.** Presentes os não membros da CDH, Senadores Eduardo Suplicy e Marcelo Crivella. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte pauta**: Item único** – **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento nº 46, de 2011-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 07/04/11, que tem por escopo debater a "violência contra os jornalistas em prol da liberdade de imprensa". Fazem uso da palavra: **José Ramos Filho –** Secretário de Imprensa da Presidência da República, Em representação a senhora **Helena Chagas –** Ministra da Secretaria da Comunicação Social da Presidência da República; **Corban Costa** – Jornalista da Empresa Brasileira de Comunicação – DF; **Victor Antonio Soares Filho –** Repórter Fotográfico; **Luis Roberto Antonik** – Diretor Geral da ABERT – Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, **Lincoln Macário –** Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF; **Susana Blass –** Presidente do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro; **Fábio Marçal** – Presidente do Comitê de Imprensa de Senado Federal; **José Augusto de Oliveira Camargo –** Presidente do Sindicato dos Jornalistas de SP; **Sionei Leão –** Coordenador da Comissão dos Jornalistas pela Integração Racial- COJIRA e **Celso Schroder –** Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas. Por sugestão do Presidente da Comissão, Senador Paulo Paim, deverá ser remetido ofício ao Governo do Distrito Federal e ao Ministério da Justiça encaminhado as notas taquigráficas dessa reunião, para conhecimento, também deverá ser enviado cópia, em vídeo e áudio, para a Secretaria de Comunicação e Presidência do Senado Federal. A presidência franqueou a palavra à Assessora Jurídica da MTV – Senhora Higes Manara que prestou informação sobre a veiculação de um vídeo intitulado "Casa dos Autistas", a qual pediu desculpas pelo equivoco do vídeo, informando, ainda, que será construída outras produções em vídeo para reverter o erro sobre o Autistas. **EXTRAPAUTA**. **Item 01**. **Requerimento nº 59, de 2011-CDH**, que aditou o requerimento nº 25, de 2011-CDH, aprovado em 24 de março de corrente ano, para substituir os seguintes nomes: Álvaro Manzano, Procurador da República no Tocantins por João Gabriel Morais de Queiroz, Procurador-chefe do Ministério Público Federal no Estado do Tocantins;- Senhora Hebe Teixeira Romano, Coordenadora de Reintegração Social do Departamento Peninteciário Nacional-DEPEN por Augusto Rossini, Coordenador de Reintegração Social do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN. Fazem uso da palavra os seguintes Senhores Senadores: Paulo Paim, Vicentinho Alves, Eduardo Suplicy, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Marinor Brito, Pedro Simon, Eduardo Amorim e Paulo Davim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas e cinqüenta minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.– Senador **Paulo Paim,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 21ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e coloco-a em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam sentados. (*Pausa*.)

Aprovada.

Audiência pública. Nos termos do Requerimento nº 46, de 2011, da CDH, de autoria deste Senador e de outros, a audiência pública de hoje tem o objetivo de "*discutirmos a violência contra os jornalistas em prol da liberdade de imprensa*".

É bom lembrar que esta audiência pública foi solicitada pelos próprios jornalistas em uma conversa que tivemos aqui nesta Comissão, mediante os últimos fatos que aconteceram, como o da Líbia e outros aqui no Brasil, onde um jornalista foi agredido por um advogado. Então, em contato que fizeram comigo o Sindicato dos Jornalistas e a Federação dos Jornalistas e entidades ligadas à imprensa, nós entendemos, mediante acordo, que deveríamos realizar esta reunião, esta audiência pública.

Foram convidados José Ramos Filho, Secretário de Imprensa da Presidência da República, em representação da Srª Helena Chagas, Ministra da Secretaria de Comunicação da Presidência da República; Lincoln Macário, Presidente do Sindicato dos Jornalistas

de Brasília; Celso Schöder, Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas; Susana Blass, Presidente do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro; José Augusto de Oliveira Camargo, Presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo; Marjorie Moura, Presidente do Sindicato dos Jornalistas da Bahia; Sionei Leão, Coordenador da Comissão dos Jornalistas Pela Integração Racial; Victor Antônio Soares Filho, repórter fotográfico; Corban Costa, jornalista da Empresa Brasileira de Comunicação.

Se há alguém que está presente e que não foi citado, é só lembrar, que colocaremos o nome na lista.

Enquanto os convidados e aqueles que pediram esta audiência pública estão vindo para este espaço, recebi uma série de materiais falando um pouco da liberdade de imprensa. Todos são muito bons, não há preferência por nenhum veículo. Mas achei muito interessante este que li agora pela manhã, "O fim da mordaça, um sopro de liberdade", que foi publicado hoje, no jornal *Zero Hora*. Eu poderia citar outros que estão no *Correio do Povo* ou nos jornais de Brasília, em *O Estado de S. Paulo,* na *Folha de S.Paulo.* Todos falam da importância do dia 3 de maio, que é o Dia da Liberdade de Imprensa. Então, eu vou, na abertura, sem nenhum bairrismo, ler esta matéria chamada "Fim da mordaça, um sopro de liberdade".

Um sopro de liberdade

Neste 3 de maio, Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, há motivos para comemorar: a revolução nos países árabes representou um duro golpe para a censura e as restrições ao direitos de expressão e informação. Mas o planeta ainda convive com dezenas de casos de prisão e assassinato de jornalistas.

No dia 14 de janeiro, uma rebelião popular iniciada no mês anterior forçou o ditador da Tunísia, Zine El Abidine Ben Ali, a renunciar e fugir do país, após mais de 23 anos de poder. Em fevereiro, foi a vez de o ditador do Egito, Hosni Mubarak, cair – e a chamada primavera árabe se estendeu pelo norte da África e pelo Oriente Médio, sacudindo regimes autoritários e ditaduras de nações como Líbia, Iêmen e Bahrein. Hoje, no Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, é possível comemorar um resultado importante das revoluções árabes: o irreversível ganho em liberdade de expressão – tanto para os cidadãos quanto para a mídia. Novos veículos de comunicação estão surgindo e muitos outros devem estar por vir. Os relatos que vêm da região comprovam, como tem ocorrido repetidas vezes ao redor do mundo, que a censura e o controle da informação servem ao interesse de poucos privilegiados, permitindo que os direitos humanos sejam ignorados e levando à impunidade e à corrupção.

Mas a livre expressão e o direito de se exercer o jornalismo são desrespeitados também em outros continentes: em 2010, 66 jornalistas foram mortos em todo o mundo – 20 dessas mortes foram registradas nas Américas. Outra forma de silenciar os repórteres é a prisão: no ano passado, 145 jornalistas foram presos, 43 somente no Oriente Médio e no norte da África. Em muitos países, censura é rotina. O maior acesso à informação e o envolvimento das pessoas em decisões que afetam suas vidas são considerados passos essenciais para resolver os males que as afligem, incluindo o desemprego e a desigualdade. Além disso, a imprensa livre e responsável promove a transparência, fomenta o debate público e ajuda a assegurar que os governos deem atenção às preocupações e aspirações de seus cidadãos.

Todos no mundo árabe, inclusive os líderes atuais, reconhecem que uma mudança é necessária, urgente e não pode tardar. As reformas registradas até agora no Egito e na Tunísia são frágeis, mas promissoras – e, o mais importante, deram esperança a milhões de pessoas. A coragem dos jovens se manifestando na região em favor de seus direitos [direitos humanos e outros] conquistou admiradores por todo o mundo. No entanto, essa juventude ficou chocada, por exemplo, com a detenção de um blogueiro egípcio por suas críticas aos militares, depois da queda de Mubarak. Eles estão, com razão, transtornados com notícias de prisões, desaparecimento e tortura de ativistas desde que o governo de transição, liderado por uma junta militar, foi formado. E eles veem sites que publicaram notícias sobre esses incidentes sendo bloqueados – e leis caducas sendo empregadas para silenciar os críticos [ou seja, a imprensa]. Milhões de pessoas ao redor do mundo vivem em países onde o fluxo de informações é fortemente controlado, a censura faz parte da rotina e a liberdade de expressão é desencorajada ou reprimida. Isso tudo pode ser visto no Oriente Médio e no norte da África. Uma pesquisa recente indica que três em cada quatro pessoas nessas regiões vivem em áreas onde não há liberdade de imprensa alguma – e apenas uma em cada 20 tem acesso a uma imprensa totalmente livre. De acordo com o mais recente relatório sobre liberdade de imprensa feito pela ONG Repórteres Sem Fronteiras, somente o Líbano figura entre os 80 melhores países. Irã, Síria e Iêmen estão entre os 10 piores colocados.

Enfim, aqui apresenta depois um mapa onde está a realidade da agressão aos jornalistas. Diz aqui: confira no mapa o número de jornalistas presos e mortos em 2010, por países. E dá aqui o destaque: foram 145 jornalistas presos no ano passado, quase metade na China e no Irã, 34 presos em cada um dos

países. Foram 66 jornalistas mortos no ano passado. Os destaques negativos ainda estão com o México e o Paquistão, com dez mortos cada um.

Há outro destaque, que vou passar para os meus convidados:

Esse ano o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, realizado pela primeira vez nos Estados Unidos, teve início no domingo à tarde, para uma multidão em pé numa sala do Newseum, o museu de notícias de Washington. Os oradores que abriram a conferência homenagearam os jornalistas que morreram e enfatizaram o fato das novas mídias terem aberto os canais de informação, ao mesmo tempo em que provocaram limitações mais restritas na liberdade de expressão.

"Nesse mundo de mudanças rápidas, caminhos para a liberdade de imprensa, antes impensáveis, podem, de repente, aparecer"(...)

O Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, estabelecido pela Organização das Nações Unidas em 1993, celebra os princípios fundamentais da liberdade de imprensa, avalia a liberdade de imprensa pelo mundo, defende a imprensa independente e honra os jornalistas mortos.(...)

A Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) organiza as comemorações pelo Dia Mundial da Liberdade de Imprensa para celebrar os princípios fundamentais da liberdade de imprensa; defender a imprensa dos ataques à sua independência e pagar tributo aos jornalistas que perderam suas vidas no cumprimento do dever.

Enfim, este é o objetivo desta nossa audiência pública: fazer uma homenagem aos jornalistas presos, mortos, agredidos, processados, e, ao mesmo tempo, festejar a importância da democracia e, principalmente, a liberdade de imprensa.

Convido, a partir desta pequena introdução, o Sr. José Ramos Filho, Secretário de Imprensa da Presidência da República, em representação à Srª Helena Chagas, Ministra da Secretaria de Comunicação da Presidência da República.

Muito obrigado, Dr. José Ramos, por ter vindo aqui a esta reunião de homenagem, na verdade, a toda a imprensa brasileira e mundial.

Convidamos também o Sr. Victor Antônio Soares Filho, repórter fotográfico. Ele foi um dos que me procuraram, junto com o Sindicato dos Jornalistas, porque foi recentemente agredido por um advogado. E a agressão só parou no momento em que os policiais intervieram.

Convido também o Sr. Corban Costa, jornalista da Empresa Brasileira de Comunicação.

Esta será a nossa primeira Mesa. Depois faremos a outra.

Convidamos ainda para a Mesa o Sr. Luiz Roberto Antonik, Diretor-Geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert).

Então, com esses quatro convidados na Mesa, iniciamos os nossos trabalhos, garantindo que, se necessário for, faremos outra mesa. Creio que o Sindicato dos Jornalistas, que foi um dos que propuseram esta audiência pública, já está chegando.

Eu pediria à assessoria que recebesse o cartão dos que estão aqui no plenário, para que eu possa fazer o devido registro da entidade que representam.

Com a gentileza do Sr. José Ramos Filho, que é o Secretário de Imprensa da Presidência da República, em representação á Srª Helena Chagas, acho que é um bom encaminhamento ele mesmo abrir esta nossa atividade, porque aquele que abre tem uma vantagem: vai ser o que encerra. No final, V. Sª terá de novo a palavra para encerrar os nossos trabalhos.

De imediato, já temos conosco todos presentes, bem como os que estão mo plenário. Registro aqui o meu sempre colega e amigo, permita que eu diga assim, porque é gaúcho e acompanha a minha vida desde que eu tinha vinte e poucos anos, e hoje estou com 61 – veja que história, hein, comecei como sindicalista! –, o Edgar Lisboa, repórter, jornalista, que tem um trabalho belíssimo, tanto em Brasília quanto em nosso Estado. E também o Sr. Ricardo Pedreira, da Associação Nacional dos Jornais (ANJ).

Depois temos que conversar sobre a audiência de segunda-feira, Senador Vicentinho, que será sobre a questão dos presídios, outro problemão que está explodindo aí.

Passamos então a palavra ao Sr. José Ramos Filho, Secretário de Imprensa da Presidência da República, que tem dez minutos, com mais cinco e ainda mais cinco, se necessário. E mais cinco, se necessário.

O SR. JOSÉ RAMOS FILHO – Serei breve.

Bom dia a todos. Quero agradecer ao Senador o convite para comparecermos a esta cerimônia. Na verdade, não é uma cerimônia, é mais um festejo do que outra coisa, felizmente – para o Brasil, pelo menos.

Eu trago a saudação da Ministra Helena, que infelizmente não pôde comparecer porque já tinha um compromisso com um evento também relativo ao Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, que a Secom está organizando com a Unesco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Somente para situar os que usarão a palavra, quero dizer que o Senado Vicentinho, membro atuante desta Comissão, já está aqui conosco, conforme o convite feito.

O Senador Suplicy também confirmou ontem que viria, porque acha importante este Dia da Liberdade de Imprensa, e já está presente também.

O SR. JOSÉ RAMOS FILHO – Então, trago essa saudação da Ministra Helena e o agradecimento da Secom pelo convite para participarmos desta sessão.

Esta é uma sessão, como iniciei, para comemoração. Acho que, para o Brasil, este é um dia de comemorar – comemorar e manter a atenção. Nós temos a comemorar o fato de vivermos a liberdade de imprensa plena, que foi reconquistada ao longo de décadas de luta e com a qual todos os setores da sociedade brasileira estão comprometidos.

A Presidenta Dilma Rousseff fez questão de reafirmar o seu compromisso no pronunciamento que fez no dia 1º de janeiro, neste Congresso. Ela falou: "Reafirmo o meu compromisso inegociável com a garantia plena das liberdades individuais, da liberdade de culto e de religião, da liberdade de imprensa e de opinião." Esta é a diretriz que tem sido adotada, e acredito que os demais Poderes da República estão comprometidos com essa diretriz, com essa conquista da sociedade brasileira.

Ao mesmo tempo em que temos o que comemorar, temos também o dever de estar atentos, porque desvios individuais acontecem. Então, casos isolados acontecem e eles têm que ter um acompanhamento muito atento de todas as instituições dos três Poderes, das três instâncias da Federação. Muitas vezes, desvios que aparentemente são considerados de pequena importância podem ser a ponta de um iceberg.

Quando temos casos de violência contra a liberdade de imprensa, contra a ação de um jornalista, geralmente, há dois tipos de situação. Há uma questão incidental: numa determinada circunstância, o destempero de alguma pessoa leva-a a ter uma atitude descontrolada e gera uma agressão. É algo que tem ali um efeito muito grave e profundo para as pessoas envolvidas, mas que não tem um dano maior para a sociedade. Por outro lado, nós temos também situações em que há a violência planejada, e não uma violência incidental. Então, é uma ameaça à ação da liberdade de imprensa, com o objetivo de acobertar estruturas criminosas abrangentes. Então, diferentemente do primeiro caso, numa situação dessa, o que se procura com a violência é manter um *status quo* de desvio de conduta, às vezes criminosa, às vezes institucional, com estruturas criminosas dentro de instituições. E se não forem combatidas com rigor, permite-se um dano profundo e prolongado contra os interesses da sociedade. Como nunca sabemos de antemão o que está envolvido em determinadas situações, devemos considerar sempre a possibilidade mais grave, até que se investigue, para saber exatamente o que está ali por trás.

O jornalista, quando é submetido a uma situação de constrangimento, mesmo assim está cumprindo em parte a sua função. Porque a função dele é gerar informação que leve luz à sociedade. Ele funciona como um radar da sociedade. Mesmo quando é impedido de exercer essa função mediante uma ameaça, pelo simples fato de atrair para si a ameaça ele acabou funcionando também como um radar, apontando que alguma irregularidade está havendo ali.

Então, o complemento desse papel dele tem que ser feito pelas demais instituições.

Por isso, temos que estar comemorando, mas sempre atentos a qualquer desvio que possa ocorrer em termos de ameaça à liberdade de imprensa e de expressão.

Acho que esta é a avaliação que poderíamos fazer para dar início aqui às discussões. (*Palmas*.)

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Gostaria apenas de comunicar à Mesa que teremos uma segunda mesa. Já está presente também o Lincoln Macário, que é o Presidente do Sindicato dos Jornalistas. Ele entrará também na segunda mesa, junto com os outros convidados.

Aqui os Senadores usam a palavra a qualquer momento.

Senador Vicentinho, com a palavra.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Cumprimentando V. Exª e o Senador Suplicy, estendo os cumprimentos aos demais ilustres visitantes, a todos que participam desta reunião da comissão.

Presidente, eu consultaria V. Exª, com a compreensão dos convidados, porque, por dois minutos, se possível, eu gostaria de apresentar um requerimento extrapauta a respeito da nossa audiência sobre o sistema carcerário, para alterar dois convidados. É possível encaminhar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Já está garantido. Eu já tinha acertado com a assessoria que, terminando o debate com a imprensa, eu colocarei em votação o seu requerimento. E ele será aprovado, com certeza absoluta. Fique tranquilo.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – É a substituição do Procurador Álvaro Manzano pelo Procurador João Gabriel, que hoje exerce na Procuradoria a atividade com relação ao sistema carcerário. E também da Srª Hebe Teixeira pelo Sr. Augusto Rossini.

Obrigado, Presidente.

Sejam todos bem-vindos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está garantido, meu amigo.

Passamos, de imediato, a palavra ao Sr. Corban Costa, jornalista da Empresa Brasileira de Comunicação.

Eu estou apenas esperando – permita que eu diga antes –, porque pedi à assessoria que pegasse o nome de todos os jornalistas que estão no plenário. Como é uma sessão de homenagem à liberdade de imprensa, quero citar todos. Quando eu digo todos, quero dizer todos, os dois companheiros lá, mais à minha esquerda, também.

Por favor, Dr. Corban.

O SR. CORBAN COSTA – Bom dia a todos – Sr. Presidente, Srs. Senadores, integrantes desta Comissão, colegas jornalistas.

O Roberto convidou-me, a Comissão convidou-me para vir aqui falar sobre a importância da Lei de Imprensa, a liberdade de imprensa. Como o José Ramos bem frisou, nós vivemos no Brasil essa liberdade. Em mais de 20 anos de profissão, eu nunca sofri esse problema aqui dentro do Brasil. Como ele falou, temos problemas pontuais, acontece um caso aqui, outro ali, principalmente de violência. Mas, em geral, realmente, no Brasil temos essa liberdade, coisa que não consegui obter numa viagem que fiz recentemente, em fevereiro, para fazer a cobertura das manifestações do povo egípcio contra a ditadura. Foi uma coisa que nunca tinha visto, nunca tinha presenciado. Realmente fiquei surpreso, cheguei a temer pela minha vida mais de uma vez, inclusive. Fiquei muito assustado pelo que estava encontrando lá, apesar de, antes de sair do Brasil, ter me cercado das informações que precisava para realizar o meu trabalho no Egito, na cobertura daquelas manifestações.

Eu cheguei ao Egito pouco depois que eles organizaram a presença de mais de um milhão de pessoas na Praça Tahir. Era o meu objetivo chegar a essa praça e ficar trabalhando lá pelo menos uns 15 dias. Quando me disseram para ir para lá, eu perguntei: quanto tempo vou ficar? Disseram: o tempo necessário, em torno de 15 dias. Então, eu fui preparado para isso. Mas não consegui realizar o meu trabalho. Aí fica o meu lado profissional até frustrante, porque não consegui realizar o meu trabalho, fui cerceado completamente, passei por situações, como o José Ramos falou, constrangedoras, de risco de morte. Desci do avião e já na alfândega do aeroporto do Cairo tivemos o nosso equipamento preso. Eu fui detido, o equipamento foi levado para uma sala. Eu e o meu colega, o repórter cinematográfico Gilvam Rocha. Logo na entrada do aeroporto, a alfândega confiscou o nosso equipamento, que ainda está lá, inclusive. Está sendo providenciado o retorno desse equipamento, que é caro, para que possamos continuar usufruindo dele.

Isso foi logo no desembarque. Então, não dava assim para ainda visualizar o que viria pela frente. E, logo no saguão do aeroporto, eu encontrei um taxista que se ofereceu para me levar ao hotel. Perguntei se era seguro, ele disse que era, eu aceitei. Fomos. Eu e o Gilvan. Perguntei ao Gilvan, que aceitou; entramos no táxi e saímos.

Não andamos mais do que 20 minutos nesse táxi. É como se tivéssemos saído do aeroporto JK, em Brasília, e chegássemos à ponta da Asa Sul. Nesse trajeto pequeno, tivemos de identificar-nos cinco vezes. Cinco barreiras, cinco *blitze*. Tivemos de parar e apresentar o passaporte. E o passaporte já ficava no painel do carro, inclusive, na mão do taxista, que mostrava a identificação dele, a minha e a do Gilvan.

Em uma dessas barreiras, fomos interceptados. E, um pouco antes disso, entre uma e outra barreira, o motorista do táxi falou. Foi aí que realmente fiquei preocupado, porque ele falou que não era para que nos identificássemos como jornalistas. Aí perguntei por quê. "Para a sua segurança e para a minha também", ele respondeu.

Tudo bem, paramos na barreira, e os policiais, que estavam à paisana, não se identificaram como policiais e disseram que eu tinha... perguntaram o que eu estava fazendo no Egito. Falei que era turista, que trabalhava para o governo brasileiro, mas que estava lá a serviço do governo, como turista. Eles não acreditaram, porque – é uma especulação, não temos certeza –, no passaporte do Gilvan, havia carimbos de viagens que ele havia feito com o Presidente Lula, nas coberturas das viagens que o Presidente fez ao longo dos oito anos de governo.

Ele esteve, realmente, em países árabes. Então, algum carimbo daqueles escritos em árabe, com certeza, dizia que nós éramos ou que ele era jornalista e que estava fazendo trabalhos de cobertura. Eles não acreditaram, e foi aí que começou, na verdade, o nosso terror.

Mandaram que descêssemos do táxi, que retirássemos nossa bagagem. Era uma rua escura, com pouca iluminação, de frente para um muro. Eles pediram que ficássemos de frente para esse muro e vendaram nossos olhos. Nessa hora, foi a primeira vez em que achei que ia perder a vida.

Pensei: estou aqui, num lugar como este, não dá para entender o que estão falando, falam em árabe, não conheço o árabe. Vendaram nossos olhos, todos armados à nossa volta.

Vendaram os meus olhos. O meu e o do Gilvan. O Gilvan, na hora, entrou em pânico, ainda tentou ar-

rancar a venda, mas a forçaram, apertaram-na mais ainda – isso ele me contou depois.

Nesse momento, rezei. Falei: aqui acabou. A vida passa pela sua cabeça. Pensei: que pena que vai ser aqui, longe de casa. Se tiver de ser, que seja.

Graças a Deus, felizmente isso não aconteceu. Eles começaram a conduzir-nos para uma caminhada a pé. Atravessamos uma rua, descemos um meio-fio, subimos um meio-fio, e comecei a andar numa areia. Lá tem muita areia. Nessa areia foi a segunda vez em que achei que ia perder a vida. Falei: bem, eles nos afastaram da avenida, longe de tudo e de todos, e aqui, agora, vai ser.

Tremi de novo, rezei de novo e torci para que isso não acontecesse. Caminhamos, ainda, por alguns momentos, nessa areia, pisando fundo nela, e eu não tinha mais contato com o Gilvan, não sabia se ele estava do meu lado, se estava indo comigo, se não estava; enfim, perdi completamente. Em algum momento, perguntei, chamei por ele, que não me respondeu. Foi quando pensei que realmente isso fosse acontecer pela segunda vez.

Chegamos à delegacia, aí começaram a conversar comigo. E eu dizia que não estava entendendo. Mandaram-me tirar a venda. Foi aí que tiraram a venda dos meus olhos e vi que estava numa delegacia. À frente, um balcão, minhas coisas em cima dele, minha bagagem toda, e um policial me perguntando qual era o meu trabalho. Eu ainda tentei falar que não era, mas ele foi incisivo, e falei: sou jornalista.

Ele aceitou, nesse momento pegou nossos telefones, já estava tudo com ele. Mas ele mostrou: estou pegando telefone, dinheiro, passaporte, bagagem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Já sabiam que vocês eram brasileiros, no caso?

O SR. CORBAN COSTA – Já sabiam que éramos brasileiros.

O motorista do táxi, quando a gente parava nas barreiras – aliás, acho que esta é uma coisa importante e a que a gente pouco se liga: o brasileiro lá fora é muito benquisto. Então, nas barreiras, alguns falavam de futebol, queriam apertar a nossa mão, só por sermos brasileiros. Fui preso por ser jornalista e acho que, ao mesmo tempo, não sofri nenhuma agressão ou algo do tipo, por ser brasileiro. Então, a agressão que sofri foi psicológica. Foram esses os momentos que passei.

No final de tudo, fiquei preso por 18 horas, nessa delegacia, numa sala fechada, sem janela, sem água e com um biscoitinho que eles nos deram, na hora em que nos prenderam.

Eu só sei do tempo, porque fiquei com o meu relógio. E fiquei controlando o relógio, não dormi; passei a noite inteira acordado, na expectativa de algo acontecer. Prestei depoimento. O policial entrava na sala armado, botava a arma em cima da mesa. Foi a terceira vez em que achei... Quando ele entrou, pela primeira vez, na sala, com a arma na mão, falei: bem, vou morrer agora, de novo, aqui. Eu não sabia... Pelo seguinte: acho que, no passado, no Brasil, como o José Ramos falou, recuperamos a democracia, e, desde então, eu, como jornalista... Comecei a trabalhar como jornalista depois disso e nunca tive esse problema, em lugar nenhum a que fui. Já fiz cobertura de manifestações, aqui, na Praça dos Três Poderes, na época em que o General Newton Cruz cercou o Congresso, enfim, já tinha participado, mas nunca tinha passado por situação semelhante, nunca tinha sido detido, ficado preso durante tanto tempo.

Isso tudo era novo para mim, então não sabia como lidar. Quando esse policial entrou com a arma, fiz assim, e ele disse: "Não, não, pode ficar tranquilo". Botou a arma na mesa. Ele queria apenas um depoimento meu, para saber o que eu tinha ido fazer lá, por que eu estava lá. Abriu minha bagagem e perguntou sobre cada objeto que eu tinha, sobre a máquina... Não pegaram nada, a não ser o telefone. E queria saber disso. Deixaram-me lá e, no outro dia, soltaram-me.

Foi aí que realmente vi o perigo que tinha sido aquilo, porque, no mesmo dia em que fui preso, não fui o único, foram 76 jornalistas presos naquele mesmo dia, inclusive, do Zero Hora. O Luiz Antônio, fotógrafo, jornalista, chegou um pouco antes, foi para a Praça Tahrir e foi agredido na praça. Não pôde trabalhar. Quebraram o equipamento dele, etc. Tomaram o dinheiro dele... Só quando ele mostrou o passaporte e viram, então, que ele era brasileiro, pararam de bater nele. Então, é mais uma demonstração de que o brasileiro, realmente, lá fora é benquisto.

Então, o que quero dizer é que encontrei lá uma equipe francesa de televisão, do canal 24 da França. Esse é um repórter que faz a cobertura daquela região e que é baseado em Israel. Ele estava lá, com mais três profissionais colegas dele.

Quando saímos da delegacia, fomos numa van, com a cabeça baixa, e o policial, fortemente armado, dizia-nos para não levantarmos a cabeça e não abrirmos os olhos. E começamos a andar nessa van, e os franceses estavam dentro dessa van.

Só fui conhecê-lo no avião, de volta, porque não acabou aí: fiquei no aeroporto mais 15 horas, esperando o voo, para voltar; entrava policial no aeroporto, enfim, toda aquela pressão psicológica, da qual, depois de tudo, a gente fica realmente com medo, preocupado. Cada vez em que entrava um grupo de policiais no aeroporto, eu achava que estavam indo lá, para nos pegarem de volta ou outra pessoa, enfim. Não dormi-

mos. Eu não consegui dormir durante quase dois dias ou mais do que dois dias. E esses franceses entraram no avião, junto comigo, sem nada. Eles perderam tudo: passaporte, bagagem, dinheiro, equipamento. Saíram de lá com a roupa do corpo, com o olho roxo, com cicatriz na cabeça, com curativo na cabeça. E eles sofreram agressões piores do que as nossas. Ficaram presos pelo mesmo tempo que nós, na mesma delegacia, na mesma van.

Na van... Deixaram-nos na cidade do Cairo, e eles continuaram na van. E os soltaram próximo de uma barreira daquelas, mas sem documento. A polícia pegou essa equipe francesa de novo, mandou-a para delegacia de novo. Eles ficaram mais cinco horas na delegacia, para se explicarem de novo.

Então, dá para ver como a falta de liberdade de ir e vir, que é o básico, além falta da liberdade de imprensa de reportar, de falar, de mostrar o que estava acontecendo no Egito, era total.

Eu nunca tinha passado por isso. Foi, realmente, uma experiência muito forte. Espero que nunca tenha de passar por isso de novo. A nossa profissão é apaixonante, trabalhamos juntos eu, o Zé, o Vítor; já passamos... tivemos de trabalhar horas a fio. A profissão é estressante, mas é muito gratificante: é ser, como o Zé falou, a antena da sociedade e retransmitir, mostrar para ela o que está acontecendo.

Foi uma experiência que, no final das contas, acho válida como vida, para saber o que é a liberdade, para sentir o que é a liberdade, o que é perder a liberdade como pessoa. Quer dizer, a minha liberdade de ir e vir foi cerceada, de enxergar até. Então, foi uma experiência válida, por esse lado, e ruim, porque aconteceu daquela forma.

E, no final das contas, não conseguiram segurar, porque a imprensa mundial mostrou o que estava acontecendo – não só nós aqui, no Brasil, como também nos Estados Unidos, na Europa, na Ásia. Todo mundo pressionou, e isso resultou na queda do ditator. No final das contas, a análise é essa. A informação que saiu de lá, sobre o que estava acontecendo, pressionou mais ainda, para que Hosni Mubarak saísse do Governo.

Então, há esse outro lado. O outro lado é que nós, jornalistas, passamos por essa situação, como o José Ramos falou, realmente constrangedora, de perigo, mas que, no final das contas, vale a pena. Vale a pena, porque a informação é um bem a que o povo de todos os países tem direito. E o Brasil, com certeza, está garantindo isso.

Agradeço o convite, a participação no sentido de poder contar essa história. Já falei várias vezes para colegas que tenho de escrever isso, botar no papel. Já tentei, já comecei e espero que um dia esteja lá na livraria, para que todo mundo possa saber o que aconteceu e não deixar que isso venha... Como o Zé falou, é ficarmos vigilantes, para que isso nunca mais venha, ou melhor, algum dia venha a acontecer no Brasil.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência complementa o jornalista Corban Costa, que faz aqui um relato que estamos acostumados a ver em filmes.

Acho que você também só vê em filme, e chega o dia em que acontece conosco: prisão, espancamento. Inclusive, a situação dos franceses e desse gaúcho também, Luiz Antônio, que foi agredido, que perdeu sua máquina fotográfica. Os franceses perderam tudo, como você falou.

Enfim, esta audiência, com esses relatos, fica muito rica, porque às vezes ficamos vivendo no mundo do faz de conta. Um faz de conta que não existe, até acontecer conosco.

E o seu relato brilhante acho que você tem de botar num livro mesmo. Se pudermos contribuir para esse debate...

Parabéns.

Passamos a palavra, já com a presença do Senador Wellington Dias também, ao nosso companheiro Victor Antônio Soares Filho, repórter fotográfico. Quero lembrar aqui que a denúncia que o Victor me trouxe, junto com o seu sindicato de jornalistas, que é o...

O SR. VICTOR ANTÔNIO SOARES FILHO – O Lincoln Macário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Lincoln. Acontece que um advogado...

O SR. VICTOR ANTÔNIO SOARES FILHO – Não, foram duas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Duas pessoas.

O SR. VICTOR ANTÔNIO SOARES FILHO – Eu estava numa ação da Polícia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vou deixar a palavra com você, que relata os fatos como achar mais adequado.

Com a palavra, o nosso Victor Antônio Soares Filho, repórter fotográfico.

O SR. VICTOR ANTÔNIO SOARES FILHO – Bom-dia a todos; bom-dia aos Senadores; bom-dia ao pessoal de jornalismo; bom-dia ao José Ramos. Já trabalhamos juntos, é meu ex-colega da Radiobrás também. Durante sete anos, trabalhamos, viajamos por esse Brasil todo e para outros países também.

A minha situação não é atípica, tem acontecido com frequência. São agressões de agentes públicos, muitas vezes de outros elementos. Na minha situação, não foi um agente público, mas alguém ligado a uma

certa estrutura que, no momento, a gente não pode comentar.

Eu estava acompanhando uma investigação da Polícia Federal, era um desvio de notas frias. Na realidade, a Polícia Federal tinha um mandado para busca e apreensão de armamento e droga.

A minha missão era nada menos que fotografar a saída da Polícia Federal dos dois prédios: um, o residencial desses dois advogados, a residência; o outro, o prédio em que se localizava o escritório em que eles estavam montando um sistema, aqui, dentro de Brasília.

Fui. Fui para a residência. Eles não se encontravam. A Polícia fez a revista; saiu, retirando documento. Fotografei, voltei, fui para o SIA, ali ao lado do *Correio Braziliense*, e entrei no prédio, que era uma espécie de *shopping* pequeno e fiquei no corredor, distante do escritório.

Naquela espera, para ver a Polícia Federal sair, o filho do advogado sobe, que também é advogado, e, quando me vê com a máquina... Ele já tinha um atrito com a CBN em Manaus, com um repórter de lá, que ele já havia ameaçado; parece que já houve disparo de tiro contra a emissora, e ele deu uma gravata e chamou o pai. Quando o pai sai de dentro do escritório, eles partiram e disseram assim: "Vamos jogá-lo do terceiro andar". Todos esses relatos estão na ocorrência da Polícia Federal. E começaram a agredir, a bater até eu ficar totalmente imobilizado, porque já não tinha força mais para reagir. E eles foram levando-me para a sacada. Nisso, dois agentes da Polícia Federal que estavam chegando chegaram com a metralhadora, revólver engatilhado e já botaram eles na parede e seguraram. Aí fomos para a Polícia Federal, para fazer ocorrência; fomos para a Polícia Civil, fez-se a ocorrência. Tomamos todas as devidas providências, fomos para o IML, e essa foi a ação, a situação. É uma situação drástica.

O grande problema aqui no Brasil é que as instituições não funcionam, as instituições demoram muito a responder. Você tem de estar indo...

Por exemplo, se eu não tivesse vindo à Comissão de Direitos Humanos do Senado, as coisas não teriam andado. Para se ter ideia, no GDF é como se eu não tivesse feito a ocorrência. O GDF não tomou nenhuma providência até agora. As únicas providências tomadas o foram pelo Ministério da Justiça, que encaminhou o inquérito, e pela Polícia Federal, que passou a assumir o inquérito.

Quer dizer, nessa situação, o Ministério da Justiça transformou esse ato penal, que seria de ingerência do Estado, para um ato federativo. É como se tivesse federalizado o crime, como o projeto do Senado Vital do Rêgo está querendo. Ele tem um projeto relativo a essa situação. Então, essa é a minha situação.

Hoje, não posso dar muitos detalhes, até porque... por recomendações do meu advogado. É a situação, porque sei que nesse momento a pessoa está ouvindo, está acompanhando pela televisão. Por uma questão de detalhes, estamos nos mantendo...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, permita-me uma indagação ao jornalista, ao fotógrafo Victor Antônio Soares Filho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Exª tem a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É só para compreender bem. A autoridade que cerceou seu direito era da área federal ou do Governo do Distrito Federal?

O SR. VICTOR ANTÔNIO SOARES FILHO – Eram advogados. São advogados. Eu estou...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A única correção que ele fez antes: quando eu disse que era um advogado, ele falou que eram dois.

O SR. VICTOR ANTÔNIO SOARES FILHO – Dois.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas o ambiente em que se deu...

O SR. VICTOR ANTÔNIO SOARES FILHO – Não, era numa área pública.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Numa área pública de qual... Qual era essa área pública?

O SR. VICTOR ANTÔNIO SOARES FILHO – Era do Distrito Federal.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Do Governo do Distrito Federal?

O SR. VICTOR ANTÔNIO SOARES FILHO – É. Do Distrito Federal. É porque eles têm um escritório. Eles têm um escritório.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Em qual órgão do Distrito Federal se deu o episódio?

O SR. VICTOR ANTÔNIO SOARES FILHO – Não, não. É numa área pública. É privado. É privado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ah, sim.

O SR. VICTOR ANTÔNIO SOARES FILHO – Eu só estou complementando a situação. É que tenho outros colegas, estou falando em nome de outros colegas, que também sofrem agressões.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas o senhor mencionou, há pouco, que, na área do Ministério da Justiça, estão sendo tomadas as providências.

O SR. VICTOR ANTÔNIO SOARES FILHO – Algumas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Algumas.

Sr. Presidente, queria sugerir que possa a Comissão de Direitos Humanos, se houver, com o relato... Se o Sr. Victor Antônio Soares Filho desejar fazê-lo de uma maneira circunstanciada, além do que aqui exposto, que possa a Comissão encaminhar, seja ao Governador do Distrito Federal, seja ao Ministro da Justiça, José Eduardo Martins Cardozo, para que ambos possam tomar as providências devidas para esclarecer o episódio.

O SR. VICTOR ANTÔNIO SOARES FILHO – No GDF, falei com o diretor responsável pela área de investigação. Até agora, na 3ª Delegacia do Cruzeiro, que é responsável pela área, ninguém prestou quaisquer informações. Não consegui nada do Governo do Distrito Federal.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Nesse sentido, para encaminhar ao Governador Agnelo Queiroz o relato, para que as providências devidas possam...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só vou esperar que ele conclua a fala dele, para responder a V. Exª.

O SR. VICTOR ANTÔNIO SOARES FILHO – Tanto que alguns organismos internacionais já tomaram à frente e ofereceram até asilo, caso houvesse a situação.

Eu estou sob proteção policial de alguns amigos que são policiais federais, de alguns agentes da Polícia Civil, que me têm acompanhado no dia a dia. Quando venho para o Senado, eles me deixam aqui. Então, a minha situação é essa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Concluiu. *(Palmas.)*

Vamos dar os encaminhamentos propostos pelo Senador Suplicy, sem problema algum, e sei que depois vai falar também o Lincoln Macário, que é Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF, que poderá, inclusive, avançar um pouco mais nessa questão.

Quando os recebi aqui, botamos a Comissão de Direitos Humanos inteiramente à disposição para todos os procedimentos que fossem necessários, principalmente a partir, também, desta audiência pública, que vai ter a contribuição dos Srs. Senadores.

Depois de agradecer ao Victor, que contou parte da sua história, porque não pode entrar em detalhes... Ele foi agredido covardemente por dois advogados, e o que foi aqui relatado é da maior gravidade, por isso é um dos motivos desta audiência pública.

Passo a palavra, de imediato, ao Sr. Luis Roberto Antonik, Diretor-Geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão.

O SR. LUIS ROBERTO ANTONIK – Bom-dia a todos. Gostaria de começar, cumprimentando nosso Senador por São Paulo, Senador Eduardo Suplicy. E, em nome do Senador Suplicy, gostaria de cumprimentar os demais presentes.

A questão da liberdade de imprensa, assim como uma série de outros fatos sociais, passa por um momento que o Brasil vem experimentando, com muita força, pelo menos nos últimos oito anos, que é um processo de aperfeiçoamento institucional.

O Brasil evoluiu muito institucionalmente, nos últimos anos. Eu diria, por exemplo, dentro da minha experiência de vida... Trabalhei na companhia telefônica antes de 1988, e, quando uma senhora vinha até o meu balcão e queria transferir o telefone, a primeira coisa que eu verificava era se ela era casada, porque, não obstante o telefone estivesse em nome dela, ela necessitava de autorização do marido.

Esse é um tempo que já passou. Nós nos aperfeiçoamos institucionalmente, e essas coisas vão evoluindo gradativamente.

Mas ainda existe uma série de oportunidades de melhoria, uma série de oportunidades de aperfeiçoamento institucional. Eu gostaria de lembrá-los de que, há pouquíssimo tempo, o Supremo Tribunal revogou a Lei de Imprensa, que era um resquício da ditadura, assim como, por exemplo, tivemos um debate muito forte no ano passado, aqui, dentro desta Casa, sobre o acesso à informação.

Então, estou ilustrando essas coisas todas, para dizer que estamos evoluindo institucionalmente, mas muita coisa precisa ser feita.

Nós, da Associação de Emissoras de Rádio e Televisão – Abert, vemos, com extrema preocupação, a questão da violência contra o jornalismo.

Eu dividiria essa violência em duas partes, uma delas é a violência física, jornalista agredido fisicamente, e a outra é uma violência mais velada, quando nós coibimos, de alguma forma, seja ela qual for, restringindo, por exemplo, a liberdade de expressão comercial, tentando colocar controles naquilo que os jornalistas colocam.

A respeito da violência física contra os jornalistas, eu diria que não se trata especificamente de uma violência física contra jornalista, é uma violência contra todos nós brasileiros. E temos que repudiar isso com muita veemência. Causa-me muita preocupação um fato que talvez não seja muito comum aos senhores, uma espécie de violência física que não chega ao conhecimento da maioria das pessoas, uma violência praticada contra o profissional de jornalismo que exerce a profissão nas rádios. O Brasil, hoje, tem mais de nove mil emissoras de rádio. Nenhum outro veícu-

lo de comunicação tem uma penetração em todas as camadas sociais da classe E à classe A como têm as emissoras de rádio. Nenhum outro veículo de comunicação está presente em todas as cidades, em todas as fronteiras geográficas desse nosso imenso Brasil como estão as emissoras de rádio. E o jornalista que atua nas rádios, o rádio brasileiro se transformou numa mídia que não é mais uma mídia de família, ele é uma mídia de pessoas, é uma mídia de indivíduos. Então, as pessoas que escutam rádio é que têm um interesse muito particular naquilo, e a rádio, especialmente a que está um pouco mais distante, geograficamente, quero dizer, aquela que está na pequena cidade, aquela que está na fronteira, ela tem uma participação muito próxima da comunidade e ela faz um trabalho de cobertura muito próximo das pessoas. Por conta disso, esse tipo de jornalista sofre uma violência extrema, não apenas física, mas uma pressão, um assédio moral muito grande. Eu queria ilustrar isso porque o jornalista do rádio é um profissional pouco lembrado, talvez porque as empresas sejam muito pequenas, estão muito dispersas. Como eu disse, temos hoje mais de nove mil emissoras de rádio no Brasil.

E o que devemos fazer? Dentro da nossa ideia, o que deveria ser feito para continuar mantendo esse processo de aperfeiçoamento institucional? Temos que repudiar isso com veemência, Senador Paim, promover audiências públicas, dar publicidade a esses atos violentos, combater. E os jornalistas, principalmente, devem perseverar, porque a última coisa que nós gostaríamos é que os jornalistas deixassem de divulgar alguma coisa, deixassem de contar alguma coisa porque temem colocar a sua vida ou a da sua família em risco. Isso, realmente, seria muito ruim para todos.

Essa era a posição que eu gostaria de colocar.

Agradeço a oportunidade e me disponho a perguntas. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Neste momento eu faria a mudança da Mesa, sem prejuízo de que o Senador já seja o primeiro inscrito. Eu convidaria os que estão aqui a retornarem para a primeira fila e já convido para que assuma neste momento o Lincoln Macário, Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal, que está aqui conosco; a Susana Braz, Presidente do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro; e José Augusto de Oliveira Camargo, Presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo; o Celso Schröder, Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas não veio. Pergunto: há alguém aqui representando? (*Pausa.*)

Já está aqui o Guto. Então, por favor, convido-o para vir à mesa.

Os senhores que estavam nessa primeira mesa, que se encontram na primeira fila, vão participar dos debates normalmente, a partir da fala dos Senadores. Todos poderão responder a partir da fala dos Senadores.

Montada nossa segunda Mesa. Ainda virá para compor a Mesa Fábio Marçal, que é o Presidente do Comitê de Imprensa do Senado. Logo que chegar, ele também virá para a mesa.

Passamos, de imediato, a palavra ao Sr. Lincoln Macário, Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF. Claro, cedendo antes, como sempre, aos Senadores. No momento, pediu a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O Senador Marcelo Crivella já está conosco.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, por ser titular na Comissão de Assuntos Econômicos, que em instantes inicia audiência com o Ministro da Fazenda Guido Mantega, infelizmente tenho que ali estar presente. Quero cumprimentar a todos aqueles que aqui compareceram, sobretudo cumprimentar a Comissão de Direitos Humanos nesta audiência em prol da liberdade de imprensa; cumprimentar os senhores que já depuseram, José Ramos Filho, Luiz Roberto Antonik, Victor Antônio Soares Filho, Corban Costa; solidarizar-me com as ações tomadas, diante do quadro de perseguição indevida que aconteceu; cumprimentar Lincoln Macário, José Augusto de Oliveira Cardoso, Susana Blass.

Felizmente, muitas das ações que aconteciam durante o período da ditadura militar, que teve o seu episódio mais grave na morte de Vladimir Herzog, muitas daquelas ações não se têm repetido, mas vemos aqui, no caso relatado pelo Corban Costa, no Egito, assim como ao repórter fotográfico Victor Antônio Soares Filho, que é preciso sempre estar atento para evitar problemas que limitam a liberdade de imprensa.

Gostaria apenas de uma breve reflexão sobre o episódio que hoje mais repercute nos meios de comunicação do mundo. Refiro-me à morte de Osama Bin Laden. Acho que é preciso ainda saber melhor sobre esses fatos, porque os próprios jornalistas hoje, em todos os comentários, ficam estranhando a maneira como não se divulgou completamente tudo que seria normal que fosse o direito de as pessoas saberem: como foi, onde está, por que se jogou ao mar sem que houvesse pelo menos um relato das condições que levaram Osama Bin Laden a ser morto. Obviamente não me sinto, como outras pessoas estão fazendo, com a vontade de realizar festa por causa da sua morte. Acho que o mais importante é que possamos tomar as medidas, em cada país do mundo e entre os países, para ver quais são as origens que levaram pessoas a se tornarem terroristas, a não verem outra alternativa

senão de transformar a realidade que não seja pela violência, causando tanta tragédia, tantas mortes no mundo. Portanto, é preciso irmos mais fundo para buscar quais são os instrumentos que precisamos em cada país, criar o sentimento de realização de justiça, de solidariedade, de fraternidade que venha a evitar a existência do terror.

Sr. Presidente, peço licença para cumprir a outra responsabilidade que tenho, concomitantemente, cumprimentando a todos os presentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A presidência agradece ao Senador Eduardo Suplicy, atuante em todas as comissões, e, de imediato, passa a palavra ao

Presidente do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal, Lincoln Macário.

Permita-me, Lincoln, antes de você falar, dizer que estão conosco Antonio Paulo, da Fenaj; Bruno Luiz, operador de áudio; Elenir Soares, representante do setor de imprensa do PMDB; Alionor Arantes de Freitas; Érico Vasconcelos; Adriana Faria, também do Senado; Hermes Coelho, da TV Senado; Paulo César Simões, também da TV Senado; Fábio Marçal, que vai estar na mesa conosco e que é o Presidente do Comitê de Imprensa do Senado Federal; Sérgio Pedro da Silva, jornalista, secretário executivo do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial; Lúcia Medina, jornalista da Senadora Angela Portela; José Fonseca, jornalista do Senador Itamar Franco; Débora Lima, diretora do Sindicato dos Jornalistas do Ceará. Se deixei de citar algum jornalista, por favor, é só passar o nome para a Mesa.

Lincoln com a palavra.

O SR. LINCOLN MACÁRIO – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, quero, em primeiro lugar, agradecê-lo e lhe prestar uma homenagem, que tem sido um incansável lutador, cotidiano, desse tema que debatemos hoje, que é a liberdade de imprensa, e agradecer a oportunidade de estarmos aqui tratando desse tema de maneira profunda, nominar inclusive a presença dos Senadores Wellington Dias e Marcelo Crivella que, com suas presenças, demonstram o seu compromisso com essa questão; e o Senador Eduardo Suplicy, que eu ia contá-lo aqui, mas o Senador Eduardo Suplicy me surpreendeu 12 anos atrás, quando me recebeu para uma longa entrevista – eu ainda estudante – e chegou a dar um telefonema para um diretor do Banco Mundial para conseguir uma informação para um estudante, numa demonstração de respeito à atividade jornalística, que eu acho que marca bem o comportamento do Senador. Quero cumprimentar todos os colegas jornalistas, na figura de um grande amigo, José Ramos Filho, que hoje está na condição de secretário de imprensa, mas que é um repórter reconhecido na categoria e uma pessoa que goza de uma certa unanimidade entre os colegas por seu comportamento sempre ético. Na figura dele, quero cumprimentar todos os nossos colegas e aproveitar para cumprimentar também os colegas por meio da Déborah, nossa representante na Fenaj, do Sindicato do Ceará, ela que é tesoureira e também desempenha a função absolutamente importante nesse processo de fortalecimento da categoria.

Mas quero começar antes de tudo, Senador, fazendo uma reflexão sobre a imprensa, colocando que imprensa não é um negócio como outro qualquer. A liberdade de imprensa ela decorre, ela só existe porque existe um pacto da sociedade com os órgãos de imprensa, com os jornalistas, que dão a esses jornalistas e a esses órgãos algumas prerrogativas. Em troca de informação de qualidade, porque a informação é um instrumento libertador.

A liberdade de imprensa, então, decorre daí. E se ela decorre daí, qualquer restrição à liberdade de imprensa, qualquer ataque à liberdade de imprensa é, em última instância, um ataque à própria sociedade. Então, nesse sentido, temos que compreender a liberdade de imprensa e as prerrogativas dos jornalistas como prerrogativas que a sociedade concede a um pequeno grupo da sociedade para que ela tenha a informação e para que, a partir da informação, ela possa fazer as suas escolhas, traçar as suas diretrizes e implementar os seus comportamentos.

Ocorre, Senadores, que a liberdade de imprensa vem, sim, sofrendo ataques e esses ataques têm surgido, se baseado muitas vezes na certeza da impunidade. Certeza da impunidade que é responsável por vários outros tipos de crimes e ilegalidades que acontecem no nosso País, infelizmente.

E aí, para fazer uma analogia, a Lei Maria da Penha traz um elemento novo para o campo jurídico que é agir com muito rigor em episódios considerados de menor potencial ofensivo, porque se percebeu que os episódios de menor potencial ofensivo geralmente caminhavam para episódios de maior potencial se não fossem atacados naquele instante.

Trago essa analogia à Mesa para termos a consciência de que se nada for feito em relação a esses ataques que acontecem cotidianamente contra os jornalistas corre-se um grande risco de se criar um ambiente que seja perigoso para a investigação, perigoso para a prospecção de informações e, consequentemente, que vai ter reflexo em toda sociedade.

E aí, Senador, aproveito essa oportunidade para fazer um apelo, que faço em nome dos jornalistas que,

como eu, trabalham cobrindo o Congresso Nacional, e que é um apelo que serve para toda categoria, um apelo aos Senadores.

Tivemos, há exatamente uma semana, para ser mais exato, na segunda-feira da semana passada, um episódio em que um Senador da República, infelizmente, tomou o gravador de um colega. E foi além. Ao tomar o gravador de um colega, o ameaçou. Está gravado e todo mundo que se interessou pelo assunto tomou conhecimento. A frase é clara: "Já pensou em apanhar?" Então , temos dois pontos. E, num terceiro ponto, ainda tenta ridicularizar e menosprezar esse nosso colega.

O erro é humano. Nós compreendemos e nós erramos. Admitimos até que a imprensa – temos que admitir, faz parte do nosso exercício admitir – comete erros cotidianos. O que a gente não pode admitir, não pode permitir, sob esse risco que eu relatava, é que o erro seja varrido para debaixo do tapete ou que o erro seja convertido em acerto, transformado, por alguma alquimia, em um acerto.

Inclusive, fui criticado por ter feito primeiro, antes de tudo, um apelo ao Senador Roberto Requião que pedisse desculpas, que pedisse desculpa ao jornalista, que se colasse no lugar daquele jornalista e raciocinasse se ele, vítima de uma arbitrariedade dessa, se sentiria bem, digamos. Fui criticado por ter, primeiro,, feito esse apelo, mas eu acredito que o apelo ao pedido de desculpa é a melhor saída porque o pedido de desculpa ele convence pelas palavras, ele mostra que há, de fato, um arrependimento e, o melhor de tudo, tenta apagar o péssimo exemplo que se cometeu naquele ato. Ele apaga o péssimo exemplo que se deu com aquele ato para os mais de dois milhões de admiradores que o Senador Roberto Requião tem, senão não seria eleito Senador da República.

Já a punição, que é o nosso segundo passo, a representação junto à Mesa, ela não é garantia de que o Senador se arrependa e muito menos de que aquelas pessoas que têm no Senador uma referência passem a considerar aquele ato errado. Ao contrário, alguns podem acreditar que é uma mera perseguição.

Faço esse apelo para que os Senadores assumam essa responsabilidade também como sua e comecem um processo de convencimento de que é necessário, sim, um alerta, uma advertência ou até mesmo uma censura ao Senador Roberto Requião, como nós colocamos na representação que fizemos à Mesa, para que a Casa não demonstre, no seu silêncio, estar coadunando, estar sendo, digamos, solidária com essa atitude.

Só isso acho que vai tranquilizar a sociedade de que esta é uma Casa que não permite arbitrariedades desta natureza.

Vamos inverter os papéis, vamos imaginar, num mundo absurdo, que os papéis estivessem invertidos e que o repórter tivesse surrupiado algo, tomado algo, arbitrariamente se apossado de algo do Senador. A situação ficaria como está? Então, estamos pedindo algo que inclusive está previsto no Regimento, uma advertência, e acho que um caso para que o Senador seja advertido, para que o episódio não volte a acontecer, e uma censura para que o Senador e a sociedade tenham clareza de que houve ali um abuso de suas prerrogativas. Entre as várias prerrogativas que os Senadores têm que eu as defendo, tenho certeza absoluta de que não está a prerrogativa de ser arbitrário.

Para não acontecer essa sensação de impunidade que eu relatava e que é a que motiva a Polícia Civil do Distrito Federal a não ter dado a devida atenção ao caso do nosso companheiro Victor, como perder parte da documentação da sua denúncia. Isso é inadmissível! Mas decorre, mais uma vez, como eu colocava, dessa sensação de que é um caso menor. Agora, os casos menores – voltando não só à analogia do caso Maria da Penha, mas também àquele poema clássico que todos vocês conhecem: Vieram, fizeram algo contra meus vizinhos e eu não fiz nada; vieram, fizeram algo contra as pessoas da minha rua e eu não fiz nada; e aí quando vieram e fizeram contra mim eu já não tinha o que fazer" – para evitar a evolução desse comportamento, principalmente as autoridades menores, aquelas que são pequenas autoridades no interior, nas pequenas prefeituras, não vejam o caso do Senador Requião como um exemplo a ser seguido, nós pedimos que a Casa tome uma postura que precisa ser tomada em relação a esse episódio, já que todos os pedidos e todos os apelos que alguns Senadores inclusive fizeram – não queremos relatar quem exatamente, mas vários Senadores procuraram o Senador Requião e pediram que ele fizesse esse mea-culpa, e ele não cedeu – já que todos esse esforço não foi alcançado, não teve resultado, pedimos que a Casa, então, tome a sua atitude, sob risco de estar coadunando com esse comportamento.

Para completar, é muito importante a gente falar das agressões que sofremos cotidianamente, as agressões externas existentes cotidianamente contra jornalistas, mas é preciso falar também das agressões internas.

Nós do Sindicato dos Jornalistas estamos preparando para o segundo semestre uma campanha que trate de assédio moral e outras agressões que acontecem no âmbito das redações a comportamentos que

eram considerados absolutamente normais dentro das redações, de alguns repórteres serem ridicularizados pelas suas chefias, terem seu trabalho menosprezado, num processo de desrespeito, num processo de falta de direitos humanos que não pode mais ser tolerado nos dias de hoje. Não pode mais ser tolerado nos dias de hoje. Mas esse encontro de várias gerações dentro das redações tem promovido coisas. Eu já fui vítima de uma agressão por parte de um chefe, colegas mais velhos batiam nas costas e falavam: "Ela é assim mesmo". Ou então: "Faz parte da profissão".

Essas coisas não podem ser encaradas como parte da profissão. Já pagamos alguns ônus caros demais, fora das redações, e não temos... Porque há colegas que entram em depressão, que chegam a situações de fragilidade psíquica absurda por causa dessas agressões que acontecem também dentro das redações e que são, em última instância, também cerceamento da liberdade de imprensa.

Então, temos aqui representantes das empresas e esse meu último ponto serve para fazer um apelo para que a Abert (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão) e a ANJ (Associação Nacional dos Jornais), através dessas associações, através de uma reflexão que precisa acontecer, comecem a criar mecanismos para coibir os abusos cometidos nas estruturas de poder que existem dentro das redações. Porque nós, Senador, jornalistas – é um pouco: casa de ferreiro, espeto de pau –, cobramos democracia e transparência a todo momento nas estruturas públicas, em todos os lugares, inclusive dentro das estruturas privadas, mas as redações são ambientes pouco democráticos e pouco transparentes. E isso também precisa mudar, porque se nós queremos cobrar uma sociedade mais democrática e mais transparente nós precisamos que as nossas estruturas sejam mais democráticas e mais transparentes.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimentos ao Lincoln, presidente do Sindicato dos Jornalistas, pela exposição. Pode ter certeza de que tudo que está sendo dito nesta Comissão de Direitos Humanos nós mandaremos uma cópia para o Presidente do Senado, para que S. Exª possa saber qual a visão do jornalista, da Casa, das redações, o procedimento e o apelo que aqui vocês fizeram.

O Senador Wellington Dias pediu a palavra.

Quero já registrar a presença conosco do Senador João Alberto.

Permita-me também ainda, Senador Wellington, dizer que já está conosco o presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, que é o Celso Shcröder. Celso Schröder foi o primeiro assessor de jornalismo que tive na vida, na minha campanha para Deputado Federal Constituinte, e gratuitamente. Os jornalistas fizeram um *pool* lá... Eu era um pião, metalúrgico: não tinha dinheiro nem para pegar o ônibus. Aí, eles montaram um comitê de jornalistas para me eleger Deputado Federal Constituinte. E ele coordenava. Sei que ele fez até um gibizinho. Até hoje tem o gibi do Paim, obra dele. Isso há quase 30, 26 anos atrás. E é bom nos encontrarmos aqui.

Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Primeiro, Celso, está na hora de cobrar os *royalties.* Seu apoio fez com que ele subisse muito!

Quero saudar aqui todos os jornalistas e entidades, representantes de empresas, porque, Sr. Presidente, infelizmente, tenho de me deslocar. Estou sendo chamado para relatar um projeto em outra comissão.

Quero ressaltar dois pontos. Primeiro, reconheço que há uma situação de muitos casos de agressão a jornalistas. No meu Estado, por exemplo, o Piauí, temos muitos casos nessa área, inclusive assassinatos, alguns como do jornalista Helder Feitosa, ainda hoje não desvendado, e isso com certeza em vários lugares. Penso que não só uma campanha como essa, mas acho que é preciso, neste ponto, a gente examinar os dois lados. Claro que, em toda profissão, há risco. Não há nenhuma sem risco, primeiro ponto que precisamos reconhecer também, para não criar uma panaceia por qualquer situação. Mas falo quando ela é diretamente vinculada ao exercício da profissão, quando você é impedido do exercício.

Quando o Senador Requião veio à tribuna, inclusive a Senadora Ana Amelia também fez uma fala, nós fizemos lá um aparte exatamente nessa direção. E acho que é importante que a gente tenha o respeito às várias profissões. Da minha parte, inclusive, digo de um ponto importante: acho que ele, por si só, já precisa ter uma atenção toda especial das entidades.

Essa decisão, por exemplo, do Supremo em relação ao diploma é algo que exige todo o cuidado. Acho que o Senado e a Câmara não podem ver isso com naturalidade. Não é natural, ou seja, não consigo imaginar que me aceitem ir para uma sala de cirurgia como médico; não acredito que alguém aqui vai confiar a um jornalista fazer um papel de advogado, enfim. Então, acho que a profissão é algo que tem toda uma grade de conhecimento, tem toda uma informação, inclusive em relação à ética, ao respeito. Por isso, prezamos o papel importante na democracia dos meios de comunicação e principalmente os profissionais da comunicação.

Então, quero aqui me colocar à disposição e parabenizar o Presidente por este debate. Vi aqui tanto

na relação em outros países... É claro que coloco mais como leigo alguém que vai para uma situação conflituosa como essa do Egito; ali, é uma situação muito delicada, situações de acompanhamento de guerras. Enfim, são situações realmente extremamente especiais. Mesmo assim, eu acho que, ainda assim, num lugar como esse, devemos tratar com todo zelo e com todo cuidado. Queria, então, sobre isso, dizer da importância de vermos a necessidade das próprias entidades de atuarmos nessa direção. É necessário, de um lado, o respeito de quem lida com o mundo da comunicação, seja como político, seja como empresário; e, ao mesmo tempo também, da parte do jornalista.

Muitas vezes, também reconheço situações inversas, e a gente não pode esquecer isso. Ou seja, muitas vezes um jornalista chega para que você possa lhe responder uma pergunta, você democraticamente se dá ao direito de não responder, e muitas vezes isso gera reações também que não são normais.

Então, creio que essa reciprocidade também é importante, até para que a gente tenha todo um cuidado, toda uma condição de zelar por algo importante à democracia. Quero não só parabenizar, mas estar junto aqui na Comissão e onde for necessário para esse trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nossos cumprimentos ao Senador Wellington Dias. Gostaria de dizer, se me permitirem ainda, que está conosco a jornalista Higes Manara, do Grupo Abril/MTV. Quero dizer com toda tranquilidade...

Alguns Deputados me ligaram ontem porque houve, eu diria, um programa da MTV que tratou da questão dos autistas, e houve uma reação dos autistas. Mas quero cumprimentar a MTV pela posição – já estou sabendo – de se ter reunido com os autistas, reconhecendo que houve um equívoco. Estão dialogando, discutindo, construindo programas que vão na linha propositiva em relação aos autistas. Alguns Deputados me ligaram, e as próprias entidades dos autistas me ligaram, e nós vamos conversar também, não numa audiência pública, para ver o que podemos construir.

Então, meus cumprimentos por estar aqui e, ao mesmo tempo, pela visão clara, nítida, do tipo de uma retratação positiva pelo mal-entendido que aconteceu. Meus cumprimentos e, se V. Sª quiser, no momento adequado, usar da palavra, naturalmente vai usar.

O Senador Wellington, um dos nossos coordenadores nessa área, pediu um aparte aqui, não a mim, mas ao Plenário, e eu o concedo naturalmente.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Só para dizer também do meu reconhecimento. Eu fui um dos que aqui protestei porque convivo com uma pessoa autista, uma filha. Lido todos os dias com esse tema e sei a importância, inclusive, de o Brasil mesmo compreender, porque um dos grandes problemas para diversas deficiências – o autismo é uma delas – é exatamente a discriminação. As pessoas naturalmente já o veem como uma deficiência mental, como alguém completamente incapaz de um relacionamento. E não é. Acho que, muitas vezes, uma imagem, uma deturpação mal colocada pode causar problemas. Também quero aqui parabenizar pela forma como foi conduzida por V. Exª e pela MTV.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nós vamos continuar com os painelistas, mas, no momento adequado, vou passar a palavra, se assim a senhora entender que quer usar. Num primeiro momento, eu soube que não queria usar da palavra, mas se quiser usar, vai usá-la no momento adequado. Vamos continuar o nosso trabalho.

Não quero me furtar... Quando falam da questão do Senador, a questão de todos nós é tratar com todo o carinho e cuidado. Mas também quero deixar muito claro que a gente não concorda com aquilo que aconteceu aqui no Senado. Gostaríamos muito que o exemplo da MTV sirva para nós também, o próprio exemplo da MTV, que está buscando caminhos da conciliação e do entendimento. Espero que também, na questão do Senador Requião, consigamos caminhar na mesma linha que a MTV fez quando reconheceu o erro, digamos, que aconteceu – embora essa não fosse a intenção, sabemos disso.

De imediato, passamos a palavra à Srª Susana Blass, Presidente do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro. Já registrei a presença aqui também do Marçal que está na Mesa conosco, presidente do Comitê dos Jornalistas aqui no Senado.

Por favor, Srª Susana Blass.

A SRª SUSANA BLASS – Bom dia! Bom dia a todos. Quero agradecer também ao Senador Paim por essa convocação, esse espaço que abriu para os jornalistas aqui, que é bastante importante para nós.

Bom, sou presidente de um sindicato na cidade do Rio de Janeiro. Então, aquilo que o Senador Wellington mencionou sobre o risco da profissão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador Crivella, do Rio, está ali.

A SRª SUSANA BLASS – E tem uma ligação também com os meios de comunicação. Então, é bastante oportuna a presença do Senador aqui.

O fazer jornalismo no Rio de Janeiro é um risco diário.

Antes, os repórteres que iam para a rua cobrir polícia tinham as suas vidas mais expostas. Hoje em dia, todas as áreas podem sofrer impedimentos no

trabalho diário. Então, a partir disso, eu queria fazer duas colocações: estamos todos unidos na defesa da liberdade da imprensa, mas acho que se deve fazer uma separação entre essa defesa global da liberdade de imprensa como defesa de cidadania e a liberdade do fazer jornalístico, que é uma liberdade que está bem mais ligada aos jornalistas como categoria e não só às empresas jornalísticas.

Então, por conta dessa nossa exposição a riscos no dia a dia, vimos defendendo há alguns anos sejam tomadas algumas medidas nas redações, para que, na medida em que o jornalista é obrigado a conviver com a violência na cobertura, ele possa ter proteções. Por exemplo, um seguro de vida, que possa dar sustentação à família se ele ficar impedido de trabalhar – um seguro bom; uma avaliação da pauta que vai ser feita. Defendemos comissões de segurança formadas pelos jornalistas e pela direção da empresa dentro das redações, porque algumas pautas acabam sendo feitas muito açodadamente e colocam em perigo a vida do jornalista, vide o que aconteceu com os jornalistas da equipe da favela do Batã, no Rio de Janeiro, em 2008. Aquilo, na época, foi muito badalado como um cerceamento à liberdade de imprensa. Sim, foi, mas toda produção daquela matéria foi muito mal amarrada, muito mal construída durante o processo do fazer jornalístico mesmo dentro da redação.

Mas, aquilo que era uma situação complicada para a empresa, para a equipe, uma situação de exposição à violência, acabou gerando um lucro: acabamos revertendo isso e conseguimos que a CPI das milícias fosse implantada na Alerj, finalmente; punição, um comprometimento da Secretaria de Segurança, que é a função realmente da imprensa: mobilizar o Poder Público, mobilizar a sociedade para uma situação existente, em que nada está sendo feito.

Só que a gente acha que não é necessário que o jornalista passe pela situação que essa equipe passou – isso traz sequelas –, para que a imprensa possa cumprir o seu papel. Então, o primeiro ponto é isto: questionar como as empresas, em prol desse discurso de liberdade de imprensa, além do assédio moral que o Presidente do Sindicato do DF colocou aqui, dentro das redações... Ele fez um apelo para que as estruturas das redações sejam mais justas, e nós assinamos embaixo, mas que também a estrutura da redação seja mais responsável na cobertura do dia a dia da violência, que é uma coisa que está presente na vida do cidadão carioca e que está presente no interior também. A gente vê vários casos de agressões no interior.

Então, é uma co-responsabilidade. O jornalista pode ser vítima, mas ele pode ser menos vítima se as empresas forem mais responsáveis na distribuição de pautas e se cercarem de mais cuidados em relação ao que vamos cobrir na rua.

Há um segundo ponto, além dessa questão do assédio moral e da segurança dentro das redações, que impacta no fazer jornalístico, principalmente dos repórteres cinematográficos, que ficam mais expostos exatamente a essa guerra de concorrência entre as empresas. A natureza do jornalismo é atender ao interesse público e não aos interesses econômicos das empresas nas quais eles trabalham.

Então, o que a gente vê é uma busca da melhor imagem, daquela imagem que vai validar o profissional no mercado e que vai dar mais audiência para a empresa. E, dentro da busca dessa imagem, o repórter cinematográfico se expõe bastante e corre riscos. Então, o que a gente defende no Rio de Janeiro, nas negociações salariais, anualmente? Nós pedimos isto. Nós pedimos comissões de segurança. Já conseguimos... Na verdade, o que a gente consegue nas negociações vem muito em função de incidentes ocorridos durante a prática do jornalismo, como foi o assassinato do Tim Lopes, que foi o maior de todos no Brasil. Quando digo o maior de todos é porque foi a situação mais marcante para nós.

A partir dali, conseguimos que o repórter fosse para a rua com o colete à prova de balas; que os carros que subissem nas comunidades fossem blindados. Mas o que a gente quer exatamente é criar políticas internas nas redações – aí peço o apoio desta Comissão –, para que existam alguns procedimentos, e que esses procedimentos não sejam combatidos como limites à liberdade de imprensa. Não são limites.

Nós defendemos a liberdade de imprensa, a liberdade do fazer jornalístico, mas com responsabilidade e com todo o cuidado para que a vida desse cidadão não seja posta mais em risco do que ela já está sendo ali na cobertura diária. É isso.

Muito obrigada a todos. *(Palmas.)*

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Presidente Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não. Já vou passar a palavra a V. Exª. Só quero registrar conosco a presença do Senador Pedro Simon, que nos tem ajudado muito nesta Comissão, participando dos debates.

Por questão de justiça também, quero dizer que uma matéria que li toda aqui, com o título "Fim da Mordaça – um sopro de liberdade", não é de minha autoria, para não ficar apropriação indevida. Quero deixar isso bem claro. Foi escrito pelo Luciano Peres, lá do Rio Grande do Sul. E o outro que eu também li foi "Liberdade de Imprensa, vital no mundo perigoso

do jornalismo digital", por Priya Kumar. Foi publicado ontem e usei as duas matérias ao abrir a reunião.

Senador Crivella, com a palavra. Meus cumprimentos à Susana Blass pela sua exposição.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, não poderia deixar de vir aqui prestar nossa homenagem a esses brasileiros que diariamente nos enriquecem, nos engrandecem, nos aperfeiçoam com suas matérias. A imprensa presta um papel fundamental em qualquer democracia. Eu digo isso com propriedade, porque, nas campanhas que empreendi para o Executivo da minha cidade, do meu Estado, meu Deus do céu, sofri muito! Sofri porque em cada letra de cada palavra, em cada palavra de cada sentença e em cada sentença de cada parágrafo, meu Deus, vinha escorrendo a baba envenenada do ódio contra minha candidatura. E achava que tinham todo o direito, e que caberia a mim, como homem público, pedir a Deus aquilo que Adenauer dizia: que a melhor coisa que Deus pode dar a um político é conferir-lhe couro de elefante. O tempo passou, fiz novas amizades, a gente se conheceu melhor; hoje, o clima é muito mais fraterno.

O Senador Requião tem todo o nosso apreço. É um patrimônio da ética, é um gladiador das liberdades, engrandece este Senado e os nossos mandatos, porque sempre falo: dificilmente concordo com o que ele diz. A minha admiração pela figura política dele é inversamente proporcional às nossas posições políticas. Ele é uma pessoa, em termos de ética, em termos de moral... Todos nós reconhecemos seu valor, mas repudio, não só ele, mas qualquer outro, seja político ou não, que com truculência trate qualquer membro da imprensa, pelo valor extraordinário que vocês possuem e que nós todos temos de aplaudir.

Eu queria também dizer sobre a questão do diploma do jornalista. O Senador Wellington, que acaba de sair – e eu também tenho de me retirar porque temos mil comissões para atender –, falou em panaceia. Nós temos que tirar esse complexo de querer fazer leis que sejam uma panaceia. Nós não vamos conseguir. Não há remédio para todas as doenças. As pessoas precisam se libertar desse fanatismo que ocorre em todos os setores da nossa sociedade.

Vou explicar melhor. A questão do diploma. No caso geral, nós entendemos que é recomendável e importante que haja um diploma para o prestígio daqueles que passaram tantos anos na universidade, mas há exceções à regra, que até confirmam a regra. Há pessoas que nascem dotadas de um dom extraordinário, que podem exercer, que podem escrever e que podem ser jornalistas, e nós temos de estar abertos a isso. Não é possível dizermos, por exemplo – não vou nem citar nomes para não ser injusto –, que aqueles que não têm diploma e que escreveram durante tanto tempo e que ainda escrevem não têm competência para isso. Estaríamos cometendo um pecado imperdoável. Aliás, estaríamos sendo fanáticos.

Outro dia, sábado por exemplo, presenciei um ato de fanatismo que mais parecia a Al-Qaeda. Eu estava em Goiânia, embarcando para Brasília. Ao meu lado, Mauro Benevides, Deputado, Senador, Presidente do Senado, Presidente da República, e sua esposa, com 72 anos. Ela não pôde embarcar no avião. Por que não? Ela estava sem um documento com foto. Eu estava com meu documento com foto, e ele, também. E nós prestamos depoimento e testemunhamos que ela se tratava da pessoa que dizia ser. Ela portava apenas o CPF. Pois bem, a funcionária da Gol disse: "Não pode embarcar". "Mas não pode por quê?" "A regra é documento com foto." "Tudo bem, mas essa regra se submete a sua avaliação intelectual. A senhora está aqui para julgar isso." Aí, ela disse assim: "Não, mas não pode". Então, a esposa do Mauro Benevides teve que vir de táxi de Goiânia para Brasília, 220 quilômetros, por causa do fanatismo.

Aliás, ocorreu comigo. Eu estava tentando embarcar no Santos Dumont e tinha esquecido a minha carteira; na porta do avião, o moço perguntou pela minha identidade. "Ah, eu esqueci". "Então, não pode". "Mas você não me conhece?" "Conheço! Eu voto em você! Você é o Crivella." "Então, você vai me deixar entrar." "Não!! Não vou. Você está sem sua identidade." Aí, eu desesperado, liguei para o Senado, e mandaram uma foto da minha identidade, e eu mostrei no meu iPhone a foto. Então, quando mostrei a foto da minha identidade no iPhone, ele disse: "Agora, você pode entrar." Quer dizer, eu não era eu até que mostrei no meu iPhone a minha foto de identidade.

Nós temos casos graves de fanatismo. Por exemplo, temos a Lei nº 8.666, a Lei da Licitação. Se fizemos qualquer contrato sem licitação, provavelmente os jornalistas vão nos execrar. Agora, pergunto a vocês: cabe licitação para contratar a empresa que vai distribuir a prova do Enem? Uma prova que vai atender milhões de brasileiros, com 300 mil professores, em 100 mil salas de aula; que distribui bolsa de R$350 mil para quem passar no Enem e for fazer um curso de Medicina. As empresas querem ter lucro. As empresas vivem, na essência, de diminuir custos, maximizar suas vantagens. Então, trata-se de fazer licitação para se contratar a empresa que vai distribuir as provas do Enem? Não! Não existe panaceia. Todas as regras têm exceções, e nós precisamos ter bom senso, inteligência,

Para tratar as exceções porque elas consagram a regra.

Ah! Meu Deus, será que eu sou um joão batista pregando no deserto? Eu acho que às vezes sou até incompreendido, mas honestamente, nós precisamos, por mais que sejamos apegados aos nossos princípios, de certa forma corporativos, nós precisamos abrir mão de certo fanatismo em prol – eu diria – das exceções e da consagração do bom senso. Não sou contra as regras, mas é preciso que as regras também se adaptem às exceções.

Senador Paim, me perdoe ser fastidioso e ter tomado tanto tempo, mas eu não podia de dar minha palavra, meu depoimento e prestar toda minha solidariedade a essa classe de brasileiros e profissionais que, no dia a dia, no cotidiano, é tão importante nas nossas vidas.

Meu aplauso, meu reconhecimento, meu prestígio. Acho que a suprema vocação democrática do Brasil depende muito de vocês.

Fico, às vezes, triste, com os governos, inclusive com o Governo do qual sou base, por exagerarem na propaganda de suas obras públicas. Acho que o governo não devia, jamais, fazer isso. Propagandas de governo deveriam limitar-se apenas a campanhas públicas, como a de vacinação, e propagandas para alertar a população sobre surtos de epidemias, sobre catástrofes e coisas desse tipo. Não devíamos nós, do Congresso, permitir que prefeitos, governadores, presidentes da república, gastassem tanto dinheiro em autopromoção.

Por que isso? Porque eu acho que a liberdade de imprensa tem de ser imaculada. Muitas vezes esses recursos passam a constar dos orçamentos dos meios de comunicação, e depois o jornalista, aquele rapaz idealista, aquela mulher idealista que está lá fazendo sua cobertura, muitas vezes se sente constrangido. A violência é endógena. A violência parte do próprio meio, porque pressões financeiras os obrigam a não fazer a crítica que têm de fazer ou não se comportar como tem de se comportar.

É isso que penso.

Agradeço.

Meu aplauso a todos vocês. Podem contar com meu partido e comigo na defesa dos direitos sagrados da liberdade do jornalismo, da imprensa no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Crivella pela sua fala.

Todos terão direito, depois que os Senadores falarem, naturalmente, de usar novamente da palavra.

Neste momento, quero registrar a presença aqui conosco do jornalista Fonseca, que conheço há trinta ou quarenta anos – só não vou dizer a tua nem a minha idade, a minha já disse – e também do Paulo André, do Roberto Rodrigues, enfim, de todos que estão conosco aqui.

Passo a palavra, nessa mesma linha, ao Fábio Marçal, que também é daqueles que conheço há trinta anos e é Presidente do Comitê de Imprensa do Senado.

O SR. FÁBIO MARÇAL – E trinta anos passam rápido, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É, passam rápido.

O SR. FÁBIO MARÇAL – É interessante. Falando em trinta anos, lembro que nossa democracia tem menos de trinta anos. Antes, eu me lembro de Senador correndo dos policiais. Eu me lembro muito disso. Por isso é que a gente votava sempre no Paim. O Paim correndo naquele carro de som lá. Não dá saudade, porque aquele momento era horrível para o País.

A liberdade de imprensa ainda não existe, principalmente em função de nossa democracia jovem, na totalidade no Brasil. Nós estamos na Casa do Povo, no Senado Federal, e semanalmente temos problemas de liberdade de imprensa aqui no Senado Federal.

É bom relatar o trabalho incansável do Diretor-Geral de Comunicação, Fernando César Mesquita. Á medida que os casos vão ocorrendo, ele vai dando soluções . Hoje mesmo nós temos mais uma denúncia de um jornalista, também da V Bandeirantes, contra a Polícia Legislativa, que não permite gravações de passagens nos finais de semana de repórteres de televisão. Isso nunca ocorreu nem no período da ditadura. A passagem seria a gravação aqui, no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Aqui, no Senado?

O SR. FÁBIO MARÇAL – Aqui, no Senado. Então, a Polícia Legislativa retirou a equipe da TV Bandeirantes, porque não poderia gravar a frente do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu tive a liberdade, casualmente, há poucos minutos, de fazer um contato com Fernando Mesquita para que ele faça um depoimento, porque eu acho que uma questão como essa é inaceitável.

O SR. FÁBIO MARÇAL – O pior é que isso ocorre, como aconteceu também com o jornalista Victor Boyadjian, da Rádio Bandeirantes. Eu o acompanhei na peregrinação para fazer um boletim de ocorrência contra um Senador, Roberto Requião. A Delegacia do Senado disse que não podia fazer BO (boletim de ocorrências) contra o Senador, porque não pode – é o dono do mundo. A Polícia Civil também não, devido ao foro privilegiado. O delegado estava apavorado. A Policia Federal registrou o BO, e eu tenho certeza de que não vai dar em nada, porque o grande problema do nosso País é este: existe uma corte e existe o povo.

O povo... Existe uma coisa muito ruim em nossa Justiça, que é muito lenta, que se chama impunidade. Então, tenho certeza de que nada vai ocorrer, como nada ocorre neste País.

Imagine você como é trabalhar em jornal do interior ou até de Estado , de muitos Estados, que depende da verba pública para veicular... Isso, vou dizer aos meus colegas, é uma coisa impossível, porque se você apura uma matéria contra os interesses do governo estadual ou da prefeitura, você vai para a rua. Por isso eu digo: a nossa democracia é jovem, e a nossa liberdade de imprensa tem ainda muita coisa para chegar lá.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento o Marçal, que fez uma denúncia corajosa. A denúncia que ele fez aqui é da maior gravidade. É muito mais grave do que muitas outras coisas que ouvimos. Se você faz determinada matéria num jornal do interior que não é do interesse do Município poderá ira para a rua. E do Estado também. Acho da maior gravidade a denúncia que você faz aqui. Por isso, estou dando esse destaque aqui, porque nós todos temos de refletir. É inadmissível que o jornalista, no exercício da sua profissão, faça uma matéria que não interessa ao prefeito ou ao governador e acabe sendo demitido. Isso é, de fato, um absurdo.

O SR. FÁBIO MARÇAL – Eu tenho certeza de que os nossos colegas do Sindicato do Rio e de São Paulo confirmam que isso ocorre. Eu leio diariamente nos nossos veículos, nos "comuniques" da vida, Jornalista & Cia, denúncias de que isso ocorre. Isso é inadmissível em nosso País, que quer consolidar uma democracia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Fábio Marçal!

Passo a palavra, de imediato, a José Augusto de Oliveira Camargo, Presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DE OLIVEIRA CAMARGO – Bom-dia a todos!

A Senadora vai falar antes de mim?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, ela pediu para falar logo após V. Exª, e a palavra já está assegurada a ela.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DE OLIVEIRA CAMARGO – O Marçal fez a coisa certa: falou...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me ainda: está conosco o Senador Eduardo Amorim, sempre presente.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DE OLIVEIRA CAMARGO – O Marçal falou de maneira clara, para ser entendido e falou pouco para ser aplaudido. Acho que eu vou ser um pouquinho mais longo. Peço, portanto, um pouco mais de paciência.

Cumprimento, inicialmente, a Mesa; o Senador Paulo Paim, pela iniciativa; os demais Senadores; todos os presentes; na pessoa da Susana quero cumprimentar as jornalistas e os jornalistas aqui presentes; bem como todas as autoridades e começar minha breve explanação dizendo que Luiz Roberto estava sentado mais ou menos aqui onde eu estou e quero dizer que para que não se registre essa história de que os trabalhadores, os sindicalistas, não concordam absolutamente com o que os empresários dizem, quero dizer que a fala do representante da Abert foi correta e foi pontual quando ele disse que os atentados, os problemas, as violências contra os jornalistas não contra aquele profissional; são contra a ideia da liberdade de imprensa, são contra a informação, são contra o estatuto do direito à informação da população. Nós concordamos – acho que todos os que estão nesta sala concordam – com a importância de a Comissão de Direitos Humanos discutir esse fato. Se nós nos debruçarmos sobre as estatísticas referentes à violência física contra os jornalistas, veremos que elas são muito menores – número de mortes por exemplo – do que as relativas à grande parte das outras profissões. Basta imaginarmos o drama da construção civil quanto ao número de mortos, mutilados, vítimas de acidentes. Portanto, numericamente, essa questão pode ser considerada de menor importância. No entanto, ela é simbólica, trata de um direito coletivo, trata do direito da população brasileira de ser informada.

Ao calar o jornalista, não se procura calar a pessoa física daquele cidadão, daquele trabalhador, mas a informação; procura-se impedir a livre circulação das ideias, a livre circulação da informação. Essas iniciativas deixam isso claro para a sociedade.

Lembro o objeto inicial desta nossa conversa, um projeto de lei específico sobre a punição aos crimes, com destaque na ordem de votação. Isso é importante, porque ele sinaliza, como disse o Lincoln, que pequenas coisas, se não forem devidamente abordadas, podem se tornar grandes problemas. Por isso, esta Comissão e esta Casa estão no caminho certo ao fazer essa discussão. Portanto, apoiamos essa iniciativa, apoiamos essa ideia e concordamos com as premissas sobre as quais estamos falando aqui.

Daí, quero passar a um segundo aspecto dessa questão da violência, dessa questão da censura, que é a violência mais difusa, que já foi tocada aqui também. Tenho aqui números, mas não acho que deva apresentá-los integralmente. A Fenaj faz um levantamento anual da violência contra o jornalista, levanta o número de crimes, assassinatos, violências. Ele só

comprova que o maior problema não é – falo em termos numéricos – a violência física contra o profissional, mas aquilo que, no relatório anual que a Federação dos Jornalistas faz, aparece como o grande problema do atentado à liberdade de imprensa, aquilo que fica no relatório anual sob a rubrica de motivos políticos ou relacionados à administração pública. Os exemplos colocados aqui já demonstram que o maior problema da violência contra o jornalista está contabilizado naquilo que a Fenaj chama de motivos políticos ou relacionados à administração pública. A maioria dos casos coletados e classificados pela Fenaj está nesse quesito, nesse quadro, o maior número de problemas que temos quando enfrentamos a questão da censura, da violência.

Dito isso, num segundo passo, quero ilustrar o que estou dizendo com um fato que aconteceu m Portugal.

Vou citar uma ONG que muita gente conhece. Em que pesem as sérias críticas contra ele, a ONG Repórteres sem Fronteiras faz um *ranking* de liberdade de imprensa no mundo.

Portugal estava no oitavo lugar do *ranking* da Repórteres sem Fronteiras. Quando isso foi divulgado, há três anos, os sindicatos dos jornalistas de Portugal, as instituições representativas dos profissionais, várias entidades protestaram porque não enxergavam esse grau de liberdade de imprensa em Portugal. Entendiam que havia, sim, censuras, que havia, sim, alguns limites que aquele relatório da Repórteres sem Fronteiras não media. Em vista dessa posição dos jornalistas de Portugal, a ONG aumentou o número de consultas que faz para medir esse *ranking.*

É assim que ela funciona: ela tem uma série de "representantes e correspondentes" nos diversos países que ela consulta anualmente para saber como eles entendem a liberdade de imprensa local, de seu país, e ela estabelece um *ranking.*

E a crítica que eu disse que fazemos em relação ao Repórteres sem Fronteiras é a mesma que os jornalistas de Portugal fizeram, porque eu sou presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, o maior sindicato de jornalistas do Brasil, certamente um dos maiores sindicatos de jornalistas da América Latina, e nunca fui ouvido pelos Repórteres sem Fronteiras sobre a minha opinião sobre a liberdade de imprensa no Brasil. Celso Schröder também nunca foi ouvido como presidente da Fenaj. Nenhum dos presidentes dos sindicatos aqui presentes jamais foi ouvido.

Depois que os jornalistas portugueses se manifestaram, a colocação de Portugal no *ranking* dos Repórteres sem Fronteiras caiu da oitava posição para a décima oitava. Em dois anos, despencou do oitavo lugar – era considerado um dos países com maior grau de liberdade de imprensa –, e hoje está entre os países intermediários. Por quê? Porque a crítica dos jornalistas – semelhante à crítica que estamos fazendo aqui – era no sentido de que, além da violência, há uma série de fatores que limita a liberdade de imprensa. O que limita a liberdade de imprensa está mapeado pela Fenaj, como eu disse, no que chamamos de censuras, processos judiciais e atividades que impedem que o jornalista exerça a liberdade de imprensa de maneira substancial.

Nós estamos, aqui no Brasil, com um problema sério quanto a esse aspecto. Em que pese a opinião que foi colocada aqui sobre a Lei de Imprensa, nós precisamos de uma lei de imprensa. Não se trata de criar mecanismos para coibir a violência, porque estes estão sendo imaginados, causam traumas sociais e mobilizam opiniões, e sobre eles nós incidimos, a sociedade incide, e, dentro das nossas possibilidades, conseguimos minimamente tratar desse assunto. A Susana, a propósito, deu exemplos práticos do que o Rio de Janeiro fez no caso da violência concreta contra jornalistas. Mas essa violência institucionalizada, essa violência submersa que é praticada através do controle da informação, não é tocada.

Essa violência não será protegida com ações heróicas de jornalistas. Em São Paulo, eu disse para estudantes que, se um companheiro se insurge dentro de uma redação contra a orientação de uma matéria – e casos assim já aconteceram –, ele é muito respeitado pelos colegas, mas vira um herói desempregado. Não existem mecanismos de controle, de proteção e de acreditação que permitam que o jornalista possa usar o seu direito objetivo de liberdade de imprensa contra determinadas instituições que têm mais poder, porque, como foi dito aqui pelos companheiros de Mesa, particularmente pelo Marçal, há uma relação de força, que é assimétrica, entre o jornalista e a empresa e entre o jornalista e os órgãos públicos.

Isso só será resolvido pelos senhores deputados e pelos senhores senadores. Cabe a esta Casa, ao Parlamento brasileiro, criar uma cultura e criar instituições para vencer esse estado de coisas que tem atrapalhado a liberdade de imprensa no Brasil. Nós precisamos dos senhores e das senhores, deputados e senadores, para que esse debate seja cada vez mais profundo e para que se criem mecanismos neste País que, efetivamente, deem condições para a existência da liberdade de imprensa, uma liberdade substantiva, uma liberdade que não seja tutelada seja pelo poder econômico seja pelo poder político. Precisamos disso, os jornalistas precisam disso para trabalhar, a sociedade brasileira precisa disso para se informar.

Nesse sentido, também quero dizer, como representante de uma entidade de jornalistas, que a MTV, ao assumir essa sua postura pública, cria exatamente essa cultura de que estamos falando aqui. Por quê? Se a MTV não tivesse assumido a postura ética de tomar, ela mesma, essa iniciativa, que instrumento...

O SR. VICTOR ANTÔNIO SOARES FILHO – Ela não tomou.

O SR JOSÉ AUGUSTO CAMARGO – Ela não tomou?

O SR. VICTOR ANTÔNIO SOARES FILHO – Ela só tomou a iniciativa depois de ser provocada pelo Ministério Público em função de uma ação do Deputado Paulo Pimenta, do PT do Rio Grande do Sul. Ela não tomou a iniciativa.

O SR. JOSÉ AUGUSTO CAMARGO – Eu retiro o elogio, mas mantenho o exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A representante da MTV está aqui, vai poder usar a palavra num segundo momento. O importante é que houve uma retratação, a busca de uma conciliação de novos programas com os mesmos atores, e a provocação feita. Mas o registro que fiz no início – e ela está aqui – foi que achei importante que soluções estivessem sendo buscadas.

O SR. JOSÉ AUGUSTO CAMARGO – O importante é responder o seguinte: se não tivesse havido essa iniciativa oficial, parlamentar, como não há lei de imprensa, como não há direito de resposta, como as entidades representativas iriam exigir publicamente essa reparação? A MTV teve a sensibilidade de entender o processo e se posicionar, mas se ela não quisesse fazer isso, a exemplo da maneira como agem vários veículos cotidianamente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A representante da MTV está aqui...

O SR. JOSÉ AUGUSTO CAMARGO – Ela está aqui, mais um ponto de louvor.

Se ela não tivesse feito isso, essa história estaria no rol das situações de imprensa não resolvidas, aquelas situações em que as pessoas tem de se queixar ao bispo, porque aos poderes públicos é muito difícil, uma vez que não há esse arcabouço legal.

Portanto, encerro dizendo que o papel desta Comissão é levantar esta questão.

No que diz respeito à legislação, há aqui uma iniciativa da Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão que vem se somar a outras iniciativas aqui. O Parlamento brasileiro está de parabéns, porque está recuperando um protagonismo na área da comunicação que, desde 1988, ele se furtou a assumir ao não regular o capítulo da Comunicação. Agora, os senhores e as senhoras se deram conta da importância e da magnitude desse tema, estão recuperando o protagonismo desta Casa e prestando um grande serviço para a sociedade brasileira.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradeço ao presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo.

A nossa audiência já conta com a presença dos Senadores Marinor Brito, Pedro Simon, João Alberto, Suplicy, Crivella, Eduardo Amorim, Wellington Dias, Vicentinho e Ana Rita. Alguns Senadores estão entrando e saindo, mas estiveram aqui prestigiando este debate.

Quero fortalecer essa questão da MTV, porque o próprio Paulo Pimenta me ligou ontem – nós tínhamos até pensado em fazer uma audiência pública – e cumprimentou a posição da MTV assumida mediante conciliação e entendimento.

Nós teremos uma reunião aqui na próxima quinta-feira, às 12h, uma reunião interna, de trabalho, da qual participará o Romário, o Paulo Pimenta, o Wellington Dias, o Crivella e o Lindbergh Farias. Esses parlamentares estarão conosco, a MTV também, mas para uma reunião interna, para avançarmos ainda mais em defesa dos autistas. Faço este registro porque todos já confirmaram suas presenças. Vai ser quinta-feira ao meio-dia, uma reunião interna, não é uma audiência pública.

Com a palavra, a Senadora Marinor Brito e, em seguida, o Senador Simon.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Bom dia a todos e a todas. Eu queria cumprimentar o Senador Paulo Paim por mais esta iniciativa, uma iniciativa corajosa, que só é possível pela história, pela trajetória política em defesa da democracia, da liberdade...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – [*Intervenção fora do microfone*.]

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Por que corajosa, perguntou o Senador Pedro Simon. Corajosa porque esta audiência poderia estar fadada ao fracasso; corajosa porque, quando se trata de enfrentar questões relativas ao funcionamento da Casa, sobretudo do que envolve os nossos pares, geralmente existe uma resistência, existe uma ausência, existe um silêncio absoluto. Está aí o exemplo da nossa Comissão de Ética, o histórico que tem a nossa Comissão de Ética, aqui, no Senado, em relação à averiguação, à investigação de processos relativos a denúncias feitas contra os Senadores.

Espero ter explicado ao Senador Pedro Simon por que fiz esta referência ao Paim, de corajosa. Porque fazemos um pedido de audiência quando queremos ver o problema ser enfrentado, fazemos a proposta de audiência quando queremos criar condições...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Como vai ter na quinta, por iniciativa de V. Exª, a questão dos povos indígenas.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Pois é. Quando queremos criar condições no ambiente de dar passos adiante. E, como bem colocou o José Augusto, Presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, esse não tem sido o histórico. A impunidade, a falta de envolvimento tem sido uma lógica permanente nos debates que demarcam conflitos.

Embora o Senador tenha me tirado do roteiro que eu havia pensado inicialmente – mas não tem problema, faz parte da discussão –, gostaria de cumprimentar todos os sindicalistas, todos os representantes de federações que aqui passaram e que aqui estão, e também gostaria de me solidarizar com o Victor Antônio, que é mais um dos que sofrem a violência do autoritarismo, do abuso de poder. Quero dizer que maior do que esse tipo de violência, concordando uma vez mais com o José Augusto, é a violência da censura, é a falta de liberdade e o controle sobre a informação, que é uma realidade dessa categoria no Brasil inteiro.

Não consigo vislumbrar qualquer avanço nesse sentido, qualquer passo que possamos dar para enfrentar esse estado, essa situação, que é a realidade brasileira, se não avançarmos num capítulo que está estagnado neste País: a redemocratização dos meios de comunicação no Brasil.

Nenhum outro aspecto da democracia brasileira avançará enquanto os monopólios da comunicação tiverem o aval da política governamental, tiverem o aval do Congresso Nacional. Não acredito nessa possibilidade. Por isso, um dos itens que considero absolutamente importante no debate que está mascarado aqui no Congresso Nacional da reforma política é dar um passo significativo, criando mecanismos para democratizar a comunicação em nosso País.

A reforma política, se permanecer tudo como está até este momento, Senador Paim, vai-se reduzir, vai-se estreitar, vai-se apequenar na reforma eleitoral para atender alguns itens desta discussão que a população brasileira não suporta mais conviver, que é a pressão feita a exemplo do que foi feito através da Lei da Ficha Limpa, mecanismo de participação direta do povo que causou constrangimento e até intimidação dos Congressistas deste País, obrigados que foram a aprovar a Lei da Ficha Limpa aqui no Senado Federal, por unanimidade.

Sou militante do Movimento Nacional pela Democratização da Comunicação. Não me apresentei, mas sou a Senadora Marinor Brito, do PSOL do Pará, e estou aqui por uma história de luta, de militância na esquerda socialista, ex-militante do Partido dos Trabalhadores, hoje dirigente do PSOL no Pará, e que também fui conduzida para cá por esse movimento nacional de luta pela democratização no País e que teve um estímulo, digamos assim, nesse último período, com a Lei da Ficha Limpa.

Estou aqui ocupando o lugar que talvez, diretamente, fosse ocupado pelo ex-Deputado Jader Barbalho, que é o protagonista maior... As interrupções dele são sempre positivas, felizmente. Mas por pressão popular, pela luta que vimos exercendo no Brasil, acabamos conseguindo chegar aqui. Não sei quanto tempo vou conseguir ficar por aqui; acredito que não será por muito tempo, embora esteja fazendo resistência, esteja tentando ajudar a dificultar a vinda dos fichas sujas – e não só do Jader Barbalho, porque não é uma questão de legislar em causa própria – mas porque essa luta é nacional e de interesse de todo o povo brasileiro.

Mas queria dizer que essa questão do controle das empresas de comunicação é absolutamente lamentável. Estamos vivendo agora, no Pará, uma situação absolutamente adversa a todo esse desejo que está sendo demonstrado aqui. O próprio Jader Barbalho, hoje, tem concessão pública de duas empresas diferentes: uma empresa rádio e TV na região do Tapajós, que é vinculada à Rede Globo; e tem concessão de outra empresa que atua em todo o território paraense, que é vinculada à Bandeirantes. Então, são duas concessões públicas, fora as diversas rádios das quais ele recebe concessão diária, com a facilitação do Ministério das Comunicações, com o aval do Congresso Nacional, para fazer política do jeito que quer, para deixar os seus empregados da comunicação, os seus jornalistas intimidados no dia a dia, sendo proibidos de citar o meu nome, sendo proibidos de me entrevistar durante todo o processo eleitoral e agora principalmente.

Se vocês abrirem os *sites*, não vão encontrar o meu nome no jornal *Diário do Pará*, mesmo depois de ter sido eleita, de ter sido diplomada, de ter sido empossada. Isso é só para demonstrar que essa realidade, esse sonho de mudança, de transformação, passa, sim, por um processo mais organizado do povo brasileiro. E a categoria de vocês é essencial, ela tem um papel fundamental nesse processo. Por isso, essa iniciativa, hoje, no Senado Federal, é valorosa, porque acho que podemos nos reunir neste momento e trocar esse desejo. E fiquem sabendo que vocês não estão sós, aqui tem gente corajosa, aqui tem gente combativa, comprometida com a democracia neste País, solidária e capaz de tomar iniciativas, de fiscalizar esse processo. Não sei quanto tempo fico aqui, mas enquanto estiver aqui, Senador Paim, quero ver apurado até o último minuto o processo que envolve o jornalista Victor Antônio e o Senador Roberto Requião.

Realmente eu confundi. Mas quero dizer a vocês que vou ficar atenta a essa questão. O que pudermos fazer, recebendo a contribuição de vocês no processo de discussão da reforma política... Penso que vocês precisam fortalecer essa frente, porque não é uma frente parlamentar, mas uma frente parlamentar e popular, que tem esse caráter de interagir com a sociedade civil para que possamos ter uma síntese e vocês possam nos ajudar a nos preparar para fazer a defesa de um projeto de reforma que não esteja desvinculado deste debate, que, para mim, é central: a democratização da comunicação em nosso País.

Agradeço a oportunidade. Infelizmente, estamos numa correria; estou em três comissões importantes. Faço parte da Comissão de Educação e da Comissão de Economia, e há debates muito importantes acontecendo na Casa. Por isso, demorei a chegar e estou esperando ser chamada para interagir com outros assuntos que são de interesse público.

Muito obrigada. Parabéns pela luta de vocês! Contem conosco!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senadora Marinor Brito, sempre muito firme nas suas posições nesta audiência, onde homenageamos a imprensa e todos os seus profissionais.

Com a palavra o Senador Pedro Simon.

Antes, no entanto, quero registrar que já está na mesa conosco o Sr. Sionei Leão, que é Coordenador da Comissão dos Jornalistas pela Integração Racial.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, Srs. Jornalistas, Srs. Senadores, fiz a pergunta a Senadora porque não entendi... Para mim, esta é uma reunião a mais singela, a mais simples e a mais normal. Tenho o maior carinho e o maior respeito pelo Senador Paim. Ele tem tido, realmente, uma atuação revolucionária e corajosa, mas dizer que para fazer uma reunião no Governo do PT para discutir jornalismo tem que ter coragem... Não estou entendendo. Isso é uma coisa normal. Mais amigo dos jornalistas do que o PT foi a vida inteira, uma unanimidade, uma intimidade...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Agora é minha vez de interromper. Mas, hoje, no PT, isso se torna um ato de coragem.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu venho de uma época, provavelmente V. Exª não tinha nascido, lá no início da ditadura, em que o PT lutou para defender a imprensa. Foi realmente muito bonito. Foi um papel, realmente, espetacular. Então, acho que no Governo do PT, o Presidente da Comissão sendo do PT, reunir para falar sobre liberdade de imprensa não é um ato de coragem, é rotina. Acho que deveria ter feito há mais tempo até.

Sr. Presidente, vou apresentar como sugestão – e apresento em primeiro lugar na sua Comissão, mas vou levar para outras também – um projeto que cria a função do *Ombudsman* junto à Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado.

Hoje, justiça seja feita, houve uma tremenda modificação com relação ao Congresso Nacional. Mudou. Sou do tempo em que quando um debate ia até às seis da manhã, o mais intenso, no dia seguinte o Jornal Nacional publicava o resultado: tanto a tanto. E ninguém ficava sabendo, ninguém tinha a mínima ideia do que tinha acontecido, nada. Quando o Sarney criou a TV Senado, em primeiro lugar, e, depois, a TV Câmara, a situação mudou. E mudou porque embora ainda estejamos longe de termos a TV e o rádio como um serviço aberto a toda a sociedade, não há dúvida nenhuma que a elite... E quando eu falo em elite, não falo na elite empresarial, mas na elite do interior dos Municípios, o dono do boteco, os presidentes dos partidos, os vereadores, os dirigentes religiosos, estes assistem e participam. E a presença da TV tem obrigado as emissoras a terem que acompanhar.

Eu me lembro que fez um sucesso impressionante a CPI do Sistema Financeiro, quando o Requião foi convidado para ser artista da Globo, porque o Ibope da Comissão batia a novela da Globo. No auge dos debates, quando apareceram os escândalos, o que aconteceu foi que uma série de outras emissoras de televisão passou a transmitir ao vivo. Rádios, jornais e televisão passaram a transmitir também ao vivo. Foi um período áureo, onde nós, nas nossas CPIs – a CPI dos Anões do Orçamento, a CPI do Impeachment, a CPI do Mensalão –, tivemos o período áureo do Congresso Nacional. Agora nós estamos na fase da nova Comissão de Ética, que... Como é a frase?

Então, as CPIs desapareceram. Eu não sou mais indicado para CPI, porque, se fosse, cairia fora. É um momento triste este. Mas até isso a televisão do Senado está mostrando para a sociedade. Até esse aspecto... Por exemplo, da desmoralização do Conselho de Ética, do ridículo do que aconteceu no Conselho de Ética, via TV Senado, a sociedade está tomando conhecimento.

Então, eu estou apresentando um fato novo. Sinceramente, eu acho o *ombudsman* da *Folha* uma das coisas mais sensacionais da imprensa brasileira. Para mim, pessoalmente, acho que é um dos pontos altos da nossa imprensa, principalmente porque ele é duro. Parece que ele tem um gostinho em bater na própria *Folha*. Então, eu acho que realmente é uma coisa importante. E a minha ideia é apresentar um *ombudsman* na nossa imprensa, na TV Senado, no *Jornal do Senado*, na Rádio Senado...

Em primeiro lugar, convém que a gente saiba que nós, Senadores... Eu, por exemplo, fico sabendo quando vejo na televisão, porque a gente não é consultado para nada. Não me lembro de ter participado de uma reunião para dizer: "olha, vamos discutir uma pauta"; para saber como vai ser, ou como não vai ser, mais esse programa, mais aquele programa. A gente fica sabendo...

Então, "O Senado Federal cria a função de *ombudsman* junto à Secretaria Especial de Comunicação Social com as seguintes finalidades, direitos e obrigações..." Isso é a proposta, é um projeto inicial em cima do qual... Inclusive, os colegas vão receber e eu faço um apelo para que apresentem sugestões.

I – acompanhar as atividades dos veículos de comunicação da Casa, exercendo um papel crítico diante do material produzido e divulgado;

II – receber, avaliar e encaminhar as críticas oriundas da população com referência estrita ao trabalho dos meios de comunicação do Senado;

III – produzir e publicar nos veículos da Casa um relatório semanal sobre suas atividades, texto que também será encaminhado aos Senadores, às chefias de gabinete e às assessorias de imprensa dos Senadores;

IV – os veículos de comunicação do Senado ficam obrigados a publicar o relatório semanal do ombudsman;

V – fica garantido o direito e o dever de resposta às críticas do ombudsman.

Art. 2º. Da condição funcional, regime de trabalho, carga horária e remuneração do ombudsman.

O cargo de ombudsman será exercido por profissional contratado no mercado de trabalho e sem vínculo com o corpo funcional do Senado.

Se nós pegarmos um "chapa branca", não resolve nada.

O mandato máximo na função será de dois anos, vetada a recondução e contratação para o corpo funcional do Senado.

Quer dizer, não pode ser ombudsman por dois anos e depois virar funcionário. Mesmo colocando isso, é capaz de terminar acontecendo.

O cargo de ombudsman deve ser exercido livremente, sem obrigação de obediência hierárquica no âmbito do Senado.

O ombudsman deve realizar reuniões semanais com editores dos veículos da Casa.

Dos critérios para escolha dos candidatos: jornalista com curso superior... Nesse curso superior, já tenho medo de... Não sei se devo tirar o "curso superior", mas também não sou muito...

...com um mínimo de cinco anos de experiência profissional, contrato de trabalho de dois anos, análise de currículo e sabatina na Comissão de Constituição e Justiça do Senado

Justificativa

Os dicionários apresentam interpretações diversas para o significado da função de ombudsman.

Sua origem e finalidades...

No essencial, trata-se de uma ocupação característica da modernização e do estágio de avanço das democracias.

Atualmente, é uma função adotada em todo o mundo por organizações e instituições preocupadas com a transparência de suas atividades perante a sociedade, resultando na valorização da cidadania.

Nesse cenário, o Senado brasileiro, que já instituiu uma ouvidoria para acolher as sugestões, elogios, reclamações e críticas do cidadão, não pode deixar também de introduzir em sua estrutura a função de ombudsman no âmbito da Secretaria Especial de Comunicação Social.

O Senado dispõe de uma complexa e eficiente estrutura de comunicação social, com a edição e promulgação de notícias e matérias especiais que divulgam o trabalho dos Senadores e aproximam instituições da sociedade.

Milhões de brasileiros compõem as audiências da TV e da Rádio Senado, acompanham as notícias da instituição pela Internet com as agências do Senado e acessam o sítio oficial da Casa.

Esse numeroso contingente de pessoas interessadas na atuação dos Senadores passará a contar também com a atividade de ombudsman, que estará, permanentemente, acompanhando, com olho crítico, o trabalho dos meios de comunicação do Senado.

Diante dessas circunstâncias, consideramos que a criação da função de ombudsman, como prevê este Projeto de Lei que ora apresento, representará um progresso para o Senado, mantendo a instituição dentro dos marcos da modernidade, fortalecendo o Poder Legislativo e a cidadania.

Isto é importante, porque, caso contrário, tem o Secretário, indicado pelo Presidente, e, daqui a pouco, há um endeusamento de alguns, não sei o quê dos outros, e sai da sua realidade.

Eu acho que é muito importante que essa imprensa do Senado tenha a respeitabilidade da sociedade, tenha a credibilidade da sociedade. Isso é importante.

Tem uma parte que – justiça seja feita – é diretamente ligada aos Parlamentares. Estamos reunidos aqui e, se esta Comissão for para a televisão ou para a rádio, todo mundo vai ficar sabendo, o plenário é ao vivo, todos ficam sabendo com relação a essa parte. Mas tem uma série de programas nos fins de semana, tem uma série de debate, tem uma série de consultas,

tem uma série de filmes que são feitos sobre a interpretação de fatos, sobre a própria Revolução, que eu chamo de ditadura, e as coisas que vieram depois etc.

Então, acho que seria muito importante que nós mantivéssemos essa lei.

Entrego a V. Exª, em primeira mão, o projeto que vou apresentar, porque acho que ele realmente é muito importante. (*Palmas*.)

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Senador Paim, permita-me parabenizar o Senador Pedro Simon pela iniciativa.

Há umas três semanas, eu fui vítima, como Senadora da República, representando um setor da sociedade, obviamente, no debate e no posicionamento que a TV Senado tem e expressou publicamente sobre Belo Monte, em favor de Belo Monte.

Quando da decisão da OEA, da suspensão do projeto de Belo Monte, eu me pronunciei no Senado utilizando os argumentos que foram trazidos para nós através do painel de especialistas que está discutindo Belo Monte, que está se contrapondo a Belo Monte, e a programação a que eu assisti, quando estava numa diligência que foi boicotada pelo Senado Federal. Eu a realizei quase na marra. Eu assisti ao programa, que era pró Belo Monte, e quem estava sendo ouvido para repercutir a decisão da OEA era um Senador que representava o Governo e um outro Senador que representava os empresários que querem explorar Belo Monte. Então, eu me insurgi contra isso, procurei o Diretor aqui e pedi praticamente direito de resposta, que eu tivesse uma oportunidade de expressar uma posição contraditória. Portanto, vem ao encontro de muitas injustiças, da falta de democracia e da parcialidade que nós já evidenciamos no posicionamento da TV Senado.

Parabéns, Senador! Se eu estiver aqui, conte com meu voto e com meu apoio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Marinor Brito.

Eu vou passar a palavra ao Senador Eduardo Amorim, mas, se antes me permitir o Senador, gostaria de dizer ainda algumas palavras.

Senador Simon, eu primeiro cumprimento a sua iniciativa. Eu vou tomar a liberdade de pedir cópia e entregar a todos os nossos convidados, na linha que o senhor recomendou, quem tiver alguma contribuição a dar ao projeto...Pelo que percebo aqui na Mesa, é quase uma unanimidade. Meus parabéns a V. Exª. Só essa iniciativa já deu o resultado concreto e objetivo desta reunião da Comissão de Direitos Humanos. Eu agradeço em nome de todos ao Senador Simon.

Passo a palavra, de imediato, ao Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, saúdo a todos em nome da Drª Susana, a única representante do sexo feminino na Mesa, já que estamos vivendo este momento tão importante, em que as mulheres, cada vez mais, ocupam espaços importantes. Isso é muito salutar.

Senador Pedro Simon, não estou surpreso com a atitude do Senador Paulo Paim, porque tenho sido testemunha viva e real, face à frequência que tenho tido nesta Comissão, mesmo como membro suplente, onde se têm realizado bons, grandes e importantes debates. Semana passada, assistimos a um debate muito importante com juízes, procuradores federais, depoimentos emocionantes, executores, representantes de nosso Estado, mas ameaçados de morte. Então, tenho sido testemunha disso.

Talvez, não sei se por conta do pouco tempo em que estou aqui – quero crer que não –, mas o Senador Paulo Paim tem conduzido esta Comissão com muito louvor.

Então, digo isso como um testemunho, Senador Pedro Simon. Independente da sigla partidária, quero dar meu testemunho. Tanto é que estamos vivendo mais um momento grandioso nesta Comissão. Eu não entendo e não vejo democracia forte, justiça social, dignidade social, se não tivermos uma imprensa livre. A liberdade é o primeiro de todos os direitos. Faz parte do rol de direitos de primeira geração. Seja lá que liberdade for, por ela passa também a liberdade de imprensa. Só vamos ter um país democraticamente forte, rico, com a justiça social plena, se tivermos uma imprensa livre, autônoma, democrática e, com certeza, responsável.

Eu sou novo nesta Casa, estou no meu segundo mandato. Sou médico especialista em dor. E vejo que a pior de todas as dores é a dor social, e por ela passa a dor...Tive a oportunidade de fazer duas residências médicas. Mas a pior de todas as dores, com certeza, é a dor social. É a dor que não atinge apenas um, é o sofrimento que não atinge apenas um – dor é igual a sofrimento –, mas toda uma coletividade, toda uma sociedade. Essa sim, essa não se trata com uma simples receita, mas com atitudes e coragem de homens e de pessoas de bem. E incluo, entre eles, vocês, que fazem parte dessa tão importante categoria para todos nós. Ainda bem que temos heróis e pessoas responsáveis. Para mim – e digo isto com muita convicção –, a imprensa é a luz que faz refletir tudo que passa no nosso meio social.

Sendo breve nas minhas palavras, conte conosco! Estou aqui e entendo o meu mandato como uma missão. Sei que não é fácil ser político neste País,

mas é necessário que tenhamos pessoas responsáveis em todos os cantos, sobretudo nesses tipos de atividade e, entre elas, na política. Pessoas boas e pessoas más, pessoas comprometidas e pessoas descomprometidas existem em todos os segmentos, em todas as atividades – na medicina, na advocacia, na magistratura, no jornalismo, no sacerdócio –, mas na política tem um fato que é diferente: não basta a minha vontade para ser político, tem de ser a minha e a de milhares de pessoas que vão a uma urna, em seu Colégio Eleitoral, e depositam ali a sua expressão de vontade, independente do tamanho da consciência, mas é a expressão da vontade. E a democracia se constrói com uma vontade forte, com consciência. E, para se ter essa consciência, é preciso um jornalismo forte e atuante.

Concluindo minhas palavras, Presidente, espero que esta Comissão, esta audiência pública não pare por aqui. Há muito o que fazer. Existem muitas omissões, como foi aqui relatado. Não pretendemos ser mais um desses que pecam por omissão. Isso não. Isso realmente é muito grave. Se cometermos o erro de pecar por omissão, nós vamos fazer o nosso papel, nossa atitude, que é, com certeza, aliviar o sofrimento que este País padece em muitos e muitos cantos, dos diversos tipos, e fruto de muitas e muitas perversidades. Perversidades não de anos apenas, mas, com certeza, de séculos.

Sou daqueles que sonha e que luta para materializar, para substancializar o sonho de um país digno, de um país justo, de um país onde possamos dizer, com muito orgulho: sou brasileiro sim, estamos pisando, com toda convicção, o melhor solo deste planeta. Não conheço nenhum outro solo mais rico, mineral e naturalmente, do que este. O que nós precisamos fazer é a nossa parte. Não pecar por omissão, não errar por omissão, sobretudo quando temos um instrumento precioso como este de estar aqui e poder transformar. Para mim, isto é um instrumento de transformação social.

Encerrando minhas palavras, inclua-me, Drª Susana, no exército de vocês, porque acredito neles. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Meus cumprimentos ao Senador Eduardo Amorim pela sua exposição.

A Senadora Marinor Brito tem que sair, mas pediu que eu lembrasse mais uma vez – e aqui o faço com muita satisfação – que, na próxima quinta-feira, às 10 horas, vamos ter aqui a apresentação do relatório da diligência feito em Belo Monte por esta Comissão, representada pela Senadora. Vamos ouvir em viva voz o painel de especialistas do Movimento Xingu Vivo, as populações tradicionais indígenas, os pescadores quilombolas e também o Ministério Público Federal.

Vamos ouvir ainda a representante da Abril MTV, que quer usar a palavra, e registro também a presença da representante do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, delegação regional para Argentina/Brasil/Chile/Paraguai/Uruguai, a jornalista Sandra Lefcovich. Antes de passarmos a palavra para o Celso Schröder, presidente da Federação Nacional de Jornalistas, vamos ouvir o Sionei Leão, coordenador da Comissão dos Jornalistas pela Igualdade Racial.

O SR. SIONEI LEÃO – Senador Paim, agradeço-o pelo convite em nome de meu amigo da Cojira, Roberto Rodrigues, jornalista combativo de muita qualidade. Cumprimento os Senadores, os demais profissionais da imprensa, tantas pessoas especiais neste plenário, os sindicalistas convidados, o Lincoln Macário, presidente do meu sindicato, ao qual sou filiado e no qual atuo – a Cojira é do Sindicato dos Jornalista de Brasília.

O tema é democracia numa comissão de direitos humanos. É interessante mencionar que democracia pode ter vários conceitos, mas certamente será consensual eu propor que a democracia tem três pilares: o Estado de direito, os partidos políticos livres e uma imprensa livre.

No que toca ao Estado de Direito, temos uma iniciativa, uma postura do CNJ, de tornar a Justiça mais célere, apressar os julgamentos, enfim, posturas para melhorar, dar mais qualidade ao Judiciário brasileiro. Isso já está em andamento. É claro que outras posturas, outras iniciativas seriam cabíveis.

No que toca aos partidos políticos, nós temos a reforma política em andamento. Tem uma proposição nesta Casa e tem uma proposição na Câmara dos Deputados.

No que toca à imprensa livre, até pessoas que me antecederam fizeram esta indagação: o que estamos fazendo para reforçar, para aprimorar o exercício da imprensa livre?

Várias idéias foram colocadas, e eu quero acrescentar duas discussões. Uma no que toca ao acesso à documentação, algo fundamental para o exercício dos jornalistas. Existem, no Brasil, vários documentos aos quais não temos acesso. O Presidente Fernando Henrique Cardoso, no final de seu governo, baixou um decreto dando sigilo secreto à documentação da Guerra do Paraguai. Há queixas de jornalistas para ter acesso a vários documentos que poderiam ser fruto de reportagem e servir para fazer uma transparência dos governos. Essa é uma dificuldade para o exercício do jornalismo. Essa é uma dificuldade, portanto, para a imprensa livre e é um obstáculo para a democracia.

Estou aqui no Parlamento, e poderiam ser alvo de Senadores e de Deputados Federais projetos que forcem o Governo brasileiro, no seus níveis, União, Estados e Municípios, a dar acesso a essa documentação.

Eu fui antecedido pelo presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, que colocou a preocupação da relação do Judiciário com as condenações a jornalistas. Existe uma formulação, existe um entendimento – a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo – Abraji faz isso muito bem – de que o Judiciário brasileiro, nos anos 1990, passou a ser muito severo com os jornalistas. São muitas as condenações, às vezes condenações que inviabilizam o profissional, às vezes inviabilizam a própria empresa, dado o valor das condenações. Isso é um dado tão impressionante que há institutos de direitos humanos internacionais preocupados com a situação do Brasil. A gente sabe que, no Brasil, às vezes ser processado é entendido como ser condenado. Processa-se uma pessoa e até que ela consiga, de fato, demonstrar que não deve aquilo, ela é vista, pela sociedade, como se fosse condenada.

Enfim, fiz essas ponderações, mas o convite a mim para estar aqui neste momento trata da questão racial brasileira. Eu tenho considerações para fazer a respeito. Essas considerações eu faço usando os dados desta semana do IBGE, que confirmou esta semana o que o Ipea já havia adiantado ano passado: que a população brasileira é pelo menos 51% do contingente populacional brasileira. Ou seja, os afrodescendentes são a maioria da população brasileira. Nos anos 90, os dados revelavam que os afro-brasileiros eram 44%, 46%. Hoje, são 51%. A maioria da população brasileira é negra, e são organismos sociais demonstrando isso.

Há algumas idéias aqui interessantes, Lincoln Macário. Ora, o de que se tem notícia é que o pioneiro do empresariado da comunicação brasileira foi o José do Patrocínio, no século XIX. Um negro, mas os dados são de que se ele não foi o primeiro, foi um dos primeiros empresários da comunicação no País. Ele atuou numa das campanhas civilistas mais importantes do Brasil que foi a Abolição. Talvez tenha sido superada apenas pela campanha das Diretas Já.

O primeiro repórter brasileiro – notem bem, não estou dizendo que é o primeiro repórter negro, não –, mas o primeiro repórter brasileiro foi um negro, João do Rio. Isso não é dito pelo movimento social negro. Isso é um dado histórico, as academias, os cursos de jornalismo dizem isso. O primeiro repórter brasileiro foi um negro: João do Rio. Natural até que isso ocorresse na virada do século XIX para o século XX, quando a função de repórter ainda estava se iniciando. Até então você tinha o que os estudiosos da comunicação denominam "jornalismo publicístico", que era aquela pregação que misturava publicidade com informação. No século XX, passa a existir a questão da objetividade. A reportagem é buscada fora da redação, ir para a rua e trazer uma informação.

(Comentário fora do microfone.)

O SR. SIONEI LEÃO – Isso. O primeiro repórter foi um negro. Olhem bem, o primeiro empresário, ou pelos menos um pioneiro do empresariado da comunicação foi um negro, José do Patrocínio, e o primeiro repórter foi um negro. Agora, vamos ao século XXI.

O Sr. – Permita-me um aparte. Mas o primeiro repórter negro de televisão do Rio Grande do Sul foi o nosso colega Roberto Rodrigues. É uma homenagem que faço a ele. *(Palmas.)*

O SR. SIONEI LEÃO – Alguém poderia me indagar: o que tem a ver?

O Sr. ? – E o último, eu acho. Acho que lá no querido Sul nunca mais apareceu mais um.

O SR. SIONEI LEÃO – Nunca mais, não. Esperamos que outros tenham a oportunidade e possam demonstrar competência como Roberto Rodrigues demonstrou. E chegou ali por mérito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O culpado um pouco fui eu, porque eu botei ele para trabalhar comigo há muitos anos. Foi e voltou. Foi e voltou, e está comigo de novo.

O SR. SIONEI LEÃO – Façamos hoje uma foto da nossa imprensa em todo território nacional, seja a imprensa televisiva ou mesma a imprensa de papel, a impressa, e vamos ter um dado para perceber a porcentagem de jornalistas negros atuando. Quantos empresários de comunicação negros existem no Brasil atualmente? Eu não conheço nenhum. Poder ser até que existam, mas eu ao conheço nenhum. Repórteres negros a gente, mas em uma escala pequena.

Vamos raciocinar: o que faz com que, no Brasil, tenhamos tidos um pioneirismo afrodescendente na imprensa e, hoje, exista essa invisibilidade. Aí é uma questão de direitos humanos, uma questão de oportunidades, é uma discussão social, é uma discussão macro. E este espaço aqui existe para fazê-lo.

Queria mencionar ainda, antes de um fecho, que, depois do João do Rio, a gente tem ainda momentos emblemáticos, quando o jornalismo de redação está acabando com aquela função de redator para se ter o repórter de texto final, acabar com aquela pessoa que vai pega a informação e tem o jornalista que fica ali só para melhorar o texto dele. Hoje se cobra que o repórter tem que ter texto final. O mesmo que vai para a rua é o mesmo que vem e escreve.

Nesse momento, a gente tem multimídia, essa palavras, outros poderão falar sobre isso. Mas, neste momento, a gente tem um nome muito simbólico, o

Milton Santos, conhecido como um grande cientista brasileiro premiado em várias universidades. Enfim, o Milton Santos foi um jornalista importante no *Jornal da Tarde*, em Salvador. Tão importante que o Governo Jânio Quadros...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS. *Fora do microfone.*) – ...Edson Cortez, o chamado *paparazzi,* também é uma lenda viva lá do Rio Grande como fotógrafo e hoje trabalha na Presidência da República. Então queria fazer esse registro. *(Palmas.)*

O SR. SIONEI LEÃO – E o Milton Santos, à época, era tão importante, tinha tanta reputação, que foi convidado pelo Jânio Quadros para ser embaixador num país europeu, acho que na Suécia. O Jânio Quadros havia convidado anteriormente Raymundo Souza Dantas, um jornalista negro da sucursal do *Estado de S. Paulo,* no Janeiro de Janeiro, para ser embaixador do Brasil em Gana. Jânio Quadros primeiro foi aplaudido por colocar um negro no corpo diplomático, mas, em seguida foi criticado: "Ora, você traz alguém para o corpo diplomático. Mas por que você coloca na África?". Por isso, ele convidou o Milton Santos para ser embaixador na Europa. Só que ele recusou. Enfim, estou mencionando isso só para dizer que os negros de um modo geral têm estado em momentos importantes na imprensa brasileira.

Quero fechar essa minha breve contribuição com uma metáfora, talvez seja mais que uma metáfora, porque foi mencionado aqui o Tim Lopes. Ora, a primeira pesquisa de comunicação que trata dos negros aqui no Brasil foi feita na USP, nos anos 70, pelo Borges Pereira, demonstrou que o contingente de negros na imprensa estava nos bastidores, ou usando a voz, porque existe um esteriótipo de que a voz negra é boa para rádio, ou fazer aquela voz na televisão, em que se ouve a voz, mas você não vê o rosto. Então havia muitos profissionais negros atuando assim: repórteres fotográficos, cinegrafistas, nos bastidores. Então era um espaço onde os negros poderiam atuar por conta da simbologia, do esteríotipo de estarem excluídos. Tanto que foi citado aqui o Roberto Rodrigues. Ele foi realmente um herói. Imagina a competência que ele teve que demonstrar para ocupar o espaço que ele ocupou. Foi um desafio.

O Tim Lopes está nessa lógica. Era uma grande profissional, mas estava nos bastidores fazendo grandes reportagens, apurando para que outros apresentassem com o próprio visual. E foi assassinado. Essa é uma metáfora. Eu queria acabar com uma coisa mais alegre, mas vou acabar com essa reflexão para pensarmos a respeito. O Tim Lopes ocupava o espaço que a imprensa tem reservado aos negros no Brasil: os bastidores. Ele estava fazendo um trabalho de excelência, de investigação jornalística. E foi assassinado nessa função.

Essa é portanto uma discussão de democracia e de direitos humanos. Deixo aqui essa reflexão aqui e agradeço o convite. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Sionei Leão, Coordenador da Comissão dos Jornalistas pela Igualdade Racial, que nos deu uma verdadeira aula sobre a participação dos negros e a caminhada deles, principalmente nos órgãos da imprensa.

Vou permitir a cada um dos convidados que exponha suas últimas considerações por três minutos, vou dar a palavra ainda à Srª Irges, mas, para encerrar, vou conceder a palavra ao Sr. Celso Schröder, Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas.

O SR. CELSO SCHRÖDER – Obrigado, Senador Paim. Quero cumprimentá-lo pela iniciativa de trazer para a Comissão de Direitos Humanos esse tema que é fundamental nesse dia em que está sendo comemorando no planeta todo o Dia da Liberdade de Imprensa. Ao trazê-lo para a comissão, prestigiou, deu a ele a dimensão que achávamos importante, e a presença e a intervenção dos Srs. Senadores e da pessoas que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Schröder, me permita que eu faça um aparte. Vai na mesma linha. Esta reunião teve um quórum, eu diria, dos mais representativos da história da Comissão. Está aqui conosco ainda o Senador Paulo Davim. Mas vou ler todos: Senadora Marinor Brito, Senador Pedro Simon, Senador João Alberto, Senador Suplicy, Senador Crivella, Senador Paulo Davim, Senador Eduardo Amorim – que está aqui conosco ainda –, Senador Wellington Dias, Senador Vicentinho, Senadora Ana Rita e Vital do Rêgo.

O SR. CELSO SCHRÖDER – E o Senador Paulo Paim?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu estou aqui. (*Pausa.*)

Com a ilustração feita pelo Senador Simon, com dois Ministros na Casa.

O SR. CELSO SCHRÖDER – É verdade. Isso dá a dimensão...

Obrigado, Senador Simon.

Isso dá a dimensão da importância do tema e da qualidade da convocação, demonstrando, Senador Paim, que nós estávamos muito certos, trinta anos atrás, quando o apoiamos para o seu primeiro mandato, que resultou na Constituição brasileira.

Eu começaria por isso, ressaltando um aspecto que, de alguma maneira, foi perpassado aqui, com uma visão de um lado e de outro: a dimensão que a

comunicação assume no Brasil após a democratização do País.

Os senhores devem lembrar-se – o Senador Paim, o Senador Simon, que teve uma importância decisiva naquele momento da formulação da Constituição Cidadã – de que o capítulo da comunicação – e o senhor se lembra, Senador – foi o capítulo que não conseguiu ser aprovado dentro da comissão. Teve de ir para o plenário e, a duras custas, conseguimos tirar-lhe quatro artigos. Desses quatro artigos, nenhum regulamentado até hoje, nem mesmo aquele que impede o monopólio e o oligopólio, um dos elementos mais nocivos à democracia, do ponto de vista da comunicação.

Com isso, eu queria iniciar, Senador Paim, dizendo que, ao contrário do que o Senador Crivella disse, com todo o respeito a ele, nós não temos um excesso de regulação e de regulamentação no que diz respeito à comunicação do Brasil. Nós temos uma ausência completa de regulamentação e de regulação no Brasil. E a que existe está completamente superada pela tecnologia, pelos fatos e pela apropriação privada que houve sobre a dimensão pública que deve ter a comunicação no Brasil.

Estamos saudando hoje a liberdade de imprensa e a liberdade de expressão e devo ressaltar: este é um tema que está acontecendo aqui e está acontecendo no Chile. Neste momento, nós estamos lá – a FEPALC, da qual tenho orgulho de ser presidente, Federação dos Periodistas da América Latina e do Caribe –, fazendo o mesmo debate, compreendo que o que está em jogo, Srªs e Srs. Senadores, é a apropriação que houve sobre o conceito de liberdade de expressão.

Todos nós defendemos a liberdade de expressão, mas a liberdade de expressão que nós defendemos, jornalistas e cidadãos, é a liberdade de expressão que está no âmbito das regras internacionais, que é a liberdade do público, do cidadão como ente difuso e não como alguém concreto. Isso é diferente da atribuição de liberdade de expressão de um cidadão concreto, de um cidadão indivíduo, pois é de origem nórdica, de origem anglo-saxônica essa visão de Direito, que, aí sim, pressupõe que a liberdade de expressão é do dono da empresa, ou que seria liberdade de expressão do jornalista. E não é! Não é nem mesmo do jornalista, nem mesmo do dono da empresa. Liberdade de expressão, reafirmada, concretizada na liberdade de imprensa, é um direito humano, um direito, portanto, difuso, e que tem de ser garantida pelos jornalistas e pelas empresas de comunicação.

E, para exercer esse direito, a liberdade de imprensa tem de merecê-lo, tem de fazê-lo bem, tem de escutar ambos os lados. Não pode fazer espetacularização como se fosse notícia, não pode ser superficial, não pode ser banal. Esse é o grande desafio do jornalismo, do negócio do jornalismo e da profissão do jornalismo. E os dois estão em crise. Os dois estão em crise no mundo: o negócio do jornalismo e a profissão do jornalista, por razões diferentes, no mundo e no Brasil.

No mundo, o negócio do jornalismo está em crise porque se mistura o mau jornalismo com o negócio das novas tecnologias. Ou seja, o jornalismo não consegue distinguir-se, na medida em que não faz apuração, na medida em que não é responsável, na medida em que faz o que V. Exª chama aqui de jornalismo do século XIX, de opinião, quando reduz a opinião, ou seja, não cumpre o seu papel de investigar, de buscar, de trazer a informação, de ser objetivo, de ser, na medida do possível, neutro. Ao fazer isso, confunde-se com as redes sociais, confunde-se com as opiniões, confunde-se com os indivíduos. E esses indivíduos não são jornalistas; são fontes necessárias, importantes.

A Internet traz uma revolução ao mundo: possibilita constituir-se uma nova esfera pública. E os jornalistas têm de estar à sua altura. Os jornalistas e as empresas de jornalismo, para conseguir enfrentar essa crise do jornalismo.

Os jornalistas estão em crise porque, à medida que as empresas capitulam para a lógica de que esse jornalismo confunde-se com os conteúdos dos *blogs*, utilizam-se desses conteúdos como se jornalismo fosse. Então, inundam-se de opiniões e de erros. Por exemplo, é só pegar como foi a cobertura inicial e posterior do crime do Realengo: passamos horas conversando sobre o nada, porque não havia informação sobre nada.

Confundindo-se e pautando-se pelos *blogs*, o jornalismo pecou, mais uma vez, não conseguindo, com raras exceções, exercer aquilo que é fundamental para o jornalismo e que justifica, Senador Simon, a existência de um curso superior – não tenha dúvida sobre isso –, que é uma técnica apurada e um compromisso ético profissional. Nós somos uma profissão, não somos um organismo de entidades, de pessoas que exerçam como *hobby* essa profissão. Isso alguns podem fazer, devem fazer e há espaço para fazer, como colaboradores.

Essa profissão foi construída com suor e sacrifício, com a vida inclusive de muitos jornalistas que participaram da defesa da democracia neste País, e não se pode confundir com uma atividade esporádica, de um ou outro cidadão que dela participa. (*Palmas.*)

Portanto, Srs. Senadores, Senador Paulo Paim, eu acho que o debate que nós temos de fazer – e esse debate nós propusemos fazer às empresas de comunicação, inclusive dentro da Confecom. Fomos juntos ao Ministro Hélio Costa, fomos juntos ao Governo e

conseguimos fazer uma dimensão inédita no País, que era tirar das sombras o debate da comunicação.

Por isso, a Senadora tem razão ao dizer que é corajoso esse enfrentamento, essa conferência. Por quê? Porque ela é quase inédita. No Brasil, não se discute comunicação. Por isso é importante, Senador Simon, propor *ombudsman*. É verdade, o *ombudsman* faz parte desse sistema de controle público que a Fenaj, que o FNDC vem propondo há muitas décadas. Há muitas décadas nós estamos dizendo isso. Quando propomos o controle público, não estamos propondo, obviamente, a censura. Seríamos esquizofrênicos se fizéssemos isso, nós, jornalistas que demos, como eu disse muitos de nós, a vida e o sangue pela liberdade no Brasil.

O que nós estamos dizendo é que precisamos constituir um sistema que passe para além dos interesses privados, que hoje dominam a comunicação no Brasil. E dominam por uma simples razão, senhores: porque a democracia que alcançou o Brasil – e alcançou bastante bem em vários aspectos, e a nossa Constituição é a prova disso – não alcançou a comunicação. A Constituição é a prova disso. A Constituição é a prova disso! Não conseguimos regulamentá-la, atribuir-lhe, no que diz respeito à comunicação, a dimensão pública que ela tem. Ela está privatizada, como está privatizado, como está sequestrado o conceito de liberdade de expressão.

Precisamos libertá-lo. Ele não pertence às empresas de comunicação, nem mesmo pertence aos jornalistas e aos trabalhadores em comunicação; ele pertence ao povo, à população, ao cidadão. E nós, jornalistas, exercemos esse direito e complementamos o direito com a liberdade de imprensa.

Nós temos uma ausência – eu quero encaminhar para isso, e os Srs. Senadores têm um papel importantíssimo –, que é, ao subverter... Pelo menos ao debater esse conceito de liberdade de expressão na dimensão que estamos propondo, compreender que regulamentação e regulação são a garantia que o Estado civilizado tem e dá aos mais fracos para se defenderem dos mais fortes. Isso também se aplica na comunicação. Regulamentação e regulação não é impedir a fala; ao contrário, é garantir que todos falem. Os países civilizados todos têm. Copiamos um modelo norte-americano e não trouxemos o modelo inteiro. E por que não trouxemos o modelo inteiro, com seus órgãos reguladores, com o seu conselho nacional FCC, dizendo o que pode ou não pode ser feito a partir de leis públicas democráticas, aprovadas e discutidas intensamente na sociedade? Vamos fazer isso, como fazemos em todos os temas. Vamos fazer isso na comunicação. Qual é o problema de fazer isso?

No entanto, quando trazemos esse tema, aparecem – aí, sim – corajosos Senadores, corajosos Deputados e alguns conseguem fazer isso. Eu me refiro, mais uma vez, ao Senador Simon, que fez, alguns anos atrás, um esplêndido, necessário e importante compêndio que trazia a estrutura de concentração da comunicação no Brasil, que demonstrava a concentração no Brasil. E isso pode ser reapresentado.

Então, eu acho que a ausência de uma lei de Imprensa, que já foi referida aqui, compromete não só os jornalistas, como também as empresas, porque jogam as empresas numa lei comum e podem causar o que se causou nos Estados Unidos, uma indústria de indenizações, aí, sim, impedindo a atividade empresarial e a atividade jornalística.

A lei é importante portanto; uma lei que regulamente a convergência no Brasil. O modelo de negócio da radiodifusão do Brasil está ameaçado pela entrada das empresas de telecomunicações no Brasil. Está ameaçado. Ou seja, se nós não criarmos um modelo efetivo, que garanta o conteúdo, que garanta esse negócio, em dez anos, estará destruído neste País.

Então, nós temos regras importantes a serem implementadas e que precisam ser regulamentadas. São projetos de lei que passam por este Senado e que passam pela Câmara dos Deputados.

Eu queria encerrar, Senador Paim, referindo-me a um aspecto importante, que parece corporativo – e eu tentei dar aqui uma dimensão não corporativa a este debate, que, obviamente, não é, pois interessa aos jornalistas, mas certamente interessa muito mais à população brasileira –, que é a questão do diploma para os jornalistas brasileiros.

Quero referir-me a isso porque acho que isso foi um enorme desserviço prestado, mais uma vez, pelo STF ao Brasil. Ou seja, a judicialização do debate da vida brasileira levou a essa decisão. E essa decisão, Senadores, está amparada neste mesmo conceito, que é o da liberdade de expressão do dono da empresa. O Ministro Gilmar Mendes diz que será jornalista no Brasil agora aquele que os empresários desejarem, porque será contratado como tal. E esta é a dimensão, ou seja, acaba-se com a profissão. Esse é o interesse, não tenho dúvida nenhuma, da decisão.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Há um problema no Senado e na Câmara, porque um bocado de gente aqui é dono de rádio, de jornal e de televisão. Nós já tentamos, duas vezes, atendendo... Fui Relator de uma solicitação do Senador Suplicy para interpretar a legislação, e, pela legislação, isso não é permitido. Não precisa nem mudar a legislação. A interpretação já determina que não pode. A Comissão de Constituição e Justiça aprovou, por unanimidade;

foi para o plenário, e inventaram mandar para a Comissão de Ciência e Tecnologia, e está há dois anos lá e ainda não conseguimos tirar de lá.

O SR. CELSO SCHRÖDER – O senhor tem razão, Deputado... Esse é um problema que...

O SR. FÁBIO MARÇAL – Senador!

O SR. CELSO SCHRÖDER – Ah, desculpe-me! Desculpe-me: Senador.

O SR. FÁBIO MARÇAL – Eu posso só falar de uma questão, Schröder? É bem interessante quando tu falas da importância do diploma de jornalismo, porque aqui também, no próprio Senado Federal, o jornal *Folha de S.Paulo* – foi uma denúncia também que nós fizemos, vou acabar sumindo daqui –, mas o que acontece? A *Folha de S.Paulo* está contratando jornalistas como auxiliares administrativos. Auxiliares administrativos! Então, já estão saindo do Sindicato dos Jornalistas os jornalistas, que já são auxiliares administrativos. Daqui a pouco, a gente estará limpando banheiros, Schröder.

O SR. CELSO SCHRÖDER – Tem razão.

Independentemente, Senador, eu acho que essa origem é verdade. Nós tínhamos um dado, na Constituinte, de que 46% dos Parlamentares tinham interesse na área de comunicação, principalmente da radiodifusão. Parece-me que, agora, há uma sintonia. E eu queria cumprimentar, Senador Paim, em seu nome, o Parlamento brasileiro e, principalmente, o Senado brasileiro, que, compreendendo que este debate teria de sair do âmbito da Justiça, ou seja, este debate não foi pautado, não havia nenhum interesse público em fazê-lo dentro da Justiça, pois quem é que estava sendo prejudicado no País para que a lei que garantia o diploma como obrigatoriedade para o exercício profissional no Brasil existisse? Quem é que saiu prejudicado por isso? Quem entrou contra isso, infelizmente, foram as empresas de comunicação. Entraram contra isso e essa decisão chegou até o Supremo. Aliás, são essas mesmas empresas que, no Chile, neste momento, nós estamos fazendo uma briga para manter vivo o jornal *La Nación*, um jornal de caráter público, um jornal impresso que querem transformar, que querem reduzir, na verdade, a um arremedo de jornal eletrônico e, com isso, fazer desaparecer esse jornal.

Então, na verdade nós temos uma luta da sociedade, dos setores democráticos, para que se mantenha a imprensa, para que se mantenha o jornalismo no seu papel histórico de formatação da esfera pública. Ele é fundamental e nós temos convocado as empresas de jornalismo para que, juntos – jornalistas e empresas –, façamos esse apelo à sociedade brasileira e cumpram esse papel. Porque, se não cumprirem esse papel, certamente seremos desnecessários. Não seremos necessários somente os jornalistas e empresas de comunicação. Haverá outras formas de negócios.

Achamos que é fundamental para a democracia, essencial para a estrutura democrática de um país, de uma nação e para a cultura de um país a existência do jornalismo.

Então, o diploma, senhores – e encerro com isto –, tomado pelo Congresso Nacional, com dois projetos ou PECs, ou seja, emendas constitucionais... Olhem só a dimensão que isso assume no debate brasileiro! E vai ter de ser assim, porque nós não estamos enfrentando qualquer coisa: nós estamos enfrentando um poder enorme, um poder desmedido, herdado de um período autoritário e que não foi submetido às regras democráticas que este País construiu para toda a sociedade e não perpassou a esse segmento.

Então, além de perpassar e nós todos nos submetermos às regras democráticas, precisamos, do ponto de vista dos jornalistas, fazer isso no que diz respeito ao diploma. E amanhã, Senadores, convoco os senhores à grande possibilidade – aproveito para fazer isso, Senador Paim, faço questão de estar aqui hoje para isso – de transformar, de dar a este debate sobre liberdade de expressão, sobre direitos humanos, uma demanda unânime aos jornalistas brasileiros. E a quais jornalistas brasileiros? Aos jornalistas que estão nas redações, aos jornalistas que estão nas assessorias de imprensa, aos jornalistas que estão conduzindo e produzindo a informação neste País.

Talvez vocês tenham ouvido e visto, em algumas outras expressões, naqueles locais onde é valorizada a expressão, onde há dimensão pública, nem sempre expressa nessa base de vontade dos jornalistas, reafirmada, ao longo dessa década toda, em congressos de jornalistas, em todos os congressos estaduais, municipais e nacionais dos jornalistas, que é a volta do diploma. Teremos amanhã a chance, então, de fazê-lo, com a possibilidade de o relatório do Senador Inácio Arruda, de o projeto do Senador Valadares, relatado pelo Senador Arruda, ser submetido ao plenário.

Há o indicativo de que teremos um apoio bastante grande. Em que pese a essa composição, Senador Simon, teremos a grande possibilidade de aprová-lo amanhã. E seria importantíssimo para os jornalistas brasileiros, seria importantíssimo para a profissão, para o jornalismo, para a qualidade do jornalismo e, portanto, para a liberdade de imprensa e de expressão, que nós fizéssemos isso.

Essa aprovação, ao contrário do que imaginamos, tem uma dimensão internacional fundamental. Às vezes, com nosso complexo de guaipeca, de vira-lata, olhamos para fora e não vemos essa forma de atribuição de profissão, de regulamentação, em outros países.

Quero dizer-lhes e testemunhar – sou diretor internacional da Organização Internacional de Jornalistas – que Inglaterra, Itália e Espanha há muito tempo olham para essa forma de formatação, para essa forma de regulação, porque compreendem – também lá acontece isso – que uma profissão, uma atividade profissional é fundamental para a liberdade de expressão.

Com o conteúdo, a profissão de jornalistas, junto com o negócio do jornalismo – porque também é importante para nós, obviamente, as empresas fortes, as empresas com defesa –, garantiremos, juntos, isto que estamos aqui hoje saudando e festejando, que é a liberdade de expressão.

Agradeço a oportunidade, Senador Paim, mais uma vez, e nos colocamos à disposição. (*Palmas.*)

O SR. LINCOLN MACÁRIO – Schröder, eu queria, apenas para complementar isso que você colocou...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ele está com a palavra ainda, porque te pediu um aparte.

O SR. LINCOLN MACÁRIO – Pedindo-lhe um aparte, em resposta ao que o Senador Crivella colocou, que é necessário que exista alguma exceção – porque há exceções que servem para confirmar regras – daquelas pessoas que têm talento para escrever e que não podem ser excluídas, a lei que nos rege hoje já prevê essa exceção, é bom que fique claro, que é a figura do colaborador. Se há alguém com um talento maravilhoso, como o próprio Milton Santos, para escrever, para a reflexão nas páginas dos jornais, esse espaço já existe.

Agora, a reflexão ética, analisando os nossos erros, os erros que a imprensa comete, a reflexão ética, a reflexão técnica, para que não se perca muito tempo nos processos de checagem, sempre tão necessários para dar a informação, aquela credibilidade de que ela precisa, e todos os demais elementos só surgem de um grande estudo, que, na maioria das vezes, vem da faculdade. Mauro Santayana, um grande jornalista, tem apenas o segundo grau, mas ele se submeteu a uma formação muito maior no seu cotidiano. Por que é que todos os jornalistas vão precisar passar pela formação cotidiana de anos que Mauro Santayanna precisou se temos um mecanismo facilitador, essa brilhante invenção do homem que é a universidade, para colocar, num pequeno período de tempo, toda a formação, toda a reflexão, toda a discussão, ética principalmente, que já existe em torno da nossa profissão, para que possamos aprender com os próprios erros?

Fica, então, a resposta ao Senador Crivella de que a exceção já existe e está prevista na lei, que é a figura do colaborador. Mas, para o desempenho dessa atividade fundamental, para o gozo dessas prerrogativas, como há a prerrogativa constitucional do sigilo da fonte, do *off*, sem o qual muitas informações não viriam à luz, não viriam a público, para isso há de ser necessário essa formação mais adequada, essa formação mais completa, essa formação mais profunda.

O SR. CELSO SCHRÖDER – Senador Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Schröder, por favor. Sim, para concluir agora.

O SR. CELSO SCHRÖDER – Só para concluir. Eu já concluí.

Lembrando – eu acabei entusiasmando-me – que, para comemorar e dar essa dimensão, mais uma vez, estamos fazendo uma caravana com dirigentes sindicais – já há muitos aqui –, presidentes de todo o País, que amanhã estarão aqui presentes, no Senado, e, provavelmente, entrarão em contato com os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Meus cumprimentos ao Celso Shröder, presidente da Federação Nacional de Jornalistas, pela sua exposição.

Quero fazer uma convocação para que, amanhã, a gente vote, enfim, a PEC do Senador Valadares, relatada pelo Senador Inácio Arruda.

Senador Paulo Davim, com a palavra.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Senador Paulo Paim, quero parabenizá-lo pela iniciativa e quero saudar todos os que compõem a Mesa.

Tive a oportunidade, alguns dias atrás, de conversar longamente com o presidente da Federação Nacional de Jornalistas e com outros jornalistas que compõem a direção nacional e outros sindicatos.

Venho acompanhando essa problemática dos jornalistas há algum tempo. Inclusive, no ano passado, quando eu era Deputado Estadual lá no meu Estado, fiz alguns pronunciamentos na defesa do diploma de jornalista. Inclusive, voltei a fazê-lo aqui, no Senado, há algum tempo, há um mês acredito – mais ou menos isso, não é, presidente Celso?

Acompanho e acompanhei a greve dos jornalistas lá no Rio Grande do Norte. O interessante é que o Sindicato dos Jornalistas lá do Estado me fez o convite, formulou o convite a alguns Parlamentares para acompanhar a negociação lá no Tribunal do Trabalho. E qual não foi a nossa surpresa? Ao chegarmos lá, fomos impedidos de participar da negociação. É esse tipo de tratamento que os jornalistas do Rio Grande do Norte sofrem. Mas nós denunciamos a forma truculenta de negociação entre patrões e empregados, no caso dos jornalistas.

Sou defensor do diploma de jornalista. Faço uma comparação, sabe, Presidente: sou médico de profissão, trabalho e atuo como médico, nunca me afastei da atividade, e imagino como seria um médico consultar

um paciente, um doente se ele não tivesse estudado a técnica de anamnese, se ele não tivesse se preparado para abordar aquele doente e extrair dele as informações necessárias para concluir o seu diagnóstico. Eu faço essa relação do jornalista com o profissional médico nesse aspecto.

Eu tenho a impressão de que nós não teríamos uma notícia verdadeira, completa, embasada se os jornalistas não fossem preparados para extrair dos fatos as versões, para informar ao leitor, ao ouvinte. Então, é descabido, na minha avaliação, toda e qualquer pessoa que externa a vontade de ser jornalista ser contratada para exercer a profissão. Eu acho descabido. Eu acho que nós vivemos um momento, no mundo, de aprimoramento de técnicas. Isso é uma negação. Acho que é a negação da evolução humana.

Ora, na hora em que se aprimoram as técnicas e que se evolui, em todas as áreas da atividade humana, de repente se dizer "Não, não precisa, para ser jornalista, não precisa mais não! Qualquer um pode ser", acho que é um retrocesso.

Não obstante eu acreditar nisso e defender essa posição, também concordo com o Lincoln, quando ele diz que as pessoas que têm talento são os articulistas, são os colaboradores. Quantos médicos escrevem sobre determinados temas, desportistas. Isso não significa dizer que todos os demais trabalhos nas redações sejam exercidos por pessoas que não tenham qualificação. De forma alguma. A gente precisa separar o joio do trigo.

Então, defendo, de forma peremptória, o diploma dos jornalistas. Acho que o Brasil não pode dar esse passo atrás; não pode cometer esse equívoco.

Ouvi, Presidente, uma argumentação, em um dos órgãos de imprensa, em algum debate em que alguém dizia: "Porque, nos Estados Unidos da América, não funciona desse jeito." É impressionante como, para todas as justificativas com as quais a gente quer respaldar alguma atitude nossa, algum erro, algum equívoco, lança-se mão dos exemplos que nem sempre servem para cá. O Brasil é o Brasil. Não sei nem se procede essa informação, mas foi o argumento utilizado pelo debatedor.

Quero aqui, mais uma vez, Sr. Presidente, reiterar meu posicionamento a favor do diploma do jornalista. Acho que o trabalho desenvolvido pelos sindicatos, pelos jornalistas que estão envolvidos mais na defesa da categoria é importante. Precisamos ter uma imprensa madura, uma imprensa comprometida com os fatos, uma imprensa menos sensacionalista; enfim, a gente precisa avançar. Sei que esse é um processo de purificação. Acredito que, depois desse grande choque pelo qual os jornalistas estão passando, sobretudo suas entidades, acredito que todo e qualquer jornalista do Brasil sairá maior, sairá mais consciente das suas responsabilidades. Acho que é um momento de crescimento, apesar das dificuldades momentâneas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Muito bem!

Meus cumprimentos ao Senador Paulo Davim, que defendeu , com muita convicção, o diploma dos jornalistas. Com certeza, estaremos trabalhando juntos, no plenário, para aprovação da PEC.

Como última contribuição a este debate, conforme havíamos combinado – depois vamos ter umas considerações, dois, três minutos para cada convidado –, a Srª Higes Manara abriu o Grupo MTV.

O SR. SIONEI LEÃO – Senador, eu só queria lembrar que a gente falou do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, e quero salientar que o debate, a criação do dia se deve a uma reunião que a ONU realizou na Namíbia, quando se discutiu a importância da liberdade de imprensa para as nações africanas. Foi a partir dessa reunião da ONU que, dois anos depois, criou-se o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa. Esqueci de fazer essa alusão, e sua fala me lembrou isso. Eu estava só esperando a oportunidade para marcar também esta posição aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Muito bem! Parabéns pela lembrança, Sionei! Mais uma contribuição para nós. Foi lá na nossa África!

Por favor, Srª Higes.

A SRª HIGES MANARA – Boa tarde, Senador Paulo Paim, demais Senadores e demais presentes nesta Comissão!

Inicialmente, eu gostaria de ponderar que empresas são feitas de pessoas, e pessoas erram. E reconhecemos nosso erro.

Hoje, venho pessoalmente, em nome do Grupo Abril MTV, pedir desculpas aos Parlamentares pelo fato ocorrido. Ratifico o pedido de desculpas às famílias, à sociedade brasileira e espero que, a partir desse infeliz fato, tenhamos um bom exemplo, através de atitudes que a MTV vem tomando. Entre elas, desde o momento em que tomou conhecimento... Fábio Marçal, nós tomamos conhecimento não foi através da ação movida no Ministério Público, não. Foi através das redes sociais.

Começamos a tomar as primeiras providências, quando... ou praticamente ao mesmo tempo em que parece que foi protocolada no Ministério Público a representação. E nossa primeira providência foi retirar do ar aquele infeliz quadro. Pedimos desculpas em todas as mídias. Nossos atores que participaram do quadro também pediram desculpas.

Semana passada, quarta-feira, se não erro o dia, fizemos uma reunião com as associações de autistas para tentar, então, fazer uma campanha. Vamos inverter isso; vamos fazer uma campanha de esclarecimento. A MTV se propõe a fazer uma campanha de esclarecimento sobre o autismo. E essa reunião resultou de certo cronograma. Depende de produção, não vai ser uma coisa assim tão imediata, mas a gente pretende lançar vinhetas, fazer, de repente, alguns programas de entrevistas, enfim, não só para nos desculparmos, porque desculpa é muito pouco, mas para transformar esse ato falho em benefício à sociedade. É mais ou menos isso.

Eu gostaria de prestar contas ao Parlamento, aos Senadores. Muito obrigada por terem quebrado o protocolo e por terem me permitido este momento.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos a V. Exª pela forma tranquila, humilde e carinhosa; eu diria, até com grandeza. Para mim, pedir desculpa é ter grandeza. Sempre digo que as grandes personalidades, na minha avaliação, da vida pública são aqueles que sabem, quando erram, reconhecer o erro e pedir desculpa. Que gesto é mais simples do que pedir desculpa? E qual o problema? Então, parabéns a V. Exª!

Quero dizer que as entidades me ligaram, porque haviam, num primeiro momento, solicitado-me uma audiência pública; num segundo momento, ligaram dizendo que não haveria necessidade e que faríamos uma reunião. Mas acho que para dar o relato da reunião que vocês fizeram na semana passada e que vai ser nesta quinta.

Então, neste momento, vou para as considerações finais, conforme eu havia anunciado no início. Vou começar do último para o primeiro – não sei se está conosco ainda –, com o Sr. Luis Roberto Antonik. Acho que não está mais. Então, passo a palavra, de imediato, ao nosso jornalista Corban Costa, da Empresa Brasileira de Comunicação.

Três minutos para suas considerações finais.

O SR. CORBAN COSTA – Primeiramente, agradecer o convite ao Senador Paulo Paim, ao Roberto, pela minha presença aqui e poder transmitir e passar a história que vivi, lá, no Egito, e que vi que meu parâmetro de liberdade de imprensa ficou muito além do que observei aqui. Quer dizer, minha liberdade foi quase a da minha vida.

Então, aqui, no Brasil, como falei no começo, realmente temos muitos problemas ainda para serem resolvidos. O Celso colocou perfeitamente a questão da Lei de Imprensa, a questão discutida no Supremo, que tem que ser rediscutida. Acho que o diploma tem, sim, que valer. A imprensa é muito delicada. É uma situação em que uma matéria feita errada pode prejudicar muitas pessoas, até uma comunidade inteira. Então, realmente, há necessidade disso.

Apenas volto a cumprimentar, pela iniciativa, quase que inédita, como o Celso falou, de discutir. E lamento que... Acho até que poucos colegas estiveram aqui para acompanhar. Mas o que vai repercutir daqui para frente... Tudo o que foi colocado e discutido aqui, acho que valeu realmente.

Está de parabéns a Casa pela iniciativa. Só volto a agradecer a presença de todas e a minha presença aqui.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, jornalista Corban Costa, pelo seu depoimento.

Passamos, de imediato, a palavra para Victor Antônio Soares Filho, repórter fotográfico, para suas considerações finais.

O SR. VICTOR ANTÔNIO SOARES FILHO – Eu gostaria de agradecer à Comissão pelo apoio que tem dado, pedir apoio e continuar me apoiando nessa situação, porque minha vida ainda depende de uma segurança pública que não é existente no meu Estado. Meu Estado está ausente, não está presente, não tomou nenhuma medida positiva. Todas as medidas foram tomadas porque a gente é da área de comunicação e a gente conhece fulano, conhece sicrano. Então, o GDF não existe na federação brasileira. Até agora, não se tomou atitude. A única atitude que se tomou foi perder meus documentos. Se eu não tivesse outros documentos, dos quais tenho cópia, eu teria já sido abatido há muito tempo.

Agradeço também aos meus amigos que estão lá fora, que estão me acompanhando, que são policiais federais, que são policiais civis, que têm me acompanhado no dia a dia, que estão fazendo investigações por conta própria. E gostaria de agradecer a todos os meus amigos da imprensa que têm me apoiado, que têm me ajudado.

Não tenho mais palavras. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Victor Antônio Soares Filho, repórter fotográfico. Faremos todos os encaminhamentos que foram combinados aqui, por orientação, no caso, por sugestão do Senador Suplicy. E a Comissão de Direitos Humanos está à disposição.

Passamos a palavra ao Sr. Sionei Leão, Coordenador da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial.

O SR. SIONEI LEÃO – Senador Paim, volto a agradecer o convite; quero ressaltar que foi intermediado pelo nobre Roberto Rodrigues.

Quero ressaltar a importância de um momento como este, lembrando quando eu era estudante de jornalismo, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em Campo Grande. Eu gostava de ligar a TV Senado para ouvir os pronunciamentos do Senador Simon. Eu pensava: "Poxa, quando eu crescer, quem sabe vou ser como ele!" Arguto, conhecedor da legislação brasileira, da história brasileira. Eu gostava dos pronunciamentos do Senador. Eu tenho até anotada aqui uma aula que ele deu sobre as Constituições da República; Constituição do Império, enfim.

Então, penso a importância de um momento como este e das pessoas que estão assistindo, ou seja, do papel que a TV Senado presta, por uma iniciativa do Senador Paim, de pautar um tema como este, que envolve a questão da liberdade de imprensa e dos direitos humanos.

Encerrando, digo que direitos humanos, no Brasil, também tem cor. Há vários temas a serem debatidos, mas também tem a questão racial, que deve sempre estar presente.

Mais uma vez, obrigado pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Sr. Sionei Leão, Coordenador da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial, que falou da luta do povo negro para ter espaço também para exercer sua profissão.

Peço palmas a ele, que não havia feito antes. (*Palmas*.)

Passamos a palavra ao Sr. José Augusto de Oliveira Camargo, Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo.

O SR. JOSÉ AUGUSTO DE OLIVEIRA CAMARGO – Bom, nas palavras finais, começamos por reafirmar ou agradecer a iniciativa da Comissão, a todos os Senadores o apoio, e dizer, Victor, da solidariedade, com a qual você pode contar; solidariedade, tenho certeza, de todos os sindicatos e instituições que representam os jornalistas e todos os jornalistas, seus colegas. Só me faço aqui porta-voz dessa solidariedade, que, com certeza, você tem de todos nós.

Pontuo algumas coisas. Nosso debate está se encerrando, mas quero dizer que – já falei isto em outras oportunidades – o jornalista, pessoa, o trabalho do jornalista virou, no século XX, um ícone, porque ele representa uma sociedade de informação, representa a democratização da informação. Ele tem um valor simbólico, que digo que está especificado na figura de que o super-herói mais popular do mundo, o super-homem, é jornalista. Isso é uma comprovação de que a imagem pública do jornalista é muito forte.

Portanto, isso confirma a importância deste debate que a gente faz, porque é um debate de caráter amplo na sociedade. Daí decorre que a gente tem, realmente, que discutir, aprofundar a questão da Lei de Imprensa. Não a Lei de Imprensa específica, mas o conjunto de regras que norteia a atividade do jornalista, a atividade da comunicação no nosso século, que se está iniciando agora e aprofundando tudo aquilo que a gente comentou e conheceu como sociedade de informação no século XX. As novas tecnologias aprofundam esse debate, aprofundam esse papel, e tem que haver um corpo coerente para dar conta desta realidade, que se está formando.

Finalmente, fechar... Senador Simon, a gente vai olhar com muito carinho essa questão, essa proposta do *ombudsman*, porque também tenho dito, em outros lugares, que não se pode ignorar o papel do Estado brasileiro nessa questão da comunicação.

As TVs dos Legislativos, dos Executivos têm que ser entendidas como elementos de democratização da comunicação; não como publicidade pessoal de políticos. Nesse ponto, temos que entender que há um arcabouço muito grande no Estado brasileiro. Todo Estado tem imprensa oficial; nos grande Municípios, há imprensa.

Portanto, o Estado brasileiro tem papel, presença importante na comunicação, o que este Senado tem que olhar com muito carinho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, José Augusto de Oliveira Camargo, Presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo. (*Palmas*.)

Quero dizer que há concordância da influência dos jornalistas.

Tenho 26 anos de Congresso Nacional e eu diria que aqui, na Casa, encontrei, eleitos, dezenas de Deputados Federais e Senadores pela influência que têm, de fato, o jornalista na sociedade. Esse é só um exemplo.

Passamos a palavra, agora, à Srª Susana Blass, Presidente do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro.

A SRª SUSANA BLASS – Bom, só quero reiterar meus agradecimentos ao Senador Paulo Paim, pela oportunidade de estar nesta Casa; ao Roberto Rodrigues, que fez o contato primeiro.

Agradeço a oportunidade de estar nesta Casa esclarecendo algumas coisas que estão na grande mídia, que são publicadas, e a gente, na verdade, não tem muito espaço para expor, que é a confusão da discussão entre segurança do jornalismo e liberdade de imprensa. E a confusão com Celso Schröder, Presidente da Fenaj, como bem explicitou, entre a defesa da liberdade de expressão e a necessidade um

mecanismo de controle sobre quem vai entrar nesse mercado para influenciar toda uma sociedade.

Então, acho que a gente poder estar aqui, hoje, colocando nosso lado nesta discussão, foi de extrema importância para a categoria inteira, para os jornalistas brasileiros.

Agradeço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero aproveitar para registrar a presença do Senador Wilson Santiago, muito atuante em toda a Casa, e ele fez questão de vir aqui para, no mínimo, cumprimentar os senhores.

Senador Wilson Santiago, parabéns! (*Palmas.*)

Cumprimento Susana Blass, Presidente do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro, pela sua exposição. (*Palmas.*)

E passamos, de imediato, a palavra ao Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, Celso Schröder.

O SR. CELSO SCHRÖDER – Obrigado.

Eu queria agradecer, Senador Paim, mais uma vez, a possibilidade de, pessoalmente, estar aqui, mas, tenho certeza, falando em nome dos jornalistas brasileiros sobre a possibilidade de os jornalistas da Fenaj e seus sindicatos poderem transcender um pouco o debate, que tem sido pautador, orientador da nossa organização, nesses últimos anos, da democratização da comunicação; e podermos nos debruçar um pouco, especificamente, sobre o jornalismo.

Para nós, é uma grande satisfação; é muito importante para nós fazermos isso neste momento em que temos a possibilidade de ter restaurado a obrigatoriedade do diploma, ou seja, a qualificação do jornalismo através do diploma universitário neste mesmo Senado, neste mesmo Congresso, a partir desse projeto de emenda constitucional que transita, que terá, tenho certeza, a possibilidade de ser aprovado amanhã.

Eu queria me referir, para também reconhecer... Na MTV, senhora, um importante movimento, do qual me recordo, de alguns anos atrás, quando o movimento pela democratização do Brasil reconheceu que era excessiva a formatação e excessiva a dimensão audiovisual a que a cultura brasileira estava submetida e, portanto, alguns índices são preocupantes. Por exemplo, o índice de leitura de jornal, o índice de leitura de revista são absolutamente incoerentes com a dimensão do País. A MTV apropriou-se de uma palavra de ordem, que, naquele momento, surgiu e desligou por uma hora sua televisão, ou seja, a própria televisão, dizendo: "Olha, pensem um pouco, vão ler, vão brincar [eu me recordo de que era mais ou menos isso], porque há uma dimensão excessiva da cultura no Brasil".

Isso é uma prova de que é possível jornalistas e empresas de comunicação atribuir a atividade de comunicação, especificamente a atividade do jornalismo, a essa dimensão superior que o País precisa, ou seja, constituindo regras, as quais nos submetemos, e constituindo como mecanismos sociais, compromissos sociais, que é o que, afinal de contas, temos que fazer, na medida em que exercemos esse privilégio, que é o da liberdade de imprensa.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência agradece ao Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, Celso Schröder, pela sua contribuição a este debate, que, com certeza, foi gratificante para todos. Não só para os que estavam aqui, mas também para os que o assistiram pela TV Senado e assistirão novamente.

Passo a palavra ao Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF, Lincoln Macário.

O SR. LINCOLN MACÁRIO – Obrigado, Presidente.

Quero, mais uma vez, parabenizar e agradecer a esta Comissão, na pessoa do senhor, por este importante debate e ressaltar, mais uma vez, esta homenagem que faço, reconhecendo que o senhor tem sido um lutador diuturno desse e de outros princípios basilares da democracia.

Quero homenagear todos os jornalistas brasileiros na figura dos dois Victors que foram vítimas recentes de agressões. O Victor Antônio Filho, vítima de agressão por parte de advogados que estavam sendo investigados pela Polícia Federal, e o Victor Boyadjian, que não está aqui presente, repórter da Rádio Bandeirantes, que sofreu essa arbitrariedade por parte do Senador.

Minha homenagem vai no formato de solidariedade, de reafirmar nossa solidariedade, nosso apoio e nossa ação para que esses episódios tenham a atenção que merecem por parte do Poder Público e da sociedade e que, principalmente, não voltem a ocorrer.

Aproveito, inclusive, para fazer um apelo à Mesa Diretora do Senado, à Secretaria-Geral da Mesa, porque chegamos a oito dias do episódio, fizemos a representação ao meio-dia da terça-feira passada, e, até hoje, não recebemos nenhuma informação sobre o procedimento; se ele foi encaminhado à Mesa, se há alguma inconsistência de natureza jurídica. Não sabemos sequer o rumo dessa nossa representação junto à Secretaria da Mesa.

Gostaríamos, então, de ter algum retorno por parte da Mesa sobre essa representação, lembrando, pelo Regimento da Casa, pelo Regimento do Senado, que uma advertência ou uma censura não precisa, necessariamente, vir ao Conselho de Ética. Elas podem ser objeto de uma decisão de ofício do Presidente, que, talvez, para se legitimar, possa consultar a Mesa Di-

retora. Então, não há necessidade de percorrer esse longo período burocrático de um Conselho de Ética recém-criado. Essa decisão pode ser tomada a partir do entendimento político da Mesa, obviamente com a participação, a pressão ou o diálogo dos Parlamentares envolvidos.

Aproveitando, inclusive, esse episódio, eu gostaria de dizer que o Senador Roberto Requião, logo após o episódio, lançou-se numa cruzada pelo direito de resposta. Acho – falo em nome de todos os jornalistas – que ele tem nosso apoio para lutar pelo direito de resposta. O direito de resposta é, sem dúvida, uma bandeira que nós também carregamos. Não somos contra. Ao contrário, somos favoráveis e estamos aqui oferecendo nosso empenho e nosso apoio para que essa questão seja, de fato, discutida, regulamentada, votada. Só que, antes do direito de resposta, ele precisa nos garantir o direito de pergunta (*Palmas.*), que foi cerceado.

Imagino que não devemos precisar nunca de ter uma lei cujo primeiro artigo seja: não tomai o gravador de um repórter; segundo, não o ameaçar.

É fundamental, porque, sem a pergunta, mesmo incômoda ou mesmo repetitiva, não haverá matéria e, sem a matéria, não haverá o porquê de um pedido de resposta. A censura ali foi prévia, inclusive a publicação. Ela foi prévia à formatação, ao processo de produção da matéria.

Então, pedimos ao Senador Requião que lute, bravamente, pelo direito de resposta, mas que nos conceda, com a história que ele tem, o direito de pergunta sempre que for necessário. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Lincoln Macário, Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais.

Como eu havia dito no início, de toda esta audiência pública será mandada cópia ao Fernando César Mesquita, que é o presidente do setor de comunicações de toda a Casa, e também ao Presidente do Senado.

Esperamos que as solicitações aqui feitas sejam atendidas.

Passo a palavra, neste momento, ao jornalista Fábio Marçal, Presidente do Comitê de Imprensa do Senado.

O SR. FÁBIO MARÇAL – Senador Paulo Paim, primeiro, quero agradecer pela presença, ao nosso querido Roberto Rodrigues. Parabéns! Eu acho que esta audiência deveria ser copiada e distribuída para as aulas, para as faculdades de Jornalismo. Isso é muito importante, porque o alto nível desta audiência pública é uma coisa que é muito importante para o aluno que está chegando.

O jornalismo é idealismo, também. É idealismo. Eu acho que o exemplo que esta Comissão está dando a quem está querendo realizar uma faculdade de Jornalismo... Muitas vezes, a gente... Dinheiro, tu não vais ganhar. A maioria ganha muito mal, mas eu digo: lute pelos seus ideais, mesmo que isso custe o seu emprego, e lute sempre. Essa é a maior herança que você vai dar para os seus filhos, porque, como vocês sabem, a maioria dos jornalistas ganha mal, muito mal.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero dizer ao Fábio Marçal que a sua sugestão também vai ser encaminhada. Vou fazer um esforço para que esta audiência seja reproduzida e encaminhada às faculdades, principalmente para a área dos jornalistas. O. k.?

O SR. FÁBIO MARÇAL – Obrigado.

O SR .PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Conforme solicitado, darei encaminhamento.

Por fim, como havíamos combinado, passo a palavra ao Sr. José Ramos Filho, Secretário de Imprensa da Presidência da República, em representação da Srª Helena Chagas, Ministra da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

O SR. JOSÉ RAMOS FILHO – Senador, antes de fazer as minhas considerações finais, eu queria aproveitar um gancho, como se diz no jornalismo, para uma informação que eu não tinha dado anteriormente, sobre a questão da importância dos veículos regionais, dos pequenos veículos da interiorização da informação, porque foi citada muito, aqui, a necessidade de protegê-los contra a violência política e outros tipos mais agressivos.

A Secom tem uma preocupação, ela reconhece o papel desses veículos e tem procurado, na área de imprensa, criar espaços exclusivos de contato desses veículos com as autoridades, o Governo Federal. Esse reconhecimento se estende, também, à área publicitária.

Só para os senhores terem uma ideia, em 2003, a publicidade oficial tinha sido veiculada em 499 veículos em todo o País. Em 2010, esse número pulou para 5.190 veículos – dez vezes mais. Em 2003, eram atingidos 180 Municípios com essa veiculação publicitária. Em 2010, foram 2.733 Municípios, ou seja, 15 vezes mais.

Então, essa é uma preocupação que a Secom tem com a desconcentração, também, da mídia.

Eu quero parabenizar, mais uma vez, este evento, que começou com o foco da questão da violência, violência contra o jornalista, na sua forma mais crua – nós tivemos dois casos concretos aqui, de colegas atingidos pela violência física, ameaça, com risco à sua própria vida –, mas, depois, nós fomos envere-

dando por toda uma gama de temas que permeiam a questão, não apenas a liberdade de imprensa, mas a liberdade de expressão.

Então, nós acabamos discutindo, aqui, o risco da ameaça externa ao sistema de comunicação, que é o sistema de jornalista-veículo, mas também foram levantadas, aqui, as questões das ameaças internas, a necessidade de planejamento da pauta, para colocar em menor risco o jornalista, a questão do assédio moral. Foi alertado, aqui, que não há uma violência maior ou menor. Mesmo questões banais, que a gente pode considerar, inicialmente, como questões banais, precisam ser punidas com rigor, porque podem criar o caldo de cultura que leva às grandes violências. A questão da judicialização dos conflitos relativos à comunicação, a necessidade da diversidade étnica, da diversidade empresarial, ou seja, o senhor tem, aí, uma lista para discutir com outras comissões muitas futuras reuniões e muitos futuros debates, para que esta Casa possa dar uma contribuição ao fortalecimento da liberdade de expressão.

Eu acho que isso tudo, todas essas questões que a gente debateu aqui podem ser sintetizadas num comentário que o representante da Fenaj, Celso Schröder, fez: que a liberdade de expressão não pertence ao dono do veículo e nem pertence ao jornalista. Ela pertence à sociedade. Qualquer ameaça à liberdade de expressão é uma ameaça à sociedade.

Com essa síntese dele, eu queria encerrar a minha participação. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao José Ramos Filho, Secretário de Imprensa da Presidência da República, que representou, aqui, a Srª Helena Chagas.

Eu queria, antes de concluir, primeiro colocar em votação extrapauta.

Se concordam com o extrapauta, permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Agora, o mérito do seguinte requerimento:

EXTRAPAUTA

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 59-CDH, DE 2011

Requeiro nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento 25/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, aprovado

em 24 de março do corrente, que sejam substituídos os seguintes nomes: Dr. Álvaro Manzano, Procurador da República no Tocantins por Dr. João Gabriel Morais de Queiroz, Procurador-chefe do Ministério Público Federal no Estado do Tocantins e Senhora Hebe Teixeira Romano, Coordenadora de Reintegração Social do Departamento Penitenciário Nacional-DEPEN por Sr. Augusto Rossini, Coordenador de Reintegração Social do Departamento Penitenciário Nacional-DEPEN.

Essa é uma audiência pública que vai se realizar na próxima segunda-feira. As informações que nós temos são de que os presídios estão explodindo. Vamos ver, de fato, o quadro com essa audiência pública, em que teremos, aqui, diversos painelistas.

Por fim, considerando, pelo silêncio de todos, aprovado o requerimento, quero agradecer muito a todos os que estiveram aqui, como painelistas ou participando e assistindo a esta audiência pública, especialmente à Senadora Marinor Brito, ao Senador Pedro Simon, que está até agora, ao Senador Wilson Santiago, ao Senador João Alberto Souza, ao Senador Suplicy, ao Senador Crivella, ao Senador Paulo Davim, ao Senador Eduardo Amorim, ao Senador Wellington Dias, ao Senador Eunício Oliveira, ao Senador Vicentinho, à Senadora Ana Rita e ao Senador Vital do Rêgo.

Termino, lendo o que diz a Unesco:

A Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) organiza as comemorações pelo Dia Mundial da Liberdade de Imprensa para celebrar os princípios fundamentais da liberdade de imprensa, defender a imprensa dos ataques à sua independência e pagar tributo aos jornalistas que perderam suas vidas no cumprimento do dever.

0

Viva o jornalismo! Viva a imprensa!

Está encerrada a audiência pública.

Muito obrigado a todos. (*Palmas*.)

(Levanta-se a Reunião às 12 horas e 50 minutos.)

COMISSÃO DE DIRETOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 12 DE ABRIL DE 2011, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS.

Às onze horas do dia doze de abril de dois mil e onze, na sala dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador (Sérgio Petecão), reúne-se a SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER. Assinam o livro de presença os seguintes

Senhores Senadores: Ângela Portela, Ana Rita Marta Suplicy Lídice da Mata e Sérgio Petecão. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. Também presente a Senadora Gleisi Hoffmann e a Ex-Senadora Serys Slhessarenko. A presente reunião tem como objetivo a INSTALAÇÃO DA SUBCOMISSÃO E ELEIÇÃO DO PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA SUBCOMISSÃO. Os Senhores Senadores são convidados a votar, em cédulas, rubricadas pelo Presidente, e depois depositá-las na urna. Após a votação o Senhor Presidente convida a Senhora Senadora Marta Suplicy para proceder a escrutinação. O Senhor Presidente proclama o resultado: são eleitas, por unanimidade, as Senhoras Senadoras Ângela Portela, como Presidente e Lídice da Mata como Vice-Presidente. Às onze horas e dez minutos, o Senhor Presidente convida as Senadoras eleitas a tomarem lugar à mesa e passa a presidência para a Senadora eleita Ângela Portela. A Senhora Presidente, Senadora Ângela Portela, faz seu pronunciamento de posse e passa a palavra a Senadora Lídice da Mata para suas considerações. Fazem o uso da palavra as seguintes Senhoras Senadoras e Senadores: Sérgio Petecão, Ângela Portela, Lídice da Mata, Gleisi Hoffmann. Conclusa a instalação da Subcomissão, encerra-se a reunião, às onze horas e vinte oito minutos, lavrando eu, Altair Gonçalves Soares, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Ângela Portela,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PMN – AC) – Declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura.

A presente reunião tem como pauta a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão para o biênio 2011/2012, a qual possui os seguintes membros:

Pelo Bloco de Apoio ao Governo: PT, PR, PDT, PSB, PCdoB, PRB.

Titulares: Senadoras Ângela Portela, Lídice da Mata, Marta Suplicy e Ana Rita.

Pelo Bloco Parlamentar: PV, PMDB, PP, PMN e PSC.

Titulares: Senadores Sérgio Petecão e João Alberto. Suplente: Senador Eunício Oliveira.

Foi registrada, até o presente momento, a seguinte chapa: Presidente: Senadora Ângela Portela; Vice-Presidente: Senadora Lídice da Mata.

Sobre a mesa, encontra-se à disposição dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras as células de votação devidamente rubricadas pela Presidência, que deverão ser utilizadas após a chamada nominal para a votação.

Como há consenso entre os nomes dos candidatos, podemos proceder à votação em voto secreto.

A presidência esclarece que, sendo votação secreta, não haverá encaminhamento de voto nem declaração de voto, nos termos do *caput* do art. 310 do parágrafo único do art. 316 do Regimento Interno.

Será procedida a chamada nominal, obedecidas as composições partidárias, para que exerçam o seu direito de voto.

Convido a Senadora Ângela Portela para votar.

Enquanto a nossa Senadora vota, queria pedir desculpas e fazer o registro aqui da nossa Ministra Carmem Lúcia. Para nós é um prazer, uma satisfação grande tê-la aqui junto conosco.

Obrigado, Ministra, pela sua presença.

Convido a Senadora Lídice da Mata.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PMN – AC) – Queria pedir desculpas e fazer o registro da presença da Ministra Iriny Lopes. Obrigado, Ministra. Desculpe-me, mas é que seria a segunda parte da nossa audiência aqui. Registro também a presença da Ministra Luiza Bairros. Obrigado.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PMN – AC) – Convido a Senadora Marta Suplicy para fazer a contagem dos votos.

Senador João Alberto Souza. *(Pausa.)*

S. Exª mandou comunicar que está chegando.

Convido a Senadora Marta Suplicy para fazer aqui a contagem dos votos.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Para Presidente, Angela Portela; para Vice-Presidente, Lídice da Mata.

Para Presidente, Angela Portela; para Vice-Presidente, Lídice da Mata.

Para Presidente, Angela Portela; para Vice-Presidente, Lídice da Mata. *(Palmas.)*

Senadora Angela Portela e Senadora Lídice da Mata, meus cumprimentos e bom trabalho para todas nós. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PMN – AL) – Temos aqui 3 votos "sim" para Presidente Angela Portela; 3 votos "sim" para a Senadora Lídice da Mata, Vice-Presidente.

Convido as nobres Senadoras eleitas para ocupar seus lugares à Mesa e, em seguida, usar da palavra. *(Pausa.)*

Passo a direção dos trabalhos à nossa Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Bom dia a todos e a todas.

Quero agradecer o apoio de todas as Senadoras aqui presentes, a todas as Deputadas que vieram prestigiar a instalação da Subcomissão dos Direitos da Mulher. Agradeço a Ministra Carmem Lúcia, do Supremo Tribunal Federal; agradeço a Ministra Iriny Lopes, da Secretaria das Mulheres, quero agradecer à Ministra Luiza Bairros, da Secretaria de Igualdade Racial. Agradeço também a toda a equipe da Secretaria de Mulheres que está aqui presente. Quero agradecer também a presença da Deputada Gorete Pereira, da Deputa Rosane... Quero também registrar a presença da coordenadora da bancada feminina Janete Pietá, minha amiga, e saudar a minha companheira Vice-Presidente Lídice da Mata.

Este é um espaço que estamos abrindo para uma discussão intensa das questões relacionadas aos direitos das mulheres. Queremos aqui discutir todos os assuntos que venham a melhorar a qualidade de vida da mulher brasileira, desde o combate e prevenção da violência doméstica e familiar. E a cada dia vemos nos jornais de circulação nacional o aumento das estatísticas mostrando o alto índice de violência doméstica e familiar. Queremos também colocar esta Subcomissão à disposição para discutir as questões relacionadas à saúde da mulher, ao tráfico internacional de mulheres, as questões relacionadas ao direito a creches e a ampliação da licença maternidade de seis meses.

Enfim, este é um espaço aberto para que não discutamos os direitos das mulheres apenas no mês de março. Queremos dar continuidade a essa discussão. Daí a importância, minha amiga Lídice, de chamarmos para participar desse debate toda sociedade civil organizada, todo o poder público municipal, estadual e federal, para que a gente possa discutir aqui, avançar na resolução desses problemas e fazer com que nessa discussão na Subcomissão dos Direitos da Mulher possamos ajudar a sociedade brasileira a reconhecer a importância da mulher.

Não queremos aqui estabelecer privilégio para as mulheres. Queremos é igualdade de direitos. Por isso a importância de discutir, na primeira audiência pública, a Lei Maria da Penha. Essa lei foi um avanço imenso no combate à violência contra a mulher.

E, como disse a Ministra Carmem Lúcia há pouco, na solenidade com o Presidente José Sarney, Presidente do Congresso Nacional, as questões de discussão e de debate da violência no seio familiar são interesse do Estado brasileiro, sim. A Constituição diz claramente isso.

Então, eu queria dizer para vocês que, como Presidente da Subcomissão dos Direitos da Mulher, eu me sinto com muita vontade de trabalhar e com muito interesse de fazer um amplo debate, para que nós, como Senadoras, colocando o Congresso Nacional, com as Deputadas também, possamos dar a nossa contribuição. Uma democracia plena e consolidada não pode mais aceitar essa desigualdade entre homens e mulheres.

Hoje, nós somos, no mercado de trabalho, minoria, principalmente nos empregos precários, nas estatísticas de desemprego e no emprego formal. Somos minoria quando se trata dos trabalhos de comando, dos empregos de comando, onde as mulheres têm uma oportunidade melhor de exercer a sua competência, o seu trabalho, com salários diferenciados.

Não podemos deixar de registrar também que nas universidades brasileiras 56% das matrículas já são de mulheres.

Entre os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, a presença da mulher é maior no Judiciário, porque lá o ingresso é através de concurso público, em que a mulher tem que disputar pela competência e pelo conhecimento, diferentemente dos Poderes Legislativo e Judiciário. Então, queremos também registrar que a Comissão que avalia a reforma política no Senado Federal aprovou – e isto é uma coisa que temos de comemorar, esperando que seja aprovado também pelo Plenário – a lista fechada com alternância entre homens e mulheres. Isso é um grande avanço, porque só dessa forma os partidos políticos poderão valorizar a presença da mulher na política. A presença da mulher na política, no Poder Judiciário e no Poder Legislativo é importante, porque é uma forma de estarmos contribuindo, com o nosso trabalho e com a nossa sensibilidade, para melhorar a qualidade de vida das mulheres do nosso...

(Interrupção do som.)

Eu queria, para encerrar as minhas palavras, dizer da nossa imensa disposição de trabalhar muito, com muita seriedade e com muita dedicação, para fazer a nossa parte, para contribuir para a mulher brasileira ter uma vida mais digna, uma vida mais igualitária.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

Agora, passo a palavra para a Vice-Presidente da nossa Comissão, Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada, Presidente.

Eu quero saudar todas as companheiras Deputadas e Senadoras que estão aqui, nesta data de hoje, e também as pessoas que nos acompanham e que representam o movimento organizado de mulheres e dos direitos humanos no Brasil. Quero cumprimentar, em especial, as nossas Ministras aqui presentes, todas com compromisso com a causa da mulher, que não é senão a causa da sociedade brasileira. Há pouco

ouvíamos o Presidente Sarney dizer que as mulheres no Senado têm tido uma participação destacada não apenas nas discussões que dizem respeito aos seus direitos, mas nas discussões que dizem respeito a todas as questões da Casa.

Eu gostaria de ressaltar que todas aquelas questões que são consideradas e chamadas e ditas e escritas questões das mulheres não são questões das mulheres, são questões da sociedade brasileira em que coube às mulheres assumir o peso de enfrentá-las. A maternidade não é uma questão da mulher, é uma questão da sociedade brasileira e das sociedades no mundo inteiro, pois é a reprodução da humanidade. A questão da mulher no trabalho, no emprego, a sua incorporação à economia e, como consequência disso, a abertura de espaços de cuidado da vida humana nas famílias que geram novos empregos, o emprego doméstico ou novas necessidades, como a necessidade de equipamentos públicos, de educação, de creches, de escolas, todas relacionadas ao papel que a mulher teve num determinado momento da vida humana de dar e de prover às famílias os cuidados, os ensinamentos, a passagem do conhecimento e assim por diante.

Portanto as questões das mulheres são questões da sociedade brasileira. Nós precisamos transformar essas questões e essa pauta numa pauta do Parlamento, do Judiciário e do Executivo para garantir a inclusão de toda a população de homens e mulheres no seu acesso à cidadania.

Um grande abraço e conte comigo, Presidente, para que nós possamos juntas trazer o debate ao Senado, a pauta do movimento de mulheres e levá-la também ao Senado como um todo.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Senadora Lídice.

Eu gostaria de passar a palavra para a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Obrigada, Presidente, obrigada pela compreensão. Nós temos sessão na CAE, eu sou Relatora de um projeto e o pessoal já está me chamando.

Mas eu não poderia sair desta reunião sem antes cumprimentá-la e cumprimentar também a Senadora (*Interrupção do som.*), desejar muito sucesso nessa caminhada. Vocês podem ter certeza de que nós vamos estar juntas. Onde nós estivermos, na Casa, no Congresso Nacional, a questão de gêneros, dos direitos das mulheres, como direitos dos seres humanos, como direitos humanos estarão sendo colocados.

Eu queria fazer aqui um agradecimento especial à presença da Ministra Carmen Lúcia e também um agradecimento de quando ela nos recebeu no Supremo Tribunal Federal, no debate de uma lei tão importante, de uma ação que feria, na verdade, a Lei Maria da Penha. O Supremo sustentou e isso foi muito importante para as mulheres.

Também a nossa Ministra Iriny, que tem sido uma batalhadora, uma Ministra que tem articulado com este Parlamento, que tem puxado a gente para vários temas. Então, queria parabenizá-la. Também a Ministra Luiza, que está aqui, seja muito bem-vinda. E as nossas Deputadas.

Queria dizer que, depois dessa discussão da Lei Maria da Penha, que acho corretíssimo começar por ela, pela importância que ela tem para a sociedade, eu gostaria de propor a esta Comissão que fizéssemos um debate conjunto com a Comissão Mista de Orçamento para ter a visibilidade da mulher no Orçamento Público.

Eu sou da Comissão Mista de Orçamento e acho que está mais do que na hora de nós termos lá quantificados os recursos que nós temos para investir. Quais são os recursos que nós temos necessidade de investir nas questões que dizem respeito e, como disse a Senadora Lídice, não só às questões de mulher, às questões da humanidade.

Eu sempre digo, quando a gente consegue avançar nas conquistas daquelas lutas que as mulheres encampam, nós acabamos conquistando vários direitos para a sociedade como um todo.

Então, queria deixar essa proposta, Senadora Angela Portela, de nós fazermos juntos. Pedir à Consultoria do Senado para fazer uma exposição também com a presença do Executivo, se a Ministra Iriny puder estar, para que a gente tenha um encaminhamento sobre como vamos trabalhar o Orçamento para 2012, com forte presença dos interesses das mulheres, dos programas e dos projetos que vão fazer, com certeza, diferença na nossa vida.

Sucesso! Parabéns! Que Deus abençoe a caminhada! (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Senadora Gleisi. Certamente é de fundamental importância a nossa participação nas discussões do Orçamento da União para que a gente possa ter condições e recursos para implementar as políticas voltadas para a mulher e para a implementação da Lei Maria da Penha, que é de fundamental importância.

Eu queria passar a palavra agora para a Deputada Rosane Ferreira.

A SRª ROSANE FERREIRA (PV – PR) – Serei absolutamente breve.

Primeiro, mais do que parabenizá-las, Senadora Angela Portela e Senadora Lídice da Mata, quero rogar a Deus proteção e iluminação no caminho de V.

Exªs para que nós possamos fazer juntas, todas, um grande trabalho.

Mas eu queria aproveitar esta oportunidade em que estamos aqui, na presença das Ministras Carmen Lúcia, Luiza Bairros, Iriny e outras Senadoras e Deputadas, para chamar atenção para que posteriormente nós possamos tratar do assunto que eu acho absolutamente pertinente.

A minha mãe, na sua simplicidade, disse que oportunidade é um cavalo que passa na frente da gente encilhado. E se a gente não o pega, talvez nunca mais tenha oportunidade.

Eu quero aproveitar este momento para colocar uma situação e chamar atenção para a questão dos Conselhos Tutelares. Essa é uma matéria sobre a qual temos que nos debruçar, em que a realidade do Paraná e de alguns outros municípios que conheço em outros estados é absolutamente preocupante.

Os Conselhos Tutelares são porta de entrada para o enfrentamento da violência e de toda a falta de política ou de políticas não exaustivamente trabalhadas com relação ao enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes. E ao que assistimos são pessoas muitas vezes completamente despreparadas, sem estrutura, estrutura física mesmo, estrutura material para desempenhar o trabalho, e sendo delegadas a elas essa porta de entrada para esse enfrentamento.

Então, isso vem ao encontro do... porque quem mais sofre com essa questão da violência contra a criança e o adolescente somos nós, mulheres. Somos nós que vivenciamos toda sorte de coisas que acontecem. Sempre digo, e quero encerrar dizendo isso, Senadora Angela Portela: antes de aquele rapaz cometer aquele ato insano no Rio de Janeiro, ele passou por todo um processo em convívio com a sociedade que deve ter se arrastado durante toda a sua infância, adolescência etc. Muitas vezes, a primeira pessoa a quem cabe, nos municípios, detectar esses problemas são os Conselhos Tutelares, que não têm preparo para tal. Então, em algum momento nós temos que começar a discutir o papel do Conselho Tutelar, como ele é formado, como ele entra e como ele é porta de entrada para essa violência.

Muito obrigada.

Quero sugerir como pauta futura, embora entenda que o momento é para discutirmos a Lei Maria da Penha.

A SRª PRESIDENTA (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Deputada Rosane.

Gostaria de pedir desculpas às que estão inscritas, vou chamar a Senadora Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos para dar continuidade ao trabalho e, em seguida, as que estão inscritas poderão falar, uma vez que a Ministra Carmem Lúcia precisará se ausentar porque tem reunião no Supremo Tribunal Federal, e a gente pretende agilizar aqui os debates.

Muito obrigada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas do dia vinte e oito de abril de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Fernando Collor,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores **Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Antonio Carlos Valadares, Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Aloysio Nunes Ferreira, Paulo Bauer, Jorge Viana, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Eduardo Amorim, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti** e **Inácio Arruda**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Também presentes os Senadores **Itamar Franco** e **Casildo Maldaner**, os Deputados Eduardo Azeredo e Marcos Pestana e o Embaixador de Portugal no Brasil, João Salgueiro. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Tem início cerimônia de aposição de retrato do Deputado Eduardo Azeredo na Galeria de ex-Presidentes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal. Fazem pronunciamentos, além do Presidente, o Deputado Eduardo Azeredo e o Senador **Itamar Franco**. Descerrado o retrato, fazem uso da palavra os senadores **Luiz Henrique**, **Cyro Miranda**, **Francisco Dornelles**, **Ana Amélia**, **Eduardo Suplicy**, **Cristovam Buarque** e **Paulo Bauer**. A Reunião é suspensa por dois minutos. Reiniciada às dez horas e trinta e sete minutos, tem início a apreciação da Pauta. A Senadora **Gleisi Hoffmann** solicita inversão de pauta, para que se inicie com a apreciação do Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 115, de 2011. A solicitação é posta em votação e aprovada pelo Plenário.

Item 8 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 115, de 2011, de autoria da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, que "*aprova o Texto das Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre as Bases Financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu, firmadas em 1º de setembro de 2009.*" Relatora: Senadora **Gleisi Hoffmann.** A relatora apresenta o **Requerimento Nº 18 de 2011-CRE**, que "*requer, nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 2011, que 'Aprova o Texto das Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre as Bases Financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu, firmadas em 1º de setembro de 2009'*", que é aprovado, com voto contrário do Senador **Aloysio Nunes Ferreira**. Lido o relatório, é concedida vista coletiva da matéria, por trinta minutos. O Senador **Jarbas Vasconcelos** apresenta Voto em Separado. O Senador **Aloysio Nunes Ferreira** apresenta recurso contra a concessão de vista coletiva pelo prazo de trinta minutos. Posto em votação, o Plenário aprova a decisão da Presidência pelo deferimento da vista coletiva por 30 minutos. Fazem uso da palavra os Senadores Senadores **Aníbal Diniz, Aloysio Nunes Ferreira, Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque, Jarbas Vasconcelos, Marcelo Crivella, João Pedro, Luiz Henrique, Gleisi Hoffmann, Cyro Miranda, Francisco Dornelles, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Bauer, Ana Amélia** e **Romero Jucá.** Resultado: aprovado o relatório da Senadora **Gleisi Hoffmann,** com os votos contrários dos Senadores **Jarbas Vasconcelos** e **Aloysio Nunes Ferreira**; vencido o Voto em Separado apresentado pelo Senador **Jarbas Vasconcelos**. **Item 5 – Mensagem (SF) nº 41, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora IRENE VIDA GALA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Gana".* Relator: Senador **Jarbas Vasconcelos.** Resultado: lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. **Item 3 – Mensagem (SF) nº 33, de 2011**, de autoria do Presidente da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cingapura".* Relator: Senador **Randolfe Rodrigues**. O relatório da Mensagem foi lido na reunião de 14/04/2011. **Item 4 – Mensagem (SF) nº 44, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que *"à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RENATO LUIZ RODRIGUES MARQUES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Belarus".* Relator: Senador **Cyro Miranda**. O relatório da Mensagem foi lido na reunião de 14/04/2011. Os Embaixadores Luís Fernando de Andrade Serra e Renato Luiz Rodrigues Marques são convidados a compor a Mesa, e fazem suas explanações. **Item 1 – Mensagem (SF) nº 31, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhora ISABEL CRISTINA DE AZEVEDO HEYVAERT, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Democrática Federal da Etiópia, exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Djibouti".* Relator: Senador **João Pedro**. O relatório da Mensagem foi lido na reunião de 14/04/2011. **Item 2 – Mensagem (SF) nº 58, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete à apreciação do Senado a indicação do Senhor JOSÉ VIEGAS FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Itália, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República de Malta".* Relator: Senador **Francisco Dornelles**. O relatório da Mensagem foi lido na reunião de 14/04/2011. O Presidente declara aberto o processo de votação para os itens 1, 2, 3 e 4, e faz a chamada para distribuição das cédulas. Fazem uso da palavra os Senadores **Cyro Miranda**, **Ana Amélia**, **Eduardo Suplicy** e **Cristovam Buarque**. A sessão é tornada secreta às quatorze horas e doze minutos e reaberta às quatorze horas e dezesseis minutos. Resultado dos itens 1, 2, 3 e 4: apreciadas as Mensagens nº 33, 44, 31 e 58, de 2011. **Item 6 – Mensagem (SF) nº 45, de 2011**, de autoria da Presidente da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CARLOS ALBERTO LOPES ASFORA, Ministro de Segunda Clas-*

se da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Geórgia". Relatora *ad hoc*: Senadora **Gleisi Hoffmann**. Resultado: lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. **Item 7 – Projeto de Lei da Câmara nº 188, de 2010**, de autoria do Presidente da República, que *"altera os arts. 1º e 7º da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, e dá providências correlatas. (Assegura validade nacional à Carteira de Identidade expedida pelo Ministério da Defesa)"*. Relatora: Senadora **Gleisi Hoffmann**. Resultado: aprovado o Parecer favorável. **Item 9 – Requerimento nº 438, de 2011**, de autoria do Senador **Eduardo Suplicy**, que *"requer nos termos do art. 13 e do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão no exterior, como representante do Senado Federal, entre os dias 3 e 6 de maio de 2011, quando participará de colóquio sobre o tema "Unidos na diversidade, solidários na adversidade", em Lisboa, Portugal, a convite do Secretário Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), bem como do Fórum de Lusofonia, no âmbito da III Bienal de Culturas Lusófonas, a convite da Câmara Municipal de Odivelas, e comunica, em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I, desse Regimento Interno, que se ausentará do País no citado período"*. Relator: Senador **Cristovam Buarque**. Resultado: aprovado o Parecer favorável. É apresentado, como **item extrapauta**, o **Requerimento nº 19, de 2011 – CRE**, de autoria do Senador **Eduardo Suplicy**, que *"requer que, nos termos regimentais, seja considerada Moção de Solidariedade ao Presidente Barack Obama, diante da campanha em meios de comunicação de que não seria cidadão americano, o que não condiz com a verdade, conforme demonstrou ontem com a divulgação de sua certidão de nascimento no Havaí, em 1961"*. Resultado: aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às quatorze horas e trinta e quatro minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor,** Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Declaro aberta a 12ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A primeira parte da reunião de hoje será dedicada e será iniciada com a cerimônia de aposição de retrato do Deputado Eduardo Azeredo na Galeria de ex-Presidentes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado da República.

Para tanto, eu gostaria de convidar, para inicialmente compor a Mesa, o Exmº Sr. Senador e Presidente Itamar Franco, que nos honra hoje com a sua presença, e também o Exmº Sr. Deputado Eduardo Azeredo.

Por favor.

Eu passo agora a palavra à mestre de cerimônias da aposição do retrato do Deputado e ex-Senador Eduardo Azeredo na galeria de ex-Presidentes desta Comissão.

A SRª MESTRE DE CERIMÔNIAS – Senhoras e Senhores, bom dia.

Damos início à solenidade de aposição do retrato do Deputado Eduardo Azeredo na galeria de fotos dos ex-Presidentes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

À frente desta Comissão, no período de 2009/2010, Eduardo Azeredo, então Senador pelo Estado de Minas Gerais, foi o responsável pela condução de 94 reuniões, com a apreciação de acordos internacionais, projetos de lei, indicação de embaixadores e realização de audiências públicas, totalizando a apreciação de 537 matérias submetidas à Comissão.

Com a palavra, o Exmº Sr. Senador Fernando Collor, Presidente desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Exmº Sr. Senador, Presidente Itamar Franco; Exmº Sr. Deputado Eduardo Azeredo, ex-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional do Senado da República; Srªs e Srs. Senadores, autoridades aqui presentes, Eduardo Azeredo, apesar de descender de ilustre linhagem política, filho do ex-Deputado, de saudosa memória, Renato Azeredo, e convivendo com grandes líderes nacionais de que Minas sempre foi celeiro, como Juscelino Kubitschek, Tancredo Neves, José Maria Alckmin, Itamar Franco, optou pela dedicação exclusive à vida pública, após mais de década de trabalhos pioneiros no campo do que então se chamava informática e que, agora, é conhecida como tecnologia da informação.

O ex-Senador, e sempre Senador, Eduardo Azeredo chegou ao Senado da República após mandatos

como prefeito de Belo Horizonte e Governador de Minas Gerais.

Foi integrante ativo da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional durante todo o seu mandato, sendo que exerceu o cargo de Vice-Presidente durante quatro anos e de Presidente no último biênio.

Entre as muitas iniciativas que liderou durante a sua gestão, cabe ressaltar o ciclo de debates sobre a adesão da Venezuela ao Mercosul, que galvanizou a atenção do Senado durante muitos meses.

De seu passado profissional, o Deputado Eduardo Azeredo trouxe um profundo sentido de modernidade e consciência da necessidade de promover a inclusão digital no Brasil, hoje um tema tão atual.

Assim, foi correlator da minirreforma eleitoral, que permitiu que, nas eleições de 2010, fosse dado amplo uso à Internet por candidatos, eleitores e mídia de forma geral.

É autor também da lei que instituiu o registro digital do voto, que permitiu que as auditorias dos partidos e candidatos se processem com muito maior segurança, evitando fraudes. Dedicou-se ao combate ao crime digital, ao *cyber crime;* apresentou proposta que modifica e amplia a legislação no sentido de modernizá-la e tipificar 13 novos delitos cometidos com o uso da tecnologia da informação.

Nesse sentido, foi convidado a participar de reuniões internacionais em Strasbourg, Bogotá, Londres, além de outros países e capitais.

Quero saudá-lo, meu caro amigo, ex-Presidente desta Comissão, atual Deputado Eduardo Azeredo, pela sua presidência muito bem-sucedida e, merecidamente, passar a integrar esta galeria de ex-Presidentes e, sobretudo, pela presença aqui, prestigiando este ato e esta simples solenidade, do Senador Presidente Itamar Franco, a quem, mais uma vez, em nome de todos os membros de nossa Comissão, agradecemos por estar aqui conosco.

Muito obrigado a V. Exª.

Volto a palavra à Mestre de Cerimônias.

A SRª MESTRE DE CERIMÔNIAS – Com a palavra, neste momento, o Exmº Sr. Deputado Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO – Sr. Presidente Fernando Collor; Sr. Presidente Itamar Franco, meu conterrâneo, a quem agradeço a presença em especial aqui conosco; Srªs Senadoras, Srs. Senadores; senhoras e senhores, o processo de inserção internacional do Brasil é um processo contínuo, ele vem se acelerando e é realmente muito importante a atuação desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. É uma Comissão que, portanto, tem a ver com o progresso do Brasil, com o futuro do Brasil.

Nós tivemos aqui, durante esses últimos oito anos, em que pude participar desta Comissão, uma gama de assuntos, de decisões que foram tomadas da maior relevância para o país. Muitas delas tem a ver com a área comercial, outras, com a simples questão de relações iniciais, mas o fato é que esse período foi extremamente frutífero e foi para mim uma honra poder participar desta Comissão, durante esses oito anos, em especial os dois últimos anos em que pude ser Presidente e tendo a presença de muitos dos senhores que aqui estão e que eram também Senadores naquela época.

A palavra globalização caiu um pouco em desuso, durante um certo tempo era muito repetida, mas o fato é que as consequências da globalização estão aí, cada vez mais presentes.

Por isso, Presidente Collor, quero dizer da minha satisfação em estar aqui e ter a honra de estar ao lado de tantos outros parlamentares que puderam presidir esta Comissão. E comentava há pouco com o Presidente Itamar sobre alguns conterrâneos nossos, de Minas, que estão ali: Magalhães Pinto, Alfredo Campos, Benedito Valadares, Afonso Arinos que também presidiram esta Comissão em seus momentos.

De forma que eu quero te agradecer por esta singela solenidade e reiterar que esta Comissão tem uma importância crescente, uma importância muito relevante para o futuro do Brasil.

Essa integração com a América do Sul, a abertura de novos mercados, o fato é que o que foi iniciado no Brasil, V. Exªs como Presidentes do Brasil que foram, tiveram exatamente esse papel, essa visão de avançar no sentido de uma maior inserção nossa em relação a todos os demais países. Somos uma economia crescente, emergente, com muitos problemas, mas tenho a certeza de que a tenacidade do povo brasileiro e de seus governantes saberá levar-nos a um porto seguro.

Agradeço, portanto, e desejo muito sucesso a todos.

Muito obrigado.

A SRª MESTRE DE CERIMÔNIAS – Convidamos agora os Exmºs Srs. Integrantes da Mesa para descerrar a foto que, a partir deste momento, passa a integrar a galeria de fotos dos ex-Presidentes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. *(Pausa.)*

(Palmas.)

Agradecemos a presença de todos e desejamos um bom dia.

Antes de encerrarmos, concedemos a palavra ao Exmº Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Presidente Collor, quero, mais uma vez, agradecer a gentileza de V. Exª, não só pela oportunidade que tenho aqui de

saudar o nosso querido amigo Eduardo Azeredo, mas também de dizer que me sinto muito confortável de estar aqui. Primeiro, em ver V. Exª presidindo uma das comissões mais importantes do Senado da República.

Fiz eu parte desta Comissão, Presidente Collor, durante praticamente 10 anos, quando aqui cheguei como Senador da República. E era muito interessante, porque a primeira coisa que indagavam era: "Minas se interessando pelos problemas internacionais?" Havia sempre esse problema.

Fiz parte dela durante 10 anos e hoje participo desta homenagem prestada a Eduardo Azeredo. Nós já estivemos em campos opostos, mas sempre mantivemos o respeito, aquele respeito que convém a Minas Gerais por parte de seus homens públicos. Disputamos, mas sempre respeitamos os aspectos peculiares dos partidos, principalmente um homem que vem de uma linhagem de políticos, que não é o meu caso, que não tive nenhuma linhagem política.

Primeiro, Eduardo Azeredo receba o meu abraço, e sinto-me muito feliz de estar aqui. Nós tivemos oportunidade, nas últimas eleições, de tomar muita poeira nos olhos e correr os vales e as quebradas de Minas Gerais juntos.

Sinto-me muito feliz de estar aqui, de abraçá-lo nesta homenagem carinhosa que o Presidente Collor e os componentes da nossa Comissão de Relações Exteriores prestam a V. Exª.

Gostaria de lembrar dois aspectos, Presidente Collor, se V. Exª me permite – e desculpem-me os membros da Comissão: primeiro, a importância desta Comissão. Ainda ontem, eu falava um pouco, no Senado da República, sobre o problema nuclear, Presidente Collor, e lembrei-me da atuação do Chanceler Celso Amorim, que foi Chanceler também do Governo do Presidente Lula. Através da própria Comissão de Relações Exteriores, nós conseguimos que o Presidente Fidel assinasse o tratado de não proliferação de armas nucleares, um esforço do então Chanceler Celso Amorim, um esforço da Comissão de Relações Exteriores. E hoje, nos Anais do Senado, eu deixei ontem aqui, está uma carta do Presidente Fidel, dizendo exatamente que Cuba se formava também com o Brasil na defesa do Tratado de Não Proliferação Nuclear – que, aliás, também foi uma defesa que V. Exª fez durante a sua Presidência, e – por que não dizer? –, igualmente, o seu companheiro aqui fez.

Outro aspecto que vim aqui falar é uma coisa muito interessante – e V. Exª, Presidente Collor, também notou: quando nós chegamos ao Governo, a Venezuela estava de costas para o Brasil. Era incrível que a Venezuela estivesse de costas. E aqui recebemos, então, o Presidente Rafael Caldera, que estava disputando as eleições, ganhou as eleições, e tivemos oportunidade de convidá-lo para as festas de 7 de setembro. É por isso, Presidente Fernando Collor, que me sinto muito feliz de aqui estar, aceitando o seu convite.

Quando vejo hoje o Ministro Patriota à frente da Chancelaria, recordo-me também quando, muito moço, S. Exª trabalhou comigo na Presidência da República e foi inclusive promovido, à minha época, como Conselheiro. Ele lembrava isso outro dia numa visita carinhosa que fez, recordando esses aspectos.

Portanto, a gente se sente muito em casa nesta Comissão. Acho que é a Comissão em que me sinto mais à vontade, mesmo não fazendo parte dela - sem qualquer críticas, mas, por uma contazinha aritmética que eu desaprendi do meu curso, não só de estudante de aritmética, mas mais tarde como engenheiro, o Senado faz uma conta que até hoje não percebi. Era a mesma coisa, Presidente Collor, se eu chegasse e perguntasse ao Senado da República: "Quanto é um dividido por zero?" Não sei se os Senadores saberiam me responder quanto é um dividido por zero. Então, o Senado faz uma conta e não me permite que eu faça parte de nenhuma comissão permanente. Mas quero abraçar o Presidente Collor, agradecer, mais uma vez, a gentileza que V. Exª tem para comigo desde que aqui cheguei.

Da mesma forma, quero abraçar o nosso Eduardo Azeredo, que tem uma vida vitoriosa, que tem a vida da sua família dedicada aos interesse mineiros, mas, sobretudo, aos interesses nacionais, principalmente seu saudoso pai, o Deputado Renato Azeredo, com quem tive a honra de estarmos juntos, muitas vezes em situações difíceis.

Muito obrigado, Sr. Senadores. E, mais uma vez, Presidente Collor, parabéns à Comissão, parabéns à V. Exª, porque estão homenageando realmente um filho de Minas que tem honrado as nossas tradições.

Muito obrigado a V. Exª. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB - AL) – Muito obrigado, mais uma vez, em nome da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ao Senador Presidente Itamar Franco pela sua presença.

Os nosso cumprimentos reiterados ao ex-companheiro, sempre presidente desta Comissão, Eduardo Azeredo, que hoje teve seu retrato aposto na galeria de ex-presidentes, desejando-lhe muitas felicidades no seu exercício das atividades parlamentares hoje na Câmara dos Deputados.

E gostaria de congratular-me com Minas Gerais por dois grandes filhos que esse grande Estado brasileiro tem hoje como representantes, entre outros, no Congresso Nacional.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB - SC) - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB - AL) – Pela ordem, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB - SC) – O Deputado, ex-Senador, sempre Senador Renato Azeredo justifica a máxima de Santo Agostinho - Eduardo, estou pensando no pai de V. Exª: *natura non faciti saltus* – a natureza não dá saltos.

Eu tive o privilégio de ser colega do Deputado Renato Azeredo, e a seu nome está ligado esta cidade, esta Capital. Ele foi, como chefe da Casa Civil, o Ministro mais próximo do Presidente Juscelino Kubitschek. Evidentemente, em toda grande obra realizada pelo Presidente Juscelino – e o Presidente Itamar lhe seguiu os passos, no exercício da Presidência -, seja a interiorização do País, pela construção de Brasília, pela rodovia que chegou a Belém, seja pela industrialização do nosso País, seu pai esteve marcantemente presente.

E eu ainda me lembro dele, com muito carinho, fazendo o cigarro de palha, bem à moda dos antigos mineiros. E o Governador, Senador e Deputado Eduardo Azeredo segue-lhe o passo, reafirma a obra do seu pai. Por isso sou muito feliz de estar aqui e participar desse ato tão importante da entronização da sua fotografia.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Senador Luiz Henrique.

Com a palavra, o Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, bom dia e parabéns pelo evento de hoje. Eu queria dizer em nome não só do meu Partido como do meu também que não tive a oportunidade de, na legislatura passada, estar ao lado do Senador Eduardo Azeredo, mas acompanhei através do Senador Marconi Perillo os feitos e, politicamente, aprendi a admirá-lo; depois, com o convívio, como pessoa que se liga a todas as causas que são importantes a este País, a sua dedicação, eu tive a felicidade de compartilhar com o Senador Eduardo Azeredo.

E dizer, Senador, que o senhor faz falta nesta Casa, pode ter certeza. E nós esperamos que, em breve, o senhor aqui volte.

Parabéns por tudo o que senhor fez.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PSB – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Senador Cyro.

Com a palavra, o Senador Ministro Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PSB – RJ) – Eu preciso dar um depoimento aqui. Em 1982, foi eleito Governador de Minas o então Senador Tancredo Neves e, para o Senado, o hoje Senador Itamar Franco. E naquela época foi montado e todos tomaram conhecimento no Rio, o Proconsult, que tinha por objetivo fazer distorções na apuração das eleições que acabaram elegendo Leonel Brizola.

Estava montado o Proconsult de Minas. Nós fomos informados antes, impugnamos o Serpro e foi designado, então...a Justiça não aceitou a impugnação do Serpro, mas permitiu que a IBM designasse alguns técnicos para acompanhar a apuração. Naquela época, o Diretor da IBM que se chamava Marcelo Reis escalou para acompanhar a apuração em Minas o então homem da IBM Eduardo Azeredo. E foi ele que acompanhou e impediu o Proconsult de Minas, que acabou ratificando o resultado das eleições como elas deviam ser, elegendo Itamar Franco para o Senado e Tancredo Neves para o Governo de Minas.

Eu queria deixar essa passagem, que foi extremamente importante a presença do Eduardo na apuração das eleições de Minas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Senador Ministro Francisco Dornelles.

Passo a palavra à Senadora Ana Amelia.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP –RS) – Muito o obrigada, Presidente.

Estimado e querido Presidente Itamar Franco e homenageado Deputado Eduardo Azeredo, diferente dos demais oradores que manifestaram a sua palavra, quero reafirmar as homenagens todas merecidas do nosso Deputado.

Mas eu faço diferente deles, como jornalista que fui até 15 de março de 2010. Em todas as ocasiões em que eu solicitei entrevistas ao então Senador Eduardo Azeredo, envolvido em que estava em questões relevantes da ciência e tecnologia, mais especificamente na questão de Internet, do uso dela e das suas finalidades, em que até se estabeleceu uma polêmica muito grande a respeito disso, em nenhum momento ele se negou a prestar esclarecimentos a respeito dessa matéria.

Então, eu tributo aqui, como jornalista, ao espírito democrático e à abertura que teve sempre e a maneira respeitosa como tratou sempre a imprensa. Pelo menos é o depoimento que eu, pessoalmente, posso fazer em relação ao senhor.

Parabéns e fico muito feliz de hoje estar nesta Casa, onde o senhor conviveu tanto e deixou uma bela contribuição.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Senadora Ana Amelia.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quero também, Presidente Fernando Collor, Presidente Itamar Franco, sobretudo agradecer a atenção que, quando Presidente, o Senador Eduardo Azeredo teve para comigo e para com todos os Senadores da Comissão de Relações Exteriores. A condução de S. Exª foi, do ponto de vista democrático e de respeito para com todos, exemplar. E também S. Exª conduziu esta Comissão de tal maneira a nós podermos sempre ter esclarecimentos das autoridades, seja do Ministro da Defesa e, em especial, do Ministro de Relações Exteriores Celso Amorim, que, durante a sua presidência, esteve aqui por cerca de seis vezes. Três vezes ao ano, uma prática que agora se torna tradição. Ainda nesta semana, o Ministro Antonio Patriota esteve aqui conosco. Ontem, tivemos uma reunião de extraordinária qualidade, mas seguindo, portanto, aquilo que vinha já acontecendo sob a presidência de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB - AL) – Muito obrigado pela palavra de todos os Srs. Senadores...

Ainda, com a palavra, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT - DF) – Sr. Presidente, eu não poderia deixar passar a ocasião de dizer da minha satisfação de ter sido membro desta Comissão durante o período do amigo Azeredo. Sou suspeito para falar, porque temos ligações fortes de quando ele era Governador de Minas e eu, do Distrito Federal, e fizemos um fato histórico: saímos num carro, ou numa caminhonete, ele candidato pelo PSDB, eu, candidato pelo PT, fazendo campanha; e os dois perdemos. Mas, de qualquer maneira, desde aí nós temos uma relação muito forte com o Senador Azeredo, e fico muito feliz de que agora vamos sentir menos falta do senhor, porque temos a foto para ver aqui, quando olharmos para o lado.

Um grande abraço e muita felicidade na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB - AL) – Com a palavra, o Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB - SC) – Bom dia, Sr. Presidente, bom dia a todos. Quero apenas manifestar a minha alegria em ver o nosso companheiro do PSDB, meu amigo Eduardo Azeredo, sendo homenageado aqui na Comissão de Relações Exteriores.

Posso registrar que, tão logo ele foi eleito Senador, e eu era Deputado Federal, procurado pelo Embaixador da Suíça, iniciei os procedimentos para constituir, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, no Congresso, portanto, o Grupo Parlamentar Brasil-Suíça, já que a minha cidade, em Santa Catarina, é Joinville, fundada por suíços.

Essa operação foi fácil, porque também o então Governador do Estado de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, incentivava as relações com aquele país. E o Senador Eduardo Azeredo, antes de ser Presidente da Comissão de Relações Exteriores, foi o mais brilhante membro da Comissão Parlamentar Brasil-Suíça.

Muitas vezes estivemos na Suíça, trabalhando para estreitar as relações entre o Brasil e aquele país. Depois daquilo, naturalmente, com tanto talento e qualidade com sua história, ele alcançou a posição de Presidente desta Comissão e honrou muito o Senado Federal e o Brasil.

Parabéns pela homenagem que recebe.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB - AL) – Muito obrigado aos Srs. Senadores.

Antes de passar a palavra finalmente, para o encerramento, ao homenageado de hoje, Senador Eduardo Azeredo, gostaria de registrar a presença do Deputado Marcos Pestana, Presidente do PSDB de Minas Gerais. Muito obrigado a V. Exª pela sua presença.

Registro também a presença do Sr. João Salgueiro, Embaixador de Portugal junto ao Brasil. Seja muito bem-vindo. Obrigado pela sua presença.

Senador Eduardo Azeredo, diante de tantas homenagens dos membros desta Comissão, não poderia deixar de passar a palavra novamente para V. Exª, para as considerações finais, considerações que julgar conveniente fazer.

O SR. EDUARDO AZEREDO – Presidente Collor, quero, mais uma vez, reiterar os meus agradecimentos a todos os colegas que aqui se manifestaram. Agradeço as palavras de cada um deles que pôde relembrar alguns pontos, relembrar alguns momentos importantes, seja do meu pai, seja da minha vida pessoal. O Senador Dornelles, por exemplo, fez menção à aflição de Tancredo Neves diante do risco de fraude nas eleições de Minas. Foi realmente uma época difícil. Para os senhores terem uma ideia, os boletins – o Presidente Itamar também sabe disso –, antes de serem digitados, eram entregues ao SNI. Depois é que eram entregues para digitação e aos fiscais dos partidos. Vejam como era difícil. Chegava um boletim do interior, aquele boletim enorme, era entregue uma cópia para o SNI, depois é que era remetido para os fiscais dos partidos. Eram apenas 5 partidos, era mais fácil termos fiscais na época. Hoje temos 28. Eram apenas 5 fiscais, havia mais facilidade.

Mas são momentos importantes que foram aqui lembrados, não apenas da minha vida e da vida do meu pai, mas momentos importantes do Brasil, como

vemos aqui o Presidente Itamar, o Presidente Fernando Collor testemunharem esses avanços que o Brasil teve, muitos deles sob a direção dos dois.

De maneira que, mais uma vez, agradeço muito essa oportunidade ao Presidente Fernando Collor, ao Senador Itamar Franco e a todos os Senhores.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado. A reunião fica suspensa por dois minutos.

(Suspensa às horas, a sessão é reaberta às ....horas .)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Dando início à reunião propriamente dita no dia de hoje, vamos passar, antes mesmo dos comunicados e da leitura de requerimento, à nossa pauta de hoje.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT - PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, a Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT - PR) – Eu gostaria de requerer uma inversão de pauta, Sr. Presidente, para que o Item 8, que dispõe sobre Projeto Legislativo nº 115 pudesse constar como primeiro item da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Solicitação de inversão de pauta, pela Senadora Gleisi Hoffmann.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que estiverem de acordo, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada a inversão de pauta.

Passaremos logo ao Item 8, que passa a ser o Item 1 da pauta, de caráter não-terminativo.

ITEM 1
- Não Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 115 DE 2011

Aprova o Texto das Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre as Bases Financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu, firmados em 1º de setembro de 2009.

Autoria: Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (CN).

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann.

Concedo a palavra à Senhora Senadora Gleisi Hoffmann para proferir o seu relatório..

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT - PR) – Sr. Presidente, antes de me pronunciar e fazer a leitura do Relatório, eu gostaria de apresentar à Mesa um requerimento, com base nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno, pedindo a tramitação em regime de urgência para o projeto em pauta.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Em votação a solicitação de regime de urgência que a Senadora Gleisi nos apresenta.

As Srªs e Srs. Senadores que a aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Aprovado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Com o voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Tem a palavra V. Exª, Senadora.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT - PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 115/2011, cuja ementa está acima epigrafada e já lida pelo Presidente desta Comissão.

O Texto das Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre as Bases Financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu, firmadas em 1º de setembro de 2009, foi encaminhado à apreciação do Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 951, de 19 de novembro de 2009, do Presidente da República.

Em linhas gerais, pretende-se por meio das notas diplomáticas elevar de 5.1 para 15.3 o fator de multiplicação aplicado aos valores estabelecidos no Anexo C do Tratado de Itapu para os pagamentos por cessão de energia efetuados pelo Brasil ao Paraguai.

Acompanha a Mensagem Presidencial a exposição de motivos DOS Srs. Ministros de Estado das Relações Exteriores, de Minas e Energia, e da Fazenda, na qual é assinado que, consoante decisão já antecipada pelo Presidente da República, o custo adicional será arcado com recursos a serem definidos pelo Tesouro Nacional de forma a não onerar a tarifa de energia elétrica paga pelo consumidor brasileiro. Em termos mais precisos, e levando-se em consideração dados da produção de energia do exercício de 2008, os pagamentos anuais feitos ao Paraguai a título de cessão de energia passariam de cerca de 120 milhões de dólares para cerca de 360 milhões de dólares.

Não foram oferecidas emendas ao projeto nesta Comissão.

II – Análise

Nos termos do art. 103, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais. Tendo em vista que o custo da elevação do fator de multiplicação aplicado sobre o montante que remunera a energia cedida pelo Paraguai ao Brasil deverá, conforme exposição de motivos, ser arcado pelo Tesouro Nacional, o envio das notas pelo Presidente da República ao Congresso Nacional atendeu os dispositivos constitucionais pertinentes (arts. 49, I, e 84, VIII, da Constituição Federal).

Ademais, o projeto não apresenta vícios quanto a sua juridicidade e é versado em boa técnica legislativa.

No mérito, faz-se necessário que remontemos aos antecedentes do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai para o Aproveitamento Hidroelétrico dos Recursos Hídricos do Rio Paraná, pertencentes em condomínio aos dois Países, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guaíra até a Foz do Rio Iguaçu, mais conhecido como Tratado de Itaipu, celebrado em 26 de abril de 1973.

A construção de Itaipu foi motivada não apenas pela questão energética, mas também pela necessidade de se resolver impasse na fronteira entre Brasil e Paraguai, cuja origem se encontra na assinatura do Tratado de Permuta, no ano de 1750, entre Espanha e Portugal. Com a Guerra do Paraguai, esse impasse ganhou força, uma vez que o Tratado de Paz, firmado em 1872, recebeu interpretações divergentes quanto às novas fronteiras nele definidas, mais especificamente na região do Salto de Sete Quedas.

A constatação de grande potencial hidrelétrico no Rio Paraná, que poderia se tornar um complicador para a questão fronteiriça, serviu como ferramenta de aproximação diplomática entre os dois países: grande parte da área em litígio foi alagada, afastando-se a possibilidade de conflito. Itaipu tornou-se, assim, a pedra angular das relações entre Brasil e Paraguai.

Feitas essas breves e importantes considerações, passemos ao exame dos dispositivos do Tratado de Itaipu que se relacionam com o projeto de decreto legislativo objeto deste relatório.

O art. III do Tratado dispõe, em seu *caput*, que as Altas Partes Contratantes criam, em igualdade de direitos e obrigações, entidade binacional denominada ITAIPU, com a finalidade de realizar o aproveitamento hidroelétrico a que se refere o art. I.

Previu-se, no art. VIII, *caput*, que os recursos necessários à integralização do capital de Itaipu serão supridos, à Eletrobras (Centrais Elétricas Brasileiras S. A.) e à Ande (Administración Nacional de Electricidad), respectivamente, pelo Tesouro brasileiro e pelo Tesouro paraguaio ou pelos organismos financiadores que os Governos indicarem.

A teor do art. 6º do Anexo A do Tratado, o capital de Itaipu pertence à Eletrobras e à Ande, em partes iguais e intransferíveis, e equivale a US$100 milhões.

Sobre a energia produzida por Itaipu, estipulou-se, no art. XIII do Tratado, que será dividida em partes iguais entre Brasil e Paraguai. Porém, é assegurado a cada um desses países adquirir a energia não utilizada pelo outro para seu próprio consumo (art. XIII, *caput*), até o ano 2023. O total da potência instalada deverá ser adquirido pelas partes, conjunta ou separadamente.

O valor necessário para remunerar o país que ceder energia ao outro deverá estar incluído no custo de serviço de Itaipu, conforme o art. XV, § 3º. No mesmo sentido, o item III-8 do Anexo C do Tratado – que cuida das Bases Financeiras e de Prestação dos Serviços de Eletricidade da Itaipu e é objeto das notas diplomáticas a que se refere o projeto de decreto legislativo em exame – determina, em sua redação original, que integrará o custo do serviço de eletricidade o montante necessário à remuneração a uma das Altas Partes Contratantes, equivalente a trezentos dólares dos Estados Unidos da América, por gigawatt-hora cedido à outra Alta Parte Contratante. Esta remuneração se realizará mensalmente na moeda disponível pela Itaipu.

No ano de 1986, por meio de troca de notas diplomáticas, estabeleceu-se a aplicação de um fator de ajuste baseado em índices de inflação dos Estados Unidos da América sobre o montante a que se refere o citado item III-8. Criou-se, ainda, fator de multiplicação, o qual sofreria ajustes progressivos chegando a 4,00 no ano de 1992.

Essa regra foi novamente alterada em razão da assinatura, em 8 de dezembro de 2005, em Montevidéu, do Acordo, também por troca de notas, referente à atualização das Bases Financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai. Esse Acordo determina que *o montante necessário para a compensação a uma das Altas Partes Contratantes por gigawatt-hora cedido à outra Alta Parte Contratante, passe a ser multiplicado por 5,1 (cinco inteiros e um décimo), a partir de 1 de janeiro de 2006*.

As notas ora veiculadas pelo projeto de decreto legislativo em análise elevam esse fator para 15,3, isto é, triplicam o valor de remuneração da energia cedida. Conforme a exposição de motivos, o então Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, assumiu o compromisso de que o Tesouro Nacional deveria arcar

com o custo decorrente desse aumento. Em outros termos, significa que o consumidor não será onerado.

A elevação desse fator se sustenta, conforme a exposição presidencial, pelas razões que passaremos a expor.

O Brasil consome cerca de 95% da energia produzida por Itaipu.

Portanto, compramos grande parte da energia que caberia ao Paraguai, nas condições estipuladas no Tratado, como mencionado acima. Considerando que Itaipu celebrou contratos de financiamento para sua construção – tendo como maiores credores a Eletrobrás e o Tesouro Nacional Brasileiro e cuja amortização integral deverá ocorrer somente no ano de 2023 –, grande parte da receita da binacional ainda é utilizada para seu pagamento, de maneira que a remuneração paga ao Paraguai pela cessão de sua energia sofre, na prática, drástica diminuição.

Vale lembrar que os saldos devedores desses financiamentos sofriam correção por meio de um fator de ajuste baseado em índices inflacionários dos Estados Unidos da América. A supressão desse fator foi autorizada pela Lei nº 11.480, de 30 de maio de 2007, em que se converteu a Medida Provisória nº 357, de 12 de março de 2007. Diante desse cenário e considerando que o Paraguai, por força do Tratado, somente pode ceder sua energia ao Brasil, parece-nos correto que elevemos o valor a ser pago por ela.

Cumpre registrar que o Paraguai é um país com graves problemas de infraestrutura. Porém, assumiu o compromisso de envidar esforços nesse campo, conforme ações previstas no texto da Declaração Conjunta, firmada pelos presidentes paraguaio e brasileiro em 25 de julho de 2009, mesmo documento em que se previu a elevação dos valores a serem pagos pela energia cedida pelo Paraguai, compromisso ora materializado nas notas submetidas à análise do Congresso Nacional. Assim, os recursos provenientes desse aumento poderão ser revertidos em obras de infraestrutura que beneficiariam, inclusive, brasileiros que residem em território paraguaio, sobretudo ligados a atividades agrícolas, comumente denominados "brasiguaios", cuja situação é, com frequência, motivo de tensões sociais com potencial para afetar as relações bilaterais.

Além disso, estimou-se que o valor acrescido ao pagamento da energia cedida pelo Paraguai, considerado o ano de 2008, seria da ordem de US$ 240 milhões. As despesas no orçamento fiscal brasileiro, no ano de 2010, foram fixadas em cerca de R$ 1,86 trilhão e superou R$ 2 trilhões para o ano de 2011.

Por outro lado, atualmente Itaipu representa cerca de 20% do total das receitas fiscais do Paraguai. Tais dados revelam que o impacto no orçamento brasileiro é mínimo se comparado ao ganho proporcionado para o Paraguai e, consequentemente, para as relações bilaterais e a integração na região.

Desse modo, a alteração tem o condão de manter o propósito inicial do Tratado de Itaipu no sentido de promover o equilíbrio nas relações entre Brasil e Paraguai. Ademais, não se deve esquecer o compromisso assumido pelo Estado brasileiro no âmbito do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) de se empenhar na redução das assimetrias do bloco. O Protocolo de Ouro Preto determina expressamente, em seus *considerandа*, que os membros atentem para a *necessidade de uma consideração especial para países e regiões menos desenvolvidos do Mercosul*. Tal norma evidentemente tem como principal destinatário o Brasil, por ser o membro com maior grau de desenvolvimento do bloco, de maneira que não podemos nos abster de tomar medidas práticas e capazes de alcançar a diminuição dessas desigualdades regionais.

Com efeito, tanto a manutenção do espírito que culminou na celebração do Tratado de Itaipu quanto as obrigações a que o Brasil se vinculou como membro do Mercosul constituem fundamentos suficiente para a aprovação do projeto de decreto legislativo ora submetido à análise desta Casa.

III – Voto

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, legal e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 2011.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, Senador Anibal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT - AC) – Gostaria de pedir vista, nos termos do art. 132, § 2º, inciso I, do Regimento Interno.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente. Peço vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Será concedido vista a V. Exª, de acordo com o § 2º, por meia hora.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Também será concedido vista ao Senador Anibal, ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT - SP) – Coletiva então, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Vista coletiva, pelo prazo de trinta minutos, de acordo com o art. 132, § 2º, inciso I.

Continuamos...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT - DF) – Sr. Presidente, uma consulta: enquanto passam esses trinta minutos, o Regimento permite que levemos adiante o debate?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Claro! Sem dúvida.

Concedida vista coletiva a todos os membros da Comissão, pelo período de trinta minutos. E daremos continuidade a nossa pauta enquanto isso. São 10h50min.

O item seguinte da pauta....

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT - DF) – Sr. Presidente, a minha pergunta era no sentido de se poderíamos continuar o debate desse item.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Não, teria que discutir. Teria que ser apresentado o resultado da vista e, após isso, iniciaríamos a discussão. Certo?

Daremos continuidade aos itens que constam hoje da pauta.

ITEM 5
- Não Terminativo -
MENSAGEM (SF) Nº 41, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Srª IRENE VIDA GALA , Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Gana.

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: Senador Jarbas Vasconcelos.

Concedo a palavra ao Exmº Sr. Senador Jarbas Vasconcelos, para proferir o seu relatório.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB - PE) – A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Nesse sentido, esta Casa legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que o Presidente da República faz da Srª Irene Vida Gala, *Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Gana*.

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, em razão de preceito regimental, a indicada é filha de Eleutério Gala e de Maria Natércia Teixeira Vida Gala, tendo nascido em 29 de setembro de 1961, em São Paulo (SP). Graduou-se em Direito pela Universidade de São Paulo (1983) e é mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília [UnB (2002)].

Em 1985, ingressou na carreira diplomática. Tornou-se Terceira Secretária no ano seguinte. Promovida a Conselheira (2003) e a Ministra de Segunda Classe (2008), sempre por merecimento.

Possui vasta experiência junto aos países africanos, tendo servido em missões diplomáticas junto às representações do Brasil na Embaixada em Bissau – 1988 (capital da Guiné Bissau); na Embaixada em Lusaka – 1989 (capital da Zâmbia); na Embaixada em Luanda – 1994 (capital de Angola); na Embaixada em Pretória – 1996 (capital da África do Sul).

Exerceu, durante o ano de 1999, como Substituta, a chefia da divisão de África II.

Entre outras funções desempenhadas, destacam-se a de Encarregada de Negócios em missão transitória na Embaixada em Dacar (2002); conselheira na Missão junto à Organização das Nações Unidas [ONU (2004)]; Consulesa-Geral Adjunta no Consulado-Geral em Roma (2007).

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre Gana. O documento apresentado dá notícia histórica do relacionamento bilateral, bem como oferece informações relativas ao intercâmbio comercial entre os dois países.

As relações entre o Brasil e Gana foram formalmente instituídas em 1960. Nesse ano, foi criada a legação em Agra, que foi elevada à categoria de Embaixada no ano seguinte. Desde então, verifica-se relacionamento maduro e convergente no tocante a vários temas da agenda internacional.

Entre os países da África Ocidental, Gana é o parceiro mais dinâmico nas iniciativas brasileiras que vão da ampliação do diálogo com o continente africano a temas de cooperação e trocas comerciais.

A cooperação entre os dois países se dá em vários domínios, de modo especial no campo agrícola. Nesse sentido, a abertura de escritório da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em Acra é reflexo expressivo da saudável convivência bilateral. Sua principal missão, para além de ser a sede do escritório regional africano da empresa, é disponibilizar o maior banco de dados em tecnologia agrícola tropical do mundo para os países africanos. Esse objetivo há de ser alcançado...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB - PE) – Parece uma feira, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Faço um apelo, com licença, com a permissão de V.

Exª, Senador Jarbas Vasconcelos: peço às Srªs e aos Srs. Senadores que estiverem discutindo a questão da matéria colocada como Item 1 da pauta, sobre as Notas Reversais, que, se tiverem algo a discutir, que, por favor, o façam na secretaria, para não atrapalhar a leitura do relatório do Exmº Senador Jarbas Vasconcelos, por favor.

Com a palavra, o Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB - PE) – Obrigado.

Esse objeto há de ser alcançado ao amparo de projetos de cooperação.

O bom trato se reflete, também, no comércio. Nessa esfera, percebe-se crescimento importante nos últimos tempos. As trocas comerciais, no entanto, seguem sendo pouco diversificadas. Exportamos açúcares, carnes e combustíveis; importamos cacau. Digno de nota é, ainda, a atuação de empresas brasileiras em Gana. Ela tem se ampliado a cada dia. Vale do Rio Doce, Petrobras, Embraer, Empresa Gerencial de Projetos Navais (Engepron), Norberto Odebrecht S. A., Marcopolo, Brazil Agronegócios, entre outras, têm ampliado contatos e realizado negócios em solo ganense.

Conforme dados da Divisão de Atos Internacional do Itamaraty, existem doze tratados em vigor entre os dois países. A pauta temática é variada. Convém destacar, no entanto, o Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica em 1974. Esse acordo sofreu ajustes complementares no de 2008 objetivando: (i) maior cooperação no fortalecimento de ações voltadas para o combate da Aids em Gana; (ii) realização de procedimentos laboratoriais em biotecnologia e manejo de recursos genéticos aplicados à agrobiodiversidade da mandioca em Gana; (iii) o aumento de plantações florestais em Gana; (iv) o desenvolvimento das bases para o estabelecimento da agricultura de energia. Os ajustes complementares voltados a áreas específicas têm proporcionado a capacitação de técnicos ganenses no Brasil.

Diante do exposto, Sr. Presidente, estimo que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar na próxima reunião sobre a indicação presidencial.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Antes de conceder a palavra a V. Exª pela ordem, gostaria de colocar em discussão a matéria.

Em discussão. (*Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do § 2º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Concedo a palavra, pela ordem, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, a minha questão de ordem se baseia no art. 336, inciso I, do nosso Regimento Interno, que trata da urgência. Nesse artigo do Regimento Interno, Sr. Presidente, a urgência está submetida às seguintes condições:

Art. 336. *A urgência poderá ser requerida:*

I – quando se trate de matéria que envolva perigo para a segurança nacional ou de providência para atender a calamidade pública.

Os outros dois casos são pedidos de urgência bastante corriqueiros, votados frequentemente aqui no Congresso. Mas foi com base nesse dispositivo do Regimento que o Senador que pediu vista pela primeira vez pediu o prazo de meia hora para o exame da matéria. Realmente, se verificarmos o art. 132 do Regimento Interno, no seu § 2º, inciso I, veremos que a vista, em matéria de regime de urgência – e a urgência foi aprovada pela Comissão – somente poderá ser concedida por meia hora, no caso do art. 336, Inciso I, ou seja, quando se trate de matéria que envolve perigo para segurança nacional ou providência para atender à calamidade pública. Somente nesse caso, no meu entender, a vista se restringe a meia hora. Ora, na matéria que foi colocada como primeiro item na Ordem do Dia, referente aos acordos de fornecimento de energia para Itaipu, não há nenhum resquício de sinal, por mais remoto que seja, de perigo para a segurança nacional e muito menos de calamidade pública.

No parecer da Senadora Gleisi Hoffmann, não há nenhuma referência a essas circunstâncias. De modo que eu pediria, com base no Regimento Interno, que V. Exª revisse a decisão e nos concedesse vista por um período razoável para que pudéssemos examinar a matéria de tamanha relevância. Não há efetivamente nenhuma razão de segurança nacional e nem de calamidade pública que justifique a exiguidade de tempo de vista que foi concedida a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Com a palavra, o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT - AC) – Pedi vista nos termos desse artigo e por 30 minutos, porque minha dúvida – e saltou aos olhos – foi essa elevação numa multiplicação por três imediatamente, elevando um investimento de US$120 milhões para US$360 milhões e, por isso, pedi um esclarecimento rápido à Relatora. Está inteiramente justificado pela importância

das relações internacionais do Brasil com o Paraguai, sendo o Brasil o País melhor aquinhoado do Mercosul, que tem a responsabilidade de fazer esse investimento. Foi, então, um esclarecimento nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB - PE) – Sr. Presidente, eu queria também juntar aos argumentos apresentados pelo Senador Aloysio Nunes o fato de que somente ontem, quarta-feira – e V. Exª, sempre cuidadoso, pode contatar isso na Secretaria da Comissão – chegou aqui o relatório da nobre Relatora.

Acho que a matéria é da maior importância. Estou inclusive preparando voto em separado – chamo inclusive a atenção dos companheiros para que, se quiserem uma cópia, posso disponibilizar mais tarde. Acho, Sr. Presidente, que uma matéria de tanta dimensão e tanta importância, para ser discutida em apenas 30 minutos, realmente traz enorme dificuldade, não porque se trata de governo ou oposição, mas pela relevância e importância da matéria. Junto meus argumentos aos do Senador Aloysio Nunes, solicitando de V. Exª um tempo maior para essa discussão na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, eu divirjo. Eu acho que esse tema já não é novo para nós. Esse é um tema já recorrente. Desde o ano passado discutimos, aqui nesta Casa, em várias oportunidades, os conflitos que temos com o Paraguai, que, não é de hoje, reclama de uma acordo desvantajoso.

Nós temos um problema sério de disparidade entre o nosso desenvolvimento e o deles. Temos problemas para vigiar as fronteiras. Qualquer atitude mesquinha do Brasil em relação a um país mais pobre da América do Sul e nosso vizinho se traduz em efeitos colaterais de contrabando, numa fronteira em que não temos a soberania que deveríamos ter, de tráfico de pessoas, armas, munição, e, o pior de tudo, drogas. Eu não vi aqui o relatório da nobre Senadora, que foi diretora – ela não é como um de nós –, ela foi diretora...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É Senadora como qualquer um de nós. Desculpe.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Senadora no voto. Mas...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) *(Intervenção fora do microfone.)* – (...) calamidade pública nem perigo à Segurança Nacional nesse caso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – A palavra está assegurada ao Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Mas esse argumento... Não tem problema; é do debate.

Se V. Exª prestar atenção no Regimento, a calamidade pública é o argumento para nós pedirmos vistas em um projeto que estamos votando em regime de urgência. Então, se nós usarmos o argumento de V. Exª, nem por meia hora poderíamos ter pedido, porque não há calamidade pública, e o regime é de urgência.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não; meia hora é só quando é o caso de calamidade pública, Senador.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sim, para se pedir vistas...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Mas não há calamidade pública. E, se o acordo pedisse...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Marcelo Crivella para concluir o seu raciocínio; em seguida o Senador Aloysio Nunes poderá ter a palavra.

Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Presidente, nós aprovamos votação em regime de urgência – nós aprovamos! Nesse caso, nós só podemos pedir vista se esse projeto tiver problemas ou incorrer em risco de segurança pública ou de defesa nacional, o que não é o caso. E o que eu quis dizer da Senadora Gleisi é que ela é como nós, mas ela tem mais experiência; ela foi diretora, ela conhece bem o assunto, ela amadureceu o seu relatório e ela não iria cometer um crime de lesa pátria contra o Brasil.

De tal maneira que faço esse apelo...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Estamos votando um reajuste no que o Paraguai recebe. A Senadora já disse: vai ser reajustado, mas grande parte desse reajuste vai ser confiscado, porque tem uma dívida grande para pagar. Então, meu Deus, acho que é um assunto que nós devíamos deliberar hoje, votar já.

Essa é a minha posição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Marcelo Crivella.

Para contraditar, concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. Em seguida, o Senador João Pedro e o Senador João Henrique.

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, a Comissão, efetivamen-

te, votou o regime de urgência – contra o meu voto, a Comissão aprovou o regime de urgência. Mas, estando a matéria em regime de urgência, nem por isso o pedido de vistas é inadmissível, O pedido de vista em matéria que esteja em regime de urgência é disciplinado pelo art. 132, §2º do Regimento Interno. "Estando a matéria em regime de urgência, a vista somente poderá ser concedida por meia hora no caso do art. 336, inciso I, ou seja, em caso que envolva perigo à Segurança Nacional ou risco de calamidade pública" – que não é o caso dessa matéria – "ou por 24 horas nos demais casos".

Ora, se a matéria não envolve – e o relatório da Senadora em nenhum momento alude a essas circunstâncias – risco à Segurança Nacional ou perigo de calamidade pública, a matéria, evidentemente, não se enquadra na hipótese do inciso I, e sim no inciso II, onde a vista é permitida por 24 horas.

Não há outra argumentação possível, ainda que a proposição viesse a envolver, como contrapartida do aumento dos recursos remetidos a Itaipu, como contrapartida disso, um empenho maior do governo paraguaio no combate ao tráfico de armas para o Brasil, uma vez que esse país é o principal fornecedor de armas ilícitas para o Brasil. Mas esse acordo nada diz a esse respeito.

Desse modo, nada há, do ponto de vista brasileiro – e somos Senadores do Brasil –, que, nesse assunto, envolva risco à nossa segurança nacional e que não possa esperar, por um prazo de 24 horas, para que os Senadores membros da Comissão de Relações Exteriores do Senado possam examiná-lo com maior profundidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Concedo a palavra ao Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero contraditar o pedido de vista levantado pelo Senador Aloysio.

Primeiro, quero chamar a atenção – faço esta ponderação – para a importância e a profundidade do parecer da Senadora Gleisi. Penso que chama a atenção a forma como esta Casa deve tratar esse entendimento, que começou com o Presidente Fernando Lugo e com o Presidente Lula, haja vista que 95% da energia produzida por Itaipu é consumida pelo Brasil. Isso me chama muito a atenção, como me chamam a atenção os valores, as mudanças dos valores para o Paraguai. É justo.

Evidentemente, essa matéria ganha importância para o Brasil e para o Paraguai. Ainda ontem, um grupo de parlamentares visitou o Senado, visitou esta Comissão. Há expectativa e interesse do Paraguai, esse país irmão, esse país que guarda uma fronteira histórica com o nosso País.

Quero contraditar justamente o pedido de urgência do Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não, não pedi urgência. Votei contra.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Urgência, não. Quero contraditar o pedido de vista do Senador Aloysio. Há uma urgência em votarmos a matéria, para repararmos historicamente esse ponto do pagamento da energia do Brasil ao Paraguai. Não falo do governo, mas do Estado-Nação do Paraguai.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Senador, desculpe-me. Conceda-me um aparte. O pedido de vista é um direito meu! O senhor não tem de discordar ou de concordar. Esse é meu direito. Acabou-se! Tenho direito de pedir vista!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Aloysio, eu pediria a V. Exª...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Eu não concedi aparte ao Senador Aloysio. É um direito meu contraditar!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador João Pedro, a palavra está garantida a V. Exª.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – É um direito meu contraditar! Estou justificando a importância de votarmos essa matéria hoje, agora, até porque esta é parte do debate, já que vamos ao plenário do Senado. E, mesmo com o pedido de urgência já aprovado, isso não vai hoje; vamos deixar para a semana que vem.

Quero chamar a atenção do Senador Aloysio e do Senador Jarbas: não podemos continuar travando esse debate. O prazo de uma semana, até a próxima quinta-feira, não é bom para o Brasil nem para o Paraguai.

Então, podemos travar esse debate aqui e vamos travá-lo no plenário do Senado. É nesse sentido que estou contraditando o pedido de vista do Senador Aloysio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador João Pedro.

Concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique. Em seguida, falará o Senador Cyro.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, no mérito, acompanharei o parecer da nobre Senadora Gleisi Hoffmann. Mas, no caso do pedido de vista, Sr. Presidente, acompanho a posição do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

No mérito, votarei a favor, até porque entendo que o Brasil tem uma velha dívida com o seu vizinho Paraguai. Há um livro de um pesquisador gaúcho, cujo nome não me lembro agora, de nome *Elisa Lynch*, que é, ao mesmo tempo, uma obra biográfica da

companheira do Presidente Solano López como, de outro lado, é uma análise de como o vizinho Paraguai foi duramente prejudicado com o conflito da Tríplice Aliança. O Paraguai era, na época, uma nação tecnologicamente desenvolvida. Tinha uma metalurgia de primeiro nível mundial. Sua produção algodoeira era maior do que a do Alabama, e o Paraguai foi destruído naquele conflito.

Então nós devemos muito ao Paraguai. Como governador, eu propiciei, através da nossa empresa de pesquisa agropecuária, que é responsável pelo desenvolvimento da semente de arroz de maior produtividade no mundo, um projeto de implantação da rizicultura irrigada na província de Misiones, no Paraguai. Ou seja, estendemos a mão com a tecnologia já conquistada para os irmãos paraguaios. Por isso, no mérito, votarei a favor desse projeto, até porque o Paraguai é alcançado com justiça na questão da tarifa remuneratória da energia de Itaipu.

Agora, Sr. Presidente, não podemos fugir da letra do Regimento Interno. O Senador Aloysio Nunes tem razão. O Regimento Interno só atribui a vista por meia hora nas duas questões que ele mencionou e alargar um perigo para a segurança nacional para conceder a vista por meia hora é o mesmo que fazia o regime autoritário, que usava o Conselho de Segurança Nacional para edição de decreto-lei sobre qualquer matéria, subtraindo a competência do Congresso Nacional.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Desculpa, Senadora Gleisi, mas o Senador Cyro havia solicitado, mas, Senador Cyro...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Cyro com a palavra.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu concordo plenamente com o Senador Luiz Henrique. Nós não estamos votando o mérito. Eu acho que tem um arrazoado muito grande para que a gente analise muito bem, mas eu discordo do Senador Crivella, permite-me, porque o senhor diz que isso foi discutido exaustivamente. Mas só nesse pedaço aqui, somos nove Senadores da nova Legislatura. Isso para nós, como diz o Senador de Pernambuco, chegou aqui na quarta-feira. É só uma questão de dar oportunidade para examinarmos. Não vai mudar o quadro em nada se, na próxima terça-feira, o senhor convocar uma reunião, e que vá a plenário na quarta. Acho que não modifica em nada. É só uma questão conciliatória, e que não se abra um precedente. Acho que meia hora fica um pouco ruim para que a gente possa entender.

Disso tomei conhecimento hoje, não sou contra, mas gostaria de entender alguns aspectos só e acho que teríamos um final feliz. É só uma questão de podermos avaliar um pouco melhor. Essa é a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Senador Cyro.

Senadora Gleisi.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Presidente, eu gostaria também.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Em seguida, Senador Cristovam.

Após a Senadora Gleisi, se os Srs. e as Srªs membros desta Comissão me permitirem, gostaria de já dar aqui a decisão da Mesa, com base na argumentação que vou lhes apresentar.

Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

O Senador sempre muito solícito e fazendo boas considerações, mas eu queria mesmo assim fazer um apelo a esta Comissão para que a gente pudesse votar esta matéria hoje.

Esta matéria tramita há 17 meses no Congresso Nacional. É uma matéria que foi amplamente debatida, discutida na imprensa, traz para nós fatos importantes de ações feitas para chegar a esse valor junto com o Paraguai, negociando, inclusive, estabilidade jurídica de brasileiros que moram no Paraguai. Tenho que lembrar aqui que temos quase 300 mil brasileiros residentes lá.

Eu concordo e, claro, respeito muito, o pedido de vista, as questões de consideração que serão levantadas, mas nós poderíamos pelo menos permitir o debate da matéria agora, que a gente pudesse levantar as dúvidas que os Senadores possam ter. Eu tenho várias informações aqui e tenho certeza de que outros Senadores também tem, porque acompanharam a matéria. Antes de nós adiarmos isso para a próxima semana. Nós nem chegamos a discutir o mérito. Não acredito que sem essa discussão todas essas dúvidas possam ser sanadas.

Então, eu queria fazer um apelo mesmo considerando os argumentos dos Senadores, Senador Luiz Henrique, Senador Cyro, mesmo o Senador Aloysio, para que a gente pudesse abrir o debate e pudesse colocar aqui quais são as dúvidas que nós temos em relação à matéria, desde o custo, abrangência, impacto que tem. E se conseguirmos sanar essas dúvidas agora num bom debate, nós poderíamos já votar essa matéria que há tanto tramita e que, para nós, é muito importante para as relações bilaterais que temos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senadora Gleisi.

Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu esclareço que a questão de ordem apresentada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros Senadores deveria ter sido formulada no momento da decisão desta Presidência, que deferiu a vista por 30 minutos, ouvido o plenário desta Comissão.

Mesmo assim, esclareço a V. Exªs que o regime de urgência no Senado Federal vem sendo aplicado de forma mais flexível, desde que as medidas provisórias passaram a sobrestar a pauta do plenário. Desse modo, sempre que a Casa encontra-se com a pauta liberada, aproveita-se para deliberar o maior número possível de matérias.

Essa tendência também vem sendo observada no trabalho das Comissões, em todas as comissões temáticas do Senado da República, onde a urgência prevista no inciso I do art. 336, em que se baseou a solicitação do Senador Aníbal, tem sido estendida ao conjunto dos casos de urgência, com base no disposto no art. 412 do Regimento Interno do Senado Federal, que permite aplicação do instituto jurídico da analogia.

Assim, entre conceder-se 30 minutos ou 24 horas, a primeira opção tem sido observada nos trabalhos das comissões da Casa, por meio da aplicação do rito de urgência urgentíssima, com base na adoção, por analogia, como já foi dito, do art. 336, inciso I.

A decisão já foi tomada, do regime de urgência, pelos membros desta Comissão em relação a esta matéria. A vista já foi admitida com o voto dos Srs. membros desta Comissão e, portanto, eu indefiro as solicitações aqui feitas em relação à prorrogação do período de vista e fica mantido o período de 30 minutos, pelas razões que aqui acabo de expor, regime este que terminará – ou já terminou – às 11h20 e nós poderemos passar, então a discutir a matéria.

Coloco a matéria em discussão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Para discutir, Senador Aloysio Nunes Ferreira e, em seguida, Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PDT - RO) – Sr. Presidente, eu não vou discutir a matéria, vou deixar para discutir no Plenário. Com todo respeito que V. Exª merece vou recorrer dessa decisão, porque a aplicação rigorosa do Regimento Interno é interesse comum tanto de V. Exª como de todos os membros da Comissão. Creio que essa dúvida não deveria permanecer.

Permaneço inconformado. A questão de ordem pode ser apresentada em qualquer fase da sessão. Para que não fique essa trava, vou recorrer da decisão de V. Exª com todo o respeito à instância, ao plenário. Muito obrigado.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB - PE) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor PTB - AL) – Com a palavra, o Senador Jarbas e, em seguida, o Senador Crivella.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB - PE) – Presidente, já prevendo essa má prática, aqui, da maioria esmagar a minoria, preparei um voto em separado, que está sendo encaminhado à secretaria, talvez já tenha chegado, e peço a V. Exª que faça distribuir aos membros da Comissão o meu voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB - AL) – Perfeitamente. A solicitação de V. Exª será atendida. Vamos colocar também em votação o voto em separado do Senador Jarbas Vasconcelos que foi agora distribuído à secretaria da Mesa.

Peço à secretaria que faça chegar às mãos dos Srs. Senadores e Srªs Senadoras cópias do relatório em separado do Senador Jarbas Vasconcelos. Talvez, em seguida, possamos colocar em discussão e em votação os dois relatórios.

Continua em discussão a matéria e o relatório da Senadora Gleisi.

Senador Marcelo Crivella, desculpe-me mas o Senador Cristovam Buarque estava inscrito antes de V. Exª

Com a palavra, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT - DF) - Eu estava inscrito para o assunto anterior. Como agora se trata de analisar o próprio parecer, eu me submeto à primazia do Senador Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor PTB - AL) –Muito obrigado, Senador Cristovam.

Senador Crivella com a palavra.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB - RJ) – Senador Cristovam Buarque, por gentileza, V. Exª tem a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT - DF) - Sr. Presidente, quero aqui defender o parecer da Senadora Gleisi porque, sem entrar do Regimento relacionado com o pedido de vista ou não, eu quero defender.

Toda a análise que eu tenho feito ao longo desses muitos meses de debate sobre o assunto me levam à consideração de que, de fato, as atuais condições são desfavoráveis ao Paraguai. E que é muito ruim você ter uma sociedade em que um dos parceiros está em situação desfavorável. Não está certo o negócio em que só um lado se beneficia; não dá certo uma sociedade nessas condições. Além disso, a nossa relação com o Paraguai, historicamente, tem a marca de uma

guerra. De uma guerra de 140 anos mas que deixou fortes marcas no imaginário coletivo do povo paraguaio em relação ao Brasil.

Temos que conviver muito bem com os nossos vizinhos. Essa é a sabedoria de qualquer nação que quer ter um projeto de longo prazo sem ter que passar por guerras., em que às vezes a gente ganha e, às vezes, a gente perde.

A maneira como está formulada a proposta ela permite recuperar parte da credibilidade do Brasil no país vizinho, o Paraguai. Permite, eu diria até, embora seja difícil, apagar um pouquinho das marcas negativas e das mágoas de uma guerra que foi tão grave que, até hoje, existem documentos secretos que a gente não pode divulgar sob o risco de criar problemas muito sérios como todos sabem.

Por isso, parabenizo que tenhamos chegado nesse momento sem entrar no mérito de vista e regulamento, porque isso é uma questão da assessoria.

Parabenizo, também, o parecer da Senadora Gleisi e, de antemão, já manifesto que o meu voto é favorável. Lamento que tenhamos perdido tanto tempo nesses 17 meses sem tomarmos a decisão correta de uma associação em que os dois lados ganhem, para que o Brasil, para que o nosso fornecimento de energia tenha estabilidade, graças a uma convivência pacífica, harmônica e de interesse comum salvaguardado.

Por isso, meu voto será favorável.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Senador Cristovam Buarque.

O Senador Marcelo Crivella com a palavra, e, em seguida, o Senador Ministro Francisco Dornelles.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB - RJ) – Sr. Presidente, eu acho que o voto, hoje, é importante por razões muito relevantes. Como disse a Relatora, há dezessete meses estamos remoendo, discutindo se vamos dar reajuste ou não à nação mais pobre da América do Sul, cuja renda *per capta* é uma disparidade em relação a nossa, e conforme foi dito pelo Senador Luiz Henrique, foram eles que nos invadiram, em novembro de 1864, mas foram fragorosamente derrotados e, na segunda metade da guerra, quando chefiava as nossas tropas o esposo da Princesa Isabel, houve sim um genocídio; se determinou a matança dos homens todos acima dos adolescentes, em idade superior a adolescência. O Paraguai entra o Século XX com uma população dizimada. Não é à toa que a gente hoje sofre o que sofre, sendo um país que importa cem milhões de CDs e a indústria da pirataria destrói a indústria fonográfica, cultural e artística brasileira na produção de CDs.

Agora tem um outro fator que quero aqui relembrar. Nós temos a oportunidade de estender o Mercosul. A nossa Constituição reza que um dos objetivos da nossa política internacional, nossa política...

Sr. Presidente, V. Exª – e quero até ressaltar isso aqui – tem um trabalho extraordinário na solidificação do Mercosul, que foi iniciado pelo seu antecessor, o Presidente Sarney, e que V. Exª, quando assumiu a Presidência da República não se permitiu ser guiado por ódios e paixões, e em um dos seus primeiros gestos foi até lá para ratificar o acordo, nós temos a oportunidade de crescer o MERCOSUL e fazer aquilo que a nossa Constituição prevê, que é uma comunidade latino-americana de países.

A Venezuela está esperando para entrar no MERCOSUL. Falta o voto de quem? Do Paraguai. E as negociações do Paraguai com o Brasil para votar a entrada da Venezuela depois que tiverem os seus pedidos atendidos numa questão de reajuste com a nossa tarifa. A Venezuela é o país que mais superávit nos dá em termos de balança comercial. Eu fico imaginando se devíamos atrasar, deixar de votar hoje coisas tão importantes para o nosso País e que já estão aqui esperando há dezessete meses.

Então, Sr. Presidente, é nesse sentido, não é nenhuma intolerância, não é nenhum truculência, não é nenhuma falta de amor ao diálogo, ao debate ou à vocação democrática. É porque é um assunto sobre o qual devemos deliberar e, quiçá, semana que vem, no plenário, decidirmos definitivamente a questão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Marcelo Crivella.

Com a palavra, o Senador Ministro Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP - RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como assessor do então Ministro Delfim Netto, eu participei das discussões que levaram à assinatura do Tratado de Itaipu. Foi uma discussão ampla dentro do Governo, haviam posições divergentes, haviam enfoques financeiros, energéticos, políticos, e prevaleceu a assinatura, dentro do Tratado, tendo em vista todos esses aspectos discutidos.

Eu considero da maior felicidade dois tópicos do relatório da Senadora Gleisi Hoffmann, que vou ler, e que refletem muito a situação que levou à assinatura do Tratado. Diz a Senadora Gleisi Hoffmann:

A construção de Itaipu foi motivada não apenas por questão energética, mas, também, por necessidade de se resolver impasse na fronteira entre o Brasil e Paraguai. Com a Guerra do Paraguai, esse impasse ganhou força, uma vez que o Tratado de Paz, firmado em 1872, recebeu interpretações divergentes quanto

às fronteiras nele definidas, mais especificamente na região de Salto de Sete Quedas.

A constatação do grande potencial hidroelétrico do rio Paraná, que poderia se tornar um complicador para a questão fronteiriça, serviu como ferramenta para a aproximação diplomática entre os dois países.

Grande parte da área em litígio foi alagada, afastando-se a possibilidade de conflito. Itaipu tornou-se, assim, pedra angular nas relações entre o Brasil e o Paraguai.

Eu queria me referir também, Sr. Presidente, que o tratado tem que ser visto dentro de um contexto do Mercosul, porque considero que o Mercosul tem que ser a grande prioridade do Governo Brasileiro.

O Ministro Patriota disse ontem, com muita precisão, que as nossas exportações para o Mercosul passaram, nos últimos oito, dez anos de dois bilhões de dólares para 22 bilhões de dólares, e nós não exportamos para o Mercosul matéria-prima, não exportamos produtos primários; mas é exportação de valor agregado, é exportação de produtos industrializados. De modo que o Mercosul tem que ser priorizado, e o Tratado de Itaipu tem que ser visto dentro do contexto do Mercosul.

Em relação aos aspectos financeiros e energéticos, eu não tenho nada a acrescentar ao Parecer da Senadora Gleisi Hoffmann, que foi quem examinou com muita precisão todas as consequências no campo energético e no campo financeiro do Tratado.

Por esse motivo, eu quero me pronunciar favoravelmente a aprovação do parecer da ilustre Senadora Gleisi.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Ministro e Senador Francisco Dornelles.

Passo a palavra, agora, ao Senador Jarbas Vasconcelos, para a leitura do seu relatório em separado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Peço a minha inscrição depois, Sr. Presidente.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE) – Sr. Presidente, o que está em discussão e exame nesta Comissão é o já aludido projeto, de autoria da representação brasileira no Parlamento do Mercosul, que aprova o texto das Notas Reversais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre as bases financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu, firmadas em 1º de setembro de 2009.

As citadas Notas Reversais, assinadas em 1º de setembro de 2009, e encaminhadas à apreciação do Congresso Nacional por meio da Mensagem Presidencial nº 951, de 19 de novembro de 2009, elevam o fator de multiplicação aplicados aos fatores estabelecidos no Anexo C, do referido Tratado, para os pagamentos de possessão de energia efetuados pelo Brasil ao Paraguai, de 5,1 (cinco inteiros e um décimo) para 15,3.

Segundo a Exposição de Motivos, os custos da adoção da medida deverão ser arcados pelo Tesouro Nacional, de maneira que os consumidores não serão onerados.

A Senadora Gleisi Hoffmann apresentou relatório favorável à aprovação da matéria e não foram oferecidas emendas ao projeto.

Com a devida vênia, discordamos do relatório apresentado.

É importante que se diga que as notas diplomáticas que constituem objeto do projeto de decreto legislativo, do Senado Federal, são trocadas entre o Embaixador do Brasil junto a República do Paraguai e o Ministro das Relações Exteriores daquele país, cuidam apenas de um dos pontos contidos na declaração conjunta, firmada pelos presidentes dos dois países, em 25 de julho de 2009.

Como se pode perceber, as citadas notas diplomáticas versam sobre o item III-8, do Anexo C do Tratado de Itaipu. Cuida-se, do momento necessário, a remuneração de energia cedida de uma parte à outra, o qual constitui uma das parcelas anuais que compõe o custo do serviço de eletricidade de Itaipu.

Esse item do Tratado sofreu sua primeira alteração, em virtude de assinatura das notas de 28 de janeiro de 1986, trocadas entre os Ministérios de Relações Exteriores do Brasil e do Paraguai. As notas de 1986 estabeleceram um fator a ser multiplicado pelo montante necessário à remuneração de uma parte contratante, cedida à outra parte, conforme o item já citado, III-8, do Anexo C do Tratado, o qual sofreria ajuste progressivo, chegando ao fator de multiplicação 4,00, no ano de 1992.

Além disso, determinou-se, ainda, a aplicação, sobre os valores constantes do Anexo C do Tratado de Itaipu, de um fator de ajuste baseado em índices de inflação dos Estados Unidos da América (EUA), a fim de manter o valor real acordado.

Essa regra foi novamente alterada em razão da assinatura, em 8 de dezembro de 2005, em Montevidéu, do Acordo, também por troca de notas, referente à atualização das bases financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai. Esse Acordo determina que *o montante necessário para a compensação a uma das Altas Partes Contratantes por* gigawatt-hora *cedido à outra Alta Parte Contratante, passe a ser multiplicado por 5,1 (cinco inteiros e um décimo), a partir de 1 de janeiro de 2006*.

Caso o projeto de decreto legislativo em exame seja aprovado pelo Congresso Nacional e, posteriormente, haja a troca dos instrumentos de ratificação, **o fator de multiplicação passará dos atuais 5,1 para 15,3, isto é, o valor a ser pago ao Paraguai pela cessão da energia seria triplicado**.

Convém registrar que, diferentemente do PDS nº 115, de 2011, os acordos por trocas de notas que o precederam nessa matéria, celebrados em 1986 e 2005, não foram encaminhados à aprovação do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, I, e 84, VIII, da Constituição Federal. E, nesse ponto, lembramos que, segundo a Divisão de Atos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores, em seu Manual de Procedimentos, a nomenclatura "Acordo por Troca de Notas ou Notas Reversais" *trata de assuntos de natureza administrativa, da rotina diplomática, podendo ainda precisar, alterar ou interpretar o alcance de cláusulas de atos já concluídos* (disponível em http://www2.mre.gov.br/dai/PraticaDiplomaticaBrasileira.pdf, p. 7). Ao que nos parece, o objeto do projeto de decreto legislativo em exame, ao triplicar o valor que pagamos pela energia que nos é cedida pelo Paraguai, custando-nos cerca de US$ 240 milhões anuais até o ano de 2023, não pode ser assim considerado.

Assim, nossa primeira crítica ao PDS é que a forma utilizada para envio da matéria ao Congresso Nacional – acordo por troca de notas ou Notas Reversais – não se mostra adequada.

Em segundo lugar, **não temos dúvidas de que nossos consumidores ou contribuintes deverão sofrer o impacto da aplicação do acordo**.

Não é demais lembrar que esse valor referente à remuneração da energia cedida pelo Paraguai, por constar entre as parcelas do custo de serviço da eletricidade, é pago pela própria Itaipu (§ 3º do art. XV do Tratado). Portanto, a elevação do fator hoje fixado em 5,1, em princípio, implicaria aumento de tarifas pagas pelos consumidores.

Vale dizer que a exposição de motivos não tem valor normativo e, como a nota diplomática veiculada no PDS nada dispõe a respeito de quem deverá suportar o ônus da alteração promovida, as disposições anteriormente acordadas – e que determinam que o custo deverá ser repassado para as tarifas (§ 3º do art. XV e item III do Anexo C do Tratado de Itaipu) – continuarão vigentes.

Entretanto, na citada exposição de motivos do Ministério das Relações Exteriores, é assinalado que *o custo adicional* [conforme decisão já antecipada pelo então Presidente da República] *será arcado com recursos a serem definidos pelo Tesouro Nacional, de forma a não onerar a tarifa de energia elétrica paga pelo consumidor brasileiro.* Em outros termos, **não pagaria o consumidor, mas sim o contribuinte**. Nesse sentido, com o fim de abrir crédito especial de R$181.000.000,00 (cento e oitenta e um bilhões de reais), no Orçamento Fiscal da União, o Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional a Mensagem nº 293, de 2010.

O projeto de lei referente à abertura de crédito especial (PLN nº 20, de 2010) recebeu relatório favorável do Deputado Cezar Silvestri. Porém, a matéria não chegou a ser apreciada pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) por falta de acordo nas duas Casas do Congresso Nacional. A matéria, apesar de pronta para apreciação da CMO desde 18/11/2010, teve, portanto, sua tramitação encerrada e o crédito não foi aberto.

A Lei Orçamentária Anual de 2011 (LOA/2011) prevê dotação orçamentária de R$ 376 milhões para a funcional programática "2875209.0900.FS.0001- Subvenção Parcial - remuneração por cessão de energia elétrica de Itaipu - nacional", a mesma referenciada no PLN nº 20, de 2010. Tais recursos encontram-se aprovados no orçamento, autorizados e disponíveis para serem executados.

Ficaríamos, portanto, na dependência de que, a cada ano, parte do orçamento seja destinada à cobertura dessas novas despesas assumidas por meio da aprovação deste projeto – vai se repetir ano a ano. E, de qualquer modo, se o consumidor não pagar, quem pagará – isso é muito importante - será o contribuinte brasileiro.

Outro ponto é que **a modificação pretendida pelo projeto de decreto legislativo em exame é apenas uma entre as várias reivindicações do Paraguai em relação ao Brasil**, que em grande parte envolvem Itaipu. Algumas dessas reivindicações constam entre os pontos da citada Declaração Conjunta, firmada entre os presidentes dos dois países, em 2009, a exemplo da intenção do Paraguai de vender a energia por ele não utilizada a terceiros países.

Além disso, o Paraguai também pretendia que o saldo devedor da dívida de Itaipu fosse, na sua maior parte, assumido pelo Brasil. Tais pretensões motivaram a decisão do presidente paraguaio de submeter a dívida de Itaipu à Controladoria de seu país para ser auditada.

Mesmo anteriormente à citada Declaração Conjunta, a Lei nº 11.480, de 30 de maio de 2007, em que se converteu a Medida Provisória (MPV) nº 357, de 12 de março de 2007, autorizou *a renegociação dos créditos da União e da Centrais Elétricas Brasileiras S. A.- Eletrobras junto à Itaipu Binacional*.

Para explicar o significado dessa medida, é importante reafirmar que Itaipu é pessoa jurídica diversa de Brasil e Paraguai e tampouco se confunde com a Eletrobras e a Ande. Desse modo, seu tratado constitutivo permite a essa entidade binacional contratar operações de crédito (art. IX e X) mediante garantia a ser concedida por Brasil e Paraguai, conjunta ou separadamente, direta ou indiretamente, a pedido de Itaipu. A Eletrobras e o Tesouro Nacional tornaram-se, então, os maiores credores de Itaipu.

Sendo assim, na prática, a Lei viabilizou a retirada do fator de ajuste, baseado em índices inflacionários dos EUA, sobre os saldos devedores dos contratos de financiamento celebrados entre a Eletrobras e a União com a Itaipu Binacional. Tal medida, portanto, beneficiou imensamente o Paraguai.

Aliás, na própria exposição de motivos da MPV que deu origem à Lei nº 11.480, de 2007, é assinalado:

Por fim, deve-se observar que a presente medida, além de representar maior transparência à tarifa da Itaipu, ***visa a solucionar os reiterados pleitos dos representantes paraguaios****, amplamente divulgados pela imprensa daquele país, que resultaram na assinatura de um Memorando de Entendimento, em 19 de janeiro de 2007, nos seguintes termos:*

"O Governo brasileiro assume o compromisso de tomar todas as medidas necessárias, em caráter de urgência, para suprimir o fator de ajuste dos contratos de financiamento nos ECF-1627/97, ECF-1628/97, ECF-1480/97, celebrados entre Itaipu e Eletrobras."

Cumpre-nos, assim, Sr. Presidente, também registrar a promulgação da Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009, que *institui o Regime de Tributação Unificada - RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as Leis nos 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003*. Trata-se de medida tomada pelo Brasil com o fim de solucionar "problemas" causados pelo rigor na fiscalização aduaneira realizada pela Receita Federal do Brasil sobre o intenso comércio praticado por pequenos comerciantes brasileiros, conhecidos como "sacoleiros", no Paraguai.

Nota-se, desse modo, que o Brasil tem cedido a inúmeras reivindicações paraguaias, inclusive com medidas que, em última análise, podem trazer custos seja ao consumidor seja ao contribuinte brasileiro. Não se pode, ainda, ignorar a existência de certa arrogância por parte dos representantes paraguaios durante as negociações. O exemplo mais recente foi o adiamento da visita da Presidente Dilma Rousseff, marcada para 26 de março de 2011. Alguns meios de comunicação veicularam declaração do coordenador da Comissão de Entes Binacionais Hidroelétricos do Paraguai, Ricardo Canese, no sentido de que não seria conveniente que a Presidente do Brasil fosse ao Paraguai sem algo concreto, sob pena de as relações bilaterais se deteriorarem. É um processo de chantagem permanente.

Ao que parece, a urgência que se impôs ao Congresso Nacional para aprovação desse projeto de decreto legislativo, relegando a segundo plano a análise mais detida que a matéria requer, é motivada por esse tom ameaçador contido nessas declarações.

Um outro aspecto para o qual quero chamar a atenção dos membros desta Comissão é a existência de certo descompasso entre a forma de reajuste do saldo devedor da dívida de Itaipu e a forma de reajuste da remuneração por energia cedida pelo Paraguai.

Como visto, a Lei nº 11.480, de 2007, autorizou a retirada do fator de ajuste, baseado em índice inflacionário já mencionado nos Estados Unidos, incidente sobre os contratos de financiamento do saldo devedor de Itaipu junto a seus credores. Por outro lado, esse fator de ajuste continua a ser aplicado sobre valores que o Brasil paga pela energia cedida pelo Paraguai. Vemos, assim, que o Paraguai é beneficiado por ambas as decisões, em detrimento do lado brasileiro.

A aprovação do projeto de decreto legislativo em exame viabilizará que se triplique o valor que pagamos pela cessão de energia. Esse valor, como já vimos, já sofre reajuste por meio da aplicação de fator que considera índice da inflação norte-americana e já é atualmente multiplicado pelo fator 5,1, o qual será elevado a 15,3, caso se aprove o projeto.

Tampouco podemos desconsiderar que a construção de Itaipu foi toda financiada pelo Tesouro Nacional, que, portanto, assumiu todos os riscos do empreendimento. No entanto, ao final do prazo de 50 anos, cada parte será proprietária da metade da usina.

Assinalamos, ainda, que existem dois conceitos de construção de usina hidrelétrica: tarifa pelo custo e tarifa pelo preço. Itaipu é o primeiro caso, pois a tarifa é calculada a partir dos custos operacionais, custos administrativos e custos financeiros. Já as usinas brasileiras, como Jirau e Santo Antônio, são do segundo caso. Nestas, o investidor entra no leilão, oferece um preço de venda que ele concorda ser suficiente para cobrir os investimentos e os riscos do negócio ao longo de toda a concessão. Nesse caso, o investidor aguarda o momento da amortização dos investimentos para começar a lucrar.

O Paraguai pretende não correr nenhum risco na tarifa pelo custo, mas ganhar como se Itaipu tivesse uma tarifa pelo preço, isto é, unir as vantagens dos dois modelos. No entanto, a realidade é que ou se escolhe um ou outro modelo. Não há como destacar o que existe de desvantajoso nos dois modelos e permanecer

apenas com as vantagens. Há que se lembrar que a tarifa de Itaipu, em função dos altos custos financeiros, não é tão baixa como poderia ser. Itaipu custa ao consumidor brasileiro o mesmo que custará as usinas novas de Jirau e Santo Antônio. Não bastasse isso, a tarifa de Itaipu ainda é sensível ao dólar, com enorme risco cambial. Nos anos de 1990, por exemplo, o consumidor brasileiro chegou a pagar até 3 vezes mais pela energia de Itaipu em relação à média da tarifa das hidroelétricas nacionais. Naquela época não havia opção. No momento atual em que o consumidor começa timidamente a pagar um valor competitivo, vem o Paraguai, de um lado, fazer exigências de concessões em desfavor do consumidor brasileiro e, de outro lado, vem o governo brasileiro concordar com todas elas.

Em suma, há uma série de argumentos contrários ao presente projeto de decreto legislativo, o qual tem cunho exclusivamente ideológico e serviu de instrumento para que o Presidente Lula ajudasse a viabilizar o Governo de Fernando Lugo. Não podemos desprezar o interesse do consumidor e do contribuinte brasileiro com base em fundamento eminentemente político-ideológico e sem exigir uma contraprestação da parte paraguaia.

Por isso, Sr. Presidente, eu acho que a matéria é, sem nenhuma medida maior, menor tacanha, ela teria que ser amplamente discutida aqui, sem essa pressa que exige a maioria governista.

Do exposto, voto pela rejeição do Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 2011.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Senador Jarbas Vasconcelos pela leitura do seu voto em separado.

Com a palavra, a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT - PR) – Não, eu peço a palavra para discutir o mérito. Não sei se tem mais Senadores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Tem o Senador Mozarildo Cavalcanti, que está inscrito, o Senador Cyro e, em seguida, passaria a V. Exª, se assim concordar. E o Senador Paulo Bauer também.

Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB - RR) – Sr. Presidente, eu não tenho reparos a fazer ao parecer da Senadora Gleisi Hoffmann. Acho que, inclusive, acompanhei e acho que todos acompanharam ao longo do período que, é bom que se esclareça que esse acordo não está há 17 meses no Senado. Ele chegou ao Senado em abril deste ano, mas isso não é um fator impeditivo de nós votarmos, porque a matéria é conhecida. Afora isso, o relatório da Senadora é bastante claro. Eu só quero fazer essa ressalva, porque não fica na imagem de que nos assiste pela TV Senado, quem ouve pela rádio Senado que o Senado estaria há 17 meses com o projeto. Não é verdade. Mas, repito, isso não exclui a possibilidade de nós apreciarmos e votarmos hoje. Por isso, eu quero dizer que sou favorável ao parecer. Acho, como disse o Senador Cristovam, que não se pode ter uma sociedade em que ambas as partes não estejam satisfeitas. É evidente que temos que ter limites. Não pode ser também um sócio resolver impor as vontades. E, no que tange a isso aí, eu entendo que, até porque o que eu li de vários especialistas é que realmente o que nós estamos pagando para o Paraguai é inferior à média nacional do custo.

Então eu sou completamente a favor do relatório da Senadora Gleisi, mas quero fazer, repito, a ressalva de que o Senado não levou esse tempo todo que, na verdade, passou na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Mozarildo.

Senador Cyro, com a palavra

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB - GO) - Pois não!

Eu gostaria, primeiro, de só pontuar, Senador Mozarildo, que isso está levando à mesma prática das medidas provisórias. Eu concordo com o seu pensamento. Mas ficar 17 meses na Câmara e 2 semanas no Senado parece até um desprestígio. Ou eles são despreparados demais, ou nós somos preparados demais. Então, é só uma questão de relacionamento.

Mas eu perguntaria à Senadora Gleisi, para me deixar mais confortável, qual a garantia que nós temos de que isso não será repassado aos consumidores, primeiro. E, segundo, se não seria também uma oportunidade, nesse relacionamento com o Paraguai, de uma conversa mais dura sobre o famoso contrabando que tanto beneficia um lado, em detrimento das nossas indústrias. Nós temos problemas seriíssimos, os roubos de automóveis que vão para lá e que não são apurados, quer dizer, existe um descaso. Eu não digo que isso é meritório, mas a gente podia aproveitar também isso para colocar na mesa e até ver de que maneira pode-se pôr uma tarifa que seja reversível também em alguns aspectos, em alguns tipos de acordo que nós possamos fazer. Como falou o Senador Crivella, eu acho que a população não foi responsável por nenhuma carnificina e também não pode pagar essa conta. Mas o governo, se deve pagar, nós vamos pagar.

Então, essas duas coisas eu gostaria que a senhora me deixasse mais à vontade, por gentileza.

Obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, que é o Senador Paulo Bauer, eu pediria permissão às

Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores membros desta Comissão para dar um depoimento.

O Mercosul foi criado no dia 26 de abril de 1991. Como Presidente do Brasil, eu fui um dos signatários, junto com os presidentes da Argentina, do Paraguai e do Uruguai. Isso não veio por acaso, o Mercosul não nasceu por geração espontânea. Ele vem da Declaração de Iguaçu, de 86, assinada pelo Presidente José Sarney e pelo Presidente Alfonsín, continuado no meu governo com a assinatura do Tratado de Asunción, secundado no Governo Itamar Franco com o Protocolo de Ouro Preto, posteriormente, pelo Presidente Fernando Henrique e, depois, pelo Presidente Lula e agora com a Presidenta Dilma.

Então, as Srªs e os Srs. Senadores hão de distinguir com facilidade que diversos matizes ideológicos diferenciavam os presidentes que ajudaram a construir o processo de integração do Cone Sul. Portanto, nós temos que tirar dessa discussão todo e qualquer caráter ideológico. Não há caráter ideológico nisso.

Temos que também retirar qualquer interesse de governo; o interesse é do Estado brasileiro. O Brasil, como o maior sócio, o maior participante do bloco do Mercosul, tem, sim, responsabilidade, pela sua dimensão territorial, pelo tamanho da sua economia em relação aos seus parceiros.

Se o Mercosul não avançou nos últimos anos, como nós todos imaginávamos e gostaríamos, porque essa é a tendência mundial... Se nós não construirmos blocos econômicos de forma hígida, de forma pujante, nós não teremos condições de sobreviver neste século, que será marcado muito mais pela guerra comercial. Aí está a Rodada de Doha, para demonstrar esses conflitos armados que acontecem e nos deixam entristecidos; mas a guerra será verdadeiramente comercial. E essa construção só poderá ser feita se nós corrigirmos as assimetrias que existem hoje entre os países do bloco. E essas assimetrias só poderão ser corrigidas na medida em que o Estado brasileiro se conscientizar de que cabe a ele tomar a dianteira e a vanguarda desse processo. Nós não podemos desconhecer as dificuldades por que passam os nossos vizinhos, de um modo geral, e, particularmente, aqueles que integram o bloco do Mercosul.

Nós estamos vendo aí questões que deixaram a todos nós brasileiros temerosos, quando ocorreram episódios na Bolívia, com relação à planta da Petrobras, em relação ao Equador, em relação à Argentina, que é recorrente, em relação ao Uruguai, e também entre o Uruguai e a Argentina, com a construção daquela usina de celulose, de papel. Enfim, o que eu quero dizer é que cabe ao Brasil, como sócio mais pujante economicamente desse bloco, de oferecer, não ajuda, nem a colaboração, mas de oferecer uma contribuição recíproca para os dois povos, no caso específico agora de Itaipu, para que nós possamos crescer em conjunto, corrigirmos essas assimetrias, sem o que nós não teremos nem as nossas fronteiras pacificados, nem tampouco o nosso Mercosul alcançando o patamar que todos nós desejamos.

A questão dessa discussão em relação ao que hoje está sendo tratado, isso é algo que já está no inconsciente coletivo de toda a elite pensante brasileira, de como é que nós poderíamos, de alguma forma, corrigir essa distorção, se houve uma distorção no passado, no acordo, no tratado firmado com Itaipu, se houve distorção, essas distorções têm que ser, de alguma forma, corrigidas. Eu mesmo, lá de trás, lá de muitos anos, sempre alertava, quando ouvia que o Mercosul emperrava aqui e acolá, eu dizia e falava, não como Senador, antes de ser Senador, como ex-Presidente da República, eu dizia nas minhas entrevistas que era necessário que o Estado brasileiro tomasse decisões, por intermédio do governo de então, para que essas diferenças entre as nossas economias e entre os processos de implantação de políticas macroeconômicas não aprofundassem o fosso que estava a nos separar desses nossos vizinhos e parceiros do Mercosul.

Agora, chegou o Presidente Lula, com o Presidente Lugo, que veio, em sua campanha, alertando para essa questão... Temos que entender também que o que o Presidente Lugo, do Paraguai, falou durante sua campanha eleitoral num tom um pouco mais elevado, mas próprio de campanha eleitoral. Eu mesmo posso afirmar isso por experiência própria. Há uma grande diferença entre o discurso que se faz no decorrer de uma campanha e, depois, o que se tem como estadista eleito, como foi o Presidente Lugo.

Então, temos que separar tudo isso e fazermos uma leitura correta e aplicada da real situação em que hoje o Estado brasileiro se encontra.

Temos responsabilidades e obrigações como o parceiro que detém hoje a maior economia dentre aqueles que compõem o bloco do Mercosul e temos que colaborar conosco, ajudando nessa construção com aquilo que nos cabe fazer. E o que nos cabe fazer neste momento, sem dúvida nenhuma... Falo não como Presidente desta Comissão; peço licença a V. Exªs para me despir, neste momento, dessa função e falar como ex-presidente da República e Senador deste Parlamento, para dizer ao senhores que, pela experiência vivida ao longo desses anos e pela relações mantidas ao longo desses anos com todos esses nossos parceiros, urge que tomemos uma decisão. Não é uma questão de trinta minutos, uma semana, um mês que fará nenhuma diferença, talvez, para aqueles que nos

ouvem, nos escutam no momento presente; mas, sim, é um momento de enorme simbolismo para o Senado brasileiro, para o Congresso Nacional, para o Estado brasileiro, de podermos dar uma demonstração clara de que, como brasileiros, Senadores representantes do nosso povo, temos responsabilidades com os nossos parceiros.

É o momento de darmos essa demonstração votando hoje, dentro do período que foi concedido de vista, de trinta minutos, que já vai mais de uma hora, dando apoio ao parecer aqui oferecido pela Senadora Gleisi Hoffmann, que reflete, na sua integridade, e traz, em seu bojo, respostas às dúvidas que acometem alguns de nós no dia de hoje.

A questão das tarifas já foi muito bem colocada, pelo que me foi dado conhecer, no relatório lido pela Senadora Gleisi Hoffmann e outros pontos também.

Mas a defesa do relatório a própria Senadora Relatora haverá de fazer quando lhe for dada a palavra, ao final desta nossa discussão.

Logo em seguida, vamos colocar em votação o recurso do ilustre Senador Aloysio Nunes Ferreira, para podermos, então, prosseguir a nossa reunião.

Passo a palavra ao Senador Paulo Bauer e, em seguida, à Senadora Ana Amelia; depois, à Senadora Gleisi Hoffmann.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Naturalmente, fica difícil fazermos observações, depois da brilhante manifestação de V. Exª, contrárias ao relatório da eminente Senadora Gleisi Hoffmann.

Na verdade, não tenho intenção de votar contra o relatório da nobre Senadora, tampouco contra a matéria, mas quero deixar consignado que, primeiro, de fato, duas semanas de prazo para analisar uma matéria dessa envergadura, para quem acaba de chegar ao Senado, como é o meu caso, é tempo muito exíguo, devido à sua importância, devido à sua repercussão. Segundo, tenho o maior apreço pelo Paraguai, até porque o meu Estado de Santa Catarina é hospedeiro dos paraguaios que vêm ao litoral brasileiro para poderem usufruir da nossa beleza, da nossa hospitalidade. Temos por todos eles muito carinho. Também temos que registrar que as palavras aqui do Senador Luiz Henrique com relação à compensação que temos que oferecer aos paraguaios, pelos fatos históricos já conhecidos, têm em mim a total solidariedade, mas não sei se deveríamos fazê-lo pagando no preço da energia elétrica aquilo que consideramos ser de seu direito ou, pelo menos, do nosso dever.

De outro lado, trabalhei, durante quatro anos, como vice-governador de Santa Catarina, coordenando todas as ações de energia elétrica no meu Estado e, naquele período, conheci, com detalhes, a política energética brasileira. Não vi e nem ouvi, em nenhum momento, ser mencionado e ditado no relatório ou na discussão a questão de composição da tarifa energética brasileira a partir do aumento do preço que se pagará pela Itaipu ao Paraguai. Apenas menciona-se rapidamente que o Governo encontrará ou proporá forma de absorver esse custo através de recursos orçamentários. Naturalmente que aí está se abrindo um precedente muito perigoso porque existem questões ambientais, existem questões indígenas, existem questões de segurança que estão postas em todos os empreendimentos que se fazem no Brasil pela iniciativa privada para geração de energia. A pergunta que se faz é se então o Governo brasileiro também vai aportar recursos do orçamento da União para compensar essas situações que vão se apresentar como, aliás, como acontece no presente momento através de Itaipu. Mas não temos apenas Itaipu como geradora de energia; temos Cemig, temos Copel, temos outras estatais que, obviamente, em curto prazo poderão se apresentar como também interessadas em tratamento semelhante.

Portanto, considero que a falta de uma manifestação clara do Governo sobre de onde buscará os recursos orçamentários para suprir essa conta me deixa com um pouco de dificuldade para evidentemente decidir com rapidez como pede V. Exª nesta matéria.

De outro lado, considero que esta é efetivamente uma matéria que não deve ter caráter ideológico, e não quero me pautar por ele para votá-la, mas há uma questão que, como contador, sou obrigado a mencionar. Ela não fala em prazo, não diz um prazo para a validade desse novo preço. Ora, se hoje o Paraguai tem uma realidade econômica, uma realidade política e um pleito posto à mesa, e o Presidente Lula atendeu a esse pleito através desse meio que pode merecer meu reparo, mas uma coisa não está definida: por quanto tempo vai valer esta nova regra que o Brasil concede ou esse novo valor que fica estabelecido. Se é até 2023 que corre o prazo de amortização de investimento, no mínimo, deveríamos dizer, Senador Romero Jucá, que isso não pode passar de 2023, porque, depois de 2023, não vou encontrar um paraguaio presente aqui no Brasil dizendo "agora podemos reduzir o preço porque agora o problema da amortização do investimento está liquidado e o Paraguai descobriu cinco minas de ouro e passou a ser uma potência mundial e não precisa mais da ajuda do Brasil." A minha questão e o meu questionamento é exatamente que em negócio de Estado o privado, sempre se deve estabelecer um prazo de validade para as decisões. E aqui não tem prazo de validade. Reconheço que, em outros momentos, se reviu o valor da tarifa paga por conta da infla-

ção norte-americana, por conta dos custos etc., mas sempre houve uma justificativa de caráter operacional, de caráter financeiro. Agora só temos uma justificativa, a justificativa política ao que me parece, salvo melhor juízo. Era o que eu queria registrar. Naturalmente, se a matéria vier a ser votada, no momento oportuno eu manifestarei o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Senador Paulo Bauer.

Com a palavra, a Senadora Ana Amelia.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Presidente Fernando Collor, há poucos instantes acompanhamos aqui um ato que é válido para o registro histórico da nossa política e da vida pública brasileira: o ex-Presidente Itamar Franco e o senhor, sentados lado a lado, numa cordialidade a mim comovente. O tempo é o senhor da razão, e o entendimento político-institucional é da maior relevância a meu ver. Então, esse momento foi, para mim, muito significativo do ponto de vista das relações humanas, das relações institucionais e das relações pessoais. Registro isso pela sua atitude republicana e pela sua responsabilidade nesta Comissão.

Acompanhei o processo de formação do Mercosul e concordo com V. Exª que se trata de um compromisso de Estado. Não vejo, Sr. Presidente – e neste ponto, de certa forma, discordo um pouco da sua avaliação –, nenhum vezo ideológico nesse debate. Nós estamos aqui, embora a questão de Estado prevaleça e seja prioritária, a discutir uma questão que envolve dinheiro da sociedade brasileira – e vou concordar com o relatório da Senador Gleisi Hoffmann, no mérito. Porém, há dúvidas que precisam ser esclarecidas pela sua importância e relevância.

Também lembro que a posição do Senador Luiz Henrique, muito preocupado com a celeridade das decisões desta e de outras Comissões do Senado Federal, veio, com a coerência de um chefe de estado que foi, governador, experiente parlamentar, em que uma semana a mais, uma semana a menos, não alteraria uma decisão tão importante dessas, em respeito a uma questão maior que é o Regimento Interno. E ele, coerente, porque está preocupado com a rapidez das decisões que devemos tomar nesta Comissão.

Então, tenho, como os demais Senadores que as apresentaram, preocupações que eu gostaria que a Relatora esclarecesse, exatamente a respeito dessa garantia sobre as tarifas ao consumidor brasileiro a partir deste acordo. Ainda mais: a questão do trato com os brasiguaios, que é algo extremamente relevante, porque não há clareza de que compromissos o governo paraguaio terá em relação a esses milhares de brasileiros no território paraguaio. E também esses compromissos na região de fronteira, especialmente na região de Foz do Iguaçu, onde nós vemos, com muita freqüência, a ocorrência de fatos em relação a contrabando, a descontrole e a uma séria de irregularidades com as quais o Brasil tem tido problemas.

E, para encerrar, Sr. Presidente, o Governo, tendo maioria, tem capacidade de mobilizar a sua base para a votação de matérias importantes como está fazendo agora em relação ao Tratado de Itaipu. E alguns acordos internacionais, como lembrou em algumas de nossas reuniões aqui na Comissão de Relações Exteriores, o Governador Luiz Henrique, estão há vários anos aqui. Nós votamos um acordo com os Estados Unidos que estava tramitando há cinco anos. Há um tratado de acordo de fronteiras com a Argentina que ficou dois anos na Câmara Federal, acordo este que agora está nesta Comissão e que iremos tratar de agilizá-lo.

Então, penso que o Governo, tendo maioria como tem hoje, tem, sim, capacidade de também dar uma colaboração com a preocupação de Estado e, republicanamente, pedir à sua base que trabalhe com mais rapidez para votar as matérias.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Senadora Ana Amelia.

Eu gostaria, a título de comentário, de dizer que, juntamente com o Senador Luiz Henrique e por sua solicitação, nós estivemos com o Presidente José Sarney, bem como estivemos em contato com o Presidente da Câmara dos Deputados, para fazermos com que houvesse celeridade na tramitação desses atos e acordos internacionais que dormitam nas gavetas do Congresso Nacional há muitos e muitos anos. Aqui mesmo nesta Comissão nós temos atos que datam de 1970 e que ainda não foram apreciados. Outro dia, eu conversava com o Senador Presidente Itamar Franco, que me disse que, há alguns dias, presenciou no plenário a votação de uma matéria que datava da época do seu governo, de 1993.

É exatamente essa a razão. Não quero comparar uma coisa com outra. Mas, eventualmente, somos levados a solicitar, a pedir essa postergação, e esses atos ficam por aí e se vão perdendo. Alguns são de extrema importância. Há, por exemplo, um acordo com base no Tratado de Não Proliferação de Armas que foi assinado no meu governo e que ainda está aí para ser ratificado – não sei o motivo por que não foi ratificado. Mas haveremos de dar celeridade a esse processo.

Então, juntamente com o Senador Luiz Henrique, solicitamos que houvesse o envio diretamente da Mesa do Senado para a Comissão de Relações Exteriores de todos esses atos que estão sobre a mesa do Senado, para que houvesse essa apreciação na

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em caráter terminativo.

O Presidente José Sarney ouviu as lideranças. É uma decisão que não pode ser tomada por S. Exª sem que os líderes sejam ouvidos. O Senador Romero Jucá também esteve presente. E nos foi comunicada a decisão.

Então, faremos o que pudermos para dar celeridade à tramitação desses atos de acordos internacionais.

Julgo essa questão do Tratado de Itaipu muito importante. E ainda levaremos a questão ao plenário do Senado, para um debate exaustivo, para que, no plenário, possamos deliberar melhor, debater melhor, após esta discussão que está sendo extremamente esclarecedora, de antemão, para todos nós, Senadores e Senadoras, que fazemos parte desta Comissão e para aqueles que, eventualmente, estão nos assistindo.

Passo a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann, Relatora, para responder às indagações feitas pelas Srªs Senadoras e pelos Srs. Senadores em relação ao seu relatório.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, como tenho uma pergunta a fazer, seria bom que eu falasse antes da Senadora Gleisi?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – É claro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Serei muito rápido.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Tem a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Primeiro, quero reafirmar, Senadora, que sou favorável, mas quero dizer que lamento que, no fim, se tenha jogado o custo sobre o contribuinte, não sobre o usuário da energia. Contribuintes somos todos nós. E somos usuários de energia. Mas há aquele pobre coitado que não tem luz em casa e que também vai pagar por isso, porque, ao usarmos dinheiro do Tesouro, estamos tirando dele. Se o custo fosse pago pelo usuário da energia, a contribuição de cada um seria proporcional ao uso de energia. Então, os mais ricos pagariam mais. Ao sair o dinheiro do Tesouro, será capaz de os pobres pagarem mais, dependendo de como virá o orçamento daqui para frente. Mas isso não vai impedir que eu considere que, pela necessidade de não se esperar mais tempo, devemos aprovar o seu parecer. Quem sabe, no futuro, possamos fazer alguma modificação?

Sei que, do ponto de vista político, como as pessoas não analisam muito, fica mais fácil colocar a conta no Tesouro – a gente se esquece de que o Tesouro é financiado com nosso dinheiro – do que na conta de energia, que vem todo mês. É o simplismo de cada um de nós. Então, do ponto de vista político, isso fica mais fácil. Mas é falta de conhecimento das pessoas, que vão pagar, porque o custo sai do Tesouro, sai dos impostos, em vez de sair da nossa conta de luz elétrica. A luz elétrica é mais visível, porque os impostos são escondidos, tirando o Imposto de Renda, que só aparece uma vez por ano, se a gente não olha o contracheque do desconto.

Então, Sr. Presidente, era isso. Eu gostaria que fosse feita uma referência ao motivo de se ter escolhido jogar a conta para o Tesouro, ou seja, para nós, brasileiros, contribuintes, em vez de jogá-la para nós, brasileiros, que consumimos energia elétrica.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

Concedo a palavra à Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Espero poder responder a contento as indagações. Procurei anotar; se faltar alguma, peço que novamente seja arguida.

Em primeiro lugar, queria dizer, como Diretora da Itaipu que fui, por quase quatro anos, que o tratado de Itaipu é uma das peças de construção jurídica mais bonita de que já tive conhecimento, porque ela enseja uma construção jurídica, mas, ao mesmo tempo, dá condições para um grande projeto de engenharia e traz, em si, a sua construção de diplomacia. Portanto, Itaipu é *sui generis*, ela é uma hidrelétrica, um empreendimento que não tem comparação no Brasil. Ela não pode ser tratada, Senador Paulo Bauer, com analogia a outras hidrelétricas, pela sua natureza. É uma obra de engenharia jurídica e engenharia diplomática.

E aqui quero fazer uma saudação ao Dr. Dornelles, primeiro agradecer pelas palavras e, segundo, saudá-lo, porque a sua contribuição, a sua participação deve ser muito relevada aqui. Realmente é um projeto, é um tratado, é uma peça muito bonita, difícil, mas que fez com que dois países pudessem se envolver e estar, por todos esses anos, fazendo uma gestão em conjunto. Queria também reverenciar as suas palavras, Presidente Collor, até pela sua vivência, pela importância que teve na construção do Mercosul. Sabemos que qualquer acordo tem cessões e concessões para que possa ser efetivado.

Queria entrar na questão financeira que aqui permeou a maioria dos discursos. Primeiro, é importante dizer que Itaipu é a hidrelétrica maior em operação no mundo. Nem Três Gargantas, na China, vai ter a mesma produção de energia, embora tenha uma capacidade de geração até maior que Itaipu tem. Itaipu produz, em média, 90 milhões de megawatt-hora por ano. É muita coisa! É 25% da energia consumida no Brasil. O custo

hoje, do megawatt-hora de Itaipu, é US$45. Esse é o custo do megawatt-hora. Portanto, se multiplicarmos esse custo por 1,8, estou colocando o dólar com valor mais elevado, nós teríamos um custo de megawatt-hora de Itaipu de R$77,4. É importante dizer que o valor médio geral de megawatt-hora hoje da energia por hidrelétrica, hidráulica, é de R$137,00. O médio da energia velha, portanto de hidrelétricas que já estão em processo de depreciação ou quase depreciadas, é de R$90,81. E da energia nova de R$132,00. Portanto, esse é o valor do megawatt-hora.

O que nós estamos discutindo? É esse valor? Não, estamos discutindo o que chamamos de cessão de energia ao Paraguai. Pois bem, dos 90 milhões de megawatts-hora produzidos por Itaipu anualmente, 45 milhões ficam com o Brasil, 45 milhões ficam com o Paraguai. Só que o Paraguai não consome os 45 milhões que ele tem direito, ele consome cerca de 10 milhões, por aí, e nós compramos o restante. Portanto, nós pagamos ao Paraguai os US$45 por megawatt-hora e trazemos ao Brasil. Como o Paraguai é obrigado a vender ao Brasil, por força do tratado, essa energia até 2023, foi acordado um valor que chamamos de cessão de energia. Seria um *plus*, algo a mais a isso que ele nos vende, que é de cerca de US$3 por megawatt-hora. Então, estamos discutindo US$3 por megawatt-hora.

A elevação que estamos fazendo aqui é para cerca de US$9 por megawatt-hora da cessão de energia. Se eu pegar US$9 e multiplicar por 1,8, eu vou ter 16,2. Então, se eu somo R$77,00 com R$16,00, eu vou ter R$92,00 de megawatt-hora. Portanto, estamos tendo uma energia barata, uma energia a custo de energia velha, de uma usina que já está quase toda depreciada. E aí, independentemente de ser pelo custo ou pelo preço, é uma energia barata. Itaipu é pelo custo, porque ela é autofinanciada. Nós não vamos ter nenhum outro empreendimento, mesmo os novos que estão surgindo, que serão autofinanciados. O preço foi feito pelos leilões, pelo novo modelo do setor elétrico brasileiro.

Portanto, o que eu quero dizer a esta Comissão e ao Senado da República é que o que nós estamos pagando é um preço muito barato da energia. E aí foi dito aqui que nós teríamos que ter um marco, que teria que ser até 2023 – acho que foi o Senador Paulo Bauer que falou isso. Então, em 2023, os impactos do anexo C do Tratado de Itaipu vão ter que ser todos revistos, porque, em 2023, a usina vai estar paga.

Portanto, nós vamos ter que fazer uma discussão nesta Casa sobre os *royalties*, sobre o preço da energia, enfim, vai ser uma grande discussão. Agora, o meu medo, Senador Paulo Bauer, é que em 2023 nós vamos estar implorando ao Paraguai para nos vender a energia e pagando por ela um preço muito maior, porque essa energia do Paraguai pode ser vendida à Argentina, ao Chile, a qualquer outro país, por um preço, com certeza, muito maior. E é isso que o Paraguai vai fazer, porque ele vai ter liberdade. Em vez de nós pagarmos US$3 na sessão a mais por megawatt/hora, nós podemos pagar US$20, US$30, US$40, dependendo dos preços praticados no mercado internacional.

Então, isso é importante esclarecer, porque nós não estamos fazendo nenhum benefício aqui. Nós estamos fazendo uma negociação que interessa ao Brasil, ao consumidor brasileiro, às indústrias brasileiras, enfim ao consumo de energia. Então, é também um negócio. Nós estamos mediando um negócio. Isso eu queria deixar muito claro porque senão nós temos uma visão de que estamos fazendo uma mera ajuda ao Paraguai apenas por corrigir.

E quero lembrar que o Tratado é de 1973. E apesar das correções que nós tivemos nesse valor de cessão de energia, nós não podemos fica com isso sem corrigir, porque a energia com megawatt/hora compromissada, esses 45, sofre correção quase todos os anos; pode ficar estacionada ou não, mas ela tem, pela Aneel, a possibilidade de ser corrigida. Já a cessão de energia, não. Ela não tem, em nenhuma outra instância, a possibilidade de ser corrigida, a não ser por um acordo bilateral. Então, não é justo impor ao Paraguai, que é obrigado a vender para nós até 2023 essa energia, nenhum momento de negociação para que essa energia seja corrigida. E nós temos interesse de comprá-la. E nós temos que lembrar que teremos que criar as condições para que, depois de 2023, nós possamos ter do Paraguai condições de fazer uma boa negociação, colocando na mesa as negociações que estamos fazendo até aqui.

Bom, a questão do consumidor ou do Tesouro pagar. Se nós fôssemos dividir esse impacto que daria hoje por volta de 240 milhões por ano, porque US$3 nós já pagamos, e aí, quando se faz o cálculo de 120 milhões para 360 milhões, nós temos que ter claro que nós estamos fazendo um cálculo sobre a produção de energia de 2008, que foi o pico de produção de energia da história de Itaipu: 950 milhões de megawatt/hora. Era muita energia! Nós tínhamos 120 milhões; se multiplicássemos por US$3.336.

Ano de 2010, acho que tivemos 110 ou 105 milhões. Eu não tenho os dados aqui. Mas o fato é que essa diferença dos 220 e poucos milhões é uma diferença que, se nós formos dividir pelos consumidores da energia de Itaipu, daria 0,0000% de impacto na conta dessa energia. É muito residual. E mesmo no Tesouro, Senador Cristovam, nós temos um orçamento de quase R$2 trilhões para 2011. Portanto, 200 e poucos milhões são um valor muito residual, é muito pequeno.

E nós não podemos esquecer que o financeiro de Itaipu representa quase 20% das receitas fiscais do Paraguai. É um país de 6 milhões de habitantes, tem menos do que o meu Estado do Paraná, é um país pequenininho. Quer dizer, esse tipo de discussão que nós estamos fazendo.... E eu estou aqui relevando que nós estamos envolvidos numa discussão comercial que interessa ao Brasil. Esse tipo de discussão de que nós estamos fazendo um benefício ao Paraguai, se fosse só por isso, já justificava, pelo tamanho de país, de economia e de pessoas que nós temos. Quem se quer líder de um processo de desenvolvimento regional tem que lutar para acabar com as assimetrias, porque liderança significa correção de desequilíbrio, fomento, busca pelo desenvolvimento. Isso é importante ter claro.

E foi assim, e assim que vejo países líderes do mundo como os Estados Unidos, como outros países exerceram também a sua liderança. Isso é importante. Nós temos hoje, no Orçamento Geral da União, subvenção por remuneração de cessão de energia de Itaipu.

Outra coisa importante esclarecer a este Plenário é que essa negociação de correção da cessão de energia do tratado se deu num clima muito hostil por parte do governo do Paraguai ao Brasil, com a ascensão do Presidente Lugo. Acho que todos os senhores se lembram aqui que, quando o Presidente Lugo assumiu a presidência do Paraguai, ele fez um discurso anti-Brasil, dizendo que éramos imperialistas, que Itaipu era de interesse só do Brasil, que o Paraguai se sentia esmagado por Itaipu. E começou a fomentar um sentimento no Paraguai de muita contrariedade ao Brasil.

E por que eu lembro isso? Porque o Paraguai é o segundo país que abriga o maior número de brasileiros. São 300 mil brasileiros, conhecidos como brasiguaios, que residem naquele país. E nós começamos a ter problemas graves com os nossos produtores agrícolas que foram para lá em busca de oportunidade, de terras e que hoje são responsáveis por grande produção de grãos no Paraguai. Aquele país está crescendo a 15% ao ano e é uma terra de muitas oportunidades, inclusive para investimentos brasileiros. O que nós começamos a ter com os brasileiros que lá residem? Problemas de insegurança jurídica em relação à propriedade. Começaram a aparecer, no Judiciário paraguaio, títulos de terras paralelos aos títulos dos nossos brasileiros. E os nossos brasileiros começaram a ter suas terras desapropriadas pela Justiça paraguaia. Nós não conseguíamos fazer a regularização de migração. Portanto, muitos brasileiros que estavam irregulares estavam sendo perseguidos pela política paraguaia, tal era o clima de hostilidade quando o Presidente Lugo assumiu.

Portanto, Senador Aloysio, não há nenhuma relação ideológica aqui, porque o governo brasileiro não fez campanha para o Presidente Lugo. Aliás, enfrentou a oposição do Presidente Lugo, porque nós tivemos que fazer aqui uma negociação diplomática, e é aí que eu quero chegar.

O SR ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB - SP) – Senadora, essa cantilena de que o Brasil é contra o Paraguai é o mantra de todos os candidatos à Presidência da República no Paraguai. Não há nenhuma novidade nisso. E esse acordo que estamos aprovando não faz a menor referência a estas questões relevantes a que V. Exª alude: questão dos brasileiros que lá residem, problema das terras, do contrabando de armas, de drogas, produtos de pirataria. O acordo só trata, exclusivamente, isso que nós estamos aprovando, da revalorização daquilo que nós pagamos ao Paraguai por uma usina com a qual o Paraguai só contribuiu com a água. O resto tudo foi o Brasil.

Então, é, sim, presente de pai para filho, com base no companheirismo político do Presidente Lula com o Presidente Lugo, e o contribuinte brasileiro é quem vai pagar essa conta.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT - RR) – Desculpe-me, Senador Aloysio, o senhor não me deixou terminar de fazer a exposição, até para lhe dar as informações do que ocorreu depois dessas negociações. Não existe aqui nenhuma ação política de companheirismo. Enfrentamos um problema, e, com o Presidente Lugo, foi uma das maiores ofensivas políticas que nós tivemos em relação ao Brasil.

Voltando ao que eu estava explanando.

Fez parte dessa negociação para alteração pelas Notas Reversais da cessão do valor de energia uma negociação de estabilidade com os brasileiros no Paraguai. Nós conseguimos, por meio do governo paraguaio, com a Justiça paraguaia, cessar as ações que estavam acontecendo, trazendo novamente uma segurança jurídica. E nossa embaixada já está discutindo um acordo formal nesse sentido que deve ser, assim que forem aprovadas as Notas Reversais, colocadas também na sua formalidade. Conseguimos, já a partir do final do ano, retomar, através de um projeto piloto, principalmente em Santa Rita, onde nós temos maior número de brasileiros residentes, a regularização da situação migratória de milhares de brasileiros. Estamos com vários mutirões marcados, juntamente com o governo paraguaio, para fazer isso.

Então, para chegarmos aqui, nós fizemos, sim, negociações com o governo paraguaio para dar estabilidade aos brasileiros que lá estavam. Fizemos sim. Agora, não cabe colocar num projeto que aprova Notas Reversais, porque é matéria estranha ao que estamos falando, essas questões.

Eu quero lembrar, Senador Aloysio, que nós tentamos, na Câmara dos Deputados, colocar no parecer e até fazer uma emenda cobrando do Paraguai as contrapartidas de que aqui estou falando. E o vosso partido, o PSDB, e o Democratas não concordaram com a emenda. Infelizmente, agora não vamos colocar nenhuma emenda aqui, porque teria que votar, mas eu queria deixar isso registrado, porque nós tivemos a oportunidade de colocar na Câmara dos Deputados.

Então, indo aqui para a finalização, quero dizer que isso é muito importante, porque isso dá ao Brasil condições de fazer negociações com o Paraguai num outro patamar. Aliás, já arrefeceram os ataques paraguaios, a posição do governo paraguaio em relação ao Brasil, desde que se começaram as negociações e discussões sobre a cessão de energia. E é verdade que o Paraguai tinha inúmeras outras reivindicações de alteração do Tratado, e nós conseguimos, através da boa diplomacia brasileira, através do empenho do Presidente Lula, reduzir essas negociações, a fazer uma alteração a um ponto muito pequeno, que é a cessão de energia que aqui expus sobre os valores que são comprometidos.

Ademais, nós não podemos esquecer que o Paraguai é estratégico para nós na geopolítica. Há muitos países querendo ajudar o Paraguai, Senador Aloysio, de forma gratuita. E por quais interesses, Senador Aloysio?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É o que estamos fazendo. E de forma gratuita não, mas às custas do contribuinte brasileiro. Gratuita, não!

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT - PR) – Os Estados Unidos, por exemplo, têm a maior vontade de ajudar o Paraguai para instalar lá uma base militar. A China já está entrando. Nós estamos num processo de negociação para barrar a entrada da China, inclusive colocando dinheiro, fazendo doações. Nós vamos querer a China tomando conta do Paraguai, na nossa porta? Uma base militar americana na nossa porta?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – A China está tomando conta do Brasil, Senadora, graças à política cambial, graças à política econômica do Governo de V. Exª. A China está invadindo o Brasil.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT - PR) – Não está tomando conta do Brasil. Não é verdade, Senador Aloysio.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Aloysio, a palavra está garantida à Senadora Gleisi. Depois V. Exª terá oportunidade de falar.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT - PR) – O Senador Aloysio não está se aguentando...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Tem a palavra V. Exª, Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT - PR) – Eu acho que se nós queremos realmente consolidar uma liderança regional, se nós queremos reforçar essa relação bilateral e reforçar o Mercosul, pelo nosso tamanho, pelo nosso compromisso, pela nossa responsabilidade, pelo que isso significa, seja para os contribuintes, seja para os consumidores brasileiros, seja para o nosso orçamento, isso vai refletir nas nossas boas relações e, sobretudo, vai ajudar milhares de brasileiros que estão também sob nossa responsabilidade e que vivem naquele país.

Por isso, faço um apelo a esta Comissão para que possa votar esta matéria. Tenho o maior respeito a pedido de vista, a prazo para discussão, e quando me referi aqui, Senador Mozarildo, aos dezessete meses foi no Congresso, é na Câmara dos Deputados. É claro que no Senado esta matéria chegou agora, mas, até pela função do Senado de discutir as questões internacionais, as relações externas, pelo conhecimento acumulado por esta Casa, eu tenho certeza de que não precisamos, para formar juízo, de mais uma semana para discutir nesta Comissão. Eu queria pedir que votássemos hoje e fizesse essa discussão também no plenário, fazer uma grande discussão, com profundidade, sobre o que isso significa, mas que a gente possa dar uma resposta. O que estamos discutindo aqui não está na realidade do cotidiano da nossa fronteiro. O meu Estado é a fronteira mais populosa deste País, e a fronteira é exatamente com o Paraguai.

Então, eu sei, assim como os demais parlamentares paranaenses sabem, o que nós temos no nosso cotidiano...

(Falha na gravação.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Vou conceder a palavra ao Senador Jarbas; em seguida, ao Senador Eduardo Suplicy; depois, ao Senador João Pedro.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE) – Sr. Presidente, como apresentei um voto em separado e foi ouvida aqui a exposição da nobre e operosa Senadora relatora, ficou claro que não é o consumidor que vai pagar, mas sim o contribuinte. E para isso existe, como foi reconhecido na relatoria, uma verba, uma subvenção de 376 milhões de reais.

Eu não quero tratar aqui, eu não trato os meus filhos como coitadinhos, e muito menos do Paraguai ou de qualquer país de coitadinhos. Tem muita coisa errada nessa relação, e o projeto, como foi ressaltado aqui por parlamentares, ele trata especificamente da questão de tarifa, e não de todos esses problemas que envolvem a relação do Paraguai, e não é só com

o Brasil, mas com toda a América latina, mas de forma especial com o Brasil.

De forma que eu mantenho o meu voto em separado por discordar dos termos em que foi encaminhado a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Senador Jarbas.

Com a palavra, o Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, acredito que as objeções levantadas pelos Senadores Jarbas Vasconcelos, Aloysio Nunes Ferreira, Paulo Bauer, Mozarildo Cavalcanti e outros, contribuíram para que todos nós tivéssemos por parte, sobretudo da Relatora Senadora Gleisi Hoffmann, um esclarecimento de profundidade por quem mostrou conhecer muito bem, inclusive por ter estado há 4 anos à frente de Itaipu, mas também pelos esclarecimentos historicamente importantes que V. Exª, como Presidente, nos transmitiu.

Então, quero dizer que estou de acordo com o parecer da Senadora Gleisi Hoffmann. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra, o Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, merece o Brasil e merece o Paraguai uma discussão longa. Mas eu não poderia deixar de refletir, com todo o avanço da hora, de externar a minha opinião sobre este assunto.

Eu quero dizer da importância do voto em separado, apresentado pelo Senador Jarbas Vasconcelos. Acho que mostrou a preocupação de contribuir com o debate, que tem pontos importantes para contribuir. O fato de apresentar um voto escrito com várias páginas mostra o interesse no debate. E temos que respeitar o posicionamento do Senador.

Agora, eu quero... no final da página 7 do voto eu vejo que se reduz uma questão, eu preciso me manifestar, pois a relatora já tratou e também outros oradores, porque é achar que o mérito dessa questão está relação meramente ideológica. Diz o voto: "...é uma ajuda do Presidente Lula ao Presidente Fernando Lugo". Nós não podemos olhar nessa questão, como nós não podemos fazer reparos nesse projeto dos anos 70 sem olhar o que aconteceu no século XIX. Nós não podemos, vai ser para sempre essa relação, Senador Aloysio.

Eu fico estupefato ao ouvir uma liderança de um partido que foi governo, e que tratou o Mercosul, numa discussão no âmbito da Comissão de Relações Exteriores dizer que o Paraguai só entrou com a água...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. *Fora do microfone*.) – Mas foi verdade!

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – É reduzir... Entrou com vidas, Senador, entrou com vidas! Morreram homens e mulheres nessa construção...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. Fora do microfone.) – Então, vamos discutir também a guerra contra Rosas, em 1852,...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Não, é inaceitável isso...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – A palavra está garantida ao Senador João Pedro. V. Exª pode pedir a palavra posteriormente.

Senador João Pedro, V. Exª tem a palavra.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – É inaceitável isso. Porque morreram homens e mulheres nessa construção. É a maior hidrelétrica do mundo, Sr. Presidente, e isto é um processo de construção de um bloco, que é o Mercosul. É neste contexto que eu vejo esta matéria: num processo de construção do Mercosul. E nós precisamos exercer essa liderança dessa forma. São duas vias, é lá e cá. Como é que o Brasil vai cuidar da sua economia, da sua cultura, da sua história sem olhar o Paraguai e os outros países? E este é o diferencial: o Brasil é bem tratado e respeitado lá no Brics. Tem que ser respeitado e bem tratado e ter uma relação, acima de tudo, solidária com os países irmãos da América Latina. E nós temos que enfrentar as questões colocadas aqui, do contrabando, da droga. Mas, nesse ponto, dessa hidrelétrica, dessa maior usina de energia do mundo, nós temos que tratar a usina, a energia, os irmãos paraguaios e esse país de forma diferenciada.

Voto com o parecer da Relatora Gleisi e destaco o voto em separado, que merece ser destacado, no sentido de contribuir com o conteúdo do debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador João Pedro.

Agora colocarei à deliberação dos senhores membros desta Comissão o recurso apresentado pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Posso sustentá-lo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – V. Exª já o sustentou, Senador.

Para ordenar os nosso trabalhos, devo submeter ao Plenário da Comissão o recurso do ilustre Senador Aloysio Nunes Ferreira, contrário à decisão em que esta Presidência deferiu vista coletiva por 30 minutos.

As Srªs e os Srs. Senadores que apoiam a decisão tomada pela Presidência desta Comissão permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a decisão desta Presidência pelo deferimento da vista coletiva por 30 minutos.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, vamos passar à votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com o parecer da Senadora Gleisi Hoffmann permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o parecer da Senadora Gleisi Hoffmann, com o voto contrário do Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, peço que registre o meu voto contrário também.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – E também do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Voto vencido apresentado pelo Senador Jarbas Vasconcelos.

Vamos passar ao próximo item da nossa pauta.

Temos hoje audiência de sabatina com dois Srs. Embaixadores indicados para postos no exterior. Pergunto às Srªs e aos Srs. Senadores se nós poderemos abrir o processo de votação, independentemente de os Srs. Embaixadores, estarem fazendo a sua exposição, ou se nós devemos esperar que eles terminem a sua exposição.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a primeira alternativa, de abrir o processo de votação independentemente da apresentação que os Srs. Embaixadores irão fazer a esta Comissão, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, peço que considere o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Já foi assinalado também o voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Apenas para uma informação: a matéria já está sob regime de urgência, a que votamos agora? Portanto, vai em regime de urgência para o plenário?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – A matéria já está sob regime de urgência e seguirá em regime de urgência para o plenário.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE) – Sr. Presidente, para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Um esclarecimento para o Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE) – Sr. Presidente, parece-me que o que deveria ser colocado em votação deveria ser o voto sem separado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Não. Porque o relatório tem preferência sobre o voto, Senador. O relatório tem preferência sobre o voto.

O SR. ITAMAR FRANCO (PPS – MG) – Sr. Presidente, a votação está aberta?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Vou chamar ainda.

Vamos ao Item 3 da pauta.

ITEM 3
- Não Terminativo -
MENSAGEM (SF) Nº 33, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal o nome da Sr. LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cingapura.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Observação: no dia 14/04/2011 foi lido o relatório, tendo sido concedida vista coletiva da matéria.

ITEM 4
Não Terminativo -
MENSAGEM (SF) Nº 44, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Sr. RENATO LUIZ RODRIGUES MARQUES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Belarus.

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: Senador Cyro Miranda.

Observação: no dia 14/04/2011 foi lido o relatório, tendo sido concedida vista coletiva da matéria.

Convido, para que tomem assento à Mesa, os Srs. Embaixadores Luís Fernando de Andrade Serra e Renato Luiz Rodrigues Marques.

Sejam V. Exªs muito bem-vindos a esta Comissão.

Informo aos indicados que o tempo destinado à exposição de cada um será de vinte minutos, com uma tolerância que será observada de acordo com o interesse manifestado pelo Plenário desta Comissão.

Ao final das exposições, concederemos a palavra, como sempre, às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que desejarem indagar os indicados, conforme a lista de inscrição que se encontra sobre a mesa.

Concedo a palavra ao Embaixador Luís Fernando de Andrade Serra, para fazer a sua exposição.

O processo de votação já está em aberto, as células se encontram sobre a mesa, e solicito aos Srs. Senadores que quiserem participar da votação que possam vir aqui buscar as cédulas.

Tem a palavra V. Exª, Embaixador Luís Fernando de Andrade Serra.

O SR. LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

É para mim uma honra estar de volta a esta Casa, onde, há cinco anos e meio, fui aprovado por V. Exªs para ser Embaixador na República de Gana.

Agora a indicação é para ser Embaixador na República de Cingapura, e, se for aprovado por V. Exªs, espero continuar servindo o meu País, como faço há quarenta anos.

Espera-se que eu fale sobre a República de Cingapura, e devo começar dizendo que Cingapura é um dos menores países do mundo em extensão territorial, 699 km², ou seja, menos do que o Distrito Federal.

É uma ilha, que era pantanosa. Em cima desses pântanos, foi criada uma das economias mais pujantes do mundo, em menos de quarenta anos.

De fato, Cingapura hoje tem um PIB de US$210 bilhões, sem aplicação do critério da paridade do poder de compra. Se aplicado esse critério da paridade do poder de compra, esse PIB chega praticamente a US$290 bilhões.

Se dividirmos esse PIB pela população de 5 milhões, teremos uma renda *per capita* de US$42 mil, sem aplicação do poder de paridade de compra, e, com a aplicação desse critério, essa renda sobe a US$57 mil e quebrados.

O comércio Brasil-Cingapura é dos mais pujantes, na faixa dos US$2 bilhões, sem, no ano passado... Enfim, como o país ainda não se recuperou totalmente da crise de 2008, esse comércio não chegou ao nível que tinha sido atingido em 2008, quando o comércio bilateral foi praticamente de US$3,8 bilhões.

Eu disse no começo que Cingapura é dos menores países do mundo, mas é preciso agora esclarecer que a importância de Cingapura vai muito além de suas fronteiras, muito além de sua extensão territorial. Isso porque Cingapura é hoje o segundo maior porto do mundo em movimento de contêineres, depois de Xangai; é o terceiro maior polo petroquímico do mundo depois de Roterdã e Houston, e seu aeroporto de Changi é o sexto maior em movimento de passageiros.

Cingapura está estrategicamente situada no fim do Estreito de Málaga, e essa importância estratégica os britânicos reconheceram em 1819, quando Sir Stamford Raffles instalou o primeiro entreposto comercial, que era uma vila de pescadores. Esse entreposto se transformou em uma cidade próspera no império britânico, porque sua importância estratégica aumentou, inclusive, com os anos.

Acho que foi a maior derrota britânica na II Guerra Mundial a rendição de Cingapura para os japoneses. E os japoneses, também reconhecendo o caráter estratégico da cidade, a tomaram para poder chegar a Índia. Enfim, não conseguiram, graças a Deus, esses objetivos, e, pouco tempo depois, os britânicos recuperaram o controle da ilha.

A importância de Cingapura se acentuou, quero crer, depois da final da Guerra do Vietnã, quando a região ficou muito mais tranquila para investimentos, e também a importância do país aumentou com a necessidade de petróleo do Oriente Médio pelas economias da China, Japão e da Coreia.

Todo esse petróleo importado por essas três grandes potências econômicas da Ásia passa justamente pelo Estreito de Málaga e por Cingapura.

Cingapura é, para o Brasil, um canal de interlocução privilegiado com a Asean, que é a Associação dos Países do Sudeste Asiático. Asean é um mercado formado por dez países e, nesse bloco, Cingapura já foi, apesar de sua população de só cinco milhões de habitantes, o maior mercado, maior do que o da Indonésia, que tem duzentos milhões. Hoje em dia, a Tailândia é o maior mercado nessa região. Mesmo assim, Cingapura, em termos de fluxos comerciais com o Brasil, só perde para as grandes economias asiáticas, que são a China, a Índia, o Japão e a Coreia.

Enfim, se aprovado por V. Exª, a minha intenção não é não só fomentar esse comércio para, pelo menos, ver se ele recupera os níveis de 2008, de 3.800 bilhões, mas também atrair investimentos de Cingapura em nossa economia.

Devo dizer que o último grande investimento feito por Cingapura na economia brasileira foi um aporte de US$ 400 milhões do Fundo Soberano para a Odebrecht Óleo e Gás.

Enfim, presume-se que os investimentos de Cingapura no Brasil criaram dez mil empregos. Evidentemente, se isso puder ser fomentado, seria melhor para a nossa economia e para nossos trabalhadores, que teriam mais oportunidade de emprego.

Outro ponto importante na relação Brasil-Cingapura é o fato de Cingapura servir de observatório do que se passa na China. Como V. Exªs sabem, a maior parte da população de Cingapura é de origem chinesa, e lá eles estão convencidos de que, para entender melhor a China, é bom passar por Cingapura e ter contatos com os *think tanks* que lá existem.

Até este momento, falei apenas da economia de Cingapura. Queria me referir um pouco aos seus aspectos políticos.

Cingapura, desde sua independência, em 1965, só conheceu um partido no poder. Esse partido no poder chama-se PAP – Partido de Ação Popular –, ganhou todas as eleições realizadas no país, no Estado-Ilha, sendo que, na última eleição de 2008, teve o pior resultado da sua história: 66% dos votos. Com isso, garantiu 82 das 84 cadeiras do Parlamento cingapurense.

Existem críticas quanto ao caráter democrático do país. The Ecomist Intelligence Unit, por exemplo, diz que o país é uma democracia híbrida, justamente por causa do controle que o governo exerce sobre a imprensa. O fato é que as eleições são legítimas, nunca foram contestadas pela oposição, e o partido que está no poder, como disse, está desde 1965 exercendo sua autoridade lá.

É um país em que as leis são muito rígidas, muito rigorosas, mas são normas legítimas e legais, porque votadas por deputados legitimamente, legalmente eleitos. São algumas leis talvez incompatíveis com a nossa formação. Por exemplo, castigos físicos, chibatadas são ainda parte do arsenal de punições. Certas coisas também não conseguem ser explicadas facilmente. Por exemplo, apresentar um passaporte, um documento de identidade para comprar chicletes. Há coisas desse gênero, mas, como eu disse, são leis que foram votadas por representantes legitimamente eleitos pelo povo, quer dizer, o deputado, na campanha, prometeu uma lei segundo a qual se exigiria o passaporte, um documento de identidade para a venda de chicletes, e o povo votou nesse deputado que, lá chegando ao Parlamento, lutou pela promulgação dessa lei.

Enfim, o que interessa também ao Brasil é expandir os contatos no meio acadêmico e já temos, por exemplo, um acordo entre a Fundação Getúlio Vargas e o Lee Kuan Yew School of Public Policy, que é um Instituto da Universidade Nacional de Cingapura, com muito prestígio na Ásia.

Devo dizer também que, do ponto de vista das relações internacionais, Cingapura é um país que favorece a expansão do Conselho de Segurança das Nações Unidas e, nesse particular, tem declarado que o mundo de hoje não pode prescindir de países como o Brasil, a Alemanha, o Japão e a Índia para as decisões do Conselho. Não é um voto formal, declarado, mas é uma manifestação de apoio que raramente encontramos, por exemplo, no nosso subcontinente América do Sul.

Cingapura não tem embaixador residente em Brasília. O embaixador de Cingapura no Brasil mora em Cingapura e vem ao Brasil uma, duas vezes por ano, mas é intenção do governo de Cingapura abrir, proximamente, uma embaixada. Se assim o fizer, Cingapura estará dando um passo realmente muito importante, máxime se levarmos em conta que apenas vinte embaixadas cingapurenses existem no mundo.

A ênfase da diplomacia cingapurense é no multilateral. É um país que luta muito pelo êxito da Rodada de Doha; é um país que luta muito, se esforça muito para que o multilateralismo seja triunfante, mas é um país, evidentemente, como toda construção humana, com seus problemas. O maior de todos, talvez, seja a exiguidade territorial. É tão pequeno o país que a força aérea de Cingapura tem que treinar os seus pilotos fora do país, porque qualquer voo de uma aeronave da força aérea cingapurense invadiria território alheio. Mas Cingapura é um país tão significativo do progresso asiático que é o primeiro país da Asean a lançar um satélite – isso foi feito exatamente há três dias.

A necessidade de uma embaixada em Cingapura, enfim, será, se aprovado por V. Exªs, um ponto que eu reforçarei junto às autoridades locais. Tenho a impressão de que, se é difícil cobrir o Brasil a partir de Washington, é muito mais a partir de Cingapura, evidentemente. E os investimentos cingapurenses no Brasil já justificariam essa embaixada residente.

Não sei se restam alguns minutos... Ah, cinco minutos!

Bem, se me permitirem V. Exªs, eu gostaria de aprofundar-me um pouco sobre a pauta das exportações do Brasil para Cingapura, composta, sobretudo, de *commodities*, mas que nos deram um superávit, em 2010, de US$250 milhões, num comércio global de US$2,1 bilhões. Agora, evidentemente, se se puder sofisticar essa pauta, seria de bom tom. Contudo, isso não seria muito fácil, tendo em vista a competitividade das exportações chinesas, a proximidade da China de Cingapura, além do fato de 65% da população cingapurense ser de origem chinesa, que daria, teoricamente, uma preferência pelo produto chinês. Em todo caso, Cingapura é hoje um *hub* onde se instalaram diversas empresas brasileiras, como a Odebrecht, Queiroz Galvão, Embraer, Petrobras e outras, porque, de lá, conseguem operar melhor em todo esse Sudeste asiático.

Cingapura, por sua vez, exporta para o Brasil sobretudo equipamentos necessários ao nosso pré-sal, por exemplo. E aqui uma coincidência: o embaixador de Cingapura no Brasil, residente em Cingapura, é o *chairman*, o Presidente do conglomerado chamado Keppel, que é produtor de equipamento para extração de petróleo em alto mar, em grande profundidades.

O comércio global de Cingapura é praticamente o dobro do produto interno de Cingapura, o que é, por um lado, algo assombroso, mas, por outro lado, é uma

vulnerabilidade, porque o país se expõe demais às, digamos, oscilações do mercado internacional.

Na crise de 2009, por exemplo, por causa dessa exposição excessiva de Cingapura, o Produto Interno Bruto (PIB) cingapurense caiu 1,5%. Em 2010, indicando uma rápida recuperação dessa economia, esse PIB cresceu 14,5%. Presume-se que esse crescimento não continuará este ano, mas as autoridades locais acreditam que uma taxa de 5% por ano poderá se estabelecer, poderá ser obtida nos próximos cinco anos, dez anos.

As oportunidades para o Brasil, portanto, são numerosas. O Brasil importa de Cingapura, sobretudo, óleo *diesel* e equipamentos para extração de petróleo. E, aqui, eu abriria um parêntese, para dizer a V. Exªs que, em Cingapura, não há uma gota de petróleo, mas aquele país é, como eu disse, o terceiro maior centro de refino do combustível do mundo e o maior produtor de máquinas e equipamentos para extração de petróleo em altas profundidades. Um dos fornecedores é justamente a companhia Keppel, da qual o Embaixador de Cingapura no Brasil é Presidente.

Enfim, como eu disse, há a possibilidade de ampliar esse comércio e de fazê-lo retornar aos níveis de 2008, e há também a possibilidade de atrair maiores capitais cingapurenses para a nossa economia. Isso, evidentemente, é algo factível, tendo em vista o bom nome do Brasil no exterior, nome esse conquistado por uma estabilidade, por uma transparência nos negócios, que todo o mundo reconhece.

Penso que acabou o meu tempo. Estou à sua disposição, Sr. Presidente, para qualquer esclarecimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Sr. Embaixador Luís Fernando de Andrade Serra, indicado para exercer a função de Embaixador do Brasil em Cingapura.

Antes de passar a palavra ao próximo indicado, o Embaixador Renato, eu gostaria de comunicar a V. Exªs que já está aberto também o processo de votação para os Itens 1 e 2 da nossa pauta.

ITEM 1
- Não terminativo -
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL
Nº 31, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal o nome da Srª Isabel Cristina de Azevedo Heyvaert, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Democrática Federal da Etiópia, exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Djibouti.

ITEM 2
- Não Terminativo -
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL
Nº 58, DE 2011

Submete à apreciação do Senado a indicação do Sr. José Viegas Filho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Itália, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República de Malta.

Os dois Embaixadores são indicados para exercer o cargo em outros países, cumulativamente com as funções que já estão exercendo nos respectivos países.

Passo, agora, a palavra ao Embaixador Renato Luiz Rodrigues Marques, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Belarus, para que faça sua exposição.

V. Exª dispõe de vinte minutos.

O SR. RENATO LUIZ RODRIGUES MARQUES – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Inicialmente, eu queria manifestar minha satisfação de estar aqui e de poder rever Senadores com os quais tive a oportunidade de conviver durante a fase de negociações para a conformação do Mercosul, inclusive, em determinado momento, sob sua orientação como Presidente da República.

Igualmente, eu queria lhes agradecer o fato de que pude desfrutar, nesta semana, de três oportunidades de vir a esta Comissão e aproveitar para melhorar meu conhecimento sobre vários temas.

Por exemplo, na segunda-feira, houve uma reunião sobre Oriente Médio e norte da África que foi absolutamente ilustrativa dos acontecimentos naquela conturbada região do mundo. Estive ontem também para ouvir o Ministro Patriota sobre vários temas relacionados à diplomacia brasileira e, hoje, para assistir a este interessante e profícuo debate sobre a questão do Paraguai, que acaba de ser concluída.

Estou sendo designado, condicionado à aprovação desse foro, para o cargo de embaixador do Brasil na Belarus. É abertura de embaixada, não houve até o momento nenhum embaixador residente naquele país. O país era, até recentemente, cumulativo com a embaixada em Moscou, com o embaixador na Rússia, e o embaixador deles já assumiu o cargo aqui como embaixador residente desde, pelo menos, março do corrente ano. Entre outras razões, esta minha designação é para poder retribuir a atitude do governo da Belarus, que está muito ativo, em geral, na América do Sul, buscando contatos com vários novos parceiros aqui e dos quais eu irei me estender mais detidamente depois, no caso da Venezuela, tendo em vista

uma parceria já bastante importante, aparentemente estratégica, já alcançada entre os presidentes da Venezuela e da Belarus.

Mas, como se trata de um país novo para a diplomacia brasileira, eu começaria discorrendo um pouco sobre alguns dados básicos para que possamos melhor situá-lo.

A Belarus tem uma área de 207 mil km^2, algo equivalente à extensão do território do Uruguai, que é nosso vizinho. Acho que com isso dá para ter uma ideia mais ou menos aproximada do tamanho do país. Dessa extensão territorial, cerca de um terço está coberta por bosques, e há uma infinidade de lagos também no país, o que faz com que ele seja muito adepto a vários acordos na área de meio ambiente e ecologia, tendo subscrito praticamente todos eles e sendo um dos signatários do Protocolo de Kyoto.

Quanto à religião na Belarus, 80% da população é constituída de cristãos ortodoxos sobre o patriarcado de Moscou – digo porque há pelo menos três patriarcados na região: o grego, o de Moscou e o de Kiev, na Ucrânia. O fato de estar sob a tutela do patriarcado de Moscou tem a ver com a longa história de associação e vínculos entre a Belarus e a Rússia.

Para mencionar rapidamente essa história, eu recordaria que, entre os séculos IX e XIII, a região hoje conhecida como Belarus estava sob o domínio de Rus de Kiev, a capital da Ucrânia moderna. Esse Rus - e o Rus é o equivalente a um estado feudal, que era o que dominava na região entre os séculos IX e XIII - tinha essa região e toda a área que corresponde à área da Rússia sob o seu domínio. Com a invasão mongol, no século XIII, houve a fragmentação de um estado que já estava um pouco fragilizado, e, a partir daí, digamos, criaram-se os três principais Estados eslavos modernos: o da Rússia, o da Belarus e o ucraniano.

Digo isso, porque, com a invasão mongol, os príncipes do Rus de Kiev migraram, ou fugiram, segundo a nomenclatura que queiramos adotar, em direção ao norte e fundaram várias cidades que depois se tornaram importantes na atual Rússia, entre as quais a Rússia.

A área que hoje corresponde à Belarus não foi ocupada pelos mongóis. Isso explica um pouco o nome do país: "Bela" ou "biela" significa branco; portanto, intocada pelas hordas mongóis e tártaras que invadiram a região; e "Rus" significa Estado. Essa informação é importante na medida, por exemplo, em que houve um grande debate na ocasião da independência porque havia a intenção por parte das correntes mais nacionalistas de não adotar o nome Bielorussia justamente para não confundir com o território do grande vizinho a oeste.

O sistema político da Belarus é república presidencialista unitária, tem uma assembleia nacional composta por uma casa de representantes com 110 membros e um conselho nacional de 64 Senadores, dos quais oito são diretamente apontados pelo Presidente da República.

Como eu deixei mais ou menos claro anteriormente, porque esqueci de dizer que, depois desse movimento tártaro mongol, eles foram ocupados pela Lituânia, pela Polônia, e a União polonesa lituana e, no século XVIII, pela Rússia. Então, em 1991, é a primeira vez que surge como Estado independente o que hoje é a Belarus.

Nas eleições de 2010, foi reeleito o Presidente Lukashenko, que se encontra no poder desde 1994 e com crescentes críticas à forma como vem conduzindo o sistema eleitoral externo. É bem verdade que talvez as críticas mais contundentes tenham ocorrido durante a década dos anos 90, quando todos esses países que passaram por uma transição política do regime soviético para democracias representativas tiveram momentos muito conturbados. Com isso, por exemplo, uma boa parte do que seriam líderes naturais da Belarus atual, de alguma forma desapareceram ou tiveram a sua carreira cortada naquele início.

Hoje a grande crítica que se faz é que, na última eleição, em dezembro de 2010, uma parte boa, ou cerca de 12% dos votos, foram votos antecipados, que era uma prática que também existia na Ucrânia, onde também fui embaixador antes, até haver a revolução laranja. Ou seja, as pessoas votam em casa ou antecipam o seu voto e isso dá margem a uma série de pressões, que também ocorreram de uma forma bastante ampla ou pelo menos relativamente ampla em escolas, universidades e empresas estatais, dentro da Belarus. Com isso, o Presidente Lukashenko alcançou uma maioria de 80% de votos, o que foi contestado pelos observadores da OSCE.

A situação, de alguma forma, foi agravada porque, depois, houve algumas manifestações no centro de Minsk e houve prisão dos participantes políticos, dos candidatos que concorreram e perderam as eleições. Isso fez com que o tema ganhasse uma dimensão política que não tinha inicialmente e de alguma força veio a sustar esforços da própria União Europeia no sentido de promover uma maior aproximação com o regime de Minsk.

O último, digamos, capítulo desses aspectos políticos foi talvez o atentado ao metrô que ocorreu há cerca de uns 15 dias e que é atribuído, de uma forma genérica, a participantes sem uma participação política muito definida. Não há, aparentemente, como qualificar exatamente qual a orientação desse grupo que participou. Há uma tentativa de colocá-lo em um viés mais psicológico do que político-ideológico. Então, poderá

ser bem isso ou, eventualmente, um primeiro lance de alguma coisa maior que esteja por acontecer no país. Mas, neste momento, seria absolutamente prematuro fazer qualquer tipo de previsão nesse sentido.

Situação econômica na Belarus.

O PIB é de US$55 bilhões. A estrutura está fortemente marcada pela presença, como todos os países ex-soviéticos, de uma indústria pesada. É um grande produtor de caminhões fora de estrada, caminhões pesados, tratores, etc.

Há também duas refinarias que, a rigor, embora ela não seja autossuficiente em petróleo, só se justificaria em função dos acordos anteriormente prevalecentes com a Rússia, que começa crescentemente a abandonar a modalidade de subsidiar os fornecimentos energéticos para o País.

O país, neste momento, tem uma inflação registrada em dezembro do ano passado de cerca de 9,9% - o que é menor do que a registrada no ano anterior. Com isso, pôde baixar os juros a 12%, ou seja, ao mesmo nível, portanto, do que ocorre no Brasil, com a diferença de que, como a taxa de inflação é maior, o juro real também é menor.

A taxa de câmbio é de 3 rubros bielorrussos para 1 dólar, e as reservas, da ordem de 5 bilhões, são pressionadas pelas vendas de dólares pelo Banco Central como forma de sustentar a cotação da moeda nacional.

O comércio exterior da Belarus no ano passado foi da ordem de US$25 bilhões de exportações, contra US$35 bilhões de importações – portanto, um déficit da ordem de US$7 bilhões.

Os principais produtos exportados foram caminhões pesados, tratores, refrigeradores, fertilizantes, fibras químicas, tecidos de lã, batata, óleos de origem animal e leite. O destino principal dessas exportações é a União Europeia, seguida pela Rússia. Os outros destinos são países como Azerbaijão, Turcomenistão, Moldávia, Ucrânia, todos componentes da ex-República Socialista Soviética que se encontram na região, e, sobretudo, a Polônia, que é um dos países vizinhos.

No caso do comércio com o Brasil, nesse mesmo período, em 2010, houve exportações bielorrussas da ordem de US$675 milhões, contra importações do Brasil da ordem de US$21 milhões – portanto, um saldo favorável à Belarus da ordem de US$653 milhões. Isso se explica pela composição da pauta. O Brasil exporta para a Belarus: açúcar, 43%; fumo 33%; caixa de marchas para caminhões, 11%; calçados, peles e outros produtos, cada um em torno de 2%. Já no caso da Belarus, o item majoritário, que alcança 91% da pauta, é cloreto de potássio, ou seja, o mesmo ocorre com a Ucrânia. São fertilizantes que importa a agricultura brasileira para a sua reconhecida competitividade externa. Embora o ideal seja certamente buscar o melhor equilíbrio dessa pauta, ainda assim eu diria que não há sequer um esforço da parte deles de vender os produtos, uma vez que eles são comprados, tendo em vista o interesse brasileiro nesse campo. Fora isso, a Belarus também exporta pneus, sobretudo agrícolas, o que alcança 8,5% da pauta. Portanto, se considerarmos esses dois itens, nós temos 99,5% da pauta de nossas importações da Belarus.

No âmbito da política externa, ela tem um comportamento que foi muito próximo daquele que tinha a Ucrânia antes da revolução laranja, no sentido de tentar reequilibrar a grande influência da Rússia a oeste com aberturas feitas para a União Europeia, que retribuiu incluindo a Belarus na sua parceria com o Leste Europeu, mas que fica, neste momento, um pouco prejudicada por essas críticas feitas ao processo eleitoral.

A ação da Rússia com relação a Belarus, evidentemente, é muito intensa. O Ministro da Defesa da Rússia propõe, por exemplo, a unificação dos exércitos, com as consequências que podemos todos imaginar. A Belarus acaba de aderir a uma união aduaneira com a Rússia e o Cazaquistão, o que é visto como um estímulo para maiores importações de produtos diretamente pela Belarus, para ingresso depois nesses outros mercados. Mas também, dependendo do tipo de constrangimentos econômicos e financeiros que possam vir a impor, tendem também a condicionar a forma que tomará o desenvolvimento econômico no país.

Com os Estados Unidos e com a União Europeia, como eu disse, o tema principal tem uma dimensão política e está refletido, digamos, em um comunicado conjunto, do início do ano, entre a Secretária de Estado Hillary Clinton e a Catherine Ashton, pela União Europeia, criticando a forma como foi encaminhado o processo eleitoral.

No caso das relações com o Brasil, o único acordo que existe é um acordo de isenção de vistos para passaportes diplomáticos e oficiais.

O comércio, como vimos, é altamente concentrado. Há interesses crescentes da Belarus em fazer investimentos no Brasil. Esses investimentos seriam, também, para tratores e caminhões, algo que terá que ser buscado em função de possíveis nichos de mercado, uma vez que o mercado brasileiro está, até prova em contrário, satisfatoriamente bem ofertado nesse campo. Portanto, seria buscar que tipo de produto eles poderiam colocar no nosso País para tornar rentável o investimento. Este mesmo tipo de associação de cooperação a Belarus desenvolveu com a Venezuela. Houve quatro visitas do Presidente Chaves a Minsk, e duas do Presidente Lukashenko a Caracas. A dificuldade que podemos ver, analisando o que ocorre en-

tre a Venezuela e a Belarus, é que boa parte desses investimentos da Belarus no território da Venezuela é paga, na realidade, com exportações de petróleo da Venezuela para a Belarus. O que é do grande interesse da Belarus, porque, até recentemente, a Rússia havia aumentado significativamente o custo dessas exportações, que eram altamente subsidiadas no período soviético, trazendo elas à realidade de mercado. Então, a Belarus estava buscando alternativas para fornecedores no campo energético.

Outros investimentos que ocorrem, como por exemplo na área siderúrgica, são pagos, como eu disse, nessa espécie de *barter* entre produtos e interesses das duas partes. Então, como eu disse, a Belarus já tem embaixada no Brasil, e estão muito ativos, buscando parceiros para poder viabilizar esses investimentos. Creio que cabe a nós encontrar fórmulas para diversificar a nossa pauta naquele país, e, mais do que isso, tendo em vista que estou recém-chegando lá, há toda uma série de novos acordos que ainda têm que ser assinados entre os dois países - esses acordos é que darão um substrato jurídico para garantir esses investimentos, esse relacionamento, esse intercâmbio comercial. A assinatura desses acordos certamente me tomará boa parte, pelo menos, do primeiro ano da minha instalação lá, caso os senhores assim estejam de acordo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Grato ao Embaixador Renato Luiz Rodrigues Marques pela sua explanação.

Vamos passar, agora, aos Senadores que estão inscritos para as suas indagações aos Srs. Embaixadores indicados para Cingapura e para Belarus.

Senador Ciro Nogueira e, em seguida, Senadora Ana Amelia; logo após, Senador Suplicy.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, tenho muito apreço pelo Senador Ciro Nogueira, mas o meu começa com M, é Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Ah, me desculpe. Desculpe-me, Senador. É Cyro Miranda.

Com a palavra, o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Mas eu me sinto envaidecido.

Senador Fernando Collor, Presidente desta Comissão, em primeiro lugar, eu gostaria muito de parabenizá-lo por ter estreitado os nossos laços com o Itamaraty, que ontem culminou com um almoço muito afetivo e carinhoso. Inclusive, o Sr. Embaixador, o Sr. Ministro, abrindo mão do seu tempo, ao invés de passar o seu aniversário com os familiares, dedicou-o a esta Comissão. V. Exª está de parabéns porque isso se deve a esse trabalho com o Itamaraty.

Ao Ministro Antonio Patriota, os nossos agradecimentos pessoais pelo seu carinho.

Também quero parabenizar a Diplomacia brasileira pelo alto nível que temos recebido nesta Casa os Srs. Embaixadores. A história dos senhores fala por si só; os senhores têm um currículo invejável. Acho que a Diplomacia brasileira está, mais uma vez, de parabéns.

Eu pediria, Sr. Presidente, que tivéssemos a maior celeridade na aprovação, caso sejam aprovados – com certeza o serão –, para compensar a inversão de pauta, pois os nossos convidados chegaram aqui às 10 horas da manhã. Então vamos brindar com essa celeridade, se for possível.

Eu queria, primeiro, cumprimentar o Sr. Embaixador Luís Fernando de Andrade Serra, conterrâneo da nossa Senadora Ana Amelia, e dizer o seguinte, fazer uma pergunta: Cingapura é referência mundial na administração portuária e aeroportuária. De que maneira o Brasil pode se beneficiar dessa alta especialidade, no que tange a essa infraestrutura dessas áreas? V. Exª acredita ser possível, no curto prazo, tirarmos proveito de nossa relação bilateral com esse país, para obter cooperação técnica que nos possibilite eliminar gargalos de infraestrutura portuária e infraestrutura aeroportuária, no breve horizonte de tempo que nos separa dos Jogos Olímpicos e da Copa do Mundo?

Outra pergunta: as companhias de Cingapura têm grande interesse em investir no mercado brasileiro, em áreas de energia e infraestrutura, mas a burocracia do país dificulta esse avanço. Segundo um diagnóstico feito pelo Embaixador de Cingapura no Brasil, o Sr. Choo Chiau Beng, como V. Exª considera que poderíamos contornar esses entraves para se atrair esses investimentos para o Brasil? (*Pausa*.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pergunto a V. Exª se vai fazer uma outra indagação ao Sr. Embaixador Luís Fernando ou é para o Sr. Embaixador Renato Rodrigues Marques?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Não, agora é para o Embaixador Renato.

O SR. PRESIDENTE (Fernando(Collor. PTB – AL) – Então, poderemos ouvi-lo primeiro. Em seguida o senhor...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Perdão. Eu troquei os conterrâneos. O conterrâneo é o Embaixador Renato. O Embaixador Luís Fernando é conterrâneo do Senador Marcelo Crivella e do nosso Presidente. Perdão pelo equívoco.

O SR. PRESIDENTE (Fernando(Collor. PTB – AL) – (*Risos*.) Está tudo bem. Então a indagação de V. Exª é feita ao Embaixador Luís Fernando. Muito bem.

Tem V. Exª a palavra.

O SR. LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Senador, realmente, esses são dois pontos importantíssimos da pauta do relacionamento Brasil/Cingapura. Como eu disse na minha breve explanação, Cingapura é o segundo porto mundial em movimento de contêineres, depois de Xangai; esse movimento é totalmente automatizado, mas tenho a impressão de que essa tecnologia poderá ser repassada ao Brasil, inclusive para benefício da própria República de Cingapura.

Tenho a informação de que esse porto de Cingapura, graças a essa automação, tem realmente prazos mínimos de transbordo e de *demurrage*, como se diz também. Creio que o Brasil tem muito a lucrar com essa aproximação entre as autoridades portuárias de ambos os países.

Se aprovado for por V. Exªs, eu me disponho a organizar, na medida das possibilidades dos cingapurenses, missões de Cingapura ao Brasil para, pelo menos, diagnosticar onde estariam esses gargalos.

Quanto aos investimentos cingapurenses no Brasil, há um pequeno irritante que, talvez, com a ajuda de V. Exªs, possa ser superado. É a questão da consideração pelo Governo brasileiro de Cingapura como paraíso fiscal. Isso tem sido motivo de queixas dos cingapurenses, porque o fato de ser considerado paraíso fiscal pelo Governo brasileiro significa que os impostos que pagam os cingapurenses aqui são mais altos do que se não fossem assim considerados.

Tenho a impressão que o foco para consideração de um país como paraíso fiscal não deveria ser exatamente o nível de tributação, porque me dá a impressão que está sendo punido aquele bom aluno da classe que tem níveis de tributação mais baixos do que 20%.

Em todo caso, Cingapura tem que procurar novos mercados, novos investimentos, inclusive porque a situação do país nesse quesito é, digamos, algo complicado, porque a população envelhece. Ademais, tendo em vista o alto custo dessa mão de obra cingapurense, evidentemente, há vantagens em instalar-se em outros países.

Então, tenho a impressão de que esses dois pontos são importantes e, se aprovado for, evidentemente estarão na minha pauta de trabalho.

Não sei se esclareci tudo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Sr. Embaixador.

V. Exª está satisfeito com a resposta, Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Bastante satisfeito, Sr. Presidente.

Eu queria me dirigir, então, ao Embaixador gaúcho Renato Marques, de quem tive o privilégio de ser Relator.

Embaixador Renato Marques, creio que, a julgar pelo seu currículo e, sobretudo, em relação a sua participação em praticamente todo o processo de construção do Mercosul, V. Exª é um hábil negociador. Ou seja, detém um perfil de extrema relevância para as relações comerciais do Brasil, que, como País emergente, busca novos parceiros nos continentes.

Pergunto a V. Exª: em relação, ainda na esteira do comércio exterior, como o senhor se dirigia, percebe-se que, salvo melhor juízo, Belarus mantém estreito relacionamento cultural, político e econômico com Moscou. Conquanto o atual presidente tenha se firmado como líder nacionalista e ressaltando a independência da Belarus frente à Rússia, em relação a esse aspecto, eu teria duas perguntas. A saber: em que medida a intensificação do comércio Belarus pode representar uma via de acesso para o Brasil ao mercado representado pela antiga República da União Soviética? E qual seria o potencial dessa nova fronteira comercial?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Sr. Embaixador, V. Exª tem três minutos para a sua resposta.

O SR. RENATO LUIZ RODRIGUES MARQUES – Muito obrigado.

Eu, como disse antes, fui embaixador na Ucrânia entre 2003 e 2009, e o que se nota na região é que uma boa parte dessas exportações brasileiras são feitas através de grandes cadeias mundiais. Ou seja, na realidade, as exportações brasileiras, mesmo estando... por exemplo, o café, uma boa parte do café tomado na Ucrânia, certamente, além do que está registrado aqui como sendo importação direta pela Belarus, também o é por grandes cadeias austríacas, francesas, de supermercados e até mesmo pelo italiano, assim como o Lavazza, que faz um *blend* com o café brasileiro. Então, o que se nota é que não há uma agressividade comercial brasileira em busca de maior participação nesses mercados. A impressão que eu tenho – fui também secretário de comércio exterior e conheço um pouco do tema – é que, se formos examinar hoje a pauta brasileira de exportações, os grandes itens que geram os grandes superávits de balança são itens também que o Brasil, não necessariamente, tem que sair vendendo. Quer dizer, evidentemente, o minério de ferro e todos os outros itens demandados pela China, alimentos etc., são comprados e não vendidos. Os itens que estão mais diretamente relacionados com a produção da nossa indústria nacional, como móveis, calçados e outros tipos, estão cada vez mais voltados para o mercado interno e, de alguma forma, aparen-

temente satisfeitos com essa crescente participação no mercado interno, até porque o próprio mercado interno é crescente. Portanto, há um aumento natural de demanda no país, sobretudo visível nos últimos anos.

Isso explica também porque as nossas exportações de bens industrializados estão tão concentradas, por exemplo, no Mercosul ou, em termos mais gerais, na própria América do Sul, ou seja, é um tipo de produto que talvez não tenha o grau de inovação tecnológica necessário para competir em outros mercados.

Então, eu acho que aqui há um grande trabalho a ser feito, mas sobretudo no Brasil, com vistas a atacar o chamado custo Brasil, pela parte do Governo, e, no caso dos empresários, para maiores investimentos em inovação em tecnologia.

Creio que é a única forma de mudarmos esse perfil da pauta brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Sr. Embaixador.

Senador Cyro Miranda, satisfeito com a resposta? (*Pausa*.)

Muito obrigado a V. Exª.

Com a palavra, a Senadora Ana Amelia.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP - RS) – Muito obrigada, Presidente Fernando Collor.

Queria cumprimentar os Embaixadores Luís Fernando Serra e Renato Marques. A cada exposição e sabatina que acompanhamos nesta Comissão de Relações Exteriores, sempre há a confirmação de que, entre as carreiras de Estado, as mais qualificadas estão no Ministério das Relações Exteriores. Não há dúvida da competência, da dedicação e da aplicação desses funcionários, desses diplomatas com os compromissos que têm de representar o País, não só o interesse brasileiro, mas também a boa relação no país onde vão representar.

Embaixador Luís Fernando Serra, prestei atenção no que o senhor falou e chamou-me a atenção um aspecto relacionado à posição do Embaixador de Cingapura no Brasil, que é, ao mesmo tempo, o senhor de um dos maiores grupos na área de equipamentos para exploração de petróleo. O Brasil está entrando na área do pré-sal, e eu imagino que talvez, estrategicamente, a Cingapura já esteja vislumbrando a possibilidade de parcerias.

Que tipo de política tem Cingapura com relação a *joint ventures*, por exemplo, ou transferência tecnológica nesse setor? Essa é a pergunta que eu faço ao senhor.

Eu não sei se faço primeiro para um e depois para o outro.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Fica ao sabor de V. Exª. Se quiser fazer também para o Sr...

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP - RS) – Melhor. Perfeito. Fica bom.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pois não, Senadora Ana Amelia.

Com a palavra, o Sr. Luís Fernando, por três minutos.

O SR. LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Senadora, eu tenho a certeza de que Cingapura é um dos países mais liberais do mundo em matéria de comércio exterior. A prova disso é que o comércio global de Cingapura é duas vezes e meia o Produto Interno Bruto.

Evidentemente, a posição do Embaixador de Cingapura é só possível num país como Cingapura: ser presidente de um conglomerado cumulativamente. Se se abrir uma embaixada cingapurense em Brasília, ele não será embaixador residente em Brasília porque não poderá largar seus negócios na Keppel, essa famosa indústria de equipamentos de extração de petróleo em águas profundas. Mas é claro que a atuação dele como embaixador vai viabilizar, em minha opinião, algumas *joint ventures*. Por exemplo, a participação de Cingapura na Odebrecht Óleo e Gás é significativa, porque Cingapura aportou US$400 milhões e hoje tem 15% do capital da Odebrecht Óleo e Gás.

Eu acho que esse foi um bom início, haverá outros, e um fundo cingapurense, apesar dessas dificuldades que assinalei em termos de tributação, já se instalou aqui no Brasil, e, como eu disse, os investimentos cingapurenses já criaram 10 mil empregos em nosso País. Poderão criar mais, porque o país tem grandes reservas de divisas e, sobretudo, vê no encarecimento e no envelhecimento de sua mão de obra uma oportunidade no Brasil.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP - RS) – Muito obrigada, Embaixador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – A Senadora Ana Amelia tem a palavra.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP - RS) – Muito obrigada, Presidente Fernando Collor, ao conterrâneo, pela contribuição que a República de Piratini dará à República da Belarus.

Ainda bem que o senhor vai chegar lá no verão. O inverno de lá deve ser bem mais rigoroso do que o minuano do Rio Grande.

Brincadeira à parte, Embaixador Renato Marques, o senhor fez uma revelação aqui sobre a pauta, da relação bilateral no comércio e, coincidentemente, dois dos itens de maior exportação brasileira estão diretamente relacionados ao Rio Grande do Sul, como é o caso do fumo. O Rio Grande do Sul é um dos maiores produtores e exportadores, junto com o Paraná, da Se-

nadora Gleisi, e Santa Catarina, dos Senadores Luiz Henrique e Paulo Bauer.

Calçados entram com um percentual bem menor e também a identificação na pauta de importações, porque, como Estado agrícola, a Região Sul, particularmente por esses dois Estados referidos, é grande consumidora de fertilizantes, o que tem dado esse grau de produtividade obtido a cada ano.

Claro que a indústria automotiva brasileira, em particular aquela indústria dedicada ao setor de máquinas e implementos agrícolas, no caso brasileiro, é uma das mais modernas do mundo hoje, altamente competitiva e de evolução tecnológica que permite, em algumas regiões do Rio Grande do Sul, a chamada agricultura de alta precisão, com máquinas tão sofisticadas que, usando GPS, por exemplo, identifica o tipo de solo e a quantia de fertilizante necessária para evitar desperdício e assim também preservar o ambiente – é a chamada produção sustentável.

Nessa medida - e pelo que vi que o senhor revelou –, não tem havido do setor exportador brasileiro um esforço ou uma ação mais protagonista para buscar um mercado como esse que, imagino, tenha uma renda *per capita* razoável e que seja um mercado aberto. Queria saber do senhor que condições teremos de fazer essa interface, já que a pauta de exportação de comércio tem interesse especialmente na economia do Estado que represento aqui no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB - AL) – Embaixador Renato.

O SR. RENATO LUIZ RODRIGUES MARQUES – Obrigado, Sr. Presidente. Tem razão V. Exª, mas acho que senti mais frio no Rio Grande do Sul que na Ucrânia.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP - RS) – Depende do local.

O SR. RENATO LUIZ RODRIGUES MARQUES - Porque lá tem o minuano e, no norte da Europa, não.

Para responder a sua pergunta, creio que há possibilidades, mas, para isso, é preciso que haja, por exemplo, a conformação de delegações comerciais que possam visitar esses países. Digo isso porque, por exemplo, um elemento essencial para dar uma cobertura jurídica ou mesmo deslanchamento político desse tipo de contato é a assinatura de um acordo para a criação de uma comissão econômica e comercial. Aí, passa-se a se reunir, regularmente, uma vez por ano, em um país e outro. Ainda assim, seria necessário dar um sentido mais prático a essas delegações – comentava com o pessoal do Itamaraty ontem, antes de vir aqui.

A impressão que eu tinha era de que a composição era muito institucional, ou seja, ela incorpora muito Petrobras, Vale, outras grandes empresas que, entre outras coisas, dispõem de funcionários em número suficiente para poder integrar uma delegação oficial, sim, porque foi requerido, pelo Governo. A Embraer, que, inclusive, é uma empresa com grandes interesses na Belarus, porque há uma renovação da frota aérea e a Embraer está lá negociando, eles exigem, como contraparte, que possam fazer a manutenção dos aviões na Belarus e não na Finlândia, como quer a Embraer.

Há, evidentemente, condições de que se possa dar maior representatividade, mas, para isso, é preciso que as delegações brasileiras estejam realmente integradas por grupos com capacidade de exportação e com interesse em buscar novos mercados. No caso do Rio Grande do Sul, por exemplo – também ontem conversava na Anfavea sobre esse interesse da Belarus em investir no Brasil –, uma das hipóteses levantadas foi que algum tipo de equipamento – não necessariamente todo o caminhão – pudesse ser complementado com Randon. Isso é algo que ficaram de avaliar e, eventualmente, até fazer uma visita à Randon para ver a possibilidade.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP - RS) – A comunidade gaúcha agradece.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senadora Ana Amelia.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, eu gostaria de fazer algumas perguntas ao Embaixador Luiz Fernando de Andrade Serra a respeito de Cingapura. Primeiro, em que medida o fato de ali ser um centro financeiro muito desenvolvido implicou que a crise financeira ainda lá demorasse mais em seus efeitos?

Mas gostaria também de perguntar a ambos os embaixadores a respeito de qual o grau de pobreza absoluta e de coeficiente de Gini, por exemplo. E em que medida uma preocupação de maior equidade existiria nesse país e, se tiver os dados, qual seria a comparação de Gana com Cingapura, ou seja, como é que esse problema ali é dado.

Ao Embaixador Renato Luiz Rodrigues Marques, tendo em conta que a Belarus é vizinha da Ucrânia, onde V. Exª foi embaixador, e pela informação de que a usina de Chernobyl ficava muito próxima de Belarus, um dos países mais afetados pelo acidente que há 25 anos ocorreu em Chernobyl, gostaria de saber que providências têm sido efetivadas pela Belarus para tentar evitar esse tipo de acidente, que, inclusive, poderão se tornar ensinamentos proveitosos para nações que consideram ou não a instalação de usinas nucleares. Se, por acaso, tiver essa informação... Porque imagino que um acidente como esse que aconteceu no Japão, para

uma nação que foi afetada, como a Ucrânia e a Belarus, poderá elevar o grau de preocupação a respeito.

E, finalmente, Presidente, uma notícia internacional que gostaria de registrar. Ainda ontem, no almoço, nosso Embaixador Ruy Barbosa, hoje Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, relatava, na nossa conversa informal, como estava impressionado com uma das emissoras que ele, às vezes, acessa pela televisão agora com os canais a cabo, salvo engano a Fox News, Ele mencionou que, diariamente, vêm fazendo críticas severas ao Presidente Barack Obama e que, entre as críticas, a que mais todos os dias estava sendo levantada era que o Presidente Barack Obama não teria nascido nos Estados Unidos.

Eu queria aqui registrar que o Presidente Barack Obama, ontem, para acabar com isso, divulgou a sua certidão de nascimento original, verdadeira, do Havaí, de 1961, ano em que nasceu, e o Havaí é um território dos Estados Unidos da América. Assim, eu gostaria aqui de registrar a minha solidariedade ao Presidente Barack Obama diante dessa tentativa de prejudicá-lo indevidamente.

Era o registro que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Acredito que a moção de solidariedade de V. Exª é do conjunto desta Comissão, e faremos dar conhecimento dessa sua moção, com o apoio dos membros da Comissão, ao Sr. Embaixador dos Estados Unidos aqui no Brasil.

Concedo a palavra ao Embaixador Luís Fernando, para responder à indagação feita pelo Senador Eduardo Suplicy. Em seguida, falará o Embaixador Renato.

O SR. LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Senador, V. Exª tem razão ao dizer que, por ser um centro financeiro, Cingapura foi duramente afetada pela crise de 2008. De fato, em 2009, o PIB de Cingapura caiu 1,3%, o que é bastante importante, mas há sinais muito consistentes de recuperação. Em 2010, por exemplo, o país cresceu 14,5%. Tenho a impressão de que o centro financeiro de Cingapura continua realmente sólido, consistente, sadio, sem bolhas, embora se fale de uma bolha imobiliária em toda a Ásia. Tenho a certeza de que grande parte dessa recuperação do PIB em 2010 se deve ao fato de que a China também não sofreu demais com essa retração do comércio internacional. Cingapura é quase um relé entre a China e o mundo, e a China continua sendo uma locomotiva da economia global.

Portanto, não vejo como Cingapura possa sofrer ainda, depois dessa recuperação de 14,5% do PIB em 2010. É evidente, como eu disse na minha primeira exposição, que essas taxas não vão ser mantidas neste ano, nem no ano que vem. Prevê-se uma taxa de crescimento de 4,5% a 5% da economia cingapurense ao longo dos próximos cinco anos, o que é bastante bom para uma população que não cresce, mas que, ao contrário, tende a diminuir.

Outro ponto que V. Exª levantou diz respeito ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que, no caso de Cingapura, é um dos mais elevados do mundo, e a comparação com Gana deixa Gana bastante constrangida. O constrangimento é ainda maior, Sr. Presidente, porque Gana, quando se tornou independente em 1957, tinha um PIB maior do que o da Coreia do Sul e do que o da Malásia, mas, hoje, depois de desastres mil, Gana tem taxas de crescimento de 6% anuais, e, mesmo assim, a renda *per capita* não chega a US$1,5 mil. É, realmente, constrangedor comparar US$57 mil de renda *per capita* com US$1,5 mil. Inclusive, quando cheguei lá, achei que esse dado seria escondido pelas autoridades ganenses, mas elas têm, digamos, o orgulho de dizer que eram maiores do que a Coreia do Sul em 1957 e que voltarão a sê-lo num futuro próximo. Penso que terá de ser feito um grande esforço para isso.

Não sei se respondi à sua pergunta.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Embaixador Luís Fernando de Andrade Serra.

Passo, agora, a palavra ao Embaixador Renato Luiz Rodrigues Marques, para que responda à indagação do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. RENATO LUIZ RODRIGUES MARQUES – Obrigado, Sr. Presidente.

Não tenho notícias de medidas específicas na área de saúde pública que tenham sido tomadas pela Ucrânia e pela Belarus. Conheço a delimitação de áreas afetadas que foram preservadas, para evitar contato com outras populações. Isso ocorreu ao redor de Chernobyl, na Ucrânia, e ocorre em algumas áreas ao sul de Belarus até hoje.

Sei que, durante o período mais grave do problema da radiação, países como Brasil e Cuba ofereceram hospitais e centros de tratamento para a recuperação de pessoas afetadas. Essa foi uma iniciativa importante que ocorreu, sobretudo, no Estado do Paraná, tendo em vista que lá se concentra grande parte da diáspora ucraniana no mundo, algo em torno de pelo menos de 500 mil descendentes de ucranianos. E Cuba, creio, até hoje, ainda mantém isso, mas, evidentemente, esses efeitos são cada vez menos perceptíveis. Ambos os

governos dizem que não há mais nada a temer com relação ao acidente de 1986. O que talvez seja, no caso da Ucrânia, uma meia verdade, na medida em que o sarcófago que foi colocado lá tem uma série de goteiras, e a União Europeia está financiando a construção de um novo sarcófago, que está demorando muito mais do que aparentemente era previsto ocorrer, porque, tanto quanto eu saiba, continua havendo algum tipo de irradiação ainda. Ou pelo menos aquele sarcófago pode sofrer mais se não for substituído.

Talvez a observação final, o comentário nesse caso seria que a Belarus é signatária de todos os acordos na área nuclear e de não proliferação; que ela entregou juntamente com a Ucrânia, em 94, todos os seus mísseis e desativou todas as suas ogivas naquele contexto, tendo como países garantes os Estados Unidos, a França e a Inglaterra. Ela é também membro da Agência Internacional de Energia Atômica e, uma informação importante que parece-me faltou dizer anteriormente, já há um apoio formal da Belarus à pretensão brasileira de um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Embaixador Renato Luiz Rodrigues Marques. Obrigado a V. Exªs e, de acordo com o disposto no inciso IV, do art. 52, da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do art. 383...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – É que eu tinha pedido a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Ah, desculpe, Senador Cristovam. Então, volto ao *status quo ante*.

Com a palavra, o Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – É muito rápido.

Primeiro, retomando a colocação do Senador Suplicy para o Embaixador Renato sobre as consequências de Chernobyl na Belarus. Quando estive em Chernobyl, que é perto da fronteira, eu vi mais vítimas no lado da Belarus do que no lado da Ucrânia. Não no momento da explosão, claro, porque aí eram os ucranianos, mas com o tempo a contaminação terminou sendo mais grave na Belarus. Eu creio que o senhor vai estar em uma posição privilegiada para nos informar as consequências de quando a energia nuclear entra em falência, entra em crise. Enquanto ela não entra em falência, ela talvez seja a mais limpa e pura das energias, salvo as eólicas e solar. Mas quando ela tem qualquer defeito, a tragédia é imensa. Acho que o senhor vai esta na posição de nos ajudar nisso.

O Embaixador Luís Fernando apenas pode nos ajudar pelo outro lado, o lado positivo, de mostrar como a educação é capaz de construir um país. Cingapura era um pequeno pedaço da Malásia, que foi expulso, não é isso? Como se um dos Estados, Pernambuco, Sergipe ou Alagoas, fosse expulso do Brasil. Por um lado, porque era um país mais chinês do que islâmico, como o resto da Malásia, mas também porque era o setor mais pobre naquela época. E um presidente que muitos chamam de autoritário, mas que ainda está vivo, apesar de velhinho, mas que ficou toda vida e deixou o filho no lugar, um presidente lúcido, um déspota esclarecido conseguiu fazer com que aquele país...

Cingapura está debaixo da linha do Equador. Cingapura e Macapá; não sei se tem nenhuma outra cidade importante. É a mesma linha. E você chega lá e vê um país ultramoderno, como eu disse num livro que fiz na época, chamado os *Tigres Assustados*, Chamei esse processo de "socialismo cibernético", porque você vê como a ciência e a tecnologia pode administrar um país com liberalismo, é importante dizer, e com continuidade, é importante dizer também. Então, o senhor de lá pode nos ajudar a ver como a educação é capaz de transformar uma região tão pobre, que é expulsa de um país, em um país, senão o mais rico, por causa dos países árabes, tirando esses, deve ser o mais rico país do mundo.

Gostaria muito de ficar em contato com o senhor para receber essas informações sobre a grande – não foi nem reforma – iniciação educacional em Cingapura lá no seu início.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito grato ao Senador Cristovam Buarque por suas oportunas considerações. Acredito que o Sr. Embaixador virá, sem dúvida nenhuma, atender à consideração e solicitação feita por V. Exª, Senador Cristovam.

Agora, sim, declaro encerrado o processo de votação dos itens 1, 2, 3 e 4 da pauta. E, de acordo com o disposto no inciso IV, do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do art. 383 do Regimento Interno, a reunião da Comissão será transformada em secreta.

Solicito àqueles que não forem Senadores para que, por favor, deixem o recinto. Os Srs. Embaixadores permanecem. E designo a Senadora Gleisi Hoffmann para atuar como secretária e os Senadores Cristovam Buarque e Eduardo Suplicy para atuarem como escrutinadores.

(A reunião transforma-se em secreta às 14 horas e 12 minutos e volta a ser pública às 14 horas e 16 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Foram aprovados por esta Comissão, por 13 votos "sim" – portanto, pela unanimidade dos votos colocados na urna –, os Itens 1 e 2 da pauta, respectivamente, a Mensagem nº 31, de 2011, aprovando

o nome da indicada, Srª Isabel Cristina de Azevedo Heyvaert, Ministra de Segunda Classe da carreira de diplomata do Quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Democrática Federal da Etiópia, exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Djibouti; e a Mensagem nº 58, de 2011, aprovando a indicação do Sr. José Viegas Filho, Ministro de Primeira Classe da carreira de diplomata do Quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Itália, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Malta.

Com relação ao Item 3, aprovado com 16 votos. Com a unanimidade dos votos colocados na urna, que foram com um total de 16. Portanto, por unanimidade, aprovada a indicação do nome do Sr. Luís Fernando de Andrade Serra, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cingapura.

Em relação ao Item 4, Mensagem do Senado Federal nº 44, de 2011, também aprovado, por 15 votos "sim" e 1 abstenção, dos 16 votos colocados em urna, aprovada a indicação do Embaixador Renato Luiz Rodrigues Marques, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Belarus.

V. Exªs recebem os cumprimentos de todos os membros desta Comissão e os votos de êxito na missão que ora lhes é confiada.

Muito obrigado pela presença de V. Exªs aqui na nossa Comissão.

Voltamos à reunião aberta, retomando os itens da nossa pauta.

ITEM 6
- Não Terminativo –
MENSAGEM (SF) Nº 45, DE 2011-04-29

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CARLOS ALBERTO LOPES ASFORA, *Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Geórgia.*

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Observações: *Leitura do Relatório, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011 – CRE.*

Designo a Srª Senadora Gleisi Hoffmann para, como relatora *ad hoc*, fazer a leitura do seu parecer.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT - PR – Obrigada, Sr. Presidente.

Esta Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que a Presidente da República deseja fazer do Senhor CARLOS ALBERTO LOPES ASFORA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Geórgia

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para aprovar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, em razão de preceito regimental, o indicado nasceu em 26 de novembro de 1950, no Recife (PE). Ingressou na carreira diplomática em 1973 e tornou-se Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 2002. Entre as funções desempenhadas na área pública destacam-se a de Chefe da Divisão da América Central e Setentrional (1993), Chefe da Divisão da África I (1997) e Ministro-Conselheiro na Embaixada da Haia (2004).O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre a República da Geórgia. O documento apresentado dá notícia histórica do relacionamento bilateral, bem como oferece informações relativas à política interna, economia e política externa daquele País. A Geórgia é república semi-presidencial, composta por população na sua maioria de cristãos ortodoxos e que enfrenta fortes movimentos de desintegração política e territorial. Quanto aos movimentos separatistas, o Brasil não reconhece a independência das províncias da Abcásia e da Ossétia do Sul.

A distância geográfica e os problemas de ordem política enfrentados pela Geórgia dificultaram relação bilateral mais intensa. No âmbito das trocas comerciais, observa-se superávit em favor do Brasil, embora as trocas tenham se arrefecido com a crise econômica recente. Exportamos alumina calcinada, açúcar, carne e fumo.Importamos fertilizantes, peças para máquinas de terraplenagem e tratores.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial..

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor PTB - AL) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, fica concedido o pedido de vista coletiva, nos termos do § 2º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

ITEM 7
- Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 188, DE 2010

Altera os arts. 1º e 7º da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, e dá providências correlatas. (Assegura validade nacional à Carteira de Identidade expedida pelo Ministério da Defesa).

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann.

Concedo a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann, para proferir o seu relatório.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT - PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

A finalidade do Projeto é outorgar validade nacional à carteira de identidade expedida pelo Ministério da Defesa.

Na exposição de motivos do projeto, argumenta-se que a identidade militar é, em geral, recusada em atos da vida civil pelo fato de não ter fé pública. Em acréscimo, é lembrado que a Lei nº 6.206, de 7 de maio de 1975, concedeu validade a carteiras de identidade expedidas por órgãos fiscalizadores de exercício profissional.

Após ser lido nesta Casa em 16 de julho de 2010, o projeto foi distribuído às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa. Apesar do término da legislatura em que foi apresentada, a proposição continua a tramitar, nos termos dos incisos do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) e do Ato nº 4, de 2010, da Mesa desta Casa.

Decorrido o prazo regimental sem apresentação de emendas, a proposição foi distribuída à minha relatoria em 7 de abril de 2011.

Não há óbices quanto à regimentalidade, tendo em vista que o PLC nº 188, de 2010, ao ser lido, foi despachado pelo presidente da Casa primeiramente à CRÊ, a teor do disposto no art. 103 do RISF, para, em seguida, ser analisado pela CCJ, nos temos do art. 49, I do referido regimento.

Registre-se, ainda, que a matéria está em conformidade com os ditames constitucionais e, no tocante à juridicidade, a proposição se afigura irretocável, porquanto o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos é o adequado. Ela, de resto, harmoniza-se com o ordenamento jurídico vigente. Nenhum reparo, por igual, à técnica legislativa.

No que se refere ao mérito, o projeto merece ser aprovado. Deve-se esclarecer, no entanto, que o escopo inicial da proposição foi bastante alargado na Casa de origem. Como indicado, a matéria foi aprovada em forma de substitutivo. O novo texto aperfeiçoou os arts. 1º e 7º da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, que assegura validade nacional as carteiras de identidade e regula sua expedição, e acrescentou outras disposições concernentes ao Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil a que alude a Lei nº 9.454, de 7 de abril de 1997.

Nesse sentido, a proposição conceituou documento de identificação primário e secundário, identificou os órgãos competentes para emissão, estabeleceu a fé pública e a validade em todo o território nacional, estipulou prazo de validade e obrigatoriedade da identificação a partir dos dezoito anos de idade, condicionou a gratuidade para a obtenção da primeira via e as decorrentes de vencimento e, por fim, considerou válidas as carteiras de identidade já emitidas até serem substituídas. Vê-se, pois, que a matéria ganhou tratamento mais abrangente.

No que tange ao escopo original, bem assim às atribuições desta Comissão, percebe-se que os Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica são, no âmbito do Ministério da Defesa, competentes para atribuírem número de registro geral individualizador para carteira ou cartão de identidade e fornecimento do documento de identificação primário, conforme prescreve o § 4º da nova redação proposta para o art. 1º da Lei nº 7.116, de 1983. Já o § 6º do novo texto do dispositivo referido equipara ao documento de identificação primário, para todos os efeitos, o secundário do qual constem, pelo menos, o número de registro geral de documento de identificação primário do portador, seu nome completo, filiação, local e data de nascimento, fotografia, assinatura e impressão datilar do identificado, órgão expedidor e assinatura do respectivo dirigente.

Com isso, estima-se que o escopo inicial do projeto está preservado.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do PLC nº 188, de 2011.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório que conclui pela aprovação do projeto.

As Srªs e Srs. Senadores que estiverem de acordo, que aprovam o parecer da Senadora Gleisi Hoffmann, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria irá à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

ITEM 9
- Não Terminativo -
REQUERIMENTO Nº 438, DE 2010.

Requer nos termos do art. 13 e do 40, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão no exterior, como representante do Senado Federal, entre os dias 3 e 6 de maio, de 2011, quando participará de colóquio sobre o tema Unidos na Diversidade, Solidários na Adversidade, em Lisboa, Portugal, a convite do Secretário-Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, bem como do fórum de lusofonia, no âmbito da III Bienal de Culturas Lusófonas, a convite da Câmara Municipal de Odivelas, e comunica, em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I deste Regimento Interno, que se ausentará do País no citado período.

Autor: Senador Eduardo Suplicy.

Designo o Senador Cristovam Buarque para atuar como relator *ad hoc* do requerimento.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque para proferir o seu relatório.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, vou diretamente ao que tem de novo no relatório. E digo que o requerimento do Senador Suplicy se faz acompanhar do Ofício do Secretário-Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, informando e convidando o Senador para o referido evento.

Em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I, do Regimento Interno, o requerente comunica que estará ausente do País no mesmo período da licença solicitada: de 3 a 6 de maio de 2011.

S. Exª, o Senador Suplicy, solicita portanto as necessárias providências para o desempenho da missão.

Diante do exposto, tendo em vista a importância da missão, o meu voto é pela aprovação do requerimento em tela, acrescentando, entretanto, que considero que o Senador Suplicy vai dar uma boa contribuição para a imagem do Senado Federal brasileiro na irmã nação, Portugal. Creio que a sua experiência, a sua credibilidade, os seus argumentos e as suas bandeiras, certamente, ajudarão o nosso Senado a ser mais respeitado ainda em Portugal.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Por isso sou favorável totalmente ao que S. Exª requer.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

Em discussão o relatório apresentado pelo Senador Cristovam. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório que conclui pela aprovação do requerimento apresentado pelo Senador Eduardo Suplicy.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o parecer, concluindo pela aprovação do requerimento apresentado pelo Senador Suplicy, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria segue para a Secretaria-Geral da Mesa, para prosseguimento da tramitação.

Quero, também, determinar à Secretaria desta Comissão que, por solicitação do Senador Ciro Nogueira, e já aprovada, encaminhe os nomes dos dois embaixadores, hoje sabatinados, com o pedido de urgência à Mesa Diretora do Senado Federal.

Antes de encerrarmos a presente reunião, e agradecendo a presença de todos os Srs. Senadores e Srªs Senadoras, eu convoco a próxima reunião a ser realizada no dia 2 de maio, segunda-feira, às 18 horas, neste plenário, quando daremos prosseguimento à agenda Rumos da Política Externa Brasileira – 2011/2012, com apresentação do painel A Importância das Atividades da Inteligência para o Brasil, sua Diplomacia e suas Forças Armadas – Causas do seu Fracasso em Prever os Atuais Movimentos Populares no Mundo Árabe. Com os seguintes convidados: Dr. Denílson Feitosa, Presidente do Capítulo Brasil, da Associação Internacional de Analistas de Inteligência e de Segurança Pública; Professor Doutor Eugênio Diniz, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Professor Joanisval Brito Gonçalves, Consultor do Senado Federal e especialista em informações; Professor Doutor José Manuel Ugarte, da Universidade de Buenos Aires.

Muito obrigado, Srªs e Srs. Senadores.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a Reunião às 14 horas e 34 minutos.)

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE MAIO DE 2011, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dezoito horas do dia dois de maio de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Fernando Collor,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacio-

nal. Presentes as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores **Cristovam Buarque, Luiz Henrique e Pedro Simon**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e inicia a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011 – CRE, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 1º de março de 2011, que, "*nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2011/2012, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca do panorama geopolítico mundial e as perspectivas para a próxima década, especialmente no que tange à política externa, à segurança internacional e defesa nacional, e ao sistema de atividades de inteligência*". O Presidente convida a compor a mesa os senhores, Professor Denílson Feitoza, Presidente do Capítulo Brasil da Associação Internacional de Analistas de Inteligência de Segurança Pública, Professor Eugênio Diniz, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Professor Joanisval Gonçalves, Consultor Legislativo do Senado Federal e Professor José Manuel Ugarte, da Universidad de Buenos Aires. Durante a Reunião, fazem uso da palavra os Senadores **Cristovam Buarque, Luiz Henrique e Pedro Simon**. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às vinte horas e cinquenta e oito minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor,** Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A Comissão recebe comunicação da Senadora Ana Amelia informando que hoje estará ausente dos trabalhos em função de cumprimento de agenda política no Rio Grande do Sul.

Essa é a informação que ela pede seja passada aos membros da Comissão de Relações Exteriores.

Comunicados:

Seminário Rio+20, na Fundação Alexandre de Gusmão, reunião da última sexta-feira, realizada no Rio de Janeiro, no Palácio do Itamaraty, a convite da Fundação Alexandre de Gusmão e do Ministro das Relações Exteriores.

Portanto, a convite do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Antonio Patriota, e da Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, participei, juntamente com Presidente da Subcomissão de Acompanhamento das Instalações da Conferência Rio+20, Senador Cristovam Buarque, e do Senador Jorge Viana, da mesa redonda intitulada Rio+20, os Novos Desafios do Desenvolvimento Sustentável, iniciativa, sem dúvida, meritória do Itamaraty que, em boa hora, abriu o debate sobre os temas de maior relevo a discutir na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, mais conhecida como Rio+20, e que contou com a presença do Diretor Executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, Sr. Achim Steiner, e reuniu representantes dos Governos Federal, Estadual e Municipal, Poder Legislativo e Judiciário, setor acadêmico, organizações não governamentais, empresariado e imprensa.

Como se sabe, Governos vão se reunir novamente no mês de junho do próximo ano, no Brasil,vinte anos após a Cúpula da Terra, realizada em 1992, que tive a honra de presidir. Pude constatar, naquela ocasião, como é difícil superar conceitos arraigados de modo de produção e consumo, mas acredito que, com coordenação e sinergia nas ações, algo possa ser alçado.

A capacidade de imaginar novos paradigmas de desenvolvimento é bem escasso no cenário internacional nos dias de hoje, sobretudo. O Brasil, naquele momento, teve de exercer uma liderança decidida para que se pudesse alcançar êxito, para que fosse adotada a Agenda 21, a Convenção da Biodiversidade, a Convenção sobre Mudanças Climáticas, entre outros textos fundamentais para o desenvolvimento sustentável, além da sugestão do Governo brasileiro, feito também à época, para que fosse estabelecida, em nosso País, uma organização mundial das Nações Unidas que tratasse do meio ambiente.

Lembro ainda que vivíamos num ambiente internacional mais ameno. Enfrentamos hoje, nas palavras do Diretor Executivo do PNUMA "uma paisagem de desafios persistentes e emergentes e contra o pano de fundo de crises recentes e atuais que, em parte, são desencadeadas pela maneira como administramos os recursos naturais finitos, ou melhor, como deixamos de administrá-los".

Foi, portanto, muito oportuno convocar esse primeiro exercício de reflexão sobre a Rio+20 em seu processo preparatório. A mesa redonda lançou luz sobre diversas idéias-força, sendo a mais importante delas, no meu entender, a de recuperar o espírito da Rio 92 e nos inserir no século XXI.

Os participantes insistiram em que é imprescindível recuperar e restaurar as promessas de 1992, aprender com os erros do passado e voltarmos os nossos olhos e os nossos espíritos para os próximos 20 anos.

A economia verde, com baixo carbono e inclusão social, no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza, um dos temas designados para a Conferência, é de especial importância para a consecução do desenvolvimento sustentável e é fator conducente à integração harmônica de elementos naturais, ambientais, ao próprio desenvolvimento, tais como o chamado empregos verdes.

Volto a falar da economia de baixo carbono.

A transição do atual modelo produtivo, insustentável para a economia e também para a sociedade em que vivemos, a transição disso para o modelo de economia verde, abre um leque considerável de oportunidades de crescimento sustentável. É preciso ter muito claro que a crise ambiental afetará principalmente os da camada da população menos favorecida, imporá custos a milhões de pessoas, pelo que as lideranças políticas serão diretamente responsáveis.

Por outro lado, a transição para a economia verde de baixo carbono, com desenvolvimento econômico abrirá oportunidades para todas as economias, principalmente as de menor desenvolvimento relativo, uma vez que seus parques industriais ainda não estão completamente instalados e, portanto, terão seus custos de adaptação reduzidos. As novas indústrias serão já mais eficientes, com menor consumo de energia, de insumos e voltadas para um consumidor mais consciente.

Constatou-se que existe na população mundial uma crescente sensação de descrédito das organizações multilaterais, de ceticismo com os resultados das grandes conferências e, em boa parte, tudo isso advindo dos insucessos do Protocolo de Kyoto e da Rodada de Doha.

Essa percepção, que, creio, é arraigada no imaginário da cidadania, deve-se ao que chamei em outra comunicação de déficit de implementação. Os objetivos a que nos propusemos não foram alcançados e, de alguns, chegamos sequer a nos aproximar.

O Ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça, presente a essa reunião, exprimiu com rara felicidade a necessidade do cumprimento dos acordos. Ele comparou a situação ao regime jurídico de um país. É impensável, numa sociedade civilizada, o descumprimento das leis. É comportamento punido com sanções de caráter adequado à infração cometida. Assim também podemos imaginar com os compromissos assumidos internacionalmente.

Se considerarmos que a Rio+20 foi um grande exercício de viabilização de normas, temos então que aquele arcabouço de regras tem de ser observado pelas partes. É importante, no dizer do Ministro, realizar uma reflexão sobre como melhor incorporar as normas ao sistema jurídico internacional e, daí, fazer a migração para os sistemas nacionais.

Para tanto – continua o Ministro Herman Benjamin –, sugere dois caminhos. Primeiramente, formar instituições ambientais fortes, fazer com que o PNUMA ou outra organização que se designe tenha maior relevância e capacidade de ação. Que seja possível cobrar do Estado ou dos Estados o respeito às obrigações assumidas perante a comunidade internacional.

Em segundo lugar, adotar, na Rio+20, um conceito já em uso no campo dos diretos humanos, que é "a proibição de retrocesso".

Nenhum novo tratado poderá fazer voltar atrás dos objetivos metas, direitos, enfim, acordados anteriormente. É relevante para impedir o déficit de implementação. Pode-se entender sua importância quando examinamos a questão das mudanças climáticas. O Protocolo de Kyoto estabelece metas mandatórias a serem atingidas em determinado prazo, no que diz respeito à emissão de gases de efeito estufa.

Os países do Anexo I, países desenvolvidos, descumpriram os prazos e tentam renegociar o que fora antes pactuado. É o mais imprudente retrocesso.

Faço aqui minhas as palavras do Ministro Herman Bejamin: não podemos retroceder. Corremos o risco de um fracasso sistêmico na área de sustentabilidade.

Existe uma variedade excessiva de organismos internacionais que tratam, ao mesmo tempo, de cada um dos pilares do desenvolvimento sustentável: o econômico, o ambiental e o social. Não necessariamente se comunicam, avançam em direções discrepantes, malversam tempo e recursos.

É, portanto, necessário fortalecer institucionalmente as entidades ambientais. Um dos caminhos que proponho é a busca de coerência sistêmica nessa área, que pode passar pela reforma do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, do seu Conselho de Desenvolvimento Sustentável e talvez do próprio PNUMA. Os caminhos são muitos, buscar coordenar essas ações e estabelecer órgãos líderes do processo é um dos caminhos para a chamada governança global.

Há, portanto, que se organizar essa miríade de instituições em prol de uma maior eficiência e de um renovado respeito da cidadania que, afinal, será a maior beneficiária desse processo e, num ciclo virtuoso de retroalimentação, fazer com que o cidadão, ao se sentir respeitado em suas necessidades, passe a exigir das lideranças políticas medidas que impulsionem a transição para a chamada economia verde, a economia de baixo carbono, com inclusão social.

É forçoso admitir que estamos avançando muito mais lentamente do que o esperado. O risco de fracasso aumenta, enquanto a comunidade internacional está inerte. Os mercados parecem também estar alheios à necessidade de mudança.

Um dos parâmetros clássicos para medir os rumos do progresso de uma sociedade é o grau de inovação tecnológica de determinado segmento. No campo de práticas mais sustentáveis de produção e consumo, esse índice é preocupantemente baixo.

Atravessamos quadra de desafios múltiplos. Há constatação de que são ainda mais palpáveis, reais e urgentes do que quando da realização da Rio 92, não só em relação às mudanças climáticas, mas também quanto à perda de biodiversidade e degradação dos solos.

Contudo, vivemos em um mundo de oportunidades inéditas para uma mudança fundamental em relação aos caminhos econômicos, sociais e ambientais do passado.

Boas práticas urbanas por parte de uma cidadania responsável, por exemplo, para começarmos da base, como também darmos espaço para que a questão indígena possa ser debatida e obtermos dos povos da floresta a sua visão ambiental reforçam também essa busca.

Não é ocioso repetir que não se espera da Rio+20 os mesmos resultados da Rio 92, como disse anteriormente, mas o necessário é alcançar uma agenda enxuta, realista, objetiva, mas também ambiciosa na qualidade do aporte e, não necessariamente na extensão, na amplitude de assuntos.

Dentre os problemas graves que devem merecer atenção especial da comunidade internacional durante esse próximo período de revisão, cito a escassez de financiamento internacional, em função até da crise internacional por que passou o Planeta em 2008 e à pouca disponibilidade no que se refere transferência de tecnologia.

São questões transversais, atravessam todo o espectro temático da Agenda 21, têm repercussão na área da biodiversidade, no combate à desertificação na modificação dos padrões de consumo, enfim, são daqueles temas maiores, apropriados para serem debatidos numa agenda que se quer objetiva.

Como bem lembrou o Sr. Fábio Feldmann em sua contribuição nessa reunião promovida pela Fundação Alexandre de Gusmão, no Rio de Janeiro, na última sexta-feira, temos, na Rio+20, uma oportunidade de reverter esse quadro, seja com adoção de metas, compromissos juridicamente vinculantes e adoção de nova postura frente aos problemas.

É necessário pensar o futuro com otimismo, imaginar nossos próximos 20 anos e fazer com que esses sejam significativamente melhores do que os últimos 20.

Hoje, senhoras e senhores, Sr[a]s Senadoras, Srs. Senadores, passamos o dia na cidade do Rio de Janeiro, para acompanhar o andamento dos trabalhos para a realização da Rio+20. Foi extremamente positiva essa nossa ida e contou com a presença dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles, respectivamente Presidente e Vice-Presidente do Acompanhamento da Rio+20 da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e dos Srs. Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Luiz Henrique, Lindbergh Farias, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal. Oportunamente, o Senador Cristovam Buarque, que é o Presidente da Subcomissão de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, dará conhecimento detalhado a esta Comissão da visita que hoje pudemos realizar.

O segundo comunicado é sobre a questão do Oriente Médio, Norte da África, Líbia e Síria.

A situação na Líbia se caracteriza por cenário de impasse entre os rebeldes e as forças governamentais. Os ataques aéreos da OTAN foram de alguma ajuda para os opositores do regime que, no entanto, realizaram apenas avanços efêmeros.

A desorganização, a falta de preparo militar e de comando dos rebeldes fizeram com que, semana passada, o Reino Unido, a França e a Itália decidissem pelo envio de assessores militares para treinar as forças anti-kadafi. Essa iniciativa representa o envolvimento da Aliança Atlântica em operações terrestres e pressupõe um grande e maior risco político, pois a preparação dos rebeldes é tarefa que demandará alguns meses.

Os Estados Unidos não enviarão assessores militares, mas apenas ajuda financeira, ajuda não letal, conforme definida pelo Pentágono, e estão atacando posições do regime com aviões não tripulados, dentro de sua política de evitar participação mais direta e arriscada.

Recorde-se que a entrada dos americanos na Guerra do Vietnã deu-se pelo envio de assistentes militares para treinar tropas governamentais contra os vietcongues.

O Primeiro-Ministro inglês James Cameron disse estar ciente de que suas tropas devem estar preparadas para uma participação de longo prazo na guerra civil líbia, comprovando a situação de impasse.

De sua parte, a Rússia advertiu sobre a possibilidade de a intervenção da OTAN facilitar uma série de

guerras civis no mundo árabe, pois os revoltosos têm a expectativa de ajuda da União Atlântica.

Pode-se concluir que houve uma avaliação perfunctória da legitimidade e da solidez política de Kadafi, bem como de sua determinação de usar os meios necessários para se manter no poder.

Por outro lado, a análise da Aliança sobre os rebeldes parece não ter levado em conta a sua falta de disciplina, de capacidade bélica e liderança coesa. Na verdade, como afirmam expertos militares norte-americanos, os rebeldes são praticamente desconhecidos pelos governos da coalizão. Essas falhas de informação, objeto inclusive da audiência pública de hoje, e de avaliação levaram à atitude precipitada de intervenção na Líbia.

A crise na Síria tem se agravado com aumento de manifestações de insatisfação e incremento da repressão, da qual participa o Exército. O Presidente Bashar Al-Assad, desde que assumiu o poder, sucedendo o pai Hafez, tem acenado com reformas liberalizantes e tomou a iniciativa de suspender a lei de emergência, equivalente a um estado de sítio. Não obteve o esperado efeito de acalmar os insatisfeitos e optou por tentar esmagar duramente a onda de rebeldia. O país, como todos nós estamos acompanhando, encontra-se à beira de uma situação bélica.

Tendo obtido a independência da França, em 1949, a Síria, que já foi unida ao Egito nasserista de 1958 a 1961, constitui um mosaico étnico-religioso governado autocraticamente pelo Partido Baath desde 1963.

Com mais de 22 milhões de habitantes, a Síria tem posição geográfica estratégica e sua política externa é fortemente anti-israelita. Interveio na Guerra Civil do Líbano, de onde só se retirou em 2005. São próximas suas relações com o Irã, com o Hezbollah e com o Hamas. O regime de Bashar Al-Assad tem controle firme sobre as forças armadas, e vários grupos étnicos e religiosos consideram o governo Baath como fator de estabilidade. A oposição não possui uma liderança clara que se contraponha ainda à grande popularidade e ao pulso político do presidente.

No que diz respeito à reação ocidental, o 1º Ministro James Cameron, o Presidente Nicola Sarkozi e o 1º Ministro Berlusconi condenam firmemente a forma violenta com que o governo sírio tem combatido as manifestações e advogam a imposição de sanções pela ONU, assim como faz o governo norte-americano.

Registra-se o fato de que a Síria já é objeto de várias sanções, o que deixa pouca margem de manobra para coalizão.

A China e a Rússia, que já se abstiveram quando da votação da resolução do Conselho de Segurança sobre a Líbia e o *no-fly zone*, juntamente com o Brasil, não apoiarão essas ações contra a Síria. O país de Bashar Al-Assad, por seu peso político regional, dificilmente será objeto de uma atitude mais agressiva por parte das potências ocidentais.

Em outra vertente, os governos da França e da Itália, às voltas com a onda de refugiados ilegais no norte da África, pediram no último dia 26 de abril mudanças no Tratado de Schengen de 1985, que permitiu o livre trânsito entre 25 países da União Européia.

Essa posição deverá ter reflexos negativos para os imigrantes em toda a Europa, inclusive indiretamente para os brasileiros.

Dois fatos acrescentam-se ao já conturbado cenário no mundo árabe. A morte, por ataque da Otan, de um dos filhos do líder líbio Muammar Kadafi e de três de seus netos. Além da morte do principal mentor da Al-Qaeda, Osama Bin Laden, fruto de uma missão secreta das forças especiais dos Estados Unidos.

O ataque da coalizão que matou os filhos e os netos de Kadafi foi visto pelos opositores da intervenção da Otan como uma ação que vai além do mandato contido na resolução da ONU de proteção da população civil. Os partidários de Kadafi têm uma vítima de forte simbolismo político para reforçar a luta contra os rebeldes apoiados pela aliança atlântica. Os seguidores de Kadafi atacaram as missões diplomáticas dos Estados Unidos, do Reino Unido e da França, em Trípoli, ao mesmo tempo em que o regime atacava com mais força ainda o reduto rebelde de Misrata.

A morte de Osama Bin Laden mostra suas conseqüências em dois planos. De um lado, reforça entre os norte-americanos a popularidade de Obama e legitima a luta contra o terrorismo quer herdou do Presidente Bush; de outro, deve aumentar o sentimento antinorte-americano no mundo árabe e acirrar ainda mais os ânimos nos segmentos mais radicais.

Bin Laden, procurado desde o ataque de 11 de setembro às torres gêmeas, exercia uma função mais de mentor do que de executivo da organização terrorista. Mas o seu papel simbólico continuava importante. Em sua manifestação, o Presidente Obama destacou que os Estados Unidos lutam contra o terrorismo e não contra o Islã, mas deve-se registrar o fato de o corpo de Bin Laden ter sido jogado ao mar, evitando que passasse a existir um túmulo que se transformasse em local de peregrinação.

O fato de Bin Laden não ser mais o principal executivo da Al-Qaeda, que está sendo conduzida por outras lideranças, faz com que as potências ocidentais continuem a temer com mais razão ainda a ocorrência de ataques terroristas.

Registre-se que a Al-Qaeda funciona como uma rede, fundamentada em células ativistas locais, descentralizada, em uma espécie de sistema de franquias, com amplas ramificações e muita capilaridade.

O cenário provável é de continuidade de ações terroristas, agora com o combustível da morte do líder Osama Bin Laden. É esta situação que a Secretária de Estado Hillary Clinton tinha em mente ao declarar que a luta contra a Al-Qaeda continua.

Srªs e Srs. Senadores, na última reunião nossa tivemos a realização do segundo painel tratando das insurgências no mundo árabe e seus reflexos da estabilidade política no Oriente Médio e da África setentrional. Estiveram entre nós, como convidados, o Vice-Presidente do Centro Brasileiro de Relações Internacionais, Embaixador Marcos Azambuja, a professora da USP, Drª Arlene Clemesha, o professor da PUC-Rio, Dr. Márcio Oscar Lércio, o professor da Universidade de Brasília, Dr. Eduardo Viola, e o professor da PUC-São Paulo, Dr. Reginaldo Nascer. Foi uma exposição profundamente explicativa da situação e de muito proveito para todos nós que fazemos parte da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Passando à pauta do dia de hoje, a presente reunião destina-se à realização do nosso terceiro painel. O tema: a importância das atividades de inteligência para o Brasil, sua diplomacia e suas forças armadas, causas do seu fracasso em prever os atuais movimentos populares no mundo árabe. Isso não a inteligência brasileira, mas a inteligência das grandes potências ocidentais. E esse tema integra o tema maior que é de geopolítica e relações internacionais dentro do ciclo de audiências públicas como os da política externa brasileira 2011/2012.

Para proferir as palestras de hoje e debater o tema, foram convidadas as seguintes autoridades especialistas a quem aproveito e convido para compor a Mesa:

Dr. Denílson Feitoza, Presidente do Capítulo Brasil da Associação Internacional de Analistas de Inteligência e de Segurança Pública – IALEIA-BR, o professor da PUC-Minas Gerais, Dr. Eugênio Diniz, o professor Dr. Joanisval Gonçalves, consultor legislativo do Senado Federal e especialista em informações e o professor da Universidad de Buenos Aires, Dr. José Manuel Ugarte.

Convido os senhores palestrantes para ingressarem no recinto deste plenário e tomarem seus assentos à mesa. Sejam todos bem-vindos.

Informo aos ilustres convidados que o tempo destinado à apresentação inicial será de 20 minutos, com uma tolerância de mais 2 minutos. Após a exposição, concederemos a palavra aos Srs. Senadores e Srªs Senadoras para os esclarecimentos que S. Exªs julgarem conveniente fazer.

Esclareço, também, conforme a regra das audiências estabelecidas no Ato nº 3, de 2011, desta Comissão, que cada palestrante disporá de 2 minutos, além dos 20 minutos, de tolerância. Aqui vem sempre aquela questão que é bom lembrar: os Srs. Senadores terão 3 minutos para as perguntas, réplica dos palestrantes de 2 minutos. O mesmo procedimento será adotado para as perguntas aos palestrantes e, no final dos debates, também baseado no mesmo ato, inciso 10º do art. 2º, esta Presidência concederá a cada expositor 2 minutos para seus comentários finais.

Para dar início às apresentações, concedo a palavra ao Dr. Denílson Feitosa, Presidente do Capítulo Brasil da Associação Internacional de Analistas de Inteligência e Segurança Pública.

V. Exª dispõe de 20 minutos para fazer a sua exposição.

O SR. DENÍLSON FEITOZA – Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Fernando Collor, demais parlamentares aqui presentes, colegas que compõem a mesa de trabalho, senhoras e senhores,

vou passar agora algumas observações dentro desse tempo sobre a importância da atividade de inteligência para o Brasil, sua diplomacia e suas forças armadas. Basicamente o que nós estamos nos perguntando é a importância da atividade de inteligência dentro de três grandes áreas: a que a gente chama de segurança interna, que na nossa concepção aqui no Brasil é um pouco mais ampla que a questão da segurança pública, engloba a segurança pública, mas num nível de interesse nacional; a questão das relações exteriores, a relação do Brasil com outros países, e a questão da defesa externa do Brasil.

A primeira colocação é que determinados órgãos no Brasil recebem uma competência, como a Presidência da República, o Congresso Nacional, as Forças Armadas, as polícias, as forças de segurança, o Ministério Público, os tribunais de contas. Essa competência é atribuída pela Constituição, ou seja, são anseios que o povo tem de que o Estado brasileiro realize determinadas coisas. Então podemos chamar de competência constitucional ou, numa linguagem de ciência social, podemos chamar de mandato legal. A questão é que, olhando para uma perspectiva da eficiência constitucional, que não se confunde com eficiência gerencial, a eficiência como conceito constitucional envolve tanto a economicidade, racionalidade no emprego dos recursos, como também a satisfatoriedade, a realização efetiva das suas competências constitucionais.

Então esses órgãos, se essas competências lhes foram atribuídas, é impossível cumprir uma parte dessa competência sem dispor dessa maneira de trabalhar que é a inteligência.

Então, o Presidente da República dispõe de políticas públicas, de administração estratégica, de gestão do conhecimento, de vários outros tipos de ações, programas sociais e por aí vai. Mas uma parte dessa competência é impossível de ser realizada, seja pela Presidência seja pelas Forças Armadas seja por instituições como as políticas, Ministério Público e Tribunal de Contas, se esta maneira de trabalhar não for utilizada. Se a atividade de inteligência não é utilizada, é como se esses órgãos dissessem: eu abro mão da minha competência constitucional, eu não vou realizar a minha competência constitucional. E me parece que não é dado a esses órgãos abrir mão de um dever que lhes impõe a Constituição.

Existem critérios de oportunidades, de conveniência para realizar esta ou aquela política, mas não é dado a esses órgãos abrir completamente mão de parte desta competência.

Outra coisa é a profunda desigualdade com que esses órgãos trabalham em determinadas situações. Exemplificando, no que tange à segurança interna, temos questões de segurança interna de interesse nacional, questões que estão na mídia, que são muito faladas.

A questão de organizações criminosas. Temos efetivamente organizações criminosas no Brasil, hoje, inclusive, organizações criminosas transnacionais. Acho interessante que há dez anos muita gente afirmava: ah, não há organização criminosa. Então como é que foi que uma das maiores cidades do país foi sitiada, que foi São Paulo? Como Rio de Janeiro foi sitiado? A gente pode questionar que uma facção na cidade do Rio de Janeiro não seja uma organização criminosa, mas o complexo do alemão tinha mais de 400 mil habitantes. É uma facção que consegue ter o domínio de um território razoável , isso tem uma estrutura de uma organização criminosa. Mas nós temos organizações como tráfico de armas, tráfico de pessoas, temos várias questões internacionais. O próprio tráfico de drogas hoje é transnacional. E o PIB que gera um tráfico de drogas no mundo hoje é superior ao da maior parte das nações do mundo. Então, quer dizer, temos questões de segurança interna que esbarram, ou que vêm de fora ou que estão em nível nacional. Temos as questões de relações exteriores, se devemos ou não nos aproximar, qual tipo de relacionamento que devemos ter com a Venezuela? Sabemos que a nossa diplomacia é muito competente nisso, mas nem sempre temos com a Venezuela, ou com o Irã, com o mundo árabe, nem sempre nós dispomos de mecanismos de observar, sejam nossos aliados sejam nossos adversários.

A inteligência amortece, ainda mais numa nação pacifista como o Brasil, ela tem a capacidade de produzir informação, a que chamamos de conhecimento de inteligência, que amortece esses relacionamentos, sejam com relações amigas sejam com relações adversárias. E temos questões de defesa externa também.

O Brasil hoje é a sétima potência econômica do mundo e possui recursos imensos, mas poucas pessoas sabem que da água doce do mundo – menos de 1% da água do mundo é água doce, mais ou menos 2,5% da água do mundo é água doce –, dessa água doce somente 0,3% mais ou menos está em rios e lagos. Quer dizer, menos de 1% está em rios e lagos; 30,8% estão na forma de lençóis subterrâneos e 68,9% são glaciares. O Brasil possui uma das maiores reservas de água doce do mundo em seu subsolo. Ou seja, toda água que a gente vê na superfície do mundo é muito menos que a que temos no subsolo. Temos, por exemplo, o Aquífero Guarani, que nós estamos, por acaso, contaminando. Não estamos antecipando que vamos precisar dessa água. No mundo hoje já temos 1 bilhão de pessoas sem o mínimo de água doce para consumir. As projeções, hoje, projeções inclusive científicas, nos dizem que até 2050 45% da população mundial terá menos que o necessário diariamente de água doce. Aí me pergunto: por quanto tempo o mundo vai aceitar que o Brasil esteja contaminando os seus lençóis aquíferos se serão necessários não só para o Brasil mas para o mundo inteiro? Nós possuímos recursos minerais que são baixíssimos. Ou seja, se nós Brasil estamos nos inserindo mundialmente, e precisamos disso, porque nossa sociedade necessita desses recursos porque vamos gerar por meio de nossa balança de importações e exportações, se nós necessitamos desses recursos do mundo, o mundo também necessita dos nossos recursos.

Então, a diplomacia brasileira é muito competente e ela trabalha de uma maneira inteligente dentro de uma perspectiva construtivista, ou pluralista, tentando carregar o Brasil para os organismos multilaterais, porque a gente tem muito pouca força no sistema de segurança internacional. Então a nossa estratégia é tentar arrastar, e isso é certo, para organismos multilaterais como ONU, OMC e outros, porque a gente não tem capacidade de enfrentar diretamente os Estados Unidos.

Os Estados Unidos hoje detêm 47% de produção de todas as armas do mundo. Então, o que acontece? O fato de nós trabalharmos com essa imagem pacifista – e devemos continuar com essa imagem pacifista, uma visão de defesa e não uma visão de guerra – não

significa que a gente não está exposto a um realismo mundial, a uma anarquia mundial, onde vence o que tem mais força. Nós acabamos de ver agora, anunciado hoje, à meia noite e meia, a inserção de uma operação especial dos Estados Unidos no território do Paquistão, para matar – e o Obama falou claramente que o objetivo era matar, não era recuperar, buscar, capturar – o Osama Bin Laden. Então, o fato é o seguinte: nós podemos ser pacifistas, mas se nós pacifistas ignorarmos que nós também estamos no mundo realista, não vai adiantar nada estarmos reunidos, E vamos usar um exemplo mineiro, já que sou oriundo de Minas Gerais, não adianta nada os pacifistas estarem reunidos em cima de uma linha de trem e não saber que o trem vai vir e vai atropelar. Temos que ter a estratégia adequada para antecipar este trem que está vindo. E hoje existem várias pesquisas, seja no mundo acadêmico seja no científico seja no estatal, mostrando sugestões que são muito graves entre 2040 e 2050. E me preocupo muito com que tipo de futuro estamos deixando para as futuras gerações, porque nós do Brasil hoje temos a capacidade de organizar melhor a nossa inteligência dentro dessa visão pacifista para antecipar problemas que vamos enfrentar. Porque esse trem ele existe. Nós não temos só os espaços multilaterais, temos também uma realidade mundial que é anarquista, onde a força tem o seu peso. Não que a gente queira utilizar os mesmos instrumentos, mas temos que ter capacidade de enfrentar isso. Hoje nós sabemos, e isso não é mistério para ninguém, os problemas de fronteira que temos, por exemplo, em relação a determinadas organizações que se encontram na Colômbia, as Farc. Sem avaliar essa questão das Farc ou não, o fato é que o Brasil tem que ter capacidade de antecipar ameaças que venham desse tipo de situação. E nós temos essa capacidade. Então a inteligência é importante seja porque o Brasil tem que cumprir as suas competências constitucionais que a sociedade confiou e lhes entregou na Constituição seja porque a inteligência é usada diante de situações que são profundamente desiguais como é a situação de um Presidente da República.

O Presidente da República necessita de um sistema desse funcionando bem para ele subsidiar com a melhor informação possível, para tomar uma decisão antecipando este tipo de situação, seja no que diz respeito à segurança interna seja nas relações exteriores, que devem ser entregues sim ao Itamaraty, mas precisamos de mecanismos de – vamos chamar assim - observar melhor. Isso é aceitável plenamente no mundo. O mundo aceita isso. O mundo aceita essa atividade de inteligência, um em relação ao outro, porque isso amortece as relações. Pode ser em relação a uma defesa externa, porque, apesar de, de 1990 para cá, o Brasil ter adotado uma posição muito pacifista, com não proliferação de armas de destruição em massa, não proliferação de armas nucleares, não utilização de armas químicas, a questão que se coloca é a seguinte: nós combinamos com os outros? É que nem a história de que cachorro que ladra não morde, mas combinamos com o cachorro que ele não morda? Hoje, temos vários atores transnacionais que atuam no Brasil, ou seja, eles não são nem internacionais. Hoje, temos ameaças que não decorrem propriamente de um outro país; elas decorrem de atores e organizações transnacionais, que atravessam vários países, sejam organizações paramilitares, sejam de outra ordem. Muitas dessas instituições atuam no Brasil.

Agora, a questão que se coloca é: quem faz a inteligência no Brasil? Quem controla a inteligência no Brasil? Como fazer essa inteligência? E para quê? Nós temos deficiências legislativas em todos esses campos. Precisamos esclarecer melhor a questão da Agência Brasileira de Inteligência e do Gabinete de Segurança Institucional. Isso é uma questão que deve ficar melhor esclarecida. A Lei 9.883/1999 é insuficiente para organizar a atividade de inteligência no Brasil, estabelecendo com clareza essas competências, estabelecendo com clareza quem exatamente faz a coordenação. Então, temos uma lei que organiza a Presidência e que entrega a coordenação da inteligência ao GSI; temos, ao mesmo tempo, a ABIN como agência central; e temos vários outros órgãos do Governo Federal atuando. Então, a questão do quem tem de ficar esclarecida.

Então, penso eu que o Congresso Nacional – aqui, falo de maneira respeitosa – tem de dar esse passo no controle, porque todos os países democráticos fortes no mundo têm inteligências fortes. Todos os países desenvolvidos e com democracia forte têm inteligência forte. Como o Brasil se insere num tabuleiro internacional, também deve seguir esse caminho de ter uma inteligência forte. E aí me refiro ao controle. E esses países têm inteligências fortes, porque têm um controle parlamentar forte.

Temos aí uma PRN 2. Já se tentou aprovar a regulamentação da CCAI mais de uma vez. Existe um acordo em relação a um possível substitutivo que a Vice-Presidência da Câmara poderia apresentar. Já existe um parecer sobre esse PRN 2, regulamentando a Comissão Mista de Controle de Atividade de Inteligência, com parecer já do Senado, mas faltou o parecer da Câmara. E até hoje não foi aprovado. É muito importante para o Brasil que a CCAI seja regulamentada, porque só teríamos uma inteligência efetiva no Brasil, com conhecimento de qualidade, quando a CCAI tiver o poder de fazer esse controle.

Como a inteligência é inevitável, havendo ou não esse controle, os órgãos de inteligência vão existir. Esse é que é o problema, ou seja, não adianta ignorarmos a atividade de inteligência. Nos últimos dez anos, nasceram mais de sessenta agências de inteligência no Brasil. Temos hoje, no Brasil, mais de cento e cinquenta agências de inteligência. Nasceram as inteligências dos Ministérios Públicos, que são mais trinta; nasceram as inteligências prisionais; nasceu o sistema de inteligência fiscal que são das Secretarias de... Como o Governo Federal demorava a fazer esse acordo com as Secretarias de Fazenda Estaduais, elas fizeram um acordo entre elas e foi criado um sistema de inteligência fiscal.

Então, o que acontece é que temos várias inteligências nascendo. São 27 unidades federativas. São 30 Ministérios Públicos e trinta agências. Mais 27 Secretarias da Fazenda e mais 27 instituições que, de uma maneira ou de outra, possuem inteligência.

E isto é muito importante de se dizer, porque há um consenso no mundo sobre isto, seja no meio público, seja no meio acadêmico: o controle parlamentar é fundamental, para que tenhamos uma inteligência de qualidade, para que cumpra a missão que precisa, que é oferecer a melhor informação possível para a Presidência, para o Governo Federal, para o Estado brasileiro, para que possam tomar as melhores decisões possíveis.

O que penso hoje? Uma contribuição importante do Congresso Nacional seria, em vez de atacar a inteligência como um todo, atacar de maneira setorial. Poderia ter uma reforma de quem, uma reforma sobre o como – como fazer operações de inteligência, ações de busca e utilizar técnicas operacionais. Nos Estados Unidos, tem-se legislado; na Inglaterra, tem-se legislado; a Argentina fez isso em parte; a Espanha fez isso; a França tem isso. Então, chegou a hora de, em vez de ficarmos reclamando "O que a inteligência está fazendo?", vamos regulamentar.

Podemos adotar uma estratégia parecida com a que foi adotada no processo penal, que são os projetos setoriais. Um projeto trata da organização; um outro projeto trata do controle, especialmente essa resolução de regulamentação da CCAI; um outro projeto trata de operações. Em vez de se fazer um grande projeto, que encontraria uma grande dificuldade, podem-se fazer projetos setoriais. Mas existe um projeto que é fundamental, que é o do plano nacional de inteligência. Esse aparato todo de inteligência está indo para onde? Quem define isso é o plano nacional de inteligência. No entanto, temos dois dispositivos na Lei 9.883 que são completamente insuficientes para estabelecer um mecanismo democrático de produzir uma política nacional de inteligência.

Quanto à última questão, quantos minutos tenho ainda? Cinco minutos.

Então, essa é uma proposta que faço de maneira concreta: poderiam ser feitos projetos setoriais, atacando cada parte, porque a questão é simples. Se isso não for feito, a inteligência vai continuar a funcionar, porque ela é um imperativo lógico e sistemático do nosso ordenamento, ou seja, não há como realizar certas competências sem inteligência. Regulando ou não, elas vão existir, elas vão funcionar, elas vão se autorregulamentar pelos seus instrumentos internos, dentro da capacidade que os órgãos têm de regular as suas funções. Então, enquanto não houver uma lei no sentido estrito, haverá resoluções, portarias e outros instrumentos que vão fazer com que essas inteligências nasçam e prossigam.

Outra questão é a segunda indagação: por que as inteligências não previram os conflitos no mundo árabe? Essa é uma indagação, mas eu coloco uma outra pergunta: não previram? Estamos partindo do pressuposto de que não previram. Então, vou dar alguns dados. Primeiro, não há como termos acesso às informações classificadas do tipo de conhecimento que essas inteligências estão produzindo sobre o mundo árabe, mas temos alguns dados concretos que estão sendo publicados pela mídia. Então, o *The Washington Post* junto com o *Foreign Policy* têm publicado – está na Internet, está na sua mídia eletrônica e impressa -, por exemplo, os US$6 milhões que a inteligência americana investiu na Síria, naqueles tipos de organizações que se opunham ao governo sírio. Nós sabemos que a TV Barada, por exemplo, foi criada e subsidiada para se opor ao governo sírio, não necessariamente se opor oficialmente, mas, enfim, essa é a ideia. Então, de 2006 para cá, temos os Estados Unidos aplicando dinheiro em um tipo de coisa que chamamos de ações encobertas na Síria. Então, não sabe? Como é que não sabe, se utilizou US$ 6 milhões, inclusive para apoiar, dar suporte à criação da TV Barada e a outros grupos que existem na Síria? O *The Washington Post* também tem anunciado amplamente a atuação de oficiais de inteligência da Síria na Líbia.

Então, a questão é o seguinte: lembrando daquele modelo, nós, brasileiros, precisamos de um modelo construtivista, ou seja, precisamos acreditar na capacidade de alterar o sistema internacional de segurança e de levar os outros países, na área econômica ou comercial ou de segurança, para organismos multilaterais, mas o mundo realista está posto aí também, o mundo não é feito de uma única perspectiva.

Os Estados Unidos, desde 1947, na Lei de Segurança Nacional, têm a previsão legal de fazer ações encobertas em outros países. Na verdade, os Estados Unidos já utilizam esse tipo de ação, chamada ação encoberta, desde o século anterior, mas, em 1947, previu-se expressamente. O que são ações encobertas? É atuar num outro país para influenciar as suas condições militares, econômicas e políticas, de tal maneira que a função do governo norte-americano possa ser negada de maneira plausível. Isso é plenamente aceitável, existe um mecanismo de controle. Para fazer determinadas ações encobertas, as comissões de inteligência do Senado e da Câmara podem participar. Até recentemente, agora, umas duas semanas atrás, o presidente da comissão de inteligência da Câmara falou: "Não há nenhuma ação encoberta correndo, porque eu não assinei a autorização". Existe um controle parlamentar para determinadas ações encobertas. Isso que aconteceu na Síria, esse dinheiro aplicado, são ações encobertas. Temos, inclusive, indicativos de ações encobertas, temos pesquisas hoje que apontam ações encobertas dos Estados Unidos no próprio Brasil, ou seja, os Estados Unidos trabalham de uma maneira realista, partindo do pressuposto de que ele tem força – e ele tem – e de que ele pode atuar em outros territórios.

Veja o que aconteceu na madrugada de hoje – supostamente, ocorreu hoje, a declaração foi hoje -: teria sido o assassinato do Osama Bin Laden. Aquilo ali, apesar de se denominar oficialmente uma operação militar, é uma ação encoberta: penetra-se num território soberano, que é o Paquistão, faz uma penetração lá com seus helicópteros e seus homens e, supostamente hoje, teria assassinado o Osama Bin Laden e mais quatro pessoas. O Presidente Obama falou claramente que a missão não era capturar o Osama Bin Laden vivo. Ele falou claramente que a missão era matar, assassinar. Ele declarou isso publicamente hoje, à meia-noite e meia. E, até agorinha, o Secretário de Imprensa da Casa Branca estava fazendo as declarações, dizendo que essa realmente era a missão e dizendo que o Paquistão não necessariamente concordou com o ingresso. Então, apesar de ser uma operação militar, é uma ação encoberta: ingressar em outro país, de maneira furtiva, para realizar esse tipo de missão.

Isso nos dá um recado profundo, sem entrar no mérito se isso é bom ou ruim, pois não é o objetivo aqui, de que, no mundo realista, se chegar o momento de se ter de atuar em relação ao Brasil de alguma forma – eu não me refiro aos Estados Unidos -, isso será feito. E nós temos de ter capacidade de antecipar isso. E uma instituição que tem a capacidade de antecipação é a inteligência.

Aí, eu volto ao mesmo ponto de partida de que a inteligência, penso eu, é algo essencial aos Estados Democráticos de Direito fortes, mas só serão realmente importantes para nós se houver um controle parlamentar forte. Esse é o meu recado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Professor Denílson Feitoza, pela sua exposição.

Antes de passar a palavra ao próximo palestrante, eu gostaria de registrar a presença, em nosso plenário, do Embaixador Carlos Alberto Asfora, da Srª Ministra Irene Vida Gala e do Deputado Ricardo Zarattini. Muito obrigado pela presença de V. Exªs.

Passo agora a palavra ao Professor da Universidade de Buenos Aires, Dr. José Manuel Ugarte.

O SR. JOSÉ MANUEL UGARTE *(Intervenção em espanhol.)* – Gostaria de agradecer ao Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão de Relações Exteriores, aos Senadores participantes da Comissão e a todos os amigos que me convidaram a participar deste Painel.

O meu português é de praia brasileira, e para ser mais preciso falarei em espanhol.

A pergunta é: por que o Serviço de Inteligência Brasileiro não conseguiu prever os movimentos populares do Oriente médio, que provocaram quedas de governos, e a situação de conflitos na Líbia e na Síria? Além de outros, que ameaçam provocar uma mudança muito importante.

Quero destacar que é realmente um assunto importante para o Brasil a qualificação do acontecido como uma surpresa estratégica, porque é uma mudança imprevisível por meio das tendências; quero dizer: uma situação determinada, que poderia ser prevista para o futuro, e que teve uma evolução totalmente diferente, e o Serviço de Inteligência não previu.

Em primeiro lugar quero aliviar a culpa do Serviço de Inteligência dizendo que foi uma surpresa estratégica.

A história nos mostra que as surpresas estratégicas e as surpresas táticas são impossíveis de evitar, mas é possível diminuir suas conseqüências – esse é um assunto muito importante.

Em segundo lugar, é importante mencionar a consequência estratégica na condução dos Estados: porque às vezes quem toma as decisões padece de pensamento linear e não tem imaginação suficiente – uma sabedoria comum sobre um tema que eu considero absolutamente necessário – e, algumas vezes, os governantes e seus assessores têm limitações. Isso acontece no mundo todo.

Discute-se bastante o papel do Serviço de Inteligência na previsão das surpresas estratégicas. Segun-

do o trabalho de Roberta Wohlstetter sobre a crise de Pearl Harbor, havia abundância de informações, mas as informações se chocavam com os preconceitos que existiam sobre a situação nos círculos governamentais; mas Levitt, em *Intelligence Estrategic Surprises,* mostra o contrário. Há muitas controvérsias sobre o tema.

O papel do Serviço de Inteligência é importante, é significativo, mas não é absoluto. Não podemos culpá-lo por tudo, particularmente no que se refere aos países latinos.

Se o Serviço de Inteligência Brasileiro não pode prever esses acontecimentos, a Inteligência de nenhum outro país latino-americano poderia prevê-los, porque as estruturas de Inteligência na América Latina, em sua maioria, se originaram e fortaleceram durante o conflito Leste-Oeste. No caso da Argentina, fundamentalmente com a Coordenação de Informação do Estado e o Serviço Federal de Informação e Contra-Informação.

Essa atividade de Inteligência na América Latina se desenvolveu com os conceitos de segurança e defesa daquela época, evidentemente incompreensíveis; trouxe como conseqüência uma prática interior, exterior e de contra-inteligência com pouca competência e definição legislativa, e voltada para o interior do próprio país, cuja atividade fundamental no conflito Leste-Oeste voltou-se para assuntos como a luta contra o crime organizado, inteligência política, quer dizer, sem particularizar, podemos dizer que a Inteligência latina voltou-se para os problemas internos, careceu de limites e desse ponto de vista não podemos nos surpreender que os países não tenham desenvolvido importante capacidade em Inteligência exterior para diminuir as surpresas estratégicas ou diminuir os efeitos negativos dos acontecimentos. Esta não foi uma surpresa importante para o Brasil.

A Argentina teve uma surpresa estratégica com o atentado contra a Embaixada de Israel. A virada política ocorrida na Argentina, entre 89 e 91, relativa aos países árabes, deveria ter provocado uma reflexão em matéria de Inteligência e da necessidade de desenvolver essa capacidade, mas se chocou com a suposição de que não aconteceria, e aconteceu.

O segundo atentado contra a AMIA foi uma surpresa tática, porque a Argentina estava alerta e aconteceu, mas o país estava atento.

Todo país latino americano que desejar desenvolver uma presença real de Inteligência (arriscarei, mas fui convidado para contribuir da melhor forma possível com os senhores Senadores) deveria organizá-la.

Eu pergunto: por que não constituir organismos de Inteligência evidentemente sob a dependência do Ministério das Relações Exteriores, como acontece no Reino Unido e outros países que têm agências de Inteligência exterior como EUA, Alemanha, França, Austrália, e até a Federação Russa.

Eu diria que não há país importante que não desenvolva uma organização de Inteligência exterior. Tanto Brasil como Argentina – em matéria de Inteligência o Brasil está voltado para a Inteligência interior e tem como prioridade a luta contra o crime organizado -, não houve planejamento efetivo das atividades de inteligência.

A ABIN, como outras agências de Inteligência latino-americanas, está preparada para a Inteligência interior e exterior; mas o fenômeno é que elas se voltam somente para a Inteligência interior. Analisemos o SISBIN do Brasil (acredito que é o Decreto 4376/2002) – que sob a coordenação do Gabinete de Segurança Institucional, o Ministério de Relações Exteriores está presente, mas está presente através da Coordenação Geral de combate aos delitos transnacionais -, em que fica claro que não é prioridade o apoio à política externa: a prioridade é a luta contra o delito transnacional.

O segundo aspecto importante, caso queiramos potencializar a Inteligência Exterior, é que poderíamos pensar no desenvolvimento do apoio à luta de um organismo de inteligência criminal contra o delito, como entre muitíssimos exemplos da *Australian Fran Comission*, na Austrália, do antigo *National Criminal Intelligent Service*, hoje *Sirius Organize Agency,* no Reino Unido, e *Criminal Intelligence Service of Canadá*; definitivamente, contra o delito, construir capacidade de inteligência criminal.

Bem, o Brasil tem feito muito: aprovou a primeira doutrina de segurança pública da América Latina, dinamizou a Secretaria de Segurança Pública – declarada órgão central do subsistema de segurança pública; realizou uma tarefa interessante. Talvez pudéssemos pensar em voz alta e avançar nesse sentido. E, sempre neste terreno positivo, também creio o seguinte: não é uma grande novidade o que vamos destacar, mas é seguir a trajetória dos países que construíram capacidade de manter inteligência interior, dinamizar as capacidades de conhecimento das línguas de interesse dos organismos de inteligência estabelecendo programas específicos nesse sentido. De outra parte, criar relações importantes com universidades isentas, ou seja, abrir e conseguir aportes externos, estimular dentro dos organismos de inteligência a racionalização, as hipóteses competitivas, a racionalização alternativa, a racionalização não convencional, quer dizer, lutar contra o principal fator provável da surpresa estratégica que é o pensamento linear ou a adesão ao que sempre se sustentou, quer dizer, por outro lado potencializar fortemente as capacidades em matéria de análise; construir grupos de alerta estratégico de

analistas, especializando-os em alerta estratégico. Definitivamente, realmente creio que há bastante a fazer neste terreno se desejarmos realmente adquirir esse tipo de capacidade.

Nos Estados Unidos, Colin Grace defendia que as mudanças nas estruturas de inteligência somente podiam ter um efeito marginal ou relativamente pequeno para evitar a surpresa estratégica. Mas é claro, isso se escreveu nos Estados Unidos que realmente tem capacidades em matéria de inteligência estratégica e de inteligência exterior, já construídas na II Guerra Mundial com a organização dos serviços estratégicos e que, logicamente, se aperfeiçoaram com a Agencia Central de Inteligência e, atualmente, com a Lei de Reforma e Inteligência e Prevenção do Terrorismo de 2004, sob a direção da inteligência nacional. Estão trabalhando há muitos anos nisso. Nos países latino-americanos, por alguma razão, optamos por olhar para dentro em matéria de inteligência. Então, podemos nos surpreender de ter capacidades limitadas para prever surpresas estratégicas como as que mencionamos?

Para concluir, relembremos um pouco, pois creio que o tempo está esgotado, mas recordemos apenas que, em nível de país ..., além das estruturas de inteligência no mundo, além das estruturas de inteligência da América Latina, nos deparamos com países como o Canadá, como o Reino da Bélgica, como o Reino da Holanda, que têm capacidades de inteligência exterior muito limitadas, quer dizer, além de um organismo de inteligência militar que, obviamente, nesses países é de inteligência exterior, mas que não cobre os aspectos vitais políticos e econômicos. Deparamo-nos com organismos de inteligência interior com competência ou capacidade muito limitadas em matéria de inteligência exterior, por exemplo, o caso do *Canadian Security Intelligence Service*, que somente realiza inteligência exterior com a obtenção de informações dentro do Canadá. Mas vejamos, por exemplo, um outro domínio da Coroa Britânica, a Austrália, que tem uma situação estratégica muito mais complexa que o Canadá, e que desenvolveu capacidades significativas de inteligência exterior.

Para concluir digamos o seguinte: evidentemente isso pode parecer um desafio, um salto ou algo que absolutamente se choca contra o pré-estabelecido ou contra o que até agora se pensava. Bem, talvez seja disso que se trata em casos como esse, se quisermos evitar surpresas estratégicas como as que mencionamos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB/AL) – Muito obrigado, Professor, Doutor José Manuel Ugarte, por sua explanação.

Passo, imediatamente, a palavra ao Professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Dr. Eugênio Diniz.

O SR. EUGÊNIO DINIZ – Muito obrigado, Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Fernando Collor; meus colegas de Mesa; Srªs e Srs. Senadores; senhoras e senhores presentes.

A pergunta que me foi feita, quando foi feito o convite para estar aqui presente, convite a que muito agradeço e que muito me honra, em larga medida sobre como as agências de inteligência falharam em antecipar várias das crises, vários dos processos atualmente em curso no Oriente Médio. Por mais que pudéssemos ter antecipado algumas tendências e situações gerais – insatisfações e coisas do gênero –, de fato, com relação ao *timing,* à intensidade e à ocorrência foram claramente pegos de surpresa pela extensão e pela simultaneidade. Enfim, a melhor maneira que eu encontrei de tentar responder a essa indagação é, talvez, enfrentando a seguinte questão: não deveriam ter sido pegas de surpresa. Nossa expectativa com relação a isso talvez não seja um pouco exagerada, porque: o que, efetivamente, as organizações desse tipo são capazes de fazer? O que é o conhecimento de inteligência e o que as organizações de inteligência podem produzir? Claro, temos de distinguir um pouco organizações de inteligência com focos muito mais específicos, como o caso da Polícia Federal: o Departamento de Inteligência; unidades de inteligência da Polícia Federal, do Ministério Público ou mesmo das Forças Armadas que têm um foco muito mais restrito. Aquelas organizações que – digamos assim – lidariam com esse tipo de assunto. O que elas podem produzir? E, depois, quais são as limitações próprias delas... As dificuldades – não diria limitações – próprias com as quais as organizações, e aqueles que trabalham e atuam nessa atividade, se defrontam e têm de lidar com elas para executar o trabalho.

Me parece, talvez que, a melhor maneira de entender o que é e como é o trabalho de inteligência é, talvez, uma analogia. Organizações de inteligência são estruturalmente semelhantes a grandes órgãos, a grandes agências de notícia, mas com, funcionalmente, um leitor só. Em princípio, o Presidente da República e aqueles outros que vão privar, também, daquilo que é produzido em benefício do Primeiro Ministro, em alguns outros lugares; mas, fundamentalmente, o cliente, o leitor do órgão noticioso, dessa agência de inteligência é o Poder Executivo de qualquer país, com a fiscalização feita pelo Poder Legislativo, com o compartilhamento de várias dessas informações, mas voltado, basicamente, para atendê-lo. E a semelhança

estrutural se dá sob diversos aspectos. Assim como cada órgão noticioso vai ter suas editoriais específicas: de cultura, de política, nacional, de cidades ou cotidiano, editoria internacional, meio ambiente e ciência; as agências de inteligências vão ter suas diretorias ou departamento ou setores ou seções, cada uma delas tem seus nomes próprios, mas específicos. Funcionam em larga medida e de maneira semelhante. Assim como os órgãos de notícias têm os seus repórteres. Os repórteres mais qualificados – sêniors); as agências de inteligências têm supervisores encarregados de casos oficiais, mais tarimbados, responsáveis por um leque grande de atividades e de problemas. Os jornais têm seus focas. As agências de inteligência têm seus oficiais de inteligência que atuam na ponta. Os jornais têm os seus jornalistas investigativos, e as agências de inteligência têm os encarregados de operações de inteligência e que, em larga medida, atuam muito semelhantemente, por incrível que pareça.

Assim como os jornalistas têm suas fontes. Fontes que, dificilmente, vêm a público, pelo menos em sua inteireza e em sua totalidade. Em alguns casos, passam-se longos anos até que a fonte venha a público – o mais famoso é o "garganta profunda", talvez, do episódio de *Water Gate*. Oficiais de inteligência, agências de inteligência, os encarregados de caso (ou o nome que se dê em cada circunstância) vão ter, também, suas fontes. E assim como os jornais vão ter seus colunistas, que não estarão trabalhando diretamente na produção das notícias, mas estarão integrando as informações, tanto que são produzidas diretamente por seu jornal, pelo seu órgão noticioso, como de várias outras fontes: seu conhecimento acumulado, de outros órgãos de notícia, de sua formação prévia, dos contatos que já estabeleceu, os analistas de inteligência – propriamente chamados, neste caso, de analistas – fazem e realizam esse tipo de atividade. O processo é, estruturalmente, semelhante. Nesse sentido, tem muito mais a ver com o grau de penetração, com o tamanho da organização, com a capacidade e quantidade e qualidade dos recursos que ela manuseia para produzir suas informações tanto quanto qualquer órgão noticioso.

Nesse sentido, em termos de ordem de grandeza, não em termo de conteúdo, mas em termo de ordem de grandeza, de natureza das possibilidades dos resultados da ação das agências de inteligência é, em larga medida, semelhante à de uma grande organização noticiosa que estivesse voltada para o mesmo conjunto de problemas. Nesse sentido, é por isso que, mesmo nos melhores casos, com tudo funcionando nos melhores termos que poderia funcionar, existem limites muito claros ao que é possível fazer e ao que é possível obter. Nos melhores casos, não dá para prever muita coisa, nem mesmo obter a informação decisiva na hora certa. Quantos furos cada órgão de imprensa dá por ano sobre diversos assuntos. Se a gente olha bem, é uma quantidade muito limitada de furo, digamos assim, de ruptura, de realmente sair com um negócio que é completamente inusitado e desconhecido, fruto de um longo trabalho. Em outros casos, algumas dessas coisas são possíveis. Em larga medida, é possível reunir conhecimentos gerais sobre a situação, até em larga medida aprofundados. É possível saber que havia uma grande insatisfação, por exemplo: na Síria, na Líbia, no Egito? É possível. Mas já havia essa insatisfação há muito tempo. O que deflagra o processo que culmina em uma crise nas proporções que a gente viu no Egito e com os resultados que a gente viu no Egito? Isso não é possível antecipar. Em larga medida não é possível antecipar. O momento exata da erupção é praticamente impossível. Muitos poucos casos vão ser possível conseguir uma identificação muito precisa do que está ocorrendo e do que virá a ocorrer e quando... Insatisfação havia? Havia. Mas os regimes Nasser, Sadat, Mubarak duraram 60 anos. Quando vai ocorrer? Dá para você apostar a partir daí? Não dá. Seu relacionamento tem de ser estabelecido, levando-se em conta o que você tem em curso, a longevidade estimada daquilo que, em larga medida, depende da longevidade pregressa e o seu conhecimento sobre as tendências sobre o que é possível interferir e agir. Em alguma medida sim, mas quando isso vai ocorrer? E quando ocorre é um processo muito acelerado. Não é à toa que todo o mundo é pego de surpresa. O comportamento do Presidente Obama, no período da crise do Egito, foi errático. Qualquer coisa que se tente vender sobre reflexão, amadurecimento... Errático! Está correndo atrás do noticiário. Por quê? Porque o processo era muito acelerado. Mesmo nos melhores casos, investindo-se grande quantidade de recursos, existe, então, uma limitação. Limitação decorrente do quê? Do próprio trabalho, da própria natureza do processo de reunião, processamento de informações. É um trabalho complexo, complicado. E a informação obtida ela mesma é cheia de incertezas.

Então, é possível obter uma série de parâmetros de atuação. É possível antecipar mesmo, nos melhores casos, algumas possibilidades de resposta pelo menos para balizar um pouco o teor do comportamento quando alguma coisa ocorrer. Mas antecipar exatamente quando vai ocorrer não dá. Pelo menos na imensa maioria dos casos não dá.

Mas estou dizendo isso levando em conta os melhores casos. Mas existem elementos que são intrínsecos à própria atividade de inteligência, aquela a

qual nós estamos nos referindo, que dificulta muito o trabalho dos analistas, o trabalho dos oficiais de inteligência, o trabalho da própria organização e o ambiente político e profissional no qual ele se insere.

O elemento parece mais nítido, que distingue agências de inteligência de grandes órgãos noticiosos, grandes agências noticiosas, é exatamente o elemento de sigilo intrínseco à atividade. Intrínseco por quê? Intrínseco por que tem que ser. Primeiro, boa parte da atividade está voltada para saber como proteger informações que o próprio governo quer que sejam sigilosas.

Digamos assim, para dar um exemplo inequívoco: plano de contingência para situações de emprego militar. Isso tem que ser sigiloso. Ok? E o governo tem que proteger essa informação. Como é que ele protege? Procurando entre outras maneiras saber como outros vão tentar acessar aquelas informações. Isso envolve, então, o conhecimento sobre a atuação de diversos órgãos de inteligência, de diversas outras agências de inteligência de outros países, informação que não vão se obtida pela via ostensiva.

E é complicado então, nesse caso, que essa informação seja pública, porque ela sendo pública os outros sabem o que você sabe e podem alterar, então, o seu comportamento, a sua organização, a sua estrutura, à luz do que você sabe. Além do que, se o próprio fato da busca é público, os outros sabem o que você quer saber. E sabendo o que você quer saber, sabe-se ou é possível antecipar larga medida de vários dos cursos de ações prováveis, ou pelo menos alterar a sua expectativa com relação à atuação.

Isso é um elemento de potencial embaraço nas relações entre os países, sendo que, muitas vezes, o que se está buscando é apenas uma medida muito salutar de cautela. E não há, então, por que esperar que grandes tensões ocorram. Mas você tem que estar preparado.

Em certa medida, digamos assim, você só pode ser traído por aqueles em quem você confia. O fato de você querer saber o que está ocorrendo, em si, não é sinal de desconfiança, mas é uma salutar cautela geral, genérica, e não voltada a ninguém especialmente.

Esse elemento de sigilo dá algumas vantagens com relação a agências de inteligência na busca dessa informação, se comparado com outros. O outro lado não sabe que é isso que está sendo buscado. Muitas vezes está com a guarda baixa e, portanto, revela muito mais do que revelaria se soubesse que ali na frente está um repórter que dizia, então. um oficial de inteligência ou alguém responsável pela execução desse tipo de atividade.

Esse sigilo, como já mencionei também, evita que os interesses e preocupações do governo, das autoridades de um determinado país, sejam, revelados. Isso protege, evita embaraços, por incrível que pareça, entre os diversos países. Pense-se a descoberta de que alguém está realizando atividade de inteligência no seu país fosse pública. Você teria, frequentemente, estresse entre governos. A maior parte das detecções, digamos aqui: você andou me espionando , não faça mais isso, é tratado privadamente entre os diversos governos. Isso só vem a público quando há um objetivo deliberado de embaraçar a outra parte. Normalmente, está aqui: tchau, vai com Deus, não volta mais, você não aparece mais. Vocês não mandam mais nesse camarada aqui, e ponto final. Isso evita embaraços entre os governos, esse sigilo.

Agora, isso produz uma série de desvantagens e dificuldades também para quem produz a inteligência, para quem trabalha com ela e para a própria organização.

Primeiro, por incrível que pareça, não é uma vantagem para quem faz. É uma desvantagem. A falta de escrutínio externo. Um jornalista que emite a sua opinião e vem a público vai ser contestado por outros, outros colunistas vão comentar. Especialistas na área vão dizer: ó, teve buraco nisso, nisso e nisso assim e assado. Teve esse artigo e você não estava sabendo disso assim, e assim assado. E isso qualifica o processo coletivo de produção de informação.

Isso não dá para fazer como organização de inteligência. Um analista de inteligência não pode fazer. Exatamente por quê? Por causa do sigilo necessário.

Então, existe um limite ao escrutínio externo. Praticamente não há escrutínio externo que não seja o quê? Do próprio servidor, que geralmente tem muitas outras coisas para fazer do que ficar checando a fidedignidade ou a qualidade do material que ele recebe que, em larga medida é, sucinto. Por quê? Porque não tem muito tempo para poder ficar matutando, burilando aquilo ali.

Segundo, o próprio processo de produção, até mesmo para maior segurança do que está sendo feito, para maior proteção, existe um grau considerável de compartimentação. Você trabalha naquilo que lhe foi designado, naquilo que lhe foi atribuído. E o que passa disso não é da sua conta. Ok? É a chamada necessidade de conhecer.

Então, o que isso significa? Significa que o seu trabalho não vai ser escrutinado também pelos seus colegas, mesmo aqueles que trabalham na mesma área que você. Em larga medida, ele não será criticado também por isso. Isso não é bom para você, não é bom para o seu trabalho; mas é uma condição necessária do próprio trabalho de inteligência, o que limita intrinsecamente aspectos da qualidade do produto.

Ele vai poder reunir informações, integrar nessa análise, nesse documento informações que não estarão disponíveis a outrem. Exatamente aquelas que foram obtidas pelos procedimentos específicos das operações de inteligência, do acesso a fontes que não são conhecidas de todos, mas vai sofrer essa deficiência. Deficiência de escrutínio e do *input* externo.

Esse sigilo geral algumas vulnerabilidades, tanto para as organizações, para as agências de inteligência, quanto para os profissionais que trabalham. Primeiro, os sucessos da agência tendem a não ser públicos. Conseguimos aquela informação. E não é possível vir a público dizer isso. Ok? Por que exatamente você neutraliza o próprio benefício obtido com o resultado.

Entretanto, a visibilidade é muito fortemente associada a fracassos, e geralmente a fracassos espetaculares. A sua percepção do que a agência de inteligência faz é, em larga medida, pautada pelo o quê? Pelas coisas que deram extraordinariamente errado. Por quê? Porque é isso que vai vir a público. Ah, mas o cara então vem e se defende. Não, ele não pode ser defender. Ele não pode vir a público trazer todos os outros elementos que sugeriram que aquilo ia dar bons resultados, que mostrava a necessidade daquilo. Por quê? Porque ele vai estar revelando fonte, vai estar relevando o que ele sabe. Não ele individualmente, o que a organização sabe, no limite que o país sabe. Vai revelar o que é que ele estava indo buscar, uma série de coisas que então limitam a própria capacidade da agência e dos autores daquela ação específica, daquele resultado específico de virem a público arguirem a sua própria defesa.

Então, existe uma necessidade que é muito mais intensamente sentida pelas agências de inteligência do que por uma boa parte das outras organizações. A necessidade de proteger o seu flanco e a sua retaguarda garante o seu, tanto da organização quanto do pessoal que trabalha. É uma necessidade real. Por quê? Porque não tem outra forma de se garantir. Em larga medida, não tem.

Isso produz então uma série de riscos que, em larga medida, são evitadas pelo profissionalismo de quem atua e, muitas vezes, pelas próprias características, pelos elementos de supervisão que a agência tem. Mas se deixada as suas tendências internas, o que a estrutura da situação sugere é o seguinte conjunto de riscos. Primeiro, para avançar a carreira, o que é que um profissional desonesto poderia fazer? O melhor para ele é tratar do que o chefe quer e falar o que o chefe quer ouvir. Ok?

O que limita isso, principalmente na ausência de uma forte supervisão externa, é apenas o profissionalismo dos oficiais. Por quê? Porque o que a estrutura sugere é isso. Por quê? Porque ele vai ser mais ouvido. Aquilo que ele faz vai ser lido como mais interesse. E, eventualmente, na ausência de qualquer outro mecanismo externo de aferição da qualidade do trabalho, esse é que vai ser o mecanismo.

Segundo, há tendência exatamente por isso de um proteger ao outro, em larga medida, pensando as mesmas coisas. Por quê? Porque se você tem uma ideia realmente original, que é seguida e dá com os burros n'água, o tamanho do estrago para você é muito grande, para você individualmente e para a organização.

Isso é evitado como? Mais uma vez, pela seriedade dos profissionais que trabalham, mas não pela estrutura da situação. O que a estrutura sugere e premia é isso, é chamado de grupo *thinking*, da literatura especializada. O pensamento homogeneizado, por assim por dizer. Com um aspecto curioso: muitas vezes vão ser produzidos diversos documentos que sugerem uma coisa contrária. Para em alguma eventualidade não ser pego: não, não, isso também foi levantado. Uma espécie de um *hedge*. Isso é diferente do que é a salutar divergência. Isso é apenas cobrir o seu flanco. É normal. Por quê? Porque é isso que a estrutura sugere. Não é isso que os profissionais sérios fazem, mas é o que a estrutura premia.

Por sua vez, as chefias dependem muito intensamente dos próprios funcionários. Por quê? Porque quanto mais alto na hierarquia mais longe está do processo direto de produção. É inevitável. Então, em larga medida, aquilo que vai subindo os escalões inferiores é filtrado de um lado pelas perspicácias dos analistas, mas também pelo interesse seletivo de cada um que vai colocando. E isso vai deixando, quão mais alto se está na hierarquia, mais dependente dos escalões inferiores no processo de produção da inteligência e da informação. Isso gera o quê? A necessidade do chefe de não indispor drasticamente com uma parcela substancial do seu público.

Esse conjunto de problemas gera uma relativamente grande tendência ao desequilíbrio entre atividades fins e atividades meios nessas organizações. Por quê?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Ok, obrigado.

Então, isso gera uma dificuldade adicional no processo de produção de inteligência. Isso gera também várias distorções. Então, em termos das condições de trabalho no qual os analistas e os oficiais de inteligência atuam, inclusive muitas vezes alocando recursos para aquilo que não seria estritamente necessário para a realização de um bom trabalho, mas que, mui-

tas vezes, cria uma certa boa vontade em termos de ambiente, por assim dizer.

Alguns desses riscos tendem a ser menores quando a pressão ambiental é muito maior. Particularmente, organizações que vivem num ambiente extraordinariamente conflitivos tenderão a ter uma enorme pressão para sobrepujar várias dessas tendências. Por quê? Porque o custo é muito alto. O custo da falha, muitas vezes, é muito alto, organizacional e individualmente também.

Então, isso tudo e eu espero ter sido capaz de mostrar. E agora encerrando: quais são algumas dificuldades e limitações do trabalho de inteligência de quem trabalha com isso, para que talvez a gente possa moderar um pouco quais devam ser as nossas expectativas com relação ao que a agência de inteligência faz e, principalmente, o que elas podem fazer.

Muito obrigado pela paciência.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Professor Dr. Eugênio Diniz, da PUC – Minas Gerais.

E agora a palavra está com o Professor Dr. Joanisval Gonçalves.

O SR. JOANISVAL GONÇALVES – Obrigado Presidente.

Sr. Presidente Fernando Collor, Srs. Senadores, senhoras e senhores, boa noite, essa pergunta que deu ensejo ao painel de hoje: por que os serviços de inteligência não conseguiram prever os acontecimentos do Oriente Médio?

Essa é uma pergunta de estadista. É uma pergunta de estadista como usuário dos serviços de inteligência, um estadista que perguntaria isso para o seu chefe da inteligência: vocês conseguiram prever? Por que não conseguiram? E também uma pergunta de estadista da parte do controlador dos serviços de inteligência, aí aquele que se encontra no parlamento: por que os serviços de inteligência não conseguiram prever o que aconteceu?

Bom, a resposta é complexa. É uma resposta que seria temerário dar qualquer tipo de resposta aqui, porque, como nós vimos, há especialistas que entendem que não houve a previsão, que seria impossível prever. Há outros que entendem que sim, houve previsão. E havia uma série de indícios que permitiam o entendimento daquilo que iria acontecer. E ainda há aqueles que entendem que não só houve a previsão, mas houve também a atuação direta dos serviços de inteligência naqueles acontecimentos.

Então, para responder essa pergunta é muito complicado. Mas essa pergunta traz aqui uma série de reflexões, e é sobre isso que nós vamos tratar nessa noite aqui.

A primeira reflexão, analisando todos esses acontecimentos, é que os serviços de inteligência de diversos países atuam além das suas fronteiras pelo mundo. Isso é um fato: serviços de inteligência atuam no exterior. E atuam com dois objetivos básicos: tentar reunir o máximo possível de informações a respeito dos Estados, organizações, grupos, pessoas, tudo que possa ser de interesse daquele para quem o serviço de inteligência trabalha. Então, trabalham buscando reunir informações. E trabalham também, alguns deles, tentando influenciar o processo decisório de pessoas, organizações, grupos e países também. Essa é uma realidade. Então, a primeira constatação é essa: que os serviços atuam fora de suas fronteiras e atuam com esses objetivos.

Uma segunda constatação é que isso é uma prática não só das grandes potências. Não só grandes potências têm serviços de inteligência atuando fora de seu território. Países que alguns diriam de primeiro escalão ou grandes protagonistas no cenário internacional também, e alguns deles até pequenos países, têm serviços de inteligência muito atuantes fora de seu território.

É bom lembrar também que organizações têm setores de inteligência atuando e funcionando, sejam organizações com fins lícitos, sejam também organizações como grupos terroristas e organizações criminosas.

E daí eu parto para uma terceira constatação, outra realidade: isso ocorre desde que o mundo é mundo. E vai continuar ocorrendo enquanto houver o ser humano sobre a face da terra. Outra realidade que nós não podemos desconsiderar. E aí os exemplos são os mais diversos. Mas não se preocupe eu não vou fazer isso. Mas nós poderíamos passar a noite inteira falando de exemplos históricos da atividade de inteligência.

De fato, quando o primeiro líder tribal,o primeiro chefe tribal reúne dois de seus guerreiros, dois de seus homens e manda esses homens a uma outra tribo buscar informações sobre aquela tribo, como ela é composta, quem são os líderes, quais são as técnicas que eles dominam, nós temos o embrião da atividade de inteligência.

Costuma-se dizer que a atividade de inteligência é uma das profissões mais antigas do mundo. E de fato é – de fato é. Há registros de inteligência, por exemplo, que chegaram aos nossos dias, no Egito antigo, nos conflitos entre os egípcios e os hititas. Criptografia, foi na Suméria onde primeiro começou a se desenvolver a criptografia. Isso só para citar.

A Bíblia tem uma série de passagens sobre a atividade de inteligência. Quando Moisés reúne os príncipes de Israel para buscar informações, ele está

fazendo isso. Josué, quando envia dois de seus espiões a conhecer a terra de Canaã, está fazendo inteligência. Em Roma se usava inteligência. Na Grécia se usou inteligência. Mais modernamente estadistas, governantes usaram inteligência o tempo todo. Na era moderna eu cito, por exemplo, o Cardeal Richelieu. O serviço de inteligência francês tem as suas origens exatamente no *cabinett noir* de Richelieu. Elizabeth I da Inglaterra utilizou os serviços de inteligência. Aí o principal assessor, o braço direito da Rainha Elizabeth I, Sir Francis Walsingham, é considerado o pai do serviço de inteligência britânico. Mais modernamente, ao longo do Século XIX, no Século XX, o Século de maior profusão da atividade de inteligência, até por que é o Século da profissionalização da atividade da inteligência. Isso na guerra e na paz. É bom lembrar – e gosto sempre de ressaltar esse ponto – que a Primeira Guerra Mundial começa com um atentado terrorista feito numa operação de inteligência. O que estou querendo dizer? O estopim da Primeira Guerra Mundial foi o assassinato do Arquiduque Francisco Ferdinando, da Áustria. E quem cometeu esse assassinato foi um nacionalista sérvio de uma organização chamada Mão Negra, cujo chefe nada mais era do que o chefe do serviço de inteligência da Sérvia, só para citar um exemplo. Na Primeira Guerra Mundial são diversos exemplos, mas dois exemplos são importantes na Primeira Guerra Mundial: a entrada dos Estados Unidos e a saída da Rússia. Um dos motivos ou talvez o principal motivo que desencadeou a atuação dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial foi o telegrama *Zimmermann*, que foi fruto de uma operação de inteligência do governo britânico. A saída da Rússia da primeira guerra, outra operação de inteligência, o famoso Trem Blindado, uma operação de inteligência desencadeada pelos serviços de inteligência militar da Alemanha, que fizeram com que *Lênin* saísse da Suíça e atravessasse as linhas alemãs, chegando até a Rússia para desencadear a Revolução Russa com a perspectiva de que – e o acordo com os serviços alemães -, desencadeada a Revolução, alterando-se o governo, aquele governo celebraria a paz com os alemães. É por isso que o Tratado de Paz entre russos e alemães na Primeira Guerra Mundial é tão nocivo para os russos. Bom, só estou citando exemplos... Na Segunda Guerra Mundial, diversos exemplos: a Guerra Fria, e, mais atualmente, nos nossos dias, vemos o tempo todo. Foi citada ontem, na madrugada de hoje, uma operação de inteligência que teria levado à execução de Osama Bin Laden. Outras operações, mais recentemente, na América Latina, o resgate dos reféns junto às FARCs, entre as quais a Srª Senadora Ingrid Betancourt, numa operação de inteligência. Tudo isso que estou dizendo é só para chamar a atenção de que essa é uma atividade que ocorre muito mais intensamente do que muitos podem imaginar. Anotei aqui que, nas relações internacionais, na política internacional, os serviços de inteligência estão atuando de maneira efetiva. É por isso que digo que não dá simplesmente para deixar de lado essa realidade. Então, diante dessa constatação de que há serviços atuando e que vão continuar a atuar, porque isso é de interesse das potências e de outros estados, a pergunta é o que fazer. O que faço diante disso tudo, como Estado, como Governo, como sociedade? Tenho de desenvolver mecanismos de resposta a isso, tenho de desenvolver o que se chama de contra-inteligência de uma maneira muito efetiva. Chamo a atenção para o fato de que ninguém é ingênuo nesse campo, ninguém é ingênuo atuando nessa área. Essas medidas de contrainteligência vão envolver pessoas, vão envolver organizações, vão envolver processos. Para que elas sejam desencadeadas elas precisam, sobretudo, de vontade política. Acima de tudo também é necessário que se desenvolva uma cultura de inteligência. Carecemos dessa cultura de inteligência. Costumo dizer que no Brasil temos alguns problemas, falta-nos uma cultura de defesa e segurança nacional, falta-nos uma cultura de planejamento, no Brasil não se planeja – e arcamos com isso –, e falta-nos uma cultura de inteligência, cultura que deve ser desenvolvida não só entre os servidores civis e militares, mas sobretudo entre os tomadores de decisão, entre os agentes políticos, entre aqueles que vão conduzir este país de forma mais evidente. Também, é claro, precisamos desenvolver essa cultura na sociedade brasileira. Vamos falar um pouco mais disso, porque a pergunta que fica é: Brasil, será que a gente tem de se preocupar com isso? Será que seríamos alvo em potencial? E aí eu pergunto: um país como o Brasil, que quer alcançar uma posição de destaque, de protagonista no cenário internacional, um país que vem alcançando posições de destaque, como posições políticas, posições econômicas, posições tecnológicas, será que o Brasil pode ser alvo de serviços de inteligência de outros Estados e organizações? Se buscamos maior influência temos de estar atentos a isso. Somos cada vez mais objeto das atenções internacionais e, portanto, viramos, sim, alvo de serviços secretos de Estados e organizações. Só que somos muito vulneráveis ainda.

Só para citar como exemplo, pensemos nos grandes eventos que vamos ter nos próximos anos. No final deste semestre teremos os Jogos Militares; vamos ter a Copa das Confederações, em 2013; vamos ter a Copa do Mundo, em 2014; vamos ter os Jogos Olímpicos e os Jogos Paraolímpicos, em 2016, só para citar os principais, e a Rio+ 20, o Presidente acabou de lembrar. São

grandes eventos. Eu pergunto: nós estamos preparados? Isso pode até ser um tema para um outro painel, o preparo, a preparação do Brasil para esses eventos em termos de segurança. Mas alguns vão dizer: mas não somos alvos. Mas, ainda que não fôssemos alvo, receberemos delegações de vários países que o são. A minha preocupação, por exemplo, imagine como, em Munique... Imagine uma das sedes da Copa do Mundo aqui no Brasil, um jogo entre Grã-Bretanha, Inglaterra, pois quem está na FIFA é a Inglaterra, não é a Grã-Bretanha, e Estados Unidos. Será que não temos um potencial alvo aí? E, depois que acontecer um evento como esse, se acontecer, a única lembrança que se vai ter é dessa ação terrorista. O Presidente lembrou de Munique, 1972. Em que pensamos? Qual é a imagem que nos vem quando falamos em Munique, 1972? A pergunta é: o Brasil está preparado para isso? Até há pouco tempo, a Secretaria Nacional de Segurança Pública, por meio da Coordenação Geral de Inteligência, estava desenvolvendo uma série de trabalhos voltados à preparação para os grandes eventos dos serviços de inteligência estaduais. Isso, pelo visto, foi colocado de lado, o que preocupa. Mas isso é tema para outro painel. Para começar a falar efetivamente de Brasil tenho de trazer mais algumas considerações. Primeiro, rapidamente, inteligência. O que é e para que serve? Fala-se muito em inteligência, a gente escuta muita gente comentando inteligência, mas se conhece muito pouco de fato. Para sintetizar – é complicado, mas vamos tentar sintetizar -, a atividade de inteligência envolve organizações, produtos, processos, que têm um objetivo básico de reunir informações de maneira muito específica, com meios e técnicas, meios e métodos específicos com o objetivo de, primeiro, assessorar o processo decisório. Qualquer tomador de decisão precisa de conhecimento. Qualquer tomador de decisão que tenha um bom assessoramento de inteligência certamente vai decidir melhor, em qualquer nível. Seja o tenente, que comanda um pelotão de fronteira lá na extrema Amazônia ocidental, lá em Estirão do Equador, ele tem o seu setor de inteligência, até o Presidente da República. Estadistas não podem abrir mão dos serviços secretos. O presidente Bill Clinton dizia que não começava o dia dele sem a leitura do relatório de inteligência produzido pela Comunidade de Inteligência dos Estados Unidos. Esse é o primeiro objetivo, assessorar o processo decisório. O segundo objetivo, Diniz chamou a atenção aqui, é proteger o conhecimento disponível. É para isso que servem os serviços de inteligência. O segundo ponto, inteligência e democracia, temos de ter isso bem claro, são plenamente compatíveis. As grandes democracias do mundo, como Estados Unidos, França, Canadá, Reino Unido, têm serviço de inteligência, têm Comunidade de Inteligência atuantes. Claro que regimes autoritários também os têm. E por quê? Simplesmente porque inteligência envolve muito poder. E aí parto para outra constatação. O que faz com que, nas democracias, os serviços de inteligência não cometam ou não tendam a cometer arbitrariedades, a extrapolar aquele poder com o qual lidam? São exatamente os mecanismos de controle. Daí a importância do Congresso, sobretudo do controle externo. O Parlamento é a instância máxima de controle. Como fazer isso? Vamos falar um pouco do Brasil. Em que situação se encontra a atividade de inteligência no Brasil? Tenho de contar uma triste realidade para os Senhores, está numa péssima situação. A Comunidade de Inteligência encontra-se sem prestígio, fragilizada e incapaz de executar o mínimo de suas missões. De modo que o Brasil, como Estado e sociedade, está vulnerável A Lei de Inteligência, a 9.883, já tem mais de dez anos, ela é de 1999. Decorridos esses dez anos, temos alguns problemas relacionados ao Sistema Brasileiro de Inteligência e à Agência Brasileira de Inteligência e vou listá-los. Se tivermos tempo nas perguntas, poderemos detalhar mais isso.

Primeiro, falta de um mandato claro e distribuição de competência para os distintos órgãos. A Lei de Inteligência é muito incipiente, não há mandato claro para os diversos órgãos do Sistema de Inteligência, quem deve fazer o que e de que maneira, falta mandato. Segundo, dificuldade de integração e cooperação. Costumo dizer que o Sistema de Inteligência brasileiro, Sr. Presidente, é um arquipélago de organizações, as pontes não foram construídas. Temos vários serviços muito bons, inclusive, nossos profissionais de inteligência não deixam nada a desejar para qualquer profissional de inteligência do mundo, mas com a dificuldade de integração. A ausência de uma autoridade central que coordene os diversos segmentos – e aí boto um dedo na ferida aqui -, porque a legislação é confusa, a legislação, no momento, o Dr. Denílson lembrou aqui, fala da ABIN como órgão central para coordenar as atividades de inteligência. Em um outro momento fala-se que o órgão central de coordenação das atividades de inteligência federais é o GSI, ao qual a ABIN está subordinada. Então, no final das contas, não se coordena nada. Há ausência de legislação que dê respaldo à atividade e ao pessoal de inteligência, o que é muito sério. O pessoal de inteligência opera nos limites legais, muito complexos aqui, e percebemos, não é questão de privilégio, é questão de necessidade para trabalhar, de legislação específica que os proteja, como a qualquer profissional. Orçamento é um capítulo particular aqui. O orçamento, para a Comunidade de Inteligência, e falo particularmente

para a Agência Brasileira de Inteligência no Brasil, há muito tempo é pífio. Vou dar um exemplo de 2010. O orçamento de 2010 para a ABIN foi algo em torno de 340 milhões de reais para pessoal e encargos, 60 para outras despesas e 5 milhões para investimentos para toda a Agência Brasileira de Inteligência no ano de 2010. Só para citar, o orçamento da Comunidade de Inteligência dos Estados Unidos naquele ano foi de 75 bilhões de dólares. Claro que não podemos nos comparar aos Estados Unidos, mas é um sinal do quão ridículo é o nosso orçamento de Inteligência. Depois, vou fechar com algumas questões de orçamento. Um outro problema do nosso Sistema é a falta, a ausência de mecanismos efetivamente de controle, sobretudo do controle parlamentar. Não temos mecanismos de controle efetivos funcionando, e o Parlamento tem um papel fundamental. Esta Casa e o Congresso Nacional têm um papel essencial. O professor Ugarte lembrou bem, o Diniz falou da necessidade do escrutínio, Denílson falou do controle. Nós não controlamos, nós temos uma Comissão de Controle das Atividades de Inteligência, que funciona de forma muito incipiente. Esta Comissão tem praticamente dez anos e os anos em que ela mais funcionou foram em 2009, sob a presidência do Senador Cristovam Buarque, em 2005, sob a presidência do Senador Cristovam Buarque, e, em 2009, sob a presidência do Deputado Severiano Alves. Acima de tudo, falta uma cultura de inteligência no Brasil. Para fechar, do que precisamos? Precisamos de mudanças urgentes. Primeiro, precisamos reestruturar o sistema do ponto de vista legal. A legislação de inteligência no Brasil deixa muito a desejar. Precisamos de uma legislação que dê respaldo à atividade de inteligência e ao seu pessoal, precisamos estabelecer mandatos claros para os serviços de inteligência, precisamos estabelecer mecanismos de integração e cooperação entre os Serviços. Alguns dizem que precisamos, verdadeiramente, de um órgão central. Talvez não um órgão operativo, com um setor de operações, mas um órgão que possa reunir o que é produzido por toda a Comunidade e interagir diretamente com o Chefe de Estado. Hoje, para o Diretor-Geral da ABIN falar com o Presidente da República é muito difícil. Então, uma sugestão, uma ideia que vem é a criação de uma agência central, como o escritório do diretor nacional de inteligência dos Estados Unidos, que congrega ali todo o conhecimento produzido e encaminha ao Presidente da República. É mais um interlocutor e um interlocutor interessante. A ABIN vai precisar ser reestruturada, há uma necessidade premente, precisa ser valorizada, precisa de investimento, precisa de mais orçamento. Não é o Diretor-Geral da ABIN que fala, não é o Ministro-Chefe do GSI, é alguém que acompanha a situação da ABIN e vê que com o que temos é impossível fazer um trabalho sério e efetivo.

Controle. Precisamos de mecanismos de controle, repito. A base da democracia, do regime democrático, lidando com inteligência, é o controle. Sem controle a situação fica muito complicada. Para fechar, concluindo, controle do Legislativo, o controle externo. O controle pode ser interno ou externo. No nosso caso, o controle externo é essencial e não temos isso, Sr. Presidente, ficamos numa situação muito delicada para falar de controle, porque o Legislativo não faz, efetivamente. Se esta Casa soubesse o poder que ela tem como ente controlador de toda a Comunidade de Inteligência, certamente, traríamos muitas contribuições para este país. Infelizmente, nós não damos a devida atenção às competências do Congresso em controlar os serviços secretos. Concluindo, a situação atual, então, senhores, é crítica. Precisamos de mudança, de mudanças que começam com a legislação e passam, por exemplo, por uma Política Nacional de Inteligência, que foi aqui citada. A Política Nacional de Inteligência está prevista na Lei da ABIN, na Lei 9.883, de 1999. Apenas agora, em 2009, o Presidente da República apresentou, porque ela tem de ser analisada na Comissão de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso, uma Proposta de Política Nacional de Inteligência. Essa proposta foi analisada, houve um parecer do Senador Eduardo Azeredo, ela foi votada na Comissão de Controle e esse parecer foi encaminhado de volta ao Poder Executivo. Isso no final do ano passado. Até hoje não temos a Política Nacional de Inteligência implementada. Temos uma iniciativa legislativa muito interessante, de 2009, que é a PEC 398, de autoria do então presidente da SECAI, o Deputado Severiano Alves, que eleva a atividade de inteligência a um status constitucional. É interessante que, se observarmos a Constituição do Brasil de 1988, ela fala de tudo, mas não há uma referência à atividade de inteligência, uma atividade tão importante para o Estado e para o sociedade. Essa PEC eleva a status constitucional a atividade de inteligência e ela também cria mecanismos de controle mais eficientes, eu poderia falar deles depois. Essa PEC foi arquivada ao final da Legislatura. Ainda há tempo hábil para ser desarquivada, mas, até o momento, não o foi. É, acima de tudo, precisamos de um fomento à cultura de inteligência. É por isso que gostaria de louvar essa iniciativa, porque é fundamental que discutamos cada vez mais a atividade de inteligência. Serviço secreto não é serviço desconhecido, é importante que a sociedade brasileira conheça, entenda e faça uso dos seus serviços de inteligência. Outros vão fazer se nós não fizermos. Para fechar, só gostaria de lembrar a

questão orçamentária, só um exemplo de orçamento. Em 2009, o orçamento da ABIN foi algo em torno de 350 milhões de reais, dos quais 40 milhões foram para encargos em geral, trezentos e pouco para pessoal e 4,5 milhões para investimentos. Pensemos somente nos 40 milhões para outras despesas. Naquele mesmo ano, e o Senador Cristovam Buarque vai se lembrar bem disso, tivemos o vazamento das provas do Enem. Lembram-se disso? Houve aquele grande escândalo do vazamento das provas do Enem, o concurso foi anulado, o sistemas de provas foi anulado, e, só com a anulação das provas do Enem, não estou nem falando das provas que foram feitas em seguida, mas só o prejuízo da anulação das provas do Enem girou em torno de 40 milhões de reais. Tudo isso, Sr. Presidente. Isso é para chamar a atenção para o seguinte problema: quem pagou por tudo isso fomos nós, contribuintes. Se não estivermos atentos, e o serviço de inteligência nos ajuda nisso, vamos continuar pagando muito mais. Surpreende-me e incomoda-me muito como cidadão a desatenção de sucessivos governos na atividade de inteligência. Preocupa-me muito um Governo que ainda gasta tanto com publicidade e tão pouco com funções de Estado, com atividades de Estado como, por exemplo, a inteligência.

Bom, era basicamente essa a minha exposição. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao professor, Dr. Joanisval Gonçalves pela sua exposição.

Na lista de inscrição dos Senhores e das Senhoras Senadoras, o primeiro inscrito é o Senador Cristovam Buarque. Tem V. Exª a palavra.

Senador Luiz Henrique, V. Exª tem a palavra.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Por concessão do ilustre Senador Cristovam Buarque, eu gostaria de trazer a esta discussão um assunto que não foi focalizado, que é a Inteligência como instrumento de defesa da nossa economia. Vou citar, respeitando o tempo que me é dado, o caso concreto, que é recente.

O setor têxtil brasileiro emprega 18,5 milhões de pessoas. É um dos setores que mais emprega e é um setor que está sofrendo uma drástica redução da sua atividade, porque não se previu, não se foi capaz de perceber que a redução do plantio em alguns países e as tragédias climáticas em outros países iriam gerar uma redução da oferta. E o que aconteceu com o algodão? O algodão teve uma elevação de preço de 150% em apenas um ano. Hoje o setor têxtil enfrenta uma dificuldade que, talvez, possa vir a ser intransponível.

Eu gostaria de que os senhores comentassem sobre a importância da inteligência.

Falou-se aqui em prejuízo de R$40 milhões. Isso quer dizer que prejuízo que o setor têxtil está propiciando à Nação é incontável.

Eu gostaria que os senhores comentassem isso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. (PTB – AL) – Professor Doutor Denilson Feitoza.

O SR. DENÍLSON FEITOZA – É muito oportuno isso, porque, dentro dessa visão pacifista do Brasil, mas dentro de um mundo realista, a Inteligência cumpre um papel muito importante nessas questões. É todo um campo de estudo essa questão entre o que é chamado no Estados Unidos de *nacional security and climate change*, ou seja, como as mudanças climáticas afetam aquilo que os Estados Unidos denominam de segurança nacional.

Não há só a questão têxtil. Nós somos o segundo maior produtor mundial de carne. Nos Estados Unidos, corta-se a carne de um jeito. Apesar de o gado ser menor, de o rebanho ser menor, parece que eles conseguem cortar mais. Mas, enfim, sendo vegetariano ou não, se houver algum problema como o nosso gado hoje, a Europa fecha o nosso mercado.

No entanto, existe uma função dentro da Inteligência chamada Contrainteligência. Podemos pensar na Contrainteligência como uma função geopolítica, ou seja, nós temos de saber quais as ameaças há sobre o nosso País. Quanto à Inteligência voltada para a área econômica, vamos chamar assim, se hoje o nosso gado for afetado, se de alguma maneira a gente não antecipar a ameaça de uma febre aftosa que, recolocada no nosso rebanho de maneira maldosa, isso vai afetar não só quem come carne, mas a economia do País, porque gera empregos.

Então, nós temos problemas gravíssimos relacionados não só a isso, mas a segredos industriais, à nossa agroindústria. A Inteligência não trabalha apenas nesse aspecto de alguém que vai atirar em alguém. Ela trabalha na questão de antecipar ameaças para a nossa estrutura que afetam a riqueza do Brasil e afetam os nossos empregos, dos cidadãos, a geração de riqueza.

Achei a questão muito oportuna, porque acho que, no caso do Brasil, a inteligência ocupa um papel muito o importante. A Abin tem o Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento, que, acho, deveria receber muito mais investimentos, porque tem mais a ver com a nossa realidade, que é proteger o Brasil desses riscos. Nós temos técnicas que foram desenvolvidas aqui. Acho que foi bem colocado pelo Joanisval e foi pincelado também pelo Eugênio Diniz que hoje nós dominamos algumas tecnologias que nós desenvolvíamos em nosso próprio território e que têm muito valor agregado. E temos de ter capacidade de proteger isso.

Então, a colocação do Senador foi muito oportuna, porque, de fato, este é um papel que a Inteligência ocupa. É uma função da Inteligência proteger interesses nacionais e, inclusive, esse tipo de coisa. Nós temos de antecipar essas ameaças que estão no futuro, inclusive, especialmente, na questão das mudanças climáticas.

Há toda uma literatura anglo-saxônica sobre como as mudanças climáticas podem afetar a economia do Brasil. Inclusive há uma obra recente, de 2010, em que o Brasil é um dos países analisados, publicado pela Georgetown University, uma universidade com sede em Washington D.C, que analisa, inclusive a situação do Brasil, como as mudanças climáticas podem afetar a segurança no próprio Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Luiz Henrique, há mais alguma consideração para fazer ao professor?

Professor Ugarte e, depois, o Professor Eugênio Diniz.

O SR. JOSÉ MANUEL UGARTE *(Intervenção em espanhol)* – Também sobre isso, há realmente episódios muito interessantes. O caso que recordamos, por exemplo, já que estamos no Brasil, é o do episódio da SIVAM e, particularmente, a atividade da Agencia Central de Inteligência relativa ao conflito ocorrido por ocasião do triunfo inicial da THOMSON francesa e ... bem, as atividades que tiveram lugar, enfim ... foi uma questão onde se viu claramente a mão da Agencia Central de Inteligência na defesa da posição de um oferente norte-americano. A História recente realmente nos mostra a atividade de determinados países – em particular tem sido muito comentado o caso da inteligência francesa em matéria de obtenção de segredos industriais de outros países e a contra-inteligência necessária nesse sentido – é realmente hoje muito mais intensa; no entanto, foi no pós-guerra fria que a atividade de inteligência econômica passou a ter um papel fundamental. E conseqüentemente também a importância da contra-inteligência na proteção dos segredos industriais e da tecnologia própria, o que é indiscutível.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Professor Doutor Eugênio.

O SR. EUGÊNIO DINIZ – Senador, o meu colega Joanisval foi muito enfático na discussão, na consideração de questões relacionadas à Política Nacional de Inteligência, ao Plano Nacional de Inteligência, assim como o. meu colega Denilson.

A consideração que o senhor fez remete diretamente a essa questão: se não houver uma direção clara ao serviço de Inteligência – no caso brasileiro, principalmente a Abin – sobre o que se deve fazer, sobre o que se deve focar, vai-se fazer a mesma coisa que se fazia ontem. Por quê? Porque eles vão ter capacidade instalada, formação, gente qualificada, investimentos em recursos de obtenção e de acesso à informação que levam muito tempo para serem construídos, para serem constituídos, para serem articulados para o processo de produção do conhecimento de Inteligência num determinado aspecto, num determinado setor. Então, se não houver uma direção clara, vai-se ficar sempre ao reboque dos acontecimentos.

Ano passado, o senhor ressalta o crescimento dos preços do algodão, da *commodity*. Ano que vem vai ser uma outra coisa, mas se não houver um direção clara de que é preciso acompanhar tais e tais seguimentos, eles não serão acompanhados. A Presidente vai ter as prioridades dela, em larga medida, voltadas para os assuntos prioritários em função da série de demandas que estão postas sobre ela e da série de considerações que serão feitas, inclusive, por aqueles operacionalizarão as demandas dela em determinada área, a não ser que aqueles que são porta-vozes de outra demandas em termos de conhecimento, de informação, de Inteligência, façam valer as suas demandas.

O instrumento para que isso possa ser feito são exatamente esses documentos, esses aspectos, essas partes, diretrizes da legislação na qual o Congresso Nacional, Senado e Câmara, tem a sua voz.

Então, digamos, a pergunta que o senhor coloca remete exatamente a esse aspecto. O que os senhores disserem será feito, pelo menos no processo de interação com o Executivo, na produção dessas diretrizes, dessas direções para do serviço. Então, quanto mais intenso for o processo de colaboração e até de crítica e de resistência ou oposição às demandas do Executivo no processo de constituição dessas diretrizes, maior a oportunidade de que esses diferentes pleitos, em termos de obtenção de conhecimento e de Inteligência, sejam atendidos.

A ênfase colocada ...

(Interrupção do som.)

O SR. EUGÊNIO DINIZ – ... com relação ao que é exatamente o papel desta Casa e da Câmara dos Deputados neste processo de definição de prioridades.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Doutor Joanisval.

O SR. JOANISVAL GONÇALVES – Essa questão do Senador, como já foi dito, é essencial. Economia é essencial nas relações internacionais e para qualquer país. Nesse sentido, sempre chamo atenção para o fato de que serviços de inteligência atuam também sob a perspectiva de levantar informação sobre a economia.

A gente tem duas linhas de ação. Primeira, o Serviço de Inteligência atuando externamente para obter informações e, muitas vezes, para influenciar a economia de outros países – e isso tem de ser considerado. Em segundo lugar, a atuação do Serviço de Inteligência aqui, dentro da perspectiva brasileira, em defesa da nossa economia, em defesa dos nossos ativos. Por exemplo, na área tecnológica. Senador, temos pesquisas de ponta em várias áreas. Vou citar como exemplo a Embrapa, mas também as pesquisas de prospecção de petróleo da Petrobras. Foi interessante aquele sumiço dos computadores, dos *laptops* da Petrobras, naquela época. Acende-se a luz vermelha neste ponto. A luz está piscando. Nós não temos mecanismos de proteção a esse conhecimento, seja nas nossas instalações públicas, seja nas instalações privadas. Nas universidades, quantas pesquisas nós não estamos simplesmente abrindo de uma forma que, para qualquer Oficial de Inteligência estrangeiro, seria um prato cheio? Inteligência e economia também estão relacionadas.

O senhor falou do algodão. Lembrei-me do caso do bicho-da-seda na China. Durante muito tempo na história chinesa, o segredo-do-bicho da seda era considerado um segredo de Estado. Quem revelasse o segredo da produção do bicho-da-seda seria punido com a morte. É só para citar um exemplo de um país.

O caso da borracha é outro. Veja a nossa vulnerabilidade quando nós perdemos a posição de protagonistas na borracha e vejam que somos um país de destaque no campo econômico. Das grandes economias do mundo, somos a única que não tem dado atenção devida à atividade de Inteligência para este campo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Luiz Henrique, V. Exª está satisfeito?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu fico satisfeito por ter cedido a minha vez para o Senador Luiz Henrique, porque uma duas questões que vou colocar tem a ver com esse lado da antecipação de problemas internos e não de Inteligência em relação a problemas externos. Mas, antes, eu queria fazer a consideração em relação ao Serviço de Inteligência no sentido normal.

O Joanisval falou que nós temos três culturas. Eu acrescentaria duas mais. Uma é a cultura de que somos pequenos do ponto de vista de potência. Mesmo sendo a sétima economia, o Brasil não pensa como nação grande. Um dos casos é este: acha-se que Inteligência não é coisa da gente.

Vejo aqui um sistema de Inteligência no Itamaraty. Lá, eles têm informação de vez em quando. E eu não vou negar, eu já me vi, Senador Collor, muitas vezes, quando quero saber o que acontece em algum lugar do mundo, procurando amigos meus da Embaixada de Cuba, um país desse tamanhinho, mas que tem um sistema de informações de que já me beneficiei algumas vezes. É bem capaz de eles saberem mais coisas a meu respeito do que me passam. O Brasil não tem isso. É verdade.

Então, esse é um complexo de inferioridade. O outro é complexo do SNI. A gente tem medo de informações, porque elas foram usadas contra cidadãos aqui dentro. Temos de superar essas duas culturas. Nem podemos ter na cabeça da gente a ideia do SNI antigo – num momento democrático, é outra coisa – nem podemos pensar pequenos, como quem não tem essa necessidade de realmente ter informações do que vai acontecer no mundo. A gente tem de saber o que vai acontecer na China cada vez que houver mudanças de poder ali, porque repercutem diretamente aqui.

A minha pergunta: o que o Senado e esta Comissão podem fazer para ajudar o Brasil a construir um sistema realmente eficiente de Inteligência em relação ao resto do mundo?

A segunda é na linha do Luiz Henrique. Eu havia listado aqui. O meu não é algodão não. Se amanhã a Presidente da República desejar saber, antecipar-se ao que vai acontecer adiante, por exemplo, o que vai acontecer com aposentadorias de centenas de milhares de brasileiros se essas transferências de recursos dos fundos de aposentadorias para o BNDES derem errado. O que vai acontecer?

Segundo, o que vai acontecer – eu tenho anotado aqui – com o fato de que a gente está gastando R$50 bilhões com trem-bala, sem cuidar dos metrôs na cidades. O que vai acontecer? O que vai acontecer com Brasil, diante da tolerância com a corrupção?. O que vai acontecer com o eleitor brasileiro com essa igualização de todo mundo? O que vai acontecer com o Brasil, inclusive se não se montar um Sistema de Inteligência eficiente? E a minha pergunta é: se a Presidente quiser saber cenários prospectivos para assuntos como esse e o algodão, a quem ela recorre hoje? Eu não sei. Estou perguntando, porque eu não sei mesmo. É ao Ipea? Posso levantar hipóteses. É ao Ipea? É à Universidade de Brasília? A quem se recorrer? E a gente precisa ter um sistema de informações que faça essas duas coisas ou dois sistemas diferentes.

Por exemplo, o novo Ministério... Como se chama o novo Ministério que cuida do futuro? Está sendo transmitido pela televisão, provavelmente, e um Senador diz que não sabe o nome de um Ministério. É

constrangedor. Mas o Ministério do Moreira... É o Ministério de Assuntos Estratégicos. Eles têm estrutura para formular esses cenários de futuro sobre coisas concretas que acontecem hoje e que vão repercutir, de uma maneira ou de outra, no futuro? Se eles não têm, é lá dentro que a gente cria ou em algum outro lugar?

Então, as minhas duas perguntas são: o que a gente pode fazer pelo Brasil, de fato – quando digo nós, digo Senado –, ter um grande e eficiente sistema de informações, não de 'bisbilhotagem", mas de informações? Segundo, onde é que a gente coloca – se não existe; se já existe, me digam – um setor para formular a construção de cenários prospectivos sobre o que vai acontecer no futuro com o Brasil, se não tomarmos certas medidas?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Professor Doutor Joanisval Gonçalves.

O SR. JOANISVAL BRITO GONÇALVES – Obrigado, Presidente, obrigado, Senador.

O Senador Cristovam tocou em outro ponto importante: Inteligência doméstica. Todo país precisa ter os seus serviços de inteligência doméstica, porque nós temos questões de interesse nacional que dizem muito respeito à nossa realidade interna. Por exemplo, a corrupção. Por exemplo, as vulnerabilidades, a identificação das vulnerabilidades que nós temos aqui. Todos esses pontos que o Senador levantou são objeto de preocupação da inteligência doméstica. Precisamos de gente assim.

O Senador chamou atenção para um outro ponto importante: o SNI foi extinto pelo então Presidente Fernando Collor em 15 de março de 1990. No primeiro ato, no seu ato de reestruturação, o senhor extinguiu aquele sistema. Ou seja, lá se vão 21 anos, e nós ainda continuamos batendo na tecla do fantasma, do estigma, do problema do SNI. Nesses 21 anos, essas organizações mudaram muito. Há profissionais altamente qualificados que não viveram aquele período. Há concursos públicos para a Agência Brasileira de Inteligência e uma série de concursados, desde 1995, que vêm entrando. A maior parte é gente jovem e que não viveu nem o período militar. Portanto, não tem compromisso nenhum. É um problema que temos como sociedade a cultura do estigma de olhar para trás o tempo todo. Isso se aplica ao tanto SNI como a certos estigmas que colocamos nas Forças Armadas. Os oficiais generais, os oficiais superiores, os coronéis que estão hoje nas Forças Armadas não têm nada, exatamente não viveram aquele período, não têm culpa, mas, é claro, sabemos que há interesse em manter essa chaga, essa discussão. Ao invés de olhar para frente e dizer para aonde nós queremos ir, o que nós queremos fazer, nós ainda ficamos olhando para trás. Isso é muito prejudicial para o País.

Eu puxo esse gancho para responder à sua segunda pergunta. Depois, eu volto para a questão do Senado. Estimativa: serviços de inteligência pelo mundo investem muito no que a gente chama de estimativa, de ações prospectivas. Eles têm essa função. No Brasil, infelizmente, nós não fazemos isso em larga escala, mesmo porque não temos investimento para isso. Para desenvolver um trabalho como esse, precisa-se de investimento, precisa-se de pessoal qualificado – e nós temos pessoal qualificado, é sempre bom lembrar. Essa seria uma tarefa primordial da Agência Brasileira de Inteligência. Nós temos gente qualificada e muito...

Pessoal qualificado. É sempre bom lembrar. Essa seria uma tarefa primordial da Agência Brasileira de Inteligência. Nós temos gente muito qualificada para isso, mas não temos recursos. Aí fica muito complicado!

Poderemos recorrer a outros mecanismos, a outros centros de pesquisa? Sem dúvida, mas o serviço de inteligência vai trazer uma estimativa diferencial específico. Ele trabalha com uma parcela de dado legado, de dado protegido. E essa parcela é o diferencial que vai contribuir muito no processo decisório daquele que dirige o País.

Então, precisamos disso com urgência. Já que falamos disso, à época dos governos militares se fazia estimativa também. Eu chamo atenção para o fato de que o Ministro Chefe do SNI era uma das pessoas mais importantes da República. Despachava com o Presidente todo dia. Não é à toa que tivemos dois Presidentes da República que foram Ministros Chefe do SNI. O único lugar onde houve alguma coisa parecida foi a União Soviética com o Andropov e, depois, com o Putin, exatamente.

Nos Estados Unidos, o Presidente Bush pai foi diretor da CIA – é bom lembrar isso. Mas eu queria chamar a atenção para a importância de um serviço de inteligência eficiente.

A pergunta do senhor: o que o Senado pode fazer efetivamente? O que o Congresso pode fazer? Primeiro, discutir esses temas aqui. Isso que estamos fazendo é fundamental. Cada vez que esta Casa discute, cada vez que a Câmara discute, cada vez que se chamam os membros das comunidades de inteligência para falarem aqui em audiências públicas ou em audiência reservadas nós estamos exercendo o papel do Poder Legislativo de estimular o debate, de promover a discussão. Esse e um primeiro ponto.

Segundo, estar atento para iniciativas de lei, mudanças normativas que possam beneficiar a atividade de inteligência. E quando digo beneficiando a atividade, quero dizer beneficiando o País nesse sentido.

Essa iniciativa do Deputado Severiano Alves, que, infelizmente - e digo infelizmente porque era um Parlamentar de altíssimo nível – não foi reeleito, foi muito importante. A PEC da Inteligência, a PEC nº 398, se essa PEC fosse aprovada pelo Congresso Nacional ela sem dúvida traria muitos benefícios para a atividade de inteligência. É uma PEC, Senador, e eu comentei rapidamente sobre ela aqui, que eleva a atividade de inteligência ao status constitucional, e ela dá também garantias constitucionais ao pessoal de inteligência.

Além disso, ela trata de controle explicitamente. Controle externo, feito pelo Congresso, feito de duas maneiras: por meio da comissão de controle e por meio de um órgão de controle externo, vinculado ao Parlamento, voltado para o controle efetivamente finalístico, com membros não parlamentares, porque muitas vezes o Parlamentar não tem tempo para exercer esse controle o tempo todo.

Ela traz essa discussão. Essa PEC é muito importante. Infelizmente, continua arquivada na Câmara. É difícil! Mas é uma iniciativa.

Agora, é interessante, Senador o que V. Exª colocou. Essa PEC ela foi fruto de uma grande discussão, não só na comissão de controle, mas com outros Parlamentares que se interessavam pela área de inteligência, inclusive, o saudoso Senador Romeu Tuma. Isso foi discutido à época, e o Deputado Severiano Alves, antes de apresentar essa PEC, ouviu também representantes da Comunidade de Inteligência. E esses representantes, inclusive, o representante do Ministro Chefe do GSI , ao qual a ABIN está vinculada, chamou atenção para o fato de o quão valiosa estava sendo aquela PEC e, que, felizmente, o Congresso havia se antecipado ao Executivo, fazendo algo que, talvez, o Executivo não tivesse condições políticas de fazer. Nós fizemos aqui no Congresso.

Então, a iniciativa legislativa.

E, terceiro, Senador, o controle. Precisamos estimular os mecanismos de controle da atividade de inteligência, de controle de externo. Sobretudo, os mecanismos do Congresso Nacional.

Isso passa imediatamente pela aprovação do PRN nº 02, de 2008, que estabelece o Regimento Interno da Comissão de Controle, da CECAI. Quando da sua Presidência na CECAI, fizemos um regimento provisório. V. Exª, como presidente, chamou a atenção para o problema. É muito complicado uma comissão trabalhar sem regras. A primeira coisa que o Senador Fernando Collor fez quando assumiu a Presidência dessa Comissão foi estabelecer regras para dinamizar os trabalhos, para permitir que nós conseguíssemos operar com qualidade... V. Exª propôs isso, infelizmente, e nós tivemos um regimento interno provisório.

Em 2009, quando o Deputado Severiano Alves assumiu a presidência, a primeira coisa que me chamou a atenção foi: nós precisamos de regras. E aí, o que foi feito? Um regimento provisório.

O PRN nº 2, de 2008, um projeto de resolução de autoria do Deputado Hauly, foi distribuído para as duas Casas, simultaneamente, para o Senado e para a Câmara. No Senado, ele teve rapidamente o parecer do então Senador Tião Viana. Na Câmara, a comissão começou a discutir esse PRN. E, então, o que se fez? Buscou-se o parecer do Senador Tião Viana, buscou-se o projeto original do Deputado Hauly e se discutiu aquele projeto, inclusive reunindo outros parlamentares que não membros da comissão.

Chegou-se, então, a um projeto final. Um projeto que reunia as qualidades do relatório que propunha o substitutivo do Senador Tião Viana e ia de acordo com o que pensavam os membros da Comissão, contando ainda com a aquiescência do autor do projeto, o Deputado Hauly.

Elaborou-se esse projeto, que se tornou, então, o regimento provisório da Comissão, e o Deputado Severiano Alves levou, em mão, por decisão da Comissão, esse projeto ao então relator da matéria na Câmara, o então Deputado Marco Maia, Primeiro Vice-Presidente da Casa. Ele levou o projeto e deixou claro que havia um grande interesse da Comissão de Controle em que aquele projeto fosse apresentado como substitutivo.

E no momento da votação, em se votando o substitutivo da Câmara, o do Senado ficaria prejudicado, portanto, e se aprovaria o substitutivo que era do interesse da Comissão e do consenso dos parlamentares.

O Deputado Marco Maia gostou da idéia, aceitou-a. Entretanto, não houve sessão do Congresso em que se pudesse apresentar aquele projeto.

Hoje, a encarregada da relatoria do PRN é a Primeira Vice-Presidente da Câmara dos Deputados. Então, uma iniciativa interessante seria os membros da Comissão levarem essa questão à Vice-Presidente para que isso fosse, dentro do menor tempo hábil, aprovado. Teríamos, assim, efetivamente um regimento interno para a Comissão. É muito complicado nós trabalharmos sem regimento interno, e a CCAI não tem. Então, não se fiscaliza corretamente e não se contribui...

Ao contrário do que muita gente pensa, a função do controlador é sobretudo contribuir para o aperfeiçoamento, para o desenvolvimento do controlado. É o controlador que vê, de fora, e pergunta: "Por que isso não está sendo feito? Onde estão as falhas?" E, então, apresenta sugestões.

É assim que funciona, por exemplo, nos Estados Unidos. Hoje, já se fala em criar uma comissão mista. Temos uma comissão na Câmara e outra no Senado.

Essas comissões exercem um controle muito significativo da atividade de inteligência.

Esse controle é importante e, em alguns casos, é até autorizativo, como foi lembrado, se não me engano, pelo Professor Ugarte aqui. Determinadas operações do serviço de inteligência têm de ser autorizadas pela comissão do Congresso. E a comissão do Congresso acompanha e cobra: "está sendo feito? Não? Por quê?

Então, controle. Sobretudo, controle.

O SR. PRESIDENTE() - Professor Denílson com a palavra.

O SR. DENÍLSON FEITOZA – Vou começar pela questão "o que o Senado pode fazer".

Uma observação que eu faço é que a sociedade muitas vezes pensa no Parlamento como tendo, como principal função, elaborar leis. E, realmente, essa todos nós sabemos ser uma função essencial. Mas poucas pessoas percebem que há uma outra função tão essencial quanto essa e talvez maior que é a de controle. Ou seja, talvez a principal função do Parlamento seja o controle do próprio Governo. O Parlamento é que representa, de uma maneira ou de outra, a vontade da sociedade. São os nossos representantes, eleitos para isso.

O Jonisval colocou isso, mas, quero destacar o que o Senado pode fazer. A primeira coisa é assumir efetivamente as suas funções de controle sobre a atividade de inteligência.

A CCAI, a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, não é à toa composta pelas Presidências da Comissão de Relações Exteriores de ambas as Casas, de líderes da maioria e da minoria. Isso não ocorre sem motivo, e sim porque se pretende essa pluralidade de controle sobre a atividade de inteligência.

Vemos pelo País as pessoas perguntando: "como a inteligência está fazendo? Para onde ela está indo? Vemos muita reclamação na mídia dos três Poderes.

A inteligência tem essa característica. Nós conseguimos uma declaração do dirigente máximo do Executivo, do Legislativo e do Judiciário.

Nós conseguimos uma declaração do dirigente máximo do Executivo, do Legislativo e do Judiciário sobre a atividade de inteligência. Acompanhamos a mídia nos últimos anos. Agora, tem de deixar claro que o principal controle que existe sobre a atividade de inteligência é o controle parlamentar.

Eu tenho hoje contato hoje com as inteligências federais, estaduais, fiscais, do Ministério Público. Estou aqui como o capítulo Brasil da Associação Internacional, mas talvez pouca gente aqui não saiba que eu sou Procurador de Justiça, sou membro do MP, sou um órgão controlador e estou dizendo que o principal controle é o parlamentar.

Hoje, entramos em um centro de inteligência do Exército; entramos em um centro de Inteligência da Aeronáutica ou da Marinha; dialogamos com o Diretor Geral da ABIN ou com outros chefes de organismos de inteligência. Há um clamor, a comunidade de inteligência clama por esse controle e o considera importante... (Pausa.) Exatamente, hoje vamos no seminário internacional de inteligência que ocorreu aqui, que a CCAI promoveu, e o que mais se ouve pelo País é a inteligência clamando por esse controle, porque ela sabe que a sua qualidade depende do controle parlamentar. E isso não é um fato local, e sim mundial. A inteligência sabe que ela só será reconhecida e só estará na direção correta, quando houver um controle parlamentar efetivo.

A primeira coisa que eu diria: assumir as suas funções de controle parlamentar sobre a atividade de inteligência, porque é isso o que ela está esperando. E foi muito bem colocada essa questão do SISNE, do Sistema Nacional de Informação, do SNI, quando o Presidente Collor extinguiu esse sistema. Durante anos, eu pensei que fosse uma tragédia. Mas hoje eu vejo que não estávamos preparados como a Argentina – e temos aqui o Ugarte, que participou por dez anos da elaboração da Lei de Segurança Interna e da Lei de Segurança Nacional. Nós não estávamos preparados como os argentinos para ficar dez anos discutindo o que iríamos fazer com o nosso sistema.

Hoje, vejo que a extinção desse sistema é uma grande oportunidade que nós, que o Brasil tem de reordenar o sistema conforme os nossos interesses. Hoje, eu vejo com clareza. Se por um lado, essa extinção pareceu uma tragédia, por outro, fazemos a coisa com o nosso estilo brasileiro, que é tocar o barco para frente e procurar reordenar a atividade de inteligência para que ela cumpra a missão de proteger a nossa Nação. E vimos agora que proteger a nossa Nação é proteger as nossas riquezas, proteger os nossos empregos em determinadas questões com as quais a inteligência pode lidar, lembrando bem que o Eugênio Diniz falou tudo que a inteligência pode fazer. Mas existe uma parte que é especificamente da própria atividade de inteligência.

Hoje, o Senador Cristovam Buarque colou: "se nós quisermos fazer cenários prospectivos hoje, se quisermos antecipar futuro". Não que estejamos dizendo que a Secretaria de Assuntos Estratégicos não tenha esse papel, que os vários órgãos do governo não tenham esse papel. A inteligência é traçada para estabelecer esses cenários prospectivos em um cenário antagônico

e de uma maneira que um segredo de Estado possa ser mantido com informações sensíveis.

Então, existem vários órgãos que devem fazer esses cenários prospectivos, mas a especialidade da inteligência, e por isso ela é imprescindível, pode fazer um tipo de cenário prospectivo em um universo antagônico, onde o segredo é essencial.

Então, de fato, hoje, teríamos dificuldade de um órgão que pudesse fazer isso dessa forma. Mas sabemos que o órgão destinado a isso é a agência brasileira de inteligência.

E quem dará essa direção? De novo, quem dará essa direção é o Parlamento. O Parlamento – e essa é a proposta que faço – em fez de tratar essa questão como um grande monstro, deve fazê-lo setorialmente. É uma maneira muito viável de fazer isso, para que não haja discussões infinitas. São projetos setoriais: um projeto setorial sobre organização; um projeto setorial sobre controle. O mais importante aqui é a PRN nº 02, a Proposta de Resolução do Congresso Nacional. É o controle, regulamentando a CCAI.

Então, um projeto, que nesse caso seria uma lei em sentido estrito, de organização da inteligência no País, Um projeto, que é o PRN nº 02, da CCAI, regulamentando o controle, que é ansiado por todos... Quando vamos à Polícia Federal vemos que o que eles mais querem é a regulamentação do controle parlamentar.

Se conversarmos hoje com o Marcos David Salem, Diretor da Dip, ele diz isso: "o que nós na Polícia Federal mais queremos é que esse controle parlamentar venha, porque isso vai dar transparência."

Muita gente acha que transparência é colocar os segredos em público. Não! Transparência é haver um órgão como o Parlamento, que garante para a sociedade que a inteligência está fazendo o que deve fazer. Por isso é que o controle parlamentar é tão importante. O controle da transparência, sem abrir, necessariamente, antes da hora, os segredos que são essenciais de interesse nacional. Então, o controle parlamentar é fundamental por causa disso. E um projeto sobre o "como". Nós não temos nada sobre operações de inteligência, ações de busca e técnicas operacionais. Nada! Dizem assim: "Ah, mas a Lei nº 9.883 fala os meios necessários". Mas o que é isso? O ponto mais sensível da Inteligência são as suas técnicas, porque são essas técnicas que intervêm nos direitos fundamentais de uma maneira mais profunda que qualquer tipo de investigação. E sobre isso nós não temos, em termos de inteligência de Estado, nada! Como é possível o Brasil desenvolver Inteligência sem ter nada? E vai continuar a desenvolver. Então, um projeto setorial sobre operações de inteligência, ações de busca e técnicas operacionais de inteligência é mais do que urgente.

Por fim, esta questão. Então temos Inteligência, somos um país que é a sétima potência do mundo, nossa Inteligência agora está forte, há controle. Eu pergunto: para quê? E aí vem a questão da direção. Tem de ficar melhor regulamentada essa questão do Plano Nacional de Inteligência, uma política nacional de inteligência. É claro, o Plano é um desdobramento; a política nacional de inteligência é fundamental. Isto tem de ficar melhor elaborado: para onde esse aparato todo está indo; e para que ele é fundamental.

Essas são as observações. A intervenção do Senador foi essencial para que viesse à tona esse tipo de colocação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, professor Denilson.

Professor Ugarte.

O SR. JOSÉ MANUEL UGARTE *(Intervenção em espanhol. Tradução livre.)* – Muito obrigado.

Tentando responder a interessante pergunta do Senador, quero destacar o seguinte. Em primeiro lugar, com respeito ao controle. A temática do controle realmente é interessante, é importante. Apesar de na América Latina termos controle na Argentina, termos controle no Brasil, termos controle no Chile, termos controle no Peru, termos controle na Colômbia, termos controle na Guatemala, esse controle, até o momento, não apresentou resultados importantes em nenhum dos países?

E Há uma razão importante para isso. Para que haja controle, são necessários dois aspectos: vontade política e meios humanos e materiais adequados. Não vou me referir-me agora à vontade política, mas, sim, aos meios humanos e materiais adequados.

Em geral, as comissões de controle latino-americanas têm meios humanos e materiais absolutamente insuficientes para a execução do controle. Dizemos, pessoal técnico, um grupo forte de técnicos, meios materiais adequados realmente creio que são importantes. E prerrogativas suficientes. Para exercer um adequado controle, tem de haver a possibilidade de examinar a documentação, classificá-la, obviamente, com as devidas precauções de segurança, deve ter as prerrogativas para fazer comparecer as testemunhas que se fazem necessários para a prestação da declaração. Têm de ter prerrogativas para investigar em definitivo.

Se se quer um controle adequado, esses aspectos são fundamentais.

Segundo aspecto, a diferença entre os países que tem conseguido resolver adequadamente o aparente

dilema que ocorre: a transparência, que é própria do sistema democrático com o segredo, que necessariamente deve haver em alguns aspectos da atividade de inteligência. A atividade de inteligência não é uma atividade secreta; é uma atividade com segredos, não é? Assim, para resolver esse dilema, a resposta é o controle. Em nenhum pais latino-americano existe realmente um controle eficaz no seio do órgão executivo.

Presume-se que uma comissão de controle, com meios escassos humanos e materiais, com mais escassas faculdades ainda, vá ser capaz de resolver esse dilema quando não há controle específico no seio do próprio órgão executivo.

Fazendo breves exemplos, recorremos àqueles países nos quais organismos de inteligência não dependem dos Ministérios, como pode ser o caso da Itália, com seria o caso de Portigal, existem controles com importantes prerrogativas dependentes diretamente do órgão executivo, como o Departamento de Inteligência e Segurança da Itália, ou o Secretário Geral de Sistemas de informações de Portugal, que cobrem adequadamente esse vazio. Em outros casos, a dependência dos Ministérios a um responsável político que tem necessariamente que realizar um controle. Isso tem um pequeno ou nem tão pequieno benefício adicional porque se assegura, dessa maneira, algo que muitas vezes os sistemas latino-americanos, maus intérpretes do sistema norte-americano, realmente não têm o que é a vinculação necessária e adequada entre produtores e consumidores de inteligência. Este é um ponto realmente essencial, mas, contudo, esta é uma discussão brasileira, como bem disseram Joanisval e Denílson, realmente é necessário que o Parlamento construa o sistema de inteligência que requerem os interesses do Brasil. Este é um ponto claro.

Segundo aspecto, para concluir com este tema, a inteligência doméstica. Há um aspecto importante. Estamos todos de acordo nesta mesa que tem de haver uma adequada inteligência doméstica. O que se quer dizer com uma inteligência doméstica? Para que vocês comparem com mais tranqüilidade, a lei do serviço canadense de inteligência e segurança e a lei de defesa da constituição da República Federal da Alemanha com as nossas leis, as leis dos nossos países. As competência, no interior dos países, dos organismos de inteligência é tão clara e cuidadosamente delimitada e se referem a dois aspectos fundamentais; a segurança do estado e a segurança do sistema democrático. Mas bem mais detalhada é a lei so serviço de segurança do Reino Unido, de 1989. Isto é, a precisão na definição das competência em matéria de inteligência doméstica contrasta com a amplitude das competências externas. Externamente, as competências são muito amplas: detectam ameaças e buscam oportunidades para o país e atuam. Internamente, são cuidadosamente delimitadas.

Era o que queria reportar

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado ao professor Ugarte.

Professor Eugênio Diniz.

O SR. EUGÊNIO DINIZ – Senador, uma das coisas que sempre me impressionam na interação com a máquina pública, com o aparato público, é a impressionante capacidade de produção de informações. A gente descobre que vários dos órgãos da administração pública estão o tempo produzindo uma quantidade enorme, considerável, de informações interessantíssimas, geralmente o mais difícil é saber que elas estão disponíveis. Geralmente são muito voltadas para a sua área de especialidade. Na coisa de transportes, vão estar alguns organismos dentro do Ministério dos Transportes e algumas outras áreas, o BNDES produz, o Ipea produz, é uma loucura o quanto se produz. Em alguns momentos, a minha preocupação é exatamente o quê? Como fazer o melhor uso, inclusive dessa capacidade. Foi salientado tanto pelo Joanisval quanto pelo Denilson o fato, digamos, de algumas especificidades da produção de inteligência de uma agência de inteligência, não é? Há o fato de você ter elementos antagônicos, a dimensão do sigilo, a dimensão eventualmente de quebrar ou de proteger o sigilo, a dimensão de uma oposição ativa à obtenção daquela informação ou à proteção daquela informação, que, em certa medida, digamos, são o que, em princípio, é a competência específica desse tipo de organismo, desse tipo de agência. A pergunta, então, é: há determinadas demandas que podem ser feitas em termos de produção de inteligência, de produção de informação, aí talvez não seja tanto o que geralmente se entende como inteligência mas isso provavelmente não significa o uso mais eficiente dos recursos e das competências específicas desses organismos, no caso das agências de inteligência, e além de tudo pode gerar uma redundância muito grande, pela pura e simples, digamos, facilidade de pede ali e ali faz. O que vai significar isso? Vai significar a alocação desses recursos e dessa competência na produção de um tipo de informação ou de inteligência que não precisava ser ela para produzir, OK? Mas se for demandado e se for estabelecido na política nacional de inteligência, nos planos de inteligência, nas diretrizes que forem emanadas a partir daí, que é para buscar, é. Isso envolve tempo, envolve consumo muito grande de recursos, financeiros inclusive, e uma ampliação muito grande daquilo que é competência, o que envolve também,

então, uma superutilização de recursos humanos e uma necessidade maior de recursos financeiros.

O professor Joanisval deu um exemplo muito significativo daquela tendência à distorção entre atividades fins e atividades meios, próprio do relacionamento com a atividade de inteligência. Não é próprio dos órgãos de inteligência, é do próprio... de como acabam funcionando essas coisas. Quase todo, 90%, no meu cálculo rápido, está voltado para simplesmente o custeio de pessoal. Expandir, ela tem esses problemas, significa então aumentar essa alocação de recursos e, eventualmente, esses recursos vão ter que ser alocados, vão ter que ser aprovisionados de alguma determinada maneira.

Isso tem, a meu ver, dois problemas. O senhor abordou muito corretamente – problemas que eu digo são problemas potenciais, que têm de ser ponderados e considerados – o problema do estigma. Quanto mais se expandir essa capacidade de atuação, esse tipo de demanda posta sobre o órgão, que envolve, então, para que seja bem entendido, expandir essa capacidade de atuação, mais esse problema tende a se manifestar. Eu me lembro de algum episódio, eu não lembro exatamente qual que era o conteúdo do episódio, mas foi em 2000, tanto que gerou uma intensa atividade por parte da Secai, foi a primeira proposta, era o Senador Eduardo Suplicy e a Senadora Heloísa Helena, se não me engano, mas também não posso ter tanta certeza, se manifestaram muito intensamente a respeito desse episódio, houve uma primeira proposta de regulamentação, tramitou algum tempo, mas também não sei mais que destino teve, mas, na esteira das reportagens que saíram sobre o assunto, tinha uma coisa que era uma mera consideração sobre um determinado assunto que foi sendo tratado, se não me engano, foi a partir de uma entrevista do general Cardoso, e que veio a manchete no jornal: "Meta da Abin era espionar toda a sociedade". Eu me lembro disso muito claramente, eu trabalhava na Abin na ocasião, em Belo Horizonte. Isso chamava a atenção para um evidente disparate: alguém pediu para... e não tinha nada de espionagem envolvida. Da entrevista do general Cardoso inferiu-se que, então, a meta era espionar toda a sociedade. Bom, esse estigma implica esse tipo de coisa. Vamos dizer, aumenta a área de atuação por demanda, aumenta essa possibilidade. Segundo, aumenta a possibilidade de que haja algum tipo de exorbitância se o recurso que está sendo utilizado é um recurso que tem capacidade de obtenção de informações diferenciadas, para usar um eufemismo, muitas vezes, inclusive, por demanda externa. Eu sempre me surpreendi muito com comentários do tipo: "Esse órgão jornalístico teve acesso às fitas". Alguém podia me explicar como? Eu tenho sempre uma preocupação com relação a isso, existe uma indústria desse tipo de segurança de informação associada. Então, as dificuldades de controle poderiam aumentar a partir daí, quando existem outros órgãos que podem produzir outros tipos de informação. Então, o cuidado, talvez, correlato da política de inteligência, do plano de inteligência, é exatamente, também, ser calibrado na interação com os próprios profissionais e com os quadros qualificados externos, como mencionou o professor Ugarte, no que que é também, digamos assim, mais apropriado demandar. Não no sentido de algum tipo de impropriedade, mas no ponto de vista da melhor utilização dos recursos.

Isso é uma parte importante da discussão da política do plano de inteligência. Vamos cuidar disso aí.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Eu sei que, com o adiantado da hora, nós temos que terminar, mas eu queria, primeiro, esclarecer um ponto que o Dr. Joanisval falou, sobre não olhar para o passado. Eu queria esclarecer que, na minha visão, a gente tem que olhar para o passado. Não pode é culpar os de hoje pelos erros do passado e nem culpar a instituição militar pelos erros de pessoas que naquele momento estavam na instituição. Então, isso é a primeira coisa. Eu acho que é assim que você pensa também. Então, para ficar registrado.

Segundo, que a gente precisa ver que não fazer muitas vezes custa mais caro do que fazer. É o custo da omissão. Não ter um bom sistema de informações leva a um custo muito maior do que ter um sistema de informações. Agora mesmo, a gente está pagando, Luiz Henrique, a gente está pagando, e como é que não previu-se, alguns anos atrás, que se não fizéssemos uma revolução na educação, nós íamos ter um problema, como a própria Presidenta está reconhecendo agora, como numa revista já disseram que precisamos de 8 milhões de pessoas nos próximos cinco anos, técnicos? E ao mesmo tempo como é que ninguém está dizendo à Presidenta que investir na construção das escolas técnicas sem dar um bom ensino fundamental, as escolas vão fracassar? Porque hoje não se forma mais um técnico como antigamente, em que bastava ter habilidade manual. Hoje nem devia mais existir a palavra "mão de obra", hoje é operador. Não é mão de obra, porque não é mais a habilidade que faz. Então, a gente não tem informações, custa muito mais caro do que tê-las no momento certo. Por isso, devemos trabalhar para fazer com que os recursos necessários, financeiros e pessoais, sejam suficientes para o Brasil estar preparado para enfrentar o futuro, imaginando como ele será e tendo as informações necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Senador Cristovam Buarque, Srs. Senadores. Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – (*Manifestação fora do microfone*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado. Portanto, eu gostaria apenas de fazer alguns comentários. Foi aqui colocada a questão da extinção do Serviço Nacional de Informações, o SNI. Quando eu tomei essa decisão no meu primeiro ato, logo no primeiro dia – dentre os outros atos que assinei, foi a extinção do Serviço Nacional de Informações –, nada tinha eu contra os profissionais que faziam a instituição, mas sim, pela forma distorcida como aquele serviço estava fazendo aquilo que era uma atribuição sua. O próprio general Golbery do Couto e Silva, que criou o Serviço Nacional de Informações, lá na frente, anos depois, ele disse: "Eu estou surpreendido, porque eu não me dei conta, mas eu criei um monstro". Pelos desvios que aquele Serviço de Informações estava adotando. E a minha ideia era exatamente criar um serviço que desse apoio de informação qualificada ao Presidente da República. A informação qualificada e bem direcionada e atendendo aos interesses do Estado brasileiro é um instrumento, no meu entender, salvo melhor juízo, fundamental e uma ferramenta absolutamente indispensável para que o Presidente da República, o Chefe de Estado, possa cumprir melhor as suas funções. Um Estado desaparelhado desse tipo de informações é um Estado fragilizado, é um Estado que não dispõe de condições de enfrentar, neste mundo moderno, em que se trava uma guerra comercial enorme – e aí entra também a questão das informações na área do comércio, na área dos segredos industriais, na área econômica de um modo geral – que o Estado brasileiro, e o governo que o representa, deve ter isso à mão para poder se defender e poder atacar quando necessário. Eu me lembro que, numa das conversas que eu tive – antes de tomar posse como Presidente da República, mantive conversas com diversos setores da sociedade e com o setor econômico – com um dos representantes importantes do setor econômico à época, ainda hoje se encontra aí, com bastante preeminência, trocando ideias, querendo trocar ideias com ele sobre a situação econômica do Brasil, o que ele achava, qual era a impressão que ele tinha, e tal, e o mercado, o que é que estava esperando do novo governo que iria se instalar, ele vira-se com um ar de superioridade em relação – ele, empresário, e eu representando o que seria o governo. Ele disse assim: "Não, não, não, olha, mas não se preocupe com o que o mercado está achando. Nós estamos absolutamente preparados. Nós temos vários cenários [e aqui foi colocado isso, que o governo, esse instrumento de informação que o Estado precisa ter, os empresários têm] das medidas que um governo que se instala ou um governo que já está instalado, em função de qualquer problema que haja no transcurso da economia, nós traçamos os diversos cenários, sempre com o sentido de ganharmos do governo". Ou seja, essa coisa intangível chamada mercado, ela trabalha sempre em função de se antecipar ao governo e tirar proveito das medidas que o governo venha a adotar. Então, esses cenários poderiam estar sendo criados também por um serviço de informação absolutamente qualificado e com o tipo de controle que aqui foi dito e que cabe a esta Casa, cabe a esta Comissão, cabe à Câmara dos Deputados e também à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional de lá, cabe a nós podermos nos unir, poder somar os nossos esforços e ir buscar o que foi aqui dito em relação ao PRN nº 02, de 2008, à PEC 398 e também procurarmos aprimorar a Lei 9883, que foi a lei que criou a Abin, mas que estabelece esse conflito de áreas de ação e de atribuição entre o Gabinete de Segurança Institucional e a própria Abin. De modo que eu acredito que tenham sido muito valiosas as informações que V. Exªs hoje nos trouxeram aqui, muito obrigado aos Srs. professores que aqui estiveram e, antes de encerrar a nossa reunião, eu gostaria, de acordo com os atos normativos desta Comissão, de fazer a leitura de dois requerimentos para que possamos incluí-los na pauta para deliberação dos Srs. membros desta Comissão na próxima reunião ordinária de quinta-feira. O primeiro é um requerimento de minha autoria, Requerimento nº 19:

"Considerando a nota à imprensa nº 161, de 25 de abril de 2011, do Ministério das Relações Exteriores, nos seguintes termos: "O Governo brasileiro manifesta preocupação com a escalada de violência na Síria, que ocasionou, nos últimos dias, elevado número de mortos, principalmente em Deraa, Homs e nos arredores de Damasco. O Governo brasileiro reitera o repúdio ao uso da força contra manifestantes desarmados e expressa a expectativa de que a crise seja equacionada pela via do diálogo.

O Governo brasileiro sublinha que as aspirações legítimas das populações do mundo árabe devem ser equacionadas por processos políticos inclusivos e não pela via militar.

O Governo brasileiro reafirma o entendimento de que a responsabilidade pelo tratamento dos impactos das crises no mundo árabe sobre a paz e segurança internacionais recai sobre o Conselho de Segurança das Nações Unidas e ressalta a importância do papel dos organismos regionais – em particular a Liga dos Estados Árabes e a União Africana – nos esforços de mediação diplomática.".

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja externado o voto de solidariedade à posição do Governo brasileiro seja externado o voto de solidariedade à posição do Governo brasileiro diante dos fatos expostos na referida nota.

O segundo requerimento:

"Nos termos do art. 58, § 2º do inciso V da Constituição, combinados com o art. 90, incisos V e IX do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja convidado o Exmª Sr. Fernando Bezerra Coelho, Ministro da Integração Nacional, para discorrer, no âmbito desta Comissão, sobre a Comissão Permanente de Integração e Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, recentemente criada pelo Governo Federal para administrar a canalização de recursos do PAC em investimentos de programas destinados a equacionar os problemas nas áreas de fronteira do País, bem como ordenar as políticas públicas nessas regiões".

E aqui vem a justificação:

Feito isso, encerramos agora a nossa reunião.

Agradeço mais uma vez a presença de todos, em especial dos nossos convidados, o Dr. Denílson Feitosa, presidente da Ialeia Brasil, dos professores Eugenio Diniz, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, do Dr. Joanisval Gonçalves, Consultor Legislativo do Senado Federal e que nos auxilia bastante em todos os momentos que nós passamos por aqui, como este de definição desta Comissão sobre as atribuições que lhe são dadas pela Constituição da República, e José Manuel Ugart, da Universidade de Buenos Aires, pela grande e inestimável contribuição que aqui ofereceram.

Informo ainda que o 4º painel do nosso ciclo de palestras, intitulado A Política Externa dos Estados Unidos, União Europeia e Rússia e seus Reflexos no Cenário Internacional, se dará na segunda-feira próxima, dia 9 de maio, com a presença do Embaixador Sérgio Amaral, Profs. Gilberto Sarfati, da Fundação Getúlio Vargas, de São Paulo, do Dr. Luís Fernando Ayerbe, da UNESP, Ângelo Segrillo da USP e o Dr. Christopher Coker da London School of Economics.

Por fim, convoco os senhores membros para nossa próxima reunião conjunta com as Comissões de Constituição, Justiça, Cidadania e de Assuntos Econômicos, a ser realizada no dia 4 de maio, quarta-feira próxima, ás 14 horas e 30 minutos, neste plenário, e também convoco os senhores membros da nossa Comissão para nossa reunião ordinária, a ser realizada no dia 5 de maio, quinta-feira próxima, ás 10 horas, neste plenário.

Muito obrigado, Srªs e Srs. Senadores, muito obrigado senhores palestrantes.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a Reunião às 21 horas e 05 minutos.)

ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas do dia cinco de maio de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, presentes as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores **Anibal Diniz**, **Gleisi Hoffmann**, **João Pedro**, **Cristovam Buarque**, **Antonio Carlos Valadares**, **Pedro Simon**, **Francisco Dornelles**, **Aloysio Nunes Ferreira**, **Randolfe Rodrigues**, **Delcídio do Amaral**, **Jorge Viana**, **Ana Amélia**, **Roberto Requião**, **Eduardo Amorim**, **Demóstenes Torres**, **Mozarildo Cavalcanti** e **Inácio Arruda**. Justificam a ausência os Senhores Senadores **Eduardo Suplicy**, **Vital do Rêgo** e **Paulo Bauer**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 12ª e da 13ª reuniões, que são dadas como lidas e aprovadas. São lidos os comunicados e ofícios da Presidência. Fazem uso da palavra os Senadores **Luiz Henrique**, **Roberto Requião**, **Francisco Dornelles**, **Lindbergh Farias** e **Luiz Henrique**. Tem início a análise da pauta. **Item 1 – Mensagem (SF) nº 41, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora IRENE VIDA GALA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Gana".* Relator: Senador **Jarbas Vasconcelos. Item 2 – Mensagem (SF) nº 45, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor CARLOS ALBERTO LOPES ASFORA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Geórgia.".* Relator: Senadora **Gleisi Hoffmann**. O Presidente convida os embaixadores a tomarem assento à mesa. A Embaixadora Irene Vida

Gala faz sua exposição. O Embaixador Carlos Alberto Lopes Asfora faz sua exposição. Fazem uso da palavra a Senadora **Ana Amélia** e os Senadores **Demóstenes Torres** e **Aloysio Nunes Ferreira**. A Senadora **Ana Amélia** requer, oralmente, a abertura do processo de votação. O Senador **Cristovam Buarque** faz uso da palavra. Aprovado o requerimento da Senadora **Ana Amélia**, com voto contrário do Senador **Aloysio Nunes Ferreira**. O Presidente declara aberto o processo de votação. Fazem uso da palavra os Senadores **João Pedro**, **Aloysio Nunes Ferreira**, **Demóstenes Torres**, **Cristovam Buarque** e **Aníbal Diniz**. Os Embaixadores fazem suas considerações finais. A reunião é tornada secreta às doze horas e doze minutos e é reaberta às doze horas e dezoito minutos. O Senador **João Pedro** faz uso da palavra. Resultado dos itens 1 e 2: Apreciadas as mensagens. **Item 3 – Mensagem (SF) nº 32, de 2011**, de autoria do Presidente da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor OSWALDO BIATO JÚNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Cazaquistão, e, cumulativamente, junto à República Quirguiz e à República do Turcomenistão".* Relator: Senador **Cristovam Buarque**. Resultado: lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. **Item 4 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 255, de 2010**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República do Panamá sobre Transferência de Pessoas Condenadas ou Sujeitas a Regimes Especiais, assinado na Cidade do Panamá, em 10 de agosto de 2007".* Relator *ad hoc*: Senador **Aníbal Diniz**. Resultado: aprovado o parecer favorável. **Item 5 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 75, de 2011**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"aprova os textos da Convenção sobre Garantias Internacionais Incidentes sobre Equipamentos Móveis e do Protocolo à Convenção sobre Garantias Internacionais Incidentes sobre Equipamentos Móveis Relativo a Questões Específicas ao Equipamento Aeronáutico, ambos concluídos na Cidade do Cabo, em 16 de novembro de 2001, bem como o Ato Final da Conferência Diplomática para a Adoção da Convenção e do Protocolo e as declarações que o Brasil deverá fazer quando aderir à Convenção e ao Protocolo".* Relator: Senador **Jorge Viana**. Resultado: aprovado o parecer favorável. **Item 6 – Requerimento nº20, de 2011 – CRE**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, que diz:*"Considerando a Nota à Imprensa nº 161, de 25 de abril de 2011, do Ministério das Relações Exteriores, nos seguintes termos: 'O Governo brasileiro manifesta preocupação com a escalada de violência na Síria, que ocasionou, nos últimos dias, elevado número de mortos, principalmente em Deraa, Homs e nos arredores de Damasco. O Governo brasileiro reitera o repúdio ao uso da força contra manifestantes desarmados e expressa a expectativa de que a crise seja equacionada pela via do diálogo. O Governo brasileiro sublinha que as aspirações legítimas das populações do mundo árabe devem ser equacionadas por processos políticos inclusivos e não pela via militar. O Governo brasileiro reafirma o entendimento de que a responsabilidade pelo tratamento dos impactos das crises no mundo árabe sobre a paz e segurança internacionais recai sobre o Conselho de Segurança das Nações Unidas e ressalta a importância do papel dos organismos regionais – em particular a Liga dos Estados Árabes e a União Africana – nos esforços de mediação diplomática', requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja externado VOTO DE SOLIDARIEDADE à posição do Governo brasileiro diante dos fatos expostos na referida Nota"*. Resultado: Aprovado o requerimento. **Item 7 – Requerimento nº 21, de 2011 – CRE**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, que diz: *"Nos termos do art. 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, combinados com o art. 90, incisos V e IX, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja convidado o Exmo. Sr. Fernando Bezerra Coelho, Ministro da Integração Nacional, para discorrer, no âmbito desta Comissão, sobre a Comissão Permanente de Integração e Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – CDIF – recentemente criada pelo governo federal para administrar a canalização de recursos do PAC em investimentos de programas destinados a equacionar os problemas nas áreas de fronteiras do País, bem como ordenar as políticas públicas nessas regiões"*. Resultado: Aprovado o requerimento. A reunião é tornada secreta às doze horas e quarenta e quatro minutos e é reaberta às quatorze horas. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às quatorze horas, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor,** Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Declaro aberta a 14ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 12ª e 13ª reuniões.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa*.)

Aprovadas.

Há comunicados a fazer.

Há um relato sobre o ciclo de audiências, segundo o painel, realizado por esta Comissão.

Informo às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional deu sequência, no último dia 25 de abril, às 18 horas, ao ciclo de audiências públicas sobre os rumos da política externa brasileira, integrante de sua agenda 2011/2012.

Para expor sobre "As Insurgências no Mundo Árabe e seus Reflexos na Estabilidade Política do Oriente Médio e da África Setentrional", tema desse segundo painel, foram convidados o Embaixador Marcos Azambuja; a Professora Drª Arlene Clemesha, da Universidade de São Paulo (USP); o Professor Dr. Márcio Scalércio, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ); o Professor Dr. Eduardo Viola, da Universidade de Brasília (UnB); e o Professor Dr. Reginaldo Nasser, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

O Embaixador Azambuja, primeiro expositor, disse que a onda de acontecimentos no Oriente Médio recomenda prudência de tom, cautela e sabedoria, por se tratar de região de grande diversidade cultural, cujos regimes vêm sendo sacudidos pela rejeição à sua longevidade, à corrupção e à incapacidade de se modernizar. Trata-se de movimento a que chamou de espontâneo e que definiu como "insurgência geral de uma civilização", sem indícios de interferências externas e de tendência não sectária, refletindo, sobretudo, o desejo das populações em combater a corrupção e em clamar por democracia e liberdade.

O Embaixador salientou as diferenças entre o Egito, com um exército forte, e a Líbia, um país fragmentado em tribos e regiões, com um regime caracterizado pelo histrionismo e pela corrupção, que se tornou um campo minado, e manifestou sua inquietação quanto à repressão feroz aos manifestantes pelo governo sírio. O que ocorre na Síria, lembrou, é de extrema importância e gravidade, pois afeta profundamente o Estado de Israel. Em sua opinião, o regime do Presidente Bashar al-Assad pode sobreviver, mas sua legitimidade terá sido muito afetada.

Ao sinalizar que não se pode prever o desenrolar dos acontecimentos na região, embora acredite no surgimento de novos líderes, o Embaixador Azambuja destacou que o Brasil está no bom caminho e vem se comportando com sobriedade, diante da situação refletida no voto pela abstenção da Resolução nº 1.973, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que impôs uma zona de exclusão aérea e permitiu intervenção militar na Líbia para proteger a população civil, reabilitando o Princípio da Intervenção Humanitária. Entretanto, aquele Presidente acabou por extrapolar seu mandato inicial, levando a uma interferência militar, que o mundo de hoje não mais comporta. Recomendou prudência e que o Brasil limite sua ação na esfera multilateral e se dê conta de que não tem poder para influenciar os acontecimentos.

A segunda expositora foi a Professora da USP Drª Arlene Clemesha, que disse que resultou como denominador comum nessas revoltas o seu caráter laico, em que a tomada das ruas pelas populações em massa deixou nítida a verdadeira dimensão minoritária dos grupos religiosos extremistas, sem respaldo popular ou ampla inserção social. Ressaltou ela que os povos árabes demonstraram desejar a democracia, estão dispostos a lutar para obtê-la e reivindicam a formação de governos representativos e soberanos, em um contexto árabe menos submisso às potências europeias e aos Estados Unidos. Registrou também a derrubada de mitos, tais como o da submissão da mulher árabe, representada pelo uso do lenço, lembrando que, no Iêmen, uma das grandes oradoras nos protestos de rua é uma mulher, mãe de três filhos. Para a Professora, tanto na Líbia quanto na Síria – este último um regime secular, mas com um histórico de eliminação dos partidos religiosos pelo Partido Baath –, o regime não se dissocia do Estado. No caso da Líbia, alega que não há como substituir Kadafi. A Professora ressaltou a evolução da revolta para uma guerra civil. Na sua opinião, a probabilidade de a intervenção humanitária desdobrar-se em intervenção militar deveria ter sido mais bem analisada pelo Conselho de Segurança, em virtude de suas conseqüências. Na sua opinião, é uma clara intervenção externa a favor da oposição a Kadafi.

A esse respeito, gostaria de fazer uma observação: esse relato ocorreu na nossa audiência pública realizada no último dia 25 de abril. De lá para cá, pela velocidade dos acontecimentos, alguns fatos aconteceram, e um deles foi que o mandato aprovado pelo Conselho de Segurança do Brasil da Organização das Nações Unidas (ONU), com abstenção do Brasil, foi extrapolado pelas forças da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), e foram enviados para a Líbia, nesses últimos dias, assessores militares, para ajudar, nas palavras do texto do comunicado que foi feito, os revoltosos a se defender do regime do líder Kadafi. Isso significa, em uma leitura mais clara, o início de uma escalada do conflito líbio e uma escala-

da da intervenção militar, que passou do *no-fly zone* para o início de uma escalada terrestre. Vale lembrar que foi exatamente assim que se deu início à guerra do Vietnã, com envio, pelo governo americano àquela região, de conselheiros militares para auxiliar os então vietnamitas na luta do Vietnã do Sul contra o Vietnã do Norte. Em função exatamente disso, por esse voto apresentado ao Conselho de Segurança Nacional, o Governo brasileiro, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, percebeu que uma frase que foi acrescentada de última hora permitiria, em algum instante, que houvesse essa escalada, e não ficaria somente no caráter de exclusão aérea, do *no-fly zone*. Em função disso, o Brasil se absteve, premunitoriamente se absteve, como estamos hoje presenciando.

A Drª Clemesha sugeriu uma solução que não leve ao recrudescimento das posições e que prioridade seja dada pela comunidade internacional à criação de corredores para distribuição de medicamentos e à ação em defesa da própria Líbia, sem a intenção de prejudicar.

Enquanto que na Líbia a intervenção externa foi feita para proteger os resultados, no Barhein ela se deu, por parte da Arábia Saudita, no intuito de reprimi-los, concluiu a Professora, lembrando que as populações da região se politizaram, derrubando também o mito de que o Ocidente é avançado e o Oriente atrasado.

O terceiro expositor, o Professor Márcio Scalércio, da PUC-RJ, deixou-nos algumas sugestões para reflexão.

As populações árabes, as primeiras a tomarem as ruas contra o colonialismo do século passado, voltaram-se contra governos autoritários, truculentos, corruptos, ineficientes e retrógrados, vivendo ainda "o dia de ontem". O ponto de partida, na sua análise, encontra-se, por um lado, na introdução de mecanismos capitalistas mais sofisticados, que se espalharam por várias regiões do mundo, chegando ao Egito, por exemplo, com a ampliação da classe média, com o surgimento de uma juventude mais educada e participativa nesse modelo capitalista de tecnologias sofisticadas.

Por outro lado, chamou de deslavada *realpolitik* do Ocidente o apoio às ditaduras do Oriente Médio, com fundamento em três pilares: o de que o petróleo e o gás continuassem a fluir, o de que os radicais do Islã fossem mortos ou encarcerados e o de que a segurança de Israel fosse garantida. Para tanto, os regimes da região foram aquinhoados com verbas para se manterem nessa linha. Ocorre que, de acordo com sua análise, já em 2002/2003, os relatórios da ONU sobre a economia árabe apontavam a estagnação e a falta de perspectivas para o futuro de seus jovens. Veio a crise de 2008, com a elevação do preço das *commodities* e com a falta de trabalho, tornando os regimes insustentáveis.

Os jovens árabes usam celulares e computadores e participam das redes sociais, ampliando-se essa conjugação de fatores em um efeito espelho, em que o Egito se mirou na Tunísia; a Síria, no Egito; os países do Golfo, no Egito e na Tunísia, embora apenas nesses dois últimos o movimento tenha sido vitorioso, ressaltando-se a falta de alimentos no Egito, o país mais populoso da região, e o peso de sua influência no mundo árabe, tanto de intelectuais quanto dos religiosos.

A diferença, no seu entender, foi a resistência de Kadafi na revolta líbia, a interpretação da Resolução do Conselho de Segurança, por parte da França e do Reino Unido, "de bombardear até derrubar Kadafi" e a perda de prestígio dos Estados Unidos entre aliados e inimigos na região, por renunciar a liderança nesse processo. Relutam em assumir um papel mais envolvente, por já se encontrarem engajados em dois outros conflitos.

Para o Professor Scalércio, não é verdade que os árabes estejam condenados a viver sob regimes autoritários, mas os desdobramentos no Egito, em sua opinião, serão muito importantes para toda a região.

Outro país com grande influência é a Síria. O grupo no poder, a seita sunita, é minoritário, e, apesar de al-Assad ser um reformista, o Professor acredita que seu governo não terá como promover um regime de transição com essa repressão que se verifica dentro do seu país.

O Professor Eduardo Viola foi o quarto expositor a analisar as origens e as dimensões da crise no Oriente Médio: em primeiro lugar, a onda democratizadora; em segundo lugar, as rivalidades geopolíticas entre os Estados da região; em terceiro lugar, os conflitos religiosos existentes que, mesmo não sendo os mais importantes agora, não desapareceram; e, por fim, os conflitos étnico-tribais, como a questão curda e a existência de várias tribos na Líbia, que levaram à guerra civil no país, lembrando uma forte inter-relação dessas quatro dimensões.

A baixa capacidade de previsão dos especialistas nas relações internacionais e das agências de inteligência – objeto, inclusive, da nossa última audiência pública, na passada segunda-feira –, que não conseguiram antecipar o levante, está a demandar, na opinião do Professor Viola, uma reflexão profunda, em um contexto de aceleração do aumento da complexidade do sistema internacional, o que torna cada vez menos lineares e previsíveis as relações internacionais no mundo.

De acordo com sua análise, essa onda democratizadora que atravessa o Oriente Médio teve início

com a realização das eleições gerais no Irã, em 2008. O Professor apontou a necessidade de diferenciar os três tipos de regime existentes na região: a democracia da Turquia, de Israel e do Líbano; a semi-democracia, hoje uma realidade no Marrocos, no Egito, na Jordânia, no Iraque, na Tunísia e na Palestina – no caso, na Cisjordânia –; e os regimes totalitários do Irã e da Arábia Saudita, que detêm o controle total da sociedade, assim como os da Síria, do Kuwait, do Catar, da Argélia e da Palestina – neste caso específico, em Gaza. Salientou ainda as situações de semianarquia da Líbia e do Iêmen, que vivem uma situação complicada, e o fortalecimento do autoritarismo no Barhein.

Em sua análise, o Professor enumerou alguns pontos importantes quanto ao desdobramento das revoltas: a estabilidade do fluxo de petróleo, de um grande interesse por parte das grandes potências, pergunta ele, será mantida? Mudanças na região afetam diferentemente as grandes potências da União Europeia, os Estados Unidos, a Rússia e a China, em termos de *soft power*. A Rússia e a China temem a "democracia" no Oriente Médio. "E os demais seriam favoráveis?", pergunta ele. E como reagiriam as potências regionais como Israel, Turquia, Egito e Irã? Este último é interessado na queda dos sunitas pró-Estados Unidos. O Irã, na opinião do Professor Viola, sente-se ameaçado com a situação síria. A queda de al-Assad seria um problema muito sério para o regime iraniano. Já Israel, Turquia, Arábia Saudita e Egito temem o que possa ocorrer na Síria, mas nem tanto uma eventual queda de al-Assad. Quanto a Israel, especificamente, o país tem minimizado essa onda democratizadora, segundo sua análise.

Por fim, o conflito religioso, fundamental no Líbano e no Iraque, pode escalar em outros países onde hoje esse aspecto não tem tanta importância quanto na Síria. Além disso, o futuro está totalmente aberto na questão dos curdos, que, no Iraque, conquistaram significativa autonomia.

Encerrando o painel, o Professor Reginaldo Nasser, da PUC-SP, falou-nos do erro dos estudiosos que vêm confundindo o mundo árabe com o islâmico. E mencionou o episódio da doação financeira por parte do filho do Coronel Kadafi à London School of Economics, expondo um sistema que classificou como corrupção dos institutos de pesquisa do Reino Unido.

Para o Professor, o ano de 1979 foi revelador, com a revolução dos aiatolás no Irã e com a guerra no Afganistão. Ele destacou a conformação do modelo binário de governos islâmicos e ditaduras seculares e as chantagens feitas pelo ex-Presidente egípcio Mubarak aos Estados Unidos, em troca de recursos e armas para contrapor-se ao Irã. Foi assim, segundo o Professor, que Europa e Estados Unidos conduziram sua política no Oriente Médio, evitando o surgimento de radicais islâmicos. Na opinião dele, esse mundo está em extinção e ainda não se pode prever o que ocorrerá.

Hoje, grande parte da população da região vive nas grandes cidades, dominadas pela classe média, com forte presença de jovens e de intelectuais. Na opinião do Professor Nasser, os líderes ocidentais não sabem como conviver com a democracia desses países. Já o Brasil, a seu ver, deve ter uma posição mais assertiva. A Turquia, em sua análise, é hoje a grande liderança na região e já saiu na frente a muito tempo, como comprovado por sua atuação firme na questão palestina, sem, no entanto, entrar em conflito com Israel.

Para o analista, o Brasil teria um grande papel a cumprir. E indagou: "Por que não se credenciar neste momento? Afinal, os governos estão se desmontando, foram estruturados pelos grande impérios".

Esta, segundo entende, é uma crise sistêmica de Estados formados por coligações de elites nacionais e internacionais. Há particularidades, a seu ver, como o poder militar no Egito. Segundo revelou-nos, 30% da economia egípcia está nas mãos dos militares. E finalizou com sua opinião segundo a qual o Brasil deve pensar seriamente em como agir e ter um papel mais importante com relação às revoltas naquela região.

Esse foi o relato da audiência pública realizada no dia 25 de março, com a participação do Sr. Embaixador Marcos Azambuja; da Professora Drª Arlene Clemesha, da USP; do Professor Dr. Márcio Scalércio, da PUC-RJ; do Professor Dr. Eduardo Viola, da UnB; e do Professor Dr. Reginaldo Nasser, da PUC-SP, tratando do tema "As Insurgências no Mundo Árabe e seus Reflexos na Estabilidade Política do Oriente Médio e da África Setentrional".

Há um comunicado a fazer sobre tratados e acordos internacionais.

Gostaria de informar às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que, de acordo com a questão levantada pelo Senador Luiz Henrique, logo no início dos nossos trabalhos, sobre a morosidade da tramitação dos tratados e acordos internacionais, a Presidência desta Comissão solicitou à Secretaria-Geral da Mesa um levantamento completo dos processos referentes ao tema em andamento no Senado Federal. O resultado comprova a pertinência da preocupação do Senador Luiz Henrique, compartilhada por todos os membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, na medida em que foram identificados 29 processos com os seguintes dados e números: cinco mensagens de 2010; treze mensagens de 2009; uma mensagem de 2008; quatro mensagens de 2007; uma mensagem de 2006; uma mensagem de 2002; uma

mensagem de 1999; uma mensagem de 1994 e uma mensagem de 1949.

Por esses motivos, conforme divulgado na nossa reunião de 24 de março, anunciei que, em contato pessoal com o Presidente do Senado, Senador José Sarney, a partir de então, os processos em que estive presente com o Senador Luiz Henrique, os processos relativos a acordos e tratados internacionais, deveriam ser, se contassem com a anuência dos líderes partidários, despachados à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em caráter terminativo. Essa medida, ao evitar a apreciação do Plenário, permitiria maior celeridade no trâmite da matéria.

Por outro lado, constatou-se que a maior demanda de tempo no rito legislativo de projetos do gênero se dá na Câmara dos Deputados, onde se requer o exame de, no mínimo, três Comissões permanentes, além do Plenário daquela Casa.

Assim, com a experiência e sensibilidade de quem já foi Presidente desta Comissão do Senado, o ex-Senador e atual Deputado Federal Eduardo Azeredo apresentou, no último dia 13 de abril, um projeto de resolução, alterando o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, com o objetivo exatamente de dar maior celeridade à tramitação dos acordos e tratados internacionais. Trata-se do PRC nº 45, de 2011, que procura instituir naquela Casa o mesmo processo legislativo que ocorre no Senado, ou seja, distribuição apenas à Comissão de Relações Exteriores, com possibilidade de concessão pelo Presidente da Câmara, ouvidas as Lideranças partidárias, do poder conclusivo.

Nesse sentido, manifestamos aqui, em nome da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, nosso apoio à proposta do Deputado Eduardo Azeredo, parabenizando-o pela oportuna iniciativa.

Ainda sobre esse tema, com o mesmo propósito de celeridade, eu gostaria de também informar que o Senador Roberto Requião, membro desta Comissão, está apresentando uma proposta de emenda à Constituição nos moldes do instituto *fast track* do Direito americano, que aqui foi lembrado, em outra reunião, pela Senadora Ana Amelia, com o propósito de permitir ao Congresso autorizar previamente o Presidente da República a concluir determinados acordos internacionais, nos moldes desse instituto do *fast track* do Direito americano.

O Senador Roberto Requião, que já colocou à disposição da Comissão esse seu projeto de emenda constitucional, solicita o apoiamento das senhoras e dos senhores membros desta Comissão, para que ele possa, então, tramitar.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Um projeto dessa natureza não deve ser um projeto individual. Tenho uma proposta, que engendrei há alguns anos, em parceria com o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães. Desta feita, essa proposta foi aperfeiçoada com a participação da consultoria do Senado, e eu a estou reapresentando. A proposta já tem as 27 assinaturas, mas, como eu disse, não deve ser individual.

Estamos num momento difícil da economia do mundo. O Brasil precisa viabilizar tratados com urgência, e o sistema americano aprofunda a participação do Senado da República e, no nosso caso, do Congresso Nacional.

Então, estamos estabelecendo um sistema de acompanhamento dos tratados: o Governo informa ao Congresso Nacional; o Congresso Nacional acompanha e, quando acompanhar, terá 30 dias para dizer "sim" ou "não" à proposta. Assim, acabamos com esses absurdos, como o que o Senador Itamar Franco denunciou no plenário um dia desses: um tratado de dezesseis anos só foi votado durante o período em que V. Exª exerce a Presidência da Comissão.

Então, quero oferecer à Comissão esse projeto para que ela o analise. E, se for regimentalmente possível, que esse seja um projeto da Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Roberto Requião, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional lhe agradece esse gesto generoso, essa grande contribuição que V. Exª oferece ao País.

Peço ao Secretário desta Comissão que viabilize a tramitação desse projeto nos moldes em que foi solicitado pelo Senador Roberto Requião, ou seja, ele tramitaria como projeto de autoria da Comissão de Relações Exteriores.

Naturalmente, antes de dar seguimento a isso, consulto os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras membros desta Comissão se estão de acordo com a sugestão aqui apresentada pelo Senador Requião.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam sentados.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Peço só um esclarecimento.

O SR PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Para um esclarecimento, tem a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Gostaria de saber se "estar de acordo" significa que o projeto seja...

O SR PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Seja da Comissão

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Estou de acordo.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente...

O SR PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu queria, apenas para me situar, fazer uma indagação ao Senador Requião. Tenho a impressão de que, no *fast-track*, o Congresso dá ao Poder Executivo dos Estados Unidos poderes, quase uma delegação, para que negocie determinadas matérias, mas isso não quer dizer que uma matéria negociada pelo Executivo entre em vigor sem a autorização do Congresso. É essa sua posição também?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Nem nos Estados Unidos, isso ocorre, e muito menos eu proporia isso nesse projeto. O Executivo tem tido o monopólio das negociações exteriores do Brasil. Então, estamos associando definitivamente o Congresso Nacional. Ele tem de comunicar ao Congresso o início da negociação. O Congresso, por meio das suas Comissões – a Comissão de Relações Exteriores que vai ser instalada na Câmara e a Comissão de Relações Exteriores do Senado –, acompanha as negociações e, depois, tem trinta dias para dizer "sim" ou "não", quer dizer, mesmo com essa liberalidade do início da negociação, os tratados só valem quando aprovados pelo Congresso Nacional. Mas o Congresso estabelece um prazo para que ele mesmo tome o *fast track,* a via rápida, para que tratados não fiquem "dormindo" por quinze anos, por dezesseis anos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Um deles tramita aqui há sessenta anos, pois é de 1949.

Comunico às Srªs Senadores e aos Srs. Senadores que essa sugestão vai ser uma apresentação, portanto, da Comissão de Relações Exteriores, pela generosidade do Senador Roberto Requião, pelo seu gesto no sentido de que se institua nesta Comissão esse espírito de corpo, para que possamos fortalecer os instrumentos de controle da nossa política externa. Eu não diria de instrumentos de controle, mas de uma participação efetiva desta Comissão na elaboração e condução da política externa brasileira. Na próxima reunião, será incluído em pauta, para a aprovação do texto que está sendo sugerido pelo Senador Requião.

Comunico às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que, no final desta reunião ordinária de hoje, antes do encerramento desta reunião, haverá necessidade de tratarmos de um assunto sensível, afeito à competência desta Comissão, o que me levará a dar um caráter secreto à parte final da nossa reunião. Então, eu pediria às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que, por gentileza, permanecessem neste plenário, para que pudéssemos deliberar a respeito dessa questão que considero sensível e que necessita da audiência de V. Exªs.

Antes de iniciarmos a pauta de hoje, gostaria de fazer uma comunicação que já foi feita no decorrer da nossa última reunião, mas eu gostaria de repeti-la. Trata-se da crise no Oriente Médio, no norte da África, na Líbia e na Síria. Trata-se de uma atualização.

A situação da Líbia caracteriza-se por cenário de impasse entre os rebeldes e as forças governamentais. Os ataques aéreos da Otan foram de alguma ajuda para os opositores do regime, que, no entanto, realizaram apenas avanços efêmeros. A desorganização e a falta de preparo militar e de comando dos rebeldes fizeram com que, na semana passada, o Reino Unido, a França e a Itália decidissem pelo envio de assessores militares para treinarem as forças anti Kadafi. Essa iniciativa representa o envolvimento da Aliança Atlântica em operações terrestres e pressupõe maior risco político, pois a posição dos rebeldes é tarefa que demandará alguns meses.

Os Estados Unidos não enviarão assessores militares, mas apenas ajuda financeira, ajuda não letal, conforme definido pelo Pentágono, e estão atacando posições do regime com aviões não tripulados, dentro de sua política de evitar participação mais direta e arriscada.

Recorde-se que a entrada dos americanos na guerra do Vietnã, como eu disse há pouco, deu-se pelo envio de assistentes militares para treinar tropas governamentais contra o Vietcong.

O Primeiro Ministro inglês, James Cameron, disse estar ciente de que suas tropas devem estar preparadas para uma participação de longo prazo na guerra civil líbia, comprovando a situação de impasse.

De sua parte, a Rússia advertiu sobre a possibilidade de a intervenção da Otan facilitar uma série de guerras civis no mundo árabe, pois os revoltosos têm a expectativa de ajuda da União Atlântica.

Pode-se concluir que houve uma avaliação perfunctória da legitimidade da solidez política de Kadafi, bem como de sua determinação de usar os meios necessários para se manter no poder.

Por outro lado, a análise da Aliança sobre os rebeldes parece não ter levado em conta sua falta de

disciplina da capacidade bélica de liderança coesa. Na verdade, como afirmam *experts* militares norte-americanos, os rebeldes são praticamente desconhecidos pelos governos da coalizão. Essas falhas de informação e avaliação levaram à atitude precipitada de intervenção na Líbia.

A crise na Síria tem se agravado, com o aumento de manifestações de insatisfação e incremento da repressão, da qual participa o exército. O Presidente Bashir al-Assad, desde que assumiu o poder, sucedendo o pai, Hafez, tem acenado com reformas liberalizantes e tomou a iniciativa de suspender a lei de emergência, equivalente a um estado de sítio. Não obteve o esperado efeito de acalmar os insatisfeitos e optou por esmagar duramente a onda de rebeldia. O país encontra-se à beira de uma situação bélica. Tendo obtido a independência da França em 1949, a Síria, que já foi unida ao Egito nasserista de 1958 a 1961, constitui um mosaico étnico-religioso governado autocraticamente pelo partido Baath desde 1963. Com mais de 22 milhões de habitantes, a Síria tem posição geográfica estratégica, e sua política externa é fortemente anti-israelita. Interveio na guerra civil do Líbano, de onde só se retirou em 2005. São próximas as suas relações com o Irã, com o Hezbollah e com o Hamas. O regime de Bashir al-Assad tem controle firme sobre as Forças Armadas, e vários grupos étnicos e religiosos consideram o governo Baath como fator de estabilidade. A oposição não possui uma liderança clara, que se contraponha à ainda grande popularidade e ao pulso político do Presidente.

No que diz respeito à reação ocidental, o Primeiro Ministro James Cameron, o Presidente Nicolas Sarkozy e o Primeiro Ministro Berlusconi condenam firmemente a forma violenta com que o governo sírio tem combatido as manifestações e advogam a imposição de sanções pela ONU, assim como faz o governo norte-americano. Registre-se o fato de que a Síria já é objeto de várias sanções, o que deixa pouca margem de manobra para a coalizão.

A China e a Rússia, que já se abstiveram quando da votação da resolução do Conselho de Segurança sobre a Líbia, a *no-fly zone*, não apoiarão ações contra a Síria. O país de Bashir al-Assad, por seu peso político regional, dificilmente será objeto de uma atitude mais agressiva por parte das potências ocidentais.

Em outra vertente, os governos da França e da Itália, às voltas com a onda de refugiados ilegais do norte da África, pediram, no último dia 26 de abril, mudanças no Tratado de Schengen, de 1985 – isso, se aprovado, vai criar um *turmoil*, como se diz, na União Europeia e no restante do mundo –, que permitiu o livre trânsito entre 25 países da União Europeia. Essa posição deverá ter reflexos negativos para os imigrantes em toda a Europa, inclusive, indiretamente, para os brasileiros.

Dois fatos acrescentam-se ao já conturbado cenário no mundo árabe: a morte, por ataque da Otan, de um dos filhos do líder líbio Muammar Kadafi e a morte do principal mentor do Al-Qaeda, Osama bin Laden, fruto de uma missão secreta das forças especiais dos Estados Unidos. O ataque da coalizão que matou o filho de Kadafi foi visto pelos opositores da intervenção da Otan – além do filho, três netos de Kadafi também morreram – como uma ação que vai além do mandato contido na resolução da ONU de proteção da população civil.

Os partidários de Kadafi têm uma vítima de forte simbolismo político para reforçar a luta contra os rebeldes apoiados pela Aliança Atlântica. Os seguidores de Kadafi atacaram as missões diplomáticas dos Estados Unidos, do Reino Unido e da França em Trípoli, ao mesmo tempo em que o regime atacava com mais força ainda o reduto rebelde de Mizrata.

A morte de Osama bin Laden mostra suas consequências em dois planos: de um lado, reforça, entre os norte-americanos, a popularidade de Obama e legitima a luta contra o terrorismo que herdou do Presidente Bush; de outro lado, deve aumentar o sentimento anti-norte-americano no mundo árabe e acirrar ainda mais os ânimos nos segmentos mais radicais.

Bin Laden, procurado desde o ataque de 11 de setembro às Torres Gêmeas, exercia uma função mais de mentor do que de executivo da organização terrorista, mas seu papel simbólico continuava importante.

Em sua manifestação, o Presidente Obama destacou que os Estados Unidos lutam contra o terrorismo, não contra o Islã, mas se deve registrar o fato de o corpo de Bin Laden ter sido jogado ao mar, evitando que passasse a existir um túmulo que se transformasse em local de peregrinação.

O fato de Bin Laden não ser mais o principal executivo da Al-Qaeda, que está sendo conduzida por outras lideranças, faz com que as potências ocidentais continuem a temer, com mais razão ainda, a ocorrência de ataques terroristas. Registre-se que a Al-Qaeda funciona como uma rede, fundamentada em células ativistas locais, descentralizada, em uma espécie de sistema de franquias, com amplas ramificações e com muita capilaridade.

O cenário provável é de continuidade de ações terroristas, agora com o combustível da morte do líder Bin Laden. É essa situação que a Secretária de Estado, Hillary Clinton, tinha em mente ao declarar que a luta contra a Al-Qaeda continua.

A morte de Bin Laden foi objeto de intensas manifestações de júbilo nos Estados Unidos e elevou a popularidade do presidente americano. Fez aflorar, no entanto, um paradoxo que caracteriza a política externa norte-americana: de um lado, como potência hegemônica, os Estados Unidos têm interesses estratégicos em escala global e, dentro de uma visão para eles – Estados Unidos – realista, avocam o direito do uso da força para defender esses interesses, algumas vezes independentemente de ser ouvido o Conselho de Segurança das Nações Unidas; de outro lado, colocam-se como defensores dos princípios democráticos e dos direitos humanos, o que faz com que eles, dessa forma, consigam legitimar, no seu entender, o uso da violência.

A questão da divulgação da foto de Bin Laden morto insere-se nesse quadro mais amplo. Ao dizer que a divulgação coloca risco para a segurança nacional, o governo americano faz uma opção pela defesa da segurança, em detrimento da publicidade exigida pelos difusores de notícias.

Gostaria também de informar a V. Exªs que, na sexta-feira da semana que passou e na segunda-feira desta semana, a Comissão de Relações Exteriores, juntamente com o Presidente da Subcomissão de Acompanhamento dos Preparativos da Rio+20, Senador Cristovam Buarque, participamos, na sexta-feira, na Fundação Alexandre de Gusmão, no Rio de Janeiro, no Palácio do Itamaraty, de um debate com 37 representantes dos mais diversos setores que tratam do campo ambiental – inclusive, o Senador Jorge Viana também estava presente – sobre o tema da construção da agenda que seria debatida na Rio+20. E, na última segunda-feira, nós, os integrantes da Subcomissão de Acompanhamento dos Preparativos da Rio+20, presidida pelo Senador Cristovam Buarque, estivemos no Rio de Janeiro, para uma reunião com o Prefeito daquela cidade e com a sua equipe encarregada desses preparativos, para sabermos como estão andando essas providências. Lá estivemos presentes, além do Senador Cristovam Buarque, Presidente da nossa Subcomissão; o Senador Francisco Dornelles, Vice-Presidente da Comissão; o Senador Lindbergh Farias – ambos representantes do Estado do Rio de Janeiro –; o Senador Aloysio Nunes Ferreira; o Senador Randolfe Rodrigues e o Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, Senador Rodrigo Rollemberg. Eram, ao todo, sete Senadores.

Participamos de várias reuniões, e o resultado desses encontros será transmitido depois aos senhores. E, daqui por diante, essa será uma prática desta Comissão. Todo esse trabalho exercido pela Comissão de Relações Exteriores, no que tange à realização da Rio+20, será sempre transmitido à nossa Comissão e a nós todos que aqui estamos pelo Presidente da Subcomissão. Eu diria que deveríamos mesmo chamar essa Subcomissão de Comissão, não só pela estatura do evento, como também pela estatura de quem a preside e de quem é o seu Vice-Presidente, nas pessoas do Senador Cristovam Buarque e do Senador Ministro Francisco Dornelles. Então, oportunamente, o Senador Cristovam Buarque dará conhecimento aos membros desta Comissão de como ocorrem esses eventos e da participação dos membros dessa Comissão.

Passamos à nossa pauta do dia de hoje. O Item 1 é não terminativo.

ITEM 1
- Não terminativo -
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL
Nº 41, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Srª Irene Vida Gala, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Gana.

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: Senador Jarbas Vasconcelos.

Observação: – No dia 28 de abril de 2011, foi lido o relatório, tendo sido concedida vista coletiva da matéria.

ITEM 2
- Não Terminativo -
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL
Nº 45, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Sr. Carlos Alberto Lopes Asfora, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Geórgia.

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann.

Observação: – No dia 28 de abril de 2011, foi lido o relatório, tendo sido concedida vista coletiva da matéria.

Convido para que tomem assento à Mesa os Srs. Embaixadores que, hoje, serão sabatinados por esta Comissão: inicialmente, a Embaixadora Irene Vida Gala, indicada para a República de Gana, e o Embaixador Carlos Alberto Lopes Asfora, indicado para nos-

sa Embaixada na Geórgia. Sejam V. Exªs bem-vindos a esta Comissão!

Antes de passar a palavra à Srª Embaixadora e ao Sr. Embaixador indicados para exercer seus ofícios nos países para os quais estão sendo destinados, lembro aos membros da Comissão que, na reunião do dia 28 de abril de 2011, foram lidos os relatórios referentes às Mensagens nºs 41 e 45, ambas de 2011, e concedida vista coletiva das matérias.

Informo aos indicados que o tempo destinado à exposição será de 20 minutos. O tempo será marcado por aquele relógio. No momento em que V. Exªs iniciarem, começará o *countdown*, a contagem regressiva de 20 minutos, com tolerância de mais 2 minutos.

Desejo a V. Exªs êxito na apresentação que irão fazer.

Concedo a palavra à Embaixadora Irene Vida Gala.

A SRª IRENE VIDA GALA – Muito obrigada, Sr. Presidente desta Comissão e excelentíssimos senhores membros da Comissão de Relações Exteriores.

Faço um especial agradecimento também ao Relator desta minha indicação, Senador Jarbas Vasconcelos. É uma satisfação para mim estar aqui. É a minha primeira indicação para exercer o cargo de Embaixadora da Carreira de Diplomata. Espero poder contar com o apoio dos membros desta Comissão para essa indicação.

V. Exªs receberam as informações. Eu apenas me permitiria apresentar alguns dados adicionais sobre o país no contexto africano. Nessa apresentação, inicialmente, farei alguns comentários sobre a atualidade do país; depois, falarei alguma coisa sobre a parte das relações internacionais de Gana e, por fim, farei alguns comentários sobre as relações Brasil-Gana.

Sobre Gana, o mais importante, neste momento, é frisar que os avanços que o país vem obtendo ocorrem num contexto em que o conjunto do continente africano vive, na primeira década do século XXI, um avanço positivo. Houve o fim de algumas guerras importantes, embora se mantenham algumas outras, infelizmente, no caso da República do Congo. Mas o conjunto do continente africano assistiu a um avanço em termos de desenvolvimento econômico que é também refletido em Gana. Na verdade, Gana assiste a essa melhoria das suas condições já antes mesmo do conjunto do continente. Na década de 90, que foi considerada a década perdida para a África, o período do afro-pessimismo, Gana já começava o exercício democrático, que marca a trajetória do país nos últimos 20 anos.

Em 1992, Gana fez uma primeira eleição democrática nesse período, depois de alguns golpes militares, e, após essa primeira eleição democrática, seguiram-se quatro outras. Então, no período de 20 anos, são cinco eleições presidenciais e parlamentares, que permitiram a troca duas vezes de poder, e essa troca de poder, Sr. Presidente, deu-se de forma tranquila. Na última eleição, realizada em 2008, por exemplo, a aproximação de votos foi muito grande, houve uma centena de diferença entre os dois candidatos, e, mesmo nessa condição, houve perfeita tranquilidade na transferência do poder.

Ali está o mapa. Gana tem, mais ou menos, o tamanho de Rondônia. A sua população corresponde à soma das populações – talvez, um pouco mais – dos Estados da Bahia e de Pernambuco ou, senão, de Minas Gerais e do Espírito Santo. E a situação que marca hoje a trajetória de Gana é o início da exploração de petróleo no final de 2010.

Então, este é o grande desafio do país: o que fazer com uma nova receita e como fazer com que esse agregado na economia do país seja distribuído para o conjunto da sociedade?

Um dado marcante muito interessante é que, já neste primeiro trimestre, eles aprovaram a lei de utilização dos recursos do petróleo, garantindo que 30% desses recursos sejam utilizados pelas futuras gerações. Em todos os países do continente africano – e prefiro me referir apenas à África, porque não conheço o suficiente outras áreas para comentar –, essa questão de utilização dos recursos do petróleo pelas outras gerações é debate muito difícil, e Gana já superou esse debate num exercício democrático que foi saudado pelos observadores internacionais.

O Embaixador Luís Fernando Serra, que é o atual chefe do posto, faz uma síntese muito feliz a propósito da situação de Gana, e eu me permito emprestar dele essas palavras. Ele diz que Gana é a melhor combinação possível entre boa governança e abundância de riquezas naturais ao sul do Saara. De fato, é um comentário que me parece interessante. E as relações do Brasil com Gana são muito positivas, vêm caminhando bastante bem, mas, talvez, não tenham a projeção que outros países têm na agenda, do ponto de vista de mídia, de interesse de pesquisadores. Gana é o oitavo maior parceiro comercial, mas esse número, talvez, não reflita toda a potencialidade dessas relações. Certamente, há ainda muito a ser explorado. O que acho bastante importante registrar no tocante à relação entre Brasil e Gana é que estamos começando alguns projetos que são de grande novidade na história da relação do Brasil com a África.

Embora eu tenha certeza, até pela leitura do relatório em que foi mencionada a questão da Embrapa, de que é muito importante a cooperação agrícola, eu me permitiria singularizar um tópico, que é muito

particular: o projeto desenvolvido por uma instituição, o Hemocentro de Minas Gerais, para instalação, construção e capacitação de um hospital para o tratamento da anemia falciforme em Gana. O que acho ser bastante particular e interessante nesse projeto é que, para desenvolver esse trabalho em Gana, o Brasil está aproveitando sua experiência como país que contém uma grande proporção de negros. É bastante importante, acredito, estabelecer na relação com a África um componente da transferência não só da capacitação agrícola brasileira, mas também da nossa capacidade de lidar com o problema racial, com as questões referentes à população negra, que compõe o conjunto da nossa Nação.

Estou à disposição para tecer quaisquer outros comentários. Vou procurar responder a perguntas que V. Exªs queiram fazer, mas vou ainda para alguns outros itens que não estão no relato apresentado anteriormente, acredito, mas que apresentam bastante bem a situação de Gana no contexto internacional.

Gana, hoje, é o nono maior contribuinte de tropas das Nações Unidas e também é um contribuinte importante da Cedeao, que é seu entorno regional, e da União Africana. Apenas para se ter um registro, lembro que o Brasil é o 13º contribuinte, e Gana, o 9º contribuinte.

O que é importante frisar nesse aspecto é que Gana passou por sucessivos golpes militares e, desde 1992, vive um regime democrático. Então, era preciso aplicar essas Forças Armadas dentro de um regime constitucional, num tipo de atividade que contribuísse para a projeção do país. Então, é bastante importante para eles essa participação em missões de paz no exterior. Para isso, é importante, por exemplo, a relação com o Brasil. Este é apenas um detalhe, mas penso que reflete a preocupação do país com uma agenda bastante sofisticada a relação com o Brasil, por exemplo, para ajudá-los no *airlift*, no transporte das tropas de paz, porque eles não têm um avião. Esse debate começou com a transferência das tropas. Eles precisam alugar aviões, obter aviões, e eles queriam alugar e obter aviões do Brasil. Isso levou, por fim, à decisão de comprar um avião da Embraer, e, hoje, entre os itens da pauta do Brasil com Gana, está a negociação de alguns créditos de financiamento pelo BNDES, e um deles é destinado à compra de um avião da Embraer, que tem por objetivo o transporte de autoridades e também, de forma bastante importante para o país, o transporte de tropas. É um detalhe, mas que reflete a maturidade da agenda externa.

Ainda no campo da agenda externa, Gana é um grande apoio do Brasil no conjunto dos países africanos à candidatura do Dr. Graziano, talvez até pela agenda de cooperação agrícola, que tende a crescer. Hoje, Gana já tem uma usina de etanol em bases comerciais, comprada do Brasil, funcionando no nordeste do país. Há também projetos de desenvolvimento agrícola, um projeto de desenvolvimento na área de arroz. Já houve a primeira colheita de arroz. Nem estou falando de cooperação técnica, mas de atividade empresarial, de presença de cooperação entre empresários. Talvez, até por essa importante agenda agrícola, o apoio à candidatura do Dr. Graziano é bastante marcante. Outro aspecto na área multilateral, ao longo da década passada, quando o Brasil negociava – e acompanhei esse assunto, porque eu estava na missão do Brasil junto às Nações Unidas –, foi o apoio da diplomacia de Gana ao pleito do Brasil de candidato a integrante do Conselho de Segurança como membro permanente.

O antigo chanceler do Governo anterior, do Presidente Kuffour, era um dos mais ativos entre o grupo africano na defesa da posição do G4. Enfim, são pequenas informações que compõem uma pauta que vai além de um comércio onde Gana é o oitavo principal mercado das exportações brasileiras, atrás, essencialmente, apenas de países que são parceiros pelo aspecto comercial de compra de gás ou petróleo. Então, com exceção da África do Sul, cuja dinâmica, cujo potencial da economia todos nós aqui conhecemos, todos os outros parceiros têm, de alguma forma, um envolvimento com o mercado de energia, mas Gana ainda não. Mas, neste momento, em que Gana começa a explorar petróleo, é bastante possível que a Petrobras tenha presença no país, também em termos de venda de petróleo.

O item petróleo, então, começa agora a surgir no país. E, como eu mencionava, há um desafio: como um governo democrático vai continuar – haverá eleições em 2012 – a discussão? Como um governo eleito se mantém fazendo melhoria das condições sociais com um incremento de orçamento da ordem de US$1 bilhão por ano?

Então, nessa área do petróleo, é interessante mencionar que os americanos surgem como os grande potenciais compradores, embora se fale muito da relação com a China. Recentemente, a China anunciou – não sei quanto disso se materializará – empréstimos concessionários da ordem de US$13 bilhões, quando o orçamento do país é de US$31 bilhões, ou seja, um terço mais ou menos. Então, espero, contando com o apoio de V. Exªs, estar em Gana para poder pensar e verificar *in loco* como isso ocorrerá.

Não me estenderei muito mais do que isso, mas, talvez, este seja um dado interessante: Gana, nessa sua projeção de sucesso na aplicação de medidas macroeconômicas de contenção, de redução de inflação,

de ajuste das finanças públicas – e é claro que sempre ressalto a posição democrática, o governo democrático –, foi o destino de viagens tanto do Presidente Bush, no seu último mandato, quanto do Presidente Obama. A primeira visita do Presidente Obama à África foi feita em Gana, ainda sendo ele queniano, tendo origens quenianas – e havia uma expectativa de que ele fosse, primeiro, ao Quênia.

Enfim, de certa forma, acho revelador um país discreto e pequeno fazer um trabalho de correção das suas estruturas econômicas, de inserção da população. Foi reconhecido pelo Banco Mundial e pelo FMI um avanço na sua transparência, na realização da gestão do Estado.

Caso eu venha, de fato, a ter com essa oportunidade de estar em Gana, contando com o apoio de V. Exªs, penso que poderei estar diante de um dos países que oferecem ao Brasil um grande potencial para o desenvolvimento de relações.

Muitíssimo obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Embaixadora Irene Vida Gala, pela sua explanação.

Passo a palavra ao Embaixador Carlos Alberto Lopes Asfora, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Geórgia.

Tem a palavra V. Exª, por vinte minutos.

O SR. CARLOS ALBERTO LOPES ASFORA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é uma honra para mim estar aqui diante de V. Exªs. Vamos ver um pouco como se processa essa abertura de Embaixada do Brasil na Geórgia.

Quando o Chanceler Patriota me convidou para abrir a Embaixada na Geórgia, eu me fiz uma pergunta que, talvez, tenha ocorrido a V. Exªs também: por que abrir uma embaixada na Geórgia? Há várias respostas. A primeira delas é que, diante da enorme projeção internacional que o Brasil vem alcançando e já alcançou, a Geórgia abriu uma embaixada no Brasil no ano passado. E, sendo a reciprocidade um dos princípios basilares da diplomacia, o Brasil criou uma embaixada em Tbilisi. Além disso, o Brasil já tinha aberto embaixadas em países vizinhos da região do Cáucaso, ou seja, na Armênia e no Azerbaijão, e, com a abertura da embaixada da Geórgia, fica, portanto, completa a cobertura diplomática brasileira na região da chamada Transcaucásia.

Finalmente, a Geórgia é um país muito interessante, porque, ao longo de sua história, que é milenar, sempre exerceu um papel de encruzilhada de civilizações e tem uma história muito antiga. O próprio nome que os gregos deram à Geórgia vem da expressão "terra arável". Então, era uma região muito fértil. Desde os tempos da mais retoma antiguidade, foi povoada por tribos provenientes da Caldéia. O nome da Geórgia, na língua georgiana, é *sakartvelo*, que, nessa língua, significa "povo da Caldéia". Então, sabemos que a civilização surgiu nessa região da Mesopotâmia, em Ur e em outras cidades. Essa é a origem então da Geórgia.

Eu gostaria de fazer um paralelo também com base em uma relação mais antiga, porque isso ajuda a iluminar a própria relação da Geórgia com o mundo de hoje e também a relação bilateral do Brasil com a Geórgia. Eu queria me referir inicialmente ao mito de Prometeu. Como V. Exªs se lembrarão, Prometeu era um titã que roubou o fogo dos deuses e o deu aos homens. E o castigo que Zeus, o rei do deuses, infligiu a Prometeu foi acorrentá-lo no Cáucaso, exatamente na Geórgia. Esse mito tem uma referência real, que trata da riqueza mineral da Geórgia, que, desde tempos muito antigos, dominou as técnicas da metalurgia. O subsolo da Geórgia é muito rico em manganês e em cobre, o que fez com que eles dominassem as técnicas metalúrgicas e também se valessem da presença de erupções de fogo, que, até hoje, são visíveis no vizinho Azerbaijão. Essa união do fogo, que era abundante na região, com os metais fez com que se criasse esse mito de Prometeu.

A esse respeito, eu queria também mencionar que a capital da Geórgia, Tbilisi, foi fundada no séc. V d.C. A lenda conta que o rei estava caçando e atingiu uma ave, que caiu. Quando o rei chegou para colher a ave, esta tinha caído numa fonte de água quente, numa fonte de água termal, e já estava cozida. Então, o rei resolveu criar ali a sua capital. O que isso tem a ver com a Geórgia de hoje? O império soviético resolveu industrializar essa região. Com base justamente nessa riqueza mineral da Geórgia, o poderio soviético decidiu criar uma indústria com base na metalurgia. E, até hoje, a Geórgia fabrica locomotivas utilizadas em toda a Europa oriental. Também há uma fábrica de aviões. Se V. Exªs aprovarem meu nome, sugerirei, por exemplo, uma área que poderia servir de base para uma boa cooperação com o Brasil, que seria a indústria aeronáutica, porque a Geórgia tem uma tradição na indústria aeronáutica.

Eu queria fazer uma segunda referência a um mito histórico, que também ajuda a entender a Geórgia de hoje: o mito de Jasão e os Argonautas. Jasão, como V. Exªs se recordarão, foi um príncipe destronado por um usurpador. Para recuperar o trono, ele teve de buscar o velocino de ouro. Onde ele foi buscá-lo? Na Cólquida, que é a região das costas do Mar Negro, da Geórgia. O que vinha a ser o velocino de ouro? Era uma pele de carneiro de ouro que teria poderes mágicos. Jasão

conseguiu, com o apoio da princesa Medeia, que era de origem georgiana, recuperar o velocino de ouro. Em que isso se refere à Geórgia real? É que esse mito do velocino de ouro se origina nas técnicas de garimpagem que havia naquela época. Na Geórgia, eles utilizavam peles de carneiro para, nos rios, recolher as pepitas de ouro. Ainda hoje, a exportação de jóias é uma das mais importantes fontes de recurso para a Geórgia.

Finalmente, faço uma última referência a essa questão mais ancestral, a questão da uva e do vinho. Segundo os georgianos, a palavra "vinho" tem origem georgiana. Eles têm mais de cem espécies nativas de uva. A exportação de vinho sempre foi o principal item da pauta de exportação da Geórgia, até a Rússia, em 2006, em função das questões relativas às regiões separatistas que recebem o apoio da Rússia, proibir essa exportação de vinho da Geórgia. Mas, tradicionalmente, era o principal item da pauta de exportações do país.

Esses detalhes ajudam a entender um pouco esse país de dimensões geográficas pequenas em relação ao Brasil. Com uma área territorial que, em termos brasileiros, ficaria entre o Rio Grande do Norte e Santa Catarina – são 70 mil quilômetros quadrados –, é um país que tem uma população pequena, mas é um país que tem uma significativa posição estratégica, por se encontrar justamente entre a Rússia, que fica ao norte; a Turquia, ao sul, uma potência emergente e que faz fronteira também com o país; a Armênia; e o Irã, que não chega a fazer fronteira, mas que está muito próximo. É uma região, realmente, muito estratégica. Ao leste da Geórgia, está o Azerbaijão, que tem uma costa no Mar Cáspio e que tem uma zona de produção de gás e de petróleo, que têm de ser transportados para o Ocidente. A Europa depende muito do abastecimento de gás e petróleo. Para evitar a dependência da Rússia, que já causou problemas no passado – a Rússia, há poucos anos, resolveu suprimir o fornecimento de gás para a Ucrânia, de onde o gás era transportado para a Europa ocidental –, para evitar isso, existem gasodutos e oleodutos que atravessam a Geórgia. Então, esse país também tem uma posição estratégica em função de sua localização geográfica.

Em relação à história mais recente do país, a Geórgia ficou independente justamente no final, no esfacelamento do império soviético. Em 1991, o Brasil reconheceu a sua independência. Em 1993, o Brasil estabeleceu relações diplomáticas, mas essas relações são muito incipientes, porque ainda não temos uma embaixada no país. Apenas no ano passado, a Geórgia abriu uma Embaixada aqui, em Brasília. De toda a América Latina, a Geórgia escolheu o Brasil para ter a sua primeira Embaixada residente na América Latina, mais uma amostra da grande importância que o Brasil tem.

Já existe um comércio incipiente entre o Brasil e a Geórgia. Na verdade, em termos comparativos, é um comércio pequeno. Se V. Exªs me derem a honra de autorizar o meu nome para exercer a função de Embaixador em Tbilisi, procurarei desenvolver esse comércio. A Geórgia tem uma característica interessante: de todos os países da antiga órbita soviética, com exceção daqueles que já fazem parte da União Europeia, Romênia, Bulgária, os Países Bálticos, mas dos demais países que faziam parte da União Soviética, a Geórgia é considerada o país que mais avançou no combate à corrupção e que tem o clima econômico mais favorável aos investimentos estrangeiros. E a Geórgia tem recebido, realmente, investimentos estrangeiros importantes de países tanto do ocidente como da própria Índia, que, recentemente, investiu milhões de dólares nesse transporte de gás.

O Brasil teria muitas oportunidades nessa área de investimentos na Geórgia. Dou um exemplo a V. Exªs: mais de 50% da população da Geórgia – esse país ganhou dos gregos esse nome pela sua terra fértil – vivem da agricultura, mas a agricultura ocupa apenas 10% do PIB do país. A produção agrícola é abundante, mas a infraestrutura é tão deficiente, que eles não têm como escoar essa produção. Então, o Brasil, com a enorme experiência que tem na construção de portos e de estradas – no mundo inteiro, há firmas brasileiras atuantes nessa área –, tem muita chance de ter uma proeminência muito grande na Geórgia.

Outra área importantíssima é a da energia hidrelétrica. A Geórgia não tem uma produção expressiva de petróleo, embora esteja próxima ao Irã e ao Azerbaijão, que têm essa produção, mas a Geórgia tem um imenso potencial hidrelétrico. No entanto, esse imenso potencial hidrelétrico só é aproveitado também em cerca de 10%. Com a enorme expertise que o Brasil tem nessa área de aproveitamento de recursos hidrelétricos, temos uma grande possibilidade de desempenhar um papel importantíssimo no desenvolvimento dessa fonte de energia par a Geórgia.

Estou servindo, atualmente, na Holanda, tenho tido contato no exterior – e, em Brasília, tive contato com o Embaixador da Geórgia – e sei que eles têm, realmente, enorme ansiedade para que essa relação com o Brasil se desenvolva. Para que V. Exªs tenham uma ideia, quero dizer que eles já propuseram, antes mesmo de abrirmos a Embaixada lá – e eles mal tinham aberto a Embaixada deles aqui –, dez memorandos de entendimento, para serem assinados com o Brasil. Um deles, inclusive, diz respeito à área de defesa, que é um assunto que cala muito fundo para a Geórgia,

porque é um país que sempre, ao longo de sua história milenar, esteve à mercê de grandes potências. Ao longo de sua história, a Geórgia já esteve à mercê da Grécia, de Roma, da Pérsia, do Império Bizantino e, depois, dos califados árabes. Desde o século XVIII, justamente para fugir dessas sucessivas levas de ocupantes, a Geórgia apelou para a Rússia – foi realmente quando a Geórgia se tornou um satélite da Rússia. V. Exªs conhecem, certamente, a figura mais célebre da história da Geórgia, Stálin, que foi um georgiano que marcou a história mundial.

Entre os acordos bilaterais que a Geórgia propõe fazer com o Brasil, há um acordo para a criação de grupo de amizade parlamentar, que também seria algo de interesse da Geórgia, mas V. Exªs também teriam como atuar nesse área.

Um assunto que eu queria abordar rapidamente e que é muito complexo é a questão de a Geórgia ser um país fraturado. É um país que, ao longo da história, era um mosaico de etnias, línguas e culturas. O que é que deu unidade à Geórgia? Foi a religião cristã. A Geórgia foi, junto com a Armênia, o primeiro país a adotar o cristianismo como religião oficial. A influência do cristianismo chegou ainda no primeiro século depois de Cristo, mas, já no séc. III, o cristianismo se tornou a religião oficial. Hoje, a religião cristã, que é uma forma da religião ortodoxa, mas que é autônoma – a igreja da Geórgia é autônoma –, exerce, segundo interlocutores com quem já tive possibilidade de conversar na Geórgia, uma influência maior ainda do que a política na Geórgia. E isso ocorre depois de 70 anos de domínio comunista. Enfim, sempre foi um país com fortes tendências centrífugas, mas conseguiu, graças a essa influência cristã, manter uma unidade. Mas, quando a União Soviética se esfacelou, algumas dessas regiões que eram, já no tempo soviético, repúblicas autônomas dentro da República da Geórgia quiseram obter a independência.

Ainda no séc. XIII, um dos reis da Geórgia fez questão de ser enterrado na Abkhazia, que é a região onde estavam todas as *dashas* da nomenclatura soviética. Nas costas do Mar Negro, até hoje, dizem que o Presidente dessa República, que não é reconhecida internacionalmente, mas que tem o denominado Presidente, dispõe de cinco *dashas* nas costas do Mar Negro, porque são *dashas* que ficaram do período soviético. A Geórgia era uma espécie de riviera do império soviético.

Essa região da Abkhazia e uma região muito próxima a Tbilisi, que fica ao norte de Tbilisi, que é a Ossétia do Sul, foram regiões que tentaram obter a independência no momento do final do império soviético e que, com o apoio da Rússia, conseguiram... Hoje, há tropas russas nessas regiões. A Geórgia tem como principal problema da sua pauta de política externa evitar que qualquer país reconheça a independência dessas regiões. Quatro países já a reconheceram, mas o Brasil, obviamente, não reconhece a independência dessas regiões.

A respeito da relação bilateral – meu tempo está terminando, infelizmente –, eu queria também ressaltar que a Geórgia já manifestou apoio ao pleito brasileiro de ter assento permanente no Conselho de Segurança. Há um enorme interesse em todas as áreas. Considero que, com a aprovação de V. Exªs, terei um terreno muito fértil para dinamizar a relação bilateral. Há enormes oportunidades de investimentos brasileiros. Com isso, teremos presença numa região estratégica, que está num *hub* de energia, porque tem todos esses gasodutos e oleodutos que passam por aí. É uma posição também de observação política muito importante, justamente por estar nessa encruzilhada de caminhos entre o norte e o sul e o leste e o oeste.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Sr. Embaixador Carlos Alberto Lopes Asfora, pela sua explanação.

Na lista de Senadores inscritos, a primeira inscrita é a Senadora Ana Amelia.

Tem a palavra V. Exª.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Caro Embaixador Carlos Alberto Asfora, espero que o nosso Chanceler Patriota não tenha sido seu Zeus e feito como o que fez Prometeu, acorrentando-o. Se bem que o lugar parece muito agradável, especialmente porque tem bons vinhos. Então, não será de todo uma missão difícil para V. Exª, que conhece muito bem aquela área.

Na sua exposição, o senhor mostrou que 50% da população da Geórgia vivem na área rural e que essa produção é só de 10% do PIB, o que significa dizer que é uma agricultura muito atrasada do ponto de vista tecnológico. Bom, aí o Brasil pode ser, também nesse campo, um parceiro de grande possibilidade junto a esse país.

Na produção de vinhos, que parece ser o destaque na produção rural, eu, que sou do Rio Grande do Sul, penso que pode haver... Temos grande interesse de estabelecer parcerias nessa questão.

Então, pergunto sobre esses dois aspectos e também sobre essa política de combate à corrupção. Os ex-países satélites, como a Ucrânia, por exemplo, vivem problemas relacionados à questão política de corrupção. Então, é a questão que apresento ao senhor.

E eu apresentaria já uma questão à Embaixadora Irene Vida Gala.

Aos dois, dou parabéns pelas exposições! Há um conhecimento muito profundo dos países onde vão servir na representação brasileira.

A senhora deu destaque bastante à indústria petroquímica e também à área médica, nesses aspectos, especialmente. No Brasil, em que se está indo agora para uma exploração de pré-sal, poderá haver a ampliação? Em que setores específicos a senhora imagina que possa haver interesse bilateral?

E, também na área médica, que outras áreas, além dessa da questão do Hemocentro, podem ser vistas e avaliadas, considerando já o aspecto vencido em relação ao que a Embrapa vem fazendo no campo da cooperação agropecuária e na transferência de tecnologia que o Brasil lançou?

Agradeço obrigada aos dois embaixadores.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Senadora Ana Amelia.

Tem a palavra o Sr. Carlos Alberto Lopes Asfora.

O SR. CARLOS ALBERTO LOPES ASFORA – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srª Senadora.

Realmente, em relação à cooperação agrícola, o campo é muito fértil. A Embrapa é hoje uma instituição de excelência no mundo inteiro, e nós podemos proporcionar uma modernização dessa agricultura ainda bastante arcaica.

Em relação à produção de vinhos propriamente, a Geórgia fez um esforço muito grande, diante do embargo imposto pela Rússia em 2006. Para competir no mercado internacional, ela deu uma boa revitalizada na indústria vinícola, mas, na área agrícola em geral, realmente o Brasil tem um papel muito importante a desempenhar.

Em relação a esse combate à corrupção, realmente, a herança do modelo soviético propiciou esse modelo em que tudo era feito por baixo do pano, digamos assim. Havia as máfias... Em Moscou, se falava de uma máfia georgiana para conseguir legumes e frutas até.

Então, houve, realmente, um combate muito grande, e eles conseguiram bastante progresso. E foi realmente o cavalo de batalha do Presidente Saakashvili, que fez do combate à corrupção a sua bandeira. No momento em que se criar uma comissão de amizade interparlamentar entre os dois países, certamente V. Exªs poderão debater com os georgianos as experiências recíprocas nessa área de combate à corrupção.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Nesse caso de combate à corrupção, pode até haver intercâmbio Brasil-Geórgia.

O SR. CARLOS ALBERTO LOPES ASFORA – As experiências de cada país podem realmente iluminar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – V. Exª concluiu a sua resposta?

O SR. CARLOS ALBERTO LOPES ASFORA – Eu espero que a senhora esteja satisfeita.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – A Senadora está satisfeita com a resposta oferecida?

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Então, tem a palavra a Embaixadora Irene Vida Gala.

A SRª IRENE VIDA GALA – Muito obrigada, Exmª Srª Senadora.

A propósito da cooperação na área energética, há alguns aspectos. A Petrobras tem um sistema hoje já de venda de etanol para Gana que tem um elemento pouco sabido. Até cerca de dois ou três anos atrás, quando o comércio com Gana era maior do que hoje, aproximadamente 20 milhões a mais do que em 2010, o Brasil vendia etanol diretamente para Gana. Hoje, o etanol que vai para Gana é triangulado através de Santa Lúcia. Portanto, quando hoje temos números já muito próximos do auge do que foi o comércio bilateral, de fato, esse comércio já é maior do que os números dizem, porque toda a triangulação feita pelo etanol não aparece na pauta. O pré-sal...

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS. *Fora do microfone*.) – Qual o motivo dessa triangulação?

A SRª IRENE VIDA GALA – Neste momento, ainda não sei dizer à senhora o porquê, qual a lógica empresarial. O que posso acreditar é que existe, do ponto de vista de acesso a mercados, que a Petrobras entende mais conveniente, muitas vezes há benefícios fiscais, a partir de exportações de determinados pontos. Então, acredito que seja esse o fator importante.

Para efeitos de cooperação futura – e V. Exª mencionou o pré-sal –, o que eu já pude ler é que há perspectiva de a produção brasileira, de a capacidade brasileira instalada para o tratamento do petróleo retirado do pré-sal não ser suficiente.

Então, um dos itens que eu já vi de possibilidades é a instalação em Gana, que também vai ter sua atividade de petróleo, a utilização de refinarias em território ganense para o tratamento, o refino do óleo brasileiro. Isso também com acesso ao mercado africano, porque, por exemplo, do ponto de vista de reservas, a gente fala... Hoje, é difícil dizer que todos os países africanos têm petróleo porque, na verdade, são 53, mas há um grande número de países africanos que hoje são produtores de petróleo. Isso é uma das razões, junto com as outras *commodities*, cujos preços vêm subindo, para os bons índices do continente do ponto de vista de crescimento.

Mas, por exemplo, comparados aos padrões brasileiros ou de outros países, como a própria Nigéria, que é vizinha, em certa medida, de Gana, eles têm reservas estimadas de 5 bilhões de barris, o que, em

certa medida, para a indústria petrolífera, não é o suficiente. Então, o que a Petrobras imagina é que ela vai ter uma capacidade instalada que ela poderá explorar.

A Petrobras também está tentando entrar na parte de exploração de petróleo. Ela está tentando. Tanto quanto há registro público, de que eu tenha conhecimento, essas negociações ainda têm um caminho a evoluir, mas a possibilidade existe.

Também elemento importantíssimo, eu acho, é que a tecnologia do pré-sal é determinante para as expectativas que os ganenses têm de explorar mais petróleo a preço... Porque eles também têm áreas de mar profundo.

Do ponto de vista de saúde, além da área de anemia falciforme que eu mencionei, há o clássico componente já previsto na cooperação com a África, que tem a ver com a cooperação em matéria de Aids. A propósito disso, eu gostaria de fazer um comentário: os agentes brasileiros de cooperação têm limites para atuar no exterior. Ainda não somos um país em condições de expandir nossa cooperação internacional. Isso, falo um pouco em função da minha experiência de trabalhar com África. Tenho muito orgulho agora, ao fazer esse comentário, depois de 23 anos trabalhando em relações Brasil-África, de ter recebido a indicação de meu primeiro posto como Embaixadora em um país africano.

E essa experiência diz que os agentes brasileiros ainda estão se capacitando para trabalhar fora. A Fiocruz, por exemplo, que é importantíssimo agente da cooperação internacional na área de saúde, também tem seu limite interno de oferta de cooperação.

A Aids é muito importante. A inovação da anemia falciforme, já citei. Mas, em certa medida, associada com a questão de saúde, se a Srª Senadora me permite, há a questão da segurança alimentar, que é um projeto muito interessante que está sendo desenvolvido pelo MDA no programa Mais Alimentos – África. Gana foi o primeiro país a se interessar pelo projeto.

Ontem, fiz uma visita ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e, na expectativa de que eu venha a contar com o apoio de V. Exªs, nós brincamos, e o colega que estava lá disse: "Bem, Irene, você vai chegar a Gana possivelmente num trator brasileiro". Isso é parte das exportações, num acordo de empréstimo concessional de US$96 milhões. Vão ser equipamentos e treinamento para agricultura familiar, usando a tecnologia brasileira de programas sociais, fazendo com que isso chegue às escolas, com programa de atendimento à merenda escolar. Entendo que isso é importante também como aspecto de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Eu pediria atenção, porque está havendo microfonia. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, as exposições que acabamos de ouvir são mais uma prova da excelência dos quadros do nosso Ministério das Relações Exteriores. Quero cumprimentar nossos dois sabatinados.

Tenho duas perguntas a fazer.

A Srª Embaixadora pergunto o seguinte. A senhora fez menção a um financiamento concedido pela China, recentemente, à República de Gana. A senhora tem uma experiência bastante ampla sobre os negócios da África. Pergunto à senhora se, também em Gana, observa-se um processo de grande expansão de investimentos chineses, inclusive com compras, com a aquisição de extensas áreas, de áreas agrícolas, de prospecção mineral, com a emigração de trabalhadores chineses. Pergunto à senhora se isso se verifica também em Gana e se a senhora considera que aquela semente que foi plantada no séc. XIX, das famílias originárias da Bahia que voltaram para Gana – foram objeto, inclusive, de um fascinante ensaio do Embaixador Alberto da Costa e Silva –, pode ser avivada, digamos assim, para robustecermos a nossa relação com Gana, que já é bastante desenvolvida, pelo que a senhora relatou.

E, ao Embaixador, tenho uma pergunta relativa a saber a quantas anda o processo de transição do socialismo para o capitalismo na Geórgia. Seguramente, esse atraso da agricultura, aparentemente pouco produtiva, deve-se aos percalços da transição da terra de propriedade estatal para propriedades individuais. Como isso se dá, hoje, na área industrial e dos serviços, das grandes empresas?

A transição do socialismo para o capitalismo na Rússia se deu com a participação forte do aparelho de segurança do Estado e também das máfias, que se apoderaram, associadas, muitas vezes, ao aparelho repressivo.

Essa pergunta é tanto mais relevante quando se observa, pelo relato que recebemos do Ministério de Relações Exteriores e pelas notícias que temos, que existe uma forte instabilidade política ainda na República da Geórgia, além das questões relativas a esse vizinho incômodo que é a Rússia.

Esta é minha pergunta ao senhor: a quantas anda esse processo?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Concedo a palavra à Embaixadora Irene Vida Gala, por favor.

A SRª IRENE VIDA GALA – Muito obrigada, pelas perguntas, que me permitem alguns comentários que realmente não tive oportunidade de fazer previamente.

No tocante aos investimentos chineses, e, de certa maneira, isso se aplica ao conjunto do continente africano, a China utiliza basicamente empréstimos concessionais que o conjunto dos países ocidentais não pode fazer. E não pode fazer por quê? Porque, na década de 90, havia um grande endividamento africano. É uma experiência que todos nós do Brasil conhecemos; sabemos o que é negociação com o FMI, todo tipo de pacotes e de exigências por parte das autoridades financeiras e monetárias internacionais. Em função da dívida desses países, eles precisaram entrar em iniciativas de perdão da dívida. O próprio Brasil fez perdão de dívida para alguns países africanos, e Gana é um desses países.

Então, o que acontece? Ao fazer acordos com o FMI e com o conjunto da comunidade internacional para perdão da dívida, os países que entram nesses projetos da chamada iniciativa repique ficam condicionados a reduzir seu percentual de empréstimo internacional. Como eles ficam condicionados a isso – por exemplo, no caso de Gana, eles não podem pegar empréstimos anuais a um valor superior a US$400 milhões –, o que acontece? A China não se compromete com isso, ela está fora desses US$400 milhões. Então, quando todo mundo fica discutindo por que o ocidente não participa na África da mesma forma que a China, isso ocorre porque o próprio instrumento coletivo do Ocidente, de controle das finanças internacionais ou alguma coisa semelhante a isso, limita nossa presença. Então, hoje, por exemplo, quando o BNDES está negociando alguma coisa em torno de US$400 milhões em programas de investimentos brasileiros ou de venda de serviços, algum investimento de venda de serviços e de equipamentos, quando o Brasil negocia isso, isso tem de estar incluído naqueles US$400 milhões, ou, senão, é preciso fazer acordos concessionais. No momento, o único acordo concessional que conseguimos fazer foi esse do Programa Mais Alimentos para a África. Dentro do BNDES ou dentro do Proex, existe um Proex concessional que está já de acordo com a regras do FMI e que a gente pode fazer. Tudo mais, a gente tem de ficar dentro de US$400 milhões. Eles, aliás, têm de renovar o acordo com o FMI em 2012. A notícia que tenho é que eles já disseram que não pretendem renovar esse acordo. Então, nós próprios nos atamos. Essa é uma visão do problema.

Do ponto de vista cultural, V. Exª perguntou se estão bons os laços tradicionais de relações culturais. Sem dúvida, é bastante importante a expansão da cooperação cultural, que nem sempre é o carro-chefe. E, nesse caso, eu me permitira, Sr. Presidente, fazer um pequeníssimo comentário: há o desafio de se inverter o processo de cooperação cultural, no sentido de atender a uma demanda muito grande da comunidade negra brasileira, que é a de se recuperar, rever-se, reorientar-se para o continente africano.

E eu me permito a fazer ainda mais um comentário. No governo do Presidente Lula, quando a África se tornou prioridade da política externa – poucas pessoas sabem, e, certamente, o Senador Cristovam Buarque se recordará disso –, a África se tornou prioridade do Governo Lula por que, sobretudo, a agenda com a África era um item do programa de governo do PT desde a sua origem. Então, quando a primeira coisa que o Presidente Lula faz, como ato internacional da sua gestão, é receber o Cáucaso, o conjunto dos embaixadores africanos em Brasília, ele está, sobretudo, respondendo a uma expectativa do movimento negro, que apoiou sua trajetória dentro do PT e sua eleição. Então, é importante que, nas relações bilaterais do Brasil com a África, possamos resgatar esse elemento da origem da política africana, que é o de verificar de que maneira o movimento negro espera encontrar nas relações com a África um estímulo para a promoção da igualdade racial no Brasil. Espero poder ter a oportunidade de fazer isso em Gana.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Para uma questão de ordem, concedo a palavra à Senadora Ana Amelia.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Eu proporia, se o Senado quiser, que o senhor abrisse a votação, já que está muito tranquilo, para agilizar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Coloco à deliberação do Plenário a sugestão, o requerimento apresentado verbalmente pela Senadora Ana Amelia de darmos início ao processo de votação.

Tem a palavra, pela ordem, o Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Há outros inscritos?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Sim, ainda está inscrito o Senador Randolfe Rodrigues...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Ah! A Senadora sugeriu que iniciássemos a votação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Isso

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu gostaria de me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pois não, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Mas sou favorável, sim, à abertura da votação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pois não.

Então, aqueles que estiverem favoráveis ao requerimento apresentado, de forma verbal, pela Senadora Ana Amelia para que se dê inicio, agora, ao processo de votação, permaneçam sentados. (*Pausa*.)

Aprovado, com o voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Declaro aberto o processo de votação.

Passo a palavra ao Embaixador Carlos Alberto Lopes Asfora, para continuarmos a sabatina. Desta feita, ele responde à pergunta formulada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Tem a palavra V. Exª.

Os Senadores que quiserem iniciar o processo de votação podem comparecer à mesa para pegar a cédula, por favor.

CARLOS ALBERTO LOPES ASFORA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Senador Aloysio fez uma pergunta muito pertinente. Realmente, o quadro político da Geórgia, desde a independência – eles estão comemorando 20 anos de independência –, é de uma fragilidade muito grande. Dos chefes de estado que eles tiveram, um se suicidou, outro foi deposto pelo atual presidente, numa revolução que levou ao poder, com eleições democráticas, o atual presidente. Então, é uma democracia muito frágil a que se está formando.

Essa transição do socialismo para o capitalismo está se processando, na medida do possível, em ritmo acelerado, porque, nos últimos anos, o Presidente Saakashvili, desde que tomou posse, tomou como principal bandeira da sua administração o combate à corrupção, a aproximação com o Ocidente, a tentativa de ser integrado à Otan, a tentativa, inclusive, de tentar entrar para a União Europeia. E, só para dar um exemplo de como essa transição do socialismo para o capitalismo está se processando, na área, por exemplo, da energia hidrelétrica, a Geórgia oferece às firmas que se instalarem e que produzirem energia hidrelétrica lá a propriedade total da usina hidrelétrica. Quer dizer, se uma firma brasileira, por exemplo, interessar-se em construir uma hidrelétrica lá, ela pode ter a propriedade dessa fábrica, dessa produção de energia.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não é concessão, é propriedade efetiva.

O SR. CARLOS ALBERTO LOPES ASFORA – Propriedade efetiva, justamente para tornar mais atraente. Então, esse quadro de fragilidade ainda existe, mas houve, nos últimos anos, avanços no sentido de uma transformação em uma sociedade capitalista. Isso se reflete também na área de serviços. V. Exª mencionou a área de serviços. Por exemplo, a EasyJet, que é uma das prestadoras de serviços aéreos de baixo preço, está estudando a possibilidade de abrir linhas para Tbilisi. A Geórgia tem um imenso potencial turístico, não só nas praias do Mar Negro, na região vitivinícola, que também é muito interessante – alguém, recentemente, comparou com a Provence, na França –, como também nas montanhas do Cáucaso, em que já há estações de esqui montadas. Essa área turística também pode propiciar um bom intercâmbio com o Brasil.

Os Jogos Olímpicos de Inverno de 2014 vão se realizar em Sochi, que fica na Rússia, mas fica há poucos quilômetros da fronteira com a Abkhazia, essa região separatista. Mas por quê? Toda essa cadeia montanhosa do Cáucaso propicia a instalação de estações de esqui, e, nessa área também, há uma participação grande dos capitais privados.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Concedo a palavra ao Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Srªs e Srs. Senadores, Srª Embaixadora, Sr. Embaixador, apresento duas questões.

A primeira, em relação a Gana, trata da presença recente da Embrapa não só em Gana, mas em toda a África, no continente africano. Considero essa presença de uma empresa tão renomada como a Embrapa na África importante, fundamental. Eu gostaria que V. Exª dissesse como o Itamaraty e V. Exª estão vendo essa experiência, que se vem realizando de 2006 para cá, no sentido de aprofundar essa presença brasileira, essa presença de tecnologia não só em Gana. Sabemos que há um escritório oferecido pelo governo de Gana em Acra, mas lembro que, no início desse processo, a presença da Embrapa não era para se centrar apenas em Gana, mas também em Gana, numa interação com os outros países do continente africano.

Pergunto: em quantos países, hoje, há a presença da Embrapa a partir de Gana? E como anda o trabalho da Embrapa em Gana?

Considero importante, Embaixadora, aprofundarmos esse assunto. E isso, Presidente Collor, tem um *link* com esse debate que vamos fazer na Rio+20. Um dos eixos da Rio+20 é a economia verde, é alimento, é solidariedade, é como produzir. Essa é uma experiência que o Brasil tem. Essa empresa, a Embrapa, possui cerca de dois mil pesquisadores e está trabalhando

num continente emblemático, que é o continente africano, onde há carência de grãos, de arroz, de alimentos. Mas, se o Brasil cuidar dessa relação multilateral, por conta da estratégia da Embrapa para a África, esse será um bom exemplo, para o Brasil discutir economia verde a partir dessa experiência com Gana.

Gostaria que V. Exª comentasse sob essa perspectiva.

Outra questão diz respeito à história do Brasil, com um grupo de escravos que voltou para Gana. Essa comunidade existe, está lá. O que V. Exª está pensando no sentido de não apenas manter essa relação, mas também de manter viva a história de um povo que veio da África para o Brasil, que para lá voltou e que se estabeleceu em Gana e continua lá. Parece-me que o Brasil tem uma representação nessa comunidade Tabom. Eu gostaria que V. Exª falasse um pouco de como o Brasil, por meio do Itamaraty, está trabalhando com essa comunidade em Gana.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Senador João Pedro.

Tem a palavra a Embaixadora Irene Vida Gala.

A SRª IRENE VIDA GALA – Muito obrigada.

A questão da Embrapa, talvez, seja paradigmática para se pensar a presença brasileira na África no campo agrícola. Quando a Embrapa foi aberta em Gana, a expectativa, como V. Exª mencionou, era que se expandisse, a partir dali, sua atuação. De fato, hoje, a Embrapa está no Mali, no Senegal e em Moçambique.

No Mali, há uma situação bastante interessante, porque há um projeto que envolve o chamado grupo do algodão. Foi uma negociação que começou em função das discussões da Rodada Doha, na OMC, por causa dos subsídios na área do algodão. Era preciso melhorar a produção, e o Brasil se engajou. Então, esse processo começou em função de uma negociação multilateral econômica e contou com o apoio da Embrapa. Hoje, é um projeto importante.

Em Gana, a Embrapa está atuando em pesquisa laboratorial. No entanto, quando eu disse que isso era paradigmático, eu pretendia, de fato, apontar o seguinte aspecto: hoje, quando se pensa que a Embrapa pode, de certa maneira, diminuir o tamanho do seu escritório – e é o que ela está fazendo –, a Embrapa foi capaz de perceber as reais necessidades. E as necessidades nascem de um ponto inicial. Hoje, o grande desafio da cooperação brasileira no campo agrícola na África é evidente: temos de prestar cooperação à África, mas temos de encontrar lá as razões dessa cooperação para o agente brasileiro. Então, é preciso que a Embrapa encontre uma nova fronteira da pesquisa na área de agricultura na África. Então, a Embrapa encontra aí um primeiro problema, porque nem sempre os pesquisadores brasileiros estão interessados em ir lá. E, aí, não há incentivo que o Estado brasileiro possa dar para levar um pesquisador a trabalhar um assunto pelo qual ele não tem interesse.

Estive na Embrapa, e o que conversamos foi que as possibilidades de incentivos poderão ser, por exemplo, prêmios para pesquisadores que façam trabalhos orientados para o ambiente africano. Isso poderá acontecer em Gana, como poderá acontecer em qualquer outro lugar.

No caso de Moçambique, que acho que também é importante, a Embrapa começou a trabalhar lá, e foram os técnicos da Embrapa que, na pesquisa de campo, identificaram potencialidades em que ninguém nunca pensou. E a Embrapa acabou de realizar, na semana passada em São Paulo, um grande evento com empresários do setor agrícola, porque o governo moçambicano está oferecendo terras, está oferecendo condições favoráveis, e o empresário brasileiro descobriu que tem interesse. Por quê? Porque o técnico da Embrapa foi lá e disse: "A condição do Corredor de Nacala é melhor do que o cerrado brasileiro".

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – V. Exª me permite, Embaixadora? E o Instituto Agronômico de Campinas tem participado disso? A senhora tenha ciência disso? Isso seria interessante.

A SRª IRENE GALA VIDA – Não tenho ciência disso. O que sei é existe um *pool*, tanto na África quanto no Brasil, de grupos que fazem pesquisa no campo agrícola. Então, tendo a acreditar que eles façam parte disso. Não são ações isoladas.

O que é muito interessante observar na questão da Embrapa na África é que houve aquela ação inicial de presença, que ficou marcada, e, a partir daí, começam a se desenvolver outras ações, que são – vamos dizer – mais apropriadas. Na primeira ação, você começa atuando sem saber exatamente o que vai encontrar do lado de lá. Tínhamos a expectativa, em 2006, que houvesse um potencial grande de cooperação. De fato, esse potencial existe. A cooperação está se expandindo para outros países, não necessariamente em Gana, mas, em Gana, foi possível perceber que há outras ações a fazer. Então, por exemplo, estando em Gana – uma das ideias que espero poder realizar –, vou procurar as parcerias na área da universidade com as universidades brasileiras que trabalham na questão agrícola, para potencializar a cooperação agrícola na base, na origem. Esse é um ponto que me parece importante.

Sobre a ligação com a comunidade Tabom, há um livro importante de um fotógrafo brasileiro que registrou

isso. Também tenho informação de que se está desenvolvendo o estudo de Português na Casa do Brasil que existe em Gana, porque essas comunidades ainda têm alguma expectativa de falar português.

Como mencionei, respondendo à pergunta do Senador Aloysio, espero que a gente possa expandir essa cooperação no sentido inverso. Há uma proposta feita pelo atual Embaixador em Gana de trazer o Rei de Tabom ao Brasil. Espero que a gente possa realizar isso e encontrar o acolhimento absolutamente digno para esse ancestral, que volta ao Brasil.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Concedo a palavra ao Senador João Pedro. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Senador Aloysio. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, tenho de me ausentar, porque tenho de ir a uma reunião da Ordem dos Advogados previamente agendada. Então, peço licença a V. Exª e a todos para exercer o direito de voto na escolha dos senhores futuros embaixadores.

Antes, porém, eu gostaria de fazer um comentário, que não se vai transformar em pergunta. O voto é secreto, naturalmente – essa é prerrogativa dos Senadores –, mas, como todo direito, pode ser exercido ou não. E, até pelo fato de o voto ser secreto, muitas vezes, a pessoa, exercendo-o, diz "votei no senhor", mas acaba não tendo votado.

Quero dizer que não vou votar em nenhum dos dois, apesar do absoluto preparo intelectual deles.

Em relação à nossa futura Embaixadora Irene – tenho certeza de que ela será escolhida –, eu assim farei por que achei desnecessária a menção ao PT e ao ex-Presidente Lula. Não vi razão para V. Exª mencioná-los, até porque, se tivesse de falar em intervenção diplomática, teríamos de começar com Geisel e teria de ter mencionado Azeredo da Silveira. Então, pareceu-me um viés ideológico desnecessário, porque V. Exª é agente do Estado. Não é que V. Exª não possa ter suas preferências. O ex-Chanceler, por exemplo, chegou a se filiar a um partido político. Farei essa opção, reconhecendo o preparo de V. Exª, reconhecendo que V. Exª se comportou muito bem intelectualmente. Tenho certeza de que vai representar bem o nosso País, mas, por essa razão, não o farei. Não lhe darei esse voto, porque entendi que esse poderia ser um ato até desnecessariamente – perdoe-me a expressão – bajulatório. Não há razão para isso. V. Exª vai representar dignamente o nosso País. Os partidos passam, os governos passam, e V. Exª vai permanecer como representante do nosso Estado.

No outro caso, trata-se da primeira investidura na Geórgia. E já me posicionei contra a ampliação, na minha opinião desnecessária, de embaixadas mundo afora. Então, nada tenho particularmente contra V. Exª, mas, como se trata da instalação de uma embaixada, não vejo essa necessidade neste momento. É óbvio que o Brasil deveria ter relações com todos os outros países, se pudesse, mas, numa relação comercial em que o Brasil exporta US$91 milhões e importa US$7,5 milhões, mesmo que haja todas essas possibilidades que V. Exª mencionou, penso que isso faz parte de um projeto que, infelizmente, não deveria estar sendo implantado agora.

Então, repito que nada tenho contra V. Exª, que já demonstrou preparo extraordinário, mas, por ter votado anteriormente contra a criação dessas embaixadas e por ser essa a primeira investidura, vou manter a coerência com a minha opinião e não lhe darei o voto.

Desculpe-me pela descortesia, mas é melhor que a sinceridade prevaleça.

Agradeço-lhes e darei os votos contrários, pessoalmente, não partidariamente, por essas razões que acabo de mencionar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Senador Demóstenes Torres.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, tem a palavra o Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, eu gostaria de ouvir o Senador Demóstenes e fiquei preocupado por que ele fala chamando a atenção para uma questão ideológica.

Eu estava atento à exposição da Embaixadora Irene e quero dizer que ela fez uma menção histórica a um Presidente que reatou uma relação com Gana. Então, nada há de ideológico na fala da Embaixadora. Eu gostaria de fazer essa contraposição, porque ouvi atentamente essa menção. E não podemos negar esse fato histórico de um Presidente eleito legitimamente que reata uma relação histórica do Brasil com Gana.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – As relações estavam rompidas antes? Não havia relações? Não havia outro embaixador?

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Havia relações, desde 1960. V. Exª sabe disso.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Mas V. Exª parece que não sabe.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sei perfeitamente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Reatou relações?

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Mas fazer essa menção...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É a tal história: o Brasil começou com o PT.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Mudar o eixo...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Isso está resolvido já, é jurisprudência no...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Senador, V. Exª tem de pedir licença ao Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador, a palavra está garantida ao Senador João Pedro.

Tem V. Exª a palavra.

Em seguida, o Senador Aloysio pode fazer uso da palavra.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Eu queria apenas colocar o fato: não há menção ideológica, mas, sim, uma menção histórica do Brasil com Gana. Paciência!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador João Pedro.

Tem a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, quero me manifestar, sobretudo, para mostrar, no meu ponto de vista, a boa representante que vamos ter em Gana.

Se olharem o currículo da Embaixadora Irene, verão que ela tem uma característica que eu gostaria que outros diplomatas tivessem também: ela é uma pessoa vinculada à África na sua carreira profissional. Ela ocupou cargos em Bissau, em Losaka, em Luanda, em Pretória e, no Brasil, ocupou a chefia da Divisão África II. Considero, Embaixadora, que essa é uma característica muito positiva do embaixador. É claro que o embaixador, além de ter um vínculo com a região, pode ter um vínculo também com a área da economia, com a área da cultura, mas o fato de ter uma opção profissional por uma região é admirável e positivo para o desempenho da função. Conheço muitos outros que têm essa característica. No Oriente Médio, há embaixadores que se dedicam ao Oriente Médio, bem como a outros que se dedicam à Ásia extrema. Isso é algo muito positivo. Eu a parabenizo e fico feliz em votar no seu nome para ser embaixadora em Gana.

Já que Senadores manifestaram que não votam, quero abrir mão do meu direito de voto secreto e explicitar meu voto.

Gana é um país que teve um papel fundamental na liberdade da África, dos demais países da África. Fui jovem ouvindo o nome de Nkrumah como um dos grandes personagens da história mundial. É uma pena que a globalização, Sr. Presidente, tenha apequenado os presidentes de cada país. É interessante isso. Naquela época, pré-globalização, todo presidente tinha um discurso universal, de Kennedy a Fidel Castro, a Nkrumah, a Sékou Touré. Cada um deles falava para o mundo, como massa. Hoje em dia, os presidentes diminuíram o discurso internacional, e, no momento em que mais precisamos disso, são raros os estadistas globais hoje. Tenho até dito que o único que ouvi falar como presidente global no encontro de Copenhague foi o Presidente de Madagascar, que é um país que precisa do resto do mundo para sobreviver, senão, as águas dos mares vão cobrir todas as – se não me engano – 26 ilhas.

Então, Gana tem um papel fundamental. E o Brasil tem relações com esse país desde 1960 – isso é verdade –, não desde o Governo Lula, e a senhora não quis dizer isso, mas quis apenas citar o papel recente da retomada de uma relação importância com a África, embora outros presidentes também tenham dado importância à África. Então, fico feliz em tê-la em Gana.

Gana é um país especial também porque, no cenário da África, é um dos países mais democráticos e com melhor educação, quando a gente faz comparações. É verdade que, mesmo assim, a educação ficou para trás. Em Gana, havia a mesma renda *per capita* da Coreia do Sul 40 anos atrás. Na Coreia do Sul, hoje, a renda é não sei quantas vezes maior. Mas o Brasil tinha duas vezes a renda *per capita* da Coreia, nos anos 60, mas, hoje, tem a metade, porque a Coreia fez o dever de casa melhor do que todos os outros na educação. Mesmo assim, Gana é um país que tem uma educação razoável no cenário africano.

Não cito só Nkrumah. Esse é o país também do ex-Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, que é de Gana, que tem casa lá até hoje e que visita o país com frequência. É um país que tem uma posição histórica importante. Além disso, é um país que a gente vê, pelo mapa, que tem uma relação com o Brasil pelos escravos. Muitos escravos vieram dessa região onde estão, sobretudo, os iorubás e outras etnias. Então, é uma posição importante.

Quanto ao Embaixador Carlos, quero dizer também, diferentemente do Senador Demóstenes – com quem concordo em muitas coisas –, que acho que o Brasil tem, sim, de abrir embaixadas no maior número

possível de países. E temos de acabar com essa ideia de vincular abertura de embaixada com relações comerciais. Nosso embaixador não é um caixeiro viajante. Ele até pode ajudar nas relações comerciais. Se fosse assim, não teríamos embaixada no Vaticano, cuja relação comercial com o Brasil, creio, é muito pequena, se é que existe. Entretanto, uma das embaixadas que temos de ter é a do Vaticano, pelas relações culturais, para não falar explicitamente das religiosas.

E a Geórgia é um país que está em uma posição muito importante. A Ásia Central é um lugar onde, desde o séc. XIX, faz-se o que alguns chamam de "grande jogo" das potências. O *great game*, como eles chamam, acontece naquela região. O senhor vai estar em um lugar em que vai poder observar o que acontece na Rússia, vai poder observar o que acontece no Azerbaijão, que é um país importantíssimo pelo petróleo que tem.

Os nossos embaixadores são observadores, não são caixeiros viajantes. São observadores e são representantes. Acho muito positiva a decisão do Governo de abrir relação diplomática na Geórgia, não por causa de vinho...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. *Fora do microfone*.) – Não falei isso.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu sei. Não foi o senhor que disse isso.

O Senador Demóstenes é capaz – porque sei que ele é um grande conhecedor – de encontrar vinho da Geórgia sem precisar ir lá. Com a globalização, a gente não precisa estar lá, em nenhum país, para comprar os produtos daquele país. É um local de observação do que acontece em uma região importante do mundo, com consequências para o mundo inteiro e, portanto, para o Brasil também.

Espero que o senhor seja nosso representante e nosso observador do que acontece em toda uma região. Por isso, é com satisfação que darei meu voto pela abertura dessa embaixada e, portanto, pela sua presença como nosso embaixador.

O SR. CARLOS ALBERTO LOPES ASFORA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque. Eu perguntaria se mais algum Senador deseja fazer alguma indagação.

Concedo a palavra ao Senador Aníbal Diniz.

Em seguida, passarei a palavra, para as considerações finais, à Embaixadora e ao Sr. Embaixador.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Na realidade, uso a palavra apenas para cumprimentar os dois Embaixadores. Foram escolhas absolutamente acertadas da Presidenta Dilma, sem medo de mencionar seus nomes, para que permaneçam na história. É absolutamente natural que os gestores, pelo período em que passam respondendo por suas funções, sejam mencionados, até por um dever de coerência histórica.

Quero manifestar aqui, sim, meu voto favorável aos dois e dizer que ambos trouxeram informações muito interessantes a respeito das duas repúblicas em que nos vão representar.

A Geórgia tem essa característica especial que nos é muito importante, que é o apoio ao nosso pleito junto ao Conselho de Segurança da ONU. E, quanto à República de Gana, é essa ação solidária que o Brasil está desenvolvendo na África. E foi demonstrada a vocação pela Embaixadora, que mostra estar orgulhosa por nos representar como Embaixadora na África.

Ficamos muito felizes e orgulhosos de poder votar nos nomes de vocês. Parabéns! Que tenham um boníssimo resultado e um excelente trabalho! Muito sucesso na missão que vocês vão desenvolver, representando a nossa República Federativa do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Anibal.

Para as considerações finais, concedo a palavra à Embaixadora Irene Vida Gala.

A SRª IRENE VIDA GALA – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu apenas gostaria de agradecer a todos os Senadores e Senadoras.

Foi, de fato, um privilégio, e imagino que esse privilégio estender-se-á pelo tempo que eu puder desempenhar essa função de representante do Brasil. Sem dúvida, uma das grandes experiências da vida de uma pessoa é chegar a este momento da carreira. Este é um momento que eu esperava há 26 anos, quando entrei na carreira. E vou desempenhar essa função na África, que, como bem indicou o Senador Cristovam, que conheço do período de Angola, é um tema muito caro a toda a minha experiência de vida.

Muitíssimo obrigado pelo interesse de todos, pelo apoio. Eventualmente, vemo-nos em Gana. Há um grupo parlamentar de amizade Brasil-Gana, recém-criado. Eventualmente, poderemos ter algum tipo de trabalho conjunto e terei o privilégio de receber a visita de V. Exªs na residência do Brasil.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigada, Srª Embaixadora.

Concedo a palavra ao Sr. Embaixador Carlos Alberto Lopes Asfora.

O SR. CARLOS ALBERTO LOPES ASFORA – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de agradecer a V. Exªs pelo interesse demonstrado na minha apresentação, pelo apoio que me foi concedido.

Eu queria fazer apenas um pequeno comentário em relação à declaração do Senador Cristovam Buarque sobre essa participação brasileira, essa participação diplomática ligada à instituição da observação. Realmente, uma das funções clássicas da diplomacia é a de representar, e isso a Embaixada faz, e a de informar também. Então, a presença num país estratégico como a Geórgia representa uma oportunidade, para o Brasil, de ser informado de tudo que está acontecendo.

Em relação ao que V. Exª mencionou sobre o fato de um embaixador não ser propriamente um caixeiro-viajante, eu queria lembrar que existe também o chamado *soft power*, que faz com que a presença cultural brasileira na Geórgia, por exemplo, já seja muito expressiva. Tenho tido oportunidade, com meus contatos com os georgianos, de verificar que existe um enorme apreço pelo futebol brasileiro na Geórgia. Da mesma forma, existe uma participação brasileira na cena musical georgiana. Apesar de eles terem uma tradição milenar de canto polifônico, a nossa Bossa Nova já tem penetração. Eles têm festivais de *jazz* tanto em Tbilisi quanto em Batumi, que fica na costa do Mar Negro, e existe uma presença brasileira. E esse *soft power* se manifesta também em relação às telenovelas. As telenovelas brasileiras já estão presentes na vida cotidiana da Geórgia. Então, o Brasil já tem uma presença cultural na Geórgia, e sabemos que a cultura abre portas. Pela penetração cultural, o Brasil poderá, inclusive, abrir oportunidades em outras áreas, tanto políticas, quanto econômicas e comerciais.

Mas quero reforçar o que o Senador Cristovam falou em relação à importância de outros aspectos. Não é o pequeno comércio que existe hoje em dia que tem de pautar a relação bilateral. Obviamente, com uma presença diplomática brasileira na Geórgia, surgirão novas oportunidades. Sendo um país que oferece realmente enormes oportunidades para o futuro, espero, com a aprovação de V. Exªs, ter oportunidade também de desenvolver as relações econômicas entre o Brasil e a Geórgia. E agradeço, mais uma vez, a atenção que me deram e o apoio que deram ao meu nome. Muito obrigado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Sr. Embaixador.

De acordo com o disposto no inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do art. 383 do Regimento Interno, a reunião da Comissão será transformada em secreta.

Por gentileza, os presentes que não forem Senadores se ausentem do plenário.

Obrigado.

(A reunião torna-se secreta às horas e é reaberta às horas.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Está reaberta a reunião.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, tem a palavra o Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, há algo que eu queria entender. É claro que foi um procedimento a reunião secreta, que acabamos de encerrar. Depois, haverá outra reunião secreta. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – É isso. Exatamente.

Vou anunciar, então, o resultado.

Os embaixadores foram aprovados, com o voto majoritário dos senhores membros desta Comissão, o Embaixador Carlos Alberto Asfora e a Embaixadora Irene Vida Gala.

Nossos cumprimentos aos dois Embaixadores!

Continuando a nossa pauta, passamos ao Item 3, não terminativo.

ITEM 3
- Não Terminativo -
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL
Nº 32, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Oswaldo Biato Júnior, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério de Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Cazaquistão e, cumulativamente, junto à República Quirguiz e à República do Turcomenistão.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Cristovam Buarque.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque para proferir o seu relatório.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, está escrito aqui: "O Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal (...)". É que é de dezembro do ano passado. Então, está correto aqui.

O Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Oswaldo Biato Júnior, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério de Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Cazaquis-

tão e, cumulativamente, junto à República Quirguiz e à República do Turcomenistão.

A Constituição Federal, no art. 52, inciso IV, atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, e deliberar por voto secreto, sobre a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* do diplomata indicado. Ele nasceu em Buenos Aires, o que faz lembrar que ele que é filho de um ex-embaixador, o Embaixador Biato, com que eu trabalhei. No tempo em que fui professor do Instituto Rio Branco, ele era o Secretário-Geral. Aproveito para prestar uma homenagem aqui ao Embaixador Oswaldo Biato, o pai.

Ele nasceu em 1957, ingressou na carreira de diplomata em 1981, após ter concluído o curso de preparação à carreira de diplomata do Instituto Rio Branco no ano anterior. Ascendeu a Conselheiro em 2003 e a Ministro de Segunda Classe em 2007, sempre por merecimento.

O diplomata indicado desempenhou importantes cargos na chancelaria e no exterior. Foi Chefe da Divisão de Transportes, Comunicações e Serviços, em 1994; Chefe da Divisão da Ásia e Oceania I, em 2000; Conselheiro e Ministro-Conselheiro em Pequim, em 2004; Secretário-Geral Adjunto do Fórum de Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa – Focalal. Depois de ser aprovado no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, em 2007, com a monografia intitulada "A parceria estratégica sino-brasileira: origens, evolução e perspectivas", passou a servir na Embaixada em Moscou, a partir de 2008 até o presente.

Quanto aos postos para os quais foi indicado, vale a pena dizer que, independente da antiga união Soviética, o Cazaquistão é a única das cinco repúblicas da Ásia Central que não experimentou violência política, étnica, social ou religiosa no período pós-soviético. Tal estabilidade pode ser atribuída particularmente a dois fatores: existência de significativas reservas de gás e de petróleo que atraem dezenas de bilhões de dólares, que podem e têm sido usados em benefícios sociais, e, segundo, a maneira pragmática com a qual se procuram implantar as regras capitalistas no país.

O Relatório dá os detalhes geográficos e demográficos, mas peço licença para passar adiante, para ganharmos tempo. Mas quero insistir que o país possui as maiores reservas do mundo de chumbo, tungstênio e urânio; a segunda maior reserva de prata e de zinco; a terceira reserva de magnésio, além de depósitos significativos de cobre, ouro e minério de ferro. Possui ainda uma vasta área para a produção agrícola. O setor industrial cazaque se concentra na extração e processamento de petróleo, gás e metais. Por esses aspectos, o Cazaquistão constitui área prioritária da ação política externa brasileira no que se refere aos aspectos econômicos.

Com a abertura da Embaixada residente em Astana, em 2006 – presto uma homenagem ao Embaixador que está saindo, o Embaixador Fred Meyer, que é um dos meus amigos –, o Presidente Nazarbayev visitou o Brasil em 2007, e o Presidente Lula visitou o Cazaquistão em junho de 2009.

O intercâmbio econômico tem apresentado um crescimento ao longo dos últimos anos, e há um superávit brasileiro de cerca de US$10 milhões. Há interesse da Vale e da Embraer de se fazerem presentes no Cazaquistão, e o Ministério do Esporte também tem atividade de cooperação.

No que se refere à Embraer, as informações não oficiais – por isso não está no parecer – são de que vão muito bem as negociações, no sentido do Brasil fornecer aviões.

A República Quirguiz é a segunda menor em área e em população. As relações são pequenas, mas insisto que tanto a República Quiguiz como o Turcomenistão estão na área da Ásia Central, que é um setor estratégico no mundo inteiro, uma zona de disputas desde dois mil anos atrás, sobretudo desde mil e quinhentos anos atrás, em que ali passaram todos, turcos, ingleses, franceses e, obviamente, os norte-americanos, nas últimas épocas. Por isso, é importante que estejamos ali presentes.

Em termos comerciais, as exportações brasileiras para o Turcomenistão sofreram uma queda, mas os anos 2007 e 2008 marcaram um novo avanço nesse comércio.

Sr. Presidente, sendo essas as informações a serem prestadas no âmbito do presente Relatório, estimamos estarem os Srs. Senadores membros desta Comissão aptos a sabatinar o ilustre diplomata e votar na indicação presidencial, seja a favor, seja contra.

Quero deixar claro que reputo de grande competência o Embaixador, se eleito, Oswaldo Biato Júnior, mas sou suspeito porque ele foi meu aluno no Instituto Rio Branco.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Parabéns, Senador Cristovam!

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, fica concedida vista coletiva nos termos do § 2º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

ITEM Nº 4
- Não Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 255, DE 2010

Aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República do Panamá sobre transferência de pessoas condenadas ou sujeitas a regimes especiais, assinado na cidade do Panamá em 10 de agosto de 2007.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Relatoria: Relator *ad hoc* Senador Anibal Diniz.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Anibal Diniz, para proferir o relatório.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, passo à leitura do relatório.

"I – RELATÓRIO

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do ato internacional acima ementado. Por conseguinte, esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 255, de 2010 (nº 736, de 2008, na origem).

Na Câmara dos Deputados, o acordo foi aprovado pelo Plenário, em 8 de abril de 2010, após passar pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Acompanha a proposição a Mensagem nº 994, de 20 de dezembro de 2007, do Poder Executivo, que encaminha o texto do tratado ao Congresso Nacional, bem como a Exposição de Motivos nº 341 (DJ/CJ/DAI/MRE – PAIN-BRAS-PANA), de 6 de novembro de 2007, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, que informa que o Acordo, composto de dezesseis artigos, "foi firmado com o propósito de proporcionar às pessoas que se encontrem privadas de liberdade em razão de uma decisão judicial a possibilidade de, por meio de cooperação e assistência jurídica mútua, cumprirem a sua pena em um meio social e cultural com o qual estejam familiarizadas".

O documento registra, por igual, que o Acordo "reflete também a tendência marcante, nos dois países, de respeito aos direitos humanos, que não são apenas normas e princípios universalmente reconhecidos, mas, principalmente, valores fundamentais do modus vivendi internacional".

Cumpre registrar, ainda, que não foram apresentadas emendas ao projeto no prazo regimental.

II – ANÁLISE

O Acordo em apreço contempla matéria inserida nos domínios da cooperação jurídica internacional. Cuida-se, em derradeira análise, de cooperação que se dá com acentuado caráter humanitário ao permitir que o condenado cumpra pena em seu meio social e cultural. Nada mais justo, na medida em que a pena visa também à reinserção do sentenciado no convívio com a sociedade.

Assim, os Estados membros da comunidade internacional deram início à negociação de tratado sobre transferência de pessoas condenadas, como maneira de possibilitar a reabilitação social de seus nacionais. No caso em análise, súditos de ambos os Estados privados de sua liberdade, como resultado de sua sentença penal condenatória e definitiva, poderão cumprir pena em sua própria sociedade.

O texto acordado segue a linha de tratados celebrados pela República na mesma área temática, bem assim de atos internacionais de idêntica natureza, celebrados por outras soberanias. Destarte, a pessoa condenada deve ser nacional do Estado recebedor e não pode ser sujeita a novo procedimento criminal pelos mesmos fatos que fundamentaram a condenação imposta no Estado remetente (art. 3º). Aspecto relevante em atos dessa natureza é a manifestação de vontade da pessoa a ser transferida (art. 4º).

Aspecto inovador diz com a possibilidade de a cooperação dar-se mediante a utilização de meios eletrônicos ou de qualquer outro que permita melhor e mais ágil comunicação entre as Partes (art. 8º). Cuida-se de avanço importante que objetiva imprimir maior celeridade e afastar a desnecessária carga burocrática para assuntos dessa natureza. O Acordo disciplina, ainda, a obrigatoriedade de o Estado recebedor respeitar a natureza legal e a duração da pena como o determinado pelo Estado remetente (art. 11).

III – VOTO

Por todo o exposto e por ser a proposição conveniente e oportuna aos interesses nacionais, constitucional e legal, além de versada em boa técnica legislativa, voto pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 225, de 2010.

Senador Demóstenes Torres."

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Em discussão o relatório, trazido ao conhecimento desta Comissão pelo Relator *ad hoc* Senador Aníbal Diniz. Como o Senador assinalou, o relatório foi de autoria do Senador Demóstenes Torres, que, estando ausente, passou essa incumbência ao Senador Anibal Diniz, que, na condição de Relator *ad hoc,* fez a leitura do relatório.

Em discussão o relatório. (*Pausa*.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o relatório, que conclui pela aprovação do projeto.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa*.)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM Nº 5
- Não Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 75, DE 2011

Aprova os textos da Convenção Sobre Garantias Internacionais Incidentes Sobre Equipamentos Móveis e do Protocolo à Convenção Sobre Garantias Internacionais Incidentes Sobre Equipamentos Móveis, relativa a questões específicas ao equipamento aeronáutico, ambos concluídos na Cidade do Cabo, em 16 de novembro de 2001, bem como o Ato Final da Conferência Diplomática para a adoção da Convenção e do Protocolo, e as declarações que o Brasil deverá fazer, quando aderir à Convenção e ao Protocolo.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Relatoria: Senador Jorge Viana.

Concedo a palavra ao Senador Jorge Viana, para proferir o seu relatório.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, eu queria, antes de ler o relatório, cumprimentar V. Exª, Senador Fernando Collor, porque, na abertura desta reunião, fez referência a algo que é objeto do meu relatório, quando V. Exª lembrou que o Congresso Nacional não encontrou um mecanismo adequado para lidar com acordos e tratados. V. Exª fez referência a situações que são de décadas.

Neste caso, relato um protocolo que já completou dez anos. Acho da maior importância que a Comissão de Relação Exteriores, com a experiência de V. Exª, do Executivo e do Parlamento, possa colaborar para que a Câmara... O encaminhamento que o Senado adota nesses casos é mais adequado. Que a gente, então, consiga vivenciar a experiência do ex-Senador e hoje Deputado Azeredo, que apresenta uma proposição que torna o encaminhamento de acordos e protocolos na Câmara similares ao do Senado. Quiçá consigamos fazer com que isso aconteça! De alguma maneira, para um País que ocupa o espaço internacional que o Brasil ocupa hoje, essa é uma posição muito difícil diante de acordos e tratados que estão sendo renovados ou assinados.

Então, como já foi lido por V. Exª, o meu relatório refere-se ao Projeto de Decreto Legislativo nº 75 de 2011. Passo à leitura do relatório.

I – Relatório

A Convenção sobre Garantias Internacionais Incidentes sobre Equipamentos Móveis e o Protocolo Aeronáutico, objetos do projeto, foram elaborados na Cidade do Cabo, em 16 de novembro de 2001, com a participação de representantes de 59 países.

O Presidente da República encaminhou, em 22 de maio de 2009, mensagem submetendo o texto da Convenção à deliberação do Congresso Nacional. E, posteriormente, dia 9 de dezembro de 2010, outra mensagem foi encaminhada para ratificar a primeira versão que continha imprecisões em seu texto por conta de tradução.

Na Câmara dos Deputados, a Comissão Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou o texto da Convenção, apresentando o respectivo projeto de decreto legislativo. Em seguida, foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio. Por último, no dia 10 de fevereiro de 2011, foi aprovado no plenário, com emendas alterando o texto da Convenção. Entre a tramitação na última comissão e a aprovação no plenário, o Poder Executivo encaminhou uma segunda versão do texto da Convenção com as correções decorrentes da tradução equivocada, fazendo a correção do primeiro texto.

No Senado Federal, constatamos que a proposição, inapropriadamente, continha os dispositivos alterados no texto da Convenção. Esse erro ocorrido na Câmara dos Deputados decorreu da tentativa de corrigir com emenda as incorreções constantes no documento, o que não se justificava, pois o Ministério de Relações Exteriores, posteriormente, encaminhou o texto correto, a partir do próprio Executivo.

Para aprovar o projeto de decreto legislativo que ora relato, com o texto apropriado, solicitamos à Presidência do Senado que entrasse em contato com o Presidente da Câmara, de forma a esclarecer o ocorrido. Em consonância com a secretaria dessa Comissão, assim foi feito.

A Câmara dos Deputados, reconhecendo a existência de impropriedades, aprovou e encaminhou a redação retificada.

II – Análise

Os preceitos regimentais jurídicos e constitucionais da proposição estão plenamente atendidos.

No mérito, entendemos que a adoção da Convenção e do Protocolo irá facilitar as relações comerciais relativas ao financiamento dos Equipamentos Aeronáuticos, pois a criação de garantias internacionais, incidindo sobre o próprio bem financiado dará maior segurança

aos credores e, consequentemente, possibilitará a diminuição dos custos, das taxas e dos riscos aplicados.

Quanto ao registro internacional, que a matéria também cria, devemos ressaltar a importância de termos um instrumento capaz de reunir todas as informações sobre os bens financiados e, respectivamente, suas garantias, bem como propiciar que as informações sejam de livre acesso. Isso o projeto prevê.

Outro aspecto importante do objeto da proposição é a ratificação da declaração do Brasil no sentido de prever, no art. 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal, a possibilidade de apreciação do Poder Judiciário – é o que prevê o artigo – no caso de lesão ou ameaça aos direitos. Esse é um instrumento específico no caso brasileiro que está previsto na Constituição e que também a proposição garante. É um instrumento que assegura a soberania do nosso País para tratar eventuais conflitos referentes a outras dívidas e direitos incidentes sobre o bem objeto da garantia internacional.

Analisando todos os dispositivos da Convenção, podemos concluir que os instrumentos criados favorecerão a viação interna, que depende de importação de bens. E também ela contribui e melhora as condições de um País como o nosso que trabalha com a exportação de bens referidos na proposição.

III – Voto

Por ser constitucional, jurídico e regimental e por atender os interesses nacionais, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 75, de 2011.

É meu voto e meu parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Jorge Viana relativo ao Projeto de Decreto Legislativo nº 75, de 2011.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 6
- Não terminativo -
REQUERIMENTO Nº 20, DE 2011-CRE

Considerando a Nota à Imprensa nº 161, de 25 de abril de 2011, do Ministério das Relações Exteriores, nos seguintes termos: "O Governo brasileiro manifesta preocupação com a escalada de violência na Síria, que ocasionou, nos últimos dias, elevado número de mortos, principalmente em Deraa, Homs e nos arredores de Damasco. O Governo brasileiro reitera o repúdio ao uso da força contra manifestantes desarmados e expressa a expectativa de que a crise seja equacionada pela via do diálogo. O Governo brasileiro sublinha que as aspirações legítimas das populações do mundo árabe devem ser equacionadas por processos políticos inclusivos e não pela via militar. O Governo brasileiro reafirma o entendimento de que a responsabilidade pelo tratamento dos impactos das crises no mundo árabe sobre a paz e segurança internacionais recai sobre o Conselho de Segurança das Nações Unidas e ressalta a importância do papel dos organismos regionais – em particular a Liga dos Estados Árabes e a União Africana – nos esforços de mediação diplomática.", requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja externado VOTO DE SOLIDARIEDADE à posição do Governo brasileiro diante dos fatos expostos na referida Nota.

Autoria: Senador Fernando Collor.

Coloco em discussão o Requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o Requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 7
- Não terminativo -
REQUERIMENTO Nº 21, DE 2011-CRE

Nos termos do art. 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, combinados com o art. 90, incisos V e IX, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja convidado o Exmº Sr. Fernando Bezerra Coelho, Ministro da Integração Nacional, para discorrer, no âmbito desta Comissão, sobre a Comissão Permanente de Integração e Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – CDIF –, recentemente criada pelo Governo Federal para administrar a canalização de recursos do PAC em investimentos de programas destinados a equacionar os problemas nas áreas de fronteiras do País, bem como ordenar as políticas públicas nessas regiões.

Autoria: Senador Fernando Collor.

Em discussão o Requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o Requerimento.

As Srªs Senadoras e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

A partir de agora, declaro que nossa reunião assume um caráter secreto.

Solicito aos senhores que não sejam Senadores que se ausentem do plenário.

(A reunião torna-se secreta às horas e é reaberta às horas.)

(O Sr. Presidente Fernando Collor encerrou a Reunião enquanto estava secreta.)

ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE MAIO DE 2011, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dezoito horas do dia nove de maio de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Cristovam Buarque,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Jarbas Vasconcelos, Aloysio Nunes Ferreira e Ana Amélia**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e inicia a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011 – CRE, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 1º de março de 2011, que, "*nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2011/2012, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca do panorama geopolítico mundial e as perspectivas para a próxima década, especialmente no que tange à política externa, à segurança internacional e defesa nacional, e ao sistema de atividades de inteligência*". O Presidente convida a compor a mesa os senhores, Professor Gilberto Sarfati, da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, Professor Luis Fernando Ayerbe, da Universidade do Estado de São Paulo, Professor Ângelo Segrillo, da Universidade de São Paulo, e Professor Christopher Coker, da London School of Economics. Durante a Reunião, fazem uso da palavra os Senadores **Eduardo Suplicy**, **Ana Amélia e Cristovam Buarque**. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às vinte horas e quarenta e quatro minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Cristovam Buarque,** Vice-Presidente no exercício da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Boa noite a cada uma e a cada um. Declaro aberta a 15ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

O Senador Fernando Collor me pediu que o substituísse na Presidência desta Mesa por força de uma viagem que ele está fazendo.

A presente reunião destina-se à realização do quarto painel. Desta vez, vamos tratar de: "Política Externa dos Estados Unidos, União Europeia e Rússia e seus Reflexos no Cenário Internacional".

Esse painel integra o tema "Geopolítica e Relações Internacionais" dentro do ciclo de audiências públicas "Rumos da Política Externa Brasileira (2011-2012)".

Para proferir as palestras de hoje e debater o tema, foram convidadas as seguintes autoridades e especialistas, que aproveito e convido para compor a Mesa à medida que vou lendo: Professor Gilberto Sarfati, da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo; Professor Doutor Luis Fernando Ayerbe, da Unesp; Professor Doutor Angelo Segrillo, da USP e o Professor Christopher Coker.

O Professor Gilberto Sarfati está a caminho, seu avião deve estar chegando.

Quero informar aos ilustres convidados que o tempo destinado à apresentação inicial será de 20 minutos. Após a exposição, concederemos a palavra aos Senadores e Senadoras para os esclarecimentos que S. Exªs acharem necessários.

Esclareço que, conforme as regras das audiências estabelecidas no Ato nº 3, de 2011, desta Comissão, cada palestrante disporá de 20 minutos para sua exposição, com tolerância de 2 minutos. Ao final da apresentação de cada um dos palestrantes, as Srªs e os Srs. Senadores farão suas perguntas por três minutos. Claro que seremos flexíveis, sobretudo tendo em vista que o número de Senadoras e Senadores pode não ser alto numa segunda-feira à noite.

O mesmo procedimento será adotado para o caso de perguntas aos palestrantes, feitas após as das Srªs e dos Srs. Senadores, por especialistas e consultores presentes e indicados pela Presidência. Se houver algum que queira falar, por favor, inscreva-se.

Ao final dos debates, também baseado no mesmo ato, esta Presidência concederá a cada expositor dois minutos para seus comentários finais.

Para dar início, concedo a palavra, pela ordem, ao Dr. Angelo Segrillo.

O SR. ANGELO SEGRILLO – Muito obrigado. Agradeço o convite da Comissão e desejo uma boa noite e um bom debate a todos aqui.

Vou falar sobre a Rússia, que é a minha especialidade de trabalho. Para mim, é um grande prazer estar aqui debatendo – estudei muito tempo na Rússia, vivi muito tempo naquele país, é minha especialidade de pesquisas – e especialmente fazer esta apresentação aqui no dia 9 de maio, que é uma data muito importante para os russos, porque 9 de maio é, para eles, o final da Segunda Guerra Mundial, quando a Alemanha se rendeu. Foi 8 de maio na França, mas, pelo horário, já era 9 de maio na Rússia, e eles, até hoje – eu estava escutando no rádio – fazem mil comemorações sobre isso, porque foi uma coisa muito importante.

A Rússia tem todo esse passado, uma carga do passado que é importante quando nós a analisamos no presente, uma carga do passado não só dos tempos da União Soviética, da Segunda Guerra, mas do Império Czarista, de toda uma série de tradições que tem que ser levada em consideração quando vemos o presente, o que está acontecendo na federação russa atual. Então, o que vou tentar fazer aqui é trazer alguns elementos, históricos inclusive, de como foi se formando o pensamento estratégico russo em relação à política externa, alguns paradigmas que se formaram de como eles pensam a política externa, e vou fazer isso em dois ângulos: num primeiro momento, a relação com o Ocidente em geral e, depois, se tiver um pouco de tempo, falarei um pouquinho da relação especial com o Brasil. Não vou entrar tanto na conjuntura atual, vou tentar dar aqui alguns elementos desses paradigmas de pensamento da Rússia no mundo, em relações internacionais, e, depois, nós podemos, talvez no período de perguntas, aplicar isso mais concretamente a casos concretos da conjuntura.

A Rússia, na sua relação com o mundo, uma coisa muito importante de que devemos partir é a geografia. A Rússia é não só o maior país do mundo, ela é o maior país da Europa e é o maior país da Ásia. Sua parte europeia é maior do que qualquer país europeu, sua parte asiática é maior do que qualquer país asiático. Isso cria uma condição muito especial na sua relação com o Ocidente porque, primeiro de tudo, ela tem de se definir. Ela é o quê? Ela é Ocidente? Ela é Oriente? Ela é um país europeu? Ela é um país asiático? É uma mistura dos dois? É nenhum dos dois, e sim uma civilização única? Então, essa dificuldade de classificá-la é não apenas dos observadores estrangeiros – para nós, é difícil; afinal, o que é a Rússia? –, mas é um dilema identitário dos próprios russos. Historicamente, os russos não chegaram a um consenso entre si sobre essa questão; afinal, são europeus, são asiáticos, nenhum dos dois, são uma mistura dos dois? Eles se dividem em diversos paradigmas, e é desses paradigmas que eu vou falar aqui.

Essa questão da Rússia com o Ocidente, o Big Bang dessa discussão foi muito relacionado com o governo, o reinado de Pedro, o Grande. Pedro, o Grande, como vocês sabem, na Rússia, no final do séc. XVII, início do XVIII, realizou reformas radicais, modernizantes na Rússia, mas eram reformas de modernização ocidentalizantes, que tentavam transformar a Rússia numa coisa mais parecida com a Europa. E isso foi feito de forma radical, ele queria levar não apenas a tecnologia europeia, mas também importou vários modelos administrativos e organizacionais e chegou até a exageros, como o imposto da barba, que ele achava uma coisa bárbara e criou um imposto para quem quisesse usar aquela coisa. Então, o governo de Pedro realizou essas transformações muito fortes num período muito curto. Aliás, é um paradigma que se repete na Rússia, com Ivan, o Terrível, com Stalin, mudanças radicais em um período curto. E dividiu a Rússia. Isso é uma coisa que talvez, em menor escala, tenhamos sentido aqui um pouco com Getúlio Vargas no Brasil. Depois dele se dividiu o Brasil a respeito do seu legado.

Depois que Pedro morreu, os russos se dividiram entre aqueles que achavam que esse caminho foi exato, tinha-se que seguir a Europa, que parecia mais adiantada, e aqueles que achavam que aquilo tinha trazido muitos erros, muitas deficiências da própria Europa.

No séc. XIX, esse debate se consolidou, institucionalizou-se em dois grandes grupos, por volta de meados do séc. XIX: os ocidentalistas contra os chamados eslavófilos. Os ocidentalistas concordavam com Pedro que a Rússia era um país europeu e, portanto, tinha que se modernizar como a Europa, não tinha que reinventar a roda, tinha que seguir o caminho europeu. Já os eslavófilos não concordavam, eles achavam que a Rússia não era nem europeia, nem asiática, era uma civilização única, com características únicas, e, portanto, deveria seguir seu caminho próprio.

Esse debate que dividiu a Rússia, que dividiu os intelectuais russos, a política russa ora indo numa direção, ora em outra, tornou-se complexo no início do séc. XX. Em meados do séc. XX, surgiu uma terceira corrente, os chamados eurasianistas, que surgiu primeiro na imigração russa na Europa e depois foi retomada dentro da própria Rússia. Esses eurasianistas, ao contrário dos eslavófilos, que acham que a Rússia não é nem europeia, nem asiática, e sim uma civilização única, achavam que a Rússia é europeia e asiática ao mesmo tempo, e essa é a riqueza da Rússia, ela é uma mistura do princípio eslavo europeu com o princípio turco-mongólico-asiático, e daí vem a sua força.

Então, esses são os três grandes paradigmas que são os mais influentes, tanto na questão identitária interna, quanto influenciam também na formulação da política externa.

Trazendo para a época atual, nós podemos analisar, simplificando um pouco, que a Rússia pós-soviética passou por duas grandes fases: a era Ieltsin, nos anos 90, e o que vamos chamar de era Putin, simplificando um pouco aqui, nos anos 2000.

Nessa segunda época agora, nos anos 2000 – Putin agora não é Presidente, mas ele é Primeiro-Ministro, e eu acho, eu aposto que, em 2012, ele vai voltar a ser Presidente, apesar do suspense que está sendo feito – quando surgiu Putin, muitos analistas viram Putin, esse novo governo dos anos 2000 como uma mudança de um paradigma que era mais ocidentalista, sob Ieltsin, porque Ieltsin, no final da União Soviética, tentou aproximar a Rússia do Ocidente, tentou integrá-la, afastá-la daquela antiga coisa comunista, claro, ali só do Leste Europeu, ou da Eurásia, e aproximá-la dos países capitalistas avançados, então, fez várias tentativas de aproximação e foi considerado um governo ocidentalista. E Putin, como teve uma política mais assertiva, e às vezes até batendo de frente com o Ocidente, muitos observadores por vezes o chamavam de eslavófilo, às vezes de eurasianista também, por algumas razões, mas não dá tempo aqui de entrar nos detalhes.

Só que eu queria chamar a atenção para o fato de que Putin, em minha opinião e na de alguns outros, não é um eslavófilo nem um eurasianista; ele, na verdade, é um ocidentalista, mas é um ocidentalista moderado. Muito do contraste que apareceu com a época Ieltsin foi porque Ieltsin era um ocidentalista bastante declarado, e Putin, na verdade, é um ocidentalista moderado. Por que estou falando isso? Porque Putin não se coloca muito nesse debate, e isso tem a ver com o pragmatismo dele. Ele, como bom ex-espião da KGB – o pessoal que trabalhava na KGB era muito pragmático, não queria saber muito de política, a coisa era de resultados – não se coloca muito nessa questão abertamente, porque ele sabe que o russo médio não é nem ocidentalista em excesso nem eslavófilo ou eurasianista em excesso; ele é algo mais ou menos no meio e, portanto, não quer se identificar muito especificamente com nenhuma dessas correntes, mas é um ocidentalista moderado. Ele tem um livro, uma espécie de autobiografia dele, ditada a três jornalistas russos, na primeira pessoa, uma passagem em que ele diz que a Rússia claramente é um país europeu e deve seguir aquele caminho da Europa.

Também tenho contatos com alguns membros da sua *entourage* que estiveram, inclusive, aqui no Brasil. Em 2004, o Brasil organizou um seminário com políticos e homens de negócios russos, e esteve aqui Igor Shuvalov, que, na época, era assessor especial dele e hoje é o Primeiro Vice-Primeiro-Ministro. E Igor Shuvalov, nas conversas de bastidores, disse que, nas reuniões internas com sua equipe, ele sempre colocava a posição de que a Rússia é um país europeu, não tem que reinventar a roda. A Rússia é um país europeu e deve seguir para isso. É uma posição ocidentalista.

E por que isso é importante? Não é uma mera questão abstrata, de posição pessoal, é porque isso afeta a política externa. Se Putin fosse, por exemplo, um eslavófilo ou um eurasianista extremado, ele teria uma posição antiocidental um pouco *a priori*. Ele não tem um antiocidentalismo *a priori*, é para isso que quero chamar a atenção. Os momentos em que ele bateu de frente com o Ocidente podem ser lidos como momentos que afetavam o Estado russo diretamente. Foi mais uma defesa dos interesses nacionais russos do que propriamente um antiocidentalismo *a priori*. Por exemplo, a questão do alargamento da Otan, que é uma coisa que bate de frente com os russos. Se olharmos meio de fora, se viesse um marciano e olhasse meio de fora, poderia ver que o problema dos russos com isso tem uma razão de ser: a Otan era uma aliança militar do tempo da Guerra Fria, e, se acabou a Guerra Fria, o lógico seria que uma aliança militar desse tipo, que era contra a Rússia, já que a Rússia não é mais, declaradamente, inimiga, deveria se encolher, desaparecer, e não se alargar, que é uma coisa que não faz muito sentido.

A questão do escudo antimíssil da Polônia, Tchecoslováquia, que, teoricamente, é contra o Irã, mas, por acaso, está apontado contra a Rússia, também é uma coisa que pode ser vista meio dubiamente.

E também, agora, em problemas que talvez se coloquem mais concretamente, o problema da Geórgia, da Ucrânia, aqui entra também outro problema que é a questão dos interesses nacionais russos. Aquela ali é uma espécie de áreas antigas da União Soviética que são consideradas ainda pela Rússia como uma espécie de zona de influência da Rússia. Eles são muito sensíveis em relação a isso, estando certos ou não. Então, não é que necessariamente eles estejam sendo antiocidentalistas ou querendo inibir qualquer possibilidade de outro desenvolvimento daquela região, mas é uma coisa sensível.

É mais ou menos como a América do Sul e a América Latina, que sempre foram consideradas uma zona de influência dos Estados Unidos. Por exemplo, Cuba. Quando Cuba estava encravada aqui, foi um problema sério para os Estados Unidos. Quando a Rússia fez manobras navais com o Chávez, na Vene-

zuela, foi uma coisa que não foi considerada normal aqui, essa entrada, foi considerada bastante anormal. Então, é mais ou menos assim que eles sentem aquilo.

Estou colocando essas posições porque, em outros momentos, a Rússia foi bastante cooperativa com o Ocidente. Quando houve a questão do 11 de setembro, a Rússia cooperou imediatamente, troca de informações, forneceu. Uma coisa que é muito forte em relação a isso, pelo que acabei de falar aqui: permitiu que os Estados Unidos colocassem bases militares na Ásia Central antiga, que, para eles é uma coisa muito forte.

Então, estou querendo chamar atenção aqui para isto: esses três paradigmas são importantes e, na questão da Rússia atual, esse posicionamento é importante porque o relacionamento com a Rússia deve ser feito mais – Medvedev, o dirigente atual da Rússia, também é ocidentalista, menos que Ieltsin, mas um pouquinho mais que Putin, e o relacionamento do Ocidente com a Rússia é mais produtivo – na base da cooptação do que da confrontação, que foi mais ou menos aquele segundo mandato Bush, que foi meio assim, meio confrontacional, e isso faz com que a Rússia responda no mesmo nível. Mas como Putin e Medvedev não são antiocidentalistas *a priori*, acho que um relacionamento menos tenso vai levar a respostas menos tensas da Rússia. E acho que já estamos vendo isso.

No Governo Obama, já houve uma certa distensão na relação, não é tão tensa quanto na época do segundo Governo Bush. Aqui, é importante vermos também historicamente, principalmente os mais jovens, que estão acostumados a ver a Rússia a partir dos anos 90 – estou falando os bem jovens, bem mais do que nós aqui. Esse período dos anos 90, sob Ieltsin, quando a Rússia não tinha força, economicamente estava devastada e não tinha força para ser muito assertiva, ele foi completamente atípico em relação a qualquer período da história da Rússia, seja como Império Czarista, seja como União Soviética. Temos que lembrar que a Rússia sempre foi, no mínimo, uma grande potência, na época do Império Czarista, ou uma superpotência, no tempo da União Soviética. Então, temos que tomar cuidado, porque, nos anos 90, ela estava sendo tratada como um país meio qualquer, vamos dizer assim, simplificando um pouco, fazendo uma brincadeira. E não pode ser assim, tanto que nos anos 2000, uma vez que ela tenha se recuperado economicamente, ela já deu mostras de que não vai aceitar esse tipo de relacionamento. Então, acho que se tem que tomar um pouco mais de cuidado em relação a isso, e eu acho que o caminho da cooptação é melhor do que o da confrontação.

Eu me perdi completamente no tempo. Quanto tempo tenho ainda para falar?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF. *Fora do microfone.*) – Quatro minutos. Pode ficar tranquilo.

O SR. ANGELO SEGRILLO – Quatro minutos. Então, vou falar só um pouco rapidamente sobre a relação com o Brasil, que acho interessante.

Relação Brasil e Rússia. Acho que temos um bônus extra na relação com a Rússia, pela via dos Brics – o Bric antigo, o quarteto fantástico original que digo, ainda não estou acostumado com o novo, dos cinco, os Brics mesmo, com "s". Dos quatro, o Brasil, na minha opinião, é o que mais tem a ganhar com essa relação, com a institucionalização, inclusive, dos Brics, porque os outros países têm mais projeção internacional. A Rússia é uma potência nuclear; a China, nem precisamos falar, e a Índia, pela sua população e seu dinamismo econômico atual. E eu acho que o Brasil tem a ganhar com os Brics porque os Brics são um multiplicador, uma forma de alavancagem das suas pretensões. Por exemplo, a nossa questão eterna do assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Sozinhos, para nós, é muito difícil conseguir isso. Mas eu acho que, com o alavancamento, com o aval dos Brics, isso se torna mais factível. E onde entra a Rússia aí? Dentro dos Brics, a Rússia é o que está mais próximo ao Brasil, é o que está mais sensível aos nossos apelos, é o que tem respondido mais. Peguemos novamente a questão do assento. A Rússia é o que claramente já colocou seu apoio. A China e a Índia estão naquela ambiguidade, mas a Rússia claramente apoia. É o país onde houve mais visitas presidenciais, para lá e para cá, então, acho que a relação com a Rússia é interessante porque ela pode servir como um sensibilizador dos outros Brics em relação ao Brasil, para serem um pouco mais sensíveis ao Brasil.

Continuo perdido no tempo, ainda não entendi lá, como funciona. Quanto tempo eu tenho?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Dois minutos e trinta e oito.

O SR. ANGELO SEGRILLO – Dois e trinta e oito. São minutos, o.k., quando chegar ao zero ali, eu paro de falar, então.

Sobre a relação do Brasil com a Rússia, se eu tivesse um pouco mais de tempo, eu iria fazer um pequeno histórico, que é interessante, mas eu vou ao ponto, a relação específica do Brasil com a Rússia. Eu já disse que há um bônus extra, na minha opinião, na relação com a Rússia, independentemente de comércio, como vai, a quantidade, por causa dessa coisa dos Brics, que funciona como um multiplicador.

O relacionamento específico do Brasil com a Rússia é meio cheio de idas e vindas. Geralmente, coloca-se que é difícil porque estamos tão longe geograficamente, são países que são hegemônicos nas suas regiões, então estão preocupados mais ali, América do Sul e Eurásia, e no passado também não ajudava politicamente a questão do comunismo, do anticomunismo. Eu pensava muito assim, mas atualmente não faz sentido, porque a China é exatamente tudo isso, longe, também hegemônica na sua região, a questão do comunismo e anticomunismo também não ajudava e, no entanto, é nosso maior parceiro comercial. Então, acho que com a Rússia também é possível melhorar, por exemplo, o comércio etc.

Mas o que temos notado historicamente é que falta uma certa institucionalização nessa relação bilateral Brasil e Rússia. Historicamente – não tenho tempo de citar aqui os exemplos concretos – ela tem se dado muito quando alguns governantes ou políticos ou diplomatas especiais começam a puxar muito isso. E aí ela vai adiante. Mas depois muda aquilo, e ela se desacelera um pouco.

Por exemplo, darei um exemplo rápido aqui porque estamos perto de zero minuto: a nossa relação com a Rússia cresceu muito, o grande *Big Bang* disso foi sob Fernando Henrique ainda, quando houve a CAN, Comissão de Alto Nível de Cooperação, que colocou o Vice-Presidente brasileiro e o Primeiro-Ministro russo como seus chefes, e isso deu um peso político muito grande, isso alavancou. Na época do Governo Fernando Henrique, então, houve um aumento das relações com a Rússia, mas ainda não era prioritário isso.

No Governo Lula, houve uma priorização das relações com a Rússia dentro desses conceitos do Brics, e aí notamos que houve uma série de acordos, e a balança comercial, o comércio entre os dois, importação mais exportação, subiu muito.

O que coloco aqui é se vai continuar isso com a mudança, seja a mudança do partido que está no governo, ou mesmo com a mudança de governante, porque o nosso histórico de relações com a Rússia é que depende muitas vezes de governantes e diplomatas individuais. Saindo Lula, mesmo com a nossa Presidenta atual, vai continuar no mesmo ritmo ou não? E se mudar de partido?

Então, acho que na relação específica com a Rússia, precisamos também de um pouco mais de institucionalização, como fizemos com o Brics, de modo que não dependa tanto de diplomatas ou governantes individuais, desses períodos de uma corrida rápida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Agradeço, Professor Segrillo. Creio que vamos ter muitas perguntas depois, que lhe permitirão acrescentar informações que, tenho certeza, o senhor tem.

Passo a palavra, agora, ao Doutor Luis Fernando.

O SR. LUIS FERNANDO AYERBE – Muito obrigado. Queria agradecer o convite da Comissão, do Senador Cristovam Buarque e a possibilidade de estar na presença dos colegas. Vou falar sobre Estados Unidos, pensando dentro da proposta desta Mesa de discutir algumas questões sobre o posicionamento atual e missões mais oficiais, tanto da perspectiva do governo de George W. Bush, quanto do governo de Obama. Depois, ver como essas perspectivas aparecem nas relações com a América Latina. Pensando que, quando Obama assumiu o governo, foi no contexto de uma crise econômica e no âmbito militar, com duas guerras bastante complicadas.

Inicialmente, ele tomou várias medidas, digamos, de estabelecer boas relações, de sinalizar algumas intenções de reconciliação que foram vistas de forma muito crítica por ex-funcionários do governo de Bush. Por exemplo, a ideia de pedir desculpas ao Irã por causa do apoio da CIA ao golpe de 1953 contra o Primeiro-Ministro Mossadegh, ou reconhecer para a Europa e para a América Latina que tinha havido uma posição em que os Estados Unidos não haviam levado em consideração suficientemente a importância dessas regiões, principalmente a América Latina, no caso da Cúpula em Trinidad e Tobago. Também pediram desculpas por causa de utilização de métodos de interrogatórios e de tortura em Guantánamo e outros lugares. Ou seja, uma série de posturas iniciais de Obama, tentando mostrar uma posição um pouco diferente, que foram vistas por funcionários – vou citar alguns só para ter uma ideia – como se os Estados Unidos, o governo Obama estava aceitando uma posição de decadência do país.

Por exemplo, Richard Perle, que foi da área de segurança do Departamento de Defesa do governo Bush, compara com Reagan, dizendo que ele não é contra a necessidade de buscar engajamento dos adversários e, no caso de Ronald Reagan, disse que a diplomacia foi conduzida a partir de uma posição de força e de propósitos claros, ao contrário de Obama, que aparece como um ansioso suplicante. Charles Krauthammer, um dos teóricos da política exterior de Bush, para a qual ele gerou a ideia de realismo democrático, foi aquele que primeiro mencionou na revista *Foreign Affairs*, quando acabou a guerra fria, que havia se iniciado um momento único lá. Ele se refere também à política de Obama, da seguinte forma: "Gestos unilaterais e sem nenhuma exigência de contrapartida de Obama são parte de um novo liberalismo enraizado

na convicção de que a América é tão intrinsecamente defeituosa, tão inerentemente e congenitamente pecaminosa, que não se lhe pode confiar e não merece possuir o poder no mundo global".

Essa perspectiva que poderíamos denominar hegemonista, que é inclusive um termo que utiliza setores próximos a Bill Clinton, contrasta com a posição de Obama, mas não vou me ater tanto ao elemento conjuntural. De repente, Obama assumiu num determinado contexto, mas, do meu ponto de vista, a postura de Obama recupera uma trajetória que podemos situar com Kissinger, que se chamaria de responsabilidades compartilhadas. Kissinger, quando era assessor de segurança nacional de Nixon – depois foi Secretário de Estado –, aquele momento não era um momento crítico dos Estados Unidos, depois, sim, nos anos posteriores, mas, no momento em que ele assume não, os Estados Unidos não puderam mais arcar sozinhos com a guerra fria. Eles precisaram compartilhar posições com seus aliados. E, aí, falava da Europa, falava do Japão e houve aquela política de distensão com a China. Então, a ideia do reconhecimento, mas não num momento tão crítico como quando Obama assume, de que realmente os Estados Unidos têm de dividir responsabilidades e compartilhá-las. Kissinger escreve sobre aquele momento no livro *Diplomacia*, em que ele diz que o "objetivo da nossa política foi passar da dominância para a liderança". Essa lógica é um pouco a que está presente no governo Carter e, depois, no governo Clinton. É muito interessante porque, quando Clinton já tinha saído, ele faz um prefácio de Nancy Soderberg, que foi a representante dele nas Nações Unidas, no segundo mandato, e ele comenta, fazendo uma comparação com a política naquele momento, em franco avanço do governo Bush. Ele disse o seguinte: "Acreditamos que os Estados Unidos [e falando isso ao governo] deviam atuar de modo tal que servissem aos próprios interesses, não só na atualidade, senão também num futuro no qual não fôssemos a única superpotência econômica, política e militar". Lembremos que a fase do Clinton é uma fase em que os Estados Unidos estavam numa situação econômica e política muito importante. Mas essa percepção estratégica de que inevitavelmente, em algum momento, mais cedo ou mais tarde, os Estados Unidos vão compartilhar o mundo com mais polos de poder, não só econômicos, mas políticos e militares.

E Obama se inscreve nessa perspectiva quando lança seu primeiro documento, no ano passado, de segurança nacional. Ele coloca como elemento importante da segurança nacional a questão econômica, que, nos governos anteriores, Bush e Clinton, não estavam tão presentes. Se os Estados Unidos querem projetar seu poderio, têm de resolver sua situação econômica. Um país que está em crise econômica não tem condições de se apresentar ao mundo como uma liderança.

Mas a ideia da liderança está presente no governo Obama, mas de uma outra forma. Ele coloca isso bem claramente nesse documento, dizendo o seguinte: "Os encargos de um século jovem não podem cair apenas sobre os ombros americanos. Na verdade, os nossos adversários gostariam de ver a América exaurir sua força pela superexpansão do nosso poder.

Então, diferentemente dessa outra visão que denominamos hegemonista, que coloca que os Estados Unidos estão perdendo posições e que, de alguma forma, o governo Obama está assumindo essa situação, há de fato toda uma discussão de que os Estados Unidos estão ou numa fase de retração ou numa fase de perda de liderança ou de recomposição de sua liderança, e de que mais polos de poder estão se consolidando ou estão surgindo. Indo para o caso da América Latina, acho que essa situação, embora com outras dimensões, está acontecendo. Novos polos de poder estão surgindo e, se pensarmos nessa tendência, que já está caracterizada, inclusive foi reconhecida tanto por Obama quanto por McCain na disputa eleitoral, de que não se tinha dado atenção à América Latina e que o governo Bush tinha sido um governo que tinha negligenciado a região, de fato há uma tendência que vem já desde o fim da guerra fria.

Podemos situar, digamos, quatro tendências. Se pensarmos quanto que a América Latina foi importante do ponto da estratégia global dos Estados Unidos. O fato é que, no governo Reagan, a América Latina, principalmente a América Central e Caribe, foram uma parte importante na batalha da guerra fria contra a União Soviética. Então, nesse momento, realmente, a América Latina foi importante para a política exterior dos Estados Unidos.

Uma segunda, quando acaba a guerra fria, coloca-se um cenário muito favorável aos Estados Unidos, aquele momento de convergência de processos de abertura econômica na região, combinando com processos de abertura política e a convicção dentro dos Estados Unidos de que está se dando uma convergência hemisférica dentro dos padrões do liberalismo econômico e do liberalismo político. E quem caracteriza bem a percepção dominante naquela época é Elliott Abrams, que foi Subsecretário de Estado para o Hemisfério Ocidental de Reagan. Ele coloca, de forma muito clara, dizendo o seguinte: "Pela primeira vez [isso em 1993] na história dos Estados Unidos, não há nenhuma ameaça externa de intervenção na região. O principal assunto que permanece é em que me medida os Estados Unidos vão reconhecer que, com sua

completa dominação econômica, militar e política, vem a responsabilidade de ajudar a manter a estabilidade na região, mais com ações preventivas que curativas". Ou seja, a ideia de que, nesse momento, a dominação era completa, não havia mais, de fato, grandes ameaças. Justamente acho que a falta de preocupação ou a falta de prioridade da América Latina com relação a outras regiões na política externa americana é que não há grandes ameaças oriundas da região. Esse é um processo que vem do governo Clinton e se acentua com o governo Bush, evidentemente com a chamada guerra global contra o terrorismo, quando o Oriente Médio assume um papel muito importante, e com Obama continua.

Um fato interessante. Recentemente, Arturo Valenzuela, que é o subsecretário de Obama para a América Latina, anunciou que vai sair em algumas semanas. Ele falou isso num seminário nos Estados Unidos, dizendo que ia voltar para a vida acadêmica e que realmente lamentava não ter podido completar ou apresentar uma visão da política externa americana, e os colegas dele disseram: "Não se preocupe, você fez o que pôde. Você não tem culpa de que o Obama não deu a mínima para a América Latina". O que se pode fazer. Para Obama, a América Latina é uma região que não tem uma grande importância.

Se nós pegarmos o orçamento do Departamento...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Em que unidade é isso?

O SR. LUIS FERNANDO AYERBE – Departamento de Estado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Não, unidade, dólar, bilhões...

O SR. LUIS FERNANDO AYERBE – Dólares.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Bilhões ou milhões?

O SR. LUIS FERNANDO AYERBE – Bilhões. Um bilhão e quinhentos e noventa e cinco mil...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Um bilhão. Então, a unidade é mil dólares.

O SR. LUIS FERNANDO AYERBE – Sim. Mil dólares.

Então, esse é o orçamento do Departamento de Estado para operações no exterior, que são os programas para a América Latina. Vejam que o hemisfério ocidental recebe um valor, que é menor que o de Israel. Não estou discutindo se isso é correto ou incorreto, mas para dimensionar a diferente perspectiva.

Dentro do que o hemisfério ocidental recebe, praticamente a metade vai para três iniciativas que são praticamente ações policiais de combate ao narcotráfico, ao crime organizado, que é a Iniciativa Mérida, o Plano Colômbia e as novas iniciativas criadas por Obama. A Mérida foi criada por Bush e a iniciativa da América Central e da bacia do Caribe. Basicamente, isso representa quase a metade ou um pouco mais dos recursos que vêm para o hemisfério ocidental.

Então, a América Latina realmente não é uma área de grande prioridade, mas isso não é uma questão... Muita gente reclama disso, mas, de fato, a América Latina é hoje considerada, inclusive por várias organizações não governamentais, como uma das áreas mais pacíficas do mundo. Claro, não que seja pacífica, mas, comparativamente, é uma das mais pacíficas e, para os Estados Unidos, não há grandes ameaças do ponto de vista da segurança, a não ser problemas nessas regiões, que são Chávez e, no resto das regiões, os problemas são... *(Pode passar para o próximo slide.)*

Esse quadro é interessante porque mostra os eixos estratégicos dos Estados Unidos na região e para ver que tanto a Argentina quanto o Brasil são países de pouco risco político, do ponto de vista dos Estados Unidos. Não desde agora, isso já vem de muito tempo atrás. Justamente os programas em que aparece que os Estados Unidos têm uma postura mais intervencionista na região são aqueles do item Governando Justa e Democraticamente, que são aqueles programas que, em algum momento, deram problema na Venezuela e na Bolívia, de financiamento da sociedade civil e organizações que eram opositoras ao governo de Morales e de Hugo Chávez.

Se vocês veem, entre parênteses, está o dinheiro que vai para a sociedade civil. No caso da Bolívia e da Colômbia, é menos. No caso do Equador... Mas vejam o caso da Venezuela. Praticamente todo o dinheiro que vai para a Venezuela vai para a sociedade civil. Não há programas governo a governo. Então, primeiro, a Venezuela é o país que menos recebe recursos, isso porque há pouca cooperação entre os dois governos. E os recursos que mandam os Estados Unidos vão para organizações da sociedade civil. A Argentina e Brasil são países nos quais os Estados Unidos não identificam questões associadas à governabilidade, a questões políticas.

Então, para fechar essa parte, essa ideia de que a América Latina vai perdendo relevância depois do fim da guerra fria é uma tendência, mas uma tendência que se explica porque, para os Estados Unidos, não é uma região que gera grandes problemas de segurança, mesmo de países vindos da zona chamada de Alba, Venezuela e Bolívia, que não representam um confronto efetivo.

Uma quarta tendência, para terminar, seria uma que vem da América Latina, ou seja, paralelamente, à medida que os Estados Unidos vão atribuindo menos importância à região vai aumentando a autonomia da

região, mas como na busca da autonomia que se coloca numa época de guerra fria, que levava a um ativismo político, digamos, antiamericano. Há algumas, Venezuela principalmente, que têm um ativismo político mais de maior confronto com os Estados Unidos, mas, no caso do Brasil e Argentina, fora eventuais situações críticas, mas não como uma política mais ampla, são países que buscam autonomia, mas sem se colocarem numa perspectiva antagônica com os Estados Unidos.

Então, paralelamente a essa política norte-americana de restar importância à América Latina, favoreceu um contexto de busca de maior autonomia na qual o Brasil tem conseguido se desenvolver como uma liderança, com o surgimento da Unasul. Há também um aspecto importante que se deve levar em conta que não é tão forte a diplomacia, mas há expansão das empresas brasileiras nos países vizinhos. Então, o Brasil está numa situação bastante importante em termos de seu crescimento na América do Sul.

Então, basicamente seriam essas quatro tendências que visualizamos na guerra fria em relação à América Latina, com uma certa importância na estratégia global dos Estados Unidos no combate ao comunismo e, no fim da guerra fria, uma situação de convergência e valorização da região, em termos da convergência do regime político e do regime econômico. Com Bush, uma perda paulatina da importância com base na guerra global contra o terrorismo, e, com Obama, não há uma política clara. Realmente, Obama não chegou a apresentar qual é a sua política específica para a América Latina, apesar de que, durante a campanha, ele colocou a renovação da liderança dos Estados Unidos na região. Mas não há nenhuma política clara nas relações bilaterais com Cuba, que avançaram um pouco. Fora isso, o que se discutia em algum momento era que, se houvesse um problema que Valenzuela enfrentou, que parece que os Estados Unidos tratam o Brasil como fora da América Latina. Então, Valenzuela cuidava da parte México, América Central, Caribe, e Thomas Shannon, o embaixador, cuidava principalmente das relações com o Brasil. Então, o Brasil foi um pouco criando uma autonomia do resto da região nas relações com os Estados Unidos.

Então, basicamente, seria esse quadro que eu queria mostrar. Por um lado, internacionalmente, os Estados Unidos analisando sua liderança do ponto de vista de compartilhar responsabilidades com aliados, mas fazendo questão de que a liderança do país é fundamental. E, na América Latina, um quadro em que muitos estão dizendo: será que estamos na fase de posse hegemônica dos Estados Unidos na região? É uma discussão que está sendo colocada e uma questão que não deixou de ser importante, mas será que continua sendo um país hegemônico da autonomia que adquiriram vários países, principalmente o Brasil, na região?

Era isso que queria colocar para vocês.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Professor Luis Fernando.

Passo agora a palavra ao Professor Coker.

O SR. CHRISTOPHER COKER –

(tradução simultânea no trecho a seguir.)

A SRª TRADUTORA – Quero agradecer ao comitê. Hoje alguns de vocês talvez tenham lido aquilo que escrevi sobre a faculdade de Londres, que deu um PhD ao filho do Kadafi – algo meio cínico. São as notícias, mas estamos investigando se ele realmente escreveu sua tese de PhD ou não. Se descobrirmos que não, vamos fazer com que o Facebook o tire da parte de amizade.

Nós vivemos com o olho no futuro, entendemos as circunstâncias olhando também para o passado. O que eu gostaria de fazer esta noite, olhando para o 10º aniversário do 11 de setembro em Nova York, é falar sobre as lições aprendidas pelos Estados Unidos. Primeiro, os Estados Unidos têm sido uma curva de aprendizado muito longo, mas reconhecem agora que não são tão poderosos como acreditavam que eram no dia anterior ao 11 de setembro. Estava na moda, na época, falar sobre o momento unipolar e, realmente, Francis Fukuyama, um acadêmico americano que escreveu um livro sobre o final da história, dizendo que o liberalismo triunfou e o ocidente tinha visto todos os seus competidores. Agora, os Estados Unidos não mais falam nessa história. Sabemos que o liberalismo não triunfou, que o mundo vai continuar com essa praga de frustrações. Na verdade, o nosso mundo é cheio de ideologias, não só fundamentalismo islâmico, liberalismo, que era a narrativa dos últimos dez anos, mas a Índia aceitou o capitalismo, Venezuela, democracia carismática, e dezenas de outros que ainda estão para emergir.

Vivemos numa época muito ideológica, e os Estados Unidos agora entendem isso, até certo ponto. Digo até certo ponto porque, em 2008, Robert Gates, secretário, falou em West Point: "Nosso trabalho é prevenir a emergência, o surgimento de algum outro 'ismo'". A emergência de um outro "ismo" é inevitável. E não vai ser só um, como o fascismo, nos anos 30, ou o comunismo, depois de 1947. Vai haver muitos, centenas, alguns globais, alguns regionais. Esse é o mundo que os Estados Unidos agora conhecem, que vai ter para o futuro.

Segunda lição. Quando falamos do momento unipolar, estamos falando também sobre região unipolar. Os Estados Unidos eram a grande potência na Europa em 1999. Também uma grande potência na área árabe – tem sido nos últimos 40 anos –, mas esse momento também está passando muito rápido, em parte por causa dos árabes e também porque, em nome da guerra do terror, eles esqueceram os abusos aos direitos humanos de seus aliados mais próximos, incluindo Hosni Mubarak. A *Human Rights Watch* produziu, em 2004, um título sobre Mubarak: a epidemia de tortura. E, claro, os Estados Unidos também suportam regimes que eram muito piores, como o do Iêmen, cujo presidente está no poder há 30 anos, cujo dinheiro de óleo acabou e ele tem tido dificuldade de pagar pessoas para ficarem no lugar. Agora, temos essa perspectiva de que o momento dos Estados Unidos no Oriente Médio passou com essas coisas acontecendo com os árabes.

Outro evento: em dois anos, o Irã vai se tornar uma potência nuclear. Se isso acontecer, Israel anunciar o que sabemos, que eles têm sido uma potência nuclear pelos últimos 30 anos, a situação política no Oriente Médio vai mudar totalmente, porque eles têm sido aliados dos Estados Unidos com três perspectivas. Acredito que seja a fé. A segunda é permanecer com os Estados Unidos, que é a única alternativa para um país, por exemplo, como Israel. A terceira é começar a pensar aquilo que não se pode pensar, que é chegar mais perto da China e da Rússia, as novas potências do Oriente Médio com relações próximas a Teerã e, presumivelmente, influências moderadas nas ambições de Teerã. Isso vai ser muito interessante. E a situação do Oriente Médio vai mudar de forma permanente nos próximos dois ou três anos.

Em terceiro lugar, eu acho que é claro para muitos observadores que o que nós temos visto não é mudança de regime no Afeganistão ou no Iraque e/ou possivelmente na Líbia. Eu acho que isso é bem improvável. O que estamos vendo é uma mudança de regime no mundo inteiro, porque uma nova ordem mundial está sendo remodelada, pós Estados Unidos.

A ordem colocada pelos Estados Unidos depois de 1947 está mudando rápido. Não está mudando por causa dos fracassos da guerra. A captura de Osama Bin Laden é que os americanos veem de forma mais positiva, mas por causa do colapso da confiança na economia americana, o colapso de Lehman Brothers e Merrill Lynch, que marca o começo do declínio americano. Um quinto dos americanos perderam a sua riqueza nos últimos anos, um quinto de sua riqueza nos últimos meses. Isso é um desastre, eu posso dizer. Um terço dos americanos não tem aposentadoria alguma e provavelmente não vão consegui-la. Um quarto dos americanos tem casas que perderam todo o valor no mercado imobiliário e está preso a essas casas no futuro. Isso é uma escala da recuperação que o Obama começou.

Nesse contexto é que a ordem mundial tem mudado. E eu gostaria de pedir a sua atenção para as características dessas mudanças.

A primeira é que os Estados Unidos não são mais os líderes mundiais. Salvaram a economia na época da depressão, nos anos 20. Quem foi que salvou o Iêmen com um pacote de dois bilhões? Não foram os Estados Unidos; foi o grupo dos oito. Quem pediu a intervenção na Líbia? Foi a União Europeia efetivamente. Então nós temos um mundo agora em que nada pode ser feito de consequência se os Estados Unidos não estiverem envolvidos. O seu envolvimento agora é necessário, mas não é uma condição totalmente necessária para que as coisas mudem no mundo. E isso era impensável antes de 11 de setembro. A maior mudança é que os Estados Unidos estão procurando parceiros para livrá-los da dificuldade de liderar o mundo. E os parceiros não estão querendo ajudá-los. A China está crescendo em visibilidade, a Rússia, que nunca levou a sério nenhuma das organizações nas quais se juntou o grupo dos oito, o conselho da Europa, USI, nunca investiram atenção seriamente em nenhuma dessas instituições.

Quando eu falo da falha da China em exercer responsabilidade, vejam, por exemplo, a proliferação nuclear. Esqueçam o Irã. O Irã não é o problema. O problema é o Paquistão. Os chineses já criaram o quarto reator. No ano que vem, o Paquistão vai ser a quarta potência nuclear no Planeta, acima do meu país, e vai ser terrível para a estabilidade na região. Nós temos que nos preocupar com o Paquistão, não com o Irã. Mas os chineses parecem não se importar com as consequências a longo termo. Então, na ausência de preocupação da China e da Rússia, os Estados Unidos não vão aguentar o futuro. Eles serão o líder padrão, mas não o líder de verdade.

Com relação à Europa, houve um tempo muito ruim nos últimos anos, nas últimas décadas por causa do conflito com os Estados Unidos com relação à invasão do Iraque duas vezes e à invasão da Geórgia, que foi um momento terrível na relação europeia e dos Estados Unidos. O que eles tentaram fazer, nos últimos três anos, com Sarkozy, foi restaurar essas relações com os Estados Unidos. O Ocidente no momento é o dono da área, mas isso acontece por quanto tempo? E esse compromisso pode ser feito pela... No Afeganistão, os europeus eram os dois... Para a Europa é um grande número. E eles estão comprometidos em ficar até 2014, talvez até 2015. Eu desejo para eles boa sorte.

O Presidente Obama está agora chamando a Europa... Ele não vai a encontros com a Europa. Ele não sente que a Europa tenha algum papel no rejuvenescimento dos Estados Unidos como uma potência do século XXI. E talvez ele esteja certo.

O ponto sobre a Europa – e eu gostaria de trazer as suas menções a isso – é que eles aprenderam a sua lição com relação ao Iraque. Eles sabem que não vai haver nenhuma superpotência, mas talvez haja a aspiração de ser um superestado que vai ser distinto dos Estados Unidos, porque não projeta o seu poder.

Robert Cooper, que foi um consultor, fala do poder do magnetismo e não da projeção. A Europa é uma franquia e um modelo de consenso político, de barganha coletiva, de *soft power*, de um poder inteligente. Essa é a alternativa. É uma que foi cheia de influência alguns anos atrás, mas que é menos influenciável agora que o resto do mundo está procurando outros parceiros, particularmente a China, a Índia e, é claro, o Brasil, o Brics. E o modelo deles é um tanto diferente.

Agora, se você quiser colocar todas as coisas juntas numa história, e é o que acadêmicos como eu fazem, eu gostaria de contar-lhes uma história nesses minutos que ainda tenho.

Nós temos falado de uma história nos últimos dez anos, e, no caso, uma história errada, o final da história. E o outro é o conflito de civilizações, que, no caso, era o Ocidente *versus* o Oriente.

Alguns escritores franceses – eu gostaria de compartilhar isso com vocês...

Imagine que você veja o mundo com uma mentalidade diferente quando entramos agora no século XXI. O apetite dos países, incluindo Brasil, China, países que querem se tornar ricos, que querem ser tão ricos quanto o ocidente, que querem aumentar a qualidade de vida de seus cidadãos por qualquer razão, infelizmente, eles são países ressentidos que sentem que não vão conseguir. São países como a Rússia, por exemplo. E incluem-se também países mulçumanos. Eles estão ressentidos em relação ao Ocidente, às potências coloniais, aos Estados Unidos, que eles acham que são culpados por sua miséria e sua falta de poder.

O terceiro grupo de países, o Ocidente, está com medo. Agora nós estamos entrando na segunda década do século XXI. Eles têm estado com medo, há alguns anos, com relação ao fundamentalismo, ao terrorismo. Agora eles estão com outro medo, que é o medo de países como a China, por exemplo. Esse é o país... Da maneira como nós o vemos hoje, o problema é que o medo faz com que alguns tenham medidas extremas, como Guantánamo, por exemplo. Vocês estão familiarizados com isso e, claro, faz com que países que se ressentiram se tornem mais violentos às vezes. E é disso que estamos tentando escapar, desse vórtice que traz medo e ressentimento, conflitos de uns com os outros. E vocês, Brasil, China, Índia e outros, têm sido espectadores desse conflito.

As boas notícias são que estamos tentando sair disso. Esse problema no meio árabe tem ajudado muito a fazer com que muitos países mulçumanos acreditem em si mesmos, tenham confiança em si mesmos. Isso vai fazer com que os Estados Unidos e a União Europeia fiquem menos temerosos.

Para concluir, esse é o núcleo da minha análise. Esse mundo pós-americano, se quisermos chamá-lo dessa forma, requer... e também da parte dos Estados Unidos, da Europa e, claro, da parte da Rússia. Mas o desafio vai ser maior para os americanos e também para a elite política americana mostrar uma liderança moral que ainda não se mostrou, não com Obama, que está explicando para os americanos as circunstâncias reduzidas em que eles estão agora, o fato de eles não são mais uma superpotência. Mas eles falam que nós ainda somos a superpotência, ainda vamos continuar a ser.

Agora vamos comentar o que Obama falou em West Point, no ano passado, quando disse para os cadetes que "o nosso compromisso, no Afeganistão e em outros lugares, não pode ser acabado, porque o país que eu quero construir é o mesmo".

Os Estados Unidos têm uma tarefa muito grande para ter de novo a sua posição antes do 11 de setembro. Eu imagino quantos dos cadetes de lá serão generais em 20 anos, por exemplo. Então, realmente, ouvindo-o quando ele diz que essa guerra não pode ser sem propósito...

Concluo aqui. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Professor Coker.

Passo, então, a palavra aos Senadores que quiserem fazer uso dela.

Ah, desculpe-me. Este é o Professor Gilberto, que chegou, por conta do voo dele, um pouco atrasado. Primeiro, eu me esqueci de saudá-lo quando ele entrou. Agora passo-lhe a palavra.

O SR. GILBERTO SARFATI – Obrigado, Senador. Desculpe-me o atraso. Infelizmente, o Aeroporto de Congonhas tem tido mais atrasos do que voos regulares saindo no horário.

Decidi fazer uma grande linha de apresentação da política externa dos Estados Unidos, Rússia e União Européia, para mostrar um pouco do entrelaçamento dessas políticas externas. E, apesar de falar um pouco sobre economia, vou focar mais no aspecto de segurança internacional.

Vou começar com os Estados Unidos. Em primeiro lugar, objetivos fundamentais da política externa americana.

O primeiro objetivo fundamental obviamente é o elemento de segurança nacional. E, dentro do elemento de segurança nacional, tornou-se, obviamente, após o 11 de setembro, o terrorismo, o primeiro objetivo de segurança por parte dos Estados Unidos.

É interessante notar que analistas como eu, de política internacional, já na década de 90, avisavam que terrorismo seria o principal assunto de segurança internacional, olhando para o século XXI. Mas, de fato, só entrou na agenda de política externa americana, ou agenda de política internacional, como objetivo fundamental de combate ao terror após o episódio do 11 de setembro. Então, obviamente, por conta do terrorismo, várias medidas de política externa, de alguma forma, estão entrelaçadas para permitir a defesa ou o combate aonde possa ocorrer o terrorismo.

Inclusive, é importante notar que, como o terrorismo tem uma característica, como no caso da Al-Qaeda, uma característica transnacional, transcende o Estado do ponto de vista da sua lógica, o combate ao terrorismo acabe ocorrendo também transcendendo essa lógica, o que significa que se tornam cada vez mais comuns, de certa forma, por parte de Israel, desde o episódio da olimpíada em Munique, violações de soberania em nome do combate ao terrorismo. Ou seja, pós-olimpíada de Munique.

O segundo fator de preocupação, o segundo ponto de preocupação por parte dos Estados Unidos: quando se fala em segurança, fala-se também dos Estados fracos. O que são os Estados fracos? Estados fracos são os Estados que, no fundo, não conseguem controlar o que acontece dentro das suas fronteiras. Ou seja, as instituições como conhecemos no Brasil e na maior parte dos Estados não estão presentes e, portanto, esses Estados são perigosos porque, de certa forma, conectado com o elemento de terrorismo, há liberdade para atividades ilícitas nesses países. Um exemplo clássico hoje é o caso do Iêmen.

Mas podemos ir além da questão do terrorismo, como, por exemplo, no caso da Somália e a volta da pirataria. O Estado somali não consegue impedir a pirataria. Então, essa é uma preocupação, porque, como ocorre próximo à costa da Somália, não adianta pedir a ela que impeça a pirataria, já que ela não tem capacidade. Ela não tem capacidade institucional para realizar isso.

E, de certa forma, os Estados fracos talvez sejam o pior dos riscos. E uma das grandes perguntas é como ensinar um Estado a ter instituições, como criar a possibilidade de esses Estados terem instituições.

Finalmente, o terceiro risco são os chamados Estados por parte dos Estados Unidos, aqueles que se chamariam de Estados rebeldes ou Estados vilões.

A lista de Estados fracos é consideravelmente grande, razoável. Felizmente, a dos chamados Estados vilões é bastante reduzida. Esses Estados vilões têm instituição, mas, intencionalmente, o Estado dirige-se de alguma forma a combater os Estados Unidos ou os seus interesses em outras áreas do mundo.

Então, diria que hoje, basicamente, a lista de Estados vilões se resume, por exemplo, ao Irã, porque o Professor havia comentado sobre a preocupação com o desenvolvimento de arma nuclear e com o quanto isso poderia acrescentar de instabilidade no Oriente Médio. Pese-se que, na verdade, a preocupação de arma nuclear no Irã não é apenas uma preocupação para Israel, mas para todos os países da região. Há de se lembrar que os iranianos não são árabes, são persas. Eles têm rixa com os outros países árabes, portanto tornam-se um risco para toda a região.

Obviamente, Coreia do Norte. Irã é o mais citado, mas Coreia do Norte é o Estado vilão número um e o menos citado, talvez exatamente porque ele já tem arma nuclear. Então, é muito mais delicado lidar com um país que tem arma nuclear e o quarto exército do mundo. Do ponto de vista de segurança internacional, é bem arriscado.

Outro que tem acompanhado, que entraria, por parte dos Estados Unidos, na lista de Estados vilões é a Síria. É claro que a Síria é um Estado, mas, logicamente, a Síria é um Estado que não dá para se comparar em termos de força à Coreia do Norte. E a Síria teria chance de sair, por parte dos Estados Unidos, dessa lista dos Estados vilões.

O segundo grande eixo de preocupação por parte dos Estados Unidos é o eixo econômico. O Professor havia mencionado que os Estados Unidos não são mais a grande potência econômica do mundo. No fundo, como o Professor Joseph Nye costuma dizer no que ele chama de xadrez de três níveis, no primeiro nível viria a segurança, na qual os Estados Unidos são unipolares. Ninguém, nem somando os nove Estados que vêm depois dos Estados Unidos do ponto de vista de orçamento militar, consegue se comparar ao orçamento militar dos Estados Unidos. Ou seja, modernamente, nenhum Estado tem capacidade de rivalizar militarmente com os Estados Unidos. E, possivelmente, não terá, pelos próximos 50 anos, essa capacidade. Ou seja, por mais que haja uma ascensão da China, ela nunca se tornará um polo que substituiria, como foi a União Soviética no período da guerra fria.

O paradoxo, como diria o Professor Joseph Nye, é que isso não ocorre economicamente. Os Estados

Unidos têm que partilhar processos decisórios, não podem impor ordens econômicas como haviam feito após a Segunda Guerra Mundial, mas têm um jogo político interno. Por isso os Estados Unidos vacilam muito entre o unilateralismo e o multilateralismo.

O unilateralismo é revelado, por exemplo, por medidas protecionistas que afetam os interesses econômicos brasileiros, impedem, por exemplo, a nossa busca para transformar o álcool em *commodity* internacional com o subsídio ao álcool do milho e a outros produtos, mas eles sabem que precisam dos outros países para que se diminua, de certa forma, o caos financeiro internacional e, por isso, o interesse de participação em diversos fóruns econômicos internacionais. Mas ele sempre vai oscilar entre o unilateralismo e o multilateralismo. Então é um pouco vacilante do ponto de vista do processo decisório econômico, do ponto de vista de decisão política.

Como eu disse, outro elemento com objetivos de política externa dos Estados Unidos são os objetivos ideológicos que sempre permearam a ação dos Estados Unidos. Dentre os ideológicos estaria, por exemplo, o reconhecimento de outros Estados que eles julgam estratégicos, como foi o caso de Kosovo, onde diversos Estados discordaram, como a Rússia, do surgimento desse Estado. Então o reconhecimento de Estados sempre foi e será um instrumento de política externa, usado também para se afirmar algo ideologicamente.

Outro viés ideológico que marca a política externa americana é promover a expansão da democracia, seja lá o que signifique com o nome democracia.

Na gestão do Presidente Bush houve uma imposição, de certa forma, para que se estabelecem regimes um pouco mais democráticos, o que talvez tenha acendido a fagulha dessa chamada Revolução de Jasmim, por exemplo, posicionando-se para que na Arábia Saudita se realizassem as primeiras eleições municipais, para que o Egito tivesse um certo multipartidarismo.

E o quarto eixo da política externa: sempre a presença dos valores humanitários, que poderiam ser confundidos com valores ideológicos. E, dentro dessa questão humanitária, está, por exemplo, o instrumento de ajuda econômica para países que estejam sofrendo graves problemas econômicos.

Outro instrumento que, do ponto de vista do Direito Internacional, sempre é questionável a intervenção militar por razões humanitárias.

O interessante é que apresentei aqui um episódio infeliz de intervenção por razões humanitárias, o que ocorreu na Somália, mas eu apresentei também o elemento que, talvez, subsidie uma ação na Líbia. Essa ação da Líbia, por enquanto, tem sido acompanhada por outros países, mas ela pode escalar por uma ação de presença mais forte dos Estados Unidos, mais uma vez por ações humanitárias, razões em que as pessoas estejam sendo mortas nesse país e assim por diante. *(Pode continuar.)*

Basicamente podemos dizer que a política externa americana pode ser alinhada de quatro formas: o primeiro é o chamado isolacionismo, mas o isolacionismo é um pouco raro, o isolacionismo é a visão de que os Estados Unidos deveriam se fechar nele mesmo, que eles não deveriam se meter nos problemas de outros países. Isso aparece com poucos representantes dentro da política americana, por exemplo, Calvin College e, mais recentemente, o Pat Buchanan. Quem conhece Pat Buchanan sabe que não é exatamente considerado um *man extreme* na política americana, não é muito levado a sério, então diria que essa doutrina do isolacionismo é a que tem menos força dentro das doutrinas de política externa americana.

A segunda doutrina é a doutrina do realismo. O realismo é pautado pelo pragmatismo, em que existe uma busca por defesa de pontos de interesse dos Estados Unidos, fora, inclusive, da região vizinha, o que faz com que eles atuem em outras regiões, e, obviamente, o representante mais clássico do realismo foi o Henry Kissinger, que resultou no que poderia parecer contraditório que foi o apoio por parte dos Estados Unidos a regimes não democráticos, que era um objetivo apoiar regimes democráticos, mas o pragmatismo levou Kissinger, por exemplo, a nortear um apoio a regimes não democráticos.

A terceira forma que aparece na política externa americana é o neoconservadorismo, o maior representante foi o Presidente Bush e o neoconservadorismo é baseado na ideia do excepcionalismo dos Estados Unidos, quase que uma missão religiosa; há até uma visão religiosa de que os Estados Unidos têm uma missão de levar a paz, a democracia, a liberdade para o mundo, o que justificaria a intervenção militar e assim por diante.

Finalmente, o liberalismo, que estaria baseado numa ideia, por exemplo, contemporaneamente, que recomendaria justamente o Professor Joseph Nye, a ideia do *soft power*.

Além do realismo, da ideia da pancada, há também a ideia de aproximação por aquilo que você transmite de valores, que é a ideia de *soft power* que qualquer país poderia ter.

Joseph Nye foi Subsecretário de Defesa na administração do Presidente Clinton, que foi um representante, com certeza, do liberalismo.

A grande questão é: e o Obama? Como poderíamos classificá-lo? Como poderia chamar a doutrina

Obama dentro disso? Uma boa pergunta, porque não está claro. E isto talvez seja o maior problema: o que é a doutrina Obama. O que era a doutrina Bush estava muito clara, mas o que é a doutrina Obama, nenhum documento, até agora, nem propriamente a ação esclareceria. O que se suspeitava é que, por causa de Joseph Nye, relação com Hillary Clinton, seria o liberalismo, mas parece que a política externa tem vacilado entre um liberalismo e um realismo.

Então, de certa forma, a morte do Bin Laden está conectada a esse realismo vacilante, mas, ao mesmo tempo, há uma tentativa de reconectar as relações políticas que foram rompidas com outros Estados.

Rapidamente sobre a União Europeia. Na verdade, quanto à União Europeia, é muito difícil de falar de uma política externa comum. Ela estaria, na verdade, desenhada na chamada Common Foreign & Security Policy, que foi estabelecida pelo acordo de "Masters", e, entre 1992 e 1999, funcionou como intergovernamentalismo. Depois de 1999, a União Europeia estabeleceu um grupo militar. Então, isso é uma conexão de tentar estabelecer a ideia de um grande Estado, quando, de fato, a União Europeia tiver um grande exército. Começou o European Union Battle Group com 1.500 homens. *(Pode continuar.)*

E as missões que esse grupo europeu já seguiu, como da Bósnia, Afeganistão, Chade e existe a possibilidade também de eles entrarem agora na Líbia.

A ideia de um grupo militar na Europa ocorreu depois do fracasso de Kosovo, de um massacre e, por isso, o Tratado de Lisboa, em 2009, tentou estabelecer maior coordenação dentro da Europa, estabelecendo um alto representante de relações externas e segurança, que, hoje, é a Baronesa Ashton. Mas, a bem da verdade – pode continuar –, é que o mandato dela é extremamente limitado e delimitado por 27 países que têm que acordar ao mesmo tempo.

Na prática, não existe política externa comum europeia, principalmente do ponto de vista de segurança. Então onde aparece essa política? Aparece, fundamentalmente, quando falarmos de segurança dentro da Otan.

E, quando estamos falando de Otan, estamos falando que, em pleno século XXI, os Estados Unidos continuam tendo um papel fundamental na segurança europeia. É impossível pensar segurança europeia sem os Estados Unidos.

Pode continuar, para eu ir rápido aqui entrar na Rússia. Pode passar para a economia, porque senão vou perder tempo, vou pular para a Rússia.

Rússia é fundamentalmente um elemento de segurança – pode continuar – e se estabeleceu desde 2000 a chamada doutrina de esfera de influência. O Putin estabeleceu uma zona de influência, ou seja, a União Soviética não podia ser mais um polo de poder que contrabanlaceava os Estados Unidos, portanto, ela estabeleceu uma zona vital, que é fundamentalmente a região das ex-Repúblicas Soviéticas e também os países do Leste Europeu. No fundo, o que a Rússia deseja nesses lugares é que não haja presença de outros países, como, obviamente, os Estados Unidos, como é o caso Ucrânia, é o caso da Geórgia, e, portanto, a Rússia tenta balancear poder regionalmente e tenta então extirpar a presença dos Estados Unidos próximo da sua zona de influência.

Por isso, com a ideia de balanço regional de poder, ela busca uma política de dissuasão, em que ela vai jogar não apenas na região próxima à dela, mas em outras regiões, como forma de dissuadir, fundamentalmente, os Estados Unidos a jogar próximo de sua zona de influência, o que explicaria a proximidade de Putin com outros líderes, como o caso do Chávez, como o caso do Ahmadinejad, como o caso do Omar Kadafi. Ou seja, isso é uma tentativa de contrabalancear e dissuadir a presença dos Estados Unidos na sua zona de influência.

Minha conclusão: os Estados Unidos tentaram restabelecer, talvez, aquilo que tenha o Presidente Bush destruído, relações com a União Soviética e a Hillary Clinton visitou, no começo do mandato, a Rússia. Ela veio com esse dispositivo, que dizia: "Vamos recomeçar o nosso relacionamento". Essa seria a ideia do liberalismo do *soft power*. O problema é que, em russo, alguém traduziu errado, estava escrito, na verdade, explodir.

Portanto, apesar dessa ideia de reaproximação com a Rússia, voltou-se a um balanço de poder com a Rússia, muito similar ao que havia, de fato, na época do Bush. O que, portanto, do ponto de vista de política externa, em segurança nacional, ainda não apareceram diferenças profundas entre o Bush e o Obama.

Com isso, tentei construir a ligação entre essas três grandes políticas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Agradeço ao professor Gilberto e agora eu abro a palavra aos Senadores que quiserem fazer perguntas, comentários. Nenhum está inscrito ainda.

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Permita, primeiro, uma breve pergunta sobre a língua russa: "perigusga" significa? A palavra que estava lá em russo.

O SR. GILBERTO SARFATI – Não sou especialista em russo, mas conta a lenda, na época, que foi explodir. Eram muitas palavras, e aí, infelizmente,

o Departamento de Estado... Pode falar? Então, seria muito próximo de explodir a palavra em russo.

Fizeram uma gafe naquele momento, e Hillary passou um pouco de vergonha naquele momento.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Só uma pergunta: em diplomacia, às vezes, faz-se gafe para passar um recado.

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Presidente, Senador Cristovam Buarque, quero agradecer a contribuição dos quatro expositores, mas, infelizmente, eu estava presidindo a sessão do Senado quando o Professor Angelo Segrillo expôs. Então, infelizmente, não assisti às suas ponderações, mas gostaria de aqui formular uma pergunta e vê-la respondida pelos quatro.

Acho que, quando os quatro expositores foram convidados, há mais de duas semanas, portanto, não havia ocorrido ainda o fato de extraordinária repercussão no mundo, que foi os Estados Unidos da América ter, ali no Paquistão, encontrado Osama Bin Laden e realizado uma operação de extraordinário vulto para conseguir encontrar onde estava Osama Bin Laden, através de uma operação que foi acompanhada nos seus detalhes, tanto pelo Presidente Barack Obama como pela Secretária de Estado, Hillary Clinton, e pelas fotos ali, umas quinze a vinte pessoas, que acabou na morte de Osama Bin Laden, o que vem causando, pela sua circunstância, uma extraordinária repercussão e polêmica.

Se, de um lado, o Presidente Barack Obama anunciou que aquela ação constituía algo muito importante para os Estados Unidos, que havia atingido um objetivo finalmente de realização de justiça, por outro lado, o fato de não saber ainda inteiramente todos os detalhes da operação, tendo em conta que houve diversas versões relatadas pelas próprias autoridades norte-americanas, com mais detalhes que continuam a ser objeto de conhecimento de todos os interessados... Mas ali, pelo que se pode conhecer, o Sr. Osama Bin Laden foi praticamente dominado e, antes que ele pudesse ter acesso à arma automática que ali se encontrava, tendo uma de suas esposas sido ferido à sua frente, acabou sendo objeto de tiros; um na cabeça e outro no corpo, no seu peito, que o levaram à morte. Em seguida, ele foi transportado para o mar e ali foi jogado.

Inúmeras pessoas e eu próprio estamos a indagar, tendo em conta, inclusive, o quanto o Presidente Barack Obama tem representado para todos nós, desde a sua campanha, representando, por exemplo, ideais renovadores e expressos no histórico discurso de Martin Luther King Junior, em 28 de agosto de 1963, a ponto de o então Senador Barack Obama, ao ter marcado a convenção do Partido Democrata que o consagrou candidato e a sua vitória sobre a Senadora Hilary Clinton, no mesmo dia em que ele a convidou para ser a sua Secretária de Estado, pois bem, a convenção se deu exatamente no aniversário dos 45 anos daquele histórico e tão belo discurso.

Também ao longo da sua campanha, Barack Obama fez pronunciamentos muito bonitos, como, por exemplo, diante da porta de Brandenburgo, em Berlim, no dia 24 de julho de 2008, onde expressou que "agora não é mais hora de haver quaisquer muros que separem os que muito têm dos que pouco têm, os islâmicos dos judeus, dos cristãos e pessoas de quaisquer origens".

É importante que possamos realizar ações que, justamente, significavam e significam para mim um esforço de realizar em todos os países a aplicação de princípios de justiça que possam significar que, em cada país e no conjunto das nações, haja um sentimento tal de solidariedade, de convivência humana e de formas democráticas de todos podermos conviver a tal ponto que não seria necessário ou estaríamos minimizando a possibilidade de ações ou de pessoas que viessem a utilizar da violência ou de terror para alcançar seus objetivos.

Mas o que me preocupou nesta ação foi que, ao se achar Osama Bin Laden, sendo ele um dos principais responsáveis, senão o principal, que havia causado a morte de mais de três mil pessoas inocentes, por ocasião da destruição das torres de Nova Iorque, em 11 de setembro, e porque havia uma disposição, uma determinação de capturá-lo para se realizar justiça, a maneira como se fez, possivelmente... Não posso ainda dizer tudo, porque só sei uma parte, mas desde pessoas como o jornalista Eugênio Bucci, que, na última quinta-feira, escreveu um artigo muito bem feito sobre isso, e a própria *Folha de S.Paulo*, ontem, publicou um editorial, condenando a maneira como aconteceu. Ainda hoje um cidadão norte-americano que mora no Brasil escreveu um artigo para a *Folha de S.Paulo*, que condena aquela forma como os Estados Unidos acabaram executando Osama Bin Laden, sem lhe dar oportunidade de defesa, se, realmente, não estava armado nem ameaçando a tropa de elite que ali invadiu a sua casa... Mas será que o Presidente Obama, de alguma forma, não foi além da sua preocupação em realizar justiça?

De um lado, outra pessoa que resolveu fazer uma crítica veemente àqueles episódios, foi, por exemplo, o Presidente Fidel Castro, em artigos, nos dias 2 e 4 últimos, também condenou aquela forma de agir; será que aquela forma de agir enfraqueceu, de alguma maneira, a força moral do Presidente Barack Obama

em promover a democracia, os direitos à cidadania no mundo? Será que haverá uma forma de ele ver isso com respeito ao Presidente Fidel Castro, que aqui assinalo? Eu gostaria que ele também se preocupasse com o dissidente cubano que faleceu ontem, depois de ter sido detido e apanhado tanto, que foi ao hospital e faleceu ontem. Mas a maneira como aconteceu deu força para que Fidel Castro, então, fizesse essa avaliação crítica do Presidente da nação mais forte do mundo.

Ora, agradeço aos quatro, que falaram sobre Estados Unidos, na verdade, sobre o que está ocorrendo, inclusive ao Professor Christopher Coker que nos deu uma contribuição muito especial. Eu acho que foi muito significativa, porque nos trouxe uma visão crítica muito interessante. Mas a pergunta que eu tenho, inclusive, a ele – se me permite, Presidente, eu vou concluir a minha observação, usando a língua do Professor Christopher Coker.

(tradução simultânea no trecho a seguir.)

A SRª TRADUTORA – Até que ponto nós deveremos considerar todas essas tragédias, incluindo aquela que aconteceu a Osama Bin Laden agora? Estou muito preocupado com a segurança do Presidente Barack Obama, porque ele vai ter de multiplicar a sua própria defesa em qualquer lugar onde estiver. Mas eu, realmente, gostaria de ver quais são os passos necessários para que nós possamos juntar esforços para aplicar os princípios de justiça de tal forma que as pessoas não se envolvam em tanta violência, em terrorismo, para que possam atingir os seus objetivos. Uma das palavras levantadas pelo Osama Bin Laden é que ele queria muito que os Estados Unidos entendessem que as pessoas estão sofrendo.

Então, como podemos juntar esforços para que a justiça aconteça para todos, inclusive para os palestinos, para os iranianos, os norte-coreanos, os africanos, para os cinco continentes?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – A Senadora gostaria de fazer uma pergunta. Depois que todos tiverem feito as perguntas, eles responderão.

O SRª. ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente. Gostaria de cumprimentar e lamentar por não ter estado aqui desde o começo, porque aprendemos muito nessas audiências da Comissão de Relações Exteriores.

Estava na sua academia, ex-reitor Cristovam Buarque, para o recebimento do diploma de notório saber do jornalista Luiz Cláudio Cunha.

Fiz esse preâmbulo só para justificar a minha chegada um pouco tarde.

Gostaria de fazer algumas perguntas ao professor que falou sobre as relações gerais que envolvem Estados Unidos, Rússia e União Europeia.

No momento em que se discute a hegemonia americana em relação ao Planeta, particularizaria uma questão decorrente da Primavera Árabe, quando houve imigração muito forte, uma mobilidade muito forte de africanos, tunisianos, líbios para a Itália, mas houve dificuldade de aceitação dos outros países na concessão de vistos temporários para esses africanos, o que criou uma situação de constrangimento, de dificuldade diplomática.

Faço este questionamento ao senhor, em relação à União Europeia, para saber como são resolvidas essas questões.

Professor Gilberto, o senhor falou muito sobre a questão da Rússia, o senhor é especialista nessa área. Fala-se em Yeltsin, que o Putin continua mandando, Medvedev, não foi um líder como foi o Putin ou o Yeltsin, mas não se fala – parece que se esqueceu –, na história da Rússia, da figura do Gorbachev. Que papel ele teve? Ele realmente não significou nada a não ser ter feito a abertura da Rússia para um processo democrático?

Professor Luis Fernando, o senhor fez referência à pouca relevância que, não tendo problemas e contenciosos dos Estados Unidos com a América Latina, os Estados Unidos não têm dado à América Latina muita importância, na relação econômica e até estratégica. Por que o Obama veio ao Brasil? O Brasil é um País importante, temos a liderança do Mercosul. Qual o motivo dessa vinda? Foi uma mudança de conceito? Uma tentativa de um novo relacionamento? Há essa possibilidade?

Da pergunta feita pelo Senador Suplicy, faço este acréscimo: o gesto americano em relação ao Osama Bin Laden, a atitude deles foi correta? Essa é uma forma de resolver o problema? Ou foi alimentar a suspeita sobre o que aconteceu realmente no Paquistão?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Senadora.

Vou apresentar também minhas perguntas, assim eles terão mais tempo para falar.

Só quero anunciar a presença de um diplomata nosso em Moscou, que deve estar assistindo com muita atenção, porque será sabatinado, na próxima quinta-feira, para que venha a ocupar a Embaixada do Cazaquistão.

Então, minhas perguntas são sobre a Rússia. Gostaria de saber como o atual Governo russo vê alguns dos problemas mundiais. Primeiro, com relação ao meio ambiente. Qual a posição tem o governo Putin e a inteligência em relação ao meio ambiente? Segundo,

em relação ao que, no Ocidente, desde Huntington, se convencionou a chamar de choque de civilizações. Terceiro, o conceito de liberdade, na Rússia, é um conceito que já está entranhado na sociedade, nas pessoas? É um conceito diferente do nosso? Ou ainda não está entranhado de nenhuma forma?

Uma curiosidade pessoal, na linha do que falou a Senadora Ana Amélia: o que foi feito, não do Gorbachev, mas dos assessores que o ajudaram a formular a ideia da Perestroika? Conheci alguns em 1986, e ninguém sabe onde eles estão.

Finalmente, uma pergunta que quero fazer a todos: como a Rússia está vendo a Rio+20 que acontecerá em junho de 2012, no Rio de Janeiro, que discutirá o futuro do mundo, especialmente no que se refere ao meio ambiente e à pobreza?

Professor Luis Fernando, a minha pergunta é, se de fato – e é verdade, estou de acordo com o senhor – os Estados Unidos não dão valor à América Latina – e a explicação deve ser do Lobão, deixo para ele, não vou dar a minha –, o que devemos fazer? Radicalizar, olhando para Brics e outros países? Ficar quieto? Ou tentar se aproximar subservientemente dos Estados Unidos? Como a política externa brasileira deve ser orientada, tendo em vista que a América Latina não é um problema que incomode, que preocupe ou chame a atenção dos Estados Unidos?

Professor Coker, primeiro, gostaria de perguntar: é a China que está avançando ou os Estados Unidos que estão se esgotando, perdendo o vigor? Por quê? Porque as bases do vigor norte-americano, nesses últimos 200 anos, mas até mesmo desde o começo de sua história, se baseiam na liberdade individual. Essa está ficando difícil de manter em tempos de terrorismo. Os próprios americanos já aceitam reduzir a liberdade individual em nome da segurança.

Segundo, o que fazia o vigor americano era o aumento do consumo. Esse está se esgotando, pelas impossibilidades ecológicas de continuar.

Terceiro, o respeito à lei. É o país do respeito à lei. Também esse respeito está entrando em crise, quando o terrorismo permite, justifica ou explica tortura e invasão de soberania.

Quarto, uma coisa que caracterizou os Estados Unidos foi essa ânsia de ampliação territorial que existe desde o começo, quando foram para o Leste e, depois, começaram a se espalhar pelo mundo e não pararam, até que chegou a um ponto que se esgotou, talvez até porque já tenha se completado, porque, culturalmente, já chegou a todos os lugares.

Então, gostaria de saber se não há um esgotamento das bases ideológicas, culturais e, diria até, mentais que formam os Estados Unidos.

Também gostaria de fazer uma pergunta, um tanto por curiosidade, o professor tem um livro chamado *Barbarous Philosophers (Filósofos Bárbaros)*, em que diversos filósofos analisam a guerra, gostaria de saber qual deles conseguiria dar uma melhor explicação para a luta contra o terrorismo, como se caracterizou agora no caso da morte de Osama.

No livro *Sonhos de meu Pai*, Obama conta que um assessor, quando lhe trouxe a notícia do 11 de setembro, disse: "esqueça sua vida política, você não tem mais chance por causa de seu nome". Ele era senador estadual por Chicago.

Finalmente, pergunto ao professor Luis Fernando se, no caso do Brasil, como ele considera que a política externa da Presidenta Dilma deve ser comportar. Mais próxima do pragmatismo, sobre o qual o senhor falou tanto e que, acho, caracterizou tanto a política do Presidente Lula? Ou mais para o lado ideológico? – só que nesse caso acho que não seria o neoliberalismo, mas uma outra visão de mundo, de interdependência. Devemos continuar a linha do pragmatismo do tempo do Lula? Ou devemos retomar alguns valores morais que, às vezes, atrapalham o pragmatismo?

Essas são as perguntas que tinha a fazer.

Passo a palavra na mesma ordem dos que falaram.

Professor Angelo Segrillo.

O SR. ANGELO SEGRILLO – Agradeço as perguntas.

Quanto ao comentário do Senador Suplicy, digo que comungo também com a preocupação quanto à maneira como foi executada a ação. Especialmente para os latino-americanos, matar e jogar no mar, evoca lembranças de períodos bem turvos.

O grande problema da guerra do terror, à medida que o terrorista nos faz agir mais como ele, até com a justificativa de que é necessário um pouco mais de segurança, aí ele já está ganhando; mesmo que depois ele venha a ser morto individualmente. Se voltássemos 30 anos antes, se alguém dissesse que algum dia estariam, nos Estados Unidos, discutindo se seria possível torturar ou não, colocar a cabeça de alguém debaixo d'água ou não, qualquer americano dos anos 60,70 diria que seria impossível, que isso nunca aconteceria nos Estados Unidos.

A luta contra o terror deve ser feita, mas tem-se que tomar cuidado para não começarmos a usar métodos terroristas para combater o terror.

Então, acho que essa é uma grande preocupação.

Depois, vieram várias perguntas sobre a Rússia. A pergunta da Senadora Ana Amelia sobre o Gorbachev pode ser um pouco misturada com aquele aspecto de sua pergunta. Sobre o papel do Gorbachev, que

significado tem ainda hoje e, mais especificamente, sobre os seus assessores da época, por onde andam.

Considero o Gorbachev uma figura meio trágica, no sentido de que ele foi superimportante na história do mundo, fez transformações importantíssimas, com consequências positivas e negativas.

Cheguei à Rússia em 1989, para fazer o meu mestrado. Foi interessante porque sai do Brasil na época da Perestroika. Na época, pelo que líamos na imprensa, o Gorbachev era uma figura central no mundo. Quando cheguei a União Soviética, em 1989, já estava do meio para o final, ele estava muito em baixa, por causa da crise econômica. Então, era algo muito forte essa... Atualmente, as pessoas estão tão preocupadas com a construção de uma nova Rússia que o Gorbachev ficou, infelizmente, como uma figura secundária.

É claro que nós, historiadores e intelectuais, por exemplo, sabemos do seu papel histórico importante, mas, politicamente, ele não tem mais. Inclusive ele tentou, inicialmente, participar de corridas presidenciais, teve 1% ou 2%.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Teve menos do que eu tive.

O SR. ANGELO SEGRILLO – Tentou lançar um partido que não deslanchou, mas acho que os personagens históricos só são entendidos depois de muito tempo. Como historiador, sei disso. Muitas vezes só entendemos a importância de certos eventos depois de muito tempo. Por exemplo, o governo Obama, só iremos saber se ele realmente será importante, um *turning point*, só daqui a muitos anos. Não será agora que saberemos agora, só daqui a muitas décadas.

Sobre os assessores, especificamente, os que estão na ativa estão na vida acadêmica. Eles foram de uma outra fase, quando da questão da União Soviética. Na Rússia, os grupos que hoje estão no poder estão com outras prioridades e construíram em cima do que aqueles assessores fizeram, mas esses já estão ultrapassados. Alguns escrevem para jornais, estão na vida acadêmica, mas, politicamente, não estão muito ativos.

Sobre a questão do meio ambiente e a Rússia. Os russos têm uma ligação muito forte com a natureza. Não damos conta, mas eles têm a maior área de florestas do mundo, maior do que a nossa Amazônia, só que ela não é contínua como a Amazônia. E eles têm uma ligação historicamente muito forte com natureza em nível individual. A Rússia é tão grande, tão grande que isso é um problema, porque parece que os problemas ecológicos são de longo prazo.

Quanto à questão do desmatamento, por exemplo, eles têm mais controle, isso é uma herança da União Soviética. Algumas leis da antiga União Soviética, meio que por inércia, se mantiveram. Por exemplo, a compra e venda de terras só foi legalizada, apesar da informalidade que existia, 10 anos depois do dissolução da União Soviética, em 2001. Isso é uma inércia do tempo da União Soviética e as regulamentações, que vêm desde a época da União Soviética, são mais forte do que as do Brasil, não tanto porque a União Soviética era um Estado especificamente ecológico, mas porque eles tinham um planejamento prévio. Então, tudo era mais ou menos organizado. Essa parte da mata será mantida, essa parte vai virar cidade. Moscou é toda assim, cheia de parques, porque foi construída no meio de uma floresta, mas mantendo, algumas coisas não podem ser tiradas.

Eles têm uma ligação muito forte com o meio ambiente. Por inércia de alguns regulamentos da União Soviética, há menos desmatamento, mas há o perigo de, exatamente por acharem que é muito grande, que existem muitas florestas – como falei, é o país que tem mais florestas no mundo –, isso possa, em longo prazo, causar uma certa leniência com esse problema.

A questão do choque de civilizações, em relação à União Soviética, a questão de Huntington. Não sei se a pergunta é sobre o que acho da tese do choque de civilizações ou como ela é vista na Rússia.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Como ela é vista na Rússia, uma vez que eles são Ásia e são Europa. Então, o choque está dentro deles.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Desculpe-me, eu acrescentaria – não sei se o senhor mencionou, Dr. Angelo, porque não assisti –a questão do poder e do espaço que tem a máfia na Rússia, algo sempre falado.

O SR. ANGELO SEGRILLO – Vou acrescentar. A tese do choque de civilizações é muito mal vista na Rússia. Por ser um Estado multinacional, eles são muito sensíveis em relação a isso. Então, uma tese de choque de civilizações ser adotada na Rússia vai imediatamente criar clivagens internas, porque eles têm as religiões todas: os mulçumanos, a Igreja Ortodoxa. E ela é vista também como forma de o Ocidente se colocar como excepcional, como bem mencionou o Gilberto, quanto a essa tese do choque de civilizações, que se desdobrou no Ocidente contra o resto. Alguém mencionou isso. Que não estava nela, especificamente, são várias civilizações diferentes, mas acaba podendo se desdobrar nisso, e eles têm muito medo disso.

Como a Rússia está vendo a Rio+20 em junho. Especificamente quanto à visão deles em relação à Rio+20, não tenho conhecimento. Eu chutaria coisas muito gerais, então, prefiro decretar a minha ignorância.

Quanto à questão da máfia, a máfia na Rússia ainda é um problema sério. Melhorou em 1990, no

Governo de Yeltsin, até pela confusão que foi a transformação sistêmica rápida, uma crise econômica forte. E o Yeltsin dava muito poder aos líderes regionais, em troco de apoio nacional, o que criou tendências centrífugas, que o Putin, no ano 2000, tentou recentralizar.

Nos anos 90, havia cenas meio que de faroeste, da Chicago dos anos 30. De vez em quando, problemas de negócios eram resolvidos à bala. Isso está um pouco mais controlado no ano 2000, mas não deixou de existir. Está mais controlada em certos nichos e é ainda um problema forte. Ela está muito associada à questão da corrupção. Essas máfias surgiram ainda na época da União Soviética, quando havia problema de abastecimento. Aí as pessoas diziam: "eu te ajudo aqui, eu te mando aqui". Despachantes daqui que acabam virando máfias de fornecimento. Então, ela está muito associada à corrupção e ainda continua um problema forte.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Professor Luis Fernando.

O SR. LUIS FERNANDO AYERBE – Estava falando de Huntington, uma das civilizações que ele caracteriza é a ortodoxa. Ele diz que a civilização ortodoxa teria a tendência de convergência com a civilização Ocidental, mas assim, ele também cria uma civilização latino-americana, uma civilização africana, é muito ambíguo. Portanto, dificilmente dá para levar a sério em termos de política no âmbito da Rússia.

Na questão colocada pelo Senador Suplicy quanto a Bin Laden, eu acho, do ponto de vista dos setores que mencionei no início, que acusavam o Obama de ser alguém pouco decidido na sua relação com os adversários dos Estados Unidos, que não mostrava o poder norte-americano de forma precisa, acho que dá uma resposta no âmbito político. Mas, mesmo dentro desses setores, havia outros que são menos vinculados à propaganda e mais vinculados a uma visão realista da realidade, mostravam que Obama, em relação a Bush, avançou em uma série de ações que vão em direção ao ataque contra Bin Laden, que são, do meu ponto de vista, piores.

No primeiro ano do governo Obama, houve mais missões de voos não tripulados, os *drones*, ações de bombardeio, do que nos quatro anos anteriores de Bush. O que significa um voo não tripulado? Que a CIA, algum outro comando americano identifica um alvo terrorista, mas quem determina é a imprensa independente se é terrorista ou não? Então, identifica o alvo, bombardeia e mata. Está havendo uma reunião em uma casa. Está havendo uma reunião de suspeitos de terrorismo... Esse tipo de ação tem a mesma lógica. Estamos entrando na discussão se é bom ou não, mas isso faz parte da metodologia de atuação dos Estados Unidos. Dizem sempre que vão continuar, talvez a diferença de Bush seja a de que são menos ostensivos, têm uma postura menos unilateral de entrar em guerra, mas, em termos de ação encobertas, acho que continuam e vão continuar. O Obama, em algum momento, disse que ele, em princípio, não é contra a guerra, mas contra guerras estúpidas. E a Guerra do Iraque é uma guerra estúpida. Para ele, ela não deveria ter começado, porque vai de encontro aos interesses dos Estados Unidos.

Então, não vejo mudança. Não vejo o Obama como um pacifista, mas alguém que está disposto a defender os interesses dos Estados Unidos e a agir de acordo com eles, utilizando meios que considere mais adequados.

O evento com Osama Bin Laden é muito menos grave do que os voos não tripulados. Cobram direitos humanos em qualquer país do mundo. Sim, mas que país do mundo mata mais gente no exterior? Não há nenhum governo no mundo que mate mais gente do que os Estados Unidos. Isso é uma constante histórica, e não vai mudar. Então, vejo dessa forma.

A questão da América Latina, claro, é o que sempre se diz, que governo os Estados Unidos vai reeditar alguma medida política para América Latina, como foi a Aliança para o Progresso de Kennedy. Depois da Aliança para o Progresso, não houve mais nenhum política para a América Latina de caráter abrangente.

Obama, aparentemente, teria essa intenção, mas, na prática, ele não tem política para a América Latina. Essa questão da viagem ao Brasil, El Salvador e Chile, não foi uma viagem muito planejada, mas uma necessidade de dar uma resposta a essa discussão de que Obama não tem uma política para a América Latina. E ele começou bem, em Trinidad e Tobago, quando participou da I Cúpula das Américas, onde assinou reunião com a Unasul, depois votou favorável à questão de Cuba, na OEA. Mas não há uma política abrangente para a América Latina.

Quanto a como deve se comportar o Brasil, se devemos ficar quietos. A postura de Chávez, por exemplo, não é uma boa postura; não acho uma boa postura. Por que chamar atenção permanentemente dos Estados Unidos? Por que cutucar?

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Onça com vara curta.

O SR. LUIS FERNANDO AYERBE – Qual é vantagem que a Venezuela tem fazendo isso? Acho que foi bom para a América Latina que os Estados Unidos deixassem de estar tão presente. Isso favoreceu a nossa autonomia. E não há grandes contenciosos. Mesmo com a Venezuela, os contenciosos são mais

de discurso, são políticos, mas não são contenciosos em termos econômicos.

Então, parece-me que a postura brasileira, que marca suas referências quando tem de marcar, mas não tem um ativismo militante por princípio, que acorda com os Estados Unidos naquilo que tem de acordar, que mantém uma relação de diversidade, assim como busca parceiro no mundo, é uma política pragmática adequada.

Geralmente, chamar atenção dos Estados Unidos... Recentemente, a Argentina fez isso, com um incidente. Há também um componente, no caso da Argentina, que mostra um pouco que está subestimando o governo Obama. Muita gente, inclusive na Venezuela, não está levando o Obama a sério, como acontecia com Carter. "Vamos aproveitar e cutucar, pois não vai acontecer nada". Na Argentina, aconteceu um incidente com os militares que foi um pouco por isso. Eleitoralmente, houve um certo antiamericanismo em parcela da população.

Portanto, a postura brasileira parece-me adequada, mantém a autonomia, mas, ao mesmo tempo, sem ativismo ilógico.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Professor Coker.

O SR. CHRISTOPHER COKER –

(tradução simultânea no trecho a seguir.)

A SRª TRADUTORA – Com respeito a vocês, quando começamos a bombardear a Líbia, o nosso Primeiro-Ministro... Isso não é um exemplo de vigilantismo liberalista, parecido com a... Na verdade, um liberalismo muscular. Essas são as palavras-código agora, que nunca foram usadas antes. A questão é a decisão de não trazer o Bin Laden como prisioneiro. É um liberalismo muscular. Eu argumentaria que Obama tinha várias considerações. Uma delas é trazer uma resolução para as famílias cujos parentes morreram no 11 de setembro. Essa é uma nova narrativa para a guerra do terror, que é muito mais importante para o futuro dos Estados Unidos.

Em segundo lugar, possibilita que ele faça algo muito difícil, que é continuar com os gastos em defesa, porque o orçamento vai ser cortado nos próximos anos. Mas é impossível imaginar que essa política será estendida sem um símbolo, particularmente para o serviço militar americano. Noventa por cento dos militares são republicanos. Obama era desprezado. Quando foi para West Point, ano passado, ele não tinha muita popularidade. Ele não é muito popular com os militares.

Então, devemos lembrar que a condenação das pessoas foi um desastre, no caso uma corte de cangurus. Perdeu a legitimidade. Milosevic. Uma ótima opinião. Eu sei disso por causa... Milosevic talvez tivesse saído, se o caso dele não fosse provado. Isso nunca aconteceria com Bin Laden. Os julgamentos não seriam muito populares. As pessoas querem o Kadafi. Tirou-se qualquer possibilidade de o Kadafi ser trazido para julgamento. O período de julgamentos acabou, pelo menos nos próximos anos. Está fora da agenda internacional.

Outro ponto que eu gostaria de lembrar é que há muita diferença entre policiar e guerrear. Uma polícia não tem que matar, tem que trazer a pessoa a julgamento. Com relação ao exército, ele simplesmente abate o inimigo, é dano colateral. E a polícia pode ser condenada por isso. Se bombardear um hospital, uma escola, por erro, isso é um dano colateral. É reconhecido na lei internacional. A polícia depende da legitimação da operação, porque policiamento, em toda a nossa sociedade, depende da população. Noventa por cento da população suporta a polícia; do contrário, nós estaríamos com problemas. Guerras não são apoiadas pelo povo. Dentro das regras da guerra, você não pode pegar um homem que você está tentando levar, se ele tiver armas e você achar que ele vai usá-las contra você. Isso tem sido o maior *bugware* para a administração do Bush, mas o resto da comunidade internacional achou que isso era uma operação de polícia e não... Estou tentando explicar a complexidade da operação. Está completamente claro, na minha mente, que o Obama disse: "Não o traga vivo". Isso é uma decisão de política estrangeira.

A sua pergunta sobre o declínio dos Estados Unidos. O choque que aconteceu há anos é extraordinário. Perder um quinto da sua riqueza nacional em nove meses... Olhando-se para trás, quem é o inimigo número 1 dos Estados Unidos? Bin Laden ou Alan Greenspan? A grande falência do século que permitiu uma regulação dos derivativos. Ele recusou que isso fosse feito. E ele tem ficado bem quietinho nos últimos anos. Eu diria que os historiadores verão o Alan Greenspan como o homem responsável pelo mundo pós-americano.

Em termos de reservas, o presidente Sarkozy tem solicitado que o G20 crie uma reserva de moedas. O euro está lutando por si. O dólar ainda é a moeda mais forte. As mercadorias são comercializadas em dólar e não em euro. As contas vêm em dólar. Sessenta por cento das moedas do mundo são em dólar. Essa situação não vai mudar. Os Estados Unidos têm uma grande capacidade de escrever... Segundo o desenvolvimento, publicou-se um relatório dizendo que não vai haver, nas suas posições, 20% de aumento que se veria no PIB mundial; isso não vai acontecer. Eles estão predizendo um colapso no crescimento da China em

2013, por causa do... Muito tem sido colocado em sua infraestrutura. Oitenta aeroportos este ano. Eles estão prevendo, para América Latina... Quando você escapa da pobreza rápido, depois fica com um resultado de um país em desenvolvimento, por exemplo, a Malásia. Alguns têm tido sucesso, como a Coreia.

Então, eles estão dizendo: por favor, não digam que os Estados Unidos acabaram ainda. O fator final, o grande problema é que os americanos estão comprometidos com ideologias fora de moda, que se chama excepcionalismo americano, algo que lhes serviu muito bem no século XX, nas lutas contra o inimigo, como a Alemanha, a União Soviética. Mas é inútil no século XXI. Eu me lembro de que o grande diplomata do século XX, em termos de guerra fria, na América Latina eu não sei... O problema é que nós não somos pessoas do século XX, nós somos pessoas do século XIX, estamos comprometidos com sonhos do século XIX, nós estamos vivendo os sonhos dos nossos avós, não estamos vivendo por nós. Então, os Estados Unidos têm que começar a sonhar por si mesmos no século XXI, é o grande desafio dos Estados Unidos. Eu estou com medo. O que Obama ainda não fez é um tipo de crítica que tem de ser feito. Ele não criou ainda um sonho. Ele está comprometido com uma história que não dá para levar adiante. Dizer que os Estados Unidos não são excepcionais não é dizer que eles não são únicos ou especiais. Todas as coisas são reais em relação aos Estados Unidos, mas a linguagem de excepcionalismo é uma ideia que a Rússia disse para si mesma, o império britânico e outros países, e não é o tipo de linguagem que nós devemos usar no século XXI, no mundo globalizado. Que tipo que filósofo...

Os britânicos não gostam de falar sobre filosofia, nós ficamos desconcertados.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – A pergunta que fiz foi sobre o seu livro *Filósofos Bárbaros*. Qual deles explicaria melhor o que aconteceu na semana passada com Bin Laden? O gesto de guerra que foi cometido, que levou obviamente à morte, isso na ótica dos Filósofos Bárbaros, que em seu livro o senhor estuda a posição deles com relação à guerra.

A SRª TRADUTORA – Eu posso dar somente uma resposta a esse... eu não tenho nenhum tipo de apreço pelo Osama Bin Laden. Não é pelo que aconteceu no 11 de setembro ou porque ele era um terrorista. A muitos deles nós damos Nobel Prize e nos cumprimentamos 20 anos depois. O Osama Bin Laden era diferente dos terroristas porque ele tinha uma filosofia política. Todo Estado no mundo abandonou esse tipo de coisa, e é o que os filósofos chamam de criminalidade objetiva, não porque ele cometeu um crime ou porque ele matou alguém. Ele nem roubou ninguém. Mas, de quem você é? Quem você é? Você é parte de um grupo criminoso de pessoas. Pode ser criminoso étnico, mas o Estado tem de achá-lo como criminoso porque.... judeu, croata da classe média, a maioria dos Estados atuais compram esse tipo de filosofia. Stalin, a Alemanha nazista adotaram esse tipo de coisa. Mas outros atores também abraçam esse tipo de filosofia. Um deles foi Osama Bin Laden. Ele declarou guerra contra os americanos, não contra os Estados Unidos, mas contra os americanos, dizendo que eles eram criminosos. Algumas pessoas condenam os israelenses por serem um povo criminoso, não o governo deles, não o país em si. Mas ser um israelense é ser um crime e isso é uma filosofia bárbara. E se você abraça esse tipo de coisa no século XXI, e se o Estado para com esse tipo de coisa, é um grande acontecimento. Mas há Estados que ainda abraçam esse tipo de filosofia e eu acho é o que eu colocaria o que aconteceu semana passada em termos de filosofia.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Logo depois da Segunda Guerra Mundial, chegou a haver uma discussão sobre se o povo alemão era criminoso ou apenas os nazistas eram criminosos. E de fato, prevaleceu a ideia de que os criminosos eram os nazistas e houve o julgamento. No Japão, apesar de Pearl Harbor, nunca se acusou o povo japonês de criminoso. Foram acusados os dirigentes e, mesmo assim, pouparam o imperador. Então, tem toda razão. Eu não tinha percebido este lado de que o Bin Laden tinha declarado o povo americano como inimigo. Confesso que não tinha tido essa percepção. Mas há uma diferença em declarar o povo americano como inimigo ou declarar o governo americano como inimigo. Agradeço muito essa sua colocação.

Finalmente, Professor Gilberto.

O SR. GILBERTO SARFATI – A primeira questão é do Senador Suplicy. Senador, em 2002, o governo Bush estabeleceu uma doutrina de segurança nacional que quebrou com a tradição de todo o século XX, chamada doutrina de dissuasão, ou seja, quero impedir que os outros entrem e me ataquem, eu vou mostrar as armas, o que valia muito bem quando eu tinha o mundo de Estados fortes, soberanos.

A partir de 2002, se estabeleceu o unilateralismo. Qual o significado disso? Eu não vou esperar outro Estado se posicionar sobre algo que é do interesse de segurança dos Estados Unidos, eu vou agir antes. Interessante é que o elemento de liberalismo exigiria que, em caso como esse do Osama Bin Laden, eu tenho uma informação de inteligência, eu vou lá e falo para o governo do Paquistão: olha eu tenho uma informação

de inteligência, onde está localizado Osama. Por respeito à soberania, o governo do Paquistão tem de agir.

Entretanto, o que se esperava quando Obama assumiu é que a doutrina de segurança nacional dos Estados Unidos quebrasse com o unilateralismo que foi estabelecido no governo Bush. O senhor pega o documento de segurança nacional do governo Obama e não há nenhuma modificação sobre a doutrina de segurança nacional, em comparação ao governo Bush. Eu reli várias vezes o documento e não há uma mudança fundamental, ou seja, o unilateralismo inventado no governo Bush se mantém na administração Obama e, provavelmente, continuará no longo prazo. Obviamente que isso tem uma implicação bastante importante, porque o unilateralismo significa passar por cima da soberania – essa é a premissa de qualquer país –, onde houver uma ameaça de segurança para os Estados Unidos, em qualquer lugar.

Então, o que eu espero é que, na verdade, haja um aumento da política chamada de assassinatos seletivos, qual seja, em vez de eu mandar um monte de tropa para algum lugar onde eu enxergue uma ameaça que significa que vou gastar muito dinheiro com isso, que vou arriscar soldados americanos, eu pego um grupo bem reduzido de elites de soldados, ou até da própria CIA, para fazer um assassinato seletivo. Eu encontro a pessoa e a mato onde ela estiver. Ela pode estar no Brasil , ela pode estar na Argentina. Então, isso tem uma implicação muito séria, sobre a qual obviamente esta Comissão e o Brasil deveriam refletir. Porque esses casos vão acontecer com mais frequência – houve uma violação de soberania –, isso porque, como eu havia apresentado, o terrorismo transcende os Estados, tende a se tornar algo estabelecido na política externa norte-americana.

O segundo questionamento da Senadora diz um pouco sobre a questão de mobilidade que existe da chamada Zona Schengen. É interessante que, na semana retrasada, o Presidente Sarkozy, junto com o Presidente italiano, pediram para rever de certa forma a Zona Schengen, que significa flexibilizar, não significa que você entrou na França e pode passar para a Itália, ou seja, há uma perspectiva de uma certa flexibilização dessa zona que implicaria o fortalecimento do estado nacional, anterior ao que havia da Zona Schengen, que significa um aumento do controle das fronteiras. Isso está fundamentalmente ligado com o aspecto desses países sentirem que esses outros países do Magrebe ameaçam a identidade cultural deles, ou seja, a França tem uma cultura monolítica, a Itália tem uma cultura monolítica. Nós, no Brasil, somos agraciados. Um dos nossos ativos é exatamente o multiculturalismo. Eu sou filho de imigrantes judeus egípcios, a minha esposa é filha de imigrantes japoneses. Nunca, em nenhum momento, eu ou ela nos sentimos como minoria. Mas em qualquer outro país, como na França, eu me veria como minoria. Os Estados Unidos, inclusive, têm um nome para o meu casamento, que não existe em português. Eu seria chamado lá de *mixed couple*, que significa um casal misto. Isso não existe no Brasil. Isso não existe!

Então, vejam que imigrantes marroquinos, tunisianos, apesar da presença colonial que houve na França, no fundo os franceses não querem que esses imigrantes façam parte da França, transformando a cultura francesa em uma outra coisa. Porque é óbvio que cada movimento migratório que houve no Brasil transformou o Brasil em outra coisa, mas a cultura brasileira é rica e permite essa mutação. Esses países têm uma cultura muito homogênea e enxergam nisso uma ameaça.

É claro ver isso. Na semana passada, aliás, ontem, vi que as pesquisas de opinião pública indicam que a filha do Le Pen já conta com 17 pontos, tirando o Sarkozy do segundo turno. E qual é o principal ponto? É este, ou seja, um forte nacionalismo de identidade cultural. Obviamente, pode-se esperar desses países que têm uma cultura mais monolítica fortalecimento dessa identidade e considerar esses outros praticamente como estrangeiros. O que choca para mim, na França, é ver alguém que é um marroquino de segunda ou terceira geração, como eu sou aqui no Brasil, tendo problemas para se identificar como francês. Para mim, isso é profundamente chocante porque eu me identifico com essa situação, que nunca passei em nenhum momento aqui no Brasil, graças a Deus.

Eu queria fazer um breve comentário sobre o que a senhora levantou a respeito da figura do Gorbachev. Nos anos que eu morei em Israel e convivi com muitos russos, aprendi um pouco como eles enxergam a figura de liderança. Para eles, o líder forte culturalmente é muito importante. Não é que eles não ficavam contentes com a situação econômica que eles tinham, mas líder forte é importante. Então, internamente, o que fez o Gorbachev? Era como se a União Soviética fosse um império do qual era a Rússia o centro, e o Gorbachev desmontou o império. É lógico que, para a população média, isso representa uma tremenda frustração. Ieltsin não recuperou um pouco desse orgulho, mas uma das figuras fundamentais para recuperar o orgulho russo do líder forte é obviamente o Putin.

Finalmente, a questão do Senador Cristovam Buarque sobre a política externa brasileira. Falando um pouco sobre quebra de tradição, o Governo, de fato, estabeleceu fortemente a diplomacia presidencial, que quebrou um pouco da tradição do Itamaraty como centro decisório da política externa brasileira e, também,

o histórico de atuação internacional, lembrando que o Itamaraty, o Ministério de Relações Exteriores é o mais antigo ministério no Brasil, desde a época da Monarquia. Portanto, uma instituição com uma tradição e um respeito gigantesco internacionalmente. Parte dessa tradição dos valores exatamente que o Senador destaca, eu acredito que a Presidenta Dilma esteja retomando. Então, voltamos a restabelecer os valores, atrelados, logicamente, ao pragmatismo. E voltamos, de certa forma, a um caminho de tradição que é salutar. Entretanto, umas coisas que mais me questiono até sobre esse aspecto de tradição de política externa brasileira é a candidatura do Brasil ao Conselho de Segurança, ou seja, qual a implicação dessa candidatura do ponto de vista de relacionamento com esses outros países. Porque muitas das posições brasileiras no Conselho de Segurança ou na ONU como um todo teoricamente foi de estabelecer votações em que ele se abstém em algo que no fundo não é interesse nacional, não afeta, por exemplo, a zona de influência do Brasil na América do Sul. No momento em que viro parte do Conselho de Segurança, eu sou chamado a tomar decisões onde não posso mais me abster de certas questões. Qual é a implicação disso? Será que vale a pena o Brasil começar a ter que tomar decisão de enviar tropas ou de se posicionar sobre um conflito na Ásia ou um conflito no Oriente Médio? Qual o benefício disso versus o custo disso? Quer dizer, o Brasil do ponto de vista de *soft power*, como eu mencionava, ele é visto como um país amistoso, como um país conciliador. Quando você é chamado a tomar decisões sobre conflitos que não dizem respeito a você. Porque o Brasil não é um país que tem o poder para ter projeção global. Então, a projeção do Brasil é América do Sul, não a Ásia, não o mundo. Se eu quero me projetar globalmente, então eu tenho que assumir responsabilidades globalmente. Assumir responsabilidades globalmente significa que eu vou ter que enviar tropas para zonas de conflito onde não necessariamente eles vão ser bem recebidos, onde o Brasil vai ser recebido de braços abertos. E um pouco desse *soft power* brasileiro pode ser arranhado, senão rompido. Será que vale a pena? Ou seja, onde estaria o benefício disso? Eu não consigo enxergar o benefício de tentar ter uma presença global, de jogar o nosso Exército para zonas onde não vão trazer um benefício do ponto de vista de interesse nacional.

Então, seria o único questionamento sobre o atual grande eixo que fundamentalmente é uma bandeira do governo Fernando Henrique, é uma bandeira do governo Lula, é uma bandeira do Governo Dilma, mas que eu acho que deveria ser visto mais como um questionamento sobre como é a ONU hoje, se de fato o Conselho de Segurança é capaz de trazer segurança, ao invés de um posicionamento em que se insiste em que o Brasil deve ter assento permanente, no qual implica num nível de responsabilidade do ponto de vista de segurança muito pesado e que deve arranhar a imagem do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Sobre isso, permita-me dizer que considero um grande equívoco essa disputa, essa luta por um lugar em um conselho que, aliás, ninguém sabe o poder que vai ter daqui para frente, quando muito melhor seria liderarmos mesmo numa posição idealista – como me chamou aqui o Ministro Patriota – de ser contra membros permanentes do Conselho. Claro que para acabar com membros permanentes tem que passar, hoje, pela decisão dos membros permanentes. Então, você pode dizer: isso não vai acontecer. Muito bem, se não acontecer, temos 50 anos para lutar por isso. E é até melhor que não aconteça, nos dando uma grande simpatia no mundo, em vez dessa luta insana, a meu ver, que pode não conseguir, e, se conseguir, não vejo que vantagem vai trazer, porque cada vez mais o poder sai não só do Conselho, sai das Nações Unidas em direção a outras entidades, como o G20, a OMC e outras entidades internacionais, mesmo da família das Nações Unidas, mas fora de Nova Iorque, da sede.

O SR. GILBERTO SARFATI – Inclusive, Senador, se V. Exª me permitir, devemos honrar mais a bandeira que está atrás do senhor, a bandeira do Mercosul. Essa merecia mais investimento da nossa parte.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Mas com uma condição: tirar o nome, porque Mercosul é coisa de Bolsa de Valores. Fui do Parlamento do Mercosul envergonhado. Eu não sou agente de Bolsa de Valores. Mercosul tinha que ser União dos Países, tinha que ser Comunidade dos Países, mas não "merco", não mercado. É um equívoco, a meu ver, chamarmos assim.

Antes de terminar, o próprio professor lembrou que uma das minhas perguntas ficou sem resposta e ele quer respondê-la: como é que o conceito de liberdade está hoje presente no imaginário russo?

O SR. ANGELO SEGRILLO – Essa questão da liberdade é muito importante. De todos os países que eu já visitei, eu nunca vi nenhum povo que recusasse a liberdade ou que gostasse de viver sob um domínio forte, vamos dizer assim. Todos os povos anseiam pela liberdade. As condições externas, ou relações de classe, ou relações internacionais, ou imperialismo é que mantêm diversos povos nessa condição.

Agora, eu queria chamar a atenção para uma coisa que talvez seja interessante notar: os russos, não sei nem se tanto de líderes fortes, gostam de líderes efetivos, mas eles são muito ligados à questão de um

Estado forte. Isso é uma coisa importante para eles que, às vezes, para nós, é difícil de entender. O mundo ocidental é muito ligado ao liberalismo, que enfatiza os direitos individuais e até tem grande desconfiança do Estado, como podendo potencialmente ser um supressor das liberdades individuais.

Mas isso tem uma razão histórica. O liberalismo surgiu no Ocidente, na Inglaterra originalmente, como forma de superar um problema constante que eles não estavam conseguindo resolver: aquelas guerras religiosas, guerras civis, em que um grupo chegava ao poder e impunha a sua religião. Isso era um problema permanente que não era resolvido e foi resolvido por meio do liberalismo. A religião foi jogada à esfera individual e tentou-se manter o Estado longe dessa esfera para proteger. Então, o liberalismo foi muito efetivo e, por isso, no Ocidente, tem uma força muito grande.

A Rússia, historicamente, teve uma experiência diferente. A civilização russa original não começou nem na Rússia atual; começou na verdade na Ucrânia. Era chamada Estado Kievano, que existiu dos séculos IX ao XII. Esse Estado Kievano era uma confederação solta de cidades-estados, tipo a Grécia antiga, bastante florescente na época, pois não perdia nada para o século IX. O que era a Europa ocidental no século IX? Não perdia nada para a Europa naquela época. Só que esse Estado, essa confederação solta de cidades-estados florescente, relativa à época, não conseguiu superar o tranco militar dos mongóis, que depois dominaram a Rússia por dois séculos – do século III ao XV. E, depois do século XVI, voltou o Estado Moscovita, que era bem diferente. O Estado Moscovita foi baseado num Estado forte, bem centralizado. E foi com esse Estado forte centralizado que eles criaram o Império Russo nos próximos três séculos.

Então, isto marcou muito a psique social russa: essa experiência de uma confederação solta de cidades-estados, de um Estado fraco, não unificado, florescente mas que não conseguiu superar o tranco militar estrangeiro. E, com o Estado forte, a sociedade russa floresceu. Ela conseguiu não só repulsar os estrangeiros, os mongóis, mas também criar um império forte e florescer culturalmente.

Então, essa experiência histórica de que a sociedade russa conseguiu florescer com um Estado forte marcou muito, e os russos têm isso muito presente. Eu acho que marca muito essa diferença. Querer que os russos tenham um pensamento liberal como no Ocidente acho que vai ser difícil. Eles vão ter uma forma de democracia, mas não vai ser necessariamente uma democracia liberal. O liberalismo é muito fraco. Os partidos realmente liberais não têm uma votação muito forte.

O liberalismo teve uma chance nos anos 90, com Yeltsin, mas, devido à crise econômica, os russos associaram muito esse liberalismo à crise econômica, que perdeu muita força nos anos 2000. Isso não quer dizer que a Rússia não possa chegar a uma democracia, mas provavelmente não vai ser uma democracia liberal, do estilo da Inglaterra, dos Estados Unidos, mas uma coisa diferente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Muito bem.

Antes de encerrarmos a presente reunião, agradeço a presença de todos, em especial dos nossos convidados – Professores Gilberto Sarfati, Luis Fernando Ayerbe, Angelo Segrillo e Christopher Coker.

Informo que o 5º Painel do nosso Ciclo, que é toda segunda-feira – não sei se os senhores sabem –, o próximo painel, aqui mesmo, na segunda-feira, às 18 horas, será sobre o tema: "A política externa de China, Índia, África do Sul e seus reflexos no cenário internacional". Vão estar presentes os Professores Severino Bezerra Cabral Filho, Oliver Stuenkel, Ricardo Sennes e Ubiratan Castro de Araújo.

Lembro também às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que, amanhã, aqui mesmo, às duas horas da tarde, faremos a 5ª reunião da nossa Subcomissão Permanente para acompanhar a reunião Rio+20.

E por fim, convoco os senhores membros para a nossa próxima reunião ordinária a realizar-se no dia 12 de maio, quinta-feira próxima, às 10 horas da manhã, neste plenário, para ouvirmos as exposições e fazermos a sabatina de novos embaixadores do Brasil.

Está encerrada e presente reunião.

(Levanta-se a Reunião às 20 horas e 42 minutos.)

ATA DA DÉCIMA SEXTA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas e dez minutos do dia doze de maio de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Cristovam Buarque**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, presentes as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores **Aníbal Diniz**, **Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann**, **João Pedro**, **Blairo Maggi**, **Antonio Carlos Valadares**, **Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp**, **Francisco Dornelles**, **Aloysio Nunes Ferreira**, **Paulo Bauer, Randolfe Rodrigues**, **Delcídio do Amaral**, **Lindbergh Farias**, **Marcelo**

Crivella, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg, Ana Amélia, **Roberto Requião**, **Cyro Miranda**, **Mozarildo Cavalcanti** e **Inácio Arruda**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 14ª e da 15ª reuniões, que são dadas como lidas e aprovadas. São lidos os comunicados e ofícios da Presidência. Tem início a análise da pauta. **Item 1 – Mensagem (SF) nº 41, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor OSWALDO BIATO JÚNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Cazaquistão, e, cumulativamente, junto à República Quirguiz e à República do Turcomenistão".* Relator: Senador **Cristovam Buarque**. O Presidente convida o embaixador a tomar assento à mesa. A Senadora **Ana Amélia** assume a Presidência. O embaixador Oswaldo Biato Júnior faz sua exposição. Senadores **Cristovam Buarque**, **Luiz Henrique** e **Blairo Maggi** fazem uso da palavra. A presidente Ana Amélia abre o processo de votação. Às dez horas e cinqüenta e sete minutos a reunião é tornada secreta e é reaberta às dez horas e cinqüenta e nove minutos. Resultado do item 1: Apreciada a mensagem. O Senador Cristovam Buarque reassume a presidência. **Item 2 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 641, de 2010**, de autoria da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (CN), que *"aprova o texto do Acordo sobre Tráfico Ilícito de Migrantes entre os Estados Partes do Mercosul, feito em Belo Horizonte, em 16 de dezembro de 2004, com as correções contidas no texto da Fé de Erratas ao Acordo, assinado em 28 de junho de 2007".* Relator: Senador **Luiz Henrique**. Resultado: aprovado o parecer favorável. **Item 3 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 73, de 2011**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos sobre a Concessão de Autorização de Trabalho para Dependentes de Agentes Diplomáticos, Funcionários Consulares e Pessoal Técnico e Administrativo de Missões Diplomáticas e Consulares Acreditados no outro País, celebrado em Brasília, em 23 de julho de 2009".* Relator: Senador **Eduardo Suplicy**. Resultado: aprovado o parecer favorável. A Senadora **Ana Amélia** assume a Presidência. **Item 4 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 636, de 2010**, de autoria da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (CN), que *"aprova o texto do Acordo sobre a Criação e a Implementação de um Sistema de Credenciamento de Cursos de Graduação para o Reconhecimento Regional da Qualidade Acadêmica dos Respectivos Diplomas no Mercosul e Estados Associados, adotado em San Miguel de Tucumán, em 30 de junho de 2008, por meio da Decisão CMC nº 17/08, no âmbito da XXXV Reunião do Conselho do Mercado Comum.".* Relator: Senador **Cristovam Buarque**. Resultado: aprovado o parecer favorável. O Senador **Cristovam Buarque** assume a Presidência. **Item 5 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 640, de 2011**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"aprova o texto do Acordo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile, aprovado pelo Conselho de Ministros do Mercosul, em Buenos Aires, em 18 de fevereiro de 2002.".* Relator: Senador **Luiz Henrique**. Resultado: aprovado o parecer favorável. **Item 6 – Anteproposta de Emenda Constitucional nº, de 2011 – CRE**, de autoria do Senador **Roberto Requião**, que *"acrescenta o inciso e parágrafo único ao art. 49 e inciso ao art. 84 da Constituição Federal, para prever a participação do Congresso Nacional nas negociações de atos, acordos, convênios e tratados que versem sobre matéria de comércio internacional."* O Senador **Roberto Requião** faz a leitura de sua proposta. Os Senadores **Randolfe Rodrigues**, **Ana Amélia**, **Gleisi Hoffmann**, **Luiz Henrique** e **Eduardo Suplicy** fazem uso da palavra. Resultado: Adiado. **Item 7 – Requerimento nº 22, de 2011 – CRE**, de autoria da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional Sobre Mudanças Climáticas que diz: *"Nos termos do art. 58, §2º, incisos II, V e VI da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizado por esta Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, Ciclo de Audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates sobre o tema, conforme Plano de Trabalho desta Subcomissão".* Resultado: Aprovado o requerimento. É apresentado, como **item extrapauta**, o **Requerimento nº 23, de 2011 – CRE**, de autoria da Senadora **Ana Amélia**, que diz: *"Nos termos do art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, para debater os aspectos e o alcance do Anteprojeto de Emenda à Constituição, de autoria do nobre Senador Roberto Requião, que tem o objetivo incluir a participação do Congresso Nacional nas negociações de atos, acordos, convênios e tratados que versem sobre matéria de comércio internacional. Para*

tanto solicito sejam convidados o Sr. ***Antônio Patriota –*** *Ministro de Estado das Relações Exteriores; Sr.* ***Samuel Pinheiro Guimarães –*** *Embaixador e Alto Representante-Geral do Mercosul no Conselho de Mercado Comum (CMC); Sr.* ***Fernando Pimentel –*** *Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); Sr.* ***Rubens Ricupero –*** *acadêmico e ex-Secretário-Geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD); Sr.* ***Paulo Nogueira Batista Júnior –*** *Economista e Diretor-Executivo do Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Sr.* ***José Augusto Castro –*** *Vice-Presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB)".* Resultado: aprovado o requerimento. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e trinta e dois minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Cristovam Buarque,** Vice-Presidente no exercício da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Bom dia a cada uma e a cada um!

O Presidente desta Comissão, Senador Fernando Collor, está viajando e me pediu que o substituísse como Vice-Presidente.

Declaro aberta a 16ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e da aprovação das atas da 14ª e da 15ª reuniões.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Quero, inicialmente, trazer ao conhecimento dos Srs. Membros desta Comissão que nesta sexta-feira, dia 13, às 11 horas, receberemos neste plenário – convido todas as Senadoras e Senadores para essa reunião – uma delegação do Foreign Palace Advisory Group, do Ministério de Relações Exteriores da República Popular da China.

Gostaria, portanto, de convidar as Srªs e os Srs. Senadores para participarem desse encontro acrescentando que a delegação pretende ter intercâmbios frutíferos alcançados no III Encontro dos Líderes dos Brics, estratégias de desenvolvimento pacífico da China entre outros temas de interesse comum.

Será uma oportunidade também de conversarmos sobre os trabalhos relacionados com a Rio+20.

Quero discutir o item não terminativo que é a Mensagem nº 32 do Senado Federal.

ITEM 1
- Não Terminativo -

MENSAGEM (SF) Nº 32, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor OSWALDO BIATO JÚNIOR, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Cazaquistão, e, cumulativamente, junto à República Quirguiz e à República do Turcomenistão .

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Peço que o Ministro seja convidado.

Como sou o Relator do parecer relacionado com a indicação do Ministro Biato Júnior, convido a Senadora Ana Amelia para presidir para que eu possa fazer a leitura do relatório.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Srs. Senadores, Sr. Embaixador, Sr. Relator, como já foi feita a apresentação oral do relatório, passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque para comentários.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu já tive oportunidade de ler o relatório na última reunião. Quero apenas acrescentar a minha satisfação de ter como candidato a Embaixador do Brasil Oswaldo Biato.

A primeira razão é que ele foi meu aluno no Instituto Rio Branco. Então eu tenho uma satisfação especial de tê-lo aqui nesta mesa; segunda é uma homenagem que faço ao pai do nosso futuro Embaixador, também Oswaldo Biato, que foi o Secretário-Geral do Instituto Rio Branco na época em que eu era professor lá. Embaixador de atividade muito profícua, representou o Brasil em diferentes países e ocupou cargos importantes na estrutura do Ministério das Relações Exteriores.

Quero acrescentar também a importância do Cazaquistão nas relações do Brasil. O Cazaquistão é um país que saiu da União Soviética, está procurando seu caminho, é um grande possuidor de produtos naturais, incluindo petróleo, é um país que tem uma cultura, pode-se dizer, milenar, e o Brasil tem todas as vantagens para essa relação.

Aqui, muitas vezes, Senadora Ana Amelia, critica-se a abertura de embaixada em país pequeno. Eu costumo dizer que não existe país pequeno; se ele foi constituído, ele é um país. Não se pode dizer que o Cazaquistão é um país pequeno; ao contrário, o Ministro Biato vai apresentar os dados que mostram o tamanho geográfico e em termos de riqueza que tem aquele país.

Por isso, fico satisfeito de estarmos aqui nesta sabatina, esperando que, o mais rápido possível, o Brasil possa voltar a ter um embaixador naquele país, porque o embaixador que ali estava, Frederico Duque Estrada Meyer, já está no Marrocos como nosso Embaixador. Então, a presença de um embaixador no Cazaquistão é uma questão de urgência nas relações externas do Brasil.

É isso, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Cristovam Buarque. Tenho a satisfação de passar a palavra ao Embaixador Oswaldo Biato Júnior, indicado para a República do Cazaquistão e, cumulativamente, República Quirguiz e República do Turcomenistão.

Conforme o Regimento, o senhor terá 20 minutos para fazer sua exposição, com a prorrogação de mais dois minutos. O senhor tem a palavra.

O SR. OSWALDO BIATO JÚNIOR – Primeiramente, eu queria agradecer os elogios do Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, efetivamente um grande professor de Economia e depois um grande político, como todos nós sabemos. Também queria cumprimentar a Srª Senadora e a todos os Senadores aqui presentes.

Vou tentar estruturar a minha exposição de maneira a facilitar o entendimento do que é o Cazaquistão hoje, do que pode vir a ser no futuro, do contexto regional em que o Cazaquistão se encontra inserido e dos interesses brasileiros na região.

Começando pelo Cazaquistão propriamente dito, essa era a maior ex-República soviética quando houve o fim da União Soviética; essa era a maior das repúblicas que resultaram do processo de derrocada. Era um país que enfrentava enormes desafios, porque era a única ex-República soviética em que o povo original, o povo cazaque, era minoria dentro de seu próprio Estado. E o Presidente Nazarbayev que, logo antes da independência, foi designado secretário-geral do Partido Comunista, manteve-se no poder ao longo de vinte anos. Seu primeiro grande desafio era como constituir um Estado cazaque em que os cazaques eram 44% da população, e os russos, 48% da população.

Então, foi necessária uma negociação muito habilidosa, feita com Moscou, feita com os russos, para assegurar que o país não fosse inviabilizado pelo vizinho do norte. E, nos primeiros anos em que o Presidente Nazarbayev liderou o país, ele teve o cuidado – diríamos, entre 91 e 95 – de demolir todo o legado soviético; pôr fim a todo o sistema de economia de comando que vigorava até então e estabelecer em seu lugar uma economia de mercado, capitalista, moderna e com – isso é importante frisar – garantias para investidores internacionais; um sistema jurídico que funciona adequadamente, para com isso atrair os capitais estrangeiros, que eram fundamentais para a exploração das riquezas do Cazaquistão.

O Cazaquistão, como acho que os senhores já sabem, pela leitura do relatório, é o maior produtor mundial de urânio, embora tenha só a terceira maior reserva e é também um grande produtor de petróleo. Ele vem aumentando sua produção de petróleo baseado em novas descobertas no mar Cáspio, e algumas têm desafios muito grandes. Por exemplo, a reserva de Kashagan, que ficaria no alto do mar Cáspio, ali à esquerda do vídeo, é uma reserva enorme, da ordem de 6 a 7 bilhões de barris, que está a muita profundidade e tem um teor de enxofre muito grande.

Então, a chave do sucesso ao longo da década de 2000, em que o país colhe todos os sucessos do processo de preparação dos anos 90, é uma produção cada vez maior de petróleo, de riquezas minerais. O PIB cazaque aumentou em média cerca de 10% ao ano, de 2000 a 2007; houve uma pequena queda em 2008, com a crise internacional, mantida em 2009, mas hoje volta a crescer a taxas altas. Com toda essa riqueza propiciada pelos minérios e pelo petróleo, o governo cazaque teve os meios para investir numa política social importante.

A indústria cazaque foi muito prejudicada com a separação da União Soviética. Ela era toda em bases soviéticas, faltou mercado... Então, eles estão gradualmente reconstruindo a indústria com o dinheiro do petróleo e, sobretudo, apoiando a área social. Nos últimos anos, a taxa de pobreza da população cazaque, que estava em torno de 40%, caiu para 10%; três quartos dos pobres do Cazaquistão saíram da pobreza nesses últimos anos. As pensões, que eram muito baixas, foram aumentas em sete vezes, o sistema de aposentadoria. E, finalmente, os salários dos professores, médicos, cientistas foram aumentados seis a sete vezes.

Com isso, o Cazaquistão hoje está numa situação muito confortável na Ásia Central e, de longe, é o país mais estável, que tem a melhor política social, que não tem qualquer conflito étnico, pela habilidade do Presidente Nazarbayev; não tem nenhum tipo de ameaça islâmica, ao contrário de outros países da região.

O Cazaquistão, hoje, é um país que inclusive começa a se tornar uma potência fora da sua região. Sediou, recentemente, a reunião de cúpula da Organização de Segurança e Cooperação da Europa. É a primeira vez que um país soviético, ex-soviético, tem essa honraria; fez uma cúpula com a presença de chefes de Estado do mundo todo; e neste ano eles vão sediar a Conferência Islâmica, porque também é um país que tem 40% da sua população islâmica.

Então é um país, como disse muito bem o Senador Cristovam, que não é só grande, não e só próspero, mas vem tendo uma postura e uma posição internacional de muito destaque.

Eu abordaria um último ponto, que acho muito importante. Quando houve a independência do Cazaquistão, com o fim da União Soviética, o Cazaquistão detinha o quarto maior arsenal nuclear do Planeta, após, naturalmente, os Estados Unidos, a Rússia e a China. Porque grande parte das armas nucleares soviéticas estava no Cazaquistão. E o governo cazaque tomou a decisão de abrir mão desse arsenal, sem nenhuma pressão internacional, eles quiseram fazer isso, devolveram muitas armas à Rússia; outras foram destruídas com financiamento americano. E hoje é um país totalmente desnuclearizado. Com isso, incentivou outros países, que detinham arsenais nucleares da União Soviética, como a Belarus e a Ucrânia, irem pelo mesmo caminho.

Então, parece-me, é um país que mais do que justifica a nossa presença lá.

Bem, eu passaria a um ponto que acho muito interessante, que é o contexto regional da Ásia Central. Em que contexto está inserido o Cazaquistão, qual é o interesse das grandes potências, qual é o papel do petróleo na nova geopolítica da região. E aí eu diria que o Cazaquistão, e não somente ele, mas também o Uzbequistão, que tem muito gás, o Turcomenistão, que tem muito gás, o Azerbaijão também; todos os países que estão às margens do Mar Cáspio representam, hoje, a última grande reserva de petróleo, ainda não totalmente explorada. Naturalmente, deixando de lado o pré-sal brasileiro, que é uma conquista também muito importante.

Essa enorme quantidade de petróleo que tem lá atrai, naturalmente, a cobiça de todas as potências: a China, que é o maior país importador de petróleo, tem grande interesse em carrear o petróleo e o gás do Cazaquistão para a China, que é uma economia que cresce 10% ao ano, o que é natural. Mas a Rússia, que é uma ex-potência colonial, não quer largar o osso, vamos dizer assim, e não quer deixar que esse petróleo da região passe ao largo dela. E hoje, todo o petróleo da região passa necessariamente pela Rússia, porque os gasodutos, os oleodutos foram construídos no sentido sul/norte.

Então há um grande interesse da Rússia em manter essa posição privilegiada na região; há um grande interesse da China em ter uma parte desse petróleo; e há um grande interesse também dos Estados Unidos e da Europa de carrear esses recursos para o Ocidente, sem passar pelo território russo. Daí uma proposta muito importante dos europeus de fazer um gasoduto, um oleoduto, passando de Baku, do outro lado do Mar Cáspio, diretamente para o Mediterrâneo. E, obviamente, isso é combatido tanto pelos chineses, que querem o gás para eles, quanto pelos russos.

Esse é o contexto em que todas as potências se fazem presentes na região da Ásia Central. Não só os Estados Unidos, Rússia e China; também a Turquia, que tem laços culturais, está muito presente lá e domina o mercado de infraestrutura cazaque; a Índia está muito interessada; o Irã tem enorme interesse pela região; e o Brasil não poderia ficar de fora.

Passando, então, ao terceiro elemento desta exposição: os interesses que o Brasil tem no Cazaquistão e também no Turcomenistão e Quirguiz, de que eu falarei um pouco a seguir.

Nós somos um País que, apenas agora, se começa a fazer presente na região. Já há muitos outros atores lá, com 20 anos de antecipação a nós, de maneira que não é um mercado fácil para nós. Mas eu apontaria duas áreas de atuação que eu acho muito importantes para nós: a área econômico-comercial e a área política. O Cazaquistão, dos países da Ásia Central, é o único que tem capacidade e peso para ter uma atuação fora de sua região. Como nós já vimos, ele presidiu essa conferência de organização para a segurança e cooperação na Europa, está presidindo a conferência islâmica, tem um papel muito importante extra Ásia Central porque ele é, digamos, o modelo do que o Ocidente desejaria para a região: um país estável, laico, sem problemas étnicos; um país que, com uma certa dificuldade, está apostando na democratização e no modelo plurilateral.

Obviamente que é um processo difícil; são países que estão, há 120, 200 anos, como província de um império czarista inicialmente e, depois, soviético. Mas, desde o início da independência, o Presidente Nazarbayev diz claramente que ele quer a democracia como objetivo final. Ele só diz que não dá para ter no começo do processo; democracia é algo para o fim do processo. Enfim, esse é um ponto muito importante.

Como eu já disse, é um país que abriu mão das armas nucleares, é um aliado do Brasil nessas questões. Nós apoiamos a entrada deles na OMC; em troca, eles nos apóiam para o Conselho de Segurança. É um parceiro importante na região, com quem nós temos que ter uma ligação política muito forte.

Do ponto de vista econômico – e eu acho que essa informação, certamente, interessará ao Senador Luiz Henrique –, é um importador importante de carne brasileira. O Cazaquistão hoje não é um grande importador brasileiro; a nossa exportação total para lá está na faixa de US$200 milhões, mas o Cazaquistão está se juntando com a Rússia e com Belarus num acordo

de união aduaneira que transformará toda essa região numa zona única. E não só o seu mercado está crescendo, pela sua população, que hoje tem um PIB *per capita* de US$7 mil, quase o mesmo do Brasil, mas também é uma porta de entrada para a Rússia, e com condições muito mais fáceis de entrada do que a Rússia, que é reconhecidamente um mercado complicado.

Então, nós temos aí o mercado de carnes, que nós podemos explorar muito melhor; temos o interesse cazaque de diversificar sua economia e de ter investimentos de grandes empresas brasileiras. A Air Astana já adquiriu dois aviões da Embraer e quer adquirir mais ainda. Temos também a possibilidade de obras lá, feitas por empresas brasileiras. Então, é um mercado muito promissor. É claro que já está tomado por outros atores; não será um mercado fácil para nós, mas eu me proponho, caso os senhores estejam de acordo, de fazer todo o esforço para plantar a nossa bandeira ali, um ponto importante da Ásia Central.

Eu queria dizer apenas umas rápidas palavras sobre o Turcomenistão aqui, antes de terminar.

Obviamente, são embaixadas cumulativas. Eu tentarei ir lá todos os anos. A atenção que nós podemos dar é naturalmente menor. Mas o Turcomenistão me parece muito importante. É uma espécie de cópia, em tamanho menor, do Cazaquistão. Tem muito gás, é um grande produtor de algodão, importa máquinas agrícolas do Brasil, mas tem um regime um pouco isolado e não é fácil chegar lá. Então, eu acho que o apoio da Embaixada é muito importante para que os empresários brasileiros cheguem lá, e há perspectivas concretas da venda de aviões da Embraer também, da venda de material agrícola, colheitadeiras, coisas desse tipo. Eu estarei muito atento para ajudar as empresas brasileiras lá.

Quirguiz – ali, no visor, fica à direita, no centro – é um país um pouco diferente, muito montanhoso, não tem gás, não tem petróleo. É um país divido em norte e sul, norte industrializado sul agrário. É um país que tem uma minoria étnica muito grande, Uzbek, e há, portanto, problemas entre essas duas minorias. Mas, apesar de todas as dificuldades, Quirguiz é o país que, de todos eles, desde o início optou por um regime democrático. Inclusive, ao contrário dos demais países, foi o único que com a passagem da União Soviética para a independência escolheu um presidente que não era líder soviético. Então é um país democrático, é um país com o qual nós podemos trabalhar os grandes temas da pauta internacional.

Muito obrigado pela atenção dos senhores. Eu passaria a palavra de volta a Presidenta.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada ao nosso Embaixador Oswaldo Biato Júnior.

E agora, pelo Regimento, a palavra está à disposição dos Srs. Senadores que quiserem sabatinar o indicado, mediante a lista de inscrição que está aqui na mesa ou mediante inscrição oral.

Senadores, o nosso Embaixador está à disposição.

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Srª Presidente, Senadora Ana Amelia, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar eu queria assinalar que nós estamos sabatinando um dos melhores quadros do Itamaraty. O Ministro Oswaldo Biato Júnior é reconhecidamente um dos destaques daquele Ministério. Em segundo lugar, ele vai para um país importante, para nós distante, desconhecido, mas um país importante. Um país que tem tido um crescimento econômico sensível e que apresenta grandes possibilidades de trocas bilaterais com o Brasil. E, como afirmou o Embaixador Biato, pode ser uma interessante porta de entrada para todo o comércio da região da antiga União Soviética.

Eu faria uma pergunta ao Embaixador, no sentido da possibilidade de penetração das nossas empresas de *software*, principalmente software de gerenciamento bancário e de gerenciamento industrial, já que nós temos uma *expertise* que nos põe na liderança mundial nessa área. Basta viajarmos para qualquer país do primeiro mundo e verificar que as transferência de valores interbancárias não se realizam com a simultaneidade com que logramos fazer no Brasil. Por outro lado, o nosso setor empresarial vem crescendo em produtividade exatamente pela excelência dos sistemas de gestão industrial, de gestão empresarial que nós construímos.

Eu lhe pergunto: Se esse não seria um setor muito promissor para a presença de empresas como a TOTVS, a Datasul e outras tantas no mercado do Cazaquistão?

O SR. OSWALDO BIATO JÚNIOR – Senador, eu concordo totalmente com o V. Exª. Na verdade, eu acho que esse é um setor muito promissor. A própria Rússia, que é, digamos, o irmão maior, cujas empresas estão muito atuantes no Cazaquistão e na China, também não tem uma tecnologia bancária tão sofisticada quanto a nossa. Isso significa que há um espaço, sim. O que precisa ser feito, obviamente, a partir da Embaixada e com a ajuda do MDIC e do Itamaraty, é ter uma estratégia contínua de penetração do mercado cazaque, com participação em feiras, missões regulares etc.

Eu vou ter, nos próximos dias, uma série de reuniões com ministérios, com entidades do Itamaraty, para, justamente, chegar a um plano de ação. E, ob-

viamente, esse setor que o senhor coloca será um dos principais elementos desse plano de ação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Algum outro Senador deseja fazer uso da palavra para sabatinar o Embaixador Biato?

Senador Mozarildo?

Senador Cristovam, que foi o Relator da sua indicação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu quero justificar a minha participação porque o relator se baseia no currículo, na história, mas não tem a possibilidade de esclarecer alguns pontos sobre o futuro trabalho.

Eu gostaria de perguntar ao Embaixador algumas coisas. Primeiro, se nós já dispomos ou não de informações sobre a posição do governo do Cazaquistão em relação à reunião Rio+20. Se isso tem sido discutido ou, pelo que o senhor conhece da realidade do país, até pelo seu tempo em Moscou, se há alguma posição. Também, tirando proveito do seu tempo em Moscou, qual o senhor acha que será a posição do governo russo em relação à Rio+20? Vai ignorar? Vai trazer posições avançadas em relação a corrigirmos os rumos desse processo de desenvolvimento? Ou vai insistir na continuação dele?

Além disso, eu gostaria de saber como a gente pode incentivar as relações culturais, educacionais e esportivas? Insisto nisso porque, ultimamente, a gente está transformando embaixadores em verdadeiros caixeiros viajantes, como se fosse papel deles aumentar as vendas do País. Têm que ter essa função também, mas não se pode concentrar o papel do embaixador nessa função. Ele tem que ter uma função muito mais ampla. Então, deixo aqui a minha pergunta no que se refere às áreas da cultura, e, obviamente, educação, esporte e ciência e tecnologia, sobre o que V. Exª já falou um pouco, mas eu gostaria de ver mais ênfase.

O SR. OSWALDO BIATO JÚNIOR – Eu começaria pela última pergunta, que eu acho que talvez possa interessar mais. Estou totalmente de acordo com o Senador quanto à importância das relações culturais. Isso porque o Brasil, na verdade, não tem uma imagem no Cazaquistão. A imagem que se faz do Brasil no Cazaquistão é de um país do futebol e também do carnaval. Então, até para podermos vender produtos de maior valor agregado, como aviões, participar de licitações de metrô etc. é necessário que o País difunda uma imagem mais positiva, mais rica. Daí por que a parte cultural está estreitamente ligada à parte comercial, científica e tecnológica. Se nós não tivermos uma imagem, digamos, de um país avançado, de um país que tem condições de, digamos, levar esse tipo de agenda, nós não iremos muito longe. Estou totalmente de acordo quanto a isso.

Na área cultural, nós já temos, graças ao bom trabalho do meu antecessor, Embaixador Frederico Duque Estrada Meyer, um bom programa de divulgação cultural. O Embaixador Frederico, com muita dificuldade financeira, já fez três ou quatro festivais de cinema no Cazaquistão, com muito pouco apoio, baseado no empenho pessoal dele, nas amizades que ele tem com artistas brasileiros – ele levou lá a nossa querida Fafá de Belém. E eu pretendo dar continuidade ao trabalho dele. Neste ano, quero fazer o primeiro festival de cinema brasileiro no Cazaquistão com filmes brasileiros legendados em russo. Ele não tinha essa possibilidade antes e, aí, naturalmente, a clientela se reduz muito, apenas diplomatas estrangeiros e a elite cazaque têm acesso. Agora não, vamos fazer com legendas em russo, que é a língua que todos falam lá.

Passando agora às perguntas sobre a Rio+20. Sobre o Cazaquistão: o Cazaquistão tem uma grande preocupação com o meio ambiente. Isso é uma coisa até um pouco estranha de se explicar: um país novo, com muitas reservas de petróleo e tal, por que essa consciência ecológica? Porque eles sofreram muitíssimo, durante o período soviético, com diversas barbaridades que foram praticadas. A primeira delas foram os testes nucleares a céu aberto feitos dos anos 50 até os anos 60 na região leste, na ponta leste, ao norte, em Semipalantinsk, que têm regiões enormes totalmente inabitadas, inóspitas. Os testes nucleares foram feitos sem o devido cuidado, então, nuvens radioativas chegaram a contaminar populações no entorno. Isso gerou o grande momento da conscientização da cidadania cazaque, em 1986, 1987, antes da independência: os protestos contra novos testes nucleares no Cazaquistão. Tanto assim, que os russos levaram os testes para Novaya Zemlya, ali no Ártico. Só que, logo depois, com Gorbatchov, esses testes foram suprimidos.

Então, eles também estão perdendo o mar de Aral, pela agricultura insustentável do algodão, implantada por Khrushchev. Quando se olha o mapa, não se encontra o mar de Aral. O mar de Aral fica um pouco à direita do mar Cáspio e está praticamente invisível; praticamente não existe mais. Portanto, há uma preocupação muito grande do governo Cazaque em lidar com os problemas ecológicos. Nesse sentido, embora eu não conheça a posição específica do governo do Cazaquistão em relação ao Rio+20, tenho certeza de que eles deram todo o apoio as nossas propostas e a esse empreendimento. Por quê? É um país com estepe, que é um ecossistema muito frágil, com desertos no sul, com problemas de água, com histórico

de poluição. Então, eles terão todo o interesse, tenho certeza, em dar apoio à Rio+20.

A Rússia é um pouco diferente. A Rússia se ressente, no que se refere ao Protocolo de Kyoto sobre gás e estufas, do fato de ela estar inscrita no rol de países desenvolvidos, que terão que fazer esforços, sacrifícios etc. que não são pedidos aos países em desenvolvimento. Então, embora ela entenda – e tive conversas com funcionários russos sobre isso –, embora ela não seja contra o conceito da responsabilidade diferenciada e comum, embora entenda que os países em desenvolvimento devem ter ajuda, ela se sente desconfortável com uma perspectiva de um novo acordo Kyoto, um Kyoto dois, em que continuem os países em desenvolvimento, sobretudo países como a Índia, que é enorme, a China e até o Brasil, sem nenhum tipo de obrigação legal de reduzir emissões etc. Portanto, eles favorecem a Rio+20, mas gostariam de ver algum tipo de responsabilidade maior mais claramente delineada para os países desenvolvidos, pelo menos aqueles que hoje já são importantes no comércio internacional, no mundo, que é o caso da China, da Índia, do Brasil.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – O senhor está satisfeito, Senador? (*Pausa.*)

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Bom dia, Presidente. Bom dia, Srªs e Srs. Senadores, cumprimento o nosso Embaixador Oswaldo Biato Júnior.

Primeiramente, quero pedir desculpas por chegar atrasado. É que já passei por duas comissões hoje, a senhora também; acho que todos nós aqui.

Mas, antes de proceder a uma colocação ao embaixador, gostaria de dizer a esta Comissão que, na semana passada, fiz uma viagem de negócios com uma associação brasileira de produtores de algodão para Ásia, Cingapura e Hong Kong, junto com eles, trabalhando para que o algodão brasileiro tenha maior penetração naquele continente. É um trabalho que essa associação vem fazendo há alguns anos e estamos vendo um resultado bastante grande.

Mas queria deixar registrada na Comissão a forma como o Consulado-Geral de Hong Kong nos atendeu e também a Embaixada de Cingapura. Faço aqui um elogio a essas duas representações que nós temos, porque, quando eu era governador por Mato Grosso, por dois mandatos, viajei bastante pelo mundo, sempre fui muito bem recebido pelas nossas embaixadas, pelos consulados por onde passamos.

Noto que nossas embaixadas têm procurado nos últimos anos... Destoando um pouco da pergunta do eminente Senador Cristovam, eu sempre achava, no passado, que nossas embaixadas se preocupavam muito mais com o chá das 17 horas, com as relações culturais e com coisas parecidas e estavam pouco envolvidas com a questão comercial do País. Penso que os embaixadores brasileiros são a ponta de lança de todos os negócios do País, que passam pela área cultural, mas eles não podem deixar de trabalhar muito na questão econômica. Os outros países fazem isto: vêm para o Brasil e fazem negócios durante 24 horas por dia. Eu gostaria muito de ver nossas embaixadas mundo afora sendo um representante comercial do Brasil, procurando negócios.

Então, é preciso que nossa embaixada seja um elo de ligação entre aquele país, ao qual o senhor está sendo remetido agora, e o nosso País e que o nosso Itamaraty faça a ligação entre compradores, vendedores, importadores, exportadores de ambos os lados.

Então, aqui, quero registrar minha satisfação, não só desta vez, com as representações brasileiras lá fora. Todas as vezes em que saí do País, vi nossas embaixadas sempre muito entusiasmadas, sempre prontas a ajudar. Foi assim na Ásia, na América do Norte, na Argentina. Por todos os lugares em que andei, sempre tive o privilégio, a primazia de ser sempre muito bem atendido.

Não é uma pergunta, mas só uma ponderação neste sentido: de que o embaixador que está indo ao Cazaquistão nos represente comercialmente, olhe os negócios que o Brasil pode fazer naquele país. Assim, poderemos estar mais presentes em todos os lugares. Já percebi não só como político, mas também como empresário que, se quisermos ser fortes economicamente, temos de colocar a mala na mão, gastar combustível e andar mundo afora. As pessoas quase não nos procuram. Nós é que temos de procurá-las. O Brasil ainda é o País do momento. Por todos os lugares onde andamos, ouvimos isso. Agora mesmo, na Ásia, ouvi: "O Brasil é a bola da vez". Mas eles ainda não conhecem a diversidade dos potenciais que temos.

Então, quero cumprimentar o Embaixador e só deixar esse alerta, essa lembrança. Vamos fazer teatro, vamos fazer cinema, mas não nos vamos esquecer do negócio que realmente nos sustenta. E eu gostaria que o Embaixador usasse esta Comissão, que é um elo de ligação do Senado com o resto, para que pudéssemos ampliar nossos negócios com o Cazaquistão. Tenho certeza, pelo que conheço daquele país, de que temos grandes potenciais de negócios daqui para lá e de lá para cá também.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Agradeço ao Senador Blairo Maggi.

Não sei se o Embaixador quer fazer comentário, mas eu pediria para aguardar um instante.

Penso que, com sua referência e com o relatório da viagem, pelo resultado e a forma como V. Exª foi

tratado nos países visitados pelo Itamaraty, a Comissão de Relações Exteriores deveria enviar uma correspondência ao Itamaraty, para fazer esse registro. Penso que essa informação, esse *feedback* é muito importante, para que saibam do desempenho adequado das funções.

Consulto o Plenário, antes de encerrada a sabatina, se aprovam a abertura do processo de votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

Está iniciado o processo de votação.

O senhor quer fazer um comentário a respeito do posicionamento do Senador Blairo Maggi, e eu gostaria também de lhe fazer um questionamento.

O SR. OSWALDO BIATO JÚNIOR – V. Exª não se deve preocupar, porque esse tema está no centro da minha missão no Cazaquistão. As relações econômicas entre o Brasil e essa região são fundamentais para o crescimento das relações. Ainda que o Cazaquistão tenha uma identidade internacional que permita outros voos, sobretudo no caso do Quirguiz e do Turcomenistão, o tema básico será econômico.

Então, estarei em contado não só com o Itamaraty, mas com os Ministérios, com o MDIC. Espero poder organizar uma missão comercial nossa para lá e também organizar uma deles aqui. E darei toda a atenção a essa temática. Aliás, essa é a tradição do Itamaraty há muitos anos. Então não se preocupe quanto a isso.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Embaixador Oswaldo Biato. Aliás, a propósito disso, como o Senador Cristovam Buarque levantou essa questão, penso que a melhor referência que o embaixador que nos representará no Cazaquistão tem – porque se fez referência à exportação de carne brasileira –, ou ainda, o melhor exemplo da boa convivência entre cultura e comércio é, exatamente, o convênio que Santa Catarina tem com a Rússia, razão por que o Balé Bolshoi tem uma representação naquele Estado, além do que Santa Catarina também o maior exportador de carne suína para aquele país.

Agora, Embaixador, V. Exª destacou exatamente as possibilidades que nós temos, além do âmbito cultural, evidentemente no plano comercial, que é o meu foco. Assim, queria lhe perguntar: bem sucintamente, qual a relação da região com o Kremlin? Essa é a primeira indagação.

E queria ainda saber, no contexto regional, o que o Brasil pode tirar de proveito nessa relação. E mais: surpreendeu-me quando o senhor deu destaque a que há o interesse muito grande da Europa e dos Estados Unidos em relação às reservas de petróleo que existem na região. O Como o senhor mesmo lembrou o pré-sal, pergunto se houve já alguma incursão da Petrobras, que é, digamos, a principal protagonista no setor de petróleo no Brasil, em relação a essa área e a essa região. Que perspectivas temos em relação a esse aspecto particular?

O SR. OSWALDO BIATO JÚNIOR – Muito obrigado.

Começando pelas relações do Cazaquistão com a Rússia. São relações extremamente complexas. A Rússia é um vizinho inescapável; é um pouco como a relação Estados Unidos/México essa relação Rússia/Cazaquistão. O Cazaquistão tem que trilhar um caminho muito delicado, porque, ao mesmo tempo, não pode se deixar engolir pela Rússia. Uma boa parte da população do Cazaquistão continua sendo Rússia no norte. E a Rússia tem um investimento enorme no Cazaquistão. Por exemplo, o Cosmódromo de Baikonur, fundamental para o programa espacial russo, está no Cazaquistão e é arrendado pela Rússia. De maneira que a Rússia tem enormes investimentos estratégicos, políticos, militares e econômicos no Cazaquistão. E o Cazaquistão sabe muito bem que tentar uma política de contraposição, uma política, digamos, agressiva em relação à Rússia é absolutamente contraproducente, pelo peso da população russa que mora lá, pela capacidade que a Rússia tem de bloquear as exportações de petróleo. Então, eles são forçados a uma convivência muito próxima.

Todavia, o Cazaquistão está sempre interessado em abrir espaço em relação não só à Rússia, mas também em relação à China, que também é outro país extremamente grande, extremamente populoso, interessado nas riquezas minerais e que vê diante dele um vazio demográfico. O Cazaquistão tem um tamanho aproximado ao da Índia, ao da Argentina com 16 milhões de habitantes, Então, essas relações são cruciais para eles, mas há espaço para países como o Brasil.

Passando adiante, quais as perspectivas comerciais com o Brasil?

O que dá para saber de antemão, neste momento, é a possibilidade de comércio na área agrícola – carnes etc. Há a possibilidade de venda de aviões e há a possibilidade de venda de algum maquinário – colheitadeiras etc. Agora, isso é a ponta do *iceberg*, porque ainda não fizemos um trabalho sério de exploração do potencial lá.

Há um estudo, feito pelo Itamaraty, que coloca os dez países de maior crescimento do mundo, com PIBs significativos, e os dez países que mais importam produtos da pauta brasileira de exportação. E, cruzando essas duas listas, o Cazaquistão sai em destaque. Então, tudo indica que há um grande potencial. Agora, cabe a nós explorar esse potencial.

Com relação à questão do petróleo, quase todo o petróleo no Cazaquistão é explorado por empresas multinacionais americanas ou européias. Eles não têm a capacitação. Estão tentando se capacitar nessa área. Já fizeram vários convites à Petrobras para se instalar lá. Eu agora quero, inclusive, visitar a Petrobras para saber do interesse dela real.

Agora com o desafio do pré-sal, que é um desafio enorme, eu temo que talvez a Petrobras prefira se concentrar aqui a abrir uma nova frente nessa região. Mas é possível que sim, porque a Petrobras, por exemplo, hoje está atuando na costa da Nova Zelândia em busca do petróleo. Talvez, sim, eu vou procurar saber e manterei a senhora informada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada Embaixador.

Não havendo mais interesse dos Srs. Senadores... Todos os Srs. Senadores já votaram? (*Pausa*.)

Algum Senador ainda não votou?

De acordo com o disposto no inciso IV do art. 52 da Constituição Federal combinado com o parágrafo único do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, a reunião desta Comissão será transformada, a partir deste momento, em secreta.

Designo o Senador Francisco Dornelles para atuar como Secretário.

(A reunião, tornada secreta às 10 horas e 58 minutos, volta a ser pública às 11 horas e 15 minutos.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Volta a ser pública a reunião.

Em primeiro lugar, cumprimentamos o novo Embaixador Oswaldo Biato Júnior, lembrando que ele será, cumulativamente, além de Embaixador do Cazaquistão, também do Turcomenistão e Quirguiz. Desejo-lhe uma profícua e exitosa missão.

Agradeço à Senadora Ana Amelia, que esteve na Presidência.

Passamos ao item 2.

ITEM 2
- Não Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 641, DE 2010

Aprova o texto do Acordo sobre Tráfico Ilícito de Migrantes entre os Estados Partes do Mercosul, feito em Belo Horizonte, em 16 de dezembro de 2004, com as correções contidas no texto da Fé de Erratas ao Acordo, assinado em 28 de junho de 2007.

Autoria: Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (CN)

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o texto do Acordo acima epigrafado foi encaminhado ao Congresso Nacional por meio da Mensagem do Presidente da República nº 949, de 19 de novembro de 2009, endereçada pelo Aviso nº 955 da Casa Civil, de mesma data.

A citada mensagem vem acompanhada da Exposição de Motivos nº 176, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, de 14 de maio de 2009, que explica as razões por que o ato internacional em apreço foi celebrado e historia sua negociação de acordo com a qual o ato internacional demonstra o engajamento dos Estados-Membros do Mercosul em combater o tráfico ilícito de migrantes.

O artigo 1 impõe como finalidade do acordo de cooperação a prevenção e o combate ao tráfico ilícito de migrantes, bem como a promoção da cooperação e do intercâmbio de informações entre seus Estados com esse fim.

O artigo 2 define por "tráfico ilícito de migrantes" a facilitação da entrada ilegal de uma pessoa em um Estado Parte do Acordo do qual ela não seja nacional ou residente com o fim de obter, direta ou indiretamente, algum benefício financeiro ou material. Por "entrada ilegal", entende-se o ingresso sem o cumprimento dos requisitos legais necessários impostos pelo Estado Parte receptor. Nesse sentido, "documento de identidade ou de viagem falso" seria qualquer documento de viagem ou identidade que seja elaborado ou expedido de forma fraudulenta ou alterado materialmente por qualquer um que não seja a pessoa ou a entidade legalmente autorizada para produzi-lo e expedi-lo; expedido ou obtido indevidamente mediante declaração falsa, corrupção, coação de qualquer outra forma ilegal; ou utilizado por uma pessoa que não seja seu titular legítimo.

O artigo 3 define que o Acordo se aplicará à cooperação, prevenção e investigação dos ilícitos penais tipificados quando os mesmos sejam de caráter transnacional, bem como à proteção dos direitos dos migrantes que tenham sido objeto de tais ilícitos.

O artigo 4 impõe aos Estados a obrigação de adotar medidas legislativas, regulamentares e administrativas necessárias para tipificar como ilícito penal as seguintes condutas, quando executadas intencionalmente e com a finalidade de obter, direta ou indiretamente, algum benefício financeiro ou material.

O artigo 5 isenta os migrantes de responsabilidade penal quando forem vítimas das condutas tipificadas no artigo 4, sem prejuízo das sanções administrativas correspondentes e do poder de julgamento penal dos Estados Partes.

O artigo 6 trata do intercâmbio de informações sobre assuntos como lugares de embarque e de destino, rotas, transportadores e meio de transporte costumeiramente utilizados, identidade e métodos da organização ou dos grupos delituosos organizados envolvidos ou suspeitos das condutas tipificadas de conformidade com o artigo 4, autenticidade e devida forma dos documentos de viagem e de identidade, meios e métodos utilizados para a ocultação e o transporte de pessoas, entre outros.

O artigo 7 versa sobre a necessidade de medidas de segurança e controle de documentos e cria procedimento para o pedido de aferição de legitimidade de documentos de uma autoridade nacional a outra.

O artigo 8 determina uma linha de cooperação e capacitação técnica para o melhoramento dos padrões regionais de aferição da legitimidade da documentação de viagem e de identidade.

O artigo 9 determina que o Acordo não afetará direitos, obrigações e responsabilidades dos Estados Partes e as pessoas em conformidade com o direito internacional, o direito internacional humanitário e a normativa internacional sobre direitos humanos, em particular, quando sejam aplicáveis a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951 e seu Protocolo de 1967, assim como o princípio da não devolução.

O artigo 10 dispõe que o Acordo em tela complementa a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional e deverá ser interpretado, juntamente com tal convenção e seu protocolo adicional, no tocante ao tráfico ilícito de migrantes por terra, mar e ar.

O artigo 11 informa que as controvérsias que surjam sobre a interpretação, aplicação ou o não cumprimento das disposições do Acordo serão resolvidas por meio do sistema de solução de controvérsias vigentes no Mercosul.

Finalmente, o artigo 12 impõe que o Acordo entrará em vigência trinta dias após o depósito do instrumento de ratificação pelo quarto Estado Parte do Mercosul.

Na Câmara dos Deputados, o projeto de decreto legislativo, de autoria da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, que aprova o

Acordo, foi encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e para a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN).

Nesta Casa Parlamentar, a proposição foi encaminhada apenas a esta Comissão, perante a qual não foram apresentadas emendas.

II – Análise

Nos termos do art. 103, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais.

O envio do texto do Acordo, pelo Presidente da República, ao Congresso Nacional atendeu os dispositivos constitucionais pertinentes (arts. 49, 3I, e 84, VIII, da Constituição Federal).

No ano de 2006, esta Casa, conjuntamente com a Câmara dos Deputados, concentrou esforços na Comissão Mista Parlamentar de Inquérito sobre a Migração Ilegal, cujo alentado relatório, de quase 600 páginas, traz em sua parte final proposições legislativas no sentido de evitar o tráfico ilícito de migrantes e de melhor assistir a numerosa comunidade brasileira no exterior.

Segundo dados do Ministério das Relações Exteriores, há 1,5 milhão de brasileiros residentes no exterior; contingente maior que a população isolada dos Estados do Acre (733 mil), Roraima (451 mil), Amapá (669 mil) e Tocantins (1,4 milhão). Apenas um pouco inferior à população dos três primeiros somados e igual à população de Rondônia (1,5 milhão). Tem-se, portanto, o equivalente a um estado brasileiro vivendo no exterior. A diáspora econômica brasileira é um fato a respeito do qual o Parlamento brasileiro não pode ser indiferente.

Em paralelo, a livre circulação de pessoas e a diminuição das barreiras nacionais, ao passo que favorecem a migração para fins educacionais, laborais, turísticos, também parece popularizar o sonho da migração permanente, ainda que em bases ilegais.

A ilegalidade, ao passo que é uma solução imediata para muitos, é também efêmera: embora seja solução facilitada para o alcance de uma melhor chance de ascensão social, essa facilidade é aparente, uma vez que expõe o migrante ilegal a diversos riscos, sujeitando-o, ainda, a diversas penalidades.

Nesse sentido, o Mercosul ladeia esforços com as Nações Unidas que, há cerca de dez anos, ultimou a Convenção contra o Crime Organizado Transnacional e seus três protocolos adicionais, um dos quais a tratar especificamente sobre o tráfico ilícito de pessoas.

O acordo é, portanto, conveniente e oportuno, ao vincular os Estados do Mercosul O acordo é, portanto, conveniente e oportuno, ao vincular os Estados do Mercosul a um pacto de harmonização legislativa e mútua cooperação no sentido do tráfico ilícito de migrantes. Mais ainda, encontra-se em conformidade com o ordenamento jurídico brasileiro, cujas lacunas legais para o combate a esse crime foram devidamente sanadas em razão dos resultados da CPMI da Imigração Ilegal.

III – Voto

Pelo exposto, manifestamo-nos favoravelmente ao Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 641, de 2010, por sua conveniência e total oportunidade.

Salvo melhor juízo, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Senador Luiz Henrique.

Coloco o relatório em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e ponho em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Eu trago agora, Senador Luiz Henrique, o Item 5, porque o senhor também é o relator. Com isso, o senhor já completa a sua tarefa nesta Comissão.

ITEM 5
- Não Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 640, DE 2010

Aprova o texto do Acordo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile, aprovado pelo Conselho de Ministros do Mercosul, em Buenos Aires, em 18 de fevereiro de 2002.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)

Relatoria: Senador Luiz Henrique.

Concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique, para proferir o seu relatório.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo submete ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem n° 23, de 2009, o texto do Acordo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais entre os Estados Partes do Mercosul, mais a República da Bolívia e a República do Chile, aprovado pelo Conselho de Ministros do Mercosul, em Buenos Aires, em 18 de fevereiro de 2002.

Trata-se de acordo composto de 31 artigos, que visa a disciplinar a assistência jurídica mútua em assuntos penais entre os membros do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile.

Da exposição de motivos encaminhada pelo Ministério das Relações Exteriores à Presidência da República, recolhem-se as seguintes passagens:

Com o propósito de assegurar a eficiência na aplicação da lei penal e processual penal dos Estados Partes, o instrumento em apreço prevê institutos jurídicos que objetivam a prevenção e a repressão da criminalidade, desde a fase de investigação até a execução da sentença penal condenatória, por meio de cooperação e assistência jurídica mútua. Levando em consideração a dignidade da pessoa humana e os direitos e garantias fundamentais concedidos aos investigados e aos réus durante as fases pré-processual e processual penal (...).

Trata-se, portanto, de assistência jurídica em sentido amplo, imprescindível para a pacificação social, refletindo a tendência moderna de fortalecimento da cooperação judiciária internacional, com vistas a combater o terrorismo, o crime organizado transnacional, a lavagem de capitais, bem como outras espécies de crimes.

(...)

Extenso e pormenorizado, o acordo será capaz de instituir mecanismos modernos de cooperação, que agilizará o intercâmbio de informações e providências judiciais, no âmbito da cooperação internacional, em matéria penal, não somente entre os países membros do bloco, mas também com Bolívia e Chile.

Considerando extensão e pormenor, verifica-se que o texto vai encabeçado por breve preâmbulo, está dividido em quatro capítulos, a saber: **I – Disposições Gerais** (cuida de: âmbito de aplicação, alcance da assistência, autoridades centrais, autoridades competentes para solicitação de assistência, delegação de assistência); **II – Cumprimento da Solicitação** (versa sobre: forma e conteúdo da solicitação, lei aplicável, processamentos, prazos ou condições para o cumprimento, caráter confidencial, informação sobre os cumprimentos, limitações do emprego da informação ou prova obtida, e custos); **III – Formas de Assistência** (trata de: notificação, entrega de documentos oficiais, devolução de documentos e elementos de prova, testemunho no estado requerido, testemunho no estado requerente, traslado de pessoas sujeitas a procedimento penal, salvo conduto, localização ou identificação de pessoas, medidas acautelatórias, entrega de documentos e outras medidas de cooperação, custódia e disposição de bens e autenticação de documentos e certidões, consultas/solução de controvérsias); **IV – Disposições Finais**.

O Acordo foi apreciado, de início, pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A proposição foi posteriormente examinada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

A matéria passou por igual, pelo crivo da representação brasileira, no Parlamento do Mercosul, com

base na Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2007, bem como na decisão proferida pelo Plenário da Câmara, em 15 de abril de 2010.

No Plenário da Casa de origem, o projeto de decreto legislativo foi aprovado em 18 de novembro de 2010. No Senado, o projeto foi distribuído à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, no dia 29 de novembro de 2010. Não obstante o término da legislatura em que foi apresentada, a proposição continua a tramitar, nos termos dos incisos do art. 332, do Regimento Interno do Senado Federal, e do Ato nº 4, de 2010, da Mesa desta Casa.

Decorrido o prazo regimental, sem apresentação de emendas, a proposição foi distribuída à minha relatoria, em 6 de abril de 2011.

II – Análise

O documento internacional em apreço refere-se à forma ampliada de assistência, a englobar todas as etapas da persecução penal. Trata, assim, do inquérito, da recuperação de bem produto de delito e do cumprimento de pena. Ao fazê-lo, no entanto, não descuida da preservação do ordenamento jurídico interno de cada Estado parte, que cooperará na exata medida em que permitir sua legislação doméstica.

As tratativas levaram à regulamentação, entre outros aspectos, da circunstância de a cooperação se efetivar por intermédio das autoridades centrais designadas por cada Estado. Cuida-se de procedimento adotado pela maioria dos tratados que, nos dias de hoje, versam sobre a matéria. A figura da autoridade central afasta eventuais pendências relacionadas com competência. Sua utilização atende, por igual, ao Princípio da Eficiência no campo penal. Com efeito, a possibilidade de comunicação direta entre as autoridades designadas há de tornar os procedimentos mais céleres e eficazes.

O texto prevê, ainda, o cuidado com a proteção do caráter confidencial das solicitações. Estabelece, nesse sentido, limitações no emprego da informação ou da prova obtida, que se encontram salvaguardadas pelo Acordo.

Vê-se, portanto, que o tratado em apreciação é necessário, sobretudo aos tempos de agora, para o combate a uma criminalidade que desconhece fronteiras. Essa luta, no entanto, deve ocorrer dentro de um estrito marco de garantias conforme o grau de auxílio requerido. O ato internacional em análise admite a cooperação judicial penal internacional não só entre juízes — cooperação judiciária —, senão também entre autoridades vinculadas ao exercício da justiça (membros do Ministério Público, autoridades administrativas específicas) — cooperação jurisdicional.

Observa-se, por fim, que o Acordo não implica, à vista do disposto em seu art. 28, revogação, modificação, emenda ou restrição das disposições do Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais, aprovado em San Luis, República Argentina e vigente entre os quatro Estados Partes do Mercosul. O novo texto visa, em derradeira análise, alargar o alcance do Protocolo de San Luis à Bolívia e ao Chile.

O Acordo é, dessa maneira, favorável aos interesses nacionais e, data vênia, merece ser aprovado.

III – Voto

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a ratificação do Acordo em análise, além de adequado do ponto de vista constitucional e regimental, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 640, de 2010.

Esse, salvo melhor juízo das Srªs e dos Srs. Senadores, é o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Em discussão o relatório do Senador Luiz Henrique.

Não havendo quem queira discutir o assunto, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado o parecer do Senador Luiz Henrique, a quem agradeço muito a elaboração e leitura.

Aprovada, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Próximo item:

ITEM 3
- Não Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 73, DE 2011

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos sobre a Concessão de Autorização de Trabalho para Dependentes de Agentes Diplomáticos, Funcionários Consulares e Pessoal Técnico e Administrativo de Missões Diplomáticas e Consulares Acreditados no outro País, celebrado em Brasília, em 23 de julho de 2009.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Favorável

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, para proferir o seu relatório.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, a Mensagem nº 900, de 4 de novem-

bro de 2009, foi enviada pelo Senhor Presidente da República, com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, já aprovada pela Câmara dos Deputados, e distribuída à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

II – Análise

O ato internacional em tela visa a permitir que os dependentes de agentes diplomáticos, de funcionários consulares e de pessoal técnico e administrativo de missões diplomáticas e consulares de uma das Partes Signatárias sejam autorizados a exercer atividade remunerada no Estado acreditado, de acordo com a legislação do referido Estado e, uma vez obtida a respectiva autorização, nos termos do Acordo.

Segundo o Acordo, são considerados dependentes: cônjuges; filhos e filhas solteiros menores de 21 anos que vivam com os pais; filhos e filhas solteiros menores de 25 anos que vivam com seus pais e cursem estudos superiores de horário integral em instituição de ensino superior reconhecida pelo Estado acreditado; e filhos solteiros portadores de deficiência física ou mental, que se encontrem aptos para trabalhar.

A autorização deverá ser solicitada junto ao Ministério das Relações Exteriores do Estado acreditado. A autorização será válida somente durante o período da missão do funcionário do Estado acreditante junto ao Estado acreditado, ou durante o período de condição de dependente ou, ainda, durante o período do contrato de trabalho. A Embaixada deverá informar ao Cerimonial respectivo o término da atividade remunerada exercida pelos dependentes, bem como submeter novo pedido na hipótese de o dependente decidir aceitar qualquer nova atividade remunerada.

O instrumento internacional em pauta dispõe também sobre o regime de imunidades a vigorar para os dependentes, mesmo para aqueles que desfrutem de imunidades, de acordo com as Convenções de Viena sobre Relações Diplomáticas e sobre Relações Consulares, ou outro ato de direito internacional aplicável, especificando que não gozarão de imunidade civil e nem administrativa no Estado acreditado no que diz respeito ao desempenho da referida atividade remunerada.

Fica acordado também que, no caso de delito criminal no decurso do exercício da atividade remunerada, o Estado acreditante deve considerar seriamente pedido do Estado acreditado no sentido de renunciar à imunidade do membro da família que goze de imunidade penal no Estado acreditado.

O Acordo sujeita os dependentes que exerçam atividade remunerada no Estado acreditado à legislação tributária e de previdência social aplicáveis naquele Estado, decorrentes da referida atividade.

O Acordo não implica o reconhecimento automático de títulos ou diplomas obtidos no exterior e, no caso de profissões que requeiram qualificações especiais, o dependente deverá atender às mesmas que deve atender o nacional da Parte acreditada.

Ademais, o Acordo não confere ao dependente o direito automático ao emprego. A autorização pode ser negada nos casos em que a atividade remunerada possa ser desempenhada unicamente por nacionais, quando o empregador seja o Estado acreditado ou quando a atividade remunerada afete a segurança nacional.

O ato internacional em apreço permite o acesso ao trabalho aos familiares dos agentes diplomáticos consulares e do pessoal técnico e administrativo das missões diplomáticas e consulares que se encontrem em missão oficial no México que, de outra maneira, ver-se-iam obrigados a interromper sua carreira profissional.

Segundo esclarece a Exposição de Motivos do Ministério das Relações Exteriores, reflete a tendência atual de estender aos dependentes dos agentes das missões diplomáticas a oportunidade de trabalhar no exterior, permitindo-lhes o enriquecimento de sua experiência profissional.

Proporcionar espaço profissional próprio para dependentes de membros do serviço exterior, que lhes possibilite o exercício de atividades outras que a mera função de acompanhamento de funcionário transferido para outro país torna-se prática generalizada na vida internacional, e o Brasil já tem acordos semelhantes com mais de quarenta países.

III – Voto

Por todo o exposto, e visto que observadas a adequação legislativa e regimental, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 73, de 2011.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Obrigado Senador Suplicy.

O Relatório está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir encerro a discussão.

Em votação o Relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa.

Vamos agora ao item 4, do qual sou Relator. Por isso eu peço à Senadora Ana Amelia que assuma a Presidência.

ITEM 4
- Não terminativo –
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 636, DE 2010

Aprova o texto do Acordo sobre a Criação e a Implementação de um Sistema de Credenciamento de Cursos de Graduação para o Reconhecimento Regional da Qualidade Acadêmica dos Respectivos Diplomas no Mercosul e Estados Associados, adotado em San Miguel de Tucumán, em 30 de junho de 2008, por meio da Decisão CMC nº 17/08, no âmbito da XXXV Reunião do Conselho do Mercado Comum.

Autoria: Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (CN)

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Favorável

A SRª PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Srª Presidente, Srs. Senadores,

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, que aprova texto de Acordo sobre a Criação e a Implementação de um Sistema de Credenciamento de Cursos Graduação para o Reconhecimento Regional da Qualidade Acadêmica dos Respectivos Diplomas nos Estados associados.

É datado em San Miguel de Tucumán, em 30 de junho de 2008, por meio da Decisão do Conselho do Mercosul nº 17/08, no âmbito da XXXV reunião do CMC (Conselho do Mercado Comum).

Srª Presidente, Srs. Senadores, o tratado foi remetido ao Congresso Nacional pela Mensagem do Presidente da República nº 974, de 3 de dezembro de 2008, acompanhada de Exposição de Motivos do Ministério das Relações Exteriores, datada de 17 de outubro de 2008, e deu origem ao referido projeto de decreto legislativo ao ser acatada pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

Após a avaliação pela comissão bicameral, o acordo foi destinado à apreciação pelas comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Educação, Cultura e Esportes e de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados.

Aprovada nessas comissões, a proposição teve sua confirmação pelo plenário da Câmara dos Deputados em 11 de novembro de 2010, quando foi destinada ao Senado Federal.

Eu quero chamar a atenção da rapidez como essa Comissão já está, hoje, poucos meses depois de aprovado na Câmara, fazendo a sua avaliação.

II – Análise

A integração no Mercosul só se tornará realmente eficaz quando, além do domínio econômico e comercial, a convergência se operar nos ramos das atividades humanas básicas. O setor educacional, tem se destacado pela busca de mecanismos que promovam a equivalência.

O presente tratado representa uma etapa importante neste arcabouço e propicia a base jurídica para a atuação das autoridades educacionais promoverem, articuladamente, o regime de credenciamento.

O tratado destina-se, como definido, a estabelecer um mecanismo de credenciamento definitivo de cursos de graduação.

A XXX Reunião de Ministros de Educação, realizada em 2006, em Buenos Aires, solicitou à Comissão Regional Coordenadora de Educação Superior que apresentasse uma proposta.

Mediante esse acordo, estabelece-se uma sistemática permanente de credenciamento de cursos de graduação entre os países signatários, cuja base repousa em mais de uma década de experiência acadêmica, aplicado a quase trinta cursos de agronomia, engenharias e medicina selecionados e em funcionamento nos Estados contratantes. Entre outras conseqüências relevantes, esse empreendimento acadêmico conjunto, objetiva assegurar a qualidade acadêmica da formação profissional ministrada pelos cursos superiores de referência na região e também facilitar a mobilidade e o intercâmbio entre alunos, professores além de induzir a construção consensual e coletiva de mecanismos regionais de avaliação e reconhecimento de títulos universitários.

Nesse sentido o projeto trás uma tranqüilidade a milhares de jovens que estudam hoje em países, dos quais não são cidadãos, e que retornam com curso realizado, com diploma na mão e sem reconhecimento no respectivo país.

O novo mecanismo passa a ser denominado Sistema de Credenciamento Regional de Cursos de Graduação dos Estados Partes do Mercosul e Estados Associados, com a sigla de ARCU-SUR, e abrangerá os diplomas determinados pelos Ministros da Educação dos Estados Partes do Mercosul e dos Estados associados, em consulta com a Rede de Agências Nacionais de Credenciamento (RANA) e os âmbitos pertinentes do Setor Educacional do Mercosul (SEM).

O novo sistema será constituído incrementalmente, com a contribuição de todos os setores envolvidos com a educação superior e de acordo com critérios estabelecidos no acordo e outros que serão estabelecidos pela rede de agências nacionais de credenciamento.

O acordo define como entidades específicas responsáveis pelo processo de avaliação e credenciamento superior as agências nacionais de credenciamento, designadas, cada uma delas, pelo Estado Parte ou associado perante a reunião de Ministros da Educação.

Essas agências serão os órgãos executivos do sistema ARCO-SUR e serão organizadas como uma rede que criará suas próprias regras de funcionamento, adotando as decisões sempre por consenso.

O capítulo III do acordo estabelece as diretrizes operacionais para o credenciamento, descrevendo passo a passo o processo, desde o pedido, que deve ser apresentado por uma instituição universitária perante a Agência Nacional de Credenciamento, passando pela avaliação do pedido que incluirá uma parte de autoavaliação participativa e o parecer de um comitê de pares (que incluirá representantes, no mínimo dois, de outros Estados distintos do requerente).

A avaliação abrangerá a totalidade do curso, considerando, no mínimo, o contexto institucional, o projeto acadêmico, os recursos humanos e a infraestrutura.

Não se trata, portanto, de um puro e simples reconhecimento. Cada agência nacional de credenciamento outorgará ou denegará o credenciamento com base nos documentos de perfil do graduado e dos critérios regionais. A decisão que não outorgar o credenciamento a um curso de graduação não será apelável no âmbito regional; será uma decisão terminativa. Por outro lado, a resolução que outorgar o credenciamento poderá ser contestada por quem tiver interesse legítimo, correspondendo aos Ministros da Educação resolver a questão.

O credenciamento será registrado pela rede de Agências Nacionais de Credenciamento, gerando efeitos a partir do ano acadêmico no qual seja publicada a resolução. Não vale, portanto, como regra geral para os anteriores. Esse efeito, por regra geral, atingirá os diplomas obtidos a partir do credenciamento do curso de graduação.

As convocações para o credenciamento no sistema pela agência terão de ser realizadas de forma periódica, não ultrapassando o prazo de seis anos para cada curso. Entretanto, entender-se-á que o credenciamento outorgado anteriormente continua em vigor até uma nova resolução.

Em termos de efeitos gerais, o acordo afirma que os Estados Partes do Mercosul e os Estados associados por meio do seu organismo competente reconhecem mutuamente a qualidade acadêmica de títulos e diplomas outorgados por instituições universitárias cujos cursos de graduação tenham sido credenciados conforme o sistema previsto no acordo, durante o prazo de vigência da respectiva resolução e credenciamento.

Entretanto – e chegamos, assim, ao final –, o reconhecimento da qualidade acadêmica dos títulos ou diplomas outorgados em decorrência desse acordo não garante, em si, direito ao exercício da profissão nos demais países. O credenciamento será estimulado pelos países partes e associados do Mercosul como critério comum para facilitar o exercício profissional em outros atos internacionais que venham a ser celebrados a esse respeito, além de outras políticas que beneficiam o conjunto dos sistemas de educação superior.

O acordo traz, por fim, os dispositivos técnicos sobre solução de controvérsias quanto à interpretação, aplicação ou descumprimento de exposições do presente instrumento sobre a entrada em vigor que se dará após a ratificação de todos os Estados Partes sobre o depósito.

III – Voto

Pelo exposto, manifesto-me favorável à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 636, de 2010, dizendo que ele ajudará certamente a resolver problemas de milhares de jovens de nossos países que têm seus diplomas contestados.

Esse é o meu parecer, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amelia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Cristovam.

Está em discussão o relatório apresentado pelo Senador Cristovam Buarque. Há algum Senador que queira fazer comentários ou arguição? (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, encerro essa discussão.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Convido o Senador Cristovam Buarque para reassumir a Presidência desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Reassumo a Presidência, agradecendo a Srª Senadora Ana Amelia, e ponho em discussão o item 6.

ITEM 6
- Não Terminativo -
ANTEPROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2011

Acrescenta o inciso e parágrafo único ao art. 49 e inciso ao art. 84 da Constituição Federal, para prever a participação do Congresso Nacional nas negociações de atos, acordos, convênios e tratados que versem sobre matéria de comércio internacional.

Autoria: Senador Roberto Requião.

Concedo a palavra ao autor, nosso companheiro de Comissão, Senador Roberto Requião, para leitura da sua anteproposta.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, a proposta se destina a resolver um problema sério que ocorre na aprovação nos tratados comerciais entre o Brasil e outros países.

Na última reunião, o Presidente Collor chamava a atenção para o fato de termos tratados engavetados há 60 anos, que simplesmente não foram analisados pelo Congresso, portanto, não entraram em vigência.

Esta proposta se suporta na legislação norte-americana e garante a participação do Congresso Nacional durante toda a tramitação e a conversação que leva à realização de um tratado. Ao mesmo tempo, garante um prazo mínimo de aprovação para colocá-lo em vigência.

O texto é o seguinte:

> "Art. 1º O art. 49 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido dos seguintes inciso XVIII e parágrafo único:
>
> 'Art. 49. .....
>
> .....
>
> XVIII – acompanhar as negociações realizadas pelo Poder Executivo dos atos, acordos, convênios e tratados que versem sobre matéria de comércio internacional, desde o seu início até adoção do texto, para assinatura entre o Brasil e os países signatários.
>
> Parágrafo único. O Congresso Nacional terá um prazo de até trinta dias para emissão de um relatório autorizativo para assinatura dos atos, acordos, convênios e tratados referidos no inciso XVIII.
>
> Art. 2º O art. 84 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XXVIII:
>
> Art. 84. .....
>
> .....
>
> XXVIII – submeter ao Congresso Nacional, para o acompanhamento de seu processo de elaboração até a fase de sua conclusão, para assinatura entre o Brasil e os países signatários, os atos, acordos, convênios e tratados que versem sobre matéria de comércio internacional, desde o início de suas negociações.
>
> ..... " (NR)"

O objetivo da presente emenda constitucional é o de aprimorar a ordem constitucional brasileira, em especial no que delimitam, de modo geral, os artigos 49, em seu inciso I, e 84, em seu inciso VIII, ambos tratando da participação do Congresso Nacional e do Presidente da República, respectivamente, em matéria pertinente às relações internacionais do Brasil.

A Constituição Federal brasileira de 1988 é bastante clara quanto às competências privativas do Congresso Nacional e do Presidente da República, em matéria de assinatura de tratados, acordos, convenções e atos internacionais.

Com a mesma intenção brasileira quanto às competências privativas do Parlamento e da Presidência da República, no que diz respeito à questão das ações externas do Estado, pronunciam-se as Cartas Magnas dos Estados Unidos, da Argentina, do México, do Paraguai, da Espanha, da Itália e do Uruguai, por exemplo.

O grande problema da relação entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo em matéria de ação externa do Estado, consiste em equilibrar a necessária e primordial condução da política exterior do Governo – que exige unidade, rapidez e energia, com a participação e a influência do Parlamento, caixa de ressonância da opinião pública e representante do sentimento nacional em suas diversas manifestações, tendências e matizes.

No mundo moderno, tal problema assume proporções cada vez mais determinantes do futuro da economia e da qualidade de vida das nações, em razão do denominado processo de globalização econômica, que tende a influenciar e dominar a formulação de políticas externas e a provocar grandes impactos de formulação de políticas públicas internas em todos os setores econômicos e espaços geográficos nacionais.

Assim, hoje, justificam-se, e multiplicam-se no mundo inteiro, as ações políticas no sentido de não poder haver política exterior democrática, realmente nacional e participativa, sem a ação e intervenção do Parlamento, no planejamento, na execução e no controle dessa política, em especial naqueles países potencialmente habilitados ao desenvolvimento permanente e capacitados para exercer relações multipolares num mundo econômico marcado pelo chamado processo de globalização.

Essa nova tendência no processo de condução da política externa das nações, contraria a tradicional posição daqueles que consideram que a definição da política exterior constitui um domínio reservado ao Governo e que o Parlamento deve manter-se alijado do processo.

Nesse sentido, os Estados Unidos constituem o exemplo definitivo, no mundo moderno, da criação, pelo Legislativo, de legislação complementar ao texto constitucional, com destaque para os tratados, acordos, convênios e atos internacionais que abordem relações comerciais.

Aliás, foi Alexander Hamilton, um dos fundadores da constituição norte-americana, quando Secretário do Tesouro de George Washington, o primeiro presidente dos Estados unidos, que encaminhou relatório ao Congresso defendendo o protecionismo comercial como a base do desenvolvimento do seu país.

Na esteira do histórico relatório de Alexander Hamilton, o Congresso Norte-Americano aprovou atos, por meio dos quais delegou poderes ao Executivo, com o fim de facilitar a implementação dos acordos de comércio internacional nos Estados Unidos da América. O primeiro deles foi o *Reciprocal Trade Agreements*, de 1934. Seguiram-se o *Trade Act* de 1974, o *Trade and Tariff Act* de 1984, o *Omnibus Trade and Competitiviness* de 1988, e o *Trade Act* de 2002. A vigência desse último esgotou-se em junho de 2007, sendo que, até o momento, não houve edição de outro ato, o que evidentemente não invalida toda a contribuição de tais atos para o bom andamento das relações de comércio internacional dos Estados Unidos da América.

O *Trade Act* de 2002 exigia que o Presidente notificasse o Congresso, antes de iniciar as negociações, com o fim de que o acordo final negociado pudesse ser submetido ao procedimento simplificado nele previsto.

E, para garantir que o Presidente seguiria as determinações estabelecidas pelo Congresso, o *Trade Act* de 2002 criou o Grupo de Acompanhamento do Congresso, formado por membros da Comissão de Meios e Fins da Câmara dos Deputados e da Comissão de Finanças do Senado norte-americano e de outras comissões pertinentes. Seria, no caso, a nossa Comissão de Relação Exteriores e a Comissão de Relações Exteriores que está sendo unificada por iniciativa do Deputado Azeredo na Câmara Federal.

Essa "lei de procedimentos comerciais" internacionais norte-americana chegava ao detalhe de exigir relatórios presidenciais permanentes e circunstanciados, dirigidos ao Congresso Nacional dos Estados Unidos, desde o início das negociações bilaterais.

Além das comissões técnicas referenciadas, o Presidente norte-americano deve informar a uma Comissão de Informação sobre Política e Negociações Comerciais, criada pela Lei de Comércio de 1974, das intenções de renovação de acordos comerciais em andamento, e esta, por sua vez, tem a obrigação de alimentar o Congresso Nacional com relatórios circunstanciados sobre o enquadramento dos acordos comerciais aos objetivos gerais de política comercial dos Estados Unidos, estabelecidas a reboque do objetivo maior da segurança nacional do país.

Enfim, nos Estados Unidos, a não observância, pelo Executivo, dos procedimentos para negociações comerciais internacionais, estabelecidas pelo Legislativo por meio de legislação infraconstitucional, pode levar a resoluções parlamentares de desaprovação de acordos comerciais, exaradas pelas Comissões da Câmara e do Senado.

Por fim, no caso norte-americano, deve-se ressaltar que o Presidente da República é obrigado a encaminhar à poderosa Comissão de Comércio Internacional do Congresso norte-americano, operando desde 1916, composta por três parlamentares democratas e três republicanos, os detalhes de acordo comercial que pretende assinar e requisitar-lhe que elabore uma avaliação do mesmo, observando, em especial, questões relativas a restrições ao comércio exterior estabelecidas segundo as normas ditadas pelo Legislativo sob a forma de lei.

Portanto, nos Estados Unidos, o governo dirige a política exterior, e a comercial inclusive, porém, os órgãos representativos da Nação, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, ou melhor, o Legislativo, a controlam, a respaldam, a estimulam ou a censuram.

Quanto ao caso brasileiro, é imprescindível que se fortaleça de imediato o Legislativo em matéria de comércio internacional, para que o Brasil possa inserir-se no chamado processo de globalização econômica em condições favoráveis de apoio a uma política nacional de comércio exterior.

Nesse sentido, como legisladores eleitos, constitui-se dever dos parlamentares brasileiros alertar os negociadores oficiais, nacionais e estrangeiros, para que entendam que os acordos comerciais que ameacem a democracia ou interfiram no papel constitucional da autoridade legislativa serão rechaçados sob o amparo do texto constitucional.

Assim, a agenda do comércio mundial para os próximos quatro anos não poderá transformar o Congresso Nacional brasileiro num mero fantoche, homologador de acordos comerciais decididos na esfera do Executivo, em especial se decorrentes da Rodada realizada em Doha, no Qatar, a famosa Agenda para o Desenvolvimento, cujos desdobramentos poderão ser tão impeditivos do desenvolvimento potencial do Brasil quanto o foram alguns dos resultados alcançados na esteira das Rodadas Kennedy nos anos 60, Tóquio nos anos 70 e Uruguai nos anos 90.

Por isso, até para se preparar para melhor enfrentar os desafios de uma nova ordem econômica globalizada, é de fundamental importância que o Congresso Nacional emende a Constituição Brasileira em seus arts. 49 e 84, com o objetivo transparente de defesa dos interesses econômicos nacionais, pela via das relações comerciais internacionais, como o fazem os países do chamado Grupo dos Sete mais desenvolvidos do mundo e cujo exemplo mais significativo é o da

economia norte-americana, ou mesmo dos países em desenvolvimento, dentre os quais se destacam a Índia e a China. Ademais, o Parlamento brasileiro terá pela frente o desafio da montagem, em um curto espaço de tempo, de uma estrutura leve, porém ágil, capaz de acelerar as negociações comerciais destinadas a fortalecer, ampliar e consolidar o Mercosul.

A propósito, vale registrar que, mesmo após a instalação do Parlamento do Mercosul, não se conseguiu implantar no bloco o mecanismo de consulta parlamentar, de modo que o Executivo ainda detém hegemonia do processo de condução das negociações econômicas, comerciais, culturais e até políticas.

No Brasil de hoje prevalece a visão ultrapassada, mesmo na Constituição Federal de 1988, de que as questões de política exterior são de exclusiva competência do Executivo, cabendo ao Legislativo apenas a função homologatória dos seus atos internacionais, ou seja, a chancelaria, na verdade, não fica no Ministério das Relações Exteriores; fica no Senado da República e na Câmara Federal. Somos os competentes carimbadores de acordo.

No entanto, cresce no mundo inteiro a destacada importância da participação do Parlamento no processo de formulação, negociação e implantação da política exterior das nações, sempre dependente de fatores políticos e do equilíbrio interno do poder, hoje fortemente pressionados por realidades diversas e por inesperados momentos históricos.

Por último, mas não menos importante, vale lembrar que, no caso norte-americano, o instrumento da via rápida ou *fast track*, que passou a ser designado *Trade Promotion Authority* a partir do *Trade Act of 2002*, vigente na experiência do Legislativo dos Estados Unidos desde 1931, mesmo autorizando o Presidente norte-americano a negociar certos tipos de atos internacionais, não elimina a obrigatoriedade de toda a tramitação legal, ainda que simplificada, para a discussão e aprovação de atos comerciais internacionais no cenário do Congresso norte-americano.

Da mesma forma, acreditamos que a velocidade dos negócios globalizados não podem se sobrepor ao aprofundamento da análise e discussão de atos, convênios, acordos e tratados de cunho comercial internacional pelo Congresso brasileiro.

Para atender a essa necessidade é que propomos o acréscimo dos incisos relacionados nesta proposta de emenda à Constituição aos arts. 49 e 84, respectivamente.

Com certeza, a modificação do texto constitucional no capítulo das competências privativas do Congresso Nacional e da Presidência da República incentivará a rápida retomada da capacidade exportadora do País.

A presente modificação no texto constitucional, com absoluta certeza, atrairá a sociedade civil brasileira e o empresariado nacional para o cenário do Congresso Nacional, com o objetivo de participar das oportunidades de negociação comercial no plano internacional.

Pelo exposto, convidamos os nobres parlamentares a somar esforços na aprovação da presente proposta de emenda à Constituição.

Essa proposta foi redigida por mim, com a participação da Assessoria do Senado de República e do ex-Diretor-Geral do Itamaraty, da nossa Chancelaria, Samuel Pinheiro Guimarães.

Ela vem na esteira da importância que queremos dar ao Congresso Nacional, inclusive com a modificação da ordenação das medidas provisórias.

Valorização do Congresso. Abertura de um espaço de diálogo com as forças empresariais do Brasil. É o que eu conversava agora há pouco com o Blairo Maggi: a necessidade que temos de abrir um espaço para que as forças empresariais, a nossa necessidade de exportação, a defesa da nossa industrialização tenham um cenário propício dentro do Congresso Nacional.

E é nesse sentido que peço a aprovação da Comissão.

A intenção é que esta proposta não seja mais uma proposta individual do Senador Requião, mas seja uma proposta da Comissão de Relações Exteriores levada ao exame da Comissão de Constituição e Justiça e ao Plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Senador Requião, nós temos quatro inscritos, o que mostra a importância do projeto de V. Exª. Eu me perguntava aqui como é que ninguém pensou em apresentar algo desse tipo há mais tempo. Não exatamente assim, porque merece certos detalhes...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Na verdade, Senador, eu apresentei algo desse tipo há mais tempo. Foi aprovado por unanimidade na Comissão de Relações Exteriores, e foi aprovado por unanimidade no plenário do Senado Federal. Mas depois, como sói acontecer com as iniciativas do Senado, foi engavetado na Câmara. E eu saí do Senado, assumi o governo do Paraná e não pude acompanhar.

Mas, voltando ao Congresso, eu reapresento a medida. E quero deixar bem claro que já ofereci essa medida ao exame do nosso Chanceler Patriota, por intermédio da Assessoria da Chancelaria do Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – E lembro que hoje mesmo já carimbamos três aqui. (*Risos*.)

Bem, nós temos a Senadora Ana Amelia, o Senador Randolfe, a Senadora Gleisi e o Senador Suplicy.

Senadora Ana Amelia.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente Cristovam, quero, em primeiro lugar, cumprimentar a substantiva argumentação do Senador Roberto Requião nesta proposta que poderia, sem dúvida, ser abraçada pelo coletivo desta Comissão de Relações Exteriores, tendo em vista a relevância do que ele propõe, com uma argumentação inquestionável, sobre a necessidade de maior celeridade – nascida aqui, aliás, de um levantamento de questão pelo próprio Senador Luiz Henrique, lembro-me bem, quando se votou um acordo que tramitava nesta Casa há mais de cinco anos.

Mas quero dizer que nós temos que avaliar também o nosso papel nesse processo. A despeito da qualidade do que foi feito pelo Senador Requião – e nós apoiamos a celeridade nessa tramitação –, nós já havíamos, como o senhor lembrou bem hoje, votado várias matérias, inclusive uma sabatina de um embaixador.

Lembro apenas um assunto muito caro ao Senador Requião que diz respeito ao Mercosul: no dia 3, havia uma sessão do Congresso Nacional para decidir sobre o Parlamento do Mercosul e, por problemas nossos de falta de entendimento, não foi aprovado. Nós perdemos tempo, o Senado perdeu tempo. A Câmara votou, foi pedido verificação de quórum e não havia Senadores para votar a questão do Parlamento do Mercosul que dava a designação da composição do Mercosul nesse período transitório, em que o Brasil ainda não elegeu os seus representantes.

Então, esse é o argumento que prova que ainda temos um longo caminho no sentido da agilidade nessas tramitações e nessas votações aqui dentro da Casa.

As iniciativas tomadas pelo Presidente Sarney em relação às medidas provisórias e outras tantas propostas por vários Senadores, no sentido de dar celeridade, e são muitas comissões, nós ficamos envolvidos com isso, fazem com que nós tenhamos que fazer uma reflexão interna também sobre o que estamos fazendo. Mas, pela importância, por se tratar de uma questão que envolve não só uma maior participação do Legislativo, no caso específico do Senado Federal, no debate de matérias de interesse de política externa, penso que o debate aqui, Senador Presidente Cristovam, e como também o nosso Presidente Fernando Collor tem reafirmado a necessidade disso, e falou muito nesse mecanismo adotado pelos Estados Unidos, do *fast track,* nós temos condições para fazer isso.

A minha sugestão a esta Comissão é que a gente aprofunde um pouco mais o debate, se possível uma audiência pública até sobre isso, com a participação dos especialistas do próprio Ministério das Relações Exteriores. Que os especialistas aqui venham para um ciclo de debates proposto pelo Senador Fernando Collor; proposta inclusive que, nos momentos em que o Brasil estiver envolvido em temas de interesse diplomático, internacional da diplomacia, que o Congresso seja consultado. Que esta Comissão de Relações Exteriores tenha uma participação mais efetiva.

Então, compõe o conjunto de todas essas propostas que poderiam ser melhor examinadas num debate mais amplo sobre essa matéria tão relevante, que é também inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Passo a palavra ao Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar o Senador Requião pela belíssima iniciativa.

Para o papel que nós cumprimos atualmente nas relações internacionais, num mundo globalizado, o Senador Requião traz uma ótima lembrança, na sua justificação, ao estabelecimento das relações internacionais no Estado moderno, na independência dos Estados Unidos da América, na nobre preceituação estabelecida por Hamilton, que falava da imprescindibilidade da apreciação dos atos internacionais pelo Parlamento.

O Parlamento de qualquer nação, especialmente por ser casa de representação do povo, não pode, em relação a matérias da órbita internacional, principalmente num mundo globalizado, cumprir um papel de coadjuvante. Nós estamos cada vez mais num mundo sem fronteiras, visto a aprovação das notas transversais de Itaipu e o papel que passamos a cumprir na América Latina.

E aqui quero também cumprimentar, mais uma vez, minha querida amiga, Senadora Gleisi Hoffmann, pela maestria e pela inteligência, pelo conjunto de informações com que fez o relatório em relação às notas transversais. E, ontem, ao aprovarmos as notas transversais, demos uma demonstração concreta disto: estamos, cada vez mais, num mundo em que as fronteiras são cada vez menores. Ainda há pouco, tive que sair da comissão para conceder uma entrevista a uma rádio paraguaia, porquanto tem repercutido a aprovação que ontem nós votamos aqui no Senado brasileiro. Então, estamos num mundo cada vez mais integrado. Cada vez mais, a casa dos representantes do povo, o Parlamento, tem que ser protagonista e não coadjuvante nas relações internacionais.

Ademais, Presidente, o Senador Requião me confidenciou a contribuição para esta proposta do Embaixador Samuel Pinheiro. O Embaixador Samuel Pinheiro é uma autoridade que orgulha a diplomacia brasileira, no Brasil e fora daqui, orgulha a diplomacia do nosso País. E a contribuição do Embaixador Samuel Pinheiro, com certeza, só vem colaborar com o nosso

ordenamento constitucional dos procedimentos para o estabelecimento, para referendarmos, para apreciarmos atos internacionais.

Então, quero, Presidente, cumprimentar o Senador Requião, cumprimentar por ter reunido, inclusive, a nata e o melhor da diplomacia brasileira, como contribuição na construção desta proposta e pela atualidade da proposta.

As relações internacionais são hoje uma questão central dos Estados nacionais. Não existe Estado nacional que cumpra um papel no mundo – em especial, nós, o Brasil, que queremos cumprir uma papel protagonista no mundo – se não olhar para o conjunto das nações do Planeta. E, por essa dimensão que as relações internacionais tomaram em um mundo globalizado, a casa dos representantes do povo brasileiro tem que, cada vez mais, assumir um papel de protagonista.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Antes de passar a palavra, eu quero lembrar que o Senador Requião poderia ter enviado diretamente ao plenário.

Ele está fazendo um gesto coerente com a proposta dele, de fortalecimento da Comissão, ao trazer aqui, ouvir nossas opiniões e tentar que seja um projeto de toda a Comissão.

Parabenizo-o, Senador Requião, por esse gesto.

Senadora Gleisi Hoffmann, depois, Senador Suplicy e Senador Luiz Henrique.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Obrigada, Presidente.

Eu também queria aproveitar para parabenizar o Senador Requião por dois motivos. Primeiro, pela iniciativa da proposta. Eu, inclusive, subscrevi esta PEC do Senador Requião. Em segundo, por trazer à Comissão, demonstrando o despojamento de não pretender ter a iniciativa de matéria tão importante e relevante para o Congresso Nacional.

Mas tenho uma dúvida, porque a apresentação de uma matéria desse relevo pela Comissão – eu talvez pense como a Senadora Ana Amelia – requereria de nós um tempo maior para discussão e para retirar dúvidas. Por exemplo – até quero consultar o Senador Requião –, a legislação americana do *fast track,* o que ela preconiza? Ela, na realidade, é uma legislação de parâmetros feita para estabelecimento de acordos. Bem, se o Executivo cumprir todos os parâmetros designados na legislação, inclusive ela é infraconstitucional, quando chegar ao Congresso americano, o acordo vai ser aprovado sem nenhuma emenda e rapidamente. É isso o que ela preconiza, pelo menos é o processo americano de que temos informação.

Aqui, na proposta que o Senador está apresentando, parece-me que cada acordo será submetido ao Congresso Nacional antes de fazer a tramitação. Aí a proposta não modifica o inciso I do art. 49, que diz que o Congresso tem que resolver definitivamente. Dessa forma, cada acordo passaria aqui duas vezes pela Casa, uma para nós autorizarmos a realização dele com parâmetros específicos para aquele acordo, e outra para aprová-lo definitivamente.

Também concordo que é muito ruim ficarmos com o papel de carimbadores, de carimbadores ineficientes, o que é pior ainda. Carimbamos acordos aqui de 2002, de 2007, de 2008. Isso é muito ruim. Então, fico me perguntando se, aqui, seria feito o *fast track* ou se ainda colocaríamos mais tempo. Essa não é uma crítica, mas é uma dúvida, porque a legislação americana estabelece parâmetros para o conjunto dos acordos por temas tratados, mas me parece que é por legislatura.

Então, pergunto isso até para tirar essas dúvidas e para contribuirmos com o debate. A iniciativa do Senador Requião de trazer isso à Comissão é muito importante. Isso, talvez, merecesse um pouquinho de debate, não longo. Poderíamos fazer um *fast track* aqui de debates em torno dessa matéria, garantindo que ela tivesse uma tramitação rápida. Precisamos resolver aquilo que queremos resolver.

Além da PEC a que o Senador Requião se referiu, de iniciativa dele em outra Legislatura, já houve também três apresentadas por parlamentares do PT: duas foram apresentadas pelo ex-Senador Mercadante, e uma, pelo ex-Deputado José Dirceu. Talvez, a gente não tenha conseguido encontrar um equilíbrio ou uma referência para fazer com que a matéria realmente fosse aprovada por esta Casa e trouxesse ao Senado da República, ao Congresso Nacional, a importância que lhes é devida na discussão de acordos internacionais.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Senadora Gleisi.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Permita-me um fazer esclarecimento?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Creio que sim. Só consulto se o Senador Luiz Henrique permite, porque ele trocou com o Senador Suplicy, porque tem urgência em falar. Mas seria bom que o debate fosse feito simultaneamente.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Tanto na minha proposta... *(Falha na gravação.)* ...Deputados do PT e o Senador, a minha foi aprovada por unanimidade no Senado. Ela não tramitou na Câmara federal. Os acordos aprovados lá e aqui não valem sem a aprovação do Congresso.

O que estou tentando fazer é dar a possibilidade de um acompanhamento. Não é uma licença, não é uma liberalidade do Congresso, estabelecendo parâmetros para o procedimento do Presidente da Repú-

blica. O Congresso, tendo feito um acompanhamento, obriga-se à tramitação rápida. Então, em 30 dias, ele tem de dizer "sim" ou "não", não pode mais invocar o desconhecimento da matéria.

Hoje, votamos dois ou três projetos aqui que foram examinados pelo Relator, mas não os acompanhamos, não os aprofundamos. E, cá entre nós, Senadora, tenho a certeza de que, ontem, o Senado da República, se tivesse o conhecimento que V. Exª tinha do acordo com o Paraguai, da revisão, do tratado, teria aprovado essa matéria por unanimidade. O que vi foi uma grande confusão, uma falta de aprofundamento de questões, e é o que prossegue na imprensa hoje. Se o aprofundamento tivesse sido feito à moda desse projeto que fiz a quatro mãos com Samuel Pinheiro Guimarães, certamente, teríamos aprovado a questão do Paraguai por unanimidade. O seu esclarecimento foi maravilhoso no fim, mas muita gente ainda não conseguiu entender exatamente o que o Governo brasileiro estava fazendo. Na visão global, na visão latino-americana, na visão sul-americana, imaginava-se uma doação ao Paraguai que, realmente, não existiu, como foi cabalmente demonstrado no seu relatório.

Então, tudo tem de ser aprovado ao fim. É só uma tramitação rápida de 30 dias. E o mecanismo dessa tramitação será regulamentado posteriormente pelas Comissões, ou com informações periódicas trazidas à Comissão ou com a própria presença de representantes da Comissão nas deliberações.

Fui Presidente do Mercosul. Sucedi o Presidente argentino Alfonsín. E, na verdade, apesar de representar na Comissão Mista o Parlamento brasileiro e a própria Comissão, não tínhamos acesso a coisa alguma, éramos meros, simples observadores, o que transformava nossa presença numa questão de absoluta inconsistência. Estamos tentando resolver esse problema dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a proposta de emenda constitucional do nobre Senador Roberto Requião é mais um ato de sua autoria, que o coloca no patamar dos mais importantes, mais dedicados, mais sérios homens públicos deste País. Eu sou suspeito par falar a respeito, porque a nossa convivência vem desde a luta estudantil, desde os tempos da União Catarinense, da União Paranaense de Estudantes e da União Nacional dos Estudantes.

E, ontem, nós vivemos, na Comissão de Constituição e Justiça, um momento excepcional, quando avançamos na valorização do Poder Legislativo. E avançamos de uma forma madura com a participação do Governo, ou seja, sentimos uma sensibilidade de parte do Governo na direção do aumento das prerrogativas deste Poder Legislativo. E creio que essa emenda, também discutida com profundidade nesta Comissão, com a presença do Líder do Governo, com a presença da totalidade dos Senadores que a integram, poderá levar também a um avanço.

A proposta do Senador Aécio Neves, relativamente às medidas provisórias, era muito mais ousada, muito mais avançada, mas se produziu, dentro daquele espírito que os alemães chamam de *realpolitik*, uma solução intermediária.

Ora, eu creio que essa proposta possa levar esta Comissão a um entendimento com o Governo. É evidente que a primeira reação do Governo poderá ser contrária, no sentido de ver limitado o seu poder e a sua competência em matéria de política internacional, mas creio que, se predominar o mesmo espírito pelo qual nós geramos um substitutivo relativamente às medidas provisórias, nós poderemos também produzir uma bela solução naquilo que propõe o Senador Requião.

E o que eu quero é sugerir que esta Comissão, dentro do possível, dedique uma pauta especial para deliberação sobre essa proposta, a fim de saber como nós podemos transformar essa proposta em uma proposta coletiva da Comissão.

Eu quero, Sr. Presidente, apenas saudar a presença aqui, nesta Comissão, de S. Exª o Embaixador da República Eslovaca, Sr. Branislav Hitka.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Agradeço a presença do Sr. Embaixador.

Informo que estamos discutindo aqui uma proposta do Senador Roberto Requião que visa a fortalecer o papel do Congresso no desempenho das relações internacionais brasileiras, sobretudo na formulação dos diversos acordos entre países, que não seja uma tarefa do Executivo para nós apenas dizermos "sim" ou "não", mas que haja um envolvimento maior do Congresso brasileiro.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Sim.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – A proposta da Senadora Ana Amelia me pareceu extraordinariamente interessante. Eu só queria, para dar conseqüência a essa proposta, fazer uma sugestão que, se for acatada pela Comissão, pode ser tomada desde já. Que nós realizássemos uma audiência pública e fossem convidados o Chanceler Patriota e o Ministro Samuel Pinheiro Guimarães.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Está bem.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – E que imediatamente realizássemos essa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Colocarei a sua proposta em discussão a seguir.

Antes, porém, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, quero cumprimentar o Senador Roberto Requião que apresenta uma proposta para que a Comissão de Relações Exteriores possa examiná-la, abraçá-la e que, eu gostaria de informar, guarda relação com a proposta de Projeto de Lei do Senado nº 189, que apresentei há oito anos, em 2003 e que já foi aprovada por consenso no Senado Federal. A matéria foi para a Câmara dos Deputados, onde, como projeto de lei, se encontra já na fase final, depois de ter passado pela Comissão de Relações Exteriores e de ter sido aprovada em 2006. Agora aguarda um novo relator na Comissão de Constituição e Justiça.

O projeto guarda relação com os objetivos apresentados pelo Senador Roberto Requião, inclusive porque em 2003, para elaboração desse projeto de lei, eu também interagi como então Secretário Executivo Samuel Pinheiro Guimarães, do Ministério de Relações Exteriores. Também tive a colaboração muito próxima do hoje Diretor para o Brasil no Fundo Monetário Internacional, Prof. Paulo Nogueira Batista Júnior, que colaborou comigo nessa proposição que define os objetivos, métodos e modalidades de participação no Governo brasileiro em negociações comerciais multilaterais, regionais ou bilaterais.

O projeto é composto de quatro artigos e tem um detalhamento maior, porque se refere também aos objetivos que devem ser atingidos pela Nação brasileira na realização de acordos internacionais. Em seu art. 4º, só para citar a proximidade de um e de outro, está que:

"O Congresso Nacional, através de suas comissões competentes e de missões especialmente designadas para esse fim, acompanhará de perto o andamento das negociações comerciais e, de acordo com os dispositivos regimentais, avaliará seus resultados, inclusive através da convocação de membros do Poder Executivo e de audiências com especialistas e representantes de setores da economia diretamente interessados nas negociações, de modo a facilitar a tomada da decisão referida no art. 2º."

Aí há outros detalhes, mas gostaria de informar a minha afinidade com o objetivo expresso pela proposição apresentada pelo Senador Roberto Requião e estou de acordo com a proposição feita pela Senadora Ana Amelia, também acordada com o Senador Roberto Requião, de que tenhamos aqui uma audiência pública com o Ministro Antonio Patriota e com o ex-Secretário Executivo e Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, que estudou em profundidade esse tema.

Era a contribuição que eu gostaria de aqui colocar. Estou de acordo com a proposição da audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Senadora Ana Amelia.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Eu acho que, dada a afinidade da proposta do Senador Suplicy, podia juntá-la com a proposta do Senador Roberto Requião e fazer a audiência pública proposta pelos três para tratar da matéria. Assim, daremos mais celeridade a isso.

Também apoio a ideia de que isso seja tratado com a brevidade possível.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, só para fazer uma sugestão e um adendo nessa audiência púbica que vai se realizar: nós poderíamos também chamar o representante do Ministério da Indústria e Comércio com foco nas relações de comércio exterior, que participam ativamente desse processo de elaboração de atos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu ia exatamente perguntar por um outro nome, mas eu não tinha ideia de qual seria. A Senadora Gleisi já trouxe o nome.

Eu ponho em discussão...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Na verdade, se a Senadora me permite, nós convidaríamos o Ministro e o Ministro poderia indicar um assessor especializado, no caso do Ministério da Indústria e Comércio.

Agora, no caso do Ministério de Relações Exteriores, eu acho que a presença do Embaixador Samuel e do Embaixador Patriota seria importantíssima. E aí liquidamos o assunto de uma vez por todas.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Eu apresentaria apenas como proposta – o Plenário tem autoridade –, nós vamos discutir uma questão que envolve as partes, nós, o Senado, a instituição, a instituição governamental, que é o Poder Executivo, para não trazer prato feito, não é Requião? Trazer uma autoridade – não tenho a lembrança agora – na área de política internacional, de diplomacia. Um especialista, um acadêmico, que tenha a noção exata, para que, junto com a área, a critério do Comissão, que venha compor junto, para que tenhamos uma visão de um especialista. A critério da Presidência, que venha um especialista. Acho que aí fica completo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Ficaríamos com quatro?

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Quatro pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu pergunto, com medo de aumentar o número: e um representante...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – E a escolha do quarto ficaria a critério da Presidência da Comissão, para desburocratizar.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Posso fazer uma sugestão, Senador Requião?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Já sei qual é a sua sugestão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Exatamente, se for viável, porque, como ele trabalha em Washington.... Mas, sendo uma pessoa com muita afinidade, porque estudou com profundidade inclusive esse assunto, que é comum, uma possibilidade seria o Prof. Paulo Nogueira Batista Júnior, que tem uma grande interação, inclusive conhece a legislação norte-americana relativa ao *fast track* e, portanto, talvez ele pudesse dar também uma contribuição significativa para esse debate.

Eu encaminho, então, Sr. Presidente, para o registro, já que a Senadora Ana Amelia e o Senador Requião entenderam que também pode ser considerado, o projeto de lei tal como já aprovado pelo Senado e a sua tramitação respectiva até a CCJ, da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Muito obrigado.

Antes de pôr em votação, eu pergunto: e um convite para algum representante do setor empresarial de exportadores? Eu acho que seria positivo, não?

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Muito bem posto, Senador. Eu apoio, porque estamos discutindo exatamente nesse âmbito.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Temos cinco nomes. Em geral, não poderão todos, aí escolhemos quatro.

Ponho em discussão a proposta da Senadora Ana Amelia, que, creio, o Senador Eduardo Suplicy mandou por escrito. Correto? (*Pausa.*)

Não.

E pedindo que depois a Senadora submeta por escrito.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Antes de concluir a reunião, há um requerimento, que já foi aprovado na subcomissão que eu presido, que cuida dos assuntos da Rio+20, mas que eu quero pôr em votação também aqui no conjunto, no plenário da comissão.

ITEM 7
REQUERIMENTO Nº , DE 2011–CRE

Nos termos do art. 58, §2º, incisos II, V e VI da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizado por esta Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, Ciclo de Audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates sobre o tema, conforme Plano de Trabalho desta Subcomissão.

Eu ponho em votação.

Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu quero informar aos membros da Comissão e a todas as pessoas aqui que a nossa primeira audiência de debates sobre os temas da Rio+20 será na quarta-feira próxima, das duas até que comece a sessão ordinária, ou seja, uma e dezesseis, para discutir o tema água – como conservar a água no mundo.

Finalmente, antes de encerrar a presente reunião e agradecendo a presença de todos os Senadores e Senadoras, convoco-os para a nossa próxima reunião, a ser realizada no dia 16 de maio, segunda-feira, às 18 horas, neste plenário, quando daremos prosseguimento à agenda *Rumos da Política Externa Brasileira (2011-2012)*. Vamos ter a apresentação do painel *A Política Externa da China, da Índia e da África do Sul e seus Reflexos no Cenário Internacional*.

Os convidados serão o Prof. Dr. Severino Bezerra Cabral Filho; Prof. Dr. Oliver Stuenkel, da Fundação Getúlio Vargas, de São Paulo; Dr. Ricardo Sennes, da USP; Dr. Ubiratan Castro de Araújo, da Fundação Pedro Calmon.

Eu quero dizer que tenho conseguido, por pura sorte talvez, estar presente em todas essas reuniões, e eu recomendo que venham, porque são muito interessantes. E os que não puderem vir assistam pela televisão, porque é uma transmissão ao vivo, e creio que temos muito a aproveitar desse debate. Das que eu vi até aqui, todas elas foram muito boas.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a Reunião às 12 horas e 32 minutos.)

ATA DA DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2011, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dezoito horas do dia dezesseis de maio de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Fernando Collor,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Eduardo Suplicy**, **Cristovam Buarque e Pedro Simon**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e inicia a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011 – CRE, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 1º de março de 2011, que, "*nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2011/2012, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca do panorama geopolítico mundial e as perspectivas para a próxima década, especialmente no que tange à política externa, à segurança internacional e defesa nacional, e ao sistema de atividades de inteligência*". O Presidente convida a compor a mesa os senhores, Professor Severino Bezerra Cabral Filho, do Instituto Brasileiro de Estudos da China, Ásia e Pacífico, Professor Oliver Stuenkel, da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, Professor Ricardo Sennes, da Universidade de São Paulo, e o Professor Ubiratan Castro de Araújo, da Fundação Pedro Calmon, da Bahia. Durante a Reunião, fazem uso da palavra os Senadores **Eduardo Suplicy**, **Cristovam Buarque** e **Pedro Simon**. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às vinte e uma horas e vinte e nove minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor,** Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Declaro aberta a 17ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Comunicados. Relato do terceiro painel das audiências públicas.

No último dia 2 de maio, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional realizou o terceiro painel do ciclo de audiências públicas do biênio 2011/2012, rumos da política externa brasileira. O tema abordado foi: "A importância das atividades de inteligência para o Brasil, sua diplomacia e suas Forças Armadas."

Participaram, como expositores, o Prof. Denilson Feitoza, Presidente do Capítulo Brasil da Associação Internacional de Analistas de Inteligência de Segurança Pública; o Prof. José Manuel Ugarte, da Universidad de Buenos Aires; o Prof. Eugênio Diniz, da PUC de Minas Gerais; e o Dr. Joanisval Gonçalves, Consultor Legislativo do Senado Federal.

O primeiro palestrante foi o Dr. Denilson Feitoza, que nos alertou sobre a necessidade de estabelecer, com clareza, as competências da Abin e do Gabinete de Segurança Institucional. Afirmou que a Lei nº 9.983, de 1999, é insuficiente para organizar as atividades de inteligência no Brasil por não definir a quem cabe a sua coordenação. Temos uma situação, segundo a o especialista, na qual o GSI é o órgão coordenador, e a Abin, ao mesmo tempo, é a agência central das atividades de inteligência. Além disso, diversos outros órgãos federais atuam na área, como a Polícia Federal, o Ministério Público, as Forças Armadas e a Receita Federal.

Só nos últimos dez anos, informou-nos o Prof. Feitoza, surgiram, no Brasil, mais de 60 agências de inteligência, elevando o número total de agências públicas, nessa área, para mais 150, aí incluídas 30 dos Ministérios Públicos, as prisionais e as 27 do Sistema de Inteligência Fiscal das secretarias de fazenda estaduais, entre outras.

Para ele, o Brasil deve seguir o caminho dos países desenvolvidos e com democracias sólidas, onde o controle dessas atividades é exercido pelo parlamento. Destacou a importância de se regulamentar a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional (CCAI), pois só termos uma inteligência de qualidade, capaz de cumprir sua missão de oferecer a melhor informação possível para tomada das decisões pelo Presidente da República, quando a CCAI tiver o poder de exercer esse controle. Isso porque, havendo ou não controle externo, os órgãos de inteligência continuarão funcionando e vão se autorregulamentar por meio dos instrumentos internos de que dispõem. E as atividades de inteligência só serão, realmente, importantes para o Brasil quando houver um controle parlamentar forte.

O Prof. Feitoza sugeriu ao Congresso Nacional uma reforma setorial das atividades de inteligência no

Brasil, mediante a aprovação de projetos sobre as operações de inteligência, as ações de busca e a utilização de técnicas operacionais. A ideia seria adotar estratégia semelhante à do Código de Processo Penal, com projetos setoriais específicos. Outro projeto sugerido é o do Plano Nacional de Inteligência, que deve definir os rumos do aparato de inteligência no País, pois a Lei nº 9.983, de 1999, não estabelece mecanismos democráticos para uma política nacional de inteligência.

O segundo expositor, o Dr. José Manuel Ugarte, da Univerdidad de Buenos Aires, destacou a falta de estruturas, em nosso País, de inteligência voltada para o exterior. Por esse motivo, as atividades de inteligência brasileira não puderam prever os movimentos populares no Oriente Médio, assim como a de nenhum outro país latino-americano o poderia, pois, na região como um todo, esses são organismos com ampla concentração de competências voltadas para o interior e escassa definição legislativa. Nenhum desses países desenvolveu capacidades importantes em matéria de inteligência exterior, inclusive a militar, afirmou.

O Prof. Ugarte sugeriu a criação de organismo voltado à inteligência exterior no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, a exemplo do Reino Unido. E ressaltou não haver país com papel importante no cenário mundial que não tenha desenvolvido capacidades de inteligência exterior. Lembrou que o Sistema Brasileiro de Inteligência, sob o controle do GSI, Gabinete de Segurança Institucional, está presente no Ministério das Relações Exteriores, mas através da coordenação-geral de controle aos delitos transnacionais, o que deixa muito claro que a prioridade no Brasil não é o apoio à política externa, mas o combate ao crime organizado.

Outra sugestão do Prof. Ugarte foi a de se criar um organismo de inteligência criminal, como há na Austrália, Canadá e Reino Unido. E apontou as necessidades de se potencializar, nos serviços, o conhecimento de línguas de interesse. Sugeriu ainda estabelecer relações com universidades e *think tanks* e disse construir grupos de alerta estratégico para especialização de analistas no combate ao crime organizado. Ao fim e ao cabo, segundo palavras dele, são medidas necessárias, se quisermos evitar surpresas.

O trabalho que envolve as atividades de inteligência é complexo, como nos mostrou o terceiro palestrante, o Dr. Eugênio Diniz, da PUC de Minas Gerais. Mesmo nos casos em que se investe grande quantidade de recursos, há sempre limitações devidas à própria natureza do processo de coleta e processamento das informações. Daí a falha dos serviços de inteligência em prever o levante no Oriente Médio, em virtude do seu caráter acelerado.

Os movimentos populares no mundo árabe, na sua opinião, expuseram as dificuldades e as limitações do trabalho de inteligência e terão servido para que moderemos nossas expectativas quanto às atividades das agências de inteligência e o que elas podem fazer. No Brasil, lembrou o Prof. Eugênio, para além do Gabinete de Segurança Institucional e da Agência Brasileira de Inteligência, tais atividades vêm sendo executadas por vários órgãos, como as Forças Armadas, a Polícia Federal, o que pode, a seu ver, acarretar dificuldades para o próprio serviço. A falta de uma direção clara do que queremos para a inteligência brasileira foi destacada pelo expositor. Enquanto não se definirem diretrizes, ficaremos sempre a reboque dos acontecimentos.

O professor também apontou deficiências advindas da falta de escrutínio externo dessas atividades e defendeu a importância de, no Brasil, fortalecermos o papel do Congresso Nacional no seu controle.

Por fim, o Dr. Joanisval Gonçalves, Consultor Legislativo do Senado Federal e especialista na área, alertou-nos para a situação crítica em que se encontram as atividades de inteligência no Brasil, fragilizadas e incapazes de executar o mínimo de suas missões. Isso se deve a vários fatores, como à falta de um mandato claro e de uma distribuição de competências entre os diversos órgãos, devido a leis incipientes para sua regulamentação; à dificuldade de integração e cooperação entre os mesmos; à ausência de uma autoridade central de coordenação dos serviços; à inexistência de legislação que dê respaldo ao pessoal de inteligência que tenha operado nos limites legais sem uma lei que os proteja; um orçamento pífio e, sobretudo, à falta de um mecanismo efetivo de controle dessas atividades pelo Congresso Nacional.

Ele apontou as necessidades mais urgentes do setor, como a reestruturação da legislação existente, capaz de cobrir todas as lacunas nela verificadas. Sugeriu também a criação de um órgão central que possa reunir tudo o que é produzido pela comunidade de inteligência e interagir diretamente com o chefe de Estado, tal como é feito pelo escritório do diretor nacional de inteligência, nos Estados Unidos. Para ele, a Abin precisa ser reestruturada e valorizada, com aporte de mais investimentos e um orçamento significativo.

O controle externo, por parte do Legislativo, foi enfatizado pelo consultor como essencial, e a falta do exercício dessa competência tem impedido o Congresso Nacional de dar uma enorme contribuição ao País. A Política Nacional de Inteligência, prevista na Lei nº 9.983, de 1999, só foi apresentada pelo governo dez anos depois, tendo sido analisada e votada pela CCAI

e encaminhada ao Executivo no final do ano passado, mas, até hoje, não foi implementada.

O Dr. Joanisval Gonçalves referiu-se também à necessidade de desarquivamento de uma importante iniciativa parlamentar, a PEC nº 398, de 2009. Apresentada na última legislatura, a proposta dá *status* constitucional às atividades de inteligência e cria mecanismos de controle mais eficientes. O seu objetivo maior é o de cobrir uma lacuna da Constituição de 1988, que não faz nenhuma referência às atividades de inteligência, apesar de sua importância para o Estado e para a sociedade.

Dando prosseguimento, realizamos o quarto painel, dentro do ciclo de palestras sobre os rumos da política externa brasileira. Nessa audiência pública, foram ouvidos, na última segunda-feira, o depoimento dos Professores Dr. Ângelo Segrillo, da Universidade de São Paulo; Dr. Luis Fernando Ayerbe, da Unesp; Dr. Christopher Coker, da London School of Economics; e o Dr. Gilberto Sarfati, da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, sobre "A Política externa dos Estados Unidos, União Europeia e Rússia e seus reflexos no cenário internacional".

A reunião foi presidida pelo Senador Cristovam Buarque, Vice-Presidente desta Comissão e Presidente da comissão de acompanhamento dos preparativos da Conferência das Nações Unidas Rio+20. E dela participaram os Senadores Jarbas Vasconcelos, Aloysio Nunes Ferreira, Eduardo Suplicy e Ana Amélia.

O Professor Ângelo Segrillo nos deu um testemunho especial sobre um país cujo povo é marcado pela falta de consenso quanto à sua identidade. É europeia, asiática ou ambas? Tal dilema influencia, em muito, suas relações com o mundo e opõe ocidentalistas, eslavófilos e eurasianistas, que, ao sabor dos tempos, têm formulado a política externa russa.

A chegada de Vladimir Putin ao poder provocou uma mudança do modelo europeu adotado pelo seu antecessor, Boris Yeltsin, que promoveu a aproximação com o Ocidente, com o objetivo de afastar a influência da "comunista Eurásia". Putin não é eslavófilo, nem eurasianista, mas um ocidentalista moderado. Quando confronta o Ocidente é porque os interesses russos foram contrariados, como por ocasião do alargamento da Otan. Os russos são também muito sensíveis em relação aos problemas com os antigos países da ex-União Soviética, que consideram sob sua zona de influência, como é o caso da Ucrânia e da Geórgia, e não admitem interferências nesse domínio. Por outro lado, o país tem momentos de grande cooperação com o Ocidente, como após os ataques do 11 do setembro, em Nova York.

Na relação Rússia/Brasil, o Prof. Segrillo vê um bônus extra nos BRICs, por tratar-se de um grupo multiplicador capaz de fazer valer a pretensão brasileira de um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. A Rússia tem sido o país mais receptivo dos BRICs quanto à ambição brasileira, ao contrário da Índia e da China, que vêm adotando posições um tanto ambíguas. Na sua opinião, é possível melhorar o comércio Brasil/Rússia, mas falta, principalmente, institucionalizar as relações entre os dois países. Durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, criou-se a Comissão de Alto Nível de Cooperação, à qual não se deu caráter prioritário. No Governo Lula, houve grande crescimento da balança comercial, mas isso se deu mais no âmbito dos BRICs do que na relação bilateral.

O segundo expositor foi o Prof. Luis Fernando Ayerbe, que discorreu sobre a política externa dos Estados Unidos com relação à América Latina, num contexto em que o compartilhamento de responsabilidades do Presidente Obama, semelhante ao de Kissinger, contrasta com a posição hegemônica do período George W. Bush. Ao assumir o governo, num momento crítico, marcado pela crise econômica e por duas guerras em andamento, Obama sinalizou com posições diferentes, como no pedido de desculpas por Guantánamo, estabelecendo como fator de segurança nacional a questão econômica, uma vez que, se a economia não vai bem, não poderá haver liderança. Para o Prof. Ayerbe, Barack Obama mantém a tendência de negligenciar a América Latina, assim como vem ocorrendo desde o Governo Clinton, porque a região não representa nenhuma ameaça.

O professor apresentou dados segundo os quais o orçamento de operações no exterior do Departamento de Estado norte-americano reserva, para o hemisfério ocidental, apenas 1/5 do montante destinado ao Oriente Médio e a Israel. Na América Latina, a ajuda dos Estados Unidos destina-se a ações de assistência humanitária, à sociedade civil, à paz, à segurança, e de apoio a governos justos e democráticos.

O professor Christopher Coker, da London School of Economics, analisou a política externa dos Estados Unidos e da Europa à luz do décimo aniversário dos atentados de 11 de Setembro e as lições aprendidas desde então.

Em primeiro lugar, ele ressaltou que os Estados Unidos reconhecem, agora, que não são tão poderosos como imaginavam que fossem antes do 11 de Setembro. Falava-se de um momento unipolar, com o triunfo do liberalismo ocidental. Hoje, porém, o mundo produz novas ideologias tão rapidamente quanto *softwares* para os nossos computadores.

Como disse o Secretário de Defesa, Robert Gates, em 2008, o seu trabalho é o de prevenir o surgimento de mais um "ismo", mas, segundo Coker, a emergência de outro "ismo" é inevitável, e não haverá apenas um, como o fascismo, nos anos 30, ou o comunismo, depois da Segunda Guerra mundial. Haverá centenas deles.

Em segundo lugar, os Estados Unidos estão testemunhando o fim de sua própria posição hegemônica no Oriente Médio. Único ator externo importante na região nos últimos 40 anos, os norte-americanos, em nome da guerra ao terror, toleraram abusos contra os direitos humanos por parte de seus aliados, principalmente o Egito. A primavera árabe de agora ameaça essa posição, tanto quanto o prospecto de um Irã nuclearmente armado.

Em terceiro lugar, segundo ele, estamos testemunhando uma mudança no regime pelo qual o mundo é governado. O velho modelo adotado pelos Estados Unidos em 1947 foi fatalmente enfraquecido pela crise econômica de 2008, que varreu um quinto da riqueza nacional norte-americana. O verdadeiro inimigo, na análise de Coker, não foi bin Laden, mas Alan Greenspan, que havia proibido a regulamentação dos mercados de derivativos, e o colapso do Lehman Brothers e do Merrill Lynch foi um marco na erosão do poderio norte-americano.

Para Coker, há duas características no mundo que ele chama de "pós-americano". A primeira reside no fato de que nada pode acontecer sem o envolvimento dos Estados Unidos, ainda que sua presença seja necessária mas não suficiente para a solução das crises globais.

A segunda é a tentativa dos Estados Unidos de fazer da Rússia, Índia e China atores mais presentes no gerenciamento do sistema internacional. Porém, segundo ele, há um problema: a Rússia nunca levou a sério nenhuma organização da qual é membro, e a China mostra pouco interesse na vontade de redesenhar o ambiente político global. O país é tolerante quanto à proliferação nuclear, mas inflexível na regulamentação das questões ambientais. A China está investindo em energia nuclear no Paquistão, e é o Paquistão, e não o Irã, o problema a longo prazo.

A conclusão é de que os Estados Unidos continuam a ser a "nação indispensável".

Após o desentendimento com a União Europeia quanto à invasão do Iraque, os Estados Unidos reconhecem o bloco europeu como um pretenso superestado. Aparentemente, a Europa não se tornará uma superpotência como a China, por duas principais razões.

Em primeiro lugar, o poder europeu é o do magnetismo, e não o da projeção. A Europa busca inspirar os demais países por meio da divulgação de seus valores, de seus ideais através do mundo, a construção do consenso, do acordo e da barganha coletiva. Em segundo lugar, a União Europeia não está interessada, como os Estados Unidos e a China, em reputação, posição ou honra.

A Baronesa Ashton, Alta Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, assim resumiu a política do bloco europeu: "Sem grandeza, mas não sem ambição".

Dez anos após o 11 de Setembro, segundo Coker, podemos dividir o mundo em três zonas.

Há países, entre os quais o Brasil, para quem a emoção primária é o que Platão chamava de apetite. Querem tornar-se ricos, melhorar a qualidade de vida de seus cidadãos e não estão interessados no gerenciamento do sistema internacional.

Em seguida, há o grupo do qual a Rússia faz parte, embora a maioria desses países seja de muçulmanos, que está profundamente ressentido com o Ocidente, a quem responsabiliza pela sua miséria particular e por sua falta de poder público.

Por fim, há o Ocidente, que teme o apetite da China e da Ásia e o ressentimento do mundo islâmico.

Coker concluiu que o mundo pós-americano requer dos Estados Unidos – pós-americano é uma expressão cunhada por ele – a coragem moral de reconhecer que o excepcionalismo americano é uma narrativa do século XIX, e não do século XXI.

O professor Gilberto Sarfati, último expositor, enfatizou que a segurança nacional, com enfoque na luta contra o terrorismo transnacional e caracterizada por violações da soberania de outros países, tem sido o ponto central da política externa dos Estados Unidos após o 11 de Setembro.

O primeiro eixo dessa política se dá num cenário marcado por Estados fracos, incapazes de controlar o que ocorre dentro de suas fronteiras, como o Iêmen e a Somália, onde a falta de instituições permite a prática de atividades ilícitas, como a volta da pirataria. Há, também, os Estados vilões, que combatem os interesses globais dos Estados Unidos, como o Irã e a Coreia do Norte, que já possui armas nucleares e é o quarto maior exército do mundo – a Coreia do Norte –, além da Síria, embora não se possa compará-la com os dois anteriores.

O segundo refere-se à atual situação da economia norte-americana, ainda que as projeções indiquem que seu orçamento militar continuará sendo o primeiro do mundo por mais 50 anos.

O terceiro eixo tem caráter ideológico e baseia-se na expansão da democracia, mediante o reconhecimento dos norte-americanos de Estados estratégicos, como no caso do Kosovo.

Por fim, há um quarto eixo, o da assistência humanitária e da ajuda econômica a determinados países, aí incluída a intervenção militar na Somália e na Líbia, cujo processo pode sofrer uma escalada.

O professor enumerou as diversas vertentes do alinhamento da política externa norte-americana.

Para os isolacionistas, os Estados Unidos não deveriam intervir em outros países. Já os realistas defendem o apoio pragmático a países menos democráticos na busca dos interesses norte-americanos.

Os neoconservadores, entre eles George W. Bush, acreditam que a missão dos Estados Unidos é a de disseminar a democracia no mundo. Já o liberalismo, adotado por Bill Clinton, baseia-se no uso do *soft power*, a habilidade de conseguir seus objetivos pela sedução, em vez de coerção ou, do palestrante, "compra".

Quanto à política externa de Obama, o professor Sarfati a situou entre o liberalismo e um realismo vacilante, ainda que não se tenha produzido, até agora, nenhum documento a respeito.

Na opinião do professor, não há política externa comum na União Europeia e a OTAN ainda depende dos Estados Unidos.

O Tratado de Maastricht preconizava o intergovernamentalismo e, após 1999, formou-se um grupo militar autônomo com atuação na Bósnia, Afeganistão, Tchade e Darfur, no Sudão. Por outro lado, o recente Tratado de Lisboa deu poderes limitados à Alta Representação da União Europeia Para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança.

Referindo-se à política externa da Rússia, destacou as relações com os países em sua esfera de influência, antigos membros da União Soviética, e a preocupação em extirpar a influência dos Estados Unidos na área por meio de uma política de dissuasão, observada com a proximidade de Putin com líderes inimigos dos norte-americanos, como Ahmadinejad, Chávez e Kadafi.

Vou passar, agora, à leitura do Requerimento nº 23, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores, nos seguintes termos: nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para debater os aspectos e o alcance do anteprojeto de emenda à Constituição de autoria do nobre Senador Roberto Requião, que pretende incluir a participação do Congresso Nacional nas negociações de atos, acordos, convênios e tratados que versem sobre matéria de comércio internacional.

Para tanto, solicita a Srª Senadora sejam convidados um representante do Ministério das Relações Exteriores – sempre a solicitação é de que seja no mais alto nível –; o Sr. Samuel Pinheiro Guimarães, Embaixador e Alto Representante-Geral do Mercosul no Conselho do Mercado Comum; um representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; o Sr. Paulo Nogueira Batista Júnior, economista e diretor executivo do Fundo Monetário Internacional, FMI; e um representante do setor empresarial na área de comércio exterior.

Esse requerimento foi apresentado oralmente pela Srª Senadora Ana Amélia, na nossa última reunião, mas ela, agora, colocou o requerimento por escrito e estamos fazendo, hoje, a leitura. De acordo com os atos normativos adotados pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, dá-se sempre a leitura do requerimento e novamente se coloca, então, em votação, embora ele já tenha sido, pelo consentimento, na reunião, de todos os Srs. Senadores, de uma forma tácita, aprovado. Mas vamos seguir o nosso desenvolvimento dos trabalhos e levar esse requerimento à votação na nossa próxima reunião.

A presente reunião destina-se à realização do nosso quinto painel, "A Política Externa de China, Índia e África do Sul e os seus Reflexos no Cenário Internacional", integrando o tema "Geopolítica e Relações Internacionais", dentro do círculo de audiências públicas "Rumos da Política Externa Brasileira (2011-2012)".

Para proferir as palestras de hoje e debater o tema, foram convidadas autoridades e especialistas, a quem aproveito para dar as melhores boas-vindas desta Comissão e que também convido para compor a mesa.

São eles: o Prof. Dr. Severino Bezerra Cabral Filho, do Ibecap, Instituto Brasileiro de Estudos de China e Ásia Pacífico; o Prof. Dr. Oliver Stuenkel, da Fundação Getúlio Vargas, de São Paulo; o Prof. Dr. Ricardo Sennes, da Universidade de São Paulo, USP; e o Prof. Dr. Ubiratan Castro de Araújo, da Fundação Pedro Calmon, da Bahia.

Convido os senhores a tomarem assento à mesa. *(Pausa.)*

Informo aos ilustres senhores convidados que o tempo destinado à apresentação inicial de cada um dos senhores é de 20 minutos. Após a exposição, concederemos a palavra aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras, para os esclarecimentos que S. Exªs acharem necessários.

Para iniciarmos a nossa reunião de hoje, concedo a palavra ao professor Severino Bezerra Cabral Filho, do Instituto Brasileiro de Estudos da China, Ásia e Pacífico.

O SR. SEVERINO BEZERRA CABRAL FILHO – Em primeiro lugar, agradeço o honroso convite para estar aqui diante dos Srs. Senadores, que me foi fei-

to pelo Presidente da Comissão, S. Exª o Senador Fernando Collor. É uma oportunidade de se discutir e debater temas que são importantes para o tema geral que a Comissão está desenvolvendo: os rumos da política externa brasileira. Também, para mim é motivo de satisfação estar aqui com os ilustres colegas, nesse painel, debatendo esse tema.

Obviamente, o que nos traz aqui é o estudo da China, Ásia e Pacífico, o seu peso maior no sistema internacional contemporâneo.

Eu gostaria de fazer uma breve introdução ao tema que me foi proposto, que poderia, talvez, servir também para os debates que virão.

Em primeiro lugar, devemos entender que estamos já na virada da primeira década do século XXI, podemos já tomar distância, recuar um pouco e verificar como o mundo progrediu, evoluiu, se transformou nesses últimos 20 anos, desde o acontecimento do fim da Guerra Fria, do fim da bipolaridade, do fim do confronto entre as superpotências; 20 anos se passaram, duas décadas se passaram e muitas e intensas transformações ocorreram no mundo. Os senhores todos aqui são testemunhas oculares: viveram intensamente esse período, período de muitas modificação na ordem internacional e na ordem nacional também. Vimos, sobretudo, sob o impacto geral da ciência e da técnica humana, uma transformação extraordinária. Estamos há pouco mais de 100 anos da invenção do avião, pelo nosso caro Santos Dumont. Hoje, podemos ir à lua e a mais estrelas. Temos uma importante dimensão cósmica do Planeta, que era impensável desde o início dos tempos. Tudo isso configura uma realidade.

Mas, ao lado disso, alguns impactos na ordem política também ocorreram: o fim da Guerra Fria, o fim do sistema colonial, o aparecimento da temática do desenvolvimento, da qual o Brasil sempre foi um dos líderes. E poderemos dizer que a partir de 2001 – aliás, um ano simbólico, estamos fazendo 10 anos agora – aconteceram coisas que aceleraram o processo. Não quero me referir ao tema, muito conhecido, da derrubada das torres gêmeas do World Trade Center, quero me referir exatamente a um pequeno trabalho de um economista, de um analista chamado Jim O'Neill, que escreveu o seu ensaio "Sonhando com os BRICs", e lançou um problema, aparentemente uma questão de natureza econômica, mas que se revelou a ponta de lança de uma estrutura que se vai montando. Ao longo destes 10 anos, vimos não só o aparecimento desses players globais – Rússia, Brasil, China e Índia; e agora associa-se a África do Sul –, como também a economia mundial foi se transformando.

O primeiro grande elemento que a gente pode deduzir – e os senhores estão todos lembrados aqui, muitos já leram, já consultaram, já analisaram o tema do "Sonhando com os BRICs" –, a perspectiva do Sr. O'Niell, que era um economista, mas ela, na verdade, fotografou um momento da estrutura da história do sistema mundial, porque ele identificou quatro grandes países que, por seu tamanho, por sua população, por sua economia, ele cruzou todos esses dados e projetou no futuro, a ideia dele é que esses quatro estavam fadados a entrar no sistema de poder mundial, deslocando vários outros conhecidos, como o Reino Unido, a Alemanha, a França, etc., na perspectiva dele, só sobrariam os Estados Unidos e o Japão, da estrutura atual. E aí se encaixariam os BRICs. Se não há motivo para se estudar e analisar e criticar muito esse esquema, mas a observação dele procedia e procede. Hoje, 10 anos depois, tivemos a terceira cúpula de presidentes do BRICs, realizada recentemente, inclusive com a introdução da África do Sul, mas não só isso, a projeção do BRICs também na constituição do chamado G20, que reúne as 20 maiores economias do mundo, que discutem realmente a mudança na ordem econômica mundial.

O que eu queria chamar a atenção dos senhores é que, se percebermos bem, levando em conta essa realidade produzida por essa análise, a visão do que essa análise projeta no futuro, vemos algumas grandes tendências em curso. A primeira delas é a seguinte – isso chama a atenção; está certa a avaliação dele –: só os grandes sobreviverão; só os grandes das grandes estruturas continentais, populacionais, econômicas, estatais. Este é o primeiro elemento que emerge daquela análise.

O segundo traço importante é o seguinte: aparecendo esses gigantes, os emergentes, como se diz hoje, é evidente que a estrutura mundial de poder tende a se transformar. Ela veio, como todos estão lembrados, da bipolaridade e, a partir do fim da competição entre a União Soviética e os Estados Unidos, deu-se o aparecimento de um único poder, superpoder, no mundo, portanto, estamos relativamente na unipolaridade. Mas o que se vê no horizonte é a visão de que, esses grandes, emergindo para a cena mundial, teremos um sistema multipolar. Uma característica que podemos avançar como importante.

A terceira é que, obviamente, há um deslocamento da economia mundial para o Leste da Ásia e para o Pacífico. Então, lá se concentra, hoje, a maior circulação de dinheiro, de trocas econômicas e de poder no mundo. Quadrilátero importante do poder em torno da península coreana: Rússia, China, Estados Unidos, Japão. Este é outro dado importante.

Ainda um terceiro, quero crer, que chama a atenção também, além dessa evolução da Ásia e da China,

é o fato de que há uma grande gravitação em torno dessa região, que vai do norte da África até os confins da Ásia Central, que alguém chamou de Bálcãs Eurasianos, onde se concentra grande parte da disputa, hoje, do poder no mundo e onde está uma grande população árabe e não árabe, islâmica, que tem também um grande papel a desempenhar no sistema.

O quarto – aí entra outra tendência inconfundível, incontornável – é que o Brasil e a América Latina também tendem a ser protagonistas dessa história.

Ora, se somamos todos esses aspectos que estão em curso, na verdade estão acontecendo sob os nossos olhos, temos de tirar algumas lições importantes, ainda mais por que a crise financeira de 2008 agravou tudo isso, transformou todos esses processos em processos cruciais para a vida da economia mundial e para a vida de cada um dos potenciais países emergentes e as grandes potências também. Essas lições, que nós podemos tirar da crise, nos convida a pensar o seguinte: essa terceira onda global, podemos dizer assim, em que emergem esses gigantes, não haverá como deixar de projetar esses interesses vitais desses países. E se os interesses vitais desses países estão em questão, entre esses interesses vitais está o Brasil. Então, começamos a pensar a China, a Ásia, como também a Europa e os Estados Unidos, a partir desse elemento central. Nós focalizamos o sistema internacional, todas esses mudanças a partir de um ator central, que é o Brasil. E aí nós podemos começar a pensar nas complementaridades e nas diferenças e, sobretudo, com um outro poderoso personagem do outro lado do mundo – temos um antípoda –. Do outro lado do hemisfério, temos a China, com características muito próprias. É um Estado que emerge de uma civilização antiquíssima, uma evolução histórica multisecular, multimilenar, é antiga, enquanto somos modernos, digamos assim, mas temos características próximas. É um grande país no centro da Eurásia; nós somos um grande País no centro meridional do Ocidente. Essa é a grande particularidade: a China do outro lado do hemisfério, e nós deste lado de cá do hemisfério. Desafios imensos para uns e outros, mas desafios, sobretudo, e isso é o que mais nos aproxima, o desafio maior é o desafio do desenvolvimento, coisa que podemos apreciar – os debates na OMC, a Rodada de Doha, como também as conferências internacionais – e ver que esse tema é a questão central, a questão crucial da nossa época. E é uma época que está desafiada também por outras questões básicas. O famoso desafio da nova energia para o mundo, a grande grave questão do meio ambiente, mas também das transformações nas relações intrassociais. Tudo isto nos leva a pensar que o Brasil e a China têm um grande papel a desempenhar nessa nova ordem multipolar que se aproxima.

A China é visivelmente o grande gigante desse momento, não só pela dimensão da sua população e do seu território, mas também pelo vigor da sua economia, economia que hoje é o segundo PIB do mundo, mas é também a primeira em recurso financeiro no planeta. Tudo isso mostra que um país emergente tem elementos financeiros, elementos de ação no mundo muito próprios.

Nós cá, o Brasil, também os temos. Se os senhores pararem para pensar, a China é um gigante manufatureiro; nós somos o gigante da produção de alimentos e energia. O Brasil tem, realmente, a maior fronteira agrícola do mundo e a maior capacidade de extrair e produzir energia e alimento para o mundo. Este é o nosso grande desafio: transformar essa capacidade e esses recursos para criar também a nossa indústria de transformação – é o nosso desafio –, inovar nessa questão, e nos garantir um papel decisivo e avançado nessas transformações em curso no mundo. Talvez nós tenhamos pouco tempo para dar esse salto; mas temos que dar. É aquele desafio que não pode ser vencido a não ser com a determinação de vencer, de ultrapassar o nosso limite. As nações todas são mistérios, a nossa tem essa característica: nós saímos da bravura e da tenacidade do elemento lusitano para amalgamar com o povo de índios e negros africanos, depois de europeus e asiáticos, criar uma Nação. Estamos no século XXI vendo que depois de 500 anos de formação da nossa cultura e 200 anos de autonomia no sistema mundial, está chegando a nossa hora. Uma hora importante. E essa hora – eu vou encerrar, porque quero dar oportunidade depois, ao debate e voltar a alguns desses temas – essa posição do Brasil, é claro, é evidente, se a gente pensar com maturidade, não pode dispensar – e para isso creio que os senhores aqui têm a capacidade de pensar e refletir sobre isso –, maduramente, a capacidade de não só crescer economicamente, crescer materialmente, crescer culturalmente, mas crescer também os dispositivos da sua autodefesa. Defesa em todos os sentidos, mas no sentido pleno de garantir a sobrevivência do homem brasileiro no século XXI.

Talvez o desafio que se apresenta, quando vemos a China, é como um país que saiu de uma situação a pior possível, que é a situação de um país dominado por várias potências sem autonomia, crescer em mais de meio século a altura em que cresceu. Nós fomos um pouco mais lentos mas também chegamos a um ponto. E esse ponto tem de ser avançado.

Essa talvez é a questão que eu trago aqui para os senhores: a relação China/Brasil deve ser pensada como uma relação estratégica e de largo prazo,

como foi a de outrora nossa com relação à Europa e os Estados Unidos, tem de se pensar essas questões decisivas da nossa segurança e da nossa defesa no século XXI, que estão apoiadas exatamente na nossa capacidade de crescimento, nas respostas aos desafios do crescimento que se apresentam diante de nós.

Senhores, eu agradeço atenção de todos. Estou à disposição do Sr. Presidente e de todos os senhores para as perguntas que vierem.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Prof. Dr. Severino Bezerra Cabral Filho.

Passo a palavra, agora, ao Prof. Dr. Oliver Stuenkel, da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo.

V. Sª dispõe de 20 minutos

O SR. OLIVER STUENKEL – Presidente Fernando Collor, muito obrigado pelo convite.

Eu sou professor da Fundação Getúlio Vargas. Meu foco é política externa indiana e chinesa. Eu gostaria de falar um pouco da perspectiva desses dois países e um pouco das implicações para o Brasil que isso tem.

Nós vemos uma grande mudança, obviamente, como o colega acabou de falar. Uma das frases interessantes da minha última viagem para a Índia, quando fiquei em Nova Deli como professor visitante, foi-me dita por um diplomata: "O ocidente pode ser dono dos relógios, mas somos nós o tempo." A frase representa uma mudança interessante, sobretudo na China, um pouco menos na Índia e ainda menos no Brasil, mas visivelmente um aumento de confiança, uma vontade de liderar muito maior do que antes e uma vontade de assumir liderança e responsabilidade global. Isso é na retórica. Quando eu, vindo de uma instituição brasileira, passo um tempo na Índia, passo um tempo na China, parece que é tão fácil, que os emergentes são uma unidade que gostaria de assumir liderança, um espaço na mesa dos grandes.

Na verdade, a grande pergunta é: são os emergentes uma categoria? Faz tanto sentido juntar os emergentes? O Goldman Sachs juntou os países, mas acho que sempre vale a pena lembrar também que são países com interesses muito diferentes, em situações muito diferentes. A China, de fato, muito mais como uma potência *status quo* do que o Brasil e a Índia, que não fazem parte ainda da instituição mais importante, o Conselho de Segurança. Ou seja, atrás de toda essa retórica, acho que sempre vale a pena lembrar que temos grandes diferenças também na posição. E é um pouco fácil demais dizer que essa é uma aliança natural entre o Brasil, a China e a Índia. Esses são países que apenas querem participar desse processo. Porque, de fato, economicamente, por exemplo, dos BRICs, antes da ascensão da África do Sul, temos a China e a Índia como importadores de matérias primas, o Brasil e a Rússia como exportadores; temos dois países democráticos, a Índia e o Brasil, dois países sem sistema democrático saudável, como a Rússia, e um país não democrático, a China. Ou seja, há muitos temas que não podemos abordar com essas potências emergentes.

Ao mesmo tempo, certamente, há uma série de semelhanças. Eu gostaria de abordar algumas questões comuns, alguns temas que são importantes e que vejo nos debates sempre que eu passo um tempo com acadêmicos indianos e chineses. O primeiro é uma tensão de identidades. A China, a Índia e também a África do Sul, parecidos com o Brasil, se veem ainda, muitas vezes, como países em desenvolvimento, usam muito bem essa retórica, criticam instituições. Ao mesmo tempo, querem cada vez mais se comportar como país emergente, como ator global. Mas isso cria certa tensão não apenas no comportamento internacional, mas também na comunicação com o próprio eleitor. Vimos, no ano passado, uma comunicação muito interessante do ex-presidente brasileiro criticando o Fundo Monetário e ao mesmo tempo já emprestando dinheiro ao Fundo Monetário, ou seja, tendo uma retórica de país em desenvolvimento e ao mesmo tempo já cada vez mais assumindo responsabilidade. E essa tensão existe em todos esses países.

Esta é uma grande pergunta que todos os países se fazem: há 300 milhões de pobres na Índia, mais do que na África inteira; há 80 milhões de pobres na China; há 40 milhões de pobres no Brasil; ao mesmo tempo, os países querem atuar globalmente, e isso cria uma certa tensão.

A segunda grande pergunta: é possível assumir liderança global sem ser um líder regional? Nós lembramos que, em 1823, o Presidente dos Estados Unidos, Monroe, anunciou a Monroe Doctrine. Ele disse que "os Estados Unidos agora controlam a região". Há cem anos, os Estados Unidos viraram uma potência global. Antes de atuarem globalmente, consolidaram o controle na região. O Brasil não controla inteiramente a região, a Índia também não, a China também não, e a África do Sul também não. Todos esses países têm graves problemas em influenciar, em controlar o que os vizinhos fazem. Ao mesmo tempo, querem atuar globalmente. Então, a meu ver, essa é uma questão muito importante para todos os países emergentes a ser resolvida. Como lidar com essa questão? É possível virar uma grande potência global? Por exemplo, é muito importante no caso da Índia, que é cercado por países muito instáveis. A Índia não tem boas relações

com nenhum dos vizinhos. Ela tem conflitos fronteiriços com o Paquistão, grandes tensões, com potencial de guerra. É possível atuar globalmente sem ter consolidado a região.

Outro tema importante, com grandes implicações para o Brasil, é a ascensão da China, que mudará fundamentalmente a economia global e também o discurso global. Nós ainda vivemos em um mundo fundamentalmente ocidental, ou seja, as ideias que temos na academia, os modelos, os conceitos que ensinamos aos nossos alunos são, de fato, ocidentais; nós pensamos nessas categorias. E agora estamos numa transição, e o fato de a China ascender não apenas causará uma mudança econômica, mas também uma mudança de como pensamos, quais são as narrativas que devemos seguir, quais são os modelos de gostaríamos de copiar. Vemos isso na África, onde cada vez mais a China se apresenta como o modelo. A China se apresenta como o país que representa a modernidade. Países como Uganda, hoje, tentam copiar a China, já não tentam copiar os Estados Unidos. Então, isso realmente causará que nós cada vez mais enxerguemos o sistema internacional de outra forma. Cada vez mais não é o ocidente, não são mais os Estados Unidos e a Europa que determinam a agenda, mas são outros países. E o Brasil cada vez mais tem que olhar a China – e vou falar um pouco mais disso depois –, tem que entender muito melhor qual é a perspectiva chinesa, qual é a posição chinesa, quais são os impedimentos internos da China, porque ela será o ator-chave no médio prazo.

Aí vem uma pergunta, como já disse: os países emergentes conseguem oferecer uma narrativa convincente aos outros países? Estão tentando fazer isso. O Brasil, A Índia e a China já são doadores importantes. Eles cada vez mais se posicionam como modelos a serem seguidos.

Uma grande pergunta que a Índia se faz, a África do Sul se faz e o Brasil cada vez mais vai se fazer é se o fato de ser um país democrático deve ter algum impacto na política externa. A Índia deve promover a democracia em países vizinhos? A África do Sul deve promover a democracia no Zimbábue? E o Brasil deve fazer algo coisa se em algum país vizinho acontece alguma coisa, se o sistema democrático fica mais fraco? Então, neste momento, ainda temos os Estados Unidos como o país que fornece bens públicos globais, mas perdem cada vez mais essa capacidade. A grande pergunta é: os emergentes estão a fim de assumir esse custo? Fazer parte dos grandes, sentar à mesa dos grandes não é fácil porque envolve um custo muito grande. E a pergunta que a Índia tem que se fazer é se numa região não democrática gostaria de defender essa causa.

Pode prosseguir.

Outro tema que se faz em todos os países é a batalha por talentos, que acho interessante. A revista *The Economist* mostrou essa imagem dos talentos correndo, saindo dos Estados Unidos e da Inglaterra e indo para países como a China e a Índia, que são os mercados em crescimento.

Podemos seguir para o próximo *slide.*

Isso mostra qual é a fraqueza principal da Índia e da China, e do Brasil também – a baixa capacidade de inovar, a baixa capacidade de produzir talentos e a baixa capacidade de atrair trabalhadores qualificados. Todos esses países têm como fraqueza principal essa falta. O Brasil também carece de talentos, carece da capacidade de atrair talentos. Isso se dá por erros muito graves nas últimas décadas; então, para não apenas fornecer *commodities*, em longo prazo, será possível reformar fundamentalmente a política de imigração, focar em pessoas qualificadas. Isso é verdade em todos os países e será muito mais difícil em longo prazo, porque a Europa e os Estados Unidos adotam cada vez mais políticas de imigração baseadas em competência, ou seja, *skill-based policy*, escolhem os imigrantes com a melhor orientação, que são os melhores para a economia. O Brasil perde essa batalha neste momento, a China perde essa batalha e a Índia perde essa batalha. Uma empresa mediana no Paraná não consegue contratar um engenheiro que está se formando na Índia, ela não consegue atrair essa pessoa. Isso, em longo prazo, causa graves obstáculos ao crescimento do Brasil.

Eu vou só apontar umas questões. A China continua com foco principal no crescimento. Precisa o Partido Comunista apontar-se acima de 8% para assegurar estabilidade política. Temos, por causa da Primavera Árabe, uma repressão inédita, pior do que vinte anos atrás. Eu tenho graves dificuldades de conversar com meus colegas acadêmicos na China neste momento, porque eles simplesmente não conseguem acessar a Internet, não conseguem acessar as mídias. Então, vemos a preocupação do partido do governo chinês neste momento.

Uma questão também interessante é a discussão dentro da China da significação, ou seja, não apenas da ocidentalização da China. Mas a China começa a se perguntar como nós conseguimos influenciar hábitos de culturas lá fora, como nós conseguimos criar uma narrativa convincente e como nós vamos influenciar formas de como, por exemplo, as empresas operarem, como sistemas políticos funcionarem, como podemos influenciar isso lá fora.

Próximo, por favor. Vamos pular esse e vamos ao próximo. Mais um. Isso.

Eu gostaria, para terminar, de falar um pouco sobre as implicações para o Brasil. Eu disse que a China será o ator principal. A China já é o parceiro comercial mais importante do Brasil. Como lidar com essa mudança, a meu ver, é entender que há uma grande necessidade de entender a China, que não existe aqui no Brasil. A dependência econômica aumenta cada vez mais. Agora é um começo.

No Brasil, esse é um dado muito interessante, há 11 diplomatas brasileiros; os Estados Unidos têm 220. Existe uma grande capacidade de entender como a China funciona e quem são as pessoas-chaves na China. O que o Brasil precisa é uma reorientação estratégica fundamental. Meus alunos ainda vão todos para a França, vão todos para a Inglaterra e vão para a Espanha. Não são os parceiros importantes, em longo prazo, do Brasil. Eles precisam ir para a China, precisam ir para a Índia, mas ninguém vai, porque não existem bolsas, não existem cooperações.

Os brasileiros têm mais diplomatas em Roma do que em Pequim, considerando que a Itália, em longo prazo, não tem uma importância econômica para o Brasil. Mas é mais fácil morar em Roma do que em Pequim, eu posso confirmar isso. É muito mais fácil também do que morar em Nova Deli. Eu entendo que há um incentivo muito maior de morar na Itália por um tempo.

A embaixada americana é um sonho, porque é lá onde as pessoas mais entendem da China; é lá onde eu aprendo sobre a China. É a embaixada americana que passa as informações. A política brasileira não consegue tomar as decisões certas sem ter o conhecimento básico.

No Brasil, não existe nenhum centro de estudos sobre a China; nos Estados Unidos há 120. Na Fundação Getúlio Vargas, gostaríamos de contratar alguém que saiba muito sobre a China. É muito difícil aqui no Brasil. Ou seja, isso não é apenas um problema do governo, mas também da sociedade, que ainda não se orientou a ser a China.

Um dado que também acho interessante é que empresas espanholas com... Ou seja, seiscentas empresas espanholas têm escritório na China; quarenta empresas brasileiras estão na China. Ou seja, o interesse, obviamente, do setor privado brasileiro de entrar na China é reduzido ainda.

Vou dar um exemplo que mostra um pouco quais são os problemas que isso causa para o Governo brasileiro. Quem estuda a China por um tempo vê que as estruturas são menos transparentes. É muito mais difícil saber com quem conversar. Os acadêmicos precisam viajar várias vezes para a China para falar com a pessoa certa. Essa é também a situação na Índia. Eles nunca vão falar com um acadêmico que só vai uma vez. Ele apenas pode falar com um assistente. Na segunda viagem, talvez, com um subministro; na terceira viagem, com um ministro. Ou seja, onze diplomatas brasileiros simplesmente não têm a capacidade de entender qual é a pessoa certa. E na China, o que é muito interessante é que existe uma estrutura dupla. Todas as posições existem no governo e todas as posições existem no partido. Existe um chanceler no governo e existe um chanceler no partido. Os brasileiros falam com o governo, como qualquer pessoa de fora faria. O único problema é que quem toma as decisões são as pessoas no partido. O governo executa. Mas isso muda. O governo não publica no *site* qual é a pessoa responsável. Ou seja, são estruturas extremamente complexas e precisam de um estudo, de uma atenção muito maior do que o Brasil consegue fornecer neste momento.

Para usar uma metáfora, eu diria que a China é a menina de quinze anos da festa e todo mundo quer dançar com ela. Mas o Brasil chegou muito tarde na festa. Os Estados Unidos estão lá há muito tempo, estudam esse país há muito tempo. E o risco, eu vejo isso não apenas em relação ao Brasil, mas a vários outros países, é muito grande, de não conseguir falar com a pessoa certa. A Índia, por exemplo, tenta muito se adaptar a essa nova realidade. Os centros que eu vejo na Índia, o número de alunos na Índia que começam a estudar chinês é muito grande. Ao mesmo tempo, o número de estudantes na China que estudam a Índia para entendê-la melhor é muito grande.

Um último exemplo que vou dar: a Cass, que é um *think tank* do governo chinês, acabou de contratar vinte pesquisadores para entender o Brasil. Todo mundo fala português perfeitamente. Todos eles estudam o Brasil o dia inteiro. Eles vão acumular, a longo prazo, um dos principais centros de conhecimento sobre o Brasil. E o Brasil precisa, dessa maneira, fazer o mesmo, para conseguir tomar as decisões certas em relação a essa mudança, a essa transformação que vamos ver neste momento em relação à China. E, uns dez anos depois, a mesma coisa vai acontecer com relação à Índia. Então, eu diria que é importante já focar nesses dois países. A Índia se abriu, dez a quinze anos mais tarde, e tem, a longo prazo, certamente, uma perspectiva semelhante, se não melhor do que a China. Na metade do século, 2050, mais ou menos, é possível que a economia indiana seja ainda maior do que a chinesa. Então, são dois atores que, a longo prazo, terão uma importância muito grande para o Brasil.

Vou terminar aqui e responder a mais perguntas depois.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Professor Dr. Oliver Stuenkel, da FGV-São Paulo.

E passo agora a palavra ao Professor Dr. Ubiratan Castro de Araújo, da Fundação Pedro Calmon, da Bahia.

O SR. UBIRATAN CASTRO DE ARAÚJO – Bom, Excelência, Senador Fernando Collor de Mello, Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado brasileiro, Srs. Senadores, meus colegas de Mesa e todo o público presente, agradeço a oportunidade de poder contribuir para o debate parlamentar sobre a política externa do Brasil, muito especialmente sobre a consolidação de um bloco de países emergentes, cuja afirmação representa um importante contraponto à centralidade dos chamados países ricos, que compõem o grupo do também chamado de G7.

Minha modesta contribuição diz respeito à especialidade da relação bilateral entre Brasil e África do Sul, liderança reconhecida na articulação da política continental africana. Ela se fundamenta, esta minha contribuição, na experiência acumulada durante quatro anos – 2003 a 2007 – em que tive a honra de presidir a Fundação Cultural Palmares, do Ministério da Cultura, que desempenhou um papel auxiliar do Ministério das Relações Exteriores em matéria de política africana.

Numa rápida introdução, minhas primeiras palavras serão para afirmar a importância do paradigma contemporâneo da complexidade na análise da política internacional. Superada a polaridade estabelecida após a II Guerra Mundial, que impôs o alheamento automático das nações em torno de dois estados antagônicos, Estados Unidos e União Soviética, na ordem econômica e na governança mundial passou a vigorar um complexo sistema de blocos concorrentes, não exclusivos, que se constituem em novos blocos de interesses políticos, econômicos, culturais e de identidade. É um pouco o fim da monogamia, do casamento monogâmico, e o começo das relações sem fidelidade com vários grupos simultâneos. É um pouco essa imagem.

No caso do Brasil, deixamos de fazer parte de um conjunto de países subdesenvolvidos subordinados a um império informal americano. A afirmação de nossa soberania efetiva-se pela adesão brasileira a vários círculos de articulação regional em função de interesses particulares. Nós participamos do G20 para fazer valer os interesses dos países localizados no eixo sul-sul; nós participamos, igualmente, do Mercosul, da articulação de países da América do Sul; compomos a CPLP, Comissão de Países de Língua Portuguesa; participamos da concertação intitulada Ibas (Índia, Brasil e África do Sul); e, mais recentemente, criou-se, a partir de Jim O'Neil, no Gordon Banks, um conceito do BRICs, ou seja, Brasil, Rússia, Índia e China, incluída, posteriormente, a África do Sul, como o fórum de países emergentes com interesses semelhantes na economia e na governança mundial.

Esse novo bloco regional – e este é um ponto de partida para o que eu pelo menos proponho para o debate – não reflete nenhuma história especial de cooperação, nenhuma herança cultural comum, tampouco qualquer identidade política dos países que dele participam. A convergência é de interesses conjunturais na negociação da governança mundial. Interessa a todos a regulação do comércio mundial, circulação de capitais, representação nos fóruns internacionais de decisão. Evidentemente que a própria dinâmica desse agrupamento desde 2006, com a primeira reunião de chanceleres do BRIC, pode constituir, no futuro, uma aliança mais estável do que uma simples plataforma de reivindicações. Para tanto, é necessário levar em consideração as relações bilaterais entre os países participantes.

Cabe-me destacar apenas as relações entre Brasil e África do Sul no interior desse novo bloco de cooperação internacional, que se pautam para além dos interesses conjunturais em torno de uma herança comum cultural Brasil-África e é imperativo de uma geopolítica do Atlântico Sul.

Essa nova posição brasileira eu me permito datar do governo do Luiz Inácio Lula da Silva, nosso Presidente Lula, que, rigorosamente, inovou em matéria de política africana. Ou seja, podemos dizer que, em matéria de política africana, há antes de Lula e depois de Lula. É evidente que há um discurso geral, uma retórica geral do subdesenvolvimento e das solidariedades, mas, em matéria de política africana, eu acho que a grande novidade é que a nova política africana brasileira se pautou, em primeiro lugar, por um conceito de transbordamento ou de exportação de uma política interna. Ou seja, é a política interna quem obriga o Brasil a mudar sua política externa. Em primeiro lugar, essa noção de conexão Brasil-África, antes de ser incorporada pelo Estado brasileiro, era uma conexão fundamental para a identidade dos movimentos negros brasileiros. Ou seja, um pouco, na minha profissão de historiador, entendemos claramente que, em todo o movimento negro brasileiro e também na diáspora, há uma necessidade de desvencilhar-se da escravidão. Então, há pessoas que dizem claramente: "Nós não somos descendentes de escravos, nós somos descendentes de africanos", enfim, de civilizações anteriores à escravidão, muito maiores. A escravidão é um incidente histórico que acabou e temos que acabar de sepultá-la, com todas as suas decorrências.

Ora, então, o primeiro ponto é que o governo brasileiro foi pressionado, desde a campanha, pelo

movimento negro, a ter uma política africana. Porque fazer uma política interna sem articular com a África era negar essa matriz simbólica e que marca a independência do movimento negro.

Outra característica é um consenso que se estabeleceu no Brasil e nas Américas, nos países que receberam a população africana, o consenso do pan-africanismo. Ou seja, toda política africana hoje tem um ponto de inflexão e de conflito entre as tendências do hipernacionalismo africano e a antiga posição construída no tempo das independências, que é a do pan-africanismo. Mas, se olharmos, o pan-africanismo foi criado na Jamaica, em Barbados, nos Estados Unidos e no Brasil. É uma posição dos descendentes de escravos, enfim, e que tem um papel importante na África atual, em momentos de conflito.

E dou um exemplo de todos os fóruns pan-africanos que frequentei: um país como Angola é absolutamente refratário a tudo isso. O nacionalismo angolano é cem por cento nacionalista. Eles reagem com muito vigor a toda uma articulação internacional, ao passo que outros países, como Senegal, vivem da articulação africana, vivem do discurso pan-africano.

Então, o fato é que a pressão política interna do Brasil é para o Brasil ser pan-africano. E isso tem sido interessante porque, em todos os fóruns de que tenho participado, a posição do Brasil tende a ser de pacificação, de equilíbrio e de escuta de todas as posições, e não de alinhamento com esse ou aquele país africano. Assim foi em 2006. Nós organizamos, aqui no Brasil, o Ministério das Relações Exteriores, com o apoio da Fundação Palmares, o II Colóquio de Intelectuais Africanos e da Diáspora. Isso foi em Salvador. E lá ficou muito claro o afrontamento entre os dois blocos: o bloco dos países africanos de língua francesa, de fala francesa, muito influenciados pelo islamismo e por Kadafi, que estava por trás, bancando sua entrada no mundo africano; e, do outro lado, os países da antiga *Commonwealth*, de língua inglesa, Nigéria, África do Sul, sobretudo, Tanzânia e outros. E o papel do Brasil foi exatamente botar panos quentes, foi tentar chegar a um consenso. Esse é um fator positivo da presença brasileira, posto que o Brasil não tem comprado nenhum inimigo. Ou seja, ele tem sido pan-africano nesse sentido.

O outro conceito que é importante na política externa brasileira e que foi produto da política interna é a incorporação do conceito da reparação. Ou seja, a escravidão foi um crime, o tráfico de escravos foi um crime, e a África, como continente, e todos os descendentes de africanos ainda padecem das sequelas desses dois crimes, e, portanto, é preciso reparar. A reparação interna é na forma das políticas afirmativas: inclusão da população negra, as políticas de cotas, as políticas, enfim, de reparar o conjunto da população negra. Mas esse discurso foi incorporado pelo Presidente Lula para a política internacional. Eu estive presente em um momento muito emocionante, quando, na ilha de Gorée, no Senegal, Lula pediu perdão aos africanos, em nome do Estado brasileiro, pela sangria de população na África, com a escravidão. E não apenas ficou nesse discurso retórico. Houve uma prática de política reparadora no Brasil e vários foram os países africanos que tiveram a dívida em relação ao Brasil perdoada, que é uma das reivindicações africanas de reparação, é o perdão da dívida aos países mais ricos. Os investimentos brasileiros têm sido muito voltados para o combate à fome, ou seja, transferência de tecnologia agrícola já temos, digamos, centros experimentais da Embrapa em Gana, em Camerum, apoio à cultura de cacau, e também fábricas de remédios. Enfim, nas várias missões que acompanhei o Ministro Amorim e o Presidente Lula, sempre houve uma contrapartida efetiva brasileira nesse sentido de ajudar a África .

O que tenho colocado aqui é que esse é um fator de política interna, que coloca sobre o Estado brasileiro uma responsabilidade diferente da de qualquer outro país do BRIC. A gente não tem nada que ver com a milenar cultura chinesa, a gente não tem nada que ver com a complexa e estranha estrutura social indiana que até hoje ainda consegue negociar nos fóruns internacionais que não se denuncia a sociedade dividida em castas com pessoas que são consideradas excluídas *ad eternum,* que são os excluídos, os párias, no entanto, ninguém ousa dizer nada contra a Índia, porque a Índia é um país em desenvolvimento e qualquer pressão contra ela pode provocar uma instabilidade interna. Então, a solidariedade de subdesenvolvido faz com que a gente não tenha uma posição muito clara. Para quem é contra o racismo, tem que conviver com o grande país que ainda tem negros em sua grande maioria, párias, e uma elite brâmane ainda no poder. No caso da África do Sul, temos essa relação, digamos, histórica.

Sem contar com os avanços materiais. Não vou aqui listar, mas o Brasil implantou 23 embaixadas, entre 2002 e 2010 em toda a África. Hoje, todos os países africanos têm uma embaixada brasileira. A nossa conta comercial subiu de US$5 bilhões para US$20 bilhões, ou seja, o Brasil está vendendo mais na África, está mais presente comercialmente, mas também tem esse lado qualitativo das semelhanças com a África. Por isso acho que a gente entende quando o Presidente Wade, do Senegal, proclamou, num momento de festa, para o mundo inteiro, que Lula foi o primeiro presidente negro do Brasil;. Presidente negro porque foi o primeiro que

foi à África, porque foi o primeiro que desenvolveu uma política muito objetiva em relação à África.

Dentro disso, onde entra a África do Sul? Ela, dentro dos BRIC, pode jogar um papel importante, como uma liderança de uma parte da África. Temos clareza de que o Brasil não pode renunciar à política bilateral com cada um país africano, mas também é bom ter uma aliança preferencial com um grande país dinâmico, com características de uma sociedade mais complexa como a África do Sul, e principalmente, como eu gostaria de passar para o segundo ponto, não vou dar nenhuma sugestão de política africana, porque a Palmares está aí, a Seppir está aí, o Ministério das Relações Exteriores tem bastante experiência no assunto, mas apenas queria deixar como marca que esse impulso interno poderia ser mais efetivo no plano externo, ou seja, os africanos vêm mais ao Brasil do que o Brasil vai à África. A presença brasileira na África ainda é muito limitada e o grande, digamos, fator de desequilíbrio do Brasil é que ele conta com uma população negra crescente, que está se especializando, formando no futuro uma classe média negra, uma elite negra capaz de ir à África, ir e voltar, ir aprender, estar presente, nesse contato povo a povo, mas não temos um sistema de bolsa, não temos um sistema de financiamento, nenhum estímulo às empresa brasileiras em África de levarem esses jovens brasileiros para esses contatos.

Mas, a outra dimensão que eu não poderia deixar de falar, além dessa solidariedade povo a povo, é que também há interesses específicos brasileiros, e esses interesses se chama Atlântico Sul. Não dá para esconder de ninguém que a formação da nossa história, Brasil e África, durante 350 anos, formaram um só complexo econômico. E o meu colega, amigo, Luiz Felipe Alencastro, que é professor em Paris-Sorbone, Paris IV, ele afirma peremptoriamente: "Não haveria Brasil se não houvesse Angola". Ou seja, sem o fluxo interrupto de escravos de Angola, de escravos do Golfo da Guiné, enfim, de escravos africanos, não haveria agroindústria açucareira no Brasil, não haveria mineração, enfim. Então, o modelo colonial era atlântico, o modelo português era atlântico, que combinava fatores dos dois lados e alimentava o mercado europeu.

Com a abolição da escravidão e do tráfico, a nova colonização africana pela Inglaterra e pela Franca cortou os laços e as trocas entre Brasil e África, entre América e África. Passou a ser um crime a presença brasileira na África, reprimida com o exército inglês. Então, hoje há uma retomada de relações entre Brasil e África exatamente por cima do mesmo espaço que o Atlântico Sul, aquilo que a gente chama em história de Atlântico Negro. Esse Atlântico Negro, hoje, há uma proposta inclusive dos africanos, do ex-presidente da África do Sul que diz: "Vamos fazer desse Atlântico Negro um riacho". Não nos interessa que o Atlântico seja um riacho, que a gente possa saltá-lo, porque nossa outra parte está do lado de lá do Atlântico. E, para isso, a gente precisa de uma política de paz no Atlântico. Não se pode pular por cima de um rio turbulento.

A outra circunstância unilateral que recomenda essa paz sul-atlântica é a nova projeção da exploração econômica brasileira sobre as águas profundas do Atlântico para além da antiga plataforma continental. O grande fato novo é a descoberta e o início da exploração do chamado pré-sal. A tecnologia empregada, o dimensionamento das reservas, a expectativa de recursos financeiros para o Brasil caracteriza o pré-sal como um novo *take off* capaz de tirar definitivamente o Brasil do rol dos países subdesenvolvidos. Mas, para que essa atividade possa desenvolver-se mansa e pacificamente, basta olhar para o mapa do Atlântico Sul para perceber que 80% da sua margem ocidental somos nós, é o Brasil, e toda margem oriental africana é ocupada por mais de uma dezena de países em níveis diferentes, com políticas internas diversas e com riscos de conflitos ainda maiores. Portanto, não é difícil antever a necessidade, como estratégia brasileira, de estimular e promover a estabilização da margem africana. Aí então a questão da democracia, do desenvolvimento e da cooperação, de modo a prevenir turbulências que possam afetar a exploração petrolífera brasileira. Basta lembrar da instabilidade gerara na navegação do índico pela anarquia decorrente da destruição do estado nacional na Somália. Hoje você tem piratas na Somália que atacam desde navios petroleiros até iates de passeio, com sequestros, enfim com graves problemas de navegação.

O sucesso do pré-sal exigirá certamente, além de um escudo de defesa, que é uma tese do Ministério da Defesa, um escudo de defesa do desenvolvimento, que certamente está sendo construído pela Marinha de Guerra brasileira – as suas esquadras cumprirão com essa missão de escudo de defesa do pré-sal –, precisamos mais além desse escudo de defesa, uma defesa diplomática. A questão de que precisamos de um grande escudo diplomático que articule todos os países da costa oriental do Atlântico, que estabeleça relações de cooperação e que tenha a certeza de que de lá não vem nenhum tsunami para, enfim, turbar não somente a circulação, mas a exploração das jazidas no fundo do Atlântico. E, neste caso, os BRICs podem jogar um papel importante para o Brasil, ou seja, com a África do Sul e nos termos de um bloco emergente, a gente pode contribuir para uma governança que eu

acho que, olhando muito para o nosso umbigo, o que mais nos interessa é o Atlântico Sul.

No caso da China – não entendo nada da China, só faço ler coisas sobre a China – em todos os países que passei na África, dos pequenos aos grandes, da margem ocidental, as relações comerciais predominantes de todos eles é com a China. A China detém 70% dos negócios com Benin, com a Nigéria, com o Camerum e só, Senador, um caso que é dos mais exóticos, na Guiné Bissau, que é um país extremamente pobre e frágil, o governo chinês deu de presente a assembleia nacional para o povo da Guiné Bissau. O que fez ele? Mandou os engenheiros, mandou os operários, mandou os capitais, mandou os insumos todos e construiu uma assembleia nacional e deu inteira para o governo da Guiné Bissau. Ora, neste caso, a gente também não pode ser inocente de que uma política brasileira de estabilização no Atlântico Sul não passe também dentro dos BRICs pela China, porque a China tem uma influência muito grande sobre os países africanos.

Era com isso que eu queria contribuir. Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao professor Dr. Ubiratan Castro de Araújo, da Fundação Pedro Calmon da Bahia.

Passo agora a palavra ao professor Dr. Ricardo Sennes, da USP, Universidade de São Paulo.

O SR. RICARDO SENNES – Boa noite a todos. É um enorme prazer estar aqui para esta reunião. Agradeço especialmente o convite do Presidente Senador Fernando Collor. É um prazer estar na frente de três dos principais Senadores brasileiros. Espero contribuir alguma coisa com este debate.

Organizei um pouco, com o vício um pouco acadêmico, umas planilhas, alguns *slides* para orientar um pouco a minha fala. Vou tentar concentrar um pouco o debate, aproveitando as colocações dos meus colegas que me antecederam para focar um pouco talvez e nas dimensões mais sistêmicas dessa emergência dos chamados países emergentes, riscos e tendências que a gente pode tentar tirar dessa situação e tentar concluir, ao final, com alguns elementos sobre impactos possíveis no Brasil.

Primeira transparecia, por favor.

O primeiro ponto que chama a atenção, pelo lado otimista – esta foto foi a oficial do último encontro dos BRICs– ele de fato chama a atenção por vários elementos. Ele é um fenômeno diplomático, um fenômeno midiático, mas tem algumas dimensões sobre esses encontros que são francamente favoráveis, vamos chamar assim, para uma tendência de mudança internacional. Favoráveis no sentido não do valor, favorável positivo no sentido de que estamos embarcando numa dimensão aí, existem muitos incentivos para uma mudança internacional – e aqui vem meu comentário – que não necessariamente pode ser favorável ao Brasil. Você tem claramente sinais de que essa mudança está operando, tem sinais, aí do ponto de vista valorativo, positivos de um lado, mas tem sinais muito negativos de outro também. Todo período de transição é um período que envolve riscos, ademais de oportunidades, e esse vai ser um pouco o meu argumento aqui.

Obviamente – passando para a próxima – você tem, quando olha esse tipo de fenômeno internacional ocorrendo, você tem algumas dimensões novas no cenário internacional. A primeira, quando você vê a foto, é essa diversidade étnica. Há poucos encontros internacionais reduzidos tem uma diversidade étnica como você tem naquela foto. Você tem um asiático, você tem um africano, você tem um caucasiano e uma pessoa híbrida do ponto de vista étnico. Ou seja, ele é significativo. Se você for pegar os fóruns tradicionais, eles são muito mais seletivos do ponto de vista de quem está falando com quem. Certamente isso é algo de novo e em geral os humanistas vêem como algo positivo, e acho que tem essa conotação.

A outra dimensão que esse encontro ratificou foi a inclusão da África do Sul. O professor acabou de apresentar alguns dados, mas, se você for pegar estritamente do ponto de vista dos números econômicos, militares, de influência, a África do Sul foi guinada para esse grupo e claramente numa conotação política. Está certo? Foi muito mais esse grupo se assumindo como uma possível plataforma política que chamou a África do Sul e a consolidou como uma terceira dimensão.

Não é de graça esse processo. São potências regionais, como vou comentar para frente. Há certa dimensão de um jogo de poder por trás desse passo, e vale chamar a atenção para alguns deles. A declaração é muito interessante, a declaração oficial que se seguiu a esse encontro agora na China, que vale a pena ler, porque ela é curta e bastante telegráfica. E, não obstante telegráfica e não obstante o caráter diplomático, toca em pontos muito sensíveis, do ponto de vista mais amplo de organização do sistema internacional a pontos mais específicos, por exemplo, como o direito dessas cinco potências, de adentrar a tecnologia nuclear, incluindo a declaração. Ou seja, isso tem significado claro para o que vai ocorrer para frente.

Por um lado, nós temos claramente essa emergência, esse movimento político e diplomático sendo consolidado. Porém, gostaria de chamar a atenção para uma visão um pouco mais realista do ponto de vista de relações internacionais: os diferenciais de poder ainda continuam muito claros no sistema internacional. Eu diria que os diferenciais de poder, pelo menos em duas

dimensões muito claras – na dimensão poder, militar, capacidade de coerção, capacidade de influenciar, do ponto de vista do uso da força em escala global –, está bastante concentrado.

Essa desconcentração ainda não ocorreu, e me parece que, em um momento de transição, em que as regras e instituições estão mais ou menos cambaleantes, como estamos vendo, esse poder de coerção, como vimos agora na Líbia, é um diferencial absolutamente significativo. Está certo?

Então, a gente tem que analisar a emergência desse grupo de países, que não é um grupo, mas uma coleção de países, porém, a gente tem que manter sempre um olho nas dimensões mais críticas do jogo de poder internacional, porque quando a gente entra num processo de transição, tudo pode acontecer. Nós estamos num período de mudança das cartas; o baralho está sendo cada vez mais misturado. Essa dimensão para que a gente tem de chamar a atenção – que o G7, a Otan, não abriu mão, e não me parece que vá abrir mão no curto prazo – é uma questão com que temos de conviver.

Segunda dimensão. Acho que os colegas que me antecederam também comentaram. Do ponto de vista de educação, capacidade de tecnologia e inovação, o mundo continua ainda muito assimétrico, contrário a esses novos países; continua muito concentrado. Se a gente fizer um mapa georreferenciado do centro de inovação, das principais patentes, do centro dinâmico do processo não só produtivo, mas processo tecnológico de maneira mais ampla – tecnologia social, tecnologia militar –, ele continua muito concentrado.

O que a gente tem recentemente é uma desconcentração de algumas dimensões das trocas internacionais, e elas têm muito a ver com os aspectos mais quantitativos do que com os aspectos mais qualitativos. Acho que há um desafio na mesa claro, ou seja, na mesa das pessoas que estão pensando, analisando, atuando, tomando decisões nesse campo, que é como migrar de um para outro: quando você tem uma condição quantitativa favorável, seja em reserva, seja em fluxo de comércio, etc., você pode ou não carrear parte desses recursos que você logrou nessa dimensão mais tradicional do jogo internacional para as dimensões mais críticas, mas ele não é automático. E ele não só não é automático, como tem muitos custos.

O Oliver comentou que, para se fazer um investimento em áreas críticas, um país que tem 300 milhões de pobres, como é a Índia, é um desafio razoável, eu diria, no mínimo razoável. Então, esse é um primeiro argumento que gostaria de trazer nessa minha colocação.

Segundo, por favor.

Eu acho que a emergência desse grupo de países continentais, com volume irrelevante em algumas das dimensões da área internacional, possivelmente é o fenômeno mais significativo depois do fim da União Soviética, do ponto de vista do reordenamento internacional. Estamos, possivelmente,... Eu acho que o fim da União Soviética marcou um fim. Ele não marcou um começo. Marcou um fim. O começo do que pode vir a ser a consolidação de uma nova ordem internacional, vamos dizer, esse ciclo novo que está se abrindo claramente tem algumas indicações quando a gente olha a emergência desse grupo de países, principalmente China e Índia.

Quando olhamos esse movimento, temos de lembrar que, em período de transição, estamos falando de rediscussão de regras internacionais. Rediscutir regra é rediscutir correlação de poder. Então, olhando as tendências hoje colocadas, vê-se claramente uma tendência onde a dinâmica conflitante nessa transição não é predominante, ao contrário de outros momentos de transição do sistema internacional, em que a vertente de conflito era claramente dominante, seja por disputa territorial, colonial, seja por uma corrida armamentista.

Nesse ciclo visto de hoje, a gente pode adiantar que não são as dinâmicas conflitantes que estão dando o *drive,* a linha mestra desse processo; porém, elas existem. Elas existem e estão sendo, de alguma maneira, administradas, porém, elas não estão fora do cenário. Como todo jogo estratégico, esse jogo de reacomodação da ordem internacional depende não só da atuação dos atores de cá, mas depende da atuação dos atores de lá. É o famoso *back* russo: não se define uma estratégia só deste lado; faz-se uma estratégia tentando antecipar o comportamento do seu opositor – não necessariamente inimigo, mas opositor.

Nesse caso, acho que há duas grandes dimensões, vamos dizer, nesse jogo estratégico. Primeiro, é que todos esses países, um pouco menos o Brasil, têm um elemento de conflito interno ainda não equacionado. Está certo? O sistema político russo, o sistema político chinês, ou mesmo indiano, são sistemas que estão ainda em processo de consolidação, em que pode haver rupturas muito claras no médio prazo.

O jogo internacional desses países depende, em grande medida, de como essa dinâmica interna dos países vai seguir. Não precisamos trabalhar com linearidade nesse cenário; eu diria que é saudável não trabalhar com linearidade. Talvez, desses países, o Brasil seja o que mais consegue projetar um cenário de estabilidade interna e certa coerência nas suas políticas no médio e longo prazo. Os outros países, não – e também pelo lado, não interno, mas das potências mais tradicionais.

O movimento do G7/Otan – usei de propósito essas duas siglas – também não é uma reação muito fácil de se projetar. As dimensões e as mudanças que estamos vendo não só a partir de 2009, esse redesenho do orçamento americano, vão ter consequência brutal.

A crise fiscal em que eles estão entrando pode vir a impactar, de alguma maneira, por exemplo, a projeção militar deles. Se alterar a projeção militar americana, altera a projeção militar da Otan, porque a Europa também, na sua crise, está rediscutindo sua capacidade de atuação. Se isso ocorrer, vamos dizer, num cenário mais para essa linha, tem-se um determinado cenário, mas pode acontecer o inverso. Pode-se ter claramente uma remilitarização desses países, um adensamento... Essa reafirmação da Líbia, esse "apoio" da Otan à Líbia, unilateral – foi patrocinado pela Otan... Isso é um sinal de que... É uma aliança militar e que está dando alguns sinais importantes.

Podemos também trabalhar neste segundo elemento: a Otan vai-se tornar mais ativa e não vai recuar dentro desse jogo de reacomodação dos poderes internacionais. Ou seja, eu estou querendo ser um pouco mais realista, no sentido de que nem tudo são flores daqui para frente. Temos um rearranjo político que, como todo rearranjo, implica riscos importantes, decisões estratégicas importantes e que não estão em absoluto sob controle do bloco de que o Brasil busca fazer parte.

Próximo, por favor.

Vou pular esse aqui para antecipar. Já falei demais aqui.

Dimensões políticas. Acho que há algumas questões importantes da emergência desse grupo de países, que guardam uma série de divergências entre si – refiro-me aos BRICs basicamente –, mas guardam também algumas coincidências. Vou comentar as coincidências e tentar, depois, falar de alguns elementos não tão coincidentes. Primeiro, é muito curioso como a emergência desses países... O próprio nome emergente vem de uma ideia de que são países que, paradoxalmente, se deram relativamente bem do ponto de vista econômico e político na ordem anterior. Então, são potências que nascem com certa conotação conservadora, ou seja, não lhes interessa uma revolução num sistema porque eles estão se dando bem nesse sistema, e a própria emergência deles dependeu desse sistema anterior.

Então, temos uma emergência de países curiosamente que se baseiam fortemente... A reafirmação nessa declaração do último encontro dos BRICs sobre os princípios de Bretton Woods é surpreendente. Houve a reafirmação de categorias que foram utilizadas pelos Estados Unidos e seus aliados europeus em 1945/1946, dizendo o seguinte: "precisamos reforçar as organizações internacionais, o multilateralismo, a decisão por consenso, a não intervenção, a soberania territorial dos países; ou seja, o apoio de boa parte da configuração da estratégia desses países passa por uma reafirmação de instituições, quando outros, às vezes os próprios criadores dessas instituições, estão sendo mais críticos com relação à própria função delas, quando não abandonando-as. Então, é curioso.

O Oliver comentou também que, ao mesmo tempo em que somos muito críticos do FMI, esses países estão virando – e também está nessa declaração – defensores de uma atuação mais efetiva do FMI. Com algumas reformas? Sim. Mas o FMI, com reforma do poder de voto, reformas no seu critério de julgamento da situação fiscal e da forma de intervenção nos países, mas é um novo FMI, ao contrário do que esses próprios países afirmavam tempos atrás.

Então, é curioso como eles estão emergindo e reafirmando a necessidade de um certo ordenamento internacional. E, na ausência de uma proposta alternativa – eu diria que essa é uma provocação importante –, estamos emergindo, mas esse grupo de países não tem uma convergência sobre o que eles querem fazer da ordem internacional a médio prazo; claramente, tem-se baseado, por exemplo, reafirmado os princípios da ONU. Eles têm colocado a sua corrida armamentista – isso é um ponto importante. Eu não diria que não está havendo rearmamento desses países, uma redefinição de suas capacidades militares, mas eu diria que eles continuam bastante dentro do seu peso específico no mundo. A porcentagem do PIB que a China usa na força militar não é um fenômeno, por exemplo, alemão do pré-primeira guerra, nem do alemão entre guerras, nem do americano pré-primeira guerra, onde se tinha um investimento concentrado, claramente apostando... Você vê esses países fazendo... O próprio Brasil. Nossas cifras continuam muito modestas. São países que estão emergindo, mas, de alguma maneira, estão abrindo mão dessa dimensão mais militar, dura.

Há questões não resolvidas? Certamente, há questões não resolvidas, eu diria que não só entre esses países e seus entornos, mas algumas coisas entre eles. Comparando-se com essa dimensão China/Índia, hoje a dimensão do conflito Moscou/Pequim é menor, mas tem-se um processo importante de potencial conflito entre China e Índia, seja pelo controle do Índico, seja pelas fontes energéticas do centro asiático, seja pelas dimensões do tráfico, da logística e de controle de Miamar e dos corredores que passam por aquela região. Há elementos que não são de consenso entre os dois países.

Teve uma reacomodação recente? Teve, mas essas dimensões estão aí, para não dizer o problema fronteiriço que foi mais ou menos equacionado. Esses dois países tiveram guerras nos últimos 50 anos, duas guerras.

Portanto, eu acho que tem uma dimensão importante de convergência entre esses países, porém, simultaneamente, questões de conflito latente e que vão jogar, vão ter um papel importante para definir como esses países vão seguir se articulando ou não no cenário médio e futuro.

A outra dimensão é o entorno regional, outro ponto importante. Esses países têm diferentes papéis regionais. Todos eles têm certa predominância regional, mas não são necessariamente potências ou lideranças regionais. De novo, talvez o Brasil seja aquele que se beneficia mais de um certo entorno estável, considerando-se essa nossa baixa diversidade – somos todos ibéricos, com uma baixa densidade populacional que tensiona menos as fronteiras. Esses elementos favorecem um ambiente de paz. Quando se vai para a Ásia, os elementos são exatamente opostos: diversidade cultural, diversidade religiosa, diversidade linguística, densidade populacional pressionando os recursos. Esses elementos tendem, no médio prazo, a gerar mais instabilidade do que menos. O papel regional deste País, de ordenador, ainda está em xeque. Eu diria que na África do Sul, claramente, tem várias iniciativas, do ponto de vista regional, de integração econômica, porém não é exatamente um espaço onde você pode afirmar que existe certa convergência, certo ordenamento garantido por esse País. Portanto, a dimensão regional pode vir a ser um elemento de desestabilização internacional dos países. De novo, o Brasil seja o País que esteja numa situação mais confortável nessa dimensão. A Rússia, nem se fala no seu entorno... A China, enfim...

Passa para o próximo, por favor. Estou encerrando o meu tempo.

A dimensão econômica. É a mesma coisa. Você tem alguns elementos de convergência e tem algumas grandes divergências. Do ponto de vista do crescimento econômico, da natureza do crescimento econômico dos países, de novo são crescimentos pró-sistema; não são crescimento anti-sistema. Por exemplo, todos eles dependem de mercados internacionais abertos. Se você fechar o mercado americano, ou tiver alguma disputa mais séria econômica entre China e Estados Unidos, os dois vão sentir. Os Estados Unidos vão sentir, mas a China vai sentir também. O mesmo ocorre com outras dimensões. Então são mercados cujo crescimento tensiona a ordem econômica internacional? Tensiona. A própria natureza das empresas, natureza das políticas públicas de apoio às empresas chinesas, etc. tensiona a própria Rússia? Tensiona, mas não desafia. É diferente. O que a gente tinha na guerra fria era uma claramente uma competição de sistemas e de modelos econômicos. Aqui você não tem. Você tem um tensionamento, mas você não tem uma disputa. E no limite – a própria declaração dos BRICs – eles preferem entrar nas instituições exigentes a montar uma paralela. Na última declaração eles são claramente favoráveis à entrada da Rússia na OMC, por exemplo, que seria o último desses países que não está na OMC. Isso significa o seguinte: estamos pró-mercado aberto. Tem de lembrar que nossos países resistiram ao GATT, antes do MC, até há pouco tempo. Hoje eles são pró-OMC.

Deslocamento relativo de comércio, investimentos, reservas internacionais claramente, produção industrial, porém não de tecnologia, setores dinâmicos e do sistema financeiro propriamente dito, não de reservas internacionais, mas de sistema financeiro. O capitalismo é financeiro, diz Rosa Luxemburg, desde a virada do século passado.

A dimensão financeira do capitalismo continua muito desenhada pelos centros europeus. Tem certa migração? Tem, mas eu diria que ainda é um desafio importante para esse país. Toda a área de derivativos do comércio agrícola não é feito no Brasil nem no sul; é feito em Chicago, nos países...

Meu tempo está acabando. Vou encerrar com uma última questão: onde a tensão dessa emergência econômica dos países está se concentrando de maneira mais clara?

Aí tem, talvez, alguns elementos discutíveis no que diz respeito aos mercados e fontes de recursos escassos. O que são recursos escassos? São os recursos mais básicos da necessidade humana: energia, alimento, matérias-primas básicas. Paradoxalmente, nesse capitalismo pós-moderno, talvez as tensões venham naquelas dimensões econômicas que têm mais a ver com territorialidade, que tem mais a ver com o mundo pré-moderno, ou moderno. Essas dimensões não estão equacionadas nem no sistema atual, nem na convergência de interesses desses países e podem, sim, levantar problemas tanto desses países entre si quanto desses países com relação aos desenvolvidos e outros países. Aí entra a dimensão energética, a dimensão alimentar e a dimensão insumos básicos, para não dizer os reflexos ambientais desse processo. Então eu diria que de maneira geral existe uma convergência na agenda econômica da emergência desses países com o *statu quo*, tensionando, mas não caminhando para uma ruptura e não para um processo de desafiar a ordem existente. Não existe uma segunda moeda, como existiu também a ideia de ter uma segunda mo-

eda; a ideia é ter uma cesta de moeda. É muito mais cooperativo substituir o dólar por uma cesta de moeda e não substituir o dólar pelo yuan, que é uma dimensão curiosa, porém ainda temos áreas em que realmente essa emergência não tem dado sinais de que a tendência seja de acomodação, mas, ao contrário, nesses aspectos é de crescente tensão.

Muito obrigado pela atenção.

Reforço meu agradecimento por esse honroso convite.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado Professor Dr. Ricardo Sennes, da Universidade de São Paulo, pela exposição.

Passo agora a palavra...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Em virtude de reunião da Bancada do PT, que começou às 19 horas, eu, infelizmente terei de me ausentar porque é uma reunião com a Ministra Miriam Belchior.

Quero cumprimentar os Professores Ricardo Sennes, Oliver Stunkel, Severino Bezerra Cabral Fleury e Ubiratan Castro de Araújo pela contribuição tão significativa.

Vou me permitir dar a cada um elementos a respeito da proposição da Renda Básica de Cidadania, inclusive a carta que a Juíza Luislinda Valois, primeira juíza negra do Brasil, escreveu no dia 1º de maio último à Dilma Rousseff a respeito desse tema.

Com licença, Sr. Presidente Fernando Collor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Senador Cristovam Buarque; em seguida, Senador Pedro Simon.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu quero pedir desculpa por não ter assistido a duas das falas; eu estava em meu gabinete em virtude de outro compromisso. De qualquer maneira, as duas que ouvi me permitiram manter uma preocupação que tenho e eu gostaria de ouvir a opinião dos senhores, dos quatro.

Eu, Presidente Collor, tenho olhado os BRICs pelo lado da fragilidade que cada um desses países tem. Ultimamente a gente fala da fortaleza desses países. De fato, do ponto de vista econômico não há dúvida; do comércio interno não há dúvida; da estabilidade financeira não há dúvida; do poder científico e tecnológico de dois deles – China e Índia – não há dúvida, mas eu vejo – quero saber se estou errado – quatro fragilidades que podem ameaçar tudo isso.

A primeira é a desigualdade social. Todos os quatro têm desigualdade social extremamente grave. Estão entre os piores países em termos de distribuição de renda e de acesso a serviços públicos, apesar de a China, pelo período comunista, ter certa tradição de atendimento em alguns desses serviços às massas, mas nos últimos anos com o enriquecimento de uma parcela foi havendo uma desigualdade grande. Até onde essa desigualdade será suportada?

A segunda é a fragilidade política por razões diferentes. Na China, a meu ver, a fragilidade vem da força imensa do partido. Há um livro recente – El Partido, de McGregor –, que mostra como esse partido imbrica economia, justiça, política, tudo numa coisa só. Essa força, a meu ver, a longo prazo, pode ser uma ameaça, porque a democracia permite ajustes que eles podem não permitir. Aí vem a minha pergunta: quanto tempo vai demorar uma primavera chinesa? Ou não vai acontecer nunca uma primavera chinesa?

O Brasil é o outro lado. Nós temos um caos partidário, um caos ideológico, uma desorganização, apesar de, aparentemente, termos um partido único governando hoje, não do ponto de vista do PT; do ponto de vista de todas as forças que se aglomeraram em torno do Governo, da Presidenta, e da fragilidade incrível da oposição. É uma fragilidade... Acho que nunca existiu no Brasil uma oposição tão sem rumo, sem força. Então, lá é a força exagerada que pode um dia quebrar; aqui é essa falta de uma composição ideológica de um debate, de uma disputa.

A Índia é o caos das religiões, das castas, apesar de ter uma democracia que funciona.

Na África Sul, também há certa dificuldade interna do ANC. A gente sabe que é um partido dividido, extremamente dividido. Então a segunda fragilidade é política.

A terceira é a fragilidade do atraso. Apesar de a China hoje ser um país que coloca homem no espaço... A índia também. Houve pouca divulgação disso, mas a Índia colocou um astronauta. Não saiu quase em nenhum lugar, apenas uma notinha assim. Mas, de qualquer maneira, são países fortes. Mas há atraso na educação das massas. Existe uma elite extremamente preparada na China e na Índia; na África do Sul e no Brasil, mais ou menos, mas as massas dos quatro países são massas sem educação e sem sistemas de saúde.

E a outra é uma crise que eu acho mais complexa: é o tamanho. São países tão grandes que não vão poder crescer muito, porque, se eles crescerem muito, ameaçam o equilíbrio ecológico. Não tem como a China dobrar o seu PIB sem desorganizar completamente o sistema ecológico mundial; a Índia também; o Brasil,

até que dá um pouco, não é tão grande; a África do Sul, menor ainda, mas, de qualquer maneira, sobretudo os dois grandes, eu acho que eles têm uma grande fragilidade dentro desse modelo civilizatório, em que se mede o bem-estar, mede-se o progresso pelo tamanho do PIB, e o PIB não dá para crescer muito mais na China. Se continuar a China crescendo, como vamos conseguir petróleo fora da China? Porque eles vão precisar de todo, e de todo aço, e de toda soja. Então, essa é uma fragilidade que a China ainda tem no limite, e não podem extrapolar o limite.

A pergunta primeira é: essa fragilidade, que eu sempre olho por esse lado, em vez do lado positivo do crescimento, faz ou não sentido? Segunda: se essa fragilidade tiver alguma ressonância interna, dentro desses países, vocês acham que eles vão poder representar uma força de mudança na Eco Rio+20? Por causa do fato de a China e de a Índia não terem para onde crescer mais, será que eles vão se juntar ao Brasil – se é que o Brasil e a África do Sul vão querer –, para que, na Rio+20, a gente possa ter uma reorientação do rumo civilizatório ou, ao contrário, como alguns acham, a China vai tentar impedir que saia qualquer novidade?

Essas são as duas perguntas que eu tenho.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Vamos iniciar com o Professor, Dr. Ricardo Sennes, por favor.

O SR. RICARDO SENNES – Senador Cristovam, eu concordo plenamente com a sua visão de que existem, pelo menos, quatro fragilidades dentro desses países.

Do ponto de vista de desigualdade. Se você olhar os dez últimos anos, todos eles cresceram em termos de desigualdade, com exceção do Brasil, que é um crescimento que, pelo menos, acomodou a questão da desigualdade. Nos outros países, a desigualdade cresceu de maneira mais do que proporcional ao crescimento do PIB.

Então, de novo, se a gente estava vendo a dimensão conservadora da expansão deles, esta também é outra dimensão conservadora: são crescimentos desiguais e que, certamente, vão gerar processos sociais e políticos complicados para frente.

Com relação à primavera chinesa. Não sou um especialista em China, mas ouço opiniões. Eu não vi nenhum relato ainda muito consistente sobre fissuras profundas numa ordem política chinesa. O que se olha – vou deixar essa resposta para os meus colegas mais especializados – o que parece é que há uma forma de administração em que não se pode criticar os eixos fundamentais da ordem política chinesa, mas se tem um razoável debate do ponto de vista de públicas, etc. Isso ocorre dentro e fora do Partido, mas não me parece que vai haver uma primavera chinesa. Pode ser bom, por um certo lado, ou seja, preserva a estabilidade, mas certamente é ruim do ponto de vista democrático.

A ruptura elite-massa. Concordo. Novamente acho que existem uma divergência e uma agenda não coberta nesses países muito significativas. Chama-me mais atenção esse processo na Índia do que em outros países. Na Índia é impressionante como se tem uma casta internacionalizada, como se tem uma casta absolutamente educada, com nível de controles sobre o desenvolvimento científico bastante interessante, convivendo com uma massa absolutamente fora. Parece-me que o ápice desse processo é na Índia, apesar de ocorrer em outros países, mas, talvez, em dimensões menores.

E, em última dimensão, é o que eu tentei falar no último ponto como a área que me parece que vai dar conflito, vai dar tensão, porque realmente não vejo muita equação, nem só ambiental, mas, antes de dar o problema ambiental, eu acho que vai haver um problema político, porque, quando se avizinhar um problema ambiental, a tensão da exploração desses recursos naturais, fundamentalmente, vai depender do crescimento principalmente da China e da Índia.

Antes de ter um caos ambiental, acho que vai ter um caos político, porque, na hora em que se avizinhar essa situação, terá uma mobilização, como já se vem discutindo em outras dimensões, até ações de intervenção da ONU em relação a algumas dinâmicas ambientais que estão sendo colocadas em risco. Será um grande problema. Talvez seja o grande desafio de que estamos falando. O resto é acomodável. Isso não me parece ser acomodável. *(Pausa.)*

Não vejo convergência deste País no Rio+20. Acho que, na questão cambial, a longo prazo e, na questão ambiental, esses países não têm convergência.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, professor Dr. Ricardo Sennes.

Com a palavra o professor Dr. Oliver Stuenkel, da FGV de São Paulo.

O SR. OLIVER STUENKEL – Apenas gostaria de acrescentar algumas coisas que o meu colega professor Ricardo disse.

O primeiro ponto. Em relação à desigualdade social na Índia e na China, com certeza ela aumentará nas próximas décadas ainda. Do ponto de vista acadêmico, chamo a Índia de cemitério de todas as teorias políticas, pois qualquer coisa que se aplica fora da Índia, não se aplica dentro da Índia. O grande mistério, por que o Estado indiano existe, por exemplo, ninguém entende. Não há nenhuma dimensão ética nem religiosa nem de idioma que junte o povo indiano.

Não existe nada. E ninguém, de fato, entende por que ainda existe a nação indiana, porque foi uma criação inglesa. Passando um tempo na Índia, eu sempre me pergunto isto: por que não há revolução?

Nesse sentido, eu não vejo nenhum perigo, por incrível que pareça, de que, na Índia, a curto ou longo prazo, haverá alguma tensão política, porque as crises que a Índia já viveu foram muito fortes, e ela sempre conseguiu sobreviver.

A politização do povo indiano é desejável de certa forma. Lembramos que, em 1952, 80% da população indiana não sabia ler nem escrever, mas havia uma participação de 90% da população nas eleições. Vivo isto em cada viagem para a Índia: eu falo com pessoas que não sabem ler, não sabem escrever, mas votam, participam do processo político e, de alguma forma, sentem-se representadas. É muito diferente do que a gente vê no Brasil. Aqui existe um cansaço político; lá, apesar dos problemas que existem e que não são resolvidos pelo sistema político, não há crise política nesse sentido.

Eu acho que, na China, o problema é muito maior, porque não há um consenso tão grande, ou seja, há outras propostas para organizar o País politicamente. Mesmo assim, acho que não vamos viver o suficiente para vivenciar a primavera chinesa. O governo chinês está no controle.

Eu liguei, na semana passada, para um acadêmico chinês, um amigo, e ele me disse que uma coisa que o governo chinês aprendeu com o Egito é que o Mubarak cometeu um erro muito grande: ele esperou demais, ele não aplicou força, violência suficiente para acabar com qualquer protesto desde o começo.

O que estamos vendo agora na China, como disse na apresentação, é a pior represália, as impressões mais fortes que temos em vinte anos na China. Acho que o governo chinês sabe muito bem qual é o perigo neste momento.

Ao mesmo tempo, é importante não enxergar a China com olhos ocidentais, porque mesmo pessoas jovens nem sempre dizem que o sistema democrático faz sentido. Eu participo de debates na China e eles falam muito mal da Índia. Eles dizem: para construir uma estrada na Índia é preciso vinte anos, porque qualquer morador da favela vai entrar na Justiça e o processo vai levar quinze anos. A gente faz a estrada e ninguém mais ouve falar da pessoa. Ou seja, também existe certo orgulho do sistema chinês pela eficiência de implementação, pela capacidade. Os chineses riram dos indianos porque eles não conseguiram organizar bem os **Commonwealth Games**. Por outro lado, os chineses brilharam nas Olimpíadas.

Em relação a crescimento, eu vejo a longo prazo um problema de cursos, uma escassez de curso a longo prazo, e cada vez mais acho que aumenta a consciência, dentro da Índia, de que o crescimento do PIB não é o único indicador importante. Cada vez se fala mais se fala em educação, que crescimento de 10% não deve ser objetivo, mas que dever ter outros indicadores, como a porcentagem de mulheres que sabem ler, que na Índia ainda é em torno de 50% apenas. Ou seja, eu acho que é preciso uma mudança. Esse país enxerga muito bem os desafios e, por causa disso, eu acho que a China, a longo prazo, será o país com a tecnologia verde mais avançada do mundo, porque ela é o único governo que enxerga os danos ambientais como ameaça estratégica, mesmo para a China. Há centenas de protestos todos os dias na China e muitos deles são motivados por danos ambientais, por exemplo, de poluição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Professor Dr. Oliver Stuenkel, da FGV/São Paulo. Eu gostaria apenas de fazer um comentário rápido sobre as indagações formuladas pelo Senador Cristovam Buarque em relação à convergência desses países na Rio+20, que é a Conferência que as Nações Unidas estarão promovendo no Brasil, agora, em maio/junho do ano vindouro. Aqui, na nossa Comissão de Relações Exteriores, foi criada uma comissão de acompanhamento dos preparativos da Rio+20, cujo Presidente é o Senador Cristovam Buarque.

Eu tenho uma convicção mesmo muito forte dentro de mim de que na Rio+20, apesar de todas essas grandes diferenças e desigualdades que marcam os países que compõem este bloco do BRICs, nós estaremos muito próximos de um consenso que haverá de nos levar à salvação da vida neste Planeta, porque o que estará em jogo na discussão – e esta será, talvez, a última oportunidade que todos nós viventes deste planeta teremos para resolver – é nós sabermos não mais o que um terá a ganhar do outro na Rodada Doha ou no intercâmbio comercial, ou em outros temas, ou no avanço tecnológico e na inovação, mas, sim, como vamos preservar a vida no Planeta. Isso é uma tese que nos une a todos, indistintamente. Todos nós estaremos discutindo como salvar o Planeta, e isso vai nos levar a denominadores comuns em todas essas áreas, sobretudo na área econômica, que é exatamente onde reside o principal problema que hoje nós enfrentamos em relação à questão das mudanças climáticas.

Em relação à Índia, apesar de todas as desigualdades, é bom que nós nos lembremos de que a maior revolução lá acontecida aconteceu pelo uso da não violência, com o Gandhi, que proporcionou uma

independência pacífica e a retirada... Vejam que a Índia, com dimensão que tem, da sua população, do seu território, naquela época com as desigualdades ainda mais acentuadas, colonizada pela maior potência do mundo no século XIX e que se espraiou no século passado, que era a Inglaterra, conseguiu se desvencilhar do colonialismo inglês pela via da não violência. É um país que alcançou o conhecimento da fissão nuclear, também sem precisar importar qualquer tipo de tecnologia ou de assaltar segredos industriais ou segredos atômicos de um país ou do outro, que conseguiu, fruto dessa elite que, aqui já foi dito, realmente existe na Índia e que causa uma enorme desigualdade, essa elite Brâmane, que é possuidora de todo o conhecimento que fez com que a Índia, hoje, se afirmasse no cenário internacional por essa via, que não é das que mais simpatizo pessoalmente, mas que faz parte do jogo, que é da supremacia nuclear.

Passo a palavra ao Dr. Severino Bezerra Cabral Filho, do **Instituto Brasileiro de Estudos** da **China e Ásia-Pacífico,** para respostas e indagações feitas pelo Senador Cristovam Buarque.

O SR. SEVERINO BEZERRA CABRAL FILHO – Em parte, o Presidente da Mesa já começou a resposta que eu encaminharia. Realmente, levando em conta essas quatro fragilidades, relativizando um pouco as desigualdades sociais, claro que existem, e existem não só na Índia, na China, como em nosso País e na África. Mas são desigualdades do desenvolvimento. Este é o grande tema que se apodera de nós: como vamos crescer e desenvolver no século XXI com todos esses dramáticos problemas que ocorrem?

O caso da China, particularmente, é um caso mais espetacular pelo desempenho. Eles tiveram o desafio de sair do subdesenvolvimento. Essas duas sociedades, em 45, depois do fim da Segunda Guerra Mundial, eram sociedades inviáveis. A Índia, ainda à mercê de um movimento interno, com a ajuda do próprio colonizador, caminhava para um governo autônomo. Mas a China estava no meio de uma guerra civil, saindo de uma desocupação para uma guerra civil. Em 49, quando eles emergiram para uma nova situação, eles estavam bem mais recuados e atrasados do que nós, é evidente, porque o Brasil já tinha um século e tanto de independência, tinha certa autonomia. Eles não tinham. Quer dizer, eles construíram tudo isso e chegaram a um resultado extraordinário.

Há 20 anos que eu visito a China, vou a toda primavera e a todo outono. Lá eles têm as quatro estações: a primavera, o outono, o inverno e o verão e para cada uma eles têm uma política especial. O que eu observo, a primeira coisa que eu senti, algumas pessoas que estão aqui também sentiram, foi o ritmo e a intensidade do crescimento da China. Isso em 1994, quando eu fui lá e pensei: isso aqui é São Paulo quando eu conheci São Paulo quando eu era garoto, em 54, a cidade que mais crescia não mundo. Assim é que eu sentia. E o que é mais surpreendente, eu fui no ano seguinte, nos outros anos e em cada ano eles renovavam, renovavam tudo: o aspecto urbanos das cidades. A Pequim de hoje não é a Pequim de 20 anos atrás. As pessoas que lá viviam no passado não reconhecem mais a cidade, tal o desenvolvimento, o crescimento.

Então, isso é uma mensagem. Eles superaram. Aquelas figuras do Cartier-Bresson, aquelas fotografias dos miseráveis chineses com tigelas, isso não existe mais. Eles extinguiram isso, com o seu desenvolvimento.

Nós aqui também passamos por vários momentos difíceis, mas superamos vários. Um desses momentos foi o Brasil depois da crise de 30, quando só tínhamos o café. O café acabou, com a crise. Nós inventamos a industrialização. Nós criamos Brasília, criamos a siderurgia, conseguimos até chegar a ser uma nação nuclear, a enriquecer urânio. Nessas respostas é que a Índia, a China e o Brasil têm certa convergência. E eu diria que a África do Sul também, por um processo até mais doloroso, porque eles estão saindo de um colonialismo holandês de 400 anos, com o fim do *apartheid.* São nações que estão em construção, algumas antiquíssimas, mas em construção. Portanto, elas são novas, até mais novas que o Brasil. O Brasil é mais antigo do que eles. Daí algumas vantagens, mas não são grandes, não. Acho que há todo sentido na cooperação, tanto no aspecto dos desafios do desenvolvimento, como também desses óbices novos que se apresentam, como o problema da energia, do alimento no mundo e que nós, particularmente, podemos dar uma grande resposta.

E não é à toa que os dois grupos mais importantes da cena internacional, hoje, é o BRICs e, ao mesmo tempo, o Basic. Pouco se fala no Basic, mas o Basic foi concertado na última Conferência de Copenhagen e vai atuar, como o Senador disse, agora em 2012. O Basic é Brasil, África do Sul, Índia e China. Nós temos aí uma concertação e esperemos que frutifique. Nesse sentido é que eu acho que foi abordado aqui. Grande parte da questão internacional está nessas mudanças que vão sendo conduzidas por essas mudanças levadas a cabo pelos grandes países em desenvolvimento, que têm que ser grandes, Senador. Desculpe-me, mas, aí, tamanho é documento.

Há viabilidade nessa via do crescimento. Outro, que não o tradicional, só pode ser visto a partir de grandes gigantes, de grandes espaços, de grandes territorialidades, porque aí é que estão os grandes recursos.

Então, a China conseguiu sair da situação falida em que está porque pôde contar com grandes recursos. A Índia também, não só a população, que é mercado – e daí se extraem também os cérebros, os engenheiros que vão construir o futuro –, mas também os recursos naturais desses países. O Brasil também, é evidente.

Então, nesses quatro pontos aqui que o senhor citou aí, acho que a gente tem de ver o avesso disso: onde a desigualdade está sendo superada, onde a rigidez política está sendo utilizada utilmente, a fim de sustentar o desenvolvimento e onde podemos ver respostas positivas a essas questões.

Nós não podemos esquecer aquela dimensão que o Sennes trouxe a nós. Há uma tentativa de reforçar antigas práticas no mundo, inclusive de violar a soberania nacional, a pretexto de tudo, desde direitos humanos até questões ambientais. Nós não podemos concordar com isso.

A nossa posição do Brasil, sobretudo nos rumos da nossa política externa, tem de ser aquela fixada pelo Barão do Rio Branco: a de que este País não é "satelitizável". Isso eu dizia no início. O Euclides da Cunha, interpretando o pensamento dele, disse isso em 1907. E eu considero que é uma regra de ouro da posição da nossa elite e da nossa sociedade, agora mais irmanadas ainda, como disse o Prof. Ubiratan, porque integramos aquilo que é a nossa vivência de 500 anos. O povo africano aqui é tão brasileiro quanto o povo índio e como nós outros. Nós nos fundimos, somos um crisol de raças.

É por isso que o Brasil é importante nesse diálogo e é importante na cooperação e concertação estratégica, justamente com a Índia e com a China, porque a África – como disse muito bem o professor – é um pouco nossa. Mas temos de fazer essa articulação andar, no sentido de produzir um novo futuro.

Bom, são essas as...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – E a Rio+20?

O SR. SEVERINO BEZERRA CABRAL FILHO – A Rio+20 acho que o Presidente Collor presidiu a primeira e vai verificar que a segunda, agora em 2012, vai abrir novos caminhos. Em 1992, como os senhores sabem, nós saímos daquele impasse, que durou desde 1972, porque os países ricos acham que estão acabando as matérias-primas, os alimentos para eles; eles podem produzir e nós, não.

Então, esse embate começou em 1967, foi para Estocolmo em 1972 e em 1992, nós conseguimos – e o Brasil atuou nesse sentido, com o apoio, inclusive, da China – criar o termo "desenvolvimento sustentável", porque a palavra "desenvolvimento" tinha sido rifada, por imposição. Na conferência de 1972, já foi produzida aquela ideia de que não se podia mais crescer porque, como o Clube de Roma dizia, os recursos energéticos são exauríveis e, então, no sentido largo do tempo, vão acabar. Então, se acabam, têm de ser poupados para os que têm; os que não têm vão continuar sem ter e, portanto, conservando.

Essa ideia da conservação é uma ideia que bate com a nossa ideia da preservação, que é diferente. Nós temos uma visão do problema ambiental brasileiro, tropical – aliás, como a única grande potência dos trópicos –, que deve ser diferente da concepção que eles têm do ambiente lá, no extremo norte, onde é estruturalmente diferente. A nossa visão do problema ambiental tem de ser nossa e nós temos de ganhar as grandes potências do mundo subtropical, como é o caso da Índia e parte da China também, para essa adesão à nossa política, uma política de grande importância para a humanidade e que na verdade vai responder a todos esses itens, Senador.

Eu acho que, no caso da China, por exemplo, é difícil falar sobre a China sem ser chinês, e mesmo os chineses às vezes têm dificuldade de entender dada a sua longuíssima história e a sua atualidade tão complexa, que leva aos dois partidos que dividem o poder na China – um na ilha de Taipei e outro no continente – a fazerem um acordo agora, recente, defendendo as mesmas bases, as mesmas questões.

Então, como disse o representante da China agora, em Washington, quando perguntado sobre estas questões, de como vai evoluir a China e como o povo americano e a sociedade ocidental vê isso, disse: "Mas vocês têm uma visão muito simples do mundo. A China é um pouco mais complexa." E ele ainda foi condescendente: "Eu entendo que vocês não nos entendam dada a complexidade do nosso sistema."

E eu acho que nós também, aqui do lado brasileiro, temos a nossa complexidade. A América não é só anglo-saxônica, nem hispânica; eu diria que é, em grande parte, luso-americana, uma América lusa que se projeta sobre a África e até sobre a Ásia, porque, se formos verificar, os portugueses lá chegaram também – em Goa, Damão, Macau, no Japão e na península coreana. Em todos os lugares, há marcas portuguesas e, portanto, há elementos de diálogo com essas civilizações.

É uma questão que eu trago aqui e me foi despertada pelas questões que o senhor, Senador, levantou e que o Presidente da Mesa também já introduziu. Uma questão que acho positiva é revirar esses quatro itens no positivo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado ao Prof. Severino Bezerra Cabral Fi-

lho, do Instituto Brasileiro de Estudos da China, Ásia e Pacífico – IBECAP.

Antes de passar a palavra ao Prof. Dr. Ubiratan, eu gostaria de dar conhecimento aos senhores aqui presentes de uma informação que fez chegar à Mesa o Senador Pedro Simon, dando conta de que o Brasil quer aumentar exportações para a China em 21%. Os Ministros Fernando Pimentel, do Comércio Exterior, e Antonio Patriota, das Relações Exteriores, em encontro com o ministro chinês do comércio, durante reunião hoje, em Brasília, o Governo brasileiro anunciou que pretende aumentar as exportações para a China em 21%, chegando a US$37 bilhões até o final de 2011. No ano passado, foram exportados US$30 bilhões ao país.

O anúncio foi feito pelos Ministros a que já me referi e o encontro foi realizado no âmbito da Subcomissão Econômico-Comercial da Comissão Sino- Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação, que discute as relações comerciais e econômicas entre os dois países no Itamaraty.

É muito importante também entendermos que a Conferência Rio+20, cuja comissão que trabalha no acompanhamento dos preparativos para a sua realização é presidida pelo Senador Cristovam Buarque, terá como seu secretário-geral um alto funcionário chinês das Nações Unidas, cujo nome não me recordo agora – parece-me que é Sha Zukang ou algo parecido. Ele será o secretário-geral dessa conferência.

Isso também poderá fazer-nos ter esperanças de que ele, como secretário-geral, sendo chinês e participando do BRICs e do Basic, com tudo isso, tenha a noção exata da decisiva participação e posicionamento deles diante dessas questões que serão colocadas e que permearão, de forma transversal, as discussões que hoje estão sendo realizadas aqui, na nossa audiência pública.

Passo a palavra ao Prof. Dr. Ubiratan Castro de Araújo, da Fundação Pedro Calmon, ainda respondendo às indagações do Senador Cristovam Buarque.

O SR. UBIRATAN CASTRO DE ARAÚJO – *(Fora do microfone.) ...*o meu Ministro Gilberto Gil de que o copo está meio cheio ou meio vazio; depende de se a gente é otimista ou pessimista.

Então, às vezes olhar só as fragilidades, acho que também há elementos de grandes vantagens. Por exemplo, eu separo, dentro desse grupo, o que é China e Índia, e a Rússia também. China, Índia e Rússia são grandes potências, quase ensimesmadas em sua própria cultura, em sua própria história.

A capacidade de interlocução chinesa e indiana, para fora da China e para fora da Índia, é muito complicada. Se a gente notar, a expansão chinesa toda se dá pelo dinheiro. Os chineses compram tudo. É uma relação muito complicada. Se a gente notar, a expansão chinesa toda se dá pelo dinheiro. Os chineses compram tudo, é uma relação basicamente econômica. Então, se a gente olhar para a Índia, veremos que a Índia não consegue fazer nenhum tipo de ampliação regional, porque, em torno dela, todos são diferentes e todos são inimigos, paquistaneses, Bangladesh, Miammar, China etc. Ao passo que Brasil e África do Sul têm uma capacidade de expansão e de negociação que não têm os outros três, não do ponto de vista econômico, mas, do ponto de vista das relações povo a povo, das relações culturais. Por exemplo, a África do Sul lidera hoje todo um processo na África em torno do Nepad, que é o novo projeto de desenvolvimento africano. E levanta hoje a grande tese que mobiliza os africanos, que é a do renascimento africano. Então, ela tem uma interlocução para dentro da África, legitimada pelo seu grande sucesso de ter superado o mais odioso regime racista do mundo, que foi o apartheid, e ter produzido uma sociedade democrática que, evidentemente, tem problemas de transição, mas que aponta para o futuro, tem uma liderança que aponta.

Do mesmo modo o Brasil, uma liderança em relação ao Sul-Sul e sem perder a interlocução com o G7 e com a cultura ocidental, posto que nós somos uma variante das sociedades colonizadas ocidentais. Enfim, Portugal não era tão estranho à Inglaterra; pelo contrário, sempre foram muito aliados e amigos. Então, portanto, a gente fala uma linguagem, vai à França e vai à Inglaterra também. Não vai à China, mas ainda forma elites na Inglaterra e na França.

A segunda questão é sobre a desigualdade social. Acho que o *flash* da desigualdade hoje pode até marcar semelhanças, mas as nossas desigualdades, acredito, são diferentes. Por exemplo, uma desigualdade brasileira e sul-africana aponta muito claramente para um projeto de superação. É evidente que a situação da educação no Brasil é criticável, complexa, mas, se olharmos os últimos dez anos, a incorporação de alunos na escola, mesmo que a escola não tenha adquirido aquela qualidade que a gente deseja, se a gente olhar o impulso agora da educação técnica ao ensino técnico profissionalizante, se a gente olhar a revolução que foi feita no ensino superior com o ProUni e com as políticas de cotas, hoje isso já está se refletindo na própria estrutura social. Já se fala em uma nova classe média, mas há que não gosta desse termo e usa classe dos batalhadores. Hoje temos uma classe de batalhadores, de gente que saiu da base e que, pelo seu superesforço está conseguindo acessar níveis de renda e de consumo, enfim acessar a educação. Então, isso aponta para o futuro, para uma alternativa de desenvolvimento, de inclusão, coisa que acho que, no

caso da China, não sei, não sou especialista em China, tudo que a gente lê é que já chegou tudo ao máximo. E aí há outras questões que não são as brasileiras, como colocar uma tigela de arroz e mais produtos de consumo complexo à disposição de um bilhão e meio de pessoas. Enfim, é uma outra operação que não é a nossa com duzentos ou cento e noventa milhões.

Então, um ponto que faço questão de enfatizar é que, nessas relações internacionais, o fator cultura é fundamental porque nós vivemos em uma sociedade do conhecimento, de troca, e quem melhor troca informação, conhecimento e conceitos no mundo é muito mais o Brasil do que, evidentemente, a China. Não quero incorrer em nenhum tipo de injustiça, mas uma cultura nossa mais cosmopolita, mais híbrida em sua origem, capaz de dialogar tanto com China, com Índia, com Japão, com Estados Unidos e com a Coreia, e outros países não conseguiram. Por exemplo, se a gente olhar – só para fechar isso – um fracasso da antiga União Soviética foi um fracasso também cultural. Enfim, se não fosse fora do discurso rígido do marxismo e do leninismo e das coisas políticas, os russos não conseguiriam estabelecer relações estáveis com ninguém. A presença na África foi um desastre. Passei por lá e ouvi muitos relatos culturais. Enfim, se não fosse... fora do discurso rígido do marxismo-leninismo e das coisas políticas, os russos não conseguiram estabelecer relações estáveis com ninguém. A presença na África foi um desastre. Passei por lá e ouvi muitos relatos de que os consultores russos e búlgaros que davam assistência aos revolucionários de Angola eram detestados, porque eles eram absolutamente insensíveis à cultura negra, detestavam os negros, praticavam aquela coisa da velha Rússia branca, e os angolanos tiveram que trocá-los pelos cubanos. Cuba mandou para lá os seus guerrilheiros negros, todos sendo chamados de "primos". E a presença brasileira também foi muito bem aceita por essa semelhança cultural.

Então, não vejo que esses dois, três grandes países tenham para onde crescer em liderança mundial, ao passo que acredito que África do Sul e Brasil, se não fizerem nenhuma bobagem, terão condição, sim, não de ocupar a escala econômica da China, mas de afirmar esse contrapeso do sul-sul em relação aos centros hegemônicos, que ainda são Estados Unidos e Europa.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, professor Dr. Ubiratan.

Senador Cristovam, algum comentário?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. *Fora do microfone.*) – Prefiro depois.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Depois, perfeitamente.

Então, com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, senhores professores, Importantes os depoimentos que V. Sªs prestaram, importantes as interrogações feitas pelo companheiro Cristovam. Agora, não acho que ele tenha sido pessimista. Ele apenas colocou as questões que são as dúvidas. Também acho que o Cristovam pensou, mas o senhor tem razão e ele, na exposição dele.

Vejo que este momento que estamos vivendo, realmente, foi bem definido aqui, inclusive pelo Presidente. Terminou a Segunda Grande Guerra, desapareceu o poderio da Inglaterra, e o americano se transformou em uma grande potência. Durante um tempo imenso, foram Rússia e Estados Unidos. E, durante muito tempo, a Rússia, de certa forma, enganou a gente, porque parecia que o crescimento dela era muito mais do que se verificou depois. É que ela, como o senhor disse, de certa forma, jogou tudo e empatou com os Estados Unidos no desenvolvimento de armas atômicas, no desenvolvimento nuclear. Aí ela estava e ainda está preparada. Mas, com o término da Guerra Fria, com praticamente o desaparecimento do comunismo como teoria de exportação, perigo de que isso vai acontecer ou não vai acontecer, hoje, em qualquer reunião, em qualquer debate – estamos aqui há três horas –, não se fala em comunismo, capitalismo, como é, como não é; fala-se sobre para onde o mundo vai.

Nesse sentido, hoje há uma onipresença, que são os Estados Unidos. Desmoralização total da ONU, que, a cada dia que passa, fica em uma situação quase ridícula. Essa decisão de permitir a entrada na Líbia – e o americano ainda se deu ao luxo de dizer que quem pediu foi a Inglaterra, e foram os Estados Unidos, não foi ela. Com essa situação, neste momento, nós nos perguntamos para onde vamos. E aí que surgem Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul. Na verdade, foi a única coisa que aconteceu de novo. Não apareceu uma ideologia nova. A não ser os muçulmanos e a teoria do terrorismo – que, mais cedo ou mais tarde, acho que vai terminar, porque é um caminho ridículo –, no campo ideológico não me parece.

Então, me parece que nós realmente estamos – concordo com o Presidente – em um momento muito importante para essa reunião que vai se realizar ano que vem no Rio de Janeiro, um momento de nos perguntarmos: o que queremos? Para onde queremos ir? É importante. E o professor disse bem: pela sua importância, pelo tamanho e pela potência da China, pela Índia, pela Rússia, pelo Brasil, somos quatro grandes nações. Quer dizer, dentro desse contexto, eles se reuniram, e acho que não há razão por que eles não terem um entendimento. Não há razão. O que a Rús-

sia vai buscar do Brasil? Poderia haver ali... Houve, durante muito tempo, apesar da Guerra Fria, apesar de Rússia e Estados Unidos se olharem, cada um se enfrentando, houve aquela fronteira enorme, e todo mundo na expectativa sobre o que vai acontecer entre a Rússia e a China. Quer dizer, são dois comunismos, mas um diferente do outro. E eu me enganei. A gente imaginava que a Rússia ia subir. De repente, quando se viu, a China é que era uma grande potência, e a Rússia mostrou-se um equívoco.

Mas eu acredito – e essa é a pergunta que faço – que, em cima de Brasil, China, Rússia, Índia e África do Sul, esse debate vai adiante. E será que será permanente essa União Europeia tendo que ficar colada nos Estados Unidos? Ou será que a Otan, e mesmo essa União, nesse entendimento, com o tempo não será tão fundamental, não terá mais razão, não terá mais origem, porque não tem vínculo. Quer dizer, hoje as dificuldades que a Europa vive já são as próprias dificuldades internas da Europa. Como é que a Alemanha superdesenvolvida vai aguentar a Grécia e Portugal, etc. e tal? É natural que isso esteja acontecendo. Agora, os Estados Unidos estão na posição em que estão; a Europa vive uma angústia permanente: como é que ela vai conviver esse milagre que é fantástico, na minha opinião – unir esses países todos da Comunidade Europeia, que hoje praticamente é uma nação; o Parlamento Europeu é mais importante do que a Assembleia francesa; os parlamentos nacionais não decidem nada de importante, porque as decisões são de conjunto. O euro parecia que seria impossível, e hoje, na própria Inglaterra, a libra é colocada de lado, e o euro é a moeda que anda.

Diante desse contexto, eu pergunto: não há uma expectativa, realmente, de um refortalecimento de algo como a ONU, em que isso que o Brasil quer, que é um conselho em que haja representatividade... Porque o conselho de hoje não representa nada. Quer dizer, o que a Alemanha está fazendo lá? A Alemanha, não. Perdão. O que a França está fazendo lá? O que a Inglaterra está fazendo lá? Qual é a representatividade que eles têm? Quer dizer, ali está a Rússia e está a China, mas aí não está o Brasil, aí não está a África, aí não está a Índia. No momento em que houve um conselho com essa representatividade, poderemos caminhar, provavelmente, em um mundo mais de paz, com uma expectativa mais de entendimento. Hoje, os Estados Unidos vão ficar nessa posição de derrubar a Síria, e amanhã é a Líbia, e daqui a pouco vai querer olhar de novo para o Brasil e para a Argentina para fazer o novo Cone Sul aqui. Será que vai ser essa a política que vai ter continuidade? Eu diria, com toda a sinceridade, que existisse essa expectativa.

No momento em que... Uma das argumentações que achei muito importante, feita aqui pelos professores, foi que fizeram a análise de que nenhum tem preocupação com armamentismo, nem a China, nem a Índia, nem a Rússia; ninguém quer ter mais militares, mais armamento; ninguém está querendo avançar na política nuclear para ter alguma coisa a mais. Quer dizer, é uma coisa que nem se está discutindo. Então, nessa questão, cá entre nós, é piada o mundo estar com perigo porque o Irã pode fabricar uma bomba atômica. Que Israel ainda fique preocupado, sim, mas os Estados Unidos? O mundo ficar preocupado? Então, creio que pode haver o entendimento, e os Estados Unidos entenderem que eles são os primeiros do mundo, longe dos outros, mas não podem ser os donos do mundo. Acho que talvez essa seja a chance de buscarmos esse entendimento.

Da Segunda Guerra até ontem, foi Rússia e Estados Unidos; acima de Rússia e Estados Unidos, comunismo e capitalismo. E essas coisas hoje desapareceram. Então, creio, e por isso dou importância ao Governo brasileiro. Acho que... Não sei se eu poderia perguntar por que esse BRICs não saiu quando Fernando Henrique era presidente. Acho que não era a hora no mundo inteiro. Não foi ele que não quis entrar e o Lula que quis entrar. Acho que o mundo foi caminhando, caminhando, e houve um determinado momento em que surgiu aquela situação. E, dentro daquela situação, acho que o mundo continua caminhando. Eu, não apostaria nessa possibilidade. Eu aposto até na perspectiva de que realmente a reunião dos Vinte no Rio de Janeiro pode ser um acontecimento histórico e ser uma nova expectativa. Repito: a ONU está no fim; não tem mais poder, não tem mais significado, não vale mais coisa nenhuma. O americano faz o que bem entende. Agora, queira ou não queira, na verdade, invadiu o Paquistão, não deu nenhuma satisfação. Na verdade, queira ou não queira, invadiu o Iraque, fez o que quis. É senhora do mundo. Mas acho que nós, desta vez, em conjunto, estamos caminhando para lá.

Então, creio nas dificuldades que o Cristovam apresentou. É evidente que sim. No Brasil – pelo amor de Deus! – temos mil problemas a enfrentar. A China, mais ainda. A Índia, mais ainda. Mas acho que esses países podem levar a globalização no sentido de uma integração com mais seriedade, com mais credibilidade internacional. É o que falo, com sinceridade: desde o fim da Primeira Grande Guerra, acho que o mundo não teve um momento de uma expectativa que nem essa que estamos vivendo. Eu não me lembro. Olhando para trás, não me recordo. Vivemos momentos mais de paz, momentos mais não-sei-quê, mas expectativa de algo

que pudesse abrir um horizonte para a humanidade, acho que é a primeira vez.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

Vou começar com o professor Dr. Ubiratan Castro de Araújo, para suas considerações sobre o que aqui foi dito pelo Senador Pedro Simon.

O SR. UBIRATAN CASTRO DE ARAÚJO – Bem, Senador. Concordo, e comecei a minha exposição falando da complexidade do mundo contemporâneo, do fim dessa polaridade. Mas também se inaugura um novo período que acredito seja o período da recuperação da política internacional. Então, não basta estar alinhado, não basta ser obediente, enfim, ao centro de poder, mas temos de negociar tudo.

Acho que essa é uma coisa à qual o Brasil está habituado. A nossa diplomacia, desde a sua independência, o Brasil sobreviveu e construiu uma soberania em um império informal britânico, buscando o quê? Contrapesos, freios, fazendo aliança com os Estados Unidos, com a Doutrina Monroe, que era boa naquele tempo. Depois, ela ficou imperialista, mas era uma doutrina boa, que era um anteparo à expansão inglesa: não admitimos países europeus colonizando as Américas. Isso foi um anteparo na política brasileira e até mesmo na cultura. Um colega meu, historiador na Bahia, diz que, no século XIX, cultivamos os modos ingleses e as modas francesas, ou seja, estamos subordinados às regras do comércio internacional inglês, mas, para pirraçar os ingleses e mostrar que éramos independentes, tudo que era cultura, moda, beleza e feminino era francês. São formas culturais e políticas de tentar estabelecer equilíbrios.

Então, hoje, nessa complexidade, a arte não é mais o alinhamento, mas a arte é ser capaz de criar fóruns regionais, é ser capaz de pertencer a várias articulações e ser fiel a todas. Então, o Brasil pertence a tudo – Mercosul, articulação com o Caribe –, e, a depender de cada negociação, ele tem de ter claros quais os seus interesses e o que ele pode levar nessas negociações. Então, hoje é mais complexo; não basta dizer "sou isso", "sou capitalista", "sou comunista". Mas é importante saber negociar no miúdo e no varejo.

Acho que é um tempo, é difícil, é mais confuso, e a gente não é maniqueísta, mas é desafiado a usar mais a inteligência na política externa e os interesses e as vantagens de cada país do que mesmo a imposição de uma força. E esta é a crise americana: eles têm a força, mas o seu discurso não é mais um discurso que encante. É o discurso da democracia, do liberalismo, da liberdade individual dando um atestado de violência absurda. Todos nós condenamos a ação terrorista da Al-Qaeda, mas daí a você invadir outro país sem nenhuma negociação, fuzilar sem julgamento alguém, porque você considera inimigo nacional e depois jogar o corpo no mar, sem dar satisfação nem à família... Nem os nazistas de Nuremberg foram vítimas disso, porque tiveram o privilégio de ter um julgamento. Puderam se defender.

Ao mesmo tempo em que essa força americana ainda é persistente, o seu discurso político não é mais convincente. Eles vão precisar – minha esperança – de que nessas várias alianças brasileiras, inclusive com os americanos... O Brasil jamais assumiu uma posição radical antiamericana, nem confrontou os americanos. Sempre levou na negociação. Os próprios americanos terão necessidade de recorrer ao Brasil, no futuro, para recuperar um discurso, uma capacidade de negociação parta atenuar conflitos. Acho que esse é o papel que a gente pode esperar do Brasil em um conselho de segurança, o Brasil decolando realmente para o desenvolvimento. Que ele possa jogar um papel mais civilizado!

O meu otimismo, Senador, é este, é que a gente tenha um futuro que eu acredite nele e que não dependa só da força nem da riqueza, mas da estabilidade brasileira de gerir a complexidade!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado professor Dr. Ubiratan.

É interessante notarmos que a questão da Doutrina Monroe marcou exatamente a transição do declínio do império britânico, dominante do mundo naquela ocasião, no século XIX, para o império americano, ou seja, a demarcação de áreas: daqui para lá você manda, daqui para cá quem manda sou eu. Essa é a reedição no pós-guerra. Também verificamos a construção do muro dos vitoriosos da segunda guerra, que se sentaram à mesa, colocaram o mapa-mundi e começaram a dividir o mundo todo. Então, isso é muito próprio desse período antigo, que hoje nos parece mais antigo ainda do que na contagem do número de anos para se resolver certos tipos de disputas.

Na questão da Rio+20, cuja comissão de acompanhamento dos preparativos desta Conferência das Nações Unidas, que será realizada no ano que vem no Rio de Janeiro, é presidida pelo Senador Cristovam Buarque, as decisões que aqui ocorrerem estarão perfeitamente coadunadas, acho eu, com o espírito de tudo que aqui foi falado sobre a questão do crescimento, do desenvolvimento, da redução da desigualdade. Tudo isso se baseia naquilo que o Senador Cristovam conhece bem, e é professor: nós, cidadãos desse planeta, deveremos ter a capacidade de conseguir uma economia de baixo carbono com uma alta inclusão social. É uma equação aparentemente fácil, desde que

essas grandes potências possam, entre elas – Índia e China fazem parte dos BRICs –, desde que se convençam da necessidade de darem o exemplo. Quem sabe não seria o grande momento para que nós, participantes desse grupo – Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul –, possamos dar a nossa colaboração e contribuição.

Com a palavra o Professor Dr. Severino Bezerra Cabral Filho, sobre as opiniões emitidas aqui pelo Senador Pedro Simon.

O SR. SEVERINO BEZERRA CABRAL FILHO – Senador, acompanhei o seu discurso. Achei bastante importante o que o senhor nos trouxe a pensar, a refletir. Realmente vivemos um novo período marcado por várias transformações no domínio econômico, material, na ciência, técnica nova, mas também no domínio político, não só pela crise da guerra fria, do fim colapso da União Soviética, mas, na sequência, estamos vendo as alterações importantes que vão avultando na própria estrutura criada, gerada pela segunda guerra mundial, ou seja, o grande pacto de alta entre os três grandes. Na verdade, os dois grandes que presidiram aquilo dividiram o mundo em área de influência, e essas foram as grandes fronteiras da guerra fria. Estamos vendo, alguns até perplexos, a dificuldade de os Estados Unidos, apesar de todo o seu poderio, administrar essa nova ordem mundial, que, como disse o Presidente George Bush, seria a abertura de uma nova época para o mundo, com fronteiras livres, mente livres, mercado livres. Os vinte anos que se passaram, desde esse importante pronunciamento do Presidente americano, aliás, coincidindo com o pedido dele de sanções econômicas, inicialmente, e militares ao Iraque, porque considerava que o Iraque estava fora da nova ordem porque tinha invadido um país soberano – o Kuwait. Vejam os argumentos vistos a distância como são interessantes. Vemos a dificuldade de os Estados Unidos conviver com isso.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – *(Fora do microfone.)*

O SR. SEVERINO BEZERRA CABRAL FILHO – Sim! Claro. A Embaixadora americana... Isso faz parte das artes da política. A política internacional... A política é poder e astúcias do poder.

Mas o essencial para pensarmos aqui, em termos da estrutura do que importa, está no termo emergência, que é justamente isto: o que emerge de novo são essas nações que em 1945 não tinham voz. A única dos quatro, Brasil China, Índia e África do Sul, que tinha voz naquele momento, que participou do cenário da guerra com a África era o Brasil, e ficou de fora da ONU. Ficou de fora porque os consultores daquela ordem acharam que a França não poderia ficar de fora – a França estava ocupada pela Alemanha – e a China, que estava ocupada pelo Japão, também não poderia ficar de fora, porque o General Chiang Kai-shek tinha conseguido com que Roosevelt, Stalin e Churchill considerassem que a China tinha que recuperar tudo o que havia perdido para o Japão, e até hoje não recuperou tudo, considerassem que o essencial fosse dado a ela. Então, era um representação de uma grande potencia asiática. Por isso, a China entrou no Conselho de Segurança e nós ficamos de fora, mas éramos o País que tinha mais condição para participar. Por isso, essa é uma reivindicação perene da nossa diplomacia. Todos os governos brasileiros sempre pleitearam. A reforma continua sendo um pleito nosso, mas ela não vem sozinha. Vem com a reforma do FMI, com a reforma do Banco Mundial, com essas pautas novas.

E também, creio, sobre essa questão que foi falada aqui, que vivemos em um mundo sem conflituosidade maior, mas isso não quer dizer que não exista o problema da segurança nacional de nosso País e de todos. Estamos aqui na América do Sul. Temos uma convivência muito tranquila com os nossos vizinhos, mas temos que pensar na ordem mundial, que está gerando fatores que levam a conflitos que estão presentes aí. Estamos assistindo a um conflito na África do Norte. Temos que pensar na unidade sul-americana, que é o nosso grande projeto estratégico e que passa também não só pela economia, pelo desenvolvimento, pela integração física da instituição, pela superação, inclusive, dos obstáculos antigos, do não-diálogo entre as partes, mas também pelo lado da defesa, como foi falado aqui pelo nosso professor Ubiratan. O nosso mar, o mar Atlântico, antigo mar português, que é um mar brasileiro, pelo menos na parte que nos toca, temos que protegê-lo. E a nossa Amazônia, alvo de contínuos questionamentos? Tudo isso faz parte do nosso diálogo aqui. Acho que não só a questão da desigualdade, o problema da nossa capacidade de articular diplomaticamente consenso, e o Brasil é forte nisso. Temos que passar também no consenso da defesa, da defesa sul-americana, e também discutir essa questão com China e Índia, que são nossos parceiros. Eles são parceiros no BRICs e são parceiros no Basic. O Basic é importante, porque sai a Rússia, que é um país europeu, e ficam só os meridionais. Alguns se perguntam por que a China é meridional e não setentrional? Mas esse é o mapa traçado pelo grande estrategista americano Almirante Mahan, quando definiu a questão: se você passa régua no istmo do Panamá e vai até Suez, delineia a fronteira norte e sul. Os que estão ao norte são do Mediterrâneo europeu. É francês e inglês, como vemos agora. O Atlântico Norte e o Caribe são americanos. Essa é uma fronteira que foi traçada. Então,

todos os países que eram colônia, semicolônia, etc., inclusive nós outros, assim considerados, estávamos no sul, daí o sul ser tão importante, ser um elemento chave na nossa política internacional, mas, sobretudo, na nossa geopolítica, que dizer, naqueles termos vitais em que o Estado brasileiro é um Estado cêntrico, e isso é importante. Dentro da América Latina, o Brasil é um país central, como é, na Ásia, a China e a Índia. Não se pode conceber a Ásia sem a China e sem a Índia, até pelos fundamentos civilizacionais. Na Ásia toda, o que não é chinês, é indiano e o que não é indiano é chinês. Elas até se encontram onde os franceses chamavam de "Indochina", a Ásia indiana com a Ásia chinesa. Então, somos países centro e, por isso, devemos nos aproximar, introduzindo a África do Sul, que está ali representado não só a porção antiga, boa, do sul da África, mas toda a África. Está representando um bilhão de africanos e os 50 países desse continente.

Eu não queria mais me estender. Os outros colegas também farão observações, mas a sua posição, Senador, gerou-me uma série de reflexões que eu gostaria até de continuar, mas o tempo é escasso para nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao professor Dr. Severino Bezerra Cabral Filho, do Ibecap – Instituto Brasileiro de Estudos de China, Ásia e Pacifico.

Passo a palavra agora a palavra ao Professor Dr. Oliver Stuenkel, para responder as colocações aqui trazidas pelo Senador Pedro Simon.

O SR. OLIVER STUENKEL – Senador, obrigado pela pergunta.

Eu gostaria primeiro de falar um pouco sobre o sistema que eu chamo de sistema ocidental. Acho que vale a pena apontar que o sistema criado depois da segunda guerra mundial, sob forte influencia americana, foi de muitas formas, apesar das falhas, um sistema inédito porque deixou, primeiro, um país fraco, que não fazia parte da elite mundial, a China, entrar no Conselho de Segurança – uma grande visão de Roosevelt, querendo, nessa época, já incluir outros atores. De fato, como o colega apontou, foi a primeira vez, na história humana, que se criou uma ordem, que tem o que eu chamo de mobilidade intra-institucional, ou seja, deixou potencias não bem incluídas emergirem. O Brasil, a China e a Índia, hoje, são países emergentes porque se beneficiaram do sistema que os vencedores da segunda guerra mundial, principalmente os Estados Unidos, criaram. Eu acho que o fim da guerra fria é prova mais do que nada de que se criou um sistema muito viável, comparado com sistemas antes da segunda guerra mundial, muito prático, de fato.

Quando viajo para a China, converso com acadêmicos sobre o meu tema de estudo: governança global. Ano passado, aconteceu uma coisa. Conversei com um acadêmico sobre governança global por duas horas. Quando ele me levou para porta, perguntou: "Professor, quando você fala de governança global, ao que se refere mesmo, porque eu não entendo muito bem o conceito?" As grandes tendências de pensamentos na China, eu chamaria de ultrarrealistas e realistas radicais. Acho que essas são as duas fontes de pensamentos na China, ou seja, extremamente realista, extremamente focado no interesse nacional e muito pouca consideração em governança global. Então, eu me pergunto se não teremos muitas saudades dos Estados Unidos daqui 20 anos, daqui 30 anos, quando nós vivermos em um mundo puramente westfaliano?

Meus pais vêm de um país onde aconteceu um genocídio no século passado, a Alemanha, e eu me pergunto sobre outro genocídio. Quais são as potências do futuro que alertam, que tentam influenciar, que tentam evitar esse tipo de coisa? Certamente os Estados Unidos se comportaram de maneira extremamente duvidosa nas últimas décadas. Mas eu realmente acho que de uma certa forma quando falamos de fornecer bens públicos globais, será que a China realmente é aquele ator que está pensando em fornecer aqueles bens a longo prazo? Olhando a política chinesa e indiana em relação a Miamar, quando um governo, naturalmente depois de uma catástrofe nuclear não tem nenhum interesse em ajudar a população, que inclusive anuncia que uma interferência humana será respondida com força e de nenhuma maneira não se ouve nada da Índia ou da China, eu pergunto: quais são as visões desses países no sentido de lidar com grandes desafios globais no futuro e um deles estados falidos, genocídio? Então essa é a minha preocupação.

Outra questão é a aliança dos BRICs. Eu acho que BRICs é um termo muito bonito. O Brasil fez muito sucesso, o Brasil virou referência. Inclusive o interesse no Brasil... Eu vejo que o número de ligações nas listas aumenta muito, porque o Brasil é agora um ator relevante. Mas eu me pergunto: será que o Brasil não sobrevaloriza isso, porque indo para a Índia e para a China?

Eu não vejo assim... Esses dois países estão cedendo para criar uma aliança conosco. Eles realmente se preocupam com essa aliança ou não são países extremamente focados no progresso interno? Quais são as áreas em que a Índia está interessada em ceder mesmo a posições brasileiras?

Eu apenas gostaria de apontar que vejo certo perigo em enxergar os emergentes como uma unidade, como um interesse só. Eu não aconselho ao Governo

brasileiro de se aliar a esses países, que daqui a dez anos podem ter estratégias que não têm nada a ver com os interesses estratégicos brasileiros.

Eu vejo a política americana, e os Estados Unidos, a longo prazo, já não terão a capacidade de influenciar o mundo, como é hoje, e isso causará um processo necessário de reflexão dentro dos Estados Unidos. Mas eu não acho uma equação tão fácil dizer: que bom que agora nós temos vários atores, porque de fato olhando grandes desafios do passado, quase sempre foram grupos pequenos que conseguiram lidar com aquilo. Isso não quer dizer que eu vejo a ascensão chinesa e indiana de forma negativa, como o Prof. Sanches apontou. Eu acho que cada vez mais os emergentes se integram no sistema atual, ou seja, adotam posições... Faz pouco tempo que criticaram retoricamente, porque de certa forma há uma necessidade de lidar com essas questões muito complicadas. Quanto mais o Brasil tiver essa posição importante – e eu espero que daqui a poucos anos estará permanentemente no Conselho de Segurança -, acho que cada vez mais terá que enfrentar problemas muito complexos e que não têm uma solução fácil.

Eu não acho que há uma solução fácil na Líbia, por exemplo. Ou seja, nós também, a longo prazo, como líderes globais, eu me pergunto, será que nós podemos deixar coisas assim acontecer sem fazer alguma coisa?

Eu vejo que os Estados de novo cometeram certamente, sobretudo na época do Bush, graves erros. Mas com certeza não é fácil dizer que a China e a Índia cumprirão esse papel de liderança mundial de uma maneira mais eficiente do que foi feito pelos Estados Unidos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Prof. Oliver Stuenkel.

Durante a exposição do Prof. Stuenkel eu estava recordando que o que motivou, o que deu início a essa união, a essa junção dos países que compõem o chamado BRICs foi exatamente a questão comercial, foi na Rodada Doha. Vejam que o que motivou foi uma eventual rodada de uma negociação comercial no mundo, em que o Brasil, a Rússia, a Índia e a China resolveram se unir para serem fortes numa negociação em relação à União Europeia e aos Estados Unidos, dentro daquele conceito, daquela visão de multilateralismo. No meio do caminho, eles formaram esse grupo. No meio do caminho, a Rússia saiu. Cada um foi resolver o seu problema, fazendo acordos bilaterais, paralelos, enfim. O Brasil ficou fragilizado nesse contexto, mas foi uma semente que depois foi uma semente que frutificou por um outro lado, que hoje dá uma dimensão da importância da união desses países nessa nova conformação geopolítica que hoje se forma no mundo.

Um ponto também interessante que eu acharia talvez positivo abordar nas nossas próximas audiências públicas seria a questão da migração. Os países antigamente, até pouco tempo atrás as nações eram consideradas, eram temidas pelo seu poder bélico, pelo seu poder financeiro, pelo seu poder de conhecimento. Mas aí entra outro ingrediente também como fonte hoje de poder, que é a população. Então a China hoje com 1 bilhão e 200 ou 300 milhões de habitantes, no momento em que houver uma abertura maior das fronteiras da China, para que aqueles que queiram sair da China para ir para outros países, e que o governo chinês autorize, isso desestabiliza o mundo.

Agora mesmo, com essa questão acontecida no Norte da África e do Oriente Médio, vou pedir até ao Senador Cristovam Buarque que nos relatava esse episódio da filha de um líder francês... Mas o que aconteceu lá com a Tunísia e com parte da Líbia já causou um alvoroço enorme na Itália, na França, nos países europeus mediterrâneos, com receio de que a migração de milhares de pessoas pudesse fragilizar ainda mais a cambaleante economia europeia depois da crise de 2008.

Então a questão da migração é hoje um fator que deve ser considerado muito seriamente por todos nós que estamos hoje torcendo para que a Rio+20 traga contornos mais humanos e menos dramáticos da situação em que estamos vivendo.

Com a palavra o Prof. Dr. Ricardo Sennes, da Universidade de São Paulo, para as suas considerações sobre o que foi dito pelo Senador Pedro Simon.

O SR. RICARDO SENNES – Muito obrigado, Senador Collor.

O Senador Pedro Simon apresentou aí uma visão que eu acho que de fato remete a visões bastante difíceis e, eu diria, até a posturas com relação á história da humanidade. Mas de fato o seu argumento se baseou numa ideia de que nós estamos neste momento passando por um experimento humano e histórico inusitado. O senhor usou o termo "um momento único na história", pelo fato de se estar redesenhando uma nova ordem internacional baseada numa multipolaridade restrita, vamos chamar assim. Não é uma multipolaridade no sentido do sistema feudal, em que se tinha uma multipolaridade tão grande que impedia qualquer tipo de arranjo mais estruturante ali. Mas é uma multipolaridade que permite, ao mesmo tempo, certa diversidade de interesses, mas dentro de certa ordem. Foi assim pelo menos que eu entendi. É um momento nesse sentido, Senador. Acho que o senhor tem razão. A gente não pode ser escravo, talvez da

crônica da morte anunciada, do pessimismo de olhar a história humana que sempre marcou os seus períodos históricos exatamente por guerras. Toda mudança do ordenamento veio casada com guerras, sempre foi pós-guerra. Então a gente sempre se refere a pós-Segunda Guerra, pós-guerra napoleônica. É sempre assim. O que o senhor está remetendo é que será que um ordenamento que não se sucede, até sucede após a guerra fria, mas não necessariamente no sentido das guerras quentes anteriores, se isso não abre um leque de possibilidades diferenciado para a humanidade, coisa que não abriu anteriormente.

Um pouco do meu pessimismo histórico fica batido com esse argumento. Acho que de fato ele é bastante forte.

O Senador Collor lembrou-se de um trecho aqui, ele pediu para citar, um trecho da última reunião oficial dos BRICs, que, se não me engano, Senador, é este aqui: "Nós, com um forte desejo comum por paz, segurança, desenvolvimento e cooperação, nos unimos nesse acordo." E depois fazem uma afirmação mis enfática: "O século XXI deve ser marcado pela paz, harmonia, cooperação e desenvolvimento to científico, sob o tema "visão ampla, prosperidade compartilhada."

Então é curioso como eles montaram o próprio argumento do grupo, que de fato tenta assumir uma referência talvez mais positiva do que a gente viu anteriormente.

Há dois argumentos que talvez sejam mais na linha pessimista da visão desse processo. Eu acho que basear um ordenamento político, seja ele internacional ou doméstico, na ideia, eu diria, que aí remete a uma questão clássica, a uma visão um pouco rousseauniana, no sentido de que a natureza benigna do homem, num certo momento, é suficiente, é uma base segura, ou a alegação de uma natureza benigna humana, poderia ser um bom fundamento para a construção de uma ordem social.

Eu tenho as minhas dúvidas. Eu acho que o liberalismo está um pouco, o liberalismo mais de vertente hobbesiano ou lockeano, no sentido de que talvez assumir certa natureza egoísta e não pressuposto, ele pode ajudar a gente a montar regimes cooperativos mais eficientes, o que um pouco essa mágica do liberalismo político, que diz: olha, apesar de o homem ser o lobo do homem, dependendo do arranjo você consegue não necessariamente baseada na natureza benigna, mas controlando os impulsos mais egoístas dos países, nesse caso, dos seres humanos.

Eu diria, Senador, que eu realmente acho que a segunda vertente é mais consequente, pensando numa possível liderança brasileira. Eu acho que se a gente se basear na ideia ou tentar construir modelos de cooperação supondo ou colocando no centro da mesa não os aspectos convergentes, mas tentando equacionar ou colocar barreiras nos elementos mais divergentes dessa associação, eu acho que ele é mais seguro. Então nesse sentido é que eu tenho um pessimismo paradoxalmente otimista. Eu acho que se a gente não colocar no centro da mesa os elementos que realmente vão tensionar a ordem internacional, nós não vamos gerar uma ordem internacional sustentável e estável daqui para frente. Eu acho que têm elementos de tensão nessa ordem e que nos estamos sendo muito omissos. Por exemplo, o Brasil tem certa postura internacional pró-regimes internacionais, não intervenção, etc, que é do ponto de vista defensivo muito interessante, mas ele é muito pouco construtivo. *Vide*, por exemplo, a total omissão do Brasil nessa crise recente da Argentina e Uruguai nessa questão das papeleiras. Bom, a que tipo de mediação o Brasil está se propondo, se ele não consegue mediar um conflito de nível médio, aqui do nosso lado? Oxalá nas crises mais agressivas.

Eu acho que o Brasil tem que seguir essa linha cooperativa, afirmando grandes categorias com relação à ordem internacional, de multilateralismo e *(Inaudível.)* internacional, mas nós vamos que ter propostas claras sobre como mediar os conflitos mais agudos que existem à nossa frente. Senão, nós vamos ser uma liderança com medo de liderar ou um ator internacional com medo de se posicionar.

Eu fico muito preocupado quando o Brasil se abstém de algumas decisões no Conselho de Segurança, com um argumento muito basilar de não intervenção. É claro que qualquer nível de ação mais forte abre portas, são consequências muito graves, muito difíceis de mensurar. Mas a não posição, eu acho quase tão grave quanto o outro lado.

E, nesse sentido, eu queria chamar a atenção para dois aspectos: um europeu e um chinês. Quando o senhor mencionou a Europa eu concordo também, a Europa a gente passou aqui todas essas horas e quase não mencionou a Europa, não à toa. Porém, eu acho que a Europa teve dois avanços recentes, talvez os mais revolucionários que a gente já viu. Um, o senhor mencionou.

A engenharia política que esses países fizeram é uma coisa que não existe na história da humanidade. Esses sujeitos saíram de 500 anos de guerra – pelo menos no período como se estruturam os impérios e os estados modernos –, absolutamente sangrentas, por um arranjo supranacional, como não existe. Para não dizer que existiu, existiu em alguns momentos. Teve o império romano, mas foi imperial. Foi uma paz imperial que se impôs na região. Depois, você tem os

experimentos das unificações das colônias americanas. Mas, como experimento moderno esses caras deram um aula do que é uma engenharia política, que eu acho que nós deveríamos prestar atenção.

E, segundo, eles fizeram um movimento geopolítico mais relevante. Eu acho que depois da Segunda Guerra, que foi tomar a decisão de incorporar todo o Leste Europeu. Eu acho que foi o maior movimento geopolítico que nós tivemos efetivo. Eles tomaram uma decisão rara, entre 23, de assumir um risco, um custo em prol da estabilidade deles e do mundo.

E, finalmente, para concluir, o outro lado, é uma visão. Eu estava num debate internacional e, depois de uma rodada de conversas de analistas, veio a vez de um chinês. Ele era de um centro de pesquisa chinês ligado ao Ministério das Relações Exteriores. E ele falou da expectativa conflitiva ou não da ascensão chinesa. Ele falou, a frase que melhor define os chineses é a seguinte e, entre aspas, ele disse o seguinte: "os chineses não têm inimigos, mas também não têm aliados."

Ou seja, o que ele quis dizer, pelo menos é o meu entendimento dessa visão, é o seguinte: os chineses eles não estão com uma ascensão agressiva, militarista, expansionista, porém eles, não necessariamente, estão abertos ou têm uma concepção multilateralista do mundo no sentido de instituições, como a gente imagina daqui, mais estruturadas.

Eles têm até um bom argumento para não terem inimigos nem aliados. Eles dizem que se você tem um aliado preferencial quer dizer que você está excluindo alguém. Então, já é o primeiro momento de exclusão. É o argumento chinês. Porém, eu não sei se isso é suficiente para construir uma nova ordem internacional. E o meu receio é que o Brasil não esteja também se posicionando de maneira suficiente na gravidade da situação que ela demanda.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Professor Ricardo Senes, da USP.

Em relação à questão que aqui foi colocada pelo Professor, Dr. Ricardo Senes, sobre o voto dado pelo Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas, no caso, portanto, de abstenção. O Brasil iria votar favoravelmente ao *no-fly zone*, que era isso que estava em discussão. Era isso que havia sido acordo entre os membros do Conselho de Segurança. E, de repente, não somente o Brasil, mas acredito que outros países também que ali têm assento... Exatamente, lembra aqui o Professor Severino, a Alemanha. O Brasil, a Alemanha, a Rússia...

O SR. SEVERINO BEZERRA CABRAL FILHO – A China.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – E a China. A Índia também? A Índia.

O SR. SEVERINO BEZERRA CABRAL FILHO – Do BRICs, só a África do Sul que não votou.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Lembra o professor que dos BRICs somente a África do Sul é que votou favoravelmente à proposição do *no-fly zone*, que veio a acrescentado. Ou seja, voltando ao que eu estava dizendo, a proposta era votar *no-fly zone*. Estavam todos de acordo. De, repente, quando se foi para a votação, veio no voto acrescentada uma alínea que ensejava uma permissão para o uso de forças terrestres naquela região.

E o Brasil, como esses outros países que fazem parte do BRICs votaram em conjunto pela abstenção, porque todos foram pegos de surpresa. Então, foi somente por isso que, aqui, inclusive na comissão, foi votada uma moção de solidariedade à posição brasileira, que foi entendida como uma posição correta, tendo em vista que aqueles que estavam coordenando esse processo de votação no Conselho de Segurança, sobretudo os países França, Reino Unido e mais os Estados Unidos, no entendimento que tiveram, *ad latere*, incluíram essa frase que permitia o que hoje nós estamos vendo ser feito na Líbia, com o envio de consultores militares para aquele país com o fim de ajudar os rebeldes contra o líbio Muamar Kadafi.

É bom que se lembre também, que a gente se recorde, que foi exatamente assim que começou a escalada de guerra no Vietnã, com o envio de conselheiros militares para os vietnamitas enfrentarem os vietnamitas do norte, chamados também de vietcongos. E foi assim que começou essa terrível conflagração lá naquela parte do mundo.

O SR. RICARDO SENNES – O senhor me permite só uma correção?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pois não, por favor, Professor Sennes.

O SR. RICARDO SENNES – Um segundo, só pra corrigir. O senhor tem razão, eu fui infeliz no exemplo que dei sobre a abstenção brasileira. Eu acho que nesse caso foi absolutamente justificável. Concordo integralmente com a posição que o senhor apresentou. E o detalhe de que, ao longo da votação, alterou-se a natureza da matéria. Então, eu retiro o meu exemplo, nesse caso foi infeliz. Mas tento depois manter o meu argumento mais amplo sobre a abstenção excessivamente usada é prejudicial a uma liderança mais construtiva.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Perfeitamente. Obrigado, Professor Sennes.

E também sobre o comunicado. O Professor Sennes leu um parágrafo do comunicado conjunto do BRICs, da ilha de Sanya, na China, em que foi também nesse comunicado incluído o apoio à realização, e

aqui vem: o apoio no Brasil da Conferência das Nações Unidas de 2012 sobre desenvolvimento sustentável, também conhecido como Rio+20. E estão dispostos a trabalhar com o Brasil para chegar a um compromisso político novo e alcançar resultados positivos e práticos nas áreas de crescimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental, no quadro do desenvolvimento sustentável.

No mesmo comunicado, assinado dias antes entre os governos brasileiro e chinês, a Presidenta Dilma Rousseff e o Presidente Shi Tao subscreveram um comunicado conjunto em que são mais explícitos, porque eles assumem o compromisso com o êxito da realização da Conferência Rio+20, que será realizada no Rio de janeiro, em maio e junho do ano próximo.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, sem querer tomar muito mais tempo, eu quero retomar a metáfora do Professor Ubiratan, de que tem duas maneira de olhar um copo. Na verdade, eu acho que tem quatro maneiras de olhar um copo. As duas que o senhor falou: está meio cheio, está meio vazio. A outra, que é dizer: está meio cheio e meio vazio. E tem uma quarta: é saber se o Antonio vai trazer água nos próximos dois, três dias. Porque se ele não trouxer água nos próximos dois, três dias, está absolutamente vazio esse copo.

E é isso que eu acho que na geopolítica, que nós estudamos, a gente tem que levar em conta. A geopolítica lateral, das três dimensões, não resolve mais. Tem que ter uma quarta unidade. Tem que ter o tempo. Tem que saber o que é que a gente tem ao longo do tempo, sabendo que pode não prever nada. E aí tem umas duas maneiras de ver. Uma é: não vem água nos próximos dois, três dias. Então, vamos roubar entre nós, ver quem tem mais força para se apropriar da água. A outra é dizer: eu sou otimista. Vamos descobrir como tirar água da madeira ou tirar água do vento. A saída tecnológica para resolver a escassez de recursos. E a outra é começar a beber menos água.

Se a gente olha a renda *per capita* da China, eu estava olhando aqui, ela é seis vezes menor do que a dos Estados Unidos. Imagine que a gente queira igualar o consumo dos Estados Unidos na China. Claro que não tem recursos. Aí você diz: mas nós vamos tirar água da madeira. Eu acho que tempo que a gente vai precisar para inventar como tirar águia da madeira é maior do que o tempo de sobrevivência pela sede. Não tem perspectiva de saber como vai resolver o problema, não é só dos combustíveis fósseis – é aritmético –, de onde botar os automóveis, de como consumir tantas coisas.

Mas vamos supor que a gente não quisesse ser igual aos Estados Unidos. Para ser igual a Portugal tem que multiplicar por três ainda da China, e tem que multiplicar por sete a da Índia. Esses dois países representam quase a metade da população mundial. Se a gente quiser que a Índia fique igual a El Salvador, tem que multiplicar por três. Então, há um limite físico dentro dos recursos tecnológicos que a gente dispõe para substituir os recursos naturais. Então, a geopolítica tem que levar em conta essas limitações.

Então, o projeto chinês, indiano, brasileiro, russo, não dá para ser o mesmo dos Estados Unidos, da França, da Europa. Aí dizem: então eles ficam ricos e nós ficamos pobres. A gente tem que redefinir riqueza. Por que riqueza não é ter mais tempo livre, em vez de trabalhar mais para consumir mais? Por que não é possível?

Você falou aí da genialidade que houve de alguns geoestrategistas. O que a gente hoje precisa é de genialidade de filósofos capazes de pensar um mundo diferente. É isso que eu imagino que Rio+20 pode trazer, mas com muito pessimismo. Por que o pessimismo? Porque aí, sim, o copo d'água de cada um é individual. A gente não consegue pensar globalmente. O Obama disse bem: não existe presidente do mundo.

O único presidente do mundo, e eu queria ver se o Presidente Collor ajudava a trazer esse senhor aqui, é o Presidente das Maldivas, porque é o país que vai afundar em primeiro lugar entre todos. Eles calculam 15, 20 anos todas as 26 ilhas estarão cobertas. A gente tinha que trazer esse homem, até por que é um homem muito carismático Eu assisti a fala dele uma vez. Ele fala para o mundo. Os outros não têm jeito. Aqueles quatro que a gente viu ali, com toda variedade étnica, eu não sei quem falou, cada um está pensando nos seus eleitores. E eu também se estivesse lá.

Porque o político é limitado no curto prazo e no circunstancial. Nós somos provincianos e imediatistas políticos. E nós que vamos dirigir este mundo. Por isso a minha esperança está mais em vocês de que em nós políticos. Em vocês de tentarem formular um novo projeto para compor esse quebra-cabeça, que são 200 países em um só planeta. A saída também seria mandar uma parte para Marte, mas essa também não existe. Esse quebra-cabeça vai exigir algo mais revolucionário do que nós hoje estamos pensando.

O Senador Collor falou de uma referência que eu fiz, lendo numa revista francesa, que é uma expressão incrível da Srª Le Pain, a filha do velho Le Pain. Ela foi corajosamente aos tunisianos que estão na Itália e querendo entrar na França e disse: Nós amamos vocês, mas vocês não cabem na França.

Veja bem, essa frase 30 anos atrás ela ia ser apedrejada na França. Hoje não. Nem fazia sentido e era burro eleitoralmente. Hoje, faz sentido por que não cabem esses tunisianos na França – essa França daí. E, eleitoralmente, ela está ganhando voto com esse discurso.

Mas não é voto da elite de Higienópolis que está contra a estação de metrô não. Está ganhando voto do proletariado francês, porque já tem o mesmo nível do pessoal de Higienópolis, que, aliás, é uma visão burra, porque daqui a 20, 30 anos vai ter valor o prédio que for próximo do metrô. Não vai dar para continuar usando automóvel para sempre. É uma burrice esse pessoal de Higienópolis não querer ter metrô ali perto. É burrice de longo prazo. Esse longo prazo é que está faltando.

E, finalmente, sobre a fragilidade. Eu ainda acho que esses países conquistaram muito mais força do que fragilidade. Quando a gente compara qualquer um dos BRICs com o que éramos 30 anos atrás, claro que demos um salto, ao ponto de falarmos grosso no mundo, mas temos fragilidades tremendas. E eu não falei aqui na hora da Rússia, que, além disso, tem um regime que é pior do que os outros, porque depende de um homem. Hoje depende do Putin. A China não depende porque tem um partido, mas o presidente muda, o primeiro-ministro muda. A Índia muda até demais, mudava, até que tem estado estável. No Brasil, temos tranquilidade cada 4 anos. A África do Sul também. A Rússia, a fragilidade que depende de um *czar*, mas um *czar* que não tem um *czarist*, que é o substituto, que é o filho, não tem. Se ele desaparece, vem o caos. Além disso, apesar de ter melhor sistema social, tem uma fragilidade econômica grande, porque vive basicamente de um recurso.

Eu acho que nós temos grandes fragilidades. Agora, comparando com o passado, estamos muito melhor, sem dúvida alguma. E comparando com o longo prazo, ou encontramos um novo projeto civilizatório mesmo, em busca de alternativas para o propósito da sociedade, ou vamos ter problemas muito graves ou de disputa de quem vai beber água do outro – e a gente aqui já começava se vê como adversário –, ou como a gente vai viver consumindo menos água.

De qualquer maneira, quero agradecer muito a fala de vocês...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Essa solução dele é também uma solução que poderá vir. A gente diz: "Esqueçamos as próximas gerações". Ele 80 anos, eu tenho 67, não tem problema. Mas e os que vão nascer daqui a 50 anos ainda? A gente vai pensar neles ou não? Eles não votam. Esse é o problema.

Então, eu agradeço muito. Fico muito feliz. Essas suas conferências, Senador Collor, a cada segunda-feira, está sendo melhor. A primeira foi excelente, sobre os países árabes. Mas está sendo cada vez melhor. Eu gostei muito e polemizo porque realmente eu me preocupo quando se trata de uma mudança mais substancial, não quis dizer radical, mais substancial. Mas vocês trouxeram grandes aportes. Não é à toa que a gente está aqui e já são quase dez horas da noite.

Muito obrigado a vocês.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque, pela sua participação. Obrigado, Senador Pedro Simon, igualmente pela participação nos debates do dia de hoje.

Antes de encerrarmos a presente reunião, agradeço a presença de todos, em especial, dos nossos convidados: o Professor Severino Bezerra Cabral Filho, da UBECAP; do Professor Doutor Oliver Stuenkel, da FGV/SP; do Professor Doutor Ricardo Sennes, da USP; e doutro Ubiratan Castro de Araújo, da Fundação Pedro Calmon/BA, pela grande, inestimável colaboração e contribuição que aqui ofereceram.

Informo ainda que o 6º Painel do nosso ciclo de palestras, intitulado "Mercosul; Um Balanço dos Vinte Anos do Tratado de Assunção; Cenário no Entorno da América do Sul; Rodovia Interoceânica; e Relação Comercial entre o Brasil, Peru e Bolívia", que se dará na segunda-feira, dia 23 de maio, com a presença do Embaixador Rubens Barbosa,; do empresário Roberto Teixeira da Costa; do Professor José Tavares de Araújo Júnior, do Cindes – Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento; Doutor José Flávio Sombra Saraiva, da UnB; e da Doutora Maria Cláudia Drummond, Consultora Legislativa do Senado Federal, especialista no tema Mercosul.

Convoco os Srs. e Srªs Senadoras para a nossa 18ª Reunião Extraordinária, a ser realizada amanhã, dia 17 de maio, às 9 horas, na sala de reuniões nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, em conjunto com as Comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania.

Por fim, lembro também aos Srs. Senadores e Srªs Senadoras, membros da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas que, quarta-feira, dia 18 de maio, às 14 horas, será realizada audiência pública presidida pelo Senador Cristovam Buarque, neste plenário, para tratar do tema "Água: como conservá-la?", com os seguintes convidados: Doutor Paulo Lopes Varella, da Agência Nacional de Águas; Doutor Nelton Miguel Friedrich, da Itaipu Binacional; e o Professor Francisco de Assis Souza, da Universidade Federal do Ceará.

Está encerrada a reunião.

Muito obrigado pela presença de todos.

(Levanta-se a Reunião às 21 horas e 32 minutos.)

ATA DA DÉCIMA OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DÉCIMA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E DÉCIMA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA, EM CONJUNTO, EM 17 DE MAIO DE 2011, ÀS 9 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e treze minutos do dia dezessete de maio do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúnem-se as Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania, com a presença dos Senadores **Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Acir Gurgacz, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, José Pimentel, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino, Demóstenes Torres, Alvaro Dias, Paulo Bauer, Armando Monteiro e Randolfe Rodrigues, e, ainda, dos Senadores Anibal Diniz, Marcelo Crivella, Sérgio Petecão e Cícero Lucena**. Deixam de comparecer os Senadores João Ribeiro, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, Roberto Requião, Lobão Filho, tendo falta justificada em virtude de estar licenciado, Francisco Dornelles, João Vicente Claudino e Marinor Brito. A Presidência declara aberta a Reunião e dá início à apreciação da Matéria constante da pauta. Item único – Projeto de Lei do Senado nº 91 de 2011, terminativo na CCJ, de autoria do Senador Pedro Taques, que "*altera o art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, para restabelecer o fuso horário do Estado do Acre*", tendo como Relator na CAE, CRE e CCJ o Senador Luiz Henrique, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Nos termos do artigo 49, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, o estudo da matéria será feito em reunião conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última decisão terminativa. A votação será realizada separadamente, nos termos do art. 113, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal. O Presidente da Reunião conjunta, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Ricardo Ferraço Relator "Ad Hoc" da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator "Ad Hoc", usam da palavra a **Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Pedro Taques**, autor do Projeto, **Demóstenes Torres, Aníbal Diniz, Flexa Ribeiro, Sérgio Petecão, Marcelo Crivella, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e José Agripino**. Durante a discussão, são apresentadas a Emenda nº 1, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, e a Emenda nº 2, de autoria do Senador Flexa Ribeiro. A apreciação da Matéria é adiada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e vinte e quatro minutos, lavrando eu, Álvaro Araújo Souza, Secretária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Fernando Collor,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 15ª Reunião da CAE, 18ª Reunião da CRE e 16ª Reunião da CCJ. Reunião conjunta.

ITEM ÚNICO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 91 DE 2011
- Terminativo na CCJ

Altera o art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, para restabelecer o fuso horário do Estado do Acre.

Autoria: Senador Pedro Taques

Relatoria na CAE/CRE/CCJ: Senador Luiz Henrique

Por problemas aéreos, o Senador não conseguiu ainda chegar a Brasília. Há alguma coisa, Senador Petecão, conspirando contra esse projeto. Forças ocultas.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – As informações é de que existem mais coisas no ar do que simplesmente os aviões de carreira.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vou nomear um relator até porque fizemos uma mobilização das três Comissões. Às 9h já estávamos aqui presentes e, portanto, vamos nomear relator *ad hoc,* o Senador Ferraço. O relatório é pela aprovação do projeto. Por que o Senador Ferraço? Porque ele é membro das três Comissões, como também o é o Senador Luiz Henrique.

Nos termos do art. 49, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, o estudo da matéria será feito em reunião conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos, de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última decisão terminativa.

A votação, no caso, seria realizada separadamente. Como estamos fazendo uma reunião única, até para ganhar tempo, faremos essa votação nominal em sessão única. Se, evidentemente, não tivermos os votos suficientes para fazer uma votação nominal, adiaremos a votação, se os trabalhos das três Comissões transcorrerem dentro do que se espera.

Com a palavra o relator *ad hoc*, Senador Ferraço, do Espírito Santo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Delcídio. Ao cumprimentá-lo, estendo também o cumprimento ao nosso Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Eunício, e passo, sem mais delongas, a relatar o Projeto de Lei nº 91, de autoria do eminente Senador Pedro Taques.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 91, de 2011, de autoria do Senador Pedro Taques, altera o art. 2º do Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, para restabelecer o fuso horário do Estado do Acre, alterado pela Lei nº 11.662, de 24 de abril de 2008.

Nesse sentido, o art. 1º do Projeto promove alterações no mencionado Decreto para desmembrar o atual terceiro fuso em que se divide o território brasileiro, de forma que:

a) esse terceiro fuso, caracterizado pela hora de Greenwich 'menos quatro horas', permaneça compreendendo os Estados de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul, do Amazonas, de Rondônia e de Roraima (alínea "c" do art. 2º do Decreto);

b) o quarto fuso, caracterizado pela hora de Greenwich 'menos cinco horas', passe a compreender o Estado do Acre.

O art. 2º do Projeto determina a entrada em vigor da alteração depois de decorridos 30 dias da publicação oficial da norma produzida.

Na justificação, o autor esclarece que a apresentação do Projeto decorreu de entendimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sobre a matéria, fruto dos debates travados nesse colegiado sobre a Consulta nº 1, de 2011, que tratava do referendo ocorrido no Estado do Acre sobre o assunto, realizado em 31 de outubro de 2010.

No referendo, 184.478 eleitores (56,87% dos votos válidos) votaram "não" ao fuso implantado pela Lei nº 11.662, de 2008, enquanto 139.891 votaram "sim" (43,13% dos votos válidos).

O PLS nº 91, de 2011, foi distribuído à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e à CCJ, cabendo à última a decisão terminativa. O despacho determina a aplicação do disposto nos incisos I e II do art. 49 do Regimento Interno à tramitação da matéria, o que fundamenta o seu estudo em reunião conjunta das Comissões.

Não foram apresentadas emendas ao Projeto.

De início, verifica-se que não há reserva de iniciativa para a matéria veiculada pelo Projeto, conforme o art. 61 da Constituição Federal.

Além disso, o assunto figura entre as competências da União, a quem compete privativamente legislar sobre sistema de medidas, nos termos do art. 22 da Carta Magna. Não há também qualquer ressalva quanto à juridicidade e regimentalidade da matéria.

Sr. Presidente, se eu estiver incomodando, eu peço desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ferraço, é apenas para pedir às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores, assessores e imprensa. O Senador Ferraço está lendo o relatório.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Se eu estiver incomodando, eu peço desculpas e paro de relatar. Se houver protesto, eu paro o relato.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Isso. Depois não venham... Eu ia fazer um comentário, mas...

Senador Ferraço.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Vou concluir o relatório.

Até a edição da Lei nº 11.662, de 2008, o Acre enquadrava-se no quarto fuso horário, caracterizado pela hora de Greenwich 'menos cinco horas'. Com o advento dessa Lei, esse Estado passou a compartilhar com outros do terceiro fuso horário.

Ocorre que, posteriormente, o Decreto Legislativo nº 900, de 1º de dezembro de 2009, convocou referendo destinado a consultar o eleitorado sobre a conveniência e a oportunidade da alteração do fuso horário promovida pela Lei nº 11.662, de 2008, o que se efetivou por meio da seguinte questão: "Você é a favor da recente alteração do horário legal promovida no seu Estado?". Conforme antes mencionado, a população rejeitou a alteração promovida pela Lei, em referendo realizado concomitantemente com a primeira eleição subsequente à promulgação daquele Decreto Legislativo.

Em seguida, o Plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), à unanimidade, considerou atendidas as

exigências legais e regulamentares relativas ao referendo e homologou o resultado proclamado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE/AC). Tal decisão foi comunicada ao Presidente do Senado Federal por meio do Ofício nº 453/2011/SPR, assinado pelo Presidente do TSE, Ministro Ricardo Lewandowski, que deu origem à Consulta nº 1, de 2011.

Instalou-se, então, controvérsia acerca dos efeitos do referendo realizado. Observe-se que a Lei nº 11.662, de 2008, não previu que sua eficácia dependeria do referendo da população (condição resolutiva). Por sua vez, o referendo convocado, muitos meses depois, pelo Decreto Legislativo nº 900, de 2009, não se referiu à Lei, limitando-se a questionar a posição do eleitor sobre a alteração do fuso horário do Estado. Embora seja o Decreto Legislativo instrumento hábil para convocar o referendo, levantou-se a dúvida se essa convocação – desvencilhada da Lei – serviria para estancar a eficácia desta e retomar a aplicação da norma anterior.

Além disso, foi consultado somente o Estado do Acre, quando a referida Lei – ato normativo de competência da União – abrangia também outras unidades da federação.

Embora se possam questionar os efeitos jurídico-legislativos do referendo ocorrido, não se pode olvidar da manifestação colhida junto à população. Ela é inequívoca, no sentido de repudiar a alteração promovida pela Lei nº 11.662, de 2008, no fuso horário do Acre. Como decorrência, até para prestigiar a democracia direta – contemplada no parágrafo único do art. 1º e no art. 14 da Constituição Federal – é dever do Congresso Nacional dar curso a essa manifestação.

Em relação aos aspectos econômicos, a mudança não trará impacto significativo para a economia do Acre. Nos últimos anos, o PIB do Acre vem tendo crescimento superior ao da média nacional, sem correlação apreciável com a mudança de fuso horário ocorrida em junho de 2008. Por essa razão, sob o prisma econômico, não há óbice para que o retorno ao fuso horário original seja implantado.

Para tanto, foi em boa hora apresentado o presente Projeto, cuja aprovação atenderá ao povo acreano e conferirá a segurança jurídica necessária à situação, na medida em que será a lei que dele advirá que promoverá a modificação, em sentido formal e material, da Lei nº 11.662, de 2008, no que foi repudiada pelo referendo realizado.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2011, de autoria do eminente Senador Pedro Taques, que contou com o entusiasmo e com a motivação do Senador Petecão, que se faz presente, acompanhando aqui *in pectore* essa manifestação e decisão de alto interesse do povo acreano.

É como relato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Ferraço.

A matéria está em discussão.

Para discutir, a Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Depois, Senador Pedro Taques, Senador Aníbal, Senador Flexa e Senador Petecão.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, quero cumprimentar o relator da matéria, Senador Ricardo Ferraço, mas cumprimento o Senador Pedro Taques pela elaboração do projeto de lei. Aqui nós temos a participação do Senador Petecão, que foi, a partir da Câmara dos Deputados, um dos grandes responsáveis pela realização do referendo.

Percebemos não ter sido ele o instrumento correto, entretanto, o instrumento jurídico perfeito e correto para trabalhar essa questão, esse assunto, uma vez que a lei aprovada pelo Congresso não previa a realização de qualquer referendo para que entrasse em vigor ou não.

Entretanto, eu acredito, Senador Delcídio, que, mesmo sem ter validade jurídica sobre a matéria, o referendo teve uma importância política fenomenal, porque ele foi o instrumento capaz de mostrar ao Brasil qual o desejo do povo do Estado do Acre.

Só lamento, e o Senador Petecão sabe que eu apresentei na Câmara, quando o projeto estava em discussão, uma emenda de plenário, estendendo o plebiscito a Municípios de outros Estados, cujo horário havia sido alterado pela mesma lei. O Senador Petecão dizia que eu era contrária e desfez todo um acordo que havíamos fechado com as lideranças. A emenda não foi aprovada, e o referendo, infelizmente, não aconteceu em todos os Municípios que tiveram o horário modificado, mas tão somente no Estado do Acre.

Mas, enfim, acho que mesmo tendo sido o referendo realizado somente no Estado do Acre é uma sinalização aos Congressistas, aos Senadores, aos Parlamentares brasileiros, ao Parlamento brasileiro, de que o povo do Acre prefere manter o horário natural, porque muitos foram os transtornos. Do lado, por exemplo, de Cruzeiro do Sul, temos o Município do Amazonas chamado Guajará, e o sentimento dos amazonenses que vivem em Guajará não é diferente do sentimento de todo acreano em relação ao horário. Houve muitos transtornos nos horários do comércio e sobretudo no horário das escolas.

Entretanto, Senado Delcídio, acho que precisamos enfrentar... Aqui quero deixar claro: sou a favor do projeto, votarei a favor do relatório aqui apresentado. Entretanto, considero que precisam sentar – aqui fica uma sugestão – as Bancadas dos Estados da Amazônia, os Estados que têm horário diferenciado, para debater algumas questões que, de igual forma, nos prejudicam. Por exemplo, quando o horário de verão é estabelecido no Brasil, a diferença do Acre não é uma hora; são três horas. A hora no meu Estado, Amazonas, na maior parte dos municípios, porque em alguns municípios são três horas também – Tabatinga, Guajará e outros –, a diferença é de duas horas.

Está em vigência no Brasil, por exemplo, uma lei sobre o conteúdo programático, a classificação do conteúdo programático que passa nos meios de comunicação, na televisão. O Senador Eunício, ex-Ministro das Comunicações, domina perfeitamente a matéria.

Ocorre que com três horas de diferença, ou duas horas de diferença, nós somos obrigados a assistir a programas gravados, nós assistimos a programas gravados com duas ou três horas de atraso em nossos Estados. É preciso mudar isso, mesmo porque aqueles que vivem no interior vivem com muita dificuldade, mas têm sua antena parabólica e não são atingidos pela lei de classificação de conteúdo porque está a antena parabólica levando o sinal, via satélite, imediato, em tempo real.

Eu acho, Senador Petecão – já tivemos uma conversa com o Senador Eduardo Braga –, que precisamos trabalhar esse assunto, essa questão. Temos dificuldade com o horário bancário também, do sistema financeiro. Em vez de mudarmos o horário, vamos permanecer com o horário tal qual determina a ciência, mas mudar aquilo que pode ser mudado sem causar qualquer transtorno à população; ao contrário, vamos fazer essas mudanças para diminuir os transtornos que a nossa população vive. As novelas lá a gente assiste porque há novela das seis, há novela das sete, a gente assiste uma atrás da outra. O Jornal Nacional vem depois. Dependendo do horário de verão, temos telejornais gravados para serem adaptados ao horário da programação.

O conteúdo, a classificação do conteúdo é importante? É. Eu a defendo, mas ela não vigora para a maioria das pessoas na região. Não vigora por conta disso, por conta de sinais de satélites, que chegam diretamente e, quanto a eles, não há qualquer tipo de intervenção para mudança da programação.

Era o que queria dizer.

No mais, quero cumprimentar os Senadores, o autor da matéria, Senador Pedro Taques, o Relator, e sobretudo o Senador Petecão porque a gente acompanha a luta dele desde a aprovação da lei que mudou o horário. Acho que a persistência de V. Exª fez com que estejamos participando de uma região conjunta, o que não é comum. Esta é uma reunião conjunta de três Comissões para analisar de forma mais ágil o projeto de lei apresentado pelo Senador Pedro Taques, mas que, sem dúvida nenhuma, teve uma interferência, uma participação direta de V. Exª, Senador Petecão.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Vanessa Grazziotin.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Sr. Presidente, um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Para um esclarecimento, Senador.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Na verdade, há alguns Senadores inscritos, inclusive eu, para fazer esse debate. Existe uma possibilidade de fazer inversão para a gente votar logo? Estou com medo de perder o quórum e depois discutir a manhã toda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Está em discussão, porque temos uma questão de votação nominal, de quórum, portanto eu pediria aos Senadores que... Eu não posso mudar a liturgia.

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, consertar o erro é muito difícil, porque você já vem com o erro e aí tem que, muitas vezes, cometer outro erro. Neste caso, Sr. Presidente, existia um decreto de 1913. Em 2008 houve uma lei que modificou o decreto, o que é constitucional.

Em 2008, houve uma lei que modificou o decreto, o que é constitucional. No entanto, essa lei em nenhum momento estabeleceu uma condição resolutiva de que ela, essa lei, precisaria, para que produzisse efeito, tivesse eficácia jurídica e social, a necessidade de um referendo, de uma consulta popular. A lei foi aprovada, revogou a parte do decreto de 1913. Muito bem. Aquele decreto não mais existia no tocante ao horário do Acre.

Houve, politicamente, a vontade de se fazer uma consulta popular, e foi aprovado pelo Congresso Nacional um decreto legislativo, que é um instrumento hábil para consulta popular, e, por esse decreto legislativo, a população do Acre foi consultada e entendeu por bem voltar ao horário de 1913. Essa consulta popular tem o seu valor social. Queremos valorizar isso. No entanto, o decreto legislativo e o referendo não têm a força constitucional de revogar a lei de 2008, muito menos de ressuscitar, revigorar, repristinar a lei de 1913, que havia sido revogada no que tange ao horário do Acre.

Muito bem. Houve aquela discussão na CCJ, e eu, em conversa com os Senadores do Acre, aceitei apresentar esse projeto – e o apresentei – que dá vazão à vontade da população do Acre.

E é interessante que seja dito, Sr. Presidente desta Comissão, Sr. Presidente da CCJ, que, assim como esse decreto legislativo, que foi aprovado, foi realizado, com a concordância do TSE, existem outros do Estado do Pará e de outros Estados. Então, temos outros equívocos também nessas outras consultas populares.

Eu gostaria de deixar expresso que esse projeto de lei não altera o horário do Estado de Mato Grosso. Porque saiu na imprensa, no meu Estado, que eu havia apresentado um projeto para modificar o horário do meu Estado, do Estado que eu aqui represento, e isso não trata do Estado de Mato Grosso, só trata do Estado do Acre, voltando à situação de 1913, que é a vontade da população daquele Estado. Existem casos que deveremos analisar no tocante a parte do Amazonas – ali, Boca do Acre –, existe uma situação também no Estado do Pará. mas isto aqui se refere ao Estado do Acre. O projeto trata do Estado do Acre, é bom que se diga.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Aníbal.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, V. Exª poderia prestar um esclarecimento? Na realidade, eu havia conversado inclusive com o autor do projeto, e ele me garantiu: nós estamos revogando a lei. A lei aprovada mudou o horário em todos os Municípios do Estado do Acre e em alguns Municípios do Amazonas e do Pará. Agora, então, a lei não é como dizia o Senador Taques, ela não revoga a lei que muda o horário de todos os Municípios e somente se refere ao Estado do Acre. Se for assim, está errado, Sr. Presidente. Se for assim, nós não vamos aceitar que o projeto seja votado hoje, vamos pedir vista, porque ela tem que abranger todos os Municípios, absolutamente todos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – O projeto que está sendo analisado é especificamente para o Estado do Acre, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Ah, não. Mas a lei não é específica do Estado do Acre, Sr. Presidente. A lei não era específica para o Estado do Acre, ela abrangia outros Municípios em outros Estados.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – V. Exª poderia apresentar emendas para estender a validade para outros Municípios.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Agora.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Revoga-se a lei por inteiro. Se é consenso, revoga-se a lei por inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Aníbal.

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 91, de autoria do Senador Taques, é fruto de um entendimento da Comissão de Constituição e Justiça, da Comissão de Assuntos Econômicos e também da Comissão de Relações Exteriores. Ele apresenta um projeto justamente para tirar uma nuvem de fumaça que estava colocada sobre esse assunto no Estado do Acre. Por quê? Porque o Senador Tião Viana, ao propor a alteração da lei, do Decreto nº 2.784, também o fez levando em conta um anseio que estava colocado, que era a necessidade de colocar o Acre em um fuso horário que diminuísse a distância entre o Acre, Rondônia e Amazonas, principalmente, porque não fazia sentido nós temos um fuso de uma hora sabendo que um município...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu pediria, por favor, silêncio. O Senador Aníbal está... Eu pediria, por favor, silêncio.

Senador Aníbal.

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – O Senador Tião Viana, ao apresentar o seu projeto de lei, ele o fez tendo em conta a absoluta constitucionalidade da matéria. Conseguiu sua aprovação no Congresso e levou a efeito com a sanção presidencial e a entrada em vigor dessa lei.

O que aconteceu? Quando entrou em processo eleitoral, um ano antes do processo eleitoral já se começou a criar esse clima de contrariedade à decisão do Senador Tião Viana levando em conta que ele não havia feito uma consulta formal à população do Estado. Então, apresentou-se e foi aprovado no Congresso o decreto visando à realização do plebiscito, que foi feito exatamente no dia do segundo turno das eleições no Acre.

E o que eu tenho a afirmar aqui para reforçar a importância desse projeto apresentado pelo Senador Taques? É porque, em o referendo tendo acontecido no dia do segundo turno da eleição, o Senador Tião Viana já havia sido eleito Governador, porque ele foi eleito em primeiro turno. O Senador Tião Viana foi eleito Governador no primeiro turno. Ele podia muito bem usar da sua prerrogativa de Governador e fazer uma extensa e ampla e forte campanha do dia 3 de outubro até o dia 31 de outubro para fazer reverter essa situação em favor da tese que ele defendia. Mas ele, democraticamente, se apresentou na televisão e disse: "Apresentei um projeto de lei. Esse projeto está sendo questionado. Foi convocado um referendo. Então, deixo

essa decisão para a opinião das pessoas, do povo do Acre, dos eleitores do Acre". Ele deu plena autoridade para o povo do Acre tomar essa decisão. E o povo do Acre decidiu, por 56,87% contra 43,13%, a favor da volta do horário como antigamente.

Qual é o problema que eu gostaria de colocar aqui? Porque, a partir do momento em que o eleitorado decidiu, o TRE reconheceu o resultado e o TSE também reconheceu o resultado, começou a se espalhar no Acre uma notícia de que não se aplicava o que tinha sido decidido por armação do Governo do Estado, dando a entender que não se estava respeitando a vontade do povo. No entanto, a vontade do povo foi respeitada, está sendo respeitada e vai ser respeitada. Só que tinha que ser regulamentado.

Então, o projeto apresentado aqui pelo Senador Taques faz justiça à verdade, porque simplesmente está regulamentando o que foi decidido pelo povo. É fundamental que fique claro para o povo do Acre que nem o Governador Tião Viana, nem o Senador Jorge Viana e nem o Senador Aníbal se colocaram contra a decisão do povo do Acre. Pelo contrário, o que nós queríamos era a regulamentação dessa vontade expressa no plebiscito, no referendo, exatamente para não haver volta, como está questionando agora a Senadora Vanessa, com muita propriedade, porque é um assunto polêmico. E nós não podemos, de maneira simplória, querer indispor a população do Acre contra suas autoridades mostrando que qualquer atraso nessa decisão aqui no Senado fosse fruto de uma articulação, de uma artimanha tentando impedir que a vontade do povo acontecesse.

Então, nesse sentido, Senador Taques, eu o cumprimento, eu o parabenizo por essa proposta de lei apresentada pelo senhor exatamente porque ela tira essa dúvida em definitivo. Uma vez regulamentado o assunto aqui no Senado e na Câmara Federal e sancionado pela Presidência, certamente, vai ser colocado em vigor, vai entrar em vigor aquilo que foi decidido pelo povo do Acre, e ponto final. E não precisamos mais fazer disso uma bandeira política, porque fica muito mal para os representantes do Acre parecer que a gente faz política como um samba de uma nota só. Até hoje há parlamentar do Acre que, todas as vezes em que ocupa a tribuna, o faz só para tratar do assunto do fuso horário do Acre.

Então, é preciso tirar essa bandeira, porque não está fazendo bem para a política do Acre e para o povo do Acre fazer dessa questão uma guerra, uma vez que o fuso horário do Acre, desde 1913, foi instituído com base numa situação... O que foi decidido em 1913 foi alterado em 2008 pelo Senado Tião Viana, mas tudo com base em possibilidades, quando, na realidade, se instituiu lá uma campanha dizendo que Tião Viana tinha alterado o horário de Deus. Ora, o horário de Deus! O horário com base na diferença de fuso escorado no horário de Greenwich...

Quando se decidiu, em 1913, que o Acre teria o quarto fuso horário e não o terceiro fuso horário, junto com Rondônia e junto com Amazonas, foi uma decisão que atendeu aquele momento. Quando o Senador Tião Viana apresentou um projeto em 2008 para alterar, ele também tentava atender uma exigência do momento. Se essa situação foi alterada pelo referendo, pronto. Vamos regulamentá-lo agora, com esse projeto do Senado Taques, e vamos por um ponto final nesse assunto, e tocar a vida, porque o Acre e o Brasil precisam que a vida seja tocada para frente e não fiquemos apenas tratando de um fuso horário que não atrapalha em nada a vida das pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Aníbal.

Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senador Delcídio Amaral, Senador Eunício Oliveira, Srªs e Srs. Senadores, o assunto já foi debatido bastante e já vem desde a legislatura passada.

Quero apenas solicitar ao Senador Pedro Taques que possamos ampliar o parecer. O parecer do Senador Pedro Taques, a Senadora Vanessa estava equivocada, achando que resolveria o problema de todos os Estados que tiveram alterados os seus fusos horários pela Lei nº 11.662, de 24 de abril de 2008. E o projeto de lei do Senador Pedro Taques, melhor dizendo, só alterava o Estado do Acre.

Quando, na legislatura passada, se fez um decreto legislativo para o referendo no Estado do Acre, eu quis emendá-lo aqui no Senado Federal para incluir o Pará e o Senador Arthur Virgílio, o Amazonas. O Senador Geraldo Mesquita Júnior nos solicitou que não o fizéssemos, porque estava em estágio já terminativo aqui, e poderia atrasar o referendo. Atendendo essa solicitação, Senador Petecão, não o fizemos.

Em seguida, dei entrada no Projeto de Decreto Legislativo nº 931, de 2009, que atendia os interesses dos Estados do Pará e do Amazonas, que tiveram também os seus fusos horários alterados em parte dos Estados, em alguns Municípios. Esse decreto legislativo, nós demos entrada aqui no dia 25 de novembro de 2009, e ele foi encaminhado à Câmara no dia 9 de dezembro de 2009. Não chegou a passar aqui 15 dias, Senador Delcídio, e está parado na Câmara até hoje, e o referendo não foi feito.

Então, o que eu quero solicitar ao autor do projeto, do PLS 91, de 2011? Que, como disse o Senador Demóstenes, que ele atenda uma emenda... O Relator,

que é o Senador Ferraço, que ele atenda a emenda que nós vamos apresentar, o Senador Flexa Ribeiro e a Senadora Vanessa, para que se possa derrubar a lei como um todo, retornando os fusos horários tanto do Acre quanto do Pará quanto do Amazonas ao horário anterior.

Lamentavelmente, eu gostaria muito de ter feito o referendo para ouvir a população, como foi feito no Acre. O Acre fez o referendo, a população se mostrou favorável ao retorno do fuso anterior. Lamentavelmente, o referendo, na parte oeste do Estado do Pará, que foi atingida pela mudança, ficou parado na Câmara e não foi possível fazê-lo. Mas vamos aproveitar o projeto do Senador Pedro Taques para voltarmos ao estado anterior e, se houver, então, interesse, fazermos exatamente o contrário, alterá-lo para a frente.

Esta é a minha solicitação: que o Senador Ferraço possa atender a emenda que será encaminhada, para que a lei seja extinta na sua totalidade, ou seja, em todos os Estados que foram atingidos pela Lei nº 11.662 e não somente no Estado do Acre.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcído do Amaral. Bloco/PT – MS) – V. Exª concluiu, Senador Flexa? (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Petecão.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcído do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ferraço, pela ordem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Apenas para pedir a V. Exª uma orientação. Temos a esta altura duas emendas propostas: uma proposta pelo Senador Flexa e outra, pela Senadora Vanessa.

Peço a V. Exª que essas emendas possam chegar até a nossa assessoria para que possamos, enquanto o debate se desenvolve, fazer uma análise e uma adequação técnica dessas emendas enquanto o debate se dá.

Consulto, então, V. Exª se posso contar com o concurso da assessoria.

O SR. PRESIDENTE (Delcído do Amaral. Bloco/PT – MS) – A sugestão, Senador Ferraço, é que, se V. Exª concordar com as emendas apresentadas, elas sejam incorporadas ao relatório e, consequentemente, nós as votaríamos, até porque só temos mais um orador inscrito, que é o Senador Petecão...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcído do Amaral. Bloco/PT – MS) – E, depois, começaríamos a votação nas três comissões.

Pela ordem, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Nós acatamos a sugestão do Relator da matéria, Senador Ferraço, e já encaminhamos a ele a sugestão de emenda, que não entraria como emenda, seria uma sugestão, e ele a incorporaria, mudando seu relatório, para fazer com que essa mudança ocorra em todos os Municípios, e não apenas nos Municípios do Estado do Acre.

De fato, o Senador Ferraço tem a preocupação de que não aconteceu o plebiscito nos outros Municípios que não pertencem ao Acre. Então, ele gostaria de saber qual é a opinião. Eu disse ao Senador Ferraço que não houve por conta de uma falha no projeto de decreto que chamou o plebiscito. Nós queríamos que todos os Municípios tivessem sido ouvidos, mas, infelizmente, não aconteceu isso. Agora, são Municípios que têm uma interferência e uma ligação – por exemplo, os do Amazonas – muito mais próximas do Acre do que do Amazonas.

Para a gente chegar, Senador Ferraço, aos nossos Municípios do Amazonas, a gente precisa ir ao Acre e, de lá, voltar para o território do Amazonas. Então, eles sob a área de influência do Acre, culturalmente, comercialmente, economicamente, tudo. É uma reivindicação. Nós conhecemos a realidade, o Senador Petecão conhece. O próprio Senador Flexa, nos Municípios do Pará que são atingidos, também tem conhecimento de que a população não se sente satisfeita com essa mudança.

Então, o que precisamos é voltar à situação anterior, e é muito simples. O autor do projeto, na alínea "d" do Decreto nº 2.784, parou exatamente na redação, até onde cita o Acre. Só que a redação é mais ampla. Diz o seguinte: "o quarto fuso horário, caracterizado pela hora de Greenwich, menos cinco horas, compreenderá o território do Acre e os Estados cedidos recentemente pela Bolívia, assim como a área a oeste da linha precedentemente descrita". Ou seja, esses Municípios estão na área oeste do que aqui descreve. Então, essa redação é simples: voltar à alínea "e" na sua integralidade.

É essa a sugestão, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, na condição de Relator, nós estamos, então, acolhendo e incorporando ao nosso parecer as manifestações e as contribuições da Senadora Vanessa e do Senador Flexa, na certeza de ambos, pela legitimidade que tem a Senadora Vanessa representando o Estado do Amazonas e o Senador Flexa representando...

(O Presidente faz soar a campainha)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – A Senadora Vanessa, representando o Estado do Amazonas, e o Senador Flexa, representando o Estado do Pará, possam estar legitimamente manifestando e defendendo interesses dos seus Estados. Dessa forma eu acolho as emendas e as propostas da Senadora Vanessa e do Senador Flexa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PMN – AC) – Sr. Presidente, vou procurar ser bem breve para que nós possamos votar logo este projeto.

Presidente Eunício, queria lhe agradecer de público pelo seu empenho e seu apoio para que hoje nós estivéssemos aqui, nesta reunião conjunta. Com certeza, para o povo do Acre, é uma reunião histórica. O Presidente Delcídio, o Presidente Collor também, que não está presente, mas é uma pessoa que faz parte dessas três Comissões.

Na verdade, de nossa parte, só queremos agradecer o empenho e a participação de todos os senhores. Não gostaria de ser repetitivo, até porque quando o Senador Aníbal se refere a pessoas que vivem na tribuna e nas comissões falando todo dia eu tenho certeza de que ele se refere a minha pessoa, até porque foi um compromisso que assumi comigo mesmo e com o povo do Acre, para que nós fizéssemos valer a vontade do povo acreano.

No meu entendimento e no entendimento da população acreana, não havia necessidade de estarmos aqui, porque entendemos que não há instrumento mais democrático do que o referendo. Foi o povo do Acre quem fez a opção de escolher o horário em que gostaria de viver.

Então, à nossa fala eu gostaria de dar a maior celeridade possível, porque essa oportunidade é ímpar. Temos aqui um quórum expressivo das três comissões. E quero dizer à Senadora Vanessa que não houve intenção nenhuma na época, até porque ela acompanhou tudo e viu que essa coisa não é tão tranquila como o Senador Aníbal se refere. Ele não acompanhou o embate que tivemos lá na Câmara, na CCJ. Esse foi um projeto do então Deputado Flaviano Melo. E eu lhe peço desculpas, Senadora, porque naquele momento, eu achava que era mais uma articulação para tentar acabar com o nosso referendo, porque não foi fácil assim como o Senador se refere.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) Senador Petecão, só um aparte.

Em um minuto, eu só queria dizer que V. Exª é o grande construtor deste projeto. Nós o ajudamos, mas V. Exª é o mártir, V. Exª é o bandeirante e com a fé, eu diria, de um gladiador. V. Exª tem todo o nosso aplauso e tem o meu voto também.

Obrigado.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Eu agradeço as palavras generosas, mas na verdade essa vitória é do povo do Acre.

Eu só queria agradecer a todos os Senadores, independente de partido. Nós não podemos politizar esse debate, porque acima dos interesses políticos, acima dos interesses partidários estão os interesses de um povo que diz que quer viver no horário. Lá nós chamamos, Senadora, de horário de Deus. O pessoal quer voltar ao horário antigo que nós tínhamos.

O Senador Tião Viana pode ter tido o melhor propósito em trazer o melhor, mas ele não trouxe. O problema é que não tiveram a humildade de reconhecer e o povo do Acre teve que ir às urnas. Mas, graças a Deus, nós estamos aqui hoje e eu tenho certeza de que a maioria dos senhores irá nos dar esse voto para que o povo acreano possa estabelecer o nosso horário.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu gostaria de ponderar com V. Exªs: a proposta apresentada não é tão simplista assim como alguns têm...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Hoje a Comissão de Assuntos Econômicos está bem conturbada, viu? Está difícil falar, os Senadores falarem. Há muita conversa paralela. Vou começar a dar 10 de comportamento, 9, 5, expulsar da classe.

Eu gostaria de sugerir a V. Exªs o seguinte: pelo que eu conversei com o autor do projeto, Senador Pedro Taques, as emendas que estão sendo apresentadas aqui, Senador Ferraço, simplesmente mexem com todo o fuso horário brasileiro.

Portanto, nós precisamos... nós não podemos tomar uma decisão aqui, três comissões reunidas, dessa forma açodada. Porque o texto que vimos aqui, nós vamos provocar um caos no País inteiro em função dos fusos horários, da modificação dos fusos horários. Então, o que sugiro...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Apenas para concordar com V. Exª, mas ao mesmo tempo para aditar que a emenda da Senadora Vanessa Grazziotin, a qual subscrevi, não busca revogar a lei. Ela busca restabelecer o artigo que tratava do fuso horário do Estado do Acre bem como daqueles que

foram acertados com o antigo Estado boliviano para se estabelecer, a partir de um limite da linha de Greenwich, um diferente fuso horário em território brasileiro. Portanto, a emenda da Senadora Vanessa Grazziotin é diferente de outras emendas que visavam obviamente anular a lei em vigor que rege o fuso horário brasileiro.

Portanto, apenas em aditamento à colocação de V. Exª, a emenda da Senadora Vanessa não cria o vácuo legislativo importante para a regulação do horário brasileiro e, portanto, entendo pertinente a emenda da Senadora, subscrita por mim e por demais Senadores.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pela ordem também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim. Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, nós temos que entender o seguinte: a mudança de fuso horário não pode se dar em razão de novela, em razão de jogo de futebol. A mudança de horário tem repercussões físicas, emocionais, já tem comprovação sobre isso.

Muito bem. Em 1913, existia um decreto que estabelecia um horário para o Brasil todo. Este decreto foi modificado em 2008. Essa modificação não tratou só do horário do Acre. Tratou de uma reordenação do horário do Brasil todo. Muito bem...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS. *Fazendo soar a campainha.)* – A Secretaria da Comissão está fazendo mais barulho do que a comissão.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) Sr. Presidente, só uma questão de ordem.

Nós os Senadores estamos levando a culpa, como se fôssemos muito barulhentos. Mas quero dizer que há assessores aqui que acham que aqui dentro tem cabine de telefone. Eu estou aqui atrás e quero dizer que não são só os Senadores os culpados, é todo o pessoal que está presente aqui neste evento. Senão, o Brasil inteiro que está nos assistindo vai achar que nós somos todos alunos desobedientes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – E o professor Delcídio. (*Risos)*

Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Demóstenes.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não terminei ainda.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Desculpe-me. O Taques não encerrou ainda.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – A lei de 2008, Sr. Presidente, não trata só do horário do Acre. Portanto, ela não pode ser revogada na sua inteireza. Essa lei não estabeleceu nenhuma condição suspensiva ou resolutiva que determinasse a realização de uma consulta popular, como ocorreu no caso do desarmamento, em que um dos seus dispositivos disse: nós teremos a necessidade de uma consulta popular. Muito bem. A consulta popular que foi realizada e aprovada por um decreto legislativo tem o seu valor simbólico, porque demonstra o que a população do Acre quer e precisa ser respeitado e está sendo respeitado por esse projeto que, em conversa com os três Senadores do Acre, eu me propus a apresentá-lo.

O projeto trata do Estado do Acre só – só –, fazendo com que o Estado do Acre volte ao horário de 1913. Isso. No entanto, a lei de 2008 trata de outros fusos horários. Portanto, se nós revogarmos essa lei, nós vamos ter transtornos no Brasil todo. O ideal seria nós não revogarmos essa lei. O ideal seria nós voltarmos à situação anterior no tocante ao Estado do Acre, e naqueles Estados em que houve modificação pela lei de 2008. Isso, só isso.

O SR. O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, primeiro o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, apenas para dar uma sugestão.

Já que todos concordam que deve voltar o horário original, restabeleça-se o texto da lei de 1913, que jamais deu problema. E pronto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) –O Senador Pedro Taques, autor do projeto, tem toda razão quando disse que a Lei 11.662, que mudou o fuso horário, além de ter alterado o fuso horário nos Estados do Acre, Amazonas e Pará, alterou o horário também em outras regiões do País. Com isso, se derrubássemos a Lei por inteiro, poderia haver alterações em outras áreas do País.

Então, atendendo à ponderação correta do autor do projeto, a emenda que estou apresentando é tão-somente com relação ao Estado do Pará, para que possa ser acolhida junto com a que se refere ao Acre.

A Senadora Vanessa e o Senador Eduardo Braga estão apresentando essa mesma emenda com relação

ao Estado do Amazonas. O restante, Senador Pedro Taques e Relator, Senador Ferraço, ficará como foi definido pelo dispositivo em 2008.

Era essa a informação a respeito da emenda que estou encaminhando.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes, pela ordem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, V. Exª se preparava para fazer uma sugestão diante da complexidade da matéria, que vai se tornando mais complexa, à medida que são apresentadas emendas. Eu estava aguardando a sugestão, porque eu quero dizer a V. Exª que eu não me sinto preparado para votar nessas condições. Eu gostaria de ter um tempo para examinar as emendas, suas repercussões, a repercussão das alterações legislativas.

Peço a V. Exª, por gentileza, que conclua a frase que estava dizendo no momento em que foi interrompido.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) –S. Exª traz informações que me obrigam a fazer uma reflexão sobre o que fiz aqui.

Nós tínhamos, no princípio, acolhido, mas no entendimento de que isso não traria as implicações que V. Exª analisa. Nesse contexto e sob essas premissas, eu me reservo o direito de solicitar à Consultoria que faça uma análise para que nós possamos ter uma visão clara e precisa dos impactos que essas emendas vão trazer para o País. Só então eu estaria apto a apresentar a minha posição, o meu posicionamento a respeito das emendas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu gostaria de sugerir...

Nós temos dois caminhos. Primeiro, a interrupção da reunião para uma análise do Relator junto com a Consultoria do Senado, para que a gente não tome uma decisão açodada, quer dizer, no calor da discussão, a gente poderia tomar uma decisão que depois comprometeria inclusive outros Estados que, absolutamente, não têm nada a ver com isso.

O que eu gostaria de sugerir é o seguinte: uma eventual suspensão da reunião por trinta minutos e depois voltaríamos a analisar essa matéria ou, então, um pedido de vista, para que a gente vote esse mesmo assunto na próxima semana

É importante registrar que nós temos aqui uma reunião ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos com vários projetos importantes para serem votados, como empréstimos, que vão ser votados hoje ainda. Eu começo a me preocupar com o andar da carruagem. O horário está avançando. Não é uma decisão simples. Não podemos simplesmente tomar uma decisão a respeito do fuso horário da maneira como nós estávamos encaminhando a matéria. Acho que o bom senso seria haver um pedido de vista coletivo, na próxima semana reuniríamos as comissões e o Relator *ad hoc*, o Senador Ferraço, apresentaria uma proposta definitiva, porque é um tema delicado e, portanto, um tema sobre o qual temos responsabilidade ao votar.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Muito boa ideia.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Quero concordar com V. Exª, apesar de ter muita segurança na emenda que apresentamos, porque, de fato, a lei reorganiza o fuso horário brasileiro, entretanto, a alínea "e" é que trata da região cujo horário foi modificado. Acho que, para a segurança de todas as Srªs e dos Srs. Senadores, seria este o melhor caminho: o pedido de vista, e, semana que vem – para segurança do relator, inclusive –, nós o analisaremos. Mas a emenda está mantida.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Sr. José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, acho que a sugestão que V. Exª apresenta, seja a interrupção da discussão, seja o pedido de vista coletivo, é importante. No entanto, o relator vem se debruçando sobre essa matéria já há bastante tempo. Ele é doutor nesse assunto, até por que vem se dedicando. O que quero sugerir? Que o relator, com a competência que lhe é peculiar, elabore um quadrinho sobre as consequências, região por região, Estado por Estado, das emendas apresentadas. Por exemplo: para a minha região Nordeste, a revogação da lei seria um desastre. Nós estaríamos votando uma coisa desastrosa. Esse assunto mexe com o dia a dia das pessoas. Não é negócio de novela! Mexe com o dia a dia das pessoas, horário de trabalho, escurece mais cedo, horário de escola. Isso é uma coisa muito séria.

Então, a solicitação que eu faria é que o Relator, Senador Ferraço, elaborasse um quadro com as emendas e suas consequências, região por região, Estado por Estado, para que nós pudéssemos votar com a consciência da responsabilidade que temos sobre o interesse nacional, passando pelos nossos Estados.

Seja adiamento de votação, seja pedido de vista, é a sugestão que quero deixar ao Relator Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

Pela confusão estabelecida, peço prazo à Comissão para que eu possa avaliar, detidamente, adequadamente, a complexidade de tudo que foi dito aqui, por mais uma semana, para que eu possa reapresentar a proposta e analisar, com o cuidado que exigem, as emendas que foram propostas aqui.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Muito bem. PSDB de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Sr. Presidente, na verdade, sinceramente, começo a me preocupar ainda mais, porque esse é um projeto para o qual foi feito um acordo, na CCJ, inclusive com a participação do Líder do Governo, de que estaríamos dando a maior celeridade possível para resolver essa situação. Trabalhamos para que esta Comissão se reunisse hoje, e, mais uma vez, o projeto do Acre, de interesse do Acre – fizemos o referendo, o povo se manifestou – está sendo adiado.

Vejo o Senador Agripino e não estou mais entendendo nada. As emendas modificam até o horário do Nordeste? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Da forma como algumas emendas foram apresentadas, nós mexemos no fuso horário do País. Por isso a preocupação de vários Senadores aqui, que agora estão preocupados em votar esse assunto e pedindo mais uma semana até para que o Relator Ferraço olhe essas questões e apresente uma proposta em condições de ser votada na próxima semana.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – E por que não votamos o horário do Acre, que está resolvido, já foi discutido.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Senador Petecão, essa não é uma questão de Estados, não diz respeito a Unidades da Federação, diz respeito à localização geográfica, à Linha de Greenwich. Quando se mexe com o Acre, é preciso mexer com outros Estados que estão na mesma posição da linha. É claro, Senador! Então, não pode... O Estado do Amazonas teve aproximadamente dez Municípios com o horário modificado em um projeto que veio do Acre. Então, para rever, vamos ter de rever a situação de todos, Senador.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – A senhora apresenta um projeto resolvendo a situação do Amazonas.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Apresentei a emenda já, Senador. Não quero mexer com o Brasil; somente para aquela região cujo horário foi modificado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Pedro Taques.

Depois, a última palavra do Relator, Senador Ferraço, para concluirmos esta reunião, porque outras comissões vão começar a funcionar, e já avançamos demais no horário.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC. *Fora do microfone*.) – Eu só gostaria de terminar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – V. Exª não concluiu?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Não, não terminei. A Senadora Vanessa não permitiu que eu terminasse.

Na verdade, eu gostaria aqui só de chamar a atenção dos Senadores, agradecer e chamar a atenção, porque esse problema mexe diretamente com a vida dos acreanos. Vocês não imaginam o tanto de pessoas que estão esperando por esta reunião de hoje, porque se criou a expectativa de que hoje nós iríamos resolver essa situação. Ela não é tão fácil como a gente pensa.

Então, preocupa-me porque vamos protelar mais uma vez. Da minha parte, eu aceito os argumentos da Senadora Vanessa, mas eu só gostaria de chamar a atenção dos colegas Senadores para que nós possamos estar juntos na próxima reunião, nessa reunião conjunta, para resolver, de uma vez por todas, essa situação do horário do Acre.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Petecão.

Senador Pedro Taques e depois, por último, Senador Ferraço, que pegou um "pepino" danado aí.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, a questão não está no projeto, é bom que se diga. O projeto.. Foi feito um acordo lá na CCJ que nós mudaríamos o horário do Acre. Isso. Lá, nessa reunião, ao que me consta, estavam presentes Senadores de outros Estados da Federação.

Muito bem. Agora, estas emendas podem trazer sérios problemas. É a minha opinião. Agora, eu não sou o dono da verdade e nós temos que discutir isso. Agora, votar essas emendas agora, de afogadilho, sem maior análise, pode trazer problemas.

Então, nós, em razão da seriedade do tema, eu, como autor do projeto... O projeto trata do Acre. Estas emendas merecem uma melhor análise.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, eu reafirmo aqui que, na condição de Relator *ad hoc*, me sinto seguro para votar a proposta na forma em que foi apresentada pelo eminente Senador Pedro Taques. Entretanto, não sinto a mesma segurança, à luz daquilo que S. Exª trouxe aqui de complexidade, não sinto segurança para relatar as emendas.

Então, temos duas questões: ou votamos o projeto hoje ou mais uma semana, para que eu possa analisar as emendas e poder retornar a esta Comissão com muita responsabilidade, com muita consequência a respeito de qualquer decisão que venhamos a adotar nesta Comissão pelos impactos que podemos ter em tantos Estados brasileiros.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, a minha questão de ordem é de caráter prático.

O Município de Boca do Acre está, interligado por estrada, a uma distância de 112 quilômetros do Estado do Acre. Nós vamos ter o Estado do Acre retornando ao horário original e vamos ter Boca do Acre mantido num fuso horário com a cidade de Manaus.

Nós também temos Municípios... O Município de Guajará está a 80 quilômetros, por estrada, do Município de Cruzeiro do Sul. Nós vamos trazer o Município de Cruzeiro do Sul para o horário originário e vamos manter Guajará com o horário de Manaus.

Ou seja, eu não entendo, *data venia* as colocações anteriores, que a emenda apresentada pela Senadora Vanessa tenha qualquer tipo de ilegalidade ou qualquer tipo de desarranjo legal com relação à lei em vigor, Senador Ricardo Ferraço. Por quê? Porque, na verdade, o que ela está fazendo é voltando o texto original do artigo original da lei que foi alterada para que se possibilitasse, através de um referendo, mudar os horários de vários Municípios e do Estado do Acre e que, no caso do Estado do Amazonas, não ficou subordinado ao referendo.

Ora, portanto, a decisão legislativa é suficiente com relação ao Estado do Amazonas. Se retomamos, portanto, a forma original do artigo, como é proposto pela emenda da Senadora Vanessa, de forma alguma estamos criando qualquer impasse de ilegalidade ou qualquer vácuo legislativo com relação à questão do horário.

O que parecerá extremamente esdrúxulo é retornarmos o horário do Estado do Acre e mantermos essas cidades do Estado do Amazonas absolutamente desconectadas do horário que tem a vinculação cultural que tem a vinculação histórica, tradicional etc. com essa cidade.

Eu faço um apelo ao Relator e faço um apelo a esta Comissão no sentido de que seja aprovado o texto do projeto de lei do Senador Pedro Taques com a emenda proposta pela Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, a decisão da Mesa e pelo que estou entendendo dos encaminhamentos aqui feitos... Não, o Relator, infelizmente, agora é o Senador Ferraço.

Infelizmente para V. Exª, porque V. Exª pegou um pepino do tamanho de uma jamanta, até porque esse assunto é um assunto complexo, esse negócio de fuso horário. Não é uma coisa assim tão simplista. É só consultar algumas cartas de horário pelo mundo para ver como é que essa historia de Greenwich já teve uma flexibilidade gigantesca. A Rússia está assim, a Europa está assim. Eu pessoalmente questiono um pouco. Alguns dizem que, mudou o fuso horário, o cara fica doente. Então, daqui para frente, está proibido mudar para Europa, mudar para Los Angeles, por causa de cinco horas, seis horas de diferença, as pessoas vão ficar doentes

Só para lembrar que foi falado do Nordeste, o Senador Agripino: Pernambuco, Recife, especificamente, se fosse seguir à risca Greenwich, não era o horário de Brasília, não. Foi, inclusive, alterado na época da República. Quando começou a República, foi alterado em função do Rio de Janeiro. Então, não é uma coisa simplista e assim uma coisa que alguns podem vir a explorar de uma maneira, em algumas situações até politicamente ou em alguns Estados até demagogicamente...

Então, eu quero deixar bem claro isso e entendo, pelo encaminhamento do Senador Ferraço e dos demais Senadores, esta reunião está suspensa por uma semana para que o Senador Ferraço analise as emendas e traga um proposta definitiva para votação, na próxima terça-feira, às 9h30 da manhã.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Presidente, só finalizando, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PMN – AC) – Eu só não gostaria que fossem levadas em conta as novelas e que fosse levada em conta a vontade do povo. Se o povo tiver que se adequar às novelas, é brincadeira. As televisões que devem se adequar ao povo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela ordem. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A secretaria sugere que encerremos, porque vai ter que haver votação nominal. Portanto, vamos encerrar e, às 9h30, começamos uma nova reunião na terça-feira próxima.

Senador Blairo Maggi, que é favorável ao novo horário...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Eu já tenho problema suficiente no Mato Grosso, no Vale do Araguaia, não vou nem entrar nesta discussão, senão vai ser mais um tiroteio.

A minha pergunta, Sr. Presidente, é: encerra-se a reunião e não seguimos com a nossa reunião da CAE hoje também mais?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não. Agora nós vamos...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Encerra esta. Começa a outra. Ok, muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Está encerrada a reunião, e, na terça-feira, às 9h30, nos reuniremos para deliberar sobre o fuso horário, agora não só do Acre, mas do Amazonas também e do Pará e, se Deus quiser, mantendo o resto do Brasil em paz.

Está encerrada a reunião, e daqui a cinco minutos, começamos a reunião da CAE.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Começa agora, Presidente. Começa agora, Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente..

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a Reunião às 11horas e 24minutos)

ATA DA DÉCIMA NONA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas do dia dezenove de maio de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, presentes as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann**, **Blairo Maggi**, **Antonio Carlos Valadares**, **Jarbas Vasconcellos, Luiz Henrique, Vital do Rêgo, Francisco Dornelles**, **Aloysio Nunes Ferreira**, **Paulo Bauer, Delcídio do Amaral**, **Clésio Andrade**, **Ana Amélia**, **Cyro Miranda** e **Inácio Arruda**. Justificam a ausência os Senhores Senadores **Aníbal Diniz** e **Cristovam Buarque**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 16ª e da 17ª reuniões, que são dadas como lidas e aprovadas. São lidos os comunicados e ofícios da Presidência. Faz uso da palavra o Senador **Francisco Dornelles**. A Senadora **Ana Amélia** requer alteração de texto no **Requerimento nº 23, de 2011 – CRE**, de sua autoria, que é submetida ao Plenário da Comissão e aprovada. O requerimento passa a ter a seguinte redação "*Nos termos do art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, para debater os aspectos e o alcance do Anteprojeto de Emenda à Constituição, de autoria do nobre Senador Roberto Requião, que tem o objetivo incluir a participação do Congresso Nacional nas negociações de atos, acordos, convênios e tratados que versem sobre matéria de comércio internacional. Para tanto solicito sejam convidados um representante do Ministério de Relações Exteriores; Sr.* ***Samuel Pinheiro Guimarães –*** *Embaixador e Alto Representante-Geral do Mercosul no Conselho de Mercado Comum (CMC); Representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); Sr.* ***Rubens Ricupero –*** *acadêmico e ex-Secretário-Geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD); Sr.* ***Paulo Nogueira Batista Júnior –*** *Economista e Diretor-Executivo do Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Sr.* ***José Augusto Castro –*** *Vice-Presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB)."* Tem início a análise da pauta. **Item 1 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 639, de 2010**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão, assinado em Brasília, em 28 de maio de 2009".* Relator *ad hoc*: Senador **Blairo Maggi**. Resultado: aprovado o parecer favorável. **Item 2 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 642, de 2010**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão, celebrado em Brasília, em 28 de maio de 2009".* Relator *ad hoc*: Senador **Blairo Maggi**. Resultado: aprovado o parecer favorável. Senador **Luiz Henrique** solicita inversão de pauta. Solicitação apro-

vada. **Item 6 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 74, de 2011**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"aprova o texto da Decisão XXXVIII/D/453, da XXXVIII Reunião de Ministros da Organização Latino-Americana de Energia, realizada em Medellín, Colômbia, em 30 de novembro de 2007".* Relator: Senador **Luiz Henrique**. Resultado: aprovado o parecer favorável. **Item 3 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 645, de 2010**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República da Guatemala, assinado em Brasília, em 4 de abril de 2008".* Relatora *ad hoc*: Senadora **Ana Amélia**. Resultado: aprovado o parecer favorável. **Item 4 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 646, de 2010**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Botsuana, celebrado em Gaborone, em 11 de junho de 2009.".* Relatora *ad hoc*: Senadora **Ana Amélia**. Resultado: aprovado o parecer favorável. **Item 5 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 647, de 2010**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"aprova o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Seicheles, celebrado em Victória, em 16 de setembro de 2008".* Relatora ad hoc: Senadora **Ana Amélia**. Resultado: aprovado o parecer favorável. **Item 7 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 78, de 2011**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"aprova o texto do Acordo Bilateral de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cingapura, celebrado em Brasília, em 25 de novembro de 2008".* Relator *ad hoc*: Senador **Aloysio Nunes Ferreira**. Resultado: aprovado o parecer favorável. **Item 8 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 104, de 2011**, de autoria da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, que *"aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, celebrado em Puerto Iguazú, em 30 de novembro de 2005".* Relatora: Senadora **Ana Amélia**. Fazem uso da palavra os Senadores **Luiz Henrique** e **Eduardo Suplicy**. Resultado: aprovado o parecer favorável. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às onze horas e quinze minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Declaro aberta a 19ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 16ª e 17ª Reuniões.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Há comunicados a fazer.

Foram realizadas, nas últimas semanas, duas importantes audiências que fazem parte do ciclo de palestras sobre os rumos da política externa brasileira.

O quarto painel tratou da política externa dos Estados Unidos, da União Europeia e da Rússia e de seus reflexos no cenário internacional. Essa reunião foi presidida pelo Senador Cristovam Buarque, Vice-Presidente desta Comissão, e delas participaram os Senadores Jarbas Vasconcelos, Aloysio Nunes Ferreira, Eduardo Suplicy e Ana Amélia. Participaram, como palestrantes, o Prof. Angelo Segrillo; o Prof. Luís Fernando Ayerbe; o Prof. Christopher Coker, da London School of Economics; e, por último, o Prof. Gilberto Sarfati. Já foi dado conhecimento do resultado dessa audiência pública aos Srs. Senadores. Solicito que cópia do resumo do que aqui foi tratado seja distribuída a todos os Srs. Senadores e Srªs Senadoras membros desta Comissão.

Peço que a Secretaria da Comissão anote isso, para fazer chegar, com a maior presteza possível, esse resumo às mãos dos senhores membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, bem como o resumo da nossa 5ª Audiência Pública, cujo tema abordado foi a política externa da China, da Índia e da África do Sul e seus reflexos no cenário internacional, da qual participaram os seguintes acadêmicos: o Prof. Severino Bezerra Cabral Filho, Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Estudos de China, Ásia e Pacífico (Ibecap), que analisou a emergência de novos centros do poder mundial e o surgimento da multipolaridade com a nova configuração da estrutura do sistema internacional; o Prof. Oliver Stuenkel, da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de São Paulo, que questionou a unidade dos Brics e a sua vontade de assumir mais responsabilidade global – ele disse que esse questionamento parte do fato de que a vontade de assumir mais responsabilidade global é difícil, em função da grande diferença de interesses entre os integrantes e do fato de eles não exercerem liderança em suas próprias regiões –; o Prof. Ubiratan Castro de Araújo,

da Fundação Pedro Calmon, da Bahia, que destacou a relação bilateral entre o Brasil e a África do Sul e a importância do Atlântico Sul no grupo Brics; e o Prof. Ricardo Sennes, da Universidade de São Paulo (USP), que falou por último, para quem a mudança no cenário nacional não necessariamente será favorável ao Brasil, apesar da consolidação do movimento político diplomático, e que expressou uma visão crítica dos Brics, por achar que os países formadores desse conjunto de países não teriam poderio militar ou capacidade de coerção em escala global, dos quais o G7 e a Otan são detentores e de cuja dimensão não abrirão mão num curto prazo.

Foi falado também que, entre esses países, à exceção do Brasil, detentor de um cenário de estabilidade, a Rússia, a Índia e a China têm conflitos internos ainda não equacionados e que seus sistemas políticos ainda podem sofrer rupturas a médio prazo. Na dimensão política, os Brics apóiam os princípios básicos da ONU, segundo ele, mas não apresentam alternativas para uma nova ordem global. São países que evoluíram econômica e politicamente no regime anterior. Portanto, desse regime se beneficiaram, e não lhes interessa uma mudança desse sistema. É a tese do Professor Sennes, que conclui que o Brasil, no entanto, é o único País, entre aqueles que formam o Brics, que se beneficia de um cenário, de um entorno estável, com baixa diversidade cultural, linguística e religiosa e com baixa densidade populacional, não sofrendo, como os demais, esses elementos que tendem a gerar estabilidade.

A audiência pública, a ser realizada na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional na próxima segunda-feira, vai fazer um balanço dos 20 anos do Mercosul e discutirá o cenário do entorno dos países que conformam esse grupo de integração econômica.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Abordaremos o tema do Mercosul na próxima segunda-feira?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – O Senador- Ministro Dornelles pergunta se o tema será o Mercosul na próxima audiência pública. Sim, o tema será o Mercosul. Trataremos dos problemas e faremos uma análise ainda do cenário dos países do nosso entorno.

Senador-Ministro Francisco Dornelles, em nome da Comissão de Relações Exteriores, eu gostaria de trazer a V. Exª os mais efusivos cumprimentos, pela forma brilhante com que V. Exª se houve na função de Presidente da Comissão de Reforma Política, instituída pelo Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney, cuja delegação lhe coube.

Ontem mesmo, todos os Senadores estavam presentes quando da entrega formal que o Senador-Ministro Dornelles fez ao Presidente desta Casa dos projetos de lei e projetos de emenda constitucional para que essa reforma política possa realmente avançar e se tornar um marco regulatório político-institucional das nossas legislações partidária e eleitoral. Todos os Senadores foram unânimes em reconhecer o trabalho de V. Exª. O seu trabalho foi feito com muita capacidade, com muita competência, sobretudo buscando construir consenso em temas difíceis de se encontrar consenso. É claro que, como V. Exª bem disse, em cada um desses temas, os consensos não existiram, mas o importante é que tudo o que foi apresentado pela Comissão, por intermédio de V. Exª, deu-se em função do processo democrático de votação de cada um desses itens, com a escolha naturalmente recaindo sobre o desejo da maioria.

Portanto, em nome da Comissão de Relações Exteriores, que tem a honra de tê-lo com um de nossos integrantes, gostaríamos de trazer a V. Exª, de público, nossos cumprimentos, pela excelência dos trabalhos apresentados, à altura das melhores tradições desta Casa.

Meus cumprimentos, Senador-Ministro Francisco Dornelles!

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, agradeço muito as palavras a V. Exª, que foi um dos membros da Comissão, dizendo que o resultado só foi possível graças à competência e ao conhecimento prático e teórico de todos os membros da Comissão. Houve a preocupação de se chegar ao resultado. Ali, ninguém teve a preocupação de dar demonstração de sabedoria. Todo mundo procurou o resultado, escolhendo o melhor caminho para se chegar a esse resultado. Desse modo, cumprimento V. Exª, o Senador Luiz Henrique e a Senadora Ana Amélia, que foram membros da Comissão. Quero dizer que o sucesso, o resultado foi decorrente do trabalho de cada um deles e de V. Exª também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador-Ministro Dornelles, mas, sem dúvida, nesse contexto, somos apenas colaboradores do trabalho que V. Exª iniciou, obedecendo rigorosamente aos prazos estabelecidos. Nós todos ficamos muito felizes de compartilhar, sob sua liderança, dos resultados auferidos pela Comissão.

Trago ao conhecimento dos senhores membros desta Comissão o recebimento do convite feito pela Assessoria Parlamentar do gabinete do Comandante do Exército Brasileiro, por meio do Ofício nº 258-A/4-CN, para participar de visita ao Centro de Comunicações e

Guerra Eletrônica do Exército, nesta quinta-feira, dia 19 de maio. Na ocasião, será feita a apresentação sobre o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), novo projeto do Exército no contexto do processo de modernização das Forças Armadas. Acrescento que os Srs. Senadores João Pedro e Randolfe Rodrigues, nesta manhã, estão representando esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no referido evento.

Na reunião desta Comissão realizada no último dia 16, segunda-feira, a Presidência procedeu à leitura do Requerimento nº 23/2011, de autoria da ilustre Senadora Ana Amélia. O objetivo era trazer esse Requerimento ao conhecimento dos Srs. Senadores e Senadoras membros, observando a antecedência requerida pelo Ato nº 2/2011, desta Comissão, que "disciplina as datas e os horários das reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional" e que diz, em seu art. 3º que, "salvo em situações extraordinárias, nenhuma reunião será realizada sem que a pauta devidamente preparada pela secretaria da Comissão seja enviada aos membros dois dias úteis antes de sua realização". Considerando que o referido Requerimento recebeu, no momento em que foi apresentado por S. Exª a Senadora Ana Amélia, aprovação tácita pelo Plenário da Comissão de maneira informal, sem a devida formalização, a apresentação do Requerimento, posteriormente, foi feita. Durante a reunião do dia 12 de maio, quando da realização da audiência pública passada, quando aqui foi lido, verificou-se alteração do objeto na relação dos convidados. Em função disso, submeto as alterações à apreciação do Plenário. São apenas mudanças de texto. E, como a Senadora Ana Amélia concordou com isso, coloco a matéria à deliberação de V. Exªs.

Não havendo objeção quanto a essas mudanças que simplesmente são de redação sobre o número de convidados, coloco em discussão o Requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento apresentado formalmente pela Senadora Ana Amélia, do PP do Rio Grande do Sul.

Recebemos na Comissão de Relações Exteriores algumas correspondências, e a primeira delas é do Presidente do Senado paraguaio, em que agradece à Comissão de Relações Exteriores o apoio dado às alterações no Capítulo IV do Tratado de Itaipu, assinada pelo Senador Oscar González Daher, Presidente do Senado; Senador Carlos Filizola; Senador Alberto Grillon; Senador Enrique González Quintana; Senador Juan Dario Monges. Também há uma correspondência do Senador Carlos Filizola, Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Paraguai.

Há uma nota que julgo relevante e que foi divulgada pelo Itamaraty. Acredito que seja do conhecimento de todos, mas eu gostaria de deixá-la registrada nos Anais desta Comissão. É a Nota à Imprensa nº 194, de 13 de maio de 2011, em que o Itamaraty informa sobre o serviço de saque do fundo de garantia a ser operado nos consulados nos Estados Unidos da América, a partir do dia 16 de maio. Diz a Nota:

"Os dez Consulados-Gerais do Brasil nos Estados Unidos começarão a operar o serviço de solicitação de saque do Fundo de Garantia a partir do dia 16 de maio. O serviço, uma parceria do Ministério das Relações Exteriores e da Caixa Econômica Federal, permite que o brasileiro, no exterior, resgate os recursos existentes em sua conta no Fundo de Garantia. Até então, era preciso que o brasileiro residente no exterior viesse ao Brasil e fizesse seu pedido em uma agência bancária para obter o resgate."

O procedimento que passa a ser adotado é bem simples, mas é um grande avanço no atendimento dos pleitos que nos chegam dos brasileiros residentes no exterior. Nossos cumprimentos ao Itamaraty, pelos esforços, juntamente com a Caixa Econômica Federal, para que um desses pleitos fosse, afinal, atendido de forma expedita!

Recebi ofício da Comissão dos Negócios Estrangeiros e da Defesa da Câmara dos Conselheiros (Senado), Dieta Nacional do Japão (Parlamento), em função da moção votada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional quando do desastre ocorrido em Fukushima. O Presidente da Comissão dos Negócios Estrangeiros e da Defesa da Câmara dos Conselheiros (Senado), Dieta Nacional do Japão (Parlamento) envia um ofício, expressando a sincera gratidão pelas profundas condolências que foram estendidas a toda a população do Japão, em função do terremoto e do *tsunami* que atingiram o país, e também pela acolhedora solidariedade com os sobreviventes. Dou conhecimento a V. Exªs dessa reposta que nos foi dada pelo Sr. Sato Koji.

Recebi também um ofício do Senador Epitácio Cafeteira. Com a concordância de V. Exªs, vou encaminhá-lo, para as providências cabíveis, ao Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Antônio Patriota. S. Exª diz que recebeu um pedido desesperado de uma família brasileira que se angustia com a situação de um filho preso há mais de dois anos no Estado do Arizona, nos Estados Unidos da América. Como se pode ver na correspondência a seguir, tudo indica que os

direitos do acusado são veementemente negados, e a fiança estipulada é notoriamente absurda. S. Exª relata o caso em tela e faz uma solicitação a esta Comissão:

"Minha solicitação a esta douta Comissão, foro privilegiado para assuntos internacionais e colegiado institucionalmente forte e legítimo, é que abrace a causa, com intervenção junto ao Itamaraty, para que se verifiquem as causas de tanta delonga, bem como os abusos e/ou cerceamento de defesa impostos a um brasileiro em solo americano."

Eu gostaria de submeter também à deliberação de V. Exªs se o procedimento que a Mesa pode adotar nesse caso está correto e corresponde ao que V. Exªs entendem ser acertado fazer, que seria encaminhar isso formalmente ao Itamaraty, solicitando as providências cabíveis no caso.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado o encaminhamento dessa solicitação do Senador Epitácio Cafeteira ao Ministério das Relações Exteriores.

Vamos dar início à pauta de hoje.

ITEM 1
- Não Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 639, DE 2010

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão, assinado em Brasília, em 28 de maio de 2009.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Relatoria: Senador Cristovam Buarque.

Eu pediria ao Senador Blairo Maggi que funcionasse como Relator *ad hoc* dessa matéria, se possível.

Concedo a palavra a V. Exª para a leitura do relatório.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, demais Senadores e Senadoras aqui presentes, passo a ler o relatório.

I – Relatório

Esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é chamada a examinar o Projeto de Decreto Legislativo nº 639, de 2010 (nº 2.487, de 2010, na origem), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão, assinado em Brasília, no dia 28 de maio de 2009*.

Em relação ao disposto ao art. 49, I, da Constituição Federal, que estabelece a atribuição exclusiva do Congresso Nacional para aprovar atos internacionais, combinado com seu art. 84, inciso VIII, o Presidente da República enviou às Casas Legislativas a Mensagem nº 899, de 4 de novembro de 2009, solicitando a apreciação da matéria.

A Mensagem Presidencial traz anexa a Exposição de Motivos do Ministro das Relações Exteriores, da qual cabe destacar o seguinte:

"O presente Acordo tem como objetivo promover valores culturais e estreitar o entendimento e a cooperação existentes entre o Brasil e o Uzbequistão. Convencidas de que a cooperação cultural contribui significativamente para fortalecer os laços de amizade e o entendimento mútuo entre os países, as Partes acordam em fixar um marco geral que ordena, fortalece e incrementa suas relações no campo cultural."

O tratado em apreço foi aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados em 11 de novembro de 2010, após passar pelo crivo das Comissões de Educação e Cultura e de Constituição, Justiça e de Cidadania.

No Senado Federal, ele foi distribuído a esta Comissão no dia 29 de novembro de 2010. Não obstante o término da Legislatura em que foi apresentada, a proposição continua a tramitar nos termos do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal e do Ato nº 4, de 2010, da Mesa desta Casa.

Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação de emendas, a proposição foi distribuída à minha relatoria no dia 28 de abril de 2011.

II – Análise

O tratado, composto de 14 artigos, objetiva fortalecer a cooperação entre os respectivos Estados no campo cultural. Cuida-se de instrumento bastante abrangente que compreende intercâmbio de experiências nos seguintes domínios: literatura, artes visuais, música, teatro, dança, cinema, museus e arquivos.

O ato internacional em apreço visa ainda a estimular contatos diretos entre museus, bem assim troca de experiências nos campos da restauração, proteção e conservação do patrimônio cultural.

O art. 14, 2, estabelece que o acordo tem validade de cinco anos, sendo automaticamente renovado por igual período, salvo notificação prévia, por escrito, de uma das Partes, de seu desejo de denunciá-lo. O mesmo dispositivo, em sua alínea 3, prescreve que o "Acordo pode ser emendado, de comum acordo entre as Partes, pela via diplomática". No ponto, é prudente recordar que, caso eventual emenda "acarrete encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional", ela deverá ser submetida à chancela congressional. É o que determina a Constituição Federal, em seu art. 49, I.

Nessas circunstâncias, consideramos que o ato internacional que ora se submete à apreciação legislativa, para efeitos de incorporação ao ordenamento jurídico interno, de todo conveniente e oportuno aos interesses nacionais. Acrescentamos, por fim, que a proposição não apresenta vícios de regimentalidade.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 639, de 2010.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi pela leitura do relatório, cuja autoria coube ao Senador Cristovam Buarque.

Coloco em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o presente relatório apresentado pelo Senador Blairo Maggi.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 2
- Não Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 642, DE 2010

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão, celebrado em Brasília, em 28 de maio de 2009.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Relatoria: Senador Cristovam Buarque.

Eu solicitaria ao Senador Blairo Maggi, que fez a leitura do relatório constante do item anterior, como Relator *ad hoc*, que o fizesse também, no presente momento, em relação ao Projeto de Decreto Legislativo nº 642.

Concedo a palavra ao Senador Blairo Maggi, para proferir a leitura do relatório.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, espero que eu consiga ficar mais sabido um pouco, como o Senador Cristovam, ao ler o seu relatório.

I – Relatório

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 615, de 18 de agosto de 2009, submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão, celebrado em Brasília no dia 28 de maio de 2009.

O acordo foi inicialmente apreciado pela Câmara do Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo nº 2.488, de 2010, decorrente da referida Mensagem e produzido por sua Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, após análise por sua Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O referido ato internacional, encaminhado pela Mensagem nº 909, de 2009, do Poder Executivo, foi recebido pela Primeira Secretaria da Câmara dos Deputados em 20 de novembro de 2009, tendo o projeto de decreto legislativo derivado sido aprovado pelo Plenário daquela Casa em 18 de novembro de 2010.

No Senado Federal, onde foi registrada como Projeto de Decreto Legislativo nº 642, de 2010, a proposição foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e, posteriormente, ao Relator signatário, no dia 28 de abril de 2011. O projeto não recebeu emendas no prazo regimental.

II – Análise

Cuida-se aqui de um acordo-quadro de cooperação técnica entre o Brasil e o Uzbequistão que visa fortalecer os laços de amizade entre os dois povos, aperfeiçoar e estimular o progresso técnico e o desenvolvimento socioeconômico dos dois países, com ênfase no desenvolvimento sustentável, por meio da colaboração entre seus programas e políticas correlatas e da criação de mecanismos institucionais necessários.

O acordo estabelece áreas prioritárias para o desenvolvimento da cooperação, consideradas prioritárias pelas Partes: educação, saúde, proteção ambiental, serviços de utilidade, gestão de recursos hídricos, inovação tecnológica, agricultura, energia e telecomunicação. Ademais, podem ser definidas outras áreas pelas Partes para a cooperação.

O Artigo II autoriza as Partes a se beneficiarem de mecanismos de cooperação trilateral, por meio de parcerias triangulares com outros países, organismos internacionais ou agências regionais.

Os projetos de cooperação técnica serão desenvolvidos por meio de Programas Executivos, que definirão as instruções executoras, os órgãos coordenadores e os componentes necessários à sua implementação. Desses projetos, poderão participar instituições dos setores público e privado, bem como organizações não governamentais. Às Partes, é permitido buscar financiamento de organismos internacionais, fundos, programas internacionais e regionais e outros doadores.

Os Artigos V, VI e VII determinam regras relativas à divulgação dos documentos, informações e outros conhecimentos obtidos pelas Partes em virtude da implantação do Acordo em pauta e à remoção de barreiras à entrada e saída de pessoas e aos equipamentos e materiais necessários à implantação do tratado. Segundo o Artigo VIII, o pessoal enviado de um país a outro, em decorrência da execução de projetos acordados no âmbito do presente Acordo, estará sujeito às leis e aos regulamentos vigentes no território do país anfitrião. O Artigo IX isenta de taxas, de impostos e de demais gravames de importação e exportação os bens e equipamentos fornecidos por uma Parte à outra para a execução de projetos.

O ato internacional em exame apresenta ainda disposição que prevê a possibilidade de sua emenda, desde que por mútuo consentimento das Partes, bem como os dispositivos de praxe sobre a solução de controvérsias, vigência (cinco anos) e denúncia.

Na Exposição de Motivos nº 278, de 27 de julho de 2009, do Ministro das Relações Exteriores, que acompanha a mensagem presidencial, analisa-se a importância do acordo celebrado entre Brasil e Uzbequistão, por atender à disposição de ambos os governos de desenvolver a cooperação técnica em diversas áreas de interesse mútuo, de forma a estimular o desenvolvimento social e econômico dos dois países.

Destaca o informe ministerial que a cooperação técnica prevista no documento poderá envolver instituições do setor público e privado, assim como organizações não governamentais de ambos os países.

O Acordo terá vigência por um período inicial de cinco anos, sendo automaticamente prorrogado por períodos iguais e sucessivos, salvo em caso de denúncia por uma das Partes (Artigo XII).

A cooperação entre os povos é o princípio constitucional que rege nossas relações internacionais. No caso em apreço, reveste-se de importância especial, porque força o relacionamento do Brasil com a República do Uzbequistão, que se espera seja marcado pelo dinamismo e benefícios recíprocos.

III – Voto

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a ratificação do acordo em análise, concluo – no caso, o Senador Cristovam – este parecer pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 642, de 2010.

Esse é o voto do Senador Cristovam Buarque, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi.

Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa, para as devidas providências.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, aqui, há três projetos a serem relatados pelo Marcelo Crivella e mais dois a serem relatados pelo Senador Cristovam Buarque. Como se trata de dois Senadores assíduos e aplicados, penso que S. Exªs ainda poderão chegar aqui. Em função disso, eu pediria a inversão de pauta, para que eu relatasse o Item 6, que trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 74, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Coloco à deliberação do Plenário o pedido de inversão de pauta feito pelo Exmº Senador Luiz Henrique.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos passar, então, à leitura do Item 6 da pauta.

ITEM 6
- Não Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 74, DE 2011

Aprova o texto da Decisão XXXVIII/D/453, da XXXVIII Reunião de Ministros da Organização Latino-Americana de Energia, realizada em Medellín, Colômbia, em 30 de novembro de 2007.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Relatoria: Senador Luiz Henrique.

Concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique, para proferir o seu relatório.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, passo à leitura do relatório.

I – Relatório

O Projeto de Decreto Legislativo em tela foi encaminhado ao crivo congressual por meio da Mensagem Presidencial nº 1.034, de 15 de dezembro de 2009, endereçada pelo Aviso nº 1.079 da Casa Civil, de mesma data, e acompanhado da Exposição de Motivos nº

00384, do Ministério das Relações Exteriores, de 25 de outubro de 2009, que explica os motivos para a celebração do ato internacional em apreço. De acordo com a Exposição de Motivos, a fim de refletir a participação de alguns Estados da região caribenha na Organização Latino-Americana de Energia (OLADE), criada por meio do Convênio de Lima, promulgado no Brasil pelo Decreto nº 75.103, de 20 de dezembro de 1974, é justificável alterar o nome da organização internacional.

Versada em um *considerando* e cinco artigos, a Decisão XXXVIII/D/453 estabelece a mudança da denominação da OLADE para Organização Latino-Americana e Caribenha de Energia (OLACDE), indica reforma de artigos do Convênio de Lima, para adequá-lo à nova denominação, exorta todos os Estados Membros a tomarem as providências internas cabíveis para ratificar a alteração e instrui a Secretaria Permanente para que, no âmbito de sua competência, proceda à alteração, e o Comitê Diretivo a apresentar, para aprovação da Reunião de Ministros, a proposta de reforma dos Regulamentos da Organização, com o mesmo fito.

II – Análise

A alteração da denominação da Organização é conveniente e oportuna, em nada desafiando nossa ordem constitucional.

III – Voto

Pelo exposto, manifestamo-nos favoravelmente ao Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 74, de 2011, por sua conveniência e oportunidade.

Salvo melhor juízo das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores, esse é o parecer.

O SR. PRSIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique, pela leitura do seu relatório, que coloco agora em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa, para as devidas providências.

Voltamos à pauta original.

ITEM 3
- Não Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 645, DE 2010

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República da Guatemala, assinado em Brasília, em 4 de abril de 2008.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Relatoria: Senador Marcelo Crivella.

Os Itens 3, 4 e 5 tratam de matéria de autoria do Senador Marcelo Crivella, que nos informou, hoje, pela manhã, que não poderia estar aqui presente. Solicitei à Senadora Ana Amélia que fosse a Relatora *ad hoc* das matérias constantes dos Itens 3, 4 e 5 da pauta.

Agradeço a V. Exª, Senadora, pela disposição de fazer a leitura do relatório e a designo como Relatora *ad hoc* do Projeto de Decreto Legislativo nº 645, inicialmente.

Tem a palavra V. Exª, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Comissão de Relações Exteriores examina o Projeto de Decreto Legislativo nº 645, de 2010, como disse V. Exª, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República da Guatemala, assinado em Brasília em 4 de abril de 2008.

Na Câmara dos Deputados, o ato internacional em apreço foi aprovado em 18 de novembro de 2010, na forma do Projeto de Decreto Legislativo formulado e aprovado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que tramitou ainda pelas Comissões de Educação e Cultura e Constituição, Justiça e Cidadania.

O ato internacional em exame se faz acompanhar de Exposição de Motivos do Ministro de Relações Exteriores, que destaca que o Acordo fixa um marco geral com o fim de ordenar, fortalecer e incrementar as relações entre as partes signatárias no campo cultural.

Como se trata, na análise, de um acordo idêntico a tantos outros que aqui já aprovamos, Sr. Presidente, esse artigo praticamente define que o Brasil e a Guatemala comprometem-se a coordenar com as autoridades competentes, em cada um dos países, além dos acordos culturais, troca de experiências na área cinematográfica e em muitas outras que interessam aos dois países, para facilitar o trânsito de pessoas dentro dos propósitos do presente Acordo, assim como o ingresso temporário de materiais e equipes necessárias para os atos de difusão cultural e artística. Talvez, esse seja o ponto principal desse Acordo.

Os dispositivos finais do presente ato internacional tratam, como é de praxe, de solução de controvérsias, da vigência de cinco anos, prorrogável por iguais períodos sucessivos, e também da denúncia do referido Acordo.

Consideramos este ato internacional, que ora se submete à apreciação legislativa para efeitos de incor-

poração ao ordenamento jurídico interno, altamente conveniente e oportuno aos interesses nacionais. Seu acolhimento pelo Congresso e posterior ratificação resultarão em maior aproximação entre os povos do Brasil e da Guatemala e em ampla divulgação da cultura latino-americana.

Sr. Presidente, em face do exposto, opino pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 645, de 2010, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República da Guatemala, assinado em Brasília, em 4 de abril de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM Nº 4
- NÃO TERMINATIVO -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 646, DE 2010

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Botsuana, celebrado em Gaborone, em 11 de junho de 2009.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD).

Relatoria: Senador Marcelo Crivella.

A Relatora *ad hoc* é a Senadora Ana Amélia. Concedo a palavra a S. Exª para proferir a leitura do relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esta Comissão é chamada de novo a se pronunciar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 646, de 2010, decorrente da Mensagem nº 911, de 11 de novembro de 2009, encaminhada pela Presidência da República ao Congresso Nacional, que submete à apreciação desta Casa o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Botsuana, celebrado em Gaborone, em 11 de junho de 2009.

Essa Mensagem presidencial é acompanhada de um texto do tratado em português e de Exposição de Motivos do Ministério das Relações Exteriores.

Foi apreciado na Câmara Federal.

Passo à análise.

A proposição não apresenta vício de constitucionalidade. Está de acordo com o art. 49, I, e com o art. 84, VIII, ambos da Constituição Federal, e não ofende outras normas fundamentais nem regimentais.

Tampouco verificamos vícios quanto à sua juridicidade.

Precisamente, o ato internacional em apreço é composto de 17 artigos e terá vigência inicial de cinco anos, renovável automaticamente por iguais períodos, salvo manifestação contrária de uma das Partes.

Destina-se, Sr. Presidente, à intensificação da cooperação entre os dois países na área da cultura, mediante plural intercâmbio de experiência e material artístico e de estabelecimento de projetos em comum.

As áreas de interesse são as artes visuais, música, dança, audiovisual, educação cultural, museologia, patrimônio cultural, literatura, arquivologia, biblioteconomia, rádio, cinema, televisão, direitos autorais e contrabando de arte.

Para a execução desse acordo será estabelecida a Comissão Mista, coordenada pelo Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Cultura brasileiros e pelo Ministério de Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional e Ministério da Juventude, Esporte e Cultura botsuanês. Essa Comissão terá por função avaliar e identificar áreas prioritárias, gerenciar programas de cooperação e supervisionar o cumprimento deste Acordo.

Em face dos elementos acima expostos, no mérito, estamos certos de que a adoção deste Acordo favorecerá as relações de amizade e cooperação com a República de Botsuana.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 646, de 2010.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso. PTB – AL) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 5
- Não Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº647, DE 2010

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Seicheles, celebrado em Victoria, em 16 de setembro de 2008.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD).

Relatoria: Senador Marcelo Crivellla.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, designada Relatora *ad hoc*, para proferir a leitura do relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a mensagem foi recebida pela Câmara dos Deputados em 14 de abril de 2010, e o projeto de decreto legislativo que confirma o tratado recebeu a chancela do Plenário daquela Casa em 18 de novembro de 2010.

No Senado Federal, onde foi registrado como Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 647, de 2010, a proposição foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 29 de novembro de 2010, mas não teve designação de relatoria ainda naquela sessão legislativa.

Continuou a tramitar na nova legislatura por força do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal e do Ato nº 4, de 2010, da Mesa do Senado Federal. Em 28 de abril deste ano, foi destinado ao Relator signatário – no caso, o Senador Marcelo Crivella – após o decurso do prazo regimental para recebimento de emendas.

Na análise, vemos que se cuida de acordo entre o Brasil e as Seicheles, que visa fortalecer os laços de amizade entre os dois povos, por meio da cooperação educacional e do desenvolvimento científico entre ambos os países, os quais reconhecem a importância dessa colaboração e estão conscientes de que o desenvolvimento científico e tecnológico global exige uma nova visão para alcançar a excelência de seus recursos humanos (Preâmbulo e artigo I)

Os objetivos do acordo são o fortalecimento da cooperação educacional no âmbito da educação avançada, a formação e aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores, o intercâmbio de informações e experiências e o fortalecimento da cooperação entre equipes de pesquisadores.

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País – por ter sido aprovada pela Câmara dos Deputados e por ter sido um ato de governo – a ratificação do acordo em análise, concluo este parecer, em nome do Senador Marcelo Crivella, opinando pela aprovação do Projeto de Decerto Legislativo nº 647, de 2010.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Henrique Cardoso. PTB – AL) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 7
- Não Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 78, DE 2011

Aprova o texto do Acordo Bilateral de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cingapura, celebrado em Brasília, em 25 de novembro de 2008.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CD).

Relatoria: Senador Cristovam Buarque.

O Relator *ad hoc* é Senador Aloysio Nunes Ferreira, a quem agradeço a atenção.

Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, para proferir a leitura do relatório.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, o texto do Acordo Bilateral de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cingapura, celebrado em Brasília, em 25 de novembro de 2008, foi encaminhado à apreciação do Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 950, de 19 de novembro de 2009, do Presidente da República.

Acompanha a mensagem presidencial a Exposição de Motivos do Ministro de Estado das Relações, de 10 de setembro de 2009.

O Acordo tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento da aviação civil internacional e estabelecer e explorar serviços aéreos entre e além de seus respectivos territórios. Vale registrar que tanto Brasil quanto Cingapura são partes da Convenção sobre Aviação Civil Internacional, assinada em 7 de dezembro de 1944.

Pelo Acordo, uma Parte concede à outra o direito de: sobrevoar o seu território sem pousar; fazer escalas no seu território, para fins não comerciais; di-

reito de fazer escalas em ponto da rota especificada para embarcar e desembarcar passageiros, bagagem, carga, ou mala postal separadamente ou em combinação (art. 2º).

Cada Parte poderá designar uma ou mais empresas para operar nas rotas especificadas. A empresa aérea designada deverá estar estabelecida no território da Parte que a designa, a cujo controle regulatório deverá estar submetida. Deverá ainda estar qualificada para satisfazer outras condições determinadas segundo as leis e regulamentos normalmente aplicados à operação de serviços de transporte aéreo internacional pela Parte que recebe a designação.

Além disso, a Parte que designa a empresa aérea deve cumprir as disposições, contidas nos arts. 7º e 8º do Acordo, referentes à segurança operacional e da aviação (art. 3º). A não observância dessas exigências poderá ensejar a negação, revogação ou limitação de autorização, mediante prévia consulta à Parte que designa a empresa aérea, exceto se a medida for essencial para impedir novas infrações a leis, regulamentos ou disposições deste Acordo (art. 4º).

Os certificados de aeronavegabilidade e de habilitação, bem como licenças, desde que emitidos ou convalidados por uma Parte com base em padrões iguais ou superiores aos estabelecidos na Convenção sobre Aviação Civil Internacional, de 1944, serão reconhecidos como válidos pela outra Parte (art. 6º).

As empresas aéreas designadas deverão obedecer às leis e regulamentos da Parte que as recebe, quando estiverem em seu território (art. 5º), e não poderão ser cobradas, quanto a tarifas aeronáuticas, em valor superior ao cobrado das empresas nacionais (art. 9º). Com base na reciprocidade e em sua legislação nacional, as Partes isentarão as empresas aéreas designadas, no maior grau possível, de restrições alfandegárias (art. 10).

O Acordo traz, ainda, dispositivos que cuidam de: conversão de divisas e remessa de receitas (art. 13); atividades comerciais das empresas aéreas designadas no território da Parte que a recebe (art. 14); impedimento do uso de aeronaves arrendadas que não atendam as exigências de segurança operacional e de aviação civil (art. 15); elaboração de estatísticas periódicas para exame da capacidade oferecida nos serviços acordados (art. 16); aprovação de horários (art. 17); possibilidade de realização de consultas sobre a interpretação, aplicação, implementação ou emenda ao Acordo (art. 18); meios de solução de controvérsias, incluindo a possibilidade de constituição de tribunal arbitral com três árbitros (art. 19); emendas (art. 20); impossibilidade de acordos multilaterais restringirem o exercício de direitos pelas empresas aéreas designadas, bem como as normas de segurança operacional e da aviação; denúncia (art. 22); e registro do Acordo na Organização da Aviação Civil Internacional (art. 23).

Não foram oferecidas emendas ao projeto nesta Comissão.

II – Análise

Nos termos do art. 103, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais.

O envio do Acordo pelo Presidente da República ao Congresso Nacional atendeu os dispositivos constitucionais pertinentes (arts. 49, I, e 84, VIII, da Constituição Federal).

Ademais, o projeto é versado em boa técnica legislativa e não apresenta vícios quanto à sua juridicidade.

Convém registrar que o ato internacional, veiculado no projeto de decreto legislativo, segue as cláusulas usuais em acordos bilaterais de serviços aéreos. Além disso, com a entrada em vigor deste Acordo, o anterior, assinado em 28 de outubro de 1997 e promulgado pelo Decreto nº 3.162, de 2 de setembro de 1999, deixará de produzir efeitos.

Em relação ao Acordo anterior, o projeto em exame tem o mérito de ampliar as possíveis rotas entre os dois países, uma vez que seu Quadro de Rotas (Anexo) prevê qualquer ponto ou pontos como intermediários, nas rotas originadas no Brasil ou em Cingapura. Veda-se, porém, o exercício, pelas empresas aéreas designadas de cada Parte, de direito de tráfego de quinta liberdade – ou seja, de direito de transportar passageiros e carga entre o território da outra Parte e o território de um terceiro Estado, no âmbito de um serviço aéreo destinado a ou proveniente do Estado de nacionalidade da aeronave – na América do Norte e no Nordeste da Ásia.

Tal ampliação, que somente pode ser viabilizada por meio de acordo bilateral, mostra-se necessária especialmente se considerarmos que, nos próximos anos, o Brasil sediará grandes eventos, a exemplo da Rio + 20, em 2012, da Copa do Mundo, em 2014, e das Olimpíadas, em 2016. E mais: não podemos ignorar a relevância que a Ásia tem assumido na economia mundial.

Desse modo, não temos dúvida de que essa medida certamente contribuirá sobremaneira para o incremento das relações bilaterais entre Brasil e Cingapura, em especial no âmbito do comércio e do turismo.

III – Voto

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, legal e regimental, somos

pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 78, de 2011.

Esse é o Relatório produzido pelo Senador Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Sr. Senador Aloysio Nunes Ferreira, pela leitura do relatório.

Coloco em discussão o referido relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa, para as devidas providências.

ITEM 8
- Não Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 104, de 2011

Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, celebrado em Puerto Iguazú, em 30 de novembro de 2005.

Autoria: Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

Relatoria: Senadora Ana Amélia.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, para proferir o seu Relatório.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, eu queria, a respeito dessa matéria, dizer que lhe agradeço muito a designação para Relatora e atribuí isso ao fato de que, na fronteira Brasil-Argentina, seis Municípios do meu Estado, o Rio Grande do Sul, fazem fronteira com a Argentina. Três Municípios do Paraná, da Senadora Gleisi, fazem fronteira com a Argentina, bem como um Município de Santa Catarina, do Senador Luiz Henrique.

Eu queria agradecer também a deferência do Senador Luiz Henrique, que tinha interesse na relatoria dessa matéria, mas abriu mão disso ao meu favor.

Então, agradeço aos dois Senadores a gentileza.

Eu queria dizer também que reporta a análise desse Acordo ao problema da morosidade na apreciação. Esse é um acordo de 2005, e, como bem levantou nesta Comissão de Relações Exteriores o Senador Luiz Henrique, temos de apressar os ritos de aprovação desses acordos que são tão importantes.

Neste caso específico e particular, o acordo trata da relação e da convivência da população fronteiriça, cujo significado tem um alcance muito grande para o entendimento pessoal e direto dessas populações, buscando o significado mesmo de integração e, em última análise, do Mercosul.

Por fim, Sr. Presidente, eu queria mencionar também o fato de que, ontem, a Ponte da Amizade, que separa as cidades de Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, e de Passo de Los Libres, na Argentina, foi fechada, numa movimentação pacífica de produtores de arroz, mais de três mil deles, do meu Estado e de Santa Catarina também, que estão numa situação de absoluta insolvência, em função dos problemas graves de comercialização. Entre outros fatores negativos, há a compra de arroz argentino, cem mil toneladas mensais, para abastecer o mercado brasileiro, no momento em que a safra do nosso País está sendo colhida. Nem sequer o preço mínimo fixado em R$25,00 está sendo cumprido. O produtor do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina está recebendo, em média, entre R$17,00 e R$19,00 a saca de arroz.

Então, trago com satisfação esse acordo, porque o tema também será tratado no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, hoje, à tarde, às 14 horas.

Vou fazer a leitura, então, deste relatório, Sr. Presidente, agradecendo-lhe e anotando essas minhas observações.

Submete-se a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 104, de 2011, que aprova o Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, assinado em Puerto Iguazú, em 30 de novembro de 2005.

O tratado foi remetido ao Congresso Nacional pela Mensagem do Presidente da República nº 253, de 8 de maio de 2008, que deu origem ao referido projeto de decreto legislativo, ao ser acatada pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

Após a avaliação pela comissão bicameral, por força da Resolução nº 1, de 2007, o acordo foi destinado à apreciação pelas Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, de Educação e Cultura, de Seguridade Social e Família, de Viação e Transportes, de Trabalho, Administração e Serviço Público, de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Por critério regimental, optou-se na Câmara dos Deputados pela constituição de uma comissão especial, tendo em vista o número de comissões técnicas envolvidas. Assim mesmo, o parecer da comissão especial foi exarado apenas em plenário, no dia 23 de março de 2011, quando também teve sua aprovação final naquela Casa.

Encaminhada ao Senado Federal, a proposição foi distribuída a esta Comissão de Relações Exteriores

e Defesa Nacional em 5 de abril de 2011, sendo, em seguida, distribuída à relatora signatária após o prazo regimental de recebimento de emendas.

Na análise, vemos que, além da integração governamental e macroeconômica, que caminha a passos satisfatórios, o Mercosul necessita, Sr. Presidente, ter a dimensão da integração dos povos, das comunidades locais dos países. Essa necessidade se reitera, sobremaneira, nas cidades localizadas nas regiões fronteiriças, onde a interação entre os nacionais de dois ou três dos quatro países membros do bloco ocorre até em razão da convivência forçada com o vizinho.

Essa situação é vivenciada pelos municípios do Sul do Brasil, particularmente naqueles cujas sedes são confrontantes a municipalidades dos demais países do Mercosul. Nessas cidades, o grau de interação da vida cotidiana dos moradores já tem gerado situações que requerem urgente guarda-chuva institucional, de maneira a se criarem proteções e regulamentações para as novas práticas civis das comunidades fronteiriças, tais como aquelas nos campos do comércio, transporte, trabalho e saúde.

Nesse sentido, o tratado bilateral entre Brasil e Argentina em análise vem justamente para cobrir essa lacuna, como um primeiro regime especial para as cidades fronteiriças vinculadas dos dois países.

O acordo destina-se a facilitar a convivência das localidades fronteiriças vinculadas e a impulsionar sua integração através de um tratamento diferenciado à população em matéria econômica, de trânsito, de regime trabalhista e de acesso aos serviços públicos e de educação.

O acordo define que os beneficiários serão apenas os nacionais das Partes com domicílio nos municípios fronteiriços listados no Anexo I, os quais, do lado brasileiro, são: Foz do Iguaçu, Capanema, Barracão, no Paraná; Dionísio Cerqueira, em Santa Catarina; Porto Mauá, Porto Xavier, São Borja, Itaqui, Uruguaiana e Barra do Quaraí, no Rio Grande do Sul.

Esses beneficiários terão direito à carteira de Trânsito Vicinal Fronteiriço, expedida, no lado brasileiro, pela Polícia Federal, para utilização na obtenção dos direitos facultados pelo tratado, que se reportam a:

a) exercício de trabalho, ofício ou profissão de acordo com as leis destinadas aos nacionais da Parte onde é desenvolvida a atividade, inclusive no que se refere aos requisitos de formação e exercício profissional, gozando de iguais direitos trabalhistas e previdenciários e cumprindo as mesmas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias que delas emanam;

b) acesso ao ensino público em condições de gratuidade e reciprocidade;

c) atendimento médico nos serviços públicos de saúde em condições de gratuidade e reciprocidade;

d) acesso ao regime de comércio fronteiriço de mercadorias ou produtos de subsistência, segundo as normas específicas que constam no Anexo II; e

e) quaisquer outros direitos que as Partes acordem conceder.

O comércio tem regime regulamentado por um anexo do tratado para disciplinar com mais especificidade o que são mercadorias de subsistência e evitar a prática do descaminho e contrabando.

Assegura-se também que o beneficiário da carteira de Trânsito Vicinal Fronteiriço poderá requerer que seus veículos automotores de uso particular sejam identificados especialmente. Para tal, o veículo deverá contar com uma apólice de seguro que tenha cobertura nas localidades fronteiriças vinculadas. Estes veículos poderão circular livremente dentro da localidade fronteiriça vinculada da outra Parte, sem conferir direito a que o veículo permaneça de forma definitiva no território desta.

As Partes se comprometem a simplificar a regulamentação sobre transporte de mercadorias e transporte público e privado de passageiros quando a origem e o destino da operação estiverem dentro dos limites de localidades fronteiriças vinculadas.

Na área de cooperação em saúde, o Ministério da Saúde e demais instituições públicas, no lado brasileiro, colaborarão com seus homólogos nas localidades fronteiriças vinculadas para a realização de trabalhos conjuntos nessa área.

No campo educativo, as Partes promoverão cooperação localizada, incluindo intercâmbio de docentes, alunos e materiais educativos. Além disso, o que se revela mais inovador e relevante, o ensino das matérias de História e de Geografia, será realizado com uma perspectiva regional e integradora, com ênfase em aspectos comuns regionais e estimulando uma visão do vizinho como parte de uma mesma comunidade.

Complementarmente, as Partes desenvolverão e executarão "planos de desenvolvimento urbano conjunto" nas localidades fronteiriças vinculadas, onde seja possível e conveniente, com critérios de propiciar maior racionalidade à integração em todos os campos.

Ressalte-se também que o acordo, seguindo o espírito da integração, estabelece o aproveitamento máximo dos documentos nos dois idiomas para a obtenção dos direitos previstos, sem necessidade de tradução oficial.

Como de praxe, o acordo traz os demais dispositivos de caráter formal relevantes para tais instrumentos, tais como as possibilidades de alteração, a

não-restrição a direitos e obrigações decorrentes de outros acordos e o prazo de vigência.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 104, de 2011, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Senadora Ana Amélia, pela leitura do seu relatório.

Coloco em discussão o relatório.

Tem a palavra o Senador Luiz Henrique; em seguida, falará o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a América do Sul foi dividida pelo Tratado de Tordesilhas entre América portuguesa e América espanhola. A América portuguesa, por um milagre sociológico e político, de que, até hoje, não se tem ainda a devida explicação, ficou íntegra, é o mesmo país, o nosso Brasil, com absoluta unidade linguística, unidade cultural. E a América espanhola se multiplicou em vários países, atomizou-se.

A linha de Tordesilhas não apenas estabeleceu um marco divisório entre as duas unidades territoriais, lusitana e espanhola, mas também nos colocou historicamente de costas aos nossos vizinhos países de origem espanhola. Sobretudo com a Argentina, estabeleceu-se uma separação e um antagonismo. Houve um tempo em que a maior parte das unidades do Exército – chegou-se a dizer que eram dois terços – localizava-se na fronteira com a Argentina, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná. Esse acordo é fundamental para mudar esta trajetória histórica de uma atitude de confrontação para uma atitude de integração.

Sr. Presidente, tivemos uma experiência enriquecedora do que se pode fazer em termos de integração. Na região da chamada três fronteiras, região que limita o Brasil com a Argentina e que limita os Estados do Paraná e de Santa Catarina com o Estado de Missiones, estabelecemos um projeto de integração cultural, talvez o mais importante já feito entre brasileiros e argentinos. Refiro-me ao projeto de ensino nos Municípios fronteiriços, já a partir da primeira série do curso fundamental. É um projeto de ensino do espanhol, com a recíproca do lado argentino, em todos os Municípios da Província de Missiones ligados à fronteira, do ensino do espanhol.

Por outro lado, está em construção, exatamente na divisa dos dois Estados e dos dois países, um complexo urbanístico de integração extraordinário, que tem vocação para o turismo, para a cultura, para a educação, para o esporte e para o lazer.

Faço essa retrospectiva e cito esses dois exemplos, para ressaltar a importância desse projeto.

Quero cumprimentar a Senadora Ana Amélia pela oportunidade e pela forma competente com que elaborou seu relatório. Temos de integrar, cada vez mais, os dois países, mas, ao integrar – quero me referir à questão específica do arroz, que não é única –, temos de ampliar a complementaridade de nossas economias. O Mercado Comum Europeu é exemplo de tratativas as mais diversas no sentido de evitar a dualidade e a competição entre parceiros do bloco, estabelecendo as vocações de cada país. O Brasil, a Argentina, o Uruguai, o Paraguai, o Chile, todos os países da América do Sul, principalmente os que integram o Mercosul, têm de fazer um esforço no sentido de sair da competição deletéria para a complementaridade construtiva da paz e do desenvolvimento de toda a região.

Voto pelo parecer.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Gostaria apenas de lembrar às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que o Item 8, que trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 104, aqui relatado pela Senadora Ana Amélia e comentado pelo Senador Luiz Henrique, é parte integrante da nossa próxima audiência pública, quando trataremos da questão dos vinte anos do Mercosul, de seus problemas, das áreas em que podemos avançar e também da análise do cenário do nosso entorno na América do Sul. Essa audiência pública será realizada na próxima segunda-feira, às 18 horas, no plenário desta Comissão.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, gostaria de cumprimentar a Senadora Ana Amélia por ter destacado o quanto as comunidades de países limítrofes, que estão nas fronteiras, passarão a integrar-se cada vez melhor com a definição de direitos educacionais, de assistência à saúde, de direitos sociais, de direitos de trabalho para todos aqueles que moram na fronteira, podendo trabalhar ora em um país, ora em outro, não necessariamente no país em que reside. Isso constitui, certamente, um avanço na direção de, um dia, haver, em todo o Mercosul e – quem sabe? – na América do Sul, em todo o nosso continente, a livre movimentação de seres humanos.

Voto favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Continua em discussão a matéria.

Concedo a palavra à Relatora, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP– RS) – Eu queria agradecer a referência ao Senador Luiz Henrique e ao Senador Eduardo Suplicy.

Este é o segundo acordo que o Governo brasileiro assina, no âmbito do Mercosul, a respeito de circulação fronteiriça. O primeiro foi assinado com o Uruguai, com resultados já visíveis, embora, tendo em vista a cultura burocrática que temos ao implementar esses acordos, ainda existam alguns entraves de ordem exclusivamente burocrática. Então, quanto mais rápida for essa implementação, melhor será a compreensão das pessoas.

Pelo que estou informada, os Ministérios das Relações Exteriores dos países do Mercosul vão seguir essa linha de acordos fronteiriços: o primeiro foi feito com o Uruguai; agora, esse acordo é feito com a Argentina; e o próximo será feito com o Paraguai. É uma iniciativa que chega para preencher essa lacuna levantada pelo Senador Suplicy e que, ao fim e ao cabo, é o grande motivo de interesse de uma integração regional, como essa pretendida no âmbito do Mercosul, cuja história também foi escrita por V. Exª.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Continua em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o relatório da Senadora Ana Amélia em relação ao Decreto Legislativo nº 104 permaneçam sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa, para as devidas providências.

Antes de encerrarmos a presente reunião, agradecendo a presença a todos os Senadores e Senadoras, convoco nossa próxima reunião, a ser realizada no dia 23 de maio, segunda-feira, às 18 horas, neste plenário, quando daremos prosseguimento à agenda "Rumos da Política Externa Brasileira (2011-2012)", com a apresentação dos painéis "Mercosul – um balanço dos 20 anos do Tratado de Assunção", "Cenário no Entorno da América do Sul", "Rodovia Interoceânica", "Relação Comercial entre Brasil, Peru e Bolívia", com os seguintes convidados: Embaixador Rubens Barbosa; Professora Drª Maria Cláudia Drummond, que é consultora legislativa do Senado Federal, especialista nessa área; Sr. Roberto Teixeira da Costa, empresário; Professor Dr. José Tavares de Araújo Júnior, do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (Cindes); e Professor José Flávio Sombra Saraiva, da Universidade de Brasília (UnB). Convido todos a estarem presentes nessa nossa audiência pública de muita importância para um tema da relevância do Mercosul, como, aqui, já foi visto pela leitura do relatório da Senadora Ana Amélia.

Agradeço a presença a todos os membros desta Comissão.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a Reunião às 11 horas e 14 minutos.)

ATA DA VIGÉSIMA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 2011, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dezoito horas do dia vinte e três de maio de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Fernando Collor,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Anibal Diniz**, **João Pedro**, **Jarbas Vasconcelos**, **Luiz Henrique**, **Francisco Dornelles**, **Marcelo Crivella** e **Ana Amélia**. Justifica ausência o Senador **Cristovam Buarque**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e inicia a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011 – CRE, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 1º de março de 2011, que, "*nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2011/2012, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca do panorama geopolítico mundial e as perspectivas para a próxima década, especialmente no que tange à política externa, à segurança internacional e defesa nacional, e ao sistema de atividades de inteligência*". O Presidente convida a compor a mesa os senhores, Embaixador Rubens Barbosa, Roberto Teixeira da Costa, conselheiro do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), Profa. Dra. Maria Cláudia Drummond, da Consultoria Legislativa do Senado Federal; Prof. Dr. José Tavares de Araujo Jr., do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (CINDES); Prof. Dr. José Flávio Sombra Saraiva, Professor Titular do Departamento de Relações Internacionais da UnB. O Senador Luiz Henrique assume a Presidência. O Senador Fernando Collor reassume a Presidência. Durante a Reunião, fazem uso da palavra a Senadora **Ana Amélia** e os Senadores **Luiz Henrique**

e **João Pedro**. Aprovada solicitação do Senador **Luiz Henrique** para que as perguntas sejam respondidas em bloco. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às vinte e uma horas e vinte minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor,** Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Declaro aberta a 20ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Comunicados:

Relato do Ciclo de Audiências 5º Painel.

Informo às Srªs e aos Srs. Senadores que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional deu prosseguimento, na última segunda-feira, dia 16 de maio, às 18 horas, ao Ciclo de Audiências Públicas sobre os Rumos da Política Externa Brasileira, integrante de sua Agenda 2011/2012.

Para expor sobre o tema A Política Externa da China, Índia e África do Sul e seus Reflexos no Cenário Internacional, tema deste 5º Painel, foram convidados o Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Estudos de China, Ásia e Pacífico – Ibecap, Dr. Severino Bezerra Cabral Filho; o Professor da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, Dr. Oliver Stuenkel; o Dr. Ubiratan Castro de Araújo, da Fundação Pedro Calmon, da Bahia; e o Professor Ricardo Sennes, da Universidade de São Paulo.

Os palestrantes analisaram, em especial, o fenômeno das nações emergentes. O primeiro expositor foi o Professor Severino Bezerra Cabral Filho, que destacou a emergência de novos centros de poder mundial e o surgimento da multipolaridade como a nova configuração da estrutura do sistema internacional. Avalia o Professor que, num cenário em que só os grandes sobreviverão, os países do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), megaestruturas de poder por sua indústria, população, território e recursos naturais, estão desafiados a manter o crescimento de suas economias para atingir novos degraus na busca do desenvolvimento sustentável e harmonioso. Essas nações, na sua avaliação, inserem-se no papel de atores globais que deverão orientar o ritmo do crescimento da economia mundial nas próximas décadas, uma vez que juntas somam 42% da população mundial, 14,6% do Produto Interno e 12,8% do comércio internacional, em números de 2008.

A propósito, Srªs e Srs. Senadores, o Banco Mundial divulgou, na última terça-feira, relatório segundo o qual, até 2025, as economias do Brasil, da China, da Índia, da Rússia, da Indonésia e da Coreia do Sul responderão por mais da metade do crescimento global. O relatório intitulado Horizonte do Desenvolvimento Mundial 2011 – Multipolaridade, a Nova Economia Mundial informa que seis nações emergentes crescerão, em média, 4,7% até 2025, enquanto os países avançados, embora mantenham seu peso importante na economia global, terão crescimento médio de apenas 2,3% no mesmo período. A participação desses países no PIB global aumentará – dos países aqui relacionados pelo relatório do Banco Mundial, que são, volto a citar: Brasil, China, Índia, Rússia, Indonésia e Coreia do Sul – de 36% para 45%. E o Banco Mundial projeta ainda que, até 2025, o Sistema Monetário Internacional não mais será dominado por uma única moeda, sendo mais provável a presença de várias divisas, com o predomínio do dólar, do euro e do iuan chinês.

Retomando, então, a análise do Professor Severino Cabral, ele acredita que o maior desafio que aproxima o Brasil da China é o do desenvolvimento, baseado na busca de novas formas de energia, da preservação do meio ambiente e da transformação das relações intrassociais. Aos dois países, segundo ele, está reservado um grande papel neste novo cenário. Por sua vez, os grandes desafios do Brasil, o qual classifica como um gigante na produção de energia e de alimento para o mundo são o de avançar e inovar na produção e na capacidade de crescimento da economia, de pensar na sua segurança e defesa e de garantir a sobrevivência do homem brasileiro no século XXI.

Por outro lado, o Professor Oliver Stuenkel, o segundo palestrante, questionou a unidade dos Brics e sua vontade de assumir mais responsabilidade global devido à grande diferença de interesses entre si e o fato de não exercerem lideranças nas próprias regiões em que se situam.

Lembrou a existência de 300 milhões de pobres na Índia, 80 milhões na China e 40 milhões no Brasil. E a baixa capacidade desses países de inovar, produzir e atrair trabalho qualificado, além da falta de investimentos suficientes na educação. Na sua opinião, assistiremos ao aumento de nossa dependência econômica com relação à China, e estamos totalmente despreparados para compreender os chineses. Para ilustrar, lembrou que o Brasil tem poucos diplomatas em Pequim e mais estudantes na França do que na China. Ressaltou a discrepância entre o número de diplomatas brasileiros naquele país, apenas onze, e compara aí com os Estados Unidos, o que me parece uma comparação um pouco desmedida, mas, de qualquer forma, ele cita: enquanto nós temos onze diplomatas sediados

em Pequim, em Beijing, os Estados Unidos têm 220 diplomatas servindo em sua representação chinesa.

O Professor Stuenkel afirmou que "conversamos com as pessoas erradas, uma vez que seus interlocutores encontram-se no governo, embora na complexa e dupla estrutura do poder chinês quem decide é o partido". O governo, segundo ele, apenas executa. Ele nos informou que há, nos Estados Unidos, 120 centros de estudos chineses, e nenhum ainda no Brasil. Que os indianos estão aprendendo chinês, que os chineses estão, ao mesmo tempo, estudando híndi e contratando pesquisadores locais que falam fluentemente o português para estudar o Brasil. Enquanto a Espanha tem seiscentas empresas atuando na China, o Brasil tem apenas quarenta. Por isso alertou quanto à urgência de reforçarmos nossa capacidade de estudar e compreender aquele país. O Professor Stuenkel indaga se o Brasil não estaria supervalorizando o Brics e não acredita que Índia e China estejam preocupados com essa aliança.

Concluindo, o acadêmico desaconselha o Governo brasileiro a se aliar com esses países, que poderão, daqui a dez anos, ter estratégias contrárias aos interesses brasileiros. Ele tampouco vislumbra na Índia e na China a capacidade de cumprir um papel de liderança mundial tão eficientemente quanto os Estados Unidos, apesar dos vários erros cometidos pelos norte-americanos, especialmente na era Bush.

Em seguida, o Professor Ubiratan Castro de Araújo destacou a relação bilateral entre o Brasil e a África do Sul e a importância do Atlântico Sul no grupo Brics. Ressaltou que a inexistência de histórico de cooperação e identidade cultural ou política no novo bloco contrasta com a herança cultural comum e os imperativos de uma geopolítica do Atlântico Sul para além dos interesses conjunturais de governança global existentes hoje nas relações entre o Brasil e a África do Sul. A importância da África do Sul no Brics, a seu ver, reside em sua liderança na África negra, sobretudo nos países de língua oficial inglesa que compõem o *Commonwealth*. Além disso, o Professor destaca aquele país como um parceiro privilegiado para a consolidação de uma política africano-brasileira, embora nossa presença seja ainda muito limitada naquele continente, não havendo estímulos a empresas ou estudantes brasileiros que desejam investir seu potencial na região.

Ressaltou também a forte presença comercial da China, predominante em todos os países da costa africana. Como exemplo, lembrou que o governo chinês construiu e presenteou a Guiné Bissau com o edifício da Assembleia Nacional do país.

O Professor Ricardo Sennes, a quem coube encerrar o painel, avalia que as mudanças no cenário internacional não necessariamente serão favoráveis ao Brasil. Apesar de constatar a consolidação do Brics como movimento político e diplomático, ele expressou uma visão crítica do grupo, o qual definiu como uma "coleção" de países – coleção entre aspas, termo dele – sem o poderia militar ou a capacidade de coerção em escala global, dos quais o G7 e a Otan são detentores e de cuja dimensão não abrirão mão num curto prazo.

Para ele, a África do Sul foi guindada ao Brics graças a um movimento de conotação claramente política por parte dos outros quatro países. De acordo com sua análise, apesar de o grupo Brics ser o fenômeno mais significativo após o fim da União Soviética, o mundo continua assimétrico e concentrado em termos de capacidade tecnológica e inovação. O que se observa agora, a seu ver, é uma desconcentração das trocas internacionais, porém, mais no aspecto quantitativo que qualitativo.

Acredita o Professor Sennes que, à exceção do Brasil, detentor de um cenário de estabilidade, Rússia, Índia e China têm conflitos internos ainda não equacionados e seus sistemas políticos ainda podem sofrer rupturas no médio prazo. O Brasil, ao contrário, é o único país do bloco que se beneficia de um entorno estável, com baixa diversidade cultural, linguística e religiosa e baixa densidade populacional, não sofrendo, como nos demais países, esses elementos que tendem a gerar instabilidade.

Na dimensão política, o Brics apóia os princípios básicos da ONU, mas não apresenta alternativas para uma nova ordem global. São países que, segundo ele, evoluíram econômica e politicamente no regime anterior e, portanto, não lhes interessa uma mudança rápida desse sistema. Contudo, o Professor apontou a existência de elementos de tensão e disputa entre os países do Brics quanto a mercados e fontes de recursos escassos, como a energia, os alimentos e os insumos básicos e seus reflexos ambientais. De maneira, geral, os países emergentes não estão caminhando no sentido de uma ruptura ou desafio da ordem existente, mas o mundo está vivendo um rearranjo político que implica riscos e importantes decisões estratégicas que não estão sob o controle do grupo Brics, concluiu o Professor Sennes.

Trago ao conhecimento dos senhores membros desta Comissão a informação de que amanhã, dia 24 de maio, esta Comissão receberá a delegação de parlamentares da Nova Zelândia. A delegação neozelandesa será chefiada pelo Sr. Lockwood Smith, Presidente do Congresso. Constam na agenda da reunião os investimentos neozelandeses no Brasil e demais temas das relações bilaterais.

Convido, portanto, a todas as Srªs e os Srs. Senadores para participarem da referida reunião de trabalho.

Eu gostaria de saber da Secretaria da Comissão a hora prevista para a vinda desses senhores da comissão neozelandesa, se fosse possível, para dar conhecimento às Srªs e aos Srs. Senadores. *(Pausa.)*

Às 16 horas. Portanto, às 16 horas, estaremos recebendo os membros do congresso neozelandês, formado por uma delegação de parlamentares, chefiada essa delegação pelo Sr. Lockwood Smith, que é o Presidente do Congresso. Às 16 horas, no plenário desta Comissão.

Da Chefe do Cerimonial da Presidência do Senado da República recebemos também um convite do Sr. Presidente José Sarney, convidando a todos os membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para que participem da recepção a essa mesma delegação, comandada pelo Sr. Lockwood Smith, Presidente do Parlamento da Nova Zelândia, no dia 24 de maio de 2011, portanto, amanhã, terça-feira, às 12 horas, no Salão Nobre do Senado Federal. Portanto, ao meio-dia, no Salão Nobre do Senado, essa delegação de parlamentares neozelandeses será recebida pelo Presidente do Congresso Nacional e do Senado da República, Senador José Sarney, que convida a todos os membros desta Comissão para lá estarem. E, às 16 horas, essa mesma delegação estará visitando a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado da República.

A presente reunião destina-se à realização do 6º Painel: Mercosul, um Balanço dos Vinte Anos do Tratado de Assunção, Cenário no Entorno da América do Sul, Rodovia Interoceânica, Relação Comercial entre Brasil, Peru e Bolívia, integrando o tema Geopolítica e Relações Internacionais, dentro do Ciclo de Audiências Públicas Rumos da Política Externa Brasileira 2011/2012.

Para proferir as palestras de hoje e debater o tema foram convidadas as seguintes autoridades e especialistas, a quem aproveito e convido para compor a Mesa: o Embaixador Rubens Barbosa; o Dr. Roberto Teixeira da Costa, Conselheiro do Centro Brasileiro de Relações Internacionais – Cebri; a Professora Drª Maria Cláudia Drummond, Consultora Legislativa do Senado Federal e especializada nesta área; o Professor Dr. José Tavares de Araújo Júnior, do Cindes (Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento); e o Professor Dr. José Flávio Sombra Saraiva, do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

Convido a todos para tomarem seus assentos à Mesa ao tempo em que lhes desejo as melhores boas vindas por parte de todos os membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. *(Pausa.)*

Informo aos ilustres convidados que o tempo destinado à apresentação inicial de cada um dos senhores e da senhora, Drª Maria Cláudia Drummond, será de vinte minutos, com uma tolerância de dois minutos. Após a exposição do conjunto dos senhores, concederemos a palavra aos Srs. Senadores e Srªs Senadoras para os esclarecimentos que S. Exªs acharem necessários.

Concedo a palavra, para iniciar os trabalhos do dia de hoje, ao Embaixador Rubens Barbosa.

O SR. RUBENS BARBOSA – Sr. Presidente Fernando Collor, Srs. Senadores, membros da Mesa, é com muito prazer que volto à Comissão para discutir a questão do Mercosul. Como o tempo é curto, vou entrar diretamente no assunto. O tema que foi proposto foi o balanço dos vinte anos do Mercosul, as aspirações iniciais, os avanços e os ganhos do Mercosul e os desafios que tem pela frente.

As aspirações iniciais do Mercosul foram muito ambiciosas. E as circunstâncias políticas e econômicas que prevaleciam naquele momento, março de 1991, eram muito diferentes das atuais. O Tratado de Assunção foi assinado em um momento em que não tínhamos as complexidades políticas e econômicas deste mundo em grande transformação. Hoje, passados vinte anos, as negociações no âmbito do Mercosul são muito mais difíceis do que eram naquela época. A prevalência das visões nacionais de cada país aqui da região, as diferenças que surgiram entre os países da América do Sul, com a ideia bolivariana, sobretudo a emergência da China como primeiro parceiro comercial de vários países e competindo com os produtos industriais dos países da região, isso tudo mudou o cenário inicial.

O Tratado de Assunção tinha como objetivo principal a integração econômica e comercial. Se os senhores forem ver o art. 1º e o art. 5º do Tratado de Assunção, o art. 1º trata da livre circulação de bens, o estabelecimento da TEC, Tarifa Externa Comum, e também da coordenação de políticas macroeconômicas; e o art. 5º fala do Programa de Liberação Comercial.

Essa era a ideia inicial. Esse é um ponto importante para o que vou dizer depois. O Mercosul é um acordo econômico comercial, cujo objetivo era promover a integração sub-regional do Conesul na área econômica, isto é, investimentos, e comercial, troca de produtos. Hoje, por uma série de razões que a gente pode discutir aqui, a ênfase dos governos, dos quatro governos, por iniciativa inclusive do governo brasileiro, não é, como os senhores estão acompanhando, na área econômica comercial. É na área política e na área social. Foi criado o parlamento, foi criado um instituto para debater problemas sociais, e se avançou toda uma agenda social e política no Mercosul. E o Mercosul econômico/comercial está do jeito que sabemos que

está, paralisado, em crise, o que – como vou mostra também – não fez com que o comércio diminuísse. O comércio continuou seguinte, porque o comércio não depende do Mercosul – vou explicar isso depois.

Houve avanços importantes no Mercosul. Participei, e o Presidente Collor até foi quem me chamou de volta, de Montevidéu, para liderar, coordenar a seção nacional do Mercosul, e eu, três anos, por ele muito briguei, acredito no Mercosul. Acho que foi um exercício importante para o Brasil. Esse exercício trouxe grandes avanços e ganhos para o Brasil. O primeiro, que é pouco mencionado, acho que pela minha experiência no Mercosul e depois, como subsecretário no Itamaraty para outras áreas, foi o envolvimento do setor privado. Quer dizer, em 1991 não havia o envolvimento do setor privado nas negociações que existem hoje. Quer dizer, hoje, o setor privado participa, junto com os setores do governo, das discussões da Rodada Doha, participa das negociações comerciais com terceiros países e está muito envolvido nas negociações do Mercosul. Então, acho que o treinamento do setor privado para realmente participar das negociações comerciais veio dessa experiência no Mercosul, ou começou com essa experiência de negociação.

Um segundo aspecto importante, que foi o desdobramento de 1985, na história diplomático-política brasileira aqui na região, em minha opinião, o Brasil começa a se voltar para a região só a partir de 1985, quando começa a participar do Grupo de Contadora que apoiou os esforços na América Central. E pela primeira vez o Brasil começou a olhar de fato para a região e depois os acordos com a Argentina, com a democratização, o fim do regime militar na Argentina e no Brasil, em 1985, essa aproximação, os acordos com a Argentina que desembocaram no Mercosul. Então, o Mercosul é o ponto mais alto pela redescoberta ou pela descoberta da América do Sul pelo Brasil. Talvez o maior ganho do Mercosul, nesses 20 anos, tenha sito propiciar um maior conhecimento por parte dos investidores brasileiros das oportunidades de comércio e, sobretudo, de investimento. Os senhores estão vendo hoje a importância do investimento brasileiro no Uruguai, no Paraguai, na Argentina e em outros países aqui da região. Isso tudo nasceu pelo melhor conhecimento que foi propiciado pelo Mercosul.

Mais recentemente, algumas medidas importantes foram tomadas para fortalecer, digamos, o Mercosul.

Foi criado o Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul, o Focem, que já tem recursos de quase US$800 milhões para facilitar a construção de estradas, meios de comunicação, linhas de transmissão e que beneficia justamente os países menores, o Uruguai e o Paraguai.

Foi criado o Parlamento do Mercosul. Depois, se tiver tempo e interesse, tenho algumas visões críticas da maneira como foi criado o Parlamento, a distribuição dos Deputados.

O Mercosul e a ampliação das negociações com todos os países da região criaram na prática, de direito, não efetivamente, uma área de livre comércio. Quer dizer, o Mercosul fez um acordo com o grupo andino e se criou, na prática, uma zona de livre comércio que não tem muita efetividade, mas está aí.

Acho que, para o Brasil, o Mercosul foi muito importante também porque, através da tarifa externa comum, nós conseguimos consolidar uma presença brasileira nas exportações de manufaturas. Os senhores sabem que o Brasil, que tem um comércio global, ele só exporta manufatura significativamente para os Estados Unidos e para a América do Sul. Ultimamente, por uma série de outras razões que a gente pode discutir depois, perdemos o mercado americano. Hoje a composição da pauta de exportação para os Estados Unidos é 80% de produtos primários e 20% de manufatura. Antes era o contrário, eram 80% de manufatura e 20% de produtos primários. Aqui na região, na América do Sul, ainda por causa da tarifa externa comum na Argentina, a presença das manufaturas é muito importante. Só pensar no movimento de automóveis com a Argentina exemplifica o que estou dizendo.

O Mercosul foi importante para o Brasil, ainda é importante, de certa maneira, sobretudo para alguns produtos, mas se coloca aí a questão do desafio. Temos um passado que foi sendo evado com dificuldade, a partir da instalação da tarifa externa comum, desaguando na situação atual que foi tentar descrever.

Em primeiro lugar, o grande desafio hoje no Mercosul é superar a crise institucional. O Mercosul, apesar, como eu disse, do crescimento do comércio, vive uma crise institucional há muito tempo. Quer dizer, os órgãos do Mercosul não funcionam efetivamente, há um descumprimento das regras do Tratado de Assunção por todos os países – isso é o pior porque o descumprimento não é só das regras do Mercosul, é também das regras do OMC; a tarifa externa comum, que cria de direito uma união aduaneira, um estágio mais avançado depois da área de livre comércio – união aduaneira e depois o mercado comum – essa união aduaneira é chamada de imperfeita porque apenas, segundo a literatura especializada, somente 35% dos produtos são cobertos pela tarifa externa comum, o resto são exceções e perfurações unilaterais. Estamos vendo aí com a Argentina agora essas medidas restritivas tomadas, alcançando 557 produtos que são ilegais. Essas licenças não automáticas vão contra o Tratado de Assunção.

Outro aspecto, dentro dessa questão institucional, é a não utilização do mecanismo de Solução de Controvérsias. Tivemos dezenas de problemas entre todos os países da região, o mais grave deles entre Argentina e Uruguai, na questão das papeleiras, e nunca se pensou em utilizar o mecanismo de Solução de Controvérsias que existe no Mercosul. E o Brasil pouco fez, pouco se empenhou para isso.

Outro aspecto que também pode agravar a crise institucional é o aumento do número de membros. Quer dizer, não conseguimos resolver os problemas com quatro membros, agora já estamos às vésperas de ter a inclusão de mais um membro, que é a Venezuela, e o Brasil convidou a Colômbia – já tinha convidado a Bolívia, que não veio – agora convidou a Colômbia, que também acho difícil que venha, porque ela acabou de fazer um acordo com o Chile e com o Peru, países que estão voltados para a Ásia, e dificilmente vai aceitar o convite para se juntar ao Mercosul. Mas, de qualquer maneira, o acréscimo de novos membros cria maiores complexidades, e no caso da Venezuela inclusive ela está entrando sem cumprir todos os requisitos que estavam colocados dentro do Protocolo de Adesão, que foi exaustivamente examinado pelo Senado. Participei inclusive de uma reunião na qual se mostrou que a Venezuela não cumpriu os itens todos do protocolo, mas foi referendada. O Paraguai é o último país que ainda não aprovou. Acho que, como em outras áreas aqui no Brasil, o sucesso esconde as dificuldades. Quer dizer, os números do Mercosul, esses US$45 bilhões de comércio entre os quatro países em 2010, esconde as dificuldades reais do Mercosul. A primeira é a crescente presença da China.

O Mercosul foi feito para fazer uma integração, e com a integração das cadeias produtivas a ideia original era fortalecer a indústria de todos os países, os países menores passariam a ficar mais industrializados, fortaleceria a indústria de todo mundo. Aí vem a China e exporta produtos industrializados. Hoje a China é o maior parceiro do Brasil, de vários outros países, é o segundo parceiro de um número grande de outros países, e ela está realmente atingindo o núcleo do Mercosul. O Brasil está sendo afetado nas suas exportações de manufaturas pela crescente presença da China.

Em segundo lugar, acho que falta uma vontade política de todos os membros do Mercosul para tomar as medidas que são necessárias para fortalecer o Mercosul, para revigorá-lo.

Em terceiro lugar, temos aí a situação econômica da Argentina, que hoje é um fator de perturbação do avanço do Mercosul pelas medidas unilaterais que ela continua tomando. Esse terceiro aspecto é o descumprimento das regras. Já falei aqui das exceções unilaterais argentinas e agora medidas tomadas pelo Brasil também, que, em reciprocidade da Argentina, tomou também medidas que agora estão sendo relaxadas, mas tomou medidas de restrição à exportação, à importação dos carros argentinos para o Brasil.

Outro aspecto que descumpre o Tratado de Assunção é a bilateralização das discussões. O Brasil e a Argentina discutem sozinhos desconsiderando os outros países que, evidentemente, se ofendem e reclamam sempre dessa atitude dos dois sócios maiores.

Um aspecto importante que está nos jornais nesses últimos dias, e que tem a ver com a China também, é a triangulação que a China está fazendo dentro do Mercosul. Ela está exportando produtos, via Paraguai e Uruguai, para o Brasil, o que é ilegal. Regras de origem deveriam ser melhor trabalhadas também.

Um quarto aspecto de grande desafio para o Mercosul é a agenda externa. Como os senhores sabem, nos últimos oito anos, nenhum acordo significativo de livre comércio foi assinado pelo Brasil, e nem pelo Mercosul. Só foi assinado um acordo no segundo semestre do ano passado, no final do governo, com Israel, que não tem significação econômica e comercial. Esse foi ratificado pelo Congresso. E foi assinado um segundo acordo com o Egito, que nem foi enviado aqui ao Congresso ainda. Só foi ratificado um acordo em oito anos. Estávamos com um uma estratégia de negociação comercial baseada na negociação da Rodada de Doha, todo mundo sabia que era muito difícil avançar na Rodada de Doha; nós persistimos e acabamos não fazendo nenhum acordo comercial. A notícia de hoje – hoje cedo entrei na Internet – é de que o Japão, a Coréia e a China assinaram um acordo de livre comércio. Hoje. Mais de cem acordos comerciais foram finalizados em todo o mundo, e o Brasil não negociou nenhum acordo. Acho que isso é um fator muito importante.

Acho que esse acordo que está sendo negociado com a União Européia dificilmente vai chegar a um bom termo, por uma série de razões que a gente pode discutir aqui depois. A única coisa que cabe ao Brasil fazer – que não está fazendo, mas que deveria fazer – é aprofundar os acordos bilaterais no âmbito da Aladi (Associação Latino-Americana de Integração), e a gente podia ver como fazer isso, porque com o resto do mundo está muito difícil. E, aqui, esses acordos bilaterais no âmbito da Aladi não necessitam o Mercosul, porque são acordos bilaterais os ACE da Aladi, que o Brasil pode negociar. Já tem; tem que aprofundar esses acordos.

Uma quinta observação que eu faria sobre esses desafios do Mercosul é que, na minha opinião, o Mercosul foi um dos projetos que mais sofreu com a

politização e a partidarização da política externa brasileira nos últimos oito anos. Estou com três minutos só e não vou aprofundar sobre isso. Depois, se quiserem, a gente pode discutir.

Houve um esvaziamento do Mercosul no contexto do processo de integração regional e na globalização. Por quê? Porque o Brasil deu preferência à criação de órgãos regionais, como a Unasul, a Celc, o Conselho de Defesa, todos esses órgãos, sobretudo a Unasul – *overlap* – eles entraram encima de algumas competências do Mercosul e, dentro da burocracia, dividiram os esforços, porque a burocracia nossa, como foi mostrado aqui, o número de diplomatas que temos na China em relação ao dos Estados Unidos. No Mercosul também, poucos pessoas estão cuidando. Houve uma distribuição, uma divisão dentro do Itamaraty que descoordenou da minha visão. Não há um comando único em relação ao Mercosul. Enfim, uma série de razões fez com que, dentro da burocracia e dentro do contexto latino-americano houvesse uma dificuldade para coordenar melhor e um esvaziamento do Mercosul.

O que fazer? Para terminar. Acho que o Mercosul não vai acabar, quer dizer, ninguém vai assumir o ônus político de terminar com ele. O Mercosul vai continuar. Acho que, na área comercial, vai ficar mantido em banho-maria, não vai avançar. Ele está paralisado, não tem como, na área comercial, modificar essa situação. A única coisa que eu acho que se poderia fazer era flexibilizar as regras do Mercosul para permitir que o Brasil, debaixo do guarda-chuva desse Mercado Comum do Sul, de qualquer maneira, mas que possa negociar, independente dos outros países. Isso porque, no caso da União Européia, uma das dificuldades são as barreiras crescentes que a Argentina está tomando – é dito pelos negociadores da União Européia.

Acho que a questão da despolitização, segundo a minha visão, já está melhorando. A gente nota no Governo Dilma Rousseff uma diferença da negociação comercial, no âmbito do Mercosul, em relação ao Governo Lula. Os senhores estão vendo isso com a Argentina. Quer dizer, se estivéssemos no Governo Lula, a Cristina Kirchner já teria dado um telefonema para o Presidente Lula para resolver o problema dos automóveis. Agora, não. Não se politizou o assunto. Deixou-se o assunto no nível técnico. Isso é muito bom, na minha visão, porque esses assuntos são técnicos. E no âmbito político, em minha opinião, o Brasil só perdeu quando se politizou o assunto, com a Bolívia, com a Venezuela, com a Argentina. O Brasil perdeu quando se politizou. O interesse brasileiro foi afetado quando se politizou a negociação.

Para encerrar, acho que essa paralisia das negociações comerciais, esse atraso do Mercosul, essa dificuldade de a gente sair desse problema deveria ser discutido, como está previsto no Tratado. O Tratado de Assunção, no art. 47, diz que os países deveriam convocar uma conferência diplomática, para discutir esses assuntos. Mas isso nunca foi feito. Isso está previsto no Tratado, mas nunca foi feito.

Não sei se está na hora ou não, não sei se o Mercosul é recuperável dentro desse quadro, mas, do ponto de vista comercial, que é o que nos interessa, está indo muito bem; não o Mercosul, a relação comercial com os países está indo muito bem: US$45 bilhões; o comércio com a Argentina está florescente; os investimentos brasileiros estão crescendo; mas, isso tudo a despeito do Mercosul, à revelia do Mercosul.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao Embaixador Rubens Barbosa pela sua exposição.

Ao Embaixador Rubens Barbosa coube não somente lançar a semente, mas, antes de lançá-la, preparar o terreno para torná-lo mais receptivo à semente da criação do que viria a ser mais adiante o Mercosul. Portanto, Embaixador, é com muita satisfação que o recebemos aqui, porque ninguém melhor do que o senhor para nos trazer o que havia sido projetado e a maneira como havia sido colocada a ideia do nosso Mercado Comum do Sul. É de extrema importância que continuemos trabalhando para corrigir essas assimetrias, acabarmos com essas quizílias que existem aqui e acolá com relação às tarifas externas comuns, em relação à questão de linha branca, depois em relação a automóveis, depois em relação a produtos agrícolas, mas isso nós só conseguiremos mediante uma concertação política de alto nível, de que acredito tanto a Presidenta Dilma, como todos os outros chefes de Estado dos países que compõem originalmente o Mercosul estão hoje imbuídos.

Muito obrigado, Embaixador Rubens Barbosa.

Passo, agora, a palavra ao Dr. Roberto Teixeira da Costa, conselheiro do Centro Brasileiro de Relações Internacionais, Cebri.

O SR. ROBERTO TEIXEIRA DA COSTA – Bom, começo agradecendo sinceramente esse convite para estar nesta Casa. É realmente um verdadeiro privilégio para um empresário poder participar desse tipo de debate, principalmente com pessoas muito mais formadas e informadas sobre os temas que vão ser aqui tratados. De modo que peço, de início, um pouco da indulgência dos Senadores e também dessa plateia que nos acompanha para o que eu vou tratar.

Dentro do meu raciocínio mais ou menos cartesiano, antes de nos colocarmos na discussão sobre o Mercosul e a Transoceânica – aliás fui provocado a

olhar a Transoceânica justamente por essa solicitação do Senado, porque eu não tinha me dado conta do quão importante é a Transoceânica. Depois vou passar alguns números para compartilhar com os senhores.

Em primeiro lugar, queria dizer quais são os fatores que, na minha leitura, na minha visão de empresário, um economista que se formou no mercado de capitais, como alguns dos senhores sabem... – a minha carreira é basicamente toda mercado de capitais; eu fui primeiro presidente da Comissão de Valores Mobiliários. Mas, ainda assim, nos últimos 20 anos, tenho demonstrado certo interesse pela política externa, principalmente porque fui um dos fundadores do Cebri, fui um dos fundadores do Conselho de Empresários da América Latina, faço parte do grupo de conjuntura internacional da USP, fui convidado pelo Ministro Botafogo Gonçalves, quando era Mdic, para ser o coordenador do fórum Mercosul/Europa, que até agora não deu resultados.

Enfim, eu quis me situar um pouco dentro desse tema do Mercosul e da Transoceânica. Então, selecionei alguns temas que me pareceram relevantes. Pretendo cobri-los no tempo que me foi dedicado, para melhor entender e melhor situar o Mercosul nesse contexto.

Quer dizer, começo pela importância do que foi a queda do Muro de Berlim, que acho que foi um fator determinante do mundo em transição, do que estamos vivendo, da abertura dos mercados, da maior circulação de bens e produtos, das liberdades cambiais etc. A queda do Muro de Berlim obriga os países emergentes a adotarem uma nova postura em termos de política externa e, em consequência, há uma interação muito maior dos processos produtivos.

Um segundo aspecto que me chamou a atenção é a exclusividade da competência privativa do Poder Executivo na política externa. Quer dizer, isso é uma coisa que não necessariamente acontece em outros países. A política externa nem sempre é competência exclusiva da Presidência da República.

Em função desse contexto de maior abertura depois da queda do Muro de Berlim, o que nós vemos? As representações externas dos países emergentes, principalmente em países de maior projeção, passam a ter maior preocupação com a questão de temas ligados ao comércio internacional.

Eu, que viajava a esses países, não notava, até anos atrás, que os nossos embaixadores estivessem tão preocupados e tão estruturados para discutir a questão do comércio internacional. Isso já acontecia em outros países. Eu estava num seminário de Georgetown, em Taiwan, Taipei, quando o embaixador dos Estados Unidos, na Coreia, disse: "*My business is business*." "Meu negócio é fazer negócio". Quer dizer, a preocupação dele como embaixador era fazer negócios. Muito bem. Só para se ter uma ideia: os senhores aqui estão muito bem informados a respeito dessa maior necessidade de representatividade. Nós últimos seis anos o Brasil instalou 18 embaixadas em diferentes países, inclusive em países que, até então, tinham pouca expressão econômica e política.

O quarto tema: países emergentes passam a buscar uma política muito ortodoxa do ponto de vista de busca de recursos. É como se fosse um concurso de beleza, em que todos querem estar bem na disputa de recursos internacionais. Então, políticas não ortodoxas perdem completamente espaço dentro do contexto internacional. Quer dizer: prevalece a ortodoxia, o bom senso. Não há muito mais espaço para inovações, ineditismos, posturas utópicas, invenção da roda. Todo mundo segue mais ou menos o mesmo parâmetro definido.

O protecionismo tarifário perde um pouco dessa importância relativa, porque os países passam a entender. Na medida em que eles criam protecionismo tarifário, isso encarece os bens do País e, portanto, a competitividade, a inflação interna desses países aumenta. De modo que se tem de mitigar essa questão do protecionismo com os impactos no custo interno dos países.

Bom, o ponto nove. O que nós vemos é que, nessa maior atração no campo econômico foi também, simultaneamente, buscada uma maior representação de política nos fóruns mundiais, e hoje o Brasil está presente em todos esses fóruns importantes. Tenho uma listagem de todos eles aqui, mas isso não vem ao caso mencionar, porque todos são conhecidos dos senhores: G-20, Brics e por aí afora.

O que acontece também é que os emergentes, como disse o Embaixador Rubens Barbosa, passam a buscar maior espaço nos órgãos comerciais, particularmente na OMC, no BID; enfim, existe uma relação muito ampla disso, e não é o caso de se mencionar aqui.

A questão comercial – o Brasil teve uma atuação muito importante, juntamente com a China, na rodada de Doha, no Catar, que infelizmente não teve um epílogo até agora e é pouco provável que venha a ter a curto prazo.

O outro item que saliento, o 12, é a questão que o Embaixador Rubens Barbosa já mencionou *en passant:* realmente, dentro das dificuldades de acordos multilaterais, os países caminharam para acordos bilaterais, e, na nossa região, chama a atenção o número de acordos bilaterais do Chile, 65, e do México, 53.

O Embaixador mencionou quantos acordos internacionais?

O SR. RUBENS BARBOSA – (*Intervenção fora do microfone.)*

O SR. ROBERTO TEIXEIRA DA COSTA – Pois é, então, o Chile e certamente o México são, da nossa região, os países de maior abertura econômica em termos de acordos bilaterais.

Depois, entramos no Mercosul, a que vou dar um tratamento à parte. Temos a questão da União Europeia, que é ainda um *player* importante dentro do cenário mundial, mas, como todos estão acompanhando, passa por um momento muito difícil. Todos os analistas internacionais quando olham o mundo, cinco, 10, 20 anos à frente, não conseguem enxergar que a União Europeia venha a ter uma importância relativa como teve no passado. A União Europeia perdeu espaço, apesar de ter 27 países; mantém a moeda comum graças a um grande esforço, e não são poucos aqueles que falam na possibilidade de quebrar o euro – o euro deixar de ser uma moeda universal.

O Embaixador Rubens Barbosa falou muito bem sobre a importância da China. Entre os países emergentes, passou a ser um fator de maior relevância no campo econômico e financeiro, e até político. Certamente, dos Brics, é o mais importante. Como todo mundo se dá conta, ela superou o Japão, tornando-se a segunda economia mundial. Temos, assim, uma crescente importância do Pacífico. Isso é uma mudança geográfica importante; quer dizer, o Pacífico hoje tem mais importância comercial que o Atlântico. Por isso, como disse o Embaixador, os termos de comércio com a presença da China e, às vezes, uma presença não muito – eu diria, me falta uma palavra apropriada dentro de uma Casa como esta – ortodoxa do ponto de vista de sua agressividade comercial, cria desbalaceamentos muito sérios nas relações com os países.

Outro aspecto importante que saliento na minha listagem, que é o 16, o Embaixador também mencionou aqui, e no caso brasileiro é notável: como trabalho há 55 anos... Hoje, criaram-se as multilatinas, e as empresas brasileiras hoje se deram conta, depois do processo de abertura, que não se pode ficar mais isolado, porque o mercado se tornou um mercado global. Logo, as forças de produção têm que ser globais. Não dá mais para você suprir o seu próprio mercado com uma produção local; a sua produção local tem que ser universal para você ser competitivo. Por isso, forçou grandes empresas brasileiras, até grupos tradicionais que estavam fora do mercado internacional, a serem presentes hoje. Cito Camargo Corrêa, Votorantim, fora Gerdau, as empresas do Sul, de diferentes polos, de Santa Catarina, enfim, todas as empresas brasileiras hoje.

E, até na China, algumas empresas estão indo com algumas dificuldades, porque a receptividade dos chineses a uma abertura comercial de investimentos que eles propugnam para entrar em outros países nem sempre é seguida no seu país de origem.

O Embaixador também mencionou aqui – pode passar a próxima transparência – que cada vez há uma necessidade maior de os empresários não mais ficarem no banco de trás, no quarto ao lado. Os empresários precisam ter uma participação, porque os temas que estão sendo discutidos, com a abertura, obrigaram os empresários a terem uma participação muito maior; eles não podem ficar silentes, têm de participar, precisam ter uma presença muito maior nas discussões, nos tratados, enfim, e influenciar dentro do bom sentido do *lobby* empresarial aqueles acordos que mais interessam ao País e, naturalmente, defendendo o setor industrial e suas próprias empresas.

Então, cunhou-se essa expressão "diplomacia empresarial", que eu acho que é uma expressão importante. Quando eu falar sobre Mercosul, acho que está faltando um pouco mais de diplomacia empresarial no Mercosul.

Apesar de o Brasil marcar maior relevância nos acordos internacionais, o presidente do Itaú, O falecido Olavo Setúbal, que foi Ministro das Relações Exteriores, cunhou uma expressão "diplomacia de resultados". Essa expressão aparece pela primeira vez no discurso de posse de Olavo Setúbal. Talvez o Rubens Barbosa tenha sido o responsável por essa frase, mas realmente o que se questiona muito, os críticos da política externa brasileira, como o Embaixador salientou, questionam muito se realmente todo esse esforço do Brasil está trazendo os resultados do ponto de vista de política de resultados. Quer dizer, temos maior projeção, o Brasil é conhecido.

Eu, que vendia o Brasil de porta em porta, explicando o que é o País, hoje, tenho uma postura internacional diferente. Eu chego nos países e tenho que mitigar um pouco os interesses deles. "Olha, vamos com calma." "Não, estamos indo muito bem. As coisas estão indo...". "Mas, olha, vamos com cuidado; pode haver... termos dependência disso, somos vulneráveis nisso e naquilo...".

Quer dizer, o mundo hoje olha o Brasil com outros olhos, o que é bom, mas sempre temos de ter um grão de sal nisso, porque, como disse o Ministro Rubens Barbosa – acho que o Presidente do Senado salientou isso também –, existem variáveis hoje que estão fora do nosso controle e que podem mudar rapidamente esse cenário tão favorável ao Brasil. Um deles, por exemplo, é o aumento da taxa de juros nos Estados Unidos e o

fortalecimento do dólar. Isso teria um impacto enorme em todo esse jogo econômico que estamos vivendo.

Então, nesse contexto, há o declínio dos Estados Unidos como poder mundial – acho que todos estamos presenciando isso –, mas não devemos menosprezá-los, achar que os Estados Unidos estão liquidados. Os Estados Unidos estão vivendo um problema crítico – balanço de pagamento, déficits internos muito grandes, o envolvimento em guerras infindáveis –, mas não menosprezemos a força do povo americano, porque eles podem dar uma virada.

Finalmente, um tema, que é o item 20, que tem sido salientado, muito curiosamente – não só no Brasil, mas na América Latina e em fóruns internacionais – é que realmente não somos mais o pivô das crises. As crises não começaram na América Latina. As crises começaram lá fora, e nós tentamos nos proteger e empurrá-las de volta, e hoje somos vistos como países capazes de mitigar a crise.

Eu, por último, ainda tenho dois ou três pontos. Eu salientaria a questão da comunicação, as novas redes sociais que acho que vão ter um impacto na política externa que ainda não conseguimos realizar claramente.

Assisti a uma palestra do Juan Luis Cebrián, do *El País,* e a visão deles, da imprensa, dos próximos anos, é uma coisa dramática.

No Mercosul, o Embaixador salientou muito bem a questão do comércio – 40 bilhões. As importações passaram de 49 bilhões, do grupo como um todo, para 280,4 bilhões em 2010. Nesses dois primeiros meses deste ano, chegamos a US$6,5 bilhões.

Bom, os pontos críticos: o Embaixador – tenho ainda 7 minutos – salientou que o Mercosul está vivendo uma crise institucional. Não discuto: existe uma crise institucional. Mas, na minha leitura, por detrás da crise institucional, há uma crise comercial.

Quer dizer, essas assimetrias entre Brasil e Argentina, eu vivi isso muito próximo, Srs. Senadores, porque eu era o presidente do Ceal. O Conselho de Empresários da América Latina foi criado na Argentina. Os empresários argentinos eram líderes. Hoje, quando olho o Ceal 20 anos atrás, não existem quase mais empresários argentinos. Bem ou mal, nos momentos de crise, nós confiamos neste país; os empresários não foram para fora. A poupança argentina: de 100, 90 estão investidos no exterior; 10 estão no mercado interno. A bolsa argentina é 10% da bolsa brasileira. Portanto, não podemos ser culpados de termos sido eficientes e termos acreditado mais no País do que os argentinos.

Isso posto, é muito difícil ter-se uma parceria em que o seu sócio está passando dificuldades. Não existe uma boa associação em que um dos sócios tem dificuldades internas. Quer dizer, a economia argentina, com todas as distorções, está indo bem, mas ela está indo bem por força de uma série de maquiagens internas com a taxa de inflação, segurar preços.

Hoje, tem uma matéria muito interessante no jornal *Valor Econômico* sobre um dos maiores grupos industriais, que é o grupo Techint, que está *no speaking in terms*, quer dizer, não está mais conseguindo conversar com o governo; existe um antagonismo formal do governo contra os empresários, e isso não leva a nada, como nós sabemos. Mas como vamos resolver esse problema desse desbalanceamento, dessa falta de entrosamento entre os dois países?

Olha, meus amigos, eu não vejo outra solução: tem que ser em parcerias, tem que ser em diplomacia empresarial. Eu acho que não devemos nos queixar de que empresas brasileiras estejam se instalando na Argentina. É verdade. Isso pode, a curto prazo, custar empregos para o Brasil, mas não esqueçamos o seguinte: nenhum país vai ser seu sócio se entrar em dificuldades econômicas. A desestabilização da Argentina é extremamente prejudicial ao Brasil. Não podemos cantar louros de estarmos bem. Nós não podemos morar numa rua em que os nossos vizinhos não estão bem. Os nossos vizinhos têm de estar bem para que possamos caminhar na rua com tranquilidade. Se nosso vizinho está mal, isso acaba redundando em problemas dentro da nossa própria vizinhança. De modo que nós temos de entender o esforço argentino. Eles perderam a indústria e estão querendo recuperá-la. É uma dificuldade enorme. Esse é um processo geracional, de novos empresários surgindo na Argentina para modificar esse processo.

A presença da China foi muito bem focalizada.

Acho que o Embaixador tem razão no que fala sobre a falta de vontade política. Realmente, falta vontade política. Abrimos tantas frentes; quer dizer, não é só o caso da Argentina. O trato que demos ao Uruguai e Paraguai... O Presidente Lula, nos últimos anos, melhorou; espero que a Presidente Dilma o faça também. Nós olhamos o Paraguai como se eles não contassem. Novamente, não se pode ter uma união aduaneira sem que seus sócios se sintam confortáveis, em que a toda hora estejam ameaçando sair porque não se sentem ouvidos, não se sentem prestigiados dentro dessa associação.

Outro aspecto em que divirjo muito do Rubens, e aprovo esta Casa por ter aprovado o acordo com a Venezuela: não podemos olhar a Venezuela com base no seu Presidente atual. Estrategicamente, a Venezuela é um país da maior importância energética para o Brasil. Aprovando a Venezuela, o Mercosul fica mais forte. Se estamos preocupados com a concorrência

mundial da China, se o Mercosul estiver mais forte, acho que vamos estar melhores e mais bem protegidos nesse contexto internacional, nessa briga internacional, onde não existe bom-mocismo – todo mundo está querendo... E o Brasil que era visto de uma certa maneira, com uma certa condescendência, com uma certa simpatia, vai perder totalmente essas simpatias, porque somos hoje um país em crescimento e começamos a incomodar.

Bom, faltam quatro minutos. Vamos rapidamente falar da Transoceânica: são 2.600 quilômetros de extensão, dos quais 1.100 em território... Os investimentos foram de quase US$1 bilhão.

O contrato foi assinado em 2005. As obras da rodovia em geral foram terminadas em 2010. E falei com o representante da Odebrecht, em Lima, na sexta-feira. É muito interessante. Só falta uma ponte de 700 metros, em Madre de Dios, no Peru – a maior ponte de lá –, para que a estrada esteja totalmente transitável. Ela era uma estrada de pedregulhos de difícil acesso.

E isso cria uma oportunidade de relacionamento do Brasil com o Pacífico em relação ao turismo.

Por favor, as próximas transparências.

Esse foi o que a Odebrecht participou. Aliás, eles produziram, Srs. Senadores, um documento que eu acho que esta Casa deveria obter cópia – eu consegui somente uma cópia –, do Guía de la Interocéanica, que é um guia, na minha opinião, que não deixa nada a desejar ao Michelin ou a um guia internacional de primeira linha.

Acho que o potencial de turismo que existe nessa região do Acre, onde há uma estrada que vai de Rio Branco a Cuzco. Muito bem, os trechos foram esses. Antes do início das obras, esse trajeto se fazia em 24 horas; agora se faz em 12 horas.

O segundo trecho... esse é o mesmo, unindo a cidade de Urcos à aldeia de Cuzco.

Finalmente, o Inambari, de 246 quilômetros, com o tempo de translado reduzido para cinco horas e 40 minutos.

São interessantes os números que foram levantados.

Em agosto de 2005, você cruzava essa estrada em 23 horas e 45 minutos. Em 2006, em 17 horas e 45 minutos; em abril de 2009, 14 horas; e agora, em 12 horas você faz todo esse trajeto.

Então, eu acho que é uma coisa, do ponto de vista estratégico do Brasil... Confesso candidamente que fiquei muito surpreso quando comecei a mergulhar nesses números. E me dei conta da importância estratégica dessa rodovia. Eu não imaginava ser tão importante para o nosso País.

Temos aí o benefício da população e do resto do País devido ao menor custo de produtos, maior acesso a produtos básicos, novos postos de trabalho, geração de possibilidades de investimentos para novos negócios, benefícios econômicos identificados pelo Centro de Investigação Siupe.

Benefícios diretos: US$302 milhões; benefícios indiretos: US$1,5 bilhão.

Acabou, graças a Deus. *(risos.)*

Sou como o nosso Presidente aqui. Está no meu DNA respeitar horários. Quem sabe nas perguntas possamos nos aprofundar mais.

Enfim, recapitulando. O Brasil mudou de turma. Hoje, estamos inseridos em um contexto mundial onde não existe mais bom-mocismo. O Mercosul se insere nisso. Penso que devemos ter mais Mercosul e não menos Mercosul. Acho que essa Interoceânica é um instrumento poderosíssimo de interação e de aproximação do Pacífico. E todos nós devemos olhá-la com interesse renovado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Roberto Teixeira da Costa, pela sua explanação.

Passo agora a palavra ao Prof. José Tavares de Araújo Júnior, do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (Cindes).

V. Sª tem 20 minutos para a sua exposição.

O SR. JOSÉ TAVARES DE ARAÚJO JÚNIOR – Boa noite. É um prazer e uma honra falar para uma plateia de tão alto nível. Agradeço ao Senador Collor o convite para participar desta Mesa.

A minha apresentação está baseada em um texto que enviei anteriormente, escrito no final do ano passado, rapidamente revisto no mês de abril, que se intitula "Argentina, Brasil e o Mercosul".

Nesse texto, procuro fazer duas coisas: primeiro faço um retrospecto rápido do que foram esses 20 anos de Mercosul e, em seguida, discuto um pouco as perspectivas do Mercosul, mas de uma ótica bem mais restrita do que foi discutido aqui, ou seja, sob a ótica de uma análise econômica até quase tecnocrática.

Na minha apresentação, vou apenas destacar alguns pontos daquele artigo. Quem tiver interesse, poderá ver esses pontos mais elaborados no texto.

Gostaria de começar notando que uma das mudanças fundamentais da economia brasileira, durante a década de 1990, foi a de haver rompido o isolamento com os demais países da América do Sul, que havia vigorado durante os 50 anos de política de substituição de importações.

Para que os senhores aqui se recordam, no ano de 1985, nas vésperas da assinatura dos protocolos

Sarney-Alfonsín, o Brasil exportou cerca de US$550 milhões para a Argentina e importou um pouquinho menos. Ou seja, o fluxo de comércio entre os dois países praticamente somou US$1 bilhão.

Naquele ano, no ano de 1985, não houve registro de fluxo de investimento de um país em outro. Quer dizer, era o isolamento quase que absoluto. Aquela situação de 1985 resultou não apenas no fechamento da economia brasileira, mas somado a duas décadas de governos militares e a maneira pela qual o Brasil lidou com os primeiros anos da sua crise da dívida externa.

Estou citando isso porque aqueles dados que o Roberto mostrou, sobretudo quando olhamos a década de 1990... Em 1990, o Mercosul parecia um grande sucesso. De fato foi. Mas o sucesso do Mercosul apenas significou que foram criadas as condições para que a região centro-sul do Brasil passasse a ter um volume de transações econômicas compatível com a proximidade geográfica dos países vizinhos e o nível de renda da região centro-sul do País, *vis-à-vis* aos demais países, mas em particular da Argentina.

Então, a partir de 1990, as nossas relações comerciais com os países vizinhos passaram a ter uma dimensão de normalidade. Por isso, o Rubens estava certo quando ele dizia que o Mercosul ia bem. Não é que o Mercosul não fosse bem, mas – e não é previsível nenhuma ruptura institucional em nenhum dos países do momento – é natural que – e tão pouco se espera que o Brasil volte a ser uma economia fechada, como foi até 1990 – o volume de transações na região poderá crescer. E isso vou mostrar em seguida. No entanto, definitivamente não resultou em muitas das coisas que, frequentemente, se imputa ao Mercosul.

No meu trabalho, procuro reconstituir os 20 anos de história do Mercosul, procurando mostrar que esses anos podem ser relatados a partir de três fenômenos fundamentais: a reforma comercial do Governo Collor, o Plano Real e as mudanças na legislação cambial introduzidas no Governo Lula, que criaram as condições para a transformação do Real em uma moeda conversível. Esses três fatores, juntamente com a decisão que foi tomada quando da assinatura do Tratado de Assunção, qual seja, reduzir a zero – não chegamos a reduzir a zero em cem por cento como se pretendia – ou eliminar as barreiras comerciais da maioria esmagadora do comércio, enfim, foram esses fatores que levaram ao sucesso do Mercosul.

Procuro mostrar no meu texto que o resto da parafernália do Mercosul ou foi inútil ou atrapalhou o processo de integração. E vou explicar o porquê?

Antes disso, porém, vou falar rapidamente sobre as perspectivas que são discutidas no trabalho. O que eu procuro mostrar no texto é que para discutirmos as perspectivas do Mercosul temos que fazê-lo a partir dos dois desafios que, no meu modo de ver, são desafios centrais que a economia brasileira vive hoje: como reduzir os seus custos de transação e como elevar a capacidade inovadora da indústria brasileira.

Desde o início da década passada, a década de 2000, o Brasil vive uma situação sem precedentes. Uma situação em que, claramente, vale aquela frase que o Presidente Lula repetia tanto: nunca antes neste País se viveu uma situação de apreciação da taxa de câmbio sem perspectiva imediata de crise de balança de pagamento.

Esse dado é um dado novo na história brasileira. Mas essa situação gera um desafio para a nossa indústria: ou a nossa indústria se torna capaz de, realmente e de forma difusa, competir globalmente, ou vamos talvez sofrer, em determinados segmentos, um processo de desindustrialização.

Queria chamar atenção para o fato de que o desafio não é apenas em relação a conter o crescimento das importações, pois é algo positivo. Uma entre as várias anomalias que se criou no Brasil, naquele longo período de substituição de importação, foi a de consolidar a visão de que o ideal para o País é buscar autarquia. Até hoje a ideia da autarquia está por trás, por exemplo, cada vez que vemos um anúncio, uma matéria de jornal dizendo que o coeficiente de penetração das importações no Brasil alcançou 20%. Isso é preocupante.

Ora, 20% ainda são um dos coeficientes de penetração das importações mais baixos do mundo, basta entrar no *site* da OMC e verificar isso.

O desafio a que estou me referindo é que para poder sobreviver a essa situação de apreciação constante e duradoura da taxa de câmbio, a nossa indústria terá que ter, necessariamente, um ritmo de inovação similar ao dos outros países, que eram economias fechadas durante boa parte do século XX e, a partir dos anos 80 e dos anos 90, se transformaram. Estou falando aqui de Austrália, de Nova Zelândia, de China, de Índia, Coreia, países que, no horizonte de uma geração, passaram a ter um ritmo de inovação compatível com as necessidades do mundo contemporâneo.

O Brasil tem a seguinte peculiaridade: a nossa capacidade inovadora, que não é desprezível, está ainda hoje concentrada no setor público. Ou seja, os três maiores orçamentos de pesquisa e desenvolvimento do Brasil são, como se sabe, Embrapa, Petrobras e Vale do Rio Doce. E o quarto é a Embraer, que é o único setor industrial; os outros são relativos ao setor primário.

Então, temos essa situação em que somos competitivos em produtos primários e o nosso esforço

tecnológico vai cada vez mais na direção de produtos primários.

Isso é que nós precisamos mudar. E só faz sentido discutir as perspectivas do Mercosul como um instrumento, uma peça adicional na solução desse dilema.

A outra dimensão para elevar a competitividade, já que não é apenas a inovação, é a redução dos custos de transação na economia brasileira, que, como os senhores sabem, são consideravelmente elevados, sendo frequentemente chamados de custo Brasil.

Mas o ponto que quero chamar a atenção é o seguinte: quando se fala de custo Brasil, em geral se chama atenção para algumas coisas que todo mundo sabe, quais sejam, tributação, precariedade de infraestrutura etc. Mas há uma outra dimensão que continua crescendo e que pouca gente se preocupa com ela, talvez, com exceção, Carlos Alberto Sardenberg, que, de vez em quando, escreve artigos na imprensa chamando a atenção para isto: uma quantidade enorme de pequenas coisas irrelevantes *per se*, mas que significam aumento de custo de produção.

Apenas para dar um exemplo, há poucas semanas, foi noticiada a lei de etiqueta com anúncios de saúde pública em peças íntimas. Aquilo é apenas um pequeno aumento de custo, mas poderíamos passar aqui o resto da tarde listando coisas que... O grande desafio é que cada uma delas parece irrelevante.

Por exemplo, nós, economistas, somos obrigados a pagar uma taxa para o Corecon. Não sei para que existe o Corecon. Mas não são só os economistas, mas todas as empresas. Mas se você tiver uma empresa que emprega economistas terá que pagar a sua taxa para o Corecon.

E por que estou falando do Corecon? É claro que o Corecon é um órgão irrelevante, mas junto com outras milhares de coisas elevam os nossos custos de transação. Essa, talvez, seja a nossa grande dificuldade, porque não se trata de coisas heróicas e, sim, de um conjunto de pequenas medidas.

Eu disse que para pensar as perspectivas do Mercosul temos que pensá-lo como um instrumento para enfrentar esses problemas. Para isso, vou-me centrar apenas em um ponto, que é a necessidade de rever a Tarifa Externa Comum.

Recordando muito rapidamente, a Tarifa Externa Comum foi construída a partir da tarifa brasileira formada durante o governo do Presidente Collor.

Ora, quando o Presidente Collor implementou a sua reforma comercial, ela foi feita numa situação que tinha duas peculiaridades fundamentais: o País havia ficado dez anos à beira da hiperinflação e dez anos literalmente fechado às importações. Com isso, a noção de preço relativo havia desaparecido.

Dessa forma, aquela estrutura tarifária que foi implantada no Governo Collor, olhando-a de hoje, deveria ter sido tratada como um primeiro passo na direção da abertura da economia. Ela foi, ao contrário do que muitas pessoas disseram à época, uma abertura bastante cautelosa. Pretendia dar uma proteção efetiva de 20% para todo mundo, o que já era alto para os padrões internacionais da época. Mas aquela estrutura de escadinha de zero a 20% – com exceção dos automóveis, que acabou ficando com 35% e com uma proteção efetiva muito mais alta – tinha uma deficiência muito importante, que era de conferir uma proteção supérflua aos nossos produtores de bens intermediários, em particular a indústria siderúrgica e a indústria química, que passaram a ser contempladas com alíquotas de impostos de importação entre 12% e 16%, que são as tarifas mais altas do mundo.

Também não precisa falar sobre as características dessa indústria. Só tenho cinco minutos. O ponto que quero chamar atenção é que aquela estrutura tarifária dava proteção supérflua a um conjunto de indústrias e onerava os custos de produção dos bens finais. Ou seja, qualquer que seja o nível da taxa de câmbio, o produtor de bens finais no Brasil tem uma estrutura de bens onde os custos intermediários são mais elevados do que os de seus competidores do resto do mundo. Essa é uma das razões que explica por que, depois de vinte anos da abertura, o Brasil continua sendo uma das economias mais fechadas do mundo.

A única saída que eu vejo para o Mercosul é eliminar o compromisso da TEC e que o Brasil faça uma segunda reforma unilateral da sua tarifa, para ajustar a tarifa aduaneira às necessidades de sua competitividade internacional. Isso aqui pode parecer algo ultraliberal. Mas, não, o que estou dizendo é que a estrutura tarifária brasileira tem que ser similar a de outros países, como aqueles que mencionei, Índia, China, Austrália, Coréia do Sul etc.

O problema do Mercosul foi que aquela tarifa do governo Collor, que deveria ter sido uma tarifa transitória, que eventualmente poderia ter sido revista no final dos anos 90 depois do Plano Real, ficou congelada. E não chegou a ser implementada.

A integração que interessa ao Brasil hoje é a integração do mesmo tipo daqueles países a que acabei de me referir, em particular a Austrália, a Índia e a China, ou seja, criar estruturas regionais integradas, mas não voltadas para a criação de um bloco regional protegido do resto do mundo, mas integradas para competir internacionalmente.

Isso implica rever toda a agenda... O Senador Collor mencionou a visita da delegação neozelandesa. Acho que o acordo Austrália-Nova Zelândia é um exce-

lente exemplo de como funciona o tipo de integração a que estou me referindo. Em vez de ter essa fixação na tarifa externa e na parafernália burocrática que se tornou o Mercosul, a Austrália e a Nova Zelândia fizeram um processo de integração que, além de zerar as tarifas de importação, eles passaram, ao longo dos vinte e cinco anos, a fazer um esforço, renovado anualmente, de tornar as condições de concorrência nas economias domésticas de forma similar.

Para citar um exemplo, a Nova Zelândia é muito conhecida como tendo criado um regime de metas de inflação. Acontece que o regime de metas de inflação não foi criado apenas por razões macroeconômicas. Ele foi criado porque eles tinham chegado a um acordo de que não iriam ter nenhum esforço de harmonização de suas políticas cambiais. O que eles iriam fazer? Os dois países mantêm uma taxa de câmbio flutuante em relação ao resto do mundo e fazem um esforço de terem taxas de juros e taxas de inflação domésticas no mesmo nível. Se eles conseguissem fazer isso, a taxa de câmbio bilateral ficaria constante.

Não me lembro se neste trabalho ou se em outro anterior eu mostro que o resultado disso foi quase ter uma moeda comum. A Austrália e a Nova Zelândia têm, há vinte anos, uma taxa de câmbio absolutamente estável porque ambos os países têm políticas macroeconômicas que levam a taxa de inflação e a taxa de juros domésticas muito parecidas.

É esse o esforço que o Brasil tem que caminhar. Estou vendo que o meu tempo está se esgotando. Ao final do trabalho, eu listo o que seria a agenda do Mercosul para atender aqueles desafios a que me referi.

A primeira, eu já falei, que é o fim da TEC e uma nova reforma comercial do Brasil. Levar adiante os investimentos da IIRSA. O Roberto Teixeira da Costa mencionou a rodovia interoceânica. Queria lembrar que essa rodovia é parte da IIRSA, que é uma das coisas... Lamentavelmente, não teria tempo para aqui falar da IIRSA, mas levar adiante os investimentos da IIRSA é uma das formas de reduzir custos de transação na região e acelerar a integração regional.

Outra coisa da maior importância – isso também já foi iniciado no governo Lula, no meu modo de ver, de forma muito tímida – é transformar o real numa moeda regional. Também não tem nenhuma novidade nisso. A moeda chinesa está virando uma moeda regional. A moeda indiana, onde não entra a moeda chinesa, também tem a sua regionalidade. Esse é um fato. Esse ponto foi discutido em reuniões anteriores. O mundo está caminhando para algumas moedas centrais, como o dólar e o euro, e diversas moedas, todas elas conversíveis, mas com forte curso regional.

Na medida em que o real se torne a moeda da América do Sul, o Mercosul terá um outro salto.

Por fim, rapidamente, os dois últimos pontos, que é eliminar pelo menos uma parte do entulho burocrático do Mercosul, coisas como o Protocolo de Defesa da Concorrência de Fortaleza, que não serve para nada; fazer com que o comércio de automóveis seja efetivamente livre na região e não esse acordo que vigora hoje; por fim, fazer aquilo que diversos países do resto do mundo fazem e que é uma coisa hoje em dia simples, mas que para o Brasil parece ser tão difícil, que é completar a área de comércio e assegurar sua preservação. Basta copiar o que o resto do mundo faz, que a gente consegue isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado ao professor Dr. José Tavares de Araújo Júnior, do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento.

Passo a palavra à professora Drª Maria Cláudia Drummond, Consultora Legislativa do Senado Federal.

MARIA CLÁUDIA DRUMMOND – Senador Fernando Collor, em primeiro lugar, gostaria de agradecer pelo convite honroso para estar aqui como consultora do Senado para temas do Mercosul e relações exteriores. Tenho muito prazer de estar aqui deste lado da Mesa, normalmente estou do lado de lá. Cumprimento os meus companheiros de Mesa.

O tema que venho abordar, bastante apropriado para o local, para uma Casa do Poder Legislativo, é o Parlamento do Mercosul. Então, vamos nos afastar um pouco da abordagem econômica e comercial e vamos abordar as instituições do Mercosul, concentrando-nos no Parlamento.

O Embaixador Rubens Barbosa falou muito bem ao dizer que há uma crise institucional no Mercosul. Eu concordo plenamente com ele. Acho que é preciso aprofundar as instituições do Mercosul. Lembro-me muito de que, ao final do governo Fernando Henrique Cardoso, o Ministério das Relações Exteriores constituiu um grupo denominado Grupo de Reflexão sobre o Mercosul, onde estava o Embaixador José Botafogo Gonçalves. E algumas conclusões desse grupo eram justamente estas, era necessário o aprofundamento das instituições do Mercosul para lidar com alguns problemas que o próprio dinamismo do bloco já trazia.

Então, voltando a este braço parlamentar do Mercosul, que é o Parlamento do Mercosul, eu gostaria de, em primeiro lugar... O título ali já é bastante objetivo, porque eu vou abordar os desafios para a consolidação do Parlamento, o que falta fazer para que esse Parlamento funcione realmente.

Pode passar. Aqui, nós vemos a evolução da dimensão parlamentar no Mercosul. A dimensão de representação popular, porque, na verdade, todas as decisões tomadas no âmbito da integração produzem impactos fortes na infraestrutura do País, produz impactos para a população. É preciso que haja um local de representação popular que faça o papel de caixa de ressonância para as decisões tomadas no âmbito das negociações. As populações não têm acesso àquilo que está sendo colocado nas mesas de negociação, àquilo que está sendo discutido.

Então, o Parlamento do Mercosul faria exatamente este papel, ele serviria de canal de comunicação entre as populações e as instâncias negociadoras da integração. Significa que teríamos também a diplomacia empresarial de que falou o Dr. Roberto, por exemplo, mas haveria mais um *locus* para essa diplomacia empresarial ser desenvolvida, que seria o Parlamento do Mercosul.

No Tratado de Assunção já se previa, no art. 24, uma comissão parlamentar conjunta e se dizia algo muito sumário, apenas que essa comissão manteria os poderes legislativos informados acerca do processo de integração. Não se falava no número de membros dessa comissão, não se falava em como seriam escolhidos nem quais seriam as funções da comissão.

O Protocolo de Ouro Preto veio aprofundar um pouco os aspectos da comissão parlamentar conjunta. O Protocolo é sobre as instituições do Mercosul e ele mantém a comissão parlamentar conjunta, mantém a existência do braço parlamentar da integração. Ele já se estende um pouco mais sobre as funções e o número de membros da comissão, dizendo que haveria membros em igual número por Estado parte. E uma coisa interessante é que, me parece, no art. 22, o Protocolo de Ouro Preto determina que essa comissão represente os parlamentos dos países membros do Mercosul e não os povos, não as populações. Então, poderíamos dizer que é quase uma representação indireta.

O Protocolo constitutivo do Parlamento do Mercosul já dá um passo à frente, porque prevê a representação dos povos da região. Então, os membros desse Parlamento representariam as populações da região e não mais os parlamentos, o parlamento de cada um dos países. O Protocolo também prevê eleições diretas, que se devem realizar futuramente em um outro momento, e também prevê a representação cidadã em números diferenciados por país. Por isso é que foi necessário usar este eufemismo, representação cidadã, porque havia uma grande resistência da parte dos países de população menor, Uruguai e Paraguai, a essa representação diferenciada, a essa proporcionalidade dentro do Parlamento do Mercosul. Então, encontrou-se esta expressão representação cidadã, mas, na verdade, ela designa a proporcionalidade dentro do Parlamento do Mercosul. Não significa uma proporcionalidade estrita, porque há uma simetria enorme entre as populações dos países membros do Mercosul, mas uma proporcionalidade atenuada semelhante à que existe no Parlamento Europeu.

Então, em 9 de dezembro de 2005, o Conselho do Mercado Comum aprovou, pela Decisão nº 2.305, um projeto de protocolo constitutivo do Parlamento do Mercosul. O interessante é que – talvez seja um fato inédito – o protocolo, que é um tratado internacional, foi inteiramente negociado por parlamentares. Os governos reunidos no Conselho do Mercado Comum outorgaram aos parlamentares da comissão parlamentar conjunta um mandato para que eles redigissem e negociassem um protocolo que constituísse o Parlamento do Mercosul. Então, é algo inteiramente inédito, diferente, no momento em que os próprios parlamentares negociaram esse tratado.

Sobre as competências, não vou estender-me porque eu passaria do meu tempo, mas quero deixar muito claro que o Parlamento do Mercosul não tem competência legislativa e as suas decisões não se sobrepõem àquelas decisões dos parlamentos nacionais.

A competência que eu gostaria de destacar aqui é competência consultiva do Parlamento, que ainda não está implementada. Por isto acho importante fazer esse destaque, pois ela existe, mas não funciona ainda. É um desafio para o Parlamento do Mercosul fazer com que essa competência funcione.

O que ela encerra? Em primeiro lugar, o objetivo dela é acelerar os procedimentos internos para entrada em vigor dos instrumentos do Mercosul negociados no âmbito da integração. Por quê? Porque uma das maiores fragilidades hoje do Mercosul é a lentidão com que os acordos e as normas são incorporados aos direitos internos de cada um dos países. Há uma lentidão muito grande, uma tramitação longa desses acordos e, às vezes, nem é o Parlamento, nem são os congressos nacionais que seguram esses acordos, mas, às vezes, ficam nas gavetas do Ministério das Relações Exteriores, demoram a enviar para o Parlamento, para o Congresso Nacional.

Para sanar isso, na busca de melhorar essa situação e, com isso, dar mais segurança jurídica ao Mercosul, instituiu-se essa competência consultiva, em que o Parlamento do Mercosul deve elaborar um parecer sobre as normas que devam ser apreciadas pelos parlamentos nacionais. O Parlamento do Mercosul emitirá esse parecer antes mesmo de que as normas sejam assinadas pelo órgão decisório do Mercosul.

Qual a vantagem disso? É que, no momento de preparar o parecer, o Parlamento do Mercosul irá discutir publicamente essas normas, ocorrerão audiências públicas, como esta que estamos fazendo agora com a presença da sociedade civil, que poderá opinar, trazer as suas demandas, trazer as suas preocupações.

Em seguida, se esse projeto de norma do Mercosul for assinado pelo órgão decisório, Conselho, de acordo com as sugestões do Parlamento do Mercosul, ele terá então uma tramitação mais rápida dentro dos congressos nacionais.

Então, o protocolo deu um dever de casa para os parlamentos nacionais, que é o de criar um mecanismo para que essas normas tramitem mais rapidamente dentro dessas casas, desses parlamentos de cada um dos países.

Até agora, apenas o Brasil já aprovou, por meio de uma resolução, a Resolução nº 1, de 2007, essa tramitação ágil.

Pode passar.

Essa Resolução nº 1, de 2007 – CN, diminuiu o número de instâncias pelas quais passa o acordo do Mercosul, caso tenha sido assinado conforme o parecer do Parlamento regional, o Parlamento do Mercosul, ele, então, passaria por três instâncias apenas: a representação brasileira no Parlamento do Mercosul, o Plenário da Câmara dos Deputados e o Plenário do Senado, em vez das dez, mais ou menos, que nós temos hoje.

Então, haveria esse procedimento preferencial, mas apenas para aquelas normas que tivessem sido assinadas de acordo com as sugestões do Parlamento do Mercosul.

Próximo.

Quais seriam, então, os resultados da implementação do mecanismo de consulta? Agilização da incorporação das normas, dos ordenamentos jurídicos internos dos Estados Parte, o que seria muito útil para outorgar segurança jurídica aos instrumentos do Mercosul; colaboração com foros e reuniões especializadas do Mercosul; articulação entre o Parlamento do Mercosul e os parlamentos nacionais, o que, por exemplo, não acontece na Europa – o Parlamento europeu é muito isolado dos parlamentos nacionais e isso é um grande problema; visibilidade ao Parlamento do Mercosul e ao Mercosul, por meio da presença de meios de comunicação no momento em que essas normas estivessem sendo discutidas no âmbito do Parlamento, e visibilidade do Mercosul para a sociedade civil – ele seria o canal de comunicação, então, com a sociedade civil.

O outro aspecto que representa um desafio hoje para o Mercosul, o primeiro aspecto que eu queria enfatizar, o que falta na questão da competência construtiva é que os demais parlamentos dos Estados Parte do Mercosul – dos três – precisarem também aprovar um mecanismo de agilização da tramitação. Falta isso. O Brasil já aprovou.

Além disso, é claro, o Conselho do Mercado Comum também tem de aprovar um regulamento, normas que regulamentem essa interlocução dele com o Parlamento do Mercosul.

Voltando, então, às eleições diretas, esse é o outro desafio. No momento da negociação do tratado, do protocolo, ficaram definidas duas etapas de transição: que terminaria em 31/12/2010 – até então, os parlamentares seriam designados pelos Parlamentos nacionais e, então, a representação seria igualitária. Havia também uma data limite para que o Conselho do Mercado Comum decidisse o critério de representação cidadã, mas com base em uma sugestão do Parlamento do Mercosul. Ora, a essa sugestão do Parlamento do Mercosul foi extremamente difícil de se chegar. Houve árduas negociações: havia oposição por parte principalmente do Paraguai, que preferia que continuasse a representação paritária, e, finalmente, chegou-se a um acordo político, no âmbito do Parlamento do Mercosul, e foi aprovada já em 2009. Então, houve uma não observância das datas estipuladas pelo protocolo que criou o Parlamento.

Então, o Brasil ficou com 75 cadeiras, mas eu queria chamar a atenção para o fato de que ali está uma população que, na verdade, estava baseada nas projeções da Cepal. Quando esse acordo político foi obtido, pensou-se em usar as projeções da Cepal. Então, a projeção era de 195 milhões para o Brasil. Ao final, o IBGE obteve o resultado, no censo, de 190 milhões. Então, em vez de termos 75, teríamos 74.

A Venezuela está aí só para mostrar, caso ela entrasse, que não haveria tanta assimetria. Quando um país, com uma população média de 27 milhões – tanto poderia ser a Venezuela quanto poderia ser outro país qualquer –, não haveria uma diferença tão grande entre os países membros. Isso ficaria mais diluído com a presença de um maior número de países no Mercosul.

Então, o Brasil ficou com 75; a Argentina, com 43; Paraguai e Uruguai, com 18 cada. Lembrando que o Paraguai fez a sua eleição direta com base em 18, que era a representação paritária, e isso criou um piso muito alto, no momento em que houve depois a negociação, porque as eleições do Paraguai foram em 2008. Então, quando se chegou ao acordo político em 2009, o Paraguai já havia feito as suas eleições diretas contando com 18, e, por isso mesmo, o piso ficou muito alto. Se nós nos lembrarmos, no Parlamento europeu, Luxemburgo, que era o menor país quando começou o Parlamento europeu, eram quatro representantes

apenas. Então, nós poderíamos ter começado de um piso muito mais baixo se o Paraguai não houvesse realizado as suas eleições.

Aí o acordo político prevê a revisão da composição do Parlamento, após quatro mandatos cumpridos. Até que ingresse um novo membro, a Argentina e o Brasil concordaram em eleger um número menor na primeira eleição, que seriam de 26 para a Argentina e 37 para o Brasil.

Eu apenas quis mostrar o que acontece quando há representação paritária. Um país como o Brasil, de 195 milhões, cada parlamentar vai representar 10 milhões. Quer dizer, é muito mais difícil representar 10 milhões e cuidar dos interesses de 10 milhões de eleitores do que, por exemplo, o Uruguai, em que um parlamentar representa 185.666 eleitores. Eu vou parar por aqui. Essa foi a fórmula proporcional usada, a fórmula chamada proporcional regressiva, para chegar aos números finais.

Mas apenas eu gostaria de destacar que, neste momento, o Parlamento enfrenta estes dois desafios. O primeiro tem a ver com a consulta parlamentar. Acho que muitas pessoas, e talvez até muitos parlamentares, não se deem conta da importância desse mecanismo para o Parlamento do Mercosul e até para que o Mercosul tenha um foro realmente de debate com a sociedade civil. Isso vai ser implementado quando a consulta parlamentar passar realmente a funcionar.

E o outro desafio é implementar também a representação cidadã, com números diferenciados de representantes por país, e as eleições diretas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Colllor. PTB – AL) – Muito grato à Profª Drª Maria Cláudia Drummond, Consultora Legislativa do Senado Federal, pela sua explanação.

Para encerrar a primeira fase da nossa audiência de hoje, tenho a satisfação de passar a palavra ao Prof. Dr. José Flávio Sombra Saraiva, do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

O SR. JOSÉ FLÁVIO SOMBRA SARAIVA – Muito obrigado, Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

É uma alegria participar da sessão, da audiência pública, e felicitar V. Exª e os Senadores da Comissão pelas decisões importantes de encaminhar audiências públicas de temas atinentes à inserção internacional do Brasil – os nossos interesses, os valores e seu olhar sobre o mundo –, em audiências nas quais participam os atores políticos, os empresários, os acadêmicos. Há, no Brasil, hoje cem cursos de graduação em Relações Internacionais e em torno de 700 ou 800 professores envolvidos nessa reflexão de um país continental, no qual a construção da ação também passa por reflexão no campo acadêmico.

Assim, fico muito agradecido.

Vício de professor: introdução, desenvolvimento e conclusão.

Introdução

O curso muito breve de 20 anos, de uma criança recém-embalada em uma madeira e que chega à maioridade nos seus 20 anos, ainda muito precoce.

Creio que, estrategicamente, essa curta experiência do Mercosul inaugurou um fato histórico para as relações internacionais da América Latina, porque não há, pelo contraditório, nenhum outro processo assemelhado à experiência do Mercosul em seu construto histórico, em seus desenvolvimentos e até em suas frustrações, algumas delas levantadas dado o grau de densidade e interação dos atores envolvidos no próprio processo de integração. Esse é o único.

Portanto, portou desiderato estratégico, ou pela invenção dos sonhadores ou pela prática dos operadores. Isso é importante, porque quase só há este, aqui por onde andamos nesta parte do mundo, e lá, para a Europa, há o mais antigo, mais respeitado e anotado, profundo, institucionalizado, de sociedades parlamentares e de regimes políticos democráticos estáveis, sem invencionices de democracias novas, o peso do tempo e da história que põem a União Europeia na sua verdadeira densidade, quase sempre buscando nós do lado de cá, a comparação. Mas são processos muito distintos, com resultantes e eficácias diversas.

Creio, no entanto, que esse marco, na nossa região, entrará nos livros de História, quando, daqui a 100 anos, for contado que houve esse experimento nessa região. E esse balanço de 20 anos se estenderá com as dificuldades, com as evoluções, com as transformações do sistema internacional, porque não vivemos sós; vivemos neste mundo complexo, sincrético, de valores em tensão, além do mundo *modus operandi* da economia, da política.

Portanto, creio que o Mercosul – e esse é o argumento central da introdução para o desenvolvimento, que é exatamente esta noção e esta ideia – teve sua eficácia, mas não tem sua história garantida. Há desafios proporcionais a esse pequeno curso de 20 anos.

Em forma simplificada, anotaria seis pontos de destaque para o extraterrestre que desembarcar aqui e disser "O que houve aqui, nesta região?", e seis frustrações e dificuldades, grande parte delas já referidas aqui pelos grandes conferencistas. E aquilo já apareceu, especialmente no campo econômico, foi muito bem abordado pelo Embaixador e pelos dois economistas e engenheiros dedicados ao tema da integração.

Eu creio que há um lado que não é econômico e que é muito positivo, que eu chamo de condições psicossociais com impacto pedagógico e positivo do Mercosul sobre as fronteiras da América do Sul.

Aqui do meu lado o grande Alexandre Gusmão, dos tempos das difíceis fronteiras, do avanço bandeirante, o Brasil encontrando com as suas circunstâncias, Ortega y Gasset, essa gente "estranha" do outro lado. Então, o Mercosul foi um encontro muito importante. E na confiança mútua, jogamos a bomba no lixo, aquela que tínhamos todas as condições de produzir, porque a inteligência argentina e brasileira, superando o velho cultivo à rivalidade, e até a capacidade avançada já no campo atômico, foi capaz de criar a diplomacia do átomo – fundamental, matriz política estratégica do Mercosul em seu desdobramento econômico e sua centralidade econômica. Isso não pode faltar na avaliação do que o Mercosul representa: a paz.

Sr. Presidente, será difícil encontrar na Terra mecanismo de confiança mútua do peso construído por brasileiros e argentinos, que não se deve apenas a Tlatelolco e aos arranjos dos anos 60 antes do TNP e coisa e tal. Houve inteligência política. Houve vontade. E o Mercosul veio embalado nesse reencontro com a geração do seu pai, que se criou com a hipótese de guerra na fronteira sul, e lá estavam, em Santa Maria, prontos, os tais.

Então, digo que isso é Mercosul. Mercosul não é só economia. Mercosul é societário, tanto quanto o carvão e o aço. E o Euratom, do nascimento da Europa, não era ainda a Europa que veio a ser, mas o nosso Mercosul pode ser muito mais do que trânsito comercial.

Ponto dois, aqui muito bem explorado desde a grande exposição do Embaixador e dos economistas, que é o tema fundamental do comércio intrassazonal. Isso não foi adaptação ao mundo, porque o mundo quis que houvesse, "tudo bem, deixem eles lá trocarem as coisas entre eles". Não, isso foi também decisão política e econômica. Houve desvio de comércio. Houve desvio de comércio, mudança de pivôs nos embates comerciais, e esses dados são já estudados. Importante, sair de 4,5 bilhões de dólares em 1991 para os 41, 42 ou 45 bilhões, não sei bem, é de um significado muito importante, demonstra vivacidade econômica e complementariedade, mais do que a mera circulação comercial. Esse impacto comercial empurrou, em alguma medida, essas economias a certas cadeias produtivas, ou investimentos importantes das empresas brasileiras no seu entorno, garantindo a internacionalização das empresas brasileiras públicas e privadas. Foi um grande ambiente, uma pequena casa para o desiderato do mundo complexo do *crazy world*, como escreveu Paul Krugman, nessa última incursão sua no *New York Times*, *mixed-up societies*, o mundo complexo, confuso, em que vivemos. Isso foi um lugar de recolhimento com grande eficácia para realizar os exercícios que precisávamos fazer, nos dias de hoje, na presença internacional do Brasil no globo, ampliando sua presença do ponto de vista econômico e político.

Terceiro ponto, mais rápido: é bem verdade que há essa parafernália documental normativa relativa a assuntos mais díspares, desde o Protocolo de Ouro Preto, que eu já conto em páginas como essa que trouxe Maria Cláudia Drummond, minha amiga. Em torno de mil páginas de ordenamentos tem o Mercosul, se tomarmos Times New Roman 12. Mil páginas! É demais. O senhor tem razão. Sobre antecedente, integração, consulta, solução de controvérsia, certificação de origem, comércio, aduana, regimentos, relação externa, justiça, educação, cultura, meio ambiente, etc. Uma espécie de panaceia.

Há o aspecto negativo e há o positivo, que há certa garantia jurídica internacional de atos, em sua grande maioria já ratificados em seus parlamentos e que, portanto, caminham em uma certa juridicização, e não uma circunstância *ad hoc* de um programa de integração que é, obviamente, preferido pela China diante de seus satélites, porque frouxo, menos regulação, menos pressão, e aqui eu posso exercer o exercício de poder do excedente de poder que a China possui.

Se há algum modesto excedente de pode nessa região, poderíamos dizer que o Brasil teria algum comparativo na sua região. Mas ele também, em alguma medida, aceita, participa e anima parte dessas regulações. Então, é sujeito de direito internacional, e assim age.

Quarto ponto. O Mercosul, em alguma medida, nas negociações externas difíceis – creio que o Embaixador Barbosa pode falar bastante disso –, apesar das nossas dificuldades internas, mandando pelo mundo, o Mercosul tem uma imagem ainda positiva, apesar dos seus problemas e dificuldades, eu diria até acima da sua própria realidade. Uma imagem... Junto a parte dos seus negociadores externos tem perdido espaço, concordo, mas ainda mantém, como vem demonstrando nas conversações de livre comércio do acordo com os europeus. Podemos discutir.

Quinto ponto. Creio que o Mercosul alavancou a ideia da América do Sul e esse ritmo, esse novo processo de integração na região, que é bem complexo, governos instáveis, difíceis, mas foi o ponto de partida e isso tem um efeito do sub-regional para o regional em um momento bastante particular.

Sexto e último, como educador. As nossas escolas são um vai e vem de estudantes do Mercosul, não apenas no sul do Brasil, nas universidades. Esses

protocolos de certificação de estudos realizados no outro país, de forma automática o seu recolhimento para efeito de estudos ou de continuação de estudos, eu diria que também houve uma certa inteligência humanista no processo, a fazer inveja aos franceses e alemães, que na sua *realpolitik* construíram, depois da Guerra, na reconciliação a mãos frias, a Europa. Aqui não! Não há estudante meu da Universidade de Brasília que vá a Córdoba, que vá a Rosário, que vá a La Plata que não deseje ficar mais, que não venha diferente. Namoram e constroem outras circunstâncias que eu digo societária da integração.

São aspectos complementares ao econômico que estão no campo da afetividade e que isso também se chama política internacional.

Então, eu acho que esses seis pontos são importantes, interessantes, e concluo, com os cinco ou seis minutos que me restam, o uso que eu digo, com dificuldades que se anotam para esses vinte anos, em alguns casos, creio, até com tendência de agravamento das suas próprias capacidades de superação.

Eu diria que persistem as distintas visões de mundo nas políticas exteriores dos países do Mercosul, em especial da Argentina e do Brasil. Falta de um visor comum. Isso aumentou nos últimos anos, não creio que apenas por razões de escolhas de política interna, mas pela própria inserção apenas por razões de escolhas de política interna, mas pela própria inserção do Brasil no sistema econômico global e as convocações que foram feitas à capacidade produtiva e de inteligência que o Brasil tinha para operar, ampliar o seu raio de ação. Sem dúvida alguma, aqui há divergências sobre os temas de segurança global, de conformação do diretório internacional, "onusiano". Isso é um não dito, uma diferença muito importante, marcada de forma clara pela diplomacia argentina.

Portanto, há, aí, um entendimento em matérias centrais diferenciadas, pouca convergência. Essa é uma preocupação importante. A sensação é de que o Brasil deslocou-se das suas entranhas e das suas circunstâncias para ator global, e, como ator global, sua vizinhança, o ímpeto energético para a solução de questões domésticas regionais ou sub-regionais foi, em alguma medida, arrefecida.

Segundo, há, ainda, uma característica própria ao sistema político dos nossos países – e o Brasil não é exceção; ao contrário, pratica isso com muito vigor, pois é da nossa tradição, mas também da tradição de países novos, que não têm excesso de poder –, que é a enorme recusa em sacrificar a soberania nas políticas públicas internas e externas. Brasil é Brasil, Argentina é Argentina... Há, portanto, na própria formação da cultura política, Estados novos, uma forte resistência a essa permeabilidade internacional que um sistema de integração exigiria, mais fluidez, mais cooperação. Basta ver as posições na OMC, no FMI, nos Brics.

Terceiro. Houve a eleição do comércio como núcleo forte da integração – isso foi bastante anotado pelos expositores – em detrimento do robustecer do núcleo estratégico econômico nacional, o que, no nosso caso, não era tanto problema porque não tínhamos esquecido um pouco o que era industrialização, embora, em alguma medida, tenhamos regressado ao século XIX do *agrobusiness*.

Em todo caso...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – (*Inaudível. Intervenção fora do microfone.)*

O SR. JOSÉ FLÁVIO SOMBRA SARAIVA – Não, agrega muita coisa. Agrega valor, em parte, agrega termos de intercâmbio... Está 140 sobre 100. Então, entra mais dinheiro. A longo prazo, uma sociedade não industrializada, não vejo futuro. Sem agregar competitividade na ponta, não há futuro. Pode haver até uma política comercial, mas política externa, não. Fica igual ao México.

O Mercosul – quarto ponto –, penso, engendrou um processo assimétrico estruturalmente, do início, e não supera essa assimetria, nem com os fundos e com os mecanismos. O programa de industrialização dos vizinhos por meio de capacitação não funciona. Aquela cultura política industrial argentina, antiga, de baixa adaptação à competitividade internacional, com uma capacidade de *lobby* impressionante, nociva, em grande medida, à formação desse parque integrado, num plano econômico.

Esses dias eu dizia aos meus alunos que, em lugar de ficar com essas confusão de mais entraves á circulação de automóveis e peças, o que deveríamos estar fazendo é a triangulação da China e utilizando as bases multinacionais da produção automotiva argentina e brasileira para melhorar o agregado de valor na nossa exportação para a África, tema que estudo há vinte e cinco anos e a que tanto me dediquei, que saiu de 2% para 6,5% do comércio externo brasileiro na pauta exportadora e importadora, na balança comercial. Começamos com um valor agregado, com o mesmo tipo de produto que exportamos para a América do Sul, mas estamos regredindo na nossa pauta exportadora para o continente africano, do outro lado, novamente, ao *agrobusiness*. É soja, é carne, complicado. Etanol. Complicado. Vamos ficar só na nossa região, exportando valor agregado? Essa matéria apareceu aqui. Então, isso não se resolveu.

E, finalmente, a incompatibilidade das políticas cambiais. Isso já foi aqui tocado. Muito importante isso. O Brasil não pode abdicar do seu papel ou mo-

eda que se fortalece e usar essas brechas para ser a moeda da América do Sul. E precisava trabalhar isso no Mercosul já.

6 – finalmente, ao elevar-se à condição de mercado comum ou desejar isso, mantém a intrínseca condição essencial de não poder ser, pelas características dos sistemas produtivos ainda bastante diferenciados, apesar das cadeias produtivas e da desconfiança cultural das elites. Ponto final, porque todo mundo sabe o que eu estou querendo dizer.

Como tenho um minuto, conclusões.

Vou ler o que disse o Presidente do Tribunal Permanente da Revisão do Mercosul, que é o professor ali da escola, está ali presente, meu amigo.

"Para o Brasil de hora [ou diria para o Mercosul da hora, mas nossa em especial], que se destaca no cenário mundial e que pode fomentar o desenvolvimento dos vizinhos, é oportuno ter em mente a exortação de Marguerite Yourcenar, em memorável conferência no Instituto Francês de Tóquio".

Cito e depois termino, Sr. Presidente:

"O conhecimento dos mundos estrangeiros, seja no tempo, seja no espaço, tem por resultado destruir a estreiteza do espírito e os preconceitos, mas também o entusiasmo ingênuo que nos faz acreditar na existência do paraíso e na ideia tola de que temos alguma importância.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor de Melo. PTB – AL) – Muito obrigado ao professor José Flávio Sombra Saraiva, do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

Passamos agora, imediatamente, a palavra aos Srs. e Srªs Senadores inscritos para esclarecimentos aos debatedores. Em primeiro lugar, a Senadora Ana Amelia; em seguida, Senador Luiz Henrique; depois, Senador João Pedro.

Senador Ana Amelia, V Exª tem a palavra.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Presidente Fernando Collor. Eu queria cumprimentar os expositores e dizer que o meu interesse nessa matéria tem sobradas razões. Sou Senadora pelo Rio Grande do Sul, que tem seis Municípios com fronteira direta com a Argentina, já que do Mercosul o foco maior foi dessa relação bilateral. Temos uma convivência, como disse o professor Saraiva, muito grande. Uma alimentação muito parecida, o vestuário masculino igual, nessa região se fala um "portunhol", e nos entendemos muito bem na relação, fora o futebol.

Entendemo-nos muito bem quando se trata dessa convivência. Mas, quando chega a hora da verdade, e a verdade hoje é uma verdade globalizada e comercial, a situação fica extremamente complicada para o meu Estado.

Nesses primeiros meses de 2011, o superávit comercial brasileiro com a Argentina chegou a US$1 bilhão. Mas com o Rio Grande do Sul nós tivemos um déficit de US$0,5 bilhão.

O Rio Grande do sul tem o maior centro produtor de máquinas e implementos agrícolas. E 2.500 tratores, de janeiro até abril, aguardam para entrar naquele mercado, que é o principal comprador brasileiro. Oitocentos mil pares de sapatos brasileiros, do meu Estado, aguardam também para entrar na Argentina. Em contrapartida, por mês chegam alguns milhares de toneladas de arroz, arroz sem tarifação alguma, arroz argentino, sem tarifação alguma, provocando um aviltamento de preços na hora em que o meu Estado, o maior produtor brasileiro de arroz, colhe a sua melhor safra.

Foram pouco mencionadas aqui as simetrias do Mercosul. O professor José Tavares falou de uma questão que deveria ser mais explorada, e talvez aí residam as origens dos graves problemas que tem essa união aduaneira. Essa questão diz respeito àquilo que a Nova Zelândia e a Austrália fizeram, que foi uma integração para competir internacionalmente. Nós, em vez de aproveitarmos as complementaridades, estamos aproveitando – e eu diria – feroz e selvagemente até, em alguns casos, como nesse do arroz, a fazer uma concorrência e uma competição danosa ao interesse da integração regional. E não buscamos os terceiros mercados. Então, isso está provocando essa situação.

Eu queria saber, então, do professor José Tavares, porque me chamou atenção quando o senhor exorta, e me pareceu uma crítica à indústria brasileira, que cresceu muito, porque nossas indústrias, especialmente do meu Estado... O grupo Gerdau está em 14 países; a Marcopolo está no mundo todo, e não estariam também nessa condição essas indústrias também de máquinas agrícolas se não estivessem adotando modernas inovações tecnológicas para esse mundo globalizado. Então, o senhor pareceu direcionar uma crítica à indústria brasileira, que não estaria fazendo o dever de casa nesse processo.

Então, como vencer essas barreiras já que, no caso do déficit que o meu Estado está vivendo, o grande ponto é câmbio?

O outro ponto é a questão de uma tributação, além de, claro, falar sobre as questões relacionadas à logística muito mais cara. Para o senhor ter uma ideia, uma máquina agrícola fabricada no Rio Grande do Sul custa para o produtor agrícola argentino 60% menos do que paga o agricultor do meu Estado. Não há condição de uma complementaridade. Não há condição

de aceitar essa situação do ponto de vista do produtor e da indústria do meu Estado.

O que está acontecendo nesse momento? A indústria de máquinas está demitindo, e o "canto da sereia" da Argentina é que a indústria, que não tem pátria, que não tem outro interesse a não ser a sobrevivência e a sua segurança e a sua rentabilidade – estamos vivendo numa economia de mercado –, vai se transferir para a Argentina, para buscar o valor agregado, para buscar aumentar o mercado.

É justo isso, professor Saraiva, essa concorrência de uma guerra fiscal e de uma guerra provocada por essas assimetrias tão acentuadas e tão graves? É justo que aconteça isso? Como conviver? É a colocação que faço.

Queria saber da professora Drª Maria Cláudia, nossa assessora: que papel relevante teve o parlamento do Mercosul nesses vinte anos que possa a comunidade entender essa atuação dessa instituição? E mais: quando a senhora diz que esse parlamento teria a interface para representar junto às instituições governamentais a população desses países, como acreditar que isso pode prosperar considerando que alguns governos – Paraguai, Argentina e até Uruguai, em certa medida – preferem a democracia representativa, fragilizando os seus parlamentos? Como conciliar isso? E o que fez de relevante?

Ao embaixador Rubens Barbosa, que colocou muito bem, eu queria saber, quando o senhor disse que houve uma acentuada fixação por questões políticas no Mercosul pelo menos no último governo, das questões sociais. Eu queria saber do senhor em que medida foi um equívoco se a marginalização do campo econômico e comercial foi intencional e por que o governo, numa questão tão relevante como a questão econômica e comercial, num comercio que chegou a US$45 bilhões, a deixar isso marginal e irrelevante, numa perspectiva histórica de que poderíamos ter uma projeção muito mais efetiva.

Ao Dr. Roberto Teixeira da Costa, eu queria saber do senhor, nessa lógica de bilateralismo na área da logística, por que não prosperaram grandes projetos de hidroelétrica – no meu Estado, há Guarabi, que até agora não saiu do papel –, ou de um *cruiser* interoceânico Atlântico-Pacífico cruzando lá.

A Argentina chegou a sinalizar com a China um acordo em que a China financiaria o começo dessa grande obra, e não saímos também do papel. E quais são as resistências maiores para que o Mercosul firme acordos comerciais com outros blocos econômicos?

Essas são as minhas questões.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Passo a palavra ao Professor Dr. José Tavares de Araujo, do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu gostaria de sugerir que as perguntas fossem, ao final, respondidas em bloco, para agilizar o andamento da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Coloco à deliberação do Plenário a sugestão do Senador Luiz Henrique.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo que os três inscritos para fazerem as perguntas as façam e depois os nossos palestrantes...

A SRA. ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Desculpe, Presidente, bloco de três ou todos?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Três.

A SRA. ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Então, eu pediria aos senhores palestrantes que fossem anotando, por parlamentar, as perguntas formuladas.

Passo agora a palavra, para fazer suas indagações, ao Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nobres debatedores, eu gostaria de ouvi-los sobre um assunto que entendo essencial como definidor matriz dos obstáculos do Mercosul, que busca integrar países tão diferentes em tamanho e desenvolvimento, especialmente no desenvolvimento científico e tecnológico. Como transformar as economias do Mercosul, que são competitivas, em complementares?

Entendo que o grande drama do Mercosul está na falta de complementaridade. Estamos vendo aí os vários conflitos com os produtos industrializados brasileiros na Argentina, estamos vendo os vários conflitos com os produtos agrícolas, que o Brasil está importando de outros países do Mercosul. É o caso da maçã, é o caso do arroz. Então, o que se vê é que as economias não são complementares. Que políticas se poderiam fazer ou ser realizadas para que o fossem?

Outra pergunta é em relação à inovação, ao desenvolvimento da inovação. Foi colocado aqui, acho que ao Embaixador Rubem Barbosa ou ao Dr. José Tavares, mas acho que o Embaixador Rubens Barbosa

falou sobre os Estados Unidos, creio que os Estados Unidos continuarão sendo a primeira potência mundial, pelo menos pelos próximos trinta anos, porque não há lugar no mundo que tenha as universidades que têm os Estados Unidos, que faça os investimentos em pesquisa que fazem os Estados Unidos. Só para citar um exemplo: estamos com um programa de banda larga para um mega. Os Estados Unidos estão com um programa de expansão da banda larga para 100 megas, beneficiando 90% da população norte-americana. Então, isso é um *gap* que vai se estabelecer ali na frente e que vai continuar dando vantagem comparativa aos Estados Unidos.

Por outro lado, além de ser a maior potência em ciência e tecnologia, os Estados Unidos ainda realizam projetos cooperativos dentro do âmbito do Nafta, assim como a Europa faz, realiza projetos cooperativos na pesquisa dentro do âmbito do Mercado Comum Europeu. O caso mais típico é o do Cern, que busca desenvolver a energia por fusão nuclear. Eu não vejo no Mercosul nenhuma iniciativa cooperativa, seja acadêmica, seja laboratorial, seja de pesquisa propriamente dita. Como os senhores encaram esse desafio para o Mercosul?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Com a palavra o Senador João Pedro.

Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Com a palavra o Senador João Pedro para suas indagações.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Boa noite, convidados, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

É uma pena, Sr. Presidente, um debate tão rico, tão denso, nessa hora aqui no Senado. Poderia ser 10 da manhã, sendo transmitido para todo o Brasil, pela nossa televisão, mas vamos lá.

Acho que são importantes essas contribuições, essas reflexões, isso é um processo novo para o Brasil. Saímos ali do período da ditadura militar – e não só nós, os outros países – e se aponta ali, meados de 80, para dar os primeiros passos para esse bloco. É muita nova essa experiência para o Brasil, e acho que isso é matéria mesmo para o debate, para a discussão.

Nós fizemos ali no plenário vinte anos também refletindo sobre o balanço dos vinte anos, e é isso, é tão novo, que não temos ainda o Parlamento eleito, com exceção do Paraguai, e não podemos ficar sem o Parlamento. Quer dizer, estamos ainda arrumando esse instrumento político, que não pode ser olhado só como no início: econômico e comercial. Temos de ampliar, ousar nisso.

E o combate contra esse bloco? O que aconteceu nesses vinte anos, quando ficamos aqui discutindo a Alca, essa política forte dos Estados Unidos, ao invés de fortalecer blocos, a relação bilateral, Estados Unidos e Colômbia, Estados Unidos e Paraguai, Estados Unidos e Chile, enfim? Então, não é simples esse desafio de constituir o bloco. Quero colocar é isso nessa discussão dos membros do Senado com representações da academia, do empresariado, de que o balanço é positivo.

Claro que fico surpreso com duas opiniões aqui do Embaixador Rubens Barbosa: de que há uma crise institucional e de que o Mercosul está paralisado. Quero discordar peremptoriamente dessa afirmação. Não está paralisado. Olha-se para a União Europeia e diz o que daquilo? Como está a Espanha hoje? À beira de uma explosão, o povo na rua ali, contra o desemprego. A Grécia continua sem uma saída. Portugal com o FMI. Mas é a experiência europeia. E nós aqui. Então, o balanço, para mim, é positivo, e com novos desafios, questões colocadas para agora, essa questão ambiental, romper com a nossa própria compreensão. A gente acaba não trabalhando o Estado brasileiro, acaba não trabalhando isso. Nós precisamos romper com isso. É o Brasil tratando do Mercosul. Por que não ampliar? Qual o problema de ampliar o Mercosul, trazer o Peru, trazer a Colômbia? Por quê?

Quero parabenizá-lo, Sr. Roberto Teixeira, pela avaliação que faz. E vindo de um empresário, a visão que tem da importância do papel da Venezuela no Mercosul... Parece que é um empresário do PT, e não é. Mas temos de ter essa visão estratégica com a Venezuela. Como a quinta reserva de petróleo do mundo não entra no Mercosul. Por que não entra? Por que a Colômbia não vem para o bloco? Acho que temos de ampliar e trabalhar eixos novos da nossa relação de povo, de nação com outros povos. Há poucos dias, fizemos aqui um debate longo sobre Itaipu e sobre Brasil e Paraguai. Ora, o Brasil é isso mesmo. Eles têm um olhar de lá para cá com o Brasil no Brics, com o Brasil sendo reconhecido, fazendo agenda nos Brics, fazendo agenda na China, recebendo Barack Obama. Imaginem que o Paraguai parou para assistir ao debate e, aí, ouvem-se pérolas de um Senador de um país grande: Itaipu? Com o que Paraguai entrou? Entrou com a água. Presidente, precisamos melhorar essa visão de Estado. Eu acho que não houve politização, não. A política do Brasil no Mercosul não pode... Isso é pequeno isso, isso é diminuir. Acho que houve um esforço e nós temos os nossos problemas, inclusive de como trabalhar o bloco, mas são processos. Eu sou muito otimista com o Mercosul. Eu sou muito otimista e espero que, dentro dessa agenda, possamos eleger os representantes do Brasil para o Parlamento. É muito importante o Parlamento, assim como considero importante, dentro da agenda, ampliar o bloco do Mercosul. E, na minha visão, não só com a Colômbia.

Um país como o Peru precisa vir para o Mercosul. E o Equador. Por que não?

Enfim, quero parabenizar V. Exª, Presidente Collor, e todos os que estão aqui, pensando e avaliando o Mercosul. O Mercocul continua atual e é um desafio para nós fortalecer e ampliar esse bloco, com coração e mente latino-americanos. Nós precisamos ter isso, um bloco para fortalecer - não só sonharmos, mas avançarmos mesmo, como lideranças daqui, da América Latina. Nós temos *expertise*. Precisa-se de uma empresa como a Embraer contribuir e se dar mais, assim como a Embrapa. É evidente que temos de mudar o nosso patamar no investimento em inovação tecnológica. Precisamos investir mais nisso, mas dentro de uma visão de Estado. A Amazônia tem de vir para a pauta, além dos seis Municípios aqui. É o Brasil com água, é o Brasil com água, é este Brasil todo, com as florestas, com a sua produção. Temos uma visão estratégica e temos de ampliar isso.

Vejo com muito otimismo os últimos anos e todo o processo do fortalecimento e ampliação do Mercosul.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador João Pedro.

Vamos iniciar agora as respostas, começando pelo Prof. Dr. José Tavares de Araújo Júnior, do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento, respondendo às indagações inicialmente feitas pela Senadora Ana Amélia, depois pelo Senador Luiz Henrique e, concluindo, pelo Senador João Pedro.

O SR. JOSÉ TAVARES DE ARAÚJO JÚNIOR – Muito obrigado pela deferência de me deixar falar em primeiro lugar, porque eu estava aflito.

Agradeço muito os comentários.

Para responder à colocação da Senadora Ana Amélia, vou começar comentando o que disse o Senador José Henrique...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Luiz Henrique.

O SR. JOSÉ TAVARES DE ARAÚJO JÚNIOR – Desculpe. Nós nos conhecemos há vinte e cinco anos, nós nos conhecemos de longa data. Ele sabe que foi um ato falho só.

Ele chamou atenção para a política de ciência e tecnologia, que eu acho que está no cerne do muito que se falou aqui. Já tocando um pouco no que falou a Senadora Ana Amélia, é preciso ter a devida dimensão. Quando fiz aqueles comentários sobre a baixa capacidade de inovação da indústria brasileira, viso aos desafios que ela tem. O Brasil, entre os anos 30 e o final da década de 70, construiu o parque industrial mais diversificado entre os países em desenvolvimento daquela época. Hoje, vivemos os desdobramentos daquele, mas aquele período foi marcado por uma deficiência que não foi culpa de ninguém: passamos durante trinta anos tendo um desenvolvimento sob a égide da restrição de balanço de pagamentos. Daquilo limão, fizemos uma limonada, mas pagamos muito caro por ter vivido durante trinta com uma restrição constante de balanço de pagamentos e nos acostumando à ideia de que todo objetivo da atividade econômica é poupar divisas. Eu me lembro de que um dos primeiros trabalhos que tive como profissional, na década de 70, foi na Finep – Financiadora de Estudos e Projetos. Nós conseguíamos aplicar muito pouco no setor privado. Eram somente os projetos estatais – a Embraer era estatal naquela época – que conseguíamos apoiar. Então, íamos ao CDI buscar projetos que tinham sido apresentados ao CDI para ver se conseguíamos enfiar alguma coisa de tecnologia lá. Os senhores podem consultar os arquivos do CDI. Todos os projetos que eram apresentados, na década de 70, ao CDI começavam sempre com a seguinte frase: "Esse projeto vai gerar uma economia de divisas de x dólares", como se aquilo fosse a referência de racionalidade do projeto. Não dizia se ia aumentar a eficiência do setor a, b ou c. Era a questão de poupar divisas. Em geral, depois que se faziam as contas, a economia de divisas que ele estava apresentando era um chute, não tinha economia de divisas alguma, mas era a forma de apresentar: "economia de divisas". Isso gerou uma situação... É bom se lembrar de que o Brasil, na década de 70, tinha o aparato de desenvolvimento científico e tecnológico mais sofisticado entre os países do mundo em desenvolvimento. Quando eu trabalhava na Finep, nós recebemos, uma vez, uma missão da Coreia do Sul que vinha aprender conosco como fazer política de ciência e tecnologia. Tínhamos o Cnpq, o Finep etc

(Interferências fora do microfone.)

Aquele sistema tinha aquela deficiência que eu mencionei rapidamente: o grosso da inovação tecnológica era do setor público, era das estatais, era o IPT, era a Petrobras, era o CTA, de São José dos Campos, era a Embrapa. Em princípio, isso não tem nada demais, porque, como eu queria destacar em relação ao comentário do Senador Luiz Henrique, a política de ciência e tecnologia – isto é um ponto estabelecido na teoria econômica, não cabe discutir aqui – é sempre composta de um elemento de gasto público, que tem de ser sustentável no longo prazo, mas ela tem de ter investimento privado. Se não tiver esses dois componentes, o sistema não anda. O que aconteceu no Brasil, durante o período de substituição de importação, é que a dimensão estatal avançou bastante e a dimensão privada avançou muito pouco. Ainda hoje, poderíamos fazer aqui uma lista de umas dez empresas que são

notáveis pela inovação tecnológica e a Embraer sempre aparece, aparece a Embrapa, aparece a Natura, aparece a Braskem... Aí, começamos a puxar a memória: têm a empresa A, a empresa B, a empresa C. Chegamos a uma lista de dez, quinze, vinte empresas que são notáveis, que estão se internacionalizando e que foram muito favorecidas pela valorização do real ao longo da década – não nos esqueçamos disso. Quando a moeda está apreciada, tornam-se mais fáceis seus investimentos no exterior. Só olhamos pelo lado da competição das importações, mas a apreciação cambial tem esse fator.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) *(Faz soar a campainha.)*

O Sr. JOSÉ TAVARES DE ARAUJO JÚNIOR – Eu vou concluir rapidamente.

Então, o desafio que a gente tem é como fazer com que a nossa empresa privada tenha um desempenho. Se olharmos comparando – não vou citar os países aqui para não ser indelicado –, mas nós temos que comparar com o pessoal que está na fronteira. Quer dizer, nós temos que comparar o Brasil é com a Coreia do Sul, é com a Austrália, com Japão, com Índia, com China.

Eu estou convencido de que nós vamos chegar lá, mas vai ser um período de desafios. O Brasil não vai se desindustrializar. Nossa indústria é grande demais para isso, mas, sim, ela vai estar mais globalizada tal como as indústrias dos outros países que são dinâmicos e tecnológicos.

O grande desafio que nós temos hoje é como fazer essa combinação de gasto público e gasto privado.

Eu gostaria de ficar falando mais, mas o meu tempo já se esgotou. Só queria chamar a atenção, o José Flávio mencionou uma coisa fundamental que nenhum de nós havia falado, que é a questão militar, mas isso nos remete a uma outra coisa. Dentro das coisas que o José Flávio comentou, a grande dificuldade que eu vejo, que a gente tem no Mercosul é que, nos últimos vinte anos, o Brasil passou e vem passando por um processo de mudanças institucionais que todos aqui conhecemos, que vai do fortalecimento... Tudo que eu menciono aqui vai ter problema com o meio ambiente, o Ministério Público, o Cade, as agências reguladoras. Todas essas áreas são áreas em que o País está avançando e em todas as áreas em que há mudança institucional você tem avanços e tem problemas – a gente pode fazer aqui um *ranking* das nossas agências reguladoras, das razoáveis às péssimas, mas elas estão aí.

O problema é que nós conseguimos influenciar muito pouco os outros países em acompanhar o nosso caminho, ao contrário do que, por exemplo, fez a Austrália e a Nova Zelândia. A Austrália é grandona, mas, em vinte anos, a Nova Zelândia ficou quase que igualzinha, em termos de funcionamento da economia, à Austrália, embora sejam dois países que tem uma estrutura de governança do acordo de livre comércio muito pequena.

Esse é o problema do Mercosul. Eu acho que nós precisamos ter uma institucionalidade um pouco mais simples do que a que temos. Eu olho muito para o Mercosul e me lembra muito a parafernália e o desastre que foi o Pacto Andino. Nós não podemos ir na direção do Pacto Andino. Os problemas que nós temos de integração não são os problemas que enfrentaram a União Europeia e que deu as suas respostas como você colocou muito bem.

Eu não sei, depois desse carnaval que se criou, como é que a gente vai caminhar no sentido da simplificação, mas também não adianta querer ser perfeito. Eu acho que a gente tem que focar nos desafios centrais – e a questão da eficiência econômica e da inovação tecnológica, é um deles –, avançando por aí.

Sobre a questão de competição e complementaridade, complementaridade ele é muito bom, mas um pouquinho de competição não faz falta não, porque, sem competição, não tem inovação tecnológica.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senadora Ana Amélia, Senador Luiz Henrique, Senador João Pedro... Obrigado.

Com a palavra, o Professor Roberto Teixeira da Costa.

O SR. ROBERTO TEIXEIRA DA COSTA – Obrigado pelo título. Eu começaria respondendo ao Senador João Pedro.

Eu fiquei fascinado estudando esse assunto da interoceânica e eu conversei quase uma hora, por telefone, com o representante da Odebrecht no Peru. Ele está lá há treze anos, e a Odebrecht está há trinta anos no Peru. O nível de interesses empresariais brasileiros no Peru hoje não é desprezível. Todas as grandes empresas brasileiras hoje têm representação no Peru. Eu acho que o Peru é um candidato natural, tem muita complementaridade com o Brasil, é um povo amigo do Brasil, eles gostam do Brasil, não tem a rivalidade do futebol, porque eles nunca se consideraram um competidor à altura do Brasil. Eu acho que valeria à pena convidar, inclusive, esse rapaz Jorge Barata para dar um depoimento e o Embaixador do Brasil no Peru, porque eu acho que é um tema fascinante.

Eles estão às vésperas de uma eleição, eleição que vai ser dificílima entre a filha do Fujimori e o Humala, os empresários de Lima estão todos apoiando a Keiko Fujimori e o interior está mais do lado do Hu-

mala, mas será totalmente imprevisível quem vai ganhar a eleição.

De qualquer maneira, eu acho que nenhum dos dois é hostil ao Brasil, pelo contrário. Ele me dizia que o Lula é realmente uma figura venerada no Peru como em outros países da região, e o Humala, percebendo isso, está seguindo na linha do Presidente Lula.

Então, eu acho que a ampliação do Mercosul é uma solução. O que eu aprendi como empresa é que, às vezes, quando você tem um problema pequeno, você para resolver, tem que aumentar o problema e não diminuir. Desculpe a minha simplificação das coisas, mas, às vezes, você resolve o problema ampliando, aumentando.

Dizem: "Ah, não vamos ter a Venezuela dentro do Mercosul porque nenhum acordo internacional vai ser feito com a Venezuela estando presente." A minha opinião modesta, talvez desinformada: os europeus hoje têm mais pavor da Argentina do que da Venezuela. Não se esqueçam de que os italianos, os alemães ficaram com o calote da Argentina engasgado, tiveram grandes perdas com o calote da Argentina. De modo que a Argentina está um pouco atravessada.

Muito bem. Sou francamente favorável.

Senador Luiz Henrique, inovação. Modestamente, o que vos fala sentou-se, há um ano, em Buenos Aires, com o BNDES, com os argentinos, com o pessoal do Ceal, e propôs – e tem a documentação – criar um Fundo de P*rivate Equity* entre brasileiros e argentinos com a participação dos bancos estatais, nossos e deles, para fomentar a inovação. A Argentina, na área farmacêutica, por exemplo, tem avanços muito grandes; na área de bioenergia; biogenética, quer dizer, nós não nos damos conta e não fazemos um esforço de buscar alguma sinergia.

Também existe um outro problema que é típico da Argentina e do Brasil: usar mal as universidades. Os americanos têm orgulho, foi aqui mencionado pelo senhor, da interação entre a universidade e a empresa. Ninguém fica envergonhado em tratar dos dois assuntos. O cientista brasileiro acha que estar próximo dos empresários é uma coisa que o contamina. Quer dizer, eu acho que nós temos que vencer esse falso dilema que a universidade e a empresa...

Eu organizei, no tempo em que Marcovitch era o reitor da Universidade de São Paulo, uma reunião entre a USP e os *Private Venture Capital* do Brasil, para fomentar esse intercâmbio. É fundamental a faculdade, a universidade, a academia estar próxima da inovação, porque, como diz aqui o José Tavares, nós não podemos ficar somente dependendo das empresas estatais.

Portanto, eu acho que o caminho é este: mais inovação, juntar mais esforços e prestigiar.

Não nos esqueçamos, Senador, de que a Argentina tem vários prêmios Nobel, o Brasil nunca teve nenhum. Não quero parecer aqui um defensor intransigente da Argentina...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Na área científica ou na área acadêmica?

O SR. ROBERTO TEIXEIRA DA COSTA – Na área acadêmica, na técnica eu não sei. Se alguém souber, ajude-me.

Senadora Ana Amélia, participei do *World Economy Forum* da América Latina, que houve recentemente no Rio de Janeiro. Muito embora o meu painel fosse mercado de capitais, eu assisti a boa parte das reuniões; uma delas sobre infraestrutura. E veio à baila a questão de projetos de infraestrutura...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ROBERTO TEIXEIRA DA COSTA – ...em que, realmente, estamos muito defasados. O Professor Luciano Coutinho, Senador, que eu estimulo a convidá-lo aqui para falar um pouco sobre o assunto, disse assim: "Recursos para projetos de infraestrutura não faltam, o que falta são bons projetos." Quer dizer, será que esses projetos a que a senhora se referiu realmente estão maduros, estão preparados, eles bateram nas portas certas para a busca desses recursos? Eu não sei, eu não estou afirmando, eu estou perguntando.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Senhor Roberto, nós temos uma usina que tem só o esqueleto. A Argentina ficou de mandar o gás natural e não mandou mais, cortou o contrato. Está lá aquele esqueleto, um elefante branco. Só para ilustrar.

O SR. ROBERTO TEIXEIRA DA COSTA – Uma tristeza isso!

E essa relação entre Brasil e Argentina.

Uma das expressões, nas minhas andanças internacionais, que ouvi... Existe *la buena envidia e la mala envidia.* Eu acho que, na Argentina, de tempos em tempos tem *la mala envidia,* porque eles chegam, como acho que foi muito bem salientado pelo Professor José Flávio, e os argentinos pararam um pouco. Eles veem essa nossa ascensão assim e o que fazer, né? Quer dizer, a iniciativa recente da Argentina por causa desse negócio, problema comercial dos automóveis, dizer que é contra o Brasil ter assento no Conselho de Segurança é de uma pequenez, de um irrealismo total.

Mas a sua pergunta específica, o que estou sentindo é que está caindo a ficha no Brasil – desculpem essa expressão chula –, porque ficarmos aqui pensando: o câmbio tem que melhorar, o câmbio tem que melhorar... E talvez o câmbio não melhore. Se melhorar, jamais vai melhorar para reproduzir uma situação do passado que dava ao câmbio ideal dois mil reais.

Bom, ninguém sabe qual é o câmbio ideal. Cada empresa tem o seu câmbio ideal, nem todas exportam em dólar, tem exportações em moeda europeia, quer dizer, é uma coisa bastante complexa. Mas o que eu acho que está caindo a ficha é um pouco... E nós, o Congresso, o Senado deve fazer pressão e, como disse aqui o José Tavares, diminuir os custos relativos, diminuir o custo Brasil, porque não adianta a gente ficar lutando contra o câmbio. O dólar hoje... O dólar, no meu entender, está no seu... Não vão me cobrar amanhã, mas eu acho que o dólar chegou num piso. Daí para a frente... E concordo plenamente com a sua afirmação sobre os Estados Unidos. Eu acho que aqueles que estão decretando a falência dos Estados Unidos vão se arrepender. Mas, enfim, eu acho que é uma realidade.

Nós temos, sim, que diminuir custos relativos. Eu acho que o Congresso tem que lutar para fazer algumas reformas que afetem diretamente os custos. Eu acho que isso é uma coisa que nós não... Eu acho que o grande defeito que nós podemos debitar ao Presidente Lula é que tendo a popularidade que ele teve, com os instrumentos e o poder que teve na mão, não usou isso para fazer as reformas que o País precisava fazer.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Gostaria, Sr. Presidente, de só fazer uma observação...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (bloco/PMDB – SC) – ...muito objetiva.

O MIT tem uma divisão de captação de empresas para projetos, ou seja, pessoas especializadas em visitar as empresas, oferecendo serviços do MIT para a realização de projetos de inovação.

Em Florianópolis, onde nós temos o melhor centro de engenharia do Brasil, na Universidade Federal, a empresa Embraco, que é a única brasileira líder mundial, ela fabrica compressores para refrigeradores e detém 25% do mercado mundial e 50% do mercado norte-americano. A Embraco foi à universidade, que criou uma fundação. E a Embraco construiu seus laboratórios dentro da universidade. O reitor está respondendo até hoje a um processo por ter criado essa fundação. Como é que nós vamos para a frente?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Senador Luiz Henrique.

O SR. ROBERTO TEIXEIRA DA COSTA – Senador Luiz Henrique, se o senhor tiver tempo, peça a um de seus assessores para comprar um livro chamado "Basta de Histórias", de Andres Oppenheimer.

Andres Oppenheimer faz uma viagem por todos os países, Israel, Singapura, Índia, Coréia, Japão, mostrando a interação entre centros de tecnologia e educação. Nós aqui, basta de histórias, por quê? Porque continuamos olhando muito o passado...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível)

O SR. ROBERTO TEIXEIRA DA COSTA – E nós devemos olhar mais o futuro.

Não quero tomar mais tempo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Roberto Teixeira da Costa.

Perguntaria às Srªs e aos Srs. Senadores...

Então, passo a palavra agora à Drª Maria Cláudia Drummond, Consultora Legislativa do Senado Federal.

A SRª MARIA CLÁUDIA DRUMMOND – Obrigada, Presidente.

Eu gostaria de tecer alguns comentários, Senadora Ana Amélia. Não é exatamente sobre o Parlasul – vou falar ainda sobre o Parlasul –, mas algo que V. Exª mencionou, chamou muito a minha atenção, porque eu comungo da sua preocupação. Foi quando V. Exª se referiu à competição no Mercosul, principalmente entre Argentina e Brasil.

A ideia inicial deveria ser unir forças para competir no mercado internacional. E eu me lembro de textos publicados na época do início do Mercosul pelo Itamaraty em que a lógica da integração era explicada desta maneira: é uma união para que os países melhorem a sua produção e possam competir com vantagens no mercado internacional.

Acho que foi esquecido um instrumento que estava previsto ainda no Tratado de Assunção, Embaixador Rubens Barbosa, um instrumento que estava logo no início do Tratado, que eram os acordos setoriais que deveriam ter sido concluídos entre os países, por setores produtivos, e que nunca foram utilizados. Parece que apenas um foi concluído, e nunca entrou realmente em vigor.

O outro instrumento de que hoje se fala novamente no Mercosul, que tem sido bastante falado, é o da integração das cadeias produtivas. Está sendo agora revigorada a ideia da integração das cadeias produtivas. E parece que petróleo e gás é uma delas. Durante muito tempo era apenas madeira e móveis, e agora nós já temos uma a mais.

Isso é o que precisa ser feito para que não haja essa competição: uma lógica de não competição entre os países, mas uma lógica de união.

A respeito do papel relevante do Parlasul, conforme a pergunta, o que ele fez?

É preciso primeiro que nós tenhamos em mente que o Parlasul tem apenas quatro anos de funcionamento e ainda não funciona plenamente pelos desafios que está enfrentando, que mostrei ali.

Quanto à questão da consulta parlamentar, apenas o Brasil adotou uma resolução que implementaria a consulta, inclusive dentro do Parlamento nacional, adotando um mecanismo ágil para as normas do Mercosul. No entanto, os outros três parlamentos não adotaram, mas parece que por ignorância. Os próprios parlamentares não sabem, há uma desinformação, uma ignorância sobre o que o tratado traz para eles, para o parlamento, instrumentos importantes que o Tratado oferece ao Parlamento do Mercosul.

Sobre o que tem feito esse braço parlamentar da integração, eu pegaria desde a Comissão Parlamentar Conjunta.

Lembro-me, por exemplo, que, de certa feita, a Comissão Parlamentar Conjunta serviu de facilitadora – e isso pode acontecer – entre setores que estavam em disputa no Mercosul. Nesse caso era o setor calçadista. Nós tínhamos um Presidente, o saudoso Deputado Júlio Redecker, que era Presidente da representação brasileira e representava o setor calçadista, tinha um trânsito no setor. E ele, então, levou para empresários – só para citar este exemplo – que negociaram cotas com os empresários argentinos.

Então, esse braço parlamentar é útil para muitas coisas, inclusive esse papel de facilitador em disputas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, mais uma vez, à Professora Drª Maria Claudia Drummond pela sua participação na nossa mesa de debates do dia de hoje.

Passo agora a palavra ao Professor Dr. José Flávio Sombra Saraiva, da Universidade de Brasília.

O SR. JOSÉ FLÁVIO SOMBRA SARAIVA – Serei breve e agradecido a S. Exª Senadora Ana Amélia tanto quanto aos Senadores Luiz Henrique e João Pedro.

Creio que o que disse José Tavares de Araujo Júnior e Roberto Teixeira da Costa, no que tange aos aspectos mais econômicos de competitividade e assimetrias, está perfeito, eu aprendi. Eu apenas agregaria, Senadora, no que tange a medidas de redução de assimetrias, três políticas clássicas apreendidas pela União Europeia, nos casos das regiões periféricas e daquelas comunidades que nos anos 70 padeciam e viajavam naqueles movimentos de migração na Europa, com os portugueses, os gregos, nas casas dos alemães, etc.. Recuperação disso, e lembre-se bem, com a entrada de um Portugal moderno, de uma Espanha mais moderna, essas regiões mais difíceis. Eram sempre as medidas compensatórias, com os fundos estruturais de recuperação da capacidade produtiva de fortalecimento do sistema educacional e concentração industrial, em alguma medida, o porto... São clássicas essas medidas de compensação. De modo que, em nossa região, foi utilizado o mecanismo compensatório clássico de apoio aos projetos e que quase sempre cai no que disse bem o Dr. Roberto Teixeira da Costa, no excesso de recursos para fracos projetos, o que denigre inclusive essa iniciativa.

Segundo ponto, já relativo às observações do Senador Luiz Henrique, eu compartilho com o senhor em número e grau em todas as suas palavras, a grande preocupação com esse parque extraordinário que o Brasil inventou, importante, quase tardio, mas que cumpriu certa função histórica na relação da indústria e do desenvolvimento nacional com a educação, de onde saíram empresas como a Embraer, como as águas profundas da Petrobras, o que chamamos hoje de Embrapa, onde 90% são professores universitários e pesquisadores que passaram pela banca do laboratório. Então, não há segredo. Quer dizer, houve, apesar das dificuldades históricas, certo modelo de inovação funcional no sistema, digamos, antigo no Brasil. Agora, esse sistema não funciona com as universidades que nós temos hoje e com o mundo que temos.

Sou professor, há 25 anos, da Universidade de Brasília, concursado, sou professor titular, sou filho de professora, sou neto de professor e bisneto de um poeta que saía cantando em verso e prosa no sertão judaico antigo do Ceará. Então, nós sabemos muito bem a força da educação e como ela deve ser. Acho que o nosso modelo de universidade deveria ser proscrito, porque, de fato, há esforços de melhoramento, de ampliação do número de participantes do sistema, mas o que vejo em minhas salas de aula, no cotidiano, em um programa classificado pela Capes – que o senhor sabe bem o que é – de seis e sete, na área de ciências humanas, na Universidade de Brasília, que tem 60 programas de pós-graduação e 30 na área de humanidade, só existem dois de referência internacional: um, que eu dirijo, que é o nosso Programa de Política Internacional, como Harvard, como Yale, como as universidades estão classificadas. Não tem problema, escreve em inglês, em chinês, está tudo certo. Agora, não se opera isso nas estruturas que temos nas universidades públicas federais. Eu acho que esse modelo que é muito difícil, é um vespeiro complicado – o senhor sabe como toca isso. Agora, todo reitor inovador hoje responde processos nessas instâncias, alguns patrióticos brasileiros estão pagando altíssimo por terem apenas imaginado que podiam fazer um pouquinho desse arranjo. Mas tratam a sala de aula como se fosse uma repartição pública de bater carimbo, e isso não pode. Uma universidade não pode ficar presa a isso. Cada universidade deve ter vida própria, autonomia, receber os recursos, mostrar contabilidade, transparência e resultado. Isso é o que funciona em qualquer coisa.

O último *ranking* das universidades – há tantos *rankings*, há em torno de 75 *rankings* respeitáveis... Eu acompanho isso anualmente há muito tempo. É claro, uns dizem que é porque não falam inglês, porque não sei mais o quê... Mas esses 75 convergem para 20 universidades no mundo, ou centros tecnológicos, etc.. Vou dar os dados para o senhor do último levantamento que eu fiz. São 20 universidades e só duas estão localizadas fora do sistema do norte, mas são duas chinesas: a de Pequim e uma segunda. O senhor sabe quantos alunos têm essas universidades? A Universidade de Pequim, o senhor tem ideia de quantos alunos ela tem? Ela tem a metade dos alunos da Universidade de Brasília, ela tem 20 mil estudantes. Não há nenhuma universidade que possa trabalhar acima de 20 mil estudantes, porque isso aí já é um crime. Agora, querem encher as universidades de um bocado de gente. Isso é um problema sério, será um bom "escolão", uma boa aula de repetir livro, mas não vamos fazer esse ciclo competitivo, se essa juventude que nós formamos diariamente fica submetida a esse sistema. E a inovação, sobretudo essa interação, esse passo estratégico do Brasil exigirá uma intervenção nessa matéria. Vai ser preciso coragem política para tocar nisso. Mas é o maior gargalo do que eles chamam aqui da inserção e da competitividade. Porque não tem empresa lá na ponta sem ter uma base. Tem que ter o cientista físico, químico clássico, o homem do Prêmio Nobel, a professora do Prêmio Nobel. Essa gente está massacrada nas universidades públicas federais, porque não elas não transitam, porque elas não são de partido, porque os reitores estão quase todos dentro de certas coalizões, e a coisa é botar dentro, é movimento, é aglomeração. E isso não é uma universidade. Desculpe-me a forma talvez um pouco desabrida, mas não sou disso. Estou por fora de envolvimento de ordem político-partidária. Uso aqui o poder de cátedra para trazer essa observação, porque creio que responde em parte o meu pessimismo no que tange à inserção competitiva do Brasil no mundo.

Desculpe-me, e peço perdão ao Senador João Pedro, porque esse tema atinente ao processo... Foi uma frase só que o senhor falou que acho muito importante, quer dizer, que o Mercosul é uma medida que permitiu certa barreira de um desenvolvimento endógeno da região e não propriamente o projeto da Alca, que acho foi uma decisão estratégica importante para o Brasil, houve lutas internas importantes, mas creio que o resultado histórico disso estamos vendo hoje. Nada de antiamericanismo, pelo amor de Deus. Amigos sempre dos americanos. Mas essa decisão, creio que foi importante para mantermos esse mínimo de competitividade que eu diria é uma inserção em um mundo mais sincrético, que, na verdade, advém disso, com os Estados Unidos, mas com a China, com a Europa mantendo o seu poder, e algumas regiões que emergiram um pouco, como a nossa, mas que ainda terá que fazer muito para ser alguém.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Dr. José Flávio Sombra Saraiva.

Pergunto às Srªs Senadores e aos Srs. Senadores...

Para finalizar, então, o nosso debate do dia de hoje, passo a palavra ao Senhor Embaixador Rubens Barbosa, para as suas considerações e para as respostas às formulações feitas pela Senadora Ana Amélia e pelos Senadores Luiz Henrique e João Pedro.

O SR. RUBENS BARBOSA – Obrigado pelas perguntas. Eu vou ser telegráfico aqui, porque tem muita coisa. Vamos ver se a gente consegue.

Primeiro, se foi um equívoco transformar o Mercosul, a dar mais ênfase hoje no Mercosul à política social e por quê.

Um dos pais do Mercado Comum Europeu, Jean Monnet, escreveu um livro de memória em que ele conta o processo de formação do Mercado Comum Europeu. E tem uma parte lá em que ele comenta as dificuldades por que passou o Mercado comum Europeu por dez anos, ficou parado, ele não conseguiu avançar por problemas políticos lá dentro do mercado comum. E aí ele diz, na biografia, que, quando você não pode avançar na parte econômica, tem que avançar na parte simbólica. E fizeram acordos... E é isso que está acontecendo no Mercosul. O Mercosul não pode avançar na parte comercial, econômica – e aí, Senadora, a senhora me desculpa, mas está paralisado o Mercosul na parte econômica e comercial – então, o governo passado resolveu entrar na parte social e política. Essa é a razão por que o Mercosul hoje está dando prioridade, e talvez tenha sido uma coisa razoável, porque, como não há resultado na parte econômica e comercial, dentro do Mercosul – eu ressaltei aqui que, na parte comercial fora do Mercosul, cresceu, US$45 bilhões, mas não é por causa do Mercosul.

A segunda parte da questão de como transformar a economia competitiva e complementar já foi respondida. Eu ia falar isso mesmo: perdeu-se essa ideia da cadeia produtiva, dos acordos setoriais. Essa é que é a razão.

Em relação ao Senador Luiz Henrique, essa questão da inovação e da pesquisa, aqui no Brasil, 20% da pesquisa vem da indústria e 80%, como foi dito aqui, do setor público. Nos Estados Unidos, é ao contrário: 80% setor privado e 20% setor público. Isso explica essas grandes distorções que nós temos. Eu estive na Índia, agora no começo do ano. A Índia co-

piou: fez nove centros do *MIT* (*Indian Institute Technology*) Nove! E implantou lá, igual. Copiou: pegou professor, pegou... Copiou... Eles têm nove; nós não temos nem um e estamos nessa situação na universidade. Então, essa questão da inovação... E eu me limitei apenas a falar sobre o Mercosul; outros falaram de outras... Coisa que eu gostaria também gostaria de ter falado, mas não tenho tempo. Mas, inovação, câmbio e Custo Brasil estão destruindo a indústria nacional. Há desindustrialização... Eu sou Presidente do Conselho de Comércio Exterior da FIESP, e todo o dia a gente ouve isso. Eu vou dar um dado concreto. Até recentemente havia 17 mil empresas exportadoras e 15 mil empresas importadoras. Hoje, há 34 mil empresas importadoras e 17 mil exportadoras. Metade! As empresas que produzem equipamentos da indústria de transformação estão se tornando empresas que importam as máquinas e equipamentos e as vendem aqui no Brasil. São emergentes e estão desempregando... É um problema sério! O câmbio, como foi dito aqui, é um problema que não depende só da gente, mas de uma série de circunstâncias. Agora, o Custo Brasil depende da gente, só do Brasil, de políticas de governo, de todas essas reformas, a questão das ineficiências burocráticas... Quarenta ministérios intervêm no comércio exterior brasileiro; três mil atos legislativos, desde a Constituição até resoluções da Receita Federal interferem no comércio exterior. Isso é o que está amarrando o comércio exterior brasileiro, criando essa falta de competitividade. O grande problema do Mercosul e do comércio em geral é a falta de competitividade. O Brasil está perdendo competitividade. O Brasil, caro como o é (por essas razões todas), está perdendo investimentos, está havendo desinvestimento. Como a Senadora mencionou, as fábricas estão preferindo ir para fora. Vão para a Índia, vão para a Índia, vão para o Paraguai, vão para o Uruguai, vão para a Argentina. Então, é um problema sério. A questão dos Estados Unidos, foi dito aqui o declínio... Eu não compro essa ideia. Eu fui cinco anos embaixador nos Estados Unidos. Eles, pela força de sua economia, não vão... Há gente aqui no Brasil que acha que, como os Estados Unidos estão caindo, estão perdendo e estão declinando, relativamente, o Brasil tem de subir e se colocar como alternativa. Isso não existe! E, aí, essa questão de ampliação do Mercosul, não existe isso que foi mencionado. O Brasil não tem capacidade de atração da Colômbia, do Peru... Esses países não virão. Eles estão fazendo acordos entre eles lá. E se se colocar a alternativa entre Estados Unidos e Brasil, eles vão ficar com os Estados Unidos, não vão ficar com o Brasil – do meu ponto de vista. E isso a gente está vendo, hoje. A Bolívia foi convidada para o Mercosul e não entrou; a Colômbia foi convidada... E eu duvido muito que vá entrar. E o Peru, se for convidado, também não vai entrar. Então, essa questão da ampliação é muito complicada. Eu vou corrigir aqui: eu não falei que sou contra a entrada da Venezuela. Eu acho que a Venezuela tem um papel estratégico no Mercosul. O que eu me referi aqui foi que o processo de ingresso da Venezuela no Mercosul foi equivocado, porque a Venezuela não cumpriu o Protocolo de Adesão que ela concordou. Ela negociou, com os quatro países, um Protocolo de Adesão e não cumpriu esse Protocolo de Adesão. Então, não é que eu sou contra a entrada da Venezuela. Eu acho que, par ao Mercosul, é um *plus*. Agora, não foi cumprido o que foi prometido. Isso já indica como é que vai ser depois, entendeu? Essa é minha objeção. Agora, outra coisa que falta, para uma série de coisas que foram questionadas aqui, inclusive ampliação, complementação e tudo... Na minha visão, falta a liderança do Brasil. Dentro do Mercosul, o Brasil, em 2004 e, agora, em 2010, apresentou um conjunto de propostas para revitalizar o Mercosul. O que aconteceu? Nada! A liderança não se proclama, como foi feito no começo do governo passado; a liderança se exerce! Se exerce por medidas concretas que forem propostas. E o Brasil não tem força para implementar essas medidas. Agora, depois de seis ou sete anos, conseguimos aprovar o Código Aduaneiro e a cobrança da TEC, dupla cobrança da Tarifa Externa Comum, que era uma das condições para a negociação do Mercado Comum... Que, agora, não adianta, porque, nem com isso, a gente vai fazer a negociação. E, para completar, mostrando – de novo – essa falta de liderança nossa. Roberto mencionou muito essa questão da Interoceânica. Eu acho que nós não temos um pensamento estratégico para muita coisa aqui, inclusive o dessa de integração regional. Se a gente levar em consideração que a China é o principal parceiro brasileiro, hoje, e de quase todos os países da região; se não é o primeiro, é o segundo ou é o terceiro. Se a gente levar em consideração, que a China, que é Ásia, que hoje é o segundo parceiro da América Latina e que, na minha opinião, dentro de dois ou três anos, vai ser o primeiro, o Brasil está atrasado em fazer isso aí. Nós já devíamos ter feito isso. E isso começou há oito anos e ficou paralisada toda construção, o esforço de construção dessa integração física. A integração física e a integração energética são prioridades na integração. Agora, do ponto de vista do Brasil, com o comércio brasileiro se concentrando mais na Ásia – como já foi dito aqui –, uma das grandes transformações por que passa o mundo é a mudança do eixo comercial do Atlântico para o Pacífico. E o Brasil está nessa onda, porque a China vai continuar a

crescer, nós vamos continuar a exportar para a China produtos primários, se a gente conseguir produtos industrializados... Mas a gente vai continuar aumentando nosso comércio com a China. E se a gente vê a produção de produtos alimentícios, de minérios na fronteira dos países andinos, é natural que houvesse um esforço, já há mais tempo, para se fazer essa integração física. E o que se fez? Além de se perder tempo, perdemos o apoio do BIRD, porque o IRSA era financiado, em parte, pelo BIRD, pela CAF – pela Corporação Andina de Fomento. Nós perdemos tudo isso. Não o fizemos... E fizemos, sim, um empréstimo do BNDES para construir uma estrada em Chapari, na Bolívia, na região da droga lá na Bolívia. Isso foi feito. Uma das coisa que foram feitas. Então, eu acho que falta liderança para o Brasil na condução do processo do Mercosul. Todos os países na Europa tiveram liderança. Teve a França e a Alemanha que conduziram o processo. No Nafta, os Estados Unidos conduziram o processo. Aqui na América do Sul, a gente faz uma política de generosidade com os parceiros... A gente tem de defender os interesses da gente! Os Estados Unidos, a China estão defendendo os interesses deles. A Argentina está defendendo o interesse dela. Ela quer se reindustrializar. Qual é o interesse que nós estamos defendendo no âmbito do Mercosul e, para falar de maneira mais geral, na área de comércio exterior? Eu não o vejo. Nós estamos sem estratégia, sem política de comércio exterior. E isso afeta tudo, inclusive essa negociação. Por isso o Mercosul está do jeito que está. Quer dizer, o comércio cresce sem que o Mercosul seja eficiente e aumente. Nós ficamos oito anos sem ter um dólar a mais no comércio exterior por negociação comercial. Enquanto cento e poucos acordos foram feitos, nós não tivemos nenhum acordo! Todo crescimento do comércio exterior brasileiro, que foi muito grande, quadruplicou, de 2002 a 2010, foi feito apesar do Governo, porque quem fez esse comércio foi o setor privado que descobriu... Teve apoio, não vou negar que houve apoio: visitas, coisa e tal. Isso ajuda. Mas o esforço de diversificação da pauta, que começou em 2001 e 2002, depois da desvalorização, não teve mais porque nós tínhamos esse problema aqui dentro. Quer dizer, não há coordenação, como eu falei, de quarenta órgãos, três mil atos legislativos... É muito difícil para os empresários... Eu estou do outro lado agora, estou lá... Eu vejo, todo o dia, a reclamação disso: da falta de liderança, da descoordenação... E não é de agora! Não estou falando deste Governo nem do governo anterior. Essa coisa de comércio exterior vem de muitos anos e que precisa ser corrigida. E também foi dito aqui, para a questão do custo Brasil, as medidas de eficiência administrativa, de redução de custos e de aprovação das reformas que precisam: a desoneração da folha salarial. É muito importante para o setor privado. Essa Resolução 72 criou uma guerra entre os Estados e prejudica a exportação, porque favorece à importação com a desoneração do ICMS. Tudo isso cria uma situação caótica na área do comércio exterior que se reflete também no Mercosul. Fica-se sem saber como fazer, e aí se deriva para a parte social e para a parte política.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, embaixador Rubens Barbosa por suas considerações finais.

Eu acredito que o debate de hoje tenha sido extremamente produtivo porque tivemos diversas visões aqui colocadas, cada uma dentro do seu enfoque acadêmico, do seu enfoque empresarial. É muito importante para nós, que trabalhamos no Legislativo, ouvirmos também essas opiniões que vêm do mundo empresarial, para que tomemos conhecimento das reais dificuldades por que passam empresas brasileiras neste momento e em qualquer momento para que nós aqui possamos agir em consequência, possibilitando a resolução dessas questões com vistas a melhorarmos o desempenho, no caso específico, do nosso comércio exterior e também do fortalecimento do nosso Mercosul.

Eu agradeço, antes de encerrarmos a presente reunião, a presença de todos, em especial dos nossos convidados: do embaixador Rubens Barbosa; do empresário Roberto Teixeira da Costa; do professor José Tavares de Araújo Júnior, do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento; do professor doutor José Flávio Sombra Saraiva, da Universidade de Brasília; da doutora Maria Cláudia Drummond, consultora legislativa do Senado Federal, pela grande e inestimável aqui oferecida.

Informo ainda que o sétimo painel do nosso ciclo de palestra, intitulado "A influência da China e da Al-Qaeda na África Setentrional e Meridional", se dará na segunda-feira próxima, dia 30 de maio, com a presença dos professores doutores Henrique Altemani de Oliveira, da PUC/SP; Antônio Jorge Ramalho da Rocha, do Poder Executivo; o doutor Antônio Barbosa, da Consultoria Legislativa e o doutor Jorge Lasmar, da PUC/MG.

Lembro aos Senadores e às Senadoras da 3ª Reunião da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira amanhã, dia 24 de maio, às 9 horas. A reunião será uma audiência pública, com o tema "Fronteiras e Segurança Nacional".

Além disso, convoco os Senadores e Senadoras para a nossa 21ª Reunião Extraordinária a ser realizada amanhã, dia 24 de maio, às 9 horas e 30 minutos,

na Sala de Reuniões nº 19, da Ala Senador Alexandre Costa, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Por fim, lembro às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores da nossa 22ª Reunião Ordinária, a ser realizada quinta-feira, dia 26 de maio, às 10 horas neste plenário.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a Reunião às 21 horas e 20 minutos.)

ATA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas do dia vinte e seis de maio de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, presentes as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores **Anibal Diniz**, **Eduardo Suplicy**, **Gleisi Hoffmann**, **João Pedro**, **Blairo Maggi**, **Antonio Carlos Valadares**, **Luiz Henrique**, **Valdir Raupp**, **Pedro Simon**, **Francisco Dornelles**, **Paulo Bauer**, **Gim Argello**, **Randolfe Rodrigues**, **Delcídio do Amaral**, **Lindbergh Farias**, **Marcelo Crivella**, **Ana Amélia** e **Inácio Arruda**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 19ª e da 20ª reuniões, que são dadas como lidas e aprovadas. São lidos os comunicados e ofícios da Presidência. A pedido da Presidência da Comissão realiza-se a transcrição de artigo publica no Correio Braziliense: "A Rio 20 – José Goldemberg. Deverá realizar-se no Rio de Janeiro em meados do próximo ano grande evento internacional para marcar o 20º aniversário da Rio-92, que foi a maior reunião internacional já realizada pelas Nações Unidas e que adotou a Convenção do Clima e a Agenda 21, em 1992. Esses são dois documentos fundamentais na longa trajetória que a humanidade tem percorrido na busca de um tipo de desenvolvimento que não seja predatório e que garanta às futuras gerações acesso às amenidades que temos atualmente. Isto é, o que se entende por desenvolvimento sustentável. O Brasil tem uma história conturbada nessas questões: na Conferência de Estocolmo, em 1972, que foi o marco inicial das preocupações ambientais da nossa época, os representantes do Brasil se opuseram violentamente à adoção de qualquer restrição ao desenvolvimento que resultasse de considerações ambientais. A visão, na época, em pleno regime militar, era o de promover desenvolvimento acelerado sem se preocupar com poluição. A contrariedade a isso era vista como uma conspiração para evitar o nosso desenvolvimento. Essa é a ocasião em que se iniciou no país a ocupação predatória da Amazônia, com os resultados desastrosos que conhecemos: 15% da Amazônia desmatada sem trazer às populações locais condições adequadas de vida. Graças ao papel de Paulo Nogueira Neto, que criou a Sema (Secretaria Especial do Meio Ambiente) da Presidência da República, no governo do general Figueiredo, a posição brasileira evoluiu, o que levou a Assembleia Geral das Nações Unidas a decidir que seria no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Uncede), em 1992. O presidente Fernando Collor deu apoio entusiástico aos preparativos da conferência e mobilizou o Itamaraty para que ela se transformasse no grande evento da década. Com efeito, mais de 100 chefes de Estado vieram ao Rio (um número recorde) e se reuniram na Praça do Flamengo centenas de organizações ambientalistas e centenas de milhares de pessoas. O que caracterizou a Conferência do Rio foi um esforço multinacional que tomou decisões importantes, como a adoção da Convenção do Clima, em que todos os países entraram em acordo para enfrentar o problema do aquecimento global. Apesar de um pouco vaga, a Convenção do Clima abriu caminho para o Protocolo de Kyoto, em 1997, que obrigava as nações industrializados a reduzir efetivamente suas emissões de gases responsáveis pelo aquecimento do planeta. Esse sucesso começou a se dissipar quando o Senado dos Estados Unidos se recusou a ratificar o Protocolo de Kyoto, em 1998. Pouco depois, com a eleição do presidente Bush, a diplomacia multinacional foi abandonada em todas as áreas (também na área ambiental) e entramos num período em que alguns países praticamente ignoraram a Convenção. A regra passou a valorizar apenas políticas unilaterais, sem qualquer senso de responsabilidade internacional conjunta. Isso culminou com o fiasco da Conferência de Copenhague, na qual qualquer esforço conjunto para enfrentar o problema do aquecimento global foi abandonado. Pior ainda, as ações unilaterais tomadas pelos principais poluentes foram insuficientes para evitar o aquecimento. A Rio 20, em 2012, oferece a oportunidade para recuperar o entusiasmo de 1992 e adotar novas iniciativas que mobilizem os governos na direção de um desenvolvimento sustentável. Essa não é uma questão retórica: o conflito entre a proteção ao meio ambiente e o desenvolvimento econômico está ocorrendo em todos os países e dentro do próprio Bra-

sil, de que é exemplo o confronto, cada vez mais crescente, entre as grandes obras do governo e a proteção ambiental. De acordo com recente análise do historiador Hobsbawn, a ideologia do progresso material, base do sistema capitalista, é também a ideologia dos governos de inspiração marxista, como era o da União Soviética e a de muitos outros. Promover o progresso material de maneira que não se destrua o meio ambiente é um conceito novo na historia da humanidade. Se não for adotado, o progresso material vai causar a exaustão dos combustíveis fósseis, alterações do clima. Os riscos que certas tecnologias modernas provocam vão acabar por tornar problemático o próprio progresso. Só um esforço conjunto, como o conseguido na Rio-92, pode reduzir esses riscos." **Item 1 – Mensagem (SF) nº 67, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora LEDA LUCIA MARTINS CAMARGO, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Letônia, cumulativamente ao cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino da Suécia."*. Relatora: Senadora **Ana Amélia.** Assume a Presidência o Senador **Inácio Arruda**. Resultado: lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. **Item 2 – Mensagem (SF) nº 68, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor PAULO ALBERTO DA SILVEIRA SOARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Indonésia"*. Relatora ad hoc: Senadora **Ana Amélia**. Assume a Presidência o Senador **Fernando Collor**. Resultado: lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. Adiada a apreciação do item 3. **Item 4 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 632, de 2010**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *"aprova o texto do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã, celebrado em Hanói, no dia 10 de julho de 2008"*. Relator *ad hoc*: Senador **Aníbal Diniz**. Faz uso da palavra a Senadora **Ana Amélia**. Resultado: aprovado o parecer favorável. **Item 5 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 635, de 2010**, de autoria da Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL (CN), que *"aprova o texto do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial Agropecuário nº 3, que protocoliza o Acordo de Constituição do Comitê Veterinário Permanente do Cone Sul ao amparo do Tratado de Montevidéu de 1980, assinado entre os Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai, da República Oriental do Uruguai, da República da Bolívia e da República do Chile, em Montevidéu, em 8 de agosto de 2006"*. Relator ad hoc: Senador **Gim Argello**. Resultado: aprovado o parecer favorável. **Item 6 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº72, de 2011** de autoria da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, que *"aprova o texto do Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas dos Estados Partes do Mercosul com a República da Bolívia e a República do Chile, assinado na cidade de Belo Horizonte, em 16 de dezembro de 2004"*. Relatora: Senadora **Gleisi Hoffmann**. Resultado: aprovado o Parecer favorável à matéria. **Item 7 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 77, de 2011**, de autoria da Presidente da República, que *"aprova o texto do Acordo Bilateral sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel, celebrado em Brasília, no dia 22 de julho de 2009"*. Relator ad hoc: Senador **Paulo Bauer** Resultado: aprovado o Parecer favorável. **Item 8 – Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2011**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (SF), que *"altera a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, para estabelecer a obrigatoriedade da aprovação, pelo Senado Federal, dos nomes dos escolhidos para titular de Aditância nas representações diplomáticas"*. Relator: Senador **Gim Argello**. Resultado: aprovado o Parecer favorável. **Item 3 – Projeto de Lei do Senado nº 275, de 2007**, de autoria do Senador **Valdir Raupp**, que *"altera a Lei nº 7.064, de 6 de dezembro de 1982, para estender sua aplicação a todos os trabalhadores contratados no Brasil, ou transferidos para prestar serviços no exterior"*. Relator ad hoc: Senador **Marcelo Crivella**. Resultado: aprovado o Projeto na forma do Substitutivo aprovado na CAS, com as subemendas apresentadas. O Senador **Randolfe Rodrigues** faz uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às onze horas e doze minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor,** Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Declaro aberta a 21ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas da 19ª e 20ª reuniões.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam as atas queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas.

COMUNICADOS

Trago ao conhecimento dos Srs. Membros desta Comissão informação de que, a pedido do Senador Marcelo Crivella, esta Comissão receberá a delegação de parlamentares de Angola na próxima segunda-feira, dia 30 de maio, às 15 horas.

A delegação será chefiada pelo Primeiro Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do Movimento pela Libertação de Angola (MPLA), o Deputado Carlos Alberto Ferreira Pinto. Na ocasião, será ministrada palestra sobre o controle externo do atos do Poder Executivo pelo Prof. Francisco Eduardo Carrilho Chaves, Consultor Legislativo do Senado Federal e autor do livro *Controle Externo da Gestão Pública – A Fiscalização pelo Legislativo e Tribunais de Contas*.

Convido, portanto, todas as Srªs e os Srs. Membros desta Comissão para participarem da referida reunião.

RELATO DO 6º PAINEL

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional promoveu, na última segunda-feira, o sexto encontro do ciclo de audiências públicas sobre os rumos da política externa brasileira. Desta vez para analisar o Mercosul, um balanço dos vinte anos do Tratado de Assunção, o cenário no entorno da América do Sul, a rodovia interoceânica e a relação comercial entre o Brasil, Peru e Bolívia.

A audiência contou com a participação dos Senadores João Pedro, Ana Amélia, Luiz Henrique, Marcelo Crivella, Anibal Diniz, Jarbas Vasconcelos, Francisco Dornelles e Pedro Taques.

O primeiro expositor foi o Embaixador Rubens Barbosa, Presidente do Conselho de Comércio Exterior da Fiesp, para quem o organismo vive uma crise institucional. E o Tratado de Assunção, voltado inicialmente para a integração econômica e comercial, tem hoje ênfase nos aspectos políticos e sociais.

Entre os ganhos do Mercosul, o Embaixador citou o envolvimento do setor privado no processo, os números das trocas comerciais em 2010, da ordem de US$45 bilhões, a "volta" do Brasil para a região, a obtenção de maior conhecimento das oportunidades de comércio e investimento, e a criação de seu Parlamento.

Para ele, parte dos problemas que têm contribuído para o esvaziamento do Mercosul no contexto da integração regional e da globalização referem-se ao descumprimento das regras do Tratado de Assunção, a crescente presença de produtos industriais da China na região, as restrições unilaterais adotadas pela Argentina, as medidas tomadas pelo Brasil e a falta de acordos significativos na sua agenda externa.

Para o Embaixador, a falta de inovação, a política cambial e o custo Brasil estão provocando um autêntico processo de desindustrialização no País. Tanto é que até recentemente tínhamos 17 mil empresas exportadoras e 15 mil importadoras. Hoje, há 34 mil importadoras e 17 mil exportadoras. Denota-se, assim, que a indústria de transformação está se tornando importadora de máquinas, segundo ele.

Ressaltou, ainda, que a questão do custo Brasil depende apenas de nós. Precisamos de políticas de Governo e reformas estruturais para solucionar as ineficiências da democracia, provocadas por cerca de 40 órgãos e três mil atos normativos que interferem diretamente no comércio exterior. São fatores que geram a falta de competitividade, a fuga de fábricas para o exterior e o que ele chamou de desinvestimento por que passamos.

Por fim, o Embaixador Rubens Barbosa destacou a necessidade de o Brasil assumir a liderança do Mercosul por meio de medidas concretas e não apenas de cunho político, e pensamento estratégico, aspectos que até agora, segundo ele, não se verificaram.

O segundo palestrante, o empresário Roberto Teixeira da Costa, do Centro Brasileiro de Relações Internacionais, avalia que, por trás dessa crise institucional – o empresário Roberto Teixeira da Costa naturalmente se refere ao Mercosul –, há uma outra de caráter comercial representada pelas assimetrias existentes entre o Brasil e a Argentina, cuja solução encontra-se no estabelecimento de parcerias com o País vizinho e mais diplomacia empresarial.

A desestabilização da Argentina, afirmou, é extremamente prejudicial ao nosso País. Alertou também para o fato de que, se estamos preocupados com a concorrência da China, com o Mercosul mais forte, estaremos melhor e mais bem protegidos em uma disputa internacional.

O empresário louvou a conclusão das obras da rodovia interoceânica que liga Rio Branco, no Acre, a Cuzco, no Peru, permitindo o incremento do intercâmbio comercial e cultural entre o Brasil e o Peru e o significativo corte dos custos operacionais de veículos e cargas. Essa rodovia, lembrou o Dr. Roberto Teixeira da Costa, é um instrumento realmente poderosíssimo de integração e aproximação com o Pacífico.

Já o terceiro expositor, o professor José Tavares de Araújo Júnior, do Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento, vê como única saída para o Mercosul a eliminação do compromisso da tarifa externa comum e a reforma da estrutura tarifária brasileira, para

torná-la similar a de outros países emergentes e ajustá-la às necessidades da competitividade internacional.

Ele defende a manutenção dos investimentos da Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana, conhecida IIRSA, como a rodovia interoceânica, para reduzir os custos das transações na região e acelerar a integração, bem como a transformação do real – sugestão dele – em uma moeda regional, o que proporcionará um novo salto ao Mercosul e, por fim, a eliminação de parte do entulho burocrático que, segundo ele, existe no organismo, para completar a consolidação da área de livre comércio e assegurar a sua preservação.

A consultora legislativa do Senado Federal, Drª Maria Cláudia Drummond, especialista nessa área, alertou-nos para a necessidade de consolidarmos o Parlamento do Mercosul, o órgão de representação popular que fará o papel de caixa de ressonância para as decisões tomadas no âmbito das negociações ao qual as populações não têm acesso.

Ela destacou a competência consultiva de que disporá o Parlamento do Mercosul, cujo objetivo é o de acelerar os procedimentos internos para entrada em vigor, nos países membros, dos instrumentos de integração negociados no Mercosul.

Uma das maiores fragilidades do organismo, como nos mostrou a consultora, é a lentidão com que suas normas são incorporadas ao direito interno de cada País. Essa competência consultiva viria sanar esse problema e dar mais segurança jurídica ao Mercosul.

Finalizando o encontro, o professor de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, Dr. José Flávio Sombra Saraiva, ressaltou que o Mercosul inaugurou um fato histórico para as relações internacionais na América Latina, em virtude de seu pioneirismo na região.

Ele destacou a vontade e a inteligência política de seus idealizadores, definindo, entre seus aspectos positivos, a confiança mútua e a cultura da paz, lembrando que o organismo foi o ponto de partida sub-regional para integração da região prevista com a criação da Unasul.

Diz o professor Saraiva:

O Mercosul foi um encontro de fronteiras muito importante e, na confiança mútua, jogamos a bomba no lixo, aquela que tínhamos todas as condições de produzir - [Ele se refere aqui ao artefato atômico e à corrida armamentista que havia, à época, entre o Brasil e o nosso vizinho, a Argentina.] - porque a inteligência argentino-brasileira, superando o velho cultivo da rivalidade e até a capacidade já avançada no campo atômico, foi capaz de criar a diplomacia do átomo. [Para ele, isso foi fundamental, ou seja, política e estratégia do Mercosul em seu desdobramento econômico e sua centralidade econômica.] Por isso, não pode faltar, na avaliação do Mercosul, de que ele representa a paz.

Por fim, o Professor Saraiva avaliou que será difícil encontrar na terra mecanismo de confiança mútua do peso daquele construído por brasileiros e argentinos, o qual não se deve apenas a Tlatelolco e outros arranjos dos anos sessenta antes do Tratado de Não Proliferação Nuclear. Para ele houve inteligência política, houve vontade, e o Mercosul veio embalado nesse reencontro de fronteiras.

Por outro lado, o Professor criticou a persistência de divergências na visão de mundo na política externa de Brasil e Argentina, a recusa dos Estados membros em sacrificar sua soberania e a falta de um visor comum no que concerne à segurança global e à conformação das Nações Unidas.

Na próxima segunda-feira, dia 30 de maio, às 18 horas realizaremos o sétimo painel desse ciclo de audiências para debater o tema: "A Influência da China e da Al Qaeda na África Setentrional e Meridional".

Estão confirmados os seguintes expositores: Professor Henrique Altemani de Oliveira, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Dr. Antonio Jorge Ramalho da Rocha, da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República; Dr. Antonio Barbosa, da Consultoria Legislativa do Senado Federal; o Professor Jorge Lasmar, da PUC – Minas Gerais; o Professor Severino Bezerra Cabral Filho, do Instituto Brasileiro de Estudos da China, Ásia e Pacífico (Ibecap).

Mais uma vez, contamos com a presença e a participação das Srªs e dos Srs. Senadores desta Comissão.

Segunda comunicação: a reunião da Subcomissão da Amazônia e da Faixa de Fronteira, ocorrida na última terça-feira, dia 24 de maio de 2011, com a presença da Senadora Ana Amélia, realizou, às 9 horas, audiência pública com o tema: Fronteiras e Segurança Nacional, com a presença dos seguintes convidados: Major-Brigadeiro Gerson Nogueira Machado de Oliveira, subchefe de operações da Chefia de Preparo e Emprego do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas; Dr. Oslaim Campos Santana, diretor de Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal; Dr. Glauco Costa de Moraes, oficial de inteligência da Agência Brasileira de Inteligência (Abin); Conselheiro Luiz Maria Pio Corrêa, coordenador da Coordenadoria-Geral de Combate a Ilícitos Transnacionais do Ministério das Relações Exteriores.

O Major-Brigadeiro Gerson Nogueira Machado de Oliveira relatou o incremento da integração das ações das Forças Armadas na faixa de fronteira com outros órgãos federais e estaduais como a Polícia Federal, agências humanitárias, ONGs, otimizando, assim, as

ações de combate aos ilícitos transfronteiriços e ambientais numa busca constante de maior interação com esses órgãos.

O Brasil – informou-nos o brigadeiro – assinou acordo do cooperação com todos os países da América do Sul e a Força Aérea desenvolve operações com a França, na fronteira com a Guiana, além de Venezuela, Colômbia, Peru Argentina e Uruguai.

Nossa faixa de fronteira, segundo ele, tem 150 quilômetros, abrange 588 Municípios e tem uma extensão de cerca de 17 mil quilômetros de fronteiras com dez países, envolvendo onze Estados e sua vigilância pressupõe combinação de segurança e desenvolvimento em seu conceito estratégico. Apesar de ser uma atividade de alto alcance estratégico, o Brigadeiro ressaltou que a legislação brasileira é acusada de dificultar o desenvolvimento regional, especialmente no sul do País, em virtude da maior densidade populacional. Para alem da burocracia existente, porém, após a aprovação da lei de medidas de destruição, em 1998, regulada em 2004, houve sensível diminuição do tráfico pela via aérea, embora tenha sido registrado aumento do ilícito por via fluvial e terrestre.

O Dr. Oslaim Campos Santana, por sua vez, destacou a Operação Sentinela, que opera em caráter permanente desde o ano passado, nos 11 Estados da fronteira oeste e norte, em conjunto com a Polícia Rodoviária Federal, a Força Nacional de Segurança Pública, a Receita Federal, as Polícias Estaduais de Fronteira e as Forças Armadas, além das ações fruto da cooperação internacional.

Para ele, a integração com as Forças Armadas tem sido fundamental para o sucesso das operações. Entre os tipos de crime da faixa de fronteira, o representante da Polícia Federal citou o tráfico de drogas, de armas, de pessoas, contrabandos vários, crimes financeiros, cargas ilícitas, sonegação fiscal, exportação ilegal de veículos, crimes ambientais e até mesmo a corrupção de agentes públicos. Ressaltou que não basta, nessas operações, apenas o patrulhamento ostensivo; ele tem de ser precedido pela inteligência.

Já o Dr. Glauco Costa de Moraes discorreu sobre as operações da Abin na faixa de fronteira, onde a agência mantém poucos escritórios, mas desloca equipes em missões exploratórias responsáveis pela coleta de dados chamada de produção de conhecimento, com o objetivo de orientar as decisões políticas do governo federal.

O analista informou à Subcomissão que a Presidenta da República determinou o reforço da presença da agência na faixa de fronteira, e que já existe um plano prevendo a intensificação dessas operações. E ressaltou a presença de ainda poucos adidos de inteligência junto a embaixadas brasileiras no exterior.

Por fim, o conselheiro Luiz Maria Pio Corrêa relatou, entre as competências do Ministério das Relações Exteriores, a da participação em fóruns internacionais nos planos bilateral e multilateral relacionados aos crimes transnacionais, mediante a assinatura de acordos, negociações e a presença em vários organismos que atuam no combate a esse tipo de ilícito, em Viena, Washington, Paris, nas Nações Unidas, na OEA, no Mercosul, na Unasul, entre outros.

Explicou que a defesa e a segurança são temas de exercício da soberania nacional e destacou o trabalho dos consulados brasileiros com suas informações sobre fluxo de comércio e viagens, entre outros, que ajudam o Ministério das Relações Exteriores a melhor cooperar com os órgãos que atuam diretamente nas questões de segurança e combate a esses crimes.

Ao encerrar, lembrou o conselheiro que as representações brasileiras no exterior abrigam, cada vez mais, aditâncias policiais de defesa e de inteligência, acrescentando que o Ministério não está envolvido com segurança, mas atua como facilitador de operações.

A audiência pública realiza demonstrou, com solidez, que é imprescindível fortalecer a segurança nas fronteiras brasileiras, mas também promover o desenvolvimento da população que vive nessas áreas.

A Subcomissão é presidida pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, que presidiu essa audiência pública realizada na última segunda-feira.

Gostaria também de trazer ao conhecimento das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores o artigo publicado hoje, no jornal *Correio Braziliense*, de autoria do Professor José Goldemberg, ex-reitor da USP, ex-secretário e ex-ministro de Estado, sobre a Rio+20. E peço permissão para ler apenas o seu último parágrafo, em que ele diz o seguinte:

A Rio+20, em 2012, oferece a oportunidade para recuperar o entusiasmo de 1992 e adotar novas iniciativas que mobilizem os governos na direção de um desenvolvimento sustentável. Essa não é uma questão retórica: o conflito entre a proteção ao meio ambiente e o desenvolvimento econômico está ocorrendo em todos os países e dentro do próprio Brasil, de que é exemplo o confronto, cada vez mais crescente, entre as grandes obras do governo e a proteção ambiental.

De acordo com recente análise do historiador Hobsbawn, a ideologia do progresso material, base do sistema capitalista, é também a ideologia dos governos de inspiração marxista, como era a União Soviética e a de muitos outros. Promover o progresso material de maneira que não se destrua o meio ambiente é um conceito novo na história da humanidade. Se não for

adotado, o progresso material vai causar a exaustão dos combustíveis fósseis, alterações do clima [como hoje nós já estamos vivenciando]. Os riscos que certas tecnologias modernas provocam vão acabar por tornar problemático o próprio progresso. Só um esforço conjunto, como o conseguido na Rio-92, pode reduzir esses riscos.

Encerra o Professor José Goldemberg.

Eu pediria à secretaria desta Comissão, com a permissão dos Srs. Membros, que transcrevesse na íntegra, na Ata de hoje, este artigo do Professor José Goldemberg.

Iniciamos a pauta da reunião de hoje.

ITEM 1
- Não Terminativo -
MENSAGEM (SF) Nº 67, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora LEDA LUCIA MARTINS CAMARGO, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Letônia, cumulativamente ao cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino da Suécia.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senadora Ana Amélia.

Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Observações: *Leitura do Relatório, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE.*

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para proferir o seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente Fernando Collor, demais Senadores presentes a esta reunião, é uma alegria muito grande para mim que conheço pessoalmente, fui contemporânea de escola, a Embaixadora Leda Lúcia Camargo, que é gaúcha de Porto Alegre.

O Currículo da nossa Embaixadora, indicada pela Presidência da República, para exercer cumulativamente a função não só de Embaixadora do Brasil junto ao Reino da Suécia, mas também da República da Letônia, já é conhecido. Ela foi sabatinada aqui e já assumiu. Apresentou suas credenciais ao Rei Olavo, da Suécia, na última terça-feira.

Ela teve funções importantíssimas desempenhadas na área pública, destacando-se a de Conselheira na Embaixada em Roma (1991/95); Consulesa-Geral Adjunta no Consulado-Geral em Santiago (1995/97); Chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração Econômica e de Comércio Exterior (1997/00); Ministra-Conselheira na Missão junto à CEE (2000/04); Embaixadora em Maputo (2004/08); Embaixadora em Praga (2008/11); e agora, recentemente, designada Embaixadora do Brasil junto ao Reino da Suécia (2011).

As relações entre Brasil e Letônia – já que ela vai exercer cumulativamente essa função –, vale ressaltar, foram formalmente instituídas em 1921. Nesse ano, o Brasil reconheceu pela vez primeira a República da Letônia, vindo a fazê-lo, novamente, em 4 de setembro de 1991. As relações diplomáticas, no entanto, só foram estabelecidas em 1992. Essa circunstância se vincula ao fato de o Brasil não ter aceitado a anexação russa de 1939. Em 1995, tivemos o primeiro representante do Governo Brasileiro em Riga. Desde então, o contato diplomático se dá, de modo cumulativo, por meio da Embaixada em Estocolmo.

As relações bilaterais ganharam adensamento a partir da visita oficial ao Brasil da então Presidente Vaira Veike-Freiberga, em junho de 2007. A viagem colocou em novo patamar o relacionamento entre os dois países. Nesse sentido, o Brasil foi o primeiro país da América do Sul a receber Embaixador não residente da Letônia. Desde então, foram realizadas em ambos os Estados reuniões de consultas políticas.

No plano comercial, as trocas ainda são acanhadas. Respondem pelo baixo dinamismo comercial a distância, bem como falta de tradição de intercâmbio entre os dois países. O potencial de expansão é, contudo, elevado.

A Letônia representa importante via de acesso ao mercado russo. Nesse sentido, verifica-se crescimento nas permutas comerciais neste século. O Brasil tem exportado café em grão (45% da pauta) e importado equipamentos eletrônicos (45% da pauta).

Cumpre registrar, por fim, a entrada em vigor no ano passado do Acordo de Cooperação Cultural entre os dois países.

Diante do exposto, estimo que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial da Embaixadora Leda Lúcia Camargo para exercer cumulativamente a Embaixada da República da Letônia, junto à Embaixada do Brasil no Reino da Suécia.

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Agradeço a relatoria de V. Exª.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do § 2º art. 3º do Ato nº 1, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

ITEM 2
- Não Terminativo -
MENSAGEM (SF) Nº 68, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor PAULO ALBERTO DA SILVEIRA SOARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Indonésia.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann.

Nomeio Relatora *ad hoc* a nossa querida Senadora Ana Amélia, para que ela possa relatar, substituindo a nossa colega Gleisi Hoffmann.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É uma alegria representar a Senadora Gleisi, que está, neste momento, participando da audiência pública com o Ministro da Reforma Agrária, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Estamos tratando da indicação da Presidenta Dilma Rousseff do nome do Sr. Paulo Alberto da Silveira Soares Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Indonésia.

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), em razão de preceito regimental, o indicado nasceu em 16 de novembro de 1947. Ingressou na carreira diplomática em 1968 e tornou-se Ministro de Primeira Classe em 2006. Entre as funções desempenhadas no MRE destacam-se a de Chefe do Departamento de Operações de Promoção Comercial (1985-90), Cônsul-Geral em Córdoba (2001-2005) e Embaixador em Cingapura (2006). Além disso, recebeu inúmeras condecorações.

Entre as possibilidades de novos acordos em relação às relações que temos com a República da Indonésia, citamos os entendimentos capitaneados pela Embrapa na área de agricultura e energias renováveis, bem como instrumentos de cooperação técnica, cooperação jurídica, extradição e transferência de condenados. Relacionado a este último ponto, não podemos deixar de lembrar os dois brasileiros condenados à morte na Indonésia em razão de tráfico de entorpecentes, Marcos Archer Cardoso Moreira e Rodrigo Muxfeldt Gularte, e as muitas gestões realizadas para comutar essa pena.

Ademais, a grande projeção econômica de ambos os países gera boas perspectivas no relacionamento comercial e de investimentos. Recentemente, a Indonésia negociou a compra de 8 unidades de Super Tucanos para compor sua Força Aérea, com opção de mais 8 e podendo chegar a 50 unidades, enquanto a Vale investe vultosas somas na exploração do níquel. Igualmente, a empresa indonésia Riau Pulp tem feito investimentos na Bahia Pulp, que produz celulose, bem como há grande interesse indonésio na área de biocombustíveis. Lembramos, sobre esse último tópico, o grande empenho daquele país em temas ambientais, tendo sediado a IV Sessão Preparatória da Rio+10 e a Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima de 2007.

Por fim, acentuamos que as exportações brasileiras totalizaram, em 2010, US$1,662 bilhão, estando na nossa pauta principalmente o açúcar, resíduos alimentares, algodão e ferro. Sobre carne bovina, gestões estão sendo realizadas para liberar o comércio. Em contrapartida, importamos US$1,515 bilhão, em especial borracha, gordura e óleos animais e vegetais, fibras sintéticas ou artificiais e equipamentos elétricos.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste Relatório, a não ser a aprovação do Sr. Paulo Alberto da Silveira Soares para o cargo proposto pela Presidenta Dilma Rousseff.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do § 2º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Item nº 3 da pauta. Pergunto aos Senadores membros desta Comissão se poderíamos deixar para o final a apreciação do Item 3 e passarmos para o Item 4.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É porque é terminativo, não é, Presidente? Precisa de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Exatamente.

As Srªs e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Vamos passar, então, à leitura do Item 4.

ITEM 4
- Não Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 632, DE 2010

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã, celebrado em Hanói, no dia 10 de julho de 2008.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)

Relatoria: Senador João Pedro.

Relatório: Favorável à matéria.

Concedo a palavra ao Senador Anibal Diniz, Relator *ad hoc* da matéria, para a leitura do Relatório.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente Fernando Collor, vamos ao Relatório.

I – Relatório

Esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é chamada a examinar o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) n° 632, de 2010 (n° 2.128, de 2009, na origem), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã, celebrado em Hanói, no dia 10 de julho de 2008.

Em atenção ao disposto no art. 49, inciso I, da Constituição Federal, que estabelece a atribuição exclusiva do Congresso Nacional para aprovar atos internacionais, combinado com seu art. 84, inciso VIII, o Presidente da República enviou às Casas Legislativas a Mensagem n° 81, de 18 de fevereiro de 2009, solicitando a apreciação da matéria.

A mensagem presidencial traz anexa Exposição de Motivos do Ministro das Relações Exteriores, da qual cabe destacar o seguinte:

Trata-se de instrumento marco que contribuirá para elevar o patamar das relações Brasil-Vietnã, expandindo e fortalecendo os laços entre as comunidades científicas dos dois países por meio do estabelecimento de condições favoráveis para o desenvolvimento da cooperação científica e tecnológica, em bases mutuamente benéficas e equitativas. No acordo, os dois países reconhecem a importância da ciência, da tecnologia e da inovação para o desenvolvimento de suas economias e para a melhora dos padrões socioeconômicos de suas populações.

O tratado em apreço foi aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados em 11 de novembro de 2010, após passar pelo crivo das Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No Senado Federal, ele foi distribuído a esta Comissão em 29 de novembro de 2010. Não obstante o término da legislatura em que foi apresentada, a proposição continua a tramitar, nos termos dos incisos do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) e do Ato n° 4, de 2010, da Mesa desta Casa.

Decorrido o prazo regimental sem apresentação de emendas, a proposição foi distribuída à minha relatoria em 28 de abril de 2011.

II – Análise

O ato internacional em apreço tem 12 artigos. O documento objetiva disciplinar a cooperação científica e tecnológica entre os dois países. Nesse sentido, ele segue a estrutura comum a tratados dessa natureza. Os consideranda informam a convicção das Partes de que a matéria fortalecerá os laços de amizade e de entendimento mútuo e constituirá importante componente nas relações bilaterais.

O Acordo indica como principal coordenador de sua aplicação no Brasil, o Ministério da Ciência e Tecnologia. O texto estabelece, ainda, a cooperação mediante intercâmbio de delegações, realização de seminários e conferências, treinamento de cientistas, troca de informações científicas e concepção e implementação conjunta de programas e projetos.

O tratado institui, também, Comissão Conjunta de Cooperação em Ciência e Tecnologia que possui, entre suas atribuições, competência para identificar áreas prioritárias, fazer recomendações para criação de condições favoráveis à cooperação que se deseja, examinar o progresso das atividades relacionadas ao Acordo.

Outro aspecto relevante diz respeito à previsão de que as Partes promoverão o desenvolvimento e execução, em áreas de interesse mútuo, de programas, projetos ou outras formas de cooperação científica e tecnológica mediante a celebração de ajustes complementares. Esses ajustes, que serão coordenados por meio de canais diplomáticos, determinarão planos de trabalho, procedimentos, alocação de recursos financeiros e demais aspectos suplementares.

O documento contempla, por igual, a proteção de direitos de propriedade intelectual em conformidade com a legislação nacional e regulamentos das Partes, bem assim com acordos internacionais que vinculam ambos os países.

Cuida-se, portanto, de típico instrumento de cooperação com as cláusulas próprias a tratados dessa natureza.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 632, de 2010.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Anibal Diniz.

Em discussão o relatório.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estejam de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu gostaria apenas de registrar a presença aqui nesta reunião do representante da Associação dos Magistrados Brasileiros, Dr. José Barroso Filho, que é juiz federal da AMB, e da Consultora Parlamentar da AMB, Drª Helga Jucá.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Seja muito bem-vindo o nosso ilustre convidado.

ITEM 5
- Não Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 635, DE 2010

Aprova o texto do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial Agropecuário nº 3, que protocoliza o Acordo de Constituição do Comitê Veterinário Permanente do Cone Sul ao amparo do Tratado de Montevidéu de 1980, assinado entre os Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai, da República Oriental do Uruguai, da República da Bolívia e da República do Chile, em Montevidéu, em 8 de agosto de 2006.

Autoria: Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (CN)

Relatoria: Senador Luiz Henrique.

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Gim Argello, relator *ad hoc* da matéria, para fazer a leitura do relatório.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

Com muita honra, faço este relato, em substituição *ad hoc* ao Senador Luiz Henrique.

I – Relatório

O Projeto de Decreto Legislativo em tela foi encaminhado ao crivo congressual por meio da Mensagem presidencial nº 669, de 5 de setembro de 2007, endereçada pelo Aviso nº 912 da Casa Civil, de mesma data, e acompanhado da Exposição de Motivos nº 00230, MRE, DAI/DIR/DPB/MREEAGR-XCOR-ALADI, de 13 de agosto de 2007, que explica as razões por que o ato internacional em apreço foi celebrado e historia sua negociação.

De acordo com a Exposição de Motivos, o ato internacional encontra-se ao amparo do tratado constitutivo do Mercado Comum do Sul (Mercosul), o Tratado de Montevidéu, artigo 12, que prevê a possibilidade de instituição de acordos de alcance parcial agropecuários.

O Convênio Constitutivo do Conselho Agropecuário do Sul (CAS) e o Acordo de Constituição do Comitê Veterinário Permanente do Cone Sul (CVP), como órgão do Conselho, foram assinados no ano de 2003, porém apenas protocolizados ao amparo do Tratado de Montevidéu em 2006, em virtude da necessidade constatada de lhes assegurar indubitável caráter vinculante.

O Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial Agropecuário nº 3 é, assim, versado em um consideranda em seis itens, cinco cláusulas e disposições gerais e transitórias.

Sr. Presidente, como temos outros itens para votar, peço, se V. Exª concordar, para ir direto ao voto. (*Pausa*.)

III – Voto

Pelo exposto, manifestamo-nos favoravelmente ao Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 635, de 2010, por sua conveniência e oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Esse é o relatório?

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Em discussão o relatório. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que estejam de acordo com o relatório lido pelo Senador Gim Argello permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 6
- Não Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 72, DE 2011

Aprova o texto do Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas dos Estados Partes do Mercosul com a República da Bolívia e a República do Chile, assinado na cidade de Belo Horizonte, em 16 de dezembro de 2004.

Autoria: Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.

Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann.

Relatório: favorável à matéria.

Concedo a palavra à Srª Senadora Gleisi Hoffmann, para proferir o seu parecer.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

I – Relatório

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do ato internacional acima ementado. Por conseguinte, esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 72, de 2011 (nº 568, de 2008, na origem). Na Câmara dos Deputados, o acordo foi aprovado pelo Plenário em 10 de fevereiro de 2011, após passar pelo crivo da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, que elaborou o projeto de decreto legislativo que o aprova, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e da Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania.

Acompanha a proposição a Mensagem nº 954, de 11 de dezembro de 2007, do Poder Executivo, que encaminha o texto do Acordo ao Congresso Nacional, bem como a Exposição de Motivos nº 278 (MRE DJ/CJ/DAÍ JUST BRAS – MSUL), de 28 de setembro de 2007, do Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores. O documento informa que o Acordo, composto de dezessete artigos, "foi firmado com o propósito de proporcionar às pessoas que se encontrem privadas de liberdade em razão de uma decisão judicial a possibilidade, por meio de cooperação e assistência jurídica mútua, de cumprirem a condenação em seu próprio meio social e familiar de origem".

O documento registra, por igual, que o Acordo se inscreve "num contexto de ampla assistência, favorecendo a reinserção social das pessoas condenadas, que é um dos objetivos precípuos da pena, e refletindo a tendência contemporânea de respeito aos direitos humanos universalmente reconhecidos".

O Artigo 1º apresenta as definições de termos e expressões a serem utilizados nos dispositivos seguintes do Acordo. O Artigo 2º estabelece princípios gerais que o regem e o Artigo 3º determina as condições para a sua aplicação, entre elas, que exista condenação imposta por sentença transitada em julgado; que o condenado dê seu consentimento expresso à transferência; que a ação ou omissão pela qual a pessoa tenha sido condenada seja também considerada delito no Estado recebedor; que a pessoa condenada seja nacional ou residente legal e permanente do Estado recebedor; que a condenação imposta não seja a pena de morte nem a prisão perpétua; que o tempo de pena a ser cumprido, no momento da solicitação da apresentação, seja de pelo menos um ano; que a sentença condenatória não seja contrária aos princípios da ordem pública do Estado recebedor; que tanto o Estado sentenciador quanto o Estado recebedor aprovem a transferência.

O Artigo 4º dispõe sobre a obrigatoriedade de cada Estado Parte prestar informação, quanto ao conteúdo do Acordo, a toda pessoa condenada que possa beneficiar-se de sua aplicação. O Artigo 5º determina o procedimento para a transferência da pessoa condenada; os Artigos 6º e 7º enumeram as informações a serem prestadas pelo Estado sentenciador e apresentadas pelo Estado recebedor, respectivamente. Os Artigos 8º e 9º dispõem sobre a entrega da pessoa condenada e sobre a sua passagem pelo território de um terceiro Estado Parte do Acordo.

O Artigo 10º determina os direitos da pessoa condenada transferida, vedando nova detenção, novo processo ou nova condenação no Estado recebedor pelos mesmos fatos que fundamentaram a condenação imposta no Estado sentenciador. Também estabelece que a condenação será cumprida conforme as leis e procedimentos do Estado recebedor, podendo o Estado sentenciador conceder indulto, anistia, ou comutar a pena, medida que deverá ser imediatamente cumprida pelo Estado recebedor. O Estado recebedor poderá solicitar ao Estado sentenciador o indulto ou a comutação da pena, mediante petição fundamentada. Por outro lado, a condenação não poderá ser aumentada ou prolongada pelo Estado recebedor. Finalmente, o Estado sentenciador poderá solicitar ao Estado recebedor informes sobre o cumprimento da pena da pessoa transferida.

O Artigo 11 atribui ao Estado sentenciador a jurisdição para a revisão das sentenças, e o Artigo 12 prevê a designação, pelos Estados Partes, de Autoridades Centrais para o desempenho das funções nele previstas.

Os Artigos 13 e 14 versam sobre isenção de legalização das solicitações de transferência e sobre a tradução para o idioma do Estado Parte destinatário das solicitações de transferência e documentação.

O Artigo 15 permite a utilização de novas tecnologias para a comunicação entre as Autoridades Centrais dos Estados Partes.

Os Artigos seguintes contêm disposições finais sobre vigência, ratificação e depósito do instrumento de ratificação para entrada em vigor.

A matéria foi recebida pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal em 16 de fevereiro de 2011 e distribuída a esta Relatora em

28 de abril de 2011, não havendo sido apresentadas emendas ao projeto no prazo regimental.

II – Análise

O Acordo em apreço contempla matéria inserida nos domínios da cooperação jurídica internacional. Cuida-se, em derradeira análise, de cooperação que se dá com acentuado caráter humanitário ao permitir que o condenado cumpra pena em seu meio social e cultural. Nada mais justo, na medida em que a pena visa, também, à reinserção do sentenciado no convívio em sociedade.

Assim, os Estados membros da comunidade internacional deram início à negociação de tratados sobre transferência de pessoas condenadas, como maneira de possibilitar a reabilitação social de seus nacionais. No caso em análise, importa ressaltar que a Bolívia e o Chile são Estados Associados do Mercosul por força do disposto no Acordo de Complementação Econômica Nº 36 e no Acordo de Complementação Econômica Nº 35, respectivamente, razão pela qual a cooperação entre as Justiças destes países e dos Estados membros do Mercosul reveste-se de particular importância.

O texto acordado segue a linha de tratados celebrados pela República na mesma área temática, no âmbito bilateral, bem assim de atos internacionais de idêntica natureza celebrados por outras soberanias. Assim, a pessoa condenada deve ser nacional ou residente legal ou permanente do Estado recebedor (Artigo 2º) e não pode ser sujeita a novo procedimento criminal pelos mesmos fatos que fundamentaram a condenação imposta no Estado remetente (Artigo 10). Aspecto relevante em atos dessa natureza é a manifestação de vontade da pessoa a ser transferida (art. 3º, inciso 2).

Aspecto inovador diz respeito à possibilidade de a cooperação dar-se mediante a utilização de meios eletrônicos ou de qualquer outro que permita melhor e mais ágil comunicação entre as Partes (Artigo 15). Cuida-se de avanço importante que objetiva imprimir maior celeridade e afastar desnecessária carga burocrática para assuntos dessa natureza. A isenção de legalização das solicitações de transferência prevista no Artigo 13, bem como dos documentos que as acompanhem e demais comunicações pertinentes tem por objetivo imprimir maior agilidade ao processo. Entretanto, é mantido o requisito de praxe referente à necessidade de tradução, para o idioma do Estado recebedor, das solicitações e de toda a documentação que as acompanhe. O Acordo disciplina, ainda, a obrigatoriedade de o Estado recebedor respeitar a natureza legal e a duração da pena, como determinado pelo Estado remetente (Artigo 10).

O Estado sentenciador conservará plena jurisdição para a revisão das sentenças proferidas por seus tribunais. Ao receber qualquer notificação de decisão a respeito, o Estado recebedor deverá adotar, imediatamente, as medidas correspondentes (Artigo 11).

III – VOTO

Por todo exposto, por ser a proposição conveniente e oportuna aos interesses nacionais, especialmente à luz da participação do Brasil no processo de integração do Mercosul; por ser constitucional e legal, além de versada em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 72, de 2011.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senadora Gleisi Hoffmann.

Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o referido relatório. As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 7
- Não Terminativo -
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 77, DE 2011

Aprova o texto do Acordo Bilateral sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel, celebrado em Brasília, no dia 22 de julho de 2009.

Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Blairo Maggi.
Relatório: Favorável à matéria.

Designo, como relator *ad hoc* da matéria, o Senador Paulo Bauer, a quem passo a palavra para proferir a leitura do relatório.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, o parecer ao Decreto Legislativo nº 77 é o seguinte:

I – Relatório

Em atenção ao disposto no inciso I do art. 49 da Constituição Federal, que estabelece a atribuição exclusiva do Congresso Nacional para aprovar os atos internacionais, o Poder Executivo enviou às Casas Legislativas a Mensagem nº 927, de 16 de novembro de 2009, solicitando a apreciação do Acordo Bilateral sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa

do Brasil e o Estado de Israel, celebrado em Brasília, em 22 de julho de 2009.

Na Câmara dos Deputados, a Mensagem foi aprovada em Plenário no dia 10 de fevereiro de 2011, na forma do Projeto de Decreto Legislativo formulado e aprovado pela sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, após confirmação das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Viação e Transportes.

No Senado Federal, a proposição foi distribuída a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, no dia 17 de fevereiro de 2011, e ao Relator que subscreve no dia 28 de abril seguinte, após o prazo regimental, no qual não recebeu emendas.

II – Análise

Cuida-se de um Acordo Bilateral Internacional sobre Aviação, fulcrado principalmente em duas vertentes: estabelecer as bases para a ligação aérea regular entre Brasil e Israel e o tratamento das questões financeiras e trabalhistas incidentes, entre as quais as de compensação de dívidas tributárias incidentes nas operações, de conversão e remessa de receitas e de contratação de pessoal.

A negociação do Acordo visou a favorecer um maior intercâmbio entre Brasil e Israel, de forma a estreitar os laços bilaterais e promover um maior ordenamento dos serviços de transporte aéreo entre os dois países. O objetivo da Chancelaria brasileira tem sido, em múltiplas frentes, ordenar os serviços de transportes aéreos, de forma a trazer efeitos benéficos nos campos do comércio e turismo. A conclusão do Acordo, segundo o Itamaraty, deverá contribuir para a intensificação dos fluxos comerciais de cargas e passageiros com Israel, representando um passo adicional no esforço de adensamento das relações entre o Brasil e o Oriente Médio.

Nos termos do disposto no Acordo, as empresas aéreas designadas por cada uma das Partes deverão gozar dos direitos de (a) sobrevoar o território da outra Parte sem pousar; (b) fazer escalas no território da outra Parte para fins não comerciais; e (c) fazer escalas em pontos das rotas especificadas no Quadro de Rotas deste Acordo para embarcar ou desembarcar tráfego internacional de passageiros, bagagem, carga ou mala postal, separadamente ou em combinação.

As autoridades aeronáuticas de cada Parte terão o direito de negar as autorizações à empresa aérea designada pela outra Parte e de revogar, suspender ou impor condições a tais autorizações, temporária ou permanentemente, no caso em que: (a) elas não estejam convencidas de que a propriedade majoritária e controle efetivo pertençam à Parte que designou a empresa ou a seus nacionais ou (b) quando a Parte que designa a empresa não cumpra as disposições sobre segurança previstas no tratado.

Em relação a esse tópico, ressalte-se que o Acordo incorpora modernas disposições de segurança da aviação e de proteção ao meio ambiente, em plena consonância com as disposições da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI).

Nas tratativas mantidas com Israel foi possível lograr a inclusão de dispositivos de particular interesse para o país, à luz da política aerocomercial exterior traçada pelas autoridades aeronáuticas, ao longo dos últimos anos.

Especificamente, além do regime de liberdade mencionado, destacam-se os seguintes pontos no Acordo:

a) Art. 3º: institui o princípio da multidesignação de empresas pelas Partes, normalmente difícil de ser negociado, dado o receio existente quanto ao surgimento de quadro de desvantagem no tráfego multilateral;

b) Artigo 8: incorpora o tema da segurança da aviação civil no Acordo conforme prescrição recorrente da OACI a todos seus Estados integrantes;

c) Artigo 11: referente a direitos alfandegários, reflete os recentes entendimentos da Secretaria da Receita Federal a respeito do tratamento da questão fiscal em acordos aéreos; e

d) Artigo 16: sobre conversão e remessas de receitas, também em linha com as recomendações do Banco Central para acordos do gênero.

A questão da remissão de débitos tributários por parte de empresas aéreas tem constituído tema recorrente nos encontros de alto nível para acordos de aviação e encontrou, por meio do presente Acordo, encaminhamento condizente com o dinamismo das relações econômico-comerciais bilaterais e com a necessidade de intensificação do intercâmbio turístico.

O tratado em apreço estabelece que, respeitado o princípio da reciprocidade, os pactuantes isentarão as empresas aéreas de direitos aduaneiros, emolumentos de inspeção e outros direitos ou impostos sobre aeronaves, combustíveis, e outros itens da atividade aeroviária, incluindo provisões de bordo.

No ato internacional, são prescritas, por igual, as condições de conversão e remessa de lucros para o exterior pelas empresas aéreas, com isenção de encargos administrativos e cambiais, exceto os normalmente cobrados pelos bancos para sua execução.

O Acordo não implica concessão de benefícios fiscais ou tratamento tributário privilegiado em relação às concessões normais às demais empresas de transporte aéreo nacionais e internacionais, motivo

pelo qual não conflita com as normas de finanças públicas em vigor.

Não obstante a previsão da múltipla designação de empresas áreas, as Partes não se olvidaram de assegurar igualdade de oportunidade e justiça para que as empresas aéreas designadas operem seus serviços nas rotas especificadas em igualdade de condições.

Por fim, é de se salientar que o presente acordo surge no mesmo momento em que se aprovou o Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e o Estado de Israel, o que poderá multiplicar as trocas comerciais entre Brasil e aquele país, principalmente nos setores de tecnologia e inovação, além de elevar o trânsito de passageiros.

O Acordo, que está vazado em 29 Artigos e um Anexo sobre Quadro de Rotas, aperfeiçoa-se com as cláusulas formais de praxe, que apresentam boa solução técnica, dentro dos cânones do direito internacional. Prevê sua vigência por prazo indeterminado, ressalvado o direito de renúncia, e estabelece a arbitragem como mecanismo para solução de eventuais controvérsias decorrentes do acordo, caso a negociação direta não seja bem-sucedida.

III – Voto

Pelo exposto, consoante a conveniência aos interesses nacionais deste Acordo firmado pelo Governo brasileiro, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2011, nos termos da redação oriunda da Câmara dos Deputados.

Assinam o parecer o Presidente e o Relator.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Fico grato ao Senador Paulo Bauer, pela leitura do relatório.

Em discussão o referido relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o relatório apresentado pelo Senador *ad hoc* Paulo Bauer queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa, para as devidas providências.

ITEM 8
- Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 153, DE 2011

Altera a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, para estabelecer a obrigatoriedade da aprovação pelo Senado Federal dos nomes dos escolhidos para titular de Aditância nas representações diplomáticas.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (SF).

Relatoria: Senador Gim Argello.

Relatório: pela aprovação da Emenda de Plenário nº 1, substitutiva, de autoria do Senador Romero Jucá.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Gim Argello, para proferir seu relatório.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Obrigado, Sr. Presidente.

É o relatório da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Emenda de Plenário oferecida ao Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que altera a Lei n° 11.440, de 29 de dezembro de 2006, para estabelecer a obrigatoriedade de aprovação, pelo Senado Federal, dos nomes dos escolhidos para titular de aditância nas representações diplomáticas.

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2011, tem por objetivo alterar a Lei n° 11.440, de 29 de dezembro de 2006, para estabelecer a obrigatoriedade de aprovação, pelo Senado Federal, dos nomes dos escolhidos para titular de aditância nas representações diplomáticas.

Em Plenário, o Senador Romero Jucá apresentou a Emenda n° 1, Substitutiva. A emenda oferecida tem por escopo aprimorar o meio pelo qual o objeto da proposição é perseguido. Argumenta-se, para tanto, que as aditâncias não estão contempladas no Regime Jurídico dos Servidores do Serviço Exterior Brasileiro. Esse Serviço é composto das carreiras de diplomata, de oficial de chancelaria e de assistente de chancelaria. Essa circunstância poderia dar ensejo a questionamento judicial sobre direitos e prerrogativas próprias do Serviço Exterior Brasileiro.

A Emenda de Plenário foi submetida à análise desta Comissão tocando a mim a relatoria do feito.

II – Análise

Foram observadas as regras pertinentes à regimentalidade, dado que, nos termos do art. 103 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar sobre assuntos correlatos às relações internacionais.

No mérito, a Emenda em apreço revela-se pertinente. Com efeito, o texto original poderia ensejar demandas judiciais. A proposta apresentada em Plenário visa contornar eventual imperfeição técnica do projeto, sem alterar o escopo inicial do PLS, que fica integralmente mantido.

Cuida-se, tão só, de dar enquadramento técnico jurídico mais preciso e assegurar o objetivo final do projeto, que é altamente meritório.

III – Voto

Pelos motivos expostos, manifestamo-nos pela aprovação da Emenda de Plenário nº 1, de autoria do Senador Romero Jucá.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Senador Gim Argello, pela leitura do seu relatório.

Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 3
- Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 275, DE 2007

Altera a Lei nº 7.064, de 6 de dezembro de 1982, para estender sua aplicação a todos os trabalhadores contratados no Brasil, ou transferidos para prestar serviços no exterior.

Autoria: Senador Valdir Raupp.

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Relatório: Favorável à matéria, na forma do Substitutivo aprovado na CAS, com as subemendas que apresenta.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Marcelo Crivella, Relator *ad hoc*, para proferir o relatório.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Muito obrigado, Presidente, pela honra da sua designação.

É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 275, de 2007, em caráter terminativo, que altera o art. 1º da Lei nº 7.064, de 6 de dezembro de 1982, para determinar a aplicação de seus dispositivos a todos os trabalhadores contratados para prestar serviços no exterior ou contratados no Brasil e transferidos por seus empregadores para fora do País.

Ao justificar sua proposta, seu autor argumenta:

A presente iniciativa tem por finalidade dar tratamento isonômico a todos os trabalhadores contratados no Brasil para prestação de serviços no exterior.

Atualmente, somente os que forem contratados por empresas prestadoras de serviços de engenharia, consultoria, projetos e obras, montagens, gerenciamento e congêneres, possuem diploma legal específico, qual seja, a Lei nº 7.064, de 6 de dezembro de 1982. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) não possui determinação específica no que importa à remoção para o exterior.

A regra geral para solucionar os conflitos de leis trabalhistas, quando há trabalho no estrangeiro, é a de que a relação jurídica será pelas leis vigentes no país de prestação de serviço, e não por aquelas do local de contratação.

Sr. Presidente, eu fui Presidente da CPI da Imigração Ilegal e visitei o mundo inteiro: fui ao Japão, fui aos Estados Unidos, fui à Inglaterra, fui à Espanha, onde havia diáspora, onde havia brasileiros.

Eu acho que este projeto, Sr. Presidente, se V. Exª me permitir, vem contemplar uma lacuna na legislação que não dá segurança aos bravos brasileiros que, lá fora, nos remetem, por ano, cerca de US$7 bilhões. Não há, na nossa pauta de exportação, nenhum produto com esse valor agregado. Aliás, avião da Embraer, soja, carne de porco, minério de ferro, eles podem alcançar um valor acima de 7 bilhões de dólares, mas não têm esse valor agregado. As remessas dos brasileiros para cá, líquida, entram no Banco Central, porque eles mandam dólares, mas o dinheiro que vai para as famílias é o real.

Então, Sr. Presidente, se V. Exª me permitir e os eminentes Colegas, vou direto ao voto.

O voto do Senador Mozarildo Cavalcanti é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado, Senador Marcelo Crivella, pela leitura do relatório de tão importante matéria.

Em discussão o relatório. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Lembro às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

A votação será processada agora e será nominal.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 275, de 2007, nos termos do Substitutivo aprovado na Comissão de Assuntos Sociais, com as Subemendas de nºs 1, 2, 3, 4 e 5 da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Informo aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras que quem vota com o Relator vota "sim".

Vou proceder à votação nominal.

Como vota o Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Voto com o Relator, pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Como vota a Senadora Gleisi Hoffmann?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Voto sim, com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Como vota o Senador Blairo Maggi?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com o eminente Relator.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Como vota o Senador Luiz Henrique?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Como vota o Senador Pedro Simon? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Francisco Dornelles? (*Pausa.*)

Como vota o Senador Paulo Bauer?

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Sim, com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Como vota o Senador Gim Argello?

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Sim, com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Como vota o Senador Randolfe Rodrigues?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Obrigado.

Como vota o Senador Lindbergh Farias? (*Pausa.*)

S. Exª não se encontra presente.

Como vota o Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Como vota o Senador Fernando Collor?

Com o relator. (*Pausa.*)

Temos, portanto, o relatório aprovado, com 11 votos favoráveis.

Aprovado, assim, o Projeto de Lei do Senado nº 275, de 2007, nos termos do Substitutivo com as Subemendas de nºs 1, 2, 3, 4 e 5 da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Antes de encerrarmos a presente reunião, e agradecendo mais uma vez a presença de todas as Srªs Senadoras e Srs. Senadores, convoco nossa próxima reunião a ser realizada no dia 30 de maio, segunda-feira, às 18 horas, neste plenário, quando daremos prosseguimento à agenda "Rumos da Política Externa Brasileira (2011-2012)", com a apresentação do painel "A influência da China e da Al-Qaeda na África Setentrional e Meridional", com os seguintes convidados:

- Professor Doutor Henrique Altemani de Oliveira, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo;

- Professor Doutor Antônio Jorge Ramalho da Rocha, especialista na Política Internacional, especificamente nessa região, da Presidência da República;

- Professor Doutor Jorge Lasmar, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais;

- Professor Doutor Severino Bezerra Cabral Filho, do Instituto Brasileiro de Estudos de China, Ásia e Pacífico (Ibecap);

- Doutor Antonio Barbosa, Consultor Legislativo do Senado Federal, também especializado nessa região do mundo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Antes de passar a palavra ao Senador Randolfe, gostaria de fazer uma indagação ao plenário, se poderíamos repetir, na votação que agora foi feita, embora tenha sido citada, as subemendas que foram apresentadas: nºs 1, 2, 3 e 4.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a repetição do voto que foi dado ao referido projeto às emendas apresentadas permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agradeço mais uma vez a presença das Srªs e dos Srs. Senadores e, antes de encerrar a reunião, passo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Excelência, a revista *IstoÉ* publicou preocupante matéria nesta semana, que fala sobre a privatização de algumas atividades da Polícia Federal, atividades que remontam a que nos preocupemos com a segurança nacional, em especial, ao que tange à relação com as nossas fronteiras.

Em virtude disso, Excelência, nós protocolamos ontem, nesta Comissão, lógico que cumprindo o rito processual, normal, do trâmite desta Comissão – e quero solicitar a V. Exª para incluir na pauta para ser apreciado na próxima reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional –, um requerimento de nossa autoria, que objetiva convidar o Sr. Superintendente da Polícia Federal a estar aqui nesta Comissão.

Considero fundamental informações da Polícia Federal e das autoridades brasileiras sobre a matéria veiculada esta semana pela revista *IstoÉ*, que dá conta de privatização de atividades centrais para a segurança nacional. Creio que é necessário, neste sentido, uma manifestação desta Comissão, logicamente, após ouvir as autoridades da Polícia Federal sobre o assunto.

Obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Randolfe Rodrigues. A solicitação de V. Exª será atendida. Imagino que o requerimento já tenha chegado à Comissão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeitamente, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito bem. Então, será procedido de acordo com os atos normativos desta Comissão e conforme a sua solicitação.

Depois dessas palavras do Senador Randolfe Rodrigues, não havendo mais nenhum item a ser tratado na pauta do dia de hoje, dou por encerrada a presente reunião, agradecendo, mais uma vez, a presença de todas as Srªs e Srs. Senadores.

(Levanta-se a Reunião às 11 horas e 12 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA, CRIADA POR MEIO DO RQS (CRE) Nº 2, DE 2009, QUE "REQUER, NOS TERMOS DO ART. 73 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL A EXTINÇÃO DA SUBCOMISSÃO DA AMAZÔNIA, CRIADA NO ANO DE 2003 PELO REQUERIMENTO Nº 6, DE 2003, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES E DEFESA NACIONAL E, EM SUBSTITUIÇÃO A ESTA, A CRIAÇÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA, COMPOSTA DE SETE MEMBROS TITULARES E IGUAL NÚMERO DE SUPLENTES", DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE MARÇO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 14:30 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às quinze horas e quatro minutos do dia 1º de março de 2011, na sala de reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sob a Presidência da Senhora Senadora **Lúcia Vânia,** reúne-se a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, com a Presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Jorge Viana, Valdir Raupp, Lúcia Vânia, Mozarildo Cavalcanti, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos e Gim Argello** e o Senhor Senador não-membro **Randolfe Rodrigues**. Justificou a ausência a Senadora Ana Amélia. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a Presidente declara abertos os trabalhos. A Presidente informa que a reunião destina-se a instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão. A Presidente inicia o processo de votação, chamando nominalmente os Senadores para exercerem o direito ao voto. A Presidente designa o Senador Valdir Raupp como escrutinador. A Presidente encerra o processo de votação e proclama o resultado que elege o Senador **Mozarildo Cavalcanti** como Presidente e a Senadora **Ana Amélia** como Vice-Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira com 4 votos Sim e nenhum voto Não. O Senador **Mozarildo Cavalcanti** assume a Presidência. O Presidente faz seu pronunciamento, e em seguida fazem uso da palavra os Senadores **Lúcia Vânia, Valdir Raupp, Randolfe Rodrigues, Gim Argello** e **Jorge Viana**. O Senador Gim Argello cede vaga de suplente do PTB para o Senador Randolfe Rodrigues. O Presidente eleito, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às quinze horas e vinte e quatro minutos, lavrando, eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Subcomissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião.– Senadora **Lúcia Vânia** , Presidente (art. 88, § 1º RISF) – Senador **Mozarildo Cavalcanti,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª reunião extraordinária da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira desta Comissão, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a instalação dos trabalhos e a eleição do Presidente e Vice-Presidente desta Subcomissão para o biênio 2011/2012.

Foi registrada, até o presente momento, a seguinte chapa: para Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti e para Vice-Presidente, Senadora Ana Amélia.

Sobre a mesa, encontra-se à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores as cédulas de votação devidamente rubricadas pela Presidência, que deverão ser utilizadas após a chamada nominal para votação.

A Presidência vai proceder à chamada das Srªs e dos Srs. Senadores, obedecidas as composições partidárias, para que exerçam o seu direito ao voto.

Senador Jarbas Vasconcelos (*Pausa.*)

Senador Valdir Raupp. (*Pausa.*)

Senador Mozarildo Cavalcanti. (*Pausa.*)

Senadora Lúcia Vânia (*Pausa.*)

Encerrada a votação, convido o Sr. Senador Valdir Raupp para servir de escrutinador.

(Procede-se à apuração dos votos.)

Terminada a apuração dos votos, foi verificado o seguinte resultado: aprovado por unanimidade.

Convido o Presidente eleito a ocupar o seu lugar à mesa e, em seguida, usar da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Quero agradecer a confiança dos membros desta Subcomissão. Já tive oportunidade de anteriormente, na legislatura passada, presidi-la e quero terminar este trabalho que começamos: o de ouvir a "inteligência" da Amazônia – as universidades, os institutos de pesquisa –, bem como os segmentos da sociedade, para que possamos fazer um diagnóstico sobre a Amazônia.

E agora também, evidentemente, estamos fazendo sobre a faixa de fronteira, que vai desde o Amapá até o Rio Grande do Sul. Esperamos que esta Comissão possa concluir este trabalho ainda neste semestre, que possamos oferecer importantes subsídios para que se estabeleça, Senador Randolfe, um plano nacional para o desenvolvimento da Amazônia, porque, até aqui, o que temos a respeito da Amazônia é o que não se pode fazer na Amazônia. Não há nada que dia "isso pode ser feito" e "como é que isso pode ser feito" – na Amazônia e na faixa de fronteira. Temos uma quantidade enorme de municípios que têm dificuldades de toda ordem. Portanto, espero que esta subcomissão possa colaborar nesse sentido, ou seja, de definir um diagnóstico e estabelecer uma proposta para um plano nacional de desenvolvimento da Amazônia, contando obviamente com o apoio dos membros desta subcomissão e da Comissão de relações Exteriores e também de todo o Senado.

Quero agradecer, portanto, e, se algum Senador quiser fazer uso da palavra, eu concedo.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero cumprimentar V. Exª pela eleição, pela unanimidade de votos, e dizer da nossa satisfação em vê-lo presidindo esta subcomissão. V. Exª tem sido aqui um ardoroso defensor da Amazônia e, sem dúvida nenhuma, tem condições de fazer um brilhante trabalho à frente desta subcomissão. Desejo a V. Exª muito sucesso e que o trabalho tenha os resultados esperados. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti PTB – RR) – Agradeço, Senadora Lúcia Vânia, as palavras gentis de V. Exª. Espero realmente contar com o apoio de toda a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para que possamos fazer essa tarefa que nos dispomos a fazer. Senador Valdir.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, desejo sucesso a V. Exª, que já conhece profundamente esta Comissão, que já foi Presidente, já foi membro. Agora, contamos com a Vice-Presidente Ana Amélia. Alguém pode até perguntar: mas por que Ana Amélia, que é do Rio Grande do Sul? Porque a Comissão é da Amazônia e faixa de fronteira. O Rio Grande do Sul, que faz fronteira com a Argentina, país importante do Mercosul, é um Estado que tem tudo a ver. Com certeza, V. Exª, em parceria com a Senadora Ana Amélia e dos demais membros desta Comissão, vai fazer um grande trabalho pela nossa Amazônia e pelas nossas fronteiras brasileiras. Sucesso.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti PTB – RR) – É importante que V. Exª tenha aduzido esse esclarecimento da presença da Senadora Ana Amélia como Vice-Presidente desta Comissão, porque realmente, temos, por uma questão de coincidência, os fatos que aconteceram no Rio de Janeiro, do narcotráfico, da violência que nos mostram que o narcotráfico e o contrabando de armas são abastecidos nas nossas fronteiras. Se não tivermos cuidado com essas fronteiras terrestres que estão completamente abertas, não teremos uma mudança neste quadro no nosso País.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, inicialmente desejo dizer que me sinto, embora a proporcionalidade da representação do nosso partido não permita a participação nesta Subcomissão – quanto menor o número de integrantes na comissão, maior as dificuldades para os partidos menores terem representação – um convidado permanente pela dupla circunstância de o Amapá ser faixa de fronteira, aliás, de oferecermos nossa fronteira com a Europa, e por estarmos no coração da Amazônia, com um conjunto de condições, de vantagens comparativas. O Amapá é um Estado com todas suas reservas indígenas demarcadas e um Estado comparativamente com o maior número de unidades de conservação da Amazônia. Esse conjunto de razões me obrigam, por designação do povo do Amapá, a estar sempre acompanhando – e sempre estarei aqui – os trabalhos da Comissão da Amazônia.

Quero me congratular com V. Exª. Lamento não ter votado em V. Exª, já que não posso votar devido às circunstâncias que acabo de apresentar aqui. Não tenha dúvida de que V. Exª teria nosso voto. Reitero as palavras da Senadora Lúcia Vânia, do Senador Valdir Raupp.

Com certeza, V. Exª tem toda a autoridade política por estar num Estado fundamental para a Amazônia, que é Roraima, e tem toda autoridade política pelo conhecimento que tem, pelas concepções que tem, para dirigir os trabalhos desta Comissão. Não tenho dúvida alguma de que a sua condição será melhor para os

interesses brasileiros, da nossa faixa de fronteira, e para os interesses amazônidas. Temos muito que nos utilizar desta Subcomissão da Amazônia.

Na Câmara, a Amazônia tem uma comissão; aqui, pelas circunstâncias e pelo número menor de Parlamentares no Senado, pela própria composição do Senado, nós temos a condição de uma subcomissão, e por isso ampliam-se os trabalhos que esta subcomissão terá pela importância da Amazônia para o Brasil, para o mundo, pelos problemas enormes que temos na longa faixa de fronteira brasileira.

Então, tem realmente um grande desafio, mas não tenho dúvida de que será muito bem conduzido por V. Exª.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Obrigado, Senador Randolfe. Fico muito feliz de que V. Exª diga que vai ser um convidado permanente e até espero que V. Exª, dentro em breve, seja até um membro, porque, como falou V. Exª, pela questão da proporcionalidade partidária, muitos são indicados, mas tem muitos outros afazeres e não podem, ou não têm condição de exercer aqui. Mas, numa condição ou noutra, tenho certeza de que V. Exª vai dar uma preciosa colaboração. E, se for criada, como está prevista, amanhã, uma subcomissão permanente da Amazônia na Comissão de Desenvolvimento Regional, acho que as ações vão se complementar, porque aqui vamos tratar muito mais sob o viés da segurança nacional, sobre a questão dos ilícitos transfronteiriços, sobre a questão da realidade nesses Municípios da Amazônia e da faixa de fronteira. E lá vai ter o enfoque muito mais do desenvolvimento regional. Então, acho que, em vez de atrapalhar, vai haver uma complementação. Espero mesmo criada amanhã esta Subcomissão.

Quero também agradecer aqui a presença do Líder do PTB, do Líder do meu Partido, Gim Argello, que não só abrilhanta aqui, como foi fundamental para minha indicação. Quero, portanto, agradecer.

Primeiro, faço um registro de que a Senadora Ana Amelia não está hoje aqui porque, como todos devem saber, o esposo dela faleceu ontem, e ela está, poranto, no Estado. Registramos sua ausência por essa razão fortíssima,

Portanto, antes de iniciar as perguntas, questiono se meu Líder quer fazer alguma consideração.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Mozarildo, só para parabenizá-lo e dizer que está muito bem entregue esta nossa subcomissão, subcomissão importante, que foi citada hoje pela manhã pelo nobre representante do Amapá. Hoje pela manhã, ainda falou sobre a divisão sobre fronteiras. Achei que essa instalação de hoje à tarde é um passo muito, muito imporante, para todos esses assuntos fronteiriços e de defesa nacional. Essa subcomissão calculo seja a mais importante subcomissão instalada hoje, que conta com V. Exª, Senador Mozarildo, à frente desta subcomissão, bem como com membros importantes, da qualidade e estirpe de Valdir Raupp; com a participação do Randolfe; com a participação da nobre Senador Lúcia Vânia também, que tem experiência. É muito bacana essa participação na subcomissão da Amazônia e da faixa de fronteira. Chega agora aqui também um membro titular da Comissão, nobre Senador Jorge Viana. Quer dizer, isso é muito bom! Essa instalação de hoje completa o ciclo da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O motivo de eu pedir para falar e vir aqui é só para parabenizá-lo, Senador Mozarildo Cavalcanti, o senhor que é um lutador por aquela região há tantos e tantos anos. Não tem uma semana que o senhor não invoque em plenário, não chame a atenção para os problemas da Amazônia.

Parabéns. Fico muito feliz com sua recondução à frente desta Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Agradeço, Senador Gim, as palavras de V. Exª para dizer realmente que é uma tarefa que nós já estávamos exercendo na Legislatura passada, mas que nesta se reveste ainda de um desafio maior. Inúmeras pessoas têm experiência de Amazônia bastante ampla, como é o caso do Senador Jorge Viana, que já foi Governador do Estado do Acre, temos o Senador Blairo Maggi, que foi Governador de Mato Grosso. Portanto, esta Comissão vai, com certeza, ter um papel fundamental para concluir, Senador Argello. Eu estava dizendo que o trabalho que fizemos na Legislatura passada, de fazer um diagnósitco da Amazônia e da faixa de fronteira, propor um plano nacional de desenvolvimento para essas regiões.

Então, Senador Jorge Viana, com muito prazer, concedo a palavra a V. Exª.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu gostaria de pedir a palavra

...cumprimentar V. Exª, os colegas Senadores e as colegas Senadoras, pela iniciativa que V. Exª teve de nos chamar a atenção para a necessidade de termos instalada esta Subcomissão da Amazônia.

Eu, como cidadão da Amazônia, entendo que o nosso país tem uma dívida conosco, mas essa dívida não é prejudicial só para nós da Amazônia, é prejudicial, essencialmente, para todo o país. A Amazônia é a vantagem comparativa que o Brasil tem para se firmar, definitivamente, como uma grande nação diante do mundo. O nosso país é um país abençoado sob todos os aspectos, mas tem a Amazônia como diferencial. E

quando nós nos encontrarmos com essa vocação de estabelecermos um uso sustentável das potencialidades da Amazônia, nós teremos melhoria de vida para o nosso povo – são quase 24 milhões de habitantes – e, ao mesmo tempo, teremos definido o diferencial para que o país se firme diante do mundo como uma grande nação, uma nação que vai ajudar a diminuir e até a erradicar a fome no mundo, mas que também vai ser uma referência no que diz respeito à convivência do homem com os recursos naturais, da biodiversidade que temos na Amazônia como maior patrimônio.

Então, eu queria me associar aos colegas Senadores ao parabenizar V. Exª e dizer que, na medida do possível, quero ser um colaborador aqui no Senado, nesta subcomissão, para que o resultado deste trabalho seja bom para o nosso país, especialmente para a população que vive e guarda a Amazônia.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Jorge Viana, agradeço muito as palavras de V. Exª, que teve a missão de ser Governador de um estado importante para a Amazônia, que é o estado do Acre, e agora é Senador. Portanto, é até um desafio para mim presidir uma comissão da qual V. Exª faz parte como membro.

V. Exª fez uma afirmação que considero fundamental: o Brasil tem de entender que a Amazônia é uma vantagem para nós em relação às outras nações e não uma desvantagem ou um bode expiatório – muitos querem criminalizar a Amazônia. Então, quero agradecer as palavras de V. Exª e dizer que, com certeza, a sua presença vai ser de fundamental importância para que nós concluamos esse diagnóstico e apresentemos um projeto de desenvolvimento da Amazônia e da faixa de fronteira.

Senador Gim, V. Exª ainda deseja fazer uso da palavra?

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Senador Mozarildo Cavalcanti, estou sentado aqui ao lado do Senador Randolfe. Aproveito para, em nome do PTB, comunicar – ao fazê-lo, peço o seu aceite também – que estou indicando para a minha vaga de suplente – estou saindo da subcomissão – o Senador Randolfe, que é da região, que é do Amapá, e que gostaria tanto de colaborar aqui. Vou fazer o ofício hoje à tarde para colocá-lo em condições de participar efetivamente desta subcomissão. V. Exª, que é o nosso titular aqui, concorda?

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Quero dizer, Senador Gim, que o gesto de V. Exª até me deixa feliz, porque o PTB abre mão da presença de V. Exª para permitir a presença do Senador Randolfe, que, como ele disse, de qualquer maneira estaria aqui participando como convidado permanente. Sendo membro da Comissão, a situação é melhor. Portanto, fico duplamente feliz: pelo fato de o Senador ter assento na comissão e por ter sido o PTB o partido a lhe proporcionar essa oportunidade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, gostaria de agradecer a cortesia do Partido Trabalhista Brasileiro na pessoa do Líder Gim Argello, a cortesia de V. Exª e do Senador Gim Argello.

Estaria mesmo acompanhando os trabalhos da comissão pelas razões que expus ainda há pouco, que coincidem com o modo de pensar exposto também por V. Exª e pelo Senador Jorge Viana, porém, na condição de membro efetivo da comissão, teremos melhor oportunidade de intervir nos debates que vão acontecer aqui no Senado.

Agradeço pelo gesto de profunda elegância e cordialidade, do cavalheirismo característico desta Casa, o Senado da República, a mais alta casa legislativa do País, casa das importantes decisões da República. É fundamental a presença de Senadores identificados com a Amazônia nesta comissão. Então, meu muito obrigado ao Líder Gim Argello e a V. Exª, Senador Mozarildo.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Eu também agradeço e quero, portanto, ao finalizar, agradecer a todos os presentes e dizer que vamos, sim, trabalhar com muito ardor para cumprir nosso papel.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a Reunião às 15 horas e 24 minutos.)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA – CI

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 14 HORAS.

Às quatorze horas e 27 minutos do dia dezoito de maio de dois mil e onze, no Plenário nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Blairo Maggi, Vice- Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Registre-se que às quatorze horas e trinta e seis minutos a Senadora Lúcia Vânia assume a Presidência da Comissão. Presentes os Senadores: **Lindbergh Farias, Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Ricardo Fer-**

raço, Ciro Nogueira, Flexa Ribeiro, Fernando Collor, Wellington Dias, Vanessa Grazziotin, Geovani Borges e Ivo Cassol. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente em exercício, Senador Blairo Maggi, declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da 12ª reunião extraordinária, que é dada como lida e aprovada. O Presidente em exercício comunica aos Membros que a Comissão recebeu o seguinte documento para conhecimento: Aviso Nº 358, do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, com informações acerca de indícios de irregularidades graves nas seguintes obras: construção de contorno rodoviário no Município de Maringá na BR-376/PR; e BR-116/RS melhoria de capacidade incluindo duplicação. O Presidente em exercício convida os participante para tomarem assento à Mesa. Em seguida, dá-se início à realização da Audiência Pública em cumprimento aos Requerimentos nº s 19 e 21, de 2011-CI, aprovados em 05 de maio de 2011, de autoria dos Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço, respectivamente, para debater a debater a Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE e a cumulatividade da tributação na tarifa de energia elétrica, com a presença dos seguintes participantes: **Nelson José Hübner Moreira**, Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL; **Amaury Martins**, Coordenador Geral de Assuntos Jurídicos do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) do Ministério da Justiça; **Letícia Bartholo**, Diretora do Departamento de Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e **Sérgio Bento**, Pesquisador da Price Waterhouse Coopers – PWC. O Senador Blario Maggi passa a Presidência para a Senadora Lúcia Vânia. A Senadora Vanessa Grazziotin substituiu a Senadora Lúcia Vânia entre as 15 horas e 14 minutos e 15 horas e 21 minutos. A Presidente concede a palavra aos convidados. Após a apresentação dos convidados, usam da palavra os Senadores **Ricardo Ferraço, Ciro Nogueira, Walter Pinheiro e Ivo Cassol**. A Presidente concede a palavra aos convidados para responderem às perguntas dos Senhores Senadores e fazerem as considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lucia Vania,** Presidente .

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/RR – MT) – Boa tarde a todos, Senadoras e Senadores, nossos convidados.

Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços e Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 12ª Reunião.

As Srªs. e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa*.)

Aprovada.

Passamos a pauta, conforme previamente divulgado a todos, e faço o comunicado que o recebimento do Aviso nº 358, do Presidente do Tribunal de Contas da União, o Ministro Benjamin Zymler, com informações acerca de índices de irregularidades graves nas seguintes obras:

Construção do contorno rodoviário do Município de Maringá, na BR-376, no Paraná, e na BR-116, no Rio Grande do Sul, que é a melhoria da capacidade de inclusão e duplicação.

Convido para comporem à Mesa como nossos convidados os participantes da audiência pública o Sr. Nelson José Hübner Moreira, que é Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL; a Srª Letícia Bartholo, Diretora do Departamento de Cadastro Único, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e o Sr. Sérgio Bento, que é pesquisador da Price Waterhouse Coopers.

Falta uma pessoa, falta o Amaury, mas daqui a pouco estará chegando.

Esta reunião destina-se à realização de uma audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº 19, de 21 de 2009, da Comissão de Infraestrutura, de autoria dos Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço, respectivamente, e aprovados no dia 5 de maio com a finalidade de debater a tarifa social de energia elétrica, a TSEE, e a cumulatividade da tributação na tarifa de energia elétrica.

Informo que para melhor andamento dos nossos trabalhos vou conceder 20 minutos para cada dos convidados.

Começo, então, concedendo a palavra ao Sr. Nelson José Hübner Moreira, que é Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL;

Com a palavra, então, o Dr. Nelson e muito obrigado pela presença da Senhora e dos Senhores, e de todos aqui presentes.

O SR. NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA – Boa tarde a todos, ao Senador Blairo Maggi que preside aqui a nossa reunião.

Inicialmente, o contato que tinha feito conosco era muito mais para discutirmos a questão do enquadramento de baixa renda, em função da recente – e não tão recente –, de início de 2010, Lei 12.212, que mudou todos os critérios de enquadramento de consumidores

com baixa renda. Mas, depois esse requerimento na verdade incluiu a questão também da cumulatividade na tributação da tarifa de energia elétrica.

Então, eu vou tentar primeiro fazer uma explanação sobre a questão de baixa renda, que na verdade são dois assuntos diferentes, embora tenham obviamente as suas ligações, que o consumidor de baixa renda também está mesmo sujeito aos mesmos critérios também de tributação que nós temos.

Bom, a questão do enquadramento de baixa renda é bastante antiga, de 1995, e através de uma portaria do DNAE, que precedeu a ANEEL na questão da regulamentação de todo o setor de energia elétrica no País, foi criada então a divisão da classe de consumidores de baixa renda.

Inicialmente, foi atribuída às próprias concessionárias de distribuição a função de definir quais os critérios que deveriam ser usados para considerar um consumidor como de baixa renda. Isso gerou no País uma diversidade bastante grande de classificações. Por exemplo, algumas empresas foram bastante restritivas em seus critérios e definiam que o consumidor de baixa renda seria simplesmente um consumidor que morasse em uma casa de no máximo 60 m², chão batido, sem pintura, tivesse baixa renda até determinado patamar, ou seja, caracterizaram de certa forma isso.

Então, isso gerou uma série de distorções no País. Por exemplo, você tinha uma situação como a considerada em Brasília ou São Paulo, que tinha bem mais baixa renda que o Piauí ou outros Estados do Nordeste brasileiro – Bahia, também –, onde os critérios eram muito restritivos pelas empresas daqueles Estados. A partir daí veio a Lei nº 10.438, que simplesmente unificou todos os critérios de baixa renda, ou seja, definiu em lei que baixa renda é todo o consumidor:

1) que consumisse abaixo de 80 kW/h. Então, é consumo de energia elétrica. Se ele consumisse até 80 kW/h e a sua ligação fosse monofásica, seria considerado baixa renda. E que consumidores também de 80 até o que ele chamou na lei de um limite regional, seria definido pela ANEEL um dos critérios onde os consumidores poderiam ser considerados baixa renda.

Então, a ANEEL definiu esses critérios através de uma resolução própria e definiu 80 a 220 como critério para esse cidadão, esse consumidor de energia elétrica ser inscrito em um programa social do Governo Federal. Além, disso, porque também isso causava um momento em que os consumidores deixavam de ser baixa renda, e no momento de transição, permitiu criar um critério que se chamou de autodeclaração. Quer dizer, enquanto não tinha esse consumidor conseguido provar para a empresa distribuidora que ele era baixa renda, ele poderia fazer uma autodeclaração, ou seja, o consumidor se autodeclarava como baixa renda até que executava essa comprovação perante a empresa.

Bom, depois veio a lei e isso foi muito... A própria ANEEL, o Ministério de Minas e Energia sempre questionaram muito essa questão da Lei nº 10.438 que, se por um lado corrigiu essa distorção tão grande que havia entre Estados mais pobres do País de não ter praticamente nenhum consumidor considerado baixa renda, por outro lado também ela gerou uma série de incorreções. Tomemos uma cidade como Brasília. Muitas vezes um senador vem morar em Brasília para ocupar o mandato legislativo, pode morar sozinho em um pequeno apartamento e tem um consumo muito baixo, ele passa a ser um consumidor de baixa renda e recebe subsídio na tarifa de baixa renda. Isso, então, o Tribunal de Contas inclusive levantou e disse: nós estamos gerando uma série de distorções que está trazendo uma perda para o País, nós estamos gastando um recurso de um subsídio à tarifa e isso quem paga são os outros consumidores para subsidiar uma classe de consumidores que na verdade não precisa de subsídios.

E aí vem a Lei nº 12.212, que unificou. Agora, para definir baixa renda já tem um critério. No início, antes dessa lei não se tinha nem como criar isso, porque não tínhamos no País uma forma de classificar quem deveria realmente necessitar dessa tarifa para baixa renda. A Lei nº 12.212 encaminhou isso, quem é baixa renda e quem o Estado brasileiro reconhece como realmente necessitado e que tem uma categoria diferenciada que precisa de uma ajuda social do Estado brasileiro.

Então, é quem está inscrito no cadastro único dos programas sociais do governo, com uma renda familiar *per capta* menor ou igual a meio salário mínimo, e também definiu outros critérios, como ser inscrito no programa de prestação continuada de assistente social, que é o BPC e também ter algum membro da família com algum problema de saúde devidamente reconhecido e ter uma dificuldade muito grande de nós regulamentarmos isso. Então, criou todas as condições da legislação. Mas também trouxe um problema, porque a lei deu dois anos que todo mundo já tivesse devidamente enquadrado. Isto é, a transição da legislação antiga para a nova.

A ANEEL regulamentou isso e propôs um calendário que se iniciou efetivamente em dezembro de 2010, todos os consumidores acima de 80 kW/h já deveriam ser transferidos, ou seja, mudados. Quem não tem a comprovação de baixa renda deixaria de ser baixa renda já naquele momento. Isso efetivamente já aconteceu. Já se reduziram em torno de dois milhões de consumidores, que estavam cadastrados como bai-

xa renda e que deixaram de ser baixa renda a partir dessa primeira mudança.

A partir daí, previu-se um calendário que seria a partir de 1º de março, junho, setembro e novembro, em que íamos reduzindo por faixas de consumos...

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Nelson, dá-me licença um pouquinho.

O SR. NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Vou transferir a Presidência para a Presidente da comissão, a Senadora Lúcia Vânia. Peço desculpa, porque tenho de ir para outra comissão agora. Obrigado.

O SR. NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA – Então, foi previsto esse calendário. Assim, começamos e vimos que, a partir de 1º de março, haveria já uma transferência muito grande de consumidores, porque todos os consumidores acima de 68KW/h e menores de 80Kw/h deixariam de ser consumidores de baixa renda. Já pegariam consumidores que, historicamente, somente pelo consumo, eram classificados como baixa renda. Isso gerou uma preocupação muito grande. A própria Aneel foi acionada, assim como o Ministério, por representantes de consumidores, por Procons estaduais, por Ministério Público. A DPDC nos procurou. Realmente, sentimos e discutimos isso com o Ministério do Desenvolvimento Social, que é o responsável pelo cadastro, com quem passamos a trabalhar em conjunto, ou seja, verificando a compatibilidade dos cadastros das concessionárias de distribuição com os cadastros do Ministério de Desenvolvimento Social. Verificamos que não haveria tempo hábil até 1º de março para fazermos essa conferência e termos uma tranquilidade de fazer a transição e já implantar todos os regulamentos da nova legislação. Então, a Aneel mudou seu regulamento, prorrogou isso e mudou essa data para 1º de junho, ou seja, a partir de 1º de junho, acumulamos os dois primeiros grupos.

Continuamos essa análise junto com o Ministério de Desenvolvimento Social, ou seja, passamos a fazer reuniões constantes na agência, reunindo o Ministério de Desenvolvimento Social, o próprio DPDC, representantes dos Ministérios Públicos dos Estados, em que procuramos verificar quais problemas que existiam e quais as diversas características nos Estados brasileiros, para verificar como atacar e resolver esse problema de maneira definitiva, porque também não podemos continuar indefinidamente usando um recurso que vem do próprio consumidor para pagar uma tarifa subsidiada para consumidores que efetivamente não necessitam desses subsídios nas suas tarifas. Já verificamos, até com as primeiras experiências feitas pelo MDS, que fez as primeiras simulações, que existe um nível ainda muito baixo de coincidências entre aquilo que está cadastrado nos sistemas das distribuidoras de energia do País e o que tem no nosso cadastro do MDS. Não bate a referência da pessoa que está cadastrada na concessionária com aquilo que está no MDS. Número de documentos e tudo. Está havendo uma dificuldade muito maior do que imaginávamos.

Então, na Aneel, em função desse problema, nós já discutimos e vamos levar essa questão à próxima reunião pública da agência. Vamos prorrogar novamente esse calendário, jogando para 1º de julho um número menor de consumidores e fazendo escalonamento até o final do ano. Temos até o final do ano para escalonar e enquadrar todos os consumidores como baixa renda, para não acontecer de chegarmos ao limite da lei. Não podemos passar do final de ano, porque teríamos de estar tudo completo até fevereiro, uma vez que há os ciclos de medição, de leitura das empresas. Isso estouraria tudo no final da lei. Então, poderia haver um transtorno geral, porque teria um número muito grande de consumidores que, da noite para o dia, perderia o benefício de baixa renda e muitos desses são realmente consumidores de baixa renda. Não queremos causar uma perturbação numa classe de consumidores que, de fato, precisam do subsídio para pagar suas contas de energia elétrica. Essa é a nossa preocupação.

Então, a Aneel fez, de novo, esse calendário e agora estamos aprimorando e aprofundando essas discussões com o próprio MDS. Já tenho agendada uma reunião também em São Paulo, porque verificamos que há algumas cidades que têm um problema muito maior em termos de cadastramento e São Paulo é uma delas. Tem um contingente muito grande de pessoas fora dos cadastros sociais e também não cadastradas com as empresas. Então, estamos discutindo formas de acelerar esse cadastramento para não causarmos um impacto na população de baixa renda por uma situação de tirar uma tarifa subsidiada de consumidores que efetivamente necessitam dessa tarifa subsidiada. Então, essa é a preocupação que temos no momento.

Agora, foi colocado também para discutirmos a questão da cumulatividade dos impostos nas tarifas de energia elétrica. Em termos dos tributos federais... Eu não me lembro mais da data...

(Interferência fora do microfone.)

A sua apresentação vai detalhar um pouco mais, mas o fato é que, antes, na tributação da tarifa de energia elétrica, havia o que chamávamos de um regime cumulativo, em que cada segmento do setor de energia, geração, transmissão e distribuição, tinha uma alíquota fixa de 3,65%. Era recolhido aquele imposto em cada um desses níveis: pagava o gerador, pagava o trans-

missor, pagava o distribuidor. Depois, com a mudança da lei, usando um critério de não cumulatividade, foi definido outro patamar, um patamar de 9,25%, mas isso pode ser creditado ao longo dessa cadeia, chegando até o consumidor final. Agora, quando se observa, então, a tarifa do consumidor somente, o lado do consumidor, principalmente aquele que é tarifado, no fundo, ele teve, de fato, um aumento, um impacto na sua tarifa. Essa alíquota cresceu de 3,65% para, em média, 6% ou 6,5%, que é o que, efetivamente, o consumidor acaba pagando.

Se discutirmos isso com a Receita Federal, a Receita Federal diz que ela arrecada o mesmo e que, no fundo, não se modificou grande coisa. Também aí têm os grandes consumidores que podem utilizar um crédito da tarifa, daquilo que eles pagam lá; eles acabam podendo utilizar esse crédito e, no final, abatendo isso de outros tributos que pagam para a Receita Federal. Então, quando se olha do lado da Receita, a Receita diz que está arrecadando a mesma coisa, mas o consumidor, esse que tem a tarifa, com certeza, está pagando mais. O próprio Governo Federal já emitiu alguns sinais de que, de fato, temos de discutir isso, porque também tem uma diferença, por exemplo, com o setor de telecomunicações, em que não houve essa modificação, pois ele continua com o critério anterior. E não tem porquê. Acho que os dois são setores sensíveis, mas, sem dúvida nenhuma, o serviço público de energia elétrica é muito mais sensível, principalmente por atender a uma população de mais baixa renda que o de comunicações. Então, isso é um cuidado e cabe realmente uma discussão aqui nesta Casa.

Sucintamente, coloco isso aí e fico à disposição para debater.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço, Dr. Nelson José Hübner Moreira.

Concedo a palavra ao Sr. Amaury Martins, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos do Ministério da Justiça.

O SR. AMAURY MARTINS – Obrigado, Presidenta.

Boa tarde a todos e a todas.

Inicialmente, eu gostaria de agradecer o convite feito ao Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor para participar desta audiência pública. Eu também gostaria de parabenizar a Comissão de Infraestrutura por trazer à tona o assunto da preocupação com a tarifa social, que, para nós, é extremamente significativa não apenas por ser uma conquista da sociedade, mas também porque envolve uma parcela muito especial de consumidores que são aqueles que chamamos de hipervulneráveis, que vivem num grau de pobreza.

O DPDC elabora e executa a política nacional de defesa do consumidor e atua de uma forma bastante coordenada com todos os órgãos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. Quando se fala em sistema, incluímos os Procons estaduais, os Ministérios Públicos voltados à defesa do consumidor, as Defensorias Públicas e as entidades civis de defesa do consumidor. Temos trabalhado de uma forma bastante próxima à Aneel e ao Ministério de Desenvolvimento Social, para evitar conflitos durante este momento de transição, durante este estágio de se passar de um momento que era de autodeclaração, da concessão ser por quilowatts para um momento de transferência para esse cadastro único. Temos de trabalhar uma forma de minimizar conflitos, para que isso ocorra de uma forma mais tranqüila possível. Há números que nos preocupam bastante. Se não me engano, há cerca de dez milhões de pessoas que ainda não realizaram essa transferência, que ainda não tem o número de cadastro único. De modo que queremos evitar sobressaltos e conflitos.

Há um esforço importante. Houve uma comunicação nas contas de energia elétrica, com dizeres sobre esse processo de transferência, mas entendemos que é preciso fazer um pouco mais, até porque grande parte da população, enfim, desses consumidores que são beneficiários, muitas vezes, até não sabem ler. Então, há uma preocupação com a forma como essa informação chegará a esses consumidores.

Acho que foi um esforço importante. Tem havido um trabalho bastante significativo da Aneel e do MDS, mas nós entendemos que é preciso promover uma forma de ampliar essa comunicação, essa informação para os consumidores, talvez em rádio – o rádio tem uma capilaridade muito grande, principalmente em cidades pequenas –, talvez em televisão e por carta também. Nós entendemos que há uma atribuição importante do Estado de informar esses consumidores, mas é fundamental também a participação do mercado. Acho que há o dever de as concessionárias também informarem aos seus consumidores acerca dessa mudança, dessa transição. Então, é importante a participação do mercado. O mercado também tem responsabilidade quanto a isso.

E é importante envolver também os Estados, porque, na questão da energia elétrica, há uma gestão importante dos Estados. Então, entendemos que esse envolvimento dos Estados e essas reuniões e visitas estaduais também contribuirão para superar esses desafios.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO)) – Agradeço ao Dr. Amaury Martins e concedo

a palavra à Srª Letícia Bartholo, Diretora do Departamento do Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

A SRª LETÍCIA BARTHOLO – Boa tarde, Senadora Lúcia Vânia. Obrigada por presidir esta reunião.

Boa tarde a todas e a todos aqui presentes.

A mim não cumpre aqui falar sobre carga tributária, de fato, do setor elétrico – pouquíssimo sei disso. Então, vou ficar somente no campo social – do que sei um pouquinho – e na área da tarifa social.

Eu achei interessante que o Nelson falava sobre Dnaee e da primeira legislação de baixa renda, que data de 1995; e, depois, da Lei nº 438, de 2002, e da Lei nº 10.212, do fim de 2010. É interessante como existe quase uma caminhada *pari passu* com os programas de transferência de renda, se pensarmos que o primeiro deles, em nível federal, foi o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, criado em 1996. Depois, surgiu o Bolsa Escola, criado de 2001 para 2002, e, depois, Auxílio Gás, Cartão Alimentação, até 2003, com a unificação desses programas no Bolsa Família e com a incorporação do Cadastro Único à gestão e execução do Bolsa Família.

Bem, o Cadastro foi criado também em 2001. Quando da Lei de 2002, Nelson, de fato não havia ainda um cadastro em que essa lei pudesse se apoiar para identificar os possíveis beneficiários. O Cadastro Único foi criado em 2001 já com a ideia de que funcionasse como um mecanismo de convergência de esforços do Poder Público para atender às necessidades da população mais vulnerável do País.

No ano de 2003 – em dezembro de 2002 –, o Cadastro contava com cerca de cinco milhões de famílias cadastradas, e acho que, pela própria celeridade necessária a essa construção, o sistema tecnológico que dava operação ao Cadastro Único possuía uma série de falhas. Havia uma obsolescência tecnológica, e o formulário aplicado às famílias não tinha sido testado.

Qualquer um que trabalha com pesquisa, com formulários sabe que temos que testar se a pessoa que tem perfil para ser entrevistado compreende aquelas questões ali expostas, mas o fato é que, ainda assim, o Cadastro avançou muito e, paradoxalmente, avançou sobremaneira após a unificação de sua gestão Bolsa Família. Eu digo "paradoxalmente", porque ele sempre se pretendeu maior que o Bolsa Família.

O Cadastro destinou-se, primeiro, aos programas focalizados de transferência de renda, mas, hoje em dia, serve a todos os programas voltados à população de baixa renda, entendidos como aqueles voltados às famílias com renda, prioritariamente, até meio salário mínimo *per capita* mensal.

Então, o Cadastro sofreu grande evolução. No início do ano, havia cerca de vinte milhões de famílias cadastradas, o que corresponde a, aproximadamente, setenta milhões de pessoas no Brasil ou equivale ao terço mais pobre da população brasileira.

A primeira coisa que se deve ter em mente, então, quando se diz que dez milhões de pessoas estão recebendo a tarifa social, mas nós não as identificamos no Cadastro Único, é que, possivelmente, boa parte dessas pessoas não faz jus à recepção das tarifas no novo critério, porque um terço da população brasileira está cadastrada no Cadastro Único, ou seja, mais do que a população estimada de baixa renda pelos dados preliminares do Censo.

O Cadastro permite que pessoas com renda superior a meio salário mínimo *per capita* sejam cadastrados, porque é um cadastro que atende a toda a rede de proteção e promoção social, havendo vulnerabilidades que não têm correlação positiva com a renda. O dia de hoje faz-nos lembrar da exploração sexual ou do abuso sexual contra crianças e adolescentes.

De modo que, se uma família com renda superior tem necessidade de ser atendida pelo Centro de Referência e Assistência Social, o Cadastro é a porta de entrada, e essa família com renda superior tem que ser cadastrada. Basta apenas que a renda esteja cadastrada de forma correta.

Com toda essa evolução, em dezembro do ano passado – agora estamos a pleno vapor –, nós implantamos um novo Cadastro Único. O sistema funciona de forma completamente *on-line*.

O formulário foi composto a partir de intensa discussão entre IBGE, IPEA, organismos internacionais e órgãos gestores de programas sociais voltados à população de baixa renda. Esse formulário foi para teste, ou seja, testamos se a população compreendia as questões ali existentes. Ele tem maior compatibilidade com as pesquisas do IBGE e traz inovações, como identificação de famílias indígenas, quilombolas, população em situação de rua e até mesmo de pessoas sem registro civil de nascimento, o que é um grande ganho.

Eu sempre conto que eu estava no Estado do Rio, numa reunião, quando nós identificamos – eu tenho acesso ao módulo de consulta e posso ver quem está cadastrado – qual foi a primeira pessoa no Brasil inserida no Cadastro Único sem posse de registro civil de nascimento. Era um senhor de 55 anos, no Município de Curitiba. Quer dizer, isso ocorreu no ano de 2011, no Brasil. São informações preciosas que serão repassadas aos órgãos competentes.

O sistema *on-line* possui também toda uma trilha de auditoria que permite saber quem fez alteração nos dados daquela família e quando fez aquela alteração.

Para implantar o sistema, o processo de capacitação foi amplo. Nós capacitamos, com uma metodologia também baseada na metodologia da capacitação dos recenseadores – trabalhamos em parceria com o IBGE –, 561 multiplicadores estaduais, quinze mil entrevistadores em todo o País e doze mil operadores do sistema numa parceria com a Caixa Econômica Federal.

Não por outro motivo, o Cadastro tem-se legitimado, de fato, como base de dados a ser utilizada pelos programas sociais do Governo Federal. Não por outro motivo, ele tem sido utilizado para a definição das ações a serem implantadas no Plano de Superação da Pobreza Extrema. E acho que, não por outro motivo, a tarifa social entra como usuária do Cadastro Único.

De fato, a parceria entre MDS, MME e Aneel para a revisão das regras da tarifa e a implantação dos novos critérios data antes mesmo da lei nova – nós trabalhamos previamente à lei. O MDS trabalhou, inclusive, com concessionárias de energia elétrica, fazendo acordos de cooperação técnica, transferindo informações necessárias para que as concessionárias identificassem as pessoas que ali já estavam.

Outras ações também foram empreendidas após a vigência da lei, e eu queria destacar algumas delas. Todas as famílias do Bolsa Família – hoje são cerca de 12,7 milhões de famílias... Só para termos a clareza de que o Cadastro tem cerca de vinte milhões de famílias, ressalto que 19,5 milhões de famílias estão dentro dos critérios de até meio salário mínimo, e o Bolsa Família, como atende famílias com renda até R$140 *per capita* mensal, atende a 12,7 milhões de famílias. Todo mês, faz uma consulta no Cadastro Único para saber quem deve e quem não deve ser atendido.

Então, todas as famílias que estão no Bolsa Família, ao sacar seu benefício, recebem um extrato de saque. Nós veiculamos mensagens sobre a tarifa social a todas essas famílias beneficiárias. As famílias não beneficiárias não têm, infelizmente, até então, um mecanismo de comunicação com o Poder Público Federal. Eu digo "até então", porque uma inovação importante desse Cadastro é também a autorização que a família assina – claro que se estiver de acordo – para que o Ministério possa enviar mensagens SMS para elas, e a gente está apostando que, no médio prazo, vai ser uma excelente forma de comunicação sobre atualização de cadastros, condicionalidade de saúde e educação, programa de usuários do Cadastro Único, enfim, outras fontes.

Mas como a essas famílias a gente não podia enviar a mensagem no extrato, fizemos cartas. Então são cerca de seis milhões de cartas a serem enviadas ainda no primeiro semestre. A carta diz o que é o Cadastro Único, que programas a família pode acessar estando no cadastro único, e hoje, no nível federal, são oito programas sociais: Erradicação do Trabalho Infantil, Projovem e Adolescente, Bolsa Família, Tarifa Social de Energia Elétrica, Minha Casa Minha Vida, Isenção de Pagamento de Taxa de Inscrição em Concurso Público, enfim; diz também sobre o desconto na conta de energia que aquela família terá, basta que ela vá à concessionária. Na verdade, um dos pontos importantes da lei, também da Lei nº 10.212, é que anteriormente o desconto na conta de energia elétrica destinava-se àquelas famílias com perfil Bolsa Família. Agora, a gente ampliou o escopo de população que pode acessar esse desconto. Então, basta que a família seja de baixa renda, que esteja no Cadastro Único ou que receba o benefício de prestação continuada destinado a idosos e deficientes com renda mensal *per capita* de até um quarto de salário mínimo e que tenha, claro, uma ligação regular de energia. Essa foi também outra ação.

Fizemos um batimento de base com as bases das concessionárias que foram compiladas e nos foram repassadas pela Aneel, estratégia que não logrou o êxito que gostaríamos que lograsse, porque para se fazer um cruzamento de base de informações é preciso ter uma padronização de informação nas duas bases; se eu não tenho, perco informação. Então, não é que existam dez milhões de pessoas que não estão no Cadastro e são de baixa renda, é que a gente não consegue devidamente avaliar, no cruzamento entre bases de dados, quais as famílias que devem ter e não têm esse acesso porque as bases de dados não são padronizadas. Por exemplo, o cruzamento do Cadastro Único com CNIS, o Cadastro Nacional de Informações Sociais, sempre tem grande grau de aderência porque as informações são bem padronizadas e normalizadas. Temos essa dificuldade.

Além disso, essa versão do Cadastro trará, a partir de julho, um módulo de consultas às concessionárias de energia elétrica. Quer dizer que se eu cidadã, Letícia, achar que sou de baixa renda, estiver cadastrada e quiser pleitear o desconto da tarifa social, basta que eu vá até a concessionária, informe um documento, informe meu nome; não precisa nem que a conta de energia esteja no meu nome. A concessionária vai poder consultar, claro que com informações mínimas, como nome, endereço e se estar no perfil ou não. Nem informação de renda a gente vai conceder porque há regras de sigilo e de privacidade que devem ser seguidas. Então, essa consulta vai permitir que o desconto seja concedido praticamente de forma automática.

Além disso, a Aneel está construindo um sistema, junto com as concessionárias, que permitirá a atualização dessas informações também, porque eu posso entrar num mês e daí a um ano já não sou mais baixa renda; é preciso que eu seja então retirada do desconto. Esse sistema da Aneel vai permitir, com essa atualização alimentada pelas informações do Cadastro Único e do cadastro do BPC.

E uma última estratégia que eu acho que vale a pena ser destacada é a ação com o apoio das concessionárias de energia elétrica, da Aneel, dos Estados e da Caixa Econômica Federal em Municípios em que a gente sabe que existe déficit de cadastramento ou que a cobertura do Cadastro Único é de fato baixa. Então, nós sabemos que, em boa medida, haverá pessoas que sairão da tarifa porque não fazem jus, de acordo com as novas regras, não são de fato baixa renda, nós também sabemos que há locais no Brasil, não são muitos, mas há locais com déficit de cadastramento. A cobertura do Cadastro não chegou à população estimada com renda *per capita* de até meio salário mínimo. Exemplo claro: São Paulo. Nesses lugares, a estratégia está sendo atuar com esse rol de apoiadores, as concessionárias têm se proposto, enfim, no caso exemplar da concessionária Eletropaulo, que se propôs a apoiar financeiramente ações de cadastramento, porque a Prefeitura de São Paulo, sozinha, é quase um país e não dá vazão suficiente, não consegue cadastrar 300 mil famílias que a gente estima que devam estar cadastradas para além do que já existe ali no Cadastro Único. Então, haverá esse apoio. Com o apoio do Estado e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome também o déficit de cadastramento no Município de São Paulo estará, enfim, finalizado até o fim do ano. Essa mesma estratégia a gente levará a outros locais onde a gente sabe que há déficit de cadastramento. Então, acho importante agora essa revisão da lei, e é importante também que todos tenham clareza de que estamos trabalhando em conjunto, de forma incessante – o Marcos está ali nos olhando –, para que a lei seja implementada da maneira mais suave possível, até porque é fruto de uma grande conquista, de direcionar descontos à população que dele precisa. A gente sabe o peso que tem o valor da conta de energia elétrica para a população mais vulnerável do País.

É isso. Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PMDB – GO) – Agradeço à Srª Letícia e passo a palavra ao Sr. Sérgio Bento, pesquisador da Price.

O SR. SÉRGIO BENTO – Agradeço à Senadora Lúcia Vânia. Boa tarde a todos. Agradeço o convite desta Comissão. É uma honra muito grande debater um tema de tamanha importância para o desenvolvimento do País, que na verdade é a cumulatividade da tributação na tarifa de energia elétrica.

A tarifa de energia elétrica, a bem da verdade, se apresenta como um grande veículo de tributação, mas a gente vai discutir, e trago a proposta de alguns desafios, de mostrar alguma repercussão diretamente dessa tributação na nossa vida, e para que a gente possa pensar de forma mais ampliada até mesmo em relação à questão da tarifa social de energia elétrica.

Apresento, primeiro, a base da nossa pesquisa. Já é a quarta edição que nós fazemos. Essa pesquisa, a bem da verdade, leva em consideração todos esses tributos e encargos sociais. Os tributos de 1 a 12 seriam os tributos mais comumente estabelecidos na vida empresarial em cada produto que conhecemos, e os de 13 a 20 seriam os encargos diretamente envolvidos com o setor de energia elétrica, o que também fez parte da nossa pesquisa.

Para aqueles que não estão familiarizados com esses encargos, eles são a CCC, que é um subsídio à geração térmica da Amazônia; CDE, que, na verdade, é arrecadada para fins de desenvolvimento de fonte alternativa; RGR, inicialmente criada para fins de reversão, indenização de ativos quando a concessão termina ou se houver alguma quebra; a compensação financeira da utilização de recursos hídricos; pesquisa em desenvolvimento; taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica; encargos de serviços do sistema; Proinfa; energia de encargo de reserva.

Por favor, o próximo.

Chamo a atenção para uma dificuldade dessa pesquisa: às vezes, algumas utilizações – não que tenham o mesmo propósito – de propósitos diferentes têm quase um cruzamento de objetivos. Por exemplo, a RGR tem como objetivo a universalização, que também é objetivo da CDE, que também é objetivo de pesquisa e desenvolvimento. Ela tem outros encargos que cobrem esse tipo de situação. Então, eu tenho, para demonstrar, uma dificuldade na identificação do efetivo custo em razão de algumas utilizações cruzadas.

A base da nossa pesquisa foi feita nas demonstrações financeiras das empresas de energia elétrica, ou seja, são dados efetivamente contabilizados; não tem nenhuma extrapolação, e nós tiramos esses valores das pesquisas, sem nenhuma projeção ou análise que pudesse levar a algum desvio do que realmente aconteceu dentro dessas empresas.

Por favor.

Já demonstrando qual seria a distribuição desse percentual mais aberto, do que representaria essa carga, para os tributos federais nós teríamos em torno

de 13,91% da conta de energia elétrica como tributo federal.

Talvez o grande destaque que poderíamos dar seria para a alteração do PIS e da COFINS, conforme já divulgado pelo Dr. Nelson, a partir de 2003, quando temos um crescimento de quase 50% dos valores relativos, em razão da mudança da não cumulatividade para cumulatividade.

Então, na verdade, a possibilidade da tomada de créditos dentro da atividade de energia elétrica não representou uma diminuição da carga por ele ser não cumulativo. Na verdade, o contrário. Foi possível constatar que houve um real aumento de carga tributária.

No caso dos outros tributos, eu destaco aí, na verdade, o ICMS, que corresponderia a uma participação de 20,08%, efetivo, dentro das diversas alíquotas que são praticadas em todos os Estados na carga da energia elétrica.

Os encargos sociais a que me referi contribuem com uma parcela de 8,78% do total da conta de energia elétrica, com um destaque de 2,81 para aquele subsídio da CCC, da conta dos investimentos de tarifa e energia em relação à Amazônia Legal, e o outro de maior representatividade seria a RGR.

Com o resumo e a evolução dessa carga tributária, ela chegou ao total, entre tributos federais, estaduais, municipais, encargos trabalhistas e previdenciários e encargos setoriais, na última análise que nós fizemos, que foi em 2008, em torno de 45,08% da conta de energia elétrica. Ou seja, um encargo muito pesado para quem paga uma conta de energia elétrica.

Quando pensamos em termos da tarifa social de energia elétrica, e aí entraria um desafio para pensarmos de forma mais ampliada, nós já chegamos a um benefício efetivo, para esse cálculo que fiz e um consumidor residente em São Paulo, para essa situação média, a um benefício de 52,51%. Ou seja, se ele pagasse uma tarifa normal de energia, sem todo o benefício da baixa renda, ele teria um pagamento de R$29,00, enquanto o valor da tarifa de baixa renda seria de R$14,00.

Então, um benefício de 52,51%, que trouxe todo o programa de baixa renda, um passo grande, realmente algo em relação ao qual temos que nos louvar.

A grande pergunta seria: Seria suficiente? É mais um desafio que eu trago. Para o valor de um trabalhador que recebe R$545,00, o salário mínimo, se considerarmos o pagamento daquela conta de energia elétrica de R$14,08, ainda sobraria, exposto ao consumo, um valor de R$530,00.

Normalmente, nessa, todo esse valor de R$530,00 seria efetivamente... Ele não teria uma parcela muito grande de poupança e, para dizer a verdade, ele estaria exposto efetivamente ao consumo. Nesses R$530,00 expostos ao consumo, tem tarifa de energia em todas as etapas. Em cada centavo, em cada real que ele consome, há o pagamento de tarifa de energia elétrica, sem o subsídio da baixa renda. Então, ali ele está pagando aqueles 45. Nos R$530,00, que correspondem a 97%, ele está pagando integralmente 45,08% de tributo.

Então, aí o desafio de pensar de forma mais ampliada seria: reduzir tributo pode ser, sim, algo a ser pensado dentro da estrutura da tarifa social de energia elétrica. Vamos pensar. O desafio seria pensar esse social de forma mais ampla. Porque estaríamos atingindo aqueles R$530,00 e não somente aquela parcela pequena.

E para pensar não só nisso, não só naquilo que afeta efetivamente o trabalhador, mas afeta diretamente o desenvolvimento econômico do País, eu trouxe alguns cenários para demonstrar com o que o Brasil compete efetivamente em termos dessa imposição de tributos e encargos.

E a pergunta: esse cenário, com essa tributação sobre a energia elétrica que atinge a todos de forma desigual, seria efetivamente o cenário que desejamos? Por que é desigual? Porque eu pago 45,08% de tributo numa conta de energia elétrica e o trabalhador de salário mínimo também paga 45,08% de tributo na conta de energia elétrica.

Quando comparamos, e aí retirando os encargos setoriais... Por que re tirando os encargos setoriais? Porque eu não sei se a pesquisa que a OCDE fez nesses países também levou em consideração os encargos sociais de cada um. Para fins de consumidores industriais, o Brasil tem a maior carga dessa pesquisa. E tem alguns países aí que em matéria de pretensão de desenvolvimento econômico nós queremos até superar.

Para o consumidor residencial, o Brasil também muda a posição, ele também figura como uma das maiores cargas do mundo. Talvez uma inversão notória em relação à Dinamarca. A Dinamarca, que era uma das menores cargas de consumidor industrial, passou a figurar como a maior carga de consumidor quando é residencial. Talvez aí também uma forma diferente de pensar a estrutura econômica. Por quê? Porque, na verdade, se você retira o encargo tributário de um insumo básico como energia elétrica, você diminui o preço do produto. Se você diminui o preço do produto, você fica mais competitivo.

Então, na verdade, eu não sei, não posso afirmar veementemente, mas pode ser essa a forma de política da Dinamarca, em que ela aumenta imensamente a carga tributária residencial e tira do consumidor industrial para não dar aquele problema em relação

aos produtos, como eu indiquei no caso da tarifa social de energia.

Conhecida essa carga tributária da forma como apresentei, eu trago alguns desafios para essa redução da carga tributária, para que seja pensada. Solução eu não trago, mas eu trago ao debate algumas questões que identifiquei.

Proposta

– Redução gradual de alíquota do ICMS. Vocês devem estar achando "o Sérgio ficou completamente louco". Mas, depois, posso dizer que tem algumas irracionais que a gente pode levar em consideração.

– Diferimento do ICMS ou não-pagamento em caso de inadimplência. Veja que, no momento em que emite a conta de energia elétrica e a empresa de energia elétrica não recebe essa conta, ela tem que pagar antecipadamente o ICMS em relação a essa conta de energia. Então, isso é um encargo muito grande, que pesa efetivamente dentro da tarifa geral de energia elétrica.

– Pagar ICMS sobre encargos setoriais. Parece que há, talvez, um desvio, não é jurídico, mas é de ordem lógica. O tributo não é uma parcela da riqueza que o Estado apropria para gerenciar, para que gerencie, efetivamente, o Estado? Encargos setoriais podem ser considerados como uma riqueza efetivamente gerada?

– O PIS e o COFINS. Demonstrei e vou demonstrar logo a frente, que houve um aumento de carga tributária por migrar do sistema cumulativo para um não-cumulativo, aparentemente bom, mas que provocou.

Na outra situação também incide PIS e COFINS em encargos setoriais. Novamente, encargos setoriais não é riqueza que justificaria a incidência de um tributo. Por favor.

Como fazer a redução gradual da alíquota de ICMS? Eu poderia estar propondo, por exemplo, maior eficiência do Estado para que ele precisasse arrecadar mais e sabemos que tem espaço para a gente trabalhar em eficiência da administração do Estado. Mas não, falo o seguinte: mantenha o nível de arrecadação que nós indicamos naquela alíquota de 28% que corresponde a R$21 bilhões de ICMS, em todo o ICMS no País. Mantenha o nível e simplesmente reduza a alíquota pelo crescimento econômico.

Eu projetei um crescimento econômico de 4,5% ano a ano e cheguei a uma alíquota de 13,4% em 2020, sendo que mantive o Estado do mesmo tamanho, com o mesmo valor arrecadado, com os mesmos R$21 bilhões arrecadados, inicialmente previstos. Mantendo o Estado do mesmo tamanho, é possível, sim, reduzir a alíquota com o crescimento econômico. Pode ir para a próxima.

Ali, a indicação de, efetivamente, onde houve o acréscimo da carga tributária na mudança dos regimes, ou seja, o sistema de compensação de créditos não propiciou, efetivamente, a redução da carga do PIS e do COFINS para a energia elétrica. Ela aumentou em relação à mudança desse regime.

Então, a proposta seria: por que não colocar para o setor de energia a possibilidade de optar por esse sistema cumulativo, assim como todos esses setores também trabalham dentro do sistema não cumulativo? Temos aqui uma série de setores que a lei descreveu como sendo cumulativos, optando pelo regime cumulativo, não estando enquadrado no regime que não propiciaria o aumento dessa carga tributária.

Bom, trouxe alguns desafios de encargos. Identificamos, em algumas pesquisas, algumas tendências de acréscimo em cada um desses encargos.

Na CCC, de acordo com o trabalho dessa consultoria, ela teria um peso de acréscimo de 8.7 até 2013, significando um aumento de aproximadamente 2% a cada ano que se passou.

No caso da RGR está em discussão, na aprovação da Medida Provisória nº 17, a possibilidade da prorrogação disso por mais 25 anos.

Eu acho que essas seriam as principais recomendações e desafios que traria em relação à estrutura da carga tributária.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Dr. Sérgio Bento.

V. Exª falou no exato tempo que lhe foi indicado. Em nome da Senadora Lúcia Vânia, a coordenação dos trabalhos agradece.

Vamos dar início, uma vez que a Senadora chegou, mas, se me permitir, Senadora, vou chamar o primeiro autor do requerimento para fazer as suas indagações, o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Srª. Presidente, Srs. Convidados, inicialmente agradecer a presença dos nossos convidados à Comissão de Infraestrutura.

Esta comissão tem procurado contribuir com o debate, com indicativos, com indicações, com reflexões, sobretudo nesse que está se transformando, com cada vez mais intensidade, num dos gargalos mais extraordinários para sustentarmos o desenvolvimento e o crescimento, não apenas o crescimento, mas o desenvolvimento do nosso País.

A Comissão de Infraestrutura tem se debruçado sobre isso, tem feito debates a respeito da conjuntura aeroviária brasileira, tem feito debates a respeito da necessidade de ampliarmos o modal ferroviário, não o modal ferroviário para transporte de passageiros muito menos de alta velocidade, mas o modal ferroviário para

transporte de carga, carga que melhora a competitividade, carga que amplia a riqueza, carga que permite a indústria brasileira continuar gerando oportunidade para os brasileiros.

Hoje, estamos tendo aqui a oportunidade de discutir dois temas que, aparentemente, não têm conexão um com o outro, mas na medida em que o tema vai evoluindo, a gente percebe que a questão da cumulatividade tributária no sistema elétrico tem tudo a ver porque isso pode melhorar ainda mais os esforços que aconteceram nos últimos anos para que as pessoas mais pobres, mais humildes possam receber energia.

E falo com muita segurança porque, como Vice-Governador do meu Estado, o Espírito Santo, coordenei o programa Luz para Todos e tenho a gratíssima satisfação de ter alcançado a marca do primeiro Estado brasileiro que basicamente conseguiu universalizar o acesso à energia elétrica, só não o fez porque somos um Estado hegemonicamente liderado pela propriedade de base familiar e, a cada ano, as famílias parcelam um pouco mais as suas propriedades e temos uma demanda quase que inercial, mas o programa Luz para Todos é seguramente uma das variáveis, a meu juízo, mais extraordinária de melhorarmos a condição de vida da nossa gente e do nosso povo.

Evidentemente que, como autor do convite para termos aqui a presença da Price, porque tomamos conhecimento desse estudo da Price e também tomamos conhecimento, Srª Presidente, que o Governo Federal, não sei se no âmbito da Aneel, não se no âmbito específico do Ministério das Minas e Energia, está, na prática, constituindo um grupo de trabalho para que possamos dar uma resposta, porque me parece inadiável que possamos eliminar, com essa cumulatividade tributária, porque, no tempo, em função das modificações que houve, basicamente um percentual de 3,65 se transformou em 9,25, quando ele é tributado em toda a cadeia.

Então, a minha pergunta ao Dr. Nelson é: quais são os esforços que o Governo, efetivamente, está fazendo? Eu sei que V. Sª é da Aneel, mas, enfim, ainda assim, tem uma forte ligação e sinergia com o Governo. Como vão esses trabalhos? Em que prazo nós podemos ter um sinal de que o Governo estará, de fato, tomando a iniciativa para desonerarmos um pouco o acesso não apenas da pessoa física, mas também da pessoa jurídica, porque, recentemente, a Alcan noticiou o fechamento de uma de suas plantas por ser uma planta eletrointensiva.

Com esse mundo cada vez mais horizontalizado, quando o empreendedor olha para a implantação de um site, ele olha aqui, olha na Tailândia, olha nesse gráfico que foi apresentado aqui. Para ele não faz diferença transformar bauxita em alumínio aqui ou onde quer que seja, mas o custo Brasil tem, efetivamente, no caso da tributação da energia elétrica, impedido que possamos atrair mais empreendimentos que possam gerar mais oportunidades para os brasileiros.

Então, a pergunta que faço a V. Sª, agradecendo aqui sua presença, é: como andam esses esforços e quando nós poderemos estar novamente conversando, debatendo, enfim, dialogando um tema tão caro como este para a população brasileira?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu perguntaria ao Senador Ferraço se nós poderíamos ouvir todos os inscritos para posterior resposta.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu acho que não só poderíamos como deveríamos, em razão da Ordem do Dia que se aproxima.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Exatamente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Concordo inteiramente com V. Exª, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Srª Presidente, quero saudar e agradecer a presença dos ilustres convidados, parabenizando os Senadores Ferraço e Vital pela propositura desta audiência pública.

No final do mês passado, até cheguei a fazer um pronunciamento nesta Casa, Srª Presidente, dizendo que ia propor a esta Comissão uma audiência pública, levantando um aspecto que diz respeito ao papel da Aneel. Tudo o que foi colocado aqui no que diz respeito a essa carga tributária é fundamental. É importantíssimo o papel da carga tributária nos valores das tarifas de energia elétrica, e nossos governantes utilizam a tarifa de energia elétrica hoje erradamente para arrecadar, mas o papel da Aneel tem sido muito condescendente hoje, no meu ponto de vista – o Dr. Nelson sabe que já venho debatendo esse assunto há muito tempo, desde quando era Deputado Federal –, condescendente ao conceder os reajustes.

No final do mês, uma reportagem da *Folha de S.Paulo*, que eu gostaria de esclarecer com o Dr. Nelson, noticiou que foi pleiteado pelas concessionárias um determinado valor de reajuste – foram várias concessionárias – e, para surpresa de todos, a Aneel concedeu um reajuste maior do que o que elas haviam solicitado. Isso causou uma estranheza muito grande, tanto que foi manchete de jornais. Para se ter ideia, foi noticiado: em Minas Gerais, a Cemig pediu 8,8% e a Aneel concedeu 9,2; a companhia do Rio de Janeiro solicitou entre 6,46 a 9,55 e foram concedidos 11,8; em São Paulo foram solicitados 6,71 e foram concedidos

7,72; e chegou ao extremo de o Mato Grosso do Sul solicitar 17,56 e serem concedidos 18,57.

Não sou um *expert* nesse assunto, mas não consigo entender. Eu gostaria de explicações do Dr. Nelson porque isso, como foi ressaltado pelo nosso Senador Ferraço, tem sido um entrave, que vai se tornar muito maior, Srª Presidente, porque muito do impacto ainda não está ocorrendo porque grande parte da indústria nacional tem contratos antigos, mas eles vão vencer e as pessoas vão ter que ir ao mercado e vão encontrar energia a um valor que vai se tornar um grande entrave ao crescimento e ao desenvolvimento do nosso País. E deveria ser o contrário. Nós temos a matriz energética. Costuma-se comparar valor da energia elétrica do País com a de outros países, que não é tão cara, porque se compara com matrizes energéticas totalmente distintas. Principalmente porque se costuma comparar – de forma errada e, até certo ponto, maldosa – com a energia elétrica da Europa, que tem uma matriz energética de energia nuclear. Nós temos que nos comparar com a matriz energética da China, que tem a mesma matriz energética que a nossa e, se não me engano, tem uma energia em torno de um terço do que é hoje. Imaginem a diferença, pois já temos problemas muito graves com questões trabalhistas e mão de obra com a China.

A energia hoje vai se tornar um entrave. O nosso Senador Ferraço já citou empresas que estão encerrando. O nosso Senador Walter Pinheiro disse que lá, na Bahia, a empresa Novelis está fechando suas unidades por conta do impacto do valor de energia elétrica, buscando abrir unidades no Paraguai, com menores custos.

Eu gostaria de explicações quanto a isso, porque não consigo conceber como as empresas solicitam um valor e a Aneel, de forma muito condescendente, do meu ponto de vista, concede valores acima do que foi solicitado. Era isso, Srª Presidente. Gostaria de esclarecimentos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – *(Fora do microfone.)* Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero, primeiro, dizer que é importante esta audiência pública. Apenas lamento que faltou – eu diria – o elemento ligante desse pleito, Ferraço. Já que estávamos discutindo, efetivamente, a tarifa social, falta a ponta que vai poder decidir de que forma nós vamos aplicar as reduções para essa tarifa social. Não desmerecendo a Aneel, meu caro, mas sabemos que não será a Aneel a tomadora, ainda que ela possa ser provocadora dessa possibilidade – era importante que tivéssemos aí a esfera de Governo –, assim como também os dois setores do Governo que estão aqui estão muito mais na ponta social do que na ponta da decisão, inclusive no aspecto da desoneração – tanto a justiça quanto o Ministério de Desenvolvimento Social. Então, na realidade, nós estaríamos numa situação de fator de pressão para um outro segmento. Mas é importante que esses atores estejam aqui, inclusive com a presença de um representante da Price, na medida em que nos traz estudos interessantes, para que possamos perceber exatamente como a força dessa desoneração não causará nenhum tipo de impacto do ponto de vista desse risco à permanente e crescente arrecadação do Estado e, portanto, um elemento a mais para pressionarmos a Fazenda em relação a isso.

Estou levantando isso até muito mais no sentido de provocação aos setores, tanto a Aneel quanto os setores governamentais, para que incluamos a tarifa social na chamada cesta básica de desoneração, que tanto ouvimos falar e que chega até aos *tablets*. Nesta altura do campeonato nós considerarmos *tablets* como um instrumento de inclusão social... Quero dizer que concordo plenamente. Portanto, quando falávamos isso há cinco, seis anos, éramos tachados, inclusive, de loucos. Eu acho que essa ferramenta deveria estar na mão de todos. E aí fico feliz quando ouço o representante do Ministério do Desenvolvimento Social falar, inclusive, em mensagens via SMS para atingirmos esse público que está na ponta, que recebe benefício social e, portanto, tem uma faixa de renda abaixo da faixa do salário mínimo. Se estamos pensando em transmitir mensagem via SMS para esse público é porque estamos admitindo que esse público tem acesso, aqui, ali ou acolá, a um "negocinho" chamado telefone móvel. Como isso está chegando, era importante que pudéssemos ter exatamente a dimensão de que esse segmento não pode ficar fora desse contexto de desoneração que tanto se fala. Para ampliar exatamente a capacidade de acesso. Não tem como combater a miséria e a fome se nós não levarmos energia.

Acho que são peças extremamente dissociáveis, energia e comunicação. Fico feliz quando ouço todo mundo falar, pois antigamente a conversa de voz era só de orelhão. Era botar orelhão em aldeia. Era conversa de índio com português para trocar caixa de fósforo ou espelho. Então, nem em orelhão nós falamos mais. Já estamos falando em banda larga nas aldeias, até em *tablets* nas aldeias, não é taba é *tablet*.

Então, acho que é importante fazer a ligação desses aspectos e entender a energia, esse fornecimento de energia, o acesso a energia como uma etapa de inclusão. E onde é que entra no combate a pobreza? Entra, inclusive, na preparação dos alimentos, no ma-

nuseio desses equipamentos, principalmente da agricultura familiar, da agricultura de subsistência.

Então, o que quero tocar neste momento é qual o esforço efetivo para que nós trabalhemos essa lógica.

Os Ministérios e a Aneel, como é possível que esses segmentos todos tenham como meta dizer o seguinte: isso aqui tem de entrar como fator preponderante para a inclusão. Nós estamos falando de uma tarifa social. Mas aí poderia dizer: Ah, mas isso aí já é redundante. Não, não é. É inserir na tarifa social mais um elemento, inclusive, de redução para que esse acesso efetivamente se consagre. E está provado por a mais b que não é essa a fonte de renda.

Vou dar um outro dado importante – talvez o Rubens tenha isso mais do que eu –, o último dado do Ministério de Minas e Energia é que nós temos algo em torno de 2,6 milhões de famílias que tiveram acesso ao Programa Luz para Todos. Isso consagrado! Não estou falando em curso, Senador Ferraço, mas já consolidado. Agora, se isso é *vero...* E esse pessoal, pela sua renda, nesta camada, majoritariamente, é exatamente que precisa do benefício social.

Lembro-me que no final de 2009, por exemplo, na Bahia, eu estava ainda na Secretaria de Planejamento do Estado, nós viemos negociar com o Ministério a inclusão de mais pessoas no Luz para Todos e aí o Ministro, quando eu trouxe um dado da Coelba... E a Coelba que orientou e disse: Olha, Pinheiro, além desse negócio do Luz para Todos pegando uma parte, uma parcela considerável que estava no Bolsa Família, nós precisamos rediscutir também a questão de pontas de cidade, como a Coelba, portanto urbano.

Naquela época nós fizemos um acréscimo de aproximadamente 120 mil ligações do Luz para Todos e pedimos 200 mil ligações urbanas. Eram figuras que tinham acessado ao programa de benefício e que já moravam, estavam nas cidades, nas periferias das cidades e nós não tínhamos sequer rede energia para acessar, a energia estava a 2 ou 3 km, às vezes 400 ou 300 metros, era apenas fazer uma extensão de ponta de rua. Não é nem última milha. Última milha é um discurso mais bonito, parece até que é fibra óptica, era só ponta de rua efetivamente.

Então, esse é um aspecto que eu queria chamar a atenção dessa pressão que é importante para que esse elemento entre na ordem dia, nós estamos falando em desonerar folha, desonerar a indústria para a questão do *tablet*, permitir mais acesso à banda larga. Então, por que esse negócio não passa a ser o principal ponto dessa cesta básica de desoneração?

O segundo aspecto que eu queria chamara atenção, senão me engano foi a Letícia Bartholo que tocou na questão do cadastro. Então, o que falta para nós termos a possibilidade de trabalhar com uma base única dessa informação? Que vai desde o cadastro do Bolsa Família até o cadastro da agricultura familiar, cadastro do Pronaf , ao da Previdência, ao cadastro de outras linhas de benefícios, para permitir que a gente tenha um mapeamento bem mais sólido de como tratar essa questão.

Quando você falou da mensagem de SMS, o que me chamou a atenção foi o seguinte: não há como as contas de energia serem utilizadas como porta-vozes dessa comunicação? Ainda que a conta não esteja em meu nome, mas você tem um desdobramento que daria para fazer isso. E a utilização de outras estruturas do Estado para esse processo de comunicação, como os Correios, as casas lotéricas, onde geralmente as pessoas se relacionam, para a estrutura de pagamento, para a estrutura de solicitação.

No local onde não temos a sede da Coelba para a pessoa pleitear o Luz para Todos, ele entregará nos Correios. Em alguns lugares, lá na Bahia, nós pedimos para entregar no CrediBahia, nós estamos propondo, inclusive, na ampliação disso, que ele entregue até no CDC, que são os Centros Digitais de Cidadania. Então, aproveita essas estruturas, que é a capacidade nossa de juntar as diversas frentes que Estados e União atuam para que essas frentes sirvam de portas de acesso, como ponto de chegada.

Então, acho que é importante que nós tenhamos essa percepção de como chegar nesta gente. Porque se por um lado ficarmos analisando que temos 205 milhões de celulares... Até ontem à noite estava brincando com o pessoal, pois estávamos numa reunião com o pessoal das Teles, e eles botaram um painel para contar e a cada 3 segundos, sei lá, pinta um abanda larga. Então, disse que iria ficar lá até de manhã para ver se eles colocavam uma banda larga em todos os lugares. Se de noite vocês estão colocando banda larga, eu quero saber onde isso está chegando.

Nós falamos em 205 milhões, mas eu não tenho cobertura. Em alguns lugares, nos distritos, por exemplo, a maior reclamação é a base de alimentação disso.

A outra ponta, para encerrar, é a questão industrial.

O Ciro levantou a questão de uma indústria na Bahia, que, na verdade, já se foi. Mas nós temos um problema seriíssimo nesta questão de oferta. Por isso que quando o Sr. Sérgio Bento da Price levanta a questão da Dinamarca, na hora me veio exatamente... Óbvio que é o inverso nosso, você tem uma situação lá que é facilitar a redução de preços de produtos para uma sociedade que tem uma renda média extremamente elevada, essa é a lógica. Eu, mais sou menos, encaro como isso. Tive a oportunidade de fazer esse debate,

certa feita, sobre essa questão de renda, tanto com o povo da Suécia quanto da Dinamarca, em um dos fórum que participo. Então, esse é um elemento que para aplicar para nós tem um contorno diferenciado que nós não temos, eu não tenho como fazer o inverso por conta da renda. É uma espécie de desoneração da produção. Ao invés de desonerar a folha da indústria, você desonera a base estruturante da indústria. Reduz a energia, oferto isso a condições bem mais favoráveis e em compensação obrigo a indústria, é o que acontece com a Dinamarca, de reduzir na ponta, no produto. Essa é a lógica que o governo dinamarquês trabalha. Parte-se do princípio que você tem uma camada social onde quase todo mundo está na mesma faixa.

Mas, sem isso, nós poderíamos ter uma adoção de medidas dessas com a economia solidária, com as cooperativas, com o arranjo produtivo local, que são formas de indústrias, indústrias artesanais ou que se organizam através de cooperativas e se não tiverem esse incentivo dificilmente se sustentam. Um dos maiores problemas na economia solidária hoje e exatamente comunicação e energia.

Notem que toda parcela de atividade industrial que advêm da economia solidária, ela se estabelece, geralmente, em pequenas cidades. A cooperativa que se junta para fazer a unidade de fabricação de chocolate, em Ibicaraí. É na cidade de Ibicaraí, não é em Ilhéus. Para pegar a amêndoa da agricultura familiar e produzir o chocolate. Aí é desvantagem, o cara vai competir com a Nestlé. É para arrebentar! A Nestlé tem uma baita fábrica em Feira de Santana, que consome não sei quantos *megawatts*/hora; e o pessoal de Ibicaraí não consegue nem pegar no quilo. Como diz o outro, vai só na grama.

Então, é importante que esse elemento entre como elemento de incentivo também, porque você termina atendendo a uma população. O desdobramento disso é para uma população de baixa renda no país. Portanto, é um processo um pouco parecido com o que tem na Dinamarca com um viés muito mais penetrante, do ponto de vista social.

E a briga que a gente tem feito na economia solidária, a luta, é exatamente para que a economia solidária abrace as figuras que advêm inclusive do Bolsa Família. É a possibilidade de você ir criando um mecanismo, vamos chamar assim, de libertação dessa turma; e, ao mesmo tempo, de tentar alcançar uma outra etapa da economia sendo incentivado pelo Bolsa Família. Então, se estabelece na cooperativa, no arranjo produtivo local. Essa é uma coisa importante que a gente pudesse ter no horizonte tanto da desoneração quanto da oferta. E a diferenciação no preço da energia.

É óbvio que, para a indústria, em diversos lugares, é importante também que a gente promova uma maior expansão da oferta da energia para diversas cidades, no intuito de você promover o estímulo ao desenvolvimento local, senão, nós vamos continuar... Na Bahia, por exemplo, todo mundo só quer ir para Camaçari. É óbvio. Perto do porto com matriz energética, com uma porrada de coisa, com estrada... Então, não tem como chegar a outros lugares.

Essa unidade que o nosso amigo Ciro deu como exemplo estava até perto de Camaçari; não estava lá em Xorroxó, nem em Xique-Xique, nem em Abaré, nem tampouco na Baixa da Égua, que é um distrito, uma das cidades nossas. Então, estava pertinho, Ciro. É em Lauro de Freitas essa indústria, uma cidade que está a poucos quilômetros de Salvador. O que divide Salvador de Lauro de Freitas é um velho rio. Portanto, foi embora.

A gente vive num conceito hoje – e foi bem colocado pelo Ferraço –, as unidades de produção, hoje, são lonas de circo. Não deu certo aqui, você dobra a lona, meu amigo, tchau e vai embora. Em alguns casos, algumas atividades cabem no bolso. Um *site*, por exemplo, de *call center*, você pode colocar em algo menor do que isso, num celularzinho. Coloca um *pendrive* e vai embora com o seu *site*. Chega em outro lugar, monta e, em meia hora, você coloca para funcionar. Então, não tem nenhum esforço.

Se essa política não for o diferencial... E o diferencial é na matriz energética, o diferencial é na infraestrutura. Esse é o diferencial. Isso que desequilibra as regras que estavam estabelecidas antes e isso que opera no sentido de a gente nivelar as oportunidades e tentar chegar nos lugares onde efetivamente vive a nossa população de baixa renda.

A SRª. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB - GO) – Agradeço ao Senador Walter Pinheiro.

Eu gostaria de fazer um comentário sobre o estudo da Price.

Acho que não passou despercebido para ninguém quando foi colocado aqui o custo da energia para a baixa renda, a própria baixa renda que é desonerada. Acho isso muito sério e é algo para a gente repensar o social no nosso País. Hoje, pela manhã, tivemos a Previdência. Nós temos, dentro da Previdência, o benefício da ação continuada e o benefício rural, que desequilibra todo o sistema, enquanto isso deveria estar dentro da assistência social.

Não se pode dizer que não vai desonerar a energia. Acho que tem de desonerar, para ter acesso, como o Walter chegou a falar aqui. Mas é preciso que esse recurso fique dentro da assistência social e que tenha uma fonte definida de recurso para isso, e não dentro

das empresas, porque, do contrário, esse benefício reverte. Você dá aqui e tira ali, na conta de alimentos, enfim, de tudo que a pessoa consome, porque ele desonera a energia, a conta de luz, mas não desonera toda a cadeia de alimentos que ele precisa comprar com o seu salário. Então, ele paga 45% de energia. Não está desonerado. Acho isso muito importante e a gente tem de debater essa questão da assistência social no nosso País, a fonte de recursos, desonerando as empresas para que a gente possa realmente crescer, gerar emprego, produzir e ter o custo Brasil não tão alto, não onerando tanto as empresas, como hoje nós temos.

Com a palavra o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP - RO) – Obrigado, Srª Presidente. Quero cumprimentar, em nome do nosso Diretor-Geral da Aneel, o Nelson, e cumprimento os demais membros que fazem parte desta audiência pública.

A preocupação que nós temos em debater a tarifa social da energia elétrica é importante e fundamental, mas não podemos jamais deixar de lado a prevenção no futuro. Fui Prefeito por dois mandatos, Governador por dois mandatos, e, se nós não quisermos que, lá na frente, a energia para o consumidor e para a indústria venha a aumentar, nós precisamos, nesta Comissão de Serviços e Infraestrutura, aproveitar essa oportunidade e ajudar o Presidente da Aneel.

Por quê? Nós temos falta de profissionais dentro da Aneel, em várias áreas. Nós estamos lá com uma quantidade de projetos em andamento, para novas construções, novos empreendimentos, e falta pessoal. Alguém vai perguntar para mim: Mas, Cassol, o que tem a ver debater a tarifa social com o suporte, o apoio dessa comissão, para ajudar a Aneel? É que se, nós não ajudarmos hoje, daqui a três, quatro anos, cinco anos, por mais que a usina do Rio Madeira – vão funcionar as duas - por mais que a Belo Monte vá sair, nós temos milhares de *megawatts* que estão prontos para serem estudados e aprovados pela Aneel, e não tem profissional.

Eu sei que a nossa Presidente fez a contenção; sei que ela cortou e diminuiu...

Infelizmente, o telefone nos atrapalha bastante.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB - GO) – Senador Walter, o Senador Cassol está pedindo.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP - RO) – Obrigado, Senador. Só para concluir, Dr. Nelson, é fundamental nesta comissão, Presidente, nos fazermos um documento para o Ministério do Planejamento e para a nossa Presidente Dilma. Ela pode até cortar em outros locais, em outros Ministérios, mas na Aneel não. O concurso já está feito, já tem os profissionais que podem ser chamados, e hoje nós vemos a Aneel com dificuldade para poder dar andamento nesses projetos importantes que existem.

Ninguém me pediu para advogar. Com o conhecimento que tenho nessa área...É uma loucura nós estagnarmos do jeito que está estagnado hoje, sem poder trabalhar, sem poder estudar esse projeto que está em andamento.

Então, é fundamental esta Comissão intervir e sair desta Comissão com o pedido para a Presidente e para a Ministra do Planejamento, para que autorize imediatamente a Aneel a contratar mais gente, para que a gente possa dar prosseguimento nas construções de novas usinas hidrelétricas e PCH, sob pena de, daqui a pouco, quererem construir mais usinas nucleares, da maneira como está Angra III, que está parada no meio do caminho.

Tem mais coisa para poder perguntar, mas com o avançado da hora e a ordem do dia, também não quero atrapalhar. Coloco-me à disposição aqui.

Outro passo fundamental também, Srª Presidente, é que se nós queremos uma tarifa melhor nessa área social, precisamos trabalhar ainda mais contra o desperdício que tem em muitas empresas estatais. Infelizmente, temos também um desperdício muito grande de energia roubada. Precisamos otimizar mais o sistema. Essas estatais precisam urgentemente tomar uma medida em cima disso aí, porque, infelizmente, o que tem de gato, o que tem de cabrito, o que tem de búfalo no meio dessas ligações de casa é absurda. E a Aneel é o setor responsável para cobrar e exigir que consigamos ter tudo isso.

No restante, os dados que apareceram são importantes também na diminuição de tudo isso e que o governo federal, de uma vez por todas, retire os impostos federais e o restante, com certeza, os Estados também vão querer contribuir também.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB - GO) - Com a palavra o Dr. Nélson José, para as suas colocações.

O SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA – Muito obrigado.

Inicialmente, quero fazer alguns comentários. O Senador Ricardo Ferraço fez uma série de comentários, que vou juntar um pouco com o que o Senador Walter Pinheiro colocou, que é uma questão mais de fundo de discussão da questão realmente tarifária do País, de reestruturação e tudo.

Usando o exemplo que o senhor colocou, o programa de universalização, o nosso Luz para Todos, ou seja, já ligamos, na verdade, mais de 2,8 milhões de famílias, que representam em torno de 14 milhões de pessoas, de brasileiros que passaram a ter acesso à

energia elétrica, isso sem contar uma boa parte que o Senador Walter Pinheiro colocou, que são as pessoas também que residiam nas cidades e que, no momento em que foi foram alocados os recursos para a ligação dos consumidores das áreas rurais, ou seja, a Aneel também diminuiu os prazos para universalização em área urbana. Então, tem um número muito grande também de brasileiros que foram ligados nas cidades em função da alocação dos recursos para fazer o programa de eletrificação rural.

Eu só faria uma correção no que o Senador colocou, acho que o Espírito Santo foi, de fato, universalizado. Na verdade, até o próprio programa, a gente viu isso no Luz para Todos, que, à medida que foram ligando e tendo energia nas áreas rurais, muita gente voltou para as áreas rurais. Está havendo um processo mesmo de quebra daquelas unidades maiores que havia, fracionamento das unidades, mais pessoas nisso e melhora das condições de renda. Agora, de fato, preocupa-nos a questão da tarifa mesmo, porque também temos um número elevado de famílias que foram enquadradas como de baixa renda em área rural, voltaram para lá e tiveram um programa, e agora hoje não conseguem pagar a conta de energia. Então, às vezes tem a conta cortada por falta de pagamento.

Então, acho que esse repensar isso tudo e aí, de fato, cabe ser feito, e muito mais não tanto pela gente, mas cabe à Aneel, sobretudo, subsidiar, por exemplo, um espaço como esse aqui, na Comissão de Infraestrutura, no Senado Federal, para o Executivo – não posso responder com precisão, Senador, essa questão de prazo, tudo colocado aqui. O Governo está realmente está discutindo, está preocupado com a desoneração nessa cadeia produtiva toda. Acho que é pensar um modelo de desenvolvimento para o País. Nunca entro muito nessas discussões sobre comparação de tarifas de um país com outro, porque é exatamente isto: têm-se realidades completamente diferentes. Então, o Senador Walter Pinheiro colocou... Você viu ali que o consumidor residencial da Dinamarca então pode pagar um tributo imenso para desonerar a indústria, porque interessa ao país dar maior competitividade à indústria, mas o consumidor residencial pode pagar. O nosso pode? Não, nós temos um efeito contrário. Estamos desonerando o consumidor de baixa renda, e é muito diferente, até países desenvolvidos têm tarifa de baixa renda – a Inglaterra tem –, mas quem é que paga? É o outro consumidor? Não, lá é o contribuinte que paga. Então, o contribuinte paga para desonerar a tarifa de energia elétrica de um consumidor. Então, ele falou que a tarifa do Brasil está comparando com a da Europa, não sei o quê, tem que comparar com a de outros países. Aí você fica vendo ali, é preciso pegar exemplos: Portugal, Espanha, outros países. A tarifa está baixa. Agora, listaram ali uma série de encargos que temos em nossa tarifa; alguns desses não são encargos, é custo de energia mesmo. É um programa de incentivo a fontes alternativas. São encargos para segurança energética do nosso sistema. Tudo isso são componentes de uma tarifa de energia elétrica. Em muitos países, como Espanha e Portugal, toda essa inserção de fontes renováveis está sendo feita acumulando um brutal *best* nas tarifas – está aqui onde estão sendo acumulados –, nas contas do Estado, isso não está sendo colocado, então está sendo pago por fora, com incentivos, está sendo colocado, e não vão para a tarifa. O Brasil é um dos poucos países do mundo em que todos os impactos que são relativos a conta de energia elétrica estão em nossa tarifa. Tudo, tudo colocado na tarifa.

Então, se inserimos as fontes alternativas, como estou inserindo, está na tarifa. Está tendo subsídio para baixa renda? Está na tarifa. Está tendo subsídio para agricultura? Está na tarifa. Se vai um subsídio para a indústria, está na tarifa. Ou seja, isso está sendo repartido com outros consumidores. Não tem mágica. Então, agora, isso acho que nos cabe repensar e pensar em um modelo de desenvolvimento para o País. Ou seja, a indústria que estiver saindo da Bahia, é interessante para o País qual tipo de indústria, qual tipo de... O que a gente quer incentivar, colocar, desenvolver e também uma realidade para o País. Não adianta também a gente achar que o consumidor brasileiro vai poder pagar esse subsídio para a indústria, porque não vamos pagar. O nosso consumidor que nós ligamos com o Luz para Todos vai ficar sem energia porque não vai conseguir pagar a conta.

Então, temos realidades bastante diferentes nisso aí. E acho que tem de ter um espaço e, de fato, tem de entrar numa cesta básica de desoneração para uma parcela dos nossos consumidores, porque, senão, isso é muito pesado, e aí vai tudo, desde os tributos federais, que estão nessa discussão novamente da questão da cumulatividade, não-cumulatividade, a questão dos encargos estaduais, e aí também tem que repensar um modelo para os Estados.

O Senador foi governador e sabe da dificuldade quando a gente teve de tirar a questão de interligar o Estado e perder uma parte da receita, do imposto sobre a CCC, quer dizer, o imposto sobre combustível que gerava energia para o Estado. Agora, o Estado também tem suas despesas e precisa da receita. Como se equilibra isso tudo. Obviamente, isso está muito além da nossa possibilidade.

Era isso que a gente queria responder. Senador Ciro, seria um prazer estar aqui discutindo com vocês

todos esses temas, até porque é muito ruim para a gente o seguinte, todo mundo observa quando aumenta a conta de energia e, com uma reportagem como essa, é pena que o Senador nem leu a resposta, que é a correção que a própria *Folha de S.Paulo* fez no dia seguinte – aliás, no dia seguinte não; nós mandamos no dia seguinte e eles publicaram dois dias depois –, onde questionamos primeiro os dados que a reportagem colocou no jornal, que estão absolutamente incorretos, e a gente julga até, por desconhecimento da jornalista sobre como funciona isso e o que é o valor colocado. A gente não acha até que seja má-fé o fato de ela comparar coisas completamente diferentes. Ou seja, o impacto médio para o consumidor, onde a gente relata tarifa para o industrial, para o comercial, para o residencial, que são todas diferenciadas. Quando a jornalista pegou, por exemplo, a maior tarifa, que é a do consumidor industrial, da Cemig, que o senhor citou aí, aumentou mais do que o valor que a Cemig colocou, mas o valor da tarifa média que foi dado para a Cemig foi menor do que o que foi colocado. E a Aneel respondeu também que, independentemente disso, por exemplo, de 17 reajustes tarifários este ano, é previsto na lei que a concessionária tem que mandar uma expectativa, aquilo que ela quer para o reajuste tarifário, porque isso ainda está desde aquele modelo antigo, que foi feito na década de 90, 95, nas primeiras mudanças do setor elétrico, onde tínhamos um *price care* puro, e a concessionária colocava aquilo, não tinha uma separação da evolução que houve tanto nos contratos de concessão quanto na nossa legislação toda, onde hoje, na verdade, o reajuste tarifário é uma fórmula. A Aneel tem de cumprir exatamente aquilo ali. Então, das 17 empresas que tinham passado por reajuste nessa data, 15 foram menores do que pediram, elas receberam reajuste. Duas foram maiores. Está errada essa reportagem, Senador.

Agora, essas duas foram maiores, não dá agora; elas poderiam fazer exatamente o que pediram, vamos aplicar, homologar, porque na lei fala isto: homologar, porque a lei é lá de trás ainda, isso não foi corrigido na lei. Homologar os reajustes das distribuidoras. Depois que toda a legislação mudou, a Aneel tem que calcular, e isso está colocado nos contratos de concessão.

Então, a gente quer isso, acho que tem um espaço para discutir aqui, por exemplo, que a Aneel respondeu bastante, continua respondendo sobre um tal de um bilhão por ano que tiramos do consumidor brasileiro por erro de cálculo. Embora já tenhamos respondido diversas vezes que não é erro de cálculo, mas mudanças referendadas no contrato de concessão que a Aneel é obrigada a cumprir, a gente não faz leis, mas ninguém coloca quando aumenta também. Ou seja, agora mesmo representante da Price colocou ali que o aumento da CCC devido à Lei 12.111, deu 2,4 bilhões, ou seja, a Aneel tirou um bilhão e essa lei tirou 2,4 bilhões. Como também ninguém está discutindo, podemos discutir com vocês, por exemplo, um processo de revisão tarifária, que é onde, de fato, a Aneel tem a discricionariedade de criar um mecanismo de capturar para a sociedade brasileira os ganhos de eficiência que as empresas tenham ao longo de um ciclo tarifário. Estamos iniciando agora mais um ciclo tarifário. Onde tem, de fato, vamos retirar das tarifas de energia elétrica uma parcela bastante significativa e vai ter uma redução nas tarifas, mas quando faz as revisões tarifárias. Aí cabe, de fato, à agência. Agora, nos processos de reajuste tarifário, não. Cabe-nos cumprir o que está determinado nos contratos de concessão e na legislação brasileira. Mesmo a gente não gostando de determinada lei e até da legislação, não nos cabe questioná-las, podemos oferecer os dados, argumentos e tudo, mas, claramente, temos de cumprir...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Mas, Dr. Nelson, só para esclarecer, o senhor disse que a reportagem estava errada, que não quatro, e sim duas. Mas o que leva a Aneel a conceder. É isso o que eu gostaria de entender. O que leva a Aneel a conceder mesmo essas duas, se as concessionárias não pediram esse valor.

É isso o que eu não entendo.

O SR. NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA – Na verdade, quando ela lê ela faz uma declaração de como ela calcula. Quanto ela calcula aquela expectativa dela, ela manda esses dois meses anteriores para a gente. Em cima de quê?

Como o senhor sabe, nos reajustes tarifários, tem uma parcela da tarifa, que a gente chama de Parcela B, que são os custos operacionais da empresa, são reajustados pelo IGPM. Esse é um problema de erro que há na expectativa da empresa, porque quando ela faz a previsão dela, não tem ainda o IGPM calculado.

Há uma boa parte da tarifa que vem da Parcela A. A Parcela A são os contratos de energia que ela compra e que, pela nossa legislação, é *pass through*, vão direto para a conta de energia elétrica. A gente simplesmente calcula e somos obrigados a colocar na tarifa de energia elétrica.

Quando ela faz estimativa, também não há valores de IPCA. Também ela tem uma série de estimativas que ela faz com relação aos custos, encargo e serviço de sistema; de quando terá de gerar de óleo no País, quanto não vai dar. Há uma série de expectativas que ela tem. Se eu simplesmente aceitasse o valor dela poderia ter dado um valor muito maior.

Quando quando esse valor chega na data base correta, a Aneel calcula efetivamente todos os custos reais. O valor correto do IGPM, o valor correto do IPCA, todos os custos de geração de energia que ela teve, os gastos que ela teve com Itaipu, com tudo. Há uma parcela, que chamamos de CVA, que é Contas dos Valores da Parcela A, que são corrigidos mês a mês todos esses impactos. Só na data base que eu sei e corrijo isso tudo.

A Aneel calcula isso por uma fórmula matemática colocada, auditada e acompanhada pelo Tribunal de Contas da União, pela CGU. Ou seja, qualquer erro que a gente tenha em um cálculo como esse nós imediatamente somos obrigados a corrigir.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Eu continuo sem entender. Então, para que as companhias solicitam o valor?

O SR. NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA – Porque a lei colocou que elas têm de apresentar para a Aneel quanto deve ser a expectativa do reajuste tarifário e a Aneel deve depois homologar isso.

Simplesmente, foi mudada a lei ao do tempo de 1995 para cá, isso nunca foi modificado. Hoje, de fato, não precisaria fazer nada. Não precisaria declarar o quanto ela vai pedir, porque não seguimos nada do que ela pede, porque temos de calcular exatamente quando mandam uma fórmula que está totalmente amarrada no contrato de concessão.

Então, a gente desconhece, a gente nem olha para o que está ali colocado, porque temos de fazer efetivamente é calcular tudo que está colocado ali. Agora, nas revisões tarifárias não cabe uma discussão sobre isso.

Agora, muito maior do que isso é nós discutirmos isso. É a questão que estão colocando. É uma política para o País, como colocar isso, como colocar os impostos, onde alocar isso, porque desse percentual que nós capturamos, de ganhos, quando faço revisão tarifária de uma distribuidora, estamos falando de 25% da receita. Os 25% da receita da distribuidora é o espaço que a Aneel tem nas revisões tarifárias para tentar capturar os ganhos de eficiência dessa concessionária e jogar para a tarifa, porque praticamente 1/3 disso é Parcela A, ou seja, aí vem o que o Senador Ivo Cassol está colocando, temos de trabalhar para cada vez conseguir comprar mais energia a preço competitivo, usar a nossa fonte hídrica que a fonte mais barata, pela qual posso ter uma energia mais barata para a população brasileira. E isso vai direto para a tarifa.

Eu faço um leilão de energia, compro a energia, e isso vai direto para a conta de energia. Se a energia for cara, se eu não tenho uma fonte hídrica disponível para licitar para o País, eu vou comprar – e a lei nos manda fazer isso – tenho de comprar a energia que estiver disponível. Se em determinado ano eu tiver só fonte térmica, com óleo combustível e óleo diesel, seremos obrigados a comprar e esse valor vai direto para a tarifa de energia.

Não há nada no Brasil, não há nenhum subsidio fora a tarifa de energia. Todos esses custos estão direto na tarifa de energia. Nós temos de colocar isso. Então, eu acho que esse trabalho tem que ser feito também. Eu acho que é uma discussão disso tudo. Ficou impossível o País fazer uma usina hídrica. Agora, há custos, e a sociedade tem de saber o quanto custa isso.

E a outra parcela. Eu vejo colocado aí, já colocou todos os encargos sobre toda a cadeia produtiva. Mas se eu considerar só ali, quando eu trabalho sobre a tarifa de energia elétrica, ou seja, em torno de pouco mais de 30% do valor da tarifa final são tributos, tributos e encargos.

Eu faço um esforço louco para reduzir em cima de 25% nas revisões tarifárias. Agora, a esse resto aí a Aneel não tem qualquer acesso, qualquer possibilidade, a não ser a gente tentar ajudar, discutir, para que tenhamos de fato mais usinas hídricas disponibilizadas, usinas com preços mais baixos para a gente poder comprar uma energia com preço mais baixo para o consumidor brasileiro.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PP – PI) – Com a palavra o Sr. Amaury Martins para as suas considerações finais e alguma observação que queira fazer.

O SR. AMAURY MARTINS – Acho que todas as perguntas eram direcionadas ao Nelson.

Em relação à desoneração, é claro que ela traz benefícios indiscutíveis também ao consumidor. Talvez a tarifa de energia elétrica seja um dos insumos que reflete em toda a cadeia produtiva e diminui o preço de produtos e serviços. Essa discussão é importante.

Eu gostaria de agradecer mais uma vez o convite e colocar o nosso departamento à disposição da Comissão, à disposição desta Casa.

Muito obrigado pela atenção de todos.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PP – PI) – *(Fora do microfone.)* Dr. Amaury.

Passo a palavra à Drª Letícia Bartholo.

A SRª LETÍCIA BARTHOLO – Bem a mim somente uma pergunta que me foi endereçada pelo Senador Walter Pinheiro. S. Exª me pergunta o que falta para nós termos um cadastro só.

Senador, essa pergunta daria muito pano para manga. São 16h10min, e eu sei que os Senadores e Senadoras têm outros compromissos prementes. Então, serei muito breve.

Primeiro, há a questão da dimensão tecnológica administrativa. Então, temos cadastros sociais construídos em períodos distintos. São cadastros sociais construídos em períodos distintos. São cadastros que datam da década de 40, cadastros que datam agora de 2010. Isso impede, já dificulta a comunicação pelo viés tecnológico.

Há uma questão administrativa. Há contratos de operadores distintos, de órgãos gestores distintos. Enfim, o que também é um dificultador.

Há outra dimensão, que é a própria necessidade de o Estado ter um cadastro único. Digo isso, porque não é necessário, a mim não parece necessário, que o Estado brasileiro tenha essa quantidade de informações de caracterização socioeconômica para toda a população.

Mas me parece muito interessante que o Estado brasileiro tenha essas informações para a população mais vulnerável. Na verdade, a gente parte do suposto de que a população que está nesse Cadastro Único é aquela população que mais dificuldade de vocalizar as suas demandas ao poder público. Então, para nós o cadastro único é principalmente um grito. Um grito ao Estado brasileiro, um grito de "eu preciso, eu tenho determinadas dificuldades".

Por conta disso, um cadastro único, dadas essas dificuldades tecnológicas e administrativas também, não se faz tão premente assim ao Estado brasileiro. Porém, o que é absolutamente importante é que os cadastros sociais se comuniquem. Então, se as informações não precisam ser unificadas para toda a população, é preciso que exista um padrão de comunicação, e daí a importância do novo registro civil, principalmente, ou de uma numeração única que permita a numeração entre cadastros, o que nós já fazemos. E é uma integração que tem avançado.

Dada a história de fragmentação das políticas sociais brasileiras, penso que nós temos avançado de maneira célere na integração, inclusive subsidiamos o próprio Luz para Todos nos últimos anos. Essas aqui são famílias do semiárido que não têm luz elétrica. São modos de integração que nós já estamos fazendo.

Acho que um terceiro ponto, uma terceira dimensão importante para aonde queremos chegar com o cadastro, pelo menos o terço mais pobre da população, está na estruturação nas áreas de assistência social, que são ainda áreas insipientes, que são ainda áreas fragilizadas. O projeto de lei que institui o Sistema Único de Assistência Social ainda tramita, e é premente que seja aprovada para essa área possa ser estruturada.

Desse modo, eu pedira a todos as senhoras e senhores, que, junto ao apoio à Aneel, apoiassem também o Ministério do Desenvolvimento Social, porque temos um orçamento robusto para pagamento de benefícios à população de baixa renda, até porque o Brasil ainda conta com um volume expressivo para população de baixa renda, mas o recursos ainda são escassos e sem esses recursos devidos para a gestão a gente não estrutura as áreas nos Municípios e Estados e não consegue dar robustez ao cadastro único.

Obrigada e boa tarde.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PP – PI) – Com a palavra o Sr. Sérgio Brito.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Senadora, apenas algo que eu gostaria de ajustar ao levantado.

Eu tenho a clareza de que é impossível. Até não sou tão defensor de cadastro único. Até sou uma figura para quem essa é a área de profissão. Então, falar de integração de base não é a minha atuação política, é a minha profissão. Foi o meu ganha pão durante muitos anos.

Eu venho, inclusive, desde o cadastro operacional do sistema Telebrás, que é utilizado hoje pelas empresas que privatizaram o sistema e que foi desenvolvido por nós em meados da década de 80, inclusive por uma figura que está no governo que é presidente do Serpro hoje, e que era na época da CRT e compartilhava conosco, nós tínhamos um núcleo, CRT, Telebahia, Telemig, eu sou ex-Telebahia, e o caso da Telepar. Portanto, é o que a gente sempre defendeu. Você pode pegar bases diferentes e colocar para dialogar. Essa é a grande proeza desse momento, como são as interfaces. Podemos colocar linguagens distintas para que elas consigam enxergar uma à outra. Esse é o esforço que o governo tem que fazer. Por exemplo, a base de cadastro utilizada pela saúde a partir do que apresentam os agentes comunitários de saúde, que visitam famílias todos os dias; em média, cada agente comunitário tem 100, 120 famílias para visitar. Esse cara, na minha opinião, tem mais informação fidedigna do que o IBGE; todo dia tem que ser o IBGE. Isso a gente aproveita pouco. Essa foi uma base que eu sugeri que a Anatel utilizasse, Nelson, para fazer a identificação de em quais locais deveria chegar a comunicação. Não tem base mais sólida do que essa. É um cadastro que todo dia é verificado; e se ele não apresentar essa informação, Senadora Lucia Vânia, o Município não recebe o recurso do programa; não tem como. Se isso não chegar da tripartite...

Eu entendo muito de cadastro; de saúde, quase nada. Passei a entender isso porque sou autor da regulamentação da profissão desse povo aqui desde 1997. Por isso entendo um pouquinho dessa outra banda.

Esse é o jogo que a gente precisaria botar... Estamos precisando fazer essa interface aí no governo.

Na minha opinião, o Ministério do Desenvolvimento Social tem que ser a espinha dorsal desse processo porque é quem dialoga com assuntos sociais. Então dá para a gente pegar esse cadastro, tentar extrair esse conjunto de boas informações que ele tem para pressionarmos outras áreas do governo para tentar atender. Estou querendo dialogar com o ministério para botar bancarização, via exatamente o programa Bolsa Família. Os dois programas, olha meu amigo Afonso Florêncio, que está lá no MDA, lá e vocês são os dois ministérios em que a gente pode enfiar bancarização, botar esse povo para ter acesso, movimentar a ferramenta que tem na mão, fazer disso um instrumento de inclusão dessas pessoas. Como é que a gente faz isso? Utilizando essa base de informação para a gente tentar descobrir como é que vive cada figura dessas. É mais fácil, por esse cadastro, ter uma radiografia deste Brasil do que tentar pegar imagens de satélite, ver o que um Estado fez e outro não fez... Esse cadastro me dá pelo menos o perfil, ou melhor, com essas informações, posso traçar o perfil social e chegar na imagem que eu gostaria de ter que é saber se ele tem esgoto na rua. Esse cadastro pode me dar essa informação que me pressionará para que, enquanto Senador, a gente possa pressionar a Fazenda para a gente tentar entender que na cesta básica, de que a gente tanto fala, esse processo tem que estar incluso. É isso, tentar aproveitar essa informação.

A SRª LETÍCIA BARTHOLO – Senador, eu concordo e esclareço que estamos trabalhando dessa forma. Quando a Ministra Tereza Campelo diz que o cadastro vai ser usado como base de definição e monitoramento das ações do Plano de Superação da Pobreza Extrema é isto que ela está dizendo, que são essas as informações que vão subsidiar o plano, inclusive como um mecanismo de pressão para outras áreas. Quando o programa Bolsa Família alimenta o SIAB, sistema alimentados pelos agentes de saúde e coleta informações sobre as famílias, é esse tipo de integração que estamos fazendo. Quando essas informações de acompanhamento de condicionalidades não chegam, por exemplo, da área de saúde, ao Ministério do Desenvolvimento Social, o que temos aí é uma forma clara de expressão de que a oferta naquela área está insuficiente.

Então, concordo com S. Exª e é a diretriz de trabalho do Ministério de Desenvolvimento Social.

A SRª. PRESIDENTE (Lucia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra, o Sr. Sérgio Bento.

O SR. SERGIO BENTO – A palavra final que eu gostaria de deixar seria a seguinte: tributar o consumo no final é socialmente injusto, porque na verdade aquele que recebe, que tem o pouco recebimento de renda, e aquele que tem muito recebimento de renda ele é tributado da mesma forma. Então, é socialmente muito injusta a tributação do consumo e, principalmente, no insumo básico que afeta o preço de todos os produtos, que são consumidos por todas as pessoas. Então, temos que pensar esse regime, repensar essa fonte, em termos de ser socialmente injusto e em termos também de desenvolvimento econômico que a gente está competindo com outros países, sem dúvida, talvez melhor estruturado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Rapidamente, apenas para sociabilizar com os nossos convidados, agradecendo muito a presença. Quer dizer, há o sentimento e o convencimento de que os esforços estão sendo feitos; há o sentimento e a percepção de que estamos no caminho, inclusive, a partir daquilo que a Drª Letícia acaba de dizer; mas há também a preocupação de que os senhores possam socializar internamente no Poder Executivo a preocupação desta Casa com esses temas que nós relatamos aqui.

Não é possível que se *sine die*, ainda que o Dr. Nelson não possa definir prazo, mas nós não estamos encerrando nosso debate aqui, nós estamos iniciando o nosso debate e é possível e provável que em outro tempo a gente retorne para conversarmos sobre aquilo que discutimos aqui hoje e os avanços, Senador Walter, que nos conseguimos aferir, porque esse é o papel desta Comissão, ou seja, se debruçar sobre tudo o que diga respeito aos gargalos que estão impedindo o desenvolvimento da economia brasileira e seus impactos sociais, sobretudo nas camadas mais vulneráveis da sociedade.

Basicamente, dessa forma, vou concluir e agradecer a presença aqui de todos, inclusive do Dr. Sérgio da Price solicitando que se possível deixasse esse estudo feito para que pudéssemos ter acesso a e-mail eletrônico, se pudéssemos receber como e-mail, para compor o nosso banco de dados.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB–GO) – Já está na Secretaria. Será distribuído para todos os Srs. Senadores.

Agradeço a todos os expositores, e quero dizer da nossa satisfação em recebê-los aqui.

Coloco a Comissão à disposição sempre que houver necessidade de qualquer coisa que o Executivo queira comunicar à Comissão nós nos colocamos aqui à disposição, assim como tomaremos a liberdade também de convidá-los assim que a Comissão desejar.

Não havendo mais a tratar, encerro a presente audiência pública.

(levanta-se a Reunião às 16 horas e 22 minutos.)

ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2011, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e vinte oito minutos do dia dezenove de maio de dois mil e onze, no Plenário da Comissão, sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Lindbergh Farias, Delcídio do Amaral, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Eduardo Braga, Francisco Dornelles, Flexa Ribeiro, Fernando Collor, Humberto Costa, José Pimentel, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Casildo Maldaner, Ivo Cassol, Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda.** Deixam de comparecer os demais Senadores. A Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da 13ª Reunião, que é dada como lida e aprovada. A Presidente propõe inversão de Pauta, que é aprovado pelos demais Senadores. **ITEM 4 – Requerimento nº 26, de 2011 – CI**, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que "Requeiro, nos termos do art. 90, inciso II, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública destinada a debater, no âmbito desta Comissão de Serviços Infraestrutura, a prorrogação da Reserva Global de Reversão (RGR) e do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), com a presença das seguintes convidados: Márcio Pereira Zimmermann, Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia; Cláudio José Dias Sales, Diretor-Presidente do Instituto Acende Brasil; Mario Veiga Ferraz Pereira, Presidente da PSR Consultoria; Nelson José Hübner Moreira, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL; Paulo Pedrosa, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres – ABRACE e o Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, Senhor Nelson Barbosa." Discute o Requerimento a Senadora Vanessa Grazziotin. A matéria é aprovada com a inclusão dos nomes dos convidados: Cláudio José Dias Sales, Diretor-Presidente do Instituto Acende Brasil, Nelson José Hubner Moreira, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel e Nelson Barbosa, Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda e retirado o nome de Mario Veiga Ferraz Pereira. **ITEM 1 – MENSAGEM (SF) Nº 66, DE 2011,** de autoria da Presidente da República, que "Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Helder Queiroz Pinto Junior para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, em vaga decorrente do término do mandato de Victor de Souza Martins." A Presidente concede a palavra ao Relator Senador **Aloysio Nunes Ferreira**, para fazer a leitura do seu Relatório. A Presidente concede vista coletiva, nos termos do § 2º do art. 2º do Ato nº 01, de 2009 – CI. **ITEM 2 – Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2009**, de autoria do Deputado Deley**,** que "Estabelece medidas para o controle da avifauna nas imediações de aeródromos". A matéria é adiada por ausência do Relator. **ITEM 3 – Projeto de Lei do Senado nº 336, de 2009,** de autoria do Senador João Vicente Claudino, que "Concede isenção do Imposto de Importação às células solares fotovoltaicas, suas partes e acessórios." Retirado de Pauta, a pedido do Relator, para reexame da matéria. **ITEM 5 – Requerimento nº , de 2011 – CI**, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que "Em aditamento ao Requerimento nº , de 2011 – CI, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, requeiro seja convidado o Senhor Cláudio José Dias Sales, diretor-presidente do Instituto Acende Brasil, para participar da Audiência Pública que debaterá, no âmbito desta Comissão de Serviços Infraestrutura, a prorrogação da Reserva Global de Reversão (RGR) e do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA)." Retirado de pauta a pedido da autora, Senadora Lúcia Vânia . **ITEM 6 – Requerimento nº 27, de 2011 – CI**, de autoria do Senador Delcídio do Amaral, que "Nos termos dos art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, Audiência Pública com o objetivo de discutir o tema: "Renovação das Concessões", em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com a presença dos seguintes convidados: MÁRCIO ZIMMERMANN – Secretário Executivo do MME; JOSÉ DA COSTA CARVALHO NETO – Presidente da Eletrobrás; NELSON HUBNER – Diretor-Geral da Aneel; MAURO ARCE – Presidente da CESP; OTÁVIO CARNEIRO DE REZENDE – Presidente do Conselho da ABIAPE LUCIANO COUTINHO – Presidente do BNDES; NELSON BARBOSA, Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda; PAULO PEDROSA, presidente executivo da Associação Brasileira de Grandes Consumidores; e Industriais de Energia e de Consumidores Livres – ABRACE." Usam da palavra para discutir a matéria os Senadores **Delcídio do Amaral, Cyro Miranda, Eduardo Braga, Waldemir Moka e Inácio Arruda**. A matéria é aprovada com a inclusão dos seguintes convidados: Nelson Barbosa, Secretário-Executivo do

Ministério da Fazenda e Paulo Pedrosa, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres – ABRACE. Aprovou-se também a realização da Reunião em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinqüenta e sete minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura. da 1ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu queria requerer a V. Exª a inversão da pauta dos nossos trabalhos, porque sou autor de um requerimento e relator de um item – o de nº 4 – e tenho que ir a uma outra comissão. Se não houver objeção dos colegas, a preferência...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Submeto à aprovação do plenário a inversão de pauta.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Na inversão de pauta proposta pelo Senador Aloysio, poderíamos iniciar pelo requerimento, o Item 5, se o Senador Aloysio concordar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Concordo, claro.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Vamos iniciar pelo requerimento.

Item 4 da pauta, com a inversão.

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CI

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso II, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública destinada a debater, no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, a prorrogação da Reserva Global de Reversão (RGR) e do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), com a presença dos seguintes convidados:

- Sr. Márcio Pereira Zimmermann, Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia;

- Sr. Cláudio José Dias Sales, Diretor-Presidente do Instituto Acende Brasil;

- Sr. Mario Veiga Ferraz Pereira, Presidente da PSR Consultoria;

- Sr. Nelson Hübner Moreira, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); e

- Sr. Paulo Pedrosa, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace).

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Em discussão o requerimento.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Srª Presidente, nós adiamos a votação do requerimento da semana passada para esta e, conversando agora, inclusive com a participação de V. Exª, com o Senador Aloysio Nunes e o Senador Flexa Ribeiro, a gente entende que seria importante fazermos uma audiência com no máximo cinco pessoas, e os nomes já estão acordados. Seriam o Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia, Marcio Zimmermann; do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa; e dois representantes... Dos que constam aqui, o Senador poderia...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Cláudio Sales e Paulo Pedrosa, da Abrace.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Cláudio Sales e Paulo Pedrosa. E o Senador Aloysio sugere ainda um diretor da Aneel.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Então, vou ler os nomes novamente para os senhores: Márcio Zimmermann, Cláudio José Dias Sales, Diretor-Presidente do Instituto Acende Brasil; Mário Veiga Ferraz Pereira – não, esse está fora; Nelson José Moreira, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); Paulo Pedrosa, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia; e o Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Srª Presidente, apenas para registrar a preocupação com o calendário dessa audiência pública, porque tenho a informação de que essa medida provisória já foi encaminhada ao Senado. Então, é vital que se faça essa audiência, ainda que numa reunião extraordinária da nossa comissão, antes da inclusão do PLV na Ordem do Dia.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador Aloysio, nós estamos pretendendo fazer no dia 25, quarta-feira. Acho que é um bom dia, não é?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Perfeito, apenas calibrando com a chegada da medida provisória.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia**.** Bloco/PSDB – GO) – Vamos ao Item 1 da pauta:

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 66, DE 2011

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Helder Queiroz Pinto Junior para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Pretróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em vaga decorrente do término do mandato de Victor de Souza Martins.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Relatório: a Comissão está em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Helder Queiroz Pinto Junior para ocupar o cargo de diretor da Agência Nacional do Petróleo.

Com a palavra, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Srª Presidente, nos termos do art. 52, inciso II, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 11 da Lei nº 9.478, de agosto de 1997, a Srª Presidente da República submete à consideração do Senado o nome do Sr. Helder Queiroz Pinto Junior para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo.

É de competência privativa do Senado apreciar previamente por voto secreto a após argüição pública a escolha de titulares de cargos públicos que a lei determinar nos termos citados no dispositivo constitucional. No âmbito do Senado, a argüição cabe a esta comissão conforme estatue o Regimento Interno.

O Dr. Helder é professor, pesquisador do Grupo de Estudo de Economia de Energia do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O indicado formou-se em Ciências Econômicas em 1984, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. No biênio 1987-1988, trabalhou na Eletrobrás, como economista, na Divisão de Estudos de Utilização de Energia Elétrica com foco no Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica, o Procel. Tornou-se mestre em planejamento energético em 1988, também pela UFRJ. Em 1993, obteve o título de doutor em ciência na área de economia de energia pelo Instituto de Economia e Política de Energia (IEP), de Grenoble, França. Entre 1993 e 1994, trabalhou como professor e pesquisador do IEP no tema "comportamento das empresas estatais dos países produtores de petróleo". Desde 1994, está ligado ao Grupo de Economia de Energia da UFRJ. Durante esses 17 anos de carreira acadêmica no Brasil, ministrou vários cursos de graduação, especialização, mestrado, doutorado nas áreas de regulação de indústrias energéticas, regulação de mercados e monopólios, economia da regulação, evolução da indústria do petróleo, mercado de petróleo e derivados, entre outros.

Paralelamente ao exercício acadêmico, o Dr. Helder tem exercido outras atividades profissionais. Entre 1998 e 2000, atuou como consultor da Diretoria-Geral e da Superintendência de Estudos Estratégicos da ANP. Em 2001, foi professor visitante no Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Oxford. Em 2004, foi professor visitante da Universidade Paris XI. Em 2009, foi também professor visitante do Centro de Geopolítica, Energia e Matérias primas da Universidade de Paris Dauphine. Entre 2004 e 2007, participou dos cursos de pós-graduação e regulação de energia na Universidade de Sherbrooke, em Montreal, Canadá. Atualmente integra o quadro de professores de pós-graduação em *Economics and Management of Network Industries*, financiado pela União Europeia, promovida pela Universidad Comillas, na Espanha, Paris XI, na França, e Delft, na Holanda. Entre 2002 e 2003, exerceu o cargo de diretor de pesquisa do Instituto de Economia da UFRJ e, entre 2003 e 2006, foi editor da revista *Economia Contemporânea*, da mesma universidade.

Nos últimos dez anos tem atuado com consultor e pesquisador para vários órgãos, entidades e empresas, tais como: Ministério de Minas e Energia, empresas de pesquisa energética, Agencia Nacional de Energia Elétrica, ANP, Petrobras, Eletrobrás, BNDES, BP, Instituto Brasileiro do Petróleo, Comissão Econômica para America Latina e Caribe (Cepal), Organi-

zação das Nações Unidas, Agência Internacional de Energia e outros.

Possui dezenas de publicações em revistas acadêmicas no Brasil e no exterior, 48 das quais estão listadas no currículo encaminhado pela Presidente da República. É um dos autores dos livros *Ensaios sobre Política Energética* e *Economia de Energia*, ambos publicados em 2007.

A partir desses elementos apresentados, entendemos que a Comissão está em condição de deliberar sobre a indicação do nome do Dr. Helder Queiroz Pinto Junior para ocupar o cargo de diretor da Agência nacional do Petróleo.

É o relatório, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, concedo vista coletiva a todos os membros da Comissão.

Informo aos Srs. Senadores que a sabatina dos dois indicados para a ANP será feita na próxima quinta-feira.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74, DE 2009
(Terminativo.)

Estabelece medidas para o controle da avifauna nas imediações de aeródromos.

Autoria: Deputado Deley.

Relatoria: Senador Ciro Nogueira.

Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva nº 1-CMA.

Não estando presente o Senador Ciro Nogueira, adiamos a votação desse item.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 336, DE 2009
(Não terminativo.)

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu recebi uma solicitação do autor do projeto, Senador João Vicente, que deseja fazer uma adaptação nesse projeto para verificar uma possibilidade de ele ser atendido. De modo que peço a V. Exª a retirada desse projeto de pauta.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

A matéria será retirada de pauta para apreciação, novamente, pelo Relator.

ITEM 5
REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CI
(Não terminativo.)

Em aditamento ao Requerimento nº , de 2011 – CI, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira,requeiro seja convidado o Senhor Cláudio José Dias Sales, diretor-presidente do Instituto Acende Brasil, para participar da Audiência Pública que debaterá, no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, a prorrogação da Reserva Global de Reversão (RGR) e do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA).

Autoria: Senadora Lúcia Vânia.

Como se trata de matéria vencida, eu a retiro de pauta.

ITEM 6
REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CI
(Não terminativo.)

*Nos termos dos art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), Audiência Pública com o objetivo de discutir o tema: "*Renovação das Concessões*", com a presença dos seguintes convidados:*

- Sr. Márcio Zimmermann, Secretário Executivo do MME;
- Sr. José da Costa Carvalho Neto, Presidente da Eletrobrás;
- Sr. Nelson Hübner, Diretor-Geral da Aneel;
- Sr. Mauro Arce, Presidente da CESP;
- Sr. Otávio Carneiro de Rezende, Presidente do Conselho da Abiape; e
- Sr. Luciano Coutinho, Presidente do BNDES.

Autoria: Senador Delcídio do Amaral.

Em discussão o requerimento.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Srª Presidenta, Senadora Lúcia Vânia, Senadores e Senadoras, estou apresentando esse requerimento porque, no meu ponto de vista, o assunto mais importante a ser discutido nos próximos meses na área de energia é a renovação de concessões.

Falou-se muito sobre a Cesp, que a Cesp teria concessões que já estariam caducando, como a de Ilha Solteira, a de Jupiá e a de outras usinas. Ocorre que esse problema não aflige só a Cesp. Furnas tem várias usinas cujas concessões vão ser encerradas, a Chesf também. E são grandes hidrelétricas.

Essa questão das concessões é um assunto fundamental. Eu tenho acompanhado muitas opiniões a respeito da renovação de concessões alegando que, como as concessões estão caducas, ou vão caducar, essas hidrelétricas só entrariam no custo da tarefa

pela operação e manutenção. Consequentemente isso impactaria diretamente – esse é um dos objetivos do novo modelo do setor elétrico, aprovado ainda no Governo Lula – que é a modicidade tarifária. Porém, Srª. Presidenta, o setor elétrico, ao longo de sua história, enfrentou muitas distorções.

Nós tivemos vários mecanismos de equalização de tarifas, tivemos mecanismos que davam a garantia de remuneração mínima, contas de resultado a compensar, enfim. O setor elétrico é pródigo em soluções, muitas delas meritórias, que distorcem a realidade das companhias. Então, essa discussão não é simples. Não é porque terminou a concessão que amortizou o investimento. Nem sempre essa afirmação é verdadeira.

O que eu tenho percebido é uma preocupação muito grande, Presidente, dos vários atores do setor de energia elétrica com essa questão, até no momento em que o Brasil todo discute o preço das tarifas em contas onde aproximadamente 48% da conta é energia e o restante é encargo e tributo, sendo energia um fator preponderante para o desenvolvimento e social do Brasil.

Não tenho dúvida de que este tema é de extrema relevância e acho que a Comissão de Infraestrutura é o foro adequado para se fazer esse debate, porque nos preocupa muito, primeiro em função dos custos da energia, o processo de fechamento de muitas indústrias eletrointensivas que vão se instalar em outros países, que vão montar projetos onde há energia mais barata.

Portanto, acho que essa discussão das concessões é primordial.

Gostaria, Srª Presidente, de... Eu sugeri o Secretário Executivo Márcio Zimmermann, o Dr. José da Costa Carvalho Neto, Presidente da Eletrobrás, Dr. Nelson Hübner, Dr. Mauro Arce, Presidente da Cesp, Dr. Otávio Carneiro de Rezende, da Abiape, e Dr. Luciano Coutinho, do BNDES. E gostaria de incluir, até por sugestão de outros Senadores, o Secretário Nelson Barbosa, porque sei que essa discussão está sendo gestada... Isso está sendo discutido no Governo, mas os atores do setor de energia ainda não têm conhecimento do que está sendo tratado. E, é claro, com a participação do Ministério da Fazenda.

Então, eu gostaria de sugerir... Apresentei esse requerimento sem um representante do Ministério da Fazenda. Acho que seria muito importante se nós tivéssemos o Secretário Executivo Nelson Barbosa nessa audiência pública.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Em discussão.

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Concordo com o Senador Delcídio, Srªs e Srs. Senadores, mas acho um pouco contraproducente sete pessoas no mesmo dia. A prática tem nos mostrado que, além de ficar longo, termina esvaziando o plenário em função de acumular com outras comissões.

Então, eu não sei. Só o Senador Delcídio pode dizer se há possibilidade de dividir isso em grupos, dois grupos pelo menos. E se é válido o que estou falando também.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSB – GO) – Com a palavra o Senador Delcídio.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Na verdade, eu concordo com o Senador Cyro. Nós temos aqui sete pessoas. Poderíamos separá-las em dois grupos, mas teríamos que fazê-lo de maneira a contemplar... Aqui nós temos Eletrobrás, que não pode faltar, por causa de Furnas, Chesf e assim por diante, a Cesp por causa de Ilha Solteira, Jupiá, que também é fundamental, a Aneel, nós não podemos deixar de convidar o Dr. Nelson Hübner. O Dr. Márcio Zimmermann, que é o Secretário Executivo, é quem está tratando, pelo Ministério de Minas e Energia, dessa questão. O Presidente do Conselho Abiape representa aqueles agentes diretamente envolvidos com essa questão; e o Ministério da Fazenda, que está trabalhando nisso.

Talvez para diminuirmos, para fazermos uma audiência pública só, eventualmente, não incluirmos o Dr. Luciano Coutinho, e trabalhar justamente com aquelas pessoas que estão diretamente envolvidas nessa discussão de concessão. Ou fazermos em duas audiências, também.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Srª Presidente, queria fazer, mais uma vez, um apelo ao nosso Relator, o nosso querido Senador Delcídio, porque, efetivamente, todas as experiências que tivemos nas diversas comissões e subcomissões desta Casa, inclusive na CAE, a qual o Senador Delcídio tão brilhantemente preside, é a de que um tema tão importante quanto esse e de tamanha relevância, se trouxermos sete pessoas e cada uma delas, com muito rigor no critério do tempo, utilize vinte minutos, estamos falando em, nada mais, nada menos, cento e quarenta minutos de apresentação. Obviamente, teríamos vários Senadores inscritos, fazendo perguntas focadas em cada uma dessas gestões dentro programa.

Então, se o Senador Delcídio me permitir sugerir, acho que se dividirmos em duas audiências, uma em que estivesse o sistema como Secretário Executivo do Ministério das Minas e Energia, Eletrobrás, Chesf ou a Aneel, e, na outra, o Presidente do Conselho da Abia-

pe... Acho que a presença do Presidente do BNDES é importante, porque, afinal de contas, hoje o BNDES tem um papel fundamental nesse processo que será debatido na Comissão de Infraestrutura.

Sugeriria que, para o bom cabo e para a eficiência desse debate, seja dividida em duas audiências públicas, e não abriríamos mão da participação do Presidente Luciano Coutinho, bem como do Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, Sr. Nelson Barbosa.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Delcídio.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Acho que os comentários do Senador Eduardo Braga, como sempre, são muito pertinentes, lógicos e sensatos, como o comentário do Senador Cyro.

Vou propor aqui, Senadora Lúcia Vânia, fazemos um *split* dessa audiência pública.

Qual a sugestão de V. Exª, Senador?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Se acatada a sugestão do convite do Secretário Nelson Barbosa, colocaríamos os Secretários, o Secretário do MME, o nosso Márcio Zimmermann, o Nelson Barbosa e o Presidente da Eletrobrás, numa audiência, e, muito provavelmente, nessa mesma audiência, ou o Dr. Luciano Coutinho ou o Diretor-Geral da Aneel. Numa outra audiência, dependendo de quem ficará, se Aneel ou BNDES, com o Márcio Arce, Presidente da Cesp, quanto com o Otávio Carneiro de Rezende, Presidente da Abiape.

Faria uma divisão entre a parte de gestão de política e de política e a parte de execução e financiamento, em que teríamos, portanto, a discussão da política e da gestão e a operacionalização dessa política que acontece no caso com os operadores do sistema, com o BNDES e a Aneel.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Delcídio.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Gostaria de sugerir, dentro da linha que o Senador Eduardo Braga está propondo, uma audiência com os responsáveis pelas políticas. Então, seriam o Secretário Márcio Zimmermann; o Diretor-Geral da Aneel, Nelson Hübner; o Dr. Nelson Barbosa, Secretário Executivo. E na outra audiência...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – E Luciano Coutinho.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – E Luciano Coutinho, perdão. Seriam quatro. Aí, já é uma coisa razoável. E, depois, na outra audiência pública, seriam aqueles que estão no chão de fábrica mesmo, que estão no dia a dia: o Presidente da Eletrobrás, o Presidente da CESP, Dr. Mauro, Arce, e o Dr. Otávio Carneiro de Rezende, da Abiape, que aí é o setor inteiro.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – *Ok*.

Então, vamos rever o requerimento: Dr. Márcio Zimmermann, na primeira; Nelson Hübner, Diretor-Geral da Aneel; Luciano Coutinho, do BNDES; e Nelson Barbosa, Secretário Executivo, para a primeira audiência pública. Correto, Senador Delcídio?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – É que eu fui ...

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Interrompido.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Assessoria ajuda, mas às vezes atrapalha também. A senhora poderia repetir, por favor, Senadora?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu vou ler novamente. Dr. Márcio Zimmermann, Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia; Nelson Hübner, Diretor-Geral da Aneel; Luciano Coutinho, Presidente do BNDES; Nelson Barbosa, Secretário Executivo da Fazenda.

A segunda audiência pública: José da Costa Neto, Presidente da Eletrobrás; Mauro Arce, Presidente da CESP; Otávio Carneiro de Rezende, Presidente do Conselho da Abiape.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Perfeito.

Eu recebi agora também uma solicitação... V. Exª veja que esse é um tema... Chegou agora e é bem razoável. É a Associação dos Grandes Consumidores de Energia. Eles vão ser diretamente impactados por isso.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – É da Abrace.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – É da Abrace, Dr. Paulo Pedrosa. Então, eu sugeriria, neste segundo grupo, além da Abiape, nós colocaríamos a Abrace.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu quero parabenizar o Senador Delcídio, porque nessas coisas tem que ter o consumidor, o usuário. É fundamental isso. Parabéns Senador.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu queria agora a atenção. Na segunda audiência pública, José da Costa Carvalho Neto, Presidente da Eletrobrás; Mauro Arce, Presidente da CESP; Otávio Carneiro de Rezende, Presidente do Conselho da Abiape; Paulo Pedrosa, Diretor-Presidente da Abrace.

Em votação o requerimento para as duas audiências públicas.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É justa a reivindicação de Aloysio. Acho que deveríamos apoiar.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Não havendo mais quem queira discutir este assunto, colocamos em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de duas audiências públicas.

Os Srs. Senadores serão comunicados oportunamente da data desta audiência pública.

Eu solicitaria ao Senador Delcídio que fizéssemos uma das audiências públicas junto com a Comissão de Assuntos Econômicos, numa data da Comissão, para que a gente não fique atropelando. Como nós temos que fazer as duas seguidas, a gente poderia juntar pelo menos uma, a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Serviços de Infraestrutura, para a gente ganhar tempo e horário e permitir a presença de outros Senadores.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Acho excelente essa sugestão, Senadora Lúcia Vânia, até porque as duas comissões diretamente envolvidas com esse assunto são a Comissão de Serviços de Infraestrutura e a Comissão de Assuntos Econômicos. Então, nós vamos entrar com um requerimento também para fazer uma reunião conjunta com a Comissão de Serviços de Infraestrutura.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam com a junção das duas Comissões para esta audiência pública, permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo aos Srs. Senadores pela presença.

(Levanta-se a Reunião às 9 horas e 57 minutos.)

ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 14 HORAS.

Às quatorze horas e 34 minutos do dia vinte e cinco de maio de dois mil e onze, no Plenário nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores: **Lindbergh Farias, Blairo Maggi, Flexa Ribeiro, Fernando Collor, Marcelo Crivela, Vanessa Grazziotin, Ivo Cassol e Aloysio Nunes Ferreira.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Registra-se, a presença do Senador não-membro da Comissão, **Ataídes de Oliveira**. Havendo número regimental, a Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da 14ª reunião extraordinária, que é dada como lida e aprovada. A Presidente convida os participantes para tomaram assento à Mesa. Em seguida, dá-se início à realização da Audiência Pública em cumprimento aos Requerimentos nº 26, de 2011-CI, aprovados em 18 de maio de 2011, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, para debater a prorrogação da Reserva Global de Reversão (RGR) e do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), com a presença dos seguintes convidados: Márcio Pereira Zimmermann, Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia; Marcus Aucélio, representando o Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa; Cláudio José Dias Sales, Diretor-Presidente do Instituto Acende Brasil e Paulo Pedrosa, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres – ABRACE . A Presidente concede a palavra aos Convidados. Após a apresentação dos convidados, usam da palavra os Senadores **Aloysio Nunes Ferreira, Fernando Collor, Ivo Cassol e Blairo Maggi**. A Presidente concede a palavra aos convidados para responderem as perguntas dos Senhores Senadores e fazerem as considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia,** Presidente .

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Boa tarde a todas e a todos os presentes. Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª reunião extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovada.

Passemos à pauta, conforme previamente divulgado. Antes, quero convidar a compor a mesa, como convidados desta audiência pública, os Srs. Márcio Pereira Zimmermann, Secretário-Executivo do Minis-

tério das Minas e Energia; Cláudio José Dias Sales, Diretor-Presidente do Instituto Acende Brasil; Marcus Pereira Aucélio, Subsecretário do Tesouro do Ministério da Fazenda, representando o Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa; e Paulo Pedrosa, Presidente-Executivo da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres – Abrace. (Palmas.)

Esta reunião destina-se à realização de audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº 26, de 2011-CI, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, aprovado em 19 de maio, com a finalidade de debater da prorrogação da Reserva Global de Reversão (RGR) e do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa).

Senhoras e senhores, damos início, nesta Comissão de Serviços de Infraestutura do Senado Federal, a mais uma audiência pública, na qual trataremos da prorrogação da Reserva Global de Reversão (RGR) e do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa).

A audiência é resultado da aprovação de requerimento de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, a quem cumprimento pela iniciativa de propor a presente reunião.

Contamos hoje com a presença dos seguintes convidados: Márcio Pereira Zimmermann, Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia; o Sr. Marcus Pereira Aucélio, Subsecretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, o Sr. Cláudio José Dias Sales, Diretor-Presidente do Instituto Acende Brasil; e Sr. Paulo Pedrosa, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres – Abrace.

Desde já, agradeço encarecidamente a presença de V. Sªs nesta audiência.

Os temas aqui tratados são da maior relevância para o País, em um momento que nos deparamos com um resultado desestimulante, com a notícia da queda do Brasil em seis posições no ranking mundial de competitividade, esta audiência pública vem fortalecer o debate acerca da necessária e urgente desoneração dos custos de produção dos bens essenciais de consumo, entre eles a tarifa de energia elétrica.

Nesse sentido, tanto a RGR como o Proinfa, que representam elevados encargos no setor elétrico, são alguns dos objetivos da Medida Provisória nº 517, publicada em 31 de dezembro de 2010, que tramita na Câmara dos Deputados. Essa medida pretende prorrogar a RGR até 2035, ou seja, por mais 25 anos, e o Proinfa, até 31 de dezembro deste ano.

É para discutir as causas e os efeitos dessas prorrogações, além de outras questões envolvendo a RGR e o Proinfa, que nos reunimos hoje nesta Comissão.

Estou certa de que o debate que se inicia agora nesta audiência pública será fundamental para subsidiar os trabalhos legislativos referentes à Medida Provisória nº 517.

Dessa forma, a Comissão de Serviços de Infraestrutura não só permitirá uma discussão clara e técnica acerca dos temas aqui tratados, como também possibilitará às Srªs. Senadoras e aos Srs. Senadores ouvirem os argumentos contra e a favor desses assuntos com a devida antecedência, algo que esta Casa não tem tido, nos últimos meses, nas discussões de medidas provisórias.

Informo que, para melhor andamento dos trabalhos, vou conceder o tempo de 20 minutos para cada convidado.

Concedo a palavra ao Sr. Márcio Pereira Zimmermann, Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia, para sua explanação.

O SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – Boa tarde a todos, gostaria de agradecer o honroso convite à Senadora Lúcia Vânia, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado. É sempre um prazer voltar aqui e poder participar dos grandes debates que aqui sempre acontecem. Acredito que é uma oportunidade de discutirmos pontos importantes e sempre tem sido um espaço muito importante para o Ministério expor suas posições.

Senadora Lúcia Vânia, de quanto tempo eu disporia?

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/ PSDB – GO) – Vinte minutos.

O SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – Ao falar de setor elétrico, é muito importante entendermos sobre o que estamos falando. Estamos falando do setor elétrico localizado na Suíça, localizado em Manhattan? Ou estamos falando do setor elétrico de um país em desenvolvimento, que a cada doze anos tem que dobrar a sua capacidade instalada de geração, de um país que tem Estados em que o consumo cresce 10%, na média do país, mantido nos últimos anos em torno de 5%? Então, é diferente.

Quando olho este País, vejo que ele não é homogêneo. Nem sempre um Estado brasileiro, de uma determinada região, é igual ao outro. É um país em que há distorções econômicas, sociais e regionais grandes. Um país que tem um consumo per capita da ordem de 2.300 kWh ano. Comparando com a Europa, que tem 6 a 8 mil kWh ano, nós temos 2.300, a África do Sul tem o dobro do Brasil, 4.700. É um país que pretende

chegar a 2021, 2022 praticamente tendo que dobrar sua capacidade de investimento.

Esse é o primeiro ponto. Se vocês puderem sublinhar isso, o que isso significa? Significa que temos de investir tudo aquilo que foi investido desde o início da história do setor de energia elétrica até hoje, nos próximos onze anos. Por quê? Porque a capacidade instalada terá de ser dobrada. Aí se pode sonhar que vai haver eficiência energética. Eu vou fazer eficiência energética, mas eu consigo quanto? Qual país conseguiu mais 5% ou 10%? Nenhum.

Então, efetivamente, tenho que investir. Então, é um País que tem um setor elétrico que é intensivo de capital e de investimento. Que grande suporte temos hoje nos investimentos do setor elétrico brasileiro? É o próprio BNDES. O BNDES hoje financia praticamente todo o setor elétrico.

À medida que se entende que um país desenvolvido não tem crescimento do consumo de energia elétrica, que ele tem crescimento marginal, muito pequeno; a medida que eu entendo que, não tendo de investir... por exemplo, se eu perguntar aqui, por exemplo, energia nuclear é cara? Ela tem um preço maior do que a hidrelétrica? É bem mais cara. Você sabe qual é a energia mais competitiva da Europa? É a nuclear, porque são usinas depreciadas e, como não há pressão de mercado para implantar com a celeridade que temos aqui no Brasil, tem-se a energia mais barata, que é vendida na Europa, inclusive exporta. Na nossa característica, não. Todo ano, tenho que pensar que preciso investir 5, 6, 7 mil.

Como nós temos um sistema predominantemente hidrelétrico no Brasil, já desde o Código de Águas, temos o princípio da concessão, o regime que o Brasil trabalha. Hidrelétrica é concessão. A parte dos serviços públicos de energia elétrica – isso também é importante guardar – é concessão. Então, o serviço de distribuição, o serviço de transmissão são concessões de serviço público. E, ao mesmo tempo, na legislação, implantadas as alterações que ocorreram na década de 90, nasceu a figura do produtor independente, que não deixa de ser uma concessão. Ele é uma concessão de uso de bem público.

Bom, qual era o princípio da RGR? O princípio da RGR era a reversão. O Código de Águas de 1934 já previa isso. Já tinha lá a reversão. Por quê? Se vocês analisam o lado de como é que funciona um plano de contas de um setor como o nosso, você vai ver que trabalha com depreciações em 30 anos, trinta e poucos anos. É claro que, nesse segmento de distribuição e mesmo de melhorias na própria geração, ao longo da vida do equipamento, da instalação ou da expansão desse serviço, no caso da distribuição, você tem que fazer investimentos contínuos. Alguns você vai amortizar dentro do período; outros você vai amortizar depois.

Então, o princípio da concessão é muito claro. Eu tenho, pela legislação brasileira atual, um prazo para essa concessão. Depois disso, reverte para o Estado. Isso é o que rege o marco regulatório hoje vigente no Brasil. A partir do momento em que reverte para o Estado, o acionista, o dono da concessão, quando vai devolver, se tiver saldo a receber, ele tem que receber esse recurso. Então, por que existe a RGR? Existe para isto: para você indenizar o acionista, o dono da concessão, quando está devolvendo para o Estado.

O que ocorreu no Brasil se nós olharmos a década de 90? Na década de 90, por que se começou a trabalhar com essa história de prazo, determinar a RGR? Porque, em princípio, todo o setor elétrico seria privatizado, e, partir do momento em que se privatizou tudo, a cada vez que se fosse relicitar novamente a concessão, iria entrar no ágio, que o cara, provavelmente, depois, iria tentar recuperar, quem ganhasse no próximo período.

Hoje, quando licito uma usina como Belo Monte, Jirau, Santo Antônio, ela é uma concessão de uso de bem público. Provavelmente, o grosso dos investimentos está sendo feito agora. Mas eu posso ter melhorias ao longo de 30 anos e investimentos a fazer que podem extrapolar. Então, mesmo a concessão que, na distribuição você enxerga claramente, quando você olha a concessão de uso de bem público, que é o caso de uma usina hidrelétrica licitada hoje, aí você vê que pode ter menos, mas pode ter.

Esse é o princípio da RGR, por que você arrecada – e já é previsto, já que o Brasil não mudou, continua o regime de concessão, é um dos países do mundo que utilizam esse princípio –, então, você entende por que fazia essa arrecadação. Na década de 90, houve aquela confusão. Eu me lembro de que participei ativamente na discussão aqui em Brasília, quando eu era Diretor da Eletrobras nesse período de 2001, 2002, e, naquela época, conseguiu-se a prorrogação até 2010, porque havia um princípio baseado no modelo da Coopers, de que acabaria a RGR.

Na verdade, quando, no ano passado, nós encaminhamos para o Presidente Lula a proposta que o Ministério de Minas e Energia mandou, junto com a Fazenda, era da necessidade, aquelas características iniciais de que falei num país que tem distorções econômicas, sociais e regionais, onde um recurso para um setor que é intensivo de capital, que você capta para que seja usado para uma reversão, enquanto não é usado para uma reversão, ele pode ser usado onde? Ele pode ser usado dentro do setor. Onde ele pode ser usado? Ah, não, dizem que a Eletrobras usa para

onde quer. Não existe isso, tem lei que diz onde é que pode aplicar. Não existe essa história de... A Eletrobras administra a conta RGR e é fiscalizada pela Aneel, e não entra um centavo na conta dela, porque não pode contaminar. A Eletrobras é uma empresa que tem ações em Bolsa em Nova York, tem ações na Bovespa; ela não pode ser contaminada com isso. Então, não existe essa história, como já escutei de alguns analistas de plantão: Não, a Eletrobras pega esse dinheiro barato – porque esse dinheiro é emprestado a 5%, sem correção monetária, sem nada, é o dinheiro mais barato que existe – e vai disputar leilão. Não pode. Isso aí é impossível.

Nesse caso, então, de que estamos falando? Não estamos falando de tributo; estamos falando de um recurso que é arrecadado por todo consumidor, por todo o Brasil, que participa dessa RGR, e que isso dá R$1,5 bilhão, R$1,6 bilhão por ano, e que é aplicado onde? É aplicado em projetos dentro do setor elétrico.

E outra coisa que é importante, e que a turma também esquece, os nossos grandes analistas, que aquele recurso não só é fiscalizado pela Aneel, como não é o acionista daquela concessão que pegou o empréstimo que vai utilizar o dinheiro, porque a Aneel, o cara tem tarifa, uma distribuidora que pegou um recurso, ele tem tarifa e é regulado, e a Aneel calcula o custo de captação que ele está usando. Então, não existe essa história de que alguém está se apropriando. Não. Então, na verdade a RGR, senhores – eu tenho que dizer bem claro –, para um setor que tem que implantar seis mil megawatts por ano, que tem que implantar três, quatro mil quilômetros de linha por ano de rede básica, e mais, atender crescimento do consumo residencial, industrial, como nós temos aqui no Brasil, Estados com 10%, outros com 5%, 6%, 7%, investimentos pesados nessas áreas. É um recurso disponível, é um recurso que você capta e utiliza. Quando nós olhamos, nos últimos anos, aí voltando àquele ponto de um país com desequilíbrio econômico, social e regional, você verifica que 59% de todos os recursos da RGR foram aplicados onde? No programa Luz para Todos, porque, nesse programa, era prevista aquela subvenção, que é o CDE, o CDE não tinha capacidade e a RGR passou a ser o grande recurso, e isso aí nos permitiu chegar hoje num país que conseguiu atender, nos últimos anos, a 14 milhões de pessoas. Hoje estamos com 2,8 milhões unidades de consumo atendidas, ou próximo disso. O que significa 14 milhões de brasileiros que não tinham acesso.

Um outro aspecto dentro disso, um país que tem distorções regionais. Metade dos recursos da RGR tem de ser aplicado em projetos na região Norte e Nordeste. Por que isso? Porque são regiões... Por exemplo, quando vejo aqui o Senador Cassol, o Estado de Rondônia está crescendo a quanto: 10%, 12%, 18% ao ano? Pegue e carrega a concessionária local lá, com todos esses custos, para ela pôr naquela tarifa do consumidor local e ver onde vai parar essa tarifa, para ver se ela consegue absorver. Agora, quando ela tem acesso a esse recurso, que é muito mais baixo que qualquer captação que ela faria no mercado, pergunto o que vai prejudicar mais o consumidor: nós acabarmos com a RGR e deixarmos aquele lado do Brasil ficar ad eternum e esquecendo que a nossa grande região, as regiões Sul, Sudeste e parte do Nordeste, onde tínhamos uma maior concentração de carga, ela desenvolveu a sua infraestrutura na época da tarifa equalizada, quando todo o Brasil contribuía porque ali era mais fácil fazer as ligações. E agora que nós temos um modelo bem claro, que vai considerando que unificou tudo isso, que é o mesmo modelo aplicado numa concessionária que atende Brasília, aplicado lá em Rondônia, tenta colocar isso de forma simples, para ver, então, como seria onerado isso.

Então, quando nós falamos na RGR, nós estamos falando naquela mesma fonte de recursos em que uma concessionária tipo a de Pernambuco, a de Alagoas, que tiveram aquele problema de emergências e, de repente, é liberado na hora um recurso de RGR financiado, aquela outra de Santa Catarina que teve aquele problema de enchente, e outras aí. Financiamento de subtransmissão. Muitas vezes falam que foi o Luz para Todos. Foi. Mas há projetos que são financiados para empresas naquelas regiões que não têm infraestrutura de energia, não adianta só fazer a redistribuição para ligar o Luz para Todos. Você tem que ter subtransmissão. Você tem o encadeamento. E isso são recursos, que é mais barato. Então, senhores, acho que temos que pegar. Se vamos discutir, no setor elétrico tributos, vamos. Agora não vamos misturar tributos com recursos que são reinvestidos no próprio setor. Não vamos misturar isso. Se os senhores me disserem: "Nos Estados Unidos, a carga tributária é 20%." É. Aqui no Brasil é o dobro? É. Isso é tributo. Estamos falando de PIS, de Cofins e de outros de característica do Brasil, que é uma discussão muito mais profunda em que eu não vou entrar. Essa discussão é muito mais profunda, e o próprio Congresso Nacional, o Governo vem discutindo muito isso.

Mas só vamos lembrar: muitas vezes eu vejo o pessoal chamando "transmissão de encargo". É um serviço prestado. Como você gera num lugar, você gera lá numa hidrelétrica e vai trazer até um local se não é transmissão? E a transmissão cai do céu? Não cai. Aquilo é custo. Mas também há analistas aí que chamam de encargos de transmissão, e juntando tudo.

Quando eu falo na RGR, não. Estou falando num fundo que é reinvestido no setor e que tem a lógica no Brasil, que trabalha num regime de concessão, que a concessão reverte numa determinada data e que o acionista tem que ser remunerado. Para isso existe a RGR. Enquanto eu não faço isso, eu utilizo esse recurso para ser investido no próprio setor. Então, ele tem uma característica totalmente diferente de tributo. A gente não pode misturar isso.

Com relação à RGR, quando nós olhamos para os 100 bilhões que setor elétrico arrecada no Brasil hoje, isso significa 1,5 bilhão, e 1,5 bilhão que voltam reinvestidos no setor. Aí vão dizer: não, mas até o ano passado não era. Realmente, os fundos, junto com Eletrobras, eram contingenciados, por causa da responsabilidade do superávit primário. A Eletrobras saiu e os fundos saíram, hoje você voltou a ter liberdade disso.

Outro ponto importante, mais técnico. Os senhores sabiam como o Brasil contrata energia elétrica daqui para frente? Com a figura do produtor independente. Esses leilões que a gente faz aí direto são produtores independentes. Aí pode ter a hidrelétrica, um concessionário de uso de bem público, ou um autorizado termoelétrico. Eles não pagam RGR diretamente. Eles não pagam. O que significa isso? Se hoje a concessão de serviço público – pois concessão de uso de bem publico não paga –, se a concessão de serviço publico, vamos dizer, que representa, na geração significa 40% do total dos 100 bilhões, mais ou menos 44%; 44 bilhões dos 100 bilhões que o setor arrecada vêm do segmento geração.

Se nós considerarmos que 70% hoje são atendidos por concessionárias ainda de serviço público, isso vai cair. Como eu falei, eu tenho que dobrar a capacidade instalada do Brasil até 2021, 2022. Eu tenho que passar dos meus 110 mil, 112 mil hoje e vou chegar em 200, 200 e poucos mil. E só vai entrar produtor independente. Então, naturalmente, a RGR vai caindo, até porque essas figuras do produtor independente são menos intensivas. O grande investimento é no início; depois, pode haver alguma coisa remanescente, mas é pequena. Mas, então, há uma tendência declinante da RGR e não ascendente. Isso é outra observação importante para ser feita e para ser analisada.

E, por favor, analisem com profundidade. Às vezes, é uma miopia muito grande achar que os problemas do setor se resumem a 1,5%, que é reinvestido no próprio setor, considerar que a discussão tributária é uma discussão impossível, e vou centrar o meu tiro: abaixo a RGR, tem-se que acabar com a RGR. Por quê? Se é um recurso que não é tributo, se é um recurso que entra de novo no setor, que tem a sua utilização definida por lei. Será que é isso que nós vamos fazer? Retirar essa capacidade do setor?

Então, Srs. Senadores, eu acho que é importante esse ponto da utilização da RGR e do porquê da convicção minha, como técnico que tem mais de 30 anos de setor, e ao mesmo tempo do Governo, entendendo as características do Brasil, entendendo as características desse recurso, que não é um tributo.

Eu acredito que, com isso, eu quis colocar, em linhas gerais, o que é a RGR.

Com relação ao Proinfa, se a Senadora me permitir, só vou fazer um comentário. Na verdade, o Proinfa foi o Programa de Incentivos a Fontes Alternativas, cumpriu um papel muito bom no setor brasileiro. Ele foi lançado em 2004 e, depois de uma série de percalços que teve, pelo pioneirismo de trabalhar com fontes eólicas, com fontes de biomassa e tal, ele já cumpriu o seu papel. Agora é claro que há um lado legal de empreendimentos que não saíram por razões ambientais, por razões de decisão do Poder Judiciário, e que foram sendo liberados mais tarde. Aí havia a preocupação, apesar do entendimento de que, na verdade, o próprio contrato entre a agência... E a agência, em podendo declarar motivo de força maior, naturalmente, independentemente se o contrato vencia em 2010, ele já poderia, ele já teria esse direito. Então, nós temos muitos projetos em que a agência declarou força maior.

Então, esse item que está na medida provisória que está sendo votada, na verdade, já é feito assim. Então, ele só deu mais robustez ou tranquilidade para outra parte que assina o contrato, pois a Eletrobras, por lei, ficou de contratar. Mas, de qualquer forma, o motivo de força maior é previsto na legislação brasileira e já ocorre naturalmente.

Então, eu acho que, em linhas gerais, Senadora, eram esses os comentários que eu queria fazer, fico à disposição da senhora e mais uma vez agradeço o honroso convite.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço, Dr. Márcio, e passo a palavra ao Sr. Marcus Pereira Aucélio, Subsecretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.

O SR. MARCUS PEREIRA AUCÉLIO – Alô. Boa tarde a todos. Gostaria também, Senadora, de agradecer o convite para expor sobre a importância da prorrogação da Reserva Global de Reversão, sob a ótica do Ministério da Fazenda e do Governo. Preparei uma pequena apresentação para que pudéssemos expor de uma forma melhor.

Em termos dos objetivos da RGR, entendemos que ela é importante em função da própria prudência setorial. Então, é um fundo de reserva, apartado, e o objetivo principal é proteger o contribuinte, os consu-

midores de energia elétrica e os próprios concessionários dos custos e riscos associados às reservas, às reversões e encampações das concessões.

A RGR é inerente ao modelo de concessão com prazo de exploração. Uma vez que eu tenho o prazo fixado, é importante que eu tenha uma reserva. Uma vez que eu faço o investimento durante toda a concessão, eu tenho que dar segurança ao concessionário para que ele possa fazer os investimentos necessários à vida toda da concessão.

Caso eu não desse essa segurança ao concessionário, a partir do momento em que ele observasse que não mais teria retorno com a tarifa cobrada, ele deixaria de fazer os investimentos necessários. Em tese, sob a ótica do concessionário, é importante ter essa segurança. Uma vez feito o contrato, no final, não sendo amortizado, ele tem direito ao ressarcimento dos valores investidos por ele.

Uma vez definido que eu faria a amortização durante a concessão, isso levaria a uma tarifa maior do que hoje previsto. Se eu tivesse que ser ressarcido com base durante esse tempo da concessão, isso levaria a ter uma tarifa maior.

A RGR garante tanto a segurança quanto a qualidade da manutenção dos serviços de energia elétrica. Como o próprio Secretário Márcio falou, enquanto o saldo desse fundo fica reservado para fazer essa reversão, ele é empregado no financiamento do próprio setor elétrico. Não é utilizado para outra destinação que não seja do setor elétrico.

A RGR atua como poupança para financiamento do próprio setor. Como podemos observar, ela viabiliza o investimento do setor elétrico com baixo custo – 5% ao ano –, o que reduz o custo médio das captações das concessionárias que, com isso, leva a Aneel a definir uma tarifa menor de energia para o consumidor. Esse custo de financiamento de 5% ao ano, comparados são até recursos baratos, são do próprio BNDES. A gente tem um custo bem abaixo do mercado. Então, são 5% nominal, sem correção. Todas as alternativas de financiamento são superiores; por conseqüência. elas terminariam por onerar a tarifa.

Outro ponto importante que o próprio Secretário Zimmermann falou foi a questão da redução das desigualdades regionais e atendimento de cunho social. Cinquenta por cento dos recursos da RGR devem ser aplicados na região Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Aqui nós temos, das liberações de 2003 a 2010, que 11% dos recursos da RGR foram destinados ao Centro-Oeste; 22,3% ao Nordeste; e 20% ao Norte. Então, é uma maneira de reduzir as desigualdades regionais.

Um outro ponto importante é o custo para a sociedade. Caso não existisse a RGR, esse custo da indenização cairia sobre o próprio consumidor, ou seja, o novo concessionário que tem um custo de capital próprio, e teria que ser arcado, em última instância, pelos próprios consumidores, com aumento da tarifa na próxima concessão, ou, então, esse custo recairia sobre os próprios contribuintes, já que o Tesouro teria que arcar, sendo o custo de captação da União próximo à taxa Selic. Então, vemos que a RGR é importante.

Outro ponto colocado pelo Secretário Zimmermann é que os recursos, hoje, não têm impacto no primário. Portanto, não há nenhuma restrição na alocação e no emprego dos recursos da RGR, tanto para o financiamento quanto para a subvenção do programa Luz para Todos.

Sempre houve várias críticas no sentido de que se arrecadava e os recursos não eram utilizados. Como hoje tanto a Eletrobras quanto os recursos dos fundos RGR e CDE ficaram fora do primário, esses recursos são amplamente utilizados para as finalidades devidas.

Com relação à administração da RGR, sempre escutamos críticas de que a RGR seria utilizada pela Eletrobras de maneira não transparente. Quero dizer que os recursos da RGR são administrados pela Eletrobras, sim, mas são contabilizados separadamente das contas societárias da empresa. A movimentação financeira, a arrecadação, a aplicação e a liberação são realizadas em conta específica do Banco do Brasil, portanto é separado. Existe realmente a transparência. A administração é auditada de forma independente; tem uma auditoria independente que audita as contas da RGR. E a gestão dos recursos segue resoluções específicas da Aneel. Portanto, é um setor que é regulado.

Já escutei que a Eletrobras pega os recursos e os utiliza onde quiser. Não é verdade. Existem as destinações específicas.

Na questão dos marcos legais, podemos observar que desde a criação da RGR, ela sempre esteve vinculada à concessão. A Lei nº 9.648, de 1998, alterou essa vinculação, porque, até então, a RGR não tinha prazo de vigência. Ou seja, a partir de 1998 foi determinado que ela seria extinta em 2002. Desde então, vem-se prorrogando a vigência da RGR.

Mas já que a RGR é inerente à concessão, e até para dar uma estabilidade maior, estamos propondo que ela seja prorrogada até o exercício de 2035.

Senadores, era isso que eu tinha a apresentar.

A RGR é importante tanto para se ter uma tarifa menor quanto ela serve de fonte de financiamento para o próprio setor elétrico.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Sr. Marcus Pereira Aucélio.

Passo a palavra ao Sr. Cláudio José Dias Sales, Diretor-Presidente do Instituto Acende Brasil.

O SR. CLÁUDIO JOSÉ DIAS SALES – Muito obrigado, Exmª Senadora Lúcia Vânia, Presidente desta Comissão; Senador Aloysio Nunes, que tomou a iniciativa de convocação desta audiência; Senadores Ataídes Oliveira, Ivo Cassol, Marcelo Crivella; demais Senadores, companheiros de Mesa; Subsecretário do Tesouro, Marcus Aucélio; Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann; Paulo Pedrosa; Senador Fernando Collor, aqui presente; senhoras e senhores, confesso que fiquei um pouco confuso diante das apresentações que foram feitas.

O setor elétrico, entre as muitas características, tem a da complexidade. Então, é possível que pessoas que estão mais afeitas ao setor tenham argumentos ou elementos para dissertar longamente sobre uma série de questões complexas, mas que, enfim, às vezes, podem ter como resultado tornar mais obscura a questão objetiva que está sendo debatida aqui.

Fui convocado para falar sobre a justificativa ou não de se prorrogar o encargo da RGR. E vou focar muito nessa questão. Vou-me permitir, no próximo slide, minimamente, dar um pouco de contexto, falar do que se trata.

Hoje, o Brasil paga 45%, segundo um estudo da PricewaterhouseCoopers, de tributos e encargos na conta de luz. Quando a gente pensa que, enfim, o nível de tributação no Brasil é da ordem de 35% do PIB, isso salta aos olhos, porque, na energia elétrica, esse bem tão essencial, esse serviço tão essencial, o que o brasileiro paga de imposto e encargo é ainda quase 30% mais elevado. Isso nos faz, praticamente, campeões mundiais de impostos e encargos cobrados na conta de luz.

Então, dos R$100 que se pagam numa conta, 24% vão para aquela companhia de distribuição, aquela cujo nome a gente vê impresso na conta; 31% vão para a geração e transmissão de energia, hoje bem organizados, apoiando-se em instrumentos de competição por força dos leilões organizados pelo Governo, em que toda a energia pode ser contratada exclusivamente ali pelas distribuidoras, mas 45% são tributos e encargos. E, aí, para onde vão esses tributos e encargos? É importante entender: metade desses tributos e encargos fica sob responsabilidade do Governo Federal, na forma de tributos federais, mais os encargos setoriais; e a outra metade, praticamente os Estados, com a participação menor dos tributos municipais e encargos trabalhistas.

Um pouco do retrato do que está acontecendo é o próximo slide.

Só para mostrar, enfim, que, lamentavelmente, o volume de tributos e encargos cobrados na conta de luz tem aumentado a uma taxa absurda da ordem de 13% ao ano.

Próximo slide.

Uma reflexão que faço entre esses dois slides: todas essas iniciativas – todas essas iniciativas, e historicamente tem sido assim – partem de governos, quer dizer, é governo que cria ou promove, ou aumenta imposto e encargo. Isso parte de governo, é discutido e, muitas vezes, referendado pelo Congresso. Mas estamos falando de governo que toma a iniciativa e, depois, o Congresso.

Aqui, a evolução; o que aconteceu com os tributos federais, estaduais?. Para simplificar a leitura, aquela faixa verde mais larga ali são os tributos estaduais que, individualmente, são os maiores. Só para concluir que eles não mudaram, não evoluíram muito. Eles já são grandes demais, continuam grandes demais todo esse tempo.

Aquela faixa verde, pequenininha, lá em cima, são os encargos trabalhistas, que não mudaram muito ao longo do tempo. Dois desses elementos tiveram mudanças grandes ao longo do tempo: os tributos federais, que aumentaram 76%, e os encargos, também administrados pelo Governo Federal, que aumentaram 42%.

Dito isso, vamos olhar, então, agora, a RGR propriamente dita.

Próximo slide.

Só para a gente ter a referência – Senadora, esse material, certamente, vou deixar disponível para uso dos senhores aqui – de quando isso começou a ser tratado. Começou em 1957, com uma lei apenas dez anos mais moça do que eu. E foi criada com um dos fins, um dos propósitos mencionados pelo Secretário, para, eventualmente, ser utilizada como uma prudência setorial. No caso de se querer reverter uma concessão, a União teria recursos para isso. Só que a RGR nunca foi usada para esse fim. Aqui, o que esse slide mostra, inclusive com aquele sinal de "+", foi que, ao longo das diversas leis e de decretos que surgiram, outras finalidades e outras aplicações foram dadas ao longo do tempo para os recursos da RGR.

No próximo slide, um pouco de números nessa história.

Primeiro, uma reflexão que acho sempre oportuna: quando a gente estuda um pouco de teoria de tributação, a gente vai olhar que os países têm tributação mais ou menos eficiente, medida essa eficiência global à luz de pelo menos cinco parâmetros, quer dizer, o que se avalia de um sistema tributário, se ele

é bom ou não, é a resposta que ele dá a princípios de eficiência, simplicidade, transparência, equidade e flexibilidade. Então, é importante dizer isso porque um desses princípios, o princípio da transparência fica difícil dizer que ele está sendo contemplado da maneira como a RGR está sendo tratada.

Uma outra ressalva importante: o que está sendo discutido agora, Exmª Senadora Lúcia Vânia, é uma medida provisória, datada do último dia do ano passado, que prorroga a cobrança da RGR. Essa cobrança da RGR, que teve origem em 1957, como vimos há pouco, foi responsável por muitas coisas, entre elas por formar um fundo – o Fundo da RGR –, cujo tamanho, hoje, é próximo de R$16 bilhões. É importante esse destaque porque temos que ter muito presente que o que está na lei, na medida provisória para ser votada na Câmara, e, logo em seguida, aqui no Senado, é a interrupção da cobrança. O fundo está lá, disponível, existe, e são cerca de R$16 bilhões.

E, até para falar de falta de transparência, confesso aqui uma certa "incompetência" minha em obter esse número. Não foi fácil. Os balanços da Eletrobras não trazem – pelo menos até o último balanço – o montante do fundo. Eles trazem, enfim, o arrecadado no ano e a aplicação, mas não trazem o montante. Chegou a ponto – tomei conhecimento – de que até houve um Senador aqui, um colega dos senhores, que chegou a fazer um requerimento, pedindo informação sobre qual era o montante do fundo acumulado. Hoje, esse número está transitando na imprensa, é sabido, e é esse número mesmo. Então, o fundo está lá, são cerca de R$16 bilhões; os dados de 2010 dão R$15,7 bilhões, se não me falha a memória. Desses R$15,7 bilhões, está ali, em preto, o que é retido pelo Governo Federal. Estão aplicados cerca de R$6,6 bilhões, pouco menos de R$7 bilhões. É o que está aplicado do total do fundo da RGR.

Próximo slide, por favor.

Chegando no cerne da questão: por que julgo que não se deve, de jeito nenhum, prorrogar a RGR? A primeira razão tem a ver com a elevada carga, o elevado ônus que o brasileiro carrega no que diz respeito ao custo da sua energia elétrica. Entendendo energia elétrica como o insumo mais fundamental da sociedade moderna e entendendo o Brasil como um País ainda em que sociedade tem um nível de renda muito mais baixo do que seria desejável, a conta de luz pesa muito no bolso de cada um. Nas residências, cada um, dois, três ou dez reais, dependendo do tamanho que se deixe de pagar de imposto na conta de luz, certamente voltam na forma de consumo de coisas de primeira necessidade, quer seja alimento, quer seja saúde, educação, enfim, qualquer serviço dessa natureza.

Do ponto de vista também das nossas indústrias, das nossas empresas, a energia mais cara é perda de competitividade, é perda de investimento, é perda de chance de crescimento, é perda de oportunidade de trabalho para os brasileiros.

Enfim, qualquer um dos referenciais nos leva na mesma direção. Não é possível que, passivamente, continuemos "confortáveis", cobrando 45% de tributos e encargos na conta de luz. Esse é o ponto.

O tamanho da RGR é isto: R$1,6 bilhão aproximadamente por ano. O dado da alocação dos recursos é da Aneel. É assim que está o retrato hoje. Apesar de termos ouvido aqui que, paulatinamente, o Governo estaria mudando isso com algumas mudanças mais recentes, esse é dado da realidade. Só 46% estão alocados no setor.

Mas, esse último ponto, que está ali, em letras pequenininhas, eu diria que modestamente sublinhadas, esse é o que acho, Senador, o mais relevante, Senadora Lúcia Vânia, Senador Aloysio Nunes, demais Senadores aqui. Por quê? Porque foi alegado, tem sido alegado constantemente pelo Governo – e aqui foi repetido pelo Sr. Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia e também pelo Subsecretário do Tesouro – que cobrar a RGR é importante porque isso ajuda os investimentos do setor. Ora, a RGR é cobrada exatamente como um percentual dos investimentos; 2,5% dos investimentos. Então, não ajuda coisa nenhuma. Qualquer economista sabe que não há maneira mais perversa de agir contra os investimentos do que onerando os investimentos. O próprio Governo, em vários segmentos, está dando demonstrações até de iniciativas de reduzir impostos, em alguns setores específicos, para desonerar investimentos, porque sabe os reflexos benéficos que isso tem para a economia como um todo, para a melhoria de renda, para a geração de trabalho direto.

Então, faz-se uma enorme confusão, mas, na verdade, a RGR é cobrada a uma alíquota de 2,5% sobre os investimentos. E de onde é que vêm esses recursos? Forma-se esse fundo. O que se faz desse fundo? Uma enorme parte dele está contingenciada. Não volta para o setor. A parte que volta para o setor volta para financiamento distribuído para alguns projetos. A Eletrobras ainda cobra uma taxa de administração para isso, ou seja, onera-se o investimento em 2,5%, o dinheiro vai para formar esse fundo, uma parte desse fundo é concedida em financiamento, a Eletrobras cobra uma taxa de administração. Tenho o número aqui, no próximo slide posso mostrar. Ali embaixo: em 2010, a Eletrobras, por administrar o fundo,

recebeu R$90 bilhões. Ela cobra, nos financiamentos concedidos, uma taxa de administração média de 1,5% sobre o valor do investimento.

Então, como é que isso ajuda o investimento? É chegar para um cidadão e dizer o seguinte: "Vou ajudar o investimento que você faz com seu bolso esquerdo. Só que vou tirar dinheiro do seu bolso direito, vou taxar isso, vou pagar imposto sobre isso etc. e, para uma parte disso, ajudar alguns projetos do outro lado." Ou seja, do ponto de vista econômico, do ponto de vista aritmético, do ponto de vista eu diria até moral, não faz sentido nenhum se tributar investimento, onerar-se investimento sob alegação de que isso vai ajudar alguns investimentos. Qualquer economista sabe disso, e tenho esperança de que esta Casa consiga reverter essa decisão. Qualquer economista sabe disso. Com isso, onera-se investimento. Portanto, o argumento não cabe.

Com isso, senhores, encerro aqui, certamente colocando-me à disposição de todos os senhores para a discussão que se siga.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço ao Sr. Cláudio José Dias Sales. E concedo a palavra ao Sr. Paulo Pedrosa, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace).

O SR. PAULO PEDROSA – Obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Em nome dos consumidores, agradeço a oportunidade de debater o tema neste espaço democrático. Quero dizer que falo em nome da Abrace, associação dos grandes consumidores, mas também está aqui o Dr. Manoel Neto, Presidente do Conselho Nacional de Consumidores, que representa o conjunto dos consumidores do Brasil; Dr. Carlos Faria, Presidente da Anace, que também me autorizou a falar em nome da associação; e falo em nome das dezoito associações que assinaram o manifesto "Basta de RGR", na Internet; inclusive a Associação Brasileira da Indústria Química, a CNI, a indústria do cloro, a indústria de aço, a indústria Ferro Ligas, a indústria de vidro, a indústria de plástico; e um conjunto ou outro de empresas representativas da sociedade brasileira.

Senador Aloysio, obrigado pela autoria do requerimento; Senador Collor, que representa meu Estado, Alagoas; Senador Ivo; Senadores que nos acompanharam e que nos acompanham; assessoria que está aqui, tanto a do Senado quanto a dos Senadores; sei da importância do trabalho da assessoria. Senadora, permito-me lembrar que, vendo ali atrás do quadro. a imagem do Senador Dario Pereira... Trabalhei aqui, na Comissão de Infraestrutura, durante três anos, na Presidência do Senador Dario, num período extraordinário, em que aprendi a respeitar o trabalho do Senado. Vejo, ali, a Senadora Emília Fernandes, que foi Presidenta da Comissão, quando fui sabatinado para Diretor da Aneel.

Aqui, permito-me também dizer que, ao entrar na Comissão, li o nome da sala: Sala Senador Apolônio Salles, pai do Cláudio Sales, que está aqui ao meu lado; um dos grandes heróis do setor elétrico brasileiro e da saga de criação da Chesf, imortalizada na história do País.

Quero dizer, então, Senadores, que trago a visão da indústria brasileira. Não vou seguir meus slides, porque acho que torno mais objetivo o debate focando nos pontos principais. E trago o depoimento da indústria brasileira hoje.

A indústria brasileira, hoje, sofre com perda de competitividade, e o custo alto da energia é, sim, um fator muito importante. Ele afeta, principalmente, a base das cadeias produtivas, que consomem muita energia, mas chega ao consumidor final. Quer dizer, o sonho do brasileiro, o sonho material do brasileiro, o carro e a casa própria nada mais são do que a combinação e a recombinação de plástico, aço, alumínio, vidro, borracha. Todos eles produtos intensivos em energia.

Então, a população brasileira, que os senhores representam, perde com o custo elevadíssimo da energia no Brasil, porque os produtos nacionais são mais caros. Perde-se oportunidade de emprego, porque a indústria nacional perde competitividade pelo preço da energia e perde renda, na medida em que suas contas são elevadíssimas.

Então, o Senado tem a oportunidade de falar ao País sobre esse compromisso com a redução do custo da energia. Digo que, se o câmbio e os juros são duas variáveis que têm chamado a atenção do Brasil, quem sabe poderíamos atuar nelas para devolver a competitividade ao País. Mas sabemos que há efeitos colaterais muito grandes associados a mexer no câmbio e a mexer nos juros. Agora, mexer no custo da energia tem impacto direito na competitividade do País, no emprego.

Estamos compartilhando com a Comissão estudos que fizemos, com apoio da FGV, que mostram, Senadora Lúcia Vânia, que cada real a menos no custo da energia produz R$8,60 a mais no PIB. Então, até mesmo para o Governo, que é grande sócio do PIB, o negócio inteligente é reduzir o custo da energia, permitir o desenvolvimento maior do País, gerar empregos e divisas.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Desculpe-me!

O SR. PAULO PEDROSA – Pois não.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Com a permissão da Presidenta, o senhor poderia repetir esse argumento final? Para cada redução de R$1,00...

O SR. PAULO PEDROSA – Para cada real a menos no custo da energia, teremos R$8,60 a mais de crescimento do PIB. Essa é correlação...

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Qual é a fonte?

O SR. PAULO PEDROSA – É uma análise feita, trazendo a valor presente, dos estudos da Fundação Getúlio Vargas, que dizem...

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Feitos por quem?

O SR. PAULO PEDROSA – Pelo Prof. Fernando Garcia, da Coordenação de Projetos da Fundação Getúlio Vargas.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Muito obrigado.

O SR. PAULO PEDROSA – Esses estudos, Senador Collor, dizem que, se as recomendações que fazemos para se reduzir o custo da energia fossem acatadas, em dez anos, o Brasil incorporaria o equivalente ao PIB da Argentina, hoje, com geração de 4,6 milhões de empregos a mais, com equilíbrio da balança comercial. Quer dizer, não estamos falando apenas do custo; estamos falando da qualidade do nosso desenvolvimento; que País seremos no futuro e se perderemos emprego de qualidade da base industrial. Estaremos, portanto, vulneráveis a um processo de desvalorização da moeda.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Foi feito também um cálculo da isenção do PIS/Cofins?

O SR. PAULO PEDROSA – Sim, ele é parte desse estudo. Estamos propondo o retorno ao modelo anterior de tributação.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – E a isso significaria...

O SR. PAULO PEDROSA – Uma redução da ordem de 3%.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – O que significaria um impacto no PIB de quantos por cento?

O SR. PAULO PEDROSA – Aí precisaríamos fazer a conta, mas bastante significativo. Com certeza, Senador.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Mais do que essa...

O SR. PAULO PEDROSA – Sim, eu diria da ordem de grandeza das questões que estamos tratando aqui, hoje. Mas são muitas outras: renovação de concessões, que a Comissão, por iniciativa do Senador Delcídio e da Senadora Lúcia Vânia, vai discutir em conjunto com a CAE.

Então, são vários temas que estão na pauta e que o Congresso pode avançar numa agenda em defesa do desenvolvimento do Brasil, na nossa visão.

Então, Senadora, vou deixar o material da apresentação, mas queria destacar aqui que a energia, para a indústria brasileira, é uma das mais caras do mundo. Pagamos aqui, talvez, a segunda, terceira ou quarta tarifa industrial mais cara do mundo. E a grande dúvida é: como é que nós temos, de um lado, um potencial tão maravilhoso, único, de produção de energia renovável... Até a energia eólica, no Brasil, tem provado preços bastante competitivos. Temos uma capacidade de engenharia nacional extraordinária, temos uma capacidade de produção de equipamentos para as usinas, também, única no mundo, fábricas com capacidade, com know-how, quer dizer, como todo esse conjunto de potenciais termina passando pela máquina do setor elétrico, dos encargos e tributos, produzindo, na outra ponta, uma das energias mais caras do mundo? O que nos aconteceu nesse processo em que nós estamos, sob o ponto de vista da indústria, perdendo uma grande oportunidade?

O estudo da FGV fala da vocação do Brasil. Poucos países, no mundo, têm a oferecer uma indústria com integração e escala. Nós produzimos do minério ao avião e temos um mercado doméstico para permitir a base da competitividade da nossa indústria no exterior. Ao mesmo tempo, nós temos condição de oferecer energia barata para um processo de desenvolvimento e temos uma população que está naquele boom demográfico, que quer o emprego na indústria e quer comprar o produto da indústria.

Esses três pontos deveriam ser pilares de uma estratégia de desenvolvimento do Brasil e, infelizmente, energia elétrica, hoje, representa uma perda de oportunidade para o País, pelo alto custo da energia, e os encargos explicam isso.

Hoje, há uma confusão, Senadores, entre o papel do consumidor e o papel do contribuinte, através desse conjunto de fundos setoriais. Políticas públicas, políticas de desenvolvimento regional, política tecnológica, política social, todo um conjunto de políticas públicas é transferido aos consumidores na forma de encargos, quer dizer, o Governo se desobriga de obrigações de política, repassa as obrigações para os consumidores e tributa sobre o custo daquelas obrigações. De alguma forma, é quase um orçamento paralelo, e quebrando o pacto federativo, porque algumas das políticas públicas conduzidas no âmbito do Orçamento da União com a transparência da aprovação pelo Congresso representariam, de uma forma muito mais clara, o que está pactuado nas decisões gerais do País.

Então, esse é um impacto importante. O estudo da Fundação Getúlio Vargas está sendo compartilhado com a Comissão e eu apresentaria, nos meus slides, que estarão aqui, um conjunto de matérias de jornal. Deixo com a Comissão, também, um registro extenso que indica que os editoriais dos principais jornais do País, matérias importantíssimas na imprensa, reconhecem esse problema.

O País tem um problema de competitividade de custo de energia. O próprio Governo, posso dizer que o Secretário Nelson Barbosa teve uma reunião extraordinária com os consumidores, ele entende do assunto. A Casa Civil também tem discutido conosco os problemas, o Ministério de Minas e Energia tem acompanhado, mas eu acho que a convergência do diagnóstico está construída e, agora, nós temos de avançar para soluções que resgatem a competitividade da indústria. Estamos perdendo produção industrial. As indústrias de alumínio saíram do País, outras estão investindo no Paraguai e vejam o processo, quer dizer, vão receber a mesma energia de Itaipu sem os nossos encargos, e os encargos continuarão sendo pagos pelos outros consumidores do Brasil.

Nós vamos pegar minério, subir pelo rio da Prata, produzir o alumínio no Paraguai e trazer para o Brasil. O resultado final dessa equação é uma produção mais cara e o mesmo rateio dos encargos continuará acontecendo com os consumidores, que não podem sair do País para consumir uma energia mais barata.

Estamos perdendo produção industrial. As indústrias nacionais estão investindo no exterior, muitas vezes por uma estratégia de ocupar espaço no mercado global, em que a energia é um fator de decisão. Hoje, para um consumidor residencial e para uma indústria, a energia é mais barata, por exemplo, em Paris, em Nova Iorque, no México, na Espanha, que aqui no nosso País. Isso, definitivamente, não corresponde à vocação do Brasil.

Em relação à RGR, acho que o Cláudio, com muita sabedoria, trouxe os argumentos, sob o ponto de vista da indústria, que refletem uma insatisfação grande com os custos da energia, mas eles são sólidos, quer dizer, os recursos estão contingenciados. Então, digamos, dos R$16 bilhões, R$9 bilhões ou mais estão contingenciados. Então, nós pagamos impostos sobre R$16 bilhões para gerar esse fundo. Se pagamos 30% de ICMS e PIS/Cofins, quer dizer, pagamos 30% sobre R$ 15 bilhões para, depois, aplicar um terço disso no setor com a taxa subsidiada de juros. Então, no custo final disso para o consumidor, o resultado é negativo, quer dizer, quando a gente capta, paga imposto, arrecada para depois emprestar barato, é uma equação que não parece ter lógica econômica.

Em relação à questão da aplicação dos recursos, nós entendemos que isso pode trazer, inclusive, distorções ao setor elétrico. Na medida em que esse recurso, por exemplo, é emprestado a alguns dos licitantes dos projetos novos de geração mas não está acessível a outros licitantes, isso pode, de alguma forma, distorcer o processo competitivo pela expansão.

É claro que, num primeiro momento, isso pode permitir uma tarifa mais baixa naquele projeto, mas tenderá a afastar outros players da competição e, portanto, a longo prazo, poderá trazer um efeito negativo para os consumidores.

No caso do uso em distribuição, não no Luz para Todos – o Secretário Zimmermann me dizia e tem razão –, mas quando o recurso é tomado por uma distribuidora, nesse ciclo tarifário ele está sendo captado a 6% e remunerado pela Aneel a 12. Portanto, o empréstimo via RGR é uma transfusão de recursos para algumas empresas.

Para o próximo ciclo, a Aneel está corrigindo esse defeito e vai capturar o custo da RGR na tarifa, o que vai gerar uma nova distorção: aquelas empresas que tiverem acesso à RGR terão uma tarifa mais baixa que as empresas que não têm. Como as que estão tendo acesso, pelo menos segundo a Aneel nos mostrou, são as que pertencem ao Grupo Eletrobras, isso poderá levar as tarifas das empresas do Grupo Eletrobras a serem menores que as de outras empresas, levando o consumidor a entender que a estatização é um bom caminho, porque gera tarifas baixas, na verdade, subsidiadas pelo conjunto dos outros consumidores do Brasil.

Então, esse é um ponto importante. Nós entendemos: não é o mais importante para a grande indústria, mas é um ponto muito simbólico. O que percebo, nas discussões com as associações da indústria brasileira, é que temos expectativas positivas da ação do Congresso para reverter essa distorção e a visão que o conjunto de consumidores compartilha.

Quanto ao Proinfa, permitam-me dizer, temos ouvido que é importante preservar a estabilidade regulatória e manter o Proinfa.

A grande questão é: que estabilidade regulatória é essa que você, para preservá-la, precisa mudar a lei? Estabilidade regulatória é o cumprimento da lei e do contrato, e o contrato deu um prazo, e esse prazo refletia um custo de capital para a energia eólica de oito ou dez anos atrás. Há oito ou dez anos, vivíamos um outro Brasil, com a taxa de juros elevadíssima e a tecnologia de energia eólica era muito diferente. Então, o País tomou uma decisão de comprar energia eólica de R$300,00 o megawatt/hora, compramos e temos de honrar esses contratos até o último dia deles – porque temos de honrar os contratos, mesmo o Go-

verno tendo comprado energia eólica até a R$124,00 há pouco tempo.

Agora, mudar a lei para tornar obrigatória uma contratação de R$300,00 que custará R$200 milhões aos consumidores brasileiros por ano, mais 30% de PIS/Cofins e ICMS, não parece razoável. Também volto a dizer: diluído nos bilhões do setor elétrico não é significativo, mas é simbólico.

Além do mais, permita-me dizer, Senador Blairo, que na Câmara também estão incluindo uma nova questão, que é a de que o consumidor de energia elétrica pague a capacidade ociosa de gasodutos.

Basta, quer dizer, eu digo que é um conjunto de boas causas, é o bem localizado. Isso tem sido feito diversas vezes no Congresso e cada uma delas, isoladamente, é justificável. É adequado, por exemplo, que os quilombolas paguem uma energia mais barata, que os consumidores de baixa renda paguem uma energia mais barata, que nós possamos desenvolver o carvão de Santa Catarina, que o Norte do Brasil tenha uma energia mais barata apesar da geração térmica, que se incentive, mas esse conjunto de bens localizados que foi implementado no setor elétrico ao longo do tempo provocou um mal distribuído enorme numa das energias mais caras do mundo, que prejudica o desenvolvimento nacional, prejudica a competitividade do País, e a atuação nesse ponto vai, de certa forma, determinar que País nós seremos no futuro.

Era basicamente isso. Peço desculpas, por ter fugido da apresentação, mas achei melhor seguir esse modelo. Estou à disposição e deixo o material com a Senadora Lúcia Vânia.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Quer fazer uma observação, Dr. Zimmermann? Pode, claro.

É só uma observação que ele vai fazer. Logo em seguida, passo a V. Exª.

O SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – Eu acho que é importante fazer um comentário, exatamente quando o Senado traz para uma discussão importante como esta o aspecto da RGR.

Acho que o papel do Ministério da Fazenda foi explicar os fatos, fatos e dados, mas ao mesmo tempo, pelo lado do Ministério, tem responsabilidade do planejamento do setor elétrico brasileiro; ao mesmo tempo, tem responsabilidades com relação a universalizar, de levar a energia elétrica; ao mesmo tempo, de considerar essas distorções econômicas, sociais e regionais, de você não querer tratar o consumidor da Avenida Paulista igual ao consumidor do interior do Amazonas. Tudo isso, eu acho, é responsabilidade de um Estado moderno e de um Estado que tem a preocupação com o lado social, mas um ponto que me chama a atenção é quando vem... Eu tinha comentado ainda há pouco, e eu não sabia, até pelo Senador, pelo nível dos participantes aqui, pessoas com experiência no setor, mas eu fiquei impressionado – por isso, obrigado por ter a oportunidade só de fazer este comentário rápido – no sentido de achar que alguém pega recursos da RGR para disputar um leilão a preço subsidiado. Aí, eu me apavorei, porque eu falei, aqui, achando que era jornalista que ia falar isso, mas eu acabei de escutar, aqui, alguém que tem 30, 40 anos de setor falando que: "Ah, a Eletrobras pega o recurso e vai disputar."

Eu acho que quando nós estamos falando de alguma coisa séria como a RGR, no Senado, fazer manipulação de informação... Por favor, pegue a auditoria da Aneel. É auditada a conta. A aplicação da RGR só pode por lei. E desde quando a Eletrobras vai usar isso para disputar um leilão?

Uma coisa é um jornalista falar isso, mas alguém que preside uma associação! Aí não, aí é difícil!

Desculpe, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Quer usar a palavra?

O SR. PAULO PEDROSA – Quero dizer que usei as informações que estão disponíveis, Secretário. Quer dizer, se as informações não são transparentes e claras, essas são as informações que estão disponíveis para o conjunto dos consumidores: parte dos recursos da RGR é aplicada em empreendimentos de geração. Boa parte é aplicada no Luz para Todos, uma parte em distribuição. Parto de documento, inclusive, encaminhado pela Aneel à Abrace, que cópia dele está aqui aos consumidores.

Agora, é claro, essa é uma discussão técnica. Se o número efetivo dos recursos aplicados para novos projetos não for significativo ou não existir, eu, certamente, reconhecerei esse fato. É meu compromisso, mas as informações que tenho hoje são de que empresas do Grupo Eletrobras participam de licitações com recursos da RGR na sua cesta de financiamentos.

O SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – (Intervenção fora do microfone.) – Isso daria cadeia para o gestor da Eletrobras.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes, autor do requerimento.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Srª Presidente, Srs. Senadores, senhores convidados, quero agradecer imensamente a presença de todos aqui, num debate oportuno e, ao mesmo tempo, eu diria tardio, do ponto de vista do Congresso. Tardio por quê? Porque essa medida provisória está tramitando no Congresso há um bom

tempo, a Câmara já está prestes a votá-la e houve uma tentativa de se promover uma audiência pública na Câmara dos Deputados.

O Sr. Zimmermann nos aconselhou, até com uma pontinha de condescendência, a estudarmos detidamente a matéria antes de votarmos. Faremos isso, mas o fato é que o Governo boicotou as tentativas de realização de uma audiência pública na Câmara dos Deputados quando ela foi proposta.

Então, a falta de oportunidade para se estudar detidamente, para o Congresso Nacional estudar detidamente, em grande parte, é pela ação do Governo em segurar a discussão. Então, essa é uma primeira observação que eu gostaria de fazer.

A matéria chegará ao Congresso, chegará nas últimas 24 horas para votar, e aí será votada, porque senão vai perder a eficácia, etc e tal, e é assim que funciona o rolo compressor absoluto.

E o que é curioso é o seguinte: o Dr. Paulo Pedrosa nos disse que há discussões em andamento envolvendo os consumidores, o Ministério do Planejamento, o Ministério da Fazenda, o Ministério de Minas e Energia, focalizadas no custo da energia brasileira, e todos preocupados com a redução desse custo.

O Dr. Nelson Barbosa esteve aqui, conosco, e nos disse que um dos grandes – aliás, Mantega também, o Ministro Mantega também – fatores, um dos grandes culpados, digamos assim, pela inflação é o custo da energia. E, no entanto, ao mesmo tempo em que o Governo faz essas negociações, esses entendimentos, esses estudos e que autoridades governamentais vêm aqui dizer que o custo da energia pressiona a inflação, esse mesmo Governo prorroga – o senhor pode dizer que não é tributo, que é isso, que é aquilo, mas é custo – o custo da RGR até 2032 e também faz aprovar, pelo Congresso, algo que eu considero, ainda, absolutamente inexplicável sob o ponto de vista da lógica econômica, política e mesmo diplomática, que foi a multiplicação daquele fator, daquele número que multiplica a tarifa que nós compramos do Paraguai, produzida por Itaipu, por três.

Quer dizer, é o mesmo Governo que faz isto: vem aqui, fala de custo, de custo de energia, custo Brasil, que vamos fazer um esforço e, ao mesmo tempo, o Governo e a sua base parlamentar já impuseram o inexplicável, que é o presente para o governo paraguaio – eu nem diria Paraguai, mas governo paraguaio –, em detrimento do consumidor brasileiro, aumentando o custo Brasil, pressionando a inflação, e mantêm a RGR, que, ao longo do tempo, foi mudando de finalidades, abrangendo outras, mas que, até recentemente – agora, espero que mude, o senhor disse que vai mudar –, até há pouco tempo, era utilizada para fazer superávit primário. O Governo gastava com uma mão e fazia superávit primário com a outra, à custa do consumidor, do consumidor.

Agora, os programas são meritórios? São, não tenho dúvida nenhuma, mas são programas que, na minha opinião, são financiados de uma forma extremamente regressiva, sendo tributo. Não é tributo, evidentemente, é uma tarifa, é um preço, mas, de qualquer forma, guarda a característica do financiamento das políticas sociais brasileiras, que é a extrema regressividade. Quer dizer, nós temos, no nosso sistema tributário, fontes de arrecadação que, de alguma forma, oneram, ainda que, no conjunto da nossa receita tributária, em proporção cada vez menor, mas que seriam destinadas a políticas redistributivas – ao Imposto de Renda, por exemplo.

No entanto, se opta por um mecanismo regressivo para financiar políticas meritórias, como o Luz para Todos e etc. Quer dizer, guarda semelhança com tributos na sua regressividade e, de alguma forma, semelhança com tributos, também, porque há tributos com que se arrecada dinheiro que é repassado, depois, para empresas, com juros subsidiados, com custo mais barato que o custo de captação no mercado. Então, guarda muita semelhança com o que é feito de uma maneira geral no Brasil.

São essas as observações que eu queria fazer. Eu gostaria muito de ouvir a polêmica que se está instalando. Eu gostaria de saber se, realmente, se confirma qual é montante do fundo que já está aí, do capital desse fundo, se são R$16 bilhões e quanto seria necessário – na verdade, se as concessões vencessem nos prazos que estão definidos –, quanto seria necessário o desembolso para as eventuais indenizações?

Gostaria também de ter um esclarecimento sobre o Proinfa, em relação à observação que o senhor fez, de que os contratos da primeira etapa do Proinfa, que tinham prazos até 2008 para iniciar a produção de energia, foram firmados com determinado custo por megawatt/hora, e que esse custo se reduziu em função do aprimoramento tecnológico – é o caso da energia eólica que o senhor citou – e, no entanto, continua aprovisionando esse fundo, não levando em conta essa dedução do custo. Pelo menos foi isso que eu entendi da observação do Dr. Paulo Pedrosa.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Eu perguntaria ao Senador Aloysio se eu poderia ouvir os demais Senadores, porque temos a Ordem do Dia, e eu estou preocupada com ela.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Claro. Evidentemente.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Srª Presidenta; senhores debatedores e palestrantes; Srs. Senadores, eu ouvi, com atenção, algumas das exposições aqui feitas.

Tive a oportunidade de presidir a Comissão de Infraestrutura, hoje tão bem coordenada e comandada pela Senadora Lúcia Vânia – e aqui aproveito para fazer os meus cumprimentos. É um tema extremamente atual. Há inúmeras discordâncias tanto do lado da iniciativa privada quanto do lado do Governo. Temos a questão do custo Brasil, a questão da desindustrialização, tudo isso colocado como fulcro a tarifa de energia elétrica que hoje é cobrada. Esse número apresentado pelo professor da Fundação Getúlio Vargas, de que para cada Real de economia na conta de luz isso tem um impacto de 5.6 reais no Produto Interno, isso é algo assim fenomenal, fenomenal! Eu acho que se esses números se comprovarem, estará aí uma saída para reduzirmos o custo Brasil em pelo menos 70%.

Mas, eu teria algumas questões a colocar da importância do Proinfa. Tive a oportunidade de acompanhar, em diversos estágios, os investimentos feitos por recursos oriundos do Proinfa e o sucesso deles. Uma dessas iniciativas foi o investimento feito em energia eólica. Hoje, temos cerca de, se não me engano, de 500 plantas de energia eólica já planejadas e prontas para serem iniciadas as suas instalações e, com isso, podermos obter mais essa fonte de energia limpa e renovável. Mas a questão do custo Brasil não fica restrita aí. A colaboração que o setor energético pode dar é uma colaboração importante, como o de qualquer outro setor.

Mas, preocupa-me, por exemplo, ver que, em 2005, tínhamos, no Brasil, 17 mil empresas exportadoras e 15 mil empresas importadoras. Hoje, temos 30 mil empresas importadoras e 17 mil empresas exportadoras. Ou seja, está havendo um processo de desindustrialização no País. Estamos exportando indústrias e exportando empregos, porque, na questão do nosso comércio exterior, temos 40 instituições que interferem diretamente no comércio exterior brasileiro e mais de três mil normas e resoluções que tratam de comércio exterior.

Temos, aí, esse gigante chamado China, e parte desse problema que hoje estamos vivendo no Brasil, de desindustrialização e desse consequente aumento do custo Brasil, não em função dos aumentos reais de custos internamente, mas pela comparação que é feita com o preço a que chegam aqui os produtos chineses, temos aí a China, que hoje é o nosso primeiro parceiro comercial, e que está causando ao Brasil esse enorme efeito econômico e, naturalmente, com repercussão no campo do emprego, no campo da indústria, porque no momento que uma indústria deixa de fabricar produtos e passa a comercializar produtos, ela deixa também de investir na sua inovação tecnológica, deixa de investir em novas formas de desenvolver aquilo que está sendo colocado à disposição do consumidor.

Em relação ao RGR, ainda na segunda-feira passada, lá em Alagoas, tivemos uma reunião da Subcomissão de Desenvolvimento Regional, Presidida, esta Subcomissão, pelo Senador Wellington Dias, do Piauí, e o Estado de Alagoas é Governado pelo nosso companheiro Teotonio Vilela Filho, e ele me dava conta, em função das recentes enchentes do ano retrasado, do ano passado e deste ano também, não somente em Alagoas como em Pernambuco, no Rio de Janeiro aconteceu a mesma coisa, da imediata e pronta ação do sistema elétrico brasileiro para o restabelecimento da energia de centenas de Municípios, que tiveram as suas fontes de energia doméstica, comercial e empresarial inteiramente destruídas. E isso, graças aos recursos que estão aí colocados no fundo do RGR. São nesses momentos de calamidade que esses recursos são utilizados. E, aí, voltando, o próprio Governador pedia-me para, em contato, aqui, com a bancada alagoana de Senadores e Deputados, que nós pudéssemos, junto ao Ministério das Minas e Energia, acelerar um outro processo, que é do distrito industrial do Estado e tal, já que o exemplo que ele tinha visto, dado pelo setor elétrico brasileiro na recuperação dessas redes que foram destruídas, tinha sido a melhor possível. Os recursos públicos estão sendo aplicados e, coincidentemente – eu digo o Governador Teotonio, porque também o Dr. Paulo Pedrosa teve o privilégio de trabalhar com ele, quando ele era Senador, e é fácil, em contato telefônico com ele, ouvir dele esse depoimento – então, eu diria que, nessa questão da prorrogação, quando se fala do peso que essa prorrogação significaria na conta de energia elétrica, eu fiz aquela indagação: e o PIS/Cofins? Este sim é um posto deletério, essa é uma tributação deletéria, isto é, todos nós já sabemos, que provoca o efeito cascata, que faz com que, sim, o custo Brasil seja elevado. E isso se insere em algo que, nós aqui no Congresso, já estamos de há muito deblaterando e não conseguimos, até agora, chegar a um consenso de apresentar uma proposta de reforma tributária. Porque se nós quisermos reduzir o custo Brasil, nós temos de começar revendo o peso dos encargos que, hoje, a produção brasileira sente. Então, essa desoneração dos tributos, que incidem sobre a produção brasileira, isto, sim, acredito eu – salvo melhor juízo – é algo que poderíamos enfrentar com vigor, porque teria um impacto, sem dúvida, no

produto final. A questão da energia elétrica passaria ou permearia esses debates. Agora, nós não podemos, penso eu – pelo pouco conhecimento que eventualmente tenha do assunto – achar que vai ser com a não prorrogação que esta Medida Provisória nº 517, se não me engano, que vamos chegar e resolver os problemas dos consumidores.

Em relação à questão da revisão das notas reversais, do capítulo IV do Tratado de Itaipu, eu conversava sempre aqui com o Senador Aloysio Nunes Ferreira, tanto no âmbito da Comissão como depois, que o intuito do Governo brasileiro não foi o de fazer nenhum gesto generoso para com o Paraguai. Acredito firmemente que tenha sido um gesto de prudência, de estratégia comercial e política que o Governo brasileiro adotou ao atender essa demanda do governo paraguaio. Porque, não podemos nos esquecer de que, em 2023, a vigência do Tratado de Itaipu se encerra. E isso significa que o Paraguai terá, a sua disposição, um volume de energia enorme, que ele poderá negociar com qualquer um dos nossos parceiros, seja ou não do Mercosul, e o Brasil precisa continuar sendo um sócio, vamos dizer assim, um sócio sênior, dentro da conformação do Tratado de Assunção, em relação à energia que compartilhamos com o Paraguai.

Acho que foi uma medida que o Brasil não cometeu nenhum ato de generosidade, mas, sim, de prevenção, para que, no futuro, não nos falte essa fonte de energia renovável, de extrema importância, proveniente daquela fornecida por Itaipu.

Em relação à questão do contingenciamento. É verdade, o contingenciamento existe em qualquer Governo. No meu Governo, como Presidente da República – apenas um exemplo –, eu assumi no dia 15 de março de 1990 e já peguei um orçamento aprovado anteriormente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – (Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Sim, uma crise grande. E com aquele programa econômico, que causou uma hecatombe no Brasil, o orçamento ficou inteiramente desatualizado para o momento que estávamos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – (Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO COLLOR (PTB – AL) – Havia quatro orçamentos. Havia o orçamento das estatais, havia o orçamento público, havia orçamentos de Estados e Municípios, eram quatro ou cinco que nós conseguimos, finalmente, juntá-los num só. Enquanto as equipes queriam discutir: "Não, vamos rediscutir o orçamento. Vamos mandar outro orçamento para o Congresso. Vamos ver, aí, problemas jurídicos", porque não podiam, por causa da questão da anualidade e daquela questão toda, então, a solução foi a seguinte: "Vamos fazer um orçamento nosso aqui, e vamos trabalhar com esse orçamento que vamos fazer, interna corporis, e o restante se contingência."

Nenhum governo, nenhum governo que eu conheça e que eu tenha acompanhado mais de perto, desde o Governo do Presidente Geisel para cá, nenhum governo deixou de utilizar o contingenciamento de várias fontes de recursos, que deveriam ser transferidos, para cumprir com as suas metas fiscais, para cumprir com as suas metas orçamentárias. Então, é um instrumento legítimo de governança. Agente lamenta: "Puxa vida, quantas reclamações a gente não tem de diversos setores". Por exemplo, as Forças Armadas – agora que estamos lá, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – tem um projeto de submarino movido a propulsão nuclear, que é algo de importância fundamental para o País, até para nossa segurança, para a nossa defesa de modo geral, que este submarino esteja pronto a partir do momento em que se descobre o pré-sal, que tenhamos condições de fiscalizar, de vigiar. O Brasil é hoje um País que está sob a mira do mundo.

Voltando a falar da China, a China, nos últimos anos, criou 40, digo, 37 instituições – para ser mais preciso – chinesas para tratarem somente de Brasil. Então, uma instituição vai tratar da economia brasileira no setor energético, a outra vai tratar disso, a outra vai tratar daquilo, daquilo outro, e aprendendo português. A Índia, da mesma maneira, já está colocando gente para aprender chinês, e os chineses aprenderem o hindi. Hoje, os Estados Unidos têm, na China, na sua representação diplomática em Beijing, 220 diplomatas – o Brasil, por exemplo, temos 11 diplomatas apenas. Precisamos reforçar muito a nossa representação lá, sobretudo nessa área de comércio, porque nós precisamos conhecer melhor esse gigante parceiro, que é muito bem-vindo, é o nosso principal parceiro comercial hoje.

Por um lado é bom, mas, por outro lado, quando nos chegamos a esses números, de que o número de empresas nossas exportadoras caiu vertiginosamente de 2005 para cá, em função da entrada no nosso mercado dos produtos chineses, e que hoje temos 17 mil empresas exportadoras e 30 mil importadoras, notamos que há um lado também perverso nessa contabilidade comercial que nós temos com a China.

De modo que eu acredito que nós deveríamos promover um debate e tomarmos a iniciativa de levarmos ao Executivo, de tratarmos aqui no Legislativo, de uma reforma tributária de peso. Eu entendo que é muito difícil, porque o Governo, seja ele qual for, quando

se fala em renúncia fiscal, em perda de arrecadação, ele faz ouvidos de mercador e não quer nem tratar do assunto. Mesmo que se demonstre que a perda vai ser temporária, vai haver uma perda na arrecadação de 12% durante os próximos dois anos, mas, logo em seguida, isso será recuperado, enfim, mesmo sabendo da dificuldade de qualquer governo em aceitar uma proposta de reforma tributária que desonere o setor produtivo, que facilite a vida dos Estados e Municípios, que recomponha o pacto federativo, apesar dessas dificuldades todas, nós acreditamos que vale a pena tentar. Temos, nós legisladores, contra nós, é claro, o instituto da medida provisória. Concordo plenamente. Eu fui dos que menos fiz uso da medida provisória. Mas, veja os senhores a força da medida provisória, porque, no meu Governo, com uma medida provisória, que foi aprovada pelo Congresso, foram bloqueados todos os ativos do País. Todos. Isso é uma coisa inédita no mundo.

Então, esse instrumento é um instrumento poderosíssimo de governo. Aqui no Congresso temos, diariamente, debatido essa questão: "Como fazer"? Agora mesmo está em discussão proposta apresentada pelo Senador Aécio Neves e pelo Presidente da Casa, José Sarney, para vermos como, de alguma forma, podemos melhorar o instituto da medida provisória. Mas é bom que também reconheçamos que este instituto não foi imposição de nenhum governo, mas sim uma deliberação da Assembleia Nacional Constituinte, até porque, se formos lembrar esse capítulo, foi designada uma chamada Comissão de Sistematização.

Antes de se levar ao plenário e de se iniciar o trabalho de debate da nova Constituição, foi criada uma comissão de sistematização, presidida pelo então Senador Bernardo Cabral, cujo objetivo era preparar um anteprojeto que seria submetido posteriormente à Assembleia como um todo. Nessa comissão de sistematização, o que saiu? Saiu um sistema de governo mudando presidencialismo para parlamentarismo, mandato de quatro anos para Presidente da República, e, no bojo disso, a inclusão da medida provisória, que é um instrumento típico do sistema parlamentarista. Quando foi para o Pleno da Assembleia Nacional Constituinte, ocorreram diversas mudanças, inclusive a introdução daquele artigo regulamentando os juros em 12% ao ano. Enfim, mas foi algo feito dessa maneira.

Então, eu acredito que nós precisamos ampliar esse debate e não nos centrarmos somente na questão energética, que é importante, sem dúvida, mas esse é um dos componentes daquela cesta de tributos que fazem e oneram o custo da nossa produção.

Eu gostaria também de cumprimentar todos os senhores palestrantes que aqui vieram. Eu ouvi o Dr. Sales e ouvi o Dr. Pedrosa, não tive oportunidade de ouvir o Secretário-Executivo Zimmermann e o Dr. Marcus, não cheguei a ouvi-los. Mas, enfim, essa é a minha impressão e a minha avaliação.

Agradeço à Srª Presidente da Comissão pela condescendência no tempo utilizado. Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Quero aqui cumprimentar a Srª Presidente e os demais palestrantes. Na pessoa do Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia, cumprimento os demais componentes da Mesa.

De toda a explanação, tanto do Ministro como dos demais diretores e presidentes, ficou uma preocupação de minha parte no ar. Ao mesmo tempo, nós temos hoje um entendimento duplo aqui. O próprio Márcio Zimmermann disse que não se aplica o dinheiro para os leilões. De outro lado, o Paulo também tem dados na mão de que se aplica. Ao mesmo tempo, nós aqui, Senadores, ficamos numa situação difícil, porque vocês que são detentores de dados reais. Então, para nós, é importante tirarmos essa dúvida.

Outra dúvida também importante que vi nos números apresentados: para administrar esses recursos, a Eletrobras fica com R$90 milhões. É muito dinheiro. Nós precisamos que a Eletrobras administre o dinheiro sem precisar ficar com um tostão. Ao mesmo tempo, nós precisamos, aqui nesta Casa, Srª Presidente Lúcia Vânia, trabalhar para que possamos, juntamente com o ex-Presidente Fernando Collor, o Senador Aloysio, o Senador Blairo Maggi... Nós não podemos deixar esses R$16 bilhões como superávit financeiro para equilibrar as contas do Governo. Esse recurso já é destinado para investimento, para dar a condição da infraestrutura energética de que o Brasil precisa.

Nós já vivemos, em governos passados, a maioria da Casa sabe disso, momentos difíceis de apagão. Graças a Deus, São Pedro tem nos ajudado muito nos últimos anos e esse apagão ficou um pouco de lado. Mas a qualquer instante pode vir de novo. Pode! Pode! E vou dizer aqui a fórmula que temos.

Nós temos a nossa Presidente do Brasil, a ex-Ministra Dilma, uma mulher arrojada, determinada, com conhecimento no setor energético, Ministro, Secretário Márcio. Nós recebemos aqui, em audiência pública, o Presidente da Aneel, poucos dias atrás, o Dr. Nelson, se não estou enganado. E o que acontece hoje, Dr. Márcio? Nós temos centenas, milhares de projetos de usinas hidrelétricas e PCHs em andamento na Aneel. Não é por questão de competência, não estou aqui... Mas é por questão de falta de gente para analisar os projetos.

Nós temos a obrigação e o dever de prevenir o futuro, de trabalhar para construir dias melhores no futuro. Se estamos aqui com dados do Ministério da Fazenda, do Ministério de Minas e Energia, por meio do Márcio, defendendo a continuação da RGR, com certeza, é para que, lá na frente, se evite um apagão. Mas, ao mesmo tempo, por mais que o Governo Federal tenha contingenciado R$50 bilhões e tenha contingenciado todos os concursos públicos, nós temos locais que não podem ser contingenciados. E aí a Aneel tem um concurso público aprovado; está pronto. Nós precisamos de profissionais. Nós precisamos urgentemente que esses projetos sejam analisados. Eu falo porque sou do setor de PCH, sou pequeno. Está aqui o Blairo, que, além de ser o maior produtor de soja do Brasil, é também proprietário de pequenas centrais hidrelétricas, ou talvez até de usinas hidrelétricas. Acho que é mais PCH, não é, Blairo? PCH.

Nós temos acompanhado a dificuldade, Márcio, que existe para dar andamento, continuação. Não tem gente, não tem pessoal. Quando vamos lá é um desespero, o pessoal quer atender às solicitações de várias áreas, vários lugares, vários Estados, e não tem como andar. Então, o Tesouro, em vez de contingenciar o recurso, em vez de amarrar esses recursos, que não são do Tesouro, mas do povo brasileiro, porque é para ser aplicado, não é para ficar em caixa, é igual ao dinheiro que a Suframa tem...

Nós da região amazônica arrecadamos o recurso da Suframa, que poderia gerar emprego e renda lá. Todo mundo fala da Amazônia, mas ninguém dá um tostão para cuidar da Amazônia. Estão aí discutindo o Código Florestal. Está aí a Marina Silva, que foi Senadora, que foi candidata a Presidente, que foi Ministra do Meio Ambiente. Em dois mandatos de governador que tive, ela não me levou uma cibalena, Presidente Collor. Ela não me levou uma cibalena para Rondônia. Ela não me levou uma caixa de fósforo para Rondônia, para cuidar da preservação ambiental ou para evitar derrubar uma árvore. E fica fazendo discurso nos quatro cantos do Brasil. Fica aí como se fosse a sumidade que cuida da Amazônia o tempo inteiro. É conversa para boi dormir – desculpe a expressão –, é só conversa.

Então, estou falando porque quem fez a diminuição do desmatamento em Rondônia não foi nem o Ministro Minc, nem a Marina Silva. Quem fez fomos nós rondonienses, o Blairo Maggi, como governador, que enfrentamos, fizemos campanha e diminuímos. Mas estão eles aí tirando fotos para a televisão. E a imprensa dá aquilo como manchete, como se eles fossem os paladinos da verdade e da moralidade, quando na verdade não o são. Só são bons para bater a fotografia e para pegar em microfone e falar.

Na época, quando se falou em plantar soja, houve um ministro que falou o seguinte: o Blairo era para plantar soja lá nos Andes. Mas ele se equivocou. Lá nos Andes é para plantar maconha. De repente o pessoal estava plantando alguma erva errada. Nós produzimos alimento para o Brasil e para o nosso povo.

Então, da mesma maneira, se não quisermos ter um apagão daqui a cinco, seis, oito anos, nós precisamos hoje dar condições, Márcio, para que a Aneel consiga desenvolver esse trabalho. Não estou aqui falando dos técnicos, não estou aqui jogando pedra neles, estou aqui divulgando isso sem pedido deles, mas eu sei a deficiência que há lá dentro por falta de profissionais. Aí, muitos empresários e empreendedores desse mercado livre querem construir as obras, as usinas, e não o podem fazer, porque esbarram na análise dos projetos.

É importante levar isso ao Ministro. Já falei isso para a nossa Presidente Lúcia Vânia na audiência passada. Estou aguardando uma cópia do encaminhamento para a Presidente Dilma, para o Palácio. Foi recomendado que se autorizasse a Aneel a contratar – é a área dela, ela tem conhecimento disso –, porque, caso contrário, os futuros presidentes do Brasil vão ter muita dificuldade, porque vão ficar muitos projetos amarrados. Vão ficar como loucos, correndo atrás, e aí fica difícil.

Então, eu só quero colocar essa posição. Na hora que os palestrantes conseguirem se entender, com essa divergência que têm, vocês me avisem, para eu poder saber de que maneira podemos proceder.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Cumprimento a nossa Presidente, Senadora Lúcia Vânia, os nossos palestrantes, o Sr. Marcus, do Ministério da Fazenda, o Sr. Zimmermann, nosso Ministro, também Secretário, o Cláudio José Dias, e também o Paulo Pedrosa. Cumprimento também os nossos Senadores, o Presidente Collor.

A Presidente apertou a campainha para o Presidente parar de falar porque nós temos outras coisas para fazer lá, senão poderíamos passar o resto do dia aqui ouvindo o nosso ex-Presidente da República Collor, que, sempre muito sensato, traz muitas reflexões. Eu gosto muito de ouvir o senhor.

Eu quero cumprimentar o Senador Aloysio, que comprou aquele canto da mesa. Em qualquer comissão, você vira para o lado para ver se o Aloysio está lá. Se não estiver lá, ele não está na reunião. Cumprimento também o Senador Cassol, que está aqui.

Eu comprei aqui mais no meio, onde está o Presidente Collor agora, mas estou sempre por aqui.

Eu lamento não ter podido estar aqui para ouvir a palestra de cada um dos senhores. Vou ter que pegar aqui depois as anotações da nossa Comissão, para ler e entender um pouco essa questão da RGR, que está em discussão.

Eu, assim como os demais colegas, componho muitas comissões que estão funcionando e estão todas acavaladas. Aliás, é uma das prioridades nossas dar uma arrumada nessa questão, porque acho que vários Senadores passaram por aqui e não puderam ficar. Não conseguimos ter uma opinião completa de tudo, ou ouvimos um ou ouvimos outro. E vamos embora sempre com a informação pela metade. É uma pena. É uma lástima.

Eu já fiz comentários aqui: muitas vezes chamamos pessoas importantes e há um Senador aqui; às vezes, não há nenhum. Nós tivemos uma audiência com o professor Pinguelli em que estávamos eu e o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, o Senador Rodrigo Rollemberg. O professor Pinguelli viajou três, quatro horas para chegar aqui, perdeu avião, chegou às 14 horas, não tinha almoço, e não havia ninguém para ouvir uma pessoa daquele quilate.

Então, quero pedir desculpas por não poder ter ouvido. Vou ter que ler. É um tema importante. O Presidente Collor e o Senador Aloysio foram ao ponto nessa questão de que temos muitos penduricalhos, muitos fundos, muitas coisas que encarecem a nossa energia.

Claro, compreendemos que tem de haver universalização, que tem de haver isso, que tem de haver aquilo. Mas, na ponta, qualquer benefício que se faça, qualquer concessão que se faça, alguém vai ter que pagar a conta. E quem está pagando a conta é o consumidor, a indústria. A indústria sempre vai colocar no preço, e vamos ficar pouco competitivos em relação a outros lugares.

O que estamos vendo no Brasil é a desnacionalização da indústria. O Presidente Collor citou aqui a questão da China. A China está colocando no Brasil equipamentos rodoviários – pás carregadeiras, tratores de esteira, patróis – a 30% do preço que a indústria brasileira coloca em qualquer região do Brasil. Eu comprei, poucos dias atrás, para as fazendas em Mato Grosso, importamos umas 30 pás carregadeiras. Enquanto a mesma máquina aqui custa R$300 mil, ela está chegando por R$100 mil, R$98 mil, R$97 mil. Então, de onde vem essa diferença? Será que é só mão de obra? Não, não é só mão de obra. Está em cima dos penduricalhos, das coisas que nós temos. Então, é chegada a hora de nós, realmente, aqui no Congresso, no Senado, nos preocuparmos com isso.

Eu dizia hoje pela manhã que antes de qualquer representação, ou melhor, de qualquer compromisso que tenhamos com o Governo, nós parlamentares da base, ou da oposição, nós somos responsáveis pelo equilíbrio das forças da Federação. Acima de tudo, nós somos representantes da Federação e em muitos momentos teremos que fazer enfrentamentos. E não vou aqui me referir ao Governo. Como já disse o Presidente Collor, o Executivo, porque qualquer um que esteja no governo, seja A, B, C ou D, vai ter medo de fazer reforma, tem receio de fazer reforma. Os executivos que lá estão não recomendam reformas. O Ministério da Fazenda é conservador, tem que ser conservador, tem medo. Portanto, eu só vi as coisas avançarem neste País – e aí podemos ir pela lei trabalhista, podemos ir por alguns costumes, podemos ir pela questão do meio ambiente, pela questão de usar cinto de segurança, coisas simples – depois que a política e os políticos mudaram a regra, tiveram a força e a vontade de mudar a regra.

Eu, como governador, também resisti em fazer reformas, também tive medo de fazer reformas, porque a responsabilidade, quando vem do Executivo, só é do Executivo, mas quando ela sai daqui, você tem que dividi-la. Então, nós aqui, Senadores, não temos às vezes que ficar colocando muita culpa no Governo. Nós temos que assumir a nossa responsabilidade e, acima de tudo, temos que ser os representantes dos nossos Estados, da defesa da economia dos nossos Estados. E os nossos Estados passam por uma redução da carga tributária. Não é fácil.

Hoje pela manhã, na CAE, eu disse que, como governador, várias vezes eu ajudei a atrapalhar a reforma tributária, porque não havia mecanismo que desse ao Governo do Estado de Mato Grosso a garantia de que se algo desse errado... Quem vai pagar os professores no final do mês? Quem vai repassar dinheiro para a segurança? Quem vai dar garantias de que as coisas que já estão definidas e que estão na conta para pagar no final do mês... Quem vai me dar essa garantia?

Então, eu quero dizer que o nosso trabalho aqui é bastante grande. Nós temos três ex-Presidentes na Casa. Nós temos aqui mais de vinte ex-Governadores. Nós temos Senadores que já passaram por várias áreas do Executivo. E eu acho, Presidente Collor, Senador Aloysio, Senador Ivo Cassol, que a nossa responsabilidade vai muito além de só fazer discurso aqui. Nós vamos ter que pegar o boi pelo chifre mesmo e dizer ao Governo que o Congresso ou o Senado vai dar as garantias necessárias para as mudanças que devem ser feitas. É apenas uma reflexão.

Eu ainda vou estudar essa questão da RGR, para ver como é que conduziremos esse processo aqui, o quanto isso traz de economia para nós ou não.

Para finalizar, eu quero dizer que, em Mato Grosso, como governador por dois mandatos, eu só consegui fazer o governo avançar, eu só consegui fazer algo diferente porque eu peguei todos os fundos que havia lá e disse ao meu Secretário de Fazenda: você esqueça o dinheiro dos fundos; os fundos são para serem aplicados naquilo a que estão destinados; você não faça superávit primário; você não conte com isso; você não vai fazer reversão de caixa no final do ano. Portanto, nem para as despesas – aí é para o Tesouro – dos secretários ou do secretário de onde tinha os fundos eu permitia que saísse dinheiro do fundo. O fundo era para aplicar naquilo a que se propôs. Aí, eu tinha 1.940 quilômetros de estradas asfaltadas no Estado e consegui fazer 3.560 quilômetros de estradas asfaltadas em sete anos de governo, porque eu tinha um fundo. E os outros tinham um fundo, mas não usavam o dinheiro para isso, usavam para outras coisas.

Eu acho que aqui também cabe uma reflexão ao Governo: temos os fundos, vamos começar a nos preparar para usar o fundo naquilo a que é destinado, caso contrário, vamos ficar o tempo inteiro fazendo de conta que pagamos... Aliás, fazendo de conta, não, nós pagamos de verdade. O Governo faz que usa, faz superávit primário, e, no ano seguinte, o dinheiro não apareceu naquilo a que se propõe.

Então, Presidente Lúcia Vânia, eu quero cumprimentar V. Exª pelo debate. Eu também, na qualidade de Vice-Presidente, deveria estar aqui mais cedo, mas outros compromissos me impediram de estar aqui. Eu quero cumprimentar a todos e prometer que vou estudar o assunto para ver como nos posicionaremos. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Devolvo a palavra ao Dr. Zimmermann.

O SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – Presidente, eu gostaria de fazer uns comentários e talvez até ajudar os Srs. Senadores, o Senador Aloysio, Senador Collor, Senador Cassol e o Senador Blairo, até contribuir, procurar esclarecer e, ao mesmo tempo, colocar o Ministério à disposição para eventuais explicações a mais sobre o porquê de se haver assumido uma posição favorável à prorrogação – na verdade, enquanto existir concessão, que tenha RGR no Brasil.

E há um assunto que acho muito importante – vou começar pelo Senador Blairo. Realmente, esse aspecto tributário tem características bastante interessantes. No caso da RGR, não é tributário, ela é, como o senhor falou, um fundo. Mas quando nós pegamos o caso do ICMS, que incide na conta da energia elétrica, em Estados como Minas Gerais, chega perto de 40%.

(Intervenção fora do microfone)

O SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – Por dentro e por fora, tem que ver.

Então, se você analisar os encargos médios, vai constatar que os tributos federais, que são seis, chegam a algo em torno de 13,91%. Quando eu analiso os estaduais, vejo que chegam a 20,80% em média no Brasil, no caso do ICMS; municipais, 0,02%; e encargos trabalhistas, que entram, 1,56%. Aí, os encargos mesmo, ficam só em torno de 8%, e a RGR fica em 1,23%, sendo que a RGR é reaplicada no próprio setor – só para complementar: na verdade, efetivamente, está na lei onde pode ser aplicado.

Um esclarecimento sobre por que a Eletrobras cobra aquela taxa. É que, na verdade, a Eletrobras pega um empréstimo na conta RGR – é um empréstimo –, e esse empréstimo ela passa para outro. Então, você tem spread, você tem um monte de... Não é um dinheiro que... Quem ficou devendo para a conta RGR – isso está na lei – é a Eletrobras. A Eletrobras já tentou se livrar, passar para a Aneel, passar adiante, mas ninguém tem funding, ninguém tem condições de bancar isso. Por isso é que ela cobra aquela taxa de administração naquele valor: o risco é dela; se não pagar, ela é que é penalizada.

De qualquer forma, reafirmo: não existe a hipótese, até porque eu sou Presidente do Conselho de Administração da Eletrobras, e todos os processos de empréstimo da RGR, Senador Cassol, passam pelo lá, e até porque estaríamos sujeitos à cadeia por descumprimento da lei, ao usar um recurso que não pode ser aplicado para disputar leilão.

Um outro aspecto cuja evolução é importante: o Proinfa teve um papel importante? Teve, mas eu chamo atenção para uma oportunidade que tivemos em 2008, com o Ministro Lobão. Quando o Ministro Lobão chegou ao Ministério, todos os setores tinham o trauma do que havia ocorrido no Proinfa com relação à eólica, porque o preço era muito alto. O Ministro estava chegando e provocou uma discussão para saber por que havia a eólica em todos os lugares do mundo... Explicávamos que, pelas características do Brasil, era melhor a hidrelétrica. De qualquer forma, serviu para que nós aprofundássemos essa discussão.

Nós começamos a fazer diversas discussões com os fabricantes e importadores, envolvendo depois o MDIC e o Tesouro, e chegou-se a um processo interessante. Quando saímos do Proinfa, que teve um preço muito alto, em 2009 nós fizemos o primeiro leilão, e eu me lembro que os fabricantes chegavam e diziam que queriam que o Brasil definisse uma política, que dissesse, por exemplo: "Vou contratar dois mil megawatts médios por ano, vou contratar três mil, dois mil" – isso, para decidirem colocar uma fábrica aqui.

Na verdade, na época, naquele leilão de 2009, o que se fez? Estabeleceu-se a igualdade para quem ia trazer de fora e para quem ia produzir aqui, porque antes você tinha o incentivo para o cara trazer e tinha uma obrigação de... Havia peças que traziam que tinham isenção, mas, ao mesmo tempo, tinha a vantagem de montar aqui. Conseguiu-se um equilíbrio, e eu me lembro que, para o presidente de uma indústria dessa, que mais cobrou, nós colocamos o desafio: o senhor vai fazer a política de eólica para o Brasil quando o senhor tiver preço para disputar os nossos leilões. E foi isso o que ocorreu.

Hoje talvez nós sejamos o único país do mundo que não dá um centavo de subsídio para a energia eólica, e nós temos leilões competitivos – começamos em 2009, quando o preço ficou a R$7,4 o megawatt/hora. No ano passado, voltamos a fazer leilões, fizemos dois leilões, e tivemos uma queda para a média de 130. Nos mês que vem vamos fazer um leilão de eólica e já temos quatrocentos projetos inscritos. Hoje, ela disputa com PCH, disputa com biomassa, disputa com qualquer fonte e não teve nenhum subsídio. E somos um dos poucos países no mundo que não dá subsídio para a eólica. Se você pega um país da Comunidade Europeia, que fala tanto em eólica, como a Espanha, constata: 23 a 26 euros por megawatt/hora. Aí é o Estado, o contribuinte, o Tesouro deles é que dá o subsídio, não é o consumidor. Então, acho que aqui nós evoluímos, e isso que existe em relação ao Proinfa é só um complemento de problema... É o contrato já assinado sobre a vigência, não se está criando outro Proinfa, não tem nada, é só problema de reconhecimento de contrato e requisitos que foram exigidos, não é nada de prorrogação. São projetos que já estavam em implantação, e havia um aspecto legal: eles entram agora ou entram nos próximos meses, senão seria... O cara já investiu, já assinou um contrato, e aí ficavam a Eletrobras e a Aneel numa situação... É por isso que está vindo.

Só mais um complemento, Senador. Vale a pena lembrar relativamente a Itaipu – o Presidente Collor já explicou – que, na verdade, essa fator de multiplicação, quando foi assinado o Tratado de Itaipu, era de um ou dois, e ele foi, ao longo do tempo...

(Intervenção fora do microfone)

O SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – Tem, é o anexo C do tratado.

E ao longo dos anos – eu mesmo na Eletrobras –, ele foi se multiplicando até chegar a cinco e, agora, foi para esse patamar.

Agora, lembro que, pela primeira vez no Brasil, o governo passado tomou uma decisão no sentido que isso não fosse para a conta do consumidor, no sentido de que esse recurso fosse bancado pelo Tesouro Nacional, e dentro de uma estratégia de geopolítica.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Uma observação: é que as notas que nós aprovamos não fazem nenhuma menção ao fato de que o custo será bancado pelo Tesouro. O que continua em vigor, e hoje é lei porque foi recepcionado pela legislação brasileira, é o tratado de 1973. Nos termos desse tratado, isso é custo Itaipu. Há uma exposição de motivos, mas a exposição de motivos não é lei...

O SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – Mas as cartas de intenção são.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não são. Isso não foi aprovado.

O SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – As cartas reversais viram parte do tratado depois de assinado pelo Chanceler, mas é uma decisão interna.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Mas não é lei. Lei é o Tratado de Itaipu. E no dia seguinte à assinatura, à celebração que fizeram lá, os setores de sempre da política paraguaia disseram que queriam antecipar a possibilidade de vender livremente a nossa energia. Agora..

O SR. MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN – Eu lhe garanto que o Tesouro está pagando, o Tesouro vai pagar essa conta.

Há mais um ponto importante. Hoje o Brasil trabalha com a sistemática de leilões, que busca energia mais competitiva, leilões que têm sido um sucesso em termos de disputas. E nós trabalhamos num sistema como esse com energias asseguradas e, então, hoje, se você trabalha com o risco de 5% de déficit, que é o padrão que o Brasil utiliza, na verdade, com esses leilões, você conseguiu garantir que fatos conjunturais não afetassem os aspectos estruturais. O que nós tivemos em 2001 foi um aspecto estrutural aliado a um conjuntural. Hoje estamos com o aspecto estrutural bem equilibrado, e um aspecto estrutural equilibrado, claro, resiste a um conjuntural.

Só mais um ponto. Eu disse, Senadora Presidente, que nós nos colocamos à disposição da Comissão de Infraestrutura – infelizmente nós não pudemos ir à Câmara dos Deputados, mas estamos aqui. Então, eu acho que esta é uma boa oportunidade. Nós nos colocamos à disposição para fazer esclarecimentos que possam evitar aquilo que comentei aqui: que as pessoas, sem se aprofundar, ou leigos, façam uma interpretação e, de repente, a RGR vire um chavão para alguma coisa que não tem nada a ver com a competitividade brasileira, não tem nada a ver com outros fatores. Como o Presidente Collor falou muito bem, é um assunto muito mais complexo e, de repente, vira, com a intervenção de pessoas leigas, a Geni do Brasil. Na verdade, não

tem nada a ver. Para fazer esses esclarecimentos, o Ministério está à disposição de todos os senhores.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Sr. Cláudio José Dias Sales.

O SR. CLÁUDIO JOSÉ DIAS SALES – Obrigado, Senadora.

Farei breves comentários para tentar trazer a questão para a discussão da RGR, aproveitando o estímulo que extraio das manifestações do Senador Aloysio Nunes especialmente; do Senador Fernando Collor, quando fala do desafio de reduzir outros tributos, do desafio hercúleo que é fazer uma reforma tributária aqui no Brasil; também do Senador Ivo Cassol, que busca a acuidade dos dados; e, por último, do Senador Blairo Maggi, que fez um depoimento sobre o sucesso que obteve em sua administração ao fazer com que os fundos cumprissem o dever a que de fato foram destinados, no que obteve resultados bastante concretos. Acho que é disso que se trata na questão da RGR, Senador Blairo Maggi.

A RGR foi criada mais de 50 anos atrás para constituir um fundo que eventualmente seria usado caso a União precisasse reverter os ativos de alguma concessão. Mais de 50 anos passaram sem que uso desse tipo tivesse sido necessário. Ao contrário, ao longo desses 50 e tantos anos, foram sendo dadas outras destinações à RGR. É importante ter isto como pano de fundo: foram sendo dadas outras destinações – aí é uma avaliação minha – porque os recursos estavam disponíveis, e os senhores sabem que a administração pública é pródiga em arrumar destinos todas as vezes que vê recursos disponíveis; ela é pródiga, inclusive, em cobrar novos encargos e subsídios, enfim, novos tributos da sociedade.

Assim é que, no setor elétrico, além do nível de tributação brasileiro, que é de 35% do PIB, nós pagamos 45% na conta de luz. Os malefícios disso foram aqui largamente explanados. Então, do que se trata no caso da RGR? Trata-se de um desses encargos que deveria ter sido extinto se acolhida tivesse sido a lei que previa a extinção da cobrança em 31 de dezembro de 2010.

E aí, Senador Maggi, é importante entender que o que estabelecia a lei que foi modificada por essa medida provisória era a interrupção da cobrança, não a extinção do fundo. O fundo existe, e há lá quase R$ 16 bilhões. Agora, o mais grave de tudo, até quando se fala em desvirtuamento – Senador Maggi, acho que o senhor não estava aqui na hora em que tive oportunidade de falar –, é que, conceitualmente, a maneira como é cobrada do consumidor a RGR, para o fim a que hoje, na prática, ela está sendo utilizada, do ponto de vista econômico, financeiro, etc., é absolutamente errado. Por quê? Porque a RGR é cobrada à razão de 2,5% dos investimentos. Não há nada melhor para desencorajar investimentos do que tributar investimentos. É disso que se trata.

Sendo assim, de nada adiantam argumentos como: "Com a RGR, a gente financia, a juros subsidiados, atividades e outros investimentos no setor que são importantes etc.". De nada adianta, e isso por múltiplas razões. A primeira razão é que tiram do bolso direito do brasileiro esses R$15 bilhões ou R$16 bilhões e dizem: "Com isso, eu atrapalho seus investimentos, atrapalho sua expansão etc., mas vou facilitar investimentos". Quer dizer, você tira de um bolso para dizer que vai facilitar investimentos do outro. Só que, primeiro, você não faz isso com a totalidade dos recursos. Ao contrário do exemplo que tivemos aqui, do Senador Blairo Maggi, não é com todos os recursos, mas com parte dos recursos, porque parte vigorosa deles, mais ou menos a metade, é contingenciada. Segundo: ainda são cobrados encargos de administração sobre esses financiamentos – e há argumentos técnicos para justificar isso. Enfim, é o absurdo do absurdo, não faz sentido nenhum do ponto de vista econômico.

E acho que quem tem de se manifestar e dar resposta coerente a isso, porque por dever de ofício tem que dominar essa questão, é o Tesouro Nacional. Tributar um investimento e dizer que, com esses recursos, vai constituir um fundo e, com esse fundo, vai financiar de forma subsidiada algumas empresas ou alguns projetos... Lembro que, segundo dados da Aneel – não estou me referindo a projetos para não insuflar a polêmica –, mais de 60% dos financiamentos da RGR são para as empresas do grupo Eletrobras, que reconhecidamente não são – há dados objetivos, é só consultar a Aneel – as mais eficientes do setor elétrico brasileiro.

Enfim, não faz sentido algum tributar investimento. Isso é antieconômico, é contra a racionalidade econômica, é contra qualquer princípio básico de teoria econômica. Isso é prejudicial ao investimento. É totalmente despropositado dizer que isso favorece investimentos porque, para algumas empresas ou alguns projetos, com isso se financia de forma subsidiada – ainda tirando quase metade do que se financia, pois, dos R$15 bilhões, só estão aplicados cerca de R$7 bilhões, o resto não está aplicado.

Agora algo em relação ao que disseram alguns Senadores, inclusive o Senador Collor, ao macrodesafio que se tem de fazer com que o Brasil não tenha mais 45% de impostos e encargos na conta de luz, tenha menos. É claro que há o ICMS, que individualmente é o que pesa mais, há o PIS/Cofins, que, dos impostos federais, é o de maior impacto, enfim, tudo isso é um

desafio. Mas eu devolvo a questão para os senhores Senadores, que têm, mais do que eu, vivido a enorme dificuldade de discutir a reforma tributária e fazer com que a tendência natural de praticamente todos os governos do mundo, que é criar impostos, aumentar a arrecadação, seja revertida em favor da sociedade brasileira. Esse desafio é gigante. Eu acho que aqui, com esta Casa, está a oportunidade de enfrentar o desafio de duas maneiras. Uma é ficar paralisado diante do gigantismo desse desafio, diante da tamanha dificuldade que se tem de implementar politicamente uma reforma tributária. A outra é não perder a chance de chutar a gol as bolas que passam à nossa frente.

Srs. Senadores, se for revertido esse artigo da medida provisória que trata da RGR, será economizado algo próximo a 1,5% da conta de luz. Isso é muito importante, equivale a R$1,6 bilhão por ano, segundo dados do último ano, de arrecadação que sai do bolso dos consumidores brasileiros de energia elétrica. Comparem – os senhores hão de ter esses dados – esse R$1,6 bilhão com o orçamento de alguns ministérios e verão que esse valor é maior que o orçamento de alguns ministérios importantes. Então, é disso que se trata, e isso tem um impacto direto na vida do cidadão, ainda que seja um, dois ou dez reais na conta de luz – não importa, é em função do tamanho da conta de luz.

Obviamente, característica importante que está na teoria de tributação, a gente fez aqui um white paper no instituto Acende Brasil sobre tributos e encargos no setor elétrico que tem todo um capítulo inicial explicando teoria de tributação. Está lá que não há maneira mais perversa para a sociedade brasileira do que se valer de um insumo ou de bem tão universalmente consumido como a energia elétrica para colocar ali pequenos grandes penduricalhos, porque todo mundo paga sem transparência, sem eficiência, sem saber por que está pagando. Eu acho que é difícil, mas talvez menos difícil do que fazer uma reforma eficiente do ICMS, talvez menos difícil do que retornar o PIS/Cofins para o critério de cobrança anterior. Mas é possível, porque esta bola está rolando agora. Que se economize este quase 1,5 da conta de luz dos consumidores.

Só para não deixar de ter uma palavra – porque eu citei e me ocorreu – em relação ao PIS/Cofins, eu acho que aí também tem uma oportunidade. Está registrado amplamente na imprensa que uma das promessas de campanha da atual Presidente da República do Brasil foi eliminar o PIS/Cofins do setor elétrico. Então, veja, há luz no fim do túnel, há esperança.

Nós mesmos, como citou aqui o Sr. Pedrosa, vimos nos batendo para que, em relação ao PIS/Cofins, o setor elétrico passasse a ser tributado da mesma maneira como, por exemplo, o setor de telecomunicações, que era com o critério antigo. Não tem por que a energia elétrica, que é até essencial para que haja telecomunicações, seja mais tributada do que telecomunicações.

Então, esse era o pleito, posto que razoável. Não foi com pouca satisfação que vimos manifestações da Presidente da República, então ainda candidata, dizendo que ela reconhecia o impacto negativo que tem na sociedade essa carga tributária elevada em cima da conta de luz e tomaria um passo decisivo nessa direção. Então, há esperança aí também.

Mas eu não quero trazer outros temas, são muitos. Eu quero focar aqui na questão da RGR. A bola está passando aqui. É difícil, mas pode-se chutar em gol, pode-se fazer com que isso acabe. O fundo da RGR, Senador Blairo, os R$15, R$16 bilhões, ainda continua, está lá. Que se dê bom destino a ele, que se diminua o contingenciamento dele, que se financiem mais empresas etc, dentro de um critério eficiente. Eu até sugiro que a administração disso não deva ser feita pela Eletrobras, para que não tenha esse tipo de discussão aqui. Há um conflito de interesses facilmente perceptível entre uma empresa que é, ao mesmo tempo, geradora do fundo e tomadora de recursos e tomadora de recursos desse fundo. Então que se bote para o BNDES, por exemplo, ou para qualquer outra organização no âmbito de governo, fazer essa administração.

Mas, de qualquer forma, o fundo está lá, é gigantesco, foi construído com sangue, suor e lágrimas dos brasileiros, porque foi do consumidor de energia que ele foi gerado, prejudicou os investimentos porque ele onerou os investimentos em 2,5% para ser constituído. Mas está lá, é uma realidade, vamos fazer bom uso dele.

A propósito, não vamos continuar cobrando para aumentar esses fundos, ou seja, para criar um número maior, mais dinheiro disponível para ser usado sei lá com que propósito, uma vez que os propósitos vêm sendo modificados ao longo desses 50 anos.

Muito obrigada, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra o Sr. Paulo Pedrosa.

O SR. PAULO PEDROSA – Obrigado, Senadora.

Agradeço, mais uma vez, a oportunidade deste debate democrático em torno de ideias e tão importante para o País. A única certeza que eu trago, e percebo isso pela experiência do contato direto com a indústria, é que o preço elevado da energia no Brasil tem prejudicado o País. O nosso preço é dos mais altos do mundo, isso é um fato. A indústria está perdendo competitividade e nós precisamos explorar todas as oportunidades de recuperar a competitividade perdida da energia.

No debate específico da RGR, acho que nós podemos aprofundá-lo cada vez mais, pedir à Aneel a informação específica sobre os dados. Os números

que eu tenho aqui apontam para uma aplicação, realmente, como disse o Cláudio, focada em empresas da Eletrobras. Vale a pena aprofundar e detalhar o uso desse recurso. Mas, o mais importante é a captação. Há uma ineficiência. Se eu apenas utilizo um terço dos recursos para financiamento, mas pago ICMS e PIS/Cofins sobre o todo, o custo desse dinheiro para o consumidor é enorme, não é 1%. Ele pode até entrar para 1% para modicidade tarifária na ponta, mas o mal que ele fez na saída é muito maior do que qualquer bem que ele possa fazer na entrada.

Acho importante, também, dizer que as concessões acabam em 2015. Se o modelo que a gente for usar para concessões é indenizar, eu aviso aqui ao Senado: não vai dar, porque precisaríamos de R$30 bilhões. E mesmo dos R$15 bilhões, a gente pode arrecadar mais R$2 bilhões até lá. Mas eu pergunto: os R$9 bilhões, que estão contingenciados, o Governo vai devolver para indenizar, ou o vão continuar contingenciados? Então, não é necessário para renovação das concessões, no nosso ponto de vista.

Não somos donos da verdade. Esse é um processo de aprendizado e democrático de debate. Mas, na visão dos consumidores, essa é uma grande oportunidade para o Congresso Nacional demonstrar a preocupação com o consumidor, com o consumidor residencial, com a indústria do País, com a competitividade. É claro que não é a única e não é a mais importante.

Nós vamos lidar com concessões no futuro bem próximo. E para nós, consumidores, concessão é um leasing. Nós pagamos o leasing desse carro, digamos, 50 anos; agora, ele é nosso. O benefício das concessões é dos consumidores.

E muitas outras questões. A realocação do custo dos encargos é um tema importante. Há uma agenda extensa de pontos que precisam ser discutidos e acho que essa oportunidade de debate que está sendo dada é importantíssima. Em alguns momentos, aqui, até em relação a posições dos Senadores, eu me permiti não divergir, mas apresentar uma visão diferente. Acho que aguardar a reforma tributária, a indústria não pode esperar por isso. Nós temos que enfrentar os problemas dos encargos agora, e lembrando que, quando cai o encargo, cai o ICMS e o PIS/Cofins sobre o encargo. Ele é alavancado pelo ganho secundário. A gente não pode deixar de levar isso em consideração.

Quanto aos subsídios, eu não posso deixar, como ex-regulador, de dizer o seguinte: o subsídio é muito importante, às vezes, no País, mas o subsídio tem que ter prazo para acabar, tem que ter transparência e tem que ser apenas o necessário para viabilizar aquilo que está sendo subsidiado. Cada real a mais do que é necessário é um desperdício de recursos da sociedade e come o crescimento do nosso PIB.

Ninguém é contra a eólica, que fique bem claro, mas nós somos contra a eólica a R$300 quando já se provou que a eólica pode entrar a R$124.

Por fim, acho que é importante fazer um registro, para evitar uma incorreção. O Presidente Collor mencionou um estudo da Fundação Getúlio Vargas – estou deixando algumas cópias aqui com Senadora Lúcia Vânia. Na verdade, o que estudo fez foi avaliar um fluxo de caixa da redução do custo da energia e avaliar o fluxo de caixa equivalente de aumento do PIB brasileiro. O número de 8,5 e não 5,5 é apenas um cálculo que nós fizemos, trazendo a valor presente os dois fluxos de caixa para compará-los. E tem lógica econômica. Cada real a menos no custo da energia, ou o inverso, cada real a menos no custo da energia, R$8, 60 a mais no PIB, ou cada real a mais no custo da energia, R$8,60 a menos de crescimento do PIB. Essa é a dimensão da questão com que os Srs. Senadores vão lidar em breve: RGR, renovação das concessões e outros temas mais do setor elétrico.

Muito obrigado a todos pela oportunidade.

A SRª. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Gostaria de saber se algum dos expositores ainda quer usar a palavra.

Gostaria de informar aos senhores que os arquivos das apresentações estão disponíveis nas redes sociais da Comissão: twitter.@comissaoci_senado.

Os que quiserem, podem obter esses arquivos aqui na Secretaria da Comissão.

Não havendo mais nada a tratar, quero agradecer aos senhores expositores que aqui nos honraram com as suas presenças e agradecer, mais uma vez, a gentileza dos expositores em aceitar nosso convite.

Muito obrigada.

(Levanta-se a Reunião às 17 horas.)

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM ONZE DE MAIO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 9:30 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e dezenove minutos do dia onze de maio do ano de dois mil e onze, na sala de reuniões número dezenove da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Benedito de Lira, reúne-se a Comissão de Desen-

volvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Vicentinho Alves, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Ataídes Oliveira, Cícero Lucena, Maria do Carmo Alves, Mozarildo Cavalcanti, José Pimentel e Ivo Cassol. Deixam de comparecer os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Vanessa Grazziotin, João Durval, Ana Amélia, Eduardo Amorim, Wilson Santiago e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Dando prosseguimento, a Presidência esclarece que, conforme pauta previamente divulgada, a presente reunião destina-se a realização de Apreciação de Proposição: **ITEM 1 – Não Terminativo – PLC Nº 166, DE 2010,** *"Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências."* **Autoria:** Deputado Alberto Goldman. **Relatoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 – Não Terminativo – OFICIO "S" Nº 2, DE 2011, "***Comunica o recebimento do Relatório de Resultados e Impactos – primeiro Semestre de 2010, sobre atividades desenvolvidas pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE.* **Autoria:** Superintendente da SUDENE. **Relatoria:** Senador Wellington Dias. **Relatório:** Pelo conhecimento do Ofício "S" nº 2, de 2011, e pelo encaminhamento da matéria com o presente Parecer à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 40, DE 2010,** *"Altera o § 1º do art. 1º da Lei 9.826, de 23 de agosto de 1999, que dispõe sobre incentivos fiscais para desenvolvimento regional, altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, e dá outras providências.(Inclui faixa da fronteira da Região Sul nas áreas onde os empreendimentos empresariais farão jus à crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados)."* **Autoria:** Senador Sérgio Zambiasi. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com uma Emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, DE 2007,** *"Institui o Balanço Social Empresarial, autoriza a criação do Selo Empresa Responsável, altera o § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, e o inciso IV do art. 3º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências."* **Autoria:** Senadora Lúcia Vânia. Tramita em Conjunto com **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 366, DE 2008,** *Altera o § 3º do art. 2º da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, para incluir a certificação da empresa por boas práticas ambientais entre os critérios de desempate nas licitações.* **Autoria:** Senador Expedito Júnior. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta, incorporando as contribuições do PLS 366, de 2008 que fica prejudicado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, DE 2008,** *"Amplia a gama de produtos da Amazônia Ocidental beneficiários da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados prevista no art. 6º do Decreto-Lei nº 1.435, de 16 de dezembro de 1975, e reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a venda deles no mercado interno."* **Autoria:** Senador Expedito Júnior. Tramita em Conjunto com **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 210, DE 2010, "***Dá nova redação ao art. 6º do Decreto-Lei nº 1.435, de 16 de dezembro de 1975, para isentar do Imposto sobre Produtos Industrializados os produtos elaborados na Amazônia Ocidental com matérias-primas de origem regional."* **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatoria:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta e pelo arquivamento do PLS 210, DE 2010. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 23, DE 2011,** *"Altera a Lei nº 10.257 de 2001 – Estatuto das Cidades, para dispor sobre a obrigatoriedade de elaboração de Plano Diretor dos Municípios com áreas de risco situadas em seu território e dá outras providências."* **Autoria:** Senador Lindbergh Farias. **Relatoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com 03 (três) emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 – Requerimento nº 15/2011-CDR**, *"Nos termos regimentais, solicito a realização de Audiência Pública conjunta desta Comissão, com as Comissões de Serviços de Infraestrutura – CI; e Meio Ambiente e Fiscalização e Controle – CMA, para debater a situação dos aeroportos do Brasil, com as presenças do senhor Antonio Augusto Matos do Vale, Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero; o senhor Carlos Eduardo Magalhães da Silveira Pellegrino, Diretor-Presidente Interino da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e o senhor Wagner Bittencourt, Secretário Nacional da Secretaria Nacional de Avião Civil – SNAC."* **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 – Requerimento nº 16/2011-CDR**, *"Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública por esta Comissão,*

juntamente com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a fim de discutir a situação do tráfego aéreo no país, as condições da infra-estrutura aeroportuária, os investimentos programados para setor, os aspectos econômicos da modernização e da ampliação da estrutura atual e as suas implicações com os eventos esportivos de relevância internacional (Copa do Mundo de Futebol e Olimpíadas) que serão realizados nos próximos anos no país. Apresentamos, para tal, os nomes dos seguintes convidados: Antonio Gustavo Matos do Vale, Presidente da Infraero; Carlos Eduardo Pelegrino, Diretor-Presidente Interino da Agência Nacional de Aviação Civil _ ANAC; e Wagner Bittencourt de Oliveira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria Nacional de Aviação Civil _ SAC." **Autoria:** Senadores Ana Rita e Romero Jucá. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e cinco minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Benedito de Lira,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Srªs Senadoras e Srs. Senadores, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Faço algumas comunicações.

Há um requerimento aprovado por esta Comissão para que façamos um fórum conjunto entre a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado e a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados. O objetivo é uma ação conjunta das duas Comissões, porque tratam dos mesmos assuntos.

Já houve dois encontros regionais nas cidades que vão servir de sede à Copa do Mundo, Recife e Fortaleza. O terceiro encontro será realizado exatamente no dia 16 na cidade de Curitiba; o convite é extensivo a todos os Srs. Senadores que compõem a Comissão. E, no dia 23, haverá também um encontro da Subcomissão de Desenvolvimento do Nordeste, que terá como sede a cidade de Maceió. Terei muita alegria e muito prazer, não só como Presidente da Comissão, mas especialmente como filho daquela terra, em receber os companheiros para um dia de trabalho. Eu gostaria muito de convidar principalmente os Senadores de outras regiões a comparecerem a esse encontro, porque o assunto de que vamos tratar lá diz respeito, com muita ênfase, às regiões Norte e Nordeste. Precisamos analisar a realidade dessas duas regiões. Como estamos encontrando boa vontade e entusiasmo por parte dos Senadores que compõem esta Comissão, é interessante que as duas regiões se juntem, porque os assuntos de que iremos tratar são comuns às duas regiões.

Há outra vontade de todos nós no que diz respeito às regiões Norte e Nordeste. Já estamos fazendo a terceira reunião do Nordeste, e é evidente que cabe à Senadora Vanessa adotar providências, para que possamos também começar a fazer encontros na região Norte. Eu gostaria de comunicar às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que, na próxima oportunidade, vou contatar a Senadora Vanessa, a fim de que possamos, brevemente, começar a fazer esses encontros na região Norte. Já houve praticamente três encontros na região Nordeste, um na subcomissão do Sul, que é essa de Curitiba. Precisamos fazer essa integração.

Eu gostaria até de pedir ao Senador Mozarildo, da região Norte, que pudéssemos adotar providências, para começar a trabalhar. Por quê? Porque há uma vontade de todos nós, ao término dessa peregrinação, de fechar um documento conjunto, para, nessa oportunidade, pedirmos uma audiência com a Presidenta da República, para lhe entregar o resultado daquilo que discutimos, o que ficou aprovado, o que ficou decidido, para que sejam adotadas providências.

Nesse instante, eu dizia ao Senador Wellington que não podemos apenas formalizar esses encontros e ficar apenas nos encontros, como se déssemos a entender que o encontro dizia respeito a turismo que a Comissão poderia fazer ou poderá fazer. Não! Queremos reuniões de trabalho, para que, com isso, possamos produzir resultados, não só para propiciar o desenvolvimento das duas regiões, que deverão juntar-se. No momento em que juntarmos a região Norte e a região Nordeste, as coisas começarão a acontecer, Senador Mozarildo.

A Senadora Maria do Carmo, que é de um Estado vizinho ao meu, o belíssimo Estado de Sergipe, sabe muito bem que precisamos adotar providências e ações práticas e efetivas e encontrar os caminhos. Do contrário, as regiões Norte e Nordeste continuarão bonitas, maravilhosas, mas sempre perdendo. Então, queremos ver se sai alguma coisa de importância para essas regiões.

Aqui, há alguns projetos que contavam com a designação de Senadores para serem discutidos hoje, mas, infelizmente, alguns Senadores não compareceram a esta reunião. Alguns Senadores estão em outras Comissões, e muitos outros estão participando de encontro das bancadas com os prefeitos de cada Estado representado na Casa.

Assim sendo, não havendo número legal para deliberar, encerro a presente reunião. Estamos convocados para a próxima reunião na próxima quarta-feira.

(Levanta-se a Reunião às 10 horas e 25 minutos.)

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE E CINCO DE MAIO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 9:30 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e cinqüenta e nove minutos do dia vinte e cinco de maio do ano de dois mil e onze, na sala de reuniões número sete da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Vanessa Grazziotin, Presidente Eventual, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Lídice da Mata, Ana Amélia, Vital do Rêgo, Ataídes Oliveira, Cícero Lucena, Maria do Carmo Alves, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Paim, José Pimentel, Ivo Cassol e Marisa Serrano. Deixam de comparecer os Senadores Vicentinho Alves, João Durval, Eduardo Amorim, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Dando prosseguimento, a Presidência esclarece que, conforme pauta previamente divulgada, a presente reunião destina-se a realização de Apreciação de Proposição: **ITEM 1 – Não Terminativo – PLC Nº 166, DE 2010,** *"Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências."* **Autoria:** Deputado Alberto Goldman. **Relatoria Ad Hoc:** Senadora Ana Rita. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** A Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDR pela aprovação do Projeto. **ITEM 2 – Não Terminativo – OFICIO "S" Nº 2, DE 2011, "***Comunica o recebimento do Relatório de Resultados e Impactos – primeiro Semestre de 2010, sobre atividades desenvolvidas pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE.* **Autoria:** Superintendente da SUDENE. **Relatoria:** Senador Wellington Dias. **Relatório:** Pelo conhecimento do Ofício "S" nº 2, de 2011, e pelo encaminhamento da matéria com o presente Parecer à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional. Usa da palavra a Senadora Ana Rita. **Resultado:** A Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDR pelo conhecimento do Ofício "S" nº 2, de 2011, e pelo encaminhamento da matéria com o presente Parecer à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional. **ITEM 3 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, DE 2008,** *"Amplia a gama de produtos da Amazônia Ocidental beneficiários da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados prevista no art. 6º do Decreto-Lei nº 1.435, de 16 de dezembro de 1975, e reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a venda deles no mercado interno."* **Autoria:** Senador Expedito Júnior. Tramita em Conjunto com **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 210, DE 2010, "***Dá nova redação ao art. 6º do Decreto-Lei nº 1.435, de 16 de dezembro de 1975, para isentar do Imposto sobre Produtos Industrializados os produtos elaborados na Amazônia Ocidental com matérias-primas de origem regional."* **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatoria:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta e pelo arquivamento do PLS 210, DE 2010. **Resultado:** Foi concedida Vista à Senadora Vanessa Grazziotin, nos termos regimentais. **ITEM 4 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, DE 2011,** "Altera disposições da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para incluir os Estados que integram a SUDENE e o prazo de vigência do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera- REPENEC." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatoria:** Senadora Ana Rita. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo. Usa da palavra a Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 – Requerimento nº 15/2011-CDR**, *"Nos termos regimentais, solicito a realização de Audiência Pública conjunta desta Comissão, com as Comissões de Serviços de Infraestrutura – CI; e Meio Ambiente e Fiscalização e Controle – CMA, para debater a situação dos aeroportos do Brasil, com as presenças do senhor Antonio Augusto Matos do Vale, Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero; o senhor Carlos Eduardo Magalhães da Silveira Pellegrino, Diretor-Presidente Interino da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e o senhor Wagner Bittencourt, Secretário Nacional da Secretaria Nacional de Avião Civil – SNAC."* **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. Usa da palavra a Senadora Ana Rita. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 – Requerimento nº 16/2011-CDR**, *"Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública por esta Comissão,*

juntamente com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a fim de discutir a situação do tráfego aéreo no país, as condições da infra-estrutura aeroportuária, os investimentos programados para setor, os aspectos econômicos da modernização e da ampliação da estrutura atual e as suas implicações com os eventos esportivos de relevância internacional (Copa do Mundo de Futebol e Olimpíadas) que serão realizados nos próximos anos no país. Apresentamos, para tal, os nomes dos seguintes convidados: Antonio Gustavo Matos do Vale, Presidente da Infraero; Carlos Eduardo Pelegrino, Diretor-Presidente Interino da Agência Nacional de Aviação Civil _ ANAC; e Wagner Bittencourt de Oliveira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria Nacional de Aviação Civil _ SAC." **Autoria:** Senadores Ana Rita e Romero Jucá. Usa da palavra a Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 – REQUERIMENTO Nº 17/2011-CDR**, *"Requeiro, nos termos regimentais, o aditamento ao Requerimento nº 14/2011-CDR, já aprovado por essa Comissão, para que sejam também convidados: Sr. Márcio Holland De Brito, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda; um representante do Ministério da Integração Nacional; um representante do Tribunal de Contas da União; um representante da Confederação Nacional de Agricultura – CNA. À oportunidade, sugiro, para maior proveito dos trabalhos, que a audiência pública aconteça em três mesas."* **Autoria:** Senadores Vital do Rêgo e Ana Amélia. **Resultado:** Aprovado o Requerimento, acrescentando, como convidados, o Sr. Márcio Holland De Brito, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda; um representante do Ministério da Integração Nacional; um representante do Tribunal de Contas da União; e um representante da Confederação Nacional de Agricultura – CNA. Usam da palavra os Senadores Ana Rita, Ana Amélia, Mozarildo Cavalcanti, e Wellington Dias. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e seis minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Vanessa Grazziotin,** Presidente Eventual da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da 10ª Reunião da Comissão.

A Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada e será publicada no Diário Oficial do Senado Federal, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião está destinada a deliberação de proposições. Antes de passarmos à votação das proposições, lerei alguns rápidos e breves comunicados e convites recebidos por esta Comissão.

Em 13 de abril deste ano, a Comissão deliberou por meio do Requerimento nº 13, por participar, em parceria com a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, da promoção e organização do projeto II Fórum Legislativo das Cidades-Sedes da Copa do Mundo de Futebol no Brasil – O Poder Legislativo Fazendo Parte do Time da Copa de 2014. Até o presente momento, foram realizadas visitas em três cidades: a primeira visita ocorreu no dia 18 de abril, em Fortaleza; a segunda visita, no dia 9 de maio, em Recife; a terceira visita, no dia 16 de maio, em Curitiba. A quarta cidade a ser visitada será Belo Horizonte-MG, no dia 06 de junho, na Assembleia Legislativa daquele Estado. A Secretaria da Comissão está providenciando o envio do convite para todos os membros da Comissão.

Foi realizada, na última segunda-feira, em Maceió, a primeira visita técnica que a Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste promoveu. O próximo Estado que será visitado será a Paraíba no dia 6 de junho próximo. A Secretaria da Comissão está providenciando o envio de convites a todos os Senadores.

Seriam esses os comunicados.

Vamos iniciar a nossa pauta do dia de hoje pelo Item 5.

ITEM 5
REQUERIMENTO Nº 15/2011-CDR

Nos termos regimentais, solicito a realização de Audiência Pública conjunta desta Comissão, com as Comissões de Serviços de Infraestrutura – CI; e Meio Ambiente e Fiscalização e Controle – CMA, para debater a situação dos aeroportos do Brasil, com as presenças do Sr. Antonio Augusto Matos do Vale, Presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero; o Sr. Carlos Eduardo Magalhães da Silveira Pellegrino, Diretor-Presidente Interino da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; e o Sr. Wagner Bittencourt, Secretário Nacional da Secretaria Nacional de Avião Civil – SNAC.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

Em discussão o Requerimento.

Concedo a palavra à Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Senadora Vanessa, gostaria também de dizer que o próximo requerimento trata do mesmo tema, do mesmo assunto, que é da minha iniciativa e também de iniciativa do Líder do Governo, Senador Romero Jucá. Talvez, pudéssemos consultar a Assessoria se não poderíamos aprovar os dois requerimentos ao mesmo tempo, fazer a leitura dos dois requerimentos.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Se V. Exª permite, só precisamos votar esse requerimento que já foi lido. Na sequência, podemos ler o requerimento de V. Exª e do Senador Romero Jucá.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com certeza, podemos fazer isso mesmo, para que os dois requerimentos possam ser debatidos ao mesmo tempo e aprovados.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Perfeito.

Continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o Requerimento de nº 15.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 6
REQUERIMENTO Nº 16/2011-CDR

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública por esta Comissão, juntamente com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a fim de discutir a situação do tráfego aéreo no País, as condições da infra-estrutura aeroportuária, os investimentos programados para setor, os aspectos econômicos da modernização e da ampliação da estrutura atual e as suas implicações com os eventos esportivos de relevância internacional (Copa do Mundo de Futebol e Olimpíadas) que serão realizados nos próximos anos no país. Apresentamos, para tal, os nomes dos seguintes convidados: Antonio Gustavo Matos do Vale, Presidente da Infraero; Carlos Eduardo Pelegrino, Diretor-Presidente Interino da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; e Wagner Bittencourt de Oliveira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria Nacional de Aviação Civil – SAC.

Autoria: Senadores Ana Rita e Romero Jucá.

A Senadora Ana Amélia sugere, portanto, uma grande audiência pública, Senadora Ana Rita, com a participação das Comissões de Serviços de Infraestrutura, de Desenvolvimento Regional e Turismo, de Fiscalização Financeira e Controle e da CAE. Na realidade, o tema requer isso. O tema é muito importante, extremamente sensível, e requer da parte das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores um debate e um acompanhamento permanente.

Em discussão o Requerimento nº 16. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (*Pausa*.)

Aprovado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Srª Presidente, eu apenas queria pedir a V. Exª, já que tenho de ir para outra reunião, que relatasse o Item 3 da pauta, do qual sou Relator.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Aqui, há quórum, Senador, e V. Exª relata o projeto de lei não terminativo constante do Item 3 da pauta.

ITEM 3
- Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, DE 2008

Amplia a gama de produtos da Amazônia Ocidental beneficiários da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados prevista no art. 6º do Decreto-Lei nº 1.435, de 16 de dezembro de 1975, e reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a venda deles no mercado interno.

Autoria: Senador Expedito Júnior.

TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 210, DE 2010

Dá nova redação ao art. 6º do Decreto-Lei nº 1.435, de 16 de dezembro de 1975, para isentar do Imposto sobre Produtos Industrializados os produtos elaborados na Amazônia Ocidental com matérias-primas de origem regional.

Autoria: Senador Acir Gurgacz.

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Esses Projetos tramitam em conjunto.

Então, passo a palavra a V. Exª, para que possa proferir a leitura do relatório, anunciando que, na sequência, eu pedirei vista, Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Perfeito. É um direito regimental.

Srª Presidente, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, como anunciado, são dois projetos de autoria dos Senadores Expedito Júnior e Acir Gurgacz, que tramitam em conjunto por força de requerimento do Senador Antonio Carlos Valadares.

Vou dispensar a leitura do relatório e vou diretamente para a análise e para o voto.

Nos termos do art. 104-A, incisos I e III, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete a esta Comissão opinar sobre proposições pertinentes a assuntos referentes às desigualdades regionais e às políticas de desenvolvimento regional dos Estados e dos Municípios; bem assim a programas, projetos, investimentos e incentivos voltados para o desenvolvimento regional.

A proposição atende à exigência, prevista no §6º do art. 150 da Constituição, de que a concessão de qualquer benefício tributário depende de lei federal específica. Também atende ao disposto no art. 151, inciso I, da Carta Magna, que atribui à União a prerrogativa de instituir diferenças de tratamento tributário com a finalidade de reduzir desigualdades regionais.

Quanto ao mérito, a justificação de ambas as proposições demonstra, de forma satisfatória, a sua relevância. Os autores defendem a ampliação da abrangência do incentivo fiscal em questão a todos os produtos elaborados com matérias-primas originárias da Amazônia Ocidental, independentemente do local onde se der o beneficiamento ou a industrialização.

O regime tributário vigente é caracterizado pelos benefícios fiscais concedidos aos produtos oriundos de outras regiões do País destinados ao consumo na Amazônia Ocidental, objetivando compensar o custo de transporte por longas distâncias.

No entanto, parece-nos uma insensatez o fato de que uma empresa, localizada em algum local do território nacional, adquira matérias-primas da região e exporte os produtos processados com isenção do IPI para a mesma Amazônia Ocidental e que, ao mesmo tempo, as empresas locais que industrializem a mesma matéria-prima sejam obrigadas a pagar o tributo. Portanto, trata-se de uma alteração normativa que poderá contribuir para a instalação de novas indústrias na Amazônia Ocidental.

Mediante a aprovação do PLS nº 292, de 2008, passaria a haver simetria nas condições de competição pelos mercados locais e igualdade no tratamento fiscal, independentemente de os estabelecimentos industriais estarem localizados na Amazônia Ocidental ou em qualquer outro ponto do território nacional.

Sem prejuízo do mérito da proposição, é preciso atender aos requisitos que a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000) estabelece para as hipóteses de renúncia de receita, razão pela qual sugerimos a inclusão de um artigo que determine a estimativa do impacto orçamentário-financeiro decorrente da proposição.

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 292, de 2008, e pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2010, na forma seguinte.

E apresento, portanto, uma emenda substitutiva que corrige a falha mencionada no relatório.

O voto, Srª Senadora, é pela aprovação na forma do substitutivo apresentado.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Como eu havia anunciado, solicito vista do projeto.

Vamos continuar nossa pauta, Senadora Ana Amélia, ou melhor, Senadora Ana Rita. A Senadora Ana Amélia está aqui, do seu lado, e me disse que, aqui, já estavam as duas Anas. Vou chamá-las só de Ana, que aí não haverá problema de troca nome: Senadora Ana, Senadora Ana.

O Senador Eduardo Amorim solicitou que a Senadora Ana Rita fosse nomeada como Relatora *ad hoc*, para que providenciasse a leitura do relatório do Projeto de Lei da Câmara nº 166, de 2010. É o Item 1 de nossa pauta.

ITEM 1
- Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 166, DE 2010

Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências.

Autoria: Deputado Alberto Goldman.

Relatoria: Senador Eduardo Amorim.

Agora, nomeamos a Relatora *ad hoc*, a Senadora Ana Rita, para que promova a leitura do parecer.

Tem a palavra V. Exª, Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Srª Presidente, o Relator emitiu um parecer, um relatório bastante extenso e muito bem elaborado. Eu não vou lê-lo na íntegra. Vou ler o essencial do relatório, para que pos-

samos ser mais breves. O Senador Eduardo Amorim, o Relator, emitiu o parecer abaixo.

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 166, de 2010, (PL nº 694, de 1995, na Casa de origem), que institui diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU), é composto de vinte e oito artigos, distribuídos em sete capítulos. O Relator faz referência a cada capítulo, de I a VII.

O PLC nº 166, de 2010, incorpora o conteúdo de quatro proposições que tramitaram em conjunto na Câmara dos Deputados: o PL nº 694, de 1995, do Deputado Alberto Goldman, que institui as Diretrizes Nacionais do Transporte Coletivo Urbano e dá outras providências; o PL nº 1.974, de 1996, do Deputado Chico da Princesa, que dispõe sobre a prestação de serviços de transporte rodoviário coletivo de passageiros sob o regime de concessão ou permissão e dá outras providências; o PL nº 2.234, de 1999, do Deputado Sérgio Carvalho, que dispõe sobre o Sistema Integrado de Transporte Coletivo Urbano; e o PL nº 1.687, de 2007, do Poder Executivo, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana e dá outras providências.

Na Câmara dos Deputados, os projetos foram objeto de análise por Comissão Especial exclusiva, sob relatoria da Deputada Angela Amin.

A Comissão emitiu parecer terminativo pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e adequação financeira e orçamentária dos quatro projetos e, no mérito, pela aprovação dos PL nº 694, de 1995; nº 2.234, de 1999; e nº 1.687, de 2007, com substitutivo; e pela rejeição do PL nº 1.974, de 1996.

O parecer destaca que o substitutivo foi desenvolvido a partir do PL nº 1.687, de 2007, do Poder Executivo, observando que as três primeiras proposições foram elaboradas antes da edição da Lei de Responsabilidade, da lei de criação da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e do Estatuto das Cidades, o que tornava obsoletos alguns dos dispositivos propostos.

A Exposição de Motivos que acompanha o PL nº 1.687, de 2007, assinada pelos Ministros de Estado das Cidades e da Fazenda, justifica o projeto como forma de modernizar o marco regulatório dos serviços de transporte coletivo, defender os interesses dos usuários de tais serviços e prever a correspondente atuação da União, contribuindo para a efetivação de uma política urbana integrada para o desenvolvimento sustentável das cidades brasileiras.

A seguir, passo à análise do Relator.

À Comissão de Desenvolvimento Regional compete, conforme o disposto no art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, a análise das proposições no que tange aos aspectos de desigualdades regionais, políticas de desenvolvimento regional dos Estados e dos Municípios e turismo.

A proposta de modernização do marco regulatório procura balizar ações com vistas ao planejamento do espaço urbano e dos transportes urbanos de forma integrada.

Nesse sentido, utiliza os conceitos de mobilidade e de acessibilidade urbana, que abrangem o de transporte urbano, para destacar a importância da integração das políticas de transporte e de desenvolvimento urbano para promover o desempenho de atividades sociais e econômicas e enfatizar que as condições de deslocamento das pessoas e bens na cidade estão intimamente relacionadas com o desenvolvimento e o bem-estar social.

Como principais diretrizes a serem seguidas nas políticas de mobilidade urbana, destaca a acessibilidade universal; a prioridade do transporte não motorizado sobre o motorizado e do transporte individual sobre o coletivo; a priorização de projetos de transportes coletivos estruturadores do território e indutores do crescimento; e a mitigação dos custos ambientais, sociais e econômicos dos deslocamentos.

O projeto trata também dos direitos dos usuários do serviço de transporte coletivo, da gestão democrática das políticas públicas e do estabelecimento das bases para uma agenda federativa compartilhada.

No que concerne às atribuições dos órgãos públicos, destaca-se a enunciação de instrumentos de gestão passíveis de serem utilizados pelos entes federativos com vistas ao controle do uso das vias públicas, os quais envolvem a destinação de espaço preferencial para o serviço de transporte coletivo e modos de transporte não motorizados; política de estacionamentos públicos e privados; e monitoramento e controle de emissões de poluentes.

Finalmente, entendemos que o projeto contribui para o desenvolvimento regional e para a melhoria das facilidades oferecidas ao turismo, na medida em que promove a eficiência urbana, a acessibilidade por transporte coletivo e a melhoria do meio ambiente. Impacta positivamente na melhoria da qualidade de vida e no bem-estar da coletividade urbana e, certamente, contribui para a redução das desigualdades sociais dentro de cada cidade.

Passo ao voto do Relator.

Em face do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 166, de 2010.

Esse é o voto do Relator, Senador Eduardo Amorim.

Era isso, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Na realidade, a partir de agora, V. Exª é a Relatora do Projeto, Senadora Ana Rita.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o parecer da Relatora pela aprovação do projeto.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 7
REQUERIMENTO Nº 17/2011-CDR

Requeiro, nos termos regimentais, o aditamento ao REQUERIMENTO Nº 14/2011-CDR, já aprovado por essa Comissão, para que sejam também convidados: Sr. Aldemir Bendine, Presidente do Banco do Brasil; Sr. Márcio Holland de Brito, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda; um representante do Ministério da Integração Nacional; um representante do Tribunal de Contas da União; um representante da Confederação Nacional de Agricultura – CNA. À oportunidade, sugiro, para maior proveito dos trabalhos, que a audiência pública aconteça em três mesas.

Autoria: Senador Vital do Rêgo.

Vamos passar a palavra à Senadora Ana Amélia – agora, eu quis dizer Senadora Ana Amélia mesmo, não Senadora Ana Rita –, para que profira a leitura do Requerimento nº 17, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que não pôde estar presente aqui.

Eu gostaria de comunicar também que a ausência do nosso Presidente, Senador Benedito de Lira, deve-se a questões de saúde, nada grave. Porém, por procedimentos relativos à saúde, o Senador não pôde comparecer a esta reunião.

A Senadora Ana Amélia tem a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Srª Presidente.

Eu também sou signatária, apoiando a iniciativa do Senador Vital do Rêgo, nesta Comissão.

Trata-se de um aditamento, na verdade, ao Requerimento nº 14, já aprovado na Comissão, para que também sejam convidados para a audiência pública, a respeito da matéria, o Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Márcio Holland de Brito; um representante do Ministério da Integração Nacional; um representante do Tribunal de Contas da União e um representante da Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

É apenas isto: um aditamento ao Requerimento nº 14, já aprovado.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Em discussão o Requerimento nº 17, de autoria do Senador Vital do Rêgo e da Senadora Ana Amélia. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Ainda há mais um item da nossa pauta a ser apreciado: o Item 4, não terminativo, que tem como Relatora a Senadora Ana Rita.

ITEM 4
- Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, DE 2011

Altera disposições da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para incluir os Estados que integram a Sudene e o prazo de vigência do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera – Repenec.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço.

Relatoria: Senadora Ana Rita.

Concedo a palavra à Senadora Ana Rita, para que seja proferido o relatório. Na sequência, o Projeto de Lei será relatado pelo Senador Wellington Dias.

Senadora Ana Amélia, V. Exª poderia dirigir a nossa reunião?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Posso, sim.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Eu lhe agradeceria.

A Senadora Ana Rita tem a palavra.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Srª Presidente, é possível transferirmos a leitura do relatório para a próxima reunião, considerando o quórum de hoje? Podemos transferir a leitura do relatório para a próxima reunião?

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Perfeitamente. A Relatora tem, regimentalmente, a competência para fazer essa solicitação.

Passo a direção dos trabalhos para a Senadora Ana Amélia, para que dê sequência à nossa reunião. Em seguida, a Senadora encaminhará o outro item da pauta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada Senadora Vanessa.

Senadora Ana Rita, a senhora pede o adiamento ou está sugerindo que seja feito o adiamento?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Srª Presidenta Ana Amélia, estou solicitando o adiamento da leitura do relatório de que sou Relatora para a próxima reunião.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Está certo. Não é preciso submeter isso à votação. Esta Mesa acolhe a sua solicitação, Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Vamos apreciar o Item nº 2 da pauta.

ITEM 2
- Não Terminativo -
OFICIO "S" Nº 2, DE 2011

Comunica o recebimento do Relatório de Resultados e Impactos – primeiro Semestre de 2010, sobre atividades desenvolvidas pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE.

Autoria: Superintendente da Sudene.

Relatoria: Senador Wellington Dias.

Concedo a palavra ao Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Srª Presidente, primeiro, quero dar um bom-dia a todos os presentes.

Saúdo o Deputado Estadual do Piauí Cleber Eulálio, que foi Secretário de Governo e Presidente da Assembleia e que nos dá o prazer de contar com sua presença aqui, hoje.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Saudações também da Mesa!

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Vamos ao relatório!

I – Relatório

É submetido à análise desta Comissão o Ofício "S" nº 2, de 2011 (Ofício nº 2.611, de 2010, na origem), da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, que encaminha, nos termos do §4º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com a redação dada pelo art. 19 da Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, as demonstrações contábeis e o Relatório de Resultados e Impactos referentes ao primeiro semestre do ano de 2010, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

O Relatório está acompanhado do Parecer conjunto nº 8/2010/SDR/Sudene/MI, elaborado pela Sudene e pelo Ministério da Integração Nacional, assim como da Resolução Condel nº 037, de 2010, de 10 de dezembro de 2010, do Conselho Deliberativo da Sudene, que aprovou, *ad referendum*, o parecer.

II – Análise

O art. 20 da Lei nº 7.827, de 1989, estabelece que "os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento apresentarão, semestralmente, ao Ministério da Integração Nacional e às respectivas superintendências regionais de desenvolvimento, relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos".

Aqui, é feita toda uma análise desse relatório, e, ao final, vem o voto.

III – Voto

Diante do exposto, voto pelo conhecimento do Ofício "S" nº 2, de 2011, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, que encaminhou ao Senado Federal, nos termos do §4º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, as demonstrações contábeis de 30 de junho de 2010, devidamente auditadas, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, e pelo encaminhamento da matéria, com o presente Parecer, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, do Congresso Nacional.

É o voto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Em discussão a matéria apresentada pelo Senador Wellington Dias, relativa ao Relatório de Resultados e Impactos – primeiro Semestre de 2010, sobre atividades desenvolvidas pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a matéria.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam sentados. *(Pausa.)*

A matéria está aprovada.

A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa, para as devidas providências.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Muito obrigada, Srs. Senadores.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Srª Presidente, eu sei que a reunião já se encerrou...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – O Senador Benedito de Lira, que não está aqui presente, tinha apresentado uma proposta que, creio, pelo menos na próxima reunião, poderemos discutir, para examinarmos o horário...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Na tarde de terça-feira, às 14 horas.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Acho que é uma boa sugestão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Particularmente, penso que é uma boa solução. Não sei como pensa a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Somos favoráveis.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Então, já aproveito para antecipar a decisão de que a próxima reunião da CDR – os Srs. Senadores já foram consultados, bem como a própria Secretaria da Comissão – será realizada na terça-feira, às 14 horas, neste mesmo local.

Agradeço a todos.

Está encerrada a reunião.

Obrigada, Senador Wellington.

(Levanta-se a Reunião às 10 horas e 26 minutos.)

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM TRINTA E UM DE MAIO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e seis minutos do dia trinta e um de maio do ano de dois mil e onze, na sala de reuniões número dezenove da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, Presidente Eventual, e, em seguida, do Senador Benedito de Lira, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, Ataídes Oliveira, Cícero Lucena, Maria do Carmo Alves, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Paim, José Pimentel e Marisa Serrano. Deixam de comparecer os Senadores João Durval, Lídice da Mata, Eduardo Amorim, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Dando prosseguimento, a Presidência esclarece que, conforme pauta previamente divulgada, a presente reunião destina-se a Apreciação de Proposição: **ITEM 1 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, DE 2011,** "Altera disposições da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para incluir os Estados que integram a SUDENE e o prazo de vigência do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera- REPENEC." **Autoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatoria:** Senadora Ana Rita. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo. **Resultado:** A Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDR favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 01-CDR (Substitutivo). **ITEM 2 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, DE 2008,** *"Amplia a gama de produtos da Amazônia Ocidental beneficiários da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados prevista no art. 6º do Decreto-Lei nº 1.435, de 16 de dezembro de 1975, e reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a venda deles no mercado interno."* **Autoria:** Senador Expedito Júnior. Tramita em Conjunto com **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 210, DE 2010,** **"***Dá nova redação ao art. 6º do Decreto-Lei nº 1.435, de 16 de dezembro de 1975, para isentar do Imposto sobre Produtos Industrializados os produtos elaborados na Amazônia Ocidental com matérias-primas de origem regional."* **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatoria:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta e pelo arquivamento do PLS 210, DE 2010. Usam da palavra os Senadores Ana Rita, Mozarildo Cavalcanti, Vanessa Grazziotin e Wellington Dias. **Resultado:** Retirado de Pauta, a pedido do Relator. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e um minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Benedito de Lira,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

A SRª PRESIDENTE Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta 12ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 11ª Reunião desta comissão.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram.

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Conforme a pauta previamente distribuída, a presente reunião está destinada à deliberação de proposições.

Este é o Item 1?

Vamos aos comunicados e convites.

No dia 13 de abril deste ano, a comissão deliberou, por meio de Requerimento nº 13211-CDR, por participar, em parceria com a Comissão de Turismo e

Desporto da Câmara dos Deputados, da promoção e da organização do projeto segundos fóruns legislativos nas cidades sedes da Copa de Mundo do Futebol no Brasil, Poder Legislativo, fazendo parte do time da Copa de 2014.

Até o presente momento, foram realizados visitas em três cidades: a primeira delas, no dia 18 de abril, em Fortaleza; a segunda, no dia 18 de maio, em Recife e a terceira, no dia 16 de maio, em Curitiba. A quarta cidade a ser visitada será Belo Horizonte, Minas Gerais, no dia 6 de junho próximo, na Assembleia Legislativa daquele Estado. A secretaria da comissão está providenciando o envio do convite a todos os membros desta comissão.

A Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste está promovendo visitas técnicas aos Estados que compõem a região da Sudene. O primeiro Estado a ser visitado foi Alagoas no último dia 23, do nosso presidente Benedito de Lira. O segundo Estado será Paraíba, no dia 6 de junho próximo. A secretaria da comissão está providenciando o envio dos convites a todos os Srs. Senadores e Senadoras.

O nosso Presidente Benedito de Lira já está chegando e vai assumir os trabalhos aqui.

ITEM 1
- Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 68, DE 2011

Altera disposições da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para incluir os Estados que integram a

SUDENE e o prazo de vigência do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de

Infraestrutura da Indústria Petrolífera- REPENEC.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatoria: Senadora Ana Rita

Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo.

Observações: – *A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura em decisão terminativa.*

Está com a palavra a Senadora Ana Rita, e a presidência, com o nosso Senador Benedito de Lira.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Vou fazer então, como relatora do projeto, a leitura do relatório.

Da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, sobre o PLS nº 68, de 2011, do Senador Ricardo Ferraço, que altera disposições da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para incluir os Estados que integram a Sudene e para estabelecer novo prazo de vigência do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera – Repenec.

Relatório.

Vem à análise da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 68, de 2011, do Senador Ricardo Ferraço, que altera disposições da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para incluir a área de atuação da Sudene como beneficiária da política instituída e para estabelecer novo prazo de vigência do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera – Repenec.

O PLS altera a redação dos arts. 1º e 2º da referida Lei para estender a toda a área da Sudene, além dos Estados das Regiões Norte e Centro-Oeste, os benefícios do Repenec e prolongar a vigência do mencionado programa por mais quatro anos, a partir da publicação da nova Lei.

A matéria foi distribuída à CDR e à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), cabendo à última a decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Análise

O PLS nº 68, de 2011, submete-se à apreciação da CDR por força das disposições do art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que atribui competência à Comissão para opinar sobre proposições que tratem de assuntos referentes às desigualdades regionais e às políticas de desenvolvimento regional, dos Estados e dos Municípios; planos regionais de desenvolvimento econômico e social; e programas, projetos, investimentos e incentivos voltados para o desenvolvimento regional.

A Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, inova no campo tributário, em conformidade com o que institui o Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966). No mesmo sentido, o Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2011, ao alterar a referida Lei, mantém-se consentâneo com o ordenamento jurídico do País.

No mérito, as medidas de desoneração da carga tributária local incidente sobre um setor industrial estratégico da economia nacional, como é o caso do petróleo, representa um estímulo ao desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais. O Repenec constitui relevante instrumento de política pública que beneficia projetos do setor petroquímico, de refino de petróleo e de produção de uréia a partir do gás natural. O programa contribui para a agregação de valor ao petróleo bruto, valorizando nossas riquezas naturais. Com efeito, a instalação de indústrias ligadas à atividade petrolífera consolida o desenvolvimento local, permitindo, adicionalmente, a entrada de maior volume de divisas por meio da exportação de produtos com alto valor agregado.

Os impactos econômicos e sociais advindos do Repenec permitem o alcance do propósito constitu-

cional de assegurar emprego e qualidade de vida ao conjunto dos trabalhadores do País. Entretanto, o Projeto de Lei nº 68, de 2011, exige reparos na técnica legislativa adotada. Há uma leve imprecisão na ementa e, no corpo do projeto, há transcrições de partes desnecessárias da legislação alterada. Assim, fazem-se indispensáveis algumas emendas à proposição e optamos por apresentá-las na forma de substitutivo.

Nosso voto: pelo exposto, votamos pela aprovação do PLS nº 68, de 2011, na forma do seguinte substitutivo: é uma emenda para a comissão de desenvolvimento regional, um substitutivo.

Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2011: altera disposições da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para instituir na área de atuação da Sudene o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera – Repenec e para estabelecer novo prazo de vigência para o programa.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 1º e 2º da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica instituído o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera – Repenec na área de atuação da Sudene e nas Regiões Norte e Centro-Oeste, nos termos e condições estabelecidos nos arts. 2º a 5º desta Lei.

§ 1º O Poder Executivo regulamentará a forma de habilitação e co-habilitação ao regime de que trata o *caput*.

§ 2º A vigência do regime de que trata o *caput* será de quatro anos, contados a partir da publicação desta lei.

Art. 2º É beneficiária do Repenec a pessoa jurídica que tenha projeto aprovado para implantação de obras de infraestrutura na área de atuação da Sudene e nas Regiões Norte e Centro-Oeste, nos setores petroquímico, de refino de petróleo e de produção de amônia e uréia, a partir do gás natural, para incorporação ao seu ativo imobilizado.

(...)

§ 4º Aplica-se o disposto neste artigo aos projetos protocolados no prazo de quatro anos, contados a partir da publicação desta Lei. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em discussão o parecer da Senadora Ana Rita ao projeto de lei nº 68, de 2011.(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o projeto de lei com o substitutivo.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.(Pausa.)

Aprovado.

ITEM 2
- Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, DE 2008

Amplia a gama de produtos da Amazônia Ocidental beneficiários da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados prevista no art. 6º do Decreto-Lei nº 1.435, de 16 de dezembro de 1975, e reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a venda deles

no mercado interno.

Autoria: Senador Expedito Júnior

TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 210, DE 2010

Dá nova redação ao art. 6º do Decreto-Lei nº 1.435, de 16 de dezembro de 1975, para isentar do Imposto sobre Produtos Industrializados os produtos elaborados na Amazônia Ocidental com matérias-primas de origem regional.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta e pelo arquivamento do PLS 210, DE 2010.

Observações: – *A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.*

- Em 25/05/2011, foi concedida vista à Senadora Vanessa Grazziotin, nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, este relatório, inclusive com voto e substitutivo, já foram lidos na reunião passada. Entretanto, eu gostaria de ressaltar que um ponto aqui da justificativa – por sinal está chegando a Senadora Vanessa, que havia pedido vista – é que o que estamos buscando com este projeto é justamente isentar de impostos os produtos oriundos da Amazônia Ocidental porque parece-nos uma insensatez o fato de que uma empresa, localizada em algum local do território nacional, adquira matérias primas da região e exporte os produtos processados com isenção do IPI para a mesma Amazônia Ocidental, e que, ao mesmo tempo, as empresas locais que industrializem a mesma matéria-prima sejam obrigadas a pagar o tributo. Portanto, trata-se de uma alteração

normativa que poderá contribuir para a instalação de novas indústrias na Amazônia Ocidental.

Então, eu li e apresentei um substitutivo apenas para corrigir e adequar a matéria.

Portanto, o meu relatório foi esse, e o pedido de vista da Senadora Vanessa, que acaba de chegar.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, todos os Senadores da nossa região, sobretudo da Amazônia Ocidental, têm um compromisso muito grande com o desenvolvimento regional. O Senador Mozarildo tem sido, sem dúvida nenhuma, o baluarte da defesa do sistema – eu aqui digo – sistema Zona Franca da Manaus, Suframa, porque a superintendência, apesar do nome, atua em toda a Amazônia Ocidental; ela não tem atuação restrita ao Estado do Amazonas, ela atua em Amazonas, Rondônia, Roraima, Acre e parte do Estado do Amapá, na Amazônia Oriental. E deveria, e eu digo deveria por quê? Porque infelizmente, na política econômica, a busca pelos superávits primários, enfim, tem impedido que a zona franca, a Suframa promova investimentos efetivos na infraestrutura da região em todos esses Estados. Quando ela tem recursos, todos eles são aplicados de forma equitativa, conforme regra aprovada pelo Conselho de Administração em todos esses Estados sob a área da Suframa, e também os Estados têm alguns incentivos fiscais no que diz respeito à compra de mercadorias.

Esse projeto de lei não é novo, é um projeto que vai e vem, tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados. Temos efetivamente um grande problema. Longe de mim achar que os incentivos fiscais para o processo produtivo têm que ficar concentrados no Estado do Amazonas. Longe de mim imaginar isso. Longe de mim. Acho que precisamos de buscar mecanismos para inserir os outros Estados no processo produtivo.

O projeto prevê incentivo fiscal, através da isenção do Imposto sobre Produto Industrializado para produção de qualquer produto, de produtos – portanto é muito genérico, é de largo espectro, é amplo –, para produtos que contenham matéria prima regional. Não diz o percentual, não diz que tipo de matéria prima, não diz em que setor da economia, em que setor produtivo.

Eu tenho um projeto, Sr. Presidente, que tramita há alguns anos na Câmara, que trata de incentivo fiscal para toda região mas para a produção de biocosméticos, que é uma grande vocação. É diferente desse projeto que é muito amplo, é isenção de IPI para qualquer produto que utilize matéria prima regional. Qualquer produto que utilize a goma da tapioca, como conhecemos, porque da goma da tapioca sai a cola, que é a fécula da mandioca, falando num linguajar menos popular. A fécula da mandioca é utilizada para a produção de todos os eletroeletrônicos. Nós que deveríamos produzir fécula de mandioca para abastecer a produção da Zona Franca de Manaus importamos fécula de mandioca do Paraná, que é utilizada como cola na produção de televisor, videocassete, tudo que é eletroeletrônico. E eles estariam isentos em qualquer lugar da Amazônia ocidental.

Então, quero fazer uma sugestão, Senador Mozarildo. O Senador Mozarildo preside, de forma brilhante, e já fez belíssimas e importantes audiências públicas, a Subcomissão da Amazônia no âmbito da Comissão de Relações Exteriores. E eu presido uma subcomissão no âmbito de nossa Comissão. E nós já definimos e até aprovamos requerimento, na semana passada, para termos reuniões conjuntas daqui para frente, as duas subcomissões, porque queremos realizar grandes trabalhos.

Acho, Senador Mozarildo, que poderíamos pegar esse projeto para nós. Não adianta aprovar em uma comissão. Nós queremos ajudar no processo de desenvolvimento regional e com a utilização racional da nossa matéria prima. Não seria o caso de retirar o projeto e criarmos um grupo, no âmbito de nossa Comissão, para trabalhar um projeto viável que não seria de autoria de alguém, mas, quem sabe, de nossas subcomissões? Um projeto viável que a gente possa chegar ao Ministério da Fazenda, ao Ministério do Planejamento e ter o apoio deles.

Da forma como está, eu lamento mas nem eu tenho como votar a favor. Da forma como ele está. Nem eu. Porque é tudo, é de carro, porque o carro tem um pneu, aqui não diz se é peça, se é parte, se é insumo, se é o componente ou se é o produto final.

A minha sugestão é que o Senador, se possível, retire esse relatório para que possamos trabalhar algo em curto prazo, Senador Mozarildo, uma alternativa de projeto para que possamos efetivamente apresentá-lo para ser aprovado com toda a unidade de nossa região e o apoio do Centro-Oeste, da Senadora Ana Rita, e de todo o Nordeste de V. Exªs que aqui estão.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sudeste.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – É Espírito Santo? Desculpe-me, eu estava confundindo com Goiás. O sotaque é o mesmo.

O SR. – Eu queria dar uma sugestão à Senadora. Considerando que o projeto é de autoria do Senador Acir Gurgacz, e como V. Exª pediu vista, a vista está concedida, V. Exª fez uma exposição de motivos no que diz respeito à matéria e, logicamente, poderá V. Exª se entender com o Relator e apresentar um substitutivo ao Projeto, ao invés de tirar o Projeto, porque é preciso anuência, ou então rejeitar o Projeto e apresentar...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – O Relator, a qualquer tempo, pode retirar o Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Sim, mas eu estou sugerindo...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – O Relator é o Senador Mozarildo.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – ... eu estou sugerindo que, como V. Exª continua, vamos considerar que continue com vista, junta-se com o Relator, se ele concordar, e apresenta um substitutivo ao Projeto que está em tramitação...

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Da minha parte, está ok.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – ... ou fica S. Exª o Relator para apreciar ou não essa sugestão.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Eu esperava que a Senadora viesse com um substitutivo, com um voto em separado. Mas como ela não veio, acho importante...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não, eu vim, mas... (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Eu acho importante que realmente adiemos, retiremos de pauta e discutamos, mas que concluamos o Projeto, inclusive conversando com o autor e demais membros sobre o Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – O Projeto é bom.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – O Projeto realmente, se puder ser aperfeiçoado, é excelente. Temos que aperfeiçoar. Agora, é evidente que essa matéria, a intenção é muito importante. Agora, fazendo da melhor forma possível, estou plenamente de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, só para dizer que acho que na discussão que estamos travando aqui na Comissão de Desenvolvimento Regional, como bem lembrou a Senadora Vanessa, uma das vertentes é exatamente encontrar mecanismos de incentivar a geração de emprego, de produção, melhorar a economia nos vazios econômicos do Brasil. Claramente, a Presidente Dilma deve, quinta-feira, estar lançando o programa Brasil sem Miséria. Um dos eixos é exatamente este: olhar os chamados "vazios econômicos". De vez em quando colocam umas frases bonitas, né? Ou seja, antes era "bolsões de pobreza".

De maneira que, sem nenhuma dúvida, se a gente não encontrar mecanismos de atração de investimento...

Eu compreendi aqui – eu estava refletindo durante a fala da Senadora Vanessa – que precisamos encontrar uma forma de não ser apenas... Vamos dizer assim: você usa um determinado produto. Mas esse produto é apenas um meio de se importar para a produção daquele produto de outras regiões. Quer dizer, você continua, de alguma forma, não atingindo o objetivo.

Então, eu acho que, se puder chegar a um entendimento de como melhorar a redação com esse objetivo, creio que vou encontrar todo o apoio. Tenho certeza de que a Bancada do Nordeste estará solidária e apoiando a Bancada do Norte nessa direção.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) Com a palavra a Senadora Ana Rita, para discussão.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente e Senador Mozarildo, acho que a iniciativa do Senador é importante, tem o seu valor, tem o seu mérito. No entanto, também tem um outro aspecto que acho que é preciso avaliar. E é importante que a Senadora Vanessa, juntamente com o Senador Mozarildo, observe isso, porque é uma iniciativa de projeto de lei que busca isentar do Imposto sobre Produtos Industrializados. Ou seja, é renúncia de receita, e isso tem impacto sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal.

É claro que não é mérito desta Comissão avaliar a constitucionalidade do Projeto de Lei, mas penso que, para evitar que, quando chegar na Comissão de Constituição e Justiça, possa haver algum questionamento com relação a essa questão, é importante que, já que vocês irão elaborar, talvez, um substitutivo, observem essa questão, porque tem um impacto sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque trata de isenção de imposto. E aí eu penso que, do ponto de vista da constitucionalidade, não deve ser de iniciativa do Legislativo. Se tiver que haver isenção, tem que ser de iniciativa do Executivo. E até mesmo deve-se dizer de que forma isso vai ser superado, de que maneira, ao isentar do imposto, que outra maneira isso poderia ser revisto. Então, acho que é importante vocês também avaliarem essa questão da constitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Considerando o encerramento da discussão, combinado com o relator, sai o projeto da pauta.

Quero comunicar às Srªs e aos Srs. Senadores que, na próxima semana, segunda-feira, haverá a segunda reunião da Subcomissão do Desenvolvimento do Nordeste, no Estado da Paraíba, mais precisamente na cidade de Campina Grande.

Quero fazer um apelo aos Senadores da Comissão, independentemente de ser da região Nordeste, Norte, Centro-Oeste, Sul ou Sudeste: seria interessante que fizéssemos um esforço para comparecer o máximo

de Senadores, porque é importante. É uma subcomissão permanente da Comissão. Então, o que fizemos em Maceió, que será feito na Paraíba e será feito nos outros Estados do Nordeste, é muito importante para que todos nós possamos acompanhar.

Faço um apelo ao Senador Mozarildo, amanhã nós vamos à região Norte, à minha querida Senadora Ana Rita, à Vanessa, que também é presidente da Subcomissão de Desenvolvimento da Região Norte, da Amazônia. É importante, é significativa a presença do maior número de Senadores. Não é para prestigiar o presidente da Comissão, mas prestigiar a região, a Comissão. Faço esse apelo. É um dia só, na segunda-feira, quando aqui não tem atividade plenária nem nas comissões. Nós reservamos esse dia para fazer essa visitação. É uma reunião de trabalho. Nós estamos trabalhando para conseguir o transporte de retorno. Já conversei com o Senador Wellington. Fica o apelo feito. Convite não há necessidade de fazer, porque todos nós temos essa consciência.

V. Exª está com a palavra.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, nesse caso, por sugestão da maioria da bancada da Paraíba, estamos fazendo a reunião em Campina Grande. Mas acho que seria bom aprovar nesta Comissão que esse eventos sejam feitos sempre que possível na capital, até por conta de uma facilidade maior.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Apoio logístico, estrutura que se tem na capital.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – É verdade. Faço também um apelo a V. Exª para que, a exemplo do que fizemos em Maceió, requeira ao Presidente Sarney uma aeronave. Pelo fato de ser em Campina Grande, há muita dificuldade para deslocamento no horário que terminam os trabalhos. Tivemos uma bela reunião em Maceió.

Quero dizer aos Senadores Mozarildo, Vanessa e Ana Rita, que, no trabalho que fizemos em Maceió, ficou um tema para discutirmos em conjunto com a Comissão do Norte, para termos uma ação conjunta sobre algumas áreas que ampliam a capacidade de investimento das duas regiões através dos Estados e dos Municípios. Há uma discussão sobre o pré-sal, que devemos pautar porque interessa a essas regiões. Tem também o acompanhamento das mudanças que vamos ter na discussão que já começou na Comissão de Assuntos Econômicos relacionada à reforma tributária. Precisamos de estar atentos a esse debate. Além disso, há a discussão sobre a igualdade na partilha de recursos. Tem um estudo que foi pedido e feito pelo Senado que mostra que, na maior fatia da partilha dos recursos, ela já é desigual entre os Estados mais desenvolvidos e os menos desenvolvidos. Isso não vale só para o Nordeste. Mesmo nos Municípios do Sul e do Sudeste, tem-se um modelo em que.até a faixa de renda de três salários mínimos da população, você tem uma carga tributária por ser muito indireta na casa de 48%. Por exemplo, a faixa de trinta salários mínimos, mais ou menos, a carga tributária brasileira cai para 28%, exatamente pelo peso que têm impostos indiretos.

Na hora de partilhar os recursos, você faz a partilha como se fosse tudo igual. As regiões de populações mais carentes, de mais baixa renda são as que mais pagam tributos indiretos, via conta de energia, via PIS, Cofins, Pasep e outras contribuições existentes.

Temos que olhar com muito cuidado essas discussões, com relação ao Fundeb, ao SUS. O SUS, por exemplo, o *per capita* dos Estados mais desenvolvidos chega a ser o dobro do *per capita* dos Estados menos desenvolvidos, dos Municípios menos desenvolvidos. No Fundeb, é repartido igualmente um *per capita* aluno, como se fosse tudo igual. Tem-se um Estado em que 40% dos alunos estão matriculados na rede privada, porque tem mais renda, tem melhores condições, e um outro, onde 90% a 95% dos alunos são da rede pública. Os dois recebem igualmente. Ou seja, isso tem um impacto muito grande nas regras.

Então, queríamos poder fazer, na Comissão de Desenvolvimento, a Bancada do Nordeste com as Bancadas do Norte e do Centro-Oeste, do Espírito Santo, das regiões de abrangência da Sudene, uma discussão sobre isso. Se não estivermos organizados, vamos piorar essa situação, e vai ficar parecendo que a região é incompetente.

Eu dei em Maceió o meu depoimento como governador: puxa, eu quero pagar o melhor salário possível para um professor, eu quero fazer uma educação de qualidade. E quando eu olhava, não encontrava solução. Foi a partir de alguns estudos que fizemos, na época, que começamos a ver a desigualdade que há no Brasil.

Sr. Presidente, quero, de pronto, parabenizar V. Exª pelo empenho por esse trabalho. Creio que podemos defender um tratamento diferenciado no desenvolvimento regional, de maneira que essa unidade da bancada do Senado e quem sabe integrada com a Câmara, com os fóruns dos governadores, possa fazer a diferença. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Só para encerrar, há uma ideia que quero discutir com a Comissão. Por estes dias, poderíamos fazer uma reunião das Bancadas dos Senadores do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, para que possamos pautar alguns temas, alguns itens, algumas ações que sejam uniforme para as três regiões. Logicamente que vamos precisar do consenso ou da maioria

absoluta da bancada das três regiões, que é um peso significativo nesta Casa.

Como diz o Senador Wellington, e todos nós temos consciência disso, infelizmente os desiguais são tratados igualitariamente, o que não pode continuar acontecendo. Vamos continuar sendo sempre os mais pobres e com as maiores dificuldades. Os mais ricos continuam cada vez mais ricos e os pobres continuam cada vez mais pobres.

É o caso da região do Nordeste, onde há uma concentração de mais de 16 milhões de miseráveis, na expressão mais vulgar da palavra, 16 milhões de pessoas carentes na região. E não é diferente da região Norte. Por exemplo, está aí a Senadora Vanessa, do Estado do Amazonas. É uma coisa inigualável, uma coisa que a gente desconhece e até não acredita, em função do tempo que temos, da grandeza deste País.

Então, o que está acontecendo? Qual é um dos tópicos? Para a implantação de qualquer grande indústria hoje neste País, deve-se fazer um trabalho para que para que ela não se instale mais onde já há uma espécie de congestionamento de indústrias. Então, tem de ir para o Nordeste, para o Norte, para o Centro-Oeste.

Essa é a visão de fazermos esse encontro, de traçarmos esse encontro para os próximos dias – no almoço ou numa reunião em um plenário desses – a fim de que possamos discutir temas correlatos para as regiões.

Não mais havendo assunto a tratar e encerrada a ordem do dia, convoco os Srs. Senadores para a próxima terça-feira, no mesmo horário. Renovo o convite para irmos ao Estado da Paraíba, mais precisamente a Campina Grande.

Encerro a presente reunião.

(Levanta-se a Reunião às 15 horas e 21 minutos.)

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – CDRDN

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE, CRIADA POR MEIO DO RDR Nº 02, DE 2011, COM A FINALIDADE DE "TRATAR DAS POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO NORDESTE", DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE E NOVE DE MARÇO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 12:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 13 DA ALA ALEXANDRE COSTA.

Às doze horas e trinta e sete minutos do dia vinte e nove de março do ano de dois mil e onze, na Sala de Reuniões número treze da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador José Pimentel, nos termos do art. 88 do RISF, reúne-se a Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste com a presença dos Senadores Wellington Dias, Eduardo Amorim e Maria do Carmo Alves. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente Reunião tem como objetivo a instalação dos trabalhos e a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão para o biênio 2011/2012. O Presidente Eventual, Senador José Pimentel, comunica que os Senadores Wellington Dias e Eduardo Amorim foram indicados pelas Lideranças Partidárias para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da CDRDN, respectivamente. De acordo com o art. 60 do RISF, a eleição é realizada em escrutínio secreto e com chamada nominal. Após a votação, o Presidente convida o Senador Eduardo Amorim para atuar como escrutinador, sendo verificado o seguinte resultado: os Senadores Wellington Dias e Eduardo Amorim são eleitos por unanimidade. A Presidência proclama o resultado, empossa os eleitos e os convida para sentarem à mesa. Após as considerações iniciais do Senhor Presidente, Senador Wellington Dias, usam da palavra os Senadores José Pimentel e Eduardo Amorim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinqüenta e nove minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **José Pimentel,** Presidente Eventual da Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (José Pimentel. Bloco/PT – CE) – Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à instalação dos trabalhos e à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão para o biênio 2011/2012.

Havendo número regimental, declaro aberta a primeira reunião extraordinária da Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Até o presente momento, temos as seguintes indicações: para Presidente o Senador Wellington Dias; para Vice-Presidente o Senador Eduardo Amorim.

Vamos agora fazer a nossa eleição.

Sobre a mesa, encontram-se à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores titulares as cédulas de vo-

tação devidamente rubricadas pela Presidência que deverão ser utilizadas para a votação.

De acordo com o art. 60 do Regimento Interno, a eleição será feita em escrutínio secreto. A chamada dos membros será nominal.

Vamos agora proceder à chamada nominal para a votação:

Senador Wellington Dias.

Senador Eduardo Amorim.

Como falta, no Bloco de Apoio ao Governo, PT, PRB, PDT, PSB, PCdoB, tendo a Senadora Lídice da Mata, mas ela não estando, vamos convidar o suplente, que sou eu próprio, para votar.

Encerrada a votação, convido o Sr. Eduardo Amorim para atuar como escrutinador. Por gentileza. *(Pausa)*

Terminada a apuração dos votos, foi verificado o seguinte resultado: para Presidente o Senador Wellington Dias, com 3 votos "Sim". Nenhum voto "Não" e nenhum voto nulo. Para Vice-Presidente o Senador Eduardo Amorim, também com o mesmo escrutínio, 3 votos.

Convido os Senadores Wellington Dias e Eduardo Amorim, nossos eleitos, para ocupar os seus lugares à Mesa.

O meu papel está cumprido.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Quero agradecer ao Senador Pimentel a presidência desse processo.

Quero dizer da nossa missão de cuidar desse trabalho. A idéia seria definir com a Comissão uma data em que a gente possa fazer as reuniões. De uma maneira geral, nós poderíamos trabalhar...

Tenho conversado com os membros da Comissão. Nós temos hoje a Frente Parlamentar que atua nessa área do Nordeste tanto na Câmara quanto no Senado. A Câmara já tem uma tradição de ter uma subcomissão que atua nessa área do Nordeste – a gente poderia fazer uma interface –, tem o Fórum dos Governadores do Nordeste, que também tem um debate sobre esse tema.

A linha de trabalho que eu queria apresentar para a Comissão era de que pudéssemos, já na próxima semana, colher junto aos Senadores que são da Região Nordeste – nós temos o Magno Malta, do Espírito Santo, que também faz parte desta Comissão, assim como Vital do Rêgo, da Paraíba, Maria do Carmo, que é de Sergipe, Estado que tem dois membros na Comissão...

Qual é o objetivo então?

É de que possamos, na próxima reunião, combinar uma data – eu poderia propor terça-feira... É possível? Às onze horas? Mais cedo? Às nove horas? Seria melhor. Poderíamos trabalhar às nove horas com que objetivo? Para apresentar uma pauta. Qual é a idéia?

A idéia é de que possamos definir este ano nove grandes temas, independente de outros trabalhos que a Comissão possa fazer, de modo que a Comissão possa se deslocar para cada um dos Estados, com apoio dos Estados e dos órgãos do Nordeste, como Banco do Nordeste, Codevasf, SUDENE, para realizar eventos temáticos de interesse da região.

Há pouco, dialogando com o Senador Pimentel, S. Exª lembrava a importância de tratarmos de alguns desses temas que pudéssemos expor aqui. São temas que dizem respeito à região. Escolheríamos um tema e todos os atores ligados àquele tema, naquele Estado, inclusive convidando os outros Estados para comparecer também, por intermédio dos secretários das áreas afins, da representação dos Municípios, do setor privado e do Governo Federal, para extrair desse debate uma posição que a Comissão possa encaminhar no relatório que serviria de base para subsidiar o Governo Federal e os trabalhos do Congresso Nacional.

Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, no início da década de 90, houve um grande trabalho aqui no Congresso Nacional, chamado Projeto Áridas, que teve como Relator o Senador Beni Veras.

Se nós pudéssemos resgatar esse material produzido aqui no Senado Federal como subsídio para os membros da Comissão, teríamos ali um conjunto de dados consolidados à luz daquela realidade. E deveríamos pedir ao relator ou à relatora que V. Exª vai, em seguida, designar que trouxesse na próxima reunião um plano de trabalho, de maneira que pudéssemos ter uma agenda envolvendo todos que nos trouxesse para a próxima reunião um plano de trabalho, de maneira que pudéssemos ter uma agenda envolvendo todos os Estados da região da Sudene, porque nós somos nove da Região Nordeste e mais parte de Minas e do Espírito Santo.

Temos um problema a resolver, a curto prazo, que é a inclusão dos Municípios no semi-árido nordestino pelo que isso representa. Tínhamos graves problemas nesse processo e, com a criação da Sudene e da Sudam, disciplinamos naquela lei complementar quais são os Municípios que integram o semi-árido e, em seguida, delegamos que, a partir dali, a ampliação dar-se-ia por ato específico da Sudene. Mas já se passou tanto tempo e não tivemos a inclusão dos outros que ficaram pendentes...

O fato de deixar o conjunto de Municípios que chega a ter 80% da sua área municipal do semi-árido fora do reconhecimento é que terminam pagando taxas de juros maiores nos créditos do FNE, não têm os incentivos plenos no seu processo de industrialização ou de investimento por parte regional e aí aparece um

conjunto de distorções. Chega ao absurdo de você ter um Município que é semi-árido, pula um, e o seguinte também é semi-árido. Ou seja, todos os Municípios do entorno estão no semi-árido, mas ficou um no centro ali, que ninguém sabe qual foi a motivação, excluído, e isso inviabiliza um conjunto de ações e um conjunto de políticas.

Eu acho que esse é um dos temas que nós temos unidade na Região Nordeste para discutir, não tem impacto orçamentário e é um ato administrativo da Sudene para que a gente possa corrigir essas distorções.

Eu tive a oportunidade, na legislatura passada, como Deputado Federal, de fazer um estudo sobre essa matéria, que é uma matéria pendente nos vários Estados da Região Nordeste e eu deixaria esse item como uma das primeiras preocupações, porque nós terminamos tendo que desembolsar no crédito agrícola para agricultura familiar, em especial, valores muito maiores do que efetivamente deveriam ser praticados.

O segundo ponto que eu deixaria como reflexão seria um levantamento das questões que são inerentes a toda região e outros temas que dizem respeito a um Estado ou a uma microrregião desses Estados. Quer ver um exemplo? A interligação das águas da bacia do São Francisco. Nós precisamos de ter uma agência reguladora dessa matéria. Nós temos os Estados doadores com o conjunto de demandas, que é o caso de Sergipe, de Alagoas, da Bahia, e nós temos os Estados receptores com um conjunto de outras demandas, que é o caso da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Ceará, uma parte do Piauí e, na fase seguinte, será beneficiada parte de Pernambuco, que já está sendo beneficiado.

Como a Comissão poderia ajudar nesse desenho? Qual o melhor desenho que dê segurança jurídica e política aos Estados doadores e aos Estados receptores? Eu acho que a Comissão pode aqui fazer um trabalho muito forte. Temos a questão do processo de industrialização diferenciada. Como nós poderíamos ter um trabalho mais consistente para que a Região Nordeste, como um todo, pudesse ter o processo de desenvolvimento mais integrado, em que cada Estado tivesse as suas demandas, tivesse as suas prioridades e a Comissão pudesse conduzir esse debate junto à Casa e junto ao Governo Federal, superando as dificuldades? O meu papel aqui, como o que tem menos cabelo, é ouvi-los, aprender um pouco mais e ajudar nessas reflexões.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias**.** Bloco/PT – PI) – Nós que agradecemos a importante participação de V. Exª. Tem muito que nos ensinar aqui também.

Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Presidente, quero também deixar aqui, como sugestão, um tema muito importante e muito palpitante que é a preocupação que devemos ter com o rio São Francisco, a revitalização do rio São Francisco, um rio assoreado, um rio, onde infelizmente muitas e muitas cidades contaminam aquelas águas, jogando ali dejetos, sua forma líquida enfim. Então, esse é um tema importante.

Quero dar uma sugestão: faríamos essa reunião nos onze Estados, no período de... De mês em mês? Qual o seu pensamento, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias**.** Bloco/PT – PI) – O objetivo é fazer um calendário para este ano. Nós faríamos um cronograma, porque vamos depender de uma agenda a ser traçada com os demais Senadores. Isso independente dos outros trabalhos que possamos fazer aqui. O Senador Pimentel fala, por exemplo, no projeto Áridas. Podemos ouvir aqui a Sudene e outros organismos sobre a implementação daquele projeto. Isso independe dessa pauta lá.

Agora eu acho que, nós estamos em abril, se pudéssemos trabalhar para ver se, daqui até novembro, visitamos todos os Estados... Eu acho que teremos aí um bom subsídio.

A idéia é que também possamos, em cada momento desse, chamar, por exemplo, temas que são elencados, além do bioma da caatinga, processo de desertificação, V. Exª apresentava aí o tema do turismo, da política de mineração, da infraestrutura para o desenvolvimento do Nordeste, da política de atração de investimentos privados, das políticas sociais. O nosso Senador Vital do Rêgo, da Paraíba, já havia levantado a idéia desse tema.

Enfim, nós vamos a um Estado, designamos um Relator, alguém que possa trabalhar, o Parlamentar do próprio Estado nos ajuda na coordenação do trabalho, listamos os convidados e, a partir dele, a idéia de produzir. É menos uma reunião com aspecto de seminário, mas uma reunião de trabalho; uma reunião que possa ter como resultado um produto que venha a ser encaminhado para a área ou para as áreas daquela região.

Eu acho que é algo importantíssimo.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Se o objetivo é visitar os onze Estados, os nove do Nordeste mais os outros dois que integram, então seriam onze temas.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias**.** Bloco/PT – PI) – Onze temas no caso.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Há um outro tema, Sr. Presidente, que a gente não tem trazido muito para a agenda política, mas é muito importante para a nossa região, que é estruturação do Poder Judiciário Federal na nossa região.

Nós temos aqui o 5º Tribunal Regional Federal, que é sediado em Recife, com abrangência significativa, e é verdade que uma parte do Nordeste está na 1ª Região, que é o caso do Piauí, do Maranhão e da Bahia.

A que temos assistido? Nós temos assistido a um processo de ampliação das Varas Federais. Em 2003, foi autorizado a instalação de 183 Varas Federais no Brasil e uma certa quantia para a Região Nordeste. Eu fui o Relator dessa matéria em 2003, e das 183 Varas, nós definimos 79 lugares, que eram nas cidades-pólos da Região Nordeste.

A 1ª, a 2ª, a 3ª e a 4ª do Tribunal Regional Federal cumpriu a legislação da época. A 5ª Região resolveu pegar as Varas, boa parte delas que era no interior do Nordeste, e levou para as capitais.

Veio, em seguida, em 2008, o pedido para encelar mais 230 Varas Federais. E nós fizemos um acordo de procedimento com o Superior Tribunal de Justiça, que é quem coordena essa matéria, de maneira que nós não iríamos mais designar a instalação das 230 Varas e o Conselho Nacional da Justiça Federal trataria desse tema. Em contrapartida, eles instalariam as Varas pendentes de 2003.

Efetivamente, eles cumpriram essa instalação. Eram nove Varas pendentes, que foram instaladas, mas, quando a gente observa o plano de expansão, agora, para a Região Nordeste, basicamente, não há plano de expansão.

Então, precisaríamos, dentro desse olhar, também, ter uma discussão sobre essa distribuição espacial do Estado nacional. E outro agravante, a 1ª, a 2ª e a 3ª Regiões do Tribunal Regional Federal têm uma determinada composição que é quase o dobro da 5ª Região. Ou seja, a 5ª Região resolveu não mais batalhar para ampliar o seu quadro de Desembargadores Federais. Estamos com quinze, enquanto os outros têm percentuais que chegam quase ao dobro do que ali está. Então, como sugestão também, precisamos dar uma olhada nessa distribuição espacial do Estado nacional na nossa região.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Na terça-feira da semana que vem, às nove horas, nós estaremos aqui. Vou aproveitar daqui até lá para dar uma conversada em plenário com os outros membros da Comissão e outros Senadores que são da região, colhendo sugestões e ver se já vamos identificando qual o tema cada Estado gostaria de tratar. Por exemplo, Sergipe já apresenta o tema da política de desenvolvimento de turismo; o Ceará, esse tema do bioma da caatinga e o processo de desertificação; no Piauí, eu sou animado na discussão de fecharmos aqui o tema da política de incentivo à aviação regional; a Paraíba já tem esse tema das políticas sociais voltadas para o Nordeste, para erradicação da miséria, casa com o que o Governo Federal quer colocar, e aí nós fechamos um cronograma para esses onze temas que podemos tratar na Região Nordeste, mais a região do Espírito Santo e de Minas Gerais.

Então, agradecendo a todos pela confiança também, vamos fazer um bom trabalho.

Declaro encerrada a reunião.

Obrigado.

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE, CRIADA POR MEIO DO RDR Nº 02, DE 2011, COM A FINALIDADE DE "TRATAR DAS POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO NORDESTE", DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM CINCO DE ABRIL DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 09:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 13 DA ALA ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e quatorze minutos do dia cinco de abril do ano de dois mil e onze, na Sala de Reuniões número treze da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Wellington Dias, reúne-se a Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste com a presença dos Senadores Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Maria do Carmo Alves, José Pimentel e Wilson Santiago. Justifica a ausência o Senador Eduardo Amorim. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente divulgada, a presente reunião é destinada a estabelecer o planejamento dos trabalhos da Subcomissão para o biênio 2011/2012. Passando à primeira parte, o Sr. Presidente faz a sua explanação. Usam da palavra os Senadores Wilson Santiago, José Pimentel e Lídice da Mata. Em seguida, com a anuência do Plenário, o Presidente submete os seguintes itens como **EXTRAPAUTA**: ITEM 01: Requerimento nº 01/2011-CDRDN, que *"Requeiro, nos termos do disposto no art. 142, combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligências, no formato de visitas técnicas dos membros desta Subcomissão Permanente aos Estados de abrangência da SUDENE, quais sejam, os 9 Estados da Região Nordeste e mais os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, com o objetivo de colher sugestões e elaborar um documento que possa contribuir para o desenvolvimento do Nordeste. Requeiro, ainda, que as visitas sejam assessoradas por um Consultor Legislativo do Senado Federal, que possa auxiliar na preparação de relatórios, estudos e outras tarefas correlatas, assim como de um servidor da Se-*

cretaria da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para prestar assistência a esta Presidência". **Autoria:** Senador Wellington Dias. Após o encaminhamento do Requerimento feito pelo autor, procede-se à votação. **Resultado:** Aprovado. ITEM 02: Requerimento nº 02/2011-CDRDN, que *"Requeiro, nos termos do disposto no art. 89, Inciso IX do Regimento Interno do Senado Federal, o encaminhamento de expediente à Consultoria Legislativa do Senado Federal com o objetivo de solicitar os serviços de um funcionário técnico daquele órgão para acompanhar, elaborar relatórios técnicos e assessorar a Presidência da Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste durante as reuniões desta e durante as visitas técnicas que serão organizadas com o intuito de debater e propor sugestões que possam contribuir para o desenvolvimento do Nordeste"*. **Autoria**: Senador Wellington Dias. Após o encaminhamento do Requerimento feito pelo autor, procede-se à votação. **Resultado**: Aprovado. ITEM 03: Requerimento nº 03/2011-CDRDN, "*Requeiro, nos termos do disposto no art. 93, II, combinado com o art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste – CDRDN, com a Bancada do Nordeste, convidando o seu atual coordenador, Deputado Gonzaga Patriota, e seu último presidente, ex-Deputado Zezéu Ribeiro, com o objetivo de debater sobre o desenvolvimento do Nordeste e os principais desafios da região*". **Autoria**: Senadora Lídice da Mata. Após o encaminhamento do Requerimento feito pela autora, procede-se à votação. **Resultado**: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinqüenta e quatro minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Wellington Dias,** Presidente da Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª reunião da Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste, extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da primeira reunião da Subcomissão.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Acatada.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é administrativa, destinada a elaborar uma agenda de trabalho para a Subcomissão, para o biênio 2011/2012.

Os principais pontos levantados na última reunião. Elaboração de um calendário para as visitas aos nove Estados da Região Nordeste, incluindo Minas Gerais e Espírito Santo, por estarem na abrangência da Sudene; elaboração de uma pauta comum para os Estados da região, com temas em comum; exemplo sugerido aqui pelo nosso Senador José Pimentel, tratar sobre a área do meio ambiente, mais especificamente sobre o bioma da caatinga e o processo de desertificação.

Os temas que foram levantados pelos membros da Comissão: turismo, política de mineração, infraestrutura para o desenvolvimento do Nordeste, política de atração de investimentos privados, políticas sociais voltadas para o Nordeste, erradicação da miséria, política de incentivo à aviação regional. Também foi sugerida uma reunião com os órgãos da Região Nordeste, que têm interface com a Região Nordeste.

Registramos a presença também do nosso ex-Deputado B. Sá, hoje Secretário do Governo do Piauí, na Representação em Brasília. Seja bem-vindo.

Outros temas gerais: inclusão de Municípios que não foram considerados pertencentes ao semi-árido nordestino na área de abrangência da Sudene – seria feito por ato especifico da Sudene; revitalização do rio São Francisco – destaco aqui também o Parnaíba, que são, no caso desses dois rios, rios doadores a Estados receptores – bem-vinda, Senadora Lídice –; estruturação do Poder Judiciário Federal na região. Também foi lembrado que, para este trabalho, será designado um relator ou coordenador para cada Estado e ele terá a função de coordenar a visita técnica. Nós vamos aqui definir os convidados e os locais para a realização desses eventos e as questões mais importantes.

Então, eu queria, Senadora Lídice, Senador Pimentel, na verdade, na reunião passada, nós tratamos de centrarmos os trabalhos da Comissão. Primeiro, qual o objetivo que a gente apresentou para os trabalhos da Comissão no decorrer deste ano de 2011. É buscarmos fazer um projeto integrado com a visão da própria Região Nordeste, que, de um lado, sirva de balizador para o Congresso Nacional e, do outro lado, para que a gente possa transformar em compromisso, Senador Walter Pinheiro, do Poder Executivo, seja a

União, Estados ou Municípios, e também uma própria referência para o próprio setor privado.

Então, a proposta é que possamos aprovar hoje, formalizar este requerimento:

Requeiro, nos termos do disposto no art. 142, combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligências no formato de visitas técnicas dos membros desta Subcomissão Permanente aos Estados de abrangência da Sudene, quais sejam os nove Estados da Região Nordeste e mais os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, com o objetivo de colher sugestões e elaborar um documento que possa contribuir para o desenvolvimento do Nordeste.

Requeiro, ainda, que as visitas sejam assessoradas por um Consultor Legislativo do Senado Federal, que possa auxiliar na preparação de relatórios, estudos e outras tarefas correlatas, assim como a de um servidor da Secretaria da Comissão Legislativa do Senado Federal que possa auxiliar na preparação de relatórios, estudos e outras tarefas correlatas, assim como de um servidor da Secretaria da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para prestar assistência a esta Presidência.

Sala das Comissões, 5 de abril de 2011."

Então o requerimento, na verdade, é apenas para que a gente possa oficializar o plano que foi elaborado, qual seja, a Comissão organizar uma agenda temática definindo um tema central em cada um dos Estados, os nove do Nordeste, mais Espírito Santo e Minas Gerais nessa região de abrangência. Nós já temos aqui o documento do Áridas, que o Senador Pimentel tinha requerido na primeira audiência. Esperamos que a cópia seja distribuída aos membros da Comissão. Em cada região dessas, esse evento será coordenado pelo Parlamentar daquele Estado, membro não só da Subcomissão ou da Comissão de Desenvolvimento Regional. Onde houver mais de dois, os dois ou três Parlamentares do Estado fazem a coordenação.

Como foi dito na vez passada, o objetivo é que possamos fazer uma integração dos trabalhos do Parlamento, tanto o trabalho que já conta com uma grande experiência, como a bancada do Nordeste na Câmara... Nós já estivemos lá tratando com o Deputado Patriota, que está coordenando agora e também tem interesse em participar desses eventos; o Fórum dos Governadores que também é uma outra forma organizada, o setor empresarial e a organização dos trabalhadores.

Eu citei aqui alguns dos temas que foram lembrados. Aprovando então essa sistemática, nós vamos abrir até a próxima semana, a próxima reunião, para que os Parlamentares possam apresentar o tema que consideram prioridade para o Estado. Cito como exemplo o Senador Pimentel, que havia apresentado, na reunião passada, o interesse de que esse tema do meio ambiente, tratando mais especificamente do bioma caatinga e do processo de desertificação, fosse trabalhado nesse Fórum do Estado do Ceará.

Então, a exemplo desse, temas como turismo, infraestrutura e mineração, citei alguns dos que foram lembrados na semana passada, política de atração de investimentos, política de incentivo à aviação regional... Enfim, foram os temas mais citados na vez passada.

Abro para a discussão o requerimento que trata dessa agenda nos Estados.

Em discussão.

O SR. WILSON SANTIAGO (PMDB – PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Com prazer.

O SR. WILSON SANTIAGO (PMDB – PB) – Sr. Presidente, ontem eu tive oportunidade de conversar com V. Exª lá no plenário...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Exatamente.

O SR. WILSON SANTIAGO (PMDB – PB) – ...lembrando ou reativando um assunto que entendo como de significativa importância para o desenvolvimento do Nordeste. Primeiro, qual é a razão para nos debruçarmos sobre o desenvolvimento do Nordeste? A razão é exatamente as condições desequilibradas que tem o Nordeste, especificamente o Semi-Árido, se comparado com outras regiões do País. Por que isso, Senador José Pimentel? Porque nós temos, especificamente no Semi-Árido, o maior índice de desemprego, o maior índice de mortalidade infantil, um dos maiores índices de doença de Chagas e, ao contrário, os menores índices de desenvolvimento humano. Enfim, as mazelas que incomodam e atormentam o Nordeste de fato estão encravadas no Semi-Árido nordestino.

Por essa razão é que nós, eu particularmente, como disse a V. Exª, apresentei uma emenda constitucional, inclusive na Câmara, que foi reapresentada aqui no Senado, propondo a criação de uma zona de livre comércio no Semi-Árido nordestino, exatamente para buscar o desenvolvimento daquela região, já que se não dermos incentivo à iniciativa privada, com certeza, nunca ela irá se instalar em uma região com essas deficiências, porque tem outras oportunidades, outras áreas que são mais acolhedoras no que se refere aos interesses empresariais.

Por essa razão, eu gostaria que V. Exª, entre os temas a serem discutidos nesta Comissão, inclua também esta criação da Zona de Livre Comércio ou a Zona Franca no Semi-Árido Nordestino, escolhendo-se uma região geograficamente com maior abrangência e que

beneficie a maioria dos Estados, para juntos discutirmos e debatermos e mostrarmos que os critérios adotados para a Zona Franca de Manaus foi exatamente buscar o desenvolvimento.

Então, se estamos com esse atraso no que se refere ao volume, ao crescimento e ao desenvolvimento das outras áreas do Brasil, por que não incentivarmos, já que somos conscientes de que o Poder Público nunca vai dar essa condição de, através dos investimentos públicos, alcançar, digo até, recuperar esse tempo perdido.

Então, entendo como de significativa importância essa proposta não só para o meu Estado, a Paraíba, como para o Estado do Pimentel, o Ceará, como para o Estado de Pernambuco, como para o Estado do Ceará, digo até para o Estado do Rio Grande do Norte, que tem outros representantes, além do Piauí, de V. Exª, pela proximidade, pelas mesmas demandas e condições e necessidades que o seu Estado também tem. Então, vamos trabalhar nessa linha. Só isso, se a gente conseguir viabilizar já é um grande passo para, em um espaço de tempo o mais rápido possível, recuperarmos o tempo perdido e buscarmos o desenvolvimento e a geração de emprego naquela região.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Com certeza...

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB) – Além dos outros temas que irão para o debate, proposta dos Governadores, propostas dos demais integrantes da bancada, enfim, é um número... Nós, com certeza, iremos selecionar as prioridades, mas entendo que essa suplanta todas pela abrangência e pela importância dela.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Agradeço, Senador Santiago. Recordo-me aqui de que V. Exª realmente tinha tratado desse tema.

Então, veja só, pegando um exemplo, se vamos à Paraíba realizar um evento, vamos centrar com todas as áreas, Ministérios, empresas, enfim, tratando sobre o tema da Zona de Livre Comércio voltada como instrumento para o desenvolvimento, por exemplo, dessa região do semi-árido, que é exatamente esse miolo central do Nordeste, abrangendo praticamente todos os Estados, exceto o Maranhão. Incluindo, nesse caso, inclusive, regiões do norte do Espírito Santo e do norte de Minas Gerais. Então, nessa ocasião, na Paraíba, para dar um exemplo, teremos um formato em que, da parte do Estado e de seus atores, a gente recebe informações e sugestões sobre quais as demandas que têm de infraestrutura, educação, meio ambiente, enfim, das diversas áreas, mas ali a gente foca nesse tema. Ou seja, o tema objeto do amplo debate, com os convidados que vão daquela região, outras experiências, como essa de Manaus, enfim, para que a gente possa ali travar esse tema.

Então, é apenas para a gente compreender qual é o desenho do que estamos aqui aprovando.

Nesse caso, teríamos uma apresentação do efeito que teve, em plena Amazônia, de uma decisão como essa de uma zona de livre comércio para a gente ter na região um parâmetro do que pode representar... Aliás, a Presidente Dilma tem dito que o foco da erradicação da miséria é exatamente o semi-árido. Então, esse é um debate que pode subsidiá-la nessa direção, quem sabe aproveitando o projeto de V. Exª.

Então, este é o objetivo do debate: sair de lá, como diz o caboclo do Nordeste, mastigado o tema, em condições de a gente ter uma proposta e ter alguém que seja o relator, para produzir, junto com a consultoria, que estamos pedindo aqui, junto com a assessoria técnica, a produção sobre aquele tema, de modo que ele sirva de base para esse trabalho.

Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Senador Wellington Dias, eu queria também de parabenizar pelo início da apresentação do plano de trabalho e adendar a esse plano de trabalho a necessidade que nós teríamos de ter algumas audiências prévias de subsídio. Uma delas com o Ministério da Integração Nacional.

Se acharmos por bem, podemos ir lá. Como é uma Subcomissão com um número pequeno de Congressistas, se pudermos ter uma reunião inicial, lá no Ministério, para ver com ele, dentro do seu planejamento dos próximos quatro anos, o que está reservado para essa região de abrangência da Sudene, como subsídio para os nossos trabalhos, acho que teríamos uma interação bem maior.

Fico feliz quando V. Exª sugere que a frente parlamentar da região Nordeste, que é coordenada por um pernambucano, nos ajude e se integre a esta Subcomissão, embora sendo da Câmara Federal boa parte dos seus membros, para que pudéssemos ter uma ação mais proativa.

Eu entenderia que essa visita, que essa audiência no Ministério da Integração Nacional nos daria um norte sobre o que o Executivo está planejando para os próximos quatro anos e, com isso, o que podemos somar, principalmente na questão orçamentária, porque os recursos são poucos, o que faz com que algumas obras estruturantes nossas não tenham o ritmo que nós queremos.

E, junto com essa reunião, colher deles algumas informações fundamentais para nós, de obras de infra-

estrutura, que são estruturantes para a nossa região. Eu me lembro de que, na reunião passada, todos nós fizemos referência à importância da Transnordestina, que precisa integrar a Paraíba, o Rio Grande do Norte, que, no primeiro desenho, não foi contemplado, e como esse cronograma está montado para concluir a primeira fase, que vem lá de Eliseu Martins, no Piauí, integrando as duas regiões, e, principalmente, a integração da Norte-Sul à Transnordestina, que fica a, mais ou menos, 180 quilômetros de Eliseu Martins ao Maranhão, por onde ela passa, para que pudéssemos, tanto no Plano Plurianual, que vamos aprovar em 2011, como no Orçamento para 2012, já integrar esses ramais, permitam-me chamá-los assim, e não é no sentido depreciativo, mas para integrar toda essa rede que a Paraíba tem reivindicado muito. O nosso Senador Wilson Santiago tem trazido sempre esse debate, o Vital do Rêgo da mesma forma.

No Rio Grande do Norte, todas as vezes em que a gente se encontra ou passa por ali, há uma cobrança muito grande para que possa ser feita essa integração. E também a outra parte do Piauí, que era a antiga rede ferroviária, que hoje tem uma utilidade limitada. Nesse diálogo, nós poderíamos nos preparar para incluir no PPA essas ampliações.

A segunda coisa é a parte dos recursos hídricos. Estamos fazendo toda essa integração das águas do São Francisco. De um lado, temos a Codevasf, que cuida também dos perímetros irrigados, e o nosso Dnocs. Como a gente poderia aproximar mais essas ações para potencializar toda aquela área de terrenos preparados para a irrigação e, com isso, dar maior potencialidade a toda a nossa região. Ao mesmo tempo, acompanhar junto ao Ministério todo o processo de revitalização do rio São Francisco, no que diz respeito aos Estados doadores e aos Estados receptores, como estão esses canais.

E, agora, a nossa Presidenta Dilma comunica, dialoga, no sentido de criar o Programa Água Para Todos. Da mesma forma que no Governo Lula tivemos o Programa Luz para Todos e aposentamos a velha lamparina e universalizamos a energia, no Governo Dilma, precisamos universalizar o abastecimento de água, com água encanada onde for possível e com cisterna caseira para aquelas casas mais isoladas, como parte dessa política de integração das águas do São Francisco, resolvendo totalmente aquela reclamação justa das comunidades que são ribeirinhas e que não tem água encanada. E para nós outros, que somos Estados receptores, como iremos a uma potencialidade maior aos recursos hídricos que ali estão sendo discutidos.

Temos também, Sr. Presidente, uma outra demanda, que é a questão das escolas profissionalizantes, as escolas técnicas e a formação da mão de obra e toda essa estrutura em que o Governo Federal, em parceria com os governos municipais e estaduais, está desenvolvendo.

E aqui deixaria como sugestão para uma segunda audiência que fôssemos ao MEC para tratar desse tema. Tem a decisão política de que todos os municípios acima de 50 mil habitantes recebam o Instituto Federal de Tecnologia até 2015 e precisávamos ter uma clareza desse cronograma, porque a região que mais necessita da qualificação da mão de obra é exatamente a nossa, a Região Nordeste.

Quero, Sr. Presidente, ficar à disposição da Comissão e, particularmente, de V. Exª para ajudar nesse cronograma.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Nós aqui agradecemos e sei de todo o entusiasmo de V. Exª nesse trabalho.

Senadora Lídice, com o maior prazer.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Senador Presidente Wellington Dias e caros Senadores e Senadoras, não pude participar da última reunião em função de estar em viagem ao Estado, quando foi criada, pelo Governador do Estado da Bahia, a Secretaria da Mulher, que exigia minha presença, e cheguei um pouco atrasada em função do atraso do avião.

Mas, por este levantamento de pontos, creio que estamos num sentido muito correto. E, pela fala que ouvi do Senador Pimentel, concordo também com a idéia de que possamos nos sentar, em algum momento, com a Frente Parlamentar do Nordeste, que já tem uma larga experiência inclusive desse trabalho.

Até sugeriria, temos hoje o Deputado Zézeu, que foi por dois anos presidente da frente e é Presidente do Fórum de Secretários de Planejamento do Brasil, agora recentemente eleito, que pudéssemos talvez trazê-lo para um debate nesta comissão para dissecar, tanto ele como o Presidente atual da Frente, uma agenda que tivesse avançado em diversos pontos, para a gente pegar daqui para adiante.

Concordando com esses dois pontos levantados pelo Senador Pimentel, queria complementar só ressaltando que o Água para Todos já existe enquanto programa de governo na Bahia.

Portanto, o Governador Jacques Wagner se antecipou a este programa nacional e fez um grande projeto que serviu de entusiasmo para os baianos e de reconhecimento, tanto que o elegeram com a votação maior do que no primeiro momento.

Mas queria acrescentar a essa discussão que, na questão das ferrovias, formamos e já lançamos uma frente em defesa das ferrovias no Brasil. Creio que poderíamos pegar também esse esforço, conversar

com o Deputado Pedro, que é presidente da Frente, porque temos aí pelo menos duas grandes ferrovias no Nordeste: a Transnordestina e a Ferrovia Oeste-Leste, que une o litoral da Bahia, Ilhéus, ao Tocantins, no sentido de corte do Estado da Bahia numa das poucas ligações do Estado nessa direção e que significará um importante investimento na área de fortalecimento de todo o transporte da mineração do nosso Estado, e também dos cereais, na produção de soja daquele Estado, chegando até o Tocantins.

Acho que é uma ligação extremamente importante e deveríamos, portanto, discutir essas duas grandes ferrovias da nossa região.

Deveríamos, portanto, discutir essas duas grandes ferrovias da nossa região.

Quero sugerir aqui, na discussão do bioma da caatinga – acabei de receber um documento do Secretário de Agricultura da Bahia, propondo algumas questões em relação à caatinga e ao Código Florestal –, que pudéssemos incorporar a discussão do Código Florestal, debatendo como ele pode atingir a região nordestina, principalmente nessa área da caatinga, do semi-árido, que nos atinge a todos.

Por último, no que diz respeito à questão de educação, creio que deveríamos estendê-la, não tratando apenas da questão profissional. Que tivéssemos como um dos temas estruturantes do nosso debate: educação, ciência, tecnologia e inovação para o Nordeste. Creio que não podemos pensar no desenvolvimento do Nordeste sem o incluirmos na produção científica e na discussão da inovação tecnológica e científica na nossa região. Aliás, uma das batalhas que se desenvolveram no primeiro Governo do Presidente Lula foi a descentralização dos investimentos de bolsas de estudo e de bolsas de pesquisas para o Nordeste, no CNPq. Creio que esse é um assunto que não podemos deixar de tratar. Temos alguns dirigentes... Agora temos um Ministro paulista, mas em quem eu confio muito, em relação à sua posição em defesa do Nordeste, na área da ciência e tecnologia. O Presidente do CNPq é um pesquisador baiano. Creio que deveríamos fazer esses contatos com o Ministério de Ciência e Tecnologia e com o MEC para termos uma discussão em comum. O investimento na área de Ensino Superior nos nossos Estados é extremamente importante. Se compararmos o desempenho das universidades do Nordeste com as universidades do Sul e do Sudeste do País, estamos muito atrás. Isso se dá na necessidade de formação de doutores, na necessidade de fortalecimento de investimentos na área de pesquisa nos Estados nordestinos e, especialmente, na necessidade de analisarmos a situação e a contribuição de toda essa área do semi-árido, com investimentos na área de ciência e tecnologia, especialmente na área do semi-árido nordestino.

Por último mesmo, Presidente, creio que tem um outro tema que mereceria a nossa atenção, que é a questão da energia. Temos nos Estados nordestinos uma possibilidade de ventos muito grande e deveríamos ver que contribuição o Nordeste, além da sua capacidade de geração de energia hidrelétrica já consolidada, tem capacidade de oferecer ao Brasil, em outras fontes de energia, tanto na energia fóssil e na energia eólica, quanto na energia nuclear. Até o governo passado, existia o plano de se instalarem pelo menos três usinas nucleares no Nordeste brasileiro. Portanto, eu creio que não devemos deixar a pauta da energia sem ser tratada nesta nossa Subcomissão.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Muito bem.

Senadora Maria do Carmo, primeiro, quero parabenizá-la. É importante esse tema da energia alternativa. Hoje, no Nordeste, além da hidrelétrica, têm experiências da eólica, da solar, que começa a ter muitos investimentos, e da biomassa também, em que já temos boas experiências.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Então, energia limpa.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Energia limpa.

Senadora Maria do Carmo, só para explicar. Estamos aqui debatendo um requerimento. O objetivo é que possamos, no final deste ano, produzir um projeto integrado de desenvolvimento do Nordeste sob o olhar, sob a visão do próprio Nordeste. Então, o que estamos aqui estabelecendo como eixo geral é realizar em cada um dos nove Estados do Nordeste, e como foi pedido, incluir a região de abrangência da SUDENE, que tem o norte do Espírito Santo e de Minas Gerais, e a ideia é que possamos estabelecer, até a próxima semana, um tema que seja o foco a ser debatido nessa visita da Comissão ao Estado.

O Senador Santiago propõe que na Paraíba a gente possa tratar como foco a discussão de uma zona de livre comércio como eixo para o desenvolvimento do semi-árido. Como a experiência de Manaus, na Região Norte.

O Senador Pimentel sugere que na visita ao Ceará possamos tratar do meio ambiente, nesse caso seria na área dos investimentos, do crescimento econômico e social; na área do meio ambiente, tratar do bioma caatinga e do processo de desertificação. A Senadora Lídice acrescenta o projeto de Código Florestal, para que possamos ter a análise desse tema.

Da mesma forma, gostaríamos que pudesse V. Exª examinar o tema que considera importante para discutirmos no seu Estado.

Em votação a aprovação do requerimento com esses adendos que foram colocados.

Aqui foi citado também – e eu quero colocar para apreciação – os temas. A gente pode pegar os principais temas. Por exemplo: educação certamente será um tema a ser debatido. Vamos tratar da educação básica, da educação profissionalizante e da ciência e tecnologia. Tema relacionado à saúde. Então vamos tratar inclusive do tema água para todos. Eu acho que é importante. O Ministério da Saúde e o Ministério das Cidades são os dois principais que cuidam dessa área da meta, da universalização da água na região. E acho importantíssimo.

Foi citado ainda que, na parte de infraestrutura, se faça uma interface com a Frente Parlamentar da Ferrovia, para a gente ter também a discussão sobre essa área.

O Senador Pimentel está propondo agendar com o Ministro da Integração a Comissão.

O SR. WILSON SANTIAGO (PMDB – PB) – Sr. Presidente, posso dar uma sugestão?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. PT – PI) – Pois não.

O SR. WILSON SANTIAGO (PMDB – PB) – Eu acho que V. Exª, a título de sugestão, poderia, por exemplo, marcar na próxima semana uma data para que todos os integrantes da Comissão apresentem a V. Exª e à própria Comissão as sugestões, para, a partir daí, definir audiências com Ministros. Enfim, já se teria inicialmente um rumo. E atenderia, a partir de então, às sugestões dos demais Estados no que se refere àquelas ideias apresentadas por "a", "b" ou "c".

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. PT – PI) – Está corretíssimo.

Então vamos estabelecer até a próxima terça-feira. Eu queria que a nossa Secretaria comunicasse a todos os Parlamentares quais temas já foram sugeridos aqui, informando que outros temas são considerados importantes. O objetivo, então, é que possamos colher até a próxima terça, quando aprovaremos o calendário para os Estados.

Queria ver se é possível já deixarmos aprovado, para agendar para a próxima semana, essa visita ao Ministério da Integração, de modo que possamos ir ao Ministro, pedindo a ele que faça uma apresentação com a sua equipe do plano de desenvolvimento do Governo Federal para a Região Nordeste.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Sr. Presidente, se pudesse ser na quinta-feira de manhã... Normalmente é um dia tranqüilo.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. PT – PI) – Na outra semana?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Na outra, porque às terças e quartas-feiras as comissões permanentes da Casa funcionam pela manhã e quinta-feira é quando estamos mais tranquilos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. PT – PI) – Sugestão de quinta-feira.

Então, são dois requerimentos: um estabelece as visitas com esse objetivo das audiências nos nove Estados do Nordeste, mais a região do Espírito Santo e de Minas Gerais, e estabelece aqui que tenha um Consultor Legislativo do Senado Federal para, com a equipe técnica da Secretaria da Comissão, poder nos ajudar a produzir o relatório necessário.

Então, em votação.

A Srªs e os Srs. Senadores que aprovarem permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

O outro requerimento é apenas para solicitar que os serviços de um funcionário técnico da Consultoria Legislativa do Senado Federal possa, juntamente com um representante da Comissão, acompanhar essas visitas, apenas para que a Mesa possa autorizar.

Requeiro, nos termos do art. 89, IX do Regimento Interno do Senado Federal, o encaminhamento de expediente à Consultoria Legislativa do Senado Federal, com o objetivo de solicitar os serviços de um funcionário técnico daquele órgão para acompanhar, elaborar relatórios técnicos e assessorar a Presidência da Subcomissão Permanente de Desenvolvimento do Nordeste durante as reuniões desta e durante as visitas técnicas que serão organizadas com o intuito de debater e propor sugestões que possam contribuir para o desenvolvimento do Nordeste.

Sala das Comissões, 5 de abril de 2011.

Em discussão. *(Pausa.)*

A Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Então, combinado assim? E a gente considera aqui também aprovada essa de buscarmos essa agenda com o Ministério da Integração. Na próxima terça-feira, aprovaremos aqui, com os temas, o calendário de visitação para os diversos Estados.

Por último, quero dar um informe. Fiz um contato... O último evento que teve, do Fórum dos Governadores, foi em Aracaju, inclusive com a presença

da Presidente Dilma. Como já fui Governador, normalmente, o Governador anfitrião do último evento é considerado o coordenador. Como o Governador não tem coordenação, é feito assim, em cada Estado, e ele é encarregado de preparar o evento seguinte. Então, conversei, ontem, aqui em Brasília, com o Governador Marcelo Déda, que foi o coordenador desse evento, e ele ficou de repassar a pauta acumulada da agenda dos Governadores dos outros fóruns. Além da Carta de Aracaju, o documento que foi aprovado lá, eles estão encaminhando outras pautas ainda não atendidas, que são importantes, no olhar dos Governadores, para a Região Nordeste, para que a gente possa também ter como subsídio aqui, assim como da coordenação da bancada do Nordeste na Câmara. Acho que é correto, inclusive, a gente fazer essa interface. Acho boa essa ideia, inclusive, da Senadora Lídice, de ouvirmos o Zezéu, como ex-coordenador, e o Patriota.

Acho que isso também já podemos aprovar. Combinado? Aprovado também esse requerimento oral, para que possamos ter uma interface com a bancada do Nordeste na Câmara.

Pois bem. A Senadora vai só formalizar para que possamos oficializar.

Então, a ideia desse encontro é que possamos aqui também ter uma apresentação do Fórum dos Governadores do Nordeste. Como são onze, no caso, qual foi a sugestão que eles deram? Foi a de que possamos pedir a cada partido que escolha um dos Governadores. Lá temos governadores do PSDB, do PMDB, do PSB, do PT e do PP. PMDB, Maranhão; PSB, PT, Rio Grande do Norte é DEM. Então, teríamos Maranhão e Rio Grande do Norte, que tem um do DEM e um do PMDB. Então, seriam os convidados. O PSB, que tem mais de um, escolheria um de seus Governadores, trataria com o governador Eduardo Campos, que é o presidente do partido; ontem, já tratei com o Governador Marcedo Déda, que deu essa sugestão. A ideia é que pudéssemos convidá-los para que eles fizessem uma apresentação do que está sendo trabalhado. Eles estão trabalhando numa ideia de um Plano de Desenvolvimento Integrado para o Nordeste, nos Estados, e seria bom termos aqui também essa visão. Então eu também me comprometo a trabalhar com eles essa agenda para que possamos oficializar uma audiência para ouvi-los.

Lembro-me também de que o Senador Pimentel, na reunião passada, tinha sugerido que pudéssemos ouvir - só para lembrar, ver se está mantido -, além dos órgãos do Ministério da Integração, os órgãos do Nordeste: SUDENE, Denocs, Chesf, Codevasf, BNB. Enfim, que principalmente esses cinco órgãos apresentassem em cada Estado o plano que têm para termos subsídios de algo chegar em um Estado e já termos uma noção sobre isso. Também acatamos para avaliar essa proposta da visita ao Ministério da Educação como uma precursora da discussão do tema, que, certamente, vai entrar em pauta.

Então, nada mais havendo a tratar, agradecendo a todos, declaro encerrados os trabalhos.

(Levanta-se a Reunião às 10h54min)

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE, CRIADA POR MEIO DO RDR Nº 02, DE 2011, COM A FINALIDADE DE "TRATAR DAS POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO NORDESTE", DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM DOZE DE ABRIL DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 09:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 13 DA ALA ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas do dia doze de abril do ano de dois mil e onze, na Sala de Reuniões número treze da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Wellington Dias, reúne-se a Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste com a presença dos Senadores Lídice da Mata, Vital do Rêgo e Wilson Santiago. Justifica a ausência o Senador Eduardo Amorim. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente divulgada, a presente reunião é destinada a realizar a compilação das sugestões dos demais parlamentares ao Plano de Trabalho já proposto; a definir um cronograma das visitas aos estados que compõem a SUDENE; e a assuntos diversos. Após a exposição do Sr. Presidente, usam da palavra os Senadores Vital do Rêgo, Lídice da Mata e José Pimentel. Em seguida, com a anuência do Plenário, o Presidente submete os seguintes Requerimentos em EXTRAPAUTA: ITEM 01: Requerimento nº 04/2011-CDRDN, que requer, "nos termos do disposto no art. 93, II, combinado com o art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste – CDRDN, convidando o Diretor de Planejamento e Articulação de Políticas da Sudene, Guilherme Rebouças, para apresentar o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste – PRDNE". Autoria: Senadores Lídice da Mata, Vital do Rêgo e Wellington Dias. Resultado: Aprovado. ITEM 02: Requerimento nº 5/2011-CDRDN, que requer, "nos termos do art. 89,

IX do Regimento Interno do Senado Federal, assessoria técnica do Ministério da Integração Nacional aos trabalhos dessa Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste – CDRDN, para acompanhar suas ações, de forma a prover rápida resposta aos questionamentos dos Senhores Parlamentares". Autoria: Senador Vital do Rêgo. Resultado: Aprovado. ITEM 03: Requerimento nº 06/2011-CDRDN, que requer "nos termos regimentais, à área de Comunicação Social do Senado (Secretaria Especial de Comunicação Social – SECS), apoio técnico na realização de eventos e assessoramento aos trabalhos dessa Subcomissão, de forma a garantir a cobertura dos trabalhos da mesma pela mídia local, na ocasião das visitas aos estados". Autoria: Senadores Wellington Dias, José Pimentel e Vital do Rêgo. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e treze minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Wellington Dias,** Presidente da Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste da 1ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 2ª reunião da Subcomissão.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa*.)

Aprovada.

A ata aprovada será publicada no *Diário do Senado* juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Alguns comunicados importantes.

Fizemos uma visita ao Ministro da Integração na última quinta-feira. O encontro foi muito produtivo. Nele, acertamos o acompanhamento do PAC, das obras do PAC. O Ministro Fernando Bezerra acatou uma proposta da Comissão.

Cada um fez uma análise de um conjunto de projetos importantes que teriam ficado fora do PAC ou que são considerados importantes como complementares. Então, o Ministro colocou o Ministério à disposição para trabalharmos junto ao Governo Federal a elaboração desses projetos. Boa parte deles diz respeito direto ao Ministério da Integração. São obras como trechos de ferrovias. Na Paraíba, por exemplo, há trechos relacionados a integração de bacias, algumas barragens, adutoras. Creio que devemos abraçar essa oportunidade. Esse encontro foi muito produtivo. Além disso, o Ministro anunciou, mas sem colocar detalhes, o lançamento do Programa Água para Todos.

Recebemos correspondência do Diretor de Planejamento da Sudene do Piauí, Sr. Guilherme Rebouças, informando que a Sudene tem um plano de desenvolvimento para o Nordeste recém-elaborado que pode ajudar bastante a Subcomissão.

O Sr. Guilherme encaminhou os seus contatos e se colocou à disposição da Subcomissão, para vir aqui apresentá-lo.

Havendo acordo, nós três poderemos assinar oficializando. Aprovamos verbalmente e os três assinam o requerimento. Combinado, Senadora Lídice?

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa*.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento verbal convidando o Diretor de Planejamento da Sudene, o Sr. Guilherme Rebouças.

A respeito do Requerimento nº 3 da Comissão de Desenvolvimento Regional de autoria da Senadora Lídice da Mata, que solicita audiência pública com o Presidente e ex-Presidente da Bancada do Nordeste na Câmara, informo que a secretaria da Subcomissão recebeu a informação de que o Deputado Gonzaga Patriota está em viagem para a Argentina, com previsão de retorno para o dia 15. No entanto, S. Exª estará até o final deste mês de abril cumprindo sua agenda no Estado. Portanto, acredito que possamos marcar a audiência para o início do mês de maio. Pode ser, Senadora?

Fica a secretaria com esse encargo.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente é uma reunião administrativa destinada a elaborar uma...

Pois não, Senadora.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – A ideia dessa audiência era a de que pudéssemos ter a pauta da Frente do Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Exatamente.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Talvez possamos, também, uni-la com alguma outra questão, se começarmos a ter dificuldade de organizar a agenda. Talvez, no mesmo dia da Sudene, possamos ter as duas participações, algo que racionalizasse a nossa pauta. Pretendemos apenas dar unidade, unir a nossa pauta com a pauta da Frente do Nordeste na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Também o Etene tinha solicitado uma oportuni-

dade – já tinha apresentado antes – para apresentar um estudo que eles elaboraram quanto a um plano de desenvolvimento do Nordeste.

Acho que poderíamos ter uma audiência específica sobre isso. Ou seja, convidaria a Sudene, que apresentaria essa proposta, o Etene, para que, também apresente essa proposta.

Hoje, a ideia central é a de que possamos aprovar as sugestões para discussão das pautas também com os Estados, até porque, após a aprovação, vamos ter que fazer toda uma organização para fazer um bom evento em cada Estado.

Então, das sugestões apresentadas, já foram formalizadas à Comissão... Pois não.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Antes de V. Exª avançar no outro subtema da Comissão, gostaria de dar duas sugestões: a primeira é que foi alvissareira a conversa desta Subcomissão com o Ministério da Integração, como V. Exª realçou, e sugeriria a criação de um grupo de trabalho do Ministério da Integração para trabalhar em conjunto com a Comissão.

Quando o Ministro disponibiliza, pelo excesso de atividade que o Ministério tem, a minha preocupação é que não haja seqüência de acontecimentos, após a benfazeja reunião que V. Exª teve.

Então, seria interessante que solicitássemos do Ministério da Integração a disponibilização de um ou dois técnicos que tratasse exclusivamente da assistência aos tópicos, ao que a Comissão está levantando para o Nordeste, para que não houvesse solução de continuidade nas reuniões e que o Ministério se sentisse motivado até ordinariamente para estar presente nesta Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Excelente. Inclusive, concordando aqui sobre esse entendimento de enviarmos ao Ministro, para que ele possa apresentar duas referências do Ministério, que pudesse fazer o acompanhamento aqui da Subcomissão.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Levantaríamos aqui um tema e saberíamos que existe uma pessoa designada em nome do Ministério para falar da rapidez e da celeridade dos nossos temas.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Correto. Inclusive, o Ministro se colocou à disposição para atuar em conjunto com a Comissão, colaborando no sentido desses eventos regionais. Inclusive, nos temas mais afeitos ao Ministério, ele quer participar. Nós consideramos aprovado o requerimento verbal em votação favorável à prova desse envio ao Ministro, e V. Exª formaliza aqui para que possamos dar seguimento.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – É verdade. Uma outra sugestão é integrar, como V. Exª já o fez, oficiando ao Presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Nordeste, Deputado Gonzaga Patriota, que as nossas reuniões sejam comunicadas aos Srs. Deputados que compõem a Frente, por *e-mail*, de forma eletrônica, disponibilizando o nosso resumo e comunicando da presença dessa ou daquela autoridade, desse ou daquele Deputado.

Há uma enorme quantidade de parlamentares, quase todos os parlamentares do Nordeste, porque essa Frente tem uma atividade muito interessante, e os Srs. Deputados se sentiriam muito honrados em receber desta Comissão o acompanhamento das reuniões e o convite para poder comparecer a outras programações desta Comissão.

Seriam essas duas sugestões.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Exato. A ideia de termos aqui a presença do Deputado Gonzaga Patriota é para acertarmos o passo entre a Frente, que é da Câmara – que também estamos trabalhando aqui no Senado–, e, ao mesmo tempo, fazermos um planejamento conjunto.

Acho que já nos podemos adiantar com esse repasse de informações do andamento dos trabalhos à Bancada do Nordeste na Câmara e no Senado. Creio também que até outras Lideranças, que estão em Ministérios, em empresas e em autarquias. Enfim, temos nordestinos também em outras áreas; podemos fazer os Governadores...

Vejam, dos pontos levantados na última reunião – em seguida, falo das sugestões que foram apresentadas –, nós temos aqui, para a elaboração desse calendário aos onze Estados, incluindo os nove do Nordeste e mais Minas Gerais e Espírito Santo, o tema: bioma da caatinga, processo de desertificação, acrescido da proposta da Senadora Lídice de tratarmos também do Código Florestal, política de mineração, infraestrutura para o desenvolvimento do Nordeste, política de atração de investimentos privados – eu acho que isso está na pauta; não está distribuída? Foi só um ofício circular. Eu queria que passassem para os parlamentares. Políticas sociais voltadas para o Nordeste, erradicação da miséria, política de incentivo à aviação regional. Além disso, tenho alguns temas mais específicos, que são: inclusão de municípios que não foram considerados pertencentes ao semiárido nordestino na área de abrangência da Sudene – pelo que foi dito seria feito por um ato específico da Sudene –, revitalização da bacia do rio São Francisco – e há aqui um requerimento do Senador Ciro Nogueira que inclui revitalização da bacia do rio Paraíba...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Pedindo licença, dentro dessa liberdade e informalidade que V. Exª nos trata, eu queria colocar, junto ao requerimento do Senador Ciro, a do rio Taperoá.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Rio Taperoá.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – É um rio semiperene, no Estado, que faz parte da bacia hidrográfica do São Francisco; deságua no Paraíba e recebe contribuição hídrica do São Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Ele nasce onde?

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Na região da Paraíba, no Município de Taperoá.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Certo.

E temos aqui estruturação... Aliás, o próprio Senador Ciro tinha apresentado um ponto que já estava aqui no Item "g", que é o da aviação regional também. Estruturação do Poder Judiciário Federal na região.

E a Senadora Maria do Carmo também tinha apresentado o tema da educação, que acho que não ficou aqui. Pois não.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Dois temas foram apresentados, eu me lembro, incluindo na educação, incorporando ciência, tecnologia e inovação...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Educação, ciência, exatamente.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – ...uma sugestão minha, e também a ideia de que nós pudéssemos discutir a política de fontes renováveis de energia no Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Exatamente. O tema da energia, fontes renováveis, não é?

A SRª LÍDICE DA MATA(Bloco/PSB – BA) – Energia, fontes renováveis. E tema mais a parte também das zonas, como se diz...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – No programa de transposição do rio São Francisco...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Como é que é o tema lá, para eu me lembrar aqui da Zona Franca? As ZPEs...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – As ZPEs, as Zonas de Processamento de Exportação.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Aliás, outro tema tratado com o Ministro também foi esse. Ele considera importantíssima essa proposta e defendeu que nós caminhássemos pela linha das ZPEs, porque já está regulamentada.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – É, já existe lei, já existe regulamentação. Só para comunicar a eficiência da sua Secretaria, já chegou a lista. Da mesma forma como acusei o não recebimento, acuso o recebimento imediato. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Parabéns.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Dentro do programa de transposição do São Francisco, há necessidade de se integrar o Ministério da Saúde com o Ministério da Integração Nacional com um ponto, que é o saneamento das cidades ribeirinhas da bacia do São Francisco. Essa proposta está no bojo do projeto da revitalização do rio e da transposição do rio.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – É, a ideia é essa.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – E os Municípios que estão próximos e que contribuem com materiais, resíduos, seriam todos saneados. Os Municípios já foram mapeados, mas o processo está parado. Não houve investimento nem dotação orçamentária para execução neste ano. Aí o Ministério da Saúde, por meio da Funasa, com o Ministério da Integração comandam essa obra.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Deixe-me colocar um tema. Como havia dito, recebi do Fórum dos Governadores os temas que foram apresentados. Eles são, por coincidência, esses que já vinham sendo levantados anteriormente. Na carta da Barra dos Coqueiros, em Sergipe, enviada pelo Governador Marcelo Deda, há dois temas que precisariam ser tratados: um trata da política da mineração; o outro trata do desequilíbrio fiscal de Estados e Municípios.

Eles dizem que hoje há um desequilíbrio estrutural para muitos Estados e Municípios decorrentes de vários fatores, a política previdenciária que nunca foi corrigida, a queda dos recursos do Fundo de Participação, a própria política tributária. Enfim, uma série de fatores. Então, acho que esse tema também é de interesse.

Na prática, nós estamos aqui falando de 14 temas.

Esse da energia já estava, não é? Acho que não.

O que mais? O das ZPEs já estava. Educação...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB. *Fora do microfone.*) – As inclusões Ciro Nogueira você já agendou?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Já. Já estão, tanto a do Ciro quanto a do Eduardo Amorim.

Então nós temos, pelo que eu vi aqui com essa unificações... Na verdade, o da bacia do Parnaíba trataria Parnaíba, São Francisco e Taperoá.

Teríamos 14 temas para ou unificar alguma que seja possível ou...

Há um tema aqui: Bioma da Caatinga, Processo de desertificação, Código Florestal. Na discussão des-

se tema, caberia, por exemplo, a definição sobre os Municípios que pertencem ao semiárido, para citar um exemplo de fusão possível. São temas semelhantes.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB. *Fora do microfone*.) – O processo de desertificação agrava a situação dos Municípios, porque eles vivem com um clima de semiárido, vivem sofrendo as condições do semiárido e ainda não foram reconhecidos pela Sudene como semiárido. A causa desse pleito é o processo de desertificação.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Qual é o próximo passo? É que possamos já aprovar aqui os temas e, em seguida, definirmos os Estados onde vamos começar a realizar.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Eu só daria um adendo aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Welligton Dias. Bloco/PT – PI) – Pois não.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Na letra *g* "Política de Incentivo à Aviação Regional e Infraestrutura Portuária". Há também um desequilíbrio muito grave entre os portos do Nordeste. Temos portos de primeiríssima capacidade de competitividade como o de Pecém, o de Suape, e os outros de menor condição.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Deixe eu lhe dizer aqui. Como ele trata de infraestrutura, há na letra *d* "Infraestrutura para Desenvolvimento do Nordeste", onde ele caberia, porque essa outra seria mais dos incentivos para a aviação.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Pronto. Caberia também. Sem nenhum problema, sem nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Pode ser lá então?

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Pode ser lá.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Porque aqui entra, além de ferrovia, a parte de porto, rodovia, hidrovias, não é?

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Hidrovias.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Vimos aqui na última audiência da comissão a importância desse tema.

Senadora, podemos então votar?

As Srªs e os Senadores favoráveis a esses temas para discussão nos diversos Estados permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

A partir da aprovação, podemos caminhar para a definição pelo menos dos primeiros temas dos Estados

Pelo que entendi, V. Exª defende a discussão na Paraíba, que tratemos da área...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Do porto e o ramal da Transnordestina.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – A infraestrutura?

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – A infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Muito bem. Infraestrutura de transporte, porto, ferrovia, hidrovia...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Estou tentando um ramal para a Paraíba, porque não fomos contemplados de novo.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – A infraestrutua, então, Paraíba.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Porto, rodovia, geral. É um tema muito abrangente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Muito bem. Na discussão que tivemos no Estado do Piauí, tínhamos trabalhado o tema de incentivo à aviação regional, que era o tema da...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Ótimo. Eu sou Presidente da Frente Parlamentar de Defesa do Transporte Aéreo Regional e tenho interesse em discutir isso.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Essa proposta tem uma vantagem. Já existe uma proposta a ser apresentada, um modelo...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Um modelo que há dois anos tento extrair com o Ministro da Defesa.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Eu me lembro que o Senador Pimentel, embora ausente, tinha defendido aqui, na reunião passada, na discussão do Ceará o tema do bioma da caatinga, do semiárido, dessas políticas. Convém ouvi-lo?

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Convém ouvi-lo. Eles são tão interessantes, tão surpreendentemente... Qualquer um desses temas cabe no meu Estado, no de V. Exª, no da Senadora. Fica aqui a questão da escolha.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Eu só perguntaria à Senadora Lídice que tema seria mais importante na Bahia.

Bastou falarmos no Pimentel e ele chegou.

Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Eu tenho muita dúvida em relação a essa questão porque são muitos os temas estratégicos, como é o caso das fontes renováveis de energia ou mesmo a infraestrutura, proposta que já está definida para a Paraíba. Tenho a tendência de optar pelo turismo por causa do papel preponderante da Bahia nessa área. Mas fico preocupada porque talvez esse não seja um tema que,

por si só, pode reunir muitas outras contribuições. Se pudesse, eu sugeriria dois, mas, em princípio, eu colocaria turismo, porque acho que a Bahia tem posição destacada e possibilidade de contribuir muito com os outros Estados nessa questão. Se for possível dois temas, seriam turismo, educação, ciência, tecnologia e inovação.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – O Senador Eduardo Amorim, de Sergipe, tinha levantado a tese do turismo para Sergipe. Poderíamos fazer uma combinação? Fazer um em Sergipe e um na Bahia?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Podemos sim, claro.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Poderíamos fazer então o da educação, ciência e tecnologia. Acho que cultura também.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Educação, ciência e tecnologia e cultura na Bahia porque esses temas também têm a ver com turismo. Educação na área da hospitalidade, da qualificação; a cultura tem profunda ligação com o turismo. Por isso que eu tentei puxar o turismo, que hoje é a principal porta de entrada para o Nordeste, que é a Bahia. Mas, podemos negociar, mas acho que, na Bahia, podemos fazer com este conteúdo mais amplo: turismo, cultura. Os dois juntos. Porque, na verdade, a discussão sobre educação pretende uma discussão mais ampla.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Deixe-me dar uma sugestão aqui. Creio que esses problemas todos vão terminar tendo escolha, pela importância dos temas. Qual é o lado bom? Em tese, a ideia de podermos convidar sempre o Fórum dos Governadores, o fórum das Bancadas na Câmara e no Senado, a representação das entidades dos prefeitos na região, dos empresários e dos trabalhadores. Então, a ideia é de que possamos ter nesses temas, é claro, mais as áreas do governo. Se vamos discutir um tema, como educação, ciência, tecnologia e cultura, nós vamos convidar o Ministro da Educação, Ministro da Ciência e Tecnologia, da Cultura, enfim, para tratar desse tema, além dos diversos atores: o fórum dos secretários de educação do Nordeste, o fórum dos secretários dessa área da ciência e tecnologia.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Podemos colocar ciência e tecnologia e educação. Eu cedo turismo para Sergipe. Nós colocamos educação na Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – O.k. Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, nossa Senadora, nosso Senador...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Desculpe-me, mas, antes que a Senadora saia, gostaria de dizer o seguinte: nós já havíamos aprovado, mas eu queria apenas sacramentar, como se diz. No evento na região onde vamos trabalhar, um parlamentar da região será o coordenador do fórum, ou os parlamentares da Comissão – há um Estado apenas que tem dois parlamentares; parece-me que é Sergipe. Vai uma equipe técnica e, com ela, o parlamentar vai ajudar na produção desse relatório e ajudar na organização do evento no seu Estado. Combinado assim?

Então, vamos convidar todos os parlamentares do Estado, tanto da Bancada federal quanto estadual, mas o parlamentar que é da Comissão irá nos ajudar nessa coordenação.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada. Eu gostaria só de pedir desculpas, porque eu tenho que me afastar. Mas é porque estamos lançando a Subcomissão da Mulher, e eu não posso deixar de participar.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Compreendemos. Obrigado e agradeço aqui a sua colaboração.

Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, eu quero começar registrando o êxito da reunião que V. Exª coordenou junto ao Ministério da Integração Nacional. Após aquela audiência, em que boa parte dos membros dessa Comissão esteve presente, surgiram algumas preocupações.

A primeira delas diz respeito à agenda que o Executivo está desenvolvendo na região Nordeste, que já é parte do PAC1, que amplia com o PAC2, e que teremos que ter uma complementação no PPA. E essa agenda é comum para a região Nordeste, mas com uma série de ações específicas em cada Estado. Uma das preocupações, como V. Exª presenciou do Ministro, é que nós poderíamos caminhar num determinado sentido que não tivesse uma identidade com o planejamento que o Executivo está fazendo para a região, e isso poderia trazer ações que não se somariam e não teriam retorno em que se está planejando. Vou deixar como reflexão, porque já andamos muito na nossa pauta, mas acho que não seria razoável termos, em cada Estado, na parte primeira do seminário, uma agenda comum dos nove Estados, mostrando o que nós já temos no PAC1, no PAC2 e as ações que estão sendo feitas para aquele Estado e, em seguida, aprofundar o debate para fazermos inclusão de complementos no PPA e no orçamento de 2012, com um tema específico. Ou seja, nós, de certa forma, atenderíamos ao anseio de cada Estado, que é um tema específico, mas, se fosse possível, deveríamos ter uma radiografia do

PAC1 e do PAC2, junto ao Ministério do Planejamento – a coordenadora do PAC hoje é a nossa Ministra do Planejamento – com a participação do Ministério da Integração Nacional, de maneira que a assessoria da Comissão, se V. Exª e o Plenário assim concordarem, fizesse um pequeno adendo naquilo que já havíamos encaminhado no sentido de que tivéssemos um detalhamento de todas as ações que o Governo Federal está executando na região Nordeste, o que é comum, e em cada Estado específico, e esta seria a primeira parte da audiência pública. Em seguida, teríamos...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Desculpe-me, mas, primeiro, haveria uma apresentação geral...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – ...que pode ser feita por V. Exª ou por alguém, se o Ministério do Planejamento assim designar. E nos seria apresentado, lá na audiência pública, o que está no PAC1, no PAC2 e o que está sendo encaminhado para que a comunidade e os atores sociais ali presentes já tivessem uma noção mais clara de como o Executivo está planejando. E é evidente que essas ações já são frutos do encontro dos governadores, das audiências que foram feitas com os prefeitos na construção do PAC 2 no final do ano passado no encaminhamento das entidades regionais.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – A pergunta que faço é: isso seria, pelo que tínhamos encaminhado, por exemplo, no tema da infraestrutura, a apresentação setorial da parte de infraestrutura do PAC. Isso seria apresentado antes do evento a todo o Nordeste – para o Brasil, mas, de um modo mais forte, para o Nordeste. Claro que o PAC também tem outra parte que não é de infraestrutura. Na discussão do tema social, por exemplo, teríamos a apresentação também da parte relacionada á educação, a outras áreas. Ou seria em todos os Estados?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Estou fazendo essa ponderação, porque fui o relator geral do Orçamento de 2008 e, por conta da Resolução nº 1, visitamos 17 Estados, fazendo audiências públicas nas Assembleias Legislativas. Estive lá na nossa Paraíba, inclusive no auditório da Federação da Indústria, onde ocorreu o debate. E ali os vários setores da sociedade presente faziam, desde a Assembleia Legislativa até os vários atores sociais, todo o levantamento das suas preocupações. E nós cometemos um erro naquela condução porque o relator geral não tinha levado a discussão que já estava no PAC1. Tínhamos lançado o PAC1 em fevereiro de 2007, como sabe V. Exª, e começamos a fazer as audiências públicas em setembro/outubro/novembro de 2007. Terminou havendo, então, um processo repetitivo. Boa parte das sugestões das emendas, das proposições estavam contempladas no PAC1, porque é natural que essas preocupações que vêm da Associação dos Prefeitos, que vêm do setor produtivo, que vêm das entidades de trabalhadores, que vêm das entidades de trabalhadores, que vêm do terceiro setor, que vêm da Assembléia Legislativa têm uma presença muito forte nesse tipo de evento. Terminou que boa parte já estava contemplado no PAC. Então, essas preocupações – no final de semana estive lendo uma série de materiais do relatório geral do Orçamento de 2008, em que coordenamos essas 17 audiências públicas em 17 Estados da Federação – vieram à tona depois dessa leitura. Sou franco a V. Exª: eu tinha uma visão de como conduzir, vinha trabalhando nesse sentido, mas, após a audiência da quinta-feira, quando o Ministro nos levantou uma série de dados e refletindo o que nós havíamos feito em 2007, passei a pensar que, se nós fizéssemos um encaminhamento que pudesse contemplar parte dessas preocupações a audiência pública, seria mais produtivo.

Portanto, deixo como sugestão – não é para deliberar, mas apenas para refletir – que fizéssemos o seminário em que, na primeira parte, fosse feita uma apresentação das ações comuns na região Nordeste que têm impacto naquela unidade da federação, e, em seguida, as ações específicas do PAC1 e 2 naquela unidade da federação...

O SR.VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Um adendo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Com o maior prazer.

O SR.VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – O Senador Pimentel já fez o aperfeiçoamento da sua primeira e bela sugestão, que é fazer um tema na primeira parte mais geral, mas dentro do Nordeste, com as ações do PAC1 e PAC2.

Como sugestão para aperfeiçoar: o Governo edita a cada 3 ou 4 meses o balanço do PAC. e existe uma cartilha que todo Estado recebe em que estão relacionadas todas as obras em andamento e o estágio de cada uma. Esse trabalho de apresentação do Senador Pimentel...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Com isso, nós faríamos o acompanhamento de todas as obras do PAC, naquele Estado, quem sabe, visitando algumas.

O SR.VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – A cartilha já contempla isso. Ele tem muita razão e trouxe uma preocupação como Relator do orçamento, e eu acolho essa preocupação como Presidente da CMO, hoje. Exatamente, na hora em que se for fazer as audiências públicas, cumprindo a Resolução nº 1, que não haja superposição de demandas de propostas

quando elas já tiverem sido contempladas no PAC1 ou estiverem para ser contempladas no PAC2. Se nós levássemos um técnico do planejamento, que trabalha com a Belchior, com as cartilhas, faremos, na primeira fase, um estudo mais amplo e, depois, voltaríamos para o tema principal; no caso da Paraíba, infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Qual foi o formato que eu tinha apresentado na anterior? Acho que realmente procede a sugestão, até pela missão que nós nos comprometemos com o Ministro. Vejam: vamos ao Estado do Ceará.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – No Estado do Ceará, fui ouvir a Assembleia Legislativa e foi sugerido recursos hídricos por conta do Programa Água para Todos que, no nosso Estado...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Que vai dar confronto, mas eu compreendo. *(Risos.)*

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – O que representa isso no Estado do Ceará, que é o coração do semiárido?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – A nossa proposta, eu estava aqui me informando, é aquela ideia da erradicação da miséria com o Programa Água para Todos, lá para o Piauí.

O que nós tínhamos acertado é mais ou menos o seguinte – o desenho dos eventos : vamos a um Estado e vamos ter, ali, um tema desse específico. Antes de irmos ao Estado, vamos encaminhar um conjunto de informações que serão colhidas, aqui, do trabalho do Etene, da Sudene, Áridas como V. Exª mesmo sugeriu, e acho que convém, também, uma atualização do PAC.

Então, na abertura do encontro, alguém da União pode fazer uma apresentação – eu o que estou compreendendo aqui, porque já estava previsto que alguém do Estado, o governador ou alguém indicado por ele, faria uma apresentação do plano de desenvolvimento do seu Estado dentro do plano de desenvolvimento do Nordeste, dentro do Plano de Desenvolvimento Nacional. Nesse ponto aí, imagino que, além de termos todos que vamos nos deslocar para cada Estado uma visão de cada Estado do Plano de Desenvolvimento, ou seja, quais as rodovias que eles defendem, quais as ferrovias, hidrovias, quais as soluções para a água, qual o potencial; fazer um roteiro de algumas coisas que não se pode deixar de ser acrescidas.

Então eu acho que está correta a ideia para que esta Comissão tenha, inclusive, parâmetro para acompanhamento... Nós não vamos poder visitar todas as obras do PAC; se tivermos num Estado de uma apresentação do estágio, de quais são as obras, como é que elas estão e, a partir daí, se pudermos ouvir o nível local sobre a sua compreensão do que ficou de fora, do que tem de impacto, acho que é importante.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Por exemplo, o Ministro já nos informou de que no PAC2, os perímetros irrigados da Codevasf estão todos contemplados à sua reestruturação. Mas do Dnocs não tem nenhum, e temos 300 mil hectares irrigados do Dnocs na sua área de abrangência. Enquanto isso, estamos construindo novos perímetros e, com esses, algo em torno de 40%, são produtivos, e 60% estão abandonados.

Então, necessariamente, nós vamos ter que ter uma ação para recuperar os perímetros irrigados do Dnocs. Aliás, por falar nisso, eles estão propondo agora plantar capim para criar gado, porque está totalmente abandonado. Vejam a que ponto chegou: você investe, em média, US$20 mil por hectare, para transformar um perímetro em irrigado para, depois, deixar abandonado.

Essas coisas, depois é que veremos o que é mais necessário.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Compreendendo aqui a proposta, nós teremos então a seguinte formatação, Senador Pimentel, para os eventos.

Na abertura, nós teremos uma apresentação por um representante da União – vamos buscar, junto ao Ministério do Planejamento e da integração Nacional, pelo que estou compreendendo, para fazer uma apresentação sobre o andamento das obras do PAC, naquele Estado, e outras informações importantes do Governo Federal.

Em seguida, nós teremos uma apresentação pelo representante daquele Estado, ou o Governador ou alguém indicado por ele, que fará uma apresentação do Plano de Desenvolvimento para aquele Estado, e inserido no Plano de Desenvolvimento do Nordeste e Nacional.

Bom, em terceiro, a gente entra no tema específico. Certo?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Combinado.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PT – PB) – Sr. Presidente, a data é outro tema relevante, vamos acertar aqui, agora.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Então, vamos colocar em votação.

Colocamos em votação essa sistemática. (*Pausa.*)

Aprovada.

Antes de entrarmos nas datas, quero apresentar também, para a gente formalizar, que a Comissão vai encaminhar aos órgãos do Nordeste, que atuam no

Nordeste, não só os que são específicos do Nordeste como Sudene, Banco do Nordeste, Codevasf, Dnocs, mas também Banco do Brasil, Caixa Econômica, Chesf, etc., vários atores que atuam no Nordeste, para que possam designar representantes, e nós vamos pedir o apoio também desses órgãos no sentido de nos ajudar na organização e até no custeio do evento. Assim, nós vamos precisar de fazer uma cobertura do evento, ajudar a ter as equipes técnicas de acompanhamento para os temas.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Os espaços físicos, porque muitas vezes o espaço das Assembleias é pequeno, e aí nós utilizamos auditórios, ou das federações das indústrias, ou da Sudene, no caso de Recife; do BNB, no caso do Ceará, e outros. Vai-se construindo. O próprio Estado, às vezes, também tem auditório.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – O.k. Então, pelo que estou entendendo aqui, o Ceará, então, está propondo o Programa Água para Todos.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Vamos colocar recursos hídricos, porque aí nos permite fazer a discussão de adubação e a questão do Dnocs, que para nós...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Quero só dizer que eu captei lá na informação, tanto com a Presidente como com o Ministro, que a ideia do programa Água para Todos agora é pensando em consumo humano, consumo animal e produção. Aí podemos trabalhar. Recursos hídricos, com o programa, quem sabe se ela não vai lançar lá o programa Água para Todos.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Seria uma boa oportunidade.

Segunda coisa, Presidente. Nas audiências que nós fizemos, em 2007, quando nós fazíamos, às segundas-feiras, tanto a bancada federal, como a Assembleia Legislativa, a bancada estadual, tinha uma forte presença, e os prefeitos, através de sua entidade e uma série de outros prefeitos: o movimento sindical e o movimento empreendedor, empresarial. Quando nós fazíamos na sexta-feira, era basicamente os membros da comissão que se deslocavam e um ou outro que era escalado para ficar presente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Então qual é a data adequada?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Então o dia, a experiência que eu tive, em 2007, é a segunda-feira o melhor dia. E a imprensa? A imprensa, na sexta-feira, além de fechar a pauta mais cedo, está voltada para a parte de esporte, de cultura e atividades mais nesse âmbito, no sábado e no domingo. Quando chegava na segunda-feira, já era matéria fria, basicamente não aparecia.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Está vendo, Genésio?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Quando nós fazíamos na segunda-feira, já tinha toda a agenda do final de semana, os efeitos do que tinha acontecido, no final de semana, já registrado na segunda-feira, e a pauta ficava, a semana toda, com repercussão nas câmaras de vereadores e na Assembleia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Eu sabia do seu doutorado em previdência, mas eu não sabia desse em comunicação.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – É a vida, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Eu quero aqui, então, que tenhamos a segunda-feira como a data para os eventos...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – E para nós isso é uma vantagem, porque nos planejamos para nos deslocar. Deslocamo-nos no domingo à noite, não perde nenhuma atividade, a família reclama menos, porque pelo menos almoçamos com ela no domingo e, na segunda-feira, no final do dia, volta para Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Muito bem. Então vejamos aqui. Nós vamos colocar o dia de segunda-feira como o dia para trabalharmos essas agendas. Tem mais, então, aqui: nós precisamos, então, já ver as sugestões das primeiras datas para começarmos a organizar. Como alguns Estados não estão aqui presentes, Rio Grande do Norte, Alagoas, eu quero conversar aqui com o nosso Presidente Benedito de Lira para ver como organizar a agenda lá de Alagoas, conversar também, enfim, com outros Senadores do Maranhão, dos outros Estados. Mas aqui, pelo que compreendi, nós temos o tema da infraestrutura a ser trabalhado na Paraíba. O tema, pela sugestão, está colocado aqui, esse tema do programa da, o tema dos recursos hídricos no Ceará. Então, prefiro dar uma consultada aqui, porque me lembraram aqui há pouco de uma conversa posterior que tivemos que era exatamente trabalhar esse tema da erradicação da miséria, no qual estava incluído essa coisa do Programa Água para Todos. Mas fica, no Ceará, essa discussão dos recursos hídricos, que eu vou tratar, então, com o Senador Ciro, porque ele tinha colocado aqui o da aviação regional.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Presidente, eu tenho uma leitura de que, nas ações do PAC2 do Governo Federal, o grande foco da Região Nordeste, além do que já está posto vai ser a erradicação da miséria...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – E o Água para Todos. São os dois grandes temas.

Há aqui o pleito da Bahia, da educação, ciência, tecnologia e cultura, e de Sergipe, na área do turismo. Então, creio que nós já podemos ver sugestões de datas. Na próxima semana, já será Semana Santa.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Presidente, se nós pudermos começar em maio, seria mais razoável, por sugestão do próprio Ministro da Integração.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Já estão prontos esses projetos, não é isso?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Porque a previsão do Água para Todos está sendo formatada até o final de abril, e nós teríamos um conteúdo maior.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Então nós temos aqui: 2 de maio, 9 de maio, 16 de maio, 23 de maio e 30 de maio.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Seria melhor dia 9. Porque dia 2 é logo após o Dia do Trabalho. E nós deveríamos, Presidente, começar por Alagoas, em homenagem ao nosso Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Excelente.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PT – PB) – Um adendo, Sr. Presidente. Concordo em iniciar no dia 9 e também concordo em iniciar na terra dos marechais, de Benedito de Lira, também pelo fato de, até o dia 9, com reuniões de audiências públicas marcadas por V. Exª, nós teremos oitivas de dezenas de autoridades que têm, de uma forma ou de outra, planejamentos para o Nordeste.

V. Exª já disse que vai convidar o Guilherme Rebouças, do Planejamento, o pessoal do Etene. E eu gostaria de incluir nesses convites uma entidade que existe na Paraíba de forma pioneira e que agora está se implantando, que é o Instituto Nacional do Semiárido, o Isa.

No dia 9, a meu ver, nós já teríamos esses estudos feitos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Nós conseguimos fazer um evento desses por semana?

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PT – PB) – Não. Acho que de 15 em 15 dias; dois por mês

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Dois por mês.

Deixe eu dizer que a primeira sugestão é de fazer em Alagoas.

Vou tratar aqui com o Senador Benedito de Lira. Mas pelo que conversei com S. Exª , com o Renan e com o próprio governador, eles é que estão puxando a discussão desse tema do desequilíbrio fiscal regional dos Estados. Creio que é um tema para o qual poderíamos convidar o Ministro da Fazenda, Secretário da Receita, Ministro do Planejamento, entidades dos prefeitos. Dá um bom debate para começarmos os trabalhos.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, eu acho que deveríamos ter como meta terminar as nossas audiências públicas próximo da Comissão Mista do Orçamento, quando eles estivessem abrindo os prazos para emendas ao Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Então, teremos que trabalhar onze temas. Se nós trabalharmos apenas dois por mês, levaremos seis meses.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Como o nosso Presidente da Comissão Mista do Orçamento é um forte membro desta Comissão, as coisas facilitam.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Então, deixe-me ver, pela sua experiência em relação à Comissão de Orçamento.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – A previsão nossa é de que as emendas se darão na primeira semana de novembro.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Então dá. Se nós trabalharmos os onze eventos a partir de maio, nós vamos terminar em outubro, ou começo de novembro. E fazendo em julho.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Tive uma companheira deputada federal, na legislatura de 1999, 2002. Ela resolveu montar uma agenda acompanhando muitos eventos fora do Estado. Aí, quando ela voltou em 2002 para fazer campanha, poucas pessoas se lembravam dela. Por isso, esse intervalo de quinze dias é razoável, para ficarmos, pelo menos, um final de semana no Estado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Vamos lá. Uma outra coisa é, nesse formato, queria propor o seguinte: que pudéssemos, na visita ao Estado, se pudermos combinar, faremos um evento que certamente vai ter atividade pela manhã e à tarde. E aí, a pergunta que faço é: havendo a possibilidade, em algum local próximo ao evento, poderíamos visitar alguma obra do PAC, ou na capital, onde for possível.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Outra experiência dessas audiências públicas que fizemos, do orçamento. Começávamos às 9h e íamos até às 13h. Quando saíamos para o almoço e voltávamos à tarde, só voltávamos nós, da mesa diretora dos trabalhos. Então, é preferível emendarmos direto. Coloca-se, num cantinho, um cafezinho com bolachinhas, uma tapioca da nossa região, para que pegássemos direto.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Deixe-me ver aqui. Se começarmos às 8h30,

podemos ir até as 14 horas, e teremos um bom trabalho. Pode ser assim?

Porque, na verdade, são três mesas de mais ou menos uma hora e meia, duas horas, cada uma. Creio que é possível.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Nós poderíamos pedir para as três apresentações serem diretas, com trinta minutos para cada uma, o que levará uma hora e meia. Depois, teremos uma minuta de preenchimento para aqueles que já querem fazer as propostas por escrito, e aí a Comissão Mista de Orçamento já tem muito material sobre isso, que foi desenvolvido ao longo do tempo. E as entidades, você pode liberar na página aqui do Senado parte desse material, ou na Assembleia Legislativa, ou na Secretaria de Planejamento, de maneira que, quando chegarmos, boa parte do que vai ser proposto eles já terão desenvolvido, elaborado, e nos entregam.

Portanto, essa é a experiência que tivemos na Comissão Mista de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Parabéns, isso é importantíssimo.

Então, vamos lá. Vamos ver se fechamos essa outra etapa para sistematizar.

Convidamos para o evento, de 8h30 às 14h. Porque, você chega ao Estado, há aqueles programas de entrevista pela manhã. Mas, às 8h30, eu acho que dá para começar.

E temos a honra de receber aqui a região Norte, nosso Senador João Pedro. Vamos lançar lá o programa, se bem que eles estão com problema de água também agora.

Então, será de 8h30 às 14h. Há também aqui a proposta de que tenhamos, na primeira fase, já na mesa de abertura, as apresentações, ou seja, a apresentação da União, a apresentação do Governo do Estado. Se o Ministro da Integração comparecer ele faz a apresentação da região. E o objetivo, então, do trabalho é, primeiro, recebermos propostas de desenvolvimento sob a ótica daquele Estado dentro da divisão de um desenvolvimento do Nordeste, integrado com o desenvolvimento nacional e mundial.

Segundo, trabalharmos, a partir do momento das apresentações, o momento do debate, em que o setor público e o setor privado fazem aí as suas considerações. Quero apenas acrescentar, para não ficar uma coisa só do Poder Público, que possamos organizar, já na fase do debate, a apresentação da visão do setor empresarial, a visão do setor dos trabalhadores. Essas entidades que são colocadas aqui. Uma entidade dos trabalhadores, pode ser uma entidade de cooperativa, pode ser um entidade de empreendedores, de pequenas empresas, enfim, e junto com isso, creio também ser importante, de algumas entidades intelectuais, das universidades, enfim de termos, também uma forma organizada de incentivar para ouvir, também, esses setores durante a audiência. O mais são as inscrições e estimular a apresentação, correto?

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Uma das preocupações, já que nós vamos ter de tempo útil, de 9h às 14h, é exatamente dar dinâmica e disciplina à reunião.

O SR.PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Então, nós vamos trabalhar a cobertura do evento valorizando...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Presidente, essa questão de abrir a fala, acho que deveremos ter. Agora, vamos priorizar a apresentação por escrito e abrir a fala para quem apresentou por escrito.

Por que isso? Porque quem apresenta por escrito, obrigatoriamente reuniu um núcleo para discutir. Quando você abre o discurso aberto...

O SR.PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – São ideias soltas.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – ... uma parte tem a ver com o evento, a outra parte você compreende como são essas doisas.

O SR.PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Compreendo, compreendo.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – E principalmente quando estamos em um processo pré-eleitoral, municipal, aí terminam essas coisas vindo com muito mais intensidade.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT– PI) – Compreendido ele, e a Comissão.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Então acho que deveríamos ...

O SR.PRESIDENTE (Wellington Dias – Bloco/PT– PI) – Estimular a apresentação de propostas por escrito ...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Por escrito, e quem apresentar por escrito ... ,

O SR.PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – ...terá um tempo para apresentação, sustentação. Excelente idéia.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Inclusive, Presidente, eu disponibilizo a equipe técnica da Comissão Mista de Orçamento, que já tem uma *expertise* dessas audiências públicas para integrar-se com a nossa Comissão no sentido de formar um esquema único que foi desenvolvido já na época do Pimentel, que deverá ser desenvolvido, foi aprimorado ao longo desse tempo.

Então fica, em temos técnicos, uma parceria entre a CMO e a Comissão de Desenvolvimento do Nordeste.

O SR.PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Excelente.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Quero aproveitar aqui para dizer que a CMO desenvolveu, à época, uma página que traz toda a discussão do que ali acontece e muita coisa do que aqui estamos apresentando. E sei lá, eles ativam essa página logo que apresentadas as propostas. Então nós poderíamos pegar uma carona com eles com o que já está pronto lá.

O SR.PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Então, veja só, como aqui tudo funciona na base da formalidade, também vou encaminhar aqui a aprovação dessa parceria com a Comissão Mista de Orçamento, no sentido de termos esse apoio técnico

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Aí, firmada a formalidade, envolvem as consultorias da Casa que são extraordinárias.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – E é excelente porque também nós já temos, vamos dizer assim, o andamento das prioridades lá no PPA, na LDO e no Orçamento.

Então, os favoráveis, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, então, esse encaminhamento.

Quero ainda sugerir o seguinte: para efeito da cobertura do evento, a ideia é priorizamos uma relação com um conjunto de órgãos de divulgação, desde os meios de comunicação locais, em cada Estado, essas agências, revistas que existem também na região, fazendo uma interface com os meios de comunicação nacional, para que tenhamos a busca, também, do apoio dos órgãos governamentais, das empresas, das entidades, enfim, que possam apoiar o evento. Nós vamos pedir, inclusive, para que possam apresentar um plano de acompanhamento, assim como há um plano na organização da gestão do evento, do ponto de vista da sua formatação também, para que possamos dar toda a visibilidade. E aqui acho que podemos encaminhar também à área de comunicação do Senado para vermos também a cobertura pelas suas entidades.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Pelo sistema de comunicação do Senado. E um terreno fértil para que esta Comissão possa desenvolver dentro do ideal que sonhamos, e todas essas decisões que tomamos hoje, é para pensar o Nordeste de forma diferente, avançada. Eu vejo que se o Senado comanda esse processo, ele, de certa forma, despartidariza e despolitiza, já que temos um tempo de mandato diferente de um deputado, e nós, ou a maioria, não estamos envolvidos diretamente nas eleições municipais. Então, esta Comissão pode ter muita facilidade de envolver, por exemplo, a mídia, de envolver os sistemas de comunicações dos Estados, porque ele, Senado, já é a própria essência do Estado, da representação política do Estado. Então estou muito bem impressionado com o ritmo e com o andamento das nossas decisões.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Então, para que possamos dar seguimento, para encaminhar também à direção do Senado, ao Diretor de Comunicação, Fernando César Mesquita, o pedido do apoio logístico no sistema de comunicação do Senado, para que façamos esse plano com as áreas de comunicação do setor privado, priorizando o nível local e regional nessa interface com os meios de comunicação de âmbito nacional.

Aprovado? *(Pausa.)*

Muito bem.

Para encerrar, eu queria sugerir que já pudéssemos definir as primeiras datas. Houve essa sugestão de abrirmos com Alagoas, dia 2 e dia 9. Acho que vale a pena, na abertura desses trabalhamos, fazermos um convite especial ao Presidente da Casa, que é do Nordeste, o Senador Sarney, ver se ele pode comparecer a esse evento, para que possamos direcionar um convite para S. Exª. Fazermos um convite às Comissões que fazem interface com o tema, e, caso o Presidente da Comissão de Infraestrutura não puder comparecer, que designe um representante...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Presidente, se a intenção é convidar o Presidente do Senado para estar na abertura, acho que o primeiro deveria ser o Maranhão. E o segundo seria Alagoas.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – É verdade. Quando escolhemos Alagoas como o primeiro Estado a se fazer o evento foi em homenagem ao Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, Benedito de Lira. Como V. Exª sugere, e é oportuno o convite ao nosso Presidente José Sarney, entendo, como o Senador Pimentel, que devemos fazer dia 9 no Maranhão e 15 dias depois em Alagoas.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Quem nós temos como parlamentar do Maranhão nesta Comissão, para vermos o tema? Lá eu tinha sugerido tratar do tema da bacia do Parnaíba, porque eles querem incluir inclusive do rio Itapecuru também. Quem está aqui da Comissão do Desenvolvimento? O Lobão Filho.

E chegando aqui o nosso sergipano.

Senador Valadares, estamos tratando dos eventos regionais. Em Sergipe, numa proposta do Senador Amorim, foi levantado o tema turismo. O formato vai ser, primeiro, uma apresentação do plano de desenvolvimento, um pouco do nacional e do regional, mas focando naquele Estado, relacionado principalmente

ao PAC, pela União – o Ministro do Planejamento ou alguém –; o Governador do Estado faz uma apresentação do plano de desenvolvimento para aquele Estado do que já está em andamento e do que está sendo, em obras de infraestrutura, em programas, enfim, para o desenvolvimento; e um tema outro em que se trabalha de modo mais específico, pensando no Nordeste. Nesse caso, nós estamos trabalhando os temas. No Ceará, estamos tirando o tema dos recursos hídricos; na Paraíba, o tema da infraestrutura; em Sergipe, o Senador Amorim tinha apresentado o tema do turismo.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu acho que realmente o turismo, Presidente, é um mecanismo importante para gerar emprego e renda. Agora, há um projeto lá em formatação, no Ministério da Integração, que tem o apoio do Governo do Estado, que é o Canal de Xingó. É um canal que visa a atender milhares de agricultores, na área da irrigação.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Tem a ver com a bacia do…

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – É aproveitamento dos recursos hídricos do rio... Não podiam ser os dois temas, não? Turismo e Canal de Xingó?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Na verdade, com esse desenho de que a palestra, no primeiro momento, tem a apresentação do PAC, das ações do Governo Federal; no segundo momento, das ações do Governo; no terceiro momento, do tema específico, vai ser contemplado, não tenha dúvida.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – O Ministério da Integração tem interesse em implementar esse projeto lá. Eu já recebi uma comunicação do Ministro, Presidente, de que, assim como Alagoas tem um grande projeto voltado para essa mesma área de irrigação, Sergipe seria contemplado com o Canal de Xingó. É uma obra de mais ou menos R$1 bilhão.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Tudo bem. Então, fica aqui a observação para ver esse tema do Xingó...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Como incluir esse tema, não é?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Isso, exato.

O que eu quero sugerir, para encerrarmos, Senador José Pimentel: trabalharmos com o Senador Benedito de Lira e o Senador Sarney...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Quem é o primeiro e quem é o segundo.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Quem é o primeiro e quem é o segundo. Fica a sugestão do dia 9 e do dia 23, as duas datas primeiras para organizar. Já, em seguida, o dia 6 e o dia 27 de junho.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Esse último aí...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Por causa das festas juninas?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – É.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Podem ser 6 e 13 de junho também.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Acho que é melhor 6 e 13.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Então, 6 e 13 de junho, como data a ser colocada.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Corpus Christi, quando vai ser?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – No dia 20.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Então, será no dia 13.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Será na semana anterior.

Eu já queria acrescentar aqui os dias 4 e 11 de julho, antes do recesso, porque, é no dia 15 e, aí, não tem para onde correr.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Fortaleza, eu queria deixar para agosto.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – No Ceará...

Estou aqui sugerindo as datas para negociarmos com cada Estado.

Então, em agosto, temos os primeiros dois finais de semana de feriado aqui, 1 e 8. Então, sobrariam 15 e 29.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Começam os trabalhos no dia 15...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT– PI) – Dias 15 e 29.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Vamos para 15.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – É bom mesmo que tenhamos um tempo aqui, no começo dos trabalhos, para organizar.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Em 15 de agosto, colocamos Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Deixe eu apresentar as outras datas, para facilitar o trabalho.

Então, teríamos, em setembro, dias 5 e 19; em outubro, dias 10 e 24. O.k.? Então, são essas as datas.

Aprovado, então, esse calendário, nada mais havendo a tratar, agradecendo a importante contribuição do Senador Pimentel por sua experiência também já em trabalhos semelhantes, declaro encerrados os trabalhos.

Obrigado.

(Levanta-se a Reunião às 11 horas e 14 minutos.)

ATA DA QUARTA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE, CRIADA POR MEIO DO RDR Nº 02, DE 2011, COM A FINALIDADE DE "TRATAR DAS POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO NORDESTE", DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM DEZENOVE DE ABRIL DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 11 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 13 DA ALA ALEXANDRE COSTA.

Às onze horas do dia dezenove de abril do ano de dois mil e onze, na Sala de Reuniões número treze da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Wellington Dias, reúne-se a Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste com a presença dos Senadores Lídice da Mata, Eduardo Amorim, Vital do Rêgo e José Pimentel. A presidência registra a presença do Senador Marcelo Crivella e do Deputado Júlio César. Deixa de comparecer a Senadora Maria do Carmo Alves. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente divulgada, a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública em atendimento ao Requerimento nº 04/2011-CDRDN, de autoria dos Senadores Lídice da Mata, Wellington Dias e Vital do Rêgo, respectivamente, com o objetivo de "apresentar o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste – PRDNE". Antes de iniciar a Audiência, usa da palavra o Senador Vital do Rêgo para registrar homenagem de pesar ao geólogo Aldo Rebouças, nos termos do art.14, IX do RISF. A Audiência Pública é realizada com a presença do senhor Guilherme Rebouças, Diretor de Planejamento e Articulação de Políticas da SUDENE. Após a exposição do convidado, usam da palavra os Senadores José Pimentel, Lídice da Mata, Eduardo Amorim, Marcelo Crivella, o Deputado Júlio César, e, com a anuência do Presidente da Subcomissão, o Senhor Mário Antônio Borba, Presidente do Conselho Deliberativo Estadual do SEBRAE/PB. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e quatro minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Wellington Dias,** Presidente da Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste – CDRDN.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Bom dia. Bom dia, gente. Na minha terra aprendi que bom dia é um desejo de ter um bom dia mesmo.

Eu quero começar os trabalhos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª reunião da Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 3ª Reunião da Subcomissão.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Da pauta. Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 04, de 2011, aprovado em 05 de abril de 2011, com o objetivo de apresentar o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE).

Convidado: Dr. Guilherme Maia Rebouças, a quem agradecemos aqui a presença, Diretor de Planejamento e Articulação de Políticas da Superintendência do Nordeste (Sudene).

Em conformidade com o art. 94, §§ 2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas:

Primeiro, quero convidar o Dr. Rebouças para sentar-se à Mesa. (*Pausa.*)

O convidado fará a sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos. A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição. Os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado.

Como se trata de uma audiência com um apresentador, para que tenha as condições, a gente coloca no tempo regimental, normalmente de quinze a vinte minutos, mas deixamos bem a vontade para uma boa apresentação.

Assim, concedo a palavra ao Dr. Guilherme Rebouças para fazer sua explanação.

O SR. GUILHERME MAIA REBOUÇAS – Muito bom dia a todos.

Queria agradecer a esta Comissão o convite para vir aqui explanar um pouco o nosso trabalho no Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste.

Como dizia há pouco, acho que esta Casa é a casa muito apropriada para o debate sobre o Plano Regional. Uma casa que reúne os Estados e tem aqui os seus representantes. Todos em busca de consensos, em busca de firmar pactos federativos, acordos para que a gente faça avançar essa federação e um Plano Regional, em sua essência, um instrumento de pactuação interfederativa importante.

Eu gostaria de pedir licença, Senador, para fazer aqui o registro, antes de iniciar a minha fala, que ontem faleceu Aldo Rebouças, meu tio, geólogo. Foi um dos pesquisadores que avançou na questão de águas subterrâneas no Brasil, é uma autoridade mundial sobre o assunto, tem livros publicados, artigos nas melhores revistas e teve uma carreira profissional absolutamente brilhante e muito vinculada à causa do Nordeste. Ele esteve sempre.

Ele chegou a trabalhar na missão francesa nos idos dos anos 50 e 60 na Sudene, aprofundando o conceito de bacias hidrográficas e, mais tarde, foi para a USP, mas continuou sempre nesse foco das águas doces e tem um livro chamado *Águas Doces do Brasil* e que acho que é de muita relevância para o entendimento.

Então, aproveitando que estou aqui na Comissão de Desenvolvimento do Nordeste, tendo ele essa vida tão ligada à questão nordestina, achei que seria apropriado fazer aqui esse tão ligada à questão nordestina, achei que seria apropriado fazer aqui esse registro.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Permita-me só dizer que tive o privilégio de conhecer o Aldo Rebouças – eu, o Pimentel e outros líderes. Inclusive destaco que ele fez um alerta, para o qual o Brasil ainda hoje não acordou, sobre os mares subterrâneos – digo isso porque também no Estado do Piauí nós temos grandes lençóis freáticos –, um alerta para o perigo da contaminação de lagos de água doce subterrâneos. Uma frase dele: nós ainda nem aprendemos a usar com o devido cuidado as águas de superfície e já estamos arriscando estragar as águas de subsolo. Por conta de que alguns lençóis têm presença de enxofre e outras substâncias, e dependendo da forma como se perfuram poços em várias regiões do Brasil, é possível que uma base de reserva de água contaminada dessa possa contaminar outras bases.

Então, queria registrar aqui e também manifestar minha solidariedade aqui, pela Comissão, pelo Senado Federal.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem, interrompendo a exposição do Dr. Guilherme...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Pois não.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – ...até porque ela ainda não se iniciou em virtude de um fato de força maior, profundamente lamentável, que o Dr. Guilherme traz à Comissão. Inobstante a condição de afilhado, sobrinho do Dr. Aldo, todos nós da Comissão conhecemos quem é ligado às coisas do Nordeste e, principalmente, à nossa luta por vida, que é a água, não se pode deixar de inserir o trabalho, a dedicação, a forma com que ele traduziu a sua vida na luta por uma gota a mais de água doce para tantos quantos de nós que vivemos o problema da seca.

Por isso, Sr. Presidente, na forma verbal, falando também pelo Senador Pimentel, queria pedir a V. Exª que insira nos Anais um voto de saudade, prestando uma homenagem em memória a esse que é, sem dúvida alguma – e vai continuar sendo, porque sua obra é imortal –, a maior autoridade em água doce da nossa região e, sem dúvida alguma, uma das maiores do mundo. Faço esse requerimento verbal e peço a V. Exª que insira nos Anais.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Nós acatamos, encaminhamos à Secretaria e pedimos as providências para ser oficializado. Obrigado.

Com a palavra o Dr. Guilherme Maia Rebouças.

O SR. GUILHERME MAIA REBOUÇAS – Eu queria, antes de passarmos para o primeiro slide, fazer algumas considerações, alguns condicionantes que ajudam a entender o formato e a profundidade das questões aqui levantadas no Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste.

Este trabalho de elaborar um Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste, ainda que seja uma obrigação legal – esse é um aspecto que também temos que considerar –, a lei que recriou a Sudene, a Lei Complementar nº 125 determina que esse instrumento, inclusive orientando que ele sirva como base para a elaboração dos planos plurianuais, a lei até chega a elencar alguns objetivos que esse Plano deveria alcançar.

O nosso entendimento é que, mais que uma obrigação normativa, o Plano precisa ser um elemento de mobilização. Portanto, ele não pode ser uma criação da Sudene entre quatro paredes, com seus técnicos, que são muito capazes – é claro –, mas, por mais capazes que sejam, eles não vão conseguir dar conta de captar essa complexidade de interesses de projetos de desenvolvimento que os Estados e os Ministérios têm sobre a região. Então, o Plano não vai aqui esmiuçar

projetos e ações. Nessa fase em que está, ele coloca diretrizes de ação que parecem ser de consenso entre os Estados, os diversos Ministérios, os diversos agentes públicos

Ser diretriz de consenso entre os Estados, entre os diversos ministérios, entre os diversos agentes públicos estabelece, propõe, um modelo de governança para a gestão do Plano, que é um outro desafio, é fazer com que aquela vontade expressa no momento da elaboração dos Planos se traduza em ações efetivamente para a sociedade da região. Por isso precisamos estabelecer um mecanismo de acompanhamento e governança adequado para o Plano. O nosso entendimento é de que esse Plano é realmente um acordo, uma tentativa aqui de chegar aos consensos que avançam.

Acho que a experiência que temos observado no fórum de governadores mostra claramente que há consensos importantes na Região e que eles *per si* são uma pauta substancial para um Plano. Então, acho que devemos apostar neles para andar.

Então, vamos ao nosso primeiro *slide*.

Uma outra característica do Plano é que evitamos diagnósticos excessivos, que há muitos documentos sendo produzidos e não há porque redundar em outro trabalho de um outro diagnóstico. Então, compilamos uma série de documentos importantes, depois eu vou mostrar a vocês que documentos foram esses, e identificamos essas oportunidades nos próximos anos onde se delineia esse caminho do Plano.

Temos à frente um período de crescimento econômico que foi atenuado pela crise, mas, mesmo na crise, o Nordeste continuou com uma performance invejada de crescimento econômico, puxado pelo consumo e, no Nordeste, puxado por grandes investimentos estruturadores, e eu cito o Pecém o Suape, a integração de bacias e uma série de investimentos muitos significativos que também aparecem como segunda oportunidade de grandes investimentos públicos e privados na Região. E aí há uma ênfase na questão da infraestrutura que continua sendo um dos gargalos da Região, vamos ver mais adiante, mas não há duvida de que este movimento que podemos denominar do PAC é um movimento expressivo de retomada dos investimentos públicos na Região.

Temos significativos empates dos programas de transferência de renda aí na ascensão da classe pobre, deixando a condição de estar abaixo da linha da pobreza. E aí tem não só a questão dos programas de transferência, que têm uma relevância especial para o Nordeste onde uma grande parte dos beneficiários do bolsa família estão na Região, mas também a política do aumento do valor real do salário mínimo que tem também impacto grande em uma região cuja remuneração do trabalho formal ainda está muito indexada ainda à questão do salário mínimo.

Nós temos uma oportunidade que acho que talvez seja uma das inovações desse Plano em relação a outros documentos. Nós identificamos a diversidade cultural do Nordeste como uma grande oportunidade, porque não só esse é um ativo que nós temos, mas é um ativo que começa a ter um grande valor de geração de riqueza em uma sociedade do conhecimento. Então, eu acho que o momento torna um ativo que nós temos uma oportunidade sem par.

Na parte agrícola, vemos a ascensão do cerrado nordestino na produção de grãos extremamente competitivo e essa competitividade com as obras de logística na região deve ainda mais promovida. A recuperação da Zona da Mata a partir do etanol, a Zona da Mata que vai do Rio Grande do Norte, mais ou menos, a Sergipe, depende muito fortemente da monocultura de cana e que agora tem uma sobrevida monocultura de cana, que agora tem sobrevida com muitos bons augúrios, porque finalmente temos a oportunidade de ter cana, açúcar, etanol com muita competitividade. É uma coisa importante. A Zona da Mata passou, ao longo dos anos 80 e 90, por uma depressão econômica muito forte com impacto muito significativo na pobreza nos grandes centros da região. Depois temos um setor de serviços também competitivos; já está instalado. Temos o turismo, que desde sempre se colocou como uma vocação; e, com o passar dos ano,s fomos adquirindo competências, fomos adquirindo competitividade, temos importantes pólos médicos na região e temos iniciativas na área de tecnologia da informação para citar alguns apenas muito relevantes.

Próximo.

Ao mesmo tempo em que identificamos uma serie de oportunidades, identificamos também muitos desafios que o Nordeste precisa superar. O maior deles, quase que único, é esta grande desigualdade social na região, como já falei aqui. A região, se olharmos do ponto de vista dos seus nove Estados, inclusive norte de Minas e norte do Espírito Santo, que fazem parte da área de atuação da Sudene, a região concentra os Municípios com os piores IDHs do País, as piores condições de vida e de renda. É incrível como a questão regional continua muito forte. Se a gente fizer qualquer publicação que pinte os Municípios em gradação de qualidade de vida, mostrará claramente uma cintura no Brasil a partir do Rio de Janeiro e do Espírito Santo para cima, acumulando os piores indicadores. Sempre, a questão regional é muito viva. O que preocupa mais na questão regional é a desigualdade social, o que ultimamente tem se revelado também numa desigualdade intrarregional também forte.

Nós tínhamos, para falar do desenvolvimento brasileiro, Senador, a imagem "belindia", que seria Bélgica e Índia convivendo. Na época, a Bélgica era o nosso sonho de consumo em termos de desenvolvimento, e a Índia, o nosso pesadelo em termos de desenvolvimento. Eu fiz uma analogia semelhante. Acho que o Nordeste hoje é meio Bolívia e meio Chile. Tem uma tripinha no litoral que parece, do ponto de vista geográfico, com o mapa do Chile que vai muito bem, cresce a passos largos; mas nós ainda continuamos com uma Bolívia que, sem fazer referência pejorativa, tem desafios enormes a serem superados em seu desenvolvimento, no nosso semiárido notadamente. Então temos aí o Nordeste, com grande desigualdade intrarregional.

Na última reunião que fizemos para apresentar este Plano, no ano passado, dos nove secretários de Planejamento que estavam lá na reunião, sete enfatizaram a litoralização da nossa economia como um dos problemas mais graves que os Estados enfrentam no seu processo de desenvolvimento. E ali aparece o semiárido, que foi a questão originária da Sudene. A grande identidade regional é o semiárido. E continua um desafio; passados mais de 50 anos, continua um desafio para a região o semiárido.

Temos uma escolarização muito precária; é um problema nacional, mas no Nordeste se agrava, temos o setor produtivo pouco intensivo em conhecimento e com baixa capacidade de inovação. Mais uma vez, é um pecado que temos na economia nacional, mas no Nordeste isso toma contornos ainda mais difíceis.

Temos um desafio: a nossa riqueza ainda é um bauzinho de prata que a gente guarda lá, a cultura, a gente guarda como se fosse algo a ser intocado. Por favor, não mexam nisso; deixem para o nosso deleite apenas, o folclore, etc. E a gente precisa expandir um pouco mais o nosso entendimento da cultura e do seu papel no desenvolvimento sustentado da região. Mas, por enquanto, a gente ainda encontra um setor cultural e um setor público avesso a entender a cultura como um vetor de desenvolvimento.

Continuamos com uma infraestrutura deficiente do ponto de vista de infraestrutura produtiva, mas também do ponto de vista de infraestrutura social. Temos graves déficits em saneamento, na qualidade de vida das cidades. O nosso resíduo sólido ainda continua a céu aberto, infelizmente.

Temos biomas importantes, mas extremamente fragilizados diante de um contexto de mudanças climáticas, ainda com risco de desertificação para o semiárido. Mais uma vez, uma riqueza enorme, e a gente está aí sob risco.

Eu acho que esses dois últimos desafios são desafios mais para nós, formuladores de política do que da questão da realidade, menos do que fazer mais de como fazer. A gente precisa considerar os diversos espaços e subespaços da região para poder articular essas múltiplas escalas que, diante de um processo de discussão de desenvolvimento, nós estamos no meio do caminho ainda num momento incerto. Havia aquele entendimento de que o desenvolvimento se fazia por macrorregiões e se fazia de cima para baixo. Isso dominou os anos de chumbo, o planejamento de desenvolvimento do governo brasileiro até 80 entendia assim: que grandes Planos diretores vindos do poder central colocariam os atores em função do seu desenvolvimento. Depois, com as sucessivas crises monetárias, a gente abandonou essa questão do desenvolvimento centralmente pensado e foi para o desenvolvimento local, e também isso aparecia como uma panaceia que resolveria tudo e todos. Como a gente também perdeu essa capacidade de planejar no longo prazo, do ponto de vista do poder central, os locais começaram a se organizar em experiências, algumas bem sucedidas, de desenvolvimento, mas que falharam exatamente na sua incapacidade de se articular com as outras escalas do desenvolvimento.

Então, este é o grande desafio metodológico do Plano: tentar colocar esses dois vetores de ação de desenvolvimento conversando, para a que a gente tenha a capacidade de coordenação que o planejamento central nos dá e que a experiência nos ajudou a ter, mas também com a capacidade de capilaridade de captar as eficiências locais que o desenvolvimento local nos ensinou ao longo dessas últimas duas décadas.

Vamos para o próximo, por favor.

Bom, o Plano, então, foi construído com base em alguns princípios básicos. E a gente espera que, como a construção foi feita com base nesses princípios, que ela continue com base nesses princípios. Primeiro, o princípio da participação social, que pode ser visto de uma maneira um pouco mais ampla, um pouco mais restrita. Mas não há um Plano sem a participação da sociedade que possa colocar um projeto de desenvolvimento em um movimento sustentado.

E aqui nós estamos tendo a oportunidade de aumentar o nosso diálogo, mas desde sempre o Plano tem sido feito ouvindo os Estados. É evidente que a gente entende o papel do município no desenvolvimento, mas também é evidente que entendemos que não dá para mobilizar todos os Municípios em torno de um Plano Regional. São muitos Municípios na Região. Então, a gente tendeu a ficar com um diálogo mais próximo com os governos estaduais, entendendo que eles deveriam replicar esse diálogo à frente, junto aos Municípios.

O segundo princípio é de seletividade. A questão do desenvolvimento. Meus amigos, vocês enten-

dem isso claramente, tudo é desenvolvimento. Então o caráter sistêmico do desenvolvimento muitas vezes faz com que os instrumentos de planejamento do desenvolvimento sejam também muito pouco seletivos no que é importante, no que não é importante. Mas se a gente não tiver uma seletividade muito forte, não conseguimos mobilizar os atores nisso. É um pouco assim: a gente chega numa sala e percebe que, do mico leão, do macaco guigó à agroindústria de soja, da Suape aos estaleiros, tudo é importante, tudo é desenvolvimento. Não há a menor dúvida.

Mas se a gente chegar numa sala e a discussão cair nessa armadilha, nós voltamos para as nossas atividades, porque o que estamos fazendo também é importante. E a gente volta para a nossa atividade sem estar necessariamente mobilizado pela causa central do Plano. Então o Plano pretende escolher algumas ações. Ele não pretende abranger tudo o que é importante para o desenvolvimento do Nordeste, mas focar a sua ação em algumas questões mais prioritárias.

Depois a questão da cooperação federativa, já falei aqui sobre isso e não vou me delongar mais.

Uma questão que eu lembro que foi muito bem exposta pelo ex-Ministro Mangabeira Unger, de que o Nordeste não precisa ser São Paulo para, depois, vir a ser o Nordeste que a gente quer. O caminho para o desenvolvimento não é único, não é uma estrada em que nós estamos atrás e alguns Estados estão na frente.

O modelo de desenvolvimento do século XX, baseado na indústria não é necessariamente o modelo de desenvolvimento dos próximos anos, do próximo século. Então não se trata aqui de queimar etapas. Não se está dizendo isso. Está-se dizendo que temos condições objetivas para colocar em movimento um modelo de desenvolvimento que não necessariamente reproduza outros modelos, cujos resultados hoje chegam até ser um pouco questionados. Que modelo de desenvolvimento é esse com tanto impacto na questão da sustentabilidade ou na questão da concentração de renda, por exemplo?

São os princípios do Plano.

Mais à frente, por favor. Aqui a visão de futuro. O Nordeste colocará em marcha um modelo de desenvolvimento inclusivo e sustentável, baseado no empreendedorismo e criatividade do seu povo, na riqueza da sua cultura, em uma economia competitiva e integrada e no uso sustentável dos recursos naturais. Eu acho que essa visão dá um bom norte para que tarefas nós estamos chamando todos os atores a participarem nessa marcha.

Vamos à frente. Aí a gente tentou ver essa visão de futuro de uma maneira um pouco mais detalhada. Tem a questão da utilização dos seus potenciais, o Nordeste tem potenciais ainda não utilizados. Destacamos, por exemplo, a questão da mineração ou mesmo de biomas importantes que temos na região. A caatinga é um deles. Mas esse Nordeste que é uma sociedade próspera, equânime, solidária, capaz de liderar a definição e construção desse novo projeto nacional de desenvolvimento precisa necessariamente universalizar o acesso aos bens e serviços sociais básicos. Então aí um desafio de chegar à saúde de qualidade, à educação de qualidade, saneamento para os nordestinos que ainda hoje têm um déficit considerável nisso.

Também na nossa visão de futuro a nossa economia se baseia, lá no futuro, em setores intensivos em conhecimento. Isso parece um desafio. Ora, mas os principais centros de pesquisa do País não estão no Nordeste hoje. Mas eu não tenho a menor dúvida que nós temos condição internas de promover esse acúmulo de conhecimentos lá região; que isso, por exemplo, é uma definição sobre a qual as políticas públicas têm muito influência nessa visão de futuro. Políticas públicas têm muita influência na definição da localização de centros de pesquisa, da localização de recursos para inovação, para ciência e tecnologia. Então, eu acho que é muito relevante esse ponto.

Esse Nordeste provê igualdade nas oportunidades de acesso à educação e ao conhecimento, vencido o desafio de erradicar o analfabetismo, que ainda é um desafio para a região, e a questão da educação passa a ser central no modelo de desenvolvimento, baseado em economia do conhecimento. Educação é um ativo central nisso, e nós precisamos vencer esse desafio.

Valoriza o seu patrimônio cultural como fator de identidade regional e como vetor de inovação e de diferenciação.

A primeira visão que tem sobre a economia da cultura é imaginar as pessoas empregadas no setor de audiovisual, etc., mas há um papel que a cultura opera muito importante, e eu chamo a atenção dos Senadores que é do tecido social sobre o qual se desenvolve ou que está à frente desse projeto. Um tecido social esgarçado com uma visão individualista dificilmente é um bom ninho para um projeto de desenvolvimento de todos.

A cultura tem uma capacidade de reconstrução dessa identidade das pessoas em torno do seu local, em torno da sua região, em torno dos seus valores, e a gente geralmente se esquece de ativar essa capacidade mobilizadora e modificadora que a cultura tem. Ela geralmente é vista ou como o tesouro que precisa permanecer intocado, ou apenas na questão da indústria cultural. Acho que há um vetor aí que precisamos aprofundar.

O Plano aposta muito nessa questão da cultura como vetor de desenvolvimento para a região.

O Nordeste desenvolvido não pode esquecer o semiárido. O semiárido tem que mostrar a sua potencialidade, e aqui não é um problema de uma sub-região, não é assim que a gente encara o semiárido. A gente encara que estamos perdendo oportunidades incríveis não aproveitando as riquezas que o semiárido tem. Por um modelo, que aí eu faço até uma ligação, um modelo de visão do semiário que a solução hídrica parece ser suficiente. Ora, Furtado convenceu Juscelino a fundar uma superintendência para o desenvolvimento do Nordeste, mostrando para ele a tese de que a solução hídrica não é a solução única para o Nordeste, que o problema do Nordeste não é um problema hídrico, e Juscelino, àquela época, achou aquilo inovador e disse: "Toque em frente a sua idéia aí". Assim nasceu a Sudene. E, digo mais, acho que nasceu um movimento de região, de Nordeste, muito forte, mas que, hoje, a gente ainda... O Aldo Rebouças mostrava a mesma coisa: não falta água no Nordeste, precisamos gerenciá-la melhor, precisamos cuidar da água melhor, da água que nós temos, precisamos investir em uma economia que não dependa tanto de recursos hídricos.

Mas, quando a gente pensa em semiárido, continua sendo um problema, até porque a questão da sede ainda é uma realidade, não está vencida. No entanto, a gente precisa ir além na discussão do semiárido. Quer dizer, eu acho que a gente avança; quanto à integração de bacias, temos um horizonte muito alvissareiro de começar a resolver a oferta de água em algumas regiões do Nordeste, mas a questão do semiárido precisa ser pensada para além dessa questão.

Por fim, acho que a questão de uma rede policêntrica de cidades é importantíssima. Quanto à litoralização do desenvolvimento, a gente pode contra-arrestar essa tendência com políticas públicas de criação de cidades médias, com capacidade, com oportunidade.

Hoje não mais se fala que a gente precisa igualar renda, especificamente renda, ou aquele outro indicador de todas as pessoas em um território. Mas é preciso dar oportunidades iguais ao território. E não há como você dar oportunidades iguais, em um novo contexto, Senador, sem alguns serviços simples e básicos que as pessoas que moram no interior, mais especialmente no semiárido, não têm acesso ainda. Então, há dificuldade grande de conexão à Internet, nos dias de hoje, mesmo quem imigra – e hoje há uma imigração do campo para os núcleos urbanos; hoje as cidades do sertão têm uma outra dinâmica em função dos programas de transferência de renda e do aumento do salário mínimo, pois elas também parecem ser, para o morador, o local onde ele tenha oportunidades de não necessariamente viver da agricultura de subsistência.

Então é preciso que essa Rede de Cidades ofereça oportunidades para que as pessoas, se quiserem ser agricultores de subsistência, ou se quiserem ser qualquer outra coisa, possam ali desenvolver os seus potenciais. O que não dá é a gente concentrar essas oportunidades de desenvolvimento de potencial apenas em algumas poucas cidades da região.

Essa questão da rede policêntrica de cidades foi enfatizada no estudo chamado Estudo da Dimensão Territorial do Planejamento, e foi feito pelo Ministério do Planejamento com o CGPLAI e com o CGEE. E ele toca isso com bastante ênfase; e nós integramos, nós absorvemos esse conceito e essa ideia de desenvolvimento para tentar evitar essa questão da concentração intrarregional.

Bem, aqui está o objetivo do Plano, que tem muito a ver com a visão de futuro, não quero me delongar ainda mais, porém acho que a identidade cultural e os ativos ambientais são sim fatores que devemos nos preocupar. Quero dizer que isso está incorporado ao discurso, mas continua sendo um desafio para os planejadores, para os executores das políticas públicas de desenvolvimento. A questão da sustentabilidade parece um assunto tão batido, que a gente não precisaria nem falar sobre isso.

Mas, quando as políticas públicas se desenrolam, elas parecem ter uma inércia que faz com que a gente caia em algumas armadilhas de promover locais do ponto de vista econômico, mas em detrimento dos seus ativos naturais e culturais.

Quanto ao Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste, como eu disse, não nasceu nos gabinetes da Sudene. A gente reuniu uma série de documentos importantes, até porque há um entendimento claro, a Drª Tânia Bacelar tem enfatizado isso junto com a gente, porque não se faz desenvolvimento regional apenas com Planos de desenvolvimento regional; os Planos setoriais são fundamentais. A política de recomposição do valor real do salário mínimo teve mais impacto no desenvolvimento recente do Nordeste do que a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, que o MI tem durante todo esse tempo, e do qualquer Plano Diretor que tenha sido feito.

Então a gente reuniu uma série de... Eu citei os principais, mas eu diria que fomos quase exaustivos nessa pesquisa de ver outros documentos e a sua inter-relação com o desenvolvimento da região.

Chamo a atenção para o Projeto Nordeste que a SAE fez, ainda sob a batuta do Ministro Mangabeira Unger, que percorreu os Estados, conversou com os governos estaduais, e que está completamente

integrado a este Plano também. Acho que o principal pecado que acabou com o Projeto Nordeste é que ele conversou pouco com as outras políticas; ele tinha ideias excelentes, inovadoras, mas conversou pouco com outras políticas que estão em andamento e que são muito mais reais do que qualquer afirmação, do que qualquer retórica. Acho que essa conversa nós tentamos fazer: a Sudene se aproximou da SAE, tivemos uma audiência com o Ministro Mangabeira Unger e colaboramos tanto para o projeto Nordeste, como eles chamavam o documento que saiu da SAE, quanto incorporamos as contribuições que a SAE fez nesse projeto Nordeste ao PRDNE.

Temos também aí um diálogo muito importante com os Estados, desde o início. Isso depois eu vou mostrar as etapas, desde 2008, que conversamos com os Estados sobre seus temas prioritários, para podermos construir esses consensos. E temos aí uma visão de Brasil 2022 para fazer do Plano um instrumento da política de desenvolvimento do País. Quando eu apresentei isso na última reunião do conselho deliberativo do ano passado, o Vice-Governador do Ceará, Francisco Pinheiro, e também o Presidente do Banco do Nordeste, Roberto Smith, eles chamaram a atenção de que é um vício de quem estuda economia regional, de quem faz, de quem planeja, um vício da Sudene e do Banco do Nordeste, olhar muito para o umbigo da região, sem atrelar a questão da região à questão do projeto nacional. E acho que esse é um desafio que precisamos fazer aqui, acho que o Senado vai nos ajudar bastante nesse desafio de a gente tentar ter um olhar a qualquer estudo. Eu tenho acompanhado alguns estudos, por exemplo, sobre o desempenho da economia sergipana. O desempenho da economia está absolutamente vinculado, soldado, é o termo que o pesquisador usa, à linha de desenvolvimento. A de crescimento do PIB de Sergipe é soldada à linha de crescimento do PIB brasileiro. Não tem como a gente ficar com uma visão... É importante a gente ter uma visão do Nordeste, acho que é um ativo importante olhar a região e suas peculiaridades, mas não podemos esquecer de que estamos atrelados a um modelo de desenvolvimento, a um projeto de desenvolvimento maior, e que o Nordeste tem um papel muito importante nesse projeto.

As diretrizes do Plano. Onde o Plano ataca. O que atacar. Em sete diretrizes temos avançado um pouco, talvez não dando esse destaque à questão das pequenas e médias empresas da região. A gente tentou ver se colocava isso dentro de um contexto de competitividade do setor produtivo regional, mas acho que esse novo chamamento que a Presidenta Dilma fez para que a gente atente para a superação da pobreza coloca de novo a questão das pequenas e médias empresas da região com força nessa agenda. Então, o fortalecimento das pequenas e médias empresas da região, pela sua capacidade de absorver mão de obra, pela sua capacidade de geração de riqueza, pela sua menor exigência em ternos de infraestrutura, que continua sendo um gargalo em algumas regiões do Nordeste, parece ser importante. É também importante que a gente não confunda algo que é imprescindível com algo que é suficiente. A economia do Nordeste não pode ser uma economia baseada apenas em pequenas e médias empresas, apesar do papel delas. Ela tem um lado dinâmico, que se baseia em grandes empresas dinâmicas, que se articulam com mercados internacionais e que o nosso desafio é fazer com que essa engrenagem seja de construção e não de destruição mútua. Essa diretriz volta pela sua capacidade estratégica dessa missão que temos ao longo dos quatro anos, mas ela precisa ser vista com essa ressalva, de não ser só ela.

Capacitar os nordestinos para o desenvolvimento – e aí entra a parte de ciência e tecnologia e de educação. Prover o Nordeste de infraestrutura urbana de transporte e de comunicação necessárias a sua integração interna e externa. No trabalho que o Mangabeira fez ele chegou a levantar, tinha Municípios que não tem sequer o acesso da sua sede a uma rodovia pavimentada. Tem Municípios onde se chega ainda na sua sede municipal de piçarra. Como a gente pode desenvolver algo que sequer tem minimamente capacidade de interagir com os seus Municípios circunvizinhos, com a sua região, com o seu território. Além das grandes obras estruturantes, dos grandes corredores modais de logística, etc., tem que promover a competitividade do setor produtivo regional, que é não esquecer o que tem lá. A gente pode propor uma economia do conhecimento, etc., mas, no Nordeste, a indústria de transformação, a indústria metal-mecânica, a indústria de bens complementares, a indústria extrativa mineral forte. E essas indústrias provêm boa parte da nossa pauta de exportações, essas indústrias provêm boa parte dos nossos empregos industriais, e a gente não pode simplesmente se esquecer desse legado, que é de construção de um País, de uma região, ao longo dos últimos cinquenta anos – e eu referencio sempre os últimos cinqüenta anos, porque foi quando a Sudene começou a trabalhar com essa ideia de região.

Fortalecer os vetores que promovam a sustentabilidade socioambiental. O Plano dá uma ênfase maior, escolhe seletivamente, na questão ambiental, aqueles focos onde exclusão ambiental é exclusão social – há alguns locais, alguns espaços onde a exclusão social

traz a exclusão ambiental, e onde a exclusão ambiental agrava a exclusão social.

Então, eu acho que, se o Plano tiver que escolher entre as várias coisas que precisa fazer do ponto de vista ambiental, a questão da desertificação e a questão do saneamento básico no entorno das grandes cidades passam a ser suas prioridades.

Transformar a cultura nordestina em vetor de inclusão social e desenvolvimento. Já falei um pouco sobre cultura e não vou me delongar um pouco mais.

Por fim, fortalecer os governos estaduais e municipais como agentes do desenvolvimento. Isso é fundamental. A questão federativa é sempre uma discussão desta Casa, mas o que se pode fazer é uma visita, uma conversa. Os governos estaduais avançaram até um pouco mais na sua capacidade de pensar o desenvolvimento, na sua capacidade de estruturar uma burocracia que dê conta de uma gestão do fornecimento de serviços públicos, mas ainda temos muito pouca *expertise* em conduzir processos de desenvolvimento de mais longo prazo.

A burocracia dos Estados se formou num momento de ausência de pensamento sobre o desenvolvimento – formou-se na década de 90, com a profissionalização de algumas carreiras, etc. –, e as pessoas não estão preparadas para pensar o desenvolvimento, para planejar o desenvolvimento. Há muita gente preparada para a parte de controle externo, há muita gente preparada para a orçamentação, mas, para o pensamento do desenvolvimento, a gente ainda tem poucos instrumentos e pouca capacidade de gestão, nos Estados. Nos Municípios, isso é elevado a uma potência maior ainda. Sequer a burocracia weberiana, nos seus fundamentos mais básicos, podemos encontrar nos Municípios. Sequer um corpo funcional de servidores públicos municipais a gente pode encontrar em algumas prefeituras, e essa capacidade de gestão e de interlocução é fundamental, porque o planejamento do desenvolvimento do Nordeste não acontecerá da União para baixo; acontecerá a partir de uma pactuação com os Municípios – e aí os Estados e os Municípios têm que estar preparados para realizarem bem a sua parte. Esse é que é o foco.

Sobre a próxima questão, eu trouxe o exemplo de Pernambuco para ilustrar apenas, mas fizemos isso para todos os Estados de Região. Vejam que a questão da regionalização passou a ser um entrave para o nosso Plano, porque cada Ministério do qual a gente batia à porta regionalizava de uma maneira distinta. Eu diria mais: cada política tem uma regionalização distinta.

Há alguns que defendem isso e dizem: "A regionalização depende dos objetivos". Eu concordo. Não há como se fazer gerenciamento de recursos hídricos sem pensar num recorte de bacia hidrográfica. Mas, se nós estamos falando de desenvolvimento, tudo o que diz respeito a desenvolvimento, poderia ser colocado numa mesma regionalização pelo menos para se assegurar e consolidar uma governança local.

O que acontece? Quem está no Município... Já que a gente precisa fazer esse encontro entre uma força que vem da União para os Estados e Municípios e uma força que vem dos Estados e Municípios, que também definem seu próprio desenvolvimento, chega um momento em que a gente precisa fortalecer a instância local de governança.

E as pessoas não sabem mais que foro mesmo é esse que estou participando aqui, porque são muitos foros distintos, discutindo as mesmas questões, e muitas vezes tomando decisões contrárias. Então, eu discuto em um foro uma coisa, e eu mesmo participo de um outro foro e vejo que a decisão foi contrária. Estamos falando de desenvolvimento. Então, a nossa escolha por regionalizar foi fazer assim.

Os territórios e as regiões menores são as regiões que os Estados utilizam no seu planejamento. Então, levantamos as regiões de planejamento, outros Estados utilizam o conceito de território, que veio do MDA, e nós levantamos essas unidades de planejamento dos governos estaduais e sobrepusemos aí as sub-regiões desse estudo da dimensão territorial do Ministério do Planejamento. Os territórios sozinhos não conseguem se articular do território para a macrorregião Nordeste, eles precisam de uma escala intermediária para que a gente possa promover essa energia entre vários territórios, e aí encontramos essas sub-regiões. E para nossa surpresa, há uma convergência muito forte; quase sempre o recorte dos territórios dos Estados, um agrupamento de território dos Estados coincide com a sub-região que o Ministério do Planejamento está propondo colocar como balizador para as políticas, para o PPA etc. Então, nós fizemos esse estudo e os Estados viram, acharam que estava muito relevante, e a tentativa aí é de a gente tentar firma e consolidar os espaços de governança local e territorial para que possamos fazer esse Plano de desenvolvimento acontecer também lá, chegar lá na ponta.

Mais à frente.

E aí o modelo de governança que eu acho que, geralmente, é o elo perdido dos programas. A gente teve essa preocupação de levantar um modelo de governança. E aí, mais uma vez, eu gostaria de falar da Sudene.

A Sudene tem um papel que, a gente, com o passar do tempo, a prática, às vezes, faz com a gente se distancie da nossa verdadeira essência. Isso acontece na nossa vida pessoal, acontece com as instituições.

A Sudene é vista pela sua capacidade de dar incentivos, ou se mede a capacidade da Sudene pela sua capacidade orçamentária. Bom, aí nós estamos perdidos, não é Senador. Acho que o coração da Sudene, a sua grande força está na possibilidade de a gente ter o Conselho Deliberativo funcionando de forma muito viva, de forma muito ativa. O Conselho Deliberativo da Sudene não é um conselho de administração de empresa; ele reúne os 11 governadores da área de atuação da Sudene, 5 Ministérios, sindicatos, entidades patronais, é um conselho muito representativo. A idéia é que a Sudene, como estrutura organizacional seja apenas a secretaria executiva do conselho. Tudo o que as diretorias da Sudene faz é assessorar esse conselho a tomar e dar encaminhamento às suas decisões.

Na sua refundação, a Sudene criou uma série de comitês intermediários entre a secretaria executiva e o conselho deliberativo. E esses comitês eu também vejo como essenciais para a governança boa do Plano.

Bom, vou tentar decifrar os gráficos, aqueles que os administradores adoram.

Vejam, há dois fluxos básicos de informação aqui. A uma informação conjuntural. Em que situação estamos caminhando no Plano, do ponto de vista de outros indicadores, de capacidade de investimento, etc., que seria fornecida – essa informação da situação conjuntural e avaliação dos impactos – por um grupo... E aí chegamos a contatar os representantes desse grupo do Ipea, do IBGE e do Etene do Banco do Nordeste, além da própria Sudene, evidentemente, nesse grupo de acompanhamento conjuntural e monitoramente de riscos. Então, esse grupo avisa: "Olha, aquelas condições dadas, quando a gente pensou na política, elas estão mantidas. Então, continuamos. Mas as condições agora são outras. Vamos ter de ter mudanças de rumo". É fundamental, para quem quer ter uma boa implementação do Plano, acompanhar o contexto em que o Plano se desenrola. É essa a missão desse grupo.

Por outro lado, a Sudene não vai executar esse Plano – ela mesma do ponto de vista de execução formal. Não vão sair do orçamento da Sudene as ações necessárias ao desenvolvimento do Nordeste. Senão, a gente tinha de voltar à década de 50, quando o orçamento da Sudene era dez vezes o orçamento dos Estados juntos. O orçamento da Sudene era a soma do orçamento dos Estados do Nordeste. Não é mais essa Sudene que queremos. A Sudene que queremos é a que articula muito mais do que executa. Ela não tem por que ficar executando até porque, nesse interregno da sua extensão, muito da execução da Sudene foi repassada para outros atores, que já assumiram sua responsabilidade e estão tocando suas políticas. Então, não há por que voltar a isso.

Mas os Estados, os Municípios, a União e outros parceiros executam e, então, dão informações gerenciais sobre o andamento dos programas que estão no Plano, encaminham para a Secretaria Executiva e nós processamos isso para o Conselho Deliberativo com ajuda desses comitês. Já está fundado na Sudene um comitê de instituições financeiras que atuam na região. Estão aí o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, o BNDES, o Banco do Nordeste, o Banese, banco público do Estado de Sergipe. As agências de fomento dos Estados estão como convidadas também desse comitê. É uma questão de crédito para esse desenvolvimento. Esse comitê está formatado para funcionar integrando essa questão.

Há ainda o comitê dos órgãos federais. A Sudene tem lá um comitê que reúne mais de 20 órgãos federais que atuam na região. Está lá com regulamento. Está pronto. Precisamos mobilizar os atores para esse comitê e discutir aí – acho que é um fórum muito oportuno – a questão da integração de políticas já que os órgãos, cada um deles, parece que decidem o rumo a tomar.

Temos também um comitê de Secretários Estaduais para vários assuntos. Já fundamos – já está instituído – o Comitê de Secretários Estaduais de Ciência e Tecnologia, o Comitê de Secretários Estaduais de Cultura e o Comitê de Secretários Estaduais do Meio Ambiente. Eles estão instituídos. Para qualquer outro tema, quando os Secretários nos procuram, tentamos formatar esse fórum de articulação, porque esta é a nossa força: capacidade de articular.

Acho que esses comitês também são um campo muito fértil para a gente discutir a questão da pactuação horizontal de políticas – onde um Estado pode pactuar políticas com outro. Precisamos estruturar aí – isso não está feito ainda, Senadores – uma rede de movimentos sociais para que a gente possa ter maior controle social sobre o andamento do Plano.

Então, acho que esse modelo de governança é a maior contribuição que a Sudene, como instituição, pode dar para o desenvolvimento desse Plano: estruturar um sistema que possa tomar decisões rápidas e precisas sobre o andamento do Plano na sua implementação. O desafio não é fazer um Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste. Há muitos Planos diretores. O desafio é fazê-lo acontecer. Nossa preocupação com esse modelo de governança está muito centrado nesse ponto.

Vamos à frente. Se não for a última... Há só um historicozinho do que já fizemos para não acharem que isso nasceu... Reunimos ainda os melhores Secretários de Planejamento, houve uma reunião do grupo técnico

e levantamos uma carteira de projetos. Esse Plano já teve acoplado a ele uma carteira de projetos, mas a carteira de projetos trouxe mais discórdia do que convergência inclusive com parceiros do próprio Governo Federal. O Ministério do Planejamento, na época, na sua parte de coordenação do PAC, ficou um pouco incomodado de termos uma agenda de projetos que os Estados nos levaram. Os próprios Estados não chegaram muito bem a um consenso de qual seria a carteira prioritária de projetos, que acabou ficando um pouco em segundo Plano. Mas temos essa carteira, que pode ser aperfeiçoada e certamente comporá esse Plano.

Há também uma série de reuniões. Não vou aqui me prolongar, mas há várias coisas sobre o meio ambiente, algumas oficinas metodológicas que já fizemos aqui. E, no final de 2010, apresentamos o Plano nessa versão para os Secretários de Planejamento, e foi aprovado por aclamação. Todos eles acham que o Plano está atendendo a agenda convergente dos Estados. E apresentamos também no Conselho Deliberativo da Sudene na sua ultima reunião.

Quero encerrar, sei que me delonguei bastante. Temos agora uma etapa que é validar essas diretrizes e agregar uma serie de programas e ações que o Plano precisa ter, senão fica só como uma carta de intenções, mas que a gente não pode fazer esse Plano, esses programas e ações sozinhos lá. São os Ministérios que têm políticas setoriais importantes que precisam ver de que maneira podem contribuir com o Plano, os Estados na sua definição dos seus PPAs vão ter que discutir como podem contribuir com o Plano e depois o conjunto dessas ações que os Ministérios e os Estados identifiquem como os que contribuem para o Plano, elas seriam um anexo desse Plano, que é um anexo de programas e ações do PRDNE, que é aquilo que vai efetivamente ser gerenciado e implementado.

Só lembro que vamos ter que ainda validar esse Plano no âmbito do Condel e, depois, é encaminhado para o Congresso Nacional e ser votado.

Quero agradecer a paciência e me desculpar pela demora.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Muito bem. Foi um pouquinho mais que os minutos que lhe dei, mas importante para que tomássemos conhecimento.

Então, queria aqui dar um esclarecimento: a ideia de ouvirmos aqui a Sudene, a exemplo do que tem aqui uma proposta de ouvirmos o projeto Áridas e também um projeto encabeçado pelo Etene, e me parece que tem um outro mais recente, que é do Ministério do Planejamento, para que isso possa servir de subsídio para esse trabalho proposto da Comissão da ida aos Estados. Aliás, também dar a informação e à equipe da Comissão que, conforme tratamos da outra vez, existe um sinal verde para organizarmos o primeiro evento em 23 de maio em Alagoas. Há uma concordância tanto do Governador, da Assembleia como do nosso Presidente Benedito de Lira, enfim, para trabalharmos essa data do dia 23. Estamos tentando contato com outros Estados, com outros parceiros para ver se a gente, já no começo de maio, tenha a agenda de junho e julho, enfim, para tocarmos adiante aquela agenda.

Pela praxe, passo a palavra ao autor o nosso Senador José Pimentel. E registro que, além da Senadora Lídice, o nosso Vice-Presidente Senador Eduardo Amorim, a presença do nosso querido Júlio César, também Deputado Federal que nos alegra com a sua presença.

Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente desta sessão, quero parabenizar o Sr. Guilherme Rebouças pela exposição e dizer que, quando nós recriamos a Sudene, era exatamente isto que esperávamos dela: um grande instrumento de coordenação das políticas de desenvolvimento da Região Nordeste.

Aquele papel que a Sudene cumpriu na sua fase primeira até a década de 1980 foi muito importante, mas foi uma fase do nosso desenvolvimento. Com a construção dos outros atores sociais, do fortalecimento da estrutura dos Estados membros com planejadores, uma série de cidades também planejando e o Governo Federal com suas ações transversais, e termina repercutindo na questão dos territórios, entendíamos que tínhamos um conjunto de atores executando ações voltadas para a região e conflitantes. Com isso tendo desperdício de energia, de recursos e de sinergia no processo como um todo.

Portanto, ao recriar a Sudene, nós tínhamos uma visão de que o seu papel seria de planejar, somar e de direcionar essa sinergia que nós temos, nós atores, do pacto federativo dos Governos municipais, estaduais e federais, e dos atores sociais, aí a parte dos trabalhadores e dos empresários .

Esse planejamento vem somar com isso. Eu acredito que na sua última lâmina em que você já detalha mais as ações seguintes, para nós, Sr. Presidente, era muito importante, eu não sei o momento aí, quando, se após a aprovação pelo Condel, ou mesmo antes, se for possível disponibilizar para a Subcomissão Regional para que nós pudéssemos também estudá-lo. E sugeri, até porque vai vir para nós posteriormente. E, se nós já pudéssemos ir analisando, talvez agregando algumas sugestões ou ratificando o que já foi feito, eu acredito que nós encurtaríamos uma série de passos. E, como nós estamos preparando o Plano Plurianual 2012/2015, eu acredito que ideal seria, neste 2011, nós termos esse projeto aprovado para que ele fosse

incorporado ao PPA com uma ação política para os próximos 4 anos, em sintonia com o nosso PPA.

Não tenho muita clareza aí da agenda, como a que está sendo a do debate do Condel, mas, se a gente pudesse encurtar esses prazos de maneira que o Congresso Nacional pudesse recebê-lo no início do 2º semestre, e a Comissão Mista do Orçamento, a relatoria do PPA, esse conjunto de atores que estão trabalhando, até porque o PPA também chegará aqui até o final de agosto, seria um bom momento para que nós pudéssemos ter uma sintonia fina entre o que a Sudene está planejando, a partir desse conjunto de atores sociais e o que o Congresso vai propor na aprovação do PPA. Acho que essa é uma primeira demanda para nós.

Uma segunda demanda era exatamente para cada estado. Como já temos ali as razões territoriais ou regionais do Governo Federal junto com as ações territoriais dos governos estaduais e, evidente, com os Municípios, a liberação por cada estado, para que nós pudéssemos nos debruçar sobre isso, eu sei que é parte do planejamento mais geral. Mas, como nós vamos fazer as nossas audiências públicas, esse material nos ajudaria muito na potencialidade da discussão, no enriquecimento do debate do poder local. Essas audiências, a primeira delas, o nosso Presidente nos informa que será dia 23 de maio, o prazo é curto e teria que... Não sei se é possível liberá-lo como subsídio para nós instruirmos essas audiências públicas.

E, por último, eu fui o autor da CPI da Sudene lá de 2000, 2001, e o nosso grande olhar era fazer uma grande avaliação do que a Sudene tinha investido na região, o seu retorno e particularmente na questão da geração de empregos entre o que tinha no planejamento e o que efetivamente tinha sido implementado.

Eu acho que esse novo Plano nós também deveríamos ter esse indicador como fonte presente para que nós pudéssemos fazer uma avaliação mais precisa.

Ultimamente, nós temos feito uma ação muito forte voltada para o empreendedor individual, a micro e a pequena empresa e, quando a gente abre o mundo do emprego, de 2006 para cá, é esse setor que gera emprego. Por exemplo, em 2010, dos 2,5 milhões de empregos que nós geramos a mais do que o que nós tínhamos em dezembro de 2009, 52% são nas empresas com até 4 empregados, ou seja, mais da metade. Os 2,5 milhões de empregos gerados em 2010 vêm das empresas com até 4 empregados. Quando você vai para as empresas com até 99 empregados, dá 81% dos 2,5 milhões de empregos, até 99 empregados. As empresas que têm até 99 empregados foram responsáveis pela geração de 81% dos 2,5 milhões de empregos a mais, em 2010.

Então isso está conjugado com o mercado de massas, o mercado nacional, e aí o senhor expõe, com muita clareza, o impacto que foi do salário mínimio pelo aumento da renda, o que isso representa, para que nós possamos conjugar uma série de outras ações para fortalecer esse setor sem esquecer da média e da grande empresa.

Quando a gente analisa um dos fatores que esvaziou a Região Nordeste da década de 70 para cá foi exatamente a falta de grandes complexos que alavancasse a nossa economia. Querem ver um exemplo? As refinarias. A última refinaria feita até a década de 70 foi na nossa Bahia. De 80 para cá, não fizemos nenhuma nova, e esse é um dos fatores que inviabilizou a indústria petroquímica na nossa região. Para corrigir isso, o Presidente Lula iniciou a construção – e a Presidenta Dilma está dando continuidade – da Refinaria de Pernambuco, do Ceará, do Maranhão e do Rio Grande do Norte, num porte menor. E aí há toda uma sinergia em torno desse processo.

Não podemos abrir mão nunca disso. Se nós analisarmos o setor siderúrgico, o primeiro grande parque siderúrgico foi implantado numa posição na década de 40 que beneficiava o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, e o último grande parque siderúrgico também foi instalado na Bahia no início da década de 80. De lá para cá não tivemos nenhum outro. A economia se desenvolvia exatamente em torno disso, desde as montadoras e o que isso representa de micro, pequenas e médias empresas em torno desse polo.

Atualmente, estamos fazendo três outros grandes polos siderúrgicos: um em Pernambuco, que está bem adiantado, V. Sª conhece bem; um no Ceará, que está em processo de construção, e outro em Marabá, lá no Pará. Portanto, essas três grandes indústrias de base que nós estamos montando vão-nos permitir dar esse salto de qualidade. Agora, tudo isso faz sentido se fizermos as correções do nosso processo da década de 40, 50 e 60 para evitar a grande concentração de renda e o deslocamento de pessoas para esses grandes centros urbanos ou macro centros urbanos.

Como podemos fazer isso? Não conheço esse trabalho que nossa Sudene vem desenvolvendo, mas há uma série de outros dados que a gente acompanha, e acredito que eles serão muito ricos para que esta subcomissão possa, nos próximos quatro anos, ter um trabalho significativo. Sou um dos que quer se integrar cada vez mais a esse debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Só para ganharmos tempo, eu queria passar para a Senadora Lídice, como autora, e em seguida

eu volto, a gente abre, para o Senador Amorim e o Deputado Júlio César. Pode ser?

Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Bom dia, Presidente, a todos os membros desta Comissão e convidados. Na verdade, começo pedindo desculpas como coautora do requerimento, em função de nossa audiência ter coincidido com a reunião da CAE, onde tínhamos dez projetos terminativos e eu era Relatora de um deles, de forma que, se eu me ausentasse, comprometeria o quórum necessário para votação de diversos outros projetos previstos na pauta de hoje.

Portanto, fui, infelizmente, impedida de assistir a sua exposição. Na minha compreensão, imagino, por tudo que já acompanho do desempenho da Sudene, o quanto tenha sido rica essa exposição para que pudéssemos, na nossa subcomissão, apropriarmo-nos mais desse instrumento, dessa ferramenta de planejamento do Nordeste, que deve ser fortalecida e destacada, que é a Sudene.

Claro que a Sudene, assim como a Sudam, no final da sua vida, foi marcada principalmente pelos escândalos de corrupção e pelos beneficiamentos da elite nordestina e do Norte, usados e repassados por meio desse órgão. No entanto, a Sudene é e foi, principalmente, o grande órgão planejador do Nordeste. Os grandes pensadores, como Rômulo Almeida, como Celso Furtado, que iniciaram

O entendimento de quais das potencialidades que o Nordeste poderia oferecer, antes pensada como uma região a ser esquecida do País, uma ares de semiárido muito significativa, quase desertificado e com a população mais pobre de todo o País, se via como se fosse possível – e é possível, está demonstrado – desenvolver o Brasil em desenvolver o Nordeste, e o Nordeste ficar jogado a uma condição de, realmente, ser o espaço da pobreza nacional.

Creio que as mudanças ocorridas, especialmente no Governo do Presidente Lula, invertendo essa realidade, investindo em grandes áreas de desenvolvimento, de base. Nós estamos hoje com um Nordeste que tem, como já foi ressaltado pelo Senador Pimentel, três siderurgias, três grandes, também, novos portos, infraestrutura portuária, infraestrutura de ferrovias, a ferrovia Transnordestina, a ferrovia que nós estamos lutando para que se realize na Bahia, cortando de leste a oeste o Estado, integrando a Bahia com o Tocantins e, provavelmente, depois, com a Norte-Sul, portanto, integrando a Bahia. Não nos dá, no entanto, ainda, a tranquilidade de, em uma economia globalizada, ver o Nordeste integrando, definitivamente, a rota da economia globalizada e não nos dá tranquilidade, ainda, de que o Nordeste não será, não continuará sendo um produtor de bens primários para o conjunto do Brasil, mesmo com os investimentos que nós estamos tendo, pesados, na área de siderurgia e na área petrolífera também.

É preciso, realmente, que a Sudene possa cumprir um papel de articulação, mas articulação que não se restrinja ao Nordeste, na minha opinião. Acho que a Sudene está se recompondo, ressurgindo das cinzas, de uma cinza já quase jogada ao mar e que deve pensar em um processo de, paulatinamente, recuperar não o papel de execução que teve no passado, mas um papel que ultrapasse um pouco a ideia de um articulador de ações entre os Estados.

Para isso, creio que ela não precisava ser reconstruída com essa dimensão que teve da reconstrução da Sudene. Acho que pegar... Nós todos tivemos experiência, eu provavelmente a menor de lidar com descentralização de ações com organismos existentes, com culturas muito arraigadas, de verticalização de políticas, e um órgão para se sobrepor como a Sudene a diretivas vindas de Ministérios hierarquizados no conjunto do Brasil para coordenar órgãos federais, creio que terá uma imensa dificuldade.

Essa é uma tarefa... Eu me reporto a uma experiência mínima minha de constituir as administrações regionais em Salvador, o quanto é difícil, quanto foi difícil convencer – eu própria, como Prefeita – os Secretários que tinham compromisso e assinaram um compromisso de descentralização de ações e de recursos e de políticas e de fiscalização como um todo da política governamental em um Município. Aceitar a administração regional como um novo ponto de poder e de descentralização das ações. Então, esse é um trabalho hercúleo, que precisa de um fortalecimento maior da Sudene e do seu reconhecimento como um papel preponderante nacional. Creio que é preciso que o Governo pense mesmo

Eu creio que é preciso que o Governo pense mesmo em como dar à Sudene esse novo acento no pensar do desenvolvimento do Brasil, porque nós, nordestinos, nos acostumamos a pensar no desenvolvimento do Nordeste, em como fazer o Nordeste sobreviver. É preciso que possamos pensar o desenvolvimento do Brasil e do Nordeste brasileiro reinserindo o Nordestes na rota do desenvolvimento nacional; pensando o Nordeste na rota da globalização da economia. Não é fácil. Nós não podemos jogar para baixo do tapete a enorme dificuldade que é ter um projeto capaz de integrar o semiárido nordestino nesse desenvolvimento, de pensar em investimentos privilegiados para o semiárido nordestino. Temos que ter uma solução para o semiárido, porque tudo que mais ou menos está pensado insere as áreas litorâneas do Nordeste

brasileiro, reinserem as áreas litorâneas do Nordeste brasileiro. Eu digo isso vindo de um Estado que tem mais de 50%, 60% e tanto por cento do seu território no semiárido brasileiro.

Então, todo o investimento que o Governo Lula fez – e é reconhecido que fez – que repõe o Nordeste numa área de desenvolvimento, de esperança de sobrevivência, não nos dá a segurança de que nós estaremos realmente reinseridos num Plano globalização da economia que permita que o Nordeste saia de uma área de ator coadjuvante no desenvolvimento do Brasil.

Portanto, eu penso que é preciso muito fortalecer o papel de coordenador, de planejador da Sudene, mas é preciso que ela tenha algum papel mais de ator principal nessa discussão do desenvolvimento nacional. Do contrário, vamos continuar batendo palmas para a nova Sudene, que tem um grande órgão de articulação de ações, que estará brigando de maneira titânica para convencer os organismos federais da necessidade de fazer mínimas ações articuladas com o Nordeste.

Quero pedir desculpas pela minha ausência e pedir desculpas por essa fala não tão confiante, mas esperançosa, certa de que demos os passos indispensáveis, necessários, que o Governo do Presidente Lula inverteu uma matriz de desenvolvimento já planejada que nos excluía. Estamos dando passos importantes, significativos, porém, ainda não suficientes para a nossa reinserção.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Deixe-me fazer aqui uma questão de ordem para ver se todos concordam com ela. Como nós temos mais dois oradores e o Presidente não vai deixar de dizer alguma coisinha também, podemos ouvir as outras questões e encaminhar num bloco só, pode ser? Pode ser isso.

Senador Eduardo Amorim, em seguida, Deputado...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Boa tarde, Senadoras, Senadores, colegas de Parlamento. Boa tarde, Guilherme. É um prazer muito grande encontrá-lo aqui, vê-lo aqui. Você e eu nos formamos pela Universidade Federal de Sergipe; você em Economia, e eu em Medicina, com muito orgulho.

Não dá mais para a gente admitir o Nordeste como acessório. Quem poderia imaginar, talvez os nossos descobridores há mais de 500 anos, que um dia o Nordeste, 500 anos após, pudesse ter a condição de região acessória, uma região que clama o tempo todo por agregar valor às riquezas naturais que possui, sejam minerais ou de outras fontes. Então somos uma região extremamente rica mineralmente, nossa história, a história do nosso País por lá começou, mas o sentimento que tenho é o mesmo da Senadora Lídice: há muito o que fazer, mas não podemos perder definitivamente nenhuma esperança. Não devemos esquecer as mazelas do passado da Sudene, mas temos que mirar e investir na nova missão que é da Sudene, este papel de coordenadora, de planejadora para nossa região. Talvez essa seja a grande tábua de salvação definitiva da nossa região. Mas não dá para ficar somente na teoria; é preciso praticar, é preciso planejar fortemente, mirando sobretudo os resultados.

O Nordeste, é verdade, cresceu mais que as outras regiões, mas como o senhor mesmo disse, com um simples fator contribuidor para tudo isso que foi o aumento do salário mínimo. Estamos numa condição tão difícil que um simples reajuste ou um reajuste expressivo como esse foi suficiente para dar esse salto. Todavia, vai chegar a hora em que será preciso ser mais incisivos, mas planejadores e definitivamente agregar valor, investir em tecnologia, em educação para que possamos trazer para essa região o palco principal. Com certeza os nossos descobridores, há mais de 500 anos, tiveram essa convicção. Espero que os senhores consigam, contem conosco. Para isto, esta comissão foi criada, para percorrer todos os Estados do Nordeste levando propostas.

Espero que essa coleta de sugestões seja levada o quanto antes, Senador Pimentel, à Sudene. Não podemos abrir mão deste papel de coordenação da Sudene, a importância que a Sudene tem. Não podemos ter ministérios separados, desagregados, projetos diferentes porque com certeza não teremos os resultados pretendidos, almejados e que, sem dúvida, são necessários. Não dá para ficar nesta condição de Chile, uma lâmina no litoral que desenvolve mais que o interior. É no semiárido que estão as maiores mazelas. Entretanto, no nosso Estado é o contrário, é a região do baixo São Francisco, Senador Pimentel, do baixo São Francisco, pasmem! É na região do encontro do rio com o mar que a gente encontra as maiores mazelas, os maiores bolsões de pobreza, com certeza do meu Estado, e acho que também contribui para o Estado de Alagoas. É muito riqueza, precisamos agregar valor a toda essa riqueza e isso se faz com planejamento e com tecnologia, domínio do conhecimento pela educação.

Parabéns, Dr. Guilherme, tenham a certeza e saiam daqui com o sentimento de que estamos no caminho certo e não podemos jamais perder a esperança; é preciso trabalhar muito e não abrir mão das convicções, nem dos princípios para materializar.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Deputado Júlio Cesar.

Senador Crivella, seja bem-vindo.

O SR. JÚLIO CESAR (DEM – PI) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhor representante da Sudene, venho estudando há muito tempo esse problema regional e me sinto um homem às vezes até um pouco revoltado com este suposto crescimento do Nordeste.

O Etene publicou no ano passado um estudo sobre renda. Primeiro, não acredito em crescimento sem renda; não existe crescimento sem renda. Há 70 anos – esse estudo não é meu, é do Etene –, o Nordeste brasileiro tinha 47% da renda *per capita* brasileira. Hoje, tem a mesma renda. Já oscilou em 44%, 45%, 48%, e hoje é 47% de novo. E um dos maiores avanços para crescimento do Nordeste, Sr. Presidente – e agradeço a oportunidade de falar neste momento a V. Exª -, foi na época da Constituinte, onde se criaram os fundos de desenvolvimento regional, que não é muito: em torno de R$7 bilhões.

Vejam bem: naquela época, Norte, Nordeste e Centro-Oeste foram beneficiados porque tinham a menor renda *per capita* brasileira. O Nordeste tinha 47%, e continua com 47%. O Centro-Oeste tinha talvez 65% da renda *per capita* brasileira, e hoje tem 127%! E o Norte, puxado pelo excessivo privilégio da Zona Franca de Manaus, tem uma vez e meia a renda *per capita* do Nordeste. E o Nordeste está no mesmo lugar.

Por que isso acontece? Quando se criaram e aumentaram os fundos constitucionais – o FPE aumentou cinco pontos; o FPM, seis pontos -, isso foi um grande avanço para diminuir o desequilíbrio regional. Foi um grande avanço. Mas foram neutralizados esses avanços pelo excesso de transferência de encargos da União para os Estados e para os Municípios.

O senhor disse que não pode fazer nada sem a participação dos Estados e Municípios. Eu concordo, mas eles estão no limite máximo de participação do desenvolvimento regional.

Vejam bem: a União, de tudo o que é arrecadado no Brasil, fica com 60%; os Estados, com 24%; os Municípios, com 16%. Então, eu não acredito que essa parceria seja melhor. Tem que ser da União. Da União. Não vou falar em governo, porque esse problema vem de vários governos.

Renúncia fiscal brasileira. Enquanto o Nordeste todo tem uma renúncia de R$6 bilhões, a Zona Franca de Manaus tem de R$18 bilhões – R$17,5 bilhões precisamente. Como é que nós vamos...? Lá tem 8% a região toda, e Manaus tem 2% da população brasileira. Nós temos 28%, e temos um terço. E mais: além dessa renúncia, há uma conta CCC, que é para equalizar a tarifa de energia elétrica dos sistemas isolados, que lá, de R$5 bilhões, consomem mais de R$3 bilhões. Então, da renúncia paga pelo povo brasileiro, a Zona Franca de Manaus é de mais de R$20 bilhões por ano!

Quanto ao IPI, de toda a renúncia de IPI do Brasil, que é de R$9,6 bilhões, R$8,3 bilhões estão na Zona Franca de Manaus.

Todo o setor industrial tem uma renúncia de R$20 bilhões - do Brasil todo. A Zona de Franca de Manaus, R$11,5 bilhões.

Quando se fala em gastos tributários, vamos considerar todas as regiões, porque, se há os gastos tributários, há também o imposto de renda, que é significativo nos Estados e nas regiões de base econômica forte. O Norte tem 20%; o Nordeste, 12%; o Centro-Oeste, 6%; o Sudeste, 59%; o Sul, 14%.

Eu considero, Sr. Presidente, esse problema regional muito sério. É preciso tomar uma providência de acabar com certos privilégios na divisão do bolo tributário nacional, mas também acabando com os privilégios localizados, perpetuados, que fazem os ricos ficarem mais ricos, e os pobres ficarem mais pobres, como esse critério injusto - com a permissão do Senador Crivella - de distribuição dos *royalties* do petróleo e do fundo constitucional de Brasília.

Brasília é a cidade que tem a maior renda, entre as capitais brasileiras; Brasília e Vitória. Por quê? Pelo excesso de privilégios. Aqui há dois orçamentos: o orçamento do governo, do Estado, que tem dupla competência tributária, de Estado e de Município, que é grande, e um da União, que só o fundo constitucional este ano vai dar R$8 bilhões, mais R$2 bilhões que paga, fora do fundo, ao Poder Judiciário e ao Ministério Público.

E o terceiro grande privilégio esse que eu já falei do excesso de renúncia da Zona Franca de Manaus.

O que eu queria propor aqui ao nosso Presidente, para diminuir essa desigualdade, porque nós somos 53 milhões de habitantes. Que a renúncia fiscal, os privilégios do Nordeste sejam pelo menos iguais. Nós temos 28% da população brasileira, que seja pelo menos igual ao de uma cidade brasileira, que é a cidade de Manaus.

Além do mais, Sr. Presidente, nós temos que nos preocupar, porque o Supremo julgou inconstitucional o artigo que disciplina os fundos constitucional.

Apesar da inconstitucionalidade constatada, ele convalidou a sua vigência até 31 de dezembro de 2012. Este fundo é que faz o diferencial na distribuição da renda no Nordeste. Nós temos 52,5%.

Eu já apresentei um projeto pela inversão da renda *per capta*, está em tramitação na Casa. Quero sugerir a V. Exª, Senador Wellington, que o fizesse aqui para que os dois tivessem tramitação concomitante, porque o prazo é curto, a matéria é polêmica, a briga é grande, porque isso é como reforma tributária, ninguém contempla todo mundo com o mesmo bolo e a mesma

base tributária. Eu vi aqui o que tem de importante do Nordeste; falei do FNE, por exemplo. De cada real que a União repassa, o Banco do Nordeste fica com 25%, mais ou menos. Foram transferidos 4 bilhões. Estou aqui com o balança do Banco, fui ler ontem à noite; o Banco ficou com mais de um bilhão para administrar os fundos, porque ele tem duas alternativas: ou 3% do total do capital do FNE, que dá trinta e três milhões e tanto, vai dar um bilhão, ou 25% do que arrecada, que também vai dar um bilhão. É um dinheiro alto para a administração de um fundo que é alimentado com dinheiro do contribuinte.

Finalmente propor, Sr. Presidente... Hoje, eu li um manchete de que os bancos brasileiros arrecadaram, somente com tarifas, 80 bilhões no ano passado. Oitenta bilhões! Vamos forças esses bancos a aplicarem pelo menos 28% desses 80 bilhões no desenvolvimento regional, porque o banco de fomente, o BNDES, faz a maior discriminação contra nós, com exceção de 2009, quando V. Exª era governador, que houve um empréstimo a todos os Estados e este empréstimo era vinculado a um critério do FPE, o Nordeste ficou com 16%. No ano passado já caiu para 10. MBas, de 2003 até o ano passado a é de 6% a 8%.

Eu tenho aqui uma entrevista do presidente do Banco, eu batendo em 2008 sobre esse critério de distribuição desses recursos, ele disse que no ano seguinte iria ver se colocava pelo menos o percentual que representamos do PIB. Estou com a matéria aqui, e lamentavelmente no ano seguinte deu menos, ao invés de 9 caiu para 8%.

Então, são essas políticas... Não podem ser culpados Estados e Municípios. Os Estados e Municípios são o lado mais frágil do pacto federativo. Tem que partir de cima para baixo, e só pode fazer dentro de um planejamento global, de uma reforma tributária que possa efetivamente tratar os desiguais desigualmente, privilegiando os mais pobres.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Eu agradeço e quero, somente para concluir essa parte do debate, ouvir aqui o nosso querido Crivella, que pediu a palavra.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Wellington, eu acho que conheci o Nordeste quando vivi em Irecê, na Bahia. Eu morava há 10 anos na África e o programa Repórter Record mostrou a tragédia da antiga capital do feijão. Fui para lá e, em dois anos, com vendas de CDs construímos um Kibutz. Um exemplo de reforma agrária para o país. Doze mil pés de pinha plantados, um milhão de pinhas colhidas por ano. Um povo trabalhador, povo humilde, 700 crianças na escola, pessoas assentadas. No entanto não fiz isso sozinho, eu trouxe técnicos de Israel, do Instituto Ruppin de Tel Aviv. E eles ficaram impressionadas ao verem a riqueza do semiárido baiano e de como era mal aproveitado.

Naquele programa da Repórter Record uma das cenas mais comoventes era a de um senhor que deixou uma carta no domingo em que ele se suicidou. Era um senhor de 42 anos e na carta ele dizia: "Desculpe por isso que fiz com a minha vida." Pedindo desculpas à família. "Depois de quase um ano, tentando negociar um empréstimo no Banco do Nordeste, não consegui." Ele devia aos ciganos, aos agiotas. "Talvez com a minha morte alguma coisa melhore para vocês, que Deus se apiede da minha alma." Assinou uma folha de papel e aos 42 anos se enforcou.

Fui morar em Irecê, passei dois anos lá e ajudei D. Edna, esposa dele, a fazer dois poços. Hoje ela é uma grande produtora de pinha e manga. Ele se matou, porque não conseguiu dinheiro no Banco do Nordeste para pagar os ciganos que vinham na porta da casa dele, porque ele precisava fazer dois poços.

Depois de todo capital humano que o Brasil recebeu do Nordeste, não sou contra a distribuição dos *royalties*. Nós não podemos distribuir o que já foi contratado, até por que nós temos um Nordeste no Rio. Lá nós temos mais paraibanos e cearenses do que na Paraíba e que vieram para construir o Rio de Janeiro. Sem eles não teríamos realizado tudo que fizemos. Mas, hoje, eles vivem nas favelas. Meu avô foi um deles. Meu nome é Marcelo Bezerra. Meu avô é do Nordeste. Tenho muito familiares lá e que lutaram muito.

O Deputado nos deu uma aula, vou me dedicar a aprender o que ele falou no DVD, porque isto aqui está sendo gravado.

O Presidente Lula foi um grande Presidente para nós e deixou, antes de sair, as metas dos 200 anos da Independência e não podemos esperar até lá. E nem podemos achar que vamos alcançar essas metas às vésperas. Mas uma das metas, não sei se o Deputado leu, é elevar a participação do Nordeste no PIB nacional para 25%.

Como é que nós vamos chegar, em 2022, nessa meta que é lei que foi votada e sancionada pelo nosso Presidente? Nós temos que ter um cronograma, termos que ter ações. E acho que o Deputado está no caminho certo.

Wellington eu queria me associar com V. Exª em tudo que for de justiça para o Nordeste brasileiro. Não falo de quem ouviu falar, falo de quem viveu em Irecê, na Bahia, e tenho lá muito amigos. A escola continua lá, a fazenda continua lá. É um exemplo para a reforma agrária no País que tem lá que tem 5800 assentamentos que hoje, a maioria, são favelas rurais. E nós

precisamos aplicar dinheiro nisso. Por quê? Porque hoje 1 milhão de pinhas e eles são autossustentáveis, com exceção da escola que tem uma ajuda, não minha porque não canto, não tenho tempo, mas a igreja ajuda. O restante vive muito bem. Não há um assentado que ganhe menos de mil reais, que é a média salarial do Centro-Oeste que o senhor mencionou agora. As famílias do Centro-Oeste já estão ganhando 1150 reais. É mais do que ganha no Sudeste, porque descobriram as riquezas: plantaram soja, eucalipto. É isso que nós temos que fazer no Nordeste e não podemos neste momento do debate aplaudir o nosso Presidente Lula com a transposição do rio São Francisco. Só Deus sabe o que aquele homem enfrentou para nos dar essa grande obra que foi no passado o seu desafio e, no futuro, será o marco eterno da sua glória como Presidente da República. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Eu que agradeço e me somo a V. Exª. Já temos uma reunião marcada para hoje à tarde para discutir pré-sal, pois já há uma saída de acordo com a sua tese.

Eu quero aqui falar em rápidas palavras, Guilherme, primeiro sobre a proposta. O que estamos querendo desta Comissão como resultado? Que a gente tenha coisas concretas. Pela minha pequena experiência de governador, eu aprendi que, quando a gente tem tudo mastigado, tudo no ponto, ainda temos dificuldade de sermos compreendidos.

O Senador Pimentel lembrava aqui. Estamos aqui discutindo o PPA. Se não soubermos direitinho o que vamos priorizar no PPA, vamos passar mais quatro anos esperando. Então, o que estamos precisando é exatamente disso. Há o Plano rodoviário, há o Plano ferroviário... O que mesmo? Quais são as rodovias?

Eu gostaria aqui de algumas coisas. Primeiro, Júlio, nós vínhamos caindo o crescimento. Chegamos a 47; estamos voltando de novo para 40. A renda *per capita* nacional, nós chegamos a 47 e voltamos para 40, que é o patamar – você tem razão – da época de Getúlio Vargas.

O que estou colocando para vocês é o seguinte: se a gente não tiver a clareza do que precisamos para cada área, a gente vai ter problema. Qual é o sistema publico que precisamos para o Nordeste? E aí eu vou começar pela Sudene. Eu digo para você aqui como Nordestino o que eu disse para o Presidente Lula e para a Presidente Dilma. Eu, ainda como Governador, disse: é preferível fechar – não sei da Sudam, a Sudam é com o Norte – do que permanecer como está. É preciso ter a Sudene para ser o órgão para superintender, para coordenar, para planejar o Nordeste. Ou ele tem força política ou não adianta. Para ser um departamento do Ministério da Integração, ou seja, não é nem um Ministro, é uma área do Ministério, eu acho que não dá. A minha posição é: um órgão, que pode até ter o nome de superintendência, vinculado à presidência da República, com *status* de Ministério, para dialogar com cada Ministro. Ou é isso ou é preferível fechar uma posição. Não é nada sectária, mas a gente não está queimando dinheiro do povo de graça. Segundo, discordo do estudo se for nessa direção. Tem que ter força para não só planejar, não só pesquisar, não só ter esses comitês, ter esses projetos, mas tem que ter força para lidar inclusive com o setor privado. Se não tiver a condição de coordenar fundo, não tem essa capacidade. Tem que coordenar fundo. De onde vem o dinheiro do fundo? Primeiro, é lei, tem que fazer cumprir só. Está certo? Eu tenho defendido: dinheiro do pré-sal com regulamentação, fundo de participação tem que ser requalizado, tanto o dos Municípios como o dos Estados, origem e destino no ICMS, pois é uma brincadeira a gente não regularizar, reordenamento de uma série de desequilíbrios que há no Fundeb.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Só beneficia São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Fundeb; de novo, salário educação, que também beneficia também os Estados mais desenvolvidos. Ou seja, só precisamos equacionar, fazer cumprir lei existente, enfim, para poderem ter o Estado, os Municípios e o próprio fundo de desenvolvimento da região. É isso o que defendo.

Aprendi também. Um Plano para poder se ter acesso aos bens, aos serviços, à qualidade de vida... Se a gente não tiver assim o que falta em cada lugar, não sai. Onde não tem hospital? Falaram aqui de cidades que ainda hoje não têm acesso por asfalto, lugares que têm ainda estrada vicinal.

Eu tenho uma guerra aqui com o Governo. Eu passei oito anos de mandato para fazer uma BR, botamos no PAC e não consegue. Santa Filomena, que é a região que mais cresce no Brasil, cresce a uma média de 27% ao ano a região ali de Santa Filomena, Balsas, Uruçuí, enfim. Ainda hoje é uma estrada vicinal, cerrado. É ou não é, Júlio César? É uma estrada vicinal. Ou seja, não dá para ter esse tipo de tratamento.

Então, o que eu estou aqui colocando... Onde é que tem hospital, onde é que tem matadouro público, onde é que tem as coisas que trazem qualidade de vida e onde é que não tem. Onde é que tem a situação habitacional na forma que o Senador Crivella colocava ali. Quem são as... Se a gente não tiver isso assim, para chegar no MEC e dizer "ó, é aqui que nós queremos ensino técnico", "é aqui que nós queremos universidade", "queremos pesquisas de tais cadeias produtivas", "queremos tais estradas, tais escolas,

tais hospitais", se não tiver isso, não sai. Essa é que é a verdade.

Estava aqui o Senador Amorim me dizendo aqui que Sergipe é um Estado que não tem uma unidade pública para a área do câncer, com uma quantidade imensa de pessoas com câncer. Estou citando um exemplo desse da saúde.

Então, se a gente não estiver com todos esses comitês, dos governos estaduais, dos secretários, dos Municípios... Acho que está faltando aqui do setor privado. Aí o Pimentel dá a dica aqui que tem que ter dois blocos: as médias e grandes empresas, as micro e pequenas empresas, mas o Plano destas tem que estar vinculado, articulado com a implantação das grandes e das médias. E aí estou ficando meio chinês, Senadora Lídice. Se brincar, vou me filiar ao PCdoB para a gente fazer o PCdoB...

Veja só: está certa a China... Tenho um monte de divergência com o governo da China em alguns pontos, mas não tem como a gente ter as reservas de mercado que a gente tem no Brasil.

Esse dado, Pimentel, que você traz aqui das refinarias e das siderúrgicas é a ponta do *iceberg*. Como é que eu tenho ferro em região paupérrima de Pernambuco e na Bahia e no Piauí eu não tenho siderúrgica? Como é que eu tenho reserva de diamante e não tenho sua exploração gerando emprego? Como é que eu tenho região pronta para irrigação, pronta para o cerrado? Como é que eu tenho lagos em que posso fazer piscicultura, em que posso fazer...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Isso aqui não dá. Um Plano que eu quero ver.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, para você ver...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Desculpe-me.

O Plano que eu quero ver... Estou indignado. Um Plano que eu quero ver tem que dizer isso, tem que saber exatamente o que é, onde é. A ideia do território está perfeita, mas em cada território eu tenho que saber para onde vai o desenvolvimento, porque é para aí que eu tenho que canalizar a educação, é para aí que eu tenho que canalizar a infraestrutura, é para aí que eu tenho que fazer as coisas de que essas cadeias produtivas que tem potencial ali precisam.

Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Só para registrar, Presidente. A nossa Transnordestina está comprando as ligas de ferro, os trilhos da China. O Brasil manda o minério para a China, minério bruto...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – É isso.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – ..., ele é transformado em linhas, em trilhos, e nós importamos os trilhos acabados. Agora, nós fomos mudar o Presidente dessa empresa, que tem apenas 3% do capital, parecia que o Brasil estava acabando em face daqueles que o nomearam na época anterior, quando fizeram a privatização. Esse é o debate que nós estamos fazendo, que, lamentavelmente, setores da imprensa e aqueles que ontem foram governo não aceitam essa mudança.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – É isso. Eu quero parabenizar o Governador Jaques Wagner, que, agora, no acordo da China, colocou uma condição para investir em soja lá: tem que industrializar lá, porque, senão, importa só o grão... Quer dizer, a gente produz aqui, a parte dura fica aqui e a parte que gera mais emprego, que gera mais condição de divisa, mais *commodity*, enfim, aí você vai lá para o outro lado. Não dá.

Então, eu quero aqui colocar a Sudene... Porque aí onde está... Tem coisas que a Sudene não precisa de tantas coisas assim... Agora, não tem um projeto...

Eu me lembro que eu fui fazer uma visita uma vez lá com o Fontana... Eu queria... Diga-me aqui... Eu estou precisando desses projetos, eu quero fazer o outro trecho aqui da ferrovia, recuperar uma ferrovia de Teresina para o porto de Luís Correia. Nós estamos precisando aqui de um projeto, um projeto para oferecer ao setor privado.

Você faz o projeto e depois identifica. O governo tem dinheiro, faz totalmente estatal; não tem, faz parceria público-privada, uma parte entra com o financiamento. Então, se a gente não faz isso, dá problema.

Senadora Lídice, desculpe-me, a senhora tinha pedido a palavra também.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Não, não, era para acrescentar, dentre as nossas preocupações, a má distribuição populacional do Nordeste. Nós temos uma concentração, da década de 70 para cá, nossas cidades e capitais estouraram, o Ceará, Salvador, Pernambuco, as regiões metropolitanas dessas grandes cidades, em detrimento de uma distribuição no conjunto do Estado. Então, a contribuição efetiva para se pensar no problema das metrópoles nordestinas.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Qual é o tamanho, qual é a população de Salvador?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Três milhões.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – E da Bahia?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Quatorze milhões.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Qual é a população do Ceará?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Do Ceará, oito milhões e trezentos mil.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Nós somos 17%.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Oito milhões e trezentos mil.

Salvador?

Fortaleza, desculpe-me.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Dois milhões e seiscentos mil.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Então, o problema não é a litoralização do Nordeste. O problema é a concentração, nas maiores cidades, que ou estão diretamente no litoral ou muito próximas do litoral. Exceto Campina Grande, Petrolina, Juazeiro, Teresina, que é a única capital do Nordeste que não está no litoral, todas as cidades do Nordeste, com mais de 300 mil habitantes, estão na região litorânea.

Então, é o modelo. É o modelo: se não há alternativa, ou vai para o Rio de Janeiro, ou vai para São Paulo, ou vai para o litoral do Nordeste. Como o Nordeste está melhorando, estão indo para o litoral do Nordeste.

Então, eu quero aqui apenas dizer, o que estamos pedindo-lhe aqui, para encaminhar à direção da Sudene? Nós vamos precisar rever rapidamente esse Plano, em condições de a gente ter um PPA.

Agora, comecem a trabalhar com coisas concretas. Infraestrutura o que é? O que é que eu tenho de botar no PPA para cada Estado do Nordeste? Em ferrovia, em hidrovia, em porto, em aeroportos, enfim, investimentos necessários na área para irrigação etc.? Onde é exatamente? Na educação, onde tenho de implantar instituto federal, universidade etc.?

Então, são essas coisas que a gente precisa para poder trabalhar aqui.

Muito obrigado e lhe passo a palavra.

O SR. GUILHERME MAIA REBOUÇAS – Obrigado, Presidente.

Eu vou permitir-me começar por essa última, pelo seu último pedido de encaminhamento e dizer que, de fato, isto também é uma ansiedade nossa, transformar diretrizes em projetos. Eu não tenho a menor dúvida disso. Inclusive, na primeira reunião feita em 2008, o Secretário de Estado do Planejamento disse que a gente tinha feito – já aproveito e respondo ao Senador Pimentel que, de fato, o nosso cronograma deve inclusive coincidir com o cronograma do PPA. Ao mesmo tempo em que os Ministérios proponham, vai chegar aqui, exatamente juntinho do PPA, o PRDNE com o seu anexo de projetos e ações já, digamos assim, marcados nos PPAs dos Ministérios e sinalizado o que os Estados devem fazer, quais são os projetos que concorrem para o PRDNE.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Então, deixe-me só reforçar aqui. Se a gente não tiver essa cópia aqui, quem corta são os Ministérios. Vocês preparam lá, encaminham e, aí, vai para o Ministério, corta logo uma parte lá ou chega aqui e a gente não está aceitando... Mandar uma cópia para a gente aqui é essencial.

O SR. GUILHERME MAIA REBOUÇAS – Perfeito. Perfeito, Sr. Presidente.

Mas a questão dos projetos sempre esteve muito ligada a gente. É uma questão de suporte político do processo do Plano, Governador. Porque, em 2008, os secretários já nos alertaram: não dá para esperar o próximo PPA para fazer o Plano de Desenvolvimento do Nordeste.

A Sudene, eu temia inclusive à época – à época, eu fui como Secretário-Adjunto do Planejamento de Sergipe, que é a minha origem –, e eu fui um dos que alertaram a Sudene: "Sudene, institucionalmente, vocês estão precisando de fortalecimento." E esse fortalecimento passa por dar respostas relativamente rápidas aos governadores, que fizeram todo um movimento para a sua reconstrução etc.,

Então, a gente estabeleceu duas agendas: uma agenda que é a agenda de construção desse planejamento, que a gente espera seja um processo interminável eu diria, que a gente está sempre revendo a partir da avaliação dos impactos e dos encaminhamentos, mas, ao mesmo tempo, uma agenda do imediato, do que se precisa.

Então, nós pedimos aos governos estaduais – à época, eu fui demandado pela Sudene – uma relação de projetos prioritários para os Estados, para que a gente conseguisse tirar dali, daqueles projetos, uma agenda conjunta, uma carteira mais ou menos de projetos, para que a gente pudesse chegar ao Ministério do Planejamento e dizer: "Vamos botar isso aqui no PAC. O que não estiver vamos botar!"

E nós conseguimos. Eu posso assegurar que a gente não hesitou em botar essa carteira embaixo do braço, mas a recepção para a carteira, no âmbito da Esplanada dos Ministérios, foi a pior possível. A reação é: "Lá vem o Nordeste de novo pedindo mais projetos, mais isso, mais aquilo!".

A gente elencou... Essa carteira tinha algo em torno de 300 bilhões ao longo de dez anos em todos os Estados do Nordeste, Senador. E a recepção foi ruim a ponto de percebermos que insistir na carteira

de projetos fecharia um canal de entendimento com o Ministério da Integração e com o Ministério do Planejamento, que eram os nossos interlocutores aqui, na Esplanada. De fato, nós temos esses projetos. Não há problema nenhum em repassar essa carteira para que esta subcomissão aprecie e veja o que pode ser feito, mas eu percebi que, na estratégia de tentar dar suporte ao Plano, os projetos que poderiam ser uma coisa que contribuía, dificultavam. E percebi também que ainda há... Quando a gente pensou em tirar uma carteira prioritária de projetos, ainda há uma dificuldade grande nos Estados em eleger prioridades. Então, mandaram coisas como a merenda escolar, programas de merenda escolar nos projetos de infraestrutura estruturante – focamos nisso, projetos de infraestrutura estruturante. E a coisa ainda apareceu muito assim.

Então, a agenda, Senador, é exatamente esta: ainda vamos ter que construir um pouco com os Ministérios, até porque, Senador, o vácuo que ocorreu com a Sudene foi um vácuo que, do ponto de vista organizacional, debilitou bastante a organização. A antiga Sudene – eu inclusive era funcionário, era economista da Sudene na época da sua extinção...

O SR. JÚLIO CESAR (DEM – PI) – Guilherme, o senhor falou, se a memória, não me falha, que o orçamento da Sudene era dez vezes maior do que o orçamento das unidades federadas do Nordeste. Foi isso mesmo?

O SR. GUILHERME MAIA REBOUÇAS – No seu início, sim.

O SR. JÚLIO CESAR (DEM – PI) – No início?

O SR. GUILHERME MAIA REBOUÇAS – No início, na época do...

O SR. JÚLIO CESAR (DEM – PI) – Pois olhe, o Nordeste hoje tem quase um bilhão de orçamento, seria um trilhão, se fosse hoje. Então era muito expressivo.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Ainda bem que não é.

O SR. GUILHERME MAIA REBOUÇAS – Não precisa disso.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Nesse caso, ainda bem que o dado não é mais aquele.

O SR. GUILHERME MAIA REBOUÇAS – Então eu realmente não tenho problema nenhum em repassar essa carteira e todos os estudos que temos que nos embasaram até agora para chegarmos a essa agenda consensual.

Em relação ao fortalecimento da Sudene, é isso. Eu dizia: tivemos uma força de trabalho que foi recolocada em outros órgãos, muitos foram recolocados em outros órgãos. Tínhamos um excelente quadro. A equipe que trabalhou sob esse Plano é uma equipe de cinco pessoas, a equipe que elaborou esse Plano, que articulou com os Estados etc., o que, convenhamos, é uma equipe muito restrita, até para o trabalho de articulação. É claro que a Sudene... Hoje ela tem 170 funcionários, dos quais mais da metade é funcionário de nível médio, e temos aí uma questão demográfica, porque como esses funcionários ainda são da antiga Sudene, Senador, há uma probabilidade grande de que boa parte da nossa força de trabalho se aposente tão logo haja a requalificação da sua carreira. É possível que a gente tenha uma perda e uma necessidade de concurso quase que imediata.

Mas, de qualquer forma, acho que a questão institucional para a qual a Senadora Lídice chamou a atenção é fundamental. Não há como ser coordenador sendo um órgão vinculado ao Ministério da Integração Regional. Também concordo plenamente. Ou a gente possui a atribuição dessa capacidade de coordenador e de chamamento dos outros entes, ou a gente não vai coordenar nada, Senador.

Quero, mais uma vez, agradecer a paciência e a atenção de vocês e dizer que a Sudene está à disposição. Eu gostaria, inclusive, Senador, de sermos convidados pela subcomissão para participar dessas audiências, até levando um pouco da equipe, para que a gente já comece a participar dessa discussão desde seu início. Seria realmente excelente para nós.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Deixe-me dizer. Só temos o Sr. Mario Antônio. Estamos concluindo os trabalhos. Se o senhor quiser falar, terá que ser rápido, por causa do tempo.

O SR. MÁRIO ANTÔNIO PEREIRA BORBA – Eu sou Mário Borba, Presidente da Federação da Agricultura da Paraíba...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Maior prazer.

O SR. MÁRIO ANTÔNIO PEREIRA BORBA – Quero cumprimentar aqui o Senador Wellington Dias, o Dr. Guilherme, que já conheço também da Sudene de Pernambuco, na qual fomos Conselheiros representando a CNA nesse Conselho, e parabenizar pela criação desta Subcomissão de Desenvolvimento do Nordeste, de grande importância, levando em consideração as dificuldades que nós enfrentamos no Nordeste.

Não quero ser repetitivo aqui no que já foi falado pelos Srs. Senadores, pelo Deputado Júlio Cesar também, que é um grande lutador nesta questão do semiárido, mas dizer que essa questão do setor primário do Nordeste, levando em consideração o Banco do Nordeste, tem sido uma aflição na época de hoje para o produtor rural do Nordeste. E nós ficamos preocupados por ser a maior região semiárida do mun-

do, a mais populosa, o semiárido mais populoso. No entanto, temos 18% da população brasileira na área rural e uma perspectiva de, nos próximos anos, de 2050, a gente ter apenas 7% da população brasileira na área rural. Isso são estimativas que preocupam o nosso setor, principalmente o setor do semiárido do Nordeste, levando em consideração o próprio Banco do Nordeste, que diz, na sua criação, que 50% dos recursos do FNE teriam que ser direcionados à área semiárida. Entretanto, isso não acontece em momento algum. O Banco do Nordeste não tem cumprido com isso, o Deputado Júlio Cesar foi bem claro aqui nessa questão do que vem acontecendo, com o que o Banco do Nordeste ganha com isso, e os produtores rurais do Nordeste hoje estão numa dificuldade muito grande com o problema das dívidas dos produtores rurais. São execuções em massa do Nordeste, fazendo com que os homens ruralistas saiam cada vez mais e que abandonem o campo do nosso semiárido; semiárido que tem alternativa, como foi dito aqui.

Eu, por exemplo, já visitei o semiárido da Austrália, onde eles têm apenas de 250 a 300 milímetros de chuva por ano e que, em noventa dias, eles produzem sorgo granífero para alimentar os grandes confinamentos, porque já foram o maior produtor de carne do mundo.

Então, alternativas existem. O Nordeste é viável sim, o semiárido é viável sim, mas, às vezes, eu digo que o Brasil é um País tão rico, que tem tanta alternativa, que o semiárido vai ser o último. Quando eu não sei.

Eu quero mais uma vez parabenizar esta Subcomissão e, quando for à Paraíba, nós estamos à disposição para receber a Subcomissão de Desenvolvimento do Nordeste.

Então, o meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Eu que agradeço ao Dr. Mário Antonio Borba e a todos os participantes, ao Guilherme. Quero dizer que vamos estar juntos e precisamos muito da Sudene para esse trabalho.

Muito obrigado.

(Levanta-se a Reunião às 13 horas e 20 minutos.)

ATA DA QUINTA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE, CRIADA POR MEIO DO RDR Nº 02, DE 2011, COM A FINALIDADE DE "TRATAR DAS POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO NORDESTE", DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE E SETE DE ABRIL DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 09 DA ALA ALEXANDRE COSTA.

Às quatorze horas e vinte e sete minutos do dia vinte e sete de abril do ano de dois mil e onze, na sala de reuniões número nove da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Wellington Dias, reúne-se a Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste com a presença dos Senadores Vital do Rêgo, José Pimentel e Ciro Nogueira. Deixam de comparecer os Senadores Lídice da Mata, Eduardo Amorim e Maria do Carmo Alves. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente divulgada, a presente reunião destina-se à definição do cronograma das visitas aos estados de abrangência da SUDENE. Após a exposição do Sr. Presidente, usam da palavra os Senadores Vital do Rêgo e José Pimentel. Fica aprovado o seguinte cronograma: Alagoas – 23/05; Paraíba – 06/06; Piauí – 13/06; Bahia – 04/07; Pernambuco – 11/07; Sergipe – 15/08; Ceará – 29/08; Maranhão – 05/09; Rio Grande do Norte – 19/09; Espírito Santo – 10/10 e Minas Gerais – 24/10. Em seguida, com a anuência do Plenário, o Presidente submete o seguinte Requerimento em **EXTRAPAUTA**: ITEM ÚNICO: Requerimento nº 07/2011-CDRDN, que requer, "nos termos do disposto no art. 93, II, combinado com o art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste – CDRDN, convidando o Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, para apresentar o plano de investimento daquele banco de desenvolvimento para a Região Nordeste". **Autoria:** Senadores Vital do Rêgo, José Pimentel e Wellington Dias. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinqüenta e cinco minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Wellington Dias,** Presidente da Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste – CDRDN.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Há número regimental. Declaro aberta a 5ª Reunião da Subcomissão Permanente de Desenvolvimento do Nordeste da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 4ª Reunião da Subcomissão.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à definição do cronograma das visitas aos Estados de abrangência da Sudene. Até o presente momento, temos as seguintes datas já acordadas: no dia 23 de maio, temos a ideia de visitarmos Alagoas e tratarmos do desequilíbrio estrutural dos Estados e Municípios que são dependentes de receita partilhada com a União, numa homenagem ao nosso Presidente da Comissão, Senador Benedito de Lira. Há a proposta de que, no dia 6 de junho, possamos ir à Paraíba para discutir lá a infraestrutura.

Quero lembrar aqui que aprovamos um formato da Comissão em que teremos uma apresentação do Governo Federal sobre o balanço do PAC 1 e do PAC 2, ou seja, as principais ações, obras e programas que o Governo tem para a região Nordeste e, especificamente, para aquele Estado. Então, indo-se à Paraíba, serão dadas as linhas gerais dos investimentos no Nordeste, mas tratando de modo mais detalhado o Estado anfitrião.

Na segunda parte, teremos uma apresentação por parte do Governo do Estado. O Governador ou o representante dele fará uma apresentação. Em seguida, teremos um momento com quem apresentou as propostas – e estão pedindo que sejam feitas por escrito. A bancada do Nordeste na Câmara está interessada em participar desta Comissão do Senado com as entidades dos trabalhadores.

Em terceiro lugar, teremos um tema específico. No caso da Paraíba, que citei como exemplo, seria infraestrutura para o desenvolvimento. Então, teríamos a presença de todas as áreas do Governo que tratam da infraestrutura – vamos convidá-las – para a Paraíba e para o Nordeste.

Por último, abriremos os debates. A ideia é que possamos começar por volta de 8h30min e trabalhar esses eventos regionais até mais ou menos às 14 horas.

Está bom o tema da Paraíba no dia 6 de junho? É um período bom, um período de forró também.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Concordo. Acho que a Paraíba recebe com satisfação e expectativa a Subcomissão e anseia por ela. Já tínhamos agendado com o Presidente da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba para que o seu auditório, que é o maior do Estado, pudesse servir. A cidade de Campina Grande é que vai nos abrigar, até porque estamos juntando a festa do maior São João do Mundo, uma festa cultural, folclórica, importante. Há voos diários para a cidade. A carga de hotéis...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Acho que Campina Grande fica mais central também.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Campina Grande fica exatamente a 100 quilômetros de João Pessoa, a 140 quilômetros de Recife, a 180 quilômetros de Maceió. Campina Grande é o epicentro geográfico da região Nordeste.

Eu já tinha de antemão conversado com o Presidente da Federação das Indústrias que a Paraíba é o único Estado que tem a sede da Fiep não na capital, mas no interior. Ele abraçou a ideia. É um visionário desses sonhos da Paraíba, inclusive em sessões importantes. Hoje é o Vice-Presidente da Confederação Nacional da Indústria e pode nos ajudar muito na elaboração desse trabalho. Então, eu só vou agora confirmar com ele que o dia 6 é o dia definido pela Comissão; uma segunda-feira, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – A ideia é fazermos numa segunda-feira.

E aí veja só: nós fizemos uma reunião aqui com vários órgãos de atuação no Nordeste, Banco do Nordeste, Chesf, Codesvaf, Caixa Econômica, Banco do Brasil, BNDES, enfim vamos contatar com outros como Eletrobras, e todos eles manifestam interesse em apoiar e em subsidiar.

Estamos trabalhando uma consultoria técnica, no caso de Alagoas, vamos acertar aqui com o Senador Benedito de Lira e com os demais membros, porque a ideia é que todos os Senadores da região possam nos ajudar nessa organização. No caso da Paraíba, V. Exª...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/ PMDB – PB) – Senador Wilson Santiago já confirmou a sua presença e o Senador Cícero Lucena, que é da comissão de desenvolvimento urbano e que, parece-me, faz parte da nossa Subcomissão...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Também. Da Comissão do Desenvolvimento Regional.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/ PMDB – PB) – Também está engajado; inclusive eu tenho com eles uma parceria e uma solidariedade. Vou-lhes comunicar a data hoje mesmo, para que não haja nenhum conflito de agenda, e fico com a Comissão, trabalhando a questão logística.

A minha função na condição de coordenador é agregar, a partir dos nossos colegas Senadores e da nossa Bancada Federal, que vou comunicar-lhes também dessa decisão, vou estar com o Governador do Estado para também fazer o mesmo, além de V. Exª fazer na condição de Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – O.k. Então, nós decidimos, em reunião anterior,

enviar um questionário às diversas entidades que vão participar do setor público e do setor privado, para que possamos obter informações sobre os dois temas mais gerais, ou seja, do ponto de vista da União e do ponto de vista do Estado, por intermédio do Governo do Estado, sobre os projetos para o desenvolvimento. Junto com isso, também há a ideia de obtermos informações sobre tema específico, e as pessoas e as entidades que apresentarem propostas aqui serão priorizadas durante o debate temático.

Então, peço a V. Exª que nos ajude na coordenação desse trabalho, junto com a consultoria.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/ PMDB – PB) – Farei com imenso prazer.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – No caso de Alagoas, também veremos quem poderá nos ajudar.

Hoje o Governador do Estado do Piauí está aqui, e eu consulto se é possível sediarmos no 13 de junho. *(Pausa.)*

Ele se manifestou favoravelmente; então, é possível.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/ PMDB – PB) – De junho?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/ PT – PI) – Junho.

É o outro painel. Lá o tema é: programa de erradicação da pobreza.

Tinha colocado, Senador Pimentel, uma sugestão aqui, para o Ceará, no mês de julho.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – A ideia era a segunda semana de agosto.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/ PT – PI) – Segunda de agosto? Pode ser. Então, 29 de agosto.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Vinte e nove de agosto, Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Então, 29 de agosto, Ceará. Lá o tema escolhido é: recursos hídricos.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/ PMDB – PB) – Inclusive, já se podia tentar, no Ceará, a apresentação formal da Presidenta sobre o Programa Água para Todos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Essa é a ideia.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/ PMDB – PB) – Seria interessante, até dando esse tempo para ver se o Governo formata o programa todo.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/ PT – PI) – Então, deixe-me sugerir aqui ao Senador Pimentel. Nós estamos acertando aqui convidar todos os Parlamentares, no caso, V. Exª, Senador Inácio Arruda, Senador Eunício, e a ideia é que V. Exª possa nos ajudar na coordenação. Nós vamos ter uma pessoa da consultoria para nos ajudar, não só no plano para organizar o evento lá, como também na consultoria da consolidação de um relatório que expresse fielmente os resultados do evento.

Com a palavra, V. Exª, Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, eu já conversei com o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, e ele se prontifica a acolher, nas dependências da Assembleia, esse grande seminário. Eles têm também o Instituto de Pesquisas vinculado à Assembleia, chamado Inesp, que já tem um conjunto de ações voltadas para o desenvolvimento do Nordeste e do Ceará. Quem preside esse Instituto é o ex-Diretor-Geral do Dnocs, portanto, é uma pessoa que conhece muito essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/ PT – PI) – Então, já fica esse nome como parâmetro.

Na reunião que tivemos aqui com as entidades...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Dr. Eudoro Santana.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Eudoro Santana, que é o ex-Presidente do Dnocs.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Diretor-Geral do Dnocs.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Ex-Diretor-Geral, é verdade.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Na verdade, é presidente, só que, na década de 50, chamava-se diretor-geral, isso permanece até hoje.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/ PT – PI) – Se existir alguma dificuldade ou se for mais adequado, o Banco do Nordeste colocou também a sua estrutura, porque eles têm uma área, que não sei como chamam...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – É um centro de eventos, auditório. A diferença é porque, na Assembleia, nós temos toda uma estrutura de rádio, jornal, televisão, comitê de imprensa... Para se deslocar, vão aqueles mais engajados. Já na Assembleia, os 46 Deputados, pelo menos, passam por lá uma boa parte e participam.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – O doutor em Ceará aqui é V. Exª.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Nós temos feito um conjunto de eventos, quando discute o Estado, dentro da Assembleia, porque tem esse elo maior. Quando se discute a região Nordeste, aí fazemos nas dependências do BNB, dada a sua amplitude.

Então, são duas formas que temos. Não é um contra o outro. É aquele que envolve mais a Bancada Estadual.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Então, deixe-me só fazer o apanhado. Há uma sugestão aqui de fazermos – aí tem que ver aqui se a Bahia topa fazer no mês de julho, que seria o 4 de julho...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Acho que seria importante conversarmos com a nossa Senadora Lídice da Mata, que está sempre aqui conosco.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Falei para os Parlamentares que faríamos essa checagem, mas eu acho que seria importante aprovar aqui um parâmetro, um indicativo, para podermos nortear, a partir daí, os entendimentos.

Então, a ideia é que, no dia 23, faz-se Alagoas; dia 6, Paraíba; dia 13 de junho, Piauí; dia 4 de julho, Bahia; dia 11...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Há uma vantagem nisso, porque 4 de julho... Não, é 2 de julho o aniversário.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – É logo depois do aniversário. Eu acho que era por conta desse tema.

Dia 11 de julho, Pernambuco; dia 15 de agosto, Sergipe; dia 29 de agosto, Ceará; dia 5 de setembro, Maranhão; dia 19 de setembro, Rio Grande do Norte; dia 10 de outubro, Espírito Santo, e dia 24 de outubro, Minas Gerais.

Então, apresentamos essa proposta como parâmetro. Aqui eu só não fiz contato com Minas Gerais. Vou conversar com a Bancada de Minas Gerais, para que possamos ter esse parâmetro.

Qual é a ideia? É de podermos, em cada evento desses, ter um coordenador que nos ajude na organização e convidar, além dos órgãos governamentais, de modo especial, os órgãos que atuam no Nordeste, no semiárido no caso, já que envolve a região de abrangência da Sudene, convidar Municípios, a Assembleia Legislativa, a representação empresarial, a representação das entidades dos trabalhadores, com esse formato que eu tinha colocado aqui, e os Parlamentares daquele Estado nos ajudando nas mesas que serão trabalhadas lá. E escolheremos um dos Parlamentares para que nos ajude a dar uma checada no relatório final a ser produzido aqui, com o apoio da consultoria.

Está combinado?

Deixo bem claro para ver se há concordância. Uma ideia é que possamos ter algo mais detalhado. Vejo muitos planos sobre o Nordeste, mas eu sempre fico com dúvida. Fiquei feliz em ver aqui, nos debates, esse mesmo interesse.

Vamos tratar de educação. Todo mundo fala: "Precisa haver investimento na área de educação; precisa investir em ensino profissionalizante; precisa ser contextualizado no semiárido", mas, efetivamente, se quisermos obter uma informação mais precisa, onde devemos ampliar a universidade federal em cada Estado? Um instituto federal em cada Estado? Que unidades de pesquisas precisam ser potencializadas? Ou seja, que nós possamos sair desse evento com coisas mais concretas.

Ferrovia: quais são mesmo os trechos?

Recursos hídricos: quais são mesmo as barragens? Quais são as adutoras? Quais as áreas em que temos que trabalhar?

Sobre essa área relacionada a rodovias: quais aquelas que devemos priorizar?

Então, estou apresentando aqui a ideia desse questionário anterior, para podermos nortear os trabahos.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Esse questionário é fundamental.

Vejo que os Estados, ou com governos renovados, ou com governos em continuidade, devem ter um mínimo de plano estratégico dos macroinvestimentos para sua áreas.

No caso da Paraíba, esse assunto facilita, porque eu coordeno a Bancada e venho-me encontrando regularmente com ela. Agora, associei também uma representação do Governo do Estado, e aí já temos as metas na área de infraestrutura, que é o tema central da nossa visita lá. E podemos, por exemplo, no que diz respeito a educação, ampliar os nossos institutos federais na área de ensino superior.

Presidente, vejo que os Governos, com esse questionário previamente encaminhado – e aí sugiro que encaminhe tanto ao Governo quanto à coordenação de Bancada dos Deputados...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Com certeza. Hoje estivemos com a Bancada do Nordeste, e eu apresentei para eles, que ficaram muito animados com essa participação.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – É essa animação que vejo até por parte da Bancada Federal do meu Estado, em buscar alternativas que possam trazer grandes evoluções.

Eu queria pedir a palavra pela ordem, para suscitar um tema importante, depois que V. Exª definir a participação.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Então, em relação aos Estados, essas datas. E aqui, só para apresentarmos também, a sugestão que ficou: Paraíba, infraestrutura; Ceará, recursos hídricos; Sergipe, havia sugerido aqui turismo e cultura; Espírito Santo, política de mineração; Bahia, educação, ciência, tecnologia e inovação – ela tinha acrescentado.

Pergunto ao Senador Vital se ele havia colocado na Paraíba também esse tema da zona de processamento de exportação.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Pode incluir infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Tudo bem. Então, infraestrutura e ZPEs, para não deixarmos de tratar aqui. Do Piauí, as políticas sociais voltadas para o Nordeste, para a erradicação da miséria, e o Senador Ciro havia apresentado este da aviação regional. Também é parte da infraestrutura.

Maranhão, com o tema da revitalização dos rios São Francisco, Parnaíba; Rio Grande do Norte, projetos de energia renovável – depois vemos qual é o nome mais adequado com a Senadora Maria do Carmo – Maria do Carmo é Sergipe –, então é Paulo Davim; Alagoas, desequilíbrio estrutural. Em Sergipe, o Senador Valadares havia pedido também um tema específico, que é essa coisa da usina do Xingó, e, Pernambuco, a integração dos órgãos do Nordeste, foi a sugestão que eu captei.

Aqui, o que eu não consegui definir foi na área de Minas Gerais. Realmente, eu não tenho aqui nenhuma sugestão, mas poderíamos tratar da definição da área pertencente ao semiárido e política de atração de investimentos privados.

Então, encaminhamos para votação esse cronograma, repetindo que vamos ter um diálogo com os demais Senadores, e as eventuais alterações apresentaremos à Comissão. Está combinado? Ou seja, novas alterações que forem sugeridas, apresentaremos no dia a dia.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Só para pedir à Comissão rapidez, já que a Paraíba é o segundo na ordem. Aí a responsabilidade aumenta, para fazer um grande evento.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Então, quero colocar em votação.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovados.

O Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado, Senador Benedito de Lira, e o Presidente da Comissão de Turismo e Desportos da Câmara dos Deputados, Deputado Jonas Donizette, têm a honra de convidar para o coquetel de lançamento dos Anais do XXII Congresso Brasileiro da Atividade Turística – CBratur 2010, a realizar-se no dia 27 de abril – hoje! – de 2011, às 18h30, na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do Senado Federal. Então, vão ser distribuídos aqui esses Anais.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Pois não.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Pela ordem.

Eu não sei, aqui há o nosso oráculo. É bom ter um colega como o Pimentel, que sabe tudo. Ficamos levantando alguns temas com a minha inquietude, com minha energia, aí Pimentel vai-me apascentando.

Eu estava levantando aqui, antes de V. Exª colocar em votação, um tema de um estudo com que fiquei preocupado, com a minha visão cartesiana do Nordeste; eu tenho um foco muito presente, muito vivo sobre este assunto: a aplicação dos recursos do BNDES no Nordeste, que é muito injusta. O Pimentel me falou, há pouco, que se prefere que os projetos sejam analisados pelo BNB, por meio do FNE, por força das taxas de juros.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Que são mais em conta. Mas há um tema aqui...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Aí eu gostaria de ver com V. Exª e com o Senador Benedito, que tal se trouxéssemos aqui, ou numa comissão maior, ou na nossa Comissão específica do Nordeste, a diretoria do Banco do Nordeste para tratar dessa questão?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Com prazer.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Porque Pimentel me apresentou isto: "No Ceará, já fizemos essa conversa" – não foi, Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Veja, nosso Presidente: acho que é importante fazer essa audiência pública, e nós deveríamos ter alguns encaminhamentos para que eles pudessem incorporar. O primeiro deles é a presença do BNDES em cada capital nordestina, ou seja, eles teriam um escritório para facilitar o diálogo entre aqueles que pretendem tomar dinheiro emprestado dentro do portfólio da oferta que o banco tem e, com isso, reduz as distâncias nas informações, no encaminhamento dos projetos. Esse é um dos pontos de estrangulamento.

No Estado do Ceará, instalamos o escritório do BNDES dentro da Fiec. O espaço foi cedido para que não tivesse que alugar nenhum prédio. A Federação da Indústria fez um comodato, cedeu um espaço físico, e eles montaram uma espécie de escritório, um posto avançado deles. Isso tem facilitado muito essa relação e a também a formalização de uma série de negócios.

Uma das coisas que ficou patente para nós é exatamente a taxa de juros. Como o FNE oferece uma taxa de juros mais competitiva, os projetos pequenos e médios estão sendo mais direcionados para o FNE; já os grandes projetos que envolvem grande soma de

recursos estão sendo canalizados para o BNDES, e ali, nessa questão de energia renovável, as eólicas são um exemplo concreto.

Como nós temos participação do Tesouro naquele tipo de empreendimento via Ministério de Minas e Energia, o BNDES é o grande financiador desses projetos e há todo um processo de resgate de pagamentos.

Portanto, eu acho que é interessante fazer, mas o nosso pedido primeiro...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Então, para eu compreender. Nesse caso, seria uma audiência com a participação do Banco do Nordeste e do BNDES?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Não, seria só o BNDES, para discutir a sua agenda na região Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Você acha que não convém trazer...

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Não, mistura, porque os juros de um são diferentes dos do outro. O foco de um é diferente do outro. O BNDES, como disse Pimentel, está com os grandes projetos, os megaprojetos...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – O.k.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – O Banco do Nordeste menor.

Para o senhor ter uma ideia, só para justificar verbalmente, aí a Secretaria vai firmar o requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Não, nós assinamos aqui os três.

Nós já aprovamos o requerimento verbal e, depois, formalizamos.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – O Nordeste, com todas as suas dificuldades, é responsável por 14,2% do PIB do Brasil, da riqueza nacional, e só recebeu, em contrapartida, 13% de investimentos do BNDES. Aí eles me justificaram, dizendo que é uma relação PIB/contribuição. Eu questionei, porque nós temos um IDH muito menor do que Sudeste... Concentra riqueza! Mas é uma preocupação que eu trago e agradeço a solidariedade de V. Exª e do Senador Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Então, coloco em votação o requerimento verbal a ser oficializado, que propõe a audiência com o Presidente do BNDES – convite ao Presidente do BNDES –, para que possa fazer apresentação sobre o plano de investimento para a região Nordeste.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Eu queria só fazer uma sugestão antes de encerrarmos, Senador Pimentel. Como o Senador Vital levantou: existe a possibilidade de, nessa data de agosto, convidarmos, inclusive, quem sabe, a Presidenta Dilma para apresentar, no Ceará, o Programa Água para Todos. Como esse é um programa que vai ser lançado junto com o programa da erradicação da miséria e da pobreza, eu acho que poderíamos fazer uma coisa só no Ceará. Vou discutir com o Senador Ciro outros temas, uma outra temática para fazermos no Piauí, para não ficar repetitivo. Havia uma proposta de discutirmos essa área das energias renováveis. Eu posso negociar para fazer no Piauí.

Então, os trabalhos eram basicamente esses.

Agradeço a todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a Reunião às 14 horas e 55 minutos.)

ATA DA SEXTA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE, CRIADA POR MEIO DO RDR Nº 02, DE 2011, COM A FINALIDADE DE "TRATAR DAS POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO NORDESTE", DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM DEZ DE MAIO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 13 DA ALA ALEXANDRE COSTA.

Às quatorze horas e cinqüenta e três minutos do dia dez de maio do ano de dois mil e onze, na sala de reuniões número treze da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Wellington Dias, reúne-se a Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste com a presença dos Senadores Vital do Rêgo, Maria do Carmo Alves e José Pimentel. Deixam de comparecer os Senadores Lídice da Mata e Eduardo Amorim. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente divulgada, a presente reunião destina-se à definição do roteiro de acompanhamento do 1º Encontro da Subcomissão, a ser realizado em 23/05, na cidade de Maceió/AL. Após a exposição do Presidente, usam da palavra os Senadores Vital do Rêgo e José Pimentel. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e doze minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Wellington Dias,** Presidente

da Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste – CDRDN.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª reunião da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Nordeste, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 5ª reunião da Subcomissão.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, solicito a dispensa de leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Em votação.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam, queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Tínhamos combinado este encontro hoje, para tratarmos das nossas audiências programadas. Primeiro, temos uma audiência aprovada com o BNDES. O Presidente do BNDES está numa viagem ao exterior e fez uma proposta para que pudesse, neste primeiro momento, já que ele vai demorar algum tempo, vir aqui o Superintendente, que acompanha essa área de projetos, para fazer uma apresentação, comprometendo-se a, logo após o seu retorno, vir pessoalmente para tratar, inclusive, de algumas novas ações que o Banco quer apresentar ao País.

Creio que poderíamos acatar essa sugestão, pois ela é importante e, então, determinar à equipe para confirmar a data para a próxima semana, dia 17.

Bom, apresentamos uma pauta, de audiências nos Estados: dia 23 de maio, em Alagoas; dia 5 de junho, Paraíba; 13 de junho, Piauí; 4 de julho, Bahia; 11 de julho, Pernambuco; 15 de agosto, Sergipe; 29 de agosto, Ceará; 5 de setembro, Maranhão; 19 de setembro, Rio Grande do Norte; 10 de outubro, Espírito Santo; e 24 de outubro, Minas Gerais.

Isso foi distribuído aos Parlamentares.

O que gostaríamos hoje, aproveitando a preparação desta, a de Alagoas, é de tratar exatamente do nosso roteiro de acompanhamento. A idéia, para lembrarmos aqui o que já tratamos nas reuniões anteriores, é realizar um evento pela manhã que pudesse ser trabalhado de 8 às 13 e 8 às 14, como um prazo suficiente para fazermos esse trabalho, sugerindo aqui sempre um intervalo de 30 minutos nesse meio. No período da tarde, sempre que possível, podermos visitar alguma obra do PAC; enfim, o que for apresentado pela Bancada daquele Estado.

Na proposta para Maceió, foi trabalhada, aqui, a seguinte orientação: primeiro, realizar mesmo dia 23 de maio. A proposta é de que seja no auditório da Casa da Indústria Napoleão Barbosa, na Avenida Fernandes de Lima, 385, Farol, Maceió, Alagoas, das 8 às 13 horas. A proposta é das 8h às 8h30min ter a recepção, o credenciamento, das 8h30min às 9h, a abertura; da 9h às 9h30min, teríamos, na primeira parte, a apresentação do balanço do PAC 1 e PAC 2. Aqui, estamos convidando o Ministro da Integração e Ministro do Planejamento e Coordenador do PAC, acho que vale a pena acrescentar aqui, de 9h30min às 10h. Na segunda parte, teremos uma apresentação das ações específicas do Estado.

Quero só chamar a atenção de que a ideia é mais do que a apresentação das obras em andamento, a ideia é a de que o Estado possa apresentar a proposta de obras e de programas para o desenvolvimento do Estado, mesmo os que não estão em andamento, mesmo que seja apenas um embrião de proposta. E que o Governo possa apresentar, porque é exatamente colher dos Estados informações que possam subsidiar ou novas levas do PAC 2 ou a abertura do PAC 3, conforme decidiu o Governo Federa, ou em outros programas que venham a surgir.

Das 10h às 10:30h, teremos o debate sobre o desequilíbrio fiscal. Neste caso, teremos a presença do Senador Benedito de Lira, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado. Neste ponto, eu queria ver se a gente poderia realizar uma reunião preliminar que precisa ser na próxima semana. Seria uma reunião administrativa para a qual convidaríamos os Secretários de Fazenda e Planejamento da Região Nordeste, para que pudéssemos trabalhar este tema. Temos de fazer uma preparatória para a reunião sobre o desequilíbrio fiscal dos Estados do Nordeste, de Minas Gerais e do Espírito Santo. (*Pausa*.)

Senadora Maria do Carmo, seja bem-vinda!

Estava relatando a programação para a visita aos Estados. Estamos tentando detalhar um pouco mais a visita a Alagoas, que será a primeira. A proposta é que seja no dia 23 de maio. Será uma segunda-feira. Na pauta, trataremos do balanço do PAC 1 e 2 pelo Governo Federal – isso vai acontecer em todos os Estados – e das ações específicas para o desenvolvimento do ponto de vista do Estado. Será uma apresentação, no caso, do Governador Téo Vilela, e um debate sobre o tema do desequilíbrio estrutural e fiscal dos Estados que têm maior dependência de receita partilhada com a União. Estamos nos propondo a fazer uma reunião administrativa com os Secretários de Fazenda e Pla-

nejamento, na próxima semana, que possa nos permitir detalhar melhor as alternativas que eles estão estudando no Fórum dos Secretários, exatamente sobre esse tema.

Então, às 10:30h, teríamos um intervalo. Em seguida, abriríamos o debate. A previsão é de que às 13h possamos ter o encerramento e o almoço. Havendo agenda, faremos a visita a alguma obra do PAC e estaríamos liberados, como será segunda-feira, para vir para Brasília.

O que estamos sugerindo, para ver se há alguma coisa a acrescentar é convidar, além do Governador, do Vice-Governador, dos membros da Assembleia Legislativa e da bancada federal daquele Estado, os Parlamentares da Coordenação da Bancada do Nordeste na Câmara, os Prefeitos dos Municípios, as entidades empresariais dos trabalhadores, os órgãos federais que atuam na Região Nordeste, tanto empresas quanto autarquias. Estou esquecendo mais algum? (*Pausa.*) Vereadores também. Os vereadores ficam zangados quando a gente se esquece deles. Bem lembrado, Senador Pimentel. Mais alguma sugestão? O Senador Vital do Rêgo informou aqui que a próxima será na Paraíba, na Federação da Indústria, onde vai ocorrer o evento. É em Campina Grande? Não é na capital? Porque aqui é em Maceió, não é? Vou tratar com ele.

Mas a gente tem dado liberdade nesse diálogo, tanto o Governador como a Bancada do Estado, de nos apresentar a alternativa. O normal é fazermos na capital.

Então, basicamente, esse é o encaminhamento. Estamos acertando essa parceria com a Bancada do Nordeste na Câmara, de termos uma cobertura desse evento, com as entidades. Vamos precisar ter na reunião preparatória com os órgãos, os secretários. Gostaríamos também de ter a presença da equipe tanto da Consultoria, que vai estar nos acompanhando, como em relação à Etene e outros órgãos que se colocaram à disposição desse trabalho.

Eu tinha sugerido de podermos ter uma precursora, poder ir alguém antes lá. Qual é o encaminhamento, pela experiência da Secretaria? (*Pausa.*) Estão me dizendo que a equipe do Senador Benedito, que é o Presidente da Comissão, está dando o suporte adequado. De qualquer modo, acho que seria interessante se pudéssemos ter a condição da chegada, pelo menos um dia antes, de alguém da equipe para poder tratar dos detalhes. OK?

Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Presidente, acho que está correto, mas, para que as pessoas pudessem ir antes, seria bom formalizar junto à Comissão Permanente para dar toda a cobertura a eles. Em Alagoas não vai precisar porque o próprio Presidente, Benedito de Lira, nos dará esse suporte, mas, nos outros Estados, seria bom formalizar até como forma de dar cobertura a eles, para que eles não ficassem tão dependentes de boa vontade.

A segunda coisa, Sr. Presidente, é que, no dia 23, vamos ter aqui uma sessão solene sobre os 70 anos da Justiça do Trabalho e terei de estar presente, pois sou o autor do requerimento e também vou precisar fazer uma série de argumentações. A audiência será às 11 horas, segunda-feira, no dia 23. Portanto, nessa primeira, não vou poder comparecer, mas nas demais estarei presente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Dito isso, seria interessante fazer um levantamento com os Membros da Subcomissão, porque confirma a presença, para que a gente pudesse estar informando à equipe organizadora no Estado.

Mais algum tema?

Então, nada mais havendo a tratar... Pois não. Aliás, o que o Senador Pimentel coloca nós poderíamos aqui aprovar, declarar aprovada a proposta verbal que ele apresenta com vistas às demais visitas. Então, a proposta é de que possamos realizar a audiência, já aprovada aqui, com o BNDES e com a coordenação da Bancada na Câmara.

Então, marcamos de fazer uma reunião aqui. Convidamos o Deputado Gonzaga Patriota e o Deputado Zezéu Ribeiro; ele estará trazendo aqui os Parlamentares para a gente tratar exatamente dessa parceria da Bancada na Câmara com o Senado a respeito desse trabalho.

Combinado? Na quinta-feira então.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a Reunião às 15 horas e 12 minutos.)

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE, CRIADA POR MEIO DO RDR Nº 02, DE 2011, COM A FINALIDADE DE "TRATAR DAS POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO NORDESTE", DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM DEZESSETE DE MAIO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 9:30 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 13 DA ALA ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e dois minutos do dia dezessete de maio do ano de dois mil e onze, na sala de reuniões número treze da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Wellington Dias, reúne-se a Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste com a presença dos Senadores Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Maria

do Carmo Alves, José Pimentel, Wilson Santiago e Cícero Lucena. Deixa de comparecer o Senador Eduardo Amorim. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente divulgada, a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública em atendimento ao Requerimento nº 07/2011-CDRDN, de autoria dos Senadores Wellington Dias, José Pimentel e Vital do Rêgo, respectivamente, com o objetivo de "apresentar o plano de investimento daquele banco de desenvolvimento para a Região Nordeste." A Audiência Pública é realizada com a presença do senhor Elvio Lima Gaspar, Diretor do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Após a exposição do convidado, usam da palavra os Senadores Vitais do Rêgo, Cícero Lucena, Wellington Dias, Lídice da Mata e Wilson Santiago. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinqüenta e nove minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Wellington Dias,** Presidente da Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste – CDRDN.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Subcomissão Permanente de Desenvolvimento do Nordeste, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 6ª reunião da Subcomissão.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Gostaria de fazer alguns comunicados e pedir à Comissão que possa transmitir aos demais membros.

A Subcomissão realizará hoje, às 17 horas, nesta Casa, uma reunião técnica, com o Secretário de Fazenda e Planejamento – aqui temos o representante da nossa gloriosa Bahia – de todos os Estados de abrangência da Sudene, os nove Estados do Nordeste mais Minas Gerais e Espírito Santo, que compõem parte do semi-árido nordestino, sobre os entraves ao desenvolvimento do Nordeste.

No dia 19, quinta-feira, às 9 horas e 30 minutos, na sala de reunião nº 19 da Ala Alexandre Costa, realizaremos a 8ª reunião da Subcomissão, com a presença do Deputado Gonzaga Patriota, coordenador da bancada do Nordeste e outros Parlamentares. Na verdade, estamos fazendo o encontro para programação conjunta dos eventos de visita aos Estados.

Por fim, no dia 23 de maio de 2011, próxima segunda-feira, a partir das 8 horas, acontecerá a primeira visita técnica desta Subcomissão, em Maceió, Alagoas, no auditória da Casa da Indústria Napoleão Barbosa, localizada à Av. Fernandes Lima, 385, Farol.

Devo dizer que o Senador Benedito de Lira requereu uma aeronave. A ideia é que os Senadores que se encontrem em Brasília ou que possam vir a Brasília viajem juntos para facilitar o momento do retorno.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 7/2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional, aprovada em 27 de abril de 2011, para apresentação do plano de desenvolvimento do BNDES para a região Nordeste.

Temos convidado o Dr. Elvio Lima Gaspar, diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, representando o presidente Luciano Coutinho.

Devo lembrar, convidando o Dr. Elvio e sua equipe, a quem agradecemos a presença, que esta Subcomissão tem por objetivo integrar um conjunto de planos, estudos, programas, para o desenvolvimento da região Nordeste. A partir da visão e do plano da União para os investimentos no Nordeste, ouviremos os Estados do Nordeste, nas visitas que vamos fazer. Teremos uma apresentação por parte do Governo Federal e por parte do governo de cada Estado, com foco nas políticas de desenvolvimento da região. Na área dos órgãos de fomento, de financiamento, de gestores dos fundos, o objetivo é podermos receber informações das aplicações desenvolvidas na região e o planejamento que está sendo feito pelo BNDES nesse caso.

Queremos contar com o BNDES no sentido de nos subsidiar com os levantamentos, com os estudos, com um olhar para essa região e, ao mesmo tempo, podermos, nesses eventos regionais, contar com a presença do BNDES.

Nós vamos contar, nessas regiões, além da subcomissão propriamente, com a bancada do Nordeste organizada na Câmara e no Senado, o fórum dos governadores, fórum empresarial, entidades dos trabalhadores, dos Municípios.

Acreditamos que, com os subsídios que temos do BNDES, da Sudene, do Banco do Nordeste, do Ministério do Planejamento, enfim, das mais diferentes áreas, teremos condições de subsidiar o Congresso Nacional no plano plurianual, na lei de diretrizes, no

Orçamento. Poderemos traçar um conjunto de prioridades, o Executivo, o Legislativo, as empresas, o setor privado, para o desenvolvimento dessa região.

Em conformidade com o art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: o convidado fará a sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e pelas Senadoras inscritos. A palavra aos Senadores e às Senadoras será concedida na ordem de inscrição. Os interpelantes dispõem de três minutos, mas temos sido flexíveis, e o prazo é igual para as respostas do interpelado.

Iniciando os trabalhos, concedo a palavra ao Dr. Elvio Lima Gaspar, para sua exposição.

O SR. ELVIO LIMA GASPAR – Bom dia todos, Presidente Wellington, meu querido amigo, ex-governador, demais membros da Subcomissão, é um prazer, é uma honra o BNDES poder vir a este plenário discutir com os senhores alguns aspectos do que nós consideramos uma política de desenvolvimento regional, na qual o BNDES e as outras agências de fomento vêm buscando implementar não só no Nordeste ampliado, considerando a região Sudene, norte de Minas e Espírito Santo, mas também nas demais regiões do País.

Em 2003, 2004, um estudo elaborado pelo Ministério da Integração subdividiu o País em diversas sub-regiões e percebeu-se que nem as regiões nem os Estados se comportam da mesma forma, dependendo de cada pedaço de cada Estado que você esteja falando. Isso exige, portanto, políticas diferentes, que atendam à diversidade de desenvolvimento, ao estágio de desenvolvimento e de articulação de cada um.

Em 2003, 2004, nós começamos a pensar e a trabalhar muito intensamente a diminuição da taxa de juros, redução de percepção de risco. Explico o que é isso. Eu admitiria que uma empresa que estivesse em Eliseu Martins tivesse um risco maior do que eu pudesse suportar porque estava ali; se normalmente financiamos siderurgia com 2% ou 3%, se for em Eliseu Martins ou se for em Simplício Mendes, vai ser a 1%. Nós imaginamos que essas diferenças de taxas e de percepção de risco seriam suficientes para gerar uma atração para instalação das empresas. Nós percebemos que isso colabora, mas é absolutamente insuficiente. Há de haver um conjunto grande de políticas entre as quais se incluem as ações ativas dos bancos de fomento, nos limites do que nós podemos fazer, para que efetivamente se consigam atrair os investimentos para a região. Então, vou discorrer um pouco sobre isso.

Quando o presidente Luciano Coutinho assumiu, em 2007, nós reproduzimos um pouco o objetivo do então Presidente Lula, a grande estratégia do governo Lula, na lógica do desenvolvimento regional, qual seja, nós precisamos de desenvolver a economia, ampliar a capacidade produtiva. Para isso, precisamos de ser competitivos e de investir em inovação, mas isso deve ser feito distribuindo essa possibilidade, essas riquezas pelo País inteiro – portanto, uma política ativa de desenvolvimento regional. Acho que ninguém mais do que o Presidente Lula fez isso deliberadamente, fortalecendo e fomentando a existência de uma Transnordestina, apesar de tantos anos que já se discute o assunto de interligação de bacias. Há um esforço grande junto à Petrobras para que as duas refinarias migrassem para o Maranhão e para o Ceará. Até mesmo a Copa do Mundo, tema tão caro para todos nós, o próprio Presidente Lula – o Governo Federal – estimulou muito que ela fosse acontecer em 12 cidades. O sentido era de que o Brasil estava recebendo a Copa do Mundo, não somente aqueles Estados onde houvesse maior viabilidade econômica para posterior uso daquela arena.

E tudo isso significa obras em Manaus, significa obra em Natal, significa a melhoria do aeroporto, do viário, e todo esse conjunto de investimento, derivado de uma ação política, ação essa que quer que esse desenvolvimento seja feito para todos, acaba tendo efeito. E todo esse desenvolvimento econômico, inovação, distribuição regional tem como corolário, como referência principal a questão da geração de emprego.

Então, nos começamos a transformar isso para dentro do Banco. O que nós tínhamos que fazer? Tínhamos que agir na redução das desigualdades com aquilo que tínhamos em mão, juros e tudo mais, mas também com ajuda ao Governo na formulação política. Precisávamos modernizar a administração pública, porque percebíamos que, antes de mais nada, a capacidade de atrair investimento, dar condições para investimentos, ser atraente, depende essencialmente dos governos estaduais – dos governos municipais também – dos governos estaduais estarem preparados, desburocratizados, capazes de oferecer outras coisas além do que o BNDES ou o BND podem oferecer de diminuição de taxas de juros, para que as empresas possam vir a se instalar.

O Estado e mais do que a sua capacidade de oferecer coisas, mas de planejar e de enxergar e oferecer esse planejamento para investidores era central. Então, era importante trabalhar na direção da modernização da administração. Agimos no âmbito de um programa chamado Modernização das Administrações Estaduais, com a nota fiscal eletrônica e tudo mais. Agimos também com outro programa, que é o PMAE, para a administração, embora com esse ainda tenhamos mais frustrações do que vitórias. Mas achamos que esse é o caminho certo.

Fortalecer a microempresa. O que nós havíamos concluído? Toda a riqueza gerada em Suape, por exemplo, num primeiro momento, tende a comprar produtos fora de Suape, ou, o que a gente consegue fazer de algum esforço no porto de Pecem, acaba gerando encomendas em São Paulo, no Rio de Janeiro ou mesmo no exterior. Então, precisamos fortalecer a micro e a pequena empresa locais, para que elam possam ser fornecedoras de serviço . Com isso, você deixa mais dinheiro, digamos assim, mais economia, mais renda naquela região.

Essa estratégia, com todos esses elementos, no mínimo inverteu uma curva. Isso também vale para o Nordeste, sozinho, Senador. A política foi mais evidente para o Nordeste, sozinho. Mas como esta Comissão é Nordeste, mais Minas e Espírito Santo, eu usei os dados de Minas. Mas, pegando esse mesmo gráfico do Nordeste, é mais acentuado. No ano 2000, nós tínhamos 25% do desembolso para essa região, mas muito concentrado em Minas Gerais, veio caindo até 2003, 2004, chegou ao fundo do poço em 2005, e, a partir dessas políticas, nós já recuperamos uma participação significativa. E olha que o crescimento do desembolso do BNDES foi extraordinário. Cresceu muito o desembolso do BNDES e cresceu muito mais nessa região, tanto que aumentou sua participação no processo.

Eu vou lhe dar alguns números. Vou pegar do lado esquerdo. Essa região corresponde a 24,7% do PIB brasileiro e os desembolsos para a região, em 2009/2010, foram 25,9%.

Qual era o nosso objetivo no Nordeste? Foi uma coisa que discutimos muito fortemente com o então Governador Wellington Dias, que era o seguinte: o Nordeste tem mais ou menos 28% da população, 14% do PIB e o BNDES, há essa época, 2004 e 2005, estava desembolsando 8%. Então, nós desembolsamos 8% do Nordeste, sendo que no mínimo a participação do PIB do Nordeste na indústria nacional era de 14% e da população, 28%. O melhor, em um mundo mais igual, seria que investíssemos os 28% para dar uma mesma distribuição *per capita*, mas nós miramos para que, pelo menos, nos 14% nós chegássemos, e chegamos. Só com o Nordeste – para creditar os 26%, estão Minas Gerais e Espírito Santo – nós chegamos. Chegou a 17%. Agora está em 15%. Ou seja, passamos do PIB. Vamos ver se avançarmos mais nesse projeto de longo prazo de distribuição de renda e distribuição de desenvolvimento regional para tentar chegar ao Nordeste com os seus 28% de população.

(Próximo, por favor.)

A distribuição é essa. Minas Gerais ainda é muito importante.

(Próximo, por favor.)

Uma coisa boa é o seguinte: o verdinho são as aprovações e o desembolso é o azul. Como as aprovações estão acima dos desembolsos, isso significa que esse caminho, essa velocidade de crescimento dos nossos investimentos no Nordeste, ampliada com Minas e Espírito Santo, está continuando.

(Próximo, por favor.)

O crescimento, portanto, da participação dos desembolsos no Norte e Nordeste ampliado é muito maior do que o crescimento do PIB. De 2007 a 2010, o crescimento do PIB teve uma ordem de 4,5%. O PIB nacional foi de 4%, mas o PIB da região foi esse. O crescimento do desembolso do Nordeste, ou seja, essas políticas de que falei ali atrás acabaram resultando em um efetivo desembolso, ou seja, em aplicação de recurso do BNDES nessa região.

(Próximo, por favor.)

E uma coisa boa é que mostra que cinza é um item forte. O cinza é basicamente serviços, mas nesses serviços 90% é infraestrutura. Nós estamos falando de energia eólica. Nós estamos falando de estrada. Nós estamos, enfim, falando de serviços de infraestrutura que estão nessa categoria. É óbvio que a indústria que está produzindo... A IMPSA, em Pernambuco, é enquadrada como industria, mas ela é um pedaço. O grosso são os investimentos na infraestrutura de energia, de estradas e de portos, o Pecém, SUAPE e tudo o mais.

(Próximo, por favor.)

Se pegarmos só micro, pequenas e médias empresas, as estratégias de reforçar, para que possam levar a sua produção e a sua venda internamente em função desses ícones puxadores de investimentos, acabou dando certo mais em 2009 e 2010, em função da crise, porque teve um programa espetacular chamado PSI.

O programa de sustentação de investimento foi um programa que baixou a taxa de juros e o Governo deu subsídio na veia, ou seja, se a empresa queria comprar máquina, comprava a 4,5%, taxa fixa. Ao fazer isso, o grande beneficiário, e obviamente seguramos um pouco o volume de investimento para as grandes empresas, foram as micro, pequenas e médias empresas, que saíram de em torno de 20% do banco e foram para 40%. E o Norte e o Nordeste, como têm muito mais micros e pequenas empresas, foram os grandes beneficiários. Deram um salto.

Um dos grandes caminhos disso – a próxima, por favor –, foi o cartão BNDES. O cartão BNDES tinha, em 2004, essa distribuição. Ele não é muito focado... Nessa época, 44% do cartão do BNDES era em São Paulo, não era nem no Sudeste. Era em São Paulo. E as outras regiões tinham.

(Próximo, por favor.)

Já agora a distribuição do BNDES ocupa todo o território nacional. É muito forte no Nordeste. Por conta disso, o cartão BNDES pega as empresas formais de todo o País, mas as do Nordeste se formalizaram, são micros e pequenas empresas, que com o PSI junto conseguiram empurrar um investimento baste forte.

(Próximo, por favor.)

Ai só para poder dizer que o seguinte. Por outro lado, outro caminho em que houve um investimento muito forte, recente, em função da crise... Aliás, Senador, muitas vezes o pessoal quer eleger o prêmio Lehman Brothers, porque muitas boas políticas foram possíveis depois que houve a crise econômica. Há muito tempo discutimos a necessidade de subsidiar a habitação diretamente para baixa renda, mas estava muito travada, e aí houve o Programa Minha Casa Minha Vida. Há muito tempo que nós discutíamos que tínhamos que ajudar os estados do Nordeste a garantir o seu nível de investimentos. Por conta da crise, o BNDES colocou R$10 bilhões, em um programa chamado PF, PF-1, PF-2. Como ele foi direitamente proporcional ao fundo de participação dos Estados, e até para compensar a queda no fundo de participação dos Estados... O verde mostra que a região recebeu 60% dos recursos que foram contratados e desembolsados.

(Próximo, por favor.)

Bom, eu queria falar um pouco, sem me alongar muito, sobre a estratégia que nos julgamos ser a mais vitoriosa.

Então, se nós estamos falando em conseguir atrair grandes investimentos para a Região e, em torno desses investimentos, a empresa se instalar para fornecer para elas usando a mão de obra local, se nós estamos falando que isso tudo tem que ter uma viabilidade econômica, nós temos que ter um planejamento sobre isso. O que é esse planejamento? O que nós estamos estimulando que os Estados façam? Nós estamos estimulando muito fortemente, e aí criamos uma linha especial para isso, chamada linha BNDES Estado, que consiste no seguinte: se o Estado se debruçar sobre sua economia, sobre suas relações sociais, sobre os seus objetivos de longo prazo... Eu quero, por exemplo... Se o governante declarar, mesmo que não seja no seu mandato, o mandato um ou o mandato um mais dois, mesmo que não seja nesses mandatos, que quer que, em dez anos, universalizar o saneamento... Se eu quero, dentro de cada um desses pedaços do meu Estado, que são pedaços diferentes – a Região de Eliseu Martins é diferente do semi-árido mais próximo do Ceará e é diferente da Região de Parnaíba –, se eu quero que cada um desses tenha um modelo de desenvolvimento, eu planejo o que quero buscar em cada um deles. Com isso, com esse plano global, que pode ser de longo prazo, para além do PPA, para além do normativo PPA, mas olhando bem para frente, nós podemos imaginar o quanto isso significa de investimento, e estamos dispostos a investir em todas as dimensões, na dimensão econômica de atração de investimentos, de formação de estrutura, porque sabemos e percebemos, com todos esses esforços que nós fizermos, que, nesses investimentos estruturantes, nesses grandes investimentos, nos investimentos em infraestrutura dos Estados, sendo o Estado, ele mesmo executor, ele mesmo o contratador desses grandes investimentos, é ele que vai construir as possibilidades de um desenvolvimento mais rápido dessas regiões; é ele que vai construir as possibilidades de um desenvolvimento mais rápido dessas regiões; é ele o organizador disso. O organizador disso é o dono dos territórios. É o governante eleito que tem as suas prioridades e tudo o mais.

Então, nós estamos muito dispostos e montamos esse programa para apoiar os projetos de desenvolvimento dos Estados. O primeiro que apareceu foi o programa de investimento e desenvolvimento sustentável do Acre, que a rigor já tem 10 anos. É um programa superexitoso. Ele tem todas as dimensões. Tem desde construir a fábrica de camisinha até o saneamento de Rio Branco, a construção da capacitação de servidor, a melhoria da gestão da prefeitura, enfim tem um conjunto de dimensões. Ele olha todos os aspectos e imaginou: "Bom, eu só posso me endividar em R$300 milhões neste momento, então, fazemos os primeiros R$300 milhões e já estamos no PED-5, com mais de R$ 1 bilhão investido no Acre."

Em 2007, o Governador Déda nos apresentou um projeto para Sergipe. Da mesma forma, dividiu em doze regiões e sub-regiões, identificou as vocações de cada uma dessas sub-regiões e disse "o grande problema daqui é a ligação por estrada", "o grande problema daqui é eu ter um porto", "o grande problema daqui é desenvolver uma atividade econômica, porque está um vazio", e estamos apoiando todo esse conjunto de investimentos. Ele agora está no Sergipe, cidade dois, pois já deu entrada conosco há um mês.

Esses dois programas são filhos do PF-1 e o PF-2, porque nos PFs, em função de uma ação emergen-

cial, foi suscitada a idéia de fazermos isso apoiando o projeto. Aí vale tudo. Não precisa ser projeto a projeto, porque demora a olhar, tem que examinar o preço e identificar cada pedacinho desse investimento. A ideia é que a gente apoie o plano de investimento, a estratégia.

Então, acho que esse é um caminho.

Um segundo caminho, Senador, que estamos achando que é um caminho vitorioso, é apoiarmos o empuxo dado pelos projetos estruturantes e avançarmos para que esse efeito renda, que é gerado naquela região, seja apropriado por mais e mais pessoas. É uma história de insucesso no País que, aliás, gera crítica em todas as ONGs, Oscip's e tudo mais: muitas vezes, o governante local – e historicamente, há 500 anos, fazemos isso – buscava e brigava por isenções para atração de investimentos estruturantes sem pensar o quanto isso poderia trazer de bom e, ao não fazer isso, olvidava o que isso poderia trazer de ruim, de atração indesejada de pessoas, sem infraestrutura urbana capaz de comportá-las e com todas as deseconomias, enfim, desastres naturais, desastres ambientais, desastres sociais que se criavam. Depois, chega o dinheiro dos royalties daquele investimento, o dinheiro do ICMS e já se tem favelas, e temos que construir infraestrutura por debaixo delas, o que custa dez ou vinte vezes mais.

Quer dizer, o que estamos estimulando? Vamos olhar cada um desses grandes projetos e usar... Hoje, no País, há muitos em todos os Estados. E vamos trabalhar esse empuxo, vamos adiantar na frente os investimentos de infraestrutura, vamos adiantar as possibilidades de ação econômica que vão dar conta de fornecer serviços e produtos para esses investimentos estruturantes, a fim de que eles possam não só deslanchar, mas que possam deixar grande parte dessa riqueza ali, fazendo com que seja, de fato, um projeto que gere desenvolvimento e não apenas um enclave historicamente colocado, porque sempre foi assim: um enclave de renda que gera muita pobreza no entorno. Então, estamos avaliando muito fortemente essa discussão.

O terceiro... Onde não existe esse projeto estruturante, estamos tentando trabalhar com os governos dos Estados a elaboração de apoios a APLs de baixa renda, tais como cooperativas. Fizemos um com o governador, quando ele era governador no Piauí. Vamos avançar que vou mostrar isso mais à frente.

Enfim, já falei sobre o BNDES/Estados, um planejamento e ordenamento territorial. No caso dos APLs de baixa renda, a lógica é fazer parcerias com o governo do Estado, ou seja, o governo do Estado é o melhor parceiro que se tem, pois sabe o que quer em cada pedaço do seu território. E criamos editais para apoiar tal ou qual região, setor, ovino, caprino, laticínio, ou o sisal, no caso da Bahia, enfim, apoiamos as atividades de baixa renda com recursos nossos e com recursos do Estado.

Para que vocês possam ver o que já estamos apoiando no Nordeste – não chegamos a Minas e ao Espírito Santo, mas chegaremos –, o Ceará já fez duas operações... Em cada uma dessas situações... Os convênios do Piauí ainda estão em assinatura, mas serão assinados.

O número de projetos que foram recebidos... Só para se ter uma ideia, foram abertos R$5 milhões e receberam 300 projetos. Lembro-me, conversando com a equipe técnica, que o pessoal lamentava ter que colocar muita coisa boa para fora porque não cabia apoiar. Para se ver o quanto não é verdadeira a história de dizer que não há projetos. Se abrirmos possibilidades, abrirmos caminhos e apoiarmos tecnicamente, os projetos vão aparecer.

Quais são os desafios que são colocados para o fortalecimento do planejamento do Estado, APLs junto com os Estados, enfim, para a melhoria da gestão pública? Essa é uma decisão que temos que tomar, mas não em relação à melhoria da gestão focada apenas no aumento da receita ou diminuição da despesa, que obviamente é importante para sustentar, mas principalmente a melhoria da gestão pública focada na qualidade e na quantidade de serviços públicos entregues à população. Precisamos mudar um pouco o paradigma e dizer: quero entregar mais serviços e de melhor qualidade e, para isso, preciso melhorar a gestão, que significa reduzir custo da entrega, mas também qualificar e tudo o mais.

Também precisamos desenvolver projetos executivos. Muitas vezes, não estamos conseguindo pegar dinheiro do PAC, que são vetores de desenvolvimento, porque não temos projetos executivos prontos. E a Presidenta Dilma já sacramentou este ponto: só entra para o PAC 1, PAC 2, PAC Saneamento, PAC Transporte Urbano se tiver um projeto, senão tem que se entrar na fila do projeto e depois é que se vai. Precisamos encaminhar a questão de regularização fundiária, ambiental e tudo o mais.

Deixe-me concluir, Senador. Primeiro uma crença nossa. É possível um desenvolvimento regionalmente equilibrado no País. Aliás, ele é mais do que possível, ele é necessário não só economicamente, porque é um desperdício não se aproveitar as potencialidades que cada uma das regiões tem por si sós, intrínsecas às suas próprias, mas também por conta da própria coesão política. É uma necessidade política promovermos esse desenvolvimento sustentável, regionalmente equilibrado. Não é possível admitirmos passar mais anos numa

disputa por carrear mais recursos para lá ou para cá, de forma aleatória e individualizada. A distribuição de recursos tem que ser feita para que o País cresça por igual, pois isso é o grande gerador da integridade e da identidade nacional que precisamos apoiar.

E o que é o principal? É possível fazer isso. Estamos absolutamente convencidos. Mas é central, para isso, que os Estados olhem o seu futuro, planejem o seu futuro. É parte central que tenhamos o dono do território olhando, planejando e se enxergando. E, na medida do possível, o BNDES está muito disposto a ajudar cada um dos Estados a fazer esse planejamento.

É muito importante que, ao conseguirmos atrair grandes empreendimentos, e eles existem hoje e existirão mais a curto prazo, olhemos para o seu entorno tanto quanto olhamos no esforço para atrair esse investimento. É tão importante cuidarmos do entorno de Belo Monte do que do próprio Belo Monte. Porque no entorno de Belo Monte pode ser feito um projeto de desenvolvimento regional, caso contrário, ele será alvo não só do ativismo político, ONGs e tudo o mais, mas vai produzir uma deseconomia que não interessa nem àqueles defensores de Belo Monte. É possível, sim, construir um projeto de desenvolvimento que torne aquele local exemplar para o mundo, ou seja, que mostre como se pode fazer um projeto que as populações residentes ganhem e aquelas que venham a querer morar por ali também ganhem.

Onde não existem esses projetos grandes estruturantes, é possível desenvolvermos as vocações. Não é razoável pensar que onde não existem projetos estruturantes, onde não é capital, seja um vazio econômico e que as pessoas morram de fome lá. As pessoas têm todo o direito de morar onde elas querem morar. Se ela passou toda a vida em Senador Pompeu, ela tem todo o direito de querer continuar morando e ter renda para ser feliz no local onde escolheu para morar. O que temos que fazer é buscar apoiar as iniciativas para que, nessas regiões, e mesmo nessas sub-regiões deprimidas, onde não há um açude, onde não há nada, essas pessoas possam viver. E é possível fazer isso.

Já descobrimos que ao fazer chamadas de projetos, os projetos aparecem e são consistentes, bons para serem tocados e capazes de gerar trabalho e renda para essas populações.

A afirmação é meio dura, mas é falso dizer que não existem projetos coletivos viáveis. É falso e temos percebido isso. Ao fazermos chamadas, eles vêm aos montes, e muito, muito bons. No momento, a nossa dor é não conseguirmos tocar todos os projetos.

Gostaria de deixar com vocês esta mensagem otimista do Banco. Acreditamos que é possível, mas também não é fácil. Isso exige o planejamento dos Estados, como eu disse, exige uma coordenação de esforços para que isso aconteça. O BNDES sozinho não resolve, ele precisa da AGU, porque, muitas vezes, não cabe dívida. E como o BNDES é um banco, precisa atuar onde tem dívida para atrair investidor privado ou mesmo o agente público, mas com dívida. Mas há espaço que não cabe dívida, então a AGU tem que colocar os recursos, ou o AGE ou o orçamento do Estado tem que colocar recursos. Enfim, é uma ação coordenada, mas é possível.

Esta é mensagem que gostaria de dar para vocês.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Agradecemos ao Dr. Élvio Gaspar e passamos imediatamente para os nossos Senadores, que, pela ordem, é o Senador Vital do Rêgo, da nossa gloriosa Paraíba.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sofrida de guerra. O BNDES é uma das grandes invenções deste País e a toda hora tenho dito que muito, nesses últimos dez ou quinze anos de desenvolvimento em nosso País, deve-se ao BNDES; nesse período mais contemporâneo, ao cumprimento do ditame constitucional do art. 165, § 7º, da Constituição da República, no sentido de fomentar o desenvolvimento regional. Acho que o BNDES é importante. É por isso que tenho votado, Dr. Elvio, permanentemente, nas Medidas Provisórias nºs 453, 472, 526, 487, 501, 523, Medidas Provisórias de aporte de R$190 bilhões ao BNDES. No período de janeiro de 2009 a dezembro de 2010, foram destinados ao BNDES mais de R$190 bilhões. Destes, R$163,7 bilhões já foram aplicados.

Os índices que eu trago aqui, dentro de um caráter de distribuição regional entre 2009 e 2010: Sudeste, 43%; Sul, 19%; Nordeste, 14%, Centro-Oeste, 8%; e Norte, 5%. Eu prefiro utilizar os dados que o senhor trouxe, que foram motivo da sua exposição, para falar um pouco de um processo cada vez maior de desigualdade nesse Nordeste, o Nordeste dos ricos e o Nordeste dos pobres.

O Nordeste dos ricos, como o Ceará, recebe 11% de recursos do BNDES. O Nordeste dos ricos, como a Bahia, recebe 14% de recursos do BNDES. O Nordeste dos ricos, como em Pernambuco, recebe 13%. O Nordeste dos pobres, como o Rio Grande do Norte, recebe apenas 2%, o seu Piauí, 2%, e a minha Paraíba, 1%.

Na semana passada, eu mandei um ofício solicitando ao BNDES que instalasse, como ele fez no Ceará, um escritório regional na Fiep, na Paraíba. A Fiep se prontificou, Senador Cícero, e o senhor está

na frente de dois Senadores paraibanos, sendo que ele conhece de economia muito melhor do que eu.

A Fiep se prontificou a dar toda a logística, toda a infraestrutura. O BNDES respondeu que não podia, que não precisava do escritório na Paraíba porque já tinha um escritório em Recife. E quando eu vejo esses dados, de que Recife recebeu 13% e a Paraíba 1%, eu imagino que o BNDES está equivocado, porque concentrar recursos naqueles que têm mais é uma medida excludente e inconstitucional.

Quando o senhor apresenta o número de que o Nordeste representa 25,9% de desembolso no mesmo percentual de 24,7% do PIB brasileiro, eu acho isso um dado péssimo, horrível. Eu queria que o Nordeste tivesse muito mais, porque nós precisamos de muito mais. A distribuição de riqueza neste País não pode continuar concentrada nas mãos dos ricos, nas mãos daqueles que mais têm.

A função social do BNDES... Inclusive, eu discuto isto na Comissão de Orçamento. O Governo com uma política de juros altos, retira dinheiro do mercado, enxuga dinheiro do mercado, capta esse dinheiro e passa para o BNDES. Passou R$197 bilhões. O BNDES pega esses recursos e aplica com juros muito mais baixos, reaquece a economia. Isso é o que deve acontecer, mesmo a gente podendo viver num período inflacionário como estamos vivendo e esse seja um dos valores que alimentam a nossa inflação. Mas é necessário por ser um banco de desenvolvimento, um banco de fomento.

Então, eu não consigo entender a ação discriminatória intra-regional que o Governo vem fazendo, desde o Governo Lula, contra a Paraíba, por exemplo. A gente já sofre uma indexação política, uma ingerência política forte, não é, Cícero? E aí a gente tem uma falência completa da aplicação desses recursos na região.

Eu gostaria de fazer este comentário, Presidente, e aí pergunto ao Dr. Elvio como estão as políticas de inclusão do Nordeste nas transações com o exterior. As transações com o exterior são feitas apenas novamente pelos ricos, por Estados que têm portos, Ceará, Pernambuco, Maranhão ou Bahia. E o estante do Nordeste? Como o banco avalia as perspectivas dessas Unidades da Federação que estão alijadas de uma exposição mais intensa às mudanças na área da ciência, tecnologia e informação que estão presentes nas transações com o exterior?

Como esses Estados nordestinos também são os que menos recursos recebem mediante os empréstimos do BNDES, não estaria sendo aí criada uma brecha que cresceria a cada ano entre o Brasil mais dinâmico, com acesso ao comércio exterior, e o Brasil mais conservador, com diminuto contato com a economia internacional? Essa questão da inclusão desse Nordeste pobre nas transações externas.

O banco dispõe de um plano de ação diferenciada para atender às especificações da economia nos mencionados Estados nordestinos com pouco contato com o exterior?

Outra questão: o apoio do banco no Nordeste tem-se concentrado na Bahia, Pernambuco e Ceará, como já comentei. Na mesma região, coexistem situações dispares quanto à perspectivas de inserção no estágio mais dinâmico e moderno que se vislumbra para a economia nacional. Alguns Estados, como a Paraíba, não contam com projetos estruturadores em nossa economia, como os nossos portos de Pecém e Suape, ou indústrias de grande capacidade de geração de novos negócios, como a indústria automobilística. O mesmo poderia ser dito com relação ao Piauí ou Alagoas. Mesmo Maranhão, com sua abundancia de recursos naturais, tem apresentado desfavoráveis índices sociais.

Feitas essas considerações, indago ao Dr. Elvio: na avaliação das equipes técnicas do banco, quais seriam as iniciativas que poderiam ser promovidas para superar o desequilíbrio de cenários tão díspares, como já falei, nos diferentes Estados Nordestinos? Como o banco poderia contribuir para o equilíbrio entre as mesorregiões nordestinas, em especial o nosso semiárido, e as regiões metropolitanas onde os recursos humanos estão mais qualificados? O banco dispõe de uma estratégia para apoiar empreendimentos que promovam a integração dessas regiões? São essas as minhas perguntas, Sr. Presidente, agradecendo a presença do BNDES e de toda a sua diretoria.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Como foi um leque grande, é melhor a gente passar aqui para o interlocutor.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Faz isso logo.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Faz um bloco? Pode ser?

Senador Cícero Lucena.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Até porque ele vai falar da Paraíba também

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Com prazer. A primeira ordem de inscrição são os paraibanos.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Se V. Exª não pudesse me permitir o tempo, eu me daria por satisfeito com as indagações e colocações do Senador Vital, que é profundo conhecedor da região Nordeste e, em particular, da nossa Paraíba.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Mas é um prazer ouvi-lo

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Mas, Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, convidado Dr. Elvio Lima, a questão do Nordeste remonta de bastante tempo. E nós acreditamos que não podemos e não devemos, por senso de responsabilidade, culpar a ou b. Mas nós temos uma comprovação do que acontece em relação à política de desenvolvimento do Nordeste.

Lá atrás, quando se pensou na Sudene – e a Sudene será tema mais tarde de uma reunião também desta Subcomissão, com o Secretário de Planejamento – naquela oportunidade, naquele momento histórico, se via a necessidade de fazer algo que o senhor fez referência na sua apresentação: o planejamento regional. Os Estados e muitos menos os Municípios tinham essa concepção na sua estrutura ou esse pensamento na administração pública. E essa foi razão maior da criação da Sudene, não foi apenas a fonte de recurso para financiar projetos; foi pensar o Nordeste em todos os seus potenciais, para que ele pudesse aproveitar e, com a inserção externa, com a participação externa, desenvolver eixos e polos de desenvolvimento para se buscar um melhor equilíbrio regional do nosso País.

Ao longo dos anos, nós vimos, ao despertar esse sentimento de planejamento que a Sudene teve, esse papel fundamental, os Estados começaram a criar os seus departamentos de planejamento, que viraram secretarias de planejamento, alguns secretários viraram supersecretários de Estado, como, vamos dizer assim, algo importante para o desenvolvimento do Estado. Também, não podia ser diferente, a classe política acompanha esses movimentos. E aí começaram as disputas por órgãos que, em tese, ajudariam a desenvolver o Nordeste. Pernambuco, com seu peso político, abraçou a Sudene, onde foi criada. Juntou, na parte de energia também, e troca tapa pela Chesf, pela condução da Chesf. O cearense, que não é besta, se agarrou com o Banco do Nordeste e com o Denocs. E outros Estados ficaram na periferia, mesmo nos limites da fronteira, como o Piauí, com a Paraíba, como Alagoas, como Sergipe. A Bahia, também com o seu peso político, buscou não só alternativa que tinha agrícola do cacau, mas buscou a petroquímica como polo indutor do seu desenvolvimento.

O que estamos vivendo hoje? Nós estamos vivendo hoje a criação – por incrível que pareça vou falar de uma coisa velha que eu pensei que tivesse caído – do muro de Berlim. Hoje pode ser o muro de Israel, podem ser outras fronteiras que estão criando. Mas nós estamos vendo, por ação do Governo Federal, de uma forma clara, a concentração em alguns Estados do nosso País, por mais esforço que faça um governador, que faça outro; por mais que se tenha, em alguns casos...

E, às vezes, eu lamento, na Paraíba, pessoas que não têm essa visão de compromisso com o futuro do meu Estado à frente do Governo do meu Estado. Mas não estamos vendo uma ação articulada do Governo Federal nesse sentido, porque hoje todos nós sabemos, por exemplo, que o porto Pecém saiu fruto de um esforço político do Ceará, como saiu Suape da história de Pernambuco. Hoje nenhum político de Pernambuco pode dizer que é padrinho de Suape, porque todos ajudaram, ao longo dos anos. Está certo? Todos, técnicos, políticos, empresários lutaram em favor de Suape.

Mas eu fico muito preocupado porque, no nosso Estado, há um porto pequeno, que é o porto de Cabedelo, que, com certeza, não será indutor do desenvolvimento do nosso Estado. Houve a possibilidade no governo passado de se discutir um porto de águas profundas na Paraíba, e, de repente, o atual Governador disse que isso não era necessário porque já havia Suape. Ora, todos nós sabemos, quem tiver o mínimo de bom senso, o mínimo de informação sabe que o que está planejado para Suape, ao ser implantado daqui a dez anos, Suape já vai estar saturado... Ou seja, vamos ter que buscar alternativas de portos.

O Brasil e a região Nordeste não podem ser uma região de dois, três portos. Será de tantos quantos portos sejam necessários para o seu desenvolvimento. Então, é importante que o Governo Federal... Às vezes, a gente tem vontade de cobrar do BNDES um papel de planejamento nacional pela sua importância, um reconhecimento à sua importância, um reconhecimento à sua estratégia de desenvolvimento, mas ao seu tamanho também. E está embasado no suporte financeiro que o Governo faz questão de apoiar e para o qual esta Casa tem sempre colaborado.

É importante, então, que o Governo Federal defina: o Nordeste vai ter quinze portos. Que faça o primeiro quem tiver mais competência, quem conseguir mobilizar. Mas há que haver um planejamento de futuro. A Paraíba não pode deixar de ter porto, o Piauí não pode deixar de ter porto. Você planeja uma Transnordestina que atende a três quatro Estados do Nordeste e deixa a Paraíba, que foi um dos primeiros Estados a ter ferrovia, de fora da Transnordestina.

Você fala em aeroportos. Recife tem um aeroporto hoje saturado. Falava-se no passado em fazer um aeroporto internacional comum entre Paraíba e Pernambuco, no platô de Goiana, porque ficaria a 50 quilômetros de João Pessoa e a 50 quilômetros de Recife, que poderia ser um belíssimo aeroporto internacional para o desenvolvimento turístico do Nordeste, poderia ser um potencial aeroporto de carga, tanto

para importação como para exportação, principalmente, de um produto que é inerente ao Nordeste, que é a produção de fruta e que precisa, muitas vezes, ser transportada em avião. Ou seja: ou se pensa estrategicamente ou nós estamos criando muros de divisão dentro do próprio Nordeste.

Faz-se um programa para trazer uma indústria automobilística para Recife. Ótimo. Parabéns ao Governador de lá. Parabéns ao Governo Federal, que colaborou com isso. Mas por que não faz um projeto da indústria automobilística pra toda região, em que incorporaria Alagoas, Paraíba? E ali se criaria um polo de duas, três indústrias automobilísticas, com as autopeças que se fazem inerentes.

Nós temos hoje no Pernambuco também a questão do Hemobrás, que é uma grande industria na área de produção de medicamentos por meio da matéria prima. Então, por que não desenvolver um polo fármaco comum? Ele, inclusive, é na fronteira, Dr. Elvio, no limite, quase no meio no posto fiscal da Paraíba e de Pernambuco. Por que não fazer lá um grande centro de produção de fármaco neste País para o Nordeste?

Além de outros. Estaleiros. Ótimo, que faça no Rio Grande do Sul, que faça em Santa Catarina, mas o navio que vai transportar petróleo vai sair do Rio Grande do Sul e vai para o mundo. Ele poderia sair de Cabedelo, na Paraíba. Ele poderia sair lá de Parnaíba para o mundo também. Ele nunca mais volta ao estaleiro. Se voltar, é para alguma manutenção periódica, eventual.

Então, quer dizer, existem, sim, vários investimentos neste País que precisam ser desenvolvidos para que a gente possa adotar como algo que estimule, que desenvolva, porque o nordestino – está provado – não quer aquela convivência do passado de frente de emergência. Ele que oportunidade de trabalho. Toda pessoa de sã consciência sabe que quem construiu, por exemplo, a riqueza de São Paulo foram os nordestinos. É uma mão de obra de alta capacidade de produção. Precisa de quê? De qualificação. E montar uma universidade, fazer treinamento, pode-se montar em São Paulo, com pode-se montar no Nordeste.

Não estou falando apenas da Paraíba. Estou pedindo que haja uma estratégia de governo e uma participação importante do BNDES. Eu digo isso muito à vontade porque, para o senhor ter uma ideia – aí eu falo isso em nome da Paraíba, me desculpe ir para aquele canto que nós amamos tanto, não é Senador Vital? –, tem um empresa, por exemplo, que desenvolveu um produto que consegue fazer um processamento de soja que tira o sabor da soja. Qual é o grande problema hoje na mistura com soja? É que ela deixa um sabor. Dependendo do percentual que ela misture com outros produtos, ela carrega o sabor da soja. Essa empresa tirou, lá na Universidade da Paraíba, com um empresário, conseguiu extrair esse sabor. Então, você pode aumentar a participação da soja, aumentando o índice de proteína, aumentando tudo, sem agregar o sabor da soja, neutra e, consequentemente, mantendo o outro produto que foi acrescentado. Ótimo.

O BNDES – é inovação – analisou esse projeto, se dispôs a ser sócio, para o senhor ter ideia, com 33%, e esse empresário não conseguiu que a Caixa Econômica, que outro banco fosse agente do BNDES. Não conseguiu porque esses outros bancos não tiveram a visão de vanguarda, de tecnologia que o BNDES teve. E o BNDES não... Embora ele vai emprestar a outro banco, pois o BNDES aceita o outro banco como agente, ele não empresta direto a essa empresa.

Quer dizer, esses entraves burocráticos, às vezes, limitam a capacidade de desenvolvimento de uma região que tem criatividades maravilhosas.

Campina Grande, uma cidade aqui nossa, mas em particular do Senador Vital, é um dos polos de ciência e tecnologia deste País, comparável a São Carlos. Então, precisa o BNDES... Estou falando BNDES, mas o senhor vê que eu sempre eu alivio um pouco, transferindo a responsabilidade para o Governo. Mas, ao mesmo tempo, convoco, pela inteligência e pela capacidade do BNDES, que ele seja instrumento desse processo. Então o BNDES pode e deve ajudar muito nesse desenvolvimento que tem a cidade de Campina Grande e a Paraíba.

Eu quero dizer, também, que eu tive, sim, a oportunidade, em alguns momentos de minha vida, pelos cargos que Deus me deu chance de ocupar, de conhecer um pouco do BNDES, Presidente.

A questão da estruturação fiscal e administrativa dos Municípios... Na época eu cheguei a ser Ministro da Integração, e eu propus a reestruturação com o Bird. Era uma reestruturação que só foi feita no Governo Federal e depois se admitiu financiar também as secretarias de Fazenda dos Estados. Em seguida, vim ser Prefeito de João Pessoa e, como Prefeito, fui ao Bird e solicitei que fizesse uma experiência com os Municípios, porque estava estruturando o Tesouro Nacional, estava estruturando as secretarias de Fazenda dos Estados e os Municípios estavam ficando à margem, e o Bird então admitiu a possibilidade de fazer algumas experiências por três ou quatro cidades de portes diferentes, dentro daquela margem que tinha os empréstimos para os Estados, então havia uma margem de segurança e, dentro dessa margem, podia-se fazer.

Sabiamente, o BNDES, que poderia ser um agente, adotou esse programa. Então eu quero dar esse testemunho que, com isso, naquilo que o senhor está dizendo que BNDES se dispõe, eu conheço a origem,

quando o BNDES ainda não fazia esse projeto e que entrou nesse apoio estruturante para os Municípios, de plano de geoprocessamento, de cobrança de imposto, de estrutura das secretarias de finança, de todo um planejamento estruturante que é fundamental para os Municípios brasileiros.

Da mesma forma, eu conheço o projeto de financiamento. Como Prefeito, eu deixei aprovado no BNDES um projeto de mais de 120 milhões para a cidade de João Pessoa, do Vale do Rio Jaguaribe, em que tinha não só a visão ambiental, como tinha, principalmente, a visão social, porque, no Vale do Rio Jaguaribe, nós faríamos a relocalização de casas que estavam à margem do rio, que é um rio praticamente no centro da cidade de João Pessoa, que corta boa parte de nossa cidade, e, na margem desse rio, nós estruturaríamos vias, faríamos vias nos dois lados do rio, e incorporaríamos ações sociais, como centro de convivências, escolas, creches, ambientes de lazer.

Então, era um projeto bastante interessante que, infelizmente, o meu sucessor não se sensibilizou com a importância desse projeto e, por deficiência da gestão e não do BNDES, isso, infelizmente, até agora não ocorreu, depois de praticamente oito anos que eu deixei a Prefeitura.

Como também conheço o financiamento que o BNDES faz na área de saneamento nos Estados, porque o próprio Estado da Paraíba, na época em que fui Secretário do Planejamento, também chegou a contratar com o BNDES.

Eu acho que o BNDES – tem hora que fica parecendo que sou do Governo, mas não sou não. Estou fazendo justiça num momento em que comprovo que os fatos ocorrem e cobro também essa ação do Governo, que a Sudene, no nosso caso, infelizmente, em determinado instante foram interrompidas as suas funções, foi retomada descaracterizada e, hoje, à tarde, vou vir aqui para saber o que a Sudene anda fazendo. Olha que eu fui Ministro com a Sudene subordinada a mim e, hoje, eu não sei o que a Sudene anda fazendo – se é que está fazendo algo. Mais tarde, quem vai me responder será a Sudene.

Eu quero, na verdade, fazer uma convocação ao BNDES, uma provocação, no sentido de ele se sinta mais responsável. Aquele S que foi incorporado no BNDES seja um S de desenvolvimento para a região Nordeste, de justiça social.

Como eu disse, nós não queremos mais frente de emergência. Nós somos hoje uma região que estamos crescendo mais do que média do Brasil, numa demonstração clara que temos potencial, numa demonstração indiscutível de que o nosso povo tem capacidade de trabalho e o que nós queremos é uma chance igual às demais regiões do Brasil.

Concordo com o Senador Vital que ver a aplicação em outras regiões nos deixa bastante triste. E a Paraíba com 1% é uma pena muito grande. Espero, em outra oportunidade, podermos dizer que a Paraíba aumentou, porque o BNDES se fez mais presente, quer seja na Finep ou na Federação das Indústrias, juntamente com os empresários paraibanos ou quem eventualmente o BNDES ajude a levar para lá.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Muito bem.

Passarei então à Senadora Lídice, mas eu não poderia deixar de dizer aqui, meu querido Elvio, que um dos pontos que moveu a organização desse grupo específico de Parlamentares para tratar sobre esse tema é exatamente o receio em tempo, ou seja, nós passamos um período longo gritando pela desigualdade do Nordeste em relação ao Brasil.

Reconhecemos os avanços que tivemos nesse período, inclusive do BNDES. A preocupação hoje é de que não possamos ter essas distorções dentro do próprio Nordeste. Então, esse é o centro do debate, é isso que move aqui quem é governo, quem é oposição. Nesse ponto, nós somos Nordeste e estamos aqui na defesa de dar uma orientação para que possamos trabalhar todos juntos.

Senadora Lídice, com maior prazer.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Senador Presidente da nossa Comissão, Wellington, e demais Senadores, eu quero, inclusive, pedir desculpas, pois não pude ouvir a intervenção do BNDES porque V. Exª sabe, porque, como eu, é membro de mais duas comissões, que estávamos tendo alguma dificuldade na Comissão de Educação, onde tive de me deter.

Mas, pelo que recebi dos dados aqui e pelo que já ouvi dos Srs. Senadores, com quem concordo integralmente, a vinda do BNDES aqui... Esta é uma Subcomissão para nos concentrarmos nas questões do Nordeste, no âmbito de Comissão de Integração Regional. Nesta Subcomissão, já ouvimos alguns agentes de desenvolvimento do Nordeste, inclusive tivemos aqui uma discussão sobre a Sudene. Concordamos que tem modificado suas funções e, mesmo nas funções que deveria ter, pela atual decisão legal, ainda está muito distante de atender às necessidades do Nordeste, mesmo no âmbito do planejamento. Saiu daqui uma discussão para que a Sudene pudesse ter uma força maior.

Portanto, para nós a grande discussão é como o Banco de Desenvolvimento pode combater as de-

sigualdades regionais no que diz respeito ao Brasil e no que diz respeito também ao Nordeste.

O Banco dedicou ao Nordeste 9,6% de suas liberações, em 2010, contra uma região que abriga 27,4% da população brasileira, digamos 30% da população brasileira aproximadamente, que gera hoje 13,1% do Produto Interno Bruto.

Há um claro desequilíbrio nos investimentos do Banco nessa região. Além disso, nos dados demonstrados aqui, naquilo que foi ainda liberado para o Nordeste, há um claro privilégio de Minas Gerais, que está no Nordeste aqui por um conceito antigo e que é parte de Minas apenas, não é o conjunto, e que ainda assim detém 41% das liberações do Banco, em contraposição a Alagoas; a Sergipe; ao Rio Grande do Norte, com 2%; ao Piauí, com 2%; à Paraíba, um recorde infeliz, negativo, de 1%; à Bahia e a Pernambuco equilibrados, com 14% e 13% entre um e outro, e ao Ceará, com um pouco menos de 11% dentro desse contexto.

Óbvio que é impossível que você pense o desenvolvimento e possa achar que relações históricas, socioeconômicas, acumuladas ao longo da existência do País possam ser superadas de forma imediata, mesmo dentro da região Nordeste. Nós podemos achar que a Bahia "ganhou" uma parcela maior dos investimentos, mas, se olharmos no mapa, é muito fácil identificarmos o tamanho geográfico em relação ao conjunto dos Estados, levando em conta que a Bahia tem mais de 60% do seu território no semiárido. Ainda assim, é extremamente tímido o investimento e as liberações do BNDES para a Bahia.

Eu creio que a grande pergunta que se faz hoje aqui, justamente em função da tradição, do peso, da importância do BNDES, é como o BNDES pensa superar essa situação ao longo, pelo menos, dos próximos dez anos. Como é que está isso estabelecido dentro do Banco? Dentro dos próximos cinco anos, como é que está planejado se inverter essa realidade e tirar, de forma muito clara, a apresentação dos investimentos do Banco, ou das liberações do Banco, incluindo a região Nordeste e Minas Gerais, que tem uma parte apenas dentro da região considerada da Sudene?

Então, eu creio que já passamos dessa situação. A Subcomissão que aqui está colocada não tem a ideia de ser uma Subcomissão caracterizada com o Nordeste do passado; o Nordeste que pedia esmola, o Nordeste que chorava, o Nordeste que se achava vítima do Brasil. Nós temos uma outra posição: um Nordeste que cresce a índices superiores à média da economia nacional, um Nordeste com lideranças políticas, seja de um lado ou de outro, mas com lideranças políticas renovadas, um Nordeste que tem buscado um esforço de organização dos seus governadores para atuarem num fórum de governadores, buscando investimentos, buscando ações que sejam produtivas para o conjunto do Nordeste, e um Nordeste que não se quer ver apenas na ideia de participar da economia do Brasil, mas quer se colocar numa ligação com o plano de desenvolvimento do Brasil, dentro de uma economia globalizada. O Nordeste quer participar dessa economia globalizada e já participa. Portanto, nós queremos, claramente, uma mudança substancial em todas as ações.

Dando uma opinião rápida aos nossos Senadores, eu me dedico um pouco a essa área da cultura, tenho acompanhado os investimentos das empresas estatais à cultura do Nordeste. E é absurdo. O processo que o Ministério de Minas e Energia, caro Secretário, determinou agora: juntam–se todas as empresas nacionais da área de energia, faz-se um fundo e estabelece um edital do fundo, que escolhe os projetos que vão ser premiados pelo patrocínio dessas empresas. Ora, a Chesf é uma empresa unicamente do Nordeste. No entanto, o bolo de recurso da Chesf vai para o fundo nacional das empresas de energia, para financiar projetos do Sul e Sudeste. Isso é um absurdo! Um absurdo! Já fiz queixa ao Ministro Lobão, vou continuar. Agora vou-me aprofundar num estudo dessa questão, porque não é possível admitir isso, e nós não devemos... Volto a dizer, a Subcomissão se formou não para uma postura de pedir com pires na mão, mas para uma postura de afirmar a atitude do novo Nordeste, frente a esse novo Brasil, que não quer participar das migalhas do desenvolvimento do Brasil e, sim, quer estar inserido num processo de desenvolvimento integrado.

Assim, nós queremos participar do bolo da ciência e tecnologia, da educação e assim por diante. Portanto o BNDES para nós é um parceiro fundamental, mas um parceiro que precisa voltar os seus olhos para o Nordeste e ter planos de curto, médio e longo prazo de reversão dessa situação das liberações dos investimentos no Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Como vê aqui, quem é governo e quem é oposição tem a mesma posição, viu?

Quero passar para V. Exª, só lhe lembrar isso. Da apresentação feita, eu reconheço que nós tivemos um avanço. Nós tínhamos de aplicação no Nordeste algo em torno de 8%; alcançamos 14%.

Quero reforçar a pergunta da Senadora: aonde queremos chegar nesta década? Em 2020, vamos imaginar V. Exª voltando aqui à Comissão de Desenvolvimento Regional. Qual é a prestação de contas que o BNDES quer apresentar aqui?

O patamar que todos nós cobramos é de uma aplicação proporcional à população. Se nós temos cer-

ca de 28% da população brasileira, consideramos que o ideal, por ser a região ainda menos desenvolvida, seria que tivesse até algo a mais do que a população, mas o objetivo que estamos traçando dentro disso é pelo menos o direito de ter essa aplicação.

Qual é o problema que V. Exª, nessa experiência que tivemos durante o Governo do Presidente Lula... Qual é o entrave para termos um maior volume? Isso depende de quê?

V. Exª tocou num ponto aqui: a necessidade de que os Estados façam seus planos. Mas, para pequenas áreas – eu vi aqui – dos arranjos produtivos locais há excedente de projetos. Cito o meu querido Piauí numa parceria que fizemos para a região litorânea. Lá está sendo feito um porto, tem um projeto de irrigação, Platôs de Guadalupe, enfim, há uma série de investimentos em turismo, etc. E nessa região nós fizemos uma pequena experiência, uma experiência de apenas cinco milhões e meio com o BNDES. E eu também fiquei surpreso: ao abrir o edital, 305 projetos foram apresentados. Imagine o que é, no meio de 305 projetos, você selecionar 46, se não me engano.

Dos projetos maiores, nós temos potencial em várias regiões nessa área da mineração, nessa área de equipamentos necessários para o turismo, no entorno dessas grandes obras da ferrovia, etc.

Na sua visão, qual é mesmo o empecilho que existe para a gente crescer de forma mais acelerada nessa participação para o Banco do Nordeste?

E no outro tem essa visão – queria que você saísse daqui com essa visão, meu querido Elvio.

Hoje, claramente, o Governo Federal contribui, tanto nas parcerias com o setor privado quanto diretamente pelo setor público, na montagem, dentro do Nordeste, de bases internacionais. Por exemplo: uma refinaria como a Abreu Lima, lá na Bahia, aliás, em Pernambuco, ou lá no Maranhão. São bases que vão servir para o refino de petróleo, para a industrialização do produto, pensando no Brasil e no mundo; o estaleiro, pensando no Brasil e no mundo. Enfim, há um conjunto de equipamentos que têm como olhar o mercado, não apenas o mercado interno, mas o mercado externo. Há outros que são bases, pensando no Nordeste: fábrica de automóveis, um conjunto de outras redes de supermercados. Enfim, pensam no mercado interno. Há outras que pensam no abastecimento mais estadual ou territorial muitas vezes.

Então, o que nós estamos aqui trabalhando – e esse é o jeito desta Comissão – é que possamos ter um planejamento integral.

Acho que é um momento bom no Nordeste. Há hoje um conjunto de lideranças com esse olhar, ou seja, parar de olhar cada um para o seu umbigo, pensar o Brasil, pensar o Nordeste integrado no Brasil. Agora, logicamente, o que a gente deseja é isso. Eu acho que a indignação que a gente viu aqui, da bancada da Paraíba, nós nos somamos a ela. Eu faço aqui esta observação: metade dos recursos ali colocados... Se a gente tira Minas e Espírito Santo saem 49%, ou seja, fica metade para o Nordeste. Isso demonstra a necessidade de um crescimento ainda maior. Eu queria que vocês pudessem nos apresentar também. O objetivo aqui não é só criticar, mas ouvir também de quem está no dia a dia do BNDES o que depende do Congresso Nacional, o que depende do Executivo, o que depende dos governos estaduais e o que depende do setor privado para que haja uma aceleração ainda maior nesse crescimento da participação do Nordeste.

Quero dar um testemunho do empenho tanto do Presidente Luciano Coutinho como de toda a equipe e destaco o trabalho de V. Exª.

Quando vivemos a crise, em 2008/2009, eu era Governador, reconheço o importantíssimo papel do BNDES para que pudéssemos sair da crise. E, modéstia à parte, eu me sinto meio co-autor da ideia do PEF.

O Estado do Piauí tinha, na época, praticamente pronto para celebrar um contrato com o Banif, que é um banco português para investimentos na área de infraestrutura. Veio a crise, os bancos estrangeiros puxaram todo o seu dinheiro, ninguém queria emprestar mais para o Brasil, seus países praticamente retiveram toda a sua capacidade de investimento para o enfrentamento da sua crise, e eu fui um dia ao Presidente Lula: Presidente, eu não entendo como é que um banco como o Banif, lá de Portugal, lá da Europa, pode fazer um *funding*, um contrato de financiamento para um Estado brasileiro, e os agentes brasileiros não podem. Tem alguma coisa errada nisso. E ele disse: não, pode.

Liguei para o Presidente Luciano Coutinho, que participou de uma audiência em que tomamos essa decisão. Em seguida foram criadas duas linhas, uma voltada para uma área mais emergencial, até menos burocrática. Acho que tenho que aprender muito com aquele instrumento. Imagine realizar um contrato de empréstimo de grande monta em 60 dias. Isso era algo impensável para o Brasil.

(Intervenção fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Só o Piauí, não; vários Estados, mas o Piauí foi mais ágil. Preciso puxar a sardinha, porque fomos mais ágeis.

E foi criado o Proinfa. Foi, a partir daí, criado o BNDES Estados, que tem essa vertente para a área de infraestrutura.

Como é que um banco brasileiro como o Banco do Brasil, o BNDES, enfim, não podia olhar para esse filão de financiamento que é a volta da capacidade de investimento dos Estados e dos Municípios?

Nesse ponto, a Lei de Responsabilidade Fiscal permitiu a organização dos Estados com essas condições.

Então, quero destacar o papel do BNDES e da sua equipe de se debruçar numa velocidade muito grande para dar essas respostas, o que permitiu não só recursos para contrapartidas em contratos com o Governo Federal, mas também para a infraestrutura.

Para se ter uma ideia, durante o meu mandato de Governador, o Piauí tinha 1.600, 1.700 quilômetros de estradas asfaltadas. Terminei o mandato com 4.100 quilômetros de rodovias asfaltadas. Para citar apenas um item, mas aí entrou um conjunto de outros investimentos. E o BNDES, intermediado ora pela Caixa Econômica, ora pelo Banco do Nordeste, ora pelo Banco do Brasil, foi um grande instrumento.

Então, queria dar esse depoimento. Aqui, Dr. Elvio, o que nós queremos é isto: ouvir também do BNDES em que podemos atuar para ter essa participação. É lógica e justa uma reivindicação. O BNDES atua em todo o Brasil. Nós temos hoje um potencial gigantesco de desenvolvimento: mineração, agronegócio, turismo, energias renováveis. Então, o que precisamos fazer para ter 28%, 30%, sei lá quantos por cento de investimentos do BNDES para a região nos próximos anos?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Presidente, só me permita.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Com o maior prazer, doutor.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – A Senadora Lídice da Mata fez uma observação dos investimentos que estão montados aqui para o Nordeste. Eu queria só ilustrar.

O Nordeste tem praticamente 27%, 28% da população do Brasil no Nordeste. Se contar os que estão fora, a gente passa de 30% que estão doidos para voltar para o Nordeste. Os filhos de cearenses, de paraibanos, de piauienses.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Se falar no Ceará, o Ceará tem outro tanto.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – A segunda maior colônia aqui no Distrito Federal é de piauienses. Em Nova York é de cearenses.

Eu queria dizer que, só para ilustrar em números, dos 23%, que é a participação do Nordeste no financiamento, se você tira praticamente 50% de Minas e do Espírito Santo, o Nordeste cai para 11,5%. Só para ilustrar a lúcida colocação da Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – É isso. Com a palavra, Dr. Elvio.

Aliás, o que queremos é exatamente isto: um desenvolvimento que nos permita...

Durante o Governo do Presidente Lula, essa pequena descentralização de investimentos permitiu ao Nordeste ter um ritmo de crescimento que puxou o Brasil, ou seja, uma guindada já permitiu isso, e reduziu praticamente para zero – está muito próximo de zero – o êxodo. Pouco está se falando nisso. Tenho chamado a atenção do IPEA e do IBGE que eles não têm focado isso. Do meu Estado saiam 140 mil pessoas por ano que não voltavam, nos anos 70 até o começo dos anos 80, para se ter uma ideia. No último ano, ficou praticamente empatado. O que está entrando lá de gaúcho, de paulista, de paranaense é praticamente a mesma coisa do que está saindo de piauiense.

Estou citando esse exemplo positivo. O desenvolvimento do Norte e do Nordeste é bom para todo o Brasil, é bom para o Planeta e é isso que a gente quer.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, só um minuto antes de o Dr. Elvio falar.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – É um prazer ouvi-lo.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB) – Primeiro, pedir desculpas pelo atraso e, segundo, participar do final desta reunião e, ao mesmo tempo, lamentar, como acredito que os demais companheiros da Paraíba já o fizeram.

Quando você observa uma distribuição ou um investimento de recursos do BNDES para o Nordeste, além de os índices do Nordeste estarem baixos, menor ainda ou quase insignificante está a participação da Paraíba. Um por cento desse total está destinado à Paraíba.

O BNDES é admirado por todos nós, mas temos que registrar... Acredito que o Senador Cícero e o Senador Vital tiveram a mesma posição até de fazer apelo ao próprio comando do BNDES.

Nós não podemos concordar que um Estado como a Paraíba, que já foi o quarto na economia do Nordeste, e hoje, infelizmente, está na segunda colocação – caiu de 2002 para... –, hoje seja o penúltimo em termos de pobreza, em termos de contribuição na economia do Nordeste, exatamente por conta dessa falta de visão do BNDES, dos bancos oficiais e de todos aqueles que contribuem para esses investimentos no Nordeste brasileiro.

Não podemos deixar de reconhecer que o Nordeste como um todo, na época em que houve de fato alguns investimentos, na época de 80, em relação a empreendimentos ou investimentos em grandes projetos, o Nordeste cresceu, contribuiu, chegou a 17% do

PIB nacional naquela época, nos anos 80. A história marca isso. O Governador e Senador Wellington tem conhecimento disso. Então, o que falta para o Nordeste é investimento nos setores em que, de fato, o resultado vem imediatamente. A prova aí está. Apenas com programas sociais, o Nordeste hoje contribui com o PIB nacional ou tem até um desenvolvimento superior à média nacional. Se você retirar os recursos investidos no Ceará e em Pernambuco, resta pouco para os demais Estados do Nordeste. E os mais investidos, hoje, no que se refere à quantidade de recursos, são Ceará, Pernambuco e também a Bahia. Então, os demais Estados estão apenados, digo até discriminados pelas próprias instituições oficiais, a exemplo do BNDES. Não podemos concordar com isso.

Estou deixando aqui registrado e até fazendo apelos à direção, ao comando do BNDES, por intermédio de V. Exª, Dr. Elvio, que aqui representa o BNDES, para mudar essa visão em relação à nossa Paraíba, especificamente os Estados mais pobres do Nordeste, porque, se estamos pobres, sem investimentos, a tendência é piorar ainda mais. E tenho certeza que, se nós continuarmos pobres como estamos, aumentando cada vez mais essa pobreza através da diminuição dos investimentos, ocorrerá, com certeza, o inchaço das periferias dos maiores centros, e o resultado todos nós sabemos.

Então, é o apelo que faço a V. Exª para, nas próximas reuniões de diretoria do BNDES, contribuir para diminuir essa visão negativa em relação, por exemplo, à Paraíba, por ser o mais penalizado em relação aos investimentos do BNDES, já que o Estado do nosso Presidente, Senador Wellington, já tem 2%, o dobro dos investimentos na Paraíba. Nós estamos com 1%. *(Risos.)*

Então, estamos muito... O Estado mais pobre do Nordeste tem 2%, por exemplo, Alagoas. E a Paraíba está com 1% desses investimentos.

Então, a Paraíba, já que saiu de quarto, está em segundo, querem deixar do último, então... Fugir do mapa. É isso a que estamos chegando à conclusão.

De mais, agradecer a atenção de V. Exª, agradecer ao nosso Presidente e, se Deus quiser, dar prosseguimento ao trabalho desta Comissão, que quero parabenizar V. Exª e a todos, porque, de fato, a Comissão tem sido bem acolhida no que se refere a seus temas, aos assuntos de interesse do Nordeste especificamente e, consequentemente, daqueles que ainda acreditam em soerguimento econômico e também em uma contribuição maior para a economia nacional.

Obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Nós que agradecemos a V. Exª pela brilhante participação.

Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Uma observação: a Bahia tem sido citada aqui como um Estado que tem recebido maior investimento, e defendo que a gente tenha sempre o investimento no sentido inverso da renda *per capita*, não é? E a Bahia é o Estado com maior índice de pobreza de todo o Nordeste, tem a população mais pobre de todo o Nordeste, como eu já disse aqui, onde nós temos uma concentração do semiárido, mais de 60% do nosso território. Então, a Bahia continua sendo merecedora de mais e mais investimentos ainda, se quisermos realmente reverter o índice de pobreza do Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Muito bem. O meu sonho é a gente poder reunir e dizer: está todo mundo igual. *(Risos.)*

Não tem primeiro, segundo e terceiro, está todo mundo empatado.

Graças a Deus e graças a esse esforço que foi feito lá no nosso Estado, nós tivemos realmente uma melhora considerável. Vi agora os dados do IBGE, e tínhamos, em 2002, um milhão e meio aproximadamente de pessoas enquadradas como na miséria e, agora, foi reduzido para 665 mil, e do ponto de vista do IDH inclusive... O que mostra que um pouco de investimento em educação, infraestrutura, enfim, traz um efeito considerável.

Eu queria passar a palavra para V. Exª e reforçar aqui: acho que o Senador Vital e o Senador Cícero colocaram aqui um ponto: essa representação. Essa é uma discussão que eu tenho tido lá com o Presidente Luciano Coutinho. Eu sei que significa mais gasto ter pelo menos uma pessoa do banco no Estado, mas eu vou contar um depoimento aqui do pai do nosso Senador João Vicente Claudino, que é o Sr. João Claudino, que é paraibano, mas tem uma rede, dentre tantas empresas, o Armazém Paraíba. E eu perguntei para ele... Porque, sobre o Armazém Paraíba, a gente dizia muito no Piauí: o lugar que não tiver Armazém Paraíba não presta, porque em todo lugar que tiver uma moqueca de gente, ele está lá no meio. *(Risos.)*

Então, eu perguntei para ele como ele teve essa visão de colocar em todas as cidades. Às vezes, os bancos não queriam ir, e eles estavam presentes.

E ele dizia: olha, se eu tiver uma loja que tenha pelo menos uma geladeira na exposição, pelo menos um fogão, pelo menos uma coisa, eu sei que meus produtos estão sendo vistos, estão sendo lembrados e serão comprados.

Então, digo isso para mostrar, de um modo simbólico, que a presença de um escritório, de uma representação, mesmo que seja com uma pessoa, seja em parceria com a entidade da indústria, seja com o Sebrae – no nosso caso, agora, está com o Sebrae, estamos para fazer agora com a agência de fomento –, ou seja, a gente ter a presença de uma representação do BNDES. Eu acho que é isso, queiram ou não, que faz o encorajamento no âmbito local.

Com a palavra V. Exª.

O SR. ELVIO LIMA GASPAR – Em primeiro lugar, quero agradecer imensamente a intervenção dos Senadores e os elogios de muitos à atuação do BNDES. Obviamente nós nos sentimos muito felizes em termos, por parte dos representantes da sociedade brasileira, o reconhecimento do que viemos fazendo.

Concordamos com os senhores e com a senhora que o que tem sido feito, e aí, obviamente, não somos os únicos atores, mas somos um dos atores, que o que tem sido feito ainda não é suficiente. O fato de nós termos saído lá dos 8% e chegado aos 15% é o número do somatório de 2009/2010, somados sobre 2009/2010 geral, dá 15,4%, tirando Petrobras, porque teve um aporte muito grande de Petrobras que distorceu. Então, talvez, quem tem um número de 10 ou 11, considerando esse aporte que foi compra de ações da Petrobras, foi uma operação basicamente financeira. Mas, em termos de projetos de investimento, dá 15,4%, que é um pouquinho acima dos 13% da participação do PIB, 14% de participação do PIB do Nordeste.

Era essa a nossa meta, viu Senadora? Há alguns anos, quando nós olhávamos aqueles 8% que era menor do que os 14%, que era participação do PIB, e como disse o Senador Wellington, no mínimo tem que ser maior do que a participação do PIB para poder correr atrás, ir corrigindo ao longo do tempo, para chegarmos, em algum momento, a uma sociedade mais igualitária, com a distribuição regional do seu crescimento mais equilibrada.

Então, não estamos satisfeitos. Quero dizer que o esse do BNDES é comandado por um diretor da área social que sou eu mesmo. Então, eu estou absolutamente envolvido nessa discussão de nós conseguirmos fazer com que o desenvolvimento do País se dê de forma não só para todos, mas para todas as regiões. Aliás, faz parte da estratégia do desenvolvimento, e o desenvolvimento do Nordeste não é um lenitivo, na nossa visão, Senadora, para diminuir o peso da corrente que o resto do País aguenta e carrega. Mas ele é até uma bobagem econômica não torná-lo tão pujante como as outras áreas, dado o aproveitamento de potencialidades que estão lá dispersas, não aproveitadas adequadamente por séculos e séculos de outras lógicas, de outras políticas. Quer dizer, trata-se, nesse momento, de buscar essas potencialidades, promover esse desenvolvimento, porque já aprendemos que um processo de distribuição de renda seja ele direto para as pessoas, seja ele através do desenvolvimento nas regiões, é muito bom para o País. O País cresce mais, cresce com mais solidez, cresce com mais segurança, cresce com menos variação. A possibilidade de nós sofrermos ataques e vicissitudes da economia mundial tem a ver com nossa fragilidade quando você é concentrado, seja concentrado em um único produto, seja concentrado em uma única produção. Temos hoje uma vantagem extraordinária do Brasil, e ela se manifesta de inúmeras maneiras. Ao fazermos a busca da energia elétrica de Belo Monte, o que nós estamos usando é uma coisa que só o Brasil tem: regime hídrico, que, no Sul, quando seca, enche aqui em cima; então, quando a gente interliga os dois sistemas, temos o melhor dos mundos possível. Nós tornamos a economia, o fornecimento de energia estável. Isso vale para os alimentos também. Onde tem um pouco mais de seca, onde depois tem um pouco mais de chuva, safras, e com tudo isso, temos... Desperdiçar oportunidades do tamanho do País é um desperdício, do ponto de vista econômico, errado. Para além de qualquer outra lógica humana, ela é economicamente errada. E para além de toda a economia, é muito correto você entender que, se distribuirmos renda, se chamarmos essa nossa população para trabalhar e darmos oportunidade a ela, a nossa capacidade de produção, de potencializar esse nosso desenvolvimento é muito maior.

Essa é a nossa visão, daí porque não se trata apenas de uma visão sensível e humana de procurar trazer o Nordeste, mas sim de uma determinação de ordem política e de desenvolvimento do País. Ou seja, acreditamos que o modelo de desenvolvimento nosso passa necessariamente pela distribuição de renda e passa necessariamente por um crescimento mais igualitário das regiões brasileiras. Essa é a nossa...

Então, fazer isso é um esforço. Temos nos debruçado sobre isso. A primeira meta que nós estabelecemos, Senadora, foi conseguir chegar no PIB, e lhe digo agora, e tenho que lhe dizer com toda a verdade, que isso aconteceu também porque houve alguns grandes investimentos. Se eles pararem de acontecer, a gente volta para o 8%, está certo? Então, temos que nos manter firmes e vigilantes.

Agora, também boa parte do crescimento do PIB do Nordeste que não tem a ver com os investimentos do BNDES tem a ver com o processo de distribuição de renda. O próprio Senador relatou aqui. Ocorre que aproveitar o empuxo dado por esse crescimento de renda da população mais pobre também pode ser

uma estratégia para que a gente possa alavancar esse crescimento, porque, se você tem um mercado consumidor... E ontem eu conversava com uma empresa grande de alimentos que está querendo se instalar perto da Transnordestina e está em dúvida, porque ele está dizendo o seguinte: ou eu jogo toda a minha produção para o Nordeste, porque ele está consumindo, ou, se der alguma zebra, eu exporto. Quer dizer, na verdade, faz com que todo empresário diminua os riscos. Mas a possibilidade de ele se instalar lá para produzir é uma coisa que nós incentivamos.

Então, essa é a nossa estratégia. Nós avaliamos que a nossa estratégia tem que ser da seguinte forma, no curto e no médio prazo.

Nós precisamos recuperar a capacidade de planejamento urgente dos Estados e do coletivo dos Estados. Nós criamos um programa que estimula que, se os Estados estiverem com seu plano de longo prazo definido, nós apoiamos todo o projeto de investimento, além de cada projetinho. E seríamos muito mais rápidos. Talvez não tão rápidos quanto os dois meses aqui do PEF, mas seríamos bastante rápidos, porque nós vamos olhar o plano, e nós vamos acompanhar o plano com uma participação bastante alta e com a contrapartida baixa, que é exatamente estimular que o Estado olhe para si no longo prazo, que faça seu plano, que olhe suas potencialidades, e potencialidades essas que tem a ver não só com o pagamento da dívida social em termos de infraestrutura urbana, saneamento e tudo mais, mas também de quais projetos de desenvolvimento, quais indústrias, quais as vocações que podem ser exploradas por aquele Estado. E o Estado sabe disso, e cada um de nossos Estados tem essa condição.

O que a gente entende também? Que, então, precisamos ajudar. Temos programa para ajudar o Estado a faz esse investimento, melhorar sua gestão e tudo mais. Então, precisamos que ele se engaje nesse processo. Ou outra: nós também topamos ajudá-lo nisso. Nós montamos uma área, chamada área estruturadora de projetos, que desenvolveu o projeto da Transnordestina, desenvolveu o da Ferroeste lá da Bahia, desenvolveu o aeroporto de São Gonçalo do Amarante – só para não sair de Pernambuco e Bahia, tem Natal também –, que está começando a decolar. Ou seja, são estudos que foram feitos por encomenda dos Governadores. Eu me coloco pessoalmente e o banco à disposição dos Governadores que disserem: olha, minha vocação é essa, tenho essa questão com os alimentos, mas eu preciso de um estudo logístico aqui, o BNDES me ajuda. E nós estamos dispostos a ajudar, porque a gente sabe que investimentos em infraestrutura, grandes investimentos integradores, estruturantes, eles são capazes a aglutinar no esforço de apoiar no entorno deles um efeito renda que faz com que as pessoas daquela região... não só que a infraestrutura seja boa por si só, porque atrai indústrias, mas também ele gera capacidade econômica e renda para aquelas pessoas do entorno. Se a gente fizer direitinho. Se fizermos o que fizemos nos últimos 500 anos, muitas vezes você coloca o empreendimento lá e ele só gera miséria no entorno e favelização. Mas acho que hoje a gente já aprendeu a lição e temos todas as condições de fazer esses projetos mais estruturantes.

Então, nossa aposta é essa: planejamento, investimentos estruturantes, apoio ao entorno desses investimentos estruturantes e investimento e apoio à população de baixa renda. Esse terceiro, nós sabemos que isso gera crescimento gera economia. Mas nós tínhamos uma única ferramenta ou algumas ferramentas, que foram Bolsa Família, ProUni, Luz para Todos. Nós precisamos passar para uma segunda escala de investimentos. E aí o microcrédito ganha um poder espetacular. Já que estamos tratando de crescimento, a gente precisa trazer essas pessoas para a produção. Daí a Presidente Dilma compôs uma frente unida lá com o Banco do Brasil, com a Caixa Econômica e o BNDES. Estaremos daqui a pouco tempo formulando um projeto mais. A metodologia já conhecemos, o BNDES é campeão nela. O que precisamos fazer é chegar aos 10 milhões, e não a um milhão de hoje, mas a 10 milhões de pessoas. Nós temos esse apoio aos Estados por meio das suas organizações coletivas. Então, nós precisamos chegar nesse pequeno.

Para aqueles que ainda não se formalizaram, e aí nós estamos achando que é uma política de segunda geração, dessas novas, nós precisamos formalizá-los, nós precisamos colocá-los no EI, jogá-los dentro do sistema para sabermos quem é, onde está, o que está produzindo e, aí, formular políticas para ele. Estou falando isso mais como Governo do que como BNDES, porque boa parte disso não tem nada a ver com a gente. Mas sabemos que faz parte de uma estratégia de desenvolvimento do Nordeste: planejamento, infraestrutura, projetos estruturantes, entorno e apoio à produção e inserção produtiva da população de baixa renda.

Acho que são esses os elementos. Coloco aos Senadores toda a disposição do BNDES de apoiar esses planos, na própria confecção e, depois, dentro da confecção, nos estudos de viabilidade, estratégia econômica de projetos específicos. "Quero colocar aqui uma siderurgia. Cabe?" No Pará, com certeza sim, porque que tem a mina ali. Mas cabe na Paraíba, do lado de Goiana ali? Mas coube no Ceará?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ELVIO LIMA GASPAR – Ali na fronteira da Paraíba com Pernambuco, em que há possibilidade de investimento no polo farmoquímico.

Tem também no Rio Grande do Norte, mais na fronteira com o Ceará, naquela região do Seridó, que tem uma capacidade produtiva enorme, mas que a gente ainda não conseguiu apoiar com força. Enfim, há vários espaços em que podemos ajudar a estudar.

Na Bahia, com essa Ferroeste, vão ser distribuídos pontos que podem ser polos de desenvolvimento. O que podemos fazer? Podemos estudar esses polos, para que eles sejam centros de acumulação e distribuição. Também podemos ajudar o Governo. Se ele não fizer... O Governo pode fazer um estudo de uma vez simplesmente, porque eventualmente fica até mais fácil. Mas, se ele precisar da nossa ajuda, também faz e depois apoiamos um agente econômico que for lá construir, manter aquela estrutura lá.

Quero lhe dizer que a angústia da Bahia, de Pernambuco, do Ceará, menos, mas principalmente do Piauí, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Sergipe é nossa angústia também.

Entendemos, e aí Senador, também que a desigualdade regional não se aplica só ao Nordeste, mas existe também intraNordeste; mas também é intra-Estado e, dentro do Estado, em regiões dele e também entre povos e povos dentro de uma mesma cidade. Por exemplo, entre Quixadá e a fronteira do Quixadá. O que nós temos que combater é esse nível de desigualdade e mantê-lo num nível em que o nível inferior de cada um dos cidadãos dessa região permita a ele ter o direito de acesso a bens e serviço que o torne feliz.

Enfim, essa é a dinâmica. Para isso, precisa de emprego, de mantê-la onde ela está. Tirá-la de lá é um erro... É evidente que se tiver uma oportunidade onde ela quiser ir, mas tirá-la porque ali numa região perto tem uma economia melhor, é mais barato formar esse emprego lá do que fazer um emprego aqui, achamos que isso também é um erro. Tem que gerar oportunidade onde ele está também, mesmo que não tenha um entorno por perto. Temos criar oportunidades nesses lugares que a gente está chamando de vazio econômico.

Esse é o pedaço da nossa estratégia. Agora que angústia o BNDES gostaria de dividir com vocês? O BNDES está muito disponível e absolutamente feliz com essa conversa aqui com vocês e quer oferecer a possibilidade de ajudar os Estados nisso. Temos conversado com o Governador Ricardo Coutinho. Ele já nos apresentou algumas das suas ideias, semanas atrás. Já discutimos isso: "Apresente um plano global que nós vamos apoiar todo seu plano". Obviamente, a elite política do Estado da Paraíba pode ajudar na confecção desse plano, para que possamos ajudá-lo integralmente.

Eu não sei se respondia a todos vocês. Eu queria só dizer que nada do que vocês disseram nos incomoda negativamente, mas nos incomoda positivamente. Digo o seguinte: nós estamos juntos no interesse de tornar o Nordeste uma região bem mais desenvolvida do que é e um dos puxadores do desenvolvimento brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias Bloco/PT – PI) – Senador Cícero.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Nessa nossa audiência, na verdade, nós tratamos só algumas coisas pontuais. Mas acho que no conceito genérico, eu pelo menos me dou por satisfeito. Só que vou me somar ao Senador Vital e vou pedir permissão a ele para falar sobre os escritórios; não é nem um escritório, mas um representante. Que haja um diálogo mais próximo...

O SR. ELVIO LIMA GASPAR – Deixe comigo. Nós vamos instalar. Podemos entrar em contato para saber como podemos fazer. E na Federação das Indústrias, não é?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Federação das Indústrias.

O SR. ELVIO LIMA GASPAR – Está bom. Nós um modelo para fazer isso.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Esse modelo, Dr. Elvio, eu peguei do Ceará quando oficiei ao BNDES, eu já tinha o modelo e já tinha o aceite da Federação das Indústrias. Então, é só colocar lá.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – E me permite, Sr. Presidente, só para concluir minha participação, agradecendo.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Pois não. Com prazer.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Eu acho que aqui ficou muito claro – nós não teríamos como esgotar todos os assuntos – o registro do reconhecimento e da disposição do BNDES em colaborar. Obviamente, cada Estado vai buscar com seus agentes, quer seja do Executivo, quer seja dos agentes políticos, apoio para encontrar soluções.

Quanto à questão do apoio e do planejamento, a que fiz referência de cada Estado, isso é fundamental. Ou os Estados e Municípios tomam consciência disso, e o BNDES será apenas um agente à disposição e com a capacidade de indução, isso é fundamental.

Aí, sim, faço um apelo ao BNDES. Nós estamos num processo em que o S do BNDES pode ajudar bastante, que é na questão da implantação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Nesse plano, nós já temos alguns prazos a serem cumpridos. Foi criado depois de 19 anos de debate. Eu tive a oportunidade

de ser um dos relatores aqui no Senado. Foi criada a logística reversa, uma participação, os comitês que vão gerenciar, as empresas vão participar. Mas existe uma atribuição aos Municípios em relação a qual tenho certeza absoluta de que não vamos cumprir se não houver, Presidente, a participação efetiva do Governo Federal e dos agentes.

O Piauí, lá atrás, tinha um plano em que estabelecia metas para os Municípios que criassem os aterros sanitários ou outras soluções. Hoje já se modernizou. Quando essa lei foi feita lá atrás, eu, como prefeito, encontrei o aterro sanitário como solução. Hoje, já evoluiu, ele pode gerar energia. Uma série de coisas que podem ser adotadas.

Hoje, na Alemanha, 8% da energia gerada é proveniente de queima de lixo, com todos os cuidados ambientais que se fazem necessários. Mas nós estamos engatinhando. No meu Estado, eu posso dizer isso porque o conheço profundamente, não há um estímulo à formação de consórcio, ao planejamento pelo Governo do Estado, pelo Governo Federal. E os prefeitos vão levar pancada do Ministério Público e não vão cumprir o prazo que está estabelecido.

Então eu faço um apelo para que o BNDES se disponibilize com o seu quadro técnico e parte dos recurso, no mínimo, para o financiamento do planejamento dessa questão dos resíduos sólidos aos Municípios brasileiros, em particular, os do Nordeste que têm menos condições ainda, até de técnicos e de financiamento. Então formar pequenos e médios consórcios e propor as melhores soluções que tecnicamente vocês conhecem e detêm todo o domínio.

Quero agradecer pela presença. Tenha certeza de que vamos bater à porta do BNDES para cobrar essa participação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Vital.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Essa talvez tenha sido uma das reuniões mais...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Só um instantinho, para um *pit stop.*

Vou aproveitar aqui só enquanto ele retorna, Senador Cícero.

Recentemente, eu estive na Europa. Eles não trabalham mais, aliás, eles estão desativando os chamados aterros sanitários ou áreas de tratamento. Eles estão trabalhando com processamento de todo o lixo. Está tendo agora, em São Luis do Maranhão, essa modelagem. Em Teresina, tem dois grupos que estão implantando, ou seja, não é num público, o setor privado implanta. Em vez de você pagar na sua conta mensal, você por receber, tanto faz ser setor público ou setor privado, pelo recebimento daquele lixo. Ele havia separado o que é material orgânico e se transforma em energia, se transforma em adubo, do que é material plástico, metal, do que enfim é reciclado. Aliás, uma das grandes preocupações que eu sempre tive, em relação ao futuro da humanidade, é exatamente o que fazer do lixo, porque a gente processava muito pouco, muito pouco. Eu creio que ainda é um problema grave. Eu viajo pelo Brasil, vou a vários lugares e vejo que é uma vergonha a nossa situação nessa área relacionada ao lixo. O meu Estado ainda é muito atrasado em relação a isso, quero reconhecer aqui.

Outro ponto que quero lembrar, acho que foi importante essa reunião aqui, a compreensão do papel desse grupo de trabalho. Se a gente não conseguir pactuar uma posição comum para saber todos – quem está no Parlamento, quem está no Executivo, quem está no setor empresarial, que está na área da organização dos trabalhadores –, se não tivermos os agentes financeiros, os órgãos do próprio Nordeste, porque fica cada um puxando para um lado. O que a gente verifica é que ainda não há um plano consolidado. É preciso reconhecer isso. Não há dentro do Governo Federal um plano consolidado, integrado com as ações dos Estados.

Por mais avançados que possamos estar, ainda temos graves problemas. A gente ainda nem conhece tanto o Nordeste. Na área da mineração, por exemplo, eu fiquei assustado quando, em 2003, fui ao Presidente pedir 80 milhões para fazer um investimento na área de pesquisa, tanto das chamadas folhas, na área do subsolo de minério, quanto na área de gás e petróleo. O resultado desse estudo: temos hoje lá um outro Eldorado de Carajás, entre Piauí, Pernambuco e Bahia, na área do ferro. É um outro Carajás, com um potencial gigantesco. E deve ter na Paraíba, deve ter na Bahia, em muitos lugares. É a nova minas gerais do Brasil essa região da divisa de Paraíba, Piauí, Pernambuco, Ceará, esse miolo central aí, onde está o semiárido por coincidência, no qual são encontrados: ferro, calcário, mármore, níquel, opala e um conjunto de outros minérios com grande valor agregado.

Nessa área do gás, para dar o exemplo, foi lançado o edital para 20 blocos na bacia do Parnaíba; 20 blocos para gás e petróleo. Quem diria?

Os estudos do Eike Batista que já fez a primeira estratificação no Maranhão aponta uma nova Bolívia, só para entendermos sobre o que estamos falando. Estou mostrando que, se a gente não tiver planejamento, organização, vamos ficar sempre de fora. Eu quero aqui resgatar uma das coisas que me doeu. Naquele dia da votação, a questão das condições para a instalação de uma fábrica de automóveis. Claro que

eu quero que Pernambuco tenha uma fábrica de automóveis. Mas por que só Pernambuco? Por que um edital que abre e fecha, e todo mundo sabendo que é para não dar tempo de outros entrarem? Que maluquice! Ou seja, vai fechar rápido para não dar tempo de entrar novos investimentos? Está errado isso. Temos que criar juízo, fazer essa pactuação, integrar. É esse o papel da comissão.

Para encerrar, passo a palavra de volta a V. Exª, Senador Vital.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, a sua fala neste momento traduziu o fecho, o epílogo desta reunião, que foi extremamente proveitosa. Fui o autor, o provocador inicial. Contei com a subescrição de V. Exª imediatamente, em reunião passada, porque estava estudando a aplicação de recursos do BNDES. Surpreendo-me, de forma positiva, ao ver um diretor da área social extremamente sensível às nossas argumentações, envolvido com os nossos problemas e procurando ajudar. Acho que esse é o nosso caminho de forma proativa. Os exemplos dados pela Senadora Lídice, pelo Senador Cícero e por mim fundamental o texto final de sua fala. Nós queremos reequilibrar esses investimentos numa região que dá mais do que recebe o resultado disso.

Mas o BNDES, como um banco de fomento do desenvolvimento, está pronto, precisa não apenas de si só, mas da integração com Estados e Municípios. Se não vão além do que podem ir sem existir projeto e planejamento dos Estados e Municípios, a gente tem que fazer a nossa *mea* culpa; *mea* culpa, quando cobro 1% da Paraíba eu até tenho que me perguntar: será que a Paraíba levou os projetos, se se planejou efetivamente para entrar nessa guerra como deveria? A gente sabe que muitas vezes nós também pecamos, mas o sentido desse movimento em que a subcomissão foi criada é dar reequilíbrio ao Nordeste.

Por isso mesmo, aproveito a oportunidade para convidá-lo, Dr. Elvio, para estar presente em Campina Grande na ocasião em que todos esses Senadores da comissão haverão de estar; vai ser no São João, coincidentemente vai ser no dia 6 de junho. O senhor estará inscrito e convidado para falar em nome do BNDES, porque ninguém melhor do que o senhor para dizer isso não apenas aos Senadores que estarão lá

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Quem sabe nesse dia já dando o passo inicial para a instalação do escritório.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Para a instalação do nosso escritório, um anseio da federação das indústrias que, na Paraíba, de forma única no País se situa no interior e não na capital.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – No Piauí também, em Parnaíba. Só não é no interior porque é no litoral.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Então nós vamos estar no interior no dia 6, conversando. E como coordenador dessa reunião ao lado do Senador Cícero, do Senador Wilson, que esteve aqui presente, conversando, debatendo sobre um tema da mais alta relevância para o Nordeste que é infraestrutura da região, um tema intrinsicamente ligado ao BNDES. Outros temas, vamos falar de clima, de seca, em outros Estados, mas, na Paraíba, o tema escolhido por esta comissão foi infraestrutura, e nada melhor do que um Estado que precisa efetivamente ser olhado, focado nesse setor, como de resto toda a região.

Convite aceito, compromisso firmado, agenda pronta, a farra e o forró o estão esperando.

Para encerrar, quero passar a palavra ao Dr. Elvio, dizer que agora o antigo secretário da fazendo Antonio Neto está na agência de fomento, é ele que está lá organizando também o escritório do BNDES nessa parceria entre federações da indústria e comércio e da área de serviço em Teresina. Então passo a palavra, estaremos realizando esse evento dia 23 agora de maio em Maceió, alagoas; hoje à tarde temos uma reunião preparatória aqui, às 17 horas, estão aqui os secretários de fazenda, estava aqui há pouco o da Bahia, mas outros estados também estão vindo, da fazenda e do planejamento, é uma reunião preparatória. O tema será exatamente sobre soluções para voltarmos a ter capacidade de investimento, sobre os endividamentos, sobre desequilíbrio fiscal.

Então, passo a palavra para V. Sª e de pronto agradeço pela bela oportunidade.

O SR. ELVIO LIMA GASPAR – A esta altura só tenho a agradecer a oportunidade de poder mostrar o trabalho do BNDES e me colocar à disposição aqui do senado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Muito obrigado.

Declaro encerrados os trabalhos.

(Levanta-se a Reunião às 11 horas e 59 minutos.)

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA – CDRAM

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA, CRIADA POR MEIO DO RDR Nº 01, DE 2011, COM A FINALIDADE DE

"DEBATER A AMAZÔNIA BRASILEIRA, EM ESPECIAL O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL", DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 11 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 13, DA ALA ALEXANDRE COSTA.

Às onze horas e vinte e um minutos do dia doze de abril do ano de dois mil e onze, na Sala de Reuniões número treze da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Mozarildo Cavalcanti, nos termos do art. 88 do RISF, reúne-se a Subcomissão Permanente da Amazônia com a presença dos Senadores Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, Ivo Cassol, Acir Gurgacz, João Pedro e Lobão Filho. Deixam de comparecer a Senadora Ana Amélia e o Senador Aécio Neves. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente Reunião tem como objetivo a instalação dos trabalhos e a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão para o biênio 2011/2012. O Presidente Eventual, Senador Mozarildo Cavalcanti, comunica que a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves foram indicados pelas Lideranças Partidárias para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da CDRDN, respectivamente. De acordo com o art. 60 do RISF, a eleição é realizada em escrutínio secreto e com chamada nominal. Após a votação, o Presidente convida o Senador Lobão Filho para atuar como escrutinador, sendo verificado o seguinte resultado: são eleitos os Senadores Vanessa Grazziotin e Vicentinho Alves por unanimidade. A Presidência proclama o resultado, empossa os eleitos e os convida para sentarem à mesa. Após as considerações iniciais da Senhora Presidente, Senadora Vanessa Grazziotin, e do Vice-Presidente, Senador Vicentinho Alves, usam da palavra os Senadores Mozarildo Cavalcanti e João Pedro. Em seguida, a Presidência apresenta e o Colegiado aprova o plano de trabalho da Subcomissão para biênio 2011/2012. **EXTRAPAUTA:** ITEM 01: Requerimento nº 01/2011-CDRAM, que "*nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidados a Senhora Izabella Mônica Vieira Teixeira, Ministra de Estado do Meio Ambiente – MMA e o Senhor Afonso Bandeira Florence, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário – MDA, para discutirem, na Subcomissão Permanente da Amazônia, as propostas para o novo Código Florestal Brasileiro".* **Autoria:** Senador João Pedro. Após o encaminhamento do Requerimento feito pelo autor, procede-se à votação. **Resultado:** Aprovado. ITEM 02: Requerimento nº 02/2011-CDRAM, que "*nos termos do disposto no art. 142, combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligências, no formato de visitas técnicas dos membros desta Subcomissão Permanente, bem como reuniões em conjunto com a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, que funciona no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, do Senado Federal, para se debater a segurança e as políticas públicas para as fronteiras".* **Autoria:** Senadores João Pedro e Mozarildo Cavalcanti. Após o encaminhamento do Requerimento procede-se à votação. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Mozarildo Cavalcanti,** Presidente Eventual da Subcomissão Permanente da Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. (PTB – RR) – Declaro aberta a primeira reunião da Subcomissão da Amazônia.

Havendo número regimental, declaro aberta a primeira reunião extraordinária da Subcomissão Permanente da Amazônia da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à instalação dos trabalhos e à eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão para o biênio 2011/2012.

Até o presente momento temos a seguinte indicação para compor a Presidência e a Vice-Presidência: para Presidente a Senadora Vanessa Grazziotin e para Vice-Presidente o Senador Vicentinho Alves.

Sobre a mesa, encontram-se à disposição das Srsª Senadoras e dos Srs. Senadores titulares as cédulas de votação devidamente rubricadas pela Presidência que deverão ser utilizadas para votação.

De acordo com o art. 60, do Regimento Interno, a eleição será feita em escrutínio secreto e mediante a chamada nominal dos membros.

Senador Edison Lobão, Senador João Pedro, Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, se V. Exª me permite, eu só gostaria de comunicar que conversei com o Senador Vicentinho Alves hoje pela manhã e ele disse que chegaria com um pouco de atraso para esta reunião, uma vez que se encontra em audiência com o Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento. Então comunico a V. Exª a ausência momentânea, mas acho que S. Exª inclusive já assinou. Nós poderíamos proceder à apuração. Acho que já foi alcançado o *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. (PTB – RR) – Pois não. Atendendo à sugestão de V. Exª, declaro encerrada a votação e convido o Senador Lobão para atuar como escrutinador.

O SR. LOBÃO FILHO (PMDB – MA) – Sr. Presidente, quatro votos para a Senadora Vanessa Grazziotin, para o cargo de Presidente da Subcomissão, e o Senador Vicentinho Alves para Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. (PTB – RR) – Portanto foi eleita Presidente a Senadora Vanessa Grazziotin e foi eleito Vice-Presidente o Senador Vicentinho Alves, por unanimidade dos votos.

Convido a Senadora Vanessa para assumir a Presidência e, portanto, dirigir os trabalhos daqui para frente.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Em primeiro lugar, quero cumprimentar todos os Senadores que aqui estão e agradecer o apoio. A quem está assistindo à nossa reunião, informo que a Subcomissão é composta de cinco membros efetivos e cinco suplentes, ou seja, tivemos uma participação significativa nessa votação do dia de hoje.

No meu entendimento, aqui está o Senador Mozarildo, que tem muito mais experiência do que eu, porque já presidiu a Subcomissão da Amazônia nesta Casa e fez belos e grandes trabalhos, nosso objetivo, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional, é destacar o debate sobre a Amazônia. E fazemos ideia de que nem sempre realizaremos atividades específicas da Subcomissão. Vamos procurar, sempre que possível, casar o debate sobre temas ligados à Subcomissão com temas de outras subcomissões.

Agora mesmo, conversava com o Senador João Pedro e o Senador Wellington, que coordena a Subcomissão do Nordeste, a respeito disto: montarmos um calendário cujos temas sejam comuns, por exemplo: incentivos fiscais. É óbvio que nós temos alguns modelos que não existem no Nordeste, como é o caso da Zona Franca de Manaus, e temos uma Sudam que funciona como Sudene. Poderíamos trabalhar isso juntos, também as questões ambientais, enfim, outros temas.

Quero dizer que já temos propostos alguns temas. Não há nada de novo, pois são temas que já foram debatidos por subcomissões que se organizaram e funcionaram em mandatos anteriores. Também devemos propor um roteiro. Temos conhecimento de que, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores, há uma subcomissão da Amazônia que deverá trabalhar de forma muito incisiva sobretudo a questão da fronteira – nós sabemos que a Amazônia tem a maior área de fronteira do Brasil. Vamos nos somar a essa Comissão para fazermos atividades conjuntas. Algumas visitas, poderíamos até fazer com outras subcomissões, de tal sorte que tenho certeza de que não apenas eu ou o Senador Vicentinho Alves, que é do Tocantins, mas todos os senhores que são da Amazônia estarão prontos para nos ajudar, para colaborar nesse trabalho importante.

Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Inicialmente quero cumprimentar V. Exª e parabenizá-la pela merecida eleição para Presidente desta Subcomissão. Quero dizer, como Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, que faz parte da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que fui reconduzido e já temos um trabalho iniciado. E gostaria justamente de propor a V. Exª que nós pudéssemos fazer, o mais próximo possível, uma reunião conjunta, até para estabelecermos uma agenda, de forma que se possa aproveitar o trabalho já feito naquela Subcomissão e avançar nos outros que nós não fizemos.

É evidente que agora, com a criação desta Subcomissão, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ficará muito mais voltada para o tema da defesa nacional e da segurança das fronteiras, até por seu próprio nome: Subcomissão da Amazônia e da Faixa de Fronteiras.

Eu quero me colocar à disposição para que façamos esse diálogo e um trabalho que realmente nos permita, num curto espaço de tempo, ter um diagnóstico da Amazônia, a fim de propor um plano que possa de fato desenvolver a Amazônia de maneira mais de acordo com o nosso pensamento de amazônida.

Parabéns. Espero que possamos fazer esse trabalho conjunto.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Eu é que agradeço, Senador Mozarildo, e peço perdão porque não citei que V.Exª é o Presidente dessa Subcomissão.

Quero dizer que há convergência de ideias e pensamentos. Acho que grande parte das ações que iremos desenvolver faremos em conjunto. E um primeiro passo que podemos dar seria convidar o Ministro de Assuntos Estratégicos para vir debater conosco seu pensamento. Na época do Ministro Mangabeira Unger, nós tivemos uma grande colaboração e uma parceria muito grande nos trabalhos desenvolvidos em relação à Amazônia.

Agradeço ao Senador Mozarildo. Tenha certeza V. Exª de que nós... Vou pedir à Secretaria que transmita a todos os membros, efetivos e suplentes, da Comissão a nossa proposta de roteiro de trabalho e também a V. Exª para que aprovemos, na medida do possível, um roteiro comum.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – V. Exª poderia ler o roteiro proposto?

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Graziottin. Bloco/PCdoB – AM) – Na realidade, os objetivos: debater as ações de desenvolvimento sustentável que promovam a elevação dos índices socioeconômicos, assim como combater as desigualdades regionais e promover a integração nacional; levantar os principais problemas dos Estados da região para, a partir daí, buscar as soluções; defender os interesses econômicos; discutir as políticas permanentes de enfrentamento das mudanças climáticas.

Temas a serem discutidos... Repete um pouco. Questões ambientais de sustentabilidade, diversidade cultural, desenvolvimento socioeconômico, infraestrutura, logística, fronteiras, Copa de 2014, porque é importante. Há duas sedes na Amazônia, que são Manaus e Cuiabá, que compõem as doze.

O roteiro é este: fazermos audiências públicas, reuniões de trabalho, desenvolver estudos com a ajuda da Consultoria e metodologia, trabalhando junto com outras comissões e subcomissões, principalmente.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Quero parabenizá-la pela nova incumbência. Penso que a Subcomissão pode e deve contribuir com os debates na Casa e com a sociedade civil. Essa agenda com visita aos Estados, debates, podemos cumpri-la, agregar a força política às idéias das outras subcomissões. A Amazônia tem uma agenda grande para fazermos o debate não só no âmbito do Senado como também do Congresso, algumas atividades junto com a Câmara. Nos Estados, penso que há debates atuais. O Código Florestal tem um rebatimento aqui por conta da região. Então, a Subcomissão poderia dar uma contribuição a esse debate. Está na Câmara. Em algumas Comissões, como Meio Ambiente e Relações Exteriores, estamos fazendo debate sobre o Código Florestal. A Subcomissão poderia pautar o Código Florestal para fazermos as discussões no sentido de contribuirmos com esse debate que virou um debate nacional. Então a Subcomissão poderia pautá-lo e nós fazermos um bom trabalho Aqui no Senado da República.

Muito obrigado.

Parabéns!

Você Exª tem larga experiência sobre o debate da Amazônia. A Subcomissão é muito importante. Podemos interagir com as outras subcomissões e prestar um grande serviço ao Senado, ao Brasil e à nossa região.

Muito obrigado.

Parabéns!

A SRª PRESIDENTE Vanessa Graziottin. (Bloco/PCdoB – AM) – Senador João Pedro, V. Exª, como sempre, está dando muita colaboração.

V. Exª chamou a atenção para um fato que entendo deve ser destacado, nominado, que é a questão do Código Florestal, pela urgência. Nós temos participado – V. Exª, o Senador Mozarildo, o Senador Vicentinho, que acaba de chegar, parabéns pela eleição como Vice-Presidente! – de muitos debates, mas até agora, mesmo nas audiências públicas que o Deputado Aldo Rebelo, relator da matéria, tem realizado no norte, em nenhum desses debates nós discutimos a questão do Código Florestal sob o recorte da Amazônia, os impactos na Amazônia. Eu tenho procurado dedicar-me à matéria, tenho discutido muito com o Deputado Aldo Rebelo. Acho, Senador Mozarildo, que nós poderíamos pensar em marcar uma audiência para tratar dos impactos do Código Florestal na Amazônia brasileira, enfim, focar isso.

Muito obrigada pela colaboração. Sei que V. Exª tem muitas outras comissões, mas vai se dedicar muito a esta Subcomissão. Agradeço enormemente por isso.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Vice-Presidente, sobre a pauta, sobre a agenda. Um outro debate que precisamos e devemos aprofundar é sobre as fronteiras. É um debate que nasce com a nossa Nação.

As fronteiras, na Amazônia, ganharam importância. Temos que estudar e refletir sobre fronteiras em todo o Brasil, mas na Amazônia de modo muito especial. Há um novo conceito, um conceito contemporâneo de fronteiras. A relação dos povos, principalmente na Amazônia. Esse conceito do século XIX sobre fronteiras... Acho que precisamos ter um novo conceito, que vai além da presença militar na Amazônia, de instituições, da presença do Estado, da relação com culturas, com economias, com a dinâmica social dos países que compõem a fronteira no Brasil e, fundamentalmente, com a Amazônia.

Quero chamar a atenção para este debate, porque carece de termos um olhar diferenciado em relação à presença das populações, dos brasileiros, dos peruanos, dos venezuelanos, enfim, das pessoas que vivem na fronteira da nossa Amazônia.

Mais uma vez, parabéns. Esperamos que se possa ter uma agenda que aprofunde e contribua com os debates no Congresso Nacional e, fundamentalmente, aqui no Senado.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Obrigado, Senador. V. Exª apresentou um requerimento verbal. Só solicito de V. Exª e sua assessoria que formalize para que deixemos registrado aqui. Nós já pontuamos e consideramos aprovado, mas para formalizar as suas propostas, em primeiro lugar, no trabalho conjunto com as comissões, debatendo especialmente Código Florestal.

E V. Exª já poderia sugerir essa audiência pública para formalizar a questão do debate sobre as fronteiras junto ao Senador que preside a outra subcomissão, esta, sim, tendo como principal atividade problema das fronteiras. Mas trabalharemos muito juntos, Senador João Pedro.

Portanto, estamos aguardando os requerimentos de V. Exª.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam as propostas do Senador João Pedro queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Com a palavra o Senador Vicentinho Alves, nosso Vice-Presidente.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Obrigado, Srª Presidente. Inicialmente, quero agradecer a V. Exª pela confiança de estar na Vice-Presidência e agradecer aos eleitores...

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Vou lhe atrapalhar, mas quem fez a campanha na sua ausência foi o Senador João Pedro. Ele foi boca de urna aqui.

SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Senador João Pedro e Senador Mozarildo Cavalcanti, muito obrigado pela confiança.

Além da questão de fronteiras e do Código Florestal, que tem que estar em pauta nesta Subcomissão, pois diz respeito a nossa Região Amazônica, quero acrescentar o Banco da Amazônia e também a Sudam. Penso que temos que discutir muito essas duas instituições da nossa região, quais os projetos viáveis. Portanto, a Sudam e o Banco da Amazônia, basicamente.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Coloque a Suframa. São três instituições.

SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – A Suframa está especificamente em Manaus.

Acho que essas instituições financeiras é que estão bem à frente da questão do desenvolvimento econômico da Amazônia. Tenho observado, Senador Mozarildo, que no nosso Estado de Tocantins, na Região Amazônica, o Banco da Amazônia, às vezes, deixa de aplicar no desenvolvimento regional cerca de R$600 milhões, que voltam para o Tesouro Imagino que no Estado do Amazonas, no Estado de Roraima e nos demais também deve estar ocorrendo fatos dessa natureza.

Então, precisamos colocar em pauta isso, as razões, os motivos pelos quais não se está aplicando. E é claro que esses recursos estarão diretamente ligados ao desenvolvimento da nossa Região Amazônica. Então, acrescentando a Suframa, discutimos a Sudam e o Banco da Amazônia, o Basa. Na pauta e na agenda, é o que eu sugiro.

No mais, a questão dos nossos rios. Temos que incluir aí a aquaviária, um departamento do Ministério dos Transportes que trata dos portos fluviais, de derrocamentos de rios, ou seja, recuperação dos nossos rios, principalmente na questão socioambiental. Nós precisamos discutir muito a questão da navegação dos nossos rios. Temos Estados, por exemplo, como o Tocantins, o Amazonas, o Pará, banhados por vários rios navegáveis, com condições de navegabilidade, e precisamos discutir isso. No Tocantins, onde se estão construindo hidrelétricas, que tenhamos já definitivamente, daqui para frente, que as construções de hidrelétricas tenham as eclusas já implantadas, porque fica muito mais caro para o País construir uma hidrelétrica e depois pensar na eclusa, fica o dobro do custo para a Nação.

Então, precisamos discutir o aproveitamento hídrico dos rios da Amazônia, claro que sempre respeitando a questão socioambiental, respeitando os ribeirinhos e respeitando a questão ambiental.

Portanto, quero sugerir que inclua na pauta, minha Presidente querida, esses itens, para que a gente traga para discussão, que com certeza tem tudo a ver com desenvolvimento regional da nossa Região Amazônica.

Obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Vamos adotar o mesmo procedimento das proposituras apresentadas pelo Senador João Pedro: votamos agora, e V. Exª apenas formaliza.

Quem concorda com as propostas do Senador Vicentinho Alves de incluir a questão dos incentivos fiscais, gerenciamentos, por meio do debate que envolva Basa, Sudam, Suframa, e também debatendo a questão do transporte aquaviário, permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Acho que instalamos nossa comissão. Antes da próxima reunião, vamos distribuir, Senador Mozarildo, aos membros da comissão essa sugestão de metodologia de trabalho e, daqui para frente, tocaremos isso.

Seria importante que fizéssemos debates sobre temas importantes para nós em Estados diferentes. Por exemplo, vamos a Roraima debater Código Florestal, um exemplo. Vamos a Tocantins debater o transporte aquaviário; vamos ao Amazonas debater política de incentivos fiscais. Podemos ver uma forma de dar mais dinamicidade. Vamos a Belém discutir Basa.

Agradecendo a audiência, a participação e a colaboração de todos, nossa reunião está encerrada.

(Levanta-se a Reunião às 11 horas e 43 minutos.)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 5 DE MAIO DE 2011.

Às oito horas e quarenta e sete minutos do dia cinco de maio de dois mil e onze, na Sala 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **ACIR GURGACZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **DELCÍDIO DO AMARAL, GLEISI HOFFMANN, RODRIGO ROLLEMBERG, WALDEMIR MOKA, ANA AMÉLIA, FLEXA RIBEIRO, JAYME CAMPOS E ANTONIO CARLOS VALADARES.** Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): João Pedro, Clésio Andrade, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ivo Cassol, Benedito de Lira e Cyro Miranda. Deixa de comparecer por motivo justificado o Senador Eduardo Suplicy. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2010. EMENTA:** Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para dispor sobre o defensivo agrícola genérico. **Autoria:** Senador Heráclito Fortes. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a Emenda nº 1. **Observações:** – Votação Nominal. – Não foram oferecidas emendas no prazo regimental. – Na 7ª Reunião Extraordinária da CRA, realizada em 7/04/2011, após a leitura do relatório pelo Relator, Senador Waldemir Moka, a Presidência concede vista coletiva, nos termos do art. 132, §§ 1º e 4º, do RISF. Não houve manifestação decorrente do Pedido de Vista. – *– Na 8ª Reunião da CRA, realizada em 14/04/2011, o Projeto constou na pauta tendo sido retirado pelo relator para reexame. – O Relator, Senador Waldemir Moka, apresentou novo relatório em 3/05/2011. – A matéria será encaminhada posteriormente à Secretaria-Geral da Mesa – SGM.* Iniciada a discussão, depois da leitura do relatório, pelo Senador Waldemir Moka, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Ana Amélia, Gleisi Hoffmann e Jayme Campos, **Resultado: Realizada a leitura do Relatório e iniciada a discussão do Projeto. Tendo em vista a falta de quorum, a discussão e votação do PLS 190/2010 foram transferidas para a próxima reunião deliberativa da Comissão. ITEM 2: – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 107, DE 2011. EMENTA:** Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade. **Autoria:** Senadora Kátia Abreu. **Relatoria:** Senador Waldemir. Moka**Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a Emenda nº 1. **Observações:** – Votação Nominal. – Não foram oferecidas emendas no prazo regimental. – A matéria será encaminhada posteriormente à Secretaria-Geral da Mesa – SGM. Iniciada a discussão, depois da leitura do relatório, pelo Senador Waldemir Moka, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, as seguintes Senhoras Senadoras: Gleisi Hoffmann e Ana Amélia. **Resultado: Realizada a leitura do Relatório. Concedida vista às Senadoras Ana Amélia e Gleisi Hoffmann e ao Senador Jayme Campos, nos termos do art. 132, §§ 1º e 4º do RISF. ITEM 3: – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 192, DE 2010. EMENTA:** Inclui a avicultura de corte e de postura na pauta de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). **Autoria:** Senador Jorge Yanai. **Relatoria:** Senadora Gleisi Hoffmann. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Observações:** – Não foram oferecidas emendas no prazo regimental. A matéria será encaminhada posteriormente à CAE, em decisão terminativa. Iniciada a discussão, depois da leitura do relatório, pela Senadora Gleisi Hoffmann, é concedido vista ao Senador Waldemir Moka. **Resultado: Realizada a leitura do Relatório. Concedida vista ao Senador Waldemir Moka, nos termos do art. 132, § 1º do RISF. ITEM 4: REQUERIMENTO Nº 18, DE 2011-CRA**. **ASSUNTO:** Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CR, na **Expointer 2011**, que se realizará na Cidade de Esteio, no Rio Grande do Sul, entre os dias 27 de agosto a 4 de setembro de 2011. A Expointer é um dos mais importantes eventos agropecuários e de maquinário da América Latina e esse encontro proporcionará aos produtores e parlamentares apresentarem e discutirem possíveis soluções para os problemas do agronegócio brasileiro. **Autoria:** Senadora Ana Amélia. No encaminhamento, usou da palavra para tecer comentários sobre o assunto a Senadora Ana Amélia. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado, com adendo do Sen. Acir Gurgacz, que transforma a audiência pública em**

ciclo de palestras e debates da CRA . Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 5: REQUERIMENTO Nº 19, DE 2011-CRA. **ASSUNTO:** Requer, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada, no âmbito desta Comissão, audiência pública com a finalidade de avaliar a sustentabilidade da suinocultura no Brasil, com a presença dos seguintes convidados: Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – **MAPA**; Representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário – **MDA**; Representante do Ministério do Meio Ambiente – **MMA**; Sr. **Irineu Wessler** – Conselheiro Presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Suínos – **ABCS**; Sr. **Carlos Francisco Geesdorf** – Presidente da Associação Paranaense de Suinocultores – **APS**; Sr. **Cícero Bley Jr.** – Superintendente de Energias Renováveis da **Itaipu Binacional**. **Autoria:** Senadora Gleisi Hoffmann. No encaminhamento, usaram da palavra para tecerem comentários sobre o assunto a Senadora Gleisi Hoffmann e o Senador Waldemir Moka. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado, com adendo do Senador Waldemir Moka, no sentido de convidar o Sr. Jair Borgman, Diretor Presidente da Cooperativa Agropecuária de São Gabriel do Oeste – COOASGO/MS. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 6: REQUERIMENTO Nº 20, DE 2011-CRA**. **ASSUNTO:** Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para discutir a relação entre o capital estrangeiro e a expansão agrícola brasileira nos próximos dez anos. Para tanto sugere sejam convidados: Sr. **José Roberto Mendonça de Barros** – economista e fundador da Consultoria **MB Agro**; Sr. **Luis Inácio Lucena Adams –** Advogado-Geral da União – **AGU**; Sr. **Alexandre Laizo Clápis –** advogado e Conselheiro do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil -**IRIB**; Sr. **Fábio de Salles Meirelles Filho –** Presidente da Comissão Nacional de Assuntos Fundiários da Confederação Nacional da Agricultura – **CNA**. **Autoria:** Senadora Ana Amélia. No encaminhamento, usou da palavra para tecer comentários sobre o assunto a Senadora Ana Amélia. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado, com adendo do Sen. Waldemir Moka, no sentido de convidar o Sr. Roberto Rodrigues, ex-Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento--MAPA. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 7: REQUERIMENTO Nº 21, DE 2011-CRA**. **ASSUNTO:** Requerem, nos termos do art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada, no âmbito desta Comissão, audiência pública com a finalidade de apresentar aos membros desta Casa o programa que institui o Cartão de Pagamento da Defesa Civil, sugerindo, para tanto, convidar o Ministro da Integração Nacional, **Exmo. Sr. Fernando Bezerra de Souza Coelho. Autoria:** Senadora Gleisi Hoffmann e Senador Casildo Maldaner. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 8: REQUERIMENTO Nº 22, DE 2011-CRA**. **ASSUNTO:** Requer, nos termos do inciso II, do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, com a finalidade de discutir sobre a adesão do Brasil ao Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança e os possíveis impactos que esta adesão ao tratado poderá trazer ao país, com a presença dos seguintes convidados: Sr. **Cristiano Walter Simon** – Presidente da Câmara Temática de Insumos Agropecuários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – **MAPA**; Sr. **José Silvino da Silva Filho** – Consultor Jurídico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – **MAPA**; Representante do Ministério do Meio Ambiente – **MMA**; Representante da Confederação Nacional de Agricultura – **CNA**; Representante da Empresa de Brasileira de Pesquisa Agropecuária – **EMBRAPA**; Representante do Ministério das Relações Exteriores – **MRE**; e Representante do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais – **ICONE**. **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dez minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Acir Gurgacz,** Presidente Da CRA.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária realizou, na última quinta-feira, dia 28, uma audiência pública para debater com o Instituto Nacional de Colo-

nização de Reforma Agrária, o Incra, a aplicação dos procedimentos administrativos e ratificação das alienações e concessões de terras em faixas de fronteiras definidos na Instrução Normativa do TCU nº 63/2010. Estiveram presentes à audiência pública o Dr. Celso Lisboa de Lacerda, Presidente do Incra; o Dr. Richard Martins Torciano, Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do órgão. Durante a reunião, ressaltamos que a regularização fundiária das propriedades rurais localizadas nas faixas de fronteira é um tema complexo, com milhares de processos parados há mais de uma década no Incra, que precisa de uma solução urgente.

Manifestamos a preocupação com a situação de insegurança jurídica em que se encontram os produtores rurais que vivem nessa faixa de fronteira, o que vem prejudicando a atividade econômica nessas propriedades.

O Presidente do Incra, Celso Lacerda, afirmou que o atraso na implementação da Norma nº 63, de 2010, que simplifica os procedimentos administrativos de ratificação das alienações e concessões de terras devolutas efetuadas pelos Estados na faixa de fronteira, ocorre justamente por conta da existência de milhares de processos paralisados há mais de uma década.

O Presidente do INCRA justificou que a falta de ratificação dos títulos não tem causado maiores problemas aos produtores quanto à obtenção de crédito e, sim, quanto à insegurança jurídica. Ele esclareceu que falta de georeferenciamento tem um impacto maior para o proprietário, impedindo a venda do imóvel. Ele admitiu que há um passivo grande de propriedades com georeferenciamento pendente, mas que há também um trabalho de melhoria desse procedimento específico no Incra, com a busca de parcerias e informatização da certificação.

Na sexta-feira passada, dia 29 de abril, tivemos mais um seminário da Série Agricultura em Debate, aqui nesta Comissão, em que tratamos do mercado da carne, em especial do descompasso entre os preços praticados pelos frigoríficos e os preços a varejo. Constatamos que essa situação é reflexo de uma conjuntura de mercado que sofreu impactos da crise sanitária de 96 e da crise financeira internacional de 2008 e que foi agravada pela decisão do Governo e do BNDES de priorizarem investimentos nos grandes frigoríficos. Essa política ampliou a concentração de mercado e prejudicou milhares de pecuaristas e centenas de frigoríficos em todo o Brasil.

Os diretores do BNDES foram questionados sobre essa situação. Explicaram que os financiamentos dos bancos com taxa diferenciada são para as empresas brasileiras. Agora, na modalidade de participação acionária, explicaram quem os recursos podem ser utilizados para fusões e aquisições tanto no Brasil quanto no exterior.

Foi essa política que o BNDES adotou ao financiar e se associar aos grandes frigoríficos brasileiros. Os diretores do banco justificaram que não daria para o Brasil criar um grande *player* global sem a participação do BNDES.

Cobramos do BNDES o apoio para os pequenos e médios frigoríficos brasileiros, em especial para os do Estados de Rondônia, e a adoção de medidas de incentivos aos pequenos e médios frigoríficos de carne bovina dentro da nova política de desenvolvimento produtivo em elaboração pelo Governo Federal, o PDT.

Comunico ainda que, nesta sexta-feira, 6 de maio, às 14 horas, teremos mais um debate nesta Comissão para avaliar os aspectos relacionados a produção e fornecimento de etanol para o mercado consumidor bem como o comportamento da demanda, projeções e cenário futuros. Debateremos também as propostas de alterações da Medida Provisória nº 533, de 28/04/2011, com a presença de representantes da Petrobras, Agência Nacional de Petróleo, produtores e distribuidores de etanol, Ministério da Fazenda e Ministério de Minas e Energia.

Com relação ao nosso debate da última sexta-feira, Senador Moka e Senadora Ana Amelia, eu não fiquei satisfeito com as explicações dos nossos convidados, principalmente do BNDES. Vou sugerir mais tarde que a gente faça uma audiência pública específica, Senador Moka, para que possamos voltar a debater com mais profundidade o problema dos nossos frigoríficos e o problema dos nossos produtores rurais que estão sendo penalizados por essa concentração no abate de bovinos brasileiros, que tem realmente trazido um prejuízo grande para produtores geradores de emprego, que é caso dos pequenos e médios frigoríficos não só do Estado de Rondônia. Praticamente todo o País tem sofrido com esse problema.

Então, só para nos orientarmos, vamos ter que avançar nesse caso.

Pois não, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu queria também dizer que não tive oportunidade, na sexta-feira passada, de participar desse importante painel. Quero dizer que, desde já, me associo a esse seu pedido de uma audiência pública, até porque é, como eu sempre digo, importante trazer o BNDES. Mas é importante, não sei se o Deputado Federal Setim participou da sexta-feira... Não. Ele preside uma associação de pequenos e médios frigoríficos, e o grande problema é que o País, daqui a pouco, vai ficar na mão de meia dúzia de grandes frigoríficos, chegando ao ponto de... Ainda há na Câmara relato de que es-

sas grandes empresas, grandes frigoríficos chegam ao ponto de comprar determinadas plantas pequenas e deixar sem funcionar. À medida que o pecuarista fica na mão de grandes frigoríficos, começa peço preço, então o cara não tem condição de... Sem dizer que reduzir esses pequenos e médios frigoríficos, você cria... Essas grandes empresas, esses grandes frigoríficos, o objetivo maior é a exportação, e o mercado interno começa a sentir isso também.

Então, eu acho que essa audiência pública é oportuna, e precisamos trazer realmente, sobretudo, representação dos pequenos frigoríficos para que eles possam dizer. Nada contra o financiamento das grandes plantas, dos grandes frigoríficos, mas não pode faltar dinheiro para os pequenos frigoríficos, até porque o valor é menor, e aí tem toda uma dificuldade. Aportam-se alguns bilhões de reais nessas grandes empresas, e faltam recursos para os pequenos e médios frigoríficos.

Quero apoiar a iniciativa de V. Exª.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Igualmente, Presidente Acir, Senador Moka, endosso as palavras do Senador Moka, até porque, não havendo uma política específica para apoiar o sistema e apenas uma concentração como referiu V. Exª, nós corremos o risco de estimular ainda mais o abate clandestino. Porque, pressionados pelas dificuldades em relação ao acesso ao crédito, os pequenos frigoríficos acabam morrendo, sem condições do aporte financeiro. E acabam continuando na clandestinidade essa indústria marginal, criando um problema adicional de saúde pública para os consumidores. Então, é extremamente importante. Como disse o Senador Moka, não está aqui, nesse aspecto, interferindo nos planos de financiamento das grandes empresas que estão voltadas à exportação. Queremos é que haja um tratamento igualitário também para pequenos e médios frigoríficos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amelia, Senador Moka.

Isso só teria uma justificativa plausível se o preço para o consumidor final tivesse diminuído, mas, pelo nosso levantamento, nos últimos dez anos, o preço da arroba do boi gordo subiu 80% e, no mercado, a carne subiu 140%. Então, o objetivo não foi diminuir a carne para o consumidor final. Infelizmente, isso não ocorreu – ocorreu o contrário. Talvez essa mesma concentração no abate da distribuição possa ter aumentado também o preço da carne, e essa é uma das maiores preocupações nossas, além, é claro, da quantidade de desemprego que essa situação tem causado em várias regiões do nosso País.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Nesse ponto, Sr. Presidente, sugiro também a representação dos supermercados.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – É verdade. Não vamos esquecer, desta vez, o supermercado junto conosco para debater o assunto.

A presente reunião destina-se à deliberação de matérias.

Item 1:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2010. Terminativo.

Autoria do Senador Heráclito Fortes, que altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para dispor sobre os defensivos agrícolas genéricos.

Informo que, na 7ª Reunião desta Comissão, realizada dia 07/04/2011, após a leitura do relatório pelo Relator, Senador Waldemir Moka, a Presidência concedeu vista coletiva da matéria, nos termos do art. 132, §§ 1º e 4º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Naquela ocasião, o Relator, Senador Waldemir Moka, concluiu pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1. Não houve manifestação decorrente do pedido de vista.

Na 8ª Reunião, dia 14 de abril do corrente, a matéria constou da pauta, tendo sido retirada, a pedido do relator, para reexame.

O relator, em 03 de maio corrente, apresentou o novo relatório pela aprovação da matéria com a Emenda nº 1, que apresenta.

Com a palavra o Relator, Senador Waldemir Moka, para fazer a leitura do novo relatório.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, antes quero fazer alguns esclarecimentos.

Esse é um projeto que tivemos a oportunidade de relatar, mas houve o pedido da Liderança do Governo – e buscamos atender, realmente, essa expectativa – de que é um assunto importante e que valeria a pena um esforço para se chegar a um texto que pudesse partir exatamente de um consenso.

Trata-se de registro dos chamados defensivos agrícolas genéricos.

Até para dar uma satisfação, acabei promovendo reuniões com a presença de representantes do Ministério da Saúde, do Meio Ambiente e do Ministério da Agricultura, aqui na Liderança do Governo. A partir dessas reuniões, evidentemente, chamei também a representação da Confederação Nacional da Agricultura para que pudéssemos fazer realmente um texto

que contemplasse todas essas expectativas. E conseguimos.

A Liderança do Governo me mandou um texto, que é fruto de um entendimento – não é da Liderança do Governo, mas é fruto desse entendimento – e que eu acatei, na íntegra, até porque, a partir desse entendimento, qual é a nossa expectativa? Como esse projeto é terminal aqui, Sr. Presidente, espero, realmente, que esse projeto, uma vez aprovado, possa facilitar o registro desses defensivos.

A primeira modificação com a qual concordei é que – em função de que já existe um decreto que usa esse tratamento –, em vez de defensivo, se trate como agrotóxico genérico. Isso foi acatado.

Outra providência é a de que se formaria um comitê tripartite, com representação do Meio Ambiente (representantes do Ibama), da Saúde (Anvisa) e do Ministério da Agricultura. A partir desse comitê, os projetos ou os pedidos que dariam entrada para registro passariam pelo crivo desse comitê, facilitando a tramitação.

Esse é o projeto, resumidamente. Esse é o objetivo do projeto, que vou passar a ler de novo, Sr. Presidente, porque, conforme V. Exª disse, trata-se – embora as mudanças sejam pequenas – de um novo relatório, e é importante até para que fiquem aqui no registro dos Anais da Comissão, gravadas aqui, as modificações que nós fizemos a partir – insisto em dizer – de um esforço desta Comissão e do Relator de trazer um texto que retratasse a média, o consenso do Meio Ambiente, da Agricultura e da Saúde.

I – Relatório:

Em exame, para decisão terminativa, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), o Projeto de Lei do Senado (PLS) de nº 190, de 2010, de autoria do Senador Heráclito Fortes, que altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para dispor sobre o defensivo agrícola genérico – este era o termo do projeto original

O art. 1º da proposição modifica os arts. 2º e 3º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para:

a) instituir o conceito de defensivo agrícola genérico – que, na emenda que faço, modifico para agrotóxico genérico;

b) determinar a observância dos critérios de equivalência da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e alimentação – FAO para fins de registro do defensivo agrícola genérico – insisto em dizer que, doravante, será agrotóxico genérico;

c) estabelecer que o produto técnico registrado como defensivo agrícola genérico não poderá ser indicado como produto técnico de referência.

Aqui cabe uma explicação: os genéricos são registrados a partir de uma fórmula de um agrotóxico já existente. Evidentemente, esse agrotóxico já existente é a referência. Então, o genérico não pode ser referência para registro de novos agrotóxicos genéricos. Por isso, é bom frisar: só o que há de referência é exatamente aquele que foi o primeiro a ser registrado.

Prossigo a leitura do Relatório:

d) atribuir ao interessado no registro do defensivo agrícola genérico a responsabilidade pela observância dos eventuais direitos de propriedade intelectual.

O art. 2º da proposta impõe a adoção da nomenclatura do princípio ativo do produto técnico no receituário agronômico e por ocasião das compras realizadas pelo Poder Público, que deverá dar preferência ao defensivo agrícola genérico nas aquisições em que houver igualdade de preços.

II – Análise:

Preliminarmente, cabe informar que, no final da legislatura passada, esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária recebeu Relatório sobre a proposição em análise, da lavra do ilustre Senador Gerson Camata. No documento, que não chegou a ser votado, o relator acolheu sugestão de emenda do Senador Heráclito Fortes, autor do projeto, que aprimora a proposta no sentido de conferir maior eficiência ao processo de registro dos defensivos agrícolas genéricos.

Nos termos das disposições constantes do inciso VI do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à Comissão de Agricultura apreciar as proposições atinentes à comercialização e fiscalização de produtos e insumos, inspeção e fiscalização de alimentos, vigilância e defesa sanitária animal e vegetal.

A apreciação do PLS nº 190, de 2010, se dá em decisão terminativa, o que torna necessária a análise da proposta sob aspectos relativos à sua constitucionalidade, ao mérito, à técnica legislativa e à juridicidade

Encontram-se observados quanto à constitucionalidade da matéria os requisitos da competência legislativa da União prescrita no art. 22 da Constituição Federal, e do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 48 e 49 do *caput* da Carta Magna. Ademais, o projeto respeita também a reserva à iniciativa de leis ordinárias tratada no art. 61 da Lei maior.

No que tange à juridicidade, a proposição apresenta-se adequada, haja vista a inovação do ornamento jurídico e a generalidade e coercitividade das disposições contempladas em instrumento gerador da lei ordinária.

Quanto à técnica legislativa, não cabe reparo ao projeto de lei em foco, que se apoia nas diretrizes traçadas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, e na Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

Sobre o mérito, é importante assinalar que o Brasil utiliza anualmente mais de 600 mil toneladas de defensivos agrícolas para proteção de nossas lavouras.

O PLS 190/2010 propiciará a produção de agrotóxico por um preço mais barato e acessível, de modo a servir de estimulador à concorrência entre fabricantes, e incentivará a produção no campo.

Neste prisma, tem-se o fato de que o PLS 190/2010 propiciará às empresas nacionais melhores condições para competir com as empresas internacionais do setor, e, consequentemente, os consumidores terão oportunidade de adquirir defensivos/agrotóxicos agrícolas genéricos com o mesmo princípio ativo daqueles de marca, por um preço mais acessível.

A comercialização do primeiro agrotóxico genérico no País foi do Rodazin, que tem como princípio ativo o Carbendazin (fungicida utilizado nas lavouras de soja e feijão). O agroquímico Rodozin já possuía equivalentes no mercado, mesmo assim houve redução no valor em torno de R$2.000,00. Vejam a economia, o que representa isso para os produtores rurais.

Em conformidade com o artigo da Lei 7.802/89, o registro de um agrotóxico original – aí estou falando do primeiro – tem seu trâmite com a apresentação de uma documentação que descreva os efeitos do produto na agricultura, no meio ambiente e na saúde humana e animal em curto, médio e longo prazo. Em geral, a tramitação do processo de registro ocorre em um prazo que varia entre três e dez anos. Estamos falando do original, do primeiro a ser registrado. Por outro lado, a patente da empresa expira em vinte anos depois desse registro. Nesse ínterim, outros fabricantes podem, pois, registrar produtos genéricos ou similares.

Dentro de um enfoque conceitual, tem-se que os produtos genéricos são substâncias idênticas ao original. A formulação química é a mesma. Já os produtos similares são produtos com uma pequena variação, mas com a maioria dos mesmos compostos e com as mesmas indicações e reações.

Para procedimento do registro do agrotóxico, far-se-á necessário o trâmite do processo no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério da Saúde e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com análise e avaliação se os produtos são de fato equivalentes aos originais. Em caso afirmativo, o produto é registrado. Em caso de dúvidas, são solicitadas mais informações para mais testes. É claro que quem vai analisar isso vai analisar principalmente quimicamente a formulação.

Ressalto ainda, que, em data de 26 de abril de 2011, representante da Liderança do Governo encaminhou a este gabinete parlamentar sugestão ao PLS nº 190/2010, fruto da reunião suprarreferida, com respectiva nota técnica sobre avaliação da equivalência, elaborada pelo Comitê Técnico de Assessoramento para Agrotóxicos, formado por representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Saúde e Ministério do Meio Ambiente, que fazemos juntar nesta oportunidade nestes autos processuais e acatamos, pois aprimora a proposta inicial no sentido de conferir maior eficiência ao processo alusivo ao registro dos agrotóxicos genéricos.

Voto.

Em razão do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2010, com a emenda a seguir:

Emenda CRA:

Dê-se aos art. 1º e 2º do PLS nº 190, de 2010, a seguinte redação, renumerando-se os demais:

Art. 1º Os arts. 2º e 3º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art.2º [...]

III – agrotóxico genérico: agrotóxico formulado a partir de produto técnico equivalente, registrado com observância de critérios definidos em regulamento específico".

"Art.3º [...]

§ 7º A avaliação para determinação da equivalência entre produtos técnicos será realizada com observância de critérios definidos em regulamento específico.

§8º Para fins de registro de produtos por equivalência, as informações sobre produto técnico de referência serão mantidas nos órgãos federais competentes por prazo indeterminado".

Aqui cabe uma explicação. Como o agrotóxico genérico tem como referência o primeiro inicial, se houver formulação daquele inicial, uma mudança... Porque nós tivemos isso. Muitas vezes, a própria empresa altera um radical e passa a ter um novo produto, e aquilo é retirado do mercado. Ao retirar isso, nós vamos manter. É isso que está sendo dito: o agrotóxico genérico não será retirado se houver essa modificação inicial. Acho que isso é fundamental, porque senão, você poderia ter um processo.

"Parágrafo 9º O produto técnico registrado por equivalência não poderá ser indicado como produto técnico de referência". É aquilo que eu já expliquei, os genéricos não servem para você registrar outro produto. Não pode haver genérico do genérico. Genérico só pode ser de uma formulação inicial, original.

"§ 10 A observância dos eventuais direitos de propriedade intelectual protegidos no País é de responsabilidade exclusiva do beneficiado, independentemente da concessão do registro pela autoridade competente".

"Art. 2º As aquisições de agrotóxicos pelo Poder Público adotarão obrigatoriamente a nomenclatura do

ingrediente ativo, a concentração e o tipo de formulação e o receituário agronômico será disciplinado por regulamento específico".

Relator: Waldemir Moka.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senador Waldemir Moka. Meus cumprimentos pelo seu trabalho.

Esclareço que o presente projeto é de natureza terminativa, exigindo quórum e votação nominal. Mesmo assim, faço questão de colocá-lo em discussão para que possamos avançar. Quando houver quórum, colocaremos em votação o projeto.

Senadora Ana Amélia com a palavra.

A SRA. ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Penso que o trabalho exaustivo do Senador Waldemir Moka, Relator dessa matéria tão importante para os produtores rurais, justifica o apoio e aprovação, uma vez que foram consultadas todas as áreas envolvidas diretamente na autorização desse produto genérico, o agrotóxico, assim definido.

Então, do ponto de vista técnico, foram observadas todos os necessários cuidados porque houve manifestação de cada um dos setores envolvidos. Então, de minha parte, estou satisfeita com o relatório e sou pela aprovação do projeto.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senadora Gleisi Hoffmann. Com a palavra.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Eu também queria aproveitar a oportunidade para parabenizar o Relator, Senador Moka, pelo esforço que fez de mediação, de negociação, de entendimento com o Poder Executivo, dando muita consistência e, com certeza, uma tramitação da matéria que a leva à aprovação dentro dessa mediação feita. Então, parabéns pelo seu esforço, pela sua paciência e, sobretudo, pela perseverança, por achar importante essa matéria. Há três reuniões da Comissão que já temos essa matéria em pauta, sendo debatida, discutida. E, com esse seu relatório, que aponta todas as questões que eram motivo de alguma divergência e chegaram ao consenso, penso que temos um bom estabelecimento.

Dizer que a aprovação do genérico para agrotóxico é fundamental para a nossa agricultura. V. Exª mesmo falou, são 600 mil toneladas de agrotóxicos consumidos por ano no Brasil. É muita coisa. Somos um País de produção agrícola grande. Aliás, a nossa base de economia é a agricultura. O meu Estado, Paraná, também tem sua matriz agrícola na economia e a gente acompanha a situação do uso dos agrotóxicos, também chamados defensivos pelos nossos agricultores.

É claro que gostaríamos que não precisasse ser usado, porque sabemos o impacto que isso tem na saúde de um agricultor, quando ele precisa usar o remédio para proteger a planta. O agrotóxico tem impactos muito grandes na saúde e gostaríamos de poder passar para a escala de uma agricultura orgânica, sem agrotóxicos. Mas sabemos que essa não é a realidade, que ainda temos muito a percorrer e acho que o Brasil está num caminho interessante, fazendo esforços para isso. Já temos várias ações nesse sentido, a própria Embrapa está desenvolvendo estudos, propriedades que já se dedicam à produção de alimentos sem utilização de agrotóxicos, mas ainda temos de fazer uma transição. E não é justo deixar o nosso produtor agrícola, os nossos agricultores pagarem o que estão pagando em relação à importação desses produtos. Acredito que, com essa lei, a lei dos genéricos do agrotóxico, vamos dar um passo importante, inclusive para que comecemos a tirar ou reduzir a utilização de agrotóxico. Porque nós também sabemos que, muitas vezes, o incentivo de utilização de um produto se dá pelo valor dele que é expresso no mercado. Quando a gente reduz esse valor, portanto a importância e o interesse daqueles que fabricam também cai e alternativas aparecem.

Então, queria parabenizar V. Exª pelo esforço, pela redação, dizer que para nós é uma conquista muito grande, para nós, paranaenses.

Queria fazer uma sugestão ao Senador Acir Gurgacz, o Senador João Pedro não está aqui, mas ele havia proposto um requerimento para que a matéria tramitasse também na Comissão de Meio Ambiente. Esse requerimento deve estar sobre a mesa do Senado. Eu queria pedir à Secretaria da Comissão de

Agricultura para localizar, para que, antes de ir à votação, pudéssemos conversar com o Senador João Pedro, para ver se é possível a retirado do requerimento, uma vez que já temos um consenso estabelecido da matéria aqui e que ela possa ser votada e encaminhada à Câmara dos Deputados, até porque nós também temos pressa em que essa regulamentação tenha eficácia no território nacional.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senadora Gleisi. Vamos conversar com o Senador João Pedro para que a gente possa realmente avançar e colocar à disposição dos nossos produtores rurais mais essa ferramenta – considero-a assim – para a melhor produção agrícola brasileira, não apenas diminuindo o preço, mas, dessa forma, estancando o contrabando que hoje é feito desse produto através das nossas fronteiras, que estão entrando no Brasil sem nenhum controle, e as pessoas estão utilizando. Exatamente por se tratar de um produto que tem um preço menor. Dessa forma, estaremos inibin-

do o contrabando e dando a oportunidade para que o nosso produtor rural possa ter acesso a esse produto que venha a diminuir o custo da produção, contribuindo para diminuir a inflação brasileira.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador Jayme Campos com a palavra.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Serei bem rápido.

Sr. Presidente, Acir Gurgacz, meu caro Vice-Presidente, Senador Waldemir Moka, pedi para fazer uso da palavra apenas para cumprimentar o belo relatório proposto pelo Senador Waldemir Moka, sem nenhum defeito, muito pelo contrário, meritório. V. Exª está de parabéns e, sem sombra de dúvida, acho que são avanços e conquistas que vamos ter. Lamentavelmente, o Brasil demorou muito. Se já existe genérico para o ser humano, por que não para defensivo agrícola e, naturalmente, outras atividades? Hoje, no mercado automobilístico, já existem peças genéricas, ou seja, paralelas. Então, é dessa maneira que aos poucos estamos avançando, modernizando e, acima de tudo, reduzindo nossos custos.

Lamentavelmente, o custo em relação a adubo e defensivo agrícola onera sobremaneira a nossa produção. Particularmente, falo porque tenho visto e acompanhado lá no Mato Grosso, não só nesse caso, mas, sobretudo, em relação ao transporte, que é oneroso e pesa no transporte do adubo, de fertilizantes. Com isso, nós perdemos a competitividade. O Paraná tem a primazia de ter o porto encostado ali, os custos são bem aquém, não só quando se compram defensivos, fertilizantes e, sobretudo, nas exportações. Então, um Estado privilegiado, bem diferente do nosso, que está distante dos portos quase mil e seiscentos quilômetros.

De maneira, Senador Waldemir Moka, foi feliz, perfeito seu relatório, inclusive com todos os critérios adotados, quando fala em termos até o receituário agronômico. É a garantia absoluta de que não estamos brincando, pelo contrário, a coisa aqui é séria. Nesse caso, particularmente, vamos deixar como se bem entender, os contrabandos todos os dias entrando aqui, não se sabe de quem está comprando, deixam de recolher os tributo e, sobretudo, o próprio Governo perde o controle da aplicação desse defensivo que, como bem disse a Senadora Gleisi, o ideal seria fazermos uma agricultura diferenciada. Mas, lamentavelmente, não é possível, sobretudo em alta escala, como produzimos aqui no Brasil e em outros países, é quase inexequível. Dificilmente, vamos chegar um dia com toda a nossa produção aqui, ecológica, orgânica. ,

Então, é complicadíssimo. De forma que cumprimento V. Exª, espero que o Senador João Pedro abra mão desse requerimento, diante do belo relatório, com critério, com muita responsabilidade, e possamos votar definitivamente e, com isso, encaminhá-lo à Câmara.

Portanto, fico feliz e tenho certeza absoluta de que não só nesse caso aqui, como também em outros casos, por exemplo, de produtos veterinários para o rebanho bovino, também têm de ser genéricos. Vivemos aqui reféns já há muitos anos das multinacionais que, infelizmente, praticam preços bem acima do mercado. Muitas vezes, deixa-se de comprar aqui no Brasil – um exemplo, só para citar – porque se atravessa ali para o outro lado, de Ponta Porã para o Paraguai, onde a diferença é algo em torno de 50%. Então, isso é explorar o cidadão, o produtor brasileiro, o pecuarista brasileiro. De forma que defendo a tese de que não só nesses casos, mas, em outras atividades econômicas e empresariais neste País, temos de buscar diminuir, sobretudo, preços e torná-los compatíveis com a nossa realidade.

Parabéns a V. Exª, Senador Waldemir Moka, da mesma forma ao nosso Presidente, Acir Gurgacz.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Obrigado, Senador Jayme Campos.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu tenho apenas uma dúvida que me passou, quando o Relator falou a respeito do preço, o agroquímico rodozim já possui equivalente no mercado. Mesmo assim, houve uma redução no valor. Esse valor, aqui está o número e, expresso por extenso, está outro valor – R$2.002,00. Essa quantia é sobre uma tonelada, sobre uma dose?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É só uma tonelada.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A tonelada são R$2 mil, mas aqui estão R$2,00.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Suspendo a discussão para que aguardemos o quórum a fim de possamos proferir a votação.

Item 2:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 107, DE 2011. Terminativo.

Autoria da Senador Kátia Abreu, que altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Passo a palavra ao Senador Waldemir Moka, para proferir o seu relatório.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senadora.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Eu queria solicitar à Mesa e também ao Senador Waldemir Moka, porque eu gostaria de pedir vista a este projeto; o projeto é bastante complexo, eu estou tomando conhecimento da matéria, tenho certeza de que o Senador fez um bom relatório, mas eu gostaria de, pelo menos, por uma ou duas reuniões, ter vistas deste processo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, após a leitura, nós avaliaremos.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Eu também queria pedir vista coletiva.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, aproveitando a oportunidade, uma questão de ordem: quero pedir vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Após a leitura, nós indicaremos a vista coletiva.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Em função de termos só esses dois itens na pauta, eu gostaria, se os Senadores entendessem pertinente, até na espera do quorum, Senadora Ana Amelia, Senadora Gleisi, de falar, rapidamente, a respeito do objetivo deste projeto, até porque, sem me ater ao relatório, eu vou tentar uma ousadia de falar do que se trata, a minha experiência, a vivência que eu tenho disso e por que eu realmente quis relatar este projeto.

Srs. Senadores e Senadoras, o objetivo deste projeto é, primeiro, trazer para o Congresso porque, quando se vai mudar índice de produtividade, hoje, isso é feito por um decreto. Ele não passa pelo Congresso. Então, eu acho que essa é uma questão.

E, nessa questão dos índices de produtividade, a legislação comete alguns equívocos, sobretudo neste momento em que estamos, por exemplo, avançando na questão ambiental, nas tecnologias.

Então, eu gostaria, só, para se ter uma ideia, de dizer que, hoje, a legislação pertinente – e eu não sei se eu tenho aí cópia, mas devo ter. Pediria para mostrarem. Eu pego um exemplo claro: duas propriedades com mil hectares e o índice se baseia, na verdade, no GUT, que é o grau de utilização da terra, e o GEE, que é o grau de exploração da terra.

Na verdade, um é a área ocupada e o outro é a produtividade da terra. A legislação pede que esses dois índices sejam utilizados conjuntamente. Quando isso é utilizado conjuntamente, nós pudemos analisar, provoca algumas distorções importantes.

Eu acho importante que a gente possa discutir. Então, eu fiz questão, Presidente, de fazer algumas lâminas, porque eu tenho certeza de que isso vai despertar uma discussão. E é importante que a gente possa debater.

Se pegássemos aqui uma propriedade que tem mil hectares, e aí o GUT diz que você tem, do ponto de vista... Porque o índice de produtividade é usado para desapropriar ou não uma propriedade. Portanto, a Constituição diz que uma propriedade produtiva não pode ser destinada a fins de reforma agrária. É claro que é preciso, quando há uma vistoria, ter alguns critérios para determinar se uma determinada propriedade é produtiva ou não e aí entram os chamados índices de produtividade.

São dois esses índices, dos quais um nós chamamos de GUT, que diz o seguinte: você tem que utilizar 80% da sua área utilizável. O que é área utilizável? Depois que você excluiu a reserva legal, as APPs, do que sobrar, você tem que utilizar 80%.

Se você utilizar 79%, ao invés de 80% – porque eles utilizam sempre os dois critérios, conjuntamente –, essa propriedade será declarada improdutiva.

O outro, o grau de exploração, tem que ter 100% de aproveitamento daquilo que você produz, e existe um índice, em função da quantidade de toneladas por hectare ou cabeças de animal por hectare, que é o índice da produtividade.

Vejam o seguinte: se você pegar duas propriedades, mil hectares, para ficar claro. Então, eu tenho, em princípio, oiotocentos hectares que eu posso utilizar. Aí eu pego essa propriedade e utilizo oitocentos hectares, mas, nesses oitocentos hectares, em função do que não apliquei, não corrigi a terra, não utilizei fertilizantes, eu só produzo 1.93 toneladas por hectare. Naquela outra propriedade de mil hectares, eu vou utilizar setecentos hectares. Então, por esse critério aqui eu estou utilizando só 70% da área utilizável. E aí eu seria...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Pelo critério vigente que V. Exª está falando?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Pelo critério vigente.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – O decreto de 75?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Exatamente. Então, ao utilizar só 70%, a minha propriedade seria declarada improdutiva. Só que eu posso hoje utilizar 70%, mas corrigindo a terra com fertilizante, com insumo, e posso produzir, por exemplo, seis toneladas por hectare. Isso é demonstrado por qualquer engenheiro agrônomo.

Então, o que nós estamos propondo, e este é o objetivo do projeto da Senadora Kátia Abreu, é que esses índices sejam utilizados diferentemente, não conjuntamente, mas de forma isolada, porque você pode ter, nesse critério, só 70%, mas você tem uma alta produtividade. E aí tem que valer isso, porque a Constituição Federal diz que uma área, quando produtiva, não pode ser desapropriada.

O outro critério, trazendo para a pecuária: um pecuarista que tem mil hectares lá no Mato Grosso do Sul, pode ser que o que vou utilizar não esteja correto, mas não deve ser muito diferente. Boi de três anos, mais ou menos, o IGE é uma cabeça por hectare. Então, se você tem mil hectares, você teria que ter qualquer coisa em torno de mil bois. Eu estou falando da área utilizada, de propriedade é bem maior, porque tem 20%, reserva e tal... Mas é um exemplo.

Em função até da falta de renda do pecuarista, essa propriedade começa a sofrer degradação. Então, você degrada a pastagem e não consegue mais colocar a mesma quantidade.

Vejam os senhores: se, ao invés desses mil, houver oitocentos bois, essa propriedade será declarada improdutiva. Eu acho isso um absurdo!

E vejam que a única coisa nesse setor produtivo...

Vejam uma indústria de calçado. Se você deprime o preço do calçado, como é que você vai estimular o empresário a fabricar mais se ele não tem preço? Essa questão não pode ser uma coisa estanque, tem que levar em consideração outros critérios, e principalmente o fator renda. Como é que você vai obrigar o produtor a produzir, produzir, produzir, se ele não tem mercado, se ele não tem comercialização?

São profundamente injustos esses critérios, Sr. Presidente.

Eu só quis me antecipar, até porque eu tenho este costume. Eu gosto de provocar o debate, porque não me parece que, numa comissão de agricultura, a gente tenha que ter algum receio em discutir isso, porque a sociedade quer discutir isso. Se não houver a discussão, como foi agora, você não chega a consenso. Eu não sei. Podemos chamar a Embrapa, vamos reformular o critério. Agora, o que tem hoje é injusto. Não tenho nenhuma dificuldade de dizer isso em qualquer lugar. É profundamente injusto, hoje, usar os dois critérios ao mesmo tempo. Uma coisa é a utilização da área. Outra coisa é a produtividade. E o pior é que depois nós vamos fazer, não quero entrar... Eu sei que vão dizer: "ah! Mas a Constituição Federal.." Não. A Constituição Federal garante isto: propriedade produtiva, mesmo que não esteja 100% ocupada. Hoje, até para questão ambiental. Ora, se você está utilizando menos área...

Antigamente tinha isso. No passado, tinha aquela história do latifúndio. Então, a legislação estabelecia o índice de produtividade era para evitar que as pessoas comprassem propriedade para fins de especulação, ou deixassem aquilo como estava de valor. Por isso esse critério de 80%. Então, uma propriedade de 10 mil hectares, tinham de ser aproveitados, no mínimo, seis mil, cinco mil ou quatro mil hectares. Era uma coisa para garantir que essas propriedades não ficassem improdutivas. Mas hoje, no momento que nós vivemos, esses critérios precisam e devem ser reformulados. Não acho que o índice de produtividade tenha de... porque vai mexer com a vida das pessoas. Imagine uma família que está há 40, 50, 60 anos numa propriedade e daqui a pouco é declarada improdutiva e vai para a desapropriação. Essa é uma coisa séria. Então, eu acho que tem que passar aqui.

Eu acho que feliz foi a Senadora Kátia Abreu ao propor isso. Eu fico feliz de poder relatar, é claro. "Ah! mas esse é latifundiário lá do mato Grosso do Sul, está defendendo as coisas" – podem dizer.. E não é verdade. Eu quero dizer que não sou produtor rural. Eu sou médico e professor, mas tenho uma visão muito clara disso, porque a economia do meu Estado depende fundamentalmente da agricultura e da pecuária. Eu gostaria que o nosso Estado caminhasse – e ele está caminhando para isto – para a industrialização para que a gente possa ter outras alternativas, agregar valor. Mas hoje eu tenho de defender. Ao defender a agricultura e a pecuária, estou defendendo o emprego para os nossos jovens e a melhoria da qualidade de vida da população do meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) Muito obrigado, Senador Waldemir Moka.

Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Eu, na realidade, Senador, queria fazer algumas perguntas, porque é um tema sobre o qual eu não tenho tantas informações e tanta clareza. Acho muito oportuno V. Exª colocar que é um tema que nós temos que debater. E temos de debater sem preconceitos, sem estabelecimento de visões que possam caracterizar posições ideológicas. Nós estamos trabalhando aqui com um tema que é essencial à economia do nosso País. Portanto, ele tem de ser visto dessa forma.

Mas, eu queria fazer algumas perguntas. Por exemplo, os nossos índices atuais datam do Censo Agropecuário de 1975, são os índices que nós temos em vigor. A matéria era regulamentada por uma lei de 1993. Então, que eu queria saber se há algum levantamento de quantas propriedades nesse período foram desapropriadas no Brasil com base nesses índices e também o que isso significou do ponto de vista

da produtividade nos locais onde essas propriedades foram desapropriadas. O que significou de impacto para a produção dos detentores dessa propriedade? Eu acho que é importante sabermos efetivamente o impacto concreto sobre a região e a vida das pessoas.

Quando o senhor fala da produtividade, que acho que nós temos de realmente fortalecer a questão da tecnologia, de insumos. Eu não tenho dúvida de que a agricultura brasileira ganha em produtividade, é uma das melhores do mundo. Como nós trabalharíamos, por exemplo, com a questão da ocupação? Eu também concordo que aí nós vamos ter mais áreas para fazer conservação ambiental. Isso poderia ser casado, poderia ser cruzado? Poderia reduzir, por exemplo, a extensão de área a ser utilizada e dizer que, ao passo que você usa a tecnologia para aumentar a produtividade, essas áreas poderiam ser direcionadas a um aumento de reserva legal? São perguntas que faço, porque vamos ter outro dimensionamento sobre essa questão.

Em relação à demanda de produtos agrícolas, nós estamos vendo que o Brasil, hoje, é um país que está dando de comer ao mundo, pelas nossas *commodities*, pela nossa produção de grãos. Hoje, exportamos muito. A China compra, a Índia compra. Aliás, tivemos uma safra recorde belíssima. O Paraná ainda está como maior produtor de grãos. A gente não vive disputando com Mato Grosso, mas é o maior produtor de grãos, com uma produtividade grande, com retorno grande para a nossa agricultura. Foi uma safra belíssima, espero que tenhamos outras. A nossa preocupação é justamente discutir os ciclos para que um período bom, depois, não seja achatado por um período ruim, e que a gente tenha políticas estruturadas para sustentar isso.

Mas o fato é que o mundo está demandando alimentos, muito alimento. Quer dizer, toda produção que fizermos aqui é uma produção colocável. Portanto, incentivar a produtividade, incentivar a utilização dos espaços destinados é importante, inclusive, para a economia do País.

São dúvidas que eu coloco. V. Exª fala de ouvir a Embrapa. Não seria o caso, então, antes de fazermos uma discussão e aprovação – e acho importante fazer o debate –, chamarmos aqui o INCRA, a própria Embrapa, representantes de agricultores, para fazermos uma conversa sobre isso, saber o que significou a legislação até agora, como ela está colocada, que impacto teve na economia, o que aumentou ou diminuiu a produtividade agrícola brasileira.

Eu acho isso importante, assim como é importante fazer um debate sobre a reforma agrária, sem preconceito, sem achar que quem defende a reforma agrária, ideologicamente, é contra a produção e sem achar que quem é favor da grande produção e da produtividade é contra a reforma agrária.

Sabemos que países com economias desenvolvidas fazem uma boa utilização da sua terra. É fundamental. A Inglaterra fez isso há séculos, a Europa também.

O Brasil caminha a passos mais lentos, mas tem um perfil de produção agrícola que, no meu entende, está muito equilibrado. Há uma boa convivência da pequena, da média e da grande propriedade. Talvez o Estado do Paraná seja o Estado que mais reflita isso. Oitenta por cento das nossas propriedades são propriedades de agricultura familiar. Portanto, até quatro módulos fiscais. Mas nós convivemos muito bem com propriedades grandes, com propriedades com mais de quinze módulos fiscais. Aliás, é para propriedade de mais de quinze módulos fiscais que se destina exatamente o índice de produtividade. Hoje são 2,5% das propriedades, portanto, um número pequeno. Mas nós temos uma boa convivência. Eu acho que o Brasil pode dar exemplo ao mundo dessa convivência, aperfeiçoando seu sistema de produção.

Então, eu só indago a V. Exª – são muitas dúvidas, muitas questões – se não seria o caso, talvez na própria discussão da matéria, trazer essas pessoas para nos prestar esses esclarecimentos. Eu gostaria muito de entender bastante sobre isso e ter essas informações. Muito obrigada, Senador.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria acrescentar também umas questões porque nós estamos aqui um tema que está relacionado diretamente a outro, também polêmico, que a Câmara não conseguiu deslindar ontem na votação, ficou para o dia 10, que é o Código Florestal, que está, de alguma forma, relacionado com a questão da fixação dos índices de produtividade para a área rural. Então a definição desta matéria, o Código Florestal, pode também alterar alguns critérios a respeito do que nós estamos debatendo aqui como índice de produtividade.

Eu queria também levantar outras questões, Senador Moka. Na Região Sul, nos últimos anos, temos sofrido uma sequência de estiagens que comprometeram a produtividade.

Como é que esta avaliação será feita ao produtor, se isso é considerado na lei ou se é ignorado pela lei, e aí como fica o agricultor?

Recebi, nessa semana, o relatório da Via Campesina, o relatório da Fetraf e o relatório da Fetag, mostrando que o endividamento da agricultura familiar, a pequena propriedade, aquela que seria de uma produção intensiva, porque ela é pequena, está em R$30 bilhões, dívidas vencidas e vincendas, e que o total dessa dívida a ser paga, quer dizer, que o pro-

dutor teria que desembolsar agora, está em torno de R$8 bilhões, no País. Se são os pequenos que já estão sofrendo com isso, também do ponto de vista da produtividade, as áreas de porte médio também terão as suas consequências negativas, como agora na comercialização do arroz do meu Estado, em que o preço não está sendo cumprido, sequer o preço mínimo definido pelo Governo. E como fica, então, a utilização dessa terra nessas questões?

Claro que em relação à pecuária, por exemplo, a gente lembrava que o produtor não tinha o conceito da modernidade, há 20 anos, 30 anos. Então, o boi quanto mais gordo, quanto mais tempo ficasse na área rural, maior valor ele tinha. Era o contrário. Hoje, quanto menor tempo ficar, a rotatividade é o que vai dar o ganho para o produtor. E a utilização de genética moderna, enfim, toda essa gama.

Na questão da agricultura, também houve um avanço. Mas pontuo esses fatos, como forma de também serem introduzidos nesse debate, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Vou tentar responder objetivamente.

Então, respondendo à Senadora: é claro que, quando a gente está falando em área utilizada, nós já estamos excluindo a reserva legal, as APPs.

Então, o fato de você utilizar menos não significa que vai exatamente aumentar a reserva legal, porque é muito claro isso. A chamada área utilizável, excluindo. Agora, o que me parece fundamental é exatamente isso que V. Exª está colocando. Por exemplo: ele está plantando, só que a produtividade dele foi menor, isso por questão climática, e tal. Só que, se você analisar os dois critérios de forma isolada, você vai poder. Porque, por exemplo, você pode ter uma produtividade pequena, mas você está utilizando a área que a legislação manda. Então, se um daqueles critérios está sendo considerado, você não é improdutivo, você está vivendo um determinado tempo, por uma questão de falta de mercado, por qualquer outra questão, ou climática ou não. Isso é que precisa ser observado. Porque, hoje, a utilização dos dois critérios, insisto: se você não tiver cumprido um dos dois critérios, você já é declarado improdutivo. Você tem mil hectares, você pode produzir uma quantidade de grãos, por exemplo, bem acima, se você utilizar a técnica insumos e... E aí o restante daquela, você pode colocar outra. Por exemplo, hoje, no Mato Grosso do Sul, cada vez mais a agricultura vai avançando, e a pecuária vai ficando cada vez mais reduzida; mas não a área. Porque, em vez de colocar um animal por hectare, você vai colocar dois, três animais. E para fazer aquilo, você inclusive faz agricultura naquela área que era degradada.

Então, o momento é outro. Nós vivemos tempos diferenciados. E eu acho que um bom debate dessa matéria criaria condições, não tenho a menor dúvida, para que a gente possa votar aqui o projeto da Senadora Kátia Abreu. Não tenho dúvida nenhuma, tenho absoluta tranquilidade para defender o que a Senadora Kátia Abreu aqui colocou. Claro que pode ter ajuste, contribuições. Foi o que nós acabamos de fazer agora aqui nos agrotóxicos. Eu tenho essa disposição. Não me move nenhum preconceito, absolutamente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Agradeço ao Relator, mas peço que conclua o seu relatório, para que eu possa conceder vista aos demais Senadores.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Vou concluir.

O Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2011, da Senadora Kátia Abreu, altera os arts. 6º e 9º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices indicadores de produtividade rural.

A proposição objetiva alterar a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Basicamente, o PLS nº 107, de 2011, propõe a alteração do conceito de propriedade produtiva e de aproveitamento racional e adequado de imóveis rurais.

O PLS foi distribuído à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), que, neste momento, aprecia a proposição em decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas à matéria em análise.

ANÁLISE

Nesta oportunidade, a CRA aprecia o PLS nº 107, de 2011, em razão das disposições do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que atribui a esta Comissão competência para analisar as proposições que versem sobre direito agrário, política fundiária, agricultura familiar e colonização e reforma agrária.

Em decorrência de se dar o exame em decisão terminativa, faz-se necessária a análise da matéria quanto aos aspectos atinentes à constitucionalidade, à juridicidade, à técnica legislativa e ao mérito da iniciativa.

Quanto à constitucionalidade, encontram-se contemplados os requisitos da competência legislativa da União, prescrita no art. 22, da Constituição Federal (CF), e do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 48 e 49, *caput*, da Carta Magna. Observa-se ainda o atendimento os requisitos à iniciativa de leis ordinárias, tratados no art. 61 da Lei Maior.

Encontram-se presentes na proposição os requisitos de juridicidade pertinentes ao adequado instrumento formal utilizado para os fins estabelecidos. No mesmo sentido, a matéria se apresenta dotada de generalidade e coercitividade, tratando de assunto inovador do ordenamento jurídico.

Relativamente à técnica legislativa, o Projeto de Lei em foco respalda-se em método consolidado, uma vez que segue as diretrizes traçadas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, e na Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

No entanto, cumpre-nos corrigir a concordância do § 2º do art. 6º a ser alterado pelo PLS, assim como renumerar os parágrafos do art. 9º proposto.

É uma simples questão de concordância verbal. Não tem absolutamente nenhuma... Só a assessoria corrigiu. Havia uma desatenção.

Quanto ao mérito, as alterações promovidas nos artigos 6º e 9º da Lei nº 8.629, de 1993, objetivam corrigir distorções na aplicação dos parâmetros constitucionais de propriedade produtiva e de aproveitamento racional e adequado dos imóveis rurais.

A Constituição Federal estabelece no art. 85 que as propriedades produtivas são insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária – propriedades produtivas. Deriva do comando constitucional que o conceito de propriedade produtiva é crucial para a definição da estrutura fundiária do País.

Dada essa relevância, entendemos que a fixação dos índices que definirão os graus de utilização da terra e da eficiência na exploração da propriedade rural deve ser objeto de lei, como defende a proposição em exame. Hoje não é, Sr. Presidente. Hoje é um decreto.

Como, atualmente, a atribuição para a fixação dos índices que definirão os graus de utilização da terra e da eficiência na exploração da propriedade rural está delegada a órgão federal, o PLS em exame, ao trazer essa competência para o âmbito da lei ordinária, corrige apropriadamente a distorção apontada.

Cabe ressaltar que a sistemática atualmente utilizada pela Lei nº 8.629, de 1993, para determinar se uma propriedade rural é produtiva e cumpre sua função social é inadequada e confusa. A aplicação simultânea dos conceitos do grau de utilização da terra (GUT) e do grau de eficiência da exploração (GEE) a situações concretas leva a conclusões absurdas – conclusões absurdas mesmo.

Não é aceitável, por exemplo, que os critérios adotados privilegiem a maior área plantada em detrimento da produtividade alcançada em virtude do uso de insumos e tecnologia. Admitirmos isso é colocarmos em risco a força motriz de nossa eficiência e a competitividade da agropecuária brasileira, que foi conquistada por meio de significativos ganhos de produtividade, permitindo justamente a liberação de áreas para novas atividades ou para o aproveitamento mais eficiente das áreas liberadas, de acordo com o crescimento da demanda.

Adicionalmente, em consonância com o que objetiva o PLS em exame, entendemos que a avaliação da exploração econômica e racional da terra deve pressupor o aferimento da renda do produtor e das condições de mercado e de comercialização.

Como estabelece o projeto, a renda deve ser considerada como parâmetro de produtividade, para que se faça justiça ao produtor rural no momento em que eventual insucesso esteja associado aos revezes de um mercado recessivo. Não é razoável se conceber que, em um momento de crise, todas as propriedades possam vir a ser desapropriadas, como sugere a aplicação do modelo atual, que não leva em conta o fator renda.

VOTO

Pelo exposto, somos favoráveis à aprovação do PLS nº 107, de 2011, com a seguinte emenda de redação:

Dê-se ao § 2º do art. 6º de que trata o art. 1º do PLS nº 107, de 2011, a seguinte redação: ao invés "considera-se", "consideram-se efetivamente utilizadas".

É só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Obrigado, Senador Waldemir Moka, pelo seu relatório.

Concedo vista coletiva, conforme pedido das Senadoras Ana Amélia, Gleisi Hoffmann e do Senador Jayme Campos.

ITEM 3
- Não Terminativo -
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 192, DE 2010

Inclui a avicultura de corte e de postura na pauta de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).

Autoria: Senador Jorge Yanai

Com a palavra a Relatora, Senador Gleisi Hoffmann.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, o pessoal das cooperativas, da OCB, me pedem que peça vista, porque eles têm uma contribuição a dar. Só estou fazendo regimentalmente o pedido de vista.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Esse da avicultura? Do preço mínimo?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Esse que V. Exª vai relatar.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Está bem. Pode ser. Sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Primeiro, nós precisamos ouvir o relatório, para que, depois, possamos ou não estabelecer a vista.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Nós estamos invertendo o Regimento. Vamos nos acostumar, somos novos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Estamos invertendo. Vamos ler o relatório, por favor.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Sob análise, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 192, de 2010, de autoria Senador Jorge Yanai, que *inclui a avicultura de corte e de postura na pauta de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM)*.

O PLS n° 192, de 2010, compõe-se de quatro artigos. O *caput* do art. 1º determina que a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) compreenderá o apoio à comercialização dos produtos da avicultura de corte e da avicultura de postura. Esse apoio será dado nos termos dos instrumentos definidos pelo Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, que *institui normas para a fixação de preços mínimos e execução das operações de financiamento e aquisição de produtos agropecuários*, e pela Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, que *dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural*.

O § 1º determina que a fixação dos preços mínimos do frango vivo e dos ovos deverá ter periodicidade anual, segundo os padrões estabelecidos em normativos específicos.

O § 2º, por seu turno, estabelece que os custos de produção estaduais elaborados pelo Governo Federal em parceria com a iniciativa privada, sindicatos e organizações representativas dos produtores deverão ser considerados na fixação dos preços mínimos.

O § 3º insculpe que os preços mínimos deverão ser referência para financiamentos da agroindústria e políticas de comercialização dos produtos da avicultura de corte e da avicultura de postura.

O art. 2º, por seu turno, determina a inclusão de carne de frango e de seus derivados, de produção nacional, no rol de produtos distribuídos no âmbito do Programa de Distribuição de Alimentos (Prodea) e nas demais políticas sociais de aquisição direta ou indireta de alimentos do Governo Federal.

Já o art. 3º estabelece que as linhas de crédito especial para avicultura constituirá política de financiamento permanente para o setor avícola.

Por fim, o art. 4º estatui a cláusula de vigência.

O PLS nº 192, de 2010, foi distribuído às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e Assuntos Econômicos (CAE), cabendo a esta decisão terminativa.

Na CRA, a matéria recebeu relatório favorável, com três emendas, do Relator Senador César Borges. No entanto, o documento não chegou a ser votado.

Por força do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o Ato nº 4, de 2010, da Mesa do Senado Federal, a proposição continua tramitando.

Não foram apresentadas emendas ao PLS.

ANÁLISE

Inicialmente, cabe destacar que compete a esta Comissão opinar sobre agricultura, pecuária e abastecimento, sobre comercialização e fiscalização de produtos e insumos, inspeção e fiscalização de alimentos, vigilância e defesa sanitária animal e vegetal (art. 104-B, incisos III e VI, do Regimento Interno do Senado Federal – RISF). No entanto, dada a especificidade da matéria, entendemos ser necessária a nossa manifestação, também, quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e regimentalidade.

No que se refere à constitucionalidade do PLC nº 192, de 2001, observa-se que a União é competente para legislar a respeito de produção e consumo. No entanto, a Constituição, ao dispor sobre a competência para a iniciativa de leis, assim como das competências do Presidente da República (art. 61 combinado com o inciso VI do art. 84), determina que somente o Chefe do Poder Executivo pode propor lei que disponha sobre matéria orçamentária, e que o Presidente pode, mediante decreto, dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos. Ressalte-se, por oportuno, que a criação/transformação de modalidade de financiamento para comercialização de produtos, caso em tela, terá inegável impacto no orçamento público federal.

No tocante à juridicidade, a proposição se afigura adequada, pelos seguintes motivos: o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o apropriado; a matéria nele tratada inova o ordenamento jurídico; possui o atributo da generalidade; se revela compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio; e se afigura dotado de potencial coercitividade.

No que se refere à técnica legislativa, assentimos com o nobre Relator César Borges que propôs uma emenda de redação para corrigir um tempo verbal; outra para ajuste na forma de cálculo do preço mínimo por região; e uma última para excluir do projeto o Programa de Distribuição de Alimentos (Prodea) que já foi extinto.

Acerca da regimentalidade, entende-se que o PLS nº 192, de 2010, não merece quaisquer reparos, estando, portanto, perfeito.

Com respeito ao mérito, vislumbram-se, também, inconvenientes na Proposição. Especificamente acerca da modificação do sistema de preço mínimo, cabe esclarecer que nenhum tipo de carne faz parte da política de preços mínimos no Brasil. A inclusão da carne de frango e de seus derivados seria uma inovação que demandaria estudos específicos para todos os tipos de carne e, também, anuência do Poder Executivo, que é o responsável pela fixação do preço mínimo e que detém melhor estrutura para desempenhar tal tarefa.

Relativamente à concessão de empréstimos e/ou transformação de linhas de crédito, entende-se que a matéria é também de alçada do Poder Executivo, uma vez que a competência para regulamentação dos empréstimos de comercialização é do Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio de resoluções, ouvidos outros órgãos do Poder Executivo.

Por fim, mas não menos importante, em casos de necessidade sazonal, qualquer produto pode ser prontamente atendido, pois, no âmbito do arcabouço jurídico atual, é extremamente simples inserir um produto agropecuário na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), bastando a aprovação de um voto do CMN.

Tal flexibilidade assegura agilidade às políticas de Estado voltadas para o setor. Nesse aspecto, trazer regras da PGPM para o domínio de lei ordinária compromete a possibilidade de ações mais céleres, que, a juízo de conveniência e oportunidade do Governo Federal, façam-se necessárias.

Em face do exposto, votamos pela rejeição do PLS nº 192, de 2010.

É o Parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senadora Gleisi.

Faço questão de ler o Regimento Interno, art. 132, em que está escrito:

Art. 132 *Lido o relatório, desde que a maioria se manifeste de acordo com o relator, passará ele a constituir o parecer.*

Art. 1º – O pedido de vista do processo somente poderá ser aceito uma única vez e pelo prazo máximo e improrrogável de cinco dias, devendo ser formulado na oportunidade em que for conhecido o voto proferido pelo relator, obedecendo o dispositivo do art. 4º.

Agora, com a palavra, o Senador Waldemir Moka para, se quiser, pedir vista do processo.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu ainda tenho a pretensão do pedido de vista, evidentemente com a permissão da Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Claro.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É o pedido de uma organização importante, a Organização das Cooperativas Brasileiras.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Com certeza, Senador, estamos de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Concedido o pedido de vista ao Senador Moka.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Senador Acir, eu queria pedir, pela ordem, uma inversão de pauta. Eu faço parte da Comissão Mista de Orçamento, e hoje temos uma audiência com o Presidente do Banco Central às 10h. Há dois requerimentos de minha autoria na pauta: os itens nºs 5 e 7. Eu gostaria, se possível, que V. Exª os invertesse para que eu possa estar presente na discussão desses itens.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pergunto aos demais Senadores Se concordam com a inversão de pauta.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Acho que só eu sou afetada, mas tudo bem, Senadora.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Desculpe, Senadora...

A SRA. ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Não, eu tenho a Comissão de Relações Exteriores às 10h, mas não há problema porque são só requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Concedida a inversão, passamos ao item nº 5, conforme pedido da Senadora Gleisi Hoffmann.

Trata-se de requerimento de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann, que requer, nos termos do art. 90, II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada, no âmbito desta Comissão, audiência pública com a finalidade de avaliar a sustentabilidade da suinocultura no Brasil, com a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa); representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); representante do Ministério do Meio Ambiente (MMA); Dr. Irineu Wessler, Conselheiro-Presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Suínos (ABCS); Dr. Carlos Francisco Gesdorf, Presidente da Associação Paranaense de Suinocultores (APS); Sr. Cícero Bley Junior, Superintendente de Energias Renováveis da Itaipu Binacional.

Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann, autora do requerimento.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Obrigada, Presidente. Obrigada também à Senadora Ana Amelia pela compreensão.

O requerimento é autoexplicativo. Quero apenas reforçar a importância que tem esse debate para nós. O Paraná é um dos maiores produtores de suínos do nosso País, e temos tido experiências muito inovadoras, principalmente com biodigestores, na área de produção de suínos e queremos fazer essa produção com a maior sustentabilidade possível. Então, é um requerimento para que possamos debater o tema.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem. Coloco o requerimento em votação.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Nós, temos no Mato Grosso do Sul, o Município de São Gabriel do Oeste. O Ministério de Ciência e Tecnologia, a nosso pedido, realiza lá um projeto-piloto exatamente com biodigestores.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Vamos chamá-los!

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu gostaria de fazer essa inclusão. O nome exato, eu vou obter da Associação dos Suinocultores de São Gabriel do Oeste.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Em votação, com a inclusão do pedido do Senador Waldemir Moka.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa).*

Aprovado.

ITEM 7
REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CRA

Requerem, nos termos do art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada, no âmbito desta Comissão, audiência pública com a finalidade de apresentar aos membros desta Casa o programa que institui o Cartão de Pagamento da Defesa Civil, sugerindo, para tanto, convidar o ***Ministro da Integração Nacional****,* ***Exmo. Sr. Fernando Bezerra de Souza Coelho.***

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann e Senador Casildo Maldaner

Com a palavra, a autora do requerimento, Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Esse requerimento surgiu na discussão que tivemos nesta Comissão na semana retrasada, quando discutimos exatamente as questões relativas às catástrofes que têm ocorrido atualmente e que têm impactado muito, inclusive, os setores da agricultura do País. Naquela sessão da Comissão, eu informava que o Ministério da Integração Nacional estava desenvolvendo um cartão para facilitar a liberação dos recursos para socorrer as vítimas dessas catástrofes. Como esse é um programa inicial, achamos por bem, tanto eu como o Senador Casildo Maldaner, fazer um convite para que o Ministro pudesse vir aqui explicar esse cartão, essa política e como o Ministério está desenvolvendo as políticas de socorro às vítimas, principalmente na área produtiva e de agricultura do País.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Em discussão. *(Pausa)*

Não havendo quem pela a palavra para discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa)*

Aprovado.

ITEM 4
REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CRA

Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CR, na ***Expointer 2011****, que se realizará na Cidade de Esteio, no Rio Grande do Sul, entre os dias 27 de agosto a 4 de setembro de 2011. A Expointer é um dos mais importantes eventos agropecuários e de maquinário da América Latina e esse encontro proporcionará aos produtores e parlamentares apresentarem e discutirem possíveis soluções para os problemas do agronegócio brasileiro.*

Autoria: Senadora Ana Amélia.

Com a palavra a autora do requerimento, Senadora Ana Amélia.

SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Presidente Acir, Senador Moka, esse evento, Expointer, até dispensaria explicações porque é o evento mais importante da produção agropecuária brasileira. Reúnem-se lá especialistas de todas as áreas. A agricultura familiar, presente nessa feira, poderia compor o conteúdo do debate dessa audiência.

Eu chamaria a atenção para a necessidade de definir a presença para que seja incluída na programação oficial dessa feira. Eu proporia que fosse numa sexta-feira para evitar que comprometa os nossos trabalhos no Congresso Nacional, porque de terça a quinta temos sessões deliberativas.

Então minha proposta é essa. É autoexplicável pela importância e porque estamos nessa fase de expectativa em relação ao Código Florestal, à questão do endividamento agrícola, à questão dessas regulamentações todas por que o setor está passando e até às questões relacionadas com a perspectiva da produção agropecuária para as próximas décadas.

Então, essa é a razão dessa minha solicitação de audiência publica na Expointer, chamando a atenção, de novo, para a necessidade de definirmos a data para informarmos, por intermédio de V. Exª, aos organizadores da feira.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senadora Ana Amélia, sugiro que, em vez de fazermos uma audiência publica, incluamos no ciclo de debates das sextas-feiras, porque teremos mais mobilidade para promover o evento na Expointer. Apenas mudaríamos o título.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Com transmissão ao vivo de lá?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) –Tentaríamos também.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Seria o ideal.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sem dúvida.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Maravilhoso. Se tiver condição técnica – e terá, sem dúvida, – de fazer a transmissão pela TV Senado de lá, da Expointer, seria uma boa...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – É o nosso objetivo.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Agradeço muito.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Só teríamos de substituir: em vez de audiência pública – manteríamos as quintas-feiras – e entraríamos com o ciclo de debates, para que possamos manter o rito.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Perfeito. Concordo plenamente e apoio V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Agradeço à Senadora Ana Amelia.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Saiu-se melhor, como comunicador, do que eu.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – É gentilezaa sua, Senadora Ana Amelia.

Em votação.

As Srªs e os Srs. que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado. Item 8...

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Acho que é o 6 agora.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – É o 6. A senhora de novo.

ITEM 6
REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CRA

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para discutir a relação entre o capital estrangeiro e a expansão agrícola brasileira nos próximos dez anos. Para tanto sugere sejam convidados:

Sr. José Roberto Mendonça de Barros – economista e fundador da Consultoria MB Agro;

Sr. Luis Inácio Lucena Adams – Advogado-Geral da União – AGU;

Sr. Alexandre Laizo Clápis – advogado e Conselheiro do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil -IRIB;

Sr. Fábio de Salles Meirelles Filho – Presidente da Comissão Nacional de Assuntos Fundiários da Confederação Nacional da Agricultura – CNA.

Para tanto, sugere sejam convidados Dr. José Roberto Mendonça de Barros, economista e fundador da Consultoria MB Agro; Dr. Luís Inácio Lucena Adams, advogado-geral da União (AGU); Dr. Alexandre Laizo Clápis, advogado conselheiro do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil (Irib); Dr. Fábio de Sales Meireles Filho, presidente da Comissão Nacional de Assuntos Fundiários da Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

Com a palavra a autora do requerimento, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente Acir Gurgacz, Senador Waldemir Moka, nós temos acompanhado, recentemente, preocupações do Governo e manifestação da própria da AGU – a respeito de definições legais sobre a presença de capital estrangeiro para a compra de terras para fins de produção

Aqui mesmo, em um dos ciclos de debate, sob a Presidência de V. Exª, o presidente do Incra revelou ter recebido várias missões estrangeiras, a última delas do Vietnã, interessadas nessa questão não só de cooperação, mas também da compra de terras no Brasil para exportar para seus países. A China está fazendo isso também.

Dada a relevância do tema, Presidente, dada a consequência que isso terá para a própria economia brasileira, não só do ponto de vista legal, mas do ponto de vista fundiária, do ponto de vista do interesse nacional, da própria segurança, nós, imagino, deveremos debater, talvez até incluindo alguém do Ministério das Relações Exteriores, porque está envolvendo as relações internacionais.

Suponho que seja um tema relevante, a mídia brasileira tem abordado com frequência essa matéria... Em outros países, como na África... A China, por exemplo, está investindo maciçamente comprando terras, o próprio Japão também está entrando nesse processo como forma de ampliar e dar garantia de segurança de abastecimento porque a gente vê aí uma limitação em algumas áreas do Planeta em relação a isso. No Brasil, como é uma fronteira agrícola aparentemente também com limitações, em função até das questões ambientais, nós temos que examinar isso com bastante atenção. Penso que este seja o foro adequado, no caso a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senadora Ana Amélia. De fato, é um tema relevante e importante para que a gente possa trazer para o debate desta Casa.

Em discussão.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu queria discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – O Senador Waldemir Moka com a palavra.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu havia até dito ao Presidente, Senadora Ana Amélia, que eu tenho ouvido, pela imprensa, e até há um artigo do ex-Ministro da Agricultura Roberto Rodrigues que eu acredito ser um dos homens que mais conhecem a questão da agricultura no nosso País. É um homem que tem uma...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Vivência.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – ... e tem uma representação internacional, uma vez que foi Presidente da OCB internacional.

E eu gostaria, se V. Exª permitisse...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com todo prazer.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Ele viria. Só não veio porque o dia é sexta-feira e ele é professor, acho, na USP em São Paulo, e coincide com o dia em que, com o horário dele.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Você diz a tarde daquele ciclo de debates. Mas a audiência pública é numa quinta-feira.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Numa quinta-feira. Então, eu penso que aí...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito bom.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu acho que ele teria uma contribuição importante a dar e eu gostaria de acrescer o nome do ex-Ministro.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito bom. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Em votação, com a sugestão do Senador Waldemir Moka.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

ITEM 8

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CRA

Requer, nos termos do inciso II, do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, com a finalidade de discutir sobre a adesão do Brasil ao Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança e os possíveis impactos que esta adesão ao tratado poderá trazer ao país, com a presença dos seguintes convidados:

Sr. ***Cristiano Walter Simon*** *– Presidente da Câmara Temática de Insumos Agropecuários do Ministério da Agricultura;*

Sr. ***José Silvino da Silva Filho*** *– Consultor Jurídico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento –* ***MAPA****;*

Representante do Ministério do Meio Ambiente – ***MMA****;*

Representante da Confederação Nacional de Agricultura – ***CNA****;*

Representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – ***EMBRAPA****;*

Representante do Ministério das Relações Exteriores – ***MRE****; e*

Representante do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais – ***ICONE****.*

Entendo que é um assunto de relevância e que nós precisamos debater com mais tempo aqui na nossa Comissão.

Coloco em discussão. (Pausa.)

Não havendo ninguém para discutir, em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Só faço uma pergunta ao Plenário antes de irmos para o encerramento.

Na próxima quinta-feira, teremos, na audiência pública, a Ministra Ideli Salvatti, Ministra de Pesca e Aquicultura.

Pergunto se nós poderíamos fazer em duas sessões para que nós possamos votar o item que ficou pendente no dia de hoje – que será dia 19 – ou faremos apenas a audiência pública com a Ministra.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – A Senadora Ana Amélia gostaria de sugerir...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Lamentavelmente, na quinta-feira, na parte da manhã, não estarei em Brasília por um compromisso inadiável. Eu irei fazer uma comunicação oficial. Então, para mim, não manifesto, mas acho que...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, confesso que o que V. Exª decidir, para mim, está bom. Não sei se... Acho que a presença da Ministra garante um quórum e é importante para que a gente possa deliberar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – A intenção é ter o quórum com a vinda da Ministra para que nós possamos realmente votar essa matéria que entendo que é de uma importância relevante...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É dia 12, não é?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Dia 11?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Dia 12. No dia 13 eu estarei na Comissão, à tarde.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – No dia 12, pela manhã, nós teríamos, então, a votação do Item 1 de hoje, dos genéricos, que não conseguimos votar por falta de quórum. E os Item 2 e 3... Para o Item 2 foi feito pedido de vista. Foi concedido vista coletiva, assim como o 3. Então, colocaremos em votação no dia 12, antes da audiência pública da Ministra Ideli Salvatti, Ministra da Pesca e Aquicultura.

Antes de encerrarmos nossos trabalhos, lembro a Comissão da realização do quinto seminário do ciclo de debates, a realizar-se amanhã, dia 6 de maio, às 14 horas, com o objetivo de discutir os aspectos relacionados à produção da cana-de-açúcar e, em consequência, a produção e fornecimento de etanol para o mercado consumidor, as projeções e o cenário futuro, bem como as alterações propostas pela Medida Provisória nº 532, de 2011, de 28 de abril de 2011, e, principalmente, debatermos o preço do álcool nas bombas de combustível de todo o nosso País.

É um tema importante e convido a todos para que possamos ter um belo debate importante para a população brasileira amanhã.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a Reunião às 10 horas e 10 minutos.)

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 12 DE MAIO DE 2011.

Às oito horas e trinta e sete minutos do dia doze de maio de dois mil e onze, na Sala 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **ACIR GURGACZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **DELCÍDIO DO AMARAL, GLEISI HOFFMANN, JOÃO PEDRO, CLÉSIO ANDRADE, RODRIGO ROLLEMBERG, WALDEMIR MOKA, CASILDO MALDANER, ANA AMÉLIA, IVO CASSOL, BENEDITO DE LIRA, FLEXA RIBEIRO, CYRO MIRANDA, JAYME CAMPOS, EDUARDO SUPLICY, BLAIRO MAGGI, JOÃO DURVAL, VALDIR RAUPP, LUIZ HENRIQUE E MOZARILDO CAVALCANTI.** Deixa de comparecer o Senhor Senador Eduardo Amorim. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2010. EMENTA:** Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para dispor sobre o defensivo agrícola genérico. **Autoria:** Senador Heráclito Fortes. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a Emenda nº 1. **Observações:** – Votação Nominal. – Não foram oferecidas emendas no prazo regimental. – Na 7ª Reunião Extraordinária da CRA, realizada em 7/04/2011, após a leitura do relatório pelo Relator, Senador Waldemir Moka, a Presidência concede vista coletiva, nos termos do art. 132, §§ 1º e 4º, do RISF. Não houve manifestação decorrente do Pedido de Vista. – Na 8ª Reunião da CRA, realizada em 14/04/2011, o Projeto constou na pauta tendo sido retirado pelo relator para reexame. – O Relator, Senador Waldemir Moka, apresentou novo relatório em 3/05/2011.- Na 10ª Reunião da CRA, realizada em 5/05/2011, após a leitura do relatório e início da discussão do PLS 190/2010, tendo usado a palavra as Senadoras Ana Amélia, Gleisi Hoffmann e o Senador Jayme Campos, a Presidência adia a discussão e a votação do Projeto para a próxima reunião deliberativa da Comissão. – A matéria será encaminhada posteriormente à Secretaria-Geral da Mesa – SGM. Iniciada nova discussão, em 12.5.2011, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, as seguintes Senhores(as) Senadores(as): Ivo Cassol, Jayme Campos, Gleisi Hoffmann, Cyro Miranda, Blairo Maggi, Ana Amélia e Eduardo Suplicy. **Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1 e 2-CRA.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e dezoito minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada,

será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Acir Gurgacz,** Presidente da CRA.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Na última sexta-feira, 06 de maio, recebemos nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária especialistas e autoridades do Governo Federal para discutirmos as variações dos preços dos combustíveis, em especial do etanol, bem como as novas medidas adotadas pelo Governo para regular a produção brasileira, a distribuição, armazenamento e comercialização do etanol.

Considerando que os preços do álcool e da gasolina na bomba dos postos de combustíveis de todo o Brasil influenciaram, nos últimos meses, de forma demasiadamente negativa, os índices da inflação, o debate nesta Comissão serviu para buscar alternativas para o desenvolvimento do setor, bem como ampliar o esforço para o controle dos preços.

Participaram do debate o Dr. Cid Jorge Caldas, Coordenador do Departamento de Agroenergia, do Ministério da Agricultura; o Dr. Pedro Luciano Pena Rocha Oliveira, Presidente da União dos Produtores de Bioenergia; Dr. Rutelly Marques da Silva, Secretário Adjunto da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda; Dr. Ricardo de Gusmão Dornelles, Diretor do Departamento de Combustíveis Renováveis do Ministério de Energia; e o Dr. Manoel Polycarpo de Castro Neto, Coordenador de Atividades da Agência Nacional de Petróleo.

Abrimos o debate apresentando o cenário de elevação dos preços de combustíveis, que tiveram uma alta de 5,20%, em março, e 8,15%, em abril, sendo que, em abril, o álcool subiu 12% e a gasolina subiu 6,66%. Por conta disso, a inflação acumulada pelo Índice do Custo de Vida (ICV) nos últimos 12 meses, que era de 7,3, alcançou 3,4, nos primeiros quatro meses de 2011.

Discutimos também a Medida Provisória nº 532, de 28 de abril de 2011, que concede à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível o poder de regular a produção, a importação, a exportação, a estocagem e a venda do etanol e de outros biocombustíveis. Esta medida também diminuiu a mistura mínima de álcool na gasolina dos atuais 20% para 18%. A porcentagem máxima foi mantida em 25%. Ela também enquadra o etanol como combustível, até então considerado apenas um produto agrícola.

O coordenador do Departamento de Agroenergia do Ministério da Agricultura, Cid Jorge Caldas, disse que a produção nacional de álcool hidratado não conseguiu, sobretudo nos últimos anos, acompanhar o aumento do número de veículos biocombustíveis produzidos nas fábricas brasileiras. Com isso, o aumento da demanda por álcool hidratado provocou, segundo ele, a redução da oferta do álcool anidro, que é misturado à gasolina, causando o encarecimento desse combustível.

O Secretário Executivo do Fórum Nacional Sucroenergético, Pedro Luciano Pena Rocha Oliveira, disse que a estagnação na produção de cana-de-açúcar, ocorrida em 2008, também contribuiu para a elevação dos preços. A estagnação na produção ocorreu em função da não implantação de novas usinas de álcool, a partir da crise de 2008. Em 2007, o setor sucroalcooleiro tinha 113 projetos para a construção de novas unidades, mas somente 40 destes foram implantados efetivamente, pois a crise de 2008 bloqueou os créditos previstos para a construção dessas usinas.

O Secretário Adjunto da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da fazenda, Dr. Rutelly Marques da Silva, disse que uma providência fundamental a ser implantada pelo Governo Federal para resolver o problema da variação dos preços do álcool e da gasolina é a implantação de um novo programa de financiamento de estoques armazenados nas próprias usinas. Segundo ele, nos últimos anos, a despeito de o Governo ter disponibilizado recursos para a estocagem, nem todo dinheiro foi usado. Rutelly considerou, ainda, como instrumento importante para a regulação de preços dos combustíveis, a variação da percentagem de álcool na gasolina. Rutelly disse, também, que os preços dos combustíveis deveriam cair ainda este mês.

O Diretor do Departamento de Recursos Renováveis do Ministério de Minas e Energia, Dr. Ricardo Gusmão, considerou que o problema da escassez de produção de álcool não pode ser resolvido a curto prazo. Para ele, a produção para esta safra está dada, por isso não haverá um aumento significativo da produção de cana, somente nas duas próximas safras será possível a renovação de canaviais e o incentivo à capacidade ociosa das usinas existentes.

O Coordenador de Atividades da Agência Nacional de Petróleo – ANP –, Manoel Polycarpo de Castro Neto, disse que a MP nº 532, de 2011, que muda o status oficial do etanol de produto agrícola para combustível e transfere a competência de regulação do setor para a ANP, dará condições para que o órgão

atue, definitivamente, como regulador do fornecimento e dos preços do etanol. O representante da ANP disse, também, que a redução da percentagem mínima de álcool na gasolina, de 20 para 18%, também pode promover uma maior oferta do insumo e viabilizar a redução dos preços dos combustíveis em todo o País.

Nesse Seminário da semana passada, aqui na Comissão, o representante do Ministério da Fazenda disse que os preços dos combustíveis deveriam reduzir nos próximos dias. O mesmo foi dito pelo Ministro da Fazenda, Guido Mantega, em audiência dia 04, na Comissão de Assuntos Econômicos, e também pelo Ministro Edson Lobão, do Ministério das Minas e Energia.

O levantamento semanal da ANP apontou, nesta terça-feira, que, entre os dias 01 e 07 de maio, o aumento nos preços dos combustíveis foi de aproximadamente 4%, em 16 Estados brasileiros, pressionando ainda mais a inflação. Em outros Estados – aproximadamente 11 Estados e no Distrito Federal – houve uma redução no preço dos combustíveis.

Vimos, nesse Seminário e nas manifestações dos Ministros e da própria Presidenta Dilma, que o Governo está preocupado com a situação e adotando algumas medidas pontuais para ter o maior controle da situação. Creio, portanto, que haverá uma redução de combustíveis nesses 16 Estados onde ainda não ocorreu, como no meu Estado de Rondônia. O combustível lá, Senadora Ana Amélia, não diminuiu, subiu um pouco mais.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – No Rio Grande também.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – No Rio Grande também. Temos um indicador preocupante com relação aos combustíveis. É importante que fiquemos atentos para essa situação.

É necessário identificarmos por que essa redução não ocorreu nesses Estados e, principalmente, coibir a ação dos especuladores que estão tentando criar um ambiente inflacionário no Brasil. Vamos permanecer atentos às variações de preços e aguardar a redução anunciada, em função da produção de etanol.

Nosso Vice-Presidente, Senador Waldemir Moka, este foi o tema da nossa última reunião, onde pudemos aqui assistir e debater, que é muito importante. Também ficamos sabendo que a produção do etanol não diminuiu, aumentou. Mas aumentou menos que a produção de automóveis, portanto não conseguiu alcançar o limite da produção de veículos.

Outra coisa importante: não estamos ainda proibidos de produzir cana-de-açúcar na Amazônia, Senador Cassol. Ainda não. Existe um projeto na Casa que está para ser votado e, enquanto não se definir quais são as regras, podemos, Senadores Jayme Campos e Blairo Maggi, produzir etanol através da cana-de-açúcar na Amazônia, aumentando a produção do nosso País. Isso é muito importante. A informação que tínhamos era de que estava proibido, mas não está. Estamos aguardando exatamente essa regulamentação, esse Projeto de Lei, para que possa regulamentar a produção de cana-de-açúcar no Brasil.

Pois não, Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, é uma alegria e uma satisfação cumprimentá-lo, bem como os demais Senadores e Senadoras. Quero dizer ao senhor que é inaceitável que alguns ditos-cujos produtores fazem uma legislação agrícola nesse País, achando que proibir plantar cana na Amazônia, no Centro-Oeste ou em qualquer lugar vai diminuir algum desmatamento. Isso é um absurdo. O que sempre tem que deixar bem claro é que o plantio é de livre escolha dos proprietários e a comercialização no momento. A busca do produto nacional ou internacional. Se estiver tramitando esse projeto na Casa, sou contra, e me desculpe quem vai defender esse tipo de projeto, porque podemos plantar cana no Pará, no Amazonas... O que não podemos é derrubar mais para plantar cana, café, soja, que seja, no Amazonas. Não precisa mais derrubar, mas proibir a plantação de um produto, sabendo que, há poucos dias, saiu na mídia nacional, pela imprensa, que a produção de etanol aumentou muito, mas, em compensação, a produção de carros foi muito maior. Estamos aquém, muito atrás. Portanto, temos que trabalhar para deixar que o mercado exija o que vamos plantar, o que o brasileiro vai plantar. Se é melhor plantar cana, se é melhor plantar milho, se é melhor plantar soja, se é melhor deixar capim para o boi gordo ou boi verde... Temos que deixar livre, à vontade, e não ficar proibindo.

É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senador Cassol. Esse projeto está na Câmara, é o zoneamento que está sendo feito para o plantio de cana-de-açúcar no Brasil. Chegará aqui no Senado e teremos a nossa oportunidade de debater esse assunto e discutir. Também somos contra a proibição de qualquer produto na Amazônia, que seja plantado e produzido. Não tenha dúvidas disso.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, V. Exª me permite um pequeno aparte?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, com prazer, Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Gostaria de fazer um adendo às palavras do Senador Ivo Cassol. V. Exª disse que algumas autoridades estiveram aqui na Comissão e disse que não está proibido, não há nenhuma restrição no plantio de cana na

região amazônica. Não é na região amazônica. No Mato Grosso, parte do Estado está na região do bioma da Amazônia, mas, ademais, estamos no paralelo 16, na área de transição e na área de cerrado.

Todavia, prezado Presidente Acir e meu caro Vice-Presidente, Senador Waldemir Moka, na verdade, o Governo Federal, há três anos, baixou um decreto restringindo o plantio da cana-de-açúcar em regiões em que já há essa cultura, ou seja, na região do médio-norte do Estado do Mato Grosso, que compõe a Bacia do Alto Paraguai, áreas já exploradas há mais de 20, 30 anos no plantio da cana, transformando etanol em açúcar. E, sobretudo, não é apenas em uma região, ele agregou algo entre 121 Municípios do Estado do Mato Grosso, que estão com essa restrição.

Mas, o que é mais grave – por sinal, aqui invoco o ex-Governador e atual Senador, Blairo Maggi, bastante conhecedor da matéria. Eu mesmo reagi de forma contundente, na medida em que considero um absurdo a área em que já se plantava cana, que planta cana, o Governo restringir, sobretudo áreas abertas, consolidadas, propícias para o cultivo dessa agricultura. Entretanto, o Governo, de forma irresponsável, baixou um decreto restringindo. Ora, está acontecendo o que estamos vendo agora, como o senhor bem disse aqui: aumentou-se o número de automóveis flex, sobretudo alguns que nem são flex, usados só com etanol, e o Governo perdeu o controle, na medida em que agora parece que quase decretou uma intervenção no setor. V. Exªs acompanharam pela imprensa, há poucos dias, a Agência Nacional com uma verdadeira intervenção no setor.

Quero crer que, com esse novo Código Ambiental – o zoneamento está sendo aprovado no Estado, sobretudo no Mato Grosso –, poderemos votar com essa atividade econômica. Sem sombra de dúvida, acho que quando o mundo contemporâneo discute em relação a alternativas de energia, de combustíveis renováveis, considero mais do que justo continuarmos essa atividade. Além do mais, evidentemente, poderá ter alguma restrição. Mas não é o nosso caso, particularmente, diante de que, Senador Acir, foram áreas já abertas, do ciclo do ouro, do ciclo do diamante, que já estão produzindo e o Governo restringiu por meio de um decreto. O Senador Blairo Maggi tinha até muito mais capacidade de falar, porque, como Governador, discutiu e debateu esta matéria. Lamentavelmente, ficou impossibilitado, diante do patrol, trator que o Governo Federal, pelo Ministério do Meio Ambiente, fez com que hoje usinas praticamente já em fase de projetos, de recursos alocados de financiamento, que seriam implantadas na região da grande Paraná da Serra e outras regiões, como a de Juá, Porto dos Gaúchos e que, infelizmente, não foi permitido.

Quero fazer este adendo, até para esclarecer que o Governo Federal não pode, em hipótese alguma, continuar usando essa política perversa, nefasta, em relação a algumas atividades que, certamente, são compatíveis com a nossa realidade de Mato Grosso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador.

Senador Blairo, eu lhe passo a palavra, mas peço que aproveitemos o quórum, para que possamos votar essa matéria importantíssima a respeito dos genéricos.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Bom dia, Sr. Presidente, Senadoras e Senadores aqui presentes. Esse tema da cana-de-açúcar vai esquentar aqui no Senado. Vai esquentar tanto que tenho a certeza de que esta Comissão e o Senado vão recolocar nos trilhos a questão da cana-de-açúcar no Centro-Oeste, na BAP – Bacia do Alto Paraguai – e na Amazônia.

De fato, o Senador Jayme Campos tem razão, foi um embate duro naquela vez, mas foi um embate feito com os governadores, tanto do mato Grosso do Sul quanto do Mato Grosso. Os governadores da Região Norte na época não se envolveram muito, porque é uma atividade que não existe nessa Região e, na época, o único avanço que conseguimos do Governo Federal foi de que não proibisse, por decreto – na realidade, ele queria proibir por decreto –, o plantio de cana-de-açúcar e, tanto eu quanto o Governador Puccinelli, conseguimos um avanço. Foi mandado um PL para a Câmara, porque achávamos justo, e convencemos o Presidente, na época, de que essa discussão quem tem que fazer é o Congresso, não é simplesmente o Executivo achar, até porque não tinham nenhum critério técnico e nem a Embrapa se posicionou contrária à produção de cana nessas regiões. Bem pelo contrário, ela acha que pode e deve.

O Governo, naquele momento, estava acuado no mercado internacional, onde todos acusavam o Brasil de desmatar a Amazônia e invadir o Pantanal para plantar cana. Dessa forma, acharam uma solução salomônica e fizeram um decreto proibindo o financiamento e a implantação de novas usinas na região. Não proibiram a cana, proibiram a implantação da usina. O resultado é o mesmo, no final das contas, não tem diferença nenhuma.

O projeto está rodando, temos que ficar atentos. Na Câmara, os Deputados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e os da Amazônia devem se manifestar sobre esse assunto, e tenho certeza de que vamos derrubar essa proibição, porque temos, no Estado de Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, usinas funcio-

nando, também na BAP – Bacia do Alto Paraguai –, há mais de 30 anos, e não temos nenhuma notícia de qualquer contaminação no Pantanal ou qualquer tipo de problema com a implantação dessas usinas que foram feitas lá atrás. Portanto, é um assunto que virá e tenho certeza de que nós aqui, Senado e Câmara, iremos corrigir essa distorção que foi colocada como proibição de implantação de novas usinas na região do Pantanal e da Bacia Amazônica, também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sem dúvida, a produção de cana no Brasil tem de ser muito bem debatida e estudada. A pressão internacional para que o Brasil não aumente a produção de cana, principalmente, Senador Jayme Campos, é muito grande. Esse aumento mexe com o mercado internacional, e não interessa aos países desenvolvidos esse crescimento aqui em nosso País.

A presente reunião destina-se à deliberação de matérias.

Vamos ao item 1:

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº190, DE 2010
(Terminativo.)

Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para dispor sobre o defensivo agrícola genérico.

Autor: Senador Heráclito Fortes.

Informo que na 7ª reunião da CRA, realizada dia 07 de abril, após a leitura do relatório pelo Relator, Senador Waldemir Moka, a Presidência concedeu vista coletiva, nos termos do art. 132, §§ 1º e 4º, do RISF.

Nessa ocasião, o relator concluiu pela aprovação do projeto com a Emenda nº1.

Não houve manifestação decorrente do pedido de vista.

Na 8ª reunião, em 14 de abril, a matéria constou da pauta, tendo sido retirada, a pedido do próprio Relator, para reexame.

A matéria voltou à pauta em 03 de maio corrente.

O Relator apresentou novo relatório, também pela aprovação da matéria, com a Emenda nº 1 apresentada.

Em reunião desta Comissão, realizada em 06 de maio corrente, foi realizada a leitura do novo relatório pelo Senador Waldemir Moka. Naquela oportunidade, foi iniciada a discussão.

Dessa forma, a matéria continua em discussão.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka, Relator.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Os técnicos da Casa atentaram para a ementa do projeto. A correção que fiz na ementa foi a mudança da expressão defensivos agrícola genérico para agrotóxico genérico.

Na verdade, tudo que existe em termos de decreto, em termos do que normatiza fala em agrotóxico. E, para nós, não há a menor diferença nisso. Já lemos o relatório, já discutimos isso. Agora precisamos votar, deliberar sobre a matéria, e trago aqui uma correção, simplesmente como emenda de redação, dizendo que, em qualquer parte do projeto que apareça a expressão defensivo agrícola genérico leia-se agrotóxico genérico.

É essa a emenda de redação.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – A matéria continua em discussão. *(Pausa.)*

Senador Casildo com a palavra.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, nobres colegas, quero aqui dizer que finalmente essa proposta chega a esta Comissão de Agricultura. Em outros países, sabemos que já existe essa possibilidade da existência de produtos genéricos, defensivos agrícolas ou agrotóxicos.

Como há uma grande demanda por esses produtos, eles muitas vezes encarecem. Como isso, haverá uma maior acessibilidade por parte dos produtores. Como já dissemos, hoje há genéricos para as pessoas, por que não existir para um setor tão importante da economia brasileira?

Gostaria de, ao louvar a relatoria do Senador Waldemir Moka, fazer uma referência breve. Como estamos votando matéria relativa a genéricos, a agrotóxicos, lembro que já passou pela Casa matéria dispondo sobre genéricos para produtos veterinários.

Em 2002, apresentei projeto tratando desse tema. Em 2005, chegou um projeto da Câmara, um PLC do Deputado, hoje Senador, Benedito de Lira, com a proposta de genéricos para produtos veterinários. O nosso projeto foi apensando a esse PLC. Em março deste ano, depois de passar, de ser votado em várias comissões desta Casa, voltou par a Câmara dos Deputados. Quer dizer, o Senado também já votou, aprovou essa proposta dos genéricos para produtos veterinários. Agora, esse projeto está na CCJ da Câmara dos Deputados para que seja votado também lá. E tem passado por todas as Comissões desta Casa a matéria com relação a produtos veterinários.

Então, eu acho que tudo isso vem ajudar, Sr. Presidente e nobres Colegas, para que ofereçamos alternativas ao agronegócio. Querem para produtos veterinários e querem agora, no instante em que esta Comissão analisa a questão de produtos agrotóxicos.

Era o comentário que tinha a fazer, Sr. Presidente, enaltecendo, mais uma vez, a relatoria do eminente Senador Waldemir Moka.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senador Casildo. Muito obrigado.

Passamos à votação.

Como vota a Senadora Gleisi Hoffmann?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado.

Como vota o Senador Clésio Andrade?

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PR – MG) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Como vota a Senadora Ana Amelia?

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator, e cumprimentos pelo trabalho realizado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Como vota o Senador Ivo Cassol?

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, quero apenas confirmar que é fundamental para o setor produtivo do Brasil ter a oportunidade de tirar os agrotóxicos das mãos de alguns cartéis que existem, como existiam em relação aos remédios no passado. E é importante salientar que a iniciativa do Relator em mudar de "defensivos agrícolas" para "agrotóxicos" tanto serve para a área da produção agrícola como para a da pecuária, para que se possa trabalhar. Esta Comissão está de parabéns, pois vem de encontro aos interesses da Nação. E vou dizer mais, Sr. Presidente: nós que temos acompanhado tanto o preço do produto agrícola como o do boi, o que temos assistido é que, quando o preço da arroba do boi sobe, o dos defensivos agrícolas e agrotóxicos sobem junto. O preço do boi desce, culpam o mercado internacional e continuam mantendo os preços dos agrotóxicos em alta. E nós produtores brasileiros sempre levando fumo. Então, é fundamental esta Casa se posicionar e imediatamente enviar a matéria ao plenário para que seja aprovado de vez o genérico do agrotóxico. Portanto, eu voto favorável tantas vezes forem necessárias para o bem da produção brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Como vota o Senador Jayme Campos?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, não posso deixar de aqui prestar minha homenagem ao grande e valoroso Senador da República Heráclito Fortes, autor deste projeto. Recordo muito bem que em uma discussão no plenário ele me consultava a respeito da sua ideia de fazer este projeto em relação ao agrotóxico genérico, como bem disse aqui o Senador Waldemir Moka. De maneira que quero aqui render minhas homenagens. O projeto é meritório. É louvável sua iniciativa. Desta feita, voto "sim", com o Relator Waldemir Moka, que, por sinal, deu aqui seu voto de forma competente, como sempre e lhe é peculiar, e tenho certeza absoluta de que este projeto vai atender à demanda, que já havia há muito tempo, em relação a buscarmos outros instrumentos, sobretudo produtos que possam baratear nossa agricultura.

Parabéns, Senador Waldemir Moka, pelo seu relatório.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Jayme.

Senador Cyro Miranda, como vota V. Exª?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu voto com o Relator e gostaria de parabenizar o Senador Waldemir Moka pelo alto espírito democrático, porque este projeto já poderia ter sido votado na primeira sessão. E ele, democraticamente, o colocou em discussão. Então, não só pela relatoria, mas pelo alto espírito democrático do Senador Waldemir Moka. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Como vota o Senador Blairo Maggi?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, voto com o Relator e quero cumprimentar o Senador Moka pela paciência de ouvir, depois de receber o projeto, vários segmentos, várias empresas inclusive foram contatadas, para que não cometêssemos nenhum deslize de às vezes achar que estamos ajudando e acabamos prejudicando o setor.

Então, voto com o Relator e cumprimento o Senador Waldemir Moka pela relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Consulto a Comissão se podemos votar as duas emendas em globo, para podermos adiantar. (*Pausa.*)

Então, andamos e iniciamos novamente as emendas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – *(Intervenção fora do microfone.)* Gostaria de votar com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Senadora Gleisi Hoffmann, como vota com as duas emendas?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Senador Clésio Andrade? As duas emendas.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco/PR – MG) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – A favor das emendas, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Como vota a Senadora Ana Amelia?

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Como vota o Senador Ivo Cassol?

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com certeza, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator, com muito gosto.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Como vota o Senador Jayme Campos?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Como vota o Senador Blairo Maggi?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – É com prazer que anunciamos, Senador Waldemir Moka, demais Senadores e Senadoras, que foram aprovados o PLS nº 190, de 2010, e as Emendas nºs 1 e 2, da CRA.

Informamos, também, que vai a plenário e, no plenário, já consulto para que possamos pedir – é terminativo – votação de urgência, para votarmos em plenário.

Vamos fazer esse trabalho a partir da semana que vem, para podermos colocar em votação e enviarmos para a Câmara. Ainda depende da Câmara, mas aqui no Senado é terminativa essa votação.

Então, declaro aprovada essa matéria, que é muito importante para a agricultura brasileira, depois de muito tempo, muita discussão, não é, Senador Cyro?

Com a habilidade do nosso Relator, conseguimos chegar a um consenso, de acordo com o que queria, com o que precisavam os Ministérios da Agricultura, do Meio Ambiente, demonstrando que nós, da Agricultura, estamos caminhando juntamente com a Comissão de Meio Ambiente e com o Ministério do Meio Ambiente, dessa forma produzindo um trabalho positivo para a produção brasileira.

Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu quero, primeiro, registrar que a autoria do projeto é do ex-Senador Heráclito Fortes, meu amigo.

Na verdade, veja a dificuldade: nós poderíamos ter feito um substitutivo ou alguma coisa. Ao contrário, nós queremos homenagear o Senador pelo mérito de ter apresentado o projeto. Não foi votado, mas, agora, surgiu a oportunidade.

Por duas outras vezes, concedemos pedido de vista coletiva. Eu conversei com o Governo, estabelecemos contato e está aqui a Liderança do Governo.

Esse é um projeto que, a cada momento, sempre tem alguma coisa a mais para acrescentar. Nós sabemos dos interesses que tem nisso, mesmo, de um lado e de outro, mas eu acho que nós fizemos o possível.

Há quem diga que poderíamos ter avançado mais, outros... Mas a verdade é que isso é, emblematicamente, para nós, o seguinte: a indústria brasileira vai poder competir de igual para igual com grandes multinacionais.

Ainda há pouco, o ex-governador Cassol dizia: "É impressionante isto: aumentam, melhoram os preços dos produtos e, consequentemente, aumentam os valores de agrotóxicos e de máquinas." É impressionante isso, não é?

Então, isso vai estabelecer uma competição, nós vamos, sem dúvida nenhuma, colocar no mercado o mesmo sal, o mesmo produto, porque é esse o objetivo, e vamos ter uma competição cada vez maior, porque as indústrias brasileiras vão poder competir.

É claro que alguém poderia dizer: "Não, mas tinha de ser direto."

Não, nós estamos falando de agrotóxicos. Nós não podemos abrir mão de que, genérico ou não, ele tenha de passar pelo Ministério da Saúde, pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Ministério da Agricultura, até para analisar a composição química e ver se, realmente, estamos falando do mesmo produto – quimicamente falando, evidentemente. Então, é o que chamamos de equivalência química. É o mesmo sal, é o mesmo produto, apenas e tão-somente a indústria vai poder registrá-lo com o nome de agrotóxico genérico.

Vale dizer que isso vai baratear o custo desses produtos que são usados na nossa produção.

Eu quero, ao encerrar, Sr. Presidente, dizer o seguinte: não entrei na discussão da cana-de-açúcar porque eu queria votar logo e aproveitar o quórum. Mas esse assunto da cana ainda vai render muito aqui. O Governador André Puccinelli, junto com o Governador...

Nós travamos uma luta muito grande na época. Muito grande! E quero só dizer uma coisa, até para provocação: sabe por que há uma discussão e querem nos impedir de cada vez produzir mais cana-de-açúcar? Por uma razão muito simples: o açúcar consumido na Europa é a partir da beterraba, com um custo altíssimo. Toda vez que chega o nosso açúcar com melhor qualidade e com um preço menor, o tesouro europeu tem que subsidiar cada vez mais o açúcar deles. Então, eles não querem saber de aumentar produção. Mais usinas significa mais álcool e mais açúcar, portanto, preço mais competitivo.

Sr. Presidente, por trás de tudo isso há sempre uma grande jogada comercial. Aqui nesta Casa, temos que estar sempre adiante.

Para finalizar, a cana-de-açúcar, a planta, é de longe a planta que... Ao contrário das outras, ela coloca mais na terra do que retira. É a planta, do ponto de vista ambiental, que mais repõe. Eu já participei de audiência pública mostrando que a cana inclusive pode servir, do ponto de vista de captura de carbono, de forma absolutamente melhor que a maioria das outras plantas.

Sr. Presidente, encerro agradecendo mais uma vez o apoio. Agradeço aqui a aprovação do projeto de lei, que não é meu. Eu só fui a pessoa que relatou. A autoria é do ex-Senador Heráclito Fortes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir. Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Com a palavra a Senadora Ana Amelia.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Renovo os cumprimentos ao Senador Heráclito e ao Senador Moka.

A respeito desse debate, esses produtos, na verdade, a palavra mais adequada poderia ser agroquímico, pela função real do significado. Mas já provamos. E foi fruto de uma negociação.

O que argumentaram também o Senador Moka e o Senador Cassol é que, como são produtos que têm ingredientes importados, a justificativa para aumento de preços era que era importado e o dólar. Agora o dólar está baixo e o preço continua elevado. Então é uma equação que nunca se resolve. Quem sofre e paga a conta é o agricultor.

Apenas por uma questão de esclarecimento, Presidente Acir Gurgacz, essa decisão é terminativa na Comissão de Agricultura. Ela não vai, então, diretamente para a Câmara dos Deputados?

O SR. PRESIDENTE (Acir. Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Abre-se o prazo de cinco dias para recurso e a matéria vai ao Plenário para votação.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Mas ela não é terminativa no Senado? Se ela é terminativa no Senado...

O SR. PRESIDENTE (Acir. Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Não, ela não vai ao Plenário. Exatamente.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – É o que estou esclarecendo.

O SR. PRESIDENTE (Acir. Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senadora Ana Amelia, muito obrigado por sua sempre...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Eu gostaria de colaborar com V. Exª.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – É que eu sou inexperiente aqui.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Ela tem caráter terminativo. Está encerrada.

O SR. PRESIDENTE (Acir. Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Então, para concluir, V. Exª tem toda a razão. Nós recebemos informação. Ela é terminativa.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Ela é terminativa. É um projeto de lei do Senado. Vai à Câmara e, depois, volta.

O SR. PRESIDENTE (Acir. Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Ela não precisa ir ao Plenário. Ela apenas aguarda cinco dias por emendas do Plenário. Não havendo emendas, vai à Câmara diretamente. Faço, então, a minha consideração de que a matéria não precisa ir ao Plenário.

A SRª ANA AMELIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada pelo esclarecimento, Presidente.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Ela é terminativa nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Acir. Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Não. É terminativa no Senado.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – No Senado, nesta Comissão do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Acir. Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – E agora vai para a Câmara, para continuar o debate, para continuar a discussão.

Inicialmente, quero agradecer aos Senadores por estarem aqui conosco, nesta manhã, debatendo esse assunto importante que foi a votação desse projeto. É um projeto importantíssimo. A presença das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores foi importante para que pudéssemos abrir a reunião e votar essa matéria.

Lembro que temos, na sequência, a Ministra da Pesca e Aquicultura, Ideli Salvatti, para debatermos o tema.

Assim, encerro esta 11ª Reunião e, de imediato, declaro aberta a 12ª reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº 3, aprovado no dia 23/02/2011, de minha autoria, bem como do Requerimento de 2011, da CRA, de autoria do Senador João Pedro, aprovado em 14/04/2011, com a presença da Exmª Srª Ministra de Estado da Pesca e Aquicultura, Ideli Salvatti, para expor, perante a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, as políticas públicas de estímulo à agricultura e pesca, bem como as propostas para melhorias de serviços vinculados ao setor, em face dos recentes cortes no orçamento anunciados pelo Governo Federal.

Consulto nosso Vice-Presidente, Senador Waldemir Moka, se S. Exª pode conduzir esta reunião, porque estou com a voz um pouco rouca e não quero, de modo algum, atrapalhar esta reunião, que é tão importante para todos nós. (*Pausa.*)

Portanto, passo a condução dos trabalhos ao Senador Waldemir Moka. Muito obrigado.

Agradeço aos Senadores, mais uma vez, pela presença hoje, nesta manhã, para aprovarmos esta matéria tão importante para a produção agrícola brasileira.

(*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – O Senador Acir ficou rouco de tanto gritar, ontem, ali, na votação do Código Florestal, e, infelizmente, não avançamos.

Quero dizer que tenho informação de que a ex-Senadora, atual Ministra, já está na Casa. Estamos aguardando apenas e tão somente a chegada da Ministra Ideli Salvatti até esta Comissão, e aí vou suspender a reunião, pelo tempo que se fizer necessário, até que a Ministra possa chegar até este plenário.

Está suspensa, por cinco minutos, a presente reunião. (*Pausa.*)

(Suspensa às 9 horas e 18 minutos, a reunião é reaberta às 9 horas e 27 minutos.)

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 12 DE MAIO DE 2011.

Às nove horas e dezesseis minutos do dia doze de maio de dois mil e onze, na Sala 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **ACIR GURGACZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **DELCÍDIO DO AMARAL, GLEISE HOFFMANN, JOÃO PEDRO, CLÉSIO ANDRADE, RODRIGO ROLLEMBERG, WALDEMIR MOKA, CASILDO MALDANER, ANA AMÉLIA, IVO CASSOL, BENEDITO DE LIRA, FLEXA RIBEIRO, CYRO MIRANDA, JAYME CAMPOS, BLAIRO MAGGI, ANTONIO CARLOS VALADARES, VALDIR RAUPP, LUIZ HENRIQUE, MOZARILDO CAVALCANTI, ANIBAL DINIZ E WELLINGTON DIAS.** Deixa de comparecer o Senhor Senador Eduardo Amorim. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, informa que a presente reunião se destina à realização de **Audiência Pública,** em cumprimento ao **Requerimento, nº 3 de 2011-CRA**, aprovado em 23/02/2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz e **Requerimento, nº 17, de 2011-CRA**, aprovado em 14/04/2011, de autoria do Senador João Pedro, com a presença da Excelentíssima Senhora **Ministra de Estado da Pesca e Aquicultura**, **Ideli Salvatti**, para expor, perante a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, as políticas públicas de estímulo à Aquicultura e Pesca, bem como as propostas para melhorias de serviços vinculados ao setor, em face aos recentes cortes no orçamento anunciados pelo Governo Federal. **Resultado: Audiência Pública Realizada**. Após a exposição da Senhora Ministra, fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): João Pedro, Ivo Cassol, Eduardo Suplicy, Casildo Maldaner, Antônio Carlos Valadares, Aníbal Diniz, Delcídio Amaral, Benedito de Lira, Wellington Dias, Flexa Ribeiro e Waldemir Moka. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e sete minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Acir Gurgacz,** Presidente da CRA.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Declaro aberta a 12ª reunião.

O Presidente desta Comissão, apenas por uma questão técnica... Na verdade, nosso Presidente está afônico, e, na condição de Vice-Presidente, estou assumindo, para minha alegria e satisfação, esta audiência.

Esta audiência pública destina-se ao cumprimento do Requerimento nº 3, de 2011, aprovado em 23/02/2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, bem como do Requerimento nº 17, de 2011-CRA, de autoria do Senador João Pedro, aprovado em 14/04/2011, com a presença da Exmª Srª Ministra de Estado da Pesca e Aquicultura, Ideli Salvatti, a fim de expor, perante a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA),

as políticas de estímulo à Aquicultura e Pesca, bem como as propostas para melhorias de serviços vinculados ao setor, face aos recentes cortes no orçamento anunciados pelo Governo Federal.

Com a palavra a Exmª Srª Ministra de Estado da Pesca e Aquicultura , ex-Senadora desta Casa, Ideli Salvatti.

A SRª IDELI SALVATTI – Muito bom dia a todos os Senadores, de forma muito especial à nossa Senadora Gleisi Hoffmann.

Inicialmente, queria agradecer o honroso convite que a Comissão nos fez para que pudéssemos fazer a apresentação dos objetivos, desafios – tudo bem, Senador Casildo? Como vai? – para esta importante Comissão do nosso Senado.

Quero dizer, Senador Acir, que, além da oportunidade de poder fazer apresentação, de poder estar aqui em nome do Governo da Presidenta Dilma apresentando quais são as potencialidade e também os desafios que nos foram colocados frente a esta Pasta, para mim, é uma grande honra poder retornar a esta Casa, Casa onde tive a felicidade de poder conviver com grandes brasileiros e brasileiras que desenvolvem o seu trabalho político, o seu trabalho parlamentar, representando os Estados, a Federação brasileira e deliberando, tomando inúmeras decisões importantes.

Então, eu gostaria de saber se está tudo *ok* com a minha equipe. *(Pausa.)*.

Quero, desde já, pedir desculpas caso der algum pequeno problema na nossa apresentação, por que essa tecnologia vira e mexe dá algumas panes.

Queria, inicialmente, apresentar dois panoramas, para as pessoas terem o entendimento de qual é o tamanho do nosso desafio.

Estes são dados da FAO. Temos, aí, a produção em termos de pesca e aquicultura, extrativismo e criação de pescado e outros organismos aquáticos no mundo.

Então, como vocês podem ver, o primeiro colocado, China, tem uma produção contabilizada de quase 60 milhões de toneladas, isso em 2008. Claro que em 2010 deve ter ultrapassado tranquilamente a casa dos 60 milhões de toneladas. Em segundo lugar vem a Indonésia, com uma produção, comparativamente com a China, apresentando bastante diferença; vem um *ranking* de países que têm uma produção relativamente equilibrada. O Brasil, aparece ali. Em 2008, a nossa produção era de 1,15 milhão toneladas apenas.

Por que é importante a gente olhar esse panorama aí? Porque se pensarmos em termos de litoral e de águas interiores, ou seja, do que a gente tem de água nesses países, o Brasil jamais poderia estar no 21º lugar; jamais! O Brasil deveria estar, tranquilamente, ali nas primeiras colocações, e tem clima e água, inclusive para superar a produção da China.

Então, vamos passar à segunda.

Aqui está o que nós temos de produção na nossa estatística até 2009, por região. A Região que mais produz, em termos de pesca e apicultura, é a Região Nordeste, seguida da Região Sul, depois Região Norte praticamente quase equilibrada com a Região Sul, Região Sudeste e Região Centro-Oeste. Novamente temos aqui uma situação que aponta o potencial, porque em termos de água, de litoral, água interior, a Região Norte não poderia, jamais, estar em terceiro lugar. Então, a própria Região Centro-Oeste, com todo o Pantanal, também não poderia estar com essa produção comparativamente com outras regiões.

Depois, ali nós temos a produção por Estado. Para meu orgulho, Santa Catarina é o Estado que mais produz, seguido de Pará, Bahia, Ceará, Amazonas, São Paulo, Maranhão, Rio Grande do Sul, Rio de janeiro, Rio Grande do Norte e depois, decrescendo, o último – até tem lógica – Distrito Federal.

Depois tudo isso, nosso trabalho de estatística vai ser disponibilizado para os senhores.

Fiz muita questão de apresentar esses dois cenários, ou seja, o cenário internacional e o cenário regional e estadual – Estado por Estado do Brasil – porque, pelo que está colocado no comparativo, isso demonstra de forma inequívoca o potencial que temos para transformar, como já foram transformadas outras proteínas em caso de absoluto sucesso no Brasil. Somos o maior produtor de carne bovina do mundo, somos o maior produtor e exportador de frango do mundo, somos grandes produtores de carne suína e não há razão para não sermos também o maior produtor de pescado.

Então, vamos passando.

Quais são os objetivos estratégicos que estão colocados para o Ministério da Pesca e Apicultura?

Essas são as cinco tarefas. Terminamos agora – quinta e sexta – o planejamento estratégico para tirar as diretrizes para o PPA e planejamos o trabalho do Ministério até 2014.

Nosso objetivos estratégicos são: aumentar o volume da produção de forma sustentável; ampliar o número e a renda das pessoas envolvidas no processo produtivo, porque não adianta produzir mais se a gente também não gerar emprego e renda em volume cada vez mais significativo; incrementar a produtividade e a qualidade do pescado; aumentar o consumo de pescado no mercado interno.

Quando foi criada a Secretaria de Pesca e Apicultura, o Brasil tinha um consumo de seis quilos e meio por habitante, hoje estamos beirando a dez quilos por

habitante por ano. Aquilo que a Organização Mundial de Saúde estabelece é, no mínimo, doze a quatorze quilos por habitante por ano – na Espanha é quarenta e cinco, no Japão é bem mais. Então nós temos uma potencialidade de aumentar o consumo significativamente no mercado interno e aumentar a participação de produtos pesqueiros e apícolas na pauta de exportação do Brasil.

O Brasil ainda é importador de pescado. Nós, com todo esse potencial, importamos. Cerca de um quarto do que se consome no Brasil ainda é peixe importado, produto importado.

Quais foram as iniciativas que tomamos desde que assumimos o Ministério, desde janeiro de 2011?

A primeira questão que eu queria realçar aqui é a seguinte: temos de fazer tudo aquilo: aumentar a produção com sustentabilidade, aumentar o consumo, aumentar a produtividade, a qualidade, aumentar a inclusão na pauta de exportação, gerar mais renda e mais emprego. Nós temos que fazer tudo isso, que é muito mais, com muito menos recursos, – inclusive, um dos motivos da nossa audiência – porque os cortes no Ministério foram bastante pesados. Eu brinco às vezes dizendo que o Ministério ficou com um orçamento de aquário, mas um aquário bonito, que tem tudo para dar certo.

Aí, quando não temos recursos próprios, vamos buscar os parceiros. Então, tomamos iniciativas desde janeiro, buscando as parcerias com os governos estaduais. Então, inclusive, saiu uma reportagem dizendo que eu andei viajando mais do que a Presidenta, mas eu viajei com objetivos muito claros. E eu vou visitar os 27 Estados, fazendo essa agenda, buscando essa parceria. Já visitamos Santa Catarina, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Tocantins, Amazonas e Rondônia, e primeira pauta que estamos debatendo com os governadores é a questão do licenciamento ambiental.

Hoje, para se criar peixe, é preciso licença ambiental; para colocar o "chiqueirão", para colocar o aviário, não é preciso, apesar do grande impacto ambiental que a gente sabe que acaba causando a criação de suínos e de aves. Mas, para você colocar um tanquezinho escavado ou um tanquezinho-rede, tem que ter licença ambiental, e quem concede essas licenças são os governos dos Estados. Por isso, estou fazendo um apelo, governador por governador, para que possamos agilizar, simplificar e, em alguns casos, até já temos respostas muito positivas, de governadores inclusive que liberaram licenças ambientais.

Temos vários Estados, e sempre uso como exemplo o Estado do Acre, porque tem uma liberação maior: até cinco hectares no Estado do Acre o governador liberou. Então, se quiser fazer tanque-rede, ou tanque escavado, até cinco hectares, está liberado, até porque o impacto ambiental é muito pequeno.

A outra coisa sobre a qual temos conversado com todos os governadores é que possamos ter, nos Estados, uma garantia na estrutura de governo, uma secretaria, ou uma diretoria que se preocupe exclusivamente, prioritariamente, para nos ajudar nas parcerias e na articulação da pesca e aquicultura em cada Estado, porque pescar e criar no Rio Grande do Sul é muito diferente de criar e pescar no Acre, ou no Mato Grosso, ou no Rio Grande do Norte. É totalmente diferente. Então, cada Estado tem a sua peculiaridade, tem a sua potencialidade; portanto, para nós é importante que cada governo estadual tenha uma estrutura administrativa de pesca e aquicultura.

Temos sido bem atendidos. Vários Estados inclusive já criaram secretarias específicas de pesca e aquicultura – alguns já as tinham – ou estão em reforma, porque muitos governadores fizeram reformas administrativas e incluíram esse setor na sua estrutura.

Outra questão que temos debatido bastante na parceria com os governos estaduais é a uniformização da legislação. Por exemplo, nós temos a história da guerra fiscal, a história do ICMS para venda interna, para comercialização interestadual. Então, é muito importante que tenhamos uma uniformização dessa legislação para ajudar bastante. Então, essa tem sido a minha pauta em todas as minhas visitas, em que tenho tratado diretamente com os governadores, e o resultado tem sido muito positivo.

Seguindo, já que tenho de fazer mais com menos, tenho procurado os meus parceiros no próprio Governo. Há parceiros que são óbvios, como é o caso do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que nem está ali, o MDA, porque temos ali todo um trabalho de articulação, de ação conjunta, na agricultura familiar. Ali, onde o pequeno agricultor tem a sua produção, ele pode também produzir o peixe. Então, o Ministério do Desenvolvimento Agrário é um parceiro natural com quem temos trabalhado, e o Ministério da Agricultura e Pecuária, inclusive porque no Ministério da Agricultura e Pecuária nós estamos com uma das nossas principais ações que é a questão, finalmente, da criação da Embrapa Pesca e Aquicultura, que já tem 150 pesquisadores contratados, já estão trabalhando, e a estrutura física já está em construção no Estado de Tocantins, que, apesar de estar sediada no Tocantins, vai atender o Brasil todo, desenvolvendo pesquisa na área da aquicultura e da pesca.

No Ministério do Meio Ambiente é gestão compartilhada. A gente trabalha muito ali com a Ministra

Izabella. No Ministério da Defesa, toda a questão de fronteira e fiscalização, Marinha e Exército; a Marinha também é uma grande parceira nossa na capacitação de pessoa. Então, temos ali um trabalho muito importante, que estamos realizando com a Marinha.

No Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, temos pautas de exportação, importação e programa de desenvolvimento produtivo, porque, finalmente, a pesca e a aquicultura serão contempladas na programação do desenvolvimento produtivo do País.

Minas e Energia. Estamos com um trabalho muito intenso na área de hidrelétrica, em que boa parte dos nossos parques aquícolas está sendo colocada nos reservatórios; e estamos trabalhando com a Petrobras, em termos de compensação, porque todos os empreendimentos petrolíferos e de gás afetam a pesca. Então, precisamos ter as compensações, o reconhecimento de que a pesca e a aquicultura são afetadas por esses empreendimentos. Portanto, estamos negociando com a Petrobras medidas compensatórias, investimentos para poder desenvolver.

Com o Ministério da Saúde, é todo um programa com o qual a gente está trabalhando de consumo saudável. Com a Secretaria de Comunicação, as parecerias na divulgação; no Planejamento, Orçamento e Gestão. E um outro grande parceiro – que, daqui pra frente, vai ser cada vez mais parceiraço nosso –, o BNDES, que, inclusive, já fez os estudos, fez as contas – um mais um – na área da aquicultura, principalmente, que dá muito mais do que dois. Então, vamos ter linhas. Eles estão acolhendo projetos de financiamento.

Na Casa Civil, toda articulação política; no Ministério do Desenvolvimento Social, muitos dos projetos que vão ser introduzidos agora, na erradicação da miséria, vão ter essa questão do combate à pobreza com a inclusão produtiva, na área da pesca e da aquicultura.

No Ministério de Ciência e Tecnologia, já toda essa história da Embrapa Pesca e Aquicultura, a questão dos institutos nacionais de ciência e tecnologia voltados para a área da pesquisa da aquicultura e da pesca. E há um trabalho que estamos fazendo com o ex-Senador e agora Ministro Aloizio Mercadante, que é o seguinte: apesar de a pesca e da aquicultura terem um grande potencial e serem um dos que compartilham a água, em nenhum fundo – em nenhum! –, temos assento na hora da distribuição dos recursos. Então, somos convidados, mas não temos direito de voto. Portanto, estamos trabalhando para mudar essa situação, que para nós é muito importante, porque quem tem voto tem peso; quem não tem voto pode apenas pedir. E há muitos fundos nos quais poderíamos ter recursos para desenvolver pesquisa e poder trabalhar.

No Ministério da Integração, estamos trabalhando com muitos parceiros ali: DNOCS e Codevasf, porque tanto o DNOCS quanto à Codevasf têm trabalho na área principalmente de alevinos, de piscicultura. A gente poderia aproveitar melhor e potencializar mais, principalmente em medidas de combate à pobreza no semiárido.

Na educação, a alimentação escolar, que queremos. Hoje, não chega a 10%, no Brasil, as escolas que colocam peixe na merenda. E, para colocar, é preciso tirar a espinha; é preciso processar. Não é uma coisa tão simples, mas estamos trabalhando em parceria com a Educação para colocar o peixe na alimentação escolar.

E o Sebrae é um grande parceiro nosso também, porque financia inúmeras parceiras e trabalhos com formação/capacitação.

Para nós, Senado e Câmara são grandes parceiros, sempre foram. Eu quero, inclusive, fazer um agradecimento pela aprovação da Lei da Pesca, aprovação da criação do próprio Ministério, que foi muito rápida, foi por unanimidade. Nós temos uma frente parlamentar da pesca e da aquicultura que funciona no Congresso Nacional e nós temos inúmeros projetos de lei que são importantes para nós.

Bom, uma outra tarefa que nos tem ocupado bastante são as articulações internacionais.

Nós estamos, neste momento, com a campanha, a candidatura do José Graziano para diretor-geral da FAO. É importante registrar que, na FAO, a candidatura de José Graziano foi apresentada pelo ex-Ministro Altemir Gregolin, no ano passado, e nós estamos empenhadíssimos. Eu, por exemplo, já estive por duas vezes, neste ano, na FAO, acompanhando a campanha. Estamos trabalhando muito para que, efetivamente, o José Graziano possa ser o diretor-geral da FAO.

A outra articulação internacional importante, que também está diretamente ligada à FAO, é a montagem da rede de aquicultura das Américas. Nós já temos 14 países, do Caribe e da América Latina, que compõem essa rede de aquicultura, que é fundamental para a troca de experiências, troca científica e tecnológica, cooperação entre os países do Caribe e da América Latina.

A outra questão importantíssima é a nossa parceria com a Noruega. A Noruega é um dos maiores produtores de pescado do mundo, tem uma tecnologia de aquicultura, de equipamento, de industrialização fantástica. Inclusive, a Noruega foi a responsável pela transformação do Chile em um dos grandes... Hoje, toda a aquicultura, a produção de salmão do Chile tem tecnologia norueguesa, que eles parceirizaram.

Então, nós estamos trabalhando. A Noruega também é uma das maiores financiadoras do Fundo Ama-

zônia: US$1 bilhão foram colocados no Fundo Amazônia para o desenvolvimento da região e nós fizemos agora, há um mês e pouco, uma semana inteira de uma bilateral entre o Ministério da Pesca e Aquicultura e o governo da Noruega, em Manaus, para afunilar essa nossa parceria.

Nós deveremos, em agosto, participar da Nor-Fishing, que é a maior feira de aquicultura do Planeta, que acontece de dois em dois anos na Noruega, e estamos organizando – depois eu vou falar, um pouquinho mais à frente – uma rodada de negócios, em que nós vamos apresentar projetos, principalmente para a região amazônica – não exclusivamente para a região amazônica, mas principalmente para a região amazônica –, para atrair investidores, empresários noruegueses para investir no Brasil.

Já realizamos, neste ano, várias missões técnicas na África, com troca de experiências na área científico-tecnológica – Mauritânia, Malawi e República dos Camarões –, e já fui visitada por embaixadores e Ministros de diversos países, como Sudão, Ucrânia, Coreia, Noruega, Cuba, Venezuela, Portugal e Rússia. Vou receber, agora, na sexta-feira, o Ministro da Pesca do Congo.

Então, a gente tem intensificado muito esse trabalho de relações internacionais.

Nós estamos mantendo e ampliando a nossa gestão, numa relação muito próxima com o setor. Em todas as reuniões...

Muito grata ao Senador Luiz Henrique, nosso ex-governador de Santa Catarina.

Então, em todas as visitas que fiz aos 11 Estados, eu me reuni com todos os representantes dos setores de pesca artesanal, amadora, esportiva, de aquicultores, empresários e armadores da pesca, pesquisadores, técnicos e extensionistas.

Nós estamos, também, trabalhando intensamente nos comitês permanentes de gestão da pesca e nós temos um Conselho Nacional de Pesca. Então, tudo que a gente estabelece e decide é sempre em parceria com o Conselho Nacional.

Nós vamos para a 4ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca. Neste ano, nós vamos realizar dois trabalhos setoriais: pesca amadora e pesca industrial, e vamos fazer as reuniões estaduais e a nacional no ano de 2012.

Uma coisa interessante que está começando a "pintar" – quero, aqui, inclusive, fazer o realce – é a nossa parceria com entidades empresariais.

A Fiesp nos convidou para um almoço. No dia do almoço, há quase um mês, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo criou uma câmara setorial específica para pesca e aquicultura. Os empresários já estão fazendo as contas de que é rentável, é lucrativo, tem perspectiva. E quando a gente pensa empresário, não é apenas aquele que vai criar o peixe, que vai engordar o peixe, mas o empresário que vai desenvolver toda a produção de ração, de equipamento, de frigorífico, de processamento, de embalagem, de equipamento náutico, ou seja, a cadeia produtiva da pesca e da aquicultura é um mar de oportunidades. Portanto, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, que é uma da exponenciais no setor, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) também já tem uma câmara setorial, inclusive eles concluíram um estudo recente – estou até para marcar com a Senadora Kátia Abreu uma reunião na CNA – muito interessante, feito pela CNA, do potencial da aquicultura, também incentivando empresários a entrarem com mais peso nesse setor.

Vamos um pouquinho à frente.

Na pesca, temos uma população significativa de pescadores artesanais que vivem exclusivamente da pesca. Esses pescadores ganharam, na carteira de pescador, o reconhecimento da sua profissão. Isto dá acesso a uma série de benefícios, desde o benefício previdenciário, aposentadoria, e demais benefícios da Previdência. Então, essa carteira de pescador permite-lhes entrar no financiamento de todo esse programa habitacional – Minha Casa Minha Vida – e também permite o acesso ao seguro-defeso, ou seja, receber naquele período, aí não é o Ministério da Pesca e Aquicultura que paga, mas, sim, o Ministério do Trabalho e Emprego, porque são recursos do FAT. Esta carteira de pescador é única e exclusivamente para quem vive só da pesca. Quem eventualmente pesca – pescar por lazer, pescador amador, esportivo – tem uma carteira diferenciada, que não lhe permite acessar a todos esses benefícios. Portanto, na carteira de pescador, a gente precisa fazer um trabalho permanente de fiscalização, de monitoramento, porque desviam, ilegalidades vira e mexe acontecem, tanto que tivemos muitas denúncias, tivemos problemas, estamos inclusive com Ministério Público, Polícia Federal atuando em várias denúncias. Então, fizemos, este ano, uma suspensão temporária de emissão de novas carteiras, nós até a apelidamos de seguro-defeso da carteirinha, para a gente poder fazer a limpeza. Vocês podem ver que estamos sendo bastante eficientes, porque, de janeiro até agora, cancelamos 87,6 mil carteiras de pescadores. Gente que estava trabalhando, muita, gente que recebia outro benefício, que tinha aposentadoria, tinha de tudo. Então, fizemos o cruzamento de dados com o CNIS, Caged, e isso tem ajudado muito a fazer essa limpeza.

No *site*, temos hoje, depois dessa limpeza que a gente vem fazendo, 942 mil pescadores com carteiri-

nha, portanto é quase um milhão de pessoas que têm direito a todos esses benefícios.

E uma questão que tem sido bastante importante – foi um compromisso nosso – foi publicar no *site* do Ministério. Então, hoje, para quem quiser saber se tem carteirinha de pescador na sua cidade: www.mpa.gov.br. Aí, há um *link*: RGP – Registro Geral de Pescadores. Acessa o *link,* coloca o nome da cidade – do Estado e da cidade –, e vem em ordem alfabética todos os pescadores que têm carteirinha. E, aí, quem é do Município conhece. E, se tiver alguém que não for pescador, que a pessoa conhece, é só comunicar ao Ministério que tomaremos as providências no sentido de confirmar a ilegalidade e retirar do cadastro.

Estamos trabalhando na pesca artesanal para poder fazer a substituição da frota. Hoje, nossa pesca artesanal tem, inclusive, baixa produtividade, porque os barcos, os equipamentos são... Já temos uma linha de financiamento no Pronaf Pesca, para exatamente os pescadores artesanais poderem fazer essa troca e esse aperfeiçoamento dos seus equipamentos. Para nós, esse é um trabalho que a gente já vem desenvolvendo, e é muito importante.

Próximo.

Na pesca industrial e oceânica, também estamos trabalhando com a modernização e substituição da frota. Nossa frota industrial, Senador Luiz Henrique, tem de 30 a 40 e, em alguns casos, mais de 50 anos de uso. Absurdo! São barcos que têm um monte de remendos, e perdemos muito. Praticamente 1/3 do que se pesca se perde, porque, como os equipamentos de pesca e de armazenamento, no barco, são ultrapassados... E, às vezes, é uma coisinha de nada! Por exemplo, a frota industrial está substituindo o modelo do anzol, para deixar de pescar tartaruga e poder pescar só o peixe alvo. Então, um resultado fantástico! Porque se elimina a tartaruga que não pode ser pescada e não se desperdiça tempo, porque o anzol vai lá e pesca só o peixinho alvo.

Um outra coisa. Vou dar o exemplo de um empresário: Jorge Seifer, que tinha dez barcos pescando sardinha. Nesses dez barcos, 1/3, quase 30% do que ele pescava, ele perdia, porque, hoje, o armazenamento nos nossos barcos é feito de que forma? Eles vão pescando e vão colocando no gelo. Então, é uma camada de peixe, uma camada de gelo, uma camada de peixe, uma camada de gelo. O que acontece? Quando enche, o peso do gelo esmaga 1/3 do que está no fundo, que não serve para nada.

O Jorge Seifer montou um equipamento, aperfeiçoou. Ele pega água do mar, água salgada, resfria, quase a ponto de congelamento, fica uma espécie de plasma salgado, e o peixe flutua. Ele não se esmaga. Com dois barcos apenas com esse novo equipamento, ele pesca o que ele pescava antes, com dez, e tinha 30% de prejuízo, sem perder um único peixinho. Estou dando um exemplo bem concreto do que a gente precisa fazer.

Arrendamos – e isto foi uma polêmica –, demos autorização para arrendar dezesseis barcos japoneses para pescar atum, porque atum é um peixe migratório que tem cotas internacionais, que são definidas e distribuídas entre os países. E, se o país não pescar aquela cota, na próxima redistribuição, ele perde.

Então, para a gente não perder o risco que o Brasil tem, que não estávamos cumprindo, autorizamos o arrendamento de barcos japoneses. Só que é o seguinte: a renda... O barco é japonês, mas a Bandeira é brasileira. O pescado desses barcos entra na balança brasileira. No caso desses barcos, a prioridade é exportar, mesmo, esse atum para o Japão, mas, aí, entra na exportação brasileira. Então, não tem prejuízo nenhum.

Esses barcos cujo arrendamento autorizamos, esses 16, pescam o atum a 400 metros de profundidade. Os barcos brasileiros não chegam a pescar o atum a mais de 100 metros. Então, a tecnologia dos barcos brasileiros não chega à tecnologia que nós precisamos melhorar.

Então, por conta, também, de melhoria nessa história de modernizar e ter equipamentos, nós estamos trabalhando com uma área de pesca que o Brasil não aproveita, que é muito significativa, de anchoita, Senadora Ana Amelia, no nosso Rio Grande do Sul.

A anchoita é uma pequena sardinha e, inclusive, nós estamos trabalhando para que ela seja a isca viva a substituir a sardinha, que a gente importa porque a gente não tem sardinha em quantidade suficiente para a nossa indústria de enlatados. Então, nós estamos com um projeto de substituição pela anchoita como isca viva para o atum e, lá no Rio Grande do Sul, em parceria com a nossa universidade, a FURG, estamos desenvolvendo uma pesquisa para colocar a anchoita enlatada na merenda escolar. Inclusive, agora vai começar a degustação nas escolas. Nós estamos fazendo algumas experiências, lá, para ver se a criançada gosta, porque é um peixinho um pouquinho mais... É parecido com o aliche, um pouquinho mais forte, então serve para o molho do macarrão, para a *pizza.*

Então, nós estamos trabalhando e são experiências que nós estamos fazendo, a partir de pesquisas, para poder, pela modernização da frota, da localização desses novos peixes e de novas modalidades de pesca, avançar e melhorar a nossa pesca industrial e oceânica.

Na semana que vem, finalmente... Eu quero agradecer de público à Ministra Izabella Teixeira, porque,

ontem, saí do gabinete dela às 9 horas da noite e nós fechamos um modelo de permissionamento da pesca no Brasil.

Então, na semana que vem, nós vamos, inclusive, fazer a coletiva, assinando a instrução normativa, e vai aparecer num único mapa tudo que pode ser pescado, com que equipamento, em qual época do ano, com que tipo de embarcação, para que não tenhamos mais, todo mês: "Ah, está na época de pescar lagosta. Como é que pode pescar lagosta? Quantos barcos podem sair para pescar lagosta?" No dia 15, começa a pesca da tainha: "Quantos barcos vão poder sair para pescar tainha? Com que equipamento? Pode esse equipamento, não pode aquele outro equipamento."

Então, essa matriz de permissionamento, finalmente, vai estar pronta e publicada, para que os nossos armadores possam-se organizar e já saber que é aquilo e não adianta mais. Para mudar, só com estudo comprovando que o estoque pesqueiro permite pescar mais ou pescar menos que aquilo que a gente está estabelecendo.

Para mim, isso é uma vitória, porque essa é uma questão que é reivindicada há muito tempo.

Nós temos uma outra política de equiparação do preço do óleo diesel marítimo ao preço internacional. Essa é outra parceria com os governos estaduais, que isentam o ICMS e nós isentamos os impostos federais. Em 2010, nós aplicamos 21 milhões e quase duas mil embarcações foram beneficiadas, só que isso ainda é muito pouco, porque não chegam a 10% as embarcações beneficiadas.

Então, temos de ampliar. O nosso problema é ter condição de fazer o controle para não virar, na história do óleo *diesel*, algo que temos na carteirinha: o famoso jeitinho, para que o óleo *diesel* não seja utilizado efetivamente na pesca.

Vamos para frente.

Aqui, é um outro potencial em que estamos trabalhando, que é a história da pesca amadora. A pesca esportiva amadora, turística, nos Estados Unidos, movimenta de US$40 a US$60 bilhões por ano – a amadora, tanto oceânica quanto aquela de salmão.

O Brasil tem um potencial, pela nossa biodiversidade, tanto na pesca turística amadora esportiva oceânica, como nas de águas interiores na Amazônia. Visitei Barcelos, por exemplo, no Estado do Amazonas, e é fantástica a quantidade de gente. Até Bill Clinton já veio pescar em Barcelos. Então, é uma pesca de alto valor agregado, que movimenta a economia e tem um grande potencial. Portanto, temos, na Região Amazônica, no Pantanal e na região serrana como desenvolver também para truta, pois é muito atrativa a pesca amadora turística para a truta, além da pesca oceânica.

Então, qual é o nosso problema? É que hoje não temos uma regulamentação nacional da pesca amadora. Mas, vários Estados estão fazendo leis, e eles não podem por ser de competência federal regulamentar o ordenamento da pesca, inclusive já derrubamos, por meio de Adins, algumas leis estaduais, outros têm processos e outros estou fazendo apelos. Por exemplo, fiz um apelo ao Governador do Tocantins para vetar uma lei lá que, para beneficiar a pesca amadora, diminui a quantidade de peixe que o pescador artesanal pode pegar de 400 para 70 quilos por apenas semana. Com 70 quilos por semana o pescador artesanal não vive. Então, temos que regulamentar para que todos possam...porque tem como regulamentar para compartilhar e desenvolver.

Essa história da pesca amadora é algo muito importante. Estamos concluindo a proposta agora no mês de maio e vamos apresentá-la ao Ministério do Turismo, ao Ministério do Meio Ambiente e ao Ministério dos Esportes, porque também há as competições, inclusive queremos trazer a copa da pesca, pois temos potencial de trazê-la e, nessa linha, possamos divulgar o nosso potencial. Então, estamos trabalhando muito nessa linha da pesca amadora, porque é um filão de dinheiro, de movimentação econômica.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – E os rios internacionais, como o Paraguai, em que a legislação é diferente nos dois lados?

A SRª IDELI SALVATTI – Inclusive vamos fazer ajustes, porque, por exemplo, na região do Pantanal, temos conflitos com o Paraguai, com a Bolívia que temos de ajustar; na Amazônia, temos de fazer ajustes com os Estados que fazem fronteira para a gente poder ajustar. Mas isso aí tem sido uma preocupação do Ministério, porque há muito que a gente tem dado atenção especial para essa questão.

Vamos lá.

Agora eu queria pedir a atenção de todos os Senadores e Senadoras, porque aqui está, eu diria, a grande potencialidade da pesca e da aquicultura no Brasil, que são os parques aquícolas; temos os continentais e temos os marítimos em águas da União. E aí temos uma situação, porque é o seguinte: diferentemente da terra, que é propriedade particular, a água é propriedade da União. Portanto, podemos fazer o ordenamento – eu o chamo de reforma aquícola – beneficiando os pequenos produtores para que eles estejam absolutamente incluídos e produzindo junto com os médios e os grandes.

Então, já temos hoje funcionando em Tucuruí, no Pará – onde está o Flexa Ribeiro? Ele acabou de sair, mas vai voltar –; em Castanhão, no Ceará; e em Itaipu. Em Minas, o Governador acabou de dar as li-

cenças ambientais para Três Marias e Furnas. Nós vamos entregar a cessão de uso das áreas. E, em Ilha Solteira, que pega Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e São Paulo, também o Governador Geraldo Alckmin nos jurou, de pés juntos, que até a metade do ano teremos a licença para poder entregar. Então, já temos três produzindo e três em que, com a licença, já vamos agora, no segundo semestre, autorizar as pessoas a começarem a colocar os tanques.

Castanhão já está produzindo 32 mil toneladas. Tucuruí está produzindo quase 14 mil. E Itaipu está produzindo pouquinho, Senadora Gleisi, por conta de que o Paraguai não nos autorizou até agora a colocar tilápia, que é o que mais produz. Eles acham que é exótico.

Nós esperamos que no domingo, com a visita da Presidenta ao Paraguai, possamos ter o OK. Parece que já está tudo prontinho, tudo certinho. E é o seguinte: se em Itaipu conseguirmos autorização do Paraguai para colocar as tilápias, vai explodir isso. Essas 5 mil toneladas vão ser multiplicadas algumas dezenas de vezes. E vocês podem ver pelos outros: em Furnas e Três Marias, em Minas Gerais, vamos ter quase 130 mil toneladas, nos dois reservatórios, e em Ilha Solteira, nos três Estados, quase 90 mil toneladas. Portanto, só no que já tem e no que deve começar a funcionar no segundo semestre, vamos poder colocar 269 mil, quase 300 mil toneladas de peixe a mais na produção brasileira.

Agora nós temos outros parques aquícolas que estão já em fase final de conclusão de estudos. É a próxima lâmina. Então são todos esses aí. Como vocês podem ver, cobrem a maior parte dos Estados brasileiros. E eu gostaria que você passasse já a próxima, porque tem o potencial de produção.

Os estudos apontam que há em Goiás, na Serra da Mesa, quase 30 mil toneladas; em Boa Esperança, no Maranhão e no Piauí, quase 12 mil toneladas; na Calha do Paranapanema, Senador Suplicy, em São Paulo, na divisão com o Paraná, Senadora Gleisi, 30 mil toneladas; em Cana Brava, outro de Goiás, quase 5 mil; em Coremas, na Paraíba, 1,7 mil; em Santa Catarina, na Hidrelétrica de Itá, 1,2 mil, e na de Machadinho, que faz fronteira com o Rio Grande do Sul, mais 700; em Itaparica, Pernambuco e Bahia, 27 mil; em Lajeado, no Tocantins, quase 10 mil; em Xingó, 2 mil; em Manso, em Mato Grosso, 5 mil; em Moxotó, Pernambuco, Alagoas e Bahia, 3 mil; em Samuel, em Rondônia, 8 mil; em Sobradinho, 46 mil.

Nesses reservatórios cujos estudos estão em fase de conclusão, vamos ter mais 182 mil toneladas. Portanto, a perspectiva de produção nesses parques aquícolas é muito grande. Nós estamos muito esperançosos de que, em dois ou três anos, tenhamos capacidade de multiplicar por três ou quatro vezes a produção de pescado em águas da União.

Nós temos ainda os parques aquícolas marinhos, que são o sucesso de Santa Catarina, da produção de ostra e marisco, e que infelizmente não estão ainda legalizados. Nós estamos agora legalizando-os. Vamos entregar as áreas no final de junho.

Nós temos oito Estados em processo de demarcação e de estudos: Pará, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina. E, na próxima lâmina, vocês poderão ver os números em termos de produção.

Em Santa Catarina, entregaremos, no final do mês de junho, 1.500, quase 1.600 áreas para beneficiamento de famílias que já produzem e de outras que poderão entrar. São 32 mil toneladas previstas de ostras, mariscos e outros tipos de mexilhões. E para cada parque marítimo dos outros Estados. Teremos, no total, 44 mil toneladas previstas.

Quais são nossos entraves para o desenvolvimento dessa aquicultura em águas da União? Quais são nossos problemas? Precisamos de recursos para realizar estudos de demarcação dos parques aquícolas. Instalado o parque aquícola, tem que ter plano de monitoramento e gestão da utilização da água e tem que ter sinalização náutica, porque esses parques aquícolas têm circulação de embarcações, então, precisam ter sinalização. Tudo isso não é muito barato, portanto, com aquele meu orçamento de aquário, teremos uma certa dificuldade. Mas estamos trabalhando com o Ministério de Minas e Energia, com a hidrelétricas, para ver se eles pagam, se fazem compensação pagando. Se eles nos entregarem os estudos da água, já economizamos muito.

Outra questão é a celeridade junto a outros órgãos. Para poder colocar tanques-rede em um reservatório de hidrelétrica, a Agência Nacional de Águas precisa nos dar a outorga, porque é uso compartilhado de água, a Marinha precisa autorizar, dizendo que naquela área não teremos problema de embarcação colidindo; mesmo a licença sendo estadual, o Ibama gosta de dar palpite, gosta de dizer que o Estado está autorizado a dar licença, precisamos negociar com os governadores para darem licença; e o Serviço de Patrimônio da União, pois como a água é propriedade do Governo Federal, temos que ter autorização para fazer a licitação e autorizar o uso da água. Então, temos ali alguns problemas. Estamos tentando convencer o Ibama a não precisar dar aquele papelzinho de que "Ok, o Estado pode", e que também o Serviço de Patrimônio da União não precise, porque não faz isso nas hidrelétricas. Então, nós estamos em uma negociação para

ver se reduzimos à metade os órgãos que precisam ser consultados. Nosso trabalho que tem dado bom resultado é esse das licenças ambientais por parte dos órgãos estaduais de meio ambiente.

Vamos em frente.

Com relação ao BNDES eu gostaria de falar um pouco mais porque, como disse, é nosso grande parceiro. O BNDES entrou fazendo a avaliação dos parques aquícolas que já estamos trabalhando para instalar na usina hidrelétrica de Santo Antônio e Jirau. Foi lá que eles fizeram as contas de que um mais um dá bem mais do que dois. Os estudos do BNDES, Senador Casildo Maldaner, chegaram à brilhante conta: se você montar toda a cadeia produtiva – ou seja, alevino, ração, engorda, frigorífico, processamento, industrialização e comercialização –, para cada R$100,00 aplicados, dá R$25,00, limpos, por ano, de lucro. Sério, sério, sério.

E cito o exemplo de um produtor médio do norte do Paraná. Em sua propriedade, ele tem gado, cultivo de produtos agrícolas e tanques cavados. Os tanques cavados ocupam apenas 4% da área da propriedade, mas, no faturamento dele, a produção dos 4% de área de piscicultura é 51% do faturamento dele. A rentabilidade... Mas não adianta colocar o tanque-rede para engordar se não tiver a garantia de que a ração vai chegar lá, que o alevino vai chegar lá e que, depois de tirado o peixe, vai ter a indústria, vai ter quem vai comprar.

Tem que ser igual ao que fizemos no frango, no suíno, ou seja, tem que ter a cadeia produtiva toda. Agora, tendo a cadeia produtiva é o setor que tem...

Quando a Federação das Indústrias de São Paulo cria uma câmara específica para tratar de pesca e aquicultura... Os empresários da FIESP não são fracos, eles sabem o que estão fazendo. Então, o BNDES está com receptividade em acolher, inclusive já está bem adiantado o financiamento do projeto do Estado do Acre. O Governador Tião Viana montou um projeto bem estruturado, onde vai ter cooperativa de pequenos produtores, o empresário que vai botar a fábrica de ração, o empresário que vai botar o frigorífico, vai ter a comercialização e o governo do Estado vai entrar... Isso vai dar uns 220 milhões, não é, Senador Anibal Diniz, aproximadamente? E o Acre, em três anos, deve quadruplicar ou quintuplicar a produção.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Vai aumentar de cinco mil toneladas/ano para vinte mil toneladas/ano em quatro anos.

A SRª IDELI SALVATTI – É um projeto de 220 milhões, aproximadamente...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Duzentos e vinte milhões com possibilidade de reposição em muito pouco tempo.

A SRª IDELI SALVATTI – Então, a receptividade do BNDES para os projetos está muito grande.

A outra coisa que quero falar é o seguinte: a Amazônia é uma região, Senador João Pedro, Senador Aníbal Diniz, enfim, todos os Senadores que aqui compõe a Região Amazônica – e os que querem compor, Mato Grosso do Sul, Senador Mozarildo Cavalcanti, que também faz parte –, que detém 8,5% da água doce do Planeta, tem um clima absolutamente favorável e espécies fantásticas: pirarucu, tambaqui, matrinxã, tucunaré, surubim, e por aí vai... E a Região Norte está em terceiro lugar.

Se colocarmos 1% da área de água que temos na Amazônia hoje, não com os reservatórios, vamos conseguir produzir 7.5 milhões de toneladas de pescado na Região Amazônia. Isso se colocarmos apenas 1% da área de água. E fazemos isso sem derrubar nenhuma árvore, porque para criar um boi se desmata um hectare – um hectare, uma cabeça de boi, na Amazônia –, e para matar o boi leva três anos. Além disso, o boi, depois de três anos de desmatamento, não dá uma tonelada de carne. Mas se colocarmos um hectare de lâmina d'água, tanque-rede de lâmina d'água – dependendo da espécie tem um rendimento maior –, conseguimos, ao invés de uma tonelada por hectare de terra desmatada, 300 ou 400 toneladas de peixe por ano, Senador Casildo Maldaner. São 400 toneladas por ano, dependendo da espécie. E tem mercado para isso.

Mas por que isso não aconteceu até agora? Esta é a pergunta. Se isso é tão bom, por que não aconteceu? Porque para acontecer é preciso pesquisar, saber como reproduz e como se alimenta em cativeiro, porque cada peixe tem um jeito de se reproduzir, tem um jeito de se alimentar, tem um tempo de crescimento. Portanto, para cada peixinho desses é preciso pesquisa, é preciso saber como eles se reproduzem em cativeiro, como é que se alimentam em cativeiro, como é que são manejados em cativeiro. A partir do momento que se tem a pesquisa, consegue-se ir montando a estrutura de produção.

Além disso, para produzir, é preciso garantir que tenha o filhote, o alevino. Então, tem que ter uma estrutura que produza, para dar os 7,5 milhões de toneladas. É preciso ter ração para alimentar esses 7,5 milhões de toneladas.

Nós temos uma situação na Amazônia. Nem todos os Estados podem produzir ração, porque nem todos os Estados têm grão. Mas Roraima pode ser um grande produtor de ração. Rondônia pode ser um grande produtor de ração. Mato Grosso e talvez o Mato Grosso do Sul podem entrar na produção da ração. Uma parte do Pará pode ser produtora de ração.

Mas como é que a gente estrutura isso? Estamos fazendo um trabalho com o BNDES, com o Fundo Amazônia, que tem o dinheiro que podemos pegar, tem o Fundo de Investimento do Centro-Oeste, tem a Sudam, ou seja, não falta dinheiro, se conseguirmos estruturar – espero que não falte, pelo menos, estou com essa expectativa – um projeto harmônico. Não que cada Estado abra mão de seus projetos, pois cada Estado vai continuar tocando seus projetos que são acompanhados pelo Ministério. Mas precisamos estruturar um projeto de integração da região amazônica, para que ela possa ser esse grande produtor de pescado, com sustentabilidade, inclusive reduzindo o desmatamento. Essas áreas desmatadas para pecuária...Nós podemos fazer um cruzamento, tudo bem. Nós damos o financiamento para você criar o peixe, e a forma de ter acesso a esse financiamento é que, conforme vai montando a sua produção de peixe, você vai reflorestando o que desmatou. Então, estamos trabalhando com muito afinco esta questão da Amazônia, aquicultura e pesca. É uma questão estratégica para o Brasil e para o nosso plano de aumentar a produção.

Tem uma outra questão estratégica na Amazônia. Se você pegar a Amazônia, ela sempre foi o final do Brasil, mas ela tem tudo para ser, nesta questão da pesca e da aquicultura, a locomotiva. Tem possibilidade de sair o pescado pela foz do rio Amazonas, Belém – está aí o Senador Flexa Ribeiro. Tem condição de sair por Roraima, para o golfo do México, Venezuela/Colômbia. Agora com a estrada e a ponte, tem condição de sair pelo Peru, para a costa leste dos Estados Unidos, a rodovia do Pacífico. E tem toda a ligação com o mercado interno brasileiro, Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Portanto, é a região que, estrategicamente, na lógica da exportação do pescado, se conseguirmos montar o projeto, a estrutura, tudo que precisa...Porque volto a dizer, tem todo esse potencial, mas, em compensação, tem uma trabalheira pela frente para dar conta de articular e estruturar tudo isso. Mas estamos empenhadíssimos, inclusive porque o Brasil vai sediar, no ano que vem, a Rio + 20. A Amazônia, de novo, vai estar na ordem do dia. Estão votando o Código Florestal, há preocupação com o desmatamento que voltou a crescer, coisas que... Esse plano de desenvolvimento da pesca e da aquicultura na região amazônica na Região Amazônica pode ser, e nós estamos trabalhando para isso. Inclusive, nós fizemos, esta semana, a reunião com os secretários estaduais dos nove Estados da Amazônia Legal, que vieram aqui dar a contribuição das parcerias para a gente montar esse projeto. Estavam presentes o BNDES e o Fundo Amazônia, a representante do Fundo Amazônia, para a gente poder fazer as tratativas.

E eu quero marcar uma reunião com a bancada da Amazônia. Não sei se a gente faz Câmara e Senado juntos ou se os fazemos separados. O que quero depois é detalhar todo o potencial porque quero parceria. Quero os parlamentares nos ajudando a construir esse projeto, os governadores, os setores produtivos e tudo o que a gente puder trazer para montar esse projeto aí.

Então, vamos lá para a frente.

Depois, aqui há algumas outras políticas do Ministério, que eu vou passar muito rapidamente. Nós temos trabalhado muito na infraestrutura: fábricas de gelo, caminhões frigoríficos, caminhões feira do peixe, terminais pesqueiros, lanchas para fiscalização. Não estão aí porque nós tínhamos uma proibição do Tribunal de Contas da União, até a semana passada, de continuar a política das máquinas retroescavadeiras para as prefeituras fazerem os tanques cavados. O Tribunal de Contas agora liberou e nós já entregamos 111 retroescavadeiras. Temos muitas, inclusive, emendas de bancada, emendas de parlamentares que agora a gente vai poder retomar. Com o que sobrou depois do corte, vamos retomar a política das máquinas, para poder...

Vamos para a frente?

Nós temos também uma política, já consolidada no Ministério, de campanhas de incentivo ao pescado. Então, na Semana Santa, a gente faz a das boas práticas, de manejo, de limpeza, de escolher bem o peixe, de armazenar. Na Semana do Pescador, também, a gente tem uma campanha que a gente realiza todo ano. E a Semana do Peixe, que é em setembro, que a gente faz em parceria com a associação brasileira dos supermercados e da gastronomia, a Abrasel (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes).

A questão da alimentação escolar, sobre a qual aqui eu já havia falado. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com a Conab, com a qual a gente tem trabalhado junto.

E nós estamos nos finalmentes...

Tudo bem, Delcídio querido? Tudo bem?

Nós estamos nos finalmentes, para que, da mesma forma que com o boi, o frango, o suíno, a gente tenha uma bolsa de preços, para todo mundo saber, no Brasil inteiro, qual é o preço praticado, naquele dia, do pescado. E nós estamos fazendo esse trabalho com a Ceagesp, que tem uma condição mais adequada de fazê-lo.

Vamos para a frente.

Aí são dados de que eu já falei, sobre produção mundial, consumo humano. Nós temos condição de ampliar o nosso consumo *per capita*.

Vamos para a frente.

E, aí, por último, o que sobrou do nosso orçamento para fazer isso tudo.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Senadora Ideli, por favor: é possível informar qual é a participação do Brasil nessa produção de pescado mundial?

A SRª IDELI SALVATTI – Foi a primeira lâmina que apresentamos. Nós estamos, pelos dados da FAO, em 21º lugar, com 1,2 milhão de toneladas aproximadamente. A China, que é a campeã, só é 60 vezes mais.

Está ali a China: a China é 60 milhões e nós temos lá o 21º lugar, com 1,2 milhão.

Agora, Senador Anibal, há um dado que é importante: nós temos 13% da água doce do Planeta e 8,5 mil quilômetros de costa. A China não tem isso tudo de litoral e tem apenas 7% da água doce do Planeta. Sete por cento! E nós treze por cento! Oito e meio por cento só na Amazônia. Então, o que a gente tem de perguntar todo dia, todo dia, todo dia é por que, com tanta água, tanto peixe, tantas espécies, a gente não é campeão?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Mas esse percentual inclui a água subterrânea?

A SRª IDELI SALVATTI – Não, eu ainda não consegui criar peixinho lá, no fundo da terra, mas nas águas que estão na flor da terra...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Mas a senhora falou sobre água doce. Então, há muita água doce debaixo do chão, água subterrânea.

A SRª IDELI SALVATTI – Não, não, mas isso de que estou falando é lâmina d'água, água de superfície, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Superfície.

A SRª IDELI SALVATTI – Por último, para vocês saberem, o nosso orçamento aprovado foi de R$306 milhões, sem emendas. Vejam como os Parlamentares nos ajudaram muito: colocaram quase R$200 milhões em emendas. No total, deu quase R$500 milhões o nosso orçamento. Mas, ali, fui bem gentil dizendo que o orçamento sugerido, apesar de vocês saberem que não se trata de sugestão, ficou em R$214milhões, sem as emendas. Está bom? Sem as emendas.

Tivemos nesta semana – e foi inclusive anunciado na marcha – restos a pagar de emendas. Vou ter R$12milhões para contemplar. Acho que vai dar para limpar o que tínhamos de restos a pagar de emendas de 2008/2009 e avançar um pouquinho em 2010. Então, é esse o aquário orçamentário que tenho para fazer tudo aquilo. Portanto, só com muita parceria, muita criatividade, muita vontade trabalhar, e é isso que não nos falta. Falei bastante, não é?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka Bloco/PMDB – MS) – Faço uma sugestão, se vocês me permitirem, se o Presidente permitir. Eu queria, Ministra, que todos os Senadores presentes pudessem – alguns vão se inscrever e já há alguns inscritos – fazer, todos, as suas perguntas.

A SRª IDELI SALVATTI – Sim, e aí faço um arremate. Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka Bloco/PMDB – MS) – E aí você responderia. Acho que é mais prático. E aí quero combinar uma coisa. Às vezes, estamos no final e chegam mais três companheiros É claro que todos podem falar a hora que quiserem, mas seria importante que tivéssemos um determinado momento para terminarmos a inscrição, porque, senão, adentramos no horário.

A SRª IDELI SALVATTI – Como nas assembleias estudantis.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em um determinado momento, encerraríamos as inscrições para que a Ministra pudesse responder a todas as indagações.

Temos aqui inscritos os dois Senadores autores, o Presidente Acir, João Pedro, Ivo Cassol, Eduardo Suplicy, Casildo Maldaner, Benedito de Lira, Antonio Carlos Valadares, Aníbal Diniz e Delcídio do Amaral.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Vou ter que me retirar porque sou chamada na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que está coincidindo. Mas eu não poderia sair sem antes fazer uma saudação à Ministra, e à brilhante exposição que fez, aliás, com muita desenvoltura, sobre pesca. Eu não sabia que a ex-Senadora Ideli entendia tanto da área de pescados e o que representa na economia. O Senador Casildo até me cochichou: "olha, ela é professora de matemática, ela está brilhante na questão da pesca".

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Só faltou trazer o anzol.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Matemática ajuda muito no raciocínio. Eu queria parabenizá-lo e dizer que foi muito bom ter ouvido essa exposição e saber que o Brasil está investindo. Da nossa parte, pode contar com todo o apoio neste Senado para que possamos garantir que as políticas do Ministério da Pesca e aquicultura se desenvolvam.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Aviso que, a partir de agora, vou seguir a inscrição porque, senão, não vamos dar andamento. Sem mais delongas, passo a palavra ao Presidente, autor do requerimento. Em seguida, ao Senador João

Pedro, também autor do requerimento que trouxe a esta Casa a nossa Ministra.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Inicialmente, Srª Ministra, quero agradecer seu pronto atendimento em vir aqui para conversar conosco e fazer essa explanação importante para nós, para nossos Estados. Realmente, V. Exª fez uma explanação muito interessante em que mostrou um grande conhecimento de causa. V. Exª já era da área, não?

A SRª IDELI SALVATTI – Sim, porque Santa Catarina é um grande produtor.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Os catarinenses já nascem pescando, não é?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Ministra, várias perguntas que eu havia formulado V. Exª já respondeu. Com relação ao meu Estado de Rondônia, V. Exª esteve lá este anos, por dois dias, se não me engano, reunida com o setor, viu o grande potencial que tem Rondônia para produzir. Agora, o que falta? Falta, primeiro, conhecimento por parte da população sobre como produzir... Talvez não a garantia, mas o estímulo do Governo para que isso aconteça. Mas eu entendo que o conhecimento é o principal problema. Essa cadeia toda não acontece em Rondônia, pela falta de estímulo por parte do Governo, e não adianta acharmos que é diferente. O mercado regula, sem dúvida, mas o Governo precisa estimular para que o produtor possa produzir, o empresário possa montar as suas indústrias e tudo mais.

Então, a minha pergunta é basicamente com relação a essa questão de Rondônia. A senhora recebeu lá uma carta dos nossos produtores, dos nossos pescadores, pescadores de várias partes do Estado; temos os ribeirinhos, que estão tendo problemas com a construção das usinas, problemas sérios. Aquela contrapartida que as usinas ficaram de dar com relação à atenção aos ribeirinhos não está acontecendo. É claro que não é uma questão ligada exclusivamente ao Ministério da Pesca, mas que influencia muito, no Ministério da Pesca, a produção do pescado no Estado de Rondônia. Então, nós precisamos reestimular, dar uma atenção especial aos ribeirinhos que têm essa dificuldade hoje no nosso Estado.

Mas, principalmente, quero fazer uma colocação, Srª Ministra: parece dar a impressão, por parte de alguns segmentos do Governo, que há uma ficção de que é preciso aumentar a floresta na Amazônia, que é preciso aumentar a quantidade de árvores; e não é verdade. A quantidade de reservas, de florestas que temos na Amazônia é muito grande; é suficiente para nós mantermos lá a floresta, mantermos lá a produtividade do pescado, a produtividade agrícola e a pecuária, suínos. Enfim, eu entendo que a Amazônia será a solução do mundo na produção de alimentos.

Então, acho que precisamos estar conscientes disso, precisamos aproveitar o que a Amazônia tem de bom. Não queremos desmatar mais a Amazônia. Sobre isso há um consenso hoje na nossa região. Os nossos produtores se conscientizaram de que nós precisamos preservar, mas nós temos que ter o apoio do Governo também, porque precisamos cultivar nas nossas áreas já desmatadas.

O Ibama, como V. Exª bem colocou, é um problema para a liberação de novos projetos na aquicultura, na pesca e tudo mais. Lá, no Estado de Rondônia, não é só na pesca, mas também na produção de grãos, de hortaliças, do pequeno produtor, do médio produtor, de todos os produtores. Mas, também, não é um problema seu. É só para comentar, só para pontuar, Ministra, que nós precisamos utilizar esse potencial que a Amazônia tem para crescer e para se desenvolver, principalmente na produção de pescado. E precisamos de um estímulo do Governo, um estímulo do BNDES que, inclusive, já tem um aval positivo para financiar novos projetos.

Eu só queria saber como é que vai ser essa atuação do BNDES para o pequeno produtor que não tem acesso ao BNDES. A senhora já explicou, mas se pudesse ser um pouco mais específica com relação a essa participação, a essa atuação do BNDES para com o produtor... Como é que o Ministério vai atuar junto? Porque precisamos do Ministério, que será a grande mãe do nosso produtor Ela vai estimular, vai incentivar, vai arrumar verba, vai comercializar. Acho que essa será a principal função.

Mais uma vez, agradeço a V. Exª por estar aqui conosco nessa brilhante palestra.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – De imediato, passo a palavra ao Senador João Pedro, também um dos autores do requerimento.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Bom dia, Ministra, Srs. Senadores e Srªs Senadoras.

Inicio a minha fala dando um testemunho que cheguei aqui no Senado em 2007 e tive essa grata satisfação de conviver com a Senadora Ideli Salvatti. É uma mulher que tem um dinamismo, uma firmeza, um compromisso e uma visão de Estado. Eu quero dar esse testemunho. E acredito que a Ministra tem a responsabilidade de construir e dirigir uma política importante para o nosso País, para o Brasil. Parabéns pela exposição que fez tratando do Rio Grande Sul a Roraima, de Roraima ao Rio Grande do Sul.

É uma preocupação e um desafio construir uma política para piscicultura, pesca, aquicultura em um país com o nosso tamanho. E faço aqui um registro histórico:

só agora estamos tratando com essa preocupação. E a audiência pública aqui no Senado vai nesse sentido de nós aprofundarmos o entendimento político, as preocupações, as estratégias para uma questão tão relevante para o Brasil, que envolve milhares de pessoas: a indústria, a questão internacional, a questão ambiental, econômica.

É relevante tratar a pesca. Senador Waldemir Moka, já no Império, nós tínhamos aqui no Brasil o Ministério da Agricultura. E só agora nós temos o Ministério da Pesca. Isso foi ficando para trás e como é urgente nós recuperarmos esse debate, a compreensão de construirmos uma política de Estado aqui no Brasil.

Então, esta audiência pública é nesse sentido. Fui autor do requerimento não só para discutir esta questão, mas contribuir com a Ministra, contribuir com políticas públicas, chamar a atenção para a Amazônia, àquela bacia dadivosa que temos e com a produção ainda muito pequena.

Chama-me a atenção quando V. Exª apresenta a produção pelos Estados brasileiros – quero aplaudir o Pará, que é o segundo produtor; o Amazonas é o quarto –, praticamente desaparece o Acre, Rondônia, já lá no final e compõem a Amazônia, com rios tão bonitos, grandes lagos. Então, nós precisamos, principalmente ali na Amazônia – V. Exª tem que cuidar evidentemente desses 8 mil km da costa brasileira – cuidar dos nossos rios.

Eu pergunto de uma relação mais estreita – pelo menos na minha visão, chamar a atenção para o Ministério da Energia – nessa construção. Nós precisamos de energia, e principalmente na nossa região. Compor com V. Exª numa estratégia de encorpar as políticas públicas com energia: O Ministério da Ciência e Tecnologia e o próprio Ministério da Agricultura. Acho que a Embrapa pode oferecer mais tecnologia, estudos, pois são muitas espécies de peixe. Tem um peixe na Amazônia – não sei se tem em outras regiões – chamado matrinxã, que dá um quilo em dez meses. Em dez meses, dá de 800g a 1kg. É muito proteína, uma carne de sabor agradável, boa para a saúde. Então, o que estou falando dessa espécie? Da importância da tecnologia, de institutos aprofundarem a pesquisa. Nós precisamos aprofundar a pesquisa sobre o nosso pescado.

Não aparece também na bacia do Amazonas nenhum parque aquícola, se está previsto algum parque naquela região. Aparece um parque no Pará, bem na confluência do Amazonas com o Atlântico, mas, adentrando a Amazônia, não há nenhum parque, se está previsto algum parque.

E V. Exª, que tem andado pelo Brasil, passou pelo Amazonas, três ou quatro dias andando pela Amazônia, eu, sinceramente, digo: a Ministra não vai aguentar, porque ela fez viagens longas na Amazônia, visitou o rio Negro, que é um rio belíssimo, propício para a pesca turística.

V. Exª sinalizou sobre a importância de se criarem polos pesqueiros; então, pergunto como está o andamento dos polos pesqueiros no nosso Estado.

Quero parabenizá-la pela exposição, pela seriedade, mas muito pelo dinamismo e compromisso com o Brasil.

Parabéns pela projeto, pela política que V. Exª está construindo. E quero me colocar à disposição para fortalecer a pesca no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Antes de passar a presidência novamente ao Senador Acir, gostaria de dizer à Ministra Ideli algo que eu já disse: acho que a Presidente Dilma, em várias pastas, o Ministério é de muito bom nível; mas algumas eu já me referi: o Ministro da Saúde, mas, no caso de V. Exª, é o que sempre digo: é difícil reunir a questão política, a questão de gestão e a questão de experiência. Eu acho que o Ministério da Pesca precisava exatamente de uma figura forte, que tenha exatamente esse tipo de postura e que vai, sem dúvida nenhuma, à mercê da sua capacidade, da sua determinação, mas principalmente do seu prestígio político, vai emprestar o seu prestígio político numa pasta que precisa avançar. E eu não tenho a menor dúvida de que vai avançar muito.

Estivemos juntos na Comissão do Orçamento, e é um outro assunto que V. Exª conhece muito. Portanto, vai poder, sem dúvida alguma, por meio dos Senadores e dos Deputados, melhorar essa questão orçamentária, aumentar essa questão orçamentária, porque precisa disso.

Então, em nome do Governador André Puccinelli e do Senador Delcídio, a senhora já está convidada a ir ao Mato Grosso do Sul, porque também tem... Nós temos lá a região do Mundo Novo, Itaporã, agora Aparecida do Taboado, Dourados. Nós temos muito para avançar, além do Pantanal, evidentemente, e o nosso rio Paraguai.

Então, eu não quero me aproveitar da condução da presidência.

Passo a presidência ao Senador Acir. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Moka, pela condução dos trabalhos.

Melhorou um pouquinho a voz, Ministra. Acho que dá para continuarmos.

Passo a palavra ao Senador Ivo Cassol, para fazer suas colocações à nossa Ministra.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado.

É com alegria que quero cumprimentar a Ministra Ideli Salvatti, do grande Estado de Santa Catarina, onde, na verdade, vivi a minha infância e adolescência.

Quero aproveitar esta oportunidade, Sr. Presidente, Srª Ministra. A senhora mesma colocou há pouco o que houve poucos dias atrás no Estado de Rondônia. A senhora foi Senadora por oito anos e fiquei triste porque não fui convidado sequer para recebê-la, especialmente por ter sido prefeito por dois mandatos e governador do meu Estado por dois mandatos. Sei que a senhora foi indicação da nossa Presidente Dilma, que ajudei também; sei que a senhora é do Partido dos Trabalhadores, mas a senhora é a nossa Ministra da Pesca do Brasil e nós somos da base do Governo. Portanto, tudo isso que a senhora colocou aí para ser colocado na prática posteriormente passará por esta Casa, passará por estes parceiros – e eu quero ser tratado como parceiro. Lá no Estado de Rondônia, nós temos um problema partidário. Mas isso é lá. Aqui nós trabalhamos para o bem do Brasil, para o bem do nosso Estado.

Então eu gostaria dessa gentileza sua. Desejo a senhora, nessa nova jornada, sucesso. Mas se a senhora perguntar para mim como foi o nosso trabalho, o nosso relacionamento com o Ministério da Pesca no passado, eu digo que foi bom, mas, infelizmente, a parceria que tinha que acontecer foi só na garganta, foi só na conversa. Eu espero que a senhora consiga colocar na prática tudo aquilo que demonstrou lá. A senhora apresentou os números de pescadores que têm carteirinha fria. Infelizmente, no Estado de Rondônia, é um festival. Infelizmente, é a tal da carteirinha do defeso, e temos que exterminar isso em todo lugar onde estiver e dar para aqueles que realmente vivem da pesca.

A senhora colocou – e eu até ia pedir ao Presidente, pois tenho de viajar, o voo é meio-dia – a questão de ouvir todo mundo, mas se o Presidente concordar e a Mesa também, assim como o Senador Pedro Taques e o Senador Acir, se V. Exª pudesse responder, e eu já sairia, pois preciso continuar meus compromissos.

Além das carteirinhas, a senhora falou que tem Estado que está legislando, proibindo pescas. Eu quero dizer que eu fiz isso também em Rondônia. O pescador só tira, tira; ninguém coloca. Infelizmente quando se tira e não se coloca, acaba. É por isso que o mundo inteiro está cuidando da preservação do meio ambiente. A exemplo disso, Srª Ministra, temos o rio Guaporé e seus afluentes, um dos maiores berçários do mundo. Quando fui governador, nós fizemos um projeto de lei proibindo a pesca predatória. Voltou a migrar, ter produção de peixe de novo da boca do São Miguel até a divisa com Mato Grosso e seus afluentes, o rio Branco, o rio Corumbiara e tantos outros rios. Depois a Assembleia derrubou e, agora, semana retrasada, numa sessão na cidade de Cacoal, a Assembleia Legislativa aprovou novamente a proibição da pesca profissional, a não ser até 70 kg. Eu gostaria que V. Exª fizesse uma revisão, o Ministério do Meio Ambiente fizesse a revisão, que desse essa autonomia para os Estados, porque ninguém quer proibir 100% a pesca. Agora, é preciso que, em alguns momentos, haja proibição, para que possamos aumentar de novo a produção de peixes, a exemplo do que aconteceu.

Se a senhora fizer um levantamento no rio Guaporé e seus afluentes, vai ver que a quantidade do pescado é muito grande. Hoje temos comunidades, como no porto Rolim de Moura e no porto turístico Costa Marques, que além de um porto turístico é um pequeno polo pesqueiro profissional, como tem o porto Rolim de Moura, que atrai vários turistas do Brasil e até do exterior, que vão visitar aquela localidade. E os pescadores profissionais que eram de lá, o que o Estado fez? Financiamos barco com dinheiro do Estado, do Fider, do microcrédito que criamos para que eles pudessem comprar os barcos e tornarem-se guia turístico. E passaram a ganhar muito mais do que os pescadores profissionais. Isso é melhorar a qualidade de vida. E tanto que o próprio pessoal do porto Rolim de Moura, de Pimenteiras estiverem em um evento em Cacoal e conclamaram para a Assembleia continuar a proibição da boca do São Miguel.

A senhora tem conhecimento dos rios e sabe que, quando a água desce, abaixa, o peixe desce e que, quando começa a chuva, o peixe sobe para desovar. Então, a proibição é da boca do São Miguel para cima. Não só no caso dos rios de Rondônia, mas, em outros rios, isso também tem de ser proibido nas nascentes, nos afluentes, deixando outro espaço para o pescador profissional viver da pesca. O rio Guaporé é um rio que é divisa do País com a Bolívia. E o que acontece com a pesca predatória? Estou falando de Rondônia. Passa-se a rede, leva-se tudo. Quando o peixe é menor, a rede o pega. Não há como separar um peixe menor de 70 cm. Tudo entra na rede. Machuca-se o peixe e, depois, joga-se o peixe na água; no outro dia, pode-se descer o rio, que se vai ver uma quantidade de peixe morto.

Então, Presidente Acir, nós, do Estado de Rondônia, precisamos atrair o turismo, que gera emprego e renda e que dá condições aos pescadores profissionais de produzir.

Seria preciso ficar não só a questão de gabinete com ar-condicionado. Aqui, a gente, quando olha para um lado, vê que Brasília está toda florida; quando olha para o outro lado, vê um lago bonito; quando

olha ainda para outro lado, vê o Banco Central, onde há dinheiro à vontade. Mas, quando olhamos para o povo da Amazônia, vemos que está todo mundo duro, todo mundo em dificuldade.

Então, precisamos dividir a responsabilidade com os Estados. Como alguém de Brasília vai querer discutir o que acontece em Santa Catarina? A senhora, que nasceu lá, que lá se criou, de onde é representante política, conhece tudo lá. Então, é preciso haver participação. Precisamos dividir a responsabilidade, para produzir muito mais. Jamais somos contra isso, mas alguns lugares temos de proibir. Esse é um dos dados fundamentais.

Falei para a senhora da questão do Ministério no passado. Compramos equipamentos, compramos quatro PCs grandes, compramos duas carregadeiras, quatro Melosas, caminhonetes traçadas, caminhão prancha. No Estado, há um programa de investimento na piscicultura. Comecei o programa quando eu era prefeito de Rolim de Moura, em 1998, com recursos da Suframa. Naquela época, peguei R$400 mil, comprei máquina e fiz ainda cem tanques de dois mil metros quadrados para cada um. Comecei esse programa, dando incentivos, porque, naquela época, era tímido o Estado de Rondônia nessa área. E o Ministério assumiu o compromisso com o Estado de dar PCs, para ajudar também, mas, infelizmente, isso não aconteceu, talvez por alguma dificuldade, talvez por que isso ainda estava no começo. Espero que, agora, o Governador que está na ativa lá possa dar continuidade a esse programa, porque ele é fundamental para se gerar emprego, para se gerar renda.

A senhora falou sobre a questão de recursos. Eu queria aproveitar e colocar na sua programação, na agenda amazônica, a Suframa. O Estado arrecada, Senadora Ministra, qualquer quantidade de dinheiro na Suframa na geoamazônia. E sabem o que fazem com esse dinheiro? Pegam como superávit financeiro, para cobrir o Ministério da Fazenda! Isso é um absurdo! Esses recursos têm de ser investidos na geoamazônia, a exemplo dos projetos da senhora, que geram emprego e renda.

Um pequeno produtor rural, que tem suas vaquinhas de leite, seu cafezinho e seus tanques de produção de peixe, muitas vezes, enfrenta dificuldade. E as prefeituras podem comprar equipamento. Então, quanto ao seu programa, podemos trabalhar aqui, junto com o Senador Raupp e com o Senador João Pedro, que é do Amazonas, para que esses recursos sejam destinados à infraestrutura nos Estados que fazem parte da nossa região. Com certeza, vamos sair do final daquele pequeno tópico que está lá como um dos maiores produtores de peixe do Brasil.

Além disso, a senhora frisou que temos a maior quantidade de água na Amazônia. Tudo isso é verdade, mas é preciso que a própria estrutura do Governo Federal se entenda; esse é o primeiro passo que deve ser dado. Acompanhei a explanação da senhora. O que acontece, muitas vezes? A senhora puxa para frente, e dois puxam para trás, e outros dois puxam para o lado, e aí não se consegue pôr em prática os verdadeiros programas de sobrevivência da humanidade, que envolvem a produção de alimentos.

Ao mesmo tempo, os Ministérios têm de se entender. O programa de piscicultura, de tanque e rede, normal nos rios, é fundamental. Podemos ser os maiores produtores de peixe do mundo, mas precisamos eliminar a burocracia. A senhora falou que há dinheiro para a Amazônia. É verdade, há dinheiro, mas não se consegue retirá-lo por causa da licença ambiental, por causa da propriedade. Estamos aqui emperrados com o Código Florestal. Não consigo entender como pessoas do Governo estão contra o Código Florestal! Por que eles não fazem o marco zero? A senhora já imaginou se, em Santa Catarina, nós proibirmos os produtores de maçã de plantar naqueles morros, e, no Rio Grande do Sul, os produtores de uva. E, em Rondônia, também não é diferente, pois são pequenas propriedades. Nós precisamos disso.

Então, uma das coisas fundamentais que nós precisamos. Ministra, é o entendimento dos próprios Ministérios com os programas de cada um.

Fiquei feliz quando V. Exª estava conversando com a Ministra ontem, ou seja, ela atendeu a senhora... Até que enfim! Mas, infelizmente, há muitos técnicos de gabinete, em salas com ar condicionado, de onde tudo parece muito bonito, que não sabem como é lá na ponta. Eu queria que eles saíssem dessas salas e fossem ao interior para saber o que os produtores têm sofrido. E o seu programa, a sua pasta é uma das pastas mais importantes que existem, especialmente quando pode colocar o peixe na mesa do homem mais simples como também das crianças nas escolas e em todos os lugares.

A exemplo disso, nós temos lá, no Estado de Rondônia, a produção de alevinos, que distribuímos para os agricultores; nós temos fábrica de ração que, para se instalar, nós demos os incentivos fiscais. Foi tudo na minha época que nós levamos para lá. A exemplo disso, quando vi a senhora pegando dados das usinas, lembro que minha família é proprietária lá de PCH – Pequena Central Hidrelétrica. Os canais e a sobra da água estão sendo usados para tanques. A minha filha caçula cuida desse programa que eu tenho lá.

Eu sou produtor de pirarucu, vendo – e falava há pouco aqui com o Senador Moka, do Mato Gros-

so – para a Mar & Terra. Nós precisamos de unidades frigoríficas lá no Estado de Rondônia. Começamos a instalar uma em Rolim de Moura, mas, infelizmente, por incompetência de um prefeito lá, que não tira o pé do chão, desde a época que era prefeito, e não se conseguiu terminar. Do contrário, haveria mais um frigorífico lá.

A maior parte da produção de tambaqui que vai para Manaus, lá para o João Pedro, vai do Estado de Rondônia. É um peixe nobre; é verdade. E nós estamos produzindo nos canais das usinas o tambaqui, a tilápia – com a sobra da tilápia eu faço filé – e a gente trata o pirarucu.

Então, esse programa integrado é de fundamental importância. Mas o que nós precisamos é tirar esses entraves que existem pela frente. É fundamental quando a senhora falou da pequena licença para áreas de até 5ha. Eu não consegui apoio do Ibama e do Ministério do Meio Ambiente, no passado, como Governador, porque eu queria fazer isso. E disseram que eu não podia fazer. E fico feliz porque o Acre conseguiu fazer e teve sucesso. Então, espero que o Governo faça imediatamente e o Ministério dê suporte a isso.

Com isso, Sr. Presidente, o que vai acontecer? Tirando essa burocracia, quando nós estávamos fazendo os tanques dos produtores nas propriedades deles, eles só pagavam o custo do diesel nesse programa. E a maior dificuldade que a gente tinha era para conseguir a licença ambiental, porque eles não tinham 50% de preservação como é exigido por lei.

Então, queria me colocar à disposição da senhora, dizer que pode contar com este Senador, que estou aqui para somar. Esses foram programas que incentivei e ajudei muito. Esse crescimento que houve lá em Rondônia, por pequeno que seja, foi nesse período nosso. E o potencial que Rondônia tem é grande, porque, das 119 mil propriedades no Estado de Rondônia, 107 mil são de pequenos proprietários, e todos eles têm interesse de ter o tanque-rede. É aquele trabalho que a gente coloca: é diversificar a produção, a vida do agricultor. É ele ter a pupunha, ter o café, ter a vaca de leite e ter lá também o peixe para produzir e poder fornecer para a sociedade.

Então, fico feliz de poder participar. Vou ter que me retirar porque tenho vôo, mas a senhora pode contar com este Senador. Eu gostaria que, da próxima vez que a senhora for ao Estado, que, por favor, me ligue, porque faço questão de acompanhá-la, porque foram programas de que participei de corpo e alma lá no meu Estado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Obrigado, Senador.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente. Senador Acir Gurgacz, quero cumprimentar a Ministra Ideli Salvatti pela exposição tão abrangente sobre o que se passa com a área da pesca em todo o Brasil; cumprimenta-la pelas ações de dinamização.

Certamente V. Exª tem tido o entusiasmo da Presidente Dilma Rousseff em estimulá-la a realizar esse trabalho tão produtivo e inovador nas mais diversas áreas da pesca.

Quero também agradecer a atenção de V. Exª, em diálogo recente que tivemos, em visita ao seu Ministério.

V. Exª diz que está aguardando, como aqui salientou, da parte do Governador Geraldo Alckmin e do Secretário do Meio Ambiente, para o melhor entendimento sobre o que vai se passar em Ilha Solteira com respeito à área de desenvolvimento da pesca ali. Agradeço que, nessa mesma oportunidade em que V. Exª vai ao Estado de São Paulo, possa também realizar uma visita aos pescadores artesanais da região do litoral norte de São Paulo, uma vez que há um convite formulado por parte desses pescadores da região de Ubatuba para que possam conversar com V. Exª sobre a normatização, seja da área do meio ambiente e também da pesca. Então, quem sabe possamos realizar esse encontro lá, conforme V. Exª salientou, até o final deste semestre.

Meus cumprimentos. Vou pedir licença, Sr. Presidente, porque preciso voltar à Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pois bem, eu quero cumprimentá-lo, Presidente Acir, a Ministra Ideli Salvatti e os demais colegas.

De antemão eu quero dizer que acho esses programas extraordinários. Santa Catarina começou com mariscos, ostras, numa espécie de reforma agrária naquela costa catarinense, que tem um pouco mais de 500km. Nós temos a produção de mexilhões, enfim, a maricultura cresce cada vez mais e os programas que a Ministra tem exposto para crescerem as pequenas propriedades acho que agrega valores. Nas águas salgadas, tem as tilápias e outros peixes.

Como tem programas hoje de biodiesel em que se fomenta a agricultura familiar, que nós temos muito em Santa Catarina, para gerar biodiesel com pinhão manso, com o girassol, para dar trabalho e mão de obra aos pequenos produtores e ajudar o meio ambiente. Acho que essas questões são fundamentais, não só pelo modelo de pequenos agricultores, de agricultura familiar, como existe em Santa Catarina, a terra da Mi-

nistra, a nossa terra, mas também para o Brasil. Isso é extraordinário, em todos os sentidos.

Agora, o que eu gostaria de comentar – claro que o Senador Ivo Cassol e as teses todas, muitas das quais eu endosso, a questão do meio ambiente, as dificuldades, o entrosamento para levar pra frente – o que eu já comentava com a Senadora Gleisi que eu conhecia a Senadora Ideli como professora de matemática lá em Santa Catarina e não sei como ela pegou com rapidez essa maneira....uma facilidade, ajuda a pensar, como diz a Gleisi, pega o jeito disso.

Nós tivemos o Deputado Fritsch, que foi Ministro da Pesca, foi candidato a Governador uma vez, foi Deputado Federal, e, uma época, eu até brincava num encontro no oeste catarinense, ele estava até tarimbado, falando muito da cruza; nós temos o tambaqui, pacu, faz-se a cruza do tambaqui com o pacu para ir melhorando. Nós temos o *catfish,* um peixe americano, em Santa Catarina, no vale do Blumenau, Timbó, Indaiá, naquela região.

Eu até brincava com o Fritsch que, daqui a pouco, vamos criar uma espécie de peixe "catfritsch", da forma como as coisas vão.

Eu vejo a Ministra Ideli Salvatti com um jeito, com conhecimento, com traquejo na área do Brasil inteiro, do potencial. Nós somos o 21º produtor no mundo. Daqui a pouco, vamos passar para o 10º ou 8º lugar – acho que temos potencial para isso.

Eu vejo que a Ministra conhece e já fala de detalhes que eu não conhecia. Para nós, catarinenses, é uma honra. Nós não produzimos ainda o salmão. Daqui a pouco vem a salmonela. Daqui a pouco, Ministra Salvatti, nós vamos criar até "salvatelli", um novo peixe. Mas é possível. Por que não? É possível, claro. Com o entusiasmo que a Ministra tem e nós estamos aqui para ajudar.

Eu quero cumprimentá-la, Ministra Ideli Salvatti, pelo conhecimento, pelo potencial, pela honra de nós, catarinenses, estarmos em primeiro lugar na produção de peixes no Brasil. Embora sejamos um Estado que representa apenas 1,1% do território nacional, eu acho importante a produção no sentido vertical, na tecnologia, acho importante avançarmos isso, buscarmos os conhecimentos.

A Ministra expôs aqui, que eu não conhecia, eles alugaram 16 barcos para pescar o atum, que os barcos japoneses, com sua tecnologia, descem a 400 m para pescar. Nós temos o conhecimento de apenas 100 m. Eu acho que esse avanços, Ministra, são importantes para buscarmos esses conhecimentos e termos independência também na inovação, na tecnologia, no conhecimento, para crescermos. Acho que isso ajuda muito o Brasil. Quem sabe incluir até faixas, numa espécie de PAC nessa área também. Acho que é uma ideia. A Ministra, que foi líder do governo, tem o trânsito, tem o traquejo, tem o jeito disso, conhece isto aqui...

Então, quero lhe cumprimentar pelo traquejo, pelo jeito e pela facilidade com que entende do *métier*.

Eu estava dizendo esses dias... Na semana passada, estava aqui o Ministro da Saúde, o Padilha, e ele foi bombardeado. Mas ele tem um jeito, atacava no peito, nos pés, vinha daqui e de lá, mas ele tem um traquejo também... Eu até disse que ele entende de *rebolation*.

A Ministra Ideli Salvatti, pelo jeito, também entende bem disso. É um jeito... E vai embora. E vai levando. E busca o apoio de todos nós.

Quero cumprimentá-la. Vamos lá!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.

Passamos a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB - SE) - Srª Ministra, minha querida senadora Ideli Salvatti, em primeiro lugar, eu gostaria de enaltecer os conhecimentos técnicos revelados em sua palestra, notabilizando-se pela atividade que vem desenvolvendo à frente da Secretaria da Pesca, órgão estatal criado para dar suporte à aquicultura e à pesca em todo o Brasil. E acredito que, depois dessa concepção, dessa visão de futuro do Presidente Lula, essa atividade sofreu e vem passando por um desenvolvimento considerável. E agora, tendo à frente V. Exª, que é uma verdadeira guerreira, dinâmica, atuante, haverá de, com a sua capacidade, desenvolver mais ainda esse setor.

Vários Estados, em parceria com o Ministério de V. Exª, criaram o chamado Plano de Desenvolvimento Sustentado da Aquicultura e da Pesca. Inclusive o Estado de Sergipe, que, apesar de ser o menor Estado da Federação, tem um grande potencial na produção de peixes, no nordeste do nosso País. A atividade pesqueira no nosso Estado envolve cerca de 18 mil pessoas, reunidas em 19 colônias. Toda essa atividade incluída numa política de desenvolvimento para geração de emprego e renda, com a participação, naturalmente, do Governo Federal.

Então, esses planos estabelecem algumas metas, como, por exemplo, incentivo à produção, à ampliação e melhoria da infraestrutura - construção de terminal pesqueiro, por exemplo -, à qualificação da mão de obra e à viabilização de linhas de crédito.

A minha primeira pergunta seria no sentido de saber como é que está nos Estados a elaboração desses planos, quais os Estados que faltam fazer o plano, o Plano de Desenvolvimento Sustentável de Aquicultura e Pesca? E se esse Plano poderia descer ou ser

localizado nos Municípios? Porque é onde, realmente, há a prática da atividade pesqueira.

Outra preocupação que identificamos é que, com o desenvolvimento do país, o setor turístico e de lazer tem crescido muito. E há uma espécie de disputa ou de divergência entre os profissionais da pesca, uma espécie de confronto, que, por enquanto, não fez estrago em grande amplitude. Mas, no futuro, isso poderá acontecer, se já não estiver acontecendo em alguns lugares. Por exemplo, no médio rio São Francisco, onde a atividade pesqueira do turista, que vai a lazer, não é a mesma da atividade profissional. Quem vai visitar o rio São Francisco e pratica atividade pesqueira, causa alguns danos ali; depois, vai embora e deixa o problema para o que vive da profissão da pesca.

Então, o que está fazendo o Ministério no sentido de coibir os abusos e de evitar a pesca predatória?

A nossa Bacia do rio São Francisco ela está localizada principalmente em Minas Gerais e Bahia, com 83% e 16%, envolvendo os Estados de Sergipe, Alagoas e Pernambuco; e 1% em Goiás. Então são 6 Estados banhados pelo rio São Francisco: são 640.000km².

Então eu gostaria de saber o seguinte: Os esgotos que são jogados na calha do rio São Francisco; o desmatamento inconsequente, causando inclusive uma perda irreparável. Hoje, principalmente em Minas Gerais, restam apenas 4% das matas ciliares originais, o que implica, sem dúvida alguma, em cuidados, em cautelas, na aprovação do novo Código Florestal, não apenas para bloquear novos desmatamentos, em prejuízo do rio São Francisco, como recompor as matas ciliares – aqueles que deram prejuízos têm que fazer a recomposição, dentro de uma margem adequada, da água do rio, da lâmina do rio, até, suponhamos, 15 metros, no mínimo, ou 30 metros de extensão; as hidroelétricas também têm causado perdas grandes para os pescadores, como a falta de comida para os peixes – isso ocorre muito no Estado de Sergipe, no Estado de Alagoas. As hidroelétricas de Xingó e de Paulo Afonso causaram esses problemas.

Quer dizer, trouxeram desenvolvimento para a região, com fornecimento de energia elétrica, mas, em consequência, produziu efeitos maléficos para a pesca; também o uso intensivo de fertilizantes agrícolas tem causado poluição no rio – os esgotos que são jogados. São mais de 500 cidades que não têm esgotamento sanitário no rio São Francisco, são cidades que margeiam o rio São Francisco.

Então, é preciso que haja... Sei que o Ministério de V. Exª sozinho jamais poderá cuidar desse assunto, mas com o Ministério da Integração e outros Ministérios poderemos, sem dúvida alguma, trabalhar no sentido de revitalizar o rio São Francisco. Com a sua revitalização, nós vamos melhorar o turismo rural, vamos melhorar a produção pesqueira, vamos desenvolver a nossa região, no sentido também de proporcionar na agricultura com irrigação uma maior produção agrícola.

Portanto, são essas as nossas perguntas e parabenizo V. Exª. Estarei aqui sempre a sua disposição para votar favorável às suas pretensões e aos seus projetos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares.

A SRª IDELI SALVATTI (*Intervenção fora do microfone.*) – Um *pit stop*.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Um *pit stop*? Fique à vontade.

Enquanto isso, Senador Wellington está inscrito.

Vamos aguardar a Ministra ir ao toalete.

Senador Casildo, só para contribuir, o nosso Estado de Rondônia produz muito tambaqui, não vou dizer que mais do que o Estado do Amazonas, mas, hoje, grande parte do consumo da cidade de Manaus é proveniente do tambaqui produzido no Estado de Rondônia, especificamente na cidade de Ariquemes, na grande Ariquemes. Lá se produz muito tambaqui e exporta...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Tanque escavado?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Tanque escavado. Há uma grande produção no Estado de Rondônia e com uma tendência de crescer muito mais. O que eu estava conversando com a Ministra é que falta um pouco de confiança no setor para que a produção aumente, porque nós não temos ainda em Rondônia toda a cadeia: a industrialização da ração, a indústria do alevino, e muito menos os frigoríficos. Temos um frigorífico iniciando no interior do Estado ainda para industrializar o nosso peixe.

Mas, no momento em que tivermos essa cadeia, Senador Wellington, com certeza, Rondônia vai ser, Senador João Pedro, um dos maiores produtores de pescado do País – da região amazônica, com certeza.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu queria apenas colaborar com V. Exª e dizer que uma das ideias que eu quero apresentar á Ministra: o grande nó é definir pólos, em uma região como esta tem que implantar o arranjo produtivo completo. Tem que haver a condição de ter uma base de industrialização, a produção de alevinos, a produção de ração e ter os incentivos adequados, inclusive este que foi lembrado aqui, da energia, que é um dos que precisam ser trabalhados.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senador Gurgacz, o senhor pode informar qual é a ordem dos inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – V. Exª é o próximo.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu sou o próximo? Ah, tá. Maravilha!

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Depois, Delcídio, Wellington Dias e Flexa Ribeiro.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Eu não conhecia que Rondônia produzia tanto peixe, especialmente tambaqui. Eu ouvia o Senador Ivo Cassol dizer da produção de tambaqui, para mim foi uma novidade. E V. Exª, ainda mais como Presidente da Comissão de Agricultura, vem endossar isso. Eu aprecio muito a costela de tambaqui e tenho comido em Manaus e não sabia que esses tambaquis vinham de Rondônia...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Em grande parte, sim. E a matrinxã na Amazônia é algo fantástica, não sei se V. Exª já apreciou...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Matrinxã eu conheço, de Mato Grosso...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Não, é diferente. Aquele cor de rosa.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Parece o salmão.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – É diferente o matrinxã de Rondônia e Manaus com o de Mato Grosso.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Esse de Rondônia é cor de rosa?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Não, é diferente. É igual ao do Amazonas. É de uma qualidade fantástica e uma produção industrial excelente. Nós já estamos iniciando essa produção lá em Rondônia de modo que vamos avançar bastante.

Mas, continuando, Senadora e Ministra, passo a palavra ao Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente Acir Gurcacz, eu quero inicialmente dizer que não sou membro titular desta Comissão, e acabei de pegar uma falta na Comissão da qual sou titular, exatamente porque não tinha como sair desta audiência pública, dada a qualidade, o significado, a importância deste debate que está acontecendo aqui.

Então, nossa Senadora e Ministra Ideli Salvatti, *twittei* algo aqui há pouco, e faço questão de dizer aqui de público, para conhecimento de todos. A Presidenta Dilma tem tido muitos acertos, e a gente louva as suas decisões e os seus acertos todos. E acho difícil que ela tenha tido algum acerto que se compare à sua escolha como Ministra da Pesca e da Aquicultura. Foi um achado. Foi algo muito... Ela estava inspirada. Foi uma grande inspiração da nossa Presidenta ter identificado seu nome para ocupar essa pasta de pesca e aquicultura.

A sua exposição aqui foi uma exposição que nos encheu de esperança, não só como cidadão regionalizados, do Acre, do Amazonas ou do Rio Grande do Sul, mas como cidadãos planetários. A sua exposição foi uma exposição que aponta para algo que dá um fio de esperança para a humanidade: que é possível produzir mais, é possível diminuir a fome e a pobreza no mundo, com menos agressão ao meio ambiente.

Imagine só que mensagem que sai dessa nossa plenária de hoje aqui, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Então, o que eu posso dizer é que estou absolutamente feliz por ter tido o privilégio de ter participado deste momento.

E gostaria de reforçar o quanto que a sua exposição está sintonizada com o projeto de governo incurso hoje no Estado do Acre, no pequenino Estado do Acre – eu não quis aqui atravessar o samba, mas a gente também, ainda que pequenino, também exporta alguns tambaquis para Manaus, porque Manaus tem um centro consumidor muito maior. Mas eu explico: é porque o Amazonas tem a maior bacia hidrográfica; ele se concentra ali; mas nós estamos nas cabeceiras lá no Acre; então, a gente tem as cabeceiras de alguns dos rios que formam o grande Amazonas, e, por tanta água existente no Amazonas, acho que há pouco da cultura da produção de tanques e açudes. No alto, a gente tem maior produção de tanques e açudes. Então, Ministra Salvatti, na sua ida ao Acre, eu sugiro que a senhora faça uma visita aérea, ainda que seja de meia hora de helicóptero, com o Governador Tião, para verificar a quantidade de pequenos tanques no entorno da cidade de Rio Branco, da cidade de Bujari, da cidade de Porto Acre. São centenas; acho que chega a milhares de pequenos tanques, de pequenos produtores, que estão apostando na piscicultura.

Então, qual é a aposta que estamos fazendo como governo, tendo o Governador Tião Viana à frente? Se a piscicultura chegou até onde chegou no Acre, com, digamos assim, pouco incentivo do Governo, com pouca presença de Estado, tanto do Estado, quanto do Governo Federal, então, se há um projeto que canalize essa vocação que já é natural do povo amazônico, de trabalhar com a piscicultura, se a gente consegue dotar isso de uma técnica, a gente vai conseguir resultados excepcionais. Daí o esforço que levamos até a Ministra Salvatti, e fomos muito bem recebidos, e já está dando resultados excepcionais.

Por que o projeto de piscicultura do Acre é um projeto que tem tudo para dar certo? Primeiro, pela questão ambiental, que é fundamental porque a gente

vive um debate muito difícil para dizer que é preciso preservar a floresta, e a i a gente é acusado de, se preservar a floresta está contra o desenvolvimento. E não é isso. A gente tem que buscar conhecimento tecnológico para dizer: a floresta ela tem que produzir os seus resultados. Então é preciso preservar a floresta. Mas é preciso, é necessário, é fundamental dar condições de vida para as pessoas que vivem na floresta ou no entorno da floresta.

Então a piscicultura ela entra como uma luva. Por quê? Porque é real, esse número posto de que um hectare de pasto produz um boi. Um boi adulto, vendido no Acre, é em torno de um mil e quinhentos reais – talvez uma variação de preço de Rondônia para cima chegue talvez a um mil e oitocentos, dois mil reais um boi em um hectare. Em um hectare de peixe no Acre, com a espécie menos valorizada, tambaqui, por exemplo, é possível produzir 10 toneladas – 10 toneladas a seis reais o quilo. Ou seja, se produz 60 mil reais bruto por um hectare de açude, por um hectare produzindo peixe. Nós produzimos 60 mil reais em um hectare...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Não é história de pescador viu?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Não, isso aqui é comprovado tecnicamente. A feira do peixe lá, agora, nós conseguimos comercializar na semana santa 100 toneladas de peixe só em uma comunidadezinha lá, exatamente com esses números. Então, ambientalmente é uma aposta muito correta, é um alento para o planeta.

No termo de logística, nós já temos essa descrição de que o Acre deixou de ser o fim da linha para ser um início de linha na ligação com o Peru com os portos do Pacífico, e quem sabe no futuro a gente exportar para a Costa Oeste americana e até para os países Asiáticos. Então a gente está apostando muito nisso. A logística é fundamental.

O terceiro item, que a gente coloca como muito importante, é que o nosso projeto de piscicultura no Acre ele associa a identidade cultural do povo com alta tecnologia. Nós fomos buscar lá no Mato Grosso, do Senador Delcídio, junto ao Jaime Brum, do Projeto Pacu, o maior conhecedor de piscicultura em água doce do Brasil, e creio que um dos maiores conhecedores do mundo. Ele está nos dando assessoria e esta mostrando tecnicamente tudo que é possível a partir da piscicultura. Inclusive, depois da audiência com a Ministra Ideli, nós fomos à Eletrobrás levamos o mesmo projeto para Eletrobrás, tanto no sentido de convencer a Eletrobrás fazer uma compensação das suas barragens investindo nesse projeto de piscicultura, que a gente cede tanto para eles ajudarem a investir no Acre, quanto em Rondônia, no Pará aonde está acontecendo essa discussão do Belo Monte, pode ser que um projeto desses seja utilizado em todas as barragens.

E por último, o fundamental, a distribuição de renda, porque esse projeto de piscicultura ele é assim, ele gera renda para os pobres. Ele gera renda desde o grande empresário que aposta nessa atividade quanto no pequeno produtor que pode ter um açude e passa a ter uma produção infinitamente maior do que se ele tiver uma vaquinha ou um boi no seu hectare de terra.

Então Ministra Ideli, o que eu quero dizer aqui é que a senhora tem o nosso mais irrestrito apoio. Na questão das emendas, se for o caso, a gente faz uma reunião conjunta. Quem sabe a gente não direcione ai um valor do que a gente puder mobilizar para a aquisição dessas retroescavadeiras para produzir muitos tanques, porque realmente a piscicultura tem uma possibilidade fantástica para a elevação da qualidade de vida, da capacidade nutricional das pessoas e também do aumento da renda. E eu diria que está acontecendo algo milagroso nesse momento no Brasil e isso está na sua condução, e o seu Ministério vai fazer um sucesso fantástico daqui para 2014, e nós queremos estar colados com V. Exª para poder usufruir desse sucesso, porque vai ser um sucesso do Brasil, um sucesso do povo brasileiro.

Quero parabenizá-la, também pela sua alma completamente envolvida com esse projeto, porque só fala, com tanta segurança e com tanto conhecimento de causa como a senhora demonstrou aqui, quem está de corpo, alma, coração, completamente envolvida nesse projeto. O Brasil precisa de pessoas dedicadas, comprometidas como a senhora, para produzir os resultados de que nós precisamos. E estou aqui para parabenizá-la e para me colocar completamente à disposição. Enquanto mandato individual e enquanto projeto do Acre, com o Governador Tião Viana, com o Senador Jorge, com toda a Bancada do Acre, vamos nos colocar completamente à disposição para produzirmos os melhores resultados que puderem ajudar o Brasil nesse esforço da Presidenta Dilma no combate à pobreza, no combate à miséria e à fome, na geração de empregos, na geração de renda e na produção de muito alimento. E a piscicultura pode nos dar uma resposta fantástica nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Anibal Diniz.

Concedo a palavra ao Senador Delcídio do Amaral, que nos honra com a sua presença aqui hoje.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sou pescador e o nosso Estado tem tradição.

Primeiro, querida Ministra Ideli, quero registrar a objetividade da exposição, até pedi uma cópia do mate-

rial apresentado, porque, evidentemente, este assunto interessa, e muito, a Mato Grosso do Sul.

É muito importante a iniciativa do Presidente Acir, exatamente para que V. Exª tivesse a oportunidade de explanar os projetos que o Ministério da Pesca desenvolve, principalmente num país com o potencial que o Brasil tem, não só na Bacia Amazônica, como foi dito aqui, como também no Pantanal e em outros Estados brasileiros, em outras bacias hidrográficas também importantes. Foi aqui citado o São Francisco. Além de tudo, a costa brasileira.

É inacreditável que o Brasil tenha uma produção pouco superior a um milhão de toneladas, ou seja, um número ridículo para o potencial que o Brasil tem. Ao mesmo tempo, vemos números acachapantes de outros competidores. Nem vou citar a China, porque é um absurdo a produção da China, mas a produção de outros países também, como Chile, Peru, que o Brasil teria total condição de ter. Nós podemos chegar a 7,5 milhões de toneladas, como vimos na exposição.

Eu queria aqui também registrar a produção muito tímida de Mato Grosso do Sul. Ouvi aqui a turma falar de tambaqui, de peixes típicos da Amazônia. Mas nós temos – foi falado muito rapidamente – o pacu, que é um dos peixes mais apreciados, não só no País, mas no exterior; o pintado; o dourado,que são peixes nossos, da região do Pantanal.

É exatamente por esse motivo que é interessante conversarmos um pouco sobre o Ministério da Pesca.

Vim aqui – sou barrageiro por formação, a Ministra Ideli sabe disso – falar do aproveitamento das grandes barragens na produção de pescado – Ilha Solteira, Jupiá, barragens que não só geram energia, mas que podem produzir um volume grande de pescado. É muito alvissareiro não só verificar, pela exposição, as toneladas de pescado que já vêm sendo produzidas nas barragens em operação, como também estudos que o Ministério faz para ampliar isso, para Machadinho, para Itá, para outros aproveitamentos hidrelétricos também.

Outra questão importante, e eu vivi isso no Tucuruí, o grande problema, Ministra Ideli, não é só incentivar, formalizar a atividade do pescador. Eu vi aqui o cuidado que o Ministério da Pesca tem perseguido em relação a essa questão, mas também quanto à aquisição de equipamentos, de fábrica de gelo, frigoríficos. E estamos vendo aqui que o Ministério da Pesca está olhando essa questão com muita atenção. E isso é fundamental.

Aqui também se falou não só da pesca industrial mas também da pesca esportiva, que também toma uma dimensão considerável em termos de turismo, pois movimenta recursos; não pesca no mar, mas em rio. Nós temos na região do rio Paraguai um turismo muito intenso; medidas duras, porque, antigamente, essa pesca era absolutamente predatória, para não falar outras coisas também. Hoje nós já temos controles maiores, hoje é uma pesca efetivamente esportiva que, ao mesmo tempo, incentiva o turismo. Nós recebemos muitos turistas.

Eu também queria registrar, Ministra Ideli, porque falam muito do Ministério da Pesca, perguntam o que faz o Ministério da Pesca. Só a integração do Ministério da Pesca com os demais ministérios e com instituições é um negócio absurdo! Isso está registrado na exposição e, sem dúvida nenhuma, demonstra a importância que o pescado efetivamente tem.

Agora, sobre o Ibama, realmente o Ibama é uma instituição fundamental para o nosso País, mas precisamos avaliar o andamento dos vários processos que por lá tramitam. Assim como o Ibama é absolutamente fundamental, ele tem que ter celeridade, tem que ter estrutura, tem que ter equipe para que os projetos não venham a ser prejudicados.

Eu procurei olhar aqui detidamente as telas que foram apresentadas, mas o meu questionamento, Ministra, é com relação a Mato Grosso do Sul. Desde já, renovo, o Senador Moka também o fez, o convite para que V. Exª vá a Mato Grosso do Sul. Aqui já foi falado do Mar & Terra, que é lá na região de Dourados, mais especificamente no Município de Itaporã. Lá nós estamos não só fazendo corte dos filés, estamos exportando, estamos atendendo também o mercado brasileiro. É fundamental destacar essa região pela qualidade da água e pela luminosidade. É uma das regiões com maior potencial para a produção de pescado em tanques, como também outras regiões de Mato Grosso do Sul.

Portanto, eu gostaria de saber quando que a Ministra Ideli poderia nos visitar, o que seria muito importante, já que se trata de um segmento econômico fundamental para Mato Grosso do Sul, principalmente pela nossa diversidade e pela qualidade do nosso pescado. O Secretário Carlito estava aqui a poucos minutos atrás, nós temos inclusive um projeto forte associado também com o Ministério da Ciência e Tecnologia no sentido de divulgar e efetivamente usar esse quadro que deve se instalar, vai ser lançado a poucos dias em Campo Grande, é um aquário natural, mas um aquário com todas as espécies, principalmente do rios do Pantanal, com embasamento tecnológico, com embasamento de pesquisa. Assim, eu e o Senador Moka reiteramos esse convite, pois é um aquário em Campo Grande extraordinário!

Mas gostaríamos que V. Exª fosse a Mato Grosso do Sul, porque existem várias questões que gostaríamos de discutir com o Ministério da Pesca, e a nossa

bancada, sem sombra de dúvida, será uma parceira de V. Exª e do Ministério da Pesca.

E, por último, tenho absoluta convicção, minha cara Ministra Ideli, pelo que conheço de V. Exª, como companheira de partido, como Senadora, como militante, de que V. Exª fará um grande trabalho. Tem dinamismo para isso, tem competência para isso, tem ousadia para isso e tem coragem. As pessoas que têm esse tipo de perfil terão sucesso. E não tenho dúvida nenhuma de que V. Exª vai executar um grande trabalho. E espero que o Mato Grosso do Sul saia dessa timidez de produção e que, efetivamente, com o apoio do Ministério da Pesca, tenhamos condições de nos projetar, como a Santa Catarina de V. Exª e do Senador Casildo Maldaner hoje se destaca, na produção de pescado no Brasil.

Parabéns, Ministra ideli Salvatti! (*Pausa*.)

E olha que não estava ensaiado não. Nós fizemos tudo espontaneamente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Obrigado, Senador Delcídio do Amaral.

Com a palavra o Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz, Ministra Ideli Salvatti, eu cheguei aqui e comecei a ouvir a explanação de V. Exª a respeito da sua... (*Pausa*.)

Não; vou deixar V. Exªs à vontade para então começar a conversar.

Mas, Ministra, eu queria, inicialmente, cumprimenta-la pela brilhante apresentação que fez. Eu conversava aqui com alguns colegas, no momento em que V. Exª fazia a sua palestra, e dizia que me parece que a senhora já sabia que ia ocupar essa pasta, pois aprendeu muito cedo e muito rápido as coisas. Nós percebemos que o Ministério da Pesca e da Aquicultura está muito bem nas suas mãos. Queria cumprimentá-la exatamente porque, em que pese o pouco período de tempo em que está à frente da pasta, já conseguimos ver, pela sua exposição, que teremos realmente um segmento produtivo no País que vai ajudar muito a muita gente.

Na verdade, quem se dedica à pesca e, por especialidade, à pesca artesanal... Porque nós não temos aqui, apesar de termos essa maravilhosa costa –o tempo não nos deu a oportunidade de fazê-lo – uma pesca industrial como existe em outros países do mundo. Países muito menores que o nosso, com muito menores condições, têm uma coisa extraordinária. Mas espero – e tenho certeza –que, com a sua presença e com o entusiasmo com que conduz o Ministério da Pesca, poderemos, ao término da sua passagem pela pasta, ter um segmento diferente, um segmento até muito mais competitivo que o segmento das carnes bovina, suína e de frangos, num país que é hoje um grande exportador desse tipo de alimentos.

Eu tive, na semana passada, por incrível que pareça, uma reunião com todos os pescadores do meu Estado. Fui ouvi-los a convite, para que pudéssemos ter uma conversa e conhecermos exatamente as suas reclamações. O Estado de Alagoas tem um litoral muito grande; há um segmento que realmente tem se esforçado muito. E algumas coisas que a senhora trouxe aqui, Ministra, são verdadeiramente importantes para que a pesca possa ter essa desenvoltura.

O que eles me falaram? Há uma carência considerável no que diz respeito à construção de fábrica de gelo. É uma coisa fundamental. Se não se tem o gelo, não se pode ter a pesca. E a senhora citou os exemplos quando, no pescado da sardinha, em que se começa a fazer aquele acúmulo de camadas, uma de gelo, outra de peixe, há perda de 30%.

A SRª IDELI SALVATTI – E o gelo, Senador Benedito Lira, é o grande instrumento de opressão do pescador, porque quando o pescador não tem o domínio do gelo, o atravessador faz toda a exploração do pescador com o gelo. Por isso a política de dar autonomia de gelo para o pescador artesanal é a política fundamental para dar condição dele fugir da garra do atravessador, que fica com o grosso. Ele fica com tudo praticamente.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com todo o lucro. Quer dizer, o pescador corre os riscos e é a parte que recebe o menor pedaço. Essa é uma ação primária, é a ação inicial da atividade pesqueira. É interessante que a senhora motive essa política de ajudar com os convênios com os Estados, com a parceria dos Estados para que possamos realmente fazer isso.

Quando eu era deputado, eu apresentei um projeto de lei que infelizmente... Há uma coisa traumática no Congresso Nacional: as matérias que são de fundamental importância para determinado segmento da sociedade passam cinco, seis, oito, dez anos tramitando nas duas Casas do Congresso Nacional e não têm solução. Por exemplo, há mais de cinco anos, apresentei um projeto na Câmara dos Deputados pedindo para que fossem retirados 5% dos *royalties* da Petrobras para atender a pesca. Por quê? Como a senhora disse na sua exposição, a Petrobras, com a exploração do petróleo no mar, tem criado problema dos mais diversos com relação à pesca, no que diz respeito, por exemplo, aos bombardeamentos que eles fazem no fundo do mar etc., que criam dificuldades para o pesqueiro. Então é justo puxar um pouco dos seus recursos para complementar a atividade pesqueira, para dar ajuda,

para que as pessoas possam ter o equipamento necessário para melhorar a sua condição da pesca.

Muito bem, essa é uma questão que vou levantar onde ela se encontrar – parece-me que ainda está nas gavetas na Câmara dos Deputados – e levar à sua assessoria para pedir ajuda. O representante da pesca do governo passado parece que foi o Gregolin, não foi? Eu levei esse projeto para lá, mas parece que ele ou não teve paciência ou não teve vontade de fazer as coisas andarem. Podia dizer que o Ministério tinha interesse nesse projeto, porque era mais uma fonte de renda para o Ministério atender aos pescadores, principalmente aos pescadores artesanais, que precisam melhorar sua condição.

Outra coisa de que eles falaram muito, e realmente é aquilo que ouvi a senhora falar, foi do óleo diesel. Eles precisam do óleo diesel para incentivar, para continuarem fazendo sua pesca com muito mais tranquilidade. Pois bem, é preciso ver a possibilidade de linha de financiamento. Essa parceria que a senhora está fazendo com o BNDES é fundamental; que se possa estabelecer linhas de financiamento com juros que eles possam arcar com elas para aquisição de equipamentos e todos os apetrechos para a pesca.

No resto, Ministra, acho que a senhora está indo em um caminho muito bom. É realmente um segmento que tem uma expectativa, pelo que tive oportunidade de ver e ouvir nas suas apresentações, é um segmento que tem realmente extraordinária possibilidade de amanhã ser muito mais competitivo do que a carne, que somos hoje. O peixe é um alimento saudável e recomendado para todas as pessoas. Então, eu queria, em última análise, cumprimentar V. Exª e dizer que sua Casa continua sendo esta. A senhora teve aqui uma bela passagem; agora está servindo ao Governo da Presidente Dilma e nós todos aqui estamos de olhos atentos para que as coisas possam acontecer no País.

Quero cumprimentá-la e desejar muito boa sorte para a senhora no exercício desse cargo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Benedito de Lira.

Concedo a palavra ao Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Minha querida Senadora Ideli Salvatti, minha Ministra da Pesca, quero dizer que é um prazer muito grande revê-la. Quero me somar aos seus tietes aqui e dizer do carinho que tenho por V. Exª e da satisfação de vê-la no comando dessa Pasta. Como todos aqui, sabemos da sua competência, da sua dedicação. De pronto, quero dizer que V. Exª pode contar conosco nesse trabalho.

Eu queria apresentar dois temas. Fico feliz de ver estes dados. No Estado do Piauí, não havia uma tradição da pesca. O nosso litoral é muito estreito – são 66 quilômetros –, e, praticamente, lidávamos com a pesca de captura. Há cerca de vinte anos, iniciamos alguns trabalhos com tanque escavado. No nosso governo, trabalhamos, em cada um dos territórios de desenvolvimento, com uma experiência piloto nessa área.

Primeiro, quero pedir sua ajuda. Na região norte do Estado, na região de Parnaíba, trabalhamos com água do mar, com água salobra e com água de rio, por conta do Delta do Parnaíba. Lá fizemos um grande esforço. Hoje, na Universidade Federal, há o curso de Engenharia de Pesca, o de Biologia Marinha. Montamos, pelo Estado e pelo Governo Federal, duas bases de pesquisa. Levou-se em conta o fato de que ali há uma base da Embrapa, a Embrapa Meio-Norte, localizada no Município de Parnaíba. Então, fizemos uma integração com o Ministério do Meio Ambiente – ainda não existia o Ministério da Pesca, mas, logo em seguida, o Fischer e o Gregolin nos ajudaram lá –, com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) e com a Secretária da Agricultura do Estado, onde há uma vertente para essa área da pesca. Então, trabalhamos a instalação de uma base de pesquisa, mas essa base está fechada. Foi feito um termo que prevê a participação da Embrapa, do Ministério da Pesca, da Codevasf, das Universidades Federal e Estadual e do Governo do Estado, por meio da Secretaria de Desenvolvimento. A senhora tem de me ajudar a convencer o novo Presidente da Embrapa. Por alguma razão, alegaram, inicialmente, recursos. Fomos à Casa Civil para viabilizar isso. Mas ele terminou saindo, e não conseguimos implantar essa base. Lá está uma estrutura gigante, para se trabalhar com camarão, com pescado, com caranguejo. Enfim, é um conjunto de áreas.

Eu queria fazer esse apelo. E, aqui, dou mais uma sugestão. O nosso Presidente desta Comissão, o Senador Acir Gurgacz, lembra que, numa cidade do Estado dele, há uma tradição da produção do Tambaqui e de outros pescados. Se trabalharmos numa região como essa e montarmos ali um polo, isso se irradiará. A ideia é a que o Senador Benedito de Lira apresenta: primeiro, deve haver uma base de pesquisa, porque surgem doenças que, às vezes, não são muito dominadas; segundo, deve haver uma base de produção de ração, uma base de produção de alevino, uma base de produção de gelo. A partir daí, articulam-se as condições.

Fiquei muito feliz com o que V. Exª apresentou aqui a respeito da integração. Há necessidade dessa integração. Qual é o ponto? A gente até se lembra do curso de Agronomia, ou melhor, do curso de Engenharia de Pesca. Estamos defendendo – e, no Estado, há

uma experiência – a presença do técnico nessa área. Agora, há o Pronatec, o ensino técnico. É preciso definir as profissões necessárias em cada uma dessas partes do arranjo. Ou seja, para a área da pesca – pesca em captura, pesca em tanque-rede, pesca em escavado –, quais os profissionais que nós vamos precisar. Precisa de embarcações? Quem vai manejar? Quem vai dar manutenção? Ou seja, há a necessidade desse forte casamento com a educação. Estou convencido de que é aí onde se dá boa parte do fracasso, ou seja, a falta de um conhecimento. Às vezes, você contrata alguém que vai lá e dá um curso; porém, surgem coisas novas no dia a dia que, se você não tiver uma bagagem e um aperfeiçoamento permanente, termina falhando.

Então, acho que é um diálogo com o Ministério da Educação no sentido de, onde houver um instituto federal, numa região que tenha um potencial para a piscicultura, para a aquicultura, que se trabalhe ali uma base, tanto de nível superior, como de nível técnico, naquelas profissões. E, em parceira com os Estados, da mesma forma, em relação ao Pronatec, tanto para os cursos de curta duração como os de média duração. Então, eu acho que esse caminho é muito bom.

Um outro que não consegui convencer nem o Presidente Lula, nem o Ministério na época é... A Presidente Dilma deve compreender assim. Esse dado aqui que o Aníbal colocou espelha bem isso. No meu Estado, nós fizemos 25 arranjos produtivos para tirar pessoas da pobreza. Vi agora a divulgação do IBGE. Nós tínhamos 1,6 milhão de miseráveis no Piauí em 2002. Nós, agora, temos 665 mil. Está certo? O Maranhão, que tem uma vez e meia a população do Piauí, tem 1,6 milhão, e a gente com 665 mil. Isso para compararmos com um Estado ali da vizinhança já que é uma região. O Ceará está com 1,5 milhão, aproximadamente, e nós com 665 mil.

Somos o Estado empreendedor do Brasil. Lá, 18% da nossa população com mais de 18 anos é empreendedora. E empreendedor é isso: alguém que trabalha com tanque-rede, trabalha com tanque escavado, trabalha com galinha caipira ou com tantas outras coisas ou mesmo em consórcios de produção.

Então, eu quero aqui lhe dizer que não há uma alternativa... Aliás, são poucas as alternativas com a eficiência, talvez umas trinta que nós temos aqui no Brasil para atingir esse público que a gente tem que tirar da pobreza e da miséria. E a pesca é uma delas.

Então, eu queria pedir aqui... Porque nós trabalhamos lá a região de São João do Piauí, de Bocaina, que é um sucesso, a região de Guadalupe, Porto Alegre, a região de Esperantina, de Piripiri e Pedro II, a região de Oeiras, Nazaré e São Francisco, a região de Curimatá, Parnaguá e essa região de Parnaíba, Buriti dos Lopes, Luiz Corrêa; enfim, essa região lá do litoral. Então, é preciso completar essa base de pesquisa e, de outro lado, nos ajudar na implementação. Nós apresentamos um projeto ousado, um projeto de R$32 milhões – parte do Estado, parte financiamento, parte Ministério da Pesca –, e queria aqui fazer um apelo para que a gente pudesse... A senhora nos diz qual é a capacidade de recursos e fazemos uma pactuação. Acho que é bom um diálogo.

A Senadora Marta, quando foi Ministra do Turismo, eu dei uma sugestão a ela, que veio para as bancadas de cada Estado, e, ali, a gente fez uma pactuação. Agora tem que ser um jogo combinado com o Ministério do Planejamento para a gente não dar tiro perdido, porque isso frustra parlamentar. A pior coisa que tem para parlamentar é você apostar em uma área e depois ser frustrado.

O Ministério do Planejamento coloca lá: nós vamos trabalhar, sei lá, R$200 milhões, R$500 milhões para a pesca. Se você faz com isso um desenho com a bancada, dizendo, por exemplo, que a bancada do Piauí vai colocar R$30 milhões, ou seja lá que valor que a gente vai pactuar, e orientado pelo Ministério... Equipamento... O que está dando sucesso? O que se está fazendo? No nosso caso, nós sabemos o que queremos também, ou seja, voltado para poder organizar esse arranjo produtivo.

Por último mesmo, queria dizer do subsídio de energia. A gente tem que ter esse debate. Em vários Estados, o meu é um deles, nós fizemos isso. Você poder ter... A gente já compreende o subsidio para a fruticultura irrigada, por exemplo, como natural. Então, como não fazer isso para a pesca? Se você tem um hectare ou dois de piscicultura, teria ali um incentivo.

E uma coisa que precisa andar mais rápido – e sei que tem dificuldade técnica – é isso da reforma "agrária" das águas públicas, ou seja, a reforma aquária. A gente tem que avançar, porque é outro caminho também formidável.

E nos dê um alento em relação a essa área do caranguejo lá no delta do Parnaíba. A gente tinha uma parceria, Ministério da Pesca e Ministério do Meio Ambiente, porque havia uma situação predatória e a gente corria o risco de ter graves problemas ali para os nativos.

Então, eu queria convidá-lo para visitar essa região para, quem sabe, a gente celebrar esse convênio com a Embrapa, com a Codevasf, com todas as áreas, fazendo funcionar essa área.

Em resumo, conte comigo aqui e com todos nós, com certeza, porque vamos estar juntos aqui colocando a pesca como um grande instrumento para desenvolvimento e erradicação da pobreza.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Wellington Dias.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, pela ordem. Não vou tomar o tempo.

Eu queria só, Ministro, para completar as minhas ponderações a V. Exª, o nosso Estado dá tanta importância à pesca como segmento produtivo e que, amanhã, vai melhorar a vida de muita gente que o Governador de Alagoas recentemente criou a Secretaria de Pesca.

Era o que eu queria comunicar a V. Exª. E como todos estão lhe convidando, eu também queria lhe fazer um convite: quando a senhora puder, bote na sua agenda o Estado de Alagoas, porque também tem um grande litoral e precisa da sua ajuda.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro, para encerrarmos o nosso ciclo de debates

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente Acir Gurgacz, Srs. Senadores, Senadora e Ministra Ideli Salvatti, seu Estado de Santa Catarina tem uma disputa ferrenha com o Estado do Pará para saber qual é o maior produtor de pescado do Brasil. E uma disputa saudável, porque os catarinenses dizem que é Santa Catarina e os paraenses dizem que é o Pará.

Um tempo atrás, na legislatura passada, eu fiz um discurso dizendo que a lagosta que era pescada na costa do Pará – V. Exª lembra – era desviada para o Ceará e exportada como produto do Ceará. E o Senador Tasso...

A SRª IDELI SALVATTI – É uma reclamaçãozinha parecida com que os outros Estados da Amazônia falam da famosa castanha, que vários chamam de castanha do Brasil e vocês insistem em chamar de castanha do Pará.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Castanha do Pará.

Aí o Senador Tasso pediu um aparte, eu concedi e ele disse: "Senador Flexa, tenho notado que a lagosta lá do Ceará está com sotaque paraense." (*risos.*)

Eu disse a ele que sotaque, não, mas gosto, com certeza. Sotaque ainda não.

São essas coisas que acontecem que nos levam a ter o desafio que V. Exª tem levado à frente do Ministério da Pesca para incrementar de maior potencial em nosso País. O Brasil pode e será um grande produtor de pescado a nível mundial.

Lamentavelmente, hoje, talvez muitos brasileiros não saibam, nós importamos pescado, e importamos bastante. São bilhões de dólares com a importação de peixes, quando nós temos uma costa e temos rios internos com um potencial de pesca incrível e que não é aproveitado.

V. Exª, como grande parte dos Senadores desta Legislatura, como os Senadores da Legislatura passada, lutamos para aprovarmos a Lei da Pesca, que dormia há vinte anos no Congresso Nacional. E, junto com a Lei da Pesca, aprovamos a criação do ministério. O governo, na época, queria aprovar o ministério e não queria aprovar a lei. E nós dissemos que, para aprovar o ministério, teria que ser aprovada a lei. "Não vamos aprovar o ministério sem a lei." E fizemos um acordo, e aprovamos os dois ao mesmo tempo.

Todos já convidaram V. Exª para visitar o Estado de cada um. Só que se esqueceram de que... (*Pausa.*)

V. Exª não foi o primeiro não. Foi o primeiro na audiência de hoje. Só que eu já fiz o convite à Ministra quando ela foi convidada para subir de Ministério. E ela foi ao Amazonas, passou por cima do Pará, e não foi ao Pará.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Essa questão da lagosta ter sotaque....

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não é por causa da lagosta, não. É porque o Pará está meio nebuloso. Na gestão passada, a Ministra sabe que ali o negócio de pescador com carteirinha foi uma confusão danada. É um negócio complicado. A própria Ministra já cancelou umas 19 mil carteiras, não é? (*Pausa.*)

Bastante. O que prejudica enormemente aqueles que são pescadores de fato.

A bancada do Pará, em peso, deu apoio ao então Ministro Gregolin, da Pesca, e colocou recursos para que pudesse haver distribuição de equipamentos, fábricas de gelo, embarcações, todos os equipamentos de pesca. Lamentavelmente, não vamos entrar aqui no detalhe.

V. Exª tem sido cumpridora das suas obrigações, e, independentemente de questões outras, tem agido de forma rígida para colocar em ordem o setor da pesca em nosso Estado, e quero parabenizá-la por isso.

Mas eu perguntaria a V. Exª quais os avanços que já ocorreram nesses praticamente dois anos de instalação do Ministério da Pesca e da nova Lei da Pesca para o setor.

E também agora, nesta semana, aprovamos, e virá para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária de forma terminativa, o PLS 423/2009, que é objeto dos vetos que foram feitos pelo Presidente Lula, na Lei da Pesca, ao Projeto de Lei do Senado nº 423/2009. E o Senador Garibaldi Alves apresentou novo projeto, que equipara a atividade pesqueira à agropecuária e que dispõe sobre o trabalho dos pescadores profissionais

na atividade pesqueira industrial e sobre o contrato de parceria na pesca artesanal.

Essas questões foram vetadas pelo Presidente Lula, estavam no acordo para a questão da Lei da Pesca e foram objeto desse novo projeto que tramita agora, de forma terminativa, aqui na Comissão de Agricultura.

Então, eu queria que V. Exª, como Ministra da Pesca, se posicionasse com relação ao projeto do Senador Garibaldi Alves, o PLS 423/2009, porque o que temos ouvido é que o Ministério do Trabalho continua com objeções que estavam... À época da Lei da Pesca, o Senador Garibaldi fez os ajustes necessários no projeto, mas o Ministério do Trabalho ainda tem restrições a isso. Se houver restrições, seria bom que o Ministério da Pesca, junto com o Ministério do Trabalho, pudessem fazer os ajustes, para que tenhamos realmente corrigido e definido esses assuntos que vêm do acordo feito àquele tempo de 2009.

Eu queria, também, que V. Exª, Senadora Ideli, pudesse nos esclarecer: o Código Florestal, que está em discussão na Câmara dos Deputados, ele pode trazer também dificuldades para a questão da aquicultura. Qual a ação preventiva que o Ministério da Pesca, junto ao Ministério do Meio Ambiente, já fez em relação à questão da aquicultura nos rios, nas margens dos rios, nas APPs? Já existe algum acordo, na Reforma do Código Florestal, para que se possa utilizar essas águas na produção de pescado?

Agora mesmo, V. Exª fez referência à questão da reforma aquária, não é mesmo? É aquária e não agrária. O Senador Moka deu um pulo, com todo o tamanho dele, subiu meio metro da sua cadeira, e disse: "Flexa, eu tomei um susto. Daqui a pouco vão criar o MST da Reforma Aquária. Já tem a Agrária, eles vão fazer a Aquária". (*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

É isso aí. Sem água. É o MSA. V. Exª foi rápida no gatilho. É o MSA. É verdade.

Qual o papel do cooperativismo na consolidação da pesca, como destaque na economia nacional? E quais as ações que o Ministério da Pesca vê, principalmente, na Amazônia para a questão da reserva natural para a produção de pescado?

Nós falamos aqui em tanques. É uma atividade que tem um potencial enorme, não só tanques em áreas secas, como também tanques em rios. Agora, como é que vamos utilizar, e se já há algum acordo, ou regularizar o cultivo de peixes nas áreas da União também? Porque teremos a produção de peixes nas águas da União. Há alguma regulamentação prevista pelo Ministério da Pesca com a União?

Eram esses, Senadora Ideli, os questionamentos, reafirmando o convite para que V. Exª possa ir ao Pará, lembrando que o Pará é o primeiro ou o segundo produtor de pescados. E queremos recebê-la, fazer, junto com o Governador Simão Jatene, um grande programa, em parceria com o Ministério da Pesca, para que possamos incentivar a produção de pescado no nosso Estado, porque o Pará tem uma característica que o diferencia dos demais Estados Brasileiros, porque, além da costa marítima que nós temos, há as águas internas que possuímos, e estas são também de um grande potencial na produção de pescados.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Passo a palavra à nossa Ministra Ideli Salvatti, para fazer as considerações e dar as respostas aos questionamentos feitos por V. Exªs.

A SRª IDELI SALVATTI – Sr. Presidente Acir, eu vou privilegiar quem está, neste momento, nas respostas. Mas, ao final, eu vou tratar de todos os assuntos que foram pautados. Então, vamos começar pelos presentes, inclusive por V. Exª.

O Senador Acir colocou, de forma muito clara, o papel do conhecimento. E não é possível você atingir os objetivos que nós estabelecemos... E vejam que são objetivos ousadíssimos: aumentar a produção com sustentabilidade, aumentar o consumo, aumentar a inclusão na pauta de importação. Hoje nós importamos, e queremos virar exportadores, aumentar a produtividade, a qualidade, e fazer isso tudo com inclusão social, colocando mais gente no setor e aumentando a renda. Sem conhecimento, isso é absolutamente impossível. Por isso é que fazemos uma saudação e um agradecimento ao Governo do Presidente Lula, por ter tido a sensibilidade da criação do Ministério, mas, principalmente, da Embrapa pesca e apicultura. Porque a Embrapa está perto dos 40 anos e, apenas agora, temos essa exclusiva. E sabemos que isso faz toda diferença. Desenvolver a pesquisa para a reprodução de uma espécie, a melhor maneira de cultivá-la faz toda diferença.

Aproveito para falar sobre a proposta que o Senador Wellington apresentou, de fazermos parceria. Aumentou significativamente o número de cursos de engenheiro de pesca. Nos institutos federais, estamos hoje com 70 cursos na área técnica voltada para a pesca e a apicultura. Mas podemos ainda, e temos a obrigação, de fazer muito mais. Porque não se trata apenas de produzir o conhecimento, mas também de, depois, socializar o conhecimento, que, no caso da pesca e da apicultura, como no caso da agricultura e da pecuária, é o papel da extensão e assistência técnica que precisa chegar à ponta. Porque, na hora que o caboclinho, como diz o Senador Casildo, vai lá colocar o tanque-rede, ele tem que saber como é que funciona aquilo. Ou, então, quando vai fazer o tanque

escavado. Se ele não souber lidar com aquilo, ele perde. Então, essa questão do conhecimento, Senador Acir, é fundamental. Nós estamos trabalhando e vamos precisar do apoio, fazer essas parcerias todas importantes.

A outra questão...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Permita-me, Ministra Ideli. Além da formação do técnico mais espalhada, os cursos específicos para os técnicos agrícolas que já lidam com a assistência técnica.

A SRª IDELI SALVATTI – Exatamente; inclusive com a formação voltada para a ponta. Aqueles cursinhos mais rápidos, de um mês, dois meses, que os nossos institutos federais fazem.

Com relação à questão das hidrelétricas – deixem-me colocar uma coisa para vocês –, foi talvez um dos últimos atos do Presidente Lula a assinatura, no dia 27 de dezembro, do decreto reconhecendo os pescadores como atingidos por barragens. Eles deveriam ser talvez um dos primeiros a serem reconhecidos, porque, quando se faz uma barragem num rio, altera-se toda a bacia, altera-se, a centenas de quilômetros, a montante, e, a centenas de quilômetros, a jusante. E os pescadores, até dezembro de 2010, não entravam, por exemplo, nas medidas de compensação quando se construía uma barragem. Eles não entravam. Nem a questão de como a barragem vai ser construída. Nós temos inúmeras barragens que não têm aquelas coisas mínimas de garantir, por exemplo, a reprodução, a escada, na hora da piracema, para os peixinhos poderem se reproduzir.

Então, é mais um assunto em que nós estamos nadando contra a corrente. Nós estamos vendo, naquelas que já estão construídas, que já estão consolidadas, como podemos ter medidas compensatórias. E os parques aquícolas, nas hidrelétricas, são uma forma, inclusive, de podermos tirar ajuda e compartilhar com eles o custo da instalação do parque aquícola até como uma medida compensatória. E nas que estão sendo construídas, Jirau e Santo Antônio, nós estamos ali como parceiros: cobrando, monitorando. Estamos com uma grande mortandade na hidrelétrica do Estreito, inclusive esta semana está indo uma equipe interministerial pela emergência. Nós tivemos lá uma mortandade de toneladas de peixes, entende?, pela forma como as coisas foram tratadas lá, e estamos correndo atrás do prejuízo. Por isso, Senador Acir, Jirau e Santo Antônio são as duas barragens que estão sendo construídas já na lógica não só do licenciamento, da construção, mas de, depois, os pescadores, tanto os que vão ser atingidos como os que vão ser beneficiados pela instalação do parque aquícola poderem ser contemplados.

Nós temos ali uma oportunidade fantástica, porque aquelas 40 mil pessoas que estão hoje trabalhando nas duas obras, quando aquelas obras estiverem prontas, boa parte daquela mão de obra não voltará para os seus Estados de origem. Vai ficar lá. E aí a estrutura da piscicultura, da fábrica, do frigorífico, da engorda etc. pode absorver boa parte dessa mão de obra que, com o término da usina, vira um problema social de grande monta.

Com relação à questão dos pequenos produtores, o BNDES só pode financiar alguns projetos. Eles têm lá uma carteira de projetos sociais. O BNDES financia alguns projetos de pequenos produtores; é um volume significativo, mas pequeno frente ao potencial do BNDES. Como podemos ampliar isso? Quando apresentamos um projeto – e aí quero aproveitar para elogiar o projeto do Estado do Acre. O Estado do Acre apresentou o projeto de financiamento para o BNDES, em que o BNDES vai financiar a cooperativa dos pequenos produtores juntamente com o empresário que vai instalar a fábrica de ração, o empresário que vai financiar o frigorífico, ou seja, o financiamento vem pegar toda a cadeia, incluindo o pequenino. Economicamente, eles encontraram um jeitinho de fazer com que o sistema integrado não seja um sistema entregado. Porque quem vive em Estados como o nosso, Senador Casildo, onde há o sistema integrado de aves e suínos, sabemos que o pequeno acaba ficando com a menorzinha das partes. E a agroindústria acaba fazendo, inclusive, uma triagem: o pequeno mesmo já não está mais no sistema de produção do frango e do suíno.

Então, não podemos repetir os erros que cometemos em outras cadeias produtivas, que poderiam ser de grande inclusão. Nós não podemos cometer o mesmo erro agora na cadeia produtiva do pescado. Portanto, temos que montar projetos em que esses financiamentos que estamos agora batendo à porta, tentando obter junto ao BNDES e a outras formas de financiamento, sempre contemplem uma parcela significativa de pequenos produtores.

Nós temos para o financiamento individual do produtor, todo ano, o Pronaf Pesca, que é uma linha do Pronaf voltada para a pesca e agricultura e é um grande problema para acessar. Os pescadores até acessam porque é uma coisa mais tranquila. Eles não precisam da licença, Senador Benedito Lira. O pescador pode financiar a reforma do seu barco, a troca do seu barco, as redes e os equipamentos de pesca pelo Pronaf Pesca. Essa linha de financiamento tem sido bem utilizada. Há alguns probleminhas de pagamento. É aquela coisa: depois se dá um jeito. É o jeitinho brasileiro. Mas há essa linha de financiamento para o pescador.

O pequeno aquicultor não consegue acessar fundamentalmente por que não tem a licença ambiental, que é uma exigência do banco. Entendeu? Então, suponhamos que um pequeno agricultor queira colocar um tanque escavado na sua propriedade ou que um pequeno produtor queira colocar tanques-rede num lago ou num açude; sem a licença ambiental, eles não conseguem o financiamento.

Por isso, todo esse nosso trabalho de flexibilizar, agilizar e simplificar as licenças ambientais destrava várias portas, principalmente a porta do crédito. Por isso, para nós, isso é tão importante, para atender os pequenos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Quero fazer uma pergunta, Ministra: o Estado pode liberar essa licença, pode isentar o agricultor dessa licença?

A SRª IDELI SALVATTI – É isso que estou dizendo. Por exemplo, parece que o Pará isentou até dois hectares; o Amazonas, até três hectares. O mais ousado foi o Acre, que isentou cinco hectares, ou seja, até cinco hectares, para se produzir na água ou na terra, está liberado. Gente, há o impacto ambiental da aquicultura. É claro que, se vão ser colocados 300ha de tanque-rede, isso terá impacto. Mas, se será colocado um tanquezinho escavado de 200m por 100m ou vinte ou trinta tanques-rede de 2m por 2m, qual o impacto ambiental que isso causará, gente?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Mas, Ministra, a senhora tem conversado com a Ministra do Meio Ambiente a respeito disso? O Senador Flexa levantou essa questão. No Código que estamos votando, ele, realmente, pode criar esse tipo de dificuldade. Acho até que valeria a pena que os técnicos do Ministério de V. Exª trouxessem isso para a gente aqui; isso virá para cá mesmo depois da votação. É preciso ter essa preocupação mesmo. É aquela história da exigência. Eu também acho o mesmo: qual o impacto que pode trazer essa questão? É tão pequeno isso! Mas não abra mão disso, viu, Ministra?

A SRª IDELI SALVATTI – Deixe-me deixar uma coisa clara para vocês: há uma resolução clara do Conama que diz que licenciamento de projeto de aquicultura – e o Ibama tem respeitado isso – é de responsabilidade estadual. É o Estado que tem responsabilidade sobre isso. Agora, vamos entregar as áreas do litoral de Santa Catarina – vamos legalizá-las e entregá-las; será feita a cessão das águas –, e o governo do Estado foi que nos deu rapidamente a licença. Eu a pedi, fiz a audiência, e a Fátima concedeu a licença; está tudo o.k. Em Minas Gerais, o Governador Anastasia deu a licença para o parque aquícola de Furnas e de Três Marias, rapidamente também.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Está até para ser votado – acho que o relator é o atual presidente – o PLC nº 1, que delibera sobre isso, sobre o que é atribuição do Governo Federal, o que é atribuição de governo estadual e de governo municipal. Então, essa resolução do Conama...

A SRª IDELI SALVATTI – Inclusive, quero dizer para vocês que tenho a preocupação de que a gente não pode... Houve uma movimentação: uma pessoa disse que estava falando em nome do Ministério da Pesca e Aquicultura na Câmara, para que se mexesse nessa história do licenciamento. Quero dizer o seguinte: para nós, é absolutamente adequado que o licenciamento ambiental para a aquicultura fique com os Estados. É o seguinte: pode isentar até um determinado tamanho, como alguns Estados já fizeram; pode simplificar, como alguns Estados já fizeram; e pode agilizar. Então, isso é da prerrogativa dos Estados. E isso, para nós, é absolutamente adequado. Do contrário, o que vai acontecer, Senador Moka? Se tiver de ser o Ibama, imagine um tanque-rede concorrendo com uma Belo Monte! Entendeu? Não vai sair nunca.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Pois é, Ministra. Acho que é essa a preocupação do Senador Flexa, porque agora, pela recomendação do Conama, na aprovação do Código Florestal, ele perde valor.

A SRª IDELI SALVATTI – Se houver qualquer risco disso... Se isso ficou colocado como risco na votação que a Câmara nem concluiu – ainda vão concluir –, aí nós vamos fazer o debate aqui. Lá, na Câmara – e quero dizer aqui de forma clara –, não participei das articulações, mas aqui, no Senado, eu me sinto mais em casa. Aqui, no Senado, a gente vai inclusive...

Há algo que nós pedimos lá para a Ministra Izabella Teixeira e ela nos disse que estava contemplado. Se não estiver contemplado, nós vamos tratar aqui. É a história dos apicuns e salgados, que têm que estar definidos no Código Florestal de maneira claríssima, porque senão, depois, fica aquela confusão de saber se é mangue ou se não é mangue, e, aí, toda a produção de camarão, todos os crustáceos, fica tudo ameaçado – sal e crustáceo. Fica tudo ameaçado!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Ministra, eu sugiro, então, que comecemos a discutir isso agora lá na Câmara, porque...

A SRª IDELI SALVATTI – Dizem que essa história de apicuns e salgados já está resolvida. Como temos agora esta semana, vou até dar uma olhadinha lá para ver se tem algum problema.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Porque a intenção é chegar aqui redondo, para não ter que voltar à Câmara novamente.

A SRª IDELI SALVATTI – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sugiro apenas que consigamos resolver isso agora.

A SRª IDELI SALVATTI – Continuando, o próximo é o Senador João Pedro.

O Senador colocou uma questão que acho muito relevante a gente prestar atenção nela. O Ministério da Agricultura tem 150 anos. São 150 anos de pesquisa, incentivo, financiamento, articulação, apoio. A pasta da pesca e aquicultura tem dois anos. Ou seja, eles só estão 148 anos na nossa frente, praticamente um século e meio. Então, tenho que estar mergulhada mesmo, entende, nas potencialidades; a gente tem que estar nadando contra o tempo, para recuperarmos o tempo perdido. E um dos Senadores disse isso aqui de forma muito clara, muito clara – acho que foi o Senador Flexa Ribeiro, inclusive: é muito diferente um setor se desenvolver com apoio e incentivo de governo e se desenvolver por conta própria. Não que não se desenvolva; é óbvio que, se tem potencial, vai se desenvolver. Agora, se existem políticas públicas, fomento, vai mais rápido. Por isso que a gente está...

E, para socorro do Senador João Pedro, que diz que os tambaquis vão de Rondônia, de Roraima, enfim, vão de tudo quanto é lugar, é bom se registrar que o Estado de maior consumo de peixe é o Estado do Amazonas. Enquanto que nós não chegamos a 10kg/ano/habitante, na média brasileira, o consumo, na capital do Estado do Amazonas, chega a 60kg a 70kg/ano/habitante. E há regiões do interior do Amazonas em que o pessoal consome de 180kg a quase 200kg de pescado, porque é manhã, tarde e noite. É o café da manhã, é o almoço e é o jantar, ou seja, é a base. Isso só em socorro ao Senador João Pedro.

Agora, eu queria aduzir às questões que o Senador João Pedro colocou, primeiro, que, pelas visitas que estou fazendo, conversando com os Governadores, posso dizer a vocês que, claro, eu tinha conhecimento sobre pesca e aquicultura com a visão catarinense, a visão catarinense, porque lá, todos viram, é um setor importante, que produz, que. Inclusive, é campeão nacional e tal. Ocorre que a pesca e a aquicultura de Santa Catarina não tem nada a ver com a pesca e a aquicultura do Mato Grosso do Sul, de Rondônia, de Alagoas, do Piauí; não tem. Cada Estado é um país diferenciado, com potenciais e problemas diferenciados. Por isso, temos que fazer parceria com cada Estado, Senador Benedito. Temos que ir lá, eu vou a todos. Eu priorizei alguns por causa dessa história das licenças ambientais desses parques aquícolas, que já estava na boca do forno, para a gente poder acelerar o nosso trabalho. Mas eu vou a todos. E a proposta é exatamente esta de discutir aquilo que o Senador Wellington colocou, e vários outros colocaram, que é o seguinte: Como é que a gente faz o arranjo produtivo para cada peculiaridade. E a gente poder buscar, o Ministério entrar nessa parceria para poder buscar as fontes de financiamento e fazê-lo por aquilo em que tem identidade.

Por exemplo: eu não posso fazer um projeto para Sergipe, pensando o rio São Francisco, se eu não pensar num projeto para toda a Bacia do rio São Francisco. Porque o que acontece lá na foz já vem acumulado pelo desmatamento, pelo fertilizante, pelo esgoto, e não sei mais o que, que vem lá de Minas Gerais.

Então nós estamos agora privilegiando a região amazônica por conta do potencial e uma porção de coisas que tem que fazer, mas também por causa da história do Rio+20. Mas a nossa ideia e ter por região esses arranjos por Estado para podermos ajudar.

Teve uma coisa que não eu falei que é a seguinte: num dos polos que discutimos lá com o Governador do Amazonas é a questão do peixe ornamental. É uma coisa impressionante, porque eu não sabia nada sobre peixe ornamental. Tem uns danados de uns peixinhos lá que os piabeiros pegam lá, cujo valor do bichinho é de mil dólares! E o piabeiro, que pega o peixe, ele recebe pelo milheiro o que o danado do atravessador vende a unidade. E boa parte desse peixe ornamental é contrabandeado, porque como é quase na fronteira com a Colômbia vai tudo embora, na fica para quem pega, não fica para a economia do Estado e nem fica para o país.

Então essa questão do peixe ornamental, da mesma forma que a pesca amadora, turística, são potenciais que estão absolutamente subaproveitados. E nós temos então que estruturar, que organizar.

Bom, vou privilegiar quem está presente. O Senador Casildo está presente.

Senador Casildo, V. Exª falou de forma muito clara – e o senhor é ótimo para criar frases; até já quis apelidar algum peixinho novo com o meu nome – e gostei muito quando V. Exª falou que está na hora da gente fazer um PAC, da gente pensar. Eu gostei demais da ideia. Então vamos ver se a gente consegue trabalhar numa perspectiva, porque o potencial é muito grande. As pessoas dizem que estou animada, mas não tem como você não ir conhecendo e não vendo: Ah, mas isso aqui nós ainda não fizemos, e podíamos fazer; aquilo tem condição de acelerar e etc. Obviamente não será para este ano, mas podemos trabalhar numa perspectiva. E aí eu acho que a nossa relação com o Congresso, nesta ida que estamos fazendo aos Estados, colhendo subsídios, é fantástica!

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Permita-me, Presidente, mas acho que pode sair como encaminhamento desta Comissão, direcionada à própria Presidente, essa sugestão.

A SRª IDELI SALVATTI – Olha aí. Eu já vou ficar mais do que feliz aqui! Mais do que feliz!

Ao Senador Moka, que fez questões tão gentis a meu respeito, eu queria agradecer, como também a todos os outros.

Sobre a questão do Mato Grosso do Sul, que o Senador Delcídio também colocou, é outro bioma que, depois da Amazônia, nós vamos ter que cuidar. E aí quero colocar uma questão para vocês, porque Amazônia e Pantanal são locais onde nós temos os maiores conflitos – também em Tocantins – nessa questão de pesca turística, amadora e pesca profissional. É claro que vai haver situações em que nós devemos ter regulamentação, legislação local, porque a situação local tem que ter um trato diferenciado. Mas as regras, as diretrizes para ordenar a pesca amadora, esportiva e profissional, essa convivência tem que ser dada pelo Estado, pela União.

É uma pena que o Senador Cassol tenha saído, porque eu me enganei dizendo que falei com o Governador de Tocantins; não foi. Falei com o Governador de Rondônia, para fazer o veto da questão do projeto que diminuiu de 400 para 70.

Como a pesca turística mexe com muito dinheiro e quem a pratica normalmente é gente de muito dinheiro, a pressão política para que isso seja privilegiado, em prejuízo do ribeirinho, em prejuízo daquele que vive do peixinho, é muito grande. Então, nós temos que ter regras nacionais para garantir que uma não engula a outra. Porque há condições de se fazer com que todos convivam de forma harmoniosa, até porque água há de mais. Vamos ficar brigando?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Na visita que V. Exª fará ao Mato Grosso do Sul, nós vamos conversar com o Governador, que tem exatamente essa avaliação. Não se pode, realmente, com a chamada pesca turística, causar prejuízo aos ribeirinhos. E lá, no Estado, temos um problema, porque ela se associa com o turismo sexual; é uma questão complicada essa.

A SRª IDELI SALVATTI – Há de tudo, Senador.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – E em detrimento dos pescadores, dos ribeirinhos, até porque eles vivem e sobrevivem disso. Então, essa é uma questão para nós... Mas nós vamos aguardar a visita de V. Exª, porque nós temos que discutir as particularidades do Pantanal.

Ministra, só mais uma coisa. Vejo falar tanto dessa questão da Amazônia, do desmatamento, dessas coisas, e depois quero ouvi-la. Mas a informação que eu tenho é de que 75% da Amazônia ou é reserva indígena, ou área pública, ou é reserva florestal mesmo. E dos 25% que sobram, apenas 5% foram abertos. E desses 5%, 80% é reserva legal. Então, nessa discussão nossa, nós tínhamos que dizer: o Brasil é, de longe, o país que mais preserva as suas florestas. Porque essa é que é a nossa verdade.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Essa conta confere, Senador Moka, mas o problema é o seguinte: a pressão para que o Brasil não produza mais é muito grande. Eles usam as ONGs como fachada para isso.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Concordo com isso, mas nós temos que dizer o que está preservado, e não ficar na defensiva. Porque o que nós temos preservado é, de longe, muito maior do que qualquer coisa que existe. O que a Europa preservou de floresta? Apenas 0,3%. Nós preservamos mais de 60%.

A SRª IDELI SALVATTI – E eles ainda querem dar lição de moral.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eles querem ditar ordem para nós aqui.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Temos que assumir que a Amazônia é produtiva. Nós temos que produzir na Amazônia, com extrativismo, com a preservação e tudo mais.

A SRª IDELI SALVATTI – Eu tenho sempre dito, e acho que isso é algo que deve ser levado em consideração, que nós não temos capacidade de fiscalização. Não temos capacidade de fiscalização. Não temos! Então, é melhor ter uma alternativa que dê a renda, a oportunidade com esse viés de sustentabilidade do que ficar querendo, única e exclusivamente, fazer pela fiscalização...porque a partir do momento que ficar claro que criar peixe é mais do vantajoso do que colocar boi no pasto na região amazônica, eu não tenho a menor dúvida de que nós vamos ter mais produção de peixe do que de gado.

E aí a nossa fiscalização é substituída pela eficiência da atividade que você teve oportunidade...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – E o mais importante, Ministra, é que é possível compatibilizar os dois. Compatibiliza os dois. Cria-se boi com maior intensividade e se produz piscicultura sem conflito.

A SRª IDELI SALVATTI – Sem conflito.

Ao Senador Wellington, antes que ele saia, eu quero dizer do meu compromisso de verificar essa história da base de pesquisa que está fechada lá no delta do Parnaíba, para gente poder resolver. E o senhor levantou uma questão, que, junto com a questão do Senador Benedito de Lira, é muito importante. O

gelo é o grande instrumento do atravessador. Quando a gente cria a condição da fábrica e gelo etc., aí a gente tem que resolver o problema da energia elétrica, porque sem o subsídio da energia elétrica você não alavanca.

Então, gelo é um problema estratégico para nós...

O SR. *(Não identificado.) – (Intervenção fora do microfone.)* Eu jamais pensaria nisso...

A SRª IDELI SALVATTI – Mas é verdade. Porque o pequeno pescador, a colônia de pescadores, o atravessador se aproveita dele porque ele tem o domínio do gelo. Então, ele compra o peixe por nada, em troca de poder dar o gelo, leva embora, ele não vê a cor do dinheiro gordo. Aí a gente se organiza, dá um jeito, faz a emenda parlamentar, e bota uma fábrica de gelo. Quem é que paga a conta da energia elétrica? A energia elétrica para produzir o gelo não é barata! E pior, tem lugar que não tem, porque fábrica de gelo é trifásica.

Eu tenho fábrica de gelo de emenda que não pude instalar porque não tem energia. Está lá. Às vezes parece que é simples, mas não é.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – A nossa cooperativa das mulheres lá em Mundo Novo, além de os maridos que pescam e vendem o peixe, elas fazem da pele do peixe e da escama bolsas e artesanato. E o grande problema deles é uma fábrica de gelo que o Ministro Gregolin, no final, liberou um recurso e está implantando e vai solucionar. Me lembrei que realmente era o grande drama.

A SRª IDELI SALVATTI – É o grande drama.

O Senador Benedito falou dessa história do gelo, do óleo diesel, nós vamos precisar equacionar, inclusive, para a pesca artesanal, porque hoje o subsídio do óleo diesel que nós temos em funcionamento é mais para pesca industrial que, vamos e venhamos, precisa mas quem mais precisa não está sendo atendido, que é o pescador artesanal, porque é muito pulverizado.

Nós estamos até discutindo a possibilidade de repente de um cartão, ter um valor/mês que...claro que aí eu vou precisar da ajuda de vocês para convencer o Ministro Mantega de que é um dinheiro importante. Mas a gente está trabalhando nessa linha.

Senador Benedito de Lira, me dê o seu projeto dos *royalties*, porque a Noruega se transformou num dos países de referência na aquicultura, inclusive do salmão, e todo projeto de tecnologia foi financiado com o petróleo que eles descobriram há 50, 60 anos. OU seja, o petróleo norueguês financiou a alternativa econômica da aquicultura na Noruega.

O SR. WELLINGTYON DIAS (Bloco/PT – PI) – Lá vem o pré-sal de volta.

A SRª IDELI SALVATTI – E lá vem o pré-sal de volta!

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Como é que é? Vamos fazer o PAC, até com recursos internacionais.

A SRª IDELI SALVATTI – Isso! Vamos buscar! Está ótimo!

Essa discussão tem toda a pertinência. O que a gente está discutindo com a Petrobras?

Vou dar um exemplo bem concreto para vocês. Quando a Petrobras coloca uma plataforma no mar, há uma área em torno da plataforma em que, por segurança, é proibida a navegação. Então, ninguém vai poder pescar ali, naquela área. Mas a plataforma funciona como um recife artificial, pois atrai os peixes. É o seguinte: não se pode pescar perto da plataforma, mas, longe da plataforma, não há mais peixes, porque estes estão todos perto da plataforma. Então, é preciso haver uma compensação. Há várias propostas. Por exemplo, a Petrobras, em torno da área em que não se pode pescar, na borda da plataforma, pode colocar outras coisas para funcionar como recife artificial, e, assim, o peixe fica numa região em que os barcos podem circular. E há outras centenas de sugestões.

A Petrobras precisa entender que as suas ações afetam a pesca, e, se isso ocorre, tem de haver compensação. E não pode haver a compensação somente quando vaza. Quando eles estão construindo, quando estão trabalhando com os sismógrafos, tudo isso afeta a pesca.

E há o entorno, não é, meus amigos? Quando se observa o Estado do Rio de Janeiro, por exemplo – junto com a Petrobras, lá há os grandes empreendimentos, como os do empresário Eike Batista, o Porto do Açu –, toda essa coisa *offshore* que toma conta do litoral, tudo isso causa impacto na pesca, e nada disso tem compensação.

Digo o seguinte: se o aquário é pequeno, temos de colocar os barquinhos nos que têm dinheiro, e muitos têm dinheiro por aí, para podermos fazer as compensações, inclusive na Amazônia. Estamos trabalhando com essa lógica de fazer as parcerias.

Busquei atender às perguntas dos que aqui estão presentes. No caso do Senador Ivo Cassol, tenho aqui o comprovante. Sou muito rigorosa. Eu ficava muito brava quando algum Ministro ia ao meu Estado e eu não sabia disso. Então, temos tido um cuidado muito grande nesse sentido. Cada vez que vou fazer as visitas, comunicamos isso. Então, essa comunicação foi feita ao gabinete do Senador Ivo Cassol e a todos os outros gabinetes dos Senadores e dos Deputados.

Como eu disse, vocês briguem lá e me ajudem aqui! Eu vou ficar bem faceira.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Srª Ministra, quanto à questão do terminal

pesqueiro de Porto Velho, a senhora esteve lá, a senhora viu o problema relacionado aos pescadores, aos ribeirinhos e à questão das usinas. Não é fácil resolver isso? Sei que V. Exª tem isso na sua agenda, mas quero pedir uma atenção especial aos nossos ribeirinhos.

A SRª IDELI SALVATTI – A situação do terminal pesqueiro de Porto Velho é muito delicada, porque envolve um litígio, uma situação com a colônia de pescadores que está dentro do terminal. Há dívidas. Os equipamentos estão lá parados. Imagine que a fábrica de gelo, a despolpadeira, tudo dentro do terminal está parado há alguns anos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – E a dívida é com a Ceron, a empresa de energia elétrica do Estado.

A SRª IDELI SALVATTI – Então, tem de negociar com o governo do Estado, para anistiar...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Não, não é mais estadual; agora, é federal.

A SRª IDELI SALVATTI – Então, já federalizou.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – A Ceron já foi federalizada há alguns anos.

A SRª IDELI SALVATTI – Depois da minha visita, pedi à Advocacia-Geral da União para montar uma mesa de conciliação, chamando quem é do Governo Federal, do Governo estadual, da Prefeitura, da colônia, põe todo mundo à mesa e vamos resolver aquilo para poder funcionar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Até para atender os ribeirinhos que, realmente, precisam desse apoio. E quero lembrar que os ribeirinhos não estão só em Porto Velho, Ministra, mas também no Vale do Guaporé, que pega a lateral toda do Estado de Rondônia.

A SRª IDELI SALVATTI – Bom, meus queridos, acredito que tratamos da maior parte dos assuntos aqui.

Aquilo que eu disse quero reafirmar: nós tivemos uma preocupação de ir, neste primeiro momento, ao maior número de Estados que tivemos capacidade física de ir. Porque uma coisa é dominar a máquina, dominar o assunto e buscar as parcerias, as ações que precisavam ser realizadas para poder dar conta da nossa tarefa toda; outra é conhecer a realidade *in loco*, ir aos Estados. Então, vou fazer os 27 Estados nesta linha de nós podermos ter o projeto específico para cada um, com o arranjo produtivo mais adequado para cada região.

O Senador Wellington me disse que, só no Estado do Piauí, a pesca e aquicultura estão introduzidas... Vocês fizeram projetos para onze territórios – isso só num Estado –, com diferencial de território para território.

E, então, para nós podermos avançar, evoluir, acredito que a ideia de podermos trabalhar com um programa, um projeto mais ousado, como foi colocado aqui a história do Parque do Peixe. Vamos ver se a gente consegue trabalhar nisso. Eu acho que é muito importante.

E quero dizer que já recebi, em audiência, onze Senadores que já nos procuraram, além das visitas. O nosso Ministério está absolutamente aberto e à disposição para todos os assuntos que cada um dos Senadores e Senadoras quiserem tratar, independente da nossa ida aos Estados. E, nas emendas, naqueles recursos que a Presidenta anunciou dos restos a pagar de emendas, nós vamos quitar, de 2008 e 2009, tudo que há de emendas lá no Ministério e vamos avançar significativamente nas emendas de 2010. E eu vou privilegiar emendas de bancada. Não tem essa ordem, mas como as emendas de bancada, em boa parte, são equipamentos e tal, é coisa que vai para a ponta, vai para as prefeituras... Então, há emenda de bancada do Amazonas, do Pará, de Rondônia, de Santa Catarina, de Sergipe – essas são as que me lembro de cabeça. Então, se não der para fazer tudo, vamos fazer a parte que dá. Mas nós vamos poder colocar essas questões.

E, no mais, só posso agradecer a presença dos senhores. Foi uma audiência que teve uma participação bastante significativa de Senadores e Senadoras...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – V. Exª conhece a Casa e sabe como funciona.

A SRª IDELI SALVATTI – Conheço e sei. Quinta-feira, pela manhã, com essa presença, eu só tenho que agradecer e muito.

(Palmas.)

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – A presença reflete o prestígio de V. Exª.

A SRª IDELI SALVATTI – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Ministra, nós é que agradecemos a sua presença aqui conosco. Temos certeza de que o setor da pesca vai ganhar muito com V. Exª à frente do Ministério. Conte conosco, não só com os Senadores, mas com a Comissão de Agricultura do Senado.

Muito obrigado.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a Reunião às 13 horas e 07 minutos.)

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 19 DE MAIO DE 2011.

Às oito horas e trinta e nove minutos do dia dezenove de maio de dois mil e onze, na Sala 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do

Senador **ACIR GURGACZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **DELCÍDIO DO AMARAL, GLEISI HOFFMANN, CLÉSIO ANDRADE, RODRIGO ROLLEMBERG, WALDEMIR MOKA, CASILDO MALDANER, ANA AMÉLIA, IVO CASSOL, FLEXA RIBEIRO, CYRO MIRANDA, JAYME CAMPOS, BLAIRO MAGGI e ANTONIO CARLOS VALADARES.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores: João Pedro, Eduardo Amorim e Benedito de Lira. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1**: – Não Terminativo – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 606, DE 2007. EMENTA:** Acresce inciso VIII ao caput do art. 5º da Lei nº 7.797, de 11 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente, e dá outras providências. Autoria: Senador Valter Pereira. Relatoria: Senador Blairo Maggi. Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1-CAE. Observações: A matéria foi apreciada pela CAE, tendo sido aprovado o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CAE, e será ainda apreciada pela CMA em decisão terminativa. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Gleisi Hoffmann, Waldemir Moka, Blairo Maggi, Ana Amélia, Rodrigo Rollemberg, Cyro Miranda e Ivo Cassol. **Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CAE/CRA. ITEM 2:** – Não Terminativo – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 192, DE 2010**. **EMENTA:** Inclui a avicultura de corte e de postura na pauta de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). Autoria: Senador Jorge Yanai. Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Relatório: Pela rejeição do projeto. Observações: – Não foram oferecidas emendas no prazo regimental. – Na 10ª Reunião Extraordinária da CRA, realizada em 5/05/2011, após a leitura do relatório pela Relatora, Senadora Gleisi Hoffmann, a Presidência concede vista ao Senador Waldemir Moka, nos termos do art. 132, § 1º, do RISF. Não houve manifestação decorrente do Pedido de Vista.- O Senador Valdir Raupp, em 18/05/2011, apresentou o Voto em Separado que conclui pela aprovação do Projeto com três emendas. A matéria será posteriormente apreciada pela CAE em decisão terminativa. **Resultado: Retirado de Pauta a pedido da Relatora, Senadora Gleisi Hoffmann. ITEM 3: REQUERIMENTO Nº 23, DE 2011-CRA**. **ASSUNTO**: Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, das propostas de alterações no Manual de Crédito Rural, em gestação na Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Gilson Bittencourt – Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda – **MF**; Sr. Edílson Guimarães – Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – **MAPA**; Sr. Laudemir André Muller – Secretário da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário – **SAF/MDA**; Sr. Sérgio Duarte de Castro – Secretário de Políticas de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional – **MI**; Sr. Roberto Smith – Presidente do Banco do Nordeste do Brasil – **BN**; Sr. Osmar Fernandes Dias – Vice-Presidente de Agronegócio e Micro e Pequenas Empresas do Banco do Brasil – **BB**; Representantes da Federação Brasileira de Bancos – **FEBRABAN**; Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – **CNA**. Autoria: Senadora Ana Amélia. No encaminhamento, usaram da palavra para tecerem comentários sobre o assunto os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Blairo Maggi, Ana Amélia, Gleisi Hoffmann e Cyro Miranda. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. PAUTA EXTRA: ITEM 1:** – Não Terminativo – **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 55, DE 2007**. **EMENTA:** Altera dispositivos da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Autoria: Deputado Dr. Rosinha. Relatoria: Senadora Ana Amélia. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1-CCJ/CMA, 2-CMA e com a Emenda nº 1, oferecida como conclusão de seu relatório. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Blairo Maggi, Delcídio do Amaral, Rodrigo Rollemberg e Casildo Maldaner. **Resultado: Vista coletiva concedida, nos termos do art. 132, §§ 1º e 4º do RISF, aos Senadores Blairo Maggi, Waldemir Moka, Rodrigo Rollemberg, Casildo Maldaner, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol e à Senadora Gleisi Hoffmann. ITEM 2: REQUERIMENTO S/N, DE 2011-CRA. ASSUNTO**: Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II e V, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de Audiência Pública por esta Comissão de

Agricultura e Reforma Agrária com o objetivo de discutir a política da **ANVISA** para os fertilizantes usados na agricultura, bem como esclarecer sobre os impasses existentes para a liberação de substâncias utilizadas na composição dos mesmos. Para a ocasião sugiro a presença do: Representante do Comitê Técnico para Agrotóxicos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – **ANVISA;** Representante da Câmara Técnica de Insumos Agropecuários do Minstério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – **MAPA;** Sr **Mário Alves Barbosa Neto** – Presidente da Associação Nacional para Difusão de Adubos – **ANDA;** Representante para a área de fertilizantes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – **EMBRAPA;** Senadora **Kátia Abreu** – Presidenta da Confederação Nacional da Agricultura – **CNA;** Sr. **Laércio Giampani** – Presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para a Defesa Agrícola **– SINDAG. Autoria:** Senador Eduardo Amorim. **Resultado: Adiado.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinqüenta e sete minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Acir Gurgacz,** Presidente da CRA.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior que, com anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à deliberação de matérias.

Vamos direto à pauta para que possamos nos adiantar um pouco.

Agradeço a presença dos Srs. Senadores nesta reunião, quando temos assuntos importantes para tratar, nesta manhã de quinta-feira.

ITEM 1:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 606, de 2007
(Não terminativo.)

Acresce inciso VIII ao caput do art. 5º da Lei nº 7.797, de 11 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências.

Autoria: Senador Valter Pereira.
Relatoria: Senador Blairo Maggi.

Com a palavra o Relator, Senador Blairo Maggi, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Bom dia, Sr. Presidente, bom dia, Senadora Gleisi.

Esse projeto, esse Fundo Nacional de Meio Ambiente já é um fundo existente. O Senador Valter está propondo uma modificação, no sentido de podermos também disponibilizar recursos desse fundo para a recuperação de áreas degradadas. O parecer feito por mim aprova essa mudança ou essa alteração, porque nas questões de meio ambiente o fato não é só não desmatar, não é só não abrir novas áreas, mas sim darmos condições aos produtores que já estão com suas terras abertas e que, com o tempo, ficam degradadas – afinal de contas, o solo também é uma coisa finita. Depois de muitos anos, o solo acaba se exaurindo e, se não for feita uma recuperação com calcário e fertilizantes, não há como fazer com que esse solo produza na mesma quantidade e na mesma qualidade que originalmente tinha. Se olharmos um pouco mais para o Centro-Oeste, vamos perceber que, naturalmente, os solos são bastante fracos, não têm uma capacidade química boa e sempre se precisa de muito calcário e de muita recuperação.

O projeto aqui em discussão está perfeito no mérito, na intenção do proponente, no caso, o Senador Walter. O Fundo Nacional de Meio Ambiente tem recursos, portanto, faltava essa autorização para que pudéssemos dar aos produtores ou àqueles que queiram fazer recuperação dos seus solos a condição de poder fazê-lo.

Vou rapidamente, aqui na conclusão da análise, dizer que compete à nossa Comissão, nos termos do art. 104, do inciso VIII do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matérias atinentes ao uso de conservação do solo e da agricultura, e que o PLS nº 606, de 2007, propõe permitir que recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente sejam utilizados, então, para o financiamento da recuperação de áreas degradadas.

Só ressaltando, a CAE, ao analisar esse projeto, apresentou uma emenda de redação para corrigir uma emenda do art. 1º desse projeto, uma incorreção formal quanto à data da Lei do Fundo Nacional do Meio Ambiente, em substituição à expressão "11 de julho de 1989" para "10 de julho de 1989".

Diante do exposto – e não estou aqui fazendo uma leitura do parecer, mas explicando o motivo, o porquê da concordância –, a minha decisão para os colegas é de aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 606, de 2007, com a Emenda nº 1-CAE.

Esse é o meu relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senador Blairo Maggi. Os meus

cumprimentos pelo seu relatório, pois é um tema bastante importante.

Esse fundo vem ajudar as nossas famílias a permanecer nas suas áreas, tendo uma condição melhor para cuidar das áreas degradadas, para aumentar a sua produção agrícola, sem ter que desmatar. Esse é o grande objetivo do Brasil, hoje: conter o desmatamento. Mas não basta apenas dizer para que não façam, temos que dar alternativas, que criar ferramentas para que a população das regiões agrícolas possa continuar nas suas áreas, aumentar sua produção, sem ter que desmatar, sem ter que sair da região.

Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann para discutir.

A SRª. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Bom dia, Sr, Presidente; bom dia, Srs. Senadores, apenas para parabenizar o Senador Blairo Maggi e manifestar meu voto favorável à matéria. Aliás, esta Comissão aprovou, recentemente, um projeto também de minha autoria que fazia uma inclusão muito semelhante ao Fundo de Catástrofe, também visando à recuperação de solos degradados, principalmente em razão de intempéries ambientais. Essa proposição vem reforçar essa ação, não só pelas questões de intempéries, mas também para dar condições ao agricultor de cuidar do seu solo, de fazer bem a sua produção e, como disse V. Exª, de ter um equilíbrio entre preservação e conservação ambiental e a produção agrícola, que tanto precisamos.

Então, votamos favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Para discutir, Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, Senador Acir, quero dizer que o autor, Senador Valter Pereira, do meu Estado, Mato Grosso do Sul, assumiu o Senado, infelizmente, com o falecimento do nosso grande Senador Ramez Tebet. Queria dizer que é muito oportuno parabenizar o Senador Blairo Maggi que, certamente, explicou bem o projeto. Mas me permitiria, ainda, uma colocação, Sr. Presidente: no sábado passado, o Ministro da Agricultura, Wagner Rossi, esteve, para nossa alegria e satisfação, na abertura da exposição de Dourados, segunda maior cidade do Mato Grosso do Sul – e já podemos dizer que é a capital desse setor de agricultura e pecuária. Aliás, Dourados tem uma região de terras extremamente férteis, de todo o chamado Cone Sul do Mato Grosso do Sul, além de ter um grande rebanho da melhor qualidade. Nessa oportunidade, o Ministro Wagner Rossi anunciou que, no próximo plano de safra, vamos ter exatamente uma novidade.

Eu costumava dizer lá na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados que, não sei por que, discutimos muito agricultura e não se discutia pecuária nas Comissões de Agricultura. É uma coisa que não consigo entender, até porque saltamos do 6º para o 1º lugar como exportador de carne bovina do mundo. Claro que isso nos valeu também algumas questões. Os irlandeses, os britânicos, enfim, criaram uma série de problemas, e continuam criando, porque não têm como competir com o nosso rebanho, e assim criam problemas na área de sanidade, foram eles que inventaram a vaca louca, mas acham que a aftosa – e essa nunca afetou a raça humana –, mas acham que esse é um grande problema.

Queria, para finalizar, dizer que penso que o projeto vem em boa hora, é importante, e digo mais: há uma contribuição muito grande na área ambiental. Quando se recupera a passagem degradada, a planta nova, chamada gramínea, até pela realização intensa de fotossíntese, captura muito mais carbono do que uma árvore adulta. Isso é uma coisa importante e, neste País, temos milhões e milhões de hectares com passagem degradada. Agora, por que não se recuperam então, a passagem degradada? Por incrível que possa parecer, é muito mais barato derrubar, abrir uma área nova, do que recuperar uma passagem degradada. Então, acho que isso é uma grande contribuição, e, claro, o projeto não é tão específico para isso, mas creio que contribui, na medida em que se cria um fundo para a recuperação de áreas degradadas.

Estou apenas juntando os dois assuntos, porque considero isso fundamental e penso que o Governo deve ser parabenizado, na pessoa do Ministro Wagner Rossi, pela iniciativa de ter, já nesse próximo plano de safra, recurso, financiamento específico para a pecuária, e um deles na recuperação de passagens degradadas, o que considero fundamental para evitar novos desmatamentos, para que se aumente a produtividade, porque isso é importante também.

Hoje, temos a produtividade média nacional, que deve ser menos de um animal por hectare. Uma vez recuperada essas passagens, pode-se colocar de três a cinco animais por hectare. Veja que ganhamos na produtividade e na questão ambiental, por isso que sou um daqueles que estimula cada vez mais recursos específicos para recuperação de passagem degradada.

Tem o nosso apoio, parabenizando o autor, ex-Senador Valter Pereira, e o grande ex-Governador do Mato Grosso, Senador Blairo Maggi.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem. Senador Waldemir Moka;

Para discutir, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Quero cumprimentar os Senadores Moka e Cyro, e a Senadora Ana Amélia.

O senhor tem toda razão, Senador Moka: o Governo e a sociedade têm dado muita importância, nos últimos anos, à agricultura e esquecido um pouco da pecuária. Se falarmos isso para o Governo, talvez ele diga que tem olhado pela pecuária e colocado recursos à disposição da pecuária. Só que a renda da pecuária é diferente da renda da agricultura; demora muito mais tempo a retornar àquele que está fazendo o investimento, e a quantidade de recursos que se obtém na pecuária é muito menor que na agricultura.

Portanto, um financiamento para recuperação de solos para a agricultura não pode ser o mesmo para a pecuária, porque há dinheiro disponível, mas não há tomador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – O retorno demora, é em outro ciclo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – O retorno é em outro ciclo, é mais demorado, é menos. Portanto, qualquer pecuarista que vive só da pecuária, buscar recursos no mercado para a agricultura, mesmo que tenha, está assinando sua falência ao longo do tempo. Não tem alternativa.

Então, realmente, esse projeto que estamos relatando só dá a condição, dentro do Fundo do Meio Ambiente já existente, de se poder fazer isso com recursos mais baratos, e, tenho a certeza, a pecuária poderá buscar esses recursos.

Na sua fala, também, o senhor se referiu ao Ministro da Agricultura, com respeito a novos recursos que estão chegando. Na semana passada, estive com a Ministra do Meio Ambiente, Izabella, e seus assessores, para fazer uma discussão antecipada sobre essa questão do desmatamento que ocorreu na Amazônia e no Estado do Mato Grosso. Nessa conversa, Senador Moka, fomos consultados sobre a possibilidade de um novo fundo ou de um novo recurso disponível para a pecuária. Esse recurso virá em boa hora e será um recurso de muito longo prazo. Discuti com eles a minha sugestão, certamente isso virá para a Casa para que possamos discutir, mas serão recursos na ordem de 15 a 20 anos para se devolver esse dinheiro ao banco ou ao repassador, e com juros que não poderão, na minha opinião, passar de 3% a 4% ano, sem nenhum tipo de correção. Ainda assim, o pecuarista terá que fazer muita conta para que, no final desse período, ele não perca as suas vaquinhas e não perca, também, a sua propriedade. Ninguém quer exatamente isso, todo mundo quer que as coisas andem, que o produtor tenha renda.

Aliás, não tem outra forma de continuarmos produzindo alimento, não tem outra forma de fixar o homem ao campo, e não tem outra forma para que não tenhamos, no futuro, aqui no Brasil, como temos na América e na Europa, uma agricultura que tem que ser só subsidiada e, muitas vezes, uma agricultura de agricultores só de final de semana. Você não tem mais as pessoas vivendo no campo; elas não se interessam mais. As gerações que estão vindo abandonam a atividade agrícola, porque, simplesmente, a renda é muito pequena, a perspectiva é muito baixa.

Então, esse assunto que discutimos hoje, aqui, penso que é o principal foco desta Comissão, qual seja, o de criar condições para que a agricultura e a pecuária se desenvolvam e se estabeleçam, de fato, no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado.

Com a palavra, para discutir, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente Acir Gurgacz, Senador Relator, parabéns pelo trabalho, Senador Blairo Maggi.

Sobre as observações do Senador Waldemir Moka, de fato, a atividade pecuária não remunera, não tem a renda suficiente para fazer tais investimentos sem um aporte, digamos, sob condições favoráveis para isso. Essa matéria chega em uma hora muito importante, na hora em que estamos discutindo exatamente o Código Florestal, na Câmara, marcado agora num acerto de Lideranças, para a próxima terça-feira, e isso pode ajudar também nesse espaço que estamos discutindo de preservação do meio ambiente e de uma atividade fundamental para a economia brasileira, para a geração de renda e geração de emprego. É nesse âmbito, nesse cenário, que a atualidade deste projeto, hoje, de preservação e de oferecer ao pecuarista responsável, para aquele preservacionista compatibilizar sua atividade econômica – no caso, pecuária – com a atividade de preservação da área onde ele está é extremamente relevante.

Queria cumprimentar o Senador Blairo pelo relatório que fez e apoiar integralmente a sua conclusão.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora.

Para discutir, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Quero cumprimentar V. Exª, Sr. Presidente, e todos os membros desta Comissão, desejar um bom dia a todos, e cumprimentar, de forma muito especial, o relator dessa matéria, Senador Blairo Maggi.

Os números divergem, Sr. Presidente, mas estima-se que, só no cerrado brasileiro, tenhamos em torno de 30 a 50 milhões de hectares de pastagens degradadas. Entendo que a prioridade do Governo, do País, é fazer com que tanto a produção de alimentos quanto a produção de agroenergia possam avançar sobre essas áreas degradadas, ou seja, a partir

da recuperação dessas áreas degradadas, que elas sejam incorporadas, digamos assim, à área produtiva do País. A Embrapa vem desenvolvendo tecnologias que permitem isso, como as tecnologias do plantio direto e tecnologias de integração, lavoura, pecuária e silvicultura, e, certamente, se tivermos instrumentos para garantir isso, vamos reduzir a pressão sobre os biomas preservados, seja ele o cerrado, seja ele a floresta amazônica.

Está demonstrado que já existe tecnologia, se houver vontade política e política pública consistente que garanta, além da difusão das tecnologias, o financiamento de forma bastante atrativa, teremos como recuperar essas áreas degradadas e torná-las produtivas. Portanto, considero mais do que correto, absolutamente justo, que possamos reutilizar recursos do Fundo do Meio Ambiente para recuperação dessas áreas degradadas.

Portanto, quero aqui parabenizar o relator, Senador Blairo Maggi, e me associar ao seu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg.

Aproveito a oportunidade para comunicar aos nossos Senadores e Senadoras que a nossa Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, confirmou sua presença aqui na nossa audiência pública. Dia 2 de junho, ela estará aqui para debatermos as questões importantes do meio ambiente do nosso País.

Aproveito também para cumprimentar a Ministra, que, neste momento de notícias com relação ao desmatamento na Amazônia, pela sua imparcialidade em fazer um levantamento e separar o desmatamento ilegal do desmatamento legal. Isto é muito importante, e quero cumprimentar a Ministra pela sua atuação rápida com relação a essa questão, mas principalmente separando muito bem o desmatamento ilegal do desmatamento legal. Isto é importante, e essa ação da Ministra vem ao encontro ao que nós pensamos.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Senador Acir, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador Blairo Maggi, para discutir...

Pela ordem, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – É para discutir, mas o que o senhor falou, não mais o Projeto.

Só para dizer o seguinte: essa questão do desmatamento na Amazônia, nós conseguimos uma redução bastante grande nos últimos anos. Meu Estado saiu de 11 mil quilômetros quadrados – era 1,1 milhão de hectares desmatados em 2003 – para menos de três mil hectares agora em 2010, e agora teve um pico. Em números absolutos, não é muita coisa, mas em percentual, é muita coisa.

Agora, a Ministra tem toda a razão. Eu falei a ela, na semana passada – já defendi isto em público também –, que nós não podemos ser complacentes com aqueles que estão errados. Não é possível pegar toda uma categoria, uma classe, um setor produtivo dos mais importantes do País e ficarmos reféns de meia dúzia de pessoas que parecem não morar no mesmo planeta que a gente. Parece que não estão morando no mesmo Estado, que não vivem na mesma sociedade que estamos vivendo. Enquanto a sociedade anda para lá, o camarada quer vir ao contrário.

Eu não aceito isto. Disse isto a ela. E a posição que estou vendo na tevê é justamente essa, de enfrentamento: "ó, põe o cara na cruz e manda ele para o inferno, se for o caso, mas não venha querer contaminar o resto da sociedade, do setor produtivo que está fazendo a coisa correta, de forma transparente".

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador.

Esta é a nossa posição, da Comissão, neste sentido, de valorizar os produtores que estão trabalhando corretamente e que se penalize aqueles que estão incorretos, que estão fazendo desmatamento ilegal ou algo ilegal. Esta é a nossa posição e queremos...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – (...) queremos que a Ministra continue nesse ritmo. Ela tem o nosso apoio nessa questão.

Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, quero aproveitar a oportunidade para convidar todos os membros da Comissão de Agricultura para visitarem a Agrobrasília.

A Agrobrasília é uma grande exposição, uma grande feira tecnológica de produtos destinados à agricultura e à pecuária. Hoje já é uma das maiores feiras do Centro-Oeste. Depois da feira de Ribeirão Preto, talvez seja a maior em equipamentos agrícolas, em tecnologias agrícolas.

Nós – posso dizer isto em nome da comissão organizadora do evento, que me pediu para fazer isto – nos sentiremos muito honrados com a presença, com a visita das Sr[a]s e dos Srs. Senadores.

Fica localizada no PAD-DF, uma região ocupada por grandes produtores rurais, vindos especialmente do Sul do País, num processo de colonização.

Amanhã, inclusive, esta Comissão estará realizando uma audiência pública lá na Agrobrasília.

A segunda questão, Sr. Presidente, é solicitar... Nós tínhamos previsto a vinda da Ministra Izabella, na semana passada, à Comissão de Meio Ambiente, para discutir o Código Florestal. Contudo, em função da não

votação na Câmara, ela acabou adiando. Mas que possamos fazer essa audiência conjunta das Comissões de Agricultura e de Meio Ambiente no dia 2 de junho, já definido, já acertado com a Ministra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador. Depois nós colocamos em discussão.

Preciso colocar em votação esse Projeto para que, depois, nós possamos discutir...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, para discussão ainda.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Para discussão?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu quero parabenizar o Relator, Senador Blairo, e dizer que o que mais me deixa contente é que a ótica está muito tímida para a pecuária realmente. A gente sempre tem se voltado para a agricultura, e a pecuária tem tido pouca coisa ainda que nós estejamos olhando.

Realmente, isso, inclusive na nossa região, do Estado de Goiás, o Fundo Nacional do Meio Ambiente podendo patrocinar essa causa para nós vai ser muito importante, porque muita coisa tem sido degradada.

Então, realmente estão de parabéns o Relator, pela maneira como expôs, e acho que devemos continuar tendo um olhar maior para a pecuária também.

Muito obrigado, Senador.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu só quero agradecer esse convite do Senador Rodrigo Rollemberg, para essa exposição.

Eu já estive aí, viu, Rodrigo? Realmente é uma das grandes exposições do País. Eu sinto que o companheiro está se aproximando da bancada ruralista , o que vejo com muita simpatia.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Eu nunca me distanciei.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – O que acontece, o que estamos promovendo aqui, Senador Moka, é uma união dos produtores rurais com os ambientalistas.

Para discutir, Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Presidente, é uma alegria cumprimentá-lo e demais Senadores e Senadores. Quero dizer que, até que enfim, eu vejo nesta Casa um projeto que vem ao encontro dos interesses ambientais. Eu que fui governador por dois mandatos, todo mundo sabe, sequer eu tive uma cibalena do Ministério do Meio Ambientem, naqueles oito anos, para ajudar a fazer a preservação da nossa Região Amazônica.

Eu fico feliz de poder participar aqui da Comissão de Agricultura e poder votar esse projeto, acompanhando também o Relator Blairo Maggi, especialmente quando vem ao encontro da discussão do nosso Código Florestal. Ao mesmo tempo, quero aqui ser solidário ao Senador Blairo Maggi. Ontem também assisti, pela mídia nacional, ao desmatamento, e nos precisávamos debater um assunto fundamental. Eles estão debatendo aqui o desmatamento com números que já viemos reduzindo anos após anos. Eles tinha que dizer ao contrário: quantos hectares, na verdade, estão desmatando.

Uma outra sugestão que faço a esta Casa: temos que ter nesta Casa imediatamente uma posição e um projeto de lei para que todos aqueles que cometam crime ambiental percam a propriedade imediatamente. Chega de sermos cobaias. Há alguns "produtores" que dizem que são produtores, mas, na verdade, são criminosos que estão colocando em xeque todo mundo, colocando os deputados, colocando os Senadores. O que queremos na verdade é ter o marco zero, é daqui para trás, ver o que foi feito para colocar na legalidade; e, daqui para frente, cada um saber o que pode fazer, o que pode deixar de fazer.

Agora o que eu não consigo entender é uma coisa, Presidente: a estrutura que o Governo Federal tem e a maneira como eles falam da preservação ambiental, será que só vivem correndo atrás da carroça? Por que essa estrutura que o Governo Federal tem, o Ibama, a Polícia Federal, a polícia nacional não vai na frente? Até quando nós vamos ficar assistindo aos órgãos ambientais só correndo atrás? Até parece que fazem de propósito, para depois colocar o setor produtivo em xeque nacional.

Então, eu vejo isso com tristeza, porque eu fui governador e, para poder diminuir o desmatamento, fomos nós que fizemos o trabalho no Estado de Rondônia, nós que fizemos campanha nas escolas, fizemos campanha com os produtores, fizemos campanha em todos os locais que pudemos fazer contra queimada e contra desmatamento. E conseguimos diminuir com índices extraordinário. Mas, se for comparado agora com o ano passado, é lógico que sempre vai ser grande. Agora, temos que colocar em prática também o que é permitido. Eu vi os números ontem à noite aqui, e estão colocando o que é permitido. Se é permitido derrubar 20% da Amazônia, na Região Norte, esses 20% não podem ser colocados na mídia nacional como desmatamento. Isso é legal. Agora, o que for ilegal,

não: esse tem que "meter a taca" nos caras, porque nós não podemos aceitar, não.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito Obrigado, Senador Ivo. Essa é a nossa colocação em relação à ação do Ministério do Meio ambiente, por intermédio da Ministra, que está separando muito bem o desmatamento legal do ilegal.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 2:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 192, DE 2010
(Não terminativo.)

Inclui a avicultura de corte e de postura na pauta de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos.

Autoria: Senador Jorge Yanai.

Nós temos um voto em separado.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Permita-me, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senadora Gleisi, para discutir.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Eu vou pedir a retirada de pauta dessa matéria, podendo ela ser pautada na próxima semana, pois, até por conversa com V. Exª e também por solicitação do Senador Valdir Raupp, que apresentou voto em separada e não está hoje na Casa, até para que a gente possa discutir a matéria na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem. Então, fica retirada esta matéria, para que a gente possa discuti-la na próxima reunião.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) Pela ordem, eu queria falar...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não. Antes porém, temos um requerimento, Senadora Gleisi, de autoria da Senadora Ana Amélia, para convocarmos audiência pública, e esse pedido já foi feito, igualmente, no dia 24 de abril.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Foi um requerimento de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pergunto, Senadora Ana Amélia, se poderíamos juntar os dois requerimentos e fazer uma audiência só. As pessoas a serem convidadas são as mesmas, com a mudança apenas do Diretor de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, que foi mudado, exatamente, com o nosso ex-Senador do PDT, Osmar Dias.

Então, peço às duas relatoras para que possamos juntar, e já está marcada essa audiência pública.

Consulto se posso colocar junto...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Gostaria de firmar o requerimento com a Senadora Gleisi, não importando quem chegou primeiro. O tema é relevante, e acho correto e oportuno que haja a substituição, uma vez que não é a mesma pessoa que tem a titularidade no Banco do Brasil a respeito desse assunto que é tão relevante para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Eu ia propor o mesmo encaminhamento, Sr. Presidente. Agradeço também à Senadora Ana Amélia.

A matéria é importante; quer dizer, uma nova política de crédito agrícola que está sendo elaborada. Naquela época, a gente já tinha a preocupação de discutir a política de crédito para que ela fosse uma política duradoura no tempo, e não em cada safra você estabelecer regras, não é mesmo? E agora, pelo que a gente vê aqui, o que foi divulgado, inclusive o limite de endividamento e de financiamento não será feito mais por cultura, mas por CPF do agricultor, o que, com certeza, vai facilitar muitíssimo as relações na operação de crédito. Mas, com certeza, também precisamos aprofundar outras questões.

E, de fato, os nomes que a Senadora Ana Amélia coloca aqui são os nomes envolvidos na questão do crédito e, se pudermos juntar a mesma audiência pública e marcá-la, Sr. Presidente – era isso que eu ia pedir –, o mais rapidamente possível, seria de muita valia para esta Comissão e esta Casa, porque acompanharíamos as mudanças desde o início.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora.

Faço a leitura do requerimento, para que possamos votá-lo.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Só uma observação sobre a importância, porque, talvez, a gente possa influenciar já no próximo plano de safra com essa discussão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Por isso é importante a solicitação da Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Faço a leitura do requerimento de autoria da Senadora Ana Amélia.

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CRA

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de

audiência pública no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), para tratar sobre as propostas de alteração no Manual de Crédito Rural, em gestação na Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, com a presença dos seguintes convidados:

- Dr. Gilson Bittencourt, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda;

- Dr. Edilson Guimarães, Secretário de Política Agrícola do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa);

- Dr. Laudemir André Müller, Secretário de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário;

- Dr. Sérgio Duarte de Castro, Secretário de Políticas de Desenvolvimento Regional do Ministério de Integração Nacional;

- Dr. Roberto Smith, Presidente do Banco do Nordeste do Brasil;

- Sr. Osmar Fernandes Dias, Vice-Presidente de Agronegócios e Micro e Pequenas Empresas do Banco do Brasil;

- Representante da Federação Brasileira de Bancos (Febraban); e

- Representante da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Em votação a união dos dois requerimentos.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, concordo com a junção dos dois requerimentos, só que estou percebendo que é muita gente para um dia só. Como e em que tempo vamos fazer isso? Porque, senão, a discussão fica... O nosso tempo aqui nesta Comissão é muito pequeno, está sendo muito curto.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sugiro que aprovemos e depois discutamos a confirmação dos convidados, porque nem todos que estão na lista estarão aqui; estarão convidados, mas nem todos virão.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Mas a minha sugestão... Vamos votar, sim, mas, talvez, se esta Comissão pudesse tirar um tempo para, na sexta-feira, naquele horário que a gente tem à tarde, inclusive com televisão. Ele é ruim, mas é um tempo que a gente tem.

A SRª ANA AMÈLIA (Bloco/PP – RS) – Senador, penso que a sua argumentação é absolutamente procedente. O que seria mais produtivo era repartir em duas audiências: uma primeira e, na sequência, na semana seguinte, uma segunda, para concluir o tema. Aí poderíamos, inclusive, colocar quatro ou cinco pessoas, que é o limite razoável para isso, e incluir aqui entre os participantes que me ocorrem os representantes da agricultura familiar. A Contag poderia fazer a representação, já que saíram do Grito da Terra, e nós aqui, na sexta-feira, fizemos um debate amplo sobre o endividamento na agricultura familiar. Penso que seja importante e relevante a Contag participar também desse debate, já que entra a CNA, dentro da lógica e da solução que o senhor apresenta, Senador Blairo Maggi, sugerindo ao Presidente, porque acho perfeitamente razoável essa sequência de duas, dada a importância e a relevância deste tema, porque esse é o futuro da próxima safra, 2011/2012.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senadora Gleisi Hoffmann, para discutir.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Eu queria fazer um encaminhamento. Eu concordo também com a divisão, mas gostaria que fosse uma audiência pública no horário da Comissão, com os representantes do Governo, para entendermos o que é o plano, porque nós não entendemos. Aí nós já vamos trazer pessoas de outras entidades para fazer um debate para o qual nem nós temos informações.

Então, com o encaminhamento dado pela Senadora Ana Amélia, nós poderemos fazer o seguinte: no horário da reunião da Comissão, nós temos aqui o Gilson Bittencourt, representante da Fazenda, o representante do Mapa, o representante do MDA e o representante do Banco do Brasil. Essas quatro figuras sobre as quais reside toda a responsabilidade do encaminhamento da política de crédito agrícola, e aí nós temos uma exposição da política oficial, vamos sanar nossas dúvidas, enfim. Aí nós fazemos, numa segunda edição um debate com os representantes da sociedade, CNA, agricultura familiar, Contag, para que possamos, a partir dos elementos que temos, fazer esse debate e influenciar. Tem que ser na sequência. Pode até ser numa quinta-feira e numa sexta-feira, utilizando aquele espaço que temos e que, inclusive, tem dimensão com a TV Senado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu, inclusive, gostaria, Sr. Presidente, se me permite, quando forem enviadas as correspondências e os convites, seria conveniente informar, na mesma ocasião, aos convidados, os representantes legítimos dos produtores, pequenos ou empresariais, que, nessa data, será realizado o debate para que eles possam acompanhar e ver as eventuais dúvidas, para suscitar na reunião seguinte que faremos sobre o mesmo tema.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Podem até ser convidados para participar aqui, para ouvir, não para falar, mas para vir aqui à Comissão e

ouvir as exposições e, na sequência, fazer o debate na outra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Mais positivo. É que eu quis economizar a viagem a Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senadoras.

Para discutir, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu também havia feito essa observação de que é contraproducente – e isso já se mostrou assim em várias comissões – se passar de três ou quatro no debate. Mas eu ainda tenho uma coisa, Senadora Ana Amélia: eu não sei se seria melhor a gente ter Governo e alguém para fazer o contraponto, porque, senão, nós vamos ter só Governo e, depois, na outra, só uma outra situação.

Se a gente pudesse ter alguma coisa para fazer um contraponto e fizesse a discussão...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – *(Intervenção fora do microfone.)* O contraponto somos nós, Senador.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Mas eu digo, de todos esses aqui, não tem quem possa ainda... Porque aqui existem pessoas que não são Governo também.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sim. Na verdade, é Ministério da Fazenda, Agricultura... Os quatro são do setor oficial. Então, evidentemente, penso que os Senadores seriam os esclarecedores.

Como eles estarão aqui como convidados, poderão suscitar alguma questão para os Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Por gentileza, para encaminhar então.

Nós temos, já confirmadas, as pessoas do Governo para o dia 9 de junho, uma quinta-feira pela manhã. Apenas nós estamos juntando as duas audiências públicas. E já marcamos para o próximo dia 10, na mesma semana, até para não esfriar o assunto, que nós possamos continuar o debate com as mesmas pessoas que foram aprovadas aqui. Elas já estarão aqui, participarão dia 9 e dia 10, só para encaminhar, para atender realmente...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) –As duas de manhã?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Não, dia 9 de manhã e dia 10 à tarde, uma sexta-feira. É às 14 horas que começa o nosso ciclo de debates aqui na Comissão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Aí não é audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Não é audiência pública; é um ciclo de debates, mas tem o mesmo efeito. E também podemos torná-la audiência pública. Não há problema. Nós podemos torná-la audiência pública, na sexta-feira...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Dia 10 de junho?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sim; 10 de junho, também às 14 horas.

Dessa forma, entendo que vamos atender tanto à Senadora Gleisi quanto à Senadora Ana Amélia e demais Senadores com esse tema que realmente é muito importante para a agricultura brasileira. Vamos debater e ajudar a construir esse projeto que é muito importante para os nossos produtores.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, tem alguma votação a mais?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Temos mais uma pauta extra, Senador Blairo.

Pauta extra:

ITEM 1:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 55, DE 2007

Altera dispositivos da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

Autoria: Deputado Dr. Rosinha.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, eu quero pedir vista desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Eu tenho que fazer a leitura do parecer e do relatório para que depois V. Exª possa...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Eu vou ouvir, mas mantenho o meu pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sem dúvida. É só porque, para seguirmos o rito da legislação, nós precisamos ler o relatório.

Para ler o relatório, a Senadora Ana Amélia, que concluiu pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1-CCJ/CMA, a Emenda nº 2-CMA e a Emenda nº 3, apresentada.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente Acir.

O relatório é o seguinte:

O Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2007, do Projeto de Lei nº 2.938, de 2004, na Casa de origem, modifica dispositivos da Lei nº 7.802, de 11 de junho de 1989, a chamada Lei dos Agrotóxicos, que trata de pesquisa, produção, importação, exportação, transporte e comercialização, destinação final de resíduos, registro e fiscalização de agrotóxicos.

No Senado Federal, o Projeto de Lei Complementar nº 55, de 2007, foi distribuído inicialmente para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e para a Comissão do Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Em face da aprovação dos Requerimentos nº 160 e 230, ambos de 2011, de autoria, respectivamente, dos Senadores Waldemir Moka e Acir Gurgacz, previamente à análise do projeto pelo Plenário, será ouvida a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Cumpre ressaltar que o Projeto de Lei Complementar nº 55, de 2007, foi aprovado na CCJ, com inclusão de emenda apresentada pelo Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 19 da Lei nº 7.802, de 1989, passando a denominar o parágrafo único como § 1º e acrescentando um § 2º que determina:

§ 2º. Todos os agrotóxicos, componentes e afins comercializados no País deverão estar acondicionados em embalagens com o sistema de código de barras, visando possibilitar a identificação do fabricante e do adquirente.

Já a Comissão de Meio Ambiente aprovou parecer favorável ao projeto, com emenda de redação apresentada pelo Relator, Senador Jefferson Praia, que ajusta a ementa da proposição.

Não foram apresentadas outras emendas à proposição.

Análise.

Nos termos do art. 104-B, inciso VI, do Regimento Interno do Sendo Federal, compete à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária opinar sobre comercialização e fiscalização de produtos e insumos, inspeção e fiscalização de alimentos, vigilância e defesa sanitária animal e vegetal.

Em sua redação atual, o art. 16 da Lei nº 7.802, de 1989, estabelece que o empregador, o profissional responsável ou o prestador de serviços que deixar de promover as medidas necessárias de proteção à saúde e ao meio ambiente estará sujeito à pena de reclusão de dois a quatro anos, além de multa, cujo valor é fixado entre cem e mil MVR (Maior Valor de Referência). Além disso, prevê que, em caso de culpa, o responsável será punido com pena de reclusão de um a três anos e multa de cinquenta a quinhentos MVR.

Já o art. 17 da mesma lei estabelece que, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, a infração às disposições dessa norma acarretará, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções, independentemente das medidas cautelares de estabelecimento e apreensão dos agrotóxicos ou dos alimentos contaminados: advertência; multa de até mil vezes o MVR, aplicável em dobro em caso de reincidência; condenação de produto; inutilização de produto; suspensão de autorização, registro ou licença; cancelamento de autorização, registro ou licença; interdição temporária ou definitiva de estabelecimento; destruição de vegetais, partes de vegetais e alimentos com resíduos acima do permitido, ou nos quais tenha havido aplicação de agrotóxicos de uso não autorizado. O parágrafo único desse artigo determina que a autoridade fiscalizadora faça a divulgação das sanções impostas aos infratores da lei.

O PLC nº55, de 2007, ora analisado, altera primeiramente o art. 16, por meio de inclusão de dois parágrafos, de modo a transferir para o § 1º a estipulação da pena em caso de culpa, atualmente definida no *caput* do artigo; e propõe o acréscimo de um § 2º, pelo qual as multas previstas no *caput* e no § 1º serão as definidas nos arts. 49 e 52 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), excluindo, assim, a referência ao MVR.

Adicionalmente, Senador, propõe as seguintes alterações no art. 17: em relação à multa prevista no inciso II: passa a definir seu valor como dez mil reais, aplicáveis em dobro no caso de reincidência, quando estiver envolvido agricultor que seja pessoa física, e como cem mil reais, quando se tratar de pessoa jurídica ou responsável técnico; transforma o parágrafo único em § 1º; acrescenta um § 2º, estabelecendo que a condenação e a inutilização do produto contemplarão alimentos contaminados; agrega, finalmente, um § 3º, determinando que a interdição temporária ou definitiva de estabelecimento incluirá o empreendimento rural no qual tenham sido infringidas disposições da lei.

De acordo com a atual Lei dos Agrotóxicos, o valor das multas por infrações a seus dispositivos é fixado em Maior Unidade de Referência (MVR). Tal unidade de valor foi extinta pela Lei nº 8.177, de 1991. Com a modificação proposta, a valoração passa a seguir o critério de dias-multa do Código penal. Tal alteração é importante a fim de se uniformizar a aplicação das penalidades.

Também concordamos com a definição do valor multa prevista no art. 17 da referida lei, que passa a ser definido em reais e não mais baseado na extinta

MVR. Com a estabilização econômica advinda da implementação do Plano Real, não faz mais sentido a indexação dos valores de multas.

Somos, também, favoráveis à emenda aprovada pela CCJ, que torna obrigatória a impressão de código de barras nas embalagens de agrotóxicos, o que permitirá a identificação do fabricante e do adquirente do produto.

Todos esses pontos mostram a importante contribuição da proposição em análise ao setor agropecuário brasileiro, motivo pelo qual somos favoráveis a sua aprovação.

Com o objetivo de aprimorar a proposta, apresentamos emenda para suprimir dos dispositivos do Projeto: os §§ 2º e 3º que a proposição pretender incluir no art. 17 da Lei nº 7.802, de 1989. O § 2º deve ser excluído porque a expressão "alimentos contaminados" é desnecessária e redundante, haja vista os incisos VIII e VII do art. 17 já tratarem possibilidade de destruição de alimentos com resíduos acima do permitido, ou que tenham recebido aplicação de agrotóxicos de uso não autorizado. Já a supressão do §3º se justifica pelo fato de que a interdição definitiva de uma propriedade rural é uma medida drástica, que pode levar o produtor rural à ruína por eventuais interpretações equivocadas da Lei.

Voto.

Com base no exposto, votamos, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2007, nos termos dos pareceres aprovados pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e pela Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, e com a seguinte emenda:

Emenda nº..., da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Suprimam-se os §§ 2º e 3º do art. 17 da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, na redação dada pelo art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2007.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Agradeço, Senadora Ana Amélia, pelo brilhante relatório que traz para aprovação.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Nós vamos à discussão.

Pela ordem de inscrição, Senador Blairo Maggi. Na sequência, Senador Delcídio do Amaral.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Cumprimento a Senadora Ana Amélia. Nada melhor do que ouvir o relatório do que pedir vista primeiro. Mas eu fiquei com uma dúvida, Senadora, e gostaria de um esclarecimento sobre a proposta de colocar o código de barras para identificar o fabricante e o consumidor. Claro que identificar o fabricante está fácil. No momento em que o produto está saindo, está sendo etiquetado, não há problema nenhum. Mas as fábricas fabricam milhares de litros de produtos, embalam em caixas ou em recipientes maiores e já vão para o depósito, às vezes já fechados com plástico, para evitar que eles se percam no meio do caminho.

A pergunta é: como é que na hora do carregamento ele vai incluir no código de barras o nome do comprador?

A idéia é excelente, porque se pode até identificar, em questão de roubo, de perda de embalagem, embalagens jogadas no meio de reservas...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Facilita a rastreabilidade também.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Facilita muito, mas a pergunta é: como é que nós vamos fazer com que a empresa faça isso? A senhora chegou a discutir esse assunto?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não, aí é que está. A dúvida também suscitada por V. Exª pode ser esclarecida num pedido de vistas e a gente reexamina esse tema também. Concordo com V. Exª, na medida em que isso pode representar até um ônus para o controle final. Então, podemos fazer um pedido de vista coletiva para evitar uma demora na análise desta matéria.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – O.k. Mantenho, então, meu pedido de vista.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem. Então é mantido. Preciso só ouvir o Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, em função dos mesmos argumentos aqui já externados pela Senadora Ana Amélia e pelo Senador Blairo, eu também iria pedir vistas. Portanto, acho que a proposta da Senadora Ana Amélia, de vistas coletivas, porque na próxima semana este projeto já seria aqui votado pela Comissão, acho que é uma decisão correta.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem. Vista coletiva concedida para esta matéria.

Pauta extra:

ITEM 2:

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CRA

Requerimento de autoria do Senador Eduardo Amorim, que não se encontra presente. Então, nós vamos deixar para a próxima reunião pelo fato de o autor não estar presente.

Não temos mais nenhuma matéria a ser apresentada...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, pela ordem

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, como nós estamos fazendo já há algum tempo as audiências públicas conjuntas a respeito do Código Florestal, consulto se é necessário deliberação desta Comissão a respeito da audiência conjunta com a Ministra do Meio Ambiente, ou se já está deliberado, em função das deliberações anteriores e das audiências públicas que já foram realizadas.

Essa é a questão. Em seguida, quero colocar outra questão, dependendo da resposta de V. Exª – quer dizer, após a resposta de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não. Vamos manter sempre esse rito de consultar o Plenário. Então, consulto o Plenário no sentido de fazermos a audiência pública no dia 2 de junho, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, para que a gente possa...

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Eu quero justificar

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Deixe-me deliberar. Aí, V. Exª volta com a palavra sem nenhum problema.

Consulto o Plenário se todos concordam em fazer audiência pública da nossa Comissão juntamente com a Comissão do Meio Ambiente, no dia 2 de junho, com a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, no mesmo horário. *(Pausa.)*

Aprovado.

Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, cumprimentado V. Exª, quero convidar os telespectadores da TV Senado e dizer, mais uma vez, que realizaremos uma audiência pública amanhã, dia 20 de maio, a partir das 14 horas, no Parque Tecnológico Ivaldo Cenci, na BR-251, km 5 do PAD-DF, durante a Agrobrasília, que tem como objetivo avaliar os avanços recentes das inovações tecnológicas no campo, bem como o processo de comunicação dessas inovações aos agricultores e as políticas de acesso aos serviços públicos de assistência técnica e extensão rural, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Lúcio Brunale, chefe do Departamento de Transferência de Tecnologia da Embrapa; o Sr. Argileu Martins da Silva, diretor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério de Desenvolvimento Agrário; o Sr. Lúcio Valadão, Secretário de Estado da Agricultura e Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal; o Sr. José Guilherme Leal, Presidente da Emater do Distrito Federal; o Sr. Leomar Cenci, Presidente da Cooperativa Agropecuária do Distrito Federal, Coopa–DF e o Deputado Distrital Joe Valle, que é também produtor orgânico.

Esses são os convidados. Mais uma vez, convido os nobres Senadores a visitarem a Agrobrasília e todos os interessados a participarem dessa audiência pública.

Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado.

Pela ordem de inscrição, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria que se votasse o assunto de que já tratei na tribuna do Senado por duas vezes, ontem e anteontem, a respeito da manifestação que três mil produtores de arroz do meu Estado fizeram, interrompendo a circulação na ponte Internacional da Amizade, que divide o Brasil da Argentina, entre Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, e Paso de Los Libres, na Argentina. Foi um ato extremo, embora pacífico, dos agricultores produtores de arroz, que se deslocaram por dezenas de quilômetros – 800km – até chegar a essa mobilização, para demonstrar a gravidade dos problemas decorrentes da comercialização dos produtos.

Sabe-se, porque é recorrente, que hoje o preço mínimo é R$25,00 a saca, e o produtor está recebendo de R$19,00 a R$17,00 a saca, o que torna insustentável a produção de um produto básico do cardápio brasileiro e também fundamental para a estabilidade econômica e para o abastecimento interno.

Existem dois problemas aí, Sr. Presidente. Os custos de produção aumentados, a concorrência predatória da Argentina que faz chegar ao Brasil cem mil toneladas mensais, passando por essa ponte e por outra da São Borja a São Tomé, que tem agravado os problemas existentes. O não cumprimento do preço mínimo de R$25,00 é outro fator agravante da situação de endividamento e de risco que esse setor pode representar.

Gostaria de finalizar, informando que, hoje à tarde, no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior haverá uma reunião interministerial com representantes do Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura e Banco do Brasil para tratar desse tema. A Bancada do Rio Grande do Sul, meu Estado, está envolvida, A Bancada de Santa Catarina, do Senador Casildo Maldaner igualmente, porque o problema não está localizado apenas no Rio Grande

do Sul, mas também em Santa Catarina. Então, às 14 horas, haverá essa reunião no âmbito do Ministério, para tentar solucionar esse gravíssimo problema, que também na questão do Mercosul tem afetado outros setores concorrenciais de forma desleal, dadas as medidas protecionistas que o Governo argentino vem adotando nessa matéria da relação comercial bilateral.

Então, com essa comunicação dessa reunião hoje à tarde, esperamos, enfim, que haja uma sinalização favorável para que os produtores que continuam lá mobilizados possam ter mais tranquilidade em relação ao futuro.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senadora.

Pergunto ao Senador Waldemir Moka se poderia, em nome desta Comissão, acompanhar a Senadora Ana Amélia para fazer um trabalho de apoio no sentido de ajudá-la, no sentido de...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – (...) de levar a Comissão junto com V. Exª e também quero sugerir que, no dia 3 de junho, uma data vaga, sexta-feira, a gente possa debater este assunto especificamente. Ainda faltam 15 dias para o dia 3, mas ainda estará no calor do problema, para darmos uma resposta a esses produtores, que precisam do nosso apoio, do Senado, principalmente da Comissão de Agricultura.

Então, sugiro a V. Exª que a gente possa marcar e depois nós faremos... Mas já deixamos em aberto e convidamos o Senador Waldemir Moka para acompanhá-la.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Não que V. Exª precise, mas eu o farei com enorme...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Institucionalmente, é muito importante. Tenho certeza de que o Senador Casildo também estará lá, às 14 horas, no sexto andar do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Aí nós vamos chegar lá com uma representação da Comissão de Agricultura do Senado, claro que aqui hoje reforçada pelo nosso Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Reforça politicamente.

Agradeço imensamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senadora.

Fica marcado, então, para o dia 3 de junho um ciclo de debates para debatermos o preço do arroz, o preço do trigo e essa relação do Brasil com a Argentina, com o Uruguai, as importações dessa matéria-prima que é tão importante para nós, mas nós precisamos ter uma política...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Comida na mesa do brasileiro, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – (...) no sentido de fazer com que o nosso agricultor brasileiro tenha a sua atenção devida.

Para discutir, Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente e nobres colegas, dois pontos. O primeiro é para emprestar a solidariedade a essa luta da Senadora Ana Amélia, que conseguiu fazer com que esta reunião acontecesse hoje à tarde, para poder enfrentar a questão do arroz, que é um problema, como diz ela, não só do Rio Grande e de Santa Catarina, mas do Brasil. Ainda mais agora, com a representação da própria direção da Comissão do Agronegócio Brasileiro e V. Exª delegando ao Vice-Presidente, Senador Moka, que a acompanhe nessa audiência pública. Este é um ponto.

Ponto dois, Sr. Presidente. Fico um pouco preocupado porque, nessa audiência pública em conjunto com a Comissão do Meio Ambiente do próximo dia 2 de junho, com a presença da Ministra do Meio Ambiente, quero crer que um dos temas é o Código Florestal. Fico preocupado porque já era para ter sido votado na Câmara na semana passada, mas adiaram para votar na próxima terça-feira, pelo que eu sei.

Quer dizer, há uma ansiedade quanto à próxima terça-feira. E nós, aqui, no Senado, no dia 2 de junho apenas para discutirmos numa audiência pública conjunta da Comissão de Agricultura e da de Meio Ambiente, com a presença da Ministra... Já tivemos um encontro com a Ministra na residência do nosso Presidente, de V. Exª, por sinal, que cedeu a residência para fazer o encontro para discutir, e agora mais uma audiência pública, no dia 2 de junho... Fico preocupado porque isso vai se alastrando e quando a gente vai votar esse Código Florestal? A ansiedade é muito grande, até por que em junho, se não estou equivocado, uma legislação aí vence e nós vamos ter na ilegalidade milhares de pequenos e médios produtores no Brasil inteiro. Eu me preocupo.

Se é uma audiência pública no dia 2 de junho, a coisa pode ir levando por mais tempo. Vamos torcer para que, na próxima semana, a Câmara dos Deputados vote o Código, que ele, em seguida, venha para cá e nós consigamos, numa relatoria única do Senado, avançar nisso. Quem sabe no dia 2 de junho nós o tenhamos no Plenário e essa audiência pública não tenha tanta urgência. Vamos torcer.

Esta é uma preocupação que externo a V. Exª e aos demais colegas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senador Casildo. V. Exª coloca um tema muito importante: a aprovação da reforma do Código Florestal.

Essa matéria está em discussão na Câmara dos Deputados. Há uma previsão de que ele seja votado na próxima semana. A próxima semana será exatamente entre o dia 23 e 29. Portanto, se for votada na semana que vem, ela virá para o Senado, e a audiência com a Ministra será no dia 2, exatamente no calor da discussão aqui no Senado, um motivo a mais, uma importância ainda maior para a presença da Ministra aqui conosco para debatermos o assunto e, mais importante ainda, junto com a Comissão de Meio Ambiente.

Embora nós da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária tenhamos a nossa visão, é importante nós debatermos esse assunto junto com a Comissão de Meio Ambiente, até para mostrarmos para o Brasil todo que nós caminhamos junto. Nós não temos nada contra a preservação das florestas, não temos nada contra o meio ambiente. Muito pelo contrário, nós produtores, nós da Comissão de Agricultura estamos cada vez mais afinados com o meio ambiente. Por isso, a importância de estarmos sempre juntos, na tentativa até de acelerar a votação. Para acelerarmos a votação, temos que acelerar os pensamentos dos nossos Senadores ou contribuir para que os nossos Senadores tenham uma opinião formada, já definida para que a gente possa votar essa matéria tão importante. E junho é o mês da votação da reforma do Código Florestal. Entendo que...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Oxalá, Sr. Presidente, pois o dia 2 vem chegando aí; e dia 2 pode ser um grande dia.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Exatamente.

O SR. WEALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Casildo, fica tranquilo: começo de cantiga é assobio.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Não havendo mais nenhum assunto a tratar, eu faço aqui uma colocação sobre a quinta-feira passada, dia 12 de maio de 2011, quando realizamos audiência publica na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em cumprimento ao Requerimento nº 3, de 2011, com a presença da Exmª Srª Ministra de Estado da Pesca e da Aquicultura, Ideli Salvaiti.

A Ministra mostrou as políticas públicas de estímulo à aquicultura e à pesca bem como as propostas para melhorias de serviços vinculados ao setor, envolvendo tanto as áreas de extrativismo e de criação quanto às demais fases na cadeia produtiva, como processamento e a comercialização.

A Ministra afirmou que a iniciativas do ministério em 2011 foram abaladas pelos cortes do Orçamento, que atingiram de forma relevante os programas do ministério. Para minimizar os efeitos negativos do corte que fez no Orçamento planejado de R$500 milhões cair para R$414 milhões, o ministério tem optado por parceiras com os governos estaduais e com outros ministérios e órgãos para compensar a perda de recursos.

Da parceria com o Ministério da Agricultura e pecuária, a Ministra ressaltou a criação da Embrapa Pesca e Aquicultura, em vias de consolidação.

Com o Ministério de Minas e Energia, a parceria são para projetos em reservatórios de usinas hidroelétricas.

A Ministra ressaltou a colaboração do Congresso Nacional, que teve como grandes resultados a aprovação da Lei da Pesca, Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Aquicultura e da Pesca e regula as atividades pesqueiras brasileiras.

No que se refere ás questões ambientais relativas à pesca e à aquicultura, a ministra informou que tem buscado junto ao Ministério do Meio Ambiente um modelo de permissão da pesca que revolva questões sensíveis na regulamentação da atividade e facilite a solução dos problemas.

No que se refere aos financiamentos, a ministra afirmou que o BNDES tem sido um grande parceiro, atuando em projetos com os parques aquícolas de Jirau e Santo Antônio, em Rondônia. O Banco tem promovido estudos sobre toda a cadeia produtiva do pescado, que demonstram uma grande lucratividade do setor e têm fortalecido a ideia de que é preciso garantir a atenção a todos os elos da cadeia produtiva, desde o fornecimento de insumos até a sua comercialização.

A ministra destacou o potencial da Amazônia, região com enorme disponibilidade de água, clima favorável e grande diversidade de espécies. Segundo ela, há potencial de produção de mais de sete milhões de toneladas de pescado com impacto ambiental muito baixo se comparado com os impactos da pecuária, por exemplo.

Fizeram uso da palavra a Senadora Gleisi Hoffmann, Acir Gurgacz, Waldemir Moka, João Pedro, Ivo Cassol, Eduardo Suplicy, Casildo Maldaner, Antonio Carlos Valadares, Anibal Diniz, Delcídio do Amaral, Benedito de Lira, Wellington Dias e Flexa Ribeiro.

Na última sexta-feira, 13 de maio, conforme Requerimento nº 10, de 2011, nesta Comissão, realizamos o VI Ciclo de Palestras da Comissão de Agricultura,

que tem como objetivo avaliar o Programa Nacional de Agricultura Familiar – Pronaf. O debate foi mediado pela Senadora Ana Amélia, que cumprimento pela maneira eficiente com que o mediou e a quem agradecemos.

Estiveram presentes ao debate, como expositores, o Sr. João Luiz Guadagnin, Diretor do Departamento de Financiamento e Proteção da Produção Rural da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário; Dr. Alvaro Tosetto, gerente executivo da Diretoria de Agronegócios do Banco do Brasil; Sr. Airton José Hochscheid, Assessor de Política Agrícola da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul; e Frei Sérgio Görgen, coordenador do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA).

Salientou-se que o Pronaf possibilitou acesso ao crédito a mais de 60% das famílias que trabalham com agricultura familiar, o que tornou esse programa bastante conhecido e respeitado pela sociedade e pela classe política, que passaram a defender e apoiar o desenvolvimento da agricultura familiar.

Ressaltou-se que, mesmo com toda essa abrangência, a inadimplência do Pronaf é uma das menores de todo o sistema de crédito nacional, menor que 4% e está concentrada principalmente nos contratos com agricultores de menor renda.

Ressaltou também a importância da parceria do Banco do Brasil para o sucesso do Pronaf, o qual responde por 75% dos contratos de empréstimos para pequenos agricultores. Além do Banco do Brasil, o Pronaf conta com mais 13 agentes financeiros que estão se especializando a cada dia e vêm se dedicando a apoiar a agricultura familiar.

A negociação das dívidas dos pequenos produtores rurais do Pronaf também fez parte do debate. O Diretor do Departamento de Financiamento e Proteção da Produção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, João Luiz Guadagnin, disse que o Ministério está empenhado em socorrer os produtores inadimplentes, mas há limitações técnicas para o alongamento de suas dívidas. O Diretor do MDA descartou o plano apoiado pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura, que prevê a renegociação das dívidas até R$12 mil dos pequenos produtores. Para ele, a negociação, nos termos propostos pela Fetag, cobriria praticamente 83% dos financiamentos do Pronaf e, em escala nacional, resultaria em um custo de R$20 bilhões à União.

Por sua vez, Frei Sérgio Görgen, coordenador do Movimento dos Pequenos Agricultores do Rio Grande do Sul, lembrou recentes problemas com perdas de safras e contestou Guadagnin quanto ao sistema de crédito e aos subsídios do MDA. Segundo ele, os números do Governo seriam irreais e o Governo Federal precisa cumprir os compromissos de campanha para com os agricultores brasileiros.

Entre as deficiências apontadas no Pronaf, destacaram-se a necessidade de implantação da assistência técnica aos produtores, que é insuficiente em termos de quantidade e qualidade. Ressaltou-se que as políticas públicas nesse campo evoluíram. No entanto, no campo da assistência e de apoio para formação e capacitação dos agricultores, há muito o que se fazer ainda, pois os investimentos para tanto ainda não chegaram ao campo, e os agricultores de baixa renda precisam também obter informações suficientes, mais modernas, com o auxílio da informática e dos sistemas de georreferenciamento para que os avanços da pesquisa agrícola se traduzam em produtividade e redução de custos para os produtores brasileiros.

No que diz respeito à distribuição de recursos, foi apontada a distribuição desigual dos financiamentos, com base em dados do Banco Central. Num primeiro momento, o programa se concentrou basicamente na Região Sul, sendo que, em 1996, 78% do total de contratos e 65% dos recursos eram destinados a essa região. Esses percentuais podem ser explicados devido à maior organização e capitalização dos agricultores familiares nessa região. Em 2009, a Região Sul tinha 50% dos contratos de recursos, enquanto a Região Norte tinha apenas 6% desses contratos e apenas 7% de seus recursos.

Destacamos que o ciclo de debates da Comissão de Agricultura desta sexta-feira terá como tema "Extensão Rural" e será mediado pelo Senador Rodrigo Rollemberg, do PSB do Distrito Federal.

O seminário será realizado na Agrobrasília 2011, no Parque Ivaldo Cenci, no Km 5 da BR-251, do PAD – DF.

Convido todos a participarem desse grande evento, que será transmitido amanhã pela TV Senado e pela Rádio Senado.

Quero registrar que ontem tivemos em Brasília o Grito da Terra, marcha promovida pela Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. Seus representantes foram recebidos pela Presidenta Dilma e obtiveram da Presidenta o compromisso da liberação de recursos para a comercialização de safra, assistência técnica, operações específicas para a garantia de preços mínimos e tratamento diferenciado para a habitação rural dentro da Caixa Econômica Federal.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado.

(Levanta-se a Reunião às 9 horas e 57 minutos.)

ATA DA 14ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 26 DE MAIO DE 2011.

Às oito horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e seis de maio de dois mil e onze, na Sala 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **ACIR GURGACZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **DELCÍDIO DO AMARAL, GLEISE HOFFMANN, JOÃO PEDRO, CLÉSIO ANDRADE, WALDEMIR MOKA, ANA AMÉLIA, IVO CASSOL, FLEXA RIBEIRO, JAYME CAMPOS, BLAIRO MAGGI e ANTONIO CARLOS VALADARES.** Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): Rodrigo Rollemberg, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Benedito de Lira e Cyro Miranda. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, informa que a presente reunião se destina à realização de **Audiência Pública,** em cumprimento ao **Requerimento nº 2, de 2011-CRA**, aprovado em 23/02/2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, com a presença do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário – **MDA**, **Afonso Bandeira Florence**, com o objetivo de discutir e analisar as políticas públicas de estímulo à agropecuária, com foco na agricultura familiar, bem como as propostas para melhorias de serviços vinculados ao setor, em face aos recentes cortes no orçamento anunciados pelo Governo Federal. **Resultado: Audiência Pública Realizada**. Após a exposição do Senhor Ministro, fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Waldemir Moka, Ana Amélia, Blairo Maggi, Ivo Cassol, Gleisi Hoffmann, Jayme Campos e Antonio Carlos Valadares. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinqüenta e sete minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Acir Gurgacz,** Presidente da cra

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Cumprimento as Srªs e os Srs. Senadores pela sua presença, nesta manhã de quinta-feira.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 10, de 2011-CRA, a Comissão de Agricultura do Senado Federal foi realizar, na última sexta-feira, dia 20 de maio de 2011, o 7º Ciclo de Palestras e Debates na Agrobrasília, em Brasília/DF. A reunião foi presidida pelo Senador Rodrigo Rollemberg, a quem cumprimentamos pela condução dos trabalhos e pelos objetivos alcançados nessa reunião tão importante.

Estiveram presentes ao debate o Sr. Lúcio Brunale, Chefe do Departamento de Transferências e Tecnologia da Embrapa; Sr. Argileu Martins da Silva, Diretor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário; Sr. Lúcio Valadão, Secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal; Sr. José Guilherme Tollstadius Leal, Presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal; Sr. Leomar Cenci, Presidente da Cooperativa Agropecuária do Distrito Federal; e o Sr. Paulo Sales, Presidente da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal.

Foram debatidos os avanços recentes das inovações tecnológicas no campo, bem como o processo de comunicação dessas inovações aos agricultores e as políticas de acesso aos serviços públicos de assistência técnica e extensão rural.

A proposta inicial era avaliar como as tecnologias de pesquisa das universidades, dos institutos de pesquisa agropecuária, da Embrapa, chegavam aos produtores rurais, especialmente aos pequenos produtores rurais, e como essas tecnologias poderiam ajudar no aumento da produção agrícola. Constatou-se que o aumento do território agrícola brasileiro, da ordem de 48%, e, consequentemente, o aumento da produção agrícola em mais de 260%, exige inovação tecnológica e investimento, aplicações para incrementar o conhecimento e, em formas mais seguras, para ampliar a produção de alimentos e de energia, bem como formas sustentáveis de conservar o meio ambiente. Desse modo, é preciso avaliar como as tecnologias chegam aos produtores rurais e obter melhores formas de atendê-las.

Os especialistas da Embrapa avaliaram que a comunicação para transferência de tecnologia era inicialmente muito difícil. Por esse motivo, foi criado o Sistema Nacional de Informação, que envolvia técnicos do setor agropecuário que passaram a trabalhar com a qualificação da informação. O objetivo era transformar

a informação científica em linguagem acessível para todos os segmentos do agronegócio. Atualmente, esse Sistema de Informação foi melhorado, utilizando-se do sistema de parcerias, no qual técnicos da Embrapa, da Emater dos Estados, passaram a trabalhar na capacitação de multiplicadores. Esses agentes capacitados atuam juntamente com os projetos do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura, para capacitar técnicos a fim de atender às demandas dos pequenos e médios agricultores brasileiros.

O Secretário da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal, Sr. Lúcio Valadão, ressaltou que, com a extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Rural – Embrater –, perdeu-se o rumo de como os serviços de pesquisa e extensão rural deveriam ser produzidos para a sociedade, especialmente para os agricultores. Com isso, deixou de haver uma coordenação efetiva da disseminação do conhecimento da pesquisa agrícola.

A mudança nesse programa só ocorreu com a criação do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural Pública do Ministério de Desenvolvimento Agrário e, em nível nacional, da Assistência Técnica e da Pesquisa Agrícola. Dessa forma, houve ampliação dos recursos para essas áreas, que possibilitaram que diversas políticas públicas alcançassem, principalmente, a agricultura familiar.

Foi citado como um bom modelo de transferência de tecnologia o modelo adotado no Distrito Federal, no qual a Emater/DF mantém unidades de pesquisa nos dois grandes centros de pesquisa da Embrapa: a Embrapa Cerrados e a Embrapa Hortaliças, o que facilita bastante o processo de comunicação do agente de assistência técnica com o pesquisador.

O Presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do DF destacou que a transferência do conhecimento na área da pesquisa e da extensão agrícola precisa ser muito mais rápida, isso porque o produtor, hoje em dia, além de produzir alimentos com qualidade, precisa ser competitivo. O produtor agrícola precisa produzir alimentos com segurança, sem agrotóxicos, ou pelo menos dentro dos limites determinados pela saúde, não podendo estes conter resíduos biológicos e microtoxinas. Além disso, o produtor precisa adotar práticas sustentáveis e cuidar do meio ambiente. Tudo isso exige que a transferência de conhecimento seja cada vez mais facilitada, melhorada, sendo, portanto, necessária uma assistência técnica pública atuante e capacitada.

O Diretor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Sr. Argileu Martins da Silva, abordou a importância que a mídia vem dando à agricultura em todo o País, e que a agricultura vem obtendo um valor diferenciado na sociedade. Isso acontece porque ela passou a financiar o desenvolvimento comercial brasileiro, e os preços dos alimentos têm grande importância na macroeconomia brasileira. Além disso, a agricultura corre os mesmos riscos que qualquer outra atividade comercial, sendo necessário que os especialistas do setor agropecuário aprendam a lidar com vários tipos de situações e que façam circular esse conhecimento, para que o produtor, especialmente o pequeno, possa aprender a tomar as decisões necessárias para tocar o seu agronegócio.

Para o especialista do MDA, o grande desafio da pesquisa e da extensão rural é valorizar a agricultura familiar e manter formas mais simples de comunicação e transferências de tecnologias ao pequeno produtor rural. Portanto, foi esse o tema e foram essas, em uma visão geral, as posições colocadas no último Agricultura em Debate.

Na sequência, agora prosseguimos com a pauta desta reunião deliberativa da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não. Senador Waldemir Moka com a palavra.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Prestei atenção à fala em que V. Exª se refere ao que a Embrapa pensa e dessa questão do avanço e, principalmente nesse momento em que o Código Florestal foi aprovado na Câmara dos Deputados, há, de alguns setores, uma crítica de que o País está em profundo desmatamento. O que mais chama atenção é que, nos últimos dez anos, aumentamos em 48% a área plantada e em 260% a produção. É quatro vezes mais, o que vale dizer que estamos, na verdade, aumentando a produção de alimentos e ocupando o menor espaço possível.

Não consigo entender porque se insiste no foco de que o Brasil é um País que está desmatando. Ao contrário, somos exemplo de produtividade e de preservação. É claro que um ou outro problema nós temos, mas olha esse dado. Esse dado fala por si só. Menos de 50%... Nos últimos dez anos, parece-me, houve um aumento de produção em mais de 260%, quatro vezes mais. Então, é como se você, em um hectare, produzisse um, e dali a dez anos, nos mesmo hectare, você produz quatro vezes mais. E outra coisa: os que nos criticam, que são a origem dessas ONGs. O que o continente europeu preservou? O,3% das suas florestas, da sua vegetação nativa. O Brasil, mais de 60%. Por que não fazemos disso uma questão positiva? Somos os maiores produtores e exportadores de carne, de grãos, e nem por isso estamos devastando

as nossas reservas. Isso é que é interessante. Quer dizer, essa, que seria a grande agenda positiva, não consigo entender, acaba se transformando numa coisa que parece que... É uma sensação. No meu Estado, sou até repetitivo, o Pantanal é uma área de preservação permanente. Se for levar ao pé da letra esse Decreto Legislativo agora – aqui o ex-Governador do Mato Grosso –, o Pantanal é uma grande APP. Bom, vamos lá. Há mais de 250 anos se produz carne no Pantanal, pecuária extensiva. E somos, de longe, o bioma mais bem preservado do País. Penso que essas coisas têm que ser colocadas, não querendo afrontar ninguém, mas como uma força positiva até de mostrar, internacionalmente, o esforço do brasileiro, acho que essa é a questão. Claro que posso ser contestado, mas penso que esse deveria ser o nosso argumento.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senador Waldemir Moka. É o resultado do trabalho do homem do campo, resultado do próprio Governo, levando tecnologia ao campo e utilizando as áreas degradadas que existiam e ainda existem no nosso País. É um trabalho de conscientização, a população do campo, hoje, Senadora Ana Amélia, já está consciente da importância de estarmos sempre cuidando do meio ambiente, cuidando das nossas reservas, das nossas florestas. Isso é um ponto muito importante, tanto é que aumentamos 260% a produção de alimentos nos últimos anos, com o aumento da área de apenas 46%.

Senadora Ana Amélia, com a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente Acir. Gostaria de fazer um registro que a mim, que chego agora ao Congresso, pareceu um fato relevante: os 410 votos a favor do relatório do Deputado Aldo Rebelo, que trabalhou com inegável e corajosa dedicação a esse trabalho, vencendo pressões de toda ordem, algumas até inexplicáveis, e esse resultado deveria ser acolhido como uma demonstração da independência e da liberdade dos parlamentares, sem levar em consideração qualquer tipo de pressão, de onde quer que seja, especialmente a pressão internacional. A independência, a espinha dorsal, a espinha vertebral do Congresso Nacional não foi quebrada e, por isso, estou muito orgulhosa com essa decisão.

Temos, agora, aqui no Senado e nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma responsabilidade muito grande com os destinos do País, de hoje, de amanhã e das gerações futuras. E penso que haverá tranquilidade e maturidade suficiente, porque nós aqui, que conhecemos um pouco da agropecuária brasileira, que entendemos a importância desse setor para o País, sabemos perfeitamente que é possível, como bem revelou o Senador Moka, compatibilizar sustentabilidade ou desenvolvimento com a preservação do meio ambiente.

O Governador do Mato Grosso, Blairo Maggi, foi uma vítima dessas perseguições e desses ataques, porque, como disse o Senador Moka, o Brasil é hoje um dos líderes mundiais na produção de alimentos, e aí é que está um dos grandes problemas, não porque seja apenas o cobiçado pulmão do mundo, mas porque é, sim, um protagonista fundamental e importante na produção estratégica de comida para o mundo. E também as suas reservas hídricas, poucas pessoas se lembram disso. É nessa medida que temos, nós, brasileiros e parlamentares, que defender este que é um patrimônio de todos, não é patrimônio de nenhum órgão internacional que vem aqui nos ditar regras. Nós é que sabemos defender.

Gostaria até de registrar que algumas pessoas falam muito que há desmatamento... O Governo falhou na morte daqueles dois ambientalistas lá na Amazônia, porque não havia, segundo disseram, o conhecimento de que aquelas pessoas eram perseguidas. Ontem a televisão mostrou um fato relevante: a vítima, que foi assassinada de emboscada, havia dito que estava sendo perseguida. Ora, se era público e notório, por que o organismo policial, encarregado da segurança desses líderes, como já havia antecedentes muitos graves, não havia dado a segurança necessária a esses líderes ambientalistas? Esta é a minha colocação na manhã de hoje, meu caro Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senadora Ana Amélia. É importante que se faça uma separação do nosso produtor rural daquelas pessoas que desmatam ilegalmente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E que exploram a madeira ilegalmente também.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Tem que haver essa separação do produtor que precisa da terra para plantar daquelas pessoas que desmatam criminosamente. Tem que haver essa separação, e sempre nos posicionamos muito firmes contra o desmatamento ilegal, contra o desmatamento predatório e a favor do produtor rural que precisa da terra para plantar. Há uma diferença muito grande com relação a isso.

Pela ordem de inscrição, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Bom dia, Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz, também nosso Vice-Presidente, Senador Moka, Senadora Ana Amélia, Senadores Cassol e João Pedro, aqui na Comissão.

Sr. Presidente, quero deixar registrado nesta Comissão a minha alegria e satisfação de ter podido assistir ao debate e aprovação do Código Florestal, na

Câmara dos Deputados, e vou ver ainda qual a forma regimental, mas vou propor a esta Comissão que faça um comunicado, uma carta, um ofício – não sei qual o termo iremos usar –, elogiando e agradecendo o Deputado Aldo Rebelo pelo trabalho que realizou. Penso que todos aqueles que aprovam o trabalho...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Uma moção.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Uma moção. Vamos fazer uma moção ao Deputado Aldo pelo trabalho que realizou.

Penso que essa questão ambiental... Está aqui o Senador João Pedro, da Amazônia. Aliás, Gurgacz, da Amazônia, e Ivo Cassol, da Amazônia. Na semana passada, fui duas vezes a Curitiba, porque nasceu meu neto, e fiquei lá conversando no hospital com uma pessoa e outra, e vi que o entendimento das pessoas no Sul e no Sudeste, sobre o Código Florestal, é completamente errado, equivocado e tendencioso. Acham, meus caros da Amazônia, que tudo que está sendo feito é para derrubar a Amazônia, que somos nós, lá da Amazônia, que estamos todos errados, e que o Código está vindo para consertar a Amazônia. Quero dizer que esse Código que o Aldo fez agora, depois que ouviu o Brasil inteiro, é menos importante para a Amazônia inteira que para o resto do País. A Amazônia é a região mais preservada, a que foi ocupada por último, em partes, e essa ocupação já seguiu as regras novas, as regras que foram colocadas aí, tanto é que boa parte da ocupação do norte do Mato Grosso nem na época dos 50% não foi, já foi na época dos 20%, como foi Rondônia, de vocês, e outros lugares, também.

Então, o Código Ambiental que está vindo é para resolver o problema dos colegas do meu pai, Ana Amélia, que saíram do Rio Grande do Sul, na década de 50, e foram para o Paraná, e dos amigos dele, que já faleceram todos lá no Rio Grande do Sul, que tinham as suas propriedades na beira dos córregos, que ocupavam os banhados para plantar, as várzeas, e que derrubaram porque precisavam fazer, senão os paraguaios iam nos tomar aquela região do S do Paraná, ali do Mato Grosso do Sul.

Então, não consigo entender como é que nós não conseguimos explicar isso; não consigo entender como é que é tudo invertido. A mídia consegue inverter.

Esta semana, encontrei aqui, no nosso restaurante, a atriz Christiane Torloni. Ela estava aqui junto com o Fasano e junto com o Paulo Adário. Já os conheço, até por outras razões, e fui conversar com ela. Vi que ela estava muito assustada sobre essa questão do que vai acontecer. Fiz algumas ponderações a ela e, no final, ela até entendeu um pouco. Eu disse: "Olha, como é que você pode vir aqui defender, ou ser contra, a legalização de um setor que é responsável por 40% do PIB nacional, que é responsável por colocar alimentos na mesa de todos os brasileiros todos os dias?" E ainda manda para mais de 50 países mundo afora, alimentando. É combustível da alma, combustível da vida. Apontei a mesa e disse: "Tudo o que você está comendo nessa mesa veio de um agricultor. Não sei separar se veio de um grande, de um pequeno, de um médio, mas veio de um agricultor. A roupa que você está vestindo veio de um agricultor. Alguém produziu esse fio. É o algodão que virou tecido, que virou mão de obra".

Sério, não consigo entender como é que uma sociedade não defende aqueles que produzem, aqueles que, de fato, fazem a economia deste País crescer.

Nós produzimos automóveis, nós produzimos aviões. Fico orgulhoso quando saio do País, até quando voo por aqui, pela Trip, pela Azul, que usam aviões nacionais. Para fora do Brasil, tenho oportunidade de pegar um voo cujo avião é da Embraer. Fico orgulhoso! Só que, em relação à nossa Embraer, compramos turbinas dos Estados Unidos, a asa vem da Suíça, os controles vêm da Alemanha, e a gente monta tudo aqui e vai embora. Está bem: ficou mão de obra, ficou imposto, tudo bem! Mas a agricultura é a única coisa em que a gente pega o sol, a terra, o trabalho, a pesquisa da Embrapa em que foram feitas as fundações, pegamos tudo isso e colocamos no trabalho, fazemos dinheiro e mandamos embora. Alimento para a vida e dinheiro para a população brasileira, para reserva nossa.

Então, sério, não sei o que se tem que fazer para explicar para esse povo. Ontem, conversando com as Lideranças – conversei com o Senador Moka também; conversei com o Presidente Sarney e, depois, com o Líder Jucá –, parece-me que a intenção não é votar isso de imediato. É prorrogar um pouco o prazo do decreto, e a gente ter oportunidade de discutir. Refleti esta noite e pensei: "eles têm razão; vamos ter que discutir isso." Mas não é discutir porque está errado; é discutir para tentar convencer a população brasileira com uma discussão mais madura, sem paixão; trazer todo mundo aqui, e vamos conversar.

Não é possível que, para um setor desses, tão importante, as pessoas olhem como marginal. Como produtor, às vezes dá vontade de falar para todo mundo – ninguém vai me obedecer, não se pode fazer isto mesmo: "Pessoal, vamos cruzar os braços; vamos deixar um ano sem produzir nada, vamos ver o que vai virar!" Acaba o uísque, acaba a cerveja, acaba a cachaça, acaba o arroz, acaba o feijão, acaba tudo. Acaba é a vida! Aí, quem sabe, dão valor ao que um produtor faz.

Você vai à Europa, nos países onde já houve guerra, fome; você vai à Alemanha, você vai à Inglaterra, você vai a qualquer lugar e observa que eles fazem questão de manter o produtor no campo, dando altos subsídios para eles, porque eles já passaram fome. Eles sabem o que é passar fome e necessidade. Aqui, no nosso País, nunca ninguém passou fome! Aliás, passam. Há problemas setoriais, sociais, de distribuição de renda. Mas não por falta de alimentos, não por falta de vontade de produzir e por condições de produzir.

Então, acho que esse debate que vai vir pela frente vai ser muito bom para a gente se posicionar sobre isso.

Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade de falar. Nosso convidado chegou agora, se não nós íamos passar o resto do dia falando sobre código ambiental.

Aliás, quero dizer aos Senadores da Comissão que são favoráveis que temos que ocupar aquela tribuna também, porque, ontem fizeram um "arrasa quarteirão". Quem é contra o código deixou que todo mundo fosse embora e subiram lá e meteram o cacete na gente. Hoje, nós vamos repetir, vamos fazer o contrário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senador Blairo Maggi. V. Exª coloca de uma maneira muito simples, objetiva e clara a importância da reforma do Código Florestal.

De fato, concordo com V. Exª também: nós precisamos debater, discutir e mostrar o que tem de bom, de importância nesse código e como ele vem beneficiar a produção brasileira, não só na questão de produção de alimentos, Senador João Pedro, mas também com relação à nossa preocupação com o meio ambiente, ao cuidado com as nossas florestas.

Nós não queremos aumentar o desmatamento, pelo contrário. Nós entendemos que o desmatamento deva ser seguro. Que seja colocado um freio no desmatamento, mas daí a recuar a produção de alimentos tem uma diferença muito grande; daí a considerar os nossos produtores ilegais perante a lei tem uma grande distância.

É nesse sentido que nós precisamos, realmente, debater e discutir, para tirar essa imagem, Senador Blairo, que se criou na Câmara, de que os produtores estão avançando o sinal. Isso não é verdade. Nós estamos dando uma resposta positiva à sociedade brasileira e à economia brasileira também, que é produzir alimentos e produzir divisas para o nosso País, o que a agricultura faz muito bem, assim como faz o Polo Industrial de Manaus, que temos obrigação de defender também. O Polo Industrial de Manaus é o instrumento, na prática, de segurar o desmatamento, de segurar as pessoas na cidade para não irem para o campo.

Então, são questões localizadas, mas tudo isso faz parte do desenvolvimento do Brasil.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria apenas falar ao Ministro Afonso Florence que tome a nossa presença aqui na consideração de que nós, Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Eu precisaria abrir a reunião antes, porque não está aberta ainda, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não está aberta, mas eu só queria... Porque às 9h nós temos uma... Eu gostaria muito, tenho muito interesse na sua área, em conhecê-lo e às suas ideias. Eu queria muito, só que eu sou requerente de uma audiência pública sobre *crack.* Então, eu quero me desculpar publicamente por não estar aqui acompanhando, porque tenho muito interesse nisso, mas às 9 horas ela começa com quem tínhamos convidado.

Então, eu peço desculpas e licença ao senhor e ao nosso Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Senador Ivo Cassol, eu pediria a V. Exª que fosse breve, para que a gente possa iniciar a nossa audiência pública.

Muito obrigado.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Presidente.

Como Senador e também fazendo parte desta Comissão de Agricultura, eu vejo os demais Senadores usando a palavra e vejo o Presidente, toda vez que um Senador fala, também usar a palavra. Não é justo agora, neste momento, eu ter o meu tempo regulado. Então, eu quero o mesmo direito, dentro desta Casa, respeitando a presença do nosso Ministro do Desenvolvimento Agrário, Sr. Afonso Florence. É uma alegria e uma satisfação tê-lo nesta Casa.

Aos demais Senadores que se fazem presentes nesta audiência pública, eu quero dizer, Sr. Presidente e Sr. Ministro, que eu ouvi com tristeza o Líder do Governo falar que a emenda que estavam votando, a 164, se não estou enganado, era uma vergonha.

Eu quero dizer que é uma vergonha o que ele fez. Eu sou da base do Governo. Eu fui prefeito por dois mandatos. Eu fui governador por dois mandatos. Se nós tivéssemos de prender alguém por ter cometido

algum erro, com certeza, todos os Ministros do Meio Ambiente do Brasil estariam na cadeia!

Estou falando isso aqui com base, porque eu vivi na pele.

Se nós, em Rondônia, diminuímos o desmatamento, João Pedro, não foi por obra da Marina Silva, não foi por obra do Minc, não foi por obra do Sarney Filho. Foi por obra nossa, governadores, como Blairo Maggi, Eduardo Braga, Ivo Cassol, que botamos na prática, fizemos campanha nos quatro cantos. Olha, em oito anos...

A Marina Silva, se não me engano, ficou cinco ou seis anos como Ministra e não levou uma cibalena para mim, em Rondônia. Não levou um carrinho de mão, João Pedro. Passava por cima e, talvez, ia para o Acre.

Só fizeram a propaganda na mídia e, hoje, a situação que nós vivemos é que nós, produtores brasileiros, somos tratados como bandidos. E não dá para aceitar.

Estou, aqui, defendendo o setor produtivo. Está aqui o Ministro do Desenvolvimento Agrário. Hoje, a maioria dos nossos produtores está saindo do campo e indo para a cidade, porque lá, no campo, você não tem dinheiro para fazer um escola, lá você não tem dinheiro para fazer uma estrada, lá você não tem dinheiro para assentar e dá dignidade para aquela família. É o que está acontece nos assentamentos em Rondônia.

E aí vejo, com tristeza, que querem acabar com o setor produtivo. O Blairo Maggi falou a verdade. O que estão pregando nos quatro cantos do Brasil afora é como se nós, produtores, fossemos simplesmente, Senadora Gleisi, bandidos. Não dá para aceitar! Quem mais está na ilegalidade são os paranaenses, são os catarinenses, são os gaúchos... Eu conheço, por que sou daquela região. Mas esses erros são de agora? Não. São erros de década após década, de presidente após presidente, não vamos culpar a Presidente Dilma não! Agora o que eu não posso concordar – sou da base – é que a Presidente Dilma embarque nesses ambientalistas de ar condicionado, que estão aqui em Brasília, que não vão botar o pé na Amazônia, não vão botar o pé no Paraná, não vão botar o pé em Santa Catariana, nos tratar como bandidos. Não vou aceitar! Sou da base. Viro a mesa. Ou nos tratam com respeito ou, então, estamos aqui fazendo o quê? O mandato, quem me deu foi o povo de Rondônia. Não vou aceitar pressão de ministro, não vou aceitar pressão do Palácio. O que eu quero e espero da Presidente Dilma é que ela se mantenha neutra, e que ela não aceite a pressão da Marina Silva porque, infelizmente, ela é uma vergonha para a Nação. Ela ficou o tempo inteiro defendendo os organismos internacionais. Isso eu falei para ela no primeiro encontro nosso, Senador, em 2003, que saiu na imprensa de Rondônia, até no seu jornal, Acir, na época, quando tivemos o confronto. Por que outros países estão querendo dar ordem para nós? Por que eles não fizeram isso na casa deles? Por que não fizeram lá? Nós, aqui, queremos regularizar. Mas nós queremos regularizar o que o Governo cometeu de errado. Nós não estamos aqui defendendo, e está aqui o Jayme Campos, fazendeiro que derrubou dois mil hectares de terra não! Eu tenho propriedade, sim, no meu Estado; tenho propriedade. Desmatei 50%. Sabe o que o que o Ibama fez, Ministro? Foi lá, meteu a taca em mim, no meu CPF, e na terra dos outros! Eu abri uma estrada, o Ibama foi lá e meteu uma multa no meu CPF, por conta de uma estrada que eu abri como Governador. Por pura perseguição política. É assim que, infelizmente, funcionam os organismos ambientais.

E aí, vejo, agora, esses ambientalistas se reunindo, e a imprensa dando guarita para eles. Por que a imprensa não vai ver o produtor de uva no Rio Grande do Sul? Por que não vai ver o produtor de pêssego e de maça em Santa Catarina, nas regiões de morros do Paraná, e a outros lugares para ver o tanto que é importante darmos um marco zero para trás e começarmos uma nova vida daqui pra a frente?

Eu defendo isso. Eu estou aqui defendendo os pequenos produtores dos assentamentos brasileiros iguais a Rondônia.

Nós, Presidente Acir, estamos pegando uma carona na reforma do Código Florestal. Por quê? Porque no nosso Estado tem mais de 107 mil pequenas propriedades rurais. E a maioria dessas pessoas se você tirar e mandar reflorestar, eles vão ter de entrar mata adentro e derrubar mais ainda, e eu sou contra isso. Nós temos reservas que chega para cobrir o que desmatamos em Rondônia e ainda damos de lambuja a nossa Amazônia para ajudar a compensar o restante do Brasil. Agora, não vamos aceitar, Senador Jayme, é que o fazendeiro que saiu do Paraná, de Santa Catarina, ou não sei de onde, vá ao Mato Grosso e derrube quatro mil hectares. Esse tem de perder a propriedade, tem de ser preso, porque ele está desmoralizando esta Casa.

Portanto, estou lhes colocando a par.

E os Senadores, ontem à noite, depois que fomos embora, aproveitaram para fazerem discursos vazios para cadeiras vazias e só falar para a imprensa, eles deveriam pelo menos dar uma olhadinha para os seus colegas, olhar para o Brasil e ver quem, na verdade, vota neles, para depois eles verem que o Brasil precisa de alimentos. E como disse o Blairo Maggi. Eu queria que todo mundo abraçasse a proposta do Blairo Maggi. Senador Jayme, sabe qual é a proposta? Vamos, todos os produtores do Brasil, cruzar os braços por um

ano, um ano: quebra o Brasil, porque o Brasil vive da agricultura e do agronegócio.

Desculpe-me, Presidente, exceder um pouco, mas é de direito também já que V. Exª tem, os outros Senadores têm de ter.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sem dúvida; claro. Todos aqui têm os mesmos direitos. Sempre serão respeitados os direitos dos Senadores.

Senadora Gleisi Hoffmann com a palavra.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – RR) – Obrigada, Presidente.

Sei que nós viemos aqui para ouvir o Ministro, a quem quero saudar, dizendo que é um prazer tê-lo aqui, Sr. Ministro. Tenho certeza de que o debate vai ser muito produtivo pelas informações que V. Exª vai nos trazer.

Faço uma saudação aos membros desta Comissão.

Senador Ivo Cassol, penso que temos muita responsabilidade aqui no Senado. Uma responsabilidade imensa com os nossos produtores, os nossos agricultores, e também com a conservação e preservação ambiental. Este momento, realmente, não é um momento de fazer discurso para a imprensa ou de aflorar os ânimos. Nós temos a responsabilidade de conduzir o País, para que ele continue produzindo, para que os nossos produtores sejam respeitados e para que conservemos e preservemos, sim, o meio ambiente.

O trabalho feito pelo Deputado Aldo Rebelo é um trabalho louvável, em que ele se dedicou por muito tempo, ouvindo vários setores. Acho que nós tivemos ganhos muito grandes no debate desse Código Florestal, momentos importantes. Enfim, a Câmara conseguiu deliberar sobre uma matéria que há muitos anos estava tramitando e que traz, sim, segurança jurídica aos nossos produtores, traz referência e traz orientação para a conservação ambiental.

Talvez o que tenhamos que fazer aqui, Senador Ivo – e tenho certeza de que V. Exª vai poder ajudar muito, junto com o Senador Blairo Maggi e com todos os nossos Senadores que trabalham na agricultura –, sejam pequenas correções como essa que V. Exª falou: não deixar que a anistia seja dada para aqueles que utilizaram de má-fé.

Nós temos que separar as coisas. Tivemos uma época neste Brasil em que o agricultor era incentivado a desmatar. No nosso Estado, o Paraná, na região oeste, o Banco do Brasil, as agências de financiamento davam mais dinheiro ao agricultor que mais plantava e que mais desmatava. Esse agricultor não pode ser penalizado, porque ele o fez dentro de um marco legal, dentro de uma referência.

Agora, para alguns agricultores, o marco legal já era outro, que proibia o desmate e que tinha que ser visto. Esses não podem entrar com o mesmo benefício. Então, a bem de nós termos um equilíbrio, é sobre isso que temos que tratar. A anistia não pode ser irrestrita.

Eu tenho certeza de que o Senado da República, com a sua responsabilidade, com a sua forma de conduzir as ações, com o meio-termo que sempre procura dar às questões para tratar tudo com muita parcimônia, tenho certeza de que vamos dar uma boa resposta ao País e ao mundo sobre o trato com a nossa agricultura e com o nosso meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Gleisi.

Vamos, então, à nossa reunião.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Eu gostaria apenas de saudar o Sr. Ministro, que nos honra com a sua presença, e dizer da importância desse ato, na medida em que teremos a oportunidade ímpar de ouvir de V. Exª, naturalmente, as diretrizes e planejamentos do seu Ministério nos próximos quatro anos.

Sr. Ministro, eu queria apenas dizer, para antecipar a sua fala, que há poucos dias, nesta mesma Comissão, nós tivemos a oportunidade de fazer algumas observações. Na época V. Exª não era o ministro, entretanto tem conhecimento – eu fiz essa observação ao Presidente do Incra e ao Diretor de Assentamento – da questão da regularização fundiária da região amazônica do Brasil.

Nós aprovamos, algum tempo atrás, uma medida provisória que deu ao MDA delegação para que coordenasse e agilizasse a regularização fundiária, na medida em que o Incra é historicamente o órgão que gerencia essa política em nosso País. E eu obtive uma resposta não muito consistente de que, quando aprovamos essa medida provisória, o MDA era responsável pela busca efetivamente dessa regularização.

O que acontece? Até agora, Sr. Ministro, nós não vimos quase nada de concreto, sobretudo, posso falar de forma muito particular, em relação ao meu Estado, Mato Grosso. Essa medida provisória que foi aprovada, sobretudo a incumbência de intermediar, não causou nenhum resultado positivo mediante as poucas ações feitas.

Eu quero deixar isso pontuado aqui, para que V. Exª tenha conhecimento de que o Incra jogou essa responsabilidade para o MDA, dizendo que é apenas uma parceria. Mas a responsabilidade, de forma concreta,

é do MDA nessa regularização de algo em torno de 63 milhões de hectares da região amazônica do Brasil.

Portanto, Ministro, é oportuna a sua presença aqui. E até alguns Senadores amigos nossos, como o nosso querido amigo Senador Ivo Cassol, já externaram aqui sua indignação em relação aos maus e péssimos comentários que estão fazendo a respeito do Código Florestal brasileiro.

Lamentavelmente, por incrível que pareça, com todo o meu respeito, há Senador que não conhece na prática o que significa um código florestal. Tem ouvido falar pelas ONGs, pela imprensa, mas não tem conhecimento por experiência própria e até, muitas vezes, não tem nada a ver com a terra.

Então, seria de bom alvitre que V. Exª, nesta manhã, prestasse esclarecimento e até saneasse, emitisse aqui sua opinião, as observações que possam trazer algo de concreto, sobretudo, numa perspectiva melhor para o produtor rural, seja da agricultura familiar, segmento da produção brasileira com que V. Exª tem uma melhor interface, seja para o médio ou para o grande produtor.

Acho que no Brasil temos de ver o conjunto. Não há esta história "Só mexo com o pequeno" ou "Só mexo com o grande". Temos de acabar com essa velha história e dizer que todos produzem, que todos trabalham e que todos contribuem para a grandeza do Brasil, que hoje, indiscutivelmente, é inveja para o mercado internacional.

Estamos aqui trabalhando, produzindo e buscando efetivamente a compatibilização entre o desenvolvimento e a produção.

Saúdo V. Exª e espero que estejamos aqui felizes, nesta manhã.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública em cumprimento ao Requerimento nº 2, de 2011, aprovado em 23 de fevereiro de 2011, de minha autoria, com a presença do Exmº Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário (MDA), Dr. Afonso Bandeira Florence, com o objetivo de discutir e analisar as políticas públicas de estímulo à agropecuária, com foco na agricultura familiar, bem como as propostas para a melhoria de serviços vinculados ao setor em face dos recentes cortes do Orçamento anunciados pelo Governo Federal.

Eu inicio, Sr. Ministro, colocando três questões, para que possamos suscitar um pouquinho o debate.

Considerando o perfil concentrador do Pronaf, comprovado pelos dados que revelam que 50% dos contratos e recursos ainda estão na região Sul, enquanto a região Norte recebe apenas 7% dos contratos, o que os gestores do MDA estão fazendo para distribuir melhor os recursos e reduzir as diferenças ou as desigualdades regionais?

Segunda colocação: quais são as metas de assentamento para a reforma agrária 2011/2012? Qual foi a evolução dos recursos, englobando-se aquisições de terra, infraestrutura, créditos de implantação e assistência técnica ou do programa ATS, destinados para o programa nos últimos anos?

O Programa Terra Legal trabalha em parceria com o Governo do Rondônia desde 2009, quando foi assinado o convênio de R$15,4 milhões para identificar, cadastrar os ocupantes e georreferenciar imóveis em terras federais. O convênio, em execução há um ano e meio, definiu a prioridade de atuação em 12 glebas às margens da BR-429, para a regularização de 12 mil imóveis até janeiro de 2012.

A pergunta é se o MDA vai cumprir essa meta; se está dentro do programa concluir esse trabalho até 2012, conforme já discutido aqui também, em outra audiência; se até 2012 será feita essa regularização, se se está dentro desse cronograma.

Muito obrigado pela sua presença aqui, Ministro Afonso Florence.

V. Exª tem a palavra pelo tempo que desejar.

O SR. AFONSO BANDEIRA FLORENCE – Bom dia, senhoras e senhores. Quero agradecer ao Presidente Acir o convite para esta audiência pública, saudar as Senadoras e os Senadores que marcam presença, o Vice-Presidente Waldemir, a Senadora Ana Amélia, o Senador Blairo Maggi, o Senador Ivo Cassol, o Senador João Pedro, O Senador Jayme Campos, a Senadora Gleisi e o Senador Delcídio do Amaral.

É importante para preparar a resposta, Senador Jayme, que trata da Serfal e, Senador Acir, do Pronaf e do Programa de Reforma Agrária, fazermos um rápido balanço do que ocorreu no Brasil rural, particularmente no que diz respeito à agricultura familiar, no último período.

A agricultura familiar representa hoje, no Brasil, 4,3 milhões de estabelecimentos rurais, de um total de 5,1 milhões. São dados do censo agropecuário, dados incontestes: 84% do total dos estabelecimentos rurais são da agricultura familiar, dos assentamentos de reforma agrária. Eles ocupam 74% da mão de obra no rural brasileiro; são 12 milhões e 300 mil pessoas. Ao mesmo tempo em que isso representa apenas 24% da área total rural. Eles produzem 38% do valor bruto de produção e representam 10% do PIB nacional – dados do censo agropecuário, dados do IBGE. São 87% da produção de mandioca, 70% da produção de feijão, 58% da produção do leite, 50% da produção das

aves, 59% da produção dos suínos. É possível afirmar que em todas as cadeias produtivas do rural brasileiro estão integradas, no balanço geral feito, à produção dos assentamentos da reforma agrária da agricultura familiar e da agricultura pecuária empresarial.

No último período, o Governo constituiu, fortalecendo, aperfeiçoando e principalmente constituindo novos instrumentos, uma política para a agricultura familiar e para os assentamentos de reforma agrária. No âmbito do Pronaf, de 2003 para cá, R$62 bilhões investidos e mais de R$15 milhões de contratos. Atualmente estamos rodando três milhões e 300 mil contratos. A taxa de inadimplência atinge 4%, quando a média brasileira está acima dos 5,5%. Então, estamos abaixo da taxa de inadimplência.

O governo do Presidente Lula lançou, em 2008, uma linha de crédito chamada "Mais Alimentos" que, de lá para cá, já contabilizamos 140 mil contratos no valor de R$5 bilhões rodando, que permite a aquisição aos agricultores de equipamentos com juros de 2% ao ano e três anos de carência e dez anos para pagar.

Hoje estamos contabilizados para a safra 2010/2011, ainda não fechamos os números totais, mas devemos nos aproximar ou ultrapassar os dois bilhões contratados nessa safra em vigor, e já temos um balanço de dez mil equipamentos para leite, 40 mil tratores, dois milhões e 200 mil veículos, 80 colheitadeiras.

Estive recentemente na Agrishow, Senador Jayme, e fui lá lançar, com o setor da Abimaq e da Anfavea duas colheitadeiras, uma de cana e uma de café, adequadas à produção da agricultura familiar, com toda tecnologia moderna. E, já ali, com comercialização, se não me falha a memória, os dados bateram na Agrishow, R$26 milhões de comercialização por essa linha de crédito do Pronaf, que é o "Mais Alimentos". Visitei quase todos os estandes e, em muitos, ouvi o depoimento de industriais que constituíram plantas específicas para a produção do "Mais Alimentos", desenvolveram tecnologia para equipamentos adequados à agricultura familiar a partir da existência dessa linha de crédito. Alguns disseram que têm sua capacidade máxima instalada em pleno funcionamento e com dificuldade de ampliar, apesar da demanda de maquinário pela linha de crédito do Pronaf, do "Mais Alimentos", mas faltando profissionais, profissionais especializados, com dificuldade de aquisição de insumos para a ampliação da oferta de equipamentos. Então, temos um balanço muito positivo.

Também nesse último período foi constituído o programa de aquisição de alimentos. Desde 2004, contabilizamos R$342 milhões investidos, com aquisição de 371 mil toneladas de alimentos, isso fornecido por aproximadamente 96 mil agricultores, aproximadamente 32 mil/ano.

Constituímos também o programa nacional de alimentação escolar. Esse programa determina que administrações municipais tenham, por lei, a obrigação de adquirir 30% da merenda escolar da agricultura familiar. Esse é um programa...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. AFONSO BANDEIRA FLORENCE – A lei vige... Para a totalidade não; a lei vige para os 30%, e nós precisamos fazer um debate sobre esse tema, Senadora Gleisi, porque ainda há muitos Municípios no Brasil que não atingiram a cota mínima, e a lei vige estabelecendo que isso é uma obrigatoriedade. Óbvio que a prefeitura, ao adquirir alimentos da agricultura familiar, estará adquirindo de homens e mulheres, de produtores e produtoras, que rodam a economia do Município. Então, é importante para os próprios Municípios. E ainda há um processo a ser feito de persuasão e de capacitação de gestão dos Municípios para chegar a essa meta estabelecida por lei.

Temos um conjunto de instrumentos, como a Política de Ater – ano passado foi aprovada a Lei de Ater no Congresso Nacional –, inclusive estamos rodando contratos, agora por chamadas públicas, e temos aproximadamente um milhão e oitocentos mil agricultores e agricultoras sendo atendidos com contratos de Ater. Setecentos e oito milhões aplicados, desde 2003 com a Política de Ater.

Na área da reforma agrária, desde 2003, hoje, são contabilizados aproximadamente 900 mil assentamentos, desses, 614 mil famílias assentadas de 2003 para cá. São 53 mil quilômetros de estradas vicinais, 404 mil moradias, 218 mil famílias que tiveram acesso à energia elétrica.

Nós, então, vale registrar, contabilizamos famílias assentadas. Com essa contabilização, consideramos aquelas famílias, tanto as que foram assentadas em terras que foram obtidas através do Incra durante esse período, como também famílias que foram assentadas em terras públicas, ou em glebas de assentamentos anteriormente implantados em outros governos, e que estavam vagas.

Antecipando a resposta ao Presidente e ao Senador Jayme, o Programa Terra Legal é um programa que tem um cronograma, que está sendo executado e está sendo cumprido. Os números são – famílias já cadastradas –: 341 Municípios, abrangendo uma área de 10 milhões de hectares; 293 famílias já receberam títulos de terras, 79 mil hectares; temos georreferenciamento contrato para 200 Municípios; 10 mil imóveis em processo de medição, o que totaliza mais ou menos

um milhão de hectares; 56 núcleos urbanos em 35 mil Municípios já beneficiados. Isso totaliza uma população de 275 mil pessoas. Ingressamos, agora, na etapa de emissão de títulos.

Então, dentro do cronograma há ajustes a serem feitos, digamos assim, explicitamente ajustes pontuais, e temos a previsão que, agora, em 2011, estaremos emitindo aproximadamente 20 mil títulos. Esse é o balanço do Terra Legal que, por força de lei, é atribuição, com prazo determinado, da Secretaria Nacional de Regularização da Amazônia Legal, dentro do MDA.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Alguma divisão por Estado, Ministro?

O SR. AFONSO BANDEIRA FLORENCE – Há convênios feitos com todos os Estados da Amazônia Legal. Um volume total de recursos repassados para estes Estados de aproximadamente R$70 milhões, com todos os Estados da Federação.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Presidente, permita-me. Como o Ministro está aqui, será fácil debater com ele. Então, creio que será de bom alvitre que, à medida que ele for expondo, a gente possa fazer-lhe algumas indagações, até para ir saneando. Penso que seria louvável e meritória essa audiência se conseguíssemos fazer isso.

Quero fazer uma indagação a V. Exª. O senhor disse 20 mil títulos?

O SR. AFONSO BANDEIRA FLORENCE – Este ano, que serão emitidos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Eu pergunto a V. Exª – imagino que V. Exª não tenha condições de dar os dados mais precisos –: quantos mil seriam no total? Apenas o previsto pelo menos, uma perspectiva do total.

O SR. AFONSO BANDEIRA FLORENCE – Em cinco anos, 180 mil.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Cento e oitenta mil.

Obrigado.

O SR. AFONSO BANDEIRA FLORENCE – Então, indo, digamos assim, no calor das respostas às perguntas, Presidente, nós, ao disponibilizarmos os recursos do Pronaf, o fazemos para o País. Nós temos um país com, digamos assim, distinções regionais e múltiplas dinâmicas econômicas no rural. E com distintas tradições produtivas no seio da agricultura familiar. Então são, digamos assim, dinâmicas quase que de mercado também.

Nós temos, no extremo sul do País, cooperativas com 80 anos de funcionamento. São produtores, como foi citado aqui, de uva, de arroz, de café, que têm gerações de tradição. E nós temos outras regiões do País, particularmente o Norte e o Nordeste, com uma distinta tradição, digamos assim, o que faz com que a captação de recursos do Pronaf tenha uma dinâmica diferenciada.

O Governo, a Presidenta Dilma, diagnosticando essas distinções que se expressam na situação de acesso a crédito, a fomento, a assistência técnica, mas principalmente a serviços públicos, a renda, ela lançou, ao identificar o tamanho da extrema pobreza no Brasil, um desafio ao País e brevemente anunciará o programa de combate à pobreza extrema.

A Presidenta Dilma organizou o seu Governo em torno de quatro grandes eixos: o de desenvolvimento econômico, coordenado pelo Ministério da Fazenda; o da cidadania e direitos humanos, coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República; o de infraestrutura, logística, PAC, pelo Ministério do Planejamento; e o de combate à pobreza, obviamente, pelo Ministério de Desenvolvimento Social. E a Ministra Tereza está coordenando junto a todos os Ministérios a elaboração do programa.

No que diz respeito ao rural, particularmente à inclusão produtiva das famílias na faixa de extrema pobreza, coube ao MDA colaborar com a elaboração e brevemente com a execução desse importante programa, que oportunamente a Presidenta anunciará.

Podemos dizer aos senhores e às senhoras que, dos aproximadamente 28 milhões de homens e mulheres que migraram para a classe C, nos últimos anos – dados incontestes –, 4,8 milhões estavam no rural, na faixa da pobreza e da extrema pobreza; e foram para a classe C.

A Presidenta Dilma tomou importantes decisões, no último período, que garantem que o combate à inflação será feito com a continuidade do desenvolvimento, com a continuidade do incentivo à produção industrial, dos investimentos públicos em saneamento, em habitação, em logística, e dos investimentos para a agricultura em geral.

Muito brevemente, ela anunciará o Plano Safra, tanto com o Ministro Rossi quanto comigo, através dos instrumentos disponíveis no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para o setor empresarial, bem como através do MDA para o setor dos agricultores familiares e agricultoras familiares. Mas ela tem antecipado alguns posicionamentos, seja com relação ao programa de combate à pobreza, seja com relação ao Plano Safra.

Nós já sabemos que o parâmetro para o programa de combate à pobreza está com foco nas famílias de renda *per capita* até R$70,00. E o censo de 2010 aponta a existência de aproximadamente 16,2 milhões de pessoas nessa faixa. Então, muito brevemente, ela vai anunciar o programa, tanto o componente urbano

quanto o componente rural. O MDA ficará encarregado do programa de inclusão produtiva no rural.

É razoável supor que, se 4,8 milhões migraram para a classe C, há uma faixa que não migrou por dificuldades de muitas naturezas, mas sabemos que nos rincões do Brasil, eventualmente, ainda encontramos pessoas que sequer possuem registro civil. Então, temos um país em que, às vezes, as condições mais elementares de cidadania ainda estão por ser levadas a essas pessoas. E nós pretendemos, com o programa de combate à pobreza extrema, trazer essas famílias, esses homens e mulheres para o processo de produção, para acessarem os instrumentos que, como os números mostram, permitiram a mobilidade social tão expressiva, que aconteceu no último período, particularmente no rural brasileiro e no que diz respeito às famílias pobres, extremamente pobres, na faixa da agricultura familiar.

Então, nosso objetivo é a inserção produtiva. Vamos fazer uma busca ativa dessas pessoas, vamos garantir assistência técnica e incremento e fomento à produção.

Além disso, a Presidenta anunciou também, na negociação com os setores organizados da sociedade civil, que, neste primeiro semestre, já tradicionalmente fazem suas jornadas de luta, um conjunto de decisões. Nós sabemos o contexto macroeconômico, não vou estender-me. Há um cenário institucional de busca de solidez fiscal, de contenção da inflação, e a Presidenta anunciou a disponibilização de R$16 bilhões para o Pronaf, safra 2011/2012; a unificação de todas as linhas de crédito. Todas as linhas de crédito abaixo de R$10 mil, salvo o Pronaf B, passarão a ter juros de apenas 1%. Havia linhas com juros superiores. Todas as linhas de crédito acima de R$10 mil – e havia várias taxas de juros para investimento, refiro-me – passarão a ter juros de 2%. Aí está incluso Mais Alimentos, ao qual me referi anteriormente. Então, tanto para R$10 mil – no Mais Alimentos, os juros passam a ser 1%, eram 2% –, como também para acima de R$10 mil, caso em que eles permanecem em 2%.

Todas as linhas de crédito acima de R$10 mil passam a ter o limite máximo existente, que é o de R$130 mil, ou passam a ter a equivalência ao Mais Alimentos.

A Presidenta determinou que nós criemos, implementemos o Suasa – Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária. E muito brevemente serão divulgadas, exaradas pela União as normas, por meio das quais Estados e Municípios poderão aderir – normas essas adequadas à produção da agricultura familiar. Além disso, ela determinou a criação de uma PGPM da agricultura familiar, um Programa de Garantia de Preço Mínimo da Agricultura Familiar. Com isso, agora, na hipótese de safras de abundância de oferta de determinados itens, haverá disponibilização de recursos, para garantir os preços mínimos da agricultura familiar.

Então, temos um cenário em que a Presidenta Dilma tomou decisões, já as anunciou parcialmente e brevemente no Plano Safra as consolidará. São procedimentos, instrumentos por meio dos quais a agricultura familiar e a produção de assentamentos de reforma agrária continuarão e aprofundarão seu papel estratégico para o desenvolvimento nacional, para a produção de alimentos saudáveis e mais baratos, contribuindo para a contenção dos índices de inflação e para a qualidade de vida dos brasileiros e brasileiras em geral.

Nós temos um cenário em que, apesar de estarmos circunscritos à busca de solidez fiscal, há disponibilização de mais recursos em condições mais atrativas e com novos instrumentos – além do PAA, do Mais Alimentos, do PNAI, com o PGPM e com o Suasa –, para consolidar a organização produtiva da agricultura familiar e para que essa cumpra esse papel a que me referi, um papel estratégico, para um Brasil "includente", generoso no rural, com paz no campo.

Então, esse é o cenário geral. Com relação à BR-429, Senador, ela está inclusa no calendário que chamamos popularmente Terra Legal, sob a coordenação da Serfal. E, até o momento, a expectativa que temos é a de que vamos cumprir o calendário de conjunto. É óbvio que vamos monitorando o programa e, como qualquer programa governamental, qualquer ação humana, na medida em que identificamos necessidade de ajustes, de forma diligente tomamos as providências necessárias. A nossa expectativa é de que poderemos fornecer brevemente a V. Exª e aos demais Senadores e Senadoras o andamento, numa prestação de contas do andamento do programa. E a nossa expectativa é de que ele logrará êxito.

Quero agradecer aos Senadores e Senadoras essa oportunidade e me colocar à disposição para demais esclarecimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Sr. Ministro.

Pela ordem de inscrição, Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado.

Quero aqui parabenizar o Ministro.

Ministro, no passado, quando fui governador, participei de uma reunião de governadores com o Presidente Lula. Na época, o Ministro Guilherme Cassel dizia que tinha convênio do Ministério do Desenvolvimento Agrário com todos os Estados. E aí eu fui obrigado, em público, a dizer que não era verdade.

Hoje quero lhe parabenizar porque o Ministério do Desenvolvimento Agrário, no Estado de Rondônia, depois daquela reunião, começou a fazer uma parceria de verdade. Sei que o senhor assumiu há pouco tempo, mas é isso que precisa, independente de cores partidárias, porque os ministros nossos podem ser indicados pelo PT, podem ser indicados pelo PMDB, mas eles não são ministros do partido, eles são ministros do Brasil. E com aquela participação que houve no passado, hoje, posso dizer – eu falava agora há pouco com o ex-secretário meu da agricultura – tivemos dois grandes convênios com vocês: um de R$18 milhões e o pacto federativo de assistência técnica. O que acontecia nesses assentamentos? O INCRA assentava as pessoas e o recurso que tinha para fazer a infraestrutura local para os moradores, na verdade, era precária, quase não existia – agora está fazendo alguma coisa – andava sempre devagar. E o Estado está em condições hoje, via Emater, de contratar 90 técnicos, comprar motos, comprar carros, para poder dar assistência para as pessoas assentadas. Porque a reforma agrária não é só você jogar o homem no meio da mata, não é você jogar num pedaço de terra, é você dar condições para que ele possa produzir. Ao mesmo tempo, mais R$18 milhões, tutela legal, onde tem 12 mil propriedades – é pouco, pelo tamanho que o Estado de Rondônia precisa – e já estão começando a aparecer esses resultados. Esperamos que o atual governo dê continuidade a essa parceria que nós começamos, no meu governo. E me parece que já tem os primeiros 300 proprietários de imóveis que já estão sendo contemplados com o documento.

Por que a importância do Terra Legal e a documentação? Por um fator muito simples. Se nós estamos discutindo aqui, Senadora Gleisi, o Código Florestal, a pessoa pergunta: "Mas quem está desmatando no Estado de Rondônia?" Infelizmente são muitos que vão mata adentro e acabam desmatando porque não têm documento. Ao mesmo tempo em que você dá documento para a pessoa, Jayme Campos, você também pode beneficiar com financiamento e também pode meter a taca quando a pessoa está descumprindo a legislação. Você tem a documentação na mão.

Então é importante que o Ministério do Desenvolvimento Agrário, se puder, dobre o número de titulação em toda a Região Norte – é importante isso – para que a gente possa, ao mesmo tempo, dar condições, Sr. Presidente, para eles terem acesso aos financiamentos e, acima de tudo, punir aqueles que estão cometendo os exageros, os abusos. Estou falando isso pela experiência que tenho no meu Estado.

Ainda, com toda essa parceria que está, eu gostaria que o senhor, em breve, fizesse uma visita ao nosso Estado. O Estado de Rondônia serviu como berço da reforma agrária depois da ditadura militar. Temos 117 mil propriedades no Estado de Rondônia e 109 mil são pequenos produtores. E aí quando falei no começo para o senhor porque defendo o Código Florestal e a legalidade – eu falava para a Senadora Gleisi, e o Senador Acir estava na Casa – nós fizemos, na Flona (Floresta Nacional) Bom Futuro, um acordo com a ex-ministra da Casa Civil e hoje nossa Presidente do Brasil, que eu ajudei também na campanha a eleger. Fizemos um acordo de permuta de 140 mil hectares de terra na Flona do Bom Futuro, em permuta, Senador Acir, da área da Jirau, um parque estadual – nós temos 180 mil hectares de terra.

Sabe o que aconteceu, Sr. Ministro?

Depois do acordo assinado, só faltava esta Casa aprovar, o Ibama foi até aquela região – falo para a Senadora Gleisi –, cinco mil famílias lá dentro, e deu, no mínimo, mais de mil autos de infração, Senador Jayme Campos, tudo à média de R$2, R$3 milhões cada um. E aí o pessoal diz que nós queremos fazer festa com as multas e com os autos de infração.

O que tem de ter nesta Casa... Neste Senado, eu tenho de fazer um projeto de lei, Senador Jayme Campos, junto com o Código Tributário, para que todo fiscal – pode ser fiscal municipal, estadual, federal ou auditor, qualquer fiscal – que faça um auto de infração sem procedência tenha de pagar os custos judiciais. No dia em que acontecer isso, vai parar de ter fiscal que vai atender o QI.

Temos muita gente que tem QI, ou seja, quem indica. Quem indicou? Foi o Senador Tal? Então, é para punir quem? Vamos pegar aquele político, aquele cidadão, aquela pessoa.

Então, no Estado de Rondônia, nós precisamos urgentemente regularizar aqueles 140 mil hectares de terra que já foram autorizados por esta Casa, foram autorizados pelo Senado, para que a gente possa dar a eles o direito de produzir. E não só aqueles, como na região de Machadinho, na região de Buriti, na região de Nova Mamoré. Um outro conflito, Presidente, Ministro, é na região da linha D, Nova Dimensão. Lá, temos famílias em 100 hectares, 50 hectares, assentadas há 20, 25 anos, e sabe o que o Incra fez? Foi lá, pegou outras pessoas...

Acontece o seguinte: sabe como se trabalhava no passado? Pegavam-se aqueles ex-sindicalistas, mas integrantes do partido, e botavam lá como chefe do Incra. O cara não entendia patavina de agricultura. O que ele fazia? Ele ia lá e....quase aconteceu conflito. O Acir sabe disso. Quase acontecer morte. O Governo do Estado teve de ir lá para evitar isso. As pessoas já estão lá assentadas, com propriedade, só falta legali-

zar – pequenas propriedades, Jayme –,e aí o Incra ia lá e botava outras pessoas dentro das que estavam assentadas. Então, precisamos urgentemente...

O que eu puder contribuir, como ex-governador, eu quero contribuir. Quero paz, mas não abro mão da minha prerrogativa de Senador. O povo me deu esse cargo, sou da base governista, vou ajudar a Presidente Dilma no que for possível, e ela já tem uma grande vantagem nesta gestão, diferente do Lula. Não quero desmerecer quem não foi governador, mas muitos legisladores que temos na Casa fazem tudo à troca de barganha. Eu sei porque fui governador e denunciei Deputados duas vezes. E eu sou o contrário. Nós, aqui na Casa, temos ex-Presidentes e temos uma boa quantidade de Senadores que são ex-governadores. Eles sabem a necessidade de dar condições para que a Presidente do Brasil consiga trabalhar com tranquilidade, sem precisar dizer toma lá e dá cá. Lógico que temos outros Senadores, como a Senadora Gleisi e outros tantos que também têm agilidade, como o Jayme Campos, que já foi governador também e sabe a dificuldade que existe.

Esta Casa precisa produzir mais, dar mais vida. Está aqui um exemplo: esta audiência de tal importância, Presidente, com a presença do Ministro do Desenvolvimento Agrário, e olhe a quantidade de Senadores que nós temos! Não estou desmerecendo. O Senador Blairo Maggi é uma pessoa de casa, teve outro compromisso; outros também, mas vejam a dificuldade que, muitas vezes, nós temos até com Senadores presentes.

Eu estava falando aqui para o Jayme Campos e vou levar uma proposição – falei isso ontem para o Presidente do Senado, Senadora Gleisi, Senador Jayme, Senador Acir – que tínhamos de mudar o Regimento Interno desta Casa e ter a busca automática do suplente. Aqui nós temos uma hora um Senador que viaja para a China, outro que viaja para a Europa, outro viaja para a África. É igual a governador e vice-governador: se o governador viajar, o vice assume automaticamente. E, com certeza, as comissões conseguiriam produzir muito mais, dando condição, Jayme Campos...

Por exemplo, o Senador Acir teve de fazer uma viagem para o exterior há pouco tempo. Se tem o suplente, automaticamente o seu suplente assumiria, e os trabalhos continuariam, sem a falta desses Senadores.

Então, é a proposição que vou levar, para a gente poder reforçar o nosso trabalho aqui e produzir muito mais, sem desmerecer o restante.

Um exemplo aqui: nós temos agora o Senador Itamar, que está em São Paulo, internado. Temos o Lobão Filho, que sofreu um acidente. Então, automaticamente, iriam outros Senadores substituindo em todas as comissões, e nós conseguiríamos produzir muito mais.

Mas, Ministro, coloco-me à disposição, agradeço a parceria quando esteve no meu governo e digo que continue independente do governo que está lá. Os nossos cargos são passageiros, mas a ação de governo, esta é contínua. E disso não podemos abrir mão.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pela ordem de inscrição, tem a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Senadora Gleisi Hoffmann, V. Exª pode me conceder um minuto?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Com a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Só gostaria de dizer ao Senador Ivo Cassol que está ao meu lado o meu suplente de Senador, Osvaldo Sobrinho. Vamos torcer para que a ideia dele seja acatada pela Mesa Diretora, pois ele já quer assumir a partir de segunda-feira. Ele me disse que já tem uns dez ou quinze dias que já está pronto em Brasília para assumir.

Mas, Sr. Presidente, Sr. Ministro, quero cumprimentar V. Exª novamente e dizer que os números que citou aqui são esplendorosos diante das afirmações do que representa a agricultura familiar no Brasil, com mais de dois milhões e trezentos mil agricultores, contribuindo sobremaneira com a nossa produção, com a nossa balança comercial. Assim, temos um papel fundamental no sentido de resgatar pessoas que vivem na área rural abaixo da linha da pobreza.

Só quero fazer um adendo à sua fala, Ministro, sobre o que me chamou atenção. V. Exª tem conhecimento de que uma grande parcela que, hoje, está vivendo abaixo da linha da pobreza está localizada nos nossos assentamentos. Por incrível que pareça, sou de um Estado de dimensão continental, mas, ao mesmo tempo, um dos Estados que tem maior número de assentamentos no Brasil.

Conheci e conheço e quase constantemente tenho oportunidade de visitar os assentamentos, até porque são pessoas amigas e que tem que ter, com certeza, o respeito e admiração de nós, políticos, pois enfrentam muitas dificuldades.

Quero crer, Ministro, que o precisamos nesses assentamentos é a regularização fundiária. Muitos ou quase a maioria não tem ainda o título da terra. Isso tem causado um transtorno muito grande, até porque o próprio Ibama, como bem disse aqui o Senador Ivo Cassol, por força da legislação e, sobretudo, acom-

panhado do Incra e da própria Polícia Federal, tem causado humilhações a essas pessoas.

Ninguém pode desconhecer o grande número – V. Exª acabou de citar um número aqui: 180 mil pessoas – que precisa ser regularizado nessa região.

Esse é o primeiro *start* que tem que ser dado, mas tem muito mais a ser feito. Já há um número bastante significativo, V. Exª disse que tem 20 mil em andamento para titular.

Mas o que precisamos é só do título da terra? Claro que não. Também precisamos de assistência técnica, como disse o Senador Ivo Cassol, precisamos de crédito. As pessoas que não têm o título da terra não estavam recebendo. Tive na região do Araguaia, onde há vários assentamentos, e lá me procuraram 20 ou 30 comissões, pois há muitos assentamentos, dizendo que estavam impossibilitados de ter acesso ao crédito, porque além de o Ibama vir e multar, multam uma terra que não é deles, pois não têm o acesso ao título da terra.

De qualquer maneira, envolve o CPF desses cidadãos, que ficam impossibilitados de ir a outra instituição, a uma agência de fomento ou a uma casa comercial para buscar um crédito, tudo por causa dos fatos que acontecem capitaneados pelo próprio Governo Federal. Assim, Sr. Ministro, precisamos do título da terra, da assistência, de crédito, de educação.

Conheci alguns assentamentos e fiquei profundamente tocado, como cidadão e como ser humano, ao ver o estado de petição em que estão. Por isso, tenho certeza de que essa barganha, esse comércio quase constante do maior engolindo o menor...

Há poucos dias saiu uma notícia no Fantástico e no Jornal Nacional em relação ao assentamento na região do Guarantã do Norte, no meu Estado de Mato Grosso: o cidadão vendendo para o vizinho ou vendendo para pessoas fora do próprio assentamento diante das dificuldades para ter acesso ao crédito agrícola.

De modo que, Sr. Ministro, tenho certeza de que V. Exª vai fazer um grande trabalho, sobretudo porque acho que há recursos suficientes para atender a demanda, mas o que inviabiliza tudo – vamos ser claros – é a questão da burocracia. Ser gestor público neste País é complicado. Já fui prefeito por três vezes, já fui governador, e não quero mais ser do Executivo, porque quando você deixa o cargo continuam os problemas. É só processo, como estão dizendo aqui. É muito complicado. Há recursos, mas os problemas são grandes. Com isso, torna-se difícil até à pessoa bem intencionada, competente ter um bom desempenho diante das dificuldades que, com certeza, tem para enfrentar.

Entretanto, nós estamos apostando em V. Exª. As informações que eu tenho são as melhores possíveis. Particularmente, quero dizer a V. Exª que pode contar com o Senador Jayme Campos. Sou um homem independente, não estou atrás de barganha com o Governo, muito pelo contrário. Sou favorável àquilo que é bom para o Brasil. Se for bom, estou ao lado do Presidente. Já votei matéria com o Governo Federal. Não sou partido da base aliada, mas voto. Pedi ao meu Partido independência, até porque acho que é bom para o Brasil. Não podemos ver a questão ideológica, a questão político-partidária, muito pelo contrário. Temos de votar projetos que têm a ver conosco. No caso da medida provisória que votamos aqui para delegar, dar instrumento a essa ferramenta para o PMDB, muita gente do PT foi contra. Muita gente. E eu saí defendendo porque acho que é fundamental, é importante para o Brasil. Então, nesse ponto não tenho questão de ideologia, de partido. Estou aqui para somar. Acima das questões políticas, pessoais e partidárias está o interesse do Brasil.

E nesse caso, muitas pessoas não sabem da importância que têm. O MDA, o Incra têm muito a ver com o Brasil. A economia do País está calcada na atividade do campo, 40% a 50% da atividade está no campo. Então, nós temos a responsabilidade de dar instrumento, de dar ferramenta para os órgãos competentes para que possamos resolver as imensas problemáticas, sobretudo agora que o Código Florestal estará nesta Casa.

Não posso admitir que tenham pessoas que estão discutindo aqui antes de ver, de fato, como o Código Florestal vai chegar a esta Casa. Propomos fazer um Código Florestal moderno, avançado, mas sobretudo respeitando os direitos adquiridos daqueles que estão na terra há alguns anos. Algumas pessoas não podem entender que temos que penalizar. Não. O Código Florestal brasileiro já é avançado? É. Entretanto, está superado pois é da década de 1964 e, de lá para cá, tivemos, entre decretos, portarias e resoluções, quase 330 medidas, o que inviabilizou o Código, gerando uma insegurança jurídica. Tenho certeza de que vamos, de uma vez por todas...É um grande avanço.

Espero que a nossa Presidente Dilma Rousseff seja uma juíza, atue de forma imparcial e dê essa decisão para o Congresso Nacional tomar. A responsabilidade é nossa. Tenho certeza absoluta de que esta Casa tem competência suficiente para aprimorar esse Código Florestal, que tem algumas correções a serem feitas.

Cumprimento V. Exª e espero que faça um bom trabalho em prol do Brasil, mas principalmente a favor do pequeno e do médio produtor rural deste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente. Também quero fazer uma saudação ao nosso Ministro, parabenizá-lo por vir a esta Casa. É sempre um prazer muito grande recebê-lo aqui na nossa Comissão de Agricultura, que julgo ser uma das comissões mais importantes porque debate uma das maiores matrizes econômicas do nosso País, que é a agricultura. Tanto a grande agricultura, a agricultura de exportação, como a agricultura que faz frente ao mercado de consumo interno.

Eu sou de um Estado essencialmente agrícola, o Paraná, e lá a agricultura familiar é quem comanda. Mais de 80% dos estabelecimentos agrícolas de meu Estado são de agricultores familiares, vão até quatro módulos fiscais. E são responsáveis por 48% do valor bruto da produção. Ou seja, eles alimentam o Estado do Paraná. Eu acredito que não seja diferente no Brasil. O Brasil é alimentado pela agricultura familiar. É claro que nós temos a grande agricultura, a produção de grãos para exportação, mas quem coloca a comida na mesa do povo brasileiro é o agricultor familiar.

Por isso, a importância do Ministério que V. Exª comanda, das políticas que V. Exª aqui relatou.

Eu queria dizer que o Paraná sentiu muito a diferença, com o Governo do Presidente Lula, em relação ás políticas agrícolas que foram colocadas em prática. Hoje nós temos uma agricultura familiar mais vigorosa. Há menos pessoas saindo do campo para a cidade, ou seja, nós queremos o desenvolvimento da agricultura, mas também queremos uma área rural com gente. Não dá para ser uma área rural sem gente, uma área rural só de produção de grande escala.

O Paraná sentiu profundamente essas mudanças, mudou muito a característica, a forma de produção, melhorou a vida das pessoas no campo. Nós temos uma região, que é a região do o sudoeste do Paraná, que é composta, 100%, por pequenos agricultores. A mudança que houve na economia daquela região com a intervenção das políticas da agricultura familiar foi impressionante.

Eu fico muito animada porque a Presidenta Dilma tem um compromisso muito grande com esse setor. V. Exª já falou aqui desse compromisso. Ela, recentemente, divulgou algumas ações para o Plano Safra 2011/2012.

Eu gostaria que V. Exª nos falasse um pouco...

Eu sei que nem todas as ações estão consolidadas, mas ela já adiantou um pouquinho sobre a questão do crédito, dos valores, da forma dos empréstimos, dos limites. Eu penso que vamos ter muito boas notícias sobre o processo do Plano Safra 2011/2012, assim como também das mudanças no manual.do crédito agrícola brasileiro. Vamos ter uma audiência no dia 9 de junho – não é, Presidente? –, para, especificamente, debater esse aspecto. Penso que vai ser de grande importância para a agricultura brasileira

Outro aspecto que acho importante, que teve um avanço sensacional – V. Exª discorreu sobre isso – foi a alimentação escolar. Nós temos 30% da produção da agricultura familiar na alimentação escolar. Tenho visitado os Municípios do Estado e é impressionante como as professoras, como os trabalhadores em educação relatam a qualidade dos alimentos. Muitas vezes eu vou lá e lancho. Aproveito as viagens que faço para lanchar. Desde o alimento *in natura*, as verduras, as frutas, que são de altíssima qualidade, até os alimentos processados – as compotas, o pão caseiro. É muito legal ver as crianças comendo com gosto aquela alimentação.

Nós temos um problema, que é o de atingir a totalidade de nossas escolas. Infelizmente as grandes cidades não fazem isso. Como é que nós temos condições de fazer com que Município, como, por exemplo, a Capital do meu Estão, Curitiba, possa servir alimentação de qualidade em suas escolas? Eu sei que há problema de logística. Muitas escolas já têm a merendeira. Fazem contratação terceirizada...

De que forma poderíamos ter uma alternativa, se não for voltar com as merendeiras? Eu também estou convencida de que em muitas escolas nós teríamos de voltar com as merendeiras. Se não é voltar, como é que nós colocamos esse produto de qualidade para quem serve a merenda para nossas crianças e fechamos esse ciclo virtuoso, que é dar condições ao agricultor familiar de ter sua produção colocada e de fazer com que nossas crianças se alimentem com qualidade. É mais barato, com qualidade. É um ciclo virtuoso.

Talvez esta Casa tenha de pensar – não sei, Senador, Acir, em uma lei que possa dar uma prazo para que a Lei da Merenda escolar seja colocada em vigor. Digo isso, para que ela seja cumprida na sua totalidade. Ela está em vigor, tem de ser, mas não damos um prazo de ajuste. Então esse grandes Município acabam levando isso... Vai tocando... Vai tocando... Vamos ver lá na frente.

Talvez a gente tivesse de dar um prazo, por exemplo: "no prazo de quatro anos todas as escolas e todos os Municípios têm de se adequar ao determina essa lei".

Eu queria que o senhor discorresse um pouco sobre isso, para ver se é possível nós fazermos algo para colaborar para resolver esse problema que jul-

go que é um dos mais importantes que temos para a educação e para a agricultura brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Gleisi Hoffmann .

Com a palavra o Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Ministro, Sr. Presidente, é uma alegria muito grande receber nesta Comissão o Ministro de uma das Pastas mais importantes, notadamente porque é uma Pasta que tem atribuições específicas, voltadas para o desenvolvimento do meio rural e para o apoio à pequena agricultura, à agricultura familiar, que tem dado uma contribuição muito grande ao desenvolvimento deste País.

Não fosse a agricultura familiar, como falou a Senadora Gleisi, nós não teríamos o emprego, a renda que hoje é proporcionada por meio dessa atividade agrícola, que é praticada no campo.

Gostaria de saber se o Ministério de V. Exª está acompanhando um projeto apresentado no ano passado e reapresentado neste ano, sobre o desenvolvimento rural sustentável, que atribui aos territórios instalados em cada Estado uma integração importante entre o meio urbano e o rural. E, quanto à agricultura, esse projeto não faz distinção entre o agronegócio e também a pequena empresa, porque todos, de forma diferente, mas trabalhando no mesmo objetivo, dão uma contribuição importante para a sustentabilidade econômica do nosso País e para o fornecimento de alimentos não só para o consumo interno, como também para a exportação.

Queria saber se V. Exª apoia esse projeto, que teve uma discussão intensa, por mais de 10 anos, no âmbito não só do MDA, como também de sindicatos e associações ligadas à agricultura.

Esse projeto foi, portanto, uma sugestão dessas entidades, e tive a honra de ser escolhido para apresentá-lo. Ele está na Comissão de Justiça, e o Relator é o Senador Eduardo Suplicy. Esperamos que a Comissão de Justiça se debruce sobre a constitucionalidade e a legalidade. Logo em seguida, essa matéria virá para a Comissão de Agricultura, na qual será discutido o seu mérito.

Queria saber se V. Exª tem conhecimento desse projeto e o que acha de seus objetivos; se há viabilidade de aplicação das suas normas no Brasil, que enfrenta, sem dúvida alguma, um dos grandes gargalos, que é ainda o desemprego.

Se conseguirmos colocar o homem detido no lugar – "detido", de uma forma positiva: fixado no seu ambiente de trabalho, onde nasceu, com sua família, com a sociedade com a qual conviveu desde pequeno –, evitando o êxodo, a inchação das grandes cidades, vamos, sem dúvida, ajudar o Brasil a evitar as grandes disparidades que existem nas periferias das grandes cidades, como desemprego, violência, criminalidade, falta de habitação e de condições de saúde adequadas, que existem nos centros urbanos. Então, o apoio à agricultura sob qualquer forma é de fundamental importância para a fixação do homem ao campo.

E há outra indagação que gostaria de fazer a V. Exª, Sr. Ministro Afonso Florence, do Estado da Bahia, Deputado Federal entre os mais – o mais votado? – do Partido dos Trabalhadores, amigo do nosso querido Governador Jaques Wagner, por quem temos a maior consideração – Sergipe e Bahia têm uma grande integração. Gostaria de saber o seguinte: foi aprovado agora o Código Florestal pela Câmara dos Deputados, e não há uma unanimidade em torno desse Código Florestal.

Quanto a algumas alterações, elas foram apoiadas pelo Governo, como, por exemplo: todos os produtores com imóveis de até quatro módulos fiscais, de 20 a 400 hectares, estão dispensados de reflorestar a Reserva Legal e continuarão obrigados a manter Áreas de Preservação Permanente (APPs) e ainda a registrar como Reserva Legal a mata nativa que ainda reste em suas propriedades. Isso para os pequenos proprietários, de 20 a 400 hectares, ou seja, de até quatro módulos. Esse texto que foi aprovado teve o consentimento, quer dizer, o "aprove-se" do Governo.

Mas há uma controvérsia. A elaboração do programa de regularização ambiental, que, pela atual legislação, é feita só pela União, seria também uma atribuição dos Estados e do Distrito Federal. O Governo da Presidenta Dilma aprova que seja somente a União que tenha essa prerrogativa. Então, eu gostaria de saber – e que V. Exª entrasse em detalhes – o porquê da... Eu acho que a Presidenta está certa. Agora, eu gostaria que V. Exª desenvolvesse a tese da Presidente, por quê? Para que possamos defender essa tese aqui na Comissão do Meio Ambiente e também na Comissão de Agricultura, porque certamente esse projeto virá para cá.

E, afinal: novas faixas que o produtor será obrigado a reflorestar em margem de rio caso tenha desmatado. A primeira faixa já está no relatório: 15 metros. As demais serão acrescentadas. No caso dos rios mais largos, cuja APP é de 500 metros, o produtor teria de replantar somente 100 metros. Então, há uma nova previsão de mata ciliar para pequenos produtores (de até quatro módulos). Em vez de serem submetidos aos atuais limites, quem desmatou não precisará recuperar tudo; apenas uma área que não ultrapassar 20% de sua terra.

Então, eu queria que V. Exª também discorresse sobre isso que a Câmara dos Deputados aprovou

e também sobre o percentual da propriedade rural que será preservado. Quer dizer, os percentuais são: Amazônia, 80%, mas parece que foi aprovado um dispositivo lá que pode reduzir para 50% na Amazônia; o Cerrado, de 35%; e demais regiões, como o nosso Nordeste, de 20%. O que acha V. Exª desses limites? Porque, quando for regularizar sua propriedade, será permitido reduzir a Reserva Legal dos atuais limites de 80 para 50% na Amazônia Legal. O Governo não aceita essa redução. E acho que o Governo está certo.

Sei que V. Exª é do Governo e apoia essa medida, mas eu gostaria, até para convencimento daqueles recalcitrantes, o porquê de apoiarmos – porque apoio – essa não redução de 80 para 50% na Reserva Legal na Amazônia.

Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador.

Para concluir o ciclo de perguntas, Sr. Ministro, faço uma colocação a V. Exª. A Comissão da Pastoral da Terra de Rondônia vem fazendo um diagnóstico nos assentamentos e nos acampamentos, em alguns Municípios do Estado de Rondônia, e chegou à conclusão de que essa população está tendo uma dificuldade com relação ao atendimento governamental. Relatórios da Pastoral da Terra revelam que as famílias até estão organizadas para conquistar a terra, mas não conseguem se organizar para permanecer e produzir na terra, de forma apropriada e com sustentabilidade. Quais as políticas governamentais para atender aos assentamentos da reforma agrária, na região Norte, em especial no meu Estado de Rondônia.

Muito obrigado.

Com a palavra o Ministro Afonso Florence, do MDA.

O SR. AFONSO BANDEIRA FLORENCE – Presidente Acir, para responder a essa pergunta, vou também tentar responder às ponderações desenvolvidas pelo Senador Jayme Campos, no que diz respeito à reforma agrária e também a alguns aspectos da primeira intervenção do senhor.

No pacote, Senador Gleisi, de anúncios que a Presidenta fez nas últimas semanas está a liberação de todo o financeiro do previsto no orçamento de 2011 para obtenção de terras e assistência técnica. Então, a nossa expectativa é que, de acordo com o previsto em lei para obtenção de terras, façamos dois depoentes, um em junho e outro em julho; e para assistência técnica, na medida em que toda prestação de contas for apresentada, nós estamos em condições de antecipar todo o financeiro, ou seja, de acordo com os prestadores de serviços, a tramitação da obtenção de terras, nós vamos honrar todos os compromissos ainda no meio do ano. É uma determinação que exemplifica o grau de prioridade da Presidenta Dilma para a reforma agrária e os assentamentos de reforma agrária e assistência técnica.

O Incra brevemente divulgará pesquisa que está fazendo e, no que diz respeito tanto à primeira fala do Sr. Presidente, como do Senador Jayme Campos, nós podemos dizer que, em decorrência do desenvolvimento econômico em curso no País, em decorrência da dinâmica no rural brasileiro, nós estamos vivendo um período que, por determinação da Presidenta e pela imposição do País, deve viver um processo de resignificação da reforma agrária. Nós priorizaremos a produção dos assentamentos existentes. A pesquisa que eu disse o Incra vai divulgar em breve, os números parciais que nós temos, Senador Valadares, apontam que a situação de precariedade das famílias assentadas incide naquelas recentemente assentadas. Com o passar dos anos, há um incremento na produção na medida em que venha a regularização fundiária, na medida em que venha a regularização ambiental, na medida em que venham o fomento, o crédito, a assistência técnica, há um processo de inclusão produtiva. Nós temos assentamentos, cooperativas de assentamentos com produção hoje já em escala, acessando crédito no Mais Alimentos. E um dos anúncios que a Presidenta fez também, e que é um grande avanço a partir de tratativas do MDA com o Ministério da Fazendo e o BNDES, nós vamos acessar fomento, vamos monitorar a gestão de cooperativas em parceria com o BNDES.

Então, onde normalmente, senhoras e senhores, se detecta pobreza nos assentamentos? Quase invariavelmente naqueles recém-implantados.Eram homens e mulheres que estavam acampados, às vezes, na beira de estradas, que ingressam na terra e que têm que ter acesso ao fomento, ao crédito, à assistência técnica, à comercialização da produção, para serem inseridos no processo produtivo e, assim, lograrem êxito na melhoria da sua renda e na qualidade de vida de suas famílias.

A dinâmica econômica no rural brasileiro, o processo de desenvolvimento em curso no País, e que temos convicções pelas decisões da Presidenta Dilma terá continuidade, nós temos um propósito de debater com todos os segmentos da sociedade civil e organizada, com o setor produtivo, com o Parlamento brasileiro, com os senhores e com as senhoras, que ingressamos no séc. XXI com um modelo de desenvolvimento para o qual o País demanda a reforma agrária. Vamos fazer a reforma agrária de que o País precisa. Faremos uma reforma agrária que atenderá à família, ao homem, à mulher, ao produtor, à produtora que necessitam da terra para morar e para trabalhar, mas, principalmente,

a reforma agrária de que o País precisa, sem proselitismo político. É claro que há o componente político, no sentido da grande política, que é o que vi serem as preocupações dos Senadores e das Senadoras que se pronunciaram hoje aqui.

Então, precisamos reformar o setor agrário nesse sentido, nas regiões mais deprimidas, onde há a possibilidade de famílias que não têm terra terem acesso à terra, para produzirem, para viverem bem. Assim, na região rural, haverá estabilidade demográfica, e ali as pessoas viverão bem, produzindo e comercializando. Mas temos a nitidez de que, na reforma agrária, nesse ambiente novo de desenvolvimento, com essa resignificação, a regularização fundiária é fundamental.

Quero agradecer-lhe, Senador Cassol, suas palavras. E nos colocamos à disposição de todas as unidades da Federação, independentemente da orientação partidária dos gestores centrais, dos governadores e das governadoras, para estabelecermos uma parceria. Estamos consolidando, por orientação da Presidenta Dilma, uma dimensão de relação federativa com Estados e com Municípios e pretendemos aprofundar não apenas a obtenção de terras pelo Incra, mas também a regularização fundiária na Amazônia Legal, crédito fundiário, regularização fundiária em outros Estados da Federação. Nosso propósito é criar condições favoráveis para que, no setor rural brasileiro, haja homens e mulheres produzindo, com crédito, com assistência técnica.

No que diz respeito ao MDA, nossa responsabilidade é com a agricultura familiar. É claro que vamos buscar aperfeiçoar – esta é prioridade do Incra – a gestão territorial, a gestão fundiária nacional. Precisamos conseguir dar mais celeridade à tramitação do CCIR e tomar outras providências de gestão que nos subsidiam na área de populações quilombolas e que subsidiam a ação de outros Ministérios.

A pobreza está sendo diagnosticada nos assentamentos mais recentes. Por isso, quando a Presidenta anunciar o programa de combate à pobreza, haverá um componente de tratamento das famílias acampadas e um componente de tratamento das famílias recém-assentadas. Para as famílias tradicionalmente assentadas, para os agricultores familiares com produção consolidada, vamos buscar aperfeiçoar os instrumentos, e parte desse aperfeiçoamento já foi anunciado pela Presidenta. Enfatizo e reitero: a PGPM da agricultura familiar é uma providência de natureza estratégica para a organização econômica da agricultura familiar no Brasil, bem como o Suasa. Dessa forma, aquela cooperativa, aquele produtor e aquela produtora que produzem derivados de animal poderão produzi-los no seu Município e, com o selo, com a certificação municipal e estadual, comercializá-los em âmbito nacional.

Então, atendemos à demanda de uma reflexão sobre a reforma agrária. Podemos voltar a essa pauta oportunamente, mas nosso propósito é formarmos um cenário em que a agricultura familiar seja oriunda da reforma agrária no sentido dos assentados pelo Incra. Com a regularização fundiária na Amazônia Legal, busca-se criar um ambiente de produtividade, com a produção de alimentos mais saudáveis e mais baratos para os brasileiros e para as brasileiras, incentivando a produção industrial. Destaquei, no caso do Mais Alimentos, que o depoimento da Abimaq e da Anfavea é sempre bem-vindo.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Eu gostaria só de fazer um aparte, se o senhor me permitisse, Ministro.

O SR. AFONSO BANDEIRA FLORENCE – Pois não, Senador.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com a experiência – há pouco tempo, falei sobre isso para o senhor – dos dois mandatos de governador, tenho uma sugestão a fazer para o seu Ministério.

O que acontece? No passado, Rondônia serviu como berço da reforma agrária, e, hoje, há a concepção do desmatamento zero. Há uma proposta nossa, do Estado de Rondônia, feita por pecuaristas e por produtores. Muitas das vezes os assentados, quando é assentado, ou é no meio da mata ou é lugar distante e ao mesmo tempo o custo Brasil, o custo para você manter aquele assentado muito grande. E eu tenho uma proposta, uma sugestão nesta Comissão.

Qual é a proposta? Quando a gente dá um pedaço de terra para alguém...

Tem um pessoal que está discursando aqui dentro poderia até discursar mais baixo. Os assessores aqui falam mais até do que os Senadores. Mas isso é normal, é só para não atrapalhar a gente aqui. Nós somos poucos aqui. Desculpem-me eu sou meio polemico mesmo.

Mas especialmente nessa questão dos assentamentos. Por que não pegar os novos assentamentos em torno das grandes cidades para a produção fruticultura. Ai o senhor agrega mais mão de obra, o senhor segura naquele pedaço de terra a família inteira produzindo frutas, produzindo hortaliças. Enquanto nós colocamos às vezes o cidadão lá dentro do mato, o pessoal fala assim: não, mas lá dá 100 hectares de terra. Hoje para derrubar 20%, que é o que a lei permite, é muito pouco. E se nós colocarmos ele em torno dessas grandes cidades nós vamos estar segurando o agricultor no pedaço de terra, eles vão estar produzindo fruticultura com casa própria – porque o Ministério tem

como construir a casa e, já está nos programas – e ao mesmo tempo acesso à escola, acesso às grande Ceasas, aos centros comerciais de produção e com isso, com certeza nós vamos ter um aproveitamento muito maior. Porque eu estou falando isso para o senhor?

Nós falamos esses dias aqui nesta Comissão, Sr. Presidente, que nós temos a maioria – olha o que eu vou falar para o senhor agora – se o senhor fizer um levantamento dos beneficiados da reforma agrária, quantos estão assentados na terra, o senhor vai se impressionar pelos números. A exemplo disso, temos poucos os assentados que começaram em 77,78, 80 – a exemplo na região de Colorado um assentamento que tem lá – eu conheço o meu sogro que está lá a trinta e poucos anos no mesmo pedaço de terra, mas os vizinhos ao redor, a maioria do restante ao redor todo mundo comercializou e vendeu. Mas se o senhor pegar um assentamento novo boa parte já vendeu e comercializou, porque a dificuldade dele é muito grande. Às vezes uma pessoa da família fica doente...

Então como sugestão, no modelo novo que nós queremos implantar, especialmente nós que estamos aqui com o Código Florestal que vamos aprovar em breve, vamos estudá-lo, vamos debater o Código Florestal... Para não ter novos desmatamentos, a sugestão que eu levo é para que se estude, a equipe técnica para, em torno das grandes cidades quinze, vinte quilômetros longe, que possa transportar mercadoria, ai sim compra-se aquelas propriedades e faz-se o assentamento agrário, não com um pedaço de vinte hectares, nem com trinta hectares mas que seja quatro, cinco hectares, um pedaço pequeno que a pessoa possa produzir – e não vai mexer com gado, pode ter uma vaquinha de leite, no mais é produzir fruticultura para poder abastecer os grandes centros. E aí com isso a gente vai ter uma mão de obra muito mais agregada e é o propósito da reforma agrária que é o desenvolvimento agrário que é o MDA.

O SR. AFONSO BANDEIRA FLORENCE – Senador muito obrigado. Nós vamos levar em consideração essa sugestão, vou dirigir à equipe do MDA e do Incra, ressalvando apenas que nesse modelo que nós precisamos avançar, eu acho que é o País – e o debate aqui no Senado é importante, aqui no Congresso é importante – tem que diagnosticar a dinâmica econômica, a dinâmica propriamente fundiária e a viabilidade do seu próprio setor de assentar de acordo com a proximidade. Lógico, não pode ser muito distante; agora, é óbvio que a conveniência perto dos mercados consumidores é a mais latente, mas também são regiões onde o custo do metro quadrado às vezes é muito maior.

Mas é uma variável importante e nós vamos levar em consideração.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Mas é o custo/benefício, porque o senhor distante, lá dentro do mato, o custo de fazer a infraestrutura, estrada, escola...

O SR. AFONSO BANDEIRA FLORENCE – É verdade.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Então, é melhor pagar vinte conto por alqueire pertinho, trinta mil reais o alqueire... Quer dizer, custa muito mais barato no final porque você está segurando a família em torno da cidade...

O SR. AFONSO BANDEIRA FLORENCE – Produz e tem onde comercializar...

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – E você não tem um bolsão de miséria, tu tens na verdade um bolsão de produção de fruticultura.

O SR. AFONSO BANDEIRA FLORENCE – Então, só para concluir em relação a solicitação da Senadora Gleisi, a Presidenta anunciou R$16 bi, redução das taxas de juros de investimento de até R$10 mil para 1%, manteve 0,5% para o Pronaf B, ampliou o limite de crédito do B para 7,5% e manteve o rebate de 25%.

Acima de R$10 mil, todos os empréstimos podem agora ser feitos no limite de 130, que era o limite maior, e todas as taxas de juros e de investimentos descem para a menor, que é 2%, além disso, a PGPM da agricultura familiar, o Suasa e uma série de outros procedimentos que consolidam a organização produtiva da agricultura familiar. Oportunamente, no anúncio do Plano Safra, a Presidenta Dilma, mais detalhadamente anunciará.

Para terminar, quero agradecer ao Senador Valadares suas palavras. Para nós, o PL nº 258, de 2010, tem um componente estratégico. Vai ser uma oportunidade desta Casa e do Congresso Nacional debater a demanda de planejamento territorial que o Brasil hoje possui. Hoje, os Municípios fazem seus planos diretores, delimitam a zona rural e planejam a urbana.

O MDA, através dos territórios de cidadania, eventualmente tem planos territoriais, mas que não têm um rebate nas cidades, nesses territórios.

O meio ambiente, com as unidades de conservação, demandam que a produção havida, seja nas cidades, seja no rural, tenha uma integração. A Ministra Izabella e o Ministro Negromonte nos debruçamos sobre este tema, e as nossas equipes técnicas estão refletindo sobre a possibilidade de buscarmos uma integração no plano de planejamento territorial, Senador Valadares. Então, a tramitação e a aprovação desse PL é fundamental para um salto de qualidade no planejamento público, no planejamento regional do Brasil.

Com relação ao Código Florestal, no âmbito do Governo, por orientação da Presidenta Dilma e com a coordenação do centro do Governo e da Ministra

Izabella, nós fechamos uma posição que foi a que o Governo, através de sua área política, remeteu para o Deputado Aldo, para dialogar com o Deputado Aldo. E estivemos também na Câmara, no Colégio de Líderes, eu próprio, o Ministro Rossi, a Ministra Izabella e o Ministro Luiz Sérgio, debatendo – para simplificar, porque são muitos os itens. Mas, tratando dos temas que me foram solicitados, vale dizer que, no fundamental, o princípio da precaução ambiental, da regularização ambiental e da segurança econômica, jurídica e política, da capacidade instalada da produção rural brasileira, está contemplada na proposta que o Governo elaborou e encaminhou para dialogar com a Câmara, com o Deputado Aldo.

Uma parte bastante significativa, fundamental para nós foi incorporada no novo relatório, foi votada. A liderança do Governo, Deputado Vacarezza, orientou "sim" nesse substitutivo, e essa foi uma posição com uma exaustão de análise técnica, mas uma unidade política absoluta no âmbito do governo dos três ministérios finalísticos que trataram do tema – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério do Meio Ambiente. Nós temos convicção de que, com as regras estipuladas de proteção de nascente, de caracterização do que é topo de morro – e topo de morro passou a ter uma definição muito precisa –, de regularização dos plantios perenes consolidados, os cultivares variados, as regiões dos países distintas onde existe área consolidada, nós, digamos assim, no fundamental, estamos garantindo a regularização.

APP de rios é fundamental, porque o manancial é um ativo ambiental, ele é recurso natural, mas é natureza também. Nós precisamos bombear, irrigar, mas, se não houver instrumentos de preservação do manancial, num futuro muito distante, não haverá disponibilidade hídrica para abastecimento humano, irrigação e dessedentação de animais.

Então o que o Governo encaminhou tem o princípio da segurança econômica, da produção da agricultura em geral; incluímos a agricultura familiar, mas transigimos para quatro módulos ou 150 hectares, quer dizer, não só os agricultores familiares, mas o pequeno produtor tem regras, digamos assim, mais adequadas a eles; e o grande produtor, regras adequadas a eles.

E o motivo pelo qual o Governo orienta no sentido da conveniência da manutenção de prerrogativas da União, para estabelecimento de regras, é porque nós temos condições de assim contemplar a preocupação que é dos produtores rurais. Nós temos rios como o São Francisco, o Uruguai, onde nós temos áreas consolidadas da agricultura familiar, da agricultura da produção rural empresarial, e temos regras, agora, permitindo a compensação ambiental, no mesmo bioma, em outros Estados; e a mediação dessa dinâmica de preservação de áreas consolidadas, de autorização de empreendimentos com compensação ambiental, no mesmo bioma, em outras Unidades da Federação, requer um protagonismo da União numa dimensão federativa, porque nós temos a legislação prevendo o funcionamento do GAC – portanto, não há retirada de prerrogativas de Estados e Municípios dos comitês de bacias. Pelo contrário, o que há é uma tentativa de arranjo que, preservando as prerrogativas da União para regular parâmetros, que são parâmetros nacionais, poderão estabelecer critérios que garantem a produção, a segurança econômica, a regularidade ambiental, a segurança jurídica e a precaução ambiental, evitando que Estado passe a reger leis que deem um ambiente de competição entre os Estados.

Então essa é a abordagem que justifica o posicionamento do Governo de indicar a manutenção das prerrogativas da União.

Então, reiterando, Senador, a posição nossa é uma posição que busca a consolidação e a regularização da capacidade plantada e em atividades econômicas de outras naturezas, que preserve as prerrogativas de Estados e Municípios, mas em função de haver regras como a possibilidade de compensação ambiental, no mesmo bioma, em outros Estados; de haver a necessidade de monitorar áreas prioritárias de biodiversidade, estabelecidas pela União; a preservação das prerrogativas de regular esses parâmetros... Haverá a continuidade das prerrogativas municipais de gestão ambiental e estaduais de bacias hidrográficas. Mas é necessário que a União estabeleça parâmetros através dos quais cada ente federado e cada unidade prevista no Sisnama possa exercer suas prerrogativas com um equacionamento, digamos assim, dos interesses nacionais em jogo.

Eu destaquei, Senador Ivo Cassol, o caso do rio Uruguai, o caso do rio São Francisco... Nós temos rios, bacias nacionais, que requererão uma regulação nacional; nós temos biomas em diversos Estados.

Então a posição do Governo nesse sentido é de ter um ambiente onde, ao invés de surgir condições para que Estados ou Municípios crie uma dinâmica de competição, nós possamos acabar com a guerra fiscal, mas não queremos uma guerra de desregulamentação ou excesso de regulamentação ambiental.

As prerrogativas da União são para respeitar, digamos assim, a dimensão federativa, de respeitar o Sisnama, implantar o GAC – Gestão Ambiental Compartilhada, porque os Municípios têm que exercer suas prerrogativas; entretanto, tem que haver uma regulação nacional.

O nosso balanço é um balanço positivo. Nós achamos que em casos de interesse social, agricultura familiar, nesses rios de maior porte, é possível transigir na APP. Mas isso tudo vai exigir uma regulação nacional.

Então essa foi a posição do Governo. Obviamente o Congresso Nacional tem as suas prerrogativas, mas temos o objetivo de garantir a produção e de propiciar segurança jurídica com sustentabilidade ambiental.

Recentemente, num domingo, num programa sobre o setor rural de grande audiência, vi uma matéria sobre Lucas do Rio Verde e um Município vizinho, onde os gestores municipais implantaram programas de recuperação de APPs e de rios. Se não me falha a memória, em Lucas do Rio Verde, 65% das APPs já estão recuperadas. Os empreendedores, os empresários, ao serem entrevistados, disseram: "No início, eu já desconfiava disso, mas vi que isso é importante para a nascente e para o rio. Isso não causa impacto na viabilidade econômica do meu empreendimento".

A Câmara está de parabéns por ter aprovado o substitutivo. Nossa expectativa é a de que, com a tramitação, cheguemos a uma solução que seja do interesse do País – e tenho esta convicção –, que é a preservação da produção com precaução ambiental e com segurança jurídica, para continuarmos a ver essa pujança no setor rural brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Tem a palavra o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado. Vou concluir.

Eu queria dizer que o Ministro tem a característica de ser baiano, é parecido com o Ministro Mário Negromonte.

V. Exª é baiano, não é? É da Bahia?

O SR. AFONSO BANDEIRA FLORENCE – Sou da Bahia.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – É uma alegria!

Eu queria aproveitar a sua exposição, para fazer uma reflexão com o senhor e com todo mundo que fala mal do nosso Código Florestal.

O SR. AFONSO BANDEIRA FLORENCE – Senador, não falo mal de ninguém, menos ainda do Código Florestal do senhor.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Não. Falo só da questão de Petrolina. Sabemos que, em Petrolina, na sua região, há um dos maiores setores de produção de frutas no Brasil. Faço uma pergunta para o senhor: se colocarmos essa questão, a ferro e fogo, do jeito que os ambientalistas querem, quantos produtores de frutas sobrarão à beira do São Francisco? A legislação é clara: são 500 metros nos grandes rios. E boa parte desses produtores está próxima a eles.

O SR. AFONSO BANDEIRA FLORENCE – Senador Cassol, nós nos debruçamos sobre aquele caso e – não é exagero dizer – sobre mais de uma dezena de similares. Não estamos aqui para debater com nenhum setor da sociedade. Estamos aqui para propor uma solução exequível. Eu lhe digo: pela proposta do Governo, todos ali poderão contar com a regularização ambiental e poderão produzir, mesmo que sejam mantidas as prerrogativas da União para regular a situação.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – É isso que quero.

O SR. AFONSO BANDEIRA FLORENCE – Por isso, reivindicamos as prerrogativas da União, para que cada Estado, dentro de uma conjuntura específica de correlação de forças, sob pressão de um dos segmentos, não passe a ter uma regulação tão díspare, que desmonte a votação que aprovou o substitutivo, Senador.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – É nessa questão que quero entrar, Ministro.

Todo mundo conhece os países da Europa. É como se, no nosso Brasil, cada Estado fosse um país daquele continente. Sabemos das nossas dimensões regionais, das nossas potencialidades regionais. Se o Governo Federal – quando falo do Governo, eu me refiro a todos os Governos passados – tivesse competência de gerenciamento, não estaríamos, hoje, aqui, discutindo o Código Florestal.

Em Brasília, é muito fácil, Ministro. Vemos Ministro do Meio Ambiente e técnicos de Pastas falarem do Brasil dentro de salas de ar-condicionado. Aí eles ligam a televisão... Estou dizendo isso por que o senhor falou para trazer essa decisão para o Palácio, para cá. Eu queria dizer para o senhor que quem está na ponta sabe a necessidade que existe. Não quero, de maneira alguma, tirar do Palácio do Planalto, do Governo Federal, do Ministério do Meio Ambiente, do Ibama ou do Instituto Chico Mendes a prerrogativa que têm de legislar, mas não podemos deixar que o Ministério do Meio Ambiente decida isso totalmente. Primeiro, não há gente, não há estrutura, não há condições para se fazer isso. Então, é preciso fazer isso em parceria com os Estados, que devem ter limite. E nós temos de impor os limites e as regras.

Não se pode comparar, por exemplo, o Estado do Rio Grande do Sul com o Estado da Bahia, bem como não podemos comparar o Estado da Bahia com o Estado de Mato Grosso, que, por sua vez, não pode ser comparado com o Estado de Rondônia, que também não pode ser comparado, por exemplo, com o Acre. Cada Estado tem suas condições regionais.

Então o que nós precisamos disso? É que infelizmente, a estrutura de Governo, o Ministério por mais que tenha se desdobrado – não tem equipe, não tem gente, não foram eficazes nesses anos que passaram – o senhor viu no começo da palestra, quando o senhor antes de abrir a palavra eu falei dos ex-ministros. Se nós temos que punir alguém – eu quero que o Brasil inteiro me ouça agora – se nós tivermos que punir alguém porque cometeu irregularidades, a primeira coisa que nós tínhamos que botar cadeia eram todos os Ministros do Meio Ambiente, porque não cumpriram o que estava escrito. Não adianta você sempre correr atrás. O que é que tem acontecido o tempo inteiro? Só vão para fazer repreensão, só vão com espingarda na mão tratar os caras como bandidos. Sabe o que é que o INCRA fazia no passado Ministro, o senhor que é dessa área? O INCRA dizia lá no nosso Estado, nós estamos aqui na Mesa o Senador Presidente dessa Comissão é o Acir Gurgacz, ele e empresário empreendedor, o senhor é lá do Paraná e foi para lá também. Sabe o que é que o INCRA dizia? Ou você desmata ou você perde a terra. É como disse a Senadora Gleisi aqui, no Paraná falam o seguinte: só tem financiamento se você desmatar e quando a tua área for maior.

Então, o que é que aconteceu esses anos todos? A própria estrutura de Governo Federal que tinha tudo na mão para botar em prática não botou. Não colocou. E é isso que estou querendo demonstrar, que nós queremos debater que nós temos um País muito grande e a estrutura que o Governo tem é muito pequena. Podem ver ai, agora contingenciou 50 bilhões. Eu sou a favor de contingenciar, o Presidente entrou tem que ter pulso firme. Mas o que é que ela fez? Proibiu contratação. E aí o que aconteceu? Quando você proíbe a contratação você não tem gente para poder atender na ponta. Ai só vem quem depois? Só vem o pessoal armado, a Força Nacional, Polícia Federal ganhando diárias milionárias e aquilo tudo é um sugestão ao Sr. Ministro.

Nos arredores dos parques estaduais, nas reservas federais da Amazônia, das reservas indígenas qual maioria está ao redor? São assentamentos do INCRA. Por que ficar pagando diária milionária para sair polícia daqui para lá, por que não pagar o salário para aquelas pessoas que estão no entorno para que eles cuidem do parque, para eles cuidarem dessa reserva? Eles não podem deixar ninguém entrar porque senão eles perdem. Passa a ser rentável isso, dá muito mais do que volta e meia mandar botar 186 milhões – igual colocaram em 2009 – para poder combater o desmatamento na Amazônia. Só de diária e despesa para pagar diária para o pessoal de lá. E aí, tem um servidor federal que gosta disso porque está ganhando diária, se não tem diária não vão.

Então o que nós precisamos é compartilhar com os Estados. A exemplo disso, o senhor viu que eu agradeci antes, que uma vez o ex-ministro foi falar em uma audiência que tinha convênio com todos os Estados e, eu o desmenti em público, junto com o Presidente. Eu disse não é verdade! Eu falei: agora nós temos com vocês. E as coisas estão evoluindo. Então essa parceria que é fundamental. O que nós não podemos é deixar na mão do Governo Federal, do Ministério do Meio Ambiente o poder de comando sozinho. O que eles tem que ter é, sim, o condutor. Eles serão os nossos motoristas, eles estão pilotando esse Boeing e nós juntos seremos os co-piloto. Agora o que nós não podemos, é continuar enchendo eles de poderes quando na verdade a maioria só fazem discursos para a imprensa, eles não podem ver um microfone – esses ambientalistas você não pode dar um microfone –, eu acho que se eles vêem uma câmera de televisão e um microfone eles já saem dando um discurso em cima disso, em vez de fazer preventivo em tudo. Não fazem, infelizmente é o que tem acontecido. Por isso que eu sou a favor de distribuir trabalhos, obrigações e deveres sem ter legislação à parte, mas uma conduta para todos.

O SR. AFONSO BANDEIRA FLORENCE – Senador eu quero agradecer e me colocar à disposição para continuar esse diálogo, mas tenho que concluir minha participação com duas observações.

Primeiro, que o convênio e o andamento que está sendo dado com os Estados através Serfal/MDA, inclusive com seu Estado...

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Eu agradeci. Está *ok*!

O SR. AFONSO BANDEIRA FLORENCE – Não, desculpe Senador. É só para fazer justiça, eu estou executando PPA anterior, eu estou executando o orçamento aprovado o ano passado, e o estou procedendo nesses aspectos que me foram transmitidas no processo transição pelo Ministro Cassel. Isso estava previsto anteriormente, se em alguma oportunidade não foi possível executar, certamente não foi por ausência de previsão ou por ausência de decisão política do Ministro. Porque na transição as atribuições da Serfal na pauta como prioritárias, e felizmente o senhor reconhece agora estão sendo postas em prática.

No que diz respeito às posições que o senhor expressa da conveniência de que a regularidade ambiental não seja impeditiva à produção, eu quero, permita-me, tranquilizá-lo de que isso está contemplado na proposta do Governo, assim como também está contemplada, na proposta do Governo, que os Esta-

dos e os Municípios terão seu protagonismo naquilo que é sua competência constitucional.

Entretanto, nós não estamos, Senador, advogando capacidade legislativa, prerrogativa legislativa, como parece ter soado ser a posição do Governo para o MMA ou para o Conama. Não é isso. O que nós estamos dizendo é que, com o novo Código, há alguns aspectos que devem ser regulados no âmbito de um decreto nacional, que será debatido nesta Casa e que diz respeito a regulação das prerrogativas, que princípios de precaução ambiental devem ser, devem incidir e devem se combinar com a segurança econômica da produção e com a segurança jurídica da produção.

O substitutivo e a proposta do Governo têm como fundamento dar continuidade à produção da agricultura em geral, em particular da agricultura familiar, com segurança jurídica para todos, mas também com precaução ambiental.

Não foi à toa que tantos parlamentares, inclusive que não são da base do Governo, também votaram no "sim" nesse dia. Não foi à toa que o Deputado Aldo declinou do relatório anterior para esse relatório. E para concretizar essa – digamos assim – articulação federativa, com normas nacionais, com esses princípios aos quais eu me referi, e com a preservação das prerrogativas dos Estados, é que nós entendemos ser conveniente que caiba à União estabelecer esses parâmetros nacionais. E cada Estado, nas suas atribuições, os desdobrariam para seus Municípios. Não estamos subtraindo prerrogativas dos Estados com essa proposta. E reitero: produtores, como os que existem em Petrolina, em Juazeiro, produtores como os que existem no Uruguai serão metidos com regulamentação que a União exarará.

Então, quero tranquilizá-lo com relação a isso.

Presidente, agradeço o convite para estar aqui. Obviamente...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Ministro, antes de V. Exª encerrar...

O SR. AFONSO BANDEIRA FLORENCE – Pois não.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Só para tirar...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com a devida licença do Presidente. É para encerrar. Eu só vou entregar aqui ao...

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Eu só queria uma coisa para poder encerrar.

O SR. AFONSO BANDEIRA FLORENCE – Não sei se respondi ao Senador Valadares, já que ele vai se retirar.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – É só para encerrar esse debate comigo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Por favor, Senador.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – A atividade da nossa família em Rondônia é PCH. E é lógico que, quanto mais mata houver, mais matas ciliares houver nas nascentes, mais água haverá. E o meu pai – 76 anos –, quantas e quantas vezes, Presidente, foi ao Ibama denunciar as derrubadas dos mananciais? Em nenhuma vez, o Ibama tomou providência; nunca foi lá. Pode perguntar a ele; é meu suplente de Senador e, várias e várias vezes, ele fez isso. Isso é prejuízo. Então, quanto mais houver de preservação, para nós, comercialmente, é melhor. Então, eu não vou defender isso. Eu não estou aqui defendendo desmatamento. Então, por isso...

O SR. AFONSO BANDEIRA FLORENCE – Então, estou concluindo que V. Exª vai acabar votando com a proposta do Governo e rejeitando a emenda.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Voto com a proposta do Governo desde que se dividam os poderes. Por que dividir os poderes? O comando geral é da União e, dos Estados, a participação. Por quê? Porque o Estado – fui governador – tem o pelotão ambiental, tem os fiscais ambientais, e eles estão juntos.

Consegui diminuir o desmatamento em Rondônia não foi por iniciativa nem da Ministra Marina Silva – e falo mal dela aqui, falo que ela foi incompetente – nem do Minc; foi nossa, fomos nós que fizemos no Estado. Então, se o Governo Federal quer ter sucesso em tudo, tem que dividir com os governadores, independente de que partido for, se do PT, se do PMDB, de qualquer partido, mas com o princípio da legalidade e da constitucionalidade.

Desculpe-me, Senador Valadares, mas era só para fechar esse ponto. E, lógico, vamos defender o setor produtivo todos juntos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador Valadares com a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, eu gostaria de felicitar V. Exª pela defesa e reafirmação do propósito do Governo em manter a sua prerrogativa de fazer a regularização ambiental sem tirar os poderes, sem tirar as atribuições específicas dos Estados e dos Municípios, que também são entes federados. Porque, como V. Exª disse, se cada Estado for dispor sobre uma regulamentação ambiental, nós teremos não um Código Florestal, mas um Código Florestal que é repartido nas suas atribuições, e vai haver confrontos, vai haver divergências, vão surgir distorções, sem dúvida alguma, que vão se confrontar com o nosso Código Florestal.

Ora, se estamos aprovando um diploma legal que regulariza a questão das APPs, por que deixar que os

Estados venham a dispor sobre isso? Já que as atribuições estão sendo aceitas pelo próprio Congresso Nacional que, apesar das divergências, apesar dos debates que devem ser feitos no Congresso Nacional, nós haveremos de encontrar aqui, no Senado Federal, um *modus vivendi*, um consenso, a fim de que tanto os ambientalistas, como o Governo e os agropecuaristas sejam atendidos naquilo que for justo e equânime para que atenda aos interesses da nossa sociedade, de um modo geral.

Eu queria aproveitar a oportunidade para entregar a V. Exª, pessoalmente, já que esta é a primeira vez que estamos nos encontrando, o Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2010 – que V. Exª já tem conhecimento, mas quero entregá-lo pessoalmente, faço questão, é uma honra para mim – que institui a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural e dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural.

Este projeto foi inspirado numa proposta aprovada pelo Condraf, que é o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, vinculado ao MDA. E foi um trabalho que, após dez anos de estudos, de debates, de visitas aos Estados Brasileiros, nós não poderíamos deixar de prestigiar, sem dúvida alguma, esse trabalho do MDA e do Condraf.

Por isso é que foi apresentado este Projeto. Esperamos que esta Comissão venha, o mais rápido possível, a recebê-lo, pois ainda se encontra na Comissão de Constituição e Justiça.

Passo, então, às mãos de V. Exª oficialmente o Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2010, porque V. Exª, sem dúvida nenhuma, será um grande cabo eleitoral...

O SR. AFONSO BANDEIRA FLORENCE – Com certeza.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – (...) na aprovação desta matéria.

O SR. AFONSO BANDEIRA FLORENCE – Obrigado, Senador Valadares, e parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Valadares.

Muito obrigado, Ministro Afonso Florence pela sua presteza em nos atender sempre. Não só V. Exª, mas também toda a sua equipe, em especial, ao Guedes que nos atende sempre que esta Comissão pede informações, ele prontamente nos atende e, por isso, agradecemos a presteza de V. Exª, Sr. Ministro.

Mas quero colocar, de uma forma bem direta, Sr. Ministro: O Brasil, nos últimos anos, aumentou o seu território agrícola, a sua área agrícola em 48%. Nesse mesmo período, aumentou em 260% a produção de alimentos. Isso é resultado, exatamente, de uma política do Governo que apóia o pequeno produtor, o médio produtor e o grande produtor. Esse é um trabalho do MDA – ficam aqui os nossos agradecimentos.

Mas fica, também, um pedido especial: ajude o nosso agricultor do Estado de Rondônia. Dê um apoio especial na regularização fundiária. Já conversamos com o Guedes aqui, em outra audiência, estivemos lá no Ministério e sei que há uma disposição muito grande de V. Exª, e de toda a equipe, para que a regularização fundiária em Rondônia aconteça o mais rápido possível. E recebemos a informação de que até 2012 estará concluído. Então isso, para nós, é um motivo de alegria, de satisfação em saber que, a partir de 2012, todos os agricultores rurais de Rondônia poderão ter o documento da sua terra, poderão ter acesso ao crédito rural, aos planos de governo, às ações governamentais.

Portanto, fica aqui o nosso agradecimento. Quero dizer que estamos à disposição, que toda esta Comissão está à disposição do Ministério. Tudo o que pudermos fazer para melhorar o seu trabalho, nós o faremos, porque sabemos que o trabalho do Ministério vai resultar na melhoria de qualidade de vida do homem do campo.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, lembro a reunião da realização do 8º Seminário do Ciclo de Debates no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária no Senado Federal, a realizar-se amanhã, dia 27 de maio, às 14 horas, com o objetivo de avaliar a cadeia produtiva do leite, a ação dos conselhos estaduais, o preço pago aos produtores e a implantação da Instrução Normativa nº 51, de 2002, com a presença dos seguintes convidados:

– Dr. Gilberto Antônio Piccini, Presidente da Câmara Temática do Leite (2010-2014), Sindicato e Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul;

– Dr. João Antonio Fagundes Salomão, Coordenador-Geral para Pecuária e Culturas Permanentes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

– Dr. Bruno Barcelos Lucchi, Assessor da Superintendência Técnica da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA);

– Deputado Jesualdo Pires Ferreira Júnior, da Assembleia Legislativa de Rondônia, representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Lembro, ainda, que os cidadãos poderão fazer perguntas e participar do referido debate por meio da Internet, através do endereço www.senado.gov.br/alosenado, pelo Twitter @AloSenado e pelo telefone 0800612211. A ligação é gratuita pelo telefone fixo, celular ou público.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(*Levanta-se a reunião às 10 horas e 57 minutos.*)

ATA DA 15ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 2 DE JUNHO DE 2011.

Às oito horas e quarenta e três minutos do dia dois de junho de dois mil e onze, na Sala 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador ACIR GURGACZ, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): DELCÍDIO DO AMARAL, GLEISI HOFFMANN, JOÃO PEDRO, CLÉSIO ANDRADE, RODRIGO ROLLEMBERG, WALDEMIR MOKA, CASILDO MALDANER, EDUARDO AMORIM, ANA AMÉLIA, IVO CASSOL, BENEDITO DE LIRA, FLEXA RIBEIRO, CYRO MIRANDA, JAYME CAMPOS, BLAIRO MAGGI e ANTONIO CARLOS VALADARES E MOZARILDO CAVALCANTI. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: ITEM 1:- Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 192, DE 2010. EMENTA: Inclui a avicultura de corte e de postura na pauta de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). Autoria: Senador Jorge Yanai. Relatoria: Senadora Gleisi Hoffmann. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Observações: – Não foram oferecidas emendas no prazo regimental. – Na 10ª Reunião Extraordinária da CRA, realizada em 5/05/2011, após a leitura do relatório pela Relatora, Senadora Gleisi Hoffmann, a Presidência concedeu vista ao Senador Waldemir Moka, nos termos do art. 132, § 1º, do RISF. Não houve manifestação decorrente do Pedido de Vista. – O Senador Valdir Raupp, em 18/05/2011, apresentou Voto em Separado favorável ao Projeto com três emendas. – Na 13ª Reunião Extraordinária da CRA, realizada em 19/05/2011, a matéria foi retirada da pauta, a pedido da Relatora, Senadora Gleisi Hoffmann, para ser apreciada na próxima reunião deliberativa da CRA. – A matéria será posteriormente apreciada pela CAE em decisão terminativa. Iniciada a discussão, faz uso da palavra para tecer considerações sobre a matéria, a Senhora Senadora Gleisi Hoffmann. Resultado: Retirado o voto em separado do Senador Valdir Raupp. Aprovado o Relatório da Senadora Gleisi Hoffmann, que passa a constituir o Parecer da CRA, pela Rejeição da Matéria. À CAE, em decisão terminativa. ITEM 2: – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2007. EMENTA: Altera a Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural e dá outras providências, para dispor sobre a jornada de trabalho, seguro de vida e participação dos lucros dos canavieiros, e acrescenta disposição à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para presumir como penosa a atividade de corte de cana-de-açúcar. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Ivo Cassol. Relatório: Pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº 226/2007, 460 e 552/2009. Observações: – Não foram oferecidas emendas no prazo regimental. – A matéria será posteriormente apreciada pela CAS em decisão terminativa. Resultado: Aprovado o Relatório do Senador Ivo Cassol, que passa a constituir o Parecer da CRA, pela Rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 226/2007, 460 e 552/2009. À CAS, em decisão terminativa. TRAMITA EM CONJUNTO COM – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 460, DE 2009. EMENTA: Altera a Seção XIII do Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a concessão do adicional de penosidade previsto no inciso XXIII do art. 7º da Constituição Federal. Autoria: Senador Jefferson Praia; e TRAMITA EM CONJUNTO COM – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 552, DE 2009. EMENTA: Acrescenta a Seção VI-A ao Capítulo I do Título III da Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre as atividades sob radiação solar a céu aberto. Autoria: Senadora Serys Slhessarenko. ITEM 3: REQUERIMENTO Nº 24, DE 2011-CRA. ASSUNTO: Requer, nos termos do artigo 90, inciso II, combinado com o artigo 93, inciso II, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública destinada a discutir a situação dos pequenos e médios produtores de biodiesel no País, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Ricardo Dornelles – Representante do Ministério de Minas e Energia – MME; Sr. Rodrigo Rodrigues – Representante da Casa Civil da Presidência da República – CASA CIVIL; Sr. Marco Antonio Viana Leite – Representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; Sr. Haroldo Borges Rodrigues Lima – Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP; Sr. Allan Kardec Dualibe – Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP; Sr. Geraldo Martins – Representante da FERTIBOM LTDA; Sr. Rodrigo Prosdócimo P. Guerra – Representante da BIO ÓLEO LTDA. Autoria: Senador Jayme Campos e Senador Blairo Maggi. No encaminhamento, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Jayme Campos, Ana Amélia, Gleisi Hoffmann, Casildo Maldaner. Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 4: REQUERIMENTO Nº 25, DE 2011-CRA. ASSUNTO: Requer, nos termos do art. 93, inciso I, do

Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública por esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a finalidade de instruir a apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 136, de 2011, que "estabelece medidas de proteção à mulher e garantia de iguais oportunidades de acesso, permanência e renumeração nas relações de trabalho no âmbito rural e urbano", com a presença dos seguintes convidados: Representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Representante da Força Sindical – FS; Representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB; Representante da União Geral dos Trabalhadores – UGT; Representante da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST; Representante da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGBT; e Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG. Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann. No encaminhamento, faz uso da palavra para tecer considerações sobre o assunto, a Senadora Gleisi Hoffmann. Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 5: REQUERIMENTO Nº 26, DE 2011-CRA. ASSUNTO: Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II e V, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de Audiência Pública por esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com o objetivo de discutir a política da ANVISA para os fertilizantes usados na agricultura, bem como esclarecer sobre os impasses existentes para a liberação de substâncias utilizadas na composição dos mesmos. Para a ocasião sugiro a presença do: Representante do Comitê Técnico para Agrotóxicos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; Representante da Câmara Técnica de Insumos Agropecuários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Sr Mário Alves Barbosa Neto – Presidente da Associação Nacional para Difusão de Adubos – ANDA; Representante para a área de fertilizantes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA; Senadora Kátia Abreu – Presidenta da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; Sr. Laércio Giampani – Presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola – SINDAG. Autoria: Senador Eduardo Amorim. No encaminhamento, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Eduardo Amorim, Waldemir Moka, Ana Amélia e Gleisi Hoffmann. Resultado: Aprovado, com adendo do Senador Waldemir Moka, para que seja convidada a Senhora Maria da Graça Silva Foster, Diretora de Gás e Energia da Petrobrás. Será cumprida a deliberação da Comissão. Às nove horas e cinqüenta e seis minutos, a Senadora Ana Amélia solicita que seja incluído nos Anais, o editorial do jornal Folha de S. Paulo, intitulado "Faroeste Brasileiro", publicado no dia 1º de junho de 2011. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e três minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **acir gurgacz ,** Presidente da Cra.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Em atendimento ao requerimento de autoria desta Comissão, realizou-se, no dia 27 de maio de 2011, o 8º Seminário de Ciclo de Debates da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. A reunião teve por objetivo avaliar a cadeia produtiva do leite, as ações dos Conselhos Estaduais, o preço pago aos produtores e a implementação da Instrução Normativa nº 51, de 2002, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Estiveram presentes à Audiência Pública, como expositores, os seguintes convidados: Deputado Jesualdo Pires, da Assembleia Legislativa de Rondônia; Dr. Bruno Barcelos Lucchi, da Superintendência Técnica da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; Dr. Gustavo Valone, do Departamento de Geração de Renda e Agregação e Valor do Ministério de Desenvolvimento Agrário; Dr. Gustavo Beduschi, da Confederação Brasileira de Cooperativas de Laticínios da Organização de Cooperativas Brasileira – OCB; Dr. João Antônio Fagundes Salomão, do Departamento de Comercialização e Abastecimento Agrícola e Pecuário do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Dr. Marcius Ribeiro de Freitas, Coordenador de Inspeção de Leite do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O Deputado Jesualdo abriu o Seminário, apontando que o Estado de Rondônia é um produtor de leite de destaque no País, sendo o principal produtor da Região Norte e o maior produtor *per capita* do País. Em seguida, passou a expor os resultados que a sua CPI, da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, instalou para discutir o assunto, da qual foi Relator.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz, desculpe-me interromper V. Exª, mas quero cumprimentá-lo e a esta Comissão, por essa série de audiências públicas que vem realizando, debatendo temas de interesse nacional.

Tivemos a oportunidade de fazermos, recentemente, uma audiência pública desta Comissão, quando da realização da Agrobrasília, onde discutimos os serviços de assistência técnica e extensão rural, com a participação de representantes da Emater, representantes do MDA e representantes de várias instituições. Foi um sucesso absoluto, uma repercussão muito grande. Recebi, inclusive, vários *e-mails* de pessoas que assistiram pela TV Senado, posteriormente, àqueles debates.

Só para ter uma ideia, ontem conversávamos com o Senador Waldemir Moka e com outros Senadores que estão trabalhando na construção de um entendimento em torno do Código Florestal; conversávamos sobre Brasília e descrevi algumas características do setor produtivo, do setor rural no Distrito Federal, porque muita gente, no Brasil inteiro, conhece Brasília apenas como a capital, pelos seus serviços administrativos, mas Brasília tem uma das agriculturas mais produtivas, de maior índice de produtividade do Brasil. Até comentava, ontem, com o Senador Blairo Maggi e dizia que as informações é que aqui na região do Padef já se colhem mais de 200 sacas de milho por hectare – produtividade muito superior à de Mato Grosso, até em função da nossa altitude. Só para que V. Exª tenha idéia da pujança desse segmento e dessa feira que a Comissão de Agricultura do Senado prestigiou, ao realizar a audiência pública lá, foram comercializados em torno de 200 milhões de reais naquela Feira de Equipamentos Agrícolas, os mais modernos hoje existentes. Há uma expectativa dos organizadores dessa feira – e aqui quero cumprimentar, de forma muito especial, o Ronaldo Triaca e o Carlos Vitor, da Emater, como os dois grandes organizadores desse evento, além do Padef, é claro – de transformá-la em uma feira internacional, a partir do ano que vem. Isso é muito importante, porque acontecerá às vésperas da Rio+20.

Tenho dito que o nosso grande trunfo, que não podemos perder jamais e devemos aprofundar, é poder mostrar para o mundo todo que temos a agricultura mais sustentável do planeta. É, portanto, a importância da construção desse entendimento que, tenho certeza, com a atuação conjunta da Comissão de Agricultura, da Comissão de Meio Ambiente, da Comissão de Constituição e Justiça e com a participação de todos os Senadores, nós vamos construir um grande entendimento sobre o Código Florestal, entregando um Código moderno ao Brasil.

Quero agradecer a V. Exª, cumprimentá-lo e parabenizá-lo, como Presidente da Comissão de Agricultura, e agradecê-lo, como representante do Distrito Federal, pela audiência pública que tivemos oportunidade de fazer, na ocasião da Agrobrasília, que foi, realmente, sucesso absoluto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Eu que agradeço, Senador Rodrigo. De fato, a intenção dessas audiências públicas é levar ao conhecimento da população brasileira o que o Governo Federal e os Governos Estaduais estão fazendo, o que os Parlamentares estão fazendo para melhorar a agricultura brasileira, em geral, e, em especial e em algum momento, para os seus Estados, como aconteceu com V. Exª aqui, nessa audiência pública, no DF, em uma exposição agropecuária, uma das maiores do País, transmitindo e levando conhecimento ao povo brasileiro a importância e o que se faz em Brasília. Muitas pessoas imaginam que Brasília não é uma região produtiva, é apenas o nosso trabalho de Parlamentar, fica aqui a sede do Governo. As pessoas não imaginam que em Brasília também se produz – e se produz muito bem.

Os cumprimentos a V. Exª pelo trabalho e por ter levado a todo o Brasil essa informação importante.

Voltando à nossa audiência de sexta-feira, o Deputado Jesualdo salientou que "o mercado de leite é marcado pela prática de baixos preços pagos ao produtor e aos altos preços cobrados ao consumidor final, e que os produtores de leite sentem-se desamparados pelos órgãos políticos e encontram dificuldades em negociar preços com a indústria de laticínios Afirmou que os pequenos e médios laticínios reclamam da falta de poder da negociação com as grandes redes de supermercado, seus principais compradores, e dos entraves burocráticos de alto custo para a regularização sanitária, o que os impede de uma maior participação no mercado nacional".

Destacou ainda que, "apesar das dificuldades apontadas, o setor tem crescido e aumentou sua produtividade, e apontou a criação do Conseleite, em Rondônia, como um dos instrumentos imprescindíveis para melhorar a relação entre produtores e laticínios do nosso Estado".

Bruno Lucchi, representante da CNA, explicou que os dois pontos que, no momento, mais preocupam a cadeia produtiva de leite são as importações e a Instrução Normativa nº 51, do Ministério da Agricultura. Sobre as importações, demonstrou que o País foi superavitário na balança comercial de produtos lácteos,

de 2004 a 2008, em razão da adoção de medidas de defesa comercial. A partir de 2009, o câmbio desfavorável, a queda da demanda externa e a competição de produtos argentinos contribuíram para inverter o resultado da balança comercial, tornando o País deficitário nesse comércio.

O representante da CNA explicou que a Instrução Normativa nº 51 deve ser tratada sob o enfoque de evolução continuada da qualidade do leite, e citou alguns pontos necessários à melhoria da qualidade do setor, tais como a capacitação e orientação técnica dos produtos; treinamento dos agentes de coleta; pagamento por qualidade do leite; aumento da eficiência dos laboratórios de análise de qualidade e a melhoria da infraestrutura rural.

Portanto, a audiência foi muito importante e chegamos à conclusão, Senador Moka, que, embora o Ministério tenha colocado para todos nós que o preço do leite tinha aumentado, recebemos várias ligações e *e-mails* de pessoas de toda parte do País, dizendo que o preço do leite que o produtor está recebendo está muito abaixo do que o Governo anuncia. Isso tem, evidentemente, trazido um prejuízo e uma instabilidade às pessoas que produzem essa matéria prima tão importante, ao ponto de várias estarem pensando não diminuir, mas acabar com a sua produção de leite, porque o investimento é muito grande e o resultado é muito pequeno.

Esperamos que, a partir desse debate, possamos ter contribuído e, como cobramos do Ministério, do MDA e do MAPA, uma atuação mais firme em relação ao preço do leite, a intermediação entre o produtor e os laticínios, para que haja um preço real e que dê a importância necessária ao nosso produtor de leite.

Pois não, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Apenas para fazer um comentário. No Mato Grosso do Sul, graças ao trabalho da Organização da cadeia da pecuária leiteira e também ao trabalho da Secretária de Produção, Drª Tereza Cristina, conseguiu-se, ao que me parece, um fato inédito, ao menos para nós: há uma Câmara em que participam os dirigentes de laticínios, os produtores e essa Organização com o Governo. E sempre há uma questão, que é a planilha de custos do laticínio, para que se chegue a um preço que possa realmente dar ao produtor rural, em especial ao pecuarista de leite, uma remuneração do valor. Nesse sentido, lá em Mato Grosso do Sul estabeleceu-se um preço médio que sempre será acima do preço de custo de produção. Claro que o que vemos é o seguinte: em determinados momentos, até o preço do leite sobe, depois desce. Não tem uma estabilidade, e o fundamental para fazer crescer a produção de leite é exatamente a segurança de um preço que remunera, no mínimo, o preço de custo de produção.

Sabemos também, Presidente, que o leite e os chamados derivados do leite, os produtos lácteos, são os produtos que têm a maior resistência na exportação. Se for ali, na Argentina, é praticamente impossível exportar leite ou derivados lácteos. A mesma coisa nos Estados Unidos. Eles protegem muito. E sabemos que o Brasil, com o potencial que tem, se estimular a produção... E esse é o grande problema. Estimula a produção, aumenta-se a oferta, e o preço é deprimido. Esta é uma questão em que teremos que achar esse equilíbrio.

Parabenizo V. Exª pela audiência pública que, certamente, pode realmente orientar aqueles que produzem. É um produto essencial, é pena que essas coisas aconteçam, e não conseguir valorizar um produto que é essencial à vida, um produto que tem enorme importância na saúde das pessoas, ent.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Moka, pela sua colocação. De fato, o leite faz parte da vida do brasileiro e o potencial que o Brasil tem para produzir é muito grande. O que precisamos, realmente, é de uma política voltada ao produtor, para que ele tenha o estímulo de plantar e tenha uma qualificação melhor no seu produto.

A presente reunião destina-se à deliberação de matérias.

ITEM 1

– Não Terminativo

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 192, DE 2010

Inclui a avicultura de corte e de postura na pauta de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).

Autoria**:** Senador **Jorge Yanai.**

Na 10ª Reunião Extraordinária da CRA, realizada em 5/05/2011, após a leitura do relatório pela Relatora, Senadora Gleisi Hoffmann, a Presidência concedeu vista ao Senador Waldemir Moka, nos termos do art. 132, § 1º, do RISF. Não houve manifestação decorrente do Pedido de Vista.

Comunico à Comissão o recebimento do voto em separado do Senador Valdir Raupp, o qual concluiu pela aprovação do Projeto com três emendas.

Com a informação de que o Senador Valdir Raupp vai retirar o voto em separado e com a ausência do Senador, entendemos que está prejudicado seu voto em separado.

Em discussão o Projeto.

Concedo a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente. Bom-dia a V. Exª! Bom-dia aos Senadores que aqui se encontram!

Na realidade, já tinha exarado o parecer, feito a leitura nesta Comissão, em relação a essa matéria. Embora seja meritória a intenção do Senador ter apresentado esse Projeto, o que nos levou a fazer um voto contrário é o não engessamento da Política de Garantia de Preço Mínimo. A Garantia de Preço Mínimo não é disposta em nenhuma lei, em nenhuma legislação, é um instrumento do Governo, inclusive para proteger os agricultores e poder fazer frente às questões de mercado, e tem a ver com a questão conjuntural.

Além disso, Sr. Presidente, tivemos também a manifestação do MDA e da própria Presidente Dilma, no lançamento da política de safra agrícola, agora para 2011 e 2012, com uma série de mudanças em relação a crédito e à Política de Preços Mínimos, principalmente para a agricultura familiar, onde se enquadra aqui a produção de frangos. A Presidenta disse, na ocasião, que o Governo fará uma Política de Garantia de Preços Mínimos para a agricultura familiar. Penso que isto é um instrumento importante da nossa gestão de agricultura e de comércio, gostaria de reafirmar meu voto contrário a essa proposição, sabedora que sou que terá toda a proteção do Governo em relação a essa produção, e também agora o novo plano da safra agrícola, que será anunciado no mês de junho, pela Presidenta.

Ademais, teremos nesta Comissão, no dia 9 de junho, uma audiência pública já confirmada por V. Exª, em que haverá mudanças, em que haverá a notícia, a divulgação de mudanças na Política do Crédito Agrícola Nacional. Estará aqui o Dr. Gilson Bittencourt, do Ministério da Fazenda; representantes do MDA e do Ministério da Agricultura. Penso que seria importante esperarmos essa audiência pública, para que possamos fazer debates sobre garantia de preço mínimo.

Quero reafirmar o encaminhamento que fiz pela rejeição do Projeto, esperando contar com o apoio dos Senadores desta Comissão no parecer que exarei.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Gleisi.

Continua em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão,

E votação o Relatório da Senadora Gleisi Hoffmann.

Os Senadores e Senadoras que concordam com a Relatora, queiram permanecer como estão. (*Pausa*.)

Aprovado o parecer pela rejeição da matéria.

A matéria será encaminhada à CAE, em decisão terminativa.

ITEM 2

– Não Terminativo

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2007

Altera a Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural e dá outras providências, para dispor sobre a jornada de trabalho, seguro de vida e participação dos lucros dos canavieiros, e acrescenta disposição à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para presumir como penosa a atividade de corte de cana-de-açúcar.

Autoria**:** Senador **Paulo Paim.**

Informo à Comissão que a matéria tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 460, de 2009; e com o Projeto de Lei do Senado nº 552, de 2009.

Para discutir a matéria, tem a palavra o Relator, Senador Ivo Cassol, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente. Bom-dia a todos!

Da COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2007, do Senador PAULO PAIM, que altera a Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural e dá outras providências, para dispor sobre a jornada de trabalho, seguro de vida e participação dos lucros dos canavieiros, e acrescenta disposição à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para presumir como penosa a atividade de corte de cana-deaçúcar, e sobre Projetos de Lei nº 460, de 2009 e nº 552, de 2009, que tramitam em conjunto.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 104-B, inciso XVI, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, apreciar proposições pertinentes aos temas de emprego, previdência e renda rurais, como é o caso das matérias sob análise.

Em relação aos PLS 226, de 2007, a alteração do art. 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, sofre o impacto de restrições constitucionais,

não obstante os seus nobres propósitos. Conforme a Constituição Federal, nos termos da redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998, e, posteriormente, pela Emenda nº 47, de 2005, a aposentadoria especial será devida para as atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidas em lei complementar.

Enquanto essa lei complementar não for editada, continuam vigentes as regras estabelecidas pelos arts. 57 e 58 da Lei nº 8.213, de 1991, que determinam que, para a concessão da aposentadoria especial, o segurado deve comprovar, além do tempo de trabalho, efetiva exposição aos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física, pelo período equivalente ao exigido para a concessão do benefício.

A comprovação da efetiva exposição do segurado aos agentes nocivos será feita mediante formulário próprio do INSS, preenchido pela empresa ou seu preposto com base em laudo técnico de condições ambientais de trabalho, expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho, nos termos da legislação trabalhista.

Até o advento da Medida Provisória nº 1.523, de 1996 (Lei nº 9.528, de 1997), o Poder Legislativo tinha competência para relacionar as possíveis atividades determinantes do direito. A partir, porém, dessa Medida Provisória, essa atribuição passou a ser do Executivo que, ao regulamentar a matéria, através do Decreto nº 2.172, de 5 de março de 1997, elaborou a classificação dos agentes nocivos prejudiciais à saúde ou à integridade física da pessoa que poderão ensejar o direito ao benefício da aposentadoria especial.

Assim, diferentemente do passado, a nova configuração desse benefício passa a ser um direito do indivíduo e não mais de uma categoria profissional, não sendo possível a alteração que propõe a proposição sob análise.

Em relação ao mérito das propostas, devemos ressaltar que mudanças na legislação trabalhista que resultem em aumento do já elevado custo do emprego formal no Brasil devem ser analisadas com muito cuidado, sob risco de prejudicar os próprios trabalhadores.

Do VOTO

Em face do exposto, voto pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº 226, de 2007; nº 460, de 2009; e nº 552, de 2009.

Sala das Comissões. – Relator **Ivo Cassol.**

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol.

O Relator concluiu pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 226, de 2007, e 460 e 552, de 2009.

Em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o parecer, pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 226, de 2007, e 460 e 552, de 2009.

As matérias serão apreciadas pela Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

Item nº 3:

De autoria do Senador Jayme Campos e do Senador Blairo Maggi. Como os dois não estão presentes, passo para o Item nº 4.

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº..., DE 2011-CRA

Requer, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública por esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a finalidade de instruir a apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 136, de 2011, que "estabelece medidas de proteção à mulher e garantia de iguais oportunidades de acesso, permanência e renumeração nas relações de trabalho no âmbito rural e urbano", com a presença dos seguintes convidados:

*Representante da Central Única dos Trabalhadores – **CUT;***

*Representante da Força Sindical – **FS;***

*Representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – **CTB;***

*Representante da União Geral dos Trabalhadores **– UGT;***

*Representante da Nova Central Sindical de Trabalhadores – **NCST;***

*Representante da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – **CGBT**; e*

*Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – **CONTAG**.*

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Em votação o requerimento.

Para encaminhar à votação, tem a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann, autora do requerimento.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Este requerimento tem por objetivo, como disse V. Exª, instruir o debate, a apreciação e, depois, a votação do Projeto de Lei do Senado nº 136, que estabelece medidas de proteção á mulher e garantias de iguais oportunidades de acesso, permanência e remuneração nas relações de trabalho no âmbito rural e urbano.

Conversei com várias representantes, mulheres, dos sindicatos, das federações e também dos movimentos de mulheres.

A questão da remuneração das mulheres hoje é uma preocupação muito grande que nós temos. É fato que a mulher avançou muito, no mercado de trabalho, nas relações da sociedade, ocupamos espaços nos setores públicos, mas, infelizmente, a remuneração ainda está aquém das qualificações e da participação das mulheres no mercado de trabalho. Em média, as mulheres ganham 30% menos do que os homens para desempenhar as mesmas funções.

E nós temos aqui também o trabalho das mulheres no âmbito rural, que, aliás, têm maior dificuldade ainda. Geralmente, são trabalhadoras que vão para a lavoura, que estão na agricultura, têm a dupla e até a tripla jornada de trabalho. No meio urbano, as mulheres têm a dupla jornada de trabalho. Trabalham fora de suas casas e trabalham dentro das suas casas. No meio rural, as mulheres têm a tripla jornada de trabalho, porque as mulheres trabalham na lavoura, elas vão para a roça com seus maridos, ajudar; trabalham dentro das suas casas; mas também trabalham no entorno das suas casas, cuidando da criação, cuidando da sua horta. Enfim, é uma situação de trabalho bastante grande a que a mulher está sujeita. E, infelizmente a remuneração não corresponde a esse grau de trabalho e dedicação que as mulheres têm.

Então, nós fazemos esse projeto para que tenhamos oportunidade de trazer ao Senado da República, à Comissão de Agricultura, a todos os que nos acompanham essa realidade. E fazer uma reflexão profunda sobre como a sociedade brasileira precisa mudar a sua forma de organização em relação ao trabalho. Nós não podemos deixar de considerar que hoje as relações de trabalho são diferentes. Elas não podem mais ser pensadas apenas pela concepção das responsabilidades masculinas, porque a mulher carrega consigo a responsabilidade de cuidar da família, de criar os filhos. Então, os seus horários, a sua forma de atuação é diferente. Esse é um debate que nós precisamos fazer na sociedade brasileira para o bem da família, inclusive, porque muitos dizem que, com a saída da mulher para o mercado de trabalho, a família ficou desamparada. Portanto, nós precisamos ter um novo relacionamento, uma nova sustentação da organização familiar. Então, acho que é importante que a gente faça esta audiência pública para essa reflexão.

Mas eu queria aproveitar para fazer um agradecimento à Casa, especialmente à Comissão de Assuntos Sociais, à Senadora Ana Rita, está aqui também a Senadora Ana Amélia, que participou do debate. Ontem foi aprovado pela CAS em caráter terminativo e, portanto, foi à Câmara dos Deputados, um projeto regulamentando a concessão de aposentadoria para as donas de casa. Esse é um grande reconhecimento que a sociedade brasileira tem que fazer ás suas mulheres. Uma mulher dona de casa trabalha e trabalha muito, lava, passa cozinha, cuida dos filhos, não tem horário de final de semana, não tem horário para ir dormir, não tem férias. Enfim, trabalha demais para sustentar as relações de trabalho da sociedade e não é reconhecida. Muitas vezes, ela não recebe nem um "muito obrigada" pelas tarefas que ela desempenha em casa. Então, ontem, nós conseguimos dar um passo importante.

Nós já tínhamos uma legislação complementar garantindo às mulheres serem contribuintes do sistema previdenciário e, portanto, se aposentarem. Ontem, foi aprovado o projeto de lei que estabelece as carências e o tempo de contribuição numa regra de transição. Portanto, as mulheres com 60 anos de idade ou mais passarão a contribuir por dois anos pelo projeto para assegurar o direito à aposentadoria, que seria de um salário mínimo. Sei que se fala do impacto que isso terá nas contas previdenciárias, do impacto que isso terá no Tesouro Nacional. O Tesouro Nacional reflete a contribuição da sociedade, por isso eu disse aqui que é importante a sociedade reconhecer esse direito e arcar com esse que não é um custo, mas um investimento e um resgate da justiça às mulheres.

Então, eu queria fazer um agradecimento à Comissão de Assuntos Sociais, em particular à Senadora Ana Rita, que foi relatora da matéria. Tenho certeza de que a Câmara dos Deputados será sensível à tramitação desse projeto. E, numa audiência pública, contendo a representação feminina de todos os sindicatos, de todas as federações de trabalhadores, tenho certeza de que faremos um grande debate aqui sobre a presença da mulher aqui na esfera pública, na sociedade e sobre a necessidade de a sociedade se reorganizar para esse fato novo, que eu digo ser a revolução mais profunda dos últimos tempos que nós tivemos na sociedade.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senadora Gleisi, meus cumprimentos pelo tema. Tenho certeza de que vamos ter um grande debate, uma grande discussão. E, de fato, a remuneração é sempre um problema para ser resolvido. Tenho certeza de que, com essa audiência, vamos atingir o nosso objetivo, que é valorizar a mão de obra feminina, que tem crescido a cada dia, e a principal importância: cuidar da família não só pela questão feminina, mas também os homens precisam dar uma atenção especial às famílias brasileiras, que estão realmente precisando dessa atenção.

Continua o encaminhamento à votação. (*Pausa.*)

Não havendo mais ninguém que queira falar, vamos à votação.

Votação do requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº , DE 2011-CRA

Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II e V, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de Audiência Pública por esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com o objetivo de discutir a política da ANVISA para os fertilizantes usados na agricultura, bem como esclarecer sobre os impasses existentes para a liberação de substâncias utilizadas na composição dos mesmos. Para a ocasião sugiro a presença do:

Representante do Comitê Técnico para Agrotóxicos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;

Representante da Câmara Técnica de Insumos Agropecuários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA;

Sr Mário Alves Barbosa Neto – Presidente da Associação Nacional para Difusão de Adubos – ANDA;

Representante para a área de fertilizantes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA;

Senadora Kátia Abreu – Presidenta da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA;

Sr. Laércio Giampani – Presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola – SINDAG.

Autoria: Senador **Eduardo Amorim.**

Em votação o requerimento.

Para encaminhar, tem a palavra o Senador Eduardo Amorim, autor do requerimento.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o objetivo dessa audiência pública é discutir as políticas de produção e importação de fertilizantes. O Brasil, hoje, já é o segundo maior produtor de alimentos do Planeta, caminhando para ser o primeiro até 2020. E hoje, Sr. Presidente, por incrível que pareça, sendo um País agrícola, muito dependente da produção agrícola, nós importamos mais de 50% de todo fertilizante necessário. Então, o objetivo aqui é discutir, aprimorar, ouvir para que possamos realmente, ao chegarmos a ser o maior produtor de alimentos do Planeta, possamos ter conhecimentos e, quem sabe, normatizar esse mercado.

Nosso País também é detentor das maiores jazidas de fertilizantes do Planeta. Então, como justificar, Sr. Presidente, sendo os maiores produtores de alimentos do Planeta, ainda depender tanto da importação de fertilizantes? É até uma questão de segurança e de extrema relevância para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Para encaminhar à votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Eduardo Amorim, V. Exª foi muito feliz na proposição desse requerimento. Quero colocar um dado até para esse debate que vamos começando aqui sobre o Código Florestal. O Brasil aumentou, Senador, em menos de 50% a área plantada, na última década. Acho que nem isso. E mais do que quadriplicou a sua produção, 48% de áreas novas e mais de 260% na produção de alimentos.

E isso daí, Sr. Presidente, deve-se, entre outras coisas, a um produto denominado fertilizante. São os fertilizantes que dão, entre outras coisas, como a correção de terra, essa produtividade.

Por incrível que pareça, também temos jazidas. E quero até anunciar, aqui, com certo orgulho: no meu Estado de Mato Grosso do Sul, em especial em Três Lagoas, a Petrobras já iniciou a construção de uma indústria de fertilizantes. Parece-me que será uma das maiores do mundo. E hoje nós importamos realmente mais de...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Mais da metade.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – ...mais da metade. Evidentemente que precisamos, na verdade, porque esse fertilizante pode ser um controle da produção de alimentos do mundo.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Segurança.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Malthus dizia que, em algum momento, faltaria alimento porque a capacidade de produzir alimentos cresceria numa progressão aritmética e a população, numa progressão geométrica. Ele não contava com o aparecimento dos fertilizantes. E é exatamente isso que acontece, meu caro Senador Eduardo Amorim.

Portanto, eu o cumprimento pela oportunidade...

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – O senhor me dá um aparte, Senador?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o maior prazer.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Como o senhor disse, é até uma questão de segurança nacional. O meu Estado também é o maior produtor

de potássio do Hemisfério Sul, e não dá para entender porque temos as maiores jazidas, as maiores necessidades e dependemos tanto da importação. Existe ou não monopólio por trás de tudo isso? É isso que a gente quer esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Amorim.

Senador Moka, por favor.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Só para finalizar, dizendo que cumprimento o Senador e, evidentemente, sou favorável a essa audiência pública, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado ao Senador Moka, pelas suas colocações. De fato, é um tema muito importante e nós precisamos saber por que o Brasil tem toda essa matéria-prima e não temos a produção para atender o nosso mercado interno. Além de necessitarmos, poderemos ainda exportar, em função da matéria-prima que temos.

Pois não, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A propósito, Presidente, sobre o mesmo tema, nesta semana, a Câmara realizou uma audiência pública para debater, correlata a isso, a questão do calcário, cujas reservas são também muito importantes. Não dependemos de importação nesse caso, é um insumo importantíssimo para correção de solos e o agricultor precisa dominar exatamente essa tecnologia. E a indústria de calcário no Brasil hoje está com modernas tecnologias de produção também desse insumo fundamental na correção dos solos em várias regiões do nosso País.

No meu Estado, Rio Grande do Sul, igualmente como no Nordeste do Senador Eduardo Amorim, em relação às reservas de potássio, nós também temos enormes jazidas de calcário que poderiam ser mais ainda utilizadas na melhoria da qualidade dos solos, da produção agrícola e da qualidade dos próprios alimentos.

Então, é extremamente valiosa a iniciativa do Senador Eduardo Amorim ao fazer a proposta dessa audiência pública para debater esse tema tão relevante.

E também, é claro, eu me associo a essa discussão e a essa polêmica porque o Brasil não é ainda auto-suficiente na produção desse insumo que é vital. Não só Malthus, mas também o Prêmio Nobel da Paz, Norman Borlaug, que foi o introdutor, nos anos 70, exatamente dessa modernização de correção de solos para aumentar a produtividade de alimentos no Planeta.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Ainda em tempo, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu gostaria de sugerir, já com a permissão do Senador Eduardo, que, talvez, nessa audiência pública, nós pudéssemos trazer algum diretor da Petrobras, sobretudo o pessoal ligado exatamente, porque o Brasil tomou essa decisão. A Petrobras, no passado – tem que confirmar essa informação minha –, já produziu fertilizante. Depois, meio que foi deixado de lado, em função talvez de custo, e aí ficou mais fácil importar do que produzir. Mas acho que seria importante ouvir o diretor. Temos que saber exatamente – eu me proponho a isso –, identificar um diretor da Petrobras que pudesse vir aqui e, quem sabe, dizer sobre a proposta que tem a Petrobras já nesse novo momento de se tornar produtora de fertilizantes.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem. Aguardamos, então, o requerimento para incluirmos alguém da Petrobras, para se colocar, até porque a Petrobras é detentora das reservas de matéria-prima para produção de fertilizantes. Então, é realmente importante ouvir alguém da Petrobras.

Com a palavra a Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente. Também quero me somar aqui e parabenizar o Senador Eduardo Amorim por trazer esse debate à Comissão de Agricultura, um tema de extrema importância para o nosso desenvolvimento. O Brasil precisa, sim, resgatar a exploração de suas jazidas de potássio para que não fiquemos pagando *royalties* caros às multinacionais. Isso tem um custo de mais de 30% na produção da agricultura brasileira e para que a gente possa, sim, tornar os nossos preços mais competitivos para o mercado interno e para o mercado externo.

Acho importante a presença da Petrobras. Nunca é demais lembrar que tínhamos, sim, uma estatal ligada à Petrobras para fazer exploração dessas jazidas, que era a Fosfertil, mas, infelizmente, a empresa foi privatizada. As jazidas, muitas foram concedidas; a Vale do Rio Doce tem jazidas também; e, infelizmente, não havia prazo para que essas jazidas fossem exploradas e a produção pudesse ser feita em território nacional.

A Presidenta Dilma, quando Ministra-Chefe da Casa Civil, iniciou essa discussão e, hoje, se temos a Petrobras de novo explorando as jazidas, e ela vai ser uma das maiores produtoras, através do Mato Grosso do Sul, devemos muito à determinação da então Ministra-Chefe da Casa Civil, conselheira também da Petrobras, que recolocou na pauta da empresa a

necessidade de fazer essa exploração das nossas jazidas. Quando candidata, a Presidenta reforçou e se comprometeu a isso, pelo menos no meu Estado do Paraná. Todas as vezes em que a Presidenta esteve lá fazendo a interlocução com os nossos produtores, ela reafirmou seu compromisso. E tenho certeza de que vamos... Ela reafirmou o seu compromisso. Eu tenho certeza de que nós vamos avançar muitíssimo, e esta Casa vai construir as bases, sim, para indústria nacional de insumos e fertilizantes. Logo nós vamos estar com preços muito melhores para a nossa agricultura, para os nossos agricultores e, apesar de já sermos, vamos elevar o País ainda mais à condição de potência agrícola.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora.

Em votação o requerimento do Senador Eduardo Amorim, com o adendo do Senador Moka.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº ..., DE 2011-CRA

Requer, nos termos do artigo 90, inciso II, combinado com o artigo 93, inciso II, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública destinada a discutir a situação dos pequenos e médios produtores de biodiesel no País, com a presença dos seguintes convidados:

Sr. Ricardo Dornelles – Representante do Ministério de Minas e Energia – MME;

Sr. Rodrigo Rodrigues – Representante da Casa Civil da Presidência da República – CASA CIVIL;

Sr. Marco Antonio Viana Leite – Representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA;

Sr. Haroldo Borges Rodrigues Lima – Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP;

Sr. Allan Kardec Dualibe – Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP;

Sr. Geraldo Martins – Representante da FERTIBOM LTDA;

Sr. Rodrigo Prosdócimo P. Guerra – Representante da BIO ÓLEO LTDA.

Autoria: **Senador Jayme Campos** e Senador **Blairo Maggi.**

Em votação o requerimento. *(Pausa.)*

Para encaminhar, tem a palavra o Senador Jayme Campos como signatário.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, Senador Acir, Srªs e Srs. Senadores, o requerimento ora discutido nesta Comissão nasceu da necessidade de discutirmos no nível não só de agricultura e reforma agrária, mas, sobretudo, dentro do próprio Congresso Nacional, as distorções e injustiças que estão sendo praticadas contra as pequenas indústrias de biodiesel no País.

O Governo incentivou de tal forma a criação dessas indústrias de biodiesel, que, hoje, nós temos algo em torno de 330 pequenas e médias indústrias.

Todavia está deixando de ser competitiva, Sr. Presidente, Senador Waldemir Moka, tendo em vista que o governo mudou a regra, ou seja, o governo passou a permitir que as grandes indústrias de biodiesel competissem com o pequeno. Na verdade, as pequenas eram para buscar a inclusão social diante do incentivo que o Governo proporcionava.

Todavia, a regra foi mudada. Diante de tudo isso, o que me chamou mais atenção, preocupação e, sobretudo, atendendo à demanda de pleitos e solicitações, foi um fato que me causou bastante estranheza: os pequenos não podem participar dos leilões dos grandes. Entretanto, os grandes podem participar dos leilões que foram proporcionados para que as pequenas indústrias participassem de uma forma mais competitiva.

Isso está se tornando desigual, sobretudo a perspectiva que se desenha é de que, nesses próximos anos, praticamente, o que o governo propôs incentivar vai deixar de existir.

E não podemos permitir, Senador Waldemir Moka, Senadora Gleisi, que este País fique cartelizado. Já existem uns setores das atividades econômicas cartelizados no Brasil, dentre eles, a carne. Lamentavelmente, a carne hoje, os frigoríficos – Senadora Ana Amélia, V. Exª tem conhecimento – estão na mão de praticamente quatro grandes grupos empresariais, financiados, sobretudo, com o dinheiro do BNDES. Tenho certeza de que alguns, se passarem a régua, não dão conta de pagar nem o BNDES, haja vista que hoje diminuiu sensivelmente o número de frigoríficos, e isso passou a ser não compatível com a realidade nacional.

Eu entendo que a lei da oferta e da procura é a melhor prática que existe para termos a redução do próprio produto. Ou seja, se não tem competitividade, descaracterizado fica muito difícil.

Então, o Brasil está chegando a um determinado momento de cartelização não só da carne. E com o etanol, o que aconteceu? V. Exªs acompanharam, no final do ano e no início deste ano aqui, o preço astro-

nômico do etanol. Passou a ser quase não competitivo diante do salto de preços que deu no nosso Brasil. Por quê? Porque as grandes estão comprando dos pequenos e dos médios. Isso passa a quê? A ser cartelizado o setor. E o Governo tem que tomar rápidas providências, inclusive, tomou algumas providências dias atrás para voltar a regular o setor. Então o Governo tem a co-responsabilidade – posso dizer até a responsabilidade de forma direta – no sentido de não deixar inviabilizar esse setor importante, principalmente porque gera muito emprego, Senadora Gleisi. Eles incentivaram, através da plantação do pinhão manso e de outras culturas, para gerar emprego, através de incentivo com o selo verde, e o próprio Governo está destruindo.

De tal forma, meu caro Presidente, que, para não me alongar, a minha proposta é no sentido de convocarmos essas autoridades para virem a esta Comissão e nos darem uma justificativa plausível do porquê os leilões deixaram de ser presenciais para se tornar virtuais. Isso está gerando realmente um desequilíbrio no que havia sido realizado no passado.

Nós temos que ter um novo uso do marco regulatório para viabilizar essa pretendida mudança que provavelmente pressupõe a alteração da legislação ordinária. Razão pela qual pretendo submeter a esta Comissão de Agricultura através dessa audiência pública para a qual vamos convocar essas autoridades.

Agradeço a V. Exª e aguardo a data em que V. Exª vai convocar essas pessoas para vir aqui na Comissão e nos dar uma orientação, principalmente aos pequenos e médios produtores deste País, porque, lamentavelmente, está faltando uma política de segurança jurídica na área do biodiesel.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Jayme.

Para encaminhar o requerimento, tem a palavra a Senadora Ana Amélia e, posteriormente, a Senadora Gleisi.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria cumprimentar o Senador Jayme Campos pela iniciativa e o Senador Blairo Maggi, ambos do Mato Grosso, Estado que convive também com essa realidade na expectativa criada em torno da produção do biodiesel.

É um combustível mais natural, melhor para o meio ambiente, mas havia, exatamente no início desse projeto, a ideia de estimular as matérias primas que fossem grandes agregadoras de mão de obra para beneficiar a agricultura familiar, especialmente na Região Nordeste do País. Pinhão manso, mamona e outras, como o babaçu e até o dendê, a semente de dendê, que seriam próprias daquela região e estimulariam a agricultura familiar.

Ele saiu de pauta praticamente, o assunto, o tema do biodiesel, e no Sul do País a produção tem como matéria prima a soja, que é uma *commodity* muito valorizada. Ela está sendo a principal matéria-prima para a produção do biodiesel. E hoje as indústrias produtoras já estão querendo que seja ampliada a utilização do biodiesel para substituir os derivados de petróleo no combustível das regiões urbanas, especialmente aquelas cidades de maior concentração.

Aí existem duas dúvidas, sendo que uma eu até acrescentaria ao Senador nesse debate: como é que a indústria automobilística vê essa questão e a produção rural, como ela está hoje? Qual é o percentual real das matérias-primas alternativas que não a soja, que é uma *commodity*?

Então, parabenizo o Senador Jayme Campos e o Senador Blairo Maggi pela iniciativa, levantando também essa questão relacionada à matéria prima da produção do biodiesel em nosso País e sabendo que o Rio Grande do Sul é também um grande produtor de biodiesel.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Continua o encaminhamento de votação.

Para encaminhar, tem a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Primeiro, quero dizer que vou encaminhar favoravelmente ao requerimento do Senador Jayme Campos e do Senador Blairo Maggi. Acho que é importante discutir esse assunto, mas eu gostaria de fazer algumas ponderações em relação a ele.

É importante ter clareza de que exatamente o desenvolvimento da produção de biodiesel começou com uma iniciativa muito forte do Presidente Lula, que viu nisso alternativa de produção para os pequenos agricultores e também alternativa para a nossa matriz energética, através de uma ação conjunta com a Petrobras e outras empresas. Então, isso é importante registrar. Quem criou condições para que os pequenos pudessem participar dessa produção, entrassem na produção de energia através do biodiesel foi o Presidente Lula e também é agora o Governo da Presidenta Dilma que faz essa sustentação.

Eu não vejo aqui, pelo menos, pelo que o Senador Jayme Campos colocou, nenhuma situação que vá deixar os pequenos em situação constrangedora. V. Exª fala sobre o leilão virtual. Não sei se é esse o caso mais grave que V. Exª fala, sobre a questão de dificultar a participação dos pequenos.

Quero dizer que o leilão virtual é uma forma de ajudar os pequenos a participar do processo sem precisar fazer deslocamento. Aliás, nas compras públicas de governo, o Governo tem adotado o pregão eletrônico, que proporcionou que micros e pequenos fornecedores pudessem participar das contas públicas, porque o maior problema de participação em licitações e em leilões é exatamente o deslocamento, é exatamente a centralização.

Então, é bom a gente ter essa audiência até para que a gente explique de fato como o Governo está procedendo.

O Governo do Presidente Lula e o Governo da Presidenta Dilma são governos que têm se preocupado muito com a inclusão dos pequenos produtores, fato é que o Pronaf, Programa Nacional de Financiamento da Agricultura Familiar, tem crescido consistentemente. Nós teremos R$16 bilhões para emprestar aos agricultores familiares. Nós nunca tivemos um montante de recurso tão importante e nunca tivemos uma política para agricultura familiar como estamos tendo, que beneficia exatamente o pequeno.

Nós vamos ter juros, Senador, neste Plano Safra 2011/2012, de 2% ao ano. É juro negativo. Isso dá condições ao pequeno produtor de fazer sua produção, de pagar o seu crédito, de melhorar a sua condição de vida.

Temos outro importante programa de inclusão do pequeno produtor, que é o Programa da Merenda Escolar. Trinta por cento da merenda escolar deve ser adquirida da agricultura familiar. Isso está fazendo uma revolução no campo. Está fazendo com que os nossos produtores tenham de fato renda. Eu viajo o interior do meu Estado, Senador Acir, e é impressionante quando você fala com os produtores e com os diretores e diretoras de escola. Primeiro, a qualidade da alimentação que chega às nossas crianças; segundo, a renda garantida.

E nós vamos ter agora, Senador Jayme Campos, uma Política de Garantia de Preço Mínimo à Agricultura Familiar.

Então, acho muito importante que discutamos, sim, esta matéria. Tenho certeza de que os fatos vão ser extremamente elucidativos.

Na questão da concentração que V. Exª fala da carne, nós precisamos fazer com que ande neste Congresso Nacional, que seja aprovado o projeto de lei que estabelece as novas regras do Cade. Porque, infelizmente, o que nós temos hoje é apenas uma apreciação das junções empresariais deste País. Ou seja, o Cade vai discutir que as empresas já fizeram as suas negociações, os seus acordos, já estão juntas. Quer dizer, já se realizou negócio de concentração, tirando do Estado um importante instrumento de regulamentação e de regulação da economia.

Então, temos que dar, sim, uma visão de urgência a este projeto nesta Casa, para que a gente impeça que essas fusões que concentram interesses econômicos aconteçam sem a gente poder discutir no processo em que elas estão acontecendo. Hoje nós fazemos essa intervenção posterior.

E tenho certeza de que para a política de preços do etanol e de outras mercadorias, o Governo está muito atento. Aliás, paga o preço de ter sido considerado e de ser considerado interventor da economia de mercado. Por isso, é importante um Estado forte, um Estado que possa intervir exatamente nessas situações, para regular o interesse do consumidor, regular o interesse dos pequenos e fazer com que a economia se desenvolva de maneira inclusiva.

E tenho certeza de que é esse o procedimento, é essa a condução que a Presidenta Dilma está dando, porque, senão, nós não teríamos a inclusão de mais 30 milhões de brasileiros no consumo deste País.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Obrigado, Senadora.

Continua em votação.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Eu queria só...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Para encaminhar, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Já está encaminhado.

Eu quero o art. 14, Sr. Presidente. Eu queria fazer apenas uma observação na fala da valorosa Senadora Gleisi, em dois aspectos.

V. Exª disse que a lei foi do Governo Lula. Concordamos.

V. Exª disse que não tem nada a ver a questão virtual com a questão presidencial. Tem sim, senhora. Vou dar aqui apenas uns dados para V. Exª.

Inicialmente, os tais leilões eram realizados de forma presencial. As usinas davam o preço que poderiam praticar, e aí se vinculavam a quantia oferecida bem como a disponibilidade do volume a ser comprado pelo governo de modo a atender a demanda da mistura obrigatória. Havia um sistema de cota, porque sempre se levava em conta a relação quantitativa.

Agora, nós temos um sistema predatório, Senadora, no qual os lances são virtuais com itens cujo volume inviabiliza em virtude da capacidade delas em adquirir o direito sobre o lote inteiro, posto que não se pode ganhar parte do lote. Com isso, as grandes usinas ganham seus lotes e podem fazer média nos lotes menores, achatando os preços destes para ali-

jar os pequenos e médios concorrentes, os quais, é importante destacar, constituem a maciça maioria das usinas instaladas em nosso País.

Destaque-se ainda que as usinas grandes verticalizadas podem sempre optar em vender o biodiesel somente quando o preço do óleo não lhes permitir melhor negócio.

Então, não é bem assim. O setor está sendo canibalizado. A verdade é essa. Deixou de ser um jogo igual; é um jogo desigual.

Segundo, V. Exª disse aqui em relação à questão do cartel, à questão da canibalização. Na verdade, é um escândalo, Senador. Por incrível por pareça, certa feita, na Comissão de Assuntos Econômicos, esteve o Presidente do BNDES, que se chama Luciano Coutinho. V. Exª talvez não tenha conhecimento, eu tenho muito conhecimento, porque sou da área. Há pouco tempo, pediu-se neste País a recuperação judicial, um frigorífico chamado Independência. Um bando de malandro. Malandro, posso chamar assim, porque eles foram já focados para dar um golpe, um golpe de mestre. Passaram o beiço, meteram uma beiçola de 3,2 bilhões de reais! V. Exª talvez não saiba.

O BNDES é detentor de 20 a 25% das ações dessa empresa, adquiridos lá atrás. Todavia, houve confiança tão grande nesse grupo empresarial... Eu, particularmente, que tenho algumas propriedades rurais, fui um dos fornecedores, só vendi na medida em que o BNDES era acionista desse grupo empresarial. O senhor imagine se ele teria capacidade, só numa região do meu Estado do Mato Grosso, de um tombo de 180 milhões de reais, pequenos sitiantes, médios. Sabe por quê? Todo mundo acreditava, Moka, que, se o BNDES é acionista do grupo Independência, nunca vai quebrar! Até se eventualmente tivesse dificuldades financeiras, o BNDES iria botar mais recursos, ou seja, não deixaria essa empresa quebrar.

Dito isso, eu fiz uma indagação ao Presidente Coutinho, ele disse que me daria uma resposta. Até hoje não recebi uma resposta plausível. Então, tem conluio aí. É bom que V. Exª saiba.

Tem outro grupo que está prestes a espanar, num termo bem chulo, que vai também dar um calote neste País, e grande, que, inclusive, foi doador grande na campanha da nossa Presidente Dilma. E só lá, declarados, são 10 milhões de reais desse grupo. Frigorífico, eu já tive uma indústria como essa, eu conheço bem, Senador: não tem frigorífico que tenha capacidade de dar para nenhum candidato deste País ou no mundo, no Planeta, 10 milhões de reais. E deu.

Então, nós temos de abrir os olhos, sob pena de o BNDES, que tem de ser uma instituição para desenvolver o Brasil, para dar financiamento para os pequenos... Não pode dar como está dando. Só para esse grupo empresarial já deu 17 bilhões de reais, só no ano passado! Enquanto uma pequena indústria frigorífica vai atrás de 200, 300 mil reais para o pequeno capital de giro, e não consegue, e se dá 300... Hoje, se não me falha a memória, já passou a casa dos 70 bilhões de reais.

Então, temos de aqui ter a consciência e a responsabilidade de que, acima dessa questão política, temos de ver o Brasil num todo. Está hoje acontecendo um fato inusitado. Hoje, quatro grupos empresariais estão detendo, ou seja, o abate no Brasil, 88% de todo o rebanho abatido no Brasil estão sendo concentrados na mão de quatro, estão cartelizando. E a perspectiva que se vê é que eles vão sufocar também o pecuarista neste País, haja vista que eles conseguiram, depois de formar esse cartel agora, derrubar o preço da carne. Se estava alto ou baixo, eu não sei, Moka. Derrubaram em apenas 15 dias, 22%. Isso é um cartel. Passa a ser um jogo desigual, prejudicando essa atividade econômica, que, sem sombra de dúvida, gera emprego, gera renda. Enfim, é uma atividade que estava, praticamente, literalmente falida, que, aos poucos, estava tentando sair desse sufoco. Mas, agora, estão cartelizando, e cartelizando com dinheiro do BNDES, dinheiro do Banco do Brasil.

Eu não posso admitir, como cidadão brasileiro, que esse setor tão importante da economia brasileira fique concentrado em apenas quatro grupos brasileiros, financiados com dinheiro do Governo Federal, com dinheiro dos impostos que nós pagamos, até porque o BNDES, constante e permanentemente, está recebendo aporte do Tesouro Nacional para inflar seu caixa, e esse mesmo caixa, que é para alavancar o desenvolvimento do Brasil, é emprestado para três ou quatro cidadãos brasileiros e empresas. Não vou dizer que não é o correto, mas não dessa maneira e, sobretudo, não responsabilizando. Caso contrário, muito ruim vai ficar não só para o setor da carne, com o biodiesel é a mesma coisa. O senhor pode ficar certo de que tenho dados e estudos, que me têm permitido vir aqui de forma séria e responsável pedir, requerer essa audiência pública.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senador. Vamos nos ater ao pedido, que continua em votação. Vamos nos ater à questão do biodiesel. Esta discussão vai acontecer na audiência pública, se aprovada por esta Comissão.

Para encaminhar a votação ainda, Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Caro Presidente Acir, caro Vice-Presidente Moka,

prezados Colegas, eu diria: "Cade" neles! Acho que o Cade existe na questão econômica do Brasil, participa e, estou vendo, tem que entrar em alguns setores. Nessa questão que o Jayme Campos levantou, sobre os setores de frigoríficos, eu não sei se uma das razões também, para o bem do Brasil, não teria que atuar o Cade, Senadora Gleisi. Acho que é preciso.

Eu diria que, na questão das indústrias de biodiesel, talvez também o Cade tenha de botar o olho. Acho que talvez seja uma das saídas também para poder fazer com que os pequenos produtores de biodiesel tenham condições de sobrevivência. Porque a política do biodiesel é fundamental, e eu defendo essa política do biodiesel, inclusive a interiorização de pequenas indústrias de biodiesel. Defendo, porque ela foi criada nessa intenção de favorecer e de que o Pronaf participasse, para fornecer mão de obra intensiva. É que hoje, como disse a Senadora Ana Amélia, nós temos o pinhão manso, temos o girassol, temos outros produtos que oferecem mão de obra, o dendê, mas ela está apenas gerando, na matéria-prima, cerca de 20%. Oitenta por cento, mais ou menos, da produção de biodiesel hoje vêm das *commodities* de soja, e a ideia é fazer com que as *commodities* de soja só cheguem a 50% e, no mínimo, metade venha de produtos que ofereçam mão de obra intensiva. Acho que essa é uma vocação.

A audiência pública vem em bom momento. V. Exª, Senador Jayme Campos, a propõe, e ela vem para debatermos isso. Hoje, são 5% compulsórios a mistura de biodiesel no *diesel* – estamos com B5 hoje. A ideia é subirmos para o B10, para o B15 e até o B20. Essa é a ideia para que o dióxido de carbono na natureza baixe, principalmente nos grandes centros urbanos, como disse a Senadora Ana Amélia. Isso vai nos ajudar na questão da saúde, da respiração, do ar. Isto é fundamental para o Brasil: melhorarmos isso, aumentarmos essa agregação do biodiesel no *diesel*. Defendo isso, sem dúvida alguma.

Agora, essa audiência pública vai ser uma oportunidade de, democraticamente, debatermos esse tema entre as partes, para buscarmos atender todos esses setores, porque é fundamental.

Eram esses os comentários que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Por favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Sem querer encompridar aqui a prosa nossa, mas preciso fazer algumas considerações. Primeiro, e depois eu posso também falar sobre isso, é a questão do leilão virtual. Pelo que o Senador aqui falou, não é propor um leilão virtual. Talvez seja a forma como os lotes estão sendo vendidos. Aí é diferente. Não é o instrumento...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Não, mas você pode ter negociação no processo virtual. Não é o procedimento que está errado, talvez seja a forma. E temos que ver por que essas mudanças aconteceram, até pelo compromisso que o Governo tem com a produção do biodiesel e com a inserção dos pequenos. Como disse o Senador Casildo, temos de ir aumentando o volume de produção. É óbvio que não podemos exigir uma produção de 10%, uma mistura de 10%, se não temos capacidade de produção. Nós temos que cuidar da nossa capacidade produtiva, e isso o Governo tem feito.

Eu só quero aqui lamentar, com todo respeito que tenho por V. Exª, ex-governador Jayme Campos, é sobre essas questões de que o senhor falou, sobre conluio. Acho que, quando a gente faz uma assertiva dessas, tem que trazer provas à Mesa.

V. Exª falou de conluio do BNDES com frigoríficos. Falou sobre doações à campanha da Presidenta Dilma... Porque são declarações que são legais, são públicas. O que o senhor não pode é fazer ilações, porque, senão, vamos pegar declarações de todos aqui sobre doações e começar a fazer ilações de comportamento de pessoas públicas.

Então, eu gostaria que V. Exª, ao fazer esse tipo de comentário, por favor, respeitasse a nossa Presidenta, respeitasse as pessoas nesta Casa. Acho que o debate é de bom tamanho, eu já disse que nós vamos encaminhar favoravelmente ao requerimento. Esta Comissão tem-se pautado a fazer debates de grande qualidade sobre conteúdos da matéria, mas nós temos que ter cuidado, ao fazer determinadas afirmações aqui sem elas terem lastro na verdade ou provas a serem apresentadas.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Senadora Gleisi...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Só para...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Eu vou ser pragmático, rápido...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – V. Exª terá sua palavra. Eu só gostaria de pedir para que nós possamos nos ater ao tema. Nós teremos

espaço para debater esse assunto no dia da audiência pública. E V. Exª terá a sua palavra na sequência.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Mas não esse assunto aqui, diante do que a Senadora... A Senadora Gleisi disse que eu fiz uma ilação. Eu não fiz ilação, coisa alguma, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – V. Exª tem a sua palavra, por favor.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Eu citei dados que eu vi, ele é público, e V. Exª sabe que está disponibilizado na Internet.

Mas o que me chama mais atenção, Senadora Gleisi, é na medida em que eu me referi a um grupo empresarial, que citei – vou dar o nome aqui, não tenho nenhum constrangimento –, o Grupo Independência, que V. Exª tem conhecimento, é uma pessoa que conhece o Brasil de uma maneira geral. Ele foi um grupo que pediu recuperação judicial, não cumpriu nada do que foi acordado com aqueles que eram credor, e ele tinha participação do BNDES de 28%, ou seja... Inclusive o BNDES tinha, naquela oportunidade, acordado de aportar R$500 milhões. Entretanto, no mês de dezembro, ele aportou R$250 milhões e, quando esse grupo empresarial teve dificuldades no mês de janeiro, para ele aportar, o BNDES correu da raia, ou seja, não completou os R$500 milhões, deixou de aportar mais R$250 milhões.

Então, o que quero dizer a V. Exª é que o Governo Federal, sobretudo o BNDES, em hipótese alguma, pode permitir, dar a sensação – não quis dizer... –, dar a sensação de que tem um conluio. Ela permitir que um grupo como esse... É isso aí, ninguém pode desconhecer. Vamos ser pragmáticos aqui. Todos nós aqui somos inteligentes. Mas sou respeitoso. V. Exª está preocupada com o termo que estou usando: conluio. Mas é no bom sentido, não é querendo dizer... É no bom sentido. Conluio não significa que é só para bandido, não. É o conluio no bom sentido, na medida em que esse mesmo Banco, que aportou R$250 milhões no mês de dezembro e, quando foi no outro mês, janeiro, não aportou, ele deixou o setor que foi fornecedor ficasse na mão. Todos nós acreditávamos – não fui só eu, o Brasil acreditou, foram três bilhões, é um bom dinheiro.

Agora, dizer que o frigorífico, um grupo empresarial doou R$10 milhões! Imagino que deu porque ele pode dar. Não tem nada contrário. A Justiça Eleitoral permite, naturalmente, ele dar esse dinheiro na campanha. A Justiça Eleitoral permite. Todavia, o que eu digo é o seguinte: esse mesmo grupo – o Senador Moka sabe – tem bilhões e bilhões de reais de dinheiro que foi tomado ali.

Semana passada, Senadora Gleisi, V. Exª não é do setor, não é muito da área – V. Exª não gostou porque eu falei conluio –, a senhora sabe que o BNDES, Senadora Gleisi – por quem tenho maior respeito e admiração –, foi obrigado...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Eu preciso continuar a votação, Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – ...foi obrigado a avançar no número de percentuais da ação, saiu para quase 40% desse grupo – quase 40% foi obrigado a adquirir –, sob pena de esse grupo, que hoje é detentor de um bom número de ações, ou seja, de um grande percentual, quebrar. Quebrar, porque não conseguiu resgatar uma pendenga, ou seja, uma pendência que tinha em relação ao passivo que tinha que ser quitado...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador Jayme, eu peço a V. Exª, para continuarmos a votação.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – É só isso. Eu estou só esclarecendo para ela, porque, se nós formos debater, nós vamos longe aqui. Essa matéria eu conheço muito bem, e V. Exª também não gostou do termo. Mas, desculpe-me V. Exª, se ofendi quem quer que seja. Não é...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Isso é importante. Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Não é o objetivo do Senador Jayme Campos. Muito pelo contrário, sou muito respeitoso. Para ser respeitado, você tem que ser respeitoso. Então, desculpe-me. Às vezes, V. Exª entendeu que eu poderia querer chamar a atenção, dizer da Presidenta Dilma. Não, não tem nada com a Presidenta Dilma. Mas que ela recebeu essa doação, isso é público e notório. Entre na Internet. A senhora vai ver lá. E não acho nada errado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Isso é público, Senadora.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – É para quem pode. Acabou.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Agradeço a sua intervenção, da Senadora Ana Amélia, da Senadora Gleisi Hoffmann, para contribuir para esse debate.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o requerimento, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Antes de encerrarmos os trabalhos, lembro à Comissão de uma realização do 9º Seminário do Ciclo

de Debates, a realizar-se amanhã, dia 3 de junho, de 2011, às 14 horas, em cumprimento ao requerimento da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de avaliar sobre os problemas referentes à comercialização do arroz e do trigo no Brasil, com a presença dos seguintes convidados: Dr. Elton Weber, Presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio Grande do Sul – Fetag; Dr. Francisco Lineu Schardong, Presidente da Comissão do Arroz da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul – Farsul; Dr. Flávio Enir Turra, Gerente Técnico e Econômico do Sistema Cooperativista do Paraná – Ocepar.

Recebi um Ofício da Ministra de Estado do Meio Ambiente, Ministra Izabella Teixeira, que vou ler na íntegra:

OFÍCIO Nº.... , DE 2011

"Sr. Presidente, reporto-me ao convite para participar da audiência pública conjunta das Comissões da Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), no dia 2 de junho de 2011.

Em razão da convocação, pela Senhora Presidenta Dilma Rousseff, para participar da Cúpula de Chefes de Estado e Governos das três bacias de florestas tropicais da Amazônia, Congo e Bornéo-Mékong, no Congo, na mesma data, informo que lamentavelmente não poderei comparecer à audiência.

Por oportuno, agradeço sua compreensão, no sentido de remarcar a audiência para o dia 9 de junho de 2011, às 11 horas, e reitero minha participação.

Atenciosamente, – Ministra **Izabella Teixeira.**

Ministra de Estado do Meio Ambiente"

Em nome desta Comissão, eu agradeço a nossa Ministra e coloco também essa questão de discutir o Código Florestal em conjunto com a nossa Comissão de Meio Ambiente.

Nós faremos o debate como fizemos até este momento, junto com a Comissão de Meio Ambiente, e promoveremos discussões, Senador Jayme, Senadora Ana Amélia, Senadora Gleisi, no sentido de mostrarmos ao nosso País que produtores e ambientalistas querem a mesma coisa: nós queremos produzir conservando, ou conservar produzindo.

Este é o lema do nosso Trabalho e queremos dar essa demonstração de unidade para todo o País, de que não há disputa entre meio ambiente e produtores rurais.

É um tema muito importante que coloco também em discussão, para que possamos avançar nesse debate da reforma do Código Florestal, que é importante para todo o nosso País. E é importante que o façamos em conjunto com o meio ambiente.

Para discutir, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, eu acho extremamente proveitosa a iniciativa de V. Exª, aliás, coerente com o trabalho que esta comissão vem realizando, por iniciativa, fui também uma das autoras do requerimento, para as discussões iniciais, antes mesmo da chegada aqui do projeto que foi aprovado pela Câmara sobre o Código Florestal, tivesse havido esse entendimento das duas Comissões. E foram extremamente produtivas e com participação muito expressiva dos Srs. Senadores, desde a primeira, com o Aldo Rebelo, até a seguinte, com representantes do setor, da Associação Brasileira da Ciência, da Embrapa, enfim, de todos os especialistas na matéria, do ex-ministro Alysson Paulinelli.

E a propósito disso, Sr. Presidente, eu gostaria que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária registrasse nos Anais da reunião de hoje o editorial do jornal *Folha de S.Paulo* de ontem, sob o título "Faroeste Brasileiro", que diz – não vou ler todo, apenas o seguinte:

> "Soa desmedido estabelecer um vínculo causal, ainda que tênue, entre a aprovação do Código Florestal e os assassinatos de quatro agricultores com militância ambiental, entre terça-feira e sábado da semana passada.
>
> Grilagem de terras e extração ilegal de madeira são atividades que, na Amazônia, sempre bordejaram a tradicional violência agrária em região de fronteira em expansão. Seus sicários nunca se preocuparam com a legislação e, muito menos, com o Congresso Nacional."

O Governo tomou algumas providências, Sr. Presidente, patente a incapacidade do Estado brasileiro de fazer valer a lei e a ordem na fronteira agrícola. O sinal mais claro disso está na providência anunciada pelo Governo Federal após a concentração de mortes nos últimos dias: formar um grupo interministerial.

Em que pesem essas iniciativas, o Palácio do Planalto prometeu também proteção da Polícia Federal para os jurados de morte, e não dispõem de uma lista com os nomes mais visados. No mais, anunciou-se a intensificação de Operações Arco de Fogo e Arco Verde, que têm mais a ver com desmatamentos ilegais do que com violência no campo.

Embora esses dois tipos de crime possam prosperar e conviver onde o Poder Público se ausenta, ou até mesmo entrelaçar-se, associá-lo assim equivale a aceitar o elo oportunista entre votação do Código Florestal e os assassinatos.

Para concluir, Sr. Presidente, dada a importância dessa matéria, para tirar essa questão e esse ingrediente, o Governo Federal admitiu não ter condições de garantir a segurança de todos os líderes indígenas, quilombolas, sem terra e ambientalistas, que correm risco de vida no País. Nem os trinta nomes considerados mais vulneráveis pela Comissão Pastoral da Terra têm garantia dessa proteção.

A Ministra dos Direitos Humanos, minha conterrânea, Maria do Rosário, afirmou – isso foi publicado no *O Globo* de ontem: "Seria errôneo, é uma ilusão dizer que temos condições para atender a essa lista. Vamos fazer uma avaliação". A Pastoral entregou ao Governo uma lista com 207 nomes que, entre 2000 e 2011, sofreram mais de uma ameaça; 42 foram assassinados; restam 165. Uma semana após a execução de ambientalistas no Pará, o clima da região é de medo.

Portanto, este editorial de ontem da *Folha de S.Paulo*, "Faroeste Brasileiro", distingue a situação de Código Florestal com a verdadeira terra sem lei que está naquela região.

Sr. Presidente, peço que esta matéria do jornal *Folha de S.Paulo* conste dos Anais desta Comissão.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

V. Exª será atendida na forma regimental.

A violência no campo não existe em função do Código Florestal, mas um dos grandes motivos é a falta da regularização fundiária. A falta de documentação por parte dos agricultores é um problema, e o Governo brasileiro já está tomando providências, principalmente com relação à região amazônica, por meio do Programa Terra Legal.

Tivemos aqui o Ministro do MDA. Debatemos, discutimos sobre o assunto, e está realmente avançando a questão da regularização fundiária, principalmente na Amazônia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Tive participação naquela audiência que fizemos em uma sexta-feira, e foi extremamente proveitosa. Considero positiva essa iniciativa do Governo, não há dúvida, Sr. Presidente, mas faço questão desse registro.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Exatamente. E precisamos avançar.

Temos um prazo até 2012, dado pelo próprio Ministro do MDA, com relação à regularização fundiária. Esperamos que ela realmente aconteça e, se possível, que haja até uma antecipação com relação a isso, que é muito importante.

O que aconteceu no nosso Estado de Rondônia com relação a esse assassinato é lamentável, mas é fruto da desorganização das documentações com relação aos nossos agricultores do Estado de Rondônia. Nós esperamos que esse lamentável incidente não ocorra...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não contamine a discussão do Código aqui.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Com certeza, não contaminará. Nós teremos a grande responsabilidade de conduzir esse debate, e por isso a importância de estarmos debatendo e discutindo sempre em conjunto a Agricultura e o Meio Ambiente – as duas comissões têm essa responsabilidade. E houve ontem uma demonstração dos Senadores de que estamos debatendo de uma forma que está à altura da importância da reforma do Código Florestal brasileiro. Tivemos a presença de vários Senadores: Senador Moka, Senador Blairo Maggi, Senador Rodrigo Rollemberg, que é Presidente da Comissão de Meio Ambiente, com o Senador Luiz Henrique, com o Relator Jorge Viana. Ou seja, nós estamos avançando, e avançando nessa união, o que nos dá uma tranquilidade e uma segurança para debater o assunto com tranquilidade.

Pela ordem de inscrição, Senador Waldemir Moka, com a palavra. Na sequência, Senadora Gleisi Hoffmann também.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, penso que vamos começar a discutir a questão do Código Florestal. A experiência na Câmara dos Deputados mostra que é um debate apaixonante até, porque há visões diferentes, e isso, evidentemente, acaba repercutindo aqui no Congresso.

Primeiro, quero cumprimentar o Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Acir, e também o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Senador Rodrigo Rollemberg.

Ontem, não sei – o Presidente é que vai anunciar –, mas está praticamente definido, quer dizer, a definição no Meio Ambiente já existe. O Relator na Comissão de Meio Ambiente é o ex-governador Jorge Viana. A mim perguntado o que eu achava, eu achei que é um nome que tem experiência. Ele governou o seu Estado por oito anos, e o Executivo amadurece... Quem está no Executivo convive sempre com os dois lados. Isso eu acho fundamental. O Estado do Senador, o Acre, também é um Estado que tem demandas. Agora, o fato de o Senador Jorge Viana ter uma tradição ao longo da sua vida e da sua biografia na defesa do meio ambiente, acho que isso o credencia na Comissão de Meio Ambiente como um grande Relator para o Código Florestal.

E sugerimos – ainda não oficialmente – o ex-Governador de Santa Catarina, homem também amadurecido, também com experiência, que implantou em

Santa Catarina um código com leis ambienteis e que é um estadista. Ninguém pode dizer que o Governador Luiz Henrique pode ser chamado de ruralista. É um estadista, um Governador de Estado.

Ontem, a preocupação dos dois Presidentes, Acir e Rodrigo Rollemberg, é que começássemos a conversar, e eu fui chamado para uma conversa informal, junto com o Senador Blairo Maggi – uma conversa informal mesmo. Hoje acho que o Presidente coloca em debate, e a proposta é de que pudéssemos, até por uma questão de economia de tempo mesmo, sem atropelar, mas, por economia de tempo – por que não? –, fazer os debates, as audiências públicas sempre de forma conjunta, Agricultura e Meio Ambiente.

Quero aqui hipotecar o meu apoio a essa proposta e dizer que a vejo com muita simpatia. Acho que essa é a forma, realmente, de equilibrarmos esse debate. E quem sabe possamos chegar ao Plenário do Senado Federal com um texto, embora tenhamos dois pareceres, um do Meio Ambiente, outro da Agricultura, sem falar no parecer da Comissão de Constituição e Justiça, mas esse restrito à constitucionalidade e à juridicidade do texto. Imaginem se for possível – é difícil, o desafio é grande – um texto único para que o Senado possa aprovar; e, se isso não for possível, a maior convergência possível. E os pontos polêmicos, esses, sim, certamente deverão ir a voto, e aí a maioria do Senado ali representada vai optar em qual o texto que vai dotar o País realmente de um código que possa, realmente...

É engraçado isso, mas nós, ainda ontem, Senador Delcídio, eu pedi... Porque começa a discussão do Código e começam: "ah, mas o Pantanal..." Eu pedi um documento ali oficial, feito pela SOS Pantanal, e o Secretário do Meio Ambiente do nosso Estado, Carlito, mandou.

Senadora Gleisi, em 2008, um registro oficial, feito por satélite, registra que o Pantanal tem 85% ainda da sua cobertura nativa. Onde temos isso? E o que se praticou lá em Corumbá? Está aqui grande representante de Corumbá e do Pantanal. Os produtores rurais, o chamado pantaneiro, há mais de 250 anos, produzem proteína vermelha: boi, carne e o "bioma", entre aspas, muito preservado.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria que pudéssemos ter, Senadora Gleisi, Senadores Blairo e Delcídio, um ambiente propício de equilíbrio e de serenidade, para que possamos discutir isso à luz das ideias. Se tiver divergência, vamos encaminhá-la. Vamos ter serenidade para que possamos dotar o País de um texto que preserve o meio ambiente, mas também que não amarre a nossa produção, o nosso setor produtivo.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Moka.

Formalizamos um compromisso ontem, embora não de maneira oficial, de uma reunião, Senador Delcídio, das duas comissões, a Comissão de Agricultura e a Comissão de Meio Ambiente, para que possamos produzir um único texto para essa reforma. Se houver alguma divergência, essa divergência vai a plenário, mas as duas comissões farão apenas um texto, em uma demonstração a todo o País da preocupação nossa, tanto de agricultores como de ambientalistas, de que queremos a convergência. Queremos trabalhar para a população brasileira, seja ambientalista, seja produtor rural.

Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Primeiro, cumprimento o Sr. Presidente, as Senadoras e os Senadores.

Eu estava ouvindo a reunião da Comissão de Agricultura no rádio e eu não poderia deixar de fazer dois comentários: um é com relação ao requerimento que foi aprovado sobre fertilizantes. Ouvi, com muita atenção, as ponderações da Senadora Ana Amélia, da Senadora Gleisi e do Senador Moka. Esse é um tema fundamental para o Brasil, o Brasil que tem uma agricultura pujante e com tecnologia.

Ontem, estive na Embrapa, conversando longamente com o Presidente da Embrapa, Pedro Arraes. Nós não podemos ficar dependentes de um oligopólio de insumos, que é o que efetivamente acontece. O Brasil tem um potencial enorme no calcário, como a Senadora Ana Amélia falou, mas também estamos diante de uma nova realidade: a obtenção de fertilizantes, amônia e ureia, a partir do gás natural, gás natural boliviano. O gás natural tem 94% de metano e, depois, ele tem etano, propano, butano, que são considerados gases ricos. São esses gases que vão ser separados e dali Mato Grosso do Sul – o Espírito Santo tem uma planta diferente – e o Triângulo Mineiro vão produzir fertilizantes a partir do gás rico, proveniente da Bolívia. Sem falar em potássio, de que talvez tenhamos uma das maiores jazidas do mundo, se não for a maior, no Amazonas. Inclusive essa jazida... O calcário, eu já citei, Senadora Ana Amélia, logo no início. E o calcário idem. Mas é importante registrar que essas minas de potássio no Amazonas seriam vendidas. Mas o Presidente Lula e o Conselho de Administração da Petrobras tomaram uma decisão, do meu ponto de vista, correta, até pelo que isso vai representar para o Brasil, no sentido de o Brasil se tornar auto-suficiente na produção de fertilizantes e depender menor desse insumo, até porque, tecnologia e competitividade, nós temos para

dar e vender. Não vou falar aqui de logística, das coisas que atrapalham. Estou falando de quem produz.

Então, acho que é muito importante essa iniciativa e ouvi, com atenção, o que o Senador Moka disse. Era importante trazer a Diretora Maria das Graças, que é a responsável por esse projeto na Petrobras e que poderia explicar, com detalhes, não só esse projeto, mas o projeto de Minas Gerais e o do Espírito Santo. São três projetos, apesar de o Espírito Santo produzir outro tipo, pois a planta é diferente e o gás também. É o gás lá da plataforma continental. Então, queria fazer esse registro, porque é mais uma iniciativa fundamental desta Comissão.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Delcídio, eu fiquei com a incumbência de dizer quem, qual seria o nome, e V. Exª, não tem ninguém melhor aqui para... Então, de minha parte, já aceito a sugestão do Senador Delcídio. E aí a Diretora Graça...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Que é a responsável pelo projeto.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Que nos recebeu, inclusive, lá.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Isso. Já foi várias vezes ao nosso Estado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu não sabia dizer se seria ela mesmo, porque, às vezes...

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Sim, porque, às vezes, até muitas coisas são compartilhadas dentro da companhia, mas ela, como é a responsável pelo projeto, talvez seja a pessoa melhor para...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Então, está feita a indicação. Eu fiquei de fazer a indicação. Então, oficialmente, está feita a indicação para que, nessa audiência, como representante da Petrobras venha essa diretora. Pelo menos esse era o compromisso que eu tomei aqui com o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Será incluído, então, o convite à Drª Graça para participar junto nessa audiência pública.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Outro comentário que eu não podia deixar de registrar também é com relação à cartelização. O Senador Jayme Campos aqui comentou. É preocupante o que está acontecendo no setor de carnes no Brasil. Não adianta ficar tapando o sol com a peneira. É preocupante a excessiva concentração de frigoríficos na comercialização de carne, é preocupante. Hoje, praticamente, o Brasil está nas mãos de três frigoríficos, único e tão somente.

Eu não sei... Estou meio esquecido, mas não sei já apresentaram algum requerimento para fazermos um debate sobre isso, mas é importante esse debate.

Eu ouvi aqui o Senador Jayme Campos falando do Frigorífico Independência. O Frigorífico Independência, lá do nosso Estado – no meu e no do Senador Moka –, ele parou várias instalações industriais, com impactos sensíveis em vários Municípios de Mato Grosso do Sul. Depois, surpreendentemente, após uma operação do BNDES, que foi citado aqui pelo Senador Jayme Campos... Eu conversei, inclusive, com o Presidente Luciano Coutinho. Foi uma surpresa geral, porque não foi só o BNDES. Foi um *pool* de bancos que entrou na capitalização. A "saia justa" que nós fomos, lamentavelmente, envolvidos em função de uma operação num frigorífico que, até dezembro, operava nas condições normais de temperatura e pressão. Em janeiro e fevereiro, o trem mudou completamente. Mato Grosso do Sul foi um dos Estados que mais sofreu com isso. E é muito importante. Eu já tive várias reuniões com o Presidente Luciano Coutinho. Tenho conhecimento claro do que aconteceu, até pelas palavras do próprio Presidente Luciano Coutinho. Acho que nós devíamos fazer um bom debate nesse sentido aí porque o produtor de carne, o pecuarista sofreu muito, especialmente com esse drama do Frigorífico Independência, e fica também à mercê de pouquíssimos grupos que fazem o que bem entendem na aquisição de carne bovina no Brasil.

Então esse assunto é preocupante e, aparentemente, parece um fantasma que sai do armário e aí alguém o bota novamente no armário e o fecha. Vamos discutir isso abertamente. Acho que isso é bom para os produtores, isso é bom para o País. É uma satisfação para a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Delcídio.

Só para conhecimento dos Senadores, nós tivemos aqui, no dia 29 de abril, o debate sobre esse assunto, com a presença de representantes dos frigoríficos pequenos, médios e grandes e também de representante do Banco do Brasil.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Então, eu faltei a essa aula.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – O BNDES também esteve presente, onde nós debatemos e transmitimos ao BNDES e ao Ministério da Agricultura a nossa preocupação com a centralização dos investimentos feitos, principalmente pelo BNDES, a centralização em grandes frigoríficos em detrimento dos pequenos frigoríficos brasileiros. Nós citamos que, no Norte, principalmente no Estado de Rondônia, temos aproximadamente sete frigoríficos fechados por

essa política adotada, em função de investimento do próprio BNDES em grandes frigoríficos.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Presidente, em Mato Grosso do Sul é uma escala arrasadora. Não vai sobrar um frigorífico em Mato Grosso do Sul.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Eu vou brincar com o Senador Delcídio: ele faltou à aula e não ouviu o rádio. Hoje ele ouviu o rádio, veio aqui e recolocou o tema. *(Risos.)*

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Mas como moro longe, eu não ouvi todo o rádio. (*Risos*.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Não ouviu todo, ouviu parte e reabriu a discussão. Veja como o rádio é importante, entendeu?

Presidente, eu queria apenas parabenizar V. Exª pela condução desta Comissão no que diz respeito ao processo e discussão do Código Ambiental.

O Senado da República tem condições sim de externar à sociedade a sua maturidade, a sua forma de conduzir o debate com qualidade e com harmonia. E, como bem disse V. Exª, esse não é um debate de contrários. Esse é um debate que tem que ser do jogo do ganha-ganha. Todo mundo aqui tem interesse em preservar, em conservar a natureza e todo mundo aqui tem interesse de que o Brasil seja um grande produtor agrícola. Queremos ser uma potência agrícola e uma potência ambiental, os produtores verdes. E tenho certeza de que nós temos muito mais convergências do que divergências. Quando acendemos as luzes das convergências, as divergências se tornam menores e tenho certeza de que nós chegaremos a um bom denominador.

A ideia de V. Exª de fazer os debates conjuntos, trazer Comissão de Agricultura, Comissão de Meio Ambiente, talvez até a CCJ, embora o aspecto seja mais constitucional, como disse o Senador Waldemir Moka, acho isso muito importante.

Então, queria parabenizar V. Exª por essa condução e perguntar – não sei se V. Exª já informou – qual será a data da audiência aqui. V. Exª tinha até me consultado no plenário sobre fazermos no dia 9, por volta das 11 horas da manhã.

Eu não veria problema, só tenho uma preocupação: como é um tema muito grande, muito rico, nós entraríamos tarde adentro.

Não sei se não seria melhor iniciarmos com uma reunião da Comissão de manhã ou V. Exª acha que fica muito tarde deixar para uma próxima reunião?

Talvez eu esteja falando isso por questões de interesse pessoal, porque no dia 9 nós teremos uma audiência pública da qual participarei de manhã, sobre o crédito para a agricultura, a política de crédito agrícola no Brasil, mas terei que necessariamente sair ao meio-dia, porque visitará o meu Estado o Presidente Lula. Obviamente a Comissão não deixará de fazer uma audiência por conta da minha presença, mas consulto V. Exª, porque de fato é um tema pelo qual tenho muito interesse, ou se teremos outra audiência também conjunta, se na reunião que V. Exª fizeram já se delineou um calendário de debates.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora.

Nós marcamos essa audiência pública para o dia 9 em função da disponibilidade da própria Ministra. Assim o fizemos para o dia 9, às 11 horas da manhã, junto com a Comissão de Meio Ambiente, para avançarmos.

Evidentemente, teremos outras audiências públicas. O Deputado Aldo Rebelo também virá aqui em audiência pública, demais segmentos da sociedade que precisam ser ouvidos com relação à reforma do Código Florestal estarão presentes e nós o faremos às 8:30 horas da manhã.

Audiência pública também para debater o crédito agrícola brasileiro, das 8:30 horas até às 11 horas; e às 11 horas nós abriremos essa audiência pública em conjunto com Meio Ambiente para debater a Reforma do Código Florestal. Entendemos que é muito importante esse debate e aproveitarmos o espaço na agenda da Ministra, porque sabemos também do seu trabalho e da importância de estar aqui. É a Ministra do Meio Ambiente, que já confirmou a sua vinda aqui no dia 9, às 11 horas da manhã.

Para debater, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, antes de começar a falar, quero saber se o senhor já confirmou ou ainda irá confirmar o nome do Relator da Comissão de Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Se V. Exª me permitir, ao fazer essa colocação, quero ressaltar não apenas a importância do relator, mas a importância de escolhermos em harmonia, em conjunto.

Consultei praticamente todos os membros desta Comissão, no sentido de nós chegarmos a um consenso, uma pessoa que possa debater o assunto já através do consenso, não aqui, internamente, mas em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, da qual V. Exª participou da reunião de ontem.

Dessa forma, concluímos ontem, na nossa reunião, com a consulta a todos os pares desta Comissão em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente. Não deveríamos dar essa explicação, mas, por uma fineza com a Comissão de Meio Ambiente e também ao Executivo, nós escolhemos, em conjunto, o Senador Luiz Henrique para relatar e o Senador Jorge Viana, para que possamos produzir um debate conjunto, um relatório, Senador Jayme, conjunto, mostrando ao Brasil que queremos debater conjuntamente, sem atrito e pela convergência.

Então, ficou decidido que o Senador Luiz Henrique será o Relator da matéria nesta Comissão, mas sempre com o auxílio de V. Exªs, para que possamos realmente produzir um debate positivo quanto a essa questão.

Concluo e passo a palavra a V. Exª, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Daqui para frente, passamos a falar que ele é e não mais que será.

Cumprimento, mais uma vez, V. Exª pela forma como conduziu a escolha do relator. Tivemos oportunidade, em vários momentos, de conversar sobre isso. Bem antes de o projeto chegar aqui, já vínhamos conversando sobre a possibilidade de termos um relator que tivesse um pouco a visão dos Estados, das políticas públicas estaduais, e não só o olhar e a atenção do setor produtivo. A Câmara fez isso muito bem, o Aldo também. Eu achava que, nesse momento, dispormos de alguém que tivesse esse perfil seria melhor para todos nós.

O Governador e hoje Senador Luiz Henrique tem capacidade, tem firmeza para fazer essa discussão do tema, assim como também o Senador e ex-Governador Jorge Viana, pela Comissão de Meio Ambiente, S. Exª tem conhecimento, discernimento e paciência para discutir.

Tive oportunidade de ter os meus mandatos coincidindo com os mandatos do Jorge. Éramos Governadores da mesma região, da Amazônia Legal brasileira, onde havia um fórum de Governadores em que discutíamos. Participamos de vários eventos mundo afora e aqui no Brasil. Apanhamos muito quanto a essa questão ambiental. Sempre percebi, no ex-Governador, agora Senador Jorge, a capacidade de negociação, da paciência de ouvir e de conciliar os interesses de todos. É claro, ele tem uma defesa da questão ambiental bastante diferente, o tipo de economia que o Acre escolheu e que eles defendem com unhas e dentes.

Portanto, acho que teremos dois relatores com capacidade de fazer um bom relatório e de discutirmos o que houver para discutir.

Ontem, na reunião informal que fizemos no plenário, discutimos e gostaria de deixar, novamente, a sugestão que foi levantada, de que deveríamos – pelos menos aqueles que têm interesse de ter um entendimento básico do Código –, marcar, para semana que vem, antes da reunião com a Ministra, um bate-papo. Vamos sentar e tirar algumas dúvidas.

Por exemplo, eu tenho um entendimento sobre a questão da 164, já o Senador Moka tem outro entendimento. Se ficarmos discutindo, será difícil chegar a um entendimento, porque eu tenho certas informações, mas ele tem outras. Precisaríamos de uma terceira ou mais pessoas, para que tirem essas nossas dúvidas. A partir do momento em que os membros da Comissão não tenham mais dúvidas sobre o texto, que tenham realmente o conhecimento, poderemos começar a fazer os enfrentamentos que virão de fora. Não devemos pensar que pessoas, radicais, de um lado ou de outro, tentem colocar coisas que perderam a oportunidade ou não conseguiram colocar na Câmara. Quer dizer, então nós teremos aqui embates também. Agora, temos de ter a maturidade de deixar de lado, tanto de um lado quanto do outro, os radicais. Eles não vão nos ajudar; só vão nos atrapalhar neste processo.

Então eu gostaria, no início da semana, Presidente, se o senhor liderar, junto com o nosso Presidente da Comissão de Meio ambiente, uma conversa, ainda que informal, num dos gabinetes, numa das salas – quem quiser pode participar –, para a gente dirimir essas dúvidas que ainda pairam sobre o projeto, para que um não fique defendendo uma coisa, outro defendendo outra. Isso virá para a discussão, também, no futuro.

Então, para complementar, eu gostaria de cumprimentar V. Exª mais uma vez pela escolha, mais uma vez, junto com aqueles com quem o senhor conversou. Tenho certeza absoluta de que vamos fazer um bom relatório. Eu confio plenamente de que teremos, no final, um único relatório porque as Comissões são muito parecidas. Nós estamos aqui e estamos lá na outra Comissão. Quem vai discutir naquela Comissão vai discutir nesta Comissão. Não vejo por que e nem seria justo a gente sentar aqui com uma posição e, lá, com outra posição. Então, vamos chegar a um bom termo e vamos apresentar à sociedade brasileira um texto que dê tranquilidade aos produtores e que também guarde seu espaço para a preservação. Essa conservação ou preservação, no futuro, será novamente discutida. Não sei se pela nossa geração, mas no futuro alguém vai olhar lá na frente e dizer: "olha, nós vamos ter de sentar de novo, vamos ter de rediscutir, vamos ter de reajustar". Assim como estamos fazendo neste momento.

É justo. Acho que o jornal não tem culpa. Os jornalistas que muitas vezes escrevem não compreendem, não têm a noção exata do que acontece, não compreendem a importância desse negócio e acham que todo mundo é meio bandido, acham que tudo é feito porque

querem fazer errado. Não, não é assim. Nos últimos vinte, trinta anos, o Governo trabalhou de forma errada. Muitas vezes, ele emitiu sinais para um lado e deixou fazer as coisas pelo outro, e não tivemos a capacidade de fazer as correções e as adaptações que deveriam ser feitas.

Este é o momento. O Código Florestal está vindo para isto neste momento, e acho que o Senado ainda tem a oportunidade, até por ter aqui vários ex-governadores, como no caso do Luiz Henrique e do Jorge Viana, que têm experiências no Executivo e que sofreram lá, como eu sofri algumas coisas que eu pretendo trazer para a discussão nesta Comissão, para que outros, no futuro – o Moka, quando for Governador do Mato Grosso do Sul; você, quando for Governador de Rondônia, e Ana Amélia, que quer ser Governadora do Rio Grande do Sul –, não sofram. Quem foi não quer mais ser, quem não foi quer ser. Então, vamos em frente, vamos cuidar de vocês no futuro.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Depois dessa manifestação do nosso Senador Blairo Maggi, a primeira coisa que eu quero dizer é que apoio a iniciativa e quero me inscrever, Presidente. Já estou inscrita, gostaria de ser avisada dessas reuniões, informais que sejam, para tratar deste assunto que é crucial para o meu Estado.

A segunda parte eu deixo de comentar, porque é apenas uma suposição do meu querido amigo Blairo Maggi, o paranaense que foi Governador do Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Mas bah, tchê! Me abandonou agora?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi, Senadora Ana Amélia.

Nós tivemos a preocupação de, junto com o nosso Vice-Presidente Waldemir Moka, consultar, embora fosse uma prerrogativa, Senador Blairo, do Presidente de nomear o Relator, mas de consultar todos os membros desta Comissão, para que nós pudéssemos – e vamos fazer – um trabalho de muita união, com muita participação, com muita tranqüilidade, com muita serenidade sobre este tema que é de uma importância muito grande para todo o País.

Senador Waldemir Moka com a palavra.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu não quis, naquela hora em que o Senador Jayme Campos levantou o tema, porque eu achei que estava já polêmico demais entre ele e a Senadora Gleisi. Mas eu não posso, absolutamente, deixar de dizer alguma coisa. Não sou omisso, esse é um defeito que eu não tenho. Então, eu acho realmente que esta discussão do monopólio dos grandes frigoríficos é uma coisa preocupante. Nós temos três, no máximo quatro grandes frigoríficos, e o que o Senador Delcídio está falando é verdade. No passado, lá, chegava ao ponto de frigorífico comprar frigoríficos pequenos, plantas menores, só para não deixá-los funcionar. Isso é realmente uma coisa muito preocupante.

Então, Senador Jayme Campos, eu acho que, quando vier o debate aqui, quero me somar ao esforço de V. Exª, até porque isso é muito danoso, é muito prejudicial à economia dos nossos Estados, e há um segmento produtivo, que é o pecuarista do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul.

Só para não ter uma omissão, não ter falado sobre esse tema, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Moka. Agradeço, mais uma vez, sua participação e sua ajuda para que pudéssemos escolher o nosso Relator e fortalecer essa aliança entre a Comissão de Agricultura e a Comissão de Meio Ambiente. Desculpem a repetição, mas é importante que nós possamos realmente, e vamos fazer esse trabalho em conjunto.

Quero agradecer a presença, nesta manhã, novamente, do Senador Delcídio Amaral, da Senadora Gleisi, do Senador João Pedro, do Senador Clésio Andrade, do Senador Rodrigo Rollemberg, do nosso Vice-Presidente Waldemir Moka, do Senador Casildo Maldaner, do Senador Eduardo Amorim, da Senadora Ana Amélia, do Senador Ivo Cassol, do Senador Benedito de Lira, do Senador Flexa Ribeiro, do Senador Cyro Miranda e do Senador Jayme Campos.

Agradeço a presença de todos, assim como a do Senador Blairo Maggi e do Senador Antonio Carlos Valadares e o Senador Mozarildo Cavalcanti, nesta manhã, para discutirmos os assuntos pertinentes a esta Comissão.

Não tendo nenhum assunto mais a tratar, convidando todos a participar, amanhã, da nossa Agricultura em Debate, às 14 horas, presidida amanhã pela Senadora Ana Amélia, debatendo o assunto "A produção e preço do trigo e do arroz brasileiro".

Não tendo mais nada a tratar, declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 10 horas e 33 minutos.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SENADORA ANA AMÉLIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

Faroeste brasileiro

Associar votação do Código Florestal com assassinatos de líderes rurais lança cortina de fumaça sobre omissão do governo diante da violência

Soa desmedido estabelecer um vínculo causal, ainda que tênue, entre a aprovação do novo Código Florestal e os assassinatos de quatro agricultores com militância ambiental, entre terça-feira e sábado da semana passada.

Grilagem de terras e extração ilegal de madeira são atividades que, na Amazônia, sempre bordejaram a tradicional violência agrária em região de fronteira em expansão. Seus sicários nunca se preocuparam com a legislação, muito menos com o Congresso.

Primeiro foram abatidos a tiros José Claudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo da Silva, em Nova Ipixuna, sudeste do Pará. Extrativistas de castanhas, denunciavam madeireiros clandestinos e constavam de lista de líderes rurais ameaçados de morte feita pela Comissão Pastoral da Terra, entidade ligada à Igreja Católica.

No mesmo documento figurava o nome do agricultor Adelino Ramos, baleado na sexta-feira em Vista Alegre do Abunã, Rondônia. Ramos fazia campanha contra a atuação de madeireiros na divisa com o Acre e o Amazonas. Mais quatro líderes foram assassinados na área desde 2006.

No sábado, outro agricultor, Herenilton Pereira dos Santos, foi achado morto em Nova Ipixuna.

É patente a incapacidade do Estado brasileiro de fazer valer a lei e a ordem na fronteira agrícola. O sinal mais claro disso está na providência anunciada pelo governo federal após a concentração de mortes dos últimos dias: formar um grupo interministerial.

Criar uma comissão é a melhor maneira de não enfrentar um problema. No caso, serve também como biombo para a impotência da Ouvidoria Agrária Nacional.

Pelo menos em um caso, o de Adelino Ramos, o órgão ligado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário recebeu denúncias sobre as ameaças de morte. Solicitou proteção à Secretaria de Segurança Pública do Amazonas e a autoridades policiais de Lábrea (AM). Sem resultado, vê-se.

Além do grupo criado, o presidente interino, Michel Temer, liberou R$ 500 mil para pagar deslocamentos de agentes do Incra no Amazonas e no Pará. O Planalto prometeu também proteção da Polícia Federal para os jurados de morte, mas não dispõe de uma lista com os nomes mais visados.

No mais, anunciou-se a intensificação de operações —Arco de Fogo e Arco Verde— que têm mais a ver com desmatamentos ilegais do que com violência no campo.

Embora esses dois tipos de crime possam prosperar e conviver onde o poder público se ausenta, ou até mesmo entrelaçar-se, associá-los assim equivale a aceitar o elo oportunista entre votação do Código Florestal e assassinatos.

Us

SÃO PAULO -
do coronel Ca
Ustra, "O del
publicado se
lha, é possíve
de que o ex-c
turar Arida p
aqui a máxir
repete, como

No ensaio c
vista "Piauí",
sua prisão en
ta, e sua trar
semanas dep
com choque
chefiava o DC
gem ao Rio n
na várias pas
sustentar que
tortura. É este

Quanto va
lhante Ustra
passaram pel
cerca de 2 m
mais de 700
praticadas n
prédio da rua
navam o DOI

Ustra escre

S

BRASÍLIA -
hoje o sexto
frenta tambe
real. É um en
clusivamente

O ministro
no, Antonio F
dos os dias nc
principal part
profusão son
der e cargos.
te em Brasília
pecha de pres
pacidade de a

A prova da
zou na votaçã

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 2011.

Às quinze horas e dezenove minutos do dia cinco de maio de dois mil e onze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Braga, presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores Anibal Diniz, Walter Pinheiro, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral, Paulo Paim, Ricardo Ferraço e Cícero Lucena reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ângela Portela, Lobão Filho, Ciro Nogueira, Cyro Miranda, José Agripino, Gim Argello e Randolfe Rodrigues. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Braga, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item Único:** Apreciação e votação do relatório final do grupo de trabalho criado com o objetivo de "Propor novos procedimentos para as concessões de rádio e televisão". Os membros do Grupo de Trabalho são os Senadores Walter Pinheiro (coordenador), Aloysio Nunes Ferreira e Valdir Raupp.O relator designado é o Senador Walter Pinheiro que definiu critérios para prosseguimento da tramitação dos projetos de outorga e renovação de concessão, permissão ou autorização de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens. O relatório é aprovado. Usam da palavra os Senhores Senadores Ricardo Ferraço, Taques e Walter Pinheiro. Prosseguindo, o Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as notas taquigráficas sejam anexadas a esta ata para devida publicação. Nada havendo mais a tratar, a Presidência encerra a reunião, às dezesseis horas e vinte minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eduardo Braga,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13º Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, da 1º Sessão Legislativa Ordinária da 54ª legislatura, que se realiza hoje, dia 5 de maio de 2011.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

Dispensada a leitura, a Ata será publicada no *Diário do Senado Federal.*

Dando prosseguimento a esta reunião, passamos ao item único da pauta. Trata-se da apreciação e votação do relatório final do grupo de trabalho, criado com o objetivo de propor novos procedimentos para as concessões de rádio e televisão, diante de fatos apresentados à sociedade brasileira, ao povo brasileiro, pela imprensa, pelas informações, motivados que fomos também por requerimentos aprovados nesta Comissão. Fizemos audiências públicas e, partir daí, houve uma decisão desta Comissão de suspendermos os procedimentos de concessões, outorgas, renovações de rádio e televisão até que a comissão do grupo de trabalho, formado pelos Senadores Walter Pinheiro, Aloysio Nunes Ferreira e Valdir Raupp, num prazo de quinze dias, apresentasse um parecer e um relatório.

O Senador Walter Pinheiro foi designado Relator e Coordenador do grupo de trabalho, a quem passo a palavra.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, creio que, até para darmos sequência àquilo que foi, por V. Exª, já iniciado, através do grupo de trabalho, buscando também um certo nível de chegada ao caminho direto e reto para a gente consagrar essa questão sem nenhuma pressa de encerrar esta reunião, mas eliminando e economizando aqui algumas etapas, eu comunicarei a V. Exª que não pretendo fazer a leitura de todas as análises ou até tratativas envolvendo esses passos que foram já caminhados, digamos assim, pela Comissão, composta por mim, pelo Senador Raupp, pelo Senador Aloysio Nunes, assim como também com a participação de V. Exª.

Então, na realidade, fizemos aqui um conjunto de recomendações, e eu começaria, se V. Exª assim me permitir, até tratando dessas questões das recomendações, e adentraria, diretamente, depois, nas chamadas recomendações ao Poder Executivo, finalizando, assim, este trabalho e permitindo que a gente possa

enviar essas recomendações e essas tratativas ao Sr. Ministro das Comunicações, assim como aos outros órgãos envolvidos nessa matéria.

Eu pediria uma autorização a V. Exª, ou, como se diz, concessão – esta é a boa concessão – para que eu fizesse a leitura só a partir das recomendações. Portanto, aqueles que, porventura, tenham interesse em conhecer as outras tratativas, o relato ou o que originou a criação da comissão, o relatório, na sua íntegra, estará à disposição nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Consultando os Srs. Senadores, creio que todos estão de acordo de que V. Exª possa prosseguir, indo diretamente às recomendações e às conclusões.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Então, vamos lá!

Com base nessas atividades do grupo de trabalho, Sr. Presidente, chegamos às conclusões para as seguintes recomendações:

O item trata de propostas de alteração da Resolução nº 03, de 2009, da CCT, e diz o seguinte: previsão de abertura de prazo para manifestação acerca de processo de outorga e renovação.

Uma das propostas apresentadas durante a audiência pública realizada nesta Comissão diz respeito ao estabelecimento de instrumentos que ampliem o leque de informações disponíveis aos parlamentares da Comissão acerca dos atos de outorga e renovação que são submetidos à apreciação do Colegiado.

A medida, na forma original aventada pelo Senador Flexa Ribeiro, prevê que o Senado abra prazo de dez dias para recebimento das manifestações e denúncias acerca de cada processo de outorga e renovação em tramitação na CCT.

Esse mecanismo permitiria que a sociedade se manifestasse sobre a atuação da emissora sob o ponto de vista societário, fiscal e de conteúdo.

As denúncias seriam examinadas pelo relator, a quem caberia a adoção de medidas próprias e cabíveis, tais como envio de correspondência à emissora, solicitando informações a respeito das denúncias, requerimento de convocação de audiência pública, além de outras possíveis providências.

O relator elaboraria o parecer de mérito, de acordo com o seu juízo, acerca das informações colhidas e incluiria, inclusive, as relativas à documentação fiscal – é bom frisar isto aqui, Sr. Presidente – e societária da emissora.

Em que pesem as dificuldades operacionais envolvidas na medida, consideramos que tal providência é de elevada importância, porque o recebimento das irregularidades referentes à operação das emissoras de radiodifusão pelo Congresso Nacional não ensejaria a duplicação de esforços que são de competência do Ministério das Comunicações, da Anatel, do Ministério Público, de autoridades policiais e judiciárias. O Congresso Nacional funcionaria apenas como fórum para recebimento de manifestações da sociedade.

O segundo item dessas recomendações tem a ver com audiências públicas na CCT para exame de casos excepcionais. Outra providência seria a realização, pela CCT, de audiências públicas para examinar casos excepcionais de outorga e renovação, levando-se em consideração fatores tais como interesse público envolvido, a abrangência do serviço prestado e a existência de fatos ou indícios que justifiquem discussão mais aprofundada.

Em razão dos argumentos elencados, sugere-se que a Resolução nº 03, de 2009, preveja a recomendação no sentido de audiências públicas nos casos especiais aos quais eu me referi, inclusive nesse item da leitura anterior.

A ação fiscalizatória periódica sobre procedimentos adotados pelo Poder Executivo aplicáveis a outorgas e renovações de radiodifusão e a inviabilidade prática de realizar audiências públicas para apurar todas as denúncias de irregularidades relacionadas a processos de radiodifusão não impedem que a Comissão estabeleça canais de contato permanente com o Poder Executivo para fiscalizar os procedimentos aplicáveis a outorgas e renovações no âmbito do Ministério das Comunicações, Anatel e Casa Civil. Nesse caso, o foco da adoção da CCT se concentraria não nos processos individualmente, mas nos procedimentos gerais empregados para a sua análise.

É importante ressaltar que, embora as audiências públicas com representantes do Poder Executivo possuam impacto político de grande relevância, elas não são capazes de revelar todas as minúcias técnicas relacionadas à tramitação de processos de outorga e renovação.

Por esse motivo, recomendamos que a CCT institua mecanismo formal de fiscalização e controle periódico sobre os atos de outorga e renovação a serem realizados com auxílio do Tribunal de Contas da União, em consonância com o inciso IV do art. 17 da Constituição Federal.

A proposta tem por objetivo aferir o cumprimento das determinações regulamentares e legais vigentes, e tornar transparentes os procedimentos adotados pelo Poder Executivo, no que tange à matéria. Ademais, coaduna-se com o poder-dever de fiscalização dos atos do Poder Executivo que é atribuído pela Constituição Federal ao Congresso Nacional.

O instrumento a ser aplicado seria a instituição de dispositivo na resolução que determina a realização periódica, com auxílio do Tribunal de Contas da União, de auditorias de natureza operacional no Ministério das Comunicações, Casa Civil e Agência Nacional de Telecomunicações, relativos aos processos de outorga e renovação de radiodifusão.

Sr. Presidente, antes de continuar a leitura do próximo item (comprovação de capacidade econômico-financeira) quero insistir no que aqui retratamos nesse parágrafo a partir do que nos foi apresentado pelo representante do Tribunal de Contas da União, de que efetivamente – e inicialmente até relatado por ele –, há, na estrutura do Tribunal, uma preocupação central com isso. Então, caberia a esta Comissão providenciar, a cada processo aprovado e chancelado por nós, uma cópia a ser envida ao Tribunal de Contas, na linha da orientação, digamos assim, para que o Tribunal desperte para essa sua relatada. Quero dizer aqui que não estamos botando tarefa para o Tribunal nem inventando roda nesse processo, mas para que o Tribunal tome conhecimento imediatamente. Acho que esse ponto aqui até se associa muito ao que aprovamos aqui da Lei de Acesso à Informação. O que estamos fazendo é cumprir, inclusive antes de ser votada por esta Casa, um dos dispositivos da Lei de Acesso à Informação, o PL nº 41: enviar imediatamente, publicizar imediatamente a decisão que tomamos aqui em aprovar, em autorizar uma concessão, meu caro Taques, ou uma renovação. Então, estaríamos, inclusive, fazendo uma coisa interessante, tornando público, como já o fazemos, publicando nos *sites*, nos próprios relatórios da Comissão. Estaríamos, agora, fazendo algo que é um modo de dizer ao Tribunal de Contas: "Está aqui. Foi aprovado ontem, ou hoje; então, a partir de agora o outro passo é com você. Cumpra a sua parte dando fé pública".

O próximo item trata da comprovação de capacidade econômico-financeira dos proponentes.

Quero salientar que essa foi uma das boas contribuições que colhemos aqui, principalmente dos debates internos no grupo de trabalho, na conversa que tivemos, inclusive com a participação de V. Exª, e principalmente depois da audiência pública. Falo da necessidade dessa comprovação como elemento atestador da operação, digamos assim, econômico-financeira de qualquer atividade, porque essa é uma atividade econômica. Ainda que se trate, meu caro Ferraço, de uma concessão pública, ela é uma atividade econômica; não é um serviço de utilidade pública, tampouco de caridade pública. É um serviço que cumpre um papel de informação, mas é um negócio.

Procedo à leitura.

Com relação a medidas que possam contribuir para a prevenção da ocorrência de "laranjas" entre os outorgados para exploração do serviço de radiodifusão, recomenda-se que a Resolução nº 03, de 2009, demande ao Ministério das Comunicações anexação aos processos enviados ao Congresso Nacional de comprovação de capacidade econômico-financeira dos contemplados.

Divulgação de informações detalhadas sobre o processo de outorga e renovação.

Destaca-se a necessidade de aperfeiçoamento dos instrumentos de divulgação das informações referentes aos processos de outorga e renovação, de modo a evitar duplicidade dos esforços empreendidos nos diversos órgão, nos quais tramitam os processos de radiodifusão. E, em nome da melhoria da eficiência do trabalho, recomenda-se a integração dos sistemas de informática de diversas instituições envolvidas nos processos... Vou abrir aqui uma janelinha para dizer: inclua-se nisso aí a Anatel, de novo o TCU, o Ministério Público e o Minicom. Portanto, é importante que esses sistemas sejam acessados por esses órgãos de controle, meu caro Taques, para que esses órgãos tenham oportunidade de buscar a informação, para depois não terem aquela justificativa de que, como tinha muita coisa acumulada no Ministério, um volume muito grande, não era possível fazer isso. Então, se essa sistemática é adotada, daqui para frente não há mais esse choro de que o passado acumulou informações suficientes para não darmos conta. Portanto, era importante que pudéssemos trabalhar. Quero repetir aqui: recomenda-se a integração dos sistemas de informática das diversas instituições envolvidas no processo, para que as modificações possam trafegar com maior desembaraço entre elas, reduzindo-se, assim, o dispêndio indevido de recursos públicos.

Recomendações ao Poder Executivo.

A audiência pública realizada pela CCT apontou a necessidade de revisão de alguns critérios aplicados pelo poder concedente na expedição de outorga de serviços de rádio e televisão, de modo a prevenir a ocorrência de irregularidades no processo de outorga de canais de radiodifusão.

Não obstante já esteja o processo de expedição de outorgas de radiodifusão submetidos aos mandamentos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, é necessário aperfeiçoar alguns instrumentos específicos nas licitações de rádio e TV. Com tal objetivo, o grupo de trabalho apresenta as seguintes sugestões aos órgãos do Poder Executivo envolvidos nesse processo.

Vamos lá. Mais uma coisa para dever de casa. Espero que alguém pelo menos leia, se não o quiser fazer.

– fixação do prazo de seis meses para a abertura de processo licitatório para prestação de serviço de radiodifusão, contando a partir da comprovação da viabilidade técnica e econômica da sua exploração; (Nada mais é do que cumprir, inclusive, o disposto na legislação.)

– necessidade de consulta pública prévia ao processo de licitação para a prestação de serviço de radiodifusão;

– previsão, no edital de licitação, de preceitos mínimos de regionalização da produção cultural, artística, jornalística e de produção independente...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pois não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Será que eu poderia aparteá-lo agora?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Sim, claro.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Senador Walter Pinheiro, depois daquela audiência pública aqui, penso que todos nós, Senadores que dela participamos, recebemos várias correspondências discutindo um tema como este, que é por demais relevante, o que mostra que a democracia tem que ser participativa, e a TV Senado e outros meios de comunicação têm este objetivo.

Eu indago a V. Exª, Senador Walter, se neste ponto dessa recomendação ao Poder Executivo, "*necessidade de consulta prévia ao processo de licitação para a prestação de serviço de radiodifusão*", encontra-se contida a necessidade de democratizarmos e trazermos mais técnica à definição do critério de escolha dos Municípios para abertura dos novos editais. Seria nesse ponto ou no anterior? Porque nós sabemos que existem dois decretos que regulamentam isso, e o Tribunal de Contas da União já fez inclusive uma sugestão ao Ministério das comunicações. Se neste ponto isso está contido, eu gostaria de saber isso.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – No ponto seguinte, nós apresentamos exatamente... Na hora em que apontamos, meu caro Senador Taques, essa questão dos percentuais mínimos, eles cobririam efetivamente essa preocupação de V. Exª. De certa forma, ele cumpre essa tarefa regional e também ajusta isso à produção cultural, à questão artística, à programação. E, lógico, quando você vai trabalhando a viabilidade técnica e econômica, que é o item primeiro que por mim foi lido, ele estabelece também as condições. Porque, senão, em nome da técnica, você não combina os diversos fatores e vai só alegando que, por indisponibilidade, por exemplo, no que diz respeito ao espectro de frequência, essa ou aquela região deixa de ter. Ou, então, você passa a ter uma concentração em determinadas regiões e cada vez mais um processo de isolamento de outras. Portanto, a combinação dos fatores que V. Exª levanta é preponderante para o cumprimento. E eu poderia dizer até que acho que, na forma de determinarmos isso, poderíamos trabalhar com a tese do "uma coisa e outra" e não uma coisa ou outra".

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Se V. Exª me permite, Sr. Presidente, minha dúvida é a seguinte: em alguns municípios existe apenas uma concessão. Em outros municípios, apesar do seu potencial econômico, apesar do seu IDH, apesar de sua população, existem várias concessões. O critério técnico é o melhor para que possamos afastar critérios políticos, inclusive partidários, não políticos no sentido de filosofia, mas políticos partidários, para a concessão de determinadas concessões em determinados municípios. É uma recomendação ao Ministério das Comunicações para que esse procedimento seja atendido por meio da viabilidade econômica e viabilidade técnica. Portanto, antes do nascimento do "laranja", temos aí a possibilidade de uma burla no processo, que deve ser democrático, de escolha daqueles municípios em que os editais serão abertos.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Isso. Isso é importante. Quero dizer a V. Exª que o que nos motivou a fazer o acréscimo dessa questão técnica foi exatamente provocação da sociedade. Acredito inclusive que V. Exª tenha recebido a mesma informação que nós outros, portanto, não só o sujeito que aqui fala, mas nós outros no Senado, os membros da Comissão de Ciência e Tecnologia, que é exatamente esse aspecto do caráter técnico, experiência inclusive vivenciada...

(Falha na gravação.)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – ...cinquenta *e-mails* em razão daquela nossa audiência aqui, dando sugestões a respeito disso.

O SR. O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – E me parece que aqui, Senador Walter, quando diz: "Fixação do prazo de seis meses para a abertura de processo licitatório para a prestação de serviço de radiodifusão, contado a partir da comprovação de viabilidade técnica...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Isso.

O SR. O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – ..e econômica da sua exploração". Ou seja, aqui está enfatizada exatamente essa questão que V. Exª colocou. E começa, nos parágrafos seguintes, por exemplo, no parágrafo que trata do aumento do peso relativo nos processos licitatórios: "do tempo destinado a programas jornalísticos, educativos,

informativos, serviços noticiosos, programas culturais, artísticos e jornalísticos a serem produzidos e gerados na própria localidade da outorga", é tentar dar a essa recomendação um peso mais técnico, efetivamente, do que pura e simplesmente ganhar a licitação aquele que der a melhor oferta financeira e o menor prazo para a inauguração da referida outorga. Eu acho que fica bem posto...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim. Só para justificar a minha preocupação. Porque, nessas correspondências que recebi, e depois fui buscar maiores subsídios técnicos a respeito disso, algumas associações de emissoras têm uma coincidência nesse tipo de reclamação, e aí, tecnicamente, fui dar uma olhada nisso e essa é a preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu concordo com V. Exª.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Está correto. Deixe-me dizer a V. Exª qual foi nossa ideia da inclusão. Nessa parte – por isso que eu falo –, adiante aqui, nessa parte em que nós tratamos da viabilidade técnica, o que estamos sugerindo de acréscimo aqui é inclusive – insisto nisso, pode até parecer chover no molhado – apontar para o Ministério, não de forma genérica, a questão da viabilidade como um elemento a se ter como referência, mas ao Ministério dizer o seguinte: a condição *sine qua non* para que isso venha para cá é "acompanhado ao processo", têm que vir para a Comissão os estudos de viabilidade técnica que foram realizados.

Portanto, isso obriga, efetivamente, o Ministério a realizar os estudos, cumprindo exatamente...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – O que diz o Decreto nº 2.108? Ele fala que é necessária a realização dos estudos de viabilidade técnica e econômica. Então, se é obrigatória a realização dos estudos técnicos e de caráter econômico, seria importante que pudéssemos, inclusive, dizer o seguinte: "Ah, é isso? Então faz, cara pálida, e manda pagar." Não há problema nenhum.

Se não vier, não foi feito. E, se não vier, não apreciaremos os processos que chegarem aqui. Nós os devolveremos e avisaremos ao Ministério que, em decorrência da ausência de documentação por nós sugerida...

Na realidade, Senadores – queria chamar a atenção para isto –, não podemos tomar isso aqui como uma simples recomendação. Isso, na minha opinião, é a Comissão dizendo ao Ministério o seguinte: essas são as condições para apreciarmos processos. Não cumprido isso, nós nos desobrigamos da apreciação. Nós não nos negamos só, mas reivindicamos o cumprimento disso, para que a boa análise e a autorização possam transcorrer dentro do rigor que nós apresentamos. Essa é a iniciativa que estamos adotando.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Penso, inclusive, caro Relator, Sr. Presidente, que essa triagem poderia ser feita por parte da estrutura própria da Comissão. Ou seja, antes de a proposta chegar até o Presidente, que fará a distribuição, a estrutura da Comissão poderia fazer todo esse pente fino, todo esse *check list*, para saber se essas recomendações e esses procedimentos foram obedecidos como premissa para que o processo tramite.

Se não forem obedecidos, devolva-se, recomendando-se que obedeçam a essas condições que foram avaliadas e aprovadas pelo Senado, pela Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu acredito, Senador – permita-me, Walter –, que, ao cabo do relatório, vamos compreender que esta Comissão estará propondo a revisão da Resolução nº 03, incluindo nela exatamente esse novo nível de demanda e de exigência, o que será um passo histórico. Esta Comissão estará mudando um comportamento no Parlamento e no Executivo, em relação à outorga, à renovação de outorga, a concessões, etc. Há muito, a sociedade brasileira demandava uma mudança de comportamento concreta e eficaz, que finalmente está sendo feita, acredito.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – A minha sugestão é de ordem operacional. Quer dizer, quando o Presidente receber e distribuir para os Senadores, todo esse *check list* já terá sido feito, e nós, Senadores, ficaremos desobrigados de fazer isso.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – A Comissão teria autorização, inclusive, para devolver de imediato.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Claro, para devolver.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Nós não precisamos devolver. Simplesmente, ele não tramita. Vamos solicitar que eles complementem a documentação...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eles têm de complementar a documentação, para que ela possa tramitar.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Então, só para efeito de registro, para auxiliar a nossa Consultoria nos relatórios finais: eu proporia que acrescêssemos ao nosso texto, no que diz respeito à fixação do prazo de seis meses para abertura de processo licitatório, para prestação de serviços de radio-

difusão, contado a partir da comprovação, realização dos estudos...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) *(fora do microfone)* – Da comprovação de realização dos estudos.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – ... e da viabilidade técnica e econômica da sua exploração – e que tais estudos acompanhassem os processos que seguissem para o Congresso Nacional, para deliberação.

Ou seja, o processo tem, de certa maneira, de fazer parte do material enviado a esta Casa. O.k.?

Prosseguindo, item 2): necessidade de consulta pública prévia ao processo de licitação para prestação de serviços de radiodifusão;

3) previsão no edital de licitação de percentuais mínimos de regionalização da produção cultural, artística e jornalística e de produção independente, a serem cumpridos pela emissora vencedora;

4) aumento do peso relativo nos processos licitatórios do tempo destinado a programas jornalísticos, educativos e informativos, serviço noticioso, programas culturais, artísticos e jornalísticos a serem produzidos e gerados na própria localidade de outorga;

5) redução do peso relativo nos processos licitatórios no prazo para início da execução do serviço objeto de outorga em caráter definitivo e do valor da oferta para outorga;

6) possibilidade de exploração de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos, somente para União Federal, Estados, Distrito Federal, Municípios e universidades brasileiras, ressalvando o caso de manifesto desinteresse dos entes mencionados – é bom lembrar isso. Nessas circunstâncias, a autorização poderá ser outorgada para a fundação privada desde que seja demonstrada a vinculação da entidade com instituição de ensino;

7) convênio com a Receita Federal do Brasil para intercâmbio de informações sobre o concessionário;

8) revisão das normas que regem as transferências de outorga, incluindo nesse item – Sr. Presidente, quero chamar a atenção disso –, o fato de que, nesse particular, estamos solicitando que o ministério, no momento dessas transferências, peça ao operador, ao responsável concessionário, a informação, por exemplo, da movimentação. Ele pode comprovar isso, pelo menos quanto aos dois últimos anos, através da apresentação da declaração de Imposto de Renda. Portanto, se houve movimentação, não há problema algum. Nós não apresentamos a nossa? Todos não são obrigados a apresentar a sua movimentação? Então, pelo menos nos dois últimos anos...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Isso é muito importante, Senador, para nós chegarmos à conclusão da existência ou não de laranjas através da transferência.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – E mais: o argumento de que isso é quebra de sigilo me parece absolutamente inapropriado, porque, veja, quando nós somos candidatos, sabemos que, na regra, para que possamos ser candidatos, precisamos apresentar nossas declarações. Ou seja, quem não quer tornar pública suas declarações, que não participe, portanto, do processo. O que não pode é não fazermos essas análises, que são absolutamente a segurança de que esse processo finalmente finda de uma vez por todas a partir da apresentação da comprovação da movimentação financeira.

Eu diria até mais: dois anos, mas poderia ser até cinco anos, porque todos temos a obrigação fiscal de mantê-los durante cinco anos, mas dois anos já dá uma informação que nos dá condições de fazer uma avaliação dos resultados financeiros e econômicos daquela outorga ou daquela concessão a quem quer que seja. Eu gostaria de secundar e apoiar essa propositura.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, só uma coisa que acho importante. Sobre esse ponto obviamente tinha essa polêmica, e eu tomei todo o cuidado hoje de procurar algumas figuras que, na realidade, até pelo traço da sua profissão, têm muito mais responsabilidade com o rigor jurídico dessa matéria e têm conhecimento para isso. Em toda transação econômica, em toda relação com o Estado, os concessionários, os requerentes, apresentam de forma completa as suas informações, de caráter pessoal, de caráter jurídico. Portanto, isso não é uma quebra de sigilo. O Poder Público inclusive tem essas informações, e estamos tratando de uma concessão pública.

Portanto, se alguém vai solicitar uma transferência de outorga, qual é o problema de entregar ao ministério a movimentação através do documento que todo o mundo é obrigado a apresentar anualmente, que é a sua declaração de Imposto de Renda? Apresentar nos autos do processo essas declarações que já são de domínio público. A única referência que estamos fazendo é que isso venha junto aos processos; tanto lá no ministério quanto depois de autorizado no ministério, que isso venha para a Comissão, comprovando claramente se houve movimentação financeira – se houve prejuízo, se houve ganho, pouco importa. Isso é exclusivamente para tratar de uma forma, eu diria até, inibidora da utilização de subconcessionários – não quero chamar de laranjas, uso um nome mais bonito.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Acerola talvez. Acerola tem mais vitamina C.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Estamos falando de "sub" para não falar de gaveta nem de laranja. Como está no subterrâneo das coisas...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – E aqui, Senador, o senhor tem razão. A ideia também passa por discutir se esse tipo de atividade é uma atividade econômica ou se é um serviço público. Se for serviço público, não há que se falar nesta questão do sigilo bancário ou do afastamento do sigilo bancário, porque a Constituição trata desse meio lá na Ordem Social, não é na Ordem Econômica. E o Ministério das Comunicações não precisa repassar a esta Comissão cópia das declarações de Imposto de Renda dessas concessionárias. Precisa passar a informação de que, com este convênio junto à Receita Federal, isso foi checado. Nós aqui, Senadores – pelo menos assim eu penso, faço a ressalva de um melhor juízo desta Comissão –, não temos interesse de saber qual foi a movimentação financeira da empresa A ou B, mas queremos saber se está legal, de acordo com os procedimentos da Receita.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – OK.

Só para melhorar mais ainda essa nossa interpretação sobre isso, quero dizer que há, inclusive, um pleito do Senador Flexa Ribeiro no sentido de que as transferências sejam objeto de apreciação do Congresso Nacional.

Há uma PEC tramitando. Se ela for aprovada, isso aqui fica só como exigência do passado. Fiz questão de incluir este item aqui, porque é uma forma tranquila, não há nenhum problema. Acho que dois anos resolvem o problema, mas, se as senhoras e os senhores parlamentares acharem que podemos elevar isso para cinco anos, não haveria grande trauma de minha parte não. Todos nós temos de guardar comprovantes em casa. Eu até guardo por mais de cinco anos – vai que inventam alguma coisa e eu joguei fora –, não custa nada. Como o processo de digitalização dentro de casa hoje é muito barato, dá para digitalizar um bocado de coisas e guardar num bom HD.

Mas vamos lá! Friso que o item que li foi o Item nº 8, que fala exatamente das transferências de outorgas e, portanto, há necessidade de apresentação dessa documentação no momento da solicitação do Ministério e também para que o Ministério, em anexo ao processo enviado a esta Comissão, apresente essa mesma documentação que ele recebeu lá.

– 9) Fortalecimento da estrutura de fiscalização – aí é muito mais uma recomendação nossa. O que podemos fazer neste caso é, por ocasião dos debates sobre questões orçamentárias, ajudarmos a Anatel, o Ministério Público etc. Esta aqui é, literalmente, recomendativa.

– 10: Elaboração completa de recadastramento dos detentores de outorgas para execução do serviço de radiodifusão. O próprio Ministro havia nos informado que estava caminhando para esse processo e, se não me falha a memória, na audiência pública aqui realizada, o Genildo, que é o Secretário de Radiodifusão, nos informou que seria no domingo, 15 de maio, que eles já começariam a publicar, a dar acesso a essas informações. Então, não é nenhum absurdo propor o recadastramento disso.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Isso já houve por ocasião da permanência do Deputado Federal Miro Teixeira no Ministério das Comunicações.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – É verdade.

Bom, Sr. Presidente, são esses dez itens.

Eu faria agora a leitura das considerações finais para caminharmos para o processo de apreciação dessa matéria.

A discussão acerca dos procedimentos e critérios para as outorgas de renovações para a exploração do serviço de radiodifusão não se esgotam com as conclusões desse grupo de trabalho. Seria muita pretensão de nossa parte outra forma que não esta.

Propostas cujo alcance extrapolem as competências deliberativas da CCT deverão ser consideradas no âmbito do grupo de trabalho ampliado, com a participação de representantes do Senado, da Câmara dos Deputados, do Ministério das Comunicações, Anatel, Ministério Público e Tribunal de Contas.

Registre-se, por oportuno, que a tônica das contribuições recebidas dos expositores e dos Srs. Senadores convergiram no sentido de que, embora o arcabouço legal pertinente mereça aperfeiçoamento, os instrumentos disponíveis são suficientes para a tomada de medidas de prevenção e sanção contra as irregularidades. Cumpra-se o que está aí.

Os esforços deverão convergir para ajustes dos procedimentos na fiscalização do cumprimento das normas legais vigentes. De outra parte, considerando a existência de inúmeros processos pendentes de apreciação pela CCT e que demandam pronunciamento por parte do colegiado, os membros do grupo de trabalho definiram os seguintes critérios para procedimento de sua tramitação: oficiar ao Ministério das Comunicações, solicitando anexação de comprovação da capacidade econômico-financeira relativa aos processos de outorgas comerciais; e retomar a apreciação dos processos que envolvam outorgas para os demais serviços e renovações, em vista do comunicado do Ministério das

Comunicações de andamento adiantado de revisão de critérios para licitação desses canais.

Observe-se que, pelo Princípio da Anterioridade, qualquer iniciativa tomada nesse momento não poderia atingir os processos já em andamento. Não é uma pretensão nossa fazer voltar, devolver tudo para reanalisarmos; nem poderíamos fazer isso.

Por fim, propomos a revisão a Resolução nº 3, de 2009, que dispõe sobre a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para os serviços de radiodifusão sonora de sons e imagens, e a revogação da Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, com seus 185 anos.

Sala da Comissão. Senadores Valdir Raupp, Aloysio Nunes Ferreira e Walter Pinheiro.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Como premissa, quero dizer a V. Exª, na condição de nosso Presidente, que estivemos visitando a Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados, onde pudemos perceber que aquela Comissão está trabalhando com recursos muito mais adequados que os nossos. Lá já não se trabalha mais com papel, mas com *tablets*, sendo as informações lidas automaticamente.

Então, gostaria de solicitar a V. Exª que, na condição de nosso Presidente, sugerisse à nossa estrutura pesquisar o que a Câmara fez e que procedimentos foram adotados a fim de que pudéssemos propor à nossa Presidência e à nossa Secretaria Geral que esta Comissão, saindo na frente, incorporasse os mesmos métodos que a Câmara dos Deputados adotou.

Acho muito importante que possamos trazer os bons exemplos para esta Comissão.

Em segundo lugar, quero cumprimentar o Senador Walter Pinheiro e também toda a Comissão, que se debruçou, nesse prazo, oferecendo um trabalho que, obviamente, está aberto. Estamos diante de um processo. Portanto, se houver novas denúncias, se houver fatos novos que nos levem a incorporar novas medidas, assim o faremos, porque o sentido é aprimorar o sistema de fiscalização para evitar desvios nessa questão.

Gostaria de saber do Relator, em relação à proposta do Senador Flexa Ribeiro, que abre denúncias por dez dias, se não seria importante que essas denúncias não fossem apócrifas. É muito bom registrar que a denúncia deve ter origem, que ela deve ser identificada para que a gente não transforme esta Comissão num oráculo de denúncias sem fundamentos, em função dos conflitos políticos que são naturais, são da natureza humana.

Então, quero sugerir que, na conclusão da redação, possamos incorporar esse tipo de preocupação, que me parece adequada. É importante conhecer quem denuncia, para que a denúncia possa seguir adiante.

No mais, quero cumprimentar os Senadores Walter Pinheiro, Valdir Raupp e Aloysio Nunes Ferreira, pelo trabalho extraordinário, executado em pouco tempo, oferecendo a esta Comissão novos instrumentos, e ao Ministério, para que possamos aperfeiçoar o sistema de concessão de radiodifusão.

Muito obrigado.

E já declaro meu voto favorável ao parecer do eminente Senador Walter Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu vou ouvir o Senador Pedro Taques, mas antes gostaria de dizer ao nobre Senador Ricardo Ferraço que, desde que cheguei à presidência desta Comissão, tenho buscado com a diretoria das comissões – inclusive agradeço ao nosso diretor aqui presente – e com a Mesa Diretora a modernização e atualização tecnológica nas nossas comissões. Nosso diretor nos informa que há um procedimento em curso. Agora, você sabe que o gerúndio nesta Casa é um tempo bastante frequente. Imagino que a licitação esteja em andamento, que o processo também esteja em andamento. Estamos caminhando para alcançarmos a atualização tecnológica na Comissão de Ciência e Tecnologia.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Mas eu gostaria que isso acontecesse no período da presidência de V. Exª. É possível?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Estamos caminhando nessa direção.

Passo a palavra ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – No tocante ao argumento do Senador Ricardo, eu gostaria de dizer que a Constituição, no art. 5º, inciso IV, estabelece que a liberdade de manifestação de pensamento é livre, vedado o anonimato. No entanto, na jurisprudência do STJ e do Supremo Tribunal Federal, ainda não se consolidou algo a respeito de que os órgãos do Estado possam impedir denúncias anônimas. Então, existem decisões conflitantes no STJ e no Supremo a respeito disto: ora algumas decisões entendem que as denúncias anônimas são válidas, ora que não. Os tribunais estaduais e federais ainda não consolidaram isso, porque existem vários órgãos do Estado que aceitam denúncia anônima. É lógico que temos de evitar o denuncismo, a caça às bruxas, o que ocorreu nos Estados Unidos depois da Segunda Guerra Mundial. Nós temos de evitar isso. Mas é lógico

que a denúncia anônima não vai ser levada em conta sem fundamento, mas, muitas vezes, através de uma denúncia anônima, esta Comissão poderia exercer seu poder de fiscalização.

Apenas argumentando nesse sentido, Sr. Presidente. No mais, cumprimentando os membros desse grupo de trabalho e V. Exª, pela presteza desse trabalho, do relatório feito.

Mas nós não podemos nos contentar com isso, apesar de sua importância. Nós precisamos de tratar de um marco regulatório sobre concessão para evitar monopólio e oligopólio nesse sistema, que os mesmos grupos econômicos possam dominar todos os meios.

No tocante a isso, existe uma ação direta de inconstitucionalidade por omissão no Supremo Tribunal Federal, manejada pelo PSOL. Quem subscreveu a ação foi o advogado Fábio Konder Comparato. É muito interessante essa ação. Infelizmente, nessa ação, o Senado da República, através da sua advocacia, ali se postou como réu, porque não existe réu em ação de controle, mas ali está como réu, o Senado da República diz que não se faz mais necessária a regulamentação do art. 223 da Constituição. Então, gostaria de trazer essa notícia para que possamos atentar-nos a isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço ao Senador Pedro Taques.

Antes de colocar em votação o parecer apresentado pelo Relator Walter Pinheiro, gostaria de fazer alguns comentários e alguns agradecimentos.

Primeiro, quero agradecer a toda a Consultoria técnica desta Comissão, que se empenhou e se dedicou, juntamente com as assessorias parlamentares e a equipe da Comissão de Ciência e Tecnologia, porque creio que esta Comissão, ao votar no dia de hoje este relatório e adotando medidas concretas com relação a essas denúncias que não aconteceram pela primeira vez, que não aconteceram apenas nesse passado recente. Ouvimos aqui, inclusive em audiência pública, que essa era uma questão renitente no processo de concessão e de outorga.

Acho que estamos dando grandes passos e avanços com relação à blindagem do processo, com relação a esses "prepostos" – entre aspas –, conhecidos ou ditos como laranjas, acerolas ou como queiram chamá-los, porque, na realidade, creio que a comprovação da capacidade financeira elide, impede, afasta, dramaticamente, essas possibilidades. Pode ser que haja até outro tipo de irregularidade, outro tipo de ilegalidade na transferência, na concessão, mas, com certeza, a capacidade financeira acabaria a possibilidade de terceiros serem usados para outros poderem alcançar uma concessão pública.

Quero, portanto, aqui agradecer ao Senador Walter Pinheiro, pela forma diligente, pela forma ágil, pela forma eficiente com que coordenou este grupo de trabalho. Quero agradecer aqui ao Senador Valdir Raupp, que está aqui presente, pela sua participação e sua contribuição.

Quero registrar que o Senador Aloysio Nunes Ferreira fez questão de justificar a sua ausência nesta Comissão. Hoje, há uma importante solenidade no Estado de São Paulo, no seu Estado de origem, da qual ele não poderia ausentar-se, mas fez questão de, antes de viajar, comunicar a esta Presidência do seu conhecimento do relatório, do seu apoio ao relatório ora em votação.

Portanto, ditas essas palavras, quero perguntar, indagar se alguém ainda quer fazer uso da palavra ou encaminhar alguma discussão. (*Pausa.*)

Não havendo, coloco em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do grupo de trabalho, o relatório do Senador Walter Pinheiro, com as devidas recomendações.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, só pela ordem, já que...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Antes de passar a palavra, pela ordem, ao Senador Walter Pinheiro, eu gostaria de submeter ao Plenário a sugestão de que possamos encaminhar, aprovado que está o relatório do nosso grupo de trabalho, essas recomendações, essas considerações e essas decisões da nossa Comissão à Câmara dos Deputados, ao Ministério das Comunicações, à Anatel, ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas da União, tornando, portanto, oficial e definitiva a posição desta Comissão no que tange a este tema.

Se os Srs. Senadores concordam, vamos fazer o encaminhamento, portanto, oficialmente, pela Comissão a esses órgãos da decisão do Plenário.

Encaminho, pela ordem, ao Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu quero só aqui agradecer, Sr. Presidente, a forma, eu diria diligente, com que esta Comissão funcionou, por meio do seu Presidente, por meio dos servidores que aqui trabalham. Quero agradecer à Consultoria pela disponibilidade e também pela ótima contribuição, qualitativa contribuição apresentada neste importante trabalho.

Ao mesmo tempo, quero dizer que nós poderíamos aproveitar também isso e submeter para que os nossos Pares do Congresso Nacional – e, aí separadamente, os da Comissão de Ciência e Tecnologia da

Câmara dos Deputados – possam ter acesso a esse relatório, já que nós tínhamos feito um compromisso com o Presidente da CCT na Câmara, Deputado Bruno Araújo, e outros Parlamentares que haviam me procurado, como o Deputado Gilmar Machado, o Deputado Emiliano José e outros que gostariam de receber isso.

É óbvio que, como eu disse ao Deputado Bruno, nós não queremos que a Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara faça, como dizem, só uma fotocópia, mas, a pedido deles, gostaria que a Comissão pudesse enviar esse relatório, para que, lá, de comum acordo, portanto, como matéria do Congresso Nacional, pudéssemos enviar. Então, V. Exª, que já havia aberto esse canal, digamos assim, com o Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara, acho que é importante que esse material pudesse sair assinado. Sei que existem as regras regimentais, cada Casa encaminha a sua parte, mas eu diria que, se a gente tivesse um documento único, ainda que cumprindo todo o trâmite legal do envio dessa matéria, poderíamos também fazer um envio em conjunto de uma cópia ou desse material para o Ministro das Comunicações e para os órgãos que V. Exª também já citou.

Agradecendo a contribuição dada pelos Senadores, em particular essa última apresentada pelo Senador Taques, que se refere exatamente à questão do marco regulatório, eu acresceria que, no final do relatório, além das recomendações, apresentemos o nosso desejo de mudança desse marco regulatório para as comunicações, tendo em vista, principalmente, o processo de transformações e inovações tecnológicas e a própria revolucionária convergência de mídia, que, nesta Casa, aguarda também a aprovação de outras matérias. Portanto, nós nos somaríamos a essas iniciativas de maneira que tivéssemos oportunidade de ter também a verdadeira renovação do marco de radiodifusão neste País, convergindo para um marco de comunicações, entregando à sociedade brasileira um instrumento cada vez mais amplo, transparente e plenamente democrático.

Era isso que tinha a agradecer.

Fica uma lição importante aqui, Sr. Presidente, para aquele debate que a gente tem feito nesta Casa sobre o excessivo número de comissões, subcomissões. Eu, para ser sincero, Sr. Presidente, de ontem para cá, cheguei à conclusão pessoal – portanto, não é... – de que a gente poderia até reduzir o número de comissões temáticas nesta Casa. Estou convencidíssimo disso. A experiência de hoje, durante o dia, foi pior ainda. Hoje de manhã, tínhamos Presidente do Banco Central, no Orçamento; Comissão de Infraestrutura fazendo sabatina. Termina a gente produzindo, desculpe-me a expressão, mas vira uma fábrica de sandálias, umas soltam as tiras, outras deixam mau cheiro. Então, é complicado esse negócio, não dá para ser desse jeito. O importante é que a gente faça um negócio completamente ajustado. E discordo daqueles que acham que o ambiente de trabalho... nós trabalhamos, sim. Não temos nenhum problema. O que precisamos fazer é isto: valorizar as comissões temáticas. Essa experiência aqui provou isso. Teríamos criado uma subcomissão para tratar de radiodifusão, para analisar isso, talvez essa subcomissão se reunisse no momento em que os Senadores tivessem não disponibilidade, mas que tivessem menos carga do que o que já têm. Portanto, isso não se processaria e nós íamos ficar um ano, sei lá, fazendo esse debate.

Estou dizendo isso com a experiência de quem participou da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados, e uma subcomissão para tratar desse tema foi criada. Recordo-me de que o relatório só foi possível ser apreciado, porque nós fizemos pressão, no final do ano de 2007. Não me lembro do ano em que foi criada, lembro-me de que só foi votado o relatório em dezembro de 2007, no apagar das luzes: "Vota, porque nós vamos embora", e aí terminou votando. Aqui, agora, nós estamos mostrando que é possível fazer isso, sem grandes transformações na legislação, somente pegando o que tem na lei, acrescentando sugestões e pedindo para que a gente possa trabalhar com instrumentos claros, práticos e colocando para funcionar.

Portanto, quero parabenizar V. Exª, parabenizar o Senador Aloysio Nunes, que não está aqui pelos motivos já levantados por V. Exª, que teve, inclusive, a proeza de suscitar esse debate aqui, a partir da matéria, e até parabenizar muito a jornalista Elvira Lobato, que é uma guerrilheira nessa área. Portanto, a matéria feita por Elvira é importante para que esse processo até fosse disparado. Isso mostra, cada vez mais, o papel importante do jornalismo investigativo e, nesse particular, comunicativo.

Um abraço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu queria, Senador Walter Pinheiro, Senador Valdir Raupp, aqui presente, fazer uma última consideração.

Concordando com as sugestões de V. Exª, devo dizer que esta Comissão, juntamente com a Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara, tomou uma decisão – diria eu –- poucas vezes vista no Congresso Nacional, porque, tão logo suscitada a denúncia e apresentados os respectivos requerimentos, as Comissões da Câmara e do Senado – na ordem, o Senado e, depois, a Câmara – suspenderam imediatamente toda e qualquer deliberação de matérias sobre denúncias. A

parti daí, estabeleceram prazo, metas e um plano para que houvesse uma deliberação, como a que acontece no dia de hoje por esta Comissão.

Esta Comissão de Ciência e Tecnologia ousou não criar nenhuma subcomissão. No entanto, ela tem alcançado resultados importantes, como esse que acabamos de verificar na reunião do dia de hoje, uma reunião que, reputo, acontece num dia festivo do Congresso Nacional, do Senado da República, de uma forma muito especial, sem os holofotes dos grandes meios de comunicação, já que estamos falando de uma matéria comunicativa, mas não tenho dúvida de que o que decidimos hoje aqui nesta Comissão marca uma posição clara, efetiva, eficaz do Senado da República com relação a uma questão que vinha, ano após ano, sendo negligenciada ou deixada como está por aqueles que por aqui podiam agir e trocar as ações desta Comissão.

Fizemos a nossa parte, o nosso trabalho. Daqui para frente, vamos encaminhar o curso das coisas e, semana que vem, a Comissão retoma seus trabalhos com uma pauta deliberativa, fazendo com que possa apresentar resultados e possa contribuir para o efetivo e profícuo trabalho do Senado da República.

Dito isso, encerro esta sessão, convocando nova reunião para a próxima semana no horário regimental.

(Levanta-se a reunião às 16 horas e 09 minutos.)

ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2011

Às nove horas e dois minutos do dia onze de maio de dois mil e onze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Gim Argello, Vice- Presidente, no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, Pedro Taques, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Randolfe Rodrigues, Delcídio do Amaral, Marcelo Crivella, Ivo Cassol, Benedito de Lira, Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Rodrigo Rollemberg, Lobão Filho e José Agripino. Justificam as ausências os Senhores Senadores Eduardo Braga e Ciro Nogueira. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Gim Argello, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 157, de 2010,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "Proíbe a produção e a comercialização de equipamentos eletrônicos que possuam dispositivo capaz de permitir a opção pelo modo de espera em sua operação." O relator designado é o Senador Pedro Taques e o projeto é rejeitado por 12 (doze) votos. **Item 4: Requerimento nº 18, de 2011-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Walter Pinheiro e Wellington Dias, que requerem "...nos termos regimentais, seja realizada audiência conjunta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE e da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com o objetivo de levar ao conhecimento destas Comissões um trabalho coordenado no país pelo Prof. Dr. Miguel Nicolelis, que faz o "uso democrático da ciência para transformação social e econômica do Brasil", com os seguintes convidados: 1. Prof. Dr. Miguel Nicolelis – pesquisador na Universidade Duke; membro das Academias Brasileira, Francesa e do Vaticano de Ciências; criador do Instituto Internacional de Neurociências de Natal Edmond e Lilly (IINN-ELS). 2. Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT. 3. Representante do Ministério da Educação. O Requerimento é aprovado. **Item 5: Requerimento nº 19, de 2011-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Eduardo Braga e Gim Argello, que requerem "...com amparo no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para avaliar as ações desenvolvidas no âmbito do Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação (PACTI) no período de 2007 a 2010, tendo como convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante. O Requerimento é aprovado. **Item 6: Requerimento nº , de 2011-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador José Agripino, que requer "...nos termos regimentais e em aditamento ao Requerimento nº. 15, de 2011 – CCT, requeiro a realização de audiência pública conjunta das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT; Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ; Comissão de Assuntos Econômicos – CAE; Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE; e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA para debater o Projeto de Lei da Câmara nº. 116, de 2010, que "dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº. 2.228-1, de 6 de

setembro de 2001, e as Leis nºs. 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências". Requeiro, ainda, sejam convidados para participar da referida audiência: Sr. Carlos André Albuquerque, presidente da Associação dos Operadores de Sistemas de MMDS –NEOTEC ; Dr. Carlos Ari Sundfeld, professor de direito da Fundação Getúlio Vargas –FGV; Sr. Ophir Cavalcante, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil –OAB; Sr. Celso Russomano, Presidente do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor –INADEC; e Representante do Ministério da Justiça. O Requerimento é retirado de pauta por solicitação do autor. **Item 7: Requerimento nº 20, de 2011-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Walter Pinheiro, que requer "...nos termos regimentais, o aditamento ao Requerimento 08, de 2011, que solicita a realização, no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, de Audiência Pública, para debater o conteúdo e a forma de encaminhamento da proposta do Marco Civil da Internet, em elaboração pelo Governo Federal, para a inclusão, como convidados, do Presidente da Associação da Rede Global Info de Provedores, O Senhor Magdiel Santos e do Diretor Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal – SindiTelebrasil, o Senhor Eduardo Levy." O Requerimento é aprovado. **Item 8: Requerimento nº 21, de 2011-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Eduardo Braga e Aníbal Diniz, que requerem "...com amparo no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para analisar e debater a relação entre atividades de ciência, tecnologia e inovação e a promoção do desenvolvimento. A título de sugestão, apresentarão seus pontos de vista os seguintes convidados: – Mauro Borges Lemos, Presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI); – Mario Neto Borges, Presidente do Conselho Nacional das Fundações de Amparo à Pesquisa (CONFAP); – José Eli da Veiga, Professor do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP) e Pesquisador do Núcleo de Economia Socioambiental (NESA/FEA/USP)." O Requerimento é aprovado. **Item 9: Projeto de Decreto Legislativo n.º 375, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Amigos da Casa da Cultura do Sertão Morro da Garça/MG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morro da Garça, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Pedro Taques e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 253, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Vale do Xingu para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso." O relator designado é o Senador Pedro Taques e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 178, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores do Bairro Agrovila – Santa Maria da Boa Vista – PE – ASSMOBAG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Maria da Boa Vista, Estado de Pernambuco." A relatora designada é a Senadora Ângela Portela e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 382, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente, Cultural e Comunitária do São Gabriel para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 301, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Cidade FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 471, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Mimoso de Goiás-GO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mimoso de Goiás, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 684, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da

Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Moradores e Amigos da Nascente do Rio Araguaia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita do Araguaia, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 27, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Ipiranga de Goiás para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipiranga de Goiás, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 16, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Estação para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião do Maranhão, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Pedro Taques e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 24, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Beneficente Santos Dumont para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Redenção, Estado do Pará." O relator designado, ad hoc, é o Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 548, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Solidária de Pais e Amigos de Pessoas com Necessidades Especiais para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belém do São Francisco, Estado de Pernambuco." O relator designado, ad hoc, é o Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Gim Argello, passa a Presidência ao Senhor Senador Aníbal Diniz, Presidente Eventual, para relatar o seguinte projeto: **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 21, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Rádio Difusora Comunitária do Sul de Minas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Alegre, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Gim Argello e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Dando prosseguimento à reunião, o Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Gim Argello, reassume a Presidência. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 380, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Assistência Social de Pingo D'água para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pingo d'Água, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Ivo Cassol e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 624, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Ambiental São Sebastião dos Campos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senador Amaral, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo n.º 681, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Viadutense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viadutos, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado, ad hoc, é o Senador Pedro Taques e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo n.º 602, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Gêneses FM de Campos dos Goytacazes para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado, ad hoc, é a Senadora Ângela Portela e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo n.º 680, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária HB FM 103,5 de Jequitaí-MG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jequitaí, Estado de Minas Gerais." A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Ângela Portela e o projeto é aprovado por 08 (oito) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decre-**

to Legislativo n.º 248, de 2008, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária de Gravatá – ASCOMG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gravatá, Estado de Pernambuco." O relator designado, ad hoc, é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo n.º 378, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Fundação Camachense de Apoio À Cultura – FUCAC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Camacho, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Pedro Taques e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo n.º 379, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Educativa de Buritis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritis, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Pedro Taques e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo n.º 625, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão e Integração Cultural de Maribondo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maribondo, Estado de Alagoas." O relator designado, ad hoc, é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Nesse momento, o Senador Flexa Ribeiro, requer a inclusão, extrapauta, de projetos, o que é aprovado. **Extrapauta, Item 01: Projeto de Decreto Legislativo n.º 17, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SNC – Sistema Norte de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marabá, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Extrapauta, Item 02: Projeto de Decreto Legislativo n.º 18, de 2011,** de caráter terminativo**,** de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Clube do Pará PRC-5 Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Belém, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Ficam adiadas, as seguintes matérias: **Item 1: Projeto de Lei do Senado n.º 238, de 2008 e Item 2: Projeto de Lei do Senado n.º 518, de 2009**. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às onze horas, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal., – Senador **Gim Argello,** Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza hoje, 11 de maio de 2011.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As senhores e os senhores Senadores que concordam, queiram permanecer sentados. (*Pausa*.)

Aprovado.

Dispensada a leitura, a Ata será publicada no Diário do Senado Federal.

Justifica a ausência o Exmo. Senador Eduardo Braga, Presidente desta Comissão, e seu membro titular, Senador Ciro Nogueira.

Senhoras e senhores Senadores, antes de iniciarmos os nossos trabalhos, faço aqui um resumo da audiência pública realizada, com muito sucesso, por esta Comissão, no último dia 4 de maio, com a presença do Exmº Senhor Ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, que apresentou as diretrizes e programas prioritários de sua pasta, para os próximos dois anos.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 01/2011, de autoria dos Senadores Eduardo Braga, Walter Pinheiro e Flexa Ribeiro, fazendo uma síntese da trajetória do crescimento do Brasil no último século, o Ministro ressaltou que, durante o período de 1950 a 1980, o País sofreu com fortes desequilíbrios econômicos, mas, apesar das dificuldades, conseguiu sustentar o crescimento. Destacou, também, a rápida recuperação após a crise econômica de 2009, ilustrada pela manutenção da mídia e pela média de crescimento do PIB em torno de 4% ao ano, no período entre 2003 e 2010.

De acordo com o palestrante, as bases para esse desenvolvimento estão no controle inflacionário, na diminuição da vulnerabilidade externa e na redução da

fragilidade fiscal. Além disso, foi possibilitado devido à expansão do mercado interno de consumo, consequência do aumento e da formalização do emprego no País, e da diminuição da pobreza e da desigualdade de renda.

Salientou, ainda, o fato de que o Brasil tem assumido um papel de destaque no cenário internacional, conquistando novos mercados e parceiros comerciais e se tornando protagonista em fóruns de governança mundial.

Outro ponto destacado pelo senhor Ministro foi a reconstrução da capacidade de planejamento e coordenação estratégica do Estado, com fortalecimento técnico-institucional dos órgãos de estudo e planejamento e a consolidação do sistema público de crédito e financiamento e fortalecimento das estatais estratégicas. Acrescentou que o Brasil também tem como vantagens, quando comparado com outros países, o bônus demográfico. Até 2020/2025, a população brasileira economicamente ativa será maior que a inativa, e a democracia consolidada.

Apontou como desafio para o próximo período o domínio e a liderança da economia do conhecimento natural, o avanço em direção à sociedade do conhecimento e o compromisso com a sustentabilidade ambiental. Segundo o Ministro, para que seja dado um salto de qualidade com relação ao status já alcançado, é necessário se colocar o investimento em ciência, tecnologia e inovação como eixo estruturante do desenvolvimento.

Para o expositor, uma das dificuldades a serem enfrentadas são os déficits comerciais em setores de média e alta tecnologia, como fármacos e produtos de tecnologia da informação, os quais têm registrado um crescimento acelerado das importações. Ressaltou que o Brasil não pode se acomodar com o título de exportador de *commodities*, razão do superávit primário atual, mas usar essa janela de oportunidade para avançar em relação à sociedade do conhecimento. Para tanto, pontua a necessidade de investimento em pesquisas e desenvolvimento, ainda muito baixo quando considerado o desafio de se dar um salto no processo de industrialização e avançar nos setores de média e alta tecnologia.

De acordo com o Ministro, o investimento do Estado brasileiro em pesquisa e desenvolvimento é equivalente ao de outros países, mas o investimento do setor privado na área é muito baixo ainda. As razões incluem o medo do retorno e uma situação de instabilidade econômica e o histórico de passividade do processo de industrialização. Importando equipamentos sem desenvolver a tecnologia para produzi-los, em sua opinião, hoje o Brasil tem condições de negociar transferência de tecnologia com as empresas estrangeiras que queiram investir no País.

Falando sobre a formação de mestres e doutores no País, o Ministro disse que, apesar de ter havido um aumento em regiões como a Amazônia, ainda é necessário que haja o esforço de desconcentração dos pólos de pós-graduação no País, sem perder os centros de excelência já existentes. Concentrados na Região Sudeste, o mesmo deve ocorrer com as Universidades federais, de forma geral. Mencionou, ainda, o crescimento do número de formandos em curso de graduação, entre os anos de 2000 e 2009, contudo, com uma participação muito pequena das Engenharias. Para tentar rever esse quadro, disse que o Governo está elaborando um programa de Governo para impulsionar a formação de engenheiros e pró-Engenharia. Os objetivos são melhorar a qualidade dos cursos existentes, modernizá-los e investir nos estudantes dessa área, antes mesmo do fim do curso, por meio de incentivos especiais.

Sobre a produção científica brasileira, salientou que vem crescendo cinco vezes mais que a média internacional, mas que não tem sido traduzida em registro de patentes. Nesse sentido, enfatizou a necessidade da criação de instituições mais ágeis de patenteamento.

Outro desafio apontado foi a expansão do Plano Nacional de Banda Larga. Segundo o palestrante, o acordo realizado com as empresas de telecomunicações não está caminhando no ritmo pactuado. Em sua opinião, é necessário um programa mais ágil de expansão, especialmente na Região Norte. Citou o programa que tem sido feito no Ministério de Ciência e Tecnologia, o RNP, voltado para a conexão entre os centros de pesquisa das Universidades públicas. Por outro lado, sublinhou a urgência de se promover a inclusão digital a partir das escolas. Ressaltou a importância da expansão dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia – INCTs –, rede de pesquisa com 1222 unidades espalhadas por todo o Brasil, a qual considera um grande instrumento para o avanço da sociedade do conhecimento nos próximos anos.

Falou ainda sobre a Rede Sibratec, que articula todas as instituições que investem em inovação no País. Segundo o Ministro, o Brasil ainda está muito atrasado em termo de inovação industrial, sendo necessária a criação de instituição focada em atender a demanda das empresas no setor. Enfatizou o esforço que vem sendo feito para atrair centros de pesquisa e desenvolvimento de grandes empresas estrangeiras que investem ou querem investir no mercado brasileiro, como a GE, IBM, e a chinesas ZTE, Hyundai e FoxConn.

De acordo com o expositor, as perspectivas de avanço na área de energia alternativa são muito gran-

des. Se, concomitantemente, houver investimentos em informática, para ele, o momento atual – às vésperas de grandes eventos internacionais, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas – é propício para atração de investidores externos na área.

Por fim, como mecanismo para vencer os desafios apontados, apresentou a criação de um novo padrão de financiamento do desenvolvimento tecnológico e da inovação, com medidas como a criação de fundos setoriais; aumento da CIDE – Tecnologia e a revisão da política de *royalties* do pré-sal; o fortalecimento da capacidade nacional de inovação tecnológica, com a internalização dos centros de pesquisa e desenvolvimento das grandes empresas; o fomento e agilização dos registros de patentes; o aprimoramento dos incentivos fiscais, entre outras medidas; a utilização de mecanismos de apoio à tecnologia para inclusão social, aproximando mais ciência, tecnologia e inovação da população em geral e, principalmente, dos nossos jovens, e o fortalecimento da agenda de sustentabilidade ambiental.

Ao final da reunião, foi aprovado requerimento para realização, na nossa Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, de audiências públicas para jornada de inovação e sugerida a formação de equipe com membros do Ministério de Ciência e Tecnologia e consultores e técnicos da Comissão para acelerar a elaboração e tramitação de propostas sobre os temas aqui debatidos, a fim de agilizar a concretização dos planos apresentados pelo senhor Ministro, Senador Aloizio Mercadante.

Aproveito para convidar V. Exªs para a primeira audiência pública, com o tema Jornada pela Inovação – Desafios da Inovação no Brasil, que será dia 25 de maio, quarta-feira, às 9 horas, tendo como convidados a Exmª Srª Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior; o senhor Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos – Finep –, Glauco Arbix; e o senhor Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI –, Robson Andrade.

Informo à Comissão o recebimento de correspondência do Exmº Sr. Senador José Agripino, datada de 10 de maio do corrente, que solicita a retirada do requerimento de sua autoria, em aditamento ao Requerimento nº 15, no qual requereu a realização de audiência pública destinada a debater o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010. Item 06 da pauta.

Em atendimento à solicitação de S. Exª, a Presidência analisará o requerimento.

A Secretaria informa que devemos tirar da pauta e vamos avaliar.

Essa audiência pública, senhoras e senhores Senadores, foi decorrente do Requerimento nº 17, que aprovamos na reunião passada. É a primeira das audiências públicas "Desafios da Inovação no Brasil", com a Ministra Miriam Belchior, o Presidente da Finep – e a idéia de o Governo poder até transformá-lo num Banco para Desenvolvimento – e o Presidente da CNI, que vem falar também sobre as empresas, as multinacionais instaladas no Brasil há muitos anos, como foi o exemplo aqui citado da IBM, que nunca trouxe o seu Centro de Tecnologia e Desenvolvimento para o País. O Presidente Robson Andrade vem falar também sobre isso, ou seja, que o ideal é que as empresas que vierem para cá tragam seus Centros de Desenvolvimento e Tecnologia.

Outro tema que deve ser debatido também nessa audiência pública, e que e o Ministro Mercadante mencionou, é a situação brasileira de ser exportador só de *commodities.* Exportamos *commodities* e estamos importando *chips*. Esse é um trabalho que esta Comissão vai levar adiante.

Franqueio a palavra aos demais Senadores, caso queiram fazer alguma observação sobre a audiência pública passada e sobre os temas colocados.

Temos uma pauta aqui com os próximos itens. Estou aguardando os senhores Relatores. Nossa Secretaria informa que está a caminho o Senador Luiz Henrique.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Pois não.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Não podemos deixar esses para trás, até o Senador chegar? Já iríamos relatando os que já estão aqui, também sou relator de um projeto.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Então, por favor, vamos fazer o relatório. Concordo com V. Exª.

Começamos com o item 11.

ITEM 11

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 178, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO AGROVILA -SANTA MARIA DA BOA VISTA – PE – ASSMOBAG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Maria da Boa Vista, Estado de Pernambuco.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senadora Ângela Portela

Relatório: Favorável

Senadora Angela Portela, por favor.

A SRª. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 178, de 2010; nº 2020, de 2009, da Câmara dos Deputados, que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores do Bairro Agrovila, Santa Maria da Boa Vista – PE –, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Maria da Boa Vista, Estado de Pernambuco.

Vamos à leitura do Relatório, Sr. Presidente.

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o

Projeto de Decreto Legislativo (PDS) n° 178, de 2010 (n° 2.020, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação dos Moradores do Bairro Agrovila – Santa Maria da Boa Vista – PE – ASSMOBAG* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Maria da Boa Vista, Estado de Pernambuco. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3°,ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei n° 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto n° 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar n° 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS n° 178, de 2010, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei n°9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 178, de 2010, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à *Associação dos Moradores do Bairro Agrovila – Santa Maria da Boa Vista- PE – ASSMOBAG* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Maria da Boa Vista, Estado de Pernambuco, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É este o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Muito obrigado, Senadora Angela Portela.

Vamos votar em globo, no final, todos os votos que forem favoráveis.

Neste momento, peço ao nobre Senador Pedro Taques que faça o seu relatório, do item nº 10.

ITEM 10

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 253, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO VALE DO XINGU para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Pedro Taques

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Só um minuto, Exª.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Página 67, Senador.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srª Senadora, Srs. Senadores, Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 253, de 2010, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Vale do Xingu, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso.

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) n° 253, de 2010 (n° 2.217, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Comunicação Vale do Xingu* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3°, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução n° 3, de 2009, do Senado Federal.

Quero ressaltar que, aqui, estamos a tratar de rádio comunitária, uma vez que, em se tratando de rádios comerciais, estamos discutindo, num grupo de trabalho, a mudança nas tratativas.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal. A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

Quero ressaltar também a importância de uma rádio comunitária, Sr. Presidente, para uma região do Estado de Mato Grosso, que fica a mais de mil quilômetros da capital. Essa rádio, com certeza, desempenhará serviços que farão com que tenhamos uma democracia participativa, que é a vontade da Constituição.

Desta feita, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 253, de 2010, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Comunicação Vale do Xingu* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Obrigado, nobre Senador Pedro Taques. Conforme informado, vai ser votado em globo, logo após o final.

Peço também ao nobre Senador Pedro Taques que, por favor, faça a leitura *ad hoc* pelo nobre Sena-

dor Rodrigo Rollemberg, que está ausente, do Item nº 17, página 131, por favor.

ITEM 17

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 16, DE 2011

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO ESTAÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião do Maranhão, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatoria ad hoc: Senador Pedro Taques

Relatório: Favorável

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, como Relator *ad hoc*, faço o seguinte relatório:

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) n° 16, de 2011 (n° 2.501, de 2010, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à A*ssociação Comunitária de Radiodifusão Estação* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião do Maranhão, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3°, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento. O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei n° 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto n° 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição, Sr. Presidente, e também nos termo da Lei Complementar n° 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS n° 16, de 2011, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei n° 9.612, de 1998.

Desta feita, após análise, passo ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 16, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Radiodifusão Estação* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião do Maranhão, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Agradeço, nobre Senador Pedro Taques.

Agora, passo a palavra, para fazer, em globo, apenas um relatório de quatro itens – Itens 13, 14, 15 e 16 –, ao nobre Senador Cyro Miranda.

ITEM 13

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 301, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO CIDADE FM para executar serviço deradiodifusão comunitária na cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Favorável

ITEM 14

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 471, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE MIMOSO DE GOIÁS--GO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mimoso de Goiás, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável

ITEM 15
- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 684, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES E AMIGOSDA NASCENTE DO RIO ARAGUAIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de-Santa Rita do Araguaia, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável

ITEM 16
- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 27, DE 2011

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE IPIRANGA DE GOIÁS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipiranga de Goiás, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente Gim Argello, Srªs e Srs. Senadores, como são análogos, eu vou ler um deles e, depois, passarei a ler as ementas dos outros três.

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo n° 301, de 2010 (n° 1.960, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Cidade FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás.

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) n° 301, de 2010 (n° 1.960, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Rádio Cidade FM* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos constitucionais.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei n° 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto n° 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica

legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar n° 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS n° 301, de 2010, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei n° 9.612, de 1998.

III – VOTO.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 301, de 2010, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Rádio Cidade FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o relatório, Sr, Presidente, do Item nº 13.

Passo a ler apenas a ementa dos Itens nºs 14, 15 e 16, que têm o mesmo teor e o mesmo voto.

Item nº 14.

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo n° 471, de 2010 (n° 2.138, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Mimoso de Goiás-GO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mimoso de Goiás, Estado de Goiás.

Também pela aprovação.

Item nº 15.

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo n° 684, de 2010 (n° 1.845, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Moradores e Amigos da Nascente do Rio Araguaia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita do Araguaia, Estado de Goiás.

Também, do mesmo modo, pela aprovação.

Item nº 16.

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo n° 27, de 2011 (n° 2.635, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Ipiranga de Goiás para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipiranga de Goiás, Estado de Goiás.

Todos pela aprovação, Sr. Presidente.

Faço uma ressalva. Na última audiência, pública ficou acertado que a relevância desse serviços das rádios comunitárias merecem também um monitoramento dessas rádios para que não sejam desviados das suas origens.

Assim sendo, somos pela aprovação desses quatro itens.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Agradecemos ao Senador Cyro.

Peço ao nobre Senador Ivo Cassol que dê o seu voto.

ITEM 21

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 380, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PINGO D'ÁGUA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pingo d'Água, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Ivo Cassol

Relatório: Favorável

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão para exame, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) n° 380, de 2010 (n° 2.282, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Assistência Social de Pingo d'Água para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pingo d'Água, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3°, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição

e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei n° 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto n° 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar n° 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS n° 380, de 2010, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei n° 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 380, de 2010, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Assistência Social de Pingo d'Água para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pingo d'Água, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Pelo voto favorável.

Eu queria aqui, Sr. Presidente, aproveitar essa oportunidade, para dizer que dá para perceber que todos os pareceres são pela aprovação, tanto o meu como os dos colegas. Ao mesmo tempo, tínhamos que tomar uma providência nesta Comissão.

Eu tenho reclamação, no Estado de Rondônia, de que, infelizmente, algumas rádios comunitárias estão a serviço da minoria de alguns políticos. Muitas vezes, algumas dessas rádios comunitárias utilizam a rádio para extorquir dinheiro do Executivo municipal ou para jogar um contra o outro. Nós tínhamos que estabelecer uma regra de que rádio comunitária é para atender à comunidade e não para se dar ao luxo de ficar fazendo um trabalho que é exatamente das rádios comerciais.

Com isso, quero aqui deixar claro que, infelizmente, existem algumas localidades em que tem que ser dada essa luxúria, esse privilégio particular, e isso tem prejudicado a administração municipal. Porque, infelizmente, essa rádio comunitária é de algum grupo político ou de alguma pessoa que utiliza outras pessoas, como ficou frisado na reunião passada e em outras reuniões e outras audiências, os laranjas, como diretores da rádio. No entanto, quem manda, por trás, é algum grupo político. Rádio comunitária nós temos que mudar. Portanto, vou propor, em breve, que toda rádio comunitária fique a serviço da sociedade, para apoios culturais, e não para fazer jogatina política dentro do município, atrapalhando.

Dá para perceber aqui que, em todos os projetos, as relatorias de todos os Senadores que estão na Mesa são de rádios comunitárias. Portanto, a rádio comunitária não pode fazer outro trabalho a não ser o trabalho comunitário para toda a sociedade, independentemente de cores partidárias, deve ter um só propósito: o bem-estar daquela localidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. Bloco/PTB – DF) – Agradeço, Senador Ivo Cassol.

Passo, agora,...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. Bloco/PTB – DF) – Por favor, pela ordem, o nobre Senador... À vontade, Senador.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Só para auxiliar nesse debate com S. Exª o Senador Ivo Cassol. Concordo com ele. Existem rádios comunitárias que não cumprem o que está na lei. A lei, ao definir a rádio comunitária, já estabelece suas atribuições. Ela não pode fazer proselitismo político, partidário ou de outra ordem. A própria definição legal é para que possa difundir as preocupações daquela sociedade, da comunidade onde ela se encontra inserida. Agora, que existem distorções existem distorções.

Penso, Senador Ivo Cassol, que a lei já estabelece isto: a incompetência está na fiscalização. A incom-

petência está na fiscalização do órgão encarregado de punir aquelas e inclusive sustar a concessão da outorga. Que existe o que V. Exª está dizendo existe, em todos os Estados da Federação. Agora, aí, como contribuição a V. Exª, que está correto na sua afirmativa, nós nesta Comissão poderíamos, junto à agência que regula, cobrar que exerça a sua atribuição, o que, infelizmente, não vem sendo feito a contento no que tange às rádios comerciais e também às rádios comunitárias. Eu quero me associar a V. Exª nessa sua preocupação.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Quero apenas aproveitar as palavras do Senador Pedro Taques, Sr. Presidente. Quando eu me referi a essa situação, há cidades vizinhas à minha, Rolim de Moura, Santa Luzia e Alta Floresta, que têm esse caso. Há uma rádio comunitária e quem manda na rádio comunitária, infelizmente, é um ex-político que denunciei por corrupção, está respondendo a processo, quer dizer, é ele quem apita por trás, mas as pessoas que estão à frente são os laranjas, e utilizam a rádio diariamente para denegrir e falar mal do prefeito da cidade. Diariamente. Então, solicito a esta Casa que encaminhe – estou dando nome aos bois, como diz o ditado – e solicito ao Ministério das Comunicações que imediatamente coloque fiscais para acompanhar isso. Trabalho de rádio comunitária, que fique bem explicado, é para atender a comunidade e não para satisfazer caprichos de políticos derrotados, afastados, cassados e tudo isso. Que fique à disposição da sociedade.

Eu, quando sugeri, se fosse preciso, incrementar alguma coisa mais, Senador Pedro Taques, é porque, de repente, nossa legislação, por mais que tenha leis, muitas vezes, sobra de um lado e falta de outro. Então, se só a fiscalização é suficiente, eu me dou por contente com a fiscalização. Mas, se for preciso, a rádio que cometer esse erro perde a concessão imediatamente. É importante isso. Que ela faça o trabalho comunitário, que atenda a sociedade, a todos, para que possamos ter isso, para que continuemos a aprovar aqui.

Eu saí, de manhã, de casa, meia hora antes, para poder chegar aqui às 8h30min, para fazer parte. E sou suplente da Comissão. Nós todos, com certeza, temos vários compromissos e estamos relatando as rádios comunitárias. Então, não gostaria que ninguém das rádios comunitárias ficasse me bajulando, nem prejudicando os outros também, mas que simplesmente fizesse o trabalho que toda a classe política estiver fazendo, na sua redondeza, na sua localidade, levando só o bem-estar do dia a dia. E as rádios comerciais deixem que o cacete pega, porque a imprensa já faz, por si própria, baixar o cacete nos políticos.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Está muito bem, Senador Ivo Cassol.

Só para orientação, até peço que o Senador Pedro Taques me ajude. Quanto a denúncia formal feita pelo Senador Ivo Cassol, peço para a Secretaria comunicar à Anatel, dizendo a cidade e a rádio em que está sendo feito isso, para que ela possa tomar as providências. É assim mesmo. Então, a Secretaria informa a Anatel dessa denúncia formal, feita pelo Senador Ivo Cassol.

Quanto ao próximo item da pauta, peço ao nobre Senador Pedro Taques que, por favor, seja relator *ad hoc* do item 23, do projeto nobre Senador Paulo Paim, o PDS nº 681, de 2010. E, também, Senador Pedro Taques, do item 26, desculpe-me, dos itens 27 e 28, que seriam relatados pelo nobre Senador Luiz Henrique.

O SR. PAULO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim. Sr. Presidente, indago a V. Exª se posso ler as ementas dos três, porque já os analisei formalmente. De acordo com a documentação, eles estão corretos. Indago a V. Exª se, para economia do tempo, poderíamos relatar, de uma forma global, os três, lendo a ementa de cada um deles e os pareceres, que são semelhantes no caso dos três.

ITEM 23

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 681, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA VIADUTENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viadutos, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatoria ad hoc: Senador Pedro Taques

Relatório: Favorável

ITEM 27

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 378, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à FUNDAÇÃO CAMACHENSE DE APOIO À CULTURA – FUCAC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Camacho, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatoria ad hoc: Senador Pedro Taques
Relatório: Favorável

ITEM 28
- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 379, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL EDUCATIVA DE BURITIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritis, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Luiz Henrique
Relatoria ad hoc: Senador Pedro Taques
Relatório: Favorável

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Por favor.

O SR. PAULO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Obrigado.

Sr. Presidente, Srª Senadora, Srs. Senadores, a ementa do item 23 está assim vazada:

Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 681, de 2010 (nº 2.763, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Viadutense, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viadutos, Estado do Rio Grande do Sul.

Esse é o primeiro, Sr. Presidente. O segundo, item 27 da pauta, está às folhas 222. A ementa está assim vazada:

Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 378, de 2010 (nº 2.267, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Fundação Camachense de Apoio à Cultura – Fulcac, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Camacho, Estado de Minas Gerais.

E, por fim, o item 28 da pauta, que está às folhas 231.

Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 379, de 2010 (nº 2.270, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Educativa de Buritis, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritis, Estado de Minas Gerais.

São as três ementas. Passo ao relatório.

Chegam a esta Comissão, para exame terminativo, os projetos de decreto legislativo a cujas ementas, associações e Municípios já fiz referência.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que as presentes solicitações foram instruídas em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento, Sr. Presidente.

Os referidos projetos foram aprovados pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática. Seguiu o parecer favorável. Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o projeto foi considerado jurídico e constitucional, Sr. Presidente.

Passo à análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado, nos termos do seu art. 104-A, cabe a esta Comissão, Sr. Presidente, opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, como essas aqui relatadas. O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, que é de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615. As proposições oriundas da Câmara dos Deputados destinadas a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame atendem os requisitos constitucionais e formais, Sr. Presidente.

O exame da documentação que acompanha esses projetos não evidencia violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612. Desta feita, Sr. Presidente, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha os três projetos não evidencia violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação dos atos de outorga das associações de rádio comunitária já referidas, Sr. Presidente.

São esses os relatórios que apresento à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Obrigado, nobre Senador Pedro Taques. Comunico novamente que vamos fazer a votação logo em seguida desses últimos relatórios que vão ser proferidos agora.

Peço seja Relator *ad hoc* o nobre Senador Cícero Lucena dos Itens nºs 26 e 29, dos Senadores Ciro Nogueira e Fernando Collor.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, o relatório foi distribuído anteriormente a todos os Senadores e Senadoras aqui presentes, e eu passo a relatar sobre a autorização da Associação Cultural Comunitária de Gravatá – Ascomg – para realizar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gravatá, Estado de Pernambuco, como *ad hoc* do Senador Ciro Nogueira, bem como o relatório que outorga

autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão e Integração Cultural Comunitária de Maribundo, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maribundo, Estado de Alagoas, cujo Relator era o Senador Fernando Collor.

Como foi distribuído anteriormente, o voto é pela aprovação dos dois, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Agradeço ao nobre Senador Cícero Lucena.

Para fechar a pauta, peço à nobre Senadora Angela Portela que, por favor, faça o relatório *ad hoc* dos Itens nºs 24 e 25, do Senador Marcelo Crivella.

ITEM 24

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 602, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO GÊNESES FM DE CAMPOS DOS GOYTACAZES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria ad hoc: Senadora Ângela Portela

Relatório: Favorável

ITEM 25

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 680, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA HB FM 103,5 DE JEQUITAÍ-MG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jequitaí, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria ad hoc: Senadora Ângela Portela

Relatório: Favorável

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 602, de 2010 (nº2598, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Gênesis FM, de Campos dos Goytacazes, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.

Relatório, Sr. Presidente. Chega a esta Comissão para apreciação em caráter terminativo o Projeto de Decreto Legislativo nº 610, de 2010 (nº 2.598, na Câmara dos Deputados) que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Gênesis FM, de Campos dos Goytacazes, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.

O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial na cidade de Campos do Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.

O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional, por meio de Mensagem Presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, §3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída, em conformidade com a legislação aplicada, o que levou ao seu deferimento.

O referido Projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, da Câmara dos Deputados, que seguiu parecer favorável de seu Relator.

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania daquela Casa, o Projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do art. 104, "c", inciso XII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviço de radiodifusão sonora, de sons e de imagens.

Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhes pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos autos do Poder Executivo, que outorga ou renova concessão, permissão ou autorização, para que se executem serviços de radiodifusão sonora, de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se esta Casa do Legislativo pela Resolução nº 03, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o Projeto de Decreto Legislativo um instrumento adequado, conforme preceitua o art. 203, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados destina-se a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido Projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar, no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado, que demonstram situação regular da entidade, junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição da pessoa física e de seus dirigentes, não sejam um óbice a aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame citatório apresentou tempestivamente ao Poder concedente toda a documentação exigida pela Legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas à época satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 602, de 2010, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto ao aspecto da constitucionalidade, juridicidade e da técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a autorização à Associação Comunitária Rádio Gênesis FM*, de Campos dos Goytacazes, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB – AM.) – Muito obrigado, nobre Senadora Angela Portela.

Peço ao Senador Pedro Taques que, por favor, faça o Relatório também do Item nº 09, que seria da lavra do nobre Senador Eunício Oliveira.

ITEM 9

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 375, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA CASA DA CULTURA DO SERTÃO MORRO DA GARÇA/ MG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morroda Garça, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Eunício Oliveira

Relatoria ad hoc: Senador Pedro Taques

Relatório: Favorável

O SR. RELATOR (Pedro Taques. Bloco/ PDT – MT.) – Sr. Presidente, Sr.ªs Senadoras, Srs. Senadores, chego a esta Comissão para exame, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 375, de 2010, destinado a aprovar o ato que outorga autorização à Associação dos Amigos da Casa da Cultura do Sertão do Morro do Garça, em Minas Gerais, para executar serviço de radiodifusão sonora comunitária, na cidade de Morro da Garça, Estado de Minas Gerais.

O ato foi submetido à apreciação do Congresso por meio de mensagem presidencial, nos termos dos arts. 49 e 223 da Constituição da República.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra estes autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação.

O referido projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados, Sr. Presidente.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno desta Casa da Federação, cabe a esta Comissão a análise deste projeto.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, como todos sabemos.

A proposição, oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo, atende aos requisitos constitucionais, conforme já afirmei – art. 49 combinado com o art. 223, ambos da Lei Fundamental.

O exame da documentação que acompanha o projeto não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na lei, Sr. Presidente.

Desta feita, sem maiores delongas, passo ao voto.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto não evidenciou violação da legislação, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação dos Amigos da Casa da Cultura do Sertão do Morro da Garça, Minas Gerais, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Morro da Garça, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto oriundo da Câmara dos Deputados.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Agradeço ao nobre Senador Pedro Taques.

Peço ao nobre Senador Cícero que, por favor, apresente os relatórios referentes aos itens nºs 18 e 19, que são da lavra do Senador Flexa Ribeiro. Quando S. Exª chegar, já estaremos prontos para votar todo esse pacote de rádios comunitárias.

ITEM 18

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 24, DE 2009

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BENEFICENTE SANTOSDUMONT para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Redenção, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatoria ad hoc: Senador Cícero Lucena

Relatório: Favorável

ITEM 19

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 548, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO SOLIDÁRIA DE PAIS E AMIGOS DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belém do São Francisco, Estado de Pernambuco.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatoria ad hoc: Senador Cícero Lucena

Relatório: Favorável

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, os relatórios referentes aos projetos constantes desses itens foram distribuídos anteriormente.

O primeiro desses projetos propõe a aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Beneficente Santos Dumont para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Redenção, Estado do Pará. O segundo, o ato que outorga autorização à Associação Solidária de Pais e Amigos de Pessoas com Necessidades Especiais para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belém de São Francisco, Estado de Pernambuco.

As duas autorizações, Sr. Presidente, atendem os preceitos constitucionais. Portanto, o voto é pela aprovação de ambos.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Agradeço ao nobre Senador Cícero Lucena.

Da mesma forma, Senador Cícero Lucena, peço a V. Exª que apresente o relatório relativo ao Item nº 22.

ITEM 22

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 624, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO AMBIENTAL SÃO SEBASTIÃO DOS CAMPOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senador Amaral, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria ad hoc: Senador Cícero Lucena

Relatório: Favorável

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Esse item, que tem como relator o Senador Vital do Rêgo, propõe a aprovação o ato que outorga autorização à Associação Ambiental de São Sebastião dos Campos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senador Amaral, Estado de Minas Gerais.

Conforme relatório anteriormente distribuído aos Srs. Senadores, o voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Agradeço novamente ao Senador Cícero Lucena e peço, para concluirmos, que apresente o relatório referente ao Item nº 12.

ITEM 12

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 382, DE 2007

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, CULTURAL E COMUNITÁRIA DO SÃO GABRIEL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relator: Senador Valdir Raupp

Relatoria ad hoc: Senador Cícero Lucena

Relatório: Favorável

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – O Item nº 12 tem como relator o Senador Valdir Raupp: Aprova o ato que outorga autorização à Associação

Beneficente, Cultural e Comunitária de São Gabriel para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.

Conforme relatório anteriormente distribuído aos Srs. Senadores, o voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Agradeço novamente ao nobre Senador Cícero Lucena.

Neste momento, passo a Presidência ao Senador Aníbal Diniz para que eu possa apresentar o relatório relativo ao Item nº 20. V. Exª está com a Presidência, Senador.

(Assume a Presidência o Senador Aníbal Diniz)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) –

ITEM 20

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 21, DE 2011

Aprova o ato que outorga autorização à RÁDIO DIFUSORA COMUNITÁRIA DO SUL DE MINAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Alegre, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Gim Argello

Relatório: Favorável

Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 2011 (nº 2.571, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à *RÁDIO DIFUSORA COMUNITÁRIA DO SUL DE MINAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Alegre, Estado de Minas Gerais.*

Relatoria: Senador Gim Argello

Relatório: Favorável

Com a palavra o Senador Gim Argello, para proferir o seu relatório.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Anibal Diniz.

Conforme relatório previamente distribuído da mesma forma que os demais relatórios feitos hoje, nesta Comissão, peço autorização a V. Exª para ir direto ao voto.

O voto é pela aprovação do item nº 20, da pauta, que é o PDS nº 21, de 2011, conforme meta lida por V. Exª.

Agradeço a todos. E o voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Apresentado o voto do Relator, está aberta a discussão da matéria.

Com a palavra o Sr. Presidente Gim Argello.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Obrigado, nobre Senador Anibal Diniz.

Depois de feitos todos os relatórios do item 9 ao item 29, conforme havíamos combinado previamente com as Srªs e os Srs. Senadores desta Comissão, vamos, então, abrir a discussão de todos os itens.

Está aberta a discussão do item 9 ao item 29. E como todos os relatórios já foram feitos, todos pela aprovação, está aberta a discussão em globo.

Em discussão.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, apenas para lembrar que, na quarta-feira, tivemos o culto dos evangélicos e eu acabei me atrasando. Assim, possivelmente meu relatório tenha sido lido *ad hoc.* Mas quero parabenizar as empresas e as cidades por essas concessões.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Obrigado, Senador Marcelo Crivella. V. Exª que é sempre muito zeloso. Os seus relatórios são feitos pela Senadora Angela Portela.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Gostaria de colocar em votação.

Em votação os itens de 09 a 29.

Como vota a nobre Senadora Angela Portela? (*Pausa.*)

O SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – A nobre Senadora Angela Portela vota sim.

Como vota o Senador Anibal Diniz? (*Pausa.*)

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Nobre Senador Walter Pinheiro? (*Pausa.*)

O SR. WATER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Depois da vigilância do Senador Marcelo Crivella, não poderia proceder diferente senão votando a favor.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Obrigado, Senador Walter Pinheiro.

Nobre Senador Pedro Taques? (*Pausa.*)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Obrigado, Senador Pedro Taques. Pela aprovação.

Nobre Senador Cyro Miranda? (*Pausa.*)

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Obrigado, Senador Cyro Miranda.

Nobre Senador vigilante Marcelo Crivella? (*Pausa.*)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Obrigado, Senador Marcelo Crivella.

Nobre Senador Ivo Cassol? (*Pausa.*)

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Nobre Senador Cícero Lucena? (*Pausa.*)

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Com a Relatora e os Relatores. Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Muito bem. Agradeço também ao Senador Cícero Lucena, nosso 1º Secretário, que tão bem desenvolve seu trabalho nesta Casa.

Informo a todos que do item 9 ao item 29, que são os PDS's, os quais por lei somos obrigados a relatá-los, e os PDS nº 37, de 2010; PDS nº 253, de 2010; PDS nº 178, de 2010; PDS nº 382, de 2007; todos foram aprovados.

Informo apenas que há dois itens, Senador Ivo Cassol e Senador Cícero Lucena, que são terminativos, e foram pedidos extrapauta, que é o item 03, terminativo

ITEM 3

- Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 157, DE 2010

Proíbe a produção e a comercialização de equipamentos eletrônicos que possuam dispositivo capaz de permitir a opção pelo modo de espera em sua operação.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Pedro Taques

O item nº 3 é o Projeto de Lei do Senado nº 157, de 2010, que proíbe a produção e comercialização de equipamentos eletrônicos que possuam dispositivo capaz de permitir opção pelo modo de espera em sua operação.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srª Senadora, Srs. Senadores, vem à apreciação da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para decisão em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 157, de 2010, de autoria do Senador Paulo Paim, que busca reduzir o desperdício de energia elétrica mediante a proibição da produção e comercialização de equipamentos que possam operar em modo de espera (função conhecida como *stand by*).

Na justificação do projeto são apresentadas estimativas do consumo de energia de alguns eletrodomésticos, quando deixados em modo de espera permanentemente. O autor afirma, por exemplo, que um aparelho de televisão e um reprodutor de DVD consomem cerca de R$ 60,00 por ano, a preços atuais, e que tais valores, quando tomados de forma agregada para toda a sociedade, deixam de ser desprezíveis.

O projeto alcança todo equipamento "cuja operação depende da ativação de fluxo de elétrons ou de íons em semicondutores, cristais líquidos, gases, plasma ou vácuo". Portanto, se aprovado com a redação proposta, o projeto terá efeitos sobre equipamentos de uso doméstico e industrial.

O autor propõe que a lei entre em vigor cento e oitenta dias após a data da sua publicação, assumindo que tal prazo seja suficiente para que a cadeia produtiva de eletroeletrônicos se adapte à nova regra.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

A matéria insere-se no rol das competências atribuídas à CCT, conforme o art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal. Uma vez que esta Comissão tem a incumbência de pronunciar-se sobre a presente iniciativa de forma terminativa, faz-se necessária a verificação da constitucionalidade do projeto.

Segundo o art. 170 da Constituição Federal, desde que obedecidos determinados princípios, é assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, a menos que uma lei a coíba.

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

.....

.....

IV – livre concorrência;

V – defesa do consumidor;

.....

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

Por sua vez, o art. 24, V, da Constituição, determina que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre produção e consumo.

Portanto, tem base constitucional a iniciativa de restringir a produção e comercialização de equipa-

mentos que apresentem característica supostamente indesejada ou prejudicial à coletividade.

No mérito, contudo, a proposição é controversa. A medida proposta constitui um exemplo do exercício do poder de polícia exercido pelo Estado em prol do bem público. Segundo o art. 78 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional –, ali existe uma definição do que vem a ser poder de polícia. Eu me reservo o direito de não precisar ler, porque nós todos conhecemos a lei.

Em resumo, o objetivo do poder de polícia é condicionar ou restringir o uso e o gozo de bens e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado. No caso concreto, trata-se de impor restrições ao livre exercício de uma atividade econômica que gera custos sociais não apropriados pelo produtor ou por seus beneficiários.

Embora seja louvável o desejo do autor de contribuir com o esforço global em busca da eficiência energética e do consumo sustentável, não se pode dizer que os referidos produtos constituam realmente uma ameaça ao bem-estar da coletividade. Não comprometem a segurança, a saúde pública, os bons costumes, o funcionamento do mercado, os direitos individuais ou coletivos, nem tampouco trazem prejuízos significativos de ordem econômica e financeira. Os consumidores têm, inclusive, a opção de não usar o modo de espera e desligar o aparelho completamente cada vez que deixam de usá-lo. Se não o fazem, é porque preferem a comodidade de usar o modo de espera e o controle remoto.

Se a questão é combater o desperdício de energia, a forma mais eficaz é, sem dúvida, informar a população acerca do consumo e dos gastos associados ao uso descontrolado de equipamentos eletrônicos, inclusive do modo de espera. Sabe-se que o consumo de muitas famílias e empresas seria até maior não fosse o acionamento automático dessa função. E entre aqueles que a utilizam constantemente, certamente poucos estão informados sobre o real desperdício de energia.

Uma segunda medida, complementar, seria sobretaxar os equipamentos que apresentassem tal recurso, para desestimular sua compra.

Em termos de eficiência econômica, tal medida compensaria a não apropriação dos custos sociais decorrentes do uso descontrolado do recurso e, em conjunto com a primeira, permitiria que os indivíduos fizessem escolhas condizentes com suas convicções e com seu orçamento.

Outra iniciativa seria estimular a pesquisa e o desenvolvimento de mecanismos mais eficientes do ponto de vista energético. Se o Brasil conseguisse encontrar soluções mais eficientes, reduziria seu próprio consumo e ainda poderia exportar a tecnologia para o resto do mundo.

Enfim, é preciso avaliar melhor se os benefícios proporcionados pela proposta do Senador Paulo Paim – que aqui, eu gostaria de ressaltar, é louvável –, se essas iniciativas compensam a restrição imposta aos indivíduos. Na linha proposta neste projeto, teríamos de estender as restrições para os verdadeiros vilões do desperdício de energia, como lâmpadas incandescentes e aparelhos de ar-condicionado.

Acreditamos que as pessoas devem ter respeitados seus direitos de escolha e ao mesmo tempo arcar diretamente com os custos decorrentes dessa liberdade. Só assim conseguiremos fazer escolhas que resultem em uso sustentável dos recursos energéticos.

Por isso, entendemos que vedar a produção ou a comercialização da função *stand-by* em equipamentos eletrônicos, com base no argumento da eficiência energética, constitui uma exorbitância do poder de polícia, Sr. Presidente.

Dessa feita, eu entendo que o Estado não pode invadir a vida privada do cidadão e fazer escolhas por ele. O preço, para que possamos viver em democracia, é a liberdade de escolha.

Dessa feita, mais uma vez ressaltando a boa intenção do projeto do Senador Paulo Paim, o voto é o seguinte:

Ante o exposto, voto pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 157, do ano de 2010.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Agradeço ao nobre Senador Pedro Taques.

Coloco em discussão esta matéria.

Em discussão.

Para discutir, o nobre Senador Walter Pinheiro. Logo em seguida, o Senador Cícero Lucena.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, primeiramente, eu queria dizer que o relatório do nobre Senador Pedro Taques – nós estávamos até brincando aqui, viu, Pedro, que tem hora que a pessoa vai falar o nome do Senador e parece que entra um branco no meio; aí, o sujeito diz assim: "Meu amigo do coração, conhecido, mas é, é, é..." E não sai o nome nem a pau! Aí, a gente tem de recorrer a um táxi para chegar mais rápido ao encontro!

Viu, Pedro, primeiramente, acho que o relatório apresentado é um relatório que toca no ponto central. Quero, inclusive, parabenizá-lo pelo relatório. E há dois pontos que acho são importantes nessa questão para a gente discutir. Eu até gostaria de ter pedido vistas; lamentavelmente, cochilei aqui, para a gente tentar e não fazer a leitura.

A primeira questão que eu queria levantar é a seguinte: é vero que o processo de espera ou de *stand by* é um processo que, de certa forma e ainda considerando o baixo consumo, é um circuito. Portanto, ele tem carga. E na medida em que tem carga, ele tem consumo, não tem jeito. Por mais que se trabalhe com microamperes, ou até numa situação muito mais reduzida do que isso, você tem. E esse processo continuado é um processo que efetivamente gera o consumo. Não é vero, como solução apresentada por uns, que o cidadão pode ir lá e :"Tire da tomada, faça a sua economia!"

Diversos produtos, diversos equipamentos eletrônicos, entre a situação de *stand by* e a completa situação de repouso – portanto, sem carga, sem alimentação –, às vezes passam por um processo de desprogramação de seus aplicativos. E, em determinadas escalas, é necessário o sujeito reinserir programação cada vez que aciona a nova carga. O processo de *stand by* em diversos equipamentos, inclusive, é constituído com essa intenção de evitar a necessidade de reinserção de programação para o funcionamento do equipamento.

Eu até fico surpreso quando vejo algumas companhias ensinando: "Se der defeito, tire da tomada e ligue de novo". Como se o fato de injetar ou não injetar corrente em um equipamento signficasse resolver o problema de não funcionamento, do ponto de vista do sinal que chega ou coisa do gênero. Então, na realidade, essa é uma questão que eu queria levantar.

Para atender ao efeito do projeto, essa reestruturação necessitaria, inclusive, de normatização numa estrutura que não é só a partir de uma indicação de obra – o que não é obrigação nossa, efetivamente, esse processo é posterior à regulamentação dessa matéria.

Tenho a posição de que, em defesa do consumidor, se poderia discutir de forma até consistente, para que, havendo possibilidade de elaboração de normas técnicas, possamos orientar a indústria, de modo geral, para a adoção de medidas em futuros equipamentos.

Creio que a aplicação imediata do projeto como se encontra causaria um verdadeiro pânico e um rebuliço nessa estrutura.

Hoje, eu tenderia a ter uma posição de acompanhar o voto do Relator, admitindo que precisaríamos fazer essa reformulação de caráter mais técnico, para abraçar a iniciativa importante de atender o consumidor.

Portanto, fico nesse melindre de que, se há a possibilidade efetiva, mais do que um pedido de vista, deveria ser um pedido de retira, para que se possa trabalhar um projeto com esse fator de tempo para aplicação, para que haja uma discussão mais aprofundada. Por isso decidi não mais pedir vista, meu caro Senador Pedro Taques, porque assim teríamos de apresentar, na semana seguinte, um voto discordando ou não dessa matéria, e não teríamos tempo suficiente para fazer esses ajustes.

Então, Sr. Presidente, eu opto por essa ponderação.

Por diversas vezes, recebi o pedido do Senador Paulo Paim para esticar um pouquinho a corda, para tentar ajudar na elaboração final dessa matéria. Se isso for possível, encaminharia até na possibilidade da retirada para um processo bem posterior de avaliação dessa matéria. Isso é quase colocá-lo numa posição de estudar uma reformulação plena. Se isso não for possível, optaria por acompanhar o Relator dessa matéria.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – O senhor quer um pré-arquivo?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Digamos que um tempo maior para uma melhor elaboração.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Continua em discussão.

Senador Cícero Lucena. Em seguida, Senador Ivo Cassol.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Apenas para acompanhar o Relator, Sr. Presidente, porque considero que dentro da defesa do consumidor há o princípio muito importante da alternativa de ele desligar ou não. Portanto, já teria atendido o consumidor nesse aspecto. Ele, mesmo dispondo de um sistema de *stand by*, pode simplesmente desligar efetivamente. Já aquele aparelho que tiver a programação, como disse o Senador Walter, obviamente não teria de ser desligado.

Acompanho o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Nobre Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu acompanho o Relator, mas, se for possível retirar de pauta, para que possamos analisar e, ao mesmo tempo, ampliar o prazo. Não para os consumidores, mas para dar prazo às indústrias para que possam se adaptar, para que haja um sistema nacional, em todos os aparelhos, que evite ter de desligar, de ter de tirar a tomada da parede. Tenho certeza de que as indústrias têm esse interesse.

O Relator levantou a questão de que 180 dias para que os consumidores, os usuários instalem esses equipamentos. Isso é se envolver na casa alheia, mas podemos trabalhar nesta Casa para melhorar esse projeto e, assim, darmos condições para que as indústrias comecem a trabalhar daqui para frente.

Vou dar o exemplo, Sr. Presidente, das geladeiras. No passado, quanto consumiam de energia? E as

novas, quanto consomem? Também do ar condicionado. Quanto consumia no passado e quanto consome hoje? Então, houve uma adaptação das indústrias. E, se formos fazer uma análise em termos de um consumidor, não vamos dar bola por causa de R$30,00, R$40,00, R$50,00, R$60,00. Mas, se vamos ver no consumo nacional essa diferença, essa economia que vamos fazer de energia, com certeza vai ser uma economia importante para o Brasil; vai ser uma economia também para todas as residências, especialmente porque a maioria da nossa população, boa parte é de classe média e pobre. Então, se as classes média e pobre puderem economizar R$30,00, com certeza vão comprar mais leite para as crianças, vão comprar mais açúcar, mais arroz.

Então, se pudéssemos retirar de pauta, para não ser aprovado hoje, para que a gente pudesse pedir vista... Ao mesmo tempo, como disse o Senador também, atendendo a um pedido do próprio autor do projeto, Senador Paim, com certeza, de repente, poderíamos melhorar nesta Casa e trazer, futuramente, a matéria para a pauta, dando condições para que a indústria possa se adaptar e colocar esse equipamento junto.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Continua em discussão. Nobre Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu gostaria de corroborar as palavras do Senador Walter e do Senador Pedro Taques. Mas, se for votar, voto com o Relator e explico: há uma preocupação natural das indústrias em reduzir a energia. É inclusive um *marketing,* e a competitividade delas é a ordem do dia. Conheço muitas indústrias que, realmente, continuam estudando.

O Senador Walter foi muito feliz. Uma das indústrias com a qual tive contato há dois anos, realmente, o *stand by,* o maior problema é quando você desarma o circuito, porque ele leva um tempo, às vezes muito maior e às vezes ele não consegue conectar determinadas partes desse circuito.

Bom, e, em dado jurídico, 100% comungo com o Senador Pedro Taques. Acho que, se se retirar de pauta, não vai ser bom, porque esse projeto vai ser tão mutilado que vai ter que ser feito de maneira totalmente diferente. Não tem emenda em cima desse projeto que se vá adequar. Acho que temos que fazer uma coisa completamente diferente.

Se se colocar em *stand by*, vai-se gastar energia da Casa, Senador! Vai ser difícil, porque vamos acumular os processos. Acho que isso tem que ser repensado, inclusive até conversar com o pessoal, chamar o pessoal da indústria para cá. Eles têm o maior interesse.

Então, essa é minha posição.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Continua em discussão. Nobre Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Presidente, quero dizer que o tema que estamos tratando aqui foi deliberado agora há pouco. Lá, no congresso americano, eles estão preocupadíssimos com a questão da energia e resolveram furar petróleo no Alasca, voltar a queimar carvão em grande quantidade, segundo eles com emissão zero; criaram motor a hidrogênio, inaugurado, inclusive, pelo Bush; estão fazendo um procel exatamente como o nosso, só que não só para eles, mas financiando para Índia e China, para que as indústrias também possam economizar energia.

Para V. Exª ter uma ideia de como esse é o tema do mundo, houve um estudo da Unesco, ao qual tive acesso recentemente, em que eles pegaram três protótipos: um agricultor moderno, um homem industrial e um homem tecnológico. O agricultor moderno seria um europeu do século XV; o homem industrial, um inglês de 1850; e o homem tecnológico, um americano de 1950. Eles decompuseram o consumo de energia desses três seres humanos, desses três arquétipos. Quer dizer, se o homem industrial, o inglês de 1850 consumia 100 de energia, o agricultor moderno consumia 20; e o homem industrial de 1950, o americano, consumia 350. Só no fator, decompondo. De transporte, consumia 100.

Então, você vê que, em termos de energia, o tempo se acelera drasticamente, porque levamos, de 1550 a 1885, para subir o consumo de 20 a 100, mas, em apenas 100 anos, já subimos o consumo de energia de 100 para 350, em apenas um século.

Os Estados Unidos é um gigante, um *hegemon*, mas tem problema de energia. Eles consomem 25% do petróleo do mundo, produzem apenas 20% do petróleo e importam 60% do petróleo que consomem.

Sem sombra de dúvida, tratar de energia é um tema extraordinário para esta Comissão, e um Senador atuante como Paulo Paim está preocupado com isso. Agora, realmente, não sei se estamos no caminho certo.

Até pensei que pudéssemos consultar as empresas para ver o que elas diriam: se esse *stand by* deveria durar até o dia seguinte ou se deveria haver um gatilho ou algum dispositivo para, depois de uma, duas ou três horas, desligar o aparelho, porque não acredito que um *stand by* longo seja mais econômico do que ligar e religar, principalmente quando as pessoas saem de férias.

Mas, como está o projeto, realmente não estaremos economizando energia, que é, diria, o grande objetivo do Senador Paulo Paim. Então, ficaria com o Relator.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/Bloco/PP – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Continua em discussão. Tenho de devolver a palavra ao nobre Senador Pedro Taques, para fazer uma avaliação, porque todo mundo está... existe uma grande dúvida.

Hoje, há voto para ganhar, mas será que não seria melhor fazer construir uma audiência pública, fazer uma discussão maior?

V. Exª está com a palavra, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, vou ser bem rápido.

Ouvi, com atenção, os argumentos dos Srs. Senadores. Confesso que não sou técnico em eletrônica, eletrotécnico, não tenho o conhecimento do Senador Walter Pinheiro, mas o aspecto que precisa ser ressaltado aqui, também, é o constitucional. Não cabe ao Estado adentrar esse tema. Essa é a minha posição.

Daqui a pouco, vamos começar a proibir, por exemplo, festas natalinas. Tenho certeza de que os enfeites de natal espalhados pelo Brasil gastam mais energia do que o *stand by* de um aparelho eletroeletrônico. Daqui a pouco, vamos proibir...

E há outros mecanismos, para economizarmos energia, que é a intenção de S. Exª, o Senador Paulo Paim. Mais uma vez, quero ressaltar a importância do tema debatido, a necessidade de economizarmos energia, mas o Estado não pode superar alguns limites. Cabe ao cidadão consumidor escolher o que é melhor para ele.

Dessa feita, Sr. Presidente, o interessante seria que esse projeto fosse votado, para que esta Comissão pudesse buscar outros meios de fazer com que nosso País economizasse energia.

Eu poderia citar outros temas, em que economizaríamos muito mais do que a situação de *stand by* de aparelhos eletroeletrônicos. E, mais uma vez, ressalto o mérito do debate trazido pelo Senador Paulo Paim, sobre a necessidade de analisarmos a economia de energia.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Com a palavra, o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Eu queria insistir na tese, até para entendermos melhor e votarmos com a consciência mais tranquila. Permita-me ser até abusado, retirar-me da condição de *stand by* e botar-me na linha justa.

Minha preocupação, quero tocar nisso de forma muito tranquila... Sei que as intenções do Senador Paulo Paim estavam voltadas para a redução do consumo de energia.

O processo de eficiência energética, que é diferente dessa ideia de redução do consumo, é fazer exatamente a otimização do uso, a que se referiu aqui o nobre Senador Marcelo Crivella. Fizemos isso. E nenhuma geladeira, por exemplo, precisa ser retirada da tomada. Ela é, inclusive, comandada, numa linguagem mais antiga e conhecida por todo mundo, pelo velho relé, substituído hoje. Todo mundo, de vez em quando, ouvia aquele "taque" da geladeira, retomando, mantendo o processo de eficiência da câmara fria. Ele é usado não só para preservar os alimentos, mas também para se fazer melhor uso da energia.

E, no caso, o processo conhecido por todos nós por *stand by*, além de servir para as programações ou para o uso de aplicativos em equipamentos, serve como proteção para os diversos componentes de circuitos.

Todas as vezes que uma pessoa liga um aparelho, ou se a pessoa liga um interruptor para acender uma lâmpada... Basta a gente partir deste raciocínio – uma lâmpada que é acesa: a partir de diversas movimentações no interruptor, a vida útil dessa lâmpada é reduzida. Não é por acaso. Ela é reduzida porque, a cada momento que aciono um equipamento, a corrente inicial, o pico, não só do ponto de vista da chegada da tensão, mas principalmente da carga, vai para o extremo da capacidade que suporta esse circuito. Um circuito é feito para funcionar medianamente, e não com corrente de pico. Por isso, a oscilação.

Eu me lembro, Sr. Presidente, de uma época que saiu a venda de estabilizadores. Aí, o cara pintava umas cores e dizia que aquele estabilizador era para TV em cores – colocava as três cores lá. Não existe estabilizador para TV em cores; existe estabilizador para tensão. Então, é óbvio que aí... É para essa história que quero chamar a atenção, pois, na minha opinião, há erro de construção do projeto. É nisso que estou insistindo. Estou falando, não como técnico, mas como legislador.

Portanto, entendo que a forma como estamos redigindo o projeto traz problemas. Então, ou poderíamos manter essa estrutura de *stand by* para tentar conversar com o Paim e dizer a ele que não dá, ou mesmo sabendo que podemos perder a oportunidade, continuo convencido de que o melhor desse projeto é que tenhamos a oportunidade de reescrever outra matéria sobre esse tema, e a indicação que o projeto aponta nos levará fatalmente a cometer erros. Essa é a minha avaliação do ponto de vista da produção legislativa para isso. Então, eu tendo a ter a posição mais de reprovação da matéria do que qualquer outra coisa.

Nós não vamos fazer isso no passo seguinte, de sentar, rever essa matéria, recosturar e tal. Como disse muito bem o meu colega Vital do Rêgo, nós vamos colocar ele na gaveta – não é nem *stand by* –, tirar da

tomada, colocar na gaveta, guardar lá para um dia, sabe-se lá quando, só uma resposta.

Então, acho que a gente pode conversar com o Paulo Paim e até reeditar uma matéria dessas com um caráter um pouco mais abrangente, tentando dialogar com essas facetas, para a gente não ficar impondo – não é só indústria –, aí, às vezes, até criando um nível de satisfação para alguns consumidores, e essa satisfação não vai processar-se. Essa é a minha leitura acerca do resultado disso. O efeito prático para a economia que se pretende com essa medida, não minha opinião, não é alcançável a partir dos elementos que há nesse projeto.

Era isso, Sr. Presidente. Eu queria aportar a minha impressão. Portanto, não necessariamente é o resultado, mas a forma como enxergo essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Muito bem. Agradecemos ao Senador Walter Pinheiro.

Continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Votação dos projetos.

Os Senadores que concordam com o parecer pela rejeição do projeto, ou seja, concordam com o parecer pela rejeição, do Senador Pedro Taques, votam "Não". Os Senadores que votam pela aprovação do texto do autor, Senador Paulo Paim, votam "Sim".

Estamos em processo de votação.

Como vota a nobre Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – A Senadora Angela Portela vota "Não".

Como vota o Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Eu voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) –Vota "Não".

Nobre Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Eu acompanho o Relator, Sr. Presidente, e voto "Não".

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Walter Pinheiro vota "Não".

Voto conhecido do Senador Pedro Taques.

Nobre Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, eu gostaria de, ao acompanhar o Relator, fazer uma solicitação verbal à Mesa: que, por força do mérito da iniciativa, convoquemos uma audiência pública com empresas e órgãos envolvidos para tratar dessa matéria. Parabenizo esse extraordinário engenheiro eletroeletrônico, chamado Walter Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – A matéria já está em processo de votação. O Senador Vital do Rêgo votou com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – A matéria está em processo de votação.

Em seguida, o Senador Vital do Rêgo votou com o Relator.

Nobre Senador Cyro Miranda? (*Pausa*.)

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Com o Relator.

Nobre Senador Flexa Ribeiro? (*Pausa*.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Com o Relator.

Nobre Senador Marcelo Crivella? (*Pausa*.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, aplaudindo nosso companheiro Paim pela sua iniciativa e pelo seu interesse, voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Com o Relator.

Nobre Senador Ivo Cassol? (*Pausa*.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Nobre Senador Aloysio Nunes Ferreira? (*Pausa*.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim. Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Nobre Senador Valdir Raupp? (*Pausa*.)

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Senador Valdir Raupp, com o Relator.

A matéria foi aprovada. O voto do Relator foi aprovado por unanimidade.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Tem a palavra pela ordem o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pediria a V. Exª que, ouvido o Plenário, pudéssemos incluir extrapauta dois projetos que estão prontos, já distribuídos e que tratam de duas renovações de outorga para dois sistemas de comunicação no Pará.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Consulto o Plenário a respeito do extrapauta pedido pelo Senador Flexa Ribeiro.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Está autorizado.

Com a palavra o nobre Senador Flexa Ribeiro.

ITEM 01

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 17, DE 2011

Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao SNC – SISTEMA NORTE DE COMUNICAÇÃO LTDA.para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marabá, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Favorável

ITEM 02

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 18, DE 2011

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CLUBE DO PARÁ PRC-5 LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Belém, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Favorável

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 17, de 2011 (nº 2.523, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à SNC – Sistema Norte de Comunicação para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Marabá, no Estado do Pará.

II – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 17, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnicas legislativas, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à SNC – Sistema Norte de Comunicação para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marabá, Estado do Pará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O segundo diz respeito ao Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 18, de 2011 (nº 2.530, de 2010, na Câmara dos Deputados) que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Clube do Pará PRC-5 Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Belém, Estado do Pará.

A Rádio Clube do Pará PRC-5 Ltda. é a rádio mais antiga de Belém. E também o voto é pela aprovação.

Agradeço aos meus Pares por terem permitido a inclusão extrapauta e ao Senador Cícero Lucena, que foi o Relator *ad hoc* dos dois projetos que estavam em pauta, o item 18 com a Rádio da Associação Comunitária Beneficente Santos Dumont, no Município de Redenção; e a Rádio Comunitária da Associação Solidária de Pais e Amigos de Pessoas com Necessidades Especiais, na cidade de Belém do São Francisco, em Pernambuco. Todos já foram aprovados.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Está em discussão os dois relatórios proferidos pelo nobre Senador Flexa Ribeiro, demonstrando a força que mantém nesta Comissão, mesmo deixando de ser Presidente, pois mantendo um quorum alto, coloca as matérias de interesse do Estado, principalmente da capital, Belém do Pará.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Senador Anibal Diniz? (*Pausa.*)

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Senador Walter Pinheiro? (*Pausa.*)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Senador Valdir Raupp? (*Pausa.*)

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Senador Pedro Taques? (*Pausa.*)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Senador Cyro Miranda? (*Pausa*.)

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Senador Flexa Ribeiro? (*Pausa*.) O voto já é conhecido.

Senador Marcelo Crivella? (*Pausa*.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Senador Ivo Cassol? (*Pausa*.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) –Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Senador Aloysio Nunes Ferreira? (*Pausa*.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim. Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF) – Portanto, as matérias foram aprovadas: o Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 2011; e o Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 2011.

Agradeço a todos os Srs. Senadores.

Há requerimentos que serão colocados em votação.

ITEM 4

- Não Terminativo -

REQUERIMENTO Nº 18, DE 2011 – CCT

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada audiência conjunta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE e da Comissão de Ciência,Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com o objetivo de levar ao conhecimento destas Comissões um trabalho coordenado no país pelo Prof. Dr. Miguel Nicolelis, que faz o "uso democrático da ciência para transformação social e econômica do Brasil", com os seguintes convidados: 1. Prof. Dr. Miguel Nicolelis – pesquisador na Universidade Duke; membro dasAcademias Brasileira, Francesa e do Vaticano de Ciências; criador do Instituto Internacional deNeurociências de Natal Edmond e Lilly (IINN-ELS). 2. representante do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT. 3. Representante do Ministério da Educação.

Autoria: Senadores Walter Pinheiro e Wellington Dias

Em votação o requerimento. *(Pausa.)*

Aprovado.

O próximo requerimento é de autoria do nobre Senador, nosso Presidente, Eduardo Braga, assinado também por mim.

ITEM 5

- Não Terminativo -

REQUERIMENTO Nº19, DE 2011 – CCT

Requeiro, com amparo no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do RegimentoInterno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Ciência,Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para avaliar as ações desenvolvidas no âmbito doPlano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação (PACTI) no período de 2007 a 2010, tendo comoconvidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante.

Autoria: Senador Eduardo Braga

Novamente coloco em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

ITEM 7

- Não Terminativo -

REQUERIMENTO Nº20, DE 2011 – CCT

Requeiro, nos termos regimentais, o aditamento ao Requerimento 08, de 2011, que solicita a realização, noâmbito desta Comissão de Ciência,Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, de Audiência Pública, para debater o conteúdo e a forma de encaminhamento da proposta do Marco Civil da Internet,em elaboração pelo Governo Federal, para a inclusão, como convidados, do Presidente da Associação da Rede Global Info de Provedores, o Senhor Magdiel Santos e do Diretor Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal -SindiTelebrasil, o Senhor Eduardo Levy.

Autoria: Senador Walter Pinheiro

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. *(Pausa.)*

Aprovado.

Antes de colocar o item 8 – eu deveria ter feito esta comunicação há pouco – o SindiTelebrasil, o sin-

dicato que V. Exª faz referência em outro ofício, está convidando todos os membros desta Comissão, o que nos foi informado pelo nobre Presidente da Comissão, Eduardo Braga, no dia 17 próximo, na semana que vem, na terça-feira, para um compromisso com todos os presidentes e diretores das empresas, do sindicato patronal, de todas as empresas de comunicação do Brasil. Será realizado um jantar com esta Comissão, para eles falarem sobre o processo de banda larga e para uma aproximação com os membros desta Comissão e de outras comissões, mas principalmente com os desta Comissão. O convite já deve ter sido distribuído a todos os senhores, será no dia 17 de maio, às 20h30, no Hotel Mercure Brasília, restaurante, no Setor Hoteleiro Norte. Divulgo o convite. Estamos convidando as pessoas para vir aqui, e eles estão nos convidando para irmos até lá.

O próximo e último requerimento é do Senador Walter Pinheiro. Desculpe-me, Senador Walter Pinheiro, é o item 8.

ITEM 8

- Não Terminativo -

REQUERIMENTO Nº 21, DE 2011 – CCT

Requeiro, com amparo no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para analisar e debater a relação entre atividades de ciência, tecnologia e inovação e a promoção do desenvolvimento. A título de sugestão, apresentarão seus pontos de vista os seguintes convidados: Mauro Borges Lemos, Presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI); Mario Neto Borges, Presidente do Conselho nacional das Fundações de Amparo à Pesquisa (CONFAP); José Eli da Veiga, Professor do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e ontabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP) e Pesquisador do Núcleo de Economia socioambiental (NESA/FEA/USP).

Autoria: Senadores Eduardo Braga e Anibal Diniz

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. *(Pausa.)*

Aprovado.

O item 6 foi retirado de pauta na reunião de hoje, a pedido do nobre Senador José Agripino, para ser colocado novamente na próxima reunião.

Senador Walter Pinheiro, com a palavra.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, eu queria manifestar-me aqui acerca de um debate, cujo processo esta Comissão inclusive abriu, que envolve o conhecidíssimo PL nº 116, motivo até de algumas polêmicas, nos últimos quinze dias, pela imprensa e por coisas do gênero.

Eu continuo, Sr. Presidente, com a posição de que é importantíssima a apreciação dessa matéria, que não é uma matéria solta, que não é um projeto que se relacione exclusivamente com TV por assinatura. Na realidade, estamos discutindo um projeto que trata do audiovisual, que trata do conteúdo, que trata da convergência de mídia, que trata, na minha opinião, de um dos pilares desse poderoso debate que tomou conta da sociedade, que diz respeito a acesso e banda larga. Portanto, é mais uma ferramenta. E eu sinto que há uma certa névoa e, ao mesmo tempo, um certo temor nesse debate.

Posso falar disso até com a tranquilidade de quem acompanhou, ao longo dos últimos quatro anos, essa matéria na Câmara dos Deputados – sou autor de um dos projetos que deram origem ao 116.

Estou insistindo, Sr. Presidente, porque nós tínhamos feito um acordo, com a Comissão de Constituição e Justiça, para a realização de uma audiência pública para debater essa matéria. Eu ainda insisti com os presidentes, com o Líder do Governo aqui no Senado, para que pudéssemos conversar com os atores dessa área. E aí, para que V. Exª tenha uma ideia, se somarmos todas as receitas dos setores envolvidos, eu poderia dizer a V. Exª, sem medo de errar, que nós estamos falando de um setor que movimenta – não o setor de televisão por assinatura, estou falando dos setores envolvidos; desse, inclusive, que V. Exª acabou de convidar para um diálogo – algo em torno de R$150 bilhões de arrecadação e que envolve o setor de telecomunicações, o setor de radiodifusão do Brasil, a produção cultural. Então, não é um setor qualquer.

Esse projeto associa-se à iniciativa do Governo em buscar a chamada última milha, apontando para a gente atender banda larga, chegar à casa do cidadão, levar-lhe a tão desejada banda larga de pelo menos 1 mega, como pede a nossa Presidenta Dilma.

Então, eu queria insistir, Sr. Presidente, até por conta dessas notícias. Ontem, já saiu a notícia: a Anatel avisa que vai posicionar-se. Eu não estou aqui fazendo o jogo contra a Anatel: a Anatel não pode posicionar-se sobre essa matéria. A minha opinião é: a Anatel tem de posicionar-se. Só que a Anatel não é elaboradora de

políticas para esse setor. A Anatel, na minha opinião, é agência reguladora. A Anatel tem de posicionar-se sobre matérias que dizem respeito a funcionamento, regulação, competitividade e até a esse chamado uso do espectro de frequência, processos que envolvem o setor de comunicações e de telecomunicações no Brasil.

Não creio que seja também nenhum comparativo com o que já aconteceu aqui na Casa: "Ah, o Congresso não se posiciona, o Judiciário vai lá e toma a decisão". Não é isso. Agora, nós precisamos interferir nessa política. O Ministério respondeu ontem, dizendo que o Ministro, por meio de seu secretário executivo, que o Ministério continua com o desejo de ver aprovada essa matéria, ou pelo menos de ser discutida pelo Congresso Nacional essa matéria.

O meu desejo, inclusive, não é passar o rodo, não é votar a matéria por votar, mas é a gente abrir o processo: vamos lá, vamos conversar com as partes sobre o que falta, efetivamente, para que a gente possa entregar à sociedade brasileira mais uma etapa nessa área de comunicações, de telecomunicações e de radiodifusão.

Portanto, eu queria que V. Exª pudesse agora, já na ocupação do cargo máximo desta Comissão, em conjunto com o nosso Presidente, que tem feito todo o empenho para que as coisas se adiantem.

Agora, temos mais a Comissão de Educação, que, ontem, o meu Presidente me informou que vai também pleitear audiência pública, o Senador Roberto Requião, e a idéia é que tenhamos a oportunidade juntos – CCJ, CCT e a Comissão de Educação – de marcar. Vamos lá! Vamos receber! Se há críticas, se há gente que quer, que não quer, vamos auscultar! Vamos permitir que essas coisas aflorem, mas vamos debater a possibilidade de entregar uma parte desse marco regulatório e o caminho para uma área que, na minha opinião, é importantíssima nesse estágio.

Então, é fundamental que fizéssemos isso e não ficássemos só reclamando nos corredores – "Ah! O Romero está avisando que vai votar urgência! " e tal -, como se fosse algo até inconcebível para a estrutura da Casa Legislativa votar-se urgência. É uma ferramenta. É um instrumento.

Então, se não queremos isso de forma açodada, como alguns levantam, então, vamos, de forma mais célere, discutir a matéria, permitir esse debate, ver quais são os ajustes ou não ajustes necessários, para que a gente possa, de uma vez por todas, entregar essa legislação e até permitir que a Anatel, depois disso, tome uma atitude.

Estou dizendo isso, porque já tivemos problemas. A Anatel já se posicionou sobre essa matéria. O Presidente Sardenberg anunciou, se não me falha a memória, ontem ou segunda-feira, que vai marcar, para o dia 18, dia 15 – sei lá que dia! – com o Conselho da Anatel para pegar e deliberar sobre essa matéria, tal, tal e tal.

Quero inclusive, de novo, dizer da minha discordância desse encaminhamento. Quero dialogar com a Anatel e com o Ministério e ir na linha do que o Ministro disse nesta Comissão, ou seja, que faria inclusive, de forma cada vez mais ajustada ao Parlamento, o debate sobre os principais temas, para ir ajustando-os à nossa Legislação e criando as condições para atendermos principalmente o desejo da sociedade.

Volto a insistir. Esse é um elemento que ajuda, meu caro Senador Aníbal – vocês, do Norte, que tanto reclamam por banda larga, e nós também, lá no Nordeste.

Acho que essa é uma etapa que viabiliza, para não ficarmos nessa história de promessa de operadora. Não sei quem vai botar; vamos ver; vamos pressionar. Nós acrescentamos mais uma estrutura, para dizer, como elemento – aí sim – de pressão: "Vamos trabalhar com esse setor aqui, que é a convergência de mídia, mas com a finalidade de principalmente atender a banda larga como elemento de inclusão."

Queria fazer esse apelo a V. Ex.ª, para que tivéssemos oportunidade de discutir essa matéria. Já conversei com o Senador Eunício Oliveira. O nosso Presidente está sintonizadíssimo nessa questão, mas precisamos encontrar o caminho. Pelo menos, vamos traçar o nosso calendário. Se é votado daqui até o ano 2030, então vamos fazer o nosso calendário sobre essa questão. Se é para votar daqui a três dias, idem. Se é para fazer ausculta, se é para fazer audiência, vamos dar um norte nesta questão.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim Argello. PTB – DF.) – Senador Walter Pinheiro, o tema que V. Exª levantou é muito importante. V. Exª está colocando que, mais uma vez, primeiramente, a proteção feita e avisando para o País, principalmente para a nossa Comissão, mas para o Senado, para o Parlamento e para todo o País, da necessidade de realmente enfrentarmos esse problema.

O que não pode agora acontecer é a Anatel ditar novamente regras. Daqui a pouco, o Poder Judiciário, novamente; e o Parlamento, por demora, ou porque ninguém quer colocar esse tema em pauta, pois o País necessita tanto. Escutamos aqui o Ministro Aloizio Mercadante falando, e V. Exª agora, voltando a esse tema. Ele é muito importante.

Quero, de pronto, dizer que acompanho não só pelo seu conhecimento técnico, mas também agora pela preocupação com o Parlamento de, mais uma vez,

vermos que estamos seguindo leis que outros deveriam ter feito isso aqui. Nós deveríamos ter enfrentado isso.

Então, também, a partir de agora, na condição de Vice-Presidente nesta Comissão, de Líder do PTB nesta Casa, onde temos a 3ª Bancada de Apoio ao Governo e a 4ª Bancada do Senado Federal, vou lutar pela urgência na votação deste Projeto, ou, pelo menos, que possamos fazer uma discussão deste Projeto.

Acompanho *ipsis litteris* o que V. Exª colocou. Se não conseguirmos marcar, nesses próximos 30 dias, essas audiências públicas, com todas as Comissões, vou defender que vá direto ao Plenário.

Vamos fazer esse debate o mais rápido possível, porque, se não, mais uma vez, o Parlamento vai ser atropelado ou pelo Judiciário, ou por uma agência reguladora, e não faz sentido que a gente não possa enfrentar esse problema.

Agora há pouco, tivemos o exemplo desse projeto do Paulo Paim, em que havia opiniões divergentes da do Senador Pedro Taques, mas colocamos em votação. Isso é o processo democrático. Vamos, cada um, colocar nossas ideias e vamos debater e ver onde está o melhor para a população brasileira.

A Câmara passou quatro anos debatendo, e esse projeto tem um ano que já está no Senado – vai fazer um ano que já está no Senado – e tem que ser enfrentado sim. Muito obrigado a todos, então. Os Itens nºs 1 e 2, então, estão adiados. Muito obrigado a todos e até mais tarde.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 10horas e 58minutos)

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 2011

Às nove horas e dezesseis minutos do dia dezoito de maio de dois mil e onze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Anibal Diniz, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Paulo Paim, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol e Benedito de Lira, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Walter Pinheiro, Lobão Filho, José Agripino, Gim Argello e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Braga, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que "Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para instituir a obrigatoriedade de as prestadoras de serviços de telecomunicações oferecerem planos de serviço para atendimento específico de pessoas com deficiência auditiva ou da fala." O relator designado é o Senador Paulo Paim e o parecer é favorável, incorporando a Emenda n.º 01– CDH. É aprovado o Requerimento nº. 22, de 2011-CCT (item 3 extra pauta), de autoria do Senador Paulo Paim, para realização de audiência pública. A matéria ficará sobrestada na Comissão até a realização da audiência. **Item 2: PDS nº 694, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Sistema Hélio de Comunicações – ACSHC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Paulo Paim e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 3: PDS nº 23, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Caraça de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Paulo Paim e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 4: PDS nº 118, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Difusora São Joaquim Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Joaquim, Estado de Santa Catarina." O relator designado, ad hoc, é o Senador Vital do Rêgo e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 5: PDS nº 603, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Jornal de Sergipe Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe." O relator designado, ad hoc, é o Senador Anibal Diniz e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 6: PDS nº 44, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária da Cidade de

Quixaba para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quixaba, Estado da Paraíba." O relator designado é o Senador Vital do Rêgo e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 7: PDS nº 45, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Sociedade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Pedro Taques e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 8: PDS nº 1020, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores do Terceiro Distrito de Aliança para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aliança, Estado de Pernambuco." A relatora designada é a Senadora Ângela Portela e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 9: PDS nº 321, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Bela Vista – ACBV para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco." O relator designado, ad hoc, é o Senador Rodrigo Rollemberg e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 10: PDS nº 24, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ARCOP – Associação Radiodifusora Comunitária de Parauapebas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Parauapebas, Estado do Pará." O relator designado, ad hoc, é o Senador Rodrigo Rollemberg e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 11: PDS nº 48, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Litorânea de Rádio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba." O relator designado, ad hoc, é o Senador Pedro Taques e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 12: PDS nº 449, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Terra FM de Goiânia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 13: PDS nº 520, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores do Bairro Novo Horizonte para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itumbiara, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 14: PDS nº 523, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação e Cultura de Novo Brasil – ASCON para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Brasil, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 15: PDS nº 525, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão do Bairro de Ipanema (RVS FM) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Valparaíso de Goiás, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 16: PDS nº 605, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Rio Sul Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Resende, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado, ad hoc, é o Senador Ciro Ngueira e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 17: PDS nº 8, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Organização Raízes da Barra para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jacinto, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Ciro Ngueira e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 18: PDS nº 58, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Vale Aprazível Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Jaguaquara, Estado da Bahia." O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 19: PDS nº 320, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

(CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Capital de Difusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 20: PDS nº 497, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural, Educativa e Desportiva "Monsenhor Jadir Brandão Costa" para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Felixlândia, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Ivo Cassol e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 21: PDS nº 376, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Comunicação de Timóteo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Timóteo, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Ciro Nogueira e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. **Item 22: PDS nº 377, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação das Famílias Carentes de São João das Missões para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João das Missões, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Ciro Nogueira e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Nesse momento, os Senhores Senadores Ciro Nogueira, Eduardo Braga e Paulo Paim requerem, oralmente, a inclusão extra pauta de Projeto, Ato e Requerimento, com o que todos concordam. **Extra Pauta, Item 01: Projeto de Decreto Legislativo n.º 61, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cidade Verde de Teresina Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Teresina, Estado do Piauí." O relator designado é o Senador Ciro Nogueira e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis, com abstenção do Senador Ricardo Ferraço. **Extra Pauta, Item 02: Ato n.º 1, de 2011 – CCT,** de caráter não terminativo**,** de autoria da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (SF), que "Disciplina os procedimentos a serem observados nas designações de relatoria dos Projetos de Decreto Legislativo de outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão e de sons e imagens". Foi designado como relator, o Senador Pedro Taques. **Extra Pauta, Item 03: Requerimento n.º 22, de 2011 – CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim que requer "..., nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública, para instruir o PLS 238, de 2008, de autoria do Senador Flávio Arns, que 'Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para instituir a obrigatoriedade de as prestadoras de serviços de telecomunicações oferecerem planos de serviço para atendimento específico de pessoas com deficiência auditiva ou da fala', os convidados serão indicados posteriormente". O requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às dez horas e dezoito minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal. – Senador **Eduardo Braga**

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza hoje, 18 de maio de 2011.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Dispensada a leitura, a ata será publicada no Diário Oficial do Senado Federal.

Comunicado da Presidência:

Expediente recebido: Ofício nº 41, de 2011, gabinete do Ministro do Ministério das Comunicações, Exmº Sr. Paulo Bernardo Silva, Ministro de Estado das Comunicações, encaminhando Nota Técnica nº 39/2011, da Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica com esclarecimento sobre a solicitação desta Comissão de envio de demonstrativos financeiros constantes dos autos do processos licitatórios de empresas adquirentes de outorgas de radiodifusão.

Informo, outrossim, que consta da Nota Técnica nº 39, de 2011, o demonstrativo das empresas constantes dos seguintes processos legislativos: aí estão relacionados 36 processos legislativos, que vão desde o PDS 514, de 2006, até o PDS 113, de 2011.

É importante destacar, Srs. Senadores, que essa talvez seja a mais eficiente e a mais concreta vitória que

esta Comissão alcançou diante dos últimos episódios que envolveram os ditos "laranjas" em outorgas de radiodifusão, porque, pela primeira vez, nossos processos serão colocados com toda capacitação financeira daqueles que venceram as outorgas, ilidindo, de uma vez por todas, a possibilidade de que essas outorgas tenham sido alcançadas por alguém que não tenha capacidade de instalá-las, fazendo vezes, portanto, de prepostos de terceiros ou de terceirização, de utilização de "laranjas".

Desde o início dos debates, em audiências públicas, em esforço de trabalho nesta Comissão, ficou sempre muito claro que, se houvesse uma vontade política de, de uma vez por todas, fazer o cruzamento das informações fiscais para que se pudesse evitar, de uma vez por todas, o uso de prepostos para outorgas, que esta Casa e os Srs. Senadores ficariam absolutamente confortáveis para poder analisar com tranquilidade as outorgas do ponto de vista da capacitação financeira e da legalidade dos investimentos propostos por aqueles que ganharam as licitações.

Portanto, com bastante alegria, comunico a esta Comissão que o corpo técnico da Comissão de Ciência e Tecnologia já está desde ontem trabalhando nos processos de outorga, nesses 36 processos de outorga, para que nós possamos inserir todas essas informações.

Houve, inclusive, pretendentes de outorgas que encaminharam espontaneamente, Senador Pedro Taques, a esta Comissão documentos da sua declaração de Imposto de Renda e da sua comprovação de renda. Ao tomarem conhecimento pela imprensa das informações que esta Comissão gostaria de obter para poder ter tranquilidade na aprovação dos processos, houve empresários que deram entrada no protocolo desta Comissão de cópia da suas declarações de Imposto de Renda, de comprovação da sua capacidade financeira, o que mostra que a sociedade tem acompanhado e tem estado atenta aos debates desta Casa e desta Comissão, que apoia e que acredita que esse é um bom mecanismo e um bom caminho para que se possa, de uma vez por todas, resolver essa questão.

Dado esse informe aos Srs. Senadores, a equipe técnica de Consultoria desta Casa encaminhará aos Srs. Relatores, a partir de amanhã, creio eu, os processos de outorga já com toda documentação da capacidade financeira de cada um dos pretendentes.

Apenas para informar ao nosso Senador Vital do Rêgo, que nos dá a alegria da sua presença nesta Casa, registro, Senador, aos membros desta comissão que, de forma inédita, esta comissão recebeu, no dia de ontem, toda a documentação de comprovação da capacitação financeira dos pretendentes à outorga, em número de 36, que tramitava nesta Casa.

Com isso, serão recolocados todos os documentos dentro do processo que um dos Senadores relatará, para que, no prazo de 15 dias, de acordo com o Regimento, nós possamos ter todos os processos relatados. A partir daí, com absoluta rotina de procedimento, nenhum outro processo será distribuído aos Srs. Parlamentares sem que venha acompanhado da capacitação financeira daqueles que pretendem as outorgas.

As informações serão anexadas, como eu disse, aos respectivos projetos de decretos legislativos, que, por sua vez, serão devolvidos aos relatores anteriormente designados.

Dando prosseguimento a esta reunião, passaremos ao item...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, só gostaria de cumprimentar V. Exª e o grupo de trabalho que elaborou aquele relatório com aquelas recomendações. O que demonstra que esta comissão está cumprindo seu papel constitucional. Não podemos aqui nos transformarmos e continuarmos a ser simples carimbadores do que vem do Executivo.

Com esta documentação, nós teremos o início, e olha que estou usando o termo correto, o início da efetivação do papel desta comissão neste tema. Nesta documentação, eu penso, nós descobriremos algumas coisas fantásticas a partir de sua análise, mas é o início de um trabalho. Mas já demonstra que nesta Sessão Legislativa, desta 54ª Legislatura, a CCT está exercendo seu papel constitucional.

Faltou, se V. Exª me permite, a questão do cadastro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Bem lembrado por V. Exª. O Senador Pedro Taques lembra que, quando da audiência pública, o Ministério das Comunicações anunciou para nossa comissão que, no dia 15 de maio, disponibilizaria na Internet o cadastro de todas as outorgas, renovações de outorgas, ampliação de potência, substituição societária, todas as informações. Àquela altura, inclusive, indagamos, porque dia 15 seria um domingo. Aí, o representante do Ministério das Comunicações informou que seria no dia 16.

Pois bem, exatamente no final do dia 16, não tendo ocorrido o que houve de compromisso junto a esta comissão, a secretaria desta comissão se manifestou

oficialmente ao Ministério das Comunicações, por meio de *email*, encaminhando cópia taquigráfica inclusive da fala do representante do Ministério, o Sr. Genildo Lins de Albuquerque Neto, em que textualmente diz:

"Estamos preparando, e vou dar uma data: 15 de maio. No dia 15 de maio – acho que é um sábado – então deve ser na segunda-feira, estará na Internet a relação de todas as outorgas, com nome fantasia, frequências outorgadas e seus sócios. Isso não foi feito antes, porque o sistema que temos é pouco amigável em termos de informática. Então, o que tivemos que fazer? Extrair manualmente todos os dados e colocá-los no pdf para divulgar, mas, em dois anos, isso será automaticamente divulgado na Internet e qualquer pessoa poderá fazer pesquisa e cruzamento de dados no sistema."

Bem, não ocorrendo o prometido, nós encaminhamos *e-mail* ao Sr. Genildo, porque, até então, também não havia nos enviado a documentação financeira, dizendo o seguinte: cumprindo determinação do Sr. Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação e informática, Senador Eduardo Braga, e conforme contatos telefônicos com Cristian Cunha e com V. Sª, solicito a gentileza de informar em um prazo a resposta ao ofício número tal – o ofício anterior – que tratava dos demonstrativos financeiros.

Aproveito a oportunidade para solicitar informações a respeito da notícia passada por V. Sª por ocasião da audiência pública realizada por esta comissão naquela mesma data em que se discutiram denúncias sobre a utilização de empresas em nome de laranjas para comprar concessões de rádio e televisão nas licitações públicas realizadas pelo governo federal e de que a partir do dia 15 de maio estaria na Internet a realização de todas outorgadas com o nome fantasia freqüência outorgada e seus sócios e caso já esteja disponível qual o endereço eletrônico para que possamos consultar.

Isso foi respondido. Responde ao ofício numero tal apenas sobre demonstrativos financeiros, mas não trata da questão do cadastro. Esta comissão continua fazendo diligências juntos ao Ministério das Comunicações para que possamos avançar com relação a essa questão que é fundamental para garantir transparência a esta questão de outorgas de uma vez por todas.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Pela ordem, Sr. Presidente. O objetivo do pedido desta palavra é para cumprimentar esta comissão e nela a pessoa de V. Exª pelo extraordinário trabalho e rapidez e eficácia dos resultados. A menos de um mês, a Imprensa nacional divulgou a suspeita de concessões a pessoas não habilitadas ou laranjas funcionando na titularidade de empresas de radiodifusão no País. Imediatamente, a comissão provocou a criação de grupo de trabalho de forma forte, dura, decisiva; obstruiu toda a votação e apreciação dos termos de outorga que estavam para ser feitos, convocou o governo a uma parceria, e os resultados estão aí. Nós já recebemos a primeira parte do processo de informação que é necessário, imprescindível à formação de nosso juízo de valores a respeito dessas outorgas. Com o cadastro que V. Exª continuará perseguindo, vamos completar esse processo para que esta comissão tenha tranqüilidade na aprovação dos feitos. Isso demonstra de forma inédita a agilidade da CCT nesta legislatura e o equilíbrio com que V. Exª está conduzindo esta comissão. Parabéns a V. Exª e aos membros da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga Bloco/PMDB – AM) – Eu agradeço ao Senador Vital do Rêgo e compartilho isso com todos os companheiros desta comissão. Acrescento que esta comissão, de forma simples, humilde, singela, marcou grande tento e grande posição nesta Casa. Há anos se discutia essa questão do coronelismo eletrônico, dos laranjas ou acerolas, seja qual for a fruta colocada para a questão da outorga; muito se discutia, mas pouco se fazia de concreto para elidir e se acabar de uma vez com isso. Acho que medidas simples, cartesianas, objetivas, estão blindando esta Comissão, o Senado da República e os Srs. Senadores de possíveis outorgas que tivessem um vício de origem quanto aos seus licitados ou vencedores das suas licitações.

No entanto, isso não impede que outros crimes possam acontecer. Isso não impede que outros crimes venham a acontecer no descumprimento da legislação vigente e no descumprimento, inclusive, de marco regulatório do setor.

No entanto, um desses ilícitos, a partir de agora, é praticamente impossível. Por quê? Porque, se há capacitação financeira, laranja ele não é. Ele pode até cometer outro ato ilícito, mas não será aquele de ele não ter a capacidade financeira para implementar a radiodifusão. E a partir daí, quero também dizer aos Srs. Senadores que, no relatório do grupo de trabalho apresentado pelo Senador Walter Pinheiro, aprovado por esta Comissão, nós teremos que sugerir à Casa a elaboração de uma nova resolução sobre o tema, resolução, que dará, de fato e de direito, todas as exigências que nós, na prática, já estamos implementando nesta Comissão.

E aí eu queria fazer uma consulta aos Srs. Senadores antes de iniciar a deliberação propriamente dita. É da tradição da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado da República que nenhum Senador relate processos dos seus Estados de origem.

No entanto, isso é um acordo de procedimento na CAE. Não há nenhuma norma, nenhuma regra que assim estabeleça. Isto acontece desde 1995, pelo que conseguimos levantar na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

A proposta que faria a V. Exªs, e queria consultar o Plenário, é: podemos reproduzir o mesmo acordo aqui na Comissão, de forma tácita, estabelecendo que nós, Senadores, não relataríamos outorgas, concessões ou renovações de outorgas, ou o que seja, de cada um dos nossos Estados e manteríamos isso como tradição, como é no caso da CAE, ou poderíamos fazer algo inovador, dando um passo a frente do que a CAE já pratica desde 1995. Se o Plenário desta Casa deliberar, fazer um ato desta Presidência, aprovado no Plenário, estabelecendo a norma de que os Senadores, na CCT, estarão impedidos de relatar projetos de outorga, renovação de outorga, concessões, etc, dos seus Estados de origem. Ambos nos satisfazem. Eu quero, portanto, deixar ao Plenário a alternativa de decidir pelo caminho ou da tradição ou de estabelecer um ato que deixe isso normatizado definitivamente.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PMDB – GO) – Isso foi uma reivindicação do Senador Aloysio Nunes e minha na época, porque a gente não se sentia à vontade de estar relatando projeto do próprio Estado, até para não haver pressões e outras coisas mais.

Concordo com o senhor. Eu, particularmente, optaria pela segunda, para ser uma inovação e um procedimento desta Presidência. Já que a outra vem desde 1995, nós faríamos a nossa aqui, que o senhor estaria já marcando um tento.

Esta é a minha opinião.

Obrigado.

(Falha na gravação.)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, penso, mais uma vez, voltando à primeira parte, que esta medida do grupo de trabalho é muito importante. Agora, esta Comissão precisa começar a agitar o tema do marco regulatório, para que nós possamos – e a raiz do problema é este – evitar monopólio, oligopólios nos sistemas de comunicação, através dos vários meios dominados pelos mesmos grupos econômicos, o que existe no mundo, mas existindo legislação em outros países. Aqui nós precisamos discutir isso, ressaltando, mais uma vez, que o Supremo Tribunal Federal já está julgando um caso, uma ação direta de inconstitucionalidade por omissão, manejado pelo PSOL. O advogado, nesse caso, é o Professor Dr. Fábio Konder Comparato, de São Paulo.

Se não tomarmos o cuidado, mais uma vez, o Supremo Tribunal Federal vai regrar na nossa frente, demonstrando que o Legislativo está sendo omisso. E, se existe algo omisso, isso não interessa, isso não serve para nada. Então, nós temos que buscar tratar desse marco regulatório para as telecomunicações.

Mas, no tocante à segunda parte, concordo inteiramente com a necessidade de que nós possamos elaborar uma normativa vindo da presidência, e o Plenário aqui da Comissão aprova. É mais salutar do que nós ficarmos em cima dos costumes, das tradições. Esse marco regulatório aqui, interno, é interessante, até porque, Sr. Presidente, a primeira característica e qualidade de qualquer julgador, não interessa se for um julgador administrativo ou não – e nós aqui, ao autorizarmos a concessão, estamos fazendo um julgamento – é a imparcialidade. E essa imparcialidade, essa capacidade subjetiva pode ser comprometida em razão de nós estarmos relatando projetos dos nossos Estados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Consulto o Plenário se estão de acordo com a propositura do Senador Cyro e do Senador Pedro, porque nós estamos aqui com o Ato nº 1, de 2011, da CCT, que disciplina os procedimentos a serem observados nas designações de relatoria de projetos de decretos legislativos de outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviço de radiodifusão sonora e de sons e de imagens.

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática resolve:

Art. 1º. De conformidade com o art. 104, "c", inciso VII, do Regimento Interno do Senado, e a Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, a fim de instruir parecer do Plenário da Comissão, designará que elaborará relatório prévio sobre pedido de outorga ou renovação de concessão, permissão e autorização para os serviços de radiodifusão de sons e de imagens.

Art. 2º. É vedada a designação a que se refere o art. 1º desse ato de Senador eleito pela mesma Unidade da Federação em que se localizar a prestação de serviço objeto do projeto de decreto legislativo em apreciação.

Art. 3º. Este ato entra em vigor na data da sua publicação.

Sala da Comissão etc.

Em discussão a proposta de redação. Eu gostaria de ouvir o Plenário, porque gostaria que um Senador pudesse ser indicado *a doc* para dar um parecer sobre este Ato da Mesa, para que ele seja referendado

pela sua admissibilidade, pela sua legalidade etc.. Se o Plenário assim concorda, eu nomearia relator *a doc* deste processo o Senador Pedro Taques, para que o Senador Pedro Taques, então, pudesse trazer, na próxima reunião, um relatório sobre a admissibilidade e a legalidade deste Ato da Mesa.

Se todos concordam, o Senador Pedro Taques é relator *ad hoc* da matéria.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Não poderia haver escolha mais acertada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Obrigado, Senador Anibal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Parabéns pela escolha também.

Presidente, só para tirar uma dúvida: os que já foram distribuídos continuam como estão?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Continuam como estão, à exceção de alguns cujo Relator pediu para que fossem redistribuídos, e nós já o estamos fazendo.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Inclusive, alguns, lamentavelmente, por questões de saúde. E aqui eu quero prestar a minha solidariedade e meus votos de pronto restabelecimento ao nosso colega Lobão, que sofreu um violento acidente, e, em função desse acidente, os seus processos todos foram devolvidos pela sua assessoria a esta Comissão, que já está procedendo à a redistribuição.

Senador Paulo Paim, seja bem-vindo.

Dando prosseguimento, portanto à pauta, vamos ao item 6.

ITEM 6

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 44, DE 2011

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Da Cidade De Quixaba para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quixaba, Estado da Paraíba.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Vital do Rêgo

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, vamos ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 44, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, de juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Quixaba para executar serviço de radiodifusão na cidade de mesmo nome no Estado da Paraíba.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Voto do Sr. Relator. Eu pediria apenas para acumularmos todos eles e, ao cabo, votaremos em bloco aqueles que têm parecer favorável e, por ventura, aqueles que tenham pareceres favoráveis também votaremos em bloco.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Concordo com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Vamos ao item Item 7 da pauta. Relator, Senador Pedro Taques.

ITEM 7

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 38, DE 2011

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Rádio Montanhesa Ltda. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Viçosa, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria**:** Senador Pedro Taques

Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, o projeto formalmente encontra-se perfeito, ao menos tendo em conta a documentação encaminhada pelo Ministério das Comunicações.

A Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara exarou seu parecer favorável. Conforme determina o Regimento Interno, esta é a Comissão com competência para analisar esse caso.

Desta feita, sem maiores delongas, passo ao voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 45, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Televisão Sociedade Ltda., para explorar serviços de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, na forma do projeto que veio da Câmara, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a S. Exª, o nosso Senador. Passamos ao próximo item da pauta.

É com parecer favorável, Senador? (*Pausa.*) Com parecer favorável do Senador Pedro Taques para o PDS nº 45, de 2011.

Passamos ao próximo item da pauta.

ITEM 8

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 1020, DE 2009

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Dos Moradores Do Terceiro Distrito De Aliança para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aliança, Estado de Pernambuco.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senadora Ângela Portela.

Relatório: Favorável

Com a palavra a nobre Relatora.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 1.020, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, de juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação dos Moradores do Terceiro Distrito de Aliança, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aliança, Estado de Pernambuco, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço à Senadora Angela Portela, registrando seu parecer favorável.

Passamos aos processos relatadores pelo Senador Cyro Miranda: Processos PDS nº 449/2010, 520/2010, 523/2010, 525/2010, Itens 12, 13, 14 e 15, respectivamente.

Item 12 da pauta.

ITEM 12

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 449, DE 2010

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Terra Fm De Goiânia Ltda. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Favorável

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, se o senhor me permitisse, eu leria as outras ementas, porque o voto é igual.

A próxima ementa seria outorga de autorização à Associação dos Moradores do Bairro do Novo Horizonte para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itumbiara.

ITEM 13

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 520, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Dos Moradores Do Bairro Novo Horizonte para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itumbiara, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Cyro Miranda.

Relatório: Favorável

A próxima seria Associação da Comunicação e Cultura do Novo Brasil – Ascom para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Brasil, Estado de Goiás.

ITEM 14

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 523, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à Associação De Comunicação E Cultura De Novo Brasil – ASCON para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Brasil, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Cyro Miranda.

Relatório: Favorável

E, no Item 15, nós temos a Associação Comunitária de Radiodifusão no Bairro de Ipanema, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Valparaíso.

ITEM 15

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 525, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária De Radiodifusão Do Bairro De Ipanema (RVS FM) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Valparaíso de Goiás, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Cyro Miranda.

Relatório: Favorável

Vamos ao voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria e não havendo reparos quanto ao aspecto de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação dos atos que renovam a permissão outorgada das rádios já mencionadas.

Portanto, somos de parecer favorável à aprovação dos Itens 12, 13, 14 e 15.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/ PMDB – AM) – Agradeço a V. Exª. Vamos ao Item 19 da pauta, Relator Senador Valdir Raupp: PDS nº 320/2010.

ITEM 19

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 320, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Capital De Difusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Valdir Raupp

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Nosso parecer é pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/ PMDB – AM) – Agradeço a S. Exª, o Senador Valdir Raupp e passamos ao Item 20 da pauta,

ITEM 20

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 497, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização À Associação Comunitária Cultural, Educativa E Desportiva "Monsenhor Jadir Brandão Costa" para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Felixlândia, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Ivo Cassol.

Com a palavra o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Opinamos pela aprovação do ato que outorga a autorização da Associação Comunitária Cultural, Educativa e Desportiva Monsenhor Jardim Brandão Costa para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Felixlândia, Estado de Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/ PMDB – AM) – Agradeço a V. Exª, Senador Ivo Cassol. O voto é, portanto, pela aprovação, favorável.

Passamos ao Item 2 da pauta.

ITEM 2

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 694, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Sistema Hélio De Comunicações – ACSHC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/ PT – RS) – Sr. Presidente Eduardo Braga, vamos ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 694, de 2010, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Sistema Hélio de Comunicações para executar serviço comunitário de radiodifusão na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo, originário da Câmara dos Deputados.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/ PMDB – AM) – Com o voto favorável do Senador Paulo Paim, vamos à votação.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Votação conjunta dos Itens 2 e 6, 7, 8,12, 13, 14, 15, 19 e 20. Não é PDS.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Não é PDS, é PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/ PMDB – AM) – Logo a seguir, iremos para...

É PMDB. *(Risos.)*

Logo a seguir, iremos para o número 1.

Quem aprova permaneça como está.

Ah, votação nominal. Perdão.

Senadora Angela Portela. *(Pausa.)*

Senador Anibal Diniz, do PT, como vota V. Exª? *(Pausa.)*

De acordo com os Relatores.

Senador Pedro Taques, como vota V. Exª?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – De acordo com os relatores, S. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/ PMDB – AM) – Senador Rodrigo Rollemberg? *(Pausa.)*

O Senador está temporariamente...

Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Favorável aos relatórios.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/ PMDB – AM) – Senador Rodrigo Rollemberg, como vota V. Exª?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/ PSB – DF) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/ PMDB – AM) – Senador Vital do Rêgo?

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Embora sendo PDS, com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/ PMDB – AM) – Senador Cyro Miranda, como vota V. Exª?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com os Relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/ PMDB – AM) – Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com os rRlatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/ PMDB – AM) – Senador Ivo Cassol?

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Pela aprovação de todos eles, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/ PMDB – AM) – Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com os Relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/ PMDB – AM) – Declarados, portanto, aprovados todos esses relatórios, eu pediria aos Srs. Senadores que mantivéssemos o quórum para que pudéssemos dar continuidade à nossa pauta.

Indago ao Plenário... Existem prontos para a votação, mas com relator ausente, um, dois, três, quatro, cinco, seis processos. Se os senhores Senadores concordarem, nós poderíamos nomear Senadores *ad hoc* e vamos tocar o barco.(Pausa.)

Então, solicito que o Senador Paulo Paim seja o relator *ad hoc* do PDS 23/2011, Item 3 da pauta.

ITEM 3

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 23, DE 2011

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Caraça De Comunicações LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itabira, Estado deMinas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Gim Argello.

Relatoria Ad hoc: Senador Paulo Paim

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, vamos ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 23, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rede Caraça de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itabira, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga Bloco/ PMDB – AM) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Convido o Senador vital do Rêgo para relatar *ad hoc* o Item 4 da pauta.

ITEM 4

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 118, DE 2011

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Difusora São Joaquim Ltda. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de São Joaquim, Estado de Santa Catarina.

Autoria**:** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Eunício Oliveira

Relatoria Ad hoc: Senador Vital do Rêgo

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – O projeto, Sr. Presidente, atende a todos os requisitos constitucionais da matéria e técnica legislativa; a documentação que o acompanha não evidenciou violação aos atos que disciplinam a matéria, não havendo portanto reparos. Opinamos pela aprovação da concessão da outorga à Radio Difusora São Joaquim Ltda. na cidade de São Joaquim, Estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga Bloco/ PMDB – AM) – Agradeço a V. Exª.

Solicito do Senador Aníbal que relate *ad hoc* o item 5.

ITEM 5

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 603, DE 2010

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Jornal de Sergipe Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Relatoria Ad hoc: Senador Aníbal Diniz

Tem a palavra o Senador Anibal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Vamos ao voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 603, de 2010, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Rádio Jornal de Sergipe Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga Bloco/ PMDB – AM) – Peço ao Senador Rodrigo Rollemberg que relate o PDS 321/2009 e o PDS 24/2011, itens 9 e 10 da pauta, cujas ementas são:

ITEM 9

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 321, DE 2009

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Bela Vista – ACBV para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatoria Ad hoc: Senador Rodrigo Rollemberg

Com a palavra o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, peço autorização para ir direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 321, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto ao aspecto de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Bela Vista, ACBV, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/ PMDB – AM) –

ITEM 10

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 24, DE 2011

Aprova o ato que outorga autorização à ARCOP – Associação Radiodifusora Comunitária De Parauapebas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Parauapebas, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatoria Ad hoc: Senador Rodrigo Rollemberg

Com a palavra o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Mais uma vez peço autorização para ir direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 24, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação

do ato que outorga autorização à Arcop – Associação Radiodifusora Comunitária de Paraupebas – para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Paraupebas, no Estado do Pará, na forma do projeto de decreto legislativo.originário da Câmara Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a V . Exª

ITEM 11

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 48, DE 2008

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Litorânea De Rádio Ltda. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.

Solicitaria ao Senado Pedro Taques que relatasse *ad hoc* o Item 11 da pauta, PDS 48/2008.

ITEM 11

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 48, DE 2008

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Litorânea De Rádio Ltda. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatoria Ad hoc: Senador Pedro Taques

Com a palavra S. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, ao menos nos aspectos formais, Sr. Presidente, neste projeto está tudo bonito, tudo maravilhoso. Isso me faz lembrar um ditado que existe em mato Grosso, que diz o seguinte: "Por fora bela viola, por dentro, pão bolorento".

Ao menos formalmente. aqui está tudo perfeito. Eu vou me louvar no parecer, dizendo o seguinte: tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS – e esse partido, nós todos nos recordamos dele –, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rede Litorânea de Rádio Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em freqüência na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba. Na forma do projeto de Decreto Legislativo Ordinário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a V . Exª.

ITEM 16

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 605, DE 2010

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV RIO SUL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Resende, Estado do Rio de Janeiro.

Solicito ao Senador Ciro Nogueira que relate ad hoc o PDS 605/10.

Com a palavra S. Exª

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Sr. Presidente, vou direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 605/10 não evidenciou violação de dispositivo que disciplina a matéria e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão de outorga à TV Rio Sul Ltda para explorar os serviços de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Rezende, no Estado do Rio de Janeiro, na forma do Projeto de Decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) –

ITEM 17

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 8, DE 2011

Aprova o ato que outorga autorização à Organização Raízes Da Barra para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jacinto, Estado de Minas Gerais.

Com a palavra o Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Sr. Presidente, da mesma forma, vou direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 8, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à *Organização Raízes Da Barra* para executar serviço de radiodifusão comu-

nitária na cidade de Jacinto, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a V. Exª. Ao cabo da leitura dos relatórios, vamos a voto.

Peço ao Senador Valdir Raupp que relate *ad hoc* o Item 18 da pauta, o PDS nº 58/2011.

ITEM 18

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 58, DE 2011

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Vale Aprazível ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Jaguaquara, Estado da Bahia.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 58, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, votamos pela aprovação do projeto, relatado pelo Senador Walter Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a V. Exª.

Itens 21 e 22 da pauta: PDS nº 376/2010 e PDS nº 377/2010. Relator: Senador Ciro Nogueira.

Senador Ciro Nogueira, eu passo a palavra a V. Exª lendo a ementa dos Itens 21 e 22 da pauta.

ITEM 21

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 376, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural De Comunicação De Timóteo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Timóteo, Estado de Minas Gerais.

Com a palavra o Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Sr. Presidente, da mesma forma, vou direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 376, de 2010, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Cultural de Comunicação de Timóteo* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Timóteo, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a V. Exª, leio a ementa do Item 22 da pauta:

ITEM 22

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 377, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Das Famílias Carentes De São João Das Missões para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João das Missões, Estado de Minas Gerais.

Com a palavra o Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Sr. Presidente, vou direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 377, de 2010, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à *Associação das Famílias Carentes de São João das Missões* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João das Missões, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Em votação, em bloco, os Itens 3, 4, 5, 9, 10, 11, 16, 17, 18, 21 e 22, todos com parecer favorável dos relatores.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Eu gostaria que fosse incluído o item extrapauta que já se encontra sobre a mesa, o projeto da Rádio Cidade Verde de Teresina Ltda.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Indago ao Plenário se há alguma objeção à inclusão extrapauta.

O Plenário concordando: inclusão extrapauta do PDS nº 61/2011. O relator é o Senador Ciro Nogueira.

A ementa do projeto diz o seguinte: Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Cidade Verde de Teresina Ltda. para explorar serviço de radiodifusão

Indago ao Plenário se há alguma objeção para iclusão extrapauta. *(Pausa.)*

Com o Plenário concordando, inclusão, extrapauta, do PDS nº 61/2011.

O Relator é o Senador Ciro Nogueira.

ITEM 01 EXTRAPAUTA

- Terminativo -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 61, DE 2011

Aprova o ato que renova a permissão outorgada À Rádio Cidade Verde De Teresina Ltda.para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Teresina, Estado do Piauí.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Ciro Nogueira

Com a palavra o Senador Ciro Nogueira.

O SR CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Vou direto ao voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 61, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cidade Verde de Teresina Ltda. a explorar o serviço de radiodifusão sonora na frequência modulada na cidade de Teresina, no Estado do Piauí, na forma do decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Acrescentando, portanto, em bloco, a votação dos itens de pauta já mencionados e, extrapauta, o Item nº 1, que teve o relatório lido recentemente pelo Senador Ciro Nogueira, vamos à votação.

Aqueles que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos ao Item 1, do PLS...

Desculpa.

Votação nominal dos Srs. Senadores.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, esse é o projeto relatado...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Não, é em bloco ainda. São os PDS que precisam ser votados nominalmente.

Senadora Angela Portela, como vota V. Exª? (Pausa.)

Senador Aníbal Diniz.

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – De acordo com os Relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – .De acordo com o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – De acordo com os relatórios, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com os relatórios, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI) – Favorável aos relatórios, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Favorável, com todos os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senador Ricardo Ferraço, como vota V. Exª? (*Pausa.)*

Com abstenção do Senador Ricardo Ferraço, estão aprovadas as matérias da pauta terminativa de PDS desta Comissão no dia de hoje, todas aprovadas sem restrições pelos referidos Relatores.

Vamos ao Item 1 da pauta.

ITEM 1

- Terminativo -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 238, DE 2008

Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para instituir a obrigatoriedade de as prestadoras de serviços de telecomunicações oferecerem planos de serviço para atendimento específico de pessoas com deficiência auditiva ou da fala.

Autoria: Senador **Flávio Arns**

Relatoria: Senador **Paulo Paim**

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, a gente já fez aqui um entendimento. O Senador Valdir Raupp vai pedir vista desse Projeto, mas quero já fazer o relatório sem prejuízo de continuarmos conversando e construirmos alguma alteração.

Eis a síntese do Projeto, Sr. Presidente.

É um Projeto do Senador Flávio Arns, que deu a sua vida a essa causa das pessoas com deficiência durante todos os anos em que convivi com ele, pelo menos na Câmara e, depois, no Senado. Ele, inclusive, é o Relator do Estatuto da Pessoa com Deficiência, de nossa autoria.

Em resumo, Sr. Presidente, o Projeto visa a que as pessoas surdas e mudas, indo diretamente ao tema, tenham o direito de que as prestadoras de serviço também encaminhe a eles, por um preço acessível, mensagem de texto. Esse é o objetivo do Projeto.

O parecer é favorável, o voto é favorável, mas concordei aqui, no entendimento da própria Liderança do Governo, que haja o pedido de vista para a gente continuar dialogando.

Este é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Se o Senador Valdir Raupp me permite e o Senador Paulo Paim me permite, antes de conceder a palavra ao Senador Valdir Raupp, eu queria fazer uma sugestão ao relator, até porque todos somos simpáticos a este tema. O que queremos é viabilizar e fazer com que este projeto seja um projeto eficaz, eficiente, que traga efetivamente ganhos ao usuário com essas necessidades especiais.

Talvez valesse a pena fazer, entre o pedido de vista e a devolução, uma audiência pública nesta Comissão, para que nós pudéssemos ouvir sugestão de especialistas sobre como poderíamos, de forma eficiente, cartesiana, apresentar um projeto de lei que traga benefícios a esses usuários portadores de necessidades especiais. Portanto, acho que o projeto é meritório, acho que o projeto é importante.

Creio apenas que nós precisamos encontrar, Senador Valdir Raupp, uma solução que seja não somente tecnológica, mas que também que seja legal, que seja viável do ponto de vista de custo, para que não se tenha apenas um BBM ou um telefone de texto com uma cobrança diferenciada. Parece-me que há hoje *smartphones* que podem ser utilizados de uma forma subsidiada para clientes com portadores necessidades especiais.

Era apenas uma sugestão ao relator e ao Senador Valdir Raupp, que neste ato representa a base de Governo, para que, de repente, nós pudéssemos, no período de pedido de vistas, fazermos uma audiência pública para encontrar, quem sabe, luzes para esse projeto que todos queremos aprovar nesta Comissão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Da minha parte, não há problema nenhum.

Valdir Raupp, com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com a palavra, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu sempre tenho dito que projetos de autoria ou de relatoria do ex-Senador Flávio Arns ou do Senador Paulo Paim a gente não deveria discutir. O Flávio Arns foi um Senador que dedicou o seu mandato em defesa das pessoas portadores de deficiência. Hoje, como Vice-Governador do Paraná, certamente está servindo muito bem o seu Estado. O Senador Paulo Paim também tem tido essa preocupação, além dos trabalhadores de todo o Brasil, com as pessoas com deficiência.

Então, o projeto é altamente meritório, como falou V. Exª, digno de elogios, mas, como é um projeto complexo, eu acho que seria prudente essa audiência pública que V. Exª está propondo para aperfeiçoar um pouco mais o projeto.

Peço vistas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) Sr. Presidente, só para complementar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Inclusive, o Ministério das Comunicações já marcou uma conversa para segunda-feira, às 16h. Nessa conversa, podemos construir com eles essa audiência pública proposta por V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Dinâmica, a nossa secretária já está aqui redigindo o requerimento para que possamos, ainda nesta reunião, deliberar sobre este requerimento e, assim, darmos curso a esta matéria, que, volto a repetir, é meritória e merece atenção desta Casa. É uma matéria que já está tramitando no Senado da República desde 2008, e estamos em 2011.

Vamos tentar, portanto, Senador Pedro Taques, mais uma vez, dar uma marca de eficiência e diligência, tentando fazer com que esta matéria possa trazer luzes, que a gente possa dirimir essas dificuldades e que a gente possa votar num curto prazo de tempo esta matéria.

Está pronto o requerimento?

ITEM 03

- Não Terminativo -

REQUERIMENTO Nº 22, DE 2011 – CCT

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública, para instruir o PLS 238, de 2008, de autoria do Senador Flávio Arns, que "Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para instituir a obrigatoriedade de as prestadoras de serviços de telecomunicações oferecerem planos de serviço para atendimento específico de pessoas com de-

ficiência auditiva ou da fala", os convidados serão indicados posteriormente.

Autoria: Senador **Paulo Paim**

Submeto à apreciação dos senhores.

O Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – O Senador Paulo Paim poderia ser o autor do requerimento de audiência pública, bem como relator da matéria.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Só quero fazer um apelo a V. Exª, porque os anos nesta Casa me ensinaram, infelizmente, eu diria, o que não é o caso desta audiência pública, que, muitas vezes, e quero só fazer o destaque, o pedido de audiência pública entra com o objetivo de fazer com que a audiência não aconteça e o projeto não seja votado. Não é o seu interesse e, por isso, vou ser signatário inclusive dessa audiência pública, que espero aconteça o mais rápido possível. Prefiro até que se vote contra. Sempre digo que não tem essa de colocar projeto na gaveta, e sei que essa é a posição de V. Exª.

Contra ou a favor, vamos votar, e a vida é assim: ou se ganha ou se perde. Por isso, cumprimento V. Exª e assino o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senador Paulo Paim, assumo o compromisso com V. Exª de que faremos, em caráter de urgência urgentíssima, essa audiência pública e, se for o caso, nós a faremos inclusive em reunião extraordinária desta Comissão.

Apenas indago ao Senador Valdir Raupp, porque a Secretária nos informa que não registramos o pedido de vista, se, mesmo com a audiência pública, V. Exª mantém o pedido de vista ou aguardará a audiência pública.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Não, se já está sendo prorrogado esse prazo de votação e vai haver audiência pública, não há necessidade de pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pronto. Então, dito isso, creio que encerramos a pauta. Não temos mais nenhuma matéria para votação.

Está encerrada esta reunião, agradecendo pela presença de todos os Senadores e Senadoras, convocando para a próxima reunião, no horário regimental.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 10horas e 18minutos)

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 2011.

Às nove horas e trinta e sete minutos do dia vinte e cinco de maio de dois mil e onze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Braga, presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Anibal Diniz, Walter Pinheiro, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Ricardo Ferraço e Ivo Cassol, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, José Agripino, Gim Argello e Randolfe Rodrigues. Justifica a ausência o Senador Cristovam Buarque. Comparece à reunião o Senador Lindbergh Farias não membro da Comissão. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Braga, submete à Comissão a dispensa da leitura das Atas da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública atendendo ao **Requerimento nº 17, de 2011-CCT**, de autoria do Senador Eduardo Braga, que requer "... Com amparo no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um conjunto de audiências públicas, no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, reunidas sob a denominação Jornada pela Inovação, para debater diversos temas, com os seguintes convidados para 1ª Reunião: Miriam Belchior - Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão; Glauco Arbix Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e Robson Andrade – Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)." Comparecem à reunião o Senhor Glauco Arbix Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e o Senhor Rafael Lucchessi – Diretor de Educação e Tecnologia da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Justifica a ausência a Senhora Miriam Belchior - Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão. Finda a exposição e uso da palavra pelos convidados, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Pedro Taques, Eduardo Braga, Walter Pinheiro, Anibal Diniz e Rodrigo Rollemberg. Prosseguindo, o Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, agradece a todos pela presença

e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as notas taquigráficas sejam anexadas a esta ata para devida publicação. Nada havendo mais a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e cinquenta e seis minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eduardo Braga**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, nesta data, dia 25 de maio de 2011, para a realização da primeira audiência pública *Jornada pela Inovação*, com o tema "Desafios da Inovação no Brasil", atendendo ao Requerimento nº 17, de 2011-CCT, de autoria dos Exmºs Srs. Senadores Eduardo Braga, Rodrigo Rollemberg, Gim Argello, Eunício Oliveira e Ivo Cassol.

Iniciando, portanto, os trabalhos desta reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunicados da Presidência.

Expedientes recebidos:

Ofício nº 129, de 2011/ASPAR-GM-MP, datado de 20 de maio próximo passado, da Exmª Srª Miriam Belchior, Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, que justifica a sua ausência nesta audiência.

Eu gostaria de comunicar aos Srs. Senadores que tive oportunidade de conversar com a Ministra Miriam Belchior ao telefone e S. Exª demonstrou todo interesse em participar das audiências públicas que envolvem essa *Jornada pela Inovação*, pedindo apenas que pudéssemos construir uma pauta e uma agenda para que ela pudesse marcar a sua vinda a este evento.

Portanto, a sua ausência e o pedido de adiamento da sua presença devem-se exatamente ao fato da construção de uma agenda positiva para um debate com esta Comissão.

Memorando nº 05158, do Gabinete do Exmº Sr. Senador Cristovam Buarque, que justifica a ausência nos trabalhos da Comissão no período de 23 a 30 de maio corrente.

Convite da Diretoria da Associação Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil), para o 55º Painel de 2011, "Telebrasil: Soluções Completas com Tecnologias de Informação e Comunicação em Banda Larga – Alavancas para Inclusão Social e Competitividade Global", a realizar-se nos dias 1º e 02 de junho no Unique Palace Brasília.

Às Srªs e aos Srs. Senadores que desejarem participar desse evento solicito a gentileza de informar à Secretaria desta Comissão.

Relatório Anual de Atividade de 2010, com balanço das atividades da Associação Brasil de Televisão por Assinatura (ABTA), enviado pelo Sr. Presidente Alexandre Annenberg.

Eu gostaria, Srs. Senadores aqui presentes, antes de darmos entrada aos convidados no recinto desta Comissão, de destacar a importância do início dessa *Jornada pela Inovação no Brasil*. Resultou de requerimento apresentado a esta Casa por vários Senadores, como já dito, entre eles, o Senador Rodrigo Rollemberg, aqui presente, Eunício Oliveira, Ivo Cassol, aqui presente, Gim Argello e este que lhes fala.

Trata-se de iniciativa da Comissão de Ciência e Tecnologia, destinada a discutir o tema de inovação no cenário do atual processo de retomada de crescimento do País.

Os convidados de hoje – Glauco Arbix, Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep); e Rafael Lucchesi, Diretor de Educação e Tecnologia da Confederação Nacional da Indústria (CNI) – abordarão o tema "Desafios da Inovação no Brasil".

Outros temas igualmente relevantes serão abordados por convidados nas próximas audiências da *Jornada pela Inovação*.

Em relação à Finep, interessa-nos conhecer detalhes da execução do Projeto Inovar, lançado pela instituição, em maio de 2000, com o objetivo de impulsionar a criação e o desenvolvimento de empresas de base tecnológica através da promoção de investimentos de capital de risco ou *venture capital.*

Em relação à CNI, teremos a oportunidade de ouvir do seu representante uma descrição e uma avaliação do mapa estratégico da indústria no Brasil, de 2007 a 2015, em que a indústria propõe um conjunto de ações interligadas que possibilitem o crescimento sustentável e a geração de empregos.

As expectativas da CNI são as mais promissoras: chegar em 2015 com investimentos da iniciativa privada e inovação na ordem de 1,4% do PIB brasileiro.

A Lei nº 10.973, de 2004, conhecida como Lei de Inovação Tecnológica, define inovação como introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social que resulte em novos produtos,

processos ou serviços. Portanto, inovação significa passar de uma tecnologia para outra; inovar significa mudar, criar uma nova tecnologia a partir de uma tecnologia já dada.

Dito isso, peço aos companheiros, Senador Rodrigo Rollemberg e Senador Lindbergh Farias que façam introduzir neste recinto os nossos convidados para comporem a Mesa.

Países que hoje hospedam as maiores corporações do mundo, que possuem elevados níveis educacionais, empregos de ponta e alta qualidade de vida são países que investem em inovação. Talvez, o melhor exemplo dessa postura seja a Coreia do Sul que, nos últimos 30 anos, promoveu um salto gigantesco, ancorado na inovação tecnológica.

Nós estamos atrasados, é certo, mas nosso processo não tem volta. Temos um sistema de ensino superior consolidado, um projeto estruturado de desenvolvimento do ensino técnico e taxas de analfabetismo declinantes no País. Possuímos, portanto, as condições objetivas apropriadas para desenvolver um amplo processo de inovação tecnológica, associando a ação do Estado às iniciativas do setor privado, tanto nas universidades como nas empresas.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, gostaria de dizer aos Srs. Senadores que visitei a estrutura do Interlegis esta semana. E gostaria de propor ao Plenário desta Casa que a nossa próxima reunião ocorra nas instalações do Interlegis, com um mecanismo tecnológico extremamente inovador, para que possamos fazer a nossa próxima audiência de inovação tecnológica no ambiente da conferência audiovisual, com nada mais nada menos do que 27 Assembleias Legislativas, interligadas *on line* e em tempo real, acompanhando e participando da audiência em todo o Território Nacional.

Será uma inovação desta Comissão, se as Srªs e os Srs. Senadores assim concordarem. Faremos uma audiência interativa em que estaremos mobilizando as universidades estaduais nesse ambiente das nossas Assembleias estaduais, as nossas universidades federais e privadas e estabelecendo, portanto, uma amplitude da nossa audiência pública, que será, a meu juízo e espero contar com o apoio dos Srs. Senadores, algo extremamente inovador, já que o tema que estamos abordando é o da inovação tecnológica.

A segunda questão que eu gostaria de informar aos Srs. Senadores antes de passar a palavra aos nossos convidados é que esta Comissão, por meio da sua Secretaria e da Direção de Comissões do Senado da República, visitou a Comissão de Ciência, Tecnologia, Informática e Comunicação da Câmara dos Deputados, que já implantou naquela Casa um mecanismo tecnológico piloto que me parece absolutamente apropriado para ser implantado no Senado da República, também de forma inovadora e em forma de projeto piloto, na Comissão de Ciência e Tecnologia. Eu me refiro à implantação de um sistema *on-line*, com *tablets* em todas as bancadas dos Srs. Senadores na Comissão. Toda a nossa Comissão seria de multimídia e todas as nossas pautas todos os nossos registros seriam comandados a partir de *tablets* que estariam disponibilizados na bancada de cada Senador.

Esse é um mecanismo que já está funcionando na Câmara dos Deputados com bastante sucesso. E se o Presidente do Senado assim concordar, nós poderemos inclusive ter aqui, na Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado, um projeto piloto, idêntico ao que está acontecendo na Câmara. A partir da nossa Comissão, essa tecnologia dominada, implantada, será expandida para as demais Comissões.

Ouço V. Exª, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero cumprimentar V. Exª por essa inovação – e esta Comissão trata exatamente disso. Nós não podemos ficar para trás no tempo. Quero cumprimentar V. Exª e também dar notícia a V. Exª e aos demais Senadores que ontem, no gabinete que ocupo aqui no Senado, eu fiz a primeira entrevista através do Twitcam, com internautas do mundo inteiro falando sobre a reforma política, utilizando-se do Twitter. Participaram da entrevista centenas de pessoas, para que possamos fazer do nosso mandato, de cada um de nós, um mandato participativo; dar conta à sociedade do que efetivamente nós aqui estamos a tratar.

Esta ideia de V. Exª eu quero desde logo apoiá-la, porque vejo que os parlamentos do mundo... Veja que o primeiro-ministro francês, Sarkozy, ontem, na França, fez isso. O Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, ontem, inaugurou um gabinete digital para que a sociedade possa participar. Vejo que inovações como essa trazem uma nova realidade ao Parlamento brasileiro.

Parabéns pela iniciativa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a V. Exª.

Precisaremos contar com o apoio de cada um dos Senadores desta Comissão não só junto à Mesa Diretora do Senado, mas também às nossas bancadas, porque, como sempre, aqui no Senado, Comissões como a CCJ e outras são pioneiras em várias ações. Mas creio que, em se tratando de inovações tecnológicas e de temas sobre os quais estamos debruçados nesta Comissão, a Mesa Diretora do Senado, tenho certeza, será sensível a este pleito, desde que possa-

mos contar com o apoio e a colaboração de todos os Srs. Senadores e Senadoras.

Passo a palavra, portanto, aos nossos convidados. Com a palavra o Sr. Glauco Arbix, Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), que fará uso da palavra por dez minutos.

O SR. GLAUCO ARBIX – Bom dia a todas e a todos. É um prazer estar aqui diante desta Comissão. Gostaria de agradecer a S. Exª o Senador Eduardo Braga, ao meu colega de Mesa Rafael Lucchesi, que também é membro do Conselho Consultivo da Finep, da instituição que eu presido. Gostaria de cumprimentar todos os Senadores presentes e agradecer pela sua participação, assim como todos os demais presentes a esta audiência.

Antes de dar início a minha palestra, eu gostaria de fazer uma breve referência. Eu sou professor da Universidade de São Paulo há quase 17 anos. Fui professor da Unicamp e da Fundação Getúlio Vargas; o ano passado todo, praticamente, mais de nove meses, fiquei nos Estados Unidos, estava dando aula na Universidade de Wisconsin-Madison, depois de um período no MIT, no Estado de Massachusetts, e exatamente eu passei esse período dando aula e fazendo pesquisa sobre inovação, que é o tema com que trabalho há mais de dez anos. Fui Presidente do Ipea, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, de 2003 a 2006. Criei no Ipea uma diretoria de inovação, e meu Diretor de Inovação na época do Ipea está comigo agora na Finep, é um dos mais brilhantes pesquisadores da jovem geração sobre inovação e sobre tecnologia e tem prestado serviços inestimáveis a todos nós, não só à pesquisa como também ao mundo da indústria, da economia e, fundamentalmente, na definição das políticas públicas.

Fui convidado pelo Ministro Mercadante – o primeiro contato quando eu ainda estava nos Estados Unidos, voltei para cá um pouquinho antes do Natal, no início de janeiro – a assumir a Finep exatamente com essa tarefa de levar a Finep a ser uma instituição mais consolidada, mais consistente e orientada basicamente no seu foco essencial, que é a essência da sua atividade, que é a inovação tecnológica. Inovação num sentido muito claro, inovação dentro das universidades, dentro dos centros de pesquisa, ou seja, baseada na geração de conhecimento novo, mas também e fundamentalmente a inovação que é gerada dentro das empresas, porque ali é o local, por excelência, em que a inovação se dá. Ou seja, nas empresas é que a transformação de uma ideia e a sua realização como um produto, um bem, um processo, uma forma de organização, um serviço com impacto na sociedade, que gera emprego, renda, portanto, que eleva a qualidade de vida da população, é a essência daquilo que chamamos e daquilo com que trabalhamos como inovação. Não há outro objetivo primeiro e último da nossa atividade, a não ser melhorar a qualidade de vida da população. O Brasil não conseguirá dar os passos que precisa dar para sair do atual estágio para um estágio mais elevado de competitividade da sua economia se não aprofundar, de maneira vigorosa, todos os processos de inovação, seja nas universidades, seja nas empresas, seja na sua economia.

E aí residem vários problemas que vou tentar apontar. E há virtudes, pontos de apoio, que o Brasil também possui para poder dar esses passos. O Brasil vive um momento de otimismo bastante exemplar, eu acho que é único, e temos que aproveitar este momento para avançar naquilo que é relevante. Eu costumo sempre abrir minhas apresentações dizendo: inovação não é escolha, inovação é uma necessidade. O país que não conseguir inovar em permanência, o país que não conseguir ter uma economia que seja inovadora e que remunere a inovação à altura, portanto, o país que não conseguir estimular as empresas e as universidades e os centros de pesquisa a inovarem como estratégia, ou seja, a inovarem estrategicamente, serão passados para trás e batidos pela concorrência.

Essa é a questão muito simples com a qual eu trabalho e que costumo apresentar. Nós temos uma necessidade de ser um país inovador e de possuir, de construir uma economia inovadora. Nos países da OCDE, que são os países mais avançados do mundo, o clube dos países avançados, as empresas que inovam já respondem por mais de 67% do crescimento da economia. Se em outras épocas o Brasil conseguiu crescer baseado na ideia de absorver a economia de outros, ou baseado na ideia de importar tecnologia, ou baseado na ideia de copiar simplesmente, essa realidade não é mais possível de ser executada hoje. O Brasil precisa incorporar um sistema robusto, forte, pujante, gerador de inovação, para que nossa economia possa dar um salto de qualidade para que nossos empregos sejam melhores e para que o Brasil se aproxime da fronteira tecnológica e não seja apenas um copiador, um comprador, ou aquele país que acaba absorvendo tecnologias já maduras, já de segunda categoria, que nem sempre satisfazem as necessidades da nossa população, para não dizer da competitividade da nossa economia.

Por favor, poderia passar o primeiro *slide*? (*Pausa.*)

A Finep foi criada em 1967, é uma empresa pública federal, ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Tem como missão exatamente promover o desenvolvimento econômico e social por meio do fomento público

à ciência, à tecnologia e à inovação, nas empresas, nas universidades, em estudos tecnológicos e em outras instituições públicas e privadas.

A Finep tem hoje cerca de 650 funcionários, tem um orçamento em torno de R$4 bilhões/ano. Ela sustenta, de uma maneira absolutamente única no Brasil, o sistema de pesquisa universitário, toda a infraestrutura de pesquisa das universidades, sejam elas públicas ou privadas, sejam centros de pesquisas espalhados pelo País. Ela tenta fazer isso da melhor maneira possível e também sustenta, incentiva e estimula a inovação nas empresas, e há programas específicos para isso, como, por exemplo, o Programa Inova Brasil, citado pelo Senador Eduardo Braga no início da sua apresentação. Por favor.

A tarefa nossa é transformar o Brasil por meio da inovação. Essa é a questão-chave.

Só estou dando-lhes um pequeno exemplo do crescimento do FNDCT. O FNDCT é o Fundo Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que é composto por 14 outros fundos. Esses irrigam o Fundo Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que é administrado legalmente pela Finep. A Finep é a gestora legal do FNDCT.

Esse fundo está em torno hoje de R$3 bilhões. Neste ano, esse valor caiu um pouco, porque houve um contingenciamento, infelizmente, de cerca de 22% no FNDCT – vamos voltar a esse ponto.

Mas é sempre importante notar o crescimento bastante forte do fundo, do FNDCT, a partir de 2003, para chegar ao ano de 2010, pela primeira vez na história, desde a criação dos fundos setoriais, dos 14 fundos setoriais, numa situação em que executamos o fundo sem nenhum contingenciamento. Foi a primeira e única vez, porque, já neste ano, houve o contingenciamento.

Mas o crescimento é bastante expressivo. Já contamos hoje com volume de recursos que são significativos para o País. Mas queria dizer-lhes bem claramente: com esses recursos, R$3 bilhões/ano voltados para a inovação, seja nas universidades, seja nos centros de pesquisas ou nas empresas, apesar de eles serem importantes, de terem crescido de uma forma bastante relevante, são absolutamente insuficientes, já são hoje absolutamente insuficientes para as tarefas que o Brasil tem pela frente no sentido de transformar sua economia, de deixá-la mais inovadora.

Por favor, o próximo.

O perfil de atuação da Finep. Ela é uma agência de fomento em ciência, tecnologia e inovação. Ela trabalha com um não reembolsável, que são todos os recursos transferidos para as universidades e centros de pesquisa. Não reembolsável, porque ele não tem retorno, é como se fosse a fundo perdido. Essa expressão é inadequada.

Ela é uma agência de fomento e inovação. Ela trabalha com subvenção econômica para empresas. Desde 2006, com base na Lei de Inovação, aprovada pelo Congresso Nacional, a Finep formulou programas de subvenção econômica, ou seja, são transferências condicionais para as empresas. Em geral, a Finep põe uma parte, e as empresas entram com outras três partes. São transferências não reembolsáveis para as empresas, sempre com base em projetos claramente definidos, que passam por comitês de analistas, de especialistas, que avaliam em um processo que é longo – aliás, muita gente reclama dos processos longos; muitas vezes, as empresas ou as universidades entram com um processo, solicitando esses auxílios ou essas subvenções na Finep, e demora um ano, dois anos, só para a análise dos processos.

É sempre bom lembrar, nunca tivemos, na história da Finep, nenhum edital público nosso invalidado por má condução do processo de seleção, é sempre importante dar relevo a isso. A nossa burocracia pode ser lenta, mas não é ineficiente, nem faz mau uso das verbas públicas; pelo contrário, há um zelo bastante excessivo na utilização dos recursos públicos.

Ao mesmo tempo, a Finep funciona como uma espécie de banco de financiamento em inovação. Ela financia com crédito. Ela financia capital-semente. Nós temos toda uma área de capital-semente, de investimento em empresas chamadas de *venture capital.* E a Finep hoje investe em basicamente quatro fundos específicos com empresas de bases tecnológicas, que queremos que cresça muito, inclusive estamos avançando a proposta de criação de uma Finep-Par, voltada exclusivamente para trabalhar na área de tecnologia.

Por favor, o próximo.

Então, se vocês olharem os nossos instrumentos, temos o não-reembolsável, que vão basicamente para as instituições de pesquisa e para organizações sociais; temos o reembolsável, que vai para as empresas; temos subvenção econômica, que vai para as empresas, em que entram capital de risco e a parte também de cooperação internacional, assim como toda atividade de inovação.

Eu queria deixar bem claro, seja na parte do não-reembolsável, seja na parte de subvenção, seja da parte de crédito, o negócio da Finep é inovação e tecnologia. Não financiamos capital de giro, não financiamos infraestrutura, não financiamentos atividades de expansão ou de modernização das empresas. O nosso foco é tecnologia. Ou nós temos uma atividade especificamente apresentada, com foco claro em tecnologia, ou então o pedido será rejeitado pela Finep.

Então esse é o processo que dura, porque temos que caracterizar exatamente o que é inovação em cada projeto para poder liberar recursos públicos, seja por meio do não-reembolsável, seja por meio da subvenção ou do crédito.

Aqui está o Inova Brasil, que o Senador pedia.

A Finep é uma das poucas instituições no mundo que trabalham nas várias mais diferentes fases da atividade de geração de tecnologia. Estamos desde aqui, da idéia de capital familiar, de capital anjo, que é na pré-incubação das empresas – atuamos aqui –, passamos para a ideia de capital semente, passamos o financiamento do capital de risco com a subvenção e depois financiamos a atividade de inovação propriamente dita.

Há poucas instituições com o perfil da Finep. Em vários países, essa atividade é segmentada, ela é fragmentada. No Brasil, a Finep reúne essa ampla gama, essa área toda de intervenção, o que dá a ela uma flexibilidade bastante grande para atuar nos mais diferentes setores, em vários momentos em que a inovação é requerida. Vocês devem saber, as empresas não são dividindinhas, elas têm uma necessidade de gerar um processo de inovação, e elas têm diferentes necessidades. Então a Finep, ao ter essa abrangência, tem condições de trabalhar mais à vontade com as empresas para atendê-las na sua necessidade básica de promover a inovação. Assim como a Finep tem exatamente essa maleabilidade para atender às instituições de pesquisa, às universidades, os centros de pesquisa, sejam eles públicos ou privados.

É sempre importante que essa flexibilidade nem sempre encontra amparo na lei no que se refere à facilidade de mesclar os instrumentos. Então, temos dificuldades legais para mesclar e combinar esses instrumentos. Por isso estamos apresentando, inclusive aqui na nossa Comissão, ao Senador Eduardo Braga, a vários outros Senadores e Deputados, apresentando uma série de modificações na legislação que poderiam facilitar não o controle ou a maneira de governar a aplicação de recursos públicos, mas de facilitar a combinação de recursos e de processos e de instrumentos que facilitem a inovação.

Por favor, o próximo.

Essa evolução do FNDCT por modalidade de financiamento. Aqui o FNDCT; depois, temos a caixinha da subvenção a partir de 2006; e, depois, temos o crescimento do crédito. Só para lembrar para vocês, inclusive, o Ministro Aloizio Mercadante apresentou nesta Casa, há duas ou três semanas – não estou lembrado – conseguimos, e estamos apenas aguardando um aval do Tesouro Nacional, conseguimos um empréstimo do BNDES, via o PSI, que é o Programa de Sustentação do Investimento, em condições excepcionais para as empresas, de R$1 bilhão (um bilhão de reais), que viria a se somar ao nosso orçamento, que viria fortalecer a nossa perna, a nossa área de crédito para as empresas em condições boas, adequadas, para que as empresas possam inovar.

Por favor, próximo.

Vou pular esse, onde estou repisando que são os financiamentos reembolsáveis, os financiamentos não-reembolsáveis e outras formas de apoio.

Por favor, próximo.

Os desafios básicos, com os quais a Finep trabalha. Tem muita gente que não acredita que o Brasil, primeiro, é diferente da média dos países em desenvolvimento, e eu respondo para vocês: o Brasil é diferente. O Brasil, não só pelo seu tamanho e pelas dimensões do seu mercado, pela dimensão da sua indústria, da sua economia, o Brasil é diferente porque construiu um parque industrial e um parque de serviços único, se vocês pensarem nos países em desenvolvimento.

O Brasil tem uma indústria integrada, heterogênea, diversificada, capaz de fazer produtos e bens altamente sofisticados, e nós não os fazemos por uma série de problemas, alguns na indústria, nas empresas, mas também por conta do nosso marco regulatório e do nosso sistema de financiamento. É para isso que nós trabalhamos. Primeiro, para responder positivamente a essa pergunta, o Brasil é diferente e o Brasil tem capacidade de geração própria de tecnologia – de gerar tecnologia e conhecimento aqui dentro.

Queria só mostrar para vocês – isso aqui é uma metodologia super recente, lançada pela OCDE e pelo Banco Mundial para a classificação dos países, para dizer onde os países estão, o que é uma prova contundente de que o Brasil tem condições de desenvolver tecnologia própria e de não ser apenas um comprador ou um importador de tecnologia. O Brasil está nesse Regime 2.

Próximo, por favor.

Isso aqui é uma regressão que mostra onde os países estão quando se combinam áreas científicas – a nossa capacitação na área de produção de *papers*, na produção de conhecimento novo – com domínios tecnológicos. Domínios tecnológicos é uma forma simples de a gente, em todas as patentes, ou em processos de licenciamento, levantar todo o conhecimento que dá base para patente e licenciamento, ou seja, todo o conhecimento que é útil, que é utilizado para fazer os produtos e para fazer as economias avançarem. Quando combinamos as áreas científicas com os domínios tecnológicos, vamos ter um quadro de onde se situam os países.

Aqui, temos países mais atrasados – aqui, por exemplo, a Argentina. O Brasil está aqui nesse pontinho, e aqui temos países que há alguns anos eram parecidos com o Brasil, como a Coreia e outros. A China está por aqui. A China está saindo desse sistema. A China e a Índia estão aqui. Eles estão à nossa frente; estão saindo do sistema e já estão dando o salto para um regime superior. Certo? Nós estamos ainda aqui. Ou nós revertemos essa tendência e damos o salto – eu acho que é possível fazer isso –, ou vamos ficar nesse 2.

Só queria lembrar a vocês e lembrar a todos os Srs. Senadores que ficar parado no mundo da tecnologia significa regredir, porque os outros avançam. Então, é sempre bom lembrar que, se a gente ficar paradinho aqui, alguém vai nos atropelar, como já nos atropelou. Por exemplo, há alguns anos, a China e a Índia estavam atrás de nós e hoje já estão à nossa frente.

Por favor, próximo.

Isso aqui é o investimento público e privado em inovação. Vocês vão ver que aqui já começam os problemas brasileiros. São dados de 2009, mas os dados de 2010 são 1,3. Do ponto de vista global, o Brasil está avançando para investir mais em inovação, mas é preciso sempre lembrar que praticamente metade disso é investimento público, e a outra metade vem das empresas. Mas é sempre bom lembrar também que, da metade que vem das empresas, tem uma empresa junto com elas que se chama Petrobras que responde por uma parcela muito grande. Se as empresas brasileiras investem hoje algo em torno de 0,56, 0,6 do PIB em inovação, praticamente metade disso se deve à atuação da Petrobras e das suas subsidiárias.

Isso significa que temos um problema no Brasil muito forte: o Brasil precisa inovar em geral, mas o problema de que nossas empresas precisam inovar, de que os nossos empresários precisam inovar, de que as nossas empresas precisam incorporar tecnologia como estratégia permanente continua sendo chave.

Próximo, por favor.

A inovação é uma agenda de Estado, é uma agenda prioritária das políticas permanentes de Estado. O nosso foco é o fortalecimento de pesquisa e o desenvolvimento dessas empresas.

Continue, por favor. (*Pausa.*)

O senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) –Não, por favor. Estamos com 25 minutos, mas o senhor tem prioridade.

O SR. GLAUCO ARBIX – Eu peço desculpas pelo excesso aqui.

O SR. PRESIDENTE(Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – *(Intervenção fora do microfone.)* Ao contrário; é interessantíssimo.

O SR. GLAUCO ARBIX – Espero não tornar chata a apresentação.

Por esses dados, vejam como o Brasil aumenta o investimento em inovação, que são as colunas, e ao mesmo tempo, se a gente notar, pela Pintec, isso aqui é o número de empresas que inovam. A variação é absolutamente pequena, quase irrelevante. Há muita coisa nova acontecendo no meio empresarial brasileiro. Nós somos os primeiros a reconhecer isso. Aliás, os trabalhos do Ipea de 2004/2005 passaram a apontar isso, realidade que vários empresários já registravam publicamente. Há empresas novas. A Finep participa da MEI – e depois o Raphael Lucchesi vai falar sobre isso. Há uma mudança de postura, uma mudança de comercial, mas temos sempre que ter presente que ainda temos um número muito pequeno de empresas que inovam no Brasil.

Esse gráfico é muito forte. É sempre bom lembrar, para reflexão de todos, que ele não diz respeito somente à Finep, pois não apenas a Finep que investe em inovação. Aqui estão reunidos todos os investimentos em inovação no Brasil. Isso aqui envolve o MCT, envolve o BNDES, envolve o sistema bancário público e privado, tudo. São dados do IBGE, são dados oficiais. E eu costumo brincar que esse é o nosso calcanhar de Aquiles, a coxa, o ombro, o cotovelo de Aquiles, porque o Brasil tem uma necessidade gigante de modificar essa situação.

Por isso que estou dizendo que estamos vivendo aquilo que alguns analistas chamam de "a síndrome da rainha vermelha". A Rainha Vermelha da Alice no País das Maravilhas dizia: para você sair daqui, Alice, tem que correr muito. E a Alice perguntava: mas se eu correr muito vou cair aonde? E a rainha respondia: vai ficar no mesmo lugar. E para eu sair daqui, perguntava a Alice para a rainha. Para você sair daqui, respondia a rainha, você tem que correr duas vezes mais rápido.

Então, a pergunta que a Alice fez, a rainha respondeu: é preciso correr duas vezes mais rápido. Por que isto? Porque se ficarmos parados, outros nos atropelarão. Portanto, se quisermos ficar com o mesmo padrão vamos ter que correr muito, que é o que estamos fazendo. Mas enquanto o Brasil cresceu – vejam os indicadores –, manteve e melhorou seu patamar de elevação, crescemos 6,6% ao ano, fomos atropelados por outros países e continuamos no Regime 2, não conseguimos passar para o Regime 3.

Apesar ter crescido a nossa ciência e tecnologia, apesar de ter crescido a inovação nas nossas empresas, outros países cresceram mais do que o nosso.

Esse é o dilema chave que o mundo moderno vive hoje. Não estamos sozinhos no mundo, estamos com outros e estamos sendo atropelados. Assim, nos últimos dez anos, os investimento em ciência e tecnologia foram importantes para melhorarmos o cenário de ciência e tecnologia, mas foram insuficientes para diminuir a distância que nos separa das nações avançadas e da fronteira tecnológica. Nós crescemos muito, mas continuamos com a mesma distância. Isso é muito chato e muito trágico para nós de um certo ponto de vista.

Essa é uma questão-chave. E fazemos uma pergunta: a nossa ciência melhorou? Onde estão os nossos pesquisadores? E eu respondo para vocês: 56,8% dos pesquisadores brasileiros estão trabalhando no ensino superior brasileiro; 5,1% estão trabalhando no Governo brasileiro; e apenas 37% dos nossos pesquisadores em tempo integral estão nas nossas empresas. Essa é uma realidade muito forte para nós. Se compararmos com os Estados Unidos, vamos ver que 79% dos pesquisadores estão nas empresas; 3,6% no governo; e 14,8% nas universidades.

Sou professor universitário e conheço muito bem os meus pares. É como se dissesse – sem nenhuma tentativa de redução, de desprezo ou menosprezo pela universidade, evidentemente, pois não haverá inovação se não houver uma universidade forte – que os nossos pesquisadores estão trabalhando para reproduzir o seu lugar e o seu segmento, porque estão voltados para a docência, para a pesquisa na universidade. E a pesquisa deles, apenas a conta-gotas, cai na economia.

Está é a nossa questão-chave: aproximar universidade das empresas e da economia, ter essa sintonia fina entre universidade e economia, sem nenhum prejuízo, pelo contrário, com total fortalecimento da ciência e da pesquisa básica. Esse é o desafio que temos pela frente. Essa é a questão-chave em cima da qual a Finep se debruça 24 horas por dia, incansavelmente. E nós achamos que podemos ajudar, mas não fazemos isso sozinhos, outras instituições também fazem. De qualquer maneira, podemos contribuir um pouquinho.

Estou terminando. Os nossos cientistas na indústria... Vejam o Brasil onde está quando trabalhamos com engenharia. O Senador perguntou onde está a Coreia. A Coreia está aqui. A China está aqui. Olhe a China com engenharia, ocupa o primeiro lugar.

Fiz um trabalho para o Conselho Nacional de Educação, e vimos que hoje 43%... E tivemos um aumento brutal dos nossos doutores no Brasil, que é um dado excepcional e motivo de orgulho para todos nós. Formamos, hoje, mais doutores do que a França. Quando desagregamos os dados, notamos que, desses doutores, apenas 6% são engenheiros. E, entre os engenheiros, 3% são engenheiros, porque 3% são arquitetos.

A nossa situação na questão da engenharia... O engenheiro é um componente-chave no processo de inovação na empresa e na universidade. Ele é uma peça essencial. Então, realçar, dar valor, dar relevo à atuação da nossa engenharia é chave. Nós temos uma engenharia excelente, porém ela é diminuta diante da necessidade do Brasil. Há várias instituições que hoje estão trabalhando em cima dessa questão, mas temos de dar um salto de qualidade completamente distinto.

Nós temos um país democrático, nós temos um país que é obrigado a conversar, graças a Deus, obrigado a dialogar, a convencer as instituições e as pessoas. Nós não podemos determinar quem faz o que, quem escolhe, mas nós podemos fazer muito para convencer a juventude, as crianças a entrarem para as áreas de ciências, de engenharia, de forma a quebrar um pouco a matriz brasileira voltada para a área de ciências humanas. Com todo respeito, sou da área de humanas, sou sociólogo, trabalho na área de interface com economia, não tenho absolutamente nenhum preconceito. Eu vejo o lugar que a minha área ocupa no processo de inovação, no processo de tecnologia. Mas não sou eu que tenho que ver. É o Brasil que tem de acordar e ver que a nossa matriz universitária exacerbou, fez crescer uma parte que hoje precisa ser reequilibrada, sem prejuízo da parte que cresceu. Nós temos que fortalecer as áreas de ciências, as ciências exatas, as engenharia. Essa é a questão primeira e premente para todos nós, sem detrimento nem prejuízo de outras áreas.

Próximo, por favor.

Não vou falar das patentes porque o meu tempo é pequeno.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. GLAUCO ARBIX – Está bem. Então, volta atrás um pouco.

Se olharmos o número de patentes, olhem onde está o Brasil, este pedaçinho aqui. Há várias explicações para o baixo desempenho em patentes do Brasil. Há explicações que dizem respeito a custo, é caro ter patente, é caro manter patente. Há explicações referentes ao financiamento das patentes. Há explicações referentes à relação entre patente e a história do Brasil de uma economia fechada que, na verdade, durante décadas e décadas, importou tecnologia, então não patenteava. Há explicações de que muitas multinacionais patenteiam em seus países de origem, fazem o desenvolvimento lá fora e não aqui dentro. Mas há uma explicação que é a que mais nos interessa, que diz respeito à capacidade, à compreensão e à atuação de nossas empresas em gerar patentes. Durante

muito tempo nós secundarizamos essa iniciativa. Há problemas com INPI, com as instituições públicas. É verdade tudo isso. Mas há um problema primeiro: o Brasil tem de valorizar e realçar as patentes como sendo elemento-chave para ocuparmos o lugar de destaque no cenário de ciência e tecnologia.

Por favor, o próximo.

Este é um elemento-chave da Finep, as três pernas que mostrei para vocês. As pernas têm dificuldade em conversar. Essa é a Finep que eu encontrei há cerca de três meses. As três pernas: o não reembolsável, a subvenção econômica e o crédito. E aqui são os temas: infraestrutura, tecnologia de informação e comunicação, defesa, energia.

Então, dentro da própria Finep, devido a dificuldades legais do marco regulatório, temos dificuldade em combinar os instrumentos. O resultado é que a própria atuação da Finep carece de uma integração de instrumentos. Isso, para as empresas, é muito difícil. Para as universidades, a mesma coisa. Elas têm de entrar nos editais da Finep para colher um pedaçinho daquilo que elas querem fazer. Não existe a ideia de que uma empresa ou uma universidade nos procure e nos diga "nós estamos com esse problema" e a Finep ofereça soluções para ela: uma parte é crédito, uma parte é subvenção, uma parte é não reembolsável, uma parte é processo cooperativo. A Finep não pode ter esse comportamento. Ela não o tem e não pode tê-lo, porque a legislação dificulta-nos fazer isso.

A ideia de flexibilizar os instrumentos – mais uma vez, não controle, não governança sobre recurso público – significa poder mesclar e combinar os instrumentos para dar conta dos problemas é chave para gente, inclusive para dar esse salto que queremos.

Isto aqui é a evolução do patrimônio do FNDCT. Veja, estamos trabalhando com a ideia de que estamos executando hoje 4 bilhões; as necessidades elementares básicas do Brasil para inovação seriam de 10 bilhões.

Se deixarmos o FNDCT, que é a principal fonte de recursos da Finep, no seu crescimento vegetativo, isto é, crescendo conforme cresce a economia, pressupondo que a economia vai crescer a uma taxa média de 4%, que é bastante, vamos ter, em 2029, 21 bilhões. É o crescimento vegetativo dela.

Se nós tivéssemos, mesmo com esse crescimento vegetativo, um padrão tipo BNDES, que é a relação que o Banco tem com o FAT... Vocês sabem que o BNDES tem uma parcela do FAT, cerca de 40%, constitucionalmente definida, e o BNDES não é obrigado a devolvê-la, ele não paga o FAT. A Finep é gestora do FNDCT, e nós temos cinco anos de carência e quinze anos para devolver. Tudo o que nós pegamos do FNDCT, apesar de sermos gestores e investirmos em inovação, nós temos de devolver a partir de cinco anos de carência e, depois, nós começamos a pagar o principal e os juros, nós temos de amortizar.

A relação do BNDES com o FAT é completamente diferente. O BNDES tem o FAT como sua reserva, como sua base orçamentária. A Finep não tem; o orçamento referência, básico, líquido da Finep é muito baixo. Então, nós nem sequer podemos financiar empresas num volume grande, empresas de porte que vão pedir 50 milhões, 100 milhões, causa-nos problema, porque na nossa carteira fica completamente difícil.

Então, se pensamos ter uma agência nacional de inovação, temos obrigação de ampliar os fundos respectivos e ampliar a forma como a Finep se baseia nos fundos. Pode ser pela via constitucional, que é a mais difícil, e pode ser por lei ordinária. Em qualquer hipótese, a projeção é que, se nós tivéssemos a mesma relação com o BNDES, o fundo de hoje, em 2035, já estaria em 36 bilhões. É melhor, mas continua sendo pouco.

Pode passar o próximo.

Fiz a segunda projeção. Se nós, por outro lado, acrescentarmos – é o cenário que eu estou chamando de azul – a proposta da CIDE Tecnológica, que já está em discussão na Fazenda, aumenta a alíquota de 10% para 15%, ou seja, teria uma parcela maior para vir, via CIDE Tecnológica, para a Finep.

Se criarmos o fundo espacial, além dos 14 fundos que temos hoje, se criarmos um fundo do sistema financeiro, se criarmos o fundo da construção civil, e se não levarmos uma sangria do atual fundo do petróleo, que, como vocês sabem, com a lei do pré-sal alterou o polígono do petróleo e mexeu não só no petróleo futuro, mas no petróleo presente... Se não fosse por um veto do ex-Presidente Lula, a Finep já teria perdido no passado um bilhão dos três bilhões – e o fundo do petróleo é o mais consistente dos 14 fundos. Este ano teríamos perdido outro um bilhão e assim por diante. Graças ao veto do ex-Presidente Lula, com uma portaria da Fazenda que tornou não aplicável a legislação para o caso específico da Finep, enquanto não se discute a divisão do bolo do fundo social, não tivemos essa retirada de recursos do FNDCT.

Voltando à conversa: se nós restaurarmos o fundo do petróleo com esses fundos aqui e mudarmos a nossa relação com o FNDCT, deem uma olhada no que acontece. Nós teremos, em 2020, cerca de 39 bilhões para investir em inovação. Com o mesmo fundo que temos hoje, apenas alterando a parte legal no que se refere ao nosso relacionamento com o FNDCT, transformando o FNDCT, por força da lei, na base efetiva da Finep, de tal forma que possa ser incorporado como

sendo parte do orçamento da Finep e não aquilo que ela pega como empréstimo, portanto não é dela, incluindo esses outros fundos, nós teríamos recursos, sem grandes esforços, bastante amplificados e fundamentais para fazermos a inovação.

Estou terminando, Senador.

Países emergentes como o Brasil não têm futuro, se não romperem a dependência das *commodities*. Nós temos de romper esse ciclo. *Commodities* são importantes. Hoje há uma discussão se é mais ou menos *commodities*, todas elas têm tecnologia envolvida com *commodities*. Muitas vezes é injusto chamar um produto de *commodity*, pois mesmo um grãozinho de soja tem muita tecnologia gerada pela Embrapa. Mas estou me referindo a esses produtos comercializáveis. Se não rompermos a nossa dependência e entrarmos no clube dos geradores de tecnologia, como nós geramos em várias áreas, como geramos na área da construção de aviões ou na área do próprio pré-sal, com a Petrobras, em várias áreas nós temos geração de tecnologia, mas nós temos que amplificar e dar salto e se nós não estendermos isso para o conjunto da economia, nosso futuro estará não muito claro para todos nós.

Mais um, por favor.

Essa aqui é a atuação da Finep. São as áreas estratégicas que a gente vai acompanhar. Não são as áreas estratégicas da Finep; são as áreas estratégicas do Governo, sempre é bom lembrar. Nós estamos trabalhando aqui, a Finep atua exatamente aqui, nessa área, que é a área exatamente essencial, são as áreas intensivas em conhecimento. Tem matéria, tem assunto ligado à produção e geração de conhecimento, tem a ver com a Finep.

Mais um, por favor.

Então, as questões básicas da Finep é melhorar a qualidade do investimento em ciência e tecnologia e inovação – essa é a nossa preocupação –, nós temos que aperfeiçoar o marco legal e temos que dar prioridade de tal forma que a gente consiga trabalhar bem com esse aumento significativo do investimento e que nos permita, eventualmente, nos transformar num banco nacional da inovação.

Muito obrigado e peço desculpas pelo tempo.

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Nós é que agradecemos a sua contribuição, Dr. Glauco.

Passo a palavra ao nosso próximo palestrante, Dr. Rafael Lucchesi, dizendo apenas aos nossos Senadores que a intenção desta *Jornada da Inovação* é que, ao cabo dela, possamos fazer um grupo de trabalho que materialize em propostas legislativas aquilo que esta Comissão entender como resultante desta jornada tecnológica para que nós possamos avançar em recursos para inovação tecnológica, reestruturação financeira da Finep, de fundos setoriais e de outras ações na ciência e tecnologia, para que essas audiências públicas e esta jornada possam culminar numa mudança efetiva na política e no marco regulatório da ciência e tecnologia neste País.

Com a palavra o Dr. Rafael Lucchesi, representando a Confederação Nacional da Indústria.

O SR. RAFAEL LUCCHESI – Obrigado, Presidente, eminente Senador Eduardo Braga, a quem agradeço pelo convite.

Eu queria cumprimentar o Senador Lindbergh Farias, queria cumprimentar meu colega de Mesa, que facilitou muito minha exposição, pelo alto grau de concordância das apresentações, Senador Cyro Miranda, o Senador Rodrigo Rollemberg, parceiro importante na agenda de ciência e tecnologia, que foi um grande parceiro de quando fui Secretário de Ciência e Tecnologia pelo Estado da Bahia e também Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Ciência e Tecnologia. Ele ajudou muito a agenda brasileira, sobretudo na dimensão subnacional. Cumprimento o Senador Ivo Cassol, o Senador Pedro Taques, o Senador Walter Pinheiro, parceiro também importante quando eu fui Secretário de Ciência e Tecnologia na Bahia, entendendo que era uma agenda de Estado, independentemente das questões políticas. Cumprimento o Senador Aníbal Diniz, o Senador Ricardo Ferraço, o Senador Flexa Ribeiro, líder industrial do Estado do Pará.

O preâmbulo inicial fala do mapa estratégico da indústria, que coloca a agenda brasileira do desenvolvimento sustentável, coloca também um documento mais recente da CNI, da Confederação Nacional da Indústria, *"A Indústria e o Brasil – Uma agenda para o País crescer mais e melhor"*, em que vários pontos, doze pontos são elencados na agenda brasileira de desenvolvimento, desde aspectos de macro, infra, a segurança jurídica e as relações de trabalho, meio ambiente e a agenda da inovação.

Na agenda da inovação a gente poderia começar dizendo que o Brasil tem um duplo problema: um problema de oferta e um problema de demanda. O problema de demanda traduz o nosso percurso de desenvolvimento industrial. Ou seja, o Brasil teve, em toda a sua trajetória de desenvolvimento industrial, uma indústria voltada para a substituição de importação, uma indústria imitadora.

Então, ela não incorporou a agenda de inovação no centro das estratégias empresariais. Logo, nós nos ressentimos por não termos uma cultura inovadora nas empresas brasileiras e por termos convivido, numa combinação do processo de substituição de impor-

tação seguido por um longo período de hiperinflação administrada em que o centro das estratégias da empresa era mais financeiro do que a agenda de inovação, como o são e foram as nossas congêneres nos países de economia industrial avançada e naqueles países em desenvolvimento que tiveram melhor êxito.

Temos também um problema de oferta. A oferta tem, na lógica da estrutura de desenvolvimento brasileiro, muito baseado no sistema de encomenda com forte participação e indução do Estado, que se modifica com o marco regulatório da Constituição de 1988, com a Lei nº 8.666, e nova forma de administrar o ente público, o que cria uma certa dificuldade.

Ou seja, o modelo de desenvolvimento dos países asiáticos, da Coreia, se manteve contínuo nos últimos cinquenta anos. Então, para eles, é muito mais fácil ter uma continuidade de desenvolvimento e toda a inspiração japonesa, coreana, de Taiwan, China e do sudeste asiático do que tem sido para o Brasil, uma convivência com mudança de modelos de ciclos de desenvolvimento, de ciclo político, associada à lógica de atuação do Estado e à forma de inserção da economia brasileira, das empresas brasileiras na dinâmica competitiva global.

Então, nós temos um duplo problema de oferta e demanda.

O próximo, por favor.

Nesse âmbito, a partir de uma iniciativa da CNI, com várias parcerias, inclusive com o Sebrae, com o BNDES, com a Finep, com o Ministério de Ciência e Tecnologia, etc., nós criamos a Mobilização Empresarial pela Inovação, que reconhecia os avanços de Estado que têm sido feito nos últimos ciclos, no nosso marco regulatório, mas que nós precisamos colocar a inovação no centro das estratégias empresariais.

Próximo.

E o que tem sido a MEI nesse período recente? É um movimento empresarial que busca estabelecer uma nova forma de liderança empresarial, mas com forte diálogo com o setor público, que estabelece um novo desafio em torno da agenda da inovação.

Vamos em frente.

A agenda tem evoluído, como falei há pouco, mas a inovação tem que estar, como acontece em todo o mundo, a inovação tem que estar e acontece, o *locus* da inovação é a empresa. A unidade básica da inovação e da competição é a empresa. Ela é que tem que ter uma atuação efetiva na agenda de inovação.

Nós temos um problema nesse âmbito no Brasil. A inovação, no Brasil, tem um problema de estrutura, nossa estrutura industrial é diferente da coreana, da norte-americana ou da dos países europeus. Nós não temos uma indústria de fármacos tão forte, de tique, que são mais intensivas em conhecimento, e temos o problema de intensidade, que é a cultura das empresas brasileiras de colocar a inovação no centro.

Temos um problema também de oferta. Os instrumentos de política pública no País são excessivamente acadêmicos, muito burocráticos, e distantes da realidade empresarial. Ainda que tenham melhorado bastante no período recente, nos últimos doze anos, eles ainda estão muito distantes, culturalmente, da realidade das empresas. E são instrumentos muito ofertados. A lógica de atuação nossa, pegando essa taxonomia da OCDE, os nossos instrumentos compreendem um modelo de ciência e tecnologia e inovação "ofertista", quando a própria OCDE e os documentos mais avançados nessa área colocam que seria muito mais inteligente e eficaz uma atuação calcada na necessidade real das empresas, já que a agenda de inovação é centralmente empresarial.

O nosso percurso acadêmico, da nossa universidade, é também diferente dos países de economia industrial avançada, porque, naqueles países, a agenda de inovação determinou uma universidade mais encaixada às necessidades de desenvolvimento nacional, seja das empresas, seja do país. A agenda brasileira ficou mais distante. Tanto que temos, hoje, de cada cem graduados no Brasil, cinco são engenheiros; na China são quarenta. Se nós somarmos junto com ciências duras, vai em torno de dez. De todos os programas de pós-graduação Brasil – dados da Capes –, 13% são na área de engenharia e ciências duras.

Nós temos que colocar a agenda de inovação – ela assim o requer – no centro das estratégias empresariais. E aí, nesse ponto, a MEI...

Próximo, por favor.

A nossa ideia é colocar a inovação como tema prioritário das empresas; estimular o protagonismo empresarial na agenda brasileira de inovação, que é algo importante; dar uma pegada mais empresarial à agenda de inovação, com ampliação do investimento privado, que é hoje em torno de 17 bilhões, pelos dados da Pintec; contribuir para estruturar uma iniciativa nacional de inovação. Isso é um aspecto importante. É algo que há nos Estados Unidos, na Europa, na Austrália, nos países desenvolvidos. É uma mobilização do setor privado, do Governo e da sociedade, entendendo que a inovação está no centro da agenda do desenvolvimento.

A inovação não é uma agenda corporativa da indústria brasileira, como a defesa da industria brasileira não é algo apenas cativo do setor industrial. Ela é uma agenda do desenvolvimento nacional.

Nós temos duas opções: ou avançamos na agenda do desenvolvimento, em que a indústria tem um pa-

pel de centralidade e que, para ela ocupar esse papel, a inovação é um componente chave; ou nós vamos regredir na condição de exportadores de *commodities*, com deterioração das relações de emprego gerados e a possibilidade de galgar uma sociedade com uma divisão mais equânime da renda.

A agenda de desenvolvimento econômico no Brasil passa por assegurar condições de competitividade, o que tem, no seu centro, a agenda de inovação. Isso está nos documentos da CNI, mas é também uma conclusão evidente dos principais analistas, do principais economistas brasileiros. O professor Glauco Arbix, um deles, concorda com isso, e o professor Luciano Coutinho, bem como outros que estão na academia ou no amplo arco de leques de compreensão política brasileira.

Nós temos que reproduzir no Brasil o que fizemos com o programa brasileiro de qualidade e produtividade nos anos 90. O setor empresarial brasileiro, além de fortemente criativo, tem uma enorme capacidade de adaptação. Isso nós provamos nos anos 90 com uma enorme disseminação da agenda de qualidade e produtividade para as empresas. E estabelecer, numa lógica de iniciativa nacional pela inovação, uma agenda cooperativa, setor privado e setor público, em torno do desenvolvimento dos instrumentos necessários. E isso tem acontecido. É algo importante que tem acontecido no Brasil: todo um aperfeiçoamento dos instrumentos legais em torno da MEI, da Mobilização Empresarial pela Inovação, e do diálogo com o Governo.

A margem de preferência na Lei nº 8.666 para a agenda de inovação é um exemplo disso; ou a Medida Provisória nº 497, que promove a desoneração tributária dos instrumentos de inovação; ou a Portaria Interministerial que cria a Sala da Inovação. Toda a agenda da chamada pública que está hoje na Finep e está finalizando o processo de julgamento para apoiar núcleos de inovação nas estruturas industriais em mais de 20 Estados brasileiros, fazendo o que nós fizemos no âmbito da qualidade e produtividade: a criação de toda uma plataforma privada de mobilização empresarial em torno de uma agenda de inovação.

Além disso o setor empresarial, a CNI e o SEBRAE estão alocando R$50 milhões, além de 50 milhões por meio da chamada pública da Finep, para ampliar os instrumentos de uma plataforma privada de mobilização das empresas brasileiras em torno da agenda brasileira da inovação.

Próximo, por favor.

Mas qual seria a agenda brasileira necessária do ponto de vista de aperfeiçoamento dos instrumentos que temos hoje?

A agenda brasileira hoje é fortemente centrada na pesquisa e tem todo um *scale-up* necessário entre o apoio á pesquisa – mesmo que ela seja aplicada, que é uma pequena parte dos recursos são aplicados no País –, mas há um enorme *scale-up* entre a pesquisa aplicada e o chão de fábrica.

Então, aquilo que vai se traduzir em ganhos efetivos de competitividade precisa hoje de ampliar instrumentos como estes: atração de centros de P&D, onde a Sala da Inovação é importante. E podemos fazer o que China e Índia estão fazendo, que é atração toda de *outsourcing* de P&D para os seus Estados nacionais, o que coloca uma agenda de inovação, tracionа uma agenda de inovação para os seus países. A internacionalização de empresas, ou seja, fazer com que empresas brasileiras se tornem campeãs globais. Propriedade intelectual; a parte toda de recursos humanos, com ênfase em engenharias e ciências douras, e o ensino técnico. O aperfeiçoamento do nosso marco legal, para assegurar toda uma agenda de transferência tecnológica e propriedade intelectual. Apoiar projetos estruturantes de P&D em grande escala, toda a agenda dos pré-competitivos que estão aqui, definindo instrumentos de apoio, que hoje inexistem. Então, ou seja, não há instrumentos de apoio estruturados no Brasil hoje para plantas-pilotos. Se nós formos aos Estados Unidos, você tem 70% de recursos públicos em subvenção para esse tipo de instrumento que hoje falta no nosso arco de instrumentos de apoio no País.

Na área de pequenas e médias empresas, toda nossa estrutura fiscal só apoia 6% das empresas brasileiras, que são as empresas que declaram os tributos pelo estatuto do lucro real. Noventa e quatro por cento das empresas brasileiras estão fora dos instrumentos fiscais de inovação. Por quê? Porque elas são de lucro presumido ou estão no Simples.

Como é que é na OCDE, como o professor Glauco colocou, que reúne os 30 países mais ricos? Trinta por cento do esforço inovativo é feito neste País com instrumentos fiscais. E isso é feito – 30% do apoio – para pequenas e médias empresas, e há instrumentos fiscais automáticos, o que falta no Brasil quando nós comparamos instrumentos.

Inovar para o mundo, ou seja, articular inovação e o comércio exterior. As nossas políticas de ciência e tecnologia e inovação são desconectadas das políticas de comércio exterior. E também nós teremos que conferir à política industrial de inovação o mesmo *status* da política de desenvolvimento econômicos e de estabilização.

É chegada a hora de nós invertermos e mudarmos ou balanceamos melhor o nosso eixo. Ou seja, o eixo brasileiro tem sido presidido, desde 1984, pela

política macroeconômica de estabilização. Ela é absolutamente necessária. Nós temos que dar o mesmo *status* para a política industrial e de inovação no Brasil. se queremos galgar de fato uma agenda substantiva de futuro e de desenvolvimento econômico que possa criar base econômica para continuarmos a estratégia de ascensão social e de maior acuidade social, porque o Governo pode distribuir recursos, mas o setor privado tem que gerar os recursos. A economia tem que ser pujante para gerar recursos.

Próximo, por favor.

Com relação à agenda de P&D, temos que ter uma conduta mais ativa nas atividades de P&D nas empresas transnacionais, o que hoje China e Índia fazem de maneira forte, inclusive alterando claramente as suas legislações e estabelecendo competitividade. Existe hoje uma fortíssima competitividade no *outsourcing* dessas atividades.

Implantação da Sala de Inovação com fórum de políticas específicas de atração de P&D. Isso foi criado, mas falta uma melhor regulamentação dessa agenda.

Fortalecer o ambiente institucional, político e educacional bem como melhorar as condições macroeconômicas, como eu falei há pouco. Dar à política de inovação e desenvolvimento industrial *status* semelhante à política de estabilização macroeconômica.

Seguinte.

Na parte de internacionalização de empresas: fomentar a internacionalização de empresas brasileiras, inclusive apoiar compra de ativos no exterior. Ou seja, essas questões estão interconectadas. Se a Braskem é hoje a sétima empresas petroquímica no mundo e, pela aquisição de ativos, almeja chegar a novos investimentos no México e nos Estados Unidos à quinta empresa petroquímica, é claro que ela vai ter dificuldade em continuar licenciando tecnologia, porque ela agora é um *player* global. Ainda que esse seja um negócio, ela vai ter que mudar a agenda dela como empresa global, e a agenda nessa atividade é uma agenda *science basic*. Ou seja, ela vai ter que se tornar mais intensiva, como já está acontecendo. Só que, se os nossos instrumentos de política pública forem mais amigáveis, forem mais *friendly*, ela vai concentrar o investimento de inovação aqui, como nós temos hoje problemas com as subsidiárias.

A área de inovação, no Brasil, da Rhodia, quando se compara o que são os instrumentos do Brasil com instrumentos da França, nós perdemos muito, porque a Lei de Inovação no Brasil assegura 25% na parte de desconto. Mas como a lei não é clara – vou falar isso em seguida – , a empresa acaba sendo mais conservadora, se torna 15%. E, como no ano em que ela não aufere lucro, o que inverso à lógica da inovação – porque quando você não tem lucro, o Governo tem que incentivar a agenda de inovação; no Brasil, ele veta – então, isso cai para algo em torno de 5%. Na Europa, os instrumentos são 30%, mas existe um conjunto de instrumentos adicionais, de prêmios para adição de inovação. Por exemplo, quando empregam um recém-doutor, o desconto do salário é dobrado no tributo, isso se torna 40%. Então, quando a Rhodia compara, no Brasil é algo descontínuo e fica em trono de 5%, 10% ao ano, e na França é 40%, numa mesma empresa, onde ela vai concentrar o *budget* dela, o investimento dela em inovação? Na França, em vez de no Brasil.

Então, temos que apoiar a compra de ativos, dar incentivos em investimentos de P&D no exterior, mesmo complementar os realizados pelas empresas brasileiras, ou seja, na estratégia de globalização, porque são empresas brasileiras que estão se mundializando. Os países europeus e os países da América da Norte fazem isso também.

Próximo.

Propriedade intelectual. Precisamos aparelhar o INPI. O INPI é superavitário, mas continua com problemas. Precisamos modernizar o INPI de forma a operar com padrões de eficiência dos escritórios mais avançados de propriedade intelectual do mundo. O *pipeline* do INPI é um problema hoje de competitividade da indústria brasileira na concessão de patentes, de marca, que dificulta as empresas brasileiras, que já se ressentem de problemas nessa área, a ter uma cultura inovativa mais forte.

Próximo.

Na área de recursos humanos, precisamos dar uma grande ênfase ao ensino superior de engenharias e ciências duras no Brasil. Não adianta essa ação incremental. Tem de haver um ponto de inflexão na política brasileira. Se for por um crescimento incremental vegetativo, a gente vai continuar com esse problema de matriz. Ou o País reconhece que nós temos de fato um problema de matriz... A nossa tradição é de uma universidade de humanidades, de inspiração francesa; é diferente da universidade saxônica, germânica, que tem uma pegada mais articulada à área de ciências duras e de engenharia.

Nós fizemos uma reforma incompleta a partir dos anos 70, tanto que a universidade brasileira é a única do mundo que tem a congregação francesa e o departamento da universidade americana. É só alguém lembrar da sua passagem pela universidade; departamento e congregação convivem na mesma instituição.

Temos de ampliar significativamente o ensino técnico e tecnológico no Brasil. O Governo tem avançado nessa agenda em torno do Pronatec. A CNI e o Senai são parceiros dessa agenda.

Inserir no conteúdo de práticas o empreendedorismo, a inovação e facilitar a mobilidade dos recursos humanos qualificados com a atração de pessoal e envio de jovens para o exterior. Há um programa brasileiro também em gestação no MEC nessa direção, pelo Governo Federal, que é muito importante para o País. A Índia fez isso no passado, a China faz isso de maneira permanente.

Vamos em frente.

O marco legal para inovação precisa de avanços. Precisamos reduzir a insegurança jurídica em torno da Lei do Bem. Falei isso agora há pouco. A nossa legislação é confusa, contraditória, tem problemas. Precisamos aprimorar a agenda de subvenção para adequar as contrapartidas e admitir a despesa de capital. Por exemplo, quando uma empresa faz o investimento, está na lei que é dispêndio, não investimento. Então, se ela compra uma planta-piloto, qualquer regra contábil no mundo inteiro vai dizer que aquilo é investimento. Ela não pode deduzir, ainda que a planta-piloto seja inteiramente dedicada a atividade inovativa. Quer dizer, temos problemas hoje no marco legal.

Otimizar e ampliar programas estruturantes, linhas de fomento para projetos pré-industriais e plantas-pilotos, marcos regulatórios e setoriais. É importante que se diga que hoje, na agenda do MEI, há um enorme avanço de estudos para melhoria do marco regulatório. Inclusive, há um documento da Finep e do MCT que vai nessa direção, muito ao encontro dessas questões que estou aqui colocando.

Próximo.

Projetos estruturantes de P&D em grande escala. Temos de fazer avançar isso no País, inclusive assegurando competitividade para a empresa brasileira a partir dessa atividade.

Próximo.

Projetos pré-competitivos são extremamente importantes para assegurar o *scale-up* do desenvolvimento da tecnologia da pesquisa aplicada até o chão de fábrica. Então, essa atividade pré-competitiva, que são as plantas-pilotos, plantas de demonstração comercial, primeira planta comercial, que tem uma escala subótima, são passíveis de instrumentos de apoio, como acontece no resto do mundo.

Estudar modelos institucionais de cooperação entre setor público e setor privado, tipo consórcio, organizações sociais, oscips etc., que possam até instrumentalizar melhor estruturas institucionais que temos de ciclos anteriores para avançar, como o Laboratório de Sincroton, que está emulando algo assim.

Próximo.

Inovação em pequenas e médias empresas. Alinhar melhor os instrumentos, estabelecer uma política mais abrangente. Qual é o problema que temos no Brasil? Reconhecemos que há um pequeno número de empresas brasileiras que inovam. Segundo a Pintec, 41 mil empresas brasileiras inovam. É verdade. Quantas dessas receberam, nos últimos dez anos, instrumentos de apoio à inovação? Pouco menos de duas mil empresas. Apenas 600 empresas foram beneficiadas por instrumentos fiscais. Então, se nós temos um problema de um pequeno número de empresas brasileiras que inovam – é verdade –, nós temos o problema de que a estrutura de apoio e inovação no Brasil é excessivamente discreta, ela não é abrangente. E nós temos um problema. Qual? O Professor Glauco colocou: de volume de recursos, mas também dos instrumentos, que são excessivamente distantes e burocráticos da realidade empresarial.

Então, temos uma dupla agenda a avançar: colocar a inovação no centro das estratégias empresariais, mas tornar os instrumentos também mais efetivos e mais significativos do ponto de vista das empresas brasileiras. Ou seja, se as empresas brasileiras hoje investem, segundo o mesmo dado da Pintec, em torno de 17 bilhões de reais, os instrumentos de política pública para a subvenção são 500 milhões. Ou seja, há uma discrepância, mesmo considerando que os 17 bilhões são poucos. É insuficiente, e é muito inferior, mesmo que proporcionalmente, quando nós comparamos ao dispêndio que os principais países fazem, os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento.

Próximo.

Programas setoriais de inovação, essa é a penúltima agenda. Temos de incorporar uma forte agenda setorial porque a realidade, as dinâmicas competitivas são diferentes. A agenda de inovação no setor de alimentos e a configuração das empresas são diferentes na área de aviação, e temos de ter políticas específicas para cada um deles.

Próximo.

E articular a política de ciência e tecnologia com a de comércio exterior, estabelecendo algo que contrarreste alguns problemas que nós temos na área da agenda pública.

Próxima e última.

Parece claro que a hora é de um salto importante no aprimoramento da pauta de inovação no Brasil. A PDC, que inicialmente era a PDP 2, atualmente é Política de Desenvolvimento Competitivo, tem essa orientação. A CNI tem sido um interlocutor importante em torno dessa agenda. Essa nova agenda precisa de uma agenda mais focada no aumento da competitividade das empresas, e a ênfase no comércio internacional é importante.

Precisamos ter maior protagonismo do setor empresarial na agenda de inovação porque é assim que acontece no resto do mundo. E exige responsabilidade e maior capacidade de investimento das empresas, e essa agenda exige uma urgência na medida em que cada vez mais essa é uma agenda de inserção competitiva brasileira.

Para finalizar, o Senai tem negociado com o BNDES toda uma agenda de ampliar uma experiência que nós iniciamos na Bahia e em alguns outros Estados, que é um centro de tecnologia mais intensivo da agenda do Senai. O Senai tem uma agenda mais de educação profissional e de serviços técnicos.

Só para os senhores terem uma ideia, em 2010, o Senai prestou serviços técnicos e tecnológicos para aproximadamente 20 mil empresas industriais brasileiras, ou seja, quase a metade das empresas que declaram inovar no Brasil faz parte hoje da carteira industrial do Senai.

Estamos avançando nessa agenda de serviços técnicos e tecnológicos para atividades mais intensivas em conhecimento, para serviços de maior complexidade em engenharia, para ações de desenvolvimento e pesquisa aplicada, que consubstanciam uma agenda de inovação, com resultados muito positivos para a competitividade das empresas. Algumas dessas empresas, inclusive, apoiadas por esses centros, têm sido reconhecidas pela Finep nos seus prêmios de inovação.

Só que a ideia nossa é ampliar essa estrutura que, hoje, é em alguns pequenos centros, para uma abrangência nacional, criando 34 centros de alta performance, com agenda de inovação, que vai dar um salto de atuação dos instrumentos da indústria na capacidade de atender e de apoiar a agenda de inovação. Não é o único caminho, mas, do ponto de vista do Senai, é uma agenda importante. Além dos 2,3 milhões de matrículas que o Senai tem por ano na agenda de educação profissional – e assumimos o compromisso de dobrar esse número em quatro anos, indo para algo em torno de 4,5 milhões de matrículas para capacitação de educação profissional no País – estaremos também ampliando enormemente o esforço de inovação tecnológica, de apoio à inovação tecnológica das empresas, colocando-nos como uma externalidade competitiva para as empresas brasileiras.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu que agradeço, Dr. Rafael Lucchesi.

Eu gostaria de registrar, nos Anais desta Comissão, os parabéns, os votos de muitas felicidades, de bênçãos, de saúde ao nosso companheiro, membro desta Comissão, ativo membro desta Comissão, Senador Walter Pinheiro. Que Deus abençoe o companheiro Walter Pinheiro, dando-lhe muita vida, saúde, vitórias, no convívio com sua família, amigos e que o povo baiano possa, cada vez mais, reconhecer seu talento e o seu trabalho por aquele povo e pelo Brasil.

Dito isso, vamos iniciar a participação dos Srs. Senadores, destacando que, como pudemos observar, tanto na apresentação do Dr. Glauco Arbix, quanto na apresentação do Dr. Rafael Lucchesi, primeiro, é indispensável que haja uma integração entre o setor público e o setor privado para o sucesso na inovação. Segundo, a necessidade de que possamos reforçar e ampliar os recursos voltados para a inovação. Terceiro, é importante entender que esses instrumentos para aplicação desses recursos na inovação precisam ser instrumentos ágeis, simplificados e que possam ter a mesma dinâmica da velocidade de uma economia globalizada e de livre mercado. Em quarto lugar, as carências que temos na formação de recursos humanos especializados nas demandas de que mais precisamos, como é o caso da área de engenharia.

Acho que essas audiências públicas poderão, ao cabo, elaborar propostas legislativas que possam redundar em avanços concretos deste debate sobre inovação tecnológica.

Dito isso, quero passar a palavra ao Senador Walter Pinheiro, não sem antes deixar de registrar que as desigualdades tecnológicas e as desigualdades em ciência e tecnologia não acontecem apenas entre o Brasil e o mundo, mas também acontecem entre as regiões mais desenvolvidas do Brasil e as regiões em desenvolvimento no Brasil. Ainda há grandes desigualdades inter-regionais na inovação, na ciência e na tecnologia, e um dos papéis que esta Comissão tem buscado, com humildade, responder e apontar caminhos neste marco regulatório da inovação tecnológica, da ciência, da tecnologia é ajudar a superar essas desigualdades regionais que fazem com que tenhamos um Brasil mais rico, mais próspero, mais inovador e um Brasil que ainda está lutando para sair da lamparina, como, lamentavelmente, acontece na região amazônica, no Estado do Acre, no Estado do Amazonas e em outros Estados brasileiros, inclusive na própria Bahia.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, quero, primeiro, agradecer-lhe pelas palavras. Sou uma das pessoas que partem do princípio de que a gente faz aniversário todo dia, então não se comemora só num dia e, obviamente, é sempre bom a gente poder agradecer pela oportunidade. Fiz isso hoje já de manhã cedo, agradecendo a Deus por me permitir levantar hoje, respirando com os dois pulmões, com as duas pernas andando numa boa e, quem sabe,

até me preparando para ver se eu consigo chegar à mesma idade do meu avô, que morreu com 105 anos. Então, se for isso... Quero ver se eu sigo os passos dele. Obrigado pelas palavras.

Quero dizer que este debate que a gente faz hoje aqui, Sr. Presidente, é de suma importância na linha do complemento daquilo que nós fizemos com a presença do Ministro Aloizio Mercadante. E ouvi na fala do Glauco, da Finep, uma coisa fundamental: ou a gente estabelece efetivamente essa questão de desenvolvimento, pesquisa e inovação como elementos estruturantes para o desenvolvimento, ou vamos ficar cada vez mais numa linha de olhar um gráfico e ver que a China está não sei aonde e que não sei quem está não sei o quê, e estamos correndo pouco. Eu diria que essa é uma maratona que poderíamos considerar das mais pesadas. Todo corredor de maratona precisa ter resistência, não dá para a gente fazer uma maratona com a característica de um corredor de corrida de fundo. Talvez, a gente corra muito, mas morra na primeira curva ou nos primeiros cem metros.

Então, precisamos inclusive robustecer essa área para nos permitir fazer essa disputa de longo percurso, mas sem perder a característica de encontrar – e aí essa questão da velocidade da rainha vermelha – o que está acontecendo em tudo que é lugar no mundo. Ou seja, há uma diferença, e por isso é importante o papel da Finep hoje. Exatamente por isso.

Como é que vamos encontrar o que está acontecendo em diversos lugares, de que forma vamos também absorver isso. E aí vai para uma coisa que o Rafael tocou aqui sobejamente bem. Ou a gente cria uma estrutura capaz de interligar com esses centros, com o CNI, com o próprio Sistema S, mesmo através da CNI, mas de forma mais capilarizada, não só na estrutura em cima. Como é que a gente interage com os diversos organismos estaduais? Quando discutimos a criação do fundo, eu sou da Câmara dos Deputados do tempo em que criamos os fundos setoriais, foi um grande embate que ali se consolidou a partir de 99, mas foi um debate importante para a gente inclusive fortalecer o FNDCT. Se pegarmos a história aí, o próprio gráfico que o senhor apresenta aqui, ele é, eu diria assim, balizador para isso. O que aconteceu com o FNDCT até 99 e de 99 para cá? Eu diria até de 2007 para cá, com a sua regulamentação. Então, se a gente não entender que essa lógica dos fundos setoriais e a relação com a política que foi adotada, dos parques tecnológicos, do incentivo para que cada Estado e Municípios tivessem secretaria de ciência e tecnologia, Rafael, acho que é uma coisa fundamental. Nós ainda temos grandes capitais neste País que não têm uma secretaria de ciência e tecnologia. Quer dizer, não é um problema de preenchimento de cota política. É uma visão estruturante da ciência e tecnologia. É esse o aspecto, é esse o problema. Então, não é um problema de ocupação de espaço ou coisa do gênero. É como vamos entender isso como fator preponderante para esse nível de desenvolvimento.

Por exemplo, na semana passada, eu discutia, a partir da greve das nossas estaduais, na Bahia, principalmente a Uneb e a Uesb, duas universidades. A Uneb é uma universidade que tem uma capilaridade enorme, mas não trabalha com pesquisa até pela sua capilaridade; a Uesb, a Universidade do Sudoeste Baiano, que é mais concentrada, teria condições de trabalhar com isso. E uma das coisas que defendi foi que, nos Estados, precisamos cada vez mais colar as nossas universidades estaduais nas secretarias de ciência e tecnologia, para permitir, inclusive, aproveitar esse conhecimento.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – V. Exª me permite uma contribuição?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Pois não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – E aí, Senador Walter Pinheiro, precisamos entrar, por exemplo, as universidades estaduais, pela nossa Lei de Diretrizes Orçamentárias, para poder ter acesso a recursos do Finep, têm de impor uma contrapartida que não é exigida das outras instituições públicas.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Exatamente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Então, um dos passos que pretendemos com este trabalho da nossa Comissão é fazer uma emenda de comissão na LDO para romper isso, porque isso é um fator inibidor para as parcerias entre as universidades estaduais e o Finep.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Pois é. Esse marco – e é aí que quero chegar – de que a gente tanto fala, marco legal, marco regulatório, não sei o quê e tal, nós temos que entender... Eu disse isso aqui, Glauco, ao Aloizio Mercadante. Eu disse: "Aloizio, se a gente vier para cá com trezentas coisas, não vamos fazer uma". Então, acho que estamos na linha correta. Como isso passa a ser estruturante? Como é que isso, ainda que seja espinha dorsal, dialoga com diversos setores? É o contrário. Não impede de a gente capilarizar nem universalizar, digamos assim, as diversas ferramentas. Pelo contrário; quanto mais a gente tem estrutura, enquanto espinha dorsal, melhor faz isso.

Essa é uma das coisas que me chamam muito a atenção, e é uma das provocações para a Finep. Quando se fala da Finep como uma instituição de fomento, acho que é uma grande saída, na minha opinião. Até

para poder a Finep ter oportunidade de provocar as estruturas estaduais, para a gente ter aquela concepção disso como prioridade de investimento. Porque, como vamos discutir o orçamento disso aqui, Rafael, fica como daquela vez: você vem, fica de pires da mão, vai depender, qual é a migalha que dá, quem é que pode fazer, não entra na esfera do debate prioritário na hora em que vamos para a política de inovação e incentivo.

Peguem os Inovatecs, na Bahia – nós vamos pegar, como diz o outro, no meu quintal. Está lá: o Inovatec ajuda todo mundo, não sei o quê, mas, na hora de colocar uma carga no pescoço de quem está recebendo Inovatec, não vem o processo de volta: "Meu amigo, aqui, combinado! Você vem para cá, nós vamos lhe dar todo o apoio, infraestrutura, mas eu quero tirar "x" por cento disso para investir em pesquisa para inovação". Aí a gente não faz isso!

Eu estou travando a maior batalha com a Ford. Aprovamos aqui mais incentivo para a Ford, vamos ajudar, mas o que fica? Como é que ela se compromete? Como é que eu amarro?

Então, nesse marco, tem que estar isso. Ou seja, como é que a gente facilita a relação com as estaduais, porque eu não vou ter como fazer isso. Eu não vou colocar quinze universidades federais na Bahia. Chegamos a três, vamos chegar à quarta agora, depois de sessenta anos, mas não vamos chegar a quinze. Então, eu tenho que aproveitar as estaduais para ampliar essa capacidade de desenvolvimento local, porque não haverá como chegar ao interior do Amazonas inovação a partir do que se desenvolve em Campinas, com todo o respeito a Campinas. Não estou fazendo nenhum confronto, mas não vai chegar.

Começa a existir a mesma história que nós vimos ontem. "Ah, mas a Foxconn quer fazer *tablet*". Legal! Qual é o lugar que ela vai? Campinas. "Ah, por quê?" "Porque eu tenho um centro de pesquisa, porque eu tenho uma boa universidade, porque eu tenho infraestrutura, porque eu tenho logística..." E aí entra numa outra coisa que foi abordada aqui pelos senhores que é a questão de recursos humanos. E olha que nós estamos falando do curso de engenharia. O curso de engenharia, em oferta de vagas, é o terceiro no Brasil. Agora, quando a gente vai olhar essas vagas ofertadas e efetivamente quem é que está cursando engenharia... Ainda há o problema da conclusão. Ainda tem uma evasão altíssima...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – *(Intervenção fora do microfone.)* O mercado não era contratante.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – O mercado não tinha...

Então, essa política com as universidades... É porque a gente começa a enxergar a relação com as universidades numa linha assim: o que a gente investe para desenvolvimento? O central na política com as universidades é recursos humanos. Esse é o central, esse é o central! Para poder você poder, cada vez mais, trabalhar com gente.

Nós estamos discutindo com diversas empresas, os caras viram para gente e falam: "Está bom, eu faço lá. Então, eu vou importar gente. Vamos importar gente para Bahia, vamos importar"... Não dá. Chega uma hora em que você esgota isso.

Então, essa é uma das provocações que eu acho que era importante para o Finep essa política de atração.

Por último, eu acho que é essa coisa também levantada aqui por Rafael:a questão das políticas setoriais de inovação. Essa capilarização acho que é importante para a gente também ter uma maior oportunidade de enxergar, por exemplo, porque na cabeça da gente – e Rodrigo até que já militou muito nessa área. Na hora em que você vai discutir inovação, o sujeito só acha que cabe inovação se a gente for lá discutir o *chip*, que só cabe inovação se a gente for discutir aeroespacial. Inovação cabe também em relação ao cara que fabrica a rede, lá em Cipó, na Bahia. Para discutir inovação lá no Aquífero Tucano.

Nós tivemos uma experiência muito interessante, vou contar essa para encerrar, quando nós fizemos a campanha da cisterna na Bahia. Havia uma mulher, inclusive ela se dispõe a gravar, que disse assim:"Olha, eu passo dia inteiro aqui de junto dessa cisterna, tem hora que dá vontade até de beijar essa água dez vezes por dia". Aí ela diz uma coisa interessante: "O que eu mais gostei desse negócio – lógico que a água é uma maravilha, estou pegando a água, fico querendo beijar a água – mas o que eu mais gostei é que, agora, sabe como eu tiro água da cisterna? Só balançando aqui..." Uma senhora de quase setenta anos. "Eu não preciso mais abaixar a lata, uma lata pesada, é só nesse movimento..." E aí ela diz assim: "E o mais interessante é que o desgraçado que inventou isso pegou duas bolas de gude, fez um negócio, botou num cano velho e me ensinou como é que tira água!"

Quer dizer, na realidade, foi um processo feito com criatividade lá do sertanejo, que suscitou uma bombinha extremamente barata, feita com PVC, usando bolinha de gude. Quer dizer, inovação vai para isso, inovação vai para melhorar a vida das pessoas, inovação vai para encontrar o pequeno empreendedor, o microempreendedor ou até o empreendedor individual.

Agora, para a gente trabalhar essas realidades, tem que ir na linha do que foi levantado aqui por vocês

dois, que eu acho que é isso: como é que nós vamos trabalhar esses programas setoriais de inovação? Óbvio que você vai me dizer assim: "Pinheiro, eu preciso de uns 10 bilhões." Por isso que eu acho que é importante a transformação dessa instituição numa instituição de fomento, completando esse leque dos fundos setoriais, usando a mesma política e fazendo a amarração. Quer dizer, a cada projeto desse aqui que nós incentivarmos, um percentual disso tem que ir para essa área, para nos permitir, inclusive, a captação de recursos e continuar numa linha de crescimento para trabalhar as duas pontas: formar gente e acumular, a partir dessa formação de recursos humanos, conhecimento para ir aplicando, com essa capacidade, Rafael, que eu acho que você levanta sobejamente bem aqui. Você até lista isso aqui como o décimo ponto, e eu diria que é, talvez, a primeira coisa: o programa setorial de inovação.

Nós precisamos colocar a mão nisso e trabalhar essa setorização, que eu acho que ela responde a tudo como essência do nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/ PMDB – AM) – Agradecendo a participação do Senador Walter Pinheiro, nosso aniversariante, passo a palavra ao Senador Aníbal Diniz, inscrito. Na sequência, o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/ PT – AC) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu quero manifestar o meu orgulho e satisfação em participar dessa audiência pública com uma reflexão tão aprofundada, tão atual e tão necessária para o desafio que o Brasil enfrenta neste momento para ter uma superação, uma mudança de estágio. Aliás, uma mudança de paradigma, superar esse paradigma da exportação de *commodities* para encontrar um novo paradigma na inovação tecnológica.

A sensação que tenho diante de uma exposição dessa com absoluta precisão do Professor Glauco Arbix e também do Rafael – sinto a necessidade premente de, Congressistas, Senadores e Deputados Federais, nos colocarmos à disposição, porque acho que entendemos os desafios postos como absolutamente pertinentes, não temos um ponto de discordância em relação a isso e queríamos saber em que poderíamos ajudar para fazer com que o processo fosse mais célere, porque, na perspectiva histórica, essas inovações acontecem muito lentamente, e, no crescimento vegetativo, temos a sensação de que vamos ficar sempre para trás. Então, vamos ter que encontrar algum mecanismo de atalhar o caminho, porque esse varadouro curvo que tem à nossa frente é algo que vai nos deixar sempre para trás, porque o crescimento vegetativo acontece no mesmo ritmo com quem já está à nossa frente. A gente vai ter que encontrar um caminho de acelerar o nosso motor, a gente vai ter que dotar esse motor de uma potência maior, e aí, nesse sentido, primeiro vem a equação dificílima de resolver: dinheiro não cai do céu. Existe uma mentalidade de governo posta hoje no sentido de aumentar esse investimento, mas precisamos também aumentar a nossa arrecadação para isso e temos o desafio de a nossa empresa brasileira estar investindo muito pouco em tecnologia.

Tenho um companheiro do Acre, professor de história, que diz que a iniciativa privada do Acre é privada de iniciativa. Tudo acontece se o governo põe a mão. As coisas só acontecem se o governo puxar como indutor, como realizador e como executor das coisas, em muitas ocasiões. E eu, vendo todas essas situações, percebo que não é uma peculiaridade do Acre. Na realidade, é uma peculiaridade do Brasil. Parece que a iniciativa privada do Brasil é privada de iniciativa, está sempre precisando de um impulso a mais.

O que a gente pode dizer numa situação como essa é o nosso absoluto comprometimento com a causa. Acho que ciência e tecnologia são a possibilidade de darmos um salto de qualidade, principalmente para nós, do Norte, porque os Estados da Amazônia têm uma responsabilidade muito grande sobre as costas, que é garantir a preservação da floresta. E nós só vamos lograr sucesso nesse desafio de cumprir com essa responsabilidade se tivermos inovação tecnológica para dar condições de vida para aquele povo. Se não vai continuar o índice de desmatamento, as pessoas vão continuar convertendo florestas em pastagens com o argumento da commodity entrando também lá, que é algo extremamente prejudicial.

Hoje nós temos o Código Florestal aprovado na Câmara com riscos enormes para o meio ambiente e precisamos da parceria com ciência e tecnologia para fazer essa equação ganhar um tom de perfeição. Precisamos aumentar a nossa produtividade, mas manter o nosso compromisso coerente com a preservação do meio ambiente. Assim a gente devolve um pouco essa responsabilidade.

Acho que nós, Senadores, temos a responsabilidade de encontrar um caminho para propor um marco regulatório que possa permitir uma evolução desses valores de investimento em ciência e tecnologia, porque quatro bilhões, está bem visível que é muito pouco. A gente vai ter que encontrar um caminho para fazer crescer esse investimento, mas, em compensação, a gente precisa do suporte de ciência e tecnologia para desenvolver melhores condições de vida para aquele povo amazônico, de tal maneira que a gente possa construir juntos esta equação: manter esse esforço com sucesso de preservação da Floresta Amazônica, mas, ao mesmo tempo, precisamos de investimento tecnológico que nos permita ter acesso à banda larga

e ter aquela juventude lá se interessando por cursos das exatas, da ciência dura. Realmente o apelo para os cursos das humanas acaba sendo muito convincente, porque até o mercado governamental, por excelência, nessa região, acaba atraindo mais pedagogos, sociólogos e historiadores do que um engenheiro, principalmente o curso de Direito. Na Amazônia, parece que os cursos de Direito proliferam com uma rapidez tremenda e os cursos de engenharia estão ficando para trás. A gente vai ter que somar esses esforços todos para ver se constrói um passo e um pacto em defesa da ciência e tecnologia, da inovação.

De nossa parte, acredito que todos os Senadores integrantes desta Comissão vão estar completamente comprometidos no sentido de construir o melhor marco regulatório possível para garantir investimento em ciência, tecnologia e inovação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a participação do Senador Aníbal Diniz. Porém, antes de passar a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg, eu gostaria de complementar o que disse o Senador Anibal, A importância da inovação para regiões excluídas do desenvolvimento brasileiro, como é o caso da Amazônia.

Senador Rollemberg, imagine que só o Estado do Amazonas ainda possui 2.700 comunidades isoladas numa imensidão de 1,5 milhão de quilômetros quadrados, que ainda não conseguiram ser atendidas pelo Programa Luz para Todos, porque não há como fazer rede de transmissão de energia elétrica para essas comunidades. Elas terão que ser iluminadas ou atendidas de energia com miniusinas que tenham um custo de manutenção que caiba dentro de um plano de negócios para ser atendidas. A única forma de tirar do século XIX e trazer para o século XXI brasileiros dessa região é com inovação tecnológica.

Uma outra questão levantada aqui, importantíssima: essas mesmas comunidades isoladas, via de regra, na beira dos rios, portanto nas regiões de várzea não podem ser abastecidas com água de poço artesiano, porque ele é ferroso. Portanto, a água, no período da seca, é contaminada, a água do subsolo, a água do lençol freático é contaminada de ferro. Precisamos aplicar tecnologia aparentemente inusitada que, quando Governador, consegui levar para o meu Estado. No Amazonas, com a maior precipitação pluviométrica do Brasil, não havia a destinação de água captada de chuva para atender às comunidades isoladas. Hoje, exatamente as 20 mil famílias do Estado estão atendidas por esse modelo, mas ainda faltam mais de 100 mil famílias para ser atendidas.

Na área de recursos humanos, o Brasil tem carência em engenharia? Tem. E o que dizer de recursos humanos na área de saúde na Amazônia? Para os Srs. Senadores que não conhecem a realidade da Amazônia, hoje existem, no Estado do Amazonas – e com certeza deve haver no Estado do Acre –, centenas de profissionais da área da saúde que não possuem CRM, porque foram formados em outros países, sujeitam-se a trabalhar no interior da Amazônia e não possuem CRM, trazendo todo tipo de dificuldade e de riscos que isso implica. E, no entanto, a lei da oferta e da procura de formação de recursos humanos nessa área ainda não alcança a demanda que existe naquela região.

Portanto, são muitas as ações e muitas as demandas que nós podemos alcançar a partir de uma decisão política que esta Comissão de Ciência e Tecnologia vem adotando.

Com entusiasmo, ouço o Senador Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Eduardo Braga.

Quero cumprimentar V. Exª pela iniciativa conjunta da jornada pela inovação, cumprimentar o Dr. Glauco Arbix, Presidente da Finep, meu amigo Raphael Lucchesi, quero agradecer suas palavras carinhosas e dizer que tenho o maior reconhecimento pelo trabalho que o Raphael Lucchesi desenvolveu como Presidente do Conselho de Secretários Estaduais de Ciência e Tecnologia, que ajudou muito a gestão do Ministro Eduardo Campos e do Ministro Sérgio Rezende na construção, inclusive, de uma agenda política no Congresso Nacional, à época da aprovação da Lei de Inovação, a criação da Frente Parlamentar Intersetorial em Defesa da Ciência, Tecnologia e Inovação, onde conseguimos, naquela ocasião, alguns compromissos de ampliação do orçamento da área de ciência e tecnologia, de descontigenciamento paulatino, crescente, dos recursos do Fundo do Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT.

Mas quero dizer, Sr. Presidente, que considero muito importante e parabenizar V. Exª por ter iniciado essa jornada de inovação tecnológica. Nós temos que transformar o debate sobre inovação tecnológica no Brasil em um debate que permeie toda a Casa, sensibilize o conjunto dos nossos Senadores e Deputados para que possamos efetivamente construir um ambiente de inovação no nosso País.

Registro com alegria a presença do Deputado Haroldo Lima, Presidente da Agência Nacional do Petróleo. É sempre uma honra recebê-lo aqui na Casa.

Eu ia dizendo da importância de construirmos um ambiente permanente de inovação no nosso País.

Vejam o exemplo: todos os setores em que o Brasil investiu fortemente em inovação tecnológica, buscando, inclusive, aliar os investimentos estatais com

parcerias privadas, os nossos resultados foram muito positivos. Está aí o exemplo da Embrapa, o exemplo da Petrobras e o exemplo da Embraer.

E quero me ater um pouco ao exemplo da Embrapa, já que neste momento nós estamos debatendo o Código Florestal Brasileiro e eu tenho dito que seria o maior equívoco político se nós colocássemos hoje em oposição o desenvolvimento da agricultura brasileira com a questão da preservação ambiental, até porque um dos instrumentos mais eficientes da nossa competitividade no cenário internacional é podermos anunciar a agricultura brasileira como a agricultura mais sustentável do planeta. E o aprofundamento dessa vocação da agricultura brasileira está nos investimentos fortíssimos em inovação tecnológica. Vou citar dois dados recolhidos recentemente da Embrapa para ilustrar o que estou dizendo.

Segundo a Embrapa, na apresentação do Dr. Pedro Arraes na Comissão de Meio Ambiente, nos últimos 30 anos – os números são próximos disso, posso me enganar em pouca coisa –, nos aumentamos a nossa área plantada em torno de 48% e aumentamos a nossa produção em cerca de 268%, ou seja, houve um aumento de produtividade imenso em função da inovação tecnológica. Inovação essa que foi construída em parcerias que a Embrapa desenvolveu com empresas privadas, nacionais e internacionais, para produzir novas variedades, novas cultivares, enfim, grande desenvolvimento na área genética, que tornaram a nossa agricultura muito mais produtiva.

Ao mesmo tempo, nós tivemos um debate que se colocou muito em torno de se deveríamos reduzir as áreas de preservação permanente ou não, se deveríamos reduzir as áreas de reserva legal ou não, desconhecendo que temos no Brasil mais de 60 milhões de hectares de pastagens degradadas, que têm sua produtividade extremamente depreciada e deprimida.

Portanto, é claro que a prioridade do País neste momento deveria ser o investimento em inovação tecnológica, na difusão e financiamento dessas novas tecnologias para que possamos aumentar a nossa produção de alimentos e agroenergia nessas áreas degradadas de pastagens, reduzindo drasticamente a pressão sobre novos biomas preservados, como as áreas de floresta amazônica ou áreas de cerrado. Daí a importância de se investir em conhecimento científico.

A SBPC, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, e a Academia Brasileira de Ciência disseram que o ideal para o Brasil seria a possibilidade de aguardar mais um ou dois anos para apreciação do Código Florestal, para que tomássemos as decisões de modo científico.

Eu tive a oportunidade, Presidente Eduardo Braga, de fazer uma imersão na Embrapa sobre o tema, quando um dos pesquisadores, salvo engano, Gustavo Curcio, da Embrapa Florestas, ele demonstrou que se a área de preservação permanente deve ser de 15m, de 30m, de 50m é uma discussão sem base na realidade, porque hoje teríamos algumas questões que precisariam ser analisadas, tais como: a declividade do solo, a textura do solo, a espessura, o serviço ambiental que aquela área de preservação propicia. Ou seja, quais são os recursos biológicos, os recursos genéticos previstos naquelas áreas de preservação permanente?

Nós vamos precisar muito da ciência brasileira, do apoio da Finep e das instituições de fomento para garantirmos instrumentos de valoração do nosso capital natural para que possamos garantir instrumentos econômicos de preservação da floresta, de preservação do cerrado. V. Exª é um pioneiro nisso como governador da Amazônia. Porque, senão, daqui a dez anos, estaremos novamente discutindo a anistia aos produtores rurais porque eles desrespeitaram as áreas de reserva legal, se não tivermos a capacidade de garantir instrumentos econômicos que remunerem a preservação ambiental.

Nesse sentido, eu gostaria, em função de que o Brasil vai sediar ano que vem uma conferência internacional, a Rio+20, em que o Brasil tem uma oportunidade de ouro de assumir liderança internacional na transição de uma economia tradicional para uma economia verde, de reiterar que não podemos cometer o equívoco de aprovar um código florestal que coloque em contraposição o desenvolvimento da agricultura com a questão ambiental, porque será uma perda econômica substantiva para o Brasil.

Mas eu gostaria de saber o que a Finep vem desenvolvendo no sentido de financiamento, inovação referentes à economia verde, uma economia de baixo carbono, e que contribuição a Finep poderia dar, e a Confederação Nacional da Indústria também, já que temos prazo para encaminhar para a Organização das Nações Unidas as sugestões temáticas para a conferência Rio +20; o que a Finep tem feito neste sentido, o que a CNI tem feito neste sentido de propor agenda temática positiva para o Brasil na Rio +20.

Tivemos um grande momento do Congresso brasileiro que foi a aprovação da Lei de Inovação, que construiu novo paradigma na relação da comunidade científica, da academia, das universidades com o setor produtivo permitindo maior interação com os pesquisadores que permanecessem nas empresas produzindo inovação – como foi demonstrado aí a inovação sendo produzida dentro da própria empresa –, com a

possibilidade de criação das empresas de propósitos específicos. E eu gostaria de ter um pouco da avaliação da Finep, como órgão financiador, e da CNI, como representante do setor produtivo. Que avaliação fazem hoje da Lei de Inovação, que gargalos permanecem e que precisam ser resolvidos no âmbito do marco legal, que precisam ser alterados no Congresso Nacional se for o caso, se a lei provocou alguma mudança de cultura na inovação. Parece-me, Presidente Eduardo Braga, que ainda temos posição muito conservadora, sobretudo dos órgãos de controle e de fiscalização na implementação dessas políticas de inovação. São as perguntas que gostaria de deixar, parabenizando V. Exª por este debate tão importante para o futuro do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu que agradeço ao Senador Rodrigo Rollemberg, dizendo, ao passar a palavra para nossos palestrantes para concluírem e responderem às indagações, que muitas vezes, lamentavelmente, nossos órgãos de controle confundem inovação tecnológica com obras públicas e querem dar o mesmo tratamento à questão da inovação e do financiamento da ciência e da tecnologia como é dado para obra pública de investimento em novas infraestruturas, etc. Isso é tema para uma das matérias que estão tramitando no Senado da República que pode dar tratamento diferenciado à questão do controle e da fiscalização com relação a ciência e tecnologia. A Comissão que V. Exª preside será um fórum com certeza importante para apoiar essas medidas.

Para concluir, vou inverter, primeiro passando a palavra ao Dr. Rafael Lucchesi, para suas considerações finais e respostas a algumas das indagações e, finalmente, para o Dr. Glauco Arbix, para que ele possa encerrar sua participação concluindo com as respostas a perguntas de alguns Senadores.

Com a palavra, o Dr. Rafael Lucchesi.

O SR. RAFAEL LUCCHESI – Senador, vou eleger alguns poucos pontos. Vou começar fazendo referência a importância que temos hoje no Senado de uma representação de excelente qualidade de compreensão da agenda brasileira de ciência, tecnologia e inovação. Começo pelo senhor que, quando governador, deu enorme alavancagem nos recursos do governo do Estado na Fundação de Amparo à Pesquisa, na Secretaria de Ciência e Tecnologia. À época, eu era secretário na Bahia, e o exemplo que a Maria Helena trazia dos fundos alocados – ela era então Secretária de Ciência e Tecnologia – na área de ciência e tecnologia no seu Estado, era um exemplo do fortalecimento da estrutura subnacional – o Senador Walter Pinheiro colocou isso. Nós montamos, com forte atuação do Ministro Eduardo Campos, toda uma estrutura de fortalecimento, via emendas de bancadas nos fundos públicos que alavancava os orçamentos estaduais de ciência e tecnologia, e alguns exemplos foram meritórios nesse processo, com relevância para o exemplo do Amazonas.

O Senador Rollemberg, a começar por ele, é um craque, já levantou a bola. Nós temos problema na Lei de Inovação, ela é um avanço importante, ela tem que ser reconhecida. Nós temos problema de conflitos, de interpretação. Precisamos de maior agilidade, precisamos ter avanços com relação à questão da despesa. A lei fala das despesas em inovação. E aí você tem um atributo. A empresa compra uma planta-piloto, isso é investimento por qualquer regra contábil. O legislador, provavelmente, quando pensou em despesa, pensou no dispêndio, e na legislação entrou despesa. Despesa, do ponto de vista contábil, é só o gasto no exercício, é só o reagente da planta piloto, mas não o investimento na planta piloto. Só que a empresa não assume esse risco porque o auditor da Receita Federal vai pegar as práticas contábeis. Então, temos problemas de avanços aí.

A agenda da Rio+20 é uma agenda de baixo carbono, de pegada ecológica. A indústria brasileira tem uma pegada ecológica, tanto que as emissões de carbono da indústria brasileira são menos de 2%. Nossos grande problema é de queimadas. Há toda a parte do Plano Nacional de Resíduos Sólidos. A indústria tem um papel de liderança mundial na parte de reciclagem. Então, é uma agenda importante. A agenda de baixo carbono deve orientar o progresso técnico. A gente combina a agenda ambiental com a agenda inovativa.

Nós nos reunimos com a CNI da Inglaterra, que já é um país já de industrialização pioneira. Eles já estão numa agenda pós-manufatura. A agenda deles é a orientação clara do investimento para a agenda do futuro, da economia do baixo carbono, que seria do ciclo seguinte. São intensivos em conhecimento, estão dando *catching up* para frente, para a agenda do futuro. Nós temos que combinar uma agenda no Brasil de preservação dos ativos ambientais, que é uma agenda importante, fazer isso com inteligência, algo que alavanque a riqueza e não promova a destruição, sobretudo o ambiente econômico, o que vai se traduzir na deterioração econômica e social, que tem impacto inclusive ambiental. Então, fazer isso com inteligência e que busque uma política de preservação de ativos e que combine com uma agenda inovativa.

O Senador Walter Pinheiro, quando eu assumi a Secretaria de Ciência e Tecnologia, era então Deputado Federal e nós já tínhamos uma identidade passada, mas não naquele momento. No início da minha

gestão, a gente foi almoçar juntos e eu percebi que a cachaça dele era ciência e tecnologia, independente de governos. Ele foi parceiro de toda a agenda nossa lá na Bahia.

Como Presidente do Conselho Nacional de Secretários, a gente sempre defendia um modelo sistêmico de atuação na área de ciência e tecnologia. Hoje, nós temos Secretarias de Estado para Assuntos de Ciência e Tecnologia em quase todos os Estados, 27 Estados. O orçamento das fundações de amparo à pesquisa das secretarias somam meio orçamento da Finep, mais do que o orçamento do CNPq.

Nós temos que nos inspirar, e isso era uma batalha de certa forma inglória, porque as burocracias são de certa forma muito reativas a qualquer mudança. Houve uma mudança da lógica da criação das instituições de abrangência nacional ainda do modelo pioneiro e heróico, onde as ações eram muito emanadas das agências federais, por uma lógica que têm que ser mais distribuídas. Nós temos que interpretar o que aconteceu nas estruturas de políticas públicas seminais – saúde e educação –, que atuam hoje no modelo distribuído, no modelo sistêmico. Então, pensar um SUS da ciência e tecnologia da inovação no Brasil, ou seja, um modelo articulado.

Se nós pensarmos na agência de TIB, *habitat* de inovação, arranjos produtivos locais, infraestrutura, formulação de recursos humanos, não tem sentido pensar em editais nacionais, com realidades assimétricas. Ou seja, nós vamos só intensificar o modelo de causação circular cumulativa, que só vai estabelecer esgarçamento do sistema. Eu quero uma incubadora... Os Estados pioneiros – era meu discurso como Secretário, na época da Bahia – já tiveram 30 anos de apoio, Rio, São Paulo, Rio Grande do Sul, e agora vai no padrão de competitividade? Tem que se estabelecer uma relação de cunha.

O próprio marco legal dos fundos setoriais privilegiam instituições federais – o Senador colocou aqui de maneira clara. Não é só isso. Então, se pensarmos na própria continuidade, se eu crio redes locais, elas são muito mais interpretativas da realidade local e da sustentabilidade dessa ação no tempo. De Brasília, passando um edital nacional, com um comitê assessor de projetos, muitas vezes não escolhe a melhor rede institucional local.

Então, essa é uma agenda de pensar um modelo descentralizado. Sei que o Rollemberg concorda com isso, era parceiro dessa visão. No Estado da Bahia, Senador Walter Pinheiro, tem que voltar a regra que a gente colocou lá atrás: 40% dos recursos da Fapesb para as universidades estaduais. É claro que se você bota um diretor da Fapesb que é ligado à UFBA, ele vai esquecer isso. Só que é assim: os grupos de pesquisa da UFBA, que são mais antigos, são mais competitivos, têm muito dinheiro no Brasil. Eles podem ter esses recursos, podem perder, mas são mais competitivos. Se você colocar que eles são cativos, eles vão pegar os recursos da Fapesb, porque eles são imbatíveis lá. Então, é humano, ninguém quer risco. Agora, se você falar assim: olha, a regra – quando eu era secretário, a gente colocou na Fapesb – é a seguinte: grupo de pesquisa com conceito melhor, eu só dou recurso para ele ganhar recurso federal, porque aí ele se torna competitivo. Senão ele vai se acomodar ali na Fapesb. Só que ele vai tamponar a possibilidade de a Uneb, por exemplo, ter atividade de pesquisa.

Essas universidades estaduais ampliaram muito o corpo docente nos últimos tempos. Nos cinco primeiros anos, se você não pegar o recém-doutor e encaixá-lo na atividade de pesquisa, ele não entra mais. Então, esse é um tempo importante e está sendo desperdiçado. Depois, reverter isso, só com uma nova geração de professores.

Além disso – eu falei isso à época para o Governador Paulo Souto e esta frase pode ser dita ao atual, ao Jaques Wagner –, o Governo gasta 600 milhões, acho que é mais ou menos isso, no orçamento das quatro universidades estaduais, e não tem nenhuma articulação com a agenda de planejamento, com política agrícola, com política de saúde, com política de ciência e tecnologia. O Governo e a sociedade, de certa forma, ficam de costas para as universidades públicas estaduais. Ele tem que entrar na agenda e isso deve acontecer Brasil afora. Isso tem de estar na agenda de desenvolvimento.

Último comentário. Eu falei à época para o Governador Paulo Souto: "Governador, a coisa mais importante com investimento da Ford, que foi importante para a Bahia, foi o Centro Tecnológico de *Design*". Hoje, há dois mil engenheiros trabalhando nesse Centro – não fazia parte do protocolo original, você sabe disso –, são os melhores empregos. Se pensar assim: nos Estados Unidos tem guerra fiscal? Tem, mas não para emprego de *call center*. Tem para centro tecnológico, isso tem; o governo de Nova Iorque dá. Há quatro centros da Ford hoje no mundo: um em Detroit, um em Hagen, na Alemanha, outro na Austrália e o de Camaçari. O que fechou é o da Inglaterra e ele disputa como unidade de negócio.

A inspiração desse me fez criar a legislação do Inovatec, que você citou, que é uma inspiração importante para uma agenda de parque tecnológico, que não vai avançar no Brasil se não tiver um marco regulatório específico. Temos que aprender com a Espanha, que é um país seguidor, chegou tarde a essa agenda, tem

um parque industrial menor que o nosso e teve uma política de construir 30 parques tecnológicos. Depois, fez um edital público para mais 50 e colocou 50 milhões de euros no caixa para estruturar cada parque tecnológico, com uma lei fundiária resolvida. Visitei vários parques tecnológicos pelo mundo inteiro, sou até hoje Presidente do Conselho Consultivo da Anprotec – uma associação nacional brasileira de parques tecnológicos. Estou na Cenin, mas essa é a minha cachaça.

Nós precisamos ter uma agenda voltada para isso. Concordo com o que o professor Glauco colocou aqui. O BNDES tem uma agenda importante. Ela é importante para o Brasil, mas é uma agenda do século XX. Temos que dar isonomia para a agenda do século XXI na Finep, capitalizando-a e criando fundos públicos para essa agenda.

Por fim, Senador Aníbal, só para finalizar, reconheço que temos problemas no Brasil de múltiplas ordens. Se a gente for pegar o *World Economic Forum*, o Brasil tem o 10º maior mercado do mundo, a 31ª posição em sofisticação empresarial, a 42ª em inovação, a 62ª em infraestrutura, a 93ª em segurança jurídica. Na macroeconomia, a 114ª; em saúde e educação básica, a 111ª, em 139 países.

Na área de educação, estamos nas últimas posições, em que pese termos melhorado muito nos últimos anos. Catorze por cento dos jovens brasileiros, que deveriam esta cursando ou cursar a universidade, estão efetivamente cursando a universidade; destes, dos quais em torno de 10% nas áreas de engenharia e ciências duras. Para a sociedade do conhecimento, muito atrás das economias mais competitivas.

Em torno de carga fiscal, nós estamos lá em cima. Nós temos problemas hoje na agenda pública e na agenda privada. Nós precisamos resolver essas duas agendas, emparelhando – o que é um pouco do que o Walter Pinheiro colocou. Nós temos avançado, mas a velocidade é lenta, e nós precisamos acelerar, porque países como Coreia, China, Índia estão avançando mais depressa do que nós. E se a gente quer alcançar êxito, numa agenda de interdependência do desenvolvimento econômico, nós temos que resolver a agenda da inovação. E aí não é só o exemplo da Embrapa, da Embraer e da Petrobras, que são ícones, nós temos que pensar numa agenda mais distribuída.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga.Bloco/PMDB – AM) – Dr. Rafael, um minuto para concluir.

O SR. RAFAEL LUCCHESI – Só fechando.

Temos hoje 41 mil empresas que inovam no Brasil. Temos que pensar em 160 mil empresas que inovam no Brasil. Temos que alargar a abrangência e a escala da inovação no Brasil e, para essa agenda, vamos precisar muito do Congresso Nacional, do Senado da República, hoje bem represento pelos senhores, do Governo e do setor privado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga.Bloco/PMDB – AM) – Eu agradeço ao nosso palestrante e passo a palavra ao Dr. Glauco Arbix, para as suas considerações.

O SR. GLAUCO ARBIX – Obrigado, Senador.

Eu gostaria de agradecer as perguntas que foram dirigidas à Finep e eu queria tratar primeiro das questões levantadas pelo Senador Walter Pinheiro.

Primeiro, a questão da Finep como agência de fomento é a grande prioridade nossa, Senador. Então, nós temos uma sintonia muito grande, eu estou inclusive reforçando, essa semana fizemos uma discussão na Diretoria da Finep para reforçar toda a nossa área de fomento, com planejamento de médio e longo prazo. Então, estamos fazendo um raio X da indústria brasileira, dos serviços brasileiros, não só localizados nos principais centros, mas em todo lugar, para tentar orientar exatamente a nossa atuação de fomento, exatamente a inovação.

Então, procurando as empresas – eu estou , como eu disse, há três meses na Finep –, nós já fizemos 49 reuniões com presidentes de empresas que foram diretamente capturadas no nosso radar das empresas que são sensíveis e que estão em postos, em posições críticas na economia brasileira. Estamos procurando essas empresas, conversando com elas, tentando montar programas em que elas, por serem exatamente empresas que ocupam uma posição privilegiada, consigam atrair outras. Então, estamos tentando montar mini cadeias para organizar projetos de peso com essas empresas na área de inovação.

É claro que isso aí é uma parte da atividade nossa, e é uma parte que diz respeito diretamente à tecnologia.

Tem outra parte, que o senhor muito bem levantou, que não diz respeito à alta tecnologia e muito menos à tecnologia diretamente desenvolvida. Há muito, nós superamos essa situação. Por exemplo, um dos prêmios Finep foi dado à Embrapa exatamente porque montou um *kit* para tiragem de leite, que é algo muito simples. Filmou-se, a Embrapa montou um sistema de filmagem de todos aqueles que operam as vacas, para tirar leite, e percebeu que a contaminação do leite está vinculada à mão, ao manuseio. Então, eles montaram um *kit* que é absolutamente simples. Se o senhor me permite, mas é um *kit* que começa com um banco que é amarrado, então ninguém põe a mão em nada. É algo extremamente simples, extremamente inventivo, que diminuiu, nas áreas em que o projeto foi implantado, em mais de 78% a contaminação do leite. O que significa que o leite nessas áreas – não eram

áreas privilegiadas, nada –, o leite nessas fazendas passou a ter um padrão de qualidade superior ao da média da União Europeia, com um *kit* que não custa absolutamente nada. Para vocês terem uma ideia, empresas do tipo Nestlé passaram a comprar o *kit* e tentar exportar inclusive, estão exportando hoje um *kit* que é extremamente simples. É um banquinho, é um material de manuseio.

Então, estamos muito atentos a isso, foi um prêmio Finep, e acho que isso é extremamente positivo para nós.

Então, nós vamos desenvolver essa atividade de fomento e estamos tentando desenvolver uma ação especial na área de recursos humanos. A Finep, pela primeira vez, está na comissão executiva da definição da próxima política de desenvolvimento produtivo, que agora se chama PDC – Política de Desenvolvimento Competitivo; nós estamos levantando a questão exatamente do marco regulatório, a discussão que o Senador Rollemberg levantou é chave. Na Lei de Inovação há vários gargalos e há vários pontos de incerteza, que geram uma insegurança muito grande, nem sempre devido aos órgãos de controle; uma parte sim e outra parte é própria dos órgãos executivos.

Por exemplo, não há uma sintonia fina entre o MCT – Ministério de Ciência e Tecnologia, o entendimento da aplicação às empresas, e, por exemplo, a Fazenda, em especial a Receita. Algumas coisas que são orientadas para serem efetivadas, a Fazenda glosa. Então, isso gera uma situação muito ruim nas empresas. As empresas deixam de investir muitas vezes por isso. Porque, se elas investem e isso, essa situação é glosada pela Fazenda, significa que elas são obrigadas a devolver. Então, inicia-se uma batalha. É perda para todo mundo e, principalmente para o País.

Então, nós encaminhamos uma sequência muito grande, uma série grande de modificações na legislação, na Lei de Inovação, na Lei do FNDCT. Há uma série de mudanças que estamos propondo para permitir a gente integrar exatamente esses instrumentos de forma a poder manusear com mais flexibilidade e poder atender as empresas, exatamente atacando a questão de fundo. Hoje, as empresas tentam acertar no rol daquilo que é ofertado pelo Estado. E muitas vezes, inclusive, ela se sobrepõe nos projetos dela, porque elas entram numa linha e entram em outra, porque é essa opção que está dada para elas, como não há articulação, muitas vezes há sobreposição. Nem mesmo isso nós conseguimos pegar hoje. Então, a ideia é inverter a situação e criar uma situação em que a gente conversa com a empresa e tenta resolver os problemas dela; conversa com a universidade e tenta resolver os problemas da universidade. Inclusive de contrapartida, em todos os níveis. Para qualquer atuação da Finep, é obrigatório a contrapartida das empresas ou das universidades.

Em alguns casos, como o das universidades estaduais, eu acho que é uma grande injustiça. O Senador até me pegou, na última vez que eu estive aqui com o Ministro Mercadante, e ele falou assim: "Poxa, vocês da Finep determinam 20% para as universidades estaduais como contrapartida, e as universidades não têm esses recursos". E nós respondemos ao Senador que o problema não era da Finep, o problema era da LDO, que faz uma diferença entre o investimento nas universidades federais e nas universidades estaduais. E não me perguntem por que, talvez vocês saibam responder muito melhor do que eu. Mas essa é a realidade. Tem que mudar a LDO. Somos plenamente a favor. Onde nós pudermos flexibilizar, nós flexibilizamos. Inclusive aplicamos a lei, porque temos que investir, em todo o edital nosso, 30% no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, inclusive para atacar o principal problema interno que nós vivemos que é a desigualdade regional no País, que é gigantesca.

Na área de ciência e tecnologia, é maior do que na área de mercado de trabalho; é maior do que na área de gênero; é maior do que na área econômica ou de renda, simplesmente. A distância tecnológica das regiões atrasadas do Brasil é gigantesca, gente. A única vantagem que eu posso dizer para vocês é que nós não precisamos passar por todas as etapas que outros Estados passaram. Podemos operar por saltos.

E aqui eu vou ao ponto final, à minha última questão, que diz respeito ao que o Senador Aníbal Diniz levantou. Não basta... Eu falo de uma forma muito clara para vocês. Eu posso estar na Finep e, se estiver fora da Finep, vou escrever os artigos e os trabalhos que eu sempre escrevi, não tem nenhum problema, eu posso continuar na Finep e trabalhar na Finep para atuar com os recursos que nós temos e com o marco regulatório e legal que nós temos hoje, mas eu vou dizer de forma bem clara para vocês: isso não vai contribuir para que a gente dê o salto que a gente precisa. Ou seja, o crescimento vegetativo, mesmo que melhore a qualidade – temos sempre que prezar pela melhoria da qualidade –, não é o suficiente, está longe de ser suficiente.

Então, temos que operar com salto, como fez a Coreia, como fez Taiwan, como fez a China e como tenta fazer a índia hoje. E nós temos que iniciar uma ruptura. A Finep tem que alterar a relação dela com a FNDCT, isso é um projeto de lei, não tem conversa. E vai ter que ser discutido com vocês. São os senhores que decidem isso. Porque esse aumento vegetativo a que o senhor se referiu, esse aumento orgânico, va-

mos dizer assim, daquilo que estamos fazendo hoje não resolve os problemas da gente, assim como não resolveu o do BNDES durante muito tempo. O BNDES teve que receber uma injeção gigantesca nos últimos anos para mudar a qualidade do investimento dele, e tem que alterar a maneira como inclusive focaliza os seus investimentos.

O mesmo na Finep, que tem que ter um tratamento diferenciado. Nós temos que dar um salto. Nas engenharias, a mesma coisa. Ninguém quebrará a inércia da matriz brasileira, como levantou o Rafael Lucchesi, dizendo o seguinte: "Ah, vamos agora melhorar um pouquinho as engenharias". Sinto muito! Eu conheço a universidade como a palma da minha mão. Não haverá mudança significativa. Haverá, daqui a 50 anos. Vamos estar aqui... Acho que não estaremos, inclusive, a não ser que a gente viva como o avô do Senador Walter Pinheiro, certo? Mas, como poucos chegam até lá, acho que nós não estaremos aqui daqui a 50 anos.

Então, a discussão é a seguinte: nós temos que operar um tratamento muito intensivo, e vai depender muito desta Casa, dos senhores, dos Deputados e do Executivo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo ao Dr. Glauco Arbix pelas suas colocações e explicações, agradecendo ao Dr. Rafael Lucchesi, aos Srs. Senadores e Senadoras, encerro esta reunião, convocando uma nova reunião, desta feita deliberativa, para a próxima semana no horário regimental.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 53 minutos.)

ATA DA 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM PRIMEIRO DE JUNHO DE 2011

Às nove horas e dois minutos do dia primeiro de junho de dois mil e onze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Ângela Portela, Walter Pinheiro, Pedro Taques, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Ivo Cassol, Benedito de Lira, e Maria do Carmo Alves, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Anibal Diniz, Rodrigo Rollemberg, Lobão Filho, José Agripino, Gim Argello e Randolfe Rodrigues. Justifica a ausência o Senhor Senador Ciro Nogueira. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Braga, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Expedito Junior, que "Altera o art. 36 e o § 3º do art. 45 da Lei n° 9.504, de 30 de setembro de 1997, para permitir a propaganda eleitoral pela Internet." O relator designado é o Senador Eunício Oliveira. E o parecer pela prejudicialidade da matéria é aprovado. **Item 2: Ato nº 01, de 2011-CCT,** de autoria do Senador Eduardo Braga, que "Disciplina os procedimentos a serem observados nas designações de relatoria dos Projetos de Decreto Legislativo de outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens." O relator designado é o Senador Pedro Taques e o Ato é aprovado. **Item 3: Projeto de Decreto Legislativo n.º 194, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga concessão à Fundação "José Bonifácio Lafayette de Andrada" para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Barbacena, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Eunício Oliveira e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 4: Projeto de Decreto Legislativo n.º 85, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação da Rádio Comunitária denominada Alfa FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Marcos Parente, Estado do Piauí." O relator designado é o Senador Pedro Taques e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 5: Projeto de Decreto Legislativo n.º 99, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Emissora Paranaense S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Londrina, Estado do Paraná." O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 6: Projeto de Decreto Legislativo n.º 103, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Auriflama de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Auriflama, Estado de São Paulo." A relatora designada é a Senadora Ângela Portela e o

projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 7: Projeto de Decreto Legislativo n.º 89, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga concessão à Rede de Rádio e Televisão Tiradentes Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Manaus, Estado do Amazonas." O relator designado é o Senador Vital do Rêgo e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 8: Projeto de Decreto Legislativo n.º 527, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Morro Agudo de Goiás - ADESCOM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morro Agudo de Goiás, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 9: Projeto de Decreto Legislativo n.º 529, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Organização de Radiodifusão São Carlos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goianésia, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 530, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Agência Goiana de Comunicação - AGECOM para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 542, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural e Intelectual de Luziânia (ASCOCIL) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Luziânia, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 65, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação de Educação e Cultura para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Estância, Estado de Sergipe." A relatora designada é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 692, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Gramado FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Gramado, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado, ad hoc, é o Senador Pedro Taques e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 371, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Coroaciense de Desportos (ACCORD) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coroaci, Estado de Minas Gerais." A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Ângela Portela e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 219, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Fênix de Educação e Cultura para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Egito, Estado de Pernambuco." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 621, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Emissora Continental de Campos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro." O relator designado, ad hoc, é o Senador Ivo Cassol e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 7, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão da Cidade de Seritinga - MG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Seritinga, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Ivo Cassol e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 60, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Sisal de Conceição do Coité S.A. para explorar serviço de

radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Conceição do Coité, Estado da Bahia." O relator designado é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 606, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Monte Alegre de Minas - Rádio Monte Alegre para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Alegre de Minas, Estado de Minas Gerais." O relator designado é o Senador Ivo Cassol e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 96, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Rádio Capitão Gervásio Oliveira - ACRACGEO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Capitão Gervásio Oliveira, Estado do Piauí." O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 48, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Fundação João Sotero - FUNDACARU para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Belo Jardim, Estado de Pernambuco." O relator designado, ad hoc, é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 685, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Paranaíba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Parnaíba, Estado do Piauí." O relator designado, ad hoc, é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo n.º 9, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Lago Verde Maranhão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lago Verde, Estado do Maranhão." O relator designado, ad hoc, é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo n.º 488, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada a Rádio Cidade de Sumé Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sumé, Estado da Paraíba." O relator designado, ad hoc, é o Senador Eunício Oliveira e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo n.º 25, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à Missão Caminhando para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Betim, Estado de Minas Gerais." O relator designado, ad hoc, é o Senador Eunício Oliveira e o projeto é aprovado por 09 (nove) votos favoráveis. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às dez horas e vinte e quatro minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal. – Senador **Eduardo Braga,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza hoje, 1º de junho de 2011.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata de reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

Dispensada a leitura, a Ata será publicada no *Diário do Senado Federal.*

Comunicados da Presidência.

Expedientes recebidos.

Requerimento nº , de 25 de maio de 2011, do Exmº Sr. Senador Ciro Nogueira, que justifica a ausência dos trabalhos do Senado Federal no período de 31 de maio a 2 de junho de 2011.

Convite do Sr. Marcos Vinícius Ferreira Mazoni, Diretor Presidente do Serpro, para participar, nesta data, 1º de junho, da solenidade de posse da nova diretoria do Serpro.

Aproveito a oportunidade para, em nome da Comissão de Ciência e Tecnologia, parabenizar a nova diretoria, desejando pleno êxito no desempenho de suas funções nessa nova gestão.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, faço aqui um resumo da primeira audiência pública, das oito que

serão realizadas no decorrer deste ano por esta Comissão, realizada no último dia 25 de maio, intitulada "Jornada da Inovação – Desafios da Inovação no Brasil", com a presença dos Srs. Glauco Arbix, Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), e Rafael Lucchesi, Diretor de Educação e Tecnologia da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em razão da aprovação do Requerimento nº 17, de 2011-CCT, de autoria dos Senadores Eduardo Braga, Rodrigo Rollemberg, Gim Argello, Eunício Oliveira e Ivo Cassol.

O Sr. Glauco Arbix, Presidente da Finep, em sua exposição, ressaltou que o processo de inovação é condição essencial para o Brasil saltar de seu atual estágio de desenvolvimento. Nas suas palavras, inovação não é escolha, mas necessidade. Exemplificou com dados da OCDE, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que concretizam o fato de que as empresas que inovam representam 67% do crescimento da economia de um país. Dessa forma, o Brasil precisa incorporar um sistema robusto de inovação para que a economia dê um salto de qualidade.

Entre as propostas, foi destacado que a Finep conta com um orçamento de R$4 bilhões por ano e seus principais perfis de atuação ao financiamento de pesquisa são os seguintes: financiamentos não reembolsáveis de instituições de pesquisa e desenvolvimento, fomento da inovação por meio da subvenção econômica das empresas e banco de financiamento por crédito a capital semente e de risco.

Salientou que o negócio da Finep é estritamente inovação, não financiando capital de giro e infraestrutura e modalidades de expansão da empresa. Afirmou que o grande desafio do Brasil e, dessa maneira, da Finep é colocar o País em regime de inovação a frente de países como a China e a Índia, que nos ultrapassaram na história recente. Assim, a política de inovação é uma agenda prioritária de Estado e deve ser integrada com o setor primário, adequando-se à realidade competitiva.

Comunico ainda a V. Exªs que, no dia de ontem, esteve conosco, em nosso gabinete, o Ministro Paulo Bernardo.

Quando da visita de S. Exª, discutimos uma minuta de decreto sobre concessão de outorgas, e essa minuta foi disponibilizada a esta Comissão para que os Srs. Senadores possam, informalmente, contribuir para o aprimoramento dessa minuta desse decreto.

Essa minuta será distribuída aos Srs. Senadores, e aqueles que queiram fazer a contribuição, juntamente com a nossa Consultoria técnica, terão o prazo até a próxima reunião para apresentar as suas contribuições por escrito, a fim de que nós possamos encaminhar ao Ministério das Comunicações.

Basicamente a minuta desse decreto, Senador Pedro Taques, avança sobre as recomendações feitas por esta Comissão no relatório do grupo de trabalho já aprovado por esta Comissão, já implementado, inclusive, na pauta de hoje nos processos que vamos analisar.

Portanto, creio que, à exceção de um ou outro item da minuta do decreto, que efetivamente avança e contribui no controle com relação às questões em pauta para o aumento da transparência e o aprimoramento do processo da concessão de radiodifusão, creio que esse é um grande avanço.

Outro comunicado importante é que o Ministério das Comunicações já disponibilizou, no seu *site*, o cadastro que fora prometido nesta Comissão, e esta Comissão, inclusive, cobrou o cumprimento dos prazos. E, uma semana após o prazo estabelecido, o cadastro geral das concessões e outorgas já está disponibilizado no *site* do Ministério.

Eu gostaria, portanto, de dar inicio à pauta dos trabalhos desta nossa 17ª Reunião.

ITEM 1:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, DE 2008

Altera o art. 36 e o § 2º do art. 45 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para permitir a propaganda eleitoral pela Internet.

Autoria: Senador Expedito Júnior.

O Relator é o Senador Eunício Oliveira, que não se encontra presente. Assim, nós vamos – ainda há tempo – pular esse item, passando ao próximo.

ITEM 2:

ATO Nº 01, DE 2011-CCT

Disciplina os procedimentos a serem observados nas designações de relatoria dos Projetos de Decreto Legislativo de outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Autoria: Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Pedro Taques

Foi designado o Senador Pedro Taques como Relator.

Passo a palavra ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, relatório: a proposta de Ato Normativo nº 1, de autoria do Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Senador Eduardo Braga destina-se a disciplinar os procedimentos a serem ob-

servados nas designações de relatoria dos projetos de decreto legislativo de outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

A medida propõe seja vedada a designação para a relatoria dessa modalidade de atos de Senador eleito pela mesma Unidade da Federação em que será prestado o serviço objeto do projeto de decreto legislativo em apreciação.

Análise.

Sr. Presidente: cabe, de início, fazer referência à natureza do ato sob exame. A Constituição, no inciso XII do art. 52, estabelece a competência do Senado para, por meio de resolução, elaborar sue Regimento Interno. A resolução, assim como a lei ordinária ou o decreto legislativo, é classificada, segundo Kelsen, como ato legislativo primário, portanto, possível de ser regulamentado por meio dos chamados atos normativos, segundo a classificação de Eli Lopes Meirelles, um dos maiores administrativistas que o Brasil já teve.

Conforme entendemos, o ato proposto na CCT é dessa natureza, pois pretende detalhar procedimentos cuja matriz normativa é o Regimento Interno desta Casa. Embora ainda não estejam previstos no Regimento Interno, experiências anteriores de comissões como a de Infraestrutura e de Constituição e Justiça e também a de Relações Exteriores e Defesa Nacional comprovam que os atos regulamentares têm simplificado os trabalhos legislativos, ao definir regras mais detalhadas e transparentes. Além disso, Sr. Presidente, demonstram zelo para organizar e maximizar a produção dos colegiados. Assim, consideramos altamente louvável a iniciativa da Presidência desta Comissão.

A Constituição, no seu art. 223, atribui ao Poder Executivo a competência para outorgar a renovação, outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens. No seu parágrafo primeiro, encarrega o Congresso Nacional de apreciar tais atos e, no parágrafo terceiro, condiciona a produção de efeitos legais pelos mesmos a essa apreciação, restando evidente a importância atribuída ao controle social do uso dos canais de rádio e televisão.

Note-se que, ao introduzir a fiscalização desses atos pelo Congresso, o constituinte buscou coibir o uso político da delegação da prestação desses serviços e assegurar a democratização desse processo. Por isso mesmo, a proposta em exame coaduna-se com essa preocupação, ao afastar a possibilidade de ocorrência de qualquer suspeita de direcionamento ou interesse político no decorrer do exame desses atos.

Esta Comissão detém competência regimental para apreciar matérias afetas aos meios de comunicação eletrônicos. Pela enorme importância social, cultural e política dos meios de comunicação em nossa realidade, devemos examiná-las de maneira criteriosa e democrática.

Portanto, a adoção de critérios que confiram maior transparência à delegação conferida a esta Casa para deliberar sobre esses atos do Executivo constitui, a nosso ver, medida importantíssima para tornar efetiva a aplicação dos princípios estampados na Carta da República que visam à democratização dos serviços de comunicação.

Sr. Presidente, aqui nós atuamos quase como que julgadores, e não há maior característica do julgador do que a imparcialidade, que se denomina de capacidade subjetiva. O julgador não pode ter comprometimento psicológico com a causa que ele vai julgar. Desta feita, entendo que essa medida é de suma importância. E eu gostaria também de trazer uma outra contribuição aqui. A importância da análise que aqui fazemos das concessões dos meios de comunicação, rádio, sons, imagens, televisão.

Nós sabemos que hoje a opinião é formada não só mais em círculos íntimos, nas nossas famílias, entre nossos amigos. Além da opinião pública, temos a opinião publicada. Desta feita, temos que debater aqui uma lei geral que trate das concessões e permissões. Temos de debater aqui, Sr. Presidente, a utilização de empresas de televisão com fins político-partidários. Isso existe em muitos Estados da Federação, a utilização de empresas de televisão, de rádio, para que possam ser utilizadas como instrumento de coação e de chantagem. Existem casos, Sr. Presidente – e eu, na minha vida de Procurador da República, acompanhei isso, estou atento a esse fato – de utilização desses meios de comunicação, inclusive pelo crime organizado, para lavagem de dinheiro.

Portanto, na nossa participação nesta Comissão, ao renovarmos concessões, permissões, temos de estar atentos, inclusive, para isso, a utilização de empresas que são serviços públicos, e, se são serviços públicos, um canal de televisão, uma concessão de televisão, uma concessão de rádio no Brasil, de acordo com a vontade do legislador constituinte, não é uma atividade econômica qualquer, é um serviço público; traduzindo serviço público, significa serviço que pertence ao povo, ao povo brasileiro. Então, não pode ser utilizado como instrumento de coação política, não pode ser utilizado como instrumento para achacar pessoas.

Eu, como membro desta Comissão, quero dizer ao senhor e aos Senadores que desta Comissão com muita honra fazem parte que estou estudando casos desta qualidade, tudo para revelar a importância do papel do Senado da República nestas autorizações.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Em discussão o parecer do Senador Pedro Taques.

Há quem deseje discutir a matéria? (*Pausa.*)

Senador Cyro Miranda, por favor.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente Eduardo Braga, Srªs e Srs. Senadores, parabenizo o amigo, Senador Pedro Taques, pela forma não só como relatou, mas também como colocou a praticidade e a veracidade que todos nós imaginamos em relação a esse compromisso que, quando aprovamos, nós assumimos. O caráter realmente é sério. A influência de uma rádio, seja qual for, é muito grande. É uma formadora de opinião. Mal usada, realmente, ela leva a um desastre.

Quero parabenizar V. Exª pela iniciativa. Acho que, assim, estamos pondo e disciplinando essa matéria de uma maneira bem conveniente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo ao Senador Cyro, colocamos...

Com a palavra a Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, gostaria de parabenizá-lo, Senador Eduardo Braga, pela iniciativa; parabenizar também o Senador Pedro Taques, pelo excelente relatório aqui apresentado. Sem dúvida alguma, trata-se de uma medida cautelar saudável, que tende a aprimorar e a evitar qualquer desvirtuamento na apreciação das concessões de rádio nesta Comissão.

Então, essa medida, somada às medidas que o Ministério das Comunicações está implementando para moralizar, para regulamentar melhor, para exigir e evitar que os laranjas continuem atuando nessa questão das concessões de rádio e televisão, queremos parabenizar pela iniciativa. Sem dúvida alguma, coloca em desvantagem, num processo eleitoral, os atores políticos quando as pessoas que detêm essas concessões de rádio e televisão utilizam esses meios para promoção pessoal e para trabalhar também, denegrindo a imagem da oposição, daqueles grupos políticos que fazem oposição aos grupos que são detentores de rádio e de televisão.

Então, queria aqui registrar o meu apoio, o meu elogio à iniciativa do Senador Eduardo Braga nesse ato.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo as palavras de V. Exª, levo a votos.

Os Senadores...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – O senhor me permite, antes...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pois não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Só complementando aquilo a que a Senadora fez referência, Sr. Presidente.

Imaginem em Estados de populações pequenas, como o Estado de Roraima, que aqui a Senadora, com muito orgulho para o seu povo, representa, um Estado como o Mato Grosso. Se um mesmo grupo econômico domina os meios de comunicação, se um mesmo grupo empresarial domina as concessões de televisão e rádio, eles podem oferecer um conteúdo, e esse conteúdo pode, em determinado momento, convencer aquela população em detrimento de outro grupo apolítico ou de outro grupo de interesse social daquela unidade federada.

No Brasil, não temos, depois do reconhecimento pelo Supremo da não recepção da Lei de Imprensa, uma legislação que trata do direito constitucional que o cidadão tem à resposta. Eu sou relator desse projeto na Comissão de Ciência e Tecnologia. Temos de debater isso.

Nos Estados Unidos, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esse tema já foi bem discutido. Imaginem que uma empresa de televisão, de rádio só traga notícias de um campo político, que essa empresa só traga notícias de um pensamento político-ideológico. O cidadão tem o direito constitucional de acessar o Poder Judiciário para que a população saiba outro lado da notícia. Isso tem sido utilizado nos Estados Unidos. No Brasil, essa é uma prática ainda recente.

Então, nós, aqui, nesta Comissão, temos que debater esse tema, que é importante para a democracia. Não há democracia, Sr. Presidente, sem que os concorrentes tenham o mesmo ponto de largada. Se temos concorrentes já à frente, em razão de suas ligações com empresas de televisão e de rádio, isso ofende a democracia. Ofende a democracia porque é um serviço público que está sendo utilizado em benefício de grupos econômicos, e isso não é bom.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Concordando com as colocações dos Srs. Senadores, concedo a palavra para discutir ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, não ouvi o relato do parecer do nobre Senador Pedro Taques, mas li agora o seu voto e o Ato da Presidência sobre a questão da designação de relatores para novas outorgas e concessões. A juízo meu, acredito que a intenção do Presidente e do Senador Pedro Taques é a melhor possível. Penso que, como membros da Comissão de Constituição e Justiça, temos a obrigação de zelar pela correta utilização dos meios

de comunicação para a informação da população. O fato de ser ou não um Senador da unidade federativa que vá relatar a outorga ou a concessão de rádio e comunicação para o seu Estado, não acredito que vá atingir os objetivos que, acredito, todos nós queremos alcançar: evitar, como bem disseram o Senador Pedro Taques e a Senadora Angela Portela, que possa ser trabalhada de forma não correta a opinião pública, por essas rádios ou televisões.

Eu, por exemplo, que já tive a honra de presidir a Comissão de Ciência e Tecnologia e, desde a primeira Presidência do Senador Wellington Salgado, sempre indicávamos exatamente o contrário do Ato: indicávamos os Senadores para que relatassem as rádios ou as televisões da sua unidade federativa. Isso cabe, então, ao Senado, que está relatando, e o fazer de forma correta. Eu, por exemplo, não tenho nenhuma dificuldade em relatar para o meu Estado. Não tenho nenhum meio de comunicação, nem rádio, nem jornal, nem televisão, nem parentes que possam estar interessados no sistema. Então, tenho tranquilidade para fazer os pareceres das rádios ou das televisões em meu Estado. Isso não vai, como eu disse, atingir o objetivo que é de todos. Só mudar o relator, para que seja de outro Estado da Federação, não vai. Temos sim – e aí estou de acordo com V. Exª –, de aprofundarmos a questão da disciplina dos procedimentos para as outorgas. Isso tem que vir lá do Ministério das Comunicações, porque o que fazemos aqui é apenas confirmar aquilo que já vem do Ministério.

Se fizermos um estudo estatístico, verificaremos que o número de concessões, Senador Pedro Taques, que não foram autorizadas, aqui no Senado, em relação ao que vem do Ministério das Comunicações, é quase zero. Lá é que precisa ser feita a correção, e temos que legislar a respeito desse assunto, para evitar o domínio da informação nas unidades da Federação.

Vou votar a favor do parecer do Senador Pedro Taques, só estou pondo minha posição, e do Ato que V. Exª encaminhou ao Plenário, mas não acredito que iremos atingir totalmente os objetivos que V. Exª pretende. Pediria, sim, que pudéssemos aprofundar essa questão, para evitar, efetivamente, aquilo que muito bem colocou o Senador Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Queria apenas dizer a V. Exª o seguinte: a intenção deste Ato – e consultamos o Plenário na última reunião, para fazermos de maneira formal – é para que se assegure a imparcialidade e a impessoalidade dos julgamentos neste Plenário, no que tange à questão de concessões. Por quê? Obviamente existem casos, que não é o caso de V. Exª, registrados já, nesta Casa e na Câmara dos Deputados, de que, quando há uma animosidade política ou uma amizade política, esses processos se aceleram ou se retardam. Esta é uma forma de criarmos absoluta transparência, absoluta imparcialidade e impessoalidade no julgamento.

Além disto, comuniquei um pouco mais cedo aqui na Comissão que, ontem – isto está na imprensa –, o senhor Ministro das Comunicações esteve em meu gabinete para apresentar a minuta do Decreto que trata da questão das concessões, minuta esta que está sendo distribuída aos senhores Senadores, para que possam contribuir de maneira informal, juntamente com a consultoria, que vai fazê-lo até quarta-feira da semana que vem, prazo que estabelecemos com o senhor Ministro para que pudéssemos entregar a contribuição de todos nós para a melhoria desta minuta de Decreto.

Além desta minuta de Decreto, esta Comissão já elaborou um grupo de trabalho, que já elaborou um relatório, que já fez discussão, que já botou a votos, e que já estabeleceu uma série de novos critérios e novas ações para esta Comissão, no que diz respeito à questão das outorgas para assegurar mais transparência, mais eficiência e mais segurança, no que diz respeito à capacidade financeira de cada um dos contratados. Portanto, creio que esta Comissão, desde o início desse trabalho legislativo, vem se esforçando com os senhores Senadores, para que possamos dar uma resposta nesta direção. Apenas para contribuir com as colocações de V. Exª, acabo trazendo esses informes novamente a esta Comissão.

Pela ordem, o nobre Senador Walter Pinheiro, com a palavra.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Creio que a preocupação, Senador Eduardo Braga, do nosso querido Flexa Ribeiro, óbvio que tem, eu diria, todo um amparo, a partir das coisas que foram produzidas, e há necessidade de termos um instrumento muito mais eficaz. Por outro lado, diria que a própria mudança, e a partir desse projeto aqui que V. Exª apresenta...

Recordo-me de que, quando cheguei aqui, na minha primeira semana, Senador Cyro, que fui para o meu gabinete com as rádios para relatar, as duas rádios eram da Bahia. Meu primeiro ato foi para devolver isso, porque na Câmara, inclusive, a nossa prática era não relatar matéria do mesmo Estado. Então, por um lado, resolvemos isso do ponto de vista da conduta ética, vamos chamar assim, e da nossa posição acerca de uma emissora, de uma renovação, de uma nova concessão, ou coisa do gênero e tal. Penso que, aqui, o parecer do nobre Senador Taques, resolve sobejamente bem isso.

Por outro lado, vem exatamente essa parte que V. Exª informou. Ontem até tive oportunidade de falar

com o Ministro Paulo Bernardo, falei com ele de manhã e depois, à tarde, ele havia me comunicado que estava vindo para uma reunião com V. Exª, inclusive os Deputados José Rocha e Gilmar Machado, com os quais tive contato na Comissão de Orçamento, estavam indo também para a mesma reunião, e conversamos à noite, depois da reunião com o Ministro Paulo Bernardo. Penso que o fato de termos encaminhado aquelas orientações a partir aqui da Câmara, o cumprimento, por parte do Ministério, ainda que com uma dose de retardozinho, da publicação acerca dos concessionários, digamos assim, do sistema de rádio e TV do Brasil. Essa publicação saiu no final de semana próximo passado.

O fato de estarmos também, agora, recebendo esse conjunto de pontos e propostas para que possamos, inclusive, melhorar e acrescentar, essas coisas todas se somam ao que aprovamos aqui na Casa que, na realidade, se não, Flexa, dando um rigor extremo, passa, pela primeira vez, inclusive, a estabelecer um conjunto de critérios e um rigor sobre esta matéria.

Do ponto de vista da publicização, do ponto de vista da conduta do Ministério, concordo contigo, o Ministério tem que ter muito mais do que nós. Não nos é dado nem a possibilidade, quanto mais a condição para um nível de acuidade maior sobre a documentação ou coisa parecida. Ao Ministério, não. Isso não é só uma possibilidade, é uma obrigação.

Portanto, na medida em que fazemos isso, de certa forma colocamos sobre o Ministério uma responsabilidade e condiciona para o Ministério que, se essas etapas não forem cumpridas, não tem como, inclusive, apreciarmos – e penso que temos que avançar para isso. Nem sequer receber essa matéria, portanto, na medida em que esse procedimento se estabelece, obrigatoriamente o Ministério também tem que cumprir outras etapas de divulgação: quem apresentou; quem se apresentou no leilão; de que forma se apresentou; o que deve ser colocado no leilão, cumprindo a lei, tanto do ponto de vista da programação quanto da capacidade financeira; a publicização, antes e posterior ao processo de leilão. Isso tem que valer, Flexa, na minha opinião, para as rádios educativas e para as rádios comunitárias, porque, na medida em que vamos apertando na rádio comercial, a válvula de escape começa a ser rádio comunitária. Mesmo tendo colocado aqui uma certa trava na questão das TVs e rádios educativas, de qualquer maneira, ainda, de certa forma vão ficando brechas para o sujeito operar. É importante que façamos isso, para não permitir mais, agora, não só laranjas nas comerciais, mas também fundações fantasmas ou qualquer outro tipo de entidade educacional, que de educacional não tem absolutamente nada, senão só e somente só para uma operação de radiodifusão.

Creio que estamos em um caminho legal, eu diria que a posição... Inclusive o Senador Flexa já fez isso, apresentando Emenda Constitucional, que penso ser importante. Creio que isso aqui, Flexa Ribeiro, abre o caminho para irmos criterizando esse processo e preparando, quem sabe, acho que em conjunto aqui com a Comissão, e, a partir dos primeiros resultados, elaborarmos uma emenda constitucional que possa disciplinar e olhar um pouquinho mais sobre os artigos da Constituição que tratam sobre a questão das comunicações.

Temos um projeto aqui, o 116, que se soma a isso; o projeto de regulamentação do 222, que está na Câmara dos Deputados. Então, vamos, de certa forma, aprimorando com essas medidas que estão ao nosso alcance, porque se disséssemos aqui, Senador Eduardo Braga, que vamos fazer isso, uma PEC, o critério, não sei o quê... Mesmo que déssemos toda a pressão para que isso funcionasse, não conseguiríamos fazer isso num processo de menos de 60 dias tramitando aqui na Casa, ao passo que, por aqui, já colhemos frutos. O Ministério já se posicionou, divulgou, saiu da toca, apresentou um conjunto de propostas, está em sintonia com esse desejo da Casa, tem tido uma postura – até quero salientar isso aqui de forma muito clara – firme. Independente dos problemas que poderão ou não se aproximar dessas posições, o Ministro tem se mantido firme e a Comissão mais ainda.

Creio que damos um passo legal e damos um outro passo aqui, para dentro. Vamos também adotar medidas aqui que inibam toda e qualquer possibilidade de um Senador ou ajudar, no sentido de interferir, influenciar, ou até fazer do seu relatório uma espécie de marcação. Vamos tratar as coisas no terreno da lei, portanto, aplicar todo esse, que não acho tão duro assim, mas, pelo menos, vamos chamar de rigor da lei, Senador Taques.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, apenas para concluir o raciocínio.

Recebi o encaminhamento que V. Exª fez da minuta, acredito que, aqui sim, vamos poder fazer uma avaliação e contribuir com o Ministério das Comunicações, no sentido de tornar mais transparente a questão das concessões. Poderíamos fazer isto, ao invés de cada Senador dar a sua contribuição, poderíamos concentrar isso em um grupo, para que possamos...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Apenas consultei alguns Senadores que chegaram mais cedo, pelo seguinte: isto é uma minuta informal. Se constituímos um grupo de trabalho,

elaboramos um trabalho formal desta Casa, em cima de um documento que nos foi entregue de maneira informal, estaríamos dando formalidade a algo que foi nos entregue de forma informal.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Nós vamos responder informalmente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Sim; informalmente.

Então, o que ficou acertado com o senhor Ministro? Que encaminharíamos contribuições dos senhores Senadores, uma contribuição, inclusive, da própria consultoria técnica da Comissão de Ciência e Tecnologia, mas o faríamos de forma informal, tendo em vista que isto é apenas uma minuta de Decreto. Não há, portanto, por parte do Ministério, a intenção de transformar isso já em um Decreto, até porque isto tem que ir à apreciação, obviamente, da Senhora Presidente e da Casa Civil, para que, posteriormente, possa ser transformado em Decreto.

Portanto, é apenas uma contribuição, aproveitando este ensejo e este momento de convergência de tanta transparência na relação entre Ministério das Comunicações e esta Casa.

Com a palavra o Senador Pedro Taques, para as suas considerações finais, e vamos aos votos.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Só para defender o relatório, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

A lei ou qualquer regra não vai mudar o homem. O homem pode mudar a lei, não é isso? Por mais que o Código Penal, no art. 121, diga que matar alguém é crime, temos homicídios. Esta normativa aqui não vai mudar a falta de ética, a falta de caráter de quem quer que seja. Isso não muda, mas precisamos regrar isso aqui. E quero ressaltar, Sr. Presidente, a importância de uma Comissão como esta, no momento em que vivemos. Uma Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Inovação, hoje, nessa sociedade denominada sociedade de risco, em que tudo é muito rápido, esta Comissão tem um dever constitucional de tratar deste marco regulatório das comunicações, estabelecendo regras para concessão e permissão, estabelecendo mecanismos para que aquele que tem o poder econômico, tem o poder da comunicação, não possa, também, ter o poder político, porque, caso contrário, criaremos uma outra ditadura. Se você permitir que o mesmo ser, a mesma empresa, a mesma pessoa física tenha o poder econômico e o poder político, isso é uma ditadura.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Vamos aos votos.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Gostaria de consultar o Plenário, pois existem alguns itens da pauta cujos relatores não estão presentes. Assim, apenas para que possamos cumprir a nossa pauta, sem que haja prejuízos dos nossos trabalhos, tendo em vista que teremos, nas próximas reuniões, audiências públicas e não reuniões deliberativas, que possamos nomear Senadores *ad hoc*, para, aqui do Plenário, podermos tratar essas matérias.

Eu pediria ao Senador Cyro para ser o Relator de plenário da matéria do Item nº 1 da pauta.

Se V. Exª me permite...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

Eu só queria dar uma sugestão: primeiro, se o senhor pudesse... Aqueles que estão presentes, porque nesse meio tempo poderia chegar o Relator. Assim que esgotássemos...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – *Ok*. Vamos, então, prosseguir.

ITEM 4:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 85, DE 201
(*Terminativo.)*

Aprova ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária denominada Alfa FM para executar serviço de radiodifusão na cidade de Marcos Parente, no Estado do Piauí.

Relator, o Senador Pedro Taques, a quem concedo a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, os aspectos formais e materiais deste Projeto se encontram presentes.

Desta feita, sem maiores delongas, analisei este projeto e entendo que o exame da documentação que acompanha esse PDS nº 85, de 2011, não evidenciou nenhuma violação das formalidades estabelecidas na lei.

Desta feita, passo logo ao voto, nos seguintes termos:

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 85, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação da Rádio Comunitária denominada Alfa FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marcos

Parente, Estado do Piauí, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É este, Sr. Presidente, o voto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senador Pedro Taques, Srªs e Srs. Senadores, eu consultaria o Plenário se nós poderíamos votar em bloco. Eu pediria, portanto, que todos os Senadores relatores proferissem seus votos e que aqueles pareceres que forem favoráveis nós votemos em bloco, assim como também votaremos em bloco os pareceres contrários.

Se os Srs. Senadores concordam, permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Passo, então, à Senadora Angela Portela, para relatar o Item nº 6 da pauta.

ITEM 6:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 103, DE 2011
(Terminativo.)

Aprova ato que renova concessão outorgada à Rádio Auriflama de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Auriflama, no Estado de São Paulo.

Com a palavra a Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, vamos direto à análise e ao voto.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104, "c", inciso VII, cumpre à Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação da concessão, permissão e autorização para serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Por se tratar de distribuição, em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também pelos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 203, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição, oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição.

Constata-se que o referido Projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo pois a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado, que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à pessoa física dos seus dirigentes não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas à época satisfatórias.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 103, de 2011, não evidenciou violação de legislação que disciplina a matéria e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Rádio Auriflama de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Auriflama, Estado de São Paulo, na forma de projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a V. Exª, passo a palavra ao Senador Cyro Miranda para relatar os itens 8, 9, 10 e 11 da pauta.

ITEM 8:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 527, DE 2010
(Terminativo.)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE MORRO AGUDO DE GOIÁS (ADESCOM) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morro Agudo de Goiás, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador **Cyro Miranda.**

ITEM 9:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 529, DE 2010
(Terminativo.)

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à ORGANIZAÇÃO DE RADIODIFUSÃO SÃO CARLOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goianésia, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador **Cyro Miranda.**

ITEM 10:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 530, DE 2010
(Terminativo.)

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO (AGECOM) para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Cyro Miranda.

ITEM 11:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 542, DE 2010
(Terminativo.)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E INTELECTUAL DE LUZIÂNIA (ASCOCIL) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Luziânia, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador **Cyro Miranda.**

Com a palavra, o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, peço, Sr. Presidente, a permissão para fazer um resumo porque todas as quatro são do mesmo teor.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Portanto, vamos aos votos.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 527, de 2010, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário de Morro Agudo de Goiás (Adescom) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morro Agudo de Goiás, Estado de Goiás, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Também pela aprovação do ato que renova permissão outorgada à Organização de Radiodifusão São Carlos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora de frequência modulada na cidade de Goianésia, Estado de Goiás, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Também opinamos pela aprovação do ato que renova permissão outorgada à Agência Goiana de Comunicação (Agecom) para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

E, por ultimo, também pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Intelectual de Luziânia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Luziânia, Estado de Goiás, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Todos pela aprovação.

É o que tínhamos a relatar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a V. Exª, Senador Cyro Miranda.

ITEM 12:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 65, DE 2011
(Terminativo.)

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Estância, Estado de Sergipe.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senadora **Maria do Carmo Alves**

Com a palavra a Senadora Maria do Carmo Alves, como Relatora do Projeto de Decreto Legislativo nº 65, de 2011.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o referido projeto já foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Vamos ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 65, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Fundação de Educação e Cultura para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Estância, Estado de Sergipe, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a V. Exª.

ITEM 15:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 219, DE 2009
(Terminativo.)

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO FÊNIX DE EDUCAÇÃO E CULTURA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Egito, Estado de Pernambuco.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador **Flexa Ribeiro.**

Relatório: Favorável.

Passamos a palavra ao Senador Flexa Ribeiro para relatar o projeto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente Senador Eduardo Braga, Srªs e Srs. Senadores, vamos ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 219, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Fundação Fênix de Educação e Cultura para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Egito, Estado de Pernambuco, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a V. Exª.

ITEM 18:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 60, DE 2011
(Terminativo.)

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SISAL DE CONCEIÇÃO DO COITÉ S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Conceição do Coité, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador **Walter Pinheiro.**

Passamos a palavra ao Senador Walter Pinheiro, Relator do projeto.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Coité, Sr. Presidente, é uma cidade que fica na região do sisal, é um importante polo de produção de sisal. Além da rádio, estamos, inclusive, nesse momento, discutindo, a partir do debate que V. Exª deve ter visto aqui, no dia, com o Senador Aloizio Mercadante, estamos pressionando inclusive a montadora Ford, depois, com a própria Medida Provisória 512, para que nós ampliemos as pesquisas com a utilização do sisal para a fabricação de painéis de carro. Portanto, essa é uma região de produção em que a gente tem trabalhado já há muitos anos nessa frente, com a possibilidade de resolver graves problemas dos agricultores daquela região com essa iniciativa, inclusive com a adoção de máquinas que processam o sisal, que transformam o sisal em fibra, máquinas que possam dar uma maior tranquilidade ao operador sem levar na fibra o dedo, o braço, a mão desses operadores, desses trabalhadores rurais.

Mas vamos à rádio, que é o nosso foco.

Sr. Presidente, em conformidade inclusive com a resolução desta comissão e não encontrando nada que pudesse se configurar com óbice para aprovação dessa matéria, tanto do ponto vista constitucional como do ponto de vista legal, o nosso voto é pela aprovação.

Portanto, nós somos favoráveis ao ato de renovação da concessão outorgada à Rádio Sisal, lá na cidade de Conceição do Coité.

Portanto, esse é o nosso voto sobre essa matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo ao Senador Walter Pinheiro, passo ao Senador Ivo Cassol, para relatar o Projeto de Decreto Legislativo nº 606, de 2010.

ITEM 19:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 606, DE 2010

(Terminativo.)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE MONTE ALEGRE DE MINAS – RÁDIO MONTE ALEGRE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Alegre de Minas, Estado de Minas Gerais.

Com a palavra o senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP - RO) – Sr. Presidente, vamos ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 606, de 2010, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Radiodifusão de Monte Alegre de Minas – Rádio Monte Alegre* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Alegre de Minas, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a V. Exª.

Agora, vamos voltar aos Srs. Senadores que são Relatores, que já chegaram a esta comissão, que agora se encontra com quorum para deliberar.

ITEM 7:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 89, DE 2011

(Terminativo.)

Aprova o ato que outorga concessão à REDE DE RÁDIO E TELEVISÃO TIRADENTES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Vital do Rêgo.

Com a palavra o senador Vital do Rêgo, para relatar o projeto.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB - PB) – Sr. Presidente, com muita honra, até prestando homenagem ao Estado do Amazonas, na pessoa dos maiores líderes da história daquele Estado, que é V. Exª, sem dúvida, dizer que após detida análise da documentação do PDS nº 89, de 2011, não ficou evidenciado nenhuma inconstitucionalidade, injuridicidades ou falta de técnica legislativa.

Por isso, opinamos pela aprovação do ato que outorga concessão à *Rede de Rádio e Televisão Tiradentes Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo ao Sr. Senador Vital do Rêgo, passo a palavra ao Senador Eunício Oliveira para relatar o Item 3 da pauta.

Ressalto que como o Item 1 não trata de projeto de decreto legislativo, então teremos que votar primeiro, em bloco, os decretos legislativos e, depois, os projetos de lei.

ITEM 3:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 194, DE 2003

(Terminativo.)

Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO JOSÉ BONIFÁCIO LAFAYETTE DE ANDRADA para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Barbacena, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador **Eunício Oliveira,** a quem concedo a palavra.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão.

Passamos ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 194, de 2003, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pelo ato

que outorga concessão à Fundação José Bonifácio Lafayette de Andrada para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Barbacena, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É esse o relatório, favorável à essa proposição.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a V. Exª, apenas para que possamos concluir a pauta e pedindo aos Srs. Senadores que mantenhamos o quórum para a deliberação, peço ao Senador Cyro Miranda que relate o Item 5 da pauta em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg.

ITEM 5:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 99, DE 2011
(Terminativo.)

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO EMISSORA PARANAENSE S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Londrina, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador **Rodrigo Rollemberg.**

Concedo a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

O projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa. Portanto, vamos ao voto.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 99, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Emissora Paranaense S.A. para explorar o serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Londrina, Estado do Paraná, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o que tínhamos a relatar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a V. Exª, peço ao Senador Pedro Taques para relatar o Item 13 da pauta em substituição ao Senador Paulo Paim.

ITEM 13:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 692, DE 2010
(Terminativo.)

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO GRAMADO FM LTDA. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Gramado, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador **Paulo Paim.**

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem, o Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Sr. Presidente, com o devido respeito aos membros desta Comissão, como tenho que presidir daqui a pouquinho a CCJ – e já estou atrasado–, onde hoje vamos fazer o primeiro grande debate sobre a reforma política, eu pediria a V. Exª, logo após a fala do Senador Pedro Taques, que colocasse em pauta o Item 1, do qual sou Relator nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com certeza, Senador Eunício Oliveira.

Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, formalmente aqui está perfeito, tudo muito bonito, tudo muito belo, neste Decreto de Projeto Legislativo 692.

Desta feita, sem maiores delongas, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 692 não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria e não havendo reparos quantos aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Gramado, no belíssimo Estado do Rio Grande do Sul.

É assim o voto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a V. Exª, passo a palavra à Senadora Angela Portela para relatar, em substituição ao Senador Valdir Raupp, o Projeto de Decreto Legislativo nº 371, de 2010.

ITEM 14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 371, DE 2010
(Terminativo.)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA COROACIENSE DE DESPORTOS (ACCORD) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coroaci, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Valdir Raupp.

Com a palavra, a Senadora Angela Portela, Relatora *ad hoc*.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Vou direto ao voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que a documentação que acompanha o PDS 371, de 2010, não evidenciou violação à legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Coroacience de Desportos, Acorde, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coroaci, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a V. Exª.

Passo a palavra agora ao Senador Walter Pinheiro, pedindo ao Senador para relatar os Itens 21 e 22, em substituição ao Senador Cyro Nogueira, que se encontra ausente, conforme justificativa encaminhada a esta Casa, bem como o Item 23, em substituição ao Senador Aníbal Diniz.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Itens 21, 22 e 23, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Isso.

ITEM 21:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 48, DE 2009
(Terminativo.)

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO JOÃO SOTERO (FUNDACARU) para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Belo Jardim, Estado de Pernambuco.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Ciro Nogueira.

ITEM 22:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 685, DE 2010
(Terminativo.)

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO PARANAÍBA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Parnaíba, Estado do Piauí.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador **Ciro Nogueira.**

ITEM 23:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 9, DE 2011
(Terminativo.)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DE LAGO VERDE MARANHÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lago Verde, Estado do Maranhão.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador **Anibal Diniz.**

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Item 21: Fundação João Sotero (Fundacaru), na cidade de Belo Jardim, Estado de Pernambuco.

Pela documentação que cumpre as normas regimentais não encontramos óbice legal nem constitucional. Somos, pois, pela concessão da matéria que aprova outorga para permissão à Fundação João Sotero para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Belo Jardim, no Estado de Pernambuco.

Nosso parecer é pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Obrigado, Senador Walter Pinheiro.

Passamos a palavra ao Senador Ivo Cassol para, em substituição ao Senador Marcelo Crivella,relatar os Itens 16 e 17 da pauta.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, o senhor me pediu os itens 21, 22 e 23.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Perfeito.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT - BA) – Faltam os itens 22 e 23.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Desculpe.

Com a palavra, o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Item 22, que aprova outorga à radio Paranaíba, no Piauí, na cidade de Parnaíba, no Piauí.

Da mesma forma, não encontrando óbice legal nem constitucional e obedecendo ao rigor literalmente, somos pela aprovação da matéria.

Item 23: aprova o ato de outorga à Associação Comunitária Desenvolvimento Cultural de Lago Verde, cidade de Lago Verde, no Estado de Maranhão.

De igual sorte, somos pela aprovação desta matéria, Sr. Presidente, conforme os dispositivos regimentais e legais.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a V. Exª.

Passamos a palavra ao Senador Ivo Cassol para, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, relatar os Itens 16 e 17 da pauta.

ITEM 16:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 621, DE 2010

(Terminativo.)

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à EMISSORA CONTINENTAL DE CAMPOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador Marcelo Crivella.

ITEM 17:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 7, DE 2011

(Terminativo.)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DA CIDADE DE SERITINGA/MG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Seritinga, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador **Marcelo Crivella.**

Com a palavra o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Direto ao voto. Tendo em vista o exame da documentação que acompanha o PDS nº 621/2010, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão e outorga da Emissora Continental Campos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara. Pela aprovação.

Voto pela aprovação.

E também nós, pelo voto, tendo em vista o exame da documentação que acompanha o PDS nº 60, de 2011, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão de outorga da Rádio Sisal de Conceição do Coité S.A, para exploração de serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Conceição do Coité, Estado da Bahia.

Pela aprovação das duas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo V. Exª, peço ao Senador Flexa Ribeiro que relate, em substituição ao Senador Gim Argello, o Item 20 da pauta, que trata da Associação Comunitária de Rádio Capitão Gervásio de Oliveira, no Estado do Piauí.

ITEM 20:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 96, DE 2011

(Terminativo.)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA - ACRACGEO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Capitão Gervásio Oliveira, Estado do Piauí.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador **Gim Argello.**

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senador Eduardo Braga, vou direto ao voto.

Em relação ao PDS nº 96, de 2011, já foi visto que não houve nenhuma violação com relação à legislação pertinente e também quanto aos aspectos de constitucionalidade e de juridicidade.

Então, o voto é favorável à aprovação do ato que outorga a autorização à Associação Comunitária de Rádio Capitão Gervásio Oliveira, para prestar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gervásio de Oliveira, Estado do Piauí, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Foi cometido um erro na leitura do voto. O meu item é o de número 17 e não o Item 18. Então, farei a retificação.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 7, de 2011, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Radiodifusão da Cidade de Seritinga, Estado de Minas Gerais, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Seritinga, Estado de Minas Gerais.

Portanto, está feita a retificação desse item, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu agradeço.

Para encerrar, solicito ao Senador Cyro Miranda que relate, em substituição ao Senador Cícero Lucena e ao Senador Ricardo Ferraço, os Itens 24 e 25.

Perdão, já havia sido pedido ao Senador Eunício Oliveira, a quem concedo a palavra ao Senador Eunício Oliveira, para relatar o Item 24 da pauta, o Projeto de Decreto Legislativo nº 488, de 2007, em substituição ao Senador Cícero Lucena.

ITEM 24:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 488, DE 2007

(Terminativo.)

Aprova o ato que renova a concessão outorgada a RÁDIO CIDADE DE SUMÉ LTDA. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sumé, Estado da Paraíba.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador **Cícero Lucena.**

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Presidente, vou direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação do PDS nº 488, de 2007, não evidenciou violação à legislação e à disciplina. Não havendo reparo quanto à questão de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senador Eunício, já que V. Exª acaba de relatar o Item 24, peço a V. Exª que relate o Item 25, para encerramento desta pauta e para irmos à a votação em bloco.

ITEM 25:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 25, DE 2011

(Terminativo.)

Aprova o ato que outorga autorização à MISSÃO CAMINHANDO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Betim, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD).

Relatoria: Senador **Ricardo Ferraço.**

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Sr. Presidente, também tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 25, de 2011, não evidenciou violação à legislação pertinente e não que há reparo quanto à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa, opinamos pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo V. Exª, coloco em votação, com pareceres favoráveis dos diversos relatores, conforme leituras já realizadas, as matérias constantes do Item 3 ao Item 25 da pauta.

A votação será nominal?

Vamos aos votos, em bloco, do Item 3 ao Item 15.

Senadora Ângela Portela, como vota V. Exª?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Favorável.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) –Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Favorável, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com os relatores e relatoras.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com os relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB - AM) – Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP - RO) – Favorável aos Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB - AM) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP - AL) – Com os Relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB - AM) – Senadora Maria do Carmo Alves. (*Pausa.*)

Eu também voto com os Relatores.

Aprovados.

Vamos agora ao próximo item da pauta. Peço ao Senador Eunício Oliveira que relate o Item nº 1 da pauta.

ITEM 1:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, DE 2008

(Não terminativo.)

Altera o art. 36 e o § 3º do art. 45 da Lei n° 9.504, de 30 de setembro de 1997, para permitir a propaganda eleitoral pela Internet.

Autoria: Senador Expedito Júnior.

Relatoria: Senador **Eunício Oliveira.**

Com a palavra o Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Projeto é meritório, visto que pretendia suprir lacuna legal existente ao tempo da sua apresentação. Não obstante, a Lei nº 12.034, de 2009, que altera a Lei dos Partidos Políticos, a Lei das Eleições e o Código Eleitoral já regulam, de forma satisfatória, a questão da propaganda eleitoral na *Internet*.

Entre outras medidas, a referida Lei permite a propaganda eleitoral na *Internet*, a partir do dia 5 de julho do ano da eleição, e torna livre a manifestação do pensamento naquele veículo de comunicação, durante a campanha eleitoral, vedando o anonimato, nos termos do art. 37, letra "a" e seguintes acrescidos à Lei das Eleições.

A nova norma também revoga o §3º do art. 45 da Lei das Eleições, para tornar inaplicável aos sítios da *Internet* as redações impostas, a partir de 1º de julho do ano da eleição, às emissoras de rádio e televisão, em sua programação normal e noticiário.

Ao voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, voto pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2008, em razão da perda de oportunidade, nos termos do art. 334, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Repito. Esse projeto, na época em que foi apresentado, era extremamente meritório, mas, após a regulamentação, ele perdeu o seu objetivo. Por isso, o voto é pela prejudicialidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB - AM) – Colocando o parecer do Senador Eunício em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra para discutir, coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Senador Eunício Oliveira, pela prejudicialidade do presente projeto, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passaremos aos itens da pauta extra desta Comissão.

ITEM 1:

REQUERIMENTO Nº 23, DE 2011 – CCT

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Comissão com a finalidade de analisar e discutir as possíveis alterações no Código Florestal Brasileiro (Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965) à luz da Ciência. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidados para participarem da presente audiência pública: Aloizio Mercadante – Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia; Izabella Teixeira – Ministra de Estado do Meio Ambiente; Wagner Rossi – Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;Marco Antonio Raupp – Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Jacob Palis Junior – Presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC).

Autoria: Senadores Eduardo Braga, Maria do Carmo Alves, Ângela Portela, Valdir Raupp, Cyro Miranda e Pedro Taques.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, pela ordem. Várias Comissões estão chamando os mesmos Ministros para participarem dessa mesma audiência pública. Não seria melhor a gente aproveitar e otimizar, fazendo em conjunto, tanto a Comissão de Agricultura, a Comissão do Meio Ambiente, como esta Comissão? Então, a sugestão é que faríamos juntos, para poder otimizar, uma vez que, em muitas comissões, até Senador falta para ouvir os palestrantes.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB - AM) – A contribuição de V. Exª é pertinente. No entanto, é importante dizer a V. Exª que, para que fosse uma sessão conjunta das diversas comissões,

era preciso que o requerimento fosse aprovado em cada uma das comissões com tal finalidade.

No entanto, pelo presente requerimento, poderão às autoridades encaminhar representantes, se assim for da conveniência da Administração.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o referido requerimento, permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

ITEM 2:

REQUERIMENTO Nº 24, DE 2011-CCT

Nos termos regimentais, requeiro aditamento ao Requerimento nº 15/2011-CCT a fim de convidar um representante da HBO para participar da audiência pública conjunta a ser realizada pelas Comissões de: Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; Constituição, Justiça e Cidadania; Assuntos Econômicos; Educação, Cultura e Esporte e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com o objetivo de debater o Projeto de Lei da Câmara n. 116, de 2010 que "Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências".

Autoria: Senador **Eduardo Braga**

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Não havendo mais itens para serem deliberados nesta sessão, declaro encerrada esta sessão convocando a próxima sessão no horário regimental, na próxima semana.

(Levanta-se a reunião às 10 horas e 24 minutos)

PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	**R$ 58,00**
Porte do Correio	**R$ 488,40**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	**R$ 546,40**

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	**R$ 116,00**
Porte do Correio	**R$ 976,80**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	**R$ 1.092,80**

.

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	**R$ 0,50**
Porte Avulso	**R$ 3,70**

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	**GESTÃO - 00001**

EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	**GESTÃO - 00001**	**COD. – 70815-1**

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União - GRU, que poderá ser retirada no SITE: http://www.tesouro.fazenda.gov.br código de recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020054/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.**

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSÃO DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053** Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF

CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 1298 páginas
OS: 2011/12927